

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos
Isabel Cristina Arendt
Marcos Antônio Witt
(Orgs.)

Festas, comemorações e rememorações na imigração

XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização



Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2014 em CD, resultado do “XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização”.

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos

Isabel Cristina Arendt

Marcos Antônio Witt

(Orgs.)

Festas, comemorações e rememorações na imigração

São Leopoldo



© Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120.020 São Leopoldo RS
Telefone: (51) 35682848
www.oikoseditora.com.br
contato@oikoseditora.com.br

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed. Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (ASPERSC)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luís H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Revisão: Dos autores de cada artigo.

Diagramação e arte-finalização: Rogério Sávio Link

F418	Festas, comemorações e lembranças na imigração [ebook]. / Orgs. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Isabel Cristina Arendt, Marcos Antônio Witt. – São Leopoldo: Oikos, 2014. 2001 p.: il. ; color. ISBN 978-85-7843-473-1 1. Imigração – História. 2. Cultura – Imigração. 3. Educação – Imigração 4. Política – Imigração. 5. Relações Interétnicas. I. Ramos, Eloísa Helena Capovilla da Luz. II. Arendt, Isabel Cristina. III. Witt, Marcos Antônio. CDU 325.14

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16

CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

TRAJETÓRIA SOCIAL E MUSICAL DE UM CORAL – UMA HISTÓRIA POR SER ESCRITA	20
<i>Angélica Bersch Boff</i>	

A COLÔNIA BELLA VISTA – UM ESPAÇO CONSTRUÍDO PELAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	41
<i>Cleusi Teresinha Bobato Stadler</i>	

PELOS CAMINHOS DE TAQUARA DO MUNDO NOVO: REVELAÇÕES ATRAVÉS DO ESTUDO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL.....	58
<i>Doris Rejane Fernandes</i>	

FESTAS DE CASAMENTOS E ENCONTROS FAMILIARES COMO MEIO DE PRESERVAR TRADIÇÕES CULTURAIS DOS IMIGRANTES ALEMÃES DESCENDENTES DA COLÔNIA DE SANTO ÂNGELO	74
<i>Fabiana Helma Friedrich</i> <i>André Luis Ramos Soares</i>	

A SOCIABILIDADE RETRATADA EM OBRAS DE PEDRO WEINGÄRTNER E THEODOR OHLSEN – IMIGRAÇÃO ALEMÃ (SÉCULO XIX)	87
<i>Ícaro Estivalet Raymundo</i>	

O TRABALHO DE MEMÓRIA DA COLÔNIA SÍRIO-LIBANESA: A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR DE MEMÓRIA JUNTO ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM PORTO ALEGRE (1935)	109
<i>Luciano Braga Ramos</i>	

ANDANÇAS DO GRUPO DE DANÇA RAÍZES	123
<i>Marli Pereira Marques</i>	

ASSANDO BROAS, EXALANDO MEMÓRIAS: PRÁTICAS E SABERES CULINÁRIOS ENTRE DESCENDENTES DE IMIGRANTES POLONESES NO PARANÁ.....	133
<i>Neli Maria Teleginski</i>	
A CHULA GAÚCHA E O FANDANGO DA LEZÍRIA DO TEJO: UMA ABORDAGEM ACERCA DA INFLUÊNCIA EXPRESSIVA LUSO AÇORIANA NO PANORAMA REGIONAL SUL-RIO-GRANDENSE	152
<i>Pablo José Mateus do Pinho</i>	
PROJETO MUSEU COMO ESPAÇO DE AÇÃO.....	171
<i>Roswithia Weber</i>	
COMIDA E TRADIÇÃO: A GASTRONOMIA GERMÂNICA DO CAFÉ COLONIAL EM GRAMADO/RS	178
<i>Sabrine Amaral Silva</i>	
O QUE COMEM OS NOVAHARTZENSES? A MEMÓRIA GASTRONÔMICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES NO MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ /RS	189
<i>Vania Inês Avila Priamo</i>	
A DANÇA E A RELIGIÃO SOB O OLHAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL....	203
<i>Vilmar Antonio Otto</i>	

CAPÍTULO II – RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

AS CASINHAS DOS SANTOS NA BEIRA DAS ESTRADAS: OS CAPITÉIS COMO ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA COLÔNIA BOA ESPERANÇA	216
<i>Aline Nandi</i>	
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	
FESTAS RELIGIOSAS: ENTRE O VINHO E O PÃO	234
<i>Cristine Fortes Lia</i>	
<i>Caroline Rigo Nardin</i>	
LEMBRAR PARA ESQUECER: AS BODAS DE PRATA DA COMUNIDADE LUTERANA DE NEU-WÜRTTEMBERG	252
<i>Denise Verbes Schmitt</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: FESTA, LAZER E SOCIABILIDADE EM UMA PARÓQUIA DE IMIGRANTES ITALIANOS NO PARANÁ.....	267
<i>Fábio Augusto Scarpim</i>	
“EL THEATRO DE SUS APOSTOLICAS PROEZAS”: A ABORDAGEM HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ANTONIO RUIZ DE MONTROYA COMO <i>APÓSTOLO DE ÍNDIOS</i> NOS ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE ESTUDOS MISSIONEIRAS (1985)	285
<i>Gabriele Rodrigues de Moura</i>	
ENTRE ALEMÃES QUE CHEGAM E INDÍGENAS MISSIONEIRAS QUE PERMANECEM: AS FESTIVIDADES DO DIVINO NA SANTO ÂNGELO (RS) DE 1877	301
<i>Jacqueline Ahlert</i>	
CIDADE, FESTA E MEMÓRIA: A CELEBRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO EM PORTO ALEGRE	318
<i>Jairton Ortiz da Cruz</i>	
A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA COMPANHIA DE JESUS SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810 (ARGENTINA).....	330
<i>Mariana Schossler</i>	
CANTO CORAL RELIGIOSO E A “BÊNÇÃO DA BANDEIRA”, A FORTE VOZ MASCULINA QUE EMBALA A DESPEDIDA FUNESTA	347
<i>Marilí Closs Musskopf</i>	
LENDA E FATOS NA INSTITUIÇÃO DO KERB DE SÃO MIGUEL DOS DOIS IRMÃOS	366
<i>Martin N. Dreher</i>	
ANTICLERICALISMO E PROTESTANTISMO: A CHEGADA DOS ANGLICANOS EPISCOPAIS À CIDADE DE SANTA MARIA/ RS	385
<i>Paulo Henrique Silva Vianna</i> <i>Beatriz Teixeira Weber</i> <i>Maíra Inês Vendrame</i>	
FESTAS ENTRE OS LUTERANOS: COMEMORAÇÕES E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO GERMANISMO	404
<i>Sérgio Luiz Marlow</i>	
AS CAPELAS COMO EXPERIÊNCIA DE ECLESIOGÊNESE NA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	417
<i>Vanildo Luiz Zugno</i>	

CAPÍTULO III – PRODUÇÃO IMPRESSA

FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA E AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DE PASSO FUNDO (1927-1957).....	440
<i>Eduardo Roberto Jordão Knack</i>	
AS IMPRESSÕES DA LEI ADOLFO GORDO NO JORNAL A LUTA DE PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA REPÚBLICA	457
<i>Eduardo da Silva Soares</i> <i>Glaucia Vieira Ramos Konrad</i>	
COMEMORAÇÕES DOS 170 ANOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO TRÊS FORQUILHAS	479
<i>Nilza Huyer Ely</i>	
APONTANDO EM DIREÇÃO CONTRÁRIA: O JORNAL <i>DER KOMPASS</i> E O PARTIDO NAZISTA EM CURITIBA (1933-1938).....	485
<i>Petra Laus Henning</i>	
BINARISMOS E FESTIVIDADES NA OBRA “BÁRBAROS NO PARAÍSO” DE PEDRO STIEHL	506
<i>Richard Jeske Wagner</i>	
O SOTAQUE DO IMIGRANTE EM TEXTOS ESCRITOS.....	521
<i>Sabrina Gewehr-Borella</i>	
A PESQUISA DA LÍNGUA ALEMÃ EM CEMITÉRIOS DO SUL DO BRASIL	540
<i>Lucas Löff Machado</i> <i>Willian Radünz</i>	

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO E FESTIVIDADES

MOTIVOS CELEBRATIVOS E FESTIVOS DAS COMUNIDADES ÉTNICAS POLONESAS NO RIO GRANDE DO SUL	553
<i>Adriano Malikoski</i> <i>Lucio Kreutz</i>	
A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE NOVO HAMBURGO/RS COMO HIPÓTESE E O SUCESSO ATRIBUÍDO PELO BANCO MUNDIAL.....	571
<i>Ester Rosa Ribeiro</i> <i>Ângela Caroline Weber</i>	

MODOS DE CONSTITUIR-SE PROFESSOR PRIMÁRIO: FORMAÇÃO E PRÁTICA NO MEIO RURAL DE LOMBA GRANDE/RS (1940/1950)	586
<i>José Edimar de Souza</i>	
COLLEGIO ALLEMÃO DO RIO GRANDE E OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE ESCOLAR ALLEMÃ DE 1938	604
<i>Maria Angela Peter da Fonseca</i>	
POLÍTICA LINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO: O QUE ENSINA O JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS CATÓLICOS DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE ESSA QUESTÃO?	620
<i>Maria Luísa Lenhard Bredemeier</i> <i>Gelsa Knijnik</i>	
EDUCAÇÃO E COMEMORAÇÕES NA COLÔNIA QUATRO IRMÃOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX	638
<i>Ricardo Cássio Patzer</i>	
UM EVENTO CÍVICO COMO INSTRUMENTO DE APOIO POLÍTICO: A FESTA DO DIA DA BANDEIRA DE 1943 NA ESCOLA FUNDAÇÃO EVANGÉLICA DE NOVO HAMBURGO (UM ESTUDO DE CASO).....	654
<i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	

CAPÍTULO V – CIDADES E TURISMO

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO <i>FILÒ</i> ATRAVÉS DO TURISMO	672
<i>Kênia Zanella</i> <i>Aliduíno Zanella</i>	
O MONUMENTO AO SESQUICENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO: UM OLHAR SOBRE AS COMEMORAÇÕES	686
<i>Ananda Stumm</i>	
A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUA MEMÓRIA NO ALTO TAQUARI (RS)	699
<i>Bibiana Werle</i>	
A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NO DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E DE LAZER NA CIDADE DE PELOTAS-RS, NO SÉCULO XIX.....	713
<i>Dalila Müller</i> <i>Dalila Rosa Hallal</i>	

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: OS CAMINHOS DE JACOBINA E AS REMEMORAÇÕES DO PASSADO MUCKER	731
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	
CHOCOLATE DE GRAMADO (RS): OS IMAGINÁRIOS CONSTRUÍDOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O TURISMO	750
<i>Daniela Pereira de Vargas</i>	
<i>Susana Gastal</i>	
A CIDADE REAL E A CIDADE IDEAL: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NA RCI, EM CAXIAS DO SUL, 1938 A 1960	766
<i>Daysi Lange</i>	
<i>Elias Ricardo Poegere</i>	
TURISMO E IDENTIDADE NA SERRA CATARINENSE: AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO, LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA CIDADE	782
<i>Felipe José Comunello</i>	
O VERANEIO DOS ALEMÃES NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE.....	802
<i>Janete da Rocha Machado</i>	
OS MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO NA PAISAGEM URBANA	819
<i>Jaqueline Salles Vieira</i>	
<i>Juliana Neves Siebert</i>	
STIPPEN: COMEMORAÇÃO DA PÁSCOA DOS “POMERANOS” DA ZONA RURAL DE PELOTAS-RS	833
<i>Maicon Fabiel Schneider</i>	
<i>Charlene Brum Del Puerto</i>	
<i>Dalila Müller</i>	
OS EVENTOS DE HISTÓRIA LOCAL E O TURISMO, ESTUDO DE CASO SOBRE OS SIMPÓSIOS SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO LITORAL NORTE.....	851
<i>Sandra Cristina Donner</i>	
O CRESCIMENTO URBANO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL NOS ANOS DE 1974 A 1982.....	863
<i>Túlio dos Reis da Silva</i>	
PERSPECTIVAS DE IDENTIDADE: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE A KOLONIE HARTZ FEST (RIO GRANDE DO SUL/BRASIL) E A FIESTA NACIONAL DEL INMIGRANTE (MISIONES/ARGENTINA)	882
<i>Wellington Augusto Blume</i>	

CAPÍTULO VI – RELAÇÕES INTERÉTNICAS

FESTAS DE FAMÍLIAS ITALIANAS (1946-1976).....	900
<i>Leonardo de Oliveira Conedera</i>	
A PRESENÇA DOS AÇORIANOS NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA: ALGUMAS INQUIETAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DE CRIÚVA	915
<i>Alvoni Adão Prux dos Passos</i> <i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	
LE CELEBRAZIONI DEL “XX SETTEMBRE” TRA GLI IMMIGRATI ITALIANI NEL RIO GRANDE DO SUL	930
<i>Antonio de Ruggiero</i>	
CIRANDA MUSICAL TEUTO-RIO-GRANDENSE: RELAÇÕES INTERÉTNICAS ATRAVÉS DA MÚSICA.....	945
<i>Dalva Neraci Reinheimer</i> <i>Elaine Smaniotto</i>	
V FESTA ALEMÃ DA GINÁSTICA, CANÇÕES E IDENTIDADE NO CONCURSO LITERÁRIO DE 1907	967
<i>Imgart Grützmann</i>	
COMIGRAR UMA PROPOSTA ETNOGRÁFICA DE ESTUDO DE CASO.....	986
<i>Jaqueline Lobo de Mesquita</i>	
“MELHOR FICAR QUIETO PORQUE NEGRO ALI NÃO FALAVA”: CONFLITOS ENTRE ITALIANOS E BRASILEIROS NOS NÚCLEOS COLONIAIS DO BRASIL MERIDIONAL	1002
<i>Maíra Ines Vendrame</i>	
A FEIRA É UM FESTA: ETNICIDADE, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NUMA FEIRA URBANA DE SANTA MARIA-RS	1021
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i> <i>Fabiane Dalla Nora</i>	
CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADE ÉTNICA ENTRE GRUPOS TEUTO- BRASILEIROS CATÓLICOS DE CANTO CORAL.....	1035
<i>Suelen Scholl Matter</i>	
ESTRATÉGIAS DOS SENEGALESES NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO SUL DO BRASIL	1052
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i> <i>Bruna Pandolfi</i>	

CAPÍTULO VII – COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

NEM TUDO É FESTA: REMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO NA IMPRENSA ANARQUISTA E ANTICLERICAL ARGENTINA E BRASILEIRA EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX.....	1063
<i>Caroline Poletto</i>	

IMAGENS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM PORTO ALEGRE (1945- 1955): MEMÓRIA E IDENTIDADE NAS FOTOGRAFIAS.....	1084
<i>Egiselda Charão</i>	

AS REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DO JORNAL ZERO HORA NAS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	1105
<i>Glauce Stumpf</i>	

ENTRE O CAMPO E A CIDADE: ÊXODO RURAL, MIGRAÇÕES URBANAS E A AMPLIAÇÃO DAS FAVELAS ANOS 50 NA VISÃO DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA	1121
<i>Luis Carlos dos Passos Martins</i> <i>Letícia Sabina Wermeier Krilow</i>	

A IDENTIDADE DOS IMIGRANTES TRENTINOS ATRAVÉS DO JORNAL IL TRENTINO	1140
<i>Marcelo Armellini Corrêa</i>	

“EXALTAR A JOVEM ITÁLIA”: COMEMORAÇÕES E FESTIVIDADES DE CARÁTER FASCISTA EM CAXIAS (DÉCADA DE 1930).....	1160
<i>Paulo Afonso Lovera Marmentini</i>	

CAPÍTULO VIII – FAMÍLIA, GÊNERO E CLASSE..... 1177

A PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DE FRIEDA D. KLOS EM PANAMBI – RS NAS DÉCADAS DE 1930-1940.....	1178
<i>Carmem Adriane Ribeiro</i>	

DO LUXO DA FAZENDA À LUXÚRIA DO CABARÉ: TRAJETÓRIA DE UMA ESCRITORA PIANISTA DONA DE UMA CASA DE MULHERES	1192
<i>Elizete Carmen Ferrari Balbinot</i>	

O PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ALEMÃES EM SANTA MARIA NO SÉCULO XIX	1211
<i>Fabício Rigo Nicoloso</i> <i>Jorge Luiz da Cunha</i> <i>Fábio Kühn</i>	

FESTAS, DANÇAS, FAMÍLIA E REMEMORAÇÕES: SÍRIOS E LIBANESES EM PORTO ALEGRE	1227
	<i>Júlio Bittencourt Francisco</i>

CAPÍTULO IX – POLÍTICAS E POLÍTICOS

DIALOGANDO COM POLÍTICOS: ARSÈNE ISABELLE E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARA O SUL DA AMÉRICA – SÉCULO XIX	1250
	<i>Marcos Antônio Witt</i>
TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE GASPAR SILVEIRA MARTINS: A IMIGRAÇÃO COMO UM PROJETO POLÍTICO AO BRASIL ..	1266
	<i>Monica Rossato</i> <i>Maria Medianeira Padoin</i>
O CÍRCULO DE BISMARCK EM PORTO ALEGRE: DA FESTA PRIVADA À FESTA PATRIÓTICA	1285
	<i>Thomas Keil</i>

CAPÍTULO X – IMIGRAÇÕES E SUAS MULTIPLAS ABORDAGENS I

A PRISÃO DE FRANZ SCHMECHEL: UMA HISTÓRIA SOBRE O TRABALHO NAS OBRAS PÚBLICAS DA COLÔNIA BLUMENAU (1867- 1872).....	1303
	<i>Mariana Luiza de Oliveira Deschamps</i>
GETÚLIO VARGAS E A IDENTIDADE NACIONAL	1320
	<i>Andrea Helena Petry Rahmeier</i>
A EMPRESA COLONIZADORA SCHMITT & CIA. E SEU COMPLEXO COLONIAL 1897-1923.....	1338
	<i>Bárbara Tereza Massmann</i>
A BIOGRAFIA DE UM IMIGRANTE: BARÃO VON KAHLDEN, HOMEM DE SEU TEMPO	1354
	<i>Carlos Eduardo Piassini</i> <i>Maria Medianeira Padoin</i>
“ACHANDO-SE RECOLHIDO À CADEIA DE JUSTIÇA DESTA VILA...”: O SUSTENTO DOS PRESOS POBRES	1370
	<i>Caroline von Mühlen</i>

EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E FÉ: REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA E NA IDENTIDADE POMERANA NO ESPÍRITO SANTO	1388
	<i>Cione Marta Raasch Manske</i>
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM COMUNIDADE: A COLÔNIA JAPONESA DE IVOTI (RS) E A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE ÉTNICA	1404
	<i>Gabriela Dilly</i>
	<i>Daniel Luciano Gevehr</i>
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG	1417
	<i>Ediane Valentini</i>
	<i>Vanucia Gnoatto</i>
ESCOLAS ELEMENTARES NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX: O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	1430
	<i>Eliane Mimesse Prado</i>
O GOVERNO BRIZOLA E A QUESTÃO INDÍGENA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1958-1962)	1447
	<i>Gean Zimmermann da Silva</i>
A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO DE VARGAS E SEUS EFEITOS NO INTERIOR DO PARANÁ: O CASO DOS LUTERANOS DE IMBITUVA (1941-1945)	1464
	<i>Janaína Helfenstein</i>
	<i>Sergio Odilon Nadalin</i>
PADRE LUIZ SPONCHIADO E O CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANO NA QUARTA COLÔNIA.....	1478
	<i>Juliana Maria Manfio</i>
	<i>Vitor Otávio Fernandes Biasoli</i>
O INTEGRALISMO E AS FRONTEIRAS ÉTNICAS EM TEIXEIRA SOARES/PR, 1935-1938	1492
	<i>Luiz Gustavo de Oliveira</i>
UHE ITÁ: O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, OS ATINGIDOS PERMANENTES E RIBEIRINHOS (1979-2012)	1507
	<i>Maico Rodrigo Cesco</i>
BRASILEIROS FALSIFICADOS: UM OLHAR SOBRE OS IMIGRANTES ITALIANOS NA CRISE POLÍTICA ENCANTADENSE NA DÉCADA DE 1920	1524
	<i>Marcos César Cadore</i>

AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE: DEMARCAÇÃO SIMBÓLICA DAS REGIÕES DE ETNICIDADE NO SUL DO BRASIL	1544
<i>Nathan Ferrari Patre</i>	
AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DO NACIONALISMO TEUTO- BRASILEIRO DO SÉCULO XIX.....	1561
<i>Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho</i>	
UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE MAÇÔNICA DA “UNIONE ITALIAN DI MUTUO SOCORRO BENSO DI CAVOUR”	1579
<i>Rafael de Souza Bertante</i>	
O PÓS-GUERRA NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ DO RIO GRANDE DO SUL (1945-1955)	1593
<i>René E. Gertz</i>	
TEORIAS DO CAMPESINATO E IMIGRAÇÃO: O CASO DOS COLONOS POLONESES	1609
<i>Rhuan Targino Zaleski Trindade</i>	
A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA PELOS (I)MIGRANTES EM PASSO FUNDO	1628
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
“OUTRA PESSOA A QUEM DEVO MUITO, FOI O MEU SAUDOSO CONCUNHADO FREDERICO MENTZ”: RELAÇÕES DE AMIZADE E PARENTESCO COMO POSSIBILIDADES DE EMPREENDEDORISMO PARA ALGUNS TEUTO-BRASILEIROS DO RIO GRANDE DO SUL	1646
<i>Rosangela Cristina Ribeiro Ramos</i>	
A PRESENÇA TEUTO-BRASILEIRA NA ECONOMIA CURITIBANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	1658
<i>Solange de Lima</i>	
LEI PARA TODOS: IMIGRANTES E A EMPRESA THE RIOGRANDENSE LIGHT AND POWER DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	1672
<i>Tamires Xavier Soares</i>	
A CORTE IMPERIAL EM PORTO ALEGRE E O DEBATE ENTRE KARL VON KOSERITZ E JÚLIO DE CASTILHOS	1686
<i>Tiago Weizenmann</i>	
A IGREJA METODISTA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	1702
<i>Vicente Martins Dalla Chiesa</i>	

CAPÍTULO XI – IMIGRAÇÕES E SUAS MULTIPLAS ABORDAGENS II

REDES SOCIAIS E POLÍTICAS NO ESPAÇO DO VALE DO SINOS.....	1720
<i>Doris Rejane Fernandes</i>	
A COLÔNIA DO PINHAL – UMA COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM ITAARA- RS	1744
<i>Adriano Sequeira Avello</i> <i>Marta Rosa Borin</i>	
A QUESTÃO IMIGRATÓRIA EM ESCRITOS DO FINAL DO SÉCULO XIX – O CASO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO	1764
<i>Angela Bernadete Lima</i>	
“RELAÇÃO DAS TERRAS QUE POSSUÍMOS NÓS ESCRAVOS QUE FOMOS DE QUITÉRIA PEREIRA DO NASCIMENTO”: EXPERIÊNCIAS DE LIBERTOS EM SÃO JOSÉ DO NORTE/RS NO SÉCULO XIX	1780
<i>Claudia Daiane Garcia Molet</i>	
A RELAÇÃO DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL COM AS COLÔNIAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA ÁREA DO RIO CAÍ (1900-1930)	1798
<i>Dalva Reinheimer</i>	
A POLÍTICA DE TERRAS COMO FATOR DE FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE NO LITORAL NORDESTE DE SANTA CATARINA.....	1814
<i>Eleide Abril Gordon Findlay</i>	
GUILHERME GAEZER NETTO: TRAJETÓRIA DE UMA LIDERANÇA IMIGRANTISTA NA REPÚBLICA DE WEIMAR	1832
<i>Evandro Fernandes</i>	
INDÍGENAS E AGRICULTORES NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: DIMENSÕES HISTÓRICAS DE UM CONFLITO TERRITORIAL	1852
<i>Henrique Kujawa</i> <i>João Carlos Tedesco</i>	
A LEITURA DA FORMAÇÃO DA COLÔNIA CAXIAS POR MEIO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS NO FINAL DO SÉCULO XIX	1878
<i>Marcus Comandulli</i> <i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	
FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL (1940-1960): TERRA, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	1888
<i>Maria do Carmo Moreira Aguiar</i>	

“O DESTINO JÁ SE TRAZ DE BERÇO”: OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES ÉTNICAS DE UM MÉDICO (DR. NICOLAU ARAÚJO VERGUEIRO – 1882-1956)	1908
	<i>Marinês Dors</i>
O ESCUDO E O RAMO DE CAFÉ: MIGRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA COLONIZAÇÃO DE MATELÂNDIA – PR	1930
	<i>Maurício Dezordi</i>
PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO LUSO-BRASILEIRAS: ESTUDO DE UMA LOCALIDADE DO EXTREMO SUL DO BRASIL ENTRE O FINAL DO SÉCULO XVIII E O INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	1947
	<i>Nathan Camilo</i>
REPERCUSSÕES DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA ECONOMIA E NO ESPAÇO SOCIAL-TERRITORIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS SÉCULOS XX E XXI.....	1966
	<i>Roberto Rodolfo Georg Uebel</i>
GIBRALTAR: <i>PUERTA ABIERTA</i> DA EMIGRAÇÃO ESPANHOLA PARA O BRASIL.....	1984
	<i>Silvia Elena Alegre</i>

APRESENTAÇÃO

Comemorar e rememorar faz parte da história da humanidade. Agradecer uma farta colheita, lembrar da morte de um grande guerreiro, festejar datas religiosas, marcar eventos traumáticos, valorizar a ação dos imigrantes pioneiros através da construção de monumentos podem ser motivos que levam à comemoração/rememoração. No ano de 2014, historiadores e demais pesquisadores das Ciências Humanas defrontaram-se com inúmeras datas comemorativas/rememorativas: os 50 anos do Golpe Militar no Brasil; os 190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul; os 100 anos da I Guerra Mundial; os 75 anos da II Guerra Mundial, os 140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o que permitiu a realização de inúmeros congressos e a publicação de livros e artigos sobre esses temas.

No bojo de acontecimentos deste quilate é que vem se realizando os Simpósios de História da Imigração e Colonização, ao qual juntou-se depois o Seminário Internacional, que neste ano teve nas “Festas, comemorações e rememorações na imigração” o seu foco e foi realizado em meados do mês de setembro (dias 24, 25 e 26 de setembro de 2014).

Nascido no ano de 1974, o Seminário foi fruto da programação das comemorações do Biênio da Imigração e Colonização. Hoje, Simpósio e Seminário Internacional ocupam um lugar importante entre pesquisadores brasileiros, estendendo-se, também, pelos centros de pesquisa latino-americanos e europeus. Seu vigor e continuidade deve-se à parceria entre o Instituto Histórico de São Leopoldo e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, onde vem ocorrendo.

Neste ano de 2014, o XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização e Seminário Internacional “Festas, comemorações e rememorações na imigração” reuniu pesquisadores vindos da Itália, do Chile, da Argentina e de diversos estados brasileiros como Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Ceará, entre outros. Estudiosos das mais diversas instituições dialogaram, então, sobre as festas, as comemorações e as rememorações no âmbito da imigração

em duas conferências, três mesas-redondas e onze simpósios temáticos. Juntamente com eles marcaram presença pesquisadores de instituições do Rio Grande do Sul, assim como alunos de graduação e pós-graduação de diferentes instituições de ensino de nosso Estado.

Através destas atividades, foi possível ouvir e dialogar sobre o tema das festas e comemorações entre os mais distintos grupos étnicos da América Latina. Da mesma forma, aspectos relacionados às rememorações estiveram presentes nestas discussões, entre os quais a questão da nacionalização e as consequentes festas cívicas organizadas, por exemplo, pelo governo do Estado Novo junto às comunidades imigrantes. As festas comemorativas do Centenário e do Sesquicentenário da imigração alemã, assim como as relativas aos 190 anos da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, comemorada em 2014, e as comemorações do Centenário da Imigração italiana se fizeram presentes nestes debates. De caráter mais político ou com uma configuração mais étnica e turística, como a *Oktoberfest*, de Blumenau, os estudos sobre festas permitem que se visualize como os descendentes de imigrantes se organizam, hoje, para marcar suas efemérides.

Além de ter as festas como pauta maior de discussão, o Seminário Internacional “Festas, comemorações e rememorações na imigração” e XXI Simpósio de História da Imigração e Colonização proporcionaram, sobretudo um diálogo sobre o patrimônio material e imaterial produzido por e sobre as comunidades imigrantes. Se a festa e a comemoração podem ser incluídas no campo do patrimônio imaterial, a construção de monumentos à imigração concretizou, em pedra, bronze ou mármore, o desejo dos descendentes de imigrantes de marcar, delimitar, eternizar a sua participação e contribuição para o desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Nesse sentido, o livro ora lançado – Festas, comemorações e rememorações na imigração – tem como objetivo trazer à luz um novo produto mas, também, ampliar o debate sobre o patrimônio, pois muito há que se pensar e agir em prol do patrimônio histórico brasileiro e latino-americano.

O Simpósio foi, portanto, uma importante iniciativa de três instituições realizadoras: o Instituto Histórico de São Leopoldo, o Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS e a Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-

Brasileiras. Salientamos, ainda, que a realização deste Simpósio e a respectiva disponibilização dos temas discutidos neste livro foram possibilitadas pelo patrocínio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul – FAPERGS.

Fica, então, o convite para uma leitura festiva mas, ao mesmo tempo, desafiadora e instigante.

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos

Isabel Cristina Arendt

Marcos Antônio Witt

CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

TRAJETÓRIA SOCIAL E MUSICAL DE UM CORAL – UMA HISTÓRIA POR SER ESCRITA

Angélica Bersch Boff*

Há 50 anos o Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre vem construindo parte da identidade da música coral do sul do Brasil, contribuindo com o cultivo, estudo, ensino e divulgação da música no país e no mundo. No início de 2014, os ex-integrantes Susana e Olavo Fröhlich, participando ativamente do cenário artístico e cultural do estado, iniciaram projetos de comemorações do cinquentenário: a realização de dois espetáculos do jubileu, o encontro de coralistas e ex-coralistas, e a elaboração da história do grupo em livro e documentário. Em abril deste ano (2014) fui contratada como profissional de história para a elaboração da pesquisa e escrita do livro. A partir deste contrato apresentamos, em primeiro lugar, um pouco do diálogo sobre o ofício de fazer história junto à comunidade leiga, que visa criar laços entre o conhecimento acadêmico e a sociedade em geral.

Em primeiro lugar, não é à toa que fazemos as referências acima aos proponentes do projeto. Se por um lado podemos nos regozijar com o fato de historiadores estarem ativos no contexto de elaboração e escrita de muitas histórias publicadas, por outro é salutar notar que estes contratantes – os coralistas do 25 de Julho – são pessoas do meio artístico cultural, conhecedores de ofícios afins, o que facilita e enriquece este trabalho, numa franca troca de experiências e conhecimento.

Já desde as primeiras reuniões com os proponentes deparamo-nos com um arquivo inteiro de documentos desta instituição reunidos e organizados ano a ano em grandes pacotes de papel pardo. Cerca de dez pacotes com todos os tipos de documentos, recordações e registros

* Professora, mestre. CNPq/UFRGS.

respectivos a este coral. O material cuidadosamente mantido não passou ainda por uma organização arquivística, mas assim mesmo nos chama a atenção o cuidado e manutenção com os documentos, em um grupo de 50 anos, pelo qual já passaram diversas gerações e cerca de 600 pessoas. Com este material e o interesse e comunicação vívido e ativo do grupo, estamos realizando a pesquisa.

No entanto, do ponto de vista do fazer historiográfico, alguns meses ou mesmo um ano não é tempo suficiente para a realização de uma pesquisa aprofundada e que aproveite todas as possibilidades apresentadas pela vasta e diversificada documentação: documentos institucionais, cartas, livros de atas e presenças, desenhos, piadas e descontração, relatos e diários de viagens, recortes de jornais que perfazem uma verdadeira coleção de imprensa, críticas de arte, programas de espetáculos, textos de apresentação de shows, publicações, fotografias, depoimentos escritos e orais que estão sendo efetuados este ano e, finalmente, a discografia completa do grupo.

Diante deste universo documental e da vasta bibliografia a ser estudada, de um lado, e de outro, do marco simbólico dos 50 anos, optamos por realizar este trabalho num espaço de tempo relativamente breve, pleiteando a conclusão e publicação do livro para início de 2015. Deste modo estamos preservando a importância simbólica da data, importância esta que se concretiza também na sensibilidade e percepção social – dos coralistas e do público – da história e do próprio objeto do livro, o Coral 25 de Julho de Porto Alegre, atual Expresso 25. Deste modo, este pode ser o primeiro de outros trabalhos e estudos sobre este coral – e também outros grupos musicais, cujas histórias estão por ser escritas.

No entanto, mesmo atendendo a prazos restritos, não abrimos mão de fazer uma história problematizada. Entre outros, entendemos que este é um diferencial entre histórias instigantes e histórias enfadonhas. Mas se faz salutar também pensar no público para quem estamos escrevendo. O primeiro público desta história é o próprio objeto de estudo, integrantes e ex-integrantes. Este público visa a reconhecer-se no livro, em sua própria história. Existe nesse processo um jogo entre o fazer de uma ciência humana, e que justamente por isso tem por objeto o ser humano, seu próprio observador. A relação que se estabelece, portanto,

entre historiador e objeto, ou entre historiador e seu “cliente” é muito mais complexa e interessante do que “criticar ou bajular”, de modo que as questões a serem colocadas também devem ser mais profundas do que isto.

Em nosso entender, este tipo de trabalho requer do historiador o exercício sensibilização para captar o espírito, o imaginário e sensibilidades dos grupos sociais que são seu objeto, e para ser compreendido nas demandas e possibilidades de seu trabalho. Com este ponto de vista, baseados em conceitos trabalhados por Pesavento e Le Goff, entre outros, estamos sempre em busca de captar as sensibilidades que perpassam a arte e as vivências do “25”¹, e poder expressar em palavras coerentes de história, os *imaginários*, as *memórias* e *sensibilidades*.

Para estes primeiros 50 anos identificamos três fases de vida do “25”, sendo que esta divisão aponta para especificidades, mas também para questões que julgamos fundamentais e que perpassaram a história do grupo. Ao ser fundado em 1964, o Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre era composto de jovens e adolescentes a partir de 15 anos, todos eles filhos de sócios do Centro Cultural 25 de Julho² desta cidade e integrantes do que chamavam a Ala Moça do Clube. Os Centros Culturais 25 de Julho existem em diversas cidades do RS, SC e PR, sendo sociedades similares entre si, instituídas no formato de clubes sociais e com o intuito de cultivar a “tradição alemã”, esta tradição teuto-brasileira que se formou com a imigração alemã no sul do Brasil. Esses centros culturais praticam também intercâmbio cultural e social, bem como apoio mútuo. A tradição cultivada pelos CC 25 de Julho tem praticamente toda sua dedicação e objetivos direcionados à cultura intelectual e artística, não a esportes como em outras sociedades também de origens alemãs.

¹ O “25”, é como este coral sempre foi apelidado e identificado internamente e também por outros grupos corais.

² O nome do Centro Cultural se refere à data comemorativa do dia da Imigração Alemã no Brasil, também conhecida por “dia do colono”. A partir daqui também usaremos CC 25 de Julho referindo-nos a Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre.

As três fases identificadas para o Coral 25 são: 1) *Um Coro Juvenil* (1964 – 1975); 2) *Um Coral maduro e erudito* (1976 – 1996); 3) *A chegada de um trem, o “Expresso 25”* (1996 – 2014). Levantamos as mesmas questões para cada uma das fases, objetivando com elas delinear o perfil do “25” em cada etapa e detectar como se deram os processos de transformação do grupo. As questões são as seguintes: 1) Quem são os integrantes do Coral 25 de Julho de Porto Alegre? Qual o seu perfil? 2) Como se processaram as mudanças deste perfil? Quais os caminhos escolhidos que geraram mudanças? Quais os motivos dessas escolhas? 3) O que o Coral 25 representa nesta época? Quem ele representa (seu público interno e externo)? Qual “imaginário sonoro do Brasil” o “25” representa?³

As perguntas que colocamos levam a respostas completamente distintas para cada época da existência deste grupo coral. As transformações pelas quais passou ao longo de seus 50 anos são uma particularidade notória e significativa deste grupo. Tanto no aspecto musicológico como social, como demonstraremos um pouco a seguir.

Um Coro Juvenil (1964 – 1975)

Inicialmente vemos um grupo de jovens das décadas de 1960 e 1970, um período muito peculiar e decisivo para esta categoria cronológica da vida – adolescência e juventude – e também para a música popular mundial. Uma época marcada por grandes movimentos culturais e políticos, com fins de resolução de problemas sociais históricos. As pessoas jovens da época se agremiavam em todo o mundo ocidental, encabeçando movimentos, muitos deles tendo por meio de manifestação e comunicação a música. Desta forma – mas não só por este motivo – jovens passaram a ser vistos e tratados como um grupo específico. Jovens e adolescentes passaram a ter identidade, tratamento direcionado a seu

³ O termo “Imaginário sonoro do Brasil” é colocado entre aspas, pois se refere ao segundo show e segundo CD do Coral no século XXI, então já denominado “Expresso 25”. Aproveitamos o título do espetáculo trazendo-o para a conotação conceitual trabalhada na História Cultural – imaginário – que está em consonância com os anseios e propostas do grupo.

comportamento, e passaram a ser estudados. E dentro deste mesmo processo, novos tipos de música passaram a ser oficialmente percebidos na sociedade, tanto do ponto de vista musicológico, social e político, sendo esta valorização positiva ou negativa: rock'n'roll, folk music ou música étnica, música popular brasileira, particularmente a institucionalizada MPB, jovem guarda – também no Brasil –, jazz, etc.⁴

Participando deste contexto maior, mas enfronhados também num contexto local de um Centro Cultural que se propunha a cultivar a etnicidade teutogaúcha, identificamos as primeiras escolhas da Ala Moça do Centro Cultural 25 de Julho: primeiro, criar um coral. Por que um coral? Um coral estava dentro das propostas institucionais de arte e cultura a que pertenciam, de um lado, o cultivo da arte da música – inclusive a erudita –, de outro, o costume do canto em conjunto tanto em “rodas de chimarrão” como em sociedades de canto.⁵ Mas um coral também envolve a “junção de muitas vozes que cantam em entusiasmo”! Esses jovens não escolheram o rock, a jovem guarda, a tropicália ou outro. Eles escolheram um tipo de música de seu meio ambiente, e que fazia sentido dentro da proposta do CC 25 de Julho: escolheram o repertório musical da tradição alemã, integrante do que seria “música étnica”. Um vasto repertório presente desde várias gerações através da tradição oral, e também do registro em livros, cartilhas e cadernos com letras e partituras de música, trazidas pelos imigrantes e, depois, mantidas por seus descendentes.

Porém, não se trata apenas tradição alemã. Eles eram um grupo de jovens em plena capital riograndense atingida pela diversidade de cultura musical popular antes referida. Sua identidade se construiu também nestes fundamentos. Segundo relatos de coralistas da época, sabemos que a inspiração para suas escolhas musicais e para o entusiasmo deste grupo inicial estava em outros movimentos de canto em

⁴ Uma explanação abrangente deste contexto cultural jovem e musical no mundo ocidental é feita por BRANDÃO; DUARTE, 1993.

⁵ Sobre estes costumes largamente praticados por grupos de pessoas que se identificam de etnia teutobrasileira, ver FLORES, H., 1983 e 1996; SCHIRMER, L., 1996; EWALD, W., 2007, entre outros.

grandes grupos jovens como o “Sing Out!” que saiu dos Estados Unidos, atravessou o oceano e chegou ao sul da América do Sul, em Porto Alegre, através da Alemanha – pátria dos avós dessas pessoas.⁶ Cada informação dessas se relaciona a uma série de questões que poderiam ser desenvolvidas. Algumas delas serão desenvolvidas no livro, outras apontadas.

É tácita a compreensão da complexidade e mobilidade dos processos que formam identidades culturais ou étnicas. Deste modo, observamos que “etnia” foi um conceito de partida para este coral, e desde sempre foi combinado com outras identidades e valores: destacadamente, juventude e sociabilidades, e o cultivo da arte. É nesse percurso que nos deparamos com a produção do primeiro LP (disco gravado) do Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre, no ano de 1968. As músicas gravadas foram extraídas do seu show “Die Jugend – A Juventude”. Um espetáculo montado para ser uma ode a esta “nova maneira de ser” e ver o mundo. Animado, alegre, porém, com músicas do repertório da tradição alemã.

É interessante percebermos alguns pontos: mesmo que grande parte do repertório seja de música alemã (as clássicas também)⁷, afirmando a almejada tradição alemã do Centro Cultural, desde sempre observamos a presença de folclore de outras tradições étnicas também. Igualmente nos documentos escritos do Coral sempre há referência ao

⁶ Este movimento juvenil congregava todos os jovens a unirem suas vozes num único canto. Estava ligado ao movimento de música étnica ou folk e à nova esquerda norte-americana. O movimento de caráter humanista e igualitário se expandiu por toda a Europa e chegou também ao Brasil. Em dezenas de línguas diferentes era cantada a música tema: “Viva a Gente”. Gravações e remasterizações da época podem ser encontradas no Youtube: <<https://www.youtube.com>>. Ver também LIMA, 2009; Revista TV Sul, 1967; ARANTES, 2009.

⁷ As músicas gravadas são “Amor in nachen”, no título, uma composição entre a língua portuguesa e alemã, “Valsa, opus 39”, de Brahms, cantado em português, “Le Defilé”, “Die Jugend”, “Russischer Vesperchor”, “Dorfmusik”, “Venise”, “A Primavera”, “Horch was Kommt vo Draussen Rein”, “Balaio”, “Acalanto”, “Lichtensteinerpolka”, “Yogueli et Vreneli”, “Doppeladler, op. 159”.

título deste show com a tradução logo em seguida “Die Jugend – A Juventude.” Na capa do LP está a fotografia de um grupo animado, e o letrreiro em português “Juventude” escrito aos moldes pretensamente psicodélicos da Jovem Guarda. Abaixo, segue o nome em letras góticas – referência ao alemão – “Die Jugend”. Ao fundo do cenário, vê-se a ponte do Guaíba, marca registrada de Porto Alegre.

Fig. 1 – Capa do primeiro LP do Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre, SP/1968.



Trouxemos a capa deste primeiro disco como um índice – entre tantos outros que temos pesquisado – de uma característica fundamental: o encontro de diversas culturas, que formaram, entre outras coisas, a identidade do Coral 25 de Julho de Porto Alegre.

Apontando para peculiaridades do grupo, esboçamos algumas conclusões a que chegamos a partir do que já foi pesquisado na documentação: ordem, cuidado, valorização de seu empreendimento são marcas presentes desde o início no grupo, assim como a disciplina. O Coral Misto 25 de Julho é um projeto que não surgiu “do nada”, como um passa-tempo de adolescentes.

Além das possibilidades de influência dos alicerces institucionais e, mesmo, familiares, da valorização de uma tradição, existe um

imaginário de disciplina e valorização de si deste grupo jovem. Desde os primeiros ensaios em 1964, isto foi muito mais do que uma roda de amigos ou, até mesmo, uma “sociedade de canto” tão presente no meio teutogaúcho. Eles tinham uma origem, bem como um objetivo. Uma intenção clara. Desde cedo, em seus registros (diários, livros-ata, livros históricos e de chamada), delineavam perspectivas para o Coral: regulamento, postos de direção, secretaria e tesouraria, espetáculos, contatos para efetivá-los, viagens, bailes e jantares para arrecadar fundos, estudo da música, conhecer o mundo, fazer amizade, levar a cultura gaúcha – do sul do Brasil.

Arriscamos pensar que essas atitudes de responsabilidade e valoração tenham relação ainda com uma geração das décadas de 1940 e 1950, que foi criada para já ter responsabilidades e atitudes adultas no período cronológico que, posteriormente, se caracterizou como juventude, dependente dos pais, ainda no direito de apenas estudar. No entanto buscamos ainda estudos nos quais respaldar esta ideia.

Paralelamente a este rigor e disciplina e, à medida que o tempo avança e os coralistas tornam-se, de fato, adultos, observamos que se afirma e se evidencia mais e mais uma outra característica igualmente marcante do “25” até a atualidade, que é a ludicidade. Tudo sempre foi feito em meio a brincadeiras, cantos, lazeres, piadas, rodas de chimarrão, etc. Desde ensaios, até a organização de viagens com cultura e lazer, as circulares internas, livros de presença, as partidas e chegadas, o preparo dos shows, os churrascos, bailes e galeto de domingo, o encontro entre amigos e amores, o conhecimento de novas pessoas, turmas e amizades. Havia – e há – uma combinação interessante entre disciplina, atividade e ludicidade. A seriedade e a organização não dispensam o prazer e a leveza. Ao contrário, ambos caminham conjuntamente. Ao nosso ver o aspecto lúdico traz leveza também para a arte deste grupo, e para o próprio desempenho em cena. Vemos esta como uma questão fundamental pois, além de revelar uma peculiaridade do perfil deste grupo, contribui para a desconstrução do mito do alemão sério e rígido. E é neste ponto que se abre uma brecha para também percebermos no repertório musical alemão a doçura da palavra e da melodia germânicas.

Ainda – e sempre – considerando a flexibilidade e mobilidade do conceito de etnia e grupo cultural, o “25” também apresentava e

representava – como outros grupos musicais e/ou sociais do sul do Brasil – uma integração explícita entre as artes identificadas como alemã e gaúcha. Sobretudo, adentrando a década de 1970, vemos um grupo cujo espetáculo representava muito mais aspectos do sul do Brasil do que uma idealizada tradição alemã. O repertório e as cenas de palco passaram a ser integrados intensamente pelo folclore e música popular gaúchos. Inicialmente o espetáculo era integrado também com danças do folclore alemão, onde alguns dos próprios cantores se apresentam com “trajes típicos” alemães, dançando e encenando.

A partir da primeira tournée à Alemanha em 1971, começa a aparecer como preocupação, levar para fora o folclore e a cultura teutogaúchos. O show “exportado”, então, organizava diversas canções do repertório gaúcho e não apenas alemão, de modo a formar uma história em que se contava como era a vida no sul do Brasil. À medida que a história era narrada, slides eram apresentados e o coro cantava as músicas que se encaixavam nessa história narrada. Para fazer um quadro completo, tudo era encenado e dançado pelos artistas.

A seguir trazemos uma fotografia do show levado à Alemanha em 1971, reproduzida em um calendário de 1980. Ou seja, este caráter do “25” se perpetuou por longos anos, e foi divulgado amplamente, em diversos meios de comunicação e países. Trata-se de um calendário divulgado no Chile pelo “Verein Deutscher Lehrer in Chile”. O texto do calendário diz: “... durante a bem sucedida excursão de 1971. Ficou bem clara a harmônica síntese entre a cultura alemã e sul americana, apresentada pelo Coral.”⁸

⁸ As informações e a tradução constam junto ao calendário, arquivado pelo Coral 25 de Julho.

Fig. 2 – Calendário de 1980, com fotografia de 1971, divulgado em centro de tradição alemã do Chile.



Fig. 3 – Show do “25” apresentado na Alemanha em 1980.



Fig. 4 – Show do “25” apresentado na Alemanha em 1980.



O show montado e levado à terra de origem dos integrantes tem aspectos riquíssimos a serem abordados. A despeito das invenções de tradições e estéticas, esta foi uma arte e estética cultivadas e apreciadas por essas e outras pessoas. Espetáculos como este, além de serem apresentados constantemente aqui no Brasil e em Porto Alegre, foram levados diversas outras vezes ao exterior, com ampla repercussão e aceitação, a deduzir dos relatos em diários de viagens, cartas, das seguintes viagens realizadas a partir dos contatos feitos, e também de publicações locais, como a ilustração abaixo.

Fig. 5 – Parte de artigo publicado na revista alemã *Globus*, 12, Janhrgang . Heft 1 – 1980. Matéria de capa, pgs. 12 e 13.



A publicação é referente à viagem realizada em janeiro de 1980, já no que consideramos a segunda fase de vida deste coral. Aproveitamos para lembrar que estas divisões são meramente didáticas, servindo-se de apontamentos marcantes. Não há rupturas bruscas, as mudanças ocorridas nas cinco décadas do “25” foram marcantes e, muitas vezes, fundantes, mas não abruptas, e nunca rompendo com a identidade do grupo.

Portanto, esta primeira fase se caracteriza por um grupo jovem que cultivava música folclórica (ou étnica), representando algumas tradições étnicas do RS – sejam estas inventadas ou reinventadas, porém cultivadas aqui. Pode-se reparar o encontro desta primeira fase e da segunda, também na própria apresentação cênica do conjunto, em que vemos nas ilustrações acima, lado a lado, trajes folclóricos e os “típicos” figurinos de corais dos anos 80: as longas túnicas, todas iguais, que acompanharam o “25” nos próximos anos.

À medida que a década de 1970 avançava estes adolescentes e jovens crescem, famílias começam a se formar até mesmo dentro do “25” e, após a passagem de três importantes regentes que com carisma marcaram este tempo, aos poucos vemos surgir um caráter mais erudito e sério no repertório, que se desenha inclusive a partir do repertório gaúcho e alemão.

Um Coral maduro e erudito (1976 – 1996)

Dos estudos feitos até aqui, delineia-se que a ênfase no viés artístico-musical do grupo fez com que fosse procurado e escolhido pelos integrantes um novo regente, em 1976, com trabalho de traços nitidamente eruditos: Nestor Wennholz, que assumiu o “25” em 1976. A busca de aprofundamento dos estudos de música e voz recaiu sobre a escolha de um maestro que na mesma época regeu também outros importantes corais de tendências eruditas, como o Coral da UFRGS. A partir deste momento, o “25” aprofundou os estudos de técnica vocal com Decápolis de Andrade⁹, e o conhecimento de um repertório clássico – ou

⁹ Outro personagem de importância no cenário da música em Porto Alegre nos anos 1980.

erudito – de maior complexidade musical, bem como uma diversidade de escolhas musicais, passando por temas diferentes e distantes de nosso dia a dia, como é o caso da música renascentista. Esta foi uma escolha, no sentido de que para o imaginário daquelas pessoas, aprofundar o conhecimento e produzir uma música mais complexa passa pelos caminhos da erudição e do clássico. Poderia passar por outras músicas também, e talvez eles mesmos tivessem essa consciência, mas o “25” identificou-se com uma incursão pelo clássico.

Com Nestor Wennholz houve a formação e preparo de regentes dentro do próprio “25”, quando alguns integrantes coordenavam ensaios de “naipes” de vozes, portanto, pequenos grupos.¹⁰ Foi nesta época também que o “25” atuou juntamente com corais como UFRGS e OSPA, ambos de cantores dedicados ao estudo da música. Nessas parcerias foram realizados grandes espetáculos de óperas e música erudita, algumas compostas ou arranjadas por Nestor Wennholz. Analisamos como exemplo um programa do concerto da OSPA, do qual participou o 25 de Julho em 1980.

No programa constam obras eruditas de compositores teutogaúchos como Roberto Eggers e Nestor Wennholz, juntamente com obras tradicionais do repertório clássico europeu. Nesta “parceria” dos concertos, e também no texto do libreto das obras gaúchas, é clara a inclusão destes nossos compositores e de uma nova música erudita, gaúcha, no rol de músicas clássicas renomadas. Música gaúcha e contemporânea, feita aos moldes clássicos de um poema sinfônico, por exemplo.

A inserção da tradição e música gaúchas no cenário erudito já vinha se constituindo a partir da década de 1930 e depois 1950, com as óperas de Roberto Eggers “Farrapos” (1936) e “Missões” – 1950, concluída e estreada em 1980, com participação do coral 25 de Julho.

¹⁰ Conforme o depoimento escrito da ex-integrante e regente Maristela Zancan, *“E o trabalho crescia. Tínhamos então vários monitores de naipes, a quem nosso Nestor ensinava noções de regência, aulas que foram extremamente proveitosas para mim. Fazíamos ensaios em quartetos, fazíamos aulas de leitura no recesso de verão.”* (ZANCAN, M. 2014.)

Estas obras estão em consonância com o repertório musical de caráter clássico-gaúcho que foi baluarte do “25” da década de 1980. O terceiro LP do coral, “Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre”, gravado entre 1979 e 1980 pode ser considerado um marco deste perfil. Um repertório com importância musicológica, colocando este coral no nível técnico e artístico dos grandes corais do país – e do mundo – e também de grande destaque histórico e cultural. A tradição gaúcha acaba ganhando ênfase criativa nos pagos brasileiros do sul. Uma história e uma tradição que foi levada para fora do RS e do Brasil através da música erudita.

Contudo, a marca germânica não deixou o coral. Permaneceu no repertório e no dia-a-dia da língua alemã presente em tudo, desde as piadas registradas nos documentos até declarações formais como o relato que segue:

A estréia do show realizar-se-ia no CC 25 de Julho no dia 05/01, já com os uniformes novos, tanto do coral como do grupo folclórico. Na oportunidade, o Vice-presidente Administrativo, Sr. Arlindo Mallman parabenizou o grupo pelo nível da preparação, e lembrou ao coral a sua importância como representante e mensageiro do Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre *em terras da pátria-mãe daqueles pioneiros que construíram o movimento '25 de Julho' no Brasil.* (RELATÓRIO, 1980. Grifo meu).

É interessante acrescentar que uma das músicas do terceiro LP é “Nach der Heimat” – Voltando para a pátria – fazendo referência ao *Heimat*, à Alemanha como terra natal, e corando com uma despedida alemã na canção “Abschiedslied” – Canção de despedida. É lógico que isto, principalmente quando cantado para os alemães na Alemanha, emociona, ao remeter as sensibilidades à história, aos seus ancestrais – tanto de teuto-brasileiros como de alemães – de uma maneira épica e, de certo modo, romântica, após mais de um século de lutas pela vida.

As canções desta fase são notoriamente sérias, se comparadas com aquele, outrora, grupo juvenil em seu espetáculo “Die Jugend”. Como aponta o título, tratava-se de um coro maduro, representante da música vocal sul-riograndense, com integrantes que estudavam e ensinavam música inclusive nas Universidades, que compunham e/ou atuavam junto às grandes instituições da música erudita – OSPA, UFRGS, etc.

Mas o espírito social do grupo, delineado desde seus fundamentos, permanecia. A disciplina misturada à criatividade lúdica, a tradição musical alemã na música e também nas linguagens, o fortalecimento de laços de amizade e convívio internos, que então se afiguravam claramente também com a formação de novas famílias, a partir de casais de coralistas. A parte da dança foi deixada de lado. Avançando na década de 1980, o 25 de Julho passou a ser um coral de presença cênica mais tradicional, como outros, apresentada igualmente na uniformidade do figurino – as costumeiras túnicas que se tornaram praticamente sinônimo de “coral” no Brasil da década de 1980.

A propósito, este padrão de coral foi fortemente construído e afirmado pela presença de outro fenômeno surgido na década de 1960, os Festivais. Particularmente, Festivais de Coros, ao longo das décadas de 70 e 80 se tornaram quase que o motivo de existência de corais. *“O objetivo maior era preparar cantos para apresentar nos Festivais e, então, concorrermos entre nós, para ganhar premiações de quem seria o melhor coral”* – lembra Olavo Fröhlich – *“... Como se arte pudesse ser avaliada dessa forma! É algo tão subjetivo... e então, o que acontecia é que ninguém tinha um espetáculo preparado com coerência artística. Era apenas cantar um canto depois do outro”*, complementa o cantor (FRÖHLICH, O., 2014). Críticas artísticas à parte, esta foi uma forma importante de se levar adiante a integração e trocas culturais e sociais entre milhares de jovens e adultos, e o cultivo da música coral, que teve forte apoio institucional na criação da Federação de Coros do Rio Grande do Sul – a FECORS – entidade que promovia, divulgava e apoiava esta arte.¹¹

Após Wennholz, quem assumiu o 25 de Julho foi Manfredo Schmiedt, maestro ligado à OSPA. Durante cerca cinco anos o “25” atuou diretamente junto à OSPA – tanto orquestra como coral – tendo sido

¹¹ A história da FECORS está intimamente ligada à história do Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre. Seus integrantes sempre fizeram parte da direção da FECORS e também encabeçaram as atividades, promovendo, assim, a música coral no estado. As realizações da FECORS quase que se desdobram numa outra história que, no entanto, se entrecruza sempre com o “25”.

marcantes grandes obras do repertório clássico como Carmina Burana e sinfonias de Beethoven.

A chegada de um trem, o “Expresso 25” (1996 – 2014)

Com a saída de Manfredo Schmiedt para estudos no exterior, fez-se necessária nova escolha. E foi precisamente neste momento de escolha regencial que o Coral se coloca a pergunta mais uma vez: “Que rumos tomaremos?” E, para uma resposta: “Quem somos nós?” “Qual o perfil do Coral 25 de Julho de Porto Alegre?” Para esta escolha, olhares e ouvidos estavam atentos, pesquisas, busca de conhecimento de diferentes formas de trabalho e propostas de estilos de música. Naquela altura, o “25” buscava retomar sua identidade: que tipo de música os representa¹², diferenciando-os de outros corais, particularmente aqueles grandes corais clássicos com quem vinham trabalhando. Foi neste ambiente que, em 1996 os integrantes do “25” conheceram o trabalho do regente uruaio Pablo Trindade.

Ali iniciou-se um novo processo de transformação que, como toda transformação com bases sólidas leva algum tempo para se definir. Inicialmente se manteve algo do repertório erudito de música sacra, inclusive gravado no seu sétimo disco, agora em CD, “Música Coral Brasileira”. Mas com certeza não foi este o motivo da escolha da nova regência. O trabalho de Pablo Trindade, que conquistou o “25” foi Suíte Montevideo, apresentado num festival. Uma vez assumindo este Coral, Trindade iniciou um trabalho de pesquisa da música brasileira, do grupo que tinha sob sua batuta, e de um projeto para este grupo.

¹² Atentos aos anseios dos coralistas à época, escolhemos usar o termo “representa”, fazendo também referência ao conceito de representações da História Cultural. Lembrando que as escolhas – no caso, musicais – foram feitas de acordo com valores, gostos e o tipo de música com que este grupo se identificava no momento, de modo que esta música se tornou uma representação escolhida por elas para expressar suas sensibilidades, o imaginário e o ideário que formam sobre música.

Somente no início do novo século – o XXI – iniciaram-se os ensaios para o que viria a ser o espetáculo “Expresso 25 – MPB Vocal em Cena”, que mostraria um Coral completamente transformado.

Era mais um dia de ensaio. Havia algum tempo que sentíamos cheiro de mudança no ar. Corria um zum-zum-zum sobre um novo espetáculo. O maestro já tinha dado algumas pistas, com aquele seu jeito brincalhão e misterioso. Tentávamos imaginar o que seria: um espetáculo sobre a história da MPB, algo com coreografia, músicas novas, novos solistas, música erudita, contemporânea, dança? Mas não chegamos nem perto daquilo que se descortinou para nós naquela noite. (LÖW, M. 2014)

Esta é parte do depoimento de uma ex-integrante que, à época dessa transição era bem jovem. Há dois aspectos sobre identidade neste período. O primeiro se refere à nova escolha musical, e o segundo às novas questões sociais que permeiam o grupo. Já desde a década de 1980, e de modo crescente, observamos a presença significativa de outras descendências no grupo, que não a teutobrasileira. Por fim, a distância com a “etnia alemã” se completa com a escolha de um regente também de origem latina e, com se não bastasse, não brasileiro. Assim como a diversidade “étnica” desponta, também se evidencia a diversidade etária. Se o 25 de Julho nasceu como um grupo jovem, que cresceu e se tornou adulto nos anos 80 e 90¹³, agora nos anos 90 e no século XXI temos integrantes dos 16 aos 70 e tantos anos. Alguns primeiros integrantes permaneceram, vieram seus filhos, e vieram outras pessoas, e filhos de outras pessoas... Numa grande diversidade étnica e etária, mas todos com um norte: o cultivo da arte.

E foi neste ponto que Pablo Trindade colaborou para renovar e, mesmo transformar o “25” num trem, como se brinca, “Expresso 25” que

¹³ Durante toda sua existência, as admissões sempre estiveram abertas para pessoas a partir dos 16 anos de idade. Do mesmo modo, a diversidade etária foi sempre uma constante. No entanto, é fácil perceber a característica juvenil da primeira década e, posteriormente, a predominância de adultos no “25”.

vem traçando “*mudanças para quem vai e quem fica...*”¹⁴. Este foi o tema do novo show do coral. Um show com preparo cênico completo: música – e não apenas voz – ritmos, expressão corporal, dramatização de personagens, luzes, novas concepções de palcos, criatividade abundante em arranjos. Tudo isso trabalhado em conjunto e com o apoio de profissionais de outras áreas como, por exemplo, a coreógrafa Carlota Albuquerque. Segundo Susana Fröhlich, uma das grandes contribuições desta inovação, em termos sociais, foi que agora, “... *cada um de nós se sentia um artista! Não éramos mais uma voz perdida entre muitas, mas tínhamos identidade, éramos um personagem, éramos um integrante único.*” (FRÖHLICH, S. 2014). E o repertório musical do grupo voltou a ser mais popular, porém com o refinamento e complexidade eruditos. Quem sabe, o surgimento de uma nova música brasileira, não totalizante deste imenso país, mas também brasileira. Desta nova fase surgiram profícuas parcerias com artistas de outras partes do Brasil, outras etnias, e outras “partes” da música como Hermeto Pascoal, Aline Morena e Celso Viáfara, cuja profundidade artística não remete aos cânones eruditos.

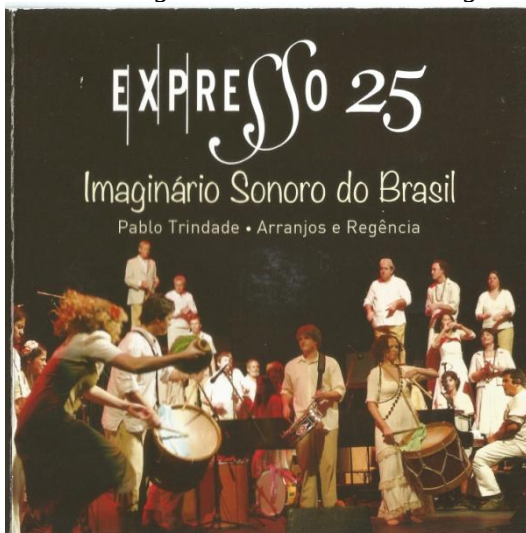
Principalmente sobre esta última fase, nosso estudo está por ser realizado ainda. No entanto já podemos apontar que com o Expresso 25 se busca novas formas na expressão de vozes em grande grupo (cerca de quarenta pessoas). Este grupo nos passa a impressão de que tendo quase tudo sido criado em canto coral, nos deparamos com a possibilidade e necessidade de criar novas formas para a voz em grupo.

De outra parte, se pensarmos a história das artes ocidentais como um todo, observamos que houve um momento histórico preciso de necessidade de separação da música, da dança, do teatro, da ópera... e depois da música coral, e instrumental... Um momento de institucionalização, definição, teorização destas artes, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em alguns termos, já no início do século XX se buscou a

¹⁴ “Expresso 25” é o nome do primeiro grande espetáculo composto por este maestro. O show conta diversas histórias pessoais a partir da observação do cotidiano numa estação de trem que leva e traz pessoas e suas histórias, bem como mudanças de vida. O trecho de frase citado foi extraído da música tema deste espetáculo.

reintegração destas e outras artes – também as plásticas. Finalmente, entre várias outras propostas que começam a surgir, o Expresso 25 se nos afigura como um grupo que visa integrar as linguagens artísticas numa única cena. Não só na cena, mas sobretudo no conhecimento, estudo e vivência desses artistas.

Fig. 6 – Capa do CD Imaginário Sonoro do Brasil, gravado em 2007.



A foto é de uma cena do espetáculo, dando uma ideia do arranjo cênico que o grupo assumiu desde Expresso 25.

Conclusão

Poderíamos arriscar e dizer que temos nesses 50 anos, um andar dialético de um coral que iniciou jovem e popular, com uma apresentação inusitada, totalmente inovadora à época, integrando canto, dança, encenações, narrativa, e a sensação tecnológica de então: a apresentação de slides. Posteriormente, este grupo se tornou adulto, mais exigente, buscando complexidade musical e aprofundando seus estudos através do clássico. E, finalmente, este coral reencontrou suas raízes da integração das artes, da jovialidade de integrantes, porém, com mudanças profundas, como todo movimento dialético: uma criação artística muito mais complexa e profissional, e uma diversificação étnica e etária enriquecedora.

Referências e fontes citadas

ARANTES, Mariana O. *O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos através da música folclórica (1945 – 1960)*. Anais do V Congresso Internacional de História, Maringá, 2009, pp. 737-748. Issn 2175-4446 (on line).

BRANDÃO, Antonio C.; DUARTE, Milton F. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1993.

Cantando em Bando. Gravado sob encomenda de Celso Viáfora, 2012. CD

Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre – São Paulo: Odeon, 1979. LP

Die Jugend – A Juventude – São Paulo: Odeon, 1968. LP

Expresso 25 – MPB vocal em cena. 2003. CD

EWALD, Werner. “... seguindo as canções”: cantos de diáspora de imigrantes europeus no Brasil. Revista Em Pauta, Porto Alegre, vol.18, n.30, pp.65-91, jan/jun de 2007.

FLORES, Hilda A. H. *Por que cantavam?* In.: GERTZ, R.; FISCHER, L. A. *Nós os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Pp. 89-92.

Gaicho Sing-und Tanzgruppe auf ihrer Deutschland-Tournee umjubelt. Revista Globus, 12, Janhrgang . Heft 1 – 1980. Pp. Capa, 12 e 13.

Imagário Sonoro do Brasil. Porto Alegre: Disc Press Com. Fonográfico, sob encomenda do Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre, 2007. Gravação ao vivo. CD

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LIMA, Helder S. *As canções de protesto e o ativismo político nos Estados Unidos entre 1960 – 1966*. Curitiba: Monografia de conclusão de curso de História/UFPR, 2009. Disponível em: <www.historia.ufpr.br> acessado em set/2014.

Música Coral Brasileira. Rio de Janeiro: Sony Music, 1997. CD

PESAVENTO, Sandra. *História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo*. In.: PESAVENTO, S. et alii. *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

_____. *Nação e região: diálogos do 'mesmo' e do 'outro' (Brasil e Rio Grande do Sul, Século XIX)*. In.: Pesavento, S. (org) *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PROGRAMA – Temporada Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, 1980.

RELATÓRIO anual – período: Julho/1979 a Agosto/1980. Coral Misto 25 de Julho de Porto Alegre/Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre.

SCHIRMER, L. *Um legado maior*. In.: GERTZ, R.; FISCHER, L. A. *Nós os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Pp. 108-112.

Sing Out! Pôrto Alegre – o despertar da juventude. Revista TV Sul, ano 5, n.97, 14 a 28 de agosto de 1967. P.1.

WEYER, Alberto Pirajá. *Apresentação do Libreto “Missões” – Ópera em 3 atos. Música de Roberto Eggers, libreto de M. Faria Corrêa*. Porto Alegre: Livraria do Globo, s/d.

A COLÔNIA BELLA VISTA – UM ESPAÇO CONSTRUÍDO PELAS PRÁTICAS SOCIAIS

Cleusi Teresinha Bobato Stadler*

A identidade italiana e a Colônia Bella Vista

Este estudo, ou parte de um capítulo teórico, vem discutir a formação da Colônia Bella Vista, no interior da cidade de Imbituva/PR, como um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos. Com a finalidade de explicar como um grupo de imigrantes construiu uma territorialidade e um sentimento de identidade de grupo, através de seu cotidiano e patrimônio cultural, precisamos entender a relação entre os conceitos de região, imigração e identidade.

Essa colônia será analisada no contexto da Imigração Italiana, na Freguesia de Santo Antonio de Imbituva, de 1896 a 1910 quando Imbituva foi elevada à categoria de cidade. O enfoque principal deste estudo será o cotidiano – alimentação, agricultura, moradia, religião e casamentos que são de fundamental importância para conhecermos a organização socioeconômica, a religiosidade, a produção cultural e a territorialização desta colônia. Procuraremos verificar como os imigrantes italianos recriaram o espaço como produto social e lugar de relações da sua terra de origem, na Colônia Bella Vista, bem como quais dessas ações foram transformadas em função da imigração.

Estudar o cotidiano é uma grande possibilidade de recuperar outras experiências comuns e subjetivas, de problematizar o vivido pelos sujeitos, de criticizar os valores sociais cristalizados, as instituições

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História. Mestrado em História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Campus Irati/PR.

culturais e históricas, nos afirmam João Carlos Tedesco. Segundo este autor, estudando o cotidiano, pode-se recuperar diferentes dimensões da experiência, fazendo aflorar a multidimensionalidade que constitui o social e a cultura popular.

Ao identificarmos as práticas cotidianas dos colonos italianos ou de seus descendentes na Colônia Bella Vista, pretende-se estabelecer os vários espaços que formam uma “região”, ou seja, como na visão de Certeau, espaço como lugar praticado, identificando o espaço religioso, familiar, econômico (agricultura), festivos (casamentos), na qual se desenrolam as práticas cotidianas, interculturais e étnico-raciais.

Os colonos italianos ou seus descendentes produziram o território, através de suas práticas cotidianas, centradas na policultura de subsistência e no trabalho familiar em pequenas propriedades. Inicialmente eles adquiriram a posse e depois construíram a propriedade particular e familiar da terra, onde produziram suas identidades e características, adaptando-as as que trouxeram de seus ancestrais da Itália. O imigrante italiano consagrou e impôs seus valores sociais, culturais, religiosos, seu modo de agir, de vivenciar as práticas cotidianas, no espaço por ele construído, ou seja, ele construiu o seu próprio “habitus” perante outros grupos sociais e os reproduziu. É possível através de determinados elementos, como a territorialidade construída, os laços familiares, as práticas religiosas, as práticas econômicas, as festividades, criar uma identidade, e através desta, os diferenciar de outros grupos já estabelecidos.

Em vários estudos e escritos sobre identidade e memória, nos deparamos com frases como: “a identidade é essencial para a manutenção da memória coletiva ou individual”; ou, “a memória estrutura e organiza mental e simbolicamente a identidade dos povos” (GUÉRIOS, 2012, p.26). Portanto, ao estudar um grupo imigratório italiano, devemos percebê-los como um grupo, cujo contato com outros, no caso os moradores imbituvenses, será responsável por gerar diferenças e identidades próprias, produzindo até mesmo sua própria memória coletiva ou individual. A identidade se manifesta no confronto estabelecido com o outro, ela se elabora, constrói e se atualiza na interação entre os indivíduos e seus grupos.

Os imigrantes italianos formaram sua identidade ao longo do tempo, mediante processos conscientes e inconscientes. Como nos coloca Stuart Hall, a identidade não é algo acabado, está sempre em andamento. Primeiramente os imigrantes se identificaram como estrangeiros, depois é que se assumiram como imigrantes italianos, por causa da comunidade paranaense que os recebeu desta forma. Porém esse processo não se deu de forma rápida, foi construído de forma lenta.

Ao se instalarem na colônia Bella Vista, esses imigrantes reconstruíram suas vidas de acordo com referenciais socioculturais que trouxeram da sua região de origem, atribuindo aos seus valores o significado do que era ser “italiano”, pois, trouxeram consigo o seu modo de vida, seu cotidiano, trabalho, religiosidade e valores que transmitiram aos seus descendentes. São essas características e valores que formam a sua identidade enquanto grupo italiano. Mas temos que tomar cuidado, para não entendermos essa identidade, como uma transmissão fiel e pronta de seus valores da Itália, pois no Paraná e na Colônia Bella Vista, sua identidade vai sendo transformada e adaptada aos valores locais e regionais.

Para alguns autores como Castells, a identidade é construída e reconstruída a partir de determinantes simbólicos. Dessa maneira, os imigrantes e seus descendentes construíam sua identidade, quando fizeram uso de determinados signos culturais para perpetuar seus valores e marcar a diferença para com os outros grupos. A utilização desses valores como a culinária, a religião, a família e o trabalho, serve para rememorem a lembrança de uma terra que ficou para trás e, assim, marcar a diferença com outros grupos sociais. À medida que se estabeleciam em sua colônia e ao reafirmarem sua diferença com os brasileiros, eles vão aceitando o que inicialmente era uma maneira de ver dos brasileiros, sua identidade italiana. Passam a se identificar como italianos, ou melhor, como ítalo-brasileiros.

Trabalhar com a identidade deste grupo torna-se difícil devido sua heterogeneidade, mas pretende-se através da memória de seus descendentes, identificar as vivências e representações culturais que contribuíram para a formação desta identidade, neste grupo que se estabeleceu na Colônia Bella Vista.

Sabemos que existem variações nos relatos acerca da vinda dos imigrantes italianos ao Brasil. No momento da imigração os elementos que são registrados por cada pessoa parecem variar de acordo com o seu momento de vida e sua preocupação em mente. Isto quer dizer que, as lembranças registradas por cada indivíduo de um grupo, no momento de um dado evento, pode ser diferente, pode variar conforme a preocupação que ocupa a mente de cada pessoa, consequentemente o registro destas lembranças serão diferentes para cada indivíduo ou grupo que partilha da mesma situação ou vivência.

Algo similar ocorreu com os imigrantes italianos que se dirigiram ao Brasil, sua viagem foi registrada de múltiplas formas por diferentes participantes já no momento em que ocorria. Cada pessoa que viveu aquele momento lançou um olhar específico sobre aquele evento que acontecia e contou de uma determinada forma. Sendo assim, cada depoimento do passado é diferente do outro. O olhar dos pais e avós que vivenciaram essas viagens da Itália até o Brasil é diferente do olhar de seus filhos, pois os mesmos não tinham as mesmas preocupações e anseios que seus pais tinham. Dessa forma, detalhes lembrados pelos filhos não foram destacados pelos pais e avós. Paulo Renato Guérios nos fala que “a posição que um determinado sujeito ocupa em uma configuração social é um dos fatores que gera diferenças e semelhanças na produção e no relato de lembranças” (GUÉRIOS, 2012, p.50).

As lembranças podem sofrer também as influências do presente. Isto quer dizer que a cada momento presente o passado se encontra um pouco modificado. Podemos dizer que as lembranças dos imigrantes italianos da Colônia Bella Vista, não são as mesmas do momento em que saíram da Itália¹, são lembranças de seus descendentes que escutaram de seus pais e avós, isto quer dizer, que seu registro é modulado por questões do presente de seus descendentes. O registro do passado não é como um registro de computador que jamais se altera, ao contrário, a lembrança que uma pessoa ou um grupo evoca de um dado instante de sua existência

¹ Os italianos que vieram para a Colônia Bella Vista em sua maioria saíram da Província de Treviso e da cidade de Castelo Di Gôdego.

deve parte ao registro do que foi feito no passado, e parte à situação do presente.

Parece impossível evocar uma lembrança que seja uma cópia exata daquilo que originalmente ocorreu. Para Halbwachs, “uma lembrança é sempre uma reconstrução do passado, visto que as noções que permitiam o surgimento de determinada percepção deixam de existir em outros momentos” (HALBWACHS, 1976, p.91). Para ele, elementos diversos interferem nas lembranças e nas experiências vividas, as pessoas com que se convive, os interesses e gostos que elas têm neste momento, as figuras e objetos que alimentam sua imaginação. Portanto, a lembrança é uma combinação do que aconteceu no passado com o que está se vivendo no presente, ou seja, quem se lembra de um evento do passado a um dado instante de sua vida gerará significados novos para esse evento de acordo com a situação presente, gerando, de fato, um passado novo a cada instante – um passado em movimento.

É importante destacar que o grupo social dos imigrantes italianos da Colônia Bella Vista, em sua maioria é proveniente quase exclusivamente do Vêneto e assim constituíram sua cultura imigrante, mas, também ligadas a uma cultura em geral, pois selecionaram seus santos, canções, lendas, danças e ritos dentro de um repertório comum da cultura popular italiana. Esses imigrantes tinham uma origem comum (camponeses), com características peculiares, que na formação da nova sociedade tiveram que ser readaptadas e incorporadas às características do local e da sociedade já estabelecida.

Para compreender a formação de parte da identidade coletiva desse grupo de imigrantes italianos, pretende-se destacar alguns aspectos que diferenciam sua identidade: a família e seus vínculos, a religiosidade e as práticas culturais (alimentação, festas e casamentos). O primeiro aspecto, a família (ou as relações familiares) porque é nela que se estrutura o grupo e se estabelece as relações sociais com os demais. Também é na família, geralmente numerosa entre os italianos, que se procura controlar as influências externas. A família constituía-se no alicerce principal entre os italianos. Havia um respeito mútuo entre pais e filhos, e as reuniões familiares eram motivos de muita alegria e festas. O segundo aspecto, as manifestações religiosas, porque sintetizam valores e crenças do mundo camponês italiano. Dessa forma, a igreja se

constituiu em espaços de exteriorização das práticas culturais (alimentação, festas e casamentos) e de socialização das pessoas. Dessa maneira, observamos que estes aspectos reforçam os valores familiares e religiosos, que são referências muito importantes do mundo rural de onde esses imigrantes são oriundos.

Através destes aspectos se pretende verificar quais são as estratégias utilizadas pelo grupo imigrante italiano para a construção de sua identidade coletiva, na sociedade imbituvense ao formarem a Colônia Bella Vista. Como ocorreram as formações familiares na colônia imigrante, o impacto da imigração na redefinição dos arranjos familiares. O papel da religião como elemento de identificação e recriação sociocultural da terra de partida. Os aspectos e costumes que faziam parte das famílias italianas, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Aspectos da presença cultural imigrante nas regiões próximas à colônia, da arquitetura das casas, igrejas. E as maiores heranças culinárias deixadas por este povo, a importância do vinho e da “polenta” na culinária italiana, o que eles representavam para os italianos, que outros pratos e hábitos alimentares foram trazidos por eles e consumidos por nós brasileiros.

Das aldeias da Itália à Colônia Bella Vista: imigração e construção da colônia

Para destacarmos a construção da Colônia Bella Vista enquanto espaço construído é importante compreendermos a ideia de região com significado cultural para os sujeitos históricos dentro de um processo histórico. O que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história, as ações sociais. Sabemos que o termo “região” possui uma infinidade de significados. Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos propõe pensar região como:

Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar de subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar em região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o

jogo do pertencimento e do não pertencimento. Fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p.55-67).

Portanto, o sentido de região aqui proposto, vai muito além apenas do espaço físico, territorial, mas é um sentido onde o historiador deve estar atento para as lutas de poder, as estratégias do governo, o poder político estabelecido, os projetos de domínio e de conquista que fizeram parte da instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites das regiões. É um sentido em que a região deve ser vista nas particularidades de quem a vivencia, a reconhece, de quem a pratica. A região é uma construção cultural, não apenas uma realidade natural, econômica ou política. Ela é um espaço vivido, praticado, como diria Certeau, são as ações dos sujeitos em determinado lugar.

Para Albuquerque Júnior, a região é um espaço de disputa, uma construção de sentidos, é algo criado e reelaborado ao longo do tempo pela ação humana, de tal forma que acaba parecendo natural. O termo região pode ter várias significações que diferem segundo a intenção de seus emissores, mas de modo geral, representam um espaço de disputas e de investimentos de sentido.

Portanto, no presente estudo aborda-se a Colônia Bella Vista, enquanto espaço construído e sua territorialidade, como invenção, investigando-se as práticas discursivas que contribuíram para a construção desta colônia. Destacar não apenas seus aspectos físicos, delimitados geometricamente, mas considerar o espaço como algo construído como produto da ação humana. A região sendo analisada de forma subjetiva, expressa em gestos, em modos de vestir, de se alimentar, de beber, de dançar, de andar, enfim, o modo de vida, as ações praticada, o cotidiano dos sujeitos que habitaram a colônia.

Devemos pensar região em constante movimento. É um procedimento de desconstrução de sua existência naturalizada, é interpretar as relações de poder e do saber, que cristalizam e dão contorno a um recorte espacial e regional. É destacar as práticas discursivas e não discursivas, que contribuíram para formar uma identidade regional. É estabelecer novas possibilidades de significação, nomeação e representação desta região. É tomar a região como resultado de múltiplas

práticas produzidas pelos sujeitos. É enfim, ver a região como elaboração e principalmente como o resultado de simbolismos e significados.

Nesta perspectiva, objetiva-se compreender como os imigrantes italianos viveram o processo de mudança de sua terra natal, como foram influenciados pelo discurso regional e da colonização dirigida do Estado do Paraná, e também como através de suas ações sociais e culturais, construíram uma região de colonização no Paraná. Dessa forma, pretende-se estudar o êxodo dos imigrantes camponeses da Itália, a política imigratória do Brasil nesse período, o seu estabelecimento nas colônias paranaenses dentro de um quadro de mudanças, políticas, econômicas e sociais e como construíram a Colônia Bella Vista no interior de Imbituva/Pr, como uma região de colonização.

Mesmo que a formação desta colônia esteja relacionada ao contexto da política imigratória do Estado do Paraná, ela pode ter elementos diferenciados em sua constituição. Teremos que responder, como eles reagiram ao contato com um território totalmente diferente daquele onde viviam e em contato com outros brasileiros ou mesmo estrangeiros que aqui já haviam se estabelecido. Quais os recursos de suas disposições adquiridas (de seu *habitus*) os italianos mobilizaram frente às dificuldades que viveram quando se instalaram nesta colônia, e de que diferentes formas o fizeram. Ao responder essas questões, iremos nos deparar com o que Bourdieu via na sociedade que os outros não percebiam, os códigos, signos, hábitos e os alicerces que governam o mundo dos pensamentos e ideias.

Em síntese, o termo “região” possui uma infinidade de significados, mas de maneira geral, demonstra um espaço de disputas e de investimentos de sentido. Portanto, a Colônia Bella Vista será vista como um espaço de múltiplos investimentos semióticos vivenciados pelos imigrantes italianos. Esses sentidos perpassam os espaços vivenciados pelos italianos, desde sua partida da Itália até sua chegada aos Campos Gerais do Paraná e na formação da Colônia Bella Vista.

A imigração italiana, o Paraná e a Colônia Bella Vista

Os fluxos imigratórios italianos ocorreram entre os anos de 1870 a 1902. A segunda metade do século XIX foi marcada por profundas

mudanças na sociedade europeia, que afetaram principalmente o grupo italiano que era majoritário naquele momento, ou seja, os camponeses.

O lado expulsor da Itália se explica pela forma como ocorreu a penetração do capitalismo no campo, a expansão demográfica e a impossibilidade da economia italiana absorver toda essa população. Nesse sentido, as regiões do Vêneto, mais especificamente as pequenas propriedades, tornaram-se sinônimo de pobreza e miséria socioeconômica. Outros fenômenos acompanhavam o cenário de miséria entre os italianos: a peste, as doenças, a má alimentação e as péssimas condições de higiene. A miséria social e econômica vivida pelos pequenos proprietários camponeses na Itália contribuiu para que um grande contingente de pessoas imigre para a América, pois ficam fragilizados com a perda de suas propriedades, de seus pertences e também de seus familiares.

Para a Itália a imigração era uma necessidade no fim do século XIX, a fim de que os que ficassem no país encontrassem trabalho. Desse modo, era como se fosse imposto um sacrifício a uma parte do povo italiano a fim de que os que ficassem na Itália pudessem ter campo para viver e progredir, ou para aumentar a renda dos que permaneciam. Sendo assim, da Itália, partiram mais de 27 milhões de italianos para diversos países no mundo, principalmente para o Brasil.

A partir de 1875 observou-se a entrada de grande número de imigrantes italianos no Brasil, quando se intensifica programas políticos de abertura e incentivo à mão de obra estrangeira para as lavouras de café em São Paulo e colonização das terras do Sul do país. Essa possibilidade de aquisição de terras atraiu um grande número de pessoas para regiões agrícolas. Formaram as colônias agrícolas, sendo estas, divididas em lotes, os quais eram entregues um para cada família.² Os lotes rurais seriam pagos mediante a produção e comercialização de excedentes agrícolas produzidos na própria colônia.

² Esses lotes eram adquiridos por meio da compra, pois, a partir de 1854, com a Lei de Terras e Colonização de n.601 de 1850, proibiam-se as aquisições de terras por qualquer meio que não fosse à compra. Esses lotes a partir de 1851 eram de 48,4ha e a partir de 1889 eram de 25 ha.

Os estados que mais receberam imigrantes italianos em seu território foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esses imigrantes que se dirigiram para a região sul do Brasil, entre 1870-1920, na sua maioria eram da região do Vêneto, onde o eixo de sua produção eram os cereais e os vinhedos.

No Paraná os imigrantes italianos se estabeleceram em regiões próximas ao litoral e Curitiba. A partir do ano de 1875 o Paraná recebeu um número significativo de imigrantes italianos. O objetivo da vinda desses imigrantes para o Paraná era a colonização e a formação das lavouras de subsistência e o estabelecimento de uma população de agricultores no vasto espaço entre os Campos Gerais, o Vale do Iguaçu e Guarapuava. Buscava-se fortalecer a cultura do mate, a madeira e o gado – os principais produtos da economia da província. No Sul da Província Paranaense, através da compra de terras, os imigrantes formaram suas colônias e dedicaram-se a agricultura, extração da erva-mate e da madeira.

Embora criadas no mesmo momento, as colônias estabeleceram formas de organização social, condizentes com cada grupo que nelas se estabeleceu e com a interação que esses grupos fizeram com a população brasileira. Algumas colônias mantiveram a cultura de seu país de origem por mais tempo, enquanto outras sofreram mais rapidamente um processo de integração com a população paranaense, perdendo aos poucos seus traços culturais.

A trajetória dos diferentes grupos de imigrantes vindos da Itália foi marcada por significativas diferenças. Uma dessas diferenças foi a colonização em regiões mais afastadas da capital, sobretudo nos municípios de Palmeira, Ponta Grossa, Santo Antônio de Imbituva, São Mateus do Sul, Rio Azul, Mallet, Irati, Cândido de Abreu, União da Vitória, Prudentópolis. É neste contexto que destacamos a imigração italiana com a instalação de famílias na Colônia de Bella Vista, interior da então Freguesia de Santo Antônio de Imbituva, em 1896. Esta Freguesia fundada em 1871 fazia parte dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava, onde a vegetação era de campos, com ocorrência de araucária nos faxinais.

Nestas áreas de campos, várias comunidades foram se estabelecendo gradativamente, para o desenvolvimento da pecuária e sua

comercialização, a partir do século XVII. A abertura de novas estradas que interligavam esses campos intensificou essas atividades econômicas e foi fundamental para o desenvolvimento da atividade tropeira. Coube aos fazendeiros campeiros articular as unidades produtivas pecuaristas e do extrativismo da erva-mate e da madeira, ao mercado mundial, ou seja, produzir e movimentar a comercialização destas atividades, sendo que mais tarde, já no século XIX e XX, vão ser auxiliados pelos imigrantes europeus.

Juntamente com o desenvolvimento do tropeirismo e do extrativismo do mate e da madeira, ocorre à chegada dos imigrantes europeus ao Paraná e aos Campos Gerais. Nos Campos Gerais, poucas terras foram arrendadas para o plantio, a maioria delas foi vendida aos imigrantes que chegaram da Europa. Essa venda ou arrendamento de terras gerou grande parte da riqueza da camada latifundiária dos Campos Gerais.

Segundo Mimesse e Maschio (2006), a década de 1890 foi marcada por um grande desenvolvimento econômico nas colônias próximas a Curitiba, pois foram instaladas algumas fábricas e alguns estabelecimentos comerciais, como o moinho de fubá, a ferraria, a serraria, o primeiro forno de calcário e a primeira olaria.

Nos locais onde os imigrantes se instalaram, cultivavam cereais, verduras, vinho, entre outros. De suas colônias localizadas no interior, dirigiam-se à cidade para a venda do excedente de sua produção e de outros produtos como manteiga, queijo, doces, ovos, entre outros. As outras duas atividades principais desenvolvidas por esses imigrantes foram o cultivo da erva-mate e a extração da madeira.

Tanto nas cidades quanto no campo estão dentro deste contexto muitos imigrantes italianos, pois nem todos tiveram condições de comprar lotes de terras e construir suas propriedades, muitos tiveram de procurar alternativas de trabalho e se dedicarem a outras profissões que não dependessem exclusivamente da terra.

A Colônia Bella Vista situada no interior da Freguesia de Santo Antônio de Imbituva foi formada em 1896, quando algumas famílias italianas com a possibilidade de comprar uma grande área de cultivo, saem dos arredores de Curitiba, compram terras do governo e

estabelecem a colônia. Segundo MOLETTA (2007), Giacinto Moletta e sua mulher, Maria Gabardo, constituíram uma das famílias pioneiras da Colônia Bella Vista. Junto à família Moletta, veio a família de Marziale Bobbato e Giuseppe Alessi, que anteriormente haviam se estabelecido em colônias próximas a Curitiba.

Marziale e Giuseppe, insatisfeitos com o local onde residiam, partiram para o interior em busca de outras terras. Marziale Bobbato e Giuseppe Alessi encontraram uma área de aproximadamente 1.800 alqueires e distante uns 15 km do núcleo urbano de Imbituva para a implantação da nova colônia. O motivo de terem se deslocado para a região de Imbituva, pode ser a informação obtida no LV87, p. 360, inscrição de número 225 do Livro de Registro de Terras, a qual remete a uma compra de terras por João Bobbato, irmão de Marziale:

João Bobbato, residente na Ribeira, compra com cultura affetivo [sic] e morada habitual há mais de dois anos, situado no lugar denominado Ribeira. O terreno em seu todo deve ter quarenta alqueires mais ou menos, sendo parte cultivada, plantação de milho, feijão, fumo, criação de animais e mais benfeitorias. 2-9-1895. Comprou em 1893 no dia 29 de agosto. Villa de Santo Antonio de Imbituva. Vendedor Generozo Teixeira da Cruz. João Bobbato pagou 1 conto e oitocentos mil reis referente a 6% de “SIZA”. Cento e oito mil réis, pagamento feito em 7-8-1893. (MOLETTA, 2007, p.143).

Quando as primeiras famílias ali se estabeleceram foram construídos provisoriamente, como nas demais colônias, ranchos pequenos, cobertos com folhas de xaxim e palmeira. A primeira grande tarefa dos colonos foi o início do desmatamento de pinheiros centenários. O diâmetro das araucárias era tão grande que para abraçá-los, eram necessárias cinco pessoas. A derrubada dos pinheiros era difícil pela improvisação das ferramentas. Após derrubá-los o mais trabalhoso era colocá-los em carroças para o transporte. Limpar a área para o cultivo das primeiras culturas foi uma tarefa que causou muito desgaste e tempo aos colonos.

Feita a estrutura básica na colônia foi possível iniciar o processo de recebimento de inúmeras famílias, ora mencionadas em ordem alfabética: Affornalli, Beraldo, Benanto, Bressan, Binni, Dal Santo, Dalla

Rosa, Fabbris, Gatto, Gasparello, Guilherme, Marconato, Moletta, Montani, Menon, Scorsin, Sturaro e Zampieri, entre outras, todas da região vêneta, no norte da Itália.

A colônia foi batizada com o nome de Colônia Italiana Bella Vista. Sucessivamente foram chegando à colônia outras famílias e, em 1900, o número delas era de aproximadamente 40 famílias, estimando-se um total de 150 habitantes. Os colonos relatam que a terra era fértil, adequada para a plantação de arroz, batata doce, batata inglesa, cebola, centeio, feijão, fumo, melancia, milho, trigo e uva. A rotina era como nas demais colônias, de muito trabalho e pouca diversão.

Para suprir as dificuldades e necessidades do convívio em uma organização, foi realizada uma reunião para discutir a possibilidade da criação de uma sociedade, a qual se ocuparia da compra de um terreno para a construção da capela e do cemitério. Os detalhes foram acertados entre os colonos, e um dos sócios, sensibilizado com a situação, prontificou-se a doar uma área de terras que serviu para a construção do cemitério, da casa mortuária e da futura capela de Nossa Senhora do Carmo.

Bella Vista foi fundada por pessoas que não tinham encontrado oportunidades nas colônias existentes nos arredores de Curitiba, sendo necessário um estudo mais detalhado sobre a formação desta Colônia e as tradições culturais de seus descendentes, que será desenvolvido ao longo do projeto da Dissertação.

O conceito de “habitus” de Pierre Bourdieu na construção da Colônia Bella Vista

Os imigrantes italianos estabelecidos na Colônia Bella Vista eram camponeses e assim passaram a fazer o que sabiam – agricultura. Passaram por dificuldades no início com sua adaptação ao local, clima, aproveitamento do solo e determinar quais culturas eram próprias para o plantio. Organizados em lotes rurais, adquiridos através da compra, esses imigrantes passaram a se socializar com seus próprios compatriotas durante a travessia nos navios, nos barracões provisórios e na própria colônia, e assim compartilhavam também das mesmas dificuldades. O fato de a grande maioria ter migrado em famílias favoreceu tanto o

processo de enraizamento na sociedade imbituvense como ofereceu maiores condições de preservar sua cultura, seu ethos camponês, enfim seu habitus.

Como camponeses esses imigrantes da Colônia Bella Vista precisavam interagir com os imbituvenses para poderem vender na cidade seus excedentes de produção e comprar os produtos que não tinham na colônia. Essas necessidades econômicas tanto favoreceram os laços de afinidade com os moradores da cidade, como também foram fundamentais para fazer crescer a colônia com o entrelaçamento das famílias através dos casamentos e da transmissão de seus usos e costumes.

De acordo com Bourdieu, o habitus, “constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração dos grupos ou das classes” (BOURDIEU, 2013, p. 41). Isto quer dizer que o habitus estabelecido entre os imigrantes e a sociedade já existente no local, surge das relações de afinidade de comportamento, das estruturas e dos condicionamentos sociais. Nesse sentido, ele vem como um princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, utilizados pelos italianos de forma inconsciente no agir e pensar dentro da Colônia e no convívio com os moradores, ou seja, em seu meio social. Todos nós somos produtos do nosso meio e prisioneiros de uma forma determinada de ação. Esse habitus influenciou no seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que foi reproduzido, mesmo que nem sempre de modo consciente.

Nas palavras de Schneider,

(...) o *habitus*, presente em um determinado meio, produz práticas que só podem ser explicadas segundo a conjuntura, a qual é resultante e percebida por aqueles que compartilham o código. Com efeito, o *habitus* pode ser considerado como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, comuns a todos os membros de seu grupo e que constituem a condição de toda a percepção do mundo. O *habitus*, diz Bourdieu, *é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de*

*percepção e apreciação das práticas (...)*³.(SCHNEIDER, 2001, p.31).

Dessa forma, podemos observar a Colônia Bella Vista como uma região na qual o *habitus* representa as práticas cotidianas de seus sujeitos, ou seja, seus moradores criaram um sistema de ações, de percepção e apreciação dessas práticas que foi repassada aos demais grupos que conviveram com esta colônia inconscientemente. Nossa maneira de pensar, agir, sentir é determinada pelo que incorporamos do mundo social, ajustadas a esse nosso mundo. Portanto, a prática – o *habitus* – é como adquirimos, compreendemos e nos inteiramos das estruturas sociais e como praticamos aquilo que adquirimos na prática. É dentro deste contexto de construção de uma realidade social através das práticas sociais cotidianas que se pretende sanar lacunas nos estudos da formação da Colônia Bella Vista.

O estudo da Colônia Bella Vista vem mostrar a lógica das práticas que é organizada pelo *habitus*. Desde seu nascimento o indivíduo se depara com uma estruturação sócio-familiar que vai determinar sua socialização e um conjunto de capitais – cultural, econômico, social e simbólico – que vão servir de pré-disposições na constituição do sujeito social, na construção de uma identidade criada socialmente. Na Colônia Bella Vista o determinante desta identidade não está apenas na questão econômica dos grupos estabelecidos, mas sim na produção cultural, na instrução religiosa, educacional, familiar, às ligações de amizade e conhecimento com outros grupos e famílias, as aptidões para o estudo, o gosto pela leitura e pela arte. Portanto, o conjunto de capitais acima estão relacionados ao *habitus* enquanto princípio organizador da ação prática, formando uma economia das práticas simbólicas.

Determinadas condições, certos referenciais, como os desejos, as motivações, emoções, sentimentos formam a identidade de um indivíduo ou de um grupo a que pertence. Assim se constitui determinados *habitus*, bem como, a classificação em um determinado grupo ou classe social a partir dele. É a vivência, a cultura, formada pelos valores, normas,

³ Grifo do autor.

tradições e costumes que dá o sentido de pertencimento a um grupo e considerados pelo indivíduo como legítimos por serem aprovados pelo grupo social.

Portanto, segundo Bourdieu, são as práticas constituídas socialmente, conforme esquemas de percepção e de ação no mundo que estruturam um grupo social ou formam a identidade de determinados grupos sociais. O *habitus* é então, a articulação entre os indivíduos e o mundo social a que estão submetidos. Dessa forma, os capitais – culturais, econômicos, sociais e simbólicos, são socialmente construídos, distribuídos, formando disposições e sistemas de classificação dentro do próprio processo de produção das práticas sociais.

Considerações finais

No decorrer deste estudo constata-se que o objetivo principal da pesquisa é analisar a formação da Colônia Bella Vista, no contexto da Imigração Italiana, como um espaço físico, mas principalmente como um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos, destacando-se no cotidiano da colônia a alimentação, agricultura, moradia, religião e casamentos. Um espaço construído pelo seu *habitus*, pelas suas práticas sociais, pelo seu cotidiano, ou seja, espaço produzido pelas sujeitos históricos a partir de suas ações sociais e culturais.

O imigrante italiano construiu sua territorialidade, mas acima de tudo criou um laço afetivo com esse espaço, formando sua comunidade, seus saberes comuns, sua identidade, consagrou e impôs seus valores sociais, culturais, religiosos, seu modo de agir, de vivenciar as práticas cotidianas, ou seja, ele construiu o seu próprio “*habitus*” perante outros grupos sociais e os reproduziu.

Conclui-se, que através de um conjunto de elementos da prática cotidiana dos imigrantes italianos é possível identificar a identidade desse grupo, pois muitos desses elementos deixam aceso na memória das pessoas os acontecimentos históricos, a sua origem e a forma como foi ocupada tal região. Sendo assim, pretende-se estudar e valorizar a identidade deste grupo social italiano, para que a cultura dos imigrantes da Colônia Bella Vista, seus saberes, práticas, hábitos e costumes, sejam realmente as riquezas desta etnia, passadas de geração a geração.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

PRADO, Eliane Mimesse e MASCHIO, Elaine. Imigrantes italianos nas províncias de São Paulo e Paraná: diferenças e semelhanças no desenvolvimento dos núcleos coloniais. *Revista InterSaberes – revista científica*. Curitiba. v.1, n.2. Julho/Dezembro 2006.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Os Senhores da Terra: Produção de Consensos na Fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História da UFPR, Curitiba, 2001.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiências e narração*. Passo Fundo: UPF/Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *O Poder Simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *A Imigração Ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

HALBWACHS, M. *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976 [1925].

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PELOS CAMINHOS DE TAQUARA DO MUNDO NOVO: REVELAÇÕES ATRAVÉS DO ESTUDO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL.

Doris Rejane Fernandes*

Resumo: Pelos caminhos do Mundo Novo é resultado do trabalho com o patrimônio histórico material e imaterial realizado no período de 2011-2013 por solicitação do Ministério Público de Taquara. No entanto este levantamento mostrou as ligações que abarcavam um espaço envolvendo os atuais municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha e Três Coroas, Rolante e Riozinho. Este espaço no passado compreendeu a Fazenda do Mundo Novo renomeada conforme os projetos nela desenvolvidos até formar os atuais municípios. A partir do Inventário do Patrimônio Histórico Material e Imaterial foi possível mapear caminhos, contatos, economia e cotidiano desta área. Lideranças e investimentos, projetos em diversos períodos temporais afloraram através da investigação do patrimônio histórico tanto material quanto imaterial, ora revelando ora confirmando afirmações históricas. O patrimônio é visto como testemunho da história destas localidades.

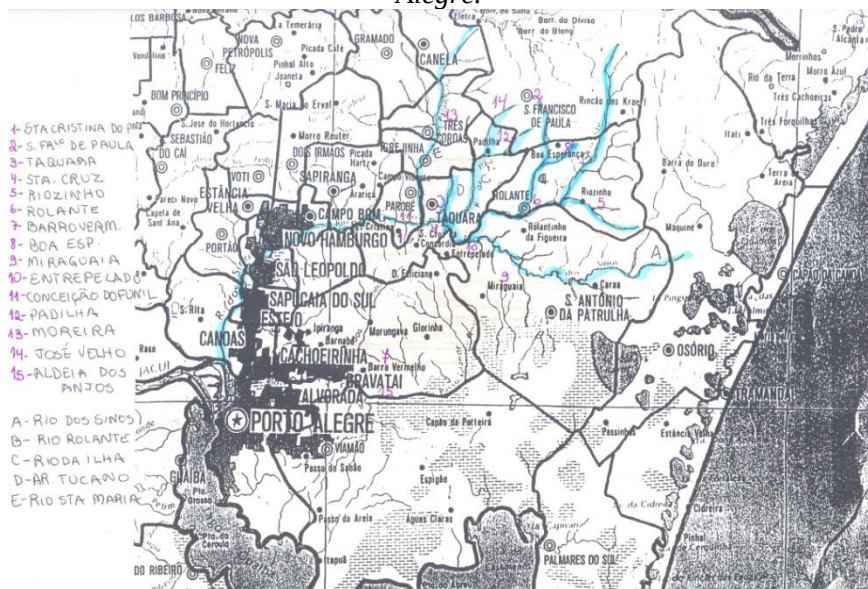
Palavras-chaves: Patrimônio, história, sociedade, circulação, economia.

Taquara é um município da região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, onde sua área inicial abrangia seis municípios atuais. Em 2011 o Ministério Público de Taquara, a Prefeitura Municipal de Taquara e as Faculdades Integradas de Taquara assinaram um convênio para realização do Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural de Taquara. O resultado desta parceria foi um catálogo, apresentando o levantamento do patrimônio de Taquara. A partir dele foram realizadas atividades pedagógicas, turísticas, de produção histórica e de DVD sobre o patrimônio do município,

* Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT; Instituto Histórico de São Leopoldo.

envolvendo a comunidade. Este artigo apresenta um dos resultados da pesquisa histórica para o Inventário Patrimônio considerando os caminhos que levam para o norte, sul, leste e oeste.

Mapa das localidades do Vale do Sinos e parte leste da Grande Porto Alegre.



Entendemos patrimônio como o lugar de fazeres sociais, espaço privilegiado de conflitos e de constituição de memórias coletivas. Este patrimônio é possuidor de múltiplas características e história da sociedade. Daí a importância da ampliação da noção de preservação, possibilitando que o patrimônio seja apropriado materialmente por diversos grupos, que lhes dará usos, possibilitando que outros grupos que não as instituições hegemônicas preservem suas identidades e poderes a partir da identificação de patrimônios próprios.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e

viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹

O patrimônio aqui relatado contém modos de fazer e viver expressos em edificações e vias de circulação. Formam um conjunto amplo que abarca mais de uma cidade pelo passado comum, pois compunha primeiro uma fazenda, depois um loteamento ocupado com colonos evoluindo para um município da qual posteriormente formaram novos municípios (Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Rolante, Riozinho). Este patrimônio é portador de uma identidade dos formadores da sociedade taquarense. Formam um conjunto portador da referência histórica local e regional.

O Estatuto da Cidade estabelece atribuições para a União e os Municípios. Como competência comum da União, dos Estados e dos Municípios compete a proteção aos documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais; impedir a evasão, a destruição e a destruição de bens de valor histórico, artístico ou cultural². O mesmo documento apresenta a incumbência aos municípios de promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local³. O Estatuto da Cidade complementa a Constituição Brasileira e estabelece diretrizes para a proteção, manutenção e divulgação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural.

Em 2007, a Carta de Taquara, documento elaborado e assinado pelas entidades envolvidas em atividades do I Seminário Regional Desafios Ambientais do Cotidiano no item V sobre Patrimônio Cultural estabelece a realização do inventário cultural do município e a vigilância

¹ Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II: Cultura, art. 216.

² Estatuto da Cidade, Disposições Constitucionais, Capítulo II: Da União, Art. 23, inciso III, IV.

³ _____, Capítulo IV: Dos Municípios, Art. 30, inciso IX.

pública e comunitária para a preservação do patrimônio cultural. O município através de entidades representativas da sociedade programam a implementação da preservação patrimonial previstos na Constituição Federal quanto no Estatuto da Cidade.

A previsão da realização do inventário dos bens patrimoniais no seminário regional seguem a legislação maior e resultado do pensar regional, legitimando a pesquisa e a elaboração de um catálogo dos bens históricos, arquitetônicos e culturais da cidade de Taquara. É coerente com o conceito de paisagem ambiental envolvendo o aspecto cultural do ambiente. A comunidade se manifesta através de sites na rede internacional de computadores, nas páginas da mídia impressa e falada sinalizando para um posicionamento cidadão e identitário dos moradores de Taquara que pensam e consideram os mais variados pontos da questão da preservação do patrimônio. Os agentes sociais locais encontram-se ligados com as origens, com a memória e a identidade da comunidade a qual pertencem. Ao lançar seus registros fotográficos e memórias (lembranças) deixam registrado, bens da qual são herdeiros.

Patrimônio e história

O espaço que abarca os atuais municípios de Taquara, Rolante, parte de Riozinho, Igrejinha, Três Coroas e parte de Parobé constituíam a área da fazenda do Mundo Novo. Este foi o núcleo inicial destes municípios. A Fazenda dedicava-se a criação de gado, ao cultivo de algumas sementes, a extração de madeira e servia de residência de veraneio para a família Leães. Com a venda em leilão da área, para encaminhamentos do inventário pelo falecimento do possuidor, a fazenda passou a Tristão Monteiro. Este abrirá loteamentos que serão adquiridos por colonos alemães e iniciarão o período que resultará no tão lembrado desenvolvimento de Taquara. Se lançarmos um olhar retrospectivo aos primeiros anos do século XX, Taquara em 1915 foi uma das cidades de maior movimento comercial das que se avizinhavam a Capital. A produção agrícola (feijão, milho, arroz, batatas) e artesanal (uniformes militares, roupas, bolachas, carnes, derivados do leite, farinhas, aguardente) abastecia Porto Alegre no século XIX.

O comércio entre Taquara e Porto Alegre possuía uma via dupla. Ao raiar do século XX, exportava para a capital os produtos da

agricultura e da manufatura, vindo a destacar-se no estado na produção de feijão preto, farinha de mandioca, bebidas, batata inglesa, alfafa, milho e lentilha e importava os gêneros necessários para a população como o sal, enlatados, café em grão, tecidos e confecções, artigos de perfumaria e bazar e etc. Através desse comércio ocorreu um desenvolvimento econômico para Taquara que aparece entre os municípios de maior crescimento de Receita entre os anos de 1912 e 1925, mas matinha ainda sua peculiaridade de produtor rural aparecendo em 1920 entre os municípios de destacada produção agrícola no Rio Grande do Sul.⁴

Do século XIX permaneceram dois testemunhos: a Casa Vidal (próxima a prefeitura de Taquara) e até dezembro de 2013 a casa de enxaimel da rua Federação (a mesma foi demolida por seu comprador). Com desenvolvimento comercial e agroindustrial de Taquara no século XX as atividades culturais e sociais, como o Clube Comercial, fizeram parte do cotidiano taquarense. A maioria dos prédios residenciais, comerciais e de autarquias públicas da rua Tristão Monteiro e do centro da cidade é a externalização da memória coletiva da sociedade que aqui se desenvolveu e retrata a pujança da economia do período.

Objetivos e metodologia

O levantamento para a realização do inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural de Taquara objetivou identificar os bens materiais e imateriais que passaram a compor o acervo taquarense até 1960 do século XX. Esta identificação torna possível a preservação, a divulgação e a valorização do acervo que se destaca em Taquara, nos Vales do Paranhana e do Sinos. O levantamento inventarial permite entender a diversidade de sentidos que o patrimônio apresenta, possibilitando múltiplas falas e experiências pertencentes não a um indivíduo, mas ao conjunto da sociedade. Diante da pesquisa podemos identificar as ruas pela sua história e ampliar com estes conhecimentos a noção de preservação, vinculando patrimônio com memória e permitindo a apropriação destes por diversos grupos. Desta forma novas

⁴ FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. p. 138 .

possibilidades de usos e de conservação tendem a fazer parte do contexto urbano e social, apoiados pelas instituições oficiais previstas na Lei. Foram utilizadas fontes documentais de natureza diversa (orais, escritas e ilustradas), reconhecendo o papel das diferentes linguagens, agentes sociais e contextos envolvidos na sua produção.

Com o acervo documental foram desenvolvidas atividades pedagógicas através do projeto PIBID, de Seminários realizados entre 2012 e 2014, envolvendo acadêmicos e comunidade em geral; produção pelo corpo discente do curso de História, de material de divulgação como o mapa do patrimônio de Taquara e um DVD com as informações históricas, arquitetônicas e localização de cada componente inventariado. Ao observar o corpo documental, aspectos históricos se apresentam e aqui são denominados de os caminhos de Taquara.

Os caminhos de Taquara

O levantamento do patrimônio que apresento tem revelado aspectos da história municipal. São os caminhos de Taquara, utilizados no final do século XIX e início do século XX. Denomino caminhos porque são traçados deste comércio, das áreas de produção, de transporte e de circulação que através de marcos testemunhais arquitetônicos, comerciais e culturais permitem traçar rotas utilizadas para os contatos internos e externos, incluindo região, cidades e localidades. Os caminhos identificados são denominados como do trem, do litoral, da saúde, para a serra e do Passo do Mundo Novo que apresento a seguir.

a) O caminho do trem

Os trilhos eram as estradas percorridas pelos trens e no seu entorno foram se estabelecendo inúmeros estabelecimentos, tanto comerciais quanto residenciais, corporativos e de logística. Em Taquara, o trem foi responsável por um incremento na urbanização com a ampliação da área urbana e estabelecimento de nova área de acesso, de comércio e industrialização. A Rua Tristão Monteiro em sua parte oeste é paralela aos trilhos e contato com a área central, onde se localiza o centro administrativo e econômico de Taquara.

Os prédios construídos possuíam duas entradas: a voltada para a Rua Tristão Monteiro e outra para os trilhos. A primeira dava acesso às pessoas em geral que prestavam ou usavam o serviço do estabelecimento, seja como depósito para a produção colonial ou fabril, quanto para aquisição de mercadorias através de casas comerciais. A segunda era a entrada de frente para os trilhos onde dos vagões se carregavam ou descarregavam os suprimentos.

A viação férrea era o acesso para o mundo porque ligava a região às estações da serra e em direção ao “stadt” (capital/cidade). Por ela circulavam pessoas, mercadorias, animais, máquinas, produção agrícola... Tudo que era produzido na localidade quanto o que era necessário para seu desenvolvimento e manutenção.

Como a estrada de ferro era uma das portas de Taquara no seu entorno foram se estabelecendo inúmeros serviços que eram responsáveis pela logística, abastecendo Taquara, fazendo circular a produção local e seus moradores. Desta forma a Rua Tristão Monteiro foi ganhando importância, deixando de ser somente uma picada de ligação entre as colônias da Santa Rosa e Santa Maria.

A estação férrea de Taquara foi inaugurada, oficialmente, em 15 de agosto de 1903, mas segundo relatos o trem já funcionava em 1902. Talvez este funcionamento tenha ocorrido para testes ou mesmo na construção da estrada. Próximo à estação se localizavam os armazéns e atacados que possuíam acesso direto aos trilhos para facilitar o carregamento e o descarregamento das mercadorias.

Na Rua Tristão Monteiro, como continuação do acesso pela estação, foram construídas casas de riqueza arquitetônica, estabelecimentos industriais e comerciais tanto ao longo da continuação da via ou em cruzamentos. Para os visitantes ou pessoas a negócios ou em tratamento de saúde havia o serviço das pousadas e hotéis, sendo uma delas na esquina da Rua Tristão Monteiro com a Rua Ernesto Alves: a Pousada Jaeger.

Ao longo da via pública também temos casas de importância que eram apenas para moradia, como, por exemplo, a Casa dos Utz, Casa dos Comasseto, Casa dos Rangel e a Villa Ernestina. As casas de comércio que desenvolveram com o trem são inúmeras, dentre elas a Casa

Dienstmann e a de Leopoldo Fritscher (LF), por exemplo. Na Rua Tristão Monteiro não havia somente comércio, mas também indústrias o que facilitava o escoamento da produção devido a proximidade com o trem. Uma dessas indústrias era a Fábrica de Bebidas Emílio Hermann e a seralheria dos Comasseto. Outra indústria de importância nas proximidades do trem era a Fábrica de Conservas Invicta na Rua Ernesto Alves.

A Rua Ernesto Alves era um importante local para estabelecimentos comerciais como o de Edwin Brusius e o fotógrafo Preuss, este responsável pela produção fotográfica de Taquara e vizinhanças.

Pela via férrea, o trem fazia a ligação mais rápida com a serra e a área de veraneio em Gramado e Canela. Os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços se estabeleciam nas proximidades da via férrea devido à facilidade de acesso, transporte e circulação de pessoas, mercadorias e da produção local. A história, os caminhos e os prédios construídos confirmam esta afirmação.

b) O caminho do litoral

Como Taquara se localiza entre o interior, a serra e o litoral ir para o leste não significava seguir para a praia. Além do mar, outras localidades eram procuradas para contatos comerciais, familiares, de produção e de lazer. A Rua Guilherme Lahm era um destes caminhos que poderiam levar os transeuntes para localidades como Tucanos, Morro Alto, Rio da Ilha, Rolante, Riozinho, Barra do Ouro ou Torres. Através da casa comercial da Família Aguiar, localizada no outro extremo da estação férrea, era o ponto de chegada e saída para o leste. Neste ponto colonos, caixeiros viajantes, tropeiros transitavam, se reabasteciam e descansavam. Há relatos de que embaixo da figueira os animais e seus condutores descansavam para seguir o trajeto. Comercializavam a produção e buscavam as mercadorias que iriam abastecer o litoral norte. A casa comercial fornecia ferramentas, tecidos, café e sal para ilustrar. Esta via passou a ser uma rua que cruza a cidade de leste a oeste, sendo uma das opções para ir ao interior do município e para os antigos caminhos do interior ao litoral.

c) O caminho da saúde

O atendimento médico e odontológico apresentava dificuldades como em todo o Rio Grande do Sul no início do século XX. O primeiro médico a instalar-se com uma clínica de saúde nos moldes modernos foi o Dr. Czeremck. Outro médico vindo de Santa Cristina do Pinhal atendia num consultório próximo aos trilhos, mas sem possuir local específico para tratamento dos doentes. Na década de 1930 e depois na de 1940 foram construídas novas casas de saúde. A modernização, a urbanização e o desenvolvimento de Taquara oportunizaram o atendimento a saúde da população. Foi desta forma que as casas de saúde tornaram-se referência local. Taquara possuiu uma clínica médica de princípios avançados, que aplicava conceitos médicos vindos da Europa: a Clínica do Dr. Czermak. Em sua clínica havia sala de atendimento, de cirurgia, casa de banhos, pousada para acolhimento dos familiares de pacientes, área verde para descanso, residência do médico, quadra de tênis. O atendimento era realizado com terapias alopáticas e homeopáticas. O Dr. Czermak faleceu jovem, deixando um clima de consternação comunitária.

Além de clínica de saúde havia os consultórios médicos, que geralmente estavam nas proximidades da estação férrea. Na década de 1920, num sobrado, localizado na Rua Tristão Monteiro, próximo ao entroncamento dos trilhos para a serra estava um consultório médico. O profissional que ali atendia vinha de Santa Cristina do Pinhal a cavalo para atendimento de doentes. A localização do prédio próximo à estação férrea foi um fator decisivo para a instalação no andar térreo do consultório.

A necessidade de um hospital não demorou a ser cogitada. Na administração do Dr. Adelino Eduardo Barth ocorreu a mobilização para a construção de um prédio hospitalar. A fundação do hospital de Caridade de Taquara ocorreu em 13 de fevereiro de 1933. O intendente Theobaldo Fleck, para concretizar o fato, conseguiu uma verba estadual para construção do hospital que foi inaugurado em 16 de setembro de 1934 na presença do governador General Flores da Cunha. O acontecimento foi muito comemorado, pois o governador chegou a Taquara, vindo de trem.

O Dr. Bruno Schlatter foi outro médico que veio para Taquara na década de 1930 e adquiriu uma área para servir de hospital na rua Edmundo Saft, esquina com a rua Venâncio Aires. Construiu nos finais

da década de 1930, um prédio para ser sua clínica e juntamente com o Dr. Pedro Leist (médico alemão que havia imigrado para o Brasil a pedido da tia brasileira) atendiam a população de Taquara e região, pois a cidade já havia se tornado um centro de referência de saúde regional. Novas oportunidades de trabalho para os médicos como a ida do Dr. Schlatter para a Faculdade de Medicina em Porto Alegre e do Dr. Leist ir para Picada Hartz levaram o morador vizinho do hospital, o médico, Dr. Faiok a adquirir o estabelecimento hospitalar, ampliando-o dentro dos padrões modernos para a década de 1930.

Nos anos de 1940 foi construído um prédio para ser uma casa de saúde por iniciativa de Luiz Frederico Diefenbach, um prático de enfermagem. A casa de saúde recebia o atendimento dos médicos Dr. Lauro Hamp Muller e Dr. Luiz Carniel. Era a Casa de Saúde Diefenbach. Mais tarde os médicos adquiriram o estabelecimento. Com o passar do tempo a administração da instituição passou para Irmandade Sagrada Família e se denominou como Hospital Sagrada Família. Em 1972, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Taquara adquiriu o prédio e instalou uma casa de idosos, o Lar OASE, que se encontra ativo até o presente.

d) O caminho para a serra

A subida da Rua Dr. Edmundo Saft já foi uma das principais entradas e saídas da cidade de Taquara até a construção da ERS-020. Era o contato entre a área central, a estação de trem e o norte do município com a serra.

Para quem descia da serra, passando ao lado do Morro da Cruz, chegava às casas comerciais de secos e molhados dos Trott e dos Müller. Nesse espaço paravam todos os tipos de viajantes interessados em descansar e suprir-se de mantimentos para a longa ida para os Campos de Cima da Serra, ou simplesmente voltar para algum lote colonial que se situava na encosta da serra (localização do norte).

Da venda do seu Juca Müller, descendo na atual Rua Dr. Edmundo Saft, antigamente chamada de Estrada Para Cima da Serra, temos um riquíssimo conjunto de casas históricas que remete ao final do

século XIX e início do século XX. Na esquina sul, estava a Casa Vidal e no outro lado a Prefeitura Municipal.

Muitas dessas residências, ainda são memórias vivas da materialidade do desenvolvimento taquarense, principalmente depois da emancipação em 1886. As primeiras imagens do crescimento urbano de Taquara já retratavam a cidade a partir dessa via desde os anos de 1900.

No aclave onde se situa a Rua. Dr. Edmundo Saft constata-se a importância deste passeio público no passado da região. Identificamos um importante conjunto arquitetônico, como por exemplo: a Casa dos Neves, a Casa dos Pereira, a Casa dos Petry, a Casa dos Laube, a Casa dos Soares e a Casa dos Dienstmann. As casas deste espaço público datam entre as décadas de 1910 e 1940, mas muitas possuem sua estrutura mais antiga do que sua data na fachada, pois devido aos processos de “embelezamento” das residências, ainda na Primeira República (1889-1930), modificou-as muito quanto a aparência estética.

O próprio código de posturas de 1882 direcionou essas mudanças, exigindo que terrenos baldios fossem cercados, que as casas necessitavam de calhas para conduzir água em vez de escoar diretamente na calçada e que também seriam proibidas construções de meia-água na área urbana.

No cruzamento das ruas Tristão Monteiro e Dr. Edmundo Saft, temos a casa mais antiga existente nos limites do Bairro Centro de Taquara. A chamada “Casa Vidal”, também “Casa Comercial de José Müller” ou ainda “Casa Comercial de Jorge Fleck”. Essa residência aparece na primeira imagem fotográfica de Taquara dos anos de 1880.

A construção situa-se num entroncamento de relevância por ser a passagem obrigatória dos que iam e vinham para Serra pela área urbana de Taquara; e a Rua Tristão Monteiro por ser a ligação dos lotes coloniais da Santa Rosa e Santa Maria que se fazia pela atual Rua Tristão Monteiro. Portanto, a “Casa Vidal” estava em um cruzamento estratégico e também no ponto de crescimento urbano de Taquara.

Nesse entroncamento de vias, temos a praça, um importante espaço social que sofreu inúmeras mudanças. Esse espaço surgiu junto com a construção da prefeitura, inaugurada em 1908. A praça reunia os principais centros econômicos, político, comercial e social. No entorno da

praça esta a Prefeitura Municipal; os antigos Bancos da Província, Banco Nacional do Comércio e Volks Bank (Banco Popular); as grandes casas comerciais como a Casa Vidal, Casa Ebling & Fleck, Casa Laube; e também a vida social voltada para o Clube Comercial, demonstrando também a ascensão dessa classe econômica.

A praça é o lugar onde a urbe é intensamente retratada nas três primeiras décadas do século XX, mostrando como esse espaço era importante, pois mostrava o desenvolvimento de Taquara nos diversos aspectos direcionados à cidade. Nela foi erguido um monumento com o busto de Tristão Monteiro, o fundador o empreendimento imobiliário que ampliou o espaço de colonização alemã.

e) O caminho do Passo do Mundo Novo

O Passo do Mundo está localizado na travessia do Rio dos Sinos, atualmente onde está o Balneário João Martins Nunes, também conhecido como “Prainha”, próximo da foz do rio Paranhana. Essa passagem não era somente lugar de travessia do rio, mas também do porto por onde eram escoadas mercadorias para São Leopoldo e Porto Alegre. Era uma das entradas da cidade de Taquara. O caminho do Passo do Mundo Novo é o mais antigo do município. A travessia seguia rumo a Santa Cristina do Pinhal, com a Aldeia dos Anjos e com Porto Alegre por via terrestre.

As pessoas atravessavam de balsa o rio e vinham em direção a Taquara passando em frente ao Cemitério Municipal, cruzando o entroncamento das Ruas Federação e 13 de Maio. O Cemitério Municipal de Taquara era dividido em duas partes: católica e protestante. Foi na gestão do prefeito Cel. Diniz, no ano de 1913, que o cemitério foi encampado e municipalizado. A encampação deveu-se, principalmente, as más condições da área. No cemitério municipal encontram-se importantes obras arquitetônicas que demonstram uma História da Arte. Os túmulos referentes ao período áureo taquarense (principalmente nas primeiras três décadas do século XX) correspondem ao crescimento urbano da cidade, onde são identificadas obras esculturais com anjos, santos e cruzes.

No entroncamento seguinte há outro centro comercial, onde havia armazéns. Novamente casas comerciais são uma referência. No entanto,

numa das casas de esquina neste entroncamento residiu, por ocasião de seu primeiro casamento, o músico Vitor Mateus Teixeira, o Teixerinha. Este personagem público e conhecido por seu repertório de música gauchesca foi funcionário do DAER, trabalhando na abertura da rodovia ERS-239 e manutenção da ERS-20.

O caminho do Passo Mundo Novo seguia pela atual Rua Federação até a rua Cel. Evaristo chegando à Rua Júlio de Castilhos. No sopé do Morro do Leôncio foi erguido um prédio, onde, inicialmente, funcionou a fábrica de bebidas de Jacó Grün, aproveitando um veio de água de alta qualidade. No mesmo prédio, em 1927, quando foram encerradas as atividades da fábrica, instalou-se o Colégio Santa Teresinha.

As igrejas também são um importante ponto de referência da cidade de Taquara. Igreja Católica e Protestante sempre fizeram parte da paisagem urbana taquarense. A paróquia do Senhor Bom Jesus, fundada em 1882, e a igreja Luterana, sendo uma das primeiras, não católica, a ter configuração de templo religioso no Brasil, ainda no Império, caracterizam a importância religiosa que esse pequeno centro urbano tinha na época. A igreja do Senhor Bom Jesus destaca-se por seus vitrais coloridos. As áreas onde foram construídas resultaram da doação da família Monteiro. Tristão Monteiro era católico e sua esposa protestante. Diante deste quadro as duas igrejas foram erguidas de cada lado da rua e uma frente à outra.

Peculiaridades das ruas de Taquara

Ao andar por Taquara observa-se que as construções, obras de arte arquitetônicas e de destaque estadual e nacional fazem parte de períodos distintos. Há construções edificadas no século XIX e que possui como marco a casa Vidal, patrimônio municipal.

Os trinta primeiros anos do século XX correspondem ao segundo período. Edifícios e chalés foram construídos com verbas de seus proprietários bem colocados nas atividades comerciais e industriais locais, muitos recebendo apoio financeiro do Banco da Província. Os casebres em sua maioria foram construídos no período de grande desenvolvimento em Taquara. Para tal foram trazidos materiais de

construção e arquitetos estrangeiros (europeus) e para a realização das obras de edificação.

O caminho do Passo do Mundo Novo era a ligação entre o caminho da serra, para o rio, do trem e para o litoral. As ruas que nomino nesta apresentação receberam outras denominações como a Rua Julio de Castilhos que foi conhecida como Estrada Geral, rua Principal, da Igreja, do Comércio. A Rua Dr. Edmundo Saft foi chamada de Estrada Geral, Estrada para Cima da Serra; a Rua Bento Gonçalves já foi São Carlos; a Rua Dezesete de Junho foi São Tomé e depois Pantaleão Telles; a General Frota foi a Rua São Miguel e a Rua Pinheiro Machado como São Vicente⁵.

Outra peculiaridade é a inexistência de avenidas no perímetro central. Todas as vias são denominadas de ruas. As avenidas são as vias estaduais que circundam Taquara e que recebem denominações específicas como a ERS-020 que é a Avenida Sebastião Amoretti, a ERS-115 como a Avenida Oscar Martins Rangel, e a ERS-239 como Avenida Fernando Ferrari.

Considerações

Através do levantamento para o inventário do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural de Taquara constata-se a permanência de marcos testemunhos mapeando os caminhos, vias que eram responsáveis pela circulação de pessoas e mercadorias. Estes caminhos confirmam o caráter de centro regional com acessos de chegada e saída para diferentes áreas como a capital, a serra, o litoral, a São Leopoldo, utilizando via terrestre e fluvial. Ao longo destes caminhos foram se organizando localidades que depois da segunda metade do século XX se emanciparam. Ao longo destes caminhos ergueram-se residências, prédios comerciais e industriais em decorrência do desenvolvimento econômico e urbano de Taquara.

⁵ KOLIVER, Isete Maria. Taquara do Mundo Novo. Suas ruas, suas casas, genealogia de sua gente. Porto Alegre: Pallotti, 1996.

Os caminhos de Taquara apresentam modos de fazer e viver. São considerados como marcos identitários, onde a comunidade taquarense se reconhece como passado comum. A efetivação do Inventário do Patrimônio de Taquara é a realização de normativas estabelecidas por legislação e reconhecimento do ambiente histórico. E o aspecto significativo é a realização desta pesquisa/levantamento/inventário como resultado de uma decisão comunitária regional através da Carta de Taquara de 2007.

Referências

BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (orgs.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2010.

CARTA DE TAQUARA, I Seminário Regional Desafios Ambientais do Cotidiano, Taquara, FACCAT, 2007.

Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II: Cultura, art. 216.

DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.) *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa / PPG em Memória Social da UFRS, 2008.

Estatuto da Cidade, Disposições Constitucionais, Capítulo II: Da União, Art. 23, inciso III, IV.

_____, Capítulo IV: Dos Municípios, Art. 30, inciso IX.

FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KOLIVER, Isete Maria. *Taquara do Mundo Novo. Suas ruas, suas casas, genealogia de sua gente*. Porto Alegre: Pallotti, 1996.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto et BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008, v I, II.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis.(orgs.) *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: EDUEL, 2012.

REINHEIMER, Dalva et al.(orgs.). *Caminhando pela Cidade. Apropriações Históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

_____. *Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Cultural, Material e Imaterial de Taquara*. Taquara: Faccat e Prefeitura Municipal de Taquara, 2014.

_____. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. *Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. *Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul. 1892-1945*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

FESTAS DE CASAMENTOS E ENCONTROS FAMILIARES COMO MEIO DE PRESERVAR TRADIÇÕES CULTURAIS DOS IMIGRANTES ALEMÃES DESCENDENTES DA COLÔNIA DE SANTO ÂNGELO

Fabiana Helma Friedrich*

André Luis Ramos Soares**

Resumo: Descendentes da Colônia de Santo Ângelo na região central do Estado do Rio Grande do Sul preservam ainda hoje tradições culturais dos primeiros imigrantes alemães nas suas festas de casamento e encontros familiares. É nas festas de casamentos e encontros familiares que buscam relembrar a trajetória familiar, através de elementos como a dança das Cozinheiras, dança da Polonaise e nas comidas servidas nos eventos, enaltecendo a sua herança de descendentes de imigrantes alemães. Em 1850 o governo Imperial iniciou a procura por terras devolutas na região central do Estado do Rio Grande do Sul com a intenção de aumentar a produção de alimentos para o mercado interno, o que resultou em 1857 a fundação da Colônia de Santo Ângelo, atuais cidades de Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco, parte de Faxinal do Soturno e de Restinga Seca, administrada por Cachoeira do Sul. Estas cidades ainda hoje, apresentam muitas características e elementos culturais dos primeiros imigrantes que chegaram aqui na metade do século XIX. A elaboração de uma identidade que se reconstrói constantemente, como resultado das trocas culturais, esta interação em momentos distintos, não acontece em todos os grupos, eles tomam precauções para preservar algumas diferenciações, principalmente com elementos que os valorize historicamente.

Palavras-chaves: Tradições culturais, imigração, alimentação, festas de casamentos e encontros familiares.

* Mestranda do PPGH/UFSM.

** Professor Dr. do PPGH/UFSM.

Introdução

Este trabalho objetiva estudar as atividades culturais (festas de casamento e encontros familiares), tendo a “dança da Polonaise” e a “dança das Cozinheiras” como ações que identificam os imigrantes alemães, considerando as especificidades do grupo que formaram o espaço físico da Colônia de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. A construção destas tradições nas festas de casamento e nos encontros de família faz pensar que essas atividades culturais ajudam na formação de suas heranças culturais, visualizadas nas variadas manifestações que percorrem desde a criação de espaços físicos, suas festas, seus valores, hábitos e tradições.

A criação da Colônia Oficial de Santo Ângelo, atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco, parte de Dona Francisca, parte de Restinga Sêcae de Cachoeira do Sul (Região Central do RS), constituiu-se em um resultado concreto das aspirações do governo provincial em estabelecer um núcleo de produção agrícola nesta região, até então desprezada pelos criadores de gado por ser uma região de banhados, matas fechadas e montanhas. As primeiras iniciativas do governo Imperial ocorreram em 1850, quando entraram em contato com o governo da província do Rio Grande do Sul, mas a criação da colônia foi oficialmente declarada em 1856.

Em novembro de 1857 desembarcaram na margem esquerda do rio Jacuí, em Cerro Chato, atual município de Agudo, os primeiros imigrantes germânicos, pioneiros da Colônia de Santo Ângelo, os quais iniciaram um núcleo de desenvolvimento cultural e econômico na região central da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Uma questão importante a ser lembrado é que, ainda que as pessoas imigrantes sejam originárias da Alemanha, não se pode afirmar ter havido uma homogeneidade de origem territorial e muito menos cultural dos imigrantes. A unificação da Alemanha só vai ocorrer em 1871, e mesmo assim, algumas questões culturais não desaparecem. Os imigrantes e seus descendentes possuíam marcantes diferenças culturais no que se refere à língua, credo religioso, hábitos e costumes.

Os imigrantes que se fixaram na Colônia de Santo Ângelo, segundo Emílio Willems, são originários na maioria da Renânia, Saxônia e Pomerânia, embora diferentes entre si, mesclaram-se. Dessa

forma, como já assinalara Seyferth (1999) em uma análise ampla da questão, a concentração de imigrantes e descendentes de alemães constitui em uma organização comunitária própria, necessária para a sobrevivência do grupo. A escola, a religião, e posteriormente as instituições recreativas e culturais, possibilitaram a preservação da língua materna, pelo uso cotidiano que dela faziam. A organização comunitária, embora a princípio estivesse destituída de motivações étnicas, assumiu, no contexto do contato com outros grupos étnicos e culturais, uma identidade própria de imigrante alemão em solo brasileiro.

A adoção do chimarrão como bebida, o uso da farinha de milho, do arroz, do feijão preto, da mandioca, o hábito de se locomover a cavalo, são alguns dos elementos que sinalizam que os colonos tiveram que adaptar-se a novas regras de vida e de conduta. As comunidades se diferenciam de acordo com as suas construções culturais. A estas características próprias de cada povo, dá-se o nome de identidade cultural. Esta é conceituada como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos que são compartilhados entre gerações, cujos valores são comuns entre os membros da comunidade.

Como metodologia foi utilizada a observação e participação em algumas festas de casamento e encontros de família. Outra ferramenta usada foi à análise de fotos dos eventos em questão. Essa pesquisadora faz parte da 5ª geração de descendentes de imigrantes alemães, isso facilita a observação dos eventos. O historiador é um sujeito questionador do seu tempo e esta sempre buscando interpretações e explicações no passado, para compreender a atitude das pessoas. Busca se afastar sentimentalmente para poder realmente fazer uma reflexão sobre os elementos culturais, por isso busco registrar aqui essas ações culturais que se mantem ainda hoje com algumas alterações nos eventos festivos da comunidade.

Objetivo é registrar como era e como é a organização e a realização dos eventos de festa da comunidade que descende da Colônia de Santo Ângelo, hoje as cidades de Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco, parte de Dona Francisca, parte de Restinga Sêca e de Cachoeira do Sul (Região Central do RS).

O baile vai começar

Os elementos culturais dos imigrantes alemães vindos da Renânia, Saxônia, Pomerânia se misturaram. A maior parte dos que se estabeleceram na colônia eram originários da cidade de Lubow, Província da Pomerânia (região de Naustettin/Alemanha) (WERLANG, 1995), influenciando os demais nas questões culturais. Alguns elementos se tornam mais evidentes como é o caso da dança da Polonaise e a organização das festas de casamentos e encontros de descendentes de famílias de imigrantes que se fixaram na Colônia de Santo Ângelo.

Ao se instalarem em regiões rurais do Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães¹ trouxeram consigo costumes e tradições que seriam transmitidos às próximas gerações. Mas já na chegada à nova terra seus saberes e práticas referentes às diversas dimensões relacionadas ao trabalho e à vida iniciariam a passar por modificações. Com isto promovia-se a integração entre as pessoas que chegavam a colônia vindas de regiões diversas da Alemanha, com diferentes identidades culturais, sendo mais fácil conviver com quem tinham vivido algo parecido, do que com quem falava outra língua e possuía questões culturais muito diferentes das suas.

Percebe-se em Barth, que a identidade étnica é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de inclusão e exclusão, que por sua vez, estabelecem limites entre tais grupos, definindo o que os integram ou não. Segundo Lévi-Strauss (1984), o homem ao chegar a um lugar diferente, percebe-se vulnerável e suscetível a forças maiores que ele e, devido ao medo do novo, busca unir-se aos mais próximos, neste caso, a outros imigrantes.

Quando se toma a decisão de imigrar, na mesma proporção se está decidindo deixar um pouco da sua história e de tudo que se viveu até aquele instante. Neste momento, o que se carrega de identidade pessoal

¹Quando menciono imigrantes alemães, quero dizer que me refiro a todos que falam a língua alemã, pois no momento da imigração para o Brasil a Alemanha ainda não existia, mas sim várias cidades, ducados e vilas. Não existindo uma unificação, isto só ocorre em 1871.

está na memória, nos poucos pertences que se traz na bagagem para a nova vida e no nome que se usa para apresentar-se. É próprio supor que é um novo sujeito que está a surgir. As memórias da sua terra natal estarão mais fortes do que nunca, porque ninguém quer se desfazer de suas bagagens culturais. Trata-se de uma maneira de proteger sua história, sem que sejam perdidas suas recordações. As festas dos imigrantes tornam-se ferramentas para lembrar e rememorar a origem do grupo social e da comunidade.

Para os casamentos das primeiras famílias, na Colônia de Santo Ângelo, tudo era preparado na casa da noiva. Os preparativos para as bodas iniciavam meses antes e todos os membros da família e também as pessoas da comunidade participavam destes, sempre motivados com brincadeiras, músicas e danças. Por isso se dizia que as festas de casamento dos imigrantes duravam dias e algumas até duravam mesmo. A casa era enfeitada para o dia com folhas de coqueiro ou palmeiras e flores da época. Seguindo o costume brasileiro, soltavam-se de quando em quando foguetes, ainda que em pleno dia, o que fazia com que os animais de sela dos convidados se agitassem, pois esse era o meio de transporte mais usado na época.

Os convites de casamento eram entregues geralmente pelos irmãos solteiros da noiva e do noivo, no início era um convite oral e depois passa a ser um convite escrito. Hoje os noivos entregam pessoalmente o convite, ou enviam pelo correio quando o convidado reside muito longe da comunidade. A Comunidade geralmente era toda convidada e ajudava na festa, hoje esta mais seleta a situação dos convidados, mas mesmo assim a quantidade de convidados passa na maioria, de 150 pessoas.

No dia do casamento, há uma atividade contínua até a hora em que os noivos saem para a Igreja. Iam a cavalo e de carroça enfeitada até a igreja, hoje os noivos adotam como transporte o carro. A equipe da cozinha e alguns parentes permanecem na casa para garantir o andamento das atividades relacionadas à alimentação, isso ainda se mantém, somente quando os noivos contratam alguma empresa para fazer a comida é alterado. Mas é raro contratar, geralmente a alimentação ainda é feita pelas senhoras mais velhas da comunidade.

O prato principal na festa de casamento erae ainda se mantem muitos, bolos de carne assado, linguiça cozida, galinhas e porcos, os quais eram abatidos dias antes da data da festa de casamento. Essas carnes eram acompanhadas da salada de maionese, salada de repolho, de beterrabas e cenoura e ainda arroz, pão e a cuca. Na organização das festas as mulheres ficam responsáveis pela preparação da alimentação, também em forma de mutirão vão preparando os pratos principais e ditos tradicionais do grupo étnico. As mulheres com mais idade geralmente são cozinheiras, esta recebem ajuda das mulheres mais novas que recebem orientação das experientes senhoras.

A grande adaptação é a entrada do churrasco no cardápio do casamento. Os homens se responsabilizam pela matança dos animais e hoje, além de matar os animais é responsável por assar o churrasco e servir aos convidados. Os homens também são responsáveis por contar a lenha para as mulheres manterem seus fogões e fornos funcionando a todo vapor. O trabalho é grande, mas parece que realizam com muita vontade e a animação é constante. Atualmente, muitos aspectos mudaram, dentre eles a indisponibilidade dos familiares e amigos em participar dos mutirões, fazendo com que muito do que era preparado por mutirõesseja comprado pronto, diminuindo os dias de preparação.

Para o grupo estudado, a festa de casamento, que envolve cerimônia na igreja, à organização das comidas e o preparo do lugar são eventos sociais nos quais as famílias, vizinhos e amigos do entorno se encontram, não somente pela motivação da atividade, mas também como forma de troca de informações e experiências, de interação social. Mobilizando um conjunto de vizinhos em mutirão para preparativos como abate de animais, feitura do barracão onde será realizado o baile. Isto ainda é bem comum nos atuais dias.

Quando a casa do pai da noiva era maior se fazia a retirada de algumas divisórias da casa, pois eram geralmente de madeira, para assim aumentar a área, montando um salão para realizar o baile da festa de casamento e ai não se fazia o barracão. Para os envolvidos a festa de casamento é um rito de reafirmação dos vínculos com o grupo (Droogers, 1984; Thies, 2008), tamanha sua importância social. Hoje as festas de casamento já não são realizadas em casa, mas no salão da comunidade ou nos clubes das cidades.

A dança sempre acontece tanto antigamente quanto hoje. Nas festas de casamento tem um grupo musical que chamam de bandinhas, marcavam a sua participação animando o baile para os convidados, às famílias que não podiam contratar uma bandinha contava com a ajuda de alguns parentes que tocavam acordeão e algum instrumento de soffro, bastante comum entre os imigrantes. Hoje ainda chamam um grupo musical ou alugam aparelhos de som para colocar a música, mas a dança não falta ainda bem presente.

O baile geralmente inicia com a dança da Polonaise. Uma das mais marcantes, ao lado da valsa e da polca com suas ramificações. A dança da Polonaise é aquela evolução de trezininho em idas e vindas pelo salão, com troca e destroca de casais, às vezes até dando uma volteada pelo escurinho do lado de fora, coisa que quem é da região conhece muito bem, uma dança caminhada, quase que uma procissão pelo salão durante a qual se podia saudar a todos que estavam presentes. Esta dança pode ainda ser encontrada na abertura de bailes e festa mais tradicionais como os encontros de família. Esta dança também é dançada na Alemanha. Hoje as danças são símbolos da identidade cultural alemã.

Uma dança que era muito comum principalmente nas festas de casamento era a chamada dança das Cozinheiras, onde antes mesmo do baile começar, entrava no salão todo o pessoal que tinha ajudado na organização das refeições junto com alguns que tinham ajudado em outras atividades. Esse grupo geralmente entrava com aventais e chapéus de palha para serem cumprimentados pelos convidados e pelos noivos. Com o tempo essa ação mudou um pouco e foi se transformando em uma espécie de teatro, tipo uma festa caipira, tirando sarro dos noivos, onde homens se vestiam de mulheres e mulheres de homem. Parece-me aqui, que tentam mostrar ao novo casal o tipo de vida que devem ter, pois usam roupas do seu dia a dia, apresentam também regras morais e tratamentos aos mais velhos, aos vizinhos enfim a comunidade. Um momento marcado com muitas rizadas. Hoje não acontece em todos os casamentos, é mais raro de acontecer.

O imigrante alemão foi um especialista em dança de salão, um divertimento de alto risco moral, que por isso ganhou sérias restrições.

Havia até danças proibidas². Os noivos dançam com todos os convidados, iniciando por seus parentes. A dança de casal foi trazida pelos imigrantes para as regiões de colonização das Américas, onde fez história e se eternizou.

Segundo Denise QuitzaKleine, as danças fazem parte da vida do homem desde os tempos mais remotos. Os registros iconográficos, documentos históricos, crônicas e cartas nos mostram a presença da dança desde a Antiguidade até os dias atuais. No entanto, na medida em que a história caminha as relações sociais e também as religiosas se alteram, e o papel da danças dentro das sociedades, por conseguinte, também se altera.

O cardápio servido nas festas de casamento também é oferecido em outras festas da comunidade, como também nos encontros de família. Os encontros de família geralmente tentam manter os principais pratos, pois o encontro é o momento de lembrar a origem da família. Onde são rememoradas muitas histórias vividas pelos membros da família, existem as histórias felizes, mas também as tristes lembradas geralmente pelas pessoas mais antigas da família e contada aos mais jovens que observam e fazem perguntas curiosas.

Jean Roche, um historiador francês que veio para o Brasil na década de 1970 para pesquisar sobre a emigração alemã por esses lados, ficou impressionado com a fartura dessas festas, sobretudo na alimentação e na bebida, ficou impressionado com o consumo de cerveja, a bebida oficial dos teuto-brasileiros. A mesa é muito farta nos momentos comemorativos. As tradições culinárias dizem respeito à perpetuação de hábitos alimentares no cotidiano ou em festividades, cercados de ritos e significados, atuando como fator de pertencimento a determinado grupo.

Como é possível notar, esse conjunto de informações apresentadas forma um quadro no qual se destaca o que pode ser chamado de coletividade dentro do grupo de pertença – coletividade essa que marca os eventos festivos e está representada no hábito de visitas aos vizinhos e aos parentes, e que deve ser vista como uma característica

² <<http://www.grupogaz.com.br>>. Acessado em 20/08/2014.

identificadora do grupo, do modo de ser e de se relacionar dos seus integrantes. De forma concordante com esse quadro, os momentos de lazer constituem a oportunidade de exercitar essa sociabilidade, considerando que nas situações cotidianas habituais essas oportunidades são escassas.

Segundo Bahia (2011),

a manutenção do dialeto, dos costumes matrimoniais, das práticas mágicas que acompanham os ritos de passagem, a reinvenção das festas comunitárias, a continuidade de elementos da narrativa mágica e fantástica das histórias orais campesinas de origem pomerana são elementos evocados no momento em que demarcam as diferenças identitárias existentes entre os pomeranos e os outros imigrantes de origem alemã. (p. 2).

Essas ações culturais de tradição são resignificada e atualizada em diferentes momentos formando o que na atualidade se denomina de patrimônio cultural imaterial ou intangível, termo constituído a partir de uma visão crítica à noção anterior de patrimônio cultural e artístico que não contemplava as obras e ofícios tidos como “menores” em oposição às de caráter erudito.

A atual noção de patrimônio, além de fazer passar a noção da esfera privada para a esfera pública, do econômico para o cultural, ampliou a noção de patrimônio do material para o imaterial, o das práticas cotidianas e populares, longe das prestigiosas obras de arte ditas maiores, que são a música, a dança, os artesanatos, a literatura, incluindo aí, as tradições culinárias e gastronômicas. Inclui-se nessa noção de patrimônio cultural, manifestações tais como interpretações musicais e cênicas, rituais religiosos e matrimoniais, conhecimentos tradicionais, práticas terapêuticas, lúdicas, culinárias e gastronômicas.

O ritual do casamento aproximava a comunidade e muitas outras redes de contato eram firmadas nestes eventos festivos. Uma questão interessante é que houve entre as famílias de imigrantes maior interesse nos casamentos entre iguais. Preservar com segurança e estabilidade os laços sociais e familiares, bem como a manutenção da cultura e da identidade alemã por meio do casamento, ao longo dos tempos era algo que a maioria das famílias almejava. Para tanto, promoviam uniões entre si com o intuito de perpetuar as raízes de descendência alemã, não são

poucos os exemplos. Mas acredito que não seja só por imposição da família e sim por conviver e as relações acontecerem. A distância da Colônia ajuda a unir o grupo e poucos de fora entram neste grupo, assim, acabam se apaixonando ou desenvolvendo interesse por seus parceiros.

Quanto ao casamento, Bahia (2011) percebe a existência de uma rede familiar esocial que condiciona o futuro pretendente.

O comportamento e as qualidades de rapazes e moças são alvo de comentários na comunidade. Quando uma moça se interessa por um determinado rapaz, a comunidade (pais, vizinhos, amigos) comenta sobre as qualidades dele e as possibilidades de este ser ou não um tipo ideal com que ela possa se casar. Quando o rapaz é desconhecido, a família busca maiores informações com os vizinhos e aciona a rede de parentesco existente em outros lugares a fim de se obterem informações sobre seu caráter e comportamento. (p. 159).

Os casamentos mistos foram se tornando mais frequentes com o passar dos anos devido ao convívio e à integração gradativa dos descendentes de alemães. Entende-se por casamentos entre iguais àqueles que pertencem à segunda e à terceira geração de descendência alemã. Já os mistos, compreendem pessoas que pertencem à segunda e à terceira geração, casadas com os brasileiros. Por último, os casamentos entre brasileiros abrangem tanto brasileiros que se casaram entre si, por fazerem parte da comunidade Luterana, ou então, pessoas cujos pais eram da segunda ou da terceira geração de alemães que já haviam se casado com brasileiros.

Foi possível verificar essas informações por meio da análise do Livro de Registro de Casamentos da Igreja Luterana de Agudo e de São Miguel em Restinga Sêca, o qual trazia os dados dos noivos, tais como local de nascimento e local de residência, religião, data de nascimento e, especialmente, os dados dos pais – nome completo e local de origem. A consulta ao Livro de Registro de Casamentos ainda permitiu constatar que, nesse período, o número de casamentos entre descendentes de alemães e de italianos também aumentou. Isso provavelmente tenha ocorrido pela proximidade de localização entre os moradores da Colônia de Santo Ângelo e a Colônia de Silveira Martins.

A convivência entre alemães e brasileiros se intensificou à medida que os descendentes de alemães se inseriam na sociedade brasileira. Verificou-se, também, que os casamentos mistos ocorreram raramente com os brasileiros e as brasileiras de classes mais altas, esta união aconteceu com mais frequência entre as pessoas de classe média e média baixa, salvo algumas exceções. Outro aspecto observado é que foram raros os casos de casamentos entre descendentes de alemães com negros, mulatos ou pardos. Mas o que nos interessa aqui é como se organiza as festas da cerimonia do matrimonio e estas se tiver alguém de origem imigrante como noiva ou noivo, vai apresentar pelo menos um ritual de tradição imigrante, geralmente é a dança da Poloneisa e alguns pratos servidos aos convidados.

O fato é que a transmissão de tradições, de hábitos e valores entre as gerações de pessoas que habitam o lugar interagem com as práticas de sobrevivência econômica, social e cultural, à medida que constrói sua realidade com base em um universo de representações (Hall, 2000). A cultura alemã não é somente uma cultura alemã, ou seja, é uma cultura da Europa, mas que aqui se encontrou e foi permeada por outras culturas da própria terra e de descendentes de outras nações que por aqui se encontraram. Mesmo que as tradições sejam inventadas como menciona Eric Hobsbawm (2012), eles mesmo lembra que são inventadas no sentido de serem selecionadas pelo grupo social, escolhidas em oposição a outras tradições.

Considerações finais

Séculos se passaram e a tradição germânica ainda faz parte do cotidiano da sua comunidade. A cultura e os costumes, de geração a geração, são vistos desde os jardins floridos à arquitetura de ruas e casas, forte religiosidade das famílias e nas festas através da dança e da comida servida.

Os colonos trabalhavam na Colônia com o espírito de união e de auxílio mutuo, ação necessária para a sobrevivência do grupo, diante das dificuldades iniciais, em uma terra estranha. Este processo construiu alicerces sólidos que permanecem até hoje nestas comunidades rurais e são reforçados em momentos felizes. Há no ar muita gratidão pelas ajudas recebidas e dividas de gratidão que são pagas a cada ajuda dada.

Os imigrantes procuravam manter uma relação harmoniosa, todos se ajudavam, sejam serviços de colheita, sejam por motivo de saúde, sejam para as festas. E nos momentos de comemoração isso ficava evidente.

As festas são organizadas com muitos cuidados, desde o preparo da refeição, até forma de como desfrutá-la, transformando-se este momento, em uma expressão de sociabilidade e um cerimonial carregado de simbolismo. Hoje, mesmo com a grande miscigenação cultural, a comunidade dos descendentes ainda mantém tradições e se empenha bastante para fazer as festas e manter a tradição. Os eventos festivos reúne música, dança e gastronomia dos nossos antepassados que são passados as próximas gerações.

Acredito que essas atividades festivas dos imigrantes merecem receber um estudo mais apurado, pois muitas ações estão a se perder e são de extrema importância para compreender a cultura imigrante alemã em solo brasileiro. Podendo as danças e comidas ganhar o status de patrimônio cultural desta comunidade. A identidade cultural de um grupo pode ser revelada por uma série de fatores, tais como a língua, a religião, a música, o vestuário, e também por aquilo que se come, como se come e com quem se come, além de incorporar dimensões sociais (relações de troca e de solidariedade) e culturais, repletas de significados e representações.

Referências

BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CARNEIRO, H. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DROOGERS, A. (2008). *Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânea*. Revista Religião e Sociedade, 28(1), 13-41.

Gazeta do Sul. Disponível em: <<http://www.grupogaz.com.br>> acessado em 20/08/2014.

HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais.

HALL, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *El origen de las maneras de mesa*. Mitológicas III. 5 ed. México: Siglo XXI, 1984.

MACIEL, Marie Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. IN: CANESQUI, AnaMaria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Riode Janeiro: Fiocruz, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1990

THIES, V. G. (2008). Uma cultura ameaçada. IHUonline: *Revista do Instituto Humanista Unisinos*, ed. 271. Recuperado de <<http://www.unisinos.br/ihu>>.

WILLEMS, E. (1980). *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Nacional.

A SOCIABILIDADE RETRATADA EM OBRAS DE PEDRO WEINGÄRTNER E THEODOR OHLSEN – IMIGRAÇÃO ALEMÃ (SÉCULO XIX)

Ícaro Estivalet Raymundo*

Diásporas transoceânicas e migrações continentais, longe de serem fenômenos anômalos, compõem a normalidade da história mundial. (Paulo Roberto Staudt Moreira)

O deslocamento do indivíduo é um gesto inerente à sua natureza: permeia sua existência em diferentes níveis, sendo que de alguma forma contribui para sua construção identitária. Transitar em espaços diferentes, desde entre cidades até continentes, possibilita encontrar semelhanças e diferenças, redefinir percepções sobre os devidos contextos, numa experiência de contrapor o que é familiar com o novo. O europeu que se desloca até a América do Sul no século XIX, está inserido num determinado contexto, envolvendo diversas situações e justificativas para a mobilidade, mas acabam unidos sob o termo imigrante (DEVOTO, 2009). Este imigrante tem seu contexto prévio na Europa, mais especificamente no território fracionado política e socialmente que hoje é unificado sob o nome Alemanha; e o contexto na América Latina, mais precisamente o sul do Brasil e o sul do Chile, que tiveram políticas imigratórias vinculadas a projetos coloniais que tinham interesses em diversas áreas.

Ao longo dos Oitocentos, este imigrante alemão interage com outras nacionalidades e culturas, adapta-se e se remodela em um novo espaço geográfico e climático, num processo que o transforma de

* Graduando em licenciatura em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros.

estrangeiro em americano, influenciando na própria noção de pátria e nação, folclore e tradição. Os estudos sobre imigração são abundantes e vastos, abordando a economia que caracterizou a formação desses núcleos coloniais, a organização e articulação política desses imigrantes, o hibridismo cultural que ocorreu, entre outros aspectos. A proposta de comparar representações plásticas destes imigrantes, que compõem os projetos Coloniais no Sul do Chile e Sul do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, busca abordar estes personagens por meio de outra perspectiva, dialogando com estudos iconográficos e do campo da arte para usar as obras de Pedro Weingärtner e Theodor Ohlsen, artistas que transitaram pelo espaço Colonial no Sul do Brasil e Sul do Chile, e que retrataram tanto paisagens naturais da América quanto seus novos núcleos habitacionais, o cotidiano em cenas bucólicas e também urbanas.

Os limites entre especificidades regionais são porosos, e no campo da produção artística latino-americana do século XIX, a assimilação de técnicas e teorias européias e as experiências e vidas dos pintores selecionados para este artigo, desembocam num produto original e criativo. Observando estes reflexos das esferas política, econômica e social na área da pintura, é possível abordar o sul do Chile e sul do Brasil, e como o imigrante é caracterizado nele.

Para este artigo, a proposta é se ativer a quatro obras que retratam cenas de sociabilidade e confraternização, sendo elas patrimônios materiais, registro imagéticos de eventos e manifestações culturais, patrimônios imateriais. A sociabilidade que é retratada nesses desenhos e pinturas ressalta um fluxo intenso de influências e coexistências culturais que se reforçam, repetem-se, recriam-se e readaptam-se, caracterizando o processo migratório e construção de espaços Coloniais.

O estudo comparativo requer um equilíbrio com os assuntos propostos, demandando uma contextualização do Sul do Chile e do Sul do Brasil, mais precisamente de por onde estes artistas circularam, pois, conforme Paiva:

Os contextos diferenciados dão, portanto, significados e juízos diversos às imagens. O distanciamento no tempo entre o observador, o objeto de observação e o autor do objeto também imprime diferentes entendimentos, uma vez que (...) as leituras são

sempre realizadas no presente, em direção ao passado. (PAIVA, 2006, p 31).

Entretanto, ao propor uma análise de produções do campo da arte, as fronteiras políticas que por vezes nos ajudam a delimitar o recorte se esfacelam, pois incorpora outros elementos da cultura e suas diferentes formas de manifestação. Panofsky percebe as obras artísticas como carregadas de subjetividade, e neste caso, retratam uma temática desses espaços cujo fluxo de imigrantes alemães foi intenso, envolvem aspectos culturais tanto de suas localidades na Europa quanto da adaptação na América. Dialoga-se assim com termos como “aculturação”, “assimilação”, “sincretismo”, próprios de uma noção cultural da História, com o hibridismo de diversas cargas de mentalidades, costumes, identidades, que se relacionam numa troca cultural:

A expressão troca cultural passou a ser usada habitualmente apenas recentemente, embora já tivesse sido utilizada na obra do *scholar* alemão Aby Warburg no início do século XX. Sua popularidade hoje, substituindo termos mais antigos como “empréstimo”, se deve a um crescente relativismo. No entanto, o termo “troca” não deve ser entendido como implicando que qualquer movimento cultural em uma direção está associado a um movimento igual mas oposto na outra direção: a relativa importância do movimento em diferentes direções é uma questão para a pesquisa empírica. (BURKE, 2003, p. 45)

Dessa forma, a delimitação Sul que dou a ambos os países é uma tentativa de englobar esse fluxo de influências e assimilações, ao mesmo tempo focando o campo onde estes artistas circularam e estiveram envolvidos.

O Chile é um território longo e estreito entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Índico, que faz fronteira ao norte com Peru e ao sudeste com Argentina. Com o processo de migração oficializado, desencadeou-se no século XIX o povoamento de diferentes pontos deste espaço. Chile recebeu menos imigrantes em relação ao Brasil, pois era necessário contornar o Cabo Horn ao sul do continente, tornando a viagem mais extensa, perigosa e cara. Entretanto, o investimento que a República do Chile faz para povoar o território está estritamente ligado a noção de governar: para se ter um bom governo, era necessário um bom

povo; seguindo esta lógica, os imigrantes que vão para a parte sul, ainda coberta de mata virgem, geralmente têm profissões bem definidas e especializadas. Desde as primeiras explorações no século XVIII sobre território chileno era visto o potencial do território, analisando qualidades geográficas e botânicas, sendo base para pesquisas acadêmicas e interesses de investidores cautelosos. Os motivos para migração eram diversos, sendo um deles, em especial e que se relaciona com o fluxo migratório de indivíduos mais intelectualizados, era o de pressão política daqueles que simpatizavam com ideais da revolução de 1848 por parte dos governos monárquicos germânicos.

Grande impulso da Imigração foi feito por Bernardo Phillippi, que viajou pelo Chile em 1838 e reconheceu possibilidades em terras praticamente desabitadas. Em 1844 Phillippi apresentou ao governo um plano de criar uma zona de imigração alemã a partir de Llanquihue, mas embora o plano rechaçado pelas autoridades, foram os primeiros passos que depois resultariam no plano de migração posterior, principalmente imigrantes de Hesse, encabeçado dessa vez por Vicente Rosales.

Entretanto, nesses desenrolares do início do século XIX formam-se núcleos Coloniais, como La Unión, situada aproximadamente a 40 km ao norte de Osorno e 80 km ao sudoeste de Valdivia. Núcleos habitacionais onde circulavam agentes históricos, imigrantes alemães com nomes como Kindermann, Auras, Schmidt, Strobel, Israel, Neumann e Hoffmann, que se destacaram em diversas áreas, na política, no comércio, na indústria. Colonos alemães formaram ateliês e indústrias caseiras, empregando mão de obra da família, sendo um exemplo de exponencial¹ Carlos Anwander, que chegou a Valdivia em 1850 e prosperou com uma cervejaria. (KAULEN, 2001)

O Brasil de certa forma compartilha experiências com o Chile, a respeito de projetos coloniais, fluxo teuto-brasileiro, e a organização destes imigrantes nas esferas políticas, econômicas e sociais. A partir do

¹ O termo exponencial é usado na tese de Marcos Witt, 2008, para se referir a determinados indivíduos, imigrantes europeus colonos, que se alicerçaram econômica e socialmente nas novas terras americanas por meio de diversas práticas e estratégias.

início do século XIX, com a vinda da Coroa Portuguesa para a América, alterando o eixo da relação luso-brasileira, há vários fatores que contribuem para as intenções de povoamento no Sul: um deles para fortificação da região contra os espanhóis que avançavam sobre a Bacia do Rio da Prata, assim como interesses na Banda Oriental do Uruguai, que repercutiriam nos conflitos Cisplatinos.

Com a independência do Brasil o fluxo migratório se acentua, isentando impostos e passagens a imigrantes colonos, auxiliando com benefícios, sementes, ferramentas. A construção destes pólos coloniais é elaborada por projetos, articulando interesses de estrangeiros e do império Brasileiro, sendo empreendimentos massivos. A divulgação e propaganda na Europa a respeito das novas terras, o trajeto transcontinental longo e sofrido, a entrada e adaptação na nova terra com características diferentes da Europa, estes elementos fazem parte do processo de Colonização.

Em ambos os casos há problemas na execução dos projetos. A colônia de São Leopoldo iniciada em 1824 nas margens do rio dos sinos, a 30 quilômetros da Capital da Província Porto Alegre, em 1849 já sofria com seu próprio crescimento, e com demora para as medições dos lotes de terra. No Chile, o agenciamento dos colonos e lotes de terra, feito por August Kindermann, em determinado momento se mostrou corrupto, pois a compra dos terrenos que ele oferecia aos imigrantes era ilegal e inválida, e os imigrantes que chegavam iam sendo realocados em espaços que não correspondiam aos valores pagos pelos lotes, e nem às perspectivas de trabalho. Abordo estes casos pois busco relacionar características e esboçar uma percepção sobre esse processo de colonização com foco na imigração alemã. Nestes dois panoramas escolhidos se desenvolvem núcleos habitacionais, com indivíduos hibridizados que se adaptam e assimilam informações, contribuindo para construções identitária que posteriormente vão ser representadas por Ohlsen e Weingärtner.

As características sociais e políticas manifestadas no cotidiano em eventos festivos, em práticas rotineiras, de certa forma são registradas na imagem, pois a representação, em determinados casos, busca uma reprodução do que o indivíduo vivencia. O artista é que livremente conduzirá sua obra, se irá distorcer por completo o que ele percebe para

transmitir uma determinada idéia, ou se sua obra tem tendências de caráter documental, de registrar o que se vê de uma forma objetiva. Em meio a estas circunstâncias efêmeras, está a possibilidades de idealização do artista sobre a imagem que ele representa plasticamente: é nesse momento que se revela as influencias do contexto na obra, onde o artista reflete o meio.

Essas representações imagéticas da vida social é um exercício de escolha do artista sobre o que considera relevante pintar. Pedro Weingärtner produz muitos retratos, um gênero bastante difundido que foi sofrendo mutações com o advento da fotografia (embora muitos pintores, como ele mesmo, se mesclassem a nova tecnologia e transitassem nestas duas dimensões, por vezes usando a fotografia como ferramenta para estudar jogo de iluminações para posteriormente compor uma pintura). Estes retratos eram encomendas de integrantes da alta camada social, que destinam essas obras como presentes e agrados para outros indivíduos, numa forma de estreitas e reforçar laços; ou presentes do próprio artista para indivíduos ilustres, como Dom Pedro II, retratado por Weingärtner, e de quem ganhou uma bolsa de estudos na Europa. Esse fluxo sugere que o mercado da arte também alimentava um veio político, um elemento para prestigiar alguém ou uma ocasião, reforçar alianças, ascender socialmente².

O Chile, assim como o Brasil, foi explorado por diversos viajantes estrangeiros que deixaram suas impressões e percepções do novo espaço por meio de pinturas, relatos, fotografias. Ohlsen, quando passa pelo Sul do Chile, faz seus desenhos e gravuras com tons de registro, de documentar certa ideia sujeita a sua escolha, sugerido pelo traço rijo e definido, o preto sobre o branco, e uma atenção aos detalhes e proporções realistas, características que de certa forma não estavam vinculadas as tendências européias impressionistas, cujas preocupações iam justamente contra estes detalhes e esse traço definido, concebendo somente uma *impressão*.

² Ver Maria Lígia Coelho Prado – Nação e pintura histórica: reflexões em torno de Pedro Subercaseaux.

Tais sociabilidades que são retratadas passa pela escolha do artista, desde dimensão, matéria prima, matizes, cores, composições, traços, formas, tendências e expressões. Essas escolhas, de como ou o que retratar, também podem ser fruto do estranhamento entre o artista e o objeto ou cena. A distância social e cultural dos dois artistas em relação aos seus ambientes: Ohlsen como um viajante europeu, Weingärtner como um americano híbrido, que transita entre os dois continentes; carregam motivações diferentes para o mesmo tema.

Theodor Ohlsennasceu em outubro de 1855, em Brebel, no norte da Alemanha, filho de Thomas Ohlsen, menor de seis irmãos. Iniciando seus estudos no campo da arte na Universidade de Hamburgo, e posteriormente História da Arte em Munich, em 1877 ganha uma bolsa para estudar na Universidade de Berlim, onde se destaca como aluno tendo professores artistas importantes, como Gyula Benczúr, Ludwig Lofftz, e Karl Gussow e Franz von Defregger. Impulsionado por interesses em expandir suas percepções artísticas, em 1883 chega a Valparaíso, Chile, dedicando-se inicialmente a retratos, logo acolhido pela elite local e pela Loja maçônica Unión Fraternal Valparaíso, onde é incorporado em 1884.

Em Valparaíso, o pintor monta um ateliê, aonde também exhibe seus quadros, variando de temáticas, de retratos a paisagens da costa e de ênfase naturalista, e acolhe alunos, como Celia Castro, que se destaca no âmbito nacional. Também esteve na Patagônia, registrando paisagens como o Cabo Horn e Terra do Fogo, e também a vida a bordo de barcos. Em Punta Arenas, aborda atividades cotidianas, vendedores de peles, comerciantes, e também a flora e fauna nativa. Na zona central, retratou a vida camponesa e seus costumes. Dez anos passados no Chile, volta a Alemanha, e publica o livro “DurchSüd-Amerika!”. Suas obras aqui analisadas são desenhos de grafite sobre papel, feitos quando percorreu da zona central ao Sul, até Punta Arenas, por volta do final da século XIX, embora não tenham datações precisas³.

³ As obras selecionadas foram retiradas do site <<http://www.ojosdeohlsen.cl/ohlsen.htm>>, e do livro *Recorriendo Magallanes antiguo con Theodor Ohlsen*, de Martinic Beros.

Quando Ohlsen chega ao Chile, o país vive uma expansão territorial e econômica, anexando o que hoje são as cidades de Antofagasta e Tarapacá pelos conflitos da Guerra do Pacífico, e as cidades cedidas pelo Peru, Tacna e Arica. A indústria manufatureira estava em desenvolvimento desde 1860, e havia bom retorno com o Salitre, entretanto, alimentava formações oligárquicas. Com a Guerra Civil de 1891, se instala o Parlamentarismo, triunfo revolucionário das forças congressistas. Nesta corrente de contextos e trajetórias são produzidas as obras aqui analisadas, onde Ohlsen registra por meio de seus traços a sociabilidade em diferentes ocasiões, com diferentes indivíduos.

Figura 1 – Descansando en un rancho – Theodor Ohlsen, sem data



A primeira imagem retrata o interior de uma casa, onde se sentam para uma refeição três homens e uma mulher, uma moça de pé traz uma travessa fumegante em direção ao grupo, na mesa simples de madeira. O nome da obra, escrito em alemão no canto inferior da folha, sugere que a cena seja momentânea, um pouso breve de indivíduos num rancho, termo típico do vocabulário hispano-americano que designa uma casa simples, vivenda, morada rústica da Região Platina. A aparência humilde da casa se evidencia pelas aberturas e mobília simples, com a cozinha e seus apetrechos presentes no canto direito da imagem. A decoração das paredes fica por conta de uma folhagem comprida, semelhante à palma de

cristo (típica da comemoração católica de Domingo de Ramos) sobre um crucifixo pequeno, denunciando a identificação dos moradores da casa pela religião católica. .

No canto superior esquerdo há o esboço de algumas vestes e chapéu, possivelmente dos convidados, complementando a brevidade do momento. Todos os homens estão bem vestidos, de paletó, colete e camisa, o mais destacado até de chapéu e bengala⁴. A moça sentada na ponta da mesa também está elegante, num vestido longo e elaborado, com um chapéu alto como adereço, contrapondo com a moça que traz o prato a ser servido, que está de avental, cabelo trançado e pés descalços. Tal reunião tem o caráter intimista, de situação do cotidiano, uma relação interpessoal e de comunicação.

O território chileno, assim como o brasileiro, foi abrigando e alimentando cada vez mais a aglomeração humana, e desde os projetos coloniais do século XIX, a noção de urbanismo foi se complexificando. Entretanto, no caso desta imagem, o rancho se refere a uma habitação simples, que abriga quem trabalha na terra, que se sustenta por meio de produção agropecuária em seu lote territorial. Mesmo este caráter rural não sendo aparente de fato na gravura, o termo “descansando” no nome da obra condiz com a cena representada, de receber alguém em sua casa, de oferecer uma refeição, já que as distancias a serem percorridas de um ponto a outro poderiam ser mais longas. É uma prática que constitui o cotidiano e a cultura desses indivíduos, uma peça importante, mesmo não sendo uma festa folclórica ou comemorativa.

Em contraponto a esta gravura, a pintura de Weingärtner oferece outra carga subjetiva, marcada pela proposta artística realista, que explora as tintas a óleo sobre tela de forma a contemplar detalhes mínimos, com cores e luzes que sustentam um determinado teor na obra. Nascido em Porto Alegre no ano de 1853, Pedro Weingärtner transita entre América e Europa, destacando-se a nível internacional ao longo de sua carreira. Seus

⁴ Segundo Nery, a moda masculina em meados do século XIX se restringiu a vestimentas mais simples, entretanto, “o homem elegante não abandonou todas formas de prestígio social, fossem elas luvas, bengalas, charutos (...)”. Ver: NERY, Marie Louise. A Evolução da Indumentária.

pais, imigrante vindos do grão-ducado de Baden, se instalam na Colônia de São Leopoldo, logo se deslocando para Porto Alegre, montando uma oficina litográfica em 1860. Suas primeiras incursões no campo da arte foram com o pai Inácio e os irmãos Miguel e Jacob, operando na litografia, ainda com sete anos de idade. Com os pintores Araújo Guerra e Delfim Câmara iniciou uma educação mais formal, interessando-se pelas técnicas e apresentando aptidão para pintura, levando-o a estudar na Europa, na Nobre Escola de Arte de Baden, em 1878.

Após seu primeiro Salão na Academia Imperial do Rio de Janeiro, em 1884, excursionou pelo Tirol e Munique em 1885, indo parar em Roma, onde abre seu ateliê em 1887 e logo no ano seguinte volta ao Brasil para sua primeira exposição individual no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, retorna a Roma, voltando somente em 1891, como professor de desenho figurado na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, lecionando por dois anos, até demitir-se do cargo e empreender um giro por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inspirando-se em cenas, paisagens e costumes do sul do País. A seguinte imagem se relaciona com estas inspirações, pois retrata o interior de um típico estabelecimento comercial que vende artigos variados, como tecidos, ferramentas, produtos alimentícios, cujo espaço por vezes abriga reuniões, festejos, comemorações, em virtude de ser um ponto de fluxo de indivíduos e por haver nestes locais a venda de bebidas e alimentos.

Figura 2 – Chegou tarde – Pedro Weingärtner, 1890



A imagem, com tons ocres e atenção a detalhes do estabelecimento, retrata um caixeiro viajante que mostra seus produtos a um grupo de pessoas, sua bolsa aberta deixando a mostra inúmeros produtos e papéis, enquanto uma mulher ao fundo analisa os tecidos junto a um homem sentado de costas, enquanto uma mulher negra prepara um chimarrão, de pé. A pintura intitulada *Chegou tarde*, segundo Fochesatto⁵, “apresenta o caráter anedótico do artista, já que a cena descreve a expressão de surpresa de um caixeiro viajante ao chegar ao dito armazém e ver que um colega seu chegou antes” (FOCHESATTO, 2014, p. 29). Os dois vendedores vestem-se semelhantes, com bombacha, botas e pala (embora um deles ainda esteja de chapéu, pois é recém chegado), propondo uma noção estética diferente da retratada por Ohlsen, onde o individuo mais destacado se veste com roupas não tão práticas ou adequadas para uma vida mais campeira, e sim sugerindo alguma inspiração com vestuário europeu. O homem de costas, apoiado no balcão, no centro da imagem, impede de fazer uma comparação de sua vestimenta (provavelmente mais de cotidiano urbano) com a dos vendedores, que empreendem jornadas de trabalho viajando por longos trajetos e percursos.

As mulheres estão vestidas de forma simples e funcional, com xales e saias compridas, misturando texturas e cores. Aparentemente são mulheres mais maduras, trabalhando ou se envolvendo no negócio, num estabelecimento comercial, mediando com vendedores e compradores, sugerindo um posicionamento importante neste campo de empreendedorismo, mesmo sendo um fator ligado a família. A mulher negra no lado direito da imagem realça ainda mais o processo de hibridização cultural proposto por Burke, numa coexistência de identidades e folclores, que convergem com o processo de colonização e de utilização de mão de obra escrava, de indivíduos oriundos de diversos países africanos, nestes espaços.

⁵ É valido ressaltar que o quadro é de apenas dois anos após a Lei Áurea, embora reflita uma carga cultural de longa data, uma lógica escravista que era base econômica do Império, e que imprimiu significados sobre o negro.

A escravidão era tópico para debate já desde o processo de Independência do Brasil. O processo migratório da Europa p América que nutre os projetos de colonização, denuncia a busca pelo branqueamento da população e redimensionamento da perspectiva do negro. Essa mão de obra cativa sistemática, se não remodelada, retirava o espaço de desenvolvimento destes imigrantes e seus filhos, que “tinham o compromisso de dinamizar o mercado interno do Brasil e branquear a população” (WITT, 2014). Entretanto, a partir do declínio do Império em 1870 há uma crescente contestação do sistema escravista, estimulada pelos movimentos republicanos que se fortaleciam cada vez mais no Brasil, trazendo novos ideais de liberdade e de modernização. Essa pressão cada vez maior levou algumas regiões, como São Paulo, a adotarem, antes mesmo de 1888, lógicas de trabalho com imigrantes e sistemas de colonização européia.

Ao estar servindo um chimarrão, de pé e com um lenço à cabeça (diferente das demais mulheres da cena), a mulher negra pode ser interpretada como que no serviço, trabalhando, envolvida neste cotidiano domiciliar, mas sob uma perspectiva ainda de tradição escravista em relação às mulheres brancas, ou no processo de passagem dessa cultura escravista de longa data para novas formas de articulação social. Neste caso, remete a esses fenótipos e cargas culturais distintas, oriundas de lugares diferentes e distantes, que se encontram na América e dialogam entre si, em âmbitos políticos e econômicos que ao longo do tempo condicionaram esse contato.

A cena pintada por Weigärtner retrata um momento efêmero (acentuado pelo desencontro de vendedores) de interação social, onde a sociabilidade fica implícita em virtude do caráter de negociação, mas se faz presente ao haver a articulação entre indivíduos. No quadro Kerb, de 1892, Weigartner retrata a sociabilidade em outro nível, num sentido mais coletivo, com mais de 40 pessoas aparentes na obra, num Kerb, um baile típico da região.

Figura 3 – Kerb – Pedro Weingärtner, 1892



A interação social, além de sua carga cultural, é chave para alianças, disputas e diálogos entre agentes históricos que influirão no desenvolvimento da região, na produção intelectual, na sedimentação de uma tradição. Sobre o kerb, baile típico, é concebido como:

Uma prática de lazer e sociabilidade amplamente difundida entre os imigrantes e seus descendentes, tanto no espaço urbano quanto no rural, constituindo-se em uma de suas principais atividades sociais. (GRÜTZMANN, 2008; p66)

Nos primeiros livros de Ata da Câmara Municipal de São Leopoldo, há registro de discussões e preocupações dos vereadores a respeito desses bailes e formas de lazer, que vêm como necessário e presente no núcleo urbano que se forma. O imigrante alemão Jacob Geier mantém um estabelecimento de comércio e um salão de festas em São Leopoldo, em meados do século XIX, que os políticos locais se referem como sendo “um salão feito de propósito para nos dias que lhe convém formar bailes, cujos bailes são feitos todo ano, isto por negócio, e não por divertimento.”⁶ A legislação regulamenta essa atividade, para controle e

⁶ AHRS – documento 200, Fundo Câmara municipal, tipo correspondência expedida, maço 257, São Leopoldo, 1848.

bom funcionamento, sendo eles “feitos conforme artigo 4º da lei de 29 de maio de 1846”⁷, cobrando impostos por evento, organizando essas interações sociais pelos seus espaços destinados a ocorrer. O *kerb* proposto por Weingärtner ocorre no interior de um desses salões, abrigando homens, mulheres e crianças, que se distribuem pela imagem. Pelas janelas e portas abertas vê-se o céu diurno, e algumas casas em contraste com alguns trechos de campo, sugerindo o núcleo urbano onde o salão se encontra.

Partindo da esquerda para direita, há um grupo de homens, alguns sentados junto à mesa, com vestimentas mais européias: chapéu coco, calça, paletó e gravata borboleta, contrapondo com as vestimentas dos dois homens de pé, de bombacha, botas, e no caso do que está de costas para a pintura, com um poncho ou pala, típicas roupas da cultura gaúcha, que sintetiza vários elementos regionais. Essa cultura gaúcha é um processo de longa hibridização envolvendo dimensões de práticas, tendências, adaptações e assimilações de diferentes culturas, cujo termo designador, Augusto Meyer concebe como variação de vários termos, como *guasca*, ligado ao couro, vinculado a produção proeminente de gado no Cone Sul (PRADO, 2010, p. 188). Essa produção de gado permeia a identificação do gaúcho e não se limita a fronteiras políticas, onde a própria geografia da região se altera com essa produção pecuária, onde os “oceanos de grama”, segundo Balduino Rambo, vão sendo sovados pelo gado, introduzidos pelos jesuítas nas Missões orientais do Uruguai por volta de 1634.

O cachorro que aparece aos pés dos gaúchos parece ser um elemento casual e bastante coerente se considerar os tons anedóticos e irônicos típicos de Weingärtner. Entretanto, abre espaço para diálogos com as interpretações dos quadros de outros pintores da região platina, como Pedro Subercassaux e Manuel Blanes, que produziram obras na transição do XIX para o XX, e que colocam o cachorro como código ou símbolo da inserção européia no terreno americano, trazendo a ordem, civilização (PRADO, 2010).

⁷ AHRS – documento 5, Fundo Câmara municipal, tipo correspondência expedida, maço 258, São Leopoldo, 1849.

Prosseguindo a análise da pintura na mesma linha da esquerda para a direita, há um grupo de mulheres, defronte ao gaúcho, com as mesmas vestimentas da obra *chegou tarde*, com vestidos coloridos e longos, envoltas em xales, não compartilhando das tendências estéticas mais arrojadas de outras mulheres que aparecem na pintura, como a moça vestida de branco, com rendas, luvas pretas, chapéu e leque, sentada num banquinho próximo as crianças, na parte direita da pintura. Essas diferenças de vestimenta femininas podem ser relacionadas com as *mozuelas* ou *marzuelas*:

Como era grande a falta de mulheres, Silva Paes solicitara às autoridades do Rio de Janeiro o recrutamento, a maneador (como se fazia com muitos “voluntários” das revoluções gaúchas), de regular número de mozuelas (há quem escreva marzuelas), ou seja, nas expressões do fundador do Presídio, de mulheres que vinham na esperança de “buscar estado”, pois no Rio de Janeiro “o tinham de desenvoltas”. (REVERBEL, 1986, pag. 50)

Tendo esse fluxo migratório interno brasileiro também, reforça a idéia de hibridização cultural que escapa de delimitações mais engessadas, como identidade alemã ou italiana. A própria sustentação destas populações acaba num processo intrincado de relações culturais diferentes, que influi na construção de identidade. Entretanto, o papel que o casamento tem no século XIX é bastante relevante para organização social, por vezes sendo usado como estratégia para ascensão social, manutenção do capital familiar, e fortificação de laços políticos e comerciais, sendo os pretendentes muito bem escolhidos, levando em conta aspectos financeiros, religiosos e culturais, o que poderia colocar as *mozuelas* num patamar menos favorecido neste âmbito.

No centro da pintura, os indivíduos estão mais recuados e sentados junto à parede e a uma janela, onde uma mulher negra observa o kerb do lado de fora, articulando com a obra *chegou tarde*, a presença negra no Sul do Brasil. Mais à direita e ao fundo, estão os músicos, sentados a mesa e provavelmente descansado, pois tem os instrumentos em repouso, coincidindo com a ausência da dança na pintura. Neste caso da música, que serve como estímulo para a sociabilidade, fica evidente o choque entre o que se pode dizer patrimônio material e imaterial. Sendo a sociabilidade parte do folclore de determinada cultura, como o kerb

referente à cultura germânica, a festa é um patrimônio, e em si é uma prática que não se materializa de fato, pois congrega um conjunto de gestos e idéias; entretanto, ela só existe por meio do material, como as roupas, os instrumentos musicais, ferramentas para identificar esse patrimônio. A prática pode não ser palpável, como a música que se apresenta na festa, mas ela não pode ser desvinculada com o material, que é ressaltado pelos instrumentos musicais. Essa ideia acaba valendo para os outros elementos que constituem um patrimônio imaterial, como uma receita culinária, uma dança, uma prática, pois elas ocorrem vinculadas ao material, que pode não ser considerado patrimônio se isoladas, mas sim se cooperarem entre si, evocando uma tradição. Ainda sobre a questão musical, vemos instrumentos europeus se adaptando ao espaço latino americano, como a trompa, caracterizada pela cor dourada que se realça aos braços do músico.

Ao canto direito, as jovens que sentadas ao chão, vestem roupas coloridas e com xales, e estão próximas de flores e ramos, que também enfeitam o salão, sugerindo que ou as meninas tivessem participado da decoração do salão, ou alheias a sociabilidade no mesmo plano que os adultos, mas participando de sua forma, em atividades recreativas independentes que de certa forma se relacionavam com a lógica proposta pelos adultos em questão. A sociabilidade, dessa forma coletiva, promove momentos de descontração regados a álcool (como sugerido pela garrafa sobre o banquinho) e a dança, sustentada pela música.

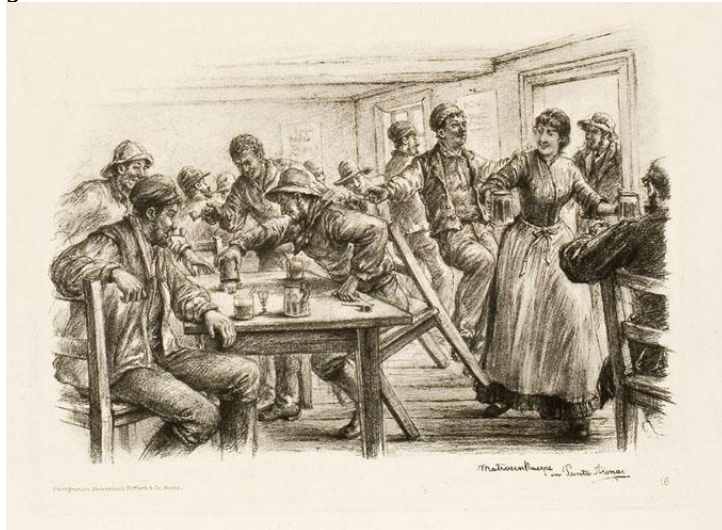
Esses momentos de descontração abrem espaço para a articulação de indivíduos, relações interpessoais que poderiam tanto levar a formar casais, assim como estreitar de laços de amizade, de negócio, e até repercutir em conflitos. O caso do conflito também faz parte da interação humana, sendo concebido por Tramontini como forma de expressão, de manifestação de descontentamento (TRAMONTINI, 2002). Registrados em processos-crime, o conflito pode deixar pistas da forma de articulação destes indivíduos, como um documento datado de 1861, a respeito de uma briga violenta entre outros colonos, que ocorre em um kerb na residência de Johann Peter Schmitt, colono alemão exponencial nas esferas políticas e comerciais.

Contrapor estas dimensões da ação humana, que se encontra em documentos como correspondências, processos judiciais e atas políticas,

ajudam a perceber certas nuances que estão presentes na obra de Weigartner, porém, de forma implícita. Ao retratar uma sociabilidade como o *kerb*, o pintor promove um exercício de contemplação de um gesto inerente ao ser humano, a relação, a conversa, a comunicação, que ocorre em determinado momento e contexto.

Voltando as obras de Ohlsen, a gravura “Taberna em Punta Arenas” retrata uma forma de sociabilidade diferente das demais analisadas, sendo esta ocorrendo dentro de um estabelecimento comercial, um bar, taverna, onde homens se encontram para beber.

Figura 4 – Taberna em Punta Arenas, Theodor Ohlsen, sem data



Punta Arenas é uma cidade portuária no sul do Chile, cujo início se deu com preocupações da República Chilena, e particularmente de Bernardo O’Higgins, sobre o território de Magallanes, a partir de 1840, vindo a sedimentar-se como Colônia no final desta década, às margens do rio Cárbon. Mesmo sem datação exata, essa gravura é provavelmente de 1894, período em que Ohlsen passou pelo extremo sul do Chile, no Arquipélago Chiloé.

Em virtude do contexto socioeconômico que a gravura retrata, os homens que estão no bar podem ser colocados como marinheiros e estivadores, sugerindo a expressividade masculina na atividade naval. A única moça na imagem atende os marujos com um sorriso no rosto,

servindo canecas de bebida, dando a impressão de satisfação ao ver o estabelecimento cheio de clientes. Os homens sentados na mesa mais destacada, a esquerda da gravura, capta a atividade de lazer desses marinheiros no jogo de dados, ou jogo de azar, pois não envolve estratégia ou regras mais elaboradas para jogar, e sim meramente sorte. Aparentemente há três dados no jogo, que o homem revela levantando o copo, num movimento impulsivo e desajeitado, apoiando-se na mesa e inclinando a cadeira. Na mesa, canecas sugerem o consumo de cerveja, e a taça e demais copos relacionando o consumo de destilados. O fumo também é presente na cena, denunciado pelos cachimbos, e não por cigarros. Os cachimbos aparentemente são similares uns aos outros, simples, pequenos, cujas características sugerem um cachimbo de cerâmica, de baixa qualidade. Esses elementos são adotados e assimilados pelos marinheiros do Sul do Chile, envolvidos no tráfego de mercadorias e viagens internacionais, exibindo outra dimensão de hibridismo cultural.

O estabelecimento tem a aparência de abarrotado, tumultuado, sentido realçado pelos homens de pé próximo a porta, um deles numa posição instável, como se estivesse dançando ou desequilibrado (neste caso, possivelmente embriagado, sugerindo o consumo excessivo de álcool destes indivíduos). As paredes da taverna são lisas e simples, cujos únicos objetos que quebram o padrão neutro são dois cartazes, com letreiros que Ohlsen não se preocupou em deixar evidente ou legível, mas que um homem de pé, no centro da imagem, lê seu conteúdo, sugerindo que aquele cartaz pudesse ser uma plataforma para divulgar informações.

As gravuras de Ohlsen têm ausência do uso de cores, o que dificulta identificação mais minuciosa a respeito das tendências estéticas e dos próprios indivíduos. Por mais que os fenótipos lembrem homens brancos, é difícil definir de fato alguma referencia étnica. A gravura “descansando en un rancho” apresenta um individuo com a pele mais escura, e o cabelo crespo e o nariz largo do homem na gravura da taverna, de pé no meio da imagem, lembra alguns traços de fenótipo negro; entretanto, tais suposições se mostram instáveis pela característica do desenho. As roupas retratadas, jaquetas, chapéus, boinas e calças, mostram, assim como nas pinturas de Weingärtner, o meio ambiente e a ocupação destes indivíduos influenciando na concepção estética e nas roupas usadas. Por mais que as roupas se apresentem como funcionais para a profissão naval, podendo ser compartilhadas por diversos grupos

culturais, não evidencia que a cena retrate diferentes nacionalidades; mas o espaço retratado, neste contexto de tráfego de mercadorias por meio de embarcações, abre espaço para concepção de que sejam indivíduos de diferentes regiões, que após o expediente de serviço trazendo mercadorias de outros países, se encontrem e sociabilizem no bar.

A obra de Ohlsen apresenta, acima de interpretações mais intrincadas e subjetivas vinculadas a estudos da imagem, um ambiente onde indivíduos se encontram e dialogam por meio de atos e gestos, sendo este o mesmo cerne da obra *Kerb* de Weingärtner. Ambas as imagens refletem determinadas camadas sociais se articulando em um rito que desencadeia e influi em outras situações, assim como faz parte de repercussões de prévios movimentos culturais, políticos e econômicos. O baile de Weingärtner se apresenta dessa forma devido a processos de migração, de povoamento, de difusão cultural, que estão vinculados ao contexto histórico latino americano e desembocam em uma concatenação de elementos, que o artista percebe e concretiza em uma obra gráfica.

Embora os motivos e inspirações do artista possam sugerir outros significados para a obra, como interesses políticos ou influências de escolas artísticas, o que busco com estes objetos de estudo é complementar as pesquisas a respeito da imigração alemã no sul do Brasil e no sul do Chile. O *kerb* retrata indivíduos brasileiros, possivelmente colonos e trabalhadores da área agrícola ou de ofícios urbanos, que se articulam num momento de sociabilidade. A taverna de Ohlsen apresenta também a sociabilidade, mas com a descontração de indivíduos cuja área de trabalho é portuária, com navegação, fluxo de mercadorias e nacionalidades; um contexto que influi na articulação desses indivíduos entre si.

Cada quadro traz diferentes atividades que estruturam a sociabilidade, sendo no *Kerb* presente a música, a decoração do ambiente, a vestimenta que se refere à ocasião de lazer; já na taverna, ressalta o jogo, o fumo, a bebida, onde os marujos socializam informalmente, diferente do *kerb*, um encontro mais elaborado, sugerido pela prévia decoração, do traje e da contratação de músicos.

Ao se apoiar em imagens para estudar a sociabilidade nestes contextos, demandam-se diversos cuidados a respeito do método de análise, articulando discussões sobre iconologia e iconografia. Os termos

iconológico e iconográfico foram introduzidos na História da Arte durante as décadas de 20 e 30 do século XX, numa revisão e readaptação de estudos que já estavam em exercício desde o XIX, principalmente por um grupo de intelectuais de Hamburgo. Um dos métodos de análise de imagem é derivado desses estudos, do que Peter Burke denomina escola de Warburg, compostos por intelectuais de formação clássica e com interesses em filosofia, história e literatura. Esse método tem certas operações pontuais, como um *programa* iconográfico que une imagens que foram separadas ao longo dos anos, espalhadas por museus e galerias, e buscando nessas análises coletivas não só identificar os artistas através dos detalhes minuciosos, mas também para articular significados culturais. Outro ponto é a justaposição de textos e outras imagens para complementar a análise. Entretanto, este método é criticado por ter sua base em especulações, de forma intuitiva, e por apresentar uma distorção de dimensão social que não percebe o significado por vezes especulado como possivelmente variável e muito mais subjetivo, “significado para quem?” (BURKE, 2004, p. 51). Entretanto, imagens são ricas para representações do cotidiano, situações efêmeras e mutáveis como as vestimentas e a tecnologia, da cultura popular e suas manifestações transpostas pela percepção de quem supostamente viu a cena ou objeto. Essas imagens têm a vantagem de comunicar os detalhes de um processo complexo de forma rápida e clara, o que um texto desenvolveria de forma muito mais vaga e demorada, carregando em si também subjetividade por parte de quem escreve.

A análise iconográfica implica numa sensibilidade que costura várias perspicácias, dessa forma, o contexto dos dois pintores se mostra como importante contribuinte para analisar as imagens, buscando as influências que os artistas assimilaram, vivenciando um processo de hibridização cultural (BURKE, 2003, p. 2), suas propostas e formas de representar o que testemunharam em determinados períodos. Este hibridismo cultural, definindo o termo cultura como um campo amplo de mentalidades, valores e costumes, denuncia a tenuidade de fronteiras, um *continuum* cultural.

Ao dialogar com estas obras artísticas, discuto com elementos que se articulam e coexistem, com significados do universo cultural dessas sociedades que ficam impressos nas imagens. A sociabilidade retratada serve de ponto comum entre as obras de artistas que circularam

por regiões de imigração germânica no século XIX. Além da própria obra como objeto de estudo, as sociabilidades que são retratadas provocam questionamentos a respeito da carga simbólica que atualmente damos ao que concordamos ser cultura ou tradição.

Referências

BARBA, Fernando E. MAYO, Carlos A. *Argentina y Chile em la época de Rosas y Portales* – La plata: Calle, 1997

BARROS, José D’Assunção. *História Comparada* – Vozes; Petrópolis, 2014.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural* – editora Unisinos, São Leopoldo, 2003.

_____. *Testemunha ocular; História e imagem* – Bauru: EDUSC. 2004.

EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales de Chile* – 10ª edição; Editorial Universitário San Francisco, 1980.

FERMANDOIS; Joaquín. *Chile, la construccion nacional*. Tomo 2; Funcaion Mapfre y Santillana Ediciones Generales, Madri, 2013

FOCHESATTO, Cyanna Missaglia de. *Imagens da imigração alemã nas pinturas de Pedro Weingärtner: representação do imigrante e do processo de colonização (século XIX e XX)*. Dissertação [mestrado]. São Leopoldo, 2014, Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, programa de pós graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política* – São Paulo: Companhia das Letras, 2014

KAULEN, Andrea Krebs; GUERRERO, Ursula Tapia; ANDWANDTER, Peter Schmid. *Los alemanes y la comunidad chileno-alemana en la historia de Chile*. Santiago de Chile, Chile, 2001

MATEO, Martinic Beros. *RecorriendoMagallanes antiguo con Theodor Ohlsen* – Prensa autoral impressos, Chile, 2005

NERY, Marie Louise. *A evolução da indumentária; Subsídios para criação de figurino* – 3 reimpr. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009

PAIVA, Eduardo França. *História e imagem*. 2 ed, 1 reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2006

PANOFSKY, Erwin. *Estudos iconológicos: temas humanísticos na arte do renascimento* – Editorial Estampa Lisboa, 1986

PRADO, Maria Lígia Coelho Prado. *Nação e pintura história: reflexões em torno de Pedro Subercaseaux*. In : PAMPLONA, Marco A. e STUVEN, Ana Maria. *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX* – Garamond; Rio de Janeiro, 2010.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz (2000). *O teatro da sociabilidade. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930*. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata – Porto Alegre: LPM, 2002

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes – A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos; 2003.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX* – São Leopoldo, Oikos; 2008.

Sites acessados

<<http://www.ojosdeohlsen.cl/chile.htm>> acessado em Junho, Julho, Agosto de 2014.

Fonte primária

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) – Processo-crime – São Leopoldo – número documento 2963 – maço 58 – estante 77 – Envolvidos Schmitt, Lemmert.

MHVSL (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo) – Primeiro Livro de Atas da Câmara Municipal de São Leopoldo – 1846/1849

O TRABALHO DE MEMÓRIA DA COLÔNIA SÍRIO-LIBANESA: A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR DE MEMÓRIA JUNTO ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM PORTO ALEGRE (1935)

Luciano Braga Ramos*

Resumo: A presente comunicação analisa os discursos pronunciados pelas autoridades na imprensa durante a inauguração do monumento da colônia sírio-libanesa às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha em Porto Alegre. Foi analisado o Jornal Correio do Povo sobre a cobertura do dia da inauguração do obelisco o qual a colônia sírio-libanesa presenteou a cidade de Porto Alegre. Durante o ano do centenário da Revolução Farroupilha, em Porto Alegre realizou-se a Exposição Farroupilha que buscava, além de mostrar a suposta pujança econômica do estado, também serviria de marco para reafirmação do gaúcho como brasileiro. Para tanto, a imprensa e intelectuais se utilizaram das memórias da Revolução Farroupilha como elemento identificador dos rio-grandenses. Assim, observou-se que por parte das colônias de imigrantes estabelecidas no Rio Grande do sul, sobretudo em Porto Alegre, aconteceu uma corrida na construção de monumentos com a intenção de se associarem às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. O trabalho tem relevância, na medida em que se percebe a importância dada pelas colônias de imigrantes na busca da construção de um lugar de memória, que de certa forma pudesse dar um sentido de pertença a estas comunidades radicadas no estado. Tais comunidades ao que parece sentiram necessidade de criar lugares de memória para fazerem-se notar em meio à euforia da reelaboração da identidade de gaúcho embasado nas memórias da Revolução Farroupilha.

Palavras-chave: Monumento, Comemoração, História, Memória

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Introdução

O centenário da Revolução Farroupilha foi um momento importante na construção de monumentos na cidade de Porto Alegre. Quem constrói monumentos pretende deixar uma marca no tempo, a partir de um objeto criado no espaço, que por ocupar este espaço acaba se constituindo como lugar de memória para a coletividade que o edificou.

Os lugares de memória são, antes de tudo restos. A forma externa onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que aparecer a noção (NORA, 1993, p. 12-13).

O monumento como toda arte pública se constituindo como lugar de memória dialoga com seu entorno, portanto o monumento é uma representação simbólica, mas também materializada de uma memória que se quer deixar para posteridade.

O monumento é um sinal do passado (...), o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) (LE GOFF, 2003, p.526).

Dessa maneira, o monumento como objeto exposto redefine e modifica o sentido do lugar onde este materializa a memória de um grupo ou uma coletividade. O monumento tem a capacidade de deixar uma marca no tempo e de responder as inquietações de memória e história quando indagado, ou quando evocado. A memória de acordo com Menezes (2000), pertence ao presente elaborando representações do passado a partir do presente. Tais representações atendem aos interesses do presente por determinadas lembranças do passado selecionadas pelos sujeitos sociais. O monumento com o propósito de construir identificação coletiva, e, contribuindo para a construção das ditas tradições, é um elemento depositário de capital simbólico. De acordo com Bourdieu, o capital simbólico:

É uma propriedade qualquer (...) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (...) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 2010, p.107).

E as “tradições gaúchas” no Rio Grande do Sul, ainda hoje não constituem um capital simbólico cultural? Portanto, se torna pertinente empregar o conceito de tradição inventada para analisarmos a formação do que ainda hoje parte da sociedade gaúcha entende por “tradição” no Rio Grande do Sul. De acordo com Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2008, p.09).

Dessa forma, o centenário da Revolução Farroupilha foi uma oportunidade não só para a elite intelectual e política que estava envolvida no evento criar seus “laços” de memória, como também abriu precedente para que outros grupos fizessem uso daquele passado. Ou seja, já era claro que a reelaboração daquelas “tradições” não incluíam a “existência” das colônias de imigrantes. Estas não figurando como elemento comum na elaboração de uma suposta “identidade” de brasileiro para o gaúcho, encontraram nos monumentos uma maneira de participarem e se inserirem nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha.

Um monumento para os farroupilhas

Em 12 de setembro de 1935 foi debatida na Câmara Federal Brasileira um projeto de lei que dificultava a entrada de imigrantes no Brasil, tal projeto segundo o jornal A Federação, tinha contra si a maioria da opinião pública brasileira. Ainda dizia que a lei que restringia a entrada de imigrantes no Brasil foi baseada mais na teoria inspirada num espírito de nacionalismo que rondava o mundo, não refletindo a “verdade” como um todo. (A FEDERAÇÃO, 12 de Setembro de 1935, capa). No entanto, o jornal alertava para a necessidade de realmente haver um controle da imigração por parte dos chamados “defensores da limitação das correntes imigratórias”.

É esse um perigo que, ao se elaborarem leis sobre a imigração, não pode ser esquecido. Realmente há a necessidade de se controlar a entrada no Brasil das levas de imigrantes que aqui vêm em busca de melhor sorte da que lhe podem oferecer os países de onde emigram. Esse controle, porém, pode articular-se de modo menos rígido do que o imposto por limitações intransponíveis, que nem sempre correspondem às necessidades nacionais, como o demonstra a falta de braços de que se queixam as lavouras paulista, mineira e de outros estados (A FEDERAÇÃO, 12 de Setembro de 1935, capa).

Portanto, havia uma restrição que rondava as questões sobre quais correntes imigratórias teriam realmente aproveitamento no sistema produtivo brasileiro. Segundo o jornal, havia determinadas correntes imigratórias que desde sua chegada foram contribuindo de fato para o desenvolvimento do país, citando como exemplo algumas correntes imigratórias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

É inegável que as zonas de maior prosperidade do país são precisamente aquelas em que se desenvolveu com maior amplitude a valiosa colaboração do braço estrangeiro. O Estado de São Paulo e o Rio Grande do Sul são expressivos exemplos. Determinadas correntes imigratórias tem tido uma poderosa influência sobre o desenvolvimento da nossa economia, que impulsionaram em diversas direções, com a tenacidade do seu trabalho e a inteligência da sua iniciativa. A experiência nos tem demonstrado, através de um período fecundo de desdobramento de formidáveis energias e acelerações surpreendentes do nosso progresso, que determinadas correntes imigratórias nos são proveitosas em todos os sentidos – o econômico, o social, o cultural e o etnológico, dada a facilidade com que se assimilam ao nosso ambiente os elementos raciais, intelectuais e produtivos que nos trazem (A FEDERAÇÃO, 12 de Setembro de 1935, capa).

O jornal possivelmente falava das correntes imigratórias que se estabeleceram em colônias de aspectos rurais, já que este em sua narrativa queixava-se da falta de braços nas lavouras, enquanto havia uma entrada indiscriminada de imigrantes que não atendiam tal expectativa.

É claro que a experiência sociológica que um já vasto período de política imigratória nos tem dado deve nos orientar na escolha dos elementos que nos convêm, assim como não se pode esquecer a

necessidade de promovermos um maior aproveitamento do braço que ficando esquecido e improficuo nos nossos sertões (A FEDERAÇÃO, 12 de Setembro de 1935, capa).

Se houve por parte das autoridades e opinião pública um questionamento sobre quais correntes imigratórias eram produtivas e caberiam entrarem e se estabelecerem no Brasil, também pode ter havido uma preocupação por parte das correntes imigratórias de “menor expressão” em se fazerem notar. Talvez para o Rio Grande do Sul, esse aspecto possa em parte explicar a necessidade de associação das comunidades de imigrantes numa comunhão e mesmo construção de um lugar de memória junto à memória da Revolução Farroupilha elaborada pelo estado.

No dia 27 de outubro de 1935, de acordo com o Correio do Povo inaugurava-se em Porto Alegre o monumento da colônia sírio-libanesa, com o qual a comunidade radicada em Porto Alegre presenteou a cidade em ocasião do primeiro centenário da Revolução Farroupilha. O ato contou com a participação de autoridades civis e militares, com os representantes do estado e do município de Porto Alegre, assim como os representantes da colônia sírio-libanesa radicados no estado¹ (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Na narrativa do representante da colônia sírio-libanesa Abdala Credy, durante o discurso de inauguração do monumento para o centenário da Revolução Farroupilha pretendia-se ao que parece legitimar a ancestralidade sírio-libanesa. Credy começou rememorando um passado

¹ “O ato revestiu-se de grande imponência tendo a ele comparecido o major Guasque de Mesquita, representando o governador do Estado; major, Alberto Bins, prefeito municipal; deputado Camilo Martins Costa, Coelho de Souza e João de Oliveira Castro, pela Assembleia Legislativa; tenente Aldo Pereira, pelo comandante da 3ª Região Militar; Dr. Roberto Cobos, cônsul da Argentina; dr. Borrat Fabini, cônsul do Uruguai; sr. Caetano Berlese pelo cônsul do México, sr. Curtenaz, chanceler que responde pelo expediente do consulado da França; sr. Ovídio Chaves, pelo secretário de Educação e Saúde Pública sr. Juan Andriensen, cônsul de Espanha; e elementos destacados da colônia” (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

“glorioso” em que buscava na memória da Fenícia Antiga os elementos para o processo de construção e associação da colônia sírio-libanesa às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha.

No momento em que o Rio Grande unânime, com os aplausos dos seus irmãos de todo o Brasil, festeja, cheio de júbilo cívico, o primeiro século dos memoráveis acontecimentos que originaram a gloriosa jornada farrapa, os libaneses e os sírios de todos os municípios do Estado, não podiam silenciar diante de uma comemoração tão grandiosa.

A oportunidade não podia ser melhor nem o gesto mais feliz, congregando os elementos da colônia para ornarem a capital gaúcha com um monumento que dirá sempre da sinceridade e afeto dos filhos da velha e imortal Fenícia, aos seus irmãos brasileiros (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

A narrativa pretendia fazer, uma associação da colônia sírio-libanesa às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha de fato, mostrando na narrativa a importância de se demarcar por um passado a presença desta colônia em Porto Alegre. Não há pelo que parece a necessidade de se inserir no sentido de se “aculturar” ou de aderir à memória Farroupilha, mas antes nota-se a tentativa de deixar claro às alteridades entre sírio-libaneses e rio-grandenses. Mais do que se associar é uma maneira de se afirmar enquanto grupo étnico, em meio às comemorações do centenário Farroupilha que tinham como meta também trazer à tona a memória da Revolução Farroupilha na ideia de reelaborar e articular a “identidade” do gaúcho enquanto brasileiro.

Era um momento oportuno para às colônias radicadas principalmente na capital rio-grandense colocarem-se em evidência. A colônia sírio-libanesa também buscou no culto aos antepassados sua história mostrando assim, que também tinha num passado o lastro de memória para a afirmação de sua identidade. Foi um discurso que pretendia supostamente estabelecer uma homenagem entre pares, e o reconhecimento que a colônia tinha pelo acolhimento em terras rio-grandenses, justamente naquele momento, que passavam pela comemoração de um fato importante para a memória gaúcha. A colônia sírio-libanesa também contou com o apoio dos seus respectivos países.

Colaborando na grandeza desta homenagem, é recente o simpático e significativo gesto dos governos do Líbano e da Síria, prestando todo o seu apoio a esta prova de amizade, inaugurando em 20 de Setembro passado, em suas capitais Beirute e Damasco, lindas avenidas com o nome de Porto Alegre. Este feito que tanto fala aos corações rio-grandenses, não é mais do que uma demonstração cabal, evidente, concreta e sincera da admiração e do apreço ao Brasil glorioso, ao Brasil nobre e hospitaleiro (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Poderia ser uma demonstração de apreço como sugere o noticiário, mas também uma relação de interesses em aproximação entre os países. No entanto, notamos que a busca de um passado mais remoto pela colônia sírio-libanesa mostra uma sociedade que tinha profundas raízes, até mais antigas que a própria história então rememorada no centenário Farroupilha. Tal história sírio-libanesa narrada na ocasião da inauguração do obelisco remontava a uma Fenícia² que deu sua contribuição para o mundo através do comércio e da navegação, e mesmo na criação do alfabeto, também sua influência na cultura grega.

Aqui está o que os filhos da Síria, numa indestrutível união, com a colaboração de seus descendentes, oferecem à esta linda metrópole, magnificamente simbolizada no granito e no bronze, a perpetuidade dos sentimentos afetivos que unem as pátrias comuns. No granito, é o estilo sírio e libanês com mescla do que

² “Entre as ricas e belas montanhas do Líbano, com justiça cognominadas “o paraíso do Universo”, e a parte oriental do Mediterrâneo, existirá sempre do que foi Sidon, Tiro, Arad e Belrout, formando então a celebre Confederação Fenícia, pátria daqueles que não temiam perigos, cheios de audácia, de fé e de ambição. A Fenícia daqueles tempos ou a Síria e o Líbano de hoje, é a região que serviu de berço aos valentes jornadeantes, geniais economistas e credores do comércio internacional. Audaciosos e intrépidos abordaram ilhas e continentes, fundando núcleos e centros propulsores de agricultura, de indústria e de consumo. Em caravanas exploravam todos os desertos asiáticos, dos próximos aos longínquos, pondo-os em contato com o ocidente, então desconhecido para esses povos. Por mar, não contentes com suas incursões a Gália, a Escandinávia e a África, nos contam historiadores que também as margens brasileiras tiveram a sua visita e até as faldas dos Andes conheceram o seu valor” (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

foi a arte fenícia. No bronze, num mar imenso, o fenício navegante e audaz em conquista do ocidente, e, atravessando áridos desertos, o fenício cavaleiro, valente como os mais o foram, em busca do oriente distante. São figuras simbólicas, dizendo o que foi a civilização fenícia, intermediária entre o Oriente e o Ocidente à civilização Greco-romana (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

A narrativa tenta fazer uma junção entre o que dizia serem duas pátrias comuns, fazendo do fenício o conquistador, o cavaleiro, representando uma civilização intermediária entre o ocidente e o oriente. Tentava-se possivelmente fazer alusão entre o cavaleiro gaúcho, e sendo, que o gaúcho da farroupilha era visto pela historiografia como esse “intermediário” entre o Brasil e a Banda Oriental – Uruguai – poderia ser uma relação interessante. Ficou perceptível a tentativa da construção de um passado que pudesse dar conta da “real” importância da história sírio-libanesa para a humanidade.

Da incomparabilidade do gênio fenício nos ensinam todas as histórias. Além do seu valor colonizador e a fundação de importantes núcleos mais tarde continuados pelos gregos, foram, também, os transformadores dos hieroglíficos dos egípcios em caracteres, dando a cada um som diferente, criando, assim, o que se chama a verdadeira civilização da humanidade, o saber perpetuando, o pensamento escrito, o genial alfabeto (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

O narrador buscava na história remota como já foi mencionada, uma maneira de legitimar uma presença nas comemorações do centenário Farroupilha, mas também mostrar os supostos valores daquela ancestralidade. E reiterava mostrando os valores republicanos que eram segundo ele, objetos de conquista das nações sírio-libanesa.

No decurso dos séculos, os seus territórios foram objetos de conquistas de outros povos que se fortificaram e aos poucos foram se originando novas nacionalidades, até os nossos tempos. Hoje, são florescentes as Repúblicas do Líbano e da Síria, reconstituídas nos alicerces das suas originárias independências. Nações organizadas sob regime democrático esforçam-se, energicamente, sob o pulso firme e patriótico dos seus homens ilustres, para a sua

emancipação econômica, fazendo daqueles privilegiados recantos, o orgulho de seus filhos.

A linhagem valorosa de seus habitantes, a fertilidade de suas terras, a riqueza de seus climas, fazem daquelas regiões as grandes promessas do futuro (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Ao que parece, contudo, é que apesar dos esforços do narrador na sua tentativa de comparar ambas as pátrias, é que ele admite que a região do Líbano ainda fosse uma promessa de pátria que se afirmaria. Talvez por isso, o trabalho de memória da colônia sírio-libanesa que buscava num passado longínquo, as raízes de sua história. E mesmo admite a fragilidade daquele país em relação ao seu território.

(...) a pátria é pequena. Não importa; si o território é pequeno, a sua história é grande. Mais alto que o vértice de suas montanhas é o pináculo de sua glória. Mais forte e mais resistente que os seus cedros tão decantados pelos poetas, é a epopeia em que a história canta a resistência heroica de seu povo a tudo e a todos os que ousaram atentar contra o seu Deus e a sua terra (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Assim, a narrativa conduzia a “história” da Fenícia como uma “epopeia”, da mesma forma como os intelectuais gaúchos faziam com a Revolução Farroupilha. E também por parte do representante da colônia sírio-libanesa ele dirigiu seu discurso para a comparação dos “homens” do presente aos “ancestrais” do período da Revolução Farroupilha.

Ao respeitar-se as tradições, ao balançar-se os feitos dos homens, é que se conhece a sinceridade e a grandeza de um patriotismo. O culto aos feitos dos antepassados a admiração pelas suas atividades e a consagração de seu valor, une, em todos os tempos, os homens de todas as raças.

A nossa admiração pelos proeminentes homens de hoje, não é menor do que pelos heróis de 35. Justificando os feitos maravilhosos dos rio-grandenses contemporâneos destaca-se a vigorosa personalidade do eminente governador gaúcho, general Flores da Cunha, o grande amigo da Síria e do Líbano, o general na luta e o juiz na paz, a veneração do Rio Grande e o orgulho do Brasil (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Podemos notar que a busca de uma aproximação com as memórias da Revolução Farroupilha e a comparação dos sujeitos do presente com aquele passado, acabou por abrir precedente para que, no caso da colônia sírio-libanesa, essa encontrasse espaço para fazer uso de sua memória sem ser contestada. Um uso que se demonstrou ser político e social, mas, sobretudo pertinente para a associação desejada pela colônia junto à memória da Revolução Farroupilha, manifestando e afirmando-se como “membros da comunidade” gaúcha.

As marcantes qualidades de administrador zeloso são os reflexos da atividade do operoso prefeito major Alberto Bins. Porto-alegrense insigne e a quem a Grande Comissão muito deve pelas múltiplas, atenções dele recebidas, prova evidente do interesse que toma por todos os assuntos relacionados com o embelezamento da nossa formosa capital (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

O discurso pretendia mostrar os elementos que tinham a capacidade de tornar “irmãos” o gaúcho e o sírio-libanês, mostrando que ambos tinham no seu passado acontecimentos históricos relevantes para a construção de suas respectivas nações. Colocava-se em evidência no ano do centenário da Revolução Farroupilha, a “epopeia” do “povo fenício” na construção de sua história.

Os libaneses e os sírios, compreendendo os sentimentos de simpatia com que são cercados e admirando em todos os aspectos os seus irmãos gaúchos, não lhes foi lícito silenciarem. O ideal que animou e manteve por uma década aquela estirpe de heróis farroupilhas, impressionou e caracterizou a chama de liberdade pela qual conclamavam todos os povos que não tinham aventura de verem os seus sagrados direitos respeitados pelos mais fortes. O exemplo do Líbano e da Síria é paralelo ao do gaúcho. Durante algumas centenas de anos os territórios cristãos do levante estiveram sob a tutela dos muçulmanos, antagônicos na origem e na fé, e só a militante solidariedade cristã, conseguiu fazer o milagre da emancipação presente (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

A citação acima deixou claras as comparações e tentativas de buscarem características comuns na história sírio-libanesa narrada, e a história que se pretendia contar sobre a Revolução Farroupilha no ano de

seu centenário. Uma história que como sugeriu o narrador era paralela demonstrando o senso de liberdade do gaúcho comparado ao do sírio-libanês. Tentava-se mostrar o senso de emancipação de ambos os sujeitos históricos na contribuição destes para a construção de suas nações.

A satisfação do Brasil por ter filhos como os farrapos dignos de admiração, é o mesmo que sentem os libaneses e os sírios, hoje independentes e constituídos em Estados autônomos, pelos seus maiores e pelas nações cristãs, colaboradoras de sua grandeza. Assim, a sua saudação ao Rio Grande e ao Brasil é efetiva, é sincera e é leal. O Rio Grande, celebrando o feito dos seus, com o concurso unanime de todos os estrangeiros radicados em seu ubérrimo solo, se colocou, predestinado pela mão de Deus, em seu merecido lugar na história, e, honrando seus heróis honrou sua própria civilização e mereceu a admiração e o respeito de todo o Universo (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Ao que parece, Credy, procurou mostrar na trajetória do povo sírio-libanês, e dos gaúchos, as semelhanças, onde estes de fato lutaram pela construção de suas nações e na formação de seus Estados. Também fez questão de demonstrar o aspecto religioso entre as nações, lembradas por ele como cristãs, indicando ainda que “o Brasil deveria se orgulhar de ter filhos como os farrapos”, o que coincidia com os propósitos das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Assim, o representante da colônia sírio-libanesa foi encerrando seu discurso debaixo das palmas dizendo o seguinte:

Os libaneses e os sírios, graças aos trabalhos da Grande Comissão Central, cumprem o seu dever de hospitalidade e concretizam a sua satisfação ao generoso e hospitaleiro povo do Rio Grande, construindo o monumento que oferecem. Que ele seja bem recebido e que sirva de simetria para a propagação cada vez maior, da tradicional amizade entre o Brasil, a Síria e o Líbano. Nele, encontrareis, senhores, a admiração, a veneração e a gratidão dos sírios e dos libaneses (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

No encerramento de seu discurso o comendador Credy, representante da colônia sírio-libanesa definiu as intenções e pretensões do monumento com o qual estes se associavam às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. O monumento era para servir de

simetria entre as duas nações, ou seja, a intenção mais clara era de que os sírio-libaneses fossem vistos como iguais em meio aos elementos que pretendiam definir um “rio-grandense” sobre o viés de brasilidade.

Por parte da municipalidade se pronunciou o prefeito Alberto Bins, e ao que se percebe, este direcionava seu discurso para um teor de “gratidão” por parte das colônias de imigrantes para como Rio Grande do Sul. Portanto, o colono aparece no discurso de Alberto Bins como um sujeito a parte, que desejou participar das comemorações que eram direcionadas para o que se entendia ser a memória do povo rio-grandense. O prefeito continuava seu discurso dizendo:

Desde o dia 20 de setembro quando começaram os festejos comemorativos do centenário da Revolução Farroupilha, tenho tido o prazer e a honra de receber monumentos oferecidos à cidade pelas diversas colônias domiciliadas no Rio Grande do Sul. Estas demonstrações de simpatia e de gratidão dos estrangeiros e seus descendentes são para nós rio-grandenses, muito significativas e muito tocam a nossa alma.

Representam elas os fortes laços que nos unem e a maneira como todos desejam colaborar, conosco, não só na grandeza do Rio Grande do Sul, mas do Brasil. A laboriosa colônia sírio-libanesa, como outras aqui residentes, não quis deixar de, também, participar da alegria que [sic] em nossos corações pela passagem do centenário Farroupilha, promovendo a ereção deste belo monumento, cujo oferecimento muito nos sensibiliza (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

Podemos compreender que no discurso de Alberto Bins os imigrantes eram vistos como sujeitos a parte, que desejavam participar das comemorações como “sinal de gratidão” como já foi dito. Mas também podemos sugerir que o interesse de não ficarem de fora do evento se deu em parte justamente por estes serem vistos como estrangeiros como mencionou Alberto Bins. O discurso diferenciava rio-grandenses de estrangeiros, deste modo, enfatizamos o quanto era pertinente para tais colônias distanciadas de seus países de origem, construir pelo ritual através do monumento, um sentimento de pertença. Alberto Bins reitera seu discurso concluindo:

Hoje, encontramos-nos defronte a este belo monumento, a essa obra que vem embelezar a nossa capital, que, além de ter nela

placas simbolizando a tradicional história dos sírio-libaneses, é também uma expressiva prova afetiva pelo Rio Grande do Sul. Que este obelisco, que este monumento, no segundo centenário, possa recordar aos descendentes desta operosa colônia os motivos que levaram seus antecessores a levantá-lo, levados somente numa demonstração de reconhecimento à forma como aqui os recebemos e seu afeto não era menor ao de sua pátria distante (CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1935, p. 09).

O discurso do prefeito Alberto Bins ironicamente foi concluído ao que parece, sobre o aspecto que identificaria os colonos como estrangeiros mesmo cem anos depois da data da inauguração daquele monumento. Percebe-se ainda, pelo pronunciamento do prefeito, que o monumento serviria para os descendentes da colônia lembrarem-se da gratidão de seus antepassados para com os rio-grandenses. Mais uma vez é possível notar o porquê, talvez, da necessidade por parte das colônias de erguer um monumento, pois ao que parece, estes sujeitos não eram incluídos de fato no projeto de memória rio-grandense. Memória de um rio-grandense que tinha suas raízes segundo intelectuais e políticos envolvidos nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, num passado que tinha por sujeito histórico o elemento da fronteira, o gaúcho.

Considerações finais

O monumento como mesmo pronunciou o prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins à época do centenário da Revolução Farroupilha, serviria para eternizar a participação da colônia no evento, tendo como função representar e perpetuar uma memória. Mas não somente perpetuar a memória como também, evocar a memória como desejavam as autoridades envolvidas naquele ano de 1935.

No caso da colônia sírio-libanesa, essa tinha o desejo de não só participar como também mostrar que era “descendente” assim como os rio-grandenses de um passado “glorioso”. No entanto, podemos lançar a hipótese que estes tinham a necessidade de se associarem aquelas comemorações justamente por não figurarem como elementos de fato da “cultura gaúcha” como pretendiam reelaborar os intelectuais e políticos naqueles dias.

Pois o que tinham aqueles imigrantes a perder caso não participassem de tais comemorações? Partindo do pensamento de Nora (1993), que os lugares de memória são também restos, pode-se analisar o quanto era significativo para a colônia sírio-libanesa aquela construção. Juntavam-se naquele monumento os restos de “duas” memórias distintas para a construção de um lugar de memória para a colônia sírio-libanesa. Podemos dizer que era uma construção que marcava um lugar no passado, lá na antiga Fenícia, e que no presente marcava um lugar de memória se associando a memória do centenário da Revolução Farroupilha. Buscava-se por parte da colônia sírio-libanesa, possivelmente, um “lastro” de memória através do monumento que a perpetuaria numa tentativa de “definir” o que era também a memória da colônia sírio-libanesa radicada no Rio Grande do Sul no ano do centenário da Revolução Farroupilha.

Referências

A FEDERAÇÃO. *A Questão da Imigração no Brasil*. Porto Alegre: 12 de Setembro de 1935.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª Ed. – Campinas, SP: Papirus, 2011.

CORREIO DO POVO. *A Colônia Sírio-libanesa e o Centenário da Farroupilha*. Porto Alegre: 29 de Outubro de 1935

HOBSBAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. 6ª edição; Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2008.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MENEZES, Ulpiano T. B. *Educação e museus: sedução, riscos e ilusões*. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências & Letras, jan/jun 2000. p.91-101; nº27.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981. P. 7-28.

ANDANÇAS DO GRUPO DE DANÇA RAÍZES

Marli Pereira Marques

Introdução

O presente artigo é um recorte do meu trabalho de conclusão, cuja pesquisa foi realizada com moradores da cidade de Taquari envolvida com a preservação do patrimônio histórico e da memória cultural açoriana da cidade. O objetivo da pesquisa foi Investigar os Sinais do Patrimônio cultural material e imaterial, herança da colonização açoriana na Cidade de Taquari, verificando os que existiram; os que ainda existem e que foram resignificados, e também identificando o sentimento de pertencimento dos cidadãos taquarienses com suas origens açorianas.

Nessa pesquisa procuramos identificar as marcas ou sinais culturais trazidos pelos açorianos como festas religiosas, arquitetura, construção ou pavimentação de ruas, a culinária, o imaginário e, sobretudo, as relações que da cidade de Taquari mantêm, ainda hoje com a Ilha dos Açores e o significado destas relações para a cultura local.

Como metodologia utilizou-se a da história oral, através de entrevistas com moradores da cidade.

Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419)

O processo da memória possibilita ao homem intervir na ordenação dos vestígios do passado que lhe são significativos, assim como fazer uma releitura deles. Neste sentido, evidenciou-se que os entrevistados envolvidos na pesquisa tentam resgatar sua identidade cultural ao confirmarem que se empenham na preservação do patrimônio

cultural por se sentirem descendentes de açorianos. Da mesma forma o fazem aqueles que se envolvem no trabalho da preservação, ou pela escrita das memórias da cidade ou pela simpatia desses taquarienses e seu jeito de ser açoriano.

No entanto, tendo em vista a necessidade de delimitar esta busca no espaço e no tempo, a atividade foi restrita à área urbana do município. Reconstituir o passado é motivo de orgulho para os taquarienses entrevistados e, pela memória atuante da vida cotidiana, é possível integrar o passado e o presente. Na pesquisa buscou-se esta interação a fim de reconhecer a identidade cultural local.

Também se trabalha com o conceito da cultura, definida como “um conjunto de sistemas simbólicos, sendo os símbolos forma de relação entre o indivíduo e a realidade, conforme códigos tradicionais socialmente aceitos” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 16)

Tendo em vista que a pesquisa será centrada nos sinais culturais da cidade de Taquari, corrobora-se o entendimento desta autora quando destaca que:

Esses sistemas simbólicos têm que ser compreendidos, decodificados por todos os que participam das manifestações culturais por eles orientadas, e para isso devem se expressar através de uma linguagem comum para que haja comunicação e entendimento (MELLO E SOUZA, *op. cit*)

O patrimônio cultural¹ material com o qual se trabalha na pesquisa pode ser identificado na arquitetura açoriana que está tombada na cidade e em outros objetos pessoais, como roupas, ornamentos, ferramentas e armas. O patrimônio imaterial, mais subjetivo, está presente no saber fazer as festas, no jeito de ser açoriano, nas receitas da culinária preparada para as festas e nas músicas cantadas, tocadas e

¹ Patrimônio cultural: “Agrupados em bens naturais pertencentes à natureza, bens de ordem material são coisas, objetos, construções; bens de ordem intelectual são os saberes do homem; os bens de ordem emocional representam sentimentos de ordem individuais e coletivos, são diversas manifestações folclóricas, cívicas, religiosas e artísticas” (ATAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997, p.23).

dançadas. Segundo Ataídes, Machado e Souza, “o patrimônio é constituído, então, de bens materiais e não-materiais, enfim, de tudo que se refere à identidade, à ação, à memória de uma sociedade” (1997, p. 23).

O grupo de dança Raízes

Neste artigo enfatizamos o Grupo de Dança Raízes latinas e sul-rio-grandenses que se destaca pela sua atuação na região, e também na relação de intercâmbio culturais mantidos ao longo dos anos com o folclore português através da participação em eventos na Ilha Terceira em Portugal e a participação no Festival Internacional Portugal/Espanha no ano 2009. Iniciou sua formação em 1996 com a finalidade de proporcionar às crianças e aos jovens o envolvimento em atividades que propiciem o desenvolvimento físico, intelectual e espiritual, num processo criativo, proporcionando a integração na sociedade, desenvolvendo o espírito de grupo, a autoestima e a realização pessoal. Seus componentes pesquisam e divulgam o folclore gaúcho, nacional e internacional. Possui um grande repertório de danças e canções, todas caracterizadas por excelentes figurinos, com trajes de época. De 2009 a 2012, o grupo vem participando de eventos culturais locais, em cidades pelo Rio grande do Sul e continua a cultivar a relação de intercâmbios com Portugal e outros países da América Latina.

Hoje, o Grupo de Dança Raízes latinas e sul-rio-grandenses, criado pelo Instituto Cultural e Artístico Raízes, da cidade de Taquari, participa de intercâmbio com grupos de dança das Ilhas dos Açores.

Conforme Aurora, em seu depoimento, o Grupo de Danças Raízes iniciou sua formação em 1996 com a finalidade de proporcionar às crianças e aos jovens o envolvimento em atividades que propiciem o desenvolvimento físico, intelectual e espiritual, num processo criativo, proporcionando a integração na sociedade, desenvolvendo o espírito de grupo, a autoestima e a realização pessoal. Seus componentes pesquisam e divulgam o folclore gaúcho, nacional e internacional. Possui um grande repertório de danças e canções, todas caracterizadas por excelentes figurinos, com trajes de época.

Este é o depoimento de Aurora:

O Instituto Cultural e Artístico Raízes iniciou sua formação em 1996 com a finalidade de proporcionar às crianças e jovens o envolvimento em atividades que propiciem o desenvolvimento físico, intelectual e espiritual, num processo criativo, proporcionando a integração na sociedade, desenvolvendo o espírito de grupo, a autoestima e a realização pessoal.

O Raízes pesquisa e divulga o folclore gaúcho, nacional e internacional, possuindo um grande repertório de danças e canções, todas caracterizadas por excelentes figurinos, com trajes de época. Este grupo vem se destacando pelos diversos municípios onde se apresenta divulgando o nome de Taquari, além de festivais como o da Ilha Terceira dos Açores (Portugal 2000, Festival Internacional), Festival de Danças do Mercosul em Bento Gonçalves (2002, 2003 e 2004), Festival Porto Alegre em Dança (2009) e outros...

O Grupo de Danças Raízes latinas e sul-rio-grandenses realiza anualmente um Festival de Danças e Ritmos, além de participar do Natal Açoriano em Terra Gaúcha.

Em 2005 realizou o Projeto Raízes a Energia da Arte, apoiado pela CERTAJA, que visou proporcionar atividades gratuitas para a comunidade, através de oficinas de dança, teatro, música e artesanato. Em 2006 contou sua história em um espetáculo denominado *Raízes e o Tempo*: 10 anos de existência. Em 2007 dedicou-se à dança de salão apresentando o show *Salão de Danças Raízes*. Em 2008 realizou o VIII Festival Integrado de Música e Dança, desenvolvendo várias oficinas com alunos da rede de ensino. Em 2009 recebeu convite para representar o RS/Brasil no Festival Internacional de Folclore em Portugal/Espanha, no mês de julho, e passou a se denominar Instituto Cultural e Artístico Raízes.

Figura 6 – Grupo de Dança Raízes em apresentação no Festival Internacional



Fonte: Arquivo do Instituto Cultural Raízes de Taquari.

Destacando-se pelos diversos municípios onde se apresenta, o Raízes divulga o nome da cidade de Taquari. Além disso, participou de Festivais como o da Ilha Terceira dos Açores, em Portugal, que ocorreu em 2000, no Festival Internacional. Participou também do Festival de Danças do Mercosul em Bento Gonçalves, que ocorreu em 2002, 2003 e 2004, e ainda do Festival Porto Alegre em Dança, em 2009, entre outros eventos.

Entre os programas culturais, o Grupo de Danças Raízes latinas e sul-rio-grandenses realiza anualmente um Festival de Danças e Ritmos, e participa também do Natal Açoriano em Terra Gaúcha, que ocorre em Taquari no mês de dezembro.

Figura 7 – Grupo de Danças Raízes em apresentação



Fonte: Arquivo do Instituto Cultural Raízes de Taquari.

O Grupo de Dança Raízes mantém um cronograma de atividades anual que mostra o quanto seu trabalho é dinâmico e voltado à integração da comunidade que o assiste, assim como à preservação da autoestima e da cidadania de seus participantes. Fazer parte do grupo é também promover a revitalização cultural de Taquari e conhecer suas origens através da história, já que para participar do Grupo o candidato deve estudar sobre os açorianos, conhecer os trajes típicos. Deve estar inserido no contexto histórico do que vai representar.

Em 2005, o Grupo realizou o Projeto Raízes, a Energia da Arte, apoiado pela CERTAJA, proporcionando atividades gratuitas para a comunidade através de oficinas de dança, teatro, música e artesanato. Em 2006 contou sua história em um espetáculo denominado *Raízes e o Tempo: 10 anos de existência*. Em 2007 dedicou-se à dança de salão apresentando o show *Salão de Danças Raízes*. Em 2008 realizou o VIII Festival Integrado de Música e Dança, desenvolvendo várias oficinas com alunos da rede de ensino.

Em 2009 recebeu convite para representar o RS/Brasil no Festival Internacional de Folclore em Portugal/Espanha, no mês de julho, e passou a se denominar Instituto Cultural e Artístico Raízes.

Figura 8 – Membros do Grupo de Dança Raízes



Fonte: Arquivo do Instituto Cultural Raízes de Taquari.

O Grupo Raízes Cultural continua com intercâmbios culturais através de apresentações de danças com os países Uruguai, Argentina e Portugal, entre outros, eles tem se apresentado em vários festivais que proporcionam uma grande experiência de vida aos participantes.

Aurora confirma:

hoje, o grupo conta com 20 adultos e mais ou menos 20 crianças e adolescentes que vivenciam uma troca cultural inigualável, visto que nos festivais é possível encontrar Grupos de mais de 20 países em um evento. Esta troca permite ampliar o conhecimento de diferentes povos do mundo não apenas nos palcos, mas também no dia a dia, em hotéis, alojamentos, restaurantes, bares, praticando esportes em passeios e até mesmo na rua apenas sentado tomando um chimarrão e conversando com um grupo de Burkina Faso, México, Indonésia ou moradores do local onde está acontecendo o festival. Vivenciar a cultura do local do festival é muito gratificante e não há dinheiro que pague isso.

Os Festivais prezam muito pelas vivências fora do palco entre os grupos, realizando festas, reuniões, conversas e troca de experiências entre os participantes. Vale destacar que nestes festivais onde tantos países são representados presencia-se muitas diferenças culturais e os Profissionais dos Festivais estão plenamente preparados para atender estas diferenças e sempre arranjam uma forma que permita a interação entre os Grupos. A integração acontece não so entre grupos de vários países, mas também com a participação em jornais impressos, internet, Rádio e Televisão sempre permitem conhecer e mostrar a nossa cultura e conhecer culturas internacionais. Nesta troca de cultura, trocamos também gentilezas e sempre que vamos a um festival internacional recebemos presentes já clássicos de festivais como, passeios, viagens, cursos, estadia e alimentação.

Palagi confirma, “o presente recebido quando estivemos na Argentina fizemos passeios e conhecemos a noite Argentina em bares e festas sempre com pessoas de outros países. Em Portugal recebemos muitos presentes: uma noite em um hotel central de Lisboa com direito a um passeio pela cidade conhecendo pontos turísticos históricos além de um jantar típico Português. E na França ganhamos uma visita a Paris, Almoços, Jantares e em restaurantes típicos franceses nos mais diversos

lugares desde conventos a aclamados castelos históricos mais antigos que a Descoberta do Brasil.” Todos estes presentes culturais contribuem com a experiência de vida e conhecimento cultural que o Grupo Raízes traz na bagagem para a sua cidade natal.

E assim, entre tantas andanças o Grupo Raízes promove a cultura da cidade de Taquari e com seu jeito de ser leva e traz experiências culturais, tentando vencer o desafio de preservar as origens. E, tantas contribuições levadas e trazidas, identificamos o envolvimento mais afetivo, e confirmamos este envolvimento com o depoimento de Aurora: “a família de meu avô por parte de pai é de Portugal da cidade do Porto (Reis) então tem muitas coisas que lembram alguns costumes e nos Açores, os casarios, em São Jorge as hortências contornando os caminhos da serra parecia Gramado”.

Entre as andanças do Instituto Cultural Raízes destacamos a atuação local, onde o grupo se preocupa em envolver a comunidade, realizando oficinas com crianças da rede pública e buscando apoio como o Projeto Raízes Energia Cultural com apoio da Certaja. Isso mostra que há um compromisso com a comunidade, envolvendo-a em seus projetos e eventos.

Conclusão

Contudo, este artigo fecha o ciclo de apresentações sobre as pesquisas relacionadas aos Sinais Culturais Açorianos em Taquari que compõem o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História. Festas, festivais e intercâmbios são eventos que contribuem de forma muito positiva com o envolvimento das pessoas a preservação cultural de uma cidade, localidade ou sociedade. E as pessoas são envolvidas pelos diversos ambientes culturais onde transitam, promovendo integração entre culturas e experiência de vida.

A realização desta pesquisa foi um grande aprendizado, pois ao fazer a investigação dos sinais culturais em Taquari, a que me propus, pude conhecer melhor a identidade cultural da cidade. Por ser uma cidade conhecida desde a infância, não imaginava a riqueza cultural que lá existe e o empenho de algumas pessoas para manter esta riqueza viva na memória de todos e também acessível aos que buscam conhecê-la. Foi

um privilégio fazer a pesquisa e vivenciar momentos de emoção demonstrada nos olhos dos entrevistados e nas palavras escritas por eles ao enviarem por e-mail as informações solicitadas.

Neste sentido, ao pensar, planejar e desenvolver a pesquisa, o pesquisador entra neste mundo de trocas infinitas e se ressignifica ao adquirir o conhecimento de uma riqueza cultural muitas vezes imperceptível ao assistir uma apresentação. O pesquisador se torna um expectador, mas com o privilégio de conhecer os bastidores para além da vitrine que é a apresentação na festa. Sem dúvida é uma experiência inigualável e um privilégio ter acesso à vida do Grupo de Danças Raízes, que desde o primeiro contato foi muito receptivo.

E neste momento, podemos dizer que esta receptividade é resultado de tantas experiências com pessoas de diversos países envolvidos nos Festivais nacionais e internacionais. A troca de gentilezas ultrapassa as fronteiras dos festivais e permanece nas relações do Grupo, neste caso, ao aceitar o pedido contribuir com este artigo através de entrevistas. Obrigada a Professora Aurora Reis Palagi e ao Grupo de Danças Raízes.

Referências

JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Ed.USP, 2001. Vol. I.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.

MENESES, Avelino de Freitas de. *Ensaio Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade dos Açores / Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979.

PIAZZA, Walter. *A Epopéia Açórico-Madeirense 1748 – 1756*. Florianópolis: Ed.UFSC / Lunardelli, 1992.

ROCHA, Santa Inênze Domingues da (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: Ed.Escola Superior de Teologia/ Caravela, 2005.

SANTOS, Nilda Rita. *A Cidade de Taquari Numa (RE)Visão Histórica*, São Leopoldo, Unisinos, 1994. Monografia (Graduação em História),

Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

SILVA, Manuel Carlos. A Festa: um ritual de nivelamento ou de diferenciação social. *Cadernos do Noroeste*, Largo do Passo, Portugal, v. 9, n. 2, p. 170-185, 1996.

TAQUARI, RS. Prefeitura Municipal. *Informações*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/8228/taquari-rs.html>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

TESCHAUER, Carlos S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Selbach de J. R. da Fonseca, 1921. Vol. II.

ASSANDO BROAS, EXALANDO MEMÓRIAS: PRÁTICAS E SABERES CULINÁRIOS ENTRE DESCENDENTES DE IMIGRANTES POLONESES NO PARANÁ

Neli Maria Teleginski*

Introdução

O Paraná foi o estado brasileiro que mais recebeu imigrantes poloneses na passagem do século XIX para o XX, período conhecido como “febre brasileira” na Polônia, então dominada e dividida entre os impérios Russo, Austro-Húngaro e pela Prússia. Esse domínio fragmentou o território polonês e as identidades culturais impelindo parte da população a emigrar e reconstruir suas vidas em outros países. Os imigrantes eslavos constituem significativo grupo no processo migratório de massa para o Brasil. Essa migração, por vezes chamada de “oculta”, requer novos estudos para compreender sua história e seu patrimônio cultural em terras brasileiras. Na região centro-sul do Paraná¹, marcada pela instalação de “colônias” de imigrantes majoritariamente poloneses e ucranianos, observa-se a transmissão intergeracional da língua, práticas religiosas e saberes trazidos pelos imigrantes. Entre esses saberes estão os culinários que constituem importante patrimônio imaterial no sul do país a ser problematizado. Neste texto discutimos o “saber fazer” a broa de centeio caracterizando este alimento e as práticas e memórias relacionadas a ele. A metodologia consistiu na construção de um debate

* Mestre – UFPR.

¹ Centro-sul do Paraná corresponde uma divisão geográfica constituída por municípios como Fernandes Pinheiro Inácio Martins, Imbituva, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Disponível em <<http://www.amcespar.com.br>>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

com referenciais do campo da história e cultura da alimentação e a reconstrução de memórias de descendentes de poloneses que vivem no centro-sul do Paraná através da metodologia da história oral. Com este texto buscamos, de maneira mais ampla, colocar em discussão as relações entre comida, memória e identidade étnica polonesa, um dos eixos de nossa pesquisa de doutorado em andamento no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Na primeira parte do texto discutimos a presença dos cereais e do preparo de pães e broas na cultura alimentar brasileira e no Paraná a partir da presença dos colonizadores e imigrantes. Em seguida apresentamos peculiaridades sobre o preparo e consumo das broas na região centro-sul do Paraná, assim como sensibilidades e memórias que tornam a broa de centeio um dos patrimônios gustativos e imateriais desta sociedade e que está no cotidiano e em dias de festas, como nas festas religiosas de Natal e Páscoa, ainda celebrada entre os descendentes conforme as antigas tradições religiosas polonesas.

Broas

Uma das definições de *broa* conforme o livro “A arte da cozinha brasileira” está associada à tradição culinária portuguesa e corresponde a um tipo de pão “preparado com farinha de trigo, açúcar, ovos, fermento e banha, de formato redondo”. Belluzzo explica que a broa pode ser preparada também com derivados do milho como o fubá incluindo “farinha de trigo, ovos e açúcar, e escaldada com óleo quente” resultando em um sabor doce e que “acompanha muito bem um cafezinho”. (ARROYO; BELLUZZO, 2013, p. 57)

No livro de receitas de doçaria do Convento de Santa Clara de Évora, de 1729, a irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo registra de uma receita de broa que leva farinha de milho, farinha de trigo, açúcar, leite, cravo da índia e erva doce para aromatizar (ALGRANTI, 2001/02, p. 403).

A presença do milho no preparo da broa e na culinária portuguesa está relacionada com o contato do saber fazer dos portugueses com os ingredientes da América. Os portugueses introduziram o milho na sua alimentação no preparo de bolos, canjicas e pudins Segundo Cascudo

(2011, p. 108; 110): “Portugal tinha milharais em 1531 (...) Onde o clima europeu permitiu, o milho surgiu ligado à cotidianidade alimentar”.

Em algumas regiões do Brasil as broas de milho introduzidas pelos portugueses são uma das “quitandas” mais apreciadas, como ocorre em Minas Gerais que registra seu consumo no século XVIII. Com frequência, até o século XIX, as broas de milho substituíram o pão de farinha de trigo naquela região. A iguaria era comercializada por “negras de tabuleiro” ou “quitandeiras” que vendiam bolos, biscoitos e outros preparos da pastelaria caseira nas áreas mineradoras (BONOMO, 2013, p. 14-22). Em São Paulo broas ou pães de milho e de farinha de mandioca eram conhecidos como “pão da terra”, conforme a historiadora Joana Monteleone (2008, p. 151).

Percorrendo pesquisas de história da alimentação ou realizando buscas em dicionários da língua portuguesa verificamos que no Brasil os ingredientes das broas portuguesas foram diversificados com o tempo e em diferentes lugares. Além dos ingredientes já mencionados, as broas podiam levar também farinha ou goma de mandioca, polvilho, farinha de milho ou fubá, amendoim, leite de coco e cravos (HOUAISS, 2009; ARROYO; BELLUZZO, 2013, p. 57).

No entanto, uma variedade ainda maior de broas foi introduzida na cultura alimentar brasileira através de outros imigrantes europeus, como os alemães e eslavos que chegaram a partir do século XIX, sobretudo no sul do Brasil. No Paraná onde concentramos nossa análise, observa-se introdução do preparo e consumo das broas, principalmente de centeio. Mas elas não se restringem a um mesmo tipo de preparo e de ingredientes.

Filipak (2002, p. 81) define a broa no Paraná como:

Pão integral feito com centeio, tatarca (trigo louco ou sarraceno), milho, muito apreciado pelos descendentes de poloneses, ucranianos, alemães e italianos residentes no Paraná. Em Curitiba há uma variedade grande de broas: broa de centeio pura e mista, broa de milho, de fubá, de aipim, cenoura, torresmo, manteiga e outros ingredientes.”

Nesta definição também aparece o uso do milho. Já as broas feitas somente com farinha de centeio são conhecidas, no Paraná, como

“broa preta” ou “broa pura”. Este tipo de broa, segundo Filipak (2002, p. 81) “é feita de shrot (farelo) de centeio e trigo, farinha fina de centeio, complementada com açúcar, fermento fresco, gordura e sal e que é “assada em esteiras sem forma, de formato oval, na sua parte superior apresenta três cortes.” Algumas são mais úmidas pelo maior teor de líquidos.

Na língua alemã a palavra broa é derivada de “brot” ou “roggenbrot”. Reinhardt em suas pesquisas sobre a presença da broa entre descendentes de alemães em Curitiba identificou que seu consumo vai além de um hábito alimentar. Tornou-se uma tradição que foi transmitida através das gerações de descendentes e carregada de significados para seus consumidores. Na Padaria América, fundada em 1913 por Eduardo Engelhardt, o ofício de padeiro e a receita foi passada de pai para filho. A broa também é consumida por várias gerações de imigrantes da região, principalmente pelos descendentes de alemães, seguidos pelos descendentes de poloneses e ucranianos. Para a autora, mesmo diante do “atropelamento” dos antigos ofícios como o de padeiro por parte da indústria de alimentos e do *fast food*, em Curitiba, a broa de centeio, também conhecida como “o pão do colono alemão”, continua sendo o “carro-chefe” da Padaria América (REINHARDT, 2006).

Sobre as fatias frescas ou amanhecidas de broa os descendentes de alemães adicionam manteiga, frios, geleias, banha com sal; banha derretida com sal e louro ou cebola crua temperada com sal e pimenta (REINHARDT, 2007). Para Reinhardt, que defende a broa como Patrimônio Imaterial de Curitiba, o “fazer” e o “comer” a broa não está restrita somente a algumas padarias, mas ocorre no espaço doméstico de muitos descendentes de imigrantes em Curitiba. Se para os mineiros a tradição consagrou o consumo da “broa de milho” em Curitiba o mesmo pode ser dito para a “broa de centeio”, um alimento que se comunica com o passado e desperta em seus consumidores “sentimentos, emoções, memória e identidade” (REINHARDT, 2008).

Em Araucária, área metropolitana de Curitiba, a broa também é vista como uma tradição e um patrimônio dos vários grupos que ocuparam a região se tornando elemento da identidade local, fortemente vinculada à identidade étnica polonesa.

Comer e também fazer a broa dos mais variados tipos e com os mais diversos acompanhamentos se constitui uma tradição recebida de pais e avós e, ainda, repassada aos filhos e netos. Trabalho artesanal, o ato de fazer a broa pode também ser substituído pela praticidade da compra nos muitos estabelecimentos de venda de produtos coloniais existentes, mas comer a broa permanece de qualquer forma na tradição das famílias araucarienses. (...) Descendente de poloneses camponeses, Verônica Lawek da localidade rural de Roça Nova sempre se desdobrou entre os afazeres da casa e da roça e procura manter a tradição do preparo das broas. Embora não utilize o centeio, nas broas produzidas por ela, temos a marca do feitiço artesanal, sem pressa, no tempo lento da vida no campo. (...) (ARAUCÁRIA, 2012, p. 17; 19)

O livro de receitas de Bernardina F. Janoski (2014, p. 6), também é um testemunho desta tradição do preparo das broas entre os poloneses. Ao definir suas receitas como uma “cozinha polono-brasileira” verifica-se um “enquadramento” da memória alimentar dos descendentes de poloneses do município de São Mateus do Sul. Entre as receitas de sopa de beterraba, ensopado de repolho com carnes e defumados, bolos e bolachas de mel, pasteis cozidos, tortas de requeijão e de maçã, consta a receita da broa de centeio ou Chleb Zytnei, na língua polonesa. Entre os ingredientes:

[Preparo da] Esponja (É a base para qualquer massa: broa, pão, cuque, sonho...)

2 colheres (sopa) de fermento de pão

2 copos de água morna

2 colheres de açúcar

2 xícaras de farinha de trigo

Broa

2 colherinhas de sal

6 colheres de óleo ou banha

2 xícaras de farinha de trigo

Centeio integral quanto precisar
Gemas para pincelar
Gergelim a gosto

Na receita temos o trigo e o centeio como base e fica explícita a necessidade de um conhecimento intuitivo por parte de quem prepara para ajustar a quantidade de centeio para a receita. O uso da banha é mantido conforme a tradição do preparo das broas antes da difusão dos óleos vegetais e uma inovação recente é o uso do gergelim.

Nestes casos apontados constam variedade de preparos e discursos que se relacionam à cultura alimentar da broa, como os discursos de identidade étnica. Na região centro-sul do Paraná, distante 150 quilômetros da capital Curitiba, entre os descendentes de poloneses e ucranianos que ali predominaram, exalam as lembranças do passado imigratório e dos antepassados imigrantes através da comida. Estão presentes nos dias atuais o preparo, o consumo e o comércio das broas e vários pratos que remontam ao início do século XX. As broas aparecem como alimentos cotidianos, mas estão presentes nos momentos de festas. As broas, no passado, compunham o cardápio dos casamentos e dos festejos comunitários. Broas preparadas com farinhas de centeio, trigo, trigo sarraceno, milho ou fubá. Cereais triturados em antigos moinhos movidos a água espalhados pela região ou nas jornas domésticas. Esses pães “culturais” e “afetivos” que agradavam o paladar e davam forças para os trabalhos cotidianos na cidade ou no campo, podiam conter em sua composição produtos conhecidos pelos imigrantes após chegarem ao Brasil como a mandioca e a batata doce e que passaram a fazer parte de suas roças e dietas. As broas, não importando as receitas ou modo de fazer, tradicionalmente eram assadas em fornos ou fogões à lenha, presentes em todas as casas, mesmo na área urbana. Essa tradição é mantida, especialmente nas localidades rurais. Muitas mulheres preparam suas broas segundo antigas receitas de família, usando ingredientes produzidos na propriedade ou na região, as assa em fornos a lenha e fornecem ao comércio na cidade ou por encomenda, além, é claro, de prepará-las para o consumo semanal da própria família.

Em 1908, um ano após a emancipação do município de Irati, começaram os trabalhos de organização do Núcleo Colonial Iraty. Inicialmente os holandeses foram a maioria dos imigrantes, mas em

poucos anos grande parte deles reemigrou para a região de Castro, no Paraná. O movimento das estradas de ferro que cortaram a região ajudou a interiorizar a imigração fazendo com que várias colônias se estabelecessem em áreas antes pouco povoadas. Foi neste contexto que chegaram os poloneses. Muitos deles vindos de colônias em torno de Curitiba e de colônias próximas à Irati.

Na sede do Núcleo Colonial Iraty, que ficava a 14 km distante da cidade, o comerciante Manoel Gracia, dono de um armazém de secos e molhados, abastecia os imigrantes com gêneros alimentícios, utensílios, tecidos, ferramentas e materiais de construção. No livro caixa de seu armazém, chamado borrador, foram abertas as contas constando o nome do chefe e número de membros da família e seu respectivo consumo diário: produtos, quantidades e preços. Tais anotações fornecem importantes pistas sobre parte dos hábitos alimentares recriados pelos imigrantes nos seus primeiros tempos na colônia, como o caso do consumo da broa.

Entre 27 de agosto e 7 de setembro de 1908 a família do imigrante Antonio Diamont, composta por cinco adultos e duas crianças, consumiram entre 14 e 16 pães por dia e durante esse período compraram 2 broas. Cada pão custava \$50 réis no armazém de Gracia enquanto cada broa saía por \$200 réis o que equivalia a duzentos e cinquenta gramas de carne de gado no mesmo armazém. Levando em conta que a diária paga a cada imigrante que prestava serviço nas obras públicas do governo era de mil e quinhentos réis, o valor da diária era suficiente para pagar os pães, ao menos de um quilo de carne e uma broa, no caso dessa família. Dezesseis pães ou quatro broas custavam o equivalente a um quilo de carne de gado: \$800 réis².

No livro borrador de Manoel Gracia pães e broas aparecem ao lado de gêneros como arroz, açúcar e ovos, consumidos diariamente por todos os imigrantes que se abasteceram naquele armazém no ano de 1908. Nota-se, já no início da imigração no município, que ocorria o preparo e consumo da broa. Não foi possível saber qual o tipo de broa era comercializada no armazém, quais seus ingredientes e quem as preparava.

² Livro Borrador Manoel Gracia & Cia. – 1908 – 1910, p. 52-53.

Talvez a esposa do comerciante, dado o caráter familiar do estabelecimento. Mas para abastecer um grande grupo de imigrantes com suas famílias talvez mulheres da própria colônia fornecessem broas vendidas no armazém. (TELEGINSKI, 2012).

Além de pães e broas os imigrantes compravam farinha de trigo. Certamente preparavam seus próprios pães e broas em casa, segundo receitas que conheciam e preferiam, além de economizarem. A farinha de trigo foi um dos produtos mais comercializados no armazém de Manoel Gracia entre 1907 e 1908 e provinha de fornecedores de Curitiba como A. Cunha & Cia. e de outro armazém de sua propriedade localizado em Ponta Grossa. A farinha chegava a Irati de trem e ao Núcleo Colonial Iraty em carroças³.

Havia dificuldades na recriação do universo alimentar dos imigrantes em seus primeiros meses de instalação nos núcleos coloniais. No entanto, através dos armazéns e bodegas, puderam contar desde o início com um dos ingredientes básicos de sua alimentação que era o trigo, até que pudessem cultivá-lo em suas terras. Assim, improvisavam as refeições com ajuda das comissões de colonização, dos comerciantes e moradores locais que lhes ensinavam o preparo e consumo de alguns produtos. Para muitos imigrantes, nos primeiros tempos os embaraços para dominar os padrões locais de alimentação ou não ter disponíveis os ingredientes de sua culinária de origem poderia significar “quase morrer de fome”. (ALVIM, 1998, p. 216-273)

Ingredientes

Segundo Jacob (2003, p. 51) a história do pão, assenta-se fundamentalmente na história do trigo e do centeio, “mais no trigo do que no centeio”.

No relatório apresentado em 1921 pelo Serviço de Povoamento do Solo Nacional, agência do governo federal, relativo aos núcleos coloniais Iraty e Itapará, instalados no município de Irati e núcleo Jesuíno Marcondes, no município de Prudentópolis, os dados sobre a produção

³ Livro Copiador de Cartas Manoel Gracia & Cia, 1908.

agrícola informam que depois de alguns anos as lavouras dos imigrantes já produziam frutos. Nessas colônias predominavam poloneses e ucranianos em relação aos holandeses, alemães, portugueses e sírio-libaneses. O relatório informa que os imigrantes cultivavam milho, feijão, batata, batata doce, trigo, centeio, aveia, trigo-sarraceno, mandioca, cebola, alho, fumo, linho, vinha, frutas e legumes⁴.

Entre os alimentos produzidos pelos imigrantes do Núcleo Iraty em 1921, cerca de 90 hectares estavam plantados com trigo e 200 hectares com centeio. O centeio era um ingrediente importante na fabricação das broas. As farinhas de milho também as incrementavam e o milho foi largamente produzido em Irati ocupando 1.250 hectares no núcleo colonial⁵.

Além da produção local de trigo, centeio e milho, em boa parte transformada em farinha pelos diversos moinhos espalhados no interior, a cidade também recebia farinha de trigo pela ferrovia. Na década de 1940, especialmente durante a guerra, nas listas de mercadorias descarregadas na estação de Irati havia encomendas desse produto, principalmente por parte de padeiros e bodegueiros. A farinha era “importada” de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul⁶.

Compreendemos que a introdução do centeio e do trigo ou o aumento de sua produção no Paraná está ligado aos hábitos alimentares dos imigrantes que chegaram no século XIX e XX. A cultura e o consumo destes cereais e os preparos que deles derivaram revelam muito sobre as mudanças no sistema alimentar desta região a partir da imigração. Santos, em seu estudo sobre a história da alimentação do Paraná, indica que o trigo, a cevada, a aveia e o centeio tiveram peso considerável na dieta europeia marcando a sua expansão. No Brasil essas culturas passaram a conviver com o milho e a mandioca.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório Anual da Delegacia de Serviço de Povoamento do Solo no Paraná. Códice 1257.

⁵ Idem.

⁶ Livro Copiador de Cartas Manoel Gracia & Cia, 1910, p. 328.

Na primeira metade do século XIX já havia alguma produção de trigo no Paraná, mas a maior parte do que era consumido era importado (SANTOS, 2007, p. 137). Em 1820 Saint-Hilaire registrava a semeadura do trigo. Tratava-se de um trigo diferente de outras partes do Brasil percorridas pelo viajante. Descrescia que o trigo era “barbudo”, produzia grãos pequenos e com frequência as lavouras eram afetadas pela praga da “ferrugem”. Uma praga relatada também pelo Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá ao se referir aos Campos Gerais, no segundo planalto paranaense. Em 1854 Oliveira e Sá relatou que o trigo produzido naquela região constituía uma dos principais alimentos dos habitantes locais que chegavam a exportá-lo até mesmo para Sorocaba, mas que a falta da renovação das sementes causava disseminava a ferrugem. (SANTOS, 2007, 138).

Na segunda metade do século XIX, depois do Paraná se tornar província emancipando-se de São Paulo em 1853, os discursos políticos locais estimulavam a produção ou importação de trigo. Para os governantes o trigo era sinônimo de “civilização”, visto como um produto mais nobre que o milho. O cultivo do trigo também se relacionava com as políticas de estímulo à imigração europeia e o imigrante europeu portava uma cultura alimentar baseada no consumo de cereais e no consumo do pão. Dessa maneira, os políticos paranaenses indicavam que os imigrantes poderiam fomentar sua produção na província (SANTOS, 2007, p. 140-141).

A retomada do cultivo do trigo na Província do Paraná a partir de 1860 e a fixação de imigrantes nos arredores de Curitiba na década de 1870 concorreu para a expansão do cultivo do trigo motivando o estabelecimento de moinhos, o surgimento de padarias e um maior consumo de pão, anteriormente pouco acessível a toda população. Havia queixas dos consumidores quanto aos elevados preços da farinha. Santos argumenta que em Curitiba havia pelo menos dois tipos de pães: o dos pobres e o dos ricos – “o pão dos pobres, a preço mais acessível, era de farinha inferior, pouco peneirada, misturado com cereal secundário como a cevada, o centeio, a aveia ou o milho” e “o pão dos ricos era o pão branco, de farinha pura, fina, superior e bem peneirada, do verdadeiro trigo, a preço elevado” (SANTOS, 2007, p. 143)

O pão era um elemento de distinção social, pois o pão dos ricos era branco e o pão dos pobres era a “broa, com a mistura de cereais, conhecida pelo nome de pão preto, sendo que esta broa torna-se necessária às casas de família por ser mais suculenta e mais econômica do que qualquer dos outros pães.” (SANTOS, 2007, p 143).

Portanto, é dentro dessa ideia que podemos definir a broa: um tipo de pão preparado com vários cereais, raízes e tubérculos que poderia ou não levar o trigo em sua preparação, dependendo da economia doméstica.

No século XX, contam os descendentes de poloneses da região centro-sul, o consumo do pão branco na casa de seus pais ou avós por muito tempo foi reservado para ocasiões “especiais”, ou seja, para os dias santos e de festa, como Natal e Páscoa. O pão de cada dia era a broa, preparada com um pouco de trigo misturado ao centeio. Havia broas preparadas com trigo misturado ao fubá, acrescentado de batata-doce ou mandioca cozidas.

Rosa, moradora de Prudentópolis, descendente de poloneses e dona de casa, conta que quando criança moía o centeio e o milho para fazer fubá e “misturar na broa”. Sua mãe comprava 5 quilos de farinha de trigo no armazém da colônia e aquela quantidade deveria render para o mês inteiro. Adquiriam o trigo vendendo sementes de abóbora que produziam. Sua família era pobre e o “pão branco” era para ocasiões “especiais”. A broa de consumo cotidiano era preparada com mistura de farinhas⁷.

Gaspar comenta que o pão era um dos alimentos mais caros consumidos em sua casa. Lembra que em sua infância, era grande o prazer de comer pães de “padaria” ou “pães brancos”, quando ia com a família fazer compras no comércio urbano de Irati: “pão também já era uma novidade muito grande, porque a gente que morava no interior na

⁷ Optamos por citar somente o primeiro nome dos entrevistados para preservar suas identidades. As entrevistas foram realizadas entre fevereiro e julho de 2014. Até este momento da pesquisa foram realizadas, no total, 30 entrevistas, mas outras estão em andamento.

época só comia broa de centeio, mas era uma coisa grossa então quando a gente ia à cidade um pão daqueles era um luxo”.

A broa feita com uma parte de trigo e outra de centeio ou farinha de milho era uma das soluções criativas de quem as preparava para que o trigo rendesse mais tempo na despensa. Não havia falta de trigo na região. Durante a década de 1930 Irati produzia o cereal em larga escala. Mesmo assim, a farinha alcançava preços elevados, pois grande parte da produção era vendida fora do município o que dificultava seu acesso às pessoas mais pobres.

Conta Orreda (2007, p. 20) que:

em 1939 o governo federal instalou em Irati a Sub-Seção de Fomento Agrícola, órgão do Ministério da Agricultura, com a finalidade de incentivar a cultura do trigo. As atenções eram anteriores, através de inspetor agrícola com essa finalidade, desde 1937. Em 1938, Irati era o maior produtor de trigo do Paraná, recebendo apoio oficial (...).

Segundo dados do IBGE, Irati figurou como um dos mais importantes produtores de trigo no Paraná até a década de 1950, assim como de centeio e outras culturas:

o sistema empregado na cultura da batata, do trigo, do milho e do centeio, é o de ‘rotação de terras melhoradas’. A rotação é em curto prazo: plantam-se batata inglesa e milho juntos, no verão; as terras ocupadas pelo trigo e o centeio no inverno ficam em descanso de um a dois anos, recomeçando-se depois o ciclo.⁸

Broas e memórias

Percorrendo a região centro-sul do Paraná observamos que o saber fazer a broa de centeio tem sido transmitido oralmente, no dia a dia, através da observação, da “mão na massa” e das trocas intergeracionais. Aprender o ponto e o tempo da massa, a temperatura do forno, a hora

⁸ IBGE Cidades. Irati, Paraná, Monografia – nº 154. Ano: 1957. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat> Acesso em 18/05/2010.

certa de “puxar a brasa” e colocar as broas nas formas ou diretamente sobre o “piso” do forno é um conhecimento que se comunica de forma prática, raramente registrado em cadernos ou livros de receitas. Há poucas referências escritas na região sobre o preparo da broa, mas seu saber está difundido em grande parte da população. Fazer a broa, como outros pratos, constitui um processo de socialização entre gerações e membros da família. Para estudar esse saber é preciso observar as práticas e conversar com os descendentes e guardiões da memória alimentar. Um trabalho possível através da metodologia da história oral que tem permitido aos historiadores da alimentação verificar e registrar estas práticas, no presente e no passado. Os depoimentos informam narrativas, experiências, sensibilidades individuais e a transmissão das memórias sobre o preparo da broa, assim como os significados a ela atribuídos por estes indivíduos. Assim, notamos que broa comunica identidades múltiplas: familiares, regionais, étnicas e religiosas.

Cecília, descendente de poloneses, moradora no município de Prudentópolis e agricultora, se sente polonesa e aponta vários elementos que concorrem para isso. Entre eles, a culinária, principalmente a culinária dos dias de festas religiosas quando são preparados pratos especiais, a casa é limpa e enfeitada ocorrendo também um preparo espiritual com orações e frequência à igreja. Cecília prepara broas. Aprendeu com seus pais no dia a dia, mas também durante o preparo das festas dos dias santos. Em sua casa as broas fazem parte dos hábitos alimentares, evocando também a saudade dos pais e avós. Seu relato evidencia como ocorreu o aprendizado:

(...) eu não sabia fazer broa. Meu pai me ensinou (...) que horas colocar no forno, quanto de lenha, ele ia lá junto comigo. Então aprendi antes dos 9 anos (...) Broa de fubá, broa de *hretchka*, [palavra ucraniana que significa trigo sarraceno], fermento caseiro (...) pega e amassa a farinha de trigo (...)tem uns que colocam batatinha, mas esse que eu aprendi não (...). Então pegava o resto da massa que sobrava (...) Pegava aquele pedacinho e pegava um pouco de fubá, (...) amassava bem e sovava bem aquela massa (...) pegava uma palha larga de milho seca e fazia aquela bola, embolava aqui [gestos], amarrava aqui [gestos] em cima e em baixo e deixava pendurado perto do fogão, dentro da cozinha a par do fogão. (...) Às vezes partia a palha, mas não fazia mal (...) secava, [ficava] sequinho. Daí sexta-feira, à tarde, antes da noite,

pegava aquilo lá, primeiro desmanchava um pouco de água com açúcar, água morna e pegava e esfarelava aquela bolinha, não precisava grande, colocava uma bolinha pequenininha assim [gesto] para fazer cinco ou seis pães. Deixava de molho naquela água com açúcar. No outro dia de manhã pegava um pouco de trigo, batia e deixava descansar. Pegava fubá, colocava água fervida, sal, banha para fazer a broa, esperava esfriar e colocava trigo e despejava aquele fermento lá. Esperava crescer, depois fazia na mão mesmo, porque era uma massa mole e colocava na forma, quem tinha, depois quando a gente já tinha forma, porque antes era nas folhas de bananeiras que assava. Então pegava as folhas de bananeiras, fazia o pão e colocava no forno à lenha para assar. (...) Lá fora, no forno à lenha. Pão era novidade porque pão mesmo só comia assim em épocas de dia santo, porque a maioria era broa.

Cecília aponta para mudanças no preparo da broa em relação aos seus antepassados e sobre a escassez do trigo no cotidiano. No passado se fazia a broa com fermento natural, a partir da própria massa de pão seca na palha de milho com fubá e o uso das folhas de bananeira em lugar de formas para assar. Atualmente Cecília conta com fermentos industrializados e formas de alumínio, mas as demais etapas do modo de preparo não mudaram. Mesmo com oferta de trigo abundante ela mantém as misturas da receita que aprendeu fazendo o trigo render.

Sábado é o dia reservado para o preparo das broas em sua casa, quando se faz uma pausa nos trabalhos da roça e se preparam as refeições do fim de semana. A quantidade de broas é calculada para durar até o sábado seguinte. As broas fazem parte do farnel levado diariamente no trabalho da lavoura. Generosas fatias são degustadas com mel, banha suína, carne, gordura de frango ou torresmo escoltadas por chá de erva-mate. Aos domingos na casa de Cecília, as visitas são recebidas para o café da tarde com broa acompanhada de frango e molho de cebolas. Segundo ela, uma iguaria irrecusável!

Para Cecília, as broas representam a lembrança de seus ancestrais e a hospitalidade e seu preparo aos sábados é um ritual que rompe com a rotina do trabalho da semana.

A escritora Monika Gryczynska comenta em seu livro *O Casarão da Serra* que logo após se casar, recebia a visita de sua sogra que sempre

chegava com alguns presentes, entre eles a broa: “a sogra trazia enormes e gostosas broas de centeio, que eu ainda não sabia fazer”. Mas em breve teria que aprender a prepará-las para garantir a broa de cada dia. (GRYCZYNSKA, 2007, p. 247).

O conhecimento sobre o preparo das broas ocorria também por influência das sogras. Alessandra e Eliane, não descendentes de poloneses, nunca haviam preparado broas até se casarem com rapazes de famílias que as preparavam. Ambas aprenderam a arte. Prepararam suas broas de forma “tradicional”: assam as broas sem formas, apenas sobre uma camada de fubá espalhada sob a massa antes de ser “jogada” no piso quente do forno à lenha. Também se dedicam à produção de broas para o comércio. Alessandra entrega broas nas casas feitas por encomenda. Eliane atende sua clientela na Feira do Produtor Iratiense. Para elas, fazer a broa atende às expectativas dos maridos e das sogras. Ao mesmo tempo, esse saber obtido no contato com suas sogras se tornou um trabalho e fonte de renda, atendendo uma demanda local pelo consumo das tradicionais broas de centeio, especialmente na cidade, onde a falta tempo ou do saber fazê-las não eliminou o desejo de apreciá-las.

A relação mais próxima do preparo das broas com a identidade étnica fica evidente em um artigo de revista alusiva ao centenário de Irati/PR, em 2007. Intitulado “Culinária Imigrante”, seu autor, Júlio Marcos Bronislavski, descendente de poloneses, relata as contribuições desse grupo de imigrantes e seus descendentes ao município. Os imigrantes poloneses são apresentados como pequenos proprietários de terra que cultivavam batatas, feijão e hortaliças, criavam porcos, galinhas e vacas e que não descuidavam da religião, das festas comunitárias e dos rituais religiosos de Natal e Páscoa, marcados pela fartura e benção dos alimentos. Bronislavski conta que a culinária polonesa praticada pelos imigrantes e descendentes era composta por ingredientes singelos, das roças e quintais. O autor apresenta uma seleção de pratos poloneses que lembram a sociabilidade e a comensalidade em um momento festivo coletivo como o aniversário da cidade. Bronislavski recordou o “pirogue”, a sopa de beterraba chamada “bortsch” (barszcz em polônês), o molho de raiz forte, os embutidos de carne de porco e “o pão de centeio, torrado ou não, [que] torna-se uma refeição substancial.” (BRONISLAVSKI, 2007, p. 64-65).

Assim como no artigo de Bronislavski, em festas coletivas da comunidade polonesa, como as organizadas pelas Braspol⁹ ou pelos grupos folclóricos, as broas comunicam a identidade étnica ao figurarem entre os pratos considerados “poloneses”. Nos festejos do Natal polonês comunitário, realizado anualmente pelo Núcleo Braspol de Irati, as broas são servidas na ceia e é um dos primeiros pratos a serem apresentados. Não é incomum festas em outras regiões do Paraná em que a broa torna-se o prato principal como no caso da “Noite da Sopa Polonesa na Broa”, organizada por um grupo folclórico do município de Araucária¹⁰.

Para compreender o saber fazer a broa dentro do sistema alimentar que se organizou nessa região do Paraná que inclui o cultivo, circulação e consumo dos cereais, sobretudo do trigo e do centeio, principais ingredientes da broa no Paraná, é importante considerar não somente os aspectos materiais e econômicos envolvidos, mas também o trabalho da memória entre os imigrantes e seus descendentes. Observamos que durante muito tempo seu consumo foi um recurso dietético para enfrentar a dureza do trabalho no campo aproveitando os ingredientes disponíveis. Mais recentemente, elas não exalam apenas um aroma maravilhoso enquanto assam no forno. Elas exalam memórias e comunicam identidades através de um saber fazer carregado de significados individuais e coletivos.

Conforme discutido por antropólogos, sociólogos e historiadores da alimentação, quando uma população emigra, leva consigo um conjunto de práticas ligadas à sua alimentação, mesclando ou acrescentando possibilidades e práticas alimentares no novo lugar em que passam a viver se adequando ao sistema alimentar local, mas interferindo nele a partir dos hábitos que trazem em sua bagagem cultural. A comida, portanto, torna-se um dos elementos imateriais que subsistem por mais tempo enquanto referência à cultura de origem, senão de maneira cotidiana, ao menos em dias de festa. Através da comida os descendentes

⁹ BRASPOL – Representação Central da Comunidade Brasileiro Polonesa no Brasil.

¹⁰ Disponível em: <<http://wesolydom.blogspot.com.br>>. Acesso em 12 de junho de 2014.

revivem também memórias ancestrais, marcando ou identificando diferenças¹¹. Os descendentes de poloneses, compreendidos nesta pesquisa enquanto um grupo étnico, também reafirmam suas identidades e estabelecem fronteiras através da comida, conforme define o antropólogo Fredrick Barth (1998).

Com estes apontamentos sobre os aspectos materiais e simbólicos da broa na região centro-sul do Paraná, buscamos contribuir para o debate sobre a relação entre a comida do cotidiano e dos dias de festa de grupos étnicos no sul do Brasil, abordando a comida como uma categoria de análise das dinâmicas culturais destes grupos. Compreendemos que saberes culinários, como o saber fazer a broa de centeio, como já apontou Reinhardt, são patrimônios culturais ao dialogarem com o passado alimentar dos imigrantes. Estudar a comida do imigrante do cotidiano e dos dias de festa e sua transmissão é um desafio aberto aos historiadores.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no Livro de Receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729). *Cadernos Pagu*, 17/18, p. 397-408, 2001/2002.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. *Saberes de Araucária: causos, culinária, simpatias, benzimentos e medicina popular*. Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária, 2012.

ARROYO, Leonardo; Beluzzo, Rosa. *A arte da cozinha brasileira*. São Paulo: UNESP, 2013.

¹¹ LODY, Raul. Instalação Nacional do Grupo de Antropologia da Alimentação Brasileira (GAAB): em busca do ethos da alimentação. In: Anais do Seminário Gastronomia em Gilberto Freyre. p. 75. Disponível em: <<http://bvfgf.fgf.org.br>>. Acesso em 28 de março de 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BONOMO, Juliana Resende. *O que é que a quitandeira tem?* Um estudo sobre a memória e a identidade das quitadeiras de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BRONISLAVSKI, J. M. Culinária Imigrante. ORREDA, J. M. *Irati, Teu nome é arte*. [Revistas do Centenário]. Irati: O Debate, 2007, p. 64-65.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2011.

FILIPAK, Francisco. *Dicionário sociolinguístico paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

GRYCZYNSKA, Monika. *O Casarão da Serra*. Curitiba: Vicentina, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

JACOB, Eduard Heinrich. *Seis mil anos de pão: a civilização humana através de seu principal alimento*. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

JANOSKI, Bernardina Filipak. *Conhecendo a cozinha polono-brasileira*. Palmas (PR): Gráfica e Editora Kaygangue Ltda, 2014.

MONTELEONE, Joana. *Sabores urbanos: alimentação, sociabilidade e consumo (São Paulo 1828-1910)*. Dissertação (Mestrado em História). USP, 2008.

ORREDA, José Maria. Revista do Centenário, n. 7: *Irati, Teu nome é economia*. Irati: O Debate, 2007.

REINHARDT, Juliana Cristina. *Dize-me o que comes e te direi quem és: alemães, comida e identidade*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2007.

_____. O pão nosso de cada dia: memória imigrante e o pão das gerações curitubanas. *Estudos Ibero Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 133-153, dezembro 2006. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

_____. Para não se perder: a broa invertendo papéis. *Caderno Espaço Feminino*, vol. 19, n. 1, jan./jul., 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em 05 de setembro de 2014.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Juruá, 2007.

TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.

A CHULA GAÚCHA E O FANDANGO DA LEZÍRIA DO TEJO: UMA ABORDAGEM ACERCA DA INFLUÊNCIA EXPRESSIVA LUSO AÇORIANA NO PANORAMA REGIONAL SUL-RIO- GRANDENSE

Pablo José Mateus do Pinho*

Introdução

Conceber a dança tradicional enquanto fator de cultura é considerar nas suas diversas abrangências características que extrapolem uma dimensão inata, na qual, normalmente se enquadram as atividades físicas, em direção a concepções de cunho social, lúdico e espiritual que expressem as relações do homem com o meio circundante.

A dança tradicionalista gaúcha é, neste sentido, um termo utilizado para caracterizar passos cadenciados, geralmente ao som e compasso de música genuinamente típicos do estado do Rio Grande do Sul que refletem e transparecem a imagem rústica e multissecular do caudilhismo do gaúcho brasileiro, sinônimo de rudeza é verdade, mas também, de bravura, hospitalidade, ardor na labuta do campo e no trabalho marítimo, e respeito para com a sua companheira enquanto elemento igualitário na constituição da *Oikos*.

O primeiro estudo significativo realizado acerca das danças gaúchas foi desenvolvido por Barbosa Lessa e Paixão Cortês no “Manual das Danças Gaúchas” cunhado em 1952. Neste estudo os folcloristas buscam apresentar a riqueza coreográfica das danças sul-rio-grandenses em meio a heterogeneidade gentílica e cultural legatária das aculturações de cunho missionário e colonial na formação deste estado. Contudo, estes

* Graduando, Furg/Uc.

autores apresentam afirmativas que refletem estudos desenvolvidos por historiadores do início do século XX que afixaram-se na “força da fronteira enquanto fator preponderante na formação do Rio Grande do Sul.” (LAYTANO, 1987, p. 25)

A proposta do presente estudo, portanto, tem por objetivo detectar as semelhanças e as divergências entre as danças tradicionalistas gaúchas e os bailados Portugueses, no âmbito continental e insular, de modo a compreender os rituais e as funções que desempenham e o seu enquadramento no universo da simbologia que presumivelmente tenham estado presentes na sua origem. Enfatiza-se os bailados desenvolvidos na via oposta de formação do Rio Grande do Sul, ao litoral, junto a Laguna dos Patos, no extremo sul do estado, com a vinda dos “casais de número” açorianos entorno da Colônia de Sacramento no século XVIII, e a cidade de Laguna, considerando a sua importância enquanto entreposto marítimo nas viagens até a Colônia de Sacramento.

Procura-se estabelecer um estudo acerca de três danças e seus respectivos cantares, bailadas desde os séculos XVIII até os dias de hoje no panorama do extremo sul do Brasil, Portugal, Açores e Ilha da Madeira. Acredita-se que a dança e o canto representam um fator da cultura, assim como o seu próprio resultado, logo, os seus estudos propiciam não só uma compreensão singular dos processos de interação entre os homens, como o entendimento da estrutura social complexa que o circunda.

A presente análise parte de um estudo acerca das semelhanças de nomenclaturas entre danças portuguesas e sul-rio-grandenses, tendo como problemática um conjunto de bailados que correspondem etimologicamente entre Portugal Continental, Açores, Madeira e Extremo sul do Rio Grande do Sul, mas que em termos coreográficos e simbólicos apresentam rupturas e disfunções extremadas.

As danças analisadas no âmbito deste estudo são, as Chulas ou (Xulas), uma das danças populares portuguesas mais antigas, referida por Gil Vicente no Auto da Ramagem dos Agravados de 1533, um bailado de cantador e cantadeira ao desafio, dançado em pares, sendo o seu estribilho somente instrumental. A chula gaúcha, dança de desafio de sapateio, bailada somente por homens. E os Fandangos dançados na região de Lezíria do Tejo no Ribatejo em Portugal, que apresentam um

conjunto de características que dialogam com a chula sul-rio-grandense. A partir destas danças, estabelece-se um estudo pormenorizado a cerca das suas coreografias, o contexto em que estão inseridas, as maneiras de se bailar, os instrumentos musicais que são utilizados, as indumentárias e a análise da poesia popular que as envolve.

A dança tradicional: “uma maneira de se ver e de ver o mundo”

A dança nas suas diversas manifestações e abrangências é uma prática imanente ao ser humano. Antes do desenvolvimento da fala, a dança já era uma forma de expressão que comportava as paixões, angústias e emoções das vivências do mesmo, conforme observa Tadra (2009) ao analisar os registros de pinturas rupestres encontradas na Serra do Capivari, no Piauí. As danças primitivas funcionariam, segundo Rengel e Langendonck (2006) enquanto uma expressão corporal consoante a exteriorização dos receios que o homem sentia em relação ao mundo. Estes receios, segundo Dardel (2001) seriam transmitidos as realidades geográficas, sendo o homem um “joguete” entre as forças que convergem a ele, ao qual o mesmo reage com seus ritos.

Logo, conseguimos compreender que o homem primitivo além de pertencer ao “imenso outro,”¹ é parte constituinte do meio enquanto organismo vivo. A realidade dos povos primitivos é fundada, para Strauss (2009), em uma concepção empírica do real que se recria através do mito. A dança nesta perspectiva assume um caráter ritualístico, no sentido em que labuta como intervenção no mundo, sendo parte constituinte dos ritos.

A partir dos relatos da carta de Pedro Vaz de Caminha pode-se analisar os primeiros aspectos de uma dicotomia entre as concepções expressivas dos ameríndios e dos europeus, de modo a caracterizar os primeiros passos de uma tradição expressiva genuinamente brasileira. Luís (2008) ao sublinhar a sociabilidade dos índios com a chegada da

¹ Termo utilizado para referir ao espaço circundante dos povos ameríndios, de modo a não causar confronto com o termo cunhado posteriormente que foi o de natureza.

frota de Pedro Alvares Cabral, faz menção a um dos trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha, a partir da monografia de GARCÍA (2000) “O Descobrimento do Brasil nos Textos de 1500 a 1571”.

E além do rio andavam muitos deles, dançando e folgando, uns ante outros, sem se tomarem pelas mãos, e faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diego Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos. E eles folgavam e riam e andavam com ele mui bem, ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que se eles espantavam, e riam e folgavam muito. (LUÍS, 2008 p.67)

Este relato de Pedro Vaz de Caminha marca a mudança nas concepções da expressão corporal ritualista para os princípios de uma mestiçagem. Ao passarem pela visão dos nativos, as danças trazidas pelas coroas portuguesa e espanhola ganharam características singulares da concepção de mundo dos ameríndios. A dança ritualista dos povos nativos passa por um processo de aculturação e interação que permite pensarmos em uma cultura expressiva de fusão e genuinamente americana.

O processo de aculturação da conquista da América que segundo Strauss (2012) deveu-se ao embate de “culturas arcaicas” pautadas em uma história progressiva e aquisitiva de contato com povos distintos, com “culturas primitivas” que perpetuaram um “dom sintético” em um fluxo que não consegue afastar-se de uma direção primitiva, significaram no âmbito da expressão corporal uma mudança hiperbólica na relação entre o homem primitivo e o espaço circundante.

Burket (2001) aponta que só o que é “especialmente primitivo” pode ser mítico. O mito caracteriza-se enquanto mito, quando contado por si mesmo, se não se torna uma “mera narrativa popular desvinculada de uma visão de mundo” (BURKET, 2001, p. 16-17). Sendo as danças ritualistas instrumentos de intervenção acerca do mito, ao se empreenderem no processo de miscigenação com os europeus, distanciam-se de uma concepção de mundo ao qual foram concebidas.

A importância em compreender os traços mais ínfimos das danças desenvolvidas hoje, esta justamente debruçada sobre esta

problemática, pois mesmo que os relatos e as interpretações caibam aos observadores e sejam, muitas vezes ínfimos, os resquícios impregnados nos fatores formais da dança em si, são também resultado de correlações que caminham junto a história, cabendo ao historiador e ao folclorista veicular o entendimento acerca do movimento presente em todo o ato de dançar que extrapolam uma dimensão das manifestações culturais de determinado povo. O ato de dançar não deve estar desvinculado do mundo, visto que a dança em sua gênese história é um modo de intervenção no mesmo.

Dançar é vivenciar e exprimir, com o máximo de intensidade, a relação do homem com a natureza, com a sociedade, com o futuro e com seus deuses. É antes de tudo, estabelecer uma relação ativa entre o homem e a natureza, é participar do movimento cósmico e do domínio sobre ele. (GARAUDY, 1980, p. 14)

Sasportes (1970) já referia que a história da dança de uma nação teria início muito antes da mesma se definir como estado. O plano de fundo fulcral de qualquer gesto sutil ou robusto tornado movimento, é antes de tudo uma resposta intrínseca da relação que o homem estabelece com o meio.

A dança tradicional enquanto fator de cultura

O conceito de cultura para além da tensão presente na sua etimologia entre uma visão monolítica e outra dialogante, conforme aponta André (2012) em seu estudo “Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem” é também um termo que abrange não só as realizações materiais de uma comunidade, como também os esquemas mentais e abstratos que o homem cria de modo a poder atuar sobre o desconhecido, interpretá-lo e modificá-lo.

Antunes (2002) afirma que os fenômenos como as lendas, as crenças, as danças enfim, as atividades lúdicas ou utilitárias, intelectuais e afetivas não podem ser entendidas sem uma realidade social circundante. As danças tradicionais bailadas hoje no estado do Rio Grande do Sul refletem um passado marcado pela questão fronteiriça sinônimo de batalhas, de uma vida pautada na agropecuária e no trabalho marítimo, de terras vastas e longínquas e da vivência em grandes isolamentos.

Alencar (1998) ao descrever o pampa sul-rio-grandense na obra “O Gaúcho” sublinha-o como “a savana que se desfralda a perder de vista, ondulando pelas sangas e coxilhas que figuram as flutuações das vagas nesse verde oceano. Mais profunda parece aqui a solidão, e mais pavorosa, do que na imensidade dos mares” (ALENCAR, 1998, p. 2).

Segundo Luvizotto (2010) o homem descendente dos varões portugueses e espanhóis com mulheres indígenas, que ao ser renegado pelos laços paternos e maternos se viu frente as planícies e nela concebeu uma concepção de *oikos*. Conhecedor das distâncias, tinha no gado a sua subsistência, sempre montado a cavalo vivendo livre e soberano. O gaúcho é uma figura fundamental para o entendimento das danças tradicionalistas que se desenvolveram no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Oliven (2006), este formato idealizado do homem livre dos pampas e domador de cavalos, iniciou um “processo de criação da identidade” dos habitantes deste estado. Entender o papel desta figura na sociedade, é fundamental para compreender como as danças vindas de diferentes esferas da sociedade europeia, viriam a ganhar características singulares na região sul do Brasil.

O gaúcho, através de um caráter nômade que lhe foi atribuído, se fez veículo na junção entre os diferentes colonizadores que viviam na região. Este papel propõe reforçar as noções de identidade do povo gaúcho, mas principalmente pressupor que a heterogeneidade entre os povos que compunham o estado naquela época formasse uma identidade própria, sinônimo da mestiçagem entre os povos. De acordo com Ribeiro (1997) é a complexidade da origem histórico cultural do povo sul-rio-grandense que torna-o singular aos demais brasileiros.

Lessa e Cortês (1956) aportam justamente sob esta perspectiva abordada por Ribeiro (1997) para a criação do manual das danças gaúchas. Dentre as vinte e uma danças estudadas, os autores apresentam desde as polcas e mazurcas de origem alemã, as tiranas espanholas e as chamarritas portuguesas.

Se considerarmos a concepção de Fahlbusch (1990) quando sublinha que “dançar é transmitir um certo estado de espírito, uma maneira de se ver e de ver o mundo, de sentir plenamente seu corpo e o utilizar para conhecer outros sentimentos e sensações,” (FAHLBUSCH, 1990 Apud ANTUNES, 2002, p. 13) veremos que as danças vindas da

Europa não assumiram progressivamente traços que tornar-se-iam incorporados pela cultura gaúcha apenas por estabelecerem um contato com outras coreografias, simbolismos ou acessórios, mas por serem executadas por indivíduos que assumiram ao longo do tempo, uma maneira diferenciada de ver o mundo a partir dos pressupostos das vivências lá desenvolvidas.

Contexto histórico: da atividade missioneira jesuítica aos “casais de número”

Segundo os autores Lessa e Cortês (1956) “a origem das mais antigas danças populares brasileiras está escondida na Espanha dos séculos XVII e XVIII. A origem imediata das danças gaúchas mais antigas se encontra nas velhas danças brasileiras” (LESSA, CORTÊS, 1956, p. 18).

A história da ocupação e do povoamento do território onde hoje se encontra o atual estado do Rio Grande do Sul esteve sempre ligado a uma questão fronteiriça entre os domínios do império português e espanhol. Conforme destaca Luvizotto (2010) os espanhóis com sede em Buenos Aires na Argentina e os portugueses com sede no Rio de Janeiro.

Com a descoberta da prata se estabelecem as primeiras aglomerações de ameríndios exercendo trabalhos “remunerados” através da política da *encomienda*² juntamente com os colonizadores espanhóis. Segundo Deveza (2007) tanto as Minas de Potosí quanto as Minas Mexicanas tornaram-se os centros econômicos das “Índias espanholas” com um número significativo no que diz respeito a aglomeração de indivíduos. Ainda segundo DEVEZA (2007) o registro oficial da descoberta de prata em Potosí foi datado de 1545.

A grande via de escoamento de grande parte da prata vinda das jazidas espanholas em direção ao continente espanhol dava-se pelo “Rio da Prata”. Neste período estavam em vigor as demarcações planeadas pelo Tratado de Tordesilhas cunhado em 1494 entre as coroas de Portugal

² Política exercida pela coroa espanhola com vista ao recolhimento de impostos e conseqüente a exploração do trabalho indígena.

e atual Espanha. Segundo Serrão (2003) o tratado estabelecia uma linha fronteira imaginária trezentos e setenta léguas a oeste das ilhas do arquipélago de Cabo Verde. O Tratado de Tordesilhas estava longe de estabelecer uma demarcação rígida que definia com convicção os territórios dos dois impérios.

Custódio (2002) aponta para o papel fundamental das ordens religiosas, sendo aqui prezado a função exercida pela Companhia de Jesus na consolidação do sistema colonial espanhol. Com conquistas de terras cada vez mais ao sul, as *reducciones*³ impediam o avanço português sob as terras espanholas e inibiam eventuais invasões que poderiam ocorrer por potências, como, a Inglaterra ou a França na busca de minérios.

Trinta foram os povos das missões que estabeleceram-se ao longo do *Chaco* ao redor do Rio Uruguai. Segundo Custódio (2002) cada redução acolhia dentre três mil a cinco mil indígenas. Nesta perspectiva pode-se notar que os povos das missões estabeleceram a segunda grande aglomeração de europeus e indígenas. Pautados na catequização dos índios através de uma formação multifacetada no que diz respeito as atividades no âmbito da música sacro-erudita, esculturas sacras, festejos religiosos, como o *Corpus Crist* que pressupunham atividades de expressão corporal conforme aponta Sasportes (1970), os padres jesuítas inicianos propuseram em grande escala o início de uma fusão entre concepções distintas do homem em relação ao espaço habitado.

Conforme aborda Serrão (2003), a ascensão do Rei Filipe II após a guerra de sucessão dando início a chamada União Ibérica, veio possibilitar os tráficos de mercadoria entre as duas colônias e o mercado escravista através dos bandeirantes da Capitania de São Paulo. Esta fase foi fundamental na profusão cultural entre os habitantes que viviam no estado do Rio Grande do Sul neste período. Com o fim da União Ibérica em 1640, outro grande marco estabelecido pela coroa portuguesa muda os rumos da história colonial da América do sul. Com a construção da Colônia do Sacramento em 1680 nas terras tidas como espanholas pelo

³ A origem do termo *reduccione* vêm do latim *reducere* (reduzir), e designa o vínculo entre uma ação de catequese e um local específico.

Tratado de Tordesilhas, Portugal força novos tratados para demarcação do território.

Com uma localização estratégica no estuário do Rio da Prata, frente a Buenos Aires, as coroas de Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madrid em 1750, de modo a rever as terras ocupadas por Portugal, com a colônia de Sacramento, sendo as sete *reducciones* localizadas no lado leste do Rio Uruguai, transferidas para o domínio português.

Percebe-se que o século XVII é marcado pelas aglomerações que se efetivaram a noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Com a formação da Colônia de Sacramento e posteriormente o Tratado de Madrid, o governo colonial português empenhou-se em habitar toda a região do extremo sul do Brasil com casais de número açorianos, de modo a inibir o avanço espanhol através das fronteiras.

Segundo Antunes (2002) os primeiros casais açorianos a desembarcarem em Laguna e Rio Grande vieram a pedido do Tenente Brigadeiro José da Silva Pais⁴ para a “colonização do sul do Brasil em 1748.” “Em 1780, havia no RS, com efeito, cerca de 10.503 açorianos, constituindo 55% da população total do território rio-grandense” (BARBOSA, 1983, p. 38 apud ZANOTELLI et al., 2000, p. 170).

Mais fortes numericamente os luso açorianos desenvolveram um novo conjunto de costumes, hábitos e crenças, contrastantes à influência espanhola vinda do noroeste. Destaca-se, desta forma, a importância dos “casais de número açorianos” na cultura gaúcha. Laytano (1987), na mesma direção, enfatiza que o lastro português tem de ser destacado, os costumes luso açorianos tende assumir o papel ao qual tem direito no folclore gaúcho.

Busca-se o esclarecimento acerca da influência expressiva portuguesa no estado do Rio Grande do Sul, através do cruzamento entre as danças desenvolvidas entre Portugal Continental e Insular. Entende-se que enquanto Portugal continental começava a incorporar tendências

⁴ Militar colonial português que participou nas expedições da constituição da Colônia de Sacramento e foi fundador da primeira cidade portuguesa do estado do Rio Grande do Sul.

vindas de Espanha, França, Inglaterra e Polônia como as valsas, as polcas, as mazurcas, as quadrilhas e as contradanças, Portugal insular consegue salvaguardar alguns traços mais arcaicos da expressão genuinamente lusitana.

A chula dançada no Rio Grande do Sul: um paralelo entre as Chulas (Xulas) portuguesas e o Fandango de Lezíria (Ribatejo)

A chula refere-se no estado do Rio Grande do Sul a uma dança de desafio de sapateio entre homens, sobre uma lança de cerca de quatro metros de comprimento estendida ao chão. O desafio consiste na execução de sapateios elaborados pelos gaúchos, um em cada extremidade da lança, de modo em que cada dançarino repita exatamente o passo executado pelo dançarino anterior. Caso conseguiu-o fazê-lo o mesmo propõe um novo sapateio mais arrojado. Deve-se salientar que os dois gaúchos dançadores percorrem a lança executando o seu sapateio, indo até a outra extremidade e voltando a posição inicial, e é derrotado quem perder o ritmo musical, ou não conseguir realizar o passo do adversário.

Os folcloristas Lessa e Cortês (1952), após as suas viagens de campo, encontram a Chula em Julho de 1951, um ano antes da publicação do “Manual de Danças Gaúchas” com um relato do gaitreiro Augustinho Manoel Serafim de 56 anos de idade na cidade de Vacaria. Após demonstrarem o seu receio em publicarem tal dança, visto que, apresentava singularidades que não correspondiam as danças até então estudadas por folcloristas brasileiros, deparam-se com uma referência escrita no livro publicado em 1839 do militar e viajante francês Nicolau Dreys, “Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro,” que percorreu a Capitania Rio Grande de São Pedro em 1817,

Neste estudo o autor faz menção a uma série de características acerca do gaúcho, sublinhado a prática destes homens apáticos com um bailado que segundo o mesmo faz referência a uma espécie de chula grave.

(...) por isso pouco trabalha o gaúcho enquanto tem dinheiro; o tempo passa-se em jogar, tocar ou escutar uma guitarra em alguma pulperia, e às vezes, porém com caridade, dançar uma espécie de

chula grave, que vimos praticar por alguns deles. (DREYS: 1990, p. 124,)

A partir deste embasamento documental os pesquisadores puderam, enfim, apresentar as características desta dança em festivais folclóricos enquanto sinônimo da virilidade do proscrito dos pampas – o gaúcho. Uma dança de despique e de desafio que o homem leva a cena, ostentando toda a sua virilidade e capacidades individuais através de acrobacias com os pés. Já no ano de 1952, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, 35 CTG, bailava uma dança de desafio, proporcionando um espetáculo distinto ao público do Teatro São Pedro em Porto Alegre.

Acerca dos precedentes a esta dança popular sul-rio-grandense, trata-se primeiramente por fazer uma transcrição dos argumentos de Cortes e Lessa (1952) acerca da problemática que envolve a origem da chula dentro da bibliografia folclórica brasileira enquanto uma dança de desafio bailada somente por homens.

A “ Chula” canção – que foi popular no Brasil até meados do século passado – se enreda em um verdadeiro pandemônio, dentro da bibliografia folclórica brasileira. Alguns estudiosos dão essa cantiga como originária do Minho e do Douro (Portugal), onde foi “ arvorada em hino nacional”. Outros, pelo contrário, confundem-na com o lundú ou a aproximam do baiano ou baião, dando-lhe procedência genuinamente brasileira. – Quanto à “chula” dança, as informações são tão imprecisas que o pandemônio nem chega a se formar. (BARBOSA; LESSA: 1952, p. 122)

Com o intuito de desconstruirmos algumas linhas estruturantes acerca dos argumentos apresentados referentes a origem da Chula, nomeadamente no que circunscreve a proposta deste trabalho, começa-se por indicar a existência de Chulas ou *Xulas* em Portugal. Uma dança tipicamente nortenha, conforme sublinha Ribas (1961) em seu estudo “Danças do Povo Português” bailada do Minho a Beira- Alta setentrional, mas que também é executada no Alto-Douro, em que apresenta instrumentos especiais e uma distinta maneira de se dançar.

Para os folcloristas e historiadores que acreditam que a Chula do Rio Grande do Sul originou-se no Minho e no Douro, torna-se importante ressaltar que a Chula característica do Minho distingue-se profundamente

da Chula do Alto-Douro apresentando rupturas coreográficas muito significativas já apresentadas por Ribas em 1961, logo duas coreografias distintas não poderiam estar na gênese de um processo criador de uma Chula que apresenta rupturas ainda maiores, tal como é a sul-riograndense.

O fato desta linha historiográfica pressupor a origem coreográfica da chula gaúcha, enquanto originária do Minho e do Douro, esta presente apenas no fato da mesma apresentar semelhanças no âmbito etimológico. No entanto, pode-se identificar uma pluralidade de características que as distinguem, como por exemplo o fato das chulas portuguesas serem danças bailadas por homens e mulheres frente a frente, que colocam-se em círculo com os braços semi-arqueados, sendo que, com o início da cantiga, o par salta simultaneamente para o centro do círculo sobre uns dos pés e volta para a posição inicial, dando meia volta sobre o outro pé. O refrão da chula portuguesa corresponde a uma coreografia com muito entusiasmo e animação, em que os pares estendem os braços colocando as pontas dos dedos respectivamente sobre os ombros do parceiro(a). Formando de conseguinte uma roda, os pares deslocam-se saltando vivamente até o final da dança, ou ao início respectivamente⁵.

Os únicos indícios ao qual poder-se-ia atribuir uma semelhança entre a Chula gaúcha e a Portuguesa estariam no fato de que, o desafio apresenta-se na medida em que existe um cantador ou cantadeira ao desafio e o seu refrão é só instrumental, assim como a chula gaúcha. No entanto, estes argumentos não são capazes de apresentar condições para sustentarmos as origens da chula gaúcha nas chulas portuguesas.

Em relação a atribuição apresentada por Cortês e Lessa (1952) acerca da origem da chula em danças como o Lundú, Baiano ou Baião, sustenta-se a ideia de que o Rio Grande do Sul até finais do século XVIII não estabelecia um contato em dimensões de “massa popular” com o

⁵ Torna-se importante ressaltar no âmbito desta pesquisa que esta é apenas umas das maneiras de se dançar a Chula em Portugal, a mais tradicional entre as regiões país. Contudo a Chula apresenta uma pluralidade de variantes, sendo esta transcrição realizada por Tomás Ribas em seu estudo, e identificada nos trabalhos de grupos folclóricos que se focam a execução deste bailado.

restante do Brasil, visto que era uma região inóspita, e a passagem de São Paulo até o extremo sul era feita, com algumas exceções, pelos bandeirantes em busca de indígenas para a escravização, pelos tropeiros, e pelos jesuítas. O transporte de imigrantes, tal como os açorianos, dar-se-ia através dos portos de Rio Grande e Viamão. Os únicos estabelecimentos capazes de sustentar alguma tradição coreográfica, com efeito, seriam as estâncias, mas estas incorporariam costumes citadinos e/ou de uma aristocracia cortesã, e não costumes populares das distintas partes do Brasil.

No âmbito dos versos populares que compõem as duas músicas de acompanhamento das chulas, torna-se importante destacar que nem a um nível de significação estas chulas correspondem-se. A medida em que a Chula portuguesa é claramente um desafio entre cantadeira e cantador, a gaúcha é totalmente relacionada a uma concepção do gaúcho hábil sapateador.

Cantador:

Ó Chula vareira, chula,/deixa-te andar arreada;/bom sapato, boa meia,
boa fivela doirada.

Cantadeira:

Ó Chula vareira, chula/Ó chula que já não és;/Ó chula que já viraste/
A cabeça para os pés. (RIBAS: 1961,p.72)

Venha seu mestre chula,/Ai seu chuliador,/E dê uma paradinha para o tocador./Venha seu mestre chula,/Ai que chulia bem,/E dê uma paradinha/para mim também. (BARBOSA; LESSA: 1952, p.123)

O termo “Chula” apresenta uma diversidade de significados, na medida em que se refere na Espanha a uma rapariga de costumes fáceis, enquanto que para outras regiões apresenta uma conotação positiva. Gil Vicente refere-se ao termo *xula* no seu “Auto da Romagem dos Agravados” de 1533, enquanto uma qualidade que inspira simpatia.

Frei Narciso

Dizei-me Cerro Ventoso/Nam hei de ter uã mula?
Cerro Ventoso

Se for bem estudioso/por que quer um religioso/Andar sempre xula xula? (VICENTE, 1533)

Pode-se entender a chula, na primeira transcrição nestes dois sentidos, ou seja, uma rapariga de costumes fáceis e vareira, mulher grosseira de má educação – deixa-te andar arreada, adornada, enfeitada com bom sapato, boa meia e uma fivela (adorno do sapato de corte) doirada. Ou então, enquanto uma mulher da beira-mar, grosseira, de má educação, porém chula, ou seja, uma rapariga que inspira simpatia – deixa-te andar adornada com bom sapato, boa meia e fivela doirada.

Contudo, se estabelecermos uma relação entre os versos do cantador e os versos da cantadeira, veremos que a resposta da cantadeira é referente a uma negação da chula, “chula que já não és”, ou seja, o adjetivo chula assume, nesta canção uma conotação negativa de uma rapariga de costumes fáceis, contrapondo a afirmação do cantador, e finalizando com a resposta de que a vareira chula, já não é mais chula, pois virou a cabeça para os pés, ou seja, a chula já não é mais chula, na medida em que procura adornar a cabeça, ou seja, a razão, ao invés dos pés – a aparência.

A segunda transcrição de Cortês e Lessa (1952) referente a chula gaúcha assume um caráter muito mais simples, estabelecendo uma relação entre a tríade, espectador, tocador e dançarino. Em cada estrofe o narrador faz menção a uma “paradinha” que esta presente na coreografia, visto que o dançarino tende a parar ao sétimo compasso da música, no final da lança, para poder retornar a posição inicial finalizando a dança. Existe uma relação estreita entre a música e a coreografia, que hoje não é mais praticada, visto que, os passos da chula atualmente, são acompanhados ao som de harmônica e guitarra, logo somente instrumental. Estes versos geralmente são entoados enquanto antecedentes aos passos da dança.

A chula vareira do Douro apresenta, como já foi referido, características singulares que a distinguem da Chula Minhota. No âmbito deste trabalho, não nos cabe informar, os detalhes destas danças, visto que a bibliográfica consultada, não comporta as descrições necessárias

para uma análise mais profunda. Contudo, a partir de uma investigação coreográfica através do trabalho do Orfeão Universitário do Porto⁶, pode-se perceber que assim como a Chula Minhota⁷, ou as variantes da Chula em Portugal, como a Chula de Roda, não correspondem a quase nenhum dos aspectos coreográficos da Chula bailada no estado do Rio Grande do Sul.

A partir de uma metodologia estruturalista, partiu-se para a análise das danças portuguesas em geral, com o intuito de identificar traços característicos da Chula gaúcha, em uma perspectiva mais abrangente. Foi então que conseguiu-se identificar, nos Fandangos do Ribatejo, nomeadamente o de Lezíria do Tejo, características muito próximas ao que hoje é a chula sul-rio-grandense, assim como, identificar nesta região, um panorama regional muito semelhante a estrutura agropecuária do extremo sul do Brasil.

O Fandango, segundo RIBAS (1961) é uma dança importada da Espanha que se enraizou em Portugal, muito cedo, em quase todo o país. O Fandango, assim como a chula, apresenta diversas ramificações tal como o Vira Afandangado do Minho, O Fandango Estremado na estremadura e o Fandango Saloio na Zona Saloia. O Fandango também é uma dança muito antiga portuguesa, dançada com grande galanteria e muita expressão.

(...) uma dança de agilidade e sapateado, uma espécie de torneio no qual o homem pretende atrair as atenções femininas, salientando-se na presteza e plasticidade dos seus movimentos, transformando os pés em bildros. (RIBAS: 1961, p. 44)

O Fandango seria portanto, uma das mais galantes danças portuguesas, e a que “melhor exprime o sentimento amoroso do povo português” (RIBAS: 1961). No entanto em que medida, o fandango estaria relacionado com a chula gaúcha? No Ribatejo, a versão mais conhecida do Fandango é aquela que se denomina por “Fandango da Lezíria”, dançado entre dois campinos vestidos com “fato de gala”. Trata-

⁶ Confira no Youtube: <<http://www.youtube.com>>.

⁷ G. F. Raízes de Portugal disponível em <<http://www.youtube.com>>.

se de uma dança de agilidade entre dois homens, em que se observa uma espécie de torneio de jogo de pés, em que o homem pretende atrair as atenções femininas, através da destreza dos seus movimentos, promovendo a coragem, a altivez e a vaidade do homem ribatejano.

A partir da análise do fandango ribatejano, encontra-se a primeira referência a uma dança bailada somente por homens em desafio de sapateio, com intenção de atrair as atenções femininas. Não utilizam a lança, é bem verdade, mas utilizam uma espécie de bastão em outras danças como o Fandango do Varar Pau, e na sua lida com o gado.

O Fandango Ribatejano apresenta uma representação vocal seguida de acompanhamento instrumental de acordeons, pífaros, gaita de boca, harmônios e clarinetes. Nas suas diversas nuances, o fandango pode ser apenas instrumental, tal como o Fandango de Lezíria do Tejo.

Mesmo no âmbito instrumental, o Fandango de Lezíria apresenta semelhanças com a Chula do Rio Grande do Sul, na medida em que tem de apresentar intervalos uniformes, e uma contagem exata dos compassos para que a dança seja executada com perfeição, caso contrário, os compassos ao qual a coreografia se refere não corresponderão as acrobacias com os pés que tem de se repetir.

Existe uma diferença no âmbito dos trajes utilizados entre os Campinos do Ribatejo e os Gaúchos sul-americanos, no bailado dos fandangos e das chulas. Os campinos ribatejanos diferenciam-se entre os da Lezíria e da Charneca que usam como traje de gala; camisa branca, colete encarnado, calça e capotes azuis, meia branca, barrete verde com borda encarnada e sapato; e os campinos ribatejanos do Bairro que usam como traje de gala, camisa branca, colete negro, calças e capotes negros, meia branca, sapato e barrete negro. Já entre os gaúchos, a chula pode ser dançada com no mínimo quatro tipos de trajes. O chiripá (farroupilha ou primitivo), a Braga, ou o traje atual, contudo, o mais adequado seria, o atual que é constituído pela bombacha, colete, camisa, lenço amarrado ao pescoço, guaiaca, faixa, chapéu e bota.

Apesar desta distinção no âmbito dos trajes, consegue-se estabelecer alguns paralelos muito importantes que testemunham a relação destas danças com as condições de subsistência destes povos tão distintos, mas que ao mesmo tempo apresentam características que

dialogam. Estas características estariam no uso das esporas entre os dançarinos na execução dos sapateios. Instrumento fundamental para o manejo do cavalo, lusitano ou crioulo, nas atividades de lida do campo, a espora transforma-se em um utensílio de floreiro no tratamento do bater dos pés. Esta realidade do trabalho campesino reflete-se nestas danças, transpondo o vigor e a força destes campinos, ou gaúchos, no sustento e no manejo de suas terras.

A realidade geográfica se circunscreve nos costumes destes povos, como em nenhum outro. Marcados por uma vida de labor em terras planas, no trato do gado e do arado, esta realidade geográfica imunda a personalidade destes homens.

Tanto o Fandango de Lezíria como a Chula sul-rio-grandense, são danças que não apresentam a prática do canto ao longo das suas coreografias⁸. São danças de acompanhamento somente instrumental. O Fandango de Lezíria do Tejo, normalmente recebe o acompanhamento de acordeon, contudo pode ser acompanhado também de pífaros, gaita de boca, harmónios e clarinetes, variando conforme as regiões da Extremadura.

Por outro lado, a chula Sul-rio-grandense, também é acompanhada de acordeon e guitarra, sendo que, o acompanhamento pode ser modificado pelo dançarino, na medida em que o mesmo não se satisfaz com o andamento da música, podendo aumentar ou diminuir o andamento da melodia. Em relação a esta última, não pode ser modificada, no entanto recorrentemente, recebe floreiros principalmente pelo guitarreiro que estabelece um diálogo com o sapateador.

O mesmo não acontece no Fandango de lezíria do Tejo, na medida em que, ao longo de todas as apresentações consultadas ao longo deste trabalho, são raras as trocas no andamento ao longo da canção

⁸ Na chula gaúcha, a prática do canto está relacionada a um período de preparação ao qual não faz parte da coreografia da dança.

Considerações finais

Acredita-se que os estudos folclóricos, etnográficos e etnológicos não devem estar desvinculadas de um entendimento historiográfico. Contudo, apresentamos alguns traços correspondentes entre duas danças que apresentam características singulares ao longo de todo o folclore mundial. E um dos fatos para expormos esta relação, esta presente em alguns aspectos históricos que são identificados enquanto uma possível influência que foi moldando-se paulatinamente ao longo dos tempos.

Referências

ALENCAR, José. *O gaúcho*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

ANTUNES, Mara Rubia. *Influência das Danças Tradicionais Açorianas no Significado da Cultura Expressiva da Sociedade Brasileira*. Lisboa: UNL, 2002. Tese (Doutoramento em Motricidade Humana) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Nova de Lisboa, 2002.

CORTÊS, Paixão; LESSA, Barbosa. *Manual de danças gaúcha*. 8ª ed. Porto Alegre: Editora Brasil, 1956.

CUSTÓDIO, Luis Antônio Bolcato. *A redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese (Mestrado em arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DARDEL, Eric. *O homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEVEZA, Felipe . *O caminho da prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Navigator, 2007. Disponível em [□http://www.revistanavigator.com.br□](http://www.revistanavigator.com.br). Acesso em: 29 Mai. 2013.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

GARAUDY, Roger. *Dançar a vida*. 6ª ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

LAYTANO, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul: Levantamentos dos Costumes e Tradições Gaúchas*. Caxias do Sul: Est/Educs, 1987

LUÍS, Alexandre António Costa. *A projecção quase profética da vindoura grandeza do Brasil nacarta de Pêro Vaz de Caminha*. Covilhã: UBI Letras, 2008, p. 48 – 73. Disponível em: [□http://www.ubiletras.ubi.pt](http://www.ubiletras.ubi.pt) □ Acesso em: 30 Mai. 2013.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *A Tradição Gaúcha e sua Racionalização na Modernidade Tardia*. São Paulo: Unesp, 2010.

RIBAS, Tomas. *Danças do Povo Português*. Coleção Educativa série F, número 8. Lisboa: Direção-Geral do Ensino Primário, 1961.

_____. *Danças Populares Portuguesas*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1982

SASPORTES, José. *História da Dança em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a Formação do Estado Moderno*. Lisboa: Verbo, Vol. II, 2003.

STRAUSS, Claude Lévi. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 2012

TADRA, Débora Sicupira Arzua. *Linguagem da dança*. In PICLER, Wilson (org.). *Por dentro da Arte*. Curitiba: Ibepx, 2009.

VECCHIA, Agostinho Dalla. ZANOTELLI, Jandir João. ZANOTELLI, Ruth Avila. *Rio Grande do Sul: arquétipos culturais e desenvolvimento social*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2000.

PROJETO MUSEU COMO ESPAÇO DE AÇÃO

Roswithia Weber*

Introdução

Este texto visa apresentar algumas ações desenvolvidas pelo projeto de extensão “Museu como espaço de ação”, vinculado à Universidade Feevale, situada na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

O Projeto, que é desenvolvido desde 2007, tem como objetivo promover, em parceria com os museus da região, a valorização do patrimônio histórico-cultural através de ações junto à comunidade que partem do pressuposto de que o museu é um espaço de ação cultural integrado na vivência de diferentes grupos. As ações do projeto visam à dinamização de espaços de memória e partem do pressuposto que os museus são locais que possibilitam atividades educativas e diversificadas, voltadas para comunidade, bem como construídas com sua participação. As mesmas são mediadas por acadêmicos da Universidade Feevale que atuam na organização e realização de visitas guiadas e atividades que envolvam o acervo e a história dos museus.

Neste sentido, utilizamos como referencial teórico os pressupostos da Nova Museologia que consiste num movimento internacional iniciado na França na década de 1980 que passou a questionar o papel do museu como espaço de contemplação. A partir deste movimento o Museu se volta: para o território que está em seu

* Doutora em História pela UFRGS. Professora vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e ao Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Feevale. Líder do Projeto de extensão Museu como espaço de ação.

torno, para a comunidade em geral e para o objetivo de aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia (GIRAUDY, 1990).

O presente texto visa apresentar algumas ações desenvolvidas em parceria com o Museu Casa do Imigrante localizado em São Leopoldo. Para tal, primeiramente apresentamos a história do espaço onde hoje está esse museu e posteriormente descrevemos o evento “Venha contar como você faz parte da idéia desta casa”.

A história de um espaço

O Projeto de extensão Museu como espaço de ação tem como um de seus parceiros a Casa do Imigrante ou Casa da Feitoria, situada em São Leopoldo, local representativo da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul, dado que foi onde se estabeleceram os primeiros imigrantes alemães, em 1824. Atualmente, nesse museu, através deste projeto de extensão, têm sido desenvolvidas atividades que visam trabalhar com a noção de que o patrimônio histórico cultural não se esgota no passado, mas têm relação com o presente. Neste sentido, a história do local, que no ano de 1788 integrou um estabelecimento chamado de Real Feitoria do Linho Cânhamo, em 1824 abrigou imigrantes alemães, na década de 1940 abrigou uma escola e na década de 1990 passou a funcionar um museu, é revitalizada a partir da memória de diferentes grupos.

O prédio onde hoje funciona o Museu Casa do Imigrante foi construído em 1788 e, pela sua importância histórica, foi tombada como Patrimônio Histórico Estadual em 1982. Ela representa diferentes momentos da História do Estado e do município de São Leopoldo, tendo a presença de diferentes grupos, como portugueses, africanos e alemães em sua história.

O espaço foi denominado Casa da Feitoria Velha e contou com a presença lusa e de africanos a partir de 1788 até 1824, sendo construído sob a orientação de Moraes Sarmento, inspetor da Feitoria do Linho Cânhamo, primeiro estabelecimento situado na região, antes de ser fundada a Colônia de São Leopoldo. Em 1824, os primeiros imigrantes alemães foram ali abrigados. Depois de essa propriedade passar por

diferentes proprietários, foi adquirida pelo Sínodo Rio-Grandense (Igreja Evangélica no Rio Grande do Sul) e pela Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (MÜLLER, 1984).

Conforme Müller (1984), o objetivo dessa aquisição era preservá-la pelo seu valor histórico. Em 1939, foi feita uma avaliação dos custos de uma reforma devido ao precário estado da construção. Os proprietários, sem condições financeiras de levar avante uma intervenção no prédio, decidiram transferi-lo para a municipalidade através de um termo de transferência que envolvia várias cláusulas referentes à restauração e à posterior criação de um museu dedicado à história da imigração alemã no estado (MÜLLER, 1984). A reforma foi realizada, no entanto, a ideia da instalação do museu não foi efetivada, “(...) embora chegasse a constar numa relação de museus brasileiros” (MÜLLER, 1984, p.15).

Em 1947 o município instalou no prédio, da Casa da Feitoria, as Escolas Reunidas da Feitoria Velha, que posteriormente passou a ser denominada como Grupo Escolar João Daniel Hillebrand. No período em que a mesma ali funcionou foi fundado, em 1970, o Clube de Mães Feitoria. Depois da transferência da escola e do clube em 1976, o prédio ficou abandonado, e só em 1980 que a Casa da Feitoria passou para os cuidados do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Através de uma mobilização do Museu e da comunidade foram arrecadados fundos para uma reforma e, ao mesmo tempo, foi sendo reunido um acervo para montar exposições no interior da Casa.

Atualmente, o Museu Casa do Imigrante conta com um acervo que tematiza, através do mobiliário exposto, o ambiente colonial relacionado à memória dos imigrantes alemães. A partir da ideia de tornar o museu como um espaço de ação, entende-se que as demais histórias e memórias que integraram a história do espaço podem ser restituídas.

Evento “Venha contar como você faz parte da história dessa casa” e atividades com o Clube de Mães Feitoria

Como se observou anteriormente, na época em que o prédio da Casa do Imigrante passou para a municipalidade, passou a funcionar ali o

grupo Escolar João Daniel Hillebrand, escola que em 1976 foi transferida para um local próximo ao atual Museu.

Em 2007, logo que o projeto Museu como espaço de ação iniciou a parceria com o Museu Casa do Imigrante foi observado que muitos dos visitantes estavam conhecendo o museu, embora já fizessem parte da história do espaço por terem sido alunos ou funcionários da escola que funcionou lá. Muitos desses visitantes relatavam suas memórias do tempo da escola.

Assim, uma das ações do projeto foi a formatação do Evento “Venha contar como você faz parte da história dessa Casa”, que teve a sua primeira edição em 2008 tendo sido organizado pela parceria de Virgínia Rodrigues (Diretora da Casa do Imigrante), Roswithia Weber (Líder do Projeto de Extensão *Museu como espaço de ação*), Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA), Cooperativa Técnica Agroflorestal (COOTAF/ Escola Agrícola) e a atual Escola Estadual João Daniel Hillebrand.

Com o objetivo de compartilhar histórias vivenciadas pelas pessoas que fizeram parte da história da Casa do Imigrante antes dela se tornar um Museu se buscou reunir memórias para compor a história do espaço, convidando ex-alunos, funcionários e professores da Escola João Daniel Hillebrand e do Patronato Agrícola.

Ao longo sete edições desse evento, memórias foram compartilhadas, se tem proporcionado aos participantes momentos de recordações e reencontro com amigos e ex-colegas. Em algumas edições se oportunizou o encontro de gerações de alunos da atual Escola João Daniel Hillebrand e de ex-alunos. Os atuais alunos realizaram apresentações de teatro com as falas de ex-alunos (as quais foram coletadas em encontro anterior), tocaram instrumentos musicais, confeccionaram a arte dos convites do evento com base no acervo do Museu e jogaram o jogo Tagalante (jogo o qual sempre foi comentado pelos ex-alunos durante os encontros).

Em 2009 o evento se fortaleceu com a parceria do Clube de Mães Feitoria, presidido então por Maria Eronita Ramos. O mesmo foi fundado em 1970, no prédio que atualmente é o museu, na época em que funcionava no espaço, o Grupo Escolar João Daniel Hillebrand. Após a

escola ser transferida, em 1976, para outro local, o Clube também passou para outra sede. Portanto, sua criação está diretamente ligada à história do museu, de modo que o Projeto Museu como espaço de ação organizou encontros com o objetivo de oportunizar ao grupo de senhoras que integra o Clube uma reapropriação do espaço do Museu e assim estabelecer vínculos diretos com a comunidade. Notou-se que esta ação seria importante dado que poucas integrantes do Clube tinham presente que a história desse grupo se relacionava ao espaço onde hoje é o museu. Além disso, cabe ressaltar que estas senhoras são moradoras do Bairro Feitoria, assim, sua relação com o museu se coloca como fundamental para a valorização do patrimônio cultural no contexto do bairro.

Foram realizados cinco encontros com as senhoras do Clube. A primeira atividade iniciou com uma reunião formal e após foram realizadas dinâmicas onde se buscou desenvolver o sentimento de pertencimento dessas senhoras em relação ao espaço e seu acervo. Numa dessas atividades foi desenvolvida uma linha de tempo contando a história do Museu juntamente com a do Clube de Mães, fundado no espaço. Em outro encontro foi oportunizado momentos em que as senhoras estabelecessem relação com o acervo do museu a partir de suas memórias. Nesse sentido, foi possível o reconhecimento da relação delas com o Museu. No quarto encontro se desenvolveu o roteiro das visitas guiadas, tal como havia sido programado pelos acadêmicos do curso de História da Universidade Feevale, vinculados ao projeto. A partir de então, as senhoras passaram a atuar como voluntárias no Museu, também realizando visitas guiadas com os visitantes.

Com essa ação do Projeto se obteve uma reaproximação do Clube de Mães Feitoria com o Museu Casa do Imigrante o que possibilitou um reavivamento de memórias das mesmas, despertando um sentimento de pertencimento com o espaço e seu acervo, e se pode fortalecer o evento “Venha contar como você faz parte da história dessa casa”, dado a mobilização da divulgação do mesmo na comunidade. Além disso, a parceria construída com esse grupo possibilitou a abertura da Casa do Imigrante para visitação nas tardes de quintas-feiras, o que antes só era possível mediante agendamento prévio.

Cabe ressaltar que desde maio de 2014 esse museu não se encontra aberto para a visitação, dado problemas estruturais do prédio.

No entanto, algumas integrantes do Clube de Mães Feitoria continuam parceiras do Museu e semanalmente se encontram no espaço.

As ações do Projeto também são desenvolvidas a partir das promoções do IBRAM (Instituto Brasileiro dos Museus) que promovem a Semana Nacional dos Museus no mês de maio e a Primavera dos Museus em setembro. O Projeto de extensão participa organizando atividades voltadas aos temas propostos por esse Instituto, que tem por objetivo sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade. Entre as atividades realizadas nesses momentos estão oficinas com mulheres onde se utilizou uma dinâmica denominada baú de memórias, onde se utilizou o acervo do museu ligado ao universo feminino, e também atividades de arteterapia no espaço do museu realizadas em parceria com outro projeto de extensão da Universidade Feevale, Arteterapia: instrumento de transformação social.

Considerações finais

As atividades fizeram do museu um espaço de ação que envolveu a comunidade proporcionando a valorização do patrimônio histórico-cultural. Os acadêmicos que atuaram na organização e desenvolvimento das atividades tiveram a possibilidade de desenvolverem práticas relacionadas ao patrimônio, pertinentes aos seus campos, em espaços não formais de ensino.

A partir do propósito de tornar o museu um espaço de ação, entende-se que as demais histórias e memórias que integraram a história desse espaço podem ser restituídas fazendo com que o museu ultrapasse a simples associação de ser “testemunho da história”, para ser considerado local de interlocução com a comunidade.

As ações do Projeto possibilitaram o estabelecimento de vínculos com a comunidade, compreendendo o espaço do museu como representante da memória coletiva e, portanto, espaço destinado a todos.

Referências

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Imigração Alemã: Sua presença no Rio Grande do Sul há 180 anos*. Porto Alegre, RS: EST, 2005.

_____. *175 anos de imigração alemã*. Porto Alegre: EST, 2001.

_____. *Colônia alemã: 160 anos de história*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MULHERES, *Museus e Memórias*. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br>>. Acesso em 10 set.2011.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu e educação: conceitos e métodos*. Ciências e Letras: Revista da FAPA. Porto Alegre, n.31, p.3-33. Jan./jun.2002.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

_____. *Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

COMIDA E TRADIÇÃO: A GASTRONOMIA GERMÂNICA DO CAFÉ COLONIAL EM GRAMADO/RS

Sabrine Amaral Silva*

Resumo: A gastronomia, enquanto expressão cultural dos povos, é um dos principais elementos na constituição e manutenção de identidades, tanto de grupos majoritários como daqueles minoritários. Nestes termos, também se apresenta como fator determinante na composição de atrativos turísticos, o que torna os dois – gastronomia e turismo –, como elementos intrinsecamente ligados. Portanto, este trabalho busca analisar a presença histórica da gastronomia germânica, expressa no café colonial na cidade de Gramado/RS. Como metodologia, de caráter qualitativo e viés exploratório, utiliza-se a história oral, na triangulação entre revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com pessoas fonte, ligadas a atividade na referida cidade. Questiona-se se, em presença do turismo na localidade, houve alterações das formas tradicionais de preparo e consumo, e caso positivo, quais teriam sido elas, nas versões comerciais. Resultados preliminares indicam que a tradição germânica de alimentação, como praticada no sul do Brasil, inclui forte utilização da carne de porco, a substituição da janta por um lanche substancioso, a preocupação com a reutilização de alimentos, em um prato que seja bonito e “venha com tudo incluído”.

Considerações iniciais

O turismo e a gastronomia são elementos indissociáveis, pois os turistas em algum momento da viagem precisam se alimentar. Portanto, a gastronomia não é apenas o ato de comer. E por isso, que a mesma tornou-se importante aliada do turismo.

* Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Devido a isto, que em muitas cidades este segmento do turismo tornou-se a principal motivação para o deslocamento de turistas.

Um dos caminhos para conhecer uma nova localidade e consequentemente desvendar uma nova cultura é através da gastronomia.

A culinária de uma determinada região geralmente expressa a herança cultural, que se associa a fatores como: a história, o clima, a geografia, entre outros.

A gastronomia é uma área muito importante para o turismo e possibilita incalculáveis oportunidades para quem souber explorar. Além disso, através da culinária é possível compreender um pouco da cultura de um lugar. (SCHLÜTER, 2003).

A gastronomia é uma das partes mais marcantes da identificação de um povo.

Portanto, o presente artigo toma como ponto de partida analisar a presença histórica da gastronomia germânica, expressa no café colonial na cidade de Gramado/RS. Além disso, identificar se na existência do turismo na localidade, houve alterações das formas tradicionais de preparo e consumo, e caso positivo, quais teriam sido elas, nas versões comerciais.

A fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada será de caráter qualitativo e viés exploratório, utiliza-se a história oral, na triangulação entre revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com pessoas fonte, ligadas a atividade na referida cidade.

Segundo Dencker (1998, p. 124), “a pesquisa exploratória procura aprimorar as ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”.

Gramado é o principal destino turístico do Rio Grande do Sul, localizado na região da Serra Gaúcha.

Na referida cidade, é característica a presença da colonização alemã, seja na arquitetura, em suas festividades ou na culinária.

Através do café colonial é possível degustar vários pratos típicos alemães como:ucas, apfelstrudel, schimier, chucrute, pão de milho, entre outros.

A maioria dos frequentadores deste tipo de empreendimento buscam “sentir o gosto do feito em casa”. Com o passar dos anos, o café colonial se transformou numa tradição da culinária alemã na Serra Gaúcha.

Atualmente o turismo em Gramado é a atividade de maior destaque do município, devido também por seus atrativos culturais, sociais e naturais.

Metodologia

O presente trabalho se caracteriza pela abordagem qualitativa e por seu caráter exploratório.

Para construção da proposta também foram utilizadas como procedimentos metodológicos: a história oral, revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com os empreendedores.

Segundo Alberti (2004, p. 18) a história oral é “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Os temas utilizados para analisar o presente estudo através da revisão bibliográfica foram: gastronomia, turismo gastronômico e cultural e as relações entre o turismo e o café colonial em Gramado/RS.

Gastronomia

A história da gastronomia teve início na Pré-História com os primeiros mamíferos semelhantes ao atual homem que já eram bípedes. A partir desse momento com suas mãos livres, começou a criar instrumentos que ajudassem na coleta de alimentos. “Diante disso, o homem deixou de alimentar-se somente de vegetais, passando a caçar e a comer animais” (LEAL, 1998).

Além disso, eles tinham dois tipos de alimentação. Para Schlüter (2003) “um dos processos era o consumo de alimentos frescos, que poderiam conseguir ao longo do ano através de plantações como os cereais e o outro sistema eram os legumes, as frutas e as verduras”.

“Aos primórdios da arte culinária associa –se a invenção de utensílios de pedra ou barro, que propiciaram dietas variadas” (ARAÚJO et al., 2005, p. 13). Através da utilização destes utensílios ocorreram as técnicas de preparo do alimentos e o homem começou a alimentar-se em conjunto, geralmente com grupos vizinhos.

Para Franco (2010), “a refeição é um momento de trocas e comunicação entre as pessoas. Por isso, no ato de comensalidade são estabelecidos vínculos de amizade e obrigações mútuas, sendo assim atribuída grande função social à refeição e aos convidados”.

“Na Grécia clássica a palavragastronomia, veem do vocábulo composto *gaster* (ventre, estômago), *mono* (lei) e do sufixo – *ia*, que constitui o substantivo. Portanto, gastronomia significa o estudo ou observância das leis do estômago” (FRANCO, 2010). “Posteriormente, em 1623, apareceu o vocábulo *gastronomie* em francês, evoluindo do sentido utilizado na Grécia clássica, para preceitos de comer e beber bem, além da arte de preparar os alimentos para deles obter o máximo de satisfação” (FRANCO, 2010).

De acordo com a obra clássica de Brillat Savarin (1995, p. 13), a gastronomia é,

O conhecimento fundamentado de tudo que se refere ao homem, na medida em que ele se alimenta. Seu objetivo é zelar pela conservação dos homens por meio da melhor alimentação possível. Está relacionada a várias ciências, dentre elas: à história natural, à política (...).

Portanto, a gastronomia está associada às ciências que envolvem o homem e pode ser considerada um atrativo turístico, e por meio dela, o turista consegue desvendar brevemente a história e a cultura da região visitada.

Conforme Ferreira (1999, p.974) gastronomia é o “conhecimento teórico e/ou prático acerca de tudo que diz respeito á arte culinária, ás refeições apuradas, aos prazeres da mesa”.

Rodrigues (2008, p.314), diz que gastronomia:

é a arte de cozinhar, ou seja, confeccionar alimentos de forma específica, conforme o contexto cultural em que se encontra (...). Sendo assim, a gastronomia compõe um dos elementos de formação da identidade cultural, refletindo normalmente noutros aspectos da cultura.

Desta forma, para Leal (1998, p. 8) “cozinhar é uma ação cultural que nos liga sempre ao que fomos, somos e seremos e também, com o que produziremos, cremos, projetamos e sonhamos”.

Para Schlüter (2003, p. 32) “a alimentação é uma fator de diferenciação cultural que permite a todos os integrantes de uma cultura(sem importar seu nível de renda) manifestar sua identidade”.

Segundo Gandara & Schlüter (2003, p. 95) “atualmente não há dúvida que a gastronomia seja uma das principais manifestações culturais da pós-modernidade”.

“A gastronomia como componente das semelhanças culturais de uma sociedade é capaz de demonstrar através dos hábitos culinários como vivem os habitantes de uma determinada região”(SANTOS, 2003).

Conforme Schlüter (2003) “a identidade verdadeiramente é demonstrada nas pessoas pela gastronomia, porque mostra suas diferenças ou preferências e, quando imigram, acabam carregando consigo, o sentimento de pertencimento ao local de origem”.

De acordo com Franco, “os hábitos de uma nação não decorrem somente do mero instinto de sobrevivência e da necessidade do homem de se alimentar. São expressão de sua história, geografia, clima, organização social e crenças religiosas” (FRANCO, 2010, p. 25).

Para Furtado (2004), “o ser humano sempre está querendo degustar novos sabores, e através dos alimentos acaba vivenciando novas culturas”.

A gastronomia normalmente fornece o contato com as origens do local através dos alimentos, atendendo as necessidades do turismo em mostrar as comidas típicas do local e também dos que visitam a localidade procurando conhecer suas origens. “De certa forma acaba tornando-se o diferencial de cada lugar, porque a história e seu legado étnico e gastronômico é diferente de qualquer outro, por isso, é possível ser um núcleo de atração turística, possibilitando as trocas culturais” (SEGALA, 2003).

Turismo gastronômico e cultural

Diante da extensa quantidade de definições sobre turismo, buscou-se a definição mais adequada ao atual contexto. Segundo Oliveira (2001, p.36),

Denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

O atual conceito de turismo, adotado pela Organização Mundial de Turismo – OMT – e, amplamente utilizado, foi o desenvolvido por Oscar de La Torre Padilha em 1992,

É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (LA TORRE *apud* BARRETTO, 1999, p.13).

O turismo é constituído por diferentes elementos conectados, como a economia, a sociedade, a cultura, a gastronomia e o meio-ambiente.

O turismo gastronômico é a intensa procura pela satisfação gustativa e conseqüentemente a troca de experiências culturais.

Para Ruschmann (2001, p. 33), o turismo gastronômico:

É aquele no qual a motivação principal do turista é a alimentação. Essa modalidade de turismo é incapaz de gerar seu próprio fluxo, no entanto, tem em si a possibilidade de agregar valor à visitação de uma localidade, por oferecer ao turista a possibilidade de viver uma experiência que a aproxima da população visitada.

De acordo com Gândara, Gimenes e Mascarenhas (2009, p. 181) “o turismo gastronômico pode ser entendido como “uma vertente do turismo cultural no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade”.

Segundo Barreto (2000, p. 19), entende-se por turismo cultural “todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

Conforme Molleta (1998, p. 46),

O turismo cultural é o acesso a este patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. (...) Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas.

Por isso, que o turismo cultural está cada vez mais difundido no mundo todo, devido que ao desvendar novas culturas o homem aumenta suas experiências agregando novos conhecimentos a sua vida.

As relações entre o turismo e o café colonial em Gramado

Foi em 1875, que o presente município de Gramado começou a ser ocupado por descendentes de portugueses. Posteriormente chegaram os imigrantes alemães e italianos.

Em 1954, no dia 15 de dezembro que Gramado se emancipou da cidade de Taquara tornando-se município.

O município localiza-se na encosta da Serra Nordeste do Rio Grande do Sul. Seus limites geográficos são: ao norte Caxias do Sul, ao sul Três Coroas, a leste Canela e a oeste Nova Petrópolis e Santa Maria

do Herval. Localiza-se a cerca de 130 Km da capital do Estado, Porto Alegre.

Ao longo dos anos, Gramado foi se desenvolvendo para a atividade turística e hoje é a principal fonte de divisas do município.

De acordo com a página eletrônica da Prefeitura de Gramado (2013) “no ano de 2012 a cidade recebeu mais de 5,7 milhões de turistas”.

Entre seus principais eventos, destacam-se o Natal Luz, o Festival de Gramado – Cinema Brasileiro e Latino e a Festa da Colônia.

O café colonial é um empreendimento tradicional da Serra Gaúcha que atrai milhares de turistas todos os anos.

Conforme Daros (2008, p. 463) o café colonial teria origem:

Com os “KOLONIAL KAFFEE”, vinda com os colonos alemães, na fartura de seu paladar e na habilidade de fazer bem, que logo o adaptaram ao KERB, aos Clubes de Tiro e, especialmente, na recepção ao viajante ou turistas que, não atendo hotel para pernoitar, se alojava na casa dos colonos e se banqueteava com a mesa farta de sua culinária específica.

As mesas eram repletas de cucas, pão de milho, apfelstrudel, schmier, rosca de polvilho, nata, chucrute, bockurst, queijo, salame, käschmier, conservas, biscoitos, cucas de mel, morcília, chocolate quente, wafflers, torresmo, entre outros e o café era com leite (DAROS e BARROSO, 1995, p. 123).

“Em Gramado o primeiro café colonial que se tem notícias foi fundado no ano de 1973, por Jaime Prawer com o nome de “Café Colonial Bela Vista” e demonstrou para a comunidade local e para os turistas toda a diversidade e a riqueza da comida da colônia” (DAROS, 2008). O referido empreendimento ainda existe no município, que atualmente conta com mais 5 casas especializadas nesse tipo de gastronomia tais como: Coelho Café Colonial, Café Colonial Gramberry, Green House Café Colonial, Ramm’s Typischer Kaffee e Torre Café Colonial. Sendo que a grande maioria localiza-se na Av. das Hortênsias, no centro de Gramado (apenas o Ramm’s Typischer Kaffee fica em outro bairro).

Inicialmente, os cafés coloniais contavam com em média 40 tipos de pratos entre doces e salgados. Atualmente são mais de 80 variedades, entre entradas (frios, pães e geleias), bebidas, salgados, bolos, pratos quentes, tortas e sobremesas. Praticamente todos os alimentos são fabricados na própria empresa (os frios, vinhos e sucos de uva são terceirizados). Outra característica que foi incorporada a necessidade presente dos clientes é que o café colonial não é mais servido de manhã e sim no lugar do almoço ou jantar.

A mesa farta é o diferencial deste tipo de segmento, o qual, surpreende os turistas que chegam para vivenciar essa nova experiência culinária.

Segundo os proprietários entrevistados, o público que frequenta o estabelecimento é variado e há muitos clientes assíduos, oriundos de Porto Alegre, Caxias do Sul e outras cidades da região.

Considerações finais

O presente estudo está em andamento, mas mesmo assim, pode-se notar que é intensa a presença histórica da gastronomia germânica na cidade e nos cafés coloniais em Gramado/RS, devido que entre as iguarias servidas estão pratos típicos alemães, entre eles: as cucas, schimier, käschmier, apfelstrudel, dentre outros. Esses alimentos caracterizavam o café da manhã do colono alemão que trabalhava na roça no século XIX e XX.

Apesar de alguns gêneros alimentícios “originais”, ainda fazer parte do cardápio dos cafés coloniais, ocorreram várias transformações e adições de produtos não habituais àquele café servido pelos colonos que moravam na zona rural. Entre os produtos que existem atualmente nos menus estão: a polenta e demais quitutes fritos, pizzas, bolos (com base no chocolate), torta fria, entre outros. Além disso, o turno em que era oferecida essa refeição migrou para o vespertino e noturno.

Portanto, a existência do turismo no município, trouxe alterações no preparo e consumo dos alimentos ofertados, devido aos atuais pratos servidos.

De acordo com os empreendedores, as mudanças foram feitas gradativamente e adaptadas a pedidos dos clientes.

Ao compor uma das vertentes do turismo cultural, a gastronomia põe em evidência a história e a cultura de um povo. É neste sentido que se insere o café colonial, devido ao fato que é uma tradição herdada dos ancestrais alemães que se transformou em turismo gastronômico e que atrai um grande público para degustar esta experiência única que somente em Gramado o visitante é capaz de obter.

Referencias bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARAÚJO... [et al.], Wilma Maria Coelho. *Da Alimentação à Gastronomia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. (Coleção Turismo, Hotelaria e Gastronomia).

BARRETTO, Margarita. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papirus, 1999.

_____. *Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

DAROS, Marília. *Grãos: coletânea histórica*. – Porto Alegre: Ed. do Autor, 2008.

_____; BARROSO, Vera Lúcia M. (Org). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, Aurélio B.de H. *Novo Aurélio: O dicionário da língua Portuguesa, século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, Ariovaldo. *De Caçador a Gourmet: uma História da Gastronomia*. São Paulo. SENAC, 2010.

FURTADO, Fábio Luiz. A gastronomia como produto turístico. *Revista Turismo*. Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

GÂNDARA, J. M. G. GIMENES, S. G. MASCARENHAS, R. G. (2009). Reflexões sobre o turismo gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In Panosso, N. A. and Ansarah, M. G. (Eds.). *Segmentação do*

mercado turístico – estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole. 179-191.

GANDARRA, J. M. G.; SCHLÜTER, Regina. (Coord.) *Gastronomia y Turismo: una introducción*. Buenos Aires: CIET (Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos), 2003.

GRAMADO Prefeitura Municipal. *Institucionais*. Disponível em: <<http://www.gramado.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

LEAL, Maria Leonor de Macedo Soares. *A História da Gastronomia*. Rio de Janeiro. Editora Senac, 1998.

MOLETTA, Vânia Florentino. *Turismo Cultural*. Porto Alegre: SEBRAE/RS. 1998.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e Desenvolvimento*. São Paulo. Editora Atlas, 2001.

RODRIGUES, S. G. G. *A contemporaneidade da gastronomia ludovicense*: (Cuxá) X Big Mac/Mac Donald na cultura, identidade e tradição. Revista Cambiassu, Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nº 4, p. 311 a 314, São Luís, 2º sem./ 2008.

RUSCHMANN, D. V de M. *Turismo e Planejamento Sustentável*. São Paulo: Papirus, 2001.

SANTOS, Ana Paula Mendes dos. *Turismo e oferta alimentar nos restaurantes de Balneário Camboriú (SC)*. 2003, f. 93. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://www6.univali.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2014.

SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHLÜTER. Regina. *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

SEGALA, Luizianne Viana. *Gastronomia e Turismo Cultural*. Revista Eletrônica de Turismo: 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br>>. Acesso em: 15 de agosto de 2004.

O QUE COMEM OS NOVAHARTZENSES? A MEMÓRIA GASTRONÔMICA DOS IMIGRANTES ALEMÃES NO MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ /RS

Vania Inês Avila Priamo*

“O objeto-documento da história culinária não aparece nem formalizado, material inerte e vazio de sua substância, nem poeirento sob a vestimenta erudita dos documentos históricos. Ele é vivo (...), é uma história total que se desenrola.” (ARON,1976, p. 161)

Ancorados no suporte teórico metodológico da história cultural e da história oral, desenvolvemos uma pesquisa no município de Nova Hartz/RS buscando identificar se a memória gastronômica dos imigrantes alemães ainda se faz presente entre os novahartzenses.

Figura 1 – Localização de Nova Hartz no Estado do RS



Fonte: <<http://pt.wikipedia.org>>.

* Mestre em História pela Unisinos. Museu Histórico de Nova Hartz.

O município de Nova Hartz foi colonizado por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães¹ a partir de 1847 e recebeu um grande número de imigrantes especialmente nos anos 80 (sec. XX) vindos de diversos municípios do estado RS, além de SC e PR, atraídos pelos empregos disponibilizados na indústria calçadista, nos levando a questionar as permanências e adaptações no campo da alimentação.

Esta pesquisa foi realizada como parte da dissertação de mestrado, defendida em 2013, e partiu do entendimento de que a alimentação é uma importante referência cultural das comunidades, podendo ser entendida como um patrimônio cultural imaterial tanto de maneira informal dentro delas, como oficialmente através do seu Registro² como tal. Esta possibilidade de inserir oficialmente a alimentação no rol dos bens de interesse cultural no Brasil passa a existir a partir do momento que a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, vai estabelecer que além do patrimônio material, também se constituem como patrimônio cultural brasileiro “I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver;” (BRASIL, 1988)

Como pesquisa em história o tema se revela instigante, pois seu estudo é fonte de conhecimento sobre os modos de ser e de viver, sobre questões que envolvem economia, política, mudanças e continuidades sociais. Não se estuda um tema como a alimentação como mera curiosidade, mas como um fértil campo de conhecimento e compreensão de uma determinada época em um determinado lugar.

¹Cabe lembrar que no período em questão a Alemanha enquanto país não existia. Aqui usaremos o termo “Alemanha” para designar a região de onde vieram os imigrantes a que nos referimos e que hoje constitui a nação alemã.

²Enquanto o patrimônio material tem no tombamento a proteção legal para que suas características físicas se preservem, o patrimônio imaterial o tem através do *Registro*, estabelecido pelo Decreto 3551/2000, que instituiu o registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial. Através dele, busca-se preservar os seus aspectos culturais e simbólicos, respeitando a dinamicidade da cultura que submete o bem de natureza imaterial a transformações, modificações e adaptações, sem que haja perda de sua essência e dos atributos que a caracterizam.

Antes de analisarmos os dados levantados com a pesquisa, gostaríamos de marcar as diferenças entre os conceitos de comida e alimento, bem como entre o de típico e de tradicional. De uma forma bem breve, e ancorados em DaMatta(1986, p.46), entendemos alimentos de uma maneira mais ampla. São aqueles que estão na prateleira, na despensa, que servem para manter o ser humano vivo. Já comida é seleção, é escolha. É o alimento transformado em um prato, definidor de identidade, diferenciador de grupos. É uma escolha cultural aceita dentro de um determinado grupo.

Por sua vez a diferença entre o típico e o tradicional está mais diretamente ligada a atribuição de valor que pode se dar no interior do grupo ou vir de fora dele. Assim, pensando na gastronomia, a comida tradicional é aquela que há várias gerações faz parte da alimentação daquele grupo, mesmo que com adaptações, modificações. A atribuição de valor se constitui dentro do próprio grupo. A comida típica é aquela que ainda que tenha sido tradicional, deixou de fazer parte do dia-a-dia daquele grupo. É a comida mais exótica, geralmente explorada pelo turismo gastronômico por ser “diferente”, ou seja, a atribuição de valor vem de um olhar de fora do grupo. De uma forma bem sintética, podemos dizer, então, que tradicional é aquela comida que faz parte do cotidiano da comunidade, está ligada ao seu dia-a-dia e típica está mais ligada ao exótico, voltada mais para o turismo gastronômico.

Entretanto, não são todos os autores que entendem desta forma a diferenciação entre os conceitos de comida e alimento e entre típico e tradicional, mas no nosso entendimento estas diferenciações ajudam a nos fazer entender no propósito deste trabalho. Assim, queremos descobrir na nossa pesquisa quais das *comidas* que preservam a memória gastronômica dos imigrantes alemães que ainda são *tradicionais* entre os moradores de Nova Hartz.

D’Encarnação (2012, p.8) escreve que “Não se come só para sobreviver; come-se também para viver e, sobretudo, para conviver”, reforçando as questões culturais que envolvem o tema. A cozinha (ou as cozinhas) de um povo é uma construção sócio/cultural/histórica, não se dá naturalmente, mas vai sendo constituída dentro do grupo social estando, como elemento cultural que é, sempre sujeita a modificações, transformações, adaptações, esquecimentos, interferências, substituições

e permanências. Assim, e tendo como lócus de pesquisa o município de Nova Hartz, queríamos saber se mesmo submetida a todas estas situações a memória gastronômica dos imigrantes alemães ainda estava presente entre os novahartzenses.

Entendendo que é impossível identificar a cozinha de um povo através de um único prato por se tratar de uma referência cultural complexa, ao realizarmos a pesquisa sobre as comidas que são figurativas da gastronomia imigrante alemã em Nova Hartz e região optamos por uma listagem de 30 pratos que remetam tanto a esta gastronomia, como aos pratos emblemáticos³ que nos identificam como brasileiros e como gaúchos, no caso o arroz com feijão e o churrasco, respectivamente. Então, é no conjunto dos pratos listados que buscamos compreender o contexto da cultura alimentar dos moradores, é esse conjunto que nos dá condições de pensar numa tradição alimentar local. Alguns pratos foram escritos em português e no dialeto alemão para facilitar o entendimento especialmente para pessoas idosas, uma vez que muitos destes pratos em várias famílias são conhecidos somente pelo nome no dialeto Hunsrück⁴.

Além de assinalar quais das comidas listadas ainda fazem parte da sua alimentação, foram solicitadas as seguintes informações: idade,

³Para saber mais sobre comida emblemática ver MACIEL, Maria Eunice. A cozinha emblemática: a carne como “especialidade da casa, da região”. Primeras Jornadas de Patrimonio Gastronómico – La cocina como patrimonio (in) tangible. *Revista Temas de Patrimonio Cultural*. Buenos Aires, n. 6, 2002. p.219-240. Disponível em: <<http://www.buenosaires.gov.ar>>. Acesso em: 13 junho 2012 ;MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*. Dossiê Comida. Porto Alegre, v.2, n.4, 1996.

⁴A maioria dos alemães e seus descendentes que se instalaram na região, inclusive em Nova Hartz, vieram da Região do *Hunsrück*, sudoeste da Alemanha. Embora, quando da sua vinda ao Brasil, houvessem trazido consigo dialetos diferentes, este, por ser o grupo maior, acabou sobrepujando os demais. O uso do nome da região *Hunsrück* acabou se consagrando e sendo normalmente utilizada também para nominar o dialeto, mas a palavra *Hunsrückisch* seria a mais adequada para este fim.

sexo, bairro onde mora, se natural⁵ de Nova Hartz ou não. Se vindo de outra cidade, a quanto tempo, de que cidade e de que estado. Sentimos a necessidade de incorporar o nome da cidade de onde vieram para poder conhecer este público e entender adequadamente as adesões, modificações, adaptações, incorporações acontecidas nesta comunidade, o que acabou se confirmando como um elemento importante para compreensão dos resultados. A pesquisa foi aplicada a 524 pessoas do município. Tivemos a colaboração das escolas municipais e estaduais⁶ em que alunos de duas turmas de cada escola levaram a pesquisa para casa para que seus pais a respondessem. Também nos utilizamos das redes sociais, de e-mails e de colaboradores para que a pesquisa chegasse ao maior número possível de pessoas no tempo que dispúnhamos para realizá-la.

A faixa etária escolhida para a pesquisa foi de indivíduos com 15 anos ou mais. Esta idade foi estabelecida porque se entendeu que com ela o jovem já teria discernimento para responder as questões e nos interessava conhecer quais dos hábitos alimentares dos adultos e idosos fazem parte da sua alimentação e quais alimentos que integram a memória gastronômica dos imigrantes alemães que estão incluídos na sua alimentação.

Esta pesquisa nos trouxe informações importantíssimas e inéditas sobre a comunidade novahartzense e tornou possível tirar algumas conclusões que clarearam o entendimento acerca da alimentação no município, bem como outros elementos importantes como o período em que se deu o maior fluxo de imigrantes para o município e de onde eles vieram.

O público participante da pesquisa foi assim composto: 62% do sexo feminino; 49% com idade entre 30 e 50 anos; 68% dos entrevistados vieram de fora (gráfico 1) e entre estes 30% residem entre 11 e 20 anos na cidade, tendo também uma porcentagem considerável entre 21 e 30

⁵ No município de Nova Hartz não há hospitais. Neste caso, ser natural de Nova Hartz não estaria vinculado ao momento do nascimento, que obrigatoriamente será fora da cidade, mas ao fato de residir no município desde o nascimento.

⁶ O município não possui escolas particulares de ensino fundamental e médio.

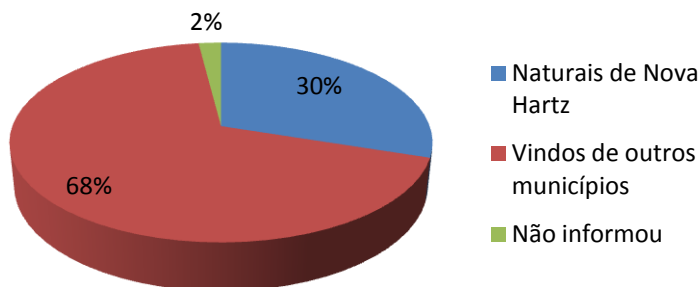
anos, conforme pode ser visto na tabela 1. Estes números são representativos da atratividade exercida pela cidade em função dos empregos disponibilizados na indústria calçadista, especialmente quando percebemos que cerca de 90% dos vindos de fora vieram a partir dos anos 80(XX), quando a indústria calçadista local atingeum pico de desenvolvimento. Não é de estranhar que no ano de 1987 o distrito de Picada Hartz se emancipe de Sapiranga e Parobé.

Tabela 1

<i>Tempo que mora em Nova Hartz</i>	<i>%</i>
Até 5 anos	17%
6 a 10 anos	13%
11 a 20 anos	30%
21 a 30 anos	26%
31 a 40 anos	7%
41 a 50 anos	2%
51 anos ou mais	0,2%
Não Informou	5%

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 1: Município de origem dos entrevistados



Fonte: Elaboração da autora

Uma questão que nos intrigava era saber se esta população vinda de fora trazia consigo alguns elementos culturais que se aproximassem dos encontrados em Nova Hartz. Para isso, analisamos as cidades de onde estas pessoas vieram e chegamos aos seguintes números: dos que migraram para o município nos anos 80 para cá, 46% deles vieram de cidades do noroeste do RS. Se formos pensar somente nos gaúchos (excetuando os catarinenses e paranaenses) veremos que a maioria dos

vindos de fora veio desta região. Filtrando ainda mais as informações, foi possível identificar que 52% dos municípios de onde vieram os de fora foram colonizados ou possuem núcleos de colonização alemã. Então podemos pensar que as tradições culturais vindas com a maioria destes imigrantes possuem muitas semelhanças com as encontradas por eles aqui e isso vai se refletir nos resultados da pesquisa feita. Naturalmente levamos em conta ao analisar os dados que em função do tempo em que residem em Nova Hartz muitas adaptações alimentares aconteceram. Da mesma forma que foram influenciados pelas tradições alimentares de Nova Hartz, influenciaram também, trazendo para o município muitas das suas tradições.

Passemos, então, à tabela com alguns dos resultados da pesquisa (tabela 2), destacando que nela estão listados todos os alimentos que constam na pesquisa feita. Ressaltamos que quando nos utilizamos aqui das expressões “daqui” e “de fora”, estamos usando um vocabulário muito corrente no município, em que os “daqui” são entendidos como aqueles moradores cujas famílias residem no município pelo menos desde o início do século XX e os “de fora”, aqueles cujas famílias ou eles próprios vieram de outras cidades do Rio Grande do Sul ou de outros Estados.

Tabela 2 – Porcentagem em que aparecem os alimentos listados na pesquisa

<i>Alimento</i>	<i>Daqui%</i>	<i>De fora %</i>	<i>Total%</i>
Aipim	93%	97%	96%
Torta de maçã (<i>Apfelstrudel</i>)	10%	09%	09%
Batata doce	79%	86%	84%
Batatinha refogada	83%	85%	84%
Beiju ⁷	22%	11%	14%
Bolacha caseira	82%	77%	78%

⁷ O beiju pode ser rapidamente descrito como uma espécie de “panqueca” feita com a massa da mandioca ralada e prensada. É comida que foi incorporada a alimentação dos imigrantes alemães na região, mas que é uma tradição alimentar indígena. É basicamente o que em alguns estados brasileiros é conhecido como tapioca.

Bolinho de aipim	49%	37%	40%
Bolinho de batata	61%	42%	47%
Carne de porco assada (<i>Schweinebraten</i>)	81%	81%	81%
Chucrute	36%	25%	28%
Churrasco	98%	97%	97%
Cuca	99%	97%	97%
Feijão com arroz	98%	97%	98%
Joelho de porco (<i>Eisbein</i>)	16%	17%	17%
<i>Käschmier</i>	39%	29%	32%
<i>Kless</i> (nhoque/preguiça de mulher)	55%	55%	55%
Lingüiça (<i>Wurst</i>)	91%	85%	87%
Maionese alemã ⁸	37%	25%	29%
Massa caseira (<i>Nudeln</i>)	88%	87%	87%
Morcela branca (<i>Kopfwurst</i>)	52%	51%	51%
Morcela de sangue (<i>Blutwurst</i>)	39%	35%	36%
Pão frito passado no ovo batido (<i>Eierbrot</i>)	61%	53%	55%
Pão de aipim	60%	49%	50%
Pão de farinha de milho	79%	73%	75%
Rosca de polvilho	71%	58%	62%
Schmier de ovo (<i>Eierschmier</i>)	22%	19%	19%
Sopa acompanhada de bolinho frito ou pastel	51%	42%	45%
Sopa de leite	22%	24%	23%
<i>Spritzbier</i> ⁹	38%	18%	24%
<i>Waffeln</i>	73%	58%	62%

Fonte: Elaboração da autora

A primeira conclusão possível de ser tirada ao analisar a tabela é que comidas tradicionais da gastronomia que os imigrantes alemães desenvolveram na região são também comidas tradicionais dos novahartzenses. Ou seja, apesar do grande número de moradores vindos de fora, é possível afirmar que a identidade étnica alemã está

⁸No dialeto Hunsrückchama-se *kartoffelsalat*. Trata-se de uma salada de batatas, cujo molho é feito da seguinte forma: frita-se cebola picadinha na banha. Junta-se um pouco de farinha de trigo, um pouco de farinha de mandioca e tempero verde (salsinha e cebolinha picadas). Este molho é misturado às batatas cortadas em rodela.

⁹Uma bebida caseira a base de suco de limão (às vezes era colocado abacaxi), açúcar e gengibre, tradicionalmente produzida e consumida pelos descendentes dos imigrantes alemães.

representada na gastronomia tradicional local. É possível afirmar ainda que a população de Nova Hartz tem uma alimentação que se divide entre a herança gastronômica alemã e o que foi acrescentado com o contato cultural.

Algumas comidas que podem ser entendidas como típicas em outros contextos, por sua singularidade e exotismo, ainda aparecem como tradicionais em nossa pesquisa, mesmo que em porcentagens menores. É o caso, por exemplo, do beiju, da torta de maçã (*Apfelstrudel*) e do Joelho de Porco (*Eisbein*). Apesar de estarem representados com um percentual baixo, entre 9 e 17%, ainda se fazem presente na mesa dos novahartzenses. Assim também podemos citar a maionese alemã, a *schmier* de ovo (*Eierschmier*) e o *spritzbier* com pequenas porcentagens, variando entre 19% e 24%. Todos estes pratos citados são bem emblemáticos da gastronomia dos imigrantes alemães na região e ainda são consumidos.

Destacamos ainda que algumas comidas expressivas da cozinha imigrante alemã vão aparecer com porcentagens mais significativas entre os “daqui” do que entre os “de fora”. Como exemplos, citamos: o *waffeln* é referido por 73% dos entrevistados “daqui” e por 58% dos de “fora” e o *spritzbier* por 38% dos “daqui” e por 18% dos “de fora”; o beiju é mencionado por 11% de moradores “de fora” e 22% dos “daqui”, ou seja, ele é tido como uma tradição alimentar pelo dobro de pessoas “daqui” em relação aos “de fora”. Ainda sobre ele, verificamos que 61% dos “de fora” que consomem o beiju vêm de cidades com núcleos de colonização alemã. A pergunta que não conseguimos responder nesta pesquisa foi se esse grupo de moradores “de fora” que aprecia o beiju e que veio de uma tradição cultural semelhante a encontrada em Nova Hartz já veio com esta tradição alimentar ou esta foi uma apropriação ocorrida já na cidade como aconteceu com os demais moradores vindos de fora, mas com uma tradição cultural ligada a outras etnias.

As demais comidas listadas na pesquisa também são presença forte na alimentação dos moradores e de acordo com relatos de donos de

restaurantes¹⁰, esses pratos que guardam uma memória gastronômica da imigração alemã extrapolam o espaço doméstico e são servidos em festas e comemorações. Faz parte da tradição em Nova Hartz que jantares/comemorações de casamento, aniversários e formaturas, por exemplo, tenham no seu cardápio a massa caseira, a batatinha refogada, o aipim cozido, a cuca, a carne de porco assada, sem deixar faltar o churrasco.

A cuca foi citada em 99% das entrevistas, nos indicando que ela é uma das comidas mais presente no município, sendo que seu menor índice, em relação à idade, aparece na faixa entre 15 e 20 anos. Ainda que não seja objetivo do presente artigo se debruçar sobre o tema da construção cultural do gosto e os elementos que incidem sobre ela, queremos registrar que este dado nos leva a refletir sobre as mudanças do gosto e maior vulnerabilidade dos jovens e crianças à propaganda voltada para os alimentos industrializados e globalizados¹¹.

¹⁰ Informações obtidas através de conversa informal com os proprietários de dois dos principais restaurantes de Nova Hartz, que servem *Buffet* em festas de aniversários, casamentos, formaturas, entre outros. São eles: Valério Carlos Prass e IriniPrass, proprietários do Foguinho Restaurante Grill e Paulo Becker, do Restaurante Becker. Ressaltamos que o senhor Valério C. Prass também serve comida “caseira” cotidianamente no seu restaurante, enquanto Paulo Becker atende o público em geral somente em finais de semana.

¹¹ Para saber mais sobre a construção cultural do gosto ver também CARNEIRO, Henrique S. Ingestões corporais e alterações sensoriais. In POSSAMAI, Ana Maria De Paris; PECCINI, Rosana (Org.). *Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores*. Caxias do Sul: Educs, 2011. P. 9 a 18; GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. *Cozinhando a tradição: festa, cultura e história no litoral paranaense*. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná, CURITIBA, 2008. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em 14.03.2012; MONTANARI, Massimo. *Comida como Cultura*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2008.

Para saber sobre as normas sociais que acabam por influenciar nos gostos, ver KATZ, Mónica. Comer: práctica individual, práctica social. In KATZ, Mónica; AGUIRRE, Patricia; BRUERA, Matías. *Comer: puentes entre la alimentación y la cultura*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2010. p. 63- 109

A linguiça que é citada por 97% dos entrevistados, vai formar com a cuca uma das combinações (imagem 2) alimentares mais consumidas e que mais remetem ao imaginário popular ao “ser alemão”. Note-se na tabela 2 que as porcentagens em que tanto a cuca quanto a linguiça são citadas diferem muito pouco entre os “daqui” e os “de fora”.

Imagem 2: cuca com linguiça



Fonte: foto da autora

O feijão com arroz e churrasco também merecem destaque nesta análise. O churrasco foi citado por 97% dos entrevistados e o feijão com arroz por 98%, índices praticamente iguais aos da cuca e da linguiça. Estas duas comidas que são emblemáticas, que referenciam o que é, na alimentação, o “ser gaúcho” e “ser brasileiro”, respectivamente, nos levam a afirmar que as comidas foram sendo incorporadas à tradição alimentar dos descendentes de imigrantes alemães, e que mesmo mantendo hábitos alimentares que foram sendo forjados dentro do seu grupo cultural estão abertos a influências externas. Ou seja, através da alimentação é possível identificar e afirmar que nos vinculamos a múltiplas identidades o que nos leva ao sentimento de pertença ao local, regional e nacional. Dito de outra forma, em “terra de alemão” da mesma forma que se come chucrute e waffeln também se come churrasco e arroz com feijão, e isso não faz com que os moradores de Nova Hartz [e da região] se sintam menos brasileiros, menos gaúchos ou menos teuto-brasileiros.

O feijão com arroz, inclusive, está tão incorporado a alimentação dos moradores desta região de colonização alemã, que por vezes é entendido como “comida alemã”. Uma pesquisa no município de Igrejinha [município de colonização alemã], realizada por Kelly Raquel Schmidt (2012) para sua dissertação de mestrado, traz como um dado interessante o fato de muitos dos seus entrevistados ao serem perguntados sobre comidas da infância dizem que comiam *comidas alemãs* como batata, carne de porco, *feijão e arroz*, entre outros. Então, é importante destacar que as comunidades de colonização alemã se alimentam não somente de comidas que tradicionalmente [ou deveria dizer tipicamente?] os representam gastronomicamente, mas vão incorporando outros elementos da cultura alimentar dos diferentes grupos com os quais vão entrando em contato, num processo que é inerente à cultura de incorporações, de adaptações, de mudanças, transformações.

Esta pesquisa, então, aponta para uma alimentação híbrida em Nova Hartz, e entendo poder afirmar o mesmo para toda a região de colonização alemã no Estado. Montanari (2009, p.17) escreve que “(...) as identidades culturais são tanto mais fortes quanto mais ‘abertas’ estão para o exterior e inseridas em vastos percursos de permuta, cruzamento e contaminação.” Então esta identidade gastronômica construída pelos imigrantes alemães no Estado conseguiu continuar sendo tão marcante porque aberta às influências exteriores. O hibridismo pode ser identificado através de vários elementos. Como exemplos, podemos citar um alimento bastante diferenciado como o beiju e um mais “comum” como pão de milho.

Quando os alemães chegaram à região se depararam com tradições alimentares diferentes daquelas que tinham na terra natal. Os portugueses e os africanos já haviam aprendido com os índios a utilizar a mandioca e o milho. Na chegada dos imigrantes, os portugueses já se utilizavam da tecnologia das azenhas [aqui conhecidas como atafonas] e dos moinhos para a produção da farinha de mandioca e de milho. Estes alimentos, então passaram a fazer parte do cardápio dos novos moradores de uma forma tão intensa que se tornaram tradições alimentares suas e dos descendentes: o beiju, que é uma comida tradicional dos índios e que usa a tecnologia portuguesa [para ralar mandioca e prensar a massa para retirada do excedente de água, proporcionando também a extração do polvilho], é consumido até os dias de hoje entre os moradores. A pesquisa

nos indicou que 22% dos “daqui” e 11% dos “de fora” ainda o consomem.

A relativamente baixa porcentagem de consumo do beiju pode ser explicada por diversos fatores que estão ligados tanto a dinâmica cultural quanto a fatores relacionados a economia. Deste, destaco o fato de não haver em Nova Hartz mais nenhuma atafona em funcionamento. Era nas atafonas que os moradores buscavam a “massa” da mandioca ralada e prensada para fazer os seus beijus. Sem esta possibilidade, o costume vai caindo em desuso e o saber fazer também vai se perdendo. Norbert Elias (1994, p.26 e 27) nos diz que as tradições alimentares somente vão continuar passando de geração para geração enquanto tiverem significado para aquele grupo, mesmo que o significado seja de memória. Quando deixa de ter significado, é uma tradição que vai “morrer”. Quando, porém, “(...) adormecem (...) [e] adquirem um novo valor existencial (...)” em função de outra situação, como o turismo ou o perigo do desaparecimento enquanto referencial de memória, serão lembrados e passarão ou voltarão a fazer parte do cotidiano do grupo. No município de Nova Hartz a única pessoa que ainda faz beiju é a senhora Rosimere Henkel, que é nora de um dos últimos tafoneiros do lugar. Então, pensando no que nos diz Elias e identificando que este processo de transmissão do saber fazer tanto das farinhadas que geravam como subproduto a “massa” para o beiju, quanto o da sua própria feitura, não está acontecendo, as questões que nos vem em mente são: estaria esta tradicional iguaria a caminho de se tornar uma comida típica? Poderia ele, identificando-se o risco da perda, voltar de maneira mais efetiva ao cotidiano do grupo? O fato da vinda maciça de moradores “de fora” estaria contribuindo para perda de significado do beiju? São perguntas que não conseguimos responder neste artigo, mas que se converte num instigante tema de pesquisa.

Já o pão de milho é entendido por nós como uma adaptação do possível. O pão é uma comida que faz parte do imaginário quando o assunto é saciar a fome. É então uma comida consumida praticamente no mundo todo, ainda que feito das mais variadas formas de acordo com o grupo cultural onde está inserido. Os imigrantes alemães, em sua terra natal, têm no pão um dos principais gêneros alimentícios. Quando vêm para o Brasil, na falta dos cereais costumeiramente utilizados, como o centeio, por exemplo, [o trigo em geral não era uma possibilidade nem lá

e nem aqui, em função do preço] vai valer-se do que tem à mão: a farinha de milho. Como afirma Montanari (2008, p.178) o uso de alimentos novos é facilitado ao ser empregado em comidas já conhecidas, ao conseguir “(...) sujeitá-la ao uso tradicional”, ao poder utilizar o que tinham trazido de conhecimento na bagagem num mundo cheio de novas informações.

Os resultados desta pesquisa, ainda que realizada num único município, nos aponta o entendimento desta temática num âmbito mais alargado, podendo ser aplicados em outros municípios com uma realidade sócio, econômica e cultural semelhantes, de forma especial na região de colonização do Rio Grande do Sul.

Referências

ARON, Jean-Paul. A cozinha. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves Editora, 1976.p. 160-185

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a.

D’ENCARNAÇÃO, José. Cidade, gastronomia e patrimônio. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.7, jul./dez., 2012. Disponível em <www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede> Acesso em 12 jan 2013.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

MONTANARI, Massimo. A cozinha, lugar de identidade e das trocas. In _____. (Org.). *O mundo na cozinha: história, identidade, trocas*. São Paulo: Estação Liberdade: SENAC, 2009.

SCHMIDT, Kelly Raquel. *Tradição e (re)invenção da tradição: a Ocktoberfest de Igrejinha /RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

A DANÇA E A RELIGIÃO SOB O OLHAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Vilmar Antonio Otto*

A informação atualmente circula com muita agilidade, está exposta em muitos meios de comunicação e, portanto torna-se acessível à maior parte da população. Inerente a estas múltiplas formas de comunicação, circulam informações de todas as áreas, de todos os conhecimentos, de todos os interesses, como corolário, as informações tornam-se globalizadas. “De tudo um pouco se sabe!”. Desta forma, o patrimônio cultural também se faz conhecer um pouco mais.

Contudo, antes de falar de patrimônio cultural, imaterial ou não, é pertinente entender o atual regime de historicidade, pois este, permitirá compreender ainda a difusão do patrimônio cultural nos dias de hoje, este regime, o historiador François Hartog (2006) chama de presentismo, período em que se vivencia uma aceleração do tempo, em que o aglomerado de informações nos faz questionar em que tempo vivemos e/ou ainda se o futuro nos será melhor.

Para exemplificar tal posicionamento, menciona-se o recente caso do jogador de futebol Daniel Alves, quando o mesmo, em uma cobrança de escanteio no jogo do Barcelona *versus* Villarreal (Campeonato Espanhol de 2014), ingere a banana atirada por um torcedor, uma exposição de racismo sob o discurso modernista de inferioridade, ato que foi midiaticado internacionalmente em questão de minutos, interrogando a todos se, ou quando, o racismo será erradicado. Por este, entre outros inúmeros acontecimentos, seguindo ainda a visão de Hartog, vivemos o

* Graduado em Educação Física – Licenciatura. Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

medo do futuro, e como um corolário, uma compulsão pelo passado, pela memória, pelo patrimônio, dar-se aqui a importância de compreender o regime de historicidade atual quando se discute patrimônio cultural.

Acredita-se que esta compulsão pelo passado, explica o *boom* da memória na contemporaneidade, uma explosão que leva a profusa necessidade da patrimonialização, ocorrência que o professor alemão Andreas Huyssen (2000) exprime quando fala do passado-presente – o que Hartog chama de presentismo – confirmando que a contemporaneidade possui um desejo exacerbado pelo passado, “É como se o objetivo fosse conseguir a recordação total” (HUYSEN, 2000, p.15), buscando frear a aceleração do tempo compensando um sentido de mundo social, já que o presente desperta a sensação de ameaça e insegurança, e o futuro não nos inspira confiança. Logo, este presentismo que partilhamos é um campo fértil para se plantar e colher os patrimônios culturais.

O medo de perder o que temos, inclui-se nossa lembrança, nossa memória, nossa história, nos faz querer ter e preservar mais e mais os patrimônios que nos identificam. A pesquisa que gere este artigo, embora seja apenas uma análise do estado da arte, é reflexo deste presentismo que discursa diariamente o patrimônio cultural

O imaterial

Na primeira guerra mundial, assim como na segunda, as perdas culturais foram tantas, que as reações em busca da preservação do patrimônio e salvaguarda das memórias explodem apoiando juridicamente a construção das leis que caracterizam, preservam e fiscalizam os patrimônios culturais.

Em novembro de 1937, aprova-se o decreto-lei nº 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e por diante, inúmeras outras ferramentas legais foram sendo aprovadas a fim de preservar as memórias e histórias que uma sociedade tem para com o bem patrimonializado, contudo, até o ano de 2000, toda a legislação tem vista ao Patrimônio de pedra e cal, o material, o tangível.

É somente em agosto de 2000, que se aprova, através do decreto nº 3.551/2000, instituindo o registro de bem cultural de natureza

imaterial, registrando como patrimônio imaterial os saberes, as celebrações, as formas de expressão, e os lugares. (BRASIL, Decreto nº 3.551/2000)

Quanto a este decreto, Maria Cecília Londres Fonseca entende que existem três consequências quando a visão de patrimônio ultrapassa as edificações e peças depositadas em museus, documentos guardados em bibliotecas e arquivos, e inclui as interpretações musicais e cênicas, lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas. Em primeiro lugar a diluição das dicotomias que costumam permear as políticas culturais: produção versus preservação, presente versus passado, processo versus produto, popular versus erudito. Em segundo lugar a superação da concepção de patrimônio imaterial como sinônimo de folclore e/ou cultura popular. E por fim, a abertura de espaço a grupos e nações de tradição não europeia às políticas de patrimônio cultural.

Logo, a preservação da memória referente aos saberes, celebrações, formas de expressões e lugares, sob estas consequências preconizadas por Fonseca, apresenta uma série de efeitos:

- 1) Aproxima o patrimônio da produção cultural, passada e presente;
- 2) Viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais [...] dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio;
- 3) Cria melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do “direito à memória” como parte dos “direitos culturais” de toda a sociedade brasileira;
- 4) Contribui para que a inserção, em novos sistemas, (...) aconteça sem o comprometimento dos valores que distinguem este bens e lhes dão sentido particular. (FONSECA, 2003, p. 70).

Tais efeitos vêm profusamente sendo constatado, no campo do patrimônio cultural, inúmeras pesquisas estão sendo realizada com a finalidade de patrimonializar bens que carregam saberes, memórias, histórias que identificam a sociedade, permitindo além da situabilidade na história, compreendê-la na sua evolução, é o caso da dança e da religião.

A dança

Registrar algo na contemporaneidade tendo a grande quantidade de materiais físicos, eletrônicos, tecnológicos criados para esta finalidade é algo de tão grande facilidade que se torna uma prática extremamente simples, contudo, pensando em uma época em que nem mesmo escrita havia, lápis ou papel, como registrar o que acontece?

O homem pré-histórico parece encontrar na arte rupestre nas manifestações rupestres a possibilidade para registrar fatos do seu cotidiano, desenhando nas paredes das cavernas suas primeiras atividades, como locomoção, caça, dança, entre outros, embora estas imagens não tenham sido criadas como produção de arte, de ciência, é através delas que se tem conhecimento do homem pré-histórico.

Não é difícil compreender que o andar, o saltar, o correr, são movimentos naturais do ser humano, bem como o caçar, atividade necessária a sua sobrevivência, contudo, questiona-se: por que registrara o homem seus movimentos de dança? Qual o significado atribuído? Mais do que responder este questionamento é importante compreender a dança como uma atividade inerente ao ser humano, pois o acompanha desde a pré-história até os dias atuais, contando sua história, sua cultura, seu cotidiano.

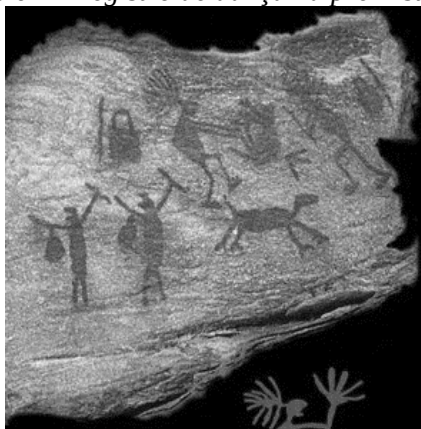
Buscando responder os questionamentos mencionados, os autores Sabino e Lody (2011), quando defendem a ideia de que a dança surgiu em torno do fogo, o que garantiu ao homem um poder social e divino sendo até hoje é um elemento de relação com os deuses, também dizem que:

As danças de roda, coreografias de formação circular em torno das fogueiras, são lembranças arcaicas e fundamentais sobre a relação entre corpo que dança e o espírito que elabora, simboliza, interpreta e cria novos temas, novos registros que atualizam o elo fogo-homem (SABINO e LODY, 2011, p.20).

Depreende-se da obra de Sabino e Lody (2011) que a dança é uma prática de ligação entre o homem, a natureza e o divino, sendo o fogo um elemento simbólico neste processo. Compreende-se a dança “pré-histórica” como uma dança “cultural” (de culto), pois sua prática é associada ao contato do homem com seus deuses.

Bourcier (2011) quando data o surgimento da dança, afirma que o primeiro dançarino tem mais de 14.000 anos, “o neolítico inventa a dança ritual”, e assim, sob o conceito de ritualidade, a dança é concebida como um presente de Deus para alegrar o seu povo, bem como uma forma de manter o contato entre o homem e o Divino, embora se tenha registro de dança agrária, dança educativa... a prática da dança sempre manteve o vínculo com o religioso, desde a Pré-história até a Idade Média.

Foto 01 – Registro de dança na pré-história



Fonte: Roger Dance (Mundo da dança, 2014)

A dessacralização da dança

Contudo, chegada a Idade Média, a Igreja inicia o processo de proibição das danças dentro de suas dependências, objetivando a desintegração da dança à liturgia católica. Pois,

A dança na Idade Média era uma herança popular que nunca deixou de ser suspeita para as autoridades eclesiásticas. É também verdade que, por manifestar a espontaneidade individualista, a dança não se enquadra de forma nenhuma nos cânones (BOURCIER, 2011, p. 46).

E como corolário desta prática preconizada pela Igreja,

Podemos constatar que, desta forma, a Idade Média realizou uma ruptura brutal na evolução da coreografia, normal em todas as culturas precedentes: nas culturas da alta Antiguidade, a dança é

sagrada, numa segunda fase, transformar-se-á em rito tribal totêmico; somente no final da evolução ela se tornará matéria para espetáculos, matéria de divertimento (BOURCIER, 2011, p. 51).

Caminada (1999) quando fala da história da dança também na Idade Média, aponta que “O século VIII já assinalava, segundo alguns autores, o aparecimento da dança que se tornaria a mais popular até o surgimento do ballet e que lhe serviria de base, a ‘morisca’. A denominação ‘morisco’, em princípio, significava um mouro que se convertera ao catolicismo”. Contudo, tal morisca seria também um ritmo do novo conceito de dança, pois surge no século XIII a dança espetáculo, segundo Bourcier (2011), uma dança de máscaras e disfarces, sendo dançada também ao som da “mourisca”. Começara então, neste período, a dessacralização da dança... por conseguinte, após a dança espetáculo, surge o balé de corte, processo que confirma esta dessacralização, e que também nos afirma Sabino e Lody quando discorre sobre a dança no Brasil Colônia (2011 p. 24) “A dança se desvincula da liturgia e das danças populares mais tradicionais para dar lugar às formas mais domesticáveis, codificadas e internacionalizadas, iniciando-se assim a globalização do balé”.

Ao surgir o Balé de corte, uma dança em que seus passos são detalhados, sua coreografia é sistematizada, e suas formas geometrizadas, começam então a despontar professores e profissionais de dança, os quais nos anos seguintes eliminam completamente os amadores dos palcos, período em que o fim do balé de corte está próximo. Contudo, o desenvolvimento da técnica do balé e de seus bailarinos continua, o homem que assume esta responsabilidade chama-se Charles Louis Pierre de Beauchamp, grande dançarino que define as cinco posições básicas do balé. E a partir deste momento, o balé torna-se clássico.

Foto 02 – Posições básicas do balé, por Beauchamp.



Foto: Bethany (Ballet Technique, 2014)

Foucault (2000), quando discursa sobre a *epistémê* clássica afirma que o modo de configuração do saber, até século XVIII, caracteriza-se como a idade da representação, regida pela ordem e pela medida; o que nos permite compreender o surgimento das taxonomias, das classificações, das representações, e se a dança, assim como a literatura, artes, entre outros, são linguagem do saber, e o saber neste momento é essencialmente clássico, a dança não se caracteriza de forma diferente, segue o mesmo conceito clássico das artes, onde se apresenta harmonia, serenidade, equilíbrio. Seus passos são classificados, a dança passa a ser métrica, regrada, sua execução deve apresentar uma estética perfeita, o bailarino deve ser forte, porém, leve, sereno. Nota-se aqui, que o corpo que dança é esculpido, a dança já não é mais posta a todos, logo o sentido de sagrado que a dança possuía, se desvincula da prática. Este estilo clássico de balé percorre um longo período de tempo sem alterações, sendo a partir do século XVIII, já final da idade moderna, que o balé até então apresentado vem ser questionado. Jean Georges Noverre, um dos maiores bailarinos da história da dança foi um dos responsáveis por tais questionamentos, pois defendia que o balé devesse apresentar ação, interpretação, perder as máscaras, os trajes imobilizantes, algo que vem a ocorrer e libertar o bailarino possibilitando uma pluralidade de movimentos.

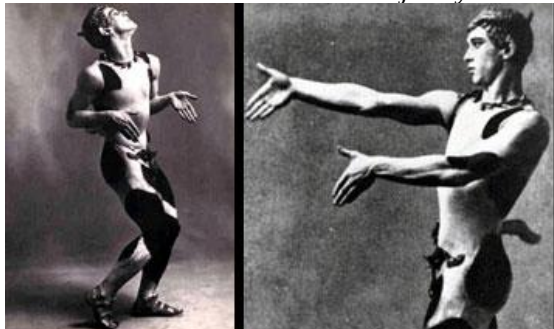
Jean-Georges Noverre (...) pode ser considerado com justiça o reformador da dança. Se teve, como é normal, predecessores, tanto no plano teórico quanto no das realizações, foi ele quem reuniu as noções sobre o “balé de ação” num corpo doutrinário claro, diretamente assimilável pelos dançarinos; foi ele quem examinou os meios técnicos para uma reforma da dança; finalmente, foi ele quem impôs as novas ideias através de suas numerosas e célebres obras. (BOURCIER, 2011, p. 165).

Somando forças a esta transformação da dança, enquanto se vivencia o período romântico do balé em que o foco era a expressão dos sentimentos pessoais, o bailarino Vaclav Formic Nijinsky, outro inesquecível dançarino, coreografa uma dança que rompe com as estruturas até então determinadas, assim nos afirma Andrade (2014, p.2),

O Balé Romântico foi um marco na história da Dança por colocar as bailarinas em papéis principais em que dramaticidade e virtuosidade dos movimentos eram características que encantavam

o público burguês e cristão da época iluminista. A dança de Nijinsky propõe novos signos contrários a essa lógica.

Foto 03 – Vaclav Formic Nijinsky



Fonte: HONIG (Ballet, Dancing with history, 2014)

Inicia neste momento uma nova modalidade de dança, a qual grandes nomes contribuem para este desenvolvimento, Delsarte, Duncan, Laban... inicia-se a dança moderna.

A secularização da dança

O dança moderna é quase uma ruptura da história da dança, pois reformula as técnicas até então utilizadas. Retomando as *epistémês* de Foucault, contudo, agora a episteme moderna, ele nos diz que tal *epistémê* “constituiu o modo de ser singular do homem e a possibilidade de conhecê-lo empiricamente” (2000, p. 412), o homem surge como objeto e sujeito, caracterizando a idade do homem, e como reflexo desta *epistémê* na dança moderna, surge a liberdade dos movimentos, o natural: andar, correr, rolar, são movimentos possíveis a quaisquer coreografias. Neste momento, ganham força e amplitude as danças populares, tradicionais, livres...

Contudo, a transformação da dança vai além do moderno, pois surge a dança contemporânea, vindo questionar o sentido da leitura atribuído pelo telespectador, não mais lhe é apresentado um roteiro, mas sim uma coreografia rizomática. Se para Deleuze e Guattari (1995) um rizoma conceitua-se de tal forma que pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo, sua estrutura se separa ou se atravessa podendo romper-se significativamente, bem como não se justifica por nenhum modelo

estrutural ou gerativo; assim vem ser a dança contemporânea, a qual coreograficamente não apresenta necessariamente um começo, um meio, um fim, não apresenta um objetivo específico, pelo contrário, sua intenção é provocar inúmeras sensações, é possibilitar várias interpretações, é apresentar uma conjunção: e, e, e; e jamais uma definição única, específica.

Foto 04 – Dança contemporânea



Fonte: Colband (Cia Quasar, 2014).

Para isso, a dança contemporânea aparentemente rompe com a métrica até então estabelecida, qualquer expressão é possível, não há o proibido, o não permitido. Embora a métrica ainda presencie a coreografia – pois se respeita os tempos da música, o espaço, a iluminação – não há mais a métrica no movimento, no ângulo, na elevação, no salto... a métrica não está mais no corpo do bailarino. Se na Filosofia Contemporânea o niilismo se faz presente, apresentando um vazio existencial, na dança não é muito diferente, aqui, o vazio também se coreografa, pois o que conceitua a obra apresentada é a subjetividade do indivíduo, do telespectador, o qual aqui é provocado, indagado, convidado à coreografia.

Eis então a trajetória da dança, dessacralizada pela própria Igreja e com a origem do balé, sendo secularizada na transformação deste junto ao surgimento da dança moderna e da dança contemporânea. Se a modernidade tratou de tudo classificar e a contemporaneidade secularizar os processos, temos agora o balé, tanto o romântico quanto o neoclássico, temos a dança moderna, com as tradicionais, folclóricas, livres... E temos a dança contemporânea, todas, taxonomias, caracterizando uma

modalidade, mais uma ou apenas, uma coreografia. Seu sentido inicial, ritualístico/religioso, acabou se esmaecendo na própria historicidade.

Analisando o estado da arte acerca da dança, depreendem-se inúmeros valores que esta atividade oportuniza a quem praticá-la, encontramos na literatura o valor físico, quando desenvolve as habilidades motoras, melhora as funções circulatórias, respiratórias, colabora com a agilidade, flexibilidade e fortalecimento muscular; o valor social, quando permite ao indivíduo a integração, cooperação, inclusão em um espaço de relações pessoais; a valor mental, quando trabalha a atenção, percepção, imaginação, raciocínio; o valor cultural, quando permite conhecer e aceitar novas culturas; e além destes, cita-se os valores recreativo e terapêutico, quando a dança alivia o stress, causa prazer e diversão. Contudo, raramente se encontra a menção dos valores ritualísticos, religiosos que a dança têm, algo que confirma esta secularização que sofre a dança, pois o pensamento contemporâneo parece não mais conceber a dança inerente à prática da religiosidade.

Há que se mencionar que na atualidade, a dança adentra novamente os espaços religiosos que por tempos não permitiram tal prática, pois vemos festivais de danças sacras, manifestações de jovens em grupos religiosos que apresentam a dança como uma nova linguagem da Igreja, contudo, das danças observadas dentro destas instituições religiosas, a prática da dança está separada da pregação, do culto, do contato com o Deus, a dança está como uma atividade cultural, uma apresentação atrativa. Às religiões que sempre veem e praticam a dança como parte do processo ritual, a contemporaneidade vos oportuniza grandes estudos e publicações acerca desta prática, uma vez que, tanto a dança como a religião são saberes que constitui o patrimônio imaterial tão difundido atualmente.

Considerações finais

A comunicação está posta de tal forma, ágil e eficiente, que instantaneamente circulam informações de todas as áreas, de todos os conhecimentos, de todos os interesses. Desta forma, o patrimônio cultural, vivenciando o presentismo de Hartog, vem sendo amplamente difundido, e por consequência, inúmeros estudos acerca da patrimonialização vêm sendo publicado.

É através desta patrimonialização que muitas memórias, histórias, saberes e valores são resgatados e preservados, e quando analisamos este patrimônio cultural sob o ponto de vista histórico, observando sua origem e suas transformações, podemos compreender processos de secularização que estão postos na contemporaneidade sem o questionamento da sociedade.

Atentando-nos à insegurança apontada por Huyssen quando fala do passado-presente e que vivemos, é possível deduzir que tal insegurança na sociedade contemporânea pode ser resposta a processos de secularização, sendo necessário revisitar o passado para compreender tais intervenções e no presente rever as atitudes que comprometem nossa segurança.

Quando se aborda a dança através de sua secularização, é possível compreender, por exemplo, o preconceito que muitos praticantes sofrem, pois se a dança não é divina, quem o pratica é mundano, é impuro, “não é de Deus”, discurso preconceituoso ainda presente, pois se constata inúmeras agressões a praticantes de diversos cultos afro-brasileiros.

Logo, conclui-se que a secularização da dança, através de discursos religiosos, como o da Igreja Cristã quando desvincula a dança da liturgia, faz com que outras religiões, adeptas à prática da dança durante o ritual, se esmaçam na história, e quando não, julgadas insanamente, tendo sua cultura, a sua história, o seu povo, seus direitos, menosprezados, agredidos e violados.

E isto, reforça a positividade do patrimônio cultural intangível, pois permite difundir valores culturais de outros povos, identificar novos saberes, compreender diversas manifestações, respeitar as inúmeras formas de expressão etc.

Referência

ANDRADE, Beatriz Campos de. *A dança contemporânea no tempo*. Disponível em <<http://www.gpef.fe.usp.br>>. Acesso em 19 de jul. de 2014.

BETHANY. *Ballet Technique*. Disponível em <<http://4stylesofdance.blogspot.com.br>>. Acesso em 14 de set. de 2014)

BOUCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Decreto-lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

CAMINADA, Eliana. *História da Dança: Evolução Cultural*. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

COLBAND. *Cia Quasar*. Disponível em <<http://cultural.colband.net.br>>. Acesso em 14 de set. de 2014)

DANCE, Roger. *História da Dança – Parte I*. Mundo da dança. Disponível em <<http://mundodadanca1.blogspot.com>>. Acesso em 14 de set. de 2014)

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. v 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres; org. *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. Para Além da Pedra e Cal: Por uma Concepção Ampla de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARTOG; François. Tempo e Patrimônio. Tradução de José Carlos Reis/Departamento de História/UFGM. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HONIG, Catherine Conway. *Ballet, Dancing with history*. Disponível em <<http://www.scene4.com>>. Acesso em 14 de set. de 2014)

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos Pela Memória, Arquitetura, Monumento, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

SABINO, Jorge; LODY, Raul. *Danças de Matriz Africana: Antropologia do Movimento*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

CAPÍTULO II – RELIGIÃO E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

AS CASINHAS DOS SANTOS NA BEIRA DAS ESTRADAS: OS CAPITÉIS COMO ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA COLÔNIA BOA ESPERANÇA

Aline Nandi*

Daniel Luciano Gevehr**

Resumo: Esta pesquisa se propõe a discutir o processo de construção e significação que envolve os capitéis (pequenos oratórios) construídos nas margens das estradas entre 1945 e 1960 por imigrantes italianos e seus descendentes na localidade de Boa Esperança, localizada no município de Rolante (RS). O objetivo central do estudo é fazer um levantamento dos capitéis e sua constituição, bem como discutir o contexto e as motivações que levaram a essas construções nessa comunidade ítalo-riograndense. A pesquisa concentrou-se, numa primeira fase, na coleta de dados e de registros orais a partir da memória de pessoas da própria comunidade. Com isso, fez-se uso de relatos orais e de um questionário semi-estruturado, para que a partir desses depoimentos iniciássemos as análises, buscando assim compreender os diferentes significados que esses capitéis têm para a comunidade. Analisamos também a relação desses capitéis com as noções de identidade, religiosidade e etnicidade, presentes no contexto da Colônia Boa Esperança, que atualmente desenvolve um projeto turístico conhecido como Caminho das Pipas.

Palavras-chave: Capitéis, Imigração Italiana, Religiosidade.

Considerações iniciais

O objetivo da pesquisa é discutir o processo de construção e significação que envolve os capitéis (pequenos oratórios) construídos entre 1945 e 1960 nas margens das estradas da *Colônia Boa Esperança* – localizada no município de Rolante/RS. Buscaremos através deste estudo

* Graduada em História, mestranda no PPGDR (FACCAT), Bolsista Capes.

** Doutor em História, professor PPGDR (FACCAT).

fazer um levantamento dos capitéis e compreender as relações que se estabelecem entre os moradores dessa comunidade- constituída inicialmente de imigrantes italianos e de seus descendentes- e os capitéis. Para tanto, nos propusemos em investigar o processo histórico que envolveu essas construções, sua função social na comunidade e os elementos de caráter religioso e identitário presentes nesses oratórios dispostos a margem das estradas que cortam a localidade.

Como forma de atingir os objetivos deste estudo, buscou-se a partir do mapa turístico do município visitar, fotografar e descrever as características de quatro capitéis construídos pela primeira geração dos imigrantes italianos que colonizaram a *Boa Esperança*, além de compreender através de relatos orais dos moradores da localidade as motivações que proporcionaram a construção destes monumentos.

A pesquisa justifica-se pela importância dos grupos colonizadores na preservação de elementos culturais pelas diferentes gerações como forma de evidenciar suas práticas e tradições, além da função social que estes espaços representam, apontamos a necessidade de difundir a história dos capitéis e de seus “construtores” para promoção do turismo, o cuidado com a manutenção destas construções, além da “sensação” de pertencimento de toda a comunidade rolantense a esse bem cultural.

Esta pesquisa fundamenta-se em registros fotográficos, análise bibliográfica, observação e entrevistas. Foi necessário percorrer o *Caminho das Pipas*, roteiro turístico na comunidade de Boa Esperança e identificar pessoas da comunidade que pudessem a partir da história oral apresentar relatos sobre a construção dos capitéis, suas representações, formas de manutenção e as práticas estabelecidas nestes espaços. Os lugares que percorremos nos fazem lembrar fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. (HALBWACHS, 2004).

Com o intuito de promover alternativas de agregação de renda a produção agrícola da localidade de Boa Esperança e minimizar o êxodo rural, no ano de 1995 os agricultores da comunidade em parceria com a Prefeitura Municipal de Rolante, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Emater iniciaram a formulação do *Caminho das Pipas* como um roteiro turístico. Localizado no 4º Distrito de Rolante o trajeto é composto por nove cantinas de produção de vinho e suco colonial artesanal, além de

uma casa de massas, um restaurante e uma pousada. O roteiro agrega ainda Cascata Três Quedas, espaços de comercialização de produtos coloniais em cada uma das cantinas e demais empreendimentos no *Caminho das Pipas*.

No município de Rolante foram construídos quatro capitéis na localidade de Boa Esperança. A construção dos capitéis teve início em 1945, com a primeira geração dos descendentes de imigrantes italianos indo aproximadamente até 1960. Esta primeira geração caracteriza-se por serem filhos dos primeiros imigrantes que fixaram residência primeiramente nas velhas colônias de imigração.

No período de construção dos capitéis, a comunidade já contava com uma igreja em honra a Nossa Senhora do Caravaggio, construída em madeira logo no início da colonização. A igreja em alvenaria veio a ser construída após a melhor estruturação financeira e organização social das famílias da localidade. A igreja foi transformada em paróquia que completou 70 anos no mês de maio de 2014.

Para celebrar as festividades de aniversário da paróquia foi organizada uma intensa programação religiosa e festiva, com reza de terços, celebrações do tríduo e uma grande missa que contou com a presença e celebração do Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, Dom Zeno Hastenteufel.

Em um ambiente de preparação para a festa local, no salão da comunidade com mais de 40 mulheres numa tarde de domingo, dividindo funções na produção dos *agnioline* – ingrediente de um dos principais pratos da culinária local- a sopa- e alguns homens que faziam uso do salão comunitário para o encontro tradicional do domingo com amigos e parentes da cidade, além dos jogos de carta e da companhia a suas esposas, realizamos a partir de um questionário semi-estruturado a busca de informações sobre a origem da construção dos capitéis, fatores que motivaram estas construções, usos destes espaços e suas representações.

A fabricação coletiva do *agnioline* é uma tradição na comunidade e tal responsabilidade é das mulheres. A tradição dos encontros e a forma de fabricação artesanal é passada de geração em geração, netas, mães e avós compartilham saberes, relembram fatos do passado e mantem viva à tradição da construção coletiva da festividade. Este fazer conjunto é

realizado anualmente no mês de junho em preparação a festa da padroeira, filhas e netas que não moram na localidade costumam estar no final de semana que antecede a festa na casa de seus familiares na Boa Esperança, a fim de participar deste momento.

Antes de continuarmos com a caracterização dos capitéis da Boa Esperança, precisamos conhecer melhor o cenário em que esse Patrimônio Cultural da comunidade se insere. A dinâmica que envolve a colonização das terras e o processo de organização política e social dessa comunidade nos permite melhor compreender como os oratórios construídos na margem das estradas da colônia representam aspectos da identidade étnica de seus moradores, ao mesmo tempo em que procuram *manter viva uma memória dos antepassados*.

A vinda dos imigrantes e a formação histórica de Rolante

Na segunda metade do século XIX deu-se início ao processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes europeus. Parte da economia regional concentrava-se na leva de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo, e foi dessa forma que moradores da região passaram a utilizar o caminho que tinha início em Viamão, passando por Rolante e seguindo até o território paulista. Os conhecidos tropeiros tinham Rolante em seu roteiro.

Mas foi, em 1882, que chegaram à Rolante, os primeiro colonizadores, vindos das colônias velhas, fixaram moradia em Alto Rolante hoje distrito de Rolante. As terras foram cedidas por uma empresa colonizadora a imigrantes alemães. Os ítalo-brasileiros chegaram na primeira década do Séc. XX, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras colônias.

Em 19 de abril de 1909, por designação do Governo da Província, Rolante passou a ser distrito. Logo passaram a chegar à localidade famílias húngaras, seguidas pelas suecas, polonesas, italianas e alemãs. Em algumas localidades estas novas famílias passam a dividir suas rotinas com os chamados “caboclos” que já estavam estabelecidos em algumas localidades. Era a lembrança da ocupação indígena, lusa e africana na região. Rolante pertencente originalmente a Santo Antônio da

Patrulha teve sua emancipação político administrativa, concedida em 28 de fevereiro de 1955. A cidade é conhecida como a “Capital Nacional da Cuca”, e também como a terra natal do cantor tradicionalista gaúcho Teixeira.

Atualmente Rolante faz parte do *Vale do Paranhana*, na Encosta Inferior da Serra Gaúcha, e desde 2010 integra a *Região Metropolitana de Porto Alegre*, estando ainda inserido na *Reserva da Biosfera de Mata Atlântica*. De acordo com o IBGE (2010), sua população total é de 19 493 habitantes. Tendo como principais atividades econômicas a indústria, os serviços e a agricultura, Rolante apresenta grande concentração de propriedades com atividades produtivas ligadas a agricultura familiar.

A Boa Esperança sendo o 4º Distrito de Rolante tem aproximadamente 80 famílias que residem ou possuem casas de “final de semana”, agregando assim uma economia promissora. Além das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade como forma de geração de renda para as famílias através da comercialização do milho, farinha, uva, vinho e demais insumos, a comunidade conta com diversas agroindústrias ligadas principalmente a produção de vinho e sucos.

As promessas aos santos e a construção dos capitéis na Colônia Boa Esperança

Realizando o roteiro do *Caminho das Pipas* na *Colônia de Boa Esperança* encontramos quatro capitéis, objeto central desta investigação. Os capitéis ou as *casinhas de santos a beira da estrada* foram construídos em terras particulares, nas vias que ligam a região colonial, próximos ao local de moradia da família que havia feito alguma promessa. Tendo sua “graça” alcançada, logo iniciavam a construção do espaço de oração, como forma de “pagamento” pela conquista do pedido.

Sobre os capitéis Costa (1976) aponta que se caracterizam pelo costume de construir pequenas ermidas ao longo dos caminhos, principalmente nas encruzilhadas, foi trazido da Itália.

Nos capitéis eram colocadas as imagens do santo de devoção da família, ao qual era destinado o pedido – promessa. A devoção aos santos é fruto da tradição familiar passada para cada geração, tendo em vista, ainda, que as famílias italianas

estabelecidas na localidade de Boa Esperança professavam a fé na Igreja Católica Apostólica Romana¹. A quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência.

Os descendentes dos imigrantes preservaram diferentes práticas e costumes religiosos trazidos da Itália e herdados de seus antepassados, agora repassados e (re)significados pelas novas gerações.

Assim seguindo Tedesco (2004 p. 232) “os idosos, sem haver deliberação, são encarregados de guardar as lembranças do passado dos grupos; (...) conservar objetos materiais importantes, promover cerimônias que representem os percursos vividos por eles e que sejam transmitidos aos “de hoje”.”

A construção dos capitéis está revestida de um universo religioso, no qual a materialização desses oratórios representava alguma “graça alcançada”, sendo compreendida pelos seus criadores como a “ouvir dos santos as suas preces” e “uma forma de manifestação divina.” Vale lembrar que esses imigrantes vinham de um contexto no qual na Itália, cada vila tinha seu santo padroeiro, venerado não tanto como modelo cristão de virtudes, mas principalmente como *protetor mágico* que auxiliava nos momentos de necessidades ou nas adversidades. (FOCHESATTO, 1977).

A religiosidade era tida como uma forma de vencer a saudade da terra de origem, os novos costumes, o refazer de suas vidas em terras distantes. A contemplação da promessa de um mundo novo com mais dignidade e com terras para produzir o suficiente para fazer fortuna estavam alicerçados na força da fé.

De acordo com Cocco (2008), a capela era o centro e o ponto principal do núcleo colonial. Além disso, se perpetuam nas

¹ A relação existente entre as identidades religiosas e as fronteiras étnicas – como é o nosso caso – é analisada por Gisele Chagas, em seu estudo sobre a comunidade muçulmana no Rio de Janeiro.

vilas e propriedades particulares, ao longo das estradas ou em encruzilhadas os *capitéis*, que testemunham a religiosidade e a frequência dos cultos familiares do italiano. Eram erigidos, muitas vezes, pelo fato de testemunho de uma graça alcançada ou dedicados para um santo da devoção.

Os capitéis construídos na *Colônia Boa Esperança* embora tenham suas histórias de construção relativamente semelhantes, apresentam particularidades, tendo em vista que cada um deles faz referência e devoção a um santo diferente e, principalmente, um *episódio* que motivou sua construção e justifica sua lembrança pelas gerações seguintes.

Capitel Santo Antônio

Tradicionalmente conhecido como “santo casamenteiro”, a construção do capitel de Santo Antônio, nada tem haver com a fama que o santo adquiriu pelo mundo. Construído em 1945 pela família de Celeste Boniatti, nas margens da estrada que liga a localidade de Boa Esperança a São Francisco de Paula, teve sua arquitetura original em madeira.

Figura 1 – Capitel Santo Antônio I



Fonte: Acervo da Autora

De acordo com depoimentos o que motivou Celeste Boniatti a fazer o capitel, foi um forte temporal que destruí a casa da família e outras casas da comunidade. Não havendo nenhum prejuízo a vida das pessoas de sua família e de outras pessoas da comunidade, o mesmo prometeu que após a reconstrução de sua casa, faria um capitel em devoção a Santo Antônio, para que o mesmo pudesse continuar protegendo a família.

No ato de sua inauguração ainda segundo moradores foi celebrada uma missa campal e festividades no local. Com o recurso das vendas e ofertas da festa, a comunidade comprou os bancos e as janelas da igreja da localidade. Anualmente no “dia de Santo Antônio”, em 13 de junho moradores se reúnem no local onde hoje há um capitel de alvenaria, para celebrar a reza o terço em devoção ao santo.

O capitel Santo Antônio, possui características arquitetônicas diferenciada dos demais capitéis que vamos apresentar. Seu espaço interno é reduzido, podendo desempenhar algum tipo de atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa.

Ainda em seu interior se encontra um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio, possivelmente a imagem original do primeiro capitel construído no mesmo local do atual conforme já descrito anteriormente. Neste altar também estão depositadas as imagens de Nossa Senhora Aparecida, Santo Expedito e outras três imagens.

A toalha que cobre o altar possui imagens relacionadas ao Sacramento da Comunhão, sendo o trigo a uva e a vela, pintados sobre o tecido. Tal adereço é substituído frequentemente pela família que esta responsável pelos cuidados aquele espaço. A porta é de ferro e possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel. A porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada a visitação e permanência na parte interna do mesmo.

O capitel Santo Antônio está identificado por uma placa de sinalização turística contendo o nome do santo homenageado naquele lugar.

Capitel Santa Bárbara

Devotada pelos católicos como a Santa *protetora das tempestades*, Santa Bárbara foi homenageada com a construção de um capitel na *Colônia Boa Esperança*. Segundo moradores, após uma tempestade que destruiu lavouras e danificou casas na comunidade, as famílias de Atílio Tauffer e Ceverino Scalcon, juntaram-se para realizar a construção em busca de proteção.

De acordo com relatos, desde a construção do capitel, nenhuma forte tempestade atingiu a comunidade, causando prejuízos às lavouras e aos demais bens das famílias, que tem como principal fonte de renda o trabalho na produção agrícola.

Com o término da construção do capitel, por volta do ano de 1945 uma grande missa foi celebrada e durante alguns anos o rito se repetiu. Porém com o passar dos anos e com a morte dos seus construtores, a tradição “foi se perdendo”. Nos últimos anos, têm sido realizada somente a reza do terço com ofertas e não mais a missa. O local passa constantemente por manutenções, garantindo assim sua conservação.

Figura 2 – Capitel Santa Bárbara



Fonte: Acervo da Autora

O Capitel Santa Bárbara está localizado as margens da estrada que dá acesso à localidade de Morro Grande, próximo ao Morro da Asa Delta, um dos principais pontos turísticos do município.

No seu interior encontramos um altar no qual está a imagem de Santa Bárbara disposta sobre um altar móvel decorado com tecidos, que é geralmente usado para as procissões realizadas na comunidade, onde moradores fazem uma espécie de caminhada com a Santa pelas ruas da localidade, em especial nos dias de celebrações religiosas no capitel.

No altar fixo ainda estão depositados um crucifixo, a imagem de São José e algumas flores artificiais. Em dias de festividades ou rezas de terço com a comunidade são colocadas ainda sobre o altar flores naturais, cultivadas pelos próprios moradores em homenagem a Santa.

A porta é em ferro e possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel. Como no capitel Santo Antônio a porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada para os cuidadores do capitel que moram nas proximidades do mesmo, visitação e permanência na parte interna do mesmo. Assim como nos demais, o capitel possui placa de sinaliza o turística em bom estado de conserva o contendo o nome da santa homenageada.

Capitel São Roque

O Santo *protetor dos animais* e de *algumas enfermidades*, também tem um capitel em sua devo o. Sua primeira constru o em madeira, foi feita por Domingos Bonniati, segundo relato de sua filha Vitória Valandro, a constru o foi finalizada por volta dos anos de 1950. Boniatti sofria há algum tempo, com feridas na perna que o impediam de realizar diversas atividades, foi então que ao recorrer a São Roque e tendo lhe “prometido” um espaço de encontro e ora o em suas terras, suas feridas foram “curadas”.

Figura 3 – Capitel São Roque



Fonte: Acervo da Autora

Ao cumprir sua promessa Boniatti, familiares e a comunidade celebram ali uma missa. Por alguns anos, no dia 16 de agosto, data em que é celebrado pela Igreja Católica o dia de São Roque, missas foram realizadas em homenagem ao Santo. Nos dias atuais moradores da comunidade reúnem-se no final da tarde no dia de São Roque, para a reza do terço e de forma particular alguns moradores, têm como hábito ir até o capitel para a reza do terço ou “pagamento” e ou cumprimento de alguma promessa em outros momentos do ano.

Segundo Vitória Valandro, “ali sempre rezávamos a missa, o terço e fazíamos festa, com churrasco e tudo, mas a mais de 30 anos não fizemos mais a festa. Celebramos a data de forma diferente, muitas famílias não trabalham neste dia e é feita a reza do terço.”(Informação Oral).

O capitel São Roque possui seu espaço interno também reduzido, podendo desempenhar alguma atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa. A pintura interna e externa está um pouco danificada e o acesso ao interior deste se dá, por meio de uma escada. Este é o único dos quatro capitéis que possui uma cruz na estrutura externa superior, destacando assim sua função religiosa.

Em seu interior se encontra um altar, no qual está à imagem de São Roque, Neste altar também estão depositadas as imagens de outros santos de devoção dos visitantes e/ou religiosos frequentadores do local.

A porta de entrada da *casinha do santo* também é de ferro a exemplo dos demais capitéis já apresentados, possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel e uma janelinha nas paredes esquerda e direita do capitel, porém em dias de muita umidade a visualização interior do capitel fica bastante prejudicada, tendo em vista que não há ventilação interna, a porta fica fechada sendo acessada apenas pela pessoa responsável pela conservação do mesmo.

Segundo moradores, a porta é aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada a visitação. No entorno do Capitel São Roque encontra-se vasta vegetação local- da qual se sobressai à imagem do capitel. O *oratório* também encontra-se identificado por uma placa de sinalização turística.

Capitel Santo Antônio II

Notamos que o capitel Santo Antônio, é um dos que apresenta maior necessidade de preservação. Seu espaço interno também é reduzido. A pintura interna e externa está um pouco danificada, uma das paredes é revestida com piso, assim como o chão.

Localizado na estrada que liga a comunidade de Boa Esperança ao Morro da Asa Delta- ponto turístico da comunidade de Morro Grande- encontramos poucas informações referentes a este capitel. De acordo com relato dos moradores o capitel foi construído por José A. Cambruzzi.

Figura 4 – Capitel Santo Antônio



Fonte: Acervo da Autora

Segundo a memória dos moradores, a construção foi motivada pelo fato de que muitos moradores da comunidade foram “indo embora” e a capela de madeira que existia nas proximidades teve de ser desmanchada em função da ação do tempo. Então para marcar a presença da igreja naquele local o senhor Cambruzzi construiu o capitel. Não existe neste capitel nenhum tipo de celebração comunitária organizada anualmente, e segundo relatos dos moradores a comunidade desconhece quem realiza o cuidado desse monumento.

Em seu interior encontra-se também um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio. Neste altar também estão depositados ainda dois pequenos vasos de flores artificiais.

A porta também é de ferro a exemplo dos demais capoteis já apresentados, possui vidros da parte superior. Não possui trancas e está sempre aberta e seus vidros estão quebrados assim como a fechadura.

O capitel não possui um cuidador e esta a margem da estrada de acesso a mais bela vista do município e o principal ponto turístico. Em seu entorno está a mata nativa e *pinus*.

Discursos e memórias: uma geração que “guarda” histórias

A constituição da identidade local e social não está ligada somente à religião católica, mas também a outras práticas sociais, mas aos costumes, hábitos familiares, o fazer das tradições que são preservadas e passadas de geração em geração, com elementos positivos para construção destas identidades bem como das memórias. A preocupação da comunidade em manter viva a memória dos antepassados que colonizaram a *Boa Esperança* e que foram responsáveis pela construção dos capitéis, passa, obrigatoriamente por um processo de atualização da memória, na qual a herança deixada pelos antepassados é resignificada pelas atuais gerações.

Além da preservação dos monumentos através da organização comunitária a comunidade busca através de registros fotográficos preservar a história dos antepassados e dos fatos sociais representativos da comunidade. Uma exposição fotográfica está colocada no salão comunitário com fotos e identificação das primeiras famílias que se estabeleceram na *Colônia Boa Esperança*, além de fotos dos descendentes dos primeiros colonos que realizam algum tipo de evento festivo social como: Bodas de Prata e Ouro.

No que tange o patrimônio os ritos do passado são preservados, além disso são “atualizados” dentro do novo contexto social, no qual as tradições locais, como nesse caso a religiosidade trazida pelos imigrantes, são exaltadas pelo grupo, que procura reproduzir a cultura religiosa herdada, ainda que essa sofra constantemente as transformações do contexto atual.

Elementos esses intrinsicamente presentes nas falas dos atuais moradores da Boa Esperança, que manifestam preocupação com a preservação dos capitéis. Tomamos como exemplo as manifestações de dois filhos dos construtores das *casinhas doe santos*, onde Avelino Rossi afirma que “hoje, cuido deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu.” (Informação verbal). Esta afirmação também é da filha de um dos idealizadores onde Vitória Valandro trás, “A tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

Na memória dos usos sociais dos locais de oração a beira da estrada os moradores guardam ainda relatos sobre os atos realizados. Segundo Vitória Valandro os capitéis eram pontos de encontro da comunidade, anualmente em cada capitel, além da missa eram realizadas festas para arrecadar recursos para a igreja e outras obras da comunidade, os capitéis realizavam assim uma função social. “Fazíamos grandes festas, vinha toda a comunidade, tinha churrasco e muitas coisas, hoje não se faz mais isso.” (Informação verbal).

Ressalta-se que os capitéis são preservados por moradores da comunidade ou familiares dos “construtores” com o dinheiro arrecadado anualmente como oferta nas celebrações anuais realizadas em cada um dos quatro capitéis da comunidade, no dia em que se celebra na Igreja Católica o santo que dá nome a cada capitel. Um deles foi reconstruído em alvenaria recentemente, por ter sua construção original de madeira, não mais resistido às ações do tempo. De acordo com a entrevistada Vitória Valandro “a comunidade se reúne sempre no dia do santo de cada capitel para rezar um terço e fazer uma coleta para que possa ser mantido este espaço. Algumas pessoas ficam responsáveis por cuidar e recebem algo por isso, em outros são os familiares de quem construiu que cuidam. O do meu pai (Capitel São Roque) pagamos outra pessoa para cuidar.” (Informação verbal).

Os capitéis são considerados patrimônio cultural. O termo patrimônio reflete a apropriação ou detenção de um bem, herança de alguém o de algum povo. É um conjunto de bem materiais ou imaterial que resguardam memórias. Segundo Feitosa e Silva (2011), os bens materiais e imateriais, são todos aqueles relacionados à memória e identidades e heranças de um povo ou nação e o patrimônio cultural material é todo aquele que pode ser visto e tocado.

Na *Colônia Boa Esperança*, no caso dos filhos e/ou familiares dos responsáveis pela construção dos capitéis, cuidar da conservação destes locais é manter viva a história e o desejo de entes que já partiram. Mas tiveram sua vida alicerçada na fé e na crença de que aqueles locais de oração traziam importantes benefícios para a vida das suas familiares e das demais famílias da comunidade.

Como traz os entrevistado Avelino Rossi, “Hoje, cuido deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu(...) como Santa

Barbará é protetora das tempestades, depois que foi construído o capitel para ela, nunca mais a gente teve grandes tempestades com prejuízos para nós.” (Informação verbal). Ainda a tradição é lembrada por Vitória Valandro “a tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

Tendo a religiosidade e alguns de seus elementos sendo repassados ao longo das gerações. A moradora Luiza Boneto relata sua experiência de fé a partir de promessas feitas a São Roque, “meu marido tinha uma doença muito grave e precisava ser operado, foi então que prometi a São Roque que iria rezar um terço em sua devoção e iria de “a pé” da minha casa até a capelinha, se meu marido fosse curado e não precisasse passar pela cirurgia, e deu certo(...)eu sempre tive fé.” (Informação verbal).

De acordo com relatos dos moradores entrevistado, muita gente da comunidade mantêm o costume de visitar os capitéis e fazer suas orações, porém as pessoas que visitam a comunidade não estabelecem com estes espaços as mesmas relações. Assim Marlei Boneto Prezi aponta “sempre vou rezar o terço, principalmente quando é o dia de cada um dos santos. Quando estamos trabalhando e não dá tempo de ir naquele dia, vou no outro dia, mas não deixo de ir.” (Informação verbal). No entanto para muitos os monumentos e a tradição passam despercebidos, como traz Avelino Rossi, “alguns anos atrás as pessoas vinham visitar a comunidade, paravam nos capitéis, queriam saber sua história, hoje poucas pessoas fazem isso.” (Informação verbal).

Considerações finais

A construção dos capitéis, embora apresentem em sua historicidade características particulares está cercada de elementos simbólicos coletivos, entre estes de tradições passadas para a primeira geração dos imigrantes italianos chegados na Boa Esperança, onde esta geração constrói monumentos que marcam de forma física sua religiosidade, crenças e sua etnicidade. Este estudo possibilitou identificar elementos religiosos e culturais que estabelecem ligações com a primeira leva de imigrantes italianos que se instalaram na *Colônia Boa Esperança*.

Embora sejam estabelecidas na atualidade, ligações entre o espaço dos capitéis e os familiares de seus idealizadores como forma de manter presente a história e o legado de entes que já partiram, algumas peculiares são perdidas com o passar dos anos, inclusive a minuciosidade de detalhes, histórias e da própria tradição inicialmente envolta nestas construções. Não existem registros fotográficos ou escritos pelos familiares em materiais relacionados à história de Rolante e da própria colonização que traga dados detalhados sobre suas construções.

Os capitéis podem ser compreendidos como lugares potencializadores da difusão da história dos primeiros imigrantes italianos – numa região tipicamente colonizada por imigrantes alemães, como é o caso de Rolante e seus municípios vizinhos – e de suas tradições bem como daqueles que construíram e daqueles que preservam atualmente estes espaços. Através da preservação das “*casinhas dos santos*”, como popularmente são conhecidos os capitéis, se pode melhor conhecer os ritos e tradições ligados a estes monumentos, que expressam formas de ser e sentir da comunidade que os produziu.

Referências

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. *A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais*. Disponível em: <<http://www.conpedi.org>>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

BONETO, Luiza. *Entrevista concedida a Aline Nandi*. Rolante, 25 jun. 2014.

CHAGAS, Gisele Fonseca. *Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do rio de janeiro*. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 152-176, 2009.

COCCO, Ricardo. *Questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande Sul*. Revista de Ciências Humanas-. Frederico Westphalen- RS . v. 9, n. 13 p. 9-30, 2008.

COSTA, Rovílio. *Antropologia Visual da Imigração Italiana*. Porto Alegre. Vozes, 1976

De Boni, Luis Alberto. *O Catolicismo da Imigração: Do Triunfo à Crise*. In: Dacanal, José Hildebrando (org.). *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Mercado Aberto, 1980, p. 234-255

FEITOSA, Mônica Nascimento e; SILVA, Sandra Siqueira da. *Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local*. Salvador.: UFBA, 2011. p. 193 – 12.

FOCHESATTO, Iloni. *Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia-Universidade de Caxias do Sul, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004. 197p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso de 09.05.2014 a 22/05.2014.

PREZI, Marlei Boneto. *Entrevista concedida a Aline Nandi*. Rolante, 25 jun. 2014

ROSSI, Avelino. *Entrevista concedida a Aline Nandi*. Rolante, 25 jun. 2014.

_____. *Entrevista concedida a Aline Nandi*. Rolante, 25 jun. 2014.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/EDUCS, 2004.

VALANDRO, Vitória. *Entrevista concedida a Aline Nandi*. Rolante, 25 jun. 2014.

FESTAS RELIGIOSAS: ENTRE O VINHO E O PÃO

Cristine Fortes Lia*

Caroline Rigo Nardin**

Alimentos para sobreviver e memórias culinárias

Os hábitos alimentares são uma das coisas que mais fazem o ser humano relembrar de seu passado. O cheiro, os ingredientes, o modo de preparo e até mesmo o gesto de comer, pode trazer a tona várias lembranças pessoais ao ser humano, e nessa lembrança é que a alimentação entra como um conceito ou assunto a ser trabalhado e estudado como uma forma de patrimônio, importantíssimo para povos e sociedades.

Nessa pesquisa a alimentação será abordada como um legado cultural da comunidade bento gonçalvese, trazida pelos imigrantes italianos e transformada numa gastronomia, que tem a possibilidade de sua inserção no contexto do turismo cultural, transformando assim a comida como um patrimônio imaterial dessa comunidade.

Este estudo está focado na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, e na trajetória da alimentação desenvolvida pelos imigrantes italianos. Dessa forma, serão analisadas as práticas alimentares realizadas na Itália, a culinária desenvolvida no sul do Brasil e a gastronomia como produto do turismo da região. Esta experiência dos “hábitos de comer”, para os imigrantes italianos e seus descendentes, é apresentada através da cronologia conceitual da experiência em terras brasileiras: primeiro se alimentam na Europa, depois adaptam seus gostos

* Doutora em História, Universidade de Caxias do Sul – UCS.

** Mestranda em História, Universidade de Caxias do Sul – UCS.

aos produtos locais, desenvolvendo uma culinária, no final do século XIX e início do XX, e, por volta de 1970, por interesses turísticos, esta culinária foi transformada em patrimônio imaterial, surgindo a gastronomia da serra gaúcha.

Um livro de receita, por exemplo, contém mais do que a forma como preparar alimentos, revela todo o processo de adaptação alimentar dos imigrantes em terras brasileiras. Nele também estão depositadas as memórias sensíveis dos pratos fabricados, com seus sabores e aromas. É possível identificar anotações e especificações sobre os modos de manusear instrumentos de cozinha e sobre tipos de alimentos. Bem como, a função social de determinados pratos, como as bolinhas de mel (strufoli), espécie de massa de pão frita com calda de mel, utilizada como presente de Natal, simbolizando a prosperidade.

A culinária e os hábitos alimentares de uma região são de extrema importância para conhecermos sua herança cultural, as preferências alimentares e também as tradições dos povos. As técnicas de preparação podem ser consideradas como os modos de saber, fazer e criar, que estão relacionados com o conceito de patrimônio cultural intangível. “A dimensão social e a cultural da gastronomia determinou incorporá-la ao complexo emaranhado das políticas de patrimônio cultural”. (SHLUTER, 2003, p. 69)

A alimentação e a culinária são temas que estão cada vez mais inseridos no contexto da história, necessitando de uma abordagem interdisciplinar. Refletir sobre o cotidiano e as trajetórias de alimentação e culinária que estão nele é se debruçar sobre um grande mosaico, conhecendo os envolvidos na história, seus usos e costumes, ampliando as possibilidades de investigação histórica. “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. É aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior (...)” (CERTEAU, 1996, p.31).

Percebe-se então, que o ato de comer pode expressar memórias e características de um povo. A memória vista como tudo àquilo que lembre uma cultura, um passado em comum, ou ainda algo que ligue uma cultura a outra, através de gestos e costumes, portanto, a alimentação e a sua arte de comer entra diretamente nas lembranças do povo. As condutas alimentares são um importante caminho para remeter-se a memória.

A memória gastronômica proporciona lembranças dos mais variados momentos da nossa vida, doces ou amargas lembranças: sabores da felicidade perdida ou alcançada. Neste esforço de pensar o conceito de memória tornou-se fundamental as ideias de Maurice Halbwachs (2004), que elaborou uma espécie de “sociologia da memória coletiva”. Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Pode-se criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2004, p.76-78).

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2004, p. 75-6).

Na medida em que a culinária faz parte do legado cultural, nesse caso a que foi desenvolvida pelos imigrantes italianos, que desde sua chegada no sul do Brasil está presente, com massas, pizzas e molhos de tomate com manjerição, foi e tem sido ainda complementada por referências de outros povos. Estes, de certa forma vão misturando ingredientes e conhecimentos diferentes, assim resulta na mescla de culturas, que então chamamos de híbridas, pois estão em constante mudança.

Conforme Certeau (1996), cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias, empilha-se uma montagem de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos, ainda cita Lévi-Strauss dizendo que a cozinha constitui uma linguagem na qual cada sociedade codifica mensagens que lhe permitem significar pelo menos uma parte do que ela é.

Para falar sobre patrimônio e alimentação, tem-se que diferenciar o que é culinária e gastronomia, esses dois conceitos se diferem em inúmeros aspectos, porém ao mesmo tempo se fundem, pois necessitam um do outro para existir. A gastronomia surgiu no momento em que o homem passou a dominar a técnica da cozinha: é a arte de bem comer uma comida bem feita. No que toca a questão da gastronomia, é

importante ressaltar que ela engloba todos os métodos, técnicas e processos para o preparo dos alimentos de maneira que constituam um prazer para o paladar, além de agradar aos olhos e ter aroma apetecível.

Já a culinária possui características diferentes em cada cultura, fundamenta-se na elaboração de itens comestíveis a partir de uma escolha de ingredientes disponíveis, que está relacionado ao “saber fazer”, “aprender a fazer” e dizer “como fazer”. Depende dos domínios técnicos e procedimentos que nos são transmitidos ao longo do tempo, de geração para geração e que são incorporados através da prática, traduzem um corpo vivido, a história individual e coletiva no corpo cuja competência é adquirida na e para a ação. Para Braune (2007), a gastronomia é o reflexo da cultura de um povo, os pratos, o serviço e o comportamento à mesa, diferem entre as culturas, podendo parecer aberração para outras.

No caso específico deste estudo, a culinária refere-se as práticas cotidianas de preparar os alimentos, promovendo a adaptação cultural dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. A gastronomia corresponde a um remodelamento destas práticas, através da adequação desta culinária aos interesses turísticos. Assim, será observada a trajetória de transformação dos hábitos alimentares que passam a serem pensados para atrair o turismo gastronômico, desenvolvendo uma gastronomia italiana no Brasil, diferente a desenvolvida paralelamente na Europa. As práticas gastronômicas conciliam expectativas do olhar do outro, bem como adaptam todo o comportamento à mesa.

A gastronomia assume um importante papel para o turismo cultural, pois a motivação principal está ligada ao prazer do comer bem em viagens, buscando a gastronomia local dos mais variados lugares do mundo. De acordo com Regina Schluter (2003) o interesse do turismo pela gastronomia pode ajudar a resgatar antigas tradições que estão prestes a desaparecer.

A valorização do patrimônio imaterial na atualidade advém, das alterações sofridas pelas acepções do conceito de cultura e patrimônio. Ela está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. (FUNARI, 2008, 31)

A culinária dos colonos italianos em Bento Gonçalves e as comidas religiosas

Quando se iniciou o processo de imigração dos italianos ao Brasil, em 1875, a Itália ainda não era um país unificado, vivia em meio a Reinos, cada qual com suas particularidades e características próprias. Dessa maneira, não é possível falar de uma cozinha típica italiana, pois pouco se sabe sobre a alimentação durante o processo migratório no século XIX com suas representações e características que fazem parte hoje da tão famosa cozinha italiana. Na verdade o que se conhece hoje da comida típica italiana é uma parte dos hábitos alimentares da época, com alimentos diferentes em cada região.

Para Marcella Hazan (1997) a cozinha italiana é na verdade uma cozinha de regiões que precedem no tempo a própria nação italiana, regiões que até 1861 eram parte de estados independentes e muitas vezes hostis, compartilhando poucas tradições culturais, sem uma língua em comum e praticando estilos de culinários totalmente diferenciados. Além das diferenças entre os padrões alimentares da época, podem-se destacar também as diversidades geográficas existentes na Itália, que foram relevantes para tornar possível essa ampla variedade de alimentos. Pode-se dizer, então, que os hábitos alimentares do sul e do norte eram diferentes: os camponeses do sul se alimentavam basicamente de pão negro de cevada já os do norte a alimentação era baseada no milho.

Quanto ao consumo de carne, os italianos mais pobres quase não a tinham, entretanto, nas famílias abastardas o consumo era indispensável. Os camponeses comiam carne não mais que uma vez por mês, a carne de porco era a consumida pelos camponeses, podendo por vezes em festividades da comunidade ou em decorrência a alguma visita poderia ser comido carne de cabrito, de cordeiro, e de alguma galinha.

Mesmo assim essas ocasiões eram raras de ocorrer, pois a carne das aves e também de peixes, eram consideradas nobres, portanto quando disponíveis eram consumidas em ocasiões festivas. As galinhas eram muito importantes, pois oferecem os ovos para a alimentação, consumidos cozidos ou em forma de omelete. A carne, que já era escassa, antes do processo migratório se concretizar, sumiu das mesas dos camponeses, levando os mais pobres a caçar passarinhos para complementar sua alimentação.

Além da troca de experiências com outras culturas, que fazem com que as receitas gastronômicas sejam mutáveis, existem os fatores tempo, clima e locais adequados para a produção dos alimentos. Tendo os imigrantes europeus como exemplo, sabe-se que quando aqui se instalaram, começaram a utilizar em sua alimentação o que essa terra tinha em abundância: os pinhões, e com o tempo foram produzindo as mudas de alguns alimentos que trouxeram consigo na viagem e também as sementes que o governo os oferecia.

O tempo impõe o ciclo da plantação dos alimentos, em determinada estação planta-se uvas e em outra, as frutas cítricas. Quando os imigrantes chegaram aqui, o que os manteve vivos, foram os pinhões, que para HERÉDIA (2001, p.2) falando sobre o início da agricultura na serra gaúcha, a forma que começaram a organizar a agricultura apresentava os traços que os indígenas: fazendo rotações de terras e não de culturas, pois a base de alimentação desses primeiros habitantes eram os frutos dos pinheiros.

No início da colonização italiana no sul brasileiro, as dificuldades encontradas não se restringiram à geografia de um território inóspito. Os colonos italianos se depararam com uma oferta restrita dos alimentos costumeiramente encontrados nas suas terras de origem, como a farinha de trigo, a cevada e o centeio. A carne que quase não se tinha, foi substituída pela farinha de milho. Os italianos não foram os únicos a sofrerem com as mudanças quando chegaram aqui, os alemães também enfrentaram problemas parecidos, tanto nas questões de moradia, quanto na alimentação.

A mãe não possui nada além de de feijão preto e talvez ainda um pedaço de toucinho ou de carne; talvez ela ainda tenha um pouco de farinha de milho. Esses alimentos, porém são todos muito rudes, que as pessoas antigamente não conheciam, aos quais custam a se acostumar. (RADÜNZ, 2008, p. 37).

As refeições dos imigrantes italianos eram o ponto alto da família, a comida não era adquirida pelo salário, mas sim pelo trabalho diário, cada refeição era uma festa em família quando voltava do trabalho na roça. Força e saúde para o trabalho dependiam da boa alimentação. A harmonia psicológica e familiar é outro fator importante às refeições. Quem a mesa falasse dos acontecimentos tristes ou desagradáveis era

logo repreendido. Uma das principais refeições do dia era o almoço, que consistia em “pastas”, mistura de água, farinha e ovos. Alternava-se servindo nhoqui e “*taidele*”, massa espichada manualmente com rolo de madeira e cortada em tiras, temperada com manteiga e queijo, carne suína moída ou galinha em molho.

Uma das adaptações que os imigrantes tiveram que sofrer foi a proibição de comerem passarinhos pelos padres, assim eles começaram a consumir a carne de frango. As mulheres, eram as grandes cozinheiras, ficaram conhecidas como as *mammas* ou as *nonnas* e foram as principais personagens na cozinha italiana ao trazerem consigo saberes e sabores da Itália. A comida dos primeiros imigrantes era simples: polenta recém feita, ou grelhada sobre as brasas, salame, queijo, radíci e às vezes carne de porco.

As mulheres italianas preservam na memória o uso da comida como um padrão familiar. A partir das primeiras experiências culinárias com as mães, criaram um acervo de relíquias de infância, guardadas para eventuais momentos de transição. Algo que lhe permite, quando adultos, em situações de dor e saudade, retomar e recriar simbolicamente suas fantasias, explorar novos contextos e se inserir em um outro mundo. Assim, aprendem a lidar com suas ansiedades e a compartilhar a sua existência com o outro, com diferentes valores culturais. (CARMO, 2005, p.12)

A refeição italiana colonial baseava-se fundamentalmente em polenta e um acompanhamento, que poderia ser de carne de porco, queijo frito, ovos e, às vezes galinha em molho, tudo isso acompanhado de verduras que eram cultivados na propriedade do colono. Polenta “*sorda*” significava polenta pura simplesmente, simbolizava um período de escassez. Os doces italianos também fazem parte da vasta culinária, os primeiros doces foram criados por freiras, pois como dizem às vezes os conventos eram mais conhecidos por seus doces, do que pela sua santidade.

Um dos doces mais famosos é o *tiramisu* que consiste em camadas de pão-de-ló embebidas em café e vinho Marsala, ou rum e brandy, entremeadas com o cremoso e macio queijo chamado mascarpone. Porém, para os imigrantes que aqui se instalaram, os doces

que produziam eram menos elaborados, como biscoitos feitos no forno à lenha, pudins e outras guloseimas.

As festas religiosas e os imigrantes italianos

A religiosidade faz parte da vida humana desde os primórdios: nas cavernas, pinturas rupestres representando rituais xamânicos, estátuas reverenciando divindades, religiões politeístas, monoteístas, panteísmo, animismo e crenças nos espíritos. Ela surge da necessidade do ser humano ligar-se com o Divino, o Eterno:

O termo “religião” surge na história da humanidade através dos autores clássicos, como Cícero, Lactânio e o próprio Agostinho, respectivamente, re-legere, que significa reler, re-ligare, que significa religar, e re-eligire, que significa reeleger. Todos os conceitos nos dão a ideia de voltar a uma situação anterior, ou seja, ligar novamente a criatura com o Criador. (KUCHENBECKER, 1998, p. 18)

Assim sendo, além da capacidade de produzir e transmitir cultura, a experiência religiosa é a marca mais distintiva da Humanidade. Escrever sobre religião e religiosidades é algo difícil, pois cada ser humano tem as suas opiniões e seus pontos de vista sobre a vida religiosa. Gaarder (2005) diz que a tolerância é a palavra chave nos estudos das religiões. Estudar religiões não é buscar suas semelhanças e diferenças, mas sim, é olhar de forma única a cada uma delas e considerar cada uma em seu próprio contexto histórico e cultural.

As festas religiosas são manifestações culturais presentes em diversas tradições religiosas e espirituais. Nestas festas, geralmente são comemorados acontecimentos e personalidades importantes para a religião. As cerimônias festivas ou rituais celebrativos são eventos que mobilizam a comunidade, resgatam lembranças, reafirmam laços sociais, rememoram fatos e mitos ocorridos num passado distante, dando assim continuidade a tradição. Nessa perspectiva, os alimentos tornam-se importantes, pois fazem parte dessas celebrações, e nos passam valores, mensagens, representações de tabus ou virtudes que são determinados pelas culturas e religiões.

Segundo Fabiano Dalla Bona (2010) uma grande quantidade de preparo de alimentos tem sua origem vinculada ao universo religioso. As receitas propunham um elo entre alimentar o corpo e alma. Sendo assim, a mística de alguns produtos alimentares está diretamente ligada a religiosidade de um grupo. Estes significados variam de acordo com as práticas religiosas de cada comunidade. Uma determinada iguaria não assume o mesmo sentido em distintas culturas religiosas. Por exemplo, o peixe para os cristãos na Semana Santa e as maçãs com mel para os judeus no ano novo.

Essa lógica que atrela o alimento a um significado místico extrapola “o ato de comer” e atinge todo o processo do preparo. Dalla Bona (2010) destaca que algumas receitas tem conotação oculta de forma que suas receitas são guardadas na oralidade e, da mesma forma, não são divulgadas de forma ampla; um determinado grupo detém o conhecimento sobre os significados e as formas de fazer estes alimentos.

Mas todas, têm algo em comum: mesmo originárias de países diferentes, buscam a união do corpo e da alma e elevam o simples ato de comer à categoria de sagrado. Nutrir a alma e o corpo – essas receitas nos fazem partilhar do divino, nos propiciam o encontro com a divindade. Algumas delas possuíam sentido mágico, outras eram preparados milagrosos contra alguma enfermidade, mas todas saciavam o desejo de fome de transcendência do homem. (BONA, 2010, p. 11)

Para os imigrantes italianos toda a estratégia alimentar teve que ser reelaborada, o que atingiu os alimentos também os alimentos com significado religioso. Os produtos e as técnicas de preparo mudaram e a conotação dos alimentos. Iguarias típicas de festividades religiosas perdem o sentido e outras são incorporadas em uma tradição mística. Por exemplo, a tradição de comer bolo de frutas que passou a ser associada ao Natal e posteriormente a Páscoa.

Essa prática da mística religiosa passou a ser exercida no Brasil através das festas religiosas, que conferiam visibilidade a uma possível tradição entre a cultura alimentar e o sagrado. A Igreja Católica assumiu o controle dessas festas e a orientação dos alimentos que as caracterizavam. Desde o início as festas religiosas constituíram-se como um elo entre os imigrantes e os antigos habitantes das localidades nas

quais estavam as colônias. Assim, é possível observar uma descaracterização da culinária dos imigrantes, que precisavam ganhar a simpatia dos demais participantes das festas. Percebe-se o surgimento de um produto cultural que corresponde a gastronomia da Serra Gaúcha.

Para Regina Schlüter (2003) existe quatro diferentes tipos de festas com sua correspondência gastronômica: Ecofestas que são aquelas que se relacionam com acontecimentos “astronômicos” ou com as estações, e geralmente estão associadas a rituais antigos destinados à obtenção e manutenção de reserva suficiente de comida; Teológicas que celebram acontecimentos religiosos; Seculares que são aquelas que festejam fatos relevantes do país em seu conjunto, de uma região ou de algum acontecimento próprio da localidade. Basicamente visam à criação de uma coesão social nos diferentes níveis (nacional, estadual, municipal ou regional); Privadas que correspondem aos ritos de transição que se observam na vida das pessoas.

Além dos rituais religiosos, fazem parte do roteiro dessas festas diversos elementos culturais como a música, a dança, a culinária e a vestimenta. Assim, a cultura popular ou a linguagem da arte que bota da alma do povo é perpetuada e difundida. Constituindo-se como um grupo católico e voltado para o trabalho na agricultura, os imigrantes italianos e seus descendentes vincularam-se às festividades religiosas como manifestação cultural e de lazer. As festas de Santo Antônio, por exemplo, eram, para os colonos, uma prática anual de esperança, que tornava o labor diário menos árduo, pois visava à valorização do homem.

Logo nos primeiros anos que chegaram aqui, construíram uma capela e a comunidade se desenvolveu ao redor dela, na sua totalidade os imigrantes italianos eram católicos devotos que tinham o costume de ir à missa aos domingos, de rezar o terço todas as noites, pois existia o medo de cometer algum pecado, como as bebedeiras com vinho ou com os desejos da carne.

O itinerário religioso de nossa comunidade conheceu o suor, a coragem, o dinamismo, a fé de uma piedade de homens que aqui souberam, dentro de suas limitações, dar tudo de si para a grandeza de um povo, que neles viam os líderes indispensáveis a uma época que exigia coragem e responsabilidade. (PARIS, 2006, p. 158)

A primeira igreja a ser construída na Colônia Dona Isabel era de tábuas rústicas e data de 1876, já no ano seguinte foi construída uma de pedra e tijolos. Em junho de 1878, foi realizada a primeira festa em honra ao padroeiro: Santo Antônio. A devoção a esse santo é comemorada no dia 13 de junho, com feriado municipal e todo o dia 13 é comemorado dia votivo de Santo Antônio.

A festa ficou a cargo do padre Giovanni Menegotto, hoje é a maior festa popular religiosa de Bento Gonçalves. Nesse período as mulheres saíam às ruas convidando a população para a festa e arrecadando gêneros alimentícios e donativos em dinheiro para a festa. Em inúmeros relatos no livro datado de 1995, em comemoração aos festejos a Santo Antônio, está escrito sobre a importância da fé para os imigrantes: “Quem conhece a fundo a religiosidade do colono italiano não se espanta com o fervor de sua devoção e do seu culto. A religião sempre foi a grande força que guiou o seu espírito nas vicissitudes”.

As primeiras edições da festa eram marcadas por trezenas, cânticos em latim e italiano e é claro pelas missas. Não faltavam os filós, nas casas das pessoas da comunidade, um momento de conversa, regado a comidas e o sagrado vinho. A comida, nesse sentido pode adquirir vários significados, com características particulares, durante celebrações, rituais de celebração particulares (batizados, casamentos...) ou os de importância coletiva. Nessas ocasiões consomem-se alimentos que poucas vezes estão presentes durante o resto do ano. É notada também com bastante intensidade no âmbito religiosos, quando cada festa ou celebração conta com pratos especialmente preparados.

O vinho que para os católicos é um alimento sagrado, assim como o pão, são os únicos alimentos materiais que fazem parte do ritual católico da missa, o pão que aparece em forma de hóstia, representa o corpo e o sangue de Cristo, quando o corpo físico recebe a hóstia, absorve o Corpo do Cristo. Para Michel de Certeau, o pão e o vinho são elementos que nunca faltam na mesa das pessoas. Segundo ele, o pão das durações da vida e do trabalho; é a memória de um maior bem estar, duramente conquistado no decorrer das gerações anteriores, o pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado. “A função cultural do vinho é a antitristeza simbólica, a face festiva da refeição, ao passo que o pão é sua

face laboriosa; o pão se reparte, o vinho é oferecido, o vinho é, portanto, um eixo principal por excelência.” (CERTEAU, 1996, p. 136).

A primeira Fenavinho que teve grande ajuda e influencia da Igreja Católica, tinha como tema: “O vinho na Bíblia”, assim o padre da época teve a incumbência de encontrar na Bíblia passagens que falassem sobre o vinho, pois o vinho poderia ter uma imagem dúbia: do sagrado e do pecado. Cultivar uva e dela fazer vinho entra como o milagre da transformação, que deve ser mostrado como exemplo de um grupo étnico, então: a FENAVINHO. Os documentos sobre os festejos da Fenavinho encontram-se no Museu do Imigrante da cidade de Bento Gonçalves.

Sobre os festejos a Santo Antônio, há relatos de muita saudade “dos tempos dessas festas”, festas essas comemoradas muito tempo antes da data principal, com diversas atividades: Jantar dançante em homenagem aos ex festeiros; Chá das Capelinhas; Quermesses; Filó Italiano; Jantar do Codeguim e O grande almoço festivo. A festa ao Padroeiro chamava-se Sagra, onde as treze noites da Trezena reuniam uma classe de pessoas para as orações, os cânticos em latim e italiano e a missa, logo depois desse culto, eram realizados jantares, que tinham como cardápio: sopa, leso, salada, risoto, menarosto, porco assado e o vinho para completar.

Além desses jantares, existiam as quermesses, os jogos, sempre ao som da banda da cidade. As quermesses eram muito concorridas e freqüentadas, elas davam muito lucro para a Paróquia. Elas ocorriam nos domingos a noite, onde eram vendidos pipocas, pinhão, quentão e amendoim, que eram sempre consumidos em grandes quantidades. Outro evento muito importante para a celebração da Festa em Honra a Santo Antônio é o Jantar do Godeguim, esse realizado até hoje uns dias antes do dia 13 de junho.

No cardápio desse jantar consta: polenta, queijo, fortaia, codeguim, radiche com toucinho e agrião e é claro vinho em abundancia para acompanhar. Nesse evento o salão paroquial lota, tanto que, em alguns anos foram realizados esse jantar em duas noites consecutivas para atender a demanda da população em participar. Durante o mesmo jantar são sorteados brindes e também se concorre a prêmios, também são leiloados pudins para a sobremesa, esses, doados por pessoas da comunidade para ajudar no evento.

Como exemplo das Festas, tem-se os documentos datados de 1973 e 1974, que evidenciam o que foi feito nos jantares, quantidades e valores dos mesmos. Esses arquivos estão organizados em pastas até o ano de 2010 e disponíveis no Acervo Documental da Paróquia Santo Antônio, em Bento Gonçalves. Os anteriores a esse ano (1973) ainda não estão organizados e muitos desses documentos foram extraviados.

Nestes cardápios encontram-se os “pratos” que seriam servidos durante a festa. Bem como, a dinâmica da disponibilização dos mesmos; criando a ordem do que seria servido. Ainda aparecem os brindes que seriam sorteados e algumas orientações sobre a forma de fazer a comemoração funcionar da melhor forma possível. Percebe-se a tentativa de aproximar o cardápio da culinária considerada italiana, mas a necessidade de promover a festa para um número maior de participantes promovia a hibridização dos pratos servidos. Encontra-se a proposta de “tatu recheado, pudim e maioneses”, por exemplo, que revelam a estratégia de aproximar ao gosto de todos os participantes.

A quantidade de participantes em cada um dos momentos alimentares da festa pode conduzir a uma reflexão de que alguns pratos eram mais apreciados que outros, como o “scodeghim” (embutido de carne de porco, originalmente destinado aos mais necessitados, pelo fato de ser preparado com partes menos nobres do animal, como o sangue e o couro), que remetia a uma preocupação quanto ao seu consumo exagerado, que precisava ser aumentado em oferta para os próximos anos.

FESTA DE SANTO ANTONIO - 1974

CARDÁPIO

DIA 31 MAIO - (Sexta Feira) - Jantar da Indústria: 270 pessoas

Sopa de Capeletti
Carne Lessa
Saladas e Maionesses
Tatú Recheado
Frango Assado
Risoto

DIA 01 JUNHO - (Sábado) - 1º Jantar dos Trabalhadores: 350 pessoas

Sopa de Capeletti
Carne Lessa
Frango Assado
Masse
Maionese
Radichi

DIA 04 JUNHO - (Terça Feira) - Jantar de Confraternização Rotary e Lions:

180 - participantes

Sopa de Capeletti
Carne Lessa
Saladas e Maionesses
Tatú Recheado
Frango Assado
Risoto

DIA 07 - JUNHO - Sexta Feira - Jantar do Sodeguin - 250/270 - Pessoas

Sodeguin
Fortaia
Polenta
Radiche

DIA 08 - JUNHO - Sábado - 2º Jantar dos Trabalhadores - 350 Pessoas:

Sopa de Capeletti
Carne Lessa
Frango Assado
Masse
Maionesses
Radiche

DIA 13 JUNHO - Quinta Feira - Almoço - 350 pessoas:

Sopa de Capeletti
Carne Lessa
Frango Assado
Masse
Maionese
Salada

JANTAR DO SCODEGHIM

Data da Realização: 8 junho 1973 (Sexta-Feira)

Vendas de Fichas:

Cia. Móveis Aldo Cini (adquiriu 150 fichas deste jantar pois- quando fomos oferecer ao sr. Aldo Cini as fichas do jantar dos trabalhadores não tínhamos mais o número desejado pelo mesmo, motivo pelo qual foram vendidas fichas do Scodeghim).

CEEE	10
Banco Sul Brasileiro S/A. (Geada) ...	10
Pomzan Móveis	10
Camerini & Cia.Ltda.	12
Tegon,Valenti	10
Dumont	10
Vendasna Alfaataria Milan	30
Vendas avulsas (na maioria procura)..	<u>65</u>
Total de fichas vendidas	<u>307</u>

Cardápio: Scodeghim
Fortala
Radice
Polenta

Aperitivo: Vendido no balcão

Sobremessa: 3 bergamotas para cada participante

Brindes: Ao final do jantar houve sorteio de 6 brindes que haviam sido oferecidos pelo Comercio.

Prêço: 10,00 por pessoa.

Arrecadação bruta do jantar: B-3.070,00

Orientação e sugestão: Para os 307 participantes havia um total de 81 kgs. de SCODEGHIM, não sobrando nada ao final, motivo pelo qual sugerimos que na efetivação do próximo jantar, na festa de 1974, sejam adquiridos uns 20 kgs. de scodeguim a mais.

Outrossim, pela procura e interesse despertados pelo jantar do Scodeghim, que já se tornou tradicional poderia, a critério dos festeiros do próximo ano ser cobrado um preço maior que as jantadas tradicionais.

Visto: [Assinatura] Festeiro

[Assinatura] Vice

Observa-se no primeiro documento, a organização dos festeiros da época em fazer o cardápio para os seis eventos do ano, com a quantidade aproximada de participantes para cada jantar e o grande almoço. No segundo documento, do ano de 1973, sobre o Jantar do Codeguim, esse, demonstrando o total de ingressos (fichas) vendidos, o que chama atenção é a sobremesa: 3 bergamotas por pessoa e também a observação que os próprios organizadores fazem sobre a quantidade de codeguim, para não faltar para o próximo ano.

Outro fato importante sobre o alimento nas celebrações festivas é a distribuição de pãezinhos bentos, que é forma de caridade, é doado para as pessoas no fim da missa festiva e nos dias votivos. Os pãezinhos são doados pelas padarias do município, e lembra o “pão dos pobres”, que Santo Antônio distribuía entre os necessitados.

Percebe-se então, que a fé, a força dos imigrantes italianos na região de Bento Gonçalves, teve muita influencia para o crescimento da cidade, e também com o empenho da comunidade para as celebrações das festas religiosas, que até hoje são as festas mais importantes da cidade.

Considerações finais

Observa-se que as festas religiosas foram fundamentais no processo de fixação dos imigrantes no Sul do Brasil. O valor místico das práticas cultuadas nesses eventos precisava ficar garantido para a comunidade. No entanto, as festas, em uma tentativa de aproximação de grupos distintos, promoveram, em um primeiro momento, um processo de descaracterização da culinária dos colonos italianos (o que também aconteceu com outras comunidades imigrantes).

A proibição de experiências alimentares como a “passarinhada”, que desencadearia um mal estar entre os frequentadores das festividades, revela a supressão da culinária desenvolvida no Rio Grande do Sul, abrindo espaço para produtos de maior abrangência de consumo, mas menor legitimidade diante do grupo. Os alimentos religiosos também perdem seu significado primeiro e assumem função turística, com a consequente desvalorização do produto por aqueles que o criaram. Assim, como iguarias desconhecidas passaram a compor este cenário das festas religiosas.

Essas festas consolidaram um produto cultural e turístico que promove a homogeneização da cultura da Serra Gaúcha em detrimento das práticas culinárias desenvolvidas pelos imigrantes.

Referências

BONA, Fabiano Dalla. *O céu na boca*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

BRAUNE, Renata; FRANCO Sílvia Cintra. *O que é gastronomia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARMO, Maria Silvia Micelli do. *A mulher imigrante e o uso da comida: uma experiência de transicionalidade*. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org>>.

CERTEAU Michel de, GIARD Luce e MAYOL Pierre. *A invenção do cotidiano*, 2 Morar, Cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FUNARI Pedro Paulo. *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultivavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, 2009.

GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HAZAN Marcella. *Fundamentos da Cozinha Italiana Clássica*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERÉDIA, Vânia. *A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>.

KUCHENBECKER Valter. *O Homem e o Sagrado: a religiosidade através dos tempos*. Canoas: Editora da Ulbra, 1998.

PARIS, Assunta de. *Memórias: Bento Gonçalves, 109 anos*. Bento Gonçalves: Suliani Editografia, 1999.

PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE BENTO GONÇALVES. *Santo Antônio: 800 anos de Evangelho e Caridade*. Bento Gonçalves: Editora Tipograf, 1995.

RADÜNZ, Roberto. *A terra da liberdade: O luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul/Santa Cruz do Sul, EDUCS/ EDUNISC, 2008.

SHLUTER G. Regina. *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: Aleph, 2003.

LEMBRAR PARA ESQUECER: AS BODAS DE PRATA DA COMUNIDADE LUTERANA DE NEU-WÜRTTEMBERG

Denise Verbes Schmitt*

Maria Medianeira Padoin**

Introdução

“As comemorações são sempre uma ocasião de retomar o vivido, de reler o passado com os olhos do presente e de projetar o futuro” (NEVES, 2006, apud LENZ, s.d). São momentos de socialização e de união entre os convivas, que se encontram ligados por uma mesma motivação. Em conformidade, Souza (2011, p. 206) afirma:

As festas comemorativas fazem recordar, trazem à memória as lembranças de eventos, fatos ou pessoas, por intermédio de uma cerimônia. São, portanto, atos comemorativos, a serem pensados como formas de organização e de seleção, com regras próprias e carregadas de significados, que criam condições para uma valorização do que é preciso lembrar-se. Nessa perspectiva, tais eventos podem ser apreendidos como momentos de congraçamento e como instrumental simbólico de seleção de registro (...) do grupo que os promove.

Ao considerarmos a festa das Bodas do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana de Panambi, antiga colônia de Neu-Württemberg, percebe-se que as comemorações foram marcadas por lembranças de conquistas e de um passado repleto de dificuldades impostas pela falta de recursos, motivo que levou a morosa construção da igreja, bem como

* Acadêmica da UFSM.

** Professora Dra. de História da UFSM.

impregnada da tentativa de esquecer um passado recente, devido à perda trágica do líder local Hermann Faulhaber.

A festa ocorreu em dezembro de 1927, data em que chegou os sinos encomendados da Alemanha, bem como, um ano após da morte autodirigida de Faulhaber. Durante os festejos Marie, esposa de Hermann, foi homenageada por seu trabalho a frente da Sociedade Escolar – rede de escolas fundada na Colônia –, quando recebeu uma Placa Comemorativa e um Álbum com fotos das escolas que compunham a rede de escolas. A Sociedade Escolar de Neu-Württemberg foi fundada por Marie e Hermann.

Faulhaber foi o primeiro Pastor Luterano a residir na Colônia de Neu-Württemberg e juntamente com sua esposa Marie fundaram a primeira escola, onde ambos exerceram a atividade do magistério. Em Neu-Württemberg escola e igreja faziam parte do projeto do fundador da Colônia, Herrmann Meyer, que articulou a fundação das mesmas para atrair imigrantes para instalarem-se na Colônia. O projeto também visava manter os imigrantes vinculados a cultura alemã. Hermann Faulhaber ainda desempenhou a função de diretor da Colônia, no período de 1909 a 1926, ano de seu falecimento.

Ao analisar os relatos e imagens sobre a comemoração das Bodas do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana de Panambi, percebe-se que a comunidade confirmou o ano de 1902, como marco inicial da Comunidade Luterana, pois as comemorações realizaram-se no ano de 1927. Durante os festejos a trajetória do casal Faulhaber foi rememorada, quando Marie recebeu presentes e homenagens por seu trabalho em prol da educação. A partir destas informações cabe questionar a escolha do ano de 1902 como o ano da fundação da comunidade, quando que minimamente encontramos três diferentes datas possíveis para ser a data de fundação, sendo a primeira, a realização do primeiro culto, proferida anterior a chegada de Faulhaber, em 1901. A segunda data possível remete a fixação do Pastor Faulhaber na localidade, em 1902 e por último a data da Assembléia Geral Ordinária, que elegeu a primeira diretoria da comunidade e aprovação dos Estatutos, em 1908. Tais questões nos levam a buscar a história da Igreja, bem como a trajetória de Hermann Faulhaber e de sua esposa Marie em Neu-Württemberg, pois a história de

ambos esta intrínseca relacionada, para assim entender a escolha da data de fundação a Comunidade Luterana de Panambi.

Dentre as fontes analisadas para a realização deste trabalho, encontram-se as reportagens sobre a festa, o livro *Neu-Württemberg Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien*¹, publicado pela Faulhaberstiftung², em 1933, atas da OASE³ de Panambi e fotografias referentes à festa. A partir destas questões o presente artigo relata a festa de 25 anos de Comunidade Luterana de Panambi, no ano de 1927. Ainda busca-se entender a possível ligação destes festejos com a morte autodirigida de Hermann Faulhaber, ocorrida no ano anterior.

Colônia, comunidade e comemoração

A Colônia Neu-Württemberg – atual cidade de Panambi, localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul – foi fundada em 1898, pelo empresário alemão Hermann Meyer, configurando um empreendimento privado de capital estrangeiro. Meyer desejava povoar a Colônia com imigrantes oriundos da Alemanha, no entanto, os primeiros moradores de Neu-Württemberg foram migrantes procedentes das chamadas colônias velhas, ou seja, moradores das primeiras colônias de imigração germânica, fundadas no Rio Grande do Sul a partir do ano de 1824. Para atrair os imigrantes, Meyer promoveu a divulgação da Colônia, propagandeando a mesma como um “projeto modelo”, que oferecia educação e assistência religiosa. Tais elementos ajudariam a manter a cultura alemã e assim o vínculo dos imigrantes com o a Alemanha. Cunha (2006, p. 283) afirma que “os emigrados alemães deveriam garantir a formação de um mercado consumidor para os produtos da nascente indústria da Alemanha”, por isso devia-se manter “fortalecidas também as ligações culturais, garantindo entre os alemães emigrados a preservação da língua e dos costumes”.

¹ Neu-Württemberg, uma colônia alemã no Rio Grande do Sul / Brasil – Tradução nossa.

² Fundação Faulhaber – Tradução nossa.

³ Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas.

Este projeto modelo, no entanto, foi desenvolvido depois da fundação do empreendimento, durante o processo de formação da Colônia, sendo que a educação formal e a assistência religiosa foram efetivamente concretizadas a partir de novembro de 1902, com a chegada do casal Marie e Hermann Faulhaber à Neu-Württemberg. Marie era professora e Hermann era Pastor Luterano. Anterior a esta data, a assistência religiosa dependia de padres e pastores que passavam pela Colônia e a educação havia ficado a cargo dos próprios moradores (BEUTER, 2010, LESCHEWITZ, s.d., NEUMANN, 2006.).

Marie tinha formação no magistério e atuava como professora na Alemanha. Sobre sua trajetória e formação docente, Schneider (s.d.) descreve-se:

(...) frequentou a escola secundária para moças em Ulm, Ludwigsburg e Heilbronn, e nos anos de 1884-1886 o seminário para professoras em Stuttgart. Formada professora, trabalhou por um ano na escola particular em Backnang, e permaneceu por um ano na parte francesa da Suíça. Posteriormente, por cinco anos foi professora em Prieserei, uma escola secundária em Stuttgart, até a páscoa de 1896, quando se transferiu para Tübingen (p. 374).

Sobre Hermann, o mesmo escreveu uma pequena autobiografia, onde descreve sobre seu nascimento em 19 de abril de 1877 em Triensbach, Crailsheim em Württemberg, seus pais, o também Pastor Hermann Faulhaber e sua esposa Fanny. Sobre sua formação Hermann afirma:

(...) freqüentei um curso preparatório para a escola primária em Stuttgart, e após freqüentar cerca de dois anos a escola primária, eu fui aluno do ginásio, que eu terminei no ano de 1895 (...). Então eu estudei Teologia na Turíngia e realizei ali em março de 1901 o primeiro exame de Teologia. Depois fui por um ano, professor-inspetor em Witzhausen (...), na Deutsche Kolonialschule e ao mesmo tempo, administrador do Evangelischer Hauptverein für Deutsche Ansiedler und Auswanderer. Em agosto de 1902, em

Cannstatt, Stuttgart, sobre a ordem do Consistório Evangélico de Württemberg, fui ordenado. (MAHP⁴ – Pasta Hermann Faulhaber)

Meyer selecionou o casal Faulhaber possivelmente devido à formação de ambos, bem como, pelos contatos que Marie e Hermann possuíam. Outro elemento importante foi à disposição do casal em migrar para a colônia de Neu-Württemberg, que estava em fase inicial. O casal provavelmente sabia das dificuldades acentuadas que encontrariam, como falta de estrutura e recursos financeiros, ao mesmo tempo em que o trabalho de ambos seria de grande importância, para a formação da comunidade, que necessitava de educação, assistência religiosa e lazer.

Neste contexto o ano de 1902 marca a efetivação do projeto de Meyer em relação à educação e religião na Colônia, pelo menos por um período de cinco anos, tempo de duração do contrato entre Faulhaber e Meyer. Devido à contratação de um a Pastor Luterano, a Colônia por muito tempo foi considerada um empreendimento privado e confessional. Neumann (2006, p. 151) afirma que a “contratação de um Pastor Luterano foi longamente estudada e discutida, pois o projeto de colonização não tinha formato confessional”. No entanto, na *História dos Cinquenta anos da Igreja Emanuel* consta que “o proprietário da Colônia, Hermann Meyer por ele mesmo ser protestante, logo organizava caravanas de imigrantes protestantes (...) para estabelecer em Neu-Württemberg” (MICHELS, 2001 p. 144). Independente de o projeto ser aconfessional ou de Meyer ser protestante e de ter favorecido a entrada de luteranos na sua Colônia, o que devemos levar em conta é que no ano de 1902 foi considerado o marco fundador da Comunidade Luterana de Panambi, a partir da chegada do Pastor Hermann Faulhaber a Colônia.

Segundo Leschewitz (s.d.), ao relatar sobre a história da Igreja Luterana em Panambi, o mesmo afirma que a “fundação da Comunidade Luterana deve ser considerada ou dia 26 de novembro, com a chegada do casal Faulhaber ou dia 30 do mesmo mês, quando Hermann Faulhaber celebrou o seu primeiro culto, no Barracão dos Imigrantes”. Este local era

⁴ Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, Panambi/RS.

um alojamento provisório, aonde os imigrantes que chegavam à Neu-Württemberg, se estabeleciam até construírem suas residências.

No ano de 1903 o prédio escolar ficou pronto. Esta estrutura abrigava as aulas nos dias da semana e nos fins de semana, dias comemorativos e feriados recebia os cultos religiosos. Michels (2001) chama a atenção para esta ligação escola e igreja, pois ao analisar os relatos e documentos, a impressão é que a escola é mais importante que a igreja, pois a mesma recebeu a edificação por primeiro, em relação à igreja. No entanto, anos depois, o autor analisada uma fotografia e constata que construção da Igreja Luterana, edificada ao lado da escola, era uma estrutura imponente, enquanto a escola permanecia na antiga estrutura, apresentando precariedades do tempo.

Feita ao lado da escola, aparece a igreja suntuosa diante de um galpão nitidamente pobre, de madeira, de pouca expressão. Ou seja, a Igreja, ocupada poucas vezes por semana era algo luxuoso e se comparado com a escola, enquanto a escola, usada quase diariamente, continuava funcionando no velho galpão do início da colonização (MICHELS, 2001, p.131)

Para os luteranos a educação era um fator importante para a manutenção da religião, pois o princípio da crença esta na leitura da Bíblia, por isso “era uma questão de urgência, pois, sem educação, a confissão luterana estaria ameaçada. Não seria possível permanecer na fé luterana sem uma escolaridade mínima, que permitisse ler a Bíblia, o catecismo Menor de Lutero e o Hinário” (KLUG, 2011, p. 243). A Igreja, no entanto, vai além do aspecto da fé, tornando-se um local de sociabilização, através de um caráter comunitário, que unia os imigrantes entorno de sua cultura, enquanto a escola era percebida como necessária para a manutenção da crença, tanto que muitos alunos não passavam mais que dois anos na escola.

A fundação da comunidade ocorreu somente no ano de 1908, definida em Assembléia Geral Ordinária, com aprovação dos Estatutos. A partir da Fundação da Comunidade a mesma foi filiada ao Sínodo no ano seguinte, o que “retirava a comunidade do isolamento” (FAUSEL, 1949, p. 19). Ainda no ano de 1909 foi escolhido o local para a edificação da Igreja, sendo eleito o alto da colina, revelando-se um local de destaque e servindo como ponto de referência na Colônia. Em 1915 a Comunidade Luterana foi

registrada como Entidade Jurídica. Passaram-se mais catorze anos para a Igreja Luterana ter a sua sede própria, sendo concluída no ano de 1923 (LESCHWITZ, s.d.). Por duas décadas os cultos foram realizados na sede da escola. Segundo Faulhaber, a morosidade da formação de uma comunidade sólida residia na “ignorância e no desinteresse religioso, na semicultura e na indiferença de muitos imigrantes novos e na fundação de sociedades mundanas” (FAUSEL, 1949, p. 17 e 18). No entanto foi “a inserção de festejos que a Igreja Luterana manteve a chama da participação eclesial na comunidade” (MICHES, 2001, p.150).

Percebe-se que as festas foram uma forma de manter a participação nos cultos, bem como uma forma de arrecadar finanças para as despesas da entidade. Durante os festejos realizava-se leilão, venda de artesanato e alimentos típicos, geralmente doados pela própria comunidade⁵. As festas por mais que estivessem ligadas à Igreja, agregavam elementos “mundanos”, como bailes, por exemplo. Proibir estes elementos mundanos significava perder os “fiéis” para outros grupos sociais, ligadas a outras entidades ou clubes. Com isso a Igreja Luterana necessitou adaptar-se e inserir bailes, leilões e músicas populares em suas festas.

A festa de Bodas do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana agregou outras motivações em meio às festividades, pois neste ano chegou a Neu-Württemberg os três sinos encomendados de Bochum – Alemanha. Sobre a festa Fausel (1949, p.20) afirmou: “O jubileu de prata da comunidade, junto com a inauguração dos sinos, em dezembro de 1927, constitui um dos acontecimentos mais importantes”. Os festejos agregaram dois marcos importantes para a Igreja, os 25 anos da Comunidade e a chegada dos sinos.

Sobre a chegada dos sinos, Leschewitz (s.d.) descreve que para a festa;

(...) também foram ornamentadas as ruas e a igreja com carroças de flores e “Girlanden” confeccionadas pelas Senhoras da OASE,

⁵ Nas atas da OASE percebe-se o envolvimento das mulheres na organização e doação de alimentos e artesanatos para as festas da Igreja.

Juventude e Confirmandos, para a “Entrada Triunfal” naqueles dias. A primeira carroça foi ornamentada com flores brancas e puxada por seis cavalos pretos. A segunda carroça, com flores vermelhas e puxada por seis cavalos brancos. A terceira carroça, com flores amarelas e puxada com seis cavalos marrons. O cortejo foi formado na seguinte ordem: Na frente iam mais de cem alunos com bandeirinhas nas cores preto-branco-vermelho e outras nas cores verde-amarelo. Seguiam as sociedades com as suas bandeiras e uma banda de música. Vinham então as três carroças com os sinos, a Diretoria e a Comunidade. Diante da igreja os sinos foram colocados um ao lado do outro e feito o leilão das primeiras badaladas.

As fotografias referentes à festa demonstram que os sinos foram recebidos com grande festividade. Um cortejo foi devidamente planejado e organizado, para fazer uma entrada “triumfal” na cidade. Houve a preocupação de diferenciar as carroças, com flores de cores diferentes, bem como os cavalos. Outro elemento que marcou a festa, foram os ideais de germanidade e brasilidade, pois os alunos da rede escolar foram divididos entre os com bandeiras representando as cores da Alemanha e os com bandeiras das cores do Brasil. A divisão dos alunos em número igual para representar Brasil e Alemanha, revela que os organizadores da festa tinham a preocupação de demonstrar que estavam entre duas pátrias, com o coração dividido entre a pátria idealizada e ligada pelo sangue a Alemanha e a pátria em que residiam e construía a nova vida o Brasil.

A chegada dos sinos



Fonte: Acervo do MAHP⁶ – Foto do cortejo dos sinos.

⁶ Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, Panambi/RS.

Sobre a questão de nacionalidade e pertencimento, Gertz (1994, apud Meyer, 2003, p. 196) descreve;

Na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada a território, o que no jargão jurídico é denominado *jus soli*, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro. Inversamente, na tradição alemã domina o *jus sanguinis*, o que significa que se considera “alemão” todo aquele que possui “sangue alemão”, independente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, admite-se que uma pessoa pode, juridicamente, ser cidadão de um outro estado que não a Alemanha, mas continuar pertencendo à abstração “povo alemão”.

Sobre os sinos, Dreher (2012, p. 39) afirma que “proibidas de terem sinos e campanário durante o Império, as comunidades luteranas, sempre que puderam, adquiriam sinos no período Republicano. Os sinos também regulavam a vida (...) dobravam ao alvorecer, ao meio dia e ao entardecer”. Desde a colocação dos sinos, estes exerceram função importante de comunicação na Colônia, pois anunciavam o começo das cerimônias religiosas, os nascimentos, casamentos e os falecimentos dos membros da Igreja, cada qual com um badalar específico. Os diferentes sons produzidos pelos sinos eram reconhecidos pela comunidade local e fazem-se presente até os dias atuais. O badalar dos sinos neste sentido pode ser traduzido como um patrimônio imaterial, que proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento local, ao reconhecer os diferentes sons tocados pelos sinos. No entanto pode ser considerado um fator de exclusão, pois somente a comunidade local reconhece os diferentes sons entoados pelos sinos.

Durantes os festejos foi rememorado à trajetória do casal Faulhaber a frente da Comunidade Luterana, sendo que estas homenagens concentraram-se em Marie, quando foi reconhecido o seu trabalho em prol da educação. Marie foi presenteada-a com um Álbum de Fotos, com fotografias das escolas que pertenciam à rede de escolas que compunham a Sociedade Escolar, fundada por Marie e Hermann. Cada prédio escolar foi fotografado, como também as turmas, com seus respectivos alunos e professores. Algumas escolas eram construções semelhantes a casas residenciais, em nada se parecendo com um prédio escolar. As turmas foram fotografadas em frente aos prédios escolares, organizados de forma esmerada, com o professor ao lado ou ao centro da turma.

Marie desde que chegou a Colônia passou a dedicar grande parte do seu tempo à educação e a eventos ligados a Igreja Luterana. Como professora atuou desde a fundação da primeira escola até a sua aposentadoria, no ano de 1932. No entanto, a aposentadoria não foi pelo magistério, mas uma pensão em função do cargo do marido. Todos os trabalhos que Marie realizou na Colônia foram gratuitos, não recebendo remuneração por nenhuma das atividades que desenvolveu.

O nome de Marie aparece em poucos documentos, geralmente quando aparece é Frau Faulhaber ou Frau Direktor Faulhaber⁷, uma alusão ao sobrenome ou cargo do seu marido. Tanto que na placa comemorativa, que recebeu juntamente com o Álbum de Fotos, consta a inscrição: *Para a Senhora Diretor Faulhaber, pelo jubileu dos 25 anos, dedicado pelas escolas de Neu-Württemberg, 1902 – 1927*⁸. Para Perrot (2008, p. 16) “as mulheres para existirem na história precisaram ou ser piedosas ou escandalosas, as demais ficam relegadas ao esquecimento”. As mulheres muitas vezes quando aparecem, apenas possuem um nome, mas não sobrenome, pois este era lhes atribuído o do marido. Na cultura teuto-brasileira as mulheres nem isso possuem, pois estas são denominadas como “Frau” (mulher/esposa), acompanhado do sobrenome do marido. Em raros momentos o nome de Marie consta nos documentos da Colônia, antes da morte de seu esposo.

A partir da morte de Hermann Faulhaber em 1926, Marie começou a aparecer nos documentos e fotografias referentes à Colônia de Neu-Württemberg. Por mais que a comunidade local a reconhece-se como responsável pela organização da rede de escolas e da parte pedagógica das mesmas, seu nome não consta nas atas escolares ou nas fotografias referentes aos encontros pedagógicos, realizados com os professores da Sociedade Escolar. Depois do falecimento de Hermann, Marie aparece em uma fotografia referente a estes encontros pedagógicos.

⁷ Mulher Faulhaber ou Mulher do diretor Faulhaber – Tradução nossa. Frau no sentido de esposa.

⁸ Frau Direktor Faulhaber Zum 25 – jährigen Jubiläum Gewidmet Von Neu-Württemberger Schulen 1902-1927 – Tradução nossa.

A morte de Hermann ocasionou um trauma na comunidade, que necessitava ser apagado da vida dos moradores de Neu-Württemberg, bem como da história. O suicídio necessitava ser esquecido, para que as lembranças do líder Faulhaber pudessem resplandecer. A repercussão da morte de Hermann Faulhaber não ocorreu apenas por ele ser um líder local ou mesmo por ser conhecido na região, mas também pelo fato da sua formação teológica e ter atuado como Pastor, pois a Bíblia, o manual da fé cristã, condena a morte autodirigida.

A comunidade mesmo abalada com a notícia da morte de Faulhaber não poupou esforço para despedir-se do diretor da Colônia. Sobre o funeral de Hermann, Neumann (2006, p. 167) descreve;

(...) o seu funeral, em 9 de julho, às 16 horas, compareceram mais de mil pessoas, vindas de toda a Colônia. As sociedades e clubes da cidade e das linhas coloniais, com dez bandeiras recolhidas e cerca de 400 estudantes da sede e as escolas das linhas com seus professores, tomaram parte. Também vieram pessoas de outros lugares, Ijuí, Cruz Alta, Vila Palmeira e Carazinho. Depois de uma silenciosa cerimônia na residência, o cortejo fúnebre se deslocou até o cemitério, localizado num local mais elevado, onde encontrou seu último descanso.

Hermann era conhecido e respeitado não só na Colônia, mas também nas cidades vizinhas. Carazinho, por exemplo, é uma cidade que fica a mais de 80 km de distância de Panambi (antiga Colônia de Neu-Württemberg). A morte autodirigida não impediu que a comunidade local e regional lhe rendesse as últimas homenagens, pois “o valor da pessoa em vida pode ser medido pelo tratamento que ela recebe no momento da sua morte” (BLUME, 2010, p. 18), demonstrando que Hermann tinha um alto prestígio na comunidade e região. A partir desta data, percebe-se que a comunidade, assim como a historiografia, se uniram para esquecer o ocorrido e reconstruir a trajetória do líder Faulhaber.

A historiografia que foi produzida a partir da morte de Hermann Faulhaber buscou ressaltar os feitos de grande líder, enfatizando seu trabalho como Diretor da Colônia. Nesta historiografia a atuação de Hermann como Pastor não é enfatizado e a sua morte autodirigida é suprimida dos textos. Exemplo desta historiografia é *Neu-Württemberg Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien*, produzida pela

Fundação Faulhaber, primeiro livro a (re) construir a imagem de Hermann Faulhaber. A Fundação Faulhaber foi criada para gerir a administração da Colônia e manter o trabalho que estava em andamento. O livro foi produzido para divulgar Colônia de Neu-Württemberg na Alemanha, arrecadar fundos e prestar constas dos investimentos oriundos do país alemão (MICHELS, 2001). A obra produzida em alemão tem um forte caráter laudativo e apresenta Hermann como um grande homem que sacrificou a sua vida em prol do ideal de construir uma colônia forte e próspera. A historiografia local que se produz posteriormente endossou o relato da obra.

O relato sobre a festa das Bodas do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana de Panambi encontra-se na obra, sendo que em meio ao texto sobre a festa afirma-se que “no entanto, com toda a alegria e gratidão em nossos corações, por este dia de festa, havia uma melancólica sensação de tristeza que não nos deixava, luto que à cerca de um ano atrás, tão de repente arrancou o diretor Hermann Faulhaber⁹” (FAULHABERSTIFTUNG, 1933, p.31-32). Percebe-se que a memória de Hermann é lembrada mesmo em trecho de exaltação aos festejos, ao mesmo tempo em que é suprimida as circunstâncias de sua morte.

As imagens revelam os festejos da chegada dos sinos em Neu-Württemberg, mas é na historiografia que se afirma que na referida data foi comemorada as Bodas do Jubileu de Prata da Comunidade Luterana de Panambi. Em reportagens vinculadas em 1928 reafirma a festa como alusiva aos 25 anos da Comunidade¹⁰.

A definição do ano de 1902 como marco inicial da Comunidade Luterana de Panambi remete a chegada do casal Faulhaber e do primeiro culto realizado na Colônia por Hermann. A comunidade e lideranças locais, bem como Igreja Luterana de Panambi escolheram homenagear

⁹ Und doch bei aller Freude und Dankbarkeit, die unsere Herzen an diesem Festtage bewegte ein Gefühl wehmütiger Trauer wollte nicht weichen, der Trauer um den uns vor etwa einem Jahr so jäh entrissenen Direktor Hermann Faulhaber. Tradução nossa.

¹⁰ Kalender Jahrweiser für die Evangelischen Gemeinden in Brasilien – 1928. MAHP.

Hermann como fundador da comunidade, como forma de lembrar e esquecer o passado, ressaltando os feitos de Faulhaber e esquecendo a forma trágica de sua morte. As homenagens feitas a Marie foram uma forma de reconhecer o trabalho da professora ao mesmo tempo em que relembravam a trajetória de Hermann, pois o trabalho do casal sempre foi em forma conjunta, apesar de apenas Hermann ser ressaltado pela historiografia.

Considerações finais

A festa das Bodas do Jubileu de Prata de Comunidade Luterana de Panambi realizada em dezembro de 1927 confirmou como marco de fundação da comunidade, a chegada do Pastor Faulhaber à Panambi. A festa que também contou com a chegada dos sinos, foi marcada por momentos de lembranças e esquecimentos, devido à necessidade de superar a morte do líder Hermann Faulhaber, que havia ocorrido de forma trágica. Ao escolher o ano de 1902 como marco fundacional da comunidade percebe-se a intencionalidade da mesma e das lideranças da Igreja Luterana na (re) construção da memória de Hermann, apagando o trauma da comunidade, através dos festejos, na tentativa de suprimir do contexto e da memória local a morte autodirigida de Faulhaber. Ao homenagear Marie, a esposa de Hermann, a comunidade reconheceu o trabalho da educadora, mas de forma velada rememorava a trajetória de Faulhaber, pois o trabalho de ambos sempre foi feito de forma conjunta, apesar da historiografia construída após a morte Hermann, reverenciar apenas o trabalho dele. A festa serviu como pano de fundo para a comunidade se reorganizar, superar a dor da perda e rememorar Hermann Faulhaber como líder local. Ao mesmo tempo a possibilidade de Marie aparecer como liderança local foi suprimida pela necessidade de (re) construir a imagem de Hermann que estava abalada. Assim como Marie aparece nos documentos do período, lentamente a historiografia torna-a invisível, transformando-a num apêndice de Hermann. Assim a historiografia construiu a imagem de um grande líder, lembrando os feitos de Hermann e esquecendo a sua trágica morte.

Referências

BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em História, São Leopoldo: 2010.

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi*. Panambi: Ed. Emgrapan, 2013.

CUNHA, Jorge L. Imigração e Colonização alemã, in: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Império*. Méritos. Passo Fundo: 2006.

DREHER, Martin N. As religiões in: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Império*. Méritos. Passo Fundo: 2006.

_____. (org.) *História de vida e fé*. Luteranos e luteranas no Nordeste do Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: OIKOS, 2012.

FAULHABERSTIFTUNG. *Neu-Württemberg. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien*. Stuttgart (Alemanha): Ausland-und Heimat Verlags A.-G., 1933.

FAUSEL, Erich. *Cinqüentenário de Panambi 1899-1949*. s.l.: s.ed., 1949.

KLUG, João. Igreja escola: um estudo de comensalismo institucional entre imigrantes alemães luteranos em Santa Catarina. In. LUCHESE, Terciane Ângela e KREUTZ, Lúcio (org.). *Imigração e educação no Brasil: história, práticas e processos escolares*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

LENZ, Silvia. *Festas públicas e privadas*. Disponível em: <<http://www.riogermans.com>> Acesso em 21/09/2014

LESCHEWITZ, Edgar. *Panambi: Vale das Borboletas Azuis*. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br>> Acesso em 20/09/2014

MALHEIROS, Adil Alves. *Panambi: o Vale das Borboletas Azuis*. 2 ed. atual. e ampl. Santa Rosa: Kunde, 1990.

MEYER, Dagmar E. E. *Identidades Traduzidas: Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

_____. Língua e religião como instituintes da nacionalidade: cultura teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul, In. CUNHA. Jorge L. e GÄRTNER. Angelika (org.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003

MICHELS, Sérgio Ervino. *A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação*. Dissertação [Mestrado]. Programa Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUÍ. Ijuí, 2001.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: PUCRS. Porto Alegre, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHNEIDER, Corinna. Bertha Reinhardt (1866-1944). In UNIVERSITÄT TÜBINGEN. *100 Jahre Frauenstudium an der Universität Tübingen 1904 – 2000: Historischer Überblick, Zeitzeuginnenberichte und Zeitdokumente*”. Tübingen: (s.n), (s.d). Disponível em: <<http://www.uni-tuebingen.de>> Acesso em 20/01/2014.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng. Festliche Momente: as festas escolares, In. LUCHESE, Terciane Ângela, KREUTZ, Lúcio (org.). *Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011.

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: FESTA, LAZER E SOCIABILIDADE EM UMA PARÓQUIA DE IMIGRANTES ITALIANOS NO PARANÁ

Fábio Augusto Scarpim*

É consenso entre os especialistas em imigração italiana que a Igreja Católica teve um papel de destaque no processo de organização das comunidades imigrantes desde os primórdios da criação dos núcleos coloniais. A atuação do clero como agente organizador e catalisador das colônias imigrantes levou muitos autores a afirmar a existência de uma “civilização paroquial” que se desenvolveu nos três Estados do Sul, dada à importância que a Igreja exercia naquele meio.

Esse texto tem como objetivo problematizar alguns aspectos das atividades de lazer e das sociabilidades desenvolvidas em uma paróquia (São Sebastião) formada por imigrantes italianos, localizada no município de Campo Largo, Paraná. A paróquia em questão foi formada por imigrantes oriundos majoritariamente do Vêneto que se instalaram na região a partir de 1878 e congregava cinco colônias¹ (SCARPIM, 2010). Por meio de memórias e documentos escritos indagamos se os espaços paroquiais eram os únicos locais de socialização dos colonos ou se

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná sob orientação do Prof. Dr. Euclides Marchi.

¹ A paróquia de São Sebastião foi criada oficialmente em 1937. Antes ela existia sob a forma de Curato (1906). Comportava as seguintes colônias: Antônio Rebouças criada em 1878, Rondinha em 1885 e Balbino Cunha e Dona Mariana em 1889. A colônia Balbino Cunha pertenceu a paróquia até 1937.

havia outros espaços no qual se davam as relações sociais, de amizade, de vizinhança ou mesmo de conflitos no interior da comunidade².

A historiografia que tem se dedicado a analisar o papel da Igreja Católica na organização das comunidades italianas no Brasil é relativamente extensa. Uma parcela significativa dessa historiografia defendeu a ideia de que o imigrante italiano concebia a religião como a instância legitimadora e organizadora de sua vida social.³ Dessa maneira, construiu-se o imaginário de um imigrante católico idealizado tido como modelo de fervor, docilidade e obediência. Essa imagem construída, sobretudo, pela Igreja Católica, especialmente na figura das várias ordens religiosas que atuaram no meio colonial italiano, tentou criar um modelo de catolicismo a ser implantado e seguido pela sociedade brasileira. Uma parcela significativa dessa produção historiográfica composta principalmente por representantes da instituição (padres, ex-padres, religiosos, leigos católicos), em particular aquela produzida de meados do século XX até as comemorações do centenário da imigração italiana no Brasil, reproduziu boa parte desse discurso.

Nas últimas décadas essa visão idealizada foi cedendo lugar a análises mais críticas sobre os propósitos da instituição nas áreas de colonização italiana e tem buscado revelar as múltiplas facetas das relações entre imigração, estabelecimento das colônias italianas e a Igreja Católica. De outro modo, pesquisas recentes vem acrescentar novos resultados sobre a atuação do clero no sentido de organizar as comunidades coloniais numa sociedade tão marcada pelo clericalismo que o historiador Luiz Alberto de Boni definiu como um “estado quase papal” (DE BONI, 1992, p.241).

² Os conceitos de sagrado e profano conforme apresentados no título estão sendo apresentados conforme propõe Mircea Eliade.

³ Entre diversos autores podemos destacar: Luis Alberto De Boni, Rovílio Costa, Arlindo Battistel, Vania Merlotti, Olívio Manfroí entre outros. Cabe destacar que não estamos discordando de que no início da colonização e no processo de formação das comunidades os imigrantes se organizaram em torno da religião. O queremos apontar é para as múltiplas formas que os sujeitos que fizeram parte desse processo se valeram para se reorganizar na sociedade de adoção e que a religião foi uma delas, importante sem dúvida, mas que não foi a única.

Certamente não há dúvida de que a paróquia era um espaço muito importante que congregava muitas das atividades de lazer e de sociabilidade, mas não era o único. Surgida como organizações espontâneas, derivada da própria forma de organização a que estavam habituados, a capela ou paróquia acabou por se tornar o local de destaque da colônia. Ela funcionava como um espaço de intensa sociabilidade, uma referência indispensável ao grupo, pois era ao seu redor que as pessoas se encontravam aos domingos e assim exibiam o seu pertencimento. Ir à missa, à reza do terço, às procissões, às ladainhas, às reuniões das associações era muito mais do que um simples momento de oração ou de cumprimento das obrigações de um bom católico. Esses momentos eram usados para atualizar as informações cotidianas, para selar amizades, onde os namoros se iniciavam. Era um evento social, no qual as pessoas reservavam sua melhor roupa. Aliás, quem nunca ouviu falar da famosa expressão “domingueira” ou “roupa de missa” que se usava em ocasiões especiais e que se cuidava para “não gastar” juntamente com o tamanco que só era utilizado em ocasiões especiais como lembrou, de forma bem humorada, Dona Pierina:

Nos domingo todo mundo tinha que ir pra missa, como fiquei feliz quando ganhei um tamanco e eu levava na mão pra não gastá. E lá no rio perto da Igreja eu lavava os péntão carçava. E a ropa de missa, a domingueira era uma só, e se lavava uma vez por ano, mais também não se sujava mesmo (CEQUINEL et ale, 2006, p.180).

Além de ser um espaço de coesão social o templo religioso⁴ acabou por se consolidar como local de memória e, de certa forma, de nostalgia da pátria mãe. Primeiro os capitéis, depois as igrejas de madeira e finalmente em alvenaria, construídas ao modelo vêneta com suas altas torres separadas do edifício, se constituíam em elementos de reelaboração da paisagem veneta. A partir da reconstrução de um mundo conhecido

⁴ Quero destacar que estamos utilizando como sinônimos os termos templo religioso e igreja. Os usos de um e outro tem mais a ver com questões de estilo de escrita e não uma discussão conceitual teológica. Quando estamos nos referindo a instituição católica utilizamos a expressão Igreja Católica com iniciais maiúsculas.

tentava-se minimizar o sentimento de perda trazido pela experiência migratória e criar a sensação de que ainda se estava em terras italianas. Portanto, a sociedade organizada em torno do templo religioso foi uma marca característica da forma de ser desses imigrantes, ou melhor, da sua italianidade.

Quando recorremos a memória de descendentes de italianos percebemos o quanto as referências do passado estão marcadas pela presença do aspecto religioso, ou seja, da Igreja. As lembranças da comunidade são inseparáveis dos principais eventos religiosos. Jacques Le Goff (1996, p.423) define a memória como uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo num contexto familiar, social, nacional. Ao ser indagada sobre suas memórias dos tempos de infância e juventude M.B. destaca a importância da família atrelada aos eventos religiosos.

As brincadeiras, a gente se reunia com primos, com os sobrinhos. As brincadeiras eram em casa porque geralmente não tinha uma coisa moderna como hoje recantos e shoppings. Era tudo em família ou nos vizinhos né. A gente passeava, visitava muito os vizinhos. Então as Filhas de Maria quando tinha procissão não havia ônibus. Era caminhão né, a gente se reunia em cima dos caminhões. Tinha um vizinho que tinha um caminhão levava a gente nas procissões. Tinha a festa do padroeiro dos motorista. A gente levava o santo lá em Órleans e voltava cantando e animado pra festa. Então esse era o nosso lazer (Entrevista, M.B.).

As lembranças da colaboradora acima podem ser inseridas dentro daquilo que o antropólogo Joel Candau (2012, p.48) chama de uma memória forte. Para o autor uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e na representação que ele vai ter de sua própria identidade. Uma memória forte é aquela que é compartilhada mais massivamente pelo grupo, sendo mais facilmente encontrada em grupos menores. Geralmente essa memória vem a tona entremeadas por sentimentos (sejam positivos ou negativos). Sentimentos esses que devem ser captados pela sensibilidade do pesquisador tanto na hora de fazer a entrevista como na hora de apropriar-se dela para a produção de uma narrativa histórica.

Os espaços da igreja, além do aspecto social, também podem ser considerados como demarcadores de poder. Para Foucault (1998, p. 14-15) o poder não é um objeto ou uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional implica lutas pois ninguém escapa ao poder. É como uma teia que se alastra por toda a sociedade e que exerce uma multiplicidade de forças. Portanto o espaço paroquial também é um excelente lugar para investigar como se travavam lutas simbólicas. É importante destacar que o contexto analisado refere-se a vigência do catolicismo ultramontano que se valeu de várias estratégias para combater os chamados “erros da modernidade”, bem como as novas ideologias (racionalismo, liberalismo, comunismo, maçonaria, espiritismo). Especialmente no meio rural, o clero se esforçava para impedir o contato, sobretudo dos mais jovens, com os “males do mundo moderno”, a saber: a moda das roupas, os bailes e as danças consideradas escandalosas, o cinema, os romances imorais, enfim tudo aquilo que viesse a ser considerado um perigo a manutenção da moral e dos bons costumes.

A Igreja Católica, por meio de vários instrumentos discursivos procurava doutrinar as mentes e disciplinar os corpos. Na perspectiva de Foucault, a partilha da doutrina, de um mesmo conjunto de discursos por numerosos indivíduos tende a definir uma pertença recíproca. Assim, a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros; mas ela serve de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los (FOUCAULT, 1996, p.42-43). Enfim, estabelece redes de enunciatários que se ligam, mesmo sem se conhecer, por vínculos de obediência, de interdições e de partilhas doutrinárias de um mesmo enunciador.

Para moldar o comportamento dos católicos a Igreja incentivou a criação de diversas associações seja para crianças, jovens ou adultos, como Cruzada Eucarística, Congregados Marianos, Filhas de Maria, Associação de São Luís Gonzaga, Apostolado da Oração entre outras. Com a criação das associações e a imposição de uma moral monacal a ser seguida pelos colonos, a Igreja cooptava em seu sistema de vigilância e punição uma parcela significativa de seu rebanho. Inculcada desde a infância, a religiosidade era uma constante na vida dos colonos italianos. Frequentar a catequese, ir a missa, participar das ladainhas, dos terços, das procissões, ser coroinha, cruzadinho ou marianinho (para os meninos) e aspirante a Filha de Maria (para as meninas) eram práticas

internalizadas desde a mais tenra idade que favoreceria a formação de um bom cristão pai ou mãe de família, ou um bom religioso (a) celibatário.

Seguir as regras. Ser bondoso, caridoso, obediente, preservar a castidade, a humildade e a modéstia, levar uma vida de oração e penitência eram atitudes esperadas de um bom católico que deveria se manifestar em todos os momentos da vida, inclusive naqueles de lazer e de festa. Se a Igreja, na figura do clero, atuava com um aparato discursivo que buscava imprimir nas comunidades coloniais uma aura de sacralidade e coíbia, muitas vezes, com intransigência os desvios de conduta, como os colonos reagiam a essas imposições? As memórias de sujeitos que vivenciaram esse processo mostram uma pluralidade de ações. Ao mesmo tempo que haviam pessoas que internalizaram na rígida educação familiar, moral e religiosa muitos aspectos do discurso católico, também há sujeitos que desafiavam as normas, seja de forma aberta ou velada, e transgrediam as imposições clericais.

Conforme apontou Paulo Possamai (2005, p.179-189) a imposição de uma moral puritana nos meios coloniais italianos era uma forma de tentar reger o comportamento do colono italiano, assim como passar a imagem de um camponês católico “ideal”. Portanto a “moral puritana” não era uma ‘qualidade natural’ do italiano, muito pelo contrário, era uma imposição do clero.

O padre era tido como uma figura de destaque na colônia. Acostumados desde as aldeias do Vêneto com a presença constante do sacerdote, os imigrantes trataram desde o início de reivindicar padres que os atendessem em seu idioma. Assim, desde os primórdios, as colônias estudadas foram atendidas pelos missionários da Ordem dos Missionários de São Carlos Borromeu, também conhecidos como padres escalabrinianos. Tal ordem foi criada no final do século XIX com objetivo de prestar atendimento espiritual as grandes levadas de italianos que migravam para a América.

A presença mais próxima e frequente do padre garantia um certo controle sobre a comunidade, uma vez que este acumulava diversas funções que extrapolavam as lides espirituais e religiosas. Além de celebrar as missas na paróquia e nas capelas, conduzir os eventos religiosos, dar catequese, realizar casamentos e batizados e ministrar os demais sacramentos, o sacerdote visitava as casas, ministrava bênçãos,

atendia doentes. Em muitos locais se recorria ao padre para tudo: para desavenças com os vizinhos, para resolver problemas no casamento, para instruir os noivos, para benzer crianças, para pedir pelo fim de uma seca, enfim agia como um médico não só dos males da alma, mas muitas vezes do corpo também. Dada essa importância, a figura do sacerdote inspirava respeito e temor. Entretanto não são raros os casos de desobediência e até desafio da sua autoridade.

Indícios de desobediências e de transgressões podem ser observados mesmo dentro dos espaços paroquiais. Exemplo disso pode ser encontrado no livro de atas das reuniões da Congregação Mariana quando o padre Francisco Corso *advertiu a todos sobre os maus exemplos e em particular aos pequenos de certos congregados evitando namoros e escândalos dentro do pátio da Igreja e lugares sagrados* (LIVRO DE ATAS I CONGREGADOS MARIANOS, 1948, p.6). Da mesma forma quando advertiu uma Filha de Maria *que foi suspensa por um ano, por não se comportar devidamente numa festa, faltando ao respeito com o padre diretor* (LIVRO DE ATAS FILHAS DE MARIA, 4 de julho de 1948).

As festas, realizadas em espaços alheios as imediações da igreja, considerados espaços profanos, eram grandes momentos de preocupação por parte da Instituição pois estas ocasiões podiam ser oportunidades para o desregramento dos comportamentos, a bebedeira, a blasfêmia e a liberalidade sexual. Os bailes foram incessantemente atacados pelo clero ultramontano, tanto que o padre Francisco Corso o definiu como o *mais terrível inimigo da virtude que só corrompem os bons costumes, alimentam os vícios e mancham a consciência* (LIVRO DE ATAS FILHAS DE MARIA, 1950, p.22). Os jovens eram estimulados a ingressar nas associações marianas, na qual era vedada a participação nos bailes. A Pia União das Filhas de Maria colocava como regra, sob pena de exclusão, a não participação em bailes. O Padre Pietro Cobalchini em sua obra *Guida spirituale dell'emigrante italiano* escrito entre 1895 e 1896 e publicado como um guia para a saúde do corpo e principalmente da alma dos imigrantes italianos radicados na América prescrevia com tenacidade o horror que tinha aos bailes, considerando-o como causa de desgraças e desordens. Segundo ele

(...) o homem não é feito para a terra, mas para o céu, não para a vida corporal transitória, mas para a vida espiritual e eterna. Todas as coisas mais desejadas do mundo não podem dar ao homem um fio da real alegria que vem da fé no serviço do Senhor. (...) Os jovens, de ambos os sexos, devem se manter distantes de ocasiões perigosas, a qual não são danosas apenas a alma, mas também ao corpo, pois não são raros aqueles que contraem doenças e também a morte, pelas desordens do baile. (COBALCHINI, 1896, p.72)

O catolicismo ultramontano, que se implementaria no Brasil em fins do século XIX e começo do XX, trouxe um surto de rigorosismo que se aplicava sobretudo ao corpo. Como forma de combater o racionalismo científico e o liberalismo, bem como as novas ideologias políticas que prescreviam a valorização das vontades individuais, a Igreja defendeu uma visão pessimista do corpo que deveria ser mortificado, ocultado, silenciado e disciplinado, especialmente no que se refere aos desejos sexuais.

Uma visão negativa do corpo, especialmente do sexo, era constantemente reiterada nos discursos clericais. O catolicismo ultramontano teve como uma de suas bandeiras a salvação da alma, e esta, só poderia ser conseguida graças a prática efetiva da oração e dos sacramentos, especialmente da confissão. O discurso intransigente do padre Pietro Cobalchini que enfatizava que o domingo era um dia para louvar e agradecer o senhor e não uma ocasião de festas e de propagação do pecado é reiterado na fala do padre Francisco Corso, pároco de Rondinha quando se dirige as Filhas de Maria em uma reunião mensal:

Recomendou-nos também a santificação do dia do Senhor dizendo que não só a Missa aos domingos, mas o dia inteiro era reservado a Deus e a alma. E uma missa seguida de divertimentos ou bailes domingueiras não é consagrar o domingo aos interesses da alma (LIVRO DE ATAS FILHAS DE MARIA, 3 de julho de 1949).

A necessidade de destacar os perigos que rondavam os bailes e demais divertimentos se fazia necessário não só porque a Igreja recomendava a não participação nessas festas, em especial as moças. O ataque aos bailes foi reiterado porque eles aconteciam com uma certa frequência nas imediações da paróquia estudada. Entre as pessoas entrevistadas, apesar de muitas dizerem que não participavam dos bailes,

destacaram que eles aconteciam e que conheciam pessoas (vizinhas, parentes ou amigos) que ofrequentavam. A entrevistada N.V. fala que, apesar da revelia do padre, as pessoas costumavam frequentar os bailes na colônia.

Se tinham algum bailinho elas iam nos bailes. Não eram nem clube e nada. Era num paió velho, numa casa velha que faziam um baile uma festa. Então a gente ia... Os pais não deixavam... *Mas iam escondido?* Não a gente ia com o pai e a mãe nesses baile. Agora era os bailinhos de dia. Tinha o terço depois do almoço. A gente ia no terço e depois até uma duas horas, três horas e depois tinha um matinê que a gente ia. Tinha uns que tocavam uma gaitinha lá. E a gente gostava de ir e a gente ia escondido do padre, mas de dia (ENTREVISTA, N.V.).

Um dos motivos que levava o combate dos bailes aos domingos, além de todo o imaginário acerca do evento como espaço de transgressões, de desregramento e de pecado, se refere a “concorrência” com as celebrações religiosas. Nas colônias italianas era muito comum a reza do terço na igreja no domingo a tarde. A missa acontecia pela manhã e a tarde, com ou sem a liderança do padre, as famílias se reuniam para esse momento de oração. Entretanto a sua frequência, muitas vezes, não ocorria conforme o esperado. Nos relatos dos entrevistados não foram raras as vezes que o padre ia buscar os colonos para a reza do terço, seja nos espaços particulares onde se faziam jogos (baralho, mora, bocha) ou ainda nos matinês onde se faziam os bailes.

No discurso clerical a ameaça ao inferno era uma constante. As pessoas eram levadas a refletir sobre os riscos e as penas que uma vida de pecado poderia acarretar. Uma das marcas do catolicismo ultramontano foi a valorização dos sacramentos entre eles o da Confissão. Alan Corbin (2009, p.466-467) destaca que os especialistas consideram o século XIX como a “idade de ouro do sacramento da confissão”. O exame e a confissão emergem como condição primária para salvação. Os padres alertavam seus fieis das consequências e dos danos que uma confissão mal feita poderia fazer. Ela acabou por se tornar em um dos instrumentos de controle do clero e uma estratégia de salvaguarda da moral familiar e de preservação da ordem social.

No dizer do padre Pietro Cobalchini (1896, pp.34-38) a confissão servia como *um freio para as nascentes paixões juvenis e um remédio para os males da alma*. Portanto, participar aos bailes, mesmo que de forma escondida, não poderia passar incólume às inquirições do sacerdote. Para garantir a absolvição dos pecados e o acesso à comunhão o fiel deveria confessar bem todas as suas culpas. Portanto, mesmo que o sacerdote não soubesse da participação no momento, poderia, por iniciativa do próprio participante, vir saber depois. Conforme destacou Jean Delumeau (1991, pp.8-12) o confessionário também era um local de benevolência paterna no qual o penitente o busca para, por meio do padre, obter o perdão divino e sair reconfortado.

O medo da não absolvição dos pecados ou da danação poderia ser mais forte do que a omissão. Assim, como forma de criar modelos específicos de religiosidade católica, o clero pelo controle do tempo, do espaço e com instrumentos como a vigilância e o autoexame buscava incutir em seus fieis a disciplinarização das ações e das condutas.

Nas memórias dos depoentes foi uma constante as lembranças sobre a atuação do Padre Irio Dalla Costa que era bastante intransigente, particularmente contra os bailes. O entrevistado P.C., em suas memórias de infância, relembra que:

Eu vi uma vez, vi uma vez, fui com ele pra rezar uma missa e na volta passando ele passou no baile na sociedade Timbotuva e fez o baile parar. Não sei se o baile continuou, mas ele disse a comunidade, ao pessoal que estava ali que aquilo não se deveria fazer, que era tempo quaresmal e que as pessoas que estavam ali, estavam em pecado e seriam condenadas (Entrevistada, P.C.).

A repreensão se fazia mais intensa pela gravidade da situação diante do olhar do clero: dançar na quaresma. Na memória popular ficou gravado os dizeres do padre que *naquele local nunca mais haveria de se realizar baile*. Alguns anos mais tarde, a sede da Associação veio a ser destruída por um incêndio. Algumas pessoas atribuíram o incêndio a praga do padre. Bailes se faziam de dia, a tarde, conhecidos como matinês, mas também a noite. O entrevistado A.A.C destaca que as pessoas não gostavam muito dos bailes de dia, preferiam a noite.

Com o *cajado da ordem* o referido sacerdote chegou a suspender Filhas de Maria que participaram de bailes e mesmo compareceu aos estabelecimentos para retirar aquelas que ali estavam dançando. No livro de atas da Associação foram constantes as advertências em relação *adesobediência*. Ao mencionar que a desobediência causava *escândalo e mau exemplo as demais* é muito provável que ele estivesse se referindo as danças. As proibições do Pe Irio que determinava o fim dos bailes, inclusive os de casamentos que conforme lembraram alguns entrevistados *não podia passar da meia noite* chegaram a ser noticiadas por duas vezes em jornal na cidade de Campo Largo conforme foi registrado no livro Tombo da paróquia de São Sebastião no ano de 1959 sob o título de *Calúnias*:

Um jornaleco de Campo Largo, dirigido por um tal Zeca, atreveu-se a caluniar por duas vezes o vigário de Rondinha. Interpretando maliciosamente os avisos do vigário, teve a coragem de chamá-lo de louco, porque insistia com os marianos e Filhas de Maria que não prolongassem os bailes de casamentos além de meia noite, pois nessas horas o álcool fazia a muitos cometer asneiras, dizer coisas que só desonravam os da casa. Ninguém deu crédito as calúnias, e o povo mostrou-se muito solidário com seu padre. Infelizes dos que sugeriram ao jornalista tais pensamentos e se atreveram a atacar um inocente sacerdote, que só almeja o bem de seus paroquianos (LIVRO DO TOMBO, 1906-1970).

O trecho acima, embora tenha sido escrito pelo próprio padre, demonstra que apesar deste ser concebido como fonte de poder, sua autoridade era contestada no momento que não agradava ou que interferia em questões do qual alguns não queriam abrir mão. Atitudes como essas também são indícios de que os sujeitos que compunham a comunidade paroquial não eram dóceis, ordeiros e submissos que aceitavam de bom grado todas as imposições eclesiásticas. Resistências, seja de forma aberta ou velada, faziam parte do cotidiano daquela comunidade.

A combinação álcool e dança conforme criticou o padre Irio em relação aos bailes no trecho salientado acima poderia descambar para uma maior liberalidade sexual, para a blasfêmia e as brigas. A necessidade de reiterar o combate a determinados costumes e práticas dos paroquianos de origem italiana revela como ocorria a recepção das ingerências da Igreja. As bebedeiras, a blasfêmia, as festas e os bailes das

quais muitos italianos participavam podem ser percebidos como pontos de resistência às normatizações eclesiais, pois o indivíduo acabava fugindo da prática da boa moral e da boa religião. Mas não foram somente os bailes que se tornaram objeto de temor e de interdição por parte do clero, mas também os divertimentos particulares (jogos) e as bodegas⁵. Aliás, a bodega, muitas vezes localizada ao lado da capela ou da paróquia era motivo de preocupação do clero. O padre Pietro Cobalchini a detestava, segundo ele, era nas vendas que se estimulava as bebedeiras, a blasfêmia e o desregramento sexual.

De acordo com minha longa experiência que lhe devem servir de escola estou convencido da necessidade de proibir o acesso, e de fechar as vendas e, não tanto o temor que esta ocasiona, como aparenta de ser, seja perigosa quanto maior a certeza que muitíssimos colonos italianos só por esta ocasião fizeram irreparável naufrágio na fé, se abandonaram aos vícios mais degradantes, perderam o amor ao trabalho, a sobriedade, as famílias sofreram de insanidade e tiveram miserável fim.

O alcoolismo é um dos piores vícios, destrói a família e a vida cristã. Por isso deve-se evitar as vendas (COBALCHINI, 1896, p.51).

Assim como os bailes eram concorrentes dos terços e orações, a bodega também concorria com os eventos religiosos e muitas vezes com a própria missa. Os colonos aproveitavam os domingos para ir às vendas para comprar mantimentos ou outros produtos de que necessitavam. Geralmente eram os homens que frequentavam e aproveitavam o momento para socializar com seus vizinhos, amigos e conhecidos em meio a bebidas alcoólicas. Embora enfrentasse a reprovação dos padres, os estabelecimentos comerciais abriam aos domingos porque era o dia que mais podiam ganhar, já que não era um dia de trabalho e muitos

⁵ As tavernas eram espaços mais comuns na Itália. Nas colônias italianas os armazéns eram comumente chamados de bodegas ou bodeguitas. Em muitas colônias italianas era um local de jogos, de bebidas, não deixando de ser o armazém do local. Concentrava a função de abastecimento e diversão na comunidade, com uma presença majoritariamente masculina (BENEDUZI, 2008, p. 94).

colonos compareciam a igreja para a missa. O depoente J.S. ressalta que as pessoas iam para as bodegas para jogar, beber e conversar e que elas ficavam abertas no domingo o dia inteiro.

A embriaguez é apontada pela historiografia como prática comum tanto a homens como mulheres. O que diferenciava a embriaguez feminina da masculina era o local, ou seja, enquanto os homens bebiam nas festas, nas praças e nas bodegas, as mulheres se restringiam ao ambiente doméstico (BENEDUZI, 2008, p.94). As bebedeiras podiam representar momentos de fuga, especialmente das regras rígidas e muito fechadas no qual estavam imersas muitas comunidades coloniais. As críticas em relação a esse vício referem-se ao estímulo a outros elementos combatidos pelo discurso eclesiástico. No caso das vendas a principal preocupação era com relação as discussões que poderiam resultar em brigas com ferimentos e até morte.

O entrevistado J.S relata um episódio ocorrido na década de 1930 em uma das colônias.

Uma vez numa sexta-feira santa sabe. Sexta-feira santa fizeram procissão lá e fizeram a via sacra e procissão. Depois que termino tudo a procissão religiosa foram no boteco e depois brigaram lá. Um home mato o primo meu, baleou outro no braço e depois que mato meu tio, sábado de aleluia, eu acho que ele se arrependeu de ter matado meu primo, ele pegou uma espingarda saiu na frente da casa dele armou dois cano puxo os dois gatilho e pôs a espingarda na boca. Não quero nem me lembra. Eu fui vê, uma sanguera, tinha pedaço de miolo, de osso. Meu Deus, era só se visse (Entrevista, J.S.)

O relato não seria mais dramático pelas circunstâncias que ocorreram. Primeiro por se tratar de uma sexta-feira santa, data mais importante do cristianismo. Para um grupo em que as práticas religiosas se constituía em um dos pilares de sua identidade, uma tragédia, ou melhor duas, em plena Semana Santa foi um golpe muito duro para a comunidade que teve como epicentro a bodega. Apesar do cumprimento das obrigações pascais: fazer procissão e via sacra na sexta-feira santa, a desobediência às imposições clericais se manifesta de duas maneiras. Em primeiro lugar do proprietário que abriu o estabelecimento no dia considerado mais sagrado do catolicismo e em segundo lugar dos

frequentadores que descumpriram o preceito pascal de praticar o jejum e abstinência.

O combate às bodegas era uma constante no discurso clerical porque um bêbado com seu estado de consciência alterado normalmente recusa o cumprimento do sistema de vigilância institucional. Portanto as tavernas, as festas particulares e os bailes eram duramente combatidos justamente por proporcionar ocasiões de pecado. Se havia a necessidade de a Igreja combater com veemência tais práticas era porque elas aconteciam com uma certa frequência.

Para concorrer com os espaços profanos e como forma de direcionar a comunidade, especialmente a juventude para um lazer mais “sadio” e cristão o clero estimulava a organização de atividades nas imediações da paróquia envolvendo principalmente as associações religiosas como, por exemplo, os Congregados Marianos. Era comum após as reuniões da Congregação a realização de um café para os membros da associação onde, além da socialização se traçavam as metas e planos futuros. O padre diretor incentivava os congregados a organizarem torneios de futebol, inclusive para a manutenção do espaço (o campo) para os jogos. Além do futebol, na paróquia havia mesa de pingue-pongue adquirida pela associação e que era utilizada em momentos de lazer e descontração pelos congregados, geralmente após as reuniões. O depoente A.A.C. destaca que os congregados marianos se reuniam aos domingos para jogar futebol. “Nós jogava num campo, nós tinha o time da congregação, depois tinha o time da Rondinha que jogava nesses torneios, os times de várzea que a turma dizia.” (Entrevista, A.A.C)

Além do futebol existiam brincadeiras que reuniam os jovens aos domingos que muitas vezes eram realizadas pelos próprios padres que podem ser vistas como forma de oferecer uma opção de lazer saudável e longe dos “perigos externos”, bem como de envolver a família e captar futuros membros para a congregação.

O padre formava umas brincadeiras e chamava os juvenzinhos. Daí todo mundo vinha depois do almoço e ficava. Fazia aquelas corridas que o cabra entrava dentro do saco e ganhava um prêmio pra quem chegasse em primeiro. Era daqui do portão da Igreja até onde é a capela mortuária. Então entrava dentro do saco e era só

tombo,mas faziam essas brincadeiras só pra divertir. Também a brincadeira do pau de sebo. Coloca um negócio em cima pro pessoal subir lá em cima. E faziam essas brincadeiras, porque o pessoal não tinha o que fazer em casa e vinham na Igreja. E nós vinha ai pra dar risada pra ver a piaçada se batendo (Entrevista com A.A.C.)

Percebe-se que a associação entre atividades religiosas e de lazer pode ser entendida também como uma maneira de atrair os jovens a Congregação. Os espaços da igreja eram palco do exercício da sociabilidade juvenil em vários momentos, mas também um espaço demarcador de poder, de controle e de vigilância. Era nesse local que todos podiam ver e ser vistos, onde os sacerdotes ditavam as normas de moral e conduta, onde a sociedade se auto-regulava e uma hierarquia se consolidava. Os congregados marianos também eram os primeiros a serem convocados para organizar as festas religiosas, especialmente dos padroeiros ou dos santos de devoção da comunidade.

A aliança entre Igreja e família era estratégia fundamental para amparar o discurso católico que valorizava a manutenção da moral e dos bons costumes, bem como o combate aos perigos que o mundo moderno oferecia. Nos discursos dos padres e demais religiosos, seja das missas, das reuniões das associações ou das missões populares vinham impregnado das responsabilidades que a família tinha na formação e na manutenção da moralidade cristã. Nas palavras do padre Irio Dalla Costa transcrita na ata por Maria Cunico *era dever das mães de família não deixar, nem levar os filhos e as crianças aos divertimentos profanos, seja mesmo a um baile de casamento onde á sempre a disfarçada malícia contra a moralidade cristã* (LIVRO DE ATAS, 1959, p.68).

Para finalizar, ao tratar de alguns aspectos da festa e do lazer de uma paróquia formada por imigrantes italianos e seus descendentes procuramos superar ideias preconcebidas ou idealizadas sobre o grupo italiano e as comunidades por eles formadas. Assim, procuramos problematizar esses sujeitos apontando para a experiência da complexidade do real, buscando relacionar os inúmeros fios que amarram as múltiplas faces da realidade humana e que entrelaçam diversificados fenômenos no tempo e no espaço.

Partimos do ponto de vista de que a comunidade paroquial, conforme apontou Zygmunt Bauman (2001, p.8-10) é organismo vivo e ativo que evoca tudo aquilo que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. Porém, ao mesmo tempo ela se configura como espaço de sentimentos, de afetividades, de partilha e comunhão dos seus componentes, mas não é uma massa totalmente coesa e heterogênea. Em consonância com os estudos recentes sobre as comunidades imigrantes detectamos indícios de que, no grupo em estudo, muitas atitudes tomadas pelos sujeitos apontam na direção de que nem sempre as relações eram harmônicas. Eram constantes a vigilância e o controle por parte das instituições tradicionais (família e Igreja principalmente) no sentido de afastar práticas e comportamentos que representassem brechas ou rupturas com os modelos tradicionais propostos. A vigilância constante se dava no sentido de afastar ou eliminar as escolhas relacionadas aos desejos individuais que, de alguma forma, viesse a descaracterizar um ideal de comunidade. Nessa direção percebemos a complexidade das relações sociais, as relações de força presentes e o quanto a pluralidade não é convivência pacífica, ao contrário, é eivada de conflitos, de tensões e de disputas. Também é enfrentamento que pode se configurar nas práticas concretas, discursivas ou simbólicas.

A tensão entre o sagrado e o profano, entre um desejo de controle que buscava implementar um ideal de católico (por meio de exortações, de discursos que buscavam doutrinar e disciplinar os sujeitos) e as formas como os atores sociais se portavam frente as imposições eclesásticas evidenciam atitudes, resistências, transgressões que afluíam nas práticas cotidianas. Esta tensão transparece, por exemplo, nas festas, no lazer e nos espaços de sociabilidade que se configuravam muitas vezes em momentos de fuga, de recusa e extravasamento perante as imposições dos discursos institucionais.

Fontes escritas

COBALHINI, Pietro. *Il Guida Spirituale per L'Emigrato Italiano Nella America* (1896). Disponível em <<http://www.scalabrinianos.org.br>>.

Livros de Atas da Pia União das Filhas de Maria (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo PR), 1947-1965.

Livros de Atas I dos Congregados Marianos (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo PR), 1938-1955.

Livros de Atas II dos Congregados Marianos (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo PR), 1955-1967.

Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião, Campo Largo-PR, 1906-1970.

Fontes orais

Entrevista com A.A.C. em 18/03/2013; (Campo Largo – PR).

Entrevista com N.V. em 25/10/2012; (Campo Largo – PR).

Entrevista com M. B. em 06/11/2012; (Campo Largo – PR).

Entrevista com V. S. em 27/02/2013;(Campo Largo – PR).

Entrevista com P. C. em 30/09/2013;(Campo Largo – PR).

Entrevista com J. S. em 30/07/2014;(Campo Largo – PR).

Referências

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BENEDUZI, Luis Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: edipucrs, 2008.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CEQUINEL, Waldemar et ale. *Igreja de Rondinha: 100 anos de História e fé*. Campo Largo, 2006.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In. PERROT, Michelle (org.). *História da Vida privada: Da Revolução à Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.

DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1990. vol.2.

DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o perdão: A Confissão Católica, séculos XIII a XVIII*. Rio De Janeiro: Cia das Letras, 1991.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: A essência das religiões*. São Paulo: MartinsFontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Rio de Janeiro: Autentica, 1996.

NAHUN, Vicent. “Os católicos: o imaginário e o pecado”. In: *História da Vida privada: da Primeira Guerra aos nossos dias*, vol.5. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

POSSAMAI, Paulo. “*Dall'Italia siamo partiti*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)”. Passo Fundo: UPF, 2004.

SCARPIM, Fábio Augusto. *Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo-PR, 1878-1937)*. Curitiba: UFPR, 2010 (Mestrado em História).

“EL THEATRO DE SUS APOSTOLICAS PROEZAS”: A ABORDAGEM HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ANTONIO RUIZ DE MONTOKYA COMO APÓSTOLO DE ÍNDIOS NOS ANAIS DO VI SIMPÓSIO DE ESTUDOS MISSIONEIRIOS (1985)

Gabriele Rodrigues de Moura*

Introdução

O presente artigo se propõe investigar a abordagem histórica e a “reconstrução” da imagem de Antonio Ruiz de Montoya, a partir de 1985, ano em que foram celebrados os 400 anos de seu nascimento. Este ator social, pertencente à Companhia de Jesus, atuou na região da Província do Paraguay, na primeira metade do século XVII. Considerado “quase índio”, “missionário-problema”, Montoya passa por uma primeira transformação de sua imagem após a sua morte (1652), quando foi aclamado como exemplo de virtudes e modelo de santidade popular. No século XVIII, é lembrado apenas como “jesuíta-modelo”, por Pedro Lozano, que o considerava como a tradução “perfeita da união de dois mundos”. Entre o final do século XVIII e XIX, com as questões que envolveram a Supressão (1773) e a Restauração da Companhia de Jesus (1814), Ruiz de Montoya foi “esquecido” nos arquivos das bibliotecas nacionais de Portugal, Espanha, Peru, Paraguay e Argentina. Com a Restauração, sobretudo, após o ano de 1890 quando ocorrem as reimpressões de livros considerados como “importantes” para consagrar os trabalhos apostólicos e reafirmar a identidade da Companhia de Jesus

* Mestre pela Unisinos. A presente pesquisa para o projeto de doutorado encontra-se em estágio inicial sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck.

como uma ordem religiosa missionária de atuação expressiva, Montoya é lembrado. Seus livros impressos em Madrid (1639-1640) são todos reeditados em versão integral, com exceção da *Conquista Espiritual*, que passa por um processo de supressão textual do que poderia ser considerado “ofensivo” à imagem que a Ordem queria passar para os seus leitores. Entretanto, apenas nos anos de 1960 e na década de 1980, é que se iniciam estudos mais específicos sobre a vida e escrita deste jesuíta, quando o missionário é representado como um dos principais defensores dos direitos indígenas como súditos da Coroa Espanhola: Guamán Poma de Ayala (1534- 1615), Bernardino de Sahagún (1499-1540), José de Anchieta (1534-1597), Bartolomé de Las Casas (1474- 1566), José de Acosta (1539-1600), pelos historiadores, antropólogos e linguistas. Para tanto, nossa comunicação valer-se-á dos Anais do VI Simpósio de Estudos Missionários e a edição traduzida para o português do livro *Conquista Espiritual*, ambos impressos no ano de 1985.

Antonio Ruiz

Antonio Ruiz nasceu na Ciudad de los Reyes (Lima, Peru), no dia 13 de junho de 1585, filho natural de Cristóbal Ruiz (sevilhano) e de Ana Vargas (limenha). Órfão aos oito anos foi entregue a tutores (JARQUE, 1900, pp. 54-55), que o matricularam no Real Colegio San Martín, fundado pelos jesuítas naquela cidade. Montoya permaneceu no colégio até os 15 anos, quando abandonou os estudos e passou a viver uma vida licenciosa. Correndo risco de ser preso, desterrado ou morto, decidiu pedir permissão ao Vice-Rei do Peru para seguir ao Chile e, posteriormente, tentou ir para o Panamá, mas os seus planos não obtiveram êxito.

Nesse período, em 1605, Ruiz de Montoya daria início a um período de transformação na sua vida, ao retornar aos estudos e fazer os *Exercícios espirituais*, sendo orientado pelo Pe. Gonzálo Suárez. Embora, esteja claro que o gênio intempestivo e o espírito belicoso, que o fez abandonar os estudos, permanecem mesmo após a sua entrada na Ordem de Santo Ignácio e a sua admissão no noviciado no Colegio Mayor de San Pablo (MORALES, 2005, p. 58).

Após a conclusão de seus estudos em Linguística/Gramática, Dialética/Lógica e Retórica, Ruiz de Montoya retorna ao Real Colegio de

San Martín para fazer os estudos superiores em Letras Clássicas, Humanidades (Literatura) e Retórica (modo de propor e meios de expressão) (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 29).

Antes da conclusão final das Letras Clássicas e Humanidades, Montoya partiu junto com a expedição de Diego de Torres Bollo em direção ao Chile. Prosseguiram para Córdoba de Tucumán, onde receberam orientação do Pe. Juan de Viana. Seria em Córdoba que Ruiz de Montoya daria prosseguimento aos seus estudos em Letras Clássicas e Humanidades (JARQUE, 1900, pp. 163-164). Contudo, para terminar o noviciado de forma apressada, por ordem do Pe. Diego de Torres, Montoya recebeu algumas instruções sobre Teologia Moral antes da ordenação (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 57).

Ordenação e as missões apostólicas no Guayrá

Após a ordenação, enquanto esperava para entrar nas *reducciones* do Guayrá, dedicou-se ao estudo da língua Guaraní, obtendo um grande grau aperfeiçoamento (RABUSKE, 1985, p. 47-48). Seguiu para a região *guayreña*, em 1612, com o Pe. Antonio Moranta, que retornou para Asunción e foi substituído por Martín Javier de Urtasum.

A partir de sua chegada, Montoya passou a auxiliar os seus companheiros nos cuidados espirituais dos *guayreños* e dos indígenas catequizados. Durante os anos de 1615 até 1622, seguindo o exemplo dos primeiros jesuítas na Província *Paraguayense*, realizava missões volantes, como meio mais eficaz de entrar em contato com os caciques da região (AGUILAR, 2002, p. 155). Através dessa estratégia de contato com os caciques, que Ruiz de Montoya conseguiu relacionar-se com as diferentes tribos indígenas. Desta forma, teve a possibilidade de observar as distinções existentes entre cada grupo contatado.

Servindo-se da sua natural origem *criolla*, aliada à sua perspicaz capacidade de observação, Montoya, captou até mesmo os traços culturais mais sutis que diferenciavam os grupos étnicos que contatava. Dessa forma, conseguiu relatar nos seus escritos, de maneira minuciosa, não apenas os hábitos, mas também as formas de estabelecimento das relações sociais as tribos indígenas contatadas. E justamente pela abundância de detalhes captados esses escritos representam um

verdadeiro guia para a compreensão das diferenças entre os indígenas e, sobretudo, para o modo como os missionários jesuítas poderiam e deveriam se aproximar dos mesmos.

Todo esse conhecimento fez com que o missionário tivesse as condições humanas e pastorais para ser o principal responsável, entre os anos de 1622 até 1628, pelo impulso fundacional de novas *reducciones* (RABUSKE, 1985, p. 47), tais como San Javier, San José, Encarnación, San Miguel, San Pablo, San Antonio, Concepción de Nuestra Señora de los Gualachos ou Concepción de Nuestra Señora de los Guañanas, San Pedro; Los Angeles de Tayaoba, Arcangeles ou Siete Arcangeles, Santo Tomás Apostól ou Tomé e Jesús Maria (MAEDER e GUTIERREZ, 2009, p. 21).

Entre os anos de 1628 e 1631, ocorreram os ataques às *reducciones* do Guayrá. As bandeiras dos paulistas, chefiadas por Antônio Raposo Tavares, acompanhado pelo mestre de campo Manuel Preto, destruíram as *reducciones* quase que completamente (escaparam apenas a de Loreto e de San Ignacio) e aprisionaram um grande número de indígenas para o trabalho escravo nos engenhos de cana de açúcar. O envolvimento das autoridades coloniais, tanto espanholas quanto portuguesas, fez com que os jesuítas ficassem abandonados junto aos *seus índios*, diante da violência dos paulistas. A solução foi abandonar o Guayrá, escapando dos bandeirantes.

Montoya organizou então um plano de fuga, reunindo cerca de 12 mil indígenas. A transmigração ocorreu em 1631, pelo rio Paranapanema, descendo o rio Paraná até às Sete Quedas. Como tática dispersiva, Montoya sugeriu, nas proximidades das cataratas, lançar as balsas ou canoas rio abaixo, com o intuito de enganar os bandeirantes. Isso fez com que o grupo seguisse o resto do trajeto a pé até o Uruguai (entre os rios Paraná e Uruguai), onde já existiam *reducciones* estabelecidas (RUIZ DE MONTOYA, 1639, f. 49r). A ideia da transmigração acarretaria não poucas críticas ao missionário, sobretudo, por parte do Padre Geral em Roma, que percebeu em Montoya traços de uma personalidade *rebelde* que não estava sujeita às ordens dos superiores (MORALES, 2005, pp. 58-59).

Nos anos seguintes à transmigração ou êxodo *guayreño*, as *reducciones* Nuestra Señora de Loreto e San Ignacio del Yabebirí, bem

como outras que foram criadas posteriormente, conseguiram se consolidar. Quanto às já existentes e às que estavam sendo fundadas nas regiões do Tape e *Itatines*, essas se tornaram alvo de novas investidas dos bandeirantes.

O Superior de Todas as Missões e a ida à Corte de Madrid

Nesse período, mais especificamente em 1636, Montoya foi nomeado Superior de Todas as Missões. E, como Superior, tratou de dar início a visitas a cada uma das *reducciones* existentes. O interesse em visitar os estabelecimentos reducionais, estava relacionado a concreta ameaça de um iminente ataque por parte dos bandeirantes. Novamente, o missionário assumiu a organização da fuga dos indígenas para a região do Paraná e Uruguay, indo contra as ordens do Provincial Diego de Boroa, que não concordava com o abandono da região. Uma vez mais, as autoridades coloniais nada fizeram para deter ou punir os bandeirantes. Tentando resolver o problema definitivamente, os jesuítas organizaram a Sexta Congregação Provincial, na qual foi decidido que Antonio Ruiz de Montoya e Francisco Díaz Taño seriam enviados para Madrid e Roma, respectivamente, para denunciarem os crimes cometidos pelos bandeirantes e a conivência das autoridades coloniais. Além disso, estavam autorizados a propor o armamento indígena e a solicitar o envio de novos padres para missionar na região (FURLONG, 1962, p. 125).

Ruiz de Montoya passou seis anos na corte madrilena, acompanhando o processo movido contra os bandeirantes, e promovendo a necessidade da defesa armada dos índios. Durante essa estadia na Corte, enquanto esperava as resoluções do Conselho das Índias, Montoya escreveu uma breve história dos acontecimentos que ele próprio tinha testemunhado ou que soube através do relato de outros companheiros, sob o título *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape*. Nesse mesmo período, teve a oportunidade de imprimir três livros dedicados à linguística indígena, assim intitulados: *Tesoro de la lengua guarani*, *Arte*, *y vocabulario de la lengua guarani* e *Catecismo de la lengua guarani*.

Em 1643, retornou ao Vice-Reinado do Peru, com as Cédulas Reais de aprovação do armamento indígena e auxílio do ex-governador do Paraguay D. Pedro de Lugo y Navarra (FURLONG, 1962, p. 126).

Ainda em Lima, Montoya envolveu-se na defesa da Companhia de Jesus diante das acusações de heresia feitas pelo bispo de Asunción, D. Fr. Bernardino de Cárdenas, questão esta que se prolongou pelos seus seis últimos anos de vida (AGUILAR, 2002, pp. 167-169). Na sua estadia em Lima, o missionário dedicou parte de seu tempo aos cuidados espirituais dos escravos negros, sem deixar também de continuar a ensinar a língua Guarani na universidade San Martín, dar orientação espiritual, e, escrever.

Antes de sua morte, em 1652, ainda escreveria o manuscrito *Sílex del Divino Amor* (1991 [c.1650]). É neste livro que Montoya mencionaria os ensinamentos místicos que recebeu do índio Ignacio Piracyí (MELIÀ LITTERES, 2010, p. 72). Tais ensinamentos eram voltados ao jovem jesuíta Francisco del Castillo toda a sua experiência contemplativa, suas renúncias e dedicação ao apostolado de missionário. Deixou ainda um livro em forma de manuscrito: *Apología en defensa de la doctrina cristiana* (2008 [c.1651]).

Ao longo de sua vida, escreveu muito e narrou detalhadamente os acontecimentos vivenciados por ele, pelos seus irmãos em Cristo e pelos seus “filhos” indígenas, na Província do Guayrá, através da sua visão e percepção de mundo. Em suas narrativas representava não apenas a si mesmo, mas aos outros, principalmente, os grandes personagens da sua “reconquista espiritual”: índios, bandeirantes e jesuítas.

O “quase índio”, “xamã” e santo popular

Desde a sua entrada na Companhia de Jesus (1605), Antonio Ruiz de Montoya começou a ser reconhecido pelos superiores como um santo. Os relatos dos provinciais do Paraguay reconheciam os seus feitos heroicos, visões proféticas e diversos milagres relacionados à conversão dos indígenas. O primeiro provincial do Paraguay, Diego de Torres Bollo, foi o primeiro a observar as experiências místicas de Montoya, quando este ainda era noviço. Sonhos proféticos diziam a Montoya que ele logo seria enviado a um campo repleto de *selvagens*, estando cercado por homens mais reluzentes do que o sol (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 30). Ao ser enviado ao Paraguay, os relatos sobre essas experiências começaram a ser abundantes. Visto pelos seus companheiros de missão como um varão apostólico, homem de muita oração e de insigne

santidade, tornou-se personagem principal de muitas cartas contando os seus sucessos.

Os relatos de presença divina e sucessos vindouros, muito frequentes na *Conquista Espiritual*, são atribuídos nas caras ânuas (dos padres Diego Ferrer, Ignacio Hernat, Juan de Salas, José Cataldini, Simón Mascetta; além dos provinciais, Diego de Torres, Nicolás Durán Mastrilli e Pedro de Oñate) as visões proféticas e o constante “diálogo” que Montoya mantinha com a Virgem de Loreto. Esse “dom” tornou-se tão evidente, que os indígenas passaram a considerá-lo a reencarnação do lendário pajé *Quaracitî* (Sol Resplandecente), que havia regressado para salvá-los.

Após os quase 30 anos como missionário no Paraguay, foi enviado para advogar na Corte madrileña pela causa do armamento indígena. Nestes 5 anos de vida cortesã (1638-1643), onde seus companheiros de Ordem religiosa o consideravam um “quase índio”, por sua rusticidade nas expressões e forma de agir, Montoya previu que só morreria ao regressar ao solo paraguaio (JARQUE IV, 1900, p. 239). Como relatado pelo padre Simón de Ojeda, esta previsão se concretizou. Montoya, ao conseguir a liberação do armamento indígena pelo vice-rei do Peru, pode chegar até Salta, contudo, precisou regressar a Lima para defender a Companhia de Jesus das acusações feitas pelo bispo de Cárdenas (ASTRAIN V, 1916, pp. 592-624). Ao falecer, em 11 de abril de 1652, os exemplos de sua santidade o fizeram ser aclamado como santo pelos moradores de Lima e Asunción. As autoridades eclesiásticas e coloniais, além dos populares, compareceram ao Colegio Maximo de San Pablo. Durante o enterro, grande parte dos presentes beijavam o corpo, outros tocavam os rosários. Pela quantidade de pessoas tentando guardar relíquias, fez com que o enterro fosse apressado para evitar que o desnudassem ou arrancassem os dedos e cabelos (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 355).

Seriam essas relíquias (pedaços de batina ou trechos das cartas) que iniciariam os relatos dos milagres e cura de doenças graves, atribuídos a Montoya.

O “encontro perfeito de dois mundos”: Antonio Ruiz de Montoya como o herói da *conquista espiritual*, na obra de Pedro Lozano

Pedro Lozano, em seu segundo tomo de *Historia de la Compañia de Jesus de la Provincia del Paraguay*, trata da chegada do primeiro Provincial do Paraguay, o pe. Diego de Torres Bollo, em Córdoba de Tucumán. Acompanhava o Provincial um grupo de noviços, dentre eles o irmão Antonio Ruiz de Montoya, que terminariam no Colégio de Córdoba os seus estudos e, depois, seriam enviados para missionar nas regiões da Província.

Relatando como Montoya se destacou no ofício de Procurador da Residência de Córdoba, Lozano, destaca os primeiros sinais de mística apresentados pelo missionário. Nestes *favores que Christo Señor Nuestro, y su Madre Santissima hacian al Hermano Antonio Ruiz de Montoya*, o cronista da Companhia de Jesus, destaca que o missionário

[...] se encendió en ardentísimos deseos de la salvacion de las almas de los Indios, y sin poderse contener, llevado de su fuerza, hizo voto de ayudarles siempre, y de emplearse con ellos toda su vida, salva la obediencia. Fomentando estas ansias en su corazón, le ocurrió, que sería bien cortar la tela de sus estudios, por ocuparse quanto antes en la conversión del Gentilismo (LOZANO, 1755, p. 90).

Com constantes intervenções divinas e êxitos apostólicos, Ruiz de Montoya é continuamente representado por Lozano como um dos mais ilustres varões da Ordem de Santo Ignacio em solo paraguayense. Isto se deve ao fato de que Lozano passa a considerar este jesuíta, não apenas como um místico ou jesuíta-modelo, mas, principalmente, como uma “tradução de dois mundos” (LOZANO, 1755, p. 333). A definição atribuída a Montoya no século XVII de um “quase índio”, em Lozano é redefinida como uma postura que lembrava a figura de Francisco Javier, o que traria uma forma exitosa de missionar entre os indígenas. Pois “el fuego de su zelo no le permitia estar ocioso; el tiempo que le sobraba de sus negocios, empleaba en el ejercicio de nuestros ministerios, especialmente en el Confessionario” (LOZANO, 1755, p. 394).

Nos “campos do esquecimento”

Entre o final do século XVIII até a segunda metade do século XIX, os livros, cartas e relatos atribuídos ou que fizessem referência a Antonio Ruiz de Montoya desaparecem. Como eram relatos e narrativas onde se pregava o zelo apostólico e pobreza dos missionários que pregaram o Evangelho na Província do Paraguay, acabavam não servindo como embasamento ataques feitos contra a Companhia de Jesus e sua exploração do trabalho dos indígenas. Desta forma, nestes anos em que se destacaram questões como o anti-jesuitismo, supressão e restauração da Companhia de Jesus, Montoya acabou sendo “esquecido” dentro dos arquivos da ordem jesuítica e nas bibliotecas da Espanha, Brasil Peru, Chile e Argentina.

As comemorações dos 400 anos do nascimento de Antonio Ruiz de Montoya

Nas décadas de 1920 e 1950, Antonio Ruiz de Montoya foi tema de livros e artigos lançados por Carlos Teschauer¹ (1980) e Luiz Gonzaga Jaeger (1957), onde podemos observar a defesa de sua santidade e importância para a fundação das *reducciones* na Província Jesuítica do Paraguay.

Em 1985, ocorreu o VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários, que teve como seu tema a comemoração dos 400 anos de nascimento do padre Antonio Ruiz de Montoya. Conforme a apresentação dos Anais do Simpósio, escrito por Erneldo Schallenberger, no ano seguinte, os objetivos desta reunião de pesquisadores era o de debater e desvelar fontes que permitissem a reconstrução e a escrita histórica, principalmente, no que diz respeito às questões de formação sociocultural da América do Sul. Conforme o autor,

o lançamento da “Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e

¹ O livro *Vida e obras do preclaro Pe. Ruiz de Montoya, apóstolo do Guairá e do Tape*, de Carlos Teschauer, foi publicado em 1980 pelo Instituto Anchietano de Pesquisas.

Tape” de Antônio Ruiz de Montoya, na versão vernácula, traduzida por Arnaldo Bruxel, apresentada e anotada por Arthur Rabuske, constitui-se um marco de suma importância, uma vez que coloca ao acesso dos pesquisadores do mundo luso uma das mais primorosas fontes históricas para a inteligência dos mecanismos que configuraram a conquista do Prata no encontro dos séculos XVI e XVII (SCHALLENBERGER, 1985, pp. 03-04)

Seria com este pensamento que os demais pesquisadores se dedicaram a escrever sobre a importância de Ruiz de Montoya como missionário e apóstolo de índios na região da Província Jesuítica do Paraguay. Dentre os artigos sobre o jesuíta, podemos dividir em dois grupos importantes: Antonio Ruiz de Montoya como missionário; e, Antonio Ruiz Montoya como autor da *Conquista espiritual*.

No primeiro grupo de estudos sobre o missionário, podemos destacar os artigos de Bartomeu Melià, Rafael Carbonell de Masy e Regina Maria d’Aquino Fonseca Gadelha. No artigo de Melià, são debatidos os memoriales escritos por Montoya, que até então, encontravam-se todos no Archivo Romano. Entre o debate sobre o que constava nos memoriales, Melià faz considerações importantes acerca da posição tomada por Ruiz de Montoya em relação à defesa do armamento indígena. Conforme o autor:

Hay que reconocer que Montoya, al unir la defensa de los indios y de las reducciones con la protección del espacio geopolítico español, mostró no poca habilidad para interesar al rey en persona, pero la realidad de frontera de las reducciones jesuíticas mostraría que la estrecha unión de los dos problemas era algo más que retórica (MELIÀ, 1985, p .89).

Rafael Carbonell de Masy aborda como Montoya contribuiu para o desenvolvimento econômico das *reducciones guayreñas*, sobretudo, após a introdução e criação do gado. A partir desta constatação, o autor debate sobre três temas que considera importante: recursos, necessidades e estratégias para corrigir os “desequilíbrios”, ou seja, os problemas da fome e epidemias que aconteciam nos *pueblos* e *reducciones*; autonomia dos indígenas, que os retirava de uma situação de dependência da Coroa Espanhola para o seu sustento; e, a questão da “moeda”, que seria muito mais um regime de trocas de suprimentos entre as *reducciones*, como

também, posteriormente, a utilização desta produção indígena para venda nas cidades coloniais espanholas (DE MASY, 1985, pp. 92-93).

Neste mesmo tema, Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha, debate as relações de produção descritas por Montoya e que estão presentes no livro *Conquista espiritual*. Segundo o que afirma a autora, as opiniões e o relato do jesuíta, contribuiriam para a compreensão da cultura indígena e como eram travadas as relações entre índios e missionários, no começo da catequização. Tratando, principalmente, como ocorreu o desenvolvimento das *reducciones* até as invasões bandeirantes e a ida de Montoya para Madrid, como forma de defender as fronteiras espanholas e a liberdade indígena (GADELHA, 1985, p. 129).

Antes de tratarmos sobre os artigos que descreveriam a importância de Antonio Ruiz de Montoya como autor da *Conquista espiritual*, observamos como necessário colocar a introdução feita para a edição do livro em português. Pois, seria a publicação deste livro em língua vernácula, o principal motivo que levou estes historiadores a pensar na importância de Ruiz de Montoya como missionário, jesuíta e escritor.

Conforme Arthur Rabuske e Arnaldo Bruxel, a *Conquista espiritual* deve ser considerada como um dos principais registros, senão o mais importante, da história da Companhia de Jesus na Província Jesuítica do Paraguai. Conforme a introdução feita pelos dois jesuítas ao livro, devemos observar as ideias de Montoya que se sobressaem ao texto e como foram feitas as descrições sobre a constituição das primeiras *reducciones* da província. E encerram afirmando que:

Montoya, tido por muitos como um dos principais missionários entre os guaranis, semelha-se não pouco a seu irmão Anchieta nos aldeamentos indígenas brasileiros... Merece, pois, ser conhecido entre nós e apreciado a partir de um dos seus textos, que hoje é clássico e equivale a uma das fontes mais importantes para as Reduções do Antigo Paraguai e, eventualmente com isso, para os inícios históricos, ao menos parciais, do Paraná e Rio Grande do Sul. E dá-se isso, quando já se pensa nas comemorações do 4º centenário de nascimento de Montoya em 1985 (RABUSKE e BRUXEL, [1983] 1997, p. 10).

No Simpósio de Estudos Missionários, Artur Rabuske e Ernesto J. Maeder são os responsáveis pelos artigos que definem a importância de Ruiz de Montoya como escritor. No caso de Rabuske, esta reflexão a respeito da figura de Montoya está dividida em dois artigos. No primeiro, o autor analisa quem era Antonio Ruiz de Montoya e a sua obra, para que o missionário seja reconhecido de “forma indelével, positiva e duradoura” (RABUSKE, 1985, p. 43).

Assim sendo, Rabuske debate sobre como Montoya foi representado por Pablo Hernández e Carlos Teschauer, na primeira metade do século XX, ressaltando que o jesuíta sempre era mostrado como um “homem verdadeiramente insigne” ou “um benemérito desconhecido”, digno de todas as honras e altares (RABUSKE, 1985, p. 43). O autor encerra este primeiro artigo questionando quais seriam os motivos para que Ruiz de Montoya ainda não tivesse sido beatificado, diante de tantas constatações sobre suas virtudes teológicas e morais, que resistiriam a quaisquer exames críticos.

No segundo artigo de Rabuske apresenta os subsídios para a leitura da *Conquista espiritual*. Desta forma, enuncia quais são os principais elementos que devem ser observados ao longo do livro e relata como foi feita a tradução para o português. O jesuíta começa explicando quais foram os motivos que levaram a utilização da edição de 1892 e não a de 1639, as questões que envolveram a tradução e os motivos que fizeram com que fosse decidido traduzir esta obra (RABUSKE, 1985, p. 73).

Por fim, Ernesto J. Maeder escreve sobre o legado de Antonio Ruiz de Montoya sobre as missões. Neste artigo, o autor, salienta a importância que Montoya adquiriu como missionário desde o século XVII, pelos seus estudos sobre a linguística indígena como também a sua postura como religioso. Sua afirmação se embasa no fato do reconhecimento da *Conquista espiritual*, desde a sua impressão, como um dos principais livros de história da Ordem de Santo Ignacio. Isto se deve, ao que afirma Maeder, ao fato de que este livro é um relato “apasionado, escrito bajo la impresión que le produjera la destrucción de los pueblos del Guayrá y del Tape, por las malocas paulistas entre 1631 y 1637, refleja las realidades y las contradicciones de la sociedad colonial hispano portuguesa de aquella época” (MAEDER, 1985, p. 57).

Maeder ainda discute questões que levariam muitos historiadores a desconsiderar a importância do livro, sobretudo, a ausência de cronologia e a permanente constatação de presenças sobrenaturais e a total parcialidade e envolvimento nos fatos descritos. Segundo o que afirma o autor, estes fatos poderiam ser desconsiderados e os fatos mais importantes ser observados para estudos históricos.

Considerações finais

Após o ano de 1985, muitos pesquisadores se dedicaram a pesquisar sobre quem era Antonio Ruiz de Montoya e a sua obra. Além dos historiadores citados, novos pesquisadores decidiram analisar a obra deste jesuíta. Algumas considerações e constatações que foram feitas nas comemorações dos 400 anos de nascimento de Antonio Ruiz de Montoya, já foram revistas e reelaboradas.

Ruiz de Montoya de “quase índio”, “santo”, “síntese de dois mundos”, “ilustre varão”, “criollo”, “apóstolo de índios” e “defensor dos direitos indígenas”. Hoje é visto como o primeiro historiador da Companhia de Jesus, na região dos rios descritas no título de seu principal livro, além de linguista e o primeiro *criollo* a escrever um livro de mística. Montoya foi múltiplo e único, por isso, acabou sendo o principal representante do que Melià descreve como uma “Companhia *Paraguayense*”, que buscava não só evangelizar o indígena, como também compreendê-lo.

Referências

AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista Espiritual: A História da Evangelização na Província Guairá* na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652). Roma: Pontificia Università Gregoriana, 2002.

ASTRAIN, Antonio de. *História de La Compañía de Jesús en La Asistencia de España*: Vitellesch, Carrafa, Piccolomini (1615-1652). Tomo V. Madrid: Administración de Razón y Fé, 1916.

DE MASY, Rafael Carbonell. La contribución de Ruiz de Montoya al desarrollo económico de las reducciones. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários – Montoya e as reduções num tempo de*

fronteiras. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 91-117.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. Montoya e as relações de produção nas missões. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 119-131.

JAEGER, Luís Gonzaga. La Compañía de Jesús en el antiguo Guairá (1585-1631). Localización de sus trece reducciones. *Pesquisas – Anuário do Instituto Anchietano de Pesquisas*, volume 1, pp. 93-180, 1957.

JARQUE, Francisco. *Ruiz de Montoya en Indias (1608-1652) [1662]*. Madrid: editado por Victoriano Suárez, 1900 (Volumes I e IV).

LOZANO, Pedro. *Historia de la Compañía de Jesus de la Provincia del Paraguay* (Tomo Segundo). Madrid: Imprenta de la Viuda de Manuel Fernandez, y del Supremo Confejo de la Inquificion, 1755.

MAEDER, Ernesto J. La “Conquista Espiritual” de Montoya y su alegato sobre las misiones. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 57-72.

_____; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes*. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

MELIÀ, Bartomeu. Los dos primeros memoriales de Montoya en Madrid. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 85-90.

MELIÀ LITTERES, Bartomeu. Génesis del Guaraní jesuítico del Guairá. *Anais do Seminário Internacional Indígenas, Missionários e Espanhóis: O Paraná no Contexto da Bacia do Prata. Séculos XVI e XVII*. Curitiba, PR: Secretaria do Estado da Cultura, 2010, pp. 47-77.

MORALES, Martín María. *A mis manos han llegado*. Cartas de los PP. Generales a la Antigua Provincia del Paraguay (1608-1639).

Madrid/Roma: Universidad Pontificia Comillas/Institutum Historicum Societatis Iesu, 2005.

RABUSKE, Arthur. Antônio Ruiz de Montoya: vida e obra em geral. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 43-56.

_____. Subsídios para a leitura da “Conquista Espiritual” de Montoya. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 43-56.

_____. BRUXEL, Arnaldo. Apresentação do texto vernáculo luso-brasileiro (1983). In: RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. 2ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

ROUILLON ARRÓSPIDE, José Luis. Introducción. In: RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Sílex del Divino Amor (1648 c.)*. Lima, Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú/Fondo Editorial, 1991, pp. XIX-XCIII.

_____. *Antonio Ruiz de Montoya y las Reducciones del Paraguay*. Asunción, Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1997.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. *Conqvista espiritval hecha por los religiosos de la Compañía de Iesus, en las Prouincias del Paraguay, Parana, Vruguy y Tape*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

_____. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. 2ª edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Apresentação. *Anais do VI Simpósio Nacional de Estudos Missionários – Montoya e as reduções num tempo de fronteiras*. Santa Rosa: Fac. Filos. Ciências e Letras Dom Bosco, 1985, pp. 03-04.

TESCHAUER, Carlos. *Vida e obras do preclaro Pe . Ruiz de Montoya , apóstolo do Guaíra e do Tape*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1980.

TORMO SANZ, Leandro; ROMÁN BLANCO, Ricardo. *Montoya y su lucha por la libertad de los índios: Batalla de Mbororé*. São Paulo: Eveloart, 1989.

ENTRE ALEMÃES QUE CHEGAM E INDÍGENAS MISSIONEIROIS QUE PERMANECEM: AS FESTIVIDADES DO DIVINO NA SANTO ÂNGELO (RS) DE 1877

Jacqueline Ahlert*

Introdução

Este texto apresenta as considerações iniciais de uma pesquisa em fase de desenvolvimento. O leitor poderá perceber algumas lacunas que ainda estão em aberto para compreensão do complexo processo histórico representado pela festividade do Divino, na cidade sul-rio-grandense de Santo Ângelo, em 1877. Concentram-se no *fenômeno*, condicionantes de longa duração histórica, manifestos em uma festa de origem portuguesa, no espaço físico de uma antiga doutrina jesuítica, com a participação de uma população híbrida, composta de imigrantes europeus, sobretudo alemães, indígenas e açorianos. Além disso, sua narrativa perpassa os filtros do olhar do geógrafo alemão Maximiliano Beschoren, alheio a formação multicultural da celebração, mais atento as excentricidades de sua configuração estética.

Ao longo do século XIX aportaram no Rio Grande do Sul inúmeros viajantes e profissionais que deixaram seus itinerários registrados. A abertura dos portos e a vinda da família real portuguesa para o Brasil propiciaram a aproximação do país com o continente europeu. Após 1808, a cifra de estrangeiros que passou a percorrer espaços citadinos e interioranos brasileiros cresceu significativamente. Interesses científicos, comerciais, econômicos, socioculturais, ou ainda motivações teológicas, morais e éticas, trouxeram ao extremo sul

* Doutora, PPGH/UPF.

indivíduos cultos, segundo paradigma europeu, mesmo que impregnados de juízos, conceitos e preconceitos, mediante os quais organizaram a realidade que vivenciaram. Naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle, o comerciante belga Alexandre Baguet ou o jornalista irlandês Michael George Mulhall, elucidam as diversas potencialidades de análise, de imprescindível importância historiográfica, presentes em seus relatos de viagem.

Max Beschoren respondeu a demandas de ordem topográfica. Deveria “descrever” a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 14 de fevereiro de 1869, o engenheiro chegou a Porto Alegre, empregando-se como professor. Em seguida, assumiu o cargo de agrimensor, função que exerceu durante 18 anos. Em 1876, empreendeu uma viagem de 3.000 léguas, ao longo de 12 anos, pelas paragens sulinas, executando a demarcação de terras e trilhando a região norte do vale do Rio Uruguai.

De procedência alemã, Maximiliano nasceu em Sachsen, província prussiana, em julho de 1847. Formou-se em Engenharia e Matemática em Dresden. No Brasil, suas pesquisas evidenciam seu entusiasmo com a colonização europeia, posicionando-se como defensor ferrenho deste projeto.

Suas observações e estudos foram primeiramente publicados na Europa; as principais contribuições estão no livro, traduzido do alemão, “Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)”, com tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber e coordenação de Júlia Schütz Teixeira.

A morte de Beschoren está envolta por questionamentos. Foi encontrado morto em Nonoai, em 1887. Teria suicidado-se, no entanto, sua tensa relação com alguns indígenas da reserva, descrita em seu diário, alimentam uma série de outras hipóteses para sua morte.

A narrativa como representação

É importante salientar que as descrições de Maximiliano Beschoren, ainda que realizadas em concomitância com sua atividade profissional, foram reunidas em um livro intitulado “Impressões de Viagem”, aspecto que insere a autor na ambiência dos “viajantes”. Max

direcionou seus escritos para “aquilo que os alemães chamam de *ErdKunde*” (CORREA, 2005, p. 237), ou seja, uma leitura dos espaços geográficos físicos e humanos. O destinatário do seu livro era, principalmente, o leitor especializado ou ambientado com os conhecimentos geográficos, ainda que, vinculados aos condicionantes culturais.

Para Homi Bhabha, não existe saber exterior a representação (2003, p. 48). Roger Chartier considera a relação da representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, valendo pelo outro porque lhe é homóloga – segundo modalidades variáveis. Entende que elas permitem discriminar diferentes categorias de signos (certos ou prováveis, naturais ou instituídos, aderentes a ou separados daquilo que é representado, etc.) e caracterizar o símbolo por sua diferença com outros signos (1991, p. 184-5). Uma vez que as representações podem ser pensadas como “(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17), entre o texto e o sujeito que lê, coloca-se uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo. No contexto da narrativa de viagens e/ou estudos pode-se considerar o viajante como leitor da paisagem. Como “visitador”, se coloca como produtor de representações, não deixando de ser também o seu leitor o leitor em um sentido pessoal da narrativa e suas especificidades.

A narrativa como representação problematiza o lugar do narrador, o próprio viajante, autor da ação. Uma narrativa nunca é neutra, conforme expressão conhecida de Tzvetan Todorov. Para o autor, as viagens trazem em si uma espécie de ostentação, que opera sobre a própria narrativa: “A verdade é que a própria existência de uma narrativa implica necessariamente a valorização do seu objeto (já que esse merece ser evocado) e, portanto, uma certa satisfação do seu narrador” (TODOROV, 1991, p. 97). Observações de Maximiliano, como: “Mesmo que se negue tudo sobre a origem do índio (...), desenvolvendo uma determinada educação, mesmo com essa transformação, reconhecer-se-á nele, imediatamente, pelo olhar, o selvagem”, paralelamente contrapostas com as qualidades alemãs, expressas ao encontrar um conterrâneo na fronteira

com a Argentina “um pedaço da cultura europeia, parecendo que, com a travessia do rio, de repente, tivesse dado um passo para mais perto da civilização.” (BESCHOREN, 1989, p. 65 e 126) – exemplificam os apontamentos de Todorov.

O texto, como referente à cosmovisão pessoal, continua sendo o horizonte exegético da diferença, quando citado, mencionado, emoldurado, presente na dialética – imagem/contra-imagem (BHABHA, 2003, p. 63). Entretanto, implícita na narrativa do engenheiro, percebe-se também certa predisposição em reconhecer diversidades culturais, evocadas no gosto pelo exótico e pela curiosidade na descoberta do *outro*. Como lembra Todorov (1993), este desvelar de especificidades diversas das suas vai, aos poucos, se impondo ao modo de pensar do europeu¹. Sobre diversidade e diferença cultural, Bhabha explica:

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto de conhecimento empírico –, enquanto a diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como “conhecível”, legítimo, adequado a sistemas de identificação cultural (2003, p.63).

A diferenciação social dá-se por processos de significação. Neles, “afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade”. A diversidade cultural seria o “reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercambio cultural ou da cultura da humanidade” (BHABHA, 2003, p.63).

O relato do engenheiro alemão contém representações sociais atentas à estrutura ambivalente da subjetividade e da sociabilidade, a exemplo da descrição sobre os indígenas aldeados em Nonoai:

Aqui está toda a comunidade ao redor do fogo; homem, mulher, crianças, cachorros, porcos, galinhas, macacos e papagaios. Uma

¹ Esta ambivalência exige do pesquisador a busca por outros dados documentados que possam ser comparados e legitimados em sua veracidade.

terrível barulhada! Sobre o fogo sempre há alguma coisa borbulhando ‘para comer’. (...) Atualmente os selvagens preferem vestir-se com tecido importado. Assim cada vez mais vão sendo ‘abraçados pela cultura’ (1989, p.44).

Ou, ainda, sobre os “gaúchos”,

Essas pessoas, selvagens e ousadas, cuja pigmentação da pele varia numa escala de cores, desde o preto, mulato, até o branco, apesar da aparência perigosa, são sujeitos amáveis e não são tão maus como aparentam (1989, p.101).

O narrador constrói a si mesmo como sujeito de enunciação, sendo operador e mediador. A construção da narrativa se dá pela interpretação da realidade e pela produção de um novo real, concebido como transcrição daquilo que é percebido pelos sentidos (PORTELLA, 2006, p. 52).

A escala de valores e de julgamento é calcada, ainda, nas teorias evolucionistas do século XIX, bem como no racionalismo e no cientificismo, que estimularam o conhecimento da *realidade* através da observação empírica da natureza. Desde o século XVIII estava em voga um *estilo* de viagem que se estendeu por todo o século XIX: as expedições científicas. Contudo, pensar os relatos de viajantes como textos e, ao mesmo tempo, como discursos, requer que se ultrapasse a suposta leitura científica, objetiva e distante das paisagens. É igualmente importante salientar que, para além do *texto* científico, havia um *discurso* marcado pelo movimento romântico, pelo qual as representações também estiveram influenciadas. Em especial, os alemães procuraram renovar sua literatura através do retorno à natureza e à essência humana, a exemplo o movimento *Sturm und Drang*.

O discurso de Beschoren vincula-se ao romantismo somente em alguns aspectos estruturais e estilísticos do texto. Suas ideias nem sempre estão vinculadas ao conceito, relacionado ao movimento, a noção do *bom selvagem*, do homem simples e bom em estado de natureza, que Rousseau exprimiu.

A segunda metade do século XIX foi marcada por intensos debates acerca do fim do tráfico de escravos e da necessidade de mão de obra, que deveria ser suprida preferencialmente pela imigração. A vinda

de colonos europeus atendia a política de branqueamento e aos apelos das teorias raciais discutidas por políticos e intelectuais. O jornalista e político francês Charles *Ribeyrolles* esteve no Brasil em 1858, e escreveu: “O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a atividade, a ciência da Europa” (RIBEYROLLES, 1980, p. 148).

O juízo de valor, como categoria ontológica social, faz-se explícito no interior das esferas heterogêneas das relações humanas.

Aspectos da imigração alemã na região de Santo Ângelo.

A cidade de Santo Ângelo está situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Foi fundada enquanto doutrina jesuítica em 1707, com o título de San Angel Custódio, a última redução dos Sete Povos das Missões a estabelecer-se. A antiga estrutura missional urbana manteve-se em alguns aspectos após as incursões bélicas e o gradual abandono dos indígenas a redução. A praça localizava-se no espaço que compreende atualmente a Praça Pinheiro Machado, bem como a catedral Angelopolitana foi reconstruída sobre as bases da antiga; os arredores são considerados parte do sítio arqueológico de Santo Ângelo Custódio, centro histórico do município.

A história de Santo Ângelo pode ser dividida em dois períodos de ocupação do território: o jesuítico, que compreende o espaço temporal da fundação da redução, passando pelo Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica², até a expulsão dos *loyolistas*, em 1768; e o pós-jesuítico,

² A Guerra Guaranítica (1753-1756) foi o evento bélico deflagrado pelo levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e exércitos de Espanha e Portugal. Motivou-se pela rejeição de seis *cabildos* situados a oriente do rio Uruguai, caciques de *Misiones* e jesuítas, ao contestarem cláusulas do Tratado de Madri (1750). A causa principal foi a previsão de permuta dos Sete Povos (espanhol) pela Colônia do Sacramento (português). Ver: GOLIN, Tau. A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999. Contraditoriamente, após assinatura do Tratado de

que pode ser subdividido em imperial, momento da reocupação do território deixado pelos jesuítas que se inicia a partir de 1859, e o republicando a partir de 1889. As últimas décadas do século XIX constituem o período em que “se constrói uma outra sociedade e um novo aglomerado urbano” (KERBER, 2008, p. 14).

Foi neste segundo momento que imigrantes alemães introduziram-se na região. Após um período de baixa demografia na região, aos poucos ela passava a ser habitada por imigrantes e descendentes de europeus (RAMOS, 2006). A primeira tentativa de instalação de europeus teria ocorrido em 1824-6, nas imediações de Santo Ângelo, na região da redução de São João Batista, atual município de Entre-Ijuís, na época pertencente a Santo Ângelo (MACHADO, 1981, p. 19). Apesar de algumas famílias permanecerem, não houve muito êxito nesta tentativa pela ausência de estrutura básica que requeriam os imigrantes.

É importante destacar que a região não se encontrava em completo abandono. Havia inúmeras famílias indígenas vivendo em rancherios nos arredores das antigas estruturas missionárias.

O médico alemão Robert Avé-Lallemant percorreu a região onde anteriormente localizavam-se os Sete Povos missionários em 1858 – um século depois da crise que resultou no fim do sistema missional coordenado pelos jesuítas –, e observou, a caminho da redução de São Miguel, inúmeros povoados de índios, que definiu como “restos enfraquecidos dos outrora tão importantes Sete Povos” (1980, p. 236). A formação de povoados constituídos por grupos de índios missionários remanescentes ainda é assunto pouco explorado pela historiografia.

A antiga redução de Santo Ângelo já era, em 1858, colônia alemã, “recém-fundada e apenas começada” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 194).

Paradoxalmente, num espaço físico não claramente definido, entre Santo e Ângelo e São Miguel, Avé-Lallemant encontrou “um

Madri, a doutrina de San Angel Custódio atingiu seu ápice populacional no ano de 1753, quando o número de habitantes chegou a 5.417 (MACHADO, 1981).

verdadeiro índio, apegado à raça guarani e à sua língua”, porém tinha “uma cara legitimamente nórdica, mas desagradavelmente asselvajada” (1980, p. 240). Tratava-se de um alemão de Mecklemburgo, da região de Lubeck. A menção a presença de verdadeiros *índios alemães*, “guaranis de cabelos louros”, aparece diversas vezes em seus relatos.

Para Max Beschoren “o reavivamento da colonização na Província reforçaria a missão de alto nível histórico e cultural, traçada na Nova Pátria, mantendo ao mesmo tempo intercâmbio comercial e cultural com a velha Pátria” (1989, p.196).

Na Alemanha, a partir de 1840, a emigração passou a ser vista como pertinente e importante para o conjunto da “nação alemã”. O nacionalismo crescente englobou também a questão da emigração, numa formulação nova, baseada no incentivo de que mesmo em outros países, os alemães mantivessem e desenvolvessem ligações culturais e econômicas com a Alemanha (CUNHA, 2003, p.17-18).

Em 1873, a “Villa” Santo Ângelo foi criada, “conforme a Lei Provincial nº 835 de 22 de março de 1873. A área urbana da “Villa” era de 1.717,713 m², composta por 56 quadras com 132 metros e divididas em 16 lotes cada uma, segundo o Relatório do Município de Santo Ângelo” (RAMOS, 2006, p. 79). Em princípios de 1877, cinco anos após, quando Beschoren por lá aportou, chamaram-lhe a atenção imediata os remanescentes missionais, observando que: “com pesar vê-se as monumentais ruínas jesuíticas, serem desapiedadamente destruídas” (1989, p. 69). Em Santo Ângelo, “das construções jesuíticas, restou somente a fachada pontiaguda da igreja, adornada com magníficos trabalhos esculpidos em pedra”. Expressando sua contrariedade, complementa que soube através dos moradores, “que estes restos, em pouco tempo, desaparecerão, para dar lugar a uma nova igreja, já em construção”. Além disso, registra que “várias casas do povoado foram inteiramente construídas com o material da velha igreja” (1989, p. 72).

Apesar de a chegada massiva de imigrantes europeus ter ocorrido nos anos posteriores à presença de Maximiliano em Santo Ângelo, suas narrativas dão conta de uma presença significativa, sobretudo no que tange a comparência dessas pessoas na produção de alimentos: “grande parte do oeste da Região Alta adquire os víveres das nossas colônias,

principalmente Cruz Alta, que depende totalmente de Santo Ângelo” (1989, p. 92).

Afora a produção de alimentos, as práticas e a presença comerciais também são mencionadas pelo engenheiro. Na cidade, “o elemento alemão é bem representado por 10 comerciantes, 3 sapateiros, 2 carpinteiros, um curtidor, um ferreiro, dois pedreiros e um boticário” (1989, p. 121).

Na conformação deste amálgama étnico-cultural, entre descendentes de indígenas missioneiros, muitos miscigenados aos portugueses que haviam recebidos porções de terra no local (séculos XVIII e XIX), somados a imigrantes europeus, sobretudo, alemães, ocorrem as festividades do Divino, no ano de 1877, detalhadamente descritas por Beschoren.

Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso: a festa do Divino em Santo Ângelo (1877)

O espírito da religiosidade e devoção, no meu entender não estão presentes nestas festas, que como “Festas populares” são bonitas e divertidas, mas como “festas religiosas”, são um tanto mundanas. Contudo: Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso (BESCHOREN, 1989, p. 73).

O culto do Divino é uma das mais antigas expressões do catolicismo popular brasileiro. Constitui uma tradição secular, originária de Portugal, que se difundiu em diferentes regiões brasileiras, com representações singulares em cada uma.

Seu início se deu no reinado da rainha Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis I, que difundiu o culto ao Divino Espírito Santo, em 1323, e também fundou a primeira Igreja do Espírito Santo, na Vila de Alenquer. No Rio Grande do Sul, a história dessa celebração remete ao século XVIII, com a chegada de imigrantes açorianos a região.

Deste modo, apesar da escassez de fontes sobre a presença dessa prática na cidade de Santo Ângelo, tudo indica que sua introdução efetuiu-se através dos portugueses, a partir da posse portuguesa da região, em 1801.

Por outro lado, os elementos compositivos e o corpo de participantes indicam o envolvimento de toda a comunidade, não de um grupo restrito de descendentes açorianos, como se pode perceber na narrativa que se segue.

A festa ocorreu durante os nove dias, que antecedem o domingo de Pentecostes. O mentor de todo o festejo era o Imperador, “ele e sua corte foram escolhidos no final da comemoração anterior, através de sorteio”. A bandeira, levada a frente do grupo, percorria todo município e as vilas adjacentes. As motivações dos “muitos fiéis” que se juntam a bandeira eram variadas, de modo que estavam ali “uns por sentimentos religiosos, a fim de cumprirem uma promessa; uns para andarem de um modo decoroso e poderem comer alguma coisa melhor”. Além disso, “muitos enfermos esperam o restabelecimento por seu intermédio e aguardam ansiosos a chegada da bandeira, para dar-lhe um fervoroso beijo” (BESCHORER, 1989, p.73-74).

Como nas antigas festas missionais³, a música era constituinte imprescindível da celebração. O porta-bandeira era acompanhado de “um ou dois cantores e dos músicos, que são: um tamborileiro, um violinista, outro que toca o triângulo”. A aproximação da bandeira das residências era anunciada por tal sonoridade, na opinião do viajante-geógrafo, tudo era “realmente muito bonito de se ouvir”. Os moradores recebiam a bandeira com cumprimentos, beijos e devoção, “levando-a para o interior da casa” e, posteriormente, oferecendo “uma esmola de acordo com as suas posses.” (1989, p. 73).

A observação taxativa de que “nós achamos tudo isso bem ridículo, consideramos uma idolatria. Porém o povo não pensa assim. É o ‘Espírito Santo’ que entra em suas casas, trazendo sorte e prosperidade”, expõe, o que segundo Bhabha (2003), seria a diferenciação social e cultural por meio dos processos de significação. Para Max, “eles não

³ As festividades nos *pueblos* missionais envolviam três tipos principais de eventos: os cotidianos, os anuais e as ocasiões especiais. Celebrações civis e religiosas complementares entre si. A festa, a missa e o trabalho, bem como o econômico e o cerimonial, eram elementos centrais da vida social dos povoados.

sabem manifestar, de outro modo os sentimentos religiosos e assim o fazem de acordo com as convicções.” (1989, p. 73).

O início da festa, “por volta do meio-dia”, era marcado pelo “estalar de foguetes e tocar de sinos” (BESCHORER, 1989, p.73-74).

Nas nove tardes que se seguem, realizam-se as novenas, para as quais os fiéis ao anoitecer, novamente são convidados pelo estalar dos foguetes. O padre dirige-se em completo hábito talar (paramento) para o “Império”, na casa do doador da festa. Aqui se encontram a coroa prateada do festeiro e a bandeira. É realizado o leilão dos objetos comprados pelo festeiro bem como os doados pelos fiéis. Sob o constante estalar dos foguetes e dos alegres sons de uma marcha, o padre, a bandeira, o “Imperador” e sua comitiva, mais os assistentes, dirigem-se à igreja, onde terá início a missa (1989, p. 74).

Terminada a cerimônia religiosa, todos retornam com foguetes e música, para o “Império”, “onde são servidos refrescos”. Ali tem início um leilão, em que “a quantia arrecadada é determinada para cobertura dos gastos efetuados”. Muitas vezes, “os objetos mais insignificantes são arrematados por preços incrivelmente altos, principalmente quando dois pretendentes negociam, cada um querendo adquirir o objeto, para depois com um languido sorriso e um cumprimento gracioso, entregá-lo a sua dama”. Neste âmbito, a dinâmica das celebrações religiosas missionárias era atravessada pelo “leilão”, pela presença de negociações materiais. Brindes eram comuns nos festejos missionários, mas presenteados aqueles que venciam jogos e competições ou apresentavam suas destrezas com o cavalo, em danças e cantos (Cf. MARTINS, 2006).

O aspecto “profano” de tais atividades foi observado por Beschorer: “Isto tudo é muito lindo, alegre e divertido, mas eu não entendo o que estes festejos têm que ver com a religião, Pentecostes e Espírito Santo” (1989, p. 74). Balões e missas figuravam conjuntos no evento,

Durante três noites são erguidos balões aerostáticos, nos quais arde furioso o fogo, antes de subir ao ar. No domingo, bem cedo de manhã, para a instrução, havia o *Reveille*, o estudo, a revelação, e às 10 horas, missa solene. Nessas ocasiões, a igreja fica superlotada (1989, p. 74).

Depois da celebração da missa solene, realizava-se o sorteio, definindo o novo “Imperador” e a quem seria entregue a coroa de prata. Por volta das 13 horas, “todo o povo reunia-se para a procissão iniciada pelos irmãos de Nossa Senhora do Rosário (...). A procissão dividia-se em cinco grupos. Um reunia-se ao sacerdote e outros ao andor (padiola portátil) no qual se conduz a imagem” (1989, p. 74).

Havia andores com imagens de vulto de São João, Santo Antônio, Nossa senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo. Destacou-se para Maximiliano, as preces destinadas a Santo Antônio, o grupo de devotos estava formado por “senhoras recém-casadas e moças solteiras. Aqui há um profundo significado: Santo Antônio (não sei se o de Pádua) é conhecido como santo casamenteiro” (1989, p. 75)⁴.

À frente de cada andor postavam-se dois anjinhos: “pequenas meninas, levemente vestidas. Ao lado do sacerdote, ia o mais graduado dos oficiais presentes, levando o pálido”.

Toda esta cenografia era acompanhada de “música, foguetes, baterias, etc.”.

No entanto, o espetáculo especial estava reservado para o dia seguinte: as cavalhadas entre mouros e cristãos.

Os jovens que dela faziam parte, há três semanas treinavam sob orientação de um velho prático, de modo a realizarem bem os exercícios de cavalgar e esgrimar.

⁴ Relativo à região onde remanesceram imagens missionárias de Santo Antonio, criaram-se sentidos e novos usos para o ícone. Na região sudoeste do Rio Grande do Sul, nas imediações da antiga redução de São Francisco de Borja, muitas estátuas – de pequeno porte e uso doméstico – do paduano encontram-se de alguma maneira mutiladas. Indagados sobre esta característica, os proprietários dos acervos particulares relataram que se convencionou naquelas paragens, sobretudo durante o século XIX, a crença nos poderes casamenteiros do santo, e também no auxílio para encontrar objetos perdidos. Assim, feitos os pedidos para o cônego, tiravam-lhe uma parte do corpo, que poderia ser a mão ou o Menino Jesus, que de fato está ausente nas imagens onde não foi talhado no mesmo bloco de madeira do santo (Cf. AHLERT, 2010).

Na Praça da Matriz, marcavam um quadrado com quatro postes. Num dos cantos foi construído um estrado, com uma escada, cercada de um parapeito. O estrado representava o “castelo”. Ao lado levantaram uma bateria de 24 bombas.

Eram aproximadamente 11 horas, alguns cavalheiros vinham a galope, girando as lanças e cavalgando ao redor do quadrado marcado, para depois pararem de frente num dos lados (1989, p. 75-76).

Nove cavalheiros, “todos jovens, usando casaquinhos de seda azul e bordados com linha prateada, calças brancas, botas lisas e chapéu enfeitado com fitas”, portando como armamento “lança, espada e pistola dupla”, sobre cavalos não menos ornamentados, “com os adornos mais ricos, arreios de prata, mantas e fitas”, esperavam o toque do clarim para duelar com outros nove cavaleiros, “adornados como os primeiros, mas usando casaquinhos vermelhos”. Ambos cavalgaram um a um em volta do quadrado delimitado, colocando-se depois uns de frente aos outros (BESCHORER, 1989, p. 75-76)⁵.

Inicia-se a representação do combate entre os mouros, de vermelho e os cristãos, vestidos de azul, uma reminiscência de centenas de anos. O chefe dos mouros envia dois comissários, o mesmo faz o dos cristãos, encontram-se no meio da praça. Os mouros levam um desafio para o combate, os dois cristãos retornam a galope para entregá-lo ao seu chefe. Este o aceita, entregando a resposta aos inimigos que estão à espera (1989, p. 76).

Seguiam marchas guerreiras, atravessando-se como numa contradança, primeiro com as lanças, depois com as espadas e, por fim, com a pistola. Quando terminavam os exercícios de conjunto, começavam os combates isolados. Subitamente, ouviu-se uma “grande gritaria, provocando entre os numerosos espectadores, alegres risadas. A todo galope aproximam-se um bando de mascarados, entre eles duas mulheres, armadas e vestidas excentricamente, que se dividiram entre os

⁵ Para festa do padroeiro nas missões jesuíticas, os cavalos eram adereçados com carapaças de veludo vermelho bordado com prata; outros, de damasco vermelho, com cinta azul ou granila com enfeite dourado. Os estribos de bronze haviam sido fundidos com a delicadeza das joias (MARTINS, 2006, p. 195).

combatentes, tomando parte na encenação”. Ambas participavam das lutas individuais, como pajens dos cavaleiros (1989, p. 77).

Sobrevinham a estes duelos inúmeras provas, como ferir com a lança e a pistola folhas de papel grudadas em postes – com “cabeças de mouros” pintadas –, e acertar com a espada um cilindro de papelão colocado em posição vertical no solo. Tudo isso constituía-se entusiástico para o público.

Com toque de clarins e um alto “Viva!” o espectador o recompensa. Assim segue o outro. É um divertimento bem adequado ao caráter rio-grandense, que na verdade é criado em cima do cavalo e cedo na juventude já aprende a manejar o laço, a espada e a pistola. É uma verdadeira raça de centauros (1989, p. 77).

Tal observação desvela, em suas entrelinhas, os tipos culturais que formavam a encenação. No manejo com os cavalos estavam envolvidos “rio-grandenses”, cuja intimidade com o animal vinha de tempos remotos.

Outra dinâmica se iniciava com a tomada do “castelo” pelos mouros: “soltam-se baterias de bombas”, de modo que uma densa fumaça de pólvora envolvia o ambiente, que deveria ser reconquistado pelos cristãos.

Explodem dezenas de foguetes, a música toca uma envolvente marcha guerreira. Da nuvem de fumaça, que aos poucos vai se dissipando, saem os combatentes que, em fila de dois, cristãos e mouros, vão a frente dos músicos, até a igreja, onde os mouros deverão ser batizados (BESCHOREN, 1989, p. 77).

O sacerdote esperava parado à porta da igreja, assim que passavam por ele, a cerimônia batismal estava encerrada. Começava, então, o “transpasse do anel”: “Entre dois postes é esticado um fio, no qual se colocou um anel de metal. Vale agora, a galope, espetar este anel com a lança e entregá-lo como um troféu a uma pessoa que se tem em consideração” (BESCHOREN, 1989, p. 77).

Com isso, os festejos da segunda-feira eram findados. Na terça-feira, havia novamente cavalhadas e a noite tinha início o “baile de encerramento, que se estendeu até o outro dia”, pondo fim a celebração.

Considerações ainda distantes de um final

Não foi especificada pelo engenheiro a constituição étnica dos grupos e/ou indivíduos que participaram do festejo. A participação de imigrantes europeus é ignorada e a de indígenas e seus descendentes aparece implícita nas práticas e na menção aos “rio-grandenses”. Já a presença açoriana é conjecturada pela ritualização do cortejo do Divino.

Considerando que em Santo Ângelo o elemento alemão era “bem representado”, e já em 1858 existem referências a “recém fundada” colônia alemã, cabe indagar sobre a possível interação deste grupo com os que ali estavam há mais tempo.

De acordo com Correa, “como não houve um projeto de integração institucionalizada dos imigrantes e seus descendentes durante as primeiras décadas da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, predominaram no construto da identidade étnica alguns elementos mais distintivos do *in-group*”, a exemplo da religião e da língua. Os cultos e práticas religiosas serviram, também, “para os imigrantes alemães e seus primeiros descendentes se distinguirem dos nativos” (2005, p. 250). Tal explicação deve ser levada em conta, ainda que contrarie as experiências de Robert Avé-Lallemnat, descritas nas narrativas da viagem onde encontrou alemães em processo de *guaranização*, como supracitado.

Em 1886, quando Hemetério Silveira esteve em Santo Ângelo, registrou que os limites urbanos de Santo Ângelo contavam 160 casas. Observou hábitos híbridos entre colonos e “gaúchos”, como o costume gradualmente fortalecido do uso da erva mate, além dos “peões e suas canções rudes, porém harmoniosas” animando os bailes (1909, p. 231).

As etnias que coexistiram naquele espaço temporal e geográfico estão, em vários aspectos, representadas em uma permanência sustentada na historicidade da população e na remanescência da cultura. Este quadro sociológico possui representatividade no amálgama das práticas religiosas perpetradas em espaços periféricos de inúmeros núcleos rurais e citadinos na América Meridional.

A pesquisa requer, ainda, aprofundamento, aproximação e contraposição de outras fontes documentais e iconográficas. Mirando uma aproximação maior com o complexo processo de formação sociocultural sul-rio-grandense, em particular, a partir da circulação cultural advinda da remanescente missionária.

Referências

AHLERT, Jacqueline. Estátuas andarilhas. As miniaturas na imaginária missionária: Sentidos e remanescentes. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.– Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. São Paulo: Ed. USP, 1980.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados (SP): 11 (5), 1991.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem Porto Alegre: Anos 90, v. 12, n. 21/22, p.227-269, jan./dez. 2005.

CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus emigrantes. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

KERBER, Rodrigo Fabrício. Santo Ângelo: a firma – ação da modernidade na arquitetura da cidade, 1930-1945. *Dissertação de mestrado*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo – das missões aos nossos dias*. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo, 1981.

MACHADO, Antonio Dari. *A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil*. Santo Ângelo: IPHAN, Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2006. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br>>. Acesso em 22/09/2014.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Sobre festas e celebrações. As reduções do Paraguai (séculos XVII e XVIII)*. Passo Fundo: UPF/ANPUHS, 2006.

PACHECO, Gustavo. *Caixeiros do Divino Espírito Santo de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livro CD da Associação Cultural Caburé, 2005.

PORTELLA, José Roberto Braga. *Descrições, memórias, notícias e relações. Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII. Tese de Doutorado*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões Orientaes e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typografia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

TODOROV, Tzvetan. *As morais da história*. Portugal: Publicações Europa – América LTDA, 1991.

_____. *Nós e os outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CIDADE, FESTA E MEMÓRIA: A CELEBRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO EM PORTO ALEGRE

Jairton Ortiz da Cruz*

Resumo: A Festa do Divino Espírito Santo faz parte da cultura açoriana, seu registro refere-se ao século XVIII, com a vinda dos primeiros casais açorianos para a Província Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul). Temos como objetivo apresentar o espaço da celebração do Espírito Santo em Porto Alegre. Para tanto, utilizamos fontes imagéticas e registros históricos da festa na cidade. Justificamos este trabalho por fazer parte da escrita da história de Porto Alegre, bem como quer contribuir aos estudos culturais sobre os açorianos no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Palavras-Chave: Cidade, Festa do Espírito Santo, Memória.

A cidade é um espaço de efervescência cultural por guardar sonhos, desejos, conflitos, medos, emoções, enfim as sensibilidades¹ dos indivíduos. Estas estão representadas nos diversos espaços que retratam um tempo da cidade, ou ainda, falam dos saberes e do fazeres dos grupos sociais. Segundo Pesavento (2007):

Cidades são, por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um ethos, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. (p.14)

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

¹ Cf. CUNHA, Maria Teresa, Territórios abertos para a história. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 251-279.

Neste sentido, a urbe fala da experiência humana, do tempo vivido por seus personagens, das marcas deixadas no espaço urbano. Em sintonia com a autora referida, Meneses (2003, p.24) comenta:

(...) A cidade “representada”, “imaginada” não é uma suposta “cidade em si”, puro objeto, mas signos e significações no interior de uma experiência humana, que serve de matriz. O alvo a atingir é a dimensão do vivido. Além disso, seus sujeitos são agentes sociais, cujos lugares sociais é necessário identificar.

O autor ao falar sobre os lugares sociais da cidade possibilita a pensar no espaço da Festa do Espírito Santo em Porto Alegre. A celebração foi inserida pelos casais açorianos no século XVIII na localidade. Aos poucos foi adquirindo visibilidade entre a população, sendo construída uma Capela em honra ao Espírito Santo no ano de 1772. Conforme a imagem abaixo cedida pelo Museu José Joaquim Felizardo (MJJF):



Fotografia 1- 255F Capela do Divino Espírito Santo, papel/gelatina- bromuro, 19,5 x 13,6 cm, assinada Studio Calegari.

A imagem da Capela do Divino Espírito Santo representa o tempo da prática da celebração na cidade, revestida por um simbolismo

que remete à devoção, à crença, à benção no terceiro elemento da Santíssima Trindade. Segundo Walter Spalding (1967, p.254):

A Capela do Espírito Santo (hoje modernizada, situada na Av. José Bonifácio, data, em sua primeira fase, de fins do século XVIII. Fôra construída ao lado da Catedral, para sede do culto e festividade do Divino Espírito Santo, tradição portuguesa que Pôrto Alegre sempre cultuou.

O registro do historiador informa sobre o tempo histórico da prática festiva na cidade, observa que sempre foi cultuada pela população, tendo o status de uma tradição cultural de Porto Alegre.

Archymedes Fortini (1953) também contribui com seus comentários sobre a Festa do Espírito Santo antes da destruição da capela do Divino. Ajudando a recriar o cenário do festejo através da memória. Destaca o momento do peditório, quando a bandeira passa nas casas com o objetivo de abençoar os lares, assim relata: “esvoaçavam ao vento as fitas azuis e vermelhas das bandeiras bordadas como uma pomba de prata rebrilhando ao solo – era o peditório que descia a rua, parando de porta em porta” (FORTINI, 1953, p.46).

Fortini (1953, p.47) comenta que no peditório havia uma forte devoção ao Espírito Santo por parte dos fiéis: “quando a bandeira entrava numa sala num vago cheiro de igreja, as devotas caíam de joelhos e punham os lábios untuosos na pomba de prata, enquanto ao lado o tesoureiro abria a sacola das espórtulas [esmolas, donativos]”.

Em relação às novenas, o escritor relembra a impressionante imagem da Capela do Espírito Santo iluminada pelas velas: “Ao anoitecer, a capela do Divino Espírito Santo parecia uma simples armação de luzes multicores; uma fachada feita de bicos de luz contra o céu noturno” (FORTINI, 1953, p. 48). O autor em seus escritos recria um tempo da prática da celebração em Porto Alegre e contribui para pensarmos sobre as sensibilidades da comunidade em meio ao festejo.

Essas podem ser capturadas pelo historiador através da memória. Segundo Angela de Castro Gomes (2000), em seus estudos sobre a imigração italiana no Rio de Janeiro, em específico Niterói, aborda a importância da memória contida nos documentos, tais como: passaportes, fotos de família, carteira de identificação, jornais e etc. Estes possibilitam

recriar o tempo vivido dos nossos personagens históricos identificando os conflitos, as tensões, desejos, os cenários, enfim, o modo de viver de um determinado grupo social.

Nesse sentido, Joël Candau (2011) afirma que a transmissão da memória não será pura ou autêntica, passando por estratégias, a seleção dos fatos, reinvenção dos acontecimentos, uma infinidade de conexões que o indivíduo recria, conforme o que deseja transmitir.

Cabe ao historiador examinar estas memórias, evidenciando os jogos de interesses e as questões em jogo. Candau (2011, p.109) comenta: “Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória”.

Nesta perspectiva, Gomes (2000) e Candau (2011) auxiliam a buscar nas fontes históricas a memória, como por exemplo, o jornal, que reproduz uma memória escrita do tempo da Festa do Espírito Santo em Porto Alegre e representa o modo de festejar dos sujeitos na cidade, reafirmando a cultura açoriana no espaço social.

Ao pesquisarmos no Museu da Comunicação José Hipólito José da Costa (MJJF), encontramos no Jornal Gazetinha Orgam Popular, de 12 de Maio de 1899, o pronunciamento da Irmandade do Divino Espírito Santo², em Porto Alegre, através do festeiro senhor Antonio José Rodrigues Bichinho que apresenta a programação da celebração:

² A Irmandade do Divino Espírito Santo foi fundada em 07 de Outubro de 1821. Reconhecida de Unidade Pública pelos Decretos: nº 73.101/1973 do Governo Federal e nº 18.153/1966 do Governo Estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Entidade de Fins Filantrópicos CNAS Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social Registro nº 106.295.

**IRMANDADE
DO
Divino Espírito-Santo**

De ordem do festeiro sr. Antonio José Rodrigues Bichinho, faço publico que as festas em louvor do Divino Espírito-Santo, no corrente anno, serão celebradas observando-se o seguinte

PROGRAMMA

Novenas.—Começarão estas no dia 12 da corrente as 5 horas da tarde, em ponto.

Domingo, 14.—Depois de uma missa rezada na capella do Divino as 8 horas a irmandade incorporada se dirigirá ao Asylo de Mendigos, do padre Cacique, onde será celebrada uma missa as 10 horas.

Para conduzir as pessoas que quizerem assistir a esse acto de religião, o digno intendente desta capital, sr. dr Montany cedeu gratuitamente a estrada da ferro municipal, que trabalhará regularmente das 9 horas ao meio dia em viagens consecutivas.

Na capella do estabelecimento, junto á bandeira do Divino estará uma estiva onde os visitantes poderão depositar suas offertas, que juntas com as da irmandade serão entregues ao benemerito director do asylo.

Sabado, 20.— Às 8 horas, missa na cadeia civil depois da qual a irmandade visitará o Asylo Providencia.

Às 11 horas, distribuição de esmolas no Imperio.

Domingo, 21.— Às 8 horas da manhã, missa no Imperio e em seguida cortejo do Imperador e alferes da bandeira para o anno de 1900.

Às 10 horas, missa solenne pelo exm. monsenhor governador do Estado, occupando a tribuna sagrada o revdm. padre Hyppolito Costabile.

A missa bem como as novenas serão cantadas pelo coro da Santa Cecilia, acompanhado de orchestra sob a regencia do digno professor Quaglia, cantando *versos* distinctas amadoras.

A *Ave Maria* ao prégador, commoção do nosso illustre patricio José de Araujo Vianna, será cantada pela exma. sra. d. Amalia Tracoma, que gentilmente se presta a abri-lhastar a nossa festividade.

Às 6 da tarde começará o tradicional leilão de offertas, tocando nos coretos diversas bandas de musica e as 7 representações de quadros vivos, de musica em meia hora, até ás 9 hys quando serão queimados vistosos fogos de artifício.

Segunda e terça, 22 e 23.— Festas populares como no dia anterior, ficando o Imperio aberto das 4 horas em diante.

Domingo da Trindade.— Às 10 horas, missa solenne.

À noite festas populares, como no dia 21.

Reza-se aos dias remetterem flores para ornamentação dos altares, especialmente nos dias 19 e 27 do corrente.

Constatório da irmandade do Divino Espírito Santo em Porto Alegre, 11 de maio de 1889 — O secretario, *João das Santos Borges Coutinho*.

N. 17 4 v. 12, 16, 18 e 20,

Fonte: GAZETINHA ORGAM
POPULAR. Porto Alegre – Sexta-
Feira, 12 de Maio de 1889. Anno 9º
Número 9- p.3.

IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO-SANTO

De ordem do festeiro Sr. Antonio José Rodrigues Bichinho, faço publico que as festas em louvor do Divino Espírito-Santo, no corrente anno serão celebradas observando-se o seguinte programa:

- Novenas = começarão estas no dia 12 do corrente as 5 horas da tarde, em ponto.
- Missa no asylo Padre Cacique.
- Ofertas na Capela do Espírito Santo junto à bandeira.
- Missa na Capela Divino, domingo do dia 21, à tarde leilão e banda de música.

O anúncio no jornal Gazetinha descreve o programa da celebração organizado pela Irmandade³ do Espírito Santo. Esta ocupa um espaço significativo na direção da Festa do Divino, capta recursos, consegue ajuda da prefeitura da cidade, como é demonstrado no anúncio, onde o Intendente do período José Montaury de Aguiar Leitão (1897-1924), concede bonde da cidade para levar a população até o asilo Padre Cacique.

Os fatos acima revelam a importância do festejo na vida da população, como também a cidade que se movimenta em nome da celebração, possuía a praça, a igreja, a capela, ou seja, um espaço para festejar e agradecer as bênçãos alcançadas através do Espírito Santo. A imagem abaixo apresenta este cenário:



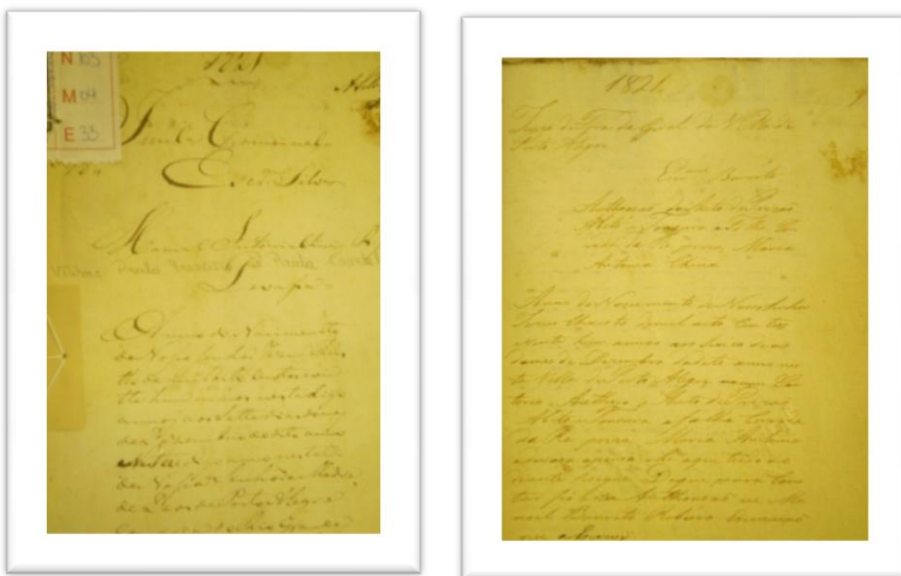
Praça Marechal Deodoro – Igreja da Matriz e Capela do Divino Espírito Santo Datação:
Final Século XIX (Virgílio Calegari Fototeca Sioma Breitman Museu Joaquim José
Felizardo Porto Alegre – RS)

³ Segundo Caio César Boschi (1986, p.12), apresentam um significado histórico, pois “foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. (...) As irmandades caracterizam sempre o seu momento e seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações, por outro.” A descrição do autor possibilita pensar sobre o contexto que as irmandades do Divino se inserem na história do Brasil (desde o período colonial), suas relações com as autoridades, entre elas e seu papel para com os grupos sociais e também uma forma de garantir a prática cultural e religiosa.

A fotografia da praça e da Capela do Divino representa uma paisagem da cidade serena e tranquila. Conforme Bittencourt (2006 p.199-200), “imagens fotográficas retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e aprofundam a compreensão da cultura material e sua iconografia.” A autora fornece bases para olharmos à fotografia e compreendermos a dinâmica dos grupos sociais, as formas de celebrar, dançar e cantar, o tempo de sair da rotina.

Pensando ainda, sobre a cidade, Léia Freitas Perez (2011, p.84) a descreve da seguinte forma: “(...) bastava reunir uma população, abrir uma rua, às vezes um simples caminho ou uma rota, construir uma capela e uma praça e estava pronta a aglomeração urbana”.

No entanto, devemos salientar que a cidade, também é palco de conflitos e violência, conforme os acontecimentos descritos no processo nº 103/ maço 4 da Junta de Justiça – Cartório do Júri de Porto Alegre, documento situado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, intitulado Maria Antônia, Índia.



Fotografia do processo de Maria Antônia- Índia -14/06/1821- Arquivo Público do Rio Grande do Sul

O processo autuado em 14 de junho de 1821 refere-se à senhora Maria Antônia, chamada de “Índia”, casada, 40 anos de idade, natural de Rio Pardo. Veja-se a descrição dos fatos:

Em 10/06/1821, em Porto Alegre, sendo amancebada com o soldado Francisco de Paula Candelária, da região de São Paulo, brigou com este, porque queria forçá-la a ir à Festa do Espírito Santo, estando ela incomodada e indisposta (segundo declarações da Ré). Levando uma porretada do amásio, reagiu com pontaco, de faca, que causou lesão leve.

O acontecimento acima informa sobre a agressão gerada em torno da Festa do Espírito Santo na cidade, observamos que as tensões e as violências, também faziam parte do cenário da celebração. Nesse sentido, o historiador deve fazer o documento falar, ler nas entrelinhas, às avessas, contra as intenções de quem os produziu, levando em conta as relações de força ali implícitas, “possibilita captar o que está fora do texto” (Ginzburg, p.42, 2002), o não-dito.

Ao passo que, o pesquisador Reginaldo Gil Braga (2011), em suas análises sobre as folias do Divino no Rio Grande do Sul, também reconhece as mudanças ocorridas na Festa do Espírito Santo. Ele direciona o seu olhar para os momentos da celebração, percebendo entre as comunidades o contato com o sagrado, a vivência mística com o Divino. Por outro lado, observa também o tempo profano, onde os sujeitos impõem suas vontades e desejos, cantam, dançam e bebem.

Braga (2011) afirma que a cidade de Porto Alegre celebrava a festividade com foguetórios, danças, músicas, quermesses e que tudo isso terminou no primeiro quartel do século XX, com a chegada da modernidade⁴. A eletricidade já estava em ascensão nesse período e não

⁴ Segundo Padilha (2001, p.105) a modernidade é (...) como a era do maquinismo e da tecnologia, responsáveis por novas experiências sensoriais e perceptivas atreladas, muitas vezes, à conquista da velocidade; a modernidade como estilo de vida cosmopolita e metropolitano, teatralizado na obrigatória familiaridade com requintados hábitos de consumo e de lazer dos maiores centros urbanos da Europa ou Estados Unidos; e, finalmente, modernidade como ideal de ordem social inspirada no modelo da família burguesa, na moral e na disciplina do

era mais possível soltar foguetes nas praças. Estes acontecimentos levam aos poucos ao fim da festa em Porto Alegre, assim como os rituais: a coroação do imperador, foguetório, bodo (partilha do alimento) e outros.

Na atualidade, a celebração perdeu força, sendo realizada de forma modesta com alguns elementos, tais como: a missa, a procissão e a distribuição do pão do Espírito Santo na Capela. As imagens abaixo apresentam a prática da celebração:



Fotografia da celebração no ano de 2008 – Senhoras com as bandeiras do Divino Espírito Santo – Acervo do autor.

trabalho, tendo como principal trunfo a promessa de estabilidade e de conforto proporcionados pelo trabalho e pelo consumo, respectivamente.



Capela do Divino Espírito Santo- 2008 / Acervo do autor.

Sendo assim, as fontes históricas são à base do trabalho do historiador e possibilitam uma leitura dos acontecimentos, revelando as intencionalidades dos sujeitos e seus interesses, bem como suas vivências registradas na memória da cidade.

Considerações parciais

Podemos afirmar a partir desse cruzamento de fontes que a celebração do Divino Espírito Santo faz parte da história de Porto Alegre. Desta forma, os registros históricos apresentados revelam a marca da cultura açoriana na cidade, através da fotografia, do jornal e dos processos judiciais.

Nesse sentido, conforme sugeriu Carlo Ginzburg (1989) devemos ter cuidado com os detalhes, os indícios, pistas que passam despercebidas pelo olhar leigo, mas que o historiador deve capturá-los com seu método investigativo, como também, de acordo com Le Goff (1996, p.548) “ Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” e sim, trabalhar em cima das condições de produção dos documentos e contextualizar o aparentemente claro e objetivo, indagar seu objeto na procura de respostas que se aproximem da realidade.

Portanto, a Festa do Divino é um dos símbolos da memória da cidade de Porto Alegre, que representa a tradição da cultura açoriana nos espaços da urbe.

Referências

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. *Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica*. FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas/SP: Papirus, 2006, p.288.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BRAGA, Reginaldo Gil. *Folias do Divino, bandas e foguetórios em antigos povoamentos açorianos do Rio Grande do Sul (Brasil): transformando e reorganizando antigas tradições ou (re)inventando raízes baseadas em rotas atlânticas recentes*. Revista Performa11- Encontros de Investigação em Performance- Portugal: Universidade de Aveiro, 2011. Disponível em: <<http://performa.web.ua.pt>>. Acessado em: 15 nov. 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

FORTINI, Archymedes. *Revisitando o passado*. Livraria Sulina, Porto Alegre, 2ª Série, 1953.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [“Sinais. Raízes de um paradigma indiciário”, p. 143-179].

GOMES, Angela de Castro. *A pequena Itália de Niterói: uma cidade, muitas famílias*. In: Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 (4ª Edição) [“Documento/Monumento”, p. 535-553].

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: *Seminário Internacional “Museus e Cidades”*, Livro do Seminário Internacional. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. KESSEL, Carlos. GUIMARAENS, Ceça. (Orgs.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

PEREZ, Léa Freitas. A constituição da rede urbana brasileira nos quadros da formação do mundo ocidental moderno. In: *Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil*. Porto Alegre: Medianiz, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 02 jan. 2014.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edição Sulina, 1967.

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA COMPANHIA DE JESUS SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810 (ARGENTINA)

Mariana Schossler*

Introdução

O presente texto contempla aspecto abordado pela investigação que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, desde março do corrente ano. A Dissertação tem entre seus objetivos a análise das obras *Belgrano: el santo de la espada y de la pluma* (1974) e *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina* (1979), escritas pelo insigne historiador jesuíta Guillermo Furlong (1889-1974)¹, inserindo-as em seus respectivos contextos de produção e

* Mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

¹ Furlong era filho de imigrantes irlandeses e ingressou na Companhia de Jesus aos 13 anos de idade, em 1903. Em meados de 1905, foi enviado por seus superiores à Espanha para dar continuidade a sua formação. Após estudar por um ano em Gandía, o jesuíta argentino dirigiu-se ao antigo mosteiro de Veruela, na província de Aragão. Lá, ao mesmo tempo em que lia e estudava os autores clássicos, Furlong passou a ter algumas lições de metodologia e paleografia. Em 1910, iniciou seus estudos de Filosofia, desta vez, em Tolosa (MAYOCHI, 2009) e, um ano mais tarde, foi enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, anexo à Universidade de Georgetown, onde, em 1913, obteve seu PhD, e teve a oportunidade de entrar em contato com a escrita de biografias como a *Life of Samuel Johnson* (1787), de James Boswell, o que pode ter despertado seu interesse posterior pelo gênero (PADILLA, 1979, 73). Em meados de 1913, Guillermo Furlong retornou à Argentina. No mesmo ano, o jesuíta argentino

vinculando-as ao processo de construção de uma memória sobre a *Revolução de Maio* de 1810, que caracterizou a historiografia argentina do século XX. Nesta comunicação, apresento a análise de uma das obras escritas pelo jesuíta Furlong, que se originou de uma conferência que lhe foi solicitada por uma organização leiga argentina. A biografia, intitulada *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina*, foi escrita em 1960, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio, e publicada apenas em 1979. A análise desta obra permite não apenas evidenciar a importância das comemorações alusivas ao sesquicentenário da Revolução de Maio para a Argentina, considerando o momento político então vivido pelo país, como também o papel que a Companhia de Jesus e, especialmente, um de seus mais atuantes e influentes

iniciou suas funções como historiador da Companhia de Jesus. Segundo Geoghegan (1979), Furlong passou a frequentar o *Archivo General de la Nación*, o *Museo Mitre* e algumas bibliotecas privadas (Geoghegan, 1979; Mayochi, 2009), ocasião em que conheceu o historiador Enrique Peña. “O senhor Peña foi quem orientou definitivamente ao padre Furlong para a investigação histórica, apresentando-lhe com o seguinte conselho: ‘Não leia livro algum de história, mas opte por uma linha de pesquisa, uma série de temas afins, e frequente o Archivo General de la Nación em busca de materiais sobre estes temas e lhe asseguro que, passados dez ou quinze anos, ficará assombrado com o material que terá reunido...’” (GEOGHEGAN, 1979, p. 36, tradução minha). Em 1920, Furlong retornou à Espanha, para a conclusão dos seus estudos de Teologia, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. De acordo com Mayochi (2009), já neste período, Furlong manifestava forte interesse na história da América platina do período colonial. Em 1924, após receber a ordenação sacerdotal, retornou à Argentina e a sua atuação como professor das disciplinas de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês. Em 1929, publicou seu primeiro livro sobre temas históricos, intitulado *Glorias Santafesinas*, que versa sobre a história da Argentina colonial. A quantidade de documentos e informações que conseguiu reunir em suas visitas realizadas a arquivos e bibliotecas argentinas e europeias possibilitou também a escrita de diversos artigos, muitos deles publicados na revista *Estudios*, da Academia Literaria del Plata e da Universidad del Salvador, de Buenos Aires. Estes textos versaram, em sua maioria, sobre a história da Companhia de Jesus na América Meridional, sendo que, em vários deles, Furlong se aproximou do gênero biográfico.

membros, o padre Guillermo Furlong, desempenharam no processo de construção de uma memória sobre a Revolução de 1810.

O principal objetivo deste texto é caracterizar tanto a Revolução de Maio de 1810 como as comemorações de seu sesquicentenário, incluindo aí, a importância que Guillermo Furlong dá aos eventos de 1960. A partir disso, procurarei fazer uma breve e preliminar análise do texto escrito por Furlong, ressaltando alguns aspectos bastante enfatizados pelo historiador argentino, bem como de seu estilo de escrita, o que contribui para a compreensão do processo de construção de memória que será aqui mencionado.

A Revolução de Maio (Argentina, 1810)

As discussões acerca das causas da Revolução de Maio argentina de 1810 e, conseqüentemente, do processo independentista ocorrido na região do Rio da Prata a partir de então são bastante intensas na historiografia sobre o tema. Autores como Halperín Donghi (1975), Lynch (1991), Fradkín & Garavaglia (2009) e Gault vel Hartman (2010) concordam que as reformas borbônicas², juntamente com a situação da

² Conjunto de medidas imposto pela metrópole no reinado de Carlos III (1759-1788) que tinham por objetivo estabelecer um maior controle sobre as colônias. Dentre elas cabe destacar a criação do Vice-reino do Rio da Prata em 1776, bem como o Regulamento de Livre Comércio entre Espanha e as Índias de 1778, a instalação de burocratas de origem espanhola e sem vínculos com as elites locais e uma maior centralização da administração partir da criação de intendências. Enquanto Fradkín & Garavaglia (2009, p. 177) consideram que “las innovaciones no fueran parte de un plan previamente elaborado, sino que se fueran definiendo a través de iniciativas que tuvieron ritmos desiguales y muy disímil capacidad de ejecución”, Lynch (1991, p. 6, grifos meus) argumenta que “La política borbónica alteró la relación existente entre los principales grupos de poder. La propia administración fue la primera en perturbar el equilibrio. El *absolutismo ilustrado* fortaleció la posición del Estado a expensas del sector privado y terminó por deshacerse de la clase dominante local. *Los Borbones revisaron detenidamente el gobierno imperial, centralizaron el control y modernizaron la burocracia; se crearon nuevos virreinos y otras unidades administrativas; se designaron nuevos funcionarios, los intendentes, y se introdujeron nuevos métodos de gobierno. Éstos consistían en parte en planes*

metrópole a partir do ano de 1795³ contribuíram para a dissolução do império espanhol americano.

A situação se agrava quando em junho de 1806 iniciam-se as invasões inglesas ao Rio da Prata. A partir da habilitação do porto de Buenos Aires para o comércio com a Espanha, toda a prata de Potosí – que se encontra nos territórios do Vice-reino do Rio da Prata – é escoada a partir deste porto. Neste sentido, Buenos Aires torna-se um bom alvo para a Inglaterra, que vê a Espanha enfraquecida com a invasão napoleônica e procura novos mercados para escoar sua grande produção manufatureira. Com a tomada de Buenos Aires pelos ingleses e a fuga do Vice-rei Rafael Sobremonte (1745-1827) para Montevideú, acordando a rendição da cidade. A partir daí, iniciam-se as tentativas de resistência, que são finalmente levadas a cabo com o comando de Liniers:

Por último, Santiago de Liniers, un francés que se desempeñaba como oficial de la Armada Real, se dirigió a la Banda Oriental para organizar una fuerza que enfrentara a los invasores. Con unos 500 soldados y más de 400 milicianos, comandó a principios de agosto la expedición de reconquista de la capital. En su marcha fue sumando partidas reclutadas en la campaña y, en pocos días, sus fuerzas llegaban a 3000 efectivos. El 12 de agosto lograron la capitulación de las tropas británicas. (FRADKÍN; GARAVAGLIA, 2009, p. 201)

Com a retomada da cidade, Buenos Aires assistiu a uma situação nova em sua história. Em primeiro lugar, exigiu-se a deposição do Vice-rei em um Cabildo aberto, decisão acatada pelo governo espanhol, que nomeou Liniers para o cargo de Vice-rei. Em segundo lugar, a formação

administrativos y fiscales, que implicaban al tiempo una supervisión más estrecha de la población americana.”. Neste sentido, Lynch (1991) concorda com Halperín Donghi (1975), afirmando que as reformas tinham por objetivo modernizar o império e tornar a administração das colônias mais eficiente, embora não tenham apresentado o resultado esperado.

³ No ano de 1794, a Espanha firmou acordo com a França. A partir de 1795, as guerras com a Inglaterra bem como o avanço napoleônico na península Ibérica farão com que a Espanha, além de perder sua frota naval, fique cada vez mais distante de suas colônias.

de milícias por parte de Liniers para a defesa de Buenos Aires modificou a questão da ascensão social na região, pois estas funcionavam como meio de vida, sendo que, em 1807, “*se decidió que la mayor parte de los milicianos recibiera una remuneración mensual*” (FRADKÍN; GARAVAGLIA, 2009, p. 203). Além disso, os corpos milicianos estavam organizados

según arma y región de origen. El más grande fue el *Cuerpo de Patricios, formado por voluntarios de infantería nacidos en Buenos Aires*, que constituyeron tres batallones. Cada batallón podía elegir a sus propios jefes, incluso a su comandante, y el *Cuerpo de Patricios eligió a [Cornelio] Saavedra*⁴. (JIMÉNEZ CALLE, 2009, p. 10, grifos meus).

⁴ Cornelio Saavedra (1761-1829). Militar y político argentino que presidió la Primera Junta. Tras cursar sus estudios en el porteño Colegio de San Carlos entre 1773 y 1776, fue regidor de la administración colonial, oponiéndose en 1799 a la constitución de gremios cerrados y privilegiados de fabricantes e industriales. En 1801 se le nombró alcalde de segundo voto y en 1805 administrador de los granos. Saavedra inició su carrera militar durante las invasiones inglesas al Río de la Plata. Participó en 1807 en la recuperación de Buenos Aires en calidad de comandante del Regimiento de Patricios (...), ascendiendo ese mismo año al grado de teniente coronel. Sostuvo al virrey Liniers al producirse el movimiento sedicioso que encabezó Martín de Álzaga (1809): como jefe de dicho regimiento, derrotó a los sublevados, lo que demostró el verdadero poder de las fuerzas criollas en caso de conflicto. Su adhesión y su participación decisiva en la Revolución de Mayo de 1810 se vio recompensada con el nombramiento de presidente de la Primera Junta, en cuyo seno acaudilló a los elementos moderador que se oponían a las más radicales propuestas de la facción de M. Moreno. Pero su política conciliadora, alejada de las ideas revolucionarias, acabó por provocar incluso denuncias de conspiración. Los acontecimientos de los días 5 y 6 de abril de 1811 se saldaron con el triunfo saavedrista. Presidió entonces la Segunda Junta hasta el 26 de agosto de ese año, cuando el desastre de Huaqui lo obligó a marchar al Alto Perú. Al arribar a Salta se le notificó su separación del cargo y la creación de una nueva forma de gobierno, el Triunvirato. Perseguido, acusado y juzgado por los hechos de abril, tuvo en Bernardo de Monteagudo a uno de sus principales acusadores. El juicio concluyó con el destierro de Saavedra a San Juan, de donde más tarde pasó a Chile. Repuesto en cargo y honores en 1818, regresó a Buenos Aires, donde Juan Martín de Pueyrredón lo

O descontentamento das elites bonaerenses aumenta à medida que se agrava a situação espanhola. Na tentativa de manter um poder cuja legitimidade fosse reconhecida na Espanha, criou-se a Junta Central de Governo de Sevilha, criada por conta da abdicação de Fernando VII em favor de seu pai, o monarca Carlos IV, em uma intriga palaciana. Tal situação fez com que Napoleão Bonaparte obrigasse Carlos IV a abdicar em favor de José Bonaparte, irmão do imperador francês. Esta Junta Central foi transferida para Cádiz, em 1809, quando da queda de Sevilha. No mesmo ano, no Rio da Prata, um levante fez com que a Junta – ainda estabelecida em Sevilha, nesta data – nomeasse para o cargo Baltasar Hidalgo de Cisneros⁵.

Neste sentido, o cerne daquilo que conhecemos como Revolução de Maio dá-se entre os dias 22 a 25 de maio de 1810, embora seja preciso recuar até alguns dias antes para compreender os principais acontecimentos. Dias antes, ao receber a notícia de que a Espanha havia caído nas mãos do exército francês, os colonos bonaerenses exigiram ao Vice-rei um *Cabildo Abierto*⁶ com o objetivo de discutir as decisões a serem tomadas a partir de então.

El 22 de mayo se celebró un Cabildo Abierto, en el cual se manifestaron diversas posturas respecto de la autoridad del virrey, y si éste debería permanecer en el cargo. Saavedra mantuvo silencio mientras esperaba su turno para hablar. Los oradores más importantes fueron el obispo Benito Lué y Riega, Juan José

nombró Jefe del Estado Mayor del Ejército. Derrocado el gobierno por los caudillos federales en 1820, se exilió en Montevideo. Tuvo oportunidad de reintegrarse a las milicias al estallar el conflicto bélico con Brasil, pero rehusó. Antes de morir escribió unas valiosas Memorias. (RUIZA, 2013, s/p).

⁵ Baltasar Hidalgo de Cisneros (1775-1829): Marino y político español. Luchó en Trafalgar y formó parte de la Junta Central. Fue el último virrey de Río de la Plata (1809-1810), donde intentó, sin éxito, atraerse a los criollos (amnistía, cambios en los impuestos y en la política comercial). (RUIZA, 2013, s/p).

⁶ É interessante notar que o *Cabildo*, por ser um órgão que não dependia da Coroa espanhola, já que os seus membros eram escolhidos entre os principais habitantes da cidade, exercia um poder considerado legítimo, mesmo na vacância do trono.

Castelli, Ruiz Huidobro, Manuel Genaro Villota, Juan José Paso y Juan Nepomuceno de Sola. Saavedra fue el último a tomar la palabra, proponiendo que el mando se delegase en el cabildo hasta la formación de una junta de gobierno, en el modo y forma que el cabildo estimara conveniente. Insistió en que ya no quedaban dudas “de que el pueblo es el que confiere autoridad o mando”. La posición de Castelli se unió a la suya, y fue la que se impuso con 87 votos.⁷ (JIMÉNEZ CALLE, 2009, p. 14).

A sessão do Cabildo transcorreu até a madrugada do dia 23 de maio. No dia 24, foi apresentada uma proposta para a formação da Junta que tinha como presidente o Vice-rei Cisneros. Embora a proposta tenha sido aceita num primeiro momento, na noite do mesmo dia Saavedra e Castelli, então membros dessa primeira formação da Junta, apresentaram suas renúncias exigindo a total deposição do Vice-rei e a formação de um novo corpo governativo sem a presença do mesmo. Neste sentido, no dia 25 de maio apresentou-se uma nova formação para a Junta, que tinha como presidente Cornelio Saavedra.

Embora este tenha sido apenas o início do processo independentista no Rio da Prata – que terá, ainda um longo caminho até a efetiva independência das antigas colônias – o período compreendido entre os dias 22 e 25 de maio de 1810 é considerado o momento fundante da nação, por conta da formação do primeiro governo que não reconhecia a autoridade espanhola sobre a região, mesmo que a Junta tenha jurado fidelidade a Fernando VII como recurso de legitimação. Ao mesmo tempo, Cornelio Saavedra é considerado um dos “pais da pátria”, tanto por sua importância como chefe miliciano, quanto por ter exercido o cargo de presidente da primeira Junta. Neste sentido, cabe passar a uma caracterização das comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio, momento que procurará resgatar o acontecimento, bem como os principais personagens do mesmo, como Saavedra.

⁷ Cabe ressaltar aqui que, além da opção de formar uma Junta de Governo, os colonos poderiam optar por uma regência encabeçada pela infanta Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e esposa do príncipe português, desde o Rio de Janeiro, então a sede da corte portuguesa. Esta alternativa, embora tenha sido celebrada por alguns dos revolucionários de início, foi posteriormente rechaçada.

As comemorações do sesquicentenário e a atuação de Guillermo Furlong SJ

O final da década de 1950 na Argentina pode ser compreendido como um período bastante instável do ponto de vista político. Com a queda do governo de Perón, os militares acabaram por tomar o poder, como forma de transição entre a ditadura e a democracia. Grupos pró e anti Perón lutavam pelo poder. Nesta conjuntura, em 1958 assumiu o poder o presidente Arturo Frondizi, ano em que também se iniciou a organização das comemorações ocorridas em 1960.

A partir del golpe de Estado contra el gobierno que encabezaba Juan Domingo Perón, se inició un período en el que las fuerzas armadas acrecentaron el predominio que ejercían desde 1930, con lo que limitaron a los gobiernos constitucionales que surgieron de elecciones condicionadas y proscriptivas, características estas últimas que le restaban legitimidad a las nuevas autoridades. Cuando en 1958 se reorganizaron los poderes de gobierno y ocupó la presidencia de la Nación Arturo Frondizi, éste debió hacer frente a graves problemas provocados por los planteamientos militares, la presión para que levantara la proscripción del peronismo, la profundización de la crisis económica y los reclamos sociales. Sin embargo, las perspectivas que brindaba el desarrollismo, provocó la ilusión de que era posible vislumbrar el futuro con optimismo. (...) La búsqueda del crecimiento con desarrollo, el aumento en la explotación de los hidrocarburos, la instalación de parques industriales automotrices y ferroviarios, entre otros logros, acrecentaba esa visión positiva. El apoyo de los intelectuales fue de trascendencia para el triunfo electoral del nuevo gobierno, sin embargo medidas y situaciones como la llamada batalla del petróleo, la ley que ponía en pie de igualdad a la enseñanza pública y privada, la tardanza en cumplir con los compromisos para levantar la proscripción del peronismo, la represión ejercida ante los reclamos sociales, la inflación y, a mediados de 1959, el nombramiento de Álvaro Alzogaray como ministro de Economía, causaron el descontento y distanciamiento de ese sector intelectual, que en parte pasó a la oposición. (PAREDES, 2010, s/p)

Embora longa, esta citação auxilia na compreensão das diversas demandas da época imediatamente anterior às comemorações aqui estudadas. Neste sentido, mesmo que o governo de Frondizi não possa ser definido como um período de calma social e política, as comemorações

do sesquicentenário da Revolução de Maio transcorreram a partir de uma série de atos públicos, desfiles das Forças Armadas, publicação de livros como a *Biblioteca de Mayo*⁸. Segundo Spinelli (2010, p. 14-15, grifos meus),

La celebración de los 150 años de la Revolución de Mayo adquirió en la coyuntura de crisis política y social que se atravesaba el carácter de paréntesis,- efímero, pero paréntesis al fin-, en las disputas cotidianas, *una especie de búsqueda del símbolo de la unidad nacional en el rito patriótico, en el homenaje a los antepasados considerados los constructores de la Nación y en la historia compartida*. Hubo un marcado respeto por el protocolo y reverencia hacia los valores republicanos en todos los actos públicos, del mismo modo que el reconocimiento a España como ‘madre patria’.

Em 1955, Guillermo Furlong SJ havia sido jubilado de suas atividades no Colégio del Salvador por conta de seu 50º ano de atuação na Companhia de Jesus (ARANCIBIA, 1968, p. 31). A partir daí, dedica a maior parte do seu dia para os estudos historiográficos. Segundo Mayochi (2009), o historiador argentino dedica grande parte do ano de 1960 para estudar a Revolução de Maio, publicando, assim, artigos na revista Estudios⁹, proferindo conferências em diversas cidades argentinas, como Entre Ríos, Mar del Plata e San Nicolás. Ao mesmo tempo, “*se adhirió a los festejos con la publicación de cuatro libros: breve biografía de Cornelio Saavedra; Los jesuitas y la escisión del Reino de Indias; La Revolución de Mayo y Bibliografía de la Revolución de Mayo, que comprende más de nueve mil títulos.*” (MAYOCHI, 2009, p. 73). É à

⁸ Conjunto de obras publicadas a partir de 1960 que tinha por objetivo resgatar textos do início do século XIX, principalmente de próceres de Maio (PAREDES, 2010).

⁹ A edição de maio de 1960 da revista Estudios, que comemora o sesquicentenário da Revolução de Maio, conta com dois textos de Guillermo Furlong, intitulados, respectivamente, *Hombres e ideas en los días de Mayo* e *Cornelio de Saavedra*, sendo este último uma versão reduzida da obra que proponho investigar.

análise desta primeira obra, a biografia sobre Cornelio Saavedra, que iremos dedicar algumas linhas no presente texto.

A obra foi escrita a pedido da Agrupación Celeste y Blanca. O texto originalmente composto para uma conferência foi revisto e ampliado para a posterior publicação ocorrida em 1979. Neste sentido, temos aqui algumas questões a serem colocadas: por que a Agrupación Celeste y Blanca tinha interesse em uma conferência sobre Saavedra? Por que escolher Furlong para essa tarefa, se o historiador argentino ocupava-se, em grande medida, com a história da Companhia de Jesus na América Meridional?

É interessante notar que a Agrupación Celeste y Blanca tinha entre seus membros alguns descendentes de Cornelio Saavedra, o que justifica a fala sobre o personagem histórico: *“De este sentimiento deriva el particular significado de los actos que, con silgular brillo, viene realizando vuestra Agrupación Blanca y Celeste, a la que pertenecen no pocos descendientes de los próceres de Mayo.”* (DELL’ORO MAINI apud FURLONG, 1979, p. 10, grifos no original). Outra questão que é respondida por Atitlio Dell’Oro Maini, responsável pelas palavras de abertura e apresentação do conferencista e que se encontram reproduzidas no início da obra, diz respeito à escolha do autor da fala. Afinal, por que Guillermo Furlong e não outro historiador? Segundo Dell’Oro Maini (apud FURLONG, 1979, p. 12, grifos meus)

(...) me es grato encarecer la importancia de la presencia del R.P. Guillermo Furlong en esta tribuna. *La inmensa autoridad que le confiere su obra de historiador, copiosa, múltiple e incesante, está asentada en sus extraordinarias dotes de investigador, en la riqueza de las fuentes, en la originalidad de las conclusiones.* Ha dado vida a todo nuestro pasado hispánico, en las diversas actividades de la cultura, completando con la severa indagación del período llamando colonial, el mejor conocimiento de la historia integral. De este modo, *en lo que concierne a la revolución de mayo, por ejemplo, ha podido estudiar las causas recónditas en el propio pensamiento que nutrió las generaciones que la prepararon y ejecutaron, revelado en la frase definitoria y contundente de Saavedra en la célebre jornada del Cabildo.*

Aqui pode-se inferir que a escolha de Furlong para a tarefa pode ter de dado tanto pelo fato de que era membro da Academia Nacional de

la Historia e, assim, poderia gozar de um bom prestígio no cenário historiográfico argentino, sendo, também, um dos mais importantes historiadores da Companhia de Jesus¹⁰ e por seu conhecido gosto pelo biográfico, tendo se utilizado deste gênero ao escrever sobre missionários jesuítas que atuaram durante o período colonial.

Neste sentido, cabe agora passar a uma análise preliminar da obra em si, procurando evidenciar quais características de Saavedra são evidenciadas pelo jesuíta argentino.

A obra Cornelio Saavedra: Padre de la patria Argentina

O texto abarca a vida de Saavedra a partir do ano de 1792, até sua morte. Em alguns momentos, como no capítulo intitulado *Saavedra: Todo un caballero*, podemos encontrar alguns momentos em que Furlong procura trazer elementos da infância do biografado, quebrando com a total linearidade observada em outras passagens. Ao mesmo tempo, o autor destina alguns capítulos para trazer transcrições de documentos, como cartas, conta algumas anedotas, faz referência à religiosidade presente no espaço da primeira Junta Provisória, como nos capítulos 22 e 23, além de compará-lo com George Washington, comparação esta a qual destina, além do capítulo intitulado *Washington y Saavedra*, as seguintes linhas logo no início do texto:

Va para dos centurias que en los Estados Unidos de Norte América se ha cristalizado con vigor diamantino y luce con destellos de rubí, el dicho popular, referente a George Washington: fue el primero en la guerra, fue el primero en la paz, fue el primero en el corazón de sus conciudadanos.

Hubo también entre nosotros, no tan solo uno, sino tres varones máximos que se hicieron acreedores a igual elogio, en cuanto a los tres incisos del mismo: *Saavedra*, Belgrano, San Martín. Pero si el héroe de Tucumán y el de Maipú, cada uno a su manera, fue el primero en la guerra, el primero en la paz, y el primero en el

¹⁰ Estima-se que até o ano de 1955, Furlong tenha publicado cerca de mil trabalhos historiográficos, sendo que sua produção pode ter dobrado até o ano de sua morte, em 1974. (MAYOCHI, 2009).

corazón de sus conciudadanos, esto postrero, por razones menguadas, no se otorgó al que fue, a la par de Liniers, el primero en la lucha contra los invasores británicos, y al que, frente al pueblo bonaerense, fue el numen y el nomen en los días de Mayo, y fue la encarnación de los ideales de la revolución y fue el alma grande y firme, luminosa y con intuiciones de la más fina política, en la Primera Junta. (FURLONG, 1979, p. 15, grifos meus).

A principal fonte utilizada por Guillermo Furlong é o texto da *Memoria Autógrafa* escrita pelo próprio Saavedra na década de 1820. O historiador argentino considera o texto como autêntico e, a partir disso, não faz qualquer crítica maior ao documento. Em nenhum momento toma a fonte como a versão de Saavedra para os fatos ou faz perguntas acerca da intencionalidade do mesmo na escrita de sua *Memoria*. Neste sentido, ao utilizar-se de largas transcrições, algumas com mais de uma página, Furlong atribui o *status* de verdade à fonte,

Outro fato interessante é a divisão do texto em vários pequenos capítulos (Tabela 1). Neste sentido, cabe aqui indagar-se acerca do público ao qual o texto publicado em forma de livro se destinava. Afinal, seu texto estava destinado a ser lido por intelectuais – ou uma determinada elite letrada – ou circulava por uma parcela maior da população argentina? Pode-se ainda falar em leite letrada no século XX, com o avanço da alfabetização em massa? Responder a estes questionamentos ainda é algo complicado atualmente, em parte pelo fato dos poucos dados com os quais pode-se contar em relação à circulação das obras de Guillermo Furlong, em parte por conta da quase inexistência de estudos que abordem a questão da massificação da alfabetização e suas consequências para a leitura de obras como uma biografia. Um maior número de capítulos poderia favorecer a leitura daqueles menos familiarizados com o livro, como no caso de estudantes do ensino básico. Ao mesmo tempo, deve-se investigar, ainda, os motivos pelos quais a conferência foi publicada, e isto ocorrendo apenas 19 anos depois das comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio. Responder a esta questão pode contribuir para compreender o formato final do livro.

Tabela 1: Capítulos da obra Cornelio Saavedra: Padre de la Patria Argentina (1979).

Nº	TÍTULO	PÁGINAS
1	Cornelio Saavedra entre 1792 y 1810	18-23

2	<i>Saavedra: Todo un caballero</i>	23-26
3	<i>Cuando las invasiones inglesas</i>	26-29
4	<i>Saavedra y Liniers. Asonada del 1º de enero de 1809</i>	29-33
5	<i>Hombre de honor y conciencia</i>	33-35
6	<i>Proclama de Saavedra a los Americanos</i>	35-38
7	<i>Saavedra, pioner de la Revolución</i>	38-46
8	<i>Los peninsulares y los nativos</i>	46-48
9	<i>En tiempo de Cisneros</i>	48-49
10	<i>El fallo salomónico de Cisneros</i>	49-51
11	<i>Cuando maduren las brevas</i>	51-53
12	<i>El hombre imprescindible</i>	54-55
13	<i>Saavedra contra Cisneros</i>	55-57
14	<i>En el cabildo Abierto del día 22</i>	58-59
15	<i>La fundamentación filosófico-jurídica</i>	60-63
16	<i>164 contra 61</i>	63-66
17	<i>Por la eliminación de Cisneros</i>	66-67
18	<i>Saavedra, primer Presidente</i>	67-69
19	<i>En nombre de Fernando VII</i>	69-73
20	<i>Evolución, no Revolución</i>	73-75
21	<i>Evolución cristiana a la española</i>	75-77
22	<i>“Nosotros solos...”</i>	77-79
23	<i>Espíritu religioso de don Cornelio</i>	79-82
24	<i>Religiosidad de la Primera Junta</i>	82-91
25	<i>Saavedra y Moreno</i>	91-96
26	<i>Fusilamiento de Liniers</i>	97-102
27	<i>Ingenuidad más que colombina</i>	102-106
28	<i>Concepción centralista de Moreno</i>	106-112
29	<i>La revolución del 5 y 6 de abril</i>	112-114
30	<i>Despojo del mando</i>	114-120
31	<i>Saavedra es calumniado y perseguido</i>	120-122
32	<i>San Martín apoya a Saavedra</i>	122-124
33	<i>Grandeza moral y cívica</i>	124-129
34	<i>Desde el púlpito de La Merced</i>	129-134
35	<i>Washington y Saavedra</i>	134-136
36	<i>“Buen hijo y buen servidor”</i>	136-137
37	<i>Patriotismo creador</i>	137-138
	<i>Bibliografía</i>	139-150

Cabe aqui, ainda procurar compreender o estilo de escrita de Guillermo Furlong. Ao falar sobre o Cabildo Aberto e a atuação de Saavedra no mesmo, podemos ler a seguinte passagem:

Grande en la guerra, fue también Saavedra igualmente grande en la paz, ya que en el histórico Cabildo Abierto del 22 de Mayo fue él la figura más relevante. Es sabido que después de dar su voto, por la cesación del Virrey, agregó algo que sorprendió en gran forma a todos, con aversión de los realistas, con satisfacción inmensa de parte de los patriotas: ‘y conste que el pueblo es el que confiere la autoridad o mando’. Aquella expresión, hecha con la solemnidad propia de Saavedra, fue la piedra del joven David que hirió en la frente al gigante Goliat. Por ahí comenzó el derrumbe del gobierno absolutista de los Borbones. (FURLONG, 1979, p. 59).

Além de atribuir o protagonismo da ação do dia 22 de maio de 1810 a Saavedra, Furlong compara-o a figuras bíblicas como Davi, o que se torna interessante se levarmos em consideração que grande parte do texto terá como foco as qualidades, as virtudes do biografado, que seriam:

(...) su equilibrio psíquico, su madurez intelectual y moral, su hombría de bien y su amplio humanismo. (...) se reconocía y se admiraba su ponderación, su equilibrio, su capacidad directiva, como se admiraba lo que fue efecto de estas eximias dotes: el singularísimo ascendiente que ejerció sobre la tropa y, a través de ella, sobre la población toda de Buenos Aires. (FURLONG, 1979, p. 19-20).

Neste sentido, pode-se aproximar o estilo narrativo do historiador argentino àquele adotado por Plutarco, que enfatiza as virtudes de seus biografados e utiliza-se da *Historia Magistra Vitae*, que tem por característica básica a exemplaridade, se constituindo em um tipo de história que busca no passado os referenciais de atuação dos grandes homens do futuro.

Para Plutarco (...), trata-se de perpetuar pelo *exemplum* um certo número de virtudes morais. (...) O *bios*, ao mesmo tempo “vida” e “modo de vida”, serve-lhe de apoio para sublinhar algumas virtudes éticas indispensáveis aos dirigentes políticos e militares. O herói de Plutarco é uma personalidade forte, animada por um ideal a que se consagra por inteiro. Definido como um ser não sujeito a regras, marcado pela desmedida (*hýbris*), esse herói está, por definição, sujeito às tentações do descomedimento. Deve, pois, redobrar a vigilância a fim de não soçobrar nos piores escolhos. (DOSSE, 2009, p. 129).

Neste sentido,

No horizonte dessa evocação biográfica, encontramos o mesmo (p. 129) impulso, a mesma esperança que motiva a operação histórica: a ânsia de vencer o esquecimento, a finitude da existência, e o *cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros, na memória coletiva (...)*. (DOSSE, 2009, p. 128-129, grifos meus).

Considerações finais: qual Saavedra? Qual Revolução de Maio?

Considerando-se a análise preliminar da obra *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina* feita acima, cabe aqui considerar, à guisa de palavras finais, uma questão que deve ser considerada neste trabalho: quais facetas de Cornelio Saavedra estão presentes no texto de Furlong? A partir da trajetória do prócer, qual ideia temos da Revolução de Maio? Para responder tal questão, cabe aqui empregar o conceito de memória na acepção dada por Candau (2012, p. 9), para quem

a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável”.

Nesta definição, a memória é entendida como uma construção, havendo, em razão disso, uma seleção daquilo que será rememorado. Neste sentido, a memória não valoriza o fato em si, mas a representação, o significado que o mesmo tem para a sociedade em questão e poderá ter para as próximas gerações¹¹. Embora o grupo de indivíduos seja mutável, dada a condição da existência humana, as representações acerca dos fatos

¹¹ Candau (2012) refere dois tipos de memória: a primeira corresponde à lembrança acerca do fato em si, que é compartilhada por todos; a segunda constitui-se da representação acerca do fato, que é individual; é de acordo com esta segunda definição que penso a palavra memória.

vívidos podem ser compartilhadas, repassadas de geração em geração e, perpetuadas, estando sempre mediadas pelo ambiente cultural e social às quais se encontram vinculadas (CANDAU, 2012).

Pensando-se tanto no acontecimento aqui caracterizado – a Revolução de Maio –, bem como no período em que ocorreram as comemorações de seu sesquicentenário e no estilo de escrita de Guillermo Furlong, o discurso sobre as virtudes do prócer biografado, onde são valorizadas qualidades como ponderação, equilíbrio e capacidade diretiva, leva o leitor a considerar Saavedra como um exemplo de estadista. Além disso, dado o seu protagonismo na cena política de 1810, e sendo a Revolução de Maio por ele dirigida, segundo o historiador argentino, as mesmas qualidades ressaltadas no personagem histórico podem ser transpostas para o curso dos acontecimentos, dando-nos, até os dias de hoje, a impressão de uma revolução moderada, organizada e bem dirigida, o que cabe ser questionado.

Referências

ARANCIBIA, U. G. El hombre que hizo más, *Estudios*, nº 597, nov/1968, p. 30-33.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

DOSSE, François. A idade heroica. In: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 123-193.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina colonial*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

FURLONG, Guillermo. *Cornelio Saavedra: padre de la patria Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación de la Nación, 1979.

GAUT VEL HARTMAN, Sergio. *Bicentenario 1810-2010*. Pensamientos que hicieron la patria. Mariano Moreno, Manuel Belgrano, Cornelio Saavedra, Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi. Buenos Aires: Andrómeda, 2010

GEOGHEGAN, Abel Rodolfo. Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 31-42.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

JIMÉNEZ CALLE, Josefina. Cornelio Saavedra, ¿Padre de la patria? In: SAAVEDRA, Cornelio. *Memoria autógrafa*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009, p. 9-21.

LYNCH, John. Los orígenes de la independencia hispanoamericana. In: BETHELL, Leslie. *Historia de América Latina: La independencia*, volumen V. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 1-40.

MAYOCHI, Enrique Mario. *Guillermo Furlong Cardiff*. Buenos Aires: Junta de Historia Eclesiástica Argentina, 2009.

PADILLA, Ernesto E. Una especialidad: las biografías. *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 73-76.

PAREDES, Isabel. El Sesquicentenario de Mayo, la memoria y la acción editorial: Memoria e Historia hacia 1960, *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, nº 10, 2010, p. 137-163.

RUIZA, Miguel, et all. *Biografías y Vidas*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com>>. Acesado em: 22/07/2014.

SPINELLI, María Estela. *El sesquicentenario de la Revolución de Mayo*. Crisis política e historiografía. Disponível em: <<http://historiapolitica.com>>, Acesso em 15/08/2014.

CANTO CORAL RELIGIOSO E A “BÊNÇÃO DA BANDEIRA”, A FORTE VOZ MASCULINA QUE EMBALA A DESPEDIDA FUNESTA

Marilí Closs Musskopf*

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise da prática do canto coral e “benção da bandeira”, realizado por sociedades de canto – Gesangvereine, via de regra, masculinas, em funerais de seus sócios. A proposta do tema surge em decorrência da observação desta prática, que há muitos anos tem se constituído como “comum” em funerais no município de Brochier e região. A partir dos conceitos de memória e história cultural apresento a prática do canto coral e a formação de sociedades de canto masculinas, na região de do Vale do Caí. Não há menção a prática do canto pelos “cantores da sociedade” em funerais. Com o intuito de buscar a significação sócio religiosa destas práticas, faz-se necessária a revisão de bibliografias que norteiam a profissão de fé e alguns elementos musicais da religião luterana fundada por Martin Lutero e trazida pelos imigrantes alemães ao Brasil.

Palavras-chave: Memória, Costumes, Canto Coral, Funeral.

Aspectos da cultura e da identidade

A humanidade ao longo de sua evolução aprendeu a conviver em grupos de maneira a se socializarem com os demais de sua espécie. Assim o ser humano torna-se um coletivo de seres com diferentes maneiras de agir, viver e conviver. Ao buscar pela convivência num coletivo também buscam elementos com os quais levam a uma identificação social comum.

Vemos que essas diferentes formações sociais tendem a viver em situações de conflitos, de diferenças políticas e ideológicas, de tensões

* Especialista em História, Patrimônio Cultural e Identidades.mUniversidade Luterana do Brasil – Canoas- RS.

em equilíbrio, mas também, onde as formas de relacionamentos tornam-se interdependentes e fundamentais para a sobrevivência e representações de tradições e costumes. Representações e simbolizações através das quais buscam as instancias coletivas, podendo estas representações estar relacionadas às expressões corporais, artísticas, musicais ou ainda intelectuais. A construção de símbolos e representações para suas formas de agir, viver e conviver dos humanos relacionam-se ainda com as lembranças desenvolvidas pela memória individual ou coletiva. um conjunto de vivencias se expressará de maneiras diferentes em momentos diferentes, como aponta Leal,

(...) Memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas não são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para o seu grupo. (HALBWACHS 2006, apud LEAL, 2012, p.1).

Estas memórias, por sua vez, propiciam momentos de prazer, alegrias ou ainda angustias. A psicologia, a filosofia e a sociologia são algumas das ciências que lidam com as diferentes questões humanas, sejam elas mentais, de relacionamentos ou ainda culturais.

Para a humanidade, a memória, é sem duvida um dos itens fundamentais de sua existência e sobrevivência. As lembranças construídas individual ou coletivamente são propagadas por séculos. A construção de Memórias são muitas vezes construções subjetivas e individuais a partir de experiências vividas ou relatadas por outros. Do ponto de vista sociológico somos fruto das relações sociais e assim, somos parte de um grupo.

Analisando a questão relativa à construção da memoria, notamos a necessidade da presença ou de um ator participante do fato ou evento, ou ainda um orador/narrador do fato acontecido para que a memória deste se perpetue ao longo do tempo. Isso contribui para que fatos, eventos ou costumes possam continuar existindo no imaginário e memória de algum sujeito que leve adiante sua importância.

As ciências sociais crescem a partir da década de 1960 e lançam novos desafios aos historiadores, que são confrontadas com novas exigências teóricas, como aponta Chartier,

(...) daí a emergência de objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentescos e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.(CHARTIER, 1988, p. 14).

A partir destes novos objetos de estudos, vemos que as teorias políticas e econômicas como base dos estudos históricos abrem espaço para as novas teorias que trazem a visão mais ampla das vivências e experiências humanas em sociedade. Ainda segundo Chartier (1988), a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Situações peculiares e fatores culturais de cada lugar influenciam na história do local dos sujeitos que ali vivem e, por conseguinte, nas suas ações e no modo como se identificam com determinadas questões relativas a cultura, estas reproduzidas por décadas.

Identificar-se com algo também significa não se identificar com outras ações sociais. Participar de um grupo coral como coralista, significa identificar-se com tal prática, mas também significa não ser orador ou pregador. A identidade e diferença são resultados de atos da criação linguística, ou seja, não são elementos da natureza, não são essências, não são coisas que estão por aí. Não são elementos do mundo transcendental ou natural. São elementos do mundo cultural e social.

Quando escolhemos compartilhar hábitos ou costumes, construímos representações destes, por conseguinte, a identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído.

Muitas pessoas talvez não consigam encontrar sentido nas canções entoadas pelos corais, não se identifiquem com alguns estilos musicais ou até simplesmente ignorem representações da religiosidade onde moram. Podemos ainda alegar que a globalização e a multiplicidade de culturas que nos são apresentadas geram conflitos em relação ao que

buscamos como elementos significativos a construção da nossa identidade.

Também as identidades são construídas por meio de exclusões e suturações (costuras) através da junção de pontos comuns temporários. Segundo Stuart Hall (1992), ainda que a identidade também se construa a partir da formação e das práticas discursivas que constituem o campo social, temos que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. (...)As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. (HALL, 2003, p. 2)

Assim podemos dizer que um indivíduo que convive com outros, e em forma de sociedade, praticando as mesmas crenças, costumes e idiomas ele se apropria da cultura local e constrói sua identidade a partir disso.

Povos e civilizações perpetuam em seu cotidiano costumes e tradições herdados de seus ancestrais. O intelecto humano abrange vários campos da cultura, material e imaterial, sendo as formas de transmissão através de documentos ou histórias e crenças passadas através da tradição oral. De ouvir muitos de nós aprenderam de seus pais, avós e pessoas mais velhas, assim como somos transmissores de hábitos e tradições diversas. Na evolução da humanidade foi primordial, como ressalta Thompson(1992), a história oral é tão antiga quanto a própria história. Nas sociedades letradas, a história oral perpassava ensinamentos, realizações, lutas de resistência e rituais sagrados por gerações.

Trazendo assim não só a valorização dos fatos e versões oficiais (documentos, cartas e registros escritos) para a construção das representações do passado. A modelação da história a favor do ‘oficial’ rejeita as lembranças, discursos e a vida cotidiana perpassada através da história oral. A oralidade oferece assim, ricas fontes para a pesquisa histórica, ou seja, não podemos entrevistar os mortos ou suas lápides, mas

beber ao máximo dos legados transmitidos pela oralidade. Podemos então ver que,

(...) os historiadores orais podem escolher exatamente a quem querem entrevistar e a respeito de que perguntar. A entrevista propiciará, também um meio de descobrir documentos escritos, e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados. (THOMPSON, 1992, p. 25)

As entrevistas contribuem ainda para ampliação e construção mais realista dos eventos em questão na pesquisa. A abertura de um leque maior de questionamentos, e pode ainda justapor afirmações de ambos os lados – documentos oficiais e memórias oralizadas do ser vivente. Com o uso da história oral, os profissionais passam pelo processo de mudanças de enfoque, tornando-se assim também parte da função social da história. A história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes de investigação.

Esse contato propicia a ambas as partes, entrevistador e entrevistado trocas de experiências e vivências, sejam pelas diferenças sociais, étnicas, etárias e até pelos locais de domicílio. A história oral valoriza, portanto, as pessoas, as comunidades e as tradições locais.

Neste sentido, como registrar hábitos e costumes, que para uma população local são comuns? De que formar tornar notório o cantar fúnebre? Como fazê-lo se essa prática não consta em registros, sejam eles eclesiásticos ou civis?

Os livros de registros – atas, e livros contábeis dão conta da organização das entidades. Convites, prêmios e lembranças de participação em eventos expressam significações para o coral. As entrevistas com coralistas e regente, transmitem conhecimentos históricos, sentimentos alegres e tristes e expressam a altivez de louvar a Deus, homenagear a pátria-mãe alemã e representar o dia-a-dia da lida campesina. Para além destas, não pode haver maior sentimento fraterno que homenagear um membro associado a caminho de sua derradeira morada, a sepultura. Estas são algumas das questões que irão dar sentido a nossa busca por compreender mais a respeito do canto coral e da “benção da bandeira” em Brochier e região.

Imigração- A busca por soldados e trabalhadores para as terras devolutas do sul do Brasil

As primeiras campanhas para imigração de europeus para o Brasil, promovidas pelo Governo Imperial brasileiro, através do Major Johann Anton von Schaeffer, amigo pessoal de D. Maria Leopoldina – princesa do Brasil e grande incentivadora à imigração de alemães para o Brasil, visavam trazer soldados de carreira para engrossar as tropas do exercito brasileiro. Por determinação de vários Estados europeus a imigração de soldados estava proibida, visto a má impressão que D. Pedro I causara aos europeus após o rompimento com Portugal.

“Pedro não tinha, aos olhos da Europa, legitimidade. Sua posição não é nada fácil. Não tem experiência diplomática e deve explicar aos homens da Restauração a “revolução” brasileira, heresia política constante das instruções de José Bonifácio”. (DREHER, 2014, p. 56)

Porém as difíceis condições de conseguir recrutar soldados na Europa, levou o Major Schaeffer a recrutar colonos/camponeses e entre eles conseguiu o envio de alguns soldados alemães para o Brasil. Os maiores Estados alemães, Áustria e Prússia se manifestavam contra a emigração de seus súditos, em especial para o Brasil. Porém, os estados do Hunsrück e Palatinado (Pfalz ou ainda chamada de Baviera Renana) não apresentaram objeções, originando assim a maior parte do contingente de imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul.

Após longos anos de conflitos e guerras pelas quais grande parte da Europa haviam sido submetidas, como a Guerra Franco-Prussiana e uma grande onda de êxodo rural, muitos camponeses que outrora abandonaram os campos, no início do século XIX, já não encontravam trabalho e moradia para viver dignamente nas cidades fronteiriças da França, principalmente região da Renânia.

A expectativa e a busca por melhores condições de trabalho, de sobrevivência e vida digna motivaram milhares de colonos a tentar a sorte nas terras longínquas da América. As campanhas iniciais para a imigração não renderam bons resultados até o ano de 1826. Já nos anos seguintes, cerca de cinco mil colonos chegaram ao Rio Grande do Sul além de centenas de soldados que permaneceram no Rio de Janeiro. A

propaganda baseada na oferta de terras, ferramentas de trabalho, sementes, gado e auxílio financeiro e isenção de impostos nos primeiros 10 anos no Brasil atraíram milhares de colonos que mal sabiam as dificuldades e desafios que os aguardavam em solo brasileiro.

No ano de 1824 inicia-se esse processo de imigração de colonos europeus, principalmente para o Rio Grande do Sul. A chegada de 39 imigrantes a São Leopoldo, e a partir dali foram sendo guiados pelas picadas (trilhos abertos entre a mata) até os lotes destinados a eles. Estes lotes nos primeiros anos mediam de 48 a 77 hectares, porém, após 1850 estes lotes diminuíram drasticamente, e passaram a ser somente comercializados, conforme a Lei de Terras de 1850. A ocupação das terras devolutas a partir da Colônia de São Leopoldo e seguindo pela região dos vales dos atuais rios Sinos, Paranhana e mais tarde do Rio Caí.

Colonização de Brochier

Em direção a Encosta da Serra, no vale entre os Rios Caí e Taquari, localiza-se o município de Brochier. A chegada dos colonizadores destas terras ao longo do arroio, os irmãos franceses Jean Honoré e Auguste Brochier assentaram-se ano de 1832. Nascidos em 01/05/1804 e 27/01/1814 respectivamente, em Marselha na França, partiram de Draguignan, sul da França no ano de 1828, com intuito de chegar ao Peru. Em janeiro de 1829, destinaram-se a Montevideu, onde mudaram de rumo e dirigiram-se ao Brasil, desembarcando em Porto Alegre, permanecendo lá por 3 anos até seguirem viagem pelo Rio Caí até o *Porto das Laranjeiras*, atual Montenegro. Para se assentarem não encontraram mais terras disponíveis em Montenegro, então resolveram embrenhar-se mata a dentro, após desbravarem 25 Km chegaram a margem de um arroio, mais tarde chamado de *Arroio dos Franceses* (sic!).

Especula-se a quantidade de terras das quais os Brochier teriam sido donos, de aproximadamente 49 mil hectares a 600 mil hectares de terras, mas ainda carece de fontes seguras. Com uma mata nativa rica em madeiras nobres, instalaram uma serraria para o corte de espécies como Batinga, Louro, Pinheiros, timbaúva, canela-preta, transportados pelo arroio, que eram vendidas para Montenegro o Porto Alegre.

A localidade prosperou com a chegada de mais imigrantes europeus, dentre os quais alemães, alguns franceses, italianos, africanos e portugueses. Segundo a IECLB¹,

As primeiras três famílias protestantes se estabeleceram em Linha Brochier em 1868 vindas de Theewald ou Dois Irmãos. Nos dois anos seguintes, novas famílias se estabeleceram [sic!] na colônia vindas de Forromecco. Quando o número de evangélicos chegou a 14 famílias, estas se uniram para construir uma escola, contratando-se também um professor, de nome Jakob Keller. Schröder e Dedekind mencionam que a primeira colonização em Picada Brochier (também conhecida como Nova França), no município de Montenegro, ocorreu em 1870. Toda a terra pertencia aos franceses August e João Brochier. Um deles era mecânico o outro fundidor de ouro. Eles foram os primeiros moradores da região que, por isso, recebeu o nome deles. Em 1856 os dois irmãos Brochier começaram a vender suas terras aos imigrantes alemães, em sua maioria provindos de outras colônias, além de outros imigrantes novos. A picada recebeu o nome de Nova França ao lado do nome oficial.(IECLB, 2009)

Quanto a origem das famílias, encontramos a seguinte menção,

A maioria dos colonos provinha das colônias antigas, mas também vieram novos imigrantes de Hessen, Renânia, Birkenfeld e da Pomerânia. Entre os imigrantes estava as famílias Neuls, Saueressig, Müller, Klos, Hinkel, Allebrand, Rasche, Klein, Wenz, Kleber, Bauer.(IECLB, 2011)

Notamos que entre os sobrenomes transcritos acima, com o passar dos anos muitos tiveram sua grafia alterados como: Allebrand atualmente acrescenta-se um T ao final = Allebrandt; Klos na região existem poucas pessoas com esta grafia, no entanto, muitos com a grafia Closs; Wenz atualmente a maioria escreve Wentz.

A imigração para o Rio Grande do Sul é mencionada por DREHER,

¹ Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

“(...) Auguste Polenz, nascida em Gramadies, natural de Neu-Balupöhnen, município de Gumbinen, na Prússia Oriental, (...) Migrou para o Brasil em 1872, com o esposo August Eduard Polenz, nascido a 4 de abril de 1834, em Darkemem, na Prússia Oriental, (...) A sepultura de ambos encontra-se no cemitério luterano de Serro Branco – São Pedro do Sul/RS.” DREHER, 2014, p. 188-193

Na sequência do texto lemos ainda que dois dos filhos do casal estão sepultados no cemitério luterano de Novo Paris – Brochier/RS.

Vemos também a migração da família de Jacob Kleber de Bom Jardim (Ivoti) para a localidade de Novo Paris (Brochier) ocorrida provavelmente em 1875/76..

Musicalidade e religiosidade Luterana

A tradição musical é sem dúvida uma das marcas mais lembradas na cultura dos imigrantes alemães que ao Brasil chegaram a partir de 1824. Os primórdios da colonização alemã no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro foram sem dúvida anos desafiadores, onde as condições climáticas, o desbravamento de grandes áreas de mata nativa, o ambiente hostil e as constantes ameaças de ataques de bugres, como os imigrantes chamavam os indígenas brasileiros e, além disto, a saudade dos amigos e familiares que haviam ficado na Europa e os sentimentos nacionalistas em relação à pátria mãe ocupavam grande parte das aflições e pensamentos dos imigrantes.

A presença da musicalidade na Igreja Luterana remete aos primeiros anos desta religião. Canções, hinos, músicas sinfônicas e instrumentos musicais de várias espécies passaram a ser utilizados a partir do movimento de reforma, prioritariamente por Martin Lutero quando este criou o Igreja Luterana. A música compreende o poder de congregar e persuadir as pessoas a participação no ato religioso, Lutero se utiliza do Canto Coral, permitindo aos fiéis a graça de sua participação nas celebrações e momentos de tristeza na Comunidade. Oliveira assim aponta,

(...) Em 1524, escreveu Lutero: ‘Seguindo o exemplo dos profetas e dos primeiros padres da Igreja, proponho que se escrevam para o povo alemão hinos e cantos espirituais de maneira que com o

auxílio do canto, a palavra de Deus nele possa encontrar morada (...)(OLIVEIRA 1992, p.89)².

Com o intuito da participação dos fiéis nas celebrações religiosas, utilizando nos primeiros anos, textos e melodias conhecidas e transformadas tecnicamente para fins religiosos.

“A música da reforma foi o meio de congregar o povo em torno da Palavra de Deus. Através dela, as pessoas puderam participar do culto, não apenas como ouvintes, mas como corresponsáveis. Essa mesma música resgatou no coração das pessoas o consolo e o perdão que se tem somente no sangue de Cristo.” (FERREIRA, 2013, p. 9)³

Diferente das tradições católicas, onde as celebrações e ofícios religiosos não davam abertura à participação dos fiéis, o luteranismo agrega outras vertentes da cultura musical alemã, entrelaçando com obras de Mozart, Beethoven, Brahms, perpassando ainda pelas vertentes de música palaciana e sinfonias de câmara. O desenvolvimento da música de sinfonia, por Ludwig van Beethoven chega ao auge e ultrapassa as salas palacianas e passa as grandes salas de espetáculos, a expressão maior da burguesia emergente. Mas Beethoven também trabalha uma forma de música tradicional – o “Lied”, cuja extração social tem suas raízes na música dos habitantes dos burgos, dos comerciantes prósperos da Idade Média, conforme OLIVEIRA, 1992.

As sociedades dos imigrantes

A fundação das sociedades de canto, de tiro, de caçadores, de recreação, de esportes e tantas outras remetem as tradições de diversas regiões dos Estados Alemães. A tradição das sociedades de canto trazidas pelos imigrantes alemães já foram tema de vários trabalhos importantes. A Canção dos Imigrantes, de Hilda Agnes Hübner Flores, levantamento realizado na região de Venâncio Aires, no Vale do Taquari –RS, aponta que a maior parte dos imigrantes que se instalaram nesta região provém

² OLIVEIRA, Flávio. Compositor e Pianista.

³ Disponível em meio eletrônico: <<http://periodicos.est.edu.br>>.

da antiga Boêmia (atual República Tcheca). A autora desenvolve ainda uma análise sobre o valor artístico-cultural das canções e do cultivo dos valores nestas sociedades. Cantar para afugentar os medos, as incertezas, ou até a preparação para a guerra, estão entre os fatores apontados como motivadores da entoação dos hinos e rimas, quase sempre com temas religiosos.

(...) O ato de cantar transpõe a fronteira da simples recreação: satisfaz ao espírito gregório, combate o isolamento sociocultural, oportuniza convivência com pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto, conclama o grupo a coesão, oportuniza realimentação espiritual, dá status social e principalmente atua como elemento normativo de costumes(...) (Flores,1983, p. 177)

Nas primeiras “cidades” colonizadas pelos imigrantes em várias regiões do Rio Grande do Sul, associar-se a uma sociedade de canto apresentava-se como regra geral para homens de boa índole e provedores da família. As formas de socialização vão além de festas, bailes e dos lares, o cantar leva a ainda a tradição da entoação de hinos pelas sociedades de canto nos enterros. As trocas culturais forçadas devido às diversas origens regionais dos imigrantes que colonizaram o rio Grande do Sul, também gerou um sincretismo de ritos funerários, no entanto, entre os “evangélicos”⁴ era comum a manutenção do acompanhamento eclesiástico ao longo da vida e também no momento da despedida funesta.

O difícil início da vida no Novo Mundo, as condições climáticas, o desbravar da mata, a organização da vida familiar e social estava intimamente ligada as redes de amizade e ajuda mútua. Os anos se passaram, passados quase dois séculos da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, as tradições e costumes persistiram na memória e nos costumes dos descendentes teuto-brasileiros.

⁴ Fiéis seguidores das religiões iniciadas a partir do protestantismo, como luteranos, anglicanos, batistas, presbiterianos, muçulmanos, budistas. (DREHER, 2014, p.207).

Apesar do “mundo moderno” exigir das pessoas aceitação de gostos culinários excêntricos, as influências da mídia e dos meios de comunicação, o bombardeio de ritmos e músicas em nossas mentes, ainda existem sim, lugares no interior deste país, deste Estado, onde pessoas, famílias, homens se reúnem em homenagem as tradições e costumes germânicos. As sociedades de canto não são entidades extintas, mas sim, lutam pela sobrevivência de canções, hinos e rituais religiosos reconfortantes aos nossos antepassados em momentos de angústia e exaltação da pátria mãe em momentos de saudade.

As sociedades de Canto – Gesangvreine no Município de Brochier

“Um pouco mais e chegarei, ao lar de eterno amor.
Descanso e paz então terei, junto a meu salvador; (...)
Ao porto além chegarei, salvo de todo o mal,
Deus mesmo diz: Guiar-te ei ao lar celestial.”⁵

Entoar hinos de fé e canções relacionados ao trabalho, as relações familiares, as comemorações entre amigos são apresentados em festas, bailes e celebrações religiosas como cultos e missas. Mas não só de alegrias vive o homem, há momentos onde é preciso se despedir de amigos, familiares e entes queridos, nestes momentos também se canta, hinos de louvor, de esperança e fé.

As sociedade de canto são entidades trazidas pelos imigrantes alemães que chegaram ao Brasil a partir de 1824. Nos primórdios da colonização a vida árdua e de poucas alegrias na mata deste Novo Mundo desolava os colonos que por muitas vezes buscaram acalantar suas angústias contando. Hinos, canções e preces faziam parte da vida dos adultos e também dos ensinamentos aos pequenos que aqui nasceram. Agradecimentos, pedidos, saudades e louvor. O que mais dizer, a religiosidade, principalmente luterana, trazida pelos imigrantes alemães ecoou pelos vales, pelas montanhas, ao longo de rios e encostas.

⁵ Hino – Ao porto chegarei, de autoria desconhecido e Arranjos de Arthur Lackschevitz. Este hino faz parte do repertório de 25 hinos de funeral da Sociedade de Canto Lira de Linha Pinheiro Machado, Brochier – RS.

Construir casas, estrebarias, abrir estradas, construir uma igreja – sem torre, nem sino, pois a legislação brasileira não permitia; junto a igreja uma escola e mais tarde uma sociedade de canto, de tiro, de ginástica agregando ainda outros esportes como bolão, bocha e jogos de baralho.

Com o passar dos anos e a estruturação dos povoados, vilarejos e localidades a vida social (re)começa a tomar espaço na nova vida que muitos se dispuseram a enfrentar. Longe de seus familiares, de sua terra natal, relembrar saudosos do que deixaram na Europa, e por vezes com alegria pela nova vida que aqui reiniciaram cantar foi a maneira encontrada. Mas não apenas cantar por cantar, hinos e canções com sentimentos fraternos, expressões poéticas e melodias do folclore da pátria de origem, a Alemanha.

A criação das sociedades de canto representa o cultivar das tradições, o praticar dos costumes e a socialização das famílias. Socialização esta, que acontece em momentos alegres, mas também nos momentos tristes de despedidas fúnebres. Podiam se associar somente homens às sociedades de canto, geralmente o ingresso se dava através da indicação de uma pessoa mais velha conhecida do interessado. Este por sua vez passava por uma espécie de crivo de avaliação, geralmente em Assembleias Geral, para que fosse aceito como membro associado. Via de regra, cada sociedade, possuíam suas leis estatutárias para aceitação de novos membros, por certo, homens maiores de idade, de boa índole e que demonstrassem caráter e comportamentos adequados a frequentar os eventos nestas sociedades.

Ao passo da aceitação e associação do homem, seus dependentes, esposa e filhos, acompanham o titular no que tange os direitos e deveres para com a entidade, dentre eles o pagamento de uma joia⁶ para o ingresso e respectivamente manter em dia o pagamento da contribuição anual. Filhos menores de idade raramente acompanhavam os pais aos bailes, os maiores de idade, por volta dos 25 anos, se ainda solteiros e morando com os pais, já poderiam ser apresentados para integrar o quadro de associados. Entre os casados jovens, raramente encontrava-

⁶ Diz-se uma joia ao pagamento de um valor determinado para tornar-se sócio da sociedade de canto.

sealgun que não participasse, posto que, para a maioria dos homens, ser associado e frequentar a sociedade era motivo de grande orgulho social.

Com poucas diferenças de regras normativas em relação a associação de membros, posturas de conduta durante os eventos, participação social e como coralista das sociedades, comumente todas prestavam homenagens a seus membros e dependentes, desde que em dia

Quando falamos de sociedades de canto, para muitas pessoas falamos de costumes e tradições de origem alemã, mas como no passado. No entanto, as sociedades de canto resistem ao tempo, as inovações tecnológicas e a concorrência desleal do mundo pós-moderno trazidas por elas. Na região do Vale do Rio Caí, em especial no município de Brochier existem ainda hoje, 6 entidades, sendo elas assim denominadas: Sociedade de Canto Concordia, Sociedade de Canto Avante, Sociedade de Canto União Familiar, Sociedade de Canto Estrela D'Alva, Sociedade de Canto Lyra e Sociedade de Canto Aliança. Entre elas, uma das mais antigas, a Sociedade de Canto Lyra, fundada sob o nome de Liederkranz em outubro de 1881, e nos anos de 1930 como a nacionalização e proibição da fala em alemão passa a se chamar Sociedade de Canto Lyra, sendo ainda proibida a entoação de hinos e canções em alemão, seja em ventos festivos e em funerais.

Os membros associados destas sociedades de canto ainda hoje prezam por normas de comportamento e conduta adequados, o modo de ingresso sofreu alterações, o interessado não se submete mais a um comitê de aceitação. Há ainda a associação de jovens e homens solteiros indiferente de sua idade (desde que maiores de idade).

Sabemos que muito de nossas tradições perpassam oralmente, através da história oral, realizei entrevistas com dois homens atuantes junto as sociedades decanto. O Senhor Auri Büttenbender, coralista e regente de corais que atua a mais de 40 anos, como coralista atua desde os 17 anos de idade junto ao coral da Igreja Católica São João Batista ente outros corais. Como regente atua desde os anos de 1980, quando lhe surgiu a oportunidade de reger um coral. Outro entrevistado o senhor Carlos Balduino Finger, coralista a mais de 15 anos, atua em duas sociedades de canto, na Sociedade Avante e na Sociedade Aliança. Ambos relatam que iniciaram por influencia familiar e de amigos que os convidaram a participar, por as afinação e tons de voz. Quando

questionados da significação de ser coralista, ambos responderam que o fazem por satisfação e gratificação lembrando ainda, estarem felizes em manter viva a tradição, além de encontrar e reencontrar amigos e pessoas que compartilham os mesmos sentimentos pela arte de cantar.

Em relação aos hinos e canções entoadas pelas sociedades de canto, distinguem em dois momentos diferentes: em festividades, bailes, encontros e celebrações alegres, o repertório inclui temas alegres, como: amizades, amor, convivência fraterna, contando também com músicas do folclore gaúcho, em suma, a escolha das canções geralmente é feita pelo regente, mas de comum acordo para que sejam canções e hinos que expressem sentimentos e espiritualidade fraterna.

Já em momentos tristes, em especial nos funerais a escolha se dá por um repertório com temas ligados a religiosidade e crenças da tradição cristã como a ressurreição, o louvor a Deus, a esperança no Bom Pastor – Deus, em geral, canções que tragam a família e amigos, que tanto sofre neste momento, uma palavra de consolo fé e esperança na vida eterna.

Assim como vemos no hinário da Sociedade de Canto Lyra,

“Entrego a minha vida a ti Senhor, Entrego a minha vida a ti, Senhor. Salva-me, Senhor. Cuida-me, Senhor. Entrego a minha vida a ti, Senhor. Quando sinto paz no coração. Quando me deprime a solidão, Salva-me, cuida-me. Quando sinto a falta do amor, quando em mim se encontra cruz e dor. Quando vivo o amor e a doação, quando me coloco em oração.”⁷

Acalentar corações angustiados, feridos e sentidos pela perda de um ente querido, através de canções e hinos entoados por vozes fortes masculinas, sem dúvida emocionam, mas junto a esta carga emotiva vem também o sentimento de ternura e carinho aos que a recebem. Em ambas as entrevistas fora afirmado ainda, que o ato de cantar em um funeral trás consigo a representação da sociedade de canto junto com a comunidade cristã, de homenagear a família, levar consolo, palavras amigas neste momento difícil, mostra ainda a importância do momento solene do

⁷ Composição de Frei. Wilson Sperandio, na partitura consta assinatura da adaptação de Plínio Antônio Forneck, com datação de 1988.

funeral. Como bem exemplificou o Sr. Auri, é o momento de valorização da despedida e envio do falecido a sua morada derradeira, e a demonstração de afeto a família enlutada.

As homenagens da despedida funestada sociedade de canto acontecem junto ao momento religioso de encomendação e envio do falecido. Via de regra, o pastor ou padre da comunidade a qual o morto e sua família são membros, conversam com os regentes dos coros presentes, e aos quais o morto era associado ou dependente de um, onde combinam uma ordem e quantidade de hinos a serem entoados. Via de regra, a presença de ao menos 2 corais, um coral de senhoras e um coral de sociedade de canto, revezam junto a mensagem eclesiástica os momentos de louvor a Deus.

Após a despedida dos familiares junto ao corpo na capela mortuária, antes do fechar do esquife, há ainda uma homenagem simbólica por parte da sociedade de canto, que pelas mãos de um homem, chamando de porta-bandeira, ergue a bandeira da sociedade em leva a benção final em sinal da cruz sobre o corpo do falecido. Podemos igualar tal prática a de muitas vezes vista em funerais de autoridades nacionais ou mundiais quando lhes é sobreposto alguma bandeira (de um estado ou país, de um clube de futebol ou ainda de instituição a qual tenha participado) como homenagem ao falecido.

A partir das entrevistas pude ainda reafirmar minha convicção da importância e significação religiosa e social imbuídos nesta prática do canto coral e benção da bandeira sobre o corpo do falecido. Sabemos, ou melhor, não sabemos o quanto tempo mais estas práticas acontecerão em nosso meio. Mas que por meio de pessoas, coralistas e regentes que cultivam tradições e costumes seculares, podemos vivenciar estas práticas de sentimentos fraternos e religiosos.

Contam ainda os entrevistados, assim como eu, que participamos de funerais em centros urbanos como Montenegro e Novo Hamburgo, onde estas homenagens cantadas não ocorrem mais. Seja por falta de sociedades de canto, seja por falta de interesse em associar-se ou quer seja pela vida urbana de hábitos diferenciados sentimos certo vazio espiritual e sentimental na falta da presença das vozes a elevar a alma em canto e proporcionar um conforto espiritual. Sabemos ainda que o cantar

torna a vida mais alegre ou menos sofrida, acalenta a alma e ameniza a angustia da perda irremediável.

Conclusões

Em tempos pós-modernos a correria do dia-a-dia muitas vezes nos priva de momentos com a família, amigos e pessoas que nos são queridas. A cultura e as tradições vão sendo esquecidas pelas pessoas, hábitos como enterrar um ente querido com a encomendação e homenagens habituais, posso afirmar que em nossa região, em nosso município sentimos orgulho por perpetuar costumes e tradições trazidos pelos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul.

Como lembra Blume (2010), a chegada do capitalismo trouxe fábricas de calçados que exigem uma jornada de trabalho regulamentada. Restando, assim, cada vez menos tempo para as práticas de nossos antepassados. Em nossa região ainda contamos com boa parte da população nas atividades rurais e silvícolas (acácia negra e eucalipto), além de produtores integrados (frango, suinocultura e postura) e criação leiteira. E ao conhecermos os membros das sociedades e seus coralistas apontamos muitos senhores advindos destas atividades diárias, tendo assim, disponibilidade e dedicação a prática do canto coral nos funerais, bem como a benção da bandeira sobre o corpo desfalecido.

Não sabemos por quanto tempo estas práticas, hábitos e costumes poderão se manter, pois as gerações mais jovens demonstram pouco interesse e disponibilidade de tempo para se tornarem coralistas, tanto nas sociedades de canto masculinas como nas Ordens de Senhoras. Esperamos que possamos tocar corações e despertar a atenção para a importância social e cultural das tradições cultivadas ao longo desses 190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Como citado acima, as homenagens funestas através das vozes masculinas tocam os sentimentos e acalentam os corações saudosos e entristecidos dos familiares e amigos. Neste trabalho pude trazer um pouco das tradições cultivadas ainda hoje, através das sociedades de canto, dos encontros e da prática do canto coral na despedida funesta, bem como a benção da bandeira, tão comuns em nosso cotidiano.

A convivência social e cultural fora de extrema importância aos pioneiros que a estas longínquas terras chegaram, e continuam sendo para os descendentes dos imigrantes alemães. Nos momentos de alegria e tristeza a humanidade demonstra que laços frateros reforçam a vida comunitária, social e cultural em Brochier e região. Assim vivemos a representação, identificação e união em práticas culturais e sociais advindas das iniciativas populares.

Referências

BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: Recortes do cotidiano*. 2010 – Dissertação de Mestrado – UNISINOS. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br>>. Acesso em: 23 fevereiro 2014.

BÜTENBENDER, Auri. Depoimento [6 de agosto, 2014]. Brochier, entrevista concedida a Marilí Closs Musskopf .

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Bertrand, RJ. 1988.

Culturas em movimento: a presença alemã no Rio Grande do Sul. Voltaire Schilling et all (OLIVEIRA). Timm e Timm, 1992.

DREHER, Martin N. *190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 2 ed. São Leopoldo, RS. Editora Oikos. 2014

_____. *Histórias de Vida e Fé. Luteranos e Luteranas no Nordeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, RS. Editora Oikos. 2012

FERREIRA, Dieison Gross. *A música como possibilidade e fator de permanência dos jovens na igreja*. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br>>. Acesso em: 15 setembro 2014.

FINGER, Carlos Balduino. Depoimento [6 de agosto, 2014]. Brochier, entrevista concedida a Marilí Closs Musskopf .

HALL, Stuart. *A Identidade cultural napós-modernidade*. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com>>. (Do livro: A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Acesso em: 04 de agosto 2014.

_____. *As culturas nacionais como comunidades imaginadas*. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. SP: DP&A Editora, 2003, pág. 47 a 63). Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com>>. Acesso em: 30 junho 2014.

LEAL, L. A. M. *Memória, rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs*. Linguagem. São Paulo, v. 18, p. 1-8, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br>>. Acesso em: 25 abril 2013.

LEI DE TERRAS Nº. 601, de setembro de 1850. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 agosto 2104

ROSA, Antônio Carlos Fernandes. *História de Montenegro*. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Muller [org]. *Montenegro de Ontem e de Hoje*. São Leopoldo: Rotermond, 1979, vol. 1.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Paz e Terra. 1992.

LENDA E FATOS NA INSTITUIÇÃO DO KERB DE SÃO MIGUEL DOS DOIS IRMÃOS

Martin N. Dreher

Mito fundante do município de Dois Irmãos/RS diz de salvamento miraculoso em meio a tempestade, quando da travessia de emigrantes da Europa para o Brasil, e da daí decorrente promessa de celebrar a salvação no dia de São Miguel. Duas cartas de emigrantes (Spindler e Weber) mostram a distância entre mito e realidade, entre história oral e documental, entre lembranças e esquecimentos, evidenciando que história sempre de novo tem que ser escrita e que pode ser mais cruel que a realidade.

“Temos um Deus que nos ajuda

E o Senhor, Senhor que salva da morte – Salmo 68, v. 21

Inglaterra¹

Liesick², 20 de novembro de 1828

Amadíssima mãe, e sogra, irmãos, cunhados e irmãs de cunhados³, amigos e parentes, e todos os conhecidos. Segundo o verso acima mencionado quero dar-vos a conhecer, para que possais saber quão grandes coisas nos tem feito o Senhor. Pois, no último ano, a 18 de dezembro (...) ⁴ novamente na Holanda vos escrevi de volta, como

¹ Weber escreve “Engeland”, terra dos anjos.

² Não há localidade com o nome “Liesick”. Veja-se que no final de sua carta, Johannes Weber indica o local onde se encontra: “on the Liesick”. Seriam “Liesick” os destroços do veleiro Helena & Maria que se encontrava (lie) doente (sick) no porto de Falmouth, tendo Weber morado nesses destroços?

³ No original “Geschweyen”.

⁴ Falta palavra, pois há lacuna no papel.

nos sucedeu de casa até ali. Agora quero dar-vos a conhecer como nos sucedeu de lá até aqui.

A 19 de dezembro de 1827 andamos no navio do capitão de Texel⁵ até o Mar do Norte na cidade de den Helder⁶. Ali ficamos ancorados até 6 de janeiro de 1828. Aí partimos para o Mar do Norte, mas – infelizmente não em nome de Deus, mas em impropérios, maldições e juras, pois tínhamos todo o tipo de pessoas no navio.

O capitão tinha, pois, dois navios, um pequeno no qual se encontravam os colonos do rio Klan⁷, e um navio grande de nome Maria Helena, no qual se encontravam os colonos do rio Mosela, cerca de 40 famílias.

Daí o capitão disse que todos os que se encontravam no navio pequeno deveriam ir para o navio grande com seus bens, pois dentro de uma hora partiríamos. E foi o que fizemos e levamos nossos bens para o navio grande, e nossas caixas tiveram que ficar em cima

p.2:

no navio, pois os do rio Mosela haviam começado grande briga conosco e com o capitão, pois diziam, vamos jogar o capitão com todos os luteranos na água. Mas nós não tivemos medo dessas pessoas, pois depositamos nossa confiança em Deus.

E os colonos moselanos pressionaram tão duramente o capitão que ele, de medo, não sabia o que fazer. Aí ele falou por *megafone para o outro* navio para que *viesses*⁸ rapidamente e tomou o navio grande e levou-nos para o Mar do Norte e o navio pequeno ficou parado e 10 famílias foram separadas, pois algumas estavam no navio pequeno e outras no grande e a maioria do rio Klan ficou para trás na Holanda e fiquei sabendo que partiram para o Brasil⁹ a 22 de março com um navio holandês e que todos chegaram bem em Rio Schenero¹⁰. Foi assim que saímos no dia 6 no Mar do

⁵ No original “Decksel”.

⁶ No original “Helter”.

⁷ Glan.

⁸ Os trechos em letra cursiva só são parcialmente legíveis, pois se encontram na dobra da carta.

⁹ No original “Brasilgen”.

¹⁰ Janeiro.

Norte e no dia 7 passamos entre a França e a Inglaterra, foi aí que vi a região da Bretanha, no dia 10 tivemos um pouco de tormenta até o dia 12 à tarde, às 4 horas a tormenta ganhou tal intensidade que o navio foi coberto por ondas. Isso persistiu até às 9 horas da noite, aí o navio começou a afundar porque o vento enfurecido da tempestade soprava; pensamos que nosso fim nas ondas do mar era certo...

p.³¹¹

<i>(falta a primeira linha)</i>	(não mais poder evitar.)
Nossa viagem de navio i...	(a de encontro a seu fim inevitável)
pois viamo-nos	(já destinados a perecer)
e desejávamos uns aos outros	(consolo e esperança para uma)
morte bem-aventurada,	(mas isso era difícil, pois a gente)
não quer afogar.	(As ondas agora arrebentavam muito)
seguido no navio,	(sempre de novo pelo vento)
jogado ao alto. Agora se tornaram	(as ondas tão poderosas que)
a água não mais	(podíamos tirar do navio)
Os marinheiros o	(tentaram, mas em vão. Aí)
as ondas se	(altearam sobre o navio)
e todos gritaram	(por auxílio e oraram a Deus)
pois a água s..	(ubia sempre mais e nós orávamos:)
Tu me lançaste nas	(profundezas do mar. Salva-nos.) ¹²
Pela manhã, às 3	(horas deu-se estrondo potente)
e a superior p..	(arte dos mastros quebrou. Os destroços)
sobre o con...	(vês tudo destruíram. Teríamos)
sucumbido	(todos, sem dúvida, aí)
fomos salvos	(por um navio, que)
com um guin...	(daste nos rebocou até Falmouth)
aí tivemos ain...	(da fortuna em nosso infortúnio, pois in-)
sistente e	(fervorosamente havíamos orado. Minha carta)
de 14 de janeiro	(vocês talvez não tenham recebido)
porque o papel	(se perdeu. A 17 de março de 1828)

¹¹ A página 3 foi reconstruída por Friedrich Hüttenberger a partir das palavras iniciais de cada linha. À esquerda encontram-se as palavras e/ou seus inícios ainda existentes. À direita encontra-se a provável reconstrução, observando o possível comprimento da linha, as palavras e frases reconhecidas, os fatos conhecidos, fatos de ordem genealógica e pesquisas históricas realizadas e a lógica do estilo de Weber.

¹² Citação de Jonas 2,3.

às 3 horas
tinho nos concedeu
no mês de julho...
minha esposa e o Pe
toda semana 15 florins
Espero que minha carta
e vos saudamos t..

(o todo-poderoso Deus pequeno ne-)
(e solicitamos seu batismo aqui. Mas)
(infelizmente veio a falecer (?). Entrementes)
(ter Schmidt encontraram trabalho. Ganham
(e por isso não carecemos mais do auxílio de estranhos
(desta vez chegue bem até vocês; permanecemos)
(odos muito cordialmente)

Escritas marginais:

p. 1: mandem-me na carta um pouco de semente de tabaco.
Enderecem (a carta) ao capitão King, em Falmouth, na Inglaterra,
via Amsterdam, via Londres. Essa pessoa é um bom amigo, e
dentro da carta escrevam meu nome *John Weber a bordo do
Liesick*.

p. 2: Quando receberem a carta, não percam tempo e me
respondam e enderecem ao capitão King em Falmouth.¹³

p.3. Enviem-na (a carta) a Bosenbach e a Hachenbach e tratem-na
comunitariamente.”

A carta acima faz parte da história da emigração alemã para o Brasil e diz respeito a uma localidade no Rio Grande do Sul (Dois Irmãos) e a outra no Estado de São Paulo (Santo Amaro). Como sabemos, já pouco antes da proclamação da Independência do Brasil, o primeiro chanceler do novo país, José Bonifácio de Andrada e Silva, enviou à Europa o ajudante de ordens da princesa Leopoldina de Habsburgo, esposa do príncipe regente Pedro, com a incumbência de convencer os estados europeus a reconhecer a independência, a recrutar soldados para a formação de batalhões de estrangeiros e trazer ao Brasil, entre eles, agricultores que seriam instalados à moda dos cossacos em província meridional do Brasil. Jorge Antônio von Schaeffer dirigiu-se a Viena, de onde foi expulso, a Munique e, depois, a Hamburgo, Mecklenburg e Oldenburg. Em Hamburgo obteve a concordância de levar presidiários ao Brasil. Em Mecklenburg obteve o primeiro reconhecimento de Estado europeu da independência entrementes proclamada em troca da transferência de cerca de 400 internos de casas de correção daquele grão-

¹³ Captain King era o comandante do porto de Falmouth.

ducado para o Brasil¹⁴. Em Oldenburg o príncipe indicou a von Schaeffer que recrutasse colonos em seu domínio de Birkenfeld, no atual Palatinado, em razão da fome ali reinante. Estes colonos formarão a base do grupo comumente designado de *Hunsrück* no Rio Grande do Sul. Schaeffer recrutou-os no planalto do Hunsrück, no vale do rio Mosela e no Palatinado Ocidental. Cartas de alguns destes emigrantes dão conta de que os emigrantes esperavam considerável melhoramento da situação na qual se encontravam. Entre eles também se encontrava Johannes Weber, natural de Neunkirchen junto ao Potzberg, residente em Bosenbach e, posteriormente, mestre escola e pastor-colono em Dois Irmãos/RS.

A carta reproduzida no início do presente texto foi redigida por Weber em 1828 em Falmouth, na Inglaterra, e está endereçada a sua mãe Rosina Weber, nascida Wollschläger, então residente em Neunkirchen. Rosina preservou a carta do filho e levou-a para os Estados Unidos ao emigrar em 1833. Ali, cópia veio a fazer parte de acervo da “Kate Love Simpson Library” em McConnelsville, Morgan County, Ohio, sendo redescoberta pelo Prof. John V. Richardson que prepara livro sobre a história da Família Weber. Da terceira página da carta preservou-se apenas um terço. A transliteração e tentativa de restauração são obra do Prof. Friedrich F. Hüttenberger de Kaiserslautern, Alemanha. A tradução é de Martin N. Dreher.

Friedrich F. Hüttenberger¹⁵ verificou que na noite de 6 para 7 de novembro de 1827 mais de duzentas pessoas da região de Kusel, no Palatinado, se puseram a caminho de Amsterdam, na Holanda, sem o conhecimento prévio das autoridades locais. Havia vendido seus bens para financiar a viagem. Estavam movidas pela febre brasileira, resultante das notícias que eram enviadas do Brasil por emigrantes da mesma

¹⁴ Cf. DREHER, Martin N. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

¹⁵ HÜTTENBERGER, Friedrich F. *Die Auswanderer “vom Glanstrom” auf der “Helena & Maria” nach Brasilien 1828*; _____. *How the Guilgers came to Brazil – An emigration in 1827*; _____. *“Nach allem Vermuthen heimlicherweise nach Brasilien” – die Wiederentdeckung einer vergessenen Pfälzer Auswanderung*. _____. *“Heimlicherweise nach Brasilien”*, Kaiserslautern: Eigenverlag, 2005

região, entre os quais certo Peter Reinheimer de Altenglan¹⁶ que dirigira em 1824 solicitação às autoridades de Kusel para poder emigrar ao Brasil. A “fuga” rumo ao Brasil era tentativa de escapar ao controle das autoridades bávaras que buscavam controlar os súditos do Palatinado, sobre os quais governavam desde o final do domínio napoleônico. Emigração só era possível com a competente autorização do Estado, segundo os seguintes trâmites burocráticos: O prefeito enviava relatório ao Comissariado Territorial, dando conta da conduta religiosa e moral bem como das dívidas da pessoa que pretendia emigrar. Ao exator real cabia informar, se os impostos e tributos haviam sido recolhidos. Junto ao juiz de paz cabia informar, se o requerente era ou não tutor de menor e se estava ou não com contas a pagar. Havia a exigência de que seus bens fossem contabilizados e que pessoas de boa reputação da localidade avaliassem o valor dos imóveis. Naturalmente, havia também os necessários carimbos e taxas a serem recolhidas. A burocracia era considerável. Além dela havia todo um caminho a ser percorrido até que se chegasse a um dos portos de embarque e a necessária passagem por Bremen, onde estava o consulado brasileiro, junto ao qual se deveriam conseguir mais carimbos, antes do embarque. A carta de Johannes Spindler (cf. abaixo) nos dá conta dessa ida até Bremen. “Vocês se lembrarão de que fui a Bremen com minha família. Lá deixamos a pátria para encontrar uma nova no Brasil.” Depois de haver estado em Bremen, Spindler e sua família dirigiram-se para Amsterdam de onde seguiriam para o Brasil, mas assim como Johannes Weber viram-se diante do infortúnio. Ao entrarem na Holanda, “deixavam a pátria”. Essa formulação de Spindler, mais a referência a Bemen, levou diversos historiadores a fazer crer que tivesse partido de “Bremen” ou de “Bremerhaven”¹⁷ num veleiro de nome “Cäcilia”, do qual só se fala desde

¹⁶ Cf. DREHER, Martin N. Estrangeiros e migrantes. Incluídos e excluídos na imigração. In: FERNANDES, Evandro, NEUMANN, Rosane Marcia e WEBER, Roswithia. *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p. 105.

¹⁷ Os primeiros a deixar Spindler partir de Bremen são HUNSCHKE, Carlos H. e ASTOLFI, Maria. *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Vol I. Porto Alegre: Editora G & W, 2004, p. 201.

a publicação de Amstad, *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*¹⁸, e cuja existência não está documentada¹⁹, mas é mencionada na história oral e em diversos sites de pesquisa genealógica²⁰.

Impacientes diante da burocracia é compreensível que o grupo de mais de duzentas pessoas se pusesse a caminho, ignorando as autoridades. Em 8 de novembro de 1827, diversos prefeitos já denunciavam a fuga ao Comissariado Territorial, tendo sido feita a constatação de que das prefeituras de Quirnbach, Ulmet, Horschbach, Altenglan, Essweiler, Bosenbach e Neunkirchen haviam se evadido 196 pessoas. Com exceção de Essweiler, todas essas localidades são mencionadas nos Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo²¹ como locais de procedência de imigrantes da Colônia Alemã de São Leopoldo.

De Niederhosenbach era natural Johannes Spindler que também nos legou carta sobre os acontecimentos²².

“Muito querido e muito estimado irmão e senhora cunhada:

¹⁸ VERBAND DEUTSCHER VEREINE (AMSTAD, Theodor). *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro 1924. Há tradução de Arthur Blásio Rambo. *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

¹⁹ Informação colhida junto ao Staatsarchiv Bremen diz: Es konnte kein Schiff mit o.g. Namen ermittelt werden, das in Bremen registriert war und Auswanderer aus der Pfalz über Bremen nach Brasilien gebracht hat.(Não encontramos qualquer navio com o nome supra-mencionado (Cácia), que tenha estado registrado em bremen e que tenha levado emigrantes do Palatinado via Bremen ao Brasil).

²⁰ <<http://www.doisirmaos.rs.gov.br>>; <<http://www.rotaromantica.com.br/dois-irmaos>>; <<http://www.mluther.org.br>>; <<http://transoceanic-emigration.net>>; <<http://sagadosalemaes.faccat.br>>.

²¹ Cf. DREHER, Martin N. *Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. 3ª Ed. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

²² Sigo a tradução de HUNSCHE, Carlos H. e ASTOLFI, Maria. *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Vol I. Porto Alegre: Editora G & W, 2004. p. 200-201.

Não foi por má vontade que vos deixei esperar por notícias tanto tempo. Ao saberem em que situação me encontrei com minha família, me compreenderão certamente. Espero que minhas linhas encontrem todos vós de boa saúde, o que nos alegraria de todo coração. Também nós estamos bem e com saúde, graças a Deus, mas muito descontentes com a nossa sorte.

Vocês se lembrarão de que fui a Bremen com minha família. Lá deixamos a pátria para encontrar uma nova no Brasil. No dia 6 de janeiro²³, entramos no mar com bons ventos. Mas, diante da costa holandesa, fomos surpreendidos por uma horrível e desastrosa tempestade que nos atirou de um lado para o outro, da uma hora do dia 12 até às 12 horas do dia 13. Sofremos um naufrágio extraordinário. Na noite perdemos todos os três mastros. Dois marinheiros foram tragados pelas ondas, e mais 20 dos nossos colonos morreram afogados. Todos os beliches foram destruídos. A água penetrou no navio e quem não pôde sair imediatamente morreu afogado. Muitas almas cheias de medo e desespero esperavam, como as nossas, pela salvação. Quando a nossa desgraça parecia ser a maior outro navio nos avistou e rebocou nossa carcaça destruída, com os sobreviventes para o porto da cidade de Fallmuth na Inglaterra, onde ainda nos encontramos.

O capitão, simplesmente, vendeu o navio e desapareceu com o dinheiro e com nossa caução que tivemos que depositar no banco de Amsterdã. Portanto, não temos agora nem barco, nem capitão nem dinheiro.

A Inglaterra nos tem tratado bem, mas aqui há pouco lugar para nós, e acabou-se o dinheiro. Ainda não sabemos como vamos sair daqui. Já fomos interrogados várias vezes por agentes que nos querem levar para a América, mas nada se tem realizado. A Inglaterra não quer enviar gente para o Brasil. Temos, agora, esperança de ir para Filadélfia, mas quando só Deus saberá.

Temos um só desejo, querido irmão, receber uma carta sua para saber que vocês estão bem de saúde e gostaria também de ouvir sua opinião sobre o que acontece aí.

²³ Hunsche insere após a palavra janeiro “[1827]”, o que vai fazer do veleiro de Spindler um segundo veleiro, ao qual dá o nome de “Cäcilia”, que teria saído de Bremerhaven exatamente um ano antes do veleiro de Weber! Note-se que Spindler não menciona o nome de seu veleiro! Uma hipótese para a alteração do nome do veleiro apresentamos mais abaixo.

Querido irmão, peço comunicar o que temos passado a seu filho, padrinho de nosso Cristiano²⁴. O seu afilhado manda muitas lembranças. E se me quiser escrever, endereça sua carta via Londres a Falmuth, ao cuidado de William Reavel, Robmaker in Falmouth, mas escreva em letras latinas. Lembranças a todos de todo coração.

Johannes Spindler

Falmuth, 7 de março de 1828.

P.S. Querido irmão, leia esta carta para nossa irmã para que saiba o que sofremos no mar. O afilhado dela dormiu durante toda a tempestade e não percebeu nada. Ele está bem, com boa saúde e manda lembranças à sua madrinha, como todos os meus filhos.”

Se observamos a noite da “fuga” das pessoas residentes na região de Kusel (6 para 7 de novembro de 1827) e a data da partida do porto holandês chegamos à conclusão de que os moradores do vale do rio Glan tiveram que aguardar um mês até serem transportados pelo capitão B. Kerstens que possuía o navio “Helena & Maria” e um navio menor utilizado na navegação interna da Holanda²⁵. Os viajantes pagaram a viagem antecipadamente. No dia 19 de dezembro de 1827, segundo Weber, partiram com o navio menor, passando pela cidade de Den Helder, para chegar à ilha Texel, onde se encontrava ancorado o navio “Helena & Maria”. Nele já haviam sido embarcadas cerca de 40 famílias, provenientes do Planalto do Hunsrück e do vale do rio Mosela. A carta de Spindler nos dá conta de que ele também passou por Bremen para obter os necessários carimbos das autoridades brasileiras.

A carta de Weber nos informa que a partida do “Helena & Maria” se deu de forma precipitada a 6 de janeiro de 1828.²⁶ A mesma data é

²⁴ Georg Christian Spindler, nascido a 20 de setembro de 1821 em Niederhosenbach. Foi sapateiro em Campo Bom e casou-se a 30 de maio de 1844 com Maria Karolina Charlotta Hirt.

²⁵ Segundo Friedrich Hüttenberger, a propriedade do Capitão B. Kerstens pode ser comprovada no Nederlands Scheepvaartmuseum, Amsterdam: J van Sluids, Ned. Koopvaardij schepen 1800-1860 e D.N. Bouma, Lijst an Nederlandse Koopvaardij schepen 1820-1900.

²⁶ A notícia da partida também foi noticiada pelo jornal *Amsterdamsche Courant* Nº 7/1828, Sheepstijding: “Texel, den 6den Januarij. De Wind O.Z.O.

registrada por Spindler, mas Hunsche e os que o copiaram inseriu na carta a data “1827”, colocando, assim, a família Spindler em outro navio que sofre, então, um ano antes (!) a mesma tempestade e o mesmo infortúnio, sendo levado para o mesmo porto inglês. Essa inserção e leitura equivocada feita em relação à menção de “Bremen” leva Hunsche a colocar Spindler e família em navio que sai de Bremerhaven e que designa assim como outros autores de “Cäcilia”, levando-o a constatar “duplicidade de casos”²⁷. Mas, continuando com Weber, na saída do Canal da Mancha, em 12 e 13 de janeiro, o veleiro enfrentou forte temporal, perdeu os mastros, estava prestes a afundar, mas foi salvo por navio inglês e levado para Falmouth.²⁸ Há registro de que “Helena & Maria” aportou em Falmouth a 15 de janeiro de 1828.²⁹ Os emigrantes permaneceram em Falmouth por um ano, dependendo da ajuda de ingleses.

É bom lembrar para leitores do hemisfério sul que o naufrágio ocorreu logo na primeira semana de viagem e em meio ao inverno! Além disso, a carta de Weber dá conta que quando da partida ocorreram cenas

Uitgezeilt: B. Kerstens, Helena Maria naar Rio de Janeiro.” Hüttenberger chama a atenção para o fato de que aqui o nome do navio é “Helena Maria”, no registro do Lloyd é “Helena and Maria”. Weber grafa “Maria Helena”.

²⁷ “Por uma curiosa coincidência, as mesmas tempestades hibernais que em janeiro de 1827 destroçaram o *Cäcilia*, provocaram em janeiro de 1828, diante de Falmouth, avarias sérias no veleiro *Maria Helena*...”. Cf. HUNSCHE, Carlos H., & ASTOLFI, Maria. *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tomo I. Porto Alegre: Editora G & W, 2004. p. 204.

²⁸ A descrição de Weber é confirmada pelo já mencionado BOUMA, p. 295: “Helena Maria ex Thalia 1828 B. Kerstens, Mastloos te Falmouth binnengekomen. Was met landverhuizers op Weg naar Rio”.

²⁹ “Lloyd’s List” de 18 de janeiro de 1828: “Falmouth, 15th Jan.. The “Plover Packet” arrived here, has towed in the “Helena & Maria”, Kersten, from Amsterdam for the Brazils, which she fell in with off the Manacle Rock this day, totally dismayed.” A descrição dá conta de que o navio vagou por dois dias e três noites sem mastros no mar antes de ser rebocado pelo Plover Packet. Os dois dias e três noites vão ser transformados por Gansweidt e Amstad em três semanas! (cf. abaixo).

terríveis. A partida precipitada provocou a separação de famílias. Partes de famílias já se encontravam a bordo do “Helena & Maria”, outras não conseguiram mais embarcar. As que não conseguiram embarcar seguiram dois meses mais tarde, a 22 de março, segundo Weber, no veleiro “Alexander”, chegando ao Rio de Janeiro sem maiores incidentes.

Segundo a carta de Weber, houve briga entre os colonos católicos do vale do Mosela e os emigrantes protestantes do Vale do Glan. Os católicos teriam ameaçado lançar o capitão e os luteranos na água. Temeroso, o capitão ordenou a partida do veleiro, o que levou a que a maioria dos emigrantes do vale do Glan ficasse no porto. Weber afirma que dez famílias teriam sido divididas e que a maioria do povo do Glan teria ficado na Holanda. Hüttenberger estudou a documentação no Rio de Janeiro, em Falmouth e no arquivo de Kusel e verificou quão dolorosa foi a situação dos emigrantes.

Aparentemente, o “Helena & Maria” já estava abarrotado e os passageiros oriundos do vale do Mosela e do Planalto do Hunsrück não queriam que mais passageiros viessem a se unir aos que já se encontravam a bordo, ainda mais que os adventícios eram protestantes. Essa a causa da briga entre os grupos e de um deles com o capitão. Podemos deduzir isso também da expressão usada por Weber: “nossas caixas tiveram que ficar em cima no navio”. Logo houve discussões. O que se pode deduzir é que simplesmente não havia mais espaço no veleiro para novos baús e pacotes. Sempre é bom lembrar que os passageiros tinham que providenciar alimentos para sua viagem e, além disso, levar suas roupas e instrumentos que julgavam necessário transportar ao Brasil.

Hüttenberger constatou que a situação ficou especialmente dramática para a família de Friedrich Theobald, natural de Ulmet. Nos autos que expõem a fuga das famílias da região de Kusel, encontrou o relato da fuga de Friedrich Theobald com esposa e três crianças. Theobald é agricultor. As crianças são um menino de nove anos e duas meninas de quatro e dois anos, respectivamente. A família vendeu sua propriedade e obteve por ela a importância de 1.000 florins. O relato ainda informa que Theobald possuía declaração do governo brasileiro, aceitando-o como súdito e passaporte. Nas pesquisas genealógicas de Hüttenberger, este verificou que Theobald nascera em 1793 em Erdesbach, sendo filho de Johannes Theobald e de Margaretha Werle. Em

3 de abril de 1814 casara com Katharina Braun. O casal teve crianças nascidas em 1815, 1816 e 1818 em Ulmet, mas todas as três vieram a falecer. As três crianças mencionadas como fugitivas são Friedrich Theobald, nascido a 11 de outubro de 1819, Maria Elisabeth Theobald, nascida a 28 de agosto de 1823, e Maria Catharina Theobald, nascida a 11 de novembro de 1825. Durante o período de espera pelo embarque, na Holanda, Katharina Theobald deu à luz a mais uma criança.

Em janeiro de 1828 o casal Theobald estava no porto de Texel no “navio menor”. Enquanto os pais se preparavam para transferir ao navio maior sua bagagem foram surpreendidos com a repentina partida do veleiro “Helena & Maria”, estando as quatro crianças já a bordo do mesmo! Provavelmente, as crianças estavam sendo vigiadas por outras famílias de Ulmet, como observa Hüttenberger que menciona Georg Robinson e família, Catharina Schunck com três filhos e um neto. A bordo também estavam Philippina Gilcher e o esposo Peter Häsel com duas crianças, mas os filhos Katharina (19 anos) e Peter (13 anos) ainda estavam em terra ou no navio menor. A partida precipitada separou, definitivamente, os pais e as crianças Theobald.

Assim, a bordo do “Helena & Maria” se encontravam o menino Theobald de nove anos, suas irmãzinhas e um bebê de quatro semanas. Dois meses mais tarde, os passageiros do vale do Glan que haviam ficado na Holanda conseguiram partir com o veleiro holandês “Alexander” rumo ao Rio de Janeiro. Com o navio “Rocha” foram levados para Santos, em São Paulo, para serem assentados em Santo Amaro. Os passageiros foram listados com nome, idade, profissão e confissão religiosa. A lista informa que Friedrich e Catharina Theobald chegaram sem filhos, mas há observação na lista, dizendo que quatro pessoas desta família teriam estado no navio “Maria Hellena”.

Como podemos verificar nas cartas de Johannes Spindler e de Johannes Weber, o “Helena & Maria” enfrentou furacão no Canal da Mancha, perdeu seus três mastros, quase afundou, mas foi rebocado até o porto de Falmouth pelo navio inglês Plover Packet sob o comando do

Capitão Edward Jennings.³⁰ Os passageiros do “Helena e Maria” devem ter se preocupado com as crianças Theobald, mas como também estes perderam praticamente todos os seus haveres durante a tempestade todos estavam na dependência de auxílio de parte da população de Falmouth. Este auxílio também foi concedido, especialmente através do Reverendo Lord de Dunstanville, vice-presidente da “Society for the Relief of Foreigners in Distress” (“Sociedade para o auxílio de estrangeiros em necessidade”)³¹. No entanto, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. A 30 de janeiro de 1828, duas semanas após a catastrófica tempestade, faleceu Caroline Theobald com dois meses de idade, informa-nos o registro de óbitos de Falmouth³². A 14 de abril veio a falecer Elisabeth Theobald, na idade de quatro anos. Outras famílias também perderam membros seus em Falmouth. Assim, os Robinson, Häsel, Huber, Drumm, Baum. Na igreja de Falmouth foram sepultados três adultos e 28 crianças do grupo de náufragos do “Helena & Maria”, entre janeiro e fevereiro de 1828.

Os sobreviventes tiveram que aguardar no porto de Falmouth até que houvesse a possibilidade de novo transporte para o Brasil. “Helena & Maria” passou por consertos, mas a repartição responsável pela segurança nos navios, Lord High Admiral, considerou que o veleiro não tinha mais condições de enfrentar o mar. Houve pedidos dirigidos a alemães residentes em Londres e cidades vizinhas a Falmouth para que se fizessem doações de roupas e alimentos para os náufragos, possibilitando assim a continuação da viagem. No final de outubro, o governo inglês financiou transporte dos náufragos ao Brasil. A “Royal Cornwall Gazette” de 6 de dezembro de 1828 registra a chegada do navio James Laing, providenciado pelo governo inglês, a Falmouth. Ele partiria a 2 de janeiro de 1829 rumo ao Rio de Janeiro, onde chegaria dois meses mais tarde. Em sua maioria os náufragos do Hunsrück, dos vales do Mosela e

³⁰ Cf. HÜTTENBERGER, Friedrich. *“Heimlicherweise nach Brasilien”*, Kaiserslautern: Eigenverlag, 2005.

³¹ HÜTTENBERGER, op.cit, encontra essa referência na *Royal Cornwall Gazette*, de 2 de fevereiro de 1828, p. 3, coluna A.

³² Hüttenberger aponta para <<http://www.cornwall-opc-database.org>>.

do Glan foram transferidos para Porto Alegre. Os que já tinham familiares em São Paulo foram transferidos para aquela província. A viagem do Rio de Janeiro para Porto Alegre foi feita com o barco costeiro *Florinda*, aportando em Porto Alegre a 13 de maio de 1829. Nos dias 14, 22 e 24 de maio chegaram a São Leopoldo³³. Faltam-nos maiores informações a respeito do tempo de sua estada na sede da Colônia Alemã de São Leopoldo. Em Dois Irmãos, para onde boa parte dos ex náufragos seguiria, comemora-se, ainda hoje, sua chegada em 29 de setembro, mito fundante da cidade, mas também dos festejos do Kerb de São Miguel. Mitos fundantes nem sempre correspondem a fatos históricos e quando estudados recomendam algumas correções. Teriam eles, por exemplo, permanecido de maio a setembro em São Leopoldo?

Santo Amaro, em São Paulo, e Dois Irmãos no Rio Grande do Sul tem a mesma origem populacional, marcada pelo mesmo infortúnio. A família Theobald separou-se de seus filhos. Os pais receberam terras 12 km ao sul de Santo Amaro, mas não aceitaram o local indicado. Protestaram e foram expulsos da Colônia. Perdem-se para nós na história³⁴.

A história da imigração alemã no Rio Grande do Sul começou a ser escrita nas décadas de 1920 e 1930. A motivação principal veio dos festejos em torno do centenário da imigração acontecidos em 1924.

³³ Cf. HUNSCHE, Carlos H & ASTOLFI, Maria. *O Quadriênio 1827- 1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tomo I. Porto Alegre: G & W Artes Gráficas, 2004, p. 204. No Aviso de oito de março de 1829 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul), entre os passageiros do *Florinda* se encontram Johannes Weber (João) e Johannes (João) Spindler.

³⁴ Cf. ZENHA, Edmundo. A colônia alemã de Santo Amaro – sua instalação em 1829. *Separata da Revista do Arquivo*, v. LXXXI, São Paulo: Arquivo Histórico, 1950, p. 36. Cf. também os textos já mencionados de Hüttenberg e SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827-1889)* (Coleção Teses e Monografias vol. 6). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. Apontamos para estes textos, pois não nos é possível apresentar aqui a trajetória daqueles imigrantes do grupo que foram estabelecidos em Santo Amaro e Itapecerica da Serra. No que segue, restringimo-nos a Dois Irmãos.

Passados cem anos, memórias e tradições orais foram fixadas em textos. Dois deles, publicados em 1924, passaram a ser parte da construção do mito fundante de Dois Irmãos/RS, de seu Kerb e da religiosidade da população católica local. Seus autores são Matthias Josef Gansweidt e Theodor Amstad. Desde Leopoldo Petry³⁵ as versões de Gansweidt e Amstad vem sendo repetidas, acrescidas e divulgadas em diversos sites até os presentes dias³⁶. Hunsche e Astolfi buscaram corrigir as versões, mas geraram novas leituras incorretas, pois lhes faltavam a carta de Johannes Weber e as pesquisas a ela relacionadas.

Gansweidt, sacerdote católico, nasceu em Birgelen, na Alemanha, em 24 de fevereiro de 1874 e veio a falecer em Porto Alegre a 24 de junho de 1948. Foi autor de muitos textos, sendo o talvez mais conhecido *Luis Buger und die Opfer seiner Rache*³⁷. Seus textos, a rigor, não são obra de historiador, mas relatos romanceados, nos quais se percebe a criatividade do autor que produz diálogos entre personagens e dá asas à imaginação. Interessa-nos aqui o texto *Die Gründer der Baumschneiss* (Os fundadores da Picada Baum)³⁸. No subtítulo de seu texto, Gansweidt nos fornece a fonte de suas informações “Segundo os dados de Miguel Schmitz, bisneto de Felipe Schmitz, que fora soldado sob as ordens de Napoleão I”. Leopoldo Petry³⁹ vai informar que “Felipe Schmitz, o grande, (era) um dos passageiros do Cecília”. Gansweidt localiza os emigrantes que se dirigem para Dois Irmãos na “região de Trier”, “todos almas de uma íntegra fé piedosa”. Não menciona o nome do veleiro com

³⁵ *Carvalhos e Palmeiras*. 2ª Ed. Porto Alegre: A Nação, s. d.

³⁶ Por último por BRAUN, Felipe Kuhn. *São Miguel dos Dois Irmãos*. O primeiro século de história. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 19-21.

³⁷ Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1948. Tradução: *As vítimas do Bugre*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1955.

³⁸ In: *Der Familienfreund* – Katholischer Hauskalender und Wegweiser für das Jahr 1924. Porto Alegre: Tipografia e Editora Hugo Metzler, 1924, p. 75-81. O texto foi traduzido por Arthur Rabuske, S.J. e publicado sob o título “Os Fundadores da ‘Baumschneiss’ ou Picada de Dois Irmãos, RS”, In: *2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1976, p.. 191-206.

³⁹ P. 16.

o qual teriam partido da Europa nem o porto. Diz apenas: “O veleiro, em que embarcaram, era de três mastros e pertencia à Holanda.” Não menciona qualquer data. Sabe que o capitão tinha comportamento estranho e que após uma semana o veleiro se encontrava “em alto mar”. Com grande quantidade de adjetivos descreve a tempestade, como se fosse testemunha ocular, e as dificuldades enfrentadas pelos passageiros. Gansweidt informa também que durante a tempestade marinheiros abandonam o navio e que os passageiros agora só podem esperar por milagre. “Só têm eles uma ideia fixa: temos que rezar!” O iniciador das rezas é “Felipe Schmitz”; segundo Petry e Amstad é “Altmayer”. “Sem titubear põem o joelho em terra ou, sentados, ajuntam-se em pequeno grupo, e começam a rezar o terço em meio às lágrimas.” Depois, “alguém” propõe promessa coletiva “Queremos prometer que (...) se não obstante tudo, chegarmos felizes ao Brasil, vamos observar em toda a nossa vida o dia de nossa chegada como dia santo de guarda”. Isso tudo em meio à tempestade e é em meio a ela que “Felipe Schmitz” sugere a derrubada dos mastros, toma sua “machadinha larga de marceneiro” e com a ajuda “de mais dois homens” e, após uma hora, derruba os mastros. Depois, ainda permanecem por três semanas no mar até serem resgatados por navio inglês que os leva a um “porto de sua pátria”. Gansweidt não menciona o nome do porto; informa apenas que os sobreviventes ali encontram trabalho até o dia em que “entra inesperadamente no porto outro navio de emigrantes”, aí vendem o que tem e seguem viagem para o Rio Grande do Sul. Recebem lote colonial na mata virgem. “O dia em que se dirigiram para sua terra colonial, era o 29 de setembro, de 1829, festa de São Miguel. A esse excelso Arcanjo do Céu consideraram eles, a partir de então, seu intercessor especial e seu protetor nos perigos, felizmente passados, de sua longa viagem marítima. Lembrados da promessa feita, construíram em sua honra, não muito depois, uma capela, escolheram-no como padroeiro de sua Picada e todos os anos festejaram o seu dia de festa, como dia de guarda.”

Theodor Amstad, sacerdote da Companhia de Jesus, nasceu em Beckenried, Suíça, em 9 de novembro de 1851, e veio a falecer em 7 de

novembro de 1938⁴⁰. Pai do cooperativismo no Brasil, dentre diversas publicações destaca-se a obra redigida em conjunto com Arno Philipp, editada pelo Verband Deutscher Vereine, *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*⁴¹. Foi obra comemorativa, lembrando o centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Mesmo merecendo diversas correções⁴², continua representando marco na historiografia sobre a imigração alemã. Em *Cem Anos de Germanidade*, Amstad afirma que ao veleiro “Fliegender Adler” seguiu o veleiro “Cäcilia”, trazendo emigrantes para o Brasil. Ao que consta é esta a primeira vez que seu nome é mencionado. Note-se que o nome do veleiro não é mencionado por Gansweidt. Sua narrativa segue, em boa medida, o relato de Gansweidt, menciona Bremen como porto de partida e acrescenta que também o capitão teria abandonado o veleiro. Como porto inglês é citado o porto de Plymouth, nome que se perpetuará até a correção feita por Hunsche e Astolfi. Amstad também menciona pela primeira vez uma senhora Bohnenberger que teria se deparado, com outras mulheres que lavavam roupa, com o capitão que abandonara o navio durante a tempestade e lhe aplicado surra “com a roupa molhada”. A continuação da viagem ao Brasil teria sido proporcionada por Amália von Leuchtenberg, segunda imperatriz do Brasil. Petry vai assumir a narrativa relativa à senhora Bohnenberger. Na realidade, a continuação da viagem foi proporcionada pelo governo inglês que fretou o navio James Laing.

Nossa exposição leva a algumas correções.

1. A história de Dois Irmãos e de seu Kerb anual, festejado a 29 de setembro, não está ligada a um navio designado de “Cäcilia”,

⁴⁰ Cf. AMSTAD, Theodoro. *Memórias Autobiográficas*. São Leopoldo: Unisinos, 1981.

⁴¹ Arthur Blásio Rambo produziu tradução publicada sob o título *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

⁴² Uma dessas correções necessárias diz respeito aos degredados de Mecklenburg-Schwerin que Amstad situa como chegados em período anterior a 1824. Cf. DREHER, Martin N. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

- cuja existência não está documentada na Europa, mas ao navio Helena & Maria.
2. Sua partida da Europa não aconteceu a partir do porto de Bremen ou de Bremerhaven, mas a partir do porto de Amsterdam-Texel, como se depreende da carta de Johannes Weber e de jornais holandeses da época.
 3. Seu porto de acolhida na Inglaterra não é Plymouth, mas Falmouth, também confirmado pela carta de Johannes Spindler.
 4. O veleiro não foi abandonado pelo Capitão Kerstens e tripulação.
 5. Os mastros foram arrancados pelo temporal e não pela machadinha de Felipe Schmitz ou de Altmayer.
 6. Também não confere que os náufragos tenham permanecido por dois anos na Inglaterra, mas de 13 de janeiro de 1828 a 3 de janeiro de 1829; por quase um ano, portanto.
 7. O transporte dos náufragos ao Brasil foi feito com o James Laing, que partiu de Falmouth a 3 de janeiro de 1829.
 8. Os textos de Gansweidt e de Amstad, escritos em 1924, reduziram a história do grupo de emigrantes ao vale do Mosela e excluíram aqueles que saíram do vale do Glan e do Hunsrück, transformando a história de Dois Irmãos em uma história católico-romana. Será que essa redução não tem a ver com o processo de romanização da época
 9. A redução também levou a que fosse excluída a sorte daqueles que não puderam embarcar no Helena & Maria, que foram separados de suas famílias e posteriormente assentados em Santo Amaro/SP.
 10. Esquecido está o fato de que a atabalhoada partida de Amsterdam-Texel se deveu a briga de ordem confessional: “os do rio Mosela haviam começado grande briga conosco e com o capitão, pois diziam, vamos jogar o capitão com todos os luteranos na água”.
 11. Os acontecimentos do Helena & Maria (vulgo Cécilia) não estão envoltos em piedade, mas “infelizmente não em nome de Deus, mas em impropérios, maldições e juras, pois tínhamos todo o tipo de pessoas no navio”.
 12. Correções também devem ser feitas no registro de número 01, página 20 do Livro de Registros 2, 1866-1906 da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, tradução de Gaspar Henrique Stemmer, janeiro de 1996:

“28 de janeiro de 1875 – Johannes Weber, nascido a 13 de maio de 1792 em Neunkirchen, reino da Baviera, já em idade mais avançada casou-se com Philipina Bartholomä, não tendo filhos neste casamento, em 1826 vieram para o Brasil; sua esposa faleceu ainda nos primeiros anos de sua estadia aqui, ele residiu desde então com sua enteada, estando há três anos sempre em casa por debilidade, faleceu a 27 de janeiro de 1875 às 7:30 de debilidade (velhice) livrando-se do seu sofrimento com 82 anos, 8 meses e 13 dias, sendo sepultado no cemitério daqui no dia 28 de janeiro às 10:00, deixando além da enteada, 4 enteado-netos e 14 enteado-bisnetos.”

Weber não chegou ao Brasil em 1826, mas em 1829. Saiu de Bosenbach a 7 de novembro de 1827. Não casou “em idade mais avançada”, mas aos 22 anos de idade. A noiva, viúva, na época tinha 29 anos. Os dados são tirados da certidão de casamento e me foram fornecidos pelo Sr. Friedrich Hüttenberger (Kaiserslautern, Alemanha).

Helena & Maria e Florinda são nomes femininos. Em 1924 deram origem ao nome “Cäcilia” e passaram, sob este novo nome, a fazer parte de um mito fundante. Em nosso texto, optamos por contar história a partir de cartas, para depois explicar por que contamos essa história. Ele reflete o drama do historiador que sempre se encontra entre a crítica àquilo que foi escrito por outros e o senso comum. Parece que a história sempre é diferente daquela que é contada por aí. Nossa versão, certamente, decepciona. Não é espetacular e não fornece manchete de jornal. Os que criam mito fundante trazem uma versão da história com a finalidade de gerar identidade para um grupo. Podem, então, excluir outro grupo. Cabe ao historiador verificar o mito e destacar o que tem de histórico, do que decorre, não raro, a necessidade de reescrever história, mas também a de contar a história do surgimento do mito. Como o mito é mais empolgante, o historiador terá que verificar que o senso comum, não raro, se manterá, preferindo deixar de lado as evidências. Essa é a dor do historiador, pois sempre há os que de cópia em cópia perpetuam o que não foi.

ANTICLERICALISMO E PROTESTANTISMO: A CHEGADA DOS ANGLICANOS EPISCOPAIS À CIDADE DE SANTA MARIA/ RS

Paulo Henrique Silva Vianna*

Beatriz Teixeira Weber**

Maíra Inês Vendrame***

A Igreja Episcopal, de origem norte-americana, chegou à cidade de Santa Maria em meio a um contexto de disputas e transformações políticas, culturais e econômicas. Os missionários chegados em 1899 passaram a realizar cultos em uma sala alugada e em poucos anos a congregação concluiu a construção de seu templo matriz, conhecido como a *Catedral do Mediador*. Quando observamos a aparente hegemonia do catolicismo na cidade, não podemos imaginar que durante as últimas décadas do século XIX sacerdotes católicos mantiveram profundas preocupações com relação ao anticlericalismo e ao protestantismo. A atual situação da Igreja Católica na cidade decorre de acontecimentos importantes ocorridos no século XIX, como a chegada de padres da *Pia Sociedade das Missões*, os padres palotinos, e sua operação política e religiosa que transformou o contexto local. Tendo como ponto inicial a chegada dos Episcopais à cidade de Santa Maria pretendemos estudar as relações envolvendo política e religião nos primeiros anos do século XX. Este trabalho encontra-se em fase inicial, porém alguns

* Estudante de Graduação – História – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista FIPE/ UFSM.

** Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História (PPGH) – UFSM.

*** Professora Doutora no Programa de Pós-graduação em História da UFSM. Bolsista de Pós-Doutorado (PNPD/ CAPES).

registros parecem evidenciar certo entusiasmo por parte de grupos anticlericais com a chegada dos missionários, e também para um aparente sucesso desta igreja no período em questão.

Introdução

Nossa pesquisa¹ tem como marco inicial o mês de dezembro de 1899, período correspondente à chegada de missionários da *Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos* à Santa Maria – RS. Através da análise do jornal *O Combatente* objetivamos identificar as reações que grupos anticlericais e elitistas passaram a demonstrar com a chegada dos missionários. O jornal é identificado na historiografia como tendo “tendência anticlerical” (KARSBURG, 2010, p. 150), e pertencente a grupos vinculados ao Partido Republicano, sendo assim, através do *jornal anticlerical* desejamos caracterizar as reações demonstradas pelas elites em relação à *igreja protestante* recém-chegada.

A respeito da *Igreja Episcopal*, hoje é conhecida como *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Até o momento, constatamos que, de modo predominante, a historiografia produzida a respeito das religiões em Santa Maria a tem chamado de *Igreja Anglicana*. Baseados nessas referências utilizamos no título o termo “anglicanos” junto a “episcopais”. Entretanto, temos constatado que, no período determinado para o início de nossa investigação, a igreja era chamada *Igreja Episcopal*, e os missionários vinculados à *Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos*². Muito provavelmente a denominação “anglicana” foi incorporada em algum momento do século XX³. Sendo assim, desde

¹ A proposta passou a ser formulada no primeiro semestre de 2014, a partir da participação na disciplina “Núcleo de Pesquisa I: história do RS – imigração e religiosidade”.

² Em 1907 (...). Na época, a Igreja era conhecida não como “anglicana”, mas como “Igreja Episcopal”, e os membros eram chamados “episcopais” ou “episcopalinós” (CALVANI, 2005, p.40).

³ Talvez a adoção do termo “anglicana” esteja relacionada aos acordos estabelecidos com a Igreja da Inglaterra para a incorporação das capelanias inglesas, e seu reconhecimento pela Comunhão Anglicana como uma província

já iremos nos referir à denominação religiosa simplesmente como *Igreja Episcopal*, designação encontrada nas fontes⁴.

Quanto ao catolicismo, mesmo sendo uma instituição tradicional no mundo ocidental e tendo vínculos estreitos com o Estado Português e o Império do Brasil, os embates envolvendo a *Igreja* e as elites foram frequentes e muitas vezes intensos. Essas disputas e conflitos também ocorreram em Santa Maria, e de modo muito significativo, a partir da segunda metade do século XIX. Período em que diferentes projetos de sociedade se difundiram entre as elites locais, principalmente a partir da construção da ferrovia na região. Em meio às concordâncias e divergências envolvendo os grupos que apoiavam o projeto ultramontano da *Igreja Romana* e os que se opunham, em 1899 chega à cidade outra denominação, a *Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos*, primeira denominação do chamado *protestantismo de missão*¹ (MENDONÇA, 2005), que se estabeleceu na cidade.

Anos antes, em 1895, um grupo de trinta homens havia intimado um padre a se retirar de Santa Maria. O conflito revelou que as elites divergiam quanto ao modelo de religiosidade que desejavam; de um lado, estavam os “republicanos conservadores” e do outro os “liberais”. Os primeiros, respondiam bem às propostas de romanização da *Igreja Católica*, decorrentes do ultramontanismo. Os demais, criticavam as atitudes do bispo e desejavam uma sociedade longe do “obscurantismo da religião”.

Este é o início da investigação que temos proposto, nos encontramos em fase de levantamento bibliográfico e de reconhecimento de fontes, mas desde já os indícios encontrados têm possibilitado algumas reflexões interessantes. Como os grupos locais haveriam reagido à

autônoma. Eventos ocorridos a partir de 1964, quando a Igreja Episcopal se torna independente da Igreja dos Estados Unidos, deixando de ser um “distrito missionário” (CALVANI, 2005, p. 40).

⁴ Foi Morris que sugeriu a mudança do prolixo nome de Igreja Protestante dos Estados Unidos do Brasil para Igreja Episcopal Brasileira (...). O nome aprovado pelo concílio em 1900 (...) (KICKHÖFEL, 2000, p. 116).

chegada da nova igreja? Esta é a pergunta que norteia a pesquisa no momento.

Catolicismo, protestantismo e maçonaria em Santa Maria: panorama geral do século XIX

A presença do catolicismo em Santa Maria pode ser percebida logo no início da ocupação pelos ibéricos. As tropas da *Comissão Mista Demarcadora* que buscava definir as fronteiras determinadas pelo Tratado de Santo Ildelfonso, 1777, “matriz do povoamento” que deu origem ao município, levavam consigo um capelão e um oratório. Anteriormente a isto, sabe-se que o local em que as tropas se assentaram pertencia à estância do padre Ambrósio José de Freitas, e o nome “Santa Maria” provavelmente deriva da nomenclatura dada pelos jesuítas, “Rincão de Santa Maria” (BIASOLI, 2010, p. 171 – 172). Em 1804, o povoado foi elevado à condição de Oratório e, em 1814, à Capela Curada, data deste período a construção da primeira igreja matriz⁵.

Logo se percebe que a presença do *catolicismo* se estende pela história da cidade, entretanto, também destacamos a chegada de imigrantes protestantes. Chegados entre as décadas de 1820 e 1830, entre os imigrantes havia tanto protestantes⁶ quanto alguns católicos, ambos

⁵ A População não alcançava a soma de mil habitantes e é deste período a construção da primeira capela – ali onde hoje se encontra a herma do coronel Niederauer, no início da avenida Rio Branco (BIASOLI, 2010, p. 172). O processo de derrubada da Igreja Matriz em 1888 e seus desdobramentos foi analisado por Alexandre Karsburg, 2007.

⁶ Em 08 de abril de 1866, 105 protestantes fundaram em Santa Maria a Comunidade Evangélica Alemã. Comunidade que em 1886 associou-se ao *Sínodo Rio-Grandense* (BELÉM, 1989, p. 217 – 218). “O Sínodo Rio-Grandense teve grande importância, pois permitia ao protestantismo do RS apresentar-se com certa uniformidade diante das autoridades civis e empreender projetos impensáveis a uma comunidade independente (...)” (RIETH, 1998, p. 259). Segundo Dreher, 2002, existem cinco tipos de protestantismo na América Latina, caracterizados de acordo com a “sequência de sua entrada no continente meridional”. Os primeiros a se estabelecerem em maior número teriam sido os imigrantes luteranos chegados em 1824, estes, entretanto, foram precedidos por

adquiriram destaque entre as elites e décadas mais tarde edificaram o primeiro templo protestante da cidade.

Em uma relação de interdependência estabelecida a partir do século XII com o início da formação do Estado português, a *Igreja Católica* usufruía de direitos e privilégios frente à monarquia, esta por sua vez, contava com seu apoio e participação nos quadros da burocracia estatal. Este sistema foi denominado *padroado* e acompanhou tanto o Estado português, quanto o Brasil colonial e monárquico (BIASOLI, 2010, p. 170). Sendo assim, o campo⁷ religioso no Brasil se configurou sob monopólio e, mesmo as relações com a Santa Sé sendo problemáticas em alguns momentos, o *catolicismo* era a única religião oficialmente reconhecida⁸. Entretanto, é preciso considerar que ao mesmo tempo em que o *padroado* dava privilégios à *Igreja*, lhe garantindo exclusividade sobre as almas, também a subordinava ao Estado e a seus projetos, situação que gerava tensões entre as partes.

A situação do campo religioso brasileiro, no que se refere às igrejas, sofreu suas primeiras modificações apenas no século XIX, em 1810. Com a vinda da família real, a chegada de ingleses anglicanos e a “expectativa de uma certa circulação de estrangeiros”, a partir da abertura dos portos “às nações amigas”, se fez necessária uma legislação que correspondesse às transformações religiosas no Império. Assim, foi permitido que os acatólicos realizassem seus cultos, porém os locais de encontro não deveriam ter aparência exterior de templo e a pregação deveria ficar restrita aos membros do grupo (MAFRA, 2001, p. 13), com isso, a “concorrência” entre as igrejas estava proibida e o campo religioso permanecia sob a hegemonia do catolicismo.

outros dissidentes como os comerciantes anglicanos e agentes de Sociedades Bíblicas (DREHER, 2002, p. 120).

⁷ (...) Aí reside o princípio da constituição de um campo religioso, que compreende o conjunto das relações que os agentes religiosos mantêm entre si no atendimento à demanda dos “leigos” (Oliveira, 2011, p. 184).

⁸ A vida política e social era marcada por ritos católicos e esta marca religiosa no Estado só foi abalada no século XVIII pelo pensamento iluminista (BIASOLI, 2010, p. 170).

Em razão do padroado, os sacerdotes agiam como funcionários do Estado, situação que lhes possibilitava participar das discussões políticas, tanto que muitos sacerdotes acabavam por se tornar chefes locais de determinado partido (KARSBURG; VENDRAME, 2005, p. 98). Além disso, em muitos casos o padre só era aceito por determinada sociedade se correspondesse às expectativas dos grupos políticos, situação que pode ser percebida como uma demonstração da influência que os leigos dispunham sobre a *Instituição Religiosa*⁹. Na cidade de Santa Maria, como em outros locais, as diferenças políticas entre os vigários e políticos se transformaram, algumas vezes, em verdadeiros conflitos declarados.

Como exemplo, citamos o caso do vigário Marcelino de Souza Bittencourt, que esteve à frente da paróquia entre 1866 e 1887¹⁰. Marcelino era membro do Partido Liberal¹¹, que naquela época dominava a política local, e obviamente, rivalizava com os membros do Partido Conservador. O Padre se envolvia em política partidária e proferia discursos políticos em atos públicos. Devido às divergências, em 1883, tanto o vigário, quanto seu auxiliar, foram surpreendidos por três homens a cavalo que os surraram de relho em plena Praça da Matriz (BIASOLI, 2010; KARSBURG, 2007). Certamente Marcelino Bittencourt não foi agredido por ser um sacerdote, neste caso, foi encarado como um “rival na política” (KARSBURG, 2007). Mas, se por um lado o padre colhia os

⁹ No período imperial, portanto, a política e os políticos tinham muita influência nos assuntos da religião, tanto que podiam aceitar ou não a indicação de um novo vigário ou também impedir a saída desse do comando da paróquia. Essa “intromissão” dos leigos em assuntos que os bispos reformadores acreditavam ser de resolução exclusiva da Igreja passou a ser combatida no Rio Grande do Sul do final do século XIX, principalmente pelo bispo dom Cláudio Ponce de Leão (KARSBURG, 2007, p. 168).

¹⁰ Em outubro de 1866, tomou posse como vigário o padre Marcelino Bittencourt, que governou a paróquia até 1887 e estabilizou os serviços religiosos (BIASOLI, 2010, p. 175).

¹¹ O vigário estava envolvido em política, pertencia ao Partido Liberal, e o mandante do crime, Martins Hoer, era membro do Partido Conservador (...) (BIASOLI, 2010, p. 175).

desafetos da vida pública, enquanto uma voz na política local, de outro, recebia o afago daqueles cujas propostas convergiam ao discurso do vigário.

Anos antes, o Vereador Pedro Weinmann propôs aos colegas da Câmara que se fizesse uma homenagem ao padre. A menção honrosa foi enviada ao bispo dom Sebastião Dias Laranjeira e objetivava persuadi-lo a não transferir o pároco. Porém, se neste período, julho de 1881, as relações entre o padre e os vereadores se fazia amigável, nos anos subsequentes passou por alguns abalos.

Marcelino não era defensor de mudanças que alterassem o papel da *Igreja* frente à sociedade, era contrário à separação entre *Igreja Católica* e *Estado* e também se opunha a secularização. Em um episódio que resultou na demolição da antiga igreja matriz, Marcelino deixou claras suas posições e com isso desagradou alguns vereadores. Em 1887, momento em que os partidos estavam em plena disputa, o padre foi transferido para Porto Alegre e, ao que parece, “nenhuma voz se levantou a favor da permanência do vigário na cidade” (KARSBURG, 2007, p. 178). O padre Marcelino não era membro da *Maçonaria*, diferentemente de Antônio Gomes Coelho do Vale, que esteve à frente da paróquia antes dele. Chegado em 1853 o religioso era vinculado ao grupo maçônico, mas também zelava pelos interesses da *Igreja*, entre suas ações esteve a reforma do templo católico, que construído em 1808, precisava de reparos no telhado (KARSBURG, 2010, p. 148). A participação nos quadros maçônicos também pode ser percebida com abrangência durante o regime determinado pelo padroado, “além de se envolver na política de forma explícita, os padres também se filiavam à *Maçonaria*” (KARSBURG, 2007, p. 168).

Estes dois exemplos, ainda que apresentados de modo bastante resumido nos ajudam a perceber que durante a vigência do padroado, a sociedade e os sacerdotes se relacionavam de modo muito diferente daquele que vai ser apresentado e imposto pelos defensores do

ultramontanismo¹². Surgido como uma forma de resistência aos avanços das ideias iluministas da Europa no XIX, o termo, *após os montes*, deixa revelar que a nova orientação buscava maior “concentração de poder eclesiástico nas mãos do papa”, o que foi instituído com o dogma da infalibilidade, em 1870 (KARSBURG, 2007, p. 29). Esta foi a maneira pela qual a *Igreja* resistiu ao avanço da secularização e a perda de influência sobre a sociedade moderna. Entre as ações decorrentes desse projeto de reforma, estava a moralização do clero, a ênfase nos sacramentos, restrições às participações dos leigos, e o “ataque a Maçonaria” (KARSBURG, 2007).

Na cidade de Santa Maria as ideias ultramontanas chegariam com força em 1896¹³, quando o bispo dom Claudio Ponde de Leão nomeou para o governo da paróquia sacerdotes da *Pia Sociedade das Missões*, os padres palotinos. Os padres, que já estavam instalados em Vale Vêneto, receberam diversas paróquias e o primeiro sacerdote designado para Santa Maria foi Pedro Wimmer. A chegada de padres da *Pia Sociedade das Missões*, sem dúvida provocou grandes transformações no campo religioso de Santa Maria da Boca do Monte. Os religiosos colocaram em prática uma verdadeira “operação política e religiosa” que foi responsável por modificar a situação da *Igreja Católica* na cidade a ponto de, nas décadas seguintes, ser considerada a “cidade mais católica do interior do estado” (BIASOLI, 2010).

A cidade estava em pleno desenvolvimento e *Igrejas Protestantes* estavam chegando a todo o Rio Grande do Sul; assim, a conquista do campo santamariense era indispensável para a “construção institucional” do catolicismo na região central. Para que o plano se efetivasse sabia o

¹² A expressão *ultramontanismo* “(...) denominou o pensamento que se opunha à disseminação do ideário liberal e buscava, em Roma, seu principal ponto de apoio” (BIASOLI, 2010, p. 22).

¹³ Como veremos adiante neste artigo, antes da chegada dos padres palotinos o bispo havia decretado a interdição dos serviços religiosos católicos na cidade. “Quando a missão palotina chegou a Santa Maria, em 1896, o primeiro vigário Pedro Wimmer, teve que contornar a difícil situação criada pelo bispo dom Cláudio, já que a interdição causou ressentimentos em alguns católicos da cidade” (KARSBURG, 2007, p. 265).

bispo que dois pontos eram fundamentais: um clero zeloso pelos assuntos da *Igreja* e o apoio das elites locais (BIASOLI, 2010; KARSBURG, 2010, p. 151).

Ao discutirmos a respeito da secularização e da perda da primazia da *Igreja Católica* sobre o campo religioso brasileiro, podemos lembrar rapidamente de dois grupos muito importantes, os *protestantes* e os *maçons*. Chegados a Santa Maria entre as décadas de 1820 e 1830 entre os imigrantes alemães havia tanto protestantes quanto católicos e aos poucos, conquistaram espaço entre as elites urbanas da cidade. Vinculados ao comércio, serviços, e pequena indústria, sua presença era tão evidente que, no século XIX, viajantes não poderiam deixar de mencioná-los em seus relatos. Com o passar dos anos algumas famílias adquiriram proeminência sobre os negócios locais, dominando o comércio, outros, por terem lutado na *Guerra do Paraguai* receberam terras, tornando-se proprietários. A ascensão dos imigrantes e seus descendentes também pode ser percebida na adesão a partidos políticos e na crescente participação “nos negócios públicos da cidade”. Este vínculo com o espaço urbano teria aproximado germânicos católicos e protestantes, principalmente os últimos, por não possuírem os mesmos direitos que os primeiros¹⁴.

Considerados os principais divulgadores do pensamento liberal e cientificista, e tendo como pauta a separação entre *Igreja* e *Estado*, muitos maçons entraram em conflito com a *Igreja Católica* e em contrapartida buscaram o apoio dos protestantes. Estes sem unidade institucional, até a criação do Sínodo Rio-Grandense em 1886, eram “acolhidos” por políticos liberais¹⁵, muitos vinculados à *Maçonaria*.

¹⁴ A ligação com o espaço urbano aproximou os germânicos católicos e protestantes, beneficiando esses últimos quando buscavam a sua organização social interna. Ao solicitarem autorização para construir um cemitério e edificar um templo, não tiveram empecilhos para concretizar seus intentos (KARSBURG, 2007, p. 187).

¹⁵ O Partido Liberal rio-grandense fortaleceu-se ao longo da década de 1860 e, a partir de 1866/67, tornou-se majoritário na Assembleia Legislativa Provincial – situação que se prolongou até as vésperas da proclamação da República.

“Enquanto os protestantes lutavam para verem reconhecidos os seus direitos, tiveram nos maçons fortes aliados, uma vez que defendiam a liberdade de culto, o que perturbava os representantes da religião oficial” (KARSBURG, 2007, p. 201). Essa proximidade foi de certo modo percebida em Santa Maria e interpretada como uma “aliança” entre protestantes e maçons, cujo objetivo seria “destruir o catolicismo”¹⁶.

No ano de 1866, os protestantes de Santa Maria organizaram e fundaram a Comunidade Evangélica Alemã, que tinha como principal objetivo arrecadar fundos para a construção de um templo. A inauguração se deu em 25 de dezembro de 1873, este é o templo mais antigo que se mantém na cidade. Anos depois em 1886 os sinos chegaram e em 1887 foi lançada a pedra fundamental da torre, ato que contou com a participação de autoridades políticas. Mesmo impossibilitados pela Constituição de edificarem um local com aparência externa de templo, os protestantes de Santa Maria seguiram adiante, até que foram denunciados e os sinos tiveram de permanecer em silêncio. O Sínodo Rio-Grandense organizou um abaixo-assinado e com outros documentos, o enviou aos deputados. A manifestação foi acolhida pelo senador Gaspar Silveira Martins¹⁷ que interviu retirando a proibição e em 30 de outubro de 1887 os sinos da igreja protestante puderam badalar na cidade (BIASOLI, 2010; KARSBURG, 2007).

Constava do programa dos liberais a luta pela liberdade religiosa e também a separação entre Igreja e o Estado (BIASOLI, 2010, p. 176).

¹⁶ Segundo Alexandre Karsburg, 2007, essa interpretação, dada por historiadores eclesiais, ganhou força ao longo do século XX. “Os principais seguidores dessa idéia frsaram que a presença dos luteranos, aliados aos maçons, estava por trás do fraco espírito religioso dos habitantes da Santa Maria do século XIX. Esses historiadores fazem parte da historiografia eclesial que enxergou uma “teoria da conspiração” que visava destruir o catolicismo, não só em Santa Maria, mas em todo o mundo” (KARSBURG, 2007, p. 199).

¹⁷ No Parlamento, no Rio de Janeiro, o senador Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal sul-rio-grandense, enfrentara a hegemonia católica e defendera a concessão de direitos aos acatólicos. Esta defesa resultara na reforma eleitoral de 1881 (Lei Saraiva), que, entre outras medidas, estendeu o direito de voto aos não-católicos e suprimiu o artigo da Constituição de 1824 que estabelecia que só os católicos poderiam votar e ser votados (BIASOLI, 2010, p. 177).

Nas lojas maçônicas de Santa Maria poderiam ser encontrados tanto protestantes quanto católicos, nacionais ou imigrantes. Muitos ocuparam cargos de mando no local, foram delegados de polícia, vereadores, juizes, entre outros. A Loja Boca do Monte, fundada em 1874, por exemplo, agrupava homens de ambos os credos era predominantemente liberal, mas contava com conservadores, ou seja, assim como em qualquer outro grupo a diversidade de ideias e posicionamentos se fazia presente.

Com o passar dos anos foram fundadas outras duas lojas maçônicas na cidade. Havia, portanto, um loja vinculada ao GOB (Grande Oriente do Brasil) e duas ao GORGS (Grande Oriente do Rio Grande do Sul). Segundo alguns historiadores a criação de uma potência regional (GORGS) serviu para enfraquecer a Maçonaria de tendência liberal e também para dar sustentação ao governo de Júlio de Castilhos (KARSBURG, 2007). Ao que parece, a pluralidade de Lojas em Santa Maria nos ajuda a perceber que as elites divergiam em suas tendências políticas.

Santa Maria no alvorecer da República (elites, igrejas e disputas): o caso do padre Carlos Becker

A respeito da reforma ultramontana em Santa Maria, um episódio tem especial importância para nosso trabalho – a “*expulsão do padre Carlos Becker*”. Mesmo com o novo regime e a separação entre instituições religiosas e Estado, muitos dos leigos, que há décadas intervinham nos assuntos eclesiásticos continuaram tentando interferir, inclusive se opondo a decisões tomadas pelos bispos¹⁸ e criticando-as abertamente. A expulsão do vigário nos revela algo muito significativo a respeito das elites locais e suas expectativas quanto à religião.

¹⁸ Por seu turno, o bispo não aceitava certas imposições do poder civil, pois vinha debatendo desde o período imperial contra intromissões dos leigos em assuntos que acreditava serem exclusivos da Igreja. A República concedia uma liberdade de ação nunca vista pelo clero brasileiro, mas a perda de privilégios deixara-o descontente, até certo ponto hostil às novas leis (KARSBURG, 2007, p. 236).

O vigário Aquiles Catalano, que substituiu Marcelino Bittencourt, foi transferido em 1895 e em seu lugar foi nomeado Carlos Becker (de formação ultramontana). O padre Becker foi intimado a se retirar da cidade por um grupo formado por trinta homens, chamado pela historiografia de “G 30”. O caso resultou em punição determinada pelo bispo dom Cláudio, que decretou a suspensão de qualquer trabalho religioso vinculado ao catolicismo¹⁹. Dois anos depois em 1897, em visita pastoral, o bispo repreendeu publicamente o padre Aquiles Catalano, que havia sido transferido para São Martinho. Essa atitude de dom Claudio Ponce de Leão motivou o aumento das críticas a ele nas páginas de *O Combatente* (KARSBURG, 2010, p. 150). Santa Maria era uma cidade em pleno desenvolvimento, e o bispo desejava consolidar o catolicismo na região, não dando ouvidos aos opositores seguiu com seus propósitos de “conquistar” a cidade.

Antes da intimação ao padre Becker pelo “G 30”, um abaixo assinado havia sido enviado ao bispo para que Catalano permanecesse; o pedido não foi atendido e ao nomear em seu lugar um padre que representava o *projeto ultramontano* para o governo da paróquia o bispo optou por não dar ouvidos às petições de “parte da população”. A atitude abriu espaço para que fosse declarada a “guerra contra o jesuitismo”; os ânimos exaltados puderam ser percebidos em um artigo do jornal *O Combatente*, no qual após descreverem alguns dos descontentamentos com relação às atitudes do bispo, os *anticlericais* declararam “Guerra de extermínio ao jesuitismo!” (KARSBURG, 2007, p. 247 Apud *O Combatente*, 1895). Referências como “seita negra”, “ilustre chefe do jesuitismo hediondo” (ao tratar do bispo), eram utilizadas ao se referirem aos ultramontanos, porém, no mesmo jornal, demonstrava-se o desejo de que Aquiles Catalano permanecesse na cidade.

Em meio ao fogo cruzado, o padre Carlos Becker não estava só. Se de um dos lados havia quem desejava vê-lo distante de Santa Maria, muito em represália ao bispo, do outro, tivera quem saísse em seu favor. Uma das primeiras medidas dos defensores foi demonstrar que, de modo algum, “o povo” havia se levantado contra o religioso, para isso,

¹⁹ Interdição que “durou quase quatro meses” (BIASOLI, 2010, p. 181).

coletaram assinaturas de pessoas que desaprovaram a intimação e levaram-nas à imprensa. Ambos os lados buscavam macular o adversário, assim como se afirmar como “representante do povo de Santa Maria” e as notícias sobre a “expulsão” do padre ganharam espaço em diversos jornais da época (KARSBURG, 2007).

Portanto, a elite dirigente da cidade não se configurava em um grupo homogêneo e divergia quanto ao modelo de religião que deveria ser seguido pela sociedade. O “G 30” corresponde aos defensores de uma igreja “sem hierarquias, democrática, voltada para o social e não presa a dogmas, doutrinas e sacramentos”; posicionavam-se contra o bispo, sua política autoritária e o projeto de reforma da *Igreja Católica*, eram os “antijesuítas”. O outro grupo correspondia aos “republicanos conservadores”²⁰ os quais “buscavam um catolicismo reformado que auxiliasse na regeneração social através da formação moral dos indivíduos, dando preferências ao estilo vertical de mando, sustentando a hierarquia” (KARSBURG, 2007, p. 275). Destes últimos, muitos haviam desejado a separação entre religião e Estado, o ensino laico e de modo geral a secularização da sociedade. Acreditavam que a *Igreja* deveria corresponder às novas leis republicanas, ou seja, também eram *anticlericais*²¹, mas não “radicais” como seus adversários.

²⁰ Chegamos à conclusão que, no Rio Grande do Sul como um todo, os que seguiam as idéias de Júlio de Castilhos, ou seja, que eram republicanos positivistas, posicionaram-se na defesa de uma reforma do catolicismo, buscando neste clero europeu os aliados para a moralização da sociedade. Os positivistas trabalhavam para o progresso, material e moral, e isso poderia ser atingido com a ajuda da Igreja Católica (KARSBURG, 2010, p. 153).

²¹ Os membros da elite que se postaram ao lado de Carlos Becker também foram rotulados de “anticlericais” à época imperial, já que defendiam a República e buscavam novas leis para o país. Os republicanos, do mesmo modo que os liberais, queriam acabar com certos privilégios da Igreja Católica, (...) (KARSBURG, 2007, p. 272).

Desejamos uma agradável permanência: as boas vindas aos episcopais

Em um artigo o Reverendo Morris registrou algumas das suas impressões envolvendo a cidade de Santa Maria, primeiro trabalho iniciado pelos missionários da *Igreja Episcopal* no interior da Província do Rio Grande do Sul. O missionário inicia o artigo da seguinte maneira – “Nunca me envolvi em um trabalho tão promissor. Calcula-se que esta cidade tenha aproximadamente 9 ou 10 mil habitantes (...). O povo ou é indiferente à religião ou radicalmente contra o romanismo” (KICKHÖFEL, 2000, p. 26). Este relato parece estar de acordo com o que sabemos sobre as discussões envolvendo o *catolicismo local* e evidencia algumas das características da cidade naquele período. Há muito os desacordos entre os sacerdotes católicos e grupos da elite eram percebidos, a presença de “contrários ao romanismo” certamente poderia ser constatada pelo missionário.

Oriundos do estado da Virgínia, sul dos Estados Unidos, os missionários Lucien Lee Kinsolvig e James Watson Morris²², da *Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos*²³, desembarcaram no Rio de Janeiro em setembro de 1889 e em abril de 1890 seguiram para o sul, chegando a Porto Alegre em 21 de abril daquele mesmo ano. Antes de se dirigirem à Santa Maria da Boca do Monte estabeleceram outras capelas na província, principalmente na parte leste e litorânea. A Província do Rio Grande do Sul havia sido escolhida por compreenderem que a região

²² Eram jovens recém-formados no Seminário Teológico de Virgínia, ligado à Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América (...) (CALVANI, 2005, p. 40).

²³ A Igreja Episcopal tem suas origens no Anglicanismo, mas se tratava de uma igreja independente da Igreja da Inglaterra. No momento trataremos os Episcopais de acordo com a classificação adotada por Mendonça, 2005, “no sistema de classificação ainda adotado, os *episcopais anglicanos* são incluídos entre as igrejas do chamado protestantismo de missão ou conversão que engloba os congregacionais” (MENDONÇA, 2005, p. 52-53). Baseados na mesma referência, entendemos que os Anglicanos, Igreja da Inglaterra, de modo geral, não aceitam o título de “protestantes”, sendo assim, os chamaremos apenas de “anglicanos”, ou de modo genérico como “acatólicos”.

apresentava carências no tocante à assistência religiosa, o que gerava boas expectativas com relação ao trabalho que pretendiam desenvolver (KARSBURG; VEMDRAME, 2005).

Segundo Mendonça, 2005, os *episcopais* estão inseridos no que se convencionou chamar como *protestantismo de conversão, ou missão*, resultante do trabalho de missionários, e difere do chamado *protestantismo de imigração*, gerado a partir da chegada de imigrantes adeptos do protestantismo. Dos protestantes em geral, tanto tradicionais quanto históricos, os *episcopais* foram os últimos a iniciarem seus trabalhos no Brasil, na cidade de Santa Maria, porém, foram os pioneiros. Como dissemos acima havia uma *igreja protestante* na cidade, esta, se havia originado a partir da imigração de grupos germânicos caracterizando, portanto, o *protestantismo de imigração*²⁴.

A primeira visita dos missionários aconteceu no dia 07 de dezembro²⁵ de 1899, em diálogo com o intendente municipal lhes foi oferecido o salão da intendência para a realização das cerimônias. Os religiosos não aceitaram a oferta por desejarem instalar uma casa de oração. Assim, poucos dias depois *O Combatente* noticiou:

Dignaram-se fazer-nos uma visita os Rev^{os} Lucien L. Kinsolving e James W. Morris aquelle bispo da Igreja Brasileira Episcopal e este pastor da futura igreja evangélica que pretende fundar em nossa cidade, no idioma pátrio. Agradecemos a delicada visita com que nos distinguiram, desejando-lhes agradável permanencia entre nós (*O Combatente*, 1899, p. 01).

Percebe-se através deste texto o tom amigável com que os missionários foram recebidos pelos locais. A partir deste primeiro encontro os avanços dos missionários passaram a ser noticiados e

²⁴ De modo geral as igrejas do chamado protestantismo de imigração não se preocupam com a conversão dos nacionais tornando-se *enclaves culturais* (MENDONÇA, 2005).

²⁵ O missionário registrou “dia 07” no livro de assentamentos paroquiais. O jornal da igreja noticiou que no dia 06 de dezembro o reverendo partiu de Porto Alegre para Santa Maria, a fim de instalar uma casa de oração (KICKHÖFEL, 2000, p. 26).

certamente as publicações criaram expectativas com relação ao primeiro culto e à inauguração da nova capela – “A capella evangélica dirigida pelo pastor Morris vai instalar-se á rua do Commercio (...)” publicava o jornal em 01 de janeiro de 1900 (O Combatente, 1900, p. 01).

A inauguração e primeiro culto ocorreram na noite do dia 11 de fevereiro de 1900; era carnaval e a cidade estava movimentada pelos festejos. Iniciado às 20 horas a cerimônia surpreendeu os religiosos e certamente expressou a boa receptividade que os missionários obtiveram na chegada. Segundo artigo publicado no jornal, estavam presentes “não menos de trezentas almas”. Mas o mesmo artigo não apresentava meramente o número de pessoas que acompanharam a cerimônia. Tendo por título “*consumatum est*”, celebrava com vigor a nova congregação tecendo diversos elogios:

Soou a hora da grande regeneração espiritual deste povo; o campo de há muito estava preparado (...), mas a noite de 11 de fevereiro é um marco milliario! – é a garantia efficiente da acceitação deste povo à Egreja Evangelica (O Combatente, 1900, p. 01).

No mesmo exemplar outro artigo afirmava “Com a inauguração da aludida capela, conseguirá a Igreja Episcopal, em nossa cidade, não pequeno número de adeptos, pois de modo absoluto condena o celibato e o confessionário, o que já é muito moralizador. Mais uma desilusão para a Igreja Católica Romana” (O Combatente, 1900, p. 01). O trabalho na cidade de Santa Maria da Boca do Monte dava início às atividades no interior do Rio Grande e segundo esses primeiros registros, a situação, ao menos em parte, era favorável tanto à sua inserção no campo religioso quanto ao seu desenvolvimento.

Poucos anos depois em 1903, iniciou-se a construção de um templo próprio – “um templo evangélico que causou grandes transtornos para os católicos reformadores em Santa Maria”. O templo matriz da *Igreja Católica* havia sido demolido em 1888, ou seja, “a cidade não tinha mais uma igreja matriz católica”. As celebrações eram realizadas na Capela do Divino e agora, uma denominação missionária se propunha a ter seu próprio templo. Ao que parece, “vendo que os episcopais, com o apoio de parte considerável da cidade, já erigia o seu templo, o padre Caetano passou a mobilizar os fiéis para também erguer uma igreja” (KARSBURG; VENDRAME, 2005, p. 95). Passados seis anos do

primeiro culto, em 1906 os episcopais inauguraram seu templo matriz, a Igreja do Mediador, hoje catedral.

Considerações finais

Como escrevemos na introdução estamos iniciando a pesquisa, mas sabemos que ao longo do seu desenvolvimento muitas outras Referências deverão ser acrescentadas. Trabalhos como os dos pesquisadores Luiz Eugênio Vêscio (2001), Marta Rosa Borin (2010), Fabrício Riggo Nicoloso (2013), e Enio Grigio (2003), estão entre eles (para citarmos apenas alguns). Mesmo assim, nos parece que no início do século XX, as divergências políticas entre as elites dirigentes de Santa Maria perpassavam o campo religioso da cidade. Divididos em dois grupos, um muito ligado ao liberalismo e o outro ao republicanismo, ambos desejavam a modernidade, mas divergiam quanto às vias de sua implementação. Ambos apresentavam demandas referentes à religiosidade que, se percebidas pelos sacerdotes e somadas ao apoio popular, poderiam possibilitar o sucesso dos trabalhos religiosos.

Nesta fase em que levantamos bibliografia e reconhecemos fontes, o que dispomos são *indícios* de que a chegada de outro modelo de igreja, diferente da *Católica* e também da *Comunidade Evangélica Alemã*, mexeu com os ânimos dos grupos locais. Passara a haver outra opção na cidade, o campo se tornava mais complexo e a configuração anterior sofrera transformações. O Brasil havia se tornado um país com liberdade religiosa e os missionários certamente não deixariam de exercer esse direito; saídos da *América do Norte* não chegariam à Santa Maria para cruzarem os braços. Por outro lado, a *Igreja Católica* manteve sua hegemonia por séculos e a chegada de outros sacerdotes não passaria despercebida, tão pouco, a deixaria inerte diante da nova realidade. Muito se poderá conhecer a respeito dos primeiros anos do século XX em Santa Maria, a partir da chegada da *Igreja Episcopal*.

Referências

BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria: 1797 – 1933*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1989. p. 2010 – 221.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar à criação da diocese (1797 – 1910). In. *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). Santa Maria: [s. n], 2010.p. 169 – 196.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/ 1920)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, São Leopoldo, 2010.

CALVANI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 36 – 47 set/ nov. 2005. Acessado em: 19 mai. 2014.

CONSUMATUM, est. *O Combatente*, Santa Maria, 15 de fev. de 1900. ACMEC.

DREHER, Martin N. Protestantismo na América Meridional. In. _____. (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST/ CEHILA, 2002, p. 115 – 138.

EGREJA Episcopal Brasileira – capella do Mediador. *O Combatente*, Santa Maria, p. 01, 15 de fev. de 1900. ACMEC.

GRIGIO, Ênio. *A irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Maria/ RS (1873 – 1915): uma trajetória de conflitos*. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A Igreja Católica em Santa Maria: uma história no plural. In. *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). Santa Maria: [s. n], 2010. p. 145 – 168.

_____. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia* (Santa Maria – 1880/ 1900). Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

_____; VENDRAME, Maíra Ines. Anglicanos, palotinos e a cultura política de Santa Maria (1883-1915). In: *Sociais e Humanas*. Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Santa Maria: UFSM, vol. 18, n. 2, julho/dezembro de 2005.

KICKHÖFEL, Oswaldo. *Catedral do Mediador: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Santa Maria: Pallotti, 2000.

LOCAES. *O Combatente*, Santa Maria, p. 01, 01 de jan. de 1900. ACMEC.

_____. *O Combatente*, Santa Maria, p. 01, 10 de dez. de 1899. ACMEC.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100 – 115 set/ nov. 2005. Acessado em: 19 mai. 2014.

NICOLOSO, Fabrício Riggo. *Fazer-se elite em Santa Maria – RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/ 1891*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A teoria do trabalho religioso. In. *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. TEIXEIRA, Faustino (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 177 – 197.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. REVEL, Jacques (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15 – 38.

RIETH, Ricardo Willy. Dois modelos e Igreja Luterana: IECLB e IELB. In. DREHER, Martin N. (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 256 – 267.

VÉSCIO, Luis Eugênio. A ultramontana Santa Maria – RS: sede da quarta colônia de imigração italiana. In. *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). Santa Maria: [s. n], 2010.p. 197 – 226.

VÉSCIO, Luis Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893 – 1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

FESTAS ENTRE OS LUTERANOS: COMEMORAÇÕES E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DO GERMANISMO

Sérgio Luiz Marlow*

A presença da Igreja Luterana sempre foi marcante entre os chamados teuto-brasileiros. Mesmo que o primeiro sínodo tenha se organizado oficialmente após meio século da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil, em 1824, ainda hoje grande parte dos teuto-brasileiros pertence a denominações luteranas, ou melhor, grande parte das Igrejas Luteranas no Brasil ainda nos dias de hoje é composta por um grande número de teuto-brasileiros.

Neste sentido, tanto a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) quanto a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), as duas maiores denominações luteranas em território brasileiro, com aproximadamente 1 milhão de membros em conjunto, preparam-se para comemorar os 500 anos da Reforma Protestante que irá ocorrer no ano de 2017.

Figura 1: Selo Comemorativo dos 500 anos da Reforma Protestante



Fonte: www.lutero.com.br

* Doutor em História Social – USP. Professor da Faculdade Unida de Vitória.

Em preparação aos 500 anos da Reforma, IECLB e IELB organizando-se conjuntamente para uma série de ações que comemorem e reforcem suas identidades com a Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero em 1517, bem como as tornem mais conhecidas no cenário religioso brasileiro atual.

Além das comemorações pelos 500 anos da Reforma Protestante, é preciso que se diga que outras ações conjuntas são realizadas pelas duas instituições religiosas luteranas, como a Co-Edição do Devocionário Castelo Forte, a tradução das Obras de Martinho Lutero para o português, intitulada “Obras Seleccionadas”, entre outras atividades que evidenciam um espírito de cooperação e respeito, mas não necessariamente união das denominações luteranas, tendo em vista possuírem concepções teológicas diferentes em alguns pontos.

Mas, será que este “clima ameno” entre as duas maiores representantes do luteranismo no Brasil sempre foi assim? De que forma as comemorações do 3º e 4º centenário da Reforma Protestante foram marcantes para estas Igrejas? Aproveitando a temática do XXI Simpósio Internacional de Imigração e Colonização Alemã que, neste ano de 2014, aborda as Festas e Comemorações entre os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, queremos, em especial, com base em documentação da IELB (antigo Sínodo de Missouri), perceber a forma como estes luteranos comemoram o 4º Centenário da Reforma Protestante e, ao mesmo tempo, perceber as contradições especialmente existentes com a IECLB (antigo Sínodo Riograndense) a respeito da questão do Germanismo (preservação de costumes e tradições da pátria de origem: a Alemanha) como esfera de ação da Igreja como tal.

Antes, entretanto, faz-se oportuno também verificar as comemorações ocorridas em 1817, quando o Estado da Prússia festejava o 3º Centenário da Reforma Protestante, e seu legado para os futuros sínodos luteranos no Brasil.

O 3º Centenário da Reforma Protestante (1817): A União Prussiana

Inicialmente, convém registrar que nem o Sínodo Riograndense nem o Sínodo de Missouri existia como instituição religiosa quando das comemorações do 3º Centenário da Reforma Luterana no ano de 1817. O

ano de chegada dos primeiros imigrantes alemães que aportaram no Brasil foi 1824. Somente décadas depois os dois principais Sínodos Luteranos indicados em nosso texto vieram a tornar-se oficiais em solo brasileiro: o Sínodo Riograndense no ano de 1886 e o Sínodo de Missouri no início do século XX, no ano de 1904.

Atualmente, existe uma expressiva historiografia a respeito da implantação do Sínodo Riograndense que junto com outros sínodos fundarama que hoje conhecemos Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Historiadores, como Martin Dreher, René Gertz, Wilhelm Wachholz, entre outros, trouxeram-nos importantes contribuições a respeito do início e do trabalho da IECLB em solo brasileiro. Da mesma forma, o chamado Sínodo de Missouri, que posteriormente adotou a nomenclatura de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), foi contemplado em trabalhos, como os de Walter Steyer, Ricardo Rieth, Mario Rehfeldt, Arnaldo Huff Júnior e Sérgio Luiz Marlow.

Como mencionado, apesar de ainda não existir em território brasileiro sínodos luteranos nem imigrantes no ano de 1817, uma decisão ocorrida na Prússia por ocasião das festividades do 3º Centenário da Reforma Luterana teve consequências importantes, inclusive na futura presença luterana em solo brasileiro. Refiro-me ao evento que ficou conhecido como União Prussiana.

Em 27 de setembro de 1817, o Rei da Prússia, Frederico Guilherme III, decretou que, a partir do dia 31 de outubro daquele ano, Reformados (Calvinistas) e Luteranos passariam a formar um único corpo eclesiástico nos territórios alemães da Prússia e Saxônia. Frederico Guilherme III passou a promover “a abolição de barreiras entre luteranos e reformados e a unificação das duas vertentes protestantes sob o Estado, que se tornaria conhecida como União Prussiana” (HUFF JÚNIOR, 2006, p. 94).

Segundo Arnaldo Huff Jr., a atitude de Frederico Guilherme III tinha já sido precedida pelos seus antecessores. Desde o século XV até o século XIX, o domínio prussiano em território alemão se expandiu. Com isso, mais luteranos, calvinistas, bem como católicos e judeus foram sendo submetidos ao Estado Prussiano. Entretanto, um fato destacou-se em toda essa situação, quando, em 1613, o príncipe-eleitor João

Sigismundo converteu-se ao Calvinismo e a Casa Imperial dos Hohenzollerns deixara de ter a mesma fé da maioria da população do seu território que era luterana. A alternativa escolhida pelo príncipe-eleitor foi de abdicar do direito que lhe garantia a norma *cuius regio, eius religio* e anunciar que todos poderiam desfrutar de liberdade religiosa em seu território

Tal política de tolerância atraiu uma população que sofria com a perseguição religiosa em suas regiões aumentando o contingente populacional da Prússia e de sua economia. O interesse de amainar as diferenças teológicas entre os protestantes luteranos e reformados no [século] Dezenove não era portanto novidade entre os governantes calvinistas da Prússia e menos ainda uma matéria de ordem meramente religiosa (HUFF JUNIOR, 2006, p. 93).

Martin Dreher entendeu que não apenas questões de ordem teológica ou mesmo políticas e econômicas motivaram a tomada de decisão de Frederico Guilherme III, visto que era calvinista e sua esposa que falecera em 1810 havia sido luterana. “Antropológicas são também as raízes da União Prussiana: o rei calvinista não podia comungar com sua esposa luterana!” (DREHER, 1996, p. 36).

Da mesma forma, Wilhelm Wachholz, no artigo: “Luterano? Reformado? Unido? Evangélico! Aspectos históricos e teológicos da União Prussiana”, procurou mostrar qual teria sido o argumento teológico que validava a União Prussiana

A justificativa da União sobre bases teológicas se deu particularmente a partir do princípio escriturístico, o qual era reconhecido por ambas as igrejas. Neste sentido, Sola Scriptura e “espírito do protestantismo” eram combinados ao ponto de se tornaram um elemento único. Afirmava-se que toda a interpretação humana da Bíblia, particularmente no que diz respeito às diferenças contidas nos escritos confessionais das diferentes igrejas perdia sua autoridade ante a afirmativa de que estas diferenças deveriam ser relegadas ao âmbito não-eclesial. O essencial era considerado a fé responsável que se traduz em amor fraternal. Com base nestes axiomas, a União foi posta em execução (WACHHOLZ, 2005, p. 100-101).

As diferenças confessionais existentes entre os grupos protestantes na Prússia não deveriam ser o ponto mais importante de discussão, visto que, no entender do Rei Frederico Guilherme III e daqueles que junto com ele propuseram a União Prussiana, essas diferenças confessionais estariam entre as chamadas questões “não essenciais” ao prosseguimento de tal desejada União.

Huff Junior, por exemplo, esclarece como se deu a efetiva implantação da União Prussiana

A União Prussiana foi sendo instaurada pela consolidação de congregações luterano-reformadas, mas também pela supressão de posições confessionais ou contrárias a União, pela suspensão e/ou remoção do clero ortodoxo que se recusava a participar, pela nomeação de pessoas favoráveis à União para os cargos religiosos estatais e por investidas de perseguição. Aqueles que resistiam, haviam de lutar ou emigrar, como de fato fizeram alguns em direção aos Estados Unidos da América (HUFF JUNIOR, 2006, p. 95).

Se, por um lado, houve consenso entre grupos de luteranos e reformados que “se reuniram, no dia 31 de outubro de 1817, para os festejos do jubileu da Reforma” (WACHHOLZ, 2005, p. 103), por outro lado, aqueles que entendiam necessário permanecer restritos a sua confessionalidade, especialmente luteranos, sofreram repressão por parte da polícia, inclusive ainda na década de 1830 (WACHHOLZ, 2005, p. 103).

Frederick Luebke destacou que, entre imigrantes que partiram da Alemanha em direção a América, leia-se em especial aos Estados Unidos da América, encontravam-se aqueles que vieram a ser chamados de “Vétero Luteranos” (OldLutheran), pelo fato de haverem protestado contra a união forçada de congregações luteranas e reformadas na Igreja do Estado da Saxônia emigrado para a América, em face do endurecimento da repressão imposta pelo Rei Frederico Guilherme III (LUEBKE, 1999, p. 5).

Alguns destes imigrantes alemães, sob a liderança do pastor Carl Ferdinand Wilhelm Walther, fundaram, no ano de 1847, o Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados (atualmente Lutheran Church – Missouri Synod) que, posteriormente, no

início do século XX, aportou em território brasileiro, sendo em 1904 fundado o 15º Distrito da LutheranChurch – Missouri Synod (LC-MS).

Vemos então que os sínodos luteranos que, entre o final do século XIX e início do século XX, aportaram em solo brasileiro, ou provinham diretamente da Alemanha, como os pastores que fundaram e solidificaram o Sínodo Riograndense, ou eram pastores que haviam emigrado para os Estados Unidos da América, lá fundaram o Sínodo de Missouri e, posteriormente, também iniciaram o seu trabalho no Brasil. Entendia o Sínodo de Missouri que trazia para o Brasil o verdadeiro e genuíno luteranismo, haja vista que os sínodos luteranos provenientes da Alemanha encontravam-se misturados em virtude da União Prussiana.

O 4º. Centenário da Reforma Protestante (1917) no Brasil: a questão do Germanismo

Diferentemente do 3º centenário da Reforma Protestante comemorado pelos luteranos na Prússia, quando das comemorações do 4º centenário, encontramos alemães e seus descendentes já em terras tupiniquins. Mas, longe de ser um centenário de pacíficas comemorações, questões políticas e religiosas também surgiram e repercutiram nas comemorações ocorridas no ano de 1917.

Primeiramente, é necessário constar que o 4º centenário da Reforma Protestante ocorreu em paralelo aos horrores da 1ª Guerra Mundial. Neste sentido, especialmente pelo fato do Brasil declarar Guerra contra a Alemanha, muitos luteranos no Brasil, sendo estes alemães e descendentes, independente do sínodo a que pertencessem, sentiram dificuldades do conturbado período.

Ao se falar sobre o Sínodo de Missouri no período, Rehfeldt, que escreveu a respeito dos 50 primeiros anos do Sínodo de Missouri no Brasil, esclareceu sobre as dificuldades e privações que enfrentou por ocasião da Guerra

Em outubro de 1917, o governo brasileiro proibiu a publicação de periódicos em língua alemã e fechou escolas onde não era ensinado português. (...) O Kirchenblatt foi publicado pela última vez durante a guerra por ocasião do 400º aniversário da Reforma Luterana, em 31 de outubro de 1917, mas mesmo esta edição não chegou a todos

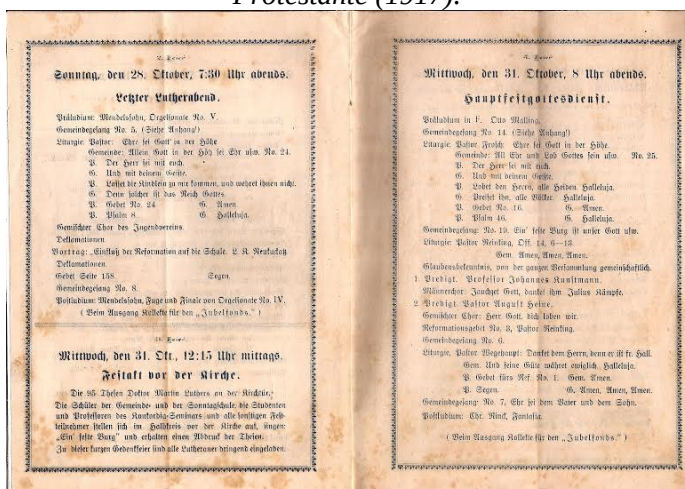
os assinantes, pois nesta época, o correio começou a interromper a entrega de publicações alemãs (REHFELDT, 2003, p. 89).

Nota-se, pela citação de Rehfeldt, que muito provavelmente as comemorações do 4º Centenário da Reforma Protestante, caso tenham ocorrido, foram bastante prejudicadas pelo medo de represálias a tais atividades entre os alemães e seus descendentes.

Em entrevista com Paulo UdoKunstmann, responsável pelo Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, fomos informados que a programação do 4º Centenário da Reforma Luterana ocorreu, digamos, “internamente” no Sínodo de Missouri, especialmente no Seminário Concórdia, local que formava os pastores do sínodo localizado na cidade de Porto Alegre

A grande programação ocorreu no então Seminário, localizado ainda no bairro Navegantes, em Porto Alegre/RS, onde hoje é a Comunidade Cristo. Foi confeccionado um folheto impresso, em alemão, com toda a programação, dia-após-dia. Inclusive informando os seus protagonistas: professores do Seminário, alunos e membros da Congregação Cristo de Porto Alegre (KUNSTMANN, 2014, p. 1).

Figura 2: Liturgia comemorativa ao 4º Centenário da Reforma Protestante (1917).



Fonte: Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)

Da mesma forma, Paulo Kunstmann informou que o Sínodo de Missouri decidiu, em virtude da Guerra, lançar uma Revista em língua portuguesa: O Mensageiro Luterano, visto que a revista do Sínodo em língua alemã, o Kirchenblatt, havia sido suspensa pelas autoridades do governo brasileiro.

O Mensageiro Luterano começou em 25 de dezembro de 1917, e com o nome de “Mensageiro Christão”. O “Kirchenblatt”, por sua vez (iniciado em 1903) foi direto, regularmente, até a edição em 31.10.1917 (nº 21, ano 14) e só circulou depois, em 1º de outubro de 1919 (nº 22, ano 14). Assim, o famoso “31.10.1917” e seus festejos, ficou com seus registros muito prejudicados (KUNSTMANN, 2014, p. 1).

Entretanto, antes da suspensão da Revista Kirchenblatt, o então editor da revista, Rev. Johannes Kunstmann, em artigo publicado na edição de junho de 1917, afirmava da importância do 4º Centenário da Reforma, expressando firmemente que o interesse das comemorações referia-se ao que ocorrera na Reforma Protestante, e não em enfatizar a pessoa de Lutero ou mesmo a questão do germanismo, isto é, o cultivo de costumes e tradições da pátria de origem: a Alemanha, entre os teuto-brasileiros

Quanto a propósito se sabe apenas falar da Reforma Alemã e do germanismo, no qual a Reforma se fundamentou e se originou, no qual pudesse alcançar chão tão rapidamente, então já é melhor omitir a celebração de jubileus da Reforma. Lutero foi certamente o alemão mais proeminente, mais mesmo que Goethe e Bismarck, mas esta não é razão pela qual celebramos um jubileu da Reforma (...) Não a pessoa de Lutero, não o germanismo queremos celebrar no jubileu, mas o grande feito de Deus, o Senhor, ao entardecer do mundo, mais uma vez reconduziu a sua igreja a pureza e verdades apostólicas; de que ele, através do seu instrumento, Dr. Martinho Lutero nos recolocou sob firme fundamento: Somente a Escritura! Somente a Graça! Assim celebramos o grande jubileu de maneira agradável a Deus e certos de que com isso não estaremos causando provocação aos nossos concidadãos brasileiros (KUNSTMANN, Revista Kirchenblatt, 1917, p. 93).

Kunstmann, com estas palavras, deixava claro que, no entendimento do Sínodo de Missouri, ao mesmo no discurso oficial de

autoridades do sínodo, não era de sua competência e alçada a defesa e a propagação do Germanismo em terras brasileiras, mas apenas a divulgação da importância e do valor relativos aos acontecimentos da Reforma desencadeada por Martinho Lutero em 1517.

No mesmo artigo, Kunstmann elogiava a possibilidade de comemorar a Reforma Luterana no Brasil, isso antes da ingerência do Governo Brasileiro, inclusive sobre o Sínodo de Missouri, visto que, no seu entender, não ocorria o mesmo que acontecia na Alemanha, especialmente no antigo Estado Prussiano.

Pelo contrário, agradecemos a Deus de nos ter concedido plena liberdade religiosa e de consciência, sem as quais não poderíamos sentir-nos alegres na fé. Enquanto ainda hoje no antigo território prussiano a igreja luterana continua sendo massacrada, aqui ela pode abster-se livremente. Isso devemos, graças a Deus, à nossa maravilhosa Constituição Brasileira. Deus abençoe o Brasil (KUNSTMANN, Revista Kirchenblatt, 1917, p. 94).

É interessante que o discurso de Kunstmann, de não associar a Reforma Protestante e mesmo o Reformador Martinho Lutero com questões relacionadas ao germanismo, a etnicidade ou questões de governo, encontrou novamente eco quando, próximo da Segunda Guerra Mundial, na Alemanha, o teólogo luterano confessional Hermann Sasse procurou explicar a importância e o real valor da Reforma Protestante. No livro intitulado “Washeisstlutherisch?”, traduzido para o português, em 2008, com o título: “Aqui nos firmamos: natureza e caráter da fé luterana”, Sasse entende inicialmente que a Reforma Protestante foi um grande evento da história da Alemanha

O que quer ela possa ter sido, a reforma luterana foi um evento na história nacional da Alemanha. De fato, nós compartilhamos a opinião de que ela foi o maior evento na história da Alemanha até hoje, um evento que marcou época simultaneamente na história política e eclesiástica, na história da Alemanha e na história do cristianismo (SASSE, 2008, 46).

Entretanto, defendia veemente a ideia de que a Reforma Protestante era uma espécie de germanização da Igreja. Sasse assim entendia: “Qualquer um que pensa na reforma luterana como a germanização da igreja, como uma translação do cristianismo, de Roma

para a Alemanha, não a entendeu. Essa germanização, tanto quanto alguém possa falar dela, foi no máximo um subproduto da reforma” (SASSE, 2008, p. 46-47).

Por fim, Sasse compreendia que de forma alguma a Reforma Protestante poderia ser vista como a ideia de implantação de uma igreja nacional, no sentido de que antes do anúncio da Palavra de Deus estavam ideais nacionalistas alemães.

Quão longe de Lutero, apesar de todo o seu amor pela Alemanha e pelo povo alemão, estava qualquer ideia real de uma igreja nacional. Pois uma mera conexão entre a nação e uma igreja não implica uma igreja nacional no sentido estrito da palavra, exceto quando uma nação determina a estrutura, tanto interna, quanto externa de uma igreja (SASSE, 2008, p. 49).

Entretanto, ao retornarmos às comemorações do 3º Centenário da Reforma Protestante no Brasil, além das comemorações propriamente ditas, na verdade, uma espécie de confronto de ideias da importância e da divulgação do Germanismo como função ou não da Igreja se levantou entre o Sínodo de Missouri e o Sínodo Riograndense.

O historiador Hans Jürgen Prien destacou esta questão quando informa que

O jubileu da Reforma de 1917 levou a uma controvérsia intensa entre o Sínodo de Missouri e o Sínodo Riograndense num momento político crítico. Pelo Sínodo de Missouri falou o prof. Kunstmann negando diretamente ao Sínodo Riograndense o direito de celebrar a Reforma, porque estaria mantendo relações estreitas com o estado prussiano, que há 100 anos teria maltratado a Igreja Luterana pela união forçada entre luteranos e reformados que “ainda hoje é oprimida na antiga Prússia (...)”. O Sínodo Riograndense estaria querendo celebrar 400 anos de Reforma, e, sim, Germanismo (PRIEN, 2001, p. 529-530).

Prien, entretanto, informa também que o Sínodo Riograndense reagiu à argumentação de Kunstmann: “Em sua resposta, o P. Dohms acusa Kunstmann de estar aproveitando a situação política contra os alemães para atacar o germanismo, embora também ele fizesse uso da língua alemã” (PRIEN, 2001, p. 530).

Por fim, Prien destaca que Kunstmann rebateu as acusações de Dohms afirmando que o Sínodo de Missouri não defendia o Germanismo, mas apenas usava a língua alemã como meio de propagar a Palavra de Deus. Segundo Prien

Kunstmann escreveu: “O germanismo dos missourianos não é um fim em si, mas apenas um meio para o fim (...) Perderíamos muito, se quiséssemos abrir mão do germanismo sem uma necessidade que nos obrigasse a isso. No entanto, se for necessário, também poderíamos de outro modo” (PRIEN, 2001, p. 531).

Da mesma forma, Martin Dreher descreve que o episódio das comemorações do 3º Centenário da Reforma Protestante deu o tom que por muitos anos permeariam as discussões sobre Germanismo entre o Sínodo de Missouri e o Sínodo Riograndense

As mais acirradas discussões foram travadas com o SM. O estopim para a discussão foi proporcionado por uma exposição do Professor Kunstmann no “Kirchenblatt”, na qual afirmou que o SR não deveria comemorar o Jubileu da Reforma, no ano de 1917, por manter relações com a Igreja Territorial Prussiana, uma igreja unida. Declarou que o Sínodo, ao invés de celebrar a Reforma deveria celebrar a germanidade. (...) Essas acusações e ofensas são o início de uma longa discussão em torno da questão igreja e germanidade. (DREHER, 1981, p. 109).

Podemos dizer que é praticamente consenso entre os historiadores que trabalham a questão do Germanismo entre os teuto-brasileiros, como Gertz e Dreher, entre outros, que foi somente com o fim da Segunda Guerra Mundial que os sínodos luteranos efetivamente começaram a realizar um trabalho mais efetivo, não apenas com os teuto-brasileiros, mas com os brasileiros em geral e em língua portuguesa. As palavras ditas por Ricardo Rieth a respeito do Sínodo de Missouri, em certo sentido, se encaixariam muito bem se ditas a todos os sínodos luteranos no Brasil quando afirma que: “A IELB só será sacudida definitivamente no sentido de ir se tornando igreja ‘do Brasil’ durante a Segunda Guerra Mundial” (RIETH, 1996, p. 55).

Conclusão

Próximos nós estamos do 5º Centenário da Reforma Luterana que ocorrerá em 2017. Se tanto no 3º quanto no 4º Centenário a Reforma Luterana foi comemorada, mas não desapercebidas as divergências e contradições em nível religioso e principalmente político, o cenário do 5º centenário que se avizinha, em princípio, não apresenta questões de impacto. Resta-nos esperar, pois ao historiador não cabe função de “futurólogo”, mas, conforme a clássica afirmação de Marc Bloch, o entendimento que “a história é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), ou seja, o homem é sujeito atuante na história, inclusive na história eclesiástica.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1981.

_____. “Introdução: fundamentação da ética política”. In: *Martinho Lutero: Obras Seleccionadas*. Vol. 6. Porto Alegre: Concórdia, São Leopoldo: Sinodal, 1996.

HUFF JUNIOR, Arnaldo. *Vozes da Ortodoxia*. O Sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações no contexto da I Guerra Mundial e do final da Ditadura Militar. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2006.

KUNSTMANN, Johannes. *Revista Kirchenblatt*. 15 de junho de 1917. Tradução de Edegar Rudi Müller. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

KUNSTMANN, Paulo U. *Entrevista sobre o 4º. Centenário da Reforma Protestante*. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 2014.

LUEBKE, Frederick. “The immigrant condition as a factor contributing to the conservatism of the Lutheran Church – Missouri Synod”. In: *Germans*

in the New World. Essays in the History of Immigration. Illinois: University of Illinois Press, 1999.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil*: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

REHFELDT, Mario. *Um Grão de Mostarda*: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Vol. 1, Porto Alegre: Concórdia, 2003.

SASSE, Hermann. *Aqui nos firmamos*. Natureza e caráter da fé luterana. Porto Alegre: Concórdia, 2008.

WACHHOLZ, Wilhelm. “Luterano? Reformado? Unido? Evangélico! Aspectos históricos e teológicos da União Prussiana”. In: *Anais do II Simpósio sobre a Identidade Evangélica-Luterana*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

AS CAPELAS COMO EXPERIÊNCIA DE ECLESIOGÊNESE NA REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Vanildo Luiz Zugno*

Nossa investigação sobre as capelas como experiência de eclesiogênese com protagonismo leigo se atém ao período de 1875, data da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul e 1927 quando, por iniciativa de um grupo de párocos da região de colonização italiana, as capelas são dotadas de um Regimento que lhes tolhe a autonomia e as coloca sob a dependência direta e estrita dos párocos. O texto do “Regimento das Capelas” é a principal fonte para entender o processo de des-empoderamento dos leigos pela instituição eclesiástica no período¹.

O episódio aqui analisado é uma das manifestações do processo de romanização vivido na Igreja Católica Romana (ICAR) a partir da metade do séc. XIX e que chega à sua plena implementação quando, em consequência da proclamação da república e separação entre igreja e estado, a hierarquia católica tem toda a liberdade para executar seu projeto. Segundo Hoornaert (1994, p. 21), a romanização tem duas vertentes principais: por um lado, o combate à modernidade e, por outro, a substituição das tradições religiosas do catolicismo luso-brasileiro pela liturgia e espiritualidade romana. O particular do caso das capelas, é que não se trata de controlar uma manifestação do catolicismo luso-brasileiro.

* Doutorando na Faculdades EST (São Leopoldo, RS. Bolsista CNPQ Brasil).

¹ REGOLAMENTO delle cappelle della Comarca Ecclesiastica di Bento Gonçalves. Em: BATTISTEL, Arlindo. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre, EST, 1981, p. 11-14. O “Regolamento...” foi originalmente publicado em língua italiana. As traduções aqui apresentadas são nossas.

As capelas, criadas pelos imigrantes italianos, são fruto da espiritualidade tridentina. Seu “pecado”, aos olhos do clero romanizante, é a sua autonomia e a capacidade de articular o religioso com os outros âmbitos da vida da comunidade como a educação, a festa e a economia.

O resgate da experiência é relevante no momento em que a ICAR, nos documentos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano traz à tona a necessidade de renovação das estruturas pastorais (CELAM, 2007, n. 173;450). Por um lado, afirma-se a necessidade de um “protagonismo leigo” (CELAM, 1992, n. 97;103) para que estes sejam “parte ativa e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais a favor da comunidade” (CELAM, 2007, n. 213). Por outro, salienta-se a necessidade de converter a estrutura tradicional típica da pastoral católica, a paróquia, por uma “comunidade de comunidades” (CNBB, 2014). Protagonismo leigo e comunidades autogeridas e em rede estavam presentes na experiências das capelas na região de imigração italiana que, infelizmente, o processo de romanização veio a tolher mas que continuam presentes na memória eclesial de muitos católicos e católicas.

A origem das capelas

Por ocasião do estabelecimento dos primeiros imigrantes oriundos do Piemonte, Lombardia e Vêneto na Serra Gaúcha, a presença institucional da Igreja era praticamente nula na região. Cerceada pelas leis do Padroado, a Igreja Católica Romana (ICAR), mesmo sendo a Igreja oficial do Império brasileiro, não tinha autonomia para criar paróquias para dar atendimento aos novos chegados. Padres jesuítas alemães, estabelecidos na região de colonização alemã visitavam esporadicamente os colonos e celebravam os sacramentos.

Um dos primeiros sacerdotes a dedicar sua atuação aos imigrantes italianos foi o Pe. Bartolomeu Tiecher. Italiano da região de Trento então sob o domínio austro-húngaro, vem para o Brasil em 1875. No ano de 1876 realizou duas visitas às colônias de Figueira de Melo e Conde d’Eu (atual Garibaldi), Princesa Isabel (atual Bento Gonçalves). No ano de 1877 visitou a Iª e IIª Léguas de Caxias. No mesmo ano é nomeado pároco de Santo Inácio da Feliz onde permaneceu até 1886. De lá visitava regularmente as colônias italianas. (CORREA, 2013, p. 3; COSTA, 1998, p. 180-184).

Em 1877 será estabelecida a Capelania Imperial de Caxias do Sul sendo capelão o Pe. AntonioPassagi. A paróquia de Caxias do Sul, a primeira na região de colonização italiana, só será criada no ano de 1884, ou seja, quase dez anos após o início da chegada dos imigrantes italianos. Seu primeiro pároco foi Pe. Augusto Finotti. No mesmo ano de 1884 serão criadas as paróquias de Dona Isabel e Conde d’Eu, na região da serra, e de Silveira Martins, no centro do Estado². Seis anos depois, em 11 de fevereiro de 1890, será a vez da Linha Zamith (atual Montebelo), ser criada Paróquia. (RUBERT, 1998, p. 281-290).

Acostumados a uma vida religiosa e sacramental conforme as orientações do Concílio de Trento, os imigrantes, por iniciativa própria, tentam recriar o mundo religioso com o qual estavam acostumados na Itália. Como relata Barea (1925, p. 100)³ ao descrever a chegada dos imigrantes em Bela Vista, a atividade religiosa comunitária dos imigrantes italianos começou no âmbito doméstico: “No início os colonos recitavam o rosário e as outras devoções na casa de certo Domenico Lazzaretti. Nos primeiros tempo ali houve uma escola para os filhos dos imigrantes dirigida pelo Sr. Giacinto Cerato”.

Pouco a pouco e na medida em que as condições materiais o permitiam, os colonos começam a construir pequenos oratórios dedicados aos santos de suas localidades de origem e, “nestas miseráveis igrejinhas, todas feitas com tábuas brutas, reuniam-se os colonos nos dias festivos”. (BAREA, 1925, p. 56).

² A particularidade presente em Silveira Martins, é que, dada a falta de padres para suprir a paróquia, os próprios colonos tomam a iniciativa de buscar, às suas próprias custas, padres na Itália. Não encontrando padres diocesanos disponíveis para vir ao Brasil, são contratados os Padres Palotinos que se estabelecem em Vale Vêneto, Nova Palma, Nova Treviso e Ivorá. (RUBERT, 1998, p. 286-288)

³ José Barea (1893-1951), nascido em Nova Treviso (atual Farroupilha), filho de imigrantes italianos, ordenado presbítero em 1918 e, em 1935, primeiro bispo da Diocese de Caxias do Sul. Seu texto “La vitas piritual em elle Colonie Italiane dello Stato” publicado por ocasião do Cinquentenário da imigração italiano pode ser considerado o primeiro relato sistemático da presença da Igreja Católica na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Battistel (1981, p. 39-40) traz o depoimento de Domingos Battistel, da Linha 6ª, Nova Prata, sobre a construção da capela da localidade:

Quando entraram em acordo de fazer a igreja nova, então a sociedade se reuniu. Jacó Nalin doou o terreno, o velho Gotardo doou 4 pinheiros com os quais fizeram as bases da igreja. (...) Meu pai, Antônio, deu um pinheiro bem grosso com o qual fizeram ‘scândole’, tabuinhas, para cobrir a igreja. (...) Na construção da capela, um entrou com a terra, outro com a madeira, outros com os dias de serviço, com dinheiro... num instante a construíram. Quando apodreceu, fizeram outra...

Mais sóbria, mas também reveladora, é a descrição de Barea (1925, p. 59) em relação à organização das capelas na IIIª Légua de Caxias:

Apenas superadas as dificuldades e os desafios do primeiro momento, os intrépidos colonizados da 3ª Légua de Caxias se reuniram e em poucos dias construíram sua pequena igreja com troncos e tábuas cortadas ao meio, na qual todos se reuniam nos dias festivos para as suas devoções e também para escutar a Santíssima Missa, quando tinham a graça de uma visita do Pároco de Feliz ou de Caxias.

Como podemos perceber nos relatos, a iniciativa para a organização da capela é dos próprios imigrantes. Para Costa (1988, p. 186), no entanto, Pe. Giovanni Menegotto, vindo ao Brasil em 1877 e tendo-se estabelecido em Dona Isabel para, em 26 de abril de 1884 ser nomeado o primeiro pároco de Garibáldi, teria sido o criador das capelas. Literalmente, afirma Costa: “Pe. Menegotto lança, assim, o modelo de capela, onde se realiza todos os domingos e dias festivos a reunião do povo para a oração comum e o catecismo das crianças...”. (1988, p. 186). No entanto, a descrição da paróquia de Garibaldi feita pelo próprio Pe. Menegotto e utilizada por Costa como suporte para a afirmação, mostra que as capelas já existiam antes da chegada do Pároco. No caso de Garibaldi, eram em torno de 60 capelas de madeira construídas pelos colonos e que já serviam como lugar de oração e catequese.

A antecedência das capelas em relação à presença de sacerdotes também pode ser constatada no relato do Pe. Pietro Colbacchi,

scalabriniano que, ao chegar nas linhas 8ª e 10ª de Alfredo Chaves (atual Nova Bassano) constata que,

em cada linha, é verdade, já foram construídas capelas suficientes para conter, cada uma delas, 200 pessoas, mas estão completamente desprovidas das alfaías necessárias, até mesmo da mesa, e são tão baixas que, com este calor, durante as celebrações nos parece estar no forno. (ArchivioGeneraleScalabriniano, *apud* COSTA, 1988, p. 189).

O mesmo acontece em Encantado quando o Pe. Domenico Vicentini, ao chegar para estabelecer a Missão Scalabriniana, encontra os imigrantes já organizados em capelas. (COSTA, 1998, p. 189). Frei Robert D'Apprieu, um dos primeiros capuchinhos franceses a missionar na região, também relata a antecedência da iniciativa dos colonos em relação à presença do clero:

A maioria dos primeiros imigrantes eram originários da Lombardia e do Vêneto: homens formados para o trabalho, os desafios, a sobriedade. Com eles, sobretudo, haviam trazido a viva fé ancestral. Infelizmente, eles não tinham padres, ou mais frequente do que se poderia desejar, algum mercenário ou aventureiro de costumes duvidosos que passava por lá. Na falta de padres, eles se reuniam pelo menos aos domingos diante de uma cruz rústica ou em alguma miserável capela feita com tábuas rachadas com o machado. Lá, juntos, piedosamente, recitavam o terço, cantavam as ladainhas da Virgem e algum canto da cidade distante. (D'APPRIEU, 1957, s.p.).

Em seu relato da viagem que realizou nos anos de 1883 e 1884 à região de colonização alemã, o jesuíta Pe. Ambrósio Schupp, ao descrever a situação religiosa das colônias italianas que faziam fronteira com as colônias alemãs, afirma que “em Caxias encontram-se muitas capelas; nas duas colônias restantes [Princesa Isabel e Conde d'Eu], só algumas.” (RABUSKE, 1978, p. 29).

Construídas e mantidas pelos habitantes de cada linha, as capelas representava a organização comunitária que buscava solucionar as necessidades religiosas do imigrante abandonado à sua sorte, tanto por parte do governo como da igreja, em meio aos matos e montanhas da serra gaúcha. A originalidade das capelas, no entanto, é que, a partir da

necessidade religiosa, conseguiram constituir-se em solução para outros problemas dos imigrantes que ultrapassavam o âmbito religioso. Para o imigrante recém estabelecido, a capela representava também a “responsabilidade comunitária, não só em relação à religião, mas também à educação e à solução de problemas sociais.” (COSTA, 1998, p. 164).

A organização das capelas

Por “capela” deve-se entender não apenas o prédio onde os imigrantes e suas famílias se reuniam para rezar. No início, com certeza, o mesmo prédio – normalmente um barracão construído em madeira – servia para todas as atividades comunitárias.

Na medida, porém, em que as comunidades iam melhorando suas condições econômicas, foram sendo edificadas construções para atividades específicas:

a) A “capela” propriamente dita, que servia como lugar das orações comunitárias dominicais, novenas, catequese e da celebração da missa e demais sacramentos por ocasião das eventuais visitas de sacerdotes;

b) A escola para a educação das crianças;

c) A “bodega” ou comércio comunitário, que evitava a necessidade de cada um deslocar-se até a cidade mais próxima, o que implicava em grande dispêndio de tempo. Comprados em quantidade e revendidos a preço de custo, os produtos se tornavam mais baratos para os colonos. Desse modo, a “bodega” exercia uma função econômica importante para os colonos dispersos nas linhas e travessões. O exercício da função de “bodegueiro” era rotativa. Cada membro da comunidade a exercia por um tempo e sem remuneração.

d) O salão comunitário onde se realizavam os eventos sociais, especialmente as festas de casamento e as dos padroeiros das comunidades;

e) O cemitério, para enterrar os mortos de forma digna e cristã (COSTA, 1998, p. 164).

Para animar os diversos âmbitos da vida da capela, surgem quatro lideranças que marcarão a vida das comunidades italianas: o padre-leigo, o professor, o fabriqueiro e o chefe de travessão.

O padre leigo

A expressão “padre leigo” é utilizada pela primeira vez por Frei Bernardin D’Apremont ao relatar a primeira visita de um pároco a uma capela que nunca havia sido visitada antes por nenhum padre. Ao chegar ao local, o padre encontra água benta. Ao perguntar o pároco por quem benzer a água, recebe a resposta? “O padre leigo da capela.” (D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 109).

Para nomear a liderança religiosa por eles instituída, os colonos também usavam a expressão *nostro prete*, ou *prete de scapoera* (nosso padre, ou padre da capoeira). (DE BONI; COSTA, 2014). Segundo Zagonel (1975, p. 55), a escolha do padre leigo obedecia a critérios diversos:

Eram escolhidos os ‘mais sábios’, os que haviam feito parte do coral na Itália, os que tinham trazidos o Livro de Vésperas ou qualquer devocionário, estátua ou estampa. A indicação, às vezes, recaía sobre aquele que exercia uma liderança natural, pois devia promover a construção da igreja e a coordenação da comunidade no culto e no encontro social, e providencial pelo divertimento do grupo no fim de semana. Exercia uma autoridade reconhecida pelo grupo.

Manfroi (1975, p. 165) apresenta outros critérios que também eram tomados em conta na hora da eleição da liderança religiosa da capela:

Os valores morais e religiosos, associados a uma certa instrução se impunham aos demais valores. (...) Muitas vezes, tinha feito parte do coral na Itália, ou tinha sido catequista, era mais instruído ou mais respeitado. Sua função de homem do culto e de juiz de paz exigia, necessariamente, certas qualidades morais e um mínimo de instrução religiosa para ser escolhido e aceito por todos. A prática e o exercício da função lhe garantiam uma grande notoriedade e respeitabilidade.

A função do padre leigo na capela era a de presidir a comunidade na oração dominical (terço, ladainhas), assistir os moribundos e officiar as orações dos enterros e abençoar a água e os objetos que os colonos desejavam manter em suas casas como símbolo da proteção divina. (D'APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 108-109; COSTA, 1998, p. 192).

O professor

No relato de Barea (1925, p. 100) por nós acima citado, vemos que, desde o tempo em que se reuniam nas casas para rezar, a preocupação com a escola já estava presente entre os imigrantes italianos.

No início na própria capela e, na medida em que as condições econômicas vão permitindo, a escola vai fazendo parte da paisagem das linhas e travessões. Para exercer a função de professor é escolhido pela comunidade alguém que tenha os rudimentos da leitura e escritura da língua italiana e, se possível, conheça algo de português, pois, como afirma o Pe. Enrico Poggi que, em 1900, funda uma escola em Caravágio (no atual município de Farroupilha), “o ensinamento será dado em língua italiana porque nós somos italianos e se ensina a língua portuguesa, porque o Brasil é nossa segunda Pátria.” (*apud* BAREA, 1925, p. 77). O objetivo da educação, além do letramento indispensável para que o filho do migrante pudesse inserir-se na sociedade brasileira, era a de formar um membro útil da comunidade.

Para poder exercer tal função, a comunidade buscava alguém que fosse exemplo de vida cristã. Normalmente era um homem do qual se pudesse atestar a integridade moral e doutrinária e que tivesse conhecimento da doutrina cristã, pois letramento e catequese andavam juntas e, no final do ciclo de quatro anos nos quais a escola era organizada, os estudantes recebiam a Primeira Comunhão (RAMBO, 1998, p. 154-155)⁴.

⁴ Em 1898 chegam a Garibaldi as Irmãs de São José que abrem uma escola para meninas. Em 1904, na mesma cidade, estabelecem-se os Irmãos Maristas que abrem escola para meninos. Destas escolas sairão muitos jovens que, em suas

O fabriqueiro

São poucos os registros relativos aos fabriqueiros das capelas e suas funções. O “Regulamento das Capelas...” é um dos poucos documentos que falam explicitamente de suas funções. Da leitura do “Regulamento das Capelas...” se concluiu que, aos fabriqueiros, cabia garantir a sustentação econômica das atividades da comunidade. A tarefa primeira era a de coordenar a construção e manutenção da capela e do cemitério. Na medida em que as condições econômicas permitissem, cabia aos fabriqueiros também o cuidado do salão de festas.

Além das doações em espécie, os fabriqueiros eram os responsáveis por “associar” os moradores da linha ou travessão à capela. A associação se dava através de uma contribuição anual versada por cada membro e devidamente registrado pelos fabriqueiros. A eles cabia administrar o dinheiro da comunidade resultante destas contribuições.

Quanto às condições morais e religiosas, o “Regulamento das Capelas...” (I, 10) afirma que “não será reconhecido pela Venerável Cúria o fabriqueiro que não preencha os seus deveres de cristão”.

O chefe de travessão

Ao lado dos “fabriqueiros” e do “padre leigo”, outra liderança resultante do espírito comunitário dos imigrantes era a do “capo-linea” ou “chefe de travessão”⁵. No dizer de De Boni e Costa (2014), ao “chefe de travessão” cabia “conciliar possíveis desentendimentos, conflitos de terras, queixas por causa de invasão da plantação por parte de animais do vizinho, ou do fogo que passara de um roçado para outro, etc.”

comunidades, se tornarão professores. Ver: CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibáldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 35-36.

⁵ Segundo Battistel (1981, p. 43), outras expressões usadas eram as de “quarteron” (chefe de quarteirão) e “soto-coa”, esta depreciativa. Battistel parece confundir o *capofrazione* com o comissário. O primeiro era nomeado pela comunidade. O segundo, pela prefeitura, no momento em que a administração civil começa a marcar presença na região. Pelo seu caráter subalterno à autoridade civil, passa a receber o pejorativo nome de “soto-coa”.

Sua autoridade andava em paralelo com a do “padre leigo”:

Se o *nostro prete* (nosso padre) devia ser uma pessoa piedosa, dada à oração e conhecedora dos problemas da religião, esperava-se do *capo-linea* que fosse alguém com liderança, objetividade e temperamento conciliador. Ele procurava fazer com que os conflitos fossem resolvidos o quanto antes, pois duas famílias desentendidas poderiam prejudicar o andamento e o bom nome da comunidade. (DE BONI; COSTA, 2014).

Ciosos de sua autonomia e auto-organização e receosos de recorrer a uma autoridade com a qual tinham dificuldade de se comunicar por não entender e muito menos falar a língua portuguesa e por desconhecer as leis brasileiras, o apelo às autoridades civis do município era evitado e “...era criticado quem apelasse para o juiz, o delegado, a polícia ou o prefeito, em vez de resolver o conflito no local”(DE BONI; COSTA, 2014).

A autonomia das comunidades e o conflito com o clero

Com a Proclamação da República (1889) e a separação entre Igreja e Estado, a Igreja Católica perde a proteção do estado, mas ganha autonomia para expandir sua presença religiosa na região de colonização italiana através da criação de novas paróquias. Isto é possível pela chegada de religiosos clérigos de diversas Congregações que buscam no Brasil um lugar seguro frente às perseguições na Europa.

Os padres jesuítas que haviam retornado ao Brasil em 1842, a partir de 1847 passam a assumir paróquias na região de colonização alemã⁶. Os Padres Palotinos, de origem alemã e suíça, chegam em 1886 e se estabelecem na região central do Estado para atender os imigrantes italianos de Silveira Martins, Vale Vêneto, Nova Palma, Nova Treviso e

⁶ Em 1849 os jesuítas assumem a paróquia de S. José do Hortêncio; em 1857, Dois Irmãos; em 1859 a de S. Leopoldo; em 1863, Santa Cruz; 1868, Ivoti; 1871, Montenegro; 1873, Estrela e Bom Princípio; 1874, 1876, Tupandi; S. Sebastião do Caí; 1880, Hamburgo Velho; 1881, Lajeado; 1883, Feliz (RUBERT, 1998, 263-279).

Ivorá. (RUBERT, 1998, p. 286-288). Capuchinhos e carlistas chegarão em 1896 estabelecendo-se ambas as congregações na região serrana. O mesmo farão os Camaldulenses em 1899 e os Passionistas em 1905. (ZAGONEL, 19975, p. 45).

Estes religiosos chegam marcados pelo espírito da romanização e, nele, da centralidade institucional do clérigo e de sua supremacia sobre os leigos. Instalados na serra e orientados pelo bispo de Porto Alegre, D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, eles se propõem a organizar a Igreja do Rio Grande do Sul dentro dos moldes tridentinos.

O choque com as lideranças leigas das capelas – professores, fabriqueiros, “padres leigos” e “chefes de travessão” – começa a acontecer por todos os lados. Mesmo que longo, o relato de Domingos Battistel (*apud* BATTISTEL, 1981, p. 38-40) expressa o modo como as lideranças das capelas sentiram e reagiram à presença dos padres:

Na Linha 6ª de Nova Prata, numa distância de quatro quilômetros, havia três igrejas. (...) Quando vieram os padres do Bassano [scalabrinianos] e viram três igrejas tão perto assim, exigiram que ficassem somente duas. Então os moradores da colônia nº 40 queriam que a igreja ficasse onde se encontra, hoje, o cemitério, e os que moravam perto do rio da Prata queriam que a igreja de Santo Antônio fosse a igreja oficial e ficasse onde eles a tinham construído. Fizeram uma briga danada; enfim, os padres benzeram a igreja de Santo Antônio da colônia nº 37 e a de nº 40, mas não abençoaram a igreja de Santo Antônio da colônia nº 44. Negaram-se a rezar missa lá. Então, os moradores da encosta do rio da Prata, obrigaram-se a concordar com os da capela da Saúde e resolveram construir a igreja no meio do caminho entre as duas primeiras igrejas. (...) Essa igreja foi construída pelo ano de 1900 (...) Santo Antônio foi colocado lá para satisfazer aqueles da encosta do rio da Prata, porque eles tinham grande devoção a Santo Antônio e aceitaram construir a igreja junto com os sócios da capela de Nossa Senhora da Saúde, desde que Santo Antônio tivesse um lugar no altar.

Para impor a sua vontade e determinar o lugar onde a capela será construída, o padre usa o seu poder de abençoar e rezar missa. Os colonos, diante do poder do padre, negociam para poder manter seus santos.

Em outros casos, no entanto, os colonos se negavam a reconhecer a autoridade do padre e apelavam ao bispo para manter a sua autonomia (DE BONI; COSTA, 2014) chegando, em casos extremos, até ao cisma com o pároco local. Diante do padre que quer tomar o lugar do “padre leigo”, a comunidade reage afirmando a liderança por eles instituída: “Não precisamos deste novo vigário (...); ele não precisa ser tão orgulhoso. Podemos nos confessar em outro lugar; e para a missa temos o nosso ‘padre da capela’”(D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 109).

Ilustrativo também é o acontecido na Paróquia Nossa Senhora do Rosário do Turvo (atual Protásio Alves), no ano de 1909. Pe. Antônio Serraglia assume a Paróquia e encontra-a em situação econômica calamitosa. Ante a iminente visita do bispo, não tem outra saída a não ser devolver à comunidade o direito de escolher seus fabriqueiros:

Sabendo estar próxima a visita de Mons. Pimenta, bispo coadjutor, o novo pároco fez o que pode com a pobre e abandonada paróquia, nomeou fabriqueiros paroquiais *com votação popular* (...) restaurou a igreja e a canônica e em 4 de março recebeu o ilustre prelado, o qual ficou muito contente com a população ao vê-la pronta a apoiar as obras da nova igreja paroquial, a qual, depois de quatro anos de assíduo trabalho estava coberta e em 5 de outubro de 1914 solenemente abençoada.” (BAREA, 192, p. 102. Grifo nosso.)

No dizer de Manfrói (1975, p 172), os sacerdotes, seculares ou religiosos que vieram ao Brasil marcados pelo espírito tridentino, não se deram conta da originalidade do processo eclesial forjado no contexto da imigração italiana e, consciente ou inconscientemente, com maior ou menor resistência, foram ocupando as funções das antigas lideranças que, pouco a pouco, foram sendo relegadas a um lugar subalterno na vida de fé dos colonos.

O processo de transformação da Igreja ganhou impulso com a nomeação de D. João Becker, em 1912, que, com força e decisão, implanta as reformas na Diocese de Porto Alegre⁷. O primeiro grande

⁷ Sobre a implantação do projeto romanizante por D. João Becker na diocese de Porto Alegre, ver: ISAIA, Arthur. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do*

revés do projeto autonômico das comunidades aconteceu por ocasião do Sínodo Arquidiocesano de 1919 quando, sob o comando de D. João Becker, os bispos sufragâneos de Porto Alegre procederam a uma intervenção nas escolas comunitárias. (RAMBO, 1988b, p. 232). Do ponto de vista pedagógico, currículos e conteúdos devem agora passar pelo crivo da cúria diocesana que zelará para que o ensino escolar siga as normas da igreja católica conforme o estabelecido no Concílio Plenário Latino Americano de 1899 e a Coletiva Pastoral de 1910. Do ponto de vista econômico, o patrimônio acumulado durante a longa trajetória das escolas comunitárias – prédios, terrenos, casas dos professores – passa a ser registrado e administrado pelas autoridades eclesiásticas.

Solucionado o desafio das escolas, será o projeto como um todo o que sofrerá intervenção no ano de 1927 através do “Regulamento das Capelas”. A autonomia e o caráter societário das capelas contrastavam com o modelo romanizante em implantação que previa o controle eclesiástico sobre todas as atividades religiosas e o predomínio da religião sobre as outras atividades.

O “regulamento das capelas”

O esforço para colocar as capelas sob controle das Paróquias ganhará sua expressão no Estatuto das Capelas proposto pelos Párocos da Comarca Eclesiástica de Bento Gonçalves e aprovado em 1927 por D. João Becker, bispo de Porto Alegre⁸. Dividido em três partes, o Regulamento trata, na primeira, das “Relações das capelas com a Venerável Cúria e com as Paróquias”; na segunda, do “Decoro e funções das capelas” e, na terceira, “Sobre os enfermos”.

Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

⁸ O Conselho da Comarca de Bento Gonçalves era composta pelo Vigário Forâneo e Pároco de Bento Gonçalves, Pe. Antônio Zattera, futuro bispo de Caxias do Sul; pelo Vigário de Garibaldi, Pe. Frei Antônio de Caxias; Vigário de Santa Tereza, Pe. José Ferlin; Vigário de São Lourenço de Vilas Boas (atual Coronel Pilar), Pe. Luiz Mascarello; Vigário de Faria Lemos, Pe. Girolamo Bortolotto; Vigário de Montebello, Pe. Luigi Guglieri.

O primeiro artigo da Iª Parte trata de deixar claro o objetivo do Regulamento: “As capelas dependem diretamente da Venerável Cúria Diocesana e da paróquia à qual pertencem.” Surgidas pela iniciativa autônoma dos imigrantes, passam agora as capelas à dependência da Cúria e de sua organização local, a paróquia. Em seguida, no parágrafo quatro, fica claro que não mais poderão ser criadas novas capelas sem a autorização vinda de cima: “Construções de capelas ou reformas importantes não podem ser feitas sem a licença da Venerável Cúria”.

As capelas passam a ser vistas como base econômica de sustentação da estrutura eclesial, seja pela manutenção da cúria como pela formação de novos padres e das obras diocesanas:

2º Como dependem da Venerável Cúria todas as capelas, na primeira quinzena de novembro devem renovar as suas provisões pagando 10 mil réis pela provisão da capela e 10 mil réis pela provisão dos fabriqueiros que devem ser reconhecidos pela Venerável Cúria.

3º O resultado destas taxas, como do 20% das esmolas que são recolhidas na Igreja Paroquial e nas capelas quando é celebrada a Missa, e as taxas das procissões, etc, são destinadas à manutenção do Seminário e a outras pias obras da Arquidiocese.

O objetivo não é mais suprir as necessidades espirituais, sociais e materiais dos membros da comunidade, mas sustentar a instituição eclesial.

Para garantir o controle sobre a economia da capela, o estatuto tem o cuidado de regulamentar a função dos fabriqueiros que deixam de ser eleitos livremente pela comunidade e passam ter que prestar contas, não mais à comunidade que os elegeu, mas ao pároco que pode, a qualquer momento e sem necessidade de dar explicações, intervir, demitir e nomear outros fabriqueiros diferentes dos eleitos pela comunidade:

5º As capelas dependem inteiramente da paróquia com a qual devem contribuir e ajudar nos seus trabalhos. Com esse objetivo haverá, em cada capela, *um conselheiro da paróquia nomeado anualmente pelo pároco.*

6º De nenhum modo os sócios das capelas podem nomear ou mudar os fabriqueiros *sem o consentimento da Venerável Cúria e do Pároco.*

7º Por sua própria iniciativa o *pároco pode*, sem necessidade de dar as razões, *mudar ou nomear um ou mais fabriqueiros*.

8º Os fabriqueiros não podem, *sem o consentimento do pároco*, emprestar dinheiro das capelas ou fazer despesas que ultrapassem os 50 mil réis.

9º Os fabriqueiros devem manter o livro caixa em ordem, *apresentando-o ao pároco* a cada ano para receber o “visto”, passando, *em seguida, o relatório ao sócios*.

10º Não será reconhecido pela Venerável Cúria o fabriqueiro que não preencha os seus deveres de cristão. (grifos nossos).

Os quatro primeiros artigos da IIª Parte do Regulamento tratam de como deve estar preparada a capela para a visita do padre. Os detalhes exigidos mostram, por um lado, a não consideração com a situação concreta vivida pelos colonos que tem que dedicar todas as suas forças para a sobrevivência em meio a um ambiente social, econômico e cultural extremamente difícil, quando não hostil. Os detalhes exigidos dão a entender que, mesmo visitando muito esporadicamente as capelas (uma, duas, no máximo três vezes ao ano), o padre deve ser visto como figura central da reunião da comunidade:

1º Por ordem do Mons. Arcebispo (Pastoral Coletiva) todas as capelas devem ter *paramentos próprios*; por isso, onde não os há, os fabriqueiros, *em acordo com o Pároco*, devem providenciá-los o mais pronto possível.

2º Para o altar onde é celebrada a Santa Missa que haja ao menos *uma toalha de linho que se dobrará em três* sobre a pedra sagrada.

3º Cada vez que o sacerdote visita uma capela deve encontrar *tudo na melhor ordem*; capela varrida, altar ornamentado, confessionário sem poeira, etc. *tudo isso deve ser feito antes da vinda do Padre*.

4º Na sacristia deve haver um *lavatório com sabonete e toalha de mão*. (Grifos nossos)

Sendo a presença do padre muito rara nas capelas, o Regimento trata de regulamentar as atividades religiosas da capela – catequese e orações – quando da ausência do padre:

5º Em todas as capelas nos dias de festa a doutrina cristã seja fielmente ensinada às crianças. O catequista tenha um registro de todos os alunos e anotar a sua frequência e *a apresentará ao pároco quando este for celebrar a Santa Missa*.

6º Recite-se sempre o Santo Rosário, do qual participem obrigatoriamente *aqueles que de modo algum possam ir à Santa Missa na paróquia*.

7º Somente nas capelas *distantes mais de duas horas da paróquia* é permitido fazer as funções pela manhã. Durante as referidas funções se pede aos donos de vendas e negócios de fechar as portas de suas casas. (Grifos nossos).

A oração do terço, as novenas e outras devoções trazidas pelos imigrantes da Itália e que, durante muitos anos, foram o sustentáculo da fé cristã e da vida em comunidade, dão lugar agora à Eucaristia que está sob o controle do Pároco. Aquelas só são legítimas quando a participação na missa é impossível. Como afirma Costa (1998, p. 193), “a celebração da missa, a confissão e participação na eucaristia é o centro do estatuto das capelas” o que gera uma dependência religiosa do povo em relação aos sacerdotes. Da mesma forma a Catequese, realizada antes espontaneamente pelas mães de família nas casas ou nas capelas (COSTA, 1988, p. 165) é colocada sob o controle do Pároco.

Na constatação de Manfrói (1975, p. 172), na medida em que a missa é vista como mais importante que as orações presididas pelo “padre leigo”, sua liderança é posta em cheque e ele passa a ser visto como um “simples sacristão”:

Seu prestígio como homem da paz e da conciliação foi superado por aquele do sacerdote que, pouco a pouco, pôs fim a essa autonomia religiosa das capelas, sem compreender, na maioria dos casos, que ele dispunha de uma força, cujo desaparecimento seria lamentado, mais tarde.

Além disso, ao pedir aos donos de negócios que, durante as funções religiosas, cessem suas atividades, manifesta-se a pretensão de exclusividade que não se restringe aos espaços comunitários, mas também aos privados e que não estão sob a dependência da capela.

Na sequência, três artigos tratam de regulamentar a associação das pessoas à comunidade:

8º Cada sócio é obrigado a depositar anualmente a contribuição estipulada pela sua capela. *Aquele que não pagar a referida taxa não será considerado sócio.*

9º Os fabriqueiros não poderão receber sócios das outras capelas *sem a licença do pároco*.

11º Sempre que queiram fazer uma reunião dos sócios nas capelas, devem *tratar primeiro com o pároco*. (grifos nossos).

O vínculo da pessoa com a comunidade não é o religioso, mas o econômico. Numa mentalidade de cristandade, o Regimento não se pergunta pela fé da pessoa ou por seu sentimento de pertença à igreja. Trabalha-se com o pressuposto de que todos são católicos e devem obedecer às leis da igreja entre as quais está a de contribuir economicamente para o sustento da mesma. O artigo nono trata da vinculação territorial. Em princípio, cada pessoa é membro da capela da linha ou travessão onde reside. Morar numa localidade e associar-se a uma capela de outra localidade, é algo que só o pároco pode autorizar. O artigo onze, ao suprimir o direito aos sócios de reunir-se, culmina a intervenção no processo autônomo das capelas.

A IIIª Parte, ao estabelecer como norma a presença do sacerdote com a Eucaristia para atender os enfermos e moribundos, coloca mais uma vez em cheque a liderança do “padre leigo” que, até então, vinha prestando esse serviço à comunidade:

Sempre que seja necessário um Sacerdote para um enfermo:

1º Mande-se uma pessoa buscá-lo. Esta pessoa seja de confiança e saiba dar as informações sobre o estado do enfermo: se fala bem, se pode engolir, que doença tem, se é surdo, etc.

2º Nas paróquias onde há o costume, não se esquecer da condução para o sacerdote.

3º Na casa e, se possível, no quarto do enfermo, prepare-se um pequeno altar decente para depositar o Santíssimo na chegada do Sacerdote. Sobre este pequeno altar coberto com toalha branca deve encontrar-se um crucifixo no centro e duas velas, um copo com água benta, um copo com água pura e um prato.

4º No canto da mesinha, haja uma bacia com água, toalha de mão e sabonete para lavar as mãos do Sacerdote.

5º O Sacerdote nunca irá sozinho, especialmente a cavalo com o Santíssimo. O acompanhante não fale se não for absolutamente necessário e não fume.

6º Ao chegar o Sacerdote com o Santíssimo, todos os presentes façam silêncio, tiram o chapéu e se ajoelham para adorar Jesus no Sacramento.

7º Durante o tempo em que o sacerdote confessa e administra o Santo Viático ao enfermo, todos os presentes, de joelhos, rezam por ele.

8º Que haja sempre uma pessoa que responda às orações e diga o “Confiteor Deo”.

9º Sempre que morrer alguém, o chefe de linha (*capofrazione*) avise o Pároco.

N.B. Qualquer um que encontre o Sacerdote levando o Senhor aos enfermos, saúde o Patrão do mundo colocando-se de joelhos ou, pelo menos, tirando o chapéu em reverência.

A normatização, nos mínimos detalhes, da presença do padre e da Eucaristia mostra a importância que estes dois elementos, próprios da nova espiritualidade e da eclesiologia em implantação, passam a adquirir. O número nove é a única referência ao “chefe de travessão” que é visto pelo Regulamento apenas como um portador de recados ao Pároco.

A avaliação feita por Batistel (1981, p. 9) nos parece a mais precisa para descrever o processo de des-empoderamento das lideranças leigas e a submissão das capelas aos interesses institucionais:

A capela passou a ser assumida e direcionada do lado do padre, enquanto havia nascido do lado das comunidades leigas. Nunca alguém se propôs, por exemplo, um estatuto de capelas a partir dos primeiros grupos de oração, do capitel do quadro sacro, do rosário, da doação de um terreno para a igreja, cemitério e campanário, dos primeiros sócios e líderes, mas a partir do padre, da celebração eucarística e da integração à paróquia e das contribuições do centésimo, dízimo, etc. Surgiram, sim, estatutos de capelas para garantir o lado da Igreja instituição, sem a preocupação na experiência primigênia, nascida da fé, como forma de quebrar o isolamento e vencer as dificuldades da vida.

As figuras de liderança – “padres leigos”, professores, fabriqueiros, chefes de travessão – forjadas pelos imigrantes italianos na tentativa de reproduzir na nova situação em que lhes coube viver e através dos quais buscavam reconstruir criativamente a realidade que haviam abandonado (MANFROI, 1975, 172-173) sobreviveram, ainda que com seu papel eclesial e social mitigado, em formas de liderança que ainda hoje podem ser encontradas nas regiões de colonização italiana.

A memória popular guardou estas figuras e aparece em relatos como o do agricultor Antônio Costa que, fazendo memória de sua infância nos anos 30 do séc. XX, em Veranópolis, assim se expressa:

Aos 12 anos fiz a primeira comunhão. À escola, fui até a ‘seleta’. Meus pais achavam que era suficiente saber ler, escrever e fazer as contas. (...) Quem mandava em casa era o pai e a mãe, e *na capela havia os fabriqueiros e o padre de capoeira, e na linha havia o ‘sotocoa’ para resolver os problemas entre as pessoas e famílias.*” (COSTA, 2007. Grifo nosso).

Para o ano de 1925, Barea (1925, p. 127) indica, com segurança, a existência de 950 capelas na zona colonial italiana. Posterior ao Regulamento e, na medida em que a colonização avançava para novos espaços – norte e noroeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – as capelas continuaram a multiplicar-se e continuam, até hoje, fazendo parte da paisagem religiosa das regiões habitadas pelos descendentes dos imigrantes italianos.

Reflexões conclusivas

As capelas na região de imigração italiana constituíram um processo eclesial muito particular dentro da história do catolicismo no Rio Grande do Sul e, sem temor de exagero, no Brasil como um todo.

Seguindo Manfrói (1975, p. 164), as capelas nascem e se estruturam como uma “igreja da comunidade” e, nesse sentido, não se enquadravam no sistema paroquial europeu devido, em primeiro lugar, à ausência de padres e, em segundo, à falta de uma estrutura centralizadora como a da paróquia e diocese. Mesmo sendo estas existentes na região, estavam tão longe que tanto não respondiam às necessidades dos imigrantes como não podiam controlar a vida religiosa destes. Por outro lado, também não eram estruturas religiosas típicas da sociedade portuguesa onde uma família era a “dona” da capela e tinha um padre a seu serviço.

Trata-se, para usar a expressão de Boff (2008), de uma verdadeira eclesiogênese. No vazio institucional, os imigrantes usam de sua memória religiosa e da criatividade para forjar estruturas e ministérios que, tendo

como centro a fé, respondam às necessidades que a vida nas novas circunstâncias em que são obrigados a viver, lhes exige.

Assim compreendidos, os conflitos que surgem entre lideranças leigas e padres e que levam à elaboração, por parte da autoridade eclesiástica, do Regulamento das Capelas, não é resultante de um desvio das funções da capela, mas de compreensões diferentes do que seja o papel da igreja na vida do cristão e na sociedade.

Para Costa (1988, p. 164-165, a tensão que surge entre as lideranças se dá pelo fato de que

a capela perdeu não somente sua autonomia sobre o salão, como também perdeu sua autoridade moral de condicionar os demais horários de atividades aos seus, porque os salões funcionam como bodegas ou quase armazéns de fins de semana e, mesmo nos horários de culto de preces comunitárias, tendem a estar abertos, porque não servem apenas à própria comunidade.

Mesmo sendo isso verdade, o fato indicado é apenas manifestação de uma tensão mais profunda entre o modo como os colonos pensavam sua vida comunitária e o modo como os párocos que propõem o Regulamento, imbuídos pelo espírito da romanização, a pensavam.

Para os colonos, a vida comunitária englobava, de forma indissociável, a expressão da fé nas orações comunitárias, a educação das crianças realizada na escola, a cooperação para as compras através da “bodega” comunitária e o espaço para a festa e a convivência social.

Diferentemente do que afirma Costa (1988, p. 165), em contradição com os dados por ele próprio apresentados e por nós acima comentados, as capelas não foram, nas primeiras décadas, “sociedades definidamente religiosas”. Nelas confluíam os interesses religiosos, educativos, econômicos e sociais dos migrantes e suas famílias. São comunidades abertas às necessidades de seus membros e a todos os que necessitem de seu auxílio, tanto espiritual como material. O fato de algum dos moradores da localidade não participar das atividades religiosas ou, em casos extremos, até contestar a religião, não o excluía da “capela” e das outras atividades comunitárias.

Se por um lado, não podemos extrapolar os contextos históricos, sociais e religiosos e afirmar, como o faz Romanato (2009, p. 30) que as

Comunidades Eclesiais de Base que surgem na segunda metade do séc. XX, “devem muito à organização religiosa das antigas comunidades dos emigrantes”, por outro, não podemos deixar de reconhecer que as duas experiências, cada uma a seu modo, tiveram que pagar o preço de ensaiar uma eclesiogênese onde o protagonismo leigo e a vida do povo fossem a preocupação central da igreja.

Referências

BAREA, Giuseppe. La vita spiritual en elle Colonie Italiane dello Stato. Em: *Cinquantenario dela colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. 1875-1925. Porto Alegre: Globo, 1925. P. 54-128.

BATTISTEL, Arlindo. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981.

BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: A reinvenção da igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. São Paulo: Paulus, Paulinas, CNBB, 2007.

_____. *Santo Domingo*. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-americano. São Paulo: Paulinas, 1992.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993

CNBB. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. A conversão pastoral da Paróquia. São Paulo: Paulinas, 2014.

CORREA, Marcelo Armellini. Dom Bartolomeu Tiecher: o primeiro pároco dos imigrantes italianos. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades – ANPUH – Mémória e narrativas nas religiões e nas religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR), v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br>>. Acesso em 23 dezembro 2013.

COSTA, Antônio. Romaigo prática de èssertalian. *Correio Riograndense*, Caxias do Sul, Ano 99, edição 5.035, 18 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.correioriograndense.com.br>>. Acesso em 21 março 2014.

COSTA, Rovílio. Do Religioso ao social: a Igreja nas colônias italianas. Em: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações Rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. Pp. 163-200.

D'APPRIEU, Robert. Noces de diamant de la Mission du Rio-Grande do Sul. I. *Route D'Assise*, Chambéry, FR. n° 02, février 1957, s.p.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.insieme.com.br>>. Acesso em: 21 março 2014.

HOORNAERT, Eduardo. História do cristianismo na América Latina e Caribe. São Paulo: Paulus, 1994.

ISAIA, Arthur. Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RABUSKE, Arthur. Os inícios da colônia italiana em escritos de jesuítas alemães. Porto Alegre, UCS/EST, 1978.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. Em: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações Rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. Pp. 147-162.

_____. D. João Becker, perfil de um bispo rio-grandense. Em: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações Rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. Pp. 226-240.

REGOLAMENTO delle cappelle della Comarca Ecclesiastica di Bento Gonçalves. Em: BATTISTEL, Arlindo. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre, EST, 1981, p. 11-14.

ROMANATO, Giampaolo. Parlavano “talian”, cambiar o no il Brasile. *Visione LatinoAmericane*, Triste, It. N. 1, p. 29-32, Luglio 2009.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Capuchinhos de Sabóia. Um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915). Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

CAPÍTULO III – PRODUÇÃO IMPRESSA

FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA E AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DE PASSO FUNDO (1927- 1957)

Eduardo Roberto Jordão Knack*

Considerações iniciais – o “pai da história”

As reflexões desenvolvidas no presente trabalho estão relacionadas à pesquisa em curso no doutorado em história intitulada *Passo Fundo e a construção da capital do planalto em 1957*, que o objetiva esclarecer como as relações entre a história, a memória e a visualidade urbana contribuem para a afirmação do imaginário da cidade como um centro regional, influenciando, inclusive, os rumos de políticas públicas, como a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano na década de 1950. No momento, objetiva-se refletir especialmente sobre a escrita e os usos da história em duas comemorações – no ano do centenário da fundação do povoado, em 1927, e no ano do centenário da emancipação política, em 1957. Nessas duas ocasiões, o historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira produziu e publicou obras em virtude dos aniversários municipais.

Assim, o principal objetivo em questão é analisar as relações entre história e memória presentes nas narrativas de Xavier e Oliveira identificando permanências e rupturas não apenas no estilo nos temas que corporificam sua escrita, mas no próprio regime de historicidade que organiza, articula e configura a explicação histórica do historiador. A partir das transformações ocorridas na escrita dessas obras, é possível, como será demonstrado, pensar nas transformações que ocorriam na

* Doutorando em História (Bolsista CAPES). PUCRS.

própria sociedade entre os dois aniversários e suas correspondentes comemorações. Antes de iniciar a leitura das obras, é importante fornecer algumas informações sobre os dados biográficos de Xavier e Oliveira. Importante membro do Partido Republicano Rio-Grandense, ocupou vários cargos e exerceu inúmeras funções, começando em 1899, quando assumiu o cargo de Promotor Público da Comarca. Organizou a representação de Passo Fundo na Exposição Estadual de 1900, de 1901 a 1905, foi Secretário da Intendência e, entre 1905 e 1909, foi Juiz Distrital municipal, de 1909 a 1912, ocupou o cargo de Vice-Intendente do município, sendo que em 1908 organizou a representação de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908 (de onde resulta uma de suas primeiras publicações sobre a história local).

Além de ter ocupado tais cargos e funções, também foi um dos fundadores do Hospital da Caridade em 1914 (em funcionamento ainda hoje, com o nome de Hospital da Cidade), foi encarregado de realizar recenseamentos, atuou como advogado do município em questões territoriais, publicou uma série de livros e artigos (a maioria sobre a história municipal, mas também poemas) em jornais locais e de outras cidades do Rio Grande do Sul. Segue sua própria percepção de seu papel no que tange à história local:

Primeiro explorador de tão vasto campo, não me era possível, por esta circunstância, produzir uma obra completa e sem erros, porque a história de um povo não é assumpto que se possa elucidar à primeira investida, sem o concurso de outros obreiros e as ponderações judiciosas da crítica sensata, que é, especialmente, quem profere o *verdictum* definitivo sobre a matéria. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990, p.9).

Como o primeiro “explorador” da história passo-fundense, assumindo possíveis erros e falhas, o historiador conta com a crítica de seus conterrâneos no futuro para o aprimoramento de seus escritos. Em 1957, na publicação *Passo Fundo Centenário: guia turístico, literário e comercial*, estabelece a seguinte comparação: “estamos certos de não cometer despautério ao laborarmos o seguinte silogismo: Heródoto está para a História Antiga assim como Francisco Antonino Xavier e Oliveira está para a história de Passo Fundo.” (OLIVEIRA, 1957, p. 11). Entre a década de 1920 e a de 1950, sua posição como o primeiro historiador da

cidade, ou, como era referido por seus contemporâneos, o “pai da história” de Passo Fundo, não foi alterada. Não apenas pela importância e consideração dos seus pares (políticos e elites letradas), mas também pelo seu papel como um sujeito ativo no cenário político da região. O livro de atas da comissão organizadora das comemorações do primeiro centenário (também chamado de Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário de Passo Fundo) contém os seguintes comentários a respeito de Xavier e Oliveira:

Esse trabalho imenso de coletar dados, classifica-los, dissecá-los à luz de honesta e, por isso, dolorosa crítica, quando se leva em consideração fatos que falam ao sentimento do historiador, anos após anos; esse trabalho de ordenação, seleção, elaboração e divulgação esteve, até aqui, a cargo de um único homem, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, venerado cidadão, que dedicou toda sua longa e prestimosa vida ao estudo de nosso passado, publicando obras históricas preciosas, que lembram o esforço de uma verdadeira equipe, trazendo ao conhecimento público dados valiosos e abundantes sobre a vida de Passo Fundo desde o início do seu povoamento, por bandeirantes paulistas, até os primeiros decênios do século atual, razão pela qual podemos, com justificação, considerá-lo “pai da história Passofundense.” (LIVRO DE ATAS, 1954, p.2)

Durante as comemorações de 1957, com 81 anos de idade, publica, a pedido da prefeitura municipal, quatro livretos sobre a história de Passo Fundo, mas seu papel nesse momento não é limitado a uma produção intelectual, sua própria personalidade é considerada um exemplo de passo-fundense. Essas quatro publicações não foram, na realidade, escritas na década de 1950, foram sim selecionadas pelo autor e pela comissão organizadora responsável pelas festividades naquele ano. Existiam diferentes comissões para tratar dos festejos e atividades a serem realizadas durante as comemorações do centenário. A principal comissão pró-festejos

era assim constituída: Prefeito Wolmar Antonio Salton, presidente; Dionísio Lângaro, representando a Associação Comercial; Vitório Dinardo, representando a Associação Rural; Dr. Reyssoli José dos Santos, representando o Ensino Superior; Irmão Gelásio Maria, representando o Ensino Secundário; Armando Lima, representando os sindicatos; Capitão Geraldo Majela Monteiro Bernardes,

representando o 1/20º R.C; Carlos de Danilo Quadros, representando os jornalistas e General Geisel, representando a Cooperativa dos Triticultores de Passo Fundo. (DAMIAN, 2009).

Estas informações também estão presentes em Oliveira (1957, p.17), onde consta uma página com informações sobre os festejos. Como existiam diferentes comissões, todas com participação ativa do poder executivo, na figura do prefeito Wolmar Salton, do PTB, com diferentes integrantes, que transitavam entre uma ou outra comissão, é difícil averiguar aqueles que participavam de forma mais ativa. Mas é possível identificar uma relação intrínseca na organização das festividades entre uma elite política e uma elite letrada, esta última tendo como agente principal Jorge Cafruni, historiador, escritor, jornalista, presidente do Instituto Histórico na ocasião e redator do jornal *O Nacional*, que apoiava o governo municipal. Também é importante citar Berecil Garay, escritor e jornalista, que participa da organização e redação do *Guia Ilustrado*, Gomercindo dos Reis, advogado e escritor, que publica duas obras em homenagem ao centenário, entre outros que aparecem nas atas do Instituto e na imprensa. Estes grupos estiveram presentes colaborando, organizando e/ou divulgando as diferentes atividades realizadas em 1957.

Xavier e Oliveira era “venerado” pelos grupos ligados à elite política e letrada. Os primeiros aproveitavam a ocasião para inserir o município nas transformações que ocorriam no país, tendo como principal tópico em seus discursos o apelo à urbanização, industrialização e estímulo à agricultura (produção tritícola, em particular) como elementos indispensáveis para o desenvolvimento econômico. Aproveitavam do historiador homenageado sua trajetória como político que batalhou pelo progresso local, bem como pelo conteúdo de suas obras históricas, que, embora embebidas em um saudosismo de tempos passados (dissonando do discurso desenvolvimentista, que tinha o futuro como regulador de suas ações), não significavam um rompimento com seus projetos, pelo contrário, assinalavam certa continuidade. Os grupos vinculados às elites letradas, que o consideravam o “pai da história”, o admiravam enquanto intelectual, pelas suas contribuições para o conhecimento da história da região, promovendo uma homenagem a seu nome e batalhando pela publicação e divulgação de suas obras no centenário.

Quadro teórico e metodológico

Uma importante noção para o presente trabalho é a definição de “operação historiográfica” de Certeau (2011, p.47) como “combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”, que orienta a análise do fazer (uma prática) e da escrita da história. No entanto, como Hartog (2003, p.22) adverte, busca-se realizar uma história da história que não seja “enfadonha”, mas reflexiva, observando aspectos internos e externos dessa operação, uma “abordagem atenta dos conceitos e contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações (...)”. Em relação ao aspecto externo da produção historiográfica de Xavier e Oliveira, especialmente de sua obra *Terra dos Pinheiraes*, de 1927, é necessário ressaltar que não havia procedimentos, práticas definidas vinculadas a instituições ou mesmo agremiações de pesquisa que poderiam influenciar ou estabelecer critérios de legitimação para seu trabalho. Seu reconhecimento como historiador da cidade reside em ter sido um dos primeiros a escrever sobre o passado, bem como em sua atuação política marcante para a região. Suas concepções políticas estão presentes em sua escrita, o que implica uma influência do seu partido, o PRR. Porém, esse não constitui um fator determinante para o estabelecimento de critérios legitimadores. Embora seu valor não deva ser menosprezado, também não deve ser tratado como a causa de sua produção. A instituição é:

(...) um mesmo movimento que organiza a sociedade e as “ideias” que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica etc.) que constituem, entre eles, funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Dessa maneira, os sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem identificar nem se hierarquizar. (CERTEAU, 2011, p.53).

Nesse sentido, o lugar de produção está relacionado ao fazer e à escrita da história. Essa definição vai ao encontro da noção de “regimes de historicidade”, de Hartog (1996; 2013). Os regimes estão presentes na sociedade, não apenas nos lugares de produção, nas instituições de saber, eles configuram a compreensão dos sujeitos de como as categorias temporais (passado, presente, futuro) se articulam em determinada conjuntura histórica. As elites letradas e seus eruditos, vinculados a certas

instituições (sejam elas políticas e/ou de saber), interpretam, organizam e expressam essa configuração temporal presente naquele momento em particular. Ao escrever uma narrativa histórica, que só se desenvolve a partir de uma certa organização das categorias temporais (um regime de historicidade), que possui uma intencionalidade, que carrega uma explicação sobre a história, o historiador legitima uma visão relacionada a uma instituição, que por sua vez está inserida no contexto histórico, articulada às transformações sociais, políticas e econômicas. Por isso não é possível “hierarquizar” as relações entre instituição, prática, escrita e sociedade, pois todos estão submergidos nos regimes de historicidade. O que se busca perceber com essa noção são as “maneiras de ser no tempo” dos sujeitos e grupos sociais:

Regime de historicidade, escrevíamos então, podia ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana. (HARTOG, 2013, p.28).

Para esclarecer os aspectos internos da produção das obras de Xavier e Oliveira, essa noção é imprescindível. Na “acepção restrita”, a noção diz respeito especialmente àqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2003, p.525). Além dos historiadores, é possível ampliar o leque e incluir todos os sujeitos que se dedicam a “tratar” do passado, não só escrever sobre ele. Tais sujeitos são os guardiões da memória de uma comunidade e estão envolvidos nos arquivos, bibliotecas e museus, entre outros espaços destinados à guarda, conservação e divulgação de vestígios do passado. Esses indivíduos (vinculados a determinadas instituições e lugares de produção) participam dos processos de seleção daquilo que sobrevive às transformações que ocorrem na sociedade. São esses grupos que elaboram as formulações eruditas da “experiência do tempo”, que, “em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo.” (HARTOG, 1996, p.129). Na acepção ampla, reside a maneira como nos situamos frente ao tempo, às “modalidades de consciência de si” de uma comunidade no e sobre tempo. Nesse sentido, está além das fronteiras de um circuito historiográfico erudito. As formulações eruditas podem influenciar decisivamente como uma sociedade se posiciona e pensa a

inelutável passagem do tempo, ao passo que as mudanças políticas e socioeconômicas influenciam as instituições, os lugares de produção.

Dessa forma, busca-se explicitar o regime de historicidade que organiza a narrativa de Xavier e Oliveira. Para esse objetivo, são importantes as considerações de Ricoeur (1994) sobre as duas dimensões (episódica e configurante) de uma narrativa. A dimensão episódica é a representação linear de acontecimentos em sucessão e coincide com a noção de tempo crônico de Benveniste (2006, p.71), “que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos”. Esse tempo crônico resulta de uma obsessiva busca de objetivação temporal, de onde resulta a necessidade de calendários, linhas do tempo, entre outras tentativas de controle e organização dos acontecimentos que marcam a vida dos indivíduos. A partir dessa dimensão percebemos a passagem do tempo como uma sucessão de acontecimentos que envolvem sujeitos e lugares. Essa relação do tempo crônico com os acontecimentos, sujeitos e lugares está associada com a própria memória de uma comunidade. Para Monteiro (2006, p.28), esses elementos são articuladores essenciais da memória:

A memória articula-se através de espaços e tempos privilegiados, sobre os quais a “luz” incide com maior intensidade sobre certos sujeitos (nomes), tempos (datas) e lugares (espaços), enquanto outros permanecem na penumbra, numa gaveta mantida cuidadosamente fechada para que de lá não aflorem contradições, incertezas e instabilidade.

As formulações dos historiadores, marcadas por um determinado regime de historicidade, conferem intensidade à “luz” que incide sobre os sujeitos, acontecimentos e lugares selecionados como parte da memória e da história de uma cidade. São esses os elementos citados por Pollak (1992) na constituição da memória (individual e coletiva). Mas essas características não são restritas à memória. As comemorações marcam um momento onde história e memória diminuem suas diferenças (o que não significa reduzir uma a outra). Nos trabalhos de Xavier e Oliveira, nas duas comemorações, essa relação torna-se explícita. A seleção de sujeitos, acontecimentos e lugares também marca a dimensão crônica de uma narrativa histórica. A dimensão configurante é a compreensão do sentido geral de uma narrativa, sua intencionalidade explicativa que

reside na própria articulação e organização das categorias temporais, que orienta a seleção dos personagens, das datas e dos lugares que devem entrar para as páginas da história de uma sociedade.

Ao “extrair uma configuração de uma sucessão” (RICOEUR, 1994, p.104), estamos selecionando experiências que se tornaram significativas, que devem ser lembradas em função do presente pensando no futuro. Nenhuma narrativa, nenhuma obra de história é escrita para não ser lida. Essa é sua primeira e primordial relação com o futuro. Mas, dependendo do regime de historicidade de um contexto histórico, as relações entre passado, presente e futuro podem se alterar – em determinados momentos o passado pode ser considerado glorioso, impossível de ser comparado ao presente, em outros, pode ser considerado insignificante, sinônimo de atraso para o presente, e o futuro aparece como principal categoria temporal. Essa mudança altera a configuração de uma narrativa.

Outra característica indispensável para a compreensão do regime de historicidade presente nos livros de Xavier e Oliveira é a incorporação no relato histórico de elementos das narrativas ficcionais para a sua configuração e refiguração (tanto em sua elaboração como no momento em que o texto e o leitor se encontram a partir da leitura). De acordo com Ricoeur (1997, p.177), “desses intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o que chamamos de tempo humano, e que não é senão o tempo narrado”. As narrativas históricas estabelecem seus vínculos com o passado a partir de determinados conectores, como calendários, tornando possível a “reinscrição no tempo do calendário” de todos os acontecimentos marcantes para indivíduos ou coletividades, bem como a ideia de “gerações”, que possibilita “a cada um situar a sua própria temporalidade na sequência das gerações, com o auxílio mais ou menos obrigatório do tempo do calendário”, e o fenômeno do “rastro”, os vestígios que produzem referências sobre a passagem do tempo, o que aponta o “caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico”. (RICOEUR, 1997, p.318-320).

Ao conferir uma espécie de legitimidade à escrita da história (a diferenciando da ficção), esses conectores conferem uma legitimidade à narrativa, caracterizam sua capacidade de representância (RICOEUR,

1997, p.320) do passado, mas a imaginação continua sendo vital para a compreensão dessa relação entre os conectores e o passado. Os documentos, articulados na narrativa, permitem imaginar o passado. A partir da noção de ficcionalização da história é possível mostrar como “o imaginário se incorpora à consideração do ter-sido, sem com isso enfraquecer seu intento realista”. (RICOEUR, 1997, p.317). Mas a imaginação não se limita à consideração do “foi assim”. Ela está presente na própria escrita, especialmente dentro de um universo comemorativo, que envolve um alto nível de afetividade nos envolvidos, assim, a narrativa histórica “nas suas enunciações mais afectivas” traz à tona um, “diálogo entre o presente e o passado” que “quase anula o distanciamento entre o sujeito e objeto e constitui, mais do que uma prática frívola e egóide, um acto cordial e comunitário” (CATROGA, 2009, p.22), destinado a recordar e comemorar traços considerados comuns de uma sociedade. Esse “rememorar” que marca a escrita da história nas comemorações não pode ser interpretado apenas como um ufanismo leviano por parte do historiador. Toda a história nesses momentos é marcada pelo uso de uma linguagem lírica, poética¹, que revela a ação da imaginação na narrativa, onde pulsa o regime de historicidade do contexto.

Considerações finais – Xavier e Oliveira entre dois regimes de historicidade

Na obra *Terra dos Pinheiraes*, escrita em 1927, a escrita é carregada por um saudosismo, por uma nostalgia pelos tempos primordiais da cidade. Um dos principais objetivos dessa publicação é justamente esclarecer as origens do povoado, uma vez que é destinada a comemorar a fundação da cidade. A obra inicia com uma *Oração filial a Passo Fundo*, em seguida apresenta um texto inicial, *Passo Fundo Antigo Conferencia historico litteraria*, depois outro chamado *Arvores*

¹ Para Hartog (2011, p.181), “o que justifica o desvio pela poética é, antes de mais nada, levar em consideração o leitor”. Mais do que um adorno, um ornamento no texto, a linguagem lírica, o recurso a metáforas, aproxima o leitor da compreensão da configuração, do sentido almejado pelo historiador.

historicas, que abre a escrita sobre alguns sujeitos que marcaram a ocupação da região do município, contém ainda outro excerto sobre o *Povoamento de Passo Fundo*, e outros dois intitulados *A margem das “memorias” de José Garibaldi* e *Memorias de um Umbú*. De uma forma geral, *Terra dos Pinheiraes* apresenta os personagens, os acontecimentos e lugares, que são organizados em uma narrativa que está submersa em um regime de historicidade que prioriza o passado como principal referência para organização das categorias temporais. O autor utiliza uma linguagem lírica, onde a imaginação, entendida como “a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela percepção” (BACHELARD, 2001, p.1), (de)formam algumas imagens poéticas que se tornam recorrentes em seus trabalhos posteriores. “Sem dúvida, em sua vida prodigiosa, o imaginário cria imagens, mas apresenta-se sempre como algo além de suas imagens, é sempre um pouco mais que suas imagens. O poema é essencialmente *uma aspiração a imagens novas*.” (BACHELARD, 2001, p.2).

A imaginação, associada ao imaginário, produz imagens que nos levam além delas mesmas. Ou seja, essas imagens, ao aparecerem na escrita histórica, constituem uma ficcionalização da história, mas não são simples ornamentos da narrativa, elas conectam o texto ao imaginário, apelam à imaginação do leitor para a compreensão de algo que não pode ser compreendido apenas com a leitura, ao evocar a faculdade de “deformar imagens”, vão além, revelam a própria noção de historicidade do historiador. *A Oração filial a Passo Fundo* inicia com uma dessas imagens:

Terra de meu berço! Eu te amo na simplicidade dos teus dias primitivos, porque foi ahi que tua gente, campeando na vastidão estancias solitárias, ou morejando nos cerrados heruaes, em luta com o selvícola traíçoeiro e feroz, adquiriu ou desenvolveu as nobres qualidades que deveriam exalça-la depois, através dos feitos impressionantes dos seus grandes expoentes, legando ao futuro esse patrimonio robusto que é a tua historia. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.3).

Esse trecho deixa clara a seleção de pelo menos um personagem. O indígena é considerado o entrave e obstáculo a ser vencido. Tal seleção está imersa em uma compreensão temporal que prioriza o passado, o amor à simplicidade dos dias primitivos, quando os primeiros moradores

“civilizados” realizaram nobres feitos. O presente praticamente não é mencionado. Importa prestar devida homenagem ao passado para se tornar um exemplo para as gerações futuras. Esta breve oração realiza a associação da terra com o berço dos seus habitantes, com sua casa². Especialmente para Xavier e Oliveira, que tem como principal fonte (como vestígio – conector com o passado) para sua narrativa relatos de antigos moradores, incluindo seu avô, Francisco Xavier de Castro. Daí a concepção de que “Passo Fundo deve ser para nós o altar quotidiano do culto sagrado da Pátria.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.9). O município, a terra como berço dos seus habitantes é a materialização do espírito cívico, pois está “ao alcance mais imediato de nossa visualidade cívica.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.9).

Outra imagem fundamental para o historiador é a associação da árvore como guardiã da história – “solitários umbús desterrados em cimos alterosos, lembrando vigias que ahi fossem postadas para montar guarda aos arredores.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.7). O próprio capítulo *Árvores históricas*, destinado a rememorar o estabelecimento de uma das primeiras fazendas na região de Passo Fundo, inicia com a descrição de “um grupo de arvores cuja disposição faz supôr que sejam sobreviventes de moradia que o tempo extinguisse e de longa data.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.11) As árvores contemplam a história, tal qual o historiador. Elas carregam em suas entranhas o passado dos “dias primitivos” e podem assumir o papel de narrador dentro do texto, como demonstra o capítulo *Memórias de um Umbú*, onde o “velho umbu”, indagado pelo autor, conta sua história: “Nasci ao sol dos primeiros dias da historia de Passo Fundo, no tempo em que uns homens de rijo aspecto e não menos sólido character, começaram a chegar nestes campos e a plantar neles seu domínio.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.28). Depois de narrar inúmeros acontecimentos e sujeitos que contemplou, a árvore encerra suas rememorações no presente, onde diz “a

² Bachelard (1990, p.92) entende a “casa onírica” como uma imagem que “na lembrança e nos sonhos” desperta uma força de proteção. O “ato de habitar” está associado ao ato de se “enraizar”. Refere-se aos sentimentos de pertencimento a um lugar, bem como ao seu passado, pois as raízes de uma árvore são profundas, buscam as entranhas da terra e não aparecem com um simples olhar.

partir desse dia, nada mais vi que me impressionasse” (XAVIER E OLIVERA, 1927, p.30). Árvore, terra, berço e pátria se relacionam mutuamente e partilham de uma mesma imagem – o enraizamento profundo (passado, subterrâneo, interno) com o município. Para Bachelard (1990, p.226), a palavra raiz “fará o sonhador descer a seu passado mais profundo, ao inconsciente mais remoto, além mesmo de tudo aquilo que foi sua pessoa.” A imagem da raiz nos vincula a um lugar, à terra, como seus filhos. A árvore resulta dessas raízes, conduz seus filhos para cima, para o aéreo, para a pátria.

Catroga (2007, p.13) associa a palavra pátria a um conjunto de sentimentos quentes, com uma função protetora, que “insinua a presença memorial do ‘pai’ – a ‘terra dos pais’ –, a linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a exprime e metaforiza-a como um corpo moral, mítico e místico”, associando a palavra também com a matéria, como mãe. Enfim, trata-se de um sentimento de pertença, protetor, associado ao habitar a casa, as raízes. As árvores nas obras de Xavier e Oliveira desencadeiam esse conjunto de imagens intimamente associadas ao passado, ao patrimônio da comunidade. Essas imagens carregam uma potência configuradora para a narrativa, orientam a sucessão e seleção de acontecimentos, personagens lugares da história de Passo Fundo e deixam transparecer o regime de historicidade que marcava sua escrita. O peso do passado, como já mencionado, é a marca dessa percepção temporal. Mas em *Terra dos Pinheiraes*, esse passado confunde-se com os primórdios da história, despertando no historiador a saudade de um tempo não vivido – “a raiz é um eixo de profundidade. Ela nos remete a um passado longínquo, ao passado de nossa raça.” (BACHELARD, 1990, p.230).

Esse conjunto de imagens é recorrente nos trabalhos de Xavier e Oliveira. Nas publicações em homenagem ao centenário da emancipação em 1957, o saudosismo como característica principal do regime de historicidade permanece nos seus trabalhos. Porém, as transformações pelas quais a cidade passou nessas décadas causaram impacto profundo no historiador. Sua saudade, sua nostalgia não se refere mais a um passado imemorial, primordial, mas sim a suas próprias experiências como munícipe, filho da terra. Em *O município de Passo Fundo através do tempo*, livreto organizado em três capítulos – *O território*; *A*

população e Organização política, a imagem da raiz, da casa e do habitar abre sua narrativa:

Recanto pátrio que nos deste o berço ou a morada, ambos capazes de gerar, nutrir e aprimorar, sublimizando-o até, o amor que mereces; terra fecunda que nos proporciona o pão e o espaço para a vida; panorama formoso que, para sempre gravado em nossa alma, lhe serve de pólo magnético, e, ao longe, a balsamiza na hora da saudade. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957b, p.2).

A obra *Rememorações de nosso passado*, organizada em seis capítulos (Passo Fundo na Abolição; A República em Passo Fundo; Passo Fundo em 1888; Serviço Judiciário; A Colonização do Município e O Trigo em Passo Fundo) mostra um deslocamento nesse olhar de Xavier e Oliveira. A pátria continua associada ao local, à terra, mas o desenvolvimentismo, a urbanização e o crescimento populacional trouxeram lembranças de experiências vividas em uma outra cidade, mais simples, mais próxima daquele tempo das origens de Terra dos Pinheiraes. O capítulo Passo Fundo em 1888 é um exemplar dessa mudança. Descrevendo a configuração urbana no final do século XIX com base, principalmente, em suas próprias memórias, Xavier e Oliveira começa a narrar as diferenças entre o presente (esse texto tem como data final o ano de 1936, embora sua primeira publicação date de 1949) e 1888. Ele fala da falta de iluminação pública, do cuidado necessário ao circular à noite, em virtude das ruas serem “em solo primitivo” e do gado circular solto, o que deixava certas noites quase místicas, pois se ouvia “o berrar solene dos touros que vinha de tais campos e a percorriam dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.31). O historiador também cita a falta de hotéis, que eram desnecessários pelos poucos visitantes (quadro que se altera em 1898, com a instalação da estrada de ferro no município) que, quando vinham, se hospedavam nas casas dos moradores:

Era isso a continuação de tradicional costume da campanha, onde, nas moradas, não deixava de haver o quarto de hóspedes, sempre recebidos e tratados com cavalheirismo, embora o morador não fosse rico. Era esta, ao tempo, uma das faces mais belas dos costumes rurais do Município. (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.31).

Finalizando o capítulo, Xavier e Oliveira afirma que a Passo Fundo de hoje era bem diferente da de 1888. “Descrevendo-o, talvez minha memória claudicasse nalgum ponto”, o que atesta a importância das rememorações do próprio autor para a descrição dos lugares da cidade. Ao assumir sua memória, o autor adverte que se ela falhou em algum momento, será tarefa dos contemporâneos corrigir suas falhas, isso “será serviço prestado à história da terra, que deve ter o nosso culto porque nela é que estão as nossas origens, talhadas pelas gerações que no seu espaço mergulharam no sono misterioso da morte.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1957a, p.36). Embora a imagem da terra como berço da pátria, como raiz, permaneça marcante em seus trabalhos, sua nostalgia está marcada pelas suas observações nas mudanças ocorridas na sua casa (a terra). A inclusão da noção de geração e sua associação com o “sono misterioso da morte” mostra a percepção de que as mudanças não foram apenas nos costumes e no cenário urbano, mas nos grupos sociais dos quais faz parte.

Esse regime de historicidade, ainda priorizando o passado em virtude do presente, se desencontra da percepção temporal desenvolvimentista que caracteriza o final da década de 1950. Os discursos políticos locais alinham-se aos nacionais, buscam a aceleração, o crescimento e o desenvolvimento. O futuro é o elemento organizador das narrativas desenvolvimentistas. Porém, a legitimidade de Xavier e Oliveira como “pai da história” e pela sua atuação política o torna um exemplo de munícipe. Isso somado ao próprio contexto da comemoração municipal, onde o valor cívico dos seus habitantes deveria ser ressaltado. Embora seja possível pensar em regimes de historicidades que se sobressaem a outros em determinada conjuntura, vivemos com diferentes temporalidades se encontrando ou desencontrando. Nas comemorações do centenário da emancipação de Passo Fundo, essas duas temporalidades podem ser identificadas – o saudosismo nostálgico de Xavier e Oliveira e a aceleração do desenvolvimentismo. Porém, suas imagens permanecem influenciando o imaginário que envolve a cidade, como a publicação *O Guia Ilustrado* de 1957 indica. Nas suas páginas iniciais sobre a história municipal aparece a seguinte passagem como epígrafe:

Ai Passo Fundo, terra dos pinheirais!
Os pinheirais foram embora
fizeram-se casas os pinheirais

mas Passo Fundo ficou.
Suas raízes cresceram
cresceram tão viçosamente
em nossos corações
que agora nos sentimos ufanos
como Passo Fundo.
- Que vontade arruaceira
de gaúchos exclamarmos
como os cavaleiros do irmão México
Aiii Passo Fundo!!
(OLIVEIRA, 1957, p.9)

Esta relação com as árvores que, mesmo desaparecendo da paisagem, deixaram raízes (transformaram-se em casas) que cresceram nos corações dos munícipes está intimamente relacionada com a imagem literária (ficcional) da árvore e da raiz (que se assemelham à grande casa, o município, o altar da pátria) presentes nas obras de Xavier e Oliveira desde 1927, permanecendo em seus trabalhos até as comemorações de 1957. Por trás dessa imagem, existe um regime de historicidade particular (saudosista, nostálgico). Usar referências às imagens marcantes das narrativas do “pai da história”, não significa necessariamente um alinhamento com esse regime. Essa publicação traz a marca de outras temporalidades também (em particular do desenvolvimentismo, especialmente nos discursos do prefeito e no álbum de fotografias, onde as paisagens priorizadas destacam a verticização, a urbanização e o desenvolvimento industrial), mas atesta a importância e o alcance do olhar de Xavier e Oliveira na história passo-fundense na década de 1950.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso*: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *O ar e os sonhos*: ensaio sobre a imaginação do movimento. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 2ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2006.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. In: *VII Jornada Setecentista, CEDOPE*. Curitiba, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DAMIAN, Marcos Antonio. Primeiro Centenário de Passo Fundo. In: <www.projetopassofundo.com.br>. (Acessado em 07/09/2014, às 23:51), 2009.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. In: *História Social*. Campinas, nº3, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIVRO DE ATAS DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS PRÓ-CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO. (Localizado no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo), 1954.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo Centenário: guia turístico, literário e comercial*. Passo Fundo: Oficinas Gráficas do Instituto Social P. Berthier, 1957.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.

_____. *Tempo e narrativa* (tomo 3). Campinas: Papirus, 1997.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do município de Passo Fundo Aspecto Geográfico*. v. I. Passo Fundo: UPF, 1990.

_____. *O Município de Passo Fundo Através do Tempo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957b.

_____. *Rememorações do nosso passado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957a.

_____. *Terra dos Pinheiraes*. Passo Fundo: Livraria Nacional, 1927.

AS IMPRESSÕES DA LEI ADOLFO GORDO NO JORNAL A LUTA DE PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Eduardo da Silva Soares*

Glaucia Vieira Ramos Konrad**

Introdução

Esta reflexão tem a preocupação em estudar o impacto da lei de expulsão de estrangeiros decretada em 1907 entre os libertários porto-alegrenses. Deste modo, procura-se investigar os caracteres dos textos tanto quanto as ações das lideranças anarquistas ligadas ao periódico *A Luta*¹ como forma de resistência e luta contra a lei Adolfo Gordo². O estudo no periódico segue a ponderação da “importância da imprensa na batalha travada pelo movimento operário em defesa das vítimas da repressão”³ (GERALDO, 2012, p. 61).

* Mestrando em História UFSM e bolsista CAPES.

** Professora do PPGH da UFSM.

¹ Este jornal é redigido, administrado e organizado por libertários que vivem em Porto Alegre. A sua publicação inicia em 1906 e as nossas fontes terminam em 1911.

² Quem assina é Affonso Augusto Moreira Penna, então Presidente da República desde 1906. O Decreto é a lei 1.641 de 7 de janeiro de 1907, a qual aqui é referenciada de duas maneiras: lei Adolfo Gordo ou lei de expulsão. Utilizou-se a grafia de Adolfo ao contrário de Adolpho, porém, referências são encontradas com os dois nomes, sendo que nas referências dos documentos, a grafia utilizada é “Adolpho”. Neste sentido, esta lei ficou conhecida como “lei Adolpho Gordo” por causa de um deputado paulista que a apresentou na Câmara.

³ Neste sentido, soma-se ainda a voz de Silvia Petersen (2001) que defende a utilização deste documento, e de outros mais que estejam ligados aos sindicatos e

Pode-se dizer que, no Brasil, quanto ao que tange os imigrantes europeus que chegam para trabalhar no cenário urbano, Porto Alegre não é a “cidade alvo”. A cidade de São Paulo é a que têm nas suas ruas o maior número de pessoas oriundas de outras nacionalidades que qualquer outra cidade brasileira, nos primeiros anos do século XX. E com isso, em relação à Porto Alegre, há alguns trabalhos que investigam as expulsões de estrangeiros, o movimento operário e a vida dos trabalhadores desta cidade. Porém, apesar de haver uma vasta produção em relação ao mundos do trabalho da capital sul-rio-grandense, com pesquisas biográficas, tal qual a de Benito Schimidt (2002), outras vinculadas à dominação do capital e a disciplina do trabalho, tal qual a obra de Sandra Pesavento (1988). E sem esquecer as pesquisas de Isabel Bilhão (1999; 2008) sobre as rivalidades e solidariedades no movimento operário, quanto também à preocupação com a identidade dos operários relacionada ao trabalho. Enfim, seria necessário um outro trabalho em separado desta para dar conta da vasta produção bibliográfica preocupada com os trabalhadores sul-rio-grandenses. Apesar de toda esta produção, há ainda, uma lacuna enquanto a problemática da relação da referida lei com os trabalhadores, seja em levantamentos quantitativos de expulsos, quanto às condições socioeconômicas e os mecanismos de resistência e solidariedade destes, e para com estes.

Sobre a lei de expulsão em si, têm-se a compreensão de que algumas vezes o Estado executa a expulsão, em outras palavras, deporta alguns trabalhadores antes mesmo da existência deste decreto. Quanto também, em outros momentos não realiza todos os procedimentos que a lei promulga. Aqui, a lei é um marco que parece regular algo que já existia, e serve também como um mecanismo que legitima o aparato legal institucionalizado a realizar tais expulsões. Portanto, têm-se a compreensão de que:

Entre 1907 e 1930 centenas de estrangeiros foram expulsos do território nacional. A prática da expulsão deixou de se caracterizar pela excepcionalidade para assumir a conotação de fato cotidiana, destinado a assegurar a ordem pública e a segurança nacional

organizações dos operários. Com isso, coloca-se que o jornal é uma produção de lideranças operárias tendo como público alvo, os próprios operários.

através da estratégia de combate aos indesejáveis. Tornou-se, nesta dimensão, uma solução cirúrgica destinada a garantir a saúde social, ameaçada por agentes patológicos que chegavam por importação (MENEZES, 1996, p. 185).

Baseando-se na colocação supracitada⁴ e visando compreender os meios políticos e jurídicos do contexto, Bonfá (2009) se apoia na utilização da Constituição Federal. Após, alia a Carta Magna com estudos sobre as leis de 1907, 1913 e 1921, as quais têm como preocupação punir os indesejados da República⁵. Neste ponto, torna-se necessário compreender qual o contexto e as estruturas que legitimam através da Constituição e de um órgão jurídico orientado pela lei criada por um parlamentar contra os estrangeiros (BONFÁ, 2008).

Neste sentido, o primeiro capítulo visa compreender o papel do Estado brasileiro e a utilização dos seus diversos mecanismos no combate contra os trabalhadores que migravam para este país⁶. Ainda neste

⁴ Ressalta-se que os estudos de Menezes (1996) voltam-se para o Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil, e não se apóia nesta frase como justificativa contextual para o caso de Porto Alegre. No máximo, seria necessário vislumbrar, o número de expulsos, a frequência e discriminar estes processos em relação aos anos que as pessoas foram expulsas. O que não é feito e nem tem como objetivo neste singelo ensaio.

⁵ Seguindo esta lógica, sabe-se que é uma “conjuntura de seguidos debates, a expulsão dos estrangeiros considerados indesejáveis conheceu muitos descaminhos, continuidades e descontinuidades no seu encaminhamento. Aqueles foram frutos dos descompassos existentes entre a defesa da ordem e a garantia da legalidade. Estas, quase sempre, foram explicadas pela entrada em execução de determinados decretos; pela agudização ou arrefecimento dos conflitos sociais ou, ainda, pela definição legal de novos comportamentos desviantes. Fluxos e refluxos marcaram, assim, conjunturas diferenciadas, caracterizadas por diferentes graus de embates entre os setores organizados e os segmentos excluídos, que, à margem do processo político formal, contestavam, pela palavra ou pela ação, a ordem estabelecida” (MENEZES, 1996, p. 186).

⁶ Nos processos migratórios há os imigrantes, que pertencem a algum lugar. Já os estrangeiros não pertencem a nenhum lugar. E assim são enquadrados, ou melhor, classificados, “tão ao gosto da época, os estrangeiros passaram a ser enquadrados em dois grupos distintos: os úteis, ordeiros, trabalhadores e

capítulo, há a preocupação com a contextualização da política, da sociedade e da economia brasileira. Contando que, a partir destas apresentações, há gradativamente o foco na cidade de Porto Alegre, cidade esta que se tem como recorte espacial de análise.

Já no segundo capítulo, há o diálogo do contexto porto-alegrense com os trabalhadores, industrialização, política e as ferramentas que as lideranças operárias que se identificaram com a “causa” libertária, utilizada nos diversos momentos de luta contra o patronato, polícia e governo. Neste momento, o artigo limita-se as publicações referidas ao ano de 1907, após a aprovação da Lei, limitando-se no referido ano. E este recorte se detém com o fim de perceber quais eram as matrizes das informações a respeito da investida do Estado contra os estrangeiros que lhes chegavam. Assim, como também perceber quais os pressupostos utilizados para criminalizá-la.

É importante frisar que esta produção está inserida em um projeto maior⁷, que procura vislumbrar as ações culturais dos socialistas e anarquistas em Porto Alegre entre os anos 1900 e 1910. Concilia-se assim, um assunto que possui necessidade de ser explorado à pesquisa do campo cultural protagonizado pelos operários que se identificavam com uma das ideologias supracitadas.

Contexto brasileiro e imigração: sociedade, economia, política e os agentes urbanos

O objetivo deste capítulo é o apresentar o contexto histórico da criação da lei de expulsão. Para isso, passa-se pelo menos por duas grandes capitais brasileiras para se compreender o que ocorre lá, no

desejados, e os nocivos, desordeiros, perigosos e indesejáveis” (MENEZES, 1996, p. 188). Nesta lógica, trata-se de dizer quem é “útil” para o Brasil e quem não é. E o medo dos libertários porto-alegrenses é o de que fossem eles, enquanto anarquistas, os mais perseguidos e consequentemente deportados. O que até então não é possível evidenciar no presente estudo.

⁷ Ela faz parte das discussões para a elaboração de uma dissertação de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, que tem auxílio de bolsa CAPES.

âmbito social, para assim, esta realidade ser dialogada com a de Porto Alegre. Não procura comparar o crescimento urbano, industrial ou populacional, mas sim perceber os processos que ocorriam e que são próximos entre o “centro” do país e a capital sul-rio-grandense. Na tentativa de ser breve e dar o mínimo de conta desta necessidade, utiliza-se como metodologia a leitura de referências historiográficas, as quais falam da vida urbana e das relações da população com o trabalho e política. Assim como a historiografia preocupada com o crescimento das indústrias e da mão de obra nestas cidades.

A virada do século XIX para o XX possui elementos que marcam profundamente os séculos XX e XXI. E é possível levantar várias características que são determinantes para os novos valores e significações partilhados pelos diversos grupos e classes sociais. Dentre eles, a mudança do Império para a República, como também, de grande impacto e de consequências ímpares, o fim da escravidão e o crescimento da mão de obra assalariada. Há de se preocupar com o crescimento das cidades, das indústrias e os padrões industriais que ocupam espaços e cargos até então não cedidos para eles⁸.

Com isso, há a doutrinação e disciplina de um cidadão condizente com o novo período histórico que o Brasil experimentava. E a partir desta premissa não se nega que a “antiga elite” econômica e política não usufruía lugares distintos na hierarquia social, porém, ela conhecem novos sujeitos que ascendem socialmente.

⁸ A cidade por concentrar certas atividades econômicas, cria uma base de serviços necessários, além de favorecer a circulação e distribuição dos produtos (matéria prima e utensílio final). Seguindo esta lógica, compreende-se que a circulação do capital a ser investido na produção, como aquele oriundo do salário do trabalhador e a possibilidade de novos investimentos por parte dos detentores de maior capital, gira favorecendo a rede comercial e financeira (HARDMAN, 1980, p. 12). Sendo, portanto, o local ideal para o desenvolvimento das indústrias e da qualificação profissional dos trabalhadores, como também do consumo por parte da sua população.

Desta maneira, o processo de industrialização floresceu de formas distintas por todo o Brasil⁹. Generalizar um processo repleto de peculiaridades regionais é um grave erro. Além do crescimento dos empregos assalariados e moradia nas cidades, há os imigrantes italianos que investem¹⁰ em terras brasileiras. Neste sentido, o crescimento urbano, a imigração e o desenvolvimento de indústrias e do trabalho assalariado são vislumbrados nestas três cidades, sendo que, o foco maior é delimitado para a capital do Rio Grande do Sul.

No Rio de Janeiro, o Distrito Federal é a cidade que mais recebe italianos do estado carioca. E a partir de levantamentos, Trento (1988) conclui que a maioria destes se destaca no comércio ambulante, vendendo: peixe, aves, vassouras, legumes, jornais, frutas, mercadorias diversas, vasilhame (p. 102). Há os engraxates, sapateiros, varredores de ruas, pedreiros, garçons, operários, alfaiates, enfim, uma série de trabalhos que os italianos exercem no núcleo urbano. E alguns se tornam industriais, “cujo número chegava a 56, em 1907, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, e a 89, em 1920” (p. 103).

É importante frisar que, o “Rio de Janeiro e Salvador deviam sua rede urbana em boa parte à situação específica de capitais administrativas, na colônia e no império” (HARDMAN, 1980, p. 11). E o Rio de Janeiro, por esta condição, sofre uma série de transformações em seu cenário, as quais visavam à modernização dela. Na verdade, este é um processo que ocorre entre as três capitais aqui exemplificadas.

⁹ Como contexto geral, de política federal, têm-se o pensamento de que há “dois aspectos de sua política foram fundamentais para a República que se firmava. Primeiro, a ênfase dada à estabilidade econômica, por meio do conservadorismo financeiro e da manutenção de estreitas relações com o crédito estrangeiro; segundo, um *modus operandi* político que garantia o apoio dos estados para a política financeira do governo, em troca de uma política federal de benefícios para as diversas elites locais estabelecidas” (NEEDELL, 1993, p. 36-37).

¹⁰ Investem no sentido de dedicarem-se ao trabalho, como também no sentido de injetar dinheiro em terras ou negócios. E é sabido que há os que compram terras, montam fábricas, indústrias e suas lojas comerciais, porém, o referido termo trata dos que tem a mão-de-obra para ofertar e o capital.

A cidade de São Paulo se destaca frente às outras pela presença de inúmeras indústrias¹¹. E com ela há o proletariado industrial, que é “a classe explorada que vive pela primeira vez na história tal contradição: produtora de mais-valia e subordinada ao capital no interior da fábrica” (HARDMAN, 1980, p. 10). Isso quer dizer que, a maioria dos trabalhadores detinha apenas a mão-de-obra, ficando limitados aos acessos das riquezas que os produtos finais da produção ofertavam para os patrões. Enfim, é relevante pontuar que as relações do crescimento da cidade, populacional e das indústrias não devem ser analisadas sob “uma relação causal mecânica” (HARDMAN, 1980, p. 11). Por isso, a necessidade de dialogar esta série de fatores para se compreender melhor o contexto do período.

Em São Paulo, a população italiana cresce consideravelmente de 1886 até 1910, chegando a um crescimento de aproximadamente 130 mil pessoas. Com fins didáticos, exhibe-se o recorte de uma tabela retirada da obra de Biondi (2010, p. 25) no qual há um levantamento desta população na capital paulista¹².

<i>São Paulo. População Italiana</i>			
<i>Ano</i>	<i>População Total</i>	<i>Italianos</i>	<i>%</i>
1886	48.000	5.717	11,9
1893	130.775	44.854	34,2
1900	~240.000	~90.000	37,5
1905	~300.000	~150.000	50
1910	~375.000	~130.000	34,6

2 População Italiana em São Paulo

¹¹ De forma breve, pode-se pensar que a industrialização em São Paulo é motivada pela presença de concentração de capital oriundo das produções de café. Outro elemento é a presença de casas bancárias, as quais já somam 5 em 1889. E a presença de pessoas habilitadas para o trabalho, assalariados e compondo um exército industrial de reserva colabora para a instauração de bairros industriais.

¹² Esta tabela não está na íntegra tal qual o autor apresenta, no caso, ele segue até o ano de 1930. E prefere-se utilizá-la até a década de 1910 baseando-se na justificativa do recorte temporal aqui analisado.

A partir desta tabela, percebe-se que o elemento imigrante, e mais especificamente, o italiano, aparece em grande percentual quando comparado com a população total da cidade¹³. Seria importante conhecer cifras similares para ser melhor evidenciado qual a porcentagem da população total em relação a outras etnias, tais como alemães, poloneses, entre outros. Desta maneira, limita-se a dizer que a figura italiana se fazia presente enquanto mão de obra e proprietário de estabelecimentos o qual empregava outros trabalhadores.

Desta maneira, é perceptível que não há homogeneidade entre estes, sendo que alguns se tornam figuras de destaque no “mundo capitalista” e outros ocupam lugares de liderança no movimento operário, sendo, portanto, inimigos de classe pela visão dos segundos. E neste ponto, o qual não é prolongado aqui por não ser o alvo deste estudo, traz um elemento determinante na construção de uma identidade deste imigrado, no caso, a italianidade. Alguns estudos apontam para este elemento como reforçador de uma identidade étnica frente a de classe, tornando-se então algo que dificulta a união dos trabalhadores em torno de valores e organizações que os que se engajaram no movimento operário almejam.

Porto Alegre no início do século XX era uma cidade em transformação¹⁴. As indústrias e as fábricas aumentavam e, com elas os

¹³ As migrações parecem marcar toda a história humana, porém, estas do final do século XIX e do XX são determinadas por crises econômicas nos países de origem das pessoas que emigram. Sendo assim, quanto aos italianos pode-se considerar que “a decisão de emigrar fazia parte da luta para conseguir trabalho numa Itália onde o desemprego era grande. O imigrante, quando chegava ao Brasil, pelo menos nos primeiros anos, tinha tendência a agarrar-se a seu emprego, com medo do pesadelo do desemprego” (HARDMAN, 1980, p. 34). E sem esquecer dos imigrantes que têm mais dinheiro e condições de ascensão social no Brasil.

¹⁴ As primeiras indústrias são instaladas na década de 1890, no período do Encilhamento. E nesta cidade há a diversidade de ramos de atuação, porém, são predominantes os pequenos estabelecimentos. Apesar disso, ela consegue se inserir no mercado nacional.

trabalhadores protagonizavam várias funções¹⁵. Conjuntamente, o espaço urbano crescia e criava com isso novos lugares de atuação¹⁶. Sendo assim, a partir da inovação tecnológica e ampliação dos conflitos e embates entre os “mais ricos” com os “mais pobres” algumas formas de luta e resistência foram manipuladas com o fim de amenizar o impacto deste crescente capitalismo na vida dos trabalhadores.

O governo limitava a sua participação ao que tangia os enfrentamentos entre o patronato e os operários. Compreendiam, através da lógica positivista que as distintas classes deveriam cooperar mutuamente para o desenvolvimento da sociedade. Já o patronato, compreendia a lógica taylorista como um bom método de trabalho (PESAVENTO, 1988). Enquanto que, de forma generalizada, anarquistas, socialistas e sindicalistas se baseavam na luta de classes e uma maior e melhor distribuição das riquezas sociais para nortear as suas ações.

Os trabalhadores porto-alegrenses convivem com o crescimento da cidade, das fábricas e do regramento social assim como nas cidades supramencionadas. Esta cidade não é considerada um destaque tanto quanto São Paulo ao que tange o trabalho urbano, porém, constata-se ao que tange as fábricas e indústrias que:

No documento “Dados estatísticos sobre o município de Porto Alegre”, organizado pelo escriturário Olympio A. Lima no ano de 1912, a caracterização de unidades de cunho artesanal para a Capital e de sua diversificação nos ramos de produção fica bem evidente. Neste documento, quase se equiparam o número de oficinas (149) com os de fábricas (154). Como oficinas são

¹⁵ A indústria no Rio Grande do Sul no ano de 1907 chega a representar 15% da produção industrial do país, posteriormente a “taxa cairia para 11% em 1920, 10,7% em 1938 e apenas 8% em 1958” (HARDMAN, 1980, p. 20).

¹⁶ Considera-se que a partir destes processos mencionados, “a indústria, desse modo, passou a exercer uma influência decisiva sobre a estrutura urbana: em alguns casos, a cidade chegou a ser determinada principalmente pelo crescimento industrial” (HARDMAN, 1991, p. 131). Enfim, esta reflexão é evidenciada a partir da construção e preocupação com bairros operários e outros investimentos que dão conta de apoiar os bairros industriais.

citadas, por exemplo, as de cartonagem, fundição, carpinteiro, ferreiro e litógrafo. Já como fábricas, as de fumo, banha, biscoitos, colchas, cervejas, calçados, sabonetes, vidros, dentre outras. (ARAVANIS, 2010, p. 151)

Conforme mencionado, percebe-se que há um bom número de fábricas. E são estas as possibilidades de emprego entre os trabalhadores sul-rio-grandinos. Sendo então, a maioria de pequeno e médio porte, entre as quais não tinham um grande número de empregados. Indo para além do mundo fabril, percebe-se a investida de controlar o “tempo útil” das pessoas.

Seguindo esta lógica identifica-se que:

aidéia de “tempo útil”, através deste novo mecanismo de coerção, impunha-se com mais vigor no processo produtivo das indústrias no estado. Reforçando este controle, que futuramente poderia até substituir a vigilância dos contramestres, constata-se a imposição, ao operário, de sua subordinação à disciplina rítmica ditada pela máquina, mais uniforme e intensa (ARAVANIS, 2010, p. 154)

E estes jornais confeccionados pelas lideranças operárias visavam denunciar as condições de trabalho e os abusos por parte do patronato. O que é considerado como abuso por parte dos líderes pode ser compreendido como disciplinamento do trabalho, já que muitas vezes as multas são aplicadas para punir alguma “indisciplina”, seja por que o trabalhador se atrasou ou por ter conversado com o colega. Deste modo, os jornais não servem apenas para informar, mas também, orientar e criar um senso de coletividade contrário ao que lhes é posto.

E neste contexto há os que não se adéquam ao que lhes é imposto, e sendo estrangeiro, teve o governo que criar ferramentas para inibi-los. Guerra (2012) considera que “a expulsão de estrangeiros se tornou (...) um instrumento de exclusão social. Por meio de um discurso republicano conservador, que repudiava qualquer contestação da ordem do trabalho”.

Os indesejáveis? reflexões sobre a lei no periódico *A Luta*

O objetivo deste capítulo é o de dialogar o contexto porto-alegrense e os seus trabalhadores, industrialização, política e as

ferramentas que as lideranças libertárias utilizaram nos diversos momentos de luta contra o patronato, polícia e governo. Neste momento, o artigo aborda as publicações referidas ao ano de 1907, após a aprovação da Lei, limitando-se no referido ano. E este recorte se detém em perceber quais eram as matrizes das informações a respeito da investida do Estado contra os estrangeiros que lhes chegavam. Assim, como também perceber quais os conteúdos utilizados para criminalizá-la.

Para este fim, são analisadas algumas edições do jornal *A Luta* e comparadas com a produção bibliográfica que dão conta da história do Rio Grande do Sul, seja nas temáticas de política, economia, imigração, da sociedade ou do movimento operário. Este balanço entre as produções historiográficas com o trato com as fontes demonstram alguns pontos peculiares a respeito da percepção dos redatores do jornal em relação à lei de expulsão.

Guerra (2012) com colocações bem pontuais considera que o Estado brasileiro, em linhas gerais, destaca que o mau exemplo é externo à sociedade brasileira¹⁷. Portanto:

Na medida em que as contradições sociais e de trabalho vão ficando aparentes, com mendigos e vadios que não são inseridos no mercado de trabalho e que, ao contrário dos escravos, ficam à vista de todos nas ruas, com greves que denunciam a carestia dos trabalhadores e com anarquistas que acusam a própria ordem como culpada, um novo discurso vai sendo elaborado para encontrar

¹⁷ A passagem do regime político traz uma série de inovações que vão desde o alargamento das ruas, implementação e/ou aumento de linhas de bondes, aumento da mecanização nas fábricas e do transporte seletivo, enfim, são medidas que interferem a vida das pessoas no âmbito público. Enquanto ao campo privado, o Estado deseja “a mudança dos hábitos e costumes da população: os regramentos da moral, oriunda do grupo dirigente, exigiam mudanças que afastariam a grande massa de indivíduos – a dos mais pobres – dos centros urbanos, para locais mais longínquos dos olhos dos grupos dominantes” (CARDOZO, 2013, p. 85). Além de que estes são vistos como maus exemplos para a cidade moderna, seja pelos hábitos e costumes relacionados a falta de moralidade e condições de moradia que colabora para a disseminação das práticas más e das epidemias.

culpados externos para o problema. A ordem e o progresso não poderiam ser inerentemente contraditórios, o problema tinha que ser externo, *estrangeiro*. (p. 39)

Além do problema ser “externo”, há os que criticam a ordem social vigente. E estes acabam se tornando figuras perseguidas politicamente. Obviamente que há criminosos e outros tipos de delinquência que fazem com o que o governo deportar muitos trabalhadores. Porém, há de se considerar que “a possibilidade de expulsar favoreceu a associação do estrangeiro com o indesejável” (GUERRA, 2012, p. 41). Sendo então “mais fácil se livrar de um incômodo expulsando do que passando por processos judiciais, criando colônias de trabalho, casas de misericórdia” (GUERRA, 2012, p. 41).

Mas neste contexto, quem são os brasileiros? Neste ponto é necessário vislumbrar a Constituição de 1891 que define:

Art. 69 – São cidadãos brasileiros:

- 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;
- 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República;
- 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se;
- 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
- 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
- 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados. (BRASIL, 1891)

Percebe-se que há situações em que o estrangeiro se transforma em brasileiro. Mesmo que não seja possível evidenciar a partir deste artigo se a antiga nacionalidade vale, ou ainda, qual o peso que ela tem nas disputas judiciais. Porém, é importante frisar que a Constituição já contém a preocupação com a naturalização, ou melhor, com a cidadania dos estrangeiros que vivem no Brasil.

A resposta para os estrangeiros indesejados pela República é encontrada em alguns mecanismos, sendo a própria expulsão deles, como também o estado de sítio e a intervenção federal. Estes mecanismos se relacionavam com os indivíduos, com as instituições e com as próprias leis quando elas não estavam em pleno acordo com a Constituição (GUERRA, 2012, p. 52). E na lógica de que “ao longo de toda a primeira República, uma formação discursiva que, aos poucos, permitiu que a exceção fizesse parte do direito” (GUERRA, 2012, p. 52), fez com que uma lei, na sua aplicabilidade, tal como a lei Adolfo Gordo, que não teve total sintonia com a Carta Magna brasileira se tornasse parte de um Código.

Refletindo a partir das percepções de Menezes (1996), percebe-se que a expulsão de estrangeiros no período se dá por duas ferramentas, que andam de forma paralela: baseando-se na lei ou no arrepio dela. Em outras palavras, “em momentos favoráveis, as autoridades seguiam os requisitos legais, mas na falta de legislação específica ou nos momentos de combate às medidas repressivas, as expulsões eram atividades policiais, ou seja, sem inquérito, processo, julgamento ou defesa” (GUERRA, 2012, p. 56).

A princípio, a ideia de ter uma lei de expulsão é algo que envolve muitos debates e preocupações neste período¹⁸, que segundo acusações do jornal *A Luta* é algo que o Brasil “imita” dos outros¹⁹. Os artigos do jornal

¹⁸ Guerra (2012) realiza um breve histórico das possibilidades do Judiciário e/ou Executivo dar ordem de deportação para os estrangeiros indesejados. Para este histórico ela resgata os Relatórios do Ministro da Justiça, que vão desde o século XIX até o XX. Em comum, entre os relatórios que são escritos anualmente, se dá a presença da preocupação com a moral, honra e conduta social dos estrangeiros que são e que podem vir a ser naturalizados brasileiros. Desta maneira, entende-se como um projeto que esteve em plena pauta no período.

¹⁹ Os libertários ponderam que “em toda parte dizem que os perturbadores são estrangeiros; na França são os agentes da Alemanha, na Alemanha são os franceses; na Itália os austríacos, na Áustria os italianos, e no Brasil são os miseráveis estrangeiros que se esquecem de que aqui vem matar a fome” (*A LUTA*, 22 de fevereiro de 1907, p. 1). Portanto, percebe-se que os anarquistas estão se comunicando com outros grupos políticos de várias localidades, e

são enfáticos e posicionados, por exemplo, criticam que “o Brasil não podia ficar na retaguarda dos demais países civilizados; era necessário imitá-los em tudo” (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 1). Seguindo a crítica, ainda escrevem que “se já havia a habilidade de praticar a repressão política, não havia porém um texto que pusesse umas tintas de legalidade às perseguições levadas a efeito” (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 1).

O Poder Executivo aparece como principal gerenciador dos processos de expulsões, nome qual aparece nos Artigos: 4º, 6º, 7º e 10º. A expulsão é expedida pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, como consta no Art. 5º. Já no Art. 7º, o “braço” do Estado pesa, pois está escrito que o estrangeiro, ao receber a sentença, ele tem, a partir de então, de três a trinta dias para viajar, correndo o risco de permanecer detido até o momento de partida, caso o sujeito apresente risco a segurança pública.

Outros artigos se destacam também, tal qual o 9º, que se preocupa com o deportado que decide retornar para o Brasil, condenando-o como pena de um a três anos de prisão. E no final da penitência, o estrangeiro é expulso novamente. Enquanto que, no Artigo 10º consta algo muito interessante, que é, por assim dizer, a força do Poder Executivo em si, já que ele pode revogar a expulsão se compreender que o sujeito já não representa risco para a sociedade.

Cabe recordar que a lei estava em tramitação, e que seria assinada em 07 de janeiro de 1907, na capital federal, ou seja, Rio de Janeiro. Mas o ápice da denúncia chega quando alegam que em momentos de greve o governo “como medida de segurança pública, expulsam-se os desordeiros estrangeiros, e os nacionais enviam-se para o Acre e... pronto” (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 1). E tomam como conclusão admitindo que:

Realmente nesta lei os gatunos reincidentes e os *cafetões* só aparecem para ocultar o seu verdadeiro intuito que não é mais que perseguir, a pretexto de *ordem* e *segurança pública*, os trabalhadores estrangeiros que aqui residem e que tem o desaforo

exemplificam como se dá a relação com o “estrangeiro” em outros países. Sendo então uma preocupação mundial esta a de “como” um país deve “atentar” os estrangeiros.

de não estarem conformados com a *beleza e harmonia* da sociedade burguesa. É o livre-pensamento que se visa engarrafar; são as aspirações libertárias que se quer sufocar²⁰. (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 1)

Realmente, o medo da perseguição os fez escrever que o intuito da lei “tem por fim, não *reprimir crimes* ou *punir delinquentes*, mas sim por peias ao livre-pensamento²¹” (A LUTA, 3 de janeiro de 1907, p. 3). Esta reflexão por parte dos articulistas do periódico vai de encontro a leitura do artigo 3 da lei, que pontua que “não se pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo, quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filhos brasileiros” (BRASIL, 1907). Se há a percepção de uma suposta tolerância por parte da lei, aparece no artigo 8:

Dentro do prazo que for concedido, pode o estrangeiro recorrer para o próprio poder que ordenou a expulsão, se ela se fundou na disposição do artigo 1º, ou para o poder judiciário federal, quando proceder do disposto do artigo 2º. SOMENTE NESTE ÚLTIMO CASO O RECURSO TERÁ EFEITO SUSPENSIVO (BRASIL, 1907).

A partir destas premissas, o jornal apresenta a leitura de que

a disposição do artigo 1º é a que se refere à ‘segurança nacional ou a *tranquilidade pública*’ e aí entram os operários que mais se salientaram nos movimentos grevistas, os anarquistas e todos os que tentarem perturbar a digestão da burguesia nacional ou estrangeira²² (A LUTA, 3 de janeiro de 1907, p. 3).

No mais, os libertários consideram que a campanha contra a lei de expulsão é justa e lógica, frisando que o decreto é algo “absurdo e ilógico que um país como este, que faz propaganda da imigração, que para aqui atrai os estrangeiros de toda parte do mundo, decreta uma lei

²⁰ Grifos do autor.

²¹ Grifos do autor.

²² Grifo do autor.

como a de que tratamos” (A LUTA, 15 de março de 1907, p. 1)²³. Mas afinal, qual foram os mecanismos utilizados na campanha contra tal lei? Quais elementos são apresentados e que demonstram o temor pelo teor contido no texto promulgado da lei?

O próprio periódico nos ajuda a responder tais questionamentos. Ele demonstra um grande interesse pela “causa dos estrangeiros” e especula-se que tal interesse corrobora com que muitos dos seus redatores são nascidos no exterior. Mas não se pode limitar a intenção deles apenas por este critério. E com o fim de combater a efetividade da lei, os libertários aliaram-se com diversos outros grupos, dentre eles “os jornais socialistas, anarquistas, sindicalistas e até burgueses” (A LUTA, 15 de março de 1907, p. 1). E a ferramenta utilizada foi a comunicação e tentativas de solidarizar-se entre os pares, ou seja, entre os trabalhadores no Brasil imigrados. Escrevem ainda que

A propaganda contra a lei de expulsão têm-se manifestado de diferentes modos: a *Federação* de S. Paulo, além do manifestado publicado na *Luta Proletária* (donde reproduzimos) e amplamente distribuído em avulso por todo o Brasil, adotou um sinete com o qual carimbará toda a correspondência e fará aparecer em toda a parte onde puder fazê-lo. Esse carimbo diz o seguinte: – Operários, fazei propaganda contra a lei de expulsão de estrangeiros²⁴ (A LUTA, 15 de março de 1907, p. 1).

²³ Para fins didáticos, os estrangeiros não querem ser obrigados a sair do local ao qual se encontram. Mas isso não quer dizer que ao ser expulso eles sejam obrigados a retornar para a sua pátria. Desse modo, “o estrangeiro tinha, de forma resumida, as seguintes opções depois de decretada sua expulsão: 1) o auto-banimento, como para a Argentina, Uruguai ou para o seu país de origem; ou 2) a fuga do centro em que foi declarada a expulsão, o que, além de não evitar o banimento caso fosse encontrado posteriormente por autoridades governamentais, ainda o retirava do seu meio, ficando, com isso, sem seu trabalho, seus amigos, às vezes sem sua família e “fortuna” e, possivelmente, afastado de seus companheiros de lutas e da própria luta. Ou seja, como a expulsão, acabava marginalizando-o da sociedade (BONFÁ, 2008, p. 157).

²⁴ Grifos do autor. O Manifesto que é citado é publicado na edição do dia 22 de fevereiro de 1907, e a qual não é reproduzida na íntegra aqui neste artigo. No

Já em Porto Alegre, é o jornal *A Luta* e o *Sindicato dos Marmoristas* e a *União Operária Internacional* que “enviaram um voto de adesão e solidariedade à Federação de S. Paulo na campanha que esta agremiação move contra a lei de expulsão” (A LUTA, 15 de março de 1907, p. 1). Desta maneira, os redatores selam apoio as campanhas que pelo que parece, agitaram os trabalhadores urbanos estrangeiros que vivem no Brasil. E o Manifesto que reproduziram os convoca com os seguintes dizeres:

COMPANHEIROS! Que devemos fazer diante de mais esta demonstração da solidariedade existente entre os capitalistas e os seus representantes? Assistir impassíveis, sem um protesto contra os capitalistas e os seus representantes? Assistir impassíveis, sem um protesto contra os tiranos de cima que nos querem privar do concurso de companheiros nossos, só porque nasceram além de uns tantos traços imaginários, traçados com o sangue de milhares e milhares de vítimas desta madrastra organização, traços que eles dizem representar os confins sagrados da pátria e nos quais nós não vemos senão o marco da espoliação, do assassinato, das infâmias sem fim que por aí campeiam? Não, mil vezes não. (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 1).

O fato é que os libertários buscavam a solidariedade de classe, o que para eles, acontece com a promulgação desta lei. Pontuam que os políticos que estão na administração da coisa pública são representantes dos capitalistas, ou seja, dos interesses dos patrões e na consolidação do modo de produção vigente. E neste Manifesto, como nas demais publicações, há a ponderação de que “parte dos que aqui trabalham são oriundos de outros países” (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 1). E ainda colocam que no Brasil, “onde uma grande parte da população é estrangeira, trabalhando e concorrendo em muito para o progresso que se nota em todos os ramos da atividade nacional” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 3).

Esta relação de que vários trabalhadores são estrangeiros, com a de que o jornal visa representar e lutar pelos interesses do proletariado,

Manifesto a Confederação Operária Brasileira pede união, solidariedade e resistência contra a investida das autoridades em legitimidade da referida lei.

incentivou com que os redatores se detivessem a colaborar com a campanha contra a lei de expulsão. Pelo que é possível constatar, eles percebiam entre o operariado um grande número de pessoas de diversas nacionalidades, discriminando-os como estrangeiros em oposição aos trabalhadores nacionais, ou seja, os brasileiros.

As fontes não permitem vislumbrar com perfeição detidamente como se dá a continuidade da campanha em outros estados, ou ainda, no próprio Rio Grande do Sul nos anos posteriores. Porém, Núncia Constantino (1991) pontuou que os italianos que vivem em Porto Alegre conviveram com a ascensão social, enriquecimento e construção de instituições que fomentariam a identidade e demonstrariam para a sociedade o “enriquecimento” deles, ainda há os que não encontraram sucesso e que são muitos dos pobres que não se destacaram como empreendedores. A autora ainda conclui que:

através de fontes relacionadas com o movimento operário no Rio Grande do Sul, percebe-se que o elemento italiano no proletariado não é representativo. A maioria da “colônia” na zona urbana é constituída por pequenos proprietários agrícolas, pequenos comerciantes e artesãos (CONSTANTINO, p. 105).

Apesar desta colocação, a autora ressalta que “a expulsão de 113 italianos no período de 1907 a 1921, entre 556 estrangeiros” (CONSTANTINO, 1991, p. 136) demonstra que o governo se preocupa com a postura ordeira de todos, inclusive os que ocuparam os discursos das autoridades até recentemente como exemplares e trabalhadores, tal é o caso pela autora constatado. Desta maneira, percebe-se que diferentemente de São Paulo, onde os italianos preencheram as fileiras do movimento operário juntos de trabalhadores de outras nacionalidades, em Porto Alegre este processo parece ter sido “bastante diferenciado” do que ocorre na capital paulista (BORGES, 1993, p. 72).

E a presença de italiana em Porto Alegre parece contrastar com a ideia de que “a colônia italiana em Porto Alegre obteve, em geral, condições razoáveis de trabalho, isto é, como pequenos e médios proprietários” (BORGES, 1993, p. 92). E neste sentido, percebe-se que os italianos da referida cidade alcançavam certo sucesso econômico “quando se tornavam pequenos e médios proprietários, quase sempre, patrões de si mesmos” (BORGES, 1993, p. 92). Mas com isso se tem que “se não

houve efetiva proletarização ou engajamento no movimento operário, não se pode afirmar que a pobreza, as prisões, as doenças ou os conflitos psicológicos não tivessem ocorrido entre imigrantes italianos em Porto Alegre” (BORGES, 1993, p. 95).

Enfim, a ameaça da lei atingiu muitos estrangeiros e seria necessário um estudo específico para compreender quantos foram expulsos de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. E mesmo, o processo de expulsão só é compreendido na íntegra se balizado com o destino do estrangeiro, se há o repatriamento, ou se ele é recebido em outro país ou se é deslocado de um estado para outro do Brasil. Questões que ficam em aberto.

Considerações finais

Com a presença de italianos em Porto Alegre, percebe-se que grande parte não ocupa ativamente as colunas do movimento operário local. Ficando evidenciado pelas referências que muitos obtiveram certo sucesso econômico. E define-se como sucesso algo que na prática pode ter sido limitado.

Sendo assim, considera-se que os imigrantes são destacados como os desejáveis, dotados com boa moral, honra e os demais valores almejados no período. São considerados trabalhadores e ordeiros. Porém, na “contramão” destes que preenchem os requisitos de aceitabilidade, acabam por serem considerados “estrangeiros”, e com isso carregam todo o simbolismo deste conceito. Esta mudança conceitual determina que os “de fora” são perigosos. E o “remédio” é a deportação, para que assim, eles não contagiem os demais trabalhadores.

Nesta complexa interação da lei com a sociedade, têm-se a cidade como palco de embates políticos e contestatórios, como também há inúmeros exemplos de criminalidades. Porém, estes trabalhadores transformam o meio em que vivem. Protagonizam mudanças nas relações de trabalho. Apoiam e são ajudados pelos nacionais, os quais não assistiam a tudo passivamente. E isto infere dizer que, as reivindicações são elementos do período. E que o crescimento populacional, industrial e urbano dialoga com a crescente onda de migração que há, desde o espaço rural para a cidade quanto às transatlânticas.

A interação desta lei com a diversidade e complexidade que o mundo do trabalho continha é significativo, já que muitos libertários, socialistas, sindicalistas e trabalhadores em geral parecem ter se intimidado, quando não são expulsos de suas cidades. Porém, o que se sabe de Porto Alegre são as representações dos redatores do jornal *A Luta*, os quais não apontaram indícios para nenhuma expulsão. O que fazem é críticas a lei que dialogam com o que é debatido em outras cidades entre os operários.

Os l publicados em relação à lei de expulsão giram em torno da solidariedade de classe. Assim, a resistência e luta por maiores direitos é evidenciado na mesma medida que os trabalhadores se preocupam com a possibilidade de deportação que estão submetidos. Neste caso, ao contrário da maioria das outras publicações do jornal *A Luta*, a prioridade é dada aos operários que não são nacionais, focando a atenção nestes que porventura, segundo o entendimento deles, estão mais ameaçados que os que no Brasil nasceram.

Enfim, segundo as linhas que se preocuparam em criticar, denunciar e condenar a lei de expulsão há a preocupação em unir os estrangeiros em prol do combate à lei. E mesmo tratando os estrangeiros como pares, estes libertários criticam os que são, ou até, se tornaram burgueses e que estão de comum acordo com o governo. Desta maneira, também fica evidenciada a questão da diferenciação de classe e da disputa entre os imigrantes.

Deste modo, espera-se ter colaborado para a formulação de novas indagações e ajudado a compreender a atuação de alguns imigrantes no movimento operário de Porto Alegre. E em relação à resistência e publicações em relação a lei de expulsão, têm-se o desejo de colaborar para a memória das lutas de classe, com a história dos “estrangeiros” e imigrantes que optaram a viver no Rio Grande do Sul.

Referências

A LUTA, Porto Alegre.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as

condições de trabalho (1889-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 148--180.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906 – 1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

BIONDI, Luigi. Imigração Italiana e Movimento Operário em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Federico, FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010. p. 23-48

BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. “*Com lei ou sem lei*”: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. Campinas: Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

_____. “*Com lei ou sem lei*”: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), 2008.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e Trabalho*. Porto Alegre: ESTEdições, 1993.

BRASIL. *Constituição*, 1891.

_____. *Lei 1.641 de 7 de janeiro de 1907*.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *Enredos tutelares: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2013.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. *O Italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: ESTEdições, 1991.

FERREIRA, Marieta de Moraes, GOMES, Ângela Maria de Castro. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

GERALDO, Endrica. *Os prisioneiros do Benevente*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2012, vol.32, n.64, pp. 61-76.

GUERRA, Maria Pia dos Santos Lima. *Anarquistas, trabalhadores, estrangeiros: a construção do constitucionalismo brasileiro na Primeira República*. Brasília: Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, 2012.

HARDMAN, Francisco Foot. *A estratégia do desterro: situação operária e contradições da política cultural anarquista/Brasil, 1889 – 1922*. Campinas: Tese de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais), Unicamp, 1980.

_____. LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Série Fundamentos, 1991.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

NEEDEL, Jeffrey D. *Rio de Janeiro: capital do século XIX brasileiro*. In: _____. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 19-73.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

SCHIMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – FRANCISCO XAVIER DA COSTA (187?-1934) E CARLOS CAVACO (1878-1961)*. Campinas: Tese de Doutorado (Doutorado em História), Unicamp, 2002.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. *Decreto nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>> Data de acesso: 01 de setembro de 2014.

COMEMORAÇÕES DOS 170 ANOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO TRÊS FORQUILHAS

Nilza Huyer Ely*

O presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois de instalada a colônia alemã de São Leopoldo, em correspondência ao ministro de Estrangeiros solicitou que: “Quando viessem colonos em superabundância, desejaria ser autorizado para plantar uma pequena colônia no sítio chamado das Torres”¹.

A opção pelo Litoral Norte/RS não foi mero acaso, foi, sim, por fatores previamente analisados como: a amenidade do clima – que ofereceria fácil adaptação ao imigrante; a uberdade do solo da região como uma das melhores do Estado – a necessidade de mão-de-obra livre para seu melhor aproveitamento, onde medrariam gêneros diversos tais como: cana-de-açúcar, feijão, milho, trigo, batatas, arroz, mandioca, entre tantos outros.

Assim, em 17 de novembro de 1826, chegaram as primeiras famílias para a colônia da Ponta das Torres.

* Historiadora. Sócia do CIPEL e do IHSL.

¹ RUSCHEL, Ruy Ruben. *In Torres Tem História*. ELY, Nilza Huyer (org). Porto Alegre: EST, 2004.

Por questões já bem conhecidas, foram os colonos separados formando as colônias de São Pedro de Alcântara (católicos) e Três Forquilhas (protestantes)”².

Motivados pelas comemorações dos 170 anos da imigração no Rio Grande do Sul no ano de 1974, um grupo de egressos da colônia de Três Forquilhas, residentes na região metropolitana de Porto Alegre, interessados na história regional e que já se reuniam em grupos de estudos tomaram a iniciativa de, com o apoio das prefeituras locais (Três Forquilhas e Terra de Areia) e da própria comunidade, tendo em conta que a colônia do litoral norte tinha iniciado em 1826, portanto, dois anos após a de São Leopoldo, realizar um evento alusivo à efeméride.

Dentro da programação prevista pelos organizadores, com a participação das Secretarias de Educação de ambos os municípios, junto com as escolas desenvolveu-se um intenso programa nos dias 15 a 17 de novembro de 1996 no Vale do Três Forquilhas.

Para dar início às atividades, no dia 15 de novembro à tarde, no salão paroquial de Três Forquilhas reuniu-se um grupo de pessoas que , simbolizando a passagem dos pioneiros, efetuaram um passeio ciclístico até o centro do atual município de Itati onde foram aguardados pelas autoridades e comunidade. Dirigiram-se, a seguir, em séquito a pé até o cemitério da Comunidade Evangélica do Vale do Três Forquilhas, onde foi realizado ato solene com o asteamento dos pavilhões nacionais da Alemanha e do Brasil, estadual e municipais, seguido dos respectivos hinos nacionais. Como homenagem a todos os imigrantes sepultados naquele cemitério, foi apresentado o túmulo recém construído no local de sepultamento do pastor Carlos Leopoldo Voges, e efetuada a leitura do seu panegírico.

Dia 16, no salão paroquial de Três Forquilhas, com a presença do coral da ULBRA de Torres, das autoridades locais, professores, estudantes, historiadores, pesquisadores e comunidade houve o

² ELY, Nilza Huyer. *In História da Imigração: Possibilidade e Escrita..* RAMOS, Eloisa H. Capovilla da Luz e outros (orgs). São Leopoldo: OIKOS e UNISINOS Editoras, 2013.

lançamento do livro alusivo à efeméride intitulado: IMIGRAÇÃO ALEMÃ – 170 anos – VALE DO TRÊS FORQUILHAS.

O evento teve seqüência no domingo (dia 17) pela manhã, com a realização de um culto ecumênico na igreja IECLB, em Itati, que contou com a presença do coral municipal de Capão da Canoa, regido pelo maestro Anschau.

Após o culto, com a presença da população em geral junto, as autoridades municipais, também presente o presidente do Arquivo Histórico Visconde de São Leopoldo, além do Cônsul Geral da Alemanha, tivemos a oportunidade de assistir o desfile de alguns carros de bois idênticos aos usados no início da colônia, simbolizando a chegada dos pioneiros ao Vale do Três Forquilhas, seguido do desfile de alunos das escolas locais.

Houve pronunciamentos dos prefeitos locais, do Diretor do Museu Histórico de São Leopoldo, do Consul Geral da Alemanha, todos enaltecendo a contribuição dos imigrantes alemães no desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

No salão paroquial foram servidos churrasco e quitutes elaborados pelas senhoras da comunidade, com a participação musical de uma banda típica de Nova Petrópolis.

Além de participarem das comemorações alusivas aos 170 anos da imigração, foi grande o número de egressos do Vale, que valeram-se da oportunidade para rever parentes, amigos e relembrar a infância vivida na Colônia de Três Forquilhas. Pessoas procedentes de diversas cidades do Estado, principalmente da região metropolitana de Porto Alegre, além de Curitiba e Foz do Iguaçu no Paraná

O marcante da efeméride, entretanto, foi o lançamento do livro intitulado: IMIGRAÇÃO ALEMÃ – 170 anos – Vale do Três Forquilhas, publicação de EDIÇÕES EST. Porto Alegre, 1996, organizado por: Nilza Huyer Ely e Véra Lucia Maciel Barroso.

Para a elaboração desta obra, além da idéia que partiu da professora Véra Barroso, contou-se com a inestimável colaboração do saudoso pesquisador e historiador Ruy Ruben Ruschel. Ruschel foi incansável garimpando, em diversos fundos do acervo do Arquivo

Histórico do Estado, localizando farta documentação relativa à Colônia Alemã da Ponta das Torres. A transcrição destes documentos, que se tornaram em farta fonte de pesquisa, ficou sob a responsabilidade das historiógrafas Léia Heineberg e Suzana Schunck Brochado, do Arquivo Histórico do RGS.

Oportuna foi a lembrança do professor Luis De Boni, que sugeriu a inclusão da obra AVENTURAS DE UM TROPEIRO de autoria do professor Leopoldo Tietböhl, pseudônimo Leo Tito, editado pela Tipografia Gundlach de Porto Alegre, no ano de 1939. Para tanto, consegui a pronta autorização da família do autor, que me alcançou um exemplar para que eu pudesse fazer a transcrição *ipsis literis* do original.

Professor Leopoldo Tietböhl, natural de Três Forquilhas, filho do imigrante brummer Cristiano Tietböhl, conviveu em sua infância e adolescência com o colono e o tropeiro da região. Guardou na memória hábitos, costumes e recolheu causos que eram contados à beira do fogo de chão no galpão.

Ao escrever essa Narrativa Regional manteve, com fidelidade o linguajar peculiar do tropeiro, além da ilustração dos locais e personagens envolvidos em cada “causo”.

O “contador dos causos”, pessoa analfabeta, com inteligência e criatividade invejáveis, a cada nova situação produzia um novo causo contado com tamanha convicção como se deles tivesse sido protagonista. A tudo isto deveu-se-lhe a alcunha de Chico Ventana.

Augusto Hoffmann ou Augusto Pinto, Chico Ventana tornou-se figura conhecida em todo o Vale do Três Forquilhas e Campos de Cima da Serra, e quando alguém extrapolava ao relatar um acontecimento era logo chamado de Chico Ventana³.

A materialização da obra IMIGRAÇÃO ALEMÃ – 170 anos – VALE DO TRES FORQUILHAS só foi possível graças ao

³ O nome de batismo foi Augusto Hoffmann. Como na encosta da Serra se instalaram algumas famílias Hoffmann, nas proximidades do Rio do Pinto (possivelmente em homenagem a Pinto Bandeira que possuía uma sesmaria nos altos da Serra, tenha o rio recebido o nome do sesmeiro).

desprendimento e interesse pela cultura que marcaram a vida do saudoso amigo Frei Rovílio Costa, diretor da EST, que abriu espaço para a sua publicação.

A comemoração dos 170 anos da imigração alemã no Vale do Três Forquilhas, logo adiante seria a motivação para a realização dos Simpósios sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS, sempre contando com a participação efetiva dos órgãos municipais, da comunidade, dos corpos docente e discente locais, além da contribuição de professores universitários, pesquisadores e historiadores.

Assim, três anos mais tarde numa tentativa de resgate da história das colônias teuto-brasileiras do Litoral Norte/RS, em 1999, realizamos no município de Terra de Areia o I Simpósio, cuja publicação recebeu o título: TERRA DE AREIA: marcas do tempo. “Marcas do tempo” passaria a ser a identificação dos eventos.

A título de comemorarmos os 175 anos da imigração, em 2001 realizamos o II simpósio, na cidade de Torres, local que primeiro recebeu os imigrantes antes de serem destinados às colônias de Três Forquilhas (os protestantes) e São Pedro de Alcântara (os católicos). As palestras e comunicações apresentados foram publicados com o título : TORRES – marcas do tempo.

No ano de 2004, a cidade de Três Cachoeiras acolheu o III simpósio, e publicou a obra TRES CACHOEIRAS – marcas do tempo.

Em 2006, quando a colônia alemã da Ponta das Torres completava 180 anos, realizamos o IV simpósio na cidade de Arroio do Sal, que teve os textos reunidos e publicados sob o título ARROIO DO SAL – marcas do tempo.

Em 2007, contemplando a antiga colônia de São Pedro de Alcântara, hoje município de Dom Pedro de Alcântara, onde se fixaram os imigrantes católicos que chegaram em 1826, realizamos o V simpósio e de igual sorte, teve os textos apresentados publicados no livro DOM PEDRO DE ALCÂNTARA – marcas do tempo.

A colônia alemã do Litoral Norte do Estado permanecia desconhecida. Os poucos registros, oficiais e oficiosos, pode-se dizer, eram tendenciosos comparando com as colônias próximas à Capital do

Estado que estavam em franco progresso e do Litoral Norte só observavam a falta de desenvolvimento, sem considerar o afastamento e o desinteresse das autoridades, apesar de reconhecerem a região como das mais férteis e de melhor clima do Estado, inclusive, levantando a hipótese de total desaparecimento.

É gratificante sabermos que o estudo das colônias alemãs do Litoral Norte/RS têm sido tema de dissertações de mestrado e teses de doutoramento e o reconhecimento de que, à sua maneira, também deu certo, o que muito nos orgulha.

Referências

Arroio do Sal – marcas do tempo. ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre: EST, 2007.

Dom Pedro de Alcântara – marcas do tempo. ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre: EST, 2010.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres tem História.* ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre: EST, 2004

Terra de Areia – marcas do tempo. ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre. EST, 2000.

TIETBÖHL, Leopoldo (Leo Tito – pseudônimo). *Aventuras de um Tropeiro.* Porto Alegre: TYPOGRAFIA GUNDLACH, 1939

Torres – marcas do tempo. ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre. EST, 2003.

Três Cachoeiras – marcas do tempo. ELY, Nilza Huyer (org.). Porto Alegre: EST, 2004.

Vale do Três Forquilhas – Imigração Alemã – 170 anos. BARROSO, Véra Lucia Maciel. ELY, Nilza Huyer (orgs.) Porto Alegre: EST, 1996.

APONTANDO EM DIREÇÃO CONTRÁRIA: O JORNAL *DER KOMPASS* E O PARTIDO NAZISTA EM CURITIBA (1933-1938)

Petra Laus Henning*

Nos últimos 60 anos, é provável que o Nacional Socialismo tenha sido o assunto sobre o qual mais se escreveu no âmbito historiográfico. Por este motivo, criaram-se formas de pensar este “fenômeno”, que legitimam fontes, interpretações teóricas e meios de problematizá-lo (MORAES, 1996).

Julgamos que a questão da oposição a este regime, porém, não recebeu igual atenção em estudos historiográficos. Motivados pela curiosidade de saber mais sobre essa lacuna, nos deparamos com o jornal *Der Kompass* (A Bússola), caracterizado como “de oposição ao movimento nazista” por alguns autores.¹

Considerando a imprensa periódica como fonte para este trabalho, nos questionamos: Existe objetividade e neutralidade nesse tipo de fonte? É preciso lembrar que a imprensa periódica faz a seleção e o ordenamento daquilo que ela considera apropriado de levar a público (LUCA, 2006). Assim, ao se utilizar da narrativa para produzir o efeito de real, o texto jornalístico se aproxima da linguagem literária (MOTTA, COSTA E LIMA, 2004). E aqui, podemos inserir a discussão feita por Pesavento (1995). Ela escreve que a aproximação da história com a literatura nos leva a buscar significados para o que lemos e isso nos

* Graduanda em História, Memória e Imagem – UFPR. Este texto é parte da pesquisa monográfica realizada pela autora e disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br>>.

¹ Como ATHAIDES, 2012, p.134.

remete ao conceito de imaginário. Para a autora imaginário é “o outro lado do real”, pois se apresenta como um sistema de ideias/imagens de representação coletiva. Assim, o que estaria sendo escrito nos jornais seriam representações coletivas de um determinado acontecimento/assunto.

E é em um conjunto de notícias, ao longo de dias ou semanas, que podemos observar a narrativa desenvolvida. Essa metodologia é chamada de narratologia, através dela, acredita-se que seja possível observar “*quais fatos recebem maior ênfase em detrimentos de outros, e que personagens assumem lugar de fala privilegiado*” (MOTTA, COSTA E LIMA, 2004, p.43).

O corpo editorial do *Der Kompass*, fonte dessa pesquisa, e de certo modo seus leitores, era formado por teuto-brasileiros. Esse termo é entendido por Willems não como sinônimo de *imigrante alemão*, como comum no século XIX, mas como a denominação de uma nova sociedade, constituída por imigrantes alemães e descendentes, que buscava a manutenção da identidade alemã em coexistência com a brasileira. Essa postura de Willems parece ir contra a ideia de “quistos étnicos” difundida pelo governo Vargas, na qual acreditava-se que algumas colônias de imigrantes se fechavam ao contato com a sociedade brasileira, tornando-se assim, não assimiláveis (VOIGT, 2007).

Entretanto, nos questionamos a cerca do contexto na qual o jornal estava inserido, ou seja, a cidade de Curitiba. Na virada do século XIX para o XX, Curitiba passava por um período de modernização, resultante da atividade ervateira (TRINDADE & ANDREAZZA, 2001), o que desencadeou o crescimento da população urbana e, conseqüentemente, um problema de abastecimento na cidade. Assim, a política imigratória do período pretendia, trazendo os imigrantes para os arredores de Curitiba, resolver esse problema, através do desenvolvimento da agricultura de subsistência, fazendo com que eles produzirem excedentes para que fossem colocados a disposição no mercado urbano (BOSCHILIA, 2010).

Muitos desses imigrantes que estavam ao redor de Curitiba, e que vinham, desde a década de 1850, de outros estados (como Santa Catarina), buscavam a cidade na perspectiva de melhoria de vida e, atrelado a isso, a manutenção de suas tradições. Entre estes, se

encontravam os alemães, que, já na cidade, ingressaram em atividades artesanais e industriais (BOSCHILIA, 2010).

Para entender esta comunidade e sua fixação em Curitiba é imprescindível ter claro alguns conceitos que estão inseridos em todo este processo de chegada, permanência e conquista de espaços por parte destes imigrantes. Desta forma é interessante a discussão que se faz acerca da identidade deste grupo. Segundo Seyferth (1993), a formação da identidade étnica teuto-brasileira está associada ao próprio processo de colonização, pois foi este processo que fixou as colônias alemãs em lugares geográfica e socialmente distantes da sociedade brasileira, contribuindo para o chamado “enquistamento étnico”. Esse distanciamento fez com que a organização comunitária se fortalecesse e adquirisse uma especificidade étnica, alicerçada nas associações, no uso cotidiano da língua alemã e na economia baseada na pequena propriedade particular, sempre lembrando o seu pertencimento à nação alemã. É nessa ideia de distintividade cultural e social que se fundamenta a identidade teuto-brasileira.

Atrelada a essa discussão sobre identidade podemos identificar o conceito de imaginário que, segundo Pesavento (1995), é constituído pelo agrupamento de representações do real que determinada sociedade constrói. Cabe ao historiador, portanto, tentar reconstruir o real, reimaginando o imaginado. No caso do nosso trabalho, o imaginário ao qual estamos nos referindo é ao teuto-brasileiro. Para Baczko (1985), é a partir do imaginário, ou seja, do modo como o indivíduo visualiza o real, o outro e a si mesmo que pode ser construído o seu conceito de identidade.

Nessa pesquisa utilizamo-nos do jornal *Der Kompass* como fonte para o mapeamento do imaginário teuto-brasileiro. A imprensa, nesse caso o jornal, tem o poder de manipular o imaginário, pois formula uma representação do real. Por outro lado, não se pode estabelecer um modo de ler ou compreender um jornal, pois cada leitor faz uma leitura distinta (HARA, 2000). Para nos ajudar a compreender essas relações, buscamos auxílio em Foucault (2008) e sua teoria de análise do discurso. Segundo ele, ao escrever um discurso, o indivíduo tem noção de que não tem o direito de dizer o que quer, assim como compreende o que é verdadeiro do que é falso.

Como já mencionado anteriormente, o encontro com o *Der Kompass* se deu devido a curiosidade acerca do tema “oposição ao regime nazista”. E a escolha de, de fato, ter o jornal como fonte foi motivada pelas várias alusões (tanto escritas como em conversas informais com outros pesquisadores) de que este jornal era contrário àquela ideologia. Por este motivo, o principal objetivo desse projeto é entender como esta oposição ocorre no discurso do jornal e como as mudanças políticas ocorridas no Brasil e na Alemanha, contribuíram para o posicionamento deste.

Curitiba e o início do século XX

Desde sua emancipação, em 1853, o Paraná vinha fortalecendo sua economia a partir do crescimento do comércio. Nesse ponto os imigrantes tiveram grande participação, pois, além de contribuir para o povoamento do território, foram eles os responsáveis pela formação da primeira classe média do país (pequenos proprietários rurais, artesãos e comerciantes) (MAGALHÃES, 2001). Os alemães, neste caso os teuto-brasileiros, ganham destaque nessa nova sociedade curitibana em formação, eclética, composta por tradições e costumes distintos.

Embora inseridos na sociedade, os teuto-brasileiros possuíam suas próprias associações e clubes, onde apenas os de origem alemã podiam participar, ajudando assim na manutenção de sua identidade². Com este mesmo propósito, os imigrantes alemães mantinham alguns jornais em língua alemã, onde forneciam aos leitores notícias sobre a colônia, bem como de sua pátria de origem e da cidade de Curitiba de maneira geral.

Em conjunto com a igreja e a escola, a imprensa constituía um tripé, extremamente significativo para as comunidades teutas. Essencialmente, acreditava-se que eram essas as instituições responsáveis pela defesa do *Deutschtum* (germanismo). Embora Klug, em sua

² Falamos de “manutenção da identidade” tendo como base a teoria de Barth (2011) que entende que as fronteiras étnicas não dependem da ausência de interação social e mobilidade para se manterem intactas.

pesquisa, defenda o contrário. Nos jornais pesquisados por ele, o *Deutschtum* não fazia parte do ideário sustentado, pois cada um possuía um motivo pelo qual fora concebido. Assim, cada jornal defendia um grupo e, consequentemente, opunha-se a outro (KLUG, 2004).

Nos últimos anos do século XIX exercia domínio sobre os leitores alemães de Curitiba, o jornal *Der Beobachter* (O Observador), de orientação agnóstica. Para sua defesa, já nos primeiros anos do século seguinte, os franciscanos fundaram um novo jornal, este chamado *Der Kompass* (A Bússola). Sua primeira publicação foi em 3 de julho de 1902; e em pouco tempo conseguiu prestígio e conquistou as famílias católicas alemãs de Curitiba (ARNS, 1997). A primeira publicação trazia como nota de abertura um texto que explicava o nome do jornal e que deixava claros os propósitos do *Der Kompass*:

“O mais importante de todos os instrumentos dos marinheiros é a bússola, o verdadeiro guia sobre o oceano. (...) Essa agulha magnética tem a propriedade que, quando o navio vira para a direita ou esquerda, ela não segue os movimentos, mas sempre aponta para o norte. (...) Com tal ponto de vista nosso novo jornal deixou-se guiar, e por isso chama-se: “A Bússola”. Apoiado sobre a base sólida da fé cristã a “Bússola” se esforçará para iluminar o caminho da vida dos crentes cristãos e seus conhecimentos expandir, aprofundar e defender na mais sagrada de todas as ciências, a religião cristã” (DER KOMPASS, 03/07/1902)

Mesmo mantendo uma postura abertamente cristã e católica, o jornal cativou também a opinião pública protestante. É importante lembrar que a comunidade alemã de Curitiba era dividida segundo critérios religiosos. Segundo Nadalin (2001), a maior parte dos alemães residentes em Curitiba professava a religião luterana, chegando ao número de 90% do total³.

³ Willems considera que a bipartidação religiosa dos imigrantes alemães (catolicismo e protestantismo) é o fator mais importante na diferenciação cultural interna do grupo. Para os católicos, era mais importante a perpetuação da religião como credo e, para isso, a língua alemã funcionava apenas como um

Cabe destacar também que, ainda nesse início de século, observava-se em Curitiba o surgimento de um movimento chamado anticlerical, com o qual o *Der Kompass* iria enfrentar desavenças. Esse movimento apoiava-se nas ideias positivistas, que acreditavam que o progresso da nação baseava-se no desenvolvimento da ciência. Os anticlericais consideravam a clericalização da sociedade um obstáculo para o desenvolvimento da república, já que a civilização só poderia se edificar em um espaço republicano laico. Assim, o movimento anticlerical, apesar de não condenar a religião em si, lutava contra a influência desta nas esferas pública e privada (MARCHETTE, 1996). O caso do *Der Kompass* se agravava ainda mais, pois, além de católico, o jornal era “estrangeiro”, fato que, para parte dos anticlericais, significava ir contra a pátria.

Mesmo considerado “estrangeiro”, o jornal nunca deixou de noticiar os eventos que ocorriam na cidade de Curitiba. Em julho de 1906, por exemplo, ele acompanhou a Greve dos Sapateiros⁴, considerada a 1ª greve da cidade, e no ano seguinte, a morte do governador do estado, Vicente Machado⁵.

Não podemos esquecer que este começo de século foi também marcado pela ocorrência da Primeira Grande Guerra. A partir de 1917, quando a Alemanha declarou que também os navios neutros passariam a ser atacados sem aviso prévio, alguns dos teuto-brasileiros decidiram se colocar em favor da pátria-mãe, o que foi considerado pelos curitibanos como uma provocação. Diante desse fato os curitibanos realizaram manifestações de rua, seguindo até as sedes dos jornais e consulados dos países aliados esperando respostas aos seus discursos (FABRIS, 2009).

Uma dessas manifestações adquiriu um caráter violento em 11 de abril de 1917. Os manifestantes dirigiram-se até alguns estabelecimentos teutos e os apedrejaram. A redação do Jornal *Der Kompass* foi um dos alvos. Alguns meses depois, quando o Brasil declarou guerra à

instrumento. Já para os protestantes, a religião e a etnia compunham uma simbiose, na qual uma dependia da outra. (RANZI, 1996).

⁴ DER KOMPASS, 04/07/1906.

⁵ DER KOMPASS, 06/03/1907.

Alemanha, as manifestações tornaram-se ainda mais agressivas. No final do mês de outubro, a redação do *Der Kompass* foi mais uma vez apedrejada e, após, incendiada.

Por determinação das autoridades, a partir desse momento, ficavam impedidas de funcionar as sociedades alemãs e proibidas as reuniões de alemães. Deste modo, o jornal ficou fechado durante o período que vai de outubro de 1917 até julho de 1919 (FABRIS, 2009; RENK, 2004). Fabris ainda nos lembra da postura que o jornal mantinha e a possível explicação para esses ataques:

o que de fato poderia incomodar era ter em circulação na cidade um periódico, cujo conteúdo era quase um enigma, escrito em alemão gótico que, em momentos de tensão poderiam de transformar, várias vezes, em subsídios para formação de boatos. Ora, quase todos os ataques a este jornal foram gerados a partir de boatos. Contudo, havia na cidade o jornal “*Der Beobachter*”, cuja escrita também era em alemão gótico. Mas, diferente do “*Der Kompass*”, o redator desse jornal, Antonio Schneider, procurou evidenciar sua posição contra o *Kaiser* através de notas nos mesmos periódicos que disseminavam os boatos. Se isto foi suficiente ou não para os manifestantes, o fato é que, não encontramos relatos de atos hostis ao “*Der Beobachter*”. (FABRIS, 2009, p.54)

A partir da década seguinte e de sua reabertura, o jornal passou a registrar com maior frequência e visibilidade as festas brasileiras, como o Dia da Bandeira e o canto do Hino Nacional até mesmo nas festividades da comunidade alemã.

Para onde apontava a bússola? Definindo o *der kompass*: alemão, católico e curitibano

O jornal *Der Kompass* foi criado em 1902, pelos padres franciscanos que, na época, assumiam a frente da Escola Católica Alemã (hoje Colégio Bom Jesus), já de grande nome e prestígio (ARNS, 1997). A sede do jornal, onde ficava a gráfica e a redação, achava-se localizada junto ao convento dos Padres Franciscanos e à Escola Católica Alemã, na antiga Praça da República, atual Praça Rui Barbosa em Curitiba. Deste modo, a escola possuía um grande espaço dentro do jornal e ofereceu sua

colaboração em diversos momentos. O corpo redacional do *Der Kompass* foi, em sua maioria, formado por professores da Escola e o jornal funcionava como o porta-voz da mesma.

A língua alemã, como elemento de manutenção da etnicidade da comunidade, foi a língua principal do jornal durante toda a sua existência e, em boa parte, dos quase 40 anos em que o jornal esteve em circulação, ele foi publicado em caracteres góticos (*deutschen Typen*). Esse tipo de escrita passou a ser adotado a pedido dos próprios leitores, que não liam o jornal em função dos caracteres latinos, no ano seguinte ao seu lançamento.

“Nós pedimos aos senhores assinantes e outros leitores do Kompass que comuniquem aos seus amigos e conhecidos que até agora não leram nosso jornal porque estava em caracteres latinos, que a partir de agora será impresso em caracteres alemães. – A redação do Kompass” (DER KOMPASS, 19/02/1903)

Os textos publicados raramente estão assinados, por este motivo as informações disponíveis são as contidas no cabeçalho do periódico e as oferecidas por Frei Arns (1997) em seu livro. A partir delas, destacamos o nome de Hans Doetzer, pois este permaneceu à frente do jornal durante toda a década de 1930, período escolhido como recorte temporal para este trabalho.

Os anos de 1933, 1934 e 1935

Segundo alguns estudiosos, o ano de 1930 é considerado um divisor de águas na história do Brasil, responsável por uma efetiva revolução na política do país (MAGALHÃES, 2001). Em nosso estudo, acreditamos que toda a década de 1930 funcionou como divisor de águas também para os teuto-brasileiros. Os acontecimentos desta década mudaram completamente suas relações com a sociedade que os recebia.

Da mesma maneira, em sua pátria de origem, a Alemanha, a década de 1930 marcou profundamente a história do país. Já no início da década, o Partido Nacional-Socialista ganhava expressividade. Até então um partido modesto, o NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) conseguiu se favorecer com a crise de 1929 e, baseado no nacionalismo, conquistou influência política (LENHARO, 1994).

No Brasil, o nazismo chegou em 1931. Aqui se institucionalizou como uma seção externa do NSDAP e voltou-se exclusivamente para os alemães. A estrutura brasileira, singular dentro do partido, era composta por *Kreis* (Círculos) e *Ortsgruppe* (Grupos Locais). O Círculo Paranaense, oficializado em 1933, era liderado por Werner Hoffman e possuía cerca de 185 filiados. Na capital, organizava reuniões regulares, algumas obrigatórias e restritas aos filiados e outras abertas ao público.

O *Der Kompass* noticiou diversas dessas reuniões durante os anos de 1933, 1934 e 1935. A primeira delas, em janeiro de 1933, onde se lia, abaixo de duas suásticas e assinado por Werner Hoffman: “NSDAP (Movimento-Hitler) Encontro dos Nacional-Socialistas no Teatro Hauer. Quarta-feira, 18 de janeiro, 20:30 horas. Amigos e benfeitores são bem-vindos ao movimento” (DER KOMPASS, 14/01/1933).

Já em abril (FIGURA 1), vemos um anúncio que divulga uma reunião restrita aos membros do partido: “Movimento-Hitler. Hoje 8:30 da noite. Reunião no Parque Cruzeiro, 1170. Entrada só para membros!” (DER KOMPASS, 13/04/1933)

Figura 1 – Anúncio do encontro da Hitler-Bewegung



Da mesma forma, o *Der Kompass* noticiou eventos maiores, como a comemoração do aniversário de Adolf Hitler, organizado pelo

Grupo Local do NSDAP. No anúncio⁶ encontramos novamente a suástica encimando o convite aos alemães e aos “de origem alemã”. No programa apresentado, destacamos a participação de Werner Hoffman fazendo a saudação de abertura da festa e, logo após, a execução do Hino Nacional Brasileiro, seguido de apresentações de grupos alemães.

Os anúncios tinham certo destaque nas páginas devido às imagens das suásticas. Nesta época, poucos eram os anúncios que possuíam algo além da escrita. Estes, portanto, chamam a atenção do leitor.

Alguns meses depois, já em setembro de 1933, encontramos outro evento organizado pelo Grupo Local do NSDAP e noticiado no *Der Kompass*. Desta vez se trata de uma noite de palestras e o texto publicado no jornal é um relato posterior ao evento. O texto nos informa que foi uma noite “*grande, inspiradora e impressionante*” e ressalta a decoração do salão e do palco com magníficos adornos e com “*as cores do Brasil e da jovem Alemanha*”. Resumindo a noite, o texto traz a seguinte conclusão: “*A impressão geral da noite, falando brevemente, foi avassaladora e edificante. Um bravo ao Grupo Local do NSDAP e a todos que contribuíram com essa bonita festa.*”. (DER KOMPASS, 26/09/1933)

Podemos ver, até aqui, admiração por parte do jornal aos eventos promovidos pelo partido. Em momento algum notamos qualquer postura contrária à instituição Grupo Local do NSDAP.

No ano de 1934, o *Der Kompass* noticia eventos que nos trazem informações diferentes sobre o Grupo Local. A primeira delas é a obrigatoriedade das reuniões aos filiados ao partido. Os anúncios traziam essa informação já no título: *Februar Pflichtversammlung*⁷ (Reunião Obrigatória de Fevereiro). E a segunda informação é a divisão do Grupo Local em Células. No dia 02 de agosto, o anúncio informa datas

⁶ DER KOMPASS, 08/04/1933 e 11/04/1933.

⁷ DER KOMPASS, 06/02/1934.

diferentes para as reuniões das células *Centro* e *Noroeste* e das células *Sul* e *Nordeste*⁸.

No dia 17 de abril do mesmo ano, encontramos, novamente, a notícia da celebração do aniversário de Adolf Hitler⁹. Desta vez a celebração seria iniciada com uma sessão de filmes alemães.

Meses depois, a notícia da morte de Hindenburg, presidente do Reich e antecessor de Hitler no comando da Alemanha, chegou a Curitiba¹⁰. A comunidade alemã, na ocasião, organizou diversas celebrações de luto. O Grupo Local do NSDAP teve sua celebração divulgada no *Der Kompass* em 07 de agosto. Na notícia¹¹, o jornal informa que a reunião se deu no Clube Teuto-Brasileiro de Ginástica, que estava enfeitado para a celebração.

O ano de 1935 trouxe alguns anúncios das palestras promovidas pelo Partido Nazista. Destacamos aqui duas delas. A primeira¹², identificada como *V Vortragsabend*, tinha como tema “Nacional-socialismo e economia”. A notícia é finalizada ressaltando que a parte mais interessante do evento foram os aplausos entusiasmados e em uníssono ao final.

A segunda palestra aqui destacada se deu dias depois, ainda em julho¹³. Dessa vez o tema apresentado foi “A mulher no 3º Reich” (FIGURA 2). Este anúncio, diferente daqueles primeiros do ano de 1933, vem encimado não só pela suástica, mas pela águia sobre a suástica, símbolo oficial do Reich. Este símbolo já aparecia em alguns anúncios do partido desde o ano anterior. A partir do ano seguinte, 1936, notamos uma significativa redução nos anúncios do Partido Nazista, a ponto de, no ano de 1938, não encontrarmos mais nenhum.

⁸ DER KOMPASS, 02/08/1934.

⁹ DER KOMPASS, 17/04/1934.

¹⁰ DER KOMPASS, 04/08/1934.

¹¹ DER KOMPASS, 07/08/1934.

¹² DER KOMPASS, 04/07/1935.

¹³ DER KOMPASS, 16/07/1935.

Figura 2 – Anúncio do VI Vortragsabend



O mundo novamente polarizado e as implicações da campanha de nacionalização

A década de 1930, mais especificamente o ano de 1933, marcou novamente a polarização do mundo (GERTZ, 1994). O cenário criado pela Primeira Guerra Mundial era instável e, segundo Hobsbawm (1995), não esperava-se que a paz realmente durasse. Ainda segundo a teoria de Hobsbawm, nesse período as instituições políticas liberais encontravam-se em declínio e poucas foram as democracias que sobreviveram. Porém, dentre todos os movimentos chamados totalitários, foi o de Hitler, na Alemanha, que transformou o fascismo em um movimento universal. Sob o governo nazista de Hitler, a Alemanha conseguiu recuperar sua economia e, com o nome de Terceiro Reich, restaurou-se dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da República de Weimar. Em consequência, fez aflorar o moral e o nacionalismo de sua população.

Os alemães residentes no Brasil também sentiram o reflorescimento da pátria-mãe e, de certo modo, passaram a se manifestar a favor do germanismo. Essas manifestações causaram um equívoco por parte do governo brasileiro no início da repressão ao nazismo, pois trataram o germanismo e o nazismo como sinônimos. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, os alemães passaram a ser considerados inimigos de guerra (ATHAIDES, 2012).

No Brasil, o ano de 1937 é somente um marco na implantação do Estado Novo, já que as ideias consolidadas durante o governo estavam sendo propostas desde 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência. A principal característica deste governo foi a repressão, marcada pela suspensão das liberdades civis, pela dissolução do Parlamento e pela extinção dos partidos políticos. Porém, concomitante a isso, o governo assumiu medidas que provocaram mudanças substanciais no país.

Vargas procurou criar medidas centralizadoras que diminuíram o poder das oligarquias regionais, buscando fortalecer o Estado nacional por meio do fabrico de um sentimento de identidade nacional, conseguido principalmente com investimentos na cultura e na educação. A valorização do trabalhador brasileiro também contribuiu com essas medidas e provocou a restrição aos imigrantes.

Apesar dos alemães e dos japoneses representarem apenas o quarto e o quinto lugares em significância numérica de imigrantes entrados no país¹⁴, devido aos desdobramentos da II Guerra Mundial, foram esses dois grupos os escolhidos pelo governo brasileiro para serem os alvos principais da Campanha de Nacionalização (SEYFERTH, 1999).

A Lei de Nacionalização, datada de 1938, exigia que todos os professores tivessem naturalidade brasileira, que as aulas fossem ministradas em língua portuguesa e, ainda, proibia a circulação de qualquer material em outro idioma. O ensino bilíngue e a oferta de disciplinas de educação cívica, história e geografia do Brasil passaram a ser exigência nas escolas alemãs. Assim, a reforma educacional tornou-se o ponto de partida da campanha de nacionalização e impossibilitou o funcionamento da maioria das escolas etnicamente orientadas (SEYFERTH, 1999).

Simultaneamente, o governo proibiu o uso das línguas estrangeiras em público e buscou formas de impor o “espírito nacional” a

¹⁴ Italianos, portugueses e espanhóis ocupam o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

toda população, através de solenidades públicas, incentivo ao uso de símbolos nacionais e comemoração das datas nacionais.

Mais tarde, a repressão alcançou os meios de comunicação, sendo a imprensa e o rádio os principais alvos. Toda a imprensa, não só a estrangeira, foi controlada e manipulada pelo governo e os jornais só podiam funcionar mediante registro. Porém, esse controle não se dava apenas através da censura, mas também por meio de pressões políticas e financeiras. Notícias que demonstrassem oposição ao regime ou problemas econômicos eram proibidas. O governo buscava a tranquilidade pública. (CAPELATO, 1999).

O já velho conhecido mito do “perigo alemão” volta à tona. Desde antes da Primeira Guerra Mundial, acreditava-se que a Alemanha teria interesse em anexar o sul do Brasil ao seu território com a ajuda dos alemães que aqui residiam. Neste momento, então, era de extrema importância que todas as chances desse mito se tornar real fossem aquietadas.

O *Der Kompass*, como um veículo de imprensa e um jornal editado por alemães e teuto-brasileiros, não escapou dessa repressão. O ano de 1939 ainda nos é uma lacuna em sua história, pois não há registros de suas atividades. Porém em 1940 e 1941 o jornal ainda esteve em circulação, até o seu efetivo fechamento, em fevereiro de 1942, quando lhe foi negado o registro de funcionamento.

Os anos de 1936, 1937 e 1938

O ano de 1936, de acordo com Athaides (2012), foi um ano conturbado para a comunidade teuto-brasileira de Curitiba. Neste ano, durante as festividades do Dia do Trabalho, o NSDAP se fez aparecer perante a sociedade. O jornal *Der Kompass*, no dia 25 de abril deste mesmo ano, publicou um anúncio da festa (FIGURA 3).

FIGURA 3 – Anúncio da festa do Dia do Trabalho de 1936



Nesta época o jornal já contava com um grande número de imagens nos seus anúncios, mesmo assim, a imagem que encima o anúncio da festa de Dia do Trabalho é imponente. Lemos, ao final do anúncio: “É dever honroso de todos os alemães, por meio de sua participação nas manifestações de Dia do Trabalho manifestar seu sentimento de pertencimento a comunidade de todos os alemães.” (DER KOMPASS, 25/04/1936)

Segundo Athaides esse evento foi motivo para um “desabafo” público da “colônia alemã de Curitiba”. O texto foi publicado no jornal Der Deutsche Weg que, assim como o Der Kompass, possuía orientação católica. Os teuto-brasileiros que o escreveram identificavam-se como representantes do germanismo e opostos ao Nacional-Socialismo. O protesto se deu devido à “intromissão dos nazistas na tradicional festa do dia do trabalho” e o que realmente teria indignado os seus autores, segundo Athaides, foi o discurso de Werner Hoffman e seu caráter propagandístico.

Porém, o Der Kompass, no dia 05 de maio, apresenta uma postura diversa e positiva com relação ao evento. De acordo com o relato publicado, a organização foi um sucesso e o evento teria terminado com a saudação a Alemanha e a Hitler e animados aplausos. Durante seu discurso, Werner Hoffman destacou as vantagens do governo de Hitler:

“Sem Hitler, nós não celebraríamos o dia de hoje. Os alemães no exterior devem tomar uma posição sobre o nacional-socialismo. O

nacional-socialista é chamado a servir ao Deutschtum.” (DER KOMPASS, 05/05/1936)

Em nenhum momento do relato o jornal se mostra insatisfeito com o trabalho nazista durante a festa e com o discurso de Werner Hoffman, ao contrário dos autores do “desabafo” mostrado por Rafael Athaides, que escrevem em nome da “colônia alemã de Curitiba”.

Alguns dias após a festa do Dia do Trabalho foi publicado um novo anúncio referente ao Grupo Local do NSDAP¹⁵. Desta vez tratava-se da exibição do famoso filme de Leni Riefenstahl, *O Triunfo da Vontade*. O anúncio iniciava alertando os leitores: “Atenção! Para um magnífico filme se fazer acessível a outros círculos” (DER KOMPASS, 07/05/1936).

Dois dias após a exibição do filme, o *Der Kompass* publicou um informe sobre o evento, como de costume. Novamente a conclusão foi positiva e o jornal agradeceu a todos que contribuíram para o evento, inclusive ao Prefeito Vespasiano Carneiro de Mello:

“Uma crítica sobre a qualidade desta obra cinematográfica fantástica não cabe a nós. Agradecemos a todos aqueles que tenham contribuído de forma notável para a exibição desta fabulosa obra-prima vinda do cinema alemão.” (DER KOMPASS, 13/05/1936)

No final do ano seguinte, 1937, quando Vargas iniciou o golpe de Estado e inaugurou um Brasil à exemplo dos Estados europeus¹⁶, ele tentou construir um nacionalismo homogêneo, recusando todos aqueles ‘quistos’ raciais. Quando em 2 de dezembro e, após, em 18 de abril de 1938 entrou em vigor os Decretos-Lei nº 37 e 383, a questão alcançou proporções mais complexas. Para a diplomacia alemã, proibir o NSDAP

¹⁵ DER KOMPASS, 07/05/1936.

¹⁶ O Estado Novo possuía algumas características comuns aos movimentos fascistas europeus, como governo centralizador e autoritário, repressor das manifestações de pensamento oposicionistas, antiliberal, de certo modo militarizado e com uma figura popular no comando, etc.

era proibir a Alemanha e, assim, um conflito diplomático estava iniciado (ATHAIDES, 2012).

O *Der Kompass* informou aos seus leitores sobre os dois decretos. O primeiro foi anunciado em 11 de janeiro de 1938, pouco mais de um mês após entrar em vigor. O texto¹⁷ noticiava os principais dispostos nos artigos do Decreto, como o fato de os partidos terem permissão para continuar existindo como sociedades civis, com fins culturais, esportivos ou beneficentes e necessitarem de um novo registro no Ministério da Justiça.

Neste caso, a diplomacia alemã entendeu que o decreto não atingia o NSDAP, pois este não tinha registro oficial nos órgãos brasileiros, como exigido. Compreendemos, com isso, que o Grupo Local continuou funcionando e exercendo suas atividades, embora suspeitassem que em algum momento seria atingido, o que aconteceu através do Decreto-Lei nº 383, que proibia aos estrangeiros exercer quaisquer atividades de natureza política.

Alguns dias após o anúncio do primeiro decreto, em 25 de janeiro de 1938, uma importante mudança pôde ser percebida no *Der Kompass*. Abaixo de seu título foi inserida a expressão “Jornal Teuto-Brasileiro”. A partir disso fica claro para nós que o jornal estava tentando se adequar às novas regras impostas pelo Estado Novo.

Em 21 de abril, percebemos outra evidente mudança na postura do *Kompass*. Na primeira página vemos a manchete “Tiradentes” em letras garrafais. Pensando na nova característica do jornal, o fato de se declarar teuto-brasileiro, essa notícia não seria de todo alarmante. Mas lembramos de que o dia anterior, 20 de abril, sempre fora uma data importante, visto que é a data referente ao aniversário de Adolf Hitler. Essa data, por muitos anos, foi lembrada pelo *Kompass*, recebendo o destaque da capa. Em 1938, porém, o aniversário do Führer é lembrado por uma pequena nota na página 2, deixando a manchete para a recordação de um importante feriado brasileiro.

¹⁷ DER KOMPASS, 11/01/1938.

Outra pequena nota publicada no jornal, ainda no dia 21 de abril, e que nos faz pensar sobre o funcionamento do Partido Nazista no Brasil é a cerca do Grupo Local do Partido Nazista em Pelotas. O texto dizia que:

“Em Pelotas, o líder da célula do NSDAP, G.Wender, após efetuada a busca na casa, foi submetido a um interrogatório. Segundo notícias telegráficas foi convidado a deixar o país e já reservou passagem para a Europa.” (DER KOMPASS, 21/04/1938)

A partir disso não encontramos mais referências ao Grupo Local do Partido Nazista. Deste modo, imaginamos que, como consequência do Decreto nº 383 seu funcionamento tenha ficado ainda mais improvável e que as menções a seu respeito no jornal pudessem causar problemas ao funcionamento do mesmo. Assim, entendemos que o *Der Kompass*, agora um jornal “teuto-brasileiro” e submetido às exigências do governo estado-novista, ao longo desses últimos três anos, necessitou mudar sua postura e colocar-se alheio às atividades do NSDAP.

Considerações finais

Ao início deste trabalho nosso objetivo principal era compreender em que termos o *Der Kompass*, um jornal teuto-brasileiro, católico e curitibano, se opunha ao regime nazista e a instituição NSDAP em Curitiba. Porém, ao longo das pesquisas, fomos percebendo que talvez este objetivo não pudesse ser cumprido.

Por existir em Curitiba um núcleo do Partido Nazista ligado diretamente à central na Alemanha e pelas manifestações ferrenhas do Estado Novo contra todos os indivíduos de origem alemã, poderíamos supor que boa parte dos alemães e seus descendentes que viviam na cidade de Curitiba eram realmente favoráveis ao regime nazista.

É possível que, inicialmente, o jornal tenha mostrado simpatia ao nazismo, já que este representava o “*reerguimento da ‘pátria-mãe’ e [a] retomada e aprofundamento dos princípios germanistas*” (GERTZ, 1991, p.50). Os anúncios e textos publicados pelo jornal nos três primeiros anos aqui pesquisados demonstram que não havia motivos para o jornal se colocar contra o Partido Nazista. As festas e encontros promovidos pelos

partidários eram sempre bem aceitos e, em alguns casos, possuíam até o apoio do governo local.

A partir de 1936, porém, a postura do jornal nos pareceu mudar. Aparentemente, pela primeira vez, os próprios teuto-brasileiros se colocaram contra as ações do Grupo Local do Partido Nazista e essa mudança pode ter afetado a postura do *Kompass*. A partir deste ano as publicações de anúncios caíram significativamente.

Entendemos que, por mais que o jornal quisesse demonstrar sua simpatia (ou ao menos sua não-oposição) pelo Partido Nazista, ele foi forçado a se manter neutro pelo Estado Novo, para que assim continuasse sendo publicado. Essa postura de neutralidade é o que prevalece nos últimos anos pesquisados. De forma geral, mesmo quando o jornal publicava frequentemente notícias sobre o Partido, acreditamos que não se pode dizer que sua postura seja a de adesão e apoio ao regime nazista. O que ocorre é uma admiração diante dos eventos planejados e executados pelo Grupo Local, que na maior parte dos casos, buscavam também a manutenção do germanismo, iniciativa sustentada pelo *Der Kompass*.

Por isso, concluímos que não houve nem oposição e nem adesão ao regime por parte do jornal. Mas uma posição dúbia, ambígua, que acompanhou as mudanças no contexto da época, desconstruindo o nosso objetivo principal.

Referências

ARNS, Frei João C. *Uma escola centenária em sua moldura histórica*. Curitiba: Linarth, 1997.

ATHAIDES, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: Eduem, 2012.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba: Artes & Textos, 2010.

CAPELATO, Maria. Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FABRIS, Pamela. “*Enquanto nós dormimos o alemão trabalha*”: Relações entre a comunidade étnica germânica e a sociedade curitibana (1870-1918). [Monografia] UFPR, Departamento de História, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

_____. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MÜLLER, Telmo (org.). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994. pp. 13-26.

KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina. In: DREHER, Martin (org.). *Imigração e Imprensa*. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

HARA, Tony. *Caçadores de Notícias*. História e crônicas policiais de Londrina 1948-1970. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. pp. 1-33.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LENHARO, Alcir. *Nazismo*. “O triunfo da vontade”. São Paulo: Editora Ática, 1994.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. pp.111-154.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvo nos galhos das acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba; 1896-1912*. [Dissertação] UFPR, Programa de Pós-Graduação em História, 1996.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*. [Dissertação].

UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1996.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, volume XXV, número 2, julho/dezembro de 2002, pp. 11-41.

_____; COSTA G. B. e LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, volume XXVII, número 2, julho/dezembro de 2004, pp.31-51.

NADALIN, Sérgio. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2001.

PESAVENTO, Sandra. *Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. Revista Brasileira de História. São Paulo, volume 15, número 29, 1995, pp.9-27

RANZI, Serlei. *Alemães Católicos – Um estudo comparativo de famílias em Curitiba (1850-1919)*. [Tese] UFPR, Programa de Pós-Graduação em História, 1996.

RENK, Valquíria. *Der Kompass – Um jornal da comunidade alemã católica do Paraná*. In: DREHER, Martin (org.). *Imigração e Imprensa*. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. pp. 199-228.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado brasileiro*. Texto apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (MG), 1993.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro e ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

VOIGT, André. *Emilio Willems e a invenção do teuto-brasileiro, entre a aculturação e a assimilação (1940-1946)*. História: Questões e Debates. Curitiba, número 46, 2007, pp. 189-201.

BINARISMOS E FESTIVIDADES NA OBRA “BÁRBAROS NO PARAÍSO” DE PEDRO STIEHL

Richard Jeske Wagner*

Resumo: A obra “Bárbaros no Paraíso” de Pedro Stiehl retrata de forma romaneada a cidade de Montenegro-RS o período do início do século de 1910. A cidade é colonizada e povoada inicialmente por lusos/luso-brasileiros e posteriormente por alemães/teuto-brasileiros. Mesmo do binarismo étnico inicial, há ainda dentro desses grupos conflitos políticos, sociais, religiosos e outros possíveis. O foco da obra está presente nesses conflitos e como eles acontecem nessa sociedade. O presente trabalho visa analisar os festejos de todos os grupos apresentados no romance. O quão importante são as celebrações e os festejos para os conflitos e o que exatamente eles representam para os grupos envolvidos.

“Bárbaros no Paraíso” de Pedro Stiehl – Resumo Crítico

A obra é narrada por duas perspectivas diferentes, mas que se encontram ao fim da obra. Sofia Wanderer e Maria Anita são as narradoras dos acontecimentos da obra. A narração pelas duas personagens acontece quando os acontecimentos passam acerca das narradoras, caso não, os fatos são narrados de maneira impessoal por um narrador-leitor.

A narrativa inicia com a representação da chegada dos imigrantes alemães a essa cidade, a qual já possuía moradores luso-brasileiros, onde os teutos eram os “outros” do local. Ser o outro do local será grande parte da problemática do enredo do romance, fazendo parte dos binarismos inerentes à obra.

* Aluno do programa de pós-graduação em letras da UFRGS – literatura comparada.

Em 1914 os teuto-brasileiros já estavam bem estabelecidos na cidade de São João de Montenegro, prosperando financeiramente e até mesmo socialmente. O sucesso financeiro dos teutos era evidente, entretanto o sucesso social era limitado, pois o convívio era de certa forma excludente.

Havia poucos registros que os teuto-brasileiros possuísem um convívio espontâneo com os luso-brasileiros, sendo esse delimitado ao caráter obrigatório e financeiro. Entretanto, o mesmo pode-se dizer dos lusos, que também não compartilhavam de forma espontânea a sua vida social com os teutos.

O símbolo do sucesso dos teutos brasileiros, quanto a uma comunidade formada e estabelecida dentro do Brasil é o clube *Gesellschaft Germania*¹, clube onde os alemães se reuniam para festividades diversas e atividades sociais, jogos e miscelâneas. No mesmo clube serão celebrados festejos, os quais serão vistos como provocação para a sociedade republicana e luso-brasileira.

As primeiras manifestações teuto-brasileiras repudiadas pelos patriotas foram as festas dadas em comemoração à vitória do exército alemão na campanha contra os inimigos na primeira grande guerra. Em um dos bailes do *Germania Solon Flores*, luso e republicano, adentra o clube com seu cavalo, embriagado pelo ódio e da comoção coletiva antigermânica, a fim de afrontar toda a comunidade teuto-brasileira, desiste repentinamente de construir a cena da confusão e da balbúrdia ao mirar Sofia Wanderer. Solón pede educadamente que possa dançar com Sofia. Não apenas sua entrada violenta com seu cavalo, mas também a dança com Sofia é comemorada pelos republicanos como uma gigantesca vitória simbólica, uma invasão bem sucedida ao território inimigo.

Depois do ocorrido, Sofia e Solón se envolvem amorosamente e tem um filho dessa relação. Nenhuma das famílias obviamente aprovou o romance, menos ainda aceitar que o filho fosse de Solón. Para manter uma vida de aparências, aceitável à comunidade pertencente, Sofia se

¹ *Gesellschaft*: em alemão “sociedade”. Nota-se que o nome já estabelecia que apenas germânicos poderiam adentrar o recinto.

casa com Jorge Werther, quem assume o filho de Solón. O casamento de Sofia e Jorge não se consome, apenas por uma vez, um estupro de Jorge, pois Sofia tinha repulsa de Jorge, e apesar disso, Jorge continuava apaixonado por ela. A negação de Sofia para Jorge o faz levar uma vida cheio de vícios e totalmente desregrada, gastando todo seu dinheiro do comércio com jogos, bebidas e prostitutas, levando à sua degradação e doenças venéreas.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, os teuto-brasileiros veem os objetos do Germanya anteriormente confiscados pela intendência do município queimados pelas senhoritas patriotas em praça pública. O Clube Gesellschaft Germanya é obrigado a mudar seu nome e começar a aceitar membros não teuto-brasileiros, pois o clube corria o risco de ser incendiado, devido à cólera generalizada da população luso-brasileira e sua raiva alimentada contra os cidadãos etnicamente germânicos. Após esses incidentes, Gustavo Biehl passa a não tolerar mais esse tipo de comportamento, resultando em consequências posteriores.

O Gesellschaft Germanya passa a se chamar Clube Riograndense e passa aceitar membros não teuto-brasileiros. O primeiro membro não teuto foi o major Campos Netto, o qual apesar de republicano e luso, simpatizava com os teutos, mas também fazia seu papel de político, tentando agradar à todos. Apesar da abertura do clube a novos membros, havia uma forte resistência por parte dos lusos brasileiros em adentrar ao clube, pois no seu cerne ainda era um clube alemão.

Ao fim da Primeira Guerra acontecem poucos momentos de clímax, apenas algumas discussões de cunho religioso e preparação para o pleito político. Começam as negociações políticas e contínuas manifestações de ódio contra identidades contrárias. O Clube Riograndense volta a se chamar Gesellschaft Germanya e os membros não teuto-brasileiros são expulsos do quadro social, por uma questão mais política que étnica.

A casa de Germando Wanderer era um recinto de conflitos religiosos. Germano era protestante, mas se casara com uma católica. Dentro de sua casa havia um conflito religioso entre essas duas divisões da igreja cristã. Felipe Wanderer fora prometido ao seminário de padres ao alcançar a idade necessária para iniciar os estudos de teologia.

No seminário ele faz amizade com outro noviço, o qual é expulso por “livre interpretação da bíblia” e se mata. Tal acontecimento faz com que Felipe abandone o seminário e volte para casa. Felipe fica desgostoso com a religião, a abandona, e transforma sua vida completamente, contrária a antiga vida regrada do seminário.

Maria Anita, casada com Chico Oblarte, tinha um caso com o delegado Leovegildo. Chico Oblarte era comerciante e costumava viajar para outras localidades para trabalho. Maria Anita é descoberta e é violentada e mantida em cárcere privado por Chico Oblarte. Em rara oportunidade abandona a casa e foge para o campo fechado, morando insalubremente ao lado do Rio Caí em uma rústica choupana.

Os federalistas com o intuito de derrubar os republicanos do poder se unem aos teuto-brasileiros, os quais concedem apoio político e financeiro aos federalistas. Alguns outros descontentes com o governo de Borges de Medeiros também se juntam a fim de derrubar o presidente do estado.

Hygino Pereira, ex-capataz de fazenda, em favor da causa federalista, junta seu bando e com ele Felipe Wanderer. Os bandoleiros rondam as cercanias da cidade e são apoiados pelos membros do Gesellschaft Germany. Gustavo Biehl contrabandeou armas para os bandoleiros. Seu ódio é resultado da queima em praça pública dos pertences do Gesellschaft Germany o havia mudado, fazendo que ele nunca mais cedesse aos caprichos de outros grupos, defendendo seus interesses e ideais.

O bando de Hygino Pereira encontra em meio à revolução Maria Anita, a qual havia se exilado da cidade de São João de Montenegro para escapar da ira de Chico Oblarte e das maledicências a seu respeito transmitidas pelos moradores da cidade. Maria Anita é salva de um estupro por Felipe Wanderer, e ela passa a integrar o grupo de bandoleiros. Sua presença se torna uma parte agradável ao grupo de homens sujos e maltrapilhos. Em um ato de megalomania, ela requisita o piano de um sítio já pilhado, onde os bandoleiros precisam retornar a perigo de serem pegos. A tarefa é concluída e eles têm na sua companhia música ao longo de sua estada em campo.

Após embate com a brigada militar e mercenários contratados para auxiliarem na luta armada o bando de Hygino Pereira se dispersa e o restante é abrigado na propriedade de Gustavo Biehl. Os legalistas cercam a fazenda de Biehl com mais de 200 homens, porém a superioridade numérica não é suficiente, e os legalistas seguem acumulando baixas, enquanto os bandoleiros bem protegidos não contam praticamente nenhuma. Sem perspectiva de vitória devido ao seu número reduzido, Gustavo Biehl ordena que os bandoleiros devam escapar da fazenda e deixar apenas ele, sua família, o ferido Fontourinha, e alguns agricultores teuto-brasileiros para que sejam presos ou interrogados.

Solón Flores vendo o combate como sua oportunidade em pegar em armas para uma verdadeira batalha na sua vida falha miseravelmente. Deixa escapar Hygino Pereira, Felipe Wanderer e Maria Anita. E para ferir-lhe a alma para sempre, o único homem que mata na sua vida inteira é um empregado surdo de Gustavo Biehl.

Entre os rebeldes, Gustavo Biehl é preso e os demais junto consigo. Gustavo é levado a Porto Alegre, enquanto Fontourinha é morto por João Fortes, quem jurou vingança por ter sido ferido por ele em uma briga de bar.

Após os conflitos as famílias envolvidas seguiram suas vidas dentro das possibilidades. A família Wanderer se muda de imediato da cidade, Felipe e Anita Maria fogem juntos e por muito tempo não são mais vistos pela cidade.

Pano de fundo da obra

“Bárbaros no paraíso” é um romance histórico que se passa na cidade Montenegro-RS, entre os anos de 1914 e 1923, enquanto ainda se chamava São João de Montenegro. A freguesia de São João de Montenegro foi elevada à condição de cidade em 1913, se desmembrando da Vila de Triunfo.

A trama do romance acontece em meio à acontecimentos históricos relevantes do Rio Grande do Sul e do mundo, sendo a Montenegro parte importante de sua história. Os acontecimentos relatados são chave para os acontecimentos narrados no romance.

A região da cidade foi primeiramente colonizada por portugueses, em especial, por açorianos por meados do ano de 1730, se instalando nas margens do rio Caí. Os primeiros colonizadores trabalhavam em suma com a agricultura, a pesca e a navegação. Apesar de terem chegado logo em 1730 na região, a primeira moradia foi estabelecida apenas em 1785.

Em 1824, quando se inicia o processo de imigração de alemães ao Brasil a fim de colonizar terras, aumentar a população de locais vazios, chegam alemães na cidade e mais tarde em 1857 chega a segunda leva de imigrantes, vindo juntamente com alemães, italianos. Os imigrantes alemães, em parte, trazem consigo a religião protestante, não abandonando suas crenças.

Acontece entre os anos de 1893 e 1895 a Revolução Federalista no sul do Brasil. O objetivo da revolução era tirar do poder Júlio de Castilhos do Partido Republicano Riograndense, “chimangos”, pelos “maragatos” do Partido Federalista do Rio Grande do Sul. A revolução ficou conhecida como revolta da degola, com uma baixa de mais de 10.000 pessoas mortas pela guerra civil. Ao fim da revolta o Partido Republicano vence, entretanto conflito deixaria rugas a serem revividas posteriormente no século vindouro.

No ano de 1914 a então Alemanha já havia colonizado, ou execrado as populações mais pobres para diferentes regiões da América, com certa prosperidade dos colonos. Apesar do vínculo com o a terra natal estar distante, os descendentes ainda mantinham costumes e a cultura alemã presente, bem como a língua, principal elo que ainda se mantinha. No exato ano de 1914 estoura a primeira Grande Guerra, conhecida mais tarde como Primeira Guerra Mundial. O Brasil se manteve neutro até o momento em que o um submarino alemão supostamente torpedeou o vapor brasileiro “Paraná”, logo após rompe relações diplomáticas com a Alemanha, colocando os descendentes de alemães no Brasil em situação de tensão com patriotas, em maioria,

republicanos, que se mostravam contra o pangermanismo², como uma ameaça e ideia a ser estabelecida pelos imigrantes teutos do local.

Em 1922 o republicano Borges de Medeiros se candidata a reeleição da presidência do Rio Grande do Sul. O processo eleitoral marcado por irregularidades diversas em favor do candidato republicano não foi aceita pelos federalistas que tentavam eleger Assis Brasil ao cargo de presidente do estado. Inicia-se então outra guerra civil, que duraria menos que a revolução de 1893. Em maio de 1923 fez-se o tratado de paz e Borges de Medeiros permaneceu no poder até 1928.

A *plot* do romance escrito por Pedro Stiehl é baseado em fontes históricas, em jornais e em personagens que de fato existiram, ou pelo menos é isso que está descrito no último capítulo do prólogo do livro: “No inverno de 1981, eu, Pedro, um dos netos de Felipe e Maria Anita, consegui encontrar Sofia. (...) Mostrei-lhe os cadernos com as reminiscências de Maria Anita. Seus olhos se encheram d’água e, ao som do crepitar da lenha, passou a me contar sua história, começando por um cão que comera o cordão umbilical e a placenta que restara de um nascimento.” (STIEHL, 2003: P. 365, 366) Aparentemente o romance, que é ambientado em nesses fatos históricos, devidamente detalhados, é baseado em fatos reais. Sempre importante se frisar que baseado não é necessariamente literalmente ou exatamente como ocorreu, isso já explica a literatura e até mesmo a própria historiografia.

O autor pretende narrar fatos da historiografia da cidade de Montenegro através da experiência pessoal de sua avó e tia-avó, tal fato explica o porquê de haver duas narradoras na história. Desse modo o narrador existe quando o conhecimento da narração, ou a perspectiva em primeira pessoa é de seu conhecimento dos fatos.

O romance histórico tradicional é quando a *plot* retrata a história sem subvertê-la e insere personagens secundários à historiografia como personagens principais, enquanto os personagens principais são secundários no romance. Já a metaficção historiográfica subverte a

² Alldeutsche Bewegung – Movimento pangermanista que reivindicava a união dos povos germânicos na Europa central.

história e coloca os personagens principais da historiografia como principais do romance. A princípio a obra retrata acontecimentos históricos e não subverte a história dos personagens principais da historiografia, sendo assim aparentemente um romance histórico tradicional. Entretanto conta-se a história dos personagens principais da história daquele local, mas não de toda a história dos acontecimentos. Por outro lado até que ponto pode-se ter certeza que os acontecimentos do romance são verdadeiros ou fantasiosos, apesar de que sendo literatura e até mesmo a história é feita de fatos verossimilhantes. Aparentemente a ideia principal do autor é narrar os fatos históricos de maneira romaneada, seguindo as histórias lidas contada por Sofia Wanderer e Maria Anita, sem que se possa saber, sem um estudo aprofundado de história do município de Montenegro, quais fatos são reais e quais são fantasiosos, e quais são frutos da forma de escrita do autor.

Binarismos e conflitos

A sociedade ocidental se baseia em dicotomias que marcam a diferença de um aspecto em contraponto a outro. A dicotomia se limita entre o sim e o não, é um método de classificação e não compreende dois termos, ou seja, ele é apenas positivo ou apenas negativo em relação a algum aspecto compreendido. A princípio não se podem escolher duas dicotomias que se opõem, entretanto essa divisão limitada não é absoluta. Dicotomias são divisões na em uma determinada estrutura, sendo arbitrário, em princípio, o uso da escolha de uma entre duas oposições.

Durkheim explica que o ser social é submetido à coerção moral, explica que o cidadão, que é permeado por ideias que lhe são impostas ou transmitidas, faça que ele sinta que está desempenhando seu papel de forma correta. Solon Flores é supostamente um seguidor da filosofia de Durkheim e Comte, pois o que ele fazia publicamente era moralmente aceito por seu grupo étnico/político/religioso, mas às escuras ele considerava moralmente impróprio para ser mostrado ao seu grupo e também condenável, apesar de lhe causar prazer.

Segundo Derrida, os binarismos da sociedade ocidental são falhos, pois em algum momento, essas oposições, se encontram e formam quiçá uma ideia nova, que é fruto dessas duas oposições. Entrando, na obra “Bárbaros no Paraíso” tem-se um exemplo prático: Solon Flores, um

luso-brasileiro e católico, tem um filho com Sofia Wanderer, uma teuto-brasileira e luterana. O filho não pode ser dado apenas germânico nem apenas luso, ele é um ser híbrido que engloba as duas dicotomias, e sendo assim, desfaz o pensamento binário intrínseco em ambos os lados identitários.

A obra de Pedro Stiehl é focada em conflitos e dualidades de diversas naturezas. Os conflitos são ocasionados pelas diferenças de identidade entre essas dualidades, em que sempre um interesse vai de encontro com outro.

Os conflitos recorrentes da obra são: teuto-brasileiros x lusos brasileiros; católicos x luteranos; republicanos x federalistas. Cada cidadão de São João de Montenegro possuía de forma arbitrária uma identidade formada por uma possibilidade entre as três disponíveis. Um cidadão poderia ser luso-brasileiro, católico e republicano, deveria ser uma entre as três disponíveis. Tal pensamento era difundido rigorosamente e aceito na cidade.

Toma-se por exemplos de dois personagens: Solon Flores e Sofia Wanderer. Solon Flores era luso-brasileiro, republicano e católico, e se envolve amorosamente com Sofia Wanderer, teuto-brasileira, protestante e possivelmente federalistas, pois a princípio os federalistas defendiam as identidades estrangeiras no país. Os dois tem um filho, que morre doente, nunca tendo o pai sequer visitado o filho. O falecido infante prova que os caminhos se encontram e nem sempre é possível ser uma escolha, as dicotomias se encontram.

Em uma sociedade com tantos binarismos, é praticamente impossível que todas as pessoas fossem oriundas das mesmas identidades, e que em consequência disso, não entrassem em conflito. Os teuto-brasileiros estavam em conflito constante com a maioria dos luso-brasileiros da cidade, e por ventura se uniam para poder manter em união sua cultura germânica, porém, o debate entre católicos e luteranos sempre que possível entrava em pauta e por consequência, mais um conflito.

Os patriotas luso-brasileiros, contrários ao pangermanismo, eram adversários políticos, republicanos x federalistas, apesar de compartilharem a etnia e a religião. Os embates de diversas naturezas seguem ao longo da obra, e por conveniência, os participantes desse jogo

político, étnico, religioso, alternavam-se entre amigos e inimigos conforme a necessidade ou a conveniência.

Os embates por causa dos conflitos binários foram levados em certas instâncias à força, resultando em violência e barbárie. Não houve conflitos violentos em função da religião, mas a questão étnica e política resultaram em queima dos símbolos alemães, e da revolução de 1923, respectivamente.

Importância das festividades na obra

As festividades presentes na obra são muitas, e acontecem em diferentes grupos identitários da história. As festividades perpassam os anos e mudam suas características e locais ao longo da cronologia do texto. As festividades serviam para suscitar conflitos entre grupos identitários, para festejar alguma causa ganha, celebrar e afirmar uma identidade, afrontar outra identidade ou apenas para simples direta fuga da vida cotidiana.

O grupo de teuto-brasileiros se reunia para festejos e reuniões no “Gesellschaft Germany”, clube exclusivistas à pessoas de língua e ascendência alemã. O clube era enfeitado com todos os possíveis artigos de decoração que remetessem à antiga pátria: bandeiras, símbolos, imagens, etc. Além de inscrições em alemão gótico, o clube possuía uma vasta biblioteca de livros de autores alemães, e ainda, as atas oficiais do clube eram escritas em alemão.

Em 1914 inicia-se a Primeira Grande Guerra, e logo em seguida as primeiras vitórias no campo de batalha, alcançadas pelas habilidades do General Von Hindenburg. As vitórias que ocorriam no velho continente eram comemoradas no Gesellschaft Germany.

As comemorações no clube eram uma declaração nítida aos olhos dos patriotas luso-brasileiros uma afronta e também à cidadania brasileira que os teuto-brasileiros possuíam. Essas comemorações reforçavam laços identitários com a Alemanha e enfraqueciam a sua identidade brasileira. Ao passo que as vitórias alemãs aconteciam, ocorriam juntamente e mais intensamente as comemorações no Germany. Cada vez mais os patriotas se sentiam afrontados com as comemorações, a tal ponto, que os

republicanos pediram que se cessassem as festividades, assim como a destruição de símbolos germânicos no clube.

Em determinado baile no Gesellschaft Germania Solon Flores, luso-brasileiro e republicano, invade o clube montado em seu cavalo para afrontar qualquer membro do clube, apenas pela provocação e pelo embate físico. Ao avistar Sofia Wanderer muda de ideia e pede a Germano Wanderer que possa dançar com sua filha, pois ele sentia-se atraído pela moça, de maneira física e emocional, caracterizando o amor. Tal ação não teve respostas violentas no momento, mas foi vista como uma afronta, mais provocativa que entrar montado em seu cavalo. Solón é parabenizado por seu ato por seus amigos luso-brasileiros pela afronta realizada.

Em 1917 o Brasil declara guerra à Alemanha, devido ao afundamento de navios por parte dos alemães. Em função da declaração de guerra, os teuto-brasileiros da cidade são vistos como inimigos de fato, e o Gesellschaft Germania como símbolo do pangermanismo temido pelos patriotas e autoridades brasileiras. Sendo assim, seus símbolos e bandeiras são confiscados, ficando sob tutela da intendência do município. Em 1918 a Alemanha se rende e assina o tratado de Versalhes. Logo em seguida na história, as senhoras republicanas juntam os símbolos apreendidos do Gesellschaft Germania e os queimam em praça pública. Logo após o clube alemão é obrigado a retirar seus escritos em língua alemã, mudar seu nome, e aceitar membros não alemães no seu quadro social. Esse fato vai mudar o comportamento de Gustavo Biehl, que posteriormente se colocará contra os republicanos.

A importância do Germania pode ser descrita por Madame Thêbes, a qual escreve no jornal “Correio do Município” no início do ano de 1914: “(...) enquanto o ufanismo alemão impregnava muitos dos descendentes dos imigrantes renegados, que ainda buscavam uma identidade nacional, uma pátria há muito perdida” (STIEHL, 2003: P. 28). Para os teuto-brasileiros, alemães recém-chegados e afins o Gesellschaft Germania era um marco de resistência e de rememoração da velha Alemanha deixada para trás. As festividades eram o laço entre Brasil e Alemanha que os teutos precisavam para se sentirem ainda alemães. As comemorações das vitórias do general Von Hindenburg explicitam a saudade da pátria. Essa saudade ainda é descrita por

Madame Thèbes “(...) Maisonet retratou esse povo *sui generis* que buscava permanecer tão europeu quanto seus antepassados, trazendo as animosidades do velho continente para o novo mundo, desavenças que seque lhes pertenciam mais.” (STIEHL, 2003: P. 28). O pensamento acima descrito, apesar de ser um juízo de valor, procede, pois ao longo do romance não há sinal sequer que os teuto-brasileiros aceitem o Brasil como sua pátria, com exceção em momentos de pressão, que a mentira parece ser a saída mais fácil. A prosperidade econômica dos alemães era um único e pequeno laço que mantinham um convívio com a instituição Brasil.

Em um jogo de xadrez no Germanya Moojen e Wanderer discutem sobre a política e as contradições de ideias dentro dos partidos políticos e de dentro dos participantes: “- E os protestantes republicanos? O que querem? Eu te digo: querem ser tratados como alemães católicos.” (STIEHL, 2003: P. 84). Os binarismos presentes nessa sociedade deixam claro que não há possibilidade de uma total ruptura de uma identidade com a outra. No momento em que uma identidade, por um viés está contrária à outra, em outro momento, essa identidade estará presente de alguma forma na outra por outro viés. Assumindo que haja várias identidades para cada personagem, mesmo que esses tenham suas diferenças, lusos e teutos se aliam a favor da causa federalistas. Católicos e protestantes se aliam pela causa germânica, e assim sucessivamente de acordo com a necessidade, os caminhos sempre se encontram.

Os patriotas eram membros do Clube de Tiro 87, apesar de não serem esclarecidas as causas ou razões, faziam parte apenas pessoas luso-brasileiras, sendo também uma sociedade exclusivista. Por essa razão havia uma forte contradição no discurso luso republicando, apesar de que o objetivo desse grupo era a total nacionalização da cultura, expulsando as manifestações de quaisquer outras culturas no território brasileiro.

Os luso-brasileiros organizaram um sarau no Grêmio Literário da cidade, decorado com motivos patrióticos pelas senhoras republicanas. Foram convidados ao sarau todos os cidadãos da cidade. Representando o Gesellschaft Germanya vieram o pastor Bruno Stysinski e Germano Wanderer. O ponderado major Campos Netto temia que a festividade se tornasse em mais um derradeiro embate entre lusos e teutos. O discurso do professor Flores no início das festividades foi agressivo e até mesmo

calunioso para com os alemães, e sua fala assanhou a plateia. Os teutos se sentiram ofendidos e foram embora, aumentando as tensões na cidade. Germano Wanderer ainda tentou ponderar a situação, exortando as vitórias de militares alemães no Brasil e no Rio Grande do Sul em favor da pátria brasileira. Apesar de seu esforço, foram escorraçados do Grêmio Literário.

Não apenas as festividades públicas eram comícios do ódio, mas também comemorações íntimas entre um pequeno grupo de pessoas ou famílias eram encontros para reafirmar ideias cultivadas: “Os Flores nos convidaram para jantar. Um pretexto para novas deliberações. O ódio precisa ser alimentado como um corpo vivo.” (STIEHL, 2003: P. 48). Dentro do seio familiar a conversa fluiria sem nenhuma contestação, legitimando qualquer ideia pensada, ignorando-se qualquer absurdo que seja.

O objetivo de uma festividade em princípio é a celebração, a comemoração, um momento de lazer aos participantes. As festividades também são encontros sociais em que assuntos de política, cultura e comportamento da sociedade são debatidos de maneira informal ou até mesmo formal, dependendo da necessidade ou ocasião. As festividades da cidade em muitos dos casos possuíam muito menos o caráter festivo e de lazer que de regra.

As festividades da cidade serviam para suscitar o ódio. Os diferentes grupos em seus respectivos centros de convívio e festas suscitavam a raiva de outro grupo. As festividades dos teuto-brasileiros eram vistas como uma afronta dos lusos e por ventura chegavam às vias de fato. Luso-brasileiros também se reuniam para debater problemas da política e falar mal de seus adversários e dos teuto-brasileiros, que para eles, eram uma ameaça à soberania nacional.

Ainda pode-se citar que o Gesellschaft Germania era ponto de encontro dos federalistas. O clube era uma base da inteligência na revolução de 1923, um centro de comando e ajuda aos rebeldes.

Considerações finais e conclusão

Na sociedade de São João de Montenegro ao longo do romance histórico de Pedro Stiehl suscitou conflitos entre diversas identidades,

sendo elas religiosas, étnicas, políticas e também sociais. Esses grupos diversos mantiveram-se em conflito em toda a obra, resultando discussões, brigas de bar, brigas familiares ou até mesmo conflitos armados.

Os conflitos eram baseados nessas diferenças binárias entre os diferentes grupos. Entretanto os conflitos chegavam a um controverso meio para cada conflito. Participantes de diferentes grupos se juntavam em prol ou contra uma segunda ou terceira causa, fazendo com que seus caminhos se cruzassem, sendo impossível a separação total de cada identidade apresentada, ou seja, a totalidade da separação da sociedade não se realizada, ocorrendo sempre a convivência inevitável entre esses binarismos, pacíficos ou não.

As festividades foram essenciais para o desenvolvimento dos conflitos. A princípio elas seriam uma pausa na rotina da população e serviriam para confraternização e lazer. Entretanto geravam ódio e serviam também para confabular contra os diferentes grupos identitários.

Bibliografia

CAFÉ HISTÓRIA. *Pangermanismo*. Acessado em 15 de set. 2014. Disponível em <<http://cafehistoria.ning.com>>.

CULLER, Jonathan. *Desconstrução*. Rio de Janeiro: Record, 1997

DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. In: *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DURKHEIM, Émilie. *As regras do método sociológico*. Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O IMPARCIAL. O fracasso de mais uma organização revolucionária. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1923. Caderno principal, p. 6. Acessado em 10 de out. de 2014. Online. Disponível em <<http://memoria.bn.br>>.

PUGA, Rogério Miguel. *O essencial sobre O ROMANCE HISTÓRICO*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa Da Moeda, 2006.

RIBEIRO, Rejane de Almeida. *Aspectos dos romances históricos tradicional e pós-moderno*. Olímpia – SP, Scientia FAER ano 1 volume 1, 2009.

RS VIRTUAL: *História do Município: Montenegro*. Acessado em 02 de out. de 2014. Online. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br>>.

STIEHL, Pedro. *Bárbaros no Paraíso*. Porto Alegre: WS Editora, 2003.

O SOTAQUE DO IMIGRANTE EM TEXTOS ESCRITOS

Sabrina Gewehr-Borella*

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a representação do sotaque de imigrantes alemães em textos humorísticos. Os textos analisados são retirados de livros, jornais e páginas da internet. Adicionalmente a essa descrição, são apresentadas análises da fala em português de falantes da língua de imigração alemã hunsriqueana, a fim de comparar a representação da fala dos descendentes de alemães, apresentada nos textos escritos analisados, com a produção oral real dos falantes. Servem de base para tanto dados de leitura retirados do banco de dados do Projeto ALMA-H (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch). Observa-se, a partir da comparação dos textos escritos e dos dados de fala, uma discrepância na representação do sotaque dos falantes, em comparação com o número de marcas associadas ao sotaque observadas nos dados orais. Os textos escritos exageram nas marcas de transferência, buscando atender a fins humorísticos. Coloca-se, com isso, a pergunta sobre a contribuição ou influência desse tipo de representação do sotaque para a identidade dos descendentes de imigrantes e para a compreensão do bilinguismo alemão-português como um capital cultural a ser fomentado.

Palavras-chave: bilinguismo português-hunsriqueano, transferência interlinguística, representação do sotaque.

Introdução

A chegada de imigrantes alemães e italianos ao sul do Brasil, a partir de 1824 e 1875, respectivamente, modificou o cenário até então existente da população nativa. Uma das alterações vivenciadas diz respeito à língua do imigrante, no contato com o português. Marcas fonético-fonológicas das línguas de imigração foram, desta forma, transferidas para o português, gerando os chamados “sotaques” alemão e italiano. O presente trabalho objetiva analisar a representação do sotaque

* Doutoranda em Letras, UFRGS (Capes).

de imigrantes alemães em textos humorísticos, produzidos nesses contextos, contrastando o material encontrado com produções orais reais de falantes bilíngues hunsriqueano-português.

Referencial Teórico

O hunsriqueano

O hunsriqueano foi introduzido no Brasil a partir da chegada dos primeiros imigrantes alemães em 25 de julho de 1824. Mesmo depois de decorridos 190 anos desde a chegada dos primeiros imigrantes, o hunsriqueano ainda é falado nos dias atuais por cerca de 500.000 pessoas só no Rio Grande do Sul (cf. ALTENHOFEN *et al.*, 2008). Essa língua de imigração, bastante difundida também nos estados de Santa Catarina e Paraná, no Paraguai e na Argentina, não ficou restrita ao sul, tendo falantes atualmente também no Mato Grosso e até mesmo no Pará (cf. informações do Projeto Alma-H¹).

A língua atual, evidentemente, não é a mesma trazida pelos primeiros imigrantes. Objetos e elementos da fauna e da flora, desconhecidos na Alemanha, são apenas alguns exemplos de um novo vocabulário que foi sendo aos poucos acrescido à fala dos colonos. O vocábulo *funda*, por exemplo, foi agregado ao hunsriqueano como [], incorporando a palavra por aqui falada uma característica bastante comum no alemão e ausente no português: a finalização de coda com consoante oclusiva.

O contato com os moradores da nova pátria fez com que os imigrantes aprendessem a língua portuguesa. Características fonético-

¹ Projeto Alma-H. O Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata – Hunsrückisch (ALMA-H) é um macroprojeto desenvolvido em conjunto pelas áreas de Romanística (da Christian-Albrechts-Universität de Kiel, Alemanha) e Germanística (do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), sob a coordenação de Harald Thun (Kiel) e Cléo V. Altenhofen (Porto Alegre). Informação retirada da página do Projeto Alma-H em 18/05/2013. Para maiores informações ver: <<http://www.ufrgs.br/projalma>>.

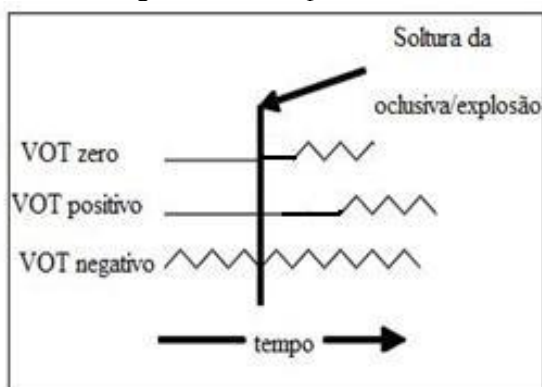
fonológicas do hunsriqueano foram transferidas nessa aprendizagem, gerando palavras com oclusivas fora dos padrões do português. Nos dias atuais, verifica-se que este tipo de transferência vem diminuindo, devido a uma série de fatores. Apesar de ser ainda comum em ambientes de contato linguístico, esse tipo de transferência continua sendo bastante estigmatizado.

As diferenças entre o sistema fonético-fonológico do português e do hunsriqueano

Os fonemas /p/, /b/, /t/, /d/, /k/ e /g/ estão presentes tanto no português como no hunsriqueano. Apesar da existência em ambas as línguas, tais fonemas possuem produções fonéticas distintas. Tal colocação pode ser observada a partir das diferenças de *VoiceOnset Time* (VOT) das línguas referidas.

O VOT é o período de surdez entre a soltura/explosão da consoante e o início da periodicidade de vozeamento do segmento seguinte (LISKER; ABRAMSON, 1964). Os padrões de vozeamento são caracterizados a partir de três categorias de VOT, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Três tipos de VOT



Fonte: Gewehr-Borella (2010, p. 36)²

² Figura adaptada de Cohen [2004, p.13].

1ª) Na categoria ‘VOT zero’ tem-se a soltura da oclusiva, representada pela barra vertical, seguida de um pequeno período de ensurdecimento, em torno de +10ms, representado pela linha reta horizontal, e, logo após, o início da vibração das cordas vocais, na produção do segmento seguinte, ilustrada pela linha ondular. Estão enquadradas nesta categoria as oclusivas surdas /p/, /t/ e /k/ do português, por exemplo.

2ª) Na categoria ‘VOT positivo’ tem-se, ao invés de um pequeno período de ensurdecimento, um tempo maior de surdez, em torno de +75ms, representado pela linha reta horizontal um pouco mais longa, e, logo após, da mesma forma, o início da vibração das cordas vocais, ilustrada pela linha ondular. Nesta categoria estão enquadradas as oclusivas surdas do inglês, do alemão padrão e do hunsriqueano, produzidas com aspiração.

3ª) Na categoria ‘VOT negativo’, também chamada de pré-vozeamento, tem-se a vibração das cordas vocais durante toda a produção da oclusiva, com o vozeamento já ocorrendo antes mesmo da soltura da oclusiva, em torno de -100ms, na qual tem-se como exemplo as oclusivas sonoras /b/, /d/, /g/ do português.

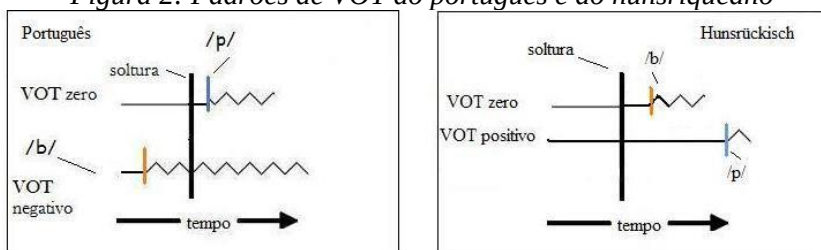
Como os valores de VOT sofrem variações influenciadas por características como idade, velocidade da fala, dentre outras, não há consenso entre os pesquisadores a respeito dos seus valores médios para cada consoante. Entretanto, alguns estudiosos apresentam algumas classificações. Istre, citada por Klein(1999), por exemplo, afirma que os valores médios das oclusivas surdas do português são de 12ms para /p/; 18ms para /t/ e 38ms para /k/ (KLEIN, 1999, *apud* REIS; NOBRE-OLIVEIRA, 2007, p. 398). As oclusivas surdas do português enquadram-se, portanto, dentro da categoria ‘VOT zero’. Já as oclusivas sonoras, /b/, /d/ e /g/, são produzidas com pré-vozeamento, sendo classificadas, portanto, dentro da categoria ‘VOT negativo’.

Quanto aos padrões de vozeamento das línguas de imigração alemãs, entre as quais se inclui o hunsriqueano, Braun (1996) demonstra que a grande maioria apresenta um período de surdez longo nas oclusivas /p/, /t/ e /k/, interpretadas como aspiradas, e um curto período de surdez nas oclusivas /b/, /d/ e /g/, concebidas como surdas não-aspiradas. Jessen e

Ringen (2002, p. 190) acrescentam que o VOT negativo, ou seja, o pré-vozeamento, é bastante raro nas línguas de imigração alemãs.

Em minha dissertação de mestrado encontrei, em início de palavra, as seguintes medidas de VOT para o hunsriqueano: /p/= [p^h] 87ms; /t/= [t^h] 81ms, /k/= [k^h] 91ms, /b/= [p] 27ms, /d/= [t] 23ms, /g/= [k] 40ms, sendo, portanto, as oclusivas surdas classificadas dentro da categoria ‘VOT positivo’, por apresentarem aspiração, e as sonoras dentro da categoria ‘VOT zero’, por terem um período menor de surdez. Tem-se na figura 2 uma exemplificação.

Figura 2: Padrões de VOT do português e do hunsriqueano



Fonte: Gewehr-Borella(2010, p.37)

Conforme pode ser observado na figura 2, as oclusivas surdas do português, exemplificadas a partir do /p/ da figura da esquerda, são muito próximas às oclusivas sonoras do hunsriqueano, representadas pelo /b/ da figura da direita. Tal proximidade pode ser a razão pela qual os falantes venham a apresentar em suas falas em português produções como [p]anana ou [b]anana, ao invés de [b]anana, por exemplo.

A variável “transferência de sonoridade” em textos humorísticos

O cérebro humano é especializado na transferência de diferentes tipos de informações. Neste trabalho observam-se as transferências decorrentes entre a L1(língua materna) e a L2 (segunda língua) dos informantes observados, ou seja, as transferências interlinguísticas. Este tipo de transferência acontece devido ao sistema neurolinguístico do

falante entrincheirado³ nas redes neuronais durante a aquisição da nova língua (MACWHINNEY, 2001, 2007). Ao aprender uma nova língua, o aprendiz tende a buscar na sua língua materna, mais entrincheirada, as características necessárias para a formação estrutural da nova língua, ocasionando, assim, as transferências.

As transferências fonético-fonológicas (fala) e grafo-fônico-fonológicas (escrita) entre o hunsriqueano e o português são chamadas comumente, no domínio público, de “troca de letras”. Tais trocas são representadas em uma infinidade de materiais que ressaltam a fala diferenciada dos descendentes de grupos minoritários, como é o caso dos falantes de hunsriqueano e de outras variedades do alemão existentes no Brasil, como o pomerano e o westfaliano. Em geral, os materiais que circulam no meio social não fazem distinção entre os grupos referidos, criando aos falantes de alemão um estereótipo generalizado que sinaliza a “*fala alemoada*”. É perceptível nos dados escritos e orais inversões do padrão de vozeamento das obstruintes que remetem fones surdos por sonoros e vice-versa, além de outras características comumente associadas à fala com sotaque alemão, como a utilização de <ON> no lugar de <ÃO> e o uso do tepe no lugar da vibrante (ex: chimarrão =chimaron). Alguns destes materiais serão apresentados na análise dos dados. Antes, porém, descreveremos o modelo teórico a partir do qual são analisados os dados orais utilizados no presente trabalho.

O modelo teórico da dialetologia pluridimensional

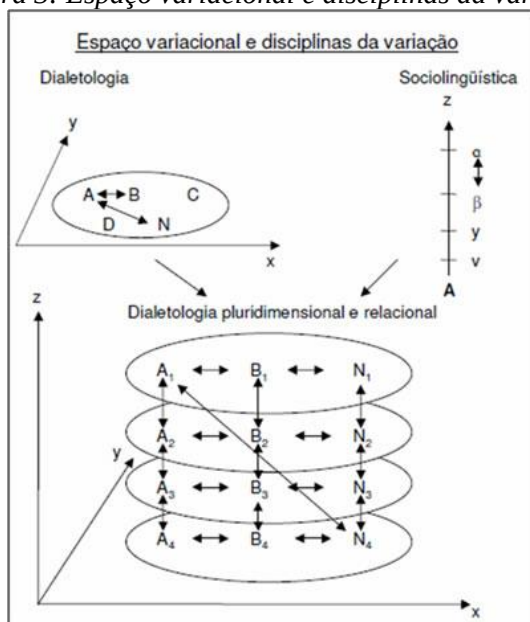
Diferentemente da dialetologia tradicional, que se restringe quase que exclusivamente à variação diatópica, deixando de abordar diferentes variáveis extralinguísticas, e da sociolinguística, que aborda diferentes dimensões em apenas um determinado espaço, a *dialetologia pluridimensional e relacional* busca suprir as lacunas existentes nessas

³ O conceito de entrincheiramento refere-se ao sistema neurolinguístico que já está com suas representações engramadas com os padrões da língua materna, ou seja, moldada de acordo com as características da L1 do aprendiz (MACWHINNEY, 2001, 2007).

duas abordagens ao analisar diferentes variáveis extralinguísticas em diversos pontos de pesquisa (THUN, 1998, 2010).

Os modelos descritos são ilustrados na figura 3. Vê-se, à esquerda, o esquema da dialetologia tradicional, no qual apenas a fala de um determinado tipo de sujeito é estudada em diversos pontos de pesquisa (A,B,C...N). À direita, tem-se o modelo da sociolinguística, no qual várias variáveis ($\alpha, \beta, \dots$) são analisadas em um único local de coleta. Abaixo, pode-se visualizar o modelo da dialetologia pluridimensional e relacional, uma estrutura tridimensional gerada a partir da combinação entre a superfície (dialetologia tradicional) e o eixo vertical (sociolinguística). Segundo Altenhofen (2006), tal modelo reagrega “(...) à dimensão diatópica horizontal as dimensões verticais reclamadas pela sociolinguística” (ALTENHOFEN, 2006, p. 163).

Figura 3: Espaço variacional e disciplinas da variação



Fonte: Thun (1998, p.705)

A partir do modelo proposto pela dialetologia pluridimensional e relacional é possível realizar análises não apenas horizontalmente (A1, B1...N1) e verticalmente (A1, A2,...) como também diagonalmente (A1, B2...N4). Essas análises diagonais possibilitam o contraste de diferentes

tipos de dados (A1 $\Leftrightarrow$ N4, por exemplo), os quais não seriam possíveis na adoção de um dos modelos anteriormente expostos.

Procedimentos metodológicos

Materiais de análise

A análise de dados conta com dois tipos de materiais. O primeiro refere-se aos textos humorísticos, retirados de materiais que circulam no meio social (livros, jornais e páginas da internet). O segundo refere-se aos dados orais, especificados a seguir.

Pontos

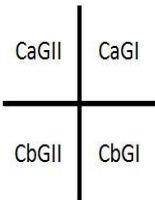
Os dados orais analisados para o presente trabalho são retirados de 16 pontos do banco de dados do Projeto ALMA-H. São eles: RS02 (Ivoti e Dois Irmãos), RS04 (Santa Maria do Herval), RS05 (Igrejinha), RS07 (Harmonia), RS08 (Alto Feliz e São Vendelino), RS10 (Colinas), RS11 (Forquetinha e Lajeado), RS13 (Santa Cruz do Sul), RS14 (Candelária), RS16 (Arroio do Tigre), RS19 (Panambi), RS23 (Horizontalina), SC02 (Ituporanga), SC06 (Itapiranga e São João do Oeste), PR03 (Missal) e MT02 (Sinop).

Os 16 pontos são divididos, na análise dos dados, conforme o contingente populacional/grau de urbanização do ponto e a área histórico geográfica do ponto. Com relação ao contingente populacional, denominam-se: a) ponto com baixo índice: os pontos abaixo de 15.000 habitantes (com maior presença do português de contato) e b) ponto com alto índice: os pontos acima de 15.000 habitantes (com maior presença do português de luso-brasileiro). A respeito da área histórico geográfica do ponto, denominam-se: a) colônias velhas: os pontos criados do início da imigração até a sétima década do séc. XIX (com maior presença do português de contato) e b) colônias novas: os pontos criados a partir do final do séc. XIX (com maior presença do português de luso-brasileiro).

Informantes

Em cada um dos pontos, foram coletados, por entrevistadores do Projeto Alma-H, dados de fala de informantes de quatro grupos sociais (CaGII, CaGI, CbGII e CbGI), equivalentes aos parâmetros das dimensões diastrática e diageracional, conforme quadro abaixo. Todos os informantes são bilíngues hunsriqueano-português, com proficiência em hunsriqueano, nasceram na localidade ou vivem $\frac{3}{4}$ da vida na localidade, obrigatoriamente nos últimos cinco anos.

Quadro 1: Informantes em cada um dos pontos (siglas explicativas)

	Ca = Classe alta	Informantes com escolaridade superior e ocupação profissional livre/autônoma
	Cb= Classe baixa	Informantes com escolaridade básica (analfabeto até 2º grau incompleto) e ocupação profissional agricultor ou empregado que <i>não</i> exija o uso da escrita
	GI = Geração I	Informante de 18 a 36 anos
	GII = Geração II	Informante acima de 55 anos

Fonte: Gewehr-Borella, S.; Altenhofen, C.V. (2012, p. 9).

Dados orais analisados

Nos 16 pontos foram coletadas 59 leituras⁴ da ‘Parábola do Filho Pródigo’ em português. Servem de análise das leituras todas as oclusivas dos dois primeiros parágrafos, num total de 163 oclusivas por leitura (28<P>, 6, 40<T>, 50<D>, 30<C/QU> e 9<G>), conforme atesta a figura a seguir.

⁴ Três leituras dos pontos RS04, RS11, RS14, SC02 e MT02 e quatro leituras dos demais pontos.

Figura 4: Oclusivas analisadas

Parábola do Filho Pródigo (Lucas, 14,15)

Jesus disse também: “Um certo homem tinha dois filhos. O mais novo pediu ao pai: “Pai, tenho a idéia de ganhar experiência na vida. Dá-me a parte da herança que me pertence.” O pai, decepcionado, repartiu os seus bens entre os dois filhos. Poucos dias depois, o mais novo liquidou o que era dele e partiu para uma terra muito distante, onde gastou todo o dinheiro numa vida desregrada.

Quando já não tinha dinheiro, e como houve muita fome e árduo sofrimento naquela região, começou a padecer de extrema necessidade. Foi pedir trabalho a alguém da região. O homem mandou-o para os seus campos guardar e cuidar dos porcos. Desejava encher o estômago mesmo com uma espécie de bolotas que os porcos e os cães comiam, mas ninguém lhas dava. Foi então que, numa noite, ele caiu em si e, inquieto no seu exílio, pensou: “Eu minguo a riqueza do meu pai. Perdi o juízo! E tantos trabalhadores do meu pai têm quanta comida querem. Nunca há penúria, e eu estou parado aqui doente no meu lençol e a morrer de fome! Amanhã vou mas é ter com o meu pai e digo-lhe: “Pai, pequei contra o céu e contra ti. Já não mereço ser chamado teu filho, mas aceita-me como um de teus trabalhadores.”

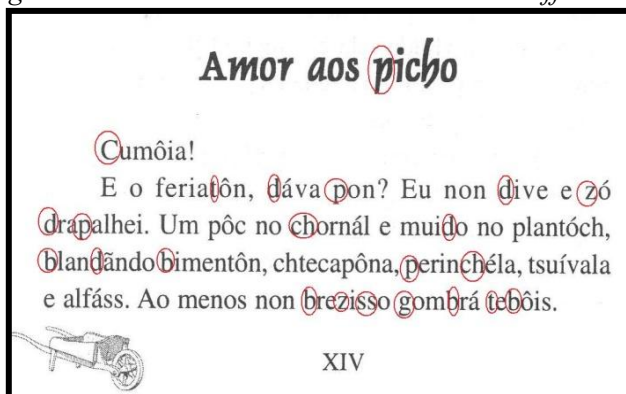
Análise dos dados

A representação da fala dos descendentes alemães no meio social

Elencam-se aqui alguns dos materiais encontrados no meio social que retratam o sotaque de falantes de alemão:

* **TruffCatuch:** Criado pelo jornalista Gilberto R. Winter, *TruffCatuch* contempla uma série de materiais (blog, livro, coluna de jornal...) construídos a partir de um personagem intitulado *Jacó RudiPlitzlamp*. O personagem, um legítimo colono, foi inspirado nos falantes de alemão falado na região do Vale dos Sinos, ou seja, o hunsriqueano. Jacó é colunista do jornal ‘Zapêr Viver’ (Saber Viver) de Novo Hamburgo, município formado por descendentes de imigrantes alemães, situado na região metropolitana de Porto Alegre (RS), além de ‘colono de fim de semana’, ou melhor ‘golono te fin te zemana’, conforme atesta o próprio personagem em seu blog.

Figura 5: Excerto de uma história do livro 'TruffCatuch'



Fonte: WINTER, 2011, p. 14

* **Páginas nas redes sociais:** 'Plôs Tum Háide' e 'Alemonzedo' são dois exemplos de páginas do Facebook com charges e mensagens utilizando a 'fala alemoada'.

Figura 6: Charge retirada da página 'Plôs Tum Háide'



Fonte: <<https://www.facebook.com/PlosTumHaide/info>>. (22.07.14)

Figura 7: Postagem feita pela página 'Alemonzedo'



Fonte: <<https://www.facebook.com/alemonzedo>>. (08.07.14)

* **Willmutt:** Conhecido como o alemão dos trotes telefônicos, o humorista Cleiton Geovani Kurtz, de Marechal Cândido Rondon (PR), interpreta, em seus vídeos no *YouTube* e apresentações ao vivo, o personagem *Willmutt*, um alemão com sotaque carregado. O que não passou de uma brincadeira entre amigos no ano de 2003 virou profissão para Cleiton. Atualmente, o humorista tem inclusive um site para seu personagem.

Figura 8: Personagem 'Willmutt'



Fonte: Site do humorista: <<http://www.willmutt.com.br>>. (14.01.14)

* **Tia Herta:** Interpretada pelo ator e teatrólogo, de Dois Irmãos (RS), Beto Klein, *tia Herta* é uma simpática viúva de origem alemã que faz diversas apresentações teatrais, ressaltando a fala com sotaque alemão. Além de um blog, o ator mantém na internet diversos vídeos no *Youtube* com apresentações da personagem.

Figura 9: Personagem 'Tia Herta'



Fonte: Blog do humorista: <<http://tiaherta.blogspot.com>>. (14.01.14)

***Alemão Von Mitsen:** Personagem atuante na Rádio Gaúcha (600 AM e FM 93.7), o *alemão Von Mitsen*, criado e interpretado pelo palestrante, locutor e humorista Olidio Volpato, participa do programa Esporte na Boa, no ar de segunda a sexta-feira, às 20h, sob o comando de Cristiano Silva. O personagem retrata um colono do interior do RS, de descendência alemã, e fala com sotaque típico dos imigrantes.

Figura 10: Personagem 'Alemão Von Mitsen'



Fonte: <<http://teghop.wordpress.com>>. (14.07.14)

Mudanças de padrão de vozeamento, como as observadas nas palavras *picho* 'bicho', *feriatôn* 'feriadão', *dáva* 'estava', *Cot* 'Gott (Deus)', *Prasil* 'Brasil', entre outras, apresentadas nas figuras 5 a 7, são exemplos de como os autores de textos humorísticos dão ênfase as

marcas etnoletais, a fim de caracterizar os personagens de descendência alemã.

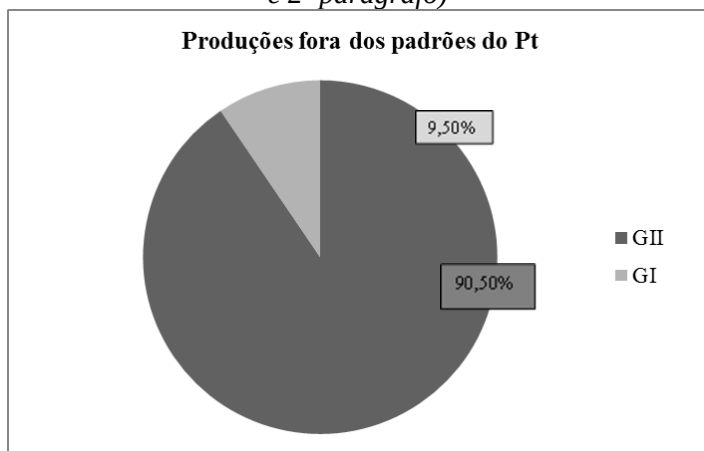
Independentemente do meio utilizado, sendo ele escrito (TruffCatuch e as páginas nas redes sociais) ou oral (Willmutter, Tia Herta e Alemão Von Mitsen), todos os humoristas costumam exagerar ao modificar a grande maioria do padrão de vozeamento (surdo *versus* sonoro e vice-versa) da fala/escrita de seus personagens.

A produção real dos falantes bilíngues

* GI *versus* GII (análise diageracional):

As 59 leituras analisadas nos dados orais continham conjuntamente 9.617 oclusivas. Ao analisá-las, 100 foram anuladas por razões diversas, como interferências sonoras, que dificultaram a análise. A análise dos dados contou, portanto, com um total de 9.517 oclusivas. Do total produzido, apenas 179 oclusivas tiveram dessonorizações/sonorizações, o que equivale a somente 1,88% dos dados analisados. Das 179 oclusivas distintas dos padrões do português, 17 foram produzidas pelos informantes GI (9,50%) e 162 pelos informantes GII (90,50%), conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1: Produções fora dos padrões do Pt na GI e GII (59 leituras -1º e 2º parágrafo)

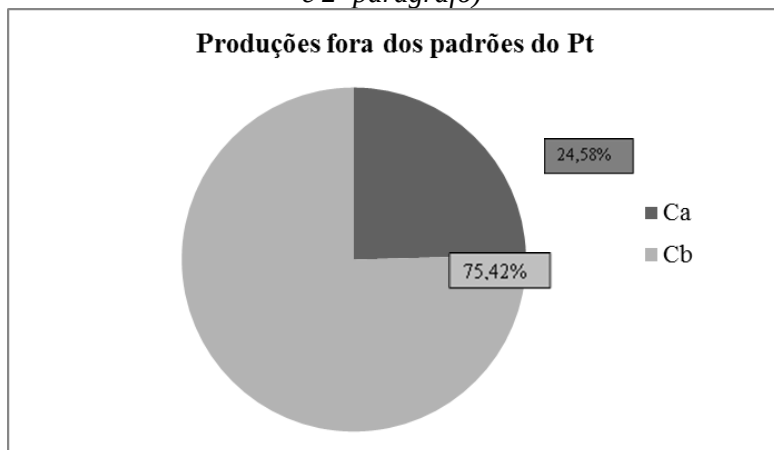


Fonte: Gewehr-Borella, (no prelo).

* Ca versus Cb (análise diastrática):

Dos 179 dados fora dos padrões do português, 44 eram provenientes da Ca (24,58%) e 135 da Cb (75,42%), conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2: Produções fora dos padrões do Pt na Ca e Cb (59 leituras -1º e 2º parágrafo)



Fonte: Gewehr-Borella, (no prelo).

Análise diatópica (16 pontos):

Com relação à localidade em que ocorreram as 179 transferências, o ponto RS02 foi o que obteve o maior número de padrões distintos (5,61%), seguido dos pontos RS07 (5,46%), SC06 (3,41%), RS08 (3,39%), RS11 (3,35%), RS13 (3,26%), RS10 (1,85%), RS04 (0,81%), RS16 (0,62%), RS05 (0,46%), MT02 (0,41%), RS14 (0,40%), PR03 (0,30%) e, por fim, dos pontos RS19, RS23 e SC02, com nenhum percentual de padrão distinto.

Gráfico 3: Porcentagem de padrões distintos nos 16 pontos (59 leituras - 1º e 2º parágrafo)



Fonte: Gewehr-Borella, (no prelo).

Chama a atenção nos resultados que a ausência de transferência ocorreu em pontos pertencentes às colônias novas, com contingente populacional alto (RS19, RS23 e SC02) e a maior presença em pontos pertencentes às colônias velhas (RS02 (5,61%) e RS07 (5,46%)), com contingente populacional variado (alto (RS02) e baixo (RS07)). No geral, observa-se um predomínio de padrões distintos em informantes pertencentes às colônias velhas e com baixo contingente populacional.

Considerações finais

O estereótipo criado pelos textos humorísticos não condiz com a real produção dos falantes bilíngues, tendo em vista a ocorrência de menos de 2% de dessonorizações/sonorizações de oclusivas em mais de 9.000 análises. Verifica-se, com isso, que a representação da transferência de sonoridade na sociedade é nitidamente desproporcional/discrepante com as produções dos falantes bilíngues.

As análises pluridimensionais feitas apontaram que as transferências de padrão de vozeamento são mais frequentes em informantes mais velhos (GII), com baixo índice educacional (Cb), de pontos pertencentes às colônias velhas e com menor contingente populacional. Tais considerações nem sempre são observadas pelos autores dos textos humorísticos na criação de seus personagens.

Outro ponto nem sempre observado diz respeito à proporção de dessonorizações e sonorizações utilizadas. Os dados orais analisados mostraram que das 179 transferências ocorridas, 147 foram dessonorizações (82, 12%), isto é, mudança do padrão sonoro para o surdo, e 32 foram sonorizações (17,88%), do surdo para o sonoro. A grande diferença encontrada, com um número bem superior de dessonorizações, não é respeitada, por exemplo, nos textos de *TruffCatuch*, os quais enfatizam tanto as sonorizações quanto as dessonorizações, fato que amplia o mito de que falante de alemão sempre ‘troca letras’.

A partir das correlações feitas é preciso refletir sobre a influência desse tipo de texto humorístico para a identidade dos descendentes de imigrantes alemães e para a compreensão do bilinguismo alemão-português como um capital cultural a ser fomentado.

Referências bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo. V. Interfaces entre dialetologia e história. In: MOTA, Jacyra & CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador : Quarteto, 2006. p. 159-185.

_____. et al. Fundamentos para uma escrita do Hunsrückisch falado no sul do Brasil. In: DREHER, M. N.; KUNZ, J. A.; MUGGE, M. H. (Orgs.) *Imigração e relações interétnicas*. XVII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. 2008. São Leopoldo: Oikos, 2008, p 1199-1216. 1 CD ROM

BRAUN, A. Zur regionalen Distribution von VOT in Deutschen. In: _____. (Hg.). *Untersuchungen zu Stimme und Sprache: Papers on Speech and Voice, Germany*, 1996, p. 19-32.

COHEN, Gustavo Vargas. *The VOT Dimension: a bi-directional experiment with English and Brazilian-Portuguese stops*. 2004. 70 f. Dissertação (Mestrado em Letras/Inglês e Literatura correspondente) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, [2004].

GEWEHR-BORELLA, S. *A influência da fala bilíngue Hunsrückisch-Português brasileiro na escrita de crianças brasileiras em séries iniciais*.

2010. 205f. Dissertação (Mestrado em Letras/Linguística Aplicada)- Pós-Graduação em Letras. Universidade Católica de Pelotas: Pelotas, 2010.

_____. *Macroanálise pluridimensional da variação de sonorização e dessonorização das oclusivas do português de falantes bilíngues hunsriqueano-português*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), [no prelo].

_____; ALTENHOFEN, C. Macroanálise pluridimensional da variação de consoantes oclusivas do português por falantes de hunsriqueano. In: *IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FONOLOGIA*, 2012, Porto Alegre, Anais...Porto Alegre, RS: Upplay, 2012. 1 CD ROM.

IOTTI, C.H. Charge. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 19, 07. de jul., 2014.

JESSEN, M.; RINGEN, C. Laryngeal features in German Phonology. *Phonology*. n. 19, p. 189-218, 2002.

LISKER, L; ABRAMSON, A.S. A Cross-Language Study of Voicing in Initial Stops: Acoustical Measurements, *Word*, 20,1964, p.384-422.

MacWHINNEY, B. The Competition Model: The input, the context, and the brain. In: ROBINSON, P. (Ed.). *Cognition and second language instruction*. Cambridge: CUP, 2001, p.69-90.

_____. Emergent fossilization. In: HAN, Z; ODLIN, T. (Eds.). *Perspectives on fossilization*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2007, p. 1-33.

REIS, M; NOBRE-OLIVEIRA, D (2008) Effects of perceptual training on the identification and production of English voiceless plosives aspiration by Brazilian EFL learners. In: RAUBER, A. S.; BAPTISTA, B. O.; WATKINS, M.A. (Eds.), *New Sounds: FIFTH INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE ACQUISITION OF SECOND LANGUAGE SPEECH*. 2007. Anais...Florianópolis, SC: UFSC, 2007. p. 398-407

THUN, H. La geolingüísticacomolingüísticavariacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay. In: *International Congress of Romance Linguistics and Philology* (21. : 1995: Palermo). Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen : Niemeyer, 1998.

v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

_____. Pluridimensional cartography. In: LAMELI, A.; KEHREIN, R; RABANUS, C. (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010.p. 506-523.

WINTER, G. TruffCatuch!: Jacó RudiPlitzlamp. Jornal Saber Viver na terceira idade, Novo Hamburgo, p. 2, 02 de set., 2013.

_____. *TruffCatuch!:* Jacó RudiPlitzlamp. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

A PESQUISA DA LÍNGUA ALEMÃ EM CEMITÉRIOS DO SUL DO BRASIL

Lucas Löff Machado*

Willian Radünz**

Introdução

O presente artigo aborda o tema da presença da língua alemã em cemitérios de áreas de colonização alemã no sul do Brasil. Trata-se, sobretudo, de uma breve notícia acerca das pesquisas realizadas no projeto ALMA-H (*Atlas Linguístico das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch*) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre o tema, especialmente sobre o enfoque de paisagens linguísticas. Dessa forma, apresentaremos nas seções seguintes, respectivamente:

- a) uma contextualização da presente pesquisa no projeto ALMA-H;
- b) alguns pressupostos teóricos sobre o tema;
- c) o corpus de fotos de lápides do projeto ALMA-H;
- d) alguns exemplos e uma breve apreciação sobre a materialidade escrita das lápides;
- e) perspectivas desse estudo.

* UFRGS.

** UFRGS.

A pesquisa da língua alemã no projeto ALMA-H

O objetivo principal do projeto ALMA-H é produzir um atlas linguístico da variedade brasileira de imigração alemã Hunsrückisch. Para tanto, o projeto contempla uma rede de 41 localidades, distribuídas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Paraguai e Argentina (cf. Figura 1). A coleta de dados nessas localidades é composta geralmente por três eixos:

a) a coleta de cartas e outros documentos escritos em língua alemã, registro fotográfico da presença visual da língua (em lápides de cemitérios, placas, nomes de estabelecimentos comerciais, por exemplo);

b) coleta de textos orais sobre temas variados;

c) entrevistas semidirigidas com quatro grupos de informantes definidos pela escolaridade (variação diastrática) e pela faixa etária (variação diageracional)¹.

Trataremos, aqui, do levantamento de dados da presença visual da língua em cemitérios, um dos aspectos, como veremos, da *paisagem linguística* dessas localidades.

Cemitérios como paisagens linguísticas

Os cemitérios fotografados pelo projeto ALMA-H são espaços públicos de comunidades geralmente multilíngues. Ou seja, comunidades que usam mais de uma variedade linguística, normalmente a(s) variedade(s) de imigração e o português e/ou espanhol. Esse contexto multilíngue evidencia-se, entre outras formas, nos usos dessas variedades nos nomes de ruas, placas de estabelecimentos comerciais, ou ainda, em lápides de cemitérios, constituindo as várias *paisagens linguísticas* dessas localidades. Landry & Bourhis definem *paisagem linguística* como o “*estudo dos usos linguísticos por meio de manifestações escritas em determinados espaços públicos* (LANDRY/BOURHIS 1997, p. 25 *apud* AUER, 2010)”.

¹ Para mais detalhes sobre o projeto ALMA-H e a metodologia utilizada, consultar o site <www.ufrgs.br/projalma>.

Ou ainda, de modo mais detalhado:

A língua de sinais de trânsito, placas de advertência, nomes de ruas, manifestações no comércio e em prédios governamentais se combinam para formar a paisagem linguística de determinado território, região ou aglomeração urbana. (LANDRY/BOURHIS 1997, p. 25 apud Cenoz&Gorter, 2006, p. 67)

O espaço público dos cemitérios a nosso ver é um importante integrante da *paisagem linguística* de um dado território. Nas lápides, inscrevem-se nomes, sobrenomes, data de nascimento, data de falecimento, epitáfios e outros elementos simbólicos que, entre outras coisas, informam para quem visitar esse espaço, quais línguas coexistem nessa localidade, possivelmente as relações entre elas e quais grupos étnicos e religiosos as constituem.

As pesquisas em paisagem linguística

Nessa recente área da linguística, os estudos têm abordado principalmente contextos multilíngues, como o citado anteriormente, procurando compreender, entre outras coisas, como relacionam-se as línguas de um dado contexto em diferentes suportes escritos, em que espaços públicos específicos (ruas, shoppings, etc.) e com qual predominância cada língua se manifesta. No estudo de Huebner (2006), por exemplo, o pesquisador analisou placas e fachadas de lojas em quinze bairros da cidade de Bangkok, com vistas a investigar o contato linguístico entre as línguas tailandesa, chinesa e inglesa. Nessa pesquisa evidenciaram-se aspectos relacionados à globalização e a influência exercida pelo inglês sobre a paisagem linguística local. Outro enfoque desses estudos diz respeito geralmente às línguas minoritárias. Um exemplo é o estudo de Cenoz&Gorter (2006) que compara duas regiões na Europa a partir da análise de placas em duas ruas, uma no País Basco (Espanha) e outra na região da Frísia (Holanda). Nesse trabalho são analisados o número de línguas usadas e as características dos gêneros escritos. Não encontramos até o presente momento, contudo, trabalhos que tratassem mais especificadamente de paisagens linguísticas em cemitérios. Esse espaço público certamente não é o foco dos estudos iniciais da área de paisagem linguística.

As pesquisa linguísticas em cemitérios

Abordaremos a seguir de modo bastante explorativo e breve a paisagem linguística dos cemitérios das localidades visitadas pelo projeto ALMA-H. Observaremos mais especificadamente as variedades linguísticas presentes nesse espaço público e como elas se relacionam na materialidade das lápides. Para além disso, os cemitérios fotografados constituem hoje, nessas localidades, um dos espaços públicos com o maior número de registros escritos em língua alemã, sendo, portanto, uma importante fonte para estudarmos, por exemplo:

a) a língua alemã escrita em sua diacronia (em diferentes períodos no eixo do tempo, dado que contamos com lápides dessas comunidades desde 1826 até os dias atuais);

b) A escolha das línguas para as lápides em diferentes períodos e diferentes localidades, onde podemos observar, entre outras coisas, as influências das políticas linguísticas de nacionalização e de proibição de línguas;

c) processos resultantes do contato linguístico com o português e outras variedades alemãs.

Apesar dessas e outras possibilidades de estudos linguísticos, cabe destacar que muitas das lápides fotografadas, principalmente as mais antigas, são de difícil leitura pela sua má conservação. Percebe-se que, de um modo geral, esse patrimônio é pouco conservado, muitas vezes pouco valorizado. Para além disso, como destaca Araújo, poucos se tem estudado esse espaço no Rio Grande do Sul:

“As publicações que existem no Rio Grande do Sul sobre a pesquisa cimiterial se restringem ao mapeamento de determinadas regiões (Lajeado, Veranópolis e Santo Antônio da Patrulha) e levantamentos genealógicos, bem como suas simbologias analisadas de maneira generalizada”. (ARAÚJO, 2008)

Apesar desse quadro ainda predominante de subaproveitamento, algumas localidades já buscam nos cemitérios a possibilidade de recuperação e reavivamento de elementos da cultura e das memórias locais. Uma dessas iniciativas, por exemplo, foi feita na localidade de Picada Café (al. *Kaffeeschneis*), onde a visita e a exploração dos

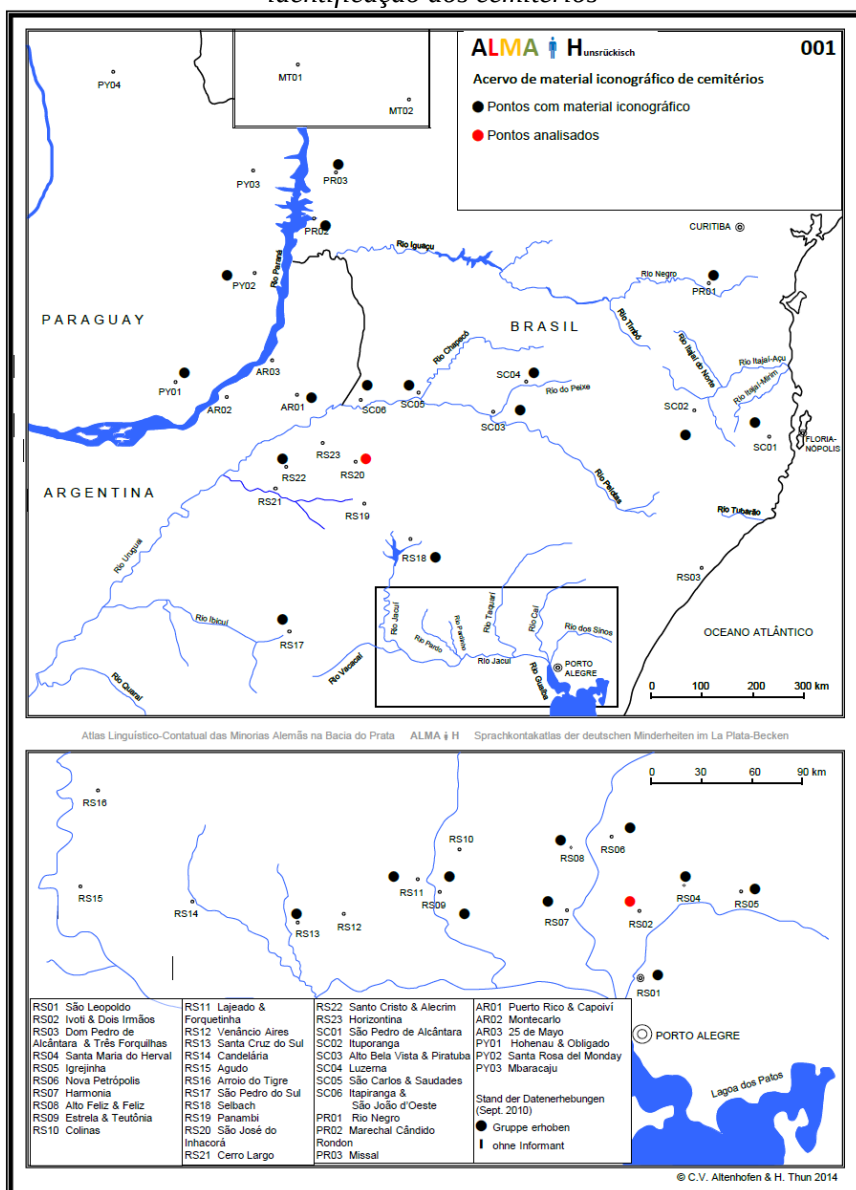
cemitérios por alunos e professores locais integrou um projeto maior² empreendido na rede escolar.

Corpus

Como mencionamos anteriormente, o corpus de fotos de lápides do Projeto ALMA-H foi constituído como um dos elementos da *paisagem linguística* registrada nas localidades visitadas. Não constituindo, portanto, o aspecto central do projeto e sim um dado complementar. Sendo assim, não registramos exaustivamente todas as lápides dos cemitérios. Procurou-se, sobretudo, registrar dados representativos da diversidade dos elementos escritos das lápides, onde selecionamos qualitativamente as lápides por suas formas em língua alemã, em português e por diferentes períodos históricos. Optou-se, dessa forma, pela constituição de uma amostra mais restrita de lápides fotografadas. Foram tiradas em média 50 fotos por cemitério em 27 localidades distribuídas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Argentina e Paraguai (c.f. figura 1). Embora ainda restrito em número e foco dos registros (principalmente os elementos escritos das lápides), o banco de dados iconográfico constituído pelo projeto ALMA-H representa um registro geograficamente e temporalmente já bastante amplo da paisagem linguística de cemitérios de áreas onde ainda encontram-se falantes da variedade Hunsrückisch, muitas vezes ao lado de outras variedades do alemão (vestfaliano, pomerano, boêmio, entre outras; cf ALTENHOFEN, 2012, p. 23). Esses registros remontam a lápides de 1826 até os dias atuais, constituindo uma interessante fonte histórica das línguas brasileiras de imigração alemã no sul do Brasil.

² Cf. *Na trilha dos lírios*, onde se encontram relatos de experiências pedagógicas.

Figura 1. Mapa da Rede de Pontos do projeto ALMA-H com identificação dos cemitérios



Exemplos

Abaixotrazemos fotos de setelápides bem como as transcrições das três primeiras (logo abaixo delas), para ilustrar algumas das inscrições frequentes do corpus e algumas das suas características. As três primeiras lápides são município de Dois Irmãos (RS02 no mapa da figura 1), as três seguintes de São José do Inhacorá (RS20) e última do município de Santo Cristo (RS22).



Figura 2. Lápide do cemitério de Lomba Grande, município de Dois Irmão.



Figura 3. Lápide do Cemitério de Lomba Grande, município de Dois Irmãos.



Figura 4. Lápide do Cemitério de Lomba Grande, município de Dois Irmãos.

HIER RUHET MARIA ? DROESCHER GEB. FRITZ AUS BEGMERBACH GEB.D.? APRIL 1796 GEST.D.? DEZEMBRO 1856	HIER RUHT SEBASTIÃO KRÄMER GEB. D.22 NOVBR 1819 IN HEINNESHEIN GEST.D. 14 SEPTBR 1905	Aqui Jaz Julha da Silva de Sousa nascido a 21 de Abril de 1857 falecido a 28 de Abril de 1857



Figura 5. Lápide do cemitério de São José do Inhacorá.



Figura 6. Lápide do cemitério de São José do Inhacorá.



Figura 7. Lápide do cemitério de São José do Inhacorá.

Fig. 8 Lápide do cemitério da Linha Alma em Santo Cristo (RS22).



Caracterização das localidades no projeto ALMA-H

Ambas as localidades exemplificadas aqui são pontos de pesquisa do Projeto ALMA-H, sendo escolhidas especialmente por serem localizadas em regiões geográficas bastante distintas (como podemos observar no mapa da figura 1) e ocupadas por falantes da variedade alemã Hunsrückisch em períodos distintos. Dois Irmãos é uma das localidades

que recebeu os primeiros imigrantes dessa variedade em fins de 1826, pertencendo à chamada região das *colônia velhas* (cf. ROCHE, 1969; ALTENHOFEN, 1996). São José do Inhacorá e Santo Cristo, por sua vez, localizam-se na região das Missões, nas chamadas *colônias novas* (cf. ROCHE, 1969; ALTENHOFEN, 1996), e passa a ser ocupada por colonos descendentes dos primeiros imigrantes de falantes da variedade Hunsrückisch a partir de 1923. Como destaca Altenhofen (2012), as colônias novas receberam não somente imigrantes provenientes diretamente da Europa, como também contingentes de remigrantes vindos das colônias velhas, constituindo um tipo de migração interna. Os colonos e descendentes de alemães que ocuparam a atual localidade São José do Inhacorá, assim como aqueles que foram para outras localidades situadas nas colônias novas, apresentavam já um conhecimento e relação bem diferenciada com a língua alemã em comparação com aqueles que ocuparam as colônias velhas. Observa-se isso claramente através dos exemplos apresentados anteriormente, onde aparecem algumas das diferenças mais relevantes acerca das realizações escritas em língua alemã nessas duas localidades.

Descrição dos exemplos

Nas *colônias velhas*, as lápides mais antigas, de modo geral, apresentam um espectro mais amplo de elementos escritos em alemão. Nota-se nas amostras apresentadas acima, por exemplo, a data de nascimento e falecimento escrita em maior extensão (Geb. d. 22 Novbr 1819; Gest. D. 14 Septbr) e a localidade de origem, na Europa, dos falecidos, o que observamos na figura 2 (Aus Begmerbach) e na figura 3 (In Heinenshein). Araújo entende ser esse um aspecto relacionado à preservação da identidade cultural:

“No cemitério das comunidades alemãs, há um forte apego à preservação da identidade cultural expressa nos epitáfios, que muitas vezes são escritos na língua de origem e ressaltam o local de nascimento do morto” (ARAÚJO, 2008).

Evidencia-se também nas colônias velhas a coexistência de formas arcaicas da língua alemã como, *HIER RUHET*, e formas da norma atual como *HIER RUHT* (cf. figs. 2 e 3 respectivamente). Do mesmo modo, observa-se na figura 4, nessa mesma paisagem linguística da

localidade de Dois Irmãos, variantes arcaicas do português (falecido, nascido a 21 de Abril de 1857). Observa-se ainda, provavelmente, pela escrita em maior volume, casos de alternância de código escrito ((Al.) Gest. D.(Pt.) Dezembro ‘falecido em dezembro’ cf. fig. 2), onde uma palavra em português está inserida em um enunciado da língua alemã.

As colônias novas, por sua vez, trazem, de modo geral e segundo o que observamos, menos elementos escritos em alemão, sendo os nomes e sobrenomes os dados que ainda se mantêm, como nos exemplos apresentados acima. Nota-se nessas ilustrações formas sonorizadas (Nicolau > *Nigolaucf*. fig. 7) e dessonorizadas (Willibald > *Williabalt* cf. fig. 6) tanto em lápides escritas em português (fig. 7), quanto em alemão (fig. 6). Tais processos fonológicos e tais transferências são comuns, conforme (ALTENHOFEN, 1996) na variedade falada do Hunsrückisch e supõe-se que também tenham se realizado na escrita, conforme também destaca (STEFFEN, 2013).

Para além desses fenômenos, verificamos nas colônias novas, lápides em que a escrita em português foi sobreposta à escrita em alemão, ou seja, escreveu-se por cima de algo que já estava escrito. A figura 8, segundo o que constatamos, é um exemplo disso. Não sabemos exatamente os motivos dessa prática. Não sabemos se trata-se de uma reescrita devido à pouca visibilidade ou se trata de um caso de reescrita pelas políticas de proibição da língua alemã instituída pelo Estado Novo (1937-1945) no Brasil.

As fotos e as descrições apresentadas acima exemplificam a diversificada paisagem linguística dos cemitérios dessas três localidades. Como observamos brevemente, variados são os fenômenos linguísticos em lápides de diferentes períodos e situadas em diferentes regiões geográficas de comunidades falantes de Hunsrückisch. Na medida em que aprofundarmos esta análise, convém naturalmente estudar outros importantes fatores como a influência do artesão na confecção das lápides, se o mesmo era membro da comunidade ou um ornador de fora, como se dava a substituição de lápides depredadas nas várias localidades e se o registro dos nomes nos cemitérios onde ocorrem fenômenos como os apresentados são os mesmos do registro em cartório.

Perspectivas do projeto

Com a iminente revisita às localidades pesquisadas pelo projeto ALMA-H para complementação do corpus, pretende-se ampliar em número e qualidade os registros das lápides, bem como ampliar o próprio número das localidades registradas. É objetivo nessa etaparegistrar não somente os elementos textuais como também os demais elementos constituintes da lápide (ornamentos, figuras), bem como a disposição espacial das lápides dentro do espaço de determinado cemitério. É objetivo também disponibilizar esse banco de dados iconográficos à comunidade através do site do projeto ALMA-H. Espera-se, por fim, que esse registro e possíveis pesquisas que possam advir da mesma contribuam não somente no melhor registro e entendimento desse espaço, como também na condução de ações mais amplas e concretas de restauração e conservação desse patrimônio histórico, artístico, linguístico e identitário dessas localidades.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata*. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa N. Brochi; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & URUGUAY, C. Gonzales (orgs.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora UFPel, 2013b

_____. Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart : Steiner, 1996.

ARAUJO, Thiago Nicolau de. *Cemitérios, etnia e germanidade*. In: Harry Rodrigues Bellomo. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. 1, p. 237-242.

BUNSE, A. W. *Epitáfios em cemitérios da colônia alemã*. Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul 3.

CENOZ, J. & GORTER, D. 2006 (with D. Gorter) *Linguistic landscape and minority languages*. International Journal of Multilingualism 3: 67-80.

DULLIUS, Werner Mabilde; PETRY, Hugo Egon. *Cemitérios das colônias alemãs no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre :Metrópole, c1985. 172 p.

GORTER, Durk (ed.) (2006a) *International Journal of Multilingualism* 3 (1).A special issue on linguistic landscape.(ed.) (2006b) *Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism*. Clevedon–Buffalo–Toronto: Multilingual Matters Ltd.

HUEBNER, Thom. (2006) “Bangkok’s linguistic landscapes: Environmental print, codemixing, and language change”. DurkGorter, ed. *Linguistic landscape: A new approach to multilingualism*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 31–51.

LANDRY, Rodrigue& BOURHIS, Richard Y. (1997) *Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: an empirical study*. *Journal of Language and Social Psychology* 16 (1): 23–49.

ROCHE, J. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. V.1.

SPERB, A. T.; WERLE, S. M. M. *Na trilha dos lírios: escola e comunidade traçam seu futuro através do passado*. Picada Café: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Picada Café, 2004.

STEFFEN, Joachim. *Aspectos históricos do contato linguístico entre o alemão e o português no sul do Brasil através de cartas antigas: interferências fonéticas no português dos imigrantes*. In: *Norteamentos*. Mato Grosso: UNEMAT, 2013, p. 21.

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO E FESTIVIDADES

MOTIVOS CELEBRATIVOS E FESTIVOS DAS COMUNIDADES ÉTNICAS POLONESAS NO RIO GRANDE DO SUL

Adriano Malikoski*

Lucio Kreutz**

Introdução

Ao abordar o tema numa perspectiva cultural, acreditamos que o processo de construção de uma narrativa é elaborado através da interação com as fontes, postulando um caráter processual da ciência. O conhecimento é contingente, sendo possível até onde os instrumentos disponíveis do método podem alcançar e nas representações de sentidos proporcionadas. Para a elaboração deste texto, foram analisados documentos e fotografias relacionados com celebrações e festividades do grupo étnico polonês, além de entrevistas realizadas com descendentes desse grupo étnico entre o anos de 2013 e 2014 em diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Para Kossoy (1989) a fotografia congela um fragmento da realidade. É um testemunho visual e resíduo do passado, assim como acontece com os documentos escritos. Porém a fotografia não conserva simplesmente a materialidade de um momento. Ela constrói uma série de dados que poderão ser reveladores, posto que não seja mencionado pela linguagem escrita. Entretanto, existem intenções, omissões que retomam questões discursivas nas imagens. Assim, a partir de Botià (2002), a

* Aluno de Mestrado Bolsista PROSUP/CAPES do PPPGE – UCS.

** Doutor em Educação, Professor do PPGE da Universidade de Caxias do Sul, pesquisador Pq, CNPq.

leitura do mundo parte do pressuposto que as simbologias e sentidos são elaborados a partir de uma narrativa. Dessa forma, acreditamos que as imagens narram sentidos, assim como qualquer outro tipo de fonte.

Nas entrevistas realizadas com descendentes, com base em procedimentos de construção de representações presentes também em outros tipos de fontes, a partir da análise de um mesmo fenômeno recorrente, por exemplo, em documentos ou fotografias, podemos complementar esses sentidos com as memórias vivas, presente nos depoimentos de sujeitos que vivenciam ou vivenciaram a cultura étnica polonesa em diferentes tempos e modos.

Nessa pesquisa sobre a imigração polonesa e suas festas e celebrações é importante compreender como a organização dos núcleos coloniais influenciaram na formação do processo étnico na perspectiva da produção cultural e de suas representações na perspectiva de formação das comunidades rurais e urbanas. Ao abordar a cultura étnica, presente nas festas e celebrações, buscamos afirmar que os espaços e contextos são definidores de existência pela aproximação dos significados da constituição do processo identitário, juntamente com a simbologia das crenças coletivas que definem modos e maneiras de produção cultural. Acreditamos que as festas e celebrações, são expressões simbólicas que envolvem vivências culturais em uma relação íntima com as construções históricas e o pensamento de que mundo e sua comunicação é feito através de narrativas. De acordo com Carvalho (2007), nessas manifestações culturais o grupo expõe seu interior e expressam seus pensamentos e desejos a partir da existência étnica.

A ação de festejar ou celebrar algo pressupõe que os motivos dados estão relacionados com cotidiano dos grupos e suas manifestações de pensamentos em suas simbologias. Para Mafessoli (2002), os momentos festivos e os lazeres não podem ser considerados elementos sem importância. Eles são expressões de emoções coletivas, constituindo um querer viver e que convêm serem analisados. Nesse sentido, esses momentos estão relacionados diretamente com o que a comunidade acredita ser importante para a construção de seu pertencimento étnico. Porém, admite-se que esse processo é remodelado e transformado continuamente, em que novas reconfigurações trarão novos sentidos e outros significados. Nessa perspectiva, Bauman (2003), afirma que

quando as filiações comunitárias históricas já não fazem sentido para um grupo social há reformulação desses valores comunitários.

À medida que as velhas certezas e lealdades são varridas para longe, as pessoas procuram novas filiações. O problema com as novas histórias de identidade, em claro contraste com as velhas histórias da “filiação natural” diariamente confirmada pela solidez aparentemente invulnerável de instituições profundamente estabelecidas, é que a confiança e o compromisso têm que ser trabalhados em relações cuja duração ninguém garante, a menos que os indivíduos decidam fazê-las duradouras. (BAUMANN, 2003, p. 90).

Nesse viés, as festa e celebrações também evoluem se reconfiguram ou simplesmente deixam de fazer sentido para uma comunidade, a partir do processo de transformações de seus valores e crenças. O primeiro núcleo de imigrantes etnicamente polacos no Rio Grande do Sul foi formado por 26 famílias, em 1875, vindos da Silésia sob dominação da Prússia. Teriam chegado juntamente com os imigrantes franco-suíços que se estabeleceram na colônia Conde D’Eu entre os municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa. Contudo há autores como Kozowski (2003) e Gardolinski (1958) que defendem a vinda de imigrantes poloneses em anos anteriores juntamente com a imigração alemã. Ainda segundo Gardolinski (1958) e Gluchowski (2005), os maiores contingentes de imigrantes poloneses chegaram ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1886 e 1894 e entre 1908 e 1912. Dentre os motivos, para a maioria dos imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul, conforme constatado nos depoimentos colhidos e na pesquisa bibliográfica, estava a possibilidade de serem proprietários de terras e a busca por melhores condições de vida.

A maioria dos imigrantes poloneses possuíam documentos expedidos pelos países ocupantes que administravam os territórios de populações polonesas. Em que pese que no Brasil a definição de nacionalidade esteja ligada à condição política geográfica dos territórios de origem, dessa forma, os imigrantes poloneses eram comumente relacionados como russos, alemães ou austríacos nas estatísticas ou na documentação oficial da Companhia de Terras e Colonização. Essa situação é constatada, por exemplo, pela ausência de poloneses nos contingentes do Relatório de nascimentos por etnias do órgão estadual de

Repartição de Estatísticas de 1920. Nesse sentido, buscamos no conceito de etnicidade a denominação de quem eram os imigrantes poloneses e a localização de seus núcleos coloniais. Nesse sentido, entendemos que a comunidade étnica é um processo de construção social baseada em valores culturais que são importantes para a análise das festas e celebrações de um grupo específico.

A criação da colônia Conde D'Eu no ano de 1870, em área cedida pelo governo imperial nas encostas da serra gaúcha, pelo Ato de 24 de maio do presidente da Província Sul-rio-grandense João Sertório, irá formar em 1875 o primeiro núcleo de imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. A partir desse núcleo, outros serão formados em diversas regiões do Estado, em quais se desenvolvem as motivações festivas e celebrativas das comunidades étnicas polonesas.

Religiosidade, civismo e escolarização: motivos de celebração e festividade.

Nos primórdios da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul, as celebrações e festas, de modo geral, estiveram relacionadas à religiosidade como as festas de padroeiros e celebrações de ritos e passagem religiosas, dentre eles podemos destacar os ritos do Batismo, Primeira Eucaristia, Crisma e Casamentos. De acordo com Dill (2004), para os poloneses muitas das datas nacionais e religiosas foram estabelecidas de acordo com o calendário gregoriano adotado nos países católicos da Europa. Muitas dessas celebrações irão ser introduzidas no Rio Grande do Sul como motivo de festas e celebrações. Como exemplo, temos a Páscoa, o Natal e as festas relacionadas à dias santificados católicos, celebrados também por outros grupos étnicos, porém, com costumes e ritos diferentes. Dentre esses rituais da etnia polonesa podemos destacar o tradicional *oplatek*¹, a *choinca*² e as *pessankas polonesas*³.

¹ Pães sem fermento com sal simbolizando acolhida, utilizado sempre antes de celebrações ou eventos festivos.

Quando buscamos relacionar as festividades religiosas entre as comunidades étnicas polonesas, na perspectiva religiosidade, um exemplo bastante significativo trazido com os imigrantes para as novas terras na América do Sul, está a devoção à imagem de Nossa Senhora de Czestochowa ou Nossa Senhora dos Montes Claros (Jasna Gora). Esse ícone está presente em grande parte das casas de descendentes, capelas e igrejas da comunidade étnica polonesa. Todo ano no dia 26 de agosto são realizadas festividades em diferentes localidades e municípios do Rio Grande do Sul, como um importante motivo de celebrações e festividades ligadas à religiosidade do grupo étnico polonês.

Fig. 01 – Ícone de Nossa Senhora de Czestochowa.



Fonte: Acervo Sociedade Polônia

² Arvore de Natal enfeitada com adereços e simbologias cristãs da cultura típicas da cultura étnica polonesa.

³ Arte e pintura em ovos, com cores variadas, comum também a outras culturas eslavas na Europa.

Apesar do forte apreço pelos valores religiosos por quais os imigrantes poloneses mantiveram, contudo, nos primeiros tempos da imigração o atendimento religioso, nas diversas colônias habitadas por esse grupo, só irá se estabelecer precariamente em meados do século XIX e início do século XX, com a vinda dos primeiros sacerdotes católicos poloneses. Muitas das celebrações e festividades serão incentivadas e conduzidas por esses sacerdotes. D'Apremont e Gillonnay (1976) informam que nos primeiros tempos da formação dos núcleos étnicos poloneses, estes eram caracterizados por uma situação de abandono, não possuindo atendimento religioso ou qualquer acompanhamento oficial dos países de onde provinham. Um dos primeiros sacerdotes a atender as comunidades polonesas foi o padre Jesuíta José Von Lassberg, missionário itinerante que atendia as comunidades polonesas no Rio Grande do Sul e também em outros estados. Em carta enviada em setembro de 1902, a seu irmão na Baviera, o padre Jesuíta narra sua estada na Colônia de Dom Feliciano. Sendo essa colônia habitada predominantemente por imigrantes poloneses, consta que da na sua chegada os imigrantes prontamente o receberam com hospitalidade, pois por muito tempo ansiavam pela chegada de um sacerdote para o atendimento religioso.

De acordo com Gardolinski (1972), na referida colônia, no dia 15 de novembro de 1891, ano da vinda dos primeiros imigrantes poloneses, tem-se registros que um padre franciscano de nome Marcin Modrzejewski, registrou os primeiros batizados e casamentos na capela edificada junto com uma casa paroquial e que também servia de escola para as crianças. A religiosidade desempenhou um importante papel na organização comunitária do grupo étnico polonês e, conseqüentemente, sendo uma importante motivação para a realização de festas e celebrações. A devoção aos santos, através de ícones e imagens, está presente ainda hoje nas comunidades de descendentes de poloneses.

Desde os primeiros tempos, como pudemos constatar em entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes, houve a preocupação com a construção de igrejas e de capelas, espaços onde se realizavam posteriormente muitas das celebrações e festividades religiosas. Na maioria das colônias, desde os primeiros anos da imigração para o Brasil, o principal símbolo de organização comunitária era a capela ou a pequena igreja onde se formavam espaços de convívio

social que com o tempo também serviu de espaço de ensino. Dessa forma, a preservação dos símbolos e valores, relacionados com a etnia polonesa, era reproduzida na continuidade de ritos da cultura religiosa trazida com os imigrantes, bem como da preservação da língua para as gerações futuras, com acontecimentos relacionados às datas importantes que envolveram contextos históricos.

Posteriormente, com a vinda de intelectuais e a fundação de escolas e sociedades, passou-se também a celebrar datas cívicas relacionadas com a História do território étnico polonês na Europa. Tais datas serão importantes motivações para a institucionalização de celebrações e festividades. Dentre essas datas celebradas, podemos citar o dia 03 de maio, marcando a data da aprovação da primeira Constituição Republicana da Europa. Essas celebrações representam para as comunidades étnicas polonesas o forte apresso dado ao pertencimento identitário-étnico e as datas consideradas patrióticas. Ainda hoje essas datas são celebradas na Polônia, bem como em alguns núcleos. Como pontua o padre Antoni Cuber (1898), a partir da fundação de uma sociedade na Colônia Ijuí:

todos estes são zelosos patriotas, não faltam a nenhuma reunião, leem com atenção e ouvem com interesse as palestras sobre o passado glorioso da Polônia, sobre as perseguições aos nossos irmãos, na velha pátria (...) Junto às canções religiosas, ecoam em nossas florestas virgens, também canções patrióticas e cada polonês olha com respeito, confiança e esperança um melhor porvir para a nossa bandeira. A Águia Branca polonesa – com as armas da Lituânia – evoca-nos os nossos antepassados unidos através do poder e da glória. Os brasileiros comemoram no dia 7 de setembro o dia da Independência. Nestes dias, nós poloneses, a quem esta data corresponde aos anseios de liberdade, hasteamos igualmente, a nossa bandeira junto à da brasileira. (CUBER, 1898, p. 12)

A relação com o passado da Polônia estava intrínseca a muitas festas e celebrações da comunidade étnica polonesa. Algumas sociedades também celebravam, por exemplo, a memória de alguns levantes contra os ocupantes, como o Levante de 1833 e Levante de 1863. Apesar dos poloneses serem derrotados em ambos os acontecimentos, de certa forma esses momentos da história produziram memórias celebrativas, pelas

quais o grupo étnico polonês se mobilizava. Outro fato celebrado e festejado entre a comunidade étnica polonesa foi a reestruturação política da Polônia, como Estado autônomo.

Na imagem a seguir podemos observar uma celebração festiva com procissão realizada pelas sociedades de imigrantes poloneses, relacionados às festividades em homenagem ao Marechal Józef Piłsudski na localidade de Treze de maio, político que foi importante para o reestabelecimento da Polônia como Estado autônomo.

Fig. 02 – Procissão de quadro do Marechal Józef Piłsudski, Áurea, Sem data.



Fonte: Arquivo Sociedade Polônia – Porto Alegre.

Apesar de numa primeira impressão pensarmos que se trata de uma procissão religiosa pela presença de sacerdotes católicos e de pessoas carregando um ícone, porém, podemos observar no detalhe da mesma imagem ampliada abaixo que o quadro carregado é a imagem de Józef Piłsudski, marechal e estadista polonês, considerado um dos responsáveis pela reconstituição da Polônia como estado independente em 1918.

Fig. 03 – Detalhe de imagem ampliada, quadro Marechal Józef Piłsudski.



Fonte: Arquivo Sociedade Polônia – Porto Alegre.

O apreço por datas consideradas importantes entre os imigrantes poloneses davam muitas vezes a tônica das celebrações e festejos das comunidades polonesas, principalmente as organizadas pelas sociedades, tanto nas localidades rurais e nos núcleos urbanos. Na imagem acima podemos observar também a presença de bandeiras de associações como a sociedade polonesa da localidade de “Barro”, atual município de Gaurama.

Conforme documento referente à programação do dia 27 de novembro de 1920, dos festejos de comemoração em memória do Levante de Novembro de 1833⁴, organizado pela Sociedade Tadeusz Kosciuszko de Porto Alegre, podemos observar que este era uma motivação que comumente envolvia festejos e celebrações nessa sociedade. Na Referida programação, dividida em cinco sessões, há uma

⁴ Levante empreendido contra a ocupação russa na Polônia no ano de 1833. Fonte: Arquivo da Sociedade Polônia – Porto Alegre.

apresentação de teatro, seguida da entoação do Hino da Polônia, declamações de poesias, cantos de crianças e apresentações de danças típicas.

Além do contexto religioso e a comemoração de datas cívicas da História da Polônia, outro motivo de celebrações e festividades estavam também relacionados aos momentos ligados à colheita de alimentos nos núcleos rurais. De acordo com depoimentos de descendentes, os períodos de colheita se transformavam em celebrações festivas, inclusive com a organização de bailes. Nas comunidades polonesas, principalmente nos primeiros anos da fixação nos lotes coloniais era comum a união de diversos colonos na realização de tarefas de plantio ou colheita. Como sugere a imagem a seguir de colonos reunidos para trilhar o trigo, na localidade de Aurora, entre Erechim e Gaurama, na década de 30, época em que foram implantadas as primeiras trilhadeiras de cereais nas colônias.

Fig. 04 – Colonos na colheita do trigo em Gaurama, década de 1930.



Fonte: NPH – UFRGS – Acervo Gardolinski

Os valores comunitários, de solidariedade, necessariamente fez com que tradições fossem institucionalizadas e acessadas sempre em devidas circunstâncias, como por exemplo, diante necessidades individuais relacionados com os interesses comunitários, em que ambos

serão beneficiados. Para Weber (1973, p.142) o termo comunidade abrangeria situações de grupos que possuem fundamentos afetivos e tradicionais. A comunidade só se mantém quando uma ação recíproca referida traduz um sentimento afetivo de formar um todo. Nessa perspectiva, podemos elencar a formação comunitária do grupo étnico polonês. Entretanto, de acordo com Nora (1993), a mundialização e a massificação realiza uma ruptura com a identidade do passado e a substituição das memórias tradicionais, pelas vivências atuais através das transformações que ocorrem no mundo. Diante disso, acreditamos que as festas e celebrações intermediam a memória do passado, construindo um resgate das manifestações culturais, simbologias e crenças na perpetuação de uma tradição. Nesse viés, Hobsbawm (1997) afirma que, a “tradição” é inventada pelos ritos e pelo seu processo de formação. Assim, as festas e celebrações tradicionais possuem elementos que muitas vezes não podem ser definidos pelo acesso a um tempo que se associam a novos saberes e valores há pouco estabelecidos.

Enfim, também motivo de celebrações e festividades nas comunidades étnicas polonesas, no Rio Grande do Sul, podemos pontuar os eventos relacionados com a escolaridade.

Fig. 05 – Inauguração de escola Secção Perau – Áurea, 1933.



Fonte: Acervo Museu Municipal João Modtkowski, Áurea – RS.

Como exemplo, podemos citar inaugurações de escolas, desfiles cívicos, datas nacionais e da Polônia ou Exames de fim de ano. Na imagem acima, na ocasião de inauguração do novo prédio escolar em 1933 na Secção Perau, em Treze de Maio (Áurea), podemos observar o clima de festividade entre os participantes, inclusive com banda de música e a presença de um número considerável de pessoas.

As inaugurações de escolas eram bastante celebradas, pois estavam relacionadas a uma das necessidades mais elementares da comunidade. Muitas comunidades não possuíam escolas, sendo comum que crianças se deslocassem por vários quilômetros diariamente para ter acesso ao ensino em outras comunidades onde elas existiam. Nesse sentido, sempre que uma comunidade inaugurava uma escola, o momento era festejado e celebrado.

Outro momento festivo relacionado à escolarização eram as festividades cívicas ligadas à datas consideradas importantes para Cultura Nacional Brasileira. Em duas escolas paroquiais existentes em Carlos Gomes e Áurea até 1938, havia uma tônica marcante que congregava a participação das crianças de forma distintas nas celebrações ligadas a essas datas. Na imagem a seguir podemos observar a festividade de 07 de setembro de 1944, na escola Paroquial de Áurea, ao encargo da congregação das irmãs da Sagrada Família, escola que foi construída em 1930.

Fig. 06 – Festividade de 07 de setembro de 1944, Áurea.



Fonte: Acervo Museu Municipal João Modtkowski, Áurea – RS.

As crianças estão reunidas ao entorno da escola cantando o Hino Nacional numa demonstração de que a escola estava integrada a cultura nacional após o processo de Nacionalização do Ensino em 1938.

De acordo com depoimentos de ex-alunos, esses momentos, eram aguardados com grande alegria e entusiasmo pelas crianças. As festividades ligadas à civilidade do dia 07 de setembro envolviam as comunidades escolares do grupo étnico polonês, com a organização de desfiles em comemoração ao dia da Independência Brasileira.

Como observado e de acordo com Chartier (2004), as festas reúnem as representações, ritos, gestos, objetos e significados que são construídos. Nos espaços escolares que se desenvolvem a transmissão dos costumes, memórias sendo o centro de difusão de tradições. Na imagem abaixo, podemos observar um desfile do dia 07 de setembro do ano de 1930, organizado em Áurea.

Fig. 07 – Desfile de 07 setembro de 1930, Áurea



Observa-se a presença das irmãs da Sagrada Família que acompanham as crianças, bem como a presença de autoridades.

Fonte: Acervo Museu Municipal João Modtkowski, Áurea – RS.

Outro momento que se transformavam em celebração festiva ligado à escolaridade era os exames finais nas escolas. Esses exames eram geralmente realizados no mês de dezembro e possuía uma

conotação festiva. Conforme depoimentos, mesmo que de forma simbólica, a escola era preparada e enfeitada com bandeirolas ou uma mínima decoração, com o intuito de receber as autoridades que fariam os exames.

A maioria das imagens presentes em arquivos sobre escolas tem como simbologia a comemoração de datas especiais para a escola e dentre elas o dia dos exames finais. A imagem que segue é de uma escola em dia de exame no ano de 1932 em que lecionava o professor Franciszek Piaszczyński em comunidade da Colônia Erechim. Nota-se na parede ao fundo o Brasão da Polônia e do lado esquerdo um quadro de Nossa Senhora de Czestochowa. Podemos notar também meninos e meninas posicionados aguardando a realização dos exames.

Fig. 08 – Escola em dia de Exame Final, região de Erechim, 1932.



Fonte: Arquivo Sociedade Polônia – Porto Alegre

Os exames finais era uma atividade pública em que os pais dos alunos também se faziam presentes, sendo um momento em que também eram feitos registros fotográficos. Nas escolas subvencionadas as comissões eram nomeados pelo poder público ligado ao governo do estado. Porém, em muitas escolas que não possuíam subvenções, essas comissões eram compostas por indivíduos nomeados pelas organizações

associativas da comunidade étnica polonesa. Conforme carta enviada da Secção Dourado na colônia Erechim, no dia 10 de novembro de 1927⁵, pelo professor Franciszek Bieducha, a Boleslaw Weclowski, que na época era delegado do Congresso dos Poloneses no Exterior para a Educação, órgão ligado ao consulado da Polônia e também vice-presidente do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares Polonesas do Brasil, há o pedido de que fosse enviado um encarregado para examinar os alunos da referida secção.

Na década de 1920, para os exames de fim de ano nas regiões com escolas étnicas polonesas, essas comissões eram compostas pelo diretor da escola ou do presidente da sociedade; um inspetor de ensino – geralmente ligado às organizações de professores – e pelo professor da escola, seguindo geralmente as orientações das organizações centrais da educação, como o Sindicato dos Professores em Curitiba e organizações educacionais existentes na comunidade, como os membros da Federação das Sociedades Polonesas no Rio Grande do Sul.

Conforme atestado emitido por uma dessas comissões, realizado nos exames finais do dia 22 de dezembro do ano de 1935 da aluna Olga Sokolowska, aluna da primeira classe do colégio Águia Branca na cidade de Rio Grande, um dos primeiros itens da avaliação estava a questão do comportamento, seguidas dos conceitos em relação ao português, polonês, matemática, desenho, caligrafia, trabalhos manuais e ginástica. Destaca-se também, no presente atestado, a escrita bilíngue que era uma das prerrogativas de grande parte das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul que buscavam a integração das crianças com a cultura vernácula.

Considerações finais

Podemos elencar quatro motivações principais para as festividades e celebrações da comunidade étnica polonesa no Rio Grande do Sul. A primeira delas esteve relacionada com a religiosidade trazida com os imigrantes da Europa para o Estado. Nesse sentido, temos as festas e

⁵ NPH – UFRGS, Acervo Gardolinski.

celebrações em louvor à devoção de Santas e Santos e dias santificados católicos. Uma segunda motivação são as datas ligadas à História da Polônia, importante para a constituição do processo identitário-étnico do grupo polonês. Uma terceira motivação esteve relacionada à conjuntura de formação das comunidades, relacionadas a um sentido de solidariedade entre as famílias e a necessidade de sobrevivência em localidades isoladas. Enfim, temos as festividades e celebrações organizadas pelas escolas, como desfiles cívicos e os exames de final de ano, à qual havia envolvimento direto da comunidade étnica.

A fundação de sociedades desenvolveu um papel fundamental para a organização das festas e celebrações da comunidade étnica polonesa. Boa parte dos processos celebrativos e festivos eram organizadas pelas sociedades, principalmente em relação à exaltação da cultura étnica. Não necessariamente nessa ordem, entretanto, quando é mencionado o processo histórico étnico entre os imigrantes poloneses e seus descendentes, as fontes referendam sempre a existência, principalmente nas comunidades rurais, desse conjunto: capela, sociedade e escola. Muitas das festas e celebrações irão se desenvolver nesses espaços e contextos.

A cultura étnica foi uma forma de condução da produção de identidades em processo dinâmico, conduzindo os indivíduos para a preservação de simbologias e peculiaridades de uma cultura e, dentre estes podemos relacionar as festas e celebrações. A representação de si, de um determinado grupo, é formada por um conjunto de valores que compreendem desde a maneira de pensar e também os atributos culturais, como a língua, as tradições, os quais figuram dentre as representações simbólicas que congregam os indivíduos no seu pertencimento.

As festas e celebrações estão para uma determinada territorialidade. Ou seja, existem estruturas que proporcionam que determinada significação cultural se desenvolva e se configure de acordo com o contexto. O conteúdo étnico se desenvolve num determinado espaço, considerando as peculiaridades da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul e como ocorre a apropriação desse território no viés da cultura e das construções étnicas.

O processo identitário étnico provém dos sentidos das representações da realidade no imaginário social e a transformação dos

processos identitários, sendo um elemento importante de formação de comunidades. Porém, ele está em constante processo. Essa aproximação do processo étnico, do processo identitário com a formação de comunidades, na perspectiva da cultura, ajuda a compreender as manifestações culturais em seus significados, aqui em especial, as festas e celebrações.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOTÍA, Antonio Bolívar. “¿De nobis ipsis silemus?”: In: *Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación REDIE*. California: Universidad Autónoma de Baja, 2002.

CARVALHO, Samanta V. C. B Rocha. “Manifestações Culturais” In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.). *Noções Básicas de Folkcomunicação*. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 64-66

CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

CUBER, Antoni. Z nad Uruguayu. In ZDANOWSKI, Felix. *Kalendarz Polski na rok zwyczajny 1898*. Porto Alegre: edição do autor, 1898.

D’APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias – Porto Alegre: UCS/EST, 1976.

Dill, Aidê Campello. *Polônia para brasileiros, história, cultura e Culinária*. Porto Alegre: Literalis, 2004.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Caxias do Sul: UCS, 1977.

_____. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Regional, 1958.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. “Os poloneses no Brasil”, Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

KOZOWSKI, Vitor Inácio. *Estes imigrantes entre outros: imigração polonesa na serra gaúcha*. Bento Gonçalves: Kozowski, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de que entendimento de etnicidade? In: *Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande: UCDB, n.15, p. 81-92, jan e jun, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n. 10, São Paulo: PUC-SP, 1993, p. 07-28. Revista Electrónica de Investigación Educativa, vol. 4, núm. 1, mayo, p. 40-65. México, 2002.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE NOVO HAMBURGO/RS COMO HIPÓTESE E O SUCESSO ATRIBUÍDO PELO BANCO MUNDIAL

Ester Rosa Ribeiro*
Ângela Caroline Weber**

Resumo: Este é um relato do projeto “A avaliação da Educação Básica e as orientações do Banco Mundial: um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS”. Tal projeto tem como foco entender as relações entre as políticas públicas educacionais e o Banco Mundial. Novo Hamburgo obteve destaque nos índices do IDEB, o que chamou a atenção do Banco Mundial que atribuiu como êxito da gestão da Secretaria de Educação os bons índices. Esta pesquisa pretende compreender os processos de avaliação e de gestão adotados no município, mas é necessário observar a trajetória histórica da cidade para uma melhor interpretação dos dados. Neste trabalho apresentamos os dados já levantados sobre a história e a educação da cidade. Entendemos que a trajetória educacional torna-se uma hipótese para o sucesso atribuído educação no município.

Palavras-chave: Novo Hamburgo, história, educação, Banco Mundial.

O trabalho que apresentamos aqui é fruto do projeto denominado “A avaliação da Educação Básica e as orientações do Banco Mundial: um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS” que busca investigar a relação existente entre as orientações estabelecidas pelo Banco Mundial e a política educacional brasileira, particularmente no que se refere à avaliação da Educação Básica nos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul, delimitando a investigação ao município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a partir de uma opção metodológica pelo estudo de caso. Este projeto está sendo desenvolvido

* Mestre em História, SEDUC/RS e Capes/INEP.

** Graduada em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

desde 2010, sob a coordenação da professora Berenice Corsetti, junto ao PPG Edu Unisinos.

Atualmente a pesquisa está centrada na análise dos documentos coletados em arquivos e também na sistematização das entrevistas realizadas com professores e com diretores das escolas de Novo Hamburgo. O texto que ora apresentamos é apenas uma comunicação sobre o andamento da pesquisa e anúncio e hipóteses estabelecidas. Inicialmente apresentamos a questão do Banco Mundial e a educação brasileira, e o caso de Novo Hamburgo, seguido dos aspectos históricos e educacionais que são apresentados como hipótese de trabalho na pesquisa.

Relação entre o Banco Mundial e a educação brasileira e o caso do RS

A ação dos bancos multilaterais de desenvolvimento tem importância direta nas políticas educacionais dos países onde atuam. Os aspectos principais que podem ser percebidos dizem respeito à imposição de temas prioritários e abordagem economicista na formulação de políticas educacionais.

Entendemos que Corsetti (2012) explicita as orientações do Banco Mundial quanto a educação nas últimas décadas:

- a) prioridade na educação primária;
- b) melhoria na eficácia da educação;
- c) ênfase nos aspectos administrativos;
- d) descentralização e autonomia das instituições escolares, compreendida como transferência de responsabilidade de gestão e captação de financiamento, enquanto ao Estado restaria manter as funções centralizadas de fixação de padrões, facilitação dos insumos que influenciam o rendimento escolar, a adoção de estratégias flexíveis para a aquisição e utilização de tais insumos e o monitoramento do desempenho escolar;
- e) a análise econômica como critério dominante na definição das estratégias de ação.

Também merece destaque o fato de que o banco também orienta a criação de sistemas de avaliação centralizados no governo. No caso brasileiro o instrumento avaliativo que mede a qualidade da educação é reconhecido pelo Banco Mundial é o IDEB (índice de desenvolvimento

da educação básica). Este índice é medido através da Prova Brasil e outros indicadores educacionais nacionais, como senso escolar. O IDEB foi alvo de um estudo do Banco Mundial que buscava identificar boas práticas de gestão que fazem com que algumas redes escolares públicas obtenham melhores resultados que outras em igual situação.

Alguns resultados foram divulgados na publicação “*Enbreve*” de nº 121, de março de 2008. Para os consultores práticas como as abaixo citadas eram parte do caminho que as redes de sucesso haviam traçado:

- a) Visão e liderança dos Secretários Municipais de Educação;
- b) Forte equipe central da educação municipal;
- c) Foco nos resultados com a educação de qualidade como objetivo central;
- d) Supervisão direta e apoio às escolas;
- e) Professores atuantes e capacitados;
- f) Participação da comunidade;
- g) Importância da educação infantil;
- h) Uso adequado dos programas municipais, estaduais e federais (p. 2-3).

Nesta mesma publicação o caso de Novo Hamburgo foi noticiado, pois a rede havia alcançado uma nota maior que a projetada. De acordo com a análise do Banco Mundial o sucesso era atribuído à gestora.

Para o Banco o que interessa são as ações de gestão e que devem ser anunciadas publicamente para que sejam seguidas. Os consultores estiveram em Novo Hamburgo para avaliar o processo que levou a nota elevada. Mais uma vez o sucesso foi atribuído a secretária municipal devido a sua experiência e formação.

Outros municípios do Rio Grande do Sul que possuem Sistemas Municipais de Ensino conseguiram alcançar índices do IDEB superiores as metas. Dessa forma entendemos que outros fatores além da gestão contribuíram para que Novo Hamburgo fosse um caso de sucesso. Para o Banco Mundial, entretanto, o que importa é o gerencialismo e o retorno econômico que a educação pode gerar.

Dentro do projeto que estamos realizando apresentamos a história e a trajetória educacional de Novo Hamburgo como hipóteses que podem

contribuir para explicar o índice elevado no IDEB. Até o momento temos dados até a década de 1970. As décadas seguintes ainda estão sendo estudadas no âmbito do grupo e serão depois acrescidas a pesquisa e ao resultado final.

A história e a trajetória educacional de Novo Hamburgo

O hoje próspero município de Novo Hamburgo tem sua trajetória enraizada na história da imigração no Brasil. Até 1927, ele figurava como distrito de São Leopoldo, que foi, como se sabe, a primeira colônia de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul.

A história da imigração no Rio Grande do Sul está ligada a duas questões centrais: povoamento e agricultura. Era necessário, no século XIX povoar os locais distantes dos centros para garantir a posse das terras. Sobre a agricultura, sua importância era primária para alimentação dos centros urbanos e capitais. Era baseada no minifúndio e na tentativa de aquecer o comércio nas províncias.

No Rio Grande do Sul, em 1824, aportou em São Leopoldo uma importante leva de imigrantes alemães. Nessa leva estavam famílias que viriam a ser importantes para o desenvolvimento de Novo Hamburgo. Cabe salientar que não foi a partir de 1824 que as terras novo hamburguesas foram habitadas. De acordo com Petry (1959), os charruas e minuanos foram os primeiros que aqui viveram.

Ainda antes dessa leva importante, outros imigrantes em menor número instalaram-se na região dos Sinos. De acordo com Schütz (1977, p.30) “primeiro colonizador a se instalar na região foi Nicolau Becker que chegou ao Brasil em 1797. Estabeleceu-se na região de Hamburgo Velho, abrindo um curtume e uma selaria”. Também casais açorianos chegaram antes, embora em menor número, contribuíram na região.

Conforme, Escosteguy, em 1824:

os imigrantes alemães se estabeleceram no povoado chamado de Hamburger Berg, o qual deu origem a casas comerciais e de artefatos, estabelecidas em um entroncamento de importantes estradas do século XIX: o caminho das tropas vindas dos Campos de Cima da Serra, e as picadas do norte, desde as picadas de Dois Irmãos, Bom Jardim e Travessão. A partir desse entroncamento, os

tropeiros seguiam em direção ao sul, passando por São Leopoldo e Porto Alegre e, a oeste via Porto Dos Guimarães (hoje São Sebastião do Caí) em direção à região da Campanha. O povoado nasceu espontaneamente com uma forte vocação para o comércio, o artesanato e as pequenas manufaturas. Entre elas, o curtimento e o artesanato em couro, como chinelos, tamancos, botas, arreios e selas (2011, p. 25).

Depreende-se daí que a localização estratégica, do ponto de vista econômico, logístico e até mesmo social do nascente povoado colaborou fortemente para o desenvolvimento, progresso e com a futura emancipação. Já em 1875 Hamburg Berg foi elevada a categoria de freguesia.

O desenvolvimento econômico da localidade, além do comércio, também se deu pelos curtumes, como já citado por Escosteguy. Esses fatores conjuntamente colaboraram para que a estrada de ferro chegasse ali no ano de 1876. De acordo com Konrath (2009) a empresa construtora não chegou a onde desejava por falta de capital. A estação férrea no pé do morro foi chamada de New Hamburg, e o povoamento a sua volta deu origem posteriormente ao núcleo sede de Novo Hamburgo.

Devido ao desenvolvimento econômico alcançado pelo núcleo colonial a emancipação foi logo almejada. Para Schütz (1977) o movimento de emancipação foi vitorioso em 1927, mas desde o início da República era latente o desejo emancipatório da comunidade.

A ideia da emancipação foi gestada entre importantes figuras da comunidade, que foram até o Conselho Municipal de São Leopoldo, que recebeu com alarme a solicitação. Havia o entendimento, por parte desses, que a emancipação causaria prejuízos ao Município, pois grande parte da renda era advinda do 2º distrito.

Insatisfeito o grupo foi diretamente a Borges de Medeiros, então Presidente do Estado apresentar o pedido. Em 1927 foi assinado o decreto que emancipava Novo Hamburgo. Gertz apud Konrath (2009), diz que o episódio da emancipação foi fruto de um desagrado de Borges de Medeiros, já que a população de São Leopoldo não teria votado fielmente nos candidatos aliados ao governo.

O período posterior a 1930 foi marcado pelo Governo Vargas que era centralizador, autoritário e nacionalista. E de acordo com Konrath

no âmbito regional, Flores da Cunha promovia uma política que se distanciava e se opunha cada vez mais ao governo de Varga. No âmbito local, efervesciam ideias e ideais distintos: de caráter liberal, pelos políticos que apoiavam o PRL, garantindo recursos e benefícios para o município, assim como para as suas indústrias e seu comércio; de caráter autoritário, nacionalista e ufanista, promovido pelos representantes e simpatizantes da AIB; ou de caráter totalitário, fiel ao nacional-socialismo alemão, enaltecendo a origem germânica dos descendentes do município... (2009, p. 39).

Com o Estado Novo em 1937, Novo Hamburgo passa a ter um prefeito nomeado. Com a campanha de nacionalização em curso no país, a cidade também teve ações implementadas. Festividades cívicas eram aclamadas e ações junto aos trabalhadores da indústria também ocorreram.

Para Konrath (2009, p.48) cada vez mais perdia-se a identificação de origem imigrante do município, passando a direcioná-la para sua contribuição ao progresso nacional. A educação no município também foi alvo de ações nacionalistas que serão discutidas a frente.

O desenvolvimento econômico da cidade teve como principal contribuinte a indústria coureiro-calçadista. Nos anos de 1970 essa indústria a tingiu o ápice. Nos governos Médici e Geisel, segundo Martins,

Novo Hamburgo e o Vale dos Sinos reproduziram a lógica do capitalismo global e se articularam ao projeto nacional de desenvolvimento industrial com vistas à exportação de manufaturados (calçados) para o centro do sistema capitalista global (2011. p.43).

Os incentivos para que a indústria despontasse vieram do Estado no governo citado, entretanto aspectos como tecnologia, mão-de-obra adequada e antecedentes históricos da região contribuíram para o sucesso. Sobre essa questão Martins diz que

Inicialmente, o couro era exportado tanto para a capital da província, Porto Alegre, como para a região da Bacia do Prata, na primeira metade do século XIX. Até mesmo na chamada segunda fase da revolução industrial, esse produto, o couro, era peça fundamental para o funcionamento dos teares ingleses. E a região do Vale dos Sinos fornecia o produto para as roldanas e polias das máquinas de Manchester, Liverpool, etc. E assim, a região do Vale dos Sinos, desde seus primórdios, tinha relações econômicas com a capital do Estado, Porto Alegre e com o sistema capitalista global, em sua fase industrial (2011,p.69).

Com o sucesso da indústria couro calçadista a cidade cresceu economicamente. A exportação de calçados trouxe para o município diversos bancos e empresas especialistas nos trâmites da exportação. A FENAC desponta como local de encontro e divulgação de informações do setor industrial local, atraindo também para a cidade importantes compradores.

A criação da FENAC vem ao encontro das aspirações dos empresários, na divulgação e comercialização do calçado do Vale dos Sinos. A grande produção de calçados e a criação da feira sem dúvida contribuíram para a inserção do calçado novo hamburguense no comércio mundial.

A prosperidade advinda da economia calçadista fez com que a cidade crescesse na mesma proporção com que cresciam as exportações. Muitos trabalhadores vieram de outras localidades, cursos que formavam mão-de-obra qualificada tinham sucesso. A cidade aproveitou muito bem este período econômico.

Com a abertura política alguns incentivos estatais não mais ocorreram e muitas empresas deixaram a cidade indo para outras de pequeno porte, mas no mesmo Vale dos Sinos.

Nos anos de 1990 a crise econômica que assolou o país foi sentida pela indústria calçadista. Muitas fábricas fecharam, causando grande desemprego no período. No auge da indústria calçadista muitos migrantes chegaram ao município, e agora com a crise estavam desempregados e queriam retornar a seus municípios de origem.

A crise, de acordo com Escosteguy (2011, p. 29) afetou a questões como moradia, segurança, saúde e saneamento básico. A

concorrência com a indústria chinesa do calçado também contribuiu para o crescimento das dificuldades econômicas. Muitos curtumes e indústrias fecharam devido a não conseguirem mais concorrer plenamente no mercado internacional.

Nos últimos anos a cidade de Novo Hamburgo está diversificando sua economia. Existem muitos incentivos fiscais para empresas que ali se instalam. Destacam-se da nova fase econômica as seguintes empresas: farmacêuticas, de vestuário, cosméticos, móveis, eletrodomésticos, gráficas, informática, química, construção civil, carcerias, alimentos, entre outras.

Novo Hamburgo é um município muito importante economicamente no Rio Grande do Sul, desde sua fundação. Quando a imigração chegou na região teve início a trajetória que muito contribuiu para o sucesso do Estado. Alicerçada nesta história está também a história educacional do município que reflete as características dos períodos econômicos pelos quais o município passou.

Antes da chegada dos imigrantes não existiam na região instituições formais de ensino. Nos primeiros tempos da colônia, de acordo com Dreher (2008) o desenvolvimento econômico e social das colônias não foi acompanhado pelo crescimento cultural da localidade. Inicialmente o colono precisou organizar a vida no novo continente. Era preciso desbravar a mata, enfim era preciso sobreviver.

Os primeiros professores, não eram em sua maioria habilitados, muitos eram pastores, ou apenas pessoas que dominavam algum conhecimento. Eles lecionavam nas residências dos colonos, muitas vezes em troca de alimentação e moradia. Dessa forma a escola mudava de lugar ao longo do ano. Em 1832 foi criada a primeira escola da Comunidade Evangélica.

Cumprе salientar que a religiosidade foi um fator importante para o desenvolvimento educacional de Novo Hamburgo. Entre os evangélicos e protestantes saber ler era fundamental para o entendimento da religião. Os fieis deveriam saber ler para eles mesmos interpretar passagens bíblicas.

Dessa forma é possível compreender que em menos de 10 anos após a chegada a Novo Hamburgo a primeira escola tenha sido fundada.

As primeiras classes não foram de aulas financiadas pelo Estado, mas sim fruto do esforço do colono para ser inserido no mundo letrado.

De acordo com Dreher (2008, p. 23) o imigrante trouxe em sua bagagem a convicção de que a escola é fundamental para que o povo possa pensar. Em Lomba Grande, hoje bairro de Novo Hamburgo, a escola foi instalada no assentamento dos colonos, logo nos primeiros tempos. Evidencia-se aí a primária importância dada ao ensino pelos colonos. A região de onde vinham tinham escolas regulares e o ensino era obrigatório.

Para Arendt e Witt (2013, p.49) cada onda de imigração traz consigo sua cultura e dentro desta a forma como concebem a educação. Apesar de trazerem essa bagagem a educação nos primeiros tempos teve diferenças significativas em relação a alemã. Pode ser citado o fato das crianças serem alfabetizadas mais velhas, pois era preciso que ajudassem na lavoura e nas lides domésticas.

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) as escolas no Rio Grande do Sul tiveram seu funcionamento interrompido. Todos os esforços foram concentrados na luta. A questão da segurança das localidades também pode ser relacionada ao fechamento das escolas na guerra. Em Novo Hamburgo houveram saques e violências praticadas durante a guerra. Essa interrupção no cotidiano escolar prejudicou muito as escolas e a aprendizagem dos pequenos colonos.

As primeiras escolas oficiais foram nos bairros Rincão dos Ilhéus, Rondônia e Canudos, entre os anos de 1931 e 1934. Nos anos de 1930 e 1940 a educação brasileira foi atingida pela nacionalização do ensino.

De acordo com Rosa

O governo Vargas buscou, desde os primeiros anos de sua administração, estruturar as diretrizes da educação no sentido de centralização e uniformização do ensino no território nacional, organizando, regulamentando e controlando o processo educacional e submetendo-o a seu controle direto (2008, p.29).

O civismo também foi prioridade nas políticas públicas educacionais varguistas. De acordo com Baía Horta (1994, p.147) será

através dos conceitos de pátria e raça que o tema do civismo será reintroduzido na legislação educacional. De forma prática seria através da educação física e do canto orfeônico que os conceitos se desenvolveriam.

A característica mais marcante foi a campanha de nacionalização do ensino, muito presente no Rio Grande do Sul nas regiões coloniais italiana e alemã. A ênfase era nos conteúdos nacionais, em especial nas disciplinas de história e geografia do Brasil e no combate as ideias divergentes do ideal nacional. Também o ensino em português era obrigatório, sendo combatido o ensino em alemão, haja vista que o idioma também constitui a identidade de um povo. Assim combater o ensino em língua diferente do português era afirmar a soberania e a identidade brasileira.

Para combater as ideias divergentes do nacionalismo, como no sul do Brasil foram criadas políticas e ações para plasmar o ideal nacional. Entre as ações estão a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa e o estudo da geografia e da história do Brasil. Coelho de Souza (apud Gertz 2005, p.89), secretário estadual de educação durante o Estado Novo, descrevia dessa forma os objetivos da política educacional no Rio Grande do Sul:

sem vacilações... sem transações com o espírito negativista, temos procurado orientar as novas gerações no sentido da beleza moral da vida e do cumprimento do dever cívico, ao reconhecimento dos valores espirituais, à consagração à Pátria ao ideal da unidade brasileira, à disciplina da vontade, à vocação da ordem, à austeridade da conduta, à elegância das atitudes.

Em Novo Hamburgo os festejos pátrios eram realizados nas escolas e sociedades, onde era enaltecida a brasilidade. Tanto as escolas públicas como as privadas, católicas e evangélicas foram inseridas nessas atividades.

De acordo com Konrath (2009, p. 48) cada vez mais perdia-se a identificação da origem imigrante do município, passando a direcioná-la para sua contribuição ao progresso nacional. Como ações nacionalizadoras as escolas de Novo Hamburgo recebiam visitas de inspetores de ensino, bandeira nacional em sala de aula, culto cívico, clubes de civismo e lições de moral.

Mas a ação mais percebida foi a proibição do uso da língua alemã em sala de aula, seja através da fala do professor, dos alunos ou em livros didáticos. Também o diretor não poderia ser alemão. Havia uma constante vigilância quanto ao cumprimento das regras,

como instituição disciplinar, as escolas apresentavam a sala de aula como espaço de vigilância tanto do professor em relação aos alunos quando o oposto. A obrigação de vigilância que os professores tinham sobre os seus alunos era observada tanto pelos seus superiores hierárquicos, que poderiam entrar a qualquer momento na sala, quanto pelos próprios alunos, que poderiam delatar um professor que falasse em língua alemã ou realizasse quaisquer outras atividades proibidas (Kerber et. al 2012 p.150).

Tendo em vista essas ações e a dificuldade em cumpri-las, muitas escolas privadas fecharam neste período. Algumas até mesmo foram obrigadas a encerrar suas atividades. Paralelo a esse fechamento houve ações também no sentido de criar escolas públicas em Novo Hamburgo. Nessas escolas o ensino era totalmente nacionalizador. No ano de 1943 já existiam 23 escolas municipais em Novo Hamburgo, um número bem expressivo, se for observado que 13 anos antes haviam só 8 escolas municipais.

Ainda nos anos de 1940 foi criado Senai “Ildelfonso Simões Lopes”, junto ao bairro Operário. Nessa escola técnica os alunos faziam cursos voltados a industrialização do calçado. De acordo com Petry

inicialmente funcionaram os seguintes cursos: ajustadores e torneiros mecânicos, instaladores eletricitas, marceneiros, cortadores e pespontadeiras de calçados. Posteriormente foi extinto o curso para instaladores eletricitas e postos em funcionamento os de montadores manuais e modelistas de calçados (1958, p. 86-87).

A educação técnica no município nasceu já voltada para a economia local. Era necessário qualificar a mão-de-obra local para trabalhar com o couro e o calçado. Um dos fatores de sucesso para a indústria de calçados foi sem dúvida essa preparação da mão-de-obra. Essa escola técnica acima citada era inclusive mantida pela própria indústria.

Nos anos de 1950 a educação de Novo Hamburgo recebeu um regulamento que organizava a educação no município. Nesse documento buscava-se padronizar a organização escolar do município, criando regras e ações que deveriam ser cumpridas por todas as escolas ao longo do ano letivo. Para Pires et al

era preciso educar um ritmo, criando uma data inicial e final para o ano letivo, um tempo para aula, para o intervalo, para as disciplinas e conteúdos que moldasse as crianças desde cedo. A forma de governo utilizada sugere uma padronização de práticas e um comportamento estável e determinado nas instituições escolares. O professor, geralmente também ocupava a figura de regente e caberia responsabilizar-se pela imensa burocratização do ensino, instituída de outra maneira, com o referido decreto (2013, p. 448).

A cidade estava prosperando economicamente e era necessária que a mão-de-obra além de qualificada, também fosse passiva e disciplinada. Já nos anos de 1950, Novo Hamburgo começa a despontar economicamente no cenário nacional e internacional. A política educacional muitas vezes é reflexo do que está sendo vivido no campo econômico e esse decreto é um exemplo claro dessa relação.

Nos anos de 1970 a cidade viveu o milagre econômico e paralelo a isso cresceu em número de habitantes, foi necessário então aumentar o número de escolas e vagas nos cursos disponíveis. No ano de 1971 de acordo com Schütz (1977, p. 147) estavam matriculados nas escolas públicas 23.394 alunos em diversos cursos e modalidades de ensino. Já em 1973 eram 25.959 alunos matriculados em Novo Hamburgo.

A partir dos anos de 1970 algumas ações institucionais públicas voltam-se a qualificação da educação de forma mais clara. De certa forma estas ações podem ser a gênese do que veio a ser o sucesso educacional de Novo Hamburgo nos anos 2000. Pode ser citada a preocupação com a saúde dos alunos:

os alunos das escolas municipais recebem assistência médico-odontológica, através de convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e o INPS. São atualmente em número de 5 os postos que, através de 10 médicos e 12 dentistas, levam atendimento médico-odontológico à classe estudantil dos

bairros. Os postos de saúde para atendimento estão sendo elevados para doze. Os móveis e utensílios necessários são instalados em “traileres” (Schütz, 1977, p. 147).

Além da questão da saúde havia também a preocupação com a alimentação escolar, que seria também um estímulo a frequência escolar. Chama atenção é preocupação com o corpo docente do município. Nos anos de 1970 foi criado um sistema de supervisão escolar e exigido qualificação aos professores para o preenchimento das vagas disponíveis no meio urbano.

Muito antes de assuntos como gerencialismo e produtividade do professor estar em voga, Novo Hamburgo já realizava ações no sentido de observar o andamento da educação e do trabalho do professor. Como a cidade estava incluída na economia global através da produção couro calçadista, os testes podem ser relacionados com essa inserção. A criação de um Sistema de Supervisão Técnico-pedagógica também pode ser entendida dentro deste sistema, pois o serviço orientava, coordenava, assessorava e avaliava o trabalho nas escolas.

As ações citadas mostram que Novo Hamburgo tinha uma preocupação com a educação municipal. Essas ações de alguma forma moldavam a prática e os métodos pedagógicos dos professores, fazendo com que objetivos fossem atingidos. O plano de carreira do magistério também seria para isso.

Para não finalizar

Depreende-se disso duas importantes questões: a) Novo Hamburgo já tinha um sistema de ensino consolidado e buscava aprimorar ainda mais com vistas ao sucesso educacional e a inserção dos alunos no mundo do trabalho; b) as ações empreendidas nos anos 2000 podem ter seu sucesso atribuído também ao município ter em sua história educacional ações que já buscavam excelência no ensino e na qualificação dos professores.

Até o momento nossa pesquisa apurou os dados citados acima e apresenta como hipótese a trajetória da educação de Novo Hamburgo como um fator que pode sim ter contribuído para o sucesso alcançado no IDEB. A preocupação com a educação sempre existiu no município. O

imigrante buscava escolarizar-se e defendia a educação de sua prole. Também a economia de Novo Hamburgo, que esteve atrelada a economia global em várias fases, exigia mão de obra técnica e qualificada e isso era alcançado nas escolas e nos cursos técnicos financiados pela indústria.

Documentos

“En breve”, nº 121, de março de 2008. Banco Mundial

Referências

ARENDT, Isabel Cristina & WITT, Marcos Antônio. *História da educação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

CORSETTI, Berenice. Gerencialismo ou gestão democrática: o Banco Mundial e a avaliação da educação básica num estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS, Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional*, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 58-74, maio/ago. 2012.

DREHER, Martin. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ESCOSTEGUY, Silvana Maria Ramos. *O processo de escolha de dirigentes escolares e seus reflexos na gestão municipal da educação em Novo Hamburgo/ RS (2001- 2009)*. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

KERBER Alessandra; SCHEMES, Claudia & PRODANOV Cleber Cristiano. Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo – RS. In: *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 139-170, maio/ago. 2012.

KONRATH, Gabriela Michel. *O município de Novo Hamburgo e a campanha de nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul*.

Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Rodrigo Perla. *A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979*. 2011. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós Graduação, PUC-RS, Porto Alegre, 2011.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo: monografia*. São Leopoldo: Rotermond, 1959.

PIRES, Itaara Gomes; SOUZA José Edimar De & ROSA Sônia Maria de Oliveira da. Relações políticas locais no contexto de influência em políticas educacionais (Novo Hamburgo/rs-1952). In: *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n. 16, agosto/dezembro de 2013.

ROSA, Josineide. *Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Públicas)- Programa de Pós Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SCHÜTZ, Liene Maria Martins. *Novo Hamburgo: sua história, sua gente*, 1977.

MODOS DE CONSTITUIR-SE PROFESSOR PRIMÁRIO: FORMAÇÃO E PRÁTICA NO MEIO RURAL DE LOMBA GRANDE/RS (1940/1950)

José Edimar de Souza*

Resumo: O objetivo é caracterizar os modos possíveis e inventados e (re) inventados para se constituir professor/a de classes multisseriadas no meio rural de Lomba Grande, bairro do município de Novo Hamburgo/RS entre 1940 a 1950. Trata-se de um estudo de história da educação e, que se vale de análise documental e registros narrativos de professoras cuja trajetória docente se desenvolveu em escolas públicas municipais. A partir da década de 1940 houve um crescimento no número de escolas no município de Novo Hamburgo, efeito do êxodo rural e do contexto político daquele período, especialmente em regiões de colonização germânica. No conjunto da análise sob a ótica da história cultural evidencia-se o aspecto dos saberes adquiridos na prática, no fazer cotidiano e nas experiências culturais acumuladas pelos sujeitos. Os professores entrevistados rememoraram que se valeram do exemplo dos seus mestres para planejar e conduzir suas aulas nos primeiros tempos de magistério. Além disso, a prática da indicação para “ensinar ler, escrever e contar” era comum em regiões muito distantes da cidade. Nesse sentido, o modo possível para se constituir professor consistia em dominar os saberes mínimos para ensinar alfabetizar na área da linguagem escrita, oral e algébrica.

Palavras-chave: Formação docente, Ensino Rural, Práticas Cotidianas.

Introdução

Este estudo relaciona-se a pesquisa mais ampla, em desenvolvimento no curso de Doutorado em Educação no Programa de pós-graduação da Unisinos. Trata-se de um desdobramento da temática

* Doutorado em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS com bolsa CAPES/Brasil. Integra o grupo de pesquisa EBRAMIC – Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar.

investigada: a presença da escola isolada no meio rural de Lomba Grande como fenômeno híbrido, que se processou no decorrer do século XIX com a contribuição de diferentes grupos sociais, bem como, diversas práticas que caracterizaram o processo de implantação da escola pública primária nesta região. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é caracterizar os modos possíveis inventados e (re) inventados para se constituir professor/a em classes multisseriadas, entre as décadas de 1940 a 1950.

Lomba Grande¹, que outrora pertenceu ao município de São Leopoldo é, atualmente, um bairro rural do município gaúcho de Novo Hamburgo, situa-se na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Antes da chegada dos imigrantes alemães, a região de Lomba Grande era conhecida como Feitoria ou Estância Velha, região que interligava a antiga estrada comercial e de tropas, do nordeste do Rio Grande do Sul, descia a serra, na zona de Taquara, seguindo pela planície que se estende entre a margem direita do rio dos Sinos e os contrafortes da Serra Geral, através das regiões que hoje formam os municípios de Parobé, Sapiranga, Novo Hamburgo e Campo Bom.

A história de Novo Hamburgo está imersa no contexto da colônia alemã de São Leopoldo, principalmente a religião luterana e católica, que no decorrer do século XIX contribuíram para constituição da origem ao Vale dos Sinos (considerando o estabelecimento de colonos ao longo do rio dos Sinos). Como de costume, a influência religiosa legado europeu da colonização sugeria que ao lado de cada igreja deveria haver uma escola, em Novo Hamburgo esta situação se reproduziu também, no valor dado à educação pelas pessoas que se estabeleceram em Lomba Grande (DREHER, 1992).

Em Lomba Grande a histórias da educação se relaciona à sensibilidade da comunidade e das famílias que cediam compartimentos em suas residências para que fossem ministradas Aulas. O professor, em alguns casos também era oriundo da sua comunidade, que apesar da

¹ O bairro é dividido em diferentes localidades, a saber: São João do Deserto, Integração, Quilombo, Passo do Peão, Morro dos Moais, Taimbé, Santa Maria do Butiá, entre outros.

instrução mínima, na ausência de um mestre graduado (professor diplomado, dadas às dificuldades do meio físico), desempenhavam a docência superando inclusive as dificuldades de falta de material didático, condicionando-se aos soldos provenientes das famílias.

Escolhas teóricas e metodológicas

O meio rural é entendido como espaço/lugar em que as práticas e as culturas se materializam e desenvolvem. Neste espaço os limites físicos e as condições geográficas se diluem a partir dos significados que adquirem, no âmbito das diferentes ações humanas. Além disso, como espaço de “produção de novas relações sociais” caracteriza-se em um campo de possibilidades, de produções de história e cultura, dos sujeitos que ali vivem. (GRACINDO, 2006, p. 14).

Ao recompor o espaço e o tempo das práticas formativas dos sujeitos deste estudo, o historiador organiza e reorganiza as fontes. Ao construir os documentos cruza fontes e realizar novas perguntas às fontes já conhecidas, assumindo o caráter detetivesco do historiador. Portanto, a análise documental foi desenvolvida a partir de Cellard (2008) e Bacellar (2011), ao considerar a organização e sistematização de quadros e tabelas como forma de sistematizar e caracterizar o contexto estudado.

A prática da pesquisa histórica vai além do estudo das ações dos homens, como argumenta Borges (2011). Ela também inclui testemunhos anônimos, deixados por todos aqueles que interagem e negociam, direta e indiretamente, com as diferentes esferas sociais. Desse modo, além das fontes documentais valeu-se de narrativas orais de professoras cuja docência aconteceu em Lomba Grande, entre 1940 a 1950.

A perspectiva teórica sustenta-se na História Cultural, a partir de Burke (2005) e Chartier (2002), considerando as práticas e representações dos sujeitos um modo de caracterizar os fenômenos sociais investigados. Para Stephanou e Bastos (2005), essa corrente teórica representou uma possibilidade de estudos de novos objetos de pesquisa, considerando, por exemplo, o sentido sobre o mundo construído pelos homens do passado e a compreensão dos diferentes processos educativos e escolares. O modo

de agir e de referir-se a uma cultura institucionalizada evidencia, nas práticas desempenhadas, um coletivo de atitudes que envolvem os sujeitos e os objetos que constituem uma trajetória elaborada e representam um conjunto de aspectos institucionalizados.

As práticas são criadoras de “usos ou de representações”, não são redutíveis à vontade dos problemas de discursos e de normas, encontram-se na construção de uma cultura (CHARTIER, 2002). O modo como os professores desenvolveram e fizeram opção de suas práticas sociais figuraram como “(...) modos de viver, trabalhar, morar (...) Assim, a cultura é sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos (...)” (OLIVEIRA, 2004, p. 272), destaca-se, no campo de análise, portanto, o aspecto da constituição da docência.

Essas práticas são de diferentes ordens, situadas em momentos distintos da historicidade dos artefatos e contextos materiais. Produção, circulação, recepção são âmbitos que comportam, cada um deles, um conjunto de práticas que, mesmo que não se iniciem no espaço escolar, para ele confluem e dele se espraiam, instaurando e/ou reforçando novas ações e significados. (ALVES, 2010). Viñao Frago (1995; 2008) acrescenta que as práticas também são consideradas produtos culturais que se construíram cotidianamente e na relação com os contextos.

São as práticas que, entre outros elementos, possibilitam perceber a materialidade da cultura, de como determinados grupos pensam e estruturam seus projetos de mundo e vida em sociedade. Assim podemos compreender e falar “(...) de la historia cultural, al entender la cultura como um conjunto de prácticas que grupos sociales heterogéneos utilizan de diversos modos (...)”, (LAFARGA, 2002, p. 17), para se referir sobre o lugar, o tempo e as construções dela resultante. Esses elementos remetem a ideia de processos de transformação e apropriações realizadas pelos sujeitos em suas relações com meio; nesse caso, o espaço rural e o contexto social e político do início do século XX.

Memórias arquivadas e orais

Como se vem argumentando, Souza (2012), a temática da memória é a preocupação que remonta aos filósofos gregos. A memória

se constrói na lembrança e também no esquecimento. Para Alves (2008), é nesse sentido que há, na lembrança, rememorações e vazios. Ou seja, o processo de rememoração implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, um grupo privilegia ao fazer escolhas; também oculta outros fatos. Fazer história, a partir do uso de memórias, implica descrever as maneiras de apreender visando a práticas que “(...) do ponto de vista das técnicas de aquisição, e de tentar discernir as falhas pelas quais o abuso pode se insinuar no uso.”. (RICOUER, 2001, p. 73). Há de se compreender a complexidade do uso de memórias, sua relatividade e, portanto, a capacidade de constituir-se como corpus documental. (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012).

A memória, aqui, é entendida como uma construção social, coletiva, que depende do relacionamento, posição, papéis sociais dos sujeitos com o mundo da vida. A memória é coletiva e, nesta memória, o indivíduo tem uma posição individual dos fatos vividos, mas ela se dá pela interação entre os membros da comunidade e as experiências vivenciadas entre eles. Portanto, há “(...) uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior”. (HALBWACHS, 2006, p. 61).

A memória coletiva é sempre plural, constituída por lembranças do passado que transcendem a individualidade e é compartilhada socialmente no domínio da vida comum. Encontra-se ancorada na história individual e vai emergindo à medida que são feitos os encadeamentos e as relações do que é manifestado nas lembranças. A memória torna-se, portanto, o caminho pelo qual a existência retorna esculpindo a história.

Em busca de histórias que permitissem recuperar as representações sobre o modo inventado para ser professor no meio rural, buscou-se localizar os professores que exerceram a docência no período delimitado para o estudo. Além das fontes documentais, foram entrevistadas entre 2013 e 2014 três professoras: Maria Lorena Allgayer (Pires), Maria do Carmo Moheleck (Schaab) e Lúcia Plentz, cuja trajetória docente ocorreu no meio rural de Lomba Grande.

Entre as décadas de 1940 e 1950 há um crescimento expressivo do número de escolas públicas municipais em Novo Hamburgo e isso se

reflete no modo como os docentes eram escolhidos e selecionados para ocupar o cargo de professor.

As formas de ser professor no meio rural: saberes e práticas

Ao rememorar como se constituíram as características da profissão docente, Lúcia (2014) e Maria do Carmo (2013) fazem referência à presença de professoras Normalistas em Lomba Grande, entre o final do século XIX e início do século XX, professoras de seus pais e avós. *“Eram professoras estudadas (...) vinha de Porto Alegre (...) essa Aracy a mãe dela também era professora no São João do Deserto (...)”*. (Maria do Carmo, 2013). A prática pedagógica do professor normalista, que iniciava sua trajetória profissional no interior de Lomba Grande, repercutiu na forma como os professores leigos se apropriaram um modo de ser professor.

No final do século XIX, os regulamentos, que orientavam as práticas dos professores, em início da carreira, indicavam que deveria acontecer no interior, ou seja, no meio rural, para posterior solicitação de remoção para as cadeiras situadas nas vilas e cidades. Nesse sentido, as práticas que se desenvolveram na Escola Normal, no Rio Grande do Sul, se fizeram chegar a Lomba Grande por meio dos professores que estudavam na capital e se radicaram e/ou permaneceram por um período das suas trajetórias profissionais neste bairro. Esse aspecto permite compreender, por exemplo, que os exercícios e atividades de memorização repercutiram por muitos anos como forma adequada para ensinar a ler, escrever e decorar, permanecendo na memória dos sujeitos entrevistados.

Villela (2012) assegura que a emergência dos Estados Modernos, no mundo ocidental, promoveu a homogeneização de vários tipos de docentes anteriormente existentes e, por meio de mecanismos de formação e recrutamento, controle do Estado e fiscalização, assegurou a essa “categoria socioprofissional” um novo estatuto. Em relação à história da docência, Antônio Nóvoa (1992) sugere que o magistério como profissão docente, da forma mais próxima da qual conhecemos na atualidade, remonta-se à segunda metade do século XIX, período em que os professores passaram a formar um “corpo profissional”. Pintassilgo (1999) acrescenta que a designação professor primário vincula-se a dos

mestres régios de ler, escrever e contar, criados pela reforma pombalina. É no início do século XX que a expressão mestre ou professor, de instrução primária, se generaliza e, por meio de um processo de ressignificação, passa a ser identificado apenas como professor.

A institucionalização de um sistema de formação de professores no Brasil, na segunda metade do século XIX, foi um processo moroso e que apenas nos anos trinta, do século XX, apresenta práticas mais consistentes para atender à demanda social da formação de professores de primeiras letras. Dessa forma, a constituição de uma cultura profissional em Lomba Grande, como em outros espaços rurais do Brasil, dava-se pela predominância de professores leigos, ou seja, qualquer indivíduo, portador das habilitações elementares, podia candidatar-se ao magistério. Contudo, a constituição de uma cultura docente decorre de um processo de amadurecimento e ressignificação das práticas na perspectiva de uma tradição inventada pelos professores e pela sociedade, que os reconhece e os legitima. Benito (1999) acrescenta que os professores são responsáveis pela manutenção e continuidade de uma “memória da corporação”, que é transmitida e recriada de geração a geração.

Rambo (2008) argumenta que os professores de regiões colonizadas por imigrantes alemães, professores comunitários e leigos, constituíram sua prática docente a partir de um sistema dinâmico e complexo de transferência de referenciais simbólicos. Nesse processo, houve agregação de aprendizagens que decorreram das relações estabelecidas com o contexto espacial e social. Os imigrantes apreenderam dos indígenas e luso-brasileiros, da região em que se instalaram, práticas de sobreviver diante das situações de adversidade, bem como por meio de um processo de tradução cultural atribuíram novo sentido aos seus costumes e tradições, como as práticas de escolarização.

Portanto, caracterizar a constituição de uma cultura profissional, que se associa à prática dos professores leigos, em Lomba Grande, pressupõe reconhecer que a natureza de sua origem inclui, além da influência cultural, as relações de políticas de Instrução Pública para instituir um corpo funcional do Estado. Benito (1999, p. 16) contribui para a reflexão do processo de constituição desta identidade cultural,

(...) la identidad de la profesión (...) se reconstruiria em cada etapa histórico-social mediante uma espécie de transacción entre

las tradiciones recibidas y las estrategias que las instituciones y los individuos desarrollan al recrearla. La apropiación histórica, se complementaría así con las pautas de cambio que cada generación incorpora. La genética de estos procesos puede incluso llegar a configurar toda una normatividad acerca de la profesión docente (...). (BENITO, 1999, p. 16).

A questão da formação de uma cultura que traduzisse uma prática pedagógica para as Escolas multisseriadas, em Lomba Grande, implica reconhecer o modo como as práticas profissionais convergiram e se hibridizaram entre várias fontes de saberes, provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar e dos lugares de formação. Tardif e Raymond (2000) argumentam que os conhecimentos práticos da profissão dos professores são plurais, compósitos, heterogêneos e adquirem um *status* autônomo no exercício do fazer de tais conhecimentos.

O modo estabelecido pelos sujeitos, para ingressar na docência, ressalta a cultura da indicação, na década de 1940, havia falta de professores habilitados para as escolas existentes, como rememora Maria Lorena (2014),

O meu tio, Osvaldo Allgayer falou com o prefeito Armando Koch. A escola ia fechar porque não tinha professora. O Armando Koch perguntou pro meu tio se ele não sabia quem podia dar aula. Ele falou que tinha uma sobrinha, que era um pouco esperta, que talvez dava – Era eu. Quando eu comecei foi muito difícil. Olha eu acho que uns doze anos que eu não ia na escola. E aí fui em Novo Hamburgo, fiz um teste e já sai professora. (...) E meu tio me indicou. (Maria Lorena, 2014).

Este aspecto também foi lembrado pela professora Lúcia e pelo professor Sérgio, aliás, na pesquisa de mestrado os professores entrevistados enfatizaram esta prática como comum para a região. Em síntese, para ser professor precisa saber ler, escrever e contar, como recorda Maria Lorena (2014), *“meu pai estava muito de acordo, porque o lugar sem escola, sem professora nenhuma. (...) – já que ela estudou (...) ensinar ler e escrever ela sabe.”*.

O início da docência, de acordo com os relatos dos professores entrevistados, incluía os conhecimentos das diferentes experiências

acumuladas, pois “(...) utilizam constantemente seus conhecimentos pessoais e um *saber-fazer* personalizado”. (TARDIF; RAYMOND, 2000, p. 214). E como se detalha melhor, nas próximas seções, o exercício docente e o uso que se atribuiu à prática pedagógica era reatualizada, pois se desenvolve no âmbito de uma trajetória profissional.

Os professores sujeitos da investigação se constroem professores pela prática do exercício da profissão que escolheram. Nesse sentido, remetem às memórias de sua época de alunos de Escolas Isoladas, a forma como seus professores desenvolviam as aulas. “(...) *Assim eu aprendi. Assim eu vou continuar. (...) É uma coisa que eu nunca esperava, um dia dar aula. (...) Foi bom porque pelo menos eu vi que a gente tinha alguma utilidade.* (Maria Lorena, 2014). Isso implica reconhecer a formação de uma cultura profissional cujas dimensões indenitárias, se processam pela conservação e/ou mudanças de práticas e rotinas, mediadas por relações de socialização profissional.

Nesse sentido, ao propor reconstruir o modo como se constituiu esta cultura profissional de professores, de Escolas Isoladas, entende-se o fazer profissional, na perspectiva de Tardif e Raymond (2000), cuja definição está associada à prática de esquemas, regras, hábitos e tipos de procedimentos que são promovidos pela socialização, em diferentes instituições sociais – família, comunidade, escola, etc., que se constroem na interação com os outros, em suas formas complexas de caracterização e produção de identidades de pertença.

Em relação à continuidade dos estudos, Lúcia estudou pelo instituído no artigo 99, um meio de formação continuada, oferecida pela Prefeitura Municipal, na década de 1960. Já Maria do Carmo seguiu os estudos na sequência do Curso Primário, realizando o curso do Ginásio, no Colégio Auxiliadora de Canoas. E, na década de 1980, ela realizou o Curso de Magistério, oferecido pela Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo, em parceria com a Fundação Evangélica. Mesmo que as trajetórias destes sujeitos sejam diferentes, o que interessa é refletir sobre as estratégias e táticas que ambos utilizaram para permanecer estudando.

No âmbito das estratégias e táticas para continuar os estudos, Maria do Carmo recorda que foi interna do Colégio Auxiliadora de

Canoas: um primo conseguiu vagas para ela e sua irmã serem alunas bolsistas. Ela rememora:

Aí, como eu falei, esse primo que era ali pelo Colégio Auxiliadora de Canoas. Ele arrumou um estudo, pra mim e pra minha irmã mais nova. Ir trabalhar e estudar, porque meu pai não tinha condições. Porque eram colonos. E eu só tinha feito até 5ª. série na escola. E tive que entrar na 5ª. série novamente, pra depois ir pro Ginásio. E aí fiz ano todo, a 5ª. série ali em Canoas. E aí entrei na primeira série ginásial. Eu tive que fazer o exame. Tive que fazer o exame. E aí fiz até a 8ª, 8ª(...) 4º ano ginásial, aí naquela época começou lá em Canoas. Começou o Ensino Normal. E as irmãs queriam muito [estica a palavra] que eu continuasse lá, pra fazer o Ensino Normal Complementar. Mas a minha família queria que eu voltasse pra casa pra dar aula nessa escola Bento Gonçalves. (Maria do Carmo, 2013).

As atribuições de Maria do Carmo, como interna, ocupavam boa parte do tempo do dia exigiu que ela inventasse formas para superar suas dificuldades de aprendizagens para melhor aproveitar a oportunidade de estudo, como lembra,

Sim. Como interna. Mas eu tinha que trabalhar e fazer todo o serviço. Lavar as louças do refeitório, depois do meio dia. Quando terminava as aulas da tarde tinha que limpar todas as salas de aula. Depois, tinha que fazer o tema e estudar. Mas, estudar como? As outras, que eram internas, elas tinham a tarde livre pra estudar. Tinham a tarde livre. Sabe o que eu fazia, quando tinha muito pra estudar. Nós dormíamos em cima, no último andar. Lá estavam aquelas camas nossas. Eu me levantava de madrugada (...). Eu levantava de madrugada, ia no banheiro (...) escondida, e me chaveava pra estudar. E sentava no banheiro e ia estudar (...). Pra poder passar, no teste, não, naquele tempo era sabatina. Era sabatina. (Maria do Carmo, 2013).

Como rememora Maria do Carmo, a rotina diária dela e da irmã era de muito trabalho e, para obter sucesso nos estudos, ela utilizava-se de táticas para superar as demandas normativas que seus compromissos de interna de um colégio religioso exigiam. Estas normas e condutas de valores também representavam um mecanismo de controle moralmente reconhecido pela sociedade de modo geral. A condição de estudante,

formada pelo Colégio Auxiliadora, implicava outros compromissos diante da sua comunidade de origem. Representava a possibilidade da transposição de conhecimentos e a necessária tradução, em forma de práticas. Ou seja, mesmo que ela não tenha concluído o Curso Normal Complementar, para os moradores do Taimbé, “o lá” – Canoas – possibilitava ocupar lugar de destaque “aqui” – no Taimbé. O modo como ela estabeleceu a representação de si projeta um alto grau de expectativa que o “local” aguardava enquanto retorno comunitário de suas aprendizagens “na cidade”. Ela assim resume:

(...) eu não pude fazer o Normal. Porque a minha família queria que eu voltasse pra casa, pra trabalhar porque todas as despesas que eu precisava no colégio, assim, roupa e roupa de cama, material, tudo (...) Os meus irmãos é que tinham que comprar. Aí se tornava muito difícil. (...) Voltei pra casa. E não fiz o Normal. Me arrependi [ênfase] os cabelos da cabeça, porque eu não pude ficar lá em Canoas pra fazer o Normal gratuito. (Maria do Carmo, 2013).

Ainda no âmbito dos conhecimentos adquiridos pelos sujeitos, e nas relações sociais que eles estabeleciam, Maria Hilda, quando iniciou sua vida de professora, recebeu auxílio de colegas que já eram professores. O conhecimento prático pedagógico e a cultura docente eram mediados pelos colegas que já haviam se apropriado do conhecimento do magistério para as Escolas Multisseriadas. A experiência sugeria possibilidades para que o professor leigo fosse adquirindo domínio sobre sua prática.

A forma mais comum de contratação de docentes leigos² para o meio rural era a realização de um teste de suficiência, que eram indicados

² Para Tambara (1998), o problema da seleção de quadros foi uma constante preocupação da Diretoria de Instrução Pública desde o século XIX. Frequentemente, não havia inscritos aos concursos abertos para preencher determinadas aulas e que acabaram por favorecer a prospecção da figura do docente leigo. Em relação à figura do docente leigo, Musial e Galvão (2012, p. 100) argumentam que os professores rurais “especialmente aqueles considerados incompetentes para o desenvolvimento do programa. (...) eles parecem ser

para o cargo de professor. Era uma forma de legitimação das indicações que se processava mediante a realização de um teste de português, matemática, conhecimentos cívicos e ciências. Este teste também foi utilizado para atestar a conclusão do Curso Primário para aqueles que não tinham concluído o 5º ano e/ou não conseguiam comprovar a conclusão desta etapa de ensino.

Como professora contratada, Lúcia e Maria Lorena realizaram uma prova de conhecimentos para comprovar a habilitação para a docência. Lúcia recorda que fez o teste no prédio da antiga prefeitura, em Hamburgo Velho, e que o Dr. Parahim Lustoza foi quem aplicou este teste com ela. “*Ele era uma pessoa muito boa (...) me ajudou fazer a prova (...)*”. (Lúcia, 2014). Ela ainda recorda que, após alguns alunos, fez concursos, porém sem obter sucesso. Após dez anos de trabalho, como professora contratada, ela foi efetivada no cargo. Além disso, na década de 1980, a carreira de professor municipal foi ajustada já que os professores, que possuíam contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), puderam optar pelo regime estatutário.

O regime de trabalho de contratos consistia em uma indicação e/ou na própria candidatura do profissional a uma aula vaga, como lembra Maria do Carmo (2014) de que “*as pessoas iam na prefeitura e se ofereciam pra dar aula*”. Como se argumentou no capítulo três, o discurso do prefeito municipal Odon Cavalcanti, na década de 1940, elucida esta prática, pois indicava que, em prol do combate ao analfabetismo, a prefeitura estaria disposta a contratar interessados em instituir classes de alfabetização.

Maria Lorena (2014) também foi professora contrata; inicialmente como regente e, posteriormente, como auxiliar da professora Maria do Carmo. Sobre o teste que realizou na cidade, ele relembra,

Eu fui em Novo Hamburgo. E tinha a Iracema Grim, será que é viva? [falamos sobre ela]. Era a Iracema Grim e a dona Flávia

considerados, pelo contrário, como aqueles que de alguma forma conseguiam cumprir o programa estabelecido (...).”.

Schüller. [Aí a Iracema e a Flávia fizeram uma prova com a senhora]. Ah, isso eu não me lembro, se foram elas ou se foi o Dr. Parahim. E foi lá que eu fiz a prova. Era de fazer contas e dizer alguma coisa de história que eu sabia. Elas ficaram sentadas e eu ia dizendo o que eu sabia.(...) Eu comecei logo naquela semana. No dia já me deram o resultado e disseram que eu podia dar aula. Bah, foi um susto, porque eu não espera aquilo. (Maria Lorena, 2014).

Os professores contratados exerciam a função de auxiliares ou ainda as “alunas-mestras” e cumpriam esta função³. Fischer (2005), entrevistando professoras da rede estadual de ensino, enfatiza que as regentes de classes primárias, que eram alunas-mestras, percebiam uma remuneração inferior a das professoras contratadas e/ou efetivas. Porém, como já se argumentou em outro estudo, Souza (2011), a referência da experiência profissional como “aluna-mestra” favorecia a candidata no momento da seleção, de um novo contrato, ou do contrato que acabavam se efetivando, bem como nos concursos públicos para o magistério.

Sobre o teste que realizou em 1952 Maria do Carmo ainda recorda,

Não, não tinha banca. Foi só as perguntas. Tinha só a Lenira e mais duas pessoas. Então, cada uma pegou sua folha e foi fazendo. (...) eu levei bastante tempo. Tinha muitas coisas que eu não tinha

³ Além da nomenclatura professora mestra, aluna mestra ou professora contratada. Análise de leis e decretos permitiu identificar a expressão “professor de 2ª categoria” ou professor de Classe A, B, C, talvez, como uma possível substituição às “Entrâncias”. As entrâncias eram formas de classificar as escolas isoladas, com relação aos centros urbanizados. “As escolas de 3ª entrância, mais centrais (...) as de 2ª entrância nos limites urbanos (...) e as de 1ª entrância as mais distantes e por isso, consideradas rurais”. (WERLE, 2005, p. 63). Em Novo Hamburgo, na década de 1940, as entrâncias indicavam o grau de formação e as professoras, que iniciavam no magistério, ingressavam na 1ª entrância e, progressivamente, por antiguidade ou merecimento, chegavam a 3ª entrância que indicava salários mais elevados. Da mesma forma as Leis municipais que regiam o regime funcional apresentavam promoções revertidas em “padrão”, “classe”, “categoria”. Em 1946, observa-se o código 8330; 8333 em alíneas e padrões que definiam os vencimentos docentes, como já se mencionou anteriormente. (NOVO HAMBURGO, 1946).

estudado. Era português, matemática, história, geografia e ciências. (...) eu estudei bastante em casa. Eu fui a Canoas, na casa de uma prima minha, que se formou no Ginásio comigo, morava defronte o colégio. Eu fui lá pegar os livros dela emprestado, pra estudar em casa. [pausa]. (Maria do Carmo, 2013).

O relato de Maria do Carmo enfatiza as estratégias e táticas, elaboradas por alguns professores, que não possuíam um conhecimento sobre didática ou ainda sobre as questões que determinavam os programas dos concursos, propostos pelos editais de concursos docentes. Estudar e aprender com aqueles que os sujeitos julgavam “mais cultos” foi uma prática, de certo modo, utilizada pelos entrevistados. Esse aspecto adquire um valor ímpar na trajetória profissional destes professores. O modo como rememoram ressaltam a sagacidade de quem pretendia alcançar um objetivo e transformar sua condição social.

Para Tardif e Raymond (2000), o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, modifica também. O modo de fazer instituído, a partir das normas dos regulamentos, dos programas e dos livros didáticos, baseia-se nas aprendizagens escolares, fia-se em sua própria experiência e retêm certos elementos de sua formação profissional. Esse aspecto remete à prática do aprender a trabalhar, ou seja, a dominar progressivamente necessários à realização do trabalho, aspecto que desenvolvo melhor na próxima seção, ampliando as práticas e usos de objetos e utensílios nas Escolas Isoladas.

Considerações finais

Estudar o modo como essas professoras se constituíram profissionais favoreceu o trânsito por diferentes espaços, vivências, sentimentos, histórias. Memórias singulares que ajudam a caracterizar os contextos e, além disso, ajudam a identificar seus sujeitos, evidenciando o que os torna especial dentro de uma vivência aparentemente comum, porém com trajetória marcante numa comunidade rural. Nesse sentido, podemos afirmar que a cultura profissional foi produzida em um processo que mesclou novas e velhas práticas que, entrecruzadas, produziram, como afirma Teive (2010, p.16) o que é “(...) um misto do/a antigo/a ‘moedor/a de verbos’ e do/a moderno/a professor/a (...)”.

Se por um lado a cidade pretendia ditar a forma como os professores deveriam ensinar as crianças aprender a ler, escrever e contar, por outro lado, constata-se que em Lomba Grande houve um processo de apropriação cultural, um modo construído e reconstruído a partir das lembranças, da experiência acumulada das professoras Lúcia, Maria do Carmo e Maria Lorena, que seguiram o exemplo das suas professoras do curso primário para constituir e projetar sua formação docente.

Referências

ALVES, Claudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, RS, v. 14, n. 30, p. 101-125, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.fae.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ALVES, Nilda Guimarães. O tempo em escolas rurais no Distrito Federal no pós-guerra. In: FERNANDES, Rogério; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). *O tempo na escola*. 1. ed. Porto/PT: Profedições, 2008. p. 191-217

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

BENITO, Agustín Escolano. Los profesores em la historia. In: MAGALHÃES, Justino; BENITO, Agustín Escolano. *Os professores na história*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999. p. 15-27.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

DREHER, Martin Norberto. Apontamentos para a história da comunidade evangélica de Campo Bom. In: SPERB, Angela Tereza. (Org.). *Sal da Terra: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica Editora La Salle, 1992. p. 13-14.

FISCHER, Beatriz. T. D. *Professoras: Histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

GRACINDO, Regina Vinhaes et al. *Conselho escolar e a educação do campo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 9).

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Romagem do tempo e recantos da memória*. Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006

LAFARGA, Luz Elena Galván. Tejer Historias de la educación con hilos de colores. A manera de introducción. In: CERECEDO, Alicia Civera; ESCALANTE, Carlos; LAFARGA, Luz Elena Galván. (Coord.). *Debates y desafíos en la historia de la educación en México*. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, A.C.: Instituto Superior de Ciencias de la Educación del Estado de México, 2002. p. 16-31.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “Oh! Escarneio! Tendes visto o que é a escola rural; ver uma é ver todas material e moralmente”: um estudo sobre os materiais, os métodos e os conteúdos da escola rural em Minas Gerais (1892-1899). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 77-106, maio/ago. 2012.

NÓVOA, Antônio. *Profissão professor*. Lisboa: Porto Editora, 1992.

NOVO HAMBURGO. *Decreto s/n., de 12 de setembro de 1946*. Decreta... Novo Hamburgo – RS, 1946.

OLIVEIRA, Leda Maria Leal de. Memórias e experiências: desafios da investigação histórica. In: FENELON, D. R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

PINTASSILGO, Joaquim. O mestre como artesão/prático e como intelectual. In: MAGALHÃES, Justino; BENITO, Augustín Escolano. *Os professores na história*. Porto, PT: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999. p. 83-99.

RAMBO, Arthur Blásio. O professor comunitário. In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Org.). *Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2008. p. 233-258. (Série, v. 1).

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

SOUZA, José Edimar de. *Memórias de professores: histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940-2009)*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

_____. *Trajetórias de professores de classes multisseriadas: memórias do Ensino Rural em Novo Hamburgo/RS (1940 a 2009)*. 2011. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNISINOS, São Leopoldo.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 3: século XX, p. 416-430.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal, e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. *História da educação*. ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, n. 3, p. 35-57, abr. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes e tempo de aprendizagem no magistério. *Educação e sociedade*, Campinas, ano 23, v. 21, n.73, p. 209-244, dez. 2000.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Apropriações da Reforma Orestes Guimarães na cultura escolar da escola Normal Catarinense (1911-1935). In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPED SUL. 8. 2010, Londrina. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em educação da região Sul – ANPED SUL*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 1-21. 1 CD-ROM.

VIÑAO FRAGO, Antonio. . Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, [S.l.], n. 0, p. 63-82, set-dez. 1995.

_____. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, maio/ago 2008a. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 95-134.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

COLLEGIO ALLEMÃO DO RIO GRANDE E OS ESTATUTOS DA SOCIEDADE ESCOLAR ALLEMÃ DE 1938

Maria Angela Peter da Fonseca*

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, de cunho quanti-qualitativo, que vem sendo desenvolvida no doutorado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, que contempla o tema História da Educação Teuto-Brasileira Urbana na Região Sul do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX. Nesta comunicação, privilegiam-se os Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do CollegioAllemão do Rio Grande de 1938, elucidando tempos de transição na educação teuto-brasileira urbana no período de Nacionalização da Educação. Entre as fontes utilizadas destacam-se: os Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande – 1938 e as entrevistas com o professor Arno Ristow, Rio de Janeiro – 2005 e 2011 e com a ex-aluna Erica Pohlmann (Frank), Rio Grande – 2012. O professor Arno Ristow ministrou aulas no CollegioAllemão do Rio Grande, em 1933 e a ex-aluna Erica Pohlmann (Frank) frequentou o educandário nos primeiros anos da década de 1930. O ensino passou a ser ministrado através dos princípios da moderna pedagogia, no entanto a língua alemã continuou ocupando um lugar de destaque na instituição de ensino primário e complementar, mista, em caráter laico.

Palavras-chave: Collegio Allemão do Rio Grande, Estatutos, Sociedade Escolar Allemã.

Palavras iniciais...

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, de cunho quanti-qualitativo, que vem sendo desenvolvida no Doutorado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, que contempla o tema História da Educação Teuto-

* Doutoranda PPGE, FAE, UFPEL.

Brasileira Urbana na Região Sul do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX.

Nesta comunicação, contemplam-se os Estatutos da Sociedade Escolar Alemã do CollegioAllemão do Rio Grande de 1938, elucidando tempos de transição na educação teuto-brasileira urbana no período de Nacionalização da Educação. Entre as fontes utilizadas destacam-se: os Estatutos da Sociedade Escolar Alemã do Rio Grande – 1938 e as entrevistas com o professor Arno Ristow, Rio de Janeiro – 2005 e 2011 e com a ex-aluna Erica Pohlmann (Frank), Rio Grande – 2012.

O professor Arno Ristow ministrou aulas no CollegioAllemão do Rio Grande, em 1933 e a ex-aluna Erica Pohlmann (Frank) frequentou o educandário nos primeiros anos da década de 1930. O ensino passou a ser ministrado através dos princípios da moderna pedagogia, no entanto a língua alemã continuou ocupando um lugar de destaque na instituição de ensino primário e complementar, mista, em caráter laico.

A nacionalização do ensino e as escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul

O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi permeado por discussões em torno do nacionalismo emergente, presente em cenários diversos, tanto internos como externos. Este movimento veio a ter o seu ápice nas décadas de trinta e quarenta do mesmo século, quando conflitos internacionais entre nações do hemisfério norte, especialmente a Alemanha, culminaram com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, vigorou no Brasil, o Estado Novo, que, segundo Werle (2005) trouxe alterações significativas, pautando e definindo o campo político e educacional, que apresentava como alvo a constituição da nacionalidade através de programas de educação nacionalista.

De acordo com Bastos(1994, p.11),

durante o Estado Novo (1937-1945), a educação foi insistentemente articulada a uma política de “reconstrução nacional”. Tal política, voltada para a reordenação da sociedade e do Estado, apostava na modernidade cultural e institucional e contava com a Escola como agência de difusão e propaganda de

normas de convivência social inspiradas em valores marcadamente autoritários.

Pode-se observar, esta ideia, no discurso do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, em 1937, no qual definiu os princípios e as aspirações da política educacional, situando

a educação como um dos instrumentos do Estado (...), quando passou a ser considerada como uma função social de excepcional relevo, e a sua finalidade já não é simplesmente ministrar noções e conhecimentos assentados, mas essencialmente preparar a criança e o adolescente para viver em sociedade, (...). Educar é rigorosamente socializar o ser humano. Despertar no indivíduo o máximo de eficiência, (...), eis aí a finalidade visada pela nova pedagogia. A formação do “novo” homem está a exigir uma “nova” Educação e novas instituições escolares (BASTOS, 1994, p. 23).

Na proposta político-pedagógica do Estado Novo, entraram em cena os educadores profissionais que verteram do movimento internacional da Escola Nova, em vigor desde o último quarto do século XIX, alguns princípios que nortearam a questão da educação, que foram conjugados com a questão emergente do nacionalismo, com a necessidade de unificação do território nacional. Tratava-se da construção de uma identidade nacional brasileira.

Conforme Souza (2004, p.95),

o Estado assume, de qualquer forma, as funções de tutor e tradutor; pode arrogar-se o cargo de tutor da nação porque é capaz de traduzir a alma do povo e encarná-la em sua própria essência. (...) a identificação entre nação e povo torna-se essencial. O Estado Novo exprime a essência da nação e retira daí sua validade. (...) Cabe aos intelectuais, segundo Vargas, transformarem-se em agentes construtores desta interpretação, codificando-a, e, neste processo, assumindo a tarefa de emancipação cultural.

Nas primeiras quatro décadas do século XX, um significativo número de escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul partilhava o espaço urbano e rural com a emergente escola pública brasileira. Neste terreno conflituoso em que se deu a configuração da identidade nacional,

muitos foram os esforços de docentes, nas escolas teuto-brasileiras, para conjugar memória e cidadania.

Tanto na cidade como na zona rural, os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros, em sua maioria, protestantes luteranos, incentivados por governos positivistas, fundaram escolas para seus filhos. Muitas dessas escolas concretizaram-se a partir de sociedades escolares, às vezes de cunho religioso, responsáveis pela manutenção de escolas e igrejas, fomentando a vida cultural entre os pares.

As escolas teuto-brasileiras, no período anterior à nacionalização do ensino, tinham em seus currículos o ensino, predominantemente em língua alemã. No entanto, entre um ir e vir, no intervalo das duas guerras mundiais, que abalaram as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, e as proibições e permissões do ensino em/de língua estrangeira no Brasil, no final da década de 1930, esse ensino em língua alemã foi definitivamente proibido.

Por motivo da nacionalização do ensino, houve uma modelação e uma conformação no sistema escolar brasileiro, que foi se unificando, no que diz respeito à obrigatoriedade da língua portuguesa e à elaboração de um código das Diretrizes da Educação Nacional propalada pelo Ministro Capanema em 1937, através da criação de secretarias e diretorias concernentes à educação em nível federal, estadual e municipal.

No entanto, as escolas teuto-brasileiras que conseguiram reconfigurar seu perfil étnico, conjugando valores e tradições culturais e religiosas, com a cidadania brasileira, certamente permaneceram, através do auxílio dedicado de muitos professores teuto-brasileiros. Para tal empreendimento a observação das leis da nacionalização do ensino foi condição *sinequa non* para a sua continuidade.

Rio Grande¹ na Região Sul do Rio Grande do Sul

Os imigrantes alemães que se instalaram na região sul do Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XIX, assim o fizeram, e em grande número, na zona rural, abrangendo, principalmente, as regiões coloniais de São Lourenço do Sul, Pelotas, Canguçu e Morro Redondo (FONSECA, 2007).

Contudo, na área urbana de Rio Grande, estabeleceu-se uma pequena elite comercial e industrial. Esse grupo desenvolveu um florescente comércio, fundou indústrias, escolas, igrejas e sociedades culturais diversas. Em Rio Grande pode-se citar a Fábrica de Tecidos Rheingantz, a Fábrica de Charutos Poock e dezenas de casas comerciais com filiais, inclusive, em Porto Alegre (LONER, 2001).

Em relação à educação teuto-brasileira urbana, no final do século XIX, nesta região, foram fundados diversos colégios entre eles, o CollegioAllemão do Rio Grande. Pode-se citar também o CollegioAllemão de Pelotas². Esses educandários de ensino primário e complementar foram fundados por Sociedades Escolares Alemãs compostas, em sua maioria, por industriais e comerciantes, membros das Comunidades Evangélicas Alemãs.

A trajetória do CollegioAllemão do Rio Grande e do CollegioAllemão de Pelotas³ assemelha-se ao tempo de existência, que foi em torno de quarenta e quatro anos, tendo suas atividades encerradas por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma a proposta educacional dessas instituições contemplava o cuidado com o bem

¹ Rio Grande é uma cidade situada na região sul do Rio Grande do Sul e tem o único porto marítimo do estado (LONER, 2001, p. 46).

² Pelotas é uma cidade vizinha com porto no canal São Gonçalo, que dá acesso à Lagoa dos Patos no percurso de Rio Grande a Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no estuário do Guaíba.

³ Para maiores informações ver a Dissertação: “Estratégias para a Preservação do Germanismo (Deutschum): Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942)”, História da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2007, realizada sob a orientação do Professor Doutor Elomar Antonio Callegaro Tambara.

cultural denominado *Deuschtum*, ao cultivar valores e tradições milenares dos imigrantes alemães com a cidadania brasileira.

O pesquisador alemão Giesebrecht (1899), em seu relatório de viagem pelos estados litorâneos brasileiros, fez menção a esses educandários em Rio Grande e em Pelotas, e também ao CollegioAllemão de Porto Alegre fundado em 1886, mantido pela Sociedade de Beneficência Alemã de Porto Alegre, hoje Colégio Farroupilha.

O Colégio Rio-Grandense – Rio Grande – 1933

O CollegioAllemão do Rio Grande, denominado posteriormente Colégio Rio-Grandense, foi fundado no ano de 1898 pela Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande. A maioria dos membros dessa sociedade pertencia à Comunidade Evangélica Allemã do Rio Grande que, doze anos depois, erigiu o Templo São Miguel para a realização dos cultos protestantes luteranos.

Em uma nota no jornal O Echo do Sul, de Rio Grande, de fevereiro de 1903, encontra-se o anúncio da reabertura das aulas do CollegioAllemão do Rio Grande, sob a direção do professor Bruno Stysinski. Esse professor foi pioneiro na metodologia da história, publicando *Grundriss der Geschichte Brasiliens* (Compêndio de História do Brasil), em 1914, pela editora Rotermund em São Leopoldo (KREUTZ, 1994, p. 105).

No entanto, na década de 1930, em pleno período de efervescência em relação à nacionalização do ensino, chegou ao porto de Rio Grande, no final de janeiro de 1933 – num vapor da Companhia de Navegação Costeira, vindo do porto de Itajai-SC – o professor teuto-brasileiro Arno Ristow, recém formado no Seminário Evangélico de Formação de Professores (*Lehrerseminaren*) de São Leopoldo (ENTREVISTA COM ARNO RISTOW, 2005 e 2011).

Esse professor dirigiu-se ao CollegioAllemão do Rio Grande, então sob nova denominação: Colégio Rio-Grandense, para apresentar-se e encarregar-se da docência de Língua Portuguesa no ensino primário.

Ao chegar à cidade de Rio Grande, pude apreciar os prédios e as instalações do Colégio Rio-Grandense. Fiquei fascinado. Localizado na rua Barão de Cotegipe número 415, ocupava uma área bastante grande, indo o terreno até a rua dos fundos. Suas salas de aula eram amplas e muito bem equipadas. Possuía um rico museu e até salas de esportes, guarnecido de vários aparelhos de ginástica, como argolas, barras paralelas etc. Para as aulas de canto orfeônico havia um bom piano (RISTOW, 1992, p. 145).

De acordo com dona Erica Pohlmann Frank, que ingressou no Colégio Rio-Grandense com sete anos completos, há exatamente 80 anos, o colégio era mantido por uma sociedade escolar da qual faziam parte alguns de seus familiares. No primeiro ano ela estudou na cartilha *MeineBunteFibel*⁴ publicada pela editora Rotermond. No ano seguinte conheceu *Herr*⁵Ristow, um jovem professor que ministrou aulas no CollegioAllemão do Rio Grande, então denominado Colégio Rio-Grandense, como já foi anunciado (ENTREVISTA COM ERICA POHLMANN FRANK, 2012).

Ao estudar aspectos da memória do professor Arno Ristow e da ex-aluna Erica Pohlmann Frank, fundamenta-se em Halbwachs (1990), que afirma que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Halbwachs, inspirado no sociólogo Dürkheimm, acreditava que os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem.

Segundo Halbwachs (1990, p.23)

a interpretação social da capacidade de lembrar é radical. (...) não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham

⁴ *Meine Bunte Fibel* em língua alemã, significa Minha Cartilha Colorida.

⁵ *Herr*, em língua alemã, significa senhor.

noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças.

Halbwachs (1990) vinculava a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Nesse sentido, o produto da memória-hábito, que faz parte do conceito de adestramento cultural de Bergson, aproxima-se do conceito de memória coletiva de Halbwachs. Portando podemos perceber que tanto a ex-aluna como o professor entrelaçam as memórias tendo como fio condutor os grupos de convivência, sendo o CollegioAllemão do Rio Grande a instituição aglutinadora e acionadora das lembranças.

O professor Arno Ristow relembra com alegria sua primeira experiência docente que se deu em Rio Grande.

Vivi uma época muito feliz na cidade de Rio Grande. Dei-me muito bem com os alunos, participando de seus folguedos nos recreios, pois vários deles tinham quase minha idade. Fiz amizade com moços do Clube de Regatas Barros e tornei-me sócio da agremiação. De tarde costumava ir à sede do Clube para nadar e remar (RISTOW, 1992, p. 145).

Todavia, no final do ano, apesar de ter desempenhado perfeitamente suas tarefas docentes, e – por ser brasileiro nato – ter sido convidado para ser diretor da instituição, transferiu-se para Pelotas com o objetivo de assumir a docência na Escola Teuto-Brasileira de Três Vendas.

Atestado do Colégio Rio-Grandense
Rio Grande, 15 de dezembro de 1933
Rua Barão de Cotegipe, 415 – Rio Grande do Sul
A Diretoria do Colégio Rio-Grandense, abaixo assinada, atesta que o Sr. Arno Ristow lecionou em nosso Colégio desde o princípio d'este ano escolar até hoje. Ao Sr. Ristow foi confiado em primeiro plano o ensino da língua portuguesa e podemos afirmar que ele desincumbiu-se perfeitamente de sua tarefa e a nosso pleno contento. O Sr. Ristow deixa nosso Colégio por sua própria vontade para aceitar um lugar em outra escola. Ass. Fernando Bromberg, Presidente – Wolfgang Mittermaier, Secretário (RISTOW, 1992, p. 146).

O professor Arno Ristow encaminhou-se para a cidade vizinha, no início de 1934e, desempenhou suas atividades na Escola Teuto-Brasileira de Três Vendas, uma escola de ensino primário inserida em uma comunidade evangélica alemã. Nesta ocasião também ministrou aulas de Português no CollegioAllemão de Pelotas. Portanto, sua estada no CollegioAllemão do Rio Grande foi anterior ao registro dos novos estatutos da instituição.

O ensino teuto-brasileiro sob nova formação

A partir da análise dos Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande de 1938, percebe-se a reformatação do ensino em um colégio teuto-brasileiro urbano em Rio Grande. Enfatizam-se os princípios da moderna pedagogia em consonância com a legislação do Brasil.

Os Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, em seu Capítulo I Da Sociedade e seus Fins, artigo 1, descrevem o CollegioAllemão do Rio Grande, como um colégio de ensino primário, fundamental e complementar, misto

Artigo 1. A Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, onde tem séde e fôro, fundada em 6 de outubro de 1898, tem por fim a manutenção de um colégio de ensino primário, fundamental e complementar, mixto, denominado “Colegio Rio-Grandense”, instalado actualmente em edifício próprio á rua Barão de Cotegipe ns. 409 e 415.

As alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 1, informam características em relação ao ensino, a observação à legislação do Brasil, ao *status* da língua alemã, à laicidade da instituição, ao recebimento de qualquer criança em idade escolar e ao privilégio dos filhos dos sócios.

- a) O ensino será ministrado pelos princípios da moderna pedagogia e de accôrdo com a legislação do país em vigor, dispensando-se, quanto ao ensino das línguas estrangeiras, *especial cuidado á língua allemã que terá a preferência.* (grifo meu)
- b) *O colegio não tem ligação alguma com qualquer confissão ou credo religioso.* (grifo meu)
- c) É admissível como alumno qualquer criança na idade escolar, á juízo da Directoria, devendo os filhos dos sócios gosar da

preferencia e de privilegios quanto á mensalidades e taxas escolares.

Considera-se relevante destacar o caráter laico da instituição ao enfatizar adesvinculação de qualquer confissão ou credo religioso. Contraditoriamente, a maioria dos membros da sociedade pertencia à Comunidade Evangélica Allemã do Rio Grande o que, de certa forma, imprimiu um *ethos* protestante luterano ao corpo docente e discente do Colégio Rio-Grandense.

No Capítulo II Dos Socios, no artigo 4 pode-se observar a responsabilidade dos sócios no cumprimento aos estatutos e ao regimento escolar interno.

Artigo 4. Os sócios patenteiam pela sua admissão que bem conhecem o fim da Sociedade e que queiram apoia-la por todos os meios ao seu alcance, *obrigando-se* principalmente ao pontual pagamento da mensalidade e *ao cumprimento e acatamento das disposições destes estatutos, doregimento escolar interno* (grifo nosso), das resoluções da Directoria e deliberações da Assembléa Geral, podendo ser excluídos se procederem por qualquer modo contrários aos interesses e finalidades da Sociedade ou se não pagarem suas mensalidades por mais de quatro mezes consecutivos.

Conforme o Capítulo III “Da Directoria”, artigo 5, parágrafo único, observa-se a especificidade da composição da diretoria da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande ao condicionar a escolha dos três membros: Presidente, Secretário e Tesoureiro, como teuto-brasileiros e bilíngues.

Artigo 5. A sociedade é dirigida e administrada por uma Directoria eleita por maioria de votos d’uma Assembléa Geral e composta de treis membros a saber: o Presidente, o Secretario e o Thesoureiro. Parágrafo Único: *os membros da Directoria devem ser de descendência allemã e saber falar simultânea – e corretamente o vernáculo e o allemão* (grifo meu).

No artigo 7 elenca-se a competência da Diretoria que abrange o contrato, a dispensa e os salários do diretor e dos professores, a admissão de sócios e alunos e o privilégiodo assistir às aulas.

Artigo 7. Compete á Directoria:

Contractar e dispensar o diretor e demais professores;

Estipular os salarios do corpo docente, joias e demais taxas escolares devidas pelos alunos e as reduções cabíveis;

Decidir sobre a admissão ou demissão de sócios e alunos, sobre reclamações e dissídios, sobre a conservação do edifício e inventario;

Elaborar o regimento interno escolar.

Em cumprimento de sua missão podem os membros da Directoria entrar á qualquer hora no edifício escolar, assistir ás aulas e examens.

O artigo 9 reserva ao diretor do colégio a prerrogativa de ser ouvido em todos os casos referentes ao ensino no educandário.

Artigo 9. As deliberações da Directoria são validadas quando tomadas com dois votos e protocolladas e assignadas no respectivo livro. Em todas as occasiões em que se trata de assumptos internos de ensino deve ser presente e ouvido o diretor do colegio. Dois conselheiro, paes de alunos do colégio, eleitos pela Assembléa Geral Ordinaria, assistirão á Directoria nos casos de questões e problemas de character educacional.

Presidente Kurt Fraeb

Secretario Carl Hulverscheidt

Thesoureiro Wolfgang Mittermaier

No Capitulo IV Das Assembléas, o artigo 10 ratifica o poder soberano da Assembléa Geral em todos os assuntos da sociedade. E os artigos de 11 a 14 caracterizam as assembleias gerais e extraordinárias garantindo ao presidente o voto de qualidade.

Capítulo IV Das Assembléas

Artigo 10. A Assembléa Geral é o poder soberano da Sociedade e discute e delibera validamente sobre todos os assumptos que dizem respeito aos interesses da Sociedade. D'ella só poderão fazer parte os sócios quites com a Thesouraria.

Artigo 11. A Assembléa Geral Ordinária terá lugar nos mezes de Março ou Abril de cada anno e será convocada pela Directoria com a seguinte ordem do dia:

Relatorio anual da Directoria e especialmente da Thesouraria;

Eleição de dois fiscais para examen da caixa;

Eleição da nova Directoria;

Propostas da Directoria e dos sócios, devendo ser as destes últimos comunicadas por escripto á Directoria com treis dias de antecedência.

Artigo 12. Assembléas Geraes Extraordinarias poderão ser convocadas em qualquer época ou por iniciativa da Directoria ou á pedido escripto e motivado de pelo menos quinze sócios, podendo deliberar unicamente sobre os assumptos constantes da ordem do dia.

Artigo 13. A Assembléa Geral sómente poderá deliberar com o comparecimento de dez sócios no mínimo inclusive os membros da Directoria. Não havendo este numero legal deverá ser convocada uma segunda Assembléa no prazo de oito dias que delibera validamente com qualquer numero de sócios.

Artigo 14. As deliberações são tomadas por simples maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Compete também ao Presidente indicar a forma da votação.

Em relação à alteração dos estatutos, no Capítulo V, essa somente poderá acontecer mediante a resolução de uma Assembléa Geral Extraordinária e com voto de 75% dos presentes.

Capítulo V. Das alterações dos estatutos

Artigo 15. As alterações dos estatutos poderão ser feitas por resolução d'uma Assembléa Geral Extraordinaria convocada especialmente para esse fim, e com o voto de $\frac{3}{4}$ dos presentes.

No que diz respeito ao Capítulo VI Da Duração e dissolução da Sociedade, essa terá tempo indeterminado, e sua dissolução poderá se dar por 87,5% do voto dos sócios por ato de uma Assembléa Geral Extraordinária.

Artigo 16. A duração da Sociedade é por tempo indefinido. Ella só poderá ser dissolvida por acto d'uma Assembléa Geral Extraordinaria e pelo voto de sete oitavas partes dos sócios.

O último artigo dos estatutos, enfoca a questão do patrimônio da sociedade, que, em caso de dissolução, ficará por cinco anos à disposição de um educandário que possivelmente possa dar continuidade ao Collegio Allemão do Rio Grande, denominado, então, Colégio Rio-Grandense.

Artigo 17. Resolvida que seja a dissolução da Sociedade fica o seu patrimônio durante cinco anos á disposição de um estabelecimento idêntico n'esta Cidade que talvez possa suceder ao Collegio Rio-Grandense. Terminado este prazo será o patrimônio entregue á instituições do mesmo genero n'este Estado.

Estes estatutos foram discutidos e aprovados pela Assembléa Geral Extraordinaria do dia 19 de Setembro de 1938 e substituem e revogam os anteriores.

Rio Grande, 19 de Setembro de 1938.

Carl Hulverscheidt

Através dos Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, de 1938, pode-se perceber os efeitos da Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, em Rio Grande. A língua alemã passou a ocupar o *status* de língua estrangeira, apesar de receber cuidado especial, como uma consequência, por tratar-se de um colégio mantido por uma sociedade escolar allemã, cuja diretoria era teuto-brasileira e fluente tanto em língua portuguesa como em língua alemã.

Os ajustes nos estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, demonstram a necessidade de os objetivos e os fins que regiam o CollegioAllemão do Rio Grande, adequarem-se à legislação educacional brasileira com o intuito de permanecerem. “Estes estatutos foram discutidos e aprovados pela Assembléa Geral Extraordinaria do dia 19 de setembro de 1938 e substituem e revogam os anteriores.” Rio Grande, 19 de setembro de 1938. Carl Hulverscheidt Secretario

Em decorrência da proximidade da Segunda Guerra, no ano seguinte, em 1939, apesar de os professores estrangeiros ainda poderem exercer a docência, foi proibido o exercício de direção de escola aos estrangeiros, ficando esse resguardado aos brasileiros e/ou teuto-brasileiros. No entanto, também a docência veio a ser reservada somente aos brasileiros e/ou teuto-brasileiros.

Os estatutos dos 40 anos anteriores de funcionamento do Colégio Rio-Grandense, ou seja, da sua fundação em 1898 até 1938, foram revogados a contar da aprovação dos estatutos de 1938. A partir desses dados questiona-se: o que e como permaneceu e o que e comomudou a partir de 1938? Essas e outras questões demandam novas fontes de pesquisa que certamente serão investigadas em outros estudos.

Para finalizar...

Através da análise do documento: Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande de 1938, percebe-se que o ensino no CollegioAllemão do Rio Grande passou a ser ministrado através dos princípios da moderna pedagogia, de acordo com a legislação do país em vigor.

No entanto, a língua alemã, mesmo considerada como uma língua estrangeira, continuou a ocupar um lugar de destaque na instituição de ensino primário e complementar, mista, em caráter laico. Entre rupturas e permanências, o CollegioAllemão do Rio Grande ajustou-se às leis de nacionalização do ensino com o intuito de servir à comunidade e educar, principalmente, os filhos dos teuto-brasileiros.

Por meio do culto à memória de seus maiores os teuto-brasileiros tomaram posse de suas heranças culturais centenárias, fizeram-se história, para as transmitirem aos seus descendentes. Assim, a memória e o amor ao *ethos* alemão foram cultivados e conjugados com a cidadania e o respeito aos valores da pátria brasileira.

Dessa forma, os Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, constituem-se em lugar de memória, servindo como evocadores de lembranças de outros tempos, juntamente com a memória oral das falas do professor Arno Ristow e da ex-aluna Erica Pohlman Frank.

Segundo Nora (1993), os lugares de memória expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia indo ao encontro de resgate de sinais de *appartenance* grupal.

Para finalizar, se a história não se apropriar de lembranças e memórias de grupos em vias de extinguirem-se, elas não se tornarão em lugares de memória. Parafraseando Nora (1993, p. 9), “a memória é viva, sempre carregada de grupos vivos (...). A memória emerge de um grupo que ela une (...), se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

Nesse sentido, os Estatutos da Sociedade Escolar Allemã do Rio Grande, objeto desse estudo, funciona como um “lugar de memória”, que, na concepção de Nora (1993), nasce e vive do sentimento de que não

existe memória espontânea, por isso é necessário criar arquivos, manter datas, organizar celebrações. No caso, os Estatutos da Sociedade Escolar Alemã do Rio Grande, normatizavam, regiam, diziam como deveria ser o ensino, e elencavam os meios e os modos através dos quais deveria funcionar o Collegio Alemão do Rio Grande a partir de 1938, em tempos de transição e implantação da Nacionalização do Ensino no Brasil.

Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara. *O Novo e o Nacional em Revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. 1994. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ENTREVISTA com Erica Pohlmann Frank 2012.

ENTREVISTA com Professor Arno Ristow, 2005 e 2011.

ESTATUTOS da Sociedade Escolar Alemã do Rio Grande, 19/09/1938.

FONSECA, Maria Angela Peter da. *Estratégias para a Preservação do Germanismo: (Deutschum): Gênese, e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942)*. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GIESEBRECHT, Franz. *Die Deutsche Schule in Brasilien*. Berlin: DeutschBrasilicher, 1899.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JORNAL *O Echo do Sul*, fevereiro de 1903

KREUTZ, Lúcio. *Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária. 2001.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

RISTOW, Arno. *Memórias e Conquistas*. 120 Anos de História da Família Ristow. Rio de Janeiro: State-of-the-Art, 1992.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Autoritarismo, Cultura e Identidade Nacional (1930-1945). *Revista História da Educação*, Pelotas: FAE, UFPEL, ASPHE, Vol. 8, n. 15, abril 2004, p. 89-128.

WERLE, Flávia. Constituição do Ministério da Educação e articulações entre os níveis federal, estadual e municipal da educação. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 40-52.

POLÍTICA LINGUÍSTICA E EDUCAÇÃO: O QUE ENSINA O JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS CATÓLICOS DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE ESSA QUESTÃO?

Maria Luísa Lenhard Bredemeier*

Gelsa Knijnik**

Introdução

Este trabalho tem como objetivo examinar os tensionamentos surgidos, no primeiro terço do século passado, no debate sobre a pertinência do ensino do português como segunda língua nas escolas da imigração alemã do estado do Rio Grande do Sul. O material de pesquisa analisado consistiu nos 396 exemplares do periódico *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, hoje disponíveis para análise (KREUTZ & ARENDT, 2007). O Jornal circulou de 1900 a 1939 e era impresso em alemão gótico. O referencial teórico do estudo abrange teorizações formuladas por Michel Foucault, Paul Veyne e Ludwig Wittgenstein. Os principais resultados da investigação apontaram que: o português nessas escolas foi alvo de acirrados debates já a partir do ano de 1900; o ensino de português não deveria começar muito cedo, sendo precedido pelo do alemão; a escolarização deveria se dar em uma instituição em que alemão fosse a língua de ensino; a aprendizagem do português não deveria se restringir aos espaços escolares; nos primeiros contatos com o português, na escola, atividades orais deveriam predominar; a tradução seria elemento

* Curso de Letras / UNISINOS.

** PPG Educação / UNISINOS.

importante na aprendizagem do português; o material a ser usado nas aulas deveria ser apropriado e próximo da realidade do aluno; as crianças das escolas da imigração alemã, sendo brasileiras, deveriam aprender o português, mas era necessário garantir o direito de os imigrantes e seus descendentes manterem sua língua materna; uma língua seria o resultado do uso que dela se faz; e a formação dos professores para as escolas da imigração alemã deveria considerar que a esses caberia ensinar o português.

Referencial teórico-metodológico ematerial empírico do estudo

O referencial teórico-metodológico do estudo compõe-se de teorizações formuladas por Michel Foucault, Paul Veyne e Ludwig Wittgenstein, no que é conhecido como o período tardio de sua obra. Como discutido em outros trabalhos (KNIJNIK, 2012, KNIJNIK, WANDERER, GIONGO e DUARTE, 2012), há consistência na articulação, em um mesmo estudo, de noções advindas dos dois primeiros intelectuais franceses contemporâneos com as do filósofo austríaco, uma vez que, mesmo que estejamos cientes de pertencerem a tradições filosóficas distintas, significam a linguagem desde uma mesma perspectiva, do que decorrem outras muitas aproximações.

Em *A Arqueologia do Saber*, marco importante do domínio arqueológico da obra de Foucault, o filósofo discute as formas de trabalho e de análise da historiografia clássica em contraponto a uma historiografia contemporânea, sendo essa última à qual ele se dedicará. Na introdução do referido livro, enfatiza que a historiografia contemporânea pontua novos elementos e salienta a valorização das rupturas, das interrupções e das transformações como centro das atenções dessa nova maneira de lidar, segundo ele, com os “mesmos problemas”. E esses problemas, para Foucault, se concentram em um ponto bem determinado, “a crítica do documento” (FOUCAULT, 2005, p.7). [grifo do autor]. As ideias do historiador francês Paul Veyne, sintonizadas com o pensamento de Foucault, também se apresentaram como relevantes na conformação do referencial teórico-metodológico do estudo, principalmente no que diz respeito ao escrever História, aos modos de operar com documentos ao se fazer História e à significação dada às práticas (VEYNE, 1995).

Foi exatamente o interesse em examinar as práticas linguísticas das escolas da imigração alemã do primeiro terço do século passado que apontou para a importância de incorporar, neste estudo, noções de Wittgenstein que correspondem à fase tardia de seu pensamento, presentes em sua obra *Investigações Filosóficas*. Dessa obra nos interessa, aqui, destacar as noções de formas de vida, uso, jogos de linguagem e semelhanças de família, que, como mostrado por autores como Knijnik, Wanderer, Giongo e Duarte (2012), nos ajudam a pensar sobre tais práticas, em especial àquelas associadas ao ensino do português.

O material de pesquisa analisado neste estudo é composto por um periódico pedagógico que circulou nas décadas iniciais do século XX e era endereçado aos professores que atuavam nas escolas católicas da imigração alemã do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se do *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, *Lehrerzeitung – Vereinsblatt des deutschen katholischen Lehrvereins*, publicado em alemão padrão e cuja circulação se deve à Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul.

As condições de possibilidade para a emergência desse periódico podem ser consideradas no âmbito de três movimentos. O primeiro deles consistiu na rápida estruturação de uma imprensa em língua alemã padrão no estado do Rio Grande do Sul. Para os propósitos deste artigo, cabe destacar, entre os jornais, *Der Colonist* cuja circulação iniciou em 1852; *Der Einwanderer*, de 1854; *Deutsche Zeitung*, de 1861; *Deutsches Volksblatt*, de 1871; *Deutsche Post*, de 1881 e *Koseritz' Deutsche Zeitung*, de 1882 e, entre os almanaques, *Der Familienfreund*, de 1912. Editoras com atuação intensa naquele período foram a Gundlach e a Typographia do Centro, em Porto Alegre, bem como a Editora Rotermund, em São Leopoldo.

O segundo movimento foi a estruturação e o funcionamento de uma rede de escolas comunitárias particulares (católicas e evangélicas) que, em virtude do reduzido número de escolas públicas existentes à época, foram criadas para garantir a escolarização das crianças e jovens dessas comunidades. Nessas escolas, o alemão padrão era a língua oficial e o português era ensinado como segunda língua.

O terceiro movimento foi a fundação e a manutenção de associações representativas dos professores vinculados a essas escolas comunitárias. Havia uma associação católica e uma evangélica, ambas organizadas em seções e distritos, empenhadas na defesa dos interesses de seus associados e de forte caráter organizativo da atividade docente.

O *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, cujo surgimento é fruto da conjugação desses três movimentos, circulou entre 1900 e 1939, tendo sua publicação sofrido interrupções nos períodos das duas guerras mundiais. Ao todo, são 396 números a que se tem acesso. A primeira aproximação analítica para análise desse material teve como foco os editoriais, nos quais estão expressas informações quanto aos objetivos e às principais áreas de atuação do periódico. No editorial do primeiro número, são explicitados os vínculos entre o Jornal e a Associação e as concepções que embasariam a escola católica da imigração alemã do Rio Grande do Sul e o processo de escolarização:

O fomento da escola segundo princípios católicos; o fomento do desenvolvimento espiritual do professorado, assegurando-lhe uma boa posição social e reconhecimento. (...) Exigências como a obrigatoriedade de quatro anos de escolarização, a entrada de alunos novos somente uma vez por ano e a existência de conselhos escolares têm de ser continuamente feitas, se queremos construir a escola católica alemã. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, janeiro de 1900 (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Em editoriais posteriores, enunciações semelhantes se repetem e remetem à tarefa que a associação determinara para sua própria atuação, como também para a publicação do Jornal: “Nosso trabalho, hoje como outrora, serve à propagação de princípios educativos cristãos na escola e no lar, mas, antes de tudo, ele serve à manutenção e ao aperfeiçoamento da escola católica alemã” (*Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, dezembro de 1905; KREUTZ, ARENDT, 2007).

Deslocando o foco de atenção dos editoriais, um segundo movimento analítico foi empreendido, envolvendo as outras seções do Jornal. Nelas são evidenciados os estreitos vínculos do Jornal com a

Igreja Católica e com o clero (que tem uma função, perante o professorado, de guia e referência quanto às formas de conduta a serem adotadas). Ademais, recorrentemente, há menção às preocupações com a formação dos professores, com o reconhecimento da profissão pelos membros das comunidades, com o salário do professor e com sua situação financeira na aposentadoria. É também recorrente a referência à instituição escola: a importância da obrigatoriedade de frequência regular à escola, por quatro anos; a garantia de que a entrada de alunos novos se dê somente uma vez por ano, ou seja, no início do ano letivo; e o fomento à existência e ao funcionamento de conselhos escolares. Assim, nessas seções há explícitas orientações quanto à estruturação e organização das escolas, bem como para a superação de dificuldades enfrentadas por essas instituições de ensino quanto à garantia de condições mínimas de funcionamento¹.

Nos primeiros números (mais precisamente, nos de janeiro a junho de 1900), encontra-se ainda um longo artigo, no qual é apresentada e comentada a proposta de um currículo a ser implantado nas escolas comunitárias de confissão católica por seus professores. Outros temas recorrentes são questões sobre a disciplina a ser seguida pelos alunos, a apresentação e discussão de especificidades curriculares para diferentes áreas do conhecimento: canto e música, religião, matemática, desenho, alemão, história, geografia e português. Além disso, encontram-se no *Jornal dos Professores Católicos* notícias quanto à própria Associação, às leis que regiam o sistema escolar da época, como também as atas das assembleias de professores realizadas anualmente, as prestações de contas da associação, cartas de leitores, artigos de professores atuantes em diversas escolas, discussões quanto ao pagamento dos professores e à situação financeira das escolas. Algumas seções se repetem ao longo dos anos, mas não há uma regularidade. Em alguns dos números, há textos de cunho didático, às vezes, originais, mas em sua maioria, há reproduções de textos previamente publicados em periódicos pedagógicos na Alemanha. Também está presente uma seção em que são divulgadas e

¹ Informações detalhadas quanto às escolas da imigração alemã e às diversas publicações voltadas a elas podem ser encontradas em KREUTZ (1994, 2003 e 2004), RAMBO (1996), PAIVA (1984) e ARENDT (2004 e 2005).

comentadas correspondências recebidas pela redação; e outra, intitulada “Recensões”, que contém críticas de livros recém publicados. Há, ainda, uma seção de notícias sobre a Associação, convites para seminários de aperfeiçoamento, uma seção humorística, obituários, relatórios sobre os seminários e estatísticas variadas sobre as escolas católicas. Em síntese, pode-se afirmar que o Jornal tinha sua atenção voltada para a condução da conduta dos professores vinculados à Associação tanto no âmbito organizativo da escola como na esfera curricular.

Do exercício analítico

A análise do material investigado indica que, no *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, recorrentemente há menção de que parte dos imigrantes de fala alemã no Rio Grande do Sul se viu confrontada com a necessidade de falar português pouco tempo após sua chegada ao Brasil. Aqueles que vieram se estabelecer nos centros urbanos sentiram a necessidade de negociar, de participar da vida política e social, bem como de lutar por seus direitos. Assim, em meio a processos de ruptura e transformação das práticas linguísticas, instalou-se um debate acirrado quanto aos significados atribuídos ao ensinar e ao aprender português como segunda língua nas escolas mantidas por esses imigrantes, envolvendo principalmente o temor de que a apropriação dessa segunda língua pudesse comprometer a preservação de sua cultura teuta.

Disso se depreende que, na situação de contato entre diferentes grupos étnicos e linguísticos que se configurou no Rio Grande do Sul no início do século XX, o que, em um registro wittgensteiniano se expressa se expressaria como contato entre diferentes formas de vida, delineiam-se determinadas práticas sociais e linguísticas que servem de apoio na compreensão das condições de possibilidade para o estabelecimento do acirrado debate quanto ao ensinar e aprender português como segunda língua. O desejo de participar da vida social, econômica e política brasileira estava profundamente relacionada a práticas linguísticas que até então eram desconhecidas para os imigrantes, uma vez que essa participação teria de se dar em língua portuguesa. Sendo assim, os imigrantes se viram impelidos a modificar suas práticas e a ensinar e aprender português em suas escolas comunitárias.

No *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, os artigos que enfocam o debate sobre o aprender e o ensinar português como segunda língua permitem concluir que esse não se apresentava de modo isolado. Ao contrário, estava imbricado com questões vinculadas ao que, em um registro da época, era denominado pelos imigrantes como religiosidade, germanidade e nacionalidade. Especificamente, a preocupação com a perda da assim denominada identidade alemã (marcada pela língua alemã e pela religiosidade), as subvenções oferecidas pelo governo do Rio Grande do Sul às escolas das colônias alemãs e a formação dos professores que viessem ministrar português nessas escolas são temas recorrentes no material examinado. Também se fazem presentes discussões quanto ao conceito de língua que circulava nos periódicos estudados.

As ideias a seguir são, em nosso entendimento, centrais no que diz respeito ao modo como se conduziu o debate quanto à decisão de ensinar ou não a *língua do país* nas escolas das colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Seguindo Norton (2000) e Campos (2006), propomos que se compreendam as iniciativas dos imigrantes de fala alemã no Rio Grande do Sul de aprenderem o português como segunda língua como um *investimento* cujo retorno positivo seria a possibilidade de participarem da vida social, política e econômica desse Estado.

Feitas essas considerações, mencionamos os dez resultados relacionados ao ensino de português como segunda língua nas escolas da imigração alemã, que emergiram da análise empreendida para, a seguir, discutir, brevemente, cada um deles: i) o português nessas escolas foi alvo de acirrados debates já a partir do ano de 1900; ii) o ensino de português não deveria começar muito cedo, sendo precedido pelo do alemão; iii) a escolarização deveria se dar em uma instituição em que alemão fosse a língua de ensino; iv) a aprendizagem do português não deveria se restringir aos espaços escolares; v) nos primeiros contatos com o português, na escola, atividades orais deveriam predominar; vi) a tradução seria elemento importante na aprendizagem do português; vii) o material a ser usado nas aulas deveria ser apropriado e próximo da realidade do aluno; viii) as crianças das escolas da imigração alemã, sendo brasileiras, deveriam aprender o português, mas era necessário garantir o direito de os imigrantes e seus descendentes manterem sua língua materna; ix) uma língua seria o resultado do uso que dela se faz; e

x) a formação dos professores para as escolas da imigração alemã deveria considerar que a esses caberia ensinar o português.

Os dez pontos acima elencados emergiram da análise realizada sobre o material de pesquisa. Essa análise nos possibilitou afirmar que o debate quando ao ensino de português nas escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul iniciou-se cedo e se salienta já nos primeiros números do *Jornal* como apontam os excertos abaixo:

O ensino da língua portuguesa começa na terceira série. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, março de 1900* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Por meio das aulas dessa língua [o português], as crianças devem receber a base para uma aprendizagem posterior da língua do país. O que pode ser feito em cada escola depende das condições locais. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, março de 1900* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Uma dedicação especial exige a *língua do país*. Mesmo que o professor alemão deva ser o último a trabalhar a favor do desaparecimento gradativo da língua alemã no país, mesmo que ele, ao contrário, lute por sua manutenção, a exigência de conhecimentos da *língua do país* se faz cada vez mais forte. O professor não poderá deixar de introduzir a *língua do país* em suas aulas e, para tal, ele terá de buscar o conhecimento dessa. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, março de 1903* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Um segundo resultado indica que a proposta era de que a primeira língua a ser ensinada fosse o alemão, a língua materna dos filhos dos imigrantes. Mais tarde, se daria o início do aprendizado da *língua do país*, do português.

Nos primeiros dois anos, as aulas são ministradas em língua alemã; a partir do segundo ano, acrescenta-se o ensino da língua do país, o português, sendo que se valoriza que as crianças realmente aprendam a compreender a língua do país com apoio de seus conhecimentos de alemão. Para tal, elas devem traduzir do alemão ao português e vice-versa. Nas classes mais adiantadas, algumas das disciplinas como, por exemplo, história, geografia e ciências podem ser ministradas na língua do país. Saliento isso com o objetivo de revidar a crítica injusta de alguns pais que dizem ter de

enviar seus filhos às escolas do governo para que lá aprendam o português. A experiência nos mostrou cem vezes que, principalmente na colônia, crianças alemãs que venham a visitar a escola do governo não aprendem a língua do país mesmo após vários anos, pois o português, que tão lhes é estranho, não é ensinado de maneira que garante sucesso na aprendizagem, ou seja, com o apoio de seus conhecimentos de sua língua materna, o alemão. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, dezembro de 1908* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Paralelamente, sempre é reforçada a ideia de que a língua de ensino nessas escolas deveria ser o alemão.

É totalmente ilógico enviar crianças alemãs desde o início de sua escolarização a escolas em que não se ensine em alemão. Infelizmente, tal ocorre com frequência (egoísmo, avareza!). *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, fevereiro de 1913* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Quanto aos espaços em que se daria a aprendizagem do português, essa não deveria se restringir aos espaços escolares, ocorrendo em práticas linguísticas vinculadas ao cotidiano das crianças, às brincadeiras com outras crianças falantes do português. Os excertos a seguir apontam para essa ideia expressa no material escrutinado:

Finalmente, para garantir sua manutenção, é fundamental que se ensine brasileiro nas nossas escolas comunitárias, o que ocorre com sucesso em vários casos. Mas quanto? Isso depende de vários fatores e não pode ser determinado, assim como outros elementos do currículo, de maneira igual para todas as escolas. É um erro pensar que as crianças realmente aprenderiam português somente na escola. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, junho de 1906* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

É infantil acreditar-se que os alunos das nossas escolas poderiam, durante o curto período de escolarização, ser tão incentivados que dominassem a língua estrangeira oralmente e, muito menos, por escrito. Isso só poderia acontecer por meio do contato contínuo com aqueles para os quais português é a língua materna e por meio de exercícios frequentes. Se as crianças falam português na cidade,

na vila ou local, então elas, com certeza, não o aprenderam somente na escola, mas, em grande parte, através do contato com luso-brasileiros da mesma idade na rua. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, outubro-novembro de 1903* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

No que diz respeito às formas com que esse aprendizado de português se daria nas escolas em questão, devem merecer atenção especial a afirmação de que as atividades orais deveriam preceder as escritas como sinalizado em:

É até mesmo muito importante destacar que as primeiras aulas de português sejam orais. Sem livro. Sem escrever. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, outubro de 1930* (KREUTZ, ARENDT, 2007)
Centro minhas atenções na leitura e pronúncia correta principalmente. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, outubro-novembro de 1903*. KREUTZ, ARENDT, 2007)

Mas também que a tradução seria uma forma adequada de fomentar o aprendizado de português:

Nos primeiros dois anos, as aulas são ministradas em língua alemã; a partir do segundo ano, acrescenta-se o ensino da língua do país, o português, sendo que se valoriza que as crianças realmente aprendam a compreender a língua do país com apoio de seus conhecimentos de alemão. Para tal, elas devem traduzir do alemão ao português e vice-versa. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, dezembro de 1908* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

A proposta de que o material de ensino a ser usado nas aulas de português nessas escolas deveria apresentar conteúdos próximos à realidade do aluno igualmente é recorrente como mostrado em:

Acima de tudo, eu gostaria de encontrar um livro apropriado à nossa realidade para o ensino de português. Os primeiros passos que se encontram em cartilhas ou outros materiais didáticos assemelham-se a um curativo de emergência. Precisamos de um livro que se disponha a, nada mais, nada menos, ensinar crianças de 11 a 12 anos, por um período de dois anos, no que se refere ao

vocabulário, à linguagem do dia-a-dia de uma pessoa comum. Além disso, se deveria ensinar o necessário para o comércio e o trato com o governo. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, janeiro-fevereiro de 1920. (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Havia, ainda, a tentativa de sugerir uma determinada forma de lidar com as duas línguas significativas para esse grupo, o alemão e o português, estabelecendo um planejamento linguístico. O excerto transcrito a seguir refere-se a um dos enunciados destacados acima: todos os brasileiros deveriam aprender português; porém, os imigrantes deveriam ter o direito de manter sua língua materna.

Uma dedicação especial exige a língua do país. Mesmo que o professor alemão deva ser o último a trabalhar a favor do desaparecimento gradativo da língua alemã no país, mesmo que ele, ao contrário, lute por sua manutenção, a exigência de conhecimentos da língua do país se faz cada vez mais forte. O professor não poderá deixar de introduzir a língua do país em suas aulas e, para tal, ele terá de buscar o conhecimento dessa. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, março de 1903 (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Retomando os aspectos recorrentes nos excertos acima, pensamos que a preocupação quanto à manutenção das escolas da colonização alemã era significativa e que o argumento de que os alunos deveriam primeiro passar pelo processo de alfabetização em sua língua materna era um dos indicados como motivo para que não se fechassem essas escolas, obrigando as crianças a irem para escolas públicas em que o português seria a única língua de ensino. Os artigos reconhecem a necessidade de aprender *a língua do país*, mas indicam o confronto com grandes dificuldades pela falta de tempo para ministrar aos alunos, no exíguo período de quatro anos, o currículo esperado de uma escola fundamental acrescido de uma segunda língua, o português.

Outro enunciado, a saber, uma língua seria o resultado do uso que dela se faz e um direito pessoal, aponta para as noções de língua e de ensino de línguas que eram veiculadas no *Jornal dos Professores Católicos*. O acirrado debate em torno da expressão “*língua do país*” e dos vínculos entre país e língua fica evidenciado nos excertos abaixo:

Quando se nega a identidade das noções de “língua encontrada no país” e de “língua do país” e se vê na última uma ampliação da primeira noção e, nessa ampliação, se acredita haver uma influência sobre os direitos linguísticos, então se parte da ideia de que uma língua possa ser vinculada a um país. Essa ideia não pode ser depreendida do significado de língua e está errada.

Em contraponto, classificamos como um grande erro quando se diz que direitos linguísticos estariam ligados a um país, não interessando se o país é encarado como uma individualidade ou um complexo territorial. Nós afirmamos que os direitos linguísticos de um cidadão em um determinado país só se vinculam a esse país na forma de um território administrativo. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, abril de 1929* (KREUTZ, ARENDT, 2007) Essa nossa frase, com a qual nós afastamos as teorias falsas, baseia-se na verdade de que a língua é o resultado do uso por pessoas e de que o sujeito dos direitos linguísticos são justamente as pessoas que fazem uso da língua. Tampouco como a língua é seu próprio sujeito jurídico, pode um país ser seu sujeito jurídico; somente os habitantes de um país o são, em que a língua ou as línguas são faladas (ibidem).

Mas a língua de uso diário é falada com aqueles com que convivemos hoje e não com as gerações que fizeram parte da história e que estão enterradas nos túmulos desse território. Exigir que uma língua seja vista como ainda válida em uma determinada região por ter sido falada nela há muitos anos seria como que proclamar de maneira irracional a posse nacional (ibidem).

Nesses excertos, encontramos a argumentação que não existiriam vínculos entre um país e uma língua, salientando que a língua seria o resultado do uso que dela fazem as pessoas que a falam, os assim denominados sujeitos linguísticos. A língua seria como um *direito pessoal*, podendo haver diferenças linguísticas em um país sem que isso acarretasse nenhum tipo de risco à unidade nacional. A ideia de que um país e uma língua estejam fortemente ligados é apontada por Blanc (2001) como a solução encontrada por estados em que várias línguas eram faladas e que procuravam por uma solução para seus problemas de comunicação (ibidem). Impondo aquela língua a que se confere o status de dominante e legitimada (por ser a língua falada pelo grupo politicamente dominante), alcançou-se o monolinguismo dentro de um estado. Gogolin, Krüger-Potratz e Neumann (2005), por sua vez, apontam

para o plurilinguismo que predominava na Europa antes de se estabelecerem os estados-nação, com sua proposta de formação do estado vinculado a uma única língua oficial e caracterizado por uma unidade territorial. Autores como D. Laitin (2001) e Dieter Oberndörfer (2005), a seu turno, que se dedicam a estudos voltados às relações entre língua e nação, apontam para diferentes maneiras de se lidar com as questões de plurilinguismo e de nação e para as diferentes soluções encontradas. Oberndörfer (ibidem) remete ao exemplo de países europeus como a França e a Alemanha para indicar que, na Europa Ocidental, a uniformização linguística fez parte do projeto de estruturação do estado-nação. Já Laitin (2001) argumenta que a uniformidade linguística ajudaria a produzir “uma aura de que todos os habitantes do estado formam uma comunidade natural” (ibidem, p. 652). Em contraponto, Oberndörfer (2005) refere países na América do Sul e na Ásia como exemplos de estados em que a construção do estado-nação é possibilitada por outros argumentos, uma vez que a língua oficial escolhida, muitas vezes, é a língua do antigo colonizador, não sendo “propriedade” desse país em processo de formação. Nessas regiões, portanto, outros elementos tiveram a tarefa de alavancar o processo de unificação nacional, como o território, a população e uma memória e uma história comuns (ibidem).

Por fim, salientamos argumentações de que depreendemos que se esperava do professor das escolas católicas da imigração alemã no Rio Grande do Sul grande empenho quanto ao português. A Associação Católica de Professores exigia de seus membros a comprovação de que falavam português ao se associarem. Embora a língua alemã se mantivesse como a mais importante, o professor não deveria negligenciar o ensino de português e tinha de, ele mesmo, buscar por formas de aprender esse idioma.

Como é de conhecimento dos senhores professores, Sua Excelência, o Arcebispo, determinou que, em todas as escolas católicas particulares, dê-se destaque ao ensino da língua do país. Esta decisão deve ser saudada, já que os novos tempos tornam os conhecimentos de português a cada dia mais importantes e necessários. Em várias escolas alemãs já se fizeram grandes avanços. Especialmente, a associação de professores alemães católicos tem-se dedicado a esta questão desde sua fundação. Já o estatuto original exige dos membros a formação em língua portuguesa. Em quase todas as assembléias gerais, bem como nas

regionais, essa disciplina foi alvo de acirradas discussões. Na região de São Leopoldo não falta, na assembléia anual, uma aula modelo de português. Mas está fora de discussão que, a partir de agora, muito mais tem de ser feito em muitas escolas. Portanto, será de valor que os presidentes dos núcleos regionais coloquem essa disciplina no programa das próximas conferências. Também as páginas deste Jornal se encontram abertas para que se troquem opiniões livremente. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, setembro-outubro de 1917* (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Em seguida, é destacado que o professor da escola alemã deveria se engajar seriamente no estudo do português e que dominar essa língua se tornara elemento fundamental para garantir sua contratação por uma escola de renome. Pequenas escolas, em comunidades que contavam com poucos habitantes e que pagavam salário reduzido, talvez ainda viessem a aceitar professores sem conhecimentos de português, mas escolas em núcleos maiores não. Finalizando, ressalto a indicação de que mesmo aquele professor que não falasse português e não o ministrasse prestaria uma significativa cooperação ao país se fosse um bom professor. O domínio do português não seria garantia de que se daria uma contribuição para o bem estar do país.

Após a religião, é principalmente à língua materna que o professor deve se dedicar em seu aperfeiçoamento. Ele deve ensinar línguas às crianças, introduzi-las na compreensão da língua alemã, de modo que elas consigam ler tudo e tirar proveito disto; por outro lado, ajudá-las a desenvolver a competência de expressar seus pensamentos oral e por escrito de maneira correta. Isto parte do princípio de que ele mesmo se ocupe cada vez mais com a estrutura gramatical da língua, bem como que se ocupe dos melhores textos literários. Exige-se do professor que ele saiba escrever de maneira correta e acurada, expressando seus pensamentos de forma clara. Para nunca cometer erros, ele deve sempre aperfeiçoar-se e exercitar-se. Uma dedicação especial exige a língua do país. Mesmo que o professor alemão deva ser o último a trabalhar a favor do desaparecimento gradativo da língua alemã no país, mesmo que ele, ao contrário, lute por sua manutenção, a exigência de conhecimentos da língua do país se faz cada vez mais forte. O professor não poderá deixar de introduzir a língua do país em suas aulas e, para tal, ele terá de buscar o

conhecimento desta. *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, março de 1903. (KREUTZ, ARENDT, 2007)

Quanto à preparação dos jovens professores, os relatórios anuais da Escola Normal Católica, publicados no *Jornal dos Professores Católicos* indicam a carga horária dedicada à aprendizagem da língua do país: 5 aulas por semana nos 4 anos que constituem a formação dos professores (*Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*, janeiro-fevereiro de 1937; KREUTZ, ARENDT, 2007). Dos relatórios examinados, também se pode inferir que, paralelamente ao ensino das disciplinas que viriam a ser ministradas mais tarde (matemática, geografia, ciências, história) os futuros professores acompanhavam aulas de história da pedagogia e de metodologia, bem como de psicologia escolar. Kreutz (2004) destaca duas formas de formação e aperfeiçoamento dos professores das escolas da imigração alemã: a) os meios informais, tais como o *Jornal dos professores*, as reuniões de formação e os cursos de formação nas férias; b) os meios formais, as escolas de aperfeiçoamento, os seminários de formação de professores (semelhantes aos juvenatos que iniciavam a formação do clero) e a Escola Normal. Nessa, o português se fazia presente no currículo, ao lado do alemão, do cálculo, da história da música, entre outros.

Considerações finais

Autores que se ocupam de questões semelhantes às discutidas neste artigo, ou seja, das práticas linguísticas envolvendo os filhos de imigrantes na Europa contemporânea, como Ingrid Gogolin (1998, 2000, 2005), Hans H. Reich (2000), Norbert Wenning (1996, 1999) e Safiye Yildiz (2009), apontam para temáticas semelhantes às que pudemos encontrar nos artigos do *Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul*. O mesmo acontece com autores estadunidenses e canadenses, em cujas ideias nos apoiamos para realizar o exame do material de pesquisa.

Tal exame apontou para os muitos tensionamentos e conflitos quanto ao português nas escolas situadas nas comunidades em que imigrantes de fala alemã tiveram papel de destaque entre o início do

movimento migratório (1824) e a Campanha de Nacionalização conduzida pelo Governo Vargas e para os muitos significados a ele atribuídos. No centro das análises, encontram-se as práticas linguísticas dos imigrantes de fala alemã. Partindo de uma situação inicial em que essas práticas se caracterizam por se darem em língua alemã, pode-se constatar um deslocamento das mesmas em direção ao português, com a decorrente necessidade de passar-se a ensinar essa língua como segunda língua nas escolas comunitárias. Pode-se dizer que deslocamentos e rupturas nas práticas linguísticas fora do contexto escolar possibilitaram deslocamentos e rupturas das práticas linguísticas escolares. E justamente essas rupturas possibilitaram o acirrado debate quanto ao ensino de português como segunda língua e as modalidades em que poderia vir a se dar.

Pensamos que é justamente isso que aponta para a relevância deste estudo na contemporaneidade. Muitos elementos do debate que emergiram do trabalho investigativo podem ser frutíferos para as discussões que, atualmente, são levadas a efeito sobre o ensino de línguas estrangeiras, em particular no Rio Grande do Sul.

Referências

ARENDT, Isabel Cristina. Jornal da Associação de Professores Evangélicos Alemães no Rio Grande do Sul. In: DREHER, Martin N., RAMBO, Artur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST / São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

_____. *Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul* [Jornal Geral para o professor no Rio Grande do Sul]. 2005. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos [2005].

BLANC, M. H. A. Bilingualism, Societal. In: MESHTRIE, Rajend (org). *Concise encyclopedia of sociolinguistics*. Oxford: Elsevier, 2001, p. 16-22.

BREDEMEIER, Maria Luísa. *O português como segunda língua nas escolas da imigração alemã: um estudo do jornal da Associação de*

Professores Teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul (1900-1939). 2010. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas*. Campinas: Unicamp, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber* (7ª Ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GOGOLIN, Ingrid, KRÜGER-POTRATZ, Marianne, NEUMANN, Ursula. Migration, Mehrsprachigkeit und sprachliche Bildung. In: GOGOLIN, Ingrid et al. *Migration und sprachliche Bildung*. Münster, New York, München, Berlin: Waxmann, 2005, p. 1-12.

KNIJNIK, Gelsa. *Differentially positioned language games: ethnomathematics from a philosophical perspective*. Educational Studies in Mathematics, v. 80, p. 87-100, 2012.

_____; BREDEMEIER, Maria Luísa. O ensino de língua estrangeira/língua oficial do país: um estudo sobre os jornais endereçados a professores das escolas de imigração alemã do Rio Grande do Sul, nas décadas iniciais do século XX. In: *VII Congresso Internacional de Educação*, 2011, São Leopoldo. VII Congresso Internacional de Educação. São Leopoldo: Edunisinos, 2011.

_____; WANDERER, Fernanda, GIONGO, Ieda & DUARTE, Claudia (2012). *Etnomatemática em movimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira no Rio Grande do Sul*. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. 187 p.

_____. Língua de referência na escola teuto-brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da, GÄRTNER, Angelika. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: História, Linguagem, Educação*. Santa Maria: editoraufsm, 2003, p. 133-157.

_____. *O Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Pelotas: Seival, 2004. 283 p.

_____, ARENDT, Izabel Cristina (Orgs.). *Lehrerzeitung. Vereinsblatt des deutschen katholischen Lehrevereins in Rio Grande do Sul, 1900-1939 / Jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul, 1900 – 1939* (Publicação digitalizada da coleção, com

introdução explicativa sobre a fonte em língua alemã e portuguesa). 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, v. 1. 2007.

LAITIN, D. D. Multilingual states. In: MESHTRIE, Rajend (org). *Concise encyclopedia of sociolinguistics*. Oxford: Elsevier, 2001, p. 652-657.

NORTON, Bonny. *Identity and language learning: social processes and educational practice*. 1st. ed. Harlow: Pearson Education, 2000, 173 p.

OBERNDÖRFER, Dieter. Sprache und Nation. In: GOGOLIN, Ingrid et al. *Migration und sprachliche Bildung*. Münster, New York, München, Berlin: Waxmann, 2005, p. 231-248.

PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. 1984. 269 f. Dissertation (Doktor der Philosophie) – Universität Hamburg, [1984].

RAMBO, Artur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica. A Associação de Professores e a Escola Normal*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. 244 p.

REICH, Hans H. Machtverhältnisse und pädagogische Kultur. Die Legitimierung des Unterrichts in den Herkunftssprachen von Migranten als Gegenstand eines internationalen Vergleichs. In: GOGOLIN, Ingrid; NAUCK, Bernhard. *Migration, gesellschaftliche Differenzierung und Bildung*. Opladen: Leske + Budrich, 2000, p. 343-364.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. 3. ed. Brasília: UnB, 1995.

WENNING, Norbert. *Die nationale Schule*. Öffentliche Erziehung im Nationalstaat. Münster, New York: Waxmann, 1996.

_____. *Vereinheitlichung und Differenzierung*. Zu den “wirklichen” gesellschaftlichen Funktionen des Bildungswesens im Umgang mit Gleichheit und Verschiedenheit. Opladen: Leske + Budrich, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2004.

YILDIZ, Safiye. *Interkulturelle Erziehung und Pädagogik*. Subjektivierung und Macht in den Ordnungen des nationalen Diskurses. Wiesbaden: VS – Verlag für Sozialwissenschaften, 2009.

EDUCAÇÃO E COMEMORAÇÕES NA COLÔNIA QUATRO IRMÃOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ricardo Cássio Patzer*

Introdução

No final do século XIX e início do século XX, a imigração representou um importante elemento na elaboração de políticas governamentais que visavam o desenvolvimento econômico do país. A imigração representou a vinda de mão de obra predominantemente branca e europeia desejada pela elite política que via nos imigrantes, principalmente alemães e italianos, elementos importantes na modernização econômica do país.

Ao governo gaúcho interessava atrair a mão de obra imigrante para ocupar o território instalando-os, principalmente como pequenos proprietários agrícolas. A região norte do Rio Grande do Sul recebeu atenção do governo gaúcho sob o comando do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e que até então representava possibilidade de desenvolvimento econômico com a instalação de imigrantes. Os imigrantes instalados pertenciam a diversos grupos étnicos como alemães, italianos, poloneses, judeus, dentre outros.

Na região norte do Estado a instalação dos imigrantes ocorreu por meio da formação de colônias mistas, não destinadas a instalação de imigrantes pertencentes a apenas um grupo étnico. A pretensão do Estado era proporcionar maior interação entre os imigrantes. Mesmo assim,

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor de História (SEDUC/RS).

houve a possibilidade da formação de colônia destinadas a recepção de imigrantes de um mesmo grupo étnico. Esse foi o caso da Colônia Quatro Irmãos fundada pela Jewish Colonization Association (ICA), destinada a instalação de imigrantes judeus oriundos, principalmente, do Leste Europeu e da Rússia.

A ICA enquadrava-se na atuação de companhias privadas de colonização que recebiam a permissão para adquirir terras e após o seu fracionamento revende-las à imigrantes, muitas vezes, recrutados pelas próprias companhias, o que ocorreu desde os tempos do império e perdurou até o período republicano.

A ICA foi fundada em 1891, na Inglaterra, pelo Barão Maurice de Hirsch, com o objetivo de promover a imigração de judeus residentes na Rússia e no Leste Europeu e que sofriam perseguições, além de enfrentar uma legislação que restringia seus direitos. A atuação da Companhia foi possível economicamente, uma vez que seus sócios, em sua maioria, eram empresários atuantes em diversos países. Também cabe destacar que o imigrante não estava isento dos gastos que representaria à Companhia, uma vez que o mesmo realizava o pagamento dos valores referentes à viagem e também comprava o próprio lote da ICA.

Além do Brasil, a ICA atuou em diversos países e colaborou com diversas instituições, muitas delas integradas por indivíduos que também participavam do quadro de associados da ICA. No Rio Grande do Sul, foram fundadas duas colônias pela Companhia: a colônia Philippon, na região de Santa Maria, em 1904, e a colônia Quatro Irmãos, na região Alto Uruguai, em 1909.

A atuação da ICA e a educação no Brasil na Primeira República

O projeto imigratório da Companhia visava instalar o imigrante como agricultor em pequenas propriedades rurais. Além de ter auxiliado inicialmente os imigrantes em seus lotes rurais, a ICA também realizou a construção de prédios públicos e espaços necessários para que os imigrantes se organizassem socialmente na colônia.

A instalação de imigrantes, seja pelas companhias privadas ou pelo Estado, exigia uma infraestrutura que permitisse o imigrante além de garantir a manutenção econômica do grupo dispor de espaços coletivos

em que pudesse reconstruir suas vivências cotidianas e culturais. Assim, dispondo ou não de auxílio do Estado ou de companhias privadas, espaços coletivos foram sendo criados nas colônias. Dentre esses espaços destacam-se locais destinados à educação das crianças.

No início do século XX, a oferta educacional por parte do estado ainda era restrita, logo a atuação privada era importante para suprir a falta de espaços educacionais e profissionais para proporcionar educação à população. De acordo com Arendt “constituiu-se, assim, uma rede de ensino de caráter privado pelo próprio professor, por uma comunidade ou instituição religiosa ou até mesmo por uma simbiose dos três” (2011, p.102). Durante a Primeira República no Rio Grande do Sul, o Estado direcionou sua atuação para o ensino primário, seja com o objetivo de educar os trabalhadores como de inserir os imigrantes na vida social e cultural brasileira em que a educação tinha papel importante. Segundo Corsetti

Era nítida a concepção republicana no sentido da integração das populações de origem estrangeira à nacionalidade brasileira, o que passava, por um lado, pela questão étnica. Por outro lado, o claro interesse dos dirigentes educacionais, no sentido de uma penetração definitiva no campo do ensino primário, vinculou-se efetivamente ao seu projeto de modernização do Rio Grande, no qual a região colonial tinha papel relevante. (2007, p. 299).

Ao mesmo tempo que recebia pessoas de diversas regiões, com suas características sociais e culturais diversas, era necessário ofertar educação. Além de representar um anseio dos imigrantes, a educação também interessava ao governo, que por meio dela poderia propagar o seu modelo de formação desejada para a população. “A tarefa moralizadora da educação, além de modelar a conduta dos cidadãos, tinha a função de resolver os possíveis antagonismos sociais, (...)” (CORSETTI, 2007, p.295).

A educação mantida pela própria comunidade imigrante poderia representar um obstáculo à pretensão do Estado em promover a interação dos diversos grupos étnicos, uma vez que estes poderiam ter como foco em seu ensino, predominantemente elementos culturais de seus locais de origem. Em contrapartida, o domínio da língua e dos costumes locais também poderiam representar um anseio dos imigrantes em se inserir

social e economicamente à sociedade de destino, embora sem deixar de preservar os elementos culturais que desejassem. Assim, além de estar desonerado de investir na educação o Estado conseguiria atingir seus objetivos, mesmo por meio da educação privada.

No Brasil, a ICA, além de fundar colônias e promover a imigração para áreas rurais também auxiliava instituições judaicas localizadas nas cidades, contribuindo para sua manutenção e também fundando instituições educacionais. Em relatório a Companhia destaca o próprio trabalho educativo no Brasil.

O trabalho educativo ocupa sempre o primeiro lugar nas preocupações de nossa associação (...). Em 1930, no Brasil, nós subvencionamos 25 escolas fora de nossas colônias. (23 em 1930). Estas escolas contam ao total 1.600 alunos, com mais de 70 professores, eis a lista: Aracajú, Bagé, Bahia, Belo Horizonte, Cachoeira, Campinas, Campos, Cruz Alta, Curitiba, Itajuba, Meyer, Niterói, Nilópolis, Olaria, Natal, Paraíba, Passo Fundo, Pelotas, Pernambuco, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Rio Grande, Santa Maria, Santos, São Paulo. Fora destas escolas, que cuida nosso representante, e onde ensinam professores conhecedores dos métodos modernos e, em parte, já formados conosco, existem algumas outras organizações judias que seguem os programas que preconizamos (...). As mais antigas destas escolas funcionam regularmente há somente oito anos. Há quatro anos ainda, nenhum professor digno deste nome podia ser recrutado no Brasil: era preciso trazer os professores da Europa bem como os livros e pequenos manuais, (...).¹

A Companhia destacava, no ano de 1930, a dificuldade de encontrar professores que correspondessem às exigências impostas pelo seu programa educacional e que estivessem no Brasil, como o material didático utilizado. Assim, os materiais didáticos referidos e os professores necessitavam ser contratados em outros países. Como a ICA fundou instituições em outros países ou auxiliava instituições de caráter

¹ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1930*. Paris: Imprimerie R. Veniani, 1931. (AHJB). p.61-62.

educativo poderia solucionar as dificuldades referidas com a ativação de uma importante rede de relações que possibilitaria a vinda de profissionais, considerados aptos por ela, para exercer a atividade de professor.

Ao se referir sobre o representante responsável por cuidar das instituições, o relatório, provavelmente faz alusão ao rabino Isaias Raffalovitch, representante da ICA no Brasil, e que intercedia junto às autoridades brasileiras para garantir a aceitação de imigrantes judeus, principalmente após 1930, quando a imigração foi limitada. Raffalovitch também realizava visitas às instituições financiadas pela ICA, como noticiado no jornal “O Nacional”, de Passo Fundo, no dia 4 de abril de 1929.

Deverá chegar hoje, procedente de Cruz Alta, o dr. I. Raffalovitch, rabino da comunidade israelita brasileira, o qual anda inspeccionando os colégios e organizações israelitas deste Estado. A colônia israelita local prepara-lhe grande recepção e homenagens que lhe serão prestadas nesta cidade.²

Como referido no próprio relatório da Companhia, havia instituições judaicas no Brasil que seguiam o programa pedagógico proposto pela ICA, mas que não era seguido por todas as instituições criadas por imigrantes judeus no Brasil destinadas à educação. Segundo Lesser (1995, p.80), a ICA não era a única instituição que auxiliava a educação nas comunidades judaicas. Entre as escolas criadas por instituições de imigrantes judeus, havia divergências entre sionistas, que defendiam o ensino do hebraico nas escolas, e os judeus russos não-sionistas, principalmente esquerdistas, que defendiam o ensino do iídiche.

As instituições educacionais auxiliadas pela ICA no Brasil, referidas no relatório, ocorrem na década de 1920. Nas colônias fundadas pela Companhia a atuação educacional já havia iniciado logo no início do período da ocupação da colônia pelos imigrantes.

² Rabino Israelita. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV, n. 402, 4 de abr. 1929. Brasil, P.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

Espaços escolares na Colônia Quatro Irmãos

O desenvolvimento de uma estrutura básica, como já referimos anteriormente, era uma necessidade nas colônias, assim, no caso das colônias da ICA, houve a instalação de serviços médicos, escolas, armazéns, entre outros que era um dos objetivos previstos nos estatutos da Companhia.

A educação foi uma das primeiras necessidades a serem providas nas colônias. A educação institucionalizada era desejada pelos pais, uma vez que complementava a educação iniciada ainda no espaço do lar, além da possibilidade de garantir a ascensão social dos filhos.

A educação poderia significar para o imigrante a possibilidade de manutenção cultural do grupo transmitindo às gerações de descendentes aspectos religiosos, culturais, tradicionais, linguísticos etc. Além disso, proporcionar o acesso ao estudo poderia permitir uma melhor condição de vida aos filhos, com melhores ganhos pecuniários, além de prestígio social, principalmente se chegassem ao ensino superior. Ao mesmo tempo, demonstrar à sociedade receptora o desejo e o empenho para o desenvolvimento social e econômico do Estado, um dos objetivos do governo positivista gaúcho, era importante para os imigrantes. A organização da educação na comunidade ou no núcleo colonial poderia ser um importante instrumento para dar visibilidade a essa intenção dos imigrantes.

Se a Companhia já reclamava de dificuldades relativas à educação no relatório de 1930, em sua atuação nos centros urbanos, nas colônias provavelmente eram ainda maiores as dificuldades para atender a demanda por educação dos imigrantes. Inicialmente, os serviços educacionais eram ofertados em um espaço improvisado, como referido em relatório do ano de 1913 da Companhia. “Até o momento um antigo professor de hebraico de Mauricio deu às crianças aulas de hebraico em um edifício provisório. A escola projetada não pode ainda ser construída

em decorrência de dificuldades de transporte”³. O professor referido havia sido enviado de uma das colônias da ICA sediadas na Argentina, para ocupar o cargo em Quatro Irmãos. Em 1915, uma escola já havia sido construída, embora fosse necessário disponibilizar mais locais para atender as diversas regiões da colônia, facilitando o acesso das crianças à escola. Mesmo assim, já havia a oferta de mais de um professor na colônia. “O serviço escolar não está ainda inteiramente organizado. Uma única escola pode ser terminada. Esperando que as escolas previstas sejam construídas e equipadas, alguns professores recrutados no local deram às crianças aulas de hebraico em locais provisórios”⁴.

No caso das colônias da ICA, a construção dos prédios públicos destinados a instalação da escola e a contratação dos professores era gerenciada pela Companhia. Os salários dos professores também eram pagos pela própria instituição.

O desenvolvimento educativo observado em outras colônias da ICA, como as localizadas na Argentina, sugerem objetivos semelhantes em relação à preocupação em seguir o programa oficial do governo, mas sem descuidar dos ensinamentos referentes a cultura, tradição e religião judaica. Segundo Bargman

Supliendo la falta de escuelas fiscales en las zonas de poblamiento, los colo- nos judíos y la empresa colonizadora decidieron crear establecimientos primarios en todas sus colonias. En ellos se impartía una educación integral: por una parte, enseñanza laica, que cumplía con las exigencias establecidas en los programas educativos del Estado; y por otra, enseñanza judaica centrada en lo religioso, según un programa acordado por la JCA y la Alliance Israélite Universelle, de París. (2006, p. 25).

³ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1912*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1913. (AHJB). P.70.

⁴ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1913*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1915. (AHJB). p.45.

Entre os primeiros professores que atuaram no Brasil, nas escolas das colônias judaicas, esteve Leon Back, formado na França, que chegou na colônia Philippson, em 1908, para ensinar português, de acordo com Bruna Krimberg Von Muhlen. O professor deslocava-se até Porto Alegre para adquirir materiais para ministrar as aulas e obter informações por parte do Estado, para que o programa oficial fosse implementado nas escolas das colônias. “Durante sua estada em Philippson, o professor Back vinha seguidamente a Porto Alegre em busca de material escolar e orientação oficial” (VON MUHLEN, 2012, p.150). Também observamos a preocupação em estar em consonância com o programa educacional do Estado em relatório da ICA. Ao abordar o andamento da educação na colônia, destacava, no documento, essa adequação.

Durante o ano escolar, os cursos foram frequentados por uma média de 35 alunos por dia. Dois professores ensinaram as matérias gerais, conforme o programa escolar do Estado. Trouxemos um cuidado especial ao estudo aprofundado da língua nacional: o português, bem como à geografia e à história do Brasil. As crianças seguem igualmente cursos de instrução religiosa regulares.⁵

O programa de estudos compreendia a língua do país e os conhecimentos elementares: a língua hebraica, a instrução moral e religiosa, a história santa e pós-bíblica e noções práticas da agricultura e da costura⁶. Também havia espaço para o ensino de técnicas que poderiam ser utilizadas nas atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes, como instrução sobre agricultura, para os meninos, e de costura, para as meninas.

Para garantir o ensino da cultura, da língua e da religião judaica era importante promover a vinda de professores capacitados, que

⁵ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1925*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1927. (AHJB). p.75.

⁶ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1908*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1909. (AHJB). p.63.

pudessem ministrar aulas referentes ao ensino dos componentes curriculares desejados. Ao mesmo tempo, os professores recém chegados, poderiam não dominar o ensino da língua portuguesa e os conhecimentos referentes à história brasileira. Neste caso, o ensino deveria ser complementado por professores brasileiros.

O programa das escolas também contemplava a interrupção da rotina de aulas decorrentes das atividades agrícolas, quando os filhos dos imigrantes que, muitas vezes, auxiliavam os pais nos afazeres do lote colonial, eram liberados das aulas. Também houve a interrupção da rotina escolar por acontecimentos resultantes da revolução de 1923, ocasionada pela crise econômica vivenciada pelo Estado, após a Primeira Guerra Mundial, e pelas disputas políticas entre grupos políticos ligados ao PRR e oposicionistas que queriam interromper o domínio dos sucessivos governos castilhistas que estavam no governo desde 1895. Os conflitos ocorridos na região norte do Rio Grande do Sul ocasionaram a invasão da colônia Quatro Irmãos por grupos armados interrompendo a rotina na colônia. As atividades escolares voltaram ao normal após o conflito, como podemos observar em outro relatório da Companhia.

A escola de Quatro Irmãos pode funcionar regularmente em 1923 somente nos meses de fevereiro, novembro e dezembro; por causa dos problemas políticos as aulas tiveram que ser suspensas durante os outros meses do ano, as tropas do restantes ocupavam os locais escolares. Durante o período de funcionamento das aulas a frequência média foi fraca, 13 rapazes e 14 meninas por dia. No final de 1923, com a calma restabelecida, a escola retomou seu funcionamento regular e o número de alunos foi progressivamente aumentando.⁷

Em 1928, a oferta educacional na colônia já era maior, inclusive sendo frequentada por alunos não judeus. Como destacado no relatório daquele ano, havia 4 escolas que permitiam que mesmo alunos que não residissem na vila de Quatro Irmãos, pudessem frequentar a escola. Na

⁷ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1923*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1925. (AHJB). p.70.

colônia haviam sido fundados outros núcleos, como Barão Hirsch e Baronesa Clara, onde foram instalados imigrantes judeus e que também receberam escolas ampliando a oferta educacional no espaço colonial. “Contribue também para a fundação de escolas e de igrejas, existindo já na colônia 4 escolas e 7 igrejas, sendo estas ultimas das religiões israelita, catholica e protestante. Nas escolas segue-se o programma das escolas publicas do governo”⁸.

A oferta educacional representou um importante elemento em momentos de festividades desenvolvidas na colônia, principalmente quando havia a participação de autoridades governamentais. Estes acontecimentos fizeram parte do cotidiano dos imigrantes, representando importantes momentos de sociabilidade.

Festas e comemorações na Colônia

As escolas eram importantes na rotina das comunidades imigrantes e representavam um ponto de encontro cotidiano para as crianças que a frequentavam. Além de representar um espaço de formação também poderia representar um ponto de encontro entre membros da própria comunidade em ocasiões especiais.

Assim, o espaço escolar era um importante local também para reunir pessoas e proporcionar momentos de sociabilidade entre os moradores da própria colônia e com visitantes que vinham das colônias vizinhas fundadas pelo Estado. Desta forma, pessoas pertencentes a diversos grupos étnicos mantinham o contato. Os eventos também proporcionavam a visibilidade do trabalho desenvolvido no espaço escolar. Estas ocasiões também poderiam servir para estreitar relações sociais e políticas entre membros do governo e da Companhia colonizadora. Como destaca Graciela Zuppa “(...), se trata, en fin, de generar un lenguaje de cortesia para alcanzar la construcción de una

⁸ Colonia de Quatro Irmãos. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV, n.308, 9 de jun. 1928. Brasil, p.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

sociedad civilizada donde los individuos tiendan naturalmente a causar agrado frente a los otros”. (2004, p. 13).

As festas também representavam uma interrupção na rotina da comunidade. Os momentos de festividades poderiam ser motivados em função de um feriado cívico, que poderia dar visibilidade à interação da comunidade imigrante com a sociedade brasileira da qual faziam parte. As comemorações também poderiam estar relacionadas a alguma data importante do ponto de vista religioso ou cultural para a comunidade. A maioria destes eventos foram divulgados pela imprensa, como ocorreu em Quatro Irmãos em função da arrecadação de fundos para a criação de uma biblioteca infantil na colônia.

Festa infantil escolar na colônia Quatro Irmãos – No dia 13 do corrente mez, realizou-se na colônia Quatro Irmãos uma festa infantil. (...). A festa infantil do dia 13 do corrente realizou-se na escola principal situada na sede da colônia. Honraram com sua presença muitas pessoas de destaque social dos arredores, a administração da colônia, o commissário de polícia Snr. David de Albuquerque Souza, a família dos alumnos e toda a juventude. (...). A festa iniciou-se pelo hymno do ypiranga seguido do hymno israelita cantados pelo côro dos alumnos e durante o qual estes arvoraram as bandeiras brasileira e israelita. O programa foi elaborado pelas professoras da escola, sra Alda Gilbert Schostack e srta Taube Jovchaliovitch, com o especial intuito de combinar e exaltar nas crianças o sentimento patriótico e o amor à vida do campo e às fainas agrícolas. Assim figuravam no programma varias declamações patrióticas e uma comédia cujo título “Viva o Agricultor”, é por si só já bastante suggestivo.(...). Houve declamações, côres e quadros em idioma hebraica. Nesta parte do programma destacou-se o menino Valdemar Schukster que, cantando treze annos de idade, possui uma voz potente, vibrante e afinada, que promete um futuro. O espectáculo terminou pelo côro dos alumnos que entoaram o hymno “Avante Brasileiros” os assistentes manifestaram sua satisfação, e especialmente o sub-intendente Snr Major Braz. (...). Teve lugar um leilão de trabalhos manuaes confeccionados pelas alumnos e que deu bom rendimento. Depois do theatro a concurrencia entregou-se a um animado baile, abrilhantado por excelente orchestra gentilmente

contratada em Erebango pelo Snr. Major Braz, e dirigida pelo maestro Snr. Pisseti. O producto desta festa foi destinado a fundação de uma biblioteca infantil, (...).⁹

A biblioteca referida não foi a única a ser fundada em Quatro Irmãos. Em 1930, a colônia Quatro Irmãos dispunha de “três bibliotecas” que possuíam “876 volumes em ídiche, hebraico e português”¹⁰.

A programação da festa contemplava elementos da cultura judaica e a valorização de símbolos nacionais brasileiros. Também é possível observar na notícia, a divisão de algumas atividades desenvolvidas na escola e que faziam parte da concepção de divisão das práticas e conhecimentos exclusivos para alunos ou alunas, como por exemplo, os trabalhos manuais referenciados, desenvolvidos pelas meninas. Também podemos observar a reciprocidade em relação a troca de gentilezas entre a ICA que organizou e ofereceu a festa e a orquestra contratada pelo Major Braz para realizar a apresentação na ocasião.

Este momento também poderia ser importante para dar visibilidade às ações desenvolvidas nas escolas e o cidadão que estava sendo formado. Além disso, como destaca Renk “As datas comemorativas dos eventos cívicos tornavam-se verdadeiras aulas de disciplina e ordem”. (2012, p.10). As apresentações realizadas pressupõe preparativos que evidenciavam a rotina escolar e que culminavam na festa.

A presença das escolas e dos alunos também era observada em outros festejos como na ocasião em que o intendente municipal de Erechim visitou Quatro Irmãos com o objetivo de anunciar a intenção de oficializar a localidade como Distrito.

⁹ Jewish Colonization Association – Prosseguindo na Obra de Nacionalização. *O Nacional*, Passo Fundo, ano III, n.225, 20 de ago. 1927. Brasil, p.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

¹⁰ Jewish Colonization Association. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1930*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1931. (AHJB). p.52

A Visita do Sr. Intendente de Erechim a Quatro Irmãos – Creação daquelle Districto

Quarta Feira ultima, a diretoria da Jewish Colonization Association e a população de Q. Irmãos, receberam ali, a visita do senhor Atilano Machado, intendente daquelle municipio. Essa visita causou grande interesse entre os habitantes daquelle região por que se dizia prender se ella á criação de um districto novo, tendo por séde a povoação de Q. Irmãos. (...)Uma multidão calculada em cerca de 500 pessoas aguardava ali os visitantes que foram recebidos ao espoucar de foguetes e ao som de uma bem ensaiada orchestra. Todas as escolas da colonia estavam representadas, com alumnos uniformizados, empunhando bandeiras nacionaes. Depois das apresentações, foram os visitantes conduzidos a um matto proximo, onde, em local excellentemente preparado, lhes foi offerecido succulento churrasco regado a cerveja e vinho.(...).¹¹

A participação dos alunos nas comemoração e eventos poderia ser umbom momento para passar a ideia de comunidade ordeira e organizada por meio da atuação dos alunos para a sociedade que participava deles. Embora a festa mencionada não representasse um feriado ou comemoração relativa à algum feriado nacional possuía todos os atributos de uma comemoração cívica o que pressupõe um trabalho educativo rotineiro de ensino voltado aos heróis, símbolos, história e cultura nacional.

Considerações finais

As festas e comemorações realizadas por comunidades de imigrantes representaram importantes momentos de confraternização e sociabilidade entre os moradores do espaço colonial e visitantes que frequentavam a localidade pela ocasião de eventos promovidos. A presença de autoridades poderia garantir a ativação de uma importante rede de relações para indivíduos e grupos dos espaços coloniais.

¹¹ A Visita do Sr. Intendente de Erechim a Quatro Irmãos – Creação daquelle Districto. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV , n. 401, 2 de abr. 1929. Brasil, P.1. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

O relacionamento e a conquista de simpatia das autoridades era essencial para a ICA poder garantir sua atuação até mesmo para além do espaço colonial. A boa imagem da Companhia frente às autoridades poderia ser decisiva na garantia de promover a entrada de imigrantes no Brasil, como também manter investimentos e o desenvolvimento nas suas colônias sem oposição do Estado.

Da mesma forma, interessava ao Estado investimentos privados no Estado para que os seus projetos pudessem ser postos em prática. As escolas instaladas nas colônias de imigrantes representaram esta necessidade, durante a Primeira República, em que o Estado não tinha condições financeiras de manter os gastos com educação em todo seu território.

A oferta de educação privada garantiu a preservação de alguns aspectos culturais e religiosos mantidos pelos imigrantes em seus programas educacionais. Também houve a adesão aos programas escolares elaborados pelo governo, possibilitando a promoção de uma boa imagem da comunidade às autoridades. Assim, as festas e comemorações, tinham na presença de alunos e professores elementos importante para dar visibilidade ao ensino desenvolvido e causar agrado à representantes do governo, familiares e à comunidade em geral.

Fontes

A Visita do Sr. Intendente de Erechim a Quatro Irmãos – Creação daquelle Districto. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV , n. 401, 2 de abr. 1929. Brasil, p.1.Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

Colônia de Quatro Irmãos. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV, n.308, 9 de jun. 1928. Brasil, p.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

Jewish Colonization Association – Prosseguindo na Obra de Nacionalização. *O Nacional*, Passo Fundo, ano III, n.225, 20 de ago. 1927. Brasil, p.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1923*. Paris: Imprimerie R. Veniani, 1925. (AHJB). p.70.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1930*. Paris: Imprimerie R. Veniani, 1931. (AHJB). p.61-62.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1930*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1931. (AHJB). p.52

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1925*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1927. (AHJB). P.75.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1908*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1909. (AHJB). p.63.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1912*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1913. (AHJB). P.70.

_____. *Rapport de L'Administration Centrale au Conseil D'Administration pour le année de 1913*. Paris : Imprimerie R. Veniani, 1915. (AHJB). p.45.

Rabino Israelita. *O Nacional*, Passo Fundo, ano IV, n. 402, 4 de abr. 1929. Brasil, P.2. Localização: Arquivo Histórico Regional (AHR) – Passo Fundo.

Referências

ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *Pelos caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

BARGMAN, Daniel. Construcción de la Nación entre la asimilación de inmigrantes y el particularismo. Las escuelas de las colonias agrícolas judías. In. MARONESE, Leticia (compiladora). *Patrimonio Cultural y Diversidad en el Sistema Educativo*. Buenos Aires: Gobierno de la

Ciudad de Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://www.buenosaires.gob.ar>>. Acesso em: 02/09/2014

CORSETTI, Berenice. A Educação: construindo o cidadão. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *República Velha (1889 – 1930)*. Passo Fundo: Méritos 2007. – v.3 t.2 – (Coleção história geral do Rio Grande do Sul).

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

RENK, Valquíria Elita. Festas, rituais cívicos no processo de nacionalização da infância das escolas étnicas do Paraná. In: IX ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. *Anais do IX Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul*. Caxias do Sul: Ed UCS, 2012.

ZUPPA, Graciela. *Prácticas de sociabilidad en un escenario argentino*. Mar del Plata: Universidad Nacional Mar del Plata, 2004.

UM EVENTO CÍVICO COMO INSTRUMENTO DE APOIO POLÍTICO: A FESTA DO DIA DA BANDEIRA DE 1943 NA ESCOLA FUNDAÇÃO EVANGÉLICA DE NOVO HAMBURGO (UM ESTUDO DE CASO)

Rodrigo Luis dos Santos*

No dia 19 de novembro de 1943 ocorre na escola Fundação Evangélica, em Hamburgo Velho, no município de Novo Hamburgo, a solenidade cívica do Dia da Bandeira. Nesta ocasião, a Fundação Evangélica recebe a visita do secretário de Educação do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, do prefeito municipal de Novo Hamburgo, Nelson Toohey Schneider, além de outras autoridades estaduais e municipais. Durante a solenidade, além de parabenizar a bandeira nacional confeccionada pelos corpos docente e discente da escola, Coelho de Souza, juntamente com o prefeito Nelson Schneider, dão posse à primeira diretoria do Grêmio Cívico Castro Alves. A presidente escolhida do Grêmio Cívico, a aluna Lia Kunz, proferiu um discurso em tom patriótico, apontando as finalidades cívicas do Grêmio que era implantado na escola a partir daquela solenidade cívica. Por fim, Coelho de Souza discursa, elogiando o empenho do diretor Guilherme Rotermond e de Guilherme Becker para darem uma personalidade brasileira ao educandário.

Em um primeiro momento, levando em conta o período histórico em questão, por conta das ações do Estado Novo, este evento cívico poderia ser considerado como outros que ocorriam de forma bastante efusiva na época, onde demonstrações públicas de patriotismo eram

* Mestrando em História/Bolsista FAPERGS/CAPES, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

recorrentes, sobretudo nas instituições educacionais. Mas, neste caso específico, ele recebe conotações que o distingue dos demais. Aqui vamos elencar dois pontos, que consideramos os mais importantes: primeiro, pelo fato do evento ocorrer na escola Fundação Evangélica, que dentre os educandários vinculados ao Sínodo Rio-grandense, é o que mais recebia fiscalização por parte das autoridades estaduais, ao mesmo tempo em que era a escola onde o processo de nacionalização ocorrera de forma mais dificultosa. O segundo aspecto importante é o fato desta solenidade cívica não poder ser vista apenas como um ato cívico em si mesmo, mas como o ápice de uma série de estratégias adotadas por duas autoridades da instituição: o diretor da escola, Guilherme Frederico Rotermond, e o vice-presidente do Curatório, entidade mantenedora da instituição, Dr. Guilherme Becker.

Nosso objetivo neste artigo é analisar as mudanças ocorridas dentro do grupo evangélico-luterano¹ de Novo Hamburgo e na escola Fundação Evangélica, tendo em vista que tanto este grupo como a instituição escolar foram, entre 1938 e 1943, alvo de ações bastante incisivas por parte das autoridades estaduais. Neste aspecto, não apenas as ações no âmbito educacional foram efetivadas, mas também ações de cunho repressivo, inclusive com a prisão de lideranças eclesiais, como o pastor Wilhem Pommer, da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, entre 1941 e 1943. Do mesmo modo, também iremos elencar algumas das estratégias pensadas e colocadas em prática por algumas destas lideranças, sobretudo os já citados Guilherme Rotermond e Guilherme Becker, visando principalmente manter a Fundação Evangélica em funcionamento e dirigida pelo Sínodo Rio-grandense, já

¹ O termo evangélico-luterano, cunhado por Isabel Cristina Arendt, é utilizado para referir-se aos membros vinculados ao Sínodo Rio-grandense, pois existem duas correntes luteranas no período, e que dariam origem a duas igrejas hoje existentes: o Sínodo Rio-grandense, com ligação mais direta com a Igreja Evangélico-Luterana Alemã, daria origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir de 1949, com a fusão com sínodos de outros estados, oficializada em 1968; e o Sínodo de Missouri, originado de imigrantes alemães dos Estados Unidos, que chegariam ao Rio Grande do Sul em 1900, dando origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), independente do Sínodo de Missouri desde 1980.

que as investidas visando à estatização ou mesmo o fechamento do educandário eram constantes por parte do governo estadual.

Figura 01 – Cerimônia do Dia da Bandeira na Fundação Evangélica em 19 de novembro de 1943, tendo como paraninfo o secretário de Educação Coelho de Souza (no centro da foto, de óculos). Na extrema esquerda da foto, Guilherme Becker, e na extrema direita, de óculos, Guilherme Frederico Rotermond, diretor da escola



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Figura 02 – Cerimônia do Dia da Bandeira na Fundação Evangélica em 19 de novembro de 1943, o Secretário de Educação Coelho de Souza recebe a bandeira nacional confeccionada pelos corpos docente e discente da escola entre agosto e setembro de 1943



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

O ano de 1943 marca traços de mudança nas lideranças evangélico-luteranas de Novo Hamburgo. A escola Fundação Evangélica também passa por mudanças significativas, que direcionam os rumos da instituição para um caminho diferente do que estava se configurando, ou seja, o fechamento ou a estatização. Vejamos, deste modo, como se implementaram estas mudanças. Também precisamos ter em vista que, neste mesmo período, ocorreu também uma proximidade entre a Igreja Católica e o Governo Estadual, o que se reflete de forma bastante acentuada na postura e na direção dos educandários confessionais católicos. Neste sentido, em Hamburgo Velho, localidade onde está instalada a Fundação Evangélica, temos o Colégio Santa Catarina, importante instituição escolar feminina católica da região. Assim como a Fundação Evangélica representa um importante pólo educacional para os evangélico-luteranos, o Colégio Santa Catarina representa um dos mais importantes educandários para a sociedade católica mais abastada. Embora não seja enfocado aqui um comparativo entre estas duas instituições², a relação entre a Igreja Católica, o Sínodo Rio-grandense e o Governo estadual do Rio Grande do Sul é importante para se entender os processos ocorridos durante o período do Estado Novo.

Em janeiro de 1943, Guilherme Frederico Rotermund assume oficialmente como diretor da Fundação Evangélica. Nesse mesmo período, o pastor aposentado Theophil Dietschi assume a Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho e a presidência do Curatório da Fundação Evangélica, em substituição ao pastor Wilhelm Pommer, preso desde dezembro de 1942. Na vice-presidência do Curatório, assume Guilherme Becker. Para entendermos a atuação destas duas lideranças, também é importante conhecer um pouco do perfil dos mesmos.

Guilherme Frederico Rotermund, membro de tradicional família leopoldense (é neto do pastor Wilhelm Rotermund, fundador e presidente

² Para maiores informações sobre este aspecto, queira ver: SANTOS, Rodrigo Luis dos Santos. As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS). São Leopoldo, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

do Sínodo Rio-grandense por muitos anos)³, além de professor na Fundação Evangélica e no Colégio Sinodal (São Leopoldo), também é advogado, atuando no escritório de Arthur Ebling e Mário Sperb, juristas leopoldenses de prestígios (e que ocupariam o cargo de prefeito de São Leopoldo⁴). Também foi nomeado por Cordeiro de Farias, juiz municipal na Comarca de São Leopoldo. Sua escolha para ocupar a direção da Fundação foi iniciativa do próprio pastor Hermann Dohms. Na concepção de pastor Dohms, Guilherme Rotermond possuía um trânsito favorável dentro da sociedade, além de ter uma relação equilibrada com o governo estadual, o que poderia render bons frutos para a escola e para o próprio Sínodo Rio-grandense.

³ A família Rotermond chega ao Brasil em 1874. O patriarca da família é Wilhelm Rotermond (1843-1925), pastor evangélico-luterano, editor de materiais didáticos, livreiro, jornalista e proprietário de indústria gráfica. Foi um dos fundadores do Sínodo Rio-grandense em 1886 e presidente do mesmo entre 1886 e 1893 e 1909 até 1919. Além da atuação religiosa, como Pároco da Comunidade evangélica de São Leopoldo, esteve envolvido em questões políticas na região. Seus filhos, Ernst e Fritz Rotermond também tiveram importância econômica, social e política. Ernst, juntamente com Otto Ernst Meyes, Alberto Bins, Rudolph Ahrons e outros, fez parte do grupo que fundou a Viação Aérea do Rio Grande do Sul (VARIG), em 1927. Seu irmão, Fritz Rotermond, teve atuação social e política em São Leopoldo, sendo considerado como pai do Movimento 25 de Julho de São Leopoldo e um dos fundadores da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, juntamente com o médico Wolfran Metzler, de Novo Hamburgo, do major Leopoldo Petry, também de Novo Hamburgo, do deputado Bruno Born, de Lajeado, do empresário Otto Renner, de Porto Alegre e do padre Balduino Rambo, S.J. Outros membros da família, como Guilherme Frederico Rotermond, teriam atuação na área empresarial e comercial, além de educacional e jurídica.

⁴ Arthur Ebling foi prefeito nomeado de São Leopoldo entre 1945 e 1946. Mário Sperb foi prefeito eleito, exercendo seu período administrativo entre 1947 e 1951.

Figura 03 – Guilherme Frederico Rotermund, diretor da Fundação Evangélica entre 1943 e 1954



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Guilherme Becker, ao longo da década de 1940 se tornaria a mais importante liderança evangélico-luterana de Novo Hamburgo. Nascido em Hamburgo Velho, em 24 de abril de 1897, formou-se em Engenharia Eletro-Mecânica na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Entre 1920 e 1929, ocupou o cargo de engenheiro na Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Em 1927 se casa com Wilma Ludwig, filha do empresário do setor de curtumes Guilherme Ludwig. Ingressa no Partido Libertador⁵ no

⁵ O Partido Libertador foi fundado em 1928, por antigos membros do Partido Federalista Rio-grandense, com destaque para Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Em 1928, apoiou Getúlio Vargas após este assumir o governo do Rio Grande do Sul, unindo-se ao Partido Republicano Rio-grandense, formando a Frente única Gaúcha (FUG). Apoiou a chamada Aliança Liberal, cujo golpe em 1930 conduziu Getúlio Vargas ao governo do Brasil. Existiu em dois períodos: o primeiro entre 1928 e 1937, sendo extinto pelo Estado Novo; o segundo período foi entre 1945 e 1965, sendo extinto pelo governo militar do general Humberto de Alencar Castelo Branco em 1965, quando foi instituído o bipartidarismo.

mesmo ano da fundação do mesmo, em 1928. No ano de 1929, assume o cargo de diretor do Curtume Ludwig S.A. Também assume funções importantes na diretoria da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, sendo inclusive seu presidente. Além disso, Guilherme Becker foi um dos fundadores do Rotary Club de Novo Hamburgo, exerceu a presidência da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, assim como foi vice-presidente do núcleo hamburguense da Liga de Defesa Nacional no início da década de 1940, enquanto a presidência era ocupada por Oscar Frederico Adams. Foi vice-prefeito de Novo Hamburgo entre 1949 e 1951, na gestão Carlos Armando Koch, prefeito interino entre janeiro e fevereiro de 1949, vereador de Novo Hamburgo entre 1955 e 1959, exercendo a presidência da Câmara de Vereadores em 1955, pelo Partido Libertador.

Figura 04 – Guilherme Becker



Fonte: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo.

Ao traçarmos o perfil biográfico de Guilherme Becker, o objetivo é compreender a atuação e o espaço sociopolítico, econômico e religioso pelo qual Becker transitou. Ao percorrermos a trajetória dinâmica desta liderança evangélico-luterana, poderemos perceber como isso possibilitou determinados benefícios para a escola Fundação Evangélica e para o grupo vinculado à mesma. E essa atuação, unida com a percepção política de Guilherme Rotermund, norteariam os rumos posteriores seguidos pela Fundação Evangélica.

A missão de Guilherme Rotermond como diretor da escola é, essencialmente, evitar que a mesma seja fechada ou estatizada. Para isso, precisa desvincular a imagem que as autoridades tem da Fundação Evangélica com uma instituição de doutrinação nazista, que se opõe ao processo de nacionalização e de construção de uma identidade nacional brasileira. Além dessa questão, existem ainda dificuldades financeiras que precisam ser contornadas. O número em decréscimo de alunas é fator preocupante. Ao assumir como diretor, a escola possui um quadro de 84 alunas.

Uma das primeiras ações empreendidas por Guilherme Rotermond é encaminhar ao Curatório da Fundação Evangélica o projeto de instalação do Curso Ginásial na escola. Faz o encaminhamento desse projeto ainda em dezembro de 1942, antes de assumir a direção do educandário. Nessa mesma época, assume o lugar que ficou vago no Curatório, antes ocupado por Guilherme Rotermond, o pastor Rodolfo Saenger, diretor do Ginásio Sinodal de São Leopoldo. Com o apoio do pastor Saenger e de Guilherme Becker, o projeto é aprovado, sendo encaminhado ao ministério da Educação, através da secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Todavia, alguns acontecimentos colocam as lideranças evangélico-luteranas em apreensão e compasso de espera: um é a cassação da licença de funcionamento do Ginásio Sinodal de São Leopoldo; outro é a cassação do registro que habilita Guilherme Rotermond para o exercício da direção da Fundação Evangélica. As autoridades eclesiásticas e lideranças evangélico-luteranas vinculadas com as duas instituições de ensino iniciam a mobilização.

Entre as primeiras medidas, está a elaboração de um documento⁶, destinado ao presidente Getúlio Vargas, solicitando que reconsidere a decisão tomada pelo Ministério da Educação de fechar o Ginásio Sinodal. O mesmo documento, assinado pelo pastor Rodolfo Saenger, é solicitado que se faça a inspeção federal na Fundação Evangélica, visando permitir a abertura do Curso Normal na instituição. Por fim, pastor Rodolfo

⁶ Arquivo Histórico da IECLB (Faculdades EST – São Leopoldo) – Fundo Sínodo Rio-grandense –Caixa SR 17 –Pasta SR 17/8 – Documento 005.

Saenger, acompanhado do inspetor federal junto ao Ginásio Sinodal, João Otávio Nogueira Leiria, dirige-se ao Rio de Janeiro, tentando solucionar a situação do Ginásio Sinodal e do registro de Guilherme Rotermond. Contudo, não é obtido sucesso nessa tentativa.

Diante da demora encontrada para a solução do caso envolvendo Guilherme Rotermond, o Curatório da Fundação Evangélica, por iniciativa de Guilherme Becker, decide marcar uma audiência com o secretário de Educação Coelho de Souza. O próprio Guilherme Becker se dispõe a assumir a interlocução com Coelho de Souza. Antes do fechamento dos partidos políticos em 1937, Guilherme Becker e Coelho de Souza integraram os quadros do Partido Libertador, mantendo um relacionamento político razoável. Após a intermediação da causa de Guilherme Rotermond e da Fundação Evangélica por parte de Guilherme Becker, Coelho de Souza se compromete a solucionar o caso junto ao Ministério da Educação. No segundo semestre de 1943, Guilherme Rotermond recebe correspondência do ministério da Educação, informando que seu registro como diretor da Fundação Evangélica foi validado, podendo assim dar continuidade ao exercício de suas funções.

Contudo, o acordo entre Coelho de Souza e Guilherme Becker estabelece que a instituição se adequasse o mais rápido possível aos padrões da nacionalização, em decorrência de, pelo menos cinco anos, haver por parte das lideranças da escola, conforme Coelho de Souza, tentativas de impedir a medidas nacionalizadoras. Por conta disso, Guilherme Rotermond deve, urgentemente, elaborar um plano para cumprir com essas exigências.

Diante desse contexto, as medidas adotadas pelo diretor da Fundação Evangélica visam externar às autoridades governamentais uma mudança de postura da instituição, que passa a adotar uma linha patriótica. Para isso, estabelece dois momentos cívicos, ainda em 1943, para a demonstração pública dessa concepção: a confecção da bandeira nacional e a Parada da Juventude, que ocorre durante as festividades da Semana da Pátria.

Em 3 de agosto de 1943, em cerimônia realizada no salão nobre da Fundação Evangélica⁷, reunindo alunas e professores, com a presença da fiscal de ensino Irene Ribeiro, Guilherme Rotermond dá início à confecção da bandeira nacional. Após o Hino Nacional, Guilherme Rotermond convida a fiscal Irene Ribeiro e a vice-diretora da Fundação Evangélica, Yolanda Lütke, para darem os primeiros pontos na confecção do pavilhão pátrio. O primeiro ponto foi dado pelo diretor, seguido da fiscal de ensino e da vice-diretora. Os trabalhos de confecção da bandeira nacional se estenderam até 4 de setembro de 1943, quando fora concluído. No decorrer desse período, a cada dia, um grupo de alunas e professoras trabalhava na confecção. Além disso, foram realizados cultos cívicos, enaltecendo a nação brasileira e seus governantes. Após o término dos trabalhos, ficou decidido que uma solenidade para apresentação da nova bandeira nacional da escola Fundação Evangélica seria marcada para 19 de novembro de 1943, Dia da Bandeira Nacional, convidando o secretário de Educação Coelho de Souza para ser o paraninfo da solenidade.

Por esta mesma época, Guilherme Becker ocupava a presidência interina da Liga de Defesa Nacional em Novo Hamburgo, além de ser consultor técnico da Comissão Passiva de Defesa Anti-Aérea, cargo que ocupava desde o governo Odon Cavalcanti. Juntamente com Guilherme Rotermond, encaminham o convite ao secretário de Educação, que aceita.

Antes, porém, da solenidade do Dia da Bandeira, ocorre a Parada da Juventude de 1943, no dia 2 de setembro. No decorrer dos anos anteriores, a participação da Fundação Evangélica nas comemorações da semana da Pátria era incipiente, o que resultou em críticas por parte das autoridades governamentais, que viam a relutância da escola e suas lideranças, como um sinal de contrariedade ao processo nacionalizador do período. Ciente desse histórico, Guilherme Rotermond, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, naquele momento presidida por Guilherme Becker, e da fiscal de ensino, Irene Ribeiro, decide elaborar uma

⁷ Arquivo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica – Caderno de Registro da Confecção da Bandeira Nacional – 1943.

participação mais destacada da escola na Parada da Juventude. Para tanto, manda confeccionar uniformes que exaltem as Forças Armadas do Brasil. No dia do desfile, que acontecia nas ruas centrais de Novo Hamburgo, as alunas desfilaram em três grupos, homenageando a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, além de cartazes e bandeiras enaltecendo o Brasil, seus governantes e a coragem de seus soldados. A repercussão é grande, sendo levada ao conhecimento inclusive das autoridades estaduais, como o secretário Coelho de Souza e o novo interventor federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles, primo do presidente Getúlio Vargas, que substituiu o agora general Osvaldo Cordeiro de Farias, em setembro de 1943. Cordeiro de Farias deixou a interventoria federal do Rio Grande do Sul para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), inclusive atuando junto às tropas brasileiras na Itália. Ao retornar ao Brasil, em 1945, apoiou o golpe dado pelos militares que ocasionou a deposição de Getúlio Vargas do poder, em outubro do mesmo ano.

Figura 05 – Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando o Exército Brasileiro



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Figura 06 – Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando a Marinha Brasileira



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Figura 07 – Alunas da Fundação Evangélica na Parada da Juventude de Novo Hamburgo, em 2 de setembro de 1943. Alunas com uniforme simbolizando a Aeronáutica Brasileira



Fonte: Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH) – Unidade Fundação Evangélica.

Nos anos posteriores, as atividades cívicas seriam cotidianas na escola. Pelo menos até o fim do período do Estado Novo. Conforme Hilmar Kannenberg,

na medida em que declina o poder do governo getulista, também diminuem as manifestações cívicas e patrióticas e a Fundação se volta a suas atividades internas e externas dentro de um equilíbrio de brasilidade composta por heranças germânicas e de atividades educacionais (KANNENBERG, 1987, p. 149).

A afirmativa de Kannenberg acentua que Guilherme Rotermond e Guilherme Becker adotaram, visando beneficiar a escola, um programa de linha patriótica, mas também tinham consciência que o cenário político brasileiro poderia mudar, diante da oposição que se iniciava contra o regime de Getúlio Vargas. A contradição do governo brasileiro em apoiar regimes democráticos, sendo uma ditadura inspirada no autoritarismo, fez com que as ideias de redemocratização retornassem à pauta. Com o retorno, em 1945, das forças militares brasileiras que lutaram na Europa, essa perspectiva cresce no meio militar, culminando com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945.

A estratégia adotada pelas lideranças evangélico-luteranas, no entanto, obtém resultados satisfatórios. Em 1944, mesmo diante de documentos enviados pelo ministério da Educação, negando a oficialização do Ginásio da Fundação Evangélica, Guilherme Rotermond, utilizando dos argumentos de que a escola estava adequada aos padrões estabelecidos pela nacionalização e de contatos influentes, decide utilizar desses recursos para conseguir a liberação. Entra em contato com Oscar Machado⁸, reitor do Instituto Porto Alegre (IPA)⁹, que possui contatos

⁸ Oscar Machado (1903-1984) foi reitor do Instituto Porto Alegre (IPA) entre 1934 e 1954. Além disso, foi professor dos Cursos de Psicologia e Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi membro do Conselho Deliberativo da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 1967 e 1970, chefe da assessoria de assuntos internacionais da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (1971) e secretário de Estado da Administração do Governo do Rio Grande do Sul (1975/79), na gestão de Sinval Guazzelli.

influentes dentro do Ministério da Educação, para servir de mediador da questão do Curso Ginásial solicitado pela Fundação Evangélica. Através do auxílio prestado por Oscar Machado, em setembro de 1944 é nomeado um inspetor de ensino federal para supervisionar a escola e verificar a possibilidade de instalação do Ginásio. Por fim, através da portaria ministerial nº. 00.017, de 9 de janeiro de 1945, o Ministério da Educação autoriza que a Fundação Evangélica inicie as atividades do Curso Ginásial. Em 15 de março de 1945, com a presença de lideranças evangélico-luteranas e autoridades municipais, como o prefeito Alberto Severo¹⁰, ocorre a solenidade de abertura das aulas do Curso Ginásial da Fundação Evangélica.

A abertura do Ginásio da Fundação Evangélica ocorre no mesmo ano em que o Colégio Santa Catarina estabelece o Curso Normal. Os dois fatos ocorrem no momento em que o regime do Estado Novo vai perdendo sua força. Analisando a documentação e obras acerca das duas instituições de ensino, percebe-se que também no que se refere ao fator financeiro, ambas se encontram em um período de estabilidade. Em 1945, a Fundação Evangélica conta com 135 alunas matriculadas, possuindo o Colégio Santa Catarina um total de 270 alunas.

Esse resultado não pode ser considerado como a conclusão romantizada de um processo, sendo vista de uma forma simplificada. Ele é resultado de um processo complexo, caracterizado por momentos distintos. Ele envolve percepções e ações dos grupos vinculados a essas instituições, ou seja, lideranças evangélico-luteranas e católicas, tanto em nível local como regional. Aqui buscamos analisar mais especificamente as estratégias adotadas por duas lideranças evangélico-luteranas. E essa complexidade, assim como as linhas estratégicas adotadas por esses grupos, imbricando política e religião, perpassando com o campo econômico e educacional, merecem uma análise mais aprofundada. Deste modo, conforme já apontamos na parte introdutória deste texto, a

⁹ Atual Centro Universitário Metodista IPA.

¹⁰ Alberto Severo foi nomeado prefeito de Novo Hamburgo pelo interventor federal do Rio Grande do Sul, Ernesto Dorneles. Exerceu seu mandato de 30 de março de 1944 até 02 de agosto de 1946.

solenidade cívica do Dia da Bandeira não pode ser vista isoladamente. Ela é parte desta complexa relação, que mostra o contexto do Estado Novo, em seus diferentes níveis, não como algo estático, mas dinâmico e marcado por processos relacionais bastante intensos. E a percepção e análise crítica destas relações é que permitem novas perspectivas e outras abordagens para este período da história brasileira.

Acervos consultados

Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo

Acervo de Fotografias (1937 – 1945)

Jornal O 5 de Abril – Edições entre 1943 e 1946

Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Faculdades EST – São Leopoldo

Fundo Sínodo Rio-grandense (SR) – Caixa SR 17 – Pastas SR 17/1, 17/2, 17/3, 17/4, 17/5, 17/6, 17/7 e 17/8

Fundo Sínodo Rio-grandense (SR) – Caixa SR 18 – Pastas SR 18/1

Acervo Documental e Fotográfico do Museu da Educação da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – IENH – Unidade Fundação Evangélica – Novo Hamburgo

Acervo de Fotografias (1937 – 1945)

Livro de Atas da Sociedade Fundação Evangélica – Mantenedora da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho

Livro de Atas do Grêmio Cívico Castro Alves (1943 e 1944)

Livro de Registro das Comemorações Cívicas do Ano de 1943 na Fundação Evangélica

Caderno de Registro da Confecção da Bandeira Nacional na Fundação Evangélica – 1943

Referências

- ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, Religião e Identidade Étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.
- DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.
- _____. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- GERTZ, René E. *O Fascismo No Sul Do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.
- _____. Cidadania e Nacionalidade: História e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- _____. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História: 50).
- _____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).
- KANNENBERG, Hilmar. *Fundação Evangélica, um Século a Serviço da Educação, 1886-1986*. São Leopoldo: Rotermund, 1987.
- KERBER, Alessandro Mario. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- KONRATH, Gabriela Michel. *O Município de Novo Hamburgo e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Rio Grande do Sul*.

2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS/ Florianópolis: Ed. UFSC / Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches Stift: uma escola para “moças das melhores famílias”*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 1997.

NEUMANN, Rosane Marcia. “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor*”. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. 2003. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, é o Brasil do Brasileiro: Campanha de Nacionalização efetivada no Estado Novo*. São Leopoldo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Reações diante das imposições: as estratégias adotadas nas escolas luteranas durante o Estado Novo (o caso da Escola Fundação Evangélica de Hamburgo Velho). In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *A História da Imigração e Sua(s) Escrita(s)* [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. *As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo* (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS). São Leopoldo, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

CAPÍTULO V – CIDADES E TURISMO

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRESERVAÇÃO DO *FILÒ* ATRAVÉS DO TURISMO

Kênia Zanella*
Aliduino Zanella**

Resumo: A preservação da cultura de um povo é um desafio na contemporaneidade, pois as tecnologias, modernidades e globalização são fatores que influenciam de maneira constante na vida de todos. Diante disso, este artigo faz uma reflexão da contribuição do turismo para o resgate, preservação e disseminação da cultura imaterial, em especial do *Filò*, festa em que os imigrantes italianos realizavam e que representam a tradição da união familiar através de mesa farta, muita música e alegria. Esta tradição ainda é mantida no sul do país, onde há maior concentração de descendentes de italianos, em especial no meio oeste de Santa Catarina, porém, precisa ser valorizada e difundida. Para a fundamentação teórica, utilizou-se da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, meios eletrônicos e documentos da Federação das Entidades ítalo-brasileiras do Meio Oeste e Planalto Catarinense. Através destas pesquisas, verificou-se que o turismo é uma ferramenta poderosa para desempenhar o papel de preservar e propagar este patrimônio imaterial, o qual faz parte da cultura de um povo que contribuiu para a construção e desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: Imigrantes italianos, *Filò*, Patrimônio cultural, Memória, Turismo.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”. (Nildo Lage)

* Esp. em Planejamento do Turismo, Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

** Mestre em Educação, Federação de Entidades Ítalo-brasileiras do Meio Oeste e Planalto Catarinense.

Introdução

A preservação da cultura de um povo é um desafio na contemporaneidade, pois as tecnologias, modernidades e globalização são fatores que influenciam de maneira constante na vida de todos. Diante disso, buscam-se alternativas para que estas memórias sejam resgatadas e perpetuadas, para que uma região tenha consciência de suas raízes e, alicerçando-se nelas, trace o seu futuro.

É sabido que, na atualidade, o turismo cultural é o segmento que mais tem chamado a atenção dos turistas. Além de edificações históricas, há uma grande procura pelos saberes e fazeres de um povo, suas raízes e tradições passadas de geração em geração. Como via de mão dupla, os grupos que ainda mantêm essas tradições lutam pela sua preservação e observam o turismo como uma forma de salvaguardar o patrimônio imaterial.

Porém, a atividade turística deve pensar em um desenvolvimento equilibrado, onde o atrativo composto da cultura imaterial de um povo não seja meramente um produto, que possa ser “comprado” pelos visitantes, mas sim, contribua para a perpetuação da tradição.

Diante disso, este artigo faz uma reflexão da contribuição do turismo para o resgate, preservação e disseminação da cultura imaterial, em especial do *Filò*, festa em que os imigrantes italianos realizavam e que representam a tradição da união familiar através de mesa farta, muita música e alegria. Esta tradição ainda é mantida no sul do país, onde há maior concentração de descendentes de italianos, em especial no meio oeste do estado de Santa Catarina.

Para a fundamentação teórica, utilizou-se da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, meios eletrônicos e documentos da Federação das Entidades ítalo-brasileiras do Meio Oeste e Planalto Catarinense.

Este estudo aborda o breve histórico da imigração italiana e seu legado cultural, o qual foi trazido ao Brasil, sendo adaptado e moldado conforme a realidade encontrada na época. Em especial, mostra o que é o *Filò*, costume de reunir famílias, relembrar o passado e um misto de emoções entre leitura de cartas dos parentes deixados na Itália e o riso das

anedotas. Refletiu-se, também, sobre como a atividade turística poderá contribuir para que este patrimônio imaterial seja preservado e difundido.

Como primeira parte, discorre-se sobre os costumes e tradições da imigração italiana no Brasil, relatando brevemente os motivos pelos quais os italianos decidiram viajar por dias em um navio em busca de novas perspectivas de vida.

Na segunda parte discute-se sobre o patrimônio imaterial como atrativo turístico e por último as possibilidades do *Filó* ser resgatado, preservado e propagado através do turismo.

Os objetivos deste trabalho foram alcançados, pois, através destas pesquisas, verificou-se que o turismo é uma ferramenta poderosa para desempenhar o papel de preservar e difundir este patrimônio imaterial, o qual faz parte da cultura de um povo que contribuiu para a construção e desenvolvimento do Brasil.

A imigração italiana no brasil: conceitos, costumes e tradições

Segundo Johnson (1997), em conformidade com estudo sociológico de padrões de migração, a vinda dos imigrantes italianos tem se focalizado em dois fatores: de expulsão e em fatores de atração, ou seja, condições sociais e de outros tipos que levam indivíduos a deixar uma área e serem atraídos por outra. Migrar em busca do sonho, da prosperidade, de alternativas ou na falta de todos eles. O migrante se lança em um novo destino, normalmente incerto. Homem e destino se constroem continuamente, reelaborando práticas, costumes, afetos e identidades.

Essa busca do sonho no Brasil teve início desde 1530 com a chegada de colonos portugueses para iniciar o plantio da cana-de-açúcar. Já no século XIX imigrantes de outros países, principalmente europeus, vieram para o Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho. Além dos portugueses, italianos, alemães, japoneses, espanhóis, suíços, chineses, coreanos, poloneses, ucranianos, franceses, libaneses, israelenses, bolivianos e paraguaios aqui chegaram buscando novas perspectivas de vida. Mas foram os italianos que vieram em grande quantidade para o Brasil, desembarcando em Vitória, Espírito Santo, no dia 21 de fevereiro de 1874, em navio Vêneto – região Norte da Itália.

Estima-se que, segundo a Embaixada da Itália no Brasil, vivem no país cerca de 26 milhões de descendentes de italianos, sendo que a grande parte concentra-se nas regiões sul e sudeste. No estado do Espírito Santo, 65% da população tem um antepassado italiano e Santa Catarina conta com 60%, somando 15% da população brasileira.

Os principais motivos da vinda dos imigrantes italianos para o Brasil foram a crise econômica da Itália, período da Revolução Industrial, oportunidades e perspectivas novas de vida e de trabalho. “Quando os italianos migraram para o Oeste catarinense, o fizeram também motivados pela possibilidade de fazer fortuna e de encontrar o verdadeiro éden – o seu *paesedi Cucagna*”. (RADIN, 2003, p. 50).

Em contrapartida, para o brasileiro, a recepção deste povo foi motivada pela necessidade de mão-de-obra qualificada em substituição da escravidão, da necessidade em colonizar terras no sul do país e de “branquear” a população, uma vez que a maioria era de raça negra.

Os imigrantes italianos e seus descendentes aqui se instalaram, contribuíram com seu trabalho, fizeram progresso, engajaram-se e contribuíram no desenvolvimento dessa terra. Famílias inteiras deixaram a terra natal em busca de novos horizontes, ter seu lote de terra e obter retorno financeiro. Consigo trouxeram seus hábitos, seus costumes, sua religiosidade, a sua formação profissional e moral. Como exemplo, estes colonizadores mantinham fortemente a “...prática solidária ligada às trocas que não se restringiam apenas aos alimentos, mas, também, à troca de dias de trabalho, principalmente por ocasião das derrubadas, dos plantios, das colheitas, da construção de casas e de galpões, entre outros.” (RADIN, 2003, p. 59).

Trouxeram também características culturais que foram incorporadas à cultura brasileira, enriquecendo-a e que estão presentes até os dias de hoje. Muitas palavras italianas foram, com o tempo, fazendo parte do vocabulário português do Brasil. No campo da culinária, esta influência foi marcante, principalmente, nas massas (macarronada, nhoque, canelone, ravióli, etc.), molhos e pizzas.

Portanto, percebe-se que, apesar dos motivos da imigração não terem sido os melhores, pois fugiram de uma situação precária na Itália e foram recebidos como substituto dos escravos, sem o cumprimento da

promessa por terras produtivas, os italianos contribuíram para o desenvolvimento deste país, com seus conhecimentos, costumes, culinária, vocabulário e alegria de viver, mesmo diante das dificuldades.

Patrimônio imaterial como atrativo turístico

Patrimônio há muito tempo relacionava-se à herança material das famílias, suas posses, dinheiro, joias, entre outros objetos concretos. Com o passar dos anos, a palavra tomou um novo sentido, o de preservação dos bens de uma nação. (RODRIGUES, apud FUNARI e PINSKY, 2002).

Estes bens podem ser materiais ou imateriais, sendo que o primeiro refere-se às obras construídas, paisagens, áreas naturais, entre outros e o segundo à memória de um povo, seus costumes, danças, cantos, seus modos de viver.

“A cultura imaterial refere-se a todos os valores, atitudes, crenças, normas e outros aspectos da cultura presentes nas mentes e nos corações de um grupo específico de pessoas. Esses elementos são importantes para fornecer a singularidade de cada cultura.” (IGNARRA, 2003, p. 183).

A Constituição Brasileira de 1988 define, em seu artigo 216, o que é o patrimônio cultural brasileiro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º- O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

O patrimônio cultural refere-se à memória de um povo. São lembranças que criam “sentimentos de pertencimento e identidade para que as futuras gerações tomem conhecimento dos acontecimentos e tenham uma definição do que as diferencia de outros grupos.” (LEITE, 2011). Sem memória, não há desenvolvimento de uma nação. É ela que impulsiona os saberes e fazeres de um povo e ajuda a construir o seu futuro, a formação da cidadania.

A identidade de um povo, até pouco tempo atrás, estava ameaçada pela modernidade, velocidade e ofertas de novidades. Na contemporaneidade, esta chuva de tecnologias e mudanças ainda é constante, porém, nota-se uma preocupação maior na valência do patrimônio, tanto natural quanto cultural da humanidade.

No Brasil, a preocupação com o patrimônio iniciou a partir de 1910, quando este passou por crises políticas e de identidade. A chegada de imigrantes, os quais utilizavam suas línguas natais, poderiam colocar em risco a identidade local. (RODRIGUES, apud FUNARI e PINSKY, 2002).

Por outro lado, esta preocupação em preservar a cultura brasileira fez com que a cultura dos imigrantes fosse prejudicada e quase fadada ao esquecimento. É necessário que se preserve uma cultura, porém, para isso é inadmissível que outra seja rejeitada. É possível que diversos grupos culturais convivam no mesmo espaço, trocando experiências, um aprendendo com o outro, porém, sem esquecer suas raízes.

(...) a cultura é agora o meio partilhado necessário, o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar e sobreviver e produzir. Para uma dada sociedade, ela tem que ser uma atmosfera na qual podem todos respirar, falar e produzir; ela tem que ser, assim, a mesma cultura (Gellner, 1983, apud HALL, 2011, p. 59).

Hall (2011) ressalta que esta ideia de unificar a cultura, proposta por Gellner está sujeita a dúvida, pois a nação é formada por diversas culturas, as quais se forçaram a unificar, devido à repressão violenta que sofreram. Essa repressão foi vivida não somente na Europa, mas também aqui no Brasil, onde os imigrantes eram obrigados a falarem a língua

portuguesa e viver os costumes e tradições impostas, sendo que os dissidentes eram severamente punidos com a prisão.

As nações são compostas por vários pequenos grupos de classes sociais distintas e diferentes etnias. Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. (HALL, 2011, p. 62)

A cultura dos imigrantes italianos foi, como de outras etnias, prejudicada com essa tentativa de preservação da cultura brasileira. Os imigrantes que falassem em sua língua original eram reprimidos e condenados à prisão. Diante disso, os costumes dos imigrantes foram sentenciados ao esquecimento. Entretanto, a partir disso, surge uma nova cultura, a miscigenação entre a cultura brasileira e a cultura italiana faz surgir o “talian”.

No oeste catarinense, onde a colonização italiana também foi intensa, constituiu-se uma população fruto do “talian”, mantendo suas tradições incorporadas à realidade brasileira. Nesta região, assim como nas demais colonizadas, os imigrantes construíram indústrias, igrejas e marcaram o desenvolvimento local.

Por tratar-se de um povo que trouxe o progresso para o sul do Brasil, a sua cultura merece ser resgatada, preservada e disseminada, pois é com a memória deste povo, juntamente com o brasileiro e outros imigrantes, que se construiu o passado, o presente e continuará com o futuro do país.

O patrimônio natural, passado e futuro de uma localidade transformam-se em uma identidade única. (IGNARRA, 2003). É preciso considerar todos os aspectos culturais dos nativos de uma região, bem como dos colonizadores que ajudaram no avanço e desenvolvimento dela.

Para tanto, a atividade turística surge como uma alternativa para a preservação e divulgação desta identidade. O turismo é visto como um estímulo importante para a preservação cultural de um povo. Através dele, geram-se receitas que poderão (e deverão) ser revertidas para a manutenção deste patrimônio, seja ele material ou imaterial. (DIAS, 2011, p. 124)

O turismo também provoca um sentimento de pertencimento. O fato de estarem sendo vistos e admirados por pessoas de diversas outras culturas faz com que desenvolvam um orgulho ainda maior e a vontade de preservar e disseminar cresce cada vez mais. O incentivo é a alavanca para a preservação e motivação dos povos em mostrar e guardar suas tradições.

Beni ressalta que o turismo é “o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão mundial”. (BENI, 1998, p. 92).

O mesmo autor sugere que a mídia globalizada, como por exemplo, os programas de auditório da TV, fizeram com que fossem quase extintos dialetos dos imigrantes que aqui no país fixaram suas residências. Quase extintos, pois ainda encontram-se minorias que os falam, como os idosos, estudiosos e pequenos núcleos populacionais. “...morto o instrumento principal de comunicação, morta está a cultura que o utilizou e o representou”. (BENI, 1998, p. 96).

Além da mídia, que de certa forma “padronizou” a fala dos brasileiros, outro fator contribuiu para transformar as nações em híbridas culturais. “Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. (HALL, 2011, p. 75).

A globalização aproxima as nações, mas ao mesmo tempo, existem os países dominantes, os quais exercem o papel de influenciar outros, impondo seus costumes, favorecendo, como citado por Hall, o chamado “supermercado cultural”.

Diante disso, é visível a importância do turismo para a preservação da riqueza cultural, que é o patrimônio imaterial, a memória de um povo. “Memória é a evocação do passado, a sua atualização, conservando na lembrança o que se foi” (CHAUÍ, 1996 apud ADAMS, 2002, pg. 17).

É preciso mais que guardar na lembrança, é primordial que sejam propagadas e tornem-se referência para acontecimentos presentes, marquem as gerações e sejam materializadas, tanto em escritas, objetos, construções, como em manifestações populares, como as festas tradicionais e outros eventos.

Portanto, “hoje, em todo o mundo, cresce a importância do Turismo cultural como fator ponderável de desenvolvimento sustentável local e regional...” (BENI, 1998, p. 96).

O Filò no oeste de Santa Catarina: preservação e disseminação através do turismo

O Brasil possui uma vasta variedade cultural, cada região, estado, município, expressa suas raízes de uma forma diferente. As diferenças devem simplesmente existir e serem respeitadas, pois cada povo sabe das suas crenças, sua arte, moral e costumes, isso ninguém pode mudar. Com o tempo pode sofrer alterações, com a influência de outros, mas nunca deve ser esquecida.

A perda das raízes culturais de nosso povo gera discussões para traçar estratégias de preservação da mesma.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. (HALL, 2011, p. 7).

O turismo, através de seus teóricos e suas atividades, é um segmento que discute amplamente a preservação da identidade cultural. Ele possui um papel fundamental na conservação do patrimônio imaterial de uma nação, apesar de também contribuir para alguns pontos negativos. É claro que aspectos negativos existem, mas, mesmo que seja pelo fator “dinheiro”, o turismo preserva e cria meios de preservação da cultura.

O intercâmbio, o conhecimento de outros povos, outras culturas é de grande importância para o desenvolvimento humano, seu crescimento pessoal e profissional. Cada povo tem suas raízes, seus costumes e um tem curiosidades sobre os outros, instigando a vontade de conhecer, de buscar, de trocar informações.

Tudo muda com o passar do tempo, mas as pessoas ainda se lembram dos tempos remotos, através de fragmentos remanescentes, resgatando a memória de seus antepassados. Muitas comunidades são criadas em torno de lembranças dos seus ascendentes, as quais procuram

manter sua história. A participação da comunidade é fundamental nesse processo. Ela deve ser conscientizada e trabalhar junto para a preservação cultural.

Na questão do turismo, esses patrimônios não devem somente ser vistos como um recurso financeiro, mas também como um resgate dos costumes e da cultura de nossos antepassados. Um exemplo desse patrimônio imaterial, que merece ser preservado e disseminado é o *Filò*, costume dos colonizadores italianos que fizeram história no Brasil.

Sem pretensões em adentrar em semântica da palavra, Zigarelli (2002), define *Filò* como um forte legado afetivo e de interesse, que há amor, disposição, simpatia, tendência, afinidade. Daquela situação miserável na Itália, ao adquirir melhores condições de vida no Brasil, transformaram o *Filó* em festa, sem perder, no entanto, sua originalidade. Reunião de famílias, assim pode ser definido *Filó*.

A convivência harmoniosa e a união das famílias e da comunidade a qual pertenciam eram vistas como valores para os italianos. A arte de conviver e partilhar, a ajuda mútua são qualidades morais pertencentes a eles, como pode-se perceber na afirmação de RADIN:

“A família e a comunidade desempenham um papel bastante significativo no meio rural, tanto no aspecto da convivência afetiva como no repasse dos conhecimentos práticos e teóricos da arte de viver, conviver e sobreviver. A família e a comunidade constituíam-se em valores, guiados por várias representações coletivas, segundo as quais, algumas situações eram logo classificadas pelos membros do grupo.” (RADIN, 2003, p. 73)

Nas colônias de origem italiana reunir-se em famílias próximas após o jantar é uma tradição de gerações. O que diferencia e separa entre sua origem na Itália aos dias de hoje no Brasil são as condições de vida. Em um período de extrema dificuldade e pobreza por que passava a Itália, as famílias de colonos eram obrigadas a aquecerem-se junto às vacas no estábulo nas longas e gélidas noites de inverno. Nessas condições e no silêncio, sempre havia quem o quebrava através de contos e histórias. *Raccontoriali, legende e fiabedigenerassion a generassion*. De geração a geração histórias orais eram repassadas. Não havia muito que fazer, além de trabalhos manuais. As crianças brincavam e os jovens procuravam

sentimentos de aventura de amor através de contos. Era um lugar de socialização em comum.

Mesmo diante das dificuldades dos primeiros anos no Brasil, esses imigrantes mantiveram o costume de reunir-se em família. Eram ocasiões em lembranças em que aproveitavam para escrever e ler correspondência aos familiares que ficaram na Itália. Eram momentos em que tristeza, saudade e lágrimas afloravam.

No entanto, esse difícil período, permeado com trabalho e muita fé, conseguiram conforto e melhores condições de vida. Sem perder sua origem do encontro familiar, regado de pinhão, batata doce, amendoim, pipoca, *fregolá*, dentre outras iguarias e claro, o bom vinho. Nesses encontros contavam os mais diversos causos e anedotas.

Atualmente o *Filò* incorpora festa com muita alegria, música e culinária típica. Em especial nas noites frias de inverno no sul do Brasil, além dos tradicionais encontros de família, com menos frequência, bom que se diga, as festas públicas tomam conta do cenário das tradições italianas.

Na região sul do Brasil, a festa do *Filò* é uma realidade, em especial no meio oeste de Santa Catarina. Independente de peculiaridades de cada localidade, as festas representam a tradição da união familiar através de mesa farta, muita música e alegria. Dentre as comidas típicas podem ser citados o *brodo*, *carne lessa*, (carne cozida) *polenta brustolada*, (polenta na chapa) *gròstoli*, (grostoli) *pan*, (pão) *formàio*, (queijo) *cuche*, (cuca) *fregolà*, (espécie de cuca com farofa doce por cima) dentre outras.

Dois exemplos de eventos de preservação da memória e que podem ser disseminados através do turismo, no oeste de Santa Catarina: o *Filò* de Ipumirim (SC) e o *Filò* de Caçador (SC) que já são eventos tradicionais. Em Caçador foi instituído o Dia do *Filò* por Lei municipal de número 2.931 de 6 de agosto de 2012, juntamente ao Dia da *Bòcia* e do *Quatrilho*, inclusos no Calendário Oficial de Eventos. Seus históricos estão transcritos em língua Talian com registro no Cartório de Ofício de Registro Civil, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Caçador (SC). “A essencialidade da memória reside no fato de que é por ela que se dá a

relação com a variável temporal, fundamental para o desenvolvimento e a continuidade de nossa existência” (ADAMS, 2002, p. 17).

Metodologia e resultados

O propósito de uma pesquisa é encontrar respostas para indagações a respeito de um tema proposto. Mais que isso, é fundamentar essas respostas com base na bibliografia disponibilizada e/ou também outros métodos, como as entrevistas e questionários.

Quanto aos objetivos, o presente artigo apresenta um estudo exploratório, pois, segundo Gil (2008), proporcionam “maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições”.

O artigo contextualiza a história dos imigrantes italianos no Brasil, relata suas tradições, em especial o Filò, destacando que esta cultura está se perdendo com o tempo e a evolução moderna, portanto, familiariza-se com o problema e constrói hipóteses de seu resgate e disseminação através do turismo.

Segundo Gil (2008), muitas das pesquisas exploratórias classificam-se como bibliográficas, segundo seu procedimento técnico utilizado. É o caso deste estudo, o qual se utilizou de pesquisas em livros de leitura e de referência, artigos científicos e outros documentos do arquivo da Federação das entidades ítalo-brasileiras do meio oeste e Planalto catarinense.

Após o levantamento e seleção de bibliografias de autores renomados, as informações foram analisadas e o artigo desenvolvido, utilizando-se desta metodologia desde a definição do problema até a conclusão do trabalho.

Como resultado, afirma-se que o Turismo constitui em uma ferramenta poderosa para desempenhar o papel de preservar e difundir este patrimônio imaterial, o qual faz parte da cultura de um povo que contribuiu para a construção e desenvolvimento do Brasil.

Considerações finais

Os italianos e seus descendentes, apesar das inúmeras tribulações enfrentadas, contribuíram no desenvolvimento de terras brasileiras do meio oeste Catarinense. Igualmente, as culturas que os acompanharam sofreram transformações com a incorporação da cultura brasileira aqui encontrada.

No entanto, essa cultura está fadada ao esquecimento, visto que está presente em pequenos grupos e carece de ferramentas que alavanquem sua preservação e divulgação. Para isso, necessita de políticas públicas para sua salvaguarda e ser mostrada por meio da efetivação do turismo cultural na região em que essas tradições ainda estão presentes.

O resgate, preservação e disseminação da cultura imaterial, em especial do *Filò*, festa em que os imigrantes italianos ainda realizam e que representa a tradição da união familiar, necessita ser compartilhada.

Neste sentido, o turismo cultural aparece como uma alternativa para manter viva esta memória, que deve perpassar de geração em geração e, mais que isso, ser objeto de estudo e curiosidade de conhecimento de outros povos e outras culturas.

Portanto, através das pesquisas realizadas, acredita-se que, através do turismo, haverá o reconhecimento do *Filò* como patrimônio imaterial e, a partir da realização desta festa nos municípios do meio oeste catarinense, será possível desenvolver a atividade turística cultural nesta região, trazendo, além deste resgate histórico, benefícios sociais e econômicos para os envolvidos no processo, desenvolvendo ainda mais a região.

Essa pesquisa poderá contribuir para que a comunidade e poder público possam conscientizar-se da importância e da necessidade de se preservar o patrimônio cultural e ainda, promover a iniciativa de novas pesquisas.

Diante disso, reflete-se que o turismo torna-se uma ferramenta concreta para a preservação do *Filò*, porém, destaca-se que, apesar de constatada essa afirmação, não foi pretensão esgotar o assunto, mesmo porque há muito ainda a pesquisar, principalmente firmado em estudos de

caso e entrevistas diretamente nos eventos que serão realizados, para que haja uma maior exposição de argumentos.

Referências

ADAMS, Betina. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAÇADOR (SC), *Lei número 2.931 de 16 de agosto de 2012*. Nova redação a Lei número 2662, de 20 de novembro de 2009.

DIAS, Reinaldo. *Introdução ao Turismo*. 1ª. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

FEIBEMO – Federação de Entidades Ítalo – Brasileiras do Meio Oeste e Planalto Catarinense.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, STUART. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11.ed.. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. 2ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*; tradução, Ruy Junmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEITE, Edson. *Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil*. São Paulo: Intercom, 2011.

RADIN, José Carlos, etalli. *Facetas da Colonização Italiana*; planalto e Oeste Catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003.

ZIGARELLI, Nicola. *Lo Zingarelli: vocabolario della lingua italiana*. Zingarelli, 2002.

O MONUMENTO AO SESQUICENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO: UM OLHAR SOBRE AS COMEMORAÇÕES

Ananda Stumm*

Resumo: O presente projeto de pesquisa propõe o estudo dos monumentos dedicados aos principais grupos de imigrantes que vieram entre os séculos XVIII e XX para o Sul do Brasil. Olharemos os monumentos não apenas como bens materiais edificados, mas enquanto representações, o que nos permitirá trabalhar também com a sua simbologia, partindo do pressuposto de que no processo de imigração, a construção de um monumento é uma forma de homenagem ou agradecimento ao grupo que recebe tal honraria. Para este recorte estudaremos em especial, o monumento do sesquicentenário da imigração alemã de São Leopoldo, fazendo um olhar a partir dos desdobramentos iniciais das comemorações dos 150 anos de imigração alemã até a efetiva concretização do monumento como último ato das comemorações. Sem deixar de lado o escopo maior da pesquisa, estudaremos as características do projeto e do referido monumento, sua construção e os discursos produzidos em torno dele. Usaremos neste estudo as ferramentas metodológicas da história cultural perpassando os temas da imigração, representação, memória e patrimônio, tendo como pano de fundo a cidade.

Introdução

Primeiramente buscando uma familiarização maior com nosso tema de pesquisa, procuramos o significado do que é monumento. Em Le Goff¹ encontramos sua origem como sendo aquilo que pode evocar o passado, com a função de recordação. Para Riegl, “no senso mais antigo e

* Bolsista UNIBIC/UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

¹ LE GOFF, Jaques. História e Memória. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990, p. 535.

verdadeiramente original do termo”, (1984, p.35) monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito de conservar para sempre presente e viva nas gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Monumento, portanto, pode ser uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura, quanto um conjunto de documentos com a função de rememorar o passado.

Queremos assim, olhar os monumentos muito mais que bens materiais edificados, mas como uma forma de preservação, imbuído de uma função comemorativa. Acerca disso, Kersten (2000, p. 35) nos lembra que os monumentos têm a “capacidade de se reportar a fatos que realmente aconteceram, transformando-os em marcos que se impõem ao presente. Estes marcos, pinçados no tempo e no espaço, instauram uma temporalidade que organiza a história tal como contada”. Há que se mencionar, que o monumento tem como característica o “poder da perpetuação” (Le Goff, p. 536), pois enquanto legado para a memória coletiva, resulta do interesse que um grupo tem em guardar para o futuro uma determinada imagem sua. Nesse sentido, entende-se que o monumento será sempre histórico, uma vez que serve de suporte de informação sobre o período e a sociedade que o produziu.

Dessa forma, trazendo ao escopo principal de nossa pesquisa entendemos que dentro do processo de imigração a construção de monumentos serve como uma forma de homenagear determinados grupos de imigrantes, sendo dado na maioria das vezes em datas simbólicas. Essas datas nos sinalizam comemorações, que servem como parte do processo de construção de uma memória, Seyferth (2010, p.103) observa que essas comemorações significam apreender valores e símbolos atualizados pela memória em momentos de transbordamento, e utilizados para compor identidades. Assim, constatamos que nesse processo, o monumento serve como um fio condutor de memória, além de referência no espaço e no tempo, como diz Freire (1997:55) citando Nora (1997), os monumentos são também “lugares de memória”.

A comemoração do Sesquicentenário da imigração alemã em São Leopoldo

Analisando nossas fontes de estudo, nota-se que a comemoração do sesquicentenário foi um ato grandioso para a cidade de São Leopoldo,

uma vez que contou com a participação de convidados ilustres como o presidente Ernesto Geisel e personalidades importantes da Alemanha. Tal a “grandiosidade das comemorações, sua repercussão na mídia, a presença de convidados ilustres, a industrialização da cidade, fizeram de forma que marcaria a história política e social não só da cidade de São Leopoldo, mas do Rio Grande do Sul em geral”. (Roehe, 2005, p. 37).

No dia do festejo foi oferecido um almoço na Sociedade Orpheu, em homenagem às autoridades presentes, como o ministro alemão da cultura Bernhard Vogel, representante oficial da República Federal da Alemanha, o embaixador alemão, Sr. Horst Rödning, o deputado federal e representante do Parlamento Alemão, Sr. Franz Josef Strauss, o cônsul alemão Werner vonBeyne, o ex-cônsul alemão Cristian Zinsser, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Euclides Triches, o secretário da Casa Civil, Sr. Victor Faccioni, o Presidente da Comissão Executiva do Sesquicentenário, Sr. Rodolpho Englert, o Presidente do Brasil e sua família, entre outros.

Na documentação também encontramos diversas reportagens noticiando a participação da população na efeméride, como o espetáculo de encenação com vários atores e figurantes, sobre a chegada em 1824, dos trinta e oito primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo.

Diante da grandiosidade do evento, nos é possível afirmar que São Leopoldo ao mesmo tempo em que viveu tal festividade também foi protagonista de um impulso industrial, crescendo economicamente e estreitando seus laços com a Alemanha. Exemplo disso podemos notar em uma entrevista concedida pelo prefeito da época, Henrique da Costa Prieto², que encontramos na dissertação de mestrado de Rohrer (2005):

Os festejos do Sesquicentenário oportunizaram a aproximação econômica do Brasil com a Alemanha. Em um primeiro momento foram enviados da Alemanha apenas cinquenta mil marcos para iniciar a parceria, mas claro que a presença do Presidente Geisel

² Prefeito da cidade de São Leopoldo entre os anos de 1973 até 1977. Entrevista efetuada na manhã do dia 6 de novembro de 2003 às 8:00 horas na sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo, à Nara Simone Roehe.

como líder da República e sua descendência germânica contribuíram para isso. Acredito que a ascendência dele (Geisel) tenha sido responsável pela aproximação do governo brasileiro com o alemão. O desenvolvimento econômico verificado nas regiões de imigração alemã como São Leopoldo, por exemplo, não ocorreram em outras regiões do país e isso foi Geisel quem fez.

Sobre a citação acima ressalta-se ainda, a figura de Ernesto Geisel, presidente da época e descendente de imigrantes alemães. Com o anseio de Geisel pela instalação de empresas como a Stihl e Gedore, acredita-se que isso também foi um fator de suma importância para o desenvolvimento de São Leopoldo, pode-se dizer que 1974 foi um ano de apogeu industrial. Somando ao mesmo assunto, citamos ainda a resposta de Senhor Germano Möehlecke, que diz:

A festa do Sesquicentenário foi o grande boom para a industrialização da cidade de São Leopoldo, inclusive das relações com a Alemanha. As comemorações serviram como propaganda na Alemanha. Naquela época ele não estava todo pronto ainda (o dique), eu sei que os alemães trabalhavam. Era uma obra muito cara, muito importante e que demorou muito tempo. Inclusive a gente se surpreende quando vê na televisão as enchentes deles. Aqui, a água ia até a cintura e as fábricas na beira do rio sofriam com isso. A ajuda deles, a principal, a básica, o dinheiro grosso veio da Alemanha. O governo do Estado do Rio Grande do Sul colaborou, o governo municipal, o governo federal do Brasil também, mas, para a Alemanha ficou a maior parte, um banco alemão que não recordo o nome financiou a obra. Como vinha muito dinheiro da Alemanha, o pessoal daqui começou a tomar vergonha na cara e colaborar também, aí a coisa se realizava. (Roehe, 2005, p. 51)

Na citação, o entrevistado fala sobre a construção do dique e o apoio financeiro vindo da Alemanha, ressaltando a relação entre as duas nações.

Quanto às empresas alemãs instaladas na cidade de São Leopoldo atribuídas ao governo Geisel, Roehe (2005, p. 52) observa também: “verificou-se que, em especial a Andreas Stihl Moto-SerrasLtda, inaugurou sua filial na cidade no mês de janeiro de 1973, portanto o Presidente ainda era Médici e não Geisel”, deixando claro que não houve

interesses e maiores benefícios em 1974, ano em que Geisel assumiu a presidência.

Figura 5: Réplica da chegada dos imigrantes. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 28/02/1974, Folha da semana)



Figura 2: Notícia referenciando o “Chão da Indústria”. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, 09/06/1974)

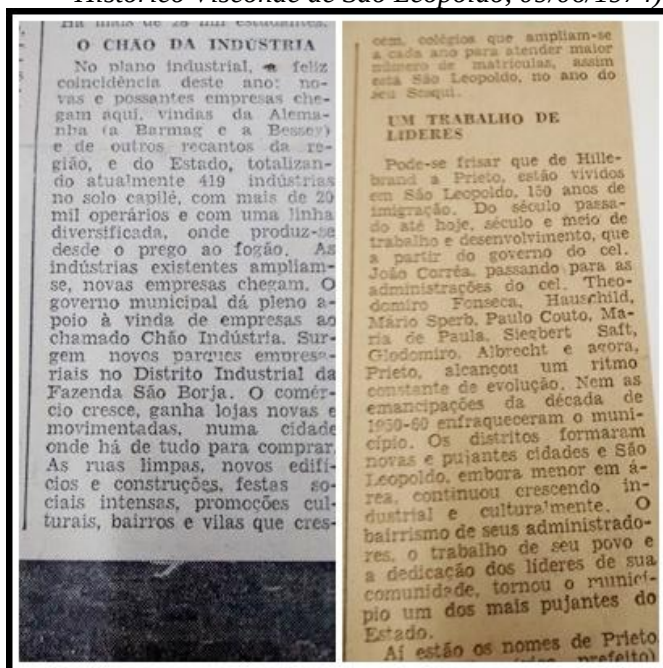
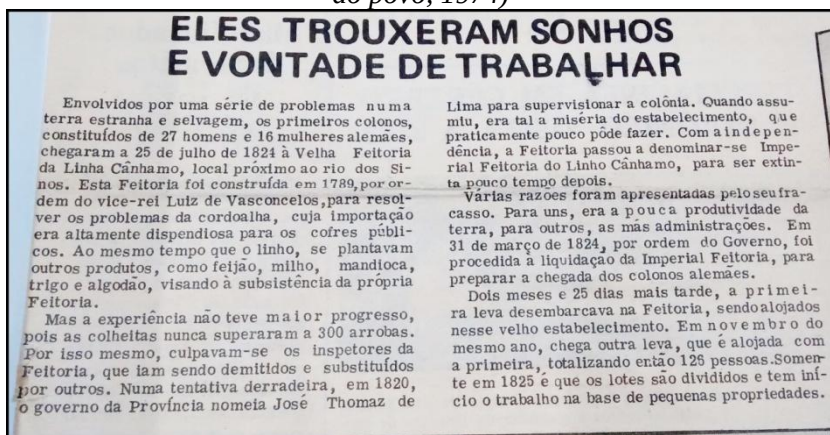


Figura 3: (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, *Jornal Correio do povo*, 1974)



A criação do Monumento

Um dos marcos mais importantes da comemoração do sesquicentenário da imigração foi sem dúvida a criação e inauguração do monumento. O projeto de criação do Monumento ao Sesquicentenário da Imigração foi instituído pelo Decreto 22.410 de 22 de abril de 1973, que instituía o Biênio da Colonização e Imigração “com o fim de celebrar nos anos de 1974 e 1975 os feitos dos pioneiros, o sesquicentenário da imigração alemã, o centenário da imigração italiana e a contribuição das demais correntes imigratórias que se fixaram no Rio Grande do Sul”.

Primeiramente, foi promovido pela comissão executiva do sesquicentenário um concurso para a escolha do projeto, sendo julgado por uma comissão específica composta pelo arquiteto Milton Mattos, representando o Biênio da Colonização e Imigração; o arquiteto Carlos Fayet, do Instituto dos Arquitetos do Brasil; engenheiro Florêncio Ávila da Luz, da prefeitura de São Leopoldo; o professor Telmo Lauro Muller, presidente da subcomissão de assuntos Históricos e Culturais do sesquicentenário; e professor Luiz Carlos Pinto Maciel, do instituto de artes da UFRGS. Analisando os projetos apresentados, a comissão julgadora decidiu não escolher nenhum dos projetos, pois acreditava que não estavam de acordo com os requisitos, dessa forma reabriram o concurso para novos projetos.

Novamente a comissão se reuniu e analisando minuciosamente cada trabalho decidiu conferir o primeiro prêmio ao projeto de pseudônimo “Gilt” de Luiz Carlos Pereira Chavier, consistindo como prêmio a medalha de ouro e assinatura do contrato com a Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã para a execução do projeto, custeado no valor de Cr\$ 250.000.00, erigido na Praça 20 de Setembro. Em segundo lugar, foi escolhido o projeto de Rubens Galant Costa, premiado com quinze mil cruzeiros, e em terceiro lugar escolheu-se o projeto de Fidelis Fortunato Caselli, com dez mil cruzeiros.

Sobre a parte plástica do monumento, há que se destacar que possui 14 metros de altura, concedido em formas geométricas definidas, buscando atingir uma mesma unidade de composição para os observadores que se coloquem em qualquer ângulo visual. O autor do projeto utilizou-se de elementos circulares em alturas e diâmetros diferentes. Em seu conjunto, o monumento utiliza-se de três componentes: no chão foram concebidos planos circulares em desnível, sob a forma de degraus, o segundo elemento – o painel – é uma escultura metálica, em forma de um arco, em relação ao círculo maior, que simboliza o trabalho imigrante. O terceiro componente vertical, formado pelos elementos circulares, transmite como um todo a integração do imigrante alemão em nosso meio. A ideia central do monumento é a de ressaltar não apenas a presença imigrante em nosso meio, mas destacar sua participação na sociedade rio-grandense.

Figura 4: Mapa de localização do monumento na cidade de São Leopoldo. (IMAGEM ADAPTADA)



O Monumento e sua inauguração

Para a melhor compreensão do fenômeno estudado, analisaremos como se deu a cerimônia de inauguração do Monumento a partir de uma reportagem do jornal *Correio do Povo*, nela encontramos os passos de como se passou tal comemoração e sua grandiosidade.

A cerimônia foi presidida pelo governador Euclides Triches, recepcionado pelo prefeito de São Leopoldo, Henrique Prietto; pelo presidente da comissão do Sesquicentenário; pelo cônsul da Alemanha e pelos prefeitos de Novo Hamburgo e Canoas. Deu-se início a cerimônia com a execução da banda do 19º Batalhão de Infantaria Motorizada de São Leopoldo, com os hinos nacionais da Alemanha e do Brasil, ao lado estudantes aportaram bandeiras dos dois países, lado a lado.

Há que se mencionar diante da importância dada ao jornal, o discurso de Euclides Triches que em certa medida nos simbolizam sinais de suma importância para o estudo:

Os monumentos servem para testemunhar o desejo humano de vencer o tempo. As grandes vitórias; as obras em benefício da comunidade, os seres humanos que se destacaram pela grandeza do espírito e pelo talento criativo merecem receber essa tentativa de perenidade, através de marcas que possam contar para a posteridade o valor de suas contribuições. Os imigrantes alemães que há cento e cinquenta anos aqui vieram para dar continuidade à formação do Rio Grande do Sul, receberam nesta cerimônia, mais uma prova da admiração e do carinho do povo gaúcho [...] O Rio Grande do Sul está unido nesta cerimônia. Neste local se levanta mais um testemunho de apreço e respeito pelo trabalho do imigrante alemão. Nunca será demasiado repetir as palavras do governador Borges de Medeiros, que em 1924 afirmava – “Na evolução e grandeza do povo rio-grandense, a colonização germânica tem sido fator épico, econômico e social do mais importantes”. O correr do tempo só tem confirmado esse valor. Os homens se revelam através das suas obras. Os imigrantes alemães que escolheram as terras do Rio Grande do Sul para realizar uma nova saga – souberam – na riqueza que criaram, nos benefícios de ordem cultural que trouxeram – forjar o mais expressivo e grandioso monumento ao próprio valor e trabalho. Hoje, neste local, inaugura-se este outro monumento, onde se procura, mais uma vez testemunhar a gratidão e o apreço do governo e do povo do Rio Grande do Sul pelos pioneiros da imigração alemã. (Correio do povo, São Leopoldo 22/12/1974).

Nossas fontes chamam atenção primeiramente pela quantidade dos convidados envolvidos na cerimônia: a banda, as bandeiras brasileira e alemã, os representantes das autoridades municipais, estaduais e federais, visitantes de honra e público em geral numa perfeita organização que alude à importância desta inauguração. Além destes, ainda se faz presente, a imprensa e uma grande multidão que visava prestigiar o evento. Além das autoridades, grande parte do cortejo foi composto por integrantes de origem teuta.

Conforme observamos no relato do Jornal, através da inauguração do monumento podemos verificar como se deu a demarcação do grupo étnico dos imigrantes alemães e seus descendentes: este passado

é ao mesmo tempo recriado e construído, sendo formador de um imaginário a respeito da história local que “faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição de realidade” (Pesavento, 1995 apud Weber, 2004, p. 47).

A festa de comemoração além de exaltar o vínculo étnico (Weber, 2004, p. 59), tem a atribuição de tornar o momento de sua inauguração ainda mais significativo, exercendo, portanto uma função simbólica de evocação do passado.

Figura 5: Planta original do monumento. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo)

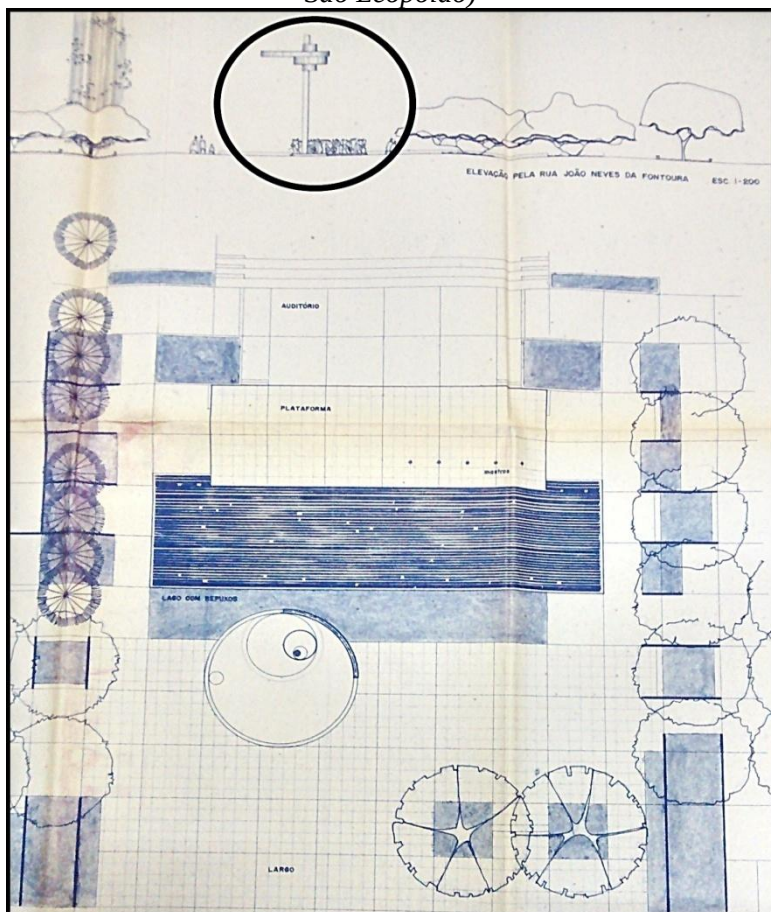


Figura 6: Monumento sesquicentenário da imigração alemã de São Leopoldo



Considerações finais

A partir do contato com as fontes de pesquisa e conforme discurremos até aqui, há que se afirmar que a comemoração do sesquicentenário não foi somente um acontecimento extremamente grandioso na cidade de São Leopoldo no ano de 1974, mas em todo o Rio Grande do Sul. Implicaram diversas questões sociais, étnicas, políticas e econômicas, no sentido que marcou nossa sociedade como um todo, seja na mobilização da comunidade para participar dos bailes, venda de selos para a festa, organização de chás, entre outros. Verificou-se também, que com os festejos do Sesquicentenário houve ainda um reconhecimento

internacional da indústria leopoldense que era exposto nas feiras das comemorações, como a SESQUIBRAL³.

Há que se mencionar também, sobre a figura do imigrante, que de certa forma foi enaltecida a partir da repercussão que tiveram nas propagandas dos festejos, como símbolo de empreendedorismo e dinamismo. A figura de Geisel também se fez presente nesse aspecto, “como um representante de alemães proporcionou um importante fortalecimento para a firmação da imagem do imigrante”. (Roehe, 2005, p. 118). Ou seja, essa ideia de colono que se fazia presente até então, passou por uma transição no ano de 1974, simbolizando o empreendedorismo.

Para concluir, a entrega do monumento na Praça 20 de Setembro foi o último acontecimento que marcou a comemoração do sesquicentenário. Assim, através da análise dos discursos proferidos neste ato constatou-se que, embora ligados às questões da memória, os monumentos são entendidos também como uma forma de reconhecimento a esses imigrantes. O monumento é visto neste caso, ainda, como um bem dotado de sentido político ao ter sua mensagem simbólica associada a temas como poder e identidade e representar iniciativas governamentais.

Referências

CANAU, Joël. *Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar.2010.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Ed. UNESP, 2001.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume, 1997.

³ Feira do Sesquicentenário da imigração alemã, destinada a apresentar a evolução das atividades desenvolvidas no Sul do Brasil pelos imigrantes alemães e seus descendentes.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História. Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo Obras e Iniciativas Públicas*. São Leopoldo, RS, 1998.

MULLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. S.L.: s.n., 1979.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória*. Tradução de Yara AunKhoury. Revista Projeto História, São Paulo, dez. 1993.

ROEHE, Nara Simone. *O Sesquicentenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, no ano de 1974, como Corolário das Relações Econômicas entre Brasil e Alemanha*. Porto Alegre: PUC, 2005.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

Jornais consultados

Correio do povo, 22 de dezembro de 1974. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Correio do povo, 27 de julho de 1974. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo). *Correio do povo*, 30 de julho de 1974. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

Jornal do Comércio, 29 de julho de 1974. (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUA MEMÓRIA NO ALTO TAQUARI (RS)

Bibiana Werle*

Resumo: O trabalho apresentado está relacionado aos estudos sobre a memória da Campanha de Nacionalização que ocorreu sob o primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil. A partir desta pesquisa, que foi realizada na região do Alto Taquari, no Rio Grande do Sul, desenvolve-se uma reflexão sobre os recentes roteiros turísticos criados na região com intuito de enaltecer a identidade étnica alemã. Através de fontes como entrevistas realizadas sob a metodologia da história oral, jornais, fonogramas e demais documentos relacionados ao poder público local, verificou-se a perseguição e repressão pela qual os imigrantes alemães e seus descendentes sofreram em função de não se adequarem à versão identitária nacional forjada durante o Estado Novo. Esta pesquisa, que também desvela a memória atual sobre este processo, permitiu a reflexão e problematização sobre como a mesma é – ou não – apropriada pelos roteiros turísticos criados na região com a finalidade de explorar a identidade étnica alemã presente no local. A pesquisa é uma reflexão tributária da dissertação de mestrado “A Campanha de Nacionalização e sua memória no Alto Taquari (RS)”, defendida em janeiro de 2014, na UFRGS.

Palavras-chave: Memória, patrimônio, identidade étnica.

Introdução

A reflexão realizada neste trabalho é tributária das conclusões obtidas a partir da minha dissertação de mestrado, que tratou o tema da

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professora colaboradora do Departamento de História da UDESC. O trabalho apresentado é resultante da reflexão realizada durante a conclusão de minha dissertação de mestrado defendida no início de 2014, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Campanha de Nacionalização (1937-1945)¹ varguista e sua memória² em uma específica região marcada pela imigração alemã no Rio Grande do Sul, o Alto Taquari³. Tendo como uma das conclusões de pesquisa o fato de que existe um silenciamento sobre a memória⁴ da Campanha de Nacionalização, passei a observar também que há um conflito entre as memórias narradas neste processo, consideradas aqui como memórias

¹ Elaborada durante o período ditatorial do primeiro governo Vargas (o Estado Novo, de 1937-1945), a Campanha de Nacionalização – comprometida com a ideia de formação da identidade nacional brasileira – promovia o enaltecimento de símbolos nacionais através dos meios de comunicação, de cartilhas escolares e de produções culturais de maneira autoritária. Ao observar textos propagandísticos do Estado Novo, Maria Helena Capelato (1998) afirma que os mesmos acentuavam os perigos que os imigrantes estrangeiros representavam para o Brasil naquele momento. Em contraposição ao período político anterior, a Primeira República, que se caracterizava pelo federalismo, o governo do presidente Getúlio Vargas inseria o Brasil numa nova conjuntura marcada pelo centralismo político, considerado fundamental para a modernização do país.

² De acordo do Pollak (1992), a memória, além de ser um fenômeno construído coletivamente, é submetido a flutuações e transformações. A memória seria, assim, projeção ou identificação com determinado passado. Segundo o autor, a memória ainda é seletiva; herdada, em parte, não se referindo apenas à vida física da pessoa; sofre flutuações de acordo com o momento; é um fenômeno construído a partir de mecanismos conscientes e inconscientes; e possui uma relação estreita com o sentimento de identidade.

³ O Alto Taquari é uma sub-região do Vale do Taquari, que localiza-se no centro-leste do estado do Rio Grande do Sul e passou a integrar o processo colonizatório de imigrantes alemães por via das colônias particulares que se estabeleceram na região a partir de 1853, de acordo com Ahlert; Gedoz (2001, p. 50-51). Durante o Estado Novo, o Alto Taquari abarcava os municípios de Estrela, Lajeado e Arroio do Meio. O Vale do Taquari engloba atualmente trinta e seis municípios do estado gaúcho.

⁴ Como também constataram Marlene de Fáveri (2005) e Regina Weber (2008), o Estado Novo, bem como o período que o precedeu foram marcados por um silenciamento sobre a repressão aos imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses em detrimento de uma memória oficial elaborada a fim de enaltecer a figura de Getúlio Vargas. A construção da imagem de “Pai dos Pobres” e de “Chefe da Nação” sobressaiu-se a uma representação negativa do presidente e da ditadura estadonovista.

subterrâneas (POLLAK, 1989), e os “lugares de memória” (NORA, 1993) existentes na região para representar a história, a memória e a identidade dos grupos étnicos⁵ teuto-brasileiros no tempo presente.

Memórias da Campanha de Nacionalização

As mudanças que estiveram em curso no Brasil nos anos 1920 e 1930, como “(...) a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não duráveis, o crescimento de cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café e a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias”, de acordo com Oliven (1992, p.39), fizeram com que, juntamente à formação de um aparelho de Estado mais centralizado, o poder político se deslocasse do âmbito regional para o nacional. Em 1937, o confronto entre identidade nacional e identidade étnica⁶ se tornou inevitável em razão da intolerância imposta durante o regime do Estado Novo que, entre outros fatores, buscou consolidar o projeto varguista de criação de uma versão da identidade nacional brasileira – traduzindo-se na Campanha de Nacionalização. De acordo com Seyferth (2000, p. 92):

⁵ A definição de grupo étnico é compreendida neste artigo segundo a concepção de Max Weber (1994, p. 270), segundo o qual “grupos ‘étnicos’ são aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.

⁶ No que se refere às identidades nacionais, parto da definição de Benedict Anderson (2008) para o conceito de nação que, segundo o autor, é concebida como uma comunidade política imaginada limitada e soberana. Apesar de se assemelharem às identidades nacionais em vários aspectos, como no de considerarem uma ancestralidade em comum, as identidades étnicas não são construídas a partir do princípio de “soberania” como as nacionais e, neste sentido, a limitação de um território também não se estabelece necessariamente em relação a fronteiras geográficas. É especialmente nesta questão que se considera a identidade dos descendentes de alemães no Brasil como uma identidade étnica e não nacional.

(...) foi em nome de uma futura homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram uma campanha (de ‘nacionalização’) para impor o ‘abrasileiramento’, usando, inclusive, efetivos militares.

Durante a Campanha de Nacionalização, as políticas nacionalistas do governo Vargas tiveram especial atenção aos três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que se justificava pelo grande número de imigrantes alemães e seus descendentes (principal foco da campanha, que também perseguiu italianos e japoneses) que habitavam este espaço. Ao estudar este processo na região do Alto Taquari a partir de fontes como termos de inspeção, salvo-condutos, correspondências, fonogramas, jornais, entre outros documentos, pude verificar a maneira repressiva e autoritária como se davam as ações nacionalizantes sobre a população local (WERLE, 2014). A partir destes dados, em conjunto com a análise da memória recente sobre este período, realizada através de entrevistas sob a metodologia da história oral, no entanto, fui instigada a refletir sobre o quão presente, ou ausente, se encontra este processo nos “lugares de memória” constituídos para identificar o grupo étnico teuto-brasileiro na região. Entre as conclusões de minha pesquisa, não apenas constatei o uso da violência física e simbólica pelos agentes do governo em situações como a perseguição e proibição daqueles que falavam o idioma alemão, a readequação de escolas étnicas e o fechamento de associações culturais e religiosas, por exemplo, como também observei a dificuldade com que muitos dos entrevistados tinham em narrar este episódio de suas histórias de vida. Na maioria dos casos, era a primeira vez que falavam sobre este assunto – “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”, salienta Pollak (1989, p. 4) – e, além disso, dificilmente conseguiam relacionar a história local com a história nacional – e estes são os dados que considero mais significativos para a reflexão realizada neste artigo:

A cada entrevista realizada, uma gama de memórias era revelada. Memórias que pareciam estar esperando para serem evocadas, transmitidas, narradas. A memória oficial construída após o Estado Novo colocou Getúlio Vargas em um altar. A construção da imagem de “Pai dos Pobres” e de “Chefe da Nação” sobressaiu-se

a uma representação negativa do presidente. Tamanho foi o alcance desse enaltecimento à figura de Vargas, que os próprios depoentes dificilmente associavam a repressão que sofreram com a ditadura que se dava em âmbito nacional. Enquanto que a proibição do idioma é, na maioria das vezes, apenas atribuída à guerra, o presidente é descrito como um homem bom. Os benefícios criados aos trabalhadores são um exemplo das políticas que fizeram de Vargas um presidente louvável pelo povo (WERLE, 2014, p. 150).

Nesse sentido, percebemos como a presença do narrador e, consequentemente, a transmissão da experiência, estão cada vez mais distantes de nós (BENJAMIN, 1994). A maneira como as pessoas vêm se comunicando atualmente, através dos meios virtuais, por exemplo, faz com que se percam tanto a experiência de se narrar os fatos, como os sentidos agregados ao que era comunicado oralmente: as histórias de famílias transmitidas de geração em geração são um exemplo das narrativas que dificilmente temos contato na contemporaneidade, quando a diminuição do tempo da informação produz nos seres humanos a percepção de aceleração da história.

Os “lugares de memória” são compreendidos aqui segundo Nora (1993), que os concebe como lugares onde a memória de um determinado tempo se encontra presa e estagnada em seu próprio tempo. Os “lugares de memória” possuem efeito nos três sentidos da palavra, de forma simultânea, porém em graus diversos: material, simbólico e funcional e, para existirem, necessitam ter “vontade de memória”, seja através de testemunhos, documentos ou museus, por exemplo. São lugares criados para ancorar a memória, para compensar a perda dos meios de memória⁷ da sociedade contemporânea.

Ao considerarmos os roteiros turísticos, grupos folclóricos e comemorações existentes atualmente no Alto Taquari como “lugares de memória”, verificamos que a memória construída a partir dos mesmos tem como finalidade representar uma cultura tradicionalmente alemã, que

⁷ Os meios de memória se relacionam com o dia a dia, com a transmissão da tradição e da cultura somente através da oralidade (Nora, 1993).

remete à Alemanha como ideal. Trata-se de uma memória enquadrada que se integra, de acordo com Pollak (1989, p. 7) “(...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”. Essa memória enquadrada, fruto de um “trabalho de enquadramento”, segundo Pollak (1989, p. 8):

se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação (...) limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.

O trabalho de enquadramento da memória, portanto, necessita de atores, agentes de sua construção. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes, a representação (CHARTIER, 1990) construída sobre si pelas lideranças étnicas⁸ remonta a uma ideia de origem primordial e essencial. Embora academicamente os estudos sobre etnicidade⁹ desmitifiquem essa concepção, verificamos que a mesma é apropriada pela memória coletiva e reforçada pelos “lugares de memória”. O passado construído pelas lideranças étnicas defensoras do germanismo – “(...)

⁸ Sobre o papel desempenhado pelas lideranças étnicas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul, ver Werle (2014, p. 35 a 37).

⁹ Sobre os estudos referentes à teoria da etnicidade, este trabalho foi baseado nas pesquisas de Poutignat; Streiff-Fenart (1998) que, classificando-se na linhagem fundada por Fredrik Barth na década de 1960, se apoiam numa concepção dinâmica da mesma, de modo que, como qualquer outra identidade coletiva, ela “é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não.” Assim, esses processos sofrem mudanças ao longo da história, perdendo ou ganhando características (traços culturais, como crenças, ritos, língua e valores) que diferenciam os grupos étnicos, sem que se percam os limites culturais que os distinguem dos outros.

movimento intelectual criado entre meados do século XIX e a década de 1940 por indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil”, orientado pela concepção de unidade cultural germânica (SILVA, 2005, p. 311) – tem no processo de colonização uma crença de origem comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros. São estes fatores de diferenciação e das características e costumes comuns que dão ao grupo o suporte para a “honra étnica” que, de acordo com a historiadora Regina Weber (1994), é o que realmente sustenta a sua identidade e denota a percepção da superioridade das características de cada grupo étnico. Sobre essa concepção, Seyferth (1994, p. 24) afirma que a “ideia de descendência comum, ser ‘de origem’ implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa ‘cultura alemã’ modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil”. Assim, a autora afirma que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade é a “cultura da colonização”.

Além de contar com a ideia compartilhada de passado comum, o grupo étnico seleciona os traços culturais que irão identificar seus integrantes e, no caso dos teuto-brasileiros, encontramos entre estes elementos as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo) que assumiram forte caráter étnico; a concepção do alemão como “povo trabalhador”, contida no *ethos* do trabalho; o uso da língua alemã; as festividades cíclicas, contendo culinária, danças e trajes considerados típicos, enfim, que reificaram “uma ‘cultura germânica’ pretendida pelos imigrantes e seus descendentes” (SEYFERTH, 1994, p. 15). Na contemporaneidade, observamos a continuidade do trabalho de enquadramento desta memória que, como afirma Pollak (1989, p. 8-9) “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc” – neste caso, os “lugares de memória” aos quais este artigo se refere.

Os “lugares de memória” no Vale do Taquari

A criação de roteiros turísticos, museus e festividades, esses “lugares de memória” no Alto Taquari, insere-se na discussão em torno da relevância que o tema patrimônio adquiriu na discussão historiográfica recente. *Alter ego* da memória, como afirma Hartog (2014, p. 195), o patrimônio é um “convite à anamnese coletiva” em uma sociedade na qual o tempo parece acelerado. Sintoma, indício de um momento histórico marcado por um regime de historicidade¹⁰ presentista, no qual vivemos a “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (HARTOG, 2014, p. 39), o patrimônio ancora o medo do esquecimento em uma sociedade dominada pela rapidez da informação, que quer tudo lembrar:

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. [...] Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. A mídia, cujo extraordinário desenvolvimento acompanhou esse movimento que é, em sentido próprio, sua razão de ser, faz a mesma coisa (2014, p. 147-148).

Na sociedade onde tudo é consumível, os “lugares de memória” não ficam de fora, e apresentam-se como oportunidade econômica no mercado do turismo. “O turismo é também um poderoso instrumento presentista: o mundo inteiro ao alcance da mão, em um piscar de olhos e em quadricromia”, como afirma Hartog (2014, p. 148). Na região do Alto do Taquari, roteiros que envolvem a culinária e arquitetura germânicas, além do estilo de vida colonial, fazem parte de cinco projetos turísticos que abarcam os municípios do Vale, a saber, o “Caminhos da Forqueta”,

¹⁰ Koselleck (2006, p. 313) caracteriza como regime de historicidade a tensão que envolve duas categorias históricas – espaço de experiência e horizonte de expectativas – capazes de se pensar os modos de relação com o tempo.

a “Rota Germânica”, o “Roteiro Turístico Delícias da Colônia”, o “Tour Lajeado” e a “Rota Turística Trilhas e Memórias”, que está em fase de montagem.

Além destes trajetos que revelam ao turista traços considerados característicos da colonização alemã, o Vale do Taquari também é sede do mais antigo grupo de danças folclóricas alemãs do Brasil, criado em 1964 no município de Estrela (RS). Observamos, através do histórico do grupo descrito em seu site oficial, que o mesmo foi criado justamente com o intuito de reintroduzir as danças consideradas típicas alemãs na sociedade local: “Os jovens da época não sabiam mais dançar valsas, polkas e schottisch. Aquelas danças antigas estavam se perdendo no esquecimento do tempo”¹¹. Atualmente, o Grupo conta com 420 componentes, com idade entre três e oitenta anos, e realiza apresentações em âmbito nacional e internacional. O evento mais confirmado do Grupo, no entanto, é o Festival do Chucrute de Estrela¹² que, desde 1965, é comemorado no complexo que envolve atualmente a Maifest (festa de aniversário do município), a Park Chopp Fest (festividade que envolve os jogos germânicos) e a Brotfest (a festa que enaltece o pão como alimento). Em maio de 2013, um jornal local reproduziu a fala do prefeito do município, ao ser questionado sobre as festividades, no que este respondeu: “Admiro os estrelenses pela paixão que têm pela cultura germânica. Observar toda essa gente que compareceu para prestigiar a abertura de nossa festa me dá muito orgulho”¹³. O informativo também discorreu sobre a programação do evento e anunciou: “Até o dia 26, a

¹¹ Histórico do Grupo Folclórico de Estrela, disponível no site: <<http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br>>. Acesso em 25 abr. 2014.

¹² No site oficial do Festival do Chucrute de Estrela, os turistas são convidados a participar do evento: “Venha viver a Alegria do mais tradicional Festival de Folclore Alemão do Estado do Rio Grande do Sul, animado com muita Música, Dança e Gastronomia Típica”. Disponível em: <<http://www.festivaldochucrute.com.br>>. Acesso em 25 abr. 2014.

¹³ “Começa a Maifest dos 137 anos”. O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013.

cultura alemã seguirá sendo cultuada por meio de músicas, dança e gastronomia típica”¹⁴.

Todas essas festividades que celebram uma suposta cultura alemã, fomentando a construção de uma identidade étnica, ratificam a ideia de que esta é dinâmica e constantemente reatualizada conforme o momento histórico em que o grupo étnico é inserido. Analisando percursos turísticos representantes da identidade étnica italiana na serra gaúcha, Beneduzi (2009, p. 49) enfatiza a questão de que os mesmos carregam em si uma ilusória ideia de “resgate” do passado:

Muitas vezes os projetos culturais e turísticos acabam construindo simulacros de uma quotidianidade acontecida. Enquanto se propõem a revelar o autêntico, a permitir que se veja as coisas como de fato o foram, esses programas ressignificam o real e constroem uma realidade passada estetizada, desprovida do efeito do tempo que frui.

Neste sentido, observamos, de acordo com Roswithia Weber (2006, p. 290), que “(...) os interesses econômicos apropriam-se do discurso homogeneizador como estratégia de promoção turística, configurando o que pode ser chamado de ‘turismo étnico’, que toma como propósito mostrar o que a região tem, considerando o mote étnico alemão”. O apelo do turismo sobre os “lugares de memória”, portanto, também influencia a produção do discurso que referencia a memória do grupo étnico teuto-brasileiro a uma origem primordial. Isto decorre que os “lugares de memória” referidos neste trabalho sejam compreendidos como lugares de produção e reafirmação de uma memória enquadrada sobre uma identidade étnica construída a partir de uma tradição inventada (HOBSBAWM, 1984) e, além disso, como lugares onde as memórias subterrâneas sobre a trajetória de vida dos mesmos no Brasil seja silenciada.

¹⁴ Idem.

Considerações finais

Este trabalho tem como intenção refletir sobre a relação entre a memória e seus lugares. Neste caso, as conclusões em torno de minha pesquisa sobre as memórias acerca dos tempos sombrios do Estado Novo no Alto Taquari possibilitaram a reflexão sobre o quão subterrâneas são estas em detrimento de uma memória enquadrada construída e reforçada pelos “lugares de memória” existentes na região, como os roteiros turísticos, os grupos folclóricos e as festividades cíclicas. A análise sobre as comemorações, segundo Ferreira (2012, p. 120):

(...) dão a oportunidade de acompanhar o trabalho permanente de construção da memória ao selecionar o que deve ser valorizado e o que deve ser esquecido. Isto permite ao historiador combater o determinismo e o relativismo. A história das comemorações nos permite captar a diversidade de visões ao longo do tempo e desnudar os conflitos e enquadramentos da memória.

Pensar os “lugares de memória” como lugares propícios para a difusão de discursos oficiais, assim como sintomas de um regime de historicidade pautado numa relação primordial com o tempo presente e, neste sentido, passível de apropriações econômicas de uma sociedade de consumo como ocorre com o mercado do turismo, torna necessário, por outro lado, refletir sobre o não-dito, sobre as memórias subterrâneas cobertas por estes processos, mas nem por isso esquecidas, como afirma Pollak (1989, p. 3)

(...) essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades (...).

Neste sentido, o cruzamento dos vestígios do passado referentes à repressão realizada pelos agentes oficiais durante a Campanha de Nacionalização, juntamente à análise sobre as memórias construídas atualmente sobre este processo, permite observar que há uma intenção de harmonia e coesão social na preservação e valorização do patrimônio da região, que relega a patrimonialização do sofrimento em seus “lugares de

memória”. Essas breves e incipientes reflexões realizadas neste trabalho tocam por alto um tema ainda a ser pesquisado e estudado detalhadamente. Não foi intenção concluir análises, mas sim dar início a um novo campo de possibilidades sobre a temática e os usos deste passado através de um campo difusor de discursos sobre o mesmo, os “lugares de memória”.

Referências

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENEDUZI. Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 40-55, jan./jun. 2009.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. (Ed.). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 2005. 533p.

FERREIRA, Marieta de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: ____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, S.Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria>>. Acesso em 02 jul. 2014.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 3-13.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, p. 11-28, 1994.

_____. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. Brasília: Editora da UnB, p. 81-109, 2000.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

_____. Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950). *Coleção ANPUH-RS*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. vol. 1. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277).

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, ARENDT, Isabel, GRÜTZMANN, Ingrid. *Campos Múltiplos: identidade, cultura e história*. Festschrift em homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, p. 235-255, 2008.

_____. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, C. e VASCONCELOS, N. (orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 105-119.

WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

Jornal citado

O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013.

Sites institucionais citados e sites consultados

Grupo Folclórico de Estrela (RS): <<http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br>>.

Festival do Chucrute de Estrela (RS): <<http://www.festivaldochucrute.com.br>>.

Prefeitura de Estrela (RS): <<http://www.estrela-rs.com.br>>.

Prefeitura de Lajeado (RS): <<http://www.lajeado.rs.gov.br>>.

Prefeitura de Arroio do Meio (RS): <<http://www.arroiodomeiors.com.br>>.

A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NO DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E DE LAZER NA CIDADE DE PELOTAS-RS, NO SÉCULO XIX

Dalila Müller*

Dalila Rosa Hallal**

Resumo: Durante o século XIX vários imigrantes se estabeleceram em Pelotas, principalmente, depois do término da Revolução Farroupilha. Entre os anos de 1844 e 1852 chegaram 18 nacionalidades em Pelotas, como a portuguesa, a francesa, a espanhola, a italiana, a uruguaia, a argentina e a alemã, caracterizada por uma imigração espontânea de indivíduos com qualificação profissional. No final do Novecentos, os imigrantes portugueses, italianos, uruguaios, espanhóis e alemães estavam presentes, em maior número, na cidade de Pelotas. Esses imigrantes ocuparam-se das mais diversas atividades, sejam industriais, comerciais, artísticas, como profissionais liberais ou como operários. Entre as atividades desenvolvidas pelos estrangeiros, destaca-se às relacionadas com os espaços de sociabilidade e de lazer. Assim, este artigo tem por objetivo identificar os espaços de sociabilidade e de lazer dos imigrantes e seus descendentes em Pelotas, na segunda metade do século XIX. As informações foram obtidas nos jornais de Pelotas e de Rio Grande, os quais foram pesquisados sistematicamente. Analisando as fontes jornalísticas, foi possível constatar que os imigrantes participaram das mais diversas atividades urbanas em Pelotas no século XIX, dentre estas, tiveram uma participação relevante nos espaços de sociabilidade, seja construindo locais privados de recreação, como os jardins e os hotéis, seja participando de associações recreativas e proporcionando festas diversas, de acordo com a sua nacionalidade. A construção dos espaços de sociabilidade e de lazer e a participação em associações foram importantes para o fortalecimento da identidade dos imigrantes, bem como, contribuíram para o desenvolvimento da cidade e imprimiram novos hábitos de lazer à população local.

* Doutora em História – UNISINOS; Universidade Federal de Pelotas.

** Doutora em História – PUCRS; Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever a participação dos imigrantes e seus descendentes na construção de espaços de sociabilidade e de lazer em Pelotas, na segunda metade do século XIX, demonstrando a importância dos mesmos para o desenvolvimento e efetivação destas atividades na cidade.

A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil e, especificamente para o Rio Grande do Sul, no século XIX, prestou grande contribuição ao desenvolvimento do país. Na agricultura, na indústria, no comércio, em todas as áreas da economia nacional os estrangeiros deixaram sua contribuição.

Em Pelotas, a participação dos estrangeiros foi intensa, principalmente na segunda metade do século XIX. O estrangeiro, não radicado, participou do processo de modernização da cidade através da atuação de técnicos europeus (arquitetos e engenheiros); da participação de profissionais liberais, como médicos e dentistas e das representações musicais e teatrais de companhias itinerantes, além de importantes pintores da época. Por outro lado, os estrangeiros que se fixaram na cidade ocuparam-se das mais diversas atividades, sejam industriais, comerciais, artísticas, ou de profissões liberais ou como operários (ANJOS, 2000).

Os primeiros colonizadores de Pelotas eram de origem açoriana, madeirense, transmontana e minhota e os primeiros proprietários das charqueadas pelotenses eram naturais do continente português, principalmente da região de Trás os Montes e do Minho. Esses portugueses, amparados com a força de trabalho escravo negro, foram responsáveis por uma civilização que cultivou requintados padrões de sociabilidade e cultura (MAGALHÃES, 2004). Em função disso, a participação dos portugueses foi grande em qualquer atividade na cidade.

O município de Pelotas é composto por duas grandes paisagens naturais: a planície, onde se localizaram as grandes propriedades dos estancieiros e charqueadores, e a região serrana, na qual multiplicaram-se as pequenas propriedades, destinadas ao assentamento de imigrantes europeus. A colonização da região serrana foi realizada, quase que exclusivamente, por capitais particulares e de forma muito intensa. O

Relatório da Intendência Municipal de 1922 identificou, para o ano de 1900, 61 colônias, sendo apenas quatro delas oficiais: a Municipal, criada em 1882 e as colônias Accioli, Afonso Pena e Maciel, criadas pelo Governo Imperial em 1885 (ANJOS, 2000).

Essa região serrana tornou-se polo concentrador de estrangeiros e uma das principais portas de entrada desses à zona urbana. Muitos elementos estrangeiros pertencentes às colônias desgarraram-se das mesmas estabelecendo-se na cidade e contribuindo efetivamente para o progresso local. A presença de trabalhadores, artesãos, artistas e outros profissionais estrangeiros na cidade tornou-se comum.

Seidler (1976, p. 94), em 1827, afirmava que esses europeus “(...) pela influência do seu dinheiro e de sua cultura têm contribuído consideravelmente para que os habitantes tenham mais civilização e mais gosto pela vida social e mais trato amigável do que nas outras regiões.”

Klaus Becker (1958) apontou a chegada de 18 nacionalidades em Pelotas entre os anos de 1844 e 1852 (Quadro 1), destes, a maioria possuía profissões urbanas, caracterizando uma imigração espontânea de indivíduos com qualificação profissional.

Quadro 1 – Imigrantes chegados a Pelotas nos anos de 1844 a 1852.

<i>Nacionalidade</i>	<i>1844 (50 dias)</i>	<i>1846 (85 dias)</i>	<i>1850</i>	<i>1851</i>	<i>1852 (190 dias)</i>	<i>TOTAL</i>
Franceses	116	71	21	47	7	262
Uruguaios	33	69	91	29	12	234
Espanhóis	74	49	42	47	14	226
Portugueses	69	27	67	123	66	352
Italianos	53	21	11	16	4	105
Argentinos	21	16	20	22	4	83
Alemães	8	2	7	3	18	38
Ingleses	5	1	7	8	4	25
TOTAL	379	256	266	295	129	1.325

Fonte: BECKER (1958, p. 322).

Anjos (2000) constatou a preponderância do português em Pelotas no século XIX, sendo o segundo lugar disputado entre alemães e italianos. O alemão foi superior entre os anos de 1850 e 1875 e o italiano entre 1876 e 1900. O autor comprovou a superioridade numérica dos elementos italianos frente a outros elementos estrangeiros não

portugueses, na zona urbana de Pelotas, no último quartel do século passado (Quadro 2). Também constatou a presença constante e significativa do elemento uruguaio e espanhol.

Quadro 2 – Recenseamento Urbano – Presença de Estrangeiros – Pelotas, 1899.

<i>Nacionalidade</i>	<i>Residindo na Zona Urbana</i>
Italiana	654
Uruguaia	482
Espanhola	457
Alemã	291

Fonte: ANJOS (2000, p. 83)

Parte-se da definição de Simmel sobre a sociabilidade. O autor considera a sociabilidade como uma forma autônoma ou lúdica de socialização. Os interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto (SIMMEL, 1983).

De acordo com Maurice Agulhon (1992) a sociabilidade é a qualidade do ser sociável, estando relacionada ao comportamento coletivo em espaços formais ou informais definidos. Nestes espaços, o homem estabelece vínculos, busca os aspectos agradáveis das relações humanas, a fruição da presença do outro, a reciprocidade. Os estudos da sociabilidade procuram compreender as diversas maneiras pelas quais os homens se relacionam, as expressões e manifestações, mais ou menos formalizadas, da vida em sociedade, de coletividades definidas no tempo, no espaço e na escala social.

A principal fonte de informação foram os jornais que circulavam em Pelotas durante o século XIX, como O Pelotense, O Brado do Sul, Correio Mercantil, Onze de Junho, Diário de Pelotas, Diário Popular, e A Opinião Pública. Além desses, também foram pesquisados os jornais de Rio Grande, cidade próxima, os quais apresentavam várias informações sobre Pelotas. Os jornais impressos concentravam um papel fundamental no registro da vida social da cidade, pois, como diz Loner (1998, p. 7), numa cidade pequena e requintada como Pelotas, “coisas que normalmente hoje não seriam reproduzidas (...) eram contadas nos mínimos detalhes, permitindo conhecer tanto o pitoresco do fato, quanto o lado cotidiano da vida das pessoas daquela época”. Além dos jornais,

foram pesquisados os registros de casamentos, óbitos e batizados da Cúria Diocesana da Catedral Metropolitana de Pelotas.

Destaca-se que as informações utilizadas neste artigo foram coletadas no projeto de pesquisa “Espaços de Sociabilidade em Pelotas no Século XIX (1870-1899)”, financiado pela FAPERGS – Auxílio Recém Doutor, no ano de 2013.

Espaços de sociabilidade e de lazer em Pelotas no século XIX: a participação dos imigrantes

No século XIX, principalmente no último quartel do século, se desenvolveram vários espaços de sociabilidade na cidade. Alguns deles foram criados e implantados por estrangeiros, como é o caso dos pontos de recreio – jardins e da hotelaria. Os estrangeiros também participaram ativamente da vida social e cultural de Pelotas através de suas associações e festas relacionadas às datas comemorativas do seu país de origem.

Conforme já exposto, os portugueses foram superiores numericamente na cidade, no século XIX, participando ativamente das atividades urbanas, entre elas dos espaços de sociabilidade, principalmente da hotelaria. Destaca-se, ainda, a participação dos italianos nessas atividades, os quais foram os elementos não portugueses preponderantes no final do século XIX.

Um dos primeiros e principais “pontos de recreio” em Pelotas, no século XIX, foi o Parque Pelotense, posteriormente denominado Parque Souza Soares. Seu proprietário, José Álvares de Souza Soares era imigrante português, nascido em Vairão em 1846. Em 1874 fundou o “Laboratório Homeopático Rio-Grandense”, onde vendia algumas fórmulas importadas e outras manipuladas por ele mesmo.

Portuguez de nascimento, chegou ao Brazil ainda muito joven e residiu por alguns annos n'uma das provincias do norte. Depois, veio para o Rio Grande e d'ali para esta cidade, onde fixou residencia há 10 annos e fundou o LaboratorioHomeopathico Rio Grandense. Lutou com immensasdifficuldades. (...) (Onze de Junho, Pelotas, 03.02.1885, p. 2)

O Parque foi construído no lugar denominado Villa do Prado, junto ao Prado Pelotense, à, mais ou menos, três quilômetros da cidade.

Foi inaugurado no dia 02 de fevereiro de 1883, com o objetivo de proporcionar divertimentos para a população de Pelotas.

(...) um extenso jardim, maior que o da praça Pedro II., com bosques, lagos navegáveis em pequenos barcos, ilhas, morros de grande elevação, grande praça arborizada, caramanchões, chalets, kiosques, estufa de aclimação, pontes, e assentos por toda à parte! Uma fonte de riquíssima água, só comparável á melhor da serra! Mais de dois mil pés de arvores fructíferas, de primeira qualidade, havendo entre ellas muitas laranjeiras de 10 annos, com toda sua capa primitiva! Grande horta; grandes lavouras dos principaes e mais necessarioscereaes. (...) (Onze de Junho, Pelotas, 18.04.1883, p. 2)

O Parque apresentava diversos tipos de divertimentos, sendo um ponto bastante frequentado pelos moradores da cidade:

BAILE – Os apreciadores dos agradáveis bailes campestres, encontrarão no parque, elegantes salões, onde podem dançar, ao ar livre, bonitas havaneirass, polkas, walsas, etc., que a banda executará em seu novo e elevado coreto. PASSEIO MARITIMO – Fluctuando no caudaloso lago (...) acham-se a disposição dos apreciadores dos passeios marítimos, dois elegantes e soberbos cahiques. EM VELOCIPEDE – Alguns distinctos moços do commercio, pretendem, neste domingo, realizar uma interessante passeiata, em velocípede, por algumas das vistosas ruas do Parque, o que será de agradável e surprehendenteeffeito. A CAVALLO – Os cavalleiros que se quizerem exercitar em alguns jogos, tem a sua disposição superiorescavallos na Praça de recreio. ANDARILHO – Esta maravilha da mocidade, acha-se a disposição sómente do bello sexo e das crianças. GYMNASICA – Brevemente vão ser montados, vários aparelhos de gymnastica, para os amadores d’estes hygienicos exercícius. LABIRINTO – Achando se quase concluído este divertimento, tão usado na Europa, está desde já á disposição de quem nelle se quizer perder. FONTE – Existem ruas bastante francas, que seguem á fonte, tanto para pessoas de pé como de carro ou a cavallo. AGUA FRESCA – Aquelles que não quizerem ir á fonte, á água, encontraram da mesma, gratuitamente, no Expositor de plantas e quem os sirva. (Só pela água, vale a pena o passeio!) RESTAURANT – Junto á Praça do Recreio, (...). (Correio Mercantil, Pelotas, 14.12.1883, p. 2 e 3)

Também, em função da nacionalidade do proprietário e do grande número de portugueses residentes na cidade, no Parque eram realizadas atividades relacionadas à terra natal, como as “festas à portuguesa”, que consistia “na reprodução de costumes antigos nas aldeias e nos arraiaes de Portugal – toçadas, dançadas e cantatas. (...) A cana verde, malhão e outros divertimentos (...)”. (Correio Mercantil, Pelotas, 12.05.1883, p. 2)

O preço da entrada no Parque era diversificada, nos dias úteis era franca e nos dias festivos custava 400 reis para o adulto, com direito a “uma planta de 1\$, 2\$ ou de 3\$ existente no Expositor e à escolha do premiado” e era de graça para crianças menores de 8 anos (Correio Mercantil, Pelotas, 14.12.1883, p. 2 e 3). No final da década de 1880 o preço se diferenciava conforme a música: havendo banda de música, custava 400 reis e sem, 200 reis (Correio Mercantil, Pelotas, 26.08.1887, p. 3).

O Jardim Ritter, outro “ponto de recreio” importante em Pelotas, no século XIX, e de propriedade de descendentes de alemães, localizava-se na estrada do Fragata, na residência de Carlos Ritter. O Jardim era de fácil acesso em função dos bondes de tração animal da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas. O Jardim ocupava uma extensa área arborizada, ideal para as “tardes da estação calmosa”. Este Jardim fechava no período do inverno e abria em outubro, para a estação do verão. O proprietário, também dono de uma cervejaria, oferecia para os cavalheiros, mediante o pagamento da entrada, uma garrafa de cerveja. Os homens pagavam a quantia de 500 réis e para as mulheres era gratuito (Correio Mercantil, Pelotas, 22.10.1887, p. 3).

Carlos Ritter e Frederico Jacob Ritter nasceram em São Leopoldo, na década de 1850, sendo que seus pais eram imigrantes alemães. Carlos Ritter fundou a Cervejaria Ritter em 1872 e em 1884 recebeu como sócio seu irmão, com a firma Carlos Ritter & Irmão. Esta firma investiu na colonização da Serra dos Tapes, fundando as colônias Santa Rita, Visconde da Graça e Ritter, todas colonizadas por colonos alemães (ANJOS, 2000).

Outro espaço de “recreio” de propriedade de estrangeiros era o “Recreio Pelotense”. Inaugurado em 1888, “na Praça Pedro II secção que fica fronteira ao teatro”, sendo seu proprietário o italiano Antônio Scotto (Cúria Diocesana. Livro de Casamentos da Catedral São Francisco de

Paula, n. 2, 1844 – 1854, p. 74), também proprietário do Hotel Brazil. Neste espaço:

(...) os dignos visitantes encontrarão o melhor e mais agradável passatempo, acompanhados dos harmoniosos sons do repertório, escolhido pela banda União; Outro-simofferecemos, por pouco dinheiro, as delicias do esplendido sortimento das mais finas bebidas. Temos sempre cerveja gelada das mais acreditadas marcas, sorvetes e refrescos gelados. (Diário de Pelotas, Pelotas, 23.11.1888, p. 3).

Este espaço de sociabilidade estava estrategicamente localizado, na Praça central da cidade, por isso recebia diariamente no verão, ao final da tarde, as famílias pelotenses, que buscavam “gasosas e doces variados”.

Pode-se observar que os estrangeiros, como os portugueses, alemães e italianos foram os primeiros que construíram espaços de sociabilidade – jardins privados em Pelotas. Esses espaços eram utilizados, principalmente nos domingos e feriados. Destaca-se que a década de 1880 marca o início desta atividade na cidade. Esses espaços eram pagos para os homens, demonstrando que somente a “sociedade” pelotense poderia participar. As bandas de músicas e os bailes eram frequentes nestes jardins.

Os hotéis eram espaços de sociabilidade importantes em Pelotas no século XIX. Os estrangeiros foram pioneiros da hotelaria em Pelotas. Os portugueses, alemães e franceses foram proprietários dos primeiros hotéis da cidade, já na década de 1840. Posteriormente, os italianos se destacaram nesta atividade, principalmente as famílias Gotuzzo e Del Grande.

Os hotéis foram importantes espaços de sociabilidade, sendo considerados “pontos de recreio” da sociedade pelotense. As atividades recreativas disponibilizadas pelos hotéis iam de jogos até grandes banquetes e bailes.

Os hotéis de estrangeiros foram importantes espaços para os jogos, principalmente bilhares. Outros tipos de jogos também eram comuns, como, “jogos de bola á italiana, franceza e allemã”, no Hotel Garibaldi(Onze de Junho, Pelotas, 05.12.1882, p. 3) ou, “dominó, xadrez,

cartas e jogo de bagatela”, no Hotel de Gênova (Correio Mercantil, Pelotas, 28.11.1883, p. 3), ou ainda, “diversos jogos de tiro ao alvo, do sapo, argolinha, roda da fortuna e outros, espingardas de salão”, no Hotel das Quatro Nações (Diário Popular, Pelotas, 03.06.1899, p. 3).

Pelos dados da “Estatística do Imposto de Industria e Profissões do Exercício de 1877 a 1878” observa-se a participação dos estrangeiros nos estabelecimentos destinados exclusivamente aos jogos, como os bilhares. De um total de 10 empresários, 09 eram estrangeiros (Correio Mercantil, Pelotas, 08.08.1878, p. 2). Os jogos foram uma das atividades recreativas muito frequentadas e que perduraram durante todo o século XIX.

Nos hotéis eram realizados grandes banquetes, muitos deles para homenagear ou comemorar datas expressivas para os imigrantes.

14 de julho – A colônia francesa desta cidade comemora esta data faustosa para sua nacionalidade com um banquete no *Hotel Brazil*. (Correio Mercantil, Pelotas, 12.07.1890, p. 2)

Banquete No Hotel Federativo realiza-se hoje à noite o banquete com que a sociedade Christoforo Colombo trata de solemnizar o descobrimento da América. Gratos pelo convite que nos enviou. (Diário Popular, Pelotas, 12.12.1892, p. 2).

As áreas e os pátios com os caramanchões dos hotéis merecem destaque, uma vez que neles se realizavam várias atividades de entretenimento, como almoços, concertos ou, simplesmente conversas informais, mas principalmente por serem considerados locais de “recreio” para os moradores de Pelotas. Os principais hotéis de estrangeiros, como o Hotel Alliança, o Hotel Grindler, o Hotel do Commercio e o Hotel Brazil, realizavam várias atividades nesses locais, principalmente no verão:

Diversões – É desnecessário decantar os atrativos dos locais que estão em condições de proporcionar às famílias e cavalheiros algumas horas de recreio. ... A noite temos o passeio da praça Pedro II, para uns, e para outros tem a boa parreira do Hotel Alliança, debaixo da qual passasse bem boas horas em animada palestra. E finalmente havendo cobres há diversões. (Diário de Pelotas, Pelotas, 01.01.1886, p. 2).

Caramanchão Brazil Previno ás Exmas. famílias e cavalheiros, que a toda a hora da noite há sorvetes, cerveja gelada de todas as marcas, vinho de todas as qualidades e águas mineraes. Preços rasoaveis. Hotel Brazil. (Correio Mercantil, Pelotas, 18.12.1885, p. 4).

Os bailes eram atividades comuns nos hotéis. Eles eram realizados para homenagear alguma personalidade e, no carnaval, eram comuns os bailes de máscaras. Já na década de 1850, o Hotel do Commercio, de propriedade do francês Remy Abadie, realizava o “baile mascarado, na conformidade da licença do Ilmo. Sr. Delegado de policia (...). (O Pelotense, Pelotas, 28.10.1853, p. 4).

A finalidade básica de alguns hotéis era o lazer, principalmente os localizados fora da cidade. Com estas características destaca-se o “Restaurant Familiar”, inaugurado na década de 1890, de propriedade de Giacomo Gotuzzo, nascido na Itália (Diário Popular, Pelotas, 10.03.1917, p. 2).

O Restaurant Familiar localiza-se no Capão do Leão e era utilizado, principalmente no verão. Esse hotel, juntamente com o Hotel Benjamim; a Pensão Leonense; a Villa João Schild; e, o Sanatório Passo das Pedras, ofereciam várias atividades de descanso e de entretenimento, como os banhos em arroios e rios, sombras, salões para bailes, lugares para pic-nics, jardins, quintas, prado e cancha para corridas, locais para caça e pesca, passeios a cavalo e em “jardineiras” no campo e mata. Salienta-se que o banho em arroios era uma atividade bastante apreciada na época.

Algumas características apresentadas pelos hotéis eram trazidas da Europa. No período estudado, a vida da cidade possuía muitos traços da cultura europeia e, do mesmo modo, os hotéis. Seus proprietários voltavam para sua terra natal e traziam “novidades” para seu estabelecimento:

(...) Não tenha dúvida que a viagem do estimável sr. Caetano Gotuzzo á Europa, muito contribuiu para que o mesmo adoptasse em seu acreditado hotel [Hotel Alliança] alguma cousa que viu por lá e que torna este em condições de satisfazer ao mais exigente forasteiro. (...). (Diário Popular, Pelotas, 02.07. 1912, p. 1).

Alguns conterrâneos, recém chegados de seus países e ainda não ocupados, encontravam abrigo seguro enquanto aguardavam oportunidades, como uma família alemã, que estava hospedada no Hotel Germânia, de propriedade do alemão A. Engelk, e procurava emprego em uma chácara (Correio Mercantil, Pelotas, 10.11.1887, p. 3).

Observa-se a importância de conterrâneos, conhecidos ou familiares, na inserção do imigrante na cidade. Pode-se dizer que existiam redes sociais em Pelotas, as quais são importantes na ajuda mútua, fornecendo moradia temporária para os que chegam e ajudando a conseguir trabalho. Entende-se por redes sociais “el conjunto de vínculos sociales y económicos establecidos entre emigrantes y no emigrantes que favorecen la inserción y desenvolvimiento de los emigrantes potenciales em el lugar de destino a través de relaciones de parentesco, de amistad, étnicas, etc.” (GARCIA ABAD, 2004, p. 12).

No que se refere à ajuda mútua entre imigrantes, destaca-se a organização da Sociedade Alemã de Beneficência (O Brado do Sul, 29.01.1860, p. 2), em 1857 (ANJOS, 2000), que dava assistência aos novos imigrantes que chegavam à cidade e alugava quartos na Santa Casa. Esta foi a primeira sociedade mutualista étnica de teutos na Província. (SILVA JÚNIOR, 2004).

Pelotas também se destacou pela criação de várias associações de estrangeiros, especialmente na década de 1870 e 80. Agulhon(1987) considera que a sociabilidade é a vida social organizada, e as associações as mais diversas são sua forma privilegiada.

Uma das categorias da sociabilidade definida por Baechler são “redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.” (BAECHLER, 1995, p. 78). Nesta categoria a sociabilidade pode traduzir-se em:

agrupamentos formais e organizados, (...), mas cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar junto. (BAECHLER, 1995, p. 82)

A composição dessas associações poderia respeitar critérios étnicos, ou seja, formavam entidades que congregavam cada uma das etnias existentes na cidade, como a portuguesa, a italiana, alemã, francesa e negra. Essas entidades cumpriam várias funções que não apenas recreativas, pois eram originariamente sociedades de auxílio mútuo, que se encarregavam da manutenção da língua e dos costumes. Essas sociedades impulsionaram a formação de entidades complementares como grupos teatrais, bandas ou corais (LONER, 2002).

Algumas nacionalidades como a italiana apresentaram maior diversidade. Isso se deve ao fato da presença de grande número de italianos na cidade, principalmente após 1870, conforme já indicado.

Em 1873 foi inaugurada a Sociedade Italiana Unione e Philantropia, nas dependências do Hotel Alliança (Correio Mercantil, Pelotas, 04.07.1876, p. 2). Em 1875, a partir de um conflito interno alguns dos sócios fundadores são expulsos, formando outra sociedade, com o mesmo nome, sendo que esta última consegue o registro. Da original eram presidente e secretário, respectivamente, Santiago Praty e Caetano Gotuzzo, ambos proprietários do Hotel Alliança. Na década de 80 surgiu a Sociedade Italiana Circolo Garibaldi, “que se propunha a cultivar o espírito, através da leitura e conversações literárias”. Em 1885 as duas sociedades se unificam criando a “Sociedades Reunidas União e Filantropia e Circolo Garibaldi”.

Os italianos também desenvolveram um espaço teatral – a “Sociedade Philo-dramática Dante Alighieri”, que localizava-se na rua São Miguel (Correio Mercantil, Pelotas, 24.09.1885, p. 3); formaram uma sociedade para tratar de festas e músicas – a “Sociedade 20 de Setembro”, em 1891, que tinha como principal objetivo “festejar todos os anos a gloriosa data da unificação da Itália” (Diário Popular, Pelotas, 20.10.1891, p. 1); a “Sociedade de Socorros Mútuos Cristoforo Colombo” e a “Sociedade Choral Italiana”, ambas em 1892; o “Corpo Musicalle Bellini”; uma banda em 1892; e, uma sociedade infantil musical em 1895 com os alunos de sua escola; a “Sociedade Italiana Corale Savoia”, em 1895 e a “Sociedade Unione e Benevolenza”, em 1899 (ANJOS, 2000).

Observa-se o grande número de associações criadas por italianos no século XIX; da mesma forma, o número de hotéis de propriedade de

italianos era muito superior às demais etnias, principalmente no final do século. Assim, pode-se dizer que os italianos dominavam essa atividade na cidade.

Conforme já abordado, os alemães possuíam desde 1857 a “Sociedade de Beneficência Alemã”, que alugava quartos na Santa Casa. Dentre as sociedades recreativas, pode-se citar a “Sociedade Alemã Concórdia” (Diário de Pelotas, Pelotas, 20.01.1885, p. 2) e o “Club Germânia”, aberto na década de 1880, funcionando junto com o “Club Alemão de Gymnastica”. O Club Germânia também possuía um “teatrinho” particular, onde havia a apresentação de amadores uma vez por mês (Diário Popular, Pelotas, 15.12.1890, p. 2). Outra sociedade organizada pelos alemães e seus descendentes foi a “Sociedade Germânica Gesangverein”, um grupo vocal. (Correio Mercantil, 04.05.1876, p. 2, n. 100)

O “Clube Recreativo de Tiro ao Alvo” foi fundado em março de 1876, composto “unicamente de súditos alemães”, com o objetivo do “recreativo exercício do tiro ao alvo”, com o tempo abrangerá “outros divertimentos, como ginástica, dança, etc.” (Correio Mercantil, Pelotas, 30.03.1876, p. 01). Já o “Clube Alemão de Atiradores” foi organizado no final do século XIX (Diário Popular, Pelotas, 30.04.1901, p. 1) e o “Clube de Regatas Alemão”, no ano de 1898 (A Opinião Pública, Pelotas, 26.09.1898, p. 3).

No que se refere aos alemães, destaca-se a variabilidade dos tipos de associações criadas, observa-se que essa etnia investiu principalmente em atividades esportivas, como o tiro, a ginástica, as regatas; demonstrando uma preocupação com a aparência física e saúde do corpo; enquanto que os italianos investiram mais em entidades artísticas, como teatro, bandas, corais.

Há registro de duas sociedades francesas, que parecem não manter uma vida social, apenas mutualista ou de socorro a compatriotas. “Provavelmente, tal como os portugueses, eles não sentissem tão grande necessidade de associações étnicas para manutenção de suas tradições, devido à cultura francesa ser muito difundida entre a elite pelotense.” (LONER, 2002, p. 42).

Os portugueses eram a própria elite de Pelotas, representando os grandes charqueadores, empresários e comerciantes da cidade. Suas famílias participavam de vários clubes; desenvolveram associações mutualistas ou benemerentes, como a Sociedade de Beneficência Portuguesa, em 1857, a primeira grande realização coletiva de integrantes de uma mesma nacionalidade em Pelotas; a Caixa de Socorros Marquez de Pombal, em 1882, criada para auxiliar compatriotas em situação precária; o Centro Português, formado em 1895 e o Grêmio Republicano Português (ANJOS, 2000).

Outro dado importante de ser destacado é a importância dos “estrangeiros bem sucedidos” na vida dessas associações: Santiago Prati e Caetano Gotuzzo, ambos proprietários do Hotel Aliança, faziam parte da diretoria da Sociedade Italiana Unione e Philantropia; Carlos Ruelle, importante industrialista pelotense, foi integrante da diretoria da SocietáCosmopolite de Socorros Mútuos L’ Union Française; Felix Coufal, proprietário de uma loja de “modas e fazendas”, foi presidente da Sociedade Beneficência Alemã.

Os imigrantes e seus descendentes mantinham viva a sua ligação com seus países de origem: os portugueses comemoravam o 2 de dezembro, os italianos o 20 de setembro, os franceses, o 14 de julho. Os eventos eram noticiados nos jornais, que variavam de seletas e íntimas reuniões, a grandes desfiles pelas ruas, com fogos de artifício, discursos, onde o orador estrangeiro enaltecia a pátria natal e bendizia o país hospedeiro.

O dia 20 de setembro, data máxima da nação italiana, na qual comemoravam a unificação italiana, tinha comemoração certa em Pelotas. Eram realizados banquetes, reuniões, planejamentos e discussões que uniam a comunidade italiana e auxiliavam na formação de uma identidade cultural. Outro dia comemorado pelos italianos em Pelotas era o 19 de março, no qual se festejava, na Itália, os heróis José Garibaldi e José Mazzini.

Continuam hoje as festas da colônia italiana em honra à data de 20 de Setembro e que foram iniciadas ontem com o baile realizado nos salões das sociedades reunidas. O programa que será executado hoje é o seguinte: Ao romper do dia, salva de 21 tiros à bandeira italiana em frente ao edifício das sociedades reunidas, e

em seguida saudação pela Banda Bellini ao Sr. Vice-Cônsul de Itália. As 11 ½ horas da manhã, recebimento e batismo do estandarte da sociedade musical referida, cujos membros se apresentarão trajando o uniforme dos oficiais militares italianos. As 6 horas da tarde, sessão solene comemorativa no edifício das sociedades reunidas, onde se organizará a coluna patriótica que sairá às 7 horas, em “marche aux flambeaux”, com banda musical à frente, percorrendo as principais ruas da cidade. As festas concluirão com um banquete servido, às 9 horas da noite, no Hotel Aliança, e para o qual foi convidada a imprensa. (Correio Mercantil, Pelotas, 20.09.1892, p. 2).

[...] sociedade musical Santa Cecília que, em corporação, apresentou-se no hotel Aliança, às 8 horas da noite, afim de cumprimentar o honrado cavalheiro Sr. Santiago Prati, por tão faustoso motivo”.(Diário de Pelotas, Pelotas, 21.03.1877, p. 1).

O dia 14 de julho (Tomada da Bastilha) não passava despercebido pelos franceses. Esta data também era comemorada com festa.

Fête du 14 Juillet. La commission de la fête du 14 Juillet prevent Mrs. Les adherents que la reunion aura lieu a l’hotel de l’Aliança le madri 14 Juillet a sept heures du soir. Le president. Eugene Levy. (Diário de Pelotas, Pelotas, 12.07.1885, p. 3).

Outra data comemorada na cidade, mas pela comunidade portuguesa era o dia 1º. de dezembro, no qual festejava-se a restauração monárquica.

Às 4 horas da madrugada salva de 21 tiros de bomba real e uma girândola. Hino da Restauração e música em frente ao edifício social. Ao meio-dia salva de 21 tiros, girândola e música no coreto armado em frente ao edifício. As 6 horas da tarde sessão festiva e posse da nova diretoria (...). Após o encerramento da sessão será servida aos presentes uma mesa de doces e líquidos. A quadra estará embandeirada, e no coreto tocará a música durante o dia. (Correio Mercantil, Pelotas, 01.12.1897, p. 1).

Estas festas mantinham vivas as lembranças da terra natal, agrupando as pessoas da mesma nacionalidade. Dessa forma, mantinham suas tradições, cultivando seus costumes.

Porém, esses imigrantes e seus descendentes estavam integrados e/ou buscavam se integrar à sociedade pelotense, participando de atividades conjuntamente com outras sociedades e com a população de modo geral.

Isso pode ser constatado, na representação em grande gala que deu a Sociedade Dramática de Alemães, no dia sete de setembro de 1863, em comemoração à independência do Brasil (Diário do Rio Grande, Rio Grande, 11.09.1863, p. 1); na participação da Sociedade Germânica Gesangverein no “grande concerto vocal e instrumental”, que se realizou no Teatro Sete de Abril, em favor da Biblioteca Pública Pelotense. (Correio Mercantil, Pelotas, 04.05.1876, p. 2); e, na participação da Sociedade Alemã Concórdia nas festividades do Clube Carnavalesco Nagô, oferecendo um “copo de cerveja aos nagoeiros” e um dos seus membros ofertou uma “linda poesia” (Diário de Pelotas, Pelotas, 20.01.1885, p. 2).

Considerações finais

Os estrangeiros participaram das mais diversas atividades urbanas em Pelotas no século XIX, dentre estas, tiveram uma participação relevante nos espaços de sociabilidade, seja construindo locais privados de recreação, como os jardins e os hotéis, seja participando de associações recreativas e proporcionando festas diversas, de acordo com a sua nacionalidade.

A partir do mapeamento das formas de sociabilidade dos estrangeiros e seus descendentes em Pelotas, constatou-se que as formas de sociabilidade foram elementos que permitiram a manutenção e o fortalecimento dos costumes desses estrangeiros, bem como o fortalecimento da identidade. Também as formas de sociabilidade foram uma maneira de solidariedade entre iguais, uma forma de se fortalecerem enquanto grupo social.

Porém, esses estrangeiros visavam se integrar à sociedade pelotense, na medida em que participavam de atividades juntamente com outras sociedades e de comemorações brasileiras, até mesmo de comemorações da independência do Brasil

Pode-se dizer que os estrangeiros foram testemunhas e participantes da vida social, econômica, política e cultural da Pelotas no século XIX. A partir da construção de espaços de sociabilidade e da participação em associações, contribuíram para o desenvolvimento da cidade e imprimiram novos hábitos à população local.

Referências

AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992.

_____. Visão dos Bastidores. In: NORA, Pierre (Org.). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: Difel, 1987. (Edições 70). p. 13-62.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de Sociologia*. (Tradução de Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 78.

BECKER, Klaus. A imigração no Sul do Estado de 1844-1852. In: Enciclopédia Rio-Grandense. 5º volume. *Imigração*. Canoas: Editora Regional Ltda, 1958, p. 322.

GARCÍA ABAD, Rocio. Una propuesta metodológica para un análisis micro de las migraciones a corta y media distancia: los seguimientos nominativos. *Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*. Castelo Branco/Portugal: ADEH/ Instituto Politécnico de Castelo Branco. 2: 9-24, 2004.

LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, v. 8, dez 2002, p. 37-68.

_____. Jornais Pelotenses Diários na República Velha. *Ecos Revista*, EDUCAT – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 5-34, abril de 1998.

MAGALHÃES, Mario Osório. A presença portuguesa em Pelotas no século XIX. In.: GILL, Lorena Almeida, LONER, Beatriz Ana e _____

(Orgs.). *Horizontes Urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004. p. 109-17.

SEIDLER, Carl. *Dez Anos de Brasil*. (Tradução de Bertoldo Klinger) 3.ed. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. 574f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou forma. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34).

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: OS CAMINHOS DE JACOBINA E AS REMEMORAÇÕES DO PASSADO MUCKER

Daniel Luciano Gevehr*

Considerações iniciais

Esse estudo se propõe discutir a dinâmica que envolveu a construção do roteiro turístico *Caminhos de Jacobina*, localizado no atual município de Sapiranga (RS) e problematiza os processos que estiveram envolvidos na (res)significação do conflito Mucker, que aconteceu na localidade, no final do século XIX. A partir da reelaboração e ressignificação do conflito e, de forma especial, sobre sua líder Jacobina, a municipalidade – mais especificamente o poder público municipal – acabou se apropriando do passado Mucker e lançou, em 2001, um roteiro turístico, conhecido como *Caminhos de Jacobina* – que acabou patrimonializando o passado Mucker na cidade.

Através do roteiro criado, os visitantes podem conhecer pontos turísticos, monumentos, belezas naturais e diferentes locais da cidade, que permitem explorar os lugares de memória da cidade, associados ao passado Mucker. Dessa forma, procuramos analisar quais os elementos simbólicos presentes nos lugares de memória que constituem os *Caminhos de Jacobina*. A análise desses elementos nos permitirá melhor compreender como ocorre, ainda hoje, a manipulação da memória e a rememoração desse passado, bem como entender os pontos de referência que dão certa identidade aos sapiranguenses, que passam e perceber no seu Patrimônio Cultural e no Turismo, a presença dos Mucker.

* Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Antes de prosseguir com nosso problema de pesquisa, é preciso lembrar que o conflito Mucker (1868-1874) marcou de forma definitiva a história do atual município de Sapiranga (RS) no qual ocorreu o conflito e que no século XIX correspondia a parte da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, fundada em 1824 por D. Pedro I. O conflito, que envolveu imigrantes e descendentes de imigrantes alemães, ocorreu em um ambiente de muitas transformações econômicas e sociais associadas ao processo de imigração que ocorria no século XIX no sul do Brasil. Vale lembrar que nesse contexto Jacobina, a líder dos Mucker foi considerada como a principal culpada pelos fatos ocorridos no Ferrabraz (local onde ocorreu o conflito). Em lado oposto, o coronel genuíno Sampaio, líder das tropas que lutaram contra os Mucker e que acabou morrendo em combate, teve sua imagem glorificada.

Atentamos para o processo de ressignificação das representações (JODELET, 2001) criadas sobre os Mucker, identificando as transformações significativas de que foram alvo ao longo do período que compreende o final do século XIX até os dias atuais. Destacamos, sobretudo, o processo de manipulação da *memória* (LE GOFF, 2003) e dos sentimentos coletivos da comunidade em que o episódio ocorreu, evidenciado na eleição dos símbolos e dos lugares de memória da cidade de Sapiranga, através dos quais se deu a materialização dessas imagens e dos *sentimentos coletivos* (BRESCIANI; NAXARA, 2004) em relação aos Mucker (termo alemão que pode significar santarrão, beato, fanático religioso).

Inicialmente, a difusão de determinadas representações sobre os Mucker e sobre sua líder Jacobina, se deu através da publicação da obra *Os Mucker* (1906), por Ambrósio Schupp, um jesuíta alemão que chegou no Brasil em 1874, mesmo ano do desfecho do conflito. Deve-se, principalmente ao conteúdo de sua obra a construção de um imaginário essencialmente negativo em relação ao grupo liderado por Jacobina e que acabou se difundindo entre a população. Mesmo com estudos posteriores, como o de Leopoldo Petry (1957) e de estudos acadêmicos como os de Janaína Amado (1976), João Guilherme Biehl (1991) e Maria Amélia Dickie (1996), que procuraram dar outras versões sobre o conflito, os Mucker continuaram sendo conhecidos pela comunidade sapiranguense como um grupo de fanáticos religiosos até o início do século XXI. O mesmo podemos afirmar em relação à imprensa, que desde o final do

século XIX tentou imprimir uma representação extremamente negativa em relação aos Mucker. Exemplos disso tivemos em jornais como o *Deutsche Zeitung* e também no jornal *O Ferrabraz* – jornal publicado em Saporanga, nas décadas de 1950 e 1960.

No sentido contrário da visão que apresenta o conflito como resultado do fanatismo religioso observamos, na década de 1990, o início de um novo período das representações e idealizações construídas sobre os Mucker. Merece destaque nesse novo contexto a obra literária *Videiras de Cristal*, de Antônio Luiz de Assis Brasil. O romance histórico em questão abriu espaço, em nível estadual e nacional, para a discussão sobre o tema, algo que de certa forma ainda se mostrava bastante velado na região em que ocorreu o massacre.

Esse processo, de significativa transformação no âmbito da criação e difusão de representações sobre os Mucker, se tornou mais evidente se observarmos o processo que envolveu a criação daquilo que Pierre Nora (1993) chama de *lugares de memória*. Esses lugares, que procuram marcar no tempo e no espaço os lugares dos Mucker foram alvo de manipulação e ressignificação, na medida em que os interesses presentes especialmente no início do século XXI se associavam a ideia de projeção de Saporanga no cenário nacional, especialmente através do filme *A Paixão de Jacobina*, produzido pela família Barreto em 2002.

Os (des)fragmentos da memória: percorrendo os lugares dos Mucker na cidade

Com o propósito de compreender o processo que envolveu a construção dos lugares de memória e a difusão de imagens e representações sobre os Mucker e sobre a líder Jacobina, atentamos para aquilo que Halbwachs (2004, p. 150) nos diz sobre os lugares de memória. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva. Dessa forma, quando uma comunidade elege seus lugares de memória e também seus símbolos e heróis – que passam a representá-la – pode-se perceber os

condicionantes que estiveram envolvidos nesse processo de construção das representações.

Procurando discutir criticamente esses processos de produção de representações sobre os Mucker e suas manipulações no âmbito da cidade, podemos lembrar aquilo que Stuart Hall afirma, quando se refere às questões identitárias, para quem essas são produzidas pelos diferentes grupos sociais interessados. Para ele *a identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem ser sequer pensadas.* (HALL, 2014, p. 104) Seguindo essa interpretação, observamos que no caso de Sapiranga, houve esse trabalho de construção de uma *identidade* para o lugar, na medida em que o passado Mucker será transformado numa espécie de mito fundante da cidade. Assim, se no passado os Mucker deveriam ser esquecidos, a partir do processo de ressignificação do final do século XX, os Mucker passam a servir de ponto de referência para a construção identitária da cidade.

Ainda de acordo com Stuart Hall, entendemos que essa identidade, que associa Sapiranga aos Mucker, foi construída a partir de *características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de uma mesmo ideal* (Ibidem, p. 106). Ou seja, nesse caso, mesmo que a iniciativa de promover o turismo na cidade “em cima do passado Mucker” tenha partido do poder público municipal, isso nos permite pensar que essas mesmas ideias foram assimiladas – ainda que em parte – pela população local, num processo que Hall denomina de *articulação, saturação ou sobre-determinação* (Ibidem, p.106)

Outra questão importante em nossa pesquisa é a compreensão da construção dos símbolos associados aos fatos e personagens que marcaram a história de um grupo. Sobre essa questão, José Murilo de Carvalho (1990, p. 13) refere-se à associação existente entre construção dos imaginários sociais e a criação de diferentes símbolos para reforçar uma determinada visão sobre o passado. Para ele, a manipulação dos símbolos, das alegorias e até mesmo dos mitos criados sobre os personagens históricos nos ajuda a compreender a dinâmica que envolve a construção dos imaginários sociais.

A eleição de Jacobina, líder dos Mucker e Genuíno, líder das forças imperiais – como representantes dos dois lados do conflito – remete-nos à análise feita por Carvalho, para quem o processo de “heroificação” inclui necessariamente *a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas* (1990, p. 14) o que ocorreu com Jacobina e Genuíno. Além do papel desempenhado pelos testemunhos na construção de representações sobre os Mucker, deve-se ressaltar a importância – atribuída por Halbwachs – da constituição dos lugares de memória e sua significação.

Fundamental para a análise do processo de construção dos lugares de memória é considerarmos o significado que esses diferentes lugares apresentam. É nesse sentido que destacamos a criação dos diferentes lugares de memória (monumentos, praças, instituições, etc.) dos Mucker em Sapiranga, município onde ocorreu o episódio no final do século XIX, seguindo a interpretação proposta por Françoise Choay (2001, p. 17), para quem os monumentos servem para *advertir ou lembrar, tocando nas emoções*.

A primeira demonstração dessas tentativas – de criar lugares de memória dos Mucker – através da monumentalização, temos no túmulo localizado no Cemitério do Bairro Amaral Ribeiro, que tem o morro Ferrabraz ao fundo.



A *sepultura* construída em 1874 foi a primeira representação monumental construída pela comunidade da Colônia Alemã para homenagear aqueles que haviam dado sua vida no combate aos Mucker.

Esse monumento localizado no cemitério do Amaral Ribeiro, em Sapiranga, procurou enaltecer a ação dos colonos mortos em combate, ao mesmo tempo em que apontou os Mucker como seus assassinos. Na lápide da sepultura, encontramos uma homenagem prestada aos homens que morreram em virtude dos supostos ataques dos Mucker e assinada pelos moradores da colônia. Como contraponto disso, temos o fato de Jacobina, juntamente com dezenas de Mucker assassinados, terem sido enterrados em uma vala comum nas proximidades do local onde ficava a residência de Jacobina e onde seria, décadas mais tarde, erguido o monumento em homenagem ao coronel Genuíno.

Além da sepultura, que é o primeiro lugar de memória construído sobre os Mucker, temos o *Monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio* e a *Cruz de Jacobina*, ambos localizados ao pé do morro Ferrabraz. A materialização do primeiro tinha como finalidade homenagear o Coronel Genuíno Sampaio, líder das tropas contrárias aos Mucker e que havia tombado em combate em 21 de julho de 1874.

O monumento, construído em 1931 e inaugurado no ano seguinte, resultou da iniciativa de um morador de Sapiranga, Reinaldo Scherer, um jovem morador do morro Ferrabraz, que, através do seu gesto, transformaria Genuíno num herói para a comunidade sapiranguense. Naquele momento a ideia do jovem morador da colônia era entendida pela comunidade como uma forma de tradução dos sentimentos coletivos, que assim se materializavam no projeto elaborado por Scherer.



Concomitantemente ao ato de inauguração do monumento, que contou com várias autoridades, registramos a entrega a alguém, cujo nome não é mencionado, mas que acreditamos se tratar de um vereador da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, da *Bíblia* que supostamente Jacobina utilizava em suas pregações religiosas. Destacamos o simbolismo que reveste esse ato, que confiava às autoridades a guarda de um dos símbolos das crenças praticadas por Jacobina, impedindo, dessa forma, que o fanatismo fosse retomado.

Já a colocação de uma *cruz* no local em que Jacobina foi assassinada não ocorreu da mesma forma. Ao que tudo indica, a colocação de uma cruz de madeira no local onde Jacobina e mais 16 adeptos foram mortos no dia 02 de agosto de 1874 deu-se apenas na década de 1910. A execução dessa obra, no entanto, não foi registrada através de fotografia, nem em documento escrito ou de qualquer ato oficial de inauguração, o que revela o aspecto não oficial e que procurava não despertar a atenção da comunidade em relação ao feito, uma vez que Jacobina não deveria ser evocada novamente nos sentimentos – e na memória – da comunidade.



Tomados como *símbolos espaciais* (OLIVEIRA, 2003, p. 09), tanto a cruz de Jacobina quanto o monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio foram erguidos pela comunidade local no cenário onde havia ocorrido o conflito, possuindo nítidos significados antagônicos.

Essas visões polarizadas, entre “o bem e o mal”, foram responsáveis, em grande medida, pela construção do imaginário social sobre os Mucker.

Seria somente no início do século XXI que Jacobina teria um monumento¹ construído em sua homenagem. O monumento erguido na praça (conhecida popularmente como “Praça da Jacobina”), localizada logo no acesso ao centro da cidade, foi construído em 2006, por iniciativa do vice-prefeito municipal Fernando da Cunha, para homenagear Jacobina. Percebe-se que naquele novo contexto, a líder dos Mucker revestia-se de um novo significado para a cidade, na medida em que ela foi a responsável pela projeção de Sapiiranga em nível nacional, através do lançamento da obra cinematográfica *A Paixão de Jacobina*, que baseou-se na obra *Videiras de Cristal* de Assis Brasil. A partir desse contexto, Jacobina encontrava-se como heroína, cujos princípios acabaram sendo transformados em motivo de celebração. Observando-se o monumento encontramos, na sua base, uma inscrição com um breve perfil biográfico de Jacobina, de autoria de Daniel Gevehr, e que apresenta uma breve biografia de Jacobina.

¹ O conceito de cultura material e imaterial está de acordo também com os estudos realizados por José Newton Coelho Meneses. Para ele: Têm-se colocado como distintos no conceito de patrimônio material e o que se configuraria como um patrimônio imaterial. O primeiro seria o conjunto das construções físicas do homem na sua relação com o meio ambiente para o atendimento de suas necessidades práticas. O segundo conjunto agruparia as construções mentais e os valores culturais configurados em signos e significados diversos. Essa dicotomia não se sustenta nem didaticamente, posto que a inteligibilidade de uma manifestação cultural só tem sentido se percebida em conjunto. O universo material media sentidos, valores, significados. Separá-los em sua compreensão, buscando uma compartimentação irreal da vida, seria destruir a possibilidade de apreensão da construção de uma cultura. (MENESES, 2004, p. 24).



O imaginário, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os *lugares de memória*, na expressão de Pierre Nora, para quem *a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos* (1993, p. 25). Acreditamos que a sepultura do Cemitério do Amaral Ribeiro, a cruz e os monumentos de Genuíno e de Jacobina, desempenham, enquanto lugares de memória, papel fundamental no processo de construção do imaginário sobre os Mucker.

Além desses lugares, que nos remetem a lembrança dos Mucker, encontramos outros vários lugares – de memória – em Sapiranga que nos fazem lembrar do conflito, num exercício cotidiano de relemburar os Mucker e os fatos e personagens associados a eles. Exemplos concretos dessas iniciativas da comunidade, no sentido de manter viva a memória do tempo dos Mucker tivemos em 1901, a fundação do Clube 19 de Julho. Chamamos a atenção para a data de sua fundação, 19 de julho, dia e mês em que a casa de Jacobina foi destruída pelas forças imperiais no Ferrabraz. cremos existir aí bem mais que uma simples coincidência, já que esta data era bastante significativa para a comunidade, por representar a data em que a “fortaleza do Ferrabraz” foi destruída. Embora não tenhamos fontes documentais ou testemunhos orais para corroborar nossa hipótese, impõe-se a possibilidade de vincularmos as duas datas do dia 19 de julho, a de 1874 e a de 1901.

Em 1937 se deu a criação e a inauguração do atual Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, localizado na zona central da cidade e, portanto, lugar de passagem e circulação da comunidade. A denominação da principal escola pública de Sapiranga foi realizada

através do Decreto nº 6702 de 27 de agosto de 1937. Assim o herói da luta contra os Mucker tinha seu nome materializado em uma das mais importantes instituições da localidade e cuja lembrança se mantinha viva na memória de seus moradores cotidianamente. Também o CTG Pedro Serrano, fundado em 24 de junho de 1952 merece destaque nessa perspectiva de análise. Sua denominação aparece a partir na documentação pesquisada desde 1961, fazendo com que todos relembassem a atuação de Pedro Schmidt (conhecido pelos moradores da região à época do conflito como Pedro Serrano), como líder local das tropas de Genuíno no episódio do Ferrabraz, ao lado do Coronel, tendo Jacobina como rival. O principal aliado de Genuíno teve, dessa forma, seu nome registrado na memória da comunidade, sendo materializado em uma das instituições mais importantes do âmbito da vida cultural de seus moradores.

Nesse contexto de mudanças, a municipalidade (criada através da emancipação de São Leopoldo em 1955) daria início a um processo – significativo – de construção de símbolos e nomeações de espaços da cidade, que inevitavelmente remeteram a história dos Mucker. Nomes de ruas, praças e avenidas que identificavam, num primeiro momento apenas aqueles que lutaram contra os Mucker apareceram de forma evidente. Somente no final do século XX e principalmente a partir de 2002, com o lançamento do filme, a municipalidade tratou de promover a nomeação de diferentes espaços da cidade de *Jacobina* ou outras denominações que se associavam a fatos ou personagens ligados diretamente ao lado dos Mucker. Era um novo tempo, em que a possibilidade de associar o nome de Jacobina com o desenvolvimento do turismo local se apresentava como uma grande possibilidade.

O (re)construção do passado Mucker e o turismo na cidade: Caminhos de Jacobina

De acordo com José de Meneses (2004, p. 21) a História e o Turismo Cultural, em seus limites interpretativos, *monumentalizam eventos e musealizam existências*. É nessa perspectiva que entendemos que os Mucker e Jacobina foram alvo de um amplo processo de ressignificação, em decorrência do projeto de desenvolvimento do

turismo local, desencadeado no final do século XX e início do século XXI.

Conhecidos em função da literatura e do cinema, os Mucker e sua líder Jacobina passaram a assumir uma nova representação, uma vez que poderiam servir aos interesses econômicos e políticos do município, na medida em que poderiam projetar a cidade no roteiro turístico nacional. Isso ocorreu de fato, através da criação dos *Caminhos de Jacobina* em 2001. Esse projeto resultou da parceria entre o Departamento de Turismo de Sapiiranga e o SEBRAE e contemplou diferentes lugares de memória dos Mucker. Através dele a comunidade percebeu a possibilidade de se valer da história, antes até mesmo negada ou negligenciada por muitos, para promover o desenvolvimento do município.

Exemplo dessa nova perspectiva temos no folder produzido para promover o turismo da região do Vale dos Sinos e intitulado *Caminhos do Vale: Rota turística* e está organizado de forma que cada um dos municípios envolvidos no projeto mostre sua história e os principais pontos turísticos. Na parte intitulada *Conheça Sapiiranga*, encontramos, na introdução, o subtítulo *Caminhos de Jacobina*, em que é apresentada uma breve síntese da sua história e o significado desse roteiro turístico que permitia aos visitantes conhecer parte da história do município de Sapiiranga, cujas origens se associava aos Mucker.

Outro aspecto que nos chama a atenção nesse processo de construção do projeto de desenvolvimento do turismo da cidade é o logotipo criado para identificar os *Caminhos de Jacobina*. Este tem como imagem o busto de Jacobina vista de perfil, ao qual é justaposto o título *Caminhos de Jacobina*. Chama-nos a atenção a evidência dada à líder dos Mucker. Sua imagem estilizada é empregada simbolicamente para fomentar o turismo da região, e seu nome é transformado em ícone para atrair a atenção dos visitantes.

A representação da mulher guerreira e sagaz é trazida como justificativa para esse enaltecimento construído e materializado pelo projeto em questão. Curiosamente, enquanto Jacobina é enaltecida pelos moradores de Sapiiranga, Genuíno é – a partir de então -gradativamente condenado a uma participação coadjuvante. Cabe observar, no entanto, que mesmo após essa valorização de Jacobina, e que deu origem ao roteiro turístico, ela continuou sendo apresentada como alguém que

liderou um *grupo de fanáticos religiosos* e que teria se autodenominado *reencarnação de Cristo*, conforme podemos verificar no texto impresso no folder *Conheça Sapiroanga*.

Como podemos observar, as placas indicativas colocadas pela prefeitura nos diferentes lugares que constituem os *Caminhos de Jacobina* serviram de guia para os visitantes. No exemplo abaixo observamos a placa que aponta para a cruz de Jacobina, no morro Ferrabraz. Ao lado da cruz de Jacobina, também encontramos uma placa que apresenta aos visitantes um breve resumo sobre o conflito e enfatiza o papel assumido por Jacobina na história do conflito.



O texto apresentado não teve a participação de nenhum historiador em sua elaboração. Ele chama a atenção por reconstituir um cenário marcado por armas de guerra, fogo e gritos, recriando o ambiente no qual Jacobina foi assassinada. Ao descrever Jacobina, ele a apresenta, mais uma vez, como líder de um grupo de fanáticos religiosos e como reencarnação de Cristo. Já os Mucker são apresentados como uma pequena comunidade de fanáticos religiosos que se formou ao pé do morro Ferrabrás. O ambiente de mistério que envolvia o morro Ferrabraz é recriado através de expressões como gritos terríveis, triste episódio, profundo espírito religioso e fanáticos religiosos, reforçando, ainda, a associação entre mistério e fanatismo.



No monumento inaugurado em 1932 para homenagear Genuíno encontramos uma placa que apresenta uma breve biografia do personagem. Genuíno é descrito como o chefe das operações militares que dizimaram os Mucker. Chama-nos a atenção a justificativa dada para o fato de este monumento se encontrar no mesmo lugar em que anteriormente se localizava a casa dos Maurer. Afinal, aquele era o lugar, segundo a interpretação apresentada, onde Jacobina e seu marido realizavam suas práticas religiosas e de cura, motivo que teria deflagrado o conflito no século XIX.



Temos ainda, como parte importante dos *Caminhos de Jacobina* o lugar conhecido como *Colônia de Jacobina*, sendo esse um dos pontos turísticos mais explorados do roteiro. O lugar, que serviu de cenário para as filmagens do filme *Paixão de Jacobina*, está situado no alto do morro Ferrabraz, na localidade de Picada Schneider, zona rural de Saporanga e apresenta aos visitantes o cenário construído pela equipe de filmagens para a produção de *A Paixão de Jacobina*.

Entre os diferentes lugares de memória construídos sobre os Mucker, encontramos ainda a *Pedra Branca de Jacobina*. Ela destaca-se na paisagem, atraindo um bom número de turistas e a atenção dos que sobem o morro para a prática do vôo livre.

Na placa que identifica a *Escadaria na Pedra Branca de Jacobina* encontramos duas inscrições bastante significativas e que procuram explicar aos visitantes o significado do lugar. É informado na placa que o lugar teria abrigado Jacobina e seus adeptos após o ataque sofrido em 19 de julho e do qual resultou o incêndio de sua casa. É preciso, contudo, esclarecer que essa informação não procede, já que o local escolhido pelos Mucker para se esconderem das forças imperiais foi aquele onde encontramos a cruz de Jacobina, e não a caverna como menciona a placa.



A caverna existente no morro Ferrabraz é, também, constantemente associada pelos moradores de Saporanga ao lugar em que os Mucker, a mando de Jacobina, guardavam armas, mantimentos e escondiam-se em situações de ataque. Percebe-se nessas placas, a

veiculação de informações sobre a história e também sobre os lugares associados a ela, que nem sempre se mostram fiéis àquilo que a historiografia ou até mesmo a documentação existentes nos permitem afirmar como reais.

Finalmente, ao identificarmos os lugares de memória dos Mucker, chegamos a algumas constatações importantes e que apontam para as razões de sua criação em diferentes momentos da história. Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio foram os personagens eleitos pela comunidade para representarem, respectivamente, os Mucker e seus combatentes. Se, num primeiro momento, Jacobina é representada como a líder dos Mucker e associada a condutas condenáveis, Genuíno é representado como herói, ao ter dado sua vida ao combatê-los. Já num segundo momento, especialmente a partir da década de 1990, Jacobina passa a ser apresentada como uma heroína, com características morais que a enalteciam, ao mesmo tempo em que Genuíno tem sua atuação reavaliada, sendo colocado como personagem coadjuvante.

A partir das últimas décadas do século XX se percebe um novo olhar sobre a questão. Marcos significativos dessas novas abordagens são, sem dúvida, o apelo comercial e turístico de que foram alvo esses lugares de memória e a produção literária e cinematográfica que muito contribuíram para que Jacobina fosse alçada à condição de protagonista e líder social e, especialmente, desempenhasse a função de guia turística pelos *Caminhos de Jacobina*.

Dessa forma, entendemos que a eleição dos lugares de memória dos Mucker em Sapiiranga está associado a um amplo processo de ressignificação da identidade local, idealizada pelos grupos sociais que a manipula. Sobre essa questão Tedesco (2004, p.65) afirma que as identidades sociais são feitas e refeitas a partir das novidades culturais e das mudanças sociais. Ainda, segundo o autor, nesse processo, está em constante confronto o velho com o novo, em reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos sujeitos, variável de acordo com a multiplicidade de situações sociais do cotidiano e as transformações econômicas e culturais. (Ibidem, p.65) Ou seja, ao longo do estudo que propomos, percebemos que os lugares associados aos Mucker e que, no passado, deveriam ser esquecidos pela comunidade, agora passam a ter

visibilidade e são, portanto, ressignificados e compreendidos como portadores de potencialidades turísticas.

Se, no passado, a líder dos Mucker era associada pela comunidade a uma mancha que *borrava* sua imagem, a partir de então, ela será compreendida como a mulher que motiva o seu *orgulho*. É nessa dinâmica das representações e da construção identitária da comunidade que *Genuíno*, tido como herói no passado por ter apaziguado a colônia, terá sua imagem confrontada com a de Jacobina, transformando-se em um personagem secundário. Diante disso, é possível afirmar que, no início do século XXI, Jacobina saiu vitoriosa na luta pelas representações, sendo celebrada pelos e nos *Caminhos de Jacobina*.

A construção da imagem da líder dos Mucker, entretanto, continua promovendo intensos debates, na medida em que Jacobina não tem um corpo, um rosto ou até mesmo vestígios deixados por ela que nos permitem afirmar como era, de fato, a líder dos Mucker. Essa questão pode ser percebida nos dois exemplos criados pela artista sapiranguense, que tentou recriar Jacobina através da pintura, ainda que sem muitas referências concretas de como era fisicamente a líder dos Mucker. A associação de Jacobina ao ambiente religioso e a também a flor símbolo de Sapiranga, a rosa, são registrados pelo pincel da artista.



JACOBINA (óleo sobre tela com textura acrílica – 50x70cm)



ROSAS PARA JACOBINA (óleo sobre tela – 50x70cm)

Os diferentes elementos que constituem a dinâmica de construção das imagens e das representações sobre os Mucker – e de forma mais expressiva – sobre Jacobina, nos permitem compreender como esse episódio, ocorrido no final do século XIX na Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo (RS), provocou e, ainda continua provocando, intenso debate sobre as diferentes “faces” um dos capítulos mais significativos da história da imigração alemã no sul do Brasil.

Considerações finais

Retomamos mais uma vez aquilo que o historiador José Newton Coelho Meneses afirma quando, referindo-se ao papel desempenhado pelos monumentos, ressalta que *busca[m] tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente. Nesse caso, ele[s] tem, necessariamente, como mediadores a memória construída e a história* (2004, p.31) os lugares de memória sobre os Mucker – espalhados pela cidade de Sapiranga e arredores – constituem-se, dessa forma, em materializações dos sentimentos e dos interesses predominantes em cada época. Sentimentos e interesses que acabaram por determinar a condenação ou a celebração, a memória ou o esquecimento do episódio e de seus personagens.

Nesse contexto, a cidade passa a ser esse espaço no qual estão *pendurados* (NORA, 1993) os símbolos materiais que passam a representar e dar uma identidade ao lugar. Dessa forma, observamos que Sapiranga, atualmente, procura dar visibilidade a sua identidade associada ao passado Mucker, na medida em que esse elemento permite o desenvolvimento do turismo na cidade. Os Mucker, condenados moralmente no passado, são ressignificados pelo poder público municipal que, ao mesmo tempo, tenta impor uma determinada representação dos Mucker, não mais associados a desordem e ao regresso, mas sim positivados de tal maneira que permitem, em nossos dias, atrair visitantes, para conhecer a cidade de Jacobina.

Referências

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker*. São Paulo: Símbolo, 1978.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal: o romance dos Muckers*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memórias e esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

BIEHL, João Guilherme. *Jammerthal, o vale da lamentação: crítica à construção do messianismo Mucker*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Filosofia) – Curso de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 1991.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASTEL, Roger. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOMINGUES, Moacyr. *A Nova Face dos Muckers*. São Leopoldo: Rotermond, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, nº 10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. O teatro da memória e da história: Alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. *Revista de Humanidades*. Caicó: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 4. n. 8, p. 80-110, abr/set. 2003.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORI, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF / Caxias do Sul: UCS, 2004.

CHOCOLATE DE GRAMADO (RS): OS IMAGINÁRIOS CONSTRUÍDOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O TURISMO

Daniela Pereira de Vargas*

Susana Gastal**

Resumo: A história do Chocolate Caseiro de Gramado (RS) inicia na década de 1970, quando Jayme Prawer implanta no município a primeira fábrica do produto, ideia surgida após visita a Bariloche, na Argentina. Muitas ações foram feitas por Prawer e outros para promover o produto e, hoje, o chocolate é uma das representações de Gramado, consolidada no imaginário coletivo, o que se reflete na sua associação ao Turismo na Região, antepondo-se à germanidade das raízes da imigração. Deste modo, o presente estudo procurou através da reconstrução da história do Chocolate de Gramado averiguar como ele se consolidou como imaginário, associado ao Turismo no local, visto que na pesquisa realizada por Da Rosa (2006), um dos itens para voltar a Região das Hortênsias ou recomendar a visita à mesma, relacionava-se a realização de compras de artigos regionais como malhas, couro, artesanato e Chocolate. Sendo assim, o presente estudo se caracteriza por seu corte qualitativo e por seu caráter exploratório, tendo por objetivo contextualizar teoricamente os imaginários construídos em torno do Chocolate de Gramado no seu vínculo com o Turismo no local. Como metodologia, o estudo utilizou a história oral, com apoio das pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa identificou que o produto surgiu de uma proposta trazida da Argentina por Jayme Prawer. Com sua introdução, Gramado passa a reproduzir o imaginário argentino associado ao produto em anteposição a germanidade, e cria em torno do Chocolate um imaginário de produto sofisticado e de produção caseira, em parte reportando ao ‘colonial’, para um consumo de elite. Mais recentemente, adotado o conceito de tematização, passa-se a presença de um imaginário *disneyficado*. Hoje, duas linhas de imaginário estão fortemente presente no Chocolate de Gramado e no

* Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul.

** Doutor. Professor Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul.

município: o de europeização e o de disneyficação. A pesquisa também mostrou que os imaginários do Chocolate alimentam o Turismo local.

Palavras-chave: Turismo, Imaginário, Chocolate, Gramado, RS.

Introdução

A história do Chocolate Caseiro de Gramado (RS) inicia na década de 1970, quando Jayme Prawer implanta no município a primeira fábrica, após conhecer o produto em Bariloche, na Argentina, e visitar um de seus fabricantes, a Carima. Para Prawer, haveria similaridade entre a cidade argentina e Gramado, em termos de clima, levando-o a considerar a possibilidade de sucesso do produto, se fabricado na Serra Gaúcha. No final de 1975, a Prawer é implantada, iniciativa logo imitada por outros fabricantes, levando a que o produto se tornasse ícone gramadense, difundido pelo Brasil, presente no imaginário coletivo, indelevelmente associado à cidade. Hoje, a região turística da Serra Gaúcha está incluída entre os principais destinos turísticos do Brasil e não se pode negar a importância da presença do Chocolate, para que tal acontecesse.

Deste modo, o presente estudo procurou, através da reconstrução da presença histórica do Chocolate em Gramado, averiguar o percurso na sua consolidação como imaginário e na sua associação ao Turismo no local, visto que pesquisa realizada por Da Rosa (2006) apontou-o como um dos itens que os turistas consideram importantes para estimulá-los a voltar a Região das Hortênsias ou mesmo para recomendar a visita à mesma. Sendo assim, o presente estudo se caracteriza por seu corte qualitativo e por seu caráter exploratório, tendo por objetivo contextualizar teoricamente os imaginários construídos em torno do Chocolate de Gramado no seu vínculo com o Turismo no local. O método escolhido foi a história oral, envolvendo não apenas as entrevistas e a valorização das fontes orais, mas também o apoio através de revisão bibliográfica e pesquisa documental. As entrevistas, sob a concepção da história oral, foram feitas de maneira aberta e informal, considerando a posição dos entrevistados em relação ao tema em estudo e o significado de sua experiência, ou seja, como pessoas que testemunharam ou participaram da história do Chocolate em Gramado.

Chocolate em Gramado

Território originalmente ocupado por indígenas, a partir de 1875 estabeleceram-se na hoje cidade de Gramado, famílias luso-açorianas que exerciam atividades associadas ao tropeirismo, advindo daí, inclusive, sua denominação, então referindo a um gramado, próximo a um riacho, que servia de área de descanso para os viajantes que circulavam na região (RIEGEL 1995). Os europeus vindos da península itálica estabeleceram-se, primeiramente, no interior do município, como produtores rurais. Os germânicos, de maneira especial aqueles estabelecidos em Porto Alegre desde as décadas iniciais do século XIX, teriam chegado a Gramado apenas anos mais tarde, já no início do século XX, adotando a cidade como área de veranismo de segunda residência. Daí os hibridismos culturais que marcam a cidade, mais evidentes na sua oferta gastronômica urbana (SANTOS et al., 2007).

O lugarejo do início do século XX cresceu, atraindo visitantes e veranistas motivados por sua qualidade paisagística e pelo seu clima ameno, considerado como propício à saúde, no tratamento de doenças respiratórias (RIEGEL, 1995). Na atualidade, o Turismo é uma atividade fundamental para economia local, pois 90% das receitas do município proviriam da mesma, impulsionando os serviços de hospedagem, de alimentação, de transporte e o comércio; os setores industrial e agrícola complementam a arrecadação (GRAMADOTUR, 2013), fruto de esforços e de investimentos locais, tanto públicos como privados, o que levou ao desenvolvimento de uma infraestrutura ampla e qualificada. Em anos recentes, o Chocolate passou a fazer parte de sua história, antes marcada pelo café colonial e pelo artesanato em cerâmica e madeira decoradas, todos apresentados como ‘alemães’.

A presença do Chocolate Caseiro inicia na década de 1970, quando Jayme Prawer implanta no município a primeira fábrica do produto. Prawer, filho de imigrantes vindos da Polônia, chegara a Porto Alegre, capital do Estado, em 1925. A sua ligação com Gramado começou no verão de 1936 quando, com apenas 11 anos de idade, chegou à cidade em companhia da avó, para visitar um familiar (PRAWER,

2010). Em 1953, já formado em Odontologia, segundo sua filha Nádia¹, “*resolveu vir a Gramado clinicar*”, ali ficando por três anos, quando a família retornou para Porto Alegre. Nadia relembra: “*Minha mãe ficou com toda a saudade de Gramado e meu pai resolveu comprar uma casa de veraneio aqui. Nós vínhamos veraneiar em Gramado. Nós éramos os legítimos veranistas de Gramado*”. Mas, a estadia na cidade logo rendeu o primeiro negócio, a Churrascaria Bela Vista. Já em 1972, Prawer inaugurou o Café Colonial Bela Vista, de grande sucesso entre os turistas e por muito tempo uma referência na área.

Em 1975 deu-se a viagem a Bariloche, na Argentina, onde, dentre outras atrações que a cidade proporcionava, estava o chocolate caseiro. Caracterizado como um empreendedor e visionário, Prawer aproveitou a oportunidade para visitar uma pequena fábrica do produto, a Carima. O que parecia como certa similaridade da cidade argentina com Gramado, principalmente em termos de clima, levou Prawer a pensar em produzir o produto no Brasil, e já naquele momento acertou uma parceria com o industrial argentino, que seria responsável por treinar a equipe brasileira. O escolhido para o treinamento foi Isidoro Manara, cliente de Prawer no consultório em Porto Alegre e experiente profissional de confeitaria, pois atuara na Neuguebauer² por dezoito anos (PRAWER, 2010).

Prawer e Manara começaram a desenvolver as receitas de tabletes e ramas para a produção local, no entanto, faltava o maquinário especializado, o que não seria problema, pois o odontólogo desenhou pessoalmente os equipamentos necessários (PRAWER, 2010). Além do maquinário, outra dificuldade encontrada foi a adequação ao clima. Segundo Norma Moesch³:

Eu não sei estimar, mas eu quero crer que ele levou mais de ano pra poder colocar esse produto, depois de dizer ‘a fábrica está pronta’, na rua. A informação que se tomou conhecimento é que

¹ Depoente. É filha de Jayme Prawer e diretora da empresa Chocolate Prawer.

² Primeira fábrica de Chocolate instalada no Brasil, na cidade de Porto Alegre/RS.

³ Depoente. Na época de inauguração da Chocolate Prawer, a depoente era membro da diretoria da Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul.

eles não conseguiram acertar o chocolate, cujo know how ele comprou em Bariloche. É de lá que veio a receita dele, mas eles não acertavam o ponto do chocolate. E ele apanhou feio. Não conseguiram nivelar o clima, ou seja, entendendo que a Serra Gaúcha é um local frio e Bariloche é um local frio, esse nivelamento, aparentemente, era suficiente, mas na verdade o frio de lá e o frio daqui, segundo o que foi apurado, era muito diferente e aí a tecnologia que ele precisou importar e por isso custou muito caro essa fábrica dele, porque ele teve que criar internamente, nas dependências da fábrica um clima que se (...) assemelhasse (...).

Superadas as dificuldades, no final de 1975 a Prawer iniciava a produção de barras e ramas em uma fábrica de 70m², com três artesãos trabalhando. Em fevereiro de 1976 foi aberta a primeira loja, em data que coincidiu com a realização do Festival de Cinema de Gramado, o que levou a forte repercussão na mídia. Jayme Prawer recorda: “Quando os jornalistas de todo o país chegaram para o Festival e visitaram nossa fábrica de Chocolate Caseiro, se entusiasmaram, pois conheciam esse produto apenas de Bariloche; nunca tinham visto nada parecido no Brasil” (PRAWER, 2010, p. 27). Gilnei Casagrande⁴ fez comentário similar, dizendo que “*ninguém conhecia Chocolate, não existia essa magia que tem hoje do Chocolate, o gosto, os sabores, os aromas do Chocolate*”.

O modelo deu certo e em seguida foram inauguradas novas empresas em Gramado como a Lugano (1976) e a Planalto (1977). Segundo Nadia Prawer, todas tiveram como marco inicial a Chocolates Caseiro Prawer: “*Começaram a sair pessoas e a colocarem outras fábricas de Chocolate (...) e todos, todos, foram, digamos assim, a raiz. Veio da Prawer, a raiz saiu daqui, do pai*”. Para Caio Tomazelli⁵:

A Prawer foi pioneira sempre, em muitas iniciativas. Foi a Prawer que fez a primeira linha de Páscoa; foi a Prawer que lançou o Mentinha, o fondue de Chocolate; o primeiro programa de

⁴ Depoente. Diretor do Arquivo Público Municipal de Gramado e Mestre em História.

⁵ Depoente. Trabalhou na Prawer por quase trinta anos.

qualidade foi a Prawer quem fez, o APPCC⁶ foi a Prawer; linha especial de Chocolate para hotelaria foi a Prawer quem lançou. Então, todo esse processo de evolução teve muito a ver com a história que a Prawer desenvolveu.

O produto tornou-se ícone gramadense e venceu as fronteiras do Estado, pois além de os turistas o comprarem e o levarem como presente no seu retorno, Jayme Prawer viajava para comercializá-lo e, consequentemente, à cidade de Gramado (PRAWER, 2010). Nadia recorda: *“Quando o meu pai lançou o Chocolate ele fez aquelas caixinhas que tem até hoje, um pouquinho diferente, e ele escreveu na caixinha (...) ‘Conheça o Brasil visitando Gramado’. Ele não ganhava nada para isso e não era nem secretário de Turismo”*. As estratégias para demonstrar o produto não paravam por aí e uma delas é descrita por Norma Moesch:

Eu acho que essa foi a grande diferença e, no meu entender o passo que Gramado deu para levar o produto já numa dimensão em escala (...) se dá no momento em que o senhor Jayme Prawer faz uma belíssima negociação e coloca o chocolate de Gramado nos kits de viagem da Varig. Então, a Varig coloca o chocolate de Gramado nos seus hotéis, que eram hotéis de luxo, no frigobar do hotel aqueles displays cheios de chocolate de Gramado, com as hortênsias. (...) Então, eu acho que essa negociação que o senhor Jayme Prawer fez com a Varig foi o grande salto que Gramado deu para se posicionar no Brasil.

Estas iniciativas de promoção da Prawer e, consequentemente, da cidade de Gramado, também é lembrada por Caio Tomazelli: “A Prawer, para promover o seu produto, promoveu o nome de Gramado também, e isto ajudou a transformar o Chocolate num presente da cidade. Então, toda a vez que nós saíamos para fazer alguma coisa, o prefeito, enfim, todo mundo de Gramado levava o Chocolate e isso se transformou

⁶ Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (ou HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Points) é um método utilizado pela indústria de alimentos que tem como pré-requisito as Boas Práticas de Fabricação. O propósito do mesmo é garantir a produção de alimentos seguros, do ponto de vista higiênico-sanitário, para o consumidor.

numa coisa quase obrigatória”. Essa relação de identidade e de simbologia do Chocolate com a cidade é reforçada pela comunidade. Marta Rossi⁷ relata: “A nossa empresa tem até hoje como hábito, nós não damos primeiro o cartão de visita, nós damos primeiro quando nós chegamos em qualquer reunião o chocolate, porque na cabeça das pessoas, a memorização é bárbara”.

Após a abertura da Prawer em 1975 outras empresas de Chocolate Caseiro foram surgindo em Gramado. A segunda a ser fundada foi a Chocolate Caseiro Lugano, em 1976 por Lauri Casagrande. Enor Francisco Terre da Luz⁸ lembra que em 1985, quando adquiriram a Lugano: *“ninguém de nós conhecíamos Chocolate, a gente era um consumidor de Chocolate”*. A empresa também nasceu pequena, em uma área de 70m² e três funcionários. Em suas lojas, a Lugano introduziu como mudança o autoatendimento o que, *“naquele período foi um salto muito grande (...), aumentou as nossas vendas em quarenta por cento, só com aquela mudança de as pessoas se servirem”*. Outra ideia que ganhou forma, após um curso na Europa, foi o desenvolvimento de produtos utilizando figuras: *“Eu via muita figura na Europa e coisa que aqui no Brasil ainda não existia, né. Ninguém fazia figura de chocolate. O chocolate hoje é infinito no que tu pode desenvolver”*. Em 2004 foi inaugurada, segundo o depoente, *“a primeira loja temática de Chocolate do Brasil”*. A loja tem como anfitrião um urso, o Luguito. Para Terres da Luz, a proposta é as *“pessoas lembrarem da Lugano e lembrarem do urso”*.

Em 1977 foi criada a terceira empresa produtora de chocolate em Gramado, a Chocolate Caseiro Planalto, fundada pelo casal Adail e Liria Bortoluci (PLANALTO, 2013). Segundo Débora Leobet Noel⁹ *“o seu Adail trouxe a ideia (...) vamos abrir um negócio e daí ela [Liria] (...)”*

⁷ Depoente. Diretora presidente da Marta Rossi e Silvia Zorzanello Feiras e Empreendimentos. A empresa é a organizadora e executora do evento Páscoa em Gramado – Chocofest, Festival de Turismo em Gramado, entre outros eventos.

⁸ Depoente. Diretor da Chocolate Lugano.

⁹ Depoente. Psicóloga e gerente da loja da Chocolate Planalto localizada na Avenida Borges de Medeiros em Gramado.

começou a fazer em casa (...) E daí eles começaram a vender”. Em 1984 a empresa passa por um significativo crescimento e muda suas instalações para a Avenida das Hortênsias. No ano de 1989 a empresa muda de local novamente e instala-se numa área de 10.000 m², permitindo o aumento da produção e da diversificação dos produtos. Em 1993 a Planalto tem por estratégia investir no turismo e uma das ações foi a de abrir uma loja no centro da cidade, numa área de 600m² (PLANALTO, 2013). Neste local, além da venda do Chocolate houve investimento em atrativos para os clientes, como cafeteria, gelateria, um ambiente lúdico – com a presença de uma cascata de chocolate – e a instalação de uma minifábrica, onde o turista pode acompanhar a produção do Chocolate.

Nas décadas seguintes, outras fábricas foram surgindo, como é o caso da Caracol (em Canela, em 1982, que somente em 1999 transfere-se para Gramado), Chocolate Gramadense (1982), Do Parke (1986), Florybal (1991), Canto Doce (1997), Don Morello (2005), Chocolataria Gramado (2010), entre outras.

A Chocolate Caseiro Florybal nasceu com o casal Valdir e Janete Cardoso produzindo *“um chocolate caseiro, vendendo num carro comum, vendendo de porta em porta (...)”*¹⁰. Assim como as demais, a empresa também começou numa área pequena, com 21m² e seu nome inicial era Florestal, denominação trocada para Florybal em 1998. A troca de nome veio seguida da troca de endereço, pois devido ao seu crescimento a empresa necessitava de instalações maiores. Em 2002, ela se instala no Bairro Floresta, endereço em que permanece até os dias atuais (FLORYBAL, 2011).

A trajetória dessa empresa esteve marcada pelo foco com o entretenimento. Tiago Cardoso comenta que ao trocarem de endereço precisavam atrair os clientes/turistas e uma das estratégias foi a criação do transporte gratuito, conforme aponta o depoente: *“Como se trata de uma fábrica mais afastada eles pensaram em criar o transporte gratuito. O transporte era todo tematizado, todo decorado.”*. Além do transporte,

¹⁰ Depoente Arminda Bertuzzi. Trabalhou como assessora de imprensa na Chocolate Caseiro Florybal.

durante os anos de 2004 e 2005 a empresa optou por uma decoração tematizada na fachada da loja da fábrica (FLORYBAL, 2011). Segundo Cardoso o objetivo era:

Misturar o chocolate com o entretenimento, com essa magia. Principalmente criança, é um público que a gente gosta de trabalhar bastante porque a criança vai na loja já vê aquele chocolate diferente, ela já fica encantada com tudo aquilo, com esse mundo de chocolate por todos os lados e então agente buscou criar mais um diferencial para dar toda essa emoção, toda essa vida dentro da loja, para o cliente sair encantado realmente.

A partir daí a empresa começou a se lançar, de fato, no mercado de entretenimento turístico. Em 1º de fevereiro de 2006 a Florybal lançou a Loja Temática, localizada na Avenida das Hortênsias, logo a seguir comprando o prédio vizinho, para criar sua Loja Vip. A Loja Temática possui uma fachada interativa e um túnel, também tematizado, que liga as duas lojas e a mini fábrica. Seguiu-se a Play House Florybal, em Canela, que além da loja de Chocolate possui um espaço com pista de patinação; a pista, composta por um gel que proporciona a sensação de patinar sobre chocolate, é também aromatizada. No mesmo espaço está o Território dos Horrores, que como o nome já diz, busca despertar o medo nos visitantes. Outro espaço, a Play House, conta com cafeteria com acesso livre à Internet. Em 2011, inauguram outro empreendimento tematizado pelo chocolate: o Parque Terra Mágica Florybal, com 67 mil metros quadrados (FLORYBAL, 2011).

Sendo assim, se pode considerar que, ao longo dos 38 de existência do produto em Gramado, o Chocolate passou por transições de conceitos, de apresentação do produto e de lojas, cruzou as fronteiras do Estado tornando-se simbólico da cidade, ao alimentar o imaginário e o turismo no local. Mas, trata-se de uma história em processo, pois continua a ser construída: cada retorno à cidade mostra novas e diferentes ofertas associadas ao Chocolate.

Imaginário

Para pensar a questão ‘imaginários’ é necessário considerar que o humano, enquanto um ser vivo e criativo, desdobra-se entre o plano da materialidade e o do simbólico, sendo este último o que irá alimentar o

mundo do imaginário. Maffesoli (2001) refere o imaginário como sendo um reservatório motor. Por *reservatório*, o sociólogo considera a agregação de imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real, leituras de vida, que sedimentam um modo de ver, de agir e de sentir e, como tal, impulsionando modos de ser e de estar no mundo. Para Silva (2003, p. 12), “o imaginário é uma distorção involuntária do vivido que se cristaliza como uma marca individual ou grupal. Diferente do imaginado – projeção irreal que poderá se tornar real – o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor”. Para Gastal (2005), o imaginário é, antes de tudo, o sentimento construído pelas pessoas com relação a objetos, a locais ou a outras pessoas. Os imaginários falam de sentimentos, de desejos e de necessidades humanas, individuais ou coletivas.

Levando em consideração tal contextualização, o Turismo – em especial através da divulgação dos lugares – associa sentimentos, ou seja, imaginários, às suas manifestações concretas. No caso de Gramado, aqui apresentado, o Chocolate se apresenta como um componente importante nas construções de sentido em torno da cidade. O Chocolate passou a agregar-se à imagem do local, tornando-se uma representação do município associada ao espaço de convivência tanto da comunidade local quanto dos turistas. Na atualidade, a pesquisa realizada no local mostrou que a presença do produto no local, nos seus primórdios na década de 1970, reforçava a aproximação entre cidade da Serra Gaúcha e Bariloche, na Argentina, um destino turístico já consolidado e visto como sofisticado. Por outro lado, a presença da palavra *caseiro* na sua denominação, de certo modo remetia ao artesanato e às manualidades, então muito fortes na cidade gramadense, associando a ela a origem colonial.

Mas, o imaginário artesanal, nele implícito os fazeres coloniais associados à imigração para região, no século XIX, será de fato consagrado no momento subsequente. Troca-se a expressão *Chocolate Caseiro* pela *Chocolate Artesanal*. Mais recentemente, a proliferação de fábricas e lojas do produto passou a se marcar pela concorrência entre elas, dando ênfase a segmentação e a tematização, em ambas, se caracterizando a presença do imaginário tradicional e de novos imaginários. Por segmentação entende-se a diversificação que busca atender nichos mercadológicos específicos, e a tematização sendo a

forma de alimentar esse imaginário, pois tematizar seria criar situações que transportem as pessoas a outro lugar e tempo, agregando ao produto gastronômico, um forte viés de entretenimento a ser posto a serviço do turismo.

Se nos momentos iniciais o Chocolate surgiu na cidade como a um produto de elite, a ser consumido por poucos em razão do seu custo elevado, com o passar dos anos o produto se popularizou não apenas na Serra Gaúcha, mas em todo País, passando a ser mais largamente consumido, inclusive pela comunidade local, mas em especial pelos turistas ou mesmo por pessoas que, embora não indo à Gramado, o recebiam como um presente. As estratégias nacionais para promover o Chocolate, das quais Gramado se beneficiou, permitiram que o produto conquistasse o paladar das pessoas e fosse introduzido na alimentação em diferentes formas – líquido, sólido, barra, bombom, fondue, coberturas, entre outras –, sendo adquirido diretamente ou presenteado. O Chocolate deixa de ser um produto para ocasiões especiais como a Páscoa, e passa a frequentar o cotidiano das pessoas. Ao questionarmos uma atendente de uma loja de Chocolate na cidade de Gramado sobre o que ele representaria hoje para a comunidade e para o turismo da cidade, a mesma respondeu com o que talvez seja a melhor síntese desse novo imaginário: *“Chocolate é tudo. É pobre, é médio, é rico. O turista não compra uma lembrancinha, ele compra um chocolate”*. Para Caio Tomazelli, o Chocolate *“se transformou num, numa espécie de souvenir da cidade. Um presente que todo mundo gosta de receber. E, também graças ao marketing, a promoção que foi feita pela Prawer, pelos outros fabricantes”*.

Muitas empresas locais, ainda trabalham o imaginário ‘Chocolate Caseiro’, outras passaram a denominá-lo de Chocolate Artesanal e, nos dias atuais, aparece a designação Chocolate Gourmet. Tomazelli explica que o *“gourmet é uma segmentação (...) Surgiu agora, de alguns anos para cá, é, porque a evolução do chocolate foi assim: chocolate caseiro, chocolate artesanal e agora o chocolate gourmet”*. Bernardete Porti, ex-funcionária das empresas Prawer e Caracol e atualmente proprietária da Chocolate D’Canela, o produto produzido por ela significa uma *“linha caseira mesmo, aquele antigo chocolate feito de panela ainda, que tu derrete tudo, sabe, tudo manual. Bem caseiro.”*

Portanto, o Artesanal passa a demarcar uma nova segmentação para o Chocolate de Gramado, que se caracteriza pela aplicação de técnicas de pinturas, recheios e formatos diferenciados, a utilização de alguns ingredientes, que antes não eram comuns, cravo, canela, noz moscada, pimenta, além da aplicação de técnica de esculturas levando a criação de personagens e objetos (figuras), ou seja, um trabalho feito por artesãos. Outra característica a diferenciar o caseiro do artesanal é a matéria prima, o primeiro utilizando o chocolate pronto de grandes empresas (Garoto, Nestlé e até mesmo de empresas de Gramado) e o segundo produzindo sua própria massa a partir do líquido de cacau, a ele adicionando ingredientes como leite e açúcar, entre outros.

No que se refere ao Chocolate Gourmet, este possuiria maior teor de cacau em sua composição, ingredientes de maior qualidade (frutas secas, recheios que vão de geleias de frutas frescas e ganaches até bebidas alcoólicas, chocolates com aromas e gostos que vão de laranja e de morango até o de pimenta malagueta e de cardamomo), gerando um produto final que se propõe comparável ao belga e suíço, que possuem em sua composição em torno de 40% de cacau. (JORNAL O ESTADÃO, 2013). Além disso, o cacau utilizado possui origem controlada, ou seja, com monitoramento das características de solo, clima e do local onde o mesmo é cultivado, pois tais fatores irão influenciar no sabor final da amêndoa que dará origem ao chocolate. A utilização do Cacau de Origem Controlada por algumas empresas de Gramado inicia nos anos 2000. Outra forma de aprimorar o segmento surge em agosto de 2012, quando a Castelli Escola Superior de Hotelaria, localizada em Canela/RS, abre a primeira Escola de Chocolataria do Brasil, com foco no Chocolate Gourmet (JORNAL PIONEIRO, 2012).

Além da segmentação também foi possível identificar com a pesquisa que a Tematização, seja de lojas de Chocolate ou mesmo do próprio produto está fortemente presente em Gramado desde 2004 quando a Lugano trás da Europa a técnica de produzir figuras com o chocolate e cria a primeira loja temática.

Figura 1 – Figuras feitas de Chocolate



Fonte: Daniela Pereira de Vargas (2011)

Figura 2 – Personagens de Chocolate



Fonte: Daniela Pereira de Vargas (2011)

Logo em seguida outras lojas temáticas foram surgindo, como registrado nas páginas eletrônicas das empresas e nas visitas de campo. Em final de 2012, Gramado contava – e aqui se consideram as empresas que ficam no município conurbado, Canela, como a Play House e o Parque Terra Mágica Florybal – com cinco lojas e parques temáticos (Caracol, Canto Doce, Florybal, Lugano e Chocolataria Gramado), duas lojas que apresentam somente as fachadas tematizadas (Don Morello e Chocodino) e uma com espaço interior tematizado (Planalto). Só a Florybal possui quatro lojas temáticas. No entanto, há algumas empresas que não estão trabalhando com a tematização de suas lojas, como é o caso da Prawer, da Do Parke, da Chocolate Gramadense, da Bom Gosto, da

Dolce Monte, da Belvedere, Alpes Verdes, Dolce Mio, Swisshouse, Chocoflores, Caminhos do Sul e Manara. Como extensão da tematização também se destaca o evento Chocofest, criado em 1994, com o objetivo de celebrar o Renascimento vivenciado no período de Páscoa e a criação de um universo lúdico sob o Chocolate.

Considerações finais

A contextualização turística de Gramado mostra que a cidade foi construída privilegiando as etnias alemãs e italianas e as expressões culturais como a arquitetura, a gastronomia, o artesanato e outros hábitos cotidianos, são encaminhados de modo a reforçar os imaginários associados a elas. Os trabalhos de divulgação turística também estavam voltados para a construção de um imaginário europeu e romântico. Tanto que Gramado, na época do surgimento do turismo no local, era procurada para fins de saúde, mas também por seu clima ameno, pelas suas paisagens e gastronomia que no senso comum e nas divulgações do local, passaram a ser associadas a Europa.

Com o decorrer dos anos, o turismo em Gramado ganhava forças assim como o imaginário construído nessa europeização. Porém, no ano de 1975 ante a presença do Chocolate Caseiro, que segundo a historiografia seria a primeira cidade brasileira a implanta-lo, este cenário será rapidamente modificado. A revisão realizada mostra que, desde o seu primeiro momento, o Chocolate alimenta um imaginário associado à Bariloche (um destino turístico já consagrado naquele momento) e à sofisticação, buscando aproximações paisagísticas e de clima entre a cidade argentina e a Serra Gaúcha.

A elitização do produto é reforçada quando a Praver disponibiliza seu Chocolate no melhor voo e nos hotéis da companhia aérea Varig e, também, quando as narrativas o colocam como um produto para ocasiões especiais, a ser apreciado por poucos, turistas ou não. Hoje, o Chocolate continua sendo um produto caro, mas a presente pesquisa mostra que houve muitas campanhas de marketing, realizadas por Gramado (mas também no âmbito nacional), para promover o produto e, consequentemente, o nome da cidade.

Com a consolidação da primeira fábrica outras surgiram e com elas, novos conceitos sobre o Chocolate de Gramado, ampliando sua associação a construção de novos imaginários, entre eles, os de segmentação e a tematização. Nesses termos, teremos de um lado o conceito de Chocolate Gourmet, buscando aproximações com belgas e suíços, ênfase reforçada com a criação, em Canela, da Escola de Chocolataria. Por outro lado, há a popularização disneyficada, que busca associar chocolate ao entretenimento e ao turismo.

A tematização leva não só a produção de chocolate na forma de figuras, substituindo as barras, ramas e bombons, mas a presença de lojas temáticas e de parques temáticos. A tematização existente presente em Gramado em torno do Chocolate – tanto no produto, quanto nas lojas e parques – leva a organização dos espaços e as atividades de modo cenográfico, com o objetivo de fazer com que os visitantes/turistas se sintam envolvidos num mundo de ficção e desfrutem de emoções intensas, como protagonistas. O lúdico e o entretenimento, ou seja, um imaginário norte americanizado à la Disney, tornam-se tão ou mais importante do que o alimento ou a experiência gastronômica. Deste modo, as diferentes estratégias foram e continuam sendo trabalhadas para criar, e reforçar, a identificação do produto com Gramado, tornar o Chocolate um símbolo da cultura do município e para reconhecê-lo como sendo a Terra do Chocolate, por excelência. Como foi dito sobre o Chocolate, ele: “É tudo”.

Referências

CUNHA, Lílian. Empresas apostam no chocolate gourmet. *Jornal O Estadão*. Versão online. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Notícia publicada em 08 de abril de 2013. Acesso em: 20 mai. 2013.

DA ROSA, Andréa Gerhardt. *Medida de Expectativa de Auto Eficácia para o Turismo de Lazer: Desenvolvimento, Confiabilidade e Validade de Construto*. 2006, f. 95. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.ucs.br>>. Acesso em: 14 set. 2011.

DA SILVA, Juremir Machado. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003

FLORYBAL. Disponível em: <<http://www.florybal.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

_____. *Informativo Chocolate Caseiro Florybal*. Linha do Tempo: especial 20 anos, 2011.

GASTAL, Susana. *Turismo, Imagens e Imaginário*. São Paulo: Aleph, 2005.

GRAMADOTOUR. Disponível em: <<http://www.gramadotur.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2013

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Brasil, v. 1, n. 15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org>>. Acesso em: 14 set. 2011.

PLANALTO. Disponível em: <<http://www.chocolateplanalto.com.br>> . Acesso em: 23 mar. 2013

PRAWER. *Chocolates Prawer 35 anos: a trajetória de um pioneiro*. Dezembro, 2010.

RIEGEL, Romeo Ernesto. Quatro raízes e uma árvore. In: GRAMADO Prefeitura Municipal SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Raízes de Gramado*. Gramado: Prefeitura Municipal, 1995.

SANTOS, R. J. dos; Gastal, S.; ARENDT, M.L. Turismo, hibridismo cultural e gastronomia na “Rua Coberta” de Gramado, RS. *Anais... IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 2007

TOAZZA, Silvana. Inédita. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 29 jun. 2012. Caixa-forte. p. 20.

A CIDADE REAL E A CIDADE IDEAL: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NA RCI, EM CAXIAS DO SUL, 1938 A 1960

Daysi Lange*

Elias Ricardo Poegere**

O presente texto faz parte da pesquisa, ligada ao Programa de Pós-Graduação em História: Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que objetiva abordar uma temática de fundamental importância, ou seja, propõe-se a refletir sobre as diversas modalidades de apropriação, representação e construção da identidade social na Região de Colonização Italiana (RCI). A proposta é realizar um estudo a princípio intitulado: *A construção da identidade na RCI: o projeto de modernização e higienização como fator de memória e esquecimento do Frigorífico Rizzo, em Caxias do Sul – 1938 a 1960.*

Pretende-se aprofundar o tema da representação da identidade na RCI em Caxias do Sul, RS, pois é possível observar que grande parte da historiografia teve a tendência de identificar que o processo de modernização e higienização, a partir do final do século XIX, em Caxias do Sul, privilegiou principalmente o sucesso/progresso daqueles agentes sociais da indústria local que romperam com a imagem de colono, ou

* Daysi Lange realizando estágio de Pós-Doutorado no PPGH da UNISINOS, Doutora em Ciências da Comunicação UNISINOS e docente do curso de Licenciatura em História e do Mestrado Profissional em História na Universidade de Caxias do Sul.

** Mestrando do Programa de Pós- Graduação em História: Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Licenciado em História pela (UCS).

seja, do homem ligado à terra e/ou às atividades relacionadas à produção do setor primário.

Busca-se compreender as representações da identidade da RCI a partir da análise das seguintes fontes documentais: acervo documental e fotográfico do frigorífico e da família Rizzo, em Caxias do Sul; acervo fotográfico e dos periódicos do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA); acervo digital do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, Prefeitura Municipal, especialmente o *Boletim Eberle*, entre os anos de 1956 e 1960, e o jornal *Diário do Nordeste*, de 1951 a 1954.

A documentação fotográfica, por exemplo, oferece elementos da complexidade do cotidiano experimentado pelos operários e pelas operárias do Frigorífico Rizzo, além de proporcionar informações sobre o entorno quando aponta a alguns traços do Bairro Desvio Rizzo, como, por exemplo, da família, das festas religiosas, do casamento, da escola, do esporte, dos espaços de sociabilidade, da habitação, do transporte, entre outros.

A análise inicial das fontes permite que lancemos algumas interrogações sobre a representação da identidade da RCI: Qual é a relação do projeto de modernização e higienização da cidade de Caxias do Sul com a idealização da representação da identidade homogeneizada da RCI? Até que ponto o projeto de modernização e higienização contribuiu para a estigmatização de outros espaços geográficos distantes do centro urbano? De que maneira recuperar outras trajetórias sociais que foram estigmatizadas, esquecidas e ignoradas em benefício de uma história “heroica” e idealizadora dos denominados pioneiros ou *heróis civilizadores* da RCI? Qual é a visibilidade que o acervo fotográfico e jornalístico ofereceu aos grupos sociais que se localizaram na periferia urbana? Por que, no contexto atual de afirmação de políticas públicas que priorizam o respeito à diversidade, à diferença e ao multiculturalismo ainda nos leva a observar a manutenção da naturalização de uma identidade regional neutra e homogeneizada na região?

Acredita-se que um estudo mais aprofundado das fontes possa revelar muitos dos aspectos da representação da identidade da RCI. O acervo fotográfico e os periódicos apontam que o projeto de modernização e higienização de Caxias do Sul desenvolveu-se

intencionalmente, ou seja, houve certa aposta numa ideia de cidade e nas ações de indivíduos, a que nos leva a identificar que, no tratamento dos fatos urbanos e na construção da identidade regional nem tudo foi parte de um projeto coletivo.

Desse modo, a problemática de pesquisa busca identificar o significado dos elementos discursivos das representações do projeto de modernização e higienização do espaço urbano, em Caxias do Sul, entre as décadas de 1930 e 1960 (séc. XX).

Acredita-se que o projeto de modernização e higienização contribuiu para a hierarquização e segmentação da cidade de Caxias do Sul e, conseqüentemente, a invisibilidade da contribuição sociocultural de outros segmentos sociais e empresariais.

Com relação às questões teóricas e metodológicas, procura-se romper *com* e/ou renunciar à visão homogeneizada apreendida pelo projeto de modernização e higienização, a partir da passagem do século XIX ao XX, em Caxias do Sul, por meio de estudo das representações de outros ramos empresariais, como, por exemplo, do Frigorífico Rizzo. A análise das representações de objetos particularizados permite identificar que, em um determinado contexto, há outras visões e/ou construções de sentidos à realidade existente que podem ser contraditórias e contrastadas com o idealizado, ou seja, a trajetória de Abramo Eberle como modelo de pioneirismo e *herói civilizado*¹.

O estudo das representações permite esse deslocamento de olhar, pois convida o pesquisador a dar maior atenção aos diferentes processos de construção de sentido à questão da identidade.

Segundo Chartier,

as representações do mundo social (...), embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (1990, p. 17).

¹ O termo *pioneiro* e *herói civilizador* são utilizados no presente estudo para identificar os empresários de sucesso/progresso da RCI.

O autor situa a pesquisa histórica no cruzamento entre uma história das práticas socialmente diferenciadas e uma história das representações que têm por objetivo dar conta das diversas formas de apropriação. O abandono da visão de reflexo social em termos de posições de dominação indica que o poder de produzir, o poder de impor e nomear as representações é desigualmente repartido, o que implica analisar os fenômenos de apropriação às práticas. Chartier ensina que

A investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (1990, p. 17).

Desse modo, o estudo das representações vem acrescentar uma nova visão ao conceito de memória coletiva do *herói civilizador*, pois os diferentes relatos de experiências de um determinado contexto contribuem à fragmentação do tempo e aos lugares de memória que podem ser identificados, como, por exemplo, no *Diário do Nordeste*², em 1951, na coluna intitulada “Sugestões em torno de um problema” dizia que para cumprir com o objetivo de atender aos interesses do bem coletivo e da causa pública e em se considerando intérprete dos anseios coletivos da “gente da Metrópole do Vinho”, procurava colaborar com o poder municipal dizendo que os discursos sedutores a respeitada cidade de Caxias do Sul fazia com que aqueles que chegassem apenas vissem “a cidade progressista e pujante, dinâmica e ousada” com seus calçamentos “amplos, retilíneos, longos e sintonizados com o progresso”, na Avenida Júlio de Castilhos.

O jornal ainda destacava que o poder municipal deveria pavimentar o restante da cidade, pois, inclusive, as ruas que abrigavam os prédios da Prefeitura e da Rodoviária estavam fora do padrão estético progressista.

² O jornal *Diário do Nordeste*, 14 jun. 1951, p. 3. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 maio. 2014.

O *Diário do Nordeste*³, também tecia críticas em outra coluna intitulada “Coisas da Cidade” quando alertava sobre a importância de construir e instalar um “Preventório” para a tuberculose devido ao número alarmante de casos da doença “entre os operários das principais indústrias locais”, e a fim de evitar o flagelo social à semelhança do que estava ocorrendo em outras grandes cidades brasileiras.

O estudo da memória foi problematizado com a *História das Mentalidades* quando ocorreu o deslocamento da memória dita oficial aos quadros sociais da memória e/ou pela proliferação dos relatos vividos. Essa perspectiva de abordagem está próxima de Nora, quando ensina que os historiadores devem revisitar de outra maneira os mesmos objetos a partir dos rastros deixados na memória coletiva por fatos, homens, símbolos e emblemas do passado. O autor diz que

Não mais determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas, nem mesmo comemoradas, mas o rastro dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os fatos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e o ressurgimento de seus significados; não o passado tal como aconteceu, mas seus usos retomados permanentemente, seus usos e maus usos, seu impacto sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual ela se constituiu e transmitiu. (Apud GONÇALVES, 2012, p. 288).

No mesmo referencial, tem-se a contribuição de Duby (1971), quando diz que por meio da memória pluralizada ou fragmentada, se pode identificar as diversas maneiras de pensar e agir, bem como de ser o instrumento maior do vínculo social, das identidades individual e coletiva. Para o autor a memória coletiva, assim como a memória individual, estão sujeitas a múltiplas contradições, tensões e reconstruções.

Com o objetivo de compreender as formas de organização social no cotidiano, Tedesco recorre aos ensinamentos de Morin, quando reforça que “o que é morto, socialmente e historicamente instituído, continua a

³ O jornal *Diário do Nordeste* 14 jun. 1951, p.3 Disponível em site: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 maio. 2014.

agir em nós e entre nós, não por inércia, mas por interiorização simbólica e por fixação material, todos os dois produtores e opressores”. (apud TEDECO, 1999, p. 63). O autor alerta à necessidade de se buscarmos as estruturas simbólicas do mundo vivido e sua associação às ações, aos sistemas de uso em correspondência com as dinâmicas sociais.

Outra característica da vida cotidiana é a heterogeneidade que, segundo Heller, se revelam por meio das diversas ocupações, dos vários desejos e sentimentos, ações, observações, graus de saber envolvidos e, que as objetivações genéricas não contemplam simultaneamente a memória coletiva. (Apud TEDESCO, 1999, p.168).

A espontaneidade, segundo a autora, também caracteriza a vida cotidiana tanto das motivações particulares quanto das atividades genéricas que também as constituem. O que fundamenta uma ação cotidiana é a repetição tanto do ato quanto do costume.

Nesse sentido, o peso da tradição, conceituado por Hobsbawm (1984), diz respeito às práticas repetitivas de natureza simbólica e ritual reproduzindo o passado histórico adequado da fé, da afetividade, da imitação, dos comportamentos, dos relatos, das histórias de vida, das analogias das generalizações de valores, como valores de probabilidades, são fontes que impulsionam a eleição e as formas de ação.

Segundo Heller, outra característica presente no cotidiano é o preconceito. O preconceito, na lição da autora, é uma categoria do pensamento e do comportamento cotidiano que se alimenta na afetividade, na fé e na tradição. Grande parte dos preconceitos não nasce da particularidade, mas são frutos do social, pois medeiam estereótipos de comportamentos. (Apud TEDESCO, 1999, p. 173).

Com relação à presença de preconceitos no cotidiano, pode-se identificar que o *Diário do Nordeste*, 1951, por meio de matéria intitulada “A Associação Comercial de Caxias do Sul pede a construção de duzentas casas para os operários”, afirmava que a cidade de Caxias do Sul era um centro fabril de muita importância para o RS, mas enfrentava um grande problema de habitação, principalmente entre a classe operária. O jornal sugeria

ao responsável pela autarquia dos industriários a modalidade de construção de casas individuais, de custo acessível, a serem

vendidas a longo prazo, contrariamente ao sistema dos edifícios de apartamento, como se tem feito nos grandes centros. Essas casas seriam construídas em tamanhos diversos, presentes as necessidades de famílias mais ou menos numerosas e satisfariam melhor o sonho dourado do “lar próprio” para os chefes de família que alimentam calidamente essa aspiração. (...) o número de residências atualmente necessárias para o atendimento urgente da situação, número que fixa em duzentas casas.⁴

Lefebvre (apud TEDESCO, 1999, p.184) ensina que alienação caminha passo a passo com o preconceito, pois quanto mais alienada for a vida cotidiana, mais o preconceito domina. O autor destaca que

A força hegemônica da classe dominante e seus recursos ideológicos, econômicos e técnicos buscam sempre universalizar o seu modo de conceber e de direcionar o mundo. O importante é que independente dos tipos de preconceitos e de seu conteúdo, a vida cotidiana é seu espaço por excelência. (Apud TEDESCO, 1999, p. 185).

Entretanto, com relação ao sucesso/progresso presente no discurso do *herói civilizador*, o *Boletim Eberle*⁵, 1956, na coluna intitulada “Homens da Indústria”, apresentou um pequeno histórico do empresário Abramo Eberle, enaltecendo sua figura:

Caxias do Sul tem alicerces de metal. E alegria com flores e vinho. Em tudo isso há o traço de um homem compondo a história e grandeza do poderoso ponto de economia gaúcho. O homem é Abramo Eberle, trazido ainda menino de quatro anos da Itália, numa das felizes levas de imigrantes do Brasil. E antes de terminar o primeiro lustro deste século, ele realizou aquilo que consistiu na verdadeira base da famosa metalúrgica que, hoje, tem a marca do seu nome. Estima-se que a variedade da metalúrgica de Eberle, hoje, é de uns dezesseis mil artigos. Desde a faca à espada, desde o garfo aos objetos de escritório, tudo, enfim, em prata e metais

⁴ O jornal *Diário do Nordeste*, 14 jun. 1951, p.8 – 12 Disponível no site: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 de mai. 2014.

⁵ *Boletim Eberle*, nov. 1956, p. 2 – 3. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 de fev. 2014.

fortes. Foi da metalúrgica de Caxias que saiu o Ostensório para o Congresso Eucarístico de São Paulo e, também foi de lá o Ostensório para o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, no Rio. É também de lá que saem volumes pesados para todo o país, que se foi abrindo para consumir as suas próprias mercadorias. A obra de Eberle se solidificou. Os milhares de operários da metalúrgica desfrutaram uma assistência social aperfeiçoada, inspirada na experiência do líder que não a teve ao começar a peleja.

Nesse sentido, a problematização da memória coletiva e o estudo do cotidiano apontam que o papel do historiador deve buscar compreender a significação das ações dos indivíduos particulares em contextos históricos. Entende-se que as relações sociais nas visões estereotipada e genérica não esgotam as ações humanas em sua totalidade, pois o cotidiano é permeado de contradições, recusas e conflitos, daí a importância das histórias de vida, da subjetividade e da particularidade, da individualidade no processo de redefinição da vida cotidiana como lugar de transformações sociais e, conseqüentemente, da representação da identidade da RCI.

Lefebvre destaca que o tempo e o espaço se imbricam no cotidiano, posto que estejam presentes na memória, nos fatos, no imaginário que jamais está pronto e acabado. Na concepção genérica ou na tradição do *herói civilizador*, o tempo e o espaço representam a organização do tempo linear, mas o tempo também é das surpresas, das expectativas, do silêncio, dos momentos e dos sonhos. Por isso, o estudo do cotidiano é fundamental, pois o próprio espaço e tempo não são desinteressados e inocentes, mas implicam a presença de estratégias objetivas e subjetivas ao mesmo tempo. (Apud TEDESCO, 1999, p. 178 – 181).

Para Lefebvre (apud TEDESCO, 1999), é no urbano que o cotidiano se apresenta em seu estado mais puro, pois se encontra despido de espontaneidade, seus ritmos tornam-se simultâneos, as comunicações instantâneas, os indivíduos se isolam e se dispersam. O cotidiano cai no trivial. A liberdade humana, no quadro urbano, torna-se adaptada e programada, à medida que a propriedade absorve uma amplitude de domínios, na medida em que o momento racional é dominado pela

técnica e pela lógica mercantil; momento esse expropriador do sonho, do corpo, do prazer e da espiritualidade.

Nesse referencial, o *Boletim Eberle*, em 1956; destacou a importância do trabalho quando ensinava que

Neste mundo em que vivemos, há muita injustiça a reparar, muitos abusos a corrigir, muitas misérias a aliviar, muitas dores a consolar. Cabe ao trabalho reparar, ao esforço Coletivo preencher essas lacunas. O trabalho existe para todos. O que falta é boa vontade por parte de muitos. Diariamente ouve-se dizer: quem sou eu para tocar o céu com o dedo? De que vale o meu esforço? Para que serve trabalhar? Não passo de uma gota d'água perdida no oceano, de um grãozinho de trigo num celeiro! Os que pensam assim estão errados. Grandes e pequenos, poderosos e humildes, todos podemos ser úteis. O trabalho dignifica e enobrece o homem além do que nos proporciona o pão de cada dia. Devemos, pois, ser solícitos em ganhá-lo. Por outro lado, o fruto de nosso esforço deve ser empregado. O homem providente e econômico nunca faz despesas supérflua, nem gasta mais do que pode. A economia no emprego do tempo é dinheiro, mesmo em pequenas coisas, porque, muitos regatos fazem um rio caudaloso, muitas pedras uma casa; dez centavos fazem um cruzeiro, muitos cruzeiros, um capital. Colegas! Esse deve ser o nosso lema: Trabalho e emprego correto dos rendimentos que o mesmo nos propicia.⁶

Nesse viés, Lefebvre refere que na vida cotidiana cruzam-se momentos do vivido e do espontâneo. O que pode ser observado pelas mediações proporcionadas pelo *Diário do Nordeste* e do concebido e do programado no *Boletim Eberle*, estabelece-se uma dialeticidade da qual surgem às apropriações, as criações, as presenças que elaboram as ações.

“Viver é (se) representar, mas também transgredir as representações (...). Pensar é representar, mas também superar as representações.” (LEFEBVRE apud TEDESCO, 1999, p. 185).

⁶ *Boletim Eberle*, nov. 1956, p. 19 Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 de fev. 2014.

Na perspectiva da História Cultural, a própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a circunstância da vida social colaboram na noção mais ampliada do conceito de *cultura*. Barros (2005) ensina que a contribuição de Chartier às abordagens da História Cultural diz respeito às noções de práticas e representações as quais permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais além de seu dinamismo.

Santos (2002), em seus estudos sobre o *tempo na cidade*, identifica que, ao longo da história, cada uma das diferentes cidades nasceu com características próprias que estão relacionadas às necessidades e possibilidades da época e que seu espaço foi formado, pelo menos, por dois elementos: a materialidade e as relações sociais. O autor observa que a materialidade da cidade é um dado fundamental para a compreensão do espaço, presença dos tempos que se foram e que permanecem por meio das formas e dos objetos que também são representativos de técnicas. A técnica, para Santos é sinônimo de tempo, pois cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que elas têm um papel importante na interpretação histórica do espaço, quando o autor destaca que

as técnicas nos trazem as periodizações, que nos permitem reconstituir a paisagem, a acumulação de tempos desiguais, que é a paisagem urbana, como ela chega até nós, permitem-nos também passar dos tempos justapostos aos tempos superpostos. (...). O espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Mas também atribui a cada indivíduo, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada instituição, a cada tipo de instituição, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço. (...) Não fosse assim, a cidade não permitiria a convivência de pessoas pobres com pessoas ricas, de firmas poderosas e firmas fracas, de instituições dominantes e de instituições dominadas. Isso é possível porque há um tempo dentro do tempo, quer dizer o recorte sequencial do tempo. (SANTOS, 2002, p.21 – 22).

Podemos observar que o desenvolvimento da área central de Caxias do Sul aproximou-se da idealização do desenho urbano aplicado pelo Barão Haussmann, em Paris, no século XIX.

Hausmann redesenhou o centro urbano de Paris apresentando um novo projeto para o traçado das ruas e avenidas, avaliando o que deveria ser destruído e construído promovendo o afastamento dos grupos sociais mais pobres para a periferia. Hausmann desenvolveu a ideia de divisão entre centro e periferia, pois o projeto de reformulação dos centros urbanos estava voltado a dar todas as condições de desenvolvimento ao capital. Nesse sentido, o cenário urbano deveria organizar-se por meio do comércio, das indústrias e demais instituições relacionadas ao desenvolvimento e ao apoio ao capitalismo nascente.

A visão de Santos (2002) revela que as temporalidades são concomitantes e convergentes, e que os objetos, ou a materialidade, também impõem um ritmo de tempo à sociedade. Desse modo, segundo o autor, quando são criados objetos ou firmas e depositados em um determinado lugar, eles passam a se conformar a esse lugar e a dar-lhe identidade. Esses objetos ou firmas dão à sociedade ritmos, formas temporais de uso dos quais os homens não podem se furtar e que terminam de alguma maneira por dominá-los. O autor ensina que

A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns se movimentam segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é [a] economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. (...) São as estradas que sobretudo interessam aos agentes hegemônicos e às pessoas ricas que usam melhor (...) Já [n] os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido. (...) isso quer dizer que os pobres vivem dentro da cidade sob tempos lentos. (SANTOS, 2002, p.21).

Neste referencial o *Boletim Eberle*, em 1956, apontava que

Há muitos anos atrás, soava na então firma de Abramo Eberle, que estava estabelecida num simples pavilhão de madeira, um sino

convocava os trabalhadores às suas tarefas. – A “campanela”, como então era conhecida, à medida que a cidade crescia, era o sinal obrigatório para que todos os seus habitantes se dirigissem ao trabalho ou no atendimento de seus compromissos. Era o cordão mágico que movimentava todas as atividades da cidade e, que determinava o tempo útil de seus habitantes.⁷

Desse modo, é possível observar que, além do sucesso/progresso do setor industrial e do metal-mecânico, outros ramos produtivos, como, por exemplo, o alimentício, também fizeram parte do processo histórico empresarial da RCI, mas ele geralmente não é abordado pela historiografia da identidade regional que ajudou a silenciar a importância de empresas, como, por exemplo, o Frigorífico Rizzo, localizado no atual Bairro Desvio Rizzo, que, na década de 30 do século passado, localizava-se mais ou menos a 8 quilômetros do centro urbano de Caxias do Sul.

Identifica-se que Nestor Rizzo também pode ser considerado um dos fundamentais empresários de sucesso/progresso da RCI a exemplo de Eberle, Galló, Rossi e Germani citados pela historiografia como *heróis civilizadores*. Nestor Rizzo seguiu o mesmo caminho de investimento e de *empreendedorismo* dos demais ditos *pioneiros*, mas pelo fato de o seu principal empreendimento estar localizado num bairro que não fazia parte dos investimentos do projeto de modernização e desenvolvimento da cidade, colaborou para que ele se tornasse invisível à sociedade.

Chalhoub (1996) ensina que a expressão *classes perigosas* surgiu na primeira metade do século XIX, e estava associada a grupos pobres geralmente compostos por negros libertos e escravos, mestiços e brancos pobres que habitavam os cortiços dos centros urbanos. Na lição do autor, eram considerados perigosos, pois ofereciam problemas à organização do trabalho, à manutenção da ordem pública, além de perigo e contágio. Grupos que o projeto de modernização iria excluir, incluindo-os na periferia urbana.

Elias (1994), quando se refere ao processo civilizador, diz que todo espaço é uma produção humana que envolve relações de disputa,

⁷ *Boletim Eberle*, jun. 1956, p. 12- 13. Disponível em: <<http://liquid.camara.caxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

poder, conflitos, interesses e perspectivas, pressupondo, por isso, que não há espaço dado, nem absoluto, nem *a priori* e nem definitivo. O autor afirma que todo espaço é parte de um movimento de *inventividade* e, por conseguinte, de signos significantes e significados ou, se preferir, de identidades que podem ser acionadas mais ou menos (ou mesmo não serem acionadas) a depender das configurações postas em jogo.

As análises dos elementos utilizados na construção da imagem do empresário *pioneiro*, ou *herói civilizador*, abrem espaço para questionamentos. Acredita-se que o projeto de modernização e higienização, na construção da identidade da RCI, ajudou a diferenciar cidade ideal de cidade real. O que justifica o silenciamento da participação de outras diversidades econômicas e socioculturais, pois não se integravam ao projeto do *herói civilizador* idealizado pelo discurso dominante.

O estudo das cidades constitui fenômeno complexo, pois abre espaço para as contradições nos quais o tradicional convive com o moderno e onde culturas nacionais são reinterpretadas por subculturas étnicas ou de classes. Rossi (1995, p. 72), ao conceituar *cidade*, diz que ela é um sistema espacial formado de várias partes com características próprias. As partes ou pedaços da cidade podem ser denominados de bairro. O bairro é um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por parte e à sua imagem. Consoante o autor, o que caracteriza a cidade do ponto de vista geral das relações entre bairros é a existência de uma rede complexa onde os fatos urbanos somente poderão ser conhecidos quando for estudada a sua estrutura.

Donne (1979) elaborou um levantamento dos pressupostos teóricos para a análise da cidade e das instituições que a constituíram, destacando o papel da família, da religião e da propriedade. Aponta que, no desenvolvimento industrial, o grupo burguês foi artífice e protagonista da formação da cidade e do sistema capitalista.

Argan (1998) identifica que, no desenvolvimento da cidade, ocorre a diferenciação entre cidade ideal e cidade real. A cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real, que pode ser concebida como uma obra de arte que, no decorrer de sua existência, sofreu modificações, alterações,

acréscimos, diminuições, deformações, às vezes, verdadeiras crises destrutivas. O autor dá conta de que cidade ideal é o modelo em que geralmente o centro histórico serve de instrumento de bloqueio e redução da historicidade dos bairros. O centro histórico e seus aspectos qualitativos tendem a menosprezar a importância quantitativa dos outros espaços que compõem a cidade. O autor ensina, também, que a substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna, o que ajuda a colocar em questionamento a legitimidade dos discursos contemporâneos, como, por exemplo, do *herói civilizador*, de Abramo Eberle e sua ligação com o progresso de Caxias do Sul.

Rocha e Eckert (2005) destacam que a cidade pode ser conceituada como sendo uma criação coletiva, pois as narrativas/discursos *na* e *da* cidade apontam às sensibilidades das experiências em contexto histórico, bem como as sociabilidades tecidas na grandeza esmagadora de uma presença heterogênea, da exuberância festiva em suas avenidas, do policulturalismo que reina na vida cotidiana e dos gestos e das atitudes cotidianas continuadas e reinventadas.

Segundo os autores, no processo de *destruição* e *reconstrução* da cidade, há uma singularidade específica que estimula a interpretar a cidade como ruína e fragmento. Os estudos de Rossi (1995); Donne (1979); Argan (1998) e Rocha e Eckert (2005) são importantes pelas contribuições em apontar o campo de conflito e disputa da identidade na cidade quando destacam o papel fundamental, principalmente, nos centros urbanos, da contribuição do bairro, da rua, das ruínas das edificações, da fragmentação das sociabilidades ditas arcaicas, da reconstrução dos bairros e do crescimento da cidade informal, como fatores reabilitadores do sistema espaço temporal, para uma cidade mais humanizadora.

Assim, recuperar a memória social em sua complexidade significa tornar os outros espaços: bairros, ruas e grupos, sujeitos de sua história, pois é necessário converter o silêncio em voz daqueles que viveram dentro do acontecimento.

Nesse sentido, o conceito de *cidade*, apesar de sua complexidade, pode ser ampliado quando se leva em consideração que a história de cada indivíduo na cidade é a história das situações que ele enfrentou em seus

territórios/bairros e é a ação desse sujeito nesses espaços que faz de um episódio banal uma situação, para ele, de reinvenção de suas tradições.

Inicialmente, as análises se voltam à compreensão das diferenças entre a cidade real e a cidade ideal. Destaca-se que os elementos definidos constituem uma conceituação provisória, mas são um dos elementos do ponto de partida utilizado para uma reflexão sobre as fontes anteriormente apresentadas, e que diz respeito à leitura do *Boletim Eberle*, do *Diário do Nordeste* e ao acervo fotográfico e documental do Frigorífico Rizzo. Os dados obtidos pela análise irão permitir verificar os conflitos, as contradições e as tensões do projeto de modernização e higienização desenvolvido na cidade de Caxias do Sul, RS, no início do século XX.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.

BARROS, José d'Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 125-141, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. Trad. de José Manuel de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Edições 70, 1979.

DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Edições 70, 1971.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar . 1994, v.1.

GONÇALVES, Janice: Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *História*, Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. Introdução In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; Eckert, Cornelia. *O tempo e a cidade*: Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: M. Fontes, 1995.

SANTOS, Milton . O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura*, ano 54, n.2, out. /nov. /dez. 2002.

TEDESCO, João Carlos. *Paradigma do cotidiano*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

TURISMO E IDENTIDADE NA SERRA CATARINENSE: AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO, LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

Felipe José Comunello*

Resumo: Na Serra Catarinense, durante os anos 1980, as criações de gado em extensas fazendas e as explorações da mata de araucária, que vinham sendo as bases econômicas da região, tornaram-se objeto de festas e rituais. Na cidade de Lages, foi criada a Festa Nacional do Pinhão, principal expressão de vários eventos realizados desde o início dos anos 1970. Desde então, o pinhão (semente de araucária) tem sido utilizado para a confecção de pratos típicos e tradições regionais são recriadas, rememorando o passado de tropeirismo. No entanto, essas tradições que configuram a identidade regional têm pouco apelo no mercado turístico nacional, para o qual a Serra Gaúcha, com suas tradições calcadas na imigração italiana e alemã, é a referência de turismo no inverno. Nesse trabalho apresento uma discussão sobre ações que visam reverter essa situação, dentre as quais estão mutirões de limpeza de ruas e concursos e programas de qualificação que visam promover uma “cultura do turismo”. Com base em etnografia realizada, sobretudo no município de São Joaquim, discuto os sentidos que têm sido atribuídos ao turismo a partir da Serra Catarinense ao mesmo tempo em que também se atribuem sentidos às relações entre distintos grupos sociais da população local.

Introdução

A Festa Nacional do Pinhão, que ocorre todos os anos no feriado de Corpus Christi, é umas das principais referências para a formação de representações sobre Lages e toda a região serrana de Santa Catarina. O pinhão está representado em construções e é servido em barracas,

* Doutor em Antropologia Social. Bolsista de Pós-Doutorado (CAPES/FAPERGS) na PUCRS.

lanchonetes e restaurantes instalados no parque da festa. O parque foi criado no bairro Conta Dinheiro, onde se diz na cidade que era um ponto de parada dos tropeiros no século XVIII para efetuarem negócios. Na frente do parque foi construído um monumento em homenagem aos tropeiros. A festa ocorre geralmente em oito dias, com a apresentação de um artista de renome nacional sendo a principal atração de cada noite. Além disso, outros três palcos movimentam a festa, um com shows de música gaúcha e nativista (onde também ocorrem os festivais nativistas), outro com apresentações de artistas locais classificados no gênero cultural e outro chamado de alternativo (com bandas de rock e pagode).

Com exceção do chamado palco cultural, os demais tem seus shows ocorrendo durante a noite, com o palco dos shows nacionais tendo prioridade sobre os demais. Quando não há shows nacionais, o público se divide entre o alternativo e o gaúcho/nativista e a visitação a stands e bares e restaurantes. O palco gaúcho/nativista situa-se numa área de maior concentração de bares e restaurantes, em relação ao alternativo, o que lhe confere uma posição de maior prestígio no andamento da festa. Nesse palco, onde se apresentam sobretudo artistas gaúchos e catarinenses, é onde se dão as maiores contribuições à defesa das tradições (gaúchas, nativistas, regionalistas), seja através das vestimentas, das letras de músicas, ou das defesas que os artistas fazem ao microfone. Nesse palco há dois festivais, um deles (Sapitada da Serra Catarinense) onde somente participam artistas regionais e outro (Sapitada da Canção Nativa) onde participam todos. No primeiro as temáticas são alusivas à região e garantem vagas para os vencedores participarem no segundo, onde predominam os artistas gaúchos. Quando os artistas concorrentes nesses dois festivais não estão se apresentando, o palco é dividido entre apresentações de artistas da música nativista e da música gaúcha¹.

A identidade gaúcha, de acordo com Oliven (2006), está baseada num passado pastoril que teria existido na Campanha, sudoeste do Rio

¹ Para maiores detalhes sobre os dois gêneros musicais ver Oliven (2006). O autor argumenta que apesar das disputas que travam entre si, os representantes desses dois gêneros compartilham a mesma representação sobre a identidade gaúcha.

Grande do Sul e na figura real ou idealizada do gaúcho. Sobre tal identidade é interessante a afirmação de Marcon (2009), que realizou uma etnografia sobre os festivais de Lages, sobre o que pensam os compositores da região. “Para estes compositores, a cultura gaúcha não estaria delimitada pelas fronteiras do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Estaria espalhada por onde quer que a “lida de campo” – entendendo-se aqui as atividades pecuárias, principalmente – fosse predominante (MARCON, 2009, p. 68)”. Apesar de procurar se livrar dos limites político-administrativos que separam Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tal concepção mantém ligadas as identidades em torno do rural. Um “estado de espírito”, de compositores urbanos na grande maioria, como verificou a autora, que recria a figura do serrano à *la* gaúcho. Com maiores ou menores apelos às semelhanças com o Rio Grande do Sul, a base de construção é muito semelhante, com a diferença de que em Santa Catarina esta figura não representa o estado.

No entanto, essas tradições que configuram a identidade regional têm pouco apelo no mercado turístico nacional, para o qual a Serra Gaúcha, com suas tradições calcadas na imigração italiana e alemã, é a referência de turismo no inverno. Nesse trabalho apresento uma discussão sobre ações que visam reverter essa situação, dentre as quais estão mutirões de limpeza de ruas e concursos e programas de qualificação que visam promover uma “cultura do turismo”. Com base em etnografia realizada, sobretudo no município de São Joaquim, discuto os sentidos que têm sido atribuídos ao turismo a partir da Serra Catarinense ao mesmo tempo em que também se atribuem sentidos às relações entre distintos grupos sociais da população local.

As narrativas da identidade serrana em Santa Catarina

A cultura gaúcha que está na base da identidade serrana é construída de diferentes maneiras. Dentre estas, uma parte se dá em narrativas presentes no âmbito do chamado *trade* do turismo². A narrativa

² Sobre o *trade* do turismo ver Comunello (2014), onde proponho ser ele “uma forma de coordenação ou de gestão, em suma uma forma de governo das políticas do turismo (COMUNELLO, 2014, p. 30)”.

no turismo, para Bruner (2005a, s/n), “*mean not only stories told by one person to another, or to those in fictional texts, but also to the larger sometimes implicit pre-tour master narratives about destinations, sites, and peoples*”. Na narrativa mestra no turismo na Serra Catarinense o serrano, em geral, é visto com qualidades relacionadas com a vivência no campo, com a bravura no enfrentamento das adversidades impostas pela natureza, especialmente o frio e as serras, que moldaram um espírito destemido e livre. O tropeiro é a personagem que na história foi responsável por forjar essas qualidades as quais se entende correntemente como parte do âmago de quem nasce no território da Serra Catarinense. A fazenda é o palco para onde o tropeiro retorna e de onde sai, sendo assim um dos pilares de fundação das referidas qualidades.

Isso tudo é colocado na perspectiva do *trade* do turismo por determinadas pessoas. Para analisar como isso é feito, apresento a seguir discursos de algumas pessoas centrais na constituição dessa narrativa. De acordo com Bruner (1986), discurso é um dos elementos chaves em uma narrativa.

The key elements in narrative are story, discourse, and telling. The story is the abstract sequence of events, systematically related, the syntagmatic, the statement in a particular medium such as a novel, myth, lecture, film, conversation, or whatever. Telling is the action, the act of narrating, the communicative process that produces the story in discourse (BRUNER, 1986, p. 145).

A fazenda é até os dias de hoje, mesmo com a modernização agrícola dos últimos quarenta anos, o centro de uma economia e de uma sociedade regionais. Representantes da mesma no governo, na intelectualidade e na própria indústria do turismo compõem a narrativa mestra. A composição dessa narrativa se localiza ao longo do século XX, tendo como marco os desdobramentos da Guerra do Contestado, que abriu caminho para a colonização do planalto catarinense.

A Guerra do Contestado é um marco importante porque aí se definiu a narrativa que viria a constituir a fazenda como a base da economia e da sociedade regionais. Os tropeiros são a face memorável dessa história, aqueles que fizeram o serviço de transporte de suma importância para a constituição dessa economia e dessa sociedade, baseadas na exploração do gado bovino nas fazendas de extensas

propriedades de terra. A fazenda foi e, em muitos casos ainda é também, o próprio latifúndio. Com isso, o latifúndio fornece também uma herança positiva para o *trade* do turismo. Positiva no sentido de que tem um poder sobre.

As narrativas que transmitem o que se entende como o “autêntico” da Serra estão presentes no âmbito do turismo. O presidente do Serra Catarinense Convention& Visitors Bureau durante os anos de 2009 e 2010, por exemplo, situa o “jeito serrano”, de gente bravia, conforme se vê no trecho a seguir:

Serra Catarinense, destino ideal para eventos
Santa Catarina é hoje considerado um dos estados mais ricos do país em beleza natural e diversidade cultural. Ocupa lugar estratégico na região Sul e carrega importantes passagens na sua colonização e na sua história.
Neste panorama destacamos com especial orgulho a Serra Catarinense, considerada um dos mais belos destinos do cenário nacional e internacional.
Seus municípios, com características típicas do “jeito serrano” nos remetem a uma simplicidade singular e ao mesmo tempo de gente bravia, que sempre lutou para preservar suas raízes e costumes.
Convention & Visitors Bureau (grifos do original).³

Os discursos que fazem parte de outras perspectivas, também reproduzem referências às atitudes de bravura do serrano. Por exemplo, para Machado (2004), escritora da cidade de São José do Cerrito, que afirma não ter escrito para fins universitários, “mas sim para as pessoas que amam esta terra, para que com estas informações se orgulhem cada vez mais de ser cerritense de nascimento ou de coração (idem, p. 17)”, foi a partir dos pousos das tropas que se originaram as cidades da região.

(...) era comum a existência de tropeiros que levavam produtos da região para outras paragens. Ficou característico o ‘Pouso das Tropas’, local de descanso e alimentação que deu origem a povoados e cidades, como Lages, Curitiba, Campos Novos e,

³ Serra Catarinense Convention&Visitors Bureau – Show Case – Santa Catarina – Brasil.

mais tarde, também São José do Cerrito. Homens simples, porém, corajosos, enfrentavam as adversidades da mata e do clima para levar até o litoral produtos da região e trazer farinha de mandioca, sal, açúcar, querosene, fazenda e outros (MACHADO, 2004, p 19).

Machado (2004) descreve a organização das tropas, elencando elementos invariáveis que hoje são considerados símbolos regionais em canções e festas, por exemplo.

À frente da tropa ia o ‘madrinheiro’ conduzindo a mula ou a égua madrinha que levava no pescoço um cinorro que servia como guia, depois, seguiam as mulas carregadas e protegidas por peões e, por último mais alguns capatazes com a função de buscar os animais desgarrados (MACHADO, 2004, p 20).

O escritor e jornalista Paulo Ramos Derengoski tem livros e textos publicados que se destacam nos discursos propalados pela perspectiva do *trade* do turismo. Assim, no que tange as narrativas relacionadas ao turismo, ele é uma figura destacada, que pode ser situado nesse contexto histórico e social mais amplo descrito anteriormente⁴. O povo serrano, nos escritos de tal homem, é mobilizado de uma maneira que condiz perfeitamente com a “*fonction Montesquieu*” de que fala

⁴ Derengoski escreve principalmente sobre a Guerra do Contestado. Segundo Nascimento (2013), ele se interessou pelo tema após assistir uma palestra da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiróz sobre o messianismo no Brasil e desde então se dedicou às pesquisas, tendo seus escritos produzidos a partir dos anos 1980 quando voltou a residir em Lages, após estadias na França onde conheceu a referida socióloga e no Rio de Janeiro e São Paulo para pesquisas em arquivos. A biografia do autor é resumida por Küster (2012) da seguinte forma: “O lageano Paulo Ramos Derengoski começou aos 17 anos a atuar na área jornalística na Última Hora de Porto Alegre. Atuou também no Diário de Notícias do Rio de Janeiro, como colunista na Folha de São Paulo e como redator na Revista Manchete até 1980, quando voltou a Lages. Entre seus feitos na área cultural, ele fundou a Associação Lageana de Escritores, foi membro do Conselho Estadual de Cultura e faz parte da União Brasileira dos Escritores. Entre suas publicações estão: “Guerra do Contestado” (1998), “A Saga dos Guarani” (2000), “Viagens de um Repórter” (2002) e “Grandes Pintores” (2005). Nesta entrevista, ele conta em sua visão, a importância da preservação da história lageana”.

Thiesse (2001) ou o constante retorno do tradicional na modernidade brasileira de que fala Oliven (2006).

Derengoski enfatiza que a povoação chegou à região serrana vinda de São Paulo e do Rio Grande do Sul, sendo que famílias de fazendeiros gaúchos se estabeleceram primeiro nos campos da Coxilha Rica, segundo ele os mais valorizados, “onde milhares e milhares das cabeças de gado chimarrão ‘franqueiro’ e de cavalos selvagens ‘crespos’ pastavam nos ricos campos nativos de capim-mimoso (DERENGOSKI, 2000, p. 18)”. Com isso, segundo Derengoski, ali se estabeleceu uma povoação diferente daquela do litoral.

No Litoral, o povoamento se intensificou com a vinda de colonos das ilhas dos Açores. No Planalto, tropeiros gaúchos e paulistas fincaram pé. Dois mundos diferentes. O do pescador e o do boiadeiro. O do litorâneo e o do sertanejo. Ambos se apoiando em escravos, índios e negros que contribuíam, com trabalho, para a miscigenação. Mas também para a criação de riqueza graças ao acúmulo, ainda que primitivo, da mais-valia (DERENGOSKI, 2000, p. 18).⁵

⁵ Essas origens também são traçadas de forma semelhante por outro autor, prestigiado no município de São Joaquim, Joaquim Anacleto. Segundo ele: “Mais ou menos por volta de 1628, no Planalto de Piratininga, formava-se uma raça muito forte e valente, resultante do cruzamento do português com os índios da região e que se chamaria bandeirante. Ela ignorou o meridiano e começou a empurrar nossas fronteiras para oeste. As terras onde se localizaria São Joaquim pertenceriam então à Espanha. Necessitando de mão de obra para o desenvolvimento da região e não tendo o comércio de escravos, ouvindo falar que no sul em terras do domínio espanhol viviam índios aculturados e mansos nas chamadas reduções e que tinha ali também muito gado, partiram em busca dos índios para escravizá-los e do gado para alimentar a crescente população de Piratininga. Partiram eles de Sorocaba e, em terras do futuro Estado de Santa Catarina passariam por onde hoje se situa a cidade de Lages. Por mar, vindo de São Vicente, chegaram até Laguna e dali buscando o encontro com os que vinham por terra, subiram uma serra de incrível beleza, cruzando a região onde hoje se localiza a cidade de São Joaquim. Não há documentação comprobatória. Veja o mapa na página 12 (RODRIGUES NETO, 2010, p. 11)”.

Na Coxilha Rica, onde na visão desse autor bastante prestigiado localmente se originou o “mundo” do “boiadeiro” e do “sertanejo”, se situa atualmente o “Caminho das Tropas”. Em processo de reconhecimento como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o “Caminho das Tropas” foi uma referência importante para o turismo rural em Lages, tendo sido as fazendas do entorno pensadas como espaços de visitação, acomodação e entretenimento turístico. O “Caminho das Tropas” foi uma importante via de transporte de charque e outros produtos, que se estendia entre as províncias de Rio Grande do Sul e São Paulo, tendo papel destacado no abastecimento alimentar da população de Minas Gerais no período colonial. Derengoski, na apresentação de um estudo patrocinado pelo SEBRAE nos anos 2000, com vistas a realçar a importância sociocultural do caminho, dizia:

Depois de anos de pesquisa sobre a integração nacional, ousou dizer que a Estrada das Tropas foi o fator histórico mais importante na consolidação da unidade brasileira. Sem ela talvez todo o Grande Sul tivesse se estilhaçado em pequenas porções que fatalmente seriam absorvidas por outras bandeiras (DERENGOSKI, 2006, p. 9).

Em grande medida o “Caminho das Tropas”, bem como as fazendas aí formadas no período colonial não apenas na Coxilha Rica, mas também em outras áreas em Lages e região, nutrem-se da cultura gaúcha para manter-se como referências à identidade serrana. Essas narrativas constituíram um determinado padrão para o serrano catarinense que destoa do serrano gaúcho, um dos principais modelos de identidade com sucesso no mercado turístico nacional enquanto representante do sul do país. Diante disso, várias iniciativas têm sido empreendidas pelos membros do *trade* turístico local para incentivar a chamada “cultura do turismo”. Discorro a seguir sobre algumas dessas iniciativas que se dirigem principalmente a qualificação de trabalhadores e a limpeza e organização da cidade de São Joaquim.

A herança do latifúndio

A convite de Nadia, uma de minhas interlocutoras em São Joaquim, fui a uma reunião onde deveria ser apresentado o Plano Setorial

de Qualificação – PLANSEQ do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para pessoas vinculadas ao turismo na região. Tal plano previa cursos de qualificação profissional para o setor turístico na Região Serrana. A reunião foi realizada no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Joaquim e estavam presentes representantes de entidades comerciais, de instituições públicas, dirigentes políticos municipais, representantes de órgãos como o Grupo Gestor⁶, empresários locais, entre outros interessados no tema.

Lá estavam pessoas que eu havia conhecido durante minhas estadias em São Joaquim, dentre os quais a própria Nadia e Pedro Paulo, ambos da Associação Pró Turismo de São Joaquim, mas também pessoas que eu ainda não havia tido contato. Dentre estas, conheci a então vice-prefeita, Marlene Kayser, a quem me apresentei e foi simpática em me deixar a vontade no local. Era ela quem coordenava o evento, o qual acabou por não ter objetivo inicial alcançado, pois a representante do MTE (Ana Paula da Silva, diretora do Departamento de Qualificação) não pôde comparecer. Apesar disso, estabeleceu-se um diálogo em torno do tema qualificação, entre as pessoas presentes, particularmente Marlene que o coordenou, um representante do SENAC que expôs a disposição da instituição e o Secretário de Trabalho e Emprego de Lages chamado Luís.

O primeiro a falar foi Luís, expondo uma sentença que parecia fazer latente entre os presentes no auditório do STR: “Nossa região é carente em mão de obra qualificada em todos os setores”. Luís dispunha de autoridade entre os presentes, pois representava o poder executivo da maior cidade da região. Sua expressão de desconsolo acentuava a importância do que falava que, parecia consistir em um fardo que carregava. Sem demora foi acompanhado por outras pessoas. Karin Bathke, proprietária de uma pousada e membro do Grupo Gestor, argumentou que há oferta de cursos, mas há pouca procura: “A SDR traz,

⁶ Grupo Gestor é um grupo formado por representantes de diversas entidades responsável por gerir a nível local ações do programa de regionalização do turismo do Ministério do Turismo (Mtur). O Grupo Gestor é uma importante expressão do *trade* do turismo (para maiores detalhes ver COMUNELLO, 2014, capítulo três).

o *Convention* traz, mas as pessoas não fazem. Tem que ter mais propaganda”. Para Karin era necessário incentivar “as pessoas” a estudarem e, expressava que de certa forma fazia sua parte, insistindo com seus funcionários para que oferecessem um atendimento qualificado aos hóspedes. Como uma espécie de conclusão, ela disse: “É mais fácil trabalhar no pomar do que trabalhar no turismo, que tem fiscalização do empregador e do cliente”.

Ao final, Luís novamente tomou a palavra e apresentou sinteticamente uma explicação para a falta de procura por qualificação: “Essa falta de interesse pelo trabalho é devido a colonização da região. (...) o latifúndio. As pessoas demoravam um dia a cavalo para visitar um vizinho. Se acostumaram a ganhar tudo”. Sugeriu então uma “campanha de amor pelo trabalho”. E comparou a necessidade de empenho que um médico tem para se formar. Também foi mencionada a necessidade de tirar do papel muitos projetos e diversas possibilidades que poderiam ser colocadas em práticas a partir do potencial da região. Como uma forma de encerrar levantando o astral dos presentes com a perspectiva do potencial regional, Marlene disse “nós não sabemos ganhar dinheiro com o turismo... na nossa região tudo que nós fizemos, fizemos bem feito!”.

Apesar disso, prospera a ideia de que quem é da região tem dificuldades para se dar bem na vida, enfim, para ter sucesso econômico em seus negócios, especialmente quando a questão é o turismo. Nessa ideia, muitas vezes, os serranos não são personagens de sucesso econômico, papel reservado a não serranos que se estabeleceram aí e souberam aproveitar as potencialidades locais. Isso me foi dito certa vez por Valéria, funcionária da Secretária de Desenvolvimento Regional (SDR) de São Joaquim, também participante do Grupo Gestor. Valéria tem formação profissional em turismo e é filha de seu Zanette, um dos mais antigos guias turísticos de São Joaquim.

O joaquinense é muito acomodado. Ele não tem espírito empreendedor. Não só o joaquinense, mas a região toda. Sempre quando eu me refiro a São Joaquim, eu vou falar sobre a região porque eu trabalho aqui na região, sabe. Você vai ver que os principais investimentos na área do turismo aqui veio de pessoas de fora. Todos. Todos. (...)

Então a gente vê assim que o que deu certo aqui foram as pessoas de fora. E sabe qual é o principal gargalo deles hoje, falta de mão

de obra. Não tem pessoas qualificadas pra trabalhar nisso. Por quê? Porque as pessoas aqui ainda tão muito voltadas pra questão da agricultura, de trabalhar na época da safra da maçã... eles trabalham durante aquele período e... eu não sei o quê que acontece. Bom, eu sei, na verdade eu sei, precisa a gente trabalhar dessa forma, de conscientizar que o turismo pode ser uma boa oportunidade de geração de emprego. Só que as pessoas não estudam, não se qualificam, não vão em busca. Você vai sentir aqui que as pessoas são acomodadas, são pessimistas. Você vai sentir isso. Eu não sei, isso vale até um estudo, eu já comentei com o pessoal do ACORDE. Nós temos um dos menores índices de desenvolvimento humano aqui. Nós sabemos que isso depende de qualidade de saúde, qualidade de educação. Eu não sei o quê que acontece, se é em função da baixa renda... falta de oportunidade não é. A gente tá vendo que o turismo é uma oportunidade, mas as pessoas não veem isso como uma oportunidade.⁷

Coloquei para ela o fato de que eu via na verdade muita riqueza em São Joaquim, lhe dando o exemplo de algumas diferenças com relação a cidade onde meus pais moram no oeste de Santa Catarina, no que diz respeito a quantidade inferior de carros de luxo. Sua resposta foi no sentido da ética do trabalho.

Quando que viajo, vou muito a Joinville, vou muito a Florianópolis. Mas, o que eu percebo assim oh... da tua região, que é uma região onde tem alemães. O povo alemão é um povo que trabalha, que faz as coisas acontecerem. O italiano também. Mas, aqui em São Joaquim eu digo assim que tem muito colono. Muitas pessoas que trabalhavam em pecuária, que trabalhavam na agricultura, mas que não vem com essa cultura dos italianos e dos alemães de fomento, de riqueza. Você vai perceber que as pessoas aqui são acomodadas, reclamam demais. Elas esperam muito que as coisas aconteçam pelos outros, mas não por elas. Digamos, seria uma filosofia de...

Eu acho que muitos governos trabalharam a questão do paternalismo aqui em São Joaquim. Muitos prefeitos trabalharam isso. A gente nem fala em estado porque a descentralização é uma coisa muito recente, muito nova. E te digo, as pessoas aqui ainda

⁷ Valéria Zanette. Entrevista concedida ao autor 24/08/11.

não entenderam ainda o papel da descentralização do estado. A gente não sabe se isso vai continuar ou não, é uma incógnita. Mas enquanto poder público municipal, os prefeitos aqui, os líderes sempre foram muito paternalistas, de dar o pão e não ensinar a pescar, a ir em busca das coisas.⁸

Com isso, vê-se que a riqueza existente na região é invisibilizada, restando visível aquela que é proveniente do sucesso econômico de empreendedores de fora. A conscientização é um tema que gera muitas atividades.

Os guardiões do turismo

“O turismo começa na nossa gaveta, na gaveta da nossa casa”. A frase é de Pedro Paulo, um dos coordenadores do projeto “Guardiões do Turismo” em São Joaquim. Ela reflete a proposta pedagógica que inspira a mensagem levada às crianças participantes do projeto em palestras, concursos de redação e desenhos, visitas a pontos turísticos do município, entre outras atividades. Em resumo, segundo Pedro Paulo, a ideia de educação no projeto é de que a arrumação da cidade para o turismo começa na arrumação do próprio quarto.

(...) como é que vamos querer uma cidade organizada se o meu quarto não tá organizado? Fazendo essa analogia, entendeu. Como é que a cidade vai estar organizada se a sala da minha casa tá desorganizada, a cozinha, se a casa tá mal pintada, não tem jardim, não existe calçada? Como é que vamos querer uma cidade bonita se nós não, se não começarmos por nós? Então essa é a ideia do projeto. E a ideia é que haja uma sequência do projeto ao longo dos anos. Nós entendemos assim. A ideia do projeto é capacitar em torno de quinhentas crianças em dois, três anos, com efeito multiplicador.⁹

Pedro Paulo cita como referência ao projeto “Guardiões do Turismo” o Proerd, projeto de prevenção ao uso de drogas direcionado a

⁸ Valéria Zanette. Entrevista concedida ao autor 24/08/11.

⁹ Pedro Paulo Goulart. Entrevista concedida ao autor 27/01/13.

crianças dos quintos anos de escolas municipais, estaduais e privadas em Santa Catarina. Trata-se de um projeto mantido pela Maçonaria e pela Polícia Civil. O projeto “Guardiões do Turismo” também é direcionado a crianças dos quintos anos, nesse caso somente de escolas municipais, onde foram escolhidos seis alunos, em casos excepcionais até mais do que isso, de cada escola municipal que aderiu ao projeto para serem monitores. Segundo Pedro Paulo, espera-se que essas crianças:

(...) pelo menos vão ter uma consciência diferente da que os nossos jovens e adultos tem hoje. Entende o quê que ocorre: é muito comum você ver na nossa cidade uma pessoa passar de carro e abrir o vidro e jogar lixo. É muito comum. O quê que é isso, é uma questão cultural, quer dizer, o cara não foi preparado pro turismo. É muito comum você ver uma pessoa fumando cigarro no centro da cidade jogar uma bituca no chão. É muito comum jogar papel de bala no chão. Quer dizer a pessoa não tem consciência ‘pô, eu tô sujando uma coisa que não é minha, que é um ambiente público’ e infelizmente a nossa cidade através dos anos ela tem colaborado muito pra que isso ocorra, porque não há por parte do poder publico campanhas de conscientização.¹⁰

Algo muito próximo também é o que se espera das crianças participantes do projeto na justificativa do texto do projeto apresentado à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Região de São Joaquim e incluído com uma parte do “ACORDE – Ação Conjunta de Revitalização e Desenvolvimento”, programa que centraliza diversos projetos dessa secretaria na região.

Acredita-se que criando os “Guardiões do Turismo” a cidade contará com fortes aliados que no futuro estarão conscientes de que o setor é altamente rentável e possivelmente desenvolverão uma cultura empreendedora, que infelizmente foi extinta por gerações antigas.¹¹

A Coordenação Geral do projeto está a cargo do Grupo Gestor. Cada escola selecionada apresentou um Supervisor do projeto

¹⁰ Pedro Paulo Goulart. Entrevista concedida ao autor 27/01/13.

¹¹ PROJETO GUARDIÕES DO TURISMO. Manuscrito.

(geralmente o diretor da escola) e um professor monitor, que recebeu uma capacitação. Os alunos participantes foram escolhidos a partir de um concurso de redação e desenho que teve como mote “Cidadão Consciente, Turismo Diferente”. De modo geral, Nadia me explicou certa vez da seguinte maneira:

Esse a gente faz conscientização dos alunos e tem uma, não é premiação, é uma espécie dos escoteiros, tem uma condecoração. Os guardiões eleitos de cada escola; são feitos algumas palestras, e daí é escolhida um, dois, até três alunos de cada escola, de segundo grau nós estamos trabalhando agora, e até oitava série. Cada escola tem os seus monitores e eles são os guardiões. Então, eles tem metas a atingir dentro daquele planejamento, dentro do proposto eles tem essas metas a cumprir e a medida que eles vão cumprindo eles vão sendo condecorados com uma distinção a mais.

Mas essas metas é como assim, que tipo de metas?

Se ele consegue, por exemplo, organizar um grupo que eles vão dar informações de turismo para os turistas. Claro que não chegamos ainda nesse patamar do projeto. Nós estamos ainda só com a condecoração a respeito de conscientização, de limpeza e conservação das ruas, dos jardins. Ainda estamos nessa fase só. Que é a fase inicial e eu acho que é a fase mais urgente desse projeto. Então, assim, o que tem de mais concreto agora que está trabalhando é o projeto dos guardiões do turismo.¹²

Na Secretaria do Desenvolvimento Regional da Região de São Joaquim tive acesso as redações das crianças escolhidas como monitores do projeto. Tais redações estavam para ser expostas ao público em uma exposição sobre o projeto. Vale destacar alguns trechos das redações, para ter uma ideia de que como as crianças recebem lidam com a questão. Por um lado, as redações exaltam os atrativos turísticos locais, como por exemplo, o aluno da Escola Básica Municipal Maria Aparecida Nunes, Gustavo Schlischtig Faria, que conclui sua redação dizendo: “O turista em São Joaquim é muito importante para todo joaquinese que valoriza o que tem de mais belo na região sul. O frio traz um grande trio. Maçã, neve e pinheiro araucária para todo o Brasil”. Por outro, chamam atenção

¹² Nadia Teresinha de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/01/13.

para o problema da poluição e do lixo, como por exemplo, assinala a aluna da mesma escola Maria Eduarda Pereira da Silva: “(...) só que é triste ver pessoas acabando com a nossa natureza, para preservar, é só não poluir o ar. Não jogar o lixo no chão. É triste ver pessoas jogando lixo. Tem que colocar lixo no lixo, é o lugar dele”. Ou, em outro caso, a aluna Suellem Varela de Mattos, da Escola Básica Municipal João Inácio de Melo, que sugere o que se faz necessário para preservar as belezas naturais de São Joaquim:

Isso acontecerá quando centros históricos, museus, Igrejas, estiverem abertos e funcionarem nos horários divulgados pelos órgãos de turismo local; quando restaurantes, quiosques, barracas, estiverem limpos e a comida saborosa; e quando rodoviárias, estações de trem, aeroportos, táxis, tiverem segurança e respeitando os horários.

Como se vê, a esperança depositada nas crianças é de que sejam capazes de fazer coisas que os adultos não o são, como manter a cidade e os serviços limpos e os serviços públicos em funcionamento. Tais crianças, e as demais, escolhidas como monitores do projeto receberam como prêmios um MP3 e uma camiseta do projeto, além de um almoço em um restaurante da cidade e um *City Tour*, ambos com o objetivo de lhes apresentar os serviços oferecidos aos turistas. Nisso, está presente a ideia de que é preciso conhecer a própria cidade para fazê-la conhecida, ou se pode dizer também que é preciso ser turista na própria cidade. Aspectos esses do que se pretende que seja uma cultura do turismo em São Joaquim, como sentenciou Pedro Paulo, que não para por aí, envolve também outras pessoas na cidade, sobretudo comerciantes.

De tempos em tempos os comerciantes de São Joaquim se reúnem para fazer um dia de limpeza na cidade. Entidades como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Rotary Club, entre outros, tomam a iniciativa, dando exemplo de como se deve fazer. Meus interlocutores da Associação Pró Turismo de São Joaquim (PROTUR) lembram com orgulho de um projeto da referida associação nos anos 90 de ajardinamento da cidade chamado de “São Joaquim um grande jardim”, o qual foi recentemente relançado como “Reviva São Joaquim um grande jardim”. No início desse ano, uma reunião com o SEBRAE foi realizada para colocar em prática um projeto de revitalização urbana que

vem sendo conduzido por esta instituição na cidade de Lages. O Sebrae se propôs a financiar metade dos recursos necessários para o projeto¹³. O mesmo foi realizado também nas cidades catarinenses de Florianópolis, Chapecó, Blumenau e Itajaí¹⁴. Segundo a jornalista Nina Velho o projeto:

Direcionado às lojas dos mais variados segmentos do comércio varejista de rua e prestadores de serviços, o projeto consiste na revitalização do ambiente externo (fachadas), na melhoria da loja e na identidade visual, além de oferecer consultorias, viagens de estudos e capacitações na área de gestão e acesso ao mercado para os empresários do setor.¹⁵

Como destaca a jornalista Roseane Ribeiro Sobânia, o prefeito Humberto Brighenti disse o seguinte a respeito da iniciativa. “Se queremos mudanças, nós temos que mudar. O poder público tem a obrigação de ser o carro chefe, mas se a comunidade não fizer a sua parte nada acontecerá independente do volume de recursos e da vontade do gestor público”¹⁶. Com isso, vê-se que o recado é dado não apenas às crianças, mas a toda a comunidade local de que é preciso mudar o comportamento perante o cuidado com a cidade.

Para Argyrou (1997) o lixo deve ser visto como um constructo cultural, sendo que a visão de mundo na qual o lixo parece não ter lugar pressupõe certa relação com o mundo. “*It is a relation in which one does not need to grapple with the world physically because, given the division*

¹³ Velho, Nina. SJ discute a revitalização de espaços comerciais em parceria com o Sebrae. *Portal Serra SC*. Seg, 28 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.serrasc.com.br>>. Acesso em 25/02/2013.

¹⁴ Sobânia, Roseane Ribeiro. Sebrae propõe revitalização do comércio em São Joaquim. *Portal Serra SC*. Sex, 1 de fevereiro de 2013. Disponível em <<http://www.serrasc.com.br>>. Acesso em 25/02/2013.

¹⁵ Velho, Nina. SJ discute a revitalização de espaços comerciais em parceria com o Sebrae. *Portal Serra SC*. Seg, 28 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.serrasc.com.br>>. Acesso em 25/02/2013.

¹⁶ Sobânia, Roseane Ribeiro. Sebrae propõe revitalização do comércio em São Joaquim. *Portal Serra SC*. Sex, 1 de fevereiro de 2013. Disponível em <<http://www.serrasc.com.br>>. Acesso em 25/02/2013.

between mental and manual labor, the economic necessity to do so has been effectively neutralized (ARGYROU, 1997, p. 160)”. Em suma, para o autor quem é dominado pela necessidade econômica, quem experiencia o mundo como uma urgência irresistível e luta com ele no nível mais básico da existência, são objetivamente não inclinados a reduzi-lo ao status de paisagem.

O argumento de Argyrou (1997), de inclinação bourdieusiana, é bastante explicativo também para os fatos que relatei a respeito das ações de promoção de limpeza e organização em São Joaquim, bem como para as considerações, expostas na seção anterior, a respeito da *cultura* serrana. Os trabalhadores, camponeses ou não, são classificados como moralmente inferiores.

Considerações finais

A falta de amor ao trabalho, a vagareza da vida, entre outros qualificativos compõem a *cultura* serrana para meus interlocutores. O serrano nessa visão não é empreendedor, ao fim e ao cabo sem os valores capitalistas, logo uma barreira ao desenvolvimento regional. Além disso, a *cultura* serrana é vista em oposição à *cultura* italiana ou alemã. O serrano é o pêlo duro, expressão que carrega implícito o sentido de uma camada que recobre o indivíduo e o deixa inacessível a certos preceitos de modernidade.

Bruner (2005b) propõem que as encenações de rituais para turistas não sejam tomadas como o *front stage* enquanto as pessoas em suas culturas sejam consideradas como no *backstage*, uma maneira de pensar tornada clássica nos estudos do turismo nos anos 1970 por MacCannell (1999). Bruner (2005b) sugere que esse é um argumento estruturalista, que pensa as sociedades, povos ou comunidades ao redor do mundo que recebem a visita de turistas ou viajantes como se duplicando para isso, enquanto deve-se ver as encenações apenas como performances.

Porém, de fato, essas duplicações são efetuadas pelas pessoas envolvidas com o turismo. Isso pode ser visto nas oposições identitárias que ao longo desses anos se formaram (pêlo duro *versus* italiano ou alemão, acomodado *versus* empreendedor, atrasado *versus* moderno,

entre outras) na região serrana. Tais oposições não são exclusivas da Serra Catarinense. São encontradas também em outros locais onde existe colonização italiana e alemã no sul do país e é fonte de preocupação mesmo em locais badalados em termos turísticos, como, por exemplo, Gramado. Dorneles (2001) relata que os moradores mais antigos ou que nasceram em Gramado demonstram inquietação diante da possibilidade de “contato cultural” com outras etnias, que pode afetar o turismo desenvolvido nessa cidade, principalmente devido ao “perigo” de mistura étnica com a população da cidade vizinha de Canela, considerada como pêlo duro.

Segundo Comaroff e Comaroff (2009) a indústria da identidade é uma instância especialmente ajustada às tensões entre o universal e o particular, dentre outras, como entre abstrato e concreto, reproduzidas ao longo da história da modernidade. Disso, os autores sugerem duas questões imediatas a serem observadas. A primeira é o que na economia da identidade conta como capital e a segunda é quem controla as condições sob as quais a cultura é representada e alienada. Os autores apontam que novas dependências étnicas têm surgido, mas o comércio étnico também pode abrir oportunidades sem precedentes e em certas ocasiões é o que pode garantir a continuidade cultural. Não há nisso, para Comaroff e Comaroff (2009), o problema da homogeneidade cultural, porque a identidade é remodelada, a subjetividade cultural reanimada e a autoconsciência coletiva recebe uma recarga, pois os produtores da cultura são também consumidores (sendo e sentindo e ouvindo a si mesmos) e, reciprocamente os consumidores também se tornam produtores (acomodando eles mesmos no outro-turístico, por exemplo). *“The point we seek to make here is this: against the telos of both classical and critical theory, the rise of ethno-commerce in the age of mass consumerism is having counterintuitive effects on human subjects, cultural objects, and the connection between them* (COMAROFF e COMAROFF, 2009, p. 27-28).

Um desses efeitos contra intuitivos talvez se possa observar quando a cultura aparece enquanto um substantivo de determinados grupos de pessoas em locais onde o turismo cultural se apresenta como uma modalidade de turismo explorado. É claro que a cultura enquanto adjetivo, através do turismo cultural tem sido o meio pelo qual grupos locais projetam para si aquilo que apresentam para os outros como suas

qualidades nos termos de uma identidade cultural (COUSIN, 2011). Contudo, isso coloca questões em torno das definições do grupo local e das relações entre diferentes grupos locais, dadas as possibilidades de circulação nacional e internacional de grupos étnicos. Portanto, enquanto substantivo a cultura no turismo seria algo como uma maneira de estabelecer diálogos entre diferentes etnicidades.

Com efeito, o *trade* do turismo incorpora certos significados associadas a cultura, comumente vistas em seu sentido relacionado à civilização, algumas das quais mencionadas anteriormente como limpeza, arrumação, organização, trabalho, cooperativismo e associativismo, definidas pelo *trade* do turismo de um modo que fazem sentido para o turismo, palavra que é ela mesma em determinadas maneiras, associada relacionadas a passeio e lazer, por exemplo. A cultura no turismo, assim, não é uma produção cultural, como as que se pode encontrar no turismo cultural, tampouco se confunde com algo mais próximo a uma identidade como a *cultura* serrana. Talvez se pudesse pensá-la não no sentido de um vínculo com alguma cultura (local, regional, nacional, global, etc), mas sim no sentido de um vínculo com o mundo do turismo.

Referências

ARGYROU, Vassos. “Keep Cyprus Clean”: Littering, Pollution, and Otherness. *Cultural Anthropology* 12(2): 159-178, 1997.

BRUNER, Edward M. *Culture on tour: ethnographies of travel*. Chicago: University of Chicago Press, 2005b.

_____. Ethnography as Narrative. In: BRUNER, Edward M; TURNER, Victor W. *The anthropology of experience*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press. 1986, p. 139-155.

_____. The Role of Narrative in Tourism. *Berkeley conference, On Voyage: New Directions in Tourism Theory*, October 7-8, 2005a. Disponível em <<http://www.nyu.edu>>. Acesso em 27-05-2013.

COMUNELLO, Felipe José. *Em busca do frio: o turismo na região serrana de Santa Catarina*. Tese (Doutorado). PPGAS/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2014

COUSIN, Saskia. *Les miroirs du tourisme: ethnographie de la Touraine du Sud*. Paris: Descartes & Cie, avril 2011.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. Apresentação: o caminho que uniu o Brasil. LÖCKS, Geraldo A.; VARELA, Iáscara A.; MOREIRA, Sandro C.; SARTORI, Sérgio. *Caminho das tropas: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina*. Lages: Editora Uniplac, 2006.

_____. *Guerra no Contestado*. Florianópolis: Insular, 2000.

DORNELES, Edson Bertin. *Gramado: a produção e consumo de uma imagem de cidade europeia no sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado). PPGAS/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2001.

KÜSTER, Susana. Paulo Ramos Derengoski. *Correio Lageano*. Lages, 30 de junho e 01 de julho de 2012. Seção CL+. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.

MACCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, Ltd. 1999 [1976].

MACHADO, Nélia Giordani. *São José do Cerrito: sua gente e sua história*. Lages: PapervestEditora, 2004.

MARCON, Fernanda. *Música de festival: uma etnografia da produção de música nativista no festival Sapecada da Canção Nativa em Lages-SC*. Dissertação (Mestrado). PPGAS/UFSC. Florianópolis, 2009.

NASCIMENTO, Anselmo Viana. Derengoski lança novo livro sobre a Guerra do Contestado. *Portal Serra SC*. São Joaquim, 08 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.serrasc.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil-nação*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2006.

RODRIGUES NETO, Joaquim Anacleto. *Memórias de um joaquinese*. São Joaquim: Mural Produtos Gráficos. 2010.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales: Europe XVIII^e – XX^e siècle*. Paris: Éditions Du Seuil, 2001.

O VERANEIO DOS ALEMÃES NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

Janete da Rocha Machado*

Imigração alemã: as origens da indústria gaúcha

A Europa viveu no século XIX um processo amplo de expansão do capitalismo. A consequência disso para alguns países europeus foi a expulsão do camponês da terra e o fim dos pequenos artesãos, os quais migraram para os grandes centros. As cidades ficaram superlotadas e sem condições de absorver a mão-de-obra trabalhadora, criando assim problemas sociais em países como Alemanha e Itália. A solução foi enviar o excedente populacional para o exterior, e nesse cenário político internacional da época, o Brasil se apresentou como uma boa saída, pois o país vivia a transição de uma economia baseada no trabalho escravo para o livre e assalariado.

Havia, então, interesse do governo brasileiro em receber colonos, cujo propósito era o de estimular a ocupação efetiva do território. A absorção maior de imigrantes se deu na região sudeste do país, onde os colonos eram incorporados às grandes fazendas de café de São Paulo. No Rio Grande do Sul, os alemães foram deslocados para regiões virgens não cultiváveis como a Encosta da Serra. O primeiro grupo de imigrantes chegou ao estado em 1824, iniciando uma agricultura de subsistência em pequenos lotes de terras. Anos mais tarde, a produção desses primeiros alemães se diversificou bastante. Entre os artigos produzidos estavam os produtos para selaria, tecidos, chapéus, vinhos, ferramentas, charutos, sapatos, tijolos, panelas e produtos alimentícios.

* Mestre pelo Curso de História – PUCRS.

Com o tempo, o trabalho desses colonos ocasionou um aumento do excedente da produção agrícola, passando a ser vendido para o mercado regional e nacional. Tratava-se assim de uma nova atividade, pois além da agricultura, passaram a desenvolver o comércio e uma ainda incipiente atividade artesanal. E foi a partir desse excedente da produção que surgem as primeiras indústrias no Rio Grande do Sul.

Sem dúvida alguma, foi no chamado complexo colonial imigrante, a partir da chegada dos alemães, que se configurou uma acumulação de capital, sob determinadas condições, converter-se em capital industrial. Basicamente, esse capital-dinheiro originário apresentou-se como um capital comercial, auferido da venda dos produtos da zona colonial por um dos seus elementos, que se especializara na tarefa de intermediação. (PESAVENTO, 1994, p. 200).

Para Jean Roche, o comércio também teve suas raízes nas colônias alemãs, cuja prosperidade esteve associada ao trabalho do imigrante e às trocas, as quais possibilitaram o desenvolvimento da economia. “Desde sua fundação, as colônias alemãs do Rio Grande do Sul constituíram grupos rurais cuja estrutura era muito mais complexa que a da sociedade luso-brasileira da Campanha” (ROCHE, 1969, p. 403). Conforme o autor, “houve simbiose entre o comércio e a agricultura”. (ROCHE, 1969, p. 403). Com destino certo, os produtos eram encaminhados a principal praça comercial do estado, a cidade de Porto Alegre.

A concepção capitalista e o espírito empreendedor de alguns alemães, oriundos de regiões mais desenvolvidas da Alemanha, como Hamburgo, foram fundamentais para o surgimento das primeiras indústrias no Estado. Desta forma, os alemães e seus descendentes foram os agentes responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Por meio do comércio e do consequente processo de industrialização, os teuto-brasileiros transformaram-se nos executores de um processo de modernização histórica no final do século dezenove e início do vinte.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas pelos alemães estavam as de importação e exportação de produtos, as quais possibilitaram, com o sucesso nos negócios, o acesso de algumas famílias

ao alto comércio sul-rio-grandense. Para Jean Roche, a exportação de produtos coloniais foi preponderante, transformando-se no grande negócio de muitas casas comerciais. Negócio que, segundo o autor, era transmitido de uma geração a outra: “os comerciantes estão unidos entre si por interesses comuns, por laços de família, pela mesma origem”. (ROCHE, 1969, p. 445)

Já os importadores se originaram das primeiras casas de comércio fundadas por alemães em Porto Alegre. Havia uma grande variedade de artigos importados, principalmente da Alemanha, país com o qual mantinham sólidas relações comerciais. Entre os produtos importados estavam os metais, automóveis, máquinas, tecidos e móveis. E entre os grandes importadores, figuram nomes como Bromberg, Dreher, Ely, Meyer, Adams, Hermann, Linck, etc. Todos esses nomes, citados, se transformaram em proprietários de grandes casas comerciais em Porto Alegre, ampliando suas fortunas e investindo em negócios diversificados.

Na análise de Roche, o empreendedorismo de Martin, o primeiro Bromberg foi preponderante para o sucesso dos negócios da família no Brasil. Fundadores de grandes casas de comércio, incluindo exportação e importação de produtos, os Bromberg, ao ampliarem relações com a Alemanha, puderam investir na industrialização do Rio Grande do Sul. A aquisição de terras no Balneário da Pedra Redonda, na virada do século vinte, se insere nesse universo de teuto-brasileiros na Zona Sul de Porto Alegre.

A família Bromberg: da Alemanha para a Zona Sul de Porto Alegre

Foi na cidade de Porto Alegre onde grupos oriundos de imigrantes alemães fundaram grandes casas de comércio. Um dos primeiros a chegar foi Martin Bromberg em 1863. Na obra “A colonização alemã e o Rio Grande do Sul”, Jean Roche analisa os negócios Bromberg a partir da chegada à capital do primeiro imigrante e sua estreita ligação com Hamburgo na Alemanha.

Conforme o autor, a casa comercial dos Bromberg “ficou estabelecida em Porto Alegre, em estreita ligação com a Alemanha, de onde provinha o essencial de suas importações, que distribuía por todas as colônias e mesmo por todo o Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p.

435). Eram os primórdios da formação de uma elite ascendente no estado, a qual se transformaria lentamente no mais importante comércio teuto-rio-grandense do sul do Brasil.

No ano de 1913, em comemoração ao meio século da fundação das casas Bromberg, com o patrocínio da família, foi editado o álbum “Bromberg & Cia (1863-1913)”. A obra, escrita em português e em alemão, apresenta um retrospecto de todos os negócios Bromberg no Brasil e no exterior. Também dignifica o trabalho dos fundadores e trabalhadores da Bromberg & Cia na segunda metade do século XIX:

Hoje, depois de 50 annos de existência, ella estende as suas ramificações pelas costas do Atlantico, abrangendo os Estados Brasileiros e vai, muito além das frondosas mattas virgens do Norte e das vastas planícies do Sul, arraigar-se nas plagas da Republica Argentina. Para transplantar a cultura de dois milênios do velho mundo ao novo, assiduamente coadjuvaram os fundadores e colaboradores da firma. (BROMBERG & Co., 1913, p. 5)

A partir do final do século XIX, o grupo Bromberg tornou-se referência na produção e distribuição de máquinas, utensílios para casa e até automóveis. Com o intuito de ampliarem ainda mais os negócios de importação e exportação de ferragens e ferramentas, os Bromberg inauguraram novas casas de comércio no Rio Grande do Sul. As cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre passaram a ter outras filiais e, em 1895 foi alterada a razão social da empresa, a qual se denominou Bromberg & Cia.

Filho de um banqueiro, fato que lhe favoreceu os investimentos, Martin Bromberg transformou a empresa na maior distribuidora de maquinário alemão na América do Sul, com destaque para os conhecidos locomóveis. As máquinas em questão foram as responsáveis pelo desenvolvimento da indústria madeireira, pois foram comercializadas para o mercado das serrarias. Além dos locomóveis, a firma Bromberg seguiu importando da Europa uma infinidade de produtos, tais como ferragens, máquinas para indústrias e para a agricultura, cimento, tintas e até cevada para a fabricação de cervejas.

O empreendimento também financiou a criação de outras indústrias como a Mernak em 1912. “O Banco da Província financiou

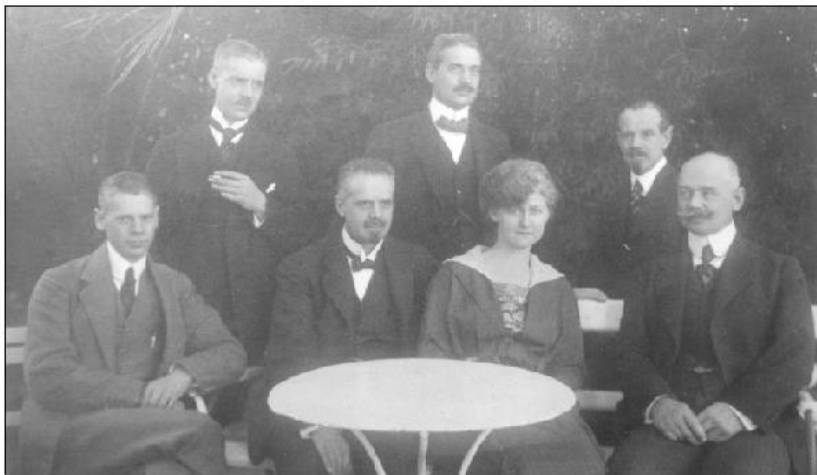
juntamente com a Casa Bromberg, de Porto Alegre, a instalação da fábrica de máquinas Mernak, de Cachoeira do Sul” (PESAVENTO, 1985, p. 33).

Lilian Dorothy Bromberg, descendente de Martin, relata sobre os primórdios do empreendimento no Brasil:

O meu bisavó Martin Bromberg tinha uma firma de importação e exportação em Hamburgo. Ele começou a perceber, na segunda metade do século dezenove, que estavam exportando implementos agrícolas e outras coisas aqui para o sul da América do Sul. Em 1863, veio investigar e percorreu toda essa zona. Entrou por Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires. Andou por todos esses lugares, voltou para a Alemanha e depois retornou ao Brasil. Ele começou os negócios aqui. (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

Na realidade, o empreendedorismo de Martin Bromberg permitiu a diversificação dos negócios no Estado, pois, além da mecanização do arroz, a firma foi a primeira a cultivar fumo em Santa Cruz do Sul.

Figura 1 – Os filhos de Martin Bromberg e a nora Dorothy Booth/1900



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

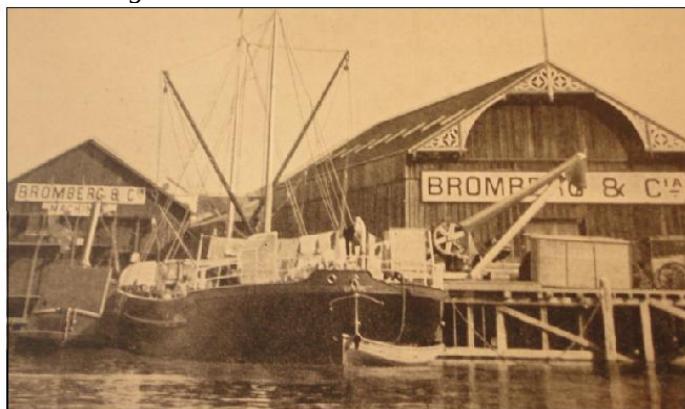
Para Roche, o nome Bromberg esteve associado a uma infinidade de negócios, todos extremamente bem sucedidos:

Foi a Casa Bromberg que vendeu o maior número de arados. Foi o elo que permitiu estabelecer dezenas de redes de irrigação para a rizicultura, instalando tantas estações de bombas. Foi ela que equipou engenhos completos (beneficiamento, secagem, ensacagem do arroz). Foi ela que instalou o maior número de centrais elétricas e de usinas (cervejaria, tecelagem, metalurgia) no Rio Grande do Sul, onde assegurou a urbanização de vastas zonas a drenas e a prover de canalizações, construiu vias férreas (Novo Hamburgo-Taquara, Ijuí-Santo Ângelo-Santa Rosa). (ROCHE, 1969, p. 440)

Os Bromberg também estiveram presentes na fundação da União de Ferros, empresa que deu o primeiro emprego a Alberto Bins, homem bem sucedido nos negócios e no meio político. Assim, a abrangência das firmas pelo Estado foi ampla, influenciando a economia gaúcha na primeira metade do século passado. O fato de a família estar em constante contato com os negócios em Hamburgo, na Alemanha, favoreceu extremamente as relações comerciais com a Europa.

As relações com a Alemanha permaneceram mais estreitas, tanto mais que, pelo fato de ter retornado Bromberg a Hamburgo, a maior parte de seus filhos ali nasceram e alguns deles ali fizeram seus estudos. Enfim, convém não esquecer que Bromberg, o fundador deste enorme negócio, era filho de um banqueiro de Hamburgo, que lhe forneceu os primeiros capitais. (ROCHE, 1969, p. 441)

Figura 2 – Armazéns na beira do Guaíba



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

Com a participação de Arthur nos negócios da família, os demais irmãos também começaram a fazer parte da administração das empresas. Assim, cinco dos dez filhos de Martin se envolveram com as filiais espalhadas pela América. Em Porto Alegre, as lojas foram administradas por Waldemar, irmão de Arthur, conforme relembra Lilian Bromberg: “No início eram coisas para os imigrantes, para a terra: arados, máquinas e ferramentas. Mas, conforme o tempo foi passando, foram mudando ou aumentando as possibilidades para coisas da moda”. (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

Em 1912, a Bromberg & Cia era a primeira colocada entre os exportadores hamburgueses que negociavam com a América do Sul. No ano seguinte, ao comemorar seu cinquentenário, podia ser considerada a firma mais sólida do Brasil. Em Caxias do Sul, as firmas foram representadas por Abramo Eberle que depois se transformou em um próspero empresário do ramo metalúrgico.

Em Porto Alegre, as lojas situavam-se no centro da cidade. A matriz, com sede na Rua da Praia, era o endereço certo para comprar tudo o que fosse necessário para casa, desde utensílios úteis até artigos finos de decoração. Assim, a loja da Andradas era conhecida por “Palácio Encantado da Dona de Casa”. A Bromberg Sociedade Anônima foi a primeira empresa gaúcha a importar o fusca da Volkswagem, da Alemanha, conforme relembra Rita Bromberg Brugger, neta de Arthur e de Waldemar Bromberg:

Sou bisneta do fundador. Nasci e morava em Porto Alegre e, certamente, fui uma das melhores e mais assíduas clientes. Tudo o que a nossa família e a vizinhança precisava, eu comprava depois da aula: desde os alfinetes, lâmpadas, tintas, cristais. Tudo o que conseguia carregar e levar de ônibus. Morávamos além da Tristeza e por lá o comércio se baseava principalmente em cebola e batata. Presenciei a enchente de 1941 e também o “quebra-quebra”, em 1943 ou 1944, quando depredaram o varejo. Lembro de vidro estilhaçado e tudo quebrado dentro da loja. O meu pai comprou um dos primeiros fuscas que chegaram na firma, era verde claro (BROMBERG, 2013, [s.p.]).

Os negócios bem sucedidos das firmas Bromberg irradiaram-se pelo sul do Brasil e por outros países da América do Sul, influenciando

diretamente no desenvolvimento da economia do estado e na ascensão de grupos que tinham estreita ligação com a Alemanha. A aquisição de terras no balneário da Pedra Redonda se insere nesse universo de teutos brasileiros na Zona Sul da cidade.

O veraneio dos Bromberg

Como era de costume na época, os grupos mais endinheirados da cidade residiam nas avenidas Independência e Mostardeiros e veraneavam nas praias da Orla Sul da cidade. Os progressos empreendidos pelas firmas Bromberg a partir da segunda metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, possibilitaram a ascensão social da família, a qual pode comprar sua confortável chácara de verão no balneário da Pedra Redonda, então um “point” de encontro entre os grupos imigrantes alemães residentes em Porto Alegre.

Editada e impressa na Inglaterra, a obra “Impressões do Brasil no Século Vinte”, avalia as condições do Brasil às vésperas da Primeira Guerra Mundial e traz um histórico das empresas Bromberg, bem como de seus gestores.

De vários portos ingleses, de Hamburgo, Antuérpia e de Nova York, importam os srs. Bromberg & Cia, em grande escala, todas as espécies de ferragens, ferro bruto, maquinismos para toda a sorte de indústrias, arame, máquinas para agricultores, cimento, tintas, cevada e lúpulo para cervejarias e outros materiais para uso de fábricas diversas. A firma, que negocia a varejo e por atacado, tem igualmente uma bem montada seção de engenharia e outra para instalações elétricas.¹

¹ Um volume precioso para se avaliar as condições do Brasil às vésperas da Primeira Guerra Mundial é a publicação *Impressões do Brasil no Século Vinte*, editada em 1913 por Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd. e impressa na Inglaterra em 1918. A obra tem 1.080 páginas (LLOYDS GREATER BRITAIN PUBLISHING COMPANYHY (Eds.). *Impressões do Brasil no século vinte. Sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. p. 824. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br>>. Acesso em: 02 set. 2014).

A obra citada acima também faz referência às terras adquiridas em Porto Alegre por Waldemar Bromberg, um dos filhos de Martin: “Waldemar nasceu em Hamburgo, onde foi educado e adquiriu prática comercial. Na idade de 21 anos, veio para Porto Alegre assumir as lojas Bromberg. É dono de valiosas propriedades em Porto Alegre”². As valiosas terras de que fala a obra refere-se à chácara de veraneio da família Bromberg na Zona Sul de Porto Alegre. Como informa sua neta Lilian:

O meu avô Waldemar que nasceu na Alemanha veio para cá como comerciante, ele fez parte do grande comércio da firma Bromberg S. A. E o vínculo dele com a Pedra Redonda é que ele comprou um pedaço de terra, fundos para praia, e aqui montou a sua casa, e passou a veranejar. Ele tinha uma casa na Mostardeiro, 27, e durante os fins de semana e no verão passava aqui na casa da praia (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

Em torno de 1900, Waldemar se casou com Dorothy Booth, imigrante de origem inglesa, cuja família já residia na Zona Sul. Era comum, naqueles tempos, as famílias estrangeiras frequentarem os mesmos locais de sociabilidades, como os clubes, as festas e, no verão, a beira do rio.

Ainda, no século 19, as colônias alemã e inglesa em Porto Alegre se davam muito bem, o que fez a 'alemoada' frequentar a residência dos Booth nos fins de semana. Assim, Waldemar Bromberg conheceu Dorothy Booth, uma das filhas de Charles Edward Booth, com quem se casou e teve cinco filhos (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

² LLOYDS GREATER BRITAIN PUBLISCHING COMPANHY (Eds.). *Impressões do Brasil no século vinte. Sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. p. 824.

Figura 3 – Os Booth e Bromberg na praia particular de Frederico G. Bier/1920



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

Charles Edward Booth era um egresso da Marinha Mercante Inglesa, por isso ficou conhecido por Comandante Booth. Charles chegou a Zona Sul ainda no século XIX, sendo um dos primeiros na região. Os Booth compraram uma área que ia desde a beira do rio até a Cavallhada. Após descobrir uma mina de argila (hoje imediações da AABB na Avenida Coronel Marcos), o comandante edificou ali a sua olaria. Os tijolos fabricados eram transportados até o Centro de Porto Alegre pelo Guaíba. Para o escoamento da produção havia, na beira do rio, fundos do atual Clube Macabi, um trapiche construído para esse fim. Sobre as histórias do trapiche conta uma das bisnetas do comandante:

Os tijolos fabricados eram da marca três estrelas, eles eram transportados em tróleis sobre trilhos até a ponta de um trapiche, onde eram carregadas chatas que levavam o material para o cais do porto. Quando a olaria encerrou suas atividades, a madeira do trapiche foi vendida para um cidadão que tentou arrancar as colunas do fundo do rio. Como elas não cederam e o guindaste usado virou, o tal cidadão resolveu serrar as colunas no nível da água. Os tocos ainda estavam todos lá na década de 1960 e causaram vários acidentes com lanchas que não conheciam o local e passaram por cima quando as águas do rio cobriam tudo (BROMBERG, 2013, [s.p.]).

Os tijolos da marca três estrelas, fabricados na olaria de Charles, ficaram famosos, pois foram utilizados para a construção do Paço Municipal em 1898. Sobre o que sobrou do trapiche na Pedra Redonda, relembra a descendente de Charles:

Eu e meus irmãos e todos os amigos, residentes e veranistas da Pedra Redonda, cada um tinha o seu toco. A gente ficava durante horas pendurado dentro d'água, conversando, rindo e colocando as 'focas em dia'. No verão, às vezes, dava pé no último toco do fim do trapiche, era o maior, o mais grosso. Mas, geralmente a gente tinha que nadar até lá (BROMBERG, 2013, [s.p.]).

Toda a área ao longo da Antiga Travessa Pedra Redonda, hoje Avenida Coronel Marcos, pertencente a Charles Edward Booth, foi, no transcorrer dos anos, sendo loteada por descendentes do comandante e também por empregados da olaria. Entre esses descendentes figuram os Bromberg, cuja moradia de verão, construída em meio a espessos arvoredos e com vistas ao rio, priorizava o descanso e ao lazer.

A chácara de veraneio da família, situada, portanto, no balneário da Pedra Redonda, que na ocasião pertencia ao bairro Tristeza, era uma das mais belas da região. Com uma confortável vivenda e uma infraestrutura completa, montada para o recreio, Waldemar e família podiam usufruir do espaço à beira rio, inclusive nos finais de semana. A fina moradia ficava à beira rio – possuindo, inclusive, guarda-barcos e atracadouro próprio, o que facilitava a prática de esportes no Guaíba.

Para Lilian, neta de Waldemar, os alemães buscavam o sol e os prazeres do rio: “Meu avô velejava, remava e pescava. E o rio era um convite para um banho imediato. Não se pensava duas vezes”. A ampla moradia (figura 4) priorizava espaço e conforto. A bonita cobertura do telhado protegia do forte calor nos meses mais tórridos, proporcionando, assim, bem-estar aos frequentadores da propriedade. O avarandado, típico de casas de veraneio, servia para melhor acomodar a família e os convidados. Sendo o atrativo maior, as águas limpas do rio, a escada de poucos degraus levava até a praia para um banho refrescante.

A chácara também possuía jardins bem ornamentados, árvores centenárias e um piso de grama bem ao estio alemão. É importante salientar ainda que o caráter de exotismo do local servia para um público

que tinha dinheiro e podia gastar com lazer e férias durante alguns meses do ano.

Figura 4 – Casa de veraneio de Waldemar Bromberg/1906



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

A família Bromberg também costumava aproveitar os momentos de lazer e de conversas na varanda da residência de verão, permeando uma nova cena social em plena virada do século.

Figura 5 – Waldemar, Dorothy e Martin Bromberg na varanda da vivenda/1911



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

Era comum, no dia-a-dia, os integrantes da família, usarem sofisticados vestidos e elegantes ternos de linho (conforme figura 7). Mesmo estando à beira rio, os Bromberg estavam sempre “alinhados” e desfilando modelos recém-chegados da Europa. A família costumava empreender viagens à Alemanha em alguns períodos do ano.

Figura 6 – As Famílias Booth e Bromberg na chácara da Pedra Redonda/1910



Fonte: Acervo da Família Bromberg.

E esse cenário possibilita um entendimento acerca do requinte dessa classe que possuía recursos financeiros. Sociabilidades, as quais incorporaram a ideia de um tempo vivido na Zona Sul, relacionando-se com a presença de famílias burguesas e alemãs. Uma herança, saudosamente, acalentada pelos mais velhos nas suas lembranças que remontam ao “glamour” e ao charme vivenciados, especialmente, nos meses de verão, às margens do Guaíba.

No Brasil, o advento da modernidade vai proporcionar uma mudança nos costumes de uma classe ascendente. Para Nicolau Sevcenko os grupos buscam, a partir do início do século vinte, uma estação de cura e recreio. Pensando na saúde, os novos hábitos acabam se tornando impulsionadores do turismo, fortalecido pelo governo. Nos anos 1930, Vargas institui o direito geral ao repouso anual. Todos aqueles que tinham posses poderiam usufruir de um tempo maior de lazer.

A ideia era partir para algum lugar distante, onde se pudesse escapar do controle dos familiares, dos vizinhos, das hierarquias profissionais, dos papéis sociais e das reservas de conduta”. Era o início da vocação balneária (...) fazendo das praias o foco principal do lazer e uma extensão natural dos quintais e das salas (SEVCENKO, 1998, p. 571).

Assim eram as residências que possuíam praia particular na Zona Sul de Porto Alegre, pois as águas do Guaíba chegavam aos quintais dos fundos das famílias mais prósperas da cidade. Lilian relembra ainda como a família de Waldemar usufruía de confortos à beira rio, pois somente os grupos com mais posses possuíam sua charrete ou um automóvel com chofer para buscar no final da linha do trem. “A família tinha uma charrete que buscava no final da linha do trem na Tristeza no início do século. Meu avô, Waldemar Bromberg, praticava vela e remo no Guaíba, por isso ele era assim bronzeado” (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

Com o passar do tempo, muitas famílias que faziam o seu veraneio na orla sul da cidade, passaram a residir no local. E foi assim com os Bromberg. Depois de seu retorno da Alemanha, última viagem à Hamburgo, Waldemar e Dorothy passaram a residir o ano todo na Pedra Redonda.

Em torno dos anos 1930, devido à quebra da Bolsa de Valores de Nova York, as empresas enfrentaram uma forte retração nos negócios, obrigando a família a abrir o capital aos novos sócios. “Quando a firma quebrou, decorrente da quebra da bolsa de Nova York em 1929, foi aberta a sociedade anônima para salvar a firma e aí entraram outros sócios” (BROMBERG, 2011, [s.p.]).

Entre as medidas de contenção, uma forçou Waldemar a residir definitivamente na Zona Sul da cidade: a venda da fina moradia situada na Avenida Mostardeiro. Assim, o novo empreendimento dos Bromberg, após reestruturação, passou a se chamar Bromberg Sociedade Anônima. As lojas em Porto Alegre se mantiveram até 1982, quando a firma encerrou todas suas atividades no Rio Grande do Sul.

Conclusão

Na primeira metade do século passado, a Zona Sul de Porto Alegre foi o local escolhido para o descanso e o lazer de famílias oriundas de imigrantes alemães. Eram grupos que buscavam o recreio à beira do Guaíba e, para isso, mantinham chácaras e confortáveis residências para uso familiar.

As denominadas vilas balneárias, entre elas, Assunção, Conceição e Pedra Redonda, as quais integravam o bairro Tristeza, foram as primeiras a atrair o porto-alegrense na primeira metade do século passado. Além disso, por ser o acesso à praia mais restrito, pois as residências possuíam praia particular, o local abrigava clubes náuticos aonde as pessoas também chegavam por barcos. As finas moradias da Pedra Redonda possuíam também ancoradouros próprios, guarda-barcos e equipamentos para a prática de esportes no rio, todos muito apreciados pelos teutos.

Em Porto Alegre, a ascensão social de algumas famílias, aliada às novas práticas de lazer, permitiu, não só o uso de férias em lugares aprazíveis, como também o sonho de uma confortável casa de veraneio, um espaço de sociabilidades. Eram grupos que buscavam recreação proporcionada pelo Guaíba e pela região, como andar a cavalo, caçar, pescar, velejar e tomar banhos no rio. Entre essas famílias figura a de Waldemar Bromberg, filho de Martin, o primeiro Bromberg a chegar ao Rio Grande do Sul.

O empreendedorismo de Martin Bromberg e, posteriormente, de seus filhos, possibilitou o surgimento e o desenvolvimento das primeiras indústrias no Estado. O grupo Bromberg tornou-se referência na produção e na distribuição de máquinas para o parque industrial do Rio Grande do Sul.

A venda de terrenos à beira do lago, a construção de lindas vivendas, o embelezamento dos balneários, a administração de hotéis e restaurantes, bem como a melhoria nos meios de transportes se deu por grupos de empreendedores sagazes que souberam ampliar suas fortunas durante os anos vindouros do veraneio. Além dos Bromberg, outras famílias também são lembradas na Zona Sul pelas suas magníficas

chácaras de verão. Entre elas, os Bier, Daudt, Bercht, Mentz, Dreher, Bins, Ely e Niemeyer.

Desta forma, é fato que o processo de formação e desenvolvimento de alguns bairros da Zona Sul da cidade esteve diretamente relacionado à procura dos balneários pelos porto-alegrenses. E esse deslocamento até as praias do Guaíba foi consequência, na época, não somente do crescimento da população e da procura por lazer, como também pela dificuldade que era viajar até o litoral gaúcho. As longas distâncias e a precariedade das estradas dificultavam o veraneio nas “praias de mar”. Para se chegar a Torres ou Tramandaí era preciso, pelo menos, um dia de viagem, atravessando lagoas, matos e enfrentando dificuldades diversas.

Os encontros de famílias também serviam para compor as relações sociais e de negócios na região. Assim, alguns balneários funcionaram como espaços de elitização, pois seus ocupantes faziam parte de uma classe privilegiada da sociedade da época. Por conta dessa elite, ora residente, ora sazonal, o sucesso de algumas praias esteve associado sempre aos incrementos ocorridos no local.

Assim, o aproveitamento das águas do lago para banhos foi uma constante nas temporadas de calor e férias, ocasionando um crescimento urbano dessa parte da cidade. A família Bromberg, legítima representante de imigrantes teutos, soube desfrutar deste espaço de lazer e de descanso, exercitando suas sociabilidades e ajudando a desenvolver a Zona Sul de Porto Alegre.

Referências

ALENCANTRO Luiz Felipe; RENAUX Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.

BROMBERG & Co., Hamburgo. Retropecto 1863 – 1913. Porto Alegre, 1913, p. 5. *Álbum Comemorativo aos 50 anos das casas Bromberg*. E Bromberg & Cia – Meio Século. Jornal “O Brasil”, órgão do Partido Republicano (2 de agosto de 1913).

BROMBERG, Lilian. *Entrevista concedida à autora*. Porto Alegre, 20 mar. 2011.

BROMBERG, Rita Brugger. *Palácio Encantado*. [Depoimento no Blog do Almanaque Gaúcho do Ricardo Chaves. Zero Hora, Porto Alegre, 15 dez. 2011].

_____. *Entrevista concedida à autora*. Porto Alegre, 10 set. 2013.

LLOYDS GREATER BRITAIN PUBLISCHING COMPANHY (Eds.). *Impressões do Brasil no século vinte*. Sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos. p. 824

PESAVENTO, Sandra J. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

_____. *História da indústria Sul-Rio-Grandense*. RIOCELL, 1985.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEVCENKO Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 571.

OS MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO NA PAISAGEM URBANA

Jaqueline Salles Vieira*

Juliana Neves Siebert**

Resumo: A comunicação tem como objetivo apresentar um estudo sobre os monumentos à imigração, vistos como representações materiais nas cidades e que podem ser explorados como campo de estudo da imigração. O monumento tem a finalidade de manter e preservar a memória de um grupo étnico, dessa forma, entendemos que são uma atualização da ausência, pois, em muitos casos, não existem mais imigrantes, só descendentes. Mas, a sua presença se faz sentir na cidade tanto pelos monumentos construídos, quanto pela presença de outros símbolos e testemunhos. As representações, que passaram a compor a paisagem urbana, para além de sua finalidade precípua – de homenagem e gratidão –, podem ser olhadas pelo filtro da memória em seus aspectos simbólicos e, assim como, em suas possibilidades turísticas.

Introdução

Este texto é parte da pesquisa que atualmente desenvolvemos e que trata sobre os monumentos como fontes para o estudo da imigração na região do Sul do Brasil. Quando trabalhamos com pesquisas sobre a imigração europeia nessa região, temos uma infinidade de produções acadêmicas, deste modo, por que não analisarmos o monumento, um

* Bolsista de Iniciação Científica/PRATIC do Projeto: A memória em monumentos: uma releitura da imigração no Brasil. Graduanda em História pela UNISINOS. Sob orientação da Prof.^a. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos.

** Bolsista de Iniciação Científica/PRATIC do Projeto: A memória em monumentos: uma releitura da imigração no Brasil. Graduanda em História pela UNISINOS. Sob orientação da Prof.^a. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos.

objeto cimentado e com placa de bronze localizado no centro da cidade? Qual o seu valor simbólico e o que ele representa?

Entendemos que paraíso é essencial definirmos que entendemos como monumento e memória, e como eles estão relacionados com os “lugares de memória” da imigração.

Buscamos delinear o estudo dos imigrantes a partir dos monumentos e como essa representação material na paisagem urbana interfere em uma rede de significados no imaginário da sociedade.

Analisaremos, então, os simbolismos e significados dos monumentos, as possibilidades turísticas dos mesmos, assim como, de seu entorno. Para isso utilizaremos como exemplos o Monumento “La Nave Degli Immigranti”, localizado na cidade de Serafina Corrêa e o Monumento ao Imigrante de São Leopoldo e sua praça.

Monumento e memória: perspectivas conceituais

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF apud FEBVRE, 1984, p. 98).

Como indica a citação acima, o historiador trabalha com fontes e busca imediatamente na escrita, em textos, a sua erudição. Entretanto, quando estes documentos não existem ou não são suficientes, cabe ao historiador procurar outros objetos de estudo da produção humana, substituindo aquilo que lhe falta.

O monumento é aqui entendido como uma construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algo memorável. É ainda sinônimo de recordação e lembrança, referindo-se à memória e identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, tribal, familiar, etc.

O monumento é então, aquilo – objeto – que pode nos remeter ao passado e também a outras gerações para que “(...) rememorem

acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” (CHOAY, 2006, p. 18). Cabe ao monumento ser a garantia da lembrança e não deixar que o tempo apague a razão da sua existência.

Os monumentos contém historicidade, porém, nem todos são históricos; os historiadores que os tornam assim, utilizando-os como fonte de escrita para a história de um grupo, como acontece com os monumentos aos imigrantes. A distinção entre monumento e monumento histórico é observada por Alois Riegl, que destaca:

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. (CHOAY apud RIEGL, 2006, p. 25-26).

Quando erigidas, essas representações materiais são feitas pelo homem para preservar o passado visando o futuro, mantendo viva e presente a lembrança de uma ação, de um destino, de uma história. Conforme aborda Ramos:

(...) nós os encontramos desde as civilizações mais antigas, (...). Quase sempre são as autoridades cidadinas e/ou distintas comunidades as responsáveis por essas construções, uma vez que um monumento é planejado com antecedência em sua representação, é pensado geográfica e arquitetonicamente, responde aos anseios e solicitações da comunidade e aos objetivos dos governantes e/ou a ambos os preitos. (RAMOS et al, 2013, p.268)

Assim, estátuas, templos, memoriais, obeliscos e outros artefatos simbólicos das cidades, sejam eles grandes ou pequenos, uma vez erguidos, são quase sempre submetidos a diversas interpretações. Vistos como representações materiais de acontecimentos que envolveram os imigrantes e passaram/passam a compor a paisagem urbana a partir de um

determinado contexto, quase sempre tem origem nos poderes públicos e/ou com o apoio da comunidade.

Todos esses artefatos urbanos, então, segundo Freire (1997) tem a função de lembrar, de remeter-nos a momentos identitários e históricos. Nesse sentido é que entendemos os monumentos como “lugares de memória” e “receptáculos da memória”, locais que nos transportam ao passado através de suas formas e símbolos.

Mas o que é memória? Sentimos a necessidade de defini-la, assim como fizemos com os monumentos, pois a compreensão destes dois conceitos é essencial para este estudo.

Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos¹, a memória é a propriedade que mantém as informações, essa, compreendida como uma ação intelectual, que, permite ao humano renovar e reinterpretar impressões e informações passadas. Ainda diz que a memória é seletiva e só nos faz lembrar parcialmente das coisas, mas também, que precisa de estímulo externo e escolhe as lembranças através daquilo que nos fez sentido no passado. Deste modo, a memória age acerca daquilo que foi vivido. Engana-se, porém, aquele que pensa que só a memória individual é importante para a escrita da História – demonstrado pelo recente surto historiográfico de biografias –, o que querermos exemplificar neste estudo é que a memória social e coletiva, – essa que é construída pelas lembranças do homem, mas que não é somente dele, é também propriedade de uma comunidade, de um grupo, no nosso caso, a imigração – é fundamental para a historiografia, pois, ela nos concede dados importantes para a atualização da temática da imigração no Sul do Brasil, assim como nos coloca Pierre Nora: “Uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível” (NORA, 1993, p. 11).

A relação que se estabelece entre o monumento e memória é que o primeiro é a materialização do segundo. Partilhamos da ideia de Le Goff (1994) que se a História não tomasse para si os monumentos para

¹ Dicionário de Conceitos Históricos de Kalina Silva e Vanderelei Silva. Conceito: Memória.

estudá-los, transformá-los e os atribuir sentido eles não se tornariam lugares de memória.

O monumento histórico é uma criação da sociedade para a perpetuação da memória, como já apontamos. Essa memória que é de um grupo que pretende assegurar as subjetividades do passado, se caracteriza por enraizar-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. É esse sentido de continuidade temporal das evoluções, dos costumes e das relações que se quer manter. Assim exemplificado pelas falas referentes ao Monumento ao Imigrante em São Leopoldo²:

(...) pedem para zelar sempre [pelo monumento] como homenagem prestada (...) aos bravos pioneiros (...) São Leopoldo, viveiro fertilíssimo de colonos esforçados, trabalhadores incansáveis, cidadãos dedicados, pacíficos e ordeiros, *célula manter* de uma obra formidável de cultura e progresso. (RAMOS et al. apud *Deutsche Post*, 2013, p.273-274)

Monumentos na cidade: do imaginário além das representações materiais

O estudo da relação das pessoas com os monumentos da cidade constituem o *imaginário urbano*. O termo imaginário é carregado por variações, por isso, é adaptado dentro de uma perspectiva histórica e recebe uma designação do imaginário social que trabalha diretamente no plano simbólico.

Podemos dizer que, o monumento torna-se para o imigrante “(...) a projeção de um certo sentido de tempo sobre o espaço.”, como nos diz Cristina Freire (1997:118). Quando o imigrante parte da sua terra natal, a sua identidade passa por um processo de transformação, como se fosse uma espécie de reelaboração entre o velho que conhecia e as marcas do novo que passam a invadi-lo. E assim, um simples ato como o de andar pela cidade, estudado pelo filósofo Michel de Certeu (1982), torna-se uma rede simbólica e diante dos monumentos, aprofunda Freire:

² Figura 2.

Os monumentos como lugares de diferenciação, podem, talvez, possibilitar o resgate de conteúdos simbólicos; através deles, e, às vezes, possível encontrar o impalpável, o invisível no cotidiano e resgatar lendas ao preservar histórias, redimindo-as do banal dos cenários urbanos. (FREIRE, 1997, p. 123)

Os receptáculos de memória são apropriados pela comunidade, ocorre um envolvimento de pertencimento e também uma relação em que “(...) podemos estar sentimentalmente ligados a um monumento” (FREIRE apud ARGAN, 1997, p.125).

*Figura 6: Monumento La Nave DegliImmigranti em Serafina Corrêa-RS.
Inauguração: 1986.*



Fonte: Acervo das autoras.

O Monumento “La Nave DegliImmigranti”, localizado na cidade de Serafina Corrêa (RS) é dedicado à imigração italiana e foi construído no ano de 1986. Está localizado em frente à Prefeitura, no centro da cidade e é uma lembrança dos 111 anos após a chegada dos primeiros italianos no Rio Grande do Sul.

Em 1875, tem início a última etapa do povoamento da província, que se havia iniciado no século XVIII, com a criação das primeiras fortificações militares. Foram os imigrantes italianos, em sua

maioria, que completaram o povoamento do Rio Grande do Sul. (GIRON, Loraine; HERÉDIA, Vania; 2007, p. 26).

O artista plástico Paulo Batista de Siqueira – autor deste acervo de memória –, buscou exibir em cada detalhe escultórico a contribuição do trabalho dos imigrantes italianos para a formação do Brasil e do Rio Grande do Sul, desde a sua partida dos portos italianos até sua chegada. Além de uma obra de arte, o monumento narra detalhes do processo migratório italiano nos navios, destacando a bravura desse povo, que partiu de sua terra em tempos de crise e miséria e reelaborou aqui os seus costumes, adaptando-os a uma “italianidade à brasileira”, promovendo a expansão cultural e a continuidade de seus descendentes, assim como:

As figuras humanas representam a força do homem que aqui aportou, fabricando suas ferramentas, dando origem às conquistas hoje comemoradas da indústria, da metalurgia, da agricultura e da pecuária. (SABADIN, Adriana. La Nave Degli Immigranti. Disponível em <<http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 Set. 2014).

A homenagem do poder público e da comunidade de Serafina Corrêa são expressivos nas palavras de gratidão, que compõem a mensagem colocada em uma placa junto ao monumento:

Homenagem do Poder Executivo e Legislativo e do Povo de Serafina Corrêa àqueles que, deixando seu solo pátrio atravessaram o oceano atlântico e aqui aportaram, fazendo de sua epopeia uma das páginas mais lindas de sua história universal, enriquecendo a Pátria Brasileira com sua cultura, trabalho e perseverança. Serafina Corrêa, 20de Julho de 1986.(SABADIN, Adriana. La Nave Degli Immigranti. Disponível em <<http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 Set. 2014).

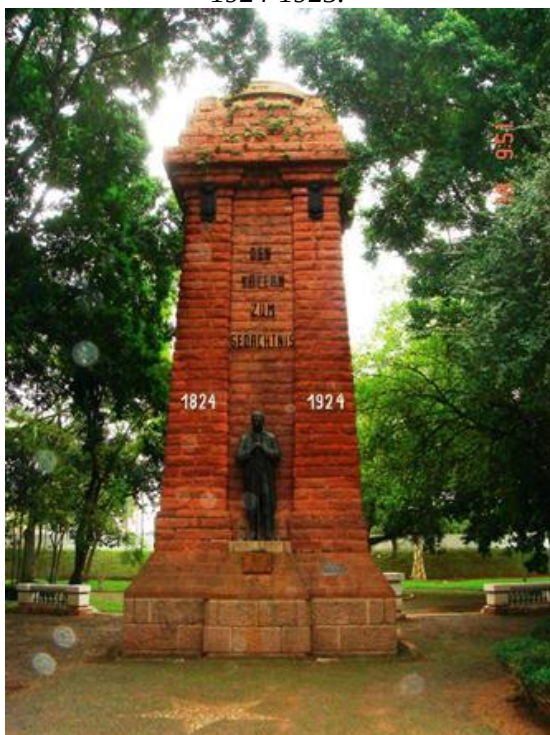
O retorno ao passado como uma possibilidade turístico-econômica: Um estudo sobre o Monumento ao Imigrante em São Leopoldo e sua praça

Os monumentos, geralmente, ao longo do tempo, perdem seu “prestígio” social. Esse fenômeno se dá pelo processo de crescimento e urbanização das cidades e sua consequente perda de identidade local e de

reconhecimento. Deste modo, em muitos locais do Brasil, hoje, como é o caso de São Leopoldo, os monumentos estão deteriorados por falta de cuidado. As prefeituras, em sua maioria, não realizam manutenção e muito menos ações que envolvam educação patrimonial; salvo alguns casos raros.

O Governo Federal, através do Ministério da Cultura, com o intuito atuar nos sítios históricos urbanos, não apenas como um programa de recuperação física de monumentos, mas também visando criar referenciais para prática da gestão sustentada do patrimônio cultural, cria no ano de 2000 o Projeto Monumenta. Esse projeto propõe recuperar os centros históricos de 27 cidades brasileiras. O programa tem quatro eixos: sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade. Tem implicações diretas com o turismo, na relação que se estabelece com o monumento como forma de sustentá-lo.

Figura 2: Monumento ao Imigrante em São Leopoldo-RS. Inauguração: 1924-1925.



Fonte: Acervo das autoras.

São Leopoldo não é uma das cidades que estão envolvidas no projeto, porque, uma das condições necessárias para participar do mesmo é ter um bem tombado pela esfera federal IPHAN³. Os bens tombados em São Leopoldo – Ponte 25 de Julho, Antigo Seminário Evangélico (Castelinho), Casa do Imigrante, Sítio Histórico Museu do Trem e Conjunto Arquitetônico do Centro Diretivo e Reitoria da EST⁴ – são tombados em nível estadual pelo IPHAE⁵. Percebe-se, que, mesmo estando localizado em um potencial sítio histórico, o Monumento ao Imigrante em São Leopoldo, Figura 2, não é tombado em nenhuma das duas esferas, é apenas considerado na rota turística de nível municipal. Não houve interesse da Prefeitura de São Leopoldo em relação ao projeto como aconteceu em Porto Alegre, onde o poder público se mobilizou para tomba pelo IPHAN bens considerados patrimônio histórico, artístico e cultural.

Em 2010, em São Leopoldo, foi criado, por um grupo de voluntários, o Instituto São Leopoldo 2024. Este grupo começou a reunir-se com a finalidade de elaborar propostas para o futuro de São Leopoldo. O Instituto, através de seus grupos de trabalho, (GTA – Ambiental GCT – Cultural, GTE – Econômico e GTS – Social) busca projetar atividades de longo prazo que viabilizem o desenvolvimento sustentável de São Leopoldo. O Grupo de Trabalho Cultural, nesses dois últimos anos, 2013 e 2014, realizou um estudo sobre a atual situação do Monumento ao Imigrante. A tabela abaixo mostra o descaso com o monumento e sua praça, e também as possibilidades de revalorização da área:

Tabela 3: Adoção da Praça do Imigrante. Fonte: ISL 2024

<i>Situação Atual da Praça.</i>	<i>Situação Proposta para a Praça.</i>
Localização fora do movimento tradicional de Negócios e Compras	Inserir na Praça o conceito Cultural-Histórico e de Lazer
Infraestrutura em deterioração	Recuperar a infraestrutura

³ Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

⁴ Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

⁵ Escola Superior de Teologia de São Leopoldo

Banheiros Chafariz Calçamento
Monumento ao Imigrante (1924) necessita Recuperação e Tratamento devido pedra de arenito
Árvores cresceram de modo desordenado, sem planejamento arbóreo.
Estacionamento Precário e Escasso
Muro de contenção Sem atrativo para o Rio e Difícil acesso (escadas)

Desvantagens Atuais

Praça sem atrativos
Sem infraestrutura
Deterioração do Monumento
Sem plano paisagístico
Estacionamento “exclusivo” da Câmara
Muro sem utilização e inseguro

Recursos

Pessoal = Voluntários do ISL 2024
Financeiros = a definir (Patrocínio)
Técnicos = com Unisinos (acordo)

Premissas

O ISL 2024 não tem caráter executivo, sendo seus serviços voluntários de coordenação e acompanhamento dos serviços contratados.

Banheiros Chafariz Calçamento
Recuperar e tratar Monumento e seu Entorno
Realizar Poda e Rearranjo de arbóreo
Criar estacionamento “turístico” para Bicicletas, Ônibus de turismo
Redefinir conceito para Antigo pergolado Murada de vista p/ Rio Sinos

Vantagens Propostas

Atração Histórica e Lazer (bicicletas)
Com Banheiros
DESTAQUE ao Monumento
Com vistas ao Monumento
Definir área para carros e bicicletas
Com observação do Rio e Monumento

Envolvidos

Grupos de Trabalho ISL 2024
Órgãos correspondentes PM-SL
UNISINOS

Restrições

Possíveis restrições Ambientais Históricos – culturais Mobilidade urbana

A partir da Tabela 1, podemos então discutir como o Monumento ao Imigrante e sua praça podem ser (re)apropriadas como um espaço de retorno ao passado, onde os turistas possam compreender os aspectos culturais daquela sociedade. É um projeto de reviver o passado, mas é também um projeto econômico, onde podem ser exploradas todas as possibilidades rentáveis do monumento e seu entorno. E para a interpretação do patrimônio podem ser utilizados diversos meios como: o teatro, a literatura, a poesia, a fotografia; além de placas, painéis, folders, mapas, guias turísticos, entre outros.

Leandro Henrique de Magalhães e Patrícia Martins Castelo Branco nos colocam que o visitante “busca um fuga do seu cotidiano” e que “faz-se necessária a reapropriação destes espaços, tendo em vista a diversidade de significados e de olhares que podem ser lançados ao patrimônio já existente” (MAGALHÃES e BRANCO, 2006, p. 10).

Então, o turismo pode desenvolver oportunidades de utilização econômica dos monumentos para o seu próprio sustento e manutenção. Para isso, deve-se tentar conciliar a economia e a preservação patrimonial. Segundo BRANCO (2007), o IPHAN nos coloca que a valorização econômica dos monumentos é possível, pois os de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país.

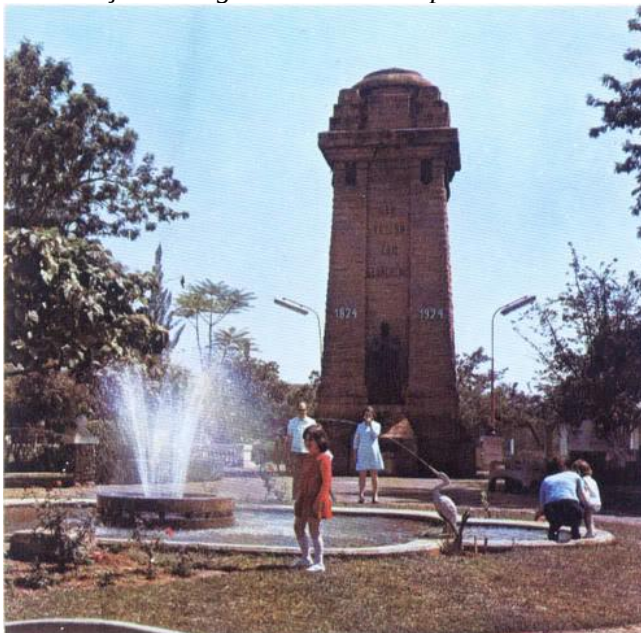
O turismo pode, juntamente com a sociedade, vender esses locais de memória e lembrança também como um espaço de sociabilidade, valorizando-os assim para atrair os visitantes e também a comunidade “os monumentos (...) se tornam lugares de sociabilidade e de fruição porque em seu entorno estão as praças, os parques, e as grandes avenidas.” (RAMOS et al, 2013, p. 269).

A Praça do Imigrante e seu respectivo monumento já foram na década de 70 do século XX um espaço de sociabilidade para a comunidade, como nos mostra a Figura 3. E é exatamente isso que o Instituto São Leopoldo quer resgatar⁶, visto que hoje a praça e o

⁶ Resgatar está sendo utilizado nesse texto no sentido de restauração.

monumento não são visitados nem pela comunidade local nem pelos turistas.

Figura 7: Praça do Imigrante de São Leopoldo na década de 70.



Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com>>.

Portanto, devemos atentar a essas possibilidades turísticas também como forma de preservar o patrimônio material e imaterial, no nosso caso, o Monumento ao Imigrante em São Leopoldo e história da imigração. Visto que, depois que o patrimônio perder seu elo com a comunidade e for totalmente depredado, não haverá mais esse local de memória. “Patrimônio é documento. Estragou, não conta mais história.” (GASTAT apud CUSTÓDIO, 2014, p. 84).

Considerações finais

Pela observação dos aspectos analisados, percebemos que, através do tempo foram atribuídos aos monumentos vários conceitos, mas que sua finalidade está sempre ligada à manutenção da memória coletiva de uma determinada sociedade. É preciso que entendamos os elementos simbólicos que perpassam esses monumentos e sua construção. Ao

recontarmos a história da imigração através dos mesmos, constatamos as intenções que estão postas nessa história.

Ao concluirmos o nosso trabalho, atribuímos um valor que vai além de homenagem e gratidão ao monumento. Destacamos e analisamos que esses locais de memória podem ser provedores de economia. Exemplificamos que é possível esse patrimônio ser autossustentável a partir de atividades e práticas que reconheçam seu potencial histórico, cultural e econômico.

Referências

BRANCO, Patrícia Martins Castelo. *Patrimônio Histórico e Turismo: uma construção social*. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*/ Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. 3ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio./out. 2006. Disponível em: <<http://www.unisinos.br>>. Acesso em 20 set. 2014.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SescAnnablume, 1997.

GASTAT, Susana. *Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo*. Revista Turismo em Análise, Brasil, v. 14, n. 2, p. 77-89, nov. 2003. ISSN 1984-4867. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 24 Set. 2014.

GIRON, LoraineSlomp. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*/ Loraine Slomp Giron; Vania Beatriz MerlottiHerédia. – Porto Alegre: EST, 2007.

INSTITUTO SÃO LEOPOLDO 2024. *Proposta de adoção da Praça do Imigrante*. – São Leopoldo, 2013.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História* / Márcia Scholz de Andrade Kersten; [revisão Antônio Schwinden]. – Curitiba : Editora da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: Enciclopédia Einaudi. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 95-106.

_____. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MAGALHÃES, L. H.; BRANCO, Patricia Martins Castelo. Patrimônio, memória e turismo: um exercício do olhar. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão – PR, v. 1, n.1, 2006.

MEMÓRIA. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009. p.275-278. Versão digital, disponível em: <<http://gephisnop.weebly.com>>. Acesso em 24 set. 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

RAMOS, Eloísa; VARGAS, Bianca de; LIMA, Tatiane de. *Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens*. In: História da imigração: possibilidades e escrita. / Organizadores Elda Evangelina Golzález Martínez et al. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. p. 266-282.

Sites

Praça do Imigrante de São Leopoldo na década de 70. In: GOOGLE IMAGENS. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SABADIN, Adriana. *La Nave Degli Immigranti*. Disponível em <<http://www.serafinacorrea.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

STIPPEN: COMEMORAÇÃO DA PÁSCOA DOS “POMERANOS” DA ZONA RURAL DE PELOTAS-RS

Maicon Fabiel Schneider*

Charlene Brum Del Puerto**

Dalila Müller***

Resumo: Este trabalho descreve e analisa o evento denominado *Stippen* ocorrido anualmente em parte das localidades de Colônia Osório e Colônia Py Crespo, situadas na zona rural da cidade de Pelotas/RS. A festividade ocorre todos os anos em alusão à Páscoa e a festa descrita aqui, foi realizada entre os dias 30 e 31 de março de 2013. A metodologia utilizada foi a observação participante. Durante o caminho percorrido, foram feitas imagens áudio visuais e conversas informais com os moradores das colônias e participantes do grupo *Stippen*. Segundo Roche (1969), entre os teuto-brasileiros de origem pomerânia conservou-se a realização do *Stippen*. A partir das informações obtidas infere-se que o evento é uma das formas de manutenção da cultura pomerana na região de Pelotas, que engloba comida, música e religiosidade. Essa festa mostra como a região mantém sua identidade étnica, ainda que o *Stippen* tenha sofrido alterações. É um modo imaterial de perpetuar antepassados, valorizar e resistir ao fim de uma cultura através da valorização dada pelos moradores. A perpetuação do *Stippen* entre os descendentes de imigrantes revela a necessidade de preservar suas origens, evidenciadas a partir da memória coletiva sobre o evento. Ainda que adaptado ou modificado, a rememoração do *Stippen* demonstra um diálogo entre passado e presente. Mesmo que transformada e incorporada a outros aspectos, as tradições são reelaboradas para que não haja perda total. É a mesma manifestação sob um novo olhar a fim de resistir ao fim de suas raízes.

Palavras-chave: Imigrantes pomeranos, Sociabilidade *Stippen*.

* Graduando em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas.

** Mestranda em Turismo na Universidade de Caxias do Sul; Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas.

*** Doutora em História pela UNISINOS; Professora adjunto – Faculdade de Administração e de Turismo –UFPel.

Introdução

Este artigo tem por objetivo expor e analisar a festa denominada *Stippen* que ocorre na madrugada de véspera do domingo de Páscoa, na Colônia Osório e Py Crespo situadas na zona rural da cidade de Pelotas/RS. Nesse trabalho é descrito o evento que foi realizado entre os dias 30 e 31 de março de 2013, nesta localidade.

Inicialmente é realizada uma contextualização da imigração alemã/pomerana do país e no Rio Grande do Sul sob a ótica de Dreher (1995), Willems (1946) e Roche (1969), para entender os motivos da vinda dos imigrantes alemães e como ocorreram suas relações sociais no início da imigração.

Quanto à sociabilidade, esta é percebida sob as intepretações de Agulhon(1992),Baechler (1995), Simmel (1983) e Ramos (2000). A sociabilidade surgiu como uma das muitas formas de sobrevivência da cultura dos alemães no Brasil. A cultura foi se modificando na medida em que as peculiaridades entre nativos e não nativos foram entrelaçadas, fato necessário para a convivência. Não é possível afirmar que as relações eram dependentes, mas sim que coexistiram e que se adaptaram a novos padrões socioculturais, fato que implicou em assimilação cultural por parte dos alemães.

A sociabilidade, segundo Maurice Agulhon teria um duplo sentido. O sentido mais amplo envolve formas mais gerais de relações sociais e o sentido mais estrito refere-se a formas específicas de convivência com os pares. A sociabilidade é a vida social organizada, sendo as associações sua forma privilegiada. (AGULHON, 1992)

As redes de sociabilidade são entendidas como um grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolha participar. (GOMES, 1993). O espaço da sociabilidade, além de ser geográfico, é afetivo, “(...) nele se podendo e devendo recortar não só vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais.” (GOMES, 1993, p. 4)

Baechler (1995) propõe uma abordagem mais ampla e detalhada sobre o tema, considerando sociabilidade como:

a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões (...): vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações (...) (BAECHLER, 1995, p. 65-66)

As redes são definidas pelo autor como “(...) os laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante.” (BAECHLER, 1995, p. 77). Essas redes implicam no conhecimento de três categorias de sociabilidade. A primeira categoria diz respeito às formas de sociabilidade que se estabelecem espontaneamente entre os indivíduos, esta categoria diz respeito às redes que se estabelecem no dia-a-dia, como de parentesco, de vizinhança, de classe.

A segunda categoria é definida pelo autor como “redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.” (BAECHLER, 1995, p. 78). Nesta categoria, a sociabilidade pode traduzir-se em:

agrupamentos formais e organizados, podendo constituir unidades do ponto de vista jurídico e administrativo, mas cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar junto. (BAECHLER, 1995, p. 82)

A última categoria pressupõe a noção de civilização. O autor cita Marcel Mauss por ter abordado o conceito de civilização, considerando-o a extensão última da sociabilidade. A civilização é um produto das atividades humanas.

Simmel (1983) também discute a sociabilidade e a considera como uma forma autônoma ou lúdica de sociação, a partir deste conceito, estuda as formas sociológicas lúdicas, como os jogos sociais, a coqueteria e a conversação, sendo esta última considerada a forma mais típica da sociabilidade. Segundo o autor, interesses e necessidades específicas

fazem com que os homens se unam em diferentes associações, como econômicas, religiosas, políticas, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto.

Gomes (1993, p. 3), a partir das obras de Agulhon, considera que a sociabilidade pode ser utilizada em seu sentido mais estrito, ou seja, “como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória”.

Simmel (1983) considera que toda a sociabilidade possui uma estrutura democrática e este caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado estrato social:

(...) sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa. (...) A sociabilidade, se se quiser, cria um mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros. Em princípio, ninguém pode encontrar satisfação aqui se esta tem de ser realizada à custa de sentimentos diametralmente opostos aos que o outro pode ter. (SIMMEL, 1983, p. 172)

Da mesma forma, Baechler (1995) apresenta algumas características que a sociabilidade exige dos indivíduos. Para integrar uma mesma formação social:

Cada um deve, de algum, modo, oferecer-se aos outros como membro aceitável de um círculo de civilidade, o que significa que todos devem desenvolver traços comuns, que os definem como oriundos de uma *determinada* sociedade. É por essa razão que a civilidade se baseia na igualdade e até, em certa medida, na identidade dos participantes. Por conseguinte, os critérios de recrutamento são muito rigorosos, uma vez que só indivíduos do mesmo mundo poderão ser suficientemente semelhantes entre si para criarem seu “mundo”. (BAECHLER, 1995, p. 83) [Grifos do autor]

Os espaços de sociabilidades são o *locus* da interação das pessoas pelo simples prazer do contato, interagindo fora dos rigores da necessidade. Segundo os autores, a sociabilidade se desenvolve no interior dos grupos, se baseando na igualdade entre seus membros. Assim, este artigo analisa o Stippen, uma forma de sociabilidade de um

grupo específico de pomeranos das colônias Osório e Py Crespo, situadas na zona rural de Pelotas-RS.

A festa citada neste artigo passou por modificações ao longo do tempo, mas conforme relatos, ainda representa a preservação de seus antepassados de modo ressignificado. O grupo realiza o evento denominado *Stippen*, alegando que essa manifestação de cultura está se perdendo e não desperta mais o interesse nas novas gerações.

A metodologia utilizada para esse trabalho foi a observação participante com registro áudio visual (fotografia e filmagem) e relatos orais dos moradores da colônia e integrantes do grupo *Stippen* e de alguns moradores locais que foram visitados. Foi acompanhado o evento durante a noite do dia 30 de março de 2013 bem como a madrugada e início da manhã do dia 31 de março de 2013.

As primeiras fotografias e os recursos áudio visuais utilizados foram feitos com a banda de música que faz parte do grupo. Após também foram registrados o jantar e a preparação das vestimentas. Durante o trajeto também foram feitos registros fotográficos/audiovisuais e apontamentos sobre as narrativas dos participantes do grupo, bem como dos moradores que recepcionam os integrantes do *Stippen*.

Algumas considerações sobre associabilidade dos imigrantes alemães

Os alemães foram os primeiros imigrantes estrangeiros, não portugueses, que vieram para o Brasil a partir de uma política de imigração. Eles foram instalados inicialmente no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo e, posteriormente, em outros locais do Estado, em Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, entre outros Estados.

A vinda dos imigrantes para o Brasil respondeu a alguns objetivos do governo brasileiro e esteve diretamente ligado a fatores de ordem econômica, seguidos de motivos políticos e religiosos dos países de origem dos imigrantes. Dreher (1995) aponta o branqueamento da raça, a formação do exército nacional, a eliminação de indígenas, a segurança nacional, a valorização fundiária, entre outras, como as causas que levaram o governo brasileiro a buscar imigrantes não-ibéricos.

Os principais fatores ligados à Alemanha apontados por Dreher (1995) foram: as mudanças ocorridas a partir da revolução industrial; as

modificações na situação agrária, como a libertação do campesinato, significando a separação do camponês da terra, a eliminação das terras comunitárias e dos direitos de uso do solo alheio; o encarecimento do custo de vida; o empobrecimento, que quebrou todo o sentimento de apego à terra de origem; os motivos religiosos tiveram menor influência.

Willems (1946) acrescenta outros fatores como causas da emigração dos alemães:

As causas do êxodo eram, mormente, econômicas ou políticas. A inflação monetária arruinara grande parte das camadas abastadas do povo. A falta de trabalho, cada vez mais acentuada, contribuía, consideravelmente, para estimular a emigração. Numerosos elementos dos partidos de direita, desgostosos com a derrota e o advento de um regime de tendências socialistas, emigravam para o Brasil. De outro lado, comunistas militantes, membros do “Spartakus” que haviam lutado, nas barricadas, contra o governo republicano, achavam na emigração o único recurso para iniciar uma “nova vida”, ou para realizar suas utopias sociais. Vinham então oficiais do exército imperial, funcionários aposentados, artífices e operários qualificados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores e agricultores. (...) A partir de 1933, levas de refugiados, principalmente israelitas, associavam-se aos imigrantes de após-guerra. (WILLEMS, 1946, p. 61)

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a colonização se deu no curso dos rios costeiros, ocupando os vales e toda sua área cultivável. “No Rio Grande do Sul foram principalmente o Rio dos Sinos, o Caí e o Jacuí com seus inúmeros afluentes da margem esquerda que constituíam a base hidrográfica do chamado “cinturão do Jacuí”, zona mais importante de colonização germânica, no Brasil.” (WILLEMS, 1946, p. 67)

A partir de 1849 uma segunda área de colonização alemã se desenvolve no Estado, Santa Cruz, entre o rio Pardo e o Taquari. A terceira área se desenvolve na serra, nas matas adjacentes aos rios afluentes do rio Uruguai.

Segundo Willems (1946) as aldeias prussianas da primeira metade do século XIX eram comunidades muito coesas, autosuficientes e dificilmente permeáveis a influências estranhas; sua organização social

era familiar e tradicional; as relações eram patriarcais; a comunidade local funcionava a base de uma reciprocidade acentuada, ajudavam-se entre vizinhos, davam presentes, emprestavam ferramentas, ajudavam na colheita, na construção de casas, na alimentação dos pobres, etc.

A estrutura social dos imigrantes alemães no Brasil era mais familiar e vicinal do que no país de origem; a natalidade era elevada, eram endogâmicos, possuindo, dessa forma, parentelas numerosas; eram mais solidários do que no país de origem, o que era decorrente da relativa fraqueza dos poderes estatais. (WILLEMS, 1946)

Os imigrantes mantinham contatos secundários com os nativos, construindo uma sociedade que não se confundia com a sociedade litorânea, nem com a do planalto e nem com a sociedade originária, mas que reunia elementos culturais das três. Porém, na nova sociedade não integrava-se valores culturais brasileiros, uma vez que, originariamente, não havia população luso-brasileira nas zonas de colonização alemã e a nova sociedade era integrada principalmente por imigrantes alemães, seus descendentes e por grupos étnicos absorvidos pelos primeiros. (WILLEMS, 1946, p. 156)

Roche (1969) afirma que a colonização alemã foi um “enxerto vigoroso” na vida rio-grandense, porque transformou sua economia e sua sociedade. Nestas transformações estão incluídas mudanças ocorridas nas atividades recreativas. Muitas foram conservadas da sociedade de origem, mas, pouco a pouco foram se modificando a partir das características da realidade brasileira e da relação com a população nativa.

Conforme afirmado, os primeiros imigrantes chegaram em 1824 no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, porém, somente na segunda metade do século XIX começaram a desenvolver mais intensamente uma vida social. Os autores (ROCHE, 1969; WILLEMS, 1946) concordam em afirmar que, primeiramente, os alemães se dedicaram a sua sobrevivência, sendo que após se estabelecerem economicamente, foram desenvolvendo, paulatinamente, uma série de novas formas de sociabilidade.

Estas formas de sociabilidade impulsionaram novas e modernas relações de convívio que permitiram a sobrevivência dos alemães e o florescimento de uma nova consciência de pertencimento.

Pode-se supor que os participantes de associações devem possuir uma mesma identidade; por esse motivo, formavam várias sociedades com objetivos específicos, como sociedade de canto, de excursionistas, de tiro, entre outras, demonstrando que os alemães, além da germanidade que os identificava, se uniam por interesses comuns.

Segundo Willems (1946) as diferenças na nova sociedade – Brasil – exigiam novos padrões de habitação, de vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de recreação. Essas mudanças implicavam a aceitação de elementos culturais encontrados na sociedade nativa.

Mas, o mesmo autor afirma que “parece ser na esfera recreativa da vida dos teuto-brasileiros que as influências da cultura originária persistem em maior número e com maior tenacidade.” (WILLEMS, 1946, p. 558).

Alguns autores consideram “exageradas” as atividades recreativas dos alemães, pela sua intensidade e por envolver bebidas alcoólicas e danças, como Ehlers e KurzeGeschichte, citado por Willems (1946):

A intemperança dos colonos teria sido inacreditável, a julgar pelas palavras de Ehlers. Eles construíram, ao lado das igrejas existentes, certo número de capelas a fim de arranjar pretextos para festas. A quermesse propriamente dita era precedida por uma quermesse preliminar (Vorkerbs) e uma festa final (Nachkerbs). Até na Sexta-feira Santa, os colonos se teriam entregue, nas imediações da igreja, a orgias alcoólicas. (WILLEMS, 1946, p. 171)

A sociabilidade estava presente nas festas e procissões religiosas. As principais festas religiosas celebradas pelos imigrantes alemães e seus descendentes eram o Natal, a Páscoa, as quermesses, o Kerb. Nestas festas, igrejas e templos recebiam uma multidão, às quais se associavam divertimentos familiares.

Para celebrar o Natal, vários costumes trazidos pelos alemães do século XIX são mantidos: a árvore de Natal, armada na casa e na igreja, a coroa de folhagem verde ornada de fita vermelha e o oferecimento de presentes. (ROCHE, 1969).

Segundo Willems (1946, p. 566), diferentemente da Alemanha, onde apenas o círculo íntimo da família participava da festa de Natal, nas colônias alemãs, as famílias, depois da Missa do Galo, recebiam a visita de vizinhos e amigos.

Vários costumes eram utilizados para celebrar a Páscoa. “No Sábado Santo, faz-se um boneco representando Judas, que é queimado à noite, ou encosta-se um Judas, cheio de palha, à porta do colono cuja conduta se deseja censurar.” Outro costume é o dos *Stippen*: “os rapazes vão surpreender os amigos na cama e, levantando os lençóis, fustigam-lhes as pernas com uma vara; a esse despertar segue uma ligeira refeição com café e bolos.” (ROCHE, 1969, p. 641).

A festa descrita e analisada neste trabalho refere-se ao *Stippen*, porém, como será abordado posteriormente, esta festa sofreu alterações e se adaptou ao longo do tempo, ainda assim, continua sendo uma das características culturais da comunidade da Colônia Osório e Py Crespo. Willems (1946) afirma que ocorreram várias mudanças na cultura dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil. Abordando especificamente a cultura recreativa, ressalta que:

Quase toda cultura *recreativa* dos imigrantes foi transferida para o Brasil e algumas de suas formas chegaram a desempenhar um papel mais importante do que no país de origem. Com o tempo ocorreu a perda, modificação ou substituição de não poucos traços recreativos devido sobretudo à proletarianização de muitos teuto-brasileiros. (WILLEMS, 1946, p. 578)

Outro costume da Páscoa era a *lebre de Páscoa*, “segundo o qual as crianças armam, Sábado Santo, dentro de casa ou no jardim, “ninhos” onde a lebre deporá ovos coloridos, chocolates, doces. Em outros lugares, as crianças devem procurar os ovos e os bombons que os pais esconderam.” (ROCHE, 1969, p. 641)

Observa-se que as formas de sociabilidade citadas anteriormente tinham como função não só a recreação, mas representavam uma forma de manutenção de costumes e hábitos germânicos.

A sociabilidade exerce a função de oferecer compensação pelos encargos que pesam sobre os indivíduos; este sistema de compensações serve como fonte de satisfação individual. A sociabilidade exerce outra

função na cultura teuto-brasileira: “a perpetuação do patrimônio cultural dos imigrantes e seus descendentes exigiu que se compensasse o insulamento por uma forma de sociabilidade intermitente, mais intensa.”(WILLEMS, 1946, p. 561).

Stippen: a páscoa comemorada pelos “pomeranos”

Entre inúmeras formas de manutenção da cultura pomerana, como comida, música e religiosidade está o *Stippen*. O evento comemorativo aqui descrito foi realizado na Colônia Osório e parte da Colônia Py Crespo no início da noite do dia 30 de março de 2013, e madrugada e início da manhã do dia 31 de março de 2013.

Inicialmente, é importante localizar as colônias Osório e Py Crespo. Essas colônias fazem parte do 3º distrito de Pelotas, Cerrito Alegre, que subdivide-se em 15 localidades, cada qual com suas peculiaridades que se devem, entre outros aspectos, à forma de colonização e a origem étnica de seus colonizadores. A colônia de Cerrito Alegre, de acordo com Anjos (2000), foi fundada em 1868 por Jacob Reingantz e no ano de 1900 possuía 60 lotes com 47 famílias e 370 pessoas.

As 15 colônias do distrito de Cerrito Alegre são: Corrientes, Py Crespo, Colônia Osório, Coxilha dos Lopes, Santa Fé, Retiro, Colônia Passo da Capivara, Rincão Grande, Santa Isabel, Cerrito Alegre, Rincão das Éguas, Colônia São Pedro, Colônia Ramos, São Joaquim e Colônia Sítio.

O distrito possuía, em 2000, uma população de cerca de 3700 moradores (IBGE, 2010). Como atividades econômicas destacam-se a avicultura, com a exploração aviária, a produção leiteira, agroindústria e a agricultura onde se tem, entre outras, a cultura do fumo e de produtos hortifrutigranjeiros, com destaque para o cultivo de aspargo que ainda é realizado e cuja produção já foi mais intensa, sendo que a Colônia Osório já foi considerada a maior produtora de aspargo do Brasil.

Ressalta-se que o *Stippen* analisado é realizado somente na Colônia Osório e parte da Colônia Py Crespo. Nessas localidades, onde muitos de seus moradores se identificaram como sendo de etnia pomerana, a comemoração foi realizada pelo grupo “Unidos

Venceremos”, formado por 11 pessoas, o qual existe a pelo menos 15 anos, conforme relato de um dos integrantes do grupo. A festa começou à noite com ensaios, um jantar e a preparação de vestimentas.

No local, casa de um dos fundadores do grupo, fomos recebidos com músicas tocadas pela banda do grupo, caracterizadas pelos integrantes com sendo “típicas de origem alemã”. Os integrantes da banda eram compostos por um gaiteiro, dois saxofonistas, um violonista, um percussionista, e um membro que tocava pandeiro. O grupo contou ainda com a participação de uma mulher e outros 3 homens que não tocavam nenhum instrumento musical, mas dançavam e cantavam, sendo que um deles, conduzia o grupo.

Durante o ensaio foram selecionadas, pelos integrantes do grupo, as músicas a serem tocadas durante o trajeto a ser percorrido. Após, foi servido um jantar composto de pratos como: sopa de galinha em estilo colonial, pão francês e refrigerantes.

Durante o jantar, os participantes relataram ser de origem alemã e pomerana. A Pomerânia compreendia uma região (...) “ao norte da Polônia, ao longo do Mar Báltico e se prolonga Alemanha adentro na região de Mecklenburgo” (LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS, 2014, s/p).

A partir do século XII, toda a região foi aberta à imigração alemã, em razão da germanização do país. Devido a essa e outras aberturas os pomeranos se constituem por uma mistura de germanos com eslavos oriundos de regiões antigamente ocupadas pelos celtas. No século XVIII, os pomeranos se concentravam em uma província da Prússia. No século XIX, o regime czarista que ocupava a Prússia, na tentativa de russificar à força os poloneses e os demais povos que estavam no território, forçou a emigração de centenas de milhares de pomeranos. Alguns se refugiaram na Alemanha e muitos procuraram outros países. Os que ficaram se miscigenaram rapidamente a fim de evitar as perseguições. Assim, pode-se dizer que não existem pomeranos em suas áreas de origem. Perseguidos por todos os lados, os que ficaram na Europa perderam todos seus traços culturais, inclusive o dialeto que é considerado oficialmente morto.(...) Em 1919, a Pomerânia foi anexada pela Polônia e assim permaneceu até 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, quando foi tomada pela Alemanha. Com o fim da Segunda Guerra, seu território foi dividido entre a

Não se propõe nesse trabalho, discutir de modo pormenorizado as origens étnicas, mas sim expor o evento e entender os motivos de sua realização. Quanto às características dessa manifestação festiva, também faz parte as vestimentas. Após a janta, os integrantes do grupo *Stippen* improvisam um traje, utilizando em sua maioria maquiagens e roupas femininas no caso dos homens, bem como vestimentas típicas alemãs (sapato, calça, camisa e chapéu) e perucas coloridas. Além dos músicos, existe a participação de moradores locais que fazem parte do grupo e dançam durante a comemoração.

Após o ensaio, janta e colocação das vestimentas, todos se direcionaram a uma camionete para iniciar as visitas, que funcionam da seguinte maneira: os integrantes se reúnem em uma camionete e se deslocam pela localidade para visitar o maior número de casas possíveis da região. Ao chegarem em frente de cada casa visitada, o grupo vai até a porta de modo silencioso e sob o aviso do responsável pelo grupo, os participantes começam a tocar, dançar e contar anedotas. A família abre a porta e todo o grupo entra cantando e dançando, e os moradores desta residência se juntam ao grupo, participando das danças e músicas, conhecidas por todos.

Observa-se, aqui, que o grupo do *Stippen* e os moradores das residências visitadas possuem os mesmos sentimentos em relação a comemoração, sentindo prazer em participar desta forma de sociabilidade, demonstrando possuir traços comuns. Conforme abordado anteriormente, Simmel (1983) e Baechler (1995) consideram que a sociabilidade se baseia na igualdade e na identidade dos participantes e que o prazer do indivíduo está ligado ao prazer dos outros.

Os moradores, os quais já sabem do evento, esperam os integrantes do *Stippen* com comida e bebida de diversos tipos (pastéis, queijos, bolos, pizzas, pães, linguiça, salame, vinhos, cerveja, sucos entre outros). Após as canções, danças e anedotas, há uma breve conversa entre integrantes e moradores, pois todos se conhecem. Os moradores depositam dinheiro em uma bolsa que está sob a responsabilidade do condutor do grupo naquela noite. O dinheiro é utilizado para o pagamento de alguns músicos, transporte e

principalmente para realizar um almoço ou janta (geralmente almoço) para os familiares dos integrantes do grupo que se reúnem em outro momento para confraternizar.

O almoço foi realizado posteriormente, porém, não será realizado o relato desta atividade do grupo neste artigo, o que será efetuado em um trabalho futuro.

A visita às casas durante o *Stippen* ocorreu das 20h45min do dia 30 de março às 6h30min da manhã do dia seguinte, do domingo de Páscoa. Foram visitadas 47 casas, sendo que, apenas em duas casas o grupo não foi recepcionado, pois aparentemente seus moradores não se encontravam na residência. Uma residência não foi visitada em função do luto no qual a família estava, o que, segundo o relato de um dos participantes, esta é uma forma de respeito do grupo para com a família.

Os participantes do grupo relataram que a comunidade aceita a realização do evento e concorda com as visitas feitas durante a madrugada (a visita dura aproximadamente 10 minutos por residência). Apenas quando há imprevistos, como o falecimento, por exemplo, é que estas deixam de serem feitas, ou ainda, quando há algum pedido para que a família não seja visitada, porém, segundo o relato de um dos participantes, esse fato é incomum, pois a comunidade já está acostumada com o grupo e espera por esta noite.

A forma de pensar e agir da comunidade quanto a essa manifestação cultural, sofreu alterações ao longo do tempo. Segundo os integrantes, tinha-se por hábito sujar com areia, um raminho ou um pequeno galho de árvore, o qual era passado nas janelas das casas dos visitados. Segundo explicações do responsável por organizar o grupo, a mudança ocorreu, pois esse costume sujava as casas, as quais eram organizadas e lavadas no dia anterior à páscoa, a fim de receber os parentes que comemoravam juntos.

Percebe-se que o *Stippen* comemorado na Colônia Osório e Py Crespo, mesmo a primeira forma da manifestação, se diferencia da relatada por Roche (1969). Porém, algumas características ainda se mantêm até os dias de hoje, como o despertar os moradores no meio da noite e a ligeira refeição, que, segundo Roche (1969) era realizada com café e bolos. Observou-se que atualmente os moradores são despertados

com a banda de música e com os cantores e que na refeição são acrescentadas bebidas alcoólicas, como o vinho e a cerveja.

Essa representação festiva, entre outras, demonstra, a forma como a região da Colônia Py Crespo, mantém sua identidade étnica alemã/pomerana, ainda que a manifestação cultural tenha sofrido alterações. É uma forma não material de perpetuar os antepassados, de valorizar e de resistir ao fim de uma cultura que ainda é valorada por seus moradores mais antigos.

A perpetuação do *Stippen* bem como as demais tradições entre os descendentes de imigrantes revelam a necessidade e a vontade de preservar suas origens. Mesmo com adaptações/modificações, o *Stippen* demonstra uma relação do passado com o presente, as quais foram reelaboradas para que o evento se mantenha entre seus descendentes, objetivando a permanência de suas raízes.

A memória coletiva remete a um grupo que interage entre si. São memórias constituídas por inúmeras experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, o *Stippen* vem a ser uma memória viva (no sentido de praticada) dos moradores da Colônia Osório, ainda que reinventada e ressignificada. Assim, pode se dizer que é no contexto destas relações de sociabilidade que se (re) constrói a memória sobre o *Stippen*. A memória é um dispositivo complexo com múltiplos e ambíguos caminhos e não é objetivo deste trabalho a análise conceitual da memória, já que são muitas interpretações acerca do tema. Com ela, apenas busca-se entender de que modo ela interfere na comemoração do *Stippen*.

Quanto ao *Stippen* ele pode ser percebido como um passado ressignificado no presente, uma releitura organizada a partir da memória de seus moradores.

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem 'na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui'. (LE GOFF, 1996, p.424) [Grifo do autor]

Para Le Goff (1996) a memória é decisiva e vista como um conjunto de funções psíquicas com a finalidade de conservar informações a fim de que se possam atualizar informações passadas. A Colônia Py

Crespo tem em seu emaranhado de experiências individuais e coletivas, subsídios que formam sua memória. Essa memória pode ser compreendida como um modo de manter a identidade dentro de um campo simbólico. O campo simbólico aqui é representado pelo *Stippen*. Essa comemoração festiva ratifica o pertencimento à etnia alemã/pomerana através da rearticulação dos costumes. As memórias se correlacionam, coexistem se sustentam e se comunicam como um mecanismo de permanência e manutenção desse evento alusivo à páscoa.

Quando questionados o que significa a palavra “*Stippen*”, os moradores não souberam responder e afirmaram que isso não tem relevância para a execução da comemoração. Seus pais e avós realizavam o *Stippen*, mas alegam que não se lembram do significado da palavra. Relatam apenas fragmentos do evento, muito similar ao que existem hoje. Todos os relatos e as referências de Roche (1969) e Boldt (2008) expõe a existência do ramo ou galho que eram batidos levemente nas pernas do visitado ou dos parentes.

Na madrugada no domingo longo, quando os pais e avós ainda dormiam, as crianças acordavam bem cedo, ainda às escuras. Corriam alegres e felizes de uma casa para a outra, vendo as cores dos ovos dos seus colegas. Ao voltar das casas dos seus colegas eles traziam galhos e ramos de mato molhados de sereno e batiam levemente (*stippen*) nos pais e avós. Uma tradição e hábito antigos, talvez um gesto declarando a sua alegria, felicidade edesejando boa Páscoa aos seus superiores. Como se fossem dizer aos seus superiores: acordem! Chegou a nova vida trazida pelo Papai do Céu, através do seu Filho Jesus Cristo. (Boldt, 2008, s/p)

Os moradores da Colônia Py Crespo atualmente não utilizam o ramo/galho, por motivos explicados anteriormente. Porém, não relatam sentir falta desse hábito para efetuarem as visitas. Apenas o organizador do grupo relatou a presença do galho ou ramo utilizado antigamente. Muitos nem lembravam desse fato. Os estímulos em grupo fazem com que o sujeito escolha lembranças nas quais vão interferir na compreensão entre presente e passado. As memórias não pertencem somente ao indivíduo, mas sim ao grupo, entendidas aqui como uma propriedade da comunidade, na qual está agindo sobre o que foi vivido.

Ainda que transmitida e vivenciada entre seus antepassados, e ainda que essa cultura tenha sido aprendida oralmente, o fato é que essas memórias estão embasadas em torno de lembranças cotidianas vividas em conjunto, fundamentando uma identidade de grupo. Le Goff(1996) ressalta a importância de diferenciar a memória oral, da memória escrita. Para ele, a memória é uma característica dos povos que não possuem a escrita, ou seja, a ação de lembrar é algo constante. Isso possibilita a criatividade e reconstituição/reconstrução.

Considerações finais

A partir das informações coletadas durante o desenvolvimento do Stippen, na comemoração da Páscoa dos descendentes de imigrantes pomeranos das Colônias Osório e Py Crespo, pode-se concluir que esta festa vem sendo desenvolvida a mais de 15 anos na região, por um grupo de moradores.

O Stippen sofreu algumas modificações no decorrer dos anos, pois, conforme destacado, inicialmente ele se desenvolvia com a utilização de um ramo ou galho de árvore sujo, que era passado nas janelas das casas visitadas, e atualmente, o grupo canta e dança para chamar a atenção dos moradores.

Assim, esta festa é uma das formas de manutenção da cultura pomerana na região de Pelotas, que engloba comida, música e religiosidade. Isso mostra como a região mantém sua identidade étnica, ainda que o Stippen tenha sofrido alterações. É um modo imaterial de perpetuar antepassados, valorizar e resistir ao fim de uma cultura através da valorização dada pelos moradores. A perpetuação do Stippen entre os descendentes de imigrantes revela a necessidade de preservar suas origens, evidenciadas a partir da memória coletiva sobre o evento.

Ainda que adaptado ou modificado, a rememoração do Stippen demonstra um diálogo entre passado e presente. Mesmo que transformada e incorporada a outros aspectos, as tradições são reelaboradas para que não haja perda total. É a mesma manifestação sob um novo olhar a fim de resistir ao fim de suas raízes. Pode-se dizer que o Stippen, ainda hoje, propaga a alegria e a felicidade pela ressurreição de Jesus Cristo, desejando uma boa Páscoa aos moradores visitados.

Foi possível perceber que a sociabilidade foi mantida e ainda é perpetuada devido aos diferentes modos de os residentes da Colônia Osório e Py Crespo, exporem suas culturas. Nesse sentido o *Stippenauxilia* a manter, e divulgar entre os moradores mais jovens uma cultura que, conforme os integrantes do grupo, está se perdendo. Ainda que reelaborado, esse evento e a sociabilidade existente na localidade contribuem para o fortalecimento da germanidade e da identidade através da perpetuação de seus costumes e da memória individual e coletiva sobre o evento. Também as formas de sociabilidade foram uma maneira de solidariedade entre iguais, uma forma de se fortalecerem enquanto grupo social.

A memória conserva lembranças e reestrutura acontecimentos. É algo construindo em relação ao tempo e espaço por isso ela pode ser alterada, reestruturada, ressignificada. O *Stippen* é um exemplo onde a memória é revista, reelaborada através de fatos vivenciados antigamente e atualmente. Esse entrelaçamento entre passado e presente reconsidera constantemente, fatos que a comunidade da Colônia Py Crespo, entende como significativos para a manutenção e conservação de suas raízes étnicas.

Referências

AGULHON, Maurice. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de Sociologia*. (Tradução de Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106

BOLDT, Martin. *A Páscoa Pomerana*. Disponível em: <<http://es-alemanha.com.br>>. Acesso em 13 de agosto de 2008.

DREHER, Martin. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. Vol. 31, nº 142, maio/jun 1995. p. 59-82.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio ...os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993. p. 62-77.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS – Enciclopédia das Línguas no Brasil. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br>>. Acesso em: 11 de julho de 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

RAMOS, Eloísa Helena C. da Luz. *O Teatro da Sociabilidade*. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. 2000. 408 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. I e II (Tradução de Emery Ruas). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou forma. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34). p. 165-81.

WILLEMS, Emilio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946. (Brasiliana, vol. 250).

OS EVENTOS DE HISTÓRIA LOCAL E O TURISMO, ESTUDO DE CASO SOBRE OS SIMPÓSIOS SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO LITORAL NORTE

Sandra Cristina Donner*

Resumo: Os Intelectuais Locais possuem um papel de destaque dentro do meio cultural em diversos municípios. Eles atuam produzindo obras literárias e também realizando pesquisas históricas tornando-se, muitas vezes, a principal referência para toda uma comunidade. Neste trabalho pretendemos apresentar as discussões em desenvolvimento no doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa desenvolve reflexões sobre os eventos de História Local, promovidos por historiadores acadêmicos e amadores, com a temática da imigração. Estes eventos pretendiam abordar a imigração alemã no Litoral Norte, trazendo a tona elementos culturais que estariam “perdidos”. Partindo da análise dos livros publicados a partir destes Simpósios e de entrevistas com os organizadores, pretendemos questionar as relações entre o apoio da municipalidade a este movimento e os possíveis usos da História para promoção do turismo a partir desta valorização étnica. As fontes deste trabalho são os cinco livros publicados a partir dos Simpósio de Imigração Alemã no Litoral Norte, que tiveram como sede as cidades de Três Cachoeiras, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Terra de Areia e Arroio do Sal.

Palavras-chave: Imigração, Litoral Norte, Turismo.

O Litoral Norte e a História Local

No Litoral Norte, as questões relativas à germanidade ou a origem étnica não são evidentes, embora tenham existido núcleos de imigração que em Torres e no distrito de Três Forquilhas. Durante muito tempo os estudos sobre História da Imigração focaram-se principalmente na região do Vale dos Sinos, Vale do Taquari e Paranhana. Recentemente

* Doutoranda em História UFRGS.

o Litoral Norte tem sido “descoberto” pelos historiadores e, uma parcela da visibilidade que alcançou foi graças aos movimentos de História Local.

O conjunto de publicações que analisaremos são os Simpósios sobre Imigração Alemã no Litoral Norte- Marcas do Tempo que iniciaram sob a inspiração do Raízes. Dez anos separam o início dos dois eventos. A mentora e organizadora destes Simpósios foi a historiadora local NilsaHuyer Ely. Ela possui a extinta formação em magistério em nível Médio, tendo atuado como funcionária pública em Porto Alegre. Sua família possui descendência alemã e é originária de Três Forquilhas, ela alega em diversos artigos que sua motivação para organizar os eventos vinha do desconhecimento que existia sobre a colonização alemã no Litoral Norte, preterido em relação às zonas de colonização tradicional como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Vale do Taquari, e Vale do Paranhana.

Estes eventos iniciaram em 1999, no município de Terra de Areia, e tiveram cinco edições, sendo a última em Dom Pedro de Alcântara, no ano de 2010. Foram publicados cinco livros, igualmente fruto da coleta das comunicações e palestras ministradas durante as atividades. Ao todo foram publicados cinco livros, todos tendo como foco a imigração alemã no Litoral Norte e em alusão a alguma data comemorativa, seja da imigração, como aniversários de emancipação dos municípios envolvidos.

Os historiadores que participaram destes eventos, em sua maioria, também participavam dos encontros Raízes. A programação em geral constava de solenidade de abertura, com fala do prefeito e dos secretários municipais envolvidos, conferência de abertura, palestras e comunicações. O evento era aberto à população e por isso ocorria em algum centro social da cidade (clubes e sociedades). Em vários textos encontramos a menção de que as escolas eram recrutadas para participarem, com os professores trazendo os alunos para acompanharem as palestras e tendo professores e estudantes como comunicadores ao longo do evento. Tal qual no Raízes, ocorriam momentos de lazer, com apresentações folclóricas alemãs, lançamentos de livros, apresentações musicais. Os momentos do intervalo eram espaço para interação entre os

intelectuais, com participação da comunidade colaborando com o coquetel através de receitas da região.

Os livros, embora mais modestos do que os do Raízes, contam com 200 a 300 páginas, também publicados através da EST Editora. Entre os autores permanece a divisão entre historiadores vinculados a universidade, nomeados quanto aos seus títulos e procedência, historiadores chamados de “locais”, com a determinação do município que é sua especialidade, “pesquisadores”, com a sua profissão indicada e outros, dos quais apenas consta a profissão, sem nenhuma informação além. Através do mapeamento dos autores, percebemos que estes “outros” apareciam apenas uma vez, sendo os comunicadores eventuais no evento .

Os objetivos destes Simpósios, nomeados sempre nas primeiras páginas dos livros, são:

- Desenvolver a pesquisa sobre a formação étnica do Litoral Norte/RS a partir da Colônia Alemã de Torres.
- Estimular o estudo dos hábitos e costumes dos imigrantes alemães, bem como, da língua alemã como forma de expressão cultural.
- Incentivar a inquirição genealógica das famílias que formam o universo populacional do Litoral Norte/RS.
- Intensificar a busca da consciência sócio-cultural da população do Litoral Norte/RS e sua contribuição no contexto do Estado.
- Perseverar na análise do entendimento comportamental dos descendentes dos imigrantes alemães no Litoral Norte/RS.
- Preservar a memória e registrar o cotidiano das comunidades teuto-brasileiras em nível regional.
- Resgatar a identidade histórica e os valores culturais dos habitantes da Colônia Alemã das Torres. (Dom Pedro de Alcântara, 2010, pág. 14)

Como no caso do Raízes, a busca pela identidade, através da história e/ou memória é destacada. Mas há um elemento a mais, uma busca por uma identidade étnica, que estaria sendo esquecida, soterrada tanto pelo mundo moderno como pela miscigenação que ocorreu na região, diferente de outras áreas do Rio Grande do Sul. O principal motivador dos encontros, como foi apresentado acima, propõe a ativação étnica(Seyfert, 2011), a retomada de uma identidade perdida e, através

dela, não apenas a valorização local mas também uma chamada para que estes descendentes assumam suas “raízes”.

Ao observarmos os artigos presentes nas obras *Marcas do Tempo*, especialmente os escritos por amadores ou memorialistas, podemos perceber que, as inferências sobre o passado provêm de relatos orais, pesquisas sem que citassem as fontes, com uma aproximação maior com a Memória do que com a História, tomando esta como um processo cercado de teoria e método.

Os livros de História municipal são elaborados, via de regra, para serem consumidos dentro das comunidades. Seus autores costumam ser pessoas da própria região, historiadores ou não, que se propõe a “resgatar” e a contar a História de determinada localidade. E ao elaborar estas informações, estamos elaborando memórias também:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (Pollak, 1992, pág. 201)

Essa memória forjada dentro dos grupos sociais é entendida por Michel Pollak como promotora de um sentimento de identidade, este, visto superficialmente, como a construção de sua própria representação, de como a pessoa vê a si mesma e de como pretende ser vista pelo grupo. Para a construção de identidade, três elementos seriam fundamentais: a unidade física, a continuidade no tempo e o sentimento de coerência.

A importância da memória como constituinte de identidade reside nas referências que a comunidade toma sobre o seu local e sobre sua posição frente ao outro. Justamente por esse caráter negociável, que a construção das memórias coletivas deve ser sempre questionada pela História. Isso nos leva a discussão sobre o papel do Historiador, e sua representação na sociedade. Segundo Ricoeur:

(...) Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora formulado, este pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor e promessas diferentes por parte do autor. (...) Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta de um devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente. (Ricoeur, 2007, pág. 274)

Mas este compromisso não está necessariamente presente nos eventos de História Local. Estas festas de família ou dos aniversários de fundação da cidade trazem a narrativa dos parentes mais antigos, ou dos primeiros moradores. Um dos fatores de coesão da germanidade, assim como da italianidade, é esta narrativa dos pioneiros. Sua função recontando sua trajetória é unir os teutos das diversas colônias nesse passado comum. A proposta dos Simpósios era, através da retomada destas narrativas, reavivar o sentimento de pertença étnica na região, ou de etnogênese.

Germanidade no Litoral Norte e os usos da História.

As relações das comunidades com o seu passado, ou melhor, com a “escolha” de seu passado e sua memória coletiva levam a fenômenos de reavivamento étnico. E esse processo de busca de passado e de identidade, étnica ou não, está ligado ao mundo contemporâneo, segundo Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação, onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (Nora, 1993, pág.7)

Com o conceito de etnogênese busca-se compreender esse processo de valorização da etnia que tem ocorrido no Rio Grande do Sul. Em diversos municípios a etnia é reativada pelos projetos de turismo, é o

caso das cidades integrantes da “Rota Romântica”. No objeto deste estudo, nos municípios do Litoral Norte, em especial o caso de Terra de Areia, isso ocorreu através dos simpósios de imigração alemã no litoral norte. Sendo assim:

O termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. De modo geral, a antropologia recorreu ao conceito para descrever o desenvolvimento, ao longo da história, das coletividades humanas que nomeamos grupos étnicos, na medida em que se percebem e são percebidas como formações distintas de outros agrupamentos por possuírem um patrimônio lingüístico, social ou cultural que consideram ou é considerado exclusivo, ou seja, o conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. (Bartolomé, 2006, pág. 39)

Esse movimento de retomada do passado e valorização de uma etnicidade se dá, muitas vezes, em lugares onde a presença étnica não estava oculta, e sim ausente dos discursos acadêmicos ou políticos. A busca dessa identidade ocorre quando a obrigatoriedade de renúncia étnica deixa de existir pelo Estado ou por outro grupo social dominante, quando ocorre a o fim do estigma sobre a filiação nativa ou, também quando por força de legislação ou por vantagens econômicas diversas (como turismo, por exemplo) sua etnicidade pode, agora, trazer benefícios.

Embora alguns dos elementos citados a cima tenham uma aplicação material na vida destas comunidades, o principal motor discursivo da etnogênese é o fortalecimento das relações comunitárias e a nova dignidade atribuída a sua história e a sua filiação. Ele se encontra no processo de construção de sentido pelos diversos grupos sociais:

Mas também envolve uma capacidade de simbolização compartilhada, por meio da qual antigos símbolos se ressignificam e adquirem o papel de emblemas, capazes de serem assumidos como tais por uma coletividade que encontra neles a possibilidade de construir novos sentidos para a existência individual e coletiva. Se esses símbolos produzem efeitos dinamizadores, se encontram uma caixa social de ressonância, é porque têm certo nível de presença em alguns dos portadores da memória coletiva local e

que os legitimam ante seus círculos mais próximos. (Bartolomé, 2006, pág. 49)

Os agentes que mobilizam a comunidade nesta produção de etnicidade variam de caso a caso, muitas vezes são anciãos, intelectuais orgânicos ou memorialistas que retomam essa memória “esquecida” e a reatualizam em rituais e práticas cotidianas. Os livros de história municipal, escritos por “historiadores” locais, são uma destas fontes. Além disso, relatos, histórias de vida e até mesmo artigos e pesquisas acadêmicas podem contribuir para esse processo.

Estes livros, segundo Bartolomé, nem sempre correspondem a uma “verdade” historiográfica, uma vez que, o mais importante é a reconstrução da narrativa étnica que pode dar um novo sentido a vida social daquele grupo. Para isso, muitas vezes os textos consultados e resignificados são obras de antropólogos ou historiadores, produzidos para serem consumidos na academia e que acabam formando as bases de uma “ideologia étnica”

Nos encontros de História Local, principalmente nos Simpósio *Marcas do Tempo*, em encontramos as questões que Bartolomé levantou. Nestas comunidades, os encontros pretenderam uma retomada da memória da imigração, chamada pelos autores de História. Os eventos eram promovidos por um grupo de colaboradores, entre historiadores locais e historiadores acadêmicos, que contaram com o apoio das prefeituras:

Ao apresentarmos Terra de Areia-Marcas do Tempo, I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS e Raízes de Terra de Areia II, devemos registrar que esta obra só se tornou real graças à visão da administração pública municipal de Terra de Areia, na pessoa de seu prefeito Dr. Generi Máximo Lippert que, com perseverança e através da cultura, persegue um futuro promissor para sua comunidade. (Terra de Areia- Marcas do Tempo, pp. 11)

A população de Torres, orgulhosa de sua bela natureza e ambiente acolhedor, está motivada pelas mesmas perguntas, quando parte dos munícipes é descendente de imigrantes do século XIX. E não é por menos, que historiadores com a visão lúcida de NilsaHuyer Ely, filha do antigo distrito de Guananzes, pertencente então ao Município de Torres e hoje parte integrante do município de Três Forquilhas, terra da imigração alemã ao lado da antiga Colônia de

São Pedro, apoiada pelo secretário municipal de Turismo, Esporte e Cultura, Dr. Alexandre Turatti de Rose e pela dirigente municipal de Cultura, professora Terezinha C. de Borba Quadros, na dinâmica gestão do Prefeito Dr. José Batista da Silva Milanez entenderam a importância do anseio popular e organizaram, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Torres, o II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS, programado para os dias 30 de agosto a 1º de setembro de 2001. (Torres- Marcas do Tempo, contracapa)

Foi pensando nos jovens do nosso município que abraçamos a realização do III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte, proposto pela sua idealizadora, a incansável historiadora Nilza Huyer Ely. (...) Sabemos que somos transitórios nesta vida, mas o que deixamos registrado por escrito, será lembrado pelas gerações que nos sucederam, as quais saberão o quanto valorizamos a cultura e o esforço que empreendemos na realização deste Simpósio. (Torres- Marcas do Tempo, prefácio)

Como estão exemplificadas nos relatos acima, as administrações municipais realizam um uso político desta história através da imagem dos imigrantes, pioneiros, que ocuparam a região. A necessidade de memória, alicerçada nos primeiros colonizadores, neste caso, constitui-se em uma verdade forjada, já que, havia um núcleo populacional já estabelecido nestes povoados antes da chegada dos alemães.

Em entrevista com alguns participantes dos eventos, foi apresentado que estes prefeitos ao terem o seu nome vinculado com a história municipal utilizavam o fato como promoção pessoal, todavia isso não ocorria de forma “maquiavélica”. Os usos do passado são encontrados na medida em que seus nomes são perpetuados nos livros, quando ocorre a publicação. Além disso, os eventos buscavam agregar todos os cidadãos. Tanto que as escolas traziam os alunos e os professores eram incentivados a realizarem pesquisas em conjunto com suas turmas a fim de coletar essa memória local, especialmente a vinculada às práticas culturais dos descendentes de imigrantes alemães.

A retomada das epopeias de imigração, através dos eventos públicos não é um fenômeno exclusivo do Rio Grande do Sul, ou do Brasil. Encontramos reflexões sobre isso na descrição dos usos da história francesa, e podemos traçar paralelos:

A esse respeito, pode-se dizer que existem na França verdadeiras ‘políticas públicas de memória’, isto é, formas de gestão públicas do passado que tentam levar em conta essa necessidade de história e de contribuir, às vezes de maneira muito voluntarista, para a formação de um imaginário do passado. Essas políticas manifestam-se sob várias formas. (Rousso, 1997, pp. 10)

Os espaços de manifestação desta memória retomada/recolocadas pelos órgãos públicos são as comemorações e as políticas de patrimonialização. As comemorações com motivos históricos pretendem unir os moradores através da partilha desta memória coletiva. Ao reviver as narrativas dos antigos moradores, eles sentem-se incluídos no grupo, reforçam os laços de pertencimento. Para o poder público, é interessante estar ligado à promoção desta memória. O passado é visto, então dentro de um presente constante, e os administradores, então, sempre estiveram ali, é um passado para ser consumido:

Isso significa que vivemos em sociedades que parecem, de um lado ter perdido o ‘sentido’ da história, em sua acepção tradicional, entendido como um movimento contínuo e linear do progresso. Vivemos, assim, no presente, até mesmo na instantaneidade. Mas, por um lado, as referências ao passado, à história, são cada vez mais frequentes no discurso comum, tanto quanto no político. A demanda social da história nunca esteve tão forte, a memória – ou seja, a presença do passado – nunca foi parte tão integrante da atualidade cotidiana: é particularmente claro na França, com tudo o que diz respeito às lembranças da última guerra. (ROUSSO, 1997, PP. 16)

Nestas obras editadas a partir dos eventos de História Local, confunde-se história com memória. Mas, para estas administrações, o grande objetivo, expresso de forma clara nos prefácios e capítulos de abertura, é tornar-se memória, apropriando-se do aval da história:

Vivemos naqueles dia momentos inesquecíveis pela qualidade dos palestrantes que aqui se apresentaram com temas envolventes, despertando nosso interesse pela história da nossa região. (...) Aos que vieram comunicar ou ouvir relatos de famílias, resgatando as raízes e valorizando seus antepassados. Resta-me afirmar que sem dúvida foi um dos acontecimentos marcantes que jamais sairá de nossa memória; devendo servir de modelo às administrações que

vem nos sucedendo. Sabemos que as crianças daquela época, alunos que participaram empolgados com pesquisas, danças e momentos culturais, hoje são cidadão atuantes e influentes na política social do município podendo com suas ações mudar os rumos, baseados na educação e experiência que vivenciaram.” Deli dos Reis Medeiros, secretária de educação de Terra de Areia durante o I Simpósio. (Dom Pedro de Alcântara- Marcas do Tempo, 2010, pp. 35

O Prefeito Municipal de Torres, Dr. José Batista Milanez, que foi um grande apoiador da Cultura, juntamente com o Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Desporto, Sr. Alexandre Turatti de Rose, respaldaram a realização deste evento, com muita dedicação, contribuindo para o resgate de nossa história lá no pretérito, sendo, na realidade, uma demonstração de eterna gratidão a estes pioneiros. Terezinha de Borba Quadros, diretora da APAE Torres (Dom Pedro de Alcântara- Marcas do Tempo, 2010, pp. 36)

É sabido que as prefeituras dispõem de poucos recursos na área da Cultura, o que dificulta muito a realização de eventos nesta área. Quando assumimos este compromisso, sabíamos que a verba da cultura seria exclusivamente disponibilizada para o livro, e que todos os recursos usados durante os 3 dias do Simpósio deveriam ser buscados na comunidade através do patrocínio junto às empresas através da boa vontade e permanente dedicação do Prefeito Pedro Lumertz. Clarice Scheffer Borges, ex-secretária de educação do município de Três Cachoeiras (Dom Pedro de Alcântara- Marcas do Tempo, 2010, pp. 38)

Outro objetivo que aparece, como sendo um dos motivadores dos encontros, é a divulgação desta história “esquecida”. Na primeira citação, a intensão de cativar as crianças e reativar esta etnicidade está bem clara. Ao pesquisarem e assistirem as comunicações e palestras esta memória seria passada adiante. E esta proposta conseguiu angariar fundos junto à iniciativa privada, unindo esforços com a organizadora e a equipe da prefeitura.

Nas produções que são objeto deste artigo, podemos perceber que o deslocamento populacional, e, sobretudo, geracional, impõe a necessidade de “salvamento” de uma memória, nomeada como História pelas prefeituras e historiadores amadores. As histórias da pequena cidade, as tradições germânicas, os costumes locais, entre outros, estariam sendo perdidas no “mundo moderno”, segundo estes intelectuais

loais. Esta sensação colaborou para o sucesso dos eventos e apoio das prefeituras, como podemos ver em alguns prefácios escritos por autoridades municipais:

Tem-se nesta obra uma re-visão e recordação dos hábitos e costumes, quase esquecidos, dos imigrantes; apelo a que as pessoas atentem para a preservação de documentos, de objetos, de historias ou estórias que se, não registradas, perder-se-ão; observa-se o quanto a fé acompanhou os imigrantes e que seria o ‘norte’ a ser seguido no árduo dia-a-dia, buscando, através da educação o caminho seguro de seus descendentes. (Ely, 2009, pág. 13)

Por fim, em entrevista com a organizadora, quando questionada sobre a vinculação com o turismo, ela esclareceu que a iniciativa dos Simpósios de Imigração Alemã no Litoral Norte, não tinham, por objetivo, fomentarem esse movimento, mas que, os prefeitos, ao escolherem esta temática para dar abrigo e apoio possivelmente visavam também fomentar a visitação nas suas cidades. No evento que marcou os 175 anos de Imigração Alemã, que ocorreu na localidade de Três Forquilhas, embora tenha mobilizado a comunidade local, não conseguiu essa retomada das tradições e da *germanidade*. Ainda assim, os eventos ocorreram e foram um sucesso de público, talvez buscando esse contato com a memória coletiva e os laços que já não voltam mais.

Livros “marcas do tempo”

I Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS- Terra de Areia Marcas do Tempo (2000). Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS- Torres Marcas do Tempo (2003), Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte- Três Cachoeiras Marcas do Tempo (2004) Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

IV Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte- Arroio do Sal Marcas do Tempo (2006). Organizado por Nilza Huyer Ely. EST Editora, Porto Alegre.

Referências

- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. MANA 12(1): 39-68, 2006
- HARTOG e REVEL, Jacques. *Les Usages Politiques Du Passé*. Paris : École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.
- HALBSWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, Puc, 1993.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- _____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, nº3, 1989.
- POMIAN, Krzysztof. *Sobre la História*. Madrid: Cátedra, 2007.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, UNESP, 1998.
- RICCEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henry. Usos do passado na França de Hoje. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org.) *Os desafios contemporâneos da História Oral 1996*. Campinas, ed. UNICAMP, 1997.
- SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro*. Citação extraída da pág: <<http://www.anpocs.org.br>>.
- _____. As identidades dos imigrantes e o meltingpot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.
- _____. Etnicidade política e anscenção social: Um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, n. 5, p. 61-88, 1999.

O CRESCIMENTO URBANO NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL NOS ANOS DE 1974 A 1982

Túlio dos Reis da Silva*

A cidade nasce historicamente, como fruto da sedentarização do homem e marca uma nova relação deste com a natureza. Para fixar-se em um ponto para plantar ou manter criações era necessário o domínio de um território. A cidade marca a evolução, na qual passamos a ver a especialização do trabalho, o nascimento de diversos ofícios urbanos e o surgimento de classes sociais.

O sistema capitalista transformou a forma de organização do espaço urbano. O primeiro elemento a sofrer essa transformação foi a terra urbana, antes comunal, passou a ser vista como uma mercadoria, com preços e valores diferenciados conforme quantidade e localização. Como segundo elemento, a organização do território pela divisão de classes sociais, de um lado os possuidores e do outro os despossuídos. As diferenças de classes materializaram-se na forma da ocupação e construção do espaço. Nesse contexto também devemos chamar atenção para a atuação do Estado, que se fará presente regrando a vida dos cidadãos e a forma de apropriação do solo.

Portanto, a cidade constitui o meio material onde os conflitos de classe se manifestam, se na maioria das vezes de modo velado, a leitura da espacialidade e a dinâmica da expansão o deixam a nu. O problema da espacialidade, é um problema estrutural, a atividade produtiva determina a forma da construção do espaço. A utilização, a separação de áreas, a infraestrutura, presença ou ausência de planejamento não seguem uma

* Mestrando no programa de Mestrado Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

forma espontânea, têm vida nos interesses representados pela classe que determina a produção. Conforme Maria Abel Machado (2001, p.32), “A forma como é concebida e como se ajusta o espaço físico que ocupa dá-se (...) com base no modo de produção que é responsável pelo ordenamento, pela apropriação e pela produção desse mesmo espaço.”.

A propriedade, mesmo que possua uma função social, como pregado pelas mais diversas constituições, tem seu uso determinado pelos interesses políticos e econômicos dos grupos dominantes em cada sociedade, se constitui em um refúgio tranquilo e seguro para o capital, um dos melhores investimentos para constituição e preservação de patrimônio. Há muita terra e muitas construções ociosas, que existem apenas para preservar um capital e servir em um futuro oportuno para criar mais valor. A especulação imobiliária é responsável pelo espraiamento das cidades, pois reserva para si áreas com infraestrutura, próximas aos centros e servidas por equipamentos públicos, relegando aos despossuídos áreas muito afastadas, que possuem, quando muito, uma estreita estrada de chão e pequenos lotes demarcados, carentes de toda as demais estruturas.

No Brasil, a expansão urbana tem como característica a falta de um bom planejamento urbano e de interesse político em sua execução. A cidade que funciona mecanicamente como um relógio, planejada até em seus mínimos detalhes, é sonho de todo tecnocrata do Estado, porém em nosso capitalismo atrasado, dependente e altamente exclusor, esse nível de planejamento parece utópico.

A cidade oficial, dotada de infraestrutura, é possível a poucos segmentos da sociedade, enquanto as camadas mais pobres estão quase que destinadas a ocupar loteamentos irregulares e clandestinos. Embora esses loteamentos na maioria das vezes sejam vistos como problema, pela carência estrutural e pelos danos ao meio ambiente, sua existência garante maiores ganhos à classe dominante.

As populações que habitam loteamentos irregulares muitas vezes acabam se expondo ao risco onde há falta de ajuste e aderência da produção do espaço urbano aos sistemas naturais, desde o sítio até ritmos naturais de chuvas, ventos e biodiversidade. Na maioria das vezes, os loteamentos irregulares têm características predatórias, desregulando o equilíbrio ecológico das regiões utilizadas, destruindo mata nativa,

assoreando rios e lagos, despejando esgoto doméstico e efluentes industriais, degradando encostas, poluindo a água, o solo e o ar. Com todo esse impacto, ao fim colhem-se enchentes, inundações, soterramentos e epidemias.

Corrêa (2001) argumenta que a precariedade dos loteamentos transparece nas ruas sem calçamento, na precária iluminação e na inexistência de redes de escoamento de águas pluviais e de esgoto. A precariedade ou falta de postos de saúde, hospitais, escolas, policiamento e praças é regra geral. As valas negras e os mosquitos acabam fazendo parte da paisagem e do cotidiano da periferia contribuindo para a degradação do ambiente, rompendo o equilíbrio ecológico local. Decorridos alguns anos, muitas dessas invasões são transformadas em áreas legalizadas e recebem alguma infra-estrutura. (FÉLIX, 2011, p.5)

As cidades continuam crescendo de modo irregular e desordenado, a sociedade prova aos gestores que não precisa da autorização deles para construir casas, formar bairros e abrir ruas. A periferia em sua autoconstrução, em sua paisagem inacabada, na maioria das vezes é o porto seguro de quem nada poderia ter pelo sistema legal.

A solução parece estar longe. A cidade é para todos lugar de produção material e reprodução de força de trabalho, espaço de consumo coletivo. Porém, seu espaço é limitado, e por essa razão, a questão da terra urbana se faz problema, ao introduzir-se no mercado como mais uma mercadoria de alto valor. O problema central da habitação é a política fundiária, sua lógica especulacionista que impede o acesso à terra. Entretanto, no Brasil, o padrão de crescimento patrimonialista e desigualitário não encontra adversários de envergadura para barrá-lo.

Mas não há de se negar que, aparentemente, o estado das coisas como está, satisfaz muito bem aos interesses da classe dominante, o capitalismo periférico se alimenta do ilegal, a periferia é só mais um de seus produtos.

A grilagem favorece a ocupação irregular, mas também se constitui como uma forma de acesso à terra para uma população que, como nos disse Deleuze, é numerosa demais para as prisões, para o confinamento e pobre demais para a dívida (DELEUZE, 1982, p.224). Mas afinal, quando se trata de terra, o que poderia

ser considerado de transgressão num país onde 80% das moradias são irregulares (FERNANDES, 2013)

Caxias do Sul – Crescimento Urbano nas décadas de 1970 e 1980



Vista aérea Central. Autoria: Não Identificada, ano 1970-1974. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Conforme Oliveira, em seus estudos na década de 1970, a urbanização ocorria em um ritmo muito superior ao da industrialização, por que no Brasil “a industrialização trouxe dentro de si, de uma só vez (...) todo um exército industrial de reserva vindo dos campos para dentro das cidades” (OLIVEIRA, 1982, p. _ apud ARANTES, 2009). O Estado não assumiu o custo da reprodução do trabalho, o que legou a essa nova população urbana formas de economia de subsistência.

O crescimento urbano acelerado era fruto do encarecimento da força de trabalho nos países centrais, o que impulsionou o investimento do capital internacional na periferia do capitalismo, na qual a mão de obra tem valor reduzido.

O processo de desenvolvimento de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo “desenvolvimento moderno do atrasado”, cobrava em poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, através da predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência. (MARICATO, 1995, p. 272 apud GONÇALVES, 1995)

A cidade de Caxias do Sul experienciou, nos anos de 1974 a 1982, um período de grande crescimento urbano, guiado principalmente pela criação de loteamentos irregulares. Esses loteamentos nasceram por haver uma demanda considerável de habitação, devido ao deslocamento de grandes levas da população rural da Serra Gaúcha e Campos de Cima da Serra para vender sua mão de obra para as empresas caxienses.

Essa época foi marcada pela ditadura política e econômica, industrialização, associação do capital nacional ao estrangeiro, modernização, concentração de renda para a elite, empobrecimento aos trabalhadores rurais e urbanos, êxodo rural e inchaço urbano.

O Brasil convivia com o exodo rural, na época a mecanização e a “revolução verde”, levaram a uma ainda maior concentração de terras no campo, bem como, quase a impossibilidade de manutenção do pequeno agricultor¹.

A cidade de Caxias do Sul, com suas grandes indústrias e promessas de ascensão social, atraiu um grande contingente de pessoas para o trabalho fabril. A população urbana caxiense passou de 114.008 em 1970, para 200.341 em 1980, um crescimento extraordinário, mas que não foi acompanhado de planejamento, e assim a cidade colheu uma expansão urbana desordenada, com a criação de aproximadamente 224 loteamentos irregulares, o que acarretou em grandes custos sociais.

Os loteamentos irregulares desenvolveram um mercado paralelo privado, de preço reduzido, com baixa qualidade habitacional, frente aos loteamentos regulares, amenizando um problema conflitivo, mesmo que não fossem reconhecidos pela administração municipal, foram

¹ Como bem assinala Paul Singer, no livro *Economia Política da Urbanização*, o indivíduo migrante nas décadas de 60 e 70, era primeiramente os desempregados rurais, desalojados pelas máquinas, em segundo arrendatários e pequenos produtores. Na maioria das vezes jovens, pois são dispensados antes e os que se endividavam mais com a produção.

“admitidos”, pois liberaram os gestores de se preocupar com gastos sociais para esta parcela da população².

Nesse processo, proprietários de pequenas chácaras localizadas nas proximidades da área central, vias estaduais, federais e grandes fábricas, sofreram ao assédio dos corretores. Notando que as atividades do campo não traziam retornos suficientes para que seus donos pudessem desfrutar dos bens que circulavam pela cidade, a proposta se tornava mais atraente. Viu-se, assim, para muitos, a possibilidade de ascensão com a valorização dada às suas posses por causa da localização propícia, esse bem deixou de ter um valor produtivo, servindo agora, com a forte demanda por áreas de habitação popular, a ter valor especulativo. Os proprietários vendiam suas chácaras para loteadores, que sucediam a venda através do parcelamento dos solos sem nenhuma infraestrutura.

A valorização imobiliária é capaz de estimular nas cidades uma expansão maior da indústria de construção e do mercado de imóveis, atrair investimentos novos e criar oportunidades de emprego. Para a agricultura, ao contrário. Na melhor das hipóteses constitui um estímulo para levar os agricultores a abandonar o campo e vender suas propriedades ou a transformar antigos produtores agrícolas em novos especuladores imobiliários. (CALEGARI, 1980, p. 41)

Os loteamentos irregulares serviram a população de menor renda, aos que estavam chegando à cidade na época, mas também serviram aos industriais, que acabaram por muitas vezes construindo suas indústrias nesses locais. Por vezes, os loteadores irregulares, entendendo a maior facilidade para venda, bem como a valorização de seus lotes,

² Em entrevista concedida pelo ex-prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho à Sônia StorchiFries, no dia 08 de outubro de 2001, disponível no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, disse que “no fundo hoje eu estou convencido, a gente lutou tanto contra os loteamentos irregulares, entrou na justiça, tudo, eles trouxeram uma solução pro problema habitacional de Caxias, porque eles vendiam o terreno mais barato; claro que deixavam todos os problemas para o município resolver” (SERAFINI FILHO, 2001).

costumavam vender a um preço muito menor (quase doação) as terras a grandes empresas.

nós estávamos loteando lá (Planalto) e eles estavam procurando uma área. O Bellini me conhecia e tal, ele disse: ‘Vê se tu me arruma uma área de terra pra nós botar a fábrica, nós queremos construir grande’, diz ele. Ele queria grande (...) Eu levei ele até lá, ele olhou e tal e diz ele: ‘olha aqui, serve pra nós!’ Ele disse: ‘ Só que nós queremos a terra. Como nós temos que construir nós não vamos pagar a terra’ Afinal (...) qual era o interesse: o interesse era de valorizar (...) então tinha mais facilidade de vender os terrenos (...) Quando começou a fábrica lá, eu nunca esqueço, nós chegamos a vender cinquenta lotes num dia. Tinha uns corretores que ajudavam. Vinha gente de fora, de Garibaldi, de Bento, de Antônio Prado, de toda a parte com a camionete. Cinquenta e poucos terrenos. (SARTOR, 1999)

A habitação era um mercado em potencial a ser largamente explorado, mas acabou não o podendo ser feito dentro da legalidade, devido aos altos valores da terra e à baixa renda do trabalhador. O preço e as condições de pagamento faziam com que aumentasse a procura pelos lotes.

A prefeitura na época entrou na justiça, mas como vocês sabem as coisas são demoradas e as construções foram surgindo. Porque a lei permite que tu puna os loteamentos irregulares, mas atinge a quem? Atinge os moradores que são os menos culpados; tem que atingir o dono do loteamento. (SERAFINI FILHO, 2001)

Conjuntura política e econômica do período

Com o golpe de 1964, serão introduzidos novos eixos na economia, que impactarão fortemente, fazendo a correlação modificar nos ramos produtivos. O período dos generais é marcado: pela acentuada intervenção do Estado na economia; controle salarial (reajustes sempre menores que a inflação) e de preços; impedimento de greves, facilitação

da rotatividade da mão-de-obra³, indexação e estatização; corte de despesas, correção de tarifas públicas; maior rigor na fiscalização e cobrança; correção de impostos em atraso; e crédito escasso e caro.

Desenvolveu-se entre os militares a crença de que o progresso era importante sobre qualquer preço. A Doutrina da Segurança Nacional, disseminada pela Escola Superior de Guerra (ESG), dizia que para garantir a “paz social” era necessário o desenvolvimento econômico acelerado. O carro chefe do “milagre econômico brasileiro” se encontrava na expansão industrial, para o atendimento das demandas da classe alta, com a produção de bens de consumo duráveis. Porém, não havia possibilidade da burguesia nacional desenvolver a indústria, nem o Estado para financiá-la. Buscou-se então, com o capital internacional, numa perspectiva de aliança de capitais locais, estrangeiros e de estado⁴.

A prosperidade econômica brasileira teve pouco fôlego, logo foi abatida pela crise do petróleo, em 1974. A falta de crédito internacional, fez com que o governo desse prioridade à exportação para melhorar o desempenho da balança comercial, independente do ramo industrial. Nesse sentido, diversas empresas caxienses não foram abatidas pela crise, já que comercializavam com outros mercados, e assim tinham facilidade de crédito junto ao governo.

O modelo de desenvolvimento associado e dependente implementado no Brasil, não permitiu a circulação de renda, deixou o crédito caro, dificultou a organização sindical combativa ao acabar com a estabilidade no trabalho, provocou arrochos e dificultou a abertura de

³ Para colaborar com isso, acaba-se com a estabilidade no trabalho, nas empresas privadas, em troca é criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com essa medida a patronal manteria sobre a cabeça do trabalhador a possibilidade de desemprego a qualquer momento, o que contribuiu com as indústrias, pelo fato de que era possível exigir maior produção, e desestabilizava relações entre trabalhadores, colocando a concorrência dentro das unidades).

⁴ Na época a tecnologia estava muito atrasada e a qualidade e atenção ao ensino e pesquisa pífia, logo a produção e desenvolvimento de novas tecnologias só poderiam vir do exterior, senão pelo domínio direto, possibilitava-se pelo controle via associação com o capital local.

pequenas e médias empresas que consequentemente fariam diminuir preços de produtos essenciais. A concentração da economia e renda deu-se em três dimensões: concentração regional (regiões dominantes-dominadas)⁵; grandes unidades produtoras ou de comércio (poder na formação de preço e controle de mercado); e concentração pessoal (pobreza e riqueza).

O financiamento da indústria se deu por incentivos, empréstimos e isenções por parte do governo; alianças temporárias ou incorporação pelo capital internacional; e pela renda não paga ao trabalhador, através da política de arrocho salarial implementada pela ditadura⁶.

Economicamente as décadas 60 e início de 70 continuaram a ver o extrativismo como uma das atividades com maior capital aplicado e com maior participação na produção de Caxias do Sul. As madeireiras De Zorzi, Caxiense, Industrial, Madezatti e Pisani terão parcela considerável na economia. Com fábricas espalhadas pela região e importante participação regional, além de influência nos meios de comunicação e negócios com o exterior.

Ao mesmo tempo entrava em crise a indústria do vinho, devido à baixa qualidade da bebida local, com diversas críticas quanto a manipulações erradas e adicionamentos para aumentar volumes, que

⁵ As desigualdades regionais constituem-se como principal motor para as migrações internas, suas motivações dividem-se em fatores de expulsão e fatores de atração. No primeiro estão inclusos fatores de mudança tecnológica, como a introdução da mecanização em setores mais atrasados e artesanais da economia e os fatores de estagnação, que é hoje o mais vigente, a falta de possibilidades em determinadas regiões seja pelo fechamento de fábricas ou pela inexistência delas. Os fatores de atração, em que pese maior relevância, é pelas regiões que oferecem mais empregos, uma maior possibilidade de se encaixar no mercado de trabalho. A qualificação que o mesmo tiver, lhe levará para onde maior rentabilidade o desempenho de tal função lhe garantir. Outras razões lhe farão optar por determinado lugar, como os laços de solidariedade entre parentes e amigos que podem preparar a chegada e indicar-lhes os postos de trabalho.

⁶ O aumento de salários sempre era menor que a inflação, e quando a economia corria o risco de estagnar, o governo divulgava índices inflacionários menor do que o que de fato ocorreu.

traziam prejuízo à qualidade. De fato, alguém o fazia, e o descrédito ao mercado levou que as duas maiores vinícolas fossem fechadas, em 1975 declaravam falência a Vinhos Luiz Antunes, Mosele e, posteriormente, a Michelon.

Na área rural, havia uma verdadeira revolução em curso com a mecanização, a utilização de sementes híbridas, fertilizantes e insumos químicos. A produção agrícola aumenta, bem como a fronteira agrícola nacional, incorporando regiões do centro-oeste. Quem conseguiu acompanhar o processo de modernização caberá os lucros, aos outros o exódo, levando fluxos populacionais crescentes à cidade, provocando seu inchaço.

Havia mudanças no modelo de industrialização, se antes, no início do século, o interesse era a substituição das importações, desde o governo Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento industrial estava ligado à indústria automobilística, o desenvolvimento de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Com o desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis no Brasil, o ramo moveleiro se expande significativamente. Contudo, não só móveis passaram a ser fabricados mas empresas fabricantes de casas pré-montadas, como a Madezatti, surgem em Caxias.

Dentre os marceneiros existentes na cidade, alguns limitavam-se a fabricar carrocerias de madeira para caminhões importados. A instalação de montadoras de carros no Brasil exigia a transformação dessas pequenas oficinas em metalurgias e assim nascem as metalúrgicas, de carrocerias de ônibus Nicola e caminhões Randon (CANTO e ARÊDE in VECCHIA, HERÉDIA e RAMOS, 1998)

As indústrias metalúrgicas aproveitaram-se da política nacional de favorecimento à industrialização, em especial pela indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Privilegiando o interesse sobre os ramos metalmeccânico, a cobiça internacional imprimira sobre a atividade grande influência. A já existência, bem estruturada das metalúrgicas, mas ainda com maquinário atrasado e baixa possibilidade de renovação e adequação à tecnologia vigente em países industrializados, fez ser um atrativo a mais.

De modo geral, a cidade de Caxias do Sul tinha um bom número de indústrias que produziam os mais diversos gêneros. Contava-se em 1976 com a existência de 2642 empresas e cerca de 40 mil operários. Só nas oito maiores a mão de obra empregada era de aproximadamente 12.500 funcionários, o que mostra que a maioria dos trabalhadores estavam empregados em empresas de pequeno e médio porte, a maioria se desenvolvendo ainda em modo muito artesanal, recorrendo a um parco maquinário. As grandes indústrias, bem desenvolvidas e com grandes unidades produtoras se concentrarão em poucos ramos produtivos, sendo o metal-mecânico o principal⁷.

Geralmente a indústria de bens de consumo imediato, se localizará próximo ao mercado consumidor, já que por tratar-se de produtos mais perecíveis e portanto mais baratos, tende o valor da deslocação afetar em muito o valor final. Já a indústria de bens duráveis, muitas vezes nem ao menos produz para o mercado local, tendo então a questão do mercado consumidor pouca importância.

Sobre a proximidade ou não da matéria-prima a questão é complicada, já que as principais jazidas ficam longe de centros urbanos. Entretanto, onde há um ramo com grande número de empresas que possa

⁷ Dados mais minuciosos são conseguidos no especial “Caxias: três mil indústrias e trinta mil favelados” do jornal Correio Rio-Grandense, de 21/05/1980. Expõe-se os seguintes números: existem 2663 empresas que empregavam um total de 48.542 operários. Destas, sete possuíam mais que mil operários, onze mais que 500 e três entre 400 e 500, seis entre 200 e 300 e 2632 menos que 200 operários. Da População Economicamente Ativa- 15,8% se encontravam na agricultura; 39,9% na indústria; 9,3% no comércio e 35% em serviços. A indústria metal-mecânica empregava 17.211 operários e nesse ramo não estavam mais que 600 empresas. Tal informação, leva a pensar que o elevado preço da mecanização, da compra da matéria-prima, exigia uma soma muito alta de investimentos, que não era possível a muitos fazê-lo. A diferença da aplicação sobre a produção fez com que o mercado fosse afunilado apenas entre as maiores, que de fato conduziam a produção e levavam as menores, apenas como colaboradoras, um tipo de apêndice das indústrias maiores, a quem se recorria para a produção de componentes ou ferramentas necessárias a estas, concluindo talvez não o produto a ser vendido fora, mas o complemento a indústria local.

ter influência sobre a compra de matéria-prima, pode-se reverter o aspecto negativo da distância, barganhando desconto, fazendo associações para exercer pressão para obter subsídios⁸. Se considerarmos que estamos longe das minas e portanto temos o produto encarecido por custos de transporte maiores, o que faria a cidade ser atrativa?

Resposta óbvia, o trabalho.

Os loteamentos irregulares

A condição dos trabalhadores não era boa. Com as mudanças na legislação que acabaram com a estabilidade no trabalho, com o fito de dificultar a organização da classe e introduzir a competitividade no chão da fábrica, em uma época na qual os sindicatos legalizados eram pouco combativos, colheu-se como resultado a diminuição da renda e a precarização das condições de trabalho.

O ritmo acelerado das máquinas, a falta de instruções sobre a operação, a despreocupação com a segurança, fez com que só no ano de 1974, conforme informação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), houvessem 8.465 acidentes de trabalho, sendo deste 8.153 causadores de incapacidade temporária, 297 incapacidade permanente e 15 mortes. Números alarmantes se voltarmos a lembrar que não eram mais que 40 mil operários, trabalhando com carteira assinada, no período. A vida produtiva era curta, tendo em vista que 20% ao ano sofria algum tipo de acidente, grave o suficiente para que se recorre-se ao INPS.

⁸ A micro-região de Caxias do Sul era responsável por 73,8% do consumo total de aço do estado, isoladamente consumia mais que o estado do Paraná inteiro. Quando da crise de falta de matéria em 1976, ocasionada pelo desabastecimento do mercado nacional pelo atendimento ao mercado internacional, formou-se o “Clube do Aço” encabeçado pelas empresas Madal e Intral, que durante a crise de fornecimento que quase paralisou a linha produtiva, encaminharam diversas proposições e exigências ao governo.

Por parte do empresariado a grande discussão da época são sobre os distritos industriais⁹. Pensava-se em organizar a produção, racionalizar os custos, até dividir o maquinário mais caro, para isso “necessitavam ter um espaço diferenciado do espaço urbano, sem zoneamento de qualquer espécie” (HERÉDIA e MACHADO, 2001, p. 111). Havia propostas de deslocar as fábricas existentes, para um lugar específico, que passasse a sediar todas as indústrias.

A cidade sofreu um período de grandes transformações. Passou a sentir-se grande, tentou imaginar formas de controlar o processo de crescimento que o capital implantou. Eram contingentes imensos de pessoas chegando à cidade, de um lado o exôdo rural expulsando a população do campo, do outro lado o desenvolvimento industrial puxando para a cidade, o crescimento populacional na época chega a ser superior a de cidades inglesas durante a 1ª Revolução Industrial.

As indústrias acabaram por ocupar regiões onde havia facilidade de acesso as vias principais como a BR-116 e a RS-122, ou ao longo das mesmas. Grandes plantas industriais foram inauguradas entre esses anos. Assim como outras obras de vital importância para a cidade como o Porto Seco, a Ceasa, a Estação Rodoviária, o calçadão da Avenida Júlio de Castilhos, o Sistema Faxinal, a 3ª Subestação da CEEE, a canalização do esgoto e o asfaltamento.

⁹ Na gestão de Raul Randon na presidência da CIC, foi realizado o Seminário sobre os principais problemas de Caxias do Sul, com a presença da comunidade. Entre os problemas, o primeiro a ser tratado como grande obstáculo ao desenvolvimento de Caxias foi a falta de um distrito industrial, ou a falta de definições de áreas para expansão industrial. Naquela oportunidade alertou-se para a necessidade de solução imediata traduzida em opções econômicas, como: realocação das indústrias, possibilitando a reorganização do espaço urbano conflagrado e/ou a expansão das plantas industriais existentes; criação de condições de viabilidade para projeto e execução da infraestrutura indispensável à atividade industrial, com aproveitamento das instalações e dos serviços já disponíveis; obtenção de local adequado para novas empresas, cuja implantação interessasse ao desenvolvimento do Município e facilitasse o controle de poluição de qualquer gênero. (MACHADO E HERÉDIA, 2001, p 110).

Porém, sem estrutura alguma serão os loteamentos que passam a nascer nesse período. Existiam planos para a moradia popular, algumas das iniciativas colocavam impeditivos como uma remuneração regular, que por alguns não era conseguida, já que se encontravam ligados ao mercado informal, que vai crescendo a medida que o emprego passa a ficar escasso, com as sucessivas crises a partir de 1978, ou como no caso do Fundo da Casa Própria (FUNCAP), onde era necessário a comprovação de residir a pelo menos 2 anos na cidade.

nós temos aqui, que antes de 1979, a fiscalização na área de loteamento do município era simplesmente ridícula, não existia (...), a prefeitura sabia que estavam ocorrendo os loteamentos irregulares e não fazia absolutamente nada no sentido de parar com essas obras, a não ser em alguns casos isolados, mas diante de mais de duas centenas de loteamentos que proliferaram na época, a atuação da prefeitura foi muito pequena e quase insignificante no sentido de tentar barrar isto.¹⁰ (MARCHIORO, 2001)

As populações que ocuparam esses lugares imaginavam que a prefeitura providenciaria água, luz, esgoto e calçamento em breve. A falta de informação de uns, os interesses especulativos de outros e a impossibilidade de uma ação mais efetiva da prefeitura contribuíram para que a expansão urbana continuasse.

não tinha lei, não tinha lei para punir como tinha que ser punido. Podia dar multa, como uma multa para construção irregular, mas era coisa insignificante. Além da necessidade, que até o final da década de 1970 foi muito grande, muita gente chegando em CXS, né, ah, logo após do dito milagre econômico, em que as empresas iam de ônibus no final de semana buscar gente para vir trabalhar, e as pessoas tinham que morar em algum lugar. Então se encontrou um caldo muito favorável a isto. Pessoas chegando na cidade com a necessidade de morar... ainexistência de lei, ou seja, o criminoso

¹⁰ Entrevista disponível no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, concedida por Edson Marchioro à Sônia StorchiFries, no dia 10 de outubro de 2001.

sabia que não iam poder prendê-lo, então isso se difundiu.¹¹ (MARCHIORO, 2001)

Em Caxias do Sul, o processo predatório sobre a natureza, criou situações de difícil resolução¹². A lei 2452, de 21 de dezembro de 1978, sobre a proteção dos Mananciais, tentava dar algum tipo de ordem na ocupação do solo, principalmente nas proximidades das represas e nas bacias de captação de água. Através dela, a fiscalização ficava mais rígida no controle de insumos e embalagens por parte da Secretária Municipal da Agricultura; as indústrias deveriam ter mais cuidado com efluentes e os loteamentos regulares deveriam ter ligação com reservatório coletor de águas servidas. Passava-se a ter, pelo menos no papel, mais controle sobre as bacias do Dal Bó, Maestra, Faxinal e Marrecas.

Porém, tanto em loteamentos regulares, quanto em irregulares, já havia muita gente em cima das bacias de captação. Sobre o Dal Bó estavam o Século XX, Mariland e São Ciro, ocupados desde a década de 1960. Sobre a Maestra estava o Serrano, Capivari e partes de Ana Rech. Sem contar as rodovias, Br-116 e RSC-453.

A existência de loteamentos nas bacias de captação sempre foi um assunto delicado, pairando vários questionamentos nas ações da prefeitura no encaminhamento dessa questão. Inegavelmente representavam um perigo ao futuro do abastecimento da cidade, pela compactação do solo, por todos os tipos de poluição.

Porém, contravenções maiores eram produzidas pela própria prefeitura nestes locais, com a legalização de plantações, indústrias e comércio altamente poluentes nestas regiões.

¹¹ Idem nota 26.

¹² Durante as décadas de 60 e 70, nacionalmente a degradação do meio ambiente vai se apresentar como tema de crescente preocupação, principalmente a questão da água. A preservação vai se colocar em pauta, inicialmente através da criação do Código Florestal, de 1965, que disciplina e pretende fazer a proteção das florestas e águas, dando aos municípios o dever de fiscalizar nos perímetros urbanos a execução da lei.

A questão das bacias de captação foi responsável por grande polêmica, envolvendo diferentes ações conforme a administração no poder. Durante o período Vitório Três, houve a ameaça de remoção das populações dessas áreas, envolvendo até a contratação de seguranças armados para fiscalizar as entradas do Serrano (loteamento irregular), evitando que a população local na época construísse, reformasse ou ampliasse suas casas.

A mesma firmeza da prefeitura não se viu em loteamentos regulares, feitos por grandes urbanizadoras, localizados em cima de bacias de captação.

Com a intenção de controlar a urbanização da cidade, em 28 de setembro de 1979, passa-se a lei que regula a expansão urbana, aumentando o perímetro urbano da cidade. Assim, liberava-se para as empresas se distanciarem ainda mais ao redor das rodovias, bem como loteamentos residenciais pudessem localizar-se em suas proximidades. A lei abria caminho para a legalização de alguns loteamentos.

O espaço urbano após essa lei passa de 3.600ha para 24.350ha, um aumento de área de 680%. A lei criava, ou legitimava, como consequência, a instalação aleatória de atividades urbanas, vazios urbanos, dispersão dos serviços e equipamentos, e o aumento no valor da terra.

Em 1980, incide-se em novas leis, prisões, tentativas de remoção, em alguns casos, colocando as ações de loteadores e habitantes das regiões como infratores. As construtoras e urbanizadoras passaram, a partir da formação de uma associação de loteadores regulares, fundada em 11 de junho de 1980, a exercer grande pressão sobre a prefeitura.

O segundo governo de Vitório Três, iniciado em 1982, tomara medidas mais duras no trato com os loteamentos irregulares e com essas populações residentes, porém não com os loteadores irregulares. Neste governo, se fará um diagnóstico da situação da cidade com a localização dos loteamentos irregulares e possíveis soluções, como descrito abaixo em entrevista, por Izidoro Zorzi, na época secretário de habitação e assistência social.

Então foi feito o diagnóstico dos loteamentos irregulares e classificados em três categorias, que foram dadas três cores, com

as cores das sinaleiras. Os loteamentos de cor vermelha, de jeito nenhum poderiam ser regularizados, porque eles estavam principalmente em cima de bacias de captação de água para o abastecimento da população, ou estavam em situação que não tinha como regularizar, mas a grande maioria eram os loteamentos localizados nas bacias de captação. Os de cor amarela, era a grande maioria, eles poderiam ser passíveis de regularização, mas aí teria que ter uma lei, uma lei especial e toda uma negociação com os loteadores. E os de cor verde, que seria fácil, não precisavam de uma nova lei para serem regularizados; é só o loteador satisfazer alguns requisitos e vários foram legalizados desta forma. O loteador tinha que doar área verde, concluir a infraestrutura básica. Então vários foram organizados assim.¹³ (ZORZI, 2001)

A indústria caxiense, nas décadas seguintes, cresceu fabulosamente e virou referência nacional e internacional. Já o operariado se virou como pode, a solução para os loteamentos demorará ainda mais uma década e meia para ter uma solução. A regularização e urbanização dos mesmos, só encontrariam vez em meados da década de 90, quando a prefeitura passou a atuar de forma a garantir os serviços públicos com qualidade nos antigos loteamentos irregulares. Mas a cidade até lá assistiria grandes mobilizações com esse intento, que irão politizar a população caxiense. Hoje, esses bairros, já bastante populosos, estão integrados a cidade.

A ilegalidade é dita pelos grandes teóricos liberais como algo negativo, que tende a desestabilizar o sistema, mas quando na verdade é um elemento a mais incluso na lógica do próprio sistema. A presença dela tornou possível a maior acumulação, permitiu uma remuneração baixa, que não garantia ao trabalhador grandes benefícios, uma vida segura e confortável, mas mantinha-lhe a sobrevivência, continuava enquanto força para movimentar a produção. Pode se tornar um elemento ainda mais barato.

¹³ Entrevista disponível no Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, concedida por Izidoro Zorzi à Sônia Storchi Fries, no dia 28 de dezembro de 2001.

Por isso tudo, a lógica da expansão urbana, mesmo que desordenada, estava inserida no projeto de desenvolvimento acelerado, na real medida em que permitia ao poder público não ter cuidados com essas regiões que se encontravam fora da “cidade oficial”, permitindo que os gastos do município fossem empregados no desenvolvimento de infraestrutura para as indústrias. Se o período de aceleração econômica foi financiado pelo capital internacional, estado, burguesia nacional e pela apropriação dos dividendos da renda do trabalhador, então a expansão irregular urbana deve ser reconhecida como sua filha legítima.

Referência

BARRIOS, Sônia; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. 149p.

BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 316p.

CALEGARI, Regina Yara Veronese Mascia. *Considerações sobre a estrutura urbana de Caxias do Sul e o preço da terra*. Caxias do Sul, 1980. 62 p. Monografia (especialização em geografia urbana) – Universidade de Caxias do Sul, 1980..

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1997. 98 p. (Repensando a geografia).

CORREIO RIOGRANDENSE. Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 1942-. Semanal. Continuação de Staffeta Riograndense.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul*. Porto Alegre: EST, 1998. 290 p.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 239p

_____; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: 100 anos de história 1901-2001*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 196 p.

MARICATO, Ermínia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.4, pp. 21-33.

ROLNIK, Raquel and KLINK, Jeroen. *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?*. Novos estud. – CEBRAP. 2011, n.89, pp. 89-109.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. 2 ed. Petropolis: 1982. Vozes, 125 p.

_____. *Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana*. São Paulo: Hucitec, 1982. 194p. (Estudos urbanos)

_____. *Espaço e sociedade: (ensaio)*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1982. 152 p.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 151p.

PERSPECTIVAS DE IDENTIDADE: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE A KOLONIE HARTZ FEST (RIO GRANDE DO SUL/BRASIL) E A FIESTA NACIONAL DEL INMIGRANTE (MISIONES/ARGENTINA)

Wellington Augusto Blume*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos de sociabilidade e expressões de identidade em duas festas contemporâneas: a Kolonie Hartz Fest (Brasil/RS) e a Fiesta Nacional Del Inmigrante (Argentina/Misiones). Para nortear essa análise, utilizarei o trabalho de Roswitha Weber (As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul. O “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949), que destaca aspectos de envolvimento político, sociabilidade e identidade nas comemorações de 1924, em São Leopoldo. Tendo em vista esses elementos, pretendo submeter a análise acima proposta na forma de um trabalho comparativo, no qual procurei resquícios de sociabilidade, identidade e envolvimento político dos imigrantes nas festas contemporâneas que serão postas ao lado das comemorações de 1924 com o viés da comparação.

Introdução

A construção do imaginário social é particularmente importante em momentos de redefinição da identidade coletiva, marcados pela avaliação crítica do passado e do presente e pela perspectiva de criar uma nova sociedade, um homem novo, enfim, uma nova nação. (MOTTA apud RAMOS, 2000, p.45)

A temática comparativa nos oferece uma enorme gama de possibilidades para enriquecer os mais diversos campos historiográficos.

* Graduando em História e bolsista de Iniciação Científica UNIBIC, vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Em seu trabalho mais recente, José D' Assunção Barros aborda as possíveis origens dessa nova forma de enxergar a História. Marc Bloch, que é analisado por Barros, em sua obra pioneira intitulada de *Os reis taumaturgos*, Bloch observa “duas sociedades medievais vizinhas – a francesa e a inglesa –, ambas com um imaginário em comum e com repertórios de representações similares, que serão investigados pelo historiador à luz de um mesmo problema comum que os atravessa: o da crença popular do poder taumatúrgico de seus reis”(BARROS, 2014, p.50). Com isso e até mesmo sem saber, como salienta Barros, Bloch teria aberto às portas para novas possibilidades de se pensar e conseqüentemente, de se escrever a História. Barros argumenta que a História comparada nos oferece um “duplo campo de observação”, onde o historiador precisará se perguntar: O que observar? E, como observar? Essas perguntas foram necessárias para a elaboração desse trabalho.

As possibilidades encontradas por Roswitha Weber ao estudar as comemorações do centenário, foram as mais diversas. Em uma única situação, a autora conseguiu abordar a “sociedade imigrante” dentro de um panorama que envolvia a revitalização dos laços de pertencimento dos descendentes com sua terra natal (o que pode ser compreendido como uma forma de expressão da identidade), o envolvimento político dos descendentes na construção da festa e ainda trouxe à tona diversas atividades que se encaixam dentro de um quadro de sociabilidade bastante abrangente. Pensando nisso, resolvemos voltar a atenção para uma nova possibilidade de estudo comparado, onde abordaremos, além da festa do Centenário, duas festas contemporâneas, que são a Kolonie Hartz Feste e a Fiesta Nacional Del Inmigrante. Se utilizarmos as perguntas de Barros para a nossa questão, poderíamos, depois da exemplificação, responde-las indagando que observaremos os fenômenos que concernem a ordem política, étnica e social dos acontecimentos da festa do centenário em contraposição com as festas contemporâneas, buscando, da mesma forma, encontrar e comparar os elementos acima citados.

Em um primeiro momento, faremos uma pequena explanação sobre alguns aspectos das comemorações do centenário, que servirão como “pano de fundo” para as comparações que serão feitas posteriormente. Ou seja, a partir dos vestígios de identidade, de envolvimento político e sociabilidade, encontrados na Festa do Centenário, vamos comparar as festas contemporâneas, que são a Kolonie

Hartz Fest e a Fista Nacional Del Inmigrante. Quando possível, aparecerão pequenos recortes que coloquem lado a lado as três festas que estarão “em observação”.

Um ano jubilar – o centenário de São Leopoldo

Alvoradas festivas, soar de sinos, romarias, inaugurações, cidade embandeirada e iluminada, feriados decretados, comemorações ora exaltadas ora comedidas, tochas a percorrer a cidade, desfiles, discursos... acabam por chamar a atenção. Nos 25 de Julho, todos os anos, a cidade ganha uma coloração especial. (WEBER, 2004, p.15)

São Leopoldo, cem anos após a chegada dos primeiros imigrantes é palco das comemorações de seu centenário. Como relembra Weber (2004), o ano de 1924 fora Jubilar. Para os moradores, que foram os principais protagonistas da festa, fora um ano cheio de tensões e comemorações. Tensões pela grande série de conflitos políticos¹ imbricados na organização do evento; comemorações pelo sucedido evento, que à sua época, mobilizou a sociedade que a cem anos perpetuava sua chegada. Florescia a ideia de pertencimento que liga o

¹ Sempre que utilizado, o termo política será compreendido dentro de um cenário muito amplo, como ora fora exposto por Marcos Antônio Witt, que diz: “foi preciso transcender o campo da política partidária e ampliar o conceito, pensando-o como política que permite inserção social, reconhecimento pelo grupo – par ou estranho – e luta por direitos que garantam conquistas tanto para o grupo minoritário (“exponenciais”) quanto para a maioria dos colonos. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, política transcende o sistema político partidário. Para eles, o termo amplia-se, envolvendo, inclusive, o sociável e o social. Rémond aproxima-se dessa ideia, ao afirmar que o político tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. As pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais.” (WITT, 2008, p.28-29).

imigrante à nação brasileira. Os imigrantes, descritos em parte da historiografia clássica como apolíticos², estavam prontos para serem vistos.

Dentro desse patamar de expressão da identidade étnica dos imigrantes, em conjunto com os conflitos gerados por tal, trarei a narrativa de Weber para esclarecer alguns aspectos que vieram à tona nesse “ano Jubilar”.

A preparação para o evento de 1924 passou a ganhar um significado especial em São Leopoldo, berço da colonização alemã³, que deveria, mais do que nunca, mostrar-se. A intenção sempre destacada no início, a de comemorar o centenário da “grande imigração”, passou a ganhar amplitude à medida que foi percebido que o fato local possuía um caráter geral, ou seja, o início da colonização alemã no Estado. Então a festa passou a ser reconhecida não apenas como um acontecimento local, mas de grande porte que trouxe à tona diálogos entre as elites de São Leopoldo e Porto Alegre (WEBER, 2004). São Leopoldo preocupou-se em ser o ponto de convergência dos olhares nacionais, por ocasião da comemoração do evento.

Weber procura delinear alguns dos aspectos que estiveram presentes nas comemorações do centenário. Para isso, preocupou-se em observar as festividades como algo dinâmico e sujeito a mudanças, como já observou Harvey Cox, que diz, “a festividade é uma realidade mais

² Como é o caso de Jean Roche, que ao falar de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, salienta que “em 1950 ainda, ir a esta colônia era remontar ao passado, pois nela se encontrava o mesmo quadro e o mesmo gênero de vida que em 1850. A região do litoral viveu fechada em si mesma... tal qual a Bela Adormecida no bosque, a área de São Pedro-Três Forquilhas, era, quando a vimos, uma amostra milagrosamente conservada da primeira fase da colonização no pé da Serra.” (ROCHE, 1969, p.177-179) Tal afirmação foi relativizada pelos trabalhos de Marcos Justo Tramontini como também por Marcos Antônio Witt, e é claro, grande parte dos historiadores contemporâneos tem dado sua devida atenção para repensar as obras clássicas da imigração.

³ Lei de nº 12.394 de 4 de março de 2011, que fora sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

complexa do que geralmente imaginamos”. Para isso, Weber ainda utiliza o olhar de Ozouf, que salientou

não é absolutamente contraditório reconhecer na festa, ao mesmo tempo, a inserção temporal e a fuga para o extra temporal. Mas não é possível hoje se ater ao primeiro desses aspectos, como fizeram tantos historiadores impacientes em ajustar a enigmática diversidade das festas à simplicidade de um projeto político. É pois um clima coletivo de inquietação curiosa e perscrutadora o que a festa reclama; no qual a disciplina histórica viria firmar e equilibrar a ambição antropológica. (OZOUF apud WEBER, 2004, p.17)

Pensando nas festividades de forma complexa e dinâmica, não se abstendo ao aspecto puramente político exposto por Ozouf, a autora precisou recuar para o ano de 1923, onde encontrou os primeiros indícios de preocupação dos imigrantes com o ano que estava por chegar. Sobre isso, Weber diz que “Frederico Wolffenbüttel, então vice intendente de Mansueto, convocou uma reunião para deliberar sobre o que denominou de festa comemorativa do primeiro centenário”. (Weber, 2004, p.20)

Além disso, Weber ainda salienta que

na agenda da intendência de São Leopoldo no ano de 1923, a celebração de 1924 já era assunto. Mansueto Bernardi, intendente local, ao deixar o cargo no mês de maio, apresentou em relatório um plano traçado para comemorar “condignamente” o centenário da fundação de São Leopoldo, bem como o centenário da imigração alemã. Em julho de 1923, a preocupação com os preparativos dos festejos do ano vindouro também apareceram na Deutshe Post. O passo efetivo nessa direção foi dado quando Frederico Wolffenbüttel convocou uma reunião para o dia 7 de setembro no mesmo ano para deliberar sobre o que denominou de festa comemorativa do primeiro centenário. (WEBER, 2004, p.22-23)

Entre as discussões que estiveram em pauta na reunião do conselho da festa, Weber destaca que as datas, local da festa e as obras que envolvem o centenário, foram as mais debatidas. (WEBER, 2004)

Percebe-se que as comemorações do centenário possuíam poucas características de um movimento empreendedor ou turístico, que se fazem

um pouco mais presentes em festas como a Kolonie Hartz Fest e a Fiesta Nacional delInmigrante, que serão analisadas posteriormente, estando muito mais voltadas as questões de identidade e envolvimento político dos imigrantes. Dois trechos na obra de Weber fortalecem essa afirmação, são eles

o convite para esse encontro (dia 7 de setembro, por Frederico Wolffenbüttel) estendeu-se “aos representantes de todas as sociedades, comunidades religiosas, escolas e da imprensa do município, compreendendo que assim fica representada toda a população municipal, pois raro será quem não faça parte de, pelo menos, uma dessas corporações”. Essas palavras evidenciam a preocupação em mobilizar a comunidade local, envolvendo grande parcela da população. Na referida reunião, estiveram representadas as escolas Evangélica e São Luís; os clubes Rio-Grandense, Orpheu, LeopoldenserTurverein (sociedade Ginástica de São Leopoldo), Tênis-club, União Operário Leopoldense, Club Guarani, Frohsinn de Hamburgo Velho e a Sociedade de Canto Sapiranga; as igrejas católica e protestante; empresários e comerciantes; políticos e a imprensa local: Deutsche Post e Época. Assim, podemos verificar que grande parte da população esteve ali representada. Nessa primeira reunião, foram organizadas oito comissões distritais, compostas por políticos, industriais, representantes de clubes sociais, clérigos e pela imprensa”. (WEBER, 2004, p.23)

Cabe destacar que, embora os integrantes tenham sido citados aqui como representantes de uma categoria, sua atuação como integrantes da comissão relaciona-se também a seus outros atributos (industriais exerciam ou pretendiam exercer cargos políticos e políticos possuíam atividades comerciais e industriais). Também vale lembrar que os integrantes das comissões possuíam uma religião e geralmente estavam vinculados a um clube social. É esse conjunto que permite traçar algumas das características dos festejos do centenário da imigração alemã, pois diferentes segmentos buscaram brechas para a inclusão de seus símbolos para a defesa de interesses pessoais ou institucionais e ainda para uma série de outras manifestações. Cabe ainda observar que a unidade da maior parte do grupo que compôs as diferentes comissões foi dada pela origem étnica alemã de seus componentes. Sem dúvida, já pelo fato do objeto a ser celebrado, aquele foi um momento de manifestação da identidade de imigrantes alemães e de seus descendentes. (WEBER, 2004, p.25)

Quando Weber analisa as questões que envolvem momentos conflituosos entre os imigrantes, encontra certa dualidade quanto à questão dos conflitos em que estão envolvidos. Ela argumenta que apesar das divergências entre os grupos que eram considerados “germanistas”, houve, entre eles, um fortalecimento de vínculos intraétnicos, onde questões religiosas e políticas foram “desconsideradas” para a formação de uma fronteira étnica, onde organizadores “não germânicos” foram deixados de fora das principais decisões (WEBER, 2004). Ou seja, grupos católicos e evangélicos⁴, que possuíam inúmeras divergências e em muitos momentos se chocavam, uniram-se para excluir os “nacionais” nos aspectos que envolviam a organização e o planejamento da festa. Outro aspecto muito relevante que se faz necessário para a compreensão das dimensões do fenômeno estudado por Weber, se faz presente no seguinte trecho, onde Gertz nos diz que

do ponto de vista prático havia a eterna falta de unidade entre as diferentes regiões e as profundas diferenças dentro das próprias regiões. Assim a Deutsche Post lamentou, por exemplo, que nem nas comemorações do centenário se chegou a um acordo, pois o bairrismo fez com que cada lugar quisesse sediar os festejos. (GERTZ apud WEBER, 2004, p.30)

A observação de Weber em comparação com a colocação de Gertz nos remete a refletir sobre as proporções alcançadas pelos imigrantes em sua inserção no campo político. Como Weber já salientou, nós temos um enredo de interesses muito consistente entre os grupos que querem ganhar visibilidade na vida política local, onde ocorrem “uniões” entre grupos opositores, que para sanar seu objetivo principal, unem-se, gerando um grupo extremamente articulado que excluirá do campo de

⁴ Sobre os conflitos envolvendo os dois grupos religiosos, recomenda-se a leitura da obra “As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo (o caso das escolas Santa Catarina e fundação evangélica de Novo Hamburgo – RS)”, de 2012, apresentada como trabalho de conclusão de História por Rodrigo Luis dos Santos. Nela aparecem evidências do bairrismo existente entre os dois grupos, que utilizam de estratégias políticas extremamente aguçadas ora a favor, ora contra os nacionais, para conquistar seu espaço.

atuação das festividades, todo aquele que não pertence a sua origem étnica.

No que tange os aspectos de sociabilidade, Weber destaca os bailes, jogos, comércio, desfiles, as atrações de cinema e para os privilegiados, uma comemoração à parte na sociedade Orpheu e na Ginástica. (WEBER, 2004)

Como o objetivo do trabalho não está voltado para uma descrição de todos os acontecimentos da Festa do Centenário, e sim para demonstrar os vestígios de identidade que estão presentes em sua organização e também para servir de objeto de comparação com as festas contemporâneas, começarei, a partir do próximo subtítulo, a estabelecer uma conexão entre a Kolonie Hartz Fest, Fiesta delInmigrante e as comemorações de 1924, onde procurarei resgatar alguns resquícios de identidade e pertencimento dos grupos “germânicos” à nação, não deixando de lado os aspectos empreendedores e turísticos dos mesmos.

Kolonie Hartz Fest : Rio Grande do Sul – Brasil

A festa, então, neste sentido pode ser entendida como inversão e também como elemento de identificação, de construção de identidade, no momento em que faz com que os membros da comunidade local que em dias normais passam despercebidos ou desconsiderados, nos dias de festa sejam alçados a “atores principais” de uma peça de teatro: o teatro da sociabilidade, como escreve Ramos (2000).” (PRIAMO, 2013, p.191)

Depois de compreender a ação dos imigrantes na Festa do Centenário, em São Leopoldo, no ano de 1924, onde observamos a demonstração de pertencimento e envolvimento dos imigrantes em sua organização, passamos a voltar o foco às festas do século XXI. Sobre a Kolonie Hartz Fest, Priamo nos diz que

É a maior festa do município de Nova Hartz/RS. Tendo sido realizada pela primeira vez em 20 de julho de 2002, está em sua décima segunda edição [hoje, décima terceira] consecutiva. Desde 2006 fixou-se sua realização nos dois primeiros finais de semana de julho para não coincidir com a Festa do Colono e do Motorista que acontece em Canudos há várias décadas sempre no final de semana do próximo dia 25 de julho. (PRIAMO, 2013, p.189)

Priamo, depois de falar sobre a data de sua realização, estabelece uma comparação entre os dias de celebração da Kolonie Hartz Fest com a chegada dos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, marcadas pelo 25 de Julho, que é celebrado não apenas em Nova hartz, mas em diversos municípios que receberam uma leva considerável de imigrantes. Pensando em nossa proposta comparativa, percebe-se a importância dessa data tanto para os celebradores contemporâneos quanto para os agentes do ano Jubilar, que exaltam no dia 25 de julho, os vínculos remanescentes com a memória e a identidade do grupo de imigrantes, que por intermédio de seus descendentes, relembram o dia em que aportam no Brasil seus primeiros antepassados.

Encontramos um destaque especial, no trabalho de Priamo, para uma reflexão sobre os agentes que se dedicaram a refletir sobre o acontecimento. Entre os envolvidos no “pensar a festa”, a autora destaca a

EMATER e os agricultores interessados em fortalecer e valorizar a sua presença no município, bem como em abrir espaço para a comercialização da sua produção. O grupo de danças alemãs, buscando promover um encontro de grupos de danças em Nova Hartz, bem como valorizar e dar visibilidade a este elemento da cultura local. A Associação dos Amigos do Museu que desejava a realização de uma atividade que colocasse em evidência e valorizasse a cultura local. Todas estas demandas chegavam, cada uma, a seu tempo junto da Secretaria Municipal de Educação de Nova Hartz. A Secretária de então, RosmarieReihner, decidiu promover uma reunião entre as diversas entidades e associação do município. Desta união e dentro deste grupo foi gestada a primeira edição da Kolonie. O objetivo então era de promover uma festa para a cidade em comemoração ao Dia do Colono, que valorizasse as características culturais locais, evidenciando os agricultores da cidade que eram entendidos então como uma espécie de “herdeiros” culturais dos colonos fundadores de Nova Hartz. (PRIAMO, 2013, p.190)

Sobre os agricultores, a autora traz à tona sua participação comercial na festa, onde estes, por sua vez, usufruem de um espaço especial para a comercialização de produtos coloniais. Também se salienta esse local pode ser compreendido como um espaço de sociabilidade, onde os “colonos” se reúnem para dialogar sobre a festa,

sobre suas vendas, sobre os turistas; enfim, é um espaço onde as diferenças sociais se perdem no vazio e a troca de ideias ganha vida.

Sobre a participação desses agentes na festa, Priamo diz que

os agricultores vêm participando de todas as edições da Kolonie, expondo e comercializando sua produção. Nos últimos anos um grupo deles, membros da Associação de Agricultores do município, incentivados e organizados pelo escritório local da EMATER e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, tem comercializado especialmente o produto já transformado como pães caseiros de trigo e de milho, cucas, bolachas, bolos, schmier, linguiça, entre outros, agregando valor ao produto. (PRIAMO, 2013, p.192)

Os descendentes de imigrantes de Nova Hartz, assim como os de São Leopoldo e como veremos posteriormente na Fiesta Nacional delInmigrante, pretendem-se mostrar aos que estão aptos a enxergar, a conhecer e a compreender a cultura que ainda está em constante mutação. Outro aspecto que está sujeito a comparações, são os aspectos que envolvem a questão da sociabilidade. Weber nos mostra o envolvimento da sociedade imigrante nos bailes, desfiles, comércio, como em outros espaços; da mesma forma que Priamo resgata essas atividades, que, em função do tempo, sofreram certa mutação. A autora salienta que a festa, ainda que expresse fortes resquícios de laços étnicos dos descendentes de imigrantes para com seus antepassados, se encontra em uma lógica muito diferente do que fora no centenário: a festa está “inserida num contexto de industrialização da cultura que pode ser compreendida também como uma “nueva etapa del capitalismo de consumo.”” (HUYSEN apud PRIAMO, 2013, p.189)

Outra parte da festa que pode ser pensado como um espaço/momento de sociabilidade é o desfile que ocorre na Kolonie Hartz Fest. Esse pode ser ponderando como uma vitrine para os turistas; não uma vitrine comercial, mas uma vitrine cultural. Os que por ali passam e observam, facilmente perceberão o objetivo de tal realização. Para isso, Priori argumenta que

como escrito anteriormente [o desfile] o seu objetivo está relacionado à memória da imigração alemã no município. Neste sentido, assim como os demais desfiles nesta ou em outras festas,

ele não deixa de estar ligado àquilo que eram os objetivos no Brasil colônia, quais sejam ensinar, educar, orientar a população quanto àquilo que está sendo proposto no desfile. Se nas festas coloniais o motivo era educar a população para uma cultura de catequização, adoração e obediência, estabelecendo ligações entre o rei, a igreja e a população local, hoje a ação educativa está voltada à história que se quer contar através dos desfiles. No caso deste estudo, o desfile quer marcar a presença do colono, idealizando o viver e trabalhar a lavoura. Quem não conhece a história de Nova Hartz facilmente entenderá pelo desfile que ela está ligada aos colonos alemães e à agricultura. (PRIORI, 2013, p.196)

Outro momento que se caracteriza como uma ocasião de sociabilidade, e que não deixa de ser uma “vitrine cultural”, são os espaços onde grupos folclóricos e bandas típicas apresentam seu trabalho. Priamo salienta que

as bandinhas típicas e grupos de danças folclóricas alemãs com suas roupas, danças e a culinária fazem essa representação. Ou seja, cria-se um cenário que, trabalhando o imaginário e o emocional, vai desencadear uma sensibilização que favorecerá o envolvimento e o sentimento de pertencimento àquelas tradições representadas. (PRIMO, 2013, p.192)

A partir do próximo subcapítulo nos propomos a estabelecer algumas conexões entre a Kolonie Hartz Fest e a Fiesta Nacional del Inmigrante, onde aparecerão manifestações culturais das mais diversas e que estarão sujeitas à comparações.

Fiesta Nacional del Inmigrante: Misiones– Argentina

Até o momento, enfatizei alguns aspectos das comemorações de 1924, estudadas por Roswitha Weber, e a Kolonie Hartz Fest, estudada por Vania Inês Avila Priamo. Pensando nos quesitos que nos permitem as comparações, que são os aspectos de sociabilidade, envolvimento político e expressões de identidade do imigrante, temos um panorama muito diversificado, onde encontramos uma constante participação dos descendentes de imigrantes no “fazer a festa”; em ressignificar seus laços com seus antepassados. Percebemos também, que em ambas as ocasiões, os imigrantes buscaram seu espaço dentro do âmbito da festa, para que

“os outros”, que vão ao local da comemoração com o intuito de usufruir das regalias que lhes são propostas, possam perceber que aquele local tem uma estrita ligação com o colono, o descendente dos imigrantes. Entre os exemplos, podemos pensar que os visitantes puderam perceber isso com as pequenas barracas de venda no centenário, como também, ao vislumbrarem o desfile e as atividades propostas pelos agentes da festa no museu de Nova Hartz.

Trago, a partir do próximo paragrafo, algumas informações sobre a Fiesta Nacional delInmigrante, que ocorre no município de Oberá, Misiones, Argentina. Diferentemente dos trabalhos que foram elencados até agora, o resgate dos vestígios de sociabilidade, envolvimento político e expressões de identidade do imigrante, se darão a partir de uma pesquisa feita na internet, no site de divulgação da festa, onde encontramos um conteúdo vasto. As ligações estabelecidas entre a festa de Oberá e a festa de Nova Hartz, fazem parte do projeto de pesquisa, “Imigrantes em ação: organização social e participação política. Estudo comparado sobre a imigração no Brasil, Argentina e Chile – séculos XIX e XX”, que está em andamento e, portanto, não há grande aprofundamento nos aspectos a ser comparados.

A Fiesta Nacional delInmigrante teve sua primeira edição em setembro do ano de 1980 e desde então, a festa é sediada anualmente. Atualmente está em sua 34ª edição, contando com uma programação rica em atividades culturais e recreativas. Trago algumas informações do site da festa, para depois refletir sobre elas.

Cada año la fiesta se renueva presentando atractivos que cautivan a más de 100.000 personas. A partir de aquella primera celebración, los miembros de las colectividades se agruparon y organizaron jurídicamente, estrechando lazos. Para canalizar sus objetivos comunes fundaron la Federación de Colectividades que es responsable de organizar el evento anual a través de una comisión especial, que además debe abocarse a la titánica tarea de mantener y hacer crecer el Parque de las Naciones, sede del encuentro.⁵

⁵ As informações foram retiradas de <<http://www.obera.gov.ar>>. visita efetuada no dia 28/08/2014.

A grande gama de atividades propostas pelos organizadores da festa tem atraído um público gigantesco para a festa, que proporciona, além de atividades esportivas, diversas atividades que podem variar de uma palestra a um show nacional. *Las colectividades*, que são representadas por descendentes de imigrantes alemães, árabes, brasileiros, espanhóis, franceses, italianos, japoneses, nórdicos, paraguaios, portugueses, polacos, tchecos, russos, suíços e ucranianos, estão envolvidas em uma série de jogos e eventos culturais, onde procuram figurar, aos que prestigiam a festa, seus laços culturais que ainda se fazem presentes no cotidiano. No decorrer desses eventos podemos perceber vestígios de sociabilidade, onde os grupos que representam as colectividades procuram, através do diálogo e dos jogos, reconhecer-se e reencontrar-se diante dos turistas.

Sobre os jogos e a atuação dos imigrantes na festa, encontrei um pequeno registro no site de organização do evento.

Este ultimo domingo (1 de setembro de 2013) en tanto, se efectuaron los Grandes Juegos del Inmigrante, con la participación de cientos de jóvenes, niños y adultos. Sogas, aros, botellas de plástico, astucia, ingenio y mucha destreza hicieron posible un domingo de sol y diversión para los cientos de participantes que se prestaron a dar rienda suelta a su alegría, cada uno asociado a la colectividad con la que se identificaba. Los alumnos de la carrera de Educacion Fisica del Instituto Carlos Linneo, coordinaron el accionar y así la colectividad Polaca logró el mayor puntaje, seguido por los alemanes y por los brasileños, pero fueron los Rusos, sin embargo, quienes se llevaron la Copa Challenger. El cierre de la jornada fue a pura algarabía con banderas y canticos de los participantes.⁶

⁶ As informações foram retiradas de <<http://www.fiestadelinmigrante.com.ar>>. Visita efetuada no dia 28/08/2014.



Fonte: imagem retirada do site <<http://www.fiestadelinmigrante.com.ar>>.

A imagem acima ilustra a realização de uma prática esportiva que é cronometrada, sendo que o grupo que conseguir cortar os dois troncos de madeira com o menor tempo, sairá vencedor.

Se nos propusermos a observar os aspectos que tangem a perspectiva das expressões de identidade, podemos elencar, além das atividades esportivas que envolvem os grupos de imigrantes, o desfile, que ocorre na abertura da festa. O desfile serve como um momento de ressignificação cultural dos grupos de descendentes de imigrantes com seus antepassados, como também, para o âmbito do turismo, o desfile pode ser pensado como uma vitrine cultural. A valorização das tradições representadas no desfile (que podem ser percebidas pelos trajes típicos, por exemplo), é percebida também na Kolonie Hartz Fest, que possui esse evento como um dos principais acontecimentos para os descendentes de imigrantes na festa.

No site de divulgação da festa, ainda encontrei alguns aspectos que elucidam bem a realização do desfile, onde

el desfile abrió la paisana Argentina, con su esplendida presencia y brillante sonrisa, la siguió en la caminata la reina de la colectividad italiana, con su sonrisa brindando toda su frescura al ritmo de su colectividad, siguieron la marcha las brillantes reinas de las colectividades, Rusa, España, Nórdica, Polonia, Paraguay, Alemania, Brasil, Suiza, Japón, Ucrania, Portugal, Checa, Árabe,

cerraba el desfile los chicos del Centro Cultural.El alegre pasajee contó con bailes de las distintas colectividades, como la Paraguaya, española, mientras que los brasileiros entregaban Caipiriña y los alemanes con su tradicional Chop, para animar a la gente que emocionada miraba, aplaudía y sonreía al ver pasar las colectividades.⁷



Fonte: foto retirada do site <<http://www.fiestadelinmigrante.com.ar>>.

Cada qual com suas particularidades, podemos perceber que entre as três festas abordadas até este subcapítulo, a Fiesta Nacional delInmigrante é a que mais se aproxima de um evento destinado à imagem dos descendentes de imigrantes; à identidade desses grupos para com seus antepassados.

Conclusões parciais

Cabe salientar, antes de esboçarmos uma pequena conclusão, que a investigação feita na festa de Oberá ainda está em fase de andamento e

⁷ As informações foram retiradas de <<http://www.fiestadelinmigrante.com.ar>>. Visita efetuada no dia 28/08/2014.

se encontra dentro de um projeto bastante abrangente⁸, onde temos como objetivo principal nos distanciarmos da ideia de isolamento e enquistamento étnico por parte dos descendentes de imigrantes, bem como da afirmação apologética de que os imigrantes mantiveram-se aliados da política e exclusivamente voltados ao trabalho da agricultura e do artesanato. Percebe-se, dentro desse panorama, que os imigrantes buscaram seu espaço nas três festas que foram aqui abordadas.

Entre os aspectos mais relevantes para o fechamento do nosso trabalho, podemos salientar algumas diferenças importantes encontradas nas festas. Entre elas, podemos destacar que diferentemente das comemorações do centenário, que estão voltadas para os seus conterrâneos/para um grupo seletivo de pessoas, as festas contemporâneas se encontram dentro de um novo horizonte comercial, onde as danças, feiras artesanais, visitas ao Museu e outras atividades culturais servem como uma espécie de “vitrine cultural”, estando vinculadas diretamente à dinâmica do turismo. No caso do envolvimento político dos imigrantes, pode-se destacar que a grande diferença entre as festas estudadas está na forma de como cada grupo se envolveu na organização da festa. No caso da Festa do Centenário, os imigrantes que se envolvem diretamente na organização do evento, fazem parte de um grupo seletivo de imigrantes, considerados por Weber como agentes que pertencem à elite leopoldense. No caso de Nova Hartz, há um diálogo entre os representantes do órgão público municipal e os mais diversos grupos culturais e de trabalhadores, distanciando-se mais da representação das elites; pensado em Oberá, sabe-se, até o momento, que a organização da festa se dará por lascolectividades, que irão se reunir com o intuito de rememorar os laços culturais existentes entre os mais diversos grupos.

Referências

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁸ O projeto de pesquisa intitulado “Imigrantes em ação: organização social e participação política. Estudo comparado sobre a imigração no Brasil, Argentina e Chile – séculos XIX e XX” é coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Antônio Witt.

PRIAMO, Vânia Inês Avila. *Entre a história e o turismo: as cidades e seu patrimônio cultural* (Nova Hartz – RS). São Leopoldo, 2013. [dissertação mestrado]

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras*: São Leopoldo. 1850/1930. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2000.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v1 e v2. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Rodrigo Luis. *As escolas confessionais como instrumento de ação política de grupos de alemães e descendentes no contexto do Estado Novo (o caso das escolas Santa Catarina e Fundação Evangélica de Novo Hamburgo – RS)*. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em História] – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2013.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. O “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo, Feevale, 2004.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul – Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

CAPÍTULO VI – RELAÇÕES INTERÉTNICAS

FESTAS DE FAMÍLIAS ITALIANAS (1946-1976)

Leonardo de Oliveira Conedera*

Resumo: A presente comunicação visa destacar as festividades e comemorações familiares de imigrantes italianos provenientes do Sul da Itália que se radicaram nos anos do pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil. Através das narrativas dos imigrantes calabreses, que se radicaram em Porto Alegre (no Rio Grande do Sul) e em Niterói (no Rio de Janeiro), pretende-se analisar as festas de família e as relações sociais nestes espaços onde transcorria a sociabilidade entre os imigrantes.

Palavras-chave: Imigração italiana, festa, sociabilidade.

Introdução

Neste artigo pretende-se tratar sobre as festas de imigrantes italianos provenientes da Itália meridional que se instalaram nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul após o final da Segunda Guerra Mundial (1946-1976). A partir das narrativas procura-se analisar e apresentar as particularidades que os imigrantes compartilhavam em seus encontros familiares e outros eventos da comunidade.

Imigração italiana no Brasil

A imigração italiana apresentou visibilidade significativa, visto que se consolidou como a segunda corrente migratória para o Brasil, especialmente nos Estados do Sudeste e Sul do Brasil. Nas pesquisas sobre o fenômeno, ocorrido no “período áureo” da imigração¹ e nas

* Doutorando de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Bolsista do CNPQ.

¹ Diégues Júnior chama de “período áureo” da imigração no país os anos compreendidos entre 1888 e 1914. Nesse espaço de tempo, o Brasil recebeu, aproximadamente, 2.594.720 imigrantes. (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 64).

décadas subsequentes, percebe-se a escassez de pesquisas que manifestem enfoque sobre a presença de peninsulares, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, no país (CONEDERA, 2012, p.65).

Após o final do conflito mundial, a via diplomática dificultou a imigração, como no caso das pendências ocorridas durante a guerra. A legislação e os órgãos brasileiros também não auxiliaram, positivamente, para o ingresso de estrangeiros (CERVO, 1992, p.196). Manuel Diégues Júnior assinala que:

A política migratória do Brasil não foi das mais felizes, nem das mais razoáveis, reservando todos os princípios restricionistas que, a partir de 1930, começaram a marcar a entrada dos imigrantes no país. (...) Em nenhum ano, entre o término da Guerra e 1958, se alcançou um total de 100 mil imigrantes; o máximo atingido foi de pouco mais de 88 mil. É certo que tem predominado, em nossas estatísticas de imigração, a condição de “espontâneos” dos imigrantes. A entrada de imigrantes dirigidos anda, relativamente, pela casa dos 15%, considerando todo o período de 1946-1958 (1964, p.307)

Apesar da escassez de incentivo para a entrada de novos estrangeiros no território nacional, em 1949, a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração italiana foi criada através de um convênio, a fim de direcionar o fluxo de imigrantes. A Companhia iniciou a criação de um centro modelo de colonização. A saber, a ideia do empreendimento era de transportar imigrantes para zonas inexploradas para se dedicarem ao setor agrícola (CENNI, 1975, p.401). A Companhia desenvolveu doze projetos importantes, todavia a maioria deles foi mal sucedido (CERVO, 1992, p.196-197).

É importante apontar que o Acordo Emigratório de 1950 entre Itália e Brasil pretendia duas modalidades de emigração: individual (baseada em atos de chamada e ofertas de trabalho), através de grupos e cooperativas (sobretudo de colonização agrícola), e subvencionada. O tratado firmado antevia que o Brasil viabilizaria regularmente pedidos de mão de obra qualificada (técnica majoritariamente) para diversas área de produção (TRENTO, 1989, p.412).

Esse Acordo foi muito ventilado no parlamento italiano, pois os imigrantes (com qualificação profissional) seriam destinados para

colônias agrícolas em áreas isoladas e inexploradas. Apesar das reivindicações de alguns deputados, o parlamento aprovou o Acordo entre os dois governos em 1951 (DE CLEMENTI, 2010, p.52).

Deve-se observar que alguns imigrantes que se fixaram em Porto Alegre no pós-guerra não vinham somente através do chamado de parentes e amigos. Algumas empresas, cujos proprietários eram italianos, pode-se destacar o caso das Massas Adria, que se responsabilizavam pela estadia e pela oferta de serviço (ZAMBERLAM, 2010, p.62).

O órgão do governo brasileiro responsável pela imigração era o Conselho de Imigração e Colonização (CIC)². Dentre os requisitos do CIC, o imigrante necessitaria gozar de boa saúde física e mental. Logo, a maioria dos estrangeiros necessitou passar por seleções médicas. Os indivíduos passavam pelos exames em seu próprio país e precisavam da liberação médica para embarcar (FACCHINETTI, 2004, p.78).

Outra premissa estabelecida pelo governo italiano era o “atestado de boa conduta”, isto é, o emigrado não poderia ser comunista. Os órgãos de imigração italianos faziam uma seleção ideológica. Inúmeros peninsulares precisavam ter o visto do padre afirmando que o indivíduo era um “bom cristão”. A polícia italiana concedia o passaporte ao requerente somente após receber a garantia do padre. As autoridades brasileiras também tinham o cuidado de restringir a entrada de pessoas de ideologia socialista ou comunista (FACCHINETTI, 2004, p.80).

O CIME foi órgão importante na cooperação para a imigração individual e dirigida. Os deslocamentos dirigidos eram guiados principalmente para núcleos rurais. No entanto, o órgão enfrentou diversas dificuldades para constituir uma imigração agrícola assalariada, já que o Brasil não apresentava uma estrutura adequada. O CIME promoveu a transferência de operários e técnicos industriais, no âmbito do plano MOPC (Mão de Obra Pré-Colocada). Portanto, o governo brasileiro repassava, periodicamente, listas de profissões e ofícios para os

² O Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão federal, subordinado ao Ministério da Agricultura, e também ao departamento de Colonização e Terra. FACCHINETTI, 2004, p. 78).

quais havia necessidade (TRENTO, 1989, p.416). Angelo Trento aponta que:

O CIME cuidava, na Itália, da seleção técnica, controlando se a qualificação dos aspirantes correspondia a uma das profissões requisitadas. Chegava-se, assim, à compilação de uma lista, em cujo âmbito as empresas de além-mar podiam escolher os nomes que pareciam mais adequados às suas necessidades, mediante pagamento de uma pequena soma reembolsável, se, após um período de experiência de sessenta dias, o operário não tivesse proporcionado resultados satisfatórios (1989, p.416).

Entre 1952 a 1958, o CIME favoreceu o ingresso de 72.277 imigrantes no Brasil: 48.269 italianos, 5.435 gregos, 4.791 espanhóis, 3.299 alemães, 2.936 austríacos, 1.548 holandeses e 5.999 de outras nacionalidades. Nesse período, o mesmo órgão também favoreceu o fluxo de 855.000 indivíduos (CENNI, 1975, p.409). A maioria dos imigrantes que desembarcaram no país eram agricultores. Contudo, 15,7% dos indivíduos eram técnicos qualificados. O grupo italiano contribuiu com o maior contingente de operários qualificados (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p.303-308). Trento lembra que

A incerteza do pós-guerra e o difícil momento de reconversão – e, também, depois, da reconstrução – levavam muitos jovens, e não tão jovens, com um diploma no bolso a buscar melhor sorte no estrangeiro. No Brasil, eles chegavam através de “atos de chamada” e contratos fictícios, ou, simplesmente, passando através das malhas da seleção na Itália, escondendo seus diplomas e declarando aptidões e profissões que não tinham. Uma vez chegados, conseguiam se arranjar até encontrar ocupações e empregos, consoantes, com a sua preparação. (1989, p.442-443)

Logo, não era incomum, os peninsulares enfrentarem provações nos primeiros tempos na pátria de adoção. Principalmente, imigrantes que não contavam com a solidariedade de conterrâneos passavam por adversidades.

Mesmo assim é importante informar que nos Censos das décadas de 40 e 50, os italianos constituíam o grupo com o maior número de estrangeiros residentes na sociedade brasileira. A maior parte dos

italianos residia nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ZAMBERLAM, 2004, p.59).

Imigração italiana no Rio de Janeiro

A presença de peninsulares no Rio de Janeiro já se demonstrava substancial no princípio do século XIX. Dentre as décadas de 20 e 40, a capital do império abrigou diversos carbonários que tiveram de se exilar da Península. A exemplo, de Garibaldi e tantos outros exilados que alimentavam o desejo de promover a Unificação italiana (TRENTO, 1989, p.40).

O crescimento da mobilidade de italianos no Rio de Janeiro aconteceu a partir da chegada da princesa napolitana, Teresa Cristina. No entanto, em termos quantitativos a imigração peninsular tornou-se significativa no princípio do século passado. Em 1906, na capital carioca, os italianos somavam 25.557 correspondendo 12,14% dos imigrantes residentes na capital federal (CARMO, 2012, p.106).

No período da Grande emigração na Itália, diversos imigrantes originários, especialmente, da Calábria, Campania e Veneto ingressaram no território fluminense e carioca (CAPPELLI, 2013, p.26).

No Estado do Rio de Janeiro, os imigrantes peninsulares não se fixaram somente na capital como também nas cidades do interior. Niterói, Petrópolis, Valença dentre outras que mais receberam italianos desde a segunda metade do século XIX (VANNI, 2000, p.95). O fluxo migratório para âmbito urbano possuía um caráter espontâneo. Vittorio Cappelli aponta que:

O principal catalizador dessa imigração é ainda um resquício do próspero ciclo econômico do café fluminense, que se combinam com as indústrias têxteis e o desenvolvimento de núcleos urbanos, de Niterói, de Petrópolis, de Nova Friburgo até a mais distante Valença (CAPPELLI, 2013, p.27).

A maioria dos peninsulares que se radicaram em Niterói era proveniente do Mezzogiorno³, especialmente da Calábria, que nos anos do pós-guerra enfrentava adversidades nos campos e apresentava um horizonte de poucas perspectivas de trabalho. Então, nos anos do pós-guerra, mais uma vez muitos calabreses buscaram ativar a antiga rede de solidariedade. Os imigrantes vinham principalmente dos *paesi*⁴ de Fuscaldo e Paola, localizados na província de Cosenza, como também alguns de Sacco, situados na província de Salerno (VANNI, 2000, p.102).

Niterói foi a cidade que mais acolheu imigrantes italianos dentre os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. A proximidade com a capital nacional, bem como a existência da hospedaria da Ilha das flores auxiliaram para que diversos estrangeiros instalassem na cidade fluminense (VANNI, 2000, p.99).

Empreendedores italianos como Giuseppe Scarsi e Vittorio Migliora que se estabeleceram em Niterói no final do oitocentos. Os dois peninsulares fundaram a fábrica de fósforos Fiat Lux onde estes empregaram diversos patrícios. Além disso, e provavelmente, a partir de 1893, Vittorio Migliora tornou-se agente consular na cidade fluminense, favoreceu a vinda de conterrâneos para o município (VANNI, 2000, p.99-100).

Os imigrantes expandiram-se por diversos setores profissionais da sociedade niteroiense desde o final do século XIX. Os italianos competiam com portugueses em diversos segmentos como o da construção civil, indústria, no porto e no comércio com o grande número de portugueses que se destacam com uma presença substancial em todo Estado do Rio de Janeiro (VANNI, 2000, p.99).

A arquitetura de várias edificações de Niterói reflete também a influência italiana. O arquiteto italiano, Pietro Campofiorito, desenvolveu vários projetos como as construções entorno a praça da República (como o Arquivo Estadual) (VANNI, 2000, p.101).

³ Italianos oriundos do Sul da Itália.

⁴ Pequena cidade na Itália.

O contexto do pós-guerra era de grande fluxo migratório, sendo a América do Sul uma meta preferencial para muitos, uma vez que os Estados Unidos estavam restringindo a entrada de novos imigrantes. Vale recordar que até 1948, inclusive, o Brasil teve posição chave, visto que a Argentina, só, posteriormente, a ascensão de Péron, em 1946, uma nova política começou a vigorar, favorecendo a entrada de novas levas migratórias (GOMES, 1999b, p.20).

Imigração italiana no Rio Grande do Sul

Desde a segunda metade do século XIX, a capital do Rio Grande do Sul era uma cidade em transformação. Nos âmbitos, comercial e industrial, visualizar-se modificações significativas, cuja influência advinha, principalmente, das influências exercidas por imigrantes alemães e italianos, instalados Estado no desenrolar do oitocentos. Diégues Jr. observa que:

Nas Capitais, de modo geral, o imigrante foi introdutor de novos hábitos e de costumes novos, que, em grande parte, vieram modificar a estrutura luso-brasileira, baseada quase sempre em hábitos e costumes sob certos aspectos rurais, tendo em vista a transferência de populações desses meios para os novos núcleos urbanos (1964, p.245).

Em meio às transformações urbanas implementadas em Porto Alegre, entre o final do oitocentos e as duas primeiras décadas do novecentos, vislumbram-se também aumentos populacionais substanciais. O censo de 1872 registrava o número de 35 mil habitantes. Já em 1890, seriam 52 mil, e, em 1916, haveria 179 mil almas. A saber, o número de habitantes de 1872 até 1916 quintuplicou. Os imigrantes foram elementos vitais para a quantificação do número de residentes no período (BORGES, 1993, p.27).

O álbum do *Cinquentenario* da imigração italiana, de 1925, aponta que já anteriormente a 1870 havia uma presença de famílias italianas nos principais centros urbanos do estado, sobretudo, na capital (CINQUANTENARIO, 2000, p.361). Os italianos, entre 1850, em Porto Alegre – que assinalavam uma presença rarefeita e de pouco destaque, apesar de executarem atividades artísticas e comerciais (CONSTANTINO, 2007, p. 40).

Em 1875, foram criadas as primeiras colônias ocupadas por peninsulares, Conde D’Eu e Dona Isabel no Estado do Rio Grande do Sul. Luiz Alberto De Boni e Rovílio Costa assinalam que no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, adentraram de 80 a 100 mil italianos que formavam, logo, o maior contingente de estrangeiros a entrar no Estado.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a capital do Rio Grande do Sul principiou a transição para a moderna metrópole. O crescimento demográfico entre as décadas de 1940 a 1950 foi de 45 %, isto é, neste ínterim, a população aumentou de 272.000 para 394.000 habitantes (CONEDERA, 2012, p.74).

A maioria dos italianos que se radicaram em Porto Alegre desde o último quartel do oitocentos era proveniente da Itália meridional (CONSTANTINO, 2008, p.12).

A imigração peninsular caracteriza-se por ser espontânea e era realizada, na maior parte vezes, pelos próprios italianos que já moravam no Brasil. O motor das emigrações em diversos contextos é motivado pela própria emigração. Franco Ramella aponta que “a ativação por parte dos indivíduos e das famílias como elos mais ou menos selecionados pelas redes sociais que são a parte reguladora do movimento, o organiza, o canaliza para certas direções e não a outras” (2002, p.143).

Os meridionais residentes na capital gaúcha compartilham uma série de relações, isto é, cada imigrante representa um elemento importante na rede social⁵ estabelecida entre ele e seus compatriotas que vivem na cidade. As redes sociais são alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. Normalmente, a família é a base da rede de solidariedade, já que ela representa o grupo social do sujeito (LOMNITZ, 2010, p.20).

⁵ Rede social é um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem definido e limitado, senão uma abstração que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. (LOMNITZ, 2009, p. 18).

A imigração em cadeia⁶ através das redes de solidariedade não é uma característica isolada da coletividade italiana de Porto Alegre. Nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro verifica-se a mobilidade incentivada por peninsulares que se deslocaram anteriormente à Segunda Guerra, ou mesmo pelos indivíduos que vieram nas primeiras levas do pós-guerra⁷.

É importante destacar que os imigrantes, que vieram para Porto Alegre no pós-guerra, não chegavam somente através do chamado de parentes e amigos. Algumas empresas de empresários italianos, como a Fundação Massas Adria, responsabilizavam-se pela vinda, estadia e pela oferta de serviço para os emigrados e suas famílias (ZAMBERLAM, 2010, p.18).

Entretanto, o ingresso de italianos no pós-guerra, deve-se à existência de concidadãos residindo na capital gaúcha. Durante o período do Entre Guerras (1919-1938), a imigração persistiu no país, mas com um fluxo muito reduzidos em relação aos registrados antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

No Rio Grande do Sul havia 24.549 e 15.003 peninsulares, respectivamente, segundo os registros dos Censos de 1940 e de 1950. Os dados colocavam os italianos como o maior contingente de imigrantes presentes no Estado. Nos Censos seguintes, os italianos mantiveram cifras significativas na comparação com outros estrangeiros; contudo, acabaram superados pelas levas de uruguaios e alemães⁸.

Os peninsulares, na segunda metade do século passado, prosseguiram tendo, em Porto Alegre, um caráter empreendedor

⁶ A imigração em Cadeia é uma dinâmica atribuída por vários pesquisadores quando estes identificam um grupo que se desloca de um determinada localidade para outra com levas e um fluxo substancial de indivíduos.

⁷ Ver as obras de FACHINETTI e GOMES. FACHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004; GOMES, Angela de Castro (Org.). *História de família: entre Itália e Brasil*. Rio de Janeiro: Muiiraquitã, 1999.

⁸ IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

comercial. Grande parte dos imigrantes queria possuir seu próprio negócio. Então, os peninsulares abriram suas oficinas (marcenaria, mecânicas), casas lotéricas, açougues, fruteiras, mercearias, lojas, entre outros empreendimentos visando o comércio de varejo.

Imigrantes e narrativas

O presente artigo valoriza a narração de imigrantes italianos oriundos da Calábria⁹, que compartilharam seu tempo e disposição para dialogarem sobre suas trajetórias desde a Itália até os anos vividos nas cidades de Niterói e Porto Alegre. Constantino aponta:

Preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns (2006, p.69).

A autora refere que os relatos dos emigrados ajudam o historiador, pesquisador da imigração, a entender e reconstruir historicamente os complexos fenômenos da mobilidade humana.

Para muitos imigrantes italianos a casa era o lugar de trabalho, como também o da família e das festas para diversos peninsulares. Os entrevistados relatam sobre os almoços saborosos onde apreciavam o sabor da *pasta* de seu país natal que comiam aos domingos. Além disso, O domingo era dia de agrupar parentes e amigos em casa e beber vinho.

⁹ Desde a segunda metade do século XIX, evidenciava-se a imigração de meridionais provenientes especialmente de uma parte do Apenino meridional (zona que compreende, atualmente, parte da Campania, Calábria e Basilicata) (CAPPELLI, 2006, p.10).

O Natal era a grande festa¹⁰, da mesma maneira que os aniversários, a festa de São Francisco de Paola, em maio e de Nossa Senhora dos Anjos, em agosto (GOMESb, 1999a, p.16).

Os moraneses de Porto Alegre, assim como seus compatriotas de Niterói, possuíam suas festas. Em julho, os imigrantes e seus descendentes (por vezes amigos brasileiros) festejam a *Madonna del Carmine* desde os anos 50. O Centro Calabrês¹¹ foi outro espaço criado pelo grupo de calabreses para cultivar as amizades, bem como manter e dialogar sobre os aspectos culturais de sua região de origem .

Em muitos eventos festivos, música italiana e a dança da tarantela. Então, cantava-se e se escutava música italiana nas residências, mas geralmente a língua usada era o dialeto do *paese* de origem (GOMESa, 1999, p.18). Outra comemoração comum para as famílias italianas era o desembarque no Brasil de mais um familiar. A Senhora Dalva Di Martino – que nasceu em Morano Calabro (província de Cosenza) e imigrou em 1950 – narra que:

Chegamos setembro, no porto aqui de Porto Alegre. Um dia era lindíssimo, ensolarado. E todos aqueles... Parentes do meu pai, e parte da minha mãe, que a minha mãe tinha umas irmãs aqui, Gente, para mim, me deu uma forte emoção, grandíssima, ao ver meu pai, Porque o meu tio, esse tio Rocco, nos recebeu. A esposa fez um almoço muito bonito e quase a toda a parentela da parte da minha mãe foram todos na casa dela.

Como comentado pela depoente, o momento da chegada era um evento particular e marcante para inúmeros italianos, visto que a família

¹⁰ Vale salientar um ditado popular italiano: *Natale con tuoi, e la Pasqua con qui vuoi* (Natal com a família, e a páscoa com quem quiser). Este ditado reforça e demonstra a importância do Natal como uma data importante para a reunião da família.

¹¹ O centro Calabrês foi criado na década de 1980. Atualmente, a instituição localiza-se no bairro Santana de Porto Alegre. Nos últimos anos, a sociedade organiza chás para as senhoras do grupo e jantares nos dias 29 de cada mês oferecendo *gnocchi* no cardápio.

tinha o hábito de acolhe-los e integrá-los na nova cidade e aos membros da família residentes no exterior a muitos anos.

Após chegar ao Brasil, no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro, os imigrantes peninsulares contavam com solidariedade da família e da comunidade de seus patrícios. Eles, em geral, tinham onde morar. Muitos dividiam a casa de parentes já radicados. Em muitos casos, esta situação era temporária, mas seu tempo de duração não era previsível e correspondia a uma etapa necessária das famílias recém-chegadas (GOMES, 1999). Desse modo, também em muitas oportunidades, os imigrantes alugavam ou compravam suas residências próximas de seus conacionais.

Muitos imigrantes, que desembarcavam no país, trazendo suas famílias (com esposa e filhos) alugavam uma pequena residência e em várias oportunidades partilhavam a moradia com outra família (GOMESa, 1999, p.). A senhora Filippina Chinelli – que nasceu em Fuscaldo (província de Cosenza) e imigrou em 1948 – menciona que

Pela casa do tio Pascoal¹² passaram muitas pessoas da nossa família: primeiro meu pai, depois meu tio Rafael, que mais tarde voltou para a Itália. Também meu tio Umberto, outro irmão da minha mãe, que acabou ficando no Brasil, e a sua mulher tia Rosa. E, finalmente, uma das irmãs do meu pai. Enfim, todos moraram algum tempo naquela casa. Minha avó e a irmã de minha mãe – tia Annina – também; todos passaram por lá de alguma forma. Nós, por exemplo, ficamos lá por oito anos, de 1953 a 1961. (CHINELLI Apud. GOMESb, 1999 p.117-118).

Como a senhora Chinelli e seus parentes, inúmeras famílias italianas vivenciaram um percurso similar ao relatado pela imigrante. Em Porto Alegre, vários imigrantes e suas famílias narram histórias e experiências semelhantes a da família Chinelli.

As festas e os encontros familiares e da coletividade, onde normalmente persistia ainda uma gastronomia da Calábria, são lugares e

¹² O tio Pascoal, comentado pela depoente, foi o responsável pela vinda da família da imigrante e de outros familiares.

momentos de identificação e reforço de sua identidade do grupo e seus componentes¹³.

Considerações finais

A imigração italiana apresentou características muito semelhantes entre Porto Alegre e Niterói. A saber, a maioria dos peninsulares era originária do Sul da Itália e chegou ao país através do chamado de parentes e amigos já residentes na sociedade de destino. Vale lembrar que nestas duas cidades brasileiras, os calabreses fixaram-se em certos nichos econômicos. O comércio das bancas de Jornal no município fluminense; os açougues e casas lotéricas na capital gaúcha.

Além disso, as festas e os encontros familiares serviam não apenas para a confraternização dos italianos, como também um espaço para reforçar e recordar os costumes e hábitos que as famílias peninsulares realizavam na pátria de origem. As festividades possibilitavam um momento de coesão do grupo que vivenciou a experiência migratória.

Referências

Álbum do Cinquantenario della Colonizzazione Del Rio Grande Del Sud. Porto Alegre, EST, V.1. 2000.

CAPPELLI, Vittorio. A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. Revista de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, 2006.

_____. La Belle Époque italiana di Rio d Janeiro: volti e storie dell’emigrazione meridionale nella modernità carioca. Catanzaro: Rubbettino, 2013.

¹³ Sobre este tema ver: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianidade(s): imigrantes no Brasil Meridional. In: CARBONE, Florence & MAESTRI, Mario (Orgs.). *Raízes italianas do RS 1875-1997*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000a. p. 67-82. 176 p.

CARMO, Maria Izabel Mazini do. *Nelle vie delle città – os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, EDUSP, 1975. 438 p.

CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UNB, 1992. 261 p.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. *A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no porão: vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: Biblos, 2004a. 238 p.

_____. *Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar*. In: RECKIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007a. V. 3. p. 395-418. 1072 p.

_____. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. *Revista Estudos Ibero Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 63-73, 2006.

_____. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2008. 174 p.

DE CLEMENTI, Andreina. *Il prezzo della ricostruzione: le emigrazione italiana nel secondo dopoguerra*. Bari: Laterza, 2010. 216 p.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964. 385 p.

FACCHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004. 220 p.

GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. Uno sguardo a um secolo e mezzo di emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). Storia dell'emigrazione italiana: Partenze. Roma: Donzelli, 2002. p. 45-60. 717 p.

GOMES, Angela de Castro. A pequena Itália de Niterói:: uma cidade e muitas famílias. Niterói: Trabalho apresentado no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, 1999a.

_____. História de família: entre Itália e Brasil. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1999b. 310p.

LOMNITZ, Larissa Adler. Redes sociais, cultura e poder. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). Storia dell'emigrazione italiana: Partenze. Roma: Donzelli, 2002. p. 143-160. 717 p.

SIMMEL, Georg. Sociologia: estudos sobre las formas de socialización. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986. 292 p.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. 574 p.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil: e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004. 171 p.

_____. et al. 50 anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia – Missão Scalabriniana. Porto Alegre: IMPA, 2010. 125 p.

Fontes orais

DI MARTINO, Dalva Cassarà. *Projeto mulheres imigrantes do Mercosul* [jun. 2010]. Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

MORELLI, Conceta Immaculata Mainieri. *Projeto mulheres imigrantes do Mercosul* [jun. 2003]. Entrevistador: André Cardoso Lopes. Porto Alegre.

A PRESENÇA DOS AÇORIANOS NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA: ALGUMAS INQUIETAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA DE CRIÚVA

Alvoni Adão Prux dos Passos
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Introdução

O presente estudo tem como objetivo trazer para a discussão algumas inquietações sobre a história do distrito de Criúva, quanto a sua identidade cultural. Criúva conhecido distrito de Caxias do Sul, passou pela administração de outros municípios antes de ser anexado à Caxias do Sul. Inicialmente fez parte do município de Santo Antônio da Patrulha, após São Francisco de Paula e na década de 1950, foi anexada ao município de Caxias do Sul. O fato de ter passado por essas alterações jurídico-administrativas fez pensar se a comunidade de origem sofreu influências na constituição de sua identidade. Dessa forma, a comunicação está dividida em dois momentos: o primeiro trata da constituição do distrito de Criúva e o segundo expõe algumas inquietações quanto à integração cultural que sofreu em sua caminhada histórica como elemento de identidade. O estudo é descritivo e usa a historiografia regional como referência.

O distrito de Criúva

O nome de Criúva, no sentido onomástico refere-se à denominação de uma pequena árvore retorcida e engalharada. Essa vegetação, de nome indígena, típica da região onde se localiza a localidade de Criúva¹, é muito

¹ Árvore da família Ericacea Lecothea Multiflora D.C. Vaz. Acuminata, que vegeta nos campos; a sua casca é grossa, como uma espécie de cortiça,

comum e conhecida onde há campos. Criúva mantém até hoje o nome herdado, justificado, portanto pela presença vegetal predominante quando do estabelecimento das primeiras propriedades rurais, presumivelmente, ainda na fase das sesmarias² e fazendas³, bem como das tropeadas, movimento presente na região, particularmente, no sentido de defesa contra situações de perigo do caminho das tropas⁴.

O distrito de Criúva, no município de Caxias do Sul, localiza-se em sua área norte e nordeste, especificamente na parte de campo, e apresenta ainda hoje forte presença de elementos açorianos que outrora não compunham o referido município, fato este que veio a criar uma situação diferenciada dentro dos quadros da formação cultural. Assim:

Num primeiro momento este território era agregado ao antigo município de Santo Antônio da Patrulha, posteriormente,

incombustível. “É a árvore dos siriris” conforme João Dutra de Moraes. (CORREA, 1898, p. 151).

² “As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por uma légua (cerca de 13000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época.” (PESAVENTO, 1994, p. 15).

³ As estâncias de gado, que se constituíram, “realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão de obra peões. Estes eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou índios egressos das missões. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação, subsidiária da economia central do país, não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região. Estes não se constituíram na mão de obra fundamental no processo de trabalho” (PESAVENTO, 1994, p.15).

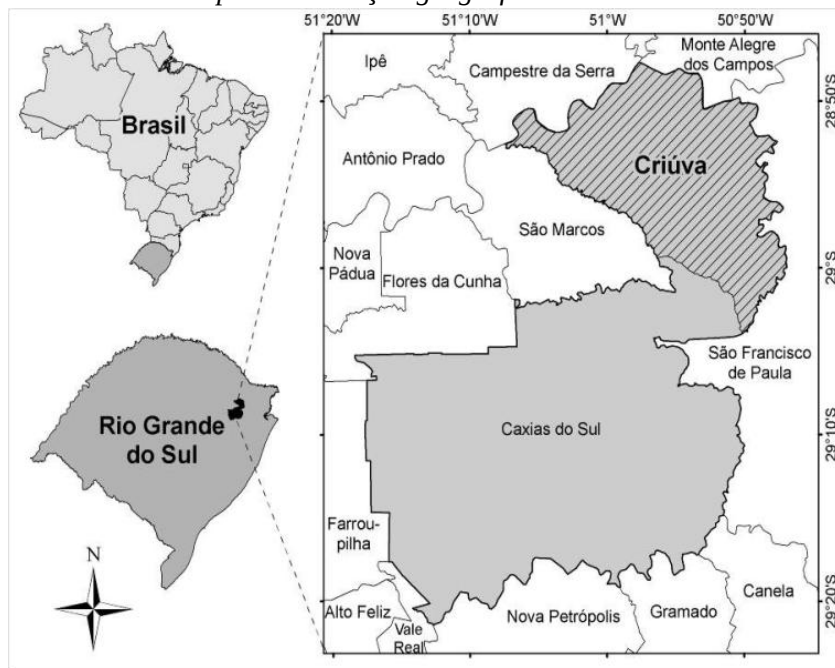
⁴ “O Rio Grande português da época constituía-se numa estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento. Os campos apresentavam-se sem divisa e sem dono na fase do tropeio. Os bandos realizavam ‘arriadas’, arrebanho do gado solto, e reuniam os animais em currais e invernadas. A partir destes pontos de concentração de gado, os rebanhos eram levados até São Paulo, pagando imposto nos registros onde se exercia o fisco da Coroa. Nas feiras de Sorocaba, o gado era vendido a outro grupo de tropeiros, que realizava o transporte dos animais até as Minas”. (PESAVENTO, 1994, p.15).

subordinado a São Francisco de Paula. Chega-se, então, aos anos de 1953/1954 com a escolha de “trocar de patrão” e incorporar-se a Caxias do Sul (...) Entender este processo passa por algumas lembranças do antigo Município de São Francisco de Paula de Cima da Serra. (ALVES, 2010, p. 15).

A composição geográfica e limítrofe do distrito de Criúva situa-se dentro de uma área maior que se compõe de uma situação de serra, com a presença de mananciais hídricos, ampla ocorrência de um relevo que oscila entre acidentado e também parte de campo com diminuta oscilação de altitude. No que tange às áreas limítrofes do distrito de Criúva, tem-se ao norte o Rio das Antas que separa o município-mãe, Caxias do Sul do município de Campestre da Serra. Mais ao nordeste, o Rio das Antas serve de limite junto ao município de Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula, e a noroeste novamente o município de Campestre da Serra. No sentido sul/sudoeste, podemos perceber o distrito de Vila Seca sendo que, mais ao sudeste, percorrendo o limite com o município de São Francisco de Paula encontra-se o Arroio Bento e sua confluência com o Rio Bururi ou Lajeado Grande. Ao sudoeste pode-se identificar o limite estabelecido pelo Rio Timbóri ou Arroio Ranchinho, sendo a Ponte Farroupilha identificada como a passagem oficial entre as duas localidades; finalizando, a oeste também limitado pelo Rio Timbóri o município de São Marcos é o ponto de limite⁵.

⁵ O mapa geral de Caxias do Sul identifica com exatidão os limites do município e dá maiores noções sobre os limites de Criúva por extensão, assim, se faz um entendimento geográfico da região, bem como se esclarece sobre a exata configuração geográfica diante de outras áreas do Nordeste do Rio Grande do Sul e dos Campos de Cima da Serra, esta última uma designação de caráter mais antigo para a região em estudo.

Mapa com situação geográfica de Criúva



Localização do município de Caxias do Sul com o distrito de Criúva em destaque. Fonte: adaptado de Hasenack & Weber, 2007.

Percebe-se na figura acima, a área circundada pela existência de diversos municípios que foram ocupados pelos imigrantes italianos, bem como espaços territoriais que constituem os campos de Cima da Serra, onde a presença luso-açoriana é evidente e que nos remete a uma composição étnica e identitária diferenciada. Dessa forma, a história desse território é dividida por Alves (2010, p.30) em três períodos: o primeiro que abrange o ciclo de ocupação entre 1734 a 1809; o segundo de 1809-1850 e o terceiro que começa em 1850-1954.

Da origem à anexação e implicações políticas

Primitivamente, Criúva fez parte do contexto específico de distribuição da terra no Brasil dentro do século XVIII, referente a fase de

ocupação territorial do sul do país⁶, em pleno desenvolvimento de uma economia agrícola e mineira no centro da ainda colônia portuguesa. A partir da terceira década do século XVIII, começou a distribuição das sesmarias, sendo uma forma encontrada pela Coroa para definir a posse da terra e do gado, com o estabelecimento das estâncias.

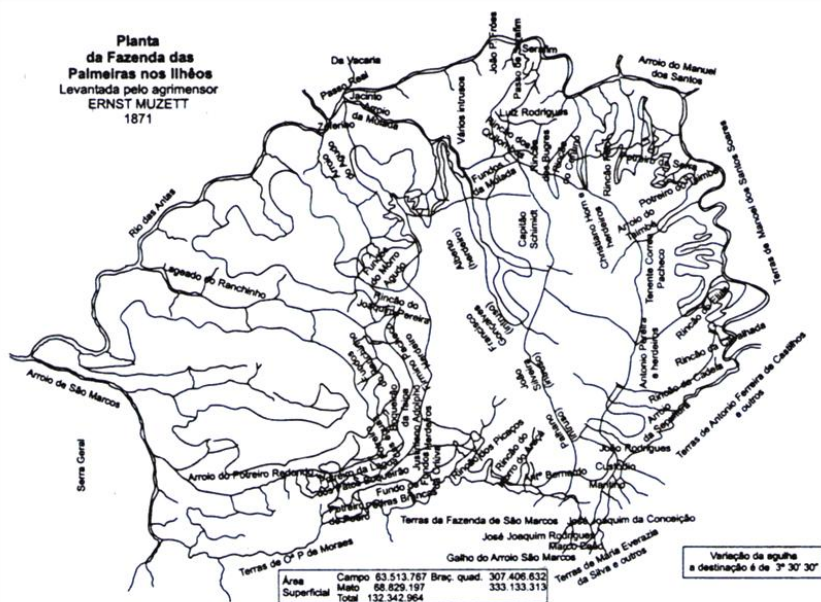
A necessidade de fortalecimento militar das fronteiras fez com que o Rio Grande do Sul⁷ se tornasse em 1760, a “Capitania do Rio Grande de São Pedro- desvinculada de Santa Catarina, com sede em Rio Grande e subordinada ao Rio de Janeiro.” (PESAVENTO, 1994, p.23). Com a expansão das sesmarias, após uma série de tratados, apenas em 1807, o Rio Grande foi promovido a Capitania Geral ficando subordinado ao Vice-Rei do Brasil e se desvinculando do Rio de Janeiro.

É fundamente incorporar na análise que D. João VI, em 1809, por meio de Provisão de 07 de outubro, criou os quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul. Ainda não existia Lei de Terras, o que significava que a compra de terras não poderia ocorrer sem a permissão oficial do rei. Os municípios criados foram: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

É no território de Santo Antônio da Patrulha que começa a história de Criúva já que este abriga São Francisco de Paula que fazia parte daquela freguesia, que acolhe as vilas de Vacaria e de São Francisco de Paula.

⁶ Com a decadência do ciclo do açúcar e com a valorização da economia mineira, os “rebanhos de gado no sul do país tornam-se interesse como forma de subsidiar a economia do centro de exportação, ligando o Rio Grande do Sul às Gerais”. (PESAVENTO, 1994, p.13).

⁷ O Rio Grande do Sul não era considerado como um núcleo de produção como outros estados e sim como suporte de defesa de fronteiras.



Reprodução a partir de POSSAMAI, Osmar, In: POSSAMAI, Osmar. Raízes de São Marcos e Criúva / org. Osmar Possamai et al. Porto Alegre: EST, 2005.

Após a Lei de Terras, em 1850 começa um processo de migração interna no estado, principalmente na freguesia de Santo Antônio da Patrulha. Definida pela existência do latifúndio, a antiga Sesmaria das Palmeiras, vasto território identificada como “Fazenda Palmeira dos Ilhéus” também compôs no passado o município de São Marcos, embora a maior parte seja o que hoje constitui o distrito de Criúva. No que se refere à composição do distrito ainda, cabe lembrar o que diz Luiz Antônio Alves:

(...) o Povoado da Criúva persegue o modelo-matriz de povoamento, conquista da terra, expulsão dos primitivos indígenas, divisão e posse das terras, delimitação da área administrativa subordinada a um centro maior e, com o tempo, novas divisões e novos pactos de convivência com as mudanças inexoráveis... Afinal, uma cultura que se firmava dentro de padrões estabelecidos em várias regiões do País, fortemente impregnada pela miscigenação (ALVES, 2010, p. 15).

Conforme a observação anterior percebe-se de forma direta a situação verificada na Dessa forma, a região de estudo teve notadamente uma vocação agropastoril, o que deu motivos para a ocupação inicial. Esta divisão da terra compôs um quadro que não pode relacionar-se a atual situação de Caxias do Sul, marcada pela pequena propriedade. Vemos que no passado o latifúndio, representado pelo regime da sesmaria foi o ponto de partida, tal condição presente na área de campo, apesar da partilha que hoje é percebida.

A desanexação territorial de Criúva e a passagem ao atual município-mãe mostra a força que possuía a área territorial dos campos, antes da chegada dos imigrantes italianos. A área desse território⁸ era uma sesmaria, que pertencia a Santo Antônio da Patrulha e mais tarde a São Francisco de Paula. O território desse município envolvia São Marcos, Criúva, Cambará e Jaquirana. Os proprietários das terras dessas localidades, que mais tarde tornaram-se municípios foram os pioneiros dos Campos de Cima da Serra. Dessa forma, as terras onde se localiza Criúva, inicialmente eram do município de Santo Antônio da Patrulha, após São Francisco de Paula e na década de 1950, com o processo de anexação a Caxias do Sul conforme comprova notícia indicada a seguir:

⁸ O que denominamos de “área territorial de campo” na realidade é apresentada conforme Lindman (1906), que esteve no RS entre 1892 e 1893 e foi um dos primeiros autores a sugerir uma classificação sistemática para os campos. O botânico sueco sugeriu a utilização da palavra “campos” na geografia botânica do Estado, para designar áreas desprovidas de mata. Este naturalista salientou a diversidade destas formações e sugeriu uma caracterização dos 15 campos através de uma análise fisionômica, separando-os em campos subarbustivos ou sujos, campos paleáceos e gramados ou poteiros. Rambo (1956) na sua obra “A fisionomia do Rio Grande do Sul” sugeriu a classificação da vegetação do Rio Grande do Sul em cinco regiões fisionômicas: Litoral, Serra do Sudeste, Campanha do Sudoeste, Depressão Central e Planalto. Os campos de altitude foram situados na região do planalto, enquanto as formações do atual bioma pampa distribuem-se nas demais regiões fisionômicas. (MARCHETT, 2011, p. 20).

Notícia sobre a anexação de 1954

O PION

Diretor-Responsável: ... ISIDORO DOMINGOS MORETTO
Diretor-Gerente: ONIL XAVIER DOS SANTOS
Proprietária e Editora: GRAFICA NORDESTE LTDA.

CAXIAS DO SUL — Rio Grande
SABADO — 24 DE SETEMBRO

Criúva, Distrito de Caxias do Sul

Um plebiscito cem por cento democrático, expressa-se a vontade soberana do povo — Registram as urnas: 489 votos pró-anexação a Caxias do Sul, 454 favoráveis a São Francisco —
Declarações de antigos moradores de Criúva —
Legítima e pura democracia. —

Escreve: M. B. de Vasconcelos

Fotos de Amílcar Rossi



lhos.

Embora já estivéssemos prevenidos, não esperávamos que fosse tão grande o entusiasmo pelo plebiscito popular.

Logo de chegada, fomos cumprimentar velhos conhecidos e auscultar opiniões sobre a importante decisão que se iria tomar naquele dia.

Enquanto isso, numerosos votantes iam chegando: grupos de cavaleiros, nos sugestivos trajes gaúchos, montados no «pingo» amigo; senhoras, com crianças ao colo, velhos, jovens, todos desejosos de colocar seu voto nas urnas democráticas e justiceiras.

PRO' CAXIAS SÃO FRANCISCO OU NEUTROS?

Infiltrando-se nos grupos de pessoas que palestravam na rua principal de Criúva, iam ouvindo as idéias que se trocavam, e, como é natural, todas elas se referiam ao plebiscito que se vinha realizando.

— Criúva deve pertencer a Caxias, dizia um velho morador daquele distrito. "Se 150 quilômetros de estrada nos separam de São Francisco, daqui a Caxias temos a percorrer somente 50 quilômetros. Isso tudo, sem falar nos meios de transporte diário que temos

Reprodução a partir de POSSAMAI, Osmar, In: POSSAMAI, Osmar. Raízes de São Marcos e Criúva / org. Osmar Possamai et al. Porto Alegre: EST, 2005.

O espaço físico do distrito de Criúva, na realidade foi historicamente se construindo e passando por várias transformações jurídico-administrativas, sustentadas por atos legislativos, que justificaram as anexações e as desanexações.

No caso da localidade de Criúva, houve muitas particularidades de cunho político-cultural, diferentemente dos outros distritos. Desde o final do século XIX a população local procurou uma forma de melhorar suas condições socioeconômicas. Em princípio, aliando-se a outros distritos e bairros para criação de um novo município. Após, engajou-se a movimentos de anexação a Caxias e até 1953 não conseguia seu intento, pois teve uma eleição plebiscitária em 1949 que não foi homologada pelo Governo Estadual. (ALVES, 2010, p. 137).

Como ilustra a afirmação acima, a necessidade socioeconômica teria sido o motivo que alavancou a anexação, condição que em períodos mais recentes chegou a ser novamente cogitada, mas até o momento permanece refutada pela população local e ainda apresenta laços que mantêm o pertencimento geográfico, embora não se possa tratar da mesma forma o econômico.

As possíveis identidades dos Criuvenses

Nota-se no distrito de Criúva a presença de outros elementos étnicos indicativos de uma diversidade que foi sendo construída pela história do próprio distrito. Compondo a perspectiva da presença de diferentes grupos referencia-se:

Os índios Caaguas, Coroados, Botocudos que habitavam este cenário campeiro, forrado pela macega verde e pinheirais majestosos foi aos pouco perdendo espaço para os desbravadores, mestiços, mamelucos, brancos e negros, oriundos do Portugal Continente, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e do Arquipélago dos Açores. A milenar luta pela sobrevivência do ser humano aqui também gerou conflitos e mapeava ambições ou sonhos puros. (ALVES, 2010, p. 17)

Como prova da presença de diferentes grupos, podemos lembrar que a região foi povoada por diversos grupos étnicos, mas teve a forte presença açoriana no seu processo inicial. Segundo Possamai (2002, p. 339):

Do ano de 1772 a 1909, a Fazenda Palmeira dos Ilhéus foi povoada por açorianos, negros, alemães, italianos e poloneses. Seguindo um processo histórico dividiremos em dois períodos o

povoamento: (1º) de 1772 a 1889: povoamento de açorianos, negros e alemães; (2º) de 1889 1909: povoamento de imigrantes italianos e poloneses. (POSSAMAI, 2002 In: BARROSO, 2002, p. 339).

O autor chama a atenção que a ocupação desse território ocorreu em dois momentos: a fase inicial que abrange o período de 1772-1889, cuja ocupação foi particularmente de açorianos, negros e de alemães, e na segunda fase com a ocupação efetiva de italianos e poloneses. Para sustentar essas afirmações tanto da ocupação da primeira fase quanto da segunda, constata-se a presença de diversas famílias que por meio de seus sobrenomes, remetem as origens étnicas.

Para explicitar essa afirmação, têm-se a carta de Concessão da Sesmaria das Palmeiras dos Ilhéus em 1772 que foi recebida por André Nunes Porto, da cidade do Porto, que era casado com uma açoriana, de Laguna, chamada Angélica de Andrade (Alves, p.32). Em 1833, Boa Ventura José Pacheco compra dos herdeiros de André Nunes Porto a Fazenda Palmeira dos Ilhéus. Esse descendente açoriano havia nascido em Viamão e foi casado com Maria Josepha do Amaral e Silva, neta de Pedro da Silva Chaves, homem ilustre da história de São Francisco de Paulo, considerado o primeiro povoador daquelas terras, ou seja, seu fundador⁹.

A origem de Criúva tem a ver com a Fazenda Palmeira dos Ilhéus que foi considerada a primeira grande fazenda da região, localizada hoje entre São Marcos e Caxias do Sul. (RIZZON, POSSAMAI, 1987) Como já foi dito anteriormente, o proprietário da fazenda André Nunes Porto teve vários descendentes que herdaram a propriedade e que a venderam em 1806 e que a posse definitiva de uma parte da fazenda ocorreu em 1833 para Boaventura José Pacheco.

⁹ Pedro da Silva Chaves era considerado um dos homens mais poderosos de São Francisco de Paula. Segundo Alves (2010, p.25), o capital Pedro da Silva Chaves comandava várias fazendas e vários moradores que poderiam ser proprietários, arrancadores, arrendatários, peões, escravos, tropeiros, comerciantes” entre outros.

No que se refere à presença italiana na região de Criúva é possível afirmar que esta se localizou principalmente na área central da vila e a oeste do distrito. Cabe aludir que no final do século XIX, vigorou no país um projeto de colonização agrícola, com vistas a ocupar as terras do Nordeste do Estado com núcleos agrícolas por imigrantes europeus. Prova dessa ocupação, está à chegada em São Marcos “a partir de 14 de agosto de 1885” (ALVES, 2010, p. 73), região próxima, parte inclusive da antiga Fazenda dos Ilhéus que por sua vez surgiu do desmembramento da Sesmaria das Palmeiras.

Dessa maneira, têm-se registros de imigrantes italianos que chegaram a sede da vila para ali se instalar.

Quanto à sede de Criúva, os primeiros imigrantes de origem italiana, começaram a surgir a partir do ano de 1899. Entre eles, João Pilatti, João Corso Filho e a família Bertuzzi, entre outros. De 1908 a 1911 entraram mais 30 famílias nas diversas linhas ao redor da sede. Claro que trouxeram também costumes e tradições da Itália, especialmente aquelas vinculadas à religiosidade e outras festas de padroeiros santos. (POSSAMAI, In: POSSAMAI, Osmar et. al., 2011, p. 47).

A presença de italianos junto aos açorianos fez com que a cultura do local apresentasse alguns hábitos culturais, com marcas de identidade dessa população que foram preservados.

Alguns apontamentos a partir das inquietações

Cabe lembrar que Criúva esconde um passado distinto do município a que hoje pertence e que abrir espaço para essa discussão ajuda a entender alguns hábitos que estão presentes na cultura atual que derivam desse processo histórico.

Embora tenham se preservado elementos dos antigos povoadores, o hoje distrito caxiense pode ser notabilizado por sua diversidade não só étnica, mas também econômico e em especial no que se refere à ocupação da terra. A fase inicial de ocupação do território de Criúva está ligada a sesmaria das Palmeiras, que passou por uma intensa redistribuição da terra em pequenas e médias propriedades, sendo esta passagem ligada a desmembramentos por herança e mesmo por venda.

Com a partilha da terra, foram criadas novas condições econômicas, abrigadas por atividades que se diversificaram. A presença dos imigrantes colaborou para a constituição de novas configurações que apontaram para uma consequente diversificação das atividades econômicas presentes até o período atual. Além dessa diversificação, há a presença de um movimento de migrações dos que saem do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. A evasão populacional para a área urbana é mais recente, mas marcou a história do distrito.

Algumas considerações permitem mostrar algumas dessas marcas identitárias pela presença de costumes diversos na população do distrito, seja de origem portuguesa, seja de origem italiana.

a) A cultura dos pioneiros na ocupação da terra influenciou a formação da identidade daqueles que se sentiam parte da terra. O habitante da serra teve essa influência. Segundo Alves (2010, p.41), “a herança cultural trazida pelos pioneiros contabiliza elementos definidores de um modo de vida que certamente influenciou na formação da identidade do ‘serrano’ por longo tempo”.

b) Se por um lado a anexação na década de 50, como se apontou anteriormente criou novas condições; por outro lado oportunizou para a região distrital de Criúva o acréscimo de novos elementos identitários, os quais não estão ligados apenas a atividade pecuária predominante em fases mais remotas como a produção de queijo serrano, marca regional que ao longo do tempo expressa a própria “vocação” pecuarista de leite e também a criação de gado de corte que já foi referência em alguns trechos da história local.

c) Ainda no que se refere às manifestações culturais verificadas no referido distrito, cabe salientar a “Festa do Divino Espírito Santo”. Esta trata de uma incorporação de cunho açoriano que passou a fazer parte da realidade da região e transformou-se em uma tradição e mesmo “mote” turístico que até o momento é preservada e faz parte inclusive do calendário oficial do município de Caxias do Sul.

d) Cabe a indicação da musicalidade presente na região com a presença da família Bertussi¹⁰ que por hora, assim como os registros anteriores, são chamadas provisoriamente de “identificações” da localidade e que podem servir de indícios de múltiplos traços culturais que expressam vínculos com um passado.

e) A edificação da Ponte do Korff, que na história de Criúva pode ligar a vários caminhos, não os mesmos traçados seguidos pelos antigos tropeiros que levavam o produto da pecuária para o sudeste do país.

Com certeza este rápido estudo apontou alguns dos percursos que alinham discussões sobre as identidades do distrito, e a necessidade de estudar as modificações que o território sofreu a partir da presença de grupos étnicos distintos. A fragilidade da memória contrasta com as edificações e a importância é fazer os registros sobre esses elementos culturais que fizeram parte dessa história para garantir que não se perca os olhares sobre o passado dessa região tão rica culturalmente.

¹⁰ Esta família além de representar parte da presença de italianos na região, se transformou num elemento identitário na medida em que seus descendentes mais conhecidos, Adelar e Honeyde Bertussi formaram conhecida dupla musical de muito sucesso, em especial a partir da década de 50, tendo inclusive projeção nacional e representando por vários anos referência para a música regional tradicionalista. Atualmente, Adelar Bertussi ainda mantém a propriedade da família, embora seja morador da cidade de Curitiba, junto a esta propriedade, encontra-se o Memorial dos Bertussi que expressa *in loco* a produção musical da dupla.

Ponte do Korff



Fonte: <<http://www.caxias.rs.gov.br>>. Último acesso em 08-08-2014.

Referências

ALVES, Luiz Antônio. *Criúva: um povoado brasileiro*. Caxias do Sul: Evangraf, 2010.

BARROSO, Vera. *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia* / org. Vera Lucia Maciel Barroso. Porto Alegre: EST, 2002.

CORREA, J. Romanguera. *Vocabulário Sul Rio Grandense*. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898.

GIRON, Loraine Slomp. *Colonos e Fazendeiros – imigrantes italianos nos campos de Vacaria* / org. Loraine Slomp Giron. 1. ed. Porto Alegre: EST edições, 2001.

MARCHETT, Cassiano, SCUR, Luciana & AHLERT, Siclério. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.6230-6237. *Análise*

multitemporal do uso e cobertura da terra no distrito de Criúva, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

POSSAMAI, Osmar. *Raízes de São Marcos e Criúva* / org. Osmar Possamai et al. Porto Alegre: EST, 2005.

RIZZON, Luiz A.; POSSAMAI, Osmar. *História de São Marcos*. São Marcos: Ed. dos autores, 1987.

LE CELEBRAZIONI DEL “XX SETTEMBRE” TRA GLI IMMIGRATI ITALIANI NEL RIO GRANDE DO SUL

Antonio de Ruggiero*

Per una curiosa coincidenza il XX settembre è stata per molti anni una data importante da essere commemorata sia per gli abitanti del Rio Grande do Sul, che rievocavano l’inizio della Rivoluzione Farroupilha avvenuta nel 1835, sia per i numerosi immigrati italiani presenti nello Stato, che ricordavano il momento dell’epica “Breccia di Porta Pia”, ossia l’occupazione di Roma ad opera dell’esercito italiano nel 1870. Il 20 settembre di quell’anno, infatti, si completava nella penisola il processo risorgimentale che aveva condotto alla nascita della nazione italiana e si metteva termine a una lunga fase storica durante la quale il Papa aveva regnato come un qualsiasi sovrano temporale su uno Stato di media grandezza, come era quello Pontificio. Roma, nel giro di un anno, sarebbe così diventata la capitale del Regno d’Italia. Attraverso la lettura dei principali giornali stampati a Porto Alegre, ho cercato di ricostruire gli eventi più significativi e le dinamiche che contraddistinsero le celebrazioni festose e cariche di significati identitari organizzate in questa data-simbolo dalla collettività italiana tra la fine del XIX secolo e l’inizio del successivo, principalmente, ma non solo, nella capitale riograndense.

Già anteriormente al 1895, anno in cui il primo ministro italiano ex garibaldino Francesco Crispiinserì formalmente la festività della data nel calendario civile della patria, il XX settembre aveva rappresentatola più evidente incarnazione del principio di nazionalità, soprattutto tra gli italiani residenti all’estero. La commemorazione ufficiale si sarebbe mantenuta fino al 1929, quando i Patti Lateranensi stipulati tra il governo

* Professor Doutor PNPD/Capes, PUC-RS.

fascista e il Vaticano abolirono la festa nazionale, in favore di una riconciliazione definitiva tra lo Stato e la Chiesa.

Come hanno rilevato gli studi di Maurizio Ridolfi, questa tipologia di commemorazione nazional-patriottica si rendeva necessaria per la costruzione di universi simbolici che potessero conferire una legittimazione politica alle nuove istituzioni, ancora molto deboli, nate con l'unificazione italiana. Nonostante il carattere controverso e le repulsioni che una parte del mondo cattolico più intransigente esprime fin dall'inizio, la festa del XX settembre, a differenza per esempio della più fredda commemorazione dello Statuto, fino ad allora contemplata come la principale celebrazione civile, suscitava anche in Italia una effettiva e più spontanea partecipazione popolare (RIDOLFI, 2011, p. 38-44). Tra gli immigrati, non solo in Brasile, ciò si manifestò con una forza ancora maggiore e proprio l'anniversario rappresentò per molti anni l'evento più espressivo per riaccendere le passioni dell'amor di patria e per ristabilire un principio di identità etnica, attraverso il recupero di miti di fondazione tra cui, soprattutto nel Rio Grande do Sul, predominava la figura di Giuseppe Garibaldi, eroe nazionale a cui si attribuiva il leggendario motto "O Roma o morte!" e, al contempo, eroe "gaúcho" che si era distinto nell'epopea rivoluzionaria *farroupilha* (FRANZINA, 1999, p. 18-19). Questo avvenne nonostante il carattere problematico della festività che generava una forte impopolarità negli ambienti cattolici più conservatori. Ricordiamo, a questo proposito, l'atteggiamento di rigida chiusura espresso dal pontefice Pio IX di fronte agli eventi che condussero alla formazione dello Stato italiano e il suo *Non expedit*, disposizione con la quale già nel 1868 dichiarò inaccettabile per i cattolici una partecipazione alla vita politica del nuovo Stato liberale italiano. A ciò si aggiungevano le divisioni interne al mondo laico per l'ambivalenza che la data evidenziava tra una componente più ufficiale e solenne che esprimeva una forte intonazione patriottico-militare, ed un'altra di segno più laico e democratico.

Tra gli italiani fuori d'Italia, il XX di Settembre era capace di assorbire alcune di queste contraddizioni e di presentarsi più compiutamente come la festa di tutta (o quasi tutta) la nazione. La preoccupazione principale di rafforzare il concetto di "italianità" e di costruire una propria specificità etnica e culturale per marcare la differenza in relazione agli altri gruppi etnici presenti nel paese di

accoglienzaesercitò, a mio modo di vedere, una forza aggregativa più tangibile rispetto a ciò che avveniva in patria. Ciò si evidenziava principalmente negli spazi urbani, dove numerose associazioni italiane di ispirazione laica, spesso massonica e altre volte mutualistica o semplicemente ricreativa, furono in grado di mediare per l'occasione tra le diverse componenti ideologiche, che comunque si conservavano all'interno delle collettività italiane divise da regionalismi, faziosità e culture politiche contrastanti. Un esempio paradigmatico può essere individuato nella stessa società "Vittorio Emanuele II" che, nata a Porto Alegre nel 1877, ricordava nella propria intitolazione il sovrano sabauda che aveva guidato il processo risorgimentale e la creazione di un Regno italiano; ma allo stesso tempo preservava le due anime "apparentemente" divergenti del Risorgimento italiano, quella monarchica e quella democratico-repubblicana. Sulla facciata della sede, infatti, si distinguevano il busto simbolico del re affiancato da quello del suo più acerrimo antagonista politico, Giuseppe Mazzini. In aggiunta ai due, non poteva mancare un terzo del più conciliante "eroe dei due mondi", che del sodalizio fu nominato presidente onorario. Un altro aspetto che colpisce è la partecipazione del clero, di una parte certamente più progressista e non intransigente ad alcune celebrazioni, come avvenne ad esempio a Pelotas, quando il XX settembre del 1876 in un contesto festoso, fu collocata per mano del padre catalano della parrocchia la prima pietra della nuova sede dell'associazione italiana "Unione e Filantropia".

Anche nei nuclei urbani della regione di colonizzazione agricola italiana, che si distinguevano comunque dall'ambiente puramente rurale dove la Chiesa dominava assoluta, il monopolio cattolico fu contrastato dai rappresentanti di altre ideologie e tendenze, che svolgevano un'intensa attività associativa e valorizzavano il carattere laico della nuova patria unificata (POSSAMAI, 2004, p.567). Allo stesso tempo, molte volte i parroci italiani, soprattutto se appartenenti ad ordini religiosi aperti contemporaneamente al rispetto dell'italianità – come gli scalabriniani –, partecipavano alle attività organizzate dalle associazioni laiche, che non erano sempre necessariamente massoniche, come talvolta si tende a semplificare. Un esempio è riscontrabile nella colonia Dona Isabel (oggi Bento Gonçalves) dove, non a caso si scelse la data del XX settembre per inaugurare nel 1882 la "Società Italiana di mutuo soccorso Regina Margherita", che impiegò fin dai primissimi anni il padre

Giovanni Battista Menegotto con l'incarico di ispettore scolastico nella scuola che funzionava dentro l'associazione stessa (POSSAMAI, 2005, p. 103). Come professore di tale scuola e poi segretario dell'associazione stessa fu scelto, poco tempo dopo, il celebre immigrato veneto di Marostica, Giulio Lorenzoni, autore delle note *Memorias de um emigrante italiano* utilizzate da generazioni di ricercatori per ricostruire le vicende sociali delle colonie italiane nella Serra del Rio Grande do Sul. Anch'egli cattolicissimo e, allo stesso tempo, fervente massone fu capace di conciliare la fede spirituale con l'amor di patria. Vicino alle idee repubblicane e positiviste di Júlio Prates de Castilhos, si dimostrò sempre pronto a festeggiare la data più significativa del Risorgimento italiano, anche perché rappresentava un'occasione di fratellanza con i *gaúchos* "farrapos", rispettando allo stesso tempo la religiosità profonda e la devozione che i coloni veneti preservavano con un certo rigore (FRANZINA, 2014, p. 206-208). Lo si vide anche quando fondò il giornale *Bento Gonçalves* che nei primi anni del Novecento, con l'adesione del consolato italiano, promuoveva una riconciliazione tra le forze contrapposte di Chiesa e massoneria nella regione coloniale italiana (POZENATO; GIRON, 2004, p. 545-546). La festa del XX settembre era celebrata anche nella vicina Garibaldi, dove dal 1883 operava la società "Stella d'Italia", animatrice delle celebrazioni che con una discreta partecipazione popolare prevedevano sempre un corteo civico e un ricco sventolio di bandiere tricolore con l'immancabile accompagnamento degli inni patriottici più conosciuti (CINQUANTENARIO, 2000, p. 418). Non è un caso, insomma, che quando nel 1905 l'agente di immigrazione del governo brasiliano in Veneto, Vittorio Buccelli, intraprese un viaggio nel Rio Grande Sul, passando da Bento Gonçalves nella data del XX settembre, ebbe l'occasione di assistere ad "una grandiosa festa massonica" accompagnata da musiche e balli, celebrata in piena campagna da intere famiglie con bambini allegri e rumorosi. (DE BONI, 1985, p. 126). Il progetto cattolico-reazionario di ricerca di una "Gerusalemme celeste nella Colonia" –utilizzando la suggestiva definizione di Luis Fernando Beneduzi-, scevra dai pericoli tentatori che avrebbero potuto turbare, così come avveniva in patria, i costumi di profonda religiosità tra le collettività italiane presenti, spesso si infranse di fronte alle fughe da questo sistema rigoroso ma, allo stesso tempo, fragile. Alla simbologia rassicurante dei santi, della vita pacifica e di tutto ciò che i padri presentavano come moralmente corretto, si

contrapponevano anche in ambiente rurale nuovi costumi sociali e nuove tendenze che rompevano con l'ordine costituito, anche in campo politico (BENEDUZI, 2001, p. 683-697). Certamente queste dinamiche non sempre si diedero in forma pacifica e conciliante. Un episodio di grande impatto nella comunità di Caxias, per esempio, risale al 19 settembre del 1897 quando nella locale società italiana "Principe di Napoli", il padre conservatore Pietro Nosadini si oppose insieme ad una minoranza di seguaci, alla possibilità di inalberare la bandiera italiana sull'edificio del associazione per celebrare la ricorrenza della presa di Roma. Si creò un tumulto violento con l'intervento dell'agente consolare e dell'intendente municipale della località, ma alla fine prevalse la scelta patriottica della maggioranza e l'accettazione del simbolo italiano¹. Il padre Nosadini di Bassano del Grappa aveva assunto la parrocchia Santa Teresa di Caxias nel 1896 e fin dall'inizio condusse una battaglia personale "contro il pericolo massonico", organizzando in varie zone del territorio alcune *Ligas Católicas* che avevano come obiettivo la difesa del papato e l'espulsione di elementi radicali che potessero contrastare il potere ecclesiastico nella "perla delle colonie". Queste idee erano presentate nel giornale cattolico-reazionario "Il Colono Italiano", che Nosadini stesso fondò e diresse dal gennaio all'agosto del 1898 in netta contrapposizione al giornale massonico *O Caxiense* che, al contrario, difendeva le celebrazioni civili del XX di settembre come una festa spontanea e sentita da gran parte della comunità italiana. Le dispute con la componente laica crearono vari incidenti nella "*Vila de Caxias*", culminando con un attentato all'intendente municipale e la successiva espulsione forzata del padre (POZENATO-GIRON, 2004, p. 540-544). In generale tutta la stampa laica italiana, a volte beneficiando dell'appoggio consolare, stimolava gli immigrati al rispetto di questa celebrazione simbolica. Dopo la sua ufficializzazione come festa civile nel 1895, il XX settembre divenne soprattutto nelle principali comunità urbane, oggetto di una larga messe di pubblicazioni divulgative, numeri unici, stampe e immagini d'occasione, paragonabile in qualche misura a quanto sarebbe accaduto con il primo di maggio. Fu soprattutto grazie all'opera delle numerose associazioni italiane non religiose, che avevano l'obiettivo di mantenere

¹ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1897.

vivo tra gli immigrati e i discendenti un forte sentimento di italianità, che la commemorazione assunse il significato di una grande festa pubblica, ben organizzata e ritualizzata attraverso i discorsi ufficiali delle autorità diplomatiche, il recupero delle marce e degli inni risorgimentali, l'esaltazione degli eroi nazionali e di tutto quell'apparato retorico capace di rinforzare un'identità collettiva che si sarebbe presentata, almeno in apparenza, solida e compatta. Dico "apparenza", poiché questa immagine di unione a volte si riduceva al solo giorno della celebrazione, quando le numerose bandiere tricolore, le musiche della nazione e l'impianto simbolico patriottico, riuscivano solo a nascondere le molteplici divisioni interne alla "colonia".

Nel caso del Rio Grande do Sul, come dicevo, un *unicum* in tutto il mondo, la festa assunse una dimensione ancora più totalizzante in funzione della sovrapposizione con lo stesso "*Vinte de setembro*" che per i *gaúchos* rappresentava la data in cui, nel 1835 si svolse la "presa di Porto Alegre" per mano dei ribelli che diedero inizio alla rivoluzione indipendentista e repubblicana *farroupilha*. Guarda caso, pochi anni dopo, questa ribellione avrebbe annoverato tra i suoi principali eroi le figure di Giuseppe Garibaldi e di un manipolo significativo di giovani mazziniani che avevano scelto l'esilio nel paese sudamericano. La costruzione identitaria dell'italianità, quindi, in occasione di questa data, non avveniva attraverso una contrapposizione etnica rispetto ai brasiliani del Rio Grande e, particolarmente nel periodo influenzato dalla politica *castilhist*a, si rafforzò un sentimento di integrazione con la contemplazione di culti civili comuni ai due popoli. Per questo in più momenti le celebrazioni si univano, o comunque trovavano elementi di fusione interessanti.

Lo si vide, per esempio, a Porto Alegre nel 1913, quando nella grande manifestazione con corteo organizzata in occasione del XX settembre, alle bandiere italiane si aggiunsero quelle brasiliane e, principalmente, quelle riograndensi. La data era stata scelta, infatti, per inaugurare una statua rappresentante l'eroe dei due mondi con al fianco la sposa brasiliana Annita. Il culto di Garibaldi tra i *gaúchos* la nuova rappresentazione dell'eroe, adesso vestito con il poncho sudamericano, fu rivitalizzato a partire dalla fine dell'Ottocento, quando prendeva forza un movimento regionalista repubblicano che recuperava il mito e l'epopea della rivoluzione indipendentista (CONSTANTINO; OSPITAL, 1999, p.

145).L'idea di erigere un monumento era nata nel 1907, in occasione delle commemorazioni per il centenario della nascita dell'eroe dei due mondi quando si formò un Comitato pro-monumento composto dai presidenti delle varie società italiane di Porto Alegre. Una statua di Garibaldi e della sua fedele compagna brasiliana, diveniva così l'omaggio simbolico che la collettività italiana del Rio Grande do Sul dedicava alla storia dei propri immigrati e discendenti in queste terre, e allo stesso tempo rappresentava l'emblema della gratitudine che tale gruppo esprimeva nei confronti del paese di accoglienza (RAMOS; VARGAS; LIMA, 2014, p. 266-282). Il Comitato si incaricò di raccogliere le donazioni della comunità per l'acquisto del monumento che, proveniente direttamente dalle officine di Carrara e costato più di 25 contos di reis, sarebbe stato collocato nella ex "*Praça da Concordia*". Nella data prescelta del XX settembre 1913 si riunirono nella sede della Vittorio Emanuele II, i 55 delegati delle associazioni italiane provenienti non solo da Porto Alegre ma anche dalle località dell'interno dello Stato. Da qui prese inizio un corteo diretto verso quella che sarebbe divenuta la nuova "*Praça Garibaldi*", con centinaia di persone che seguivano gli stendardi delle associazioni italiane del Rio Grande, accompagnati dalle bande musicali della Umberto I e della *Brigada Militar*. Altre famiglie "*em carros, bonde e automoveis se dirigiram para a Praça Garibaldi*"². Nel pomeriggio alla presenza del console italiano Cavalier Beverini e del presidente dello stato Borges de Medeiros, così come di numerosa rappresentanza civile e militare, furono sfilate le bandiere italiana, brasiliana e riograndense che coprivano l'imperioso monumento di marmo; suonati i tre diversi inni; e lanciati centinaia di fuochi d'artificio. L'oratore ufficiale designato per rappresentare la colonia italiana era il dr. Stefano Paternò che in nome della stessa, consegnava la statua al popolo del Rio Grande do Sul, dopo aver esaltato le gesta eroiche del guerriero Garibaldi e della coraggiosa Annita. Gli rispose il conferenziere ufficiale riograndense, dr. Ildefonso Soares Pinto che ringraziando, rievocò gli episodi eroici che legavano il nome del nizzardo alle battaglie *farroupilhas*. Alla solennità della manifestazione si aggiunsero altre celebrazioni festive della comunità italiana e durante

² *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1913.

tutto il giorno la sede del consolato, così come quella delle varie associazioni, rimase imbandierata e illuminata. Il console Beverini ricevette durante tutta la mattina i membri delle colonie e i rappresentanti delle associazioni con dolci e bevande. Di sera nella stessa piazza Garibaldi, illuminata a giorno per l'occasione, suonarono diverse bande musicali con successiva esibizione di “*fitas cinematographicas*”. Alle dieci della notte i fuochi d'artificio segnalavano la fine, solo provvisoria, della festa. Infatti, il giorno successivo, il Comitato Pro Monumento offriva una festa nel salone del palazzetto Rocco, ai rappresentanti delle società italiane arrivati dall'interno dello Stato, e la Umberto I, decorata a festa per l'occasione, presentava uno spettacolo ed un ballo. Il tutto accompagnato dall'immane musica della banda che era il vero orgoglio del sodalizio italiano. Tutti i principali giornali riograndensi, insieme a quelli in lingua italiana, registrarono con ampia enfasi l'importanza della celebrazione e la rilevanza di un monumento pubblico che diveniva il “*symbolo da fraternidade dos dois povos*”³. I due giornali etnici “Stella d'Italia” e “Araldo Coloniale” presentarono un'edizione speciale, collocando in prima pagina la foto del monumento inaugurato, così come avvenne sul “*Correio do Povo*” e su “*A Federação*”, che diedero un gran risalto all'evento.

Si è detto che la formalizzazione del XX settembre come festa civile italiana avvenne solo nel 1895 per opera del governo Crispi. Ciò non significa che prima di questa data non si ricordasse l'evento della breccia di Porta Pia tra gli immigrati italiani nel Rio Grande do Sul. Esistono numerose testimonianze raccolte sui giornali dell'epoca, che attestano festeggiamenti e celebrazioni nelle città più e meno importanti dello Stato⁴. Per l'occasione si innalzavano le bandiere tricolore sulle facciate delle case “italiane”; non mancavano mai concerti e feste da ballo organizzati, per esempio, nel “Club Italiano” di Porto Alegre, che per la circostanza presentava tavoli imbanditi di dolci e bevande; in altri casi si approfittava della data per inaugurare la nascita di una nuova

³ In particolare si veda *Correio do Povo*, 20-21-22 de setembro de 1913.

⁴ A questo fine è risultata utile la consultazione del giornale riograndense *A Federação*, 20 de setembro 1884-1895.

associazione o per allestire eventi di beneficenza in favore di organizzazioni specifiche come, per esempio, avvenne nel 1891 con l'ospedale italiano; altre volte la festa diventava il pretesto per organizzare ricchi banchetti, pranzi o cene tra i soci delle diverse aggregazioni nazionali, che chiudevano sempre il rituale con discorsi patriottici commemorativi dell'evento militare della epica "presa di Roma". Anche il giornale organo del partito repubblicano riograndense, *A Federação*, non dimenticava mai, accanto all'ampio spazio dedicato al ricordo della Rivoluzione Farroupilha, di rievocare la data simbolo dell'unificazione italiana e di esaltare il ruolo che la "*patria do sublime Dante*" aveva svolto con la partecipazione dei suoi patrioti agli eventi riograndensi. Abbondavano i riferimenti a Tito Livio Zambecari, "direttore spirituale" della rivoluzione nella sua prima fase; a Luigi Rossetti, fondatore del giornale rivoluzionario "*O Povo*"; e, soprattutto, a Giuseppe Garibaldi, che proprio al soldo della repubblica riograndense cominciò a consolidare il mito di "eroe dei due mondi"⁵. Il XX settembre del 1885, cinquantenario *farroupilha*, nella prima pagina interamente dedicata all'importante anniversario, appariva una breve colonna intitolata "*Um bravo à Italia*" dove si ricordavano i quindici anni passati dalla presa di Roma e le grandi conquiste ottenute da questo popolo di "lavoratori energici" che, "nonostante" il sistema monarchico vigente, avevano costruito un paese democratico e libero⁶.

Fu, però, a partire dal 1895, dopo venticinque annidalla presa di Roma, che la commemorazione assunse un tono più formale e una maggiore pomposità, in virtù dello stesso riconoscimento ufficiale che gli venne attribuito nel calendario civile della nazione. Proprio in tale occasione, si registrarono conflitti etnico-religiosi che portarono a tensioni con parte della comunità tedesca presente nella capitale. La notte del 19 settembre fu impresso nella tipografia del giornale cattolico tedesco *Deutsches Volksblatt*, conosciuto anche come *Gazeta Alemã*, un articolo ricco di insulti rivolti all'Italia, menzionata come "*desprezível, baixa, torpe, miserável*". Gli italiani erano definiti "*bandidos, homens*

⁵ *A Federação*, 20 de setembro de 1886.

⁶ *A Federação*, 20 de setembro de 1885.

sem moral, guiados por instintos vis” (SIMÕES; CONSTANTINO, 1996, p. 96). Queste parole rappresentavano un affronto grave, soprattutto perché pronunciate proprio nel giorno più rappresentativo per la colonia italiana presente nello stato. Servirono ancora di più a rafforzare un sentimento identitario italiano, e allo stesso tempo a suscitare una violenta reazione che si sarebbe materializzata qualche giorno più tardi quando un gruppo di circa 200 facinorosi italiani, di fronte al rifiuto del direttore di rivolgere scuse ufficiali alla comunità, aggredì gli uffici e la tipografia del giornale, nella cui sede si editava anche il giornale italiano *Corriere Cattolico*, che circolò a Porto Alegre tra il 1891 e il 1895 (POSSAMAI, 2004, p. 561-584). Dopo aver abbattuto le porte a colpi di bastoni di ferro foderati orgogliosamente con carta “tricolore”, i dimostranti distrussero macchine ed arnesi della tipografia e tentarono addirittura di dar fuoco all’edificio (SIMÕES; CONSTANTINO, 1996, p. 99-100). Lo spiacevole episodio non riuscì a compromettere il generale svolgimento pacifico delle celebrazioni e le feste del XX settembre a Porto Alegre in quell’anno ebbero un grande riscontro popolare. Si prolungarono per ben tre giorni nel fine settimana che andava dal venerdì 20 alla domenica 22. Sul giornale *A Federação* si ricostruivano le principali tappe dei festeggiamenti che prevedevano nel primo giorno una sfilata con bandiere e bande musicali. In tutte le case degli italiani o dei discendenti orgogliosi della propria origine, era esposta la bandiera nazionale, mentre i manifestanti portavano sul petto “un fiocco di nastro tricolore”. Apparivano anche striscioni che alludevano a “Roma redenta” e all’Italia unita. Una sessione solenne organizzata dalla società “Umberto I” si tenne nelle ampie sale della Vittorio Emanuele II, na “*Rua dos Andradas*” mentre era aperta al pubblico una fiera di beneficenza nel *Salão Litterario*. Il giorno successivo, il “Club Italiano” organizzò un ballo sontuoso nel *Salão do Centro Republicano*. Infine il terzo giorno, la domenica, le celebrazioni si concludevano nel *Prado Independencia*. In questo spazio la festa assunse un carattere popolare con diversi giochi ed attrazioni aperte al pubblico, come ad esempio il gioco del a “*mastro de cocagne*” che prevedeva premi generosi. Non poteva mancare, inoltre, un grande *churrasco*, questo sì in stile gauchó, con carne “*assada com couro*”, mentre sfilavano sul prato gli stendardi delle associazioni italiane accorse da tutto lo Stato, al suono delle bande musicali *Floresta Aurora* e *Progresso industrial*. Fu preparata una lapide commemorativa ed un album firmato dal console ed inviato direttamente a Roma per essere

depositato nei Musei Capitolini. Come si leggeva sulle colonne del giornale repubblicano di Porto Alegre, molte famiglie e cittadini presenziarono all'evento, solidarizzando con gli italiani e partecipando insieme a loro alle numerose attività ludiche⁷.

Nelle mie ricerche, soprattutto riguardo ai contesti cittadini, ho riscontrato frequentemente una partecipazione popolare che definirei spontanea, nonostante il carattere controverso della data. Evidentemente Porto Alegre, con la sua abbondante comunità italiana e soprattutto grazie alle numerose associazioni laiche e sodalizi vari a carattere culturale, ricreativo, musicale o sportivo, fu il centro più capace di convogliare un numero massiccio di italiani in queste celebrazioni. Ciò che stupisce è invece la partecipazione non certo trascurabile nelle altre città del Rio Grande do Sul, non solo nei principali centri coloniali come Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias, ma anche nelle più distanti e periferiche Pelotas, Rio Grande, Bagé, Alegrete dove le comunità, a volte relativamente limitate di italiani, presenziavano ai festeggiamenti che prevedevano sempre una componente più solenne e rievocativa a cui si aggiungevano balli, feste popolari, fiere di beneficenza ecc.

I momenti di maggior coinvolgimento, quando le celebrazioni si estendevano anche a più giorni, furono quelli in cui si celebravano anniversari importanti per la storia politica e sociale italiana. Ad esempio il 1907, anno del centenario garibaldino; il 1911 che segnava il cinquantenario della Unificazione Italiana; o ancor più il 1925, quando si celebravano i cinquant'anni della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande do Sul.

Nel 1907, ad esempio, si scelse la data del XX settembre per inaugurare la nascita della società mutualistica "Unione Italiana" nella piccola città periferica di Alegrete dove "la minuscola collettività italiana" presente, aveva dato esempio di "un'affermazione esemplare di patriottismo" (CINQUANTENARIO, 2000, p. 384). Lo stesso giorno a Pelotas si era organizzata una celebrazione imponente per inaugurare una targa dedicata a Garibaldi a cento anni dalla sua nascita. L'artefatto tardò ad arrivare e si dovette aspettare un altro momento per la sua

⁷ A *Federação*, 19, 21, 23 de setembro 1895.

presentazione. Nonostante ciò, il programma delle celebrazioni rimase invariato e – come avvertiva il *Correio do Povo*-, si sarebbe comunque svolta un grande “*espetáculo de gala*” con un gran ballo conclusivo nel giorno seguente⁸.

Nel 1911 lo stesso giornale dedicava uno spazio enorme alla rievocazione del Risorgimento italiano, pubblicava illustrazioni dei suoi eroi e tracciava le linee di quel processo storico che aveva segnato la penisola per buona parte dell'Ottocento. Il XX settembre di quell'anno i rappresentanti di numerose associazioni italiane di Porto Alegre e di altri centri minori si riunirono nella Vittorio Emanuele II, in *Rua 7 de setembro*, per dare attuazione, con la benedizione del console Beverini, al progetto di creare una *Federação das Sociedades Italianas* al fine di mantenere una rete più solida di protezione e valorizzazione della comunità nell'intero Stato. Sebbene questa idea di unificare gruppi regionali e componenti ideologiche diverse all'interno dell'intera collettività sarebbe caduta presto nel nulla, come spesso era già accaduto, il XX di settembre si presentava ancora una volta come la data che più delle altre simbolizzava il carattere unitario dell'identità italiana nel senso più esteso. Dalla sede della società i delegati, accompagnati da una banda musicale, si trasferirono nel teatro São Pedro dove, tra le bandiere italiane e brasiliane, si espose una grande immagine di Garibaldi, prima di procedere all'esecuzione della marcia reale da parte della banda della Umberto I, che introduceva i discorsi solenni e retorici per ricordare i “gloriosi” avvenimenti del Risorgimento italiano⁹.

Durante la Prima Guerra Mondiale, che vide la partecipazione diretta dell'Italia nel conflitto, si mantenne una maggiore sobrietà nei festeggiamenti, senza però rinunciare all'esposizione della bandiera tricolore nel giorno della commemorazione in tutte le sedi associative italiane¹⁰. Nel 1920, a cinquant'anni dalla Breccia di Porta Pia, invece, i festeggiamenti furono sontuosi e cominciarono già il 18 settembre con un grande ballo realizzato nel salone della italianissima “*Confeitaria Rocco*”.

⁸ *Correio do Povo*, 21 de setembro 1907.

⁹ *Correio do Povo*, 20 e 21 de setembro de 1911.

¹⁰ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1915.

Andarono avanti con celebrazioni varie che comprendevano un corteo fino alla statua di Garibaldi e discorsi patriottici nella sede delle principali associazioni cittadine. Qualcosa però stava cambiando e l'esperienza della Prima Guerra Mondiale da poco terminata, avrebbe segnato fortemente anche la rappresentazione simbolica e il sentimento della patria nelle diverse collettività italiane all'estero. Il conflitto aveva creato nuovi rituali civili e acutizzato la sacralizzazione della nazione stessa. Alla rievocazione degli eventi risorgimentali, che apparivano adesso più sbiaditi, si sovrapponeva la mitizzazione dell'esperienza di guerra, soprattutto da parte dei reduci che anche a Porto Alegre svolsero un ruolo significativo nell'organizzazione delle principali celebrazioni patriottiche. Tra i giovani italiani e italo-discendenti residenti nel Rio Grande do Sul, più di 400 tra riservisti e volontari erano rientrati in patria per partecipare al conflitto. Di questi, una quindicina aveva perso la vita in battaglia. Gli ex-combattenti di guerra italiani ritornati nello Stato riograndense si riunirono in una associazione specifica, la "Società dei Reduci di Guerra" che fu inaugurata proprio il XX settembre del 1920 nella sede della Vittorio Emanuele II, alla presenza del console cavalier Massimo Goffredo. Per l'occasione i soldati ricevettero dalle autorità italiane la medaglia d'argento che sanciva il loro valore e riconosceva il sacrificio prestatore per la nazione, di cui divenivano nuovi simboli utili a consolidare uno spirito di fraternità etnica e identitaria¹¹.

Probabilmente il 1925, anche in coincidenza del cinquantenario dell'immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul che si sarebbe celebrato a dicembre, fu l'ultimo anno in cui la festa del XX settembre mantenne una partecipazione relativamente sentita tra gli immigrati. Eravamo già lontani dalle prime grandi leve di italiani giunti nello stato e anche gli sforzi del nuovo regime fascista per conservare e rinvigorire la questione identitaria tra gli italo-discendenti non erano sufficienti a raggiungere l'esito desiderato. Il XX settembre di quell'anno, come sempre, il consolato ricevette i rappresentanti delle varie associazioni, così come gli esponenti della colonia in generale e gli alunni delle principali scuole nate nella società Elena di Montenegro e Umberto I e dell'istituto Dante

¹¹ *Correio do Povo*, 19 e 21 de setembro de 1920.

Alighieri. In perfetto stile fascista il Club nautico italiano “Duca degli Abruzzi” realizzò competizioni nautiche, regate, ma anche prove atletiche di velocità sui 100 e 400 metri e tornei calcistici¹².

Quattro anni più tardi, lo stesso governo fascista avrebbe abolito, almeno ufficialmente, la festa del XX settembre considerata una data scomoda da mantenere dopo i patti del Laterano, che nel 1929 avvicinarono il fascismo alla Chiesa cattolica.

Bibliografia

BENEDUZI, Luís Fernando. Nem Jerusalém nem Sodoma: a vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século XX. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias & Carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Vol. I. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de – OSPITAL, María Silva. Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.XXV, n.2 (1999).

DE BONI, Luis Alberto. *Bento Gonçalves era assim*. Porto Alegre: EST, 1985.

FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata. Storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*. Genova: Stefano Termanini Editore, 2014.

_____. Patria, região e nação: o problema da identidade na Imigração Italiana na América Latina. In: DAL BÓ, Juvenino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (orgs.). *Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

¹² *Correio do Povo*, 19 e 20 de setembro de 1925.

POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”. *A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. Imprensa e italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST edições, 2004.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. Católicos x maçons. Imigrantes italianos: imprensa e lutas políticas. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST edições, 2004.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; VARGAS, Bianca de; LIMA, Tatiane de. Imigrantes em monumentos: da gratidão às homenagens. In: _____. MARTÍNEZ, Elda Evangelina González; ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; WITT, Marcos Antônio. *História da imigração: Possibilidade e Escrita*. São Leopoldo: OIKOS-Editora Unisinos, 2014.

RIDOLFI, Maurizio. *Le feste nazionali*. Bologna: il Mulino, e-book, 2011.

SIMÕES, Rodrigo Lemos; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.XXII, n.1 (1996).

CIRANDA MUSICAL TEUTO-RIO-GRANDENSE: RELAÇÕES INTERÉTNICAS ATRAVÉS DA MÚSICA

Dalva Neraci Reinheimer*

Elaine Smaniotto**

Introdução

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense surgiu em 1972 na cidade de Taquara. Foi um evento de caráter cultural e artístico-musical, originalmente instituído pelo CTG “O Fogão Gaúcho” e organizada pelo Centro de Estudos Teuto-Rio-Grandense. O artigo divide-se em duas partes. A primeira apresenta brevemente o contexto histórico em que esse evento estava inserido – “a era dos festivais” no Rio Grande do Sul. Na segunda, narra alguns aspectos da história da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, evento esse, que ocorreu durante os anos de 1972 até 1996, totalizando 11 edições, tendo como objetivo principal ressaltar a musicalidade existente no cancioneiro sul-rio-grandense em suas mais variadas manifestações e diversidade de ritmos, gêneros e estilos, oriundos das diversas etnias que marcaram presença na formação e no povoamento do Rio Grande do Sul.

O evento buscava incentivar compositores a pesquisar temas musicais visando preservar heranças/tradições e afirmar identidades. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada no Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/ Laboratório do Curso de História, através de estudos e interpretações de documentos escritos, orais,

* Doutora em História – FACCAT.

** Mestre em História – FACCAT.

iconográficos e materiais. Os resultados revelam que canções, símbolos e imagens representados no desenvolvimento do festival evidenciavam identidades culturais rio-grandenses. A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense acontecia em um ambiente de festa e caracterizava-se pela afirmação de uma identidade que se definia pela diferença e a manutenção/criação de tradições atreladas aos costumes e valores regionais, com forte representação interétnica.

A “Era dos Festivais” no Rio Grande do Sul

Os Festivais musicais, surgidos no Brasil entre 1965 e 1970, foram os principais veículos da manifestação da canção engajada e nacionalista, voltados para a discussão dos problemas que afligiam a sociedade brasileira. Esses eventos eram promovidos por emissoras de rádio, redes de televisão, teatros e movimentos estudantis, que acabavam revelando intérpretes, compositores e instrumentistas ao grande público.

A década de 1970 foi um marco na história política e social do Brasil. A ditadura inibia as manifestações populares. Esse período foi marcado pela forte censura à imprensa e pelo combate aos movimentos estudantis e sindicalistas. A ditadura militar assombrava os veículos de comunicação. O rádio, o jornal e a televisão tiveram que se adaptar aos tempos militares. Essa década consolidaria o Brasil como País do Futebol com o Tricampeonato Mundial. No início da década seguinte, a população começaria a ver os resultados da luta pela democracia.

Dentro desse contexto nacional a música popular brasileira era o que se produzia e, no RS, não foi diferente. Entretanto, a música regionalista gaúcha não emplacou nesse meio. O Regionalismo¹ foi um dos motivos dados para que estas músicas não fossem aprovadas nos festivais que aconteciam em São Paulo e Rio de Janeiro. Ruben Oliven (1992), antropólogo social, entende que

¹ Como observa Pierre Bourdieu (1989), o discurso regionalista está voltado para constituir a identidade de uma região. O regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço – simbólico, bem entendido – com base no critério da exclusividade.

a afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional (OLIVEN, 1992, p. 43).

No Rio Grande do Sul surgem então os festivais nativistas/regionalistas. Neste panorama, em 1971 nasceu o Festival Califórnia da Canção Nativa, na cidade fronteira denominada Uruguiana.

A Califórnia da Canção Nativa estimulou artistas e produtores e desencadeou a realização de outros eventos semelhantes, como *Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense* em Taquara, *Escaramuça da Canção Gaudéria*, em Triunfo, *Tertúlia Musical Nativista*, em Santa Maria, *Vindima da Canção*, em Flores da Cunha, *Festival da Barranca*, em São Borja, *Coxilha Nativista*, em Santa Rosa, *Canto sem Fronteira*, em Bagé, *Tafona da Canção Nativa*, em Osório, *Acorde da Canção Nativa*, em Camaquã, *Gauderiada da Canção Nativa*, em Rosário do Sul, *Ronco do Bugio*, em São Francisco de Paula, entre muitos outros. Acredita-se que sem a música regional não haveria a cultura no Rio Grande do Sul como a conhecemos e sem os festivais de música nativista/regionalista esta identidade musical, que se caracteriza como uma manifestação cultural, que envolve os ouvidos e a alma de cada rio-grandense, certamente seria diferente.

De todos estes festivais, a *Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense* e a *Vindima da Canção* estavam voltados também para a cultura dos imigrantes alemães e italianos e seus descendentes. Vincula-se nesta época que no ano de 1974 foi comemorado o sesquicentenário da imigração alemã para o Estado do Rio Grande do Sul e, em 1975 relembra-se o centenário da imigração italiana.

A manifestação cultural de um povo é um fator relevante na formação de uma identidade cultural e os festivais da canção, iniciados no RS há 43 anos, fazem parte de um movimento que desde o seu início vem buscando fortalecer e manter uma identidade a partir das tradições. As composições retratam a lida campeira valorizando a vida simples, o

trabalho braçal, a ligação com a natureza e com as festas de final de semana. Também, problemas sociais e ambientais são abordados pelos compositores.

A grande maioria dos festivais do Rio Grande do Sul possui características nativistas. Paulo de Freitas Mendonça (2008)² defende que “o Nativismo gaúcho não é uma entidade e sim um movimento cultural cuja união está na identificação pessoal e na semelhança de produção artística de seus membros”. Para Nilda Jacks (1998, p. 44) o Nativismo “é um movimento predominantemente musical, desencadeado pela criação de festivais, de cunho nativista na década de 1970, que alcançou seu auge nos anos de 1980”.

Esses festivais são os principais agentes de difusão e divulgação da música sul rio-grandense. Eles são vitrines ou janelas que se abrem para que músicos, compositores e intérpretes possam mostrar um trabalho voltado para a afirmação de identidades culturais de uma região do Brasil.

A identidade cultural permite que diferentes indivíduos compartilhem da mesma essência³. Isso serve tanto para o indivíduo, como para os grupos sociais. A identidade não existe sem a diferença. Assim, a convivência com o diferente faz com que a identidade brote com mais vigor.

Compactuamos da ideia de que “a tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade.” (SILVA; SILVA, 2006, p. 405). Neste sentido, os festivais representam uma continuidade real ou imaginada dos usos e dos costumes do sul do Brasil reforçando aspectos do sistema agropastoril. Na análise de Hobsbawm e Ranger (1984) os costumes seriam o substrato das tradições e, apesar de não invariáveis, seriam responsáveis por fazer com que elas se sustentem

² MENDONÇA, Paulo de Freitas. *Tradicionalismo ou Nativismo*. Disponível em: <<http://www.nativismo.com.br>>. Páginação irregular. Acesso em 03/06/ 2008.

³ SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 204.

ou não. Como foi citada anteriormente, a tradição é formada por um conjunto de práticas fixas e que, por serem constantemente repetidas de uma mesma forma, remeteria ao passado. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm (1984, p.14) “Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais”. Percebemos que no Rio Grande do Sul, a valorização dos costumes mais ancestrais acaba por mesclar as tradições com diversos elementos e assim vão se agregando na vida cultural rio-grandense.

Os festivais desempenham um papel significativo no revigoramento da música gaúcha e na sua cultura como um todo. Nesse sentido Luiz Coronel⁴ afirma que o regionalismo é a estratégia de defesa da cultura brasileira, via cultura regional. Se a juventude gaúcha, assim como todo gaúcho, não se voltasse para a sua cultura local, seria engolida pela grande mídia nacional.

E, como analisa Marcos Napolitano (2005, p. 11) “a música, a canção também ajuda a pensar a sociedade e a sua história. A música não é apenas “boa para ouvir”, também é “boa para pensar”. Neste sentido, por meio da análise de eventos como estes, os Festivais de Música, é possível observar as representações culturais⁵ de cada região.

Atualmente, acontecem 40 festivais por ano no RS, sendo que a cada ano surgem novos festivais, alguns pioneiros cessam suas atividades

⁴ Revista Tarca. Tarca Editores. Porto Alegre, 1984, nº 1, p. 11.

⁵ “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. (CHARTIER, 1990,p.17).

e outros que haviam parado retornam ao cenário musical. A dinâmica depende muito mais da política, apoio de prefeituras e leis de incentivo, por isso há uma grande variação, mas é um mercado que movimenta muitas pessoas e muitos recursos.

Ciranda musical teuto-rio-grandense: relações interétnicas através da música

No dia 18 de novembro de 1971, na sede social do CTG – O Fogão Gaúcho, na cidade de Taquara, um grupo de dezesseis pessoas esteve reunida para debater assuntos relativos à cultura de um modo geral e à arte poético-musical em particular, especialmente no que se refere ao fenômeno teuto-rio-grandense, verificado nesta e noutras regiões de colonização alemã no Estado. Chegaram à conclusão de criar um festival de música teuto⁶-rio-grandense com a finalidade de aproveitar ritmos trazidos, cultuados e praticados pelos imigrantes germânicos, tais como: xote, polca, terol, canção (“lied”), marchinha (tipo limpa-banco), polca-mazurca, “rhein-laendler”, xote primitivo, xote carreirinho (“rütshpolka”), dobrado, valsa e a marcha (tipo marcha militar), além de inúmeras variações de marchas, valsas, xotes e canções diversas. Este gosto pela música marcou as tertúlias, os bailes e festas dos primeiros imigrantes de origem alemã no Rio Grande do Sul e que, ainda hoje, se ouve nos salões do interior e também nos tablados de dança dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Esse interesse comum despertou a atenção de compositores e musicistas para o lado artístico-cultural e musical existente no Vale do Rio dos Sinos, Vale do Paranhana e outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste encontro acordou-se que os versos deveriam ser de tema livre em português, admitida uma ou outra palavra em alemão e que o

⁶ Em 843, pelo Tratado de Verdun, o Império de Carlos Magno foi dividido entre seus três netos. Luís obteve a área oriental do Império Carolíngio, que reunia populações de língua e tradições germânicas. O conjunto de dialetos falados nessa região recebia o nome de thiuda, de onde deriva o moderno deutsche e os nossos vocábulos teuto, teutão, sinônimo de germânico, de alemão (BATISTA NETO, 1996, p. 10).

festival, denominado Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, não deveria constituir-se em um festival de louvação ao germanismo e sim, com mensagens cujo conteúdo pudesse sensibilizar pessoas de todas as etnias, tratando do dia-a-dia e das aspirações e realidades da comunidade em geral.

A efetivação da ideia do Festival da Canção Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu no dia 02 de fevereiro de 1972, em uma reunião presidida pelo então prefeito municipal José Theomar Lehnen. O festival seria uma das principais atrações da Semana de Taquara em comemoração aos 90º aniversário do município.

Outro aspecto significativo a ser observado são as simbologias. A Ciranda está representada por um logotipo que é uma peneira grossa para joeirar grãos⁷. O símbolo da Ciranda foi resultante de um concurso de logotipo e de desenho para representar simbolicamente a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, sendo que deveriam contemplar elementos que representassem a soma das culturas que tem representatividade no festival. O resultado foi uma adaptação das propostas elaboradas por Julio Carlos Schmitt, Fernando Neubarth, Adelmo Trott e Léo Carlos Kroth.

⁷ A joeira significa peneira grande que separa o joio do trigo. Joeirar, passar pela peneira ou pelo crivo, escolher separando com cuidado o que é bom do que é mau. Nos velhos moinhos de farinha da região colonial existiam as “cirandas”, trata-se de uma peneira redonda, de movimento rotativo. O grão triturado pelas “mós” cai na “ciranda” a qual retendo as impurezas, deixa passar a farinha. Pode-se também entender a ciranda como folguedo popular, como roda musical onde cada participante demonstra suas qualidades artísticas. Sendo assim, Ciranda significa uma grande roda musical com muitos participantes, onde cada um poderá mostrar seus dotes de inspiração e arte num autêntico folguedo popular de criações musicais a fim de serem submetidas a avaliação de um corpo de jurados.

A peneira ou ciranda, como também é chamada, aparece no logotipo como símbolo de seleção (separar o melhor). *Peneira*, enquanto de acordo com a utilidade da peça propriamente dita e *ciranda*, quando assume o sentido de bailado e cantiga popular. O tipo de ciranda que aparece no logotipo está relacionado às origens da imigração germânica no Estado do Rio Grande do Sul, as quais eram tramadas com lascas de taquara. A cuia representa o elemento da cultura-rio-grandense, do gaúcho. A bomba, elaborada com taquara (bambu) foi usada pelos índios da etnia guarani. A lira, símbolo universal da música, aparece especialmente nas melodias alemãs, trazidas pelos imigrantes. Justaposta à cuia com bomba de taquara, representa o processo de transculturação/hibridação⁸ teuto-rio-grandense, cuja síntese pretende ser recolhida através de sua passagem pela peneira (ciranda). A pauta musical, na roda que circula a peneira, dá destaque à introdução do Hino de Taquara.



Logotipo da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense

Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/Laboratório do Curso de História

A primeira edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi realizada nos dias 26, 27 e 28 de maio de 1972, na Sociedade 5 de Maio,

⁸ Entende-se hibridismo como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (...) hibridação como um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e os outros vocábulos empregados para designar misturas particulares.” (CANCLINI, 2013, p. XIX e XXXIX).

no centro da cidade de Taquara. Em 1972, o Brasil estava sob o Regime Militar e todos os meios de comunicação e expressões culturais eram controlados. Os organizadores do evento receberam 110 composições musicais, destas, 32 foram selecionadas e enviadas para a aprovação da Censura Federal.

A música vencedora na primeira edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi “*Peregrinos*”, uma valsa de Bruno Neher e Jayme Caetano Braum, interpretada pelo conjunto musical Os 3 Xirus. Na letra desta composição é ressaltado o cotidiano do imigrante e de seus descendentes “(...) Arado, enxada, cruz da igreja, escola. O valo d’água, para mover tafonas. E mãos calosas a florear cordeonas(...)”⁹. A letra aludia aos colonos imigrantes alemães. Em 2º lugar “*Imigração e Cantiga*” – canção, letra e música de Paulo José Dorneles Pires. Em 3º lugar “*O teu querer só para mim*” – lied – letra de Hélio Fritscher e música de Egon J. Silva.



Capa e contracapa do 1º disco: Cartaz promocional do Festival de Folclore de Nova Petrópolis – imagem cedida para este disco. ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT / Laboratório do Curso de História.

O Disco da 1ª Ciranda foi gravado junto com o disco da 5ª Ciranda, com a mesma gravadora, em Porto Alegre – Disco Chororó Tchê. Portanto, este LP só foi gravado em 1982, mas as músicas foram disponibilizadas para o grande público em Fitas K7 logo após o festival, ainda no ano de 1972.

⁹ ADOP. Caixa Ciranda , pasta 2, envelope 2.

Segundo Bordieu (1989), os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, na medida em que são também estruturados e a estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem integração social para um determinado consenso. Assim “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder, que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações” (BORDIEU, 1989, p. 11). A imagem representada na capa do 1º disco da Ciranda demonstra uma relação de luta simbólica que as diferentes etnias/classes estão envolvidas para imporem a definição do mundo cultural/social de acordo com seus interesses.

A segunda edição da Ciranda Musical foi realizada no Clube Comercial de Taquara, nos dias 24 e 25 de setembro de 1976. Das 134 músicas inscritas, apenas 12 foram lançadas em disco. A composição vencedora, “*Picada, Linha e Coxilha*”, música de Bruno Neher e letra de Antônio Augusto Fagundes, com interpretação do conjunto musical Os 3 Xirus. A letra dessa composição enfatiza os primórdios da colonização alemã no Vale dos Sinos: “E só uma casa na picada ou linha¹⁰ /Pequeninha, mas se aguenta em pé/ Eu venço tudo e vou seguindo adiante/ Confiante e forte porque tenho fé(...)”¹¹.

Nessa edição da Ciranda foi utilizado como recurso visual para dar uma ideia de integração da cultura teuto e gaúcha, dentro do Brasil, “uma parte dentro de um todo”, e das relações interétnicas, no final da

¹⁰ A respeito da “picada” e da “linha”, além de constituírem as primeiras vias de comunicação também encerrava o mundo imediato em que os filhos dos colonos tinham seus primeiros contatos com o seu grupo social além do familiar. Apesar de ainda ser um círculo bastante limitado era onde ocorriam os relacionamentos e principalmente se desenvolvia o sentimento de pertencimento a essa comunidade. A “picada” ou a “linha” ultrapassou os conceitos geográficos e tornou-se a própria expressão da comunidade entre os imigrantes alemães. Essas comunidades, assim como as propriedades ou colônias, eram autossuficientes, autoadministradas e autogerenciadas naquilo que era importante e significativo para os agricultores: a escola, a religião, a agricultura e as diversões.

¹¹ ADOP. Caixa Ciranda 8, pasta 2, envelope 5.

interpretação, duas bandeiras, a brasileira e a do Rio Grande do Sul foram abertas no palco pelas princesas da 2ª Ciranda. O público aplaudiu em pé.

Na opinião do idealizador da Ciranda Eldo Ivo Klain “A Ciranda, além de ser uma tentativa muito séria de mostrar o processo de simbiose de duas culturas musicais, a gaúcha e a dos imigrantes, se revelou num exemplo de integração comunitária”¹².

Foi na terceira edição da Ciranda, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 1978, no Clube Comercial de Taquara, com 103 composições recebidas, que surgiu a divisão em duas linhas: *Acordes de pampa e querência*¹³ e *Acordes Teuto-Rio-Grandense*¹⁴.

Nos *Acordes pampa e querência* o vencedor foi Leonardo (Jader Moreci Teixeira), com a música “*Céu, Sol, Sul, Terra e Cor*”, interpretada por ele e acompanhada pelo Conjunto musical Os Mirins. Esta foi a música mais popular do festival. Ela evoca a paisagem e uma vivência de paz, “Eu quero andar nas coxilhas, sentindo as flexilhas das ervas do chão, ter os pés roseteados de campo, ficar mais trigueiro com o sol de verão. Fazer versos cantando as belezas desta natureza sem par. E mostrar para quem quiser ver, um lugar pra viver sem chorar (...)”¹⁵. Nos *Acordes Teuto-Rio-Grandense* venceu “*Bailes Antigos*”, do Grupo Som Arte. Ao lado de outras dez, estas músicas vencedoras aparecem no disco da 3ª Ciranda, lançado pela Gravadora Continental.

Durante os três dias da 3ª edição da Ciranda Musical foram promovidos vários eventos paralelos como: 3ª Feira de Arte e Artesanato na Praça Marechal Deodoro; Apresentação ao vivo do programa radiofônico O Fogão Gaúcho no Rancho Crioulo, montado na mesma

¹² LOPES, Osval. Entre na II Ciranda. Taquara convida a partir de 5ª-feira. *Folha da Tarde*. 13/07/1976, p. 52.

¹³ Composições vinculadas ao RS por meio de linhas melódicas, gêneros e ritmos plenamente integrados no cancionário do pampa e da querência.

¹⁴ Composições destinadas a aproveitar o aspecto artístico e cultural, presentes nos ritmos, estilos e gêneros musicais, herdados dos imigrantes alemães e seus descendentes.

¹⁵ ADOP. Caixa Ciranda 10, pasta 2, envelope 5.

praça e uma Tertúlia Artística também no mesmo local; Desfile de Bandas, rainha e princesas da 3ª Ciranda Musical; Baile da Ciranda com animação do Grupo Os Mirins; Desfile de cavalarianos promovidos pelos CTGs da região; Missa Campal celebrada na sede campestre do CTG O Fogão Gaúcho; Apresentação do Conjunto “Os Gaúchos” que interpretaram danças folclóricas de diversos países latino-americanos e algumas da tradição rio-grandense.

A 4ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 1980, no Clube Comercial de Taquara. Ao todo foram recebidas 175 composições musicais. O compositor taquarense Paulo Roberto Alves da Silva, com uma canção estruturada com a forma do lied¹⁶ erudito e incluindo instrumental de retretas germânicas, como o marimbau e o bombardino, venceu o festival. Interpretada pelo Grupo Folk, a música “*Canção do Caminhante*” foi a grande vencedora nos *Acordes Teuto-Rio-Grandense*. A música “*Pilchas*” de Luiz Coronel e Airton Pimentel foi a vencedora nos *Acordes Rio-Grandense*. Esta composição identifica a lida campeira da metade sul do Estado “ (...) Da bodega levo um trago, Pra matar a minha sede. Meu chapéu de aba quebrada. Beija-santo-de-parede. Atirei as boleadeiras, Contra a noite que surgia. Noite adentro entre as estrelas, Se tornaram Três-Marias (...)”¹⁷.

Nesta edição foi dada grande importância às manifestações regionais da cultura Teuto-Rio-Grandense, promovendo apresentações paralelas de Corais de Sociedades de Canto, bandinhas típicas alemãs, grupos de gaitas e marimbaus, danças folclóricas, danças de roda brasileiras e alemãs, exposição de culinária, produtos coloniais, discos, livros e objetos típicos, bailes de kerb¹⁸ nas três noites com animação de bandas da região (Banda Ideal de Taquara, Banda Tricolor de Taquara e Banda Danúbio Azul de Igrejinha), Acampamento de Integração Gaúcha,

¹⁶ Canto coral muito executado entre os imigrantes alemães.

¹⁷ ADOP. Caixa Ciranda 12, pasta 2, envelope 2.

¹⁸ Festa introduzida nas áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Inicialmente servia para celebrar a inauguração do Templo religioso, mas com o tempo tornou-se uma festa familiar e comunitária.

Tertúlias no pátio do Museu Arqueológico (MARSUL), Feira de Arte e Artesanato, Grupo de Tiro de Ano Novo e Terno de Reis.

Os organizadores da 5ª Ciranda Musical divulgaram o regulamento no qual estabelecia quatro linhas ou divisões assim definidas: *Acordes Rio-Grandense*, *Acordes de Bailes e Festas*, *Acordes Teuto-Rio-Grandense* e *Acordes de Projeção Cultural*. A 5ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro de 1982, também no Clube Comercial de Taquara. As seguintes canções foram as vencedoras: 1º lugar “*João Mulato Carreteiro*” de Gaspar Machado e Talo Pereyra, uma milonga defendida por Paulo Germani Gaiger e Grupo Urutu. O público que lotava o Clube Comercial explodiu em aplausos e gritos de “Já ganhou!” Foi a música preferida da grande maioria. Na letra, o cotidiano de um trabalhador: “João Mulato Carreteiro/ Colheu pouco e muito andou/ Amansou tropas de boi /Nos anos que carreteou,/Porém nunca teve o ganho,/Por isso não se plantou(...)”¹⁹. Em 2º lugar “*Gaúchônia, o estranho país dos gaúchos*” de Luiz Coronel, Pery Souza e Giba- Giba, interpretada pelo Grupo do Giba-Giba, Teneco e Banda Vai Ter Nome. Possuidora de uma melodia forte, ritmo envolvente, letra expressiva em que Luiz Coronel reuniu uma grande quantidade de expressões gauchescas. O 3º lugar para “*Recuerdos*” de Sergio Napp e Jair Kobe. A apresentação desta composição foi valorizada pela interpretação segura e colorida do grupo Vocal Canto Livre. Em 4º lugar “*Agora sou o vento*” de Rudy Meirelles e Marlene Pastro, interpretada por ela, marcando a presença feminina em palco geralmente masculino. A música “*Êxodo*” composta pelos taquarenses Arleu Machado de Oliveira e Arlindo Edgar Gerhard, com a Banda Ideal de Taquara, concorrente da *Linha de Acordes de Bailes e Festas* também foi premiada.

A 6ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense ocorreu nos dias 1, 2, 3 e 4 de setembro de 1983, no Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha, espaço com capacidade para cinco mil pessoas. Os 3 Xirus, com a marchinha tipo “limpa banco”, fortemente teuto, intitulada “*Campeão do Bolão*” foram os vencedores. Com a mesma música, o

¹⁹ ADOP. Caixa Ciranda 13, pasta 2, envelope 11.

grupo também ganhou o prêmio incentivo de primeiro lugar nos *Acordes Teuto-Rio-Grandenses* e foi escolhida, pelo público, como a canção mais popular. O grupo subiu ao palco com vestimentas típicas de colono, muita animação e com sotaque teuto cantou:

Na minha terra tem um grupo de bolão, Que representa a nossa comunidade, Ali a gente, “Tudo Junto reunido” Vive momentos de grande felicidade. Quando saímos para jogar em torneios, A nossa turma vibra com grande emoção, Porque o Jacó, que pertence ao nosso grupo, É conhecido como o campeão do bolão. Quando ele entra numa cancha de bolão, A turma já vai gritando: “Esse aí é campeão!” “Tudo junto reunido”: “Viva o campeão do bolão!” (...).²⁰

O segundo lugar e o prêmio de melhor criatividade ficaram com o fandango estilizado “*Jantarola e Doçaria*” de Luiz Coronel (letra) Giba-Giba e Toneco (música), interpretada pelos autores da música e a banda Vai Ter Nome. O terceiro lugar foi para a toada “*Romance Campesino*” de Robson Barenho (letra) e Talo Pereyra (música), interpretada por Paulo Gaiger. Esta música também ganhou o prêmio de melhor arranjo. O prêmio incentivo de *Acordes de Festas e Bailes* ficou com o Musical Concórdia, de Montenegro, que defendeu a valsa “*Jamais te esqueço*”, com autoria de Darci Krahll.

A 7ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, com 293 músicas inscritas, ocorreu nos período de 06 a 9 de setembro de 1984 nas dependências do Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha em Taquara. Durante o evento foram desenvolvidas várias atividades paralelas: 7ª Feira Regional de Arte e Fatos Culturais, Quarteirão das Barracas com tertúlias, bailes, apresentação de grupos de dança germânica, holandesas, italianas, portuguesas e gaúchas. Em torno de 700 barracas foram montadas nos quatro dias do festival e mais de 40 barracas de artesanato. Os Shows de Intervalo contaram com a apresentação de Renato Borghetti e grupo, Grupo Caverá, Conjunto Canto Livre e Os 3 Xirus com “noitada colonial”.

²⁰ ADOP. Caixa Ciranda 15, pasta 2, envelope 3.

O 1º Encontro Culturalista Sul Rio-Grandense analisou, através de debates, os assuntos de interesse da cultura do Estado do Rio Grande do Sul, visando preservar as características e peculiaridades de diversas regiões e núcleos populacionais do sul do país. Este Encontro Culturalista ocorreu na Unidade Estadual de Ensino “Rodolfo Von Ihering”. Nesta ocasião, sob a coordenação da professora Hilda Maria Fogaça Stein, foram painelistas: Dante de Laytano (imigração açoriana); Antônio Augusto Fagundes (negros e índios); Luiz Luigi (imigração italiana); Friedrich J.P. Tampel (imigração alemã) e André Rameski (imigração polonesa). Este encontro teve a participação especial de Carlos Galvão Krebs que apresentou dois filmes referentes às pesquisas que realizou em Taquara: um sobre o Kerb, em 1978 e outro sobre a 6ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, em 1983.

Sérgio Rojas, Beto Barros (autores) e Neto Fagundes (intérprete), foram os grandes vencedores da 7ª edição da Ciranda Teuto-Rio-Grandense, com a milonga “*De Como Amar um Rio*”. O público que superlotava o ginásio de esportes concordou com a decisão do júri, aplaudindo, demoradamente, a música quando foi anunciada a vencedora. Esta canção possui um sentido ecológico que lamenta a poluição dos rios: “(...) De que vale o consolo de uma sanga /E os poluentes por diante levar, /Se, tão logo retornes para as caixas,/A ganância te manda sujar?”²¹ A música conquistou também outros dois prêmios: melhor grupo vocal e melhor arranjo. Na divisão de *Acordes Teuto-Rio-Grandenses* a vencedora foi “*Circo de Borlantins*” de Luiz Coronel e Renato Teixeira, com o Grupo Caverá, que inovou em termos de apresentação cênica em festivais, uma vez que chegaram ao palco muitos balões coloridos e com cada integrante portando reluzentes narizes de palhaço. Na divisão de *Acordes de Projeção Cultural*, a vencedora foi “*Quando o Piá for Peão*” de Robson Barenho, Talo Pereyra e Ivaldo Roque, interpretada por Glória de Oliveira que levou o prêmio de melhor intérprete. O arranjo desta canção foi de Letieres Leite, com ele na flauta, Dudu Trentin e Talo nos violões e De Santana na percussão. Foi o “candombe” – ritmo uruguaio.

²¹ ADOP. Caixa Ciranda 16, pasta 3, envelope 3.

A 8ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de setembro de 1986 no Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha em Taquara. Mais de 300 composições foram inscritas. A programação dessa edição da Ciranda foi divulgada e acompanhada por 17 empresas jornalísticas, 7 emissoras de rádio e também a TVE – Programa Invernada Gaúcha. No domingo, ocorreu a gravação especial do Programa Galpão Crioulo, transmitido ao vivo, pela RBS TV. Durante esta edição houve o II Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense no auditório da escola estadual Rodolfo Von Ihering, com debates sobre a participação da mulher nos festivais de música. Estavam presentes pesquisadoras, folcloristas e compositoras como Leila Weber, Hilda Hubner Flores, Marlene Pastro e Elma Sant’Ana. A coordenação dos trabalhos foi da professora Hilda Fogaça Stein.

A partir da década de 1980 é possível observar uma maior participação das mulheres em espaços onde o masculino prevalecia até então. Dentre as mulheres que se destacaram nos diversos Festivais da Canção ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul estão: Loma, Oristela Alves, Fátima Gimenez, Berenice Azambuja, Maria Luiza Benitez, Maria Betânia Ferreira, Gloria Oliveira, Jussara Alves, Flora Almeida, Lúcia Helena, a também compositora e cantora Marlene Pastro e a compositora Elma Sant’Ana.

A grande campeã da 8ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi a toada “*A Dança das Mãos*”, com letra de Mauro Moraes e arranjo de Chico Sarat. Com interpretação de Chico Sarat e acompanhamento vocal do Grupo Status de Porto Alegre. Esta música agrada principalmente um público mais urbano, resultado de um forte êxodo rural vivenciado na década de 1980: “(...) Não tem na terra, a dança das mãos/ Lavrando tristeza, arando cidades/ É vento ventena no cio/ É assanhar amor e buliçar saudade.”²² A música que recebeu mais prêmios foi “*Balada para Jacobina*”, com letra de Elma Sant’Ana e música de Airton Pimentel. A interpretação foi de Fátima Gimenez. A

²² ADOP. Caixa Ciranda 17, pasta 2, envelope 4.

“*Balada para Jacobina*”²³ levou o primeiro lugar na categoria *Teuto-Rio-Grandense*, além de ser considerada destaque absoluta pela imprensa e ter recebido o Troféu Maurício Sirotsky Sobrinho. É a presença feminina na composição, interpretação e no tema: “(...) Jacobina mulher-menina/ As rosas do teu jardim/ Tuas mãos não tocam mais /Jacobina, tua sina / Foi morrer no Ferrabrás”²⁴. Nos *Acordes de Projeção Cultural* venceu “*Amor Bandoleiro*”, uma toada de Robson Barenho, Talo Pereyra e Ivaldo Roque. A interpretação foi de Flora Almeida, premiada como a melhor intérprete vocal da Ciranda. Na categoria *Acordes de Bailes e Festas*, venceu o dobrado “*Baile na Picada Velha*” de Arlindo Müller, com interpretação da Banda Caçula de Nova Petrópolis. Como composição mais criativa, foi escolhida Congadas, Quicumbis e Moçambiques, com letra de Luiz Coronel, música de Giba-Giba e arranjo de Toneco. A interpretação foi de Giba-Giba, apresentando uma congada inédita, gênero que vem das origens africanas e folclóricas no Brasil.

A 9ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense foi presidida por Delmar Henrique Backes e como Coordenador Cultural Eldo Ivo Klain. Ocorreu de 15 a 17 de abril de 1988, sendo ao todo 465 composições inscritas. O Negro no Rio Grande do Sul foi o tema do 3º Encontro Culturalista Sul-Rio-Grandense. O evento paralelo ocorreu no dia 16 de abril de 1988, no auditório da Escola Estadual Rodolfo von Ihering. A Coordenação continuou sendo realizada pela professora Hilda Fogaça. Os palestrantes foram: Moacir Flores (doutor em História, Coordenador do grupo de estudos da PUCRS sobre o negro no RS); João Alberto de Mattos (Coordenador do Movimento Negro do PDT no RS e militante do Movimento Negro Brasileiro); Décio Freitas (advogado, historiador, autor de diversos livros sobre negros). Toda a comunidade foi convidada a participar deste Encontro.

Na 9ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense a composição vencedora foi “*Que Homens São Esses?*” de Francisco

²³ Jacobina foi uma das principais personagens do episódio conhecido como os Mucker, acontecido no Morro do Ferrabrás, em Sapiranga, RS, no final do século XIX.

²⁴ ADOP. Caixa Ciranda 17, pasta 2, envelope 4.

Castilhos e Carlos Moacir Pinto Rodrigues, interpretado por César Passarinho. Foi classificada em 1º lugar na divisão de *Projeção Cultural* e também recebeu os prêmios de Música mais Popular e Preferida da Imprensa. Portanto, levou 4 prêmios: Um automóvel zero Km, troféus Ciranda, Farroupilha, Darcy Fagundes e Maurício Sirotsky Sobrinho. A letra reforça as tradições da metade sul do Estado “(...) Desperta, meu povo, no ventre de outrora,/ Onde marcas presentes não são cicatrizes./ Desperta meu povo, liberta teu grito, / Num brado mais forte que as próprias raízes”²⁵. O 1º lugar na divisão *Teuto-Rio-Grandense* foi “*Dos Alpes para o Vale*” de Bruno Roberto Neher e Antônio Augusto Fagundes. A letra desta música ressalta a interetnicidade em relação aos usos e costumes “(...) Holarieieihulio, hitiri, oiga-tchê/ Nosso povo que toma cerveja, / Não dispensa um bom chimarrão / E, se o Kerb é uma festa de igreja / O fandango domina o galpão (...)”²⁶. Na divisão *Rio-Grandense* o 1º lugar foi para “*As Primeiras Aves*”, de Marco Aurélio Vasconcelos e Sérgio Napp. Por estes autores foi assim representado o fim do período militar “(...) Se pode finalmente assim sonhar/ Reconstruir a eterna verdade /Se pode finalmente assim gritar / Essa palavra-paixão: LIBERDADE!”²⁷

Ao iniciar a década de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello, eleito pelo povo, lança o Plano Collor, no qual constituía o confisco de poupanças populares, consequentemente, a 10ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, que deveria ocorrer entre os dias 19 e 22 de abril de 1990, foi adiada em virtude do bloqueio dos recursos depositados na conta bancária do evento. Então, o festival foi transferido para 6 a 9 de setembro de 1990. Isso provocou grande dificuldade e trabalho dobrado para a equipe promotora. Para a 10ª edição da Ciranda foram inscritas 392 músicas, sendo 40 de outros Estados brasileiros, como RJ, SP, MG, GO e PR. As atrações paralelas ao evento ocorreram no pavilhão da Comunidade Católica de Taquara. Nos dias 7 e 8 de setembro de 1990 foram realizados bailes de confraternização animados

²⁵ ADOP. Caixa Ciranda 19, pasta 1, envelope 1.

²⁶ ADOP. Caixa Ciranda 19, pasta 1, envelope 1.

²⁷ ADOP. Caixa Ciranda 19, pasta 1, envelope 1

pelos grupos Eco do Minuano e Som Campeiro. Na Praça Marechal Deodoro foi desenvolvido atividades integrantes da programação geral da Ciranda: apresentação de bandinhas e grupos folclóricos e rodas de chimarrão.

Nota-se que a Ciranda, ao longo dos anos, foi inovando e abrindo espaço para composições que fugiam, cada vez mais, dos *Acordes Teuto-Rio-Grandense*, característica predominante das músicas apresentadas nos primeiros festivais. Em sua 10ª edição das 25 músicas selecionadas, 11 se enquadravam nos *Acordes de Pampa e Querência*, 11 nos *Acordes de Projeção Cultural* e apenas 3 nos *Acordes Teuto-Rio-Grandenses*. Para alguns, esta abertura foi descaracterizando o festival. Delmar Henrique Backes, presidente da Ciranda, entendia que estas transformações serviam de exemplo para outros festivais no Estado, que também inovavam em ritmos e musicalidade.

Correspondendo a expectativa do público que lotou o Centro Cultural e Esportivo Santa Teresinha, a milonga “*Chico Mendes*” foi a grande vencedora da 10ª Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense. A composição de José Fernando Gonzáles e Talo Pareyra, interpretada por Délcio Tavares e João de Almeida Neto foi premiada com Troféu Ciranda e o automóvel Fiat Prêmio. A música “*Chico Mendes*” também ganhou o Troféu Maurício Sirotski Sobrinho, por ser a favorita da imprensa e ter sido considerada a composição Mais Popular, levando o Troféu Dirceu Fagundes. O tema, uma homenagem a Chico Mendes²⁸ e, ao mesmo tempo, um alerta contra a destruição da natureza, emocionou as pessoas que vibraram com o resultado final, uma vez que, ainda estavam sob a comoção do assassinato do defensor da Floresta Amazônica. A segunda

²⁸ Francisco Alves Mendes Filho – Chico Mendes-foi uma pessoa que lutou em defesa da preservação do meio ambiente, um dos mais importantes ambientalistas brasileiros. Nasceu na cidade de Xapuri (estado do Acre) no dia 15 de dezembro de 1944. Trabalhou na região da Amazônia, desde criança, com seu pai, como seringueiro (produzindo borracha). Tornou-se vereador e sindicalista. Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado na porta de sua casa. Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União a lei que declara Chico Mendes como sendo o patrono do Meio Ambiente no Brasil.

colocada foi a música “*Canção do Verde*”, de Mauro Moraes, com interpretação de José Cláudio Machado e Tambo do Bando. O terceiro lugar foi para a composição “*Canção da Chama Eterna*”, de Galileu de Arruda e Sérgio Luis de Almeida, interpretada por Fausto Michelin.

A 11ª edição da Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, foi realizada entre os dias 8 a 10 de novembro de 1996 na Sede da Associação dos Motoristas da Encosta Inferior do Nordeste, localizada nas margens da RS 115 em Taquara. Estava sob a coordenação do Centro de Estudos Teuto-Rio-Grandenses e Faculdades de Taquara – FACCAT²⁹. Ao todo foram inscritas 433 composições. De fora do Estado foram inscritas 50 composições.

Paralelamente ao evento, aconteceu a feira de artesanato, de produtos coloniais, no pátio da Associação dos Motoristas, shows permanentes, como: danças folclóricas, academias de danças, bandas de rock, grupos musicais e os próprios concorrentes da Ciranda que desejaram participar. No dia 08/11 show de intervalo com o Grupo Som Arte. Após o festival, Baile com os Mirins na sede social do CTG O Fogão Gaúcho. No dia 09/11 show com Os Garotos de Ouro e Oswaldir e Carlos Magrão. Após o festival, baile com os Garotos de Ouro no Skala Club. No dia 10/11 show com Grupo Cantoria e Dante Ramon Ledesma.

A chamarrita, “*Num Canto Qualquer do Pampa*”, com letra e música do taquarense Paulo Roberto Alves da Silva e interpretada por Cleber Brenner e acompanhamento de Glauber Duarte e Carlos Alberto Martins, foi a vencedora da 11ª edição da Ciranda. A música já tinha recebido prêmio de Mais Popular e de Preferência da Imprensa. Um Fiat Pálio foi entregue aos vencedores do festival. Novamente a letra representa a lida campeira “(...) Num canto qualquer da Pampa eu plantei meu coração/ Num canto qualquer da Pampa vento, vida e imensidão/

²⁹ A Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste foi criada, em 31 de dezembro de 1969, pelos prefeitos de Taquara, Rolante, Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula com o objetivo de propiciar educação superior à população desses municípios. Objetiva promover a excelência no ensino, na extensão e na pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de seres humanos cidadãos, conscientes de sua inserção e responsabilidade social.

Germinando na minha terra vai nascer justiça e pão/ Pra que os filhos dos meus filhos possam se plantar no chão (...)”³⁰. Em segundo lugar foi classificada a música “*Existencial*”, letra de Vinícius Brum e música de Vinícius Brum e Tuny Brum. Foi interpretada por um trio de destaque no cenário nativista: Eraci Rocha, Chico Saratt e Vinícius Brum. O terceiro lugar ficou para “*Pão-Calendário*”, letra de Hércules Grecco e música de Doly Carlos da Costa, com interpretação de Daniel Torres, Nilton Brasil e Os Posteiros. A participação do público foi um dos destaques do festival, também transmitido pelo telão do ginásio da Associação dos Motoristas. Cerca de cinco mil pessoas participaram da 11ª edição da Ciranda e comprovaram a importância da realização do evento musical, reafirmando os laços culturais da região.

Considerações finais

A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense além de ser um festival de música, também foi um movimento cultural, uma vez que procurou englobar pesquisa, debates, seminários, costumes, tradições, arte em suas mais variadas manifestações, coordenadas sob a responsabilidade do Centro de Estudos Teuto-Rio-Grandense, com a participação efetiva da comunidade em geral.

Foi um evento plural com variados estilos, ritmos, regionalismos. Conseguiu firmar/criar uma identidade própria, valorizar a cultura local, passou por adequações, modificações, permitiu manifestações de várias etnias presentes na formação do Estado do RS, abriu as portas para a música popular urbana. A Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense valorizou a musicalidade nos seus mais variados aspectos e intensificou relações interétnicas por meio da música, da dança e da festa.

Referências

BATISTA NETO, Jônatas. *História da Baixa Idade Média (1066 – 1453)*. São Paulo: Ática, 1996.

³⁰ ADOP. Caixa Ciranda 22, pasta 1, envelope 2.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990
- GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 2a Ed., 1983.
- HERRMANN, Helena Marta; SMANIOTTO, Elaine. Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense. In: REINHEIMER, Dalva [et al.] *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf /FACCAT, 2011.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- JACKS, Nilda. *Mídia Nativa: Indústria cultural e cultura regional*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- MENDONÇA, Paulo de Freitas. Tradicionalismo ou Nativismo. Disponível em: <<http://www.nativismo.com.br>>. Paginação irregular. Acesso em 03/06/ 2008
- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1992.
- SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

Outras fontes

- Acervo Documental e de Pesquisa – ADOP: Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense de Taquara/ FACCAT/Laboratório do Curso de História.
- LOPES, Osval. Entre na II Ciranda. Taquara convida a partir de quinta-feira. *Folha da Tarde*. 13/07/1976, p. 52
- Revista Tarca*. Tarca Editores. Porto Alegre, 1984, nº 1, p. 11.

V FESTA ALEMÃ DA GINÁSTICA, CANÇÕES E IDENTIDADE NO CONCURSO LITERÁRIO DE 1907

Imgart Grützmann*

O concurso literário da *Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul*

Em julho de 1906, a diretoria da *Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul*, presidida à época por Jacob Aloys Friederichs, sediada em Porto Alegre/RS, que reunia parte das sociedades de ginástica existentes no estado sulino, responsável também pela realização periódica da festa da ginástica, decidiu organizar um concurso literário para a escolha “de uma canção alemã de acordo com uma melodia popular para a glorificação do Brasil” (DER VORSTAND..., 1906, p. 3)¹, motivada pela opinião de que “o feliz cantante alemão-brasileiro não festeja praticamente uma festa sem sentir profundamente a falta de uma canção, que cante em língua alemã o esplendor de seu amado Brasil” (NASCHOLD, 1907, p.8).

A participação nesse certame estava atrelada a regras fixas, estipuladas pela comissão organizadora em edital (DER VORSTAND..., 1906, p.8), que conferiram um caráter de encomenda à produção poética, a saber: as canções permaneceriam em poder da *Deutsche Turnerschaft*;

* Doutora em Letras – UFPel. Esta comunicação retoma e amplia questões discutidas em GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ A tradução das fontes em língua alemã utilizadas no texto foi efetuada pela autora da comunicação.

do ponto de vista formal, as canções podiam ter entre três e quatro estrofes; sua composição musical deveria estar de acordo com a melodia de uma das seguintes canções alemãs: *Stimmt an mit hellem, hohen Klang; Gaudeamus igitur; Strömt herbei, ihr Völkerscharen; Hier sind wir versammelt zu loblichen Tun*, cuja escolha ficava a critério de cada participante; a canção vencedora integraria a programação festiva da V Festa Alemã de Ginástica, notadamente do *Fest-Kommers*, parte central do *Begrüßungsabend*, que abria a festividade, prevendo-se sua entoação após o brinde ao Brasil; a entrega do prêmio ao vencedor do certame, um troféu com dedicatória, também ocorreria neste momento.

Inicialmente, a V Festa Alemã de Ginástica estava prevista para ocorrer nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1906, na cidade de Porto Alegre, mas sua realização, na Capital sulina, foi transferida para os dias 19, 20 e 21 de outubro de 1907. Seu adiamento decorreu das dificuldades advindas de uma praga de gafanhotos, que assolou o meio rural, e pela greve dos trabalhadores em Porto Alegre, iniciada em setembro de 1906, na Oficina de Mármore de Jacob Aloys Friedrichs, líder étnico e associativista e comerciante, movimento esse que, entre os dias 3 e 21 de outubro do mesmo ano, “assolou boa parte da elite comercial e industrial da cidade” (SILVA, 2006, p.87).

O concurso contou com a inscrição de 29 canções, das quais a comissão julgadora selecionou 10 canções e destas a canção vencedora: *Lied der Deutschbrasilianer*, de Otto Meyer. As demais canções, por ordem de classificação foram: *Lied*, de Otto Hermann Menchen; *Brasilien Heil!*, de Arno Philipp; *Lied*, de Arthur Spindler; *An Brasilien*, de Alfred Wiedemann; *Lied*, de Heim Heiderieter (pseudônimo de Alexander Bleckmann); *Heil dir, teures Land Brasil!*, de Gustav Natorp; *Lied*, de Wilhelm Süffert; *Lied*, de Gustav Doß; *Heil Brasilien*, de Ernest Niemeyer. A maioria dos autores das canções procedia de Porto Alegre, com exceção de Otto Meyer e Wilhelm Süffert, oriundos de Santa Cruz; Gustav Doß, de Rio Grande; e Gustav Natorp, de Candelária. Em outubro de 1907, as dez canções vieram a lume, por ordem de classificação, na

brochura comemorativa *Fest-Schrift zum 5. Deutsches Turn-Fest* e no jornal *Deutsche Zeitung*², de Porto Alegre.

O concurso idealizado pela *Deutsche Turnerschaft* não foi uma ação isolada na década de 1900. A *Deutsche Schulverein für Santa Catarina* lançou, em maio de 1907, um concurso similar, que contou com 36 inscritos, tendo sido vencedora a canção *Mein Vaterhaus*, de Rudolf Damm, professor em Blumenau (DIE MITTEILUNGEN..., 1907, p.2). No mesmo ano, nos Estados Unidos também ocorreu um certame voltado à escolha de uma canção que externasse o sentimento patriótico dos imigrantes alemães e de seus descendentes pela terra norte-americana (EIN NEUES..., 1908, p.1-2).

Na presente comunicação, pretende-se analisar as dez canções em língua alemã oriundas do certame da *Deutsche Turnerschaft*, centrando-se o foco nas representações identitárias veiculadas em sua tessitura. Para tanto, essas canções são entendidas como formas simbólicas, integrantes de “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como significativos” (THOMPSON, 1999, p.79), possuidoras de um “caráter de constructos situados social e historicamente, que apresentam uma estrutura articulada através da qual algo é representado ou dito” (Idem, p.377). Diante disso, as canções contêm em sua tessitura representações construídas a partir de “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p.17). Sob essa perspectiva, a análise das representações contidas nas canções não visa a averiguar a sua conformidade com o real, mas evidenciar o modo como o texto literário constrói, por meio da sua linguagem, efeitos de sentido. O real assume, nesta perspectiva, outra conotação, constituindo-se a realidade “a própria maneira como ele [texto] a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura” (CHARTIER, 2002, p.56). No que tange à identidade, parte-se da idéia de que “a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e

² Cf. *Deutsche Zeitung*, nr.237-239, outubro de 1907.

social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2000, p.76). Essa chave de interpretação também se utiliza para as representações identitárias étnico-nacionalista, pois, em uma perspectiva relacional, a etnicidade não se configura como uma “qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas como uma forma de organização ou um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.124-125).

De bons cidadãos e alemães: representações identitárias nas canções de 1906/1907

Na ótica dos dirigentes da *Deutsche Turnerschaft*, o principal resultado do certame residia na demonstração de que “entre os alemães-brasileiros predomina um grande amor e uma grande veneração pelo país onde nasceram ou adotaram por livre escolha” (LIEDER-Wettbewerb, 1907, p.2). Nas canções do certame, a veneração e o afeto pelo Brasil concretizaram-se por meio de um eu-poético, que enfatiza seu deslumbramento e sua adoração pela terra brasileira, sentimentos que gravitam em torno de elementos específicos e recorrentes nessas produções literárias.

Nelas, predomina a celebração do Brasil pela exaltação da terra brasileira, identificadora e diferenciadora desse território, no qual os imigrantes e seus descendentes habitam, cuja beleza e exuberância conferem ao espaço nacional uma especificidade capaz de particularizá-lo entre os demais países. Em *Lied der Deutschbrasilianer*³, o eu-poético representa a terra brasileira como um espaço pródigo, pois “Fülle liegt auf deinen Fluren/Gottgesegnet Vaterland” (MEYER, 1907, p. 6). Trata-se ainda de uma terra primitiva e virginal, onde as marcas dos primórdios da criação ainda estão visíveis: “Leuchtend zeigst Du noch die

³ Toma-se como referência a seguinte publicação veiculadora das canções oriundas do concurso: DEUTSCHER TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. *Fest-Schrift zum 5. Deutschen Turn-Fest in Porto Alegre*. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1907. p.6; p. 9-11.

Spuren/Von des Schöpfers Meisterhand:/In des Mittags blaue Fernen
 /Wob sie goldne Sonnenpracht,/Mit des Himmels schönsten
 Sternen/Schmückt' sie funkelnd deine Nacht" (Idem, *ibid.*). Em *Lied*, o
 louvor ao Brasil também ocorre pela menção à grandeza do território "Du
 Land, so groß und hehr" (SPINDLER, 1907, p. 9). Em *Lied der
 Deutschbrasilianer* a grandiosidade da terra é celebrada por meio da
 comparação da impetuosidade e do arrebatamento da canção e do canto
 masculino à beleza e pureza do céu e aos contornos geográficos e aos
 elementos naturais do Brasil: "Rein, wie hoch am Himmelsbogen/Unsrer
 Heimat Sterne stehn,/Mächtig, wie die Meereswogen/Gegen unsre Küste
 gehn,/Soll der Heimatsang uns dringen/Aus der treuen Brust hervor,/Soll
 Brasiliens Preis erklingen" (MEYER, 1907, p.6). A exaltação do Brasil
 também ocorre por intermédio da natureza pátria, pautada pela
 valorização dos aspectos naturais, superlativos e majestosos, lugar em
 que "die hohen Palmen sprießen/In den Wäldern himmelan,/Und die
 Riesenströme fließen/Weithin bis zum Ozean! (SPINDLER, 1907, p.9).
 Em *Lied*, a grandeza da paisagem também é ressaltada pela abundância
 da flora e da fauna, que conferem a esse espaço a feição de um berço
 esplêndido: "Undurchdrungen in die Weiten/Zieht des Urwald's grüner
 Dom/Und der Campos sonn'ge Heiden,/Wild durchbraust von manchem
 Strom./Palmen rauschen in den Lüften/Ihre leise Melodie/Und in bunter
 Blumen Düften/Schwelgt der kleine Kolibri" (SÜFFERT, 1907, p.11).
 Além da exaltação da terra brasileira, em *Lied*, como "sonnig'
 Palmenland" (MENCHEN, 1907, p.9) e, em *An Brasilien*, "schönster
 Fleck im Gottesgarten,/Dufterfülltes Palmenreich!" (WIEDEMANN,
 1907, p. 10), as canções ainda trazem o sabiá como elemento
 caracterizador da paisagem pátria, como em *Heil dir, teures Land Brasil!*:
 "Schönstes von den Ländern allen,/Die mein suchend Auge fand!/Land,
 wo hoch die Palmen rauschen,/Blühn der Wunderblumen viel,/Land, wo
 dem Sabiá wir lauschen,/Du mein teures Land Brazil! (NATORP, 1907,
 p.10). Na celebração do Brasil, país majestoso e superlativo, visto que,
 como assinala *Lied*, "hier haben sich Reichtum und Größe gesellt/Und
 Schönheit" (DOß, 1907, p.11), e, conforme *Lied*, "Land der Fülle"
 (HEIDERIETER, 1907, p.10), os elementos da natureza ainda podem ser
 associados às cores da bandeira nacional, como em *An Brasilien*:
 "Golden zieh'n die Sonnenstrahlen/Durch das üppig grüne Land,/Grün
 und golden leuchtend malen/Wogen sich und Meeresstrand"
 (WIEDEMANN, 1907, p.10).

Na celebração da terra brasileira, as canções também exaltam a qualidade do solo, que permite aos imigrantes alemães e a seus descendentes a realização de um trabalho frutífero e exitoso. Em *Lied der Deutschbrasilianer*, o eu-lírico representa o solo nacional como fornecedor de um princípio vital em sua acepção de seiva e âmago: “Deine fruchtgetränkte Erde/Gibt uns Mut zu frohem Tun,/Gibt uns Muße,/Um am Herde,/Sonder Sorge auszuruhn” (MEYER, 1907, p.6). Assim, a terra ou o solo proporciona aos imigrantes e a seus descendentes a força motriz para a lida e para o descanso sem preocupações depois das atividades, já que a gleba (Scholle) é frutífera e geradora de lucros, configurando-se o trabalho em um valor central a ser exaltado. A relação próxima com o solo, visto como nutriz, também permite a emergência e o desabrochar de descendentes de imigrantes marcados pela liberdade, pelo vigor, pela firmeza e tenacidade, portanto, seres capazes de desenvolver atividades produtoras: “Aus des Bodens Scholle ziehen/Wir des Lebens bestes Mark,/Aus des Bodens Kraft erblühen/Die Geschlechter frei und stark” (Idem, *ibid.*). A representação do Brasil como terra abençoada também está em *An Brasilien*: “Dir, Brasilien, gab als Spende/Auf den Weg der Herr der Welt/Für des Menschen fleiß’ge Hände/Segensreiches Arbeitsfeld./Unermeßlich ist die Gabe,/Die aus Deinem Boden sprießt./Daß ein Jeder sich erlabe,/Der die Quelle recht erschließt” (WIEDEMANN, 1907, p. 10). A terra que permite a atuação exitosa, pois “der Fleiß sich reichlich lohnt” (SPINDLER, 1907, p.9), sendo o trabalho recompensado com o bem-estar e a prosperidade, ainda exemplifica *Lied*: “Deines Bodens ew’ge Güte/Lohnet reich der Arbeit Fleiß,/Und des Wohlstandes schöne Blüte/Steigt aus wack’ren Mühens Schweiß” (HEIDERIETER, 1907, p.10). Ainda no que tange ao trabalho, as canções enfatizam o desejo de os imigrantes e seus descendentes se consagrarem ao Brasil por meio do trabalho, visando a contribuir para a sua prosperidade e seu progresso, como ilustra *Lied*: “Unser Wirken, unser Streben/Soll nur gelten Dir allein,/Freudig woll’n wir unser Leben/Dir, Brasilien, einzig weih’n!” (SPINDLER, 1907, p.9). Numa linha similar, o eu-poético de *Lied* também sublinha o alcance coletivo da dedicação ao Brasil por meio do trabalho: “Unser Schaffen, unser Streben/Gelte dir und deinem Glück” (MENCHEN, 1907, p.9). Aqui está presente a noção de trabalho colaborador, a qual “é apresentada como sinônimo de patriotismo, mas que não deve ser confundido com

nacionalismo, e sim como uma extensão dos deveres do cidadão” (SEYFERTH, 1982, p.14-15).

A hospitalidade do Brasil em relação aos estrangeiros constitui outro elemento presente na glorificação do País, como exemplifica *Heil dir, teures Land Brasil!*: “Siehe, Söhne aller Zungen/Flüchten sich in deine Hut;/Herz geschwellt von mut’gem Hoffen,/ Lenkten sie zu dir den Kiel,/Und dein Arm stand Allen offen,/Du mein gastlich Land Brazil! (NATORP, 1907, p.10). Em *Lied*, acentua-se que “das Gastrecht gilt im Lande/Als ein alter, heil’ger Brauch” (SÜFFERT, 1907, p.11), do qual os imigrantes e seus descendentes puderam gozar, já que foi “das Land, das den Vätern einst Willkommen gewinkt” (DOß, 1907, p.11), de modo que “Haus und Herd erstand auf’s neue/Für den Fremdling, Flur und Hain,/Und mit guter, deutscher Treue/Soll dies stets vergolten sein” (SÜFFERT, 1907, p.11).

Nas canções do concurso da *Deutsche Turnerschaft*, a liberdade é outro elemento de destaque no louvor ao Brasil, visto como “Land der Sonne,/Wo der freie Bürger wohnt” (SPINDLER, 1907, p.9) e “Hort der Freien” (MENCHEN, 1907, p.9), cujo tesouro maior consiste na “freie Sprache, freier Glaube,/Freie Sitte” (SPINDLER, 1907, p.9), uma terra de valor para a humanidade, sendo representada como “Zufluchtstätte,/Der die Freiheit höchstes Gut!/Niemand trag’ des Sklaven Kette,/Der da lebt in Deiner Hut./Raum genug für Millionen,/Die das Dasein quält zu viel,/Die auf Flucht vor Druck und Kronen/Bietest Du, o mein Brasil!” (HEIDERIETER, 1907, p.10).

A glorificação do Brasil nas canções do certame de 1907 ainda ocorre por intermédio da veneração dos símbolos nacionais brasileiros. Destaque recebe a bandeira, um símbolo material da nação, que reforça, no plano simbólico, a ligação com o território politicamente delimitado, como ilustra *An Brasilien*: “Weht empor, vertraute Farben,/Stolzes Banner, sei entrollt!/Wo wir Heimatrecht erwarben,/Sei Symbol uns grün und gold!” (WIEDEMANN, 1907, p.10). Perante o símbolo nacional o eu-poético de *Lied* reitera a sua disposição de defender o Brasil em momentos de perigo, inserindo essa vontade numa tradição iniciada pelos antepassados: “Weh’ den Feinden die dich höhnen./Allen Glück, die für dich stehn./Land, für das die Väter starben,/Schwören wollen wir auf’s neu/Auf die grün und gold’nen Farben/Dir den Eid der deutschen Treu”

(MENCHEN, 1907, p.9). O respeito aos símbolos nacionais externa-se ainda na menção ao Cruzeiro do Sul, constelação também representada na bandeira brasileira e no brasão nacional, como exemplifica *Brasilien Heil!*: “Wie ob Deinem Haupte gleißend/Strahlt das Kreuz mit holdem Schein,/Hoffnung blinkend, Glück verheißend” (PHILIPP, 1907, p.9).

Assim, as canções oriundas do concurso da *Deutsche Turnerschaft* caracterizam-se por um eu-poético, de alcance coletivo, sintetizado na maioria das produções pela primeira pessoa do plural, que declara enfaticamente o seu sentimento de afeto pelo Brasil, invocado como pátria (Vaterland) e terra natal (Heimatland). Dessa terra, ele engrandece e celebra aspectos específicos: natureza, qualidade do solo, hospitalidade, liberdade, símbolos nacionais. Nas canções, o eu-poético ainda enfatiza a lealdade dos imigrantes e de seus descendentes ao Brasil e a sua disposição de contribuir por meio de seu trabalho para o progresso do País. Trata-se de sentimentos que denotam reconhecimento, admiração, apreço, devoção, gratidão e respeito pela terra brasileira, os quais, no entanto, são sentidos por um eu-poético que se declara alemão por meio do acionamento de demarcadores étnicos. Seu entusiasmo e respeito pelo Brasil estão escritos e são entoados em língua alemã, sendo a canção a forma literária apropriada para a celebração do Brasil como explicita a última estrofe de *Lied der Deutschbrasilianer*, na qual o eu-poético afirma que “Ewig heilig, ewig teuer/Bleibest Du dem deutschen Lied/Heimatland, in dem das Feuer/Unsres Herdes gastlich glüht” (MEYER, 1907, p.6). Na mesma produção literária, a canção e o canto coral masculino são sublinhados como os canais mais apropriados para externar os sentimentos dos alemães pelo Brasil, considerados fiéis: “Aus der treuen Brust hervor,/Soll Brasiliens Preis erklingen/Aus dem deutschen Männerchor” (Idem, *ibid.*), como também em *Lied*: “Brause hin mit Sturmgetöse,/Klinge hell wie lauter Erz./Künd, was für Brasiliens Größe/Lebt in deutscher Männer Herz” (MENCHEN, 1907, p.9). A fidelidade, atributo central do eu-poético e gerador dos sentimentos de lealdade pelo País, é explicitamente declarada como alemã: “Schwören wollen wir auf’s neu/Auf die grün und gold’nen Farben/Dir den Eid der deutschen Treue”(Idem, *ibid.*) ou “mit guter, deutscher Treue/Soll dies stets vergolten sein” (SÜFFERT, 1907, p.11). Do mesmo modo, a diligência, outra característica do eu-poético, também é vista como um atributo dos alemães. Em *Lied der Deutschbrasilianer*, o labor e a

diligência, com que os imigrantes e seus descendentes cultivam a terra brasileira, são acentuados e tornam-se os motivos centrais da prece feita pelo eu-poético ao final da canção: “Laßt uns schaffen mit der Stärke/Dessen, der die Heimat liebt,/Laßt uns beten, daß zum Werke/Gott uns das Gedeihen gibt!” (MEYER, 1907, p.6).

A partir destas características do eu-poético, evidencia-se uma representação identitária alemã-brasileira (*deutschbrasilianer*), na qual a nacionalidade corresponde ao primeiro termo e a cidadania ao segundo, em voga no período de realização do concurso. Nas canções, a nacionalidade alemã está vinculada à língua alemã, à canção e aos atributos da fidelidade e da diligência; a cidadania, por sua vez, relaciona-se ao trabalho, ao respeito pelos símbolos nacionais e à defesa da pátria brasileira. Esta representação identitária, veiculada pelas canções do certame da *Deutsche Turnerschaft*, integrava as discussões dos defensores do germanismo, desde a segunda metade do século XIX, acerca da germanidade (*Deutschtum*) e da relação dos imigrantes e seus descendentes com o Brasil do ponto de vista político e cultural. Por germanismo, entende-se “uma ideologia de caráter etnocêntrico” (SEYFERTH, 1989, p.126) e “uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p.32), em grande parte tributária das premissas da ideologia étnica alemã (*völkische Ideologie*)⁴, cujos pressupostos, por sua vez, procediam, em grande parte, do pensamento romântico-nacionalista alemão, especialmente no tocante às noções de povo, caráter nacional, língua, literatura e virtudes, e,

⁴ No que tange ao Rio Grande do Sul, as relações entre o germanismo e *völkische Ideologie* foram explicitadas por: PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg: Universidade de Hamburg, 1984. Tese (Doutorado em Filosofia), Universität Hamburg, 1984; os fundamentos do germanismo e a recepção das noções de Johann Gottfried Herder encontram-se em GRÜTZMANN, Ingrid. Op. cit., 1999; GRÜTZMANN, Ingrid. “Do que herdaste dos teus antepassados, debes apropriar-te, a fim de possuí-lo”: o germanismo e suas especificidades. Relatório de pesquisa recém-doutor apresentado à FAPERGS, Porto Alegre, 2001.

posteriormente, das teorias raciais⁵. Nessa concepção de identidade alemã-brasileira defendida no germanismo, seus idealizadores partiam do pressuposto de que “nós somos indubitavelmente brasileiros, isto é, nós radicamos nesta terra, retiramos a nossa força deste solo e respiramos unicamente esse ar vital” (L., 1903, p.1) e de que “o rendimento de nosso labor e de nossa produção deverão beneficiar a nossa pátria (Vaterland). Sua felicidade nossa felicidade, seu sofrimento nosso sofrimento” (Idem, *ibid.*). Observa-se, assim, que a relação com o Brasil fundamenta-se na vivência da natureza e no trabalho dedicado à pátria. Ainda de acordo com essa perspectiva, ressaltavam que “mas em conformidade com o nosso modo de ser somos alemães; e essa essência interior concede-nos a nossa particularidade e o nosso valor especial. Nós não queremos ser melhores de que nossos concidadãos de outra descendência, mas somos de outra conformação” (Idem, *ibid.*). No que tange à identidade alemã-brasileira, proposta por defensores do germanismo, Giralda Seyferth salienta que nela a nação alemã “nada mais é do que uma entidade étnica e cultural, e a nacionalidade é herdada através do sangue e perpetuada através da manutenção dos valores étnicos e das instituições da *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional)” (SEYFERTH, 1989, p.126) e a cidadania brasileira era “dada pelo direito de solo ou pela naturalização” (Idem, *ibid.*). Nessa perspectiva, o germanismo “não pregava a integração à nação brasileira, mas tão somente ao estado brasileiro, através de uma vinculação política e econômica” (Idem, *ibid.*). Embora a “etnicidade não [seja] vazia de conteúdo cultural (os grupos encontram ‘cabides’ nos quais pendurá-la)” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.129) [grifo dos autores], é importante salientar que o processo de construção e afirmação de uma identidade étnica “implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de

⁵ Cf. MOSSE, Georg L. *Ein Reich, ein Volk, ein Führer. Die völkischen Ursprünge des Nationalsozialismus*. Frankfurt/Main: Athenäum, 1979; EMMERICH, Wolfgang. *Germanistische Volkstumsideologie. Genese und Kritik der Volksforschung im Dritten Reich*. Tübingen: Tübinger Vereinigung für Volkskunde, 1968.

identificação com um grupo étnico” (Idem, *ibid.*), o que no certame externava-se na língua, canção, fidelidade e diligência.

Canções, glorificação do Brasil, perigo alemão e relações interétnicas

Os organizadores do concurso da *Deutsche Turnerschaft* enfatizavam que, por meio das canções em língua alemã “os alemães-brasileiros mostraram publicamente a seus concidadãos de fala portuguesa até que ponto eles seriam capazes de se entusiasmar pelo Brasil e o quanto eles se sentem intimamente ligados ao país” (LIEDER-Wettbewerb, 1907, p.2). Na sua ótica, a palavra poética, além de atestar a fidelidade dos imigrantes alemães e de seus descendentes, havia contribuído para a “consolidação do sentimento de união entre os dois troncos lingüísticos – o luso-brasileiro e o alemão – por meio do lastro comum do patriotismo (*patriotismus*)” (Idem, *ibid.*), aspecto no qual “visualizavam o principal êxito do certame” (Idem, *ibid.*).

Como a escrita dessas canções e sua inserção em um concurso literário ocorreram dentro de um determinado contexto, há a necessidade de se levar em consideração esse aspecto na análise, visto que as formas simbólicas “estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1999, p.192). Numa linha similar, Chartier evidencia que as representações do mundo social não são universais, mas historicamente datadas, visto que “são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p.17). Em virtude dessas questões, deve-se perguntar pelas lutas simbólicas que, na década de 1900, estiveram na ordem do dia e fizeram a diretoria da *Deutsche Turnerschaft* lançar mão de uma forma literária específica com o objetivo de atestar o patriotismo dos imigrantes e de seus descendentes para os luso-brasileiros e, ao mesmo tempo, afirmar a identidade étnico-nacional alemã.

A *Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul* (PFEIFFER, 1997) dedicava-se ao cultivo da ginástica alemã e se pautava pelos ideais de Friedrich Ludwig Jahn⁶, criador da ginástica na Alemanha e um dos ideólogos do nacionalismo alemão. Na perspectiva da *Deutsche Turnerschaft*, a partir dos ideais de Jahn, “na ginástica encontrava-se a confirmação hodierna de uma particularidade étnica dos alemães, o pendor para todo tipo de exercícios físicos “(DER VORSTAND..., 1903, p.3), pendor esse que no passado havia preparado “para o povo alemão os libertadores do jugo francês, assim como hoje ajuda a manter sua sinceridade” (Idem, ibid.). Em razão disso, a diretoria da *Deutsche Turnerschaft* afirmava que “também nós queremos com a sua ajuda conservar esta particularidade étnica. Também ela deverá conservar a nossa virilidade” (Idem, ibid.). No Rio Grande do Sul, desde a segunda metade do século XIX, as sociedades de ginástica e as suas festas da ginástica foram consideradas como lugares, nos quais se podiam alcançar os objetivos inerentes à prática da ginástica: “formação da força e agilidade, geração das virtudes do cidadão – civismo e amor à pátria, valentia e consciência étnica – e formação da índole nacional alemã” (SOLLEN..., 1888, p.2). Nesse período, atribuiu-se à última função uma significação especial para localidades em que imigrantes e seus descendentes habitavam, já que “a ginástica nas sociedades é um meio a mais para cultivar as boas qualidades do *Volkstum* alemão” (Idem, ibid.), ressignificando-se, assim, uma das marcas das sociedades de ginástica na Alemanha, desde 1811: “centros del nacionalismo alemán” (MOSSE, 1997, p.76). Além da ginástica, a *Deutsche Turnerschaft* cultivava a língua alemã como uma especificidade étnico-nacional. Em seus estatutos de 1898, constava o idioma alemão como a língua oficial da sociedade e condição indispensável para a admissão de outras sociedades de ginástica em seu meio. Evidencia-se, assim, o envolvimento da *Deutsche Turnerschaft* com o germanismo e suas metas de cultivo e conservação da germanidade, já que a língua foi alçada à categoria de demarcador étnico-nacional.

⁶ Cf. UEBERHORST, Horst (Hrsg.). *Friedrich Ludwig Jahn: 1778/1978*. München: Moos, 1978.

A década de 1900, período do concurso das canções para celebrar o Brasil, caracterizou-se por um momento histórico em que as relações interétnicas estiveram marcadas pelo chamado perigo alemão, ou seja, “a possibilidade da anexação do sul do Brasil ao Império Alemão, ou da criação de um estado dentro do estado, por iniciativa de colonos que recusavam a assimilação” (SEYFERTH, 1989, p.118) e também de moradores da zona urbana. Na ótica de Gertz, “a idéia de não-integração, de segregação, de anti-patriotismo e de anti-cidadania ganhou nova dimensão com a criação do Império Alemão em 1871 e do quadro internacional daí resultante” (GERTZ, 1991, p.15), especialmente o colonialismo alemão e o interesse da Alemanha pelos seus emigrados. Nas desconfianças de intelectuais e autoridades brasileiras em relação aos núcleos de imigrantes e de seus descendentes, sintetizada na expressão perigo alemão, conforme salienta Seyferth, estavam ainda envolvidas questões tais como: “as atividades da Liga Pangermânica, respaldadas numa retórica racista e expansionista, a existência do *Deutschtum*, o próprio processo de colonização, além de denúncias americanas e francesas acerca de possíveis interesses alemães na América do Sul” (SEYFERTH, 1989, p.148), aos quais se somavam “os próprios ideais nacionalistas brasileiros, especialmente aqueles que viam na imigração européia a forma mais rápida de ‘branquear’ o país” (Idem, p.148-49) [grifo do autor]. Os ideais de assimilação e de nação defendidos por parcelas de intelectuais e dirigentes brasileiros se chocavam com as concepções e metas professadas pelos defensores do germanismo, notadamente com o cultivo da germanidade, categoria essencializada, que se baseava na noção de que a nacionalidade é herdada, enquanto a cidadania é acidental, idéia concretizada na já mencionada representação identitária alemã-brasileira. Além dessa representação, os defensores do germanismo ainda instituíram, como estratégia de salvaguarda de seus interesses, a noção de que a germanidade era condição indispensável para a constituição de bons cidadãos e de bons trabalhadores, não representando um empecilho para a constituição da nação brasileira. A *Deutsche Turnerschaft* era partidária dessa idéia, difundida também na programação da V Festa da Ginástica de 1907 por meio de discursos nos quais “vinha à tona o *Leitmotiv* de que os alemães-brasileiros, notadamente quando pretendem se tornar verdadeiros e úteis cidadãos a sua terra natal Brasil, em hipótese alguma devem abandonar a consciente e alta consideração de seus valores culturais germânicos e ideais” (V

DEUTSCHES..., 1907, p.1). Na mesma festa, afirmava-se também, no tocante às relações interétnicas, que “isso os círculos ilustrados dos luso-brasileiros já deveriam há muito ter entendido, e [deveriam] melhor apreciar o de origem alemã quanto mais ele atribuir valor em não se tornar, no sentido cultural, um renegado de seu *Volkstum*” (Idem, *ibid.*). Sublinhava-se ainda categoricamente o empenho da *Deutsche Turnerschaft* neste trabalho considerado de cunho patriótico, pois ela “não se opõe ao cultivo da germanidade espiritual para a formação de bons patriotas brasileiros, mas, ao contrário, trabalha no forte fomento dessa tendência, isso comprova a *Turnerschaft* rio-grandense, a qual em seu patriotismo brasileiro não se deixa superar por ninguém” (Idem, *ibid.*).

Como para a *Deutsche Turnerschaft* e para os defensores do germanismo a questão do perigo alemão representava um entrave para a sua política de preservação da germanidade, houve a necessidade de um mecanismo que eliminasse ou minimizasse essa desconfiança em relação aos imigrantes e seus descendentes perante representantes do grupo de origem luso-brasileira. A canção foi escolhida pela *Deutsche Turnerschaft* como esse expediente, pois essa forma literária era considerada a modalidade apropriada para a transmissão dos sentimentos dos imigrantes e de seus descendentes em relação ao Brasil, conforme ilustra *Lied*: “Schwing’ dich auf in Sturmkorden/Freier Männer Weihelied./Künd’ in stolzen kühnen Worten./Was die Brust uns heiß durchglüht” (MENCHEN, 1907, p.9). A atribuição à canção da função de espelho e de documento dos sentimentos patrióticos dos imigrantes e de seus descendentes ancora-se no pensamento romântico-nacionalista alemão, tributário das idéias de Johann Gottfried Herder acerca da poesia popular, noção basilar também do germanismo⁷. Herder considerava a canção como a modalidade literária que melhor expressava os sentimentos e as realizações de um povo e o primeiro canal por meio do

⁷ A relação entre canção e germanismo, a partir de Herder, encontra-se em: GRÜTZMANN, Imgart. Canções alemãs tecendo os fios da germanidade no Rio Grande do Sul. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos J. (Orgs.) *Leituras e interpretações da imigração na América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2007. P.805-814.

qual ele extravasava os anseios de seu tempo: “su canciones son el archivo del pueblo, el caudal de sua ciencia y religión, de su teogonia y sus cosmogonias, de las hazanas de sus antepassados y los sucesos de su historia; son calcos de su corazón, imagen de su vida domestica con sus alegrías y penas” (HERDER, 1950, p.31).

Assim, em virtude de suas possibilidades de expressão, autenticidade e credibilidade, a canção foi vista como atestado público da sinceridade do amor à pátria dos imigrantes e de seus descendentes, visando a demonstrar que este grupo não se enquadrava nas desconfianças de lideranças e de intelectuais luso-brasileiros, pois “quando nós colocamos o melhor do que possuímos, as melodias populares alemãs, a serviço da pátria brasileira, então não poderá ser negado ao nosso patriotismo o ardor e a sinceridade” (DEUTSCHER Sang..., 1907, p.2). Além disso, a canção podia conferir visibilidade pela sonoridade aos sentimentos dos imigrantes e de seus descendentes, pois “Laßt aus voller Brust erklingen/Für Brasilien unser Lied!/Weit in alle Welt soll dringen,/Was uns durch die Seele zieht” (SPINDLER, 1907, p.9). Essa visibilidade também adquiria um sentido e um alcance coletivo, já que cantar em louvor ao Brasil significava tomar parte na simbologia inerente a essa atitude patriótica que tende para a união entre as pessoas vinculadas a um país, assemelhando-se à entoação de um hino nacional. Para Arnaldo Saraiva, cantar um hino nacional “seria ao mesmo tempo praticar e apelar para essa união, unidade, unificação, – quer dizer, tentar garantir a sobrevivência de um grupo. E mais: figurar certos desejos, impulsos, sentimentos (que poderiam ir da simples dignidade humana à grandeza e ao heroísmo) (SARAIVA, 1982, p.12).

A canção, por outro lado, também podia servir à manutenção da germanidade ensinada pela *Deutsche Turnerschaft* e pelos defensores do germanismo. Atribuía-se a essa forma literária a possibilidade de ligação com a Alemanha, pois “wenn in traitem Freundeskreise/Froh erklingt das deutsche Lied,/Ist’s, ob Kindessehnen leise/Mich zur Stammesheimat zieht./Dein gedenk’ ich, Mutter hehre,/Dein in treubewahrtem Laut” (PHILIPP, 1907, p.9). Além de ser vista como a modalidade literária que reflete os autênticos sentimentos de um povo, a canção também foi concebida no germanismo, a partir das idéias de Herder acerca da poesia popular, como símbolo e repositório da identidade étnico-nacional alemã. Na ótica de Herder, “así como naciones enteras les es proprio un solo

lenguaje, así les son propios también ciertos giros favoritos de la fantasía, modismos y objetos de sus pensamientos, en suma, un ingenio que a pesar de toda diferencia en el detalle, se expresa en las obras predicletas de su espíritu y corazón” (HERDER, 1950, p.35) [grifo do autor], denominado pelo teórico alemão de caráter nacional. Ele, por sua vez, se “exterioriza tanto en los escritos como en las costumbres y actividades de una nación” (Idem, ibid.), desenvolvendo-se “con más seguridad en las obras poéticas, es decir, en las que son productos de la fantasía y de los sentimientos ya que en estas el alma íntegra de la nación se muestra más libremente” (Idem, ibid.) [grifo do autor]. Assim, ao trazer dentro de si o caráter ou a alma nacional, a canção possibilitava o vínculo com a Alemanha e a manutenção da germanidade.

A ligação com a Alemanha e a identidade étnico-nacional também ocorria por meio da constituição das canções oriundas do certame da *Deutsche Turnerschaft*, cuja base musical provinha das melodias das quatro canções alemães indicadas no edital de 1906, anteriormente mencionadas. A presença dessas antigas melodias alemãs, na condição de intertextos, ou seja, “elementos anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas seja qual for o seu nível de estruturação” (JENNY, 1979, p. 14), introduzem as canções do concurso em uma rede textual já existente. Deste modo, a canção alemã utilizada para a melodia bifurca a nova produção poética, abrindo uma sintagmática que insere e interliga os leitores/ouvintes na cultura da produção subjacente, que é constantemente reatualizada durante o ato de cantar. Este efeito de concordância e de continuidade, a ser estabelecido por meio da paráfrase, que repousa sobre o idêntico e o semelhante, ocultando-se “atrás de algo já estabelecido, de um velho paradigma” (SANT’ANNA, 1985, p.28), visava atualizar e reforçar os elos de ligação com a germanidade e com a Alemanha no ato de ler, cantar e ouvir as canções.

A realização do concurso da *Deutsche Turnerschaft* evidencia que seus organizadores vislumbravam na literatura uma poderosa aliada para afirmar o amor ao Brasil dos imigrantes e seus descendentes perante dirigentes e intelectuais de origem luso-brasileira, em um momento histórico de crise nas relações interétnicas, acentuada em decorrência do perigo alemão. As representações identitárias veiculadas nas canções oriundas do certame inseriam-se em uma disputa que visava a assegurar

interesses, identidades, lealdades e legitimidades, a partir da perspectiva alemã, calcada na idéia de que o cultivo da germanidade servia de base para o exercício da cidadania, que seria tanto melhor quanto mais intactos fossem os demarcadores étnico-nacionais alemães. Cabe lembrar que a mobilização da canção para afirmar, dar credibilidade e legitimar o patriotismo dos imigrantes e de seus descendentes, bem como para assegurar o vínculo com a germanidade e a Alemanha, foi obra de um grupo específico – a diretoria da *Deutsche Turnerschaft*- e de um determinado período histórico.

Referências

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DER VORSTAND DER 'DEUTSCHEN TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. Aufruf! *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.3, 15.09.1903.

DER VORSTAND DER 'DEUTSCHEN TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul. Preisausschreiben. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p. 3, 25.07.1906.

DEUTSCHER Sang und brasilianischer Patriotismus. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1-2, 19.12.1907.

EIN NEUES 'deutschen-Lied'. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1-2, 31.01.1908.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

HERDER, Johann Gottfried. *Poesia y lenguaje*. Buenos Aires: Facultad de Filosofia y Letras, 1950.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: INTERTEXTUALIDADES. Poétique no. 27. Coimbra: Almedina, 1979. p.5-49.

L[ONGINUS]. Die Deutschbrasilianer I. Koseritz' *deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1, 1903.

- LIEDER-Wettbewerb. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2, 21.10.1907.
- MITTEILUNGEN des „Deutschen Schulvereins für Santa Catarina”. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.2, 1907.
- MOSSE, Georg L. *La cultura europea del siglo XIX*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- NASCHOLD, C. Zu unserem Preisausschreiben. In: DEUTSCHER TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. *Fest-Schrift zum 5. Deutschen Turn-Fest in Porto Alegre*. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1907. p.13-24.
- PFEIFFER, Anton. Geschichte der Deutschen Turnerschaft von Rio Grande do Sul. In: DEUTSCHER TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. *Fest-Schrift zum 5. Deutschen Turn-Fest in Porto Alegre*. Porto Alegre: Cäsar Reinhardt, 1907.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SANT’ANNA, Afonso Romano de. *Paródia, paráfrase & Cia*. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1985.
- SARAIVA, Arnaldo. Hinos nacionais. In: _____. *Literatura marginal/izada*. Novos ensaios. Porto: Edições Árvore, 1982. p.11-25.
- SATZUNGEN DER DEUTSCHEN TURNERSCHAFT VON RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: [s.ed.], 1898.
- SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. *História: Questões & Debates*, Curitiba, p.113-155, jun-dez 1989.
- _____. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, nr. 37, 20 de outubro de 1982.
- SILVA, Haiké Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. A história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: ____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

SOLLEN wir Turnen? *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1-2, 21.08.1888.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

V DEUTSCHES Turnfest. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, p.1, 21.10.1907.

COMIGRAR UMA PROPOSTA ETNOGRÁFICA DE ESTUDO DE CASO

Jacqueline Lobo de Mesquita*

Comigrar uma proposta etnográfica de estudo de caso

O debate acerca do estatuto do estrangeiro no Brasil vem a algum tempo tomando espaço, tanto no meio acadêmico quanto no meio político. Desde a sua formulação em 1980, quando o intuito era assegurar principalmente a segurança nacional, tal cenário criava um “*estigma*” em torno do migrante, como se este fosse uma possível ameaça ao país. No ano de 2009 foi apresentado ao governo federal uma proposta de lei que alteraria este estatuto. Embora um novo projeto, visando a alteração do texto original tenha sido encaminhado ao senado a lei continua parada, e ainda hoje as relações dos estrangeiros com o Estado Brasileiro são pautadas por uma lei defasada. Com a proposta de repensar o estatuto do estrangeiro, em compasso com os princípios básicos de direitos humanos e as novas necessidades e realidades migratórias, a primeira COMIGRAR (Conferência sobre migrações e refugio) foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho, envolvendo migrantes, sociedade civil, associações, diversas nacionalidades, dentre outros. O objetivo deste artigo é analisar a Comigrar a partir de uma etnografia realizada durante os dias do evento afim de debater tal espaço como agenciador de discursos.

* Mestranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Introdução

Problemas climáticos, questões étnicas, culturais, econômicas, religiosas, dentre outros levam milhares de pessoas a deixarem seu país de origem e procurarem em outros novos horizontes. Diversas são as ONGs, pastorais, e instituições que relatam os diversos problemas encontrados durante as travessias ou tentativas de adentrar em um país novo. Relatos de exploração, mortes, desespero dentre outros são constantes não apenas por tais instituições acima citadas, mas também na voz daqueles que evidenciam todo o processo pelo qual passaram. As questões jurídicas se esbarram nos direitos humanos, pois de um lado é preciso pensar de maneira legal e legislar a respeito, por outro é preciso agir com empatia.

O que se observa atualmente é que a migração internacional é entre outros motivos, estimulada principalmente pela globalização. Ainda que o processo migratório seja um fenômeno bastante antigo, o contato com a produção da mídia, das histórias que são passadas de boca a boca, ou a própria forma como a imagem do Estado Brasileiro vem sendo produzida para os outros países cria um “sonho”, um ideal sobre como deve ser o Brasil.

Esse ideal imaginário, compartilhado por quase todos é o que Bennedit Anderson (1998), por exemplo, ao estudar a criação de nação, nacionalismo e nacionalidade contemplou em seu estudo. Segundo o autor mais do que inventadas nações são imaginadas, Anderson mostra ainda como esse caráter imaginário e compartilhado por certo grupo não se aplica apenas a formação/ criação da nação. Poderíamos pensar neste sentido de que forma, entre os imigrantes o Brasil vem se construindo como um país de sonhos, e ainda mais precisamente como até mesmo entre os Brasileiros a cidade de São Paulo aparece de modo imaginado.

Trabalhos recentes apontam para como o país vem sendo tratado pela mídia internacional¹. Em suma é com a globalização que o fluxo

¹ No trabalho realizado pelas autoras Cymbalista e Xavier, foi constatado que na Bolívia jornais publicam anúncios de emprego no Brasil no ramo da costura, incluindo moradia e alimentação (sem custos) e boas condições de trabalho.

constante de informações se intensifica. Segundo dados do IBGE em 2010 o país recebeu 268,5 mil migrantes internacionais, 86,7% a mais do que em 2000 (143,6 mil). O trabalho do Geógrafo Souchaud (2010) aponta para dados do IBGE referente a comunidade Boliviana. Segundo ele no censo do IBGE, em 2000, 8919 pessoas residentes nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) declararam ter nascido na Bolívia. Sauchad (2010) ressalta que quando se trabalha com o censo de 2000 referente a imigração boliviana este dado é específico quanto ao número de residentes. E assim como autores², ongs, e possivelmente até a policia Federal poucos acreditam que o numero aproximado de 9000 bolivianos vivendo em São Paulo seja na verdade muito maior.

A migração Boliviana teve pelo menos dois grandes fluxos para a cidade de São Paulo, o de 1950 e o segundo entre 1970 e 1980, referente à ocupação dos espaços na cidade de São Paulo, Souchaud aponta para pelo menos dois tipos: o primeiro e mais clássico, no centro da capital e o segundo direcionado para os subúrbios. Segundo o antropólogo Sidney Silva (2003) estes imigrantes ressignificaram determinados espaços, a Praça Kantuta é o exemplo abordado pelo autor, onde acontece a feira gastronômica aos domingos e que passou a ser também palco de grandes manifestações culturais bolivianas. (Silva PP 23).

Notas sobre a política imigratória brasileira.

A realidade migratória no Brasil e no mundo é presente em todos os aspectos que vivemos e vemos diariamente. No Brasil tal realidade é contemplada academicamente no trabalho de diversos autores. Caminhar

Segundo as autoras do grupo de entrevistados apenas 4 pessoas acharam que ganhariam acima do que ganham hoje. O que nos faz refletir sobre como as informações são passadas de um migrante para o outro e de que forma a rede de solidariedade é presente no dia a dia deste migrante. Entretanto estes aspectos não serão abordados neste trabalho. (Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. cadernos metrópole 17 pp. 119-133 10 sem. 2007).

² Autores que dizem que numero de bolivianos é bem maior do que realmente se diz ser.

por estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília entre muitas outras é ouvir diversas línguas, ver uma diversidade de etnias e uma pluralidade de culturas. Se hoje tal realidade é possível durante muito tempo no país ela foi alterada.

A política migratória brasileira que vigora hoje, expressa especialmente o modo pelo qual o estatuto do estrangeiro sofreu ao longo do tempo algumas mudanças, entre elas podemos ressaltar o modo como são encaradas questões como racismo, economia, dentre outros fatores. A política estabelecida ergueu um padrão sobre o imigrante ideal, este foi se alterando durante toda a história brasileira, entretanto alguns aspectos permaneciam intactos. Entretanto a maneira como este imigrante será considerado como ideal mudará no decorrer da história. Podemos relembrar alguns momentos durante a história brasileira que indicava qual seria este imigrante.

Apontamos aqui 4 principais momentos quanto a política migratória : Política Migratória Imperial (PM-I).; Política migratória da República (PM-R).; Política migratória no Estado Novo.(PM-EN) 1937-45; e recentemente uma Política migratória no século XXI (PM-XXI) em que pode entre algumas coisas falar de uma mudança no trato com os migrantes³.

De modo breve o primeiro momento PM-I pode ser caracterizado por uma entrada de imigrantes com o intuito de colonização e de substituição do trabalho escravo especialmente nas colheitas/plantio do café. Sobre o período PM-R pode-se dizer que foi o período de grande fluxo migratório, entre os anos de 1888 a 1914 em que ocorreu o maior volume de entrada de estrangeiros no país foram aproximadamente dois milhões e quinhentos mil indivíduos. O decreto 528 de 28 de junho de 1890 liberou a entrada de indivíduos válidos e aptos para o trabalho.

³ O trabalho A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E SUA LEGISLAÇÃO – 1822-1914, faz um levantamento histórico referente a política imigratória brasileira através de blocos históricos. Assim como o trabalho da prof. Giralda Seyferth que analisa de maneira histórica tais políticas.

Referente ao período aqui descrito como PM-EM, podemos ressaltar o interesse nacional em se formar uma identidade cultural única, ou seja, a brasileira. Lembremos por exemplo da proibição imposta em que imigrantes não podiam falar em sua língua /dialeto natal, escolas públicas não podiam ensinar em outra língua que não o português dentre outros. Sobre esta época em específico o historiador Fabio Koif-man aponta a partir do decreto de lei 3.175, de 1941 que embora por muito tempo tenha-se dado o devido credito pejorativo ao Itamaraty por negar os vistos de determinados estrangeiros, fora na verdade um homem que não fazia parte deste órgão quem dava o aval final para decidir quem podia ou não entrar no país.

O debate acerca do estatuto do estrangeiro no Brasil vem a algum tempo tomando espaço, tanto no meio acadêmico quanto no meio político. Desde a sua formulação em 1980, quando o intuito era assegurar principalmente a segurança nacional, tal cenário criava um “estigma” em torno do migrante, como se este fosse uma possível ameaça ao país. Na verdade a própria palavra – estrangeiro /imigrante – já sede espaço para debate. Segundo Sayad apud Lopes.

Um estrangeiro segundo a definição do termo é estrangeiro claro até as fronteiras mas também depois que passou as fronteiras continua sendo o estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro claro, até as fronteiras mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira deixa de ser um estrangeiro comum para tornar-se um imigrante. Se “ estrangeiro” é antes de tudo uma condição social é um critério social que faz do estrangeiro um imigrante. (Lopes, Asbalqueiro, Direito de imigração o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos, PP 230)

O estigma que gira em torno do imigrante não vai apenas na utilização dos termos estrangeiro ou imigrante. A perspectiva de que determinadas pessoas que adentrem no país não o deveriam fazer perpassa as frases escritas no papel, uma parcela da sociedade é contra imigrantes e isso é fato. A própria lei brasileira assumiu durante os anos 80 uma postura a criminalizar o estrangeiro, fazendo deste uma possível ameaça ao país.

No ano de 2009 foi apresentado ao governo federal uma proposta de lei que alteraria este estatuto. Embora um novo projeto, visando a alteração do texto original tenha sido encaminhado ao senado a lei continua parada, e ainda hoje as relações dos estrangeiros com o Estado Brasileiro são pautadas por uma lei defasada. Com a proposta de repensar o estatuto do estrangeiro, em compasso com os princípios básicos de direitos humanos e as novas necessidades e realidades migratórias, a primeira COMIGRAR (Conferencia sobre migrações e refugio) foi realizada na cidade de São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho, envolvendo migrantes, sociedade civil, associações, diversas nacionalidades, dentre outros.

COMIGRAR

A COMIGRAR foi um evento que durou três dias na cidade de São Paulo. Este evento foi resultado de diversas conferências online, reuniões municipais, e por fim pela reunião nacional. Em um primeiro momento foi criado um ciberespaço para debater temas referente ao estatuto do migrante, nesta etapa todos poderiam colocar sua opinião afim de construir um novo projeto que fosse de encontro com a realidade atual da migração. Feito isto, foi à vez de reuniões presenciais, estas poderiam ser requisitadas por entidades civis, ONGs, dentre outros.

O processo ao todo durou aproximadamente seis meses, que resultou em eixos temáticos chaves para serem analisados. Durante todo o decurso foram eleitos delegados que iriam ser responsáveis por fazer valer tudo aquilo que tivesse sido debatido, estes seriam os porta-vozes daqueles grupos. Tais delegados seriam enviados para a etapa nacional, da qual participariam também observadores⁴, ao passo que fossem também indicados. Uma das principais diferenças entre o delegado e o observador estava no caráter de voto, tecnicamente apenas delegados

⁴ Acompanhei por pelo menos duas vezes os debates na cidade do Rio de Janeiro, o debate promovido pela OAB no Rio de Janeiro, e também o de direitos humanos (UFRJ). Porém fui indicada para participar da COMIGRAR pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) e no dia 30 de Maio de 2014 fui para a abertura da COMIGRAR.

poderiam votar em propostas na etapa nacional. Referente a propostas foi comunicado no segundo dia de evento, que as presentes no caderno não poderiam ser retiradas, visto que foram resultado de um processo social no qual entidades, grupos dentre outros postaram suas opiniões, entretanto em cada tópico, poderiam ser acrescidas sugestões ou de mudança de texto, ou de inclusões.

No primeiro do evento foi a abertura oficial, a mesa de abertura foi composta por doze 12 pessoas das quais apenas três 3 mulheres sendo uma delas imigrante e também representante da sociedade civil. Todos foram alocados na mesa, um a um. A abertura foi filmada pelo canal NBR⁵, entretanto boa parte do que ocorreu durante a abertura foi editada e cortada. De maneira cronológica, primeiramente chamaram algumas pessoas da mesa para falarem, depois foi apresentado alguns resultados da gestão atual, houve a assinatura de um termo de compromisso entre União, Estado e Município, com medidas de curto e médio prazo para receber de forma organizada, imigrantes de diferentes nacionalidades em São Paulo. A assinatura do documento foi motivada pelo grande fluxo de haitianos que chegaram a São Paulo, depois da desativação do abrigo de Brasília, no Acre.

Durante o segundo dia de evento, além das salas onde ocorreram os debates havia uma Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias de Refúgio, nesta feira todas as 17 iniciativas que concorreram ao prêmio Simone Borges estavam presentes.

No último dia do evento foram apresentados alguns resultados do processo da COMIGRAR e também da feira presente no segundo dia de evento. Diferente do primeiro dia no último foi solicitado que um imigrante de cada nacionalidade fosse ao palco, e por diversas vezes estes fizeram uso da palavra.

Como recursos teóricos metodológicos, foram utilizadas análises de alguns discursos durante abertura da COMIGRAR, seguidas de

⁵ Abertura disponível no portal Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com>>. NBR é um canal de comunicação do governo.

observações que ocorreram nas salas que debateram eixos temáticos acerca do estatuto do migrante.

O primeiro dia da COMIGRAR

A abertura da COMIGRAR ocorreu na casa de Portugal, localizada na região central da cidade de São Paulo, próximo ao bairro da Liberdade. Já na entrada do evento era possível ver muitas pessoas, falando em diversas línguas. Visivelmente era possível perceber alguns de terno e gravata, mulheres de vestido, pessoas usando jeans e camiseta, casacos de frio, e alguns com roupas que mais tarde fui descobrir eram típicas do seu país de origem tais vestimentas foram vistas com frequência durante todos os dias do evento.

Segundo Barth (2000)⁶ a utilização de tais vestimentas pode ser observada ainda como fator identitário, ou sinais diacríticos, dentre eles podemos falar sobre roupas, língua, ou quaisquer outros fatores que o grupo considere como importante. A COMIGRAR se mostrou como um lugar no qual diferentes nacionalidades, e etnias dividiam um mesmo ambiente, sendo assim, ressaltar determinadas características de sua identidade étnica, cultural, dentre outras é uma forma de ocupação de tal espaço demarcando fronteiras.

Ao iniciar a abertura oficial da COMIGRAR o paraninfo chama a mesa as seguintes pessoas: Senhora Eloísa Arruda, secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo representando também o governador Geraldo Alckmin, Sr Aurelio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Sr Diego Beltran, Lais Abramo, Conselheiro Francisco Feltran, Sr Eduardo Storopoli, Rogerio Sotillo, Paulo Sergio de Almeida, João Guilherma Granja e Sra Monica Rodrigues (sociedade civil).

⁶ Levando em consideração o que Wright Mills escreve sobre o artesanato intelectual considero importante que o pesquisador deva ter conhecimento sobre a bibliografia envolvido em sua pesquisa. Sendo assim saliento que minha ida a campo, minhas observações, e possíveis análises partem de alguns teóricos tais quais, Sidney Silva, Giralda Seyferth, Barth dentre outros.

Houve homenagem a pessoas que representavam “boas” ações/práticas no quesito migratório, dentre eles foram homenageados, Padre Mario Geremia, Arcebispo Dom Sergio, Irma Vanuzia, Irma Patrícia, Padre Paldo Parz, Irma Rosita dentre outros.

Foi anunciado os ganhadores do Premio Simone Borges⁷, em terceiro lugar o Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário da Associação Antonio Vieiras, em segundo lugar Visitas a oficinas de costura do Centro de Apoio a Pastoral do migrante (foto) e em primeiro lugar a ação mulheres em movimento da Sociedade de Direitos.

No segundo dia houve um coffe break onde foi possível observar com mais clareza grupos que se vestiam “parecidos” juntos. Este também foi um espaço para que todos pudessem trocar cartões (prática que se mostrou bastante frequente durante todo o evento) conversar, comer, e conhecer outras pessoas⁸ que participavam do processo que foi a COMIGRAR. No segundo dia alguns grupos fizeram inscrições solicitando salas para debates. Tais salas seriam espaços para que conversassem sobre determinados temas que pudessem surgir ali, durante a COMIGRAR. Para descobrir para qual sala ir, havia alocado na parede folhas de sulfite com os nomes dos grupos/ temas que pudessem ser de interesse e nos corredores havia sempre monitores que indicavam as salas a programação ou ainda que tiravam dúvidas.

Participei no segundo dia de dois grupos, o primeiro afim de discutir o projeto do estatuto do migrante, fiquei na “ nuvem 1” nome que

⁷ Segundo o site do Ministério da Justiça o Prêmio recebe este nome em reconhecimento da luta de seu pai no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Simone Borges Felipe, originaria do Estado de Goiás, migrou em 1996, com 25 anos, para a Espanha com o objetivo de trabalhar numa lanchonete. Obrigada a se prostituir em clubes veio a falecer em função de elevada ingestão de medicamentos. Sua história e a luta de seu pai em informar e prevenir o aliciamento e exploração de outras pessoas inserem-se dentro da perspectiva deste prêmio. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br>>.

⁸ Vale ressaltar que este coffe break foi no período da tarde, logo, algumas pessoas já se conheciam pois faziam parte da mesma sala de debates, que ocorreu na parte da manhã e se estendeu no pós almoço.

foi dado para determinados trechos da lei, que tinha como pontos a serem abordados : Igualdade de direito; Marco legal nacional e gestão pública para migrações e refúgio; Marco legal internacional; atuação pública e cooperação multilateral.

A sala da qual participei era bastante plural, havia diversas nacionalidades presentes. O mediador solicitou que falássemos nome e nossa ocupação, éramos em torno de 50 pessoas, grande parte advogados e aparentando idades entre 25 e 45 anos.

Um dos pontos que mais gerou debate na sala foi sobre a palavra “ estrangeiro” presente no texto da proposta 1.1, alguns sugeriram trocar estrangeiro por “ Não Brasileiro” outros gostariam que se substituísse migrantes e refugiados pelo termo de estrangeiro. Uma imigrante disse que *“a palavra estrangeiro é excelente e que não é palavra que importa, mas sim a maneira como o imigrante será tratado”*. Após longo debate, sobre o significado da palavra estrangeiro, recomendam que tal palavra deveria permanecer no texto. Outro tema que chamou bastante atenção foi no quesito referente à religiosidade, e orientação sexual por mais de três vezes tais temas foram suscitados na fala dos presentes. Houve também divergência sobre a questão “Afro- Religiosa”, alguns participantes da sala não se mostraram satisfeitos com este termo, uma vez que todas as religiões deveriam ser respeitadas e não apenas as de origem Afro. Ainda a respeito de religião, um imigrante relatou de problemas que as presas muçulmanas estavam passando no presídio de Santana, este comentou que não estava sendo levado a sério o direito ao culto, pois segundo ele:

por mais de uma vez tentamos entrar no presídio com as roupas, véus, e tapetes itens da própria religião e estes não foram permitidos. Também que na questão da alimentação a religião muçulmana proíbe a ingestão de carne suína, e estas presas estavam sendo obrigadas a comer, pois esta era a única comida disponível.

Por mais de uma vez o rapaz que fazia a mediação solicitou que experiências pessoais não fossem exacerbadas, pois o tempo era curto para debater tantos itens.

Em outro momento, um imigrante criticou o fato da policia federal não falar outra língua, ficou emocionado ao dizer que se fizermos uma pesquisa quase todos os imigrantes falam mais de duas línguas, sendo assim, por que a Policia Federal não poderia falar outra também

Um imigrante se comunicou em francês, e depois duas pessoas que estavam na sala traduziram o que este dizia:

Sou universitário, e quando chego no Brasil não posso trabalhar na minha área, não posso continuar meus estudos de onde parei, gostaria que os diplomas fossem validados, pois o que aprendi não pode ser assim apagado e esquecido. O diploma não tem fronteiras assim como a capacidade de trabalho também não.

A questão familiar foi tema de bastante debate, sendo ressaltado que a defesa da mesma é de extrema importância além de questões acerca da solicitação de ampliação da residência fixa. Foi solicitado que se pense a questão da mãe presa que tem filho(a), pois, de acordo com as normas do estado uma mulher não pode permanecer no sistema cárcere com o filho(a), salvo enquanto este ainda esta na fase de aleitamento, o problema é nas palavras de uma mulher na sala:

Essas migrantes muitas vezes não tem família aqui no Brasil, daí precisam entregar o bebe para alguém, e este alguém não existe. É preciso repensar isso, pois estamos falando aqui da defesa da unidade familiar, essa criança será afastada da mãe e não terá contato com ninguém que represente sua família.

Outro ponto de bastante conversa foi referente ao voto do estrangeiro: dentre as diversas falas, estas foram as que deixaram a sala em silêncio:

*Definir a categoria de migrante quanto a direitos políticos;
Que o estrangeiro possa ter proposição de ação popular;
Não existe meia cidadania, só se é cidadão por completo quando se tem direitos políticos também.*

Notei que a questão do voto dividia opiniões na sala, alguns achavam que apenas imigrantes naturalizados poderiam votar, outros não, outros diziam que na Itália, por exemplo, já existem assentos para estrangeiros no âmbito parlamentar, o que suscitou o receio de um

senhor, este comentou baixinho “*Mas se começar assim, daqui a pouco vamos ter um imigrante prefeito*” e não se mostrou muito satisfeito.

Já se aproximando do horário de almoço, foi dado um aviso, daquela sala saíram eleitos duas pessoas que iriam integrar o grupo que acompanharia os resultados da COMIGRAR. Ao sairmos quem tivesse interesse em ser eleito deveria colocar o nome no quadro.

Fui almoçar no bairro da Liberdade, que costuma aos sábados ter uma feirinha de produtos/comidas orientais, que por si só já daria uma outra etnografia. Por estar com a bolsa e crachá da COMIGRAR algumas vendedoras japonesas me questionaram sobre o por que de tantas pessoas usarem aqueles itens, comentei que estava ocorrendo um evento no qual se debatia a questão do estrangeiro no Brasil, e para minha surpresa em 6 barraquinhas a resposta era a mesma, ninguém tinha conhecimento de que tal evento estava ocorrendo ou que o estatuto do estrangeiro estava em processo de mudança.

Ao voltar do almoço, o debate já havia se iniciado na sala, notei que as falas iam de encontro com o relato de um imigrante que disse “*Africanos estão praticamente vendendo suas vidas para entrar no Brasil*” muitos comentaram da necessidade de se criar acordos bilaterais internacionais.

Um imigrante Sírio comentou que é preciso que se tenha de fato proteção para refugiados e relatou que o mesmo sofreu perseguição pelo próprio consulado, mencionou que Sírios estão sendo convocados para lutar.

O papel da cidade foi também bastante evidenciado como importante, não apenas a União. As cidades deveriam estar preparadas para atender melhor os fluxos migratórios que cada vez mais são evidenciados pela mídia segundo as pessoas da sala.

Ao final dos debates um representante da Casc⁹ (Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e

⁹ O CASC é a primeira estrutura permanente especializada no acompanhamento, orientação, consulta e supervisão social das políticas públicas, ações e programas

Refúgio), órgão que acompanha os processos da COMIGRAR foi a frente da sala para explicar um pouco mais sobre o que era tal comitê e comentou que dali só poderiam ser indicadas duas pessoas, neste momento no quadro haviam 3 nomes. Após ele dizer que os eleitos iriam acompanhar todo o processo pós COMIGRAR, e que essas reuniões, muitas delas seriam em Brasília, e que não poderia haver mais do que duas pessoas, muitas outras pessoas levantaram se mostrando interessadas em fazer parte. Mediante o grande número de inscritos, pediu-se que cada um ali explica-se o por que de ser indicado, como se fosse um “*momento de propaganda eleitoral*”. Decidiram que por se tratar de um momento em que o estrangeiro é o porta voz de suas próprias vontades/necessidades deveriam ser eleitos um imigrante primeiro e que em seguida outra pessoa, entretanto os imigrantes poderiam participar dos dois momentos de votação para aumentar a possibilidade de serem eleitos. Quanto ao voto, perguntou-se quem poderia votar, alguns diziam que apenas quem estivesse com o crachá de Delegado, e outros diziam que não, que o voto é um símbolo democrático e que todos que estavam ali acompanhando todos os debates deveria ter direito. Decidido então que todos poderiam votar iniciou-se a votação, como representante dos imigrantes foi Eleito o Senegalês Massar. No segundo momento da votação foi eleita a Irma Maria do Carmo.

Após o fim desse grupo de trabalho iniciou-se as reuniões de grupos que ou tinham se inscrito no dia e fixaram nas paredes com folhas sulfites o tema e a sala, ou as oficinas que já estavam inscritas para ocorrerem no pós-debates de nuvens.

Considerações finais

O espaço da comigrar foi por todos os três dias um evento que além de debater a política direcionada a estrangeiros, promoveu um encontro de diversas nacionalidades, culturas, línguas, entre outros. Tal pluralidade era possível de ser observada através da língua que alguns grupos utilizavam durante os períodos de coffe break, abertura do evento

sobre migrações e refúgio criada pela secretaria nacional de Justiça. Para mais informações a respeito: <<http://migramundo.com>>.

e fechamento do mesmo. É importante ressaltar que quando neste trabalho abordado a questão étnica esta apenas se constitui ou pode ser observada no contexto brasileiro pelos grupos presentes na comigrar. Ou seja dentro de um contexto “Brasil” e mais precisamente “Comigrar” é possível observá-los enquanto grupos étnicos tal qual pensado por Barth.

Cada grupo étnico segundo Barth tende a demarcar sua fronteira, sua identidade através de alguns fatores, estes podem ser observados como sinais ou signos manifestos como por exemplo vestimenta, língua, moradia, modos de viver e também através de valores ou seja, os padrões de moralidade pelos quais as ações são julgadas, implicando desta maneira um duplo direito o de ser julgado e também de julgar-se. O debate deste autor se torna importante quando falamos do encontro de diversos imigrantes em um mesmo ambiente pois podemos perceber como tais sinais diacríticos (Vestimenta e língua no caso da Comigrar) são visíveis. Por grupo étnico Barth dirá que este se compõem por diversos elementos. Podemos citar alguns por exemplo; ele se perpetua biologicamente de modo amplo, existe um compartilhamento de valores culturais, assim como possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros. Os grupos se organizam com intuito de definir o “eu” e o “outro”. Assim, é formada uma organização do grupo para manter sua legitimidade. A etnicidade estaria relacionada com a organização dos grupos étnicos, ela é atribuída e, e as fronteiras seriam mantidas apesar da movimentação e intercâmbio entre eles, além do que delimitariam a posição do grupo ou indivíduos nas diversas relações.

Podemos observar que no espaço promovido da Comigrar as questões mais urgentes para boa parte dos estrangeiros é que em primeiro lugar o estatuto que hoje muito defasado e norteado por aspectos da ditadura militar, precisa ser revisado e reescrito de acordo com as necessidades atuais.

Em segundo lugar procuramos aqui demonstrar que embora o tema das migrações surja em determinados momentos como um assunto do “momento” este na verdade é bastante antigo e merece sua devida atenção. Por fim, procuramos demonstrar pela pluralidade de vozes e percepções durante o evento que são diversas as vozes quem compõem o cenário deste estatuto que vem sendo elaborado durante o ano de 2014. Ressaltamos ainda que este artigo é parte de um trabalho mais extenso

que visa compreender o olhar do estrangeiro a respeito do estatuto e que sendo assim este trabalho não se finda nele mesmo.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BOURDIEU, *Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.

CYMBALISTA, Renato Xavier, Iara Rolnik. *A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade*. Cadernos metrópole 17 pp. 119-133 10 sem. 2007.

IOTTI, Luiza Horn. *A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914*. X encontro anual de historia.2010

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012

MILESI, R. *Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema de Registro Provisório – Anistia de 1981, 1988, 1998, e 2009*. in. www.migrante.org.br acesso em janeiro de 2014.

RESENDE, Viviane M.; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. , 2ª, ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp.25-54

SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. In: *Imigração Boliviana no Brasil Imigração Boliviana no Brasil* / Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SILVA, Sidney Antonio da. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. Estud. av., São Paulo , v. 20, n. 57, Aug. 2006 . Disponível em <<http://www.scielo.br>>.

SOUCHAUD, Sylvain; *A imigração Boliviana em São Paulo*. In: *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*, Ademir Pacelli

Ferreira, Carlos Vainer, Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos (Ed.) (2010) 267-290

WRIGHT MILLS, Charles. *Do artesanato intelectual In: A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1959].-pp. 211-243.

“MELHOR FICAR QUIETO PORQUE NEGRO ALI NÃO FALAVA”: CONFLITOS ENTRE ITALIANOS E BRASILEIROS NOS NÚCLEOS COLONIAIS DO BRASIL MERIDIONAL

Maíra Ines Vendrame*

Introdução

No presente artigo apresentarei alguns episódios de conflitos ocorridos entre imigrantes italianos e brasileiros nos núcleos coloniais do sul do Brasil, entre o final do século XIX e início do XX. A partir de processos-crime, será possível perceber a superioridade racial que os europeus acreditavam possuir em relação aos brasileiros – principalmente os negros – e as formas encontradas pelos primeiros para expressar esta diferença étnica. Em 1875 começaram a chegar ao Rio Grande do Sul os primeiros grupos de imigrantes italianos para ocupar as áreas de colonização destinadas pelo Império brasileiro. Inicialmente, surgiram três colônias – Conde D’Eu (Garibaldi), Princesa Isabel (Bento Gonçalves) e Campos do Bugre (Caxias do Sul) – no nordeste do Estado, formando as cidades que atualmente fazem parte da Serra Gaúcha. Os grupos de imigrantes eram formados na maior parte por famílias camponesas originárias do norte da península italiana, principalmente da região do Vêneto, constituída pelas províncias de Treviso, Belluno, Vicenza, Verona, Padova, Venezia e Rovigo.

Em seguida, nos primeiros meses de 1877, novas levas de imigrantes italianos chegaram ao território sul-rio-grandense, constituindo-se, nesse momento, o quarto núcleo imperial de colonização. Localizado no centro do Estado, esse núcleo de ocupação europeia passou

* Pós-doutoranda PNPd/CAPES-UFSM.

a se chamar Colônia Silveira Martins. Muito rapidamente as terras disponíveis para demarcação se esgotaram, e novos núcleos coloniais passaram a ser demarcados pelas autoridades públicas nas áreas de terras devolutas próximas. Em 1882, frente a inexistência de lotes, a colônia passa a se denominar ex-Colônia Silveira Martins. Desse modo, a contínua chegada de famílias imigrantes, algumas sozinhas e outras na companhia de agregados de parentes e conhecidos, foi garantindo o surgimento de outros centros de povoação ampliando, portanto, o espaço ocupado pelos italianos na região central do Rio Grande do Sul.

Os núcleos coloniais que faziam parte da Colônia Silveira Martins se encontravam circundados por amplas extensões de terras planas pertencentes a proprietários luso-brasileiros. Anteriormente à vinda dos imigrantes, o governo imperial havia concedido tais dimensões para os ex-membros da Guarda Nacional como gratificação por serviços prestados. Os beneficiados passaram a se dedicar à criação de gado e cavalos, passando a contar, muitos deles, com o trabalho escravo de afro-descendentes (SPONCHIADO, 1996). Frente à demanda, ou seja, da necessidade manifestada pelas famílias de imigrantes de ampliação das áreas de cultivo e fundação de novas unidades de produção doméstica, os proprietários luso-brasileiros passaram a colocar à venda pequenos lotes de terra para os italianos. Nesse processo de ampliação dos antigos núcleos coloniais, os imigrantes também começaram a se relacionar com os brasileiros de cor¹, pois, esses, geralmente destituídos de posses, trabalhavam por jornada, oferecendo a força de trabalho para as famílias dos italianos na agricultura ou transporte da produção.

Diferentemente das colônias fundadas na serra gaúcha, que rapidamente conquistaram a emancipação, os povoados que compreendiam a Colônia Silveira Martins ficaram sob a administração de três municípios diferentes: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. Essa divisão, em parte, obedecia ao interesse das lideranças locais empenhadas em garantir maior autonomia e benefícios para suas comunidades (VENDRAME, 2007). Alguns dos eventos que serão

¹ O termo se refere aos negros, pardos e mestiços, denominações essas que aparecem na documentação analisada.

apresentados na sequência ocorreram em comunidades fundadas pelos imigrantes pertencentes às referidas municipalidades.

No presente artigo, através das fontes judiciais (processos-crime) do final do século XIX e início do XX, busca-se apreender os modos de agir e as compreensões que orientavam os comportamentos dos italianos quando do surgimento de troca de ofensas e conflitos. Algumas experiências cotidianas apontam para as tentativas de estabelecer distinções através da demarcação de certa superioridade em relação ao outro, aqui no caso os nacionais². Quando do surgimento de agressões violentas, o depoimento das testemunhas apontam indícios relevantes para se analisar quais eram as lógicas e percepções que guiavam muitas das condutas dos imigrantes italianos, bem como o entendimento que possuíam em relação a sua própria condição e dos brasileiros que viviam nos núcleos coloniais ou em áreas próximas.

“Porque negro ali não falava”

Nas regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul, as comunidades foram se constituindo a partir da mobilização dos imigrantes em construir capelas, escolher os santos padroeiros, garantir a assistência de um sacerdote e realizar as festividades sócio-religiosas³. Próximos àqueles edifícios surgiram casas de comércio, locais onde a população promovia pequenos bailes e outros divertimentos nos momentos de descanso entre as atividades agrícolas e artesanais. A fim de reviver antigas tradições e as práticas religiosas, logo que chegaram aos núcleos, os imigrantes procuraram estruturar o centro da nova povoação, escolhendo um santo de proteção e edificando um templo. Os santos e as devoções trazidas da pátria de origem atuavam como

² Estudando os comportamentos dos imigrantes italianos no oeste paulista, na última década do século XIX e início do XX, Karl Monsma (2004: 2007) aponta que os hábitos e condutas que na esfera da vida cotidiana servem para demarcar diferenciação, estabelecendo superioridade daqueles para com os brasileiros.

³ Sobre as primeiras iniciativas de estruturação e manutenção de certa autonomia das comunidades na região da ex-Colônia Silveira Martins, nas últimas décadas do século XIX, ver: VENDRAME, (2007).

elementos de agregação e identificação entre as famílias imigrantes que haviam emigrado de uma mesma comuna ou região da península itálica.

Assim, em determinadas ocasiões, a população colonial era atraída para o centro da comunidade a fim de participar festividades religiosas, reencontrar os parentes e conterrâneos, reforçar os contatos, fazer compras nas casas de negócios, firmarem acordos, ou ainda, resolver impasses com vizinhos ou conhecidos. Nesses momentos, procurando manifestar superioridade, os italianos estabeleceram relações tensas com os brasileiros que assumiam comportamento considerado afrontoso, conforme veremos nos casos que serão apresentados na sequência. Os espaços de sociabilidade que circundavam a capela, praça e casas de negócios, eram locais privilegiados para a ocorrência de conflitos tanto entre os imigrantes quanto desses com os brasileiros que ali residiam ou estavam de passagem pelo núcleo colonial. Nas estradas que ligavam as casas ao centro do povoado também ocorriam embates para solucionar impasses, reparar afrontas e aplicar punições violentas aos ofensores.

Numa tarde de agosto de 1901, após participarem das celebrações religiosas, vários indivíduos se encontravam reunidos na casa de comércio do imigrante Vicente Pigatto. Às cinco horas da tarde, “alguns italianos” – José Dalla Corte, João Centi, Luiz Centi, Miguel Centi e João Vedovato – apareceram armados de “porretes” na casa de comércio em atitude provocativa contra os “brasileiros” que lá estavam. Dentre esses se encontrava Celestino Ribeiro dos Santos, que declarou aos presentes “que em dia de festa não havia necessidade de andarem armados”, ouvindo como resposta que era “*melhor ficar quieto porque negro ali não falava*”. Diante desta troca de palavras, teve início o conflito, e um dos italianos “vibrou com uma cacetada na cabeça de Celestino”, deixando-o “caído por terra”. Em seguida, na tentativa de socorrer o irmão, Rodolfo Ribeiro dos Santos foi “barbaramente espancando” pelo grupo, resultando em sua morte⁴.

⁴ O brasileiro Rodolfo dos Santos aparece, em 1900, prestando serviços temporários para as famílias imigrantes na região colonial. Livro caixa da casa

Na investigação policial, um grupo de cinco imigrantes foram apontados como os responsáveis pelas violências praticadas contra os brasileiros. Segundo um dos depoentes, ao se aproximar da igreja do “lugar denominado Faxinal [do Soturno], e ali encontrou uma grande reunião de pessoas que se achava nesse local por motivos religiosos”. Percebeu que os denunciados esbordoavam a cacetetes Celestino Ribeiro dos Santos e Rodolfo Ribeiro dos Santos. Apesar disso, “*não sabe o que determinou o conflito, mas que tem ciência de que os italianos, ao reunirem-se, tinham a intenção de maltratar os brasileiros*”⁵. Outro atestou que era “*praxe neste distrito os italianos armarem-se*” para atacar os nacionais. E, até aquele momento, nenhum havia sido “punido severamente”, embora fossem tais acontecimentos conhecidos pelas “respectivas autoridades” locais. Na festa, “*muitos italianos*” se apresentaram “*armados*”, prática essa comum entre os imigrantes nos núcleos coloniais, tendo um dos agressores adquirido “balas de fogo”, através de compra realizada por um amigo em casa de negócio⁶.

De acordo com opinião de um dos depoentes, os “*acusados eram temidos e sempre ameaçavam os brasileiros*”. Também haviam sido apontados como responsáveis pela captura e linchamento de Juvêncio dos Santos, evento esse ocorrido dois anos antes na mesma região colonial, porém, não foram investigados pelas autoridades policiais quando do acontecido⁷. Em janeiro de 1902, os cinco imigrantes foram condenados à revelia e considerados culpados pelo crime contra os irmãos dos Santos. Porém, a pena nunca foi cumprida, pois os réus jamais foram

de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1, APFM, Faxinal do Soturno.

⁵ Depoimento de Fernandes de Mello (44 anos, casado, agricultor, natural do Paraguai), In: Processo-crime, Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maço 26, 1901. APERS.

⁶ Depoente Antônio de Mello (27 anos, casado, agricultor, natural do Estado). In: Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maço 26, 1901, APERS.

⁷ Depoimento de o depoente Vicente Roggia (29 anos, casado, agricultor, natural da Itália). In: Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maço 26, 1901. APERS.

encontrados. A fuga para os matos, assim como a migração temporária para outras regiões, se apresentava como alternativa para aqueles que buscavam escapar do raio de ação da justiça do Estado. Certamente, a evasão dos acusados contava com a cumplicidade dos imigrantes. As amizades, as experiências compartilhadas, a inserção nas redes locais de solidariedade e proteção garantiram que os italianos não fossem punidos pelos crimes cometidos.

Talvez, para alguns conterrâneos, como aqueles que denunciaram os réus, o simples fato de serem investigados pela justiça do Estado já era o suficiente para puni-los pelo atos praticados contra os brasileiros. Essa compreensão pode ter levado as testemunhas a silenciar quanto ao paradeiro dos réus. Enquanto isso, empenhada em encontrar os foragidos, a justiça oficial publicou os nomes dos acusados nos jornais – medida sem resultado. O Estado não conseguiu romper com as eficazes redes familiares e comunitários de proteção acionadas para evitar que os italianos condenados caíssem nas malhas da justiça. Se, num primeiro momento, as redes não se mostraram tão eficientes, pois não conseguiram evitar a abertura da investigação, no entanto, no desenrolar da trama, evidenciaram sua força ao evitar maiores prejuízos para as famílias envolvidas e a comunidade de forma geral.

As tramas de proteção familiares garantiam maior segurança e controle sob os eventos que poderiam desencadear perturbações e desequilíbrios locais. Estudando crimes cometidos por italianos, entre 1880 a 1924, Boris Fausto (2001) identificou a formação de “frentes familiares” ligadas por diferentes laços de parentesco e amizade que buscavam “fazer justiça com as próprias mãos” através de um “estilo executório” próprio da cultura do grupo. A colaboração entre algumas famílias foi “o ostensivo de vários crimes”, porém, gradativamente perderam seu papel de “grupo de vingança” em favor do Estado como instituição responsável por aplicar a punição.

Retornando à avaliação dos depoimentos no processo-crime contra os cinco imigrantes, constatou-se que as acusações mais sérias partiram dos próprios nacionais, e não dos conterrâneos italianos que somente confirmaram as informações já conhecidas pela justiça. O silêncio de grupo, neste caso, indica, além da solidariedade e proteção entre os estrangeiros, a coesão que, normalmente, vinha à tona quando

indivíduos próximos eram investigados. No episódio apresentado, o espancamento e morte do brasileiro, provocado em dia de festa religiosa por um grupo de italianos, conectam-se a outra punição pública ocorrida poucos anos antes na mesma região colonial: o linchamento de Juvêncio dos Santos. É possível que existisse alguma ligação entre as vítimas dos dois crimes, tendo em vista que possuíam sobrenome idêntico e se encontravam residindo no mesmo núcleo, porém, não se localizou documento algum que indicasse a presença de vínculo parental entre eles.

O que se quer ressaltar aqui, através da conexão entre os conflitos, é a existência de frentes de punição e proteção, formadas por coligações de chefes de famílias, que procuravam garantir a segurança e controle sobre os eventos locais. Esse domínio incluía a aplicação de castigo para aqueles indivíduos suspeitos de cometer roubos, transgressões morais e mortes. As punições variavam de acordo com a condição social dos alvos, sendo, geralmente, as mais violentas e graves aplicadas aos indivíduos de nacionalidade brasileira. Porém, com isso não queremos dizer que todos os brasileiros de cor nos núcleos colônias eram sempre alvos de violências por parte dos imigrantes. Ou ainda, que aqueles não tinham conhecimento da cultura da população italiana e dos estigmas de inferioridade e incapacidade que lhes eram atribuídos, logo, não seriam capazes de jogar de forma a garantir inserção social. Apesar de possuírem um conhecimento limitado sobre as consequências de suas atitudes, os brasileiros, certamente, acionaram estratégias para garantir maiores oportunidades e aceitação entre a população colonial. Porém, os casos que são analisados no presente artigo indicam apenas as situações em que aqueles acabavam por se tornar alvos de agressões violentas por parte dos italianos, cujo fim era punir e garantir a manutenção de uma hierarquia e distinção.

“Não tinha medo de gringo”⁸

Muito além da aplicação de um determinado tipo de castigo, os confrontos entre italianos e brasileiros de cor, visualizados,

⁸ No período estudado, “gringo” era sinônimo de imigrante italiano, sendo, portanto, uma denominação pejorativa, usada como um xingamento.

principalmente, em espancamentos coletivos em locais públicos, apresentam-se como uma maneira dos primeiros buscarem impor seu domínio nas comunidades rurais. Reforçavam através da violência a superioridade que acreditavam ter em relação aos nacionais, bem como o controle dos comportamentos nas áreas de colonização onde os imigrantes haviam fundados pequenos povoados. Nestes lugares, era prática recorrente os italianos circularem pelos núcleos colônias armados de faca e revólver. Entendida como uma vantagem que poderia ser aproveitada pelos imigrantes na nova terra, a possibilidade de andar armados foi usada para fazer propaganda junto aos parentes que haviam permanecido na península itálica.

Assim, convidando os familiares para imigrar para o sul do Brasil, o imigrante Paulo Rossato informou em carta que, nas terras de ocupação, os italianos carregavam na cintura punhal, adaga ou “uma pistola de dois canos”, podendo também andar sempre a cavalo. Isso tudo porque era um costume dos brasileiros andarem portando consigo um daqueles objetos, e, segundo Rossato, o mesmo hábito havia sido adotado pelos conterrâneos logo que haviam chegado à região colonial⁹. Comportamentos, usos e modos de vestir da população luso-brasileira foram rapidamente incorporados ao cotidiano dos imigrantes, especialmente porque muitos deles eram símbolos de prestígio na terra de origem, não sendo comumente acessíveis aos grupos camponeses nas comunas rurais do norte da Itália.

No horizonte de expectativa da maior parte das famílias imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século XIX, estava o interesse de melhorar as condições de vida e o status social. Nas terras de adoção, pretendiam se tornar “senhores” proprietários das próprias terras e animais, para tanto, novos comportamentos passaram a ser seguidos, como aquele de andar a cavalo.

⁹ Carta de Paulo Rossato aos pais, 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 977, p. 31).

O “*hábito de andar armados*”¹⁰, além de estar ligado a uma questão de segurança e poder, era uma necessidade que fazia parte daquele universo camponês. As rivalidades entre as casas vizinhas e o temor de vingança eram aspectos que faziam com que os indivíduos andassem armados, não somente para revidar a um possível ataque como também para inibir um assalto. No estudo “Ares de vingança”, constatamos ser prática recorrente a emboscada nas estradas dos núcleos coloniais como forma de reparar ofensas (VENDRAME, 2013).

Em Caxias do Sul, nos primeiros anos do século XX, foi lançado um edital pelo delegado de polícia da vila que proibia os cidadãos de andarem armados. A nova lei municipal tinha por objetivo criar empecilhos a ocorrência de conflitos violentos e mortes. Porém, a restrição acabou sendo o estopim de ataque de alguns italianos contra um indivíduo que aparecera na vila com facão na cintura. Quando o “brasileiro” Hilário Lopes Ferrugem (30 anos, solteiro) entrou no quiosque de Francisco Del Prá, localizado na praça da vila, onde se encontravam diversos italianos jogando a mora, portando na cinta um facão, foi ele alvo da censuras e agressões. Desconhecedor das proibições locais, Ferrugem, que estava de passagem pela Vila, não foi poupado dos insultos, principalmente porque seu comportamento foi interpretado, pelos imigrantes que estavam reunidos no quiosque, como ofensivo. Na sequência, retornou ao local e solicitou um copo de vinho, sendo interceptado na saída do bar por um grupo de italianos que, após palavras injuriosas, lhe atingiram com uma pedra, prostrando-o por terra. Após o ocorrido, M. Sartori e outros companheiros passaram a questionar o guarda municipal que fazia a ronda noturna: “como é que os brasileiros podem andar armados e os italianos não?”¹¹

Muito além de estarem reprimindo alguém que havia desrespeitado as leis municipais, os italianos se sentiram insultados pelo

¹⁰ Depoimento das testemunhas Antônio B. (63 anos, residente na Linha Sete) e Vicente D. (24 anos, residente na Linha Onze). Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, 13 de dezembro de 1912, nº 1156, maço 40, APERS.

¹¹ Processo-crime, Caxias do Sul, Cartório cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905, APERS.

fato de um “negro” se apresentar armado de espada num espaço de sociabilidade preferencial dos primeiros. Assim, através da agressão ao “alferes do caroço”¹², epíteto pejorativo usado para se referir a Ferrugem, manifestaram-se contra tal privilégio, uma vez que isso contrariava a ideia de superioridade que acreditavam ter em relação aos “negros”. Por meio dos xingamentos e agressão, os italianos procuraram reforçar sua condição superior, demonstrando não aceitar qualquer tentativa que indicassem o contrário. Não era a igualdade de direitos que queriam reforçar, mas, sim, a diferenciação social entre os italianos e os brasileiros de cor. As testemunhas que depuseram no processo-crime, na maior parte de nacionalidade italiana, procuram proteger os compatriotas responsáveis por agredir Ferrugem, impedindo, assim, que os culpados caíssem nas malhas da justiça.

Contrariando o procedimento de Alexandre Alves de Oliveira, que entrou em casa de negócio armado de facão e solicitou uma garrafa de vinho nacional, o italiano João Vallandro (24 anos, casado, carpinteiro) sacou da pistola que consigo carregava e disparou contra o “brasileiro”, alegando ter sido contra ele proferido o epíteto de “gringo”¹³. Em solidariedade ao compatriota, foi apresentado às autoridades um abaixo-assinado de setenta e cinco (75) imigrantes, atestando ser aquele um “homem pacífico e trabalhador”, enquanto que a vítima era descrito como um indivíduo “provocador, desordeiro e capaz de cometer qualquer violência”¹⁴.

O procedimento de apresentar carta abaixo-assinado, defendendo a conduta dos conterrâneos que estavam sendo julgados pela justiça do Estado, surge como uma estratégia de solidariedade recorrentemente acionada quando da ocorrência de agressões e mortes, conforme se constatou em alguns dos processos-crime. As práticas solidárias e as

¹² Processo-crime, Caxias do Sul, Cartório cível e crime, nº 1130, maço 40, 1905, APERS.

¹³ Processo-crime, Cartório cível e Crime, Santa Maria, nº 1145, Maço 35, 1890. APERS.

¹⁴ Abaixo-assinado de 10 de junho de 1890. Processo-crime, Cartório cível e Crime, Santa Maria, nº 1145, Maço 35, 1890. APERS.

trocas de apoios parentais manifestavam sua força quando do surgimento de conflitos entre os próprios italianos ou desses com os nacionais. Quando da ocorrência de investigações que procuravam averiguar os culpados pelas agressões físicas ou morte de brasileiros de cor, percebe-se que a solidariedade entre os italianos se mostrava mais eficaz do que quando do surgimento de crimes entre os próprios imigrantes.

A assistência étnica também se mostrava eficiente quando da aplicação de castigo, como ocorreu na perseguição realizada a dois polacos que passaram em frente à casa de negócio, localizado na 7ª Léguas do município de Caxias do Sul. Ao depor no processo-crime, as testemunhas, todas elas de nacionalidade italiana, são unânimes em proteger os responsáveis pelas agressões. Neste caso, os italianos são descritos como trabalhadores que viviam fartamente do que produziam, enquanto que os polacos foram apresentados como “vadios” e “miseráveis”, que roubavam uns dos outros¹⁵. Para além das motivações da perseguição, as referidas classificações indicam para os tipos de qualificações que os imigrantes atribuíam a si mesmos e aos outros, bem como os valores morais prezados pelo grupo. Eram sob bases determinadas bases valorativas que se fundamentavam as distinções étnicas. Desse modo, as situações vivenciadas no cotidiano dos núcleos colônias permitem perceber tanto o conteúdo desse limite étnico como a configuração que o mesmo assumia dependendo da situação e indivíduos envolvidos.

Os imigrantes polacos, minorias na região colonial, foram descritos como pouco dados ao trabalho e ladrões, em oposição aos italianos que viviam fartamente do fruto do seu trabalho. Nessa, como em outras situações, a ideia de distinção pode ter nascido da oposição a um estilo de vida e modalidade de subsistência. A distribuição desigual de recursos – como a terra – permite a persistência de fronteiras étnicas, como também o controle de um grupo sobre meios de sobrevivência faz surgir uma relação de distinção e estratificação (BARTH, 2000). Assim, entende-se que são os processos e as situações que produzem

¹⁵ Processo-crime, Cartório cível e Crime, Caxias do Sul, nº 1015, Maço 33, 1898, APERS.

agrupamentos, identificações e diferenciações que devem ser analisados, pois somente assim é possível perceber a dinâmica e expressão das fronteiras que separavam os indivíduos e grupos.

Provavelmente, foi a suspeita de roubo um dos motivos que levaram o grupo de italianos perseguirem e agredirem fisicamente os polacos. Também nesse caso, apesar de todas as testemunhas saberem a identidade dos agressores, ninguém revelou o nome dos mesmos. Reforçada pelos laços de vizinhança e parentesco, a solidariedade comunitária se mostrava mais forte ao esconder rivalidades locais, buscando evitar que os italianos agressores fossem condenados pela justiça do Estado. Igualmente quando do surgimento de rivalidades internas entre as famílias imigrantes, as solidariedades se mostravam bastantes eficazes, buscando controlar eventos que traziam insegurança à tranquilidade local.

Na maior parte dos processos-crime analisados no presente artigo, constatamos ser eficiente as redes de punição e, principalmente, de proteção étnica entre os italianos. Frequentemente, as motivações dos embates entre imigrantes e brasileiros estão ligadas ao tratamento ofensivo e desigual que os primeiros dispensavam aos “negros”, considerados socialmente inferiores. Essa compreensão também pode ser percebida no desenrolar de um desentendimento ocorrido na 9ª Léguas do município de Caxias de Sul, em 1902. Adão dos Santos, indivíduo de “cor parda”, fazia parte de uma “turma de operários”, composta na maior parte por italianos, contratados para trabalhar nos serviços de conservação de algumas estradas coloniais. Sob ordem da Intendência Municipal, o grupo estava sob a tutela de um imigrante encarregado de coordenar os serviços, fornecer estadia e alimentação aos trabalhadores.

Acompanhado da mulher, o contratado Adão manifestou descontentamento por ter sido oferecido um galpão para se estabelecer com a companheira, espaço esse que também seria ocupado pelos outros operários durante o tempo em trabalharia na estrada. Declarando ser “casado e não amasiado”, aquele exprimiu insatisfação, exigindo um local mais digno para permanecer com a esposa, que não fosse junto com

todos os outros trabalhadores¹⁶. Somados a tais protestos e reivindicações, o “pardo” teve uma alteração com alguns italianos, uma vez que esses haviam declarado que não podiam “ficar junto de Adão devido à catinga”¹⁷. Assim, rebatendo a ofensa, afirmou que “não tinha medo de gringo”¹⁸, não encerrando a questão naquele momento.

Na sequência, com o propósito de castigar Adão e conduzi-lo as autoridades da vila de Caxias, três italianos operários o prenderam, dando “três voltas” de corda no pescoço do “pardo”, que foi amarrado a “chinha de um burro”. Desse modo, o preso passou ser conduzido para a Vila de Caxias, porém, não chegou vivo ao local de destino, uma vez que os animais em disparada o arrastaram pela estrada da 9ª Léguas¹⁹. Apesar de negarem qualquer intenção de maltratar Adão, através da forma como o mesmo foi preso e conduzido, percebe-se que existia intenção por parte de alguns operários italianos de castigar aquele pelo seu comportamento afrontoso. Provavelmente, não ciente das consequências negativas que suas palavras e atos poderiam desencadear, o “pardo não se eximiu de retrucar as ofensas”, proferindo numa das ocasiões que “era homem para todos, que tinha servido aos maragatos e que sabia degolar”²⁰. Ao ressaltar atributos como valentia, coragem e destemor, valores esses que elevavam a honra masculina, Adão estava procurando reforçar seus predicados perante seus colegas, exigindo, portanto, igualdade de tratamento. Porém, tal comportamento desencadeou reação repressiva por parte dos italianos que se sentiram afrontados e ameaçados em sua posição de superioridade. Neste caso, algumas das características físicas,

¹⁶ Testemunha Balzarini B. (58 anos, jornalista, casado). Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, março 37, 1902, APERS.

¹⁷ Auto de perguntas a Antonio Azambuja (36 anos, casado, empregado público, natural do Estado). Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, março 37, 1902, APERS.

¹⁸ Testemunha Balzarini B. (58 anos, jornalista, casado). Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, março 37, 1902, APERS.

¹⁹ Vistos do processo, Cahy, 14 de março de 1902, Gomercindo Taborda Ribas. Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, março 37, 1902, APERS.

²⁰ Testemunha Hilário J. (39 anos, solteiro). Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, março 37, 1902, APERS.

a exemplo da cor da pele, são apontados como signos que marcam o estabelecimento de uma fronteira étnica, essa, por sua vez, surge das interações sociais, implicando oposições, restrições e comportamentos em diferentes campos das atividades cotidianas²¹.

É no contato cotidiano nos núcleos coloniais que os imigrantes procuravam demarcar e manter as diferenças entre eles e os outros. A aplicação de uma punição, através do uso da violência física, surge como um mecanismo para reforçar a hierarquia e distinção social ameaçada pelo comportamento daqueles que se sentiam prejudicados frente a um tratamento diferenciado e excludente. Desse modo, o castigo aplicado ao “pardo” Adão demonstra a questão da superioridade que os agressores procuraram reforçar. O peso da pena ou brutalidade da punição estava ligado ao tipo de avaliação que faziam da qualidade das vítimas, logo, o corretivo era mais grave quanto maior a distância social existente entre envolvidos (VIGARELLO, 1998).

A violência contra os brasileiros de cor era aceita e tolerada entre a população colonial, pois reforçavam uma ordem e hierarquia, além de garantir o sucesso da acomodação, que os italianos procuravam consolidar nos núcleos de colonização no sul do Brasil. No montante de processos-crime analisados, apesar de constataremos que as práticas violentas e os castigos era uma prática cultural que marcava as relações cotidianas internamente na família, na vizinhança e na comunidade, não verificamos existir semelhanças entre as punições aplicadas aos brasileiros e aqueles conferidas pelos imigrantes aos próprios contrerrâneos. Os tipos de corretivos variavam em tom e intensidade dependendo da origem, condição social e recursos relacionais dos envolvidos.

²¹ Frederik Barth (2000) utiliza a definição de fronteira étnica ao conceber a identidade como algo dinâmico, uma vez que ela se constitui e se transforma pela interação de grupos sociais em processos contínuos de exclusão e inclusão, que estabelecem limites entre os grupos e definem os que integram ou não. Logo, as características diferenciais são aquelas que os próprios autores apontam como significativas. (BARTH, 2000; POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2007)..

²¹ Processo-crime, Cível e crime, Caxias do Sul, nº 1039, Maço 35, 1900, APERS.

Analizando as relações de convivência entre italianos e brasileiros num município do interior paulista, Karl Monsma (2007, p. 115) afirma que as tensões se constituem em embates cotidianos para ver quem tinha o direito de mandar e quem devia obedecer. Esse entendimento também ajuda a compreender os conflitos ocorridos entre aqueles nos núcleos coloniais do sul do Brasil. Quando um imigrante feria ou matava um “brasileiro”, geralmente isso ocorria após esse ter demandado tratamento igualitário nas comunidades fundadas por italianos, procedimento esse visto como uma afronta por parte dos estrangeiros. Já as agressões contrárias aconteciam quando o oponente se recusava em aceitar a humilhação e a subordinação a ele imposta. Nesse sentido, as reivindicações por respeito e igualdade eram percebidas como ameaças à sua identidade e condição de imigrante.

Voltando ao caso anteriormente apresentado, depois de constatar a morte de Adão por “enforcamento” – produzida pelo laço de couro que se encontrava amarrado no pescoço –, a viúva comunicou o fato às autoridades policiais. Foram julgados pelo crime o capataz da turma dos “operários” e outros três italianos, no entanto, dois deles foram absolvidos da acusação enquanto os outros dois cumpriram a pena de um ano e um mês de prisão celular. Enquanto os réus estavam sendo julgados no tribunal, os familiares de um dos acusados procurou estabelecer um acordo extra-judicial com a viúva de Adão, oferecendo a mesma certa quantia de dinheiro. Provavelmente, por causa desse ajuste, aquela em seu depoimento procurou “inocentar os assassinos de seu marido, julgando-os incapazes de cometerem o crime que lhes atribuem”²². O valor financeiro conferido tinha por finalidade reparar o dano causado à viúva e evitar a condenação por parte da justiça do Estado. Por outro lado, também indica a não confiança na justiça externa e os poucos benefícios que a condenação no tribunal traria para as famílias envolvidas. A prática de procurar fixar acertos privados ao mesmo tempo em que se desenrolava o processo judicial surge como um mecanismo recorrente para restaurar a paz e a harmonia entre as famílias de imigrantes italianos nas comunidades coloniais. Entendemos que, muitas

²² Vistos do processo, Cahy, 14 de março de 1902, Gomercindo Taborda Ribas. Processo-crime, Caxias do sul, Cível e crime, nº 1081, maço 37, 1902, APERS.

vezes, a escolha pelo recurso da justiça do Estado aparece como um caminho para conduzir privadamente uma negociação particular e reconciliação entre as partes envolvidas. Logo, ao se recorrer às instâncias judiciais, não estavam procurando a aplicação de uma punição por parte do Estado, mas sim causar algum dano material ou imaterial, bem como a restauração da paz através de um acerto de contas privado (VENDRAME, 2013)²³.

Entendemos que os confrontos entre italianos e brasileiros nos núcleos coloniais surgem como um momento da demarcação das fronteiras entre os grupos étnicos. A ideia de pertencimento entre os imigrantes se constituía através da vivência de uma cultura comunitária, que incluía determinados comportamentos e hábitos. O espaço que compreendia os povoados era percebido como um local de direitos, usos, práticas e consumos. Como por exemplo, o consumo de vinho, bebida muito utilizada entre o grupo imigrante. O pedido de vinho por parte dos brasileiros de cor nas casas de negócio, muitas vezes, motivava o surgimento de confrontos, pois os imigrantes entendiam como uma afronta aqueles consumir igualmente a bebida em tais espaços de sociabilidade. Especialmente porque a realização de tal prática poderia romper com uma das barreiras simbólicas que marcava a diferenciação entre ambos. Assim, o consumo de vinho entre os imigrantes torna-se um signo de distinção.

Nas comunidades coloniais, a possibilidade de poder beber vinho nas festas religiosas, nos momento de descanso das atividades agrícolas, ou ainda, o dever de oferecer a referida bebida aos vizinhos e aos parentes nos banquetes, era um fator de prestígio social, não sendo

²³ Na obra “Ares de vingança” analisaram-se diversos casos que evidenciam a realização de acertos extrajudiciais entre as famílias de imigrantes italianos quando da ocorrência crimes que estavam sendo julgados pela justiça do Estado (VENDRAME, 2013).

acessível a todos do mesmo modo e frequência²⁴. A produção de vinho tinha uma importância significativa entre as famílias camponesas, já que a bebida servia para alimentar uma sociabilidade e, por vezes, mantinha ativa as redes de solidariedade essenciais para garantir os equilíbrios sociais. Para além dessas questões, o que queremos destacar aqui é que o consumo de vinho era usado pelos italianos para manter uma diferenciação, demarcando uma fronteira étnica a partir do direito de consumo e uso de determinados espaços. Tanto as atividades agrícolas, a forma como garantem a subsistência e a reprodução das unidades familiares e os tipos de consumos fornecem elementos para caracterizar a identidade étnica do grupo. Portanto, a atenção sobre certas práticas – sociais e culturais – e interações cotidianas, muitas vezes, motivadoras de disputas cotidianas entre italianos e brasileiros, ajudam a pensar a questão do estabelecimento de distinções e estratificações a partir de determinados valores e comportamentos.

Considerações finais

Além dos conflitos surgidos nos núcleos coloniais entre imigrantes e brasileiros, no presente artigo pretendemos analisar o conteúdo que legitimava no cotidiano a aplicação de punições violentas e demarcação de uma diferenciação étnica entre aqueles. O estabelecimento e a manutenção de uma fronteira entre os indivíduos se fundamentavam, em parte, nas vantagens que os italianos haviam recebido nas regiões de colonização, como o acesso facilitado a terra para instalação das famílias e a constituição de um espaço para a vivência de práticas sócio-religiosas específicas do grupo. Acreditamos que a aprovação do uso de violência física contra “negros” e “pardos” encontra explicação nas próprias declarações de uma vítima de espancamento: *“muitos italianos aprovaram [as agressões] dizendo ser preciso eliminar todos os*

²⁴ Franco Ramella (2011) destaca a importância de se estudar os consumos das famílias para se entender os significados e destaque que determinadas práticas tinham na manutenção de uma rede de sociabilidade e solidariedade.

*brasileiros residentes na colônia, pois ela havia sido criada apenas para eles*²⁵.

Através de tais afirmações, podemos perceber que havia a compreensão entre os imigrantes e descendentes de que as regiões coloniais deviam ser geridas por normas e princípios de seus principais ocupantes. Desse modo, as punições e violências contra os brasileiros de cor aparecem como mecanismos para demarcar os direitos, privilégios e o controle dos imigrantes sobre práticas no território colonial.

Referências

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

DE BONI, Luis Alberto (org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.

MONSMA, Karl. “Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914”. In: *História Unisinos*. São Leopoldo, 11(1): 111-116, 2007.

_____. “Imigração e violência racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914”. In: *Impulso*. Piracicaba, 15(37): 2004, p. 49-60.

POUTIGNAUT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e seus fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de E. Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.

RAMELLA, Franco. “Appunti su famiglia, mobilità, consumi”. In: LANARO, Paola (a cura di). *Microstoria. A venticinque anni da L'eredità immateriale*. Milano: FrancoAngeli, 2011, p. 79-106.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração & 4ª Colônia – Nova Palma, Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996.

²⁵ Processo-crime, Cível e crime, Caxias do Sul, nº 1039, Maço 35, 1900, APERS.

VENDRAME, Maíra Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. *Ares de vingança*: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Porto Alegre: PUCRS, 2013. (Tese de Doutorado)

VIGARELLO, Jorges. *História do estupro*: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

A FEIRA É UM FESTA: ETNICIDADE, MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NUMA FEIRA URBANA DE SANTA MARIA-RS

Maria Catarina Chitolina Zanini*

Fabiane Dalla Nora**

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar e analisar processos de interação vivenciados numa feira urbana da cidade de Santa Maria-RS. Formada, em sua grande maioria, por camponeses descendentes de migrantes italianos que habitam zonas rurais vizinhas à cidade, a feira se configura como um espaço de sociabilidade, de memória e também de identificação étnica. Por meio de pesquisa etnográfica realizada desde 2011, observa-se o quanto os dias de feira são um momento especial para estes camponeses que vem a cidade comercializar o excedente de sua produção e que, por meio desta atividade, conseguem melhorar sua renda. A feira é um dia de encontros, de reciprocidades, de comércio e também de partilhas entre o mundo urbano e o mundo rural.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar e analisar processos de interação vivenciados numa feira urbana da cidade de Santa Maria-RS¹. Por meio da pesquisa etnográfica, objetiva-se compreender de que forma ocorrem as interações peculiares de comércio que vão além da mera

* Professora UFSM e coordenadora do projeto de pesquisa “Na Feira: Produção, Distribuição e Consumo entre Agricultores Feirantes na Região Central do Rio Grande do Sul” financiado pela Capes/CNPq, a quem agradecemos.

** Bolsista de iniciação científica e aluna do Curso de Ciências Sociais da UFSM que acompanha o projeto desde 2013.

¹ A cidade de Santa Maria está situada na região central do Rio Grande do Sul, tendo uma população de 261.031 habitantes (Censo IBGE 2011). Possui 41 bairros e 9 distritos (áreas rurais).

compra e venda de produtos, transpondo para relações de reciprocidade com troca de saberes e de vivências. A *Feirinha de Camobi*² como é popularmente conhecida, além de representar um espaço com caráter comercial, no qual os feirantes expõem e vendem seus produtos, também é entendida como um espaço de grande importância para reprodução da condição camponesa das famílias que ali se fazem presentes. A feira se tem revelado um espaço que possibilita a permanência dos trabalhadores rurais no campo, donos do seu meio de produção e que podem, por meio desta atividade, melhorar sua renda. Na feira o produtor vende direto para o consumidor, é um espaço social no qual o trabalhador é mais livre e possui maior autonomia em relação às grandes propriedades (GARCIA, 1984) em que os intermediários ou atravessadores podem desempenhar um papel opressor em relação aos camponeses. Essa situação é explícita em uma entrevista concedida por um feirante:

Pergunta: e além da casa o que mais Dona Inês o que mais a senhora conseguiu comprar com o seu trabalhinho na feira?

Resposta 1: muita coisa, agora claro eu to aposentada também né, mas consegui a primeira compra foi a máquina de lava, nem que não fizesse tudo, mas consegui.

Pergunta: máquina de lava-roupa?

Resposta 2: máquina de lava-roupa é, de bate. Pia, porque a minha outra já tava estragada comprei esse aí, a parte de cima não porque essa aí já tem trinta anos, mas o balcão, a mesa como eu te falei, as cadeiras.

Pergunta: E Dona Terezinha me explica assim, nesses anos que a senhora trabalha na feira o que a senhora conseguiu, por exemplo, em nível de trabalho doméstico, de tecnologia a senhora compra? Por exemplo, fogão, geladeira.

Resposta 3: Comprei.

Pergunta: Tudo com seu trabalho?

Resposta 4: Tudo com meu trabalho e até hoje eu compro. Vou lhe dizer uma coisa que não é tecnologia coisa assim, eu comprei agora um terreno no cemitério e mandei fazer a gaveta com o dinheiro da feira, o terreno saiu dois mil e vinte e pra fazer a gaveta vai sair três mil e oitocentos e eu tô pagando com o dinheiro dali da feira.

² Camobi é o nome do bairro onde está localizada a feira.

Além disso, a feira é composta por uma rede de sociabilidades construída por feirantes e fregueses, que além dos produtos, comercializam saberes e fazeres uma vez que o econômico e o social se complementam e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem esse cenário.

Pergunta: E assim se a senhora pudesse nos dizer Dona Terezinha ali da feira o que a senhora era antes de começar a trabalhar aí e depois qual foi a grande mudança que a feira trouxe na sua vida? Não só do ponto de vista material, mas como pessoa?

Resposta 1: Tudo.

Pergunta: Hara.

Resposta 2: Tudo. A feira pra mim trouxe que nem quando eu me mudei de Manuel Viana pra Bagé, por que eu sempre digo assim, de Manuel Viana eu me criei ali, eu morei muitos anos, eu casei e coisa ali em Manoel Viana, mas eu cresci, mas um crescimento que eu não tinha conhecimento de nada. Quando eu me mudei pra Bagé eu cresci como gente e como pessoa para ter conhecimento nas coisas e a mesma coisa foi a feira. Que eu sempre digo que em Bagé que eu tinha muita vontade se meus pais desissem eu tinha me aposentado e ido embora pra lá por que Bagé eu cresci como gente, como pessoa, eu aprendi a trabalhar né e a mesma coisa foi a feira pra mim. Por que a gente como doméstica da pra contar às famílias que o mínimo olha pra sua cara, a vida de doméstica é muito difícil, que olhem pra gente e perguntem alguma coisa se não só passam e dizem “tu faz tal coisa, eu quero isso” né, e ali na feira a gente é tratada como gente, as pessoas tratam a gente como gente, desde a criança que chega ali, ao idoso, tudo, eles tratam a gente como gente, como pessoa, respeito e confiança naquilo que a gente diz.

Nessa mesma perspectiva, Sabourin (2009) explica que as feiras e mercados locais proporcionam exemplos de mercado, que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade, por meio das relações diretas entre produtores e consumidores. Devido ao trabalho de campo realizado desde 2011, foi possível constatar uma proximidade entre os feirantes e seus fregueses, na medida em que a relação entre eles vai além da compra e venda dos produtos comercializados, constrói-se uma amizade e um companheirismo no qual se troca também informações, sentimentos e experiências. De acordo com o relato de uma feirante:

É, é fiel. A clientela é fiel, é sincera por que eles dizem quando eles não gostam das coisas, eles dizem e é preciso ver. Eu tenho gente que vem lá da cidade comprar aqui de mim né, eu tenho um senhor que vem de lá buscar galinha, ele vem busca salame e leva também o bolo de aveia, ele vem de lá da cidade busca.

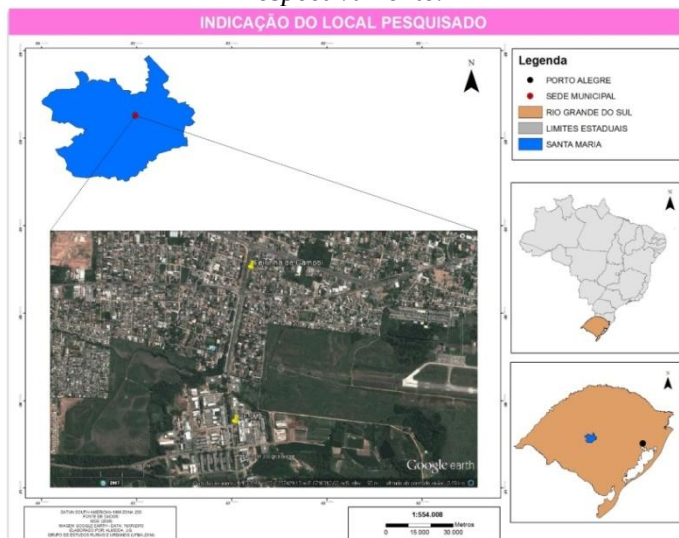
A feirinha de Camobi

A “Feirinha de Camobi” existe há aproximadamente treze anos e acontece em dois dias da semana, nos sábados e nas quartas feiras, sempre no mesmo espaço. Aos sábados, conta com cerca de dezessete barracas (número que eventualmente varia), nas quartas-feiras há menos feirantes, cerca de seis barracas. A maioria dos feirantes são os mesmos que deram início a esta atividade há cerca de treze anos. O espaço da feira está situado na Avenida Roraima, porta de entrada da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM), entre as estradas conhecidas como Faixa Velha (RS509) e a Faixa Nova (RST287).

Este é um espaço público, usado sob convênio da UFSM com a Sociedade Amigos de Camobi (SACA), que foi uma das idealizadoras da feira no Bairro. Atualmente a feira é composta por 6 barracas na quarta-feira e 17 barracas no sábado (número que eventualmente varia), totalizando cerca de 22 feirantes. Fica atrás do passeio de pedestres, a céu aberto. Na figura abaixo podemos visualizar tais informações, sendo que, na legenda, as barracas com asterisco apontam os feirantes que vem também na quarta-feira. Ressalto que em algumas barracas há mais de uma banca.

Está situada em um espaço fixo, no qual cada feirante é responsável pela montagem e desmontagem da sua banca a cada dia de trabalho. Atualmente a feira é composta por 6 barracas na quarta-feira e 17 barracas no sábado (número que eventualmente varia).

Figura 8- Localização do espaço da feira. Sinalizadas com pontos amarelos, de cima para baixo, a Feirinha de Camobi e a UFSM, respectivamente.



Fonte: Elaborado por ALMEIDA, J.G (29.05.14).

A *Feirinha de Camobi* é um mercado a céu aberto, montada no espaço em frente à calçada de pedestres. Seu cenário é bastante diversificado, juntamente com as cores das lonas, dando assim um colorido especial aos nossos olhos. Na medida que nos aproximamos das barracas é praticamente impossível não sentir a harmonia presente nesse espaço.

Figura 9- Feira no sábado (Foto tirada em 04.10.14).



Figura 10- Feira na Quarta-feira (Foto tirada em 26.10.2013).



Nas feiras são comercializados verduras, legumes, frutas, pães, embutidos, carnes, geleias, doces, queijos, vinhos, vinagre, cucas, flores, variando sazonalmente. Há feiras em que são agregados artesanatos elaborados pela família e vendidos junto aos demais produtos nas bancas. As feiras acontecem em locais fixos, contudo costumam ser montadas e desmontadas a cada dia de trabalho. Os feirantes são registrados pela prefeitura, pela cooperativa dos feirantes e pequenas associações que se auto gerenciam para melhor agregar interesses da categoria.

Figura 11- Produtos comercializados na feira. Fonte: Fabiane Dalla Nora.



Os feirantes costumam iniciar suas atividades em torno das 5 horas da manhã e permanecem até as 12/13 horas dependendo da disponibilidade de cada feirante e também da demanda dos consumidores. É importante consideramos que para a grande maioria desses feirantes a rotina da feira começa muitas vezes dias antes, quando preparam os produtos para vender na cidade, como observado em uma entrevista³ concedida por um feirante:

Olha, eu começo a trabalhar para fazer as minhas coisas eu começo desde quarta-feira por que assim óh, até mais se eu tiver que fazer bolacha eu tiro assim domingo aí eu não saíu, domingo eu limpo a casa, lavo roupa faço o que tenho que fazer, quando é segunda e terça eu fico fazendo bolacha né porque eu passo na máquina tem as coberturas tem tudo isso né, essa aqui é de maisena, essa daqui de gema tem que passar essa cobertura, eu faço de milho eu faço daquela outra que chamam de champanha então eu passo dois dias fazendo bolacha. Quando é quarta-feira eu preparo que agora no verão dá para a gente fazer o fermento de batata para a gente fazer os pães.

A vinda para a cidade visando trabalhar na feira também é percebida como um movimento do mundo camponês para o mundo urbano. Neste trânsito, do mundo rural para o urbano, uma série de aprendizados acontece, bem como a socialização nos valores do mundo do mercado.

A feira como espaço de sociabilidade, de memória e identificação étnica

A feira é entendida como um espaço de interação entre feirantes e fregueses, uma vez que possuem um modo de comercialização com características particulares de interações⁴ as quais permitem a aproximação e a troca de saberes entre a cidade e o meio rural, pois a feira está localizada no espaço urbano e os produtos oferecidos são

³ Entrevista concedida pelo projeto Na Feira: Produção, Distribuição e Consumo entre Agricultores Feirantes na Região Central do Rio Grande do Sul”.

⁴ Por interação, será usado conceito apontado por Goffman (1985).

produzidos pelos feirantes no meio rural. Dessa forma, é considerar que os feirantes participam das dinâmicas urbanas e na elaboração do mercado e não somente como um espaço de trocas, mas de sociabilidades (VEDANA, 2013).

O espaço da feira proporciona a troca de conhecimentos recíprocos dos trabalhadores feirantes e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados, uma vez que os produtos ali oferecidos são, em grande parte, produzidos pelos próprios camponeses que compõe a feira, ou seja, o comércio é feito sem atravessadores⁵. Dessa forma, os produtos são vendidos do produtor direto para o consumidor, o que aumenta gradativamente a renda desses camponeses. Outra particularidade que difere o camponês da lógica capitalista é o fato de não terem o objetivo de acumular capital, pois possuem uma racionalidade diferenciada calcada numa economia de subsistência e no modo de produção familiar. No campesinato é impossível separar a prática econômica da familiar (Moura 1988). Sabourin (2009) explica que as feiras e mercados locais proporcionam exemplos de mercado, que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociabilidade, por meio das relações diretas entre produtores e consumidores.

Têm-se observado que, cada vez mais, os clientes trazem chimarrão⁶ para a feira, tomando-o enquanto transitam entre as barracas. Este passeio descomprometido entre as bancas, com uma cuia nas mãos nos aponta para o espaço lúdico e de sociabilidade prazerosa em que a feira tem se convertido nos últimos anos. O chimarrão, também símbolo de socialização entre os gaúchos, é bebido enquanto os fregueses compram, conversam com os feirantes ou entre si. Os feirantes também o levam para tomarem entre si. Muitas vezes a nós também era ofertado.

⁵ Na venda de produtos entre feirantes e fregueses não se fazem presentes intermediários obtendo margem de lucro em suas compras e revendas.

⁶ Bebida elaborada com erva mate. Bebe-se quente, num recipiente denominado cuia, em que se assenta um canudo de metal, a bomba. Os clientes trazem cuia e garrafa térmica com água quente para tomar o chimarrão.

Compartilhar o chimarrão é um ato simbólico muito importante, pois, do ponto de vista hierárquico e simbólico, coloca a pessoa em nível de igualdade e de partilha.

Figura 12- Clientes levam chimarrão para a feira.



A relação que se estabelece na feira não é unicamente econômica, mas simbólica e afetiva, baseada em laços de amizade e confiança:

O mundo moderno tem nos trazido um modelo de comércio baseado nas grandes redes de supermercados que conservam os mesmos modos de atendimento. Em oposição e conservando as mesmas características há centenas de anos, as feiras tem substituído a tecnologia dos caixas dos modernos supermercados pela simplicidade e o contato direto entre feirantes e compradores, o calor humano, as amizades que nascem do convívio semanal, entre uma barraca e outra. (GUIMARÃES, 2009, p.3).

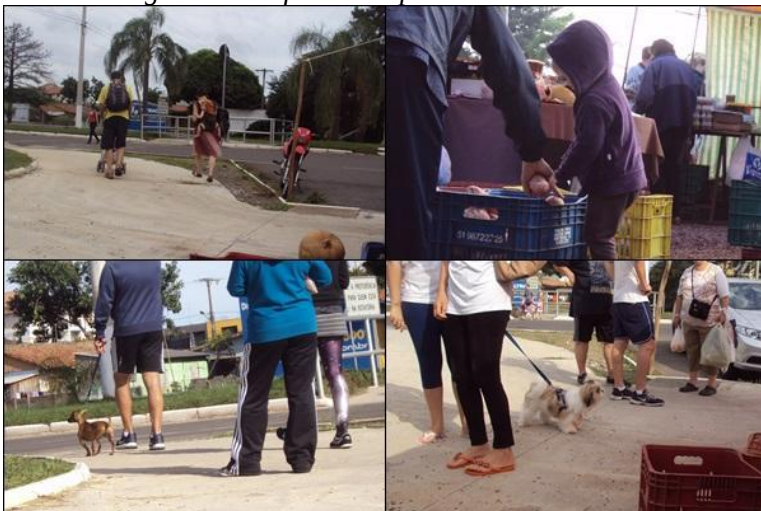
Como observado na data 05/04/2014, existe uma preocupação entre os agentes sociais: Seu João percebe a presença de um freguês que não via há algum tempo: “*Foi para a África e voltou? O que houve que sumiu?*” (RISOS). Freguês então conta que passou um mês na Bahia e em Brasília, pois tem um filho que mora na Bahia e uma filha que mora na França, onde também passou um mês.

Para Sato (2007) feira significa festa. As famosas feiras da Idade Média que se assemelhavam às nossas feiras regionais. Em seu estudo, o autor relata que as feiras reuniam mercadores dos diversos locais nas datas de festas religiosas, ocasiões nas quais os comerciantes faziam seus negócios. Nas feiras livres encontra-se presente local de comércio, de trabalho e de sociabilidade.

Concordamos, nesse aspecto, com a ideia de Santos (2012) de que a feira é um cenário em que o econômico e o social se complementam nesse ambiente de consumo, e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem uma feira, sendo estes fatores fundamentais para a consolidação desta como atrativa e permanente. Toda feira livre é um espaço preenchido por uma diversidade rica de relações sociais e construções societárias, possibilitadas para além dela.

No dia 16 de julho de 2014, cliente muito brincalhão fala para uma feirante que tem gansos. A feirante responde que não gosta de gansos por que eles fazem muito barulho e que são bonitos, mas de bico fechado. Instantaneamente, rindo o cliente: “*é que nem as mulheres!*”.

Figura 13- Diferentes tipos de sociabilidade.



Observando os diálogos e o cotidiano da feira foi possível perceber a mesma como um espaço amplo de aprendizado, principalmente acerca do saber fazer dos feirantes e de como esse tipo de

conhecimento era transmitido aos seus fregueses. Nesse sentido, Siqueira e Colomé (2010), em um estudo na Feira de Economia Solidária de Santa Maria, salientam que a prática do consumo na feira envolve muitas trocas de conhecimento e experiências entre consumidores e produtores, e entre os consumidores em si, que formam vínculos duradouros.

No dia 25 de abril de 2014, uma senhora compra batatinhas inglesas, segundo ela: “*para aprender a fazer fermento*”. Em seguida pede para a feirante a receita do fermento caseiro. Muito prestativa, a feirante: “*tenho em casa a muda, te trago! Tenho um de farinha muito bom também*”. Cliente pede para trazer por escrito e pede o número de telefone da feirante para combinarem.

Outra rica situação percebida na *Feirinha de Camobi* é identificação étnica que ocorre nesse espaço, uma vez que a feira é formada por grupos étnicos distintos, tais como descendentes de imigrantes italianos, alemães, entre outros, contudo a grande maioria dos feirantes é descendente de imigrantes italianos que residem em localidades rurais da cidade de Santa Maria – RS e de municípios vizinhos. Segundo Barth (1998) o conceito de grupos étnicos está relacionado com o sentido organizacional destes, bem como pelo fato de se perceberem e serem percebidos como distintos nos processos interativos. Tais diacríticos promovem interações em que as criações das fronteiras indenitárias se apresentam de forma dinâmica e negociada.

Por meio de pesquisa etnográfica, pode-se observar o quanto, para além de alimentos, vendem-se elementos simbólicos, memórias, cheiros, sabores e um sem número de elementos associados ao mundo da italianidade local. Se observou que, além de comprar comida neste espaço, alguns clientes almejavam, num mercado simbólico mais amplo, participar de transações étnicas, num sentido que extrapolaria o universo do mercado de bens materiais. As italianidades⁷ presentes na região circulam e se atualizam no espaço da feira, transitando entre espacialidades diversas e suas interfaces.

⁷ Por italianidade, compreende-se o vínculo de pertencimentos individuais e coletivos ao universo de origem italiana, propiciado pela história dos antepassados oriundos da Itália que colonizaram a região no passado.

Figura 14- Historicamente, o salame está associado aos camponeses italianos, como um produto de carne que podia ser armazenado a temperatura ambiente, por períodos de até um ano, constituindo um suplemento ao fornecimento escasso ou inconstante de carne.



Muito se tem aprendido acerca do mundo camponês do descendente de imigrante italiano, bem como do descendente de imigrante italiano que já está na cidade. Este aprendizado, como por nós observado, é um espaço de construção de memórias e de narrativas mais amplas sobre família, gênero, mundo do trabalho, religiosidade, saberes considerados tradicionais, entre outros.

Considerações finais

Por meio de pesquisa etnográfica o que se observa nos cenários das feiras urbanas de Santa Maria por nós estudadas é o quanto há

aspectos que vão além de trocas mercantis e comerciais. São espaços de trocas memorialistas, étnicas, de socialização. Ali se aprende como vender, como calcular o preço dos produtos e também como interagir com os fregueses. São aprendizados acerca das diferentes formas de viver.

Nos espaços da feira ocorrem trocas que são aprendizados acerca do modo de vida e estilo urbano, tanto para os feirantes homens como mulheres. O que observamos, ao longo de nossa pesquisa é que os feirantes, de forma reflexiva, crítica e como sujeitos, pensam sua condição de camponeses, de estigmatizados, de oprimidos e também de agentes que tem mudado sua condição de vida por meio do trabalho nas feiras. Tem conseguido melhorar a qualidade de vida de suas famílias, investindo em saúde e educação e se percebendo socialmente como seres importantes e que, por meio da produção de alimentos, desempenham um importante papel na sociedade.

Referências

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

DE CERTEAU, Michel et al. *A invenção do cotidiano*. Vol.2. Morar, cozinhar. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOURADO. José Aparecido Lima. Feiras Livres e Reprodução Camponesa: Interfaces da Relação Campo – Cidade. *XXI Encontro de Nacional de Geografia Agrária*. 2012. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

GARCIA, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais/ as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ. Rio de Janeiro: 1984.

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro. *Feira Camponesa: Instrumento de Luta e Resistência das Mulheres Camponesas em Catalão – GO*. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2 ed. São Paulo. Ática. 1988.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SANTOS, Paulo Cezar de Holanda. *Na Feirinha do Tabuleiro tem: Aspectos da sociabilidade presentes em um ambiente de consumo*. Encontro científico Cultural, 2012. Disponível em: <<http://media.wix.com>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

SATO, Leny. *Processos Cotidianos de Organização do trabalho na feira livre*. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. *Etnografando mercados: trabalho, sociabilidade e lazer no Ver-o-Peso, Somanlu*, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves; COLOMÉ, Felipe da Luz. *Feira de Economia Solidária: reflexões sobre a relação consumo e cidadania*. Encontro Nacional de Estudos do Consumo. 2010. Disponível em: <<http://estudosdoconsumo.com.br>>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADE ÉTNICA ENTRE GRUPOS TEUTO-BRASILEIROS CATÓLICOS DE CANTO CORAL

Suelen Scholl Matter*

Resumo: Apresento neste artigo o processo de construção de representações teuto-brasileiras através da música no “mundo musical” de canto coral que permeia os municípios de Morro Reuter e Dois Irmãos localizados no extremo sul do Brasil. Através do estudo do fazer musical evidencio a constante criação de fronteiras de identificação e de diferenciação desses indivíduos e grupos no encontro com alteridades humanas, sociais e musicais. Para construir um entendimento das representações do que, nesse contexto, significa ser teuto-brasileiro, aciono o conceito de identidade étnica, construído a partir do empírico, em relação com as teorias contemporâneas de identidade étnica e etnicidade. O resultado é a ampliação do entendimento da construção das identidades entre tais grupos na localidade. Este artigo resulta do estudo desenvolvido a partir de minha dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2014.

Palavras-chave: teuto-brasileiros, etnicidade, identidade étnica, etnomusicologia.

Perspectiva histórica das diferentes abordagens da etnicidade

“As pesquisas contemporâneas sobre a etnicidade, para além de suas divergências, repousam numa base mínima de aquisições teóricas comuns originárias da crítica geral do ponto de vista primordialista” (Poutignat; Streiff-Fenart, 2011, p. 123). Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, tal ponto de vista, hoje ultrapassado, foi o ponto de apoio para o desenvolvimento da maioria dos conceitos posteriores de etnicidade.

Segundo este ponto de vista, as ligações étnicas estavam baseadas em ligações primordiais como aquela que os indivíduos atribuem aos vínculos de parentesco “(...) caracterizados pela intensidade da

* Mestre em Música pela UFRGS, Etnomusicologia/Musicologia.

solidariedade que suscitam, por sua força coerciva e pelas emoções e o sentimento do sagrado que lhes são associados” (Ibidem, p. 88). De um lado, a fonte de ligações primordiais estava na similaridade entre aqueles indivíduos que, sem tê-la escolhido, compartilhavam a herança cultural transmitida por ancestrais comuns, já, de outro lado, essas ligações primordiais estavam relacionadas com uma afinidade natural muito mais do que com uma interação social (Ibidem, p. 88-89).

Contudo, a concepção da etnicidade como um dado primordial foi sendo criticada pela antropologia e, a partir da crítica, foram sendo formuladas novas teorias. Dentre elas, a etnicidade foi entendida como uma extensão do parentesco (paradigma sociobiológico), como expressão de interesses comuns (teorias instrumentalistas e mobilizacionistas), como reflexo dos antagonismos econômicos (teorias neomarxistas), como sistema cultural (abordagens neoculturalistas) e como forma de interação social.

No paradigma sociobiológico, a etnicidade foi descrita como um método de seleção dos aparentados, entendida como um meio para maximizar as chances de sobrevivência e de reprodução dos grupos. Tal paradigma postulava que os humanos eram “(...) geneticamente programados para maximizar suas chances de sucesso na reprodução” (Ibidem, p. 93) o que implicava não somente a reprodução dos genes de um indivíduo, mas também daqueles com quem ele compartilha genes, a saber, sua parentela.

As teorias instrumentalistas e mobilizacionistas situaram a etnicidade como “(...) um recurso mobilizável na conquista do poder político e dos bens econômicos” (Ibidem, p. 95). Nestas teorias era compartilhado o entendimento de que os grupos eram criados artificialmente e mantidos para obter vantagens coletivas, perspectiva que está conectada a uma visão contemporânea de etnicidade.

As teorias neomarxistas tiveram como centro de interesse a relação entre a etnicidade e a classe. Seus autores estudaram a etnicidade dentro do quadro da expansão capitalista atendo-se a fornecer uma explicação para o racismo das classes populares nas sociedades ocidentais. Contudo, ao não considerarem a etnicidade além do quadro capitalista, acabaram criando limitações ao estudo, pois, considerando a divisão do trabalho dentro do quadro capitalista estavam ignorando que

ela também pode derivar de preconceitos a pessoas “de cor” ou a membros étnicos (Ibidem, p. 106-107).

Na abordagem neoculturalista, foi atribuído um lugar central aos aspectos culturais da etnicidade, contudo, de forma oposta às “concepções tradicionais da cultura como totalidade integrada ou como conjunto de traços descritíveis” (Ibidem, p. 109). Segundo ela,

(...) não existem grupos étnicos definidos *a priori*, mas um conjunto variável de categorias étnicas que só possuem significações porque são definidas e utilizadas por pessoas que possuem uma compreensão e expectativas comuns em relação às diferenças fundamentais que separam as pessoas em sua sociedade (Ibidem, p. 110).

Outra abordagem é da etnicidade como forma de interação social, na qual ela é entendida como um processo contínuo de dicotomização entre membros e *outsiders* validado na interação social. Tal abordagem contesta a linha primordialista afirmando que a etnicidade não é uma qualidade inerente à pertença, adquirida uma vez por todas desde o nascimento, mas um processo.

Fredrik Barth foi um pesquisador que contribuiu para a teorização da etnicidade como uma forma de interação social. Segundo ele, até 1969, ainda persistia a visão de que o “isolamento geográfico e social teriam sido os fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural” (Ibidem, p. 188). A partir de sua publicação *Grupos étnicos e suas fronteiras* (1969) foi modificada a noção de que a falta de relações com outros grupos culturais seria determinante para a manutenção das tradições culturais ao longo dos anos. Além disso, ele não acreditava que a mudança resultante das interações com o “outro” existia sob a forma do empréstimo ou da aculturação. Segundo ele, “a interação em um sistema social (...) não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos” (Id.).

Barth (1969) afirmou que “as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (Ibidem, p. 188), pois, “onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma

congruência de códigos e valores de conduta” (Ibidem, p. 196), mas não, as “situações de contato entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção de fronteiras étnicas” (Id.). No sentido referido pelo autor, o processo de aculturação estava relacionado, até então, a um processo que poderia levar ao desaparecimento de diferenças culturais, entendimento que foi contestado pelo autor em 1969. Para ele, as diferenças podem permanecer apesar do contato cultural.

A contribuição de Barth, através do conceito de “fronteiras” e da afirmação de que as diferenças podem permanecer apesar do contato cultural, continua em vigor na academia. O etnomusicólogo brasileiro Werner Ewald (2011, p. 22), por exemplo, desvelou que as “bandinhas”, apesar de aculturadas (com a incorporação de outras tradições musicais na sua música), destacam diferenças e são percebidas pelos “outros”, inclusive para o próprio pesquisador, como uma prática musical teuto-brasileira.

Os conceitos e teorizações até aqui apresentados foram desenvolvidos a partir da crítica geral do ponto de vista primordialista, que “(...) permanece até hoje um ponto de partida obrigatório” para a discussão da etnicidade (Poutignat; Streiff-Fenart, 2011, p. 87). À crítica geral, o conceito de etnicidade foi sendo discutido e reelaborado até chegar ao seu estado atual de debate.

O debate sobre etnicidade foi alimentado desde a década de 1970 por uma abundante bibliografia que enriqueceu de modo considerável o conhecimento empírico das situações interétnicas atuais em todas as partes do mundo, mas não chegou verdadeiramente até hoje a permitir que se destaque uma teoria geral da etnicidade (Ibidem, p. 120).

Nós e eles: o caráter relacional da identidade étnica e o caráter dinâmico da etnicidade no contexto de grupos de canto coral teuto-brasileiros católicos

Hoje, dadas as discussões, as pesquisas contemporâneas possuem pontos de acordo fundamentais, que são o caráter mais relacional que essencial das identidades étnicas e o caráter mais dinâmico que estático da etnicidade. O aspecto relacional implica o fato de que “(...) o Nós constrói-se em oposição ao Eles” (Ibidem, p. 123) e o caráter dinâmico

tem relação com as transformações e redefinições que são suscetíveis no conteúdo e na significação da etnicidade (Ibidem, p. 125).

Entre os anos de 2011 e 2014 desenvolvi dois trabalhos: uma monografia (Matter, 2011) e uma dissertação de mestrado (Matter, 2014) entre cantores, regentes e instrumentistas atuantes em igrejas católicas no extremo sul do Brasil. Tais indivíduos demonstraram estar identificados com identidades teuto-brasileiras formadas através da música.

Para desenvolver tais estudos utilizei como método a etnografia da música proposta pelo etnomusicólogo Anthony Seeger. Segundo ele, a etnografia da música é uma “abordagem descritiva da música, que vai além do registro escrito de sons, apontando para o registro escrito de como os sons são concebidos, criados, apreciados e como influenciam outros processos musicais e sociais, indivíduos e grupos” (Seeger, 2008, p. 239). Nessa linha de pensamento, “(...) uma definição da música deve incluir tanto sons quanto seres humanos. Ela é um sistema de comunicação que envolve sons estruturados produzidos por membros de uma comunidade que se comunicam com outros membros” (Id.).

Através do método etnográfico, acompanhei a narração de diferentes pessoas das comunidades teutas quanto às suas identidades e observei que a construção identitária desses grupos estava destacada nas situações onde “o outro” (não teuto) era percebido e descrito como diferente. Em campo, uma situação que desvelou tal característica da construção identitária foi a possível eleição de uma prefeita identificada como negra e amante do samba. O fato foi considerado inusitado e foi noticiado, inclusive, no Jornal Zero Hora¹.

Segundo um morador local,

Meus parentes lá, vou te dizer, era piada. Meu sogro, que é mais atento para essas coisas, dizia que isso nunca ia acontecer. Tu sabe, né? Lá é uma colônia alemã, desde muito antigamente. Mas

¹ A Zero-Hora é um jornal com circulação em todo o estado do RS.

deu, né? (...) pelo que vejo, ela é “morena”², então ela é um pouco diferente do ‘alemão’, né (morador local, 2014).

O município de Dois Irmãos era representado de forma política através da história da imigração alemã e estava investindo no projeto da “Encantadora Tradição Germânica”, haveria espaço para um/uma governante que não é descendente do imigrante alemão? Essa situação parece contrastante se refletirmos sobre os discursos do pioneirismo alemão ou do colono trabalhador que estão presentes na concepção étnica de “germanidade teuto-brasileira” compartilhada pelas comunidades tradicionais (Seyferth, 1993)³.

Segundo a antropóloga cultural Giralda Seyferth (1993), a concepção étnica de “germanidade teuto-brasileira” é um modelo de etnicidade fundamentado na noção de distintividade cultural e social. Esta concepção inclui pressupostos de superioridade racial (mesmo quando a palavra raça não aparece no discurso, mas vem coberta por ideologias sobre a eficiência do colonizador teuto). A autora ainda complementa que essa concepção é contraposta com “uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo, por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial” (Ibidem, p.7).

Refletindo sobre essa situação considerada inusitada eu, que sou de uma família que se identifica, de um lado, com a descendência italiana, alemã e afro-brasileira e, de outro, com a descendência alemã, acompanhei discursos de superioridade de teuto-brasileiros em relação ao afrodescendente e ao indígena.

O colono alemão era trabalhador. Ele chegou ao Brasil e, mesmo em meio às dificuldades, conseguiu sobreviver e construir a sua vida. Toda a família trabalhava de domingo a domingo e de sol a sol e não ficávamos ‘fazendo festa’ durante o dia todo como

² O morador local explicou que “a gente fala ‘morena/moreno’ porque não é bom falar negro. Se um ouve pode dar cadeia”.

³ Trabalho apresentado no XVII Encontro anual da ANPOCS disponível online, sem numeração de páginas.

entendíamos que os outros faziam, os ‘pelo duro’⁴ e os ‘bugres’. Toda a família ia para a roça trabalhar e da roça para a escola e vice-versa. Hoje eu sei que esse entendimento sobre os índios foi resultado da falta de conhecimento sobre a sua cultura, mas era assim que eles eram vistos no meu tempo de guri (Nelson Matter, 2013).

Meu pai me conta que, na cidade de Tenente Portela/RS, onde morava quando criança, havia relações de trocas entre indígenas e teuto-brasileiros. Os indígenas trocavam balaio por alimentos plantados nas terras pelos teutos. Dessa relação, “[...] era comum que os teutos os chamassem de ‘bugres’⁵, pois, na concepção dos teutos, eles não cultivavam suas terras, estavam sempre caminhando pelas ruas procurando algo para comer; ao contrário do colono, que roçava, arava suas terras, plantava, colhia, comercializava sua produção” (Nelson Matter, 2013).

Frente a essa concepção, aos discursos de superioridade e a situação da eleição da prefeita, me perguntei: “– Como um indivíduo ‘de fora’, que se identifica como negro e amante de samba, discriminado em outros contextos, é aceito por uma comunidade que se representa como teuta e onde a Prefeitura Municipal implantou um projeto de turismo com base na ‘Encantadora Tradição Germânica’?” Esse é um caso à ser pensado, pois representa as identidades étnicas e as interações do mundo moderno.

Como Poutignat e Streiff-Fenart afirmam, é da percepção do “outro” que a identidade étnica e a etnicidade são ressaltadas. A prefeita foi percebida como “o outro”. Dessa relação, inicialmente, os grupos de teutos se perguntaram sobre a perpetuação da Festa Kerb – considerada

⁴ Segundo ele, “pêlo duro” significa “indivíduos cuja etnia é indefinida ou pessoa resultante da mistura de várias raças”. Nelson esclarece que “ambas as definições eram termos empregados pejorativamente, fruto do puro desconhecimento e da ignorância a respeito do tema” (Nelson Matter, 30/12/2013).

⁵ Nelson Matter entende que a definição “bugres” imposta aos índios na década de 80 significava que “(...) eles eram um grupo de pessoas sem cultura, xucros e silvícolas” (Nelson Matter, 30/12/2013).

uma festa tradicional alemã e, dessa percepção, não demorou a surgir o boato de que não haveria investimentos na tradicional festa *Kerb* local.

“Nós cantamos canto coral, somos ‘descendentes de alemães’, temos a nossa festa *Kerb*. Foi uma preocupação pensar que alguém ‘de fora’ pudesse assumir a liderança do município e vir a investir em outras festas que não as nossas” (coralista teuto⁶). Esta fala demonstra a candidata sendo observada como “o outro” e sendo estereotipada como aquele que não é do nosso grupo, que não conhece “as nossas festas”, nossa cultura, e que, por isso, pode vir a investir em outras festas e culturas.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 123) a identidade étnica é construída na observação relacional. Nesta construção, o grupo em questão resalta algumas de suas características para identificar e diferenciar quem são enquanto grupo, e quem são “eles” ou, nesse caso, “ela”. Observando a relação entre os “coralistas descendentes de alemães” na relação com a nova prefeita, torna-se evidente que esta construção foi estereotipada, pois ao ser eleita, Tânia anunciou a todo o município que investiria no *Kerb*.

Dessa relação é possível observar o grupo de “descendentes de alemães” delimitando a sua etnicidade. Como afirma Poutignat e Streiff-Fenart (Ibidem, p. 162) “(...) a etnicidade enquanto um repertório de rótulos e de estereótipos é elemento de um saber cultural compartilhado, ativado pelos atores em ocorrências situadas e com objetivos interacionais específicos”. A presença de alguém “de fora” ativa algumas características de diferenciação do próprio conjunto de indivíduos.

Exodefinições e endodefinições

O sociólogo francês Jean-William Lapierre (2011, p.12) afirma que existe algo que une o grupo fazendo com que ele se identifique através de determinada definição. Para ele, a definição e os “traços” não existem por acaso, eles são formados no curso de uma história comum.

⁶ Na localidade de Dois Irmãos e Morro Reuter os cantores de grupos de canto coral são denominados “coralistas”.

[...] os 'traços culturais diferenciadores' não são uma coisa qualquer... eles se formaram no curso de uma história comum que a *memória coletiva* do grupo nunca deixou de transmitir de modo seletivo e de *interpretar* transformando determinados fatos e determinados personagens lendários por meio de um trabalho do imaginário social em *símbolos* significativos da identidade étnica [grifos do autor] (Ibidem, p. 12-13).

Para entender a etnicidade temos que entender essa história. A definição “coralistas descendentes de alemães” acionada pelos grupos de canto coral tem relação com a história de definições que foram sendo atribuídas aos imigrantes/colonos/ “teutos”/ “alienígenas”/ descendentes de imigrantes alemães, por outros ou pelo próprio grupo, no decorrer do tempo.

Hoje, no campo desse estudo, ser “descendente de alemão” é uma representação de caráter positivo que remete à história da imigração bem sucedida do imigrante na encosta da serra gaúcha do Rio Grande do Sul⁷. Contudo, antes de existir a definição positiva dos grupos, a história conta que eles eram denominados “alienígenas”, “não representantes da brasilidade” e “colonos”, termos relacionados a um caráter de inferioridade.

Segundo Seyferth, no Período Vargas, os indivíduos que portavam etnicidade e culturas diferenciadas eram considerados “alienígenas” (Seyferth, 1997, p.131). O etnomusicólogo Werner Ewald (2011) destaca que os teuto-brasileiros não representavam a brasilidade que o projeto nacionalista de Vargas buscava para a representação da cultura musical brasileira, ou seja, não faziam parte do cânone de brasilidade (Ibidem, p. 51). Outra definição também atribuída aos imigrantes era a de “colonos”, que remetia a um caráter de inferioridade. Observando as definições atribuídas aos teutos pelos “outros” percebe-se a característica exterior/negativa dos termos.

⁷ Nas histórias contadas pelos coralistas desse estudo estiveram presentes discursos sobre a situação da construção da primeira igreja, as dificuldades de locomoção até o médico, e a vitoriosa instalação do “alemão” que enfrentou as dificuldades da colonização e que hoje existe na representação do “descendente de alemão”.

Ao contrário das exodefinições atribuídas, a endodefinição tem caráter positivo,

‘(...) a dialética entre exo e endodefinições passa pela inversão dos critérios impostos, pela transmutação deles do exterior/negativo para o interior/ positivo, processo que inclui a mudança de rótulo (oriental *versus* asiático ou negro *versus* afro- americano) e a inversão do estigma’ (Poutignat; Streiff- Fenart, 2011, p. 147).

Seyferth (1981), ao referir-se à literatura teuto-brasileira, evidencia a definição de “colono” e o significado positivo atribuído ao termo. Segundo ela, nessa literatura, o “colono” é considerado o pioneiro, o “[...] personagem herói de uma epopeia anônima” (Ibidem, p. 108). Tal significado contrasta com aqueles, de caráter negativo, impostos pelos outros.

Em meu estudo, a definição acionada hoje pelos coralistas existe em uma relação de continuidade com a definição interior/positiva de “colono”. O discurso “nós somos descendentes de alemães” faz referência à imagem do colono pioneiro que se superou frente às dificuldades, isso porque, nos relatos locais sobre o passado, sempre estavam presentes as histórias de dificuldades superadas, como a história de um altar trazido do município de Tupandi para a Igreja São Pedro e São Paulo de Morro Reuter e as dificuldades que os colonos enfrentavam em meio a mata nativa.

O fazer musical de canto coral: reflexo das interações de hoje

Além das relações com a história de definições – que refletem diferentes momentos da história dos teuto-brasileiros – os grupos de canto coral atualizam a sua prática musical em relação às interações de hoje. A prática musical não existe somente em relação às histórias do passado, mas em relação a Alemanha do século XXI.

Caderno de campo:

Quinta-feira, 26/11/2013 – Ensaio para o Natal. O Natal está se aproximando. Dentro de um mês os grupos corais Imaculada Conceição e São Pedro e São Paulo, sob a regência de Leonardo Weber, se apresentarão no município de Dois Irmãos. No repertório estão canções de Natal com o tema do Menino Jesus e

canções em língua alemã. Hoje, eu cheguei na igreja 10 minutos antes do ensaio iniciar. Cumprimentei o regente e sentei próxima a ele. Ao seu lado estava uma senhora que segurava um livro de canções. ‘Essa é uma nova integrante do nosso coral, (...) na verdade ela já participou do coral e agora está voltando a participar. Nós estamos conferindo a pronúncia das músicas em língua alemã, vendo se está correto’ – disse o regente.

Durante o ensaio do dia 26 de novembro observei que o regente estava atento para o estudo da pronúncia das canções em língua alemã que seriam apresentadas no Natal. Naquela noite ele perguntava para uma das coralistas se o grupo estava pronunciando corretamente as canções em alemão – “É, assim mesmo, está bem.” – respondia, a coralista. Frente a essa situação, me perguntei o porquê do regente estudar a correta pronúncia de uma canção em língua alemã a partir das considerações de uma das coralistas, especificamente. Em vista disso, tratei de conversar com essa senhora para compreender a questão. Sentei ao seu lado, no banco de madeira da igreja, me apresentei e iniciei um diálogo: “A senhora é boa no alemão”. “– Sim, eu morei muitos anos na Alemanha” – ela respondeu. Continuamos conversando e ela me contou a história do seu esposo,

[...] meu marido trabalhava em uma concessionária de automóveis e foi convidado, através da empresa, para trabalhar na Alemanha. Ficamos morando lá por muitos anos, mas depois que meu marido faleceu eu voltei para cá. Meus filhos moram na Alemanha, mas eu voltei. Minha família é daqui [do Brasil]” (moradora local, 2013).

Apesar de muitos integrantes do grupo coral se comunicarem em dialeto alemão, consideram como pronúncia correta da língua alemã aquela pronunciada na Alemanha de hoje. Isso evidencia a importância da língua atual para legitimar a autenticidade alemã do grupo. Posso concluir que, em nível local, a identificação acionada em relação ao idioma alemão da Alemanha e as ideias sobre o “colono” pioneiro da literatura escrita por teuto-brasileiros – acionada pelos coralistas através da identificação “descendentes de alemães” – são símbolos da identidade étnica e da etnicidade destes grupos corais.

Fronteiras musicais

Tendo apresentado a atualização de aspectos da prática musical, volto a refletir sobre a eleição de Tânia. A prefeita não possuía uma história comum com esses indivíduos. Gostar de samba, ser negra e ser “de fora” foram características suficientes para que os “descendentes de alemães” criassem um estereótipo com o pressuposto de que, para às tradições locais, não seria atribuída a devida atenção municipal.

Quando chega um ‘de fora’ eles desconfiam [moradores de Dois Irmãos], principalmente se for ‘moreno’. É só tu vê, se chega um lá que eles não conhecem, eles não vão te cumprimentar, ficam olhando de canto de olho, só observando (morador local, 2014).

Embora o morador local, nesse trecho de entrevista, não esteja se referindo à prefeita, a frase desvela um pouco do entendimento que grupos teutos da localidade têm em relação aos “de fora”, principalmente se for “moreno”⁸.

Como foi relatado anteriormente, a prefeita realizou o contrário do que estava sendo estereotipado; investiu no *Kerb*, talvez por pressão política ou pelo retorno financeiro e turístico que ele traz à cidade, mas embora ela tenha investido na festa, continuou sendo identificada como “não alemã”; “ela não é alemã, você vê”⁹.

Esse caso evidencia as fronteiras étnicas sendo construídas a partir da relação “nós” e “outros”. Segundo Barth (1969) é ela que define o grupo e não a matéria cultural que ele abrange. São essas fronteiras que definem o grupo étnico e que permitem que ele se dê conta de sua persistência, e é a partir delas que os grupos definem e mantem seus próprios limites e negam os dos outros.

As fronteiras podem ser pensadas em termos musicais. A etnicidade pode ser usada por atores sociais em específicas situações locais para eleger fronteiras na manutenção de distinções entre “nós” e

⁸ Relembro aqui que ‘moreno’ significa negro e que se trata de uma denominação utilizada para não criar uma representação de discriminação.

⁹ Ouvi esse discurso em alguns diálogos com pessoas da localidade.

“eles” (Stokes, 1997, p. 6) e essas, em relação a prática musical, podem estar destacadas nas escolhas de gêneros musicais. Contudo, essa relação vai além da simples escolha por um gênero musical, como o samba, por exemplo. Conforme observei, mesmo que os coralistas performatzem diferentes repertórios (popular, sacro, “típico”) eles continuam se identificando como grupo e marcando fronteiras. Desta forma, se cantassem samba, poderiam continuar se identificando como grupo de “descendentes de alemães”, pois essas fronteiras são flexíveis.

As fronteiras, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (2011), são flexíveis e não representam barreiras; pois, embora um indivíduo de outro município possa ser considerado “de fora” e “não alemão”, ele pode vir a ser admitido a compartilhar a experiência de outros grupos, como foi o caso da prefeita¹⁰ e, também, como foi o meu caso¹¹.

A questão é mais complexa porque estes grupos corais *não cantaram samba* nas situações de *performance* musical em que estive presente, assim como tampouco observei esse repertório em suas pastas de ensaio. Hoje, esse gênero musical parece ser um delimitador de fronteira.

¹⁰ A prefeita foi considerada “de fora”, mas mesmo assim foi aceita e eleita prefeita em Dois Irmãos no dia 1 de janeiro de 2013. Ela é formada em enfermagem e atua nesta área; sua experiência na área da saúde foi um dos aspectos explorados no período pré-eleitoral. Nesse caso, ela não foi considerada apenas alguém “de fora”, mas alguém com conhecimento e que estava sendo apoiada por um partido político de representatividade, o que validou a sua posição. Mesmo sendo manifestadamente de *outsider*, foi admitida.

¹¹ Eu também fui admitida pelos grupos corais, identificada por eles como “descendente de alemães”, porém percebida como de outra localidade e com outra forma de cantar. Durante o período da etnografia, eu era conhecida como a “Suelen da UFRGS”. Nesta representação estava explícito que eu não era de Dois Irmãos e nem de Morro Reuter, mas da UFRGS de Porto Alegre. Ao ser apresentada aos coralistas, os regentes diziam: “Essa é a ‘Suelen da UFRGS’, ela é estudante de música, cantora e pesquisadora” e os coralistas perguntavam aos regentes: “–Qual é sobrenome dela?”. “–É Scholl Matter. Sim, é sobrenome alemão”.

Apesar do entendimento contemporâneo do conceito, as fronteiras podem ser identificadas. Conforme as observações em campo, o que diferencia esses grupos, de fato, não são somente os repertórios (embora, em uma medida eles também o sejam), mas características de fenótipo em associação a gêneros musicais e à entendimentos compartilhadas.

Ainda sobre a construção “nós” e “outros”, percebi a identidade étnica e a etnicidade dos grupos corais, marcadas na *performance* nos Encontros/Festivais de Corais. Os grupos, quando participavam destes encontros, definiam com uma semana de antecedência o repertório a ser executado. “Precisamos cantar uma canção em alemão”, diziam os regentes Leonardo e Querino. Assistindo aos encontros, notei diferenças entre os corais da localidade e os de outras. A diferença estava marcada nos repertórios musicais.

Em muitos encontros corais os grupos “de fora” apresentaram música sertaneja à duas vozes, com acompanhamento de violão, e os grupos corais teutos, canção em alemão à quatro vozes. Enquanto os “outros” se representaram através de repertório sertanejo, o “nós” era representado nas canções em alemão, de forma a indicar o diferencial entre grupos.

Essa representação de identificação e alteridade também aconteceu na Festa do Bolão em Morro Reuter, quando o Grupo Coral São Pedro e São Paulo escolheu “performatizar” pelo menos uma canção em alemão para marcar a identidade teuto-brasileira “(...) nós, que somos de família alemã, vamos cantar um hino em alemão” (Klauck, 2013). Tais considerações empíricas corroboram o entendimento de que existem fronteiras musicais que são delimitadas através das escolhas de repertório.

Além dos repertórios, há concepções musicais que definem as fronteiras de identificação e alteridade e que podem ser narradas através da descrição de situações de campo, como a que se segue.

Em um dos encontros corais, observei uma coralista teuto comentar sobre um grupo que cantava sertanejo: “-É simples, mas é bonito”, disse ela. “Por que simples?” – pensei. Transcorridos alguns meses após esse episódio, pude compreender o significado da frase e

constatar a existência de uma relação entre o número de vozes do arranjo musical e o significado da categoria “simples” em música, nesse contexto

A situação que melhor explicita tal entendimento aconteceu durante um ensaio na Igreja Imaculada Conceição em Morro Reuter¹². Uma das músicas trabalhadas foi “Ave Maria” arranjada para sete vozes (soprano 1 e 2, contralto, tenor 1 e 2 e baixo 1 e 2). Iniciado o ensaio, Leonardo Weber destacou algumas vezes uma das características da música: “São sete vozes” – ele dizia. Naquela noite, todos os cantores estudaram a sua linha melódica, mas quando Leonardo Weber tentou executá-las, ao mesmo tempo, aconteceram desencontros e atrapalhos: “É assim mesmo, são sete vozes, é difícil. Vamos ter que ensaiar muito” (Caderno de campo – depoimento de Weber – 13/06/2013).

Essa situação de ensaio apresenta um pouco sobre o entendimento do regente. Quanto mais vozes no arranjo coral, mais tempo de dedicação à mesma música se faz necessário. O entendimento é compartilhado pelos corais que, quando dizem que o repertório de “outro” grupo coral é simples, estão representando sua concepção sobre a prática de canto coral. Pensando em termos do número de vozes, chega-se a uma conclusão: quanto mais vozes no arranjo coral, mais sofisticada é considerada a canção. A canção “típica”, por exemplo, segundo os regentes Leonardo Weber e Querino Klauck, é arranjada para quatro vozes.

Aqui, analisei aspectos do processo de identificação e de diferenciação de identidades e de repertórios musicais no contexto de grupos de canto coral atuantes nos municípios de Dois Irmãos e de Morro Reuter no estado do Rio Grande do Sul. No estudo, os aspectos da identidade e da alteridade foram percebidos em vista do processo de delimitação de fronteiras flexíveis e do acionamento de identidades étnicas dos grupos corais na interação com “outros” significativos.

¹² Neste dia o regente estava preparando o repertório a ser executado nas próximas missas e encontros de corais.

Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

EWALD, Werner. *Walking and Singing and Following the Song: Musical Practice in the Acculturation of German Brazilians in South Brazil-Etnomusicological and Historical Perspectives*. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller GmbH & Co. KG, 2011.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011. Tradução de: Theorie dell'etnicità.

MATTER, Suelen Scholl. *A música coral de tradição alemã: O caso dos grupos corais Wir Lieben das Leben e Misto de Picada São Paulo*. 2011, 60 f. Monografia da disciplina de Seminário monográfico em etnomusicologia/musicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. *A “Encantadora Tradição Germânica”: Uma etnografia da música entre “coralistas católicos” e “descendentes de alemães” na encosta da serra gaúcha*. 2014, 160 f. Dissertação (Mestrado em Etnomusicologia/Musicologia) Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso: 03 jun. 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Traduzido por Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011. Tradução de: Theorie dell'etnicità.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 17, p. 237- 259, 2008.

SEYFERTH. Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o estado brasileiro. In: XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1993, Caxambu. *Anais*. Disponível em: <www.anpocs.org.br>. Acesso: 20 ago. 2013.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, vol. 3, n. 1, p. 95-131, abr. 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso 15 ago. 2013.

STOKES, Martin. Introduction: Ethnicity, Identity, and Music. In: _____. *Ethnicity. Identity and Music: The Musical Construction of Place*. New York: Berg, 1997. p. 1-27.

ESTRATÉGIAS DOS SENEGALESES NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO SUL DO BRASIL

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Bruna Pandolfi

Introdução

A cidade de Caxias do Sul é destino constante de migrações, tanto internas quanto internacionais. O município está localizado na microrregião nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, conhecida popularmente como Serra gaúcha. A localização geográfica de Caxias do Sul aponta para uma área de 1.644,296 km² e uma densidade demográfica de 264,89 hab/km², conforme dados do IBGE. (BRASIL, 2010). Nos últimos anos, Caxias do Sul tem recebido um fluxo constante de imigrantes provenientes do Senegal. Os primeiros imigrantes senegaleses começaram a chegar em Caxias do Sul nos anos de 2011 e 2012. A República do Senegal é um país localizado na África Ocidental, com população de mais de 13 milhões de pessoas.

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo identificar as principais estratégias utilizadas pelos senegaleses na inserção no mercado de trabalho em Caxias do Sul. Como referencial teórico, utiliza-se as obras de Sebastiano Ceschi, Petra Mezzetti, Andrea Stocchiero, Daniele Frigeri, Francesca Lulli e Lorenzo Coslovi.

O estudo exploratório, de natureza qualitativa, tem como método a abordagem crítica. As entrevistas com os senegaleses foram realizadas nos encontros da Associação de Senegaleses, da Conferência Livre dos Senegaleses e da Conferência Municipal sobre Migrações e Refúgio, que ocorreram no primeiro semestre de 2014.

Os migrantes do Senegal são jovens que escolheram Caxias do Sul devido às oportunidades de emprego no polo industrial. Constata-se,

nos estudos preliminares, que essa população faz uso de uma série de estratégias, com vistas a participar do mercado de trabalho. Dentre elas: aceitação de trabalho precário, longas jornadas, condições insalubres, salários abaixo do valor de mercado, jornadas duplas envolvendo trabalho noturno e fins de semana, provocações entre operários no espaço de trabalho, dificuldades de comunicação, entre outras. Para enfrentar essas dificuldades, os senegaleses contam com o apoio de outros migrantes, da Associação de Senegaleses e do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). O CAM é uma instituição da Associação Educadora São Carlos (Aesc), das Irmãs Scalabrinianas, que tem como foco de atuação os migrantes, atuando desde outubro de 1980, na cidade de Caxias do Sul. Assim, constituiu-se na cidade uma rede de apoio para suporte dos mesmos e promoção de sua inserção nos diferentes espaços sociais.

Migrações internacionais

O tema “Migrações internacionais” é de importância social, já que o Brasil, na última década, recebeu inúmeros fluxos migratórios internacionais, o que incrementa em algumas regiões a população, mas também junto com ela as questões voltadas às vulnerabilidades sociais. (HERÉDIA, 2010). De acordo com Baeninger e Patarra (2004), os movimentos migratórios internacionais, do final do século XIX, foram decisivos na conformação da estrutura econômica e social do País, principalmente nas características regionais do Sudeste e do Sul. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses misturaram-se aos contingentes populacionais aqui residentes e marcaram a vida nacional. A própria identidade da nação brasileira é um produto da mobilidade internacional de diferentes povos.

Atualmente, a política migratória brasileira é regida por uma Lei do Estrangeiro, elaborada no contexto da ditadura militar e reflete a tendência ao fechamento e endurecimento das fronteiras. Uma nova Lei tramita no Congresso, mas ainda sem perspectivas de aprovação. A Lei 6.815¹, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, foi editada em 1980,

¹ Lei 6.815/80, conhecida como o Estatuto do Estrangeiro, enquadra a imigração no conceito da ideologia da segurança nacional. A questão migratória passou a

quando do governo de João Figueiredo, com o intuito de promover a segurança nacional, pela defesa do território contra estrangeiros. O Conselho Nacional de Imigração (Cnig), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, tem desempenhado importante gestão no que tange aos casos não previstos na legislação (Lei do Estrangeiro e Lei do Refúgio) e motivado por questões humanitárias e por convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, tem concedido vistos de permanência, avaliando situações individuais ou, com mais raridade, casos de grandes coletividades, como os haitianos². Nas últimas décadas, dado o relevante papel que as migrações internacionais ganharam no contexto da globalização econômica, é crescente o número de estudos e pesquisas que apontam um fenômeno novo nas causas que levam pessoas, e até mesmo comunidades inteiras, a deixar o país de origem.

O Rio Grande do Sul, no último censo demográfico, identificou regiões de atração e de expulsão, marcando tendências nessas áreas de atração de migrações internas, padrão urbano-urbano, em cidades de porte médio e não em áreas metropolitanas. Esse tipo de alteração nos fluxos, evidenciado pelos dados estatísticos, inclui migrações vindas de outros estados da Federação e também de fora do País. Como esses fluxos não eram comuns, e são recentes, viu-se no seu estudo a possibilidade de entender esse movimento que é visível, e verificar as possíveis trajetórias do mesmo. Outro dado que identifica a proposta são às migrações laborais contemporâneas que, em estudos anteriores, se restringiam às migrações internas e que, neste momento, aparecem com evidência a de países africanos. Essa população aceita trabalhos emergenciais, nem sempre em caráter formal e em situações de precariedade.

ser disciplinada por legislação ordinária, criando obstáculos para a entrada de imigrantes, o que tem estimulado a entrada irregular em território brasileiro. (ZAMBERLAM et al., 2013, p. 43).

² A Resolução Recomendada 08, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que, a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração (Cnig), como situações especiais. A Resolução Normativa 27, de 25 de novembro de 1998, disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.

Os senegaleses em Caxias do Sul

Os migrantes do Senegal são jovens, do sexo masculino, negros, muçulmanos, que escolheram Caxias do Sul devido às oportunidades de emprego no polo industrial. Os senegaleses provêm principalmente da capital Dakar e de outras localidades próximas, como Touba, Pikine e Guediawaye. Sua idade varia entre 18 e 40 anos, com ênfase para a população de 20 a 30 anos. O estado civil que prepondera é de solteiros, mesmo que entre eles haja muitos casados. A escolaridade compreende desde os analfabetos até os com Ensino Superior completo, sendo que diversos frequentaram a Escola Arábica. Além da sua língua nativa, o *wolof*, há senegaleses que sabem falar francês, espanhol e inglês. Ocupam empregos de servente de obras, auxiliar de produção e de limpeza. Suas experiências anteriores estão voltadas para o comércio. A entrada no Brasil acontece pelo Acre, ou nas fronteiras do Brasil com a Argentina e Bolívia. Os senegaleses passam também pela Espanha, pelo Equador e Peru. Procuram atendimento no Centro de Atendimento ao Migrante, para encaminhar pedido de refúgio, encaminhamento de cartão SUS e elaboração de currículo.

Nos aspectos culturais, há uma tentativa de inserção, porém ainda pequena, como a participação no Festival Brasileiro de Música de Rua e no desfile cênico-musical da Festa Nacional da Uva. Possuem dificuldades com a língua portuguesa, a documentação, a moradia e o acesso à saúde. Para enfrentar essas dificuldades, os senegaleses contam com o apoio de outros migrantes, da Associação de Senegaleses e do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Assim, constituiu-se na cidade uma rede de apoio para suporte dos senegaleses e promoção de sua inserção na sociedade local.

Essa primeira impressão está sustentada nos dados coletados no Arquivo do Centro de Atendimento ao Migrante, localizado em Caxias do Sul. Pelo Centro, desde 2011, já passaram mais de 1.700 senegaleses, que chegaram a Caxias do Sul em busca de documentação e trabalho. A característica desse fluxo tem evidenciado a busca de trabalho, uma vez que na chegada os mesmos justificam que vieram ao Brasil para trabalhar.

A cidade de Caxias do Sul possui um polo metalomecânico consolidado na região. O Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 16.636.859

(p/mil) e um PIB *per capita* de R\$ 37.697 em 2011, conforme dados da FEE. As exportações totais em 2013 foram de U\$ FOB 925.447.818 (FEE). Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de empregos formais corresponde à 174.135, num total de 34.203 estabelecimentos, com destaque para a Indústria de Transformação com 83.402 empregos formais, em 1º de janeiro de 2014. Mediante a tabela 1, nota-se que, depois da Indústria de Transformação, os setores que mais empregam pessoas são o de Serviços e Comércio, respectivamente.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual do número de empregos formais em 1º de janeiro de 2014, conforme o Caged

CAXIAS DO SUL	Nº de empregos formais	
	Total	Percentual
Extrativa Mineral	111	0,06
Indústria de Transformação	83.402	47,89
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.724	0,99
Construção Civil	6.437	3,70
Comércio	26.555	15,25
Serviços	53.764	30,87
Administração Pública	400	0,23
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.742	1,01
Total	174.135	100,00

Fonte: Caged. Elaboração das autoras.

O desconhecimento por parte dos senegaleses acerca do Brasil também se dá na mesma proporção dos brasileiros em relação ao Senegal. Existe um desconhecimento da história, tanto por parte dos brasileiros como por parte dos senegaleses, mesmo que haja elementos de semelhança nas duas culturas. Visentini coloca que,

apesar de a África ser o continente mais próximo do Brasil, de existirem imensas semelhanças humanas e naturais entre ambos, de ter havido uma forte interação ao longo da história e de os afrodescendentes constituírem cerca de um terço de nossa população (o que faz do Brasil o segundo ou terceiro país africano,

isto é, em número de afrodescendentes), existe um desconhecimento profundo de sua história e de nossas relações com ela. (VISENTINI, 2013, p. 11).

Esse desconhecimento histórico provoca uma série de reações na população local, com a chegada desse tipo de fluxo. As reações mais frequentes são de inquietação pelo contraste que os migrantes africanos representam na cultura local. As diferenças culturais, presentes na história entre África e Brasil, refletem a ausência de conhecimento por parte de muitos, pelo fato de a história da cultura afro-brasileira e dos africanos, no Brasil, ser muito recente³, e ainda não ter sido assimilada pelas novas gerações, como elemento de inclusão nas escolas. O desconhecimento histórico das relações construídas entre a África e o Brasil ajuda a agudizar as manifestações contínuas de resistência entre os que chegam e aqueles que os recebem. Essa resistência tem se manifestado na sociedade local, por meio de uma série de ações que aponta para a necessidade de informar a população sobre as peculiaridades do fluxo, com o objetivo de minimizar as tensões derivadas.

Mapa 1 – Localização do Senegal na África



Fonte: <<http://www.worldatlas.com>>

³ Lei Federal 10.639/03, que introduz no ensino básico o estudo da África, da cultura afro-brasileira e dos africanos no Brasil.

As ações mais comuns, que indicam as dificuldades por parte da população local de aceitação dos senegaleses, são as inserções no mercado de trabalho formal. No discurso da população, aparece que os africanos vieram para a cidade para tirar o trabalho daqueles que ali vivem. Entretanto, a inserção desse grupo étnico tem ocorrido em espaços de trabalho, que não são ocupados pela população local, calcados na precariedade e informalidade.

Chama a atenção que essas características não sensibilizam a população quando se discute a precariedade do trabalho no qual estão inseridos, por meio de alguns indicadores tais como: trabalho noturno, trabalho insalubre, baixos salários, jornadas longas, bem como condições de trabalho. Esse grupo é visível na cidade, mas invisível no mundo do trabalho. Pensar essa contradição de trabalho necessário em alguns segmentos e, ao mesmo tempo, a condição em que se colocam no mercado sob condições discutíveis de precariedade, mostra como se submetem às instâncias da reprodução social.

Nas falas dos senegaleses quanto às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, fica evidenciado que os mesmos têm consciência de sua subjunção às condições impostas. Percebe-se que o grau de conscientização é marcado pela experiência de trabalho e pela troca de emprego, encontrando-se na mesma condição de empregos anteriores.

“Todo o trabalho pesado, na empresa onde trabalha, fica para o estrangeiro e, se reclama, mandam embora.” (Imigrante 1).

“Relatou que trabalha, trabalha... (...) às vezes não renovam o contrato, não querem assinar a carteira, te despedem, mandam embora sem pagar nada.” (Imigrante 2).

Nas falas dos senegaleses, fica evidente a consciência da exploração no contexto do trabalho. Mesmo assim, muitos se sujeitam ao trabalho precário, devido à necessidade de inserção inicial para subsistir. Nos registros, quando questionados sobre as dificuldades no ambiente de trabalho, salientam:

“Exploração direta no mercado de trabalho. Não há onde reclamar.” (Imigrante 1).

“Não tem alguém para escutar, para chorar.” (Imigrante 2).

Além da exploração, quanto às jornadas de trabalho, ao salário precário, a nenhum direito, trabalho noturno, destacam também a discriminação dentro do próprio ambiente do trabalho. Precisam aceitar as provocações, a fim de evitar atritos maiores com os colegas de trabalho. A impossibilidade de defesa, a fim de garantir o emprego, gera uma frustração que aparece nos discursos.

“Discriminação no local de trabalho.” (Imigrante 3).

“Provocações para gerar conflitos dentro da empresa.” (Imigrante 4).

Quando os mesmos tratam do motivo da migração, afirmam que migram em busca de trabalho. Dessa forma, pode-se caracterizar esse fluxo como migrações laborais. Estas se caracterizam quando todo o grupo migra como força de trabalho. Estudiosos de migrações africanas, para a Europa, pontuam que as migrações internacionais foram tratadas como questões marginais nos estudos de desenvolvimento, mas que, “a partir dos anos 90 do século passado, a contribuição real e potencial dos migrantes para a melhoria econômica e social dos contextos dos países de origem, tornou-se tema central da cooperação internacional”. (CESCHI; MEZZETTI, 2012, p.19).

Considerações finais

A presença de imigrantes senegaleses em Caxias do Sul representa um novo fluxo migratório para a cidade. Esse movimento migratório apresenta características diferentes dos fluxos anteriores, pois se trata de imigrantes afrodescendentes e muçulmanos. Devido à quantidade expressiva de migrantes, a cidade de colonização europeia apresenta ainda resistências quanto à presença de senegaleses. As falas da população demonstram que há um desconforto em relação à imigração. Há, inclusive, relatos de atitudes preconceituosas e racistas.

Dentre as principais dificuldades apresentadas pelos senegaleses, na cidade, estão: a língua portuguesa, a documentação, o acesso à saúde e à moradia. Por não falarem a língua portuguesa e sua língua nativa, o *wolof*, ser muito diferente da nossa, os imigrantes têm problemas com a comunicação e compreensão do que está sendo transmitido. O acesso à documentação é um dos desafios, principalmente para ingresso no

mercado de trabalho formal. Há uma burocracia grande, além de funcionários não preparados para atender essa demanda. O acesso à saúde, política pública universal no Brasil, também é dificultado, pois há uma lógica de que eles não têm esse direito, ficando horas esperando em filas, conforme seus relatos. A moradia é uma das dificuldades, pois as imobiliárias fazem muitas exigências que os imigrantes não possuem, além dos valores serem elevados para locação.

O principal motivo da escolha por Caxias do Sul está na busca por trabalho. Logo, trata-se de migrações laborais. A cidade possui um polo industrial, com destaque para o setor metalomecânico, que atrai historicamente mão de obra migrante. Os imigrantes vêm em busca de salários e condições oferecidas pelas indústrias. Porém, para inserir-se e manter-se nesse mercado de trabalho, os senegaleses utilizam diversas estratégias: aceitação de trabalho precário, longas jornadas, condições insalubres, salários abaixo do valor de mercado, jornadas duplas envolvendo trabalho noturno e fins de semana, aceitação de provocações entre operários no espaço de trabalho, entre outras. Essas estratégias revelam a exploração a que estão submetidos nos postos de trabalho não ocupados pela população local.

O Centro de Atendimento ao Migrante, a Associação dos Senegaleses e outros migrantes do Senegal, que estão há mais tempo na cidade, são os que fornecem o apoio para o enfrentamento das dificuldades e problemas apresentados pelos migrantes. Distante da família, é importante que alguém acolha as demandas trazidas pelos imigrantes, para contribuir para sua superação e alívio.

Por fim, ressalta-se que, historicamente, Caxias do Sul recebeu fluxos migratórios. Assim, a presença de imigrantes do Senegal não deveria causar estranhamento entre a população local. As tendências futuras de migração exigem que sociedades locais preparem-se para receber fluxos cada vez mais diversificados. Os senegaleses representam um fluxo migratório diferente, que desafia o Município de Caxias do Sul.

Referências

BAENINGER, Rosana; PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica – Brasil no

Mercosul. *Congresso de Associação Latino-Americana de População*, ALAP, Minas Gerais, 2004.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. *Censo demográfico 2010: características gerais da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CESCHI, Sebastiano (Org.). *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni4Africa-Senegal*. Roma: Carocci, 2012.

_____; MEZZETTI, Petra. Migranti come forza internazionale per lo sviluppo? Un'analisi con luci e ombre. In: CESCHI, Sebastiano. *Movimenti migratori e percorsi di cooperazione: l'esperienza di co-sviluppo di Fondazioni4Africa-Senegal*. Roma: Carocci, 2012. p. 19-33.

HERÉDIA, V. B. M.; MOCELLIN, M. C.; GONÇALVES, M. do C. (Org.). *Mobilidade humana e dinâmicas migratórias*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O continente desconhecido. In: _____. RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos africanos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-13.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. *Imigrante: a fronteira da documentação e o difícil acesso às políticas públicas em Porto Alegre*. Porto Alegre: Solidus, 2013.

CAPÍTULO VII – COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

NEM TUDO É FESTA: REMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO NA IMPRENSA ANARQUISTA E ANTICLERICAL ARGENTINA E BRASILEIRA EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Caroline Poletto*

Una aureola de sangre corona toda idea. Allí, Chicago! Enorme se alza la roja mancha; es de sangre y de fuego: quema y empapa el mundo. Va extendiendo sus bordes y va sublevando almas. Lenguas de los ahorcados ¡cómo habláis á los pueblos! ¡Cómo estruenden tus voces! Fuertes como el martirio ellas dicen de vientos redentores que un día barriendo árboles viejos, fórmulas y prejuicios

Soplarán de repente; tempestades de iras – locas como venganzas – que empujan las ideas, tempestades de iras que cruzarán llevando cadáveres podridos á la crugiente hoguera.

¡Todos de pié! ¡á la lucha! ¡Ni dios, ni ley, ni patria! ¡Cada hombre sea un ejército; nadie obedezca á nadie! ¡Ni altares, ni sanciones, ni banderas! ¡No encuentren los esclavos donde atarse!

Allí, Chicago! El crimen, el símbolo maldito. Allí, Chicago! Gólgota de las ideas nuevas. ¡Que una verdad nos una, que un dolor nos anime, que la voz de esos muertos suene en toda la tierra!

Alberto Ghirardo (La Protesta, 11 de novembro de 1904, nº447)

O presente artigo pretende abordar alguns aspectos das memórias do 1º de Maio visualizados nas páginas de jornais da imprensa libertária e anticlerical de Buenos Aires, Porto Alegre e São Paulo buscando demonstrar que o descontentamento e o espírito combativo também se faziam presentes entre a massa imigrante desses

* Doutoranda – UNISINOS.

países, e o 1º de Maio acabou se tornando, principalmente nas primeiras décadas do século XX, um momento de tensão entre operários imigrantes (em sua maioria) e autoridades estatais e policiais dessas cidades. Dessa forma, pretende-se abordar algumas das estratégias empregadas pelos veículos da imprensa subalterna em lembrar a data fatídica do 1º de Maio – não enquanto festa dos trabalhadores – mas sim enquanto momento de reflexão e de luta por transformações e melhorias sociais. Dentre essas estratégias pedagógicas empregadas pela referida imprensa, se destaca a utilização constante de *imagens*, as quais serão o objeto central dessa análise que tentará esboçar a simbologia desses traços – alegóricos ou não – e, ao mesmo tempo, verificar ou apontar (mesmo que sucintamente) circulações, repetições, recriações e permanências da estética libertária constituída em torno do 1º de Maio. Além disso, a proposta aqui apresentada se insere numa nova tendência historiográfica: a *história transnacional*, uma vez que, ao trabalhar com a imprensa subalterna de cidades e países distintos, se tenciona recuperar conexões de uma extensa rede de comunicação e de trocas existente e alimentada no decorrer do século XX no seio da imprensa anarquista, que se considerava *internacionalista* e *para todos*.

(...) novos movimentos de trabalhadores e a crescente consciência da interdependência mundial (*One World*) pareciam exigir um novo tipo de historiografia, uma história que “ultrapassasse” o trabalho tradicional da América do Norte e da Europa, incorporando as suas conclusões em uma nova abordagem orientada globalmente. Isto é, na verdade, um projeto extremamente ambicioso, que mal começou. Muitos dos objetivos desta nova partida precisam de elucidação. Estamos em uma situação excitante de transição, na qual a disciplina está envolvida em sua reinvenção. A “velha” e a “nova” história do trabalho dão espaço à história do trabalho “global”. (LINDEN, 2010, p. 51)

Nesse contexto, o estudo dos periódicos anarquistas sob um olhar transnacional fornece possibilidades de entender essa imprensa como ela mesma se autodenominava: internacionalista e para todos, ou seja, não era uma imprensa destinada a ficar trancafiada dentro dos limites da nação ou região, pelo contrário, se dirigia a um grupo/ público ampliado: os trabalhadores do mundo. Marcel van der Linden apresenta a seguinte ideia de internacionalismo proletário:

“Internacionalismo proletário” sugere associações com o “socialismo” e “comunismo”, e com tentativas de abolir o capitalismo mundial. Coerentemente com essas conotações, os que usam o conceito para se referir a atividades operárias normalmente têm em mente as *ações coletivas de um grupo de trabalhadores de um país, que deixa de lado seus interesses de curto prazo como grupo nacional em prol de um grupo de trabalhadores de outro país, a fim de promover seus interesses de longo prazo como membros de uma classe transnacional*. (LINDEN, 2013, p. 289)

Dessa forma, percebe-se que a imprensa anarquista apresenta diversas características que favorecem uma abordagem transnacional sendo, a principal delas, o *internacionalismo* e o conseqüente intercâmbio entre os periódicos, o que resulta em ações de combate similares e eventos recorrentes: greves gerais, ondas de protesto e solidariedade entre os operários do mundo inteiro. A historiadora Bárbara Weisten também concorda nesse ponto quando afirma que: “na área de história dos movimentos operários, certos temas, por sua própria natureza (por exemplo, o anarquismo) sempre se emprestaram a uma abordagem transnacional” (WEISNTEIN, 2013, p.22).

É preciso, antes de adentrar no universo simbólico das imagens utilizadas pela imprensa libertária e anticlerical para rememorar o 1º de Maio, explicar brevemente como essa data se tornou primordial no calendário anarquista e no movimento operário como um todo e quais as dimensões e significados que essas rememorações do 1º de Maio tiveram para o movimento libertário no início do século XX, quando a própria classe trabalhadora estava se constituindo e se conscientizando da sua força social e de seu papel histórico.

O Dia do Trabalho (como é conhecido atualmente) foi oficialmente criado em 1889, por um Congresso Socialista realizado em Paris durante a Segunda Internacional Socialista e passaria a ser comemorado a partir de 1890. A data foi escolhida em homenagem à greve geral, que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época. Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir a redução da jornada de trabalho (que era de 12 a 14 horas) para 8 horas diárias. Naquele dia, manifestações, passeatas, piquetes e discursos movimentaram a cidade.

Mas a repressão ao movimento foi dura nos dias que se seguiram: houve prisões, feridos e até mesmo mortos nos confrontos entre os operários e a polícia. Essa repressão policial acabou por ocasionar a prisão de diversos anarquistas e a conseqüente execução dos “mártires de Chicago”. De acordo com Arêas:

(...) a situação complicou-se em 3 de maio com a intensificação das greves. À tarde um incidente em frente à usina Mc Cormick resultou em um confronto entre grevistas e policiais. Para protestar contra a morte de dois trabalhadores e a prisão de vários ativistas, os anarquistas marcaram um *meeting* para a noite do dia 4 na praça Haymarket. (...) De repente uma bomba, de origem indeterminada, explode no meio dos policiais. Os agentes abrem fogo contra a multidão. Ao terminar o conflito, sessenta policiais encontram-se feridos, dos quais seis não conseguem sobreviver. O número exato de vítimas entre os manifestantes é desconhecido até hoje (...) Oito dirigentes sindicais foram acusados do assassinato dos policiais (...) O processo, aberto em junho de 1886, teve várias irregularidades. (...) Parsons, Engel, Fischer, Lingg e Spies são condenados à morte. (...) Os condenados, com exceção de Linng que se suicidou na cadeia, foram enforcados no dia 11 de novembro de 1887. Esse ponto ficou conhecido como o ponto final da tragédia dos “mártires de Chicago”. (ARÊAS, 1996, p.50-52)

Em memória dos mártires de Chicago, das reivindicações operárias que nesta cidade se desenvolveram em 1886 e por tudo o que esse dia significou na luta dos trabalhadores pelos seus direitos, servindo de exemplo para o mundo todo, o dia 1º de maio foi instituído como o Dia Mundial do Trabalho. Também havia outros fatores importantes ligados à data de 1º de maio: na tradição anglo-saxônica marca o dia de renovação dos contratos de aluguéis e de trabalho (*Moving Day*) e na tradição européia se liga aos ritos aldeões de celebração da primavera. A chegada da primavera marcava também o florescimento das esperanças da classe operária e as imagens da imprensa libertária refletem esse clima esperançoso. Já no Brasil, o calendário religioso (maio é o mês Mariano, comemoração da Virgem Maria) faz a ligação com o passado e associa as datas com as imagens de renovação e renascimento. No entanto, apesar do 1º de Maio ter sido escolhido como data oficial para a comemoração do trabalho, o dia 11 de novembro (data da execução dos acusados) também foi utilizado pela imprensa libertária para lembrar a execução

dos mártires de Chicago (embora de maneira bem mais esparsa do que a data de 1º de Maio).

Luciana Arêas, analisando as manifestações do 1º de Maio, constata que as mesmas “envolviam uma série de elementos rituais e simbólicos que procuravam transmitir aos trabalhadores que delas participavam o sentimento de pertencerem a um mesmo grupo, a uma mesma classe” (ARÊAS, 1996, p.8). Acredita-se que as imagens aqui apresentadas cumprem uma função similar, já que o sentimento de pertencimento a um grupo também é desenvolvido pela imprensa libertária: o grupo daqueles que irão promover a revolução social. De acordo com Perrot os anarquistas “tentaram dobrar o Primeiro de Maio em sua direção, impor-lhe seu estilo: ação direta, violenta, antipatronal. Mais populista, sua linguagem nessa época é mais popular” (PERROT, 1988, p.139).

Foram analisados, para o presente artigo, apenas os exemplares dos periódicos argentinos *La Protesta*¹ e *El Peludo*², dos paulistas *A*

¹ O periódico anarquista “*La Protesta Humana*” foi fundado no ano de 1897 em Buenos Aires. Mantém a sua circulação até os dias atuais (embora com um caráter bem mais simbólico do que combativo), configurando-se num dos principais periódicos anarquistas, tanto pela qualidade dos seus escritos como pelo seu tempo de duração. A partir de novembro de 1903 “*La Protesta Humana*” abreviou seu nome e passou a se chamar “*La Protesta*”. Disponível em: *Universidade de Los Angeles, Califórnia – UCLA Library (Digital Collections)*: exemplares dos anos de 1897-1902; formato: digital. Site: <<http://digital.library.ucla.edu/newspaper>>; *Hemeroteca do CEDINCI*, Buenos Aires, Argentina: exemplares dos anos de 1897-1936; formato: Microfilme. Site: <<http://www.cedinci.org>>; *Hemeroteca da Biblioteca Nacional de la República Argentina*, Buenos Aires, Argentina: exemplares dos anos de 1897-1936; formato: microfilme e alguns exemplares no seu formato original;. Site: <<http://www.bn.gov.ar>>; *Federación Libertaria Argentina (F.L.A.)*. Buenos Aires, Argentina: exemplares dos anos de 1904 até 1936, coleção incompleta; formato: original. Site: <<http://www.federacionlibertaria.org>>.

² O periódico *El Peludo* circulou entre os anos de 1917 a 1930, na cidade de Buenos Aires. No entanto houve períodos nesse intervalo em que o periódico não apareceu, seja devido à repressão ou à falta de recursos; fato esse que caracteriza a grande maioria dos periódicos da imprensa subalterna. Seus exemplares se

*Lanterna*³ e *A Plebe*⁴ e do gaúcho *A Luta*⁵ que remetiam às rememorações do 1º de Maio, entre as três primeiras décadas do século XX, com o intuito restrito de estabelecer algumas possibilidades de utilização desses periódicos e de seus respectivos elementos imagéticos em uma abordagem transnacional. Vale salientar que os exemplares de jornais anarquistas que aparecem no 1º de Maio ou em datas próximas, são, geralmente, mais extensos que as publicações normais (portanto, uma edição especial) e trazem um número considerável de matérias teóricas e doutrinárias, além de textos pedagógicos, imagens, poesias canções e contos de protesto. O 1º de Maio é um evento recorrente na imprensa libertária e praticamente todos os periódicos anarquistas, dos mais variados países, destacam essa data em seus exemplares. O que já aponta para certa tendência internacionalista dessa imprensa; tendência essa que facilitaria uma abordagem transnacional. Nos periódicos aqui analisados, o caráter festivo do 1º de Maio⁶ era combatido de forma veemente e se procurava relacionar a data às greves gerais e às ações efetivas contra o sistema capitalista:

encontram no *CEDINCI*, em Buenos Aires. Formato: Microfilme. Coleção Incompleta. Site: www.cedinci.org/

³ O periódico anticlerical e de combate *A Lanterna* circulou em São Paulo nos anos de 1909 a 1916. No ano de 1916 também foi publicado no Rio de Janeiro um periódico homônimo intitulado “*A LANTERNA: Jornal da Noite*”. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira: exemplares dos anos de 1909-1916; formato: digital. Site: <http://hemerotecadigital.bn.br>.

⁴ O periódico anarquista *A Plebe* circulou em São Paulo durante os anos de 1917 a 1951. Períodos sem publicação. Disponível em: *Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH/UNICAMP)*, Campinas, Brasil: exemplares dos anos 1917-1951; formato: original (papel); microfilme ou microficha. Site: <http://www.ifch.unicamp.br/ael>.

⁵ O periódico *anarquista A Luta* circulou em Porto Alegre nos anos de 1906 a 1911. Disponível em: *Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH)*, Porto Alegre, Brasil.

⁶ O caráter festivo do 1º de Maio era verificado nos periódicos socialistas e, normalmente, os socialistas organizavam festas e outros eventos atrativos nessa data. No entanto, esse caráter festivo não pode ser generalizado para toda a imprensa socialista.

Martirio y sacrificio, dolor y llanto, rebelión y lucha, eran conceptos usados reiteradamente por los anarquistas para calificar al 1º de mayo, otorgándole a la jornada un sentido eminentemente combativo y un carácter trágico y antifestivo. Vincularan a la fecha a la huelga general y le adjuntaron un sentido de enfrentamiento en bloque contra el sistema. Desde el mismo momento en que, en 1890, comenzó a celebrarse el 1º de mayo en el país (*Argentina*), la concepción libertaria entró en colisión con la interpretación del socialismo, poniendo en evidencia las profundas grietas que cruzaban el espectro de fuerzas de izquierda. (SURIANO, 2001, p. 321)

Os textos encontrados nos periódicos aqui analisados procuram, insistentemente, demonstrar a forma “correta” de rememorar o 1º de Maio, a qual, segundo os libertários, se caracterizaria por protestos, luto, reflexão e ação em prol da revolução social que, para eles, estaria se aproximando. Distanciavam-se de qualquer interpretação festiva da data.

!ACORDAOS!

Todos los años, poco antes de llegar el 1º de Mayo lo recuerdo. Lingg, Spies, Parsons, Engel y demás compañeros, sacrificados por la burguesía norteamericana; aquella burguesía que levanta monumentos á la Libertad, cuyo foco eléctrico solo sirve para iluminar á las clases parasitarias! – Recuerdo de sangre! La prensa mercenaria, que vive en concubinato eterno con los socialeros, dicen que el 1º de Mayo es dia de fiesta. – Dia de fiesta ¿eh? Era yo muy jovencito; pero lo recuerdo...obreros atropellados...una bomba que estalla...organizadores presos...un jurado comprado á fuerza de dollars...Lingg se mata...? y Nina?... El cadalso... ¿Fueron la semilla, de la Sociedad Futura? Yo no digo, dia de fiesta...!!!Acordaos!! JUAN ARGEMI (*La Protesta*, 1º de mayo de 1904, nº282 p.4)

1º DE MAIO

O operariado universal tem neste dia uma das suas maiores comemorações. É um dia de festas, de alegria, de expansão de jubilo? Não, no-lo diz a sua história. É de protesto e de aspiração. De protesto contra uma situação de misérias, de injustiças, de opressões; de aspiração de uma sociedade nova, onde não exista para uns a perspectiva terrível e constante da fome e o frio, e a abundância e o conforto para uma pequena minoria privilegiada.

Aspiração humana e bella! Chegará a ser uma realidade? Sim! – elle nos diz. (*A Lanterna*, 30 de abril de 1910, nº29 p.03)

E quais seriam, afinal, as imagens de protesto e de aspiração utilizadas por essa imprensa? Antes de responder essa questão é necessário ter em mente que o aspecto visual representado pelo desenho tinha uma grande importância nos periódicos desse período, uma vez que ele é um forte elemento doutrinador, dotado de crítica mordaz, ainda mais num contexto rodeado por analfabetos, em que muitas vezes o traçado dos caricaturistas era o único elemento do periódico que atingia esse público desprovido das habilidades da leitura e da escrita. As imagens apresentam ainda um forte poder de sedução e comoção, bem como o caráter do imediato, ou seja, transmitem suas mensagens numa fração de segundos e se fixam na mente do seu observador. Pesavento, ao elencar as características do discurso visual, constata que:

E a essa condição de retenção de memória e de potencial evocativo, talvez pudéssemos agregar mais uma propriedade que caracteriza as imagens: elas seduzem, cativam, encantam; elas possibilitam uma comunicação imediata; são intensas; despertam a atenção; prendem o olhar; emocionam. (...) Assim, na sua propriedade de sedução, as imagens detêm uma primazia em comunicabilidade. Elas circulam mais, atingindo um público mais amplo de receptores. Afinal, se nem todos lêem livros ou revistas, todos vêem imagens e as armazenam na memória. (PESAVENTO, 2008, p.119)

A primeira imagem surgida no periódico *La Protesta* data de maio de 1898 e apresenta a suposta vitória dos trabalhadores sobre o governo burguês, transmitindo, portanto, uma mensagem positiva e esperançosa do futuro; futuro esse no qual reinaria a sociedade libertária, desprovida das injustiças e mazelas do capitalismo. A legenda que acompanha o desenho reforça a crença na organização do operariado e na possibilidade de, através dessa organização dos trabalhadores, destruir seus opressores ao mesmo tempo em que clama por essa emancipação operária: “*Hurra por la emancipación del proletariado*”. Percebe-se, através da legenda, a importância que a mesma apresenta para a imagem, uma vez que destaca e reforça a informação contida na mesma. Percebe-se também a utilização da bandeira como elemento de identificação com a luta anarquista.

Figura 1: Imagem vitória da anarquia 1º



Fonte: *La Protesta Humana* 1º de mayo de 1898 nº34 p.01

Além disso, uma observação mais atenta da caricatura deixa transparecer o caráter internacional do desenho, uma vez que a palavra em inglês “*anarchy*” visualizada na bandeira erguida pelo trabalhador indica, provavelmente, que a origem da mesma poderia remeter a um jornal de língua inglesa (é possível que seja uma imagem proveniente da imprensa estadunidense, palco do atentado dos mártires de Chicago e, portanto, um testemunho da imprensa contemporânea ao feito); sendo, portanto, reproduzida novamente no periódico argentino *La Protesta*. Percebe-se também que a imagem aparece na primeira página do periódico, ocupando um lugar de destaque na publicação libertária.

A segunda imagem, que em muitos aspectos se assemelha à primeira, surge em 1922 no periódico *A Plebe* e também apresenta uma figura masculina segurando a bandeira da anarquia sob os escombros da antiga sociedade. Ambas as imagens trazem o pensamento utópico presente no discurso anárquico, ou seja, fazem alusão à crença num futuro melhor e na efetivação da revolução social. A legenda que acompanha a imagem apresenta tom vitorioso, tratando a vitória do operariado sob a *hydra burguesa* como algo inquestionável “*a verdade triunfa contra os embustes tiranos. Eis porque o ideal anárquico faz*

tremer a hydra burguesa em seus domínios, impelindo-a para o abismo de que se aproxima”.

Figura 2: Imagem vitória da anarquia 1º



Fonte: *A Plebe* 1º de Maio de 1922 nº180 p.01

Importante apontar também para o fato de que, nas duas imagens vistas anteriormente, a ruptura e a destruição da antiga sociedade é evidente; no entanto, a nova sociedade não é caracterizada no discurso visual. A representação é da sociedade em ruínas e não da nova sociedade, de forma a exigir que o observador mais atento completasse o quadro de sentido imaginando, por sua conta e risco, a nova sociedade.

A imagem de uma figura masculina portando a bandeira da anarquia e saudando com o chapéu a nova era que se aproximava foi bastante recorrente a imprensa libertária. No entanto, a grande maioria das representações visuais referentes ao Primeiro de Maio, apresentava os ideais de liberdade e justiça através da figura feminina. A alegoria feminina é utilizada para caracterizar a liberdade, a justiça e a anarquia. Martins (2009), no seu estudo acerca das caricaturas anarquistas encontradas nos periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro entre o período de 1910 a 1920, dá-se de encontro, assim como a presente análise, com a figura feminina representando alegorias e afirma que a utilização da figura feminina expressando um ideal, ou “aquilo que deve vir a ser atingido, almejado” tem origem ainda na tradição clássica da época da Grécia Antiga, mas foi consideravelmente difundida alcançando uma maior expressão na França, pois “(...) da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa (...)”

(CARVALHO In MARTINS, 2009, p. 121). Isso demonstra que as alegorias libertárias eram, na sua maioria, (re) criações e (re) construções de simbolismos antes empregados pela tradição revolucionária francesa, e essa, por sua vez, inspirava-se nas representações da Grécia Antiga de ideais abstratos como a liberdade, a justiça e a igualdade.

As imagens cumpriam certa trajetória que evocou uma interlocução com tradições plásticas e simbolismos revolucionários, resultando em um movimento que não foi mera reprodução e passividade, mas, antes, apropriação, recriação e reemprego dos gravuristas, profissionais ou não, encarregados de introduzir nos impressos libertários certa linguagem visual. (MARTINS, 2009, p.121)

Assim como as imagens 1 e 2, as figuras 3, 4 e 5 (que tratam da mesma imagem) também estão dotadas de uma crença utópica na vitória da anarquia, que se elevaria sob os escombros da sociedade capitalista. “(...) As utopias são a mais pura manifestação do desejo, surgindo como forma de evasão de uma realidade considerada insatisfatória. Nesse sentido a utopia se pressupõe totalizante da alteridade em relação ao mundo vivenciado” (SCHMIDT, 1999, p. 117). A mulher visualizada na imagem representa a alegoria da liberdade e aparece destruindo os símbolos dessa sociedade maligna (leis, armas, cruz, tribunal) enquanto seu olhar ao horizonte alude à nova era. A figura feminina traz a luz e a sabedoria necessárias para construir a nova sociedade sobre os escombros da antiga (veem-se as antigas instituições como o tribunal e o clero em ruínas na representação visual). Além disso, a imagem apresenta vários traços da cultura clássica, que se traduziam tanto nas vestes da mulher, como na coluna em estilo jônico na qual a mulher apoiava a sua mão direita e na tocha erguida bravamente (a tocha da sabedoria). Tais alusões à cultura clássica transferiam um valor heróico e sensibilizador à imagem, possibilitando que esta realizasse a função de sensibilizar e tocar o seu receptor⁷. De acordo com Suriano a utilização da figura feminina para

7 Segundo Raquel de Azevedo, essa gravura foi uma criação do operário espanhol Angelo las Heras. E, segundo ela, ao longo dos anos 20 e 30, ela foi reproduzida em diversos jornais operários e anarquistas (AZEVEDO In MARTINS, 2009 p.124). No entanto, a aparição dessa caricatura no periódico

representar a liberdade seria uma (re) significação de uma imagem do cristianismo. Segundo ele:

En realidad, la mujer, representativa de la libertad, era la resignificación profana de una imagen de claro simbolismo espiritual utilizada por la iconografía cristiana. En ella, la heroína coloca sus pies sobre un hombre o serpientes y dragones en clara alusión al triunfo del bien sobre el mal. En nuestra imagen la mujer-libertad (el bien) está parada sobre los símbolos de la sociedad capitalista (el mal). (SURIANO, 2001, p.304)

As imagens do 1º de maio traziam, não apenas elementos simbólicos da tradição religiosa, mas também de outras duas tradições: a da Revolução Francesa e a do próprio movimento operário (como a bandeira da anarquia visualizada nas imagens 1 e 2). A imagem que aparece primeiramente no jornal gaúcho *A Luta* é obra de um desenhista espanhol e foi publicada também no formato de folheto (possivelmente originalmente em folheto). Encontrou-se um desses folhetos intitulado de “*El Cancionero Revolucionario Ilustrado*” na *Biblioteca Criolla* (coleção particular do cientista alemão Lehmann-Nietzsche que reúne folhetos, poemas e canções que circularam em Buenos Aires nas décadas iniciais do século XX)⁸. De acordo com Gloria Chicote, sabe-se que esse folheto apareceu em Barcelona em 1909 e é de autoria do artista espanhol Ângelo de las Heras, demonstrando assim a existência de uma importante rede de trocas na imprensa subalterna que engloba e conecta as cidades de Barcelona, Buenos Aires, Porto Alegre e São Paulo. Infelizmente, no artigo de Glória Chicote, não é mencionado o ano preciso em que esse folheto foi encontrado em Buenos Aires, o que indicaria uma possível porta de entrada desse folheto na América, ou seja, se ele circulou antes por Buenos Aires e posteriormente em Porto Alegre ou inversamente. Pelos jornais aqui analisados, São Paulo é, possivelmente, o local mais tardio em que essa imagem circulou.

gaúcho *A Luta* em 1909 demonstra que a sua utilização e circulação na imprensa operária brasileira foi anterior ao ano de 1910.

⁸ Para informações mais detalhadas sobre a coleção da *Biblioteca Criolla* ver CHICOTE (2011).

Figura 3: Alegoria liberdade 1º de Maio



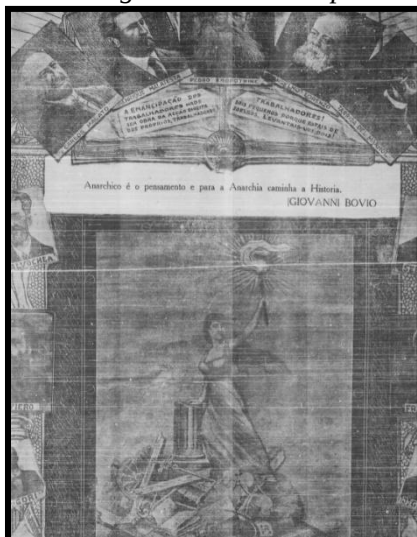
Fonte: *A Luta* 1º de Maio 1909 nº44 p.01

Figura 4: Alegoria liberdade e pensadores



Fonte: *A Lanterna* 1º de Maio 1916 nº289 p.04

Figura 5: Alegoria liberdade e pensadores



Fonte: *A Plebe* 1º de maio de 1927 nº250 p.04

Figura 6: Alegoria Liberdade



Fonte: *La Protesta* 1º de maio de 1921 nº3866 p.01

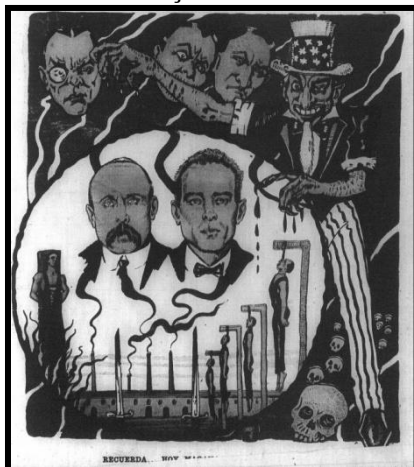
A imagem de Angelo las Heras foi encontrada na capa do periódico gaúcho *A Luta* durante o 1º de Maio de 1909, no periódico anticlerical paulista *A Lanterna* no primeiro de Maio do ano de 1916 e

reproduzida novamente no ano de 1927 no periódico anarquista *A Plebe*; o que demonstra a grande circulação e repetição dessa imagem na imprensa operária (lembrando também da sua aparição na forma de folheto em Buenos Aires nas décadas iniciais do século XX). Além dessa constante circulação e permanência da imagem nas páginas da imprensa subversiva também é importante observar o fato de que, embora a imagem fosse a mesma, cada periódico modificava sua apresentação: seja através de incrementos ou supressões de elementos na imagem ou na mudança da legenda. Temos assim, nas figuras 4 e 5 a incorporação dos retratos de pensadores anarquistas ao redor da imagem de Las Heras e, ainda, a imagem 5 apresenta uma legenda que não consta nas outras representações da imagem: “*anárquico é o pensamento e para a Anarquia caminha a história*”. Já no desenho 6, aparecido no *La Protesta* em 1921, percebe-se que o desenhista que assina com o pseudônimo Speroni produz sua obra tendo por base o desenho de Las Heras, reproduzindo-o com traços mais simples e grosseiros e adicionando, ao fundo da imagem, os enforcados de Chicago, ao mesmo tempo em que suprime o cabelo solto da alegoria pelo preso. No entanto, a essência da imagem é a mesma: a vitória da anarquia e o início da nova sociedade. Há, portanto, uma (re) apropriação, uma (re) criação da imagem do desenhista espanhol pelo desenhista do periódico argentino.

Nas figuras 6 e 7 a representação dos enforcados também se faz presente, de forma que os traços se esforçam na tentativa de não deixar esquecer as origens da data fatídica de 1º de Maio. Na imagem 6, além dos anarquistas enforcados, há também a representação da imponente nação americana através de uma imagem caricata que o representa enquanto um monstro perigoso; desconstruindo, portanto, a ideia de que os imigrantes estariam a salvo na suposta nação do “*progresso*” e da “*liberdade*”. A utilização de figuras monstruosas também é bastante recorrente na imprensa libertária, uma vez que apresentam funções pedagógicas no sentido de alertar para um dado perigo social. No centro da imagem aparecem os retratos dos anarquistas *Sacco y Vanzetti* também, segundo a interpretação anarquista, injustamente condenados e mortos por serem “anarquistas” e não por terem praticados crimes graves e passíveis de punição. Assim, a imagem recupera não apenas os Mártires de Chicago mas, juntamente com esses, os anarquistas italianos também executados pelo *tio Sam* no ano de 1927; de forma que a imagem

acrescenta novos elementos referentes ao contexto de sua produção, apresentando múltiplas temporalidades na mesma imagem (passado e presente).

Figura 6: Lembrança dos crimes de Chicago



Fonte: *El Peludo* 28 de abril de 1928 nº424

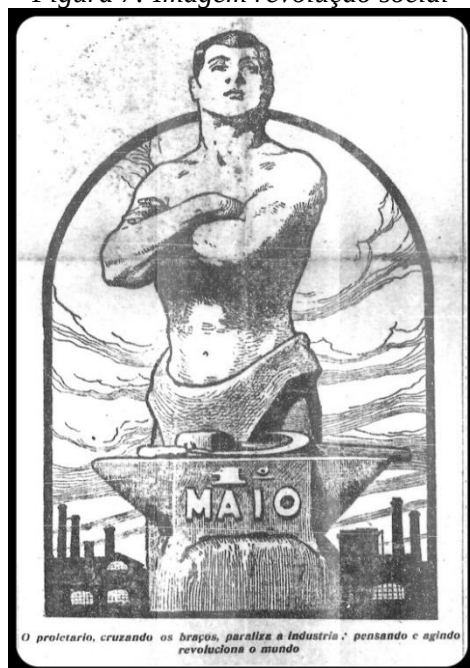
Figura 7: O exemplo que une



Fonte: *La Protesta* 11 de novembro de 1904, nº 447 p.01

Já na imagem 7, aparecida no *La Protesta* em 1904 no dia que marca o aniversário da execução dos Mártires de Chicago (11 de novembro) os enforcados também compõem o fundo da representação visual e, em primeiro plano, há a presença de dois trabalhadores (as vestes simples, remendadas e a ausência de calçados fazem alusão à representação corporal dos trabalhadores) que estão de mãos dadas e, portanto, unidos pela causa do ideal libertário. Importante também analisar a identificação dos mártires de Chicago como “heróis”, de acordo com a informação textual que acompanha os traços. O acontecimento trágico deveria ser constantemente lembrado para que os operários não esquecessem da importante tarefa que os mártires tinham começado em anos passados e que agora, os novos sujeitos da classe deveriam continuar.

Figura 7: Imagem revolução social



Fonte: *A Plebe* 1º de maio de 1923 nº208 p.01

Figura 8: Imagem revolução social



Fonte: *La Protesta* 1º de mayo de 1917 nº3956 p.01

Outras imagens recorrentes nas comemorações do 1º de Maio pela imprensa subversiva apresentam figuras humanas agigantadas, aludindo à força que o operariado reuniria ao se conscientizar do seu papel histórico e ao se apresentar enquanto um bloco coeso e unido, de forma que esse operariado organizado se tornaria um inimigo invencível, ao qual o estado capitalista e seus aliados não resistiria. O desenho da figura 7 apresenta o busto de um trabalhador gigante de braços cruzados, olhando para o horizonte e apontando para a nova sociedade que se constituiria sobre os escombros da antiga, apresentando as indústrias como elemento de fundo, elemento esse que seria superado na nova sociedade (no desenho a era das indústrias e dos capitalistas está num plano distante da era atual que está se formando). A legenda faz referência direta à força dos operários: “*o operariado, cruzando os braços, paralisa a indústria: pensando e agindo revoluciona o mundo*”. Procurando também conscientizar o observador do papel de agente social que o mesmo comporta, tentando afastá-lo da inércia que caracterizou parte significativa dos operários, que não participavam das manifestações do 1º de Maio ou participavam festejando de maneira equivocada (na visão

libertária). A figura 8 também apresenta um esboço de figura humana agigantada e cujo próprio braço forma uma espécie de faca (aludindo também à força que surgiria da união do proletariado), tentando tornar a representação da força operária enquanto elemento “invencível”. A imagem também apresenta os raios do sol como indicativo da sociedade futura, que se constituiria com o sangue e a luta de muitos (fundo repleto de cadáveres e túmulos) e, através da representação, é evidenciada a vitória certa da classe operária unida. Não foi possível reproduzir o conteúdo da legenda pois várias palavras estão ilegíveis, mas a mensagem passada (com o que se conseguiu ler) deixa transparecer que está na hora do bem superar o mal dando lugar para a mudança social.

Tentou-se, portanto, nessas breves linhas, resgatar as sensibilidades estéticas e as percepções de indivíduos que canalizavam as suas energias no complexo processo de rememorar uma data repleta de sentido – o 1º de Maio – e que deveria auxiliar no complexo movimento de conscientizar tanto uma classe quanto um indivíduo; nesse sentido, as imagens trágicas e, ao mesmo tempo esperançosas verificadas na imprensa libertária contribuíam para a constituição do caráter combativo da referida rememoração, afastando-se da interpretação festiva. A forma de interpretar o 1º de Maio inseria-se na complexa disputa pela conquista simbólica da data:

Pero más importante aún era el hecho de que la construcción-invencción de una determinada forma de recordar-conmemorar el 1º de mayo implicaba una puja por modelar una tradición determinada y por la apropiación de la memoria obrera. Quien hegemonizara la conmemoración del 1º de mayo obtendría una conquista simbólica fundamental para orientar el movimiento obrero, no en vano el mismo Estado y los sectores dominantes intentaron operar sobre la fecha para otorgarle sentido diferentes. (SURIANO, 2001, p. 321)

Verificou-se também a intensa circulação de algumas imagens entre os distintos periódicos da imprensa subalterna. No entanto, essa circulação, na maioria dos casos, não se configurava em uma simples repetição de imagens, mas sim um processo de (re) apropriação, (re) criação, já que elementos eram incorporados ou eliminados da representação visual original, de acordo com os objetivos de cada periódico. Também se percebeu que a utopia e a crença na revolução

social são traços recorrentes nas imagens apresentadas. Na visão libertária, a crença na sociedade utópica é fundamental para gerir esperanças num operariado tão desiludido e explorado. Para Baczko, o imaginário faz referência a todas as construções coletivas de interpretação e organização social a partir de símbolos e representações; sendo que o conjunto das representações elaboradas pela sociedade formam o que se denomina de “imaginário social”. Esse imaginário seria, portanto, o meio pelo qual um grupo “designa sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns” (BACZKO, 1985, p. 309).

Referências

ARÊAS, Luciana Barbosa. *A redenção dos operários: o primeiro de maio no Rio de Janeiro durante República Velha*. Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1996.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

CHICOTE, Gloria. Robert Lehmann-Nitsche: las facetas de la cultura popular. IN: CHICOTE, Gloria. GOBEL, Barbara. *Ideas viajeras y sus objetos: el intercambio científico entre Alemania y America Austral*. Iberoamericana: 2011.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do Mundo: Ensaios para uma História global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *Historia do trabalho para além das fronteiras*. Cadernos AEL, Vol. 17, nº 29, p. 33-65, 2010.

_____. *Labour History: the old, the new and the global*. African Studies, Vol. 2-3, nº66, p.169-180, 2007.

MARTINS, Angela Maria Roberti. O Segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias. In: DEMINICIS, Rafael Borges. *História do Anarquismo no Brasil*. Vol.2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. p. 121.

PERROT, MICHELLE. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em historia cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Na sociedade futura: uma visão utópica da cidade/sociedade socialista* (Rio Grande, 1897-1898). História Social (Campinas), Campinas, v. 6, p. 115-134, 1999

SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Bueno Aires*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPLAC*, nº14, p.13-29, 2013. Disponível em: <<http://revista.anphlac.org.br>>.

IMAGENS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM PORTO ALEGRE (1945-1955): MEMÓRIA E IDENTIDADE NAS FOTOGRAFIAS

Egiselda Charão*

A fotografia é um registro, um artefato visual que contém uma fração da realidade com informações integrantes do fragmento de espaço e tempo retratado. As imagens fotográficas colocam em cena personagens sociais em diferentes situações permitindo que se distingam os lugares em onde determinadas atividades se desenvolveram. A imagem contém elementos históricos para a memória individual e coletiva dos indivíduos. Portanto nas fotografias são registrados cenários, personagens e fatos, o que as fazem ganhar força de documentos históricos. (CANABARRO, 2005, p. 25).

Nesta perspectiva o presente texto desenvolverá uma reflexão que contribui para o estudo da imigração urbana analisando as fotografias como suporte de memória para preservar a cultura do local de partida das mulheres imigrantes que vieram para Porto Alegre entre 1945 e 1965. Nesse intento se levará em conta os depoimentos das imigrantes, as transformações da fotografia, as representações e os signos identitários presentes na casa e nos álbuns familiares. Para tanto escolheu-se o acervo de Dalva Di Martino, Maria Di Gesu, procedentes da Calábria e Maria Cristina Prando procedente de Abruzzo. O conjunto¹ analisado é

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Financiada pela programa de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES).

¹ No caso específico deste trabalho optou-se por escolher apenas imigrantes oriundas da Península Italiana cujos depoimentos orais e o conjunto de imagens integram o acervo do Laboratório de Pesquisa em História Oral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

composto por quinze fotografias, das quais duas foram tiradas na Itália e as outras treze foram tiradas no Brasil.

O texto se divide em três tópicos: na primeira parte se tecerá considerações teóricas acerca da relação entre História, memória e fotografia nos álbuns familiares. Na segunda parte se tratará da história das imigrantes selecionadas em relação aos contextos de partida e de chegada, a terceira parte apresentará uma pequena reflexão sobre a fotografia através das imagens selecionadas. A metodologia de análise das imagens será a mesma desenvolvida por Ana Mauad que opta pela interdisciplinaridade, aproximando-se da antropologia, da história visual e da história oral (MAUAD, 2009, p.241). Nesse sentido os arquivos de imagens e imagens contemporâneas coletadas em pesquisas de campo podem e devem ser utilizados como fontes que conectam os dados à tradição oral e à memória dos grupos estudados. (NOVAES, 2005, P. 110)

Fotografia, memórias e álbuns familiares

Nesse processo se deve considerar os indivíduos, pois, quando eles partem de sua terra natal estão inseridos dentro de um projeto coletivo que não é vivido de forma homogênea por todos. Isso porque buscam objetivos que pertinentes ao grupo familiar e esse objetivos vão se particularizando ou individualizando com o tempo (VELHO, 1994, p.41). Através de uma trajetória individual, é possível remontar um fenômeno histórico de grande relevância como a imigração² urbana. Quando se estuda os álbuns familiares³ das mulheres imigrantes se deve

² Para o historiador da imigração, não se trata de analisar uma massa sem rosto, mas pessoas que se deslocam, motivadas por inúmeras razões, construindo novas identidades, em busca do que acreditam ser melhor, com arrojada iniciativa. (CONSTANTINO, 2006, p. 69).

³ Os álbuns de família traduzem comportamentos referentes a determinado grupo social e, portanto, fornecem elementos para o estudo da História. O grupo social referido aqui é de mulheres que, por algum motivo, deixaram sua terra natal para fixar residência em outro país. Elas constroem suas famílias e, desta forma,

levar em conta que os retratos e as narrativas cumprem funções afetivas e didáticas já que materializam as regras e a etiqueta do viver urbano.

Também se deve atentar para o fato que imagem deve ser pensada além dos elementos que aparecem nela reconstruindo seu universo, deve-se analisar o artefato a partir de informações sobre quem aparece nas fotografias, o local retratado, enfim, todo um contexto de produção. (LEITE, 1993). Através das imagens, toda uma vivência familiar vem à tona, é, quando entra em cena a memória e a memória da fotografia é muito diferente da memória de um texto escrito. Pode-se dizer que o registro visual aciona mecanismos da memória já para detonar o processo de rememorar e, assim, construir versões sobre os acontecimentos já vivenciados. (VON SIMSON, 1998, p. 20). Como indivíduos ou como parte de um grupo, o ato de lembrar é incentivado pelo registro visual.

O registro visual pode ser entendido como uma representação e o estudo das representações se torna preponderante para alcançar a compreensão da realidade social, visto ser a foto uma construção significativa, portanto, representada. [...] Representações sociais são esquemas interiorizados que “traduzem as posições e os interesses obviamente confrontados [...] e descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse”. (CHARTIER, 1990, p.19)

Mulheres imigrantes

As mulheres em questão fazem parte do grupo de imigrantes não subsidiados que vieram para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Quanto às mulheres estrangeiras no processo migratório, Núncia de Constantino afirma que, para “entender o fenômeno migratório, é fundamental que se considerem as relações sociais e o papel das mulheres no processo de imigração” (CONSTANTINO, 2007, f. 02). Nessa parte se traçará de forma sintetizada a história de cada uma delas.

passam a fazer parte da sociedade que as acolheu. (CARVALHO; LIMA, 2009, p. 49).

Maria Di Gesu, nasceu em Morano Carabro, em 1928. Quando ela tinha dois anos seu pai imigrou para o Brasil se radicando em Porto Alegre e trabalhando com restaurantes. Maria iniciou sua atividade artística como autodidata no campo música, também se inseriu na pintura, cerâmica e no desenho, isso tudo no período em que eclodiu a II Guerra Mundial. No campo da música seus estudos iniciaram na terra natal com o maestro Battista Lotufo, músico da comunidade local. O pai de Maria trouxe a família para o Brasil em 1947 por intermédio de redes parentais⁴. Ao chegarem na capital gaúcha foram residir na rua Havaí, próximo a Demétrio Ribeiro, onde já residiam com as famílias, um número significativo dos comerciantes calabreses.

Quando Maria chegou a Porto Alegre tinha 19 anos de idade não trabalhava fora dedicava-se aos estudos artísticos ligados a música e as artes plásticas. Em 1953 ingressou no Instituto de Belas Artes, em 1955 já integrava o coral da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA). Enquanto aprimorava sua formação aprendendo a tocar instrumentos como violino participava paralelamente de seminários, congressos. A partir de 1963 ingressou no grupo de professores do Instituto Musical Paganini e também, atuava como violinista da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Fez aperfeiçoamento em escultura com Vasco Prado e em violino com o prof. Antonio Marques, de Montevidéu.

No que diz respeito ao seu fazer artístico, Maria se define como “autodidata, multi instrumentista e a última pintora em estilo primitivista no Rio Grande do Sul”. (GÉSU, 2012) Como musicista rege e também executa solos de piano, teclado, gaita, violino, bandolim, violão, violoncelo, flauta entre outros. Como artista plástica produz obras em cerâmica, pedra, pinta nas mais variadas técnicas, produz xilogravura e restaura obras sacras. Sergio Ribeiro Rosa ressalta que a arte de Maria “reflete permanente coerência com suas raízes itálicas (...) e a profusão de suas imagens denotam a impressão que o barroco peninsular deixou na artista.” (GÉSU, 2013). Dante Laytano em sua crítica sobre a artista complementa afirmando que,

⁴ Essas redes envolviam parentes de sangue (tios, sobrinhos, primos, filhos irmãos, etc.) que vinham para o Brasil com recurso próprios.

(...) Maria Di Gèsu é uma artista que (...) montou a infraestrutura do pensamento estético italiano. As origens itálicas estão presentes no seu traço, no seu desenho, na sua cor e aculturando-se pela inspiração da nova terra brasileira recria temas (...) Mas não perde nunca os traços que lhe proporcionaram sua origem peninsular. (GÉSU, 2013)

Três anos após a vinda de Maria Di Gèsu, em setembro de 1950, outra imigrante, tal como ela, Dalva Di Martino Cassará deixou a terra natal quando tinha 14 anos. Partiu da Itália, em companhia da mãe e das irmãs, rumo ao Brasil, no dia dos festejos de São Roque. Suas raízes estão assentadas na região da Calábria, em Morano Calabro, na província de Cosenza. A região passara, até 1940, por um processo de imigração em massa, decorrente das dificuldades econômicas e sociais que duraram mais de 40 anos que somente arrefeceu durante a guerra. Foi também através das redes familiares que Dalva e a família vieram para Porto Alegre, no início da década de 1950, quando ocorreu a segunda onda de imigração para o Brasil. A cidade tornara-se atrativa para os imigrantes, pois a economia centrava-se na industrialização, acentuando o processo de urbanização. Esse contexto favorecia as atividades comerciais do pai fazendo com que ele se deslocasse sistematicamente indo e vindo da Calábria para Porto Alegre e vice versa.

Na época em que a família de Dalva se mudou para Porto Alegre a imigração majoritária era de trabalhadores calabreses e familiares destinados aos centros urbanos brasileiros fenômeno, esse, que ocorria desde o século XIX. Isso se evidencia nos documentos demonstram o predomínio dos imigrantes calabreses no espaço porto-alegrense, os quais desempenhavam profissões diversificadas na cidade, sobressaindo-se no desenvolvimento de atividades comerciais (CONSTANTINO, 1999, p. 57) conforme atesta Dalva em seu depoimento onde conta que

(...) vir para a América era uma coisa normal. Não era só a minha mãe que estava longe do marido. (...) Muita gente vivia a mesma situação que a minha mãe. (...) Primeiro veio a minha mãe, com duas filhas. Tinha uma irmã casada com um filho que o meu pai trouxe primeiro porque estava desempregado. Depois veio a mãe dele, minha irmã que era casada (CASSARÁ, 2010, f. 6).

Quando Dalva desembarcou no porto da capital gaúcha, a cidade já mostrava sinais de modificações propiciadas pelo afluxo cultural resultante dos intercâmbios entre grupos humanos oriundos de várias partes do mundo. Foi visando melhores condições de vida que a família de Martino, juntamente com a mãe e os irmãos, desembarcou na para a capital gaúcha.

Os arranjos relativos à vinda da família da terceira imigrante, Maria Cristina Prando, para Porto Alegre se assemelham à vinda das Calabresas. Maria Cristina nasceu em 1946, na Província Áquila, Abruzzo. A viagem foi assistida pelos padres scalabrinianos⁵ que facilitaram a vinda da família. Primeiro veio o pai, que era sapateiro, para ensinar o ofício de sapateiro aos meninos do orfanato mantido pela congregação, depois, veio o restante da família em 1953. Em Porto Alegre o pai abriu uma sapataria na Lima e Silva e construiu uma casa para a família na Vila Ipiranga. Maria Cristina cursou o normal no colégio interno das freiras carlistas, depois foi estudar no Colégio Bom Conselho concluindo sua formação no Instituto de Educação. Formou-se em Pedagogia e se aposentou como orientadora educacional em 1991. Em 1992 fez curso de aperfeiçoamento e começou a lecionar italiano na Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS).

Conforme transcorria o tempo o ofício do pai se transformava, em decorrência das novas demandas do mercado, passou de “ofício” de sapateiro (denominação de quem fabricava o sapato), para a de sapateiro/consertador (denominação de quem fazia pequenos reparos nos calçados). Maria Cristina desenvolveu sua rede de relacionamentos na região de Porto Alegre, onde predominava as casas dos imigrantes calabreses, nas proximidades do centro. Com as amigas passeava pela Praça da Alfândega, frequentava os cinemas e ia aos bailes. Também fundou associação dos Italianos de “Abruzzo, denominada Associazione

⁵ Comunidade internacional de religiosos que acompanham os migrantes das mais diversas culturas, crenças e etnias. Fundada em 1887 por João Batista Scalabrini, Bispo de Piacenza (Itália). Fundada no período da grande imigração da Itália para as Américas atuou e atua de forma socialmente marcante processos migratórios. Disponível em <<http://www.scalabrini.org>>. Acesso em 25, jun, 2014.

Abruzzese di Rio Grande do Sul e Santa Catarina”, da qual ainda é representante e tem sua sede na rua Monteiro Lobato, 156 Partenon Porto Alegre RS

Fotografias das mulheres imigrantes e possibilidades

No período que as imigrantes vieram para Porto Alegre – como ressalta Massia (2008) – a cidade passava por um processo de modernização refletido na transformação dos estúdios fotográficos com implementações de inovações técnicas e tecnologias que abriam novas perspectivas de trabalho. Essas mudanças já se manifestavam uma década antes da vinda dessas mulheres para Porto Alegre. Na década de 1950 a fotografia se consolidou configurando um novo regime visual calcado na construção de representações sociais sobre a cidade. O ofício do fotógrafo foi deixando de ser praticado nos estúdios e as máquinas portáteis favorecem o deslocamento dos fotógrafos que passaram a ser solicitados para registrar eventos sociais nos locais dos acontecimentos.

Essas mudanças refletiam as novas demandas decorrentes nacionalização e da industrialização brasileira que possibilitam a ampliação de mercado para a prática e consumo da fotográfica como o fotojornalismo, a publicidade, o documentário e o amadorismo. A partir da década de 1950 ocorreu um crescimento no volume de vendas de máquinas fotográficas que indicava o crescimento da atividade amadora. (MASSIA, 2008, f. 69- 74). A fotografia deixou de ser um artigo de luxo e se inseriu no cotidiano das famílias.

Das quinze fotografias selecionadas para esta reflexão cinco delas foram capturadas nesse contexto de transformações e dez foram capturas posteriormente em datas variadas. Algumas das fotografias selecionadas reproduzem⁶ as imigrantes portando vestimentas tradicionais de seus locais de origem. Foram capturadas imagens produzidas em *studios*, em locais de festas, nas residências, imagens de obras de arte, de festas

⁶ A fotografia reproduz menos do que produz, ou melhor, ela não reproduz sem produzir, sem inventar, . sem criar artisticamente, ou não, uma parte do real – nunca o real em si, nesse sentido fotografar consiste em transformar, converter o real em um real fotográfico (ROUILLE, 2009, p. 132).

étnicas realizadas recentemente e de objetos que identificam os locais de origens das imigrantes. Possuem um tamanho médio de 15/9 tanto na horizontal, como na vertical e foram divididas em três grupos que recebem os nomes das mulheres imigrantes: Dalva Di Martino Cassará, Maria Di Gesu, Maria Cristina Prando. Cada grupo está dividido em duas categorias imagens de “pessoas” e imagens de “objetos”.

As duas dimensões das imagens, fotografia como objeto e objetos na fotografia concorrem para a constituição da pessoa. Quanto as história narradas pelas mulheres imigrantes expressam identidades individuais e coletivas que ganham sentido de existência por meio dos objetos e artefatos visuais. (MENESES, 2005, p.52-53).

Dalva Di Martino Cassará

As fotografias de Dalva, aqui reproduzidas, foram capturadas na residência da mesma por ocasião da coleta do depoimento oral no qual ela narra sua trajetória de vida. Elas são guardadas cuidadosamente de forma singular. As fotos estão dispostas em álbuns familiares individuais: o masculino (o do marido) e feminino (os álbuns dela). Nesses dois estão as fotos familiares de cada desde a infância na Itália até o casamento em Porto Alegre. Dalva, após o casamento, elabora novos álbuns conforme constitui família, no Brasil. Primeiro, como um divisor de águas, o álbum do casamento, depois o álbum dos filhos, os álbuns dos amigos e dos alunos. Em todos eles as imagens estão dispostas em ordem cronológica de forma a constituir uma narrativa

Nos álbuns familiares, por exemplo, a organização das fotos diz muito sobre a importância dos acontecimentos. Nesse sentido, o próprio destaque dado a cada imagem é muito significativo sobre o que ela representa. Assim, emergem crônicas familiares que são contadas pelas outras gerações. Ana Maria Mauad destaca o quanto o álbum fotográfico está relacionado à memória:

O álbum de fotografias torna-se o objeto de memória por excelência, pois ali, em imagens tão reais, retornam do passado bisavós, avós, tios, primos, etc., retomando-se, através de poses e trejeitos, crônicas familiares, apreendidas no decorrer de muitas vidas e tradições, transmitidas por tantas gerações. (MAUAD, 2008, p. 59)

As imagens mostram eventos, momentos familiares marcantes, aspectos da cidade de Porto Alegre, vestimentas, penteados, festas de aniversários, nascimento dos filhos, familiares. Todos os álbuns juntamente com as fotografias que estão dispostas sobre os móveis ou emoldurados nas paredes compõem a narrativa da vida de Dalva, desde a vinda dela da Itália até os dias atuais.

Conjunto pessoas

O conjunto “pessoas” de Dalva é composto por quatro imagens. Na primeira foto tirada está Dalva ainda menina, em trajes infantis, ao lado da mãe que usa um modelo da roupa tradicional das mulheres Calabresas onde se observa, como pano fundo, um tecido com motivos florais. Quanto a composição do cenário, Luiza Brasil ressalta em seu trabalho que a representação feminina nos retratos, quase sempre tem alguma ligação com o sentido de sensibilidade ou de fragilidade. (...), as meninas aparecem com roupas claras, muitas flores e com símbolos religiosos. Essa representação já as coloca no espaço concedido ao feminino: os ambientes doméstico, privado e religioso. (BRASIL, 2013, f. 93). Dalva e a mãe estão sérias, dispostas em pé, lado a lado, separadas por um arranjo de flores sobre uma coluna e direcionam o olhar para o fotógrafo. Geralmente o fotógrafo estava em um local para fotografar as pessoas, estas, paravam, arranjavam-se, olhavam para a câmara e posavam (SOUZA, 2004, p.18).

A segunda foto retrata um grupo de jovens, posando em pé, por ocasião de uma festa na Sociedade Italiana⁷. Olhando a foto da esquerda para a direita, Dalva é a primeira figura. Todos exceto uma mulher e uma das crianças olham para o fotógrafo. Cada um está posicionado de forma diferente com predominância da lateralidade dos ombros, exceto o homem que está posicionado frontalmente. A metade do grupo estampa um sorriso na face e a outra metade está séria.

⁷ Para conhecer a história da sociedade acessar o site disponível em: <<http://sociedadeitaliana-rs.com.br>>. Acesso 10 julho 2014.

Na terceira foto, aparece Dalva, em trajes tradicionais fazendo uma pose para a foto na sacada do seu apartamento. Está na sacada, emoldurada pela porta aberta e observa o fotógrafo que está na parte interior do seu apartamento, provavelmente o fotógrafo seja algum membro da família. A foto foi capturada por ocasião da festa anual dos Calabreses da Associação, ocasião em que as mulheres usam os trajes típicos da Calábria.

Conjunto objetos

As fotografias do conjunto “objetos” de Dalva foram manipuladas no computador tanto na dimensão como no enquadramento e na cor. A primeira foto é de um quadro à óleo que reproduz a casa da família em Morano-Cálabro, pintado pela amiga de infância e patrícia, Maria Di Gesu, que procurou reproduzir até a cor original da pintura das paredes. A casa possuía dois pisos, com sacas e janelas envidraçadas. A segunda foto é de uma escultura representando um velho calabrés trazendo sobre o peito um desenho panorâmico, em nanquim de Morano-Cálabro. A terceira foto reproduz uma garrafa de do Ristorante Quartino, de Chicago que traz reproduzida no rótulo a imagem de Morano-Cálabro.

Maria Di Gesu

As cópias das fotografias de Maria Di Gesu estão emolduradas e dispostas temática e cronologicamente nas paredes e sobre os móveis da casa. Para entender a disposição do acervo de Maria é necessário traçar um mapa geográfico da casa pensando-a como um álbum familiar. A casa possui uma pequena sala de entrada onde estão as fotos da família (infância, pais, irmãos sobrinhas tios, tias), alguns móveis e uma cômoda onde ela guarda exemplares jornais que noticiaram eventos e atividades artísticas.

A sala de entrada possui três portas dando acesso ao restante da casa. Uma delas fica no lado direito e conduz ao atelier de pintura e escultura onde estão expostos seus trabalhos juntamente com o material do ofício (tintas, barros, tripés, tela etc.). Na parede do ateliê estão dispostas muitas fotografias e diplomas referentes às exposições realizadas. A outra porta localiza-se à esquerda e conduz à sala de música local onde se realizam saraus musicais e poéticos. Nesta sala estão

penduradas nas paredes fotografias relacionadas ao fazer musical e Maria sempre está inserida nessas imagens. Nelas aparece tocando instrumentos diversificados em orquestras ou individuais ou cantando em corais de voz. As fotos se multiplicam entre homenagens emolduradas e diplomas de qualificação.

Na sala de música existe uma escadaria conduzindo ao segundo piso que contém um ateliê com dimensões de grande salão dividido em três ambientes: o ateliê de restauro de imagens sacras, o espaço de produção de xilogravuras e a biblioteca. Ao fundo desse espaço existe uma grande porta que conduz ao jardim de inverno. A terceira porta leva a sala de jantar onde algumas imagens fotográficas estão penduradas nas paredes e sobre os móveis compondo com souvenirs relativos à Itália uma paisagem singular. Maria Di Gésu conduz os que chegam explicando as imagens numa ordem estabelecida por ela. As imagens ganham sentido e significado a partir da narrativa que acompanha o olhar. Do universo dessa italiana foram selecionadas três fotografias, um retrato da mesma em trajes tradicionais e duas fotos de objetos que remetem à Calábria.

Conjunto de pessoas

O conjunto “pessoas” de Maria Di Gésu é composto por duas imagens e os critérios para escolha priorizaram a família e os símbolos que remetem ao passado. A primeira foto estava em uma porta retrato, sobre a estante de livros, no espaço da biblioteca e provavelmente tenha sido tirada em estúdio fotográfico. A foto compõe o quadro familiar onde o pai de Maria está à esquerda, a mãe ao centro, e, à direita, em pé, com a flauta na mão está Maria. Nesse encenado cenário os três observam o fotógrafo e serve de pano de fundo um desenho que está meio difuso, onde provavelmente estejam reproduzidas colunas gregas.

Nesta imagem percebe-se que no meio familiar e doméstico quem determina a ordem é a mulher que é incumbida de domesticar tanto os filhos como o marido. Essa relação de poder feminino, segundo Luiza K. Brasil (2013) manifesta-se na geometrização da cena. A mulher está no centro da cena, pois ela é o centro da casa e da fotografia. O homem está à esquerda relacionado aos assuntos externos da casa. Como Maria está posicionada no lado direito da mãe, com uma flauta na mão, sem nenhuma proteção entende-se que o lugar ocupado por Maria também se

relaciona com atividades externas ao lar, o que se confirma no seu depoimento: “fiz parte da orquestra de Câmara (...) toquei em várias orquestras tudo aí, em Novo Hamburgo, em Caxias e cantei no coral da OSPA durante sete anos”. (GÉSU, 2012, f. 8).

A segunda foto capturada na residência de Maria apresenta-a em trajes tradicionais das calabresas, provavelmente antes de uma festa, sentada em uma cadeira com as mãos repousando sobre as pernas. A pose e maneira de olhar demonstram a firmeza e a confiança de uma mulher autossuficiente e independente. O fotógrafo se posiciona no lado esquerdo que dá um enquadramento semiperfilado também garante essa percepção daquele que olha a foto. As duas imagens trazem o passado presente na constituição da história individual de Maria que se ampara em suas raízes culturais.

Conjunto objetos

As fotografias do conjunto “objetos” de Maria reproduzem obras de arte da pintora. Na primeira está a pintura da cidade de Morano-Cálabro aparecendo ao fundo de um jardim. Para quem observa o quadro, a cidade aparece entre um portal com elementos clássicos e uma fonte de água. Na constituição da obra ela selecionou elementos da antiguidade que configuram sua origem e a identificam com seu grupo. Nesse processo deve-se considerar que continuidade, tradição e transformação coexistem e concorrem para a construção de uma nova ordem real ou imaginada que sempre pressupõe um retorno (TETI, 2001, p. 577).

A outra imagem retrata uma casa da família fornecendo uma dimensão micro da cidade, mostra uma ruazinha rodeada por casas que de modo geral possuem dois andares. Observa-se ao fundo, apontando contra o céu cheio de nuvens brancas, as torres da igreja com campanários apontam para a religiosidade e o ritmo cotidiano do tempo. A religiosidade também se apresenta nas práticas do dia-a-dia ela lembra enquanto mostra o quadro: “comecei a cantar no coral da Igreja do Carmo, parecida com esta (se referindo à imagem do quadro) que ficava a poucos metros de casa. Comecei a cantar lá, depois tocar lá, sempre me dedicando para melhorar.” (GÉSU, 2012, f.6).

Através do acervo de Maria Di Gèsu é possível entender que é a memória que complementa as imagens: “a imagem se transforma na lembrança e muitas vezes a lembrança se fixa na imagem” (LEITE, 1993, p. 130). O acontecimento retratado permanece presente na memória e é revivido através da fotografia. Muitas vezes o momento lembrado é aquele que a fotografia evidencia, já que é o que está diante dos olhos.

Maria Cristina Prando

Algumas das cópias das imagens de Maria Cristina Prando foram capturadas na residência da mesma, outras foram enviadas por ela via email para serem incorporadas ao arquivo do depoimento oral coletado. São imagens produzidas por ela e por amigos durante uma festa sobre as tradições italianas na qual se destacava a cultura de cada região do país. Estas imagens são atuais e estão inseridas em um contexto de crise da fotografia que envolve a manipulação e as redes virtuais. Elas são guardadas em arquivos digitais e são apropriadas em função de sua utilização. De uma variedade de imagens enviadas por email foram selecionadas três fotos que reproduzem momentos da cultura da região de Abruzzo e três que mostram objetos de sua residência.

Conjunto pessoas

O conjunto “pessoas” de Maria Cristana Prando é composto por três imagens capturadas em máquina digital e os critérios para escolha desses conjuntos se pautaram no uso de roupas tradicionais. A primeira foto foi tirada durante uma festa em Florianópolis- onde um grupo de mulheres italianas e descendentes participou apresentando o Abruzzo – 5 de agosto de 2011 (PRANDO, 2014). A foto apresenta Maria Cristina e uma amiga vestindo trajes típicos de Abruzzo. As duas mulheres estão posicionadas de lado, junto a uma mesa (centro da cena). Sobre a mesa se observa pratos típicos, bebidas e objetos como a “conga”⁸ que fazem referência a região de procedência da imigrante. As duas mulheres olham para o fotógrafo enquanto ensaiam o gesto de servir a bebida líquida.

⁸ Vasilha utilizada pelas mulheres para busca água na fonte.

Algumas imagens e objetos da região juntamente com a bandeira ao fundo e no centro compõem o cenário.

A segunda foto foi tirada durante um jantar dançante na Sociedade Italiana em 30 de junho de 2010 (Idem). Retrata no primeiro plano, uma mesa com artefatos regionais como a conga, uma boneca de pano e alguns bordados. No segundo plano aparece Maria Cristina (direita) e uma amiga (esquerda), abraçadas e sorrindo para o fotógrafo. As duas estão enquadradas entre arranjos de galhos secos nas laterais tendo um lustre ao fundo. Sobre elas incide a luminosidade do “Félix”.

A terceira imagem foi tirada durante uma missa italiana na Igreja Nossa Senhora da Pompeia – mostra um recorte da entrada do grupo de abruzzeses, no ofertório, nela a associada mais idosa carregava as bandeira do Brasil, da Itália e da região Abruzzo e outras pessoas carregavam outros objetos típicos. (ibidem). Maria Cristina segura nos braços uma boneca de pano. Nesta foto há uma valorização do espontâneo, do natural, ou seja, as pessoas procuram mostrar que estão em seu estado natural.

As imagens de Maria Cristina remetem à pesquisa de Núncia Constantino (2006) onde afirma que “todo homem que imigra leva junto com ele sua terra natal”, portanto carrega uma bagagem cultural assentada na memória familiar. Vale lembrar que em Porto Alegre existem apenas dose famílias oriundas da região de Abruzzo dentre as várias famílias que vieram para o Rio Grande do Sul (PRANDO, 2011, f.5). Maria Cristina (2014) explica por email que três imagens reproduzem as tradições da região de Abruzzo em eventos promovidos pela Associação Abruzzence em Porto Alegre:

(...) a nossa associação foi fundada no dia 5 de agosto e sempre se promove um encontro anual maior com o grupo de associados para comemorar a vinda desses imigrantes e na ocasião convidamos também membros de outras comunidades. Já fizemos muitos encontros (...) como missa na igreja da Pompeia, apresentações sobre a região na ACIRS, na Sociedade Italiana, degustações de vinhos e de produtos típicos da região feitos por nós... Nessas ocasiões enfeitamos o local com materiais e folders sobre a região (PRANDO, 2014).

Quanto ao traje típico⁹, Maria informa que era usado pelas mulheres da península em modelos e materiais diversificados¹⁰ que variavam conforme a região, nesse sentido ressalta que cada pequena localidade tinha uma característica singular.

Conjunto objetos

As fotografias do conjunto “objetos” de Maria Cristina reproduzem a cidade, o trabalho do pai e *souvenirs* da terra de Maria. As imagens foram manipuladas no computador tanto na dimensão como no enquadramento e na cor. A primeira foto é de uma fotografia emoldurada de uma vista geral de Ateleta, Província de Áquila, em Abruzzo, nela a cidade aparece atrás do riacho. A segunda foto retrata uma máquina de sapateiro pertencente ao pai de Maria Cristina na a qual ele trabalhava fabricando e consertando sapatos. Sobre ela estão algumas “congas” em miniatura. Os mesmo objetos são reproduzidos em medalhões de bronze e pendurados na parede sobre a máquina.

Reflexões sobre as fotografias das mulheres imigrantes

O conjunto de imagens de Dalva di Martino Cassará pode ser dividido em três tempos no percurso de sua vida: o primeiro tempo, anterior a vinda para Porto Alegre se configura na foto em que Dalva está com a mãe e na fotografia da pintura que reproduz a casa da família em Morano. O segundo tempo, está representado na foto de Dalva com os amigos é a fase transitória de adaptação ao grupo social local. O terceiro tempo está subentendido na constituição familiar que marca sua chegada

⁹ Na região não existe um só, mas vários tipos, o que seria a vestimenta do local onde vivem, portanto, cada paesetto tem seu traje típico, mas se observares bem verás que a conga está sempre presente, Era o objeto usado para buscar água na fonte, a única forma de ter água potável nas casas. O traje típico que eu uso é o da uma cidadezinha perto da minha que é Ateleta, essa cidade se chama Pescocostanzo, conhecida pelo seu artesanato: trabalham muito com objetos de ouro, com filigrana e com a tombola, um espécie de bilro (PRANDO, 2014).

¹⁰ Para conhecer as vestimentas das regiões Italianas consultar <<http://www.italyrevisited.org>>.

e se encerra com o retorno às origens mostrando-se nas imagens dos souvenirs que reportam ao lugar da partida. As imagens indicam a presença de signos marcando etapas da sua história de vida construída no novo espaço, no caso, a cidade de Porto Alegre. A partir dessas três dimensões pode-se entender a fotografia, sob o ponto de vista de Mauad, como mediadora de mundos e tempos.

O conjunto de fotografias de Maria Di Gésu ressalta seu percurso artístico assentado em suas origens e também se divide em três tempos manifestados no depoimento oral e retratados nas fotografias. O primeiro tempo representado na fotografia de Maria Di Gésu com a família, é o tempo do aprendizado assentado em suas origens, quando iniciava seus primeiros passos na música em Morano. Nesta imagem percebe-se que no meio familiar e doméstico quem determina a ordem é a mulher, incumbida de domesticar tanto os filhos como o marido. Essa relação de poder feminino, segundo Luiza K. Brasil (2013, f. 80-81), se manifesta na geometrização da cena em que a mulher está no centro da cena, pois ela é o centro da casa e da fotografia o homem está à esquerda relacionado aos assuntos externos da casa. Como Maria está posicionada no lado direito da mãe com uma flauta na mão sem nenhuma proteção, entende-se também que o lugar ocupado por ela esteja relacionado com atividades externas.

O segundo tempo está representado pela foto onde Maria Di Gésu está vestida com trajes típicos num momento que antecede um baile na Associação Italiana é o do aprendizado, a integração e aperfeiçoamento. O terceiro tempo representado pelas imagens das obras de arte simbolizando a consagração da artista. Esse período é marcado por exposições em salões de arte no Brasil, Uruguai e Argentina e atuação em concertos como integrante da OSPA.

O conjunto das fotos de Maria Cristina Prando reproduz o tempo da rememoração na medida em que reproduzem eventos que trazem ao olhar práticas e costumes relativos à região de origem que estão sendo esquecidos. O ato de buscar água na fonte pelas mulheres com uma conga na cabeça e o ofício de sapateiro exercido pelo pai já se extinguiram (ou estão quase extintos), a fonte foi substituída pela água encanada e os sapateiros foram substituídos pelos operários das fábricas. As fotografias de Maria Cristina em sua maioria são imateriais, voláteis e dinâmicas na

medida em que apontam para a mudança tecnológica, encontram-se disponibilizadas na web, podem ser apropriadas e modificadas em detrimento da necessidade. Ao mesmo tempo são imagens que carregam a memória do grupo, divulgam eventos transformam a cultura e neutralizando o esquecimento.

Quanto ao material produzido por Maria, Andrés Bresciano Lacava (2010) chama a atenção para esse tipo de produção se constitui em fontes de estudos podendo ser trabalhadas por grupos de estudiosos, nos quais seus integrantes estão em países ou em regiões diferentes comunicando-se através das redes sociais e seu uso só se torna possível porque Maria permitiu o acesso às imagens do seu acervo virtual.

Nos conjuntos de Dalva Di Martino Cassará e Maria Di Gésu aparecem fotos produzidas em estúdio, em residências e em eventos sócias. São imagens que promovem a legitimação do grupo de imigrantes que partiu de Morano-Carabro e se estabeleceu em Porto Alegre destacando-se no ramo comercial. São fotografias intermediadoras de mensagens, pois portam signos ou códigos produzidos pelo homem e pela natureza. Maria Di Gésu associa sua cidade a um passado glorioso de cultura clássica. Já Maria Cristina associa sua cidade ao objeto que simboliza a fonte da vida, a água, desse modo (...) as lembranças que tinham e a revelação dessas lembranças permitiram perceber o que era aquela fotografia. (LEITE, 2009, p. 344) entendendo sua convocação da memória para compreender seu conteúdo.

As fotografias das mulheres imigrantes em questão vão de encontro com o princípio defendido por Woodward (2000) reforçando a construção da identidade simbólica e social em relação aos grupos através de práticas e representações que incluem e excluem o que se opõem entre si. Pensando em todas as imagens selecionadas percebe-se que nelas as pessoas parecem dominar as convenções de cada época em que as imagens foram capturadas. Em algumas delas as pessoas aparecem estáticas em pose, dentro do estúdio; em outras as pessoas aparecem em locais públicos ou privados ensaiando poses que simulam movimentos; em outras as pessoas são flagradas em momentos de descontração, são surpreendidas pelo fotógrafo. Sua tomada se aproxima do instantâneo, pois retrata indivíduos em ação flagrados de surpresa ou sem que se percebam através de pequenas câmeras. Diferentemente das fotos de

estúdio são feitas no decorrer de atividades sociais. (ROUILLÉ, 2009, p. 92)

Considerações

Através das fotografias dos álbuns familiares das mulheres em questão, é possível conhecer aspectos da imigração feminina na cidade de Porto Alegre em meados do século XX. Os álbuns das mulheres se constituem materialmente de imagens de alguns momentos de suas vidas, do que elas querem lembrar e por serem selecionadas elas condicionam suas lembranças. Assim como organizam os ambientes familiares, as mulheres como Dalva, ordenam também a composição dos álbuns familiares que carregam a materialidade de um tempo vivido. Eles são guardados em lugares específicos da casa e manuseados em momentos especiais. Tanto o objeto, a foto em si, como o local onde são encontrados devem ser considerados como lugares de memória e reproduzem a história da família. De modo geral os álbuns possuem uma organização cronológica e espacial dispostas hierarquicamente constituindo desse modo, uma narrativa.

Entretanto, outras mulheres como Maria Di Gésu, acionam suas memórias cotidianamente, transitando geograficamente no grande álbum familiar que é a própria casa. Nesse formato singular o “álbum-casa” perde a sacralidade na medida em que as fotografias se organizam a partir que quem as observa, ou seja, das pessoas que invadem seu interior. As imagens digitais de Maria Cristina compartilhadas em sites, blogues e redes sociais demonstram que as fotografias perderam a condição de material. Deixaram de ser objetos de memória e adquiriram um novo conceito que ainda não está formatado, está em processo de construção. Essa indefinição se deve ao fato de que a fotografia não tem mais uma temporalidade, nem espacialidade nem materialidade específica. Ela tornou-se volátil, transita pelos espaços virtuais sofrendo alterações e apropriações constantes. Portanto as imagens de Maria Cristina tornam-se autorrepresentações visto que multiplicam ideias suscitando sempre uma identidade renovada manifestada a partir símbolos culturais assentados em suas origens remotas. As imagens de Maria Cristina atuam agentes de comunicação divulgando eventos produzem cultura e criam novos padrões de comportamento tanto individuais como coletivos.

Referências

BRASIL, Luiza Kuhl. *Retratos em (re)vista: do estúdio a imprensa ilustrada em Bagé, 1890-1921*. Porto Alegre, 2013. 144 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

BÓ, Juventino dal; IOTTI, Luíza Horn; MACHADO, Maria Beatriz. (Org.) CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. In: *Italianos na cidade Porto Alegre 1850 e 1914*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

CANABARRO, Ivo. *Fotografias, história e cultura fotográfica: aproximações*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v XXXI n. 2 p.23-39. Dez. 2005.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografias: usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-60.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Estudos Ibero Americanos (Porto Alegre), Porto Alegre, v.32, n.1, p. 63-73, 2006. Texto Completo em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>.

_____. *Projeto Mulheres Imigrantes em Porto Alegre (1945-1970)*. Porto Alegre: CPHO, 2007. Financiado pela FAPERGS/CNPq.

LACAVA, Andrès Bresciano. *La historia de La historiografia em La era digital*. Possibilidades y desafios técnico-metodológicas. (manuscrito) Conferência proferida na PUCRS em 2010. 12f

_____. *Fotografia e Memória*. Entrevista com Miriam Leite. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 13, vol. 20(1+2), 2009

MASSIA, Rodrigo de Souza, *Fotógrafos, espaços de produção e usos sociais da fotografia em Porto Alegre nos anos de 1940 e 1950* [manuscrito] 2008, 162 f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: Ensaio sobre história e fotografias*. Rio

de Janeiro: EDUFF, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma “História Visual”. In: Martins, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, PP, 33-56

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. Tradução: Constança Egrejas, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

SCALABRINIANOS Disponível em <<http://www.scalabrini.org>>. Acesso em 25, jun, 2014

SOCIEDADE ITALIANA, disponível em: <<http://sociedadeitaliana-rs.com.br>>. Acesso 10 julho 2014

SOUZA, J. P. *Fotojornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. Cap. 4. Para gerar sentido: a linguagem foto jornalística, p. 65-88

TETI, V. “Emigrazione, alimentazione, culture popolari”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 575-597

VESTIMENTAS ITALIANAS TRADICIONAIS Disponível em <<http://www.italyrevisited.org>>. Acesso 08 set 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. RJ, Zahar, 1994.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998. p. 19-32.

Fontes

CASSARÁ, Dalva Di Martino. *História de vida*. [7 maio 2010]. Entrevistadores: Egiselda Charão e Leonardo Conedera. Porto Alegre:

PUCRS. Entrevista arquivada no Centro de Pesquisa em História Oral no PPGH-PUCRS.

GESU, MARIA DI. *História de vida*. [06 novembro 2012]. Entrevistadores: Egiselda Charão e Leonardo Conedera. Porto Alegre: PUCRS. Entrevista arquivada no Centro de Pesquisa em História Oral no PPGH-PUCRS.

PRANDO, Maria Cristina *História de vida*. [novembro 2013]. Entrevistadores: Egiselda Charão e Leonardo Conedera. Porto Alegre: PUCRS. Entrevista arquivada no Centro de Pesquisa em História Oral no PPGH-PUCRS.

_____. Re: Regione Abruzzo *Publicação on-line [mensagem pessoal]*. Mensagem recebida por gisacharao@terra.com.br em 11 julho 2014.

AS REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DO JORNAL ZERO HORA NAS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Glauce Stumpf*

Historiadores e jornalistas possuem um relativo consenso sobre a mediação da realidade contemporânea pela imprensa (Martins e Luca, 2006, e Ciro Marcondes Filho, 2009) incentivada pelo crescente avanço tecnológico potencializado no final do século XX. Filho (2009) reflete a relação complexa entre a imprensa e o capitalismo, afirmando que um não existe sem o outro, assim como também o fazem Capelato (1988) e Beltrão (1976). Ao compreender a importância da imprensa podemos deixar a ingenuidade de lado, daquela imparcialidade e da pluralidade de versões, discursos esses proferidos por jornalistas e por empresas jornalísticas¹, e perceber, mesmo que sutilmente, as suas construções de realidade principalmente quando inserimo-las em seu contexto de funcionamento, de manutenção e de relações com a sociedade e com o leitor.

No contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha o governo Estadual elaborou uma série de eventos comemorativos envolvendo diversas esferas da sociedade, sendo que um dos projetos previa a cobertura jornalística desses eventos. Apesar de diversas empresas estarem envolvidas, desde a concepção das comemorações em 1983, a Rede Brasil Sul teve uma participação de destaque estando à

* Mestranda em História, UNISINOS.

¹ Como encontramos no Guia de Ética do Grupo RBS (2011) em que afirmam já na introdução: “reafirmamos nossa defesa intransigente da liberdade de expressão por identificá-la como esteio da democracia e como direito inalienável do público” (p.7).

frente de diversos projetos, como a cobertura do Jornal Zero Hora de diversos eventos oficiais (produzidos pelo governo do Estado). Nossa pesquisa² propõe analisar a participação do jornal ZH pontualmente, por sua importância regional bem como por ser, no ano estudado, aquele com maior representatividade no Estado do Rio Grande do Sul (BERGER, 1998).

Entende-se nesse caso a comemoração como um ato político de criação/manutenção de uma memória coletiva que corrobore com o *status quo* vigente, conforme Ozouf (1988) e Arruda (1999). Histórica e culturalmente reforçada, a Revolução Farroupilha³ foi fixada no calendário do Estado⁴ sendo rememorada anualmente em diversas esferas da sociedade. Porém, as comemorações do centenário⁵ e do

² Esse é um recorte da dissertação que se encontra em andamento, intitulada provisoriamente “Olhares das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”.

³ A Revolução Farroupilha foi uma guerra que se passou no atual Estado do Rio Grande do Sul e durou quase 10 anos onde houve diversas batalhas e conflitos entre ambos os lados (farroupilhas – como eram conhecidos os rebeldes – e os imperiais). Nem todos os 14 municípios da então Província de São Pedro aderiram à causa farroupilha. De acordo com Padoim (2001, p. 76-77) “a Revolução Farroupilha surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha riograndense e a outros setores sociais que, por vínculos e crenças políticas, se uniram em um projeto político que teve no federalismo sua bandeira”. Para Maestri (2010) e Flores (1985) os motivos para a eclosão da guerra foram, principalmente, dois: 1) a falta de autonomia provincial, intensificada pela regência, com a nomeação de presidentes pela própria corte; 2) acusação do então presidente provincial, Fernandes Braga, para com os farroupilhas de separatistas. É um dos acontecimentos mais estudados e rememorados do Estado, tendo uma série de obras que trabalham e revisitam a Revolução Farroupilha.

⁴ Apesar de ser rememorada constantemente, a Semana Farroupilha foi inserida no calendário oficial em 1964, tornando-se o 20 de setembro feriado Estadual década após.

⁵ Para saber mais ver: SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2012.

sesquicentenário tiveram amplitude e maior repercussão, a segunda durou um ano e foi constantemente rememorada por diversas ações do governo Estadual.

Durante esses quase dois séculos a história da Revolução Farroupilha foi sendo fragmentada e (re)construída a partir de interesses da sociedade. E é dessa maneira que Ozouf (1988) trabalha com o conceito de festa (que possui muita semelhança com comemoração). Para a autora a base de uma comemoração está na repetição. Celebrar um fato histórico com uma certa continuidade, denota a busca por uma inserção do mesmo na memória coletiva da sociedade. Perceberemos que essa festa possibilita a maleabilidade do fato histórico, de certa maneira uma inconstância em relação ao fato propriamente dito, uma vez que a festa trabalha muito mais com uma representação dele, tornando-o presente e fazendo crer que é passível de mudanças. A repetição é fundamental na festa, possibilitando a ilusão, o engano, o desvio, e, acima de tudo, a manipulação por meio de uma crença no reinício e na esperança.

Mas é necessário saber que, consideradas globalmente, as festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida. A festa tolera mal a mudança (OZOUF, 1988, p. 230). O que nos leva a pensar que a festa fala muito mais do tempo presente do que do tempo evocado.

A comemoração da Revolução Farroupilha, por mais que a cada ano passe a ter mais adereços ou ganhe modificações nos ritos, permanece imutável, sendo difícil alterar sua estrutura básica. Poderíamos afirmar que essa comemoração enquadra-se no conceito de “tradição inventada” de Hobsbawn (1997), onde existe um conjunto de práticas reguladas e aceitas em que o objetivo é recomendar valores por meio da repetição, estabelecendo uma continuidade com o passado histórico (p. 9). Vemos que existe um aporte histórico onde essa tradição se baseia, porém muitos ritos e boa parte da simbologia existente nela foi inserida posteriormente com fins específicos (OLIVEN, 1992).

A memória coletiva é pensada aqui como aquela construída/reforçada por esferas da sociedade e que, quando bem recebidas, tornam-se parte da sociedade e uma forma de poder simbólico eficaz e tão imperceptível (como coloca Bourdieu, 1989) que não é questionada. Nessa perspectiva, “educação, Estado, historiografia são

legitimadores de uma memória, ou seja, sacralizam aquilo que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido” (PESAVENTO, 2006, p. 5).

Halbwachs afirma que “seus pensamentos e seus atos (do homem) se explicam por sua natureza de ser social” (2006, p. 42). A memória de uma pessoa é ao mesmo tempo individual e coletiva, pois o indivíduo só se sentirá inserido em uma comunidade quando a memória coletiva perpassar por ele passando a ter significação. Ele precisa se sentir parte da comunidade e, a partir daí, a memória coletiva fará parte de sua existência, de sua vida, de cada decisão que tomar (ROUSSO, 1996, p. 94).

Todas essas construções são assimiladas e passam a influenciar ou legitimar ações individuais ou coletivas, interferindo, modificando ou até mesmo criando realidades (CHARTIER, 1990). Refletindo nessas possibilidades, nos propomos a analisar as representações midiáticas construídas pelo jornal ZH em 1985 sobre a Revolução Farroupilha.

Para realizar essa tarefa nos detemos em duas fontes principais, o Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e as edições dos meses de janeiro a setembro do jornal Zero Hora, que se encontram no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Na primeira fonte, o FSRF, encontramos as atas das reuniões da subcomissão de Comunicação Social⁶, que ainda em 1984, ficou encarregada de divulgar nos meios de comunicação a tradição e cultura do gaúcho⁷. Nesses documentos constatamos a presença contínua de um representante da Rede Brasil Sul (RBS) e os assuntos em pauta, em sua grande maioria, diziam respeito a

⁶ Para organizar as comemorações ainda em 1983 foi designada uma Comissão Executiva que poderia se dividir em quantas fossem necessárias. Em 1984, 10 subcomissões foram criadas, dando conta de diversos âmbitos da sociedade. Uma delas foi a Subcomissão de Comunicação Social que tinha como objetivo disseminar na sociedade os eventos e projetos relativos à efeméride.

⁷ Relatório/84, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, FSRF, cx9.

projetos que seriam desenvolvidos pela RBS, ficando evidente a importância da empresa na organização das comemorações.

Como integrantes representantes a Subcomissão de Comunicação Social tinha: a Associação Riograndense de Imprensa, a Associação Brasileira de Relações Públicas, a Associações dos Jornais do Interior do Rio Grande do Sul, a Coordenadoria de Assessoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Assessoria de Relações Públicas do Gabinete do Governador, a Rede Brasil Sul de Comunicações, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, a Companhia Jornalística J. C. Jarros, o Sistema Brasileiro de Televisão, a TVE/RS TV Educativa, a Rede Riograndense de Emissoras, a Rede Bandeirantes, a Liga de Defesa Nacional⁸, a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria do Interior, o Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, a Secretaria de Justiça, a Fundação Desenvolvimento de Recursos Humanos, a Pontifícia Universidade Católica, a Associação Gaúcha de Emissoras do Rádio e Televisão e o Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”⁹.

Como percebemos, foram diversas empresas e instituições que participaram das reuniões periódicas, mas uma, entre todas, se destacou, não só por estar presente em todas as atividades como por receber incentivos do governo tornando-se (construindo isso ao longo de uma

⁸ A Liga da Defesa Nacional uma entidade cívico-cultural, fundada em 07 de setembro de 1916 e ainda em vigor, tem como objetivo manter o sentimento de patriotismo nos cidadãos brasileiros. No site da entidade, onde contam a sua história, apontam que a participação “na vida nacional está bem expressa pela proposta feita ao Governo, que resultou na obrigatoriedade do ensino do português nas colônias de imigrantes, que até então ensinavam apenas o idioma do país de origem. Também a inclusão do ensino formal de assuntos ligados ao civismo e ao patriotismo, nas escolas, com ênfase para o canto do Hino Nacional, o culto à Bandeira e o conhecimento da história pátria”. No site da Liga da Defesa Nacional (ALVES, 2012) também ressalta que o Estado com maior atuação dentro da Liga tem sido o Rio Grande do Sul.

⁹ Relatório/84, FSRF, Caixa 9.

série de matérias jornalísticas publicadas¹⁰ no jornal ZH) a voz oficial das comemorações.

Esse destaque pode ser constatado quando, ao descrever as principais atividades de cada subcomissão em um relatório oficial, aparecem as seguintes propostas para a Subcomissão de Comunicação Social¹¹:

- um fascículo diário a ser impresso pela RBS sobre a Revolução Farroupilha;
- logotipo e “cortina musical” (outubro de 1984);
- suplemento para crianças sobre a Revolução Farroupilha (publicado no jornal ZH em 21/05/1985);
- Suplemento especial sobre a Revolução Farroupilha (publicado no jornal ZH em 20/09/1985);
- divulgação do sesquicentenário em todos os meios de comunicação.

Apesar de ser um relatório geral da subcomissão de Comunicação Social, a participação da RBS, representada pelo jornal ZH, constava como projetos oficiais. É importante ressaltar que não só o jornal ZH noticiou as atividades que envolveram as comemorações, também jornais do interior participaram da cobertura, porém com pouca participação efetiva, como consta nos relatórios e nas atas. Houve propostas da TVE para programas televisivos bem como chamadas radiofônicas em diversas rádios.

Para compreendermos melhor o porquê do jornal ZH sobressair-se em relação aos demais periódicos existentes em 1985, devemos percorrer a trajetória do mesmo e sua inserção no Grupo RBS. Conforme Berger (1998), o ZH é um jornal de referência para o Estado por não

¹⁰ Quando nos referimos à expressão “matérias jornalísticas” estamos considerando todas as matérias publicadas em jornais que estiveram vinculadas ao “universo da informação da atualidade” de natureza jornalística (MELO, 1985, p. 9).

¹¹ Resumo da programação do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, FSRE, cx 30.

haver outra opção. Em 1985 era o 5º jornal mais lido no Brasil apesar de possuir uma circulação regional (apenas na Região Sul).

Assim, se compreende o jornal como uma “figura social”, com nome próprio, identidade e contrato de leitura, integrado a uma determinada comunidade, buscando rotineiramente a comprovação de sua aceitação. Esta descrição deve levar em conta, ainda, a situação do jornal no mercado, ou seja, seu lugar em relação aos outros jornais locais. (BERGER, 1998, p. 46).

A repercussão do veículo ZH no Estado tornou-se forte por não haver concorrentes, pois o jornal Correio do Povo, ao passar por uma série de reformulações, perdeu identidade e espaço e em 1985 não circulou. Concomitante a isso, o jornal ZH, inaugurado em 1964 e adquirido pela RBS na década de 1970, investiu em tecnologias e parceiras (com a Rede Globo) e desde a década de 1980 liderou em vendas no Estado (Berger, 1998). Para chegar nesse “patamar” o jornal ZH precisou abrir mão de uma identidade, ou seja, de um público específico. E, para isso, veio a ser abrangente – conforme Abreu (2001), o jornal dedica 1/3 de seu espaço para a cobertura de eventos esportivos.

Lauro Schirmer (2002) escreveu um livro de memórias sobre a RBS, reconstituindo a história do grupo a partir de testemunhos de diversos integrantes da empresa, como Paulo Santana. Ao retratar a década de 1980 Schirmer assevera: “Pois a partir da afirmação de Zero Hora sob o seu comando, é Maurício que passa a receber visitas de governadores e ministros em seu gabinete no jornal...” (p. 27). Maurício Sirotsky Sobrinho foi o fundador e o presidente do grupo RBS até a sua morte em 1986. Apesar de reconhecermos que um livro de memórias também é uma construção/apropriação do real (SELIGMAN-SILVA, 2003), ao cotejarmos com as atas das reuniões da subcomissão de Comunicação Social foi constatado uma visita do Chefe da Casa Civil e Presidente da Comissão Executiva e do coordenador da Comissão de Comunicação Social nas dependências da RBS, para conversar com o então presidente do grupo. Nas atas encontradas constatamos que essa foi a única visita realizada pela subcomissão referida em alguma empresa privada, demonstrando que essa relação de poder (simbólico) referida por Schirmer de fato existiu.

O jornal ZH não possuía em 1985 um manual de redação amplamente divulgado, sendo lançado em 1994 o seu Manual de Redação, Ética e Estilo. E em 2011 foi publicado o Guia de Ética e Autorregulação Jornalística do Grupo RBS. Nesse guia encontramos um discurso do grupo de independência jornalística e de autofinanciamento, sem necessitar de investimentos públicos. Podemos refletir a partir daí em duas questões importantes para compreendermos as ações do jornal, a primeira é de que o grupo busca (aparentar) a sua isenção política e a segunda é a de sua necessidade de obter recursos próprios para manter-se.

A primeira já traz uma série de reflexões possíveis, uma vez que o jornal ZH possui historicamente uma trajetória marcada por um alinhamento político (BERGER, 1998). A partir do momento em que houve um retorno à democracia essa imagem de alinhamento poderia prejudicar o jornal. Sendo assim se fez (a ainda faz) necessário um discurso que proponha uma criação/manutenção de uma autorrepresentação positiva. Ou seja, dissociar o jornal do cenário político, principalmente de repressão militar. Meneses (2013), em um estudo sobre os manuais de redação do jornal Folha de São Paulo (FSP), demonstrou que o jornal buscou no discurso de objetividade e de pluralidade (re)construir uma autoimagem positiva¹², ou seja, o jornal preocupou-se em propagar o cuidadoso processo pelo qual a notícia passa, desde sua criação até sua publicação levando seu leitor a crer que esta será a mais fiel possível. Entretanto, a mesma autora afirma, a partir de subsídios do manual do jornal FSP, que:

há um trabalho de seleção que transita entre acaso e controle. Diante da ilimitada avalanche de ocorrência que saturam o cotidiano, alguns eventos são selecionados e, por vezes, identificados por seu potencial de comoção e apelo social, mais do que isso, são assim narrados, o que os transforma em um poderoso capital simbólico no jogo de disputas de poder e construção de memórias e de marcos históricos (MENESES, 2013, p. 58).

¹² O jornal FSP busca associar sua imagem a coberturas históricas com fundamentação democrática promovendo, consequentemente, a sua dissociação do apoio a ditadura militar (MENESES, 2013).

Meneses consegue evidenciar a complexa rede de construção de uma publicação, mostrando que existem diversos elementos envolvidos muito além do que os manuais e guias expõem. A própria concepção de acontecimento pode suscitar um vasto debate, demonstrando a inconstância e/ou a possibilidade da fabricação dos mesmos comprovando a dificuldade de objetividade de uma notícia. Utilizando as palavras de Farge (2011) podemos compreender o delicado e complexo ato de definição do acontecimento:

O acontecimento que sobrevém é um momento, um fragmento de realidade percebida que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá. Sua chegada no tempo é imediatamente partilhada por aqueles que o recebem, o veem, ouvem falar dele, o anunciam e depois o guardam na memória. Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão (...) (FARGE, 2011, p. 71).

A segunda reflexão é sobre a necessidade de autofinanciamento, ou seja, o jornal possui um produto que deve gerar lucro. Ao aprofundarmos nessa questão lembrar-nos-emos de Bourdieu (1997) quando fala das pressões econômicas que exercem sobre o jornal podendo afetar as publicações e até mesmo a forma de fazer jornalismo. O sociólogo entende que o jornalismo “deve aplicar-se em não ‘chocar ninguém’” (1997, p. 63) sendo assim as matérias publicadas devem abranger o maior leque de temas possíveis, sem grandes aprofundamentos e/ou críticas sociais. Dessa maneira houve uma banalização dos temas abordados pelo jornalismo. Estando o jornal ZH imerso nesse processo.

O jornal ZH tradicionalmente possui uma divisão bem definida em sua estrutura, separado por cadernos. Em 1985 as primeiras páginas (2 a 4) do jornal ficavam reservadas para os editoriais e opiniões, mais especificamente na página 2 encontravam-se os editoriais do jornal. Ali, geralmente, dois títulos eram desenvolvidos, trazendo informações e/ou opiniões próprias. O tema a ser discutido dava ênfase nas relações com a região sul, caracterizando-se como regional.

No dia 06 de setembro foi anunciada a visita do então presidente José Sarney ao Estado. Abaixo um trecho desse editorial.

A coincidência da visita do primeiro mandatário da Nação com a aproximação dos festejos do sesquicentenário farroupilha conferiu-lhe, por outro lado, especial realce. Reverenciando a epopéia, afirmou o Sr. José Sarney que “o orgulho e a determinação de ser brasileiro nascem nas heróicas sagas deste grande Estado”. *São as palavras que hão de calar fundo na alma dos riograndenses, que, sob a liderança do homem público que em hora difícil assumiu os destinos da Pátria, haverão de certamente dar a melhor contribuição à causa da redenção nacional.* (Grifos nossos) (ZH, editorial, 1985, p 2).

A ligação com a efeméride foi muito intensificada. O final desse excerto (que se encontra sublinhado) estava destacado acima do editorial, dando ênfase ao nacional sob o regional, porém sempre ressaltando aspectos importantes para a região sul do país. Também essas três linhas extraídas evidenciam a posição que jornal defendeu durante o ano de 1985 em relação à Revolução Farroupilha, a construção/manutenção de que a Revolução possuía motivações nacionais e não foi separatista, a não ser por um “arroubo” momentâneo.

Em 20 de setembro o jornal trouxe um editorial intitulado “A afirmação histórica de um povo”. Já acima do texto, no habitual trecho em evidência, encontramos: “O sentimento de brasilidade sempre foi mais forte do que as tendências regionalistas e centrífugas” (p.2). Antes mesmo de ler o editorial o jornal novamente, e dessa vez bem mais explícito, procurou deixar manifestado a sua posição em relação aos fatos históricos rememorados nos 150 anos da Revolução Farroupilha.

No desenvolvimento do editorial encontramos o que seria o início do excerto anteriormente descrito: “(...) quando bem examinados os fatos, a acusação não prospera (...)” (p.2). A acusação referida foi descrita como: “o movimento, em um dado instante, assumiu conteúdo separatista e chegou a gerar uma incipiente República Rio-Grandense” (p.2). O adjetivo utilizado antes da palavra “República” resulta num tom pejorativo, ou seja, desqualificando a separação.

Esses dois editoriais publicados no mês de setembro nos indicam o regionalismo do periódico, porém, em contrapartida, reafirmam o sentimento de brasilidade ressaltando sua importância para o país ou aspectos desassistidos pelo governo nacional – ponto esse trabalhado na maioria das matérias coletadas.

Iremos nos focar agora em um dos projetos propostos pela Subcomissão de Comunicação Social realizado pelo grupo RBS: Pró-Memória Farroupilha. Esse projeto foi adaptado (anteriormente, nos anos 1983 e 1984, o jornal ZH já buscava rememorar a história do Rio Grande do Sul por meio do projeto Pró-Memória Gaúcha, uma parceria com o Bamerindus, em que ressaltava aspectos da história local), trazendo no ano de 1985 fatos e locais selecionados pelo periódico sobre 14 municípios que possuíam envolvimento com a Revolução Farroupilha, ao longo dos meses de fevereiro a setembro, e cada um deles ganhando placas comemorativas de bronze.

Em 19 de fevereiro o jornal noticiou o início desse projeto e trouxe algumas informações sobre o seu desenvolvimento.

O projeto Pró-Memória Gaúcha entra no seu terceiro ano, buscando destacar e homenagear aqueles prédios e locais que fazem parte e contam a história do estado do Rio Grande do Sul, e agora, em 85, engajado na promoção de um passado importante, como a Revolução Farroupilha.

Durante os meses seguintes foram realizados diminutos textos, que denominaremos de propagandas¹³, com imagens sobre os 14 municípios envolvidos, sempre ressaltando a sua participação na Revolução. Em 06 de março foi publicada uma propaganda do projeto ressaltando as suas características. Para justificar sua importância o jornal afirma que “em 1985 o Projeto Pró-Memória continua a campanha em defesa da gente e das coisas gaúchas, buscando recuperar um passado que tem muito a ensinar no presente (...)” (p. 33). Valendo-se do sentido pedagógico da comemoração, como também trabalha Ouzof (1988), o jornal tenta resgatar “um passado” que poderia ser um recorte bem selecionado e fortemente aceito na sociedade gaúcha.

Por mais que se busque construir uma notícia como Melo (1985) define, um “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo

¹³ O termo propaganda foi utilizado para referir-se aos quadros impressos no jornal sobre o projeto, uma vez que não se caracterizam como matérias jornalísticas.

social” (p. 49), o jornal ZH insere descrições sutis que vão construindo a sua autorrepresentação. Como no trecho da notícia publicada em 16 de abril: “A comunidade de Canguçu, que prestigiou em massa a homenagem...” (p. 15), onde se sugere implicitamente que o evento havia sido um sucesso de público.

Podemos também refletir que, mesmo o projeto sendo uma parceria entre o Bamerindus e a RBS, deixava-se transparecer nas notícias que a concepção e articulação na sociedade gaúcha eram trabalhos do grupo RBS, ao Bamerindus cabia o apoio financeiro do projeto. Tanto que, ao escrever que o projeto era um trabalho em conjunto entre ambos, a sigla “RBS” sempre estava à frente a “Bamerindus”. Evidenciado no fragmento da notícia do dia 30 de março “esta contribuição da RBS e Bamerindus para a cultura gaúcha” (p.3).

A inserção de falas durante as matérias jornalísticas também sugerem implicitamente essa construção do jornal ZH, indo além, reforçando também a autorrepresentação do grupo RBS, como na fala do então presidente do Bando Bamerindus de Pelotas, Cezário Callai, em abril: “Quanto mais livre é um povo mais viva é sua história, por isso parabenizamos a RBS pela iniciativa e que fique nesta placa de bronze nosso reconhecimento pela memória da história farroupilha” (ZH, 1985, p. 15). Novamente encontramos essa estratégia no mês de junho, na fala do delegado de Educação e de Cultura de Bagé Antonio Ferreira, que representava o prefeito: “A participação da RBS, que estaria concretizada somente com seus meios de comunicação, nos dá a visão de seu dirigente Maurício Sirotsky Sobrinho, que vai além da cobertura jornalística de seus veículos, para realizar uma participação mais concreta dentro da comunidade” (ZH, 1985, p. 18).

Em todas as cidades homenageadas o jornal sistematizou as publicações, primeiramente mostrava uma propaganda do projeto contando os feitos da cidade e justificando a motivação para o local escolhido para a colocação da placa de bronze, para então, no dia do descerramento, publicar uma notícia descrevendo a cerimônia.

O enaltecimento das localidades, dos heróis e da história farroupilha foi constante, evidenciando sempre que as motivações foram nobres que justificavam as medidas drásticas – o confronto bélico de 1835-45. Se observarmos apenas os títulos das propagandas do projeto

poderemos compreender essa estratégia. Ao referir-se de Canguçu o jornal selecionou: “A Estância Heróica” (ZH, 1985, p. 13) e, mantendo o mesmo adjetivo para a notícia da cerimônia do dia 16 de abril, “Homenagem aos heróis de Canguçu”. Para Rio Grande, um advérbio de intensidade foi usado para ressaltar a importância da localidade, “O grande porto imperial” (17 de maio, p. 13). Porto Alegre manteve os qualitativos recebidos pelo Império, ao manter-se fiel aos legalistas na farroupilha: “A leal e valorosa Porto Alegre” (11, junho).

Considerações finais

Procuramos evidenciar nesse trabalho um recorte de um projeto maior sobre as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Aqui tentamos analisar a participação o jornal ZH, pertencente ao Grupo RBS, verificando a sua imbricada atuação também no meio político, tendo seus projetos aceitos e financiados pelo Governo do Estado.

Ao cotejar as matérias publicadas no jornal durante o ano comemorativo, 1985, com as fontes oficiais percebemos que muitas vezes o jornal foi muito além de simples mediador partindo para uma representação (pensado aqui conforme o conceito estudado por Chartier, 1990) de si próprio. Uma construção que enaltecia o Grupo RBS e o trabalho do jornal ZH e que também ressaltava aspectos democráticos reforçando o regionalismo gaúcho ao frisar sua forte ligação com a nação brasileira.

No ano focado o jornal ZH já era referência no Estado, possuindo um grande público e o Grupo RBS já se encontrava com uma variada quantidade de meios de comunicação, sendo também o Grupo com maior audiência num âmbito geral. Todos os meios de comunicação pertencentes a RBS participaram da efeméride. Porém, o jornal ZH foi aquele que mais se destacou no cenário oficial (subcomissão de comunicação social).

Referências

ABREU, Alzira Alves De (et Al.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALVES, Pedro. História da LDN. In: *Liga da Defesa Nacional*. [S.I.], 19 de jan. de 2012. Disponível em: <<http://www.ligadadefesanacional.org.br>>. Acesso em: 22 de fev. de 2014.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil*: Comemorar, celebrar, refletir. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Interpretativo*: Filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERGER, Christa. *Campos em confronto*: a terra e o texto. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial, LTDA, 1989. Trad. Fernando Tomaz.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. Tradução Maria Lúcia Machado.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A., 1990.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FILHO, Ciro Marcondes. *Ser jornalista*: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria. São Paulo: Paulus, 2009.

GRUPO RBS, *Guia de ética e Autorregulamentação Jornalística*. RBS – Relações Internas e Externas. Poa: RBS Publicações, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 216-232.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1499>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de MORAES (Org.). *Usos & abusos da história oral*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de MORAES (Org.). *Usos & abusos da história oral*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHIRMER, Lauro. *RBS: Da voz-do-poste à multimídia*. Porto Alegre: LP&M, 2002.

SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

Fontes

A AFIRMAÇÃO histórica de um povo. *Zero Hora*. Editorial, Porto Alegre, p. 02, 20 set. 1985.

A ESTÂNCIA heróica. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 13, 13 abr. 1985.

A HOMENAGEM aos heróis de cangaço. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 15, 16 abr. 1985.

A LEAL e valorosa Porto Alegre. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 10, 11 jun. 1985.

A PARTICIPAÇÃO de Bagé na Revolução dos Farrapos. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 18, 25 jun. 1985.

O BAMERINDUS e a RBS registram a memória gaúcha. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 33, 02 mar. 1985.

O GRANDE porto imperial. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 13,17 maio 1985.

PRÓ-MEMÓRIA participará da festa. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 23,19 fev. 1985.

RIO PARDO recebe homenagem hoje. *Zero Hora*. Porto Alegre, p. 03, 30 mar. 1985.

UMA VISITA auspiciosa. *Zero Hora*. Editorial, Porto Alegre, p. 02, 06 set. 1985.

Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha

RIO GRANDE DO SUL. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Assembléia Legislativa. *Relatório/84*. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 9.

ENTRE O CAMPO E A CIDADE: ÊXODO RURAL, MIGRAÇÕES URBANAS E A AMPLIAÇÃO DAS FAVELAS ANOS 50 NA VISÃO DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA

Luis Carlos dos Passos Martins*
Letícia Sabina Wermeier Krilow**

Introdução

O objetivo desta comunicação é apresentar os primeiros resultados de um projeto maior intitulado *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*, desenvolvido junto ao PPG-História PUCRS. Esse projeto procura estudar a forma como foi debatido o acelerado processo de industrialização e urbanização brasileiro entre os anos 1930-1970, tendo como eixo central a maneira como a grande imprensa nacional (RJ/SP) representou e (re)significou o mesmo.

Esse tema se justificava porque, nesse período, o Brasil passou por uma das mais rápidas transições mundiais de país rural e agroexportador para nação relativamente industrializada e urbanizada. Tal processo, porém, esteve longe de ser sem controvérsias, dando origem a um intenso debate sobre a sua adequabilidade ao país, o qual, inclusive, colocou em dúvida a sua própria continuidade. O rápido e desordenado crescimento das cidades – condição e consequência da

* Pós-doutor em História pela PUCRS, professor do Departamento de História e do PPG-História pela mesma instituição e coordenador do projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*.

** Graduanda do curso de História da PUCRS e bolsista PROBIC/FAPERGS 2014-2015, pela PUCRS, no projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*.

industrialização acelerada – tornou-se um dos temas essenciais dessa discussão, especialmente por parte daqueles que temiam os efeitos da drástica transformação demográfico-espacial brasileira e que, por isso, centravam as suas críticas em questões como o esvaziamento do campo e a ampliação das favelas (SINGER, 1987).

Desta maneira, estudar a forma como a grande imprensa brasileira abordou este processo torna-se interessante, porque nos ajuda a compreender: a) como essas mudanças foram significadas e mesmo vivenciadas no período por círculos fora do universo dos formuladores das políticas públicas; b) qual foi a posição dos grandes jornais no processo de (des)legitimação das transformações em curso.

O presente artigo irá se focar na imprensa carioca dos anos 50 – período no qual o processo acima citado sofre forte incremento – através de três jornais que, conforme a hipótese que pretendemos demonstrar, representariam linhas doutrinárias diferentes no debate: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Nossa preocupação também será restrita, detendo-se na análise da forma como dois temas relacionado a esse fenômeno, a saber, a migração campo-cidade e o aumento das favelas, foram abordados e significados por esses diferentes periódicos.

No presente texto, tendo em vista o caráter inicial da pesquisa e as próprias dimensões reduzidas de um artigo, iremos no deter na análise da presença da expressão *favela* no espaço de opinião dos referidos jornais (editoriais, artigos e colunas), durante os dois primeiros anos do Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1952). A escolha dessa expressão se justifica por que: o aumento das áreas de ocupação humana classificadas como *favelas* é um dos principais “problemas” associados ao rápido processo de expansão urbana brasileiro do período, levando parte dos analistas a considerar o “crescimento desordenado” das cidades um dos aspectos mais negativos da acelerada industrialização nacional e, assim, a defender o recuo no ritmo de seu crescimento (SINGER, 1987).

Para desenvolver o presente trabalho, optamos por analisar, de forma comparativa, como a imprensa estudada: a) caracterizou o fenômeno classificado como *favela*, b) procurou dar uma explicação para a origem e/ou causa do mesmo e, por fim, c) propôs soluções para o “problema”. Essa divisão em três grades categorias-chave (*caracterização, origem e solução*) permitem-nos formar um panorama

geral sobre a visão dos jornais acerca do tema, abarcando, afora a questão urbanística em si mesma, a maneira como cada periódico enquadrava-o social e economicamente. Por fim, vale recordar que, para a abordagem desse material, utilizou-se a metodologia da Análise Textual Discursiva, com bases nos escritos de Laurence BARDIN (2011) e Roque MORAES (2003), a qual é considerada como mais adequada para compreender o conteúdo discursivo em séries longas, com base no processo de categorização.

As palavras e as coisas

No período do pós-guerra, o Brasil vai passar por profundas transformações demográficas. O país apresenta um significativo aumento do seu contingente populacional, na medida em que, em duas décadas, o seu número de habitantes cresce em cerca de 70% (1940-1960)¹. Além disso, é notável a acelerada urbanização: nos anos 1940, o Brasil estava dividido entre 30.826.243 (74,75%) habitantes considerados como rurais e 10.410.072 (25,24%) como urbanos; porém, em 1960, esses números já seriam respectivamente de 38.767.423 (55,32%) e de 31.303.034 (44,77%) e, em meados dos anos 60, os residentes nas cidades tornar-se-iam maioria².

Como já foi bastante salientado, por trás do processo de rápida urbanização esteve a acelerada industrialização brasileira (SINGER, 1985; OLIVEN, 1988). No pós-guerra, a economia nacional apresenta um significativo crescimento geral – que, de 1947 a 1961, ficou na faixa de 6% a.a. –, alavancado pela indústria, cujo desempenho é bem superior ao

¹ Isso fica bem ilustrado quando consideramos que o contingente populacional do país passa de 41.236.315 habitantes, em 1940, para 70.070.457, em 1960, num incremento de aproximadamente 70% em duas décadas. Cfe. dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Consultado em 31 de maio de 2009. Ver MERRICK, 1986, p. 31.

² IBGE, *idem*.

da agricultura³. Por essas razões, este período é considerado o momento de consolidação do processo de industrialização do país, quando se completa a passagem do sistema agroexportador para o industrial tanto do ponto de vista da formação de capital, quanto da presença relativa de cada setor no crescimento do PIB⁴. Em consequência, essas transformações fazem com que as grandes metrópoles brasileiras mudem significativamente de perfil, deixando de ser apenas polos administrativos e comerciais para se constituírem “o locus da atividade produtiva”⁵.

Dessa maneira, não é difícil antecipar que os fenômenos associados a esse processo não são apenas positivos. Surgiram sérios estrangulamentos infraestruturais urbanos derivados de um incremento populacional não planejado adequadamente, como colapso no fornecimento de energia, crise nos transportes, carência no abastecimento das grandes cidades, tanto de água, quanto de alimentos. Associado a isso, tivemos problemas com o acentuado êxodo rural, que provocou um significativo “esvaziamento dos campos”, sugando “braços” da agricultura, e uma “hipertrofia” das cidades. Ademais, como apontam muitos estudos (MERRICK, 1986; SINGER, 1985; OLIVEN, 1988), essa população migrante foi apenas parcialmente absorvida pelas fábricas, pois a industrialização verificada no período se deu mediante a incorporação de tecnologia – em especial, pela importação de maquinário –, apresentando, dessa maneira, um incremento do emprego industrial inferior ao crescimento da sua produção. Em consequência, parte considerável desse contingente populacional acabou sendo direcionado para o setor de

³ Enquanto a agricultura alcançou a média anual de 4,6%, a indústria apresentou resultados mais significativos (9,1% a.a.), o que a tornou “o setor dinâmico da economia” brasileira. (BAER, 1966, p. 73, nota 3).

⁴ Empregamos, aqui, a diferenciação utilizada por BAER entre *crescimento industrial* e *industrialização*: no primeiro caso, ocorrido até os anos 20, “o crescimento da indústria dependia principalmente das exportações agrícolas” e “não foi acompanhado por mudanças estruturais da economia. A industrialização, por outro lado, está presente quando a indústria se torna o principal setor de crescimento da economia e gera mudanças estruturais pronunciadas” (BAER, 1996., p. 55).

⁵ PATARRA, *op.cit.*, p. 260. Ver também KATZMAN, 1986, p. 198.

serviços ou foi jogado para as áreas informais da economia, com baixa remuneração e com condições precárias de trabalho.

Na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, esse processo também é bastante marcante. Com efeito, segundo dados do IBGE, em 1940, a população total da “Cidade Maravilhosa” era de 1.764.141 habitantes, chegando a 2.377.451, em 1950, e atingindo a marca de 3.307.163 moradores, no ano de 1960. Ou seja, em 20 anos, o aumento é de 87 %, e, na década que focamos a nossa pesquisa atual, o crescimento é de quase 40 %⁶. Entretanto, encontramos algumas diferenças significativas, na medida em que essa cidade apresenta um incremento industrial inferior a outros centros urbanos que também inflam. Isso faz com que seja significativamente maior a tendência dessa população migrante de ser incorporada pelo setor informal da economia e aumentar, assim, os bolsões de misérias instalados na periferia da Capital Federal, em condições muito precárias de habitabilidade (SINGER, 1985). Esse é o caso das favelas.

O “fenômeno” da favela não é algo exclusivamente carioca, sendo encontrado e estudado nas principais capitais brasileiras no período. Entretanto, é no Rio de Janeiro que o mesmo recebe as suas dimensões mais acentuadas, tendo origem nessa cidade o próprio nome que o identifica. A origem, na Capital Federal, das localidades chamadas de favelas é um tema ainda controverso entre os pesquisadores. Muitos autores a situam nas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), que procuraram dar um “estilo europeu” ao Rio de Janeiro, saneando e “embelezando” a cidade. Para tanto, Passos eliminou com as moradias precárias no centro histórico da “urbe” – os famosos cortiços –, provocando o deslocamento da população ali residente para os morros que a circundavam. Porém, alguns pesquisadores têm recordado que essas localidades geográficas já eram ocupadas por levas de imigrantes que chegaram à cidade, ainda no século XIX, e foram precariamente instalados na periferia. Lembram também a presença de escravos libertos, especialmente pós-abolição (1888). Dessa maneira, o problema da

⁶ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. In: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

“favela” do Rio de Janeiro é um fenômeno anterior à industrialização e às reformas urbanas de Passos, embora ambos tenham contribuído significativamente para o seu incremento (ABREU, 1994, 1998; VALADARES, 2000).

Mas afinal o que é uma favela?

Discorrer sobre o significado da expressão favela não é uma tarefa fácil, na medida em que a palavra tem acepções bastante plurais. Mesmo em termos “técnicos”, encontramos diferentes definições de favela. O IBGE, por exemplo, conceitua-a operacionalmente como “aglomerado subnormal constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE apud SILVA, p. 39). Em um artigo sobre o tema, encontramos a seguinte conceituação:

As denominações de favela, comunidade, localidade, ou mesmo bairro, está (sic) relacionada a um determinado conjunto de características que delimitam um espaço constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriidade, contrapondo-se à ‘cidade legal’ (COSTA & FERNANDES, 2010, p. 03).

Há nessas definições indiscutivelmente três elementos básicos: a precariedade das moradias, a ausência de infraestrutura básica e, por fim, a sua ilegalidade ou condição à margem da “normalidade”. Entretanto, por mais precisas que possam ser na descrição física do espaço, elas não esgotam os sentidos possíveis dados à palavra favela, tendo em vista que o termo está associado historicamente a processos políticos, econômicos e sociais que fazem desses sentidos, não apenas objeto de controversas linguísticas e conceituais, mas também temas em disputa.

Conforme a historiografia especializada, a expressão favela deve o seu nascimento à chegada ao Rio de Janeiro, em 1897, dos soldados

oriundos da Guerra de Canudos, que foram à cidade reivindicar os soldos não pagos pelo governo federal. Sem terem alocações adequadas, esses veteranos se acomodaram em casebres no Morro da Providência, que passaria a ser chamado de Morro da Favella. Segundo ALMEIDA & NAJAR, seriam

duas as explicações para essa denominação do Morro da Providência. A primeira é a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella no Município de Monte Santo, na Bahia. A segunda relaciona o papel de resistência representado na Guerra de Canudos pelo morro da Favella de Monte Santo, que retardou o avanço final do exército da República sobre o Arraial (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124)

Ou seja, a própria expressão já nasceria plena de dubiedades e de contradições, podendo significar, de um lado, as moradias precárias que se construíram sobre o Morro da Providência, e/ou a resistência à ação do Estado sobre parte da população pobre⁷. Com o tempo, apalavra favela começa a

ser atribuída à ocupação em morros e ganha adesão por cronistas, músicos e jornalistas do início do século XX. Aos poucos os termos “morro” e “comunidade” são associados à favela, como nomes que também definem o tipo de ocupação do espaço pela habitação popular (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124).

De qualquer maneira, nos ciclos mais intelectualizados, a conotação pejorativa ganha força, ao ponto de, em 1955, um jornalista propor que “favela”, junto com outras expressões consideradas agressivas, fosse retirada de obras escolares. Além disso, a palavra foi

⁷ A obra basilar de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, segundo as mesmas autoras foi uma das principais responsáveis pela construção imagética “da representação de um tipo de habitação que começa a ser conhecida e chamada por favela. Além de diversas vezes descrever os trâmites da guerra ao redor da Favela de Monte Santo, ocupada pelo acampamento de soldados, Euclides da Cunha como narrador primoroso atribui valores ao lugar: ‘era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito’” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124).

excluída do Dicionário Contemporâneo, de Caldas Aulete, publicado em 1958⁸.

Em síntese, vemos que, por trás da expressão favela temos não apenas um fenômeno relacionado à precarização das habitações urbanas derivada de fatores socioeconômicos. Mais do que isso: a palavra favela também é objeto de disputa simbólica, nos termos de Pierre Bourdieu, ou seja: uma luta pela definição mais legítima de uma palavra ou símbolo que é, ao mesmo tempo, uma luta pela significação social que ele pode atribuir a grupos humanos, espaços geográficos e formas de existência.

Cidades refletivas: a favela e os jornais

Quando avaliamos a presença da expressão favela nos jornais pesquisados, notamos que o mesmo aparece nos mais diversos espaços, tanto de opinião (editoriais, artigos, colunas), quanto de informação (reportagens). Entretanto, quando fazemos uma varredura mais atenta, percebe-se que as tomadas de posição dos periódicos estudados não apresenta uma frequência muito significativa. Com efeito, entre 1951 e 1952, o *Correio da Manhã* publica cinco artigos relacionas à favela, três editoriais e algumas reportagens. A *Última Hora* apresenta, em suas páginas, três editoriais, publicados, é verdade, na capa do jornal. Já o *Jornal do Brasil* dá maior ênfase ao assunto, com cinco artigos e sete editoriais, afora inúmeras reportagens. Notamos assim que o tema “favela”, embora relevante para esses jornais, não chega a constituir uma “campanha de imprensa”. Ou melhor, se tal campanha existe, ela fica restrita ao JB.

Quando analisamos o conteúdo desse espaço de informações, percebemos diferenças e semelhanças de opinião. Em linhas gerais, todos os jornais analisados apresentam uma visão fortemente negativa sobre a favela, caracterizando-a como um “problema”, um “câncer citadino”⁹, um

⁸ MARIANO, J. & DALPIAN, , 2010.

⁹ As “favelas” do Rio, *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1951, Caderno 1, p. 5.

“lugar inabitável”, de “vida promíscua, sem higiene, sem educação, sem controle das autoridades”¹⁰.

O *Jornal do Brasil* é o mais enfático quanto a isso, aparecendo como o periódico que demonstra a visão mais negativa sobre essas “habitações miseráveis”¹¹:

As favelas são o *cavalo de Tróia* dentro da Cidade antigamente e de fato maravilhosa. (...) Barracos sem menor dose de comodidade ou higiene, feitos de zinco e tábuas de caixotes, sem água, sem luz, sem esgotos, servem de moradia à promiscuidade dos seres que neles se aglomeram, sem qualquer vigilância policial, sem leis, em suma, a que obedecer. (“O problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, p.5)

Embora com uma frequência bem menor, o *Correio da Manhã* segue uma linha semelhante:

O terreno lá continua há meses, já hoje, porém, fechado. Sim, fechado por um montão inconcebível de lixo, onde podemos encontrar latas velhas, galhos secos das árvores podadas na redondeza palhas de velhos colchões, retalhos de pano imundos, um gato morto, uma geração de moscas e mosquitos, tudo enquadrado pelas casas vizinhas”. (“Inflação e favela”, *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1951, primeiro caderno, p.4)

Já a *Última Hora*, apesar de também salientar os aspectos negativos da favela, lembra que, nesses lugares, existem não apenas desajustados, marginais e criminosos, mas muitos trabalhadores:

Nenhum argumento, nenhuma razão justifica a necessidade em que se acham coletividades com oito a dez mil pessoas de mandar em romaria suas delegações ao Catetê, para pedir providências quanto ao direito de ter um teto, onde possam repousar no intervalo das jornadas de trabalho”. (“Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, segunda seção, p. 1).

¹⁰ Um problema difícil, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, Caderno 1, p. 5.

¹¹ As “favelas” do Rio, *Jornal do Brasil*, 08 de junho de 1951, Caderno 1, p. 5.

Um elemento muito recorrente nessa caracterização das favelas está no aspecto estético, ou melhor, na “feiura” dessas “habitações”. Mais uma vez, o *Jornal do Brasil* é o mais enfático. Segundo o *JB*, as favelas enfeiam a Capital, repelem os turistas, trazem uma visão que desagrada os olhos, causa repulsa. O *Correio da Manhã* também expõe em um artigo a falta de beleza das favelas: “se beleza houvesse nas construções da favela, poderíamos definir este aglomerado de abrigos como um estilo”, mas, só se for o “estilo da miséria”⁵, como o próprio título do artigo já assevera.

O fator “beleza”, neste caso, a falta dela, parece incomodar muito os editores e redatores desses jornais. O que não deve surpreender, tendo em vista, como já salientamos, que o aspecto estético e urbanístico foi um dos objetivos principais das reformas de Pereira Passos, no início do século XX. Para cessar com a desconfiança decorrente da imagem insalubre e insegura que se possuía da Capital, este administrador procurou construir a ideia de um Rio de Janeiro aos moldes do mundo civilizado, colocando a Capital com Cartão Postal (SEVCENKO, 2006)⁶. Dessa forma, o “embelezamento” do Rio de Janeiro ficou muito marcado como símbolo de civilização e de desenvolvimento, relação que ainda está presente meio século depois nas linhas dos jornais que associam a “feiura” da favela à “barbárie” e à “degradação social”. Como fica claro na *Última Hora*:

É uma sub-vida a que se lava nas favelas. Contra a higiene, contra a educação da infância, contra todo e qualquer progresso. Vida no meio da lama e da poeira, de contaminação e fome e de tantas vezes de desprezo. (“Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, Caderno 1, p. 4).

Outro elemento em comum entre os jornais é a preocupação com o crescimento da favela, principalmente no Distrito Federal, que “faveliza-se” a olhos vistos⁷, o que traz o risco da impossibilidade de solução do problema, caso esses espaços periféricos continuem a crescer descontroladamente. Como lembra o *JB*:

As “favelas”, em vez de diminuir de volume, estão aumentando por toda a parte aparecendo novas, em locais bem visíveis em pontos situados em bairros os mais elegantes.

Os casebres surgem ao lado de grandes obras oficiais, conforme se observa nos três pontos citados, o que revela uma tolerância e depois de desenvolvida a “favela”, difícil se torna a providência exterminadora. (*Jornal do Brasil*, 07 de abril de 1951, primeiro caderno, p.1)

Em síntese, na análise da forma como os periódicos caracterizam a favela, encontramos muita convergência em uma visão francamente negativa, embora a *Última Hora* procure lembrar que não só marginais vivem nesse espaço. Existem também trabalhadores.

Sobre os fatores que dariam origem ao problema, também existem semelhanças, porém as divergências são mais significativas.

O *Jornal do Brasil* aponta a forte atração exercida pelo meio urbano como uma das causas do “inchamento” das cidades e consequente formação das favelas. Porém, é uma atração enganosa. Os indivíduos migrariam para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas, ao chegarem, deparariam com uma realidade nada compatível com o que haviam imaginado. Sem conseguir salários dignos ou mesmo emprego, passam a ocupar os morros, terrenos e construções abandonadas.

O *Correio da Manhã* também aponta a força atrativa da cidade como elemento de formação das favelas, devido à expectativa de se conseguir melhores salários nos centros urbanos e à ação positiva do poder público, que, ao tentar sanear as favelas, permitir acesso mais fácil a hospitais e escolas, incentiva a migração maciça:

Foi, aliás, no longo período de sua ditadura (*Estado Novo*) que as favelas se constituíram como expressão de miséria e abandono. Foram geradas no delírio da inflação, quando a falsa prosperidade atraía os brasileiros para a ilusão das capitais. E assim cresceu artificialmente o Rio de Janeiro, criando as favelas e fomentando problemas. (“O princípio de autoridade”, *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1951, Caderno 1, p. 4)

Convergindo com esse pensamento o *Jornal do Brasil*:

As autoridades públicas arrastaram, elas mesmas, o cavalo de Tróia para dentro da Cidade.
Conquanto paradoxal, o estratagema não foi ideado pelos inimigos de fora.

Os últimos prefeitos, a cuja autoridade cumpria a defesa da Cidade, abriram eles mesmos as suas portas aos enxames humanos que dominam as suas alturas, cobrindo os nossos morros desse aspecto tenebroso da desordem social que são os casebres neles espalhados aos milhares. (“O problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1952, Caderno 1, p. 5).

Ou seja, vemos, nesse caso, a tentativa de condenar as ações do poder público municipal em melhorar ou regularizar a situação precária das habitações da periferia como um dos principais elementos atrativos para a formação das favelas.

Outro ponto muito salientando negativamente por esses jornais está na origem das populações que estão migrando para a cidade: o meio rural. Com lembra o *JB*:

O fenômeno observado em todo o mundo denominado comumente de civilizado, com o advento da era da industrialização, isto é, o êxodo rural, tem sacrificado duramente o nosso País. Os maiores salários oferecidos pelas indústrias sempre seduziram poderosamente o homem do campo. (...) Sem amparo, ganhando diárias miseráveis, o sertanejo, apesar de sua ignorância e a despeito do isolamento da cidade, começou a ouvir falar em amparo e direito dos trabalhadores urbanos. Praticamente morrendo de fome com sua família, tratou de enrolar seus trapos e inicia a campanha para o Eldorado ao longe assinalado. (“Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, Caderno 1, p. 5)

Em outras palavras, verificamos a tentativa de associar o mal que representa a favela ao processo de industrialização e aos benefícios trabalhistas oferecidos ao operário industrial. O *Correio da Manhã* também vincula a industrialização ao êxodo rural, mas aponta que o problema não está aí, mas na incapacidade de absorção da mão de obra migrada do campo pelas indústrias. Assim, sem opção e nem recursos, os trabalhadores rurais precisam se abrigar nos morros em habitações provisórias que se tornam definitivas, formando, dessa maneira, as favelas.

Estariamos agora no ponto em que outros países já se encontraram, quando como nós, se industrializavam. Esvaziavam-se os campos em benefício da indústria. No nosso caso, porém, os campos estão

esvaziando em benefício das favelas. A indústria nem de longe está absorvendo os contingentes maciços que se escoam do nordeste em busca principalmente das falsas Mecas do Rio e São Paulo. (Êxodo cego”, *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1951, Caderno 1, p. 4).

Entretanto, para este jornal, existem outros fatores que também explicam a origem das favelas, como o desajustamento entre o sul e o resto do país e a especulação imobiliária gerada pela inflação. Essa última fazia com que um terreno fosse comprado apenas para gerar lucros especulativos, sem que nada se construísse sobre ele na esperança da valorização. Dessa maneira, deixado vazio, ele seria fatalmente ocupado por habitações irregulares¹².

Entretanto, é curiosa a maneira como o jornal também atribui o fenômeno a aspectos culturais e comportamentais, colocado igualmente entre as causas:

Desajustamento social, mantendo à margem grande parcela das massas brasileiras, que vive uma vida a parte, de estilo afro-brasileiro, que tem apenas remotas ligações com os padrões ocidentais das parcelas ativas de nossa população. E desajustamento cultural, conexo com o desajustamento social, decore do fato de as concentrações, mais ou menos espontâneas da população negra terem provocado um revigoramento das tradições africanas, divorciando o mundo espiritual desses agrupamentos dos valores que integram a vida do Brasil ocidental. O complexo desse tríptico desajustamento constitui a favela carioca”. (“As favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1, p. 4).

¹² “O Problema, antes de tudo é um desajustamento econômico, social e cultural que divide o Brasil. Desajustamento econômico não apenas entre classes – o que existe em todo o mundo – mas entre regiões geoeconômicas, entre Sul e o resto do país. Êsse desajustamento econômico canaliza para o Rio e São Paulo milhares de brasileiros de outros Estados, cujo ponto de concentração, nesta cidade, são as favelas” ”. (“As favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1, p. 4).

Fica nítida, nessa passagem, uma visão extremamente conservadora, quando não discriminatória, quanto à questão da favela: ela não apenas representa miséria e precariedade de vida, mais um retorno à barbárie, no caso, ao estilo “afro-brasileiro”; ela é o “revigoramento das tradições africanas” e, assim, o oposto do Brasil Ocidental erigido por Pereira Passos na Capital Federal.

A *Última Hora* nos oferece uma perspectiva bem diferente para os fatores que originariam a favela. Não encontramos o termo êxodo rural relacionado à formação do fenômeno. Para este jornal, o crescimento dessas habitações se devia à falta de organização interna do governo municipal, que não previu adequadamente o expansão da população da Capital, fruto do crescimento vegetativo e de migrações de outras regiões do país ou de estrangeiros¹³.

Os problemas das cidades não nascem de hoje. Antigas administrações esqueceram-se de prever o crescimento do Rio e cada uma quis governar para o seu tempo, dizendo que depois viria o dilúvio, e não as encontraria mais no Poder. Uma porção de necessidades urbanas foram relegadas a segundo plano... (...) – a maioria da cidade – ficava na dependência das ruas esburacadas e no verdadeiro abandono suburbano. (“No cipoal”, *Última Hora*, 25 de setembro de 1951, Primeira seção, p. 1).

Em suma, tanto o *JB* quanto o *Correio da Manhã* apontam que a industrialização e o forte atrativo dos “benefícios urbanos” são a principal causa do “êxodo rural” e, assim, das favelas cariocas, embora o segundo jornal apresente uma visão mais complexa do fenômeno, aprontando causas de ordem cultural, por exemplo. Já, na *Última Hora*, não encontramos, nessa amostragem, esta explicação, sendo enfatizada a desorganização interna do governo municipal como o fator preponderante para a formação das favelas.

No que se refere a nossa última categoria abordada, a saber, a *solução*, encontramos novamente diferenças e semelhanças.

¹³ “Êxodo cego”, *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1951, Caderno 1, p. 4

No geral, todos concordam que é a favela e seu crescimento são problemas graves, que exigem medidas imediatas.

O *JB*, porém, coloca-se francamente contra o saneamento das favelas como solução viável. Primeiro, não seriam medidas suficientes, pois a capacidade do governo municipal em construir habitações populares para onde os “favelados” pudessem ser removidos é muito inferior ao número de migrantes que chegam à capital. Segundo e como decorrência do primeiro motivo, a solução somente seria possível atacando a raiz do problema, ou seja, acabar com o êxodo rural através da reforma agrária. Mas uma reforma agrária em terras devolutas, que não promoveria a redistribuição das propriedades privadas existentes. Aliada à reforma agrária, o jornal sugere ainda um maior investimento do governo na agricultura e o melhoramento das rodovias e ferrovias para baratear o custo de transporte da produção e onerar menos o produtor rural. Para exemplificar:

A reforma agrária, portanto, (deve) incluir no seu texto, como medida de valia, a desapropriação e distribuição de terras das margens das rodovias desde que os respectivos proprietários não queiram aproveitá-las de qualquer maneira.

(...) Todas as providências postas em uso há dois anos, todas as construções populares beneficiaram, mais ou menos, a dois mil favelados, pela Rio-Bahia durante o mesmo prazo, chegaram ao Rio, segundo dados modestos quarenta mil novos favelados. São levas e levas que chegam todos os dias em caminhões e que vão encontrando famílias e famílias que estão fazendo o trajeto a pé.

A reforma agrária deve considerar, pois, de maneira especial, esse grave aspecto do problema”. (“A reforma agrária”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1951, Caderno 1, p. 5).

O *Correio da Manhã* também partilha dessa perspectiva, condenando o saneamento das favelas como elemento dinamizador do problema, cuja origem é o êxodo rural. Assim discorre o *Correio da Manhã*:

Se a intervenção municipal se limitar à urbanização das favelas – instalando água, luz e outras utilidades nos morros – e a construção de casas populares, o resultado desse programa que custará algumas centenas de milhões de cruzeiros será o agravamento do problema, Porque, nessa altura o êxodo rural, que

já é terrível se tornará dez ou cem vezes mais intenso. (“As favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1, p. 4).

O jornal ainda acrescenta que apenas o poder municipal não conseguirá pôr fim ao problema, sendo necessário uma ação conjunta entre poderes municipais e federais, sendo o primeiro passo a consciência da necessidade dessa união¹⁴. Mas o tema da reforma agrária não é abordado nessa amostragem.

Em contrapartida a *Última Hora* é defensora ferrenha do saneamento da favela, de sua higienização, para melhorar as condições de quem mora nela, argumentando que o incentivo à habitação e saneamento serviria para a manter a mão de obra concentrada nas cidades, ao mesmo tempo que impediria a revolta da população pobre contra o governo ou o aumento da “marginalidade”, fatores perturbadores da ordem pública.

Cabe a Prefeitura – e já cabe há muito tempo, sem que seus administradores o compreendam – fazer o censo dos morros, alagadiços e outros terrenos, onde se instalam as favelas e diligenciar um plano de construções suscetível de melhorar as condições de moradia desse povo. E para os que não puderem contar logo com verdadeiras casas, mesmo porque o plano de construções há de ser gradativo cabe ainda a prefeitura melhorar as condições de habitabilidade, enviando às favelas assistentes sociais, incumbidos de ministrar noções de higiene e também engenheiros e mestres de obras, capazes de dar conselhos e orientação técnica quanto a realização de melhorias provisórias”. (“Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, segunda seção, p. 1).

Em outras palavras, vemos que nas soluções, novamente, notamos as semelhanças entre o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, preocupados em resolver o problema do êxodo rural e contrários ao saneamento, enquanto a *Última Hora* defende exatamente o saneamentoda favela como saída para o problema.

¹⁴ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, Caderno 1, p. 4.

Conclusões

A pesquisa agora em curso ainda está no seu período inicial e, assim, ela não permite conclusões definitivas ou totalmente precisas sobre o fenômeno estudado.

De qualquer maneira, podemos fazer algumas constatações.

Primeiro, é nítido que a questão das favelas e seu crescimento preocupam a todos os jornais pesquisados, constituindo um problema a ser resolvido urgentemente. Notamos também uma visão bastante negativa sobre a questão, onde a favela não é apenas um lugar de moradias precárias e vida miserável, mas um universo que corrompe física e moralmente o indivíduo que nela habita. Acima de tudo, é o lugar da barbárie, onde a “civilização ocidental” não chegou ou definitivamente recuou, em prol de um sistema de vida primitiva, “afro-brasileiro”.

Segundo, chama atenção as diferenças de ênfase e de percepção do problema. O *JB* é o jornal mais engajado no tema, fazendo do mesmo uma verdadeira “campanha”. Não só apresenta uma visão negativa do mesmo, como o atribuiu ao êxodo rural e ao atrativo ilusório exercido pelas cidades que se industrializam as causas do fenômeno. Como solução, condena o saneamento e defende uma reforma agrária, muito tímida em termos sociais, mas talvez capaz de reter o homem no campo. O *Correio da Manhã* converge com essa opinião, embora de forma mais branda e apresentando outros elementos para compreender o fenômeno.

Destoa desses dois jornais, a *Última Hora*. Este periódico não apenas procura salientar que na favela não habitam só marginais, mas também trabalhadores, como defende o saneamento da mesma como principal saída para o problema. Em nenhum momento cita o êxodo rural ou a industrialização como causa do mesmo e sim a falta de planejamento municipal para o crescimento da cidade, crescimento que, para o jornal, parece ser um fenômeno plenamente aceitável.

Em termos de interpretação, não podemos afirmar que os dois primeiros jornais defendam o recuo da industrialização como solução para o tema, mas, indiretamente essa hipótese começa a transparecer no *JB* e pode ser descartada da *Última Hora*. Na base desses dois extremos de opinião, provavelmente temos um periódico (*Jornal do Brasil*) ainda resistente à industrialização acelerada e defensor da especialização

agrária do país. Já a *Última Hora*, jornal getulista, parece, ao contrário, querer amenizar e sanear o problema, como maneira de se manter o ritmo de crescimento industrial promovido pelo governo Vargas nesse momento.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar, 1987 .

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998.

ALMEIDA, A. G. ; NAJAR, A. L. . *Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada*. Rua (UNICAMP), v. 1, 2012.

BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas : Rio de Janeiro, 1966.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo : 70, 2011.

COSTA, Renato Gama-Rosa & FERNANDES, Tania Maria. *Cidades e Favelas: Territórios em disputa*. Recife, X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política, 2010. Disponível em <<http://www.encontro2010.historiaoral.org.br>>.

KATZMAN, Marin. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MARIANO, J. & DALPIAN, L. Semântica: um estudo diacrônico. In: *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 11, n. 1, 2010.

MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MORAES, R. *Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textualdiscursiva*. Ciência & Educação: Bauru, SP, v. 9, n. 2, 2003.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988

SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*, Republica: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Gerardo. ReFavela (notas sobre a definição de favela). In.: *Revista Lugar Comum*, Nº39, 2013. Disponível em <<http://uninomade.net>>.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 11. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 15. Nº44,2000

_____. *A Invenção da Favela: do mito da origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

A IDENTIDADE DOS IMIGRANTES TRENTINOS ATRAVÉS DO JORNAL *IL TRENTINO*

Marcelo Armellini Corrêa*

Resumo: o artigo trata da identidade dos trentinos, um grupo de imigrantes de fala italiana que imigraram do Império austro-húngaro para o Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1915 e 1917 era editado em Porto Alegre um jornal escrito em língua italiana chamado *Il Trentino*, o qual se considerava como o único jornal austríaco do Brasil, apoiava a causa da Áustria durante a I Guerra Mundial e era contra a Itália, pois durante o conflito os dois países lutaram em lados opostos. Os imigrantes trentinos apesar de serem de fala e cultura italiana preferiam ser súditos austríacos ao invés de italianos e o jornal *Il Trentino* demonstra claramente a identidade deste grupo de imigrantes através de seu discurso jornalístico. O jornal publicava artigos exaltando o Imperador da Áustria, notícias da comunidade trentina radicada no Brasil e criticava a Itália porque seu governo desejava anexar a região do Trentino alto Adige ao seu território. Palavras-chave: trentinos, imigração, jornais.

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado, a qual tem como objetivo estudar a identidade dos imigrantes trentinos ou tirolezes italianos. Esse grupo de imigrantes veio para o Rio Grande do Sul e instalou-se, em sua maioria, nas colônias italianas no nordeste do estado.

Ao se estudar os imigrantes italianos, não se deve compreendê-los como um grupo homogêneo, mas, sim, heterogêneo, devido ao fato de a Itália no século XIX ser caracterizada pelos regionalismos, ou seja, pelas identidades regionais. Isto ocorria porque esse país só foi unificado em 1870, com a tomada de Roma pelas tropas do Reino de Piemonte que por ser o mais forte, tanto politicamente como militarmente, uniu os

* É licenciado e bacharel em história pela PUCRS e mestre em história pela UNISINOS.

demais reinos da península itálica. No entanto, cada região conservava sua cultura local, principalmente em relação ao idioma, pois prevaleciam os dialetos regionais em vez da língua italiana oficial. Mesmo após a unificação, algumas regiões com populações de fala italiana continuaram sob o domínio estrangeiro, como foi o caso do Trentino-Alto Ádige e de Trieste, províncias do Império Austro-húngaro.

Em relação aos imigrantes oriundos do Império Austro-húngaro, pelo fato de ser um estado multinacional, segundo João Fabio Bertonha havia “identidades em conflito, uma nacional e étnica e outra supranacional” (BERTONHA, 2013, p. 17). Assim, para o autor:

Ao contrario do que se sucedia com os alemães, sempre fiéis ao imperador, e com os polacos ou ucranianos, que, longe da Europa, reforçaram a sua identidade étnica, os trentinos ou tirolezes, como se é visto, pareciam encontrar-se em uma situação intermediária. (...) Os imigrantes do IAU, em certos casos, se aproximavam mais de sua identidade étnica e, em outros, a aquela supranacional. (...) ligadas com a experiência de cada grupo dentro do Império e com as suas experiências no Brasil. (...) Os trentinos pareciam encontrar-se em um estagio intermediário: se sentiam italianos, mas regionalistas e com uma visão de italianidade caracterizada de um catolicismo ultramontano e ligada ao Império (Bertonha, 2013, p. 16-17).

A identidade dos trentinos era baseada na religião católica e no culto ao Imperador da Áustria, Francisco José I. Em relação à religião, a Itália, ao se unificar em 1870, conquistou militarmente Roma e outros territórios da Igreja, por isso o Papa excomungou o reino italiano, considerando-o um Estado ateu. A Áustria-Hungria defendia a Igreja e o Papa, por isso os trentinos preferiam ser súditos austríacos a pertencer ao Reino da Itália, um Estado condenado pelo Pontífice. Muitos trentinos que imigraram para o Brasil traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José, em vista disso vários deles transferiram sua simpatia deste para Dom Pedro II (GROSSELLI, 1999). O imperador austríaco era visto como um defensor da fé católica pelo fato de apoiar as causas da Igreja Católica. Para Possamai (2005, p. 92-93), “os trentinos consideravam-se mais católicos do que os italianos pelo fato de não serem originários de um Estado condenado pelo Papa”. Segundo Bertonha:

A questão católica parece ser o problema central. Na Áustria, os ideais ultramontanos eram difundidos com o apoio do clero e do Estado e teve forte repercussão entre os trentinos e seus sacerdotes, incluindo aqueles que eram imigrantes (Bertonha, 2013, p. 13).

Assim, a Igreja Católica teve ampla influência na mentalidade dos imigrantes trentinos. Para Ghirardi:

Ao contrário de muitos imigrantes de passaporte italiano, expostos a idéias anarquistas ou aos agentes da italianidade, o imigrante do Tirol italiano resguardava tradições conservadoras em religião e política. (...) Para tal imigrante, portanto, diferenciar-se dos demais italianos era reafirmar sua rejeição, tanto da propaganda socialista ou anarquista, quanto dos agentes de uma italianidade anti-clerical ou ambígua (Ghirardi, 1994, p. 22).

Os trentinos não eram considerados nem italianos nem austríacos pelos demais italianos. Pelo fato de pertencerem a um grupo étnico que habitava um território ocupado por uma potência estrangeira, no caso a Áustria, aqueles que tinham o passaporte austríaco, nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, eram chamados de “sem bandeira” pelos imigrantes com passaporte italiano. (AZEVEDO, 1975).

Havia uma rivalidade entre italianos e trentinos imigrados para as colônias italianas da região nordeste do Rio Grande do Sul no período entre 1875 e 1914. Esta rivalidade se acirrou durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Itália e a Áustria lutaram em lados opostos, o conflito repercutiu no Brasil entre os imigrantes oriundos dos países beligerantes. Ocorreram situações em que italianos e trentinos se agrediram fisicamente devido a discussões por motivos nacionalistas (CORRÊA, 2014).

No Rio Grande do Sul houve uma troca de ofensas e acusações entre os jornais escritos em língua italiana, pois a imprensa em língua italiana estava dividida entre jornais que apoiavam a Itália (*Il corriere d'Italia*, *Stella d'Italia*, *La Patria Italo-brasiliana*) e os que apoiavam a Áustria (*Il Colono Italiano*, *Il Trentino*). Os últimos eram editados por imigrantes trentinos.

No ano de 1914 o jornal *Il Corriere d'Italia* e *Il Colono Italiano* trocaram algumas ofensas quando o primeiro publicou em um artigo que

o segundo deveria chamar-se *Il Colono Austriaco* porque publicava artigos apoiando a Áustria. No entanto o *Il Colono Italiano* tentava disfarçar sua posição nacionalista e também publicava artigos apoiando a Itália, pois seu editor não queria perder os seus clientes italianos (CORRÊA, 2014).

Esta rixa entre jornais pró-Itália e pró-Áustria durante o primeiro conflito mundial ocorreu particularmente no Brasil, pois não há notícias se uma situação semelhante em outros países aonde havia imigrantes italianos e trentinos. Na Argentina, a imprensa italiana entrou em atrito com a imprensa da colônia alemã, mas não com jornais austro-italianos (BERTONHA, 2013).

A imprensa em língua italiana, no Rio Grande do Sul, não teve a mesma ampla difusão da imprensa de língua alemã. Isso se deve ao fato de as publicações italianas aparecerem mais tarde do que os jornais em língua alemã e de, ainda, haver poucos periódicos italianos, sendo que a maioria deles teve um curto tempo de circulação devido a dificuldades financeiras. Para Possamai (2005, p.179), “(...) a utilização da imprensa para alimentar querelas pessoais, a incompetência e, por vezes, a imoralidade dos jornalistas parece melhor explicar a vida curta de muitos periódicos”.

Apesar desses fatores, para Franzina (1999), a imprensa italiana não teve papel secundário no contexto colonial. Segundo Possamai (2005), em 1909, o edital do jornal *La Libertà* lamentava o fato de existirem tantos obstáculos à imprensa em língua italiana, enquanto circulavam vários jornais em alemão, por isso “(...) considerava uma vergonha que a língua de Dante não fosse tão conhecida como deveria (...).” (POSSAMAI, 2005, p.178). A imprensa, mesmo assim, teve importância na vida colonial italiana, como demonstra Gustavo Valduga (2007) em sua dissertação de mestrado. O autor foi um dos primeiros a pesquisar em nível de pós-graduação, como fonte histórica, os jornais

brasileiros escritos em italiano¹; outros autores já os haviam utilizado, porém poucos exploraram essas fontes.

O *Il Trentino* era impresso em Porto Alegre e se declarava como o único jornal austríaco do Brasil²; sua circulação ocorreu de 1915 a 1917. Em setembro de 1917, trocou seu nome para *Áustria Nova*, “este jornal se autodefinia como um órgão dos austro-húngaros no Brasil” (BORGES, 1993, p.46). Depois disso, não se teve mais notícias dele, sabendo-se apenas que só quatro exemplares foram encontrados.

Os autores Paulo Possamai (2005) e Stella Borges (1993) citaram esse jornal em seus trabalhos, embora ambos tenham localizado somente um exemplar: a edição de 7 de março de 1917, que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em Porto Alegre.

Em minhas pesquisas, consegui encontrar mais três edições do *Il Trentino*: duas no Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa e a outra no Museu dos Capuchinhos (MUSCAP), em Caxias do Sul. Das quatro edições localizadas, três delas são do ano de 1917 e uma de 1916, no entanto não foi achada nenhuma de 1915, nem do período posterior à mudança de nome do jornal.

O periódico tinha uma tiragem semanal de três mil exemplares que eram distribuídos em Porto Alegre, nas cidades da Região Colonial Italiana e até em outros estados, como São Paulo, Paraná e Espírito Santo, chegando, inclusive, a outros países, como os Estados Unidos. Seu conteúdo era acomodado em quatro páginas: três delas com notícias, sendo a maioria do noticiário internacional, com ênfase naquelas sobre a Áustria e a guerra, incluindo o boletim austríaco a respeito do conflito; a quarta página continha apenas anúncios de propaganda. Era dirigido por G. Andreatti, provavelmente um imigrante radicado em Caxias do Sul,

¹ Jornais italianos que tratavam sobre a imigração italiana foram pesquisados por Roselyz Correa dos Santos na década de 1980 (SANTOS, 1990).

² Segundo Bertonha (2013), em 1897 na cidade de Ijuí no Rio Grande do Sul, imigrantes austríacos de língua alemã fundaram um jornal chamado *Serra Post*. No entanto não se sabe quanto tempo este jornal circulou.

pois lá foram encontradas pessoas com esse sobrenome. Além dessas, não se conseguiram mais informações relativas a esse jornalista, nem saber qual era o seu primeiro nome. Coincidentemente, na cidade de Trento, circulava um jornal com o mesmo nome, que existe até hoje.

A edição de 22 de janeiro de 1916 trazia um grande artigo escrito em alemão, que era a língua oficial da Áustria, e, no cabeçalho, estava uma nota pedindo desculpas aos leitores (de língua italiana) pelo artigo escrito em uma língua incompreensível. Nessa mesma edição, foi publicada uma carta de leitores trentinos que viviam no Estado do Espírito Santo. O conteúdo dessa carta continha elogios ao diretor do *Il Trentino* por defender a Áustria das ofensas dos italianos: “(...) era exatamente o que queríamos, para defender a nossa cara pátria e o nosso amado imperador das calúnias dos escritores italianos; estes não pronunciaram mais o nome Áustria, mas somente a plebe croata e eslovena, povo bárbaro (...)” (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1916)³. (Tradução nossa). Esse exemplar também contava com um artigo que se referia a uma sociedade que congregava os imigrantes austro-húngaros, sendo que a única referência a uma associação de mútuo socorro de imigrantes dessa nacionalidade era a *Osterreich-Ungari-Scherverein* que, segundo Possamai, reunia provavelmente os austríacos de fala alemã (POSSAMAI, 2005). Entretanto, não há como ter certeza de que a sociedade a que se referia o jornal fosse essa. A reportagem falava a respeito do polêmico pedido de renúncia de um cônsul de uma sociedade de beneficência com o seguinte título: “A maior satisfação para a nossa sociedade um cônsul que pede renúncia de uma sociedade de beneficência”.

O protesto da “Trento-Trieste” contra o regente consular, nosso G. Kostanjevic, talvez tenha levantado entre os inocentes alguns escândalos, mas isso era um ato nobre. A demonstração mais esplêndida vem do fato que, mesmo o próprio senhor G. Kostanjevic tendo pedido demissão de sócio da sociedade austro-

³ (...) era proprio quello che ci voleva, per difendere la nostra cara patria ed il nostro amato imperatore dalle calunnie degli scrittori italiani; questi non sanno più pronunziato il nome Austria, ma solo plebaglia croato e sloveno, popolo barbaro. (...) (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1917, p.3).

húngara, essa renúncia foi aceita unanimemente e sem discussões! Aliás, um dos sócios disse publicamente na respectiva assembléia que o senhor Kostanjevic, antes de criticar um sapateiro, deveria aprender como se faz um par de botas e que deveria recordar que ele está aqui pela colônia e não a colônia por ele! Aqui está, portanto, justificada toda a campanha que fomos forçados a fazer, ainda que relutantemente, contra o representante do nosso governo. Este indivíduo foi a desgraça da nossa colônia austro-húngara e, em especial, da nossa. Ele jamais esteve interessado em nós quando viu que os nossos trentinos e triestinos se uniam diante de qualquer esforço para desuni-los de novo. (...) não nos ocuparemos mais publicamente, esperando da autoridade superior uma medida eficiente para dar paz e favorecer os interesses de nossa colônia austro-húngara, de modo geral, e da nossa trentino-triestina, em particular (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1916, p. 3)⁴. (Tradução nossa)

O discurso do jornal *Il Trentino* refere-se à colônia austro-húngara, especificamente à comunidade trentino-triestina, ou seja, às populações italianas oriundas da Áustria e radicadas no Rio Grande do Sul.

⁴ La piú grande sodisfazione per la nostra società un console che da le demissioni da una società di beneficenza. La protesta della “Trento-Trieste” contra il e r. Regente consolare nostro g. Kostanjevic forse ha sollevato fra gli innocenti un po di scandalo, ma essa non era che un nobile atto. La dimostrazione piú splendida ci viene dal fatto, che il medesimo signore G. Kostanjevic avendo date le demissioni da socio della società austro-ungarica di qui, queste demissioni furono accettate unanimemente e senza discussione! Anzi un socio disse publicamente nella rispettiva assemblea che il signore K prima di voler criticare un calzolaio dovrebbe apprendere come si fa un paio di stivali e che dovrebbe ricordarsi che egli è qui per la colonia non la colonia per lui! Ecco quindi giustificata tutta la campagna, che siamo stati costretti di fare ben che a malincuore contro il rappresentante del nostro governo. Quest’ individuo non fu che la disgrazia della nostra colonia austro-ungarica e specialmente della nostra. Egli giammai si era interessato di noi quando vide che i nostri trentini e triestini si univano face qualunque sforzo per disunirli di nuovo. (...) non ci occuparemo piu publicamente aspettando dall’ autorità superiore un efficace misura, che si dia pace e favorisca gli interessi della nostra colonia austro-ungarica in genere e della nostra trentino-triestina in particolare (*IL TRENTINO*, 22 jan. 1916, p. 3).

O *Il Trentino* era contra os nacionalistas italianos, “(...) defendia o Estado multinacional austríaco como um modelo para o Brasil, habitado por gente de diferentes etnias.” (POSSAMAI, 2005, p.220). O jornal tinha uma coluna que era redigida por um padre chamado Giacomo Vicenzi que “atacava a unificação italiana, qualificada de um atentado contra o quinto e o sétimo mandamentos e o desejo da Itália de anexar o Trentino e Trieste ao seu território.” (POSSAMAI, 2005, p.220). Essas idéias estão expressas em um enorme artigo intitulado “Áustria, uma potência católica”.

Mas o doutor Andreotti nos seus artigos, (...) sobre este argumento nos fez sentir e tocar que não somente o dito movimento anticatólico, mas todas as seitas e todos os elementos anticristãos se uniram entre eles para dar à Áustria o golpe de morte. E que coisa verdadeiramente admirável! Quando a astuta diplomacia e o supremo saber do século XX preparavam-se, com o sorriso dos malvados, para assistir friamente o esfacelamento dos diversos povos da Áustria, esta, ao invés, ressurgiu mais potente do que nunca, porque os seus filhos, não obstante a profunda diferença de raça e de religião, sentem-se quase por milagre atraídos por uma força misteriosa a espalhar o sangue e a dar a vida à mãe pátria que possui o segredo para se fazer amar. E nota-se que neste meu dizer não há nada de fantástico: é pura verdade. A dificuldade para muitos e muitos é saber penetrar, descobrir esta misteriosa força, este (?) indissolúvel, este afeto generoso que dos homens também heróis, que, com zelo patriótico, fazem frente aos irmãos que falam a mesma língua (...) E ainda é um problema fácil de resolver. Na Áustria diferentemente de tantas falhas dos tempos modernos, a fé domina ainda, e é ainda base das ações humanas o decálogo do qual provém unicamente o verdadeiro progresso da paz, tanto para os indivíduos como à sociedade. Uma similar legislação respeita naturalmente os direitos sacrossantos de cada uma das dez nacionalidades componentes da monarquia austro-húngara; é tolerante com os não católicos e deseja, ao mesmo tempo, o bem estar material dos países eficientemente defendidos por seus representados no parlamento de Viena. Dito isto, é clara a conclusão: os diversos povos da monarquia austro-húngara, dirigidos por um governo previdente, solícito e paterno, se sentem felizes e amam com razão a dinastia católica que, há sete séculos, tendo-os unidos, os torna fortes, assegurando o seu progresso e tranquilidade, é por isso que, sempre que eu ouço falar em irredentismo, provo verdadeiro desgosto. (...) todos os irredentistas

devem pertencer necessariamente a uma das nobres categorias, isto é, aquela dos ladrões, ou aquela dos traidores. (...) A Áustria, entre as suas numerosas províncias, possui uma há muito tempo, chamada Trentino. Séculos mais tarde, entre os diversos povos da Itália, houve um que a força de outros esforços e do absoluto desprezo dos dois mandamentos do decálogo, o V e o VII, tem formado o Reino da Itália. Mas isto foi ontem. Como então esta nação nascida há somente quarenta anos, pretende ter direitos sobre uma província que há séculos pertence à Áustria? (...) Os desejos da Itália são muito similares àqueles da maçonaria. Esta seita tem como propósito principal a destruição do altar e do trono. A Itália unida, filha da revolução e das sociedades secretas, tem puramente dois propósitos: o aniquilamento do papado e da Áustria-Hungria. (...) é bem provável que Cadorna (general italiano) e outros não mais considerem o Império Austro-húngaro um cadáver, mas, sim, um gigante que, embora parecendo imóvel, faz tremer todos os seus inimigos. (...) que o reflorescer da Áustria-Hungria, apesar de tantos infortúnios que há um século a feriram incessantemente, é prova palpável que esta nobre e grande potência, composta, é verdade, por raças diversas, segue vitoriosa os seus altos destinos, formando as suas províncias quase um bloco granítico, cimentado maravilhosamente pela fé. (*IL TRENTINO*, 07 mar. 1917, p.2-3)⁵. (Tradução nossa)

⁵ Ma il Dr. Andreotti mei suoi articoli (...) su questo argomento face sentire e toccare che non solo il detto movimento anticattolico ma tutte le sette e tutti gli elementi anticristiani si sono uniti fra loro per dare all'Austria il colpo di morte. E, cosa veramente mirabile! Quando l'astuta diplomazia e il superbo sapere del secolo XX preparavansi, col soghigno dei mal vaggi ad assister freddamente sfacelo dei diversi popoli d'Austria, questa invece risorge più potente che mai, per ché i suoi figli, non ostante la profonda differenza di razza e di religione, si sentono quasi per miracolo attratti da una forza misteriosa a spargere il sangue e a dar la vita alla madre patria che possiede il segreto per farsi amare. E si noti che questo mio dire nulla ha di fantastico: é pura veritá. La difficoltà, per tanti e tanti, é sapere penetrare, scoprire questa misteriosa potenza, questo isecio indissolubile, questo affeto generoso che degli uomini la altrettanti eroi, che, con slancio patriottico, fanno fronte ai fratelli che parlando la stessa lingua (...) Eppure é un problema facile da risolversi. Nell'Austria, a dispetto delle tante magagne dei tempi moderni, domina ancora la fede, ed é ancor base delle umane azioni il decalogo delle cui osservanza provegno unicamente il vero progresso e

O texto acima descreve um patriotismo misturado de sentimento religioso ao afirmar que na Áustria a fé ainda dominava e era à base das ações humanas. Segundo Ghirardi,

Ameaçado de perder terras que os nacionalistas consideravam irridentas, o imperador da Áustria apelava para os sentimentos católicos de seus súditos de língua italiana, fazendo-os recluir a italianidade anti-clerical dos que tentavam seduzi-los (Ghirardi, 1994, p. 20).

la pace, tanto agli individui come alla società. Una simile legislazione rispetta naturalmente i diretti sacrosanti di ognuna delle dieci nazionalità componenti la monarchia austro-ungarica; é tollerante verso i non cattolici e cerca allo stesso tempo, il ben essere materiale dei singoli paesi efficacemente difesi dal loro rappresentanti al parlamento di Vienna. Detto ciò, é chiara la conclusione: i popoli vari della monarchia austro-ungarica, guidati da un governo previdente, solecito e paterno si sentono felici ed amano con ragione la dinastia cattolica che, da sette secoli, tenendoli uniti, li fa forti, assicurando loro progresso e tranquillità. Ecco perché ogni qualvolta sento parlare di irredentismo provo vero ribrezzo. (...) tutti gli irredentisti devono appartenere necessariamente a una delle nobili categorie, cioè o a quella dei ladri, oppure a quella dei traditori. L'Austria, tra le sue numerose provincie ne possiede una, da gran tempo, chiamata il Trentino. Secoli più tardi, fra i diversi popoli d'Italia ce ne fu uno che a forza degli sforzi altrui e dell'assoluto disprezzo dei due comandamenti del decalogo, il V e il VII, ottene formare il regno d'Italia. Ma questo fu ieri. Come dunque questa nazione nata da quarant'anni appena, pretende aver diritti su una provincia che da secoli appartiene all'Austria?(...) I desideri dell'Italia, una, o settaria, sono assai simili a quelli della massoneria. Questa setta ha per suo scopo principale la distruzione dell'altare e del trono. L'Italia una, figlia della rivoluzione e delle società segrete, ha pure due scopi: l'annichilamento del papato e dell'Austria-ungheria. (...) Ed é ben probabile che cadorna ed altri non più considerino l'Imperio Austro-ungarico un cadavere, ma piuttosto un gigante, che pur tenendosi immobile, fa tremare tutti insieme i suoi nemici. (...) che il rifiorire dell'Austria-ungheria, ad onta delle tante sventure che, da un secolo in qua, incessantemente la colpirono é prova palpabile che questa nobile e grande potenza, composta, é vero, da razze diverse, segue vittoriosa i suoi alti destini, formando le sue provincie quasi un blocco granitico, cementato maravigliosamente della fede (*IL TRENTINO*, 07 mar. 1917, p.2-3).

Na edição de 7 de março de 1917, foi publicado o primeiro discurso do novo Imperador da Áustria, Carlos I, e uma reportagem intitulada “A vergonhosa fuga do modernista redator do “*Corriere d’Italia*”, de Bento Gonçalves”. Nela, estava também uma carta escrita pelo Doutor Celeste Gobato, professor da faculdade de veterinária, que difamava o padre Giovanni Costanzo, chamando-o, inclusive, de ladrão.

O periódico tinha uma coluna intitulada *La Nostra Guerra*, na qual eram publicadas as notícias da guerra do ponto de vista austríaco, exaltando as vitórias militares do império. Assim como o jornal argentino em língua alemã, o *Argentinisches Tageblatt*, que pregava a fidelidade ao Império alemão (BRYCE, 2008), o *Il Trentino* se caracterizava pelo discurso de fidelidade ao Império Austro-húngaro e ao imperador. Também se declarava como um periódico conservador em relação a assuntos relacionados à política local, como expressa um artigo escrito em português:

Il Trentino, com seu programma (sic) muito conhecido, é por completo alheio às lutas político-partidárias de qualquer natureza; jornal conservador por excelência tem sempre apregoado, e encarecidamente recomenda, a mais absoluta submissão ao espírito da ordem e de autoridade, mantendo-se, no resto, fora dos debates. Muito especialmente no Rio Grande do Sul, esta atitude é francamente justificada, pois em nenhuma outra circunscrição (sic) da República Brasileira o princípio de autoridade é tão respeitável como aqui; máxima liberdade de ação individual ao lado da responsabilidade pelos actos (sic) asseguram a cada qual os meios de agir conformemente as aptidões de cada um. (*IL TRENTINO*, 07 mar. 1917, p.1). (Tradução nossa)

Os discursos jornalísticos obedecem às regras históricas, ou seja, “(...) o conteúdo apresentado está ligado ao seu tempo. Os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados” (AGUIAR, 2010, p. 8). Assim, o nacionalismo dos imigrantes trentinos tinha a ver com a noção de pertencimento e cidadania em relação à nação austríaca, além do sentimento religioso baseado na fé católica. Conforme Bauer, “O nacionalismo caracteriza-se também pela imposição do Estado no domínio público cuja ligação entre indivíduo e instituição ocorre através da noção de cidadania” (BAUER, 2000 apud VALDUGA, 2008, p. 25). Na edição de 24 de abril de 1917, o jornal

expressa abertamente, em língua portuguesa, seu nacionalismo e a preferência dos imigrantes trentinos, que eram de fala italiana, pela Áustria:

Sempre sustentamos que para nós catholicos (sic) é estrito dever obedecer à autoridade legitimamente constituída. Este foi o motivo principal porque os austríacos de língua italiana ficaram na sua totalidade fidelíssimos ao imperador d'Áustria e à sua pátria, tendo como inabalável programa: antes catholicos, depois austríacos e enfim italianos. (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.1). (Tradução nossa)

Na mesma edição, uma coluna abordou o processo canônico contra o padre João Constanzo, e o mesmo artigo também criticou Adelgi Conalghi (editor do jornal maçom *Stella d'Italia*). Houve o anúncio do rompimento das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e a Alemanha. Nas notícias sobre a guerra, referiu-se à soberania austríaca no mar Adriático, à declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha e ao tratado de paz entre a Rússia e as potências centrais. Havia um artigo dedicado aos leitores mais velhos os quais criticavam o jornal por conter muitas notícias em português em vez de italiano. O artigo tinha como título “Aos nossos velhos trentinos”.

De outras partes se tem recebido reclamações que o nosso jornal sai muito em português. Faremos de tudo para também satisfazer estes nossos velhos trentinos fiéis. Pedimos a eles um pequeno sacrifício patriótico. O jornal como é, vem sido lido por toda a colônia austríaca, sendo o único jornal austríaco, pelos alemães e também por muitos brasileiros. Isto redundará em grande interesse para a pátria, mas, o repetimos, levaremos em conta também este seu desejo. Mas se não podemos satisfazê-los completamente, pensem que fazemos isto para o maior bem da pátria. (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.3)⁶. (Tradução nossa)

⁶ Da piú parte ci pervengono reclami Che Il nostro giornale esce troppo in portoghese. Faremo di tutto per accontentare anche questi nostri fideli vecchi trentini. Domandiamo loro solamente um Piccolo sacrifício patriótico. Il giornale, come é, vien letto da tutta la colonia austriaca, essendo l'único giornale

Outro artigo, escrito em uma coluna intitulada “Os grandes fatos da semana”, falava sobre a situação dos cidadãos austríacos no Brasil⁷ devido ao recente rompimento de relações diplomáticas entre o país e os impérios centrais, Alemanha e Áustria.

É verdade que entre a Áustria e o Brasil não há nada, como é de esperar, que tal condição tenha de continuar, mas por causa da aliança que existe entre os dois estados centrais, a nossa posição de austríacos pode se tornar delicada. No nosso artigo de fundo, dissemos qual deve ser o nosso comportamento, então nossos amigos trentinos e triestinos deverão adicionar qualquer outra observação. Nós e vocês temos sofrido imensamente, a causa de contínuos ataques provenientes da parte de certos patriotas italianos. Todos nós temos tido muita prudência, e essa prudência se deve a não termos que lamentar qualquer coisa de pior. Essa prudência, devemos aumentá-la, evitar por isto as discussões com tais indivíduos, deixar que gritem como e quanto quiserem. Não é com esses seus gritos e sarcasmos que vencerão a guerra, não é com tal comportamento que demonstrarão a grandeza da sua cultura. Não respondamos, então, por isto aos seus insultos, façam todos como fizemos nós terça-feira passada, quando às 4 da tarde, passeando em plena Rua dos Andradas (?), tendo às costas um professor de... italiano que deveríamos matar, como um patife. (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.3)⁸. (Tradução nossa)

austríaco, dalla tedesca e anche da molti brasiliani. Ciò ridonda di grande interesse per La pátria, ma, lo ripetiamo, terremo conto anche di questo loro desiderio. Ma se non possiamo sodisfarli Del tutto, pensino che per il maggior bene della pátria che facciamo cio (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.3).

⁷ Devido ao pequeno numero de estudos relativos a I Guerra Mundial no Brasil, não se tem informações sobre perseguição aos imigrantes oriundos do Império austro-húngaro. Sabe-se que foram adotadas medidas repressivas contra os alemães. Por exemplo, alguns pastores alemães da Igreja Evangélica Luterana foram perseguidos no Rio Grande do Sul após o Brasil declarar guerra a Alemanha e seus aliados (Dreher, 2003).

⁸ E vero che fra l’Austria e il Brasile non vi é niente come é da sperari che tale condizioni abbia a continuare ma per l’aleanza che esiste fra i due stati centrali la nostra pisizione di austriaci puó diventare delicata. Nel nostro articolo di fondo abbiamo detto quale deve essere il nostro contegno. Poi nostri amici trentini e

Provavelmente o incidente referido ocorreu com um professor italiano que ofendeu um grupo de trentinos na Rua dos Andradas, em Porto Alegre. Estes simplesmente ignoraram o italiano que os ofendera.

O *Il Trentino*, por defender os interesses da Áustria, provavelmente não foi considerado por alguns historiadores como um jornal ítalo-brasileiro, mesmo sendo escrito em idioma italiano. Em um artigo sobre imprensa em língua italiana, escrito por Abel Moretto na Enciclopédia Rio-Grandense, no ano de 1956, o *Il Trentino* não estava sequer citado (MORETTO, 1956).

Na edição de 20 de junho de 1917, foi publicado, em português e em italiano, no *Il Trentino*, outro discurso feito pelo Imperador Carlos I perante a câmara austríaca. Nessa mesma edição, havia uma notícia sobre outro jornal, publicado em Nova York, pertencente a imigrantes trentinos radicados nos Estados Unidos. Chamava-se *Corriere Tirolese (IL TRENTINO*, 20 jun. 1917).

Il Trentino e Il Corriere Tirolese agora são capazes não só de organizar completamente as colônias trentinas das duas Américas, mas também de exercer uma grande influência sobre o desempenho de toda a colônia austríaca. A nossa pátria também no exterior encontrou unidos os seus filhos e glória a nós, trentinos, que não somos degenerados filhos de São Vigílio e da gloriosa pátria dos Habsburgo. Também no exterior fomos os primeiros a ter altos ideais de religião e pátria, e a nossa pátria tornou-se, neste momento histórico, o fator máximo para a nova civilização. Aos

triestini dobbiamo aggiungere qualche altra osservazione. Noi e voi abbiamo dovuto soffrire immensamente poi continui attachi pervenuciel da parte di certi patrioti italiani. Tutti noi abbiamo avuto molta prudenza e a questa prudenza si deve se non abbiamo a lamentare qualche cosa di peggio. Questa prudenza dobbiamo aumentar-la, evitare quindi le discussioni con tali individui, lasciari gridare come e quanto vogliano. Non é con questi loro gridi e sarcasmi che vinceranno la guerra ne é con simile contegno che dimonstrando la altezza della loro cultura. Non rispondiamo quindi alle loro vilanie, fate tutti como facemmo noi martedì passato, quando verso le 4 di sera passando in piena Rua dos Andradas sentimmo gaidarci alle coste da un maestro di...italiano che vra ci avrebbero dovuto ammazare, come una canaglia (*IL TRENTINO*, 24 abr. 1917, p.3).

nossos irmãos da América do Norte, os nossos mais sinceros parabéns, a nossa saudação patriótica ao seu valoroso órgão, *Il Corriere Tirolese*. Todo o bem possível, moral, político, social e financeiro no interesse e honra dos interesses da colônia, honra e prestígio da venerada velha pátria e do nosso amadíssimo imperador, em nome do nosso “*Il Trentino*”, da colônia trentino-triestina e de toda a colônia austríaca da América do Sul. (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3)⁹. (Tradução nossa)

O artigo anterior foi seguido por outro que fez uma crítica ao jornal católico de Bento Gonçalves, *Il Corriere d'Italia*, e ao seu diretor, o padre Giovanni Costanzo. O discurso nacionalista do *Il Trentino* era muito mais agressivo, se comparado ao do *Il Colono Italiano*, em relação aos adversários da Áustria.

Chamamos o agir do *Il Corriere d'Italia*, de Bento Gonçalves, de patifaria quando escreveu a respeito da colônia ítalo-austríaca e de nós, porque, pelos documentos que temos nas mãos, assim é. Foi seu redator, o rebaixou ao grau de um “*pasquino*”, seja esse de São Paulo ou de Caxias, seja esse uma “*Stella*” etc. (...) Mas até que dom Costanzo, no seu nobre, modernista amor pátrio, saiba qual é o pensamento, não só do Dr. Andreatti, mas de todos os trentinos de todo o mundo, reafirmamos aqui quanto o *Il Corriere Tirolese*

⁹ Il Trentino e Il Corriere Tirolesesaranno in grado ora di organizzare completamente le colonie trentine delle due americhe non solo, ma eserciteremo un grande influsso ancora sull'andamento di tutta la colonia austriaca. La patria nostra anche all'estero trovó uniti i figli suoi e gloria a noi trentini, che non degeneri figli di S. Vigilio e della gloriosa patria degli Absburgo anche all'estero fummo i primi a tener alti gli ideali di religione i patria di cui la patria nostra divenne in questo momento storico il massimo fattore per la nuova civiltá. Ai nostri fratelli quindi del Norteamerica le nostre piú sincere congratulazioni, il nostro saluto patriotico e al loro valoroso organo, “ Il Corriere Tirolese” ogni bene possibile, morale, politico, sociale e finanziario nell' interesse e onore della colonia nell' interesse, onore e prestigio della venerata vecchia patria e del nostro amatissimo imperatore a nome del nostro “Il Trentino” della colonia trentino-triestina e di tutti la colonia austriaca del Sud-America (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3).

fortalece todo verdadeiro patriota. (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3)¹⁰. (Tradução nossa).

Segue-se a isso a letra de um hino popular austríaco que dizia que todo o bom tirolês deveria ter em casa essa canção patriótica, demonstrando, assim, o forte sentimento de patriotismo dos imigrantes trentinos com a sua terra natal, a Áustria. O artigo prossegue com as críticas a Dom Costanzo:

Queremos crer que Dom Costanzo, frente a estas provas irrefutáveis de verdade e de justiça, se renderá, e nós, obedientes à lei divina da caridade, seremos aquilo que imaginaremos e atribuiremos a ele os crimes de tornar o jornal sempre desonesto e anticlerical, mas consciente de que, pelas graças de Deus, não (?). Tiraremos o nosso chapéu em frente a um homem, espécie de reverendo padre, que se deixa o erro e o pecado para encaminhar-se pelo caminho do rigor pessoal e do estúpido escândalo público. (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3)¹¹. (Tradução nossa).

O *Il Trentino* expressava bem a identidade da comunidade tirolês-italiana no Rio Grande do Sul, manifestando o sentimento patriótico de lealdade ao Império austro-húngaro, ao imperador e à Igreja Católica. A identidade dos trentinos era uma identidade cultural. Segundo Giron:

¹⁰ Abbiamo intitolato l'agire del Corriere d'Italia di B.G. malscalzonate in quanto esso scrisso in riguardo della colonia italo-austriaca e di noi, perché da documenti che abbiamo nelle mani tale esso é. Fu il poco reverendo suo redattore che lo abbassó al grado di un pasquino sia esso di S. Paulo o di Caxias, sia esso una stella etc. (...) Ma affinché don Costanzonel suo nobile, modernistico amor patrio sappia quale é il pensiero non del Dr. Andreatti, solamente, ma di tutti i trentini di tutto il mondo portiamo qui quanto Il Corriere Tirolese recomenda a ogni vero patriotta (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3).

¹¹ Vorremo credere che Don Costanzo di fronte a queste prove inconfutabili di verità e giustizia si ricrederà e noi sequenti alla legge divina della carità saremo quel che immagineremo e attribuiremo a lui in ami delitti prendendati dei giornali mai disonesti e anticlericali ma conosci che, se grazia a Dio non (?) qui fossiamo cedere comani, tiveremo il nostro capello di fronte a un uomo, spesie se rev. padre, che lascia l'errare e il peccato per incaminarti sulla via della rigorazione personale e dello scandalo publico coglionato (*IL TRENTINO*, 20 jun. 1917, p.3).

A identidade é demarcada pela diferença. Os critérios que determinam a diferença podem ser materiais, como raça, ou imateriais como cultura. São eles que separam vários grupos humanos. (...) A identidade resulta de processos de construção e de reconstrução de passados míticos e metafóricos (Giron, 2007, p. 40-41).

É importante, entretanto, considerar que “(...) as rígidas noções de identidade são assim postas em xeque visto que grupos heterogêneos rompem as unidades culturais e forçam a uma redefinição de pertencimentos.” (VALDUGA, 2008, p. 18). Assim, para Stuart Hall, “(...) em vez de falar de identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento.” (HALL, 1997, p. 72).

A I Guerra Mundial foi o período em que os trentinos residentes no Rio Grande do Sul mais manifestaram sua identidade e seu sentimento patriótico pela sua terra natal, a Áustria. Arthur Rambo, em seus estudos sobre imigração alemã no estado, afirma que o apogeu da identidade dos teuto-brasileiros se deu durante o período entre guerras 1919-1939 e que a identidade dos alemães tinha diferenças, conforme a filiação religiosa: evangélico-luterana ou católica (RAMBO, 1999).

Segundo Possamai, em relação à identidade dos imigrantes trentinos, “(...) a forte ligação dos trentinos ao catolicismo, vista como o principal fator de identidade coletiva, foi posteriormente estendida a todos os imigrantes italianos e seus descendentes.” (POSSAMAI, 2005, p. 223). Também para Manfroi (2001), o catolicismo é considerado o principal elemento identitário entre os italianos e seus descendentes. De acordo com esse autor, “(...) os imigrantes não eram italianos, eram católicos (...) Eles eram católicos e, portanto, a identidade cultural dos italianos não era a italianidade, era a catolicidade.” (MANFROI, 1979, p. 193). No entanto, em relação à identidade religiosa dos italianos, Dilse Corteze ressalta que a historiografia de matriz religiosa idealiza o imigrante italiano como um católico fervoroso; aponta a religião católica como a principal causa do sucesso da imigração italiana no Rio Grande do Sul e afirma que os imigrantes nas colônias venceram as dificuldades porque tinham fé em Deus (CORTEZE, 2002).

Quanto ao jornal *Il Trentino*, não foi possível descobrir qual o fim que teve. A última informação a seu respeito é que, em setembro de 1917, mudou o nome para Áustria Nova (BORGES, 1993). O mais provável é que ele tenha sido fechado quando o Brasil declarou guerra ao império alemão e seus aliados, o que ocorreu no dia 26 de outubro de 1917. Por esse motivo, o jornal em língua alemã *Deutsche Zeitung* também foi fechado. Stella Borges, em seu livro, faz referência a uma edição do periódico Áustria Nova, datada de 21 de setembro de 1917 (BORGES, 1993). Essa edição, no entanto, não pôde ser localizada. O *Il Trentino* poderia ser considerado um jornal ítalo-brasileiro ou austro-brasileiro porque era escrito em língua italiana, mas defendia os interesses de um grupo que, apesar de ser de fala italiana, se definia como austríaco e defendia os interesses da Áustria através dele.

Para concluir, a pesquisa sobre os trentinos, realizada até o momento, revela resultados parciais. Fica em aberto a possibilidade de novas pesquisas sobre esse assunto, pois, se algum dia for localizada uma coleção completa do *Il Trentino* ou do Áustria Nova, será possível realizar um estudo mais aprofundado e detalhado da comunidade trentina radicada no Rio Grande do Sul.

Referencias

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, jul. 2010, Santa Maria. *Anais eletrônicos...* Santa Maria: UFSM, UNIFRA, 2010. Disponível em <<http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação-Instituto Estadual do Livro, 1975.

BERTONHA, João Fábio. *Non tutti gli italiani sono venuti dall'Italia. L'immigrazione dei sudditi imperiali austriaci di língua italiana in Brasile, 1875-1918*. Disponível em: <<http://www.altreitalie.it>>. Acesso em 28/07/2014.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

BRYCE, Benjamin. La etnicidade nel *Argentiniches Tageblatt*, 1905-1918: la discusión de una comunidad germánica y alemana. In: ROHLAND DE LANGBEHN, Regula; VEDDA, Miguel. *Anuario Argentino de Germanística IV*. Buenos Aires: AAG Asociación Argentina de Germanistas, 2008.

CORRÊA, Marcelo Armellini. *Dos alpes do tirol à serra gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no rio grande do sul (1875-1918)*. Dissertação (mestrado em história) – Programa de pós-graduação em história, Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. 2 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

FRANZINA, Emilio. Pátria, região e nação: o problema da identidade na Imigração Italiana na América Latina. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 9., 1999, Caxias do Sul. Anais...Caxias do Sul: Educs, 1999.

GHIRARDI, Pedro Garcez. *Imigração da palavra*. Escritores de língua italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. Identidade: região e valores. In: GIRON, Loraine Slomp; RADUNZ, Roberto (Org.) *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2007.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Noi tirolesi, sudditi felici di don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999. (Italia nel Mondo)

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPeA Editora, 1997.

MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2001.

_____. Imigração alemã e italiana estudo comparativo. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA (Org.). *Fórum de Estudos Ítalo-brasileiros*, 1. e 2., 1979, Caxias do Sul. Anais... Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lorenzo de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

MORETTO, Abel. Imprensa em língua italiana (1890-1914). In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora La Salle, 1956. v.2

RAMBO, Arthur Blasio. A identidade teuto-brasileira em debate. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.25, n.2, p. 185-196, dez. 1999.

SANTOS, Roselyz Izabel Correa dos. A emigração italiana através de periódicos (1875-1899). In: DE BONI, Luiz Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.

VALDUGA, Gustavo. “*Paz, Itália, Jesus*”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. “*Paz, Itália, Jesus*”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Jornais consultados

Il Trentino, Porto Alegre, 22 jan. 1916; 7 mar. 1917; 24 abr. 1917; 20 jun. 1917.

Museus consultados

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre.

Museu Histórico dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul.

“EXALTAR A JOVEM ITÁLIA”: COMEMORAÇÕES E FESTIVIDADES DE CARÁTER FASCISTA EM CAXIAS (DÉCADA DE 1930)

Paulo Afonso Lovera Marmentini*

A ascensão do fascismo ao poder na Itália, em 1922, levou a uma mudança na conjuntura política europeia, servindo de inspiração e modelo para outros governos e regimes autoritários que viriam a seguir. Os italianos tiveram, graças a Mussolini, um papel de destaque no cenário político internacional, algo que até então não havia ocorrido desde a unificação do país. Internamente, o fascismo buscava o alinhamento de todos os habitantes da península em torno de seu líder e de sua ideologia, ação que demandou um sistema de propaganda e coerção ideológica bastante apurado e, até certo ponto, inovador.

A imagem de uma nova Itália nacionalista, disciplinada, laboriosa, orgulhosa de si mesma e em comunhão com seu *Duce*, bastante explorada e idealizada pelos fascistas, mudaria também a percepção que seus emigrados e descendentes tinham dela. Essa mudança, porém, não se deu de maneira unilateral: também o governo italiano alterou sua visão e sua política para com essa massa de imigrantes de origem italiana vivendo em outros países, agora considerados “italianos no exterior”. Segundo Luís Fernando Beneduzi (2011, p. 93),

a transformação terminológica de *emigrante* para *italiano no exterior* trouxe consigo uma profunda mudança na auto-representação do próprio ítalo-brasileiro. Se, no primeiro

* Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

momento, percebe-se a ideia de um desenraizamento, *aquele que deixa a terra de nascimento*, o segundo conceito mantém um vínculo de cidadania que acompanha o emigrante em qualquer lugar em que ele venha a se estabelecer. Para além da alteração conceitual, o fascismo irá apostar nessa recuperação do *vínculo pátrio* como uma maneira de se aproximar dessa massa de peninsulares que vivia no exterior.

Mais do que procurar reatar os laços culturais com a sua pátria de origem, o fascismo imputava aos italianos no exterior uma missão política que obedecia aos interesses do partido fascista italiano.

Conforme os apontamentos de João Fábio Bertonha (2001, p. 87), os objetivos da rede de propaganda fascista no Brasil “implicavam na conquista da coletividade italiana e na instrumentalização desta para seus fins”. Para sua concretização, o governo italiano agiu em três níveis: “implantação no país de órgãos de socialização fascistas; (...) na potencialização do serviço consular e na conquista dos tradicionais foros da vida da colônia, ou seja, as escolas, as associações e os jornais”. Este trabalho tem como objetivo analisar as comemorações e festividades de caráter fascista ocorridas no município de Caxias durante a década de 1930, procurando entender o viés político dessas celebrações ocorridas principalmente em espaços de socialização proporcionados pela ação fascista e em outros espaços também influenciados pelo fascismo, como escolas e associações. Utilizando como fonte a imprensa¹, periódicos de circulação semanal, busca-se compreender como o fascismo inseriu-se em certos setores da sociedade caxiense da época e como manifestou seus valores em comemorações e festividades levadas a cabo por seus seguidores e simpatizantes, tanto em caráter privado quanto público.

¹ Sobre a utilização metodológica de jornais e periódicos na pesquisa histórica, ver ELMIR (1995) e LUCA (2005).

Marcha sobre Roma

O aniversário da Marcha sobre Roma, pelos indícios apresentados pelos periódicos, parece ter sido a maior festividade do *fascio all'estero*² caxiense. Comemorada no dia 28 de outubro de cada ano, foi, ao que tudo indica, a data mais importante do calendário fascista regional. Há indícios da realização dessa celebração desde o ano de 1924 (GARDELIN, 1988, p. 127). No entanto, é somente em meados da década de 1930 que a Marcha sobre Roma aparece como uma festividade que merece atenção destacada na imprensa regional, principalmente na imprensa caxiense.

Em 1932 tem-se o registro no periódico *O Jornal* do 10º aniversário da Marcha. Porém, a notícia não deixa claro se houvera festividades na sede fascista. O vinculado n' *O Jornal* é a exibição de um filme, enviado por Mario Carli, então cônsul geral da Itália no Rio Grande do Sul, no Teatro Apollo:

(...) A película italiana foi uma demonstração perfeita do ultimo ano administrativo do Governo de Benito Mussolini, o homem que predispoz o Fascismo para continuar a reger com sua mão de ferro os destinos do povo italiano.

Ao sr. Guido D'Andrèa, regente do vice-consulado da Italia nesta cidade, coube grande parte do sucesso obtido, dada a propaganda que desenvolveu.³

A nota sobre o evento é curta, mas já é possível perceber o uso do cinema e de material propagandístico especialmente produzido pelo governo fascista para fins de divulgação. Guido D'Andrèa, alguns anos mais tarde, viria a se tornar um dos principais colaboradores do *Il Giornale dell'Agricoltura*.

As comemorações consistiam, de modo geral, em cerimônias em que discursavam autoridades locais ligadas ao fascismo, exaltando sua história, suas proezas, e o grande benefício que trouxera para a Itália, a qual encontrava-se, segundo o discurso vigente nessas celebrações, entre

² *Fascio all'estero* era o nome dado às representações do partido fascista italiano fora da península.

³ *O Jornal*, 30 out. 1932, p. 2.

as grandes civilizações do ocidente em virtude de Mussolini. Ao finalizar, de praxe, cantavam-se os hinos brasileiro e italiano.

A lista de autoridades participantes do evento é relativamente longa, envolvendo indivíduos ligados ao poder executivo municipal, às forças policiais, ao exército, e a outras associações e grupos:

Domingo, 28 do corrente, teve lugar, na Sociedade «Principe di Napoli», a solene comemoração da marcha sobre Roma. Na mesa dos trabalhos, tomaram assento o sr. Cel. Miguel Muratore, prefeito municipal, Tte. Cel. Januário Coelho da Costa, comandante do 9º B. C, tenente Hermeto Silveira, delegado de policia, por si e pelo subchefe, sr. João Abbott Sob., sub-prefeito do 1.º distrito, dr. Celeste Gobbato, vice consul da Itália, srs. Guido D'Andréa, secretario do Fascio Giovanni Berta, Angelo Mazzer, presidente da Sociedade Italiana, e Sylvio Toigo, chefe dos ex-combatentes italianos.⁴

Como é possível perceber, as autoridades participantes da celebração não limitavam-se a indivíduos ligados diretamente ao fascismo, contando inclusive com sobrenomes lusos. A participação de nomes importantes do cenário político local sugere que o evento possuía certo status na comunidade caxiense, especialmente entre os membros da elite, incluindo grandes nomes do setor industrial, como Abramo Eberle e Aristides Germani⁵.

Integralistas (ou “camisas-verdes”) também podem ser observados nas festividades⁶. Embora sejam citados apenas de passagem, é um claro indício de que os dois grupos, integralistas e fascistas, conviviam com certa harmonia e sem maiores conflitos⁷. Integrantes do

⁴ *O Momento*, 1º nov. 1934, p. 1.

⁵ *Il Giornale dell'Agricoltore*, 12 nov. 1936, p. 6.

⁶ *Il Giornale dell'Agricoltore*, 1º nov. 1934, p. 6.

⁷ Essa harmonia entre os dois movimentos deu-se, em grande parte, em função da ação de representantes locais da Igreja Católica. “Sobretudo entre os pequenos produtores rurais da zona de imigração italiana, a associação positiva entre fascismo e integralismo feita por parcela do clero rio-grandense, no caso preponderante, a Congregação dos Capuchinhos, produzirá um incremento nas

grupo *Dopolavoro*⁸, representantes do clero, e ainda uma seção feminina do *fascio*, dirigida por Rosalia Eberle Peroni⁹, são citados pela imprensa. Outros participantes da festividade que podem ser observados são os alunos e professores da Escola Ítalo-Brasileira, e “*todos os membros da indústria e comércio da nossa coletividade*”¹⁰, um notável exagero, mas que revela a proximidade de, ao menos, parte dos profissionais liberais, comerciantes e indústrias ao *fascio*.

Um dos ápices da celebração da Marcha sobre Roma eram os discursos proferidos por integrantes do *fascio*. Pelo que pode ser observado nos periódicos locais, os discursos eram sempre destacados na imprensa e consistiam basicamente em alusões gloriosas ao fascismo e a Mussolini e enaltecimento a suas obras. Importante sublinhar que, ao mesmo tempo em que a Itália fascista era exaltada, o Brasil não era deixado de lado. Exemplo disso é o discurso de Celeste Gobbato na celebração do 12º Aniversário da Marcha sobre Roma, reproduzido parcialmente pelo periódico *O Momento*:

Dando início à comemoração, o sr. dr. Celeste Gobbato, depois de agradecer às autoridades, aos camisas verde, e aos representantes da imprensa, presentes, leu curto mas vibrante discurso, demonstrando a transformação realizada na Itália pelo fascismo, nos 12 anos em que este se acha no poder.

Sempre interrompido por aplausos, assim o representante do Governo Italiano terminou seu brilhante discurso:

“Somos reconhecidos e gratos a este imenso paiz que nos hospeda e que é o berço de nossos filhos. Reforcemos cada vez mais os

fileiras da AIB. Tal circunstância colabora decisivamente para que esta zona se torne o ponto da mais forte concentração de militantes do novo movimento no Estado sulino.” (BRANDALISE, 2004, p. 336) Sobre o integralismo nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, ver Brandalise (1992), Bertonha (1998a) e Pistorello (2001).

⁸ *Dopolavoro* (“depois do trabalho”) foi um grupo de socialização e lazer também criado sobre a influência da política fascista na região.

⁹ *O Momento*, 1º nov. 1937, p. 1.

¹⁰ “(...) *tutti gli appartenenti alla industria ed al commercio della nostra collettività*.” *Il Giornale dell'Agricoltore*, 1º nov. 1934, p. 6.

laços de fraternidade que nos prendem ao generoso povo gaúcho que nos rodeia e em cujo seio vivemos como em nossa casa. Mas vibremos também em uníssono com os irmãos de além oceano, na aurora radiante deste XII ano da era fascista, lembrando que ao generosíssimo sangue da mocidade que se sacrificou para esmagar a hidra do bolchevismo italiano, se deve o desenvolvimento da Revolução do Littorio, que hoje não é mais privilégio e esforço da Itália, mas palavra de ordem e de esperanças do mundo! Permita o destino que as glórias do passado sejam sobrepujadas pelas glórias do porvir! Viva o Brasil! Viva o Rei! Viva a Itália! Viva o Fascismo!”¹¹

Como visto, não parece haver contradição em exaltar as duas pátrias, especialmente no período ainda anterior ao nacionalismo estadonovista, quando também as boas relações diplomáticas entre Brasil e Itália ainda mantinham um padrão de cordialidade (CERVO, 1992, p. 113), rompidas com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 1942.

Outra pista do conteúdo dos discursos proferidos pode ser observada no periódico *Il Giornale dell'Agricoltore*:

O Cav. Dr. Celeste Gobbato, vice-consul italiano, reproduziu o discurso pronunciado por Mussolini em 28 de Outubro p.p. sendo, ao finalizar, longamente aplaudido. O secretario do Fascio, sr. Silvio Toigo, leu aos presentes a mensagem que o ministro Pietro Parini enviou aos italianos no exterior. Tomou, depois a palavra, o orador oficial Cav. Dr. Romulo Carbone que fez o historico do fascismo, dizendo dos grandes beneficios que ele trouxe para a Peninsula. A oração do dr. Romulo Carbone, frequentemente interrompida pelos aplausos, terminou sob grande ovação ao Brasil e a Italia.

Antes de ser encerrada a sessão foi distribuida aos fascistas presentes a carreira relativa ao ano em curso.¹²

Como é possível notar, o *fascio* tinha acesso (possivelmente por intermédio do Consulado Italiano de Porto Alegre), ao menos

¹¹ *O Momento*, 1º nov. 1934, p. 1.

¹² *Il Giornale dell'Agricoltore*, 12 nov., 1936, p. 6.

parcialmente, ao material produzido pelo governo italiano visando os italianos no exterior. Material esse que era, como relatado pelo jornal, reproduzido dentro da própria organização fascista quando das festividades.

Outra atividade em que o *fascio* esteve diretamente envolvido foi quando da celebração da morte de Guglielmo Marconi. Marconi, físico e engenheiro italiano, conhecido mundialmente por desenvolver a telegrafia sem fio, e, mais tarde, diplomata, aderira ao fascismo na década de 1920 e tornara-se um dos grandes expoentes da propaganda fascista, usado como exemplo de patriotismo e genialidade itálica, principalmente entre as coletividades italianas no exterior. Sua morte resultou em uma grande homenagem, realizada no salão nobre da Sociedade *Principe di Napoli*, “literalmente cheio”¹³. Após inaugurar um retrato de Marconi na sede da Sociedade, Romulo Carbone discursou recordando que “*Marconi foi o grande amigo do fascismo, que era profundamente católico e grande amigo do Brasil*”. Celeste Gobbato, em seguida, “*de acordo com o rito fascista, procedeu ao apelo ‘Guglielmo Marconi’, sendo correspondido por um unânime ‘Presente’.*” No dia seguinte, realizou-se uma missa na catedral de Caxias, com o retrato de Marconi entre as bandeiras brasileira e italiana¹⁴.

Como é possível observar, além de uma cerimônia de morte qualquer, há um “rito fascista” envolvido quando do falecimento de Marconi. De Caprariis (2000, p. 163-4) aponta que houve certo esforço por parte do governo italiano em exportar aos italianos no exterior símbolos e cerimônias que marcaram o desenvolvimento do fascismo na Itália como uma “religião secular”. O culto aos “mártires fascistas” caídos foi o principal deles adotado pelos *fasci*, e consistiam basicamente em coreografias e cerimônias para grandes massas. Esses ritos, como é possível notar, também foram reproduzidos, ainda que parcialmente e em menor escala, pelos fascistas de Caxias.

¹³ *O Momento*, 02 ago. 1937, p. 2.

¹⁴ *Il Giornale dell'Agricoltura*, 29 jul. 1937, p. 3.

Reatar os laços dos italianos no exterior à sua pátria de origem, agora renovada pelas mãos de Mussolini, parece ser um dos objetivos principais dessas celebrações levadas a cabo pela movimentação fascista em Caxias. Como coloca Thais Nivia de Lima e Fonseca (2005, p. 439),

(...) as festas cívicas tornam-se os momentos privilegiados para a celebração de uma certa comunhão da comunidade nacional, simbolizada nos rituais que envolvem a participação real ou imaginada de vários segmentos da sociedade; nos discursos que exaltam a nação como o resultado de lutas ancestrais; na afirmação da crença na coesão, na conjunção de interesses e no espírito de coletividade.

A exaltação da nacionalidade italiana e sua vinculação ao fascismo, ainda que sem deixar de lado a nacionalidade brasileira, intentavam a fortificação do espírito de unidade entre os italianos peninsulares e os italianos no exterior, que passaram a estar sob a mesma égide do fascismo. O sentimento de pertencimento a uma mesma coletividade, ainda que fisicamente separadas por um oceano, mostra-se como um fim desejado na realização dessas cerimônias, característica que o fascismo peninsular procurou exportar e reproduzir em terras além-mar.

Sociedade Principe di Napoli

Espaço notório e privilegiado das atividades fascistas em Caxias foi a Sociedade *Principe di Napoli*. Fundada em 1887, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Principe di Napoli* tinha dois “objetivos imediatos: 1.º manter alto o prestígio da coletividade italiana e o bom nome da Itália, com o cultivo do sentimento patriótico nos sócios; 2.º prestar aos associados necessitados o socorro material em unidade àquele moral.” (CINQUANTENARIO, 2000, p. 376-7) Possuindo em torno de 400 associados em 1925, sua titulação, “Príncipe de Nápoles”, referia-se à figura de Vittorio Emmanuele III, que exerceu o reinado da Itália entre 1900 e 1946. Tendo sido batizada em reverência a um dos principais nomes da família real italiana, fica evidente a inclinação política voltada à Itália liberal, do *Risorgimento*, da unificação (GARDELIN, 1988, p.

98). Sendo comemorados os aniversários da sociedade juntamente com os aniversários do futuro monarca italiano¹⁵, é provável que essa titulação faça alusão à proximidade da data de fundação da entidade com a data de nascimento de Vittorio Emanuele III. A entidade era composta, em seu mais alto círculo, pela elite econômica do município, principalmente por comerciantes e industriais. A própria Associação dos Comerciantes, que viria a ter grande peso e influência política na região, foi fundada na sede da *Principe di Napoli* (HEREDIA; MACHADO, 2001, P. 18).

A ligação entre a entidade e o fascismo fica evidente ao se analisar a proximidade e a relação estabelecida entre a *Società Principe di Napoli* e o *fascio* caxiense. A partir de 1930, o *fascio all'estero* de Caxias passou a sediar-se na própria sede da Sociedade *Principe di Napoli*, instalando-se no local em uma cerimônia que contou com a presença de Manfredo Chiostrì, cônsul italiano em Porto Alegre (GARDELIN, 1988, p. 131). A figura do agente consular nessas celebrações que envolviam, de algum modo, o fascismo, foi uma constante, especialmente nos anos 1930.

Estas duas entidades – a Sociedade *Principe di Napoli* e o *fascio all'estero* caxiense – aparecem tão atreladas em suas atividades que, muitas vezes, quando num mesmo espaço, confundem-se a ponto de não parecer haver distinção entre elas. Exemplo claro disso são as comemorações da Marcha sobre Roma do ano de 1937, celebradas na sede da sociedade – e também sede do *fascio* –, que ocorrem na mesma data e local da eleição da nova diretoria da *Principe di Napoli*. Ambas são noticiadas pelo *Il Giornale dell'Agricoltura*¹⁶ de forma separada, mas o fato de as atividades terem acontecido na mesma data e local, provavelmente uma sucedendo a outra, e haver diversos participantes em comum entre ambas, parece indicar uma certa continuidade entre uma e outra entidade, não havendo, ao que tudo indica, uma diferenciação muito clara entre a sociedade *Principe di Napoli* e o *fascio* caxiense. Ao menos

¹⁵ Como noticiada a comemoração do 48º aniversário da sociedade, juntamente com o aniversário do então Rei da Itália, em *Il Giornale dell'Agricoltura*, 22 nov. 1934, p. 6.

¹⁶ *Il Giornale dell'Agricoltura*, 04 nov. 1937, p. 8.

durante o período de meados da década de 1930, fica evidente a aproximação entre as duas entidades.

Típico na Sociedade *Principe di Napoli* foram as comemorações de algumas efemérides fascistas. Além das já mencionadas celebrações da Marcha sobre Roma, data de maior destaque do *fascio all'estero* de Caxias, outras datas fascistas eram comemoradas, de acordo com o calendário italiano de festas. Segundo o estatuto da sociedade, são consideradas festivas, devendo ser hasteadas as bandeiras italiana e brasileira, as seguintes datas (SOCIETÁ, [1933], p. 14-5):

- 11 de Fevereiro (Concordato¹⁷)
- 23 de Março (Fundação do Partido Fascista)
- 21 de Abril (Festa do trabalho¹⁸ e Fundação de Roma¹⁹)
- 24 de Maio (Entrada da Itália na guerra)
- 1º Domingo de Junho (Festa do Estatuto²⁰)
- 7 de Setembro (Independência do Brasil)
- 20 de Setembro (Tomada de Roma²¹)
- 28 de Outubro (Marcha sobre Roma)
- 4 de Novembro (Vittorio Veneto²²)
- 11 de Novembro (Aniversário da *Società Principe di Napoli* e aniversário do Rei da Itália)
- 15 de Novembro (Proclamação da República Brasileira)

Como é possível observar, ao menos três dessas datas acima listadas têm relação direta com o fascismo. Também a Independência do Brasil e a Proclamação da República eram celebradas, demonstrando não

¹⁷ Pactos lateranenses firmados entre a Santa Sé e o governo fascista, em 1929, dentre os quais o Tratado de Latrão.

¹⁸ Substituiu o tradicional 1º de Maio durante o vintênio fascista.

¹⁹ *Natale di Roma*.

²⁰ Festa tradicional da monarquia italiana.

²¹ Tomada de Roma pelas tropas do Reino da Itália, decretando a unificação italiana.

²² Batalha de Vittorio Veneto, que determinou a derrocada do exército austro-húngaro e decretou o final da Primeira Guerra Mundial na frente italiana.

haver contradição, ao menos para os fascistas, em exaltar ambas as pátrias brasileira e italiana.

No entanto, as datas fascistas comemoradas pela Sociedade *Principe di Napoli*, por maior indício de devoção ao regime de Mussolini que possam aparentar, devem ser relativizadas. O hábito de comemorar feriados e datas festivas da Itália já existia nas sociedades italianas, mesmo antes do fascismo. Assim, falando do caso específico da *Principe di Napoli*, mais do que uma fascistização propriamente dita, o que parece haver é apenas uma continuidade em relação ao já praticado antes. O elemento novo aqui parece ser mesmo associação direta e causal entre fascismo e italianidade, onde um não pode aparecer desassociado de outro, uma das principais características da ação de Mussolini para com os italianos no exterior.

Outras cerimônias em que a temática fascista estava envolvida também parecem ter a sede da sociedade como lugar de celebração, como no caso da homenagem prestada a Italo Balbo em razão de sua façanha aérea, cruzando o Oceano Atlântico. Em longa reportagem publicada no periódico *O Momento*²³, pode-se observar a inauguração do retrato de Balbo, missa solene, sessão cívica no Teatro Central, “*perante uma assistência calculada em cerca de duas mil pessoas*”, e, finalmente, um baile de encerramento do longo dia de festividades, que tomou lugar na sede da associação.

Escola Ítalo-Brasileira

Nas páginas da imprensa local é possível identificar a relação do fascismo com a educação na Escola Ítalo-Brasileira, também chamada de Escola Príncipe de Piemonte. Localizava-se no mesmo edifício onde estava instalada a Escola Complementar, na Rua Pinheiro Machado, nº 2295, em Caxias²⁴. A instituição aparece ligada, muitas vezes, à Sociedade *Principe di Napoli*, exercendo parte de suas atividades em sua sede. É importante lembrar que a Sociedade *Principe di Napoli* já

²³ *O Momento*, 28 ago. 1933, p. 2.

²⁴ *Il Giornale dell'Agricoltore*, 20 ago. 1936, p. 5.

gerenciava uma escola própria há décadas. Porém, a fundação da Escola Ítalo-Brasileira parece estar mais atrelada à iniciativa de dispor ao Estado fascista italiano uma instituição de ensino deliberadamente ligada ao fascismo e ideologicamente orientada por ele. A presença constante de agentes consulares em festividades da escola sugere também ligação com o consulado italiano de Porto Alegre, sendo, ao que tudo indica, a Escola Ítalo-Brasileira o estabelecimento de ensino de Caxias sob tutoria do órgão consular mencionado pelo encarregado dos serviços de nacionalização, em relatório a Coelho de Souza, então secretário estadual da educação, em 1939 (apud LUCHESE, 2013, p. 13).

A inauguração da escola se dá no dia 23 de agosto de 1936:

A Escola Italo-Brasileira

Inaugurou-se, domingo, este estabelecimento de Ensino

Perante o mundo oficial de Caxias e da elite social, realizou-se, domingo ultimo, a cerimonia de inauguração do “Colegio Italo-Brasileiro”, insituição de ensino primario graças ao nobre interesse do sr. Consul Geral da Italia, acreditado junto ao nosso governo, Comendador Guglielmo Barbarisi que secundado de um punhado de cidadãos presenteou esta cidade com esse estabelecimento, tão significativo para as duas Patrias amigas.

(...)

Cortou a fita simbolisante do acto inaugural a exma sra d. Rosalia Eberle Perrone, falando apòs, com muita precisão o dr. Romulo Carbone, que proferiu patriotico improviso, entrecortado, seguidamente, de justos e merecidos aplausos.²⁵

Após o cerimonial, o banquete foi realizado no salão de honra da Sociedade *Principe di Napoli*.

Como mostra a notícia, a escola foi um estabelecimento de ensino primário, voltado apenas para a educação inicial, característica da maior parte das escolas étnicas italianas da região. Depoimentos colhidos por Loraine Slomp Giron (1994, p. 101-2) indicam que o ensino, além de ser voltado à língua italiana, procurava abarcar também cantos, símbolos e ideologias fascistas. Os conteúdos ensinados poderiam ser facilmente

²⁵ *Il Giornale dell'Agricoltore*, 27 ago. 1936, p. 5.

considerados impróprios à realidade local, pois somente aprendia-se a história e a geografia da Itália, bem como noções de disciplina, hierarquia e culto ao fascismo. O objetivo do ensino estava voltado quase que totalmente ao viés ideológico. O material didático utilizado era proveniente da Itália e produzido pelo próprio governo de Mussolini, com a finalidade explícita de divulgação de valores e ideais fascistas (ver LUCHESE, 2013).

A Escola Italo-Brasileira, a exemplo da Sociedade *Principe di Napoli*, também parecia ter um calendário festivo próprio, no qual as datas importantes da Itália e do governo fascista eram celebradas. Um relato das comemorações da Marcha sobre Roma do ano de 1937 e das atividades desenvolvidas pelos alunos podem ser acompanhados pelo jornal *O Momento*:

Marcha sobre Roma

Foi comemorado com grande pompa, no Colégio Italo-Brasileiro, o decimo quinto aniversario da Marcha sobre Roma. No dia 28 de Outubro, ás 10 horas da manhã, realizou se uma sessão civico-patriotica, iniciativa digna de se resalvar, por parte do prof. Aniélo Calabresi, diretor daquele curso, achando se presentes por essa ocasião, o sr. cav. dr. Vicente Bornancini, secretario do Facio, sr. Angelo Mazzer, representando o agente consular, e a sra. d. Rosalia Eberle Perroni, secretaria do Facio Feminino, alem de diversos elementos representativos da nossa sociedade, como inúmeras diretoras e professoras de Grupos Escolares. Notava-se também a presença de distintas damas da alta sociedade de Caxias. Logo no inicio da sessão, um grupo de alunos do Colegio Italo-Brasileiro, ofereceu lindos boques de flores aos componentes da mesa, sr. secretario do Facio sr. agente consular e sra. secretaria do Facio Feminino, como tributo de gratidão pela sua presença ao ato. A seguir foram dados vivas ao Brasil e á Itália e entoados pelos presentes e por todos os alunos, os hinos nacionais do Brasil e da Itália.

(...)

Houve a seguir uma galharda hora de arte. por parte de todos os alunos do Colégio, os quaes, declamaram lindas poesias referentes a cerimonia.

A seguir o Prof. Calabresi convida a todos para decerem ao pateo, afim de assistirem uma hora de Ginastica de todos os alunos.

Tivemos então, oportunidade de apreciar o quanto são disciplinados e bem educados alunos do Colégio Ítalo Brasileiro que, nesta Ginástica, mereceram fartos aplausos de todos.²⁶

A ligação com o *fascio* pode ser facilmente observada aqui. Além disso, parte importante do evento é consagrado à ginástica, ligada diretamente à disciplina e a boa educação. Embora não esteja explícito aqui, a ginástica e a educação física, no governo de Mussolini, foram relacionadas com a educação militar. Esses exercícios tinham o intuito de desenvolver maior elegância e precisão nos movimentos, aprimorando assim a coordenação motora, a força, a postura na marcha militar e o manejo em armas. Assim, podia-se atingir um domínio do corpo importante para a execução de gestos de guerra. (ROSA, 2009, p. 628)

A Escola Ítalo-Brasileira não obteve, ao que tudo indica, grande ressonância junto à população, principalmente em virtude do baixo número de alunos e da efemeridade de sua experiência. As poucas menções das atividades da escola na imprensa local são reflexo dessa tímida ressonância junto à sociedade em geral. No entanto, foi mais uma investida do fascismo na região em que o uso de festividades e celebrações também direcionou-se à exaltação da pátria italiana fascista, buscando o ideal de comunhão e unidade entre peninsulares e italianos no exterior.

Considerações finais

O uso político de festividades, comemorações e celebrações fica bastante evidente, como exposto ao longo do trabalho. A tentativa de capitalizar a coletividade de origem italiana senão para a adesão política em si, mas para uma visão positiva e idealizada do fascismo e da Nova Itália por ele construída, bem como uma noção de pertencimento a essa pátria renovada é pujante nos relatos colhidos da imprensa da época. O uso de rituais, celebrações e o culto ao *Duce*, características fundamentais do fascismo italiano, que postulava a si mesmo como uma “religião civil”

²⁶ *O Momento*, 1º nov. 1937, p. 1.

(GENTILE. 1994), são reproduzidas, ao menos em parte, na experiência fascista posta em prática no município de Caxias.

É importante, por fim, ressaltar o caráter urbano dessas celebrações. As associações e escolas utilizadas pelo fascismo localizavam-se, geograficamente, no espaço urbano, que excluía a participação da maior parte da população, situada na área rural do município de Caxias. Isso pode ser considerado um dos motivos para a baixa adesão ao fascismo entre agricultores de origem italiana da região, apesar da “simpatia generalizada pelo fascismo [que] atingiu a coletividade italiana do Rio Grande do Sul como um todo, envolvendo igualmente a zona urbana e a rural” (BERTONHA, 2001, p. 225).

Outras manifestações são bastante características da intenção do fascismo em reatar os laços entre os imigrantes e sua pátria de origem, principalmente quando da mobilização em virtude da guerra ítalo-abissínia, onde a capitalização dessa força converteu-se em ajuda financeira à Itália em guerra. Porém, principalmente nas celebrações de efemérides, como a Marcha sobre Roma, ou nas homenagens a grandes personalidades e feitos da Itália fascista, pode-se observar uma continuidade no ideal de divulgação do fascismo entre italianos e seus descendentes e uma (re)construção de sua identidade ligada à pátria italiana, e por, conseguinte, ao fascismo. Nesse sentido, a identidade italiana ganhava também um aspecto político, ligada à ideologia fascista.

Referências

BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIV, n. 2, p. 247-268, 1998.

_____. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BENEDUZI, Luís Fernando. Uma aliança pela pátria: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. *Dimensões*, Vitória-ES, v. 26, p.89-112, 2011.

BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1992.

_____. O fascismo extra-europeu: o caso do integralismo no Rio Grande do Sul. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 321-346.

CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

DE CAPRARIIS, Luca. “Fascism for export”? The rise and eclipse of the Fasci Italiani All’Estero’. *Journal of Contemporary History*, [New York], v. 35, n. 2, p. 151-183, 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, dezembro de 1995, n. 13.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. A comemoração do 21 de abril: o cenário do jogo político (1930-1960). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.437-486, jan./dez., 2005.

GARDELIN, Mário. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST, 1988.

GENTILE, Emilio. *Il culto del Littorio: la sacralizzazione della politica nell’Italia fascista*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

HEREDIA; Vânia Beatriz Merlotti; MACHADO, Maria Abel. *Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCHESE, Terciane Ângela. Difundindo ideais fascistas através de manuais didáticos: os ‘italianos no exterior’ e suas escolas (1922 – 1938). In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 27., 2013, Natal. Anais... . [natal]: ANPUH, 2013. p. 1 – 18.

PISTORELLO, Daniela. “*Os homens somos nós...*”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. 2001. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, PUCRS, Porto Alegre, 2001.

ROSA, Cristina Souza da. Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009.

SOCIETÀ ITALIANA DI MUTUO SOCORRO PRÍNCIPE DI NAPOLI. *Statuto della Società Italiana di M. S. Principe di Napoli*. Caxias do Sul, RS: [s.n.], [1933].

CAPÍTULO VIII – FAMÍLIA, GÊNERO E CLASSE

A PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DE FRIEDA D. KLOS EM PANAMBI – RS NAS DÉCADAS DE 1930-1940

Carmem Adriane Ribeiro*

Desde o surgimento da fotografia, as mulheres desempenharam papel significativo, “trabalhando com seus maridos, copiando negativos e, naturalmente tirando fotos. Já em 1900, haviam mais de sete mil fotógrafas no Reino Unido e nos Estados Unidos” (HACKING, 2012, p. 124). O trabalho das mulheres era anunciado por estúdios fotográficos que disponibilizavam “operadoras do sexo feminino” para as mulheres que preferiam ser fotografadas por outra mulher, pois a pose poderia envolver contato físico.

Um exemplo que Juliet Hacking cita é o de Marie Lydie Cabanis (1837-1918), que trabalhava no estúdio fundado com o marido Félix Bonfils (1831-1885), denominado *La Maison Bonfils*. Enquanto, o marido viajava fotografando as paisagens e a arquitetura no Oriente Médio, ela atendia no estúdio. “Na França, Geneviève Disdéri (c. 1817-1878) administrava estúdios fotográficos independentemente de seu marido em Brest, sua cidade natal, e mais tarde em Paris” (HACKING, 2012, p. 124). É provável que houvessem muitas outras mulheres fotógrafas que trabalhavam com os maridos em estúdios fotográficos, porém, geralmente, não eram reconhecidas como profissionais, apenas como ajudantes.

O anonimato das fotógrafas e fotógrafos do século XIX, ocorria mesmo quando o estúdio “levava o nome do fotógrafo. Salvo quando esse assinava os exemplares, ocorrência menos frequente, o nome do estúdio operava como uma marca que continuava a ser usada mesmo após esse

* Doutoranda em História (PUCRS), Bolsista Capes.

ter sido vendido ou o proprietário ter falecido” (MICHELON, 2008, p. 70). Este anonimato continuou nas primeiras décadas do século XX, momento em que a autoria começa a ser requisitada. Isso, geralmente, ocorria quando o estúdio ou o fotógrafo eram famosos pela produção de fotografias com valor estético singular que equivalia ao trabalho artístico. Estas fotografias tinham um valor mais alto e levavam a assinatura do fotógrafo ou o carimbo do estúdio, sendo frequentados por clientes de níveis econômicos e sociais mais altos.

Também no século XIX, várias mulheres se dedicaram de forma amadora à fotografia, o que não significa menor qualidade, mas sim, que elas não obtinham rendimentos financeiros e tinham liberdade para se expressar artisticamente. Exemplos deste período foram Julia Margarete Cameron (1815-1879) e Lady Clementina Hawarden (1822-1865).

As mulheres influenciaram na forma como a fotografia foi recebida e consumida na sociedade, normalmente eram elas que se preocupavam em exibir status, porque os álbuns fotográficos revelavam o grupo social a que pertenciam, ou, ao qual aspiravam fazer parte. Mulheres da alta sociedade britânica utilizaram fotografias para montar álbuns a partir de desenhos, recortes de fotografias e colagens. Utilizando a técnica da fotocoloragem, elas questionavam o “realismo” da fotografia e os conceitos em voga. Assim, as mulheres que estavam envolvidas com a iconografia visual, como produtoras das imagens – fotógrafas e artistas – ou consumidoras – colecionadoras de fotografias e responsáveis pela confecção e organização dos álbuns fotográficos familiares –, contribuíram para a difusão imagética.

Entre os principais acontecimentos no período de 1857 a 1897 estão:

1857 – A crítica de arte Elisabeth Eastlake publica seu artigo sobre fotografia no jornal *Quarterly Review*. Ela observa que muitas mulheres praticam a nova atividade (...) 1860 – A Rainha Vitória começa a colecionar álbuns de cartes de visite. Ao criar álbuns desse tipo, as mulheres da aristocracia ajudam a difundir a cultura fotográfica. 1861 – O senso britânico lista 168 fotógrafas e assistentes do sexo feminino. O número aumentaria para 694 em 1871. (...) 1865 – Julia Margaret Cameron realiza uma exposição individual na galeria de Colnaghi, o prestigioso *marchand* de belas-artes londrino. 1888 – Reconhecendo o aumento do interesse

das mulheres pela fotografia, a Kodak oferece câmeras e serviços de revelação para mães e ‘novas mulheres’. (...) 1896 – Gertrude Käsebler (1852-1934) exhibe suas fotografias pictorialistas no Boston Camera Club, abrindo em seguida um estúdio em Nova York (HACKING, 2012, p. 124-125).

Observa-se que, no contexto mundial, as mulheres estavam participando da produção das denominadas imagens técnicas, algumas como fotógrafas profissionais, outras como amadoras, algumas premiadas, outras participantes ativas dos salões de fotografia, outras anônimas. No Brasil, há uma realidade que difere do contexto mundial no século XIX, isto não significa que as mulheres não estavam trabalhando nos estúdios fotográficos, que não estavam “ajudando” pais, esposos ou irmãos, elas estavam atuando, mas de forma anônima – sob a sombra dos nomes dos estúdios – e, por muito tempo, não foram mencionadas nos livros de história da fotografia. Como argumentam Francisca Ferreira Michelin e Marisa Gonçalves Beal:

muito possivelmente não tenham sido tão poucas, algumas, conhecidas, assumiram-se diante do mercado como profissionais, a maioria não. E dentre a maioria, muitas, pode-se supor, não se consideravam fotógrafas. Talvez fizessem fotografia como as suas contemporâneas tecessem nas máquinas das fábricas de tecido ou como tantas outras realizassem qualquer atividade da qual não reconheciam o produto como feito por suas mãos (...) tarefas sem importância para a qual recebiam algum dinheiro, quem sabe, indispensável para o sustento dos seus (MICHELON, 2008, p. 67-68).

Assim, no início do século XX, as mulheres já realizavam serviços de laboratório, acabamento e fotopintura. Como exemplo de atuação profissional pode ser mencionada Gioconda Rizzo, considerada a primeira mulher a ter a autoria de seus trabalhos reconhecida. Ela era filha de um fotógrafo italiano – Michelle Rizzo – proprietário do Ateliê Rizzo¹, localizado em São Paulo².

¹ Também denominado *Rizzo Photographia Central*.

² De acordo com André Lima, a fotógrafa atendia no Ateliê Rizzo principalmente as mulheres e as crianças, se especializando mais nas fotos femininas. Ela era

No contexto de imigração e colonização do sul do Brasil, instala-se na colônia Neu-Württemberg o imigrante Adam Wilhelm Klos, natural de Schwabenheim, estado de Hessen, região dos vinhedos, na Alemanha. Começou a trabalhar como assistente em um estúdio fotográfico, ainda na Alemanha, em 1906, e, em 1907, “assistiu, na condição de aprendiz/ouvinte, um curso de formação profissional, com especialização para retoque de negativo, pagando DM \$ 1,00 (um marco alemão) por hora/aula” (KLOS, 2008, p. 1).

Ele chegou na colônia Neu-Württemberg em 31 de janeiro de 1913, inicialmente, trabalhou com o irmão Phillip Klos, que já estava “estabelecido no ramo de cervejaria. Animado pelo irmão e pelas recentes amizades, clicou a primeira foto, em terras brasileiras, no dia 20 de fevereiro, utilizando uma câmera 18 X 24 cm, com negativo em lâmina de vidro” (KLOS, 2008, p. 1). Em 27 de setembro de 1913, Adam Klos fundou o estúdio Foto Klos, iniciou as atividades em uma propriedade alugada, sob a denominação *Atelier Fotográfico*. O estúdio estava localizado no município de Panambi, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em 1919, passou a funcionar em um imóvel da família, situado onde atualmente é a Rua Gaspar Martins; na época região de relações industriais, comerciais e de serviços, conhecido como centro da colônia. Atualmente o Foto Klos funciona neste mesmo endereço.

Adam Klos tinha o desejo de voltar para a Alemanha, porém, “quando estourou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, ele não pode mais voltar” (HINNAH, 1999, p. 25). Além de não poder retornar para a Alemanha, o fotógrafo passava por dificuldades financeiras, pois o número de famílias na colônia ainda era pequeno e a maioria não possuía poder aquisitivo para comprar ou investir em retratos. Neste período,

muito procurada pelas mulheres, assim, o pai fundou o ateliê *PhotoFemina* que funcionou entre 1914 e 1916, porém Gioconda foi “obrigada a fechá-lo porque seu irmão mais velho, Vicente, estudante de medicina, um dia visitou o estúdio e percebeu que algumas clientes eram cortesãs francesas e polonesas, muito comuns em São Paulo”. Em uma sociedade tradicional e rígida, ela precisou voltar a trabalhar com o pai no Ateliê Rizzo. Para ver mais informações: LIMA, André. *O retrato da ousadia*. Portal Photos – o seu Portal de Fotografia, 26 março 2004. Disponível em: <<http://photos.uol.com.br>>.

Hermann Faulhaber (diretor da Colônia e Administrador da Colonizadora) o convidou a prestar serviços para a Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer. Adam Klos passou, então, a ser o seu fotógrafo oficial e o responsável pelos registros imagéticos do desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, contribuindo para a construção de sua auto-imagem. Porém, na década de 1930, Adam Klos passou a dedicar-se a outras atividades, como o conserto de relógios e obras de arte visual³.

O estúdio, desde o início funcionou em anexo à residência, o que permitiu que o fotógrafo Adam Klos contasse com o auxílio da esposa Frieda Doeth Klos nas atividades da empresa. Frieda Doeth Klos nasceu em 05 de junho de 1897, natural deste estado, filha de José Doeth e Henriqueta Doeth. Casou com 18 anos de idade, no dia 27 de novembro de 1915 com Adão Guilherme Klos⁴ no 4º Distrito de Cruz Alta (RS), na sede da Colônia Neu-Württemberg (atual município de Panambi). O casal teve três filhos: KunibertLudolphKlos (nascido em 01/08/1920), Ottmar Sigismundo Klos (nascido em 27/11/1925) e Etor Ludwig HarmuthKlos (nascido em 15/06/1930). De acordo com a certidão de casamento e as certidões de nascimento dos filhos, a profissão dela era de “afazeres domésticos”, como a maioria das mulheres neste período. Porém na prática, além das atividades domésticas ela também desempenhava atividades no estúdio fotográfico, inclusive assumindo como fotógrafa enquanto Adam Klos se afasta destas atividades.

³ No ano de 1935 foi vencedor do concurso de trabalhos manuais, “na exposição destinada a obras da arte visual, alusiva ao 1º. Centenário da Revolução Farroupilha – 1.835 / 1.935, com a réplica, em miniatura, da Catedral Ulmer Münster, templo ecumênico localizado na cidade alemã de Ulm, situada à margem esquerda do rio Danúbio, Estado de Baden-Württemberg”(KLOS, 2008, p. 1), esta obra está exposta no Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann (Panambi-RS).

⁴ A grafia do nome do fotógrafo pode variar de acordo com as circunstâncias ou os documentos em que aparece – Adam WilhemKlos ou Adão Guilherme Klos – porém ambos os nomes se referem a mesma pessoa. Esta diferença na grafia se deve por ser um imigrante europeu e pela alteração de seu nome na chegada ao Brasil, assim em alguns documentos ou entrevistas com familiares aparece de forma diferente.

Para definir o período em que FriedaDoethKlos trabalhou como fotógrafa e responsável pelo estúdio, buscou-se comparar os tipos de letras presentes nos livros de registros do estúdio, alguns escritos em língua alemã, outros em língua portuguesa. Observa-se que a partir do mês de maio de 1935, os registros já eram realizados por ela, porém, este fator não é determinante, visto que em entrevistas realizadas com o fotógrafo OttmarKlos, ele salienta que a mãe auxiliava o pai (Adam Klos) e que ela aprendeu a profissão com o pai, o que significa que talvez possa ter realizado os registros antes de ser a fotógrafa responsável pelo estúdio. Mas, por outro lado, há de se refletir sobre a dedicação do fotógrafo Adam Klosà outras atividades, o que impossibilitava a dedicação em tempo integral ao estúdio fotográfico.

A partir disto, entende-se que Frieda Doeht Klos, já estava envolvida com as atividades do estúdio e já era responsável por este, provavelmente desde o início da década de 1930. Com a separaçãodo casal em 1936, ela assumiu definitivamente as atividades do estúdio e ficou residindo com os filhos na mesma casa anexa ao estúdio. Adam Klos passou um breve período na localidade vizinha, atual município de Condor (RS), mas voltou a residir em Panambi em outro endereço.

O desquite amigável foi homologado em 1943.É provável que o nome da fotógrafa não apareça na documentação do estúdio e nem a profissão seja mencionada porque neste período ainda era seguido o Código Civil de 1916, que foi alterado apenas na década de 1960.

Pelo Código Civil de 1916

(...) a mulher ao casar perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, como os índios, os pródigos e os menores.

Para trabalhar precisava da autorização do marido.A família se identificava pelo nome do varão, sendo a mulher obrigada a adotar os apelidos do marido. O casamento era indissolúvel. Só havia o desquite – significando não quites, em débito para com a sociedade – que rompia a sociedade conjugal, mas não dissolvia o casamento. (DIAS, 2014, p. 1).

O Código Civil não impedia a mulher de trabalhar, mas condicionava à vontade do esposo, que no caso de FriedaKlos não houve impedimentos, pois o trabalho era realizado em paralelo às atividades domésticas, o que era facilitado pela proximidade do estúdio e da

residência. Assim como também era definido pelo Código Civil, ela não alterou o sobrenome.

Após o desquite amigável, tendo consigo dois filhos menores (Ottmar com mais ou menos 12 anos de idade e Etor com idade aproximada de 7 anos), precisou dar continuidade aos trabalhos fotográficos no estúdio. Porém, necessitou do auxílio do filho Ottmar, que desde muito jovem, ajudou no transporte de equipamentos (câmeras, tripés) e nos processos laboratoriais de revelação e ampliação dos negativos e das fotografias. Após este retornar do Serviço Militar e ter alcançado a maioridade, assumiu como responsável legal pelo estúdio no ano de 1948.

Portanto, no período de 1936 a 1948, Frieda Doeth Klos prosseguiu com as atividades do estúdio, após a separação do casal. Ela aprendeu o ofício e auxiliou Adam por vários anos, adquirindo experiência e conhecimento dos processos de revelação e produção das fotos. Faz-se aqui uma observação relevante: a presença da mulher no mercado de trabalho em um período em que a maioria dos profissionais que trabalhavam com fotografias eram homens.

Observa-se que, legalmente, a fotógrafa não aparece na documentação do estúdio, o que torna a situação complexa para ser analisada, pois questões sociais, econômicas, culturais e de gênero estão envolvidas. Neste período, o município de Panambi ainda era uma colônia de empreendimento particular, com objetivos claros de ser uma colônia alemã, que valorizava o trabalho, a educação e a religiosidade. Assim, uma mulher com nível de escolaridade baixo, que aprendeu a profissão na prática do estúdio sem frequentar cursos, que precisava sustentar a família pode ser vista com desconfiança pela sociedade local, pois além de estar exercendo uma atividade considerada masculina (domínios das tecnologias e dos químicos), ainda era desquitada, outro fator pouco comum na época.

Ao analisar os livros de registros do estúdio, verificou-se que a quantidade de fotos não diminuiu no período em que Frieda esteve à frente dos negócios. Observou-se que mesmo famílias que teriam condições financeiras de se dirigir a localidades vizinhas como Ijuí (Atelier Beck, de propriedade da família Beck) ou Cruz Alta, onde haviam diversos estúdios fotográficos, não o faziam. É provável que não

se dirigissem a Ijuí pela distância, e nem a Cruz Alta porque a maioria da população da colônia falava em língua alemã, o que dificultaria o contato com esses estúdios. Assim, mesmo sendo mulher e desquitada, a fotógrafa Frieda Klos se beneficiou por ser teuto-brasileira e conseguir se comunicar claramente com a população.

As autoras Francisca Ferreira Michelin e Marisa Gonçalves Beal em suas reflexões defendem que “a fotografia desde cedo ofereceu um campo de trabalho para as mulheres, especialmente, quando o retrato passou a ser uma demanda das famílias, e que esse campo se configurava sobre o anonimato associado ao trabalho em casa” (MICHELON, 2008, p. 68). Mesmo esta sendo uma atividade remunerada, nem sempre a mulher era declarada como profissional.

Neste sentido, nas décadas de 1930 e 1940, a fotógrafa abordada neste trabalho de pesquisa – FriedaDoethKlos – também ficou no anonimato através do nome do estúdio – Estúdio Adão W. Klos –, mesmo após o desquiteamigável e o afastamento do fotógrafo que emprestava o nome ao estúdio. No entanto, a tradição do estúdio que havia sido fundado em 1913, aliado à facilidade de comunicação da fotógrafa com os consumidores por falar a língua alemã, deve ter motivado os clientes a continuarem a produzir os retratos de família, individuais e de eventos com a fotógrafa. Mesmo sem o reconhecimento profissional, ela garantiu a permanência do estabelecimento na economia local e o sustento da família. E se por um lado ela está no anonimato em relação à documentação do estúdio, por outro lado ela é lembrada por alguns entrevistados da comunidade local, o que demonstra que havia reconhecimento social pela sua atuação.

Sobre a produção fotográfica de FriedaDoethKlos nas décadas de 1930 e 1940, nesta etapa da pesquisa, é possível afirmar que há uma recorrência de poses, cenários e temas. Além do cenário, havia, no estúdio, o *quartinho para se arrumar*⁵, o qual dispunha de algumas vestimentas, sapatos, enfeites para cabelo, colares e brincos para os

⁵ Espaço reservado para os clientes se arrumarem para a produção das fotografias. No século XIX este espaço era encontrado com frequência nos estúdios fotográficos.

clientes, o que demonstra que existia o desejo de uma *representação do que gostaria de ser*, de uma representação que Miriam Moreira Leite denomina *família virtual*.

Com a difusão e a popularidade da fotografia no século XX, a demanda por este tipo de imagem aumentou consideravelmente. Mas, apesar da evolução das condições técnicas, a maioria das fotografias foi produzida no estúdio. O fotógrafo Otmar Klos, filho de Frieda, relatou, em entrevista, que as condições de iluminação eram melhores e o cenário era preparado. Também comentou que, em alguns sábados, eram fotografados até dez casamentos no mesmo dia. Isso era possível por ser realizado em estúdio, já que não teria como se deslocar para cada casamento, bem como a fotógrafa precisaria de mais gente trabalhando para transportar e montar os equipamentos em outros ambientes. A demanda acentuada de fotografias é justificada, por ser o Estúdio Foto Klos o único em Panambi por um longo período. Era comum, na época, os noivos casarem na igreja e depois se dirigirem ao estúdio para “tirar as fotos”. De acordo com Miriam Moreira Leite, “tirar um retrato implica a extração da imagem, separando-a do objeto retratado” (LEITE, 2001, p. 77).

A recorrência de cenários, tapetes e planos de fundos neutros na produção da maioria das imagens, demonstra a necessidade de um espaço versátil, que possibilitasse que os mesmos fossem utilizados para diversos tipos de fotografias, como: casamentos, crianças, retratos individuais ou grupos. Nas imagens abaixo – figuras 1 à 4 – é possível visualizar essas recorrências, em que o mesmo plano de fundo está presente, ou o banco utilizado nas figuras 3 e 4. As disposições dos móveis envolvidos na cena variam muito pouco e os retratados geralmente estão com uma das mãos apoiadas em algum móvel ou em outra pessoa. As flores naturais ou artificiais compõem os cenários das fotografias, especialmente, nas de ritos religiosos (batizados, confirmação, primeira eucaristia, crisma e casamentos).

Pela interpretação dos dados nos livros de registros do estúdio das décadas de 1930 e 1940, o mês de agosto era o que havia menor produção fotográfica. Reflexo da crença popular, de que “agosto é o mês do desgosto”, e em função disto, eram evitadas as festividades, principalmente, casamentos, assim como fotografias. Porém, nos meses

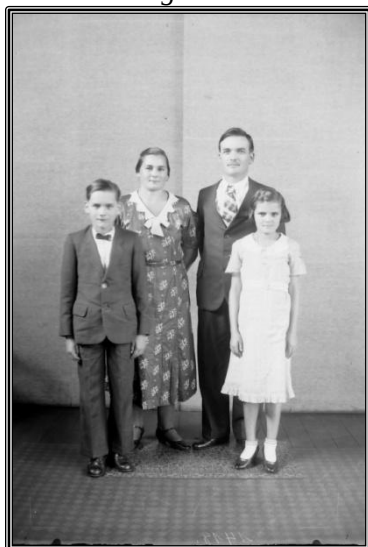
de julho e setembro, havia uma quantidade significativa de fotografias e festividades. Observou-se também que nos meses de setembro a dezembro de 1942, houve uma queda considerável no trabalho do estúdio e a média que, até então, era de 15 clientes por mês foi reduzida para oito. A partir de janeiro de 1943, a média girou entorno de 10 clientes, tendo como destaque o mês de maio de 1943, com 75 clientes. Em janeiro de 1944 foram totalizados 95 registros, porque além das imagens de casamentos, foram produzidas muitas fotografias de famílias e retratos individuais ou grupos. Foi possível notar que nos meses em que havia mais fotos de casamentos com cenários ornamentados, foram aqueles em que tinha produção de flores, visto que a decoração frequentemente era feita pela própria noiva ou pela família.

Figura 1



Data: 16/09/1943. Tamanho: 6 x 9.
Número do Negativo: 3260. Acervo: Foto Klos

Figura 2



Data: 24/05/1939. Tamanho: 13 x 18
Número do Negativo: 1418. Acervo: Foto Klos

Figura 3



Data: 14/05/1939. Tamanho: 13 x 18
Número do Negativo: 1414. Acervo: Foto Klos

Figura 4



Data: 02/08/1943. Tamanho: 6 x 9
Número do Negativo: 3243. Acervo: Foto Klos

A partir do que foi apresentado, assinala-se que a presença da fotógrafa foi fundamental para a continuidade do estúdio fotográfico que permanece funcionando até os dias atuais, com a terceira geração de fotógrafos, com o neto de Frieda: André Klos. Assim, como, contribuiu de forma significativa para o registro fotográfico da sociedade local e regional, visto que por longo período foi o único estúdio estabelecido em Panambi. Refletir através da visualidade das imagens fotográficas e da invisibilidade social da fotógrafa é instigante, na medida em que, além de sua letra nos livros de registros e das memórias do filho e do neto, não há registro documental de seu trabalho em seu nome. Ela permaneceu na administração do estúdio até 1948, momento em que Ottmar Klos assumiu como fotógrafo e administrador da empresa, porém, Frieda continuou atuando na mesma.

As mulheres encontraram menor restrição para atuarem na fotografia de estúdio, pela característica de pequena empresa familiar, do que em outras áreas profissionais. Assim, o ramo fotográfico foi uma das áreas de atuação em que as mulheres não encontraram barreiras. Elas foram aprendendo o ofício no cotidiano dos estúdios com pais, esposos

ou mães. Desde o início da fotografia tiveram participação ativa. Porém, isto não significa que as mulheres foram reconhecidas, socialmente, como profissionais. A maioria delas trabalhou de forma anônima, foi ocultada pelo nome do estúdio ou do fotógrafo, não teve seu nome mencionado na participação das empresas, ou foi considerada como uma “ajudante”. Entende-se que isto ocorreu em grande escala, porque os estúdios fotográficos, assim como o Foto Klos, eram vinculados às residências dos proprietários, o que permitia um trânsito livre entre a casa e o estúdio, e devido à proximidade entre os espaços privados e públicos, as mulheres transitavam entre eles com tranquilidade. Outro fator que facilitou a atuação feminina foi o atendimento a clientes do sexo feminino e a produção de fotografias de família. As fotógrafas teriam mais aptidão para ingressar neste universo da intimidade (o toque necessário para arrumar a pose) e do âmbito privado, visto que algumas fotografias foram produzidas nas residências das famílias.

Bibliografia

DIAS, Maria Berenice. *A mulher no Código Civil*. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br>>. Acesso em: março 2014.

HACKING, Juliet (editora geral). *Tudo sobre fotografia*. Trad. Fabiano Moraes, Fernanda Abreu e Ivo Korytowski. Rio de Janeiro (RJ): Sextante, 2012.

HINNAH, Denise. *Ser retratista em Panambi*. História oral de vida. Ijuí, 1999. Monografia [Graduação em História]. UNIJUÍ, 1999.

KLOS, André Dieter. *Foto Klos – 95 anos – A História de uma família na fotografia em Panambi: 27 de setembro de 1.913 – 2.008*, p. 1. (Texto digitado, não foi publicado).

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2001.

LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica pimenta; PESAVENTO, SandraJatahy. [Orgs.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. *Tempo*, Departamento de História – UFF, Rio de Janeiro, 7 Letras, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MICHELON, Francisca Ferreira; BEAL, Marisa Gonçalves. Lembrar do tempo através dos olhos das mulheres: memória da fotografia em histórias de fotógrafas. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira. *Fotografia e memória: ensaios*. Pelotas (RS): UFPel, 2008.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnicoparticular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre (RS), 2009. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2009.

DO LUXO DA FAZENDA À LUXÚRIA DO CABARÉ: TRAJETÓRIA DE UMA ESCRITORA PIANISTA DONA DE UMA CASA DE MULHERES

Elizete Carmen Ferrari Balbinot*

Resumo: A presente comunicação objetiva analisar a trajetória de vida de uma mulher escritora e pianista da década de 20 do século passado, em São Paulo. Ela pertencia a uma família da elite cafeeira e recebeu esmerada educação francesa, mas com a morte de seus genitores teve que experimentar a mudança brusca de *status* socioeconômico sendo, após, internada em um orfanato. Mais tarde denunciou, por meio de seus registros diários, a educação ministrada no mesmo, responsabilizando-o pela “marginalização” da mulher. Educação, essa, que a impediu de expressar seus sentimentos, pois a estigmatização ao sexo feminino era reforçada por vários discursos. O presente trabalho divide-se em dois momentos: o primeiro procura contextualizar o projeto de modernização do modelo de “ordem e progresso” do discurso republicano, principalmente no que diz respeito à higienização e normatização das relações amorosas, afetivas e sexuais. E, em um segundo momento, pretende-se acompanhar a trajetória dessa órfã, a qual se transformou em uma pianista de sotaque paulista e hábitos franceses, e que transitou entre a região sudeste e sul do Brasil, no período de 1900 a 1950.

Palavras-chave: Mulher, Cabaré, Diários, Educação.

Acredita-se que nem todos os segmentos socioculturais conseguiram assimilar as mudanças que estavam sendo processadas no Brasil na virada do século XX, quando foi implantado o novo regime republicano de “ordem e progresso”, defensor da relativa igualdade e liberdade para a sociedade. Por meio de discursos plurais, principalmente no que tange a explicação das desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero a ordem republicana destacava a hierarquia social cuja

* Mestre em História pela UNISINOS. Atualmente, atua no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid-UCS.

diferenciação dependia da assimilação dos valores do projeto modernizador que era anunciado.

A Proclamação da República do Brasil, em 1889 previa a necessidade de mudanças modernizantes que iriam intervir na identidade da sociedade brasileira. A (re)construção da identidade, também atingia a vida privada, pois conforme Elias Thomé Saliba (1998, p. 290), “encontrava-se aí num limiar de difícil definição, pois parecia se situar, para todos os brasileiros livres, ou recém-libertos, num ponto de interseção de experiências vividas com expectativas de experiências futuras”. A nova ordem política interviu na elaboração de uma consistente esfera pública que demonstrou rejeição ao comportamento e hábitos “rotineiros” que a sociedade, até então, conduzia suas práticas cotidianas. Segundo Nicolau Sevcenko (1998), passou-se a incentivar a “expansão da imprensa [e] das oportunidades de convívio cultural”. No novo contexto o acesso à cultura estava limitado ao grupo que usufruía de maior visibilidade, o que ajudou com que se “agudizassem os sentidos e valores associados ao desfrute de experiências de privacidade”. (SEVCENKO, 1998, p. 30).

Embora sendo um discurso intelectualizado proporcionado pelos contatos e/ou vivências internacionais que idealizavam profundas transformações da sociedade, a proposta republicana brasileira visou um projeto de modernização conservador que se mostrou “ansioso por cosmopolitismos” para a capital do Brasil, na época o Rio de Janeiro, “considerada a reprodutora do modelo da *Belle Époque*”. (SALIBA, 1998, p. 292).

A proposta de modernização, em curso no Rio de Janeiro encurtou as distâncias e aproximou-se de outras capitais e também de algumas cidades e ou das antigas províncias brasileiras, que aos poucos tiveram a possibilidade de transformar a antiga aparência paroquial por modos mais dinâmicos e cosmopolitas, bem como ajudou a acentuar a imaginação e as mudanças dos modelos de comportamentos da sociedade.

No bojo da modernização e urbanização brasileira parte da sociedade esforçava-se para divulgar e disseminar positivamente as mudanças e/ou conhecimento de um Brasil moderno, pois eram desejosos de integrá-lo a “uma forma definida no mundo ocidental”. (SALIBA,

1998, p. 296). Neste sentido, os meios jornalísticos e o rádio foram mecanismos utilizados, num primeiro momento, para tornar público parte do pensamento moderno que repudiava todos os elementos que lembrassem o retrógrado período da monarquia.

Entretanto, surgem também periódicos dirigidos ao público feminino, embora nem sempre, segundo Tânia de Luca (2012), produzidos por mulheres, mas aproveitavam para criticar o discurso da “conduta decente” propagados pelos promotores da “boa moral”. As revistas direcionadas ao público feminino, além das críticas ao modelo sociopolítico idealizado pela ordem República, também, serviam de entretenimento de cunho persuasivo. Conforme, De Luca (2012, p. 448), não estavam apenas imbrincadas de “marcas de emoção e da afetividade, (...) mas também de convencimento e mesmo imposição, apoiados em enunciados prescritivos e normativos, que ordenavam o que fazer e como fazer”.

Neste contexto, passou a circular em São Paulo, em 1914, o periódico intitulado *Revista Feminina*¹. A proposta da revista objetivava oferecer uma leitura “moral e sã” que contribuísse na “educação” da mulher, porém não no sentido de alertá-la para o desejo de liberdade e igualdade com o homem, um sonho acalentado por muitas há tempo. A revista, no que tange a educação feminina e/ou a sua formação profissional era direcionada a idealização do sucesso do denominado “lar doce lar”. Educação que servia para relativizar o discurso de algumas mulheres que consideravam o casamento e/ou as tarefas do lar como

¹ A *Revista Feminina* foi fundada por Virgilina de Souza Salles, em São Paulo no ano de 1914 e circulou até 1936. Salles a definia como sendo um periódico que “representa um gesto abnegado de altruísmo. Criamo-la pela necessidade premente de que se ressentia o nosso meio de uma leitura sã e moral e que, ao lado da parte recreativa e literária, colaborasse eficaz e diretamente na educação doméstica e na orientação do espírito feminino. Não tivemos, não temos e não teremos nenhuma pretensão descabida; nosso esforço é modesto e humilde; não pretende ensinar nem reformar; o que pretende é apenas colaborar, na medida de suas forças, para a educação feminina”. Disponível na biblioteca digital/hemeroteca da UNESP, por meio do link: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

sendo uma condição que lhes mantinham distantes do convívio social e, por conseguinte monetária e civilmente dependente do elemento masculino ou do sexo forte.

Nas páginas da *Revista Feminina* também se difundiam ideias e valores morais em harmonia com os apregoados pela Igreja Católica, aspecto devidamente salientado pela redação. O casamento e a modernidade eram tratados como os pontos culminantes da vida da mulher, razão mesma de sua existência, posicionamento bastante próximo ao adotado pela grande maioria das publicações que antecederam a revista. Ao mesmo tempo que se afezava à ordem e, pretendia orientar e colaborar para a sã educação feminina, a revista não deixava de acolher críticas aos crimes que vitimavam mulheres e declarações favoráveis à sua participação social mais ampla e ao direito ao voto. (DE LUCA, 2012, p. 452).

Vinculada a uma época em que beleza e saúde era uma preocupação presente na sociedade, a *Revista Feminina*, visava atingir principalmente a elite feminina. Entretanto, no que se referem à saúde, os médicos viram no periódico um meio de divulgação do discurso pedagógico de como alcançá-la. Afirmavam que a perfeita saúde seria “obtida e preservada por intermédio de hábitos adequados de higiene, vida disciplinada, cuidados com a alimentação, o corpo e a moradia, capazes de assegurar vigor físico, aparência saudável e evitar enfermidades”. (DE LUCA, 2012, p. 452). A propaganda pedagógica destes cuidados fez com que a revista passasse a divulgar em suas edições a importância do uso dos cosméticos e de alguns remédios/medicamentos. A presença constante destes produtos para atenderem as necessidades femininas, provavelmente, partiu da percepção da própria fundadora da revista. Virgelina adotou o pseudônimo de Ana Rita Malheiros e, em parceria com seu irmão Cláudio de Souza que era médico e escritor, tornou-se a principal autora da propagação do pensamento da revista. A articulista assumiu a missão de “expressar e compartilhar crenças, reivindicações, valorizando papéis tradicionais e modelos de conduta marcados pela submissão”. (LIMA, 2007, p. 238).

Em 1920, a *Revista Feminina*, demonstrava preocupação com a falta de educação feminina e apresentava-se como sendo defensora da mulher, considerando a aquisição da instrução como único meio da

mulher conseguir realizar o sonho de independência financeira e civil. Na edição de setembro de 1920, por meio do pseudônimo Chrysantême, ela afirmava “não é de elegância nem de danças, mas sim de instrução e de educação” que a mulher necessita para se libertar do pensamento defendido por uma sociedade movida por costumes que já estavam incomodando não somente a elas, mas também os homens cultos e atentos às mudanças sociais e culturais que chegavam de outros países, pois eles declaravam o desejo de implementar mudanças políticas e sociais no Brasil.

Na época o então Deputado Federal Basílio de Magalhães (1874-1957), também se manifestou favorável às reivindicações femininas, pois em 1925 afirmou, por meio da *Revista Feminina*, sua preocupação com o Brasil temendo que ele permanecesse por muito tempo ainda na condição de ser uma Nação retardatária e, diante da modernização que estava em curso, afirmava que “O dinamismo nas conquistas políticas é um fenômeno que assombra pela rapidez com que se manifesta entre os povos adiantados” (1925, p. 52). Assim, parte do inconformismo feminino ao conjunto de valores conservadores que insistia em se manter intacto, encontrava em um grupo de intelectuais masculinos respaldo aos seus anseios.

O pensamento conservador temia que a modernização desorganizasse a suposta harmonia da paisagem urbana e os modos apregoados de bem viver, uma vez que, o modelo de “ordem e progresso”, também necessitava de mão de obra composta pelos imigrantes, dos egressos da escravidão e do êxodo rural.

Em 1925, Basílio de Magalhães enviou a Câmara Federal um projeto defendendo o voto feminino quando afirmou que

O meu projeto concedendo à mulher o direito de sufrágio e a elegibilidade foi um ato de coerência em que propus o voto secreto e o voto obrigatório, e no qual sugeri o alistamento compulsório dos funcionários públicos. Ninguém ignora que há hoje, em nosso país, grande numero de mulheres empregadas em quase todas, senão em todas as repartições federais. Abandonem as mulheres esses postos ou vede-lhes a lei; deixem de exercer profissões liberais; não sejam mais as competentes, carinhosas e dedicadas mestras da infância, como são em todo o Brasil: — e eu pedirei

imediatamente a retirada do meu projeto. (MAGALHÃES, 1925, p. 52).

Seguindo a sua interpretação do modelo europeu o autor do projeto revelava que desejava tornar o sistema político brasileiro mais dinâmico, mas na mesma época muitos outros europeus também eram contrários às lutas e reivindicações femininas.

Neste sentido, a *Revista Feminina*, publicou em janeiro de 1925, um artigo que reproduziu parte do discurso do cirurgião W. Arbrithnot Lane onde ele afirmava que dos “lábios de Lene caíram abundantes e impiedosas, palavras, conceitos os mais tristes sobre a organização, moral e física, da mulher moderna – um ente mal nutrido, degenerado no tamanho e sexualmente imperfeito”. Sendo assim, evidencia-se a imparcialidade da revista, que ora se posicionava em defesa das lutas da mulher e ora mostrava-se adepta do discurso conservador.

Entre a civilidade e a orfandade

Procurando compreender a abrangência da civilidade feminina entendida pela obediência aos padrões higiênicos em relação à educação feminina optou-se em criar uma personagem fictícia de nome Verônica², uma paulista, que nasceu em 1º de outubro 1891. Verônica era filha do Advogado Brandão, um mineiro que contraiu matrimônio com a filha de uma bem sucedida família de cafeicultores da Região Sul de Minas Gerais. Após o casamento, o casal Brandão tiveram seis filhos, cinco do sexo feminino e um masculino. Quanto ao profissionalismo do pai, Verônica sempre teceu acalorados elogios, apresentando-o como um homem culto, dono de uma conceituada biblioteca, tendo a leitura como hábito e que, para justificar sua intelectualidade, recorria à máxima dizendo que “Quem quiser ter ideias novas, leia livros velhos”. O conhecimento adquirido pelas inúmeras leituras permitiu que seu profissionalismo fosse reconhecido por meio da sua nomeação para atuar

² Por questões éticas todos os nomes que envolvem a família Brandão foram preservados.

como Promotor em Mococa, São Paulo, bem como acendesse na política tornando-se Deputado Estadual.

Segundo Verônica, Brandão era um homem de gestos finos e delicados; um advogado com uma oratória brilhante e que costumava não realizar cobranças pelos seus honorários. Ele também era pouco afeito com a administração das fazendas que recebeu por herança, pois não conseguiu conservar seu patrimônio e, diante de sucessivos negócios mal sucedidos, sua fortuna e bens foram perdidos para um comissário de café da cidade de Santos. Brandão faleceu em 1907, época em que a sua fazenda estava na eminência de ter a penhorada executada.

Com a falência econômica da família as filhas mais velhas, Verônica e Mafalda foram residir com a avó materna em uma elegante residência localizada num bairro nobre da capital paulista. As irmãs receberam orientações de uma governanta estrangeira que ensinou o idioma francês, bem como instruções de piano, desenvolveram o gosto pelo teatro, cinema além de usufruírem das leituras da biblioteca. Portanto, é possível identificar que elas cresceram num ambiente educacional idealizado pela elite cafeeira paulista mantendo relacionamentos com personagens da política, cultura e literatura moderna.

Entretanto, Verônica e Mafalda, em 1909, resolveram fugir da casa avó na companhia de um circo e foram viver no litoral paulista. Ali se envolveram com a Polícia local e a mãe para controlar a rebeldia das filhas optou por interná-las em um orfanato.

Desde menina, Verônica mostrava ter um comportamento “elevado” e questionador, provavelmente entendeu, ou talvez por hábitos da época, que seria importante registrar diariamente suas práticas e experiências. Registros que guardam traços culturais, vivências e mazelas que foram vividas ao longo de sua trajetória de existência que, contemporaneamente, se tornam, segundo Maria Teresa Cunha (2012, p. 259), “atos de memória, redutos de expressão de sensibilidade que, mesmo em seus traços descontínuos, foram modos de fazer compreender a vida do dia a dia”.

Acerca do uso do diário como fonte histórica, Pierre Bourdieu (1996), alerta sobre a *ilusão biográfica*, que esse tipo de narrativa pode desencadear. São muitas vezes tratadas,

como uma trajetória coerente, como se seguisse um único fio, quando, na verdade, na existência de qualquer ser humano, multiplicam-se os azares, as casualidade, as oportunidades. Isso tudo, não impede, no entanto, o historiador de usar os diários pessoais para configurar um passado, bordejar contornos do vivido e apontar para rupturas e permanências. (CUNHA, 2012, p. 260).

Neste sentido, os registros feitos por Verônica podem ser identificados como pistas que nos conduzem por caminhos, mesmo que desordenados, a compreensão das vivências experimentadas pelas irmãs Brandão.

Em seu diário destacou que ao chegarem ao orfanato uma religiosa lhes aguardavam sendo comunicadas que a partir daquele momento teriam sua identidade civil modificada, ou seja, receberiam um novo nome. Verônica passou a ser chamada de Maria Madalena e Mafalda de Joantina, bem como tiveram suas malas revistadas. Sobre aquela experiência de invasão de sua privacidade, Verônica registrou que

as irmãs, vezeiras em processos herdados da inquisição, haviam examinado seus papéis e roubado seus livros. Era o sistema do colégio onde estivera em pequenina: abriam as cartas que escrevia aos pais. Reminiscência do arrocho da Idade Média, do tempo em que se queixavam os que pensavam de modo diferente do rebanho. E eram com aquilo que pretendiam regenerá-la! Ah! Aqueles Tartufos de saia só podiam fazê-la odiar ainda mais as leis iníquas. (BRANDÃO, 1924, s/n).

Verônica e Mafalda passaram a conviver com uma exaustiva rotina que as obrigava a levantarem de madrugada para rezar e trabalhar tendo direito a uma hora de descanso. Uma disciplina considerada por elas insuportável. Foi quando planejaram fugir. O plano seria atravessar o pátio e pular uma grade que cercava o jardim. Porém, as duas irmãs não imaginavam que estavam sendo constantemente vigiadas, pois o plano de fuga foi descoberto.

Verônica ao perceber que seria impossível fugir do orfanato “ameaçou destruir imagens dos altares cometendo quantos sacrilégios fossem possíveis”. Ao saber que a “madre diretora” havia avisado sua mãe, bem como a Polícia ela não excitou e acertou um “pontapé no ventre seráfico da madre”.

No dia seguinte a tentativa de fuga, a mãe de Verônica, solicitou a um amigo que retirasse suas filhas do orfanato. A decisão da mãe, num primeiro momento foi interpretada como uma vitória, pois as irmãs teriam novamente a sua liberdade. Entretanto, a saída do orfanato, tornou-se para Verônica, uma invasão a sua intimidade. Fato que potencializou sua revolta, pois por ser menor de idade e, segundo a interpretação feita pela religiosa do orfanato, Verônica ainda era uma moça moralmente íntegra, motivo pelo qual ela não poderia circular pela cidade sem estar acompanhada e ponderou ser necessário encaminhá-la a “chefatura de Polícia” para ser interrogada e examinada.

Ao tomar conhecimento da necessidade de averiguar a sua virgindade e que tal ato levou-a a presença de um Delegado de Polícia tendo que se submeter a análise de um médico/perito que não conhecia, ela protestou dizendo: “Há um equívoco, doutor. Não sou mais virgem”. Quando questionada sobre o autor do seu desvirginamento ela respondeu que não havia sido seduzida e que não poderia dizer o nome de “um ente que não existe. Não fui seduzida, saí de casa por livre vontade”. Submetida ao exame de conjunção carnal, novamente protestou afirmando que era uma mulher livre e, dona de seu corpo e, que se negava “exibir a intimidade do seu sexo para um homem ver o uso que fiz do que é meu! Nunca!”.

Depois deste episódio as duas irmãs seguiram por caminhos diferentes, Verônica saiu em busca de trabalho e Mafalda foi reconduzida ao orfanato.

Provavelmente, as experiências até então vivenciadas permitiram que ela se tornasse profundamente crítica em relação aos valores da sociedade e, também, revoltada com o contexto em que estava inserida. Condições que motivaram a dar vasão a sua sonhada conquista de liberdade procurando viver com seus próprios recursos.

Privada do conforto da casa da avó, Verônica passou fome, o que foi por ela considerado um martírio, obrigando-a a vender o seu corpo para garantir a sua sobrevivência. Ela, também, identificou que a prostituição não permite escolhas de parceiros e abocanhou o “primeiro focinho que se apresentou, embora pouco a seu gosto foi aceito, pois virtude e miséria não dialogam”.

Ciente que sua conduta seria condenada pela sociedade e, que não havia espaço propício para realizar algumas das utopias femininas representada pela idealização da liberdade, decidiu viajar e conhecer outros centros urbanos.

De trem resolveu ir até a capital, Rio de Janeiro, que ela denominou de Flumen. Procurou um hotel para se hospedar, mas foi informada que não havia vaga. Sozinha e vagando pela rua observou que aquela situação despertava desconfiança, bem como permitiu constatar que a liberdade possuía um preço: o desprezo e a solidão. Segundo a moral dominante, a mulher deveria estar sob a proteção masculina do pai, irmão ou do esposo caso contrário ela não seria merecedora de respeito.

Verônica, por estar sem um responsável não conseguiu hospedar-se em hotéis de respeito. Buscou refúgio em outros estabelecimentos onde os hóspedes eram viajantes masculinos. Pela manhã, saiu em busca de emprego, acreditava que conseguiria uma vaga no mercado de trabalho. Descobriu que apesar de ter recebido uma boa educação faltava-lhe preparo profissional. Passou a trabalhar na noite, em bares na condição de *chanteuse*, pois foi a única atividade remunerada que lhe garantiu a liberdade almejada.

Podemos identificar que o arquétipo de família e, da mulher idealizada pela elite dominante divulgada pela imprensa, também foi criticado por Verônica. Em seu diário declarou que seu objetivo era apontar sobre a importância da liberdade das filhas e/ou das donas de casa, pois o contexto sociocultural havia transformado as mulheres em “escravas brancas”. Na época a “esposa virtuosa”, abnegada e complacente era aquela que não apenas previa todos os desejos do marido, mas também ouvia em silêncio qualquer tipo de crítica. Este modelo de mulher “perfeita” e idealizada deixava Verônica perplexa, pois ela dizia que: “há séculos [foi] adotado o sistema de educar as mulheres como bonecas! Puseram a canga nas mulheres, extinguiram lhes os

músculos e estão em caminho de extinguirem lhes os instintos genésicos”.

Podemos observar que os registros de Verônica, em forma de diários, foram escritos por meio de uma linguagem sarcástica, pois ironizava a educação que idealizava um modelo restritivo de liberdade à mulher, bem como a manutenção das relações autoritárias muito próximas da família patriarcal. A restrição dos direitos sociais e o controle das relações afetivas e amorosas eram na visão de Verônica resultado da falta de uma educação que garantisse à mulher independência financeiramente e, consequentemente o fio condutor da sua própria marginalização. Segundo, Verônica a mulher era vista como um objeto e, qualquer questionamento e/ou comportamento fora do modelo idealizado era considerado perigoso e passível de corrupção da integridade moral das “boas famílias”.

A intenção depreciativa e sarcástica registrada por Verônica denunciava uma realidade que marginalizava a mulher brasileira. Segundo, Antônio Celso Ferreira (2012), a escrita ficcional é uma forma de

expressão e/ou manifestação que encontra-se em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”, que o autor chama de literalidade. A literalidade permite o uso de signos polivalentes, isto é “metáforas que representam a realidade. (FERREIRA, 2012, p. 67).

Depois de trabalhar como cantora na capital do Rio de Janeiro que, ironicamente Verônica denominava de Flumen, ela resolveu viajar para a Região Sul. Uma vez instalada, observou-se por meio de Inquéritos Policiais e Processos-crime que ela foi detida pela Polícia várias vezes sob a acusação de corromper a integridade moral das boas famílias.

Novamente sublevou-se, passando a ridicularizar e criticar o discurso conservador do novo contexto. O amor e o sexo fora do casamento foram amplamente defendidos pela autora, bem como, dizia que os pais deveriam permitir que suas filhas recebessem educação profissional e/ou fossem preparadas para ser gestora de si. Para Verônica, era imprescindível que a mulher não dependesse da suposta liberdade

adquirida pelo casamento, bem como, da presença masculina para sobreviver e educar seus filhos.

Sentindo-se revoltada com o tratamento dedicado à mulher, observou que a sátira seria o melhor gênero, literário e didático-pedagógico para criticar os costumes e as convenções sociais que obrigavam a mulher viver em completo estado de ignorância. Ironizou a sociedade que insistia em educar a mulher para ser uma “escrava branca”. A luta pela independência financeira e a liberdade feminina, travada por Verônica, teve, conforme Peter Burke (2008, p. 65), “implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura praticamente invisível na grande narrativa tradicional”.

Verônica, afirmava que utilizava “formas informais” de escrita como estratégia para ser compreendida por todas as denominadas “Evas” e, dizia que os pais deveriam educar suas filhas para terem uma profissão que lhes garantisse um trabalho honesto e com isso a sua sobrevivência. Portanto, culpava-os por “jamais pensarem no futuro das filhas”, sendo inclusive apontados como responsáveis pela prostituição, quando destacou que sem a verdadeira educação a tendência da mulher era ter que “vender o corpo para comer”.

Em 1924, suas críticas à educação feminina foram interpretadas como pornográficas, pois atacavam a questão da honra. Verônica não aceitava que a honra da mulher brasileira estivesse diretamente relacionada ao seu comportamento sexual, enquanto que ao homem eram permitidos relacionamentos extraconjugais com a desculpa de satisfazer seus instintos. Questionava, também, o discurso da elite, que defendia que a mulher não deveria ser ensinada a pensar em coisas úteis, tais como, arte, ciência, trabalho lucrativo, pois era considerada como um “ente sem cérebro”, bem como era concebida para ser o “anjo do lar”, tendo como destino a preocupação com a sua integridade moral, ou seja, sem possuir “mancha em seu caráter”.

Outro quesito importante para o sucesso da mulher, pela ótica dominante, estava relacionado ao conhecimento e a prática de habilidades relacionadas ao lar, como, por exemplo, saber preparar quitutes que agradassem o marido sem que ele os solicitasse, bordar, pintar, ser uma

ótima anfitriã, boa mãe e, principalmente, calar-se quando o representante maior (pai, marido, irmão ou outro responsável) estivesse falando ou tomando decisões em nome do “bem estar” da família.

Verônica advertia que havia situações ainda mais degradantes à mulher, em especial quando ela não possuísse “dote para comprar um casamento”, pois estaria sujeita ao abandono. Aquelas que tentassem romper com a naturalização do discurso restavam-lhes apenas fazer do seu próprio corpo um ponto de comércio para poder garantir a sua sobrevivência quando também teriam como novo lar, um bordel. Segundo a autora toda cidade possuía seu “bordelzinho”, um fato considerado comum entre grupos sociais mais empobrecidos. Verônica afirmava que caso a mulher não conseguisse com seu dote um “bom partido” e, também optasse em não vender seu corpo para preservar a sua honra, restava-lhe recolher-se a um “conventilho”, ou ainda, em estado celibatário, escrava, velha, doente, poderia procurar uma instituição de caridade, onde suas despesas eram custeadas por ricos cafeicultores que possuíam o costume de deixar em testamento parte de sua fortuna como legado filantrópico. E, ainda, ela afirmava que havia uma última opção à “escrava branca”: se nem o bordel, nem o conventilho e nem o hospital a confortasse havia o suicídio, pois seria a solução derradeira.

Objetivando divulgar seus posicionamentos sobre a educação feminina, Verônica visitou bordeis mantendo conversas e ouvindo prostitutas, mães solteiras, alcoólatras. Tentou advertir que era possível romper com o paradigma da submissão ao ponderar que a “prostituição era uma necessidade social e, a mulher nesta condição era uma operária com função reconhecida pela lei e como tal uma criatura livre que deveria ser respeitada”.

A decadência no cabaré

Depois desta etapa, Verônica decidiu mudar-se da capital Flumen para uma cidade onde poderia reviver a tranquilidade vivenciada na fazenda da família durante a infância. Idealizou um lugar nostálgico e, em 1938, vendeu o único bem imóvel que possuía e mudou-se para o sul do País. Na mudança decidiu, também, trocar sua identidade, adotando o nome de Joana, que representava respeito, na cultura da cidade, agora batizada de Anastácia.

Joana era uma mulher elegante, vestia *tailleur* escuro, chapéu de feltro e bolsa. E, tinha o hábito de ir, todos os dias, sentar-se na Praça da Igreja Matriz para ler jornal ou revistas. Conduta que motivou olhares de desconfiança entre comerciantes, mulheres da elite, profissionais liberais e o pároco local. O ir e vir pelas ruas da cidade, sozinha, era um comportamento que não condizia com os costumes locais das “boas famílias”, que circulavam pelas ruas sempre acompanhadas por um representante da família do sexo masculino.

Sem emprego, soube que na pensão e/ou *dancing* da Jovina havia vaga para uma pianista e acreditou ser para ela, pois gostava de música, de *jazz*, do contato com as pessoas e de trabalhar à noite. Ali, observou quem era o público que frequentava a pensão Jovina, o que solicitavam, a regularidade dos frequentadores, as necessidades de cada um e de onde eram provenientes. Por ser uma cidade que recebia muitos visitantes ela decidiu adquirir uma “casa de mulheres” que ficou conhecida por “pensão Camélia”.

Pensão, casa de mulheres, bordel, casa de tolerância, casa noturna, meretrício, *rendez-vous* eram lugares, segundo Sandra Pesavento (2001, p. 35), *malditos*, geralmente ocupados pelo dito grupo dos “indesejados”, ou seja, prostitutas, soldados, jornaleiros, entre outros, eram um mal que o poder público insistia em dizer que devia ser combatido. O discurso era contra a atuação do grupo dos indesejados em lugares públicos com aspecto insalubre, prejudicial a saúde pública e a moral das boas famílias que residiam no entorno. Ao que o poder público estabeleceu, conforme Gilberto Hochman (2006, p. 55-56), mecanismos regulamentadores, que objetivavam prevenir a proliferação de enfermidades, principalmente as contagiosas, numa ótica médica ainda influenciada pela *teoria dos miasmas*.

Com o objetivo de higienizar a cidade, Joana, na condição de proprietária da pensão Camélia, foi chamada a comparecer na Intendência Municipal de Anastácia para justificar o barulho existente no interior da pensão, o modo como se vestiam em público as mulheres que trabalhavam na casa, o volume excessivo da eletrola e a falta de higiene do ambiente. Todos esses fatores geraram sucessivas multas que não foram liquidadas por Joana. Somando-se as multas, estavam os atrasos no pagamento dos tributos municipais, ocasionados, segundo Joana, pela

perseguição da elite que residia no entorno da pensão e o poder público que constantemente divulgavam na imprensa local, críticas desqualificativas a pensão e com isso seus clientes se afastaram proporcionando a diminuição de seu faturamento.

Joana dizia que na pensão Camélia havia boa música, pois ela era a pianista que executava diferentes gêneros musicais, tais como, o *Jazz* e a Bossa Nova acompanhada por bailarinas e cerveja. Outro atrativo da pensão era a liberdade de expressão, pois ali todos os assuntos eram abordados livremente. Conforme Joana, “*avec finesse française*, às vezes em linguagem de pasmar em homens que pelos modos pareciam pertencer à melhor *société*”. Em alguns momentos, debatia-se política ou questões sociais, mas “depois da ceia e de um bom aperitivo discutia-se o amor com alegres camaradas ao redor. As frases brotavam espontâneas, às vezes com graça, às vezes insulsas, mas o auditório ria sempre”. (BRANDÃO, 1924, s/n).

Para a elite local, o grupo social que não atendesse as normas de convivência estabelecidas não poderia ocupar o espaço público por onde circulavam as ditas “boas famílias”. Foi com esse pensamento que a elite da cidade Anastácia asseverou que a pensão Camélia devia ser retirada da área central. Alguns representantes da elite local foram a delegacia de Polícia registrar queixa contra Joana e suas bailarinas, por atentado ao pudor e aos bons costumes das famílias que se sentiam moralmente traídas por uma paulista de hábitos francês.

Quando inquirida pelo delegado de Polícia sobre a denúncia frente à prostituição, as bailarinas e o barulho, Joana registrou ironicamente: Vós, senhoras casadas, ide ver vossos honrados maridos no prostíbulo, ide! Lá estão todos, como cães à gamela. Não fiquem na praça espreitando quem entra na Camélia. Chegam famintos pela porta dos fundos, onde são recebidos de forma que vocês amadas beatas nunca fazem. Dou-lhe as boas vindas e desejo-lhe bom apetite senhor Juiz de Direito, oh, como vai Dr. Promotor? Ah, ilustre Farmacêutico! Entre, senhor Médico! Sr. Deputado, a casa é de vocês. Até o vigário! Deus do céu, até o vigário! Desce do infinito, ó Cristo, e venha ver como resfolega o teu representante cá em baixo! (BRANDÃO, 1924, s/n).

Caras senhoras vejam quem é que frequenta minha casa! Enganase quem imaginava que a “escória” busca na Camélia diversão depois de

uma longa jornada na fábrica ou no quartel. Sim, um deles pode ser seu honrado marido que quando está passeando de braço dado com sua senhora e cruza pela Joana, Juju, Lili, Joaninha, as olha com repugnância e tece um discurso de desprezo. Torcem a trompa com ar enojado, fingindo uma virtude que nem dormindo possuem, pois até nos sonhos enganam as esposas.

São esses senhores que, para agradar suas honradas esposas, denunciaram à Polícia a pensão Camélia. Para Verônica, eram pessoas munidas de uma falsa virtude e a justiça que desejavam impor lhe causava “assomo de ódio que por toda parte tomava foros de lei”, permitindo ao homem que satisfizesse todos os seus deleites, enquanto que

anatematizava a mulher que lhe servia de comparsa nos seus caprichos libidinosos. Dava-se largas aos instintos do homem e abafava-se os da mulher, fazendo dele um senhor onipotente, um déspota a quem nada ficava feio, sem explicar o porquê desta regalia, sem citar uma razão lógica que desculpasse tal prerrogativa. (BRANDÃO, 1924, s/n).

Por meio dos registros diários de Verônica, como objeto de análise, é possível observar a dificuldade enfrentada pela mulher que vivia sozinha e buscava pelos seus próprios recursos conquistar respeito da sociedade, principalmente, no contexto onde a honra estava diretamente relacionada com o modelo de comportamento adotado. Qualquer atitude feminina contrária aos valores republicanos de sociedade higienizada remetia ao julgamento, a invasão da privacidade, a incriminação por homens e mulheres da elite.

A expulsão do grupo dos indesejados da área central da cidade permitiria pela via do discurso tradicional, que ela ficasse bela, higiênica e medicalizada, pois estaria consoante ao discurso médico que acompanhou a ideologia de higienização como estratégia adotada para se apropriar das “múltiplas e sofisticadas formas de exclusão social e cultural nos quais estavam inseridos os inúmeros mecanismos construídos historicamente”, pelo poder. (FOUCAULT, 1979, p. 26).

Verônica ou Joana, uma paulista com sotaque francês, educada por uma esmerada governanta francesa, com quem desenvolveu seu

talento para a música, leitura, dança e pelo idioma francês, qualificativos que lhe assegurariam, a princípio, ser a principal herdeira de uma das maiores fazendas de plantação de café de sua família. Rica, certamente não lhe faltaria pretendentes para formar uma “boa família”. No entanto, nem a esmerada educação à francesa, nem o piano, nem o orfanato, permitiram que seu sonho de liberdade lhe fosse subtraído e se transformasse na personagem de segunda categoria. Preferiu ser proibida de frequentar a biblioteca da família, de ir ao velório da mãe e, por fim foi deserdada pelo irmão, a que se submeter aos “caprichos” da visão masculina. Sem herança, sem apoio dos familiares, sem respaldo político, a exemplo que acontecera com o seu pai, foi marginalizada pela sociedade e, obrigada a mudar de endereço e de nome. Como Joana, lutou pela dignidade de mulheres execradas pela sociedade elitizada que as desejavam submissas a conceder-lhe uma educação profissional que lhes possibilitasse acender socialmente.

Os diários, revistas ou escritos íntimos são parte de alguns elementos presentes na sociedade que apontam para pistas do imaginário social que Verônica e, posteriormente Joana aproveitou para avaliar, criticar e enfrentar. Contemporaneamente, tornaram-se fontes que interessam ao historiador, pois, em uma análise mais detalhada é possível buscar por meio de pistas e sinais compreender estratégias de convencimento e/ou dominação que a mulher foi submetida e com isto inferir como homens e mulheres conferiram sentido ao espaço em que estavam inseridos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMANDO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: 2 ed. Zahar, 2008.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. de Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

CAMPOS, M. (Ir.). *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil*. São Paulo: S.L.P., 1981.

CUNHA, Teresa Maria. Escrever, contar e guardar. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 251-279.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 61-91.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 2006.

LÉVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Imprensa feminina, Revista Feminina: a imprensa feminina no Brasil*. Projeto História, São Paulo, n. 35, Dez. 2007, p. 221-240.

MAGALHÃES, Basílio de. A mulher e o voto. In: *Revista Feminina*. Ano XI, n. 128. São Paulo, Jan. 1925. p. 52.

MANSANERA Adriano Rodrigues; SILVA Lúcia Cecília da. A influência das ideias higiênicas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. In: *Psicologia em Estudo*. Vol. 5, n. 1. Maringá. Mar. 2000, p. 115-137.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Edunesp, 2003. p. 13-27.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado das Letras: Fapesp, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 289-365. v. 3.

SAUSA, Cyntia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seus ministérios*. Rio de Janeiro:

Ed. FGV. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 221-249.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 7-48.v. 3.

SOUZA, L. A. F. *Lei, cotidiano e cidade: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBC/Crim, 2009.

O PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ALEMÃES EM SANTA MARIA NO SÉCULO XIX

Fabício Rigo Nicoloso*

Jorge Luiz da Cunha**

Fábio Kühn***

Apresentação

Neste trabalho, demonstrarei parte dos resultados obtidos através das análises quantitativas e qualitativas realizadas em minha dissertação de mestrado, defendida no mês de fevereiro do ano de 2013. Visando compreender o processo de inserção social das famílias alemãs que se estabeleceram em Santa Maria ao longo do século XIX (1830-1889), adotei o método prosopográfico para que fosse possível conhecer o micro-universo social da elite local, identificando sujeitos e grupos de origem imigrante que integravam os círculos da referida elite. Para tal, adotei o critério do poder político e econômico para delimitar o grupo analisado, constituído por dezessete famílias¹ desdobradas em 47 sujeitos históricos, todos atuantes em instituições políticas, como a Câmara de

* Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES.

** Professor Dr. Titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

*** Professor Dr. Adjunto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹ Foram estas: Appel, Cassel, Niederauer, Beck, Scherer, Höehr, Haag, Weinmann, Brinckmann, Brenner, Daudt, Hoffmeister, Kessler, Druck, Kruehl, Fischer, Lenz.

Vereadores e a Guarda Nacional, como também na economia do município.

Na análise qualitativa, fiz a divisão dos grupos familiares em duas gerações, para que fosse possível compreender as continuidades e rupturas nas estratégias sociais dos primeiros imigrantes alemães e de seus descendentes. Utilizando como referência o autor Giovani Levi na obra “Herança Imaterial” (2000), denominei a primeira geração de “patriarcas” e a segunda geração de “herdeiros”. Na apresentação, focarei na inserção econômica destes alemães na localidade, demonstrando os resultados obtidos no estudo de seus perfis profissionais, na observação do que mudou e o que se manteve na transição da primeira para a segunda geração.

O perfil sócio-profissional dos patriarcas

Na década de 1830, Caio Prado Júnior sustentava, como vários historiadores que o seguiram, que o único problema real na história brasileira era determinar quem constituía a classe dominante – se proprietários de terra ou comerciantes: o governo refletiria inevitavelmente suas vontades. (...) Eu também vejo os ricos usando uma estrutura de governo que eles próprios criaram para promover seus interesses. Mas não vejo esses interesses levando tão diretamente à adoção dessa ou daquela política (...) Eu os vejo antes em sua influência sobre os próprios conceitos do bem e da verdade, a conduta devidamente obsequente em sua estrutura social hierárquica, a lealdade aos patrões e o cuidado com os clientes. (...) Tampouco acredito que comerciantes e proprietários de terra, como tais, colidissem uns com os outros, pois penso que muitos ou eram a mesma pessoa ou eram intimamente relacionados (grifo nosso) e que as divisões se davam em outras linhas. (GRAHAM, 1997, p. 20).

Refletindo sobre interpretações na historiografia brasileira de meados do século XX no que se referia à relação Estado/Classe dominante, Graham (1997) identificou uma tendência corrente nas teses de alguns pensadores, como a exemplo de Caio Prado Jr., de correlacionarem as políticas de Estado adotadas pelo Império brasileiro com os interesses da classe dominante, classe esta que estaria dividida em setores da elite que representariam interesses distintos e antagônicos, que

dariam rumos diferentes às políticas de governo, conforme estivessem defendendo os interesses do seu setor na economia. Logo, estes autores clássicos identificavam um embate de interesses entre comerciantes e proprietários, como duas categorias distintas e antagônicas, e os rumos que a política brasileira tomou ao longo de sua história, teriam sido determinados em consequência da alternância entre estes setores da classe dominante em contextos distintos.

Graham também via “os ricos usando uma estrutura de governo que eles próprios criaram para promover seus interesses”, mas não entendia que estes mesmos interesses tivessem tanto poder e autonomia para determinarem a adoção desta, ou daquela política de governo. Para o autor, o que se sobressaía na estrutura social brasileira era a hierarquia, à qual todos os personagens históricos estavam envolvidos e agiam no sentido de conquistarem posições mais elevadas, inseridos na cultura do clientelismo, que os engendrava num sistema que tinha como regra a “lealdade aos patrões e o cuidado com os clientes” e a posição ocupada na pirâmide social dependia do maior ou menor sucesso com que os indivíduos jogassem com as normas de conduta formais e informais. Desta forma, Graham não concebeu a classe dominante brasileira com a divisão entre comerciantes e proprietários, pois na complexidade da estrutura social, um sujeito poderia ser comerciante e proprietário ao mesmo tempo, ou poderia exercer uma destas duas atividades da economia em relação com a outra, de forma que estaria inserido nas teias da hierarquia social, jogando com o sistema clientelista, seguindo e, ao mesmo tempo, costurando as normas sociais para elevar seu status na burocracia estatal e não determinando os rumos da política exclusivamente conforme os interesses setor da economia a que pertencesse.

Nos aproximando desta análise de Graham para compreendermos como a elite alemã de Santa Maria se relacionava economicamente, concordamos com a colocação do autor de que mais de uma função poderia ser desempenhada por um único sujeito e que comerciantes e proprietários poderiam estar interligados econômica e politicamente, por laços parentais consanguíneos ou não consanguíneos (LEVI, 2000). Os patriarcas das famílias alemãs que se estabeleceram em Santa Maria chegavam solteiros, casados, ou, ainda, adquiriam laços de matrimônio na nova sociedade, majoritariamente no meio urbano. No seu processo de

inserção social, muitas vezes acabavam exercendo mais de uma ocupação, ou assumiam uma nova profissão, conforme as oportunidades de emprego que surgiam.

Buscamos entender como estes personagens históricos estavam organizados economicamente no período entre os anos 1830 a 1862, no contexto histórico dos dez primeiros anos do Primeiro Reinado (1830-1840), adentrando os primeiros vinte e dois anos do Segundo Reinado (1840-1862), conforme delimitamos metodologicamente a atuação da primeira geração. No contexto em questão, ocorreram conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra contra Rosas e Oribe (1851-1852), que não só tiveram implicações políticas e militares para os imigrantes e descendentes, como exigiram que se mobilizassem economicamente, pois durante os dez anos em que a Província do Rio Grande foi palco da guerra entre farroupilhas e imperiais, por exemplo, enquanto os “nacionais” e alguns poucos imigrantes de Santa Maria foram para as frentes de batalha, a maior parte dos comerciantes e artesãos mantiveram a economia local ativa (BELÉM, 2000), resultando daí o acúmulo de fortuna por parte de algumas famílias e indivíduos.

Através da leitura de obras locais que abordaram a imigração alemã em Santa Maria em traços gerais, encontramos referências sobre as principais profissões desempenhadas pelos “alemães” na localidade, como comerciantes, artesãos, alfaiates, lombilheiros, tamanqueiros, lavradores, dentre outras. No entanto, percebemos que, de forma geral, tais obras fazem pouca ou nenhuma referência ao desempenho dos imigrantes como proprietários, o que pudemos constatar na leitura da documentação consultada².

² A) Inventários post-mortem (12), Cartas Testamento (1) (APERS); b) Conselhos de Qualificação e Revisão – Fundo Guarda Nacional de Santa Maria, Cartas trocadas entre a Câmara Municipal de Santa Maria e a Presidência da Província – Fundo Câmara Municipal de Santa Maria, Documentos do Departamento de terras e Colonização de Santa Maria (AHRs); c) Belém (2000), Brenner (1995), Brenner (2010), Daudt Filho (2003), Livro Comemorativo do Centenário de Santa Maria (1814-1914).

Para a análise da tabela 1, cabe esclarecer a seguinte questão: ao estabelecermos as categorias conceituais para a classificação das ocupações profissionais, contemplamos as seguintes:

a) Negociante – assim classificamos os comerciantes, os sujeitos envolvidos na compra e venda de produtos, os que emprestavam dinheiro a crédito, enfim, negociantes;

b) Artesão – trabalhador manual que trabalha por sua conta, só ou com o auxílio dos membros da família e alguns companheiros (curtidor, seleiro, sapateiro, lombilheiro, alfaiate, tamanqueiro, etc.) (MUGGE, 2012, p. 164);

c) Proprietário – O senhor de alguma propriedade ou bens de raiz;

d) Agricultor – o que lavra a terra, que vive dos frutos da terra cultivada por suas próprias mãos (MUGGE, 2012, p. 164);

e) Empresário – sujeito de direito que exerce a empresa, aquele que exerce profissionalmente uma atividade econômica (que busca gerar lucro) organizada (que articula os quatro fatores de produção: mão de obra, capital, insumos e tecnologia) para a produção e circulação de bens e serviços. O empresário é a própria sociedade, sujeito de direito com personalidade autônoma em relação aos sócios ;

f) Ourives – profissional que trabalha com metais preciosos (especificamente prata e ouro), na fabricação de joias e ornamentos;

g) Profissional Liberal – pode constituir empresa ou ser empregado, está registrado em uma ordem ou conselho profissional e é o único que pode exercer determinada atividade (médicos, advogados, jornalistas, dentistas, psicólogos, entre outras categorias).

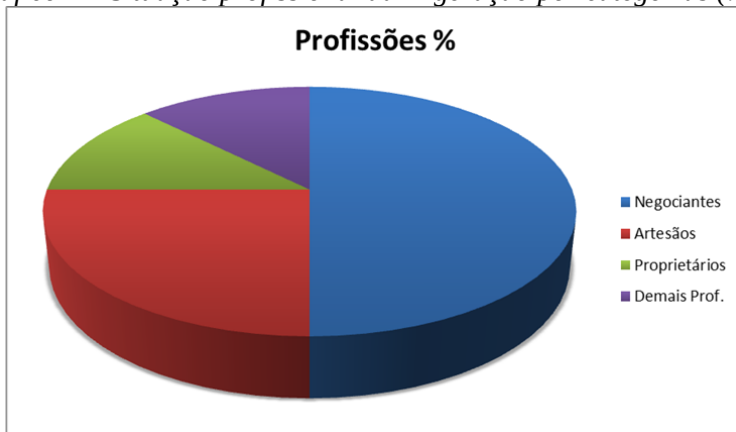
Tabela 1 – Ocupações profissionais exercidas no período (1830-1862) por ofício (%)

<i>Ocupações profissionais</i>	<i>Nº indivíduos</i>	<i>Porcentagem (%)</i>
Artesão/negociante/proprietário	1	4%
Artesão/negociante/agricultor	1	4%
Negociante/proprietário	1	4%
Artesão/negociante	1	4%
Artesão/empresário	1	4%
Artesão/agricultor	1	4%
Ourives/negociante	1	4%

Negociante	11	44%
Artesão	3	12%
Proprietário	3	12%
Profissional liberal	1	4%
Total	25	100%

Faremos uma análise geral da situação profissional dos “patriarcas” por categorias. Podemos perceber na tabela 1 que entre os personagens do grupo havia a predominância de negociantes, sendo que apareciam onze indivíduos (44%) exercendo o ofício como única ocupação e mais cinco que dividiam a prática do comércio com mais uma ou duas profissões. Assim sendo, a categoria negociante aparecia ocupando 64% do total. Os artesãos ocupavam o segundo lugar na tabela com 32% do total e a categoria dos proprietários vinha em seguida, com 16%. Por fim, as demais profissões (agricultor, ourives e profissional liberal) somavam 16%. O Gráfico a seguir exemplifica a situação profissional da 1ª geração³:

Gráfico 1 – Situação profissional da 1ª geração por categorias (%).



Através dos resultados obtidos da análise do nosso grupo de “alemães” da elite de Santa Maria, representado por 25 indivíduos de 16 famílias da 1ª geração, pensamos que os “patriarcas” estavam inseridos num universo urbano, onde predominavam o comércio e as atividades

³ Para a elaboração do gráfico foram utilizadas as mesmas fontes da tabela 1.

artesanais. Grande parte das casas de negócios dos “alemães” nos anos 1830 a 1860 estavam localizadas na rua do Comércio e geralmente as propriedades destinadas à pecuária e agricultura em regiões mais afastadas do centro, como no Passo da Areia e no Pinhal (BRENNER, 2010).

Reforçando laços e/ou seguindo por novos caminhos? o perfil profissional dos herdeiros

Buscando compreender o contexto social e político em que os imigrantes alemães e seus descendentes estavam envolvidos, após a emancipação política do município, no ano de 1858, quando se deu a institucionalização da Câmara municipal de Santa Maria no Império, fizemos o esforço metodológico de traçar o perfil coletivosócio-profissional da 2ª geração, seguindo as mesmas coordenadas com que traçamos o perfil da 1ª geração, com a diferença de que desenvolvemos esta análise estabelecendo uma comparação entre as duas, no objetivo de identificar as mudanças e continuidades de uma geração para outra, percebendo a reiteração de laços e/ou a constituição de novos vínculos nas trajetórias sociais dos filhos em relação a seus pais.

Ao desenvolvermos o perfil dos patriarcas, principalmente no que se refere às estratégias familiares (matrimônios e compadrios), aos vínculos de negócios e redes de relações e às características profissionais, percebemos que a elite “alemã” de Santa Maria constituía um grupo, ou setor, intensamente interligado por laços familiares e não familiares. Este grupo provavelmente tinha o interesse e o objetivo de manter e perpetuar seu status social como elite, o que constitui uma característica dos círculos de elite, que segundo Revel (2000), agiam no sentido de garantir a “sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e se possível seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social” (REVEL, 2000, p. 27). Assim, os patriarcas que já haviam conquistado seu espaço na sociedade local, buscavam estabelecer acordos familiares e de negócios que fossem os mais interessantes possíveis para a manutenção do poder, tanto individual, quanto coletivo. Neste sentido, aos herdeiros cabia a missão de saber interagir no meio em que tivessem inseridos, fazendo uso da “herança imaterial” deixada por seus pais e, por sua vez, fazer novos

acordos que também fossem vantajosos para as gerações posteriores. Desta tarefa, geralmente o filho mais velho (primogênito) era o encarregado, que passava a assumir o papel de responsável pelo núcleo familiar (LEVI, 2000).

Demarcamos temporalmente a geração dos herdeiros no período entre 1858 a 1891, da fundação do Município e da Câmara de Vereadores de Santa Maria, no Império, até a promulgação da Constituição Republicana do Estado do Rio Grande do Sul, na República. Portanto, consideramos herdeiros os descendentes da primeira geração de imigrantes que chegaram a Santa Maria a partir de 1829, nascidos no município, ou chegados ainda crianças com seus pais na localidade.

No que se refere à inserção dos herdeiros na vida pública, demos um enfoque maior à análise da atuação na política pela via institucional, pela ocupação de cargos na burocracia local. Ao traçarmos o perfil coletivo dos vinte e dois personagens da 2ª geração, estabelecemos uma relação entre perfil profissional/fortuna familiar e atuação política via ocupação de cargos na Câmara de Vereadores e Guarda Nacional. Nesta etapa da análise, desenvolvemos um estudo comparativo, colocando lado a lado patriarcas e herdeiros, num “encontro de gerações”, onde os esforços convergiram para uma compreensão geral do grupo de quarenta e sete sujeitos, imigrantes e descendentes. Isto se deu com o objetivo de medir o nível e a intensidade da atuação política entre pais e filhos, de comparar fortunas e vislumbrar como a 2ª geração estava organizada profissionalmente em relação à 1ª, identificando o contexto social que possibilitou aos descendentes seguirem no mesmo ramo de negócios de seus pais, ou as situações que os obrigaram a tomar outros rumos.

Ao montarmos nosso banco de dados, fechamos um grupo de 47 personagens, dos quais 46 eram de origem alemã e um nacional, o proprietário e Coronel da Guarda Nacional José Alves Valença⁴.

⁴ Segundo Jonas Vargas (2010), José Alves Valença foi o homem mais influente de Santa Maria em sua época. Filiado ao Partido Liberal, ocupou a posição de Vereador e Coronel da Guarda Nacional no Império e manteve contatos com políticos influentes na política provincial, como o General Osório e Gaspar Silveira Martins.

Em termos metodológicos, com o fim de facilitar a análise das informações referentes às duas gerações, optamos por selecionar os sujeitos que compuseram o banco de dados da 2ª geração, tendo como critérios principais a atuação política entre os anos 1858-1891 e/ou pela condição de filhos primogênitos, afilhados, ou sobrinhos dos sujeitos da 1ª geração. O primeiro critério (atuação política) está condicionado à relação entre fortuna familiar e status social, pois fizemos referência aos descendentes que deram continuidade às estratégias sociais iniciadas por seus pais, renovando vínculos já estabelecidos, ou construindo novas relações, exercendo influência política local. O segundo critério está relacionado ao fato de que o filho primogênito, na cultura da sociedade do Império, era o que ficava incumbido de assumir o papel de responsável pela família na falta do chefe da família, administrando os bens e ficando encarregado de manter e elevar o status familiar nos círculos de elite. A atuação dos afilhados e sobrinhos merece igual atenção, pois em situações quando um pai de família não deixava herdeiros diretos, como no caso do negociante Pedro Cassel⁵, eram seus sobrinhos e afilhados quem, muitas vezes, acabavam sendo os herdeiros dos bens e do prestígio deixados pelo falecido, como sucedeu com Pedro Weinmann⁶ e Pedro José Cassel⁷, o primeiro afilhado e o segundo sobrinho e afilhado do patriarca.

⁵ O imigrante Pedro Cassel nasceu em 1807, no Reino da Baviera. Se estabeleceu em Santa Maria no ano de 1837, iniciando sua vida profissional como artesão, montando, posteriormente, uma casa de comércio. Não teve atuação direta na política através da Câmara de Vereadores ou da Guarda Nacional, mas batizou crianças oriundas de famílias influentes no município, ajudando a projetar seus sobrinhos e afilhados. Praticava a religião protestante.

⁶ Filho do negociante Francisco Weinmann, que era compadre de Pedro Cassel, Pedro Weinmann nasceu no ano de 1846 em Santa Maria. Era negociante, vinculado ao Partido Liberal e atuou como vereador e Major da Guarda Nacional. Praticava a religião protestante e era maçom.

⁷ Nasceu em 1846 em Bom Jardim. Negociante, era vinculado ao Partido Liberal e foi por mais de uma vez eleito para o cargo de Vereador. Praticava a religião protestante.

Ao traçarmos o perfil profissional da 2ª geração, fizemos primeiramente a análise por categorias funcionais, tendo em conta o número de profissões exercidas simultaneamente, ou consecutivamente, no período de 1850 a 1890, considerando a vida profissional ativa dos sujeitos a partir dos 20 anos de idade⁸.

Tabela 7: Ocupações profissionais exercidas no período (1850-1890) (%)

<i>Ocupações</i>	<i>Nº Indivíduos</i>	<i>Porcentagem (%)</i>
Profissional liberal/Proprietário/ Empresário	1	4%
Ourives/lavrador	1	4%
Negociante	5	26%
Artesão	6	30%
Lavrador	1	4%
Carpinteiro	1	4%
Carreteiro	1	4%
Profissional liberal	2	10%
Incertos	3	14%
Total	22	100%

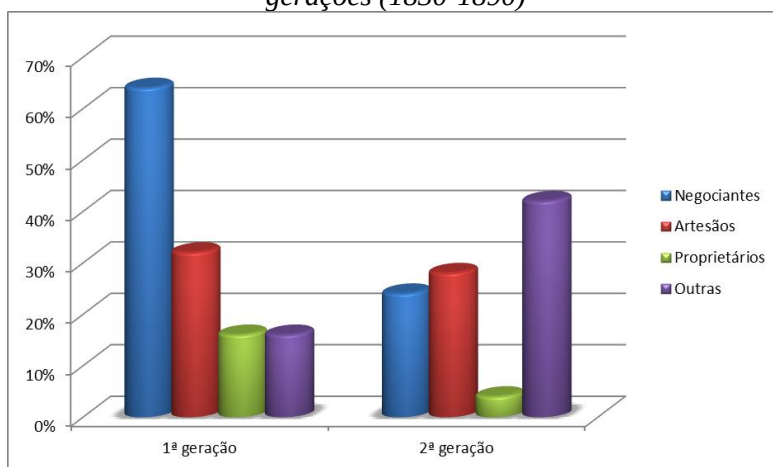
Entendemos que a relação entre prática do comércio e influência política local na 2ª geração estava ligada ao fato de que a profissão de negociante predominou entre os imigrantes na 1ª geração, gerando um acúmulo de capital suficiente para inserir as famílias na sociedade, garantindo a elas um status de elite e, desta maneira, possibilitando a perpetuação dos interesses familiares através da ocupação de posições por parte dos descendentes na hierarquia social, via cargos públicos. Não foi a toa que a maior parte dos herdeiros dedicados ao comércio seguiram no mesmo ramo profissional dos seus pais, pois davam continuidade aos negócios da família sob uma base social já estabelecida, adentrando as redes de relações de seus pais e estendendo seus contatos até a constituição de uma rede clientelar ampla e sólida, que os garantia posições de mando na política do município (GRAHAM, 1997).

⁸ A média de idade foi estabelecida tendo como base a seguinte documentação: Inventários, Listas dos Conselhos de Qualificação da Guarda Nacional e Atas da Câmara de Vereadores.

Pela leitura da tabela, percebemos que entre os vinte e dois descendentes, os artesãos representavam 28% do total, 4% a mais em relação aos negociantes. Analisando o banco de dados por nós montado durante a fase da pesquisa, notamos que entre os artesãos havia a mesma tendência de ocuparem postos na Câmara e na Guarda Nacional, tanto quanto os negociantes.

No estudo da primeira geração, constatamos que houve um predomínio das atividades comerciais sobre as demais profissões. Mas, como estava organizada profissionalmente a 2ª geração em relação à 1ª? Os negociantes continuaram sendo maioria no grupo? Respondendo a estas duas questões, fizemos a análise do gráfico 4, que desenvolvemos a partir de uma comparação relativa aos perfis profissionais das duas gerações, num período mais amplo, referente à atuação dos patriarcas e herdeiros na sociedade (1830-1890). Destacamos, respectivamente, três categorias profissionais: “negociantes”, “artesãos” e “proprietários”, pois se salientaram na 1ª geração, o que possibilita a percepção de como se apresentaram na 2ª geração. Como “outras profissões” classificamos “profissionais liberais”, “empresários”, “ourives”, “lavrador”, “carreteiro” e “carpinteiro”.

Gráfico 2 – Análise comparativa dos perfis profissionais da 1ª e 2ª gerações (1830-1890)



Conforme o gráfico 2, houve uma mudança de perfil profissional muito significativa da 1ª para a 2ª geração. A categoria “negociantes”,

que apareceu com 64% entre os patriarcas, representou apenas 24% dos herdeiros, portanto houve uma redução de 50% dos sujeitos dedicados ao comércio na 2ª geração. Numa relação comparativa direta entre as categorias “negociantes” e “artesãos” notamos que houve uma inversão na porcentagem. Enquanto na 1ª geração os negociantes representavam o dobro em relação aos artesãos do grupo, na 2ª geração os artesãos apareciam em maior número, com uma pequena vantagem percentual de 4%. Notamos uma diferença em 12% na categoria “proprietários”, que aparecia com 16% entre os patriarcas e apenas 4% entre os herdeiros. Entretanto, a diferença mais significativa para esta análise comparativa está na categoria “outras profissões”. Na 1ª geração as “outras profissões” somavam apenas 16%, já na 2ª geração chegavam a 38%.

Portanto, numa análise mais geral, houve uma redução do exercício do comércio entre os herdeiros em relação a seus pais, tios, padrinhos e sogros. Por uma pequena margem de diferença, havia mais sujeitos dedicados ao artesanato do que ao comércio na 2ª geração, ao contrário da 1ª. Entre os patriarcas constatamos a presença de cinco proprietários e entre os herdeiros, de apenas um. Na 2ª geração as “outras profissões” apareciam em quase 30% a mais em relação à 1ª. Dos 38% das “outras profissões” entre os descendentes, 14% eram ocupados pelos profissionais liberais, representados por quatro sujeitos, contra apenas um entre os imigrantes. Além de João Daudt Filho, que foi o primeiro farmacêutico diplomado de Santa Maria, os irmãos Cândido e Adolpho Otto Brinckmann, filhos do proprietário e agrimensor Otto Brinckmann, foram jornalistas, e, no ano de 1886, estiveram entre os fundadores do órgão de imprensa “O Combatente”, que nasceu como jornal do Clube Caixeiral Santa-mariense, quando, em 1889, teve seus direitos adquiridos por Adolpho, tornando-se órgão de imprensa partidária do PRR em Santa Maria⁹.

⁹ Em minha monografia de Especialização (NICOLOSO, 2011) investiguei com maiores detalhes sobre a fundação do jornal “O Combatente” e sua trajetória como órgão de imprensa republicano em Santa Maria. Foi naquela pesquisa que identifiquei a filiação partidária do jornalista Adolpho Otto Brinckmann nos anos iniciais da República, como republicano “castilhistas”.

Achamos importante fazer uma breve análise do contexto econômico-social em que atuaram as duas gerações, na tentativa de aproximar a realidade histórica na qual os indivíduos estavam inseridos, dos números apresentados no gráfico.

Durante o período entre 1830 e 1860, a economia de Santa Maria era predominantemente movida por atividades agrícolas e pastoris (KÜLZER, 2010), em grande parte desenvolvida por elementos “nacionais”, enquanto entre os imigrantes alemães que iam se estabelecendo na sociedade predominavam as atividades de cunho urbano, principalmente o comércio e o artesanato, atividades que ajudaram a manter ativa a economia local durante os dez anos da Revolução Farroupilha (BELÉM, 2000). Caracterizamos a realidade de inserção social dos primeiros imigrantes por “um mundo em construção”, devido ao fato de que eles inseriram-se numa realidade econômica pouco diversificada na Santa Maria da primeira metade do século XIX e viram no comércio uma atividade promissora, pois fazia-se necessário promover a circulação de mercadorias e bens numa sociedade marcadamente pastoril. A maioria dos precursores que atuaram na economia local como negociantes vinha de famílias que tinham tradição na atividade comercial, como no caso dos Appel, dos Cassel, dos Niederauer, dos Beck, dos Weinmann, dentre outras.

Com a emancipação em relação à Comarca de Cachoeira, a consequente criação do Município de Santa Maria no ano de 1858 e a instalação da primeira Câmara de Vereadores, um novo quadro político local passou a ser constituído, transcorrendo mudanças no cenário econômico. As famílias de imigrantes que tinham se estabelecido aproximadamente trinta anos antes, que acumularam capital com o comércio, a exemplo dos Appel, dos Niederauer e dos Cassel, construíram uma base social mais sólida e estável para a atuação de seus filhos na sociedade. Acordos matrimoniais, vínculos de compadrio, sociedades nos negócios e alianças políticas, foram estratégias utilizadas entre os imigrantes para se constituírem enquanto elite local. Os descendentes destas famílias, por sua vez, renovavam vínculos e traçavam novas estratégias. Com uma base econômica familiar mais sólida e com uma boa rede de contatos na sociedade, era possível a um comerciante bem sucedido como João Daudt, Capitão da Guarda Nacional, que exercia ampla influência na Câmara de Vereadores, utilizar

do seu status e das amizades nos altos círculos da elite local e provincial para mandar seu filho primogênito¹⁰ completar os estudos em São Paulo, pois este viria a assumir seus negócios e manutenção da família quando o patriarca faltasse.

Nos anos finais do Império, principalmente durante a década de 1880, a sociedade santa-mariense passou por inúmeras mudanças decorrentes da implantação da ferrovia, que por sua vez movimentou a economia local. Acompanhando a diversificação econômica trazida nos vagões dos trens, deu-se um significativo aumento populacional no município, pois os levantamentos estatísticos da época revelavam que entre os anos da criação da primeira Câmara de Vereadores do Império até a implementação da rede ferroviária, “houve com crescimento de 154% da população de Santa Maria” (KÜLZER, 2009, p. 35).

As famílias da elite alemã estavam inseridas naquele cenário de diversificação da economia santa-mariense. Com o surgimento de redes hoteleiras, dos órgãos de imprensa e de clubes sociais, os herdeiros da elite “alemã” local seguiram carreiras no jornalismo e em outras profissões liberais. Embora as atividades profissionais tenham sido mais diversificadas na 2ª geração, isto não significa que o comércio, como atividade econômica, tenha perdido força. Após a inauguração da via férrea, a cidade viu seu comércio estender-se por toda a zona urbana. Com esta ampliação do alcance do comércio, as sociedades de negócios que já existiam e as que foram surgindo ganharam novo impulso, gerando maior acúmulo de fortuna para as famílias nelas envolvidas, como foi o caso das firmas: “*João Daudt & Cia.; Frederico Kessler.; (...)*;

¹⁰ João Daudt Filho nasceu em Santa Maria no ano de 1858. Atuou como profissional liberal (farmacêutico), proprietário de terras e empresário. Foi considerado um dos impulsionadores do progresso no município em finais do século XIX (BELEM, 2000), investiu na construção da Viação Férrea de Santa Maria em 1883. Assim como seu pai, o Capitão João Daudt, era filiado ao Partido Liberal e tinha contatos com figuras influentes no cenário provincial durante o Império e estadual na República, tanto entre os liberais, quanto entre os republicanos, como Júlio de Castilhos, que foi seu colega de escola e amigo e infância e Gaspar Silveira Martins. Era praticante da religião católica.

Niederauer & irmão.; João Batista Niederauer. (grifo nosso); (...)
(BELEM, Op. Cit., p. 165).

Conclusão

Por meio deste trabalho, esperamos ter esclarecido sobre a inserção dos imigrantes e descendentes de alemães no núcleo urbano de Santa Maria ao longo do século XIX, no transcorrer de duas gerações, através da análise prosopográfica do perfil socioeconômico dos sujeitos de doze famílias que adentraram os círculos de elite num ambiente urbano, no coração comercial do município. Durante a análise do grupo de “alemães” de elite por nós delimitado, composto por quarenta e sete sujeitos, membros de dezessete famílias, constatamos que a ocupação profissional que predominava entre os “patriarcas”, na 1ª geração, era a de negociante, seguida pelo ofício do artesanato, dos proprietários e das demais profissões. Na 2ª geração, 26% dos “herdeiros” seguiram os passos de seus pais no comércio e 30% no artesanato, dando continuidade aos negócios familiares e ampliando suas redes de contatos, havendo uma diferença em relação à geração de seus pais no que se referia à presença maior de artesãos. A maior diferença entre as duas gerações, visível no gráfico 2, está associada à categoria “outras profissões”, que teve um aumento de 22%, dos quais se destacavam os profissionais liberais, em ocupações como farmacêuticos e jornalistas. Entendemos que uma das possibilidades explicativas para esta mudança, estava relacionada ao contexto de transformações no meio urbano de Santa Maria nos anos finais do império, marcado pela implantação da Viação Férrea, que transformou a Avenida Rio Branco, onde se localizava a Gare, no centro comercial do município, onde se instalaram hotéis, casas de negócios, clubes familiares, órgãos de imprensa e farmácias. Naquele novo cenário, os descendentes dos primeiros imigrantes que haviam chegado a Santa Maria nas décadas de 1830 e 1840, souberam se adaptar às mudanças, moldando novas estratégias de interação social, fortalecendo vínculos de negócios familiares que haviam sido traçados por seus pais e traçando novos caminhos.

Referências

- BELÉM, J. *História do Município de Santa Maria: 1797–1933*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.
- BRENNER, J. A. *Os Cassel de Santa Maria: desde o Granthal*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.
- DAUDT Filho, J; SANTS, P. B. (Org.). *Memórias*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2003.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- KÜLZER, G. G. L. de L. *De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MUGGE, M. H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, Editora UNISINOS, 2012.
- REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 7-38.

FESTAS, DANÇAS, FAMÍLIA E REMEMORAÇÕES: SÍRIOS E LIBANESES EM PORTO ALEGRE

Júlio Bittencourt Francisco*

Resumo: O presente trabalho descreve uma parte da história da imigração dos sírios e libaneses no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre. Relata as ações associativas, confessionais e recreativas dos descendentes de sírios e libaneses em Porto Alegre. Através do Clube ‘Sociedade Libanesa’ e suas festas, da Igreja maronita localizada na Capital, dos restaurantes e academias de dança oriental, o trabalho descreve alguns aspectos da cultura árabe na cidade entre outras expressões culturais como a música e a dança.

Palavras-Chave: Sírios e libaneses, imigração, festas e danças.

Introdução

Embora a maioria dos sírios e libaneses que chegou ao Brasil fosse formada por agricultores, a estrutura fundiária do país, baseada nas grandes propriedades e na monocultura, a carência de terras disponíveis a baixos preços e os poucos recursos financeiros trazidos por eles inviabilizaram sua fixação no meio rural. Como eles também não se enquadraram na categoria de operários urbanos, ficaram à margem do perfil idealizado pela política imigratória brasileira. Esses imigrantes concentraram-se sim nos centros urbanos, mas nele desenvolveram atividades relacionadas ao comércio, seja primeiro como ambulantes (mascates), ou mais tarde em negócios regularmente estabelecidos. Contudo, a sua atuação profissional não estava restrita somente às cidades, uma vez que a “população rural representava um importante contingente de consumidores a serem atendidos” (ALMEIDA, 2000, p. 87). Desse modo, eles deram uma importante contribuição no processo de

* Professor assistente da FABICO/UFRGS, mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO/RJ e doutorando em História pela PUC/RS.

ocupação do território nacional, “funcionando como elementos dinamizadores dos mercados local e regional, integrando regiões até então isoladas do mercado consumidor” (NUNES, 1986, p. 62).

Nos primeiros anos de atividade, os mascates, em visita às cidades interioranas e principalmente às fazendas, levavam apenas miudezas e bijuterias. Mas com o passar do tempo e o aumento do capital, começaram também a oferecer tecidos, lençóis, roupas prontas, entre outros artigos. Conforme acumulavam os ganhos, os mascates contratavam um ajudante ou compravam uma carroça; o passo seguinte era estabelecer uma casa comercial. Foram eles que introduziram as práticas da alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, das promoções e das liquidações.

Algum tempo depois, principalmente em São Paulo, onde se concentravam os mais importantes comerciantes atacadistas, eles ingressaram no setor industrial. A expansão de suas atividades econômicas na produção têxtil na década de 1920 coincidiu com a ‘era dourada’ da fabricação de tecidos no Brasil. Após a Primeira Guerra Mundial, as fábricas brasileiras de têxteis aumentaram em 50% a sua produção, reduzindo assim a participação das importações inglesas no mercado nacional. O grupo étnico que mais se beneficiou desta situação foram exatamente os sírios e libaneses que, no final dos anos 1920, despontaram como uma poderosa força econômica em São Paulo (TRUZZI, 1992, p. 66). Na década seguinte, era crescente a sua presença no conjunto da indústria têxtil brasileira, destacando-se, sobretudo na produção de fibras sintéticas.

Sírios e libaneses e as estatísticas nacionais da 1ª metade do século XX

As estatísticas da Imigração Brasileira de 1880 a 1969 mostram que, enquanto portugueses representavam 31% das migrações, italianos 30%, espanhóis 14%, japoneses 5%, alemães 4%, os imigrantes do Oriente Médio totalizavam somente 3% e iniciaram sua entrada no Brasil a partir do período de 1890 (LESSER, 1999, p.9).

Os dados numéricos sobre a entrada no Brasil dessa corrente imigratória são muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e mesmo turcos) foram classificados como

turcos. Foi apenas a partir deste ano que os sírios passaram a ser registrados separadamente. Como até 1920 – depois, portanto, do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e início do mandato francês na Síria e no Líbano – o Líbano foi considerado parte da Síria, por isso todos os libaneses foram incluídos entre os classificados como sírios. Todavia, “tanto antes como depois de 1892 a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses” (PIMENTEL, 1986, p. 121). Ernesto Capello (2002) afirma basicamente o mesmo, mas fornece outras datas. Segundo ele, as duas nacionalidades – síria e libanesa – “foram incluídas numa única categoria pelas autoridades de imigração brasileiras até 1926, ano em que o Líbano se separou da Síria”. Na verdade, complementa o autor, até 1908 todos os imigrantes do Império Otomano eram classificados no Brasil como ‘turco-árabes’. Por conseguinte, diz ele, “é totalmente impossível ter à disposição dados estatísticos confiáveis acerca do número de imigrantes especificamente sírios ou libaneses” (CAPELLO, 2002, p. 34).

Contudo, é certo que nos períodos de 1895 a 1914, nos anos 1920 e no pós 1945 registraram-se as entradas mais expressivas desses imigrantes no país. Durante as duas grandes guerras, o fluxo se reduziu de modo significativo ou praticamente cessou. No conjunto, os dados disponíveis contabilizam o ingresso de 57.020 pessoas entre 1895 e 1914, de somente 2.693 entre 1914 a 1919 (no contexto da Primeira Guerra Mundial) e de 42.210 de 1920 a 1930, totalizando 101.923 imigrantes (ALMEIDA, 2000, p. 14). Nesse último período os ingressos anuais dos sírios e libaneses variaram entre mil e cinco mil imigrantes, atingindo um pico de 7.308, em 1926 (NUNES, 2000, p. 60).

O que motivou a imigração dos levantinos¹ foi um movimento espontâneo, sem convites e incentivos dos governos. Os imigrantes sírios e libaneses arcaram com as próprias despesas, desde passagem marítima até o estabelecimento no país de destino. A maioria não viajou com

¹ Não analisamos aqui os fatores de expulsão na origem como instabilidade política, obrigatoriedade do serviço militar no exército turco, alta densidade demográfica e perseguição aos cristãos, tão pouco os fatores de atração como uma economia carente de mão de obra e altamente monetarizada.

intenção de se estabelecer na terra da imigração. Eles foram ‘fazer a América’ e pretendiam voltar para família, com dinheiro e prestígio social. Muitos até conseguiram, mas tornaram a voltar a América por falta de oportunidades na terra de origem.

O ano de 1930 marca o início das restrições imigratórias. Pelo Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, o novo governo brasileiro (Getúlio Vargas havia assumido o poder pouco antes, através da vitória da Revolução de 1930), limitava a imigração aos estrangeiros já domiciliados no Brasil, aqueles cuja entrada fosse solicitada pelo Ministério do Trabalho e, sob certas condições, aos trabalhadores especializados (PIMENTEL, 1986, p. 47). A subsequente adoção do sistema de cotas, somada à depressão econômica, provocou uma redução substancial do fluxo imigratório em geral. No caso específico dos sírios e libaneses, entre 1930 e 1940 a média de entradas no Brasil ficou entre cem e quinhentos por ano. Com a Segunda Guerra Mundial, esses números foram drasticamente reduzidos² (NUNES, 1986, p. 89).

Quadro 1 – quadro montado pelo autor. Distribuição da população síria e libanesa: principais estados receptores

<i>Estado</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
São Paulo	19.285	23.948
Minas Gerais	8.684	5.902
Distrito Federal/RJ	7.321	9.051
Rio Grande do Sul	2.565	1.903
Paraná	1.625	1.576
Pará	1.460	848
Mato Grosso	1.232	1.066

² Cabe informar que o termo ‘imigrante’ foi redefinido pelo Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934. Desse modo, imigrante passou a ser aquele que vinha ao Brasil para exercer um ofício ou profissão por mais de 30 dias; o não imigrante, por sua vez, era quem permanecia no país por até 30 dias. Essa definição foi considerada insatisfatória, e por conta disso, quatro anos depois a legislação foi novamente alterada, pelos decretos nº 406, de 4 de maio de 1938, e nº 2.010, de 20 de agosto de 1938, incluindo agora as categorias ‘permanente’ e ‘temporário’. Os classificados como temporários eram osturistas, viajantes em trânsito; os permanentes os que constituíam lar definitivo no país (KNOWLTON, 1961, p. 35, *apud* SIQUEIRA, 2000, p. 26-27).

Bahia	1.206	947

Fonte: *Recenseamento do Brasil* 1920, 1947, p. 123, *apud* PIMENTEL, 1986, p. 56.

Ainda de acordo com o Censo de 1940, o número de sírios e libaneses do sexo masculino chegava a 27.689, enquanto as mulheres somavam 18.097. Os homens também superavam em muito às mulheres em relação à naturalização: 4.163 contra 1.284. Todavia, no que concerne aos descendentes de segunda geração, registrava-se um grande equilíbrio: 53.769 homens contra 53.307 mulheres (CORTES, 1958, p. 72).

Com um grande senso de cooperação e apoio mútuo os imigrantes árabes³ foram os responsáveis por dinamizar o comércio no interior do Brasil, principalmente ao levarem mercadorias da capital de maneira independente e autônoma, formando as primeiras redes comerciais das primeiras décadas do século XX. Eles recebiam as mercadorias de outros patrícios, que lhes entregavam os produtos em confiança e facilitava o pagamento: um corte de tecido, roupas, calçados, aviamentos, tudo em consignação para ser revendido no interior pelo imigrante recém-chegado. Muitas vezes o mascate vendia suas mercadorias diretamente a senhora, dona da casa, em prestações, que lhe garantia a volta ao local, e no caminho mais vendas através de indicação de mais clientela.

Essas redes eram muito eficazes porque se alongavam até as aldeias de origem dos imigrantes no Oriente Médio. Havia uma grande movimentação de pessoas e dinheiro viajando entre a América e os portos Mediterrâneos em direção ao Líbano e a Síria. Vilarejos inteiros no Oriente Médio fornecem imigrantes à América desde as últimas décadas do século XIX.

A vontade de emigrar, de fazer a América, onde quer que esta fosse, precedia a determinação por um destino específico. Na Síria, relatórios de missões presbiterianas notaram que ao longo da

³ Usamos o termo árabe para definir os diversos grupos étnicos, de língua árabe, que habitam a região do Oriente Médio denominado: Levante. A região inclui a Palestina, o Líbano, grande parte da Síria até a fronteira da Turquia. Historicamente o termo árabe era usado para descrever povos nômades do deserto.

última década do século XIX, a febre imigratória chegou a tornar-se uma mania (...) Um analfabeto vai para a América e no curso de seis meses manda um cheque de \$300 ou \$400 dólares, mais do que o salário de um professor ou de um pastor em mais de dois anos (...) Quase tudo é usado para pagar velhas dívidas, hipotecas, e para levar outros imigrantes além- mar. Dos relatos dos imigrantes só se ouvem louvores irrestritos à América. (TRUZZI, apud Knowlton, 1992: 289)

Muitos imigrantes cristãos, especialmente os libaneses, que, de uma forma geral já se identificavam com o ocidente desde a terra de origem, aprovaram a tutela da França⁴. Outros, entre eles muitos sírios, e imigrantes muçulmanos, eram favoráveis a um estado árabe independente, secular, forte e unido. Eles eram partidários da chamada ‘Grande Síria’ que englobava num só país a Palestina, o Líbano e a Síria, que naquela época incluía a Jordânia, Arábia Saudita e o Iraque. Está foi, aliás, a promessa feita por Sir Lawrence (da Arábia) aos árabes que ajudaram o oficial inglês, infiltrado nos exércitos árabes, durante a campanha contra o domínio otomano em 1916 na retomada de Damasco das mãos dos turcos.

No Brasil, a maioria dos imigrantes que permaneceram optaram por esquecer os problemas do Oriente Médio e criar suas famílias como brasileiras. Existem várias histórias de imigrantes que mudaram ou traduziram seus sobrenomes para o português. Uma opção mais simples, comum e fácil de pronunciar, além de não denunciar a origem. A maioria jamais ensinou árabe aos filhos, na esperança que a próxima geração se integrasse por completo a sociedade brasileira, sem nenhum tipo de desvantagem possível ou preconceito étnico, como o que haviam sofrido na origem por serem cristãos.

⁴ A França era chamada por muitos libaneses cristãos de “Mão Amiga”. O país já havia intervindo em outros conflitos, sempre a favor dos cristãos, especialmente nas aldeias do Monte Líbano, durante o século XIX.

A imigração árabe no Rio Grande do Sul

Apesar das imprecisões do censo, o Rio Grande do Sul foi o quarto estado brasileiro em número de ingressos oficiais de sírios e libaneses contabilizando 4.468 pessoas até 1940⁵.

Repetindo o mesmo padrão de outros lugares, a atividade escolhida em peso pelos imigrantes foi a da mascateação. Quase todos começaram a vida fazendo negócios de porta em porta, levando pesada mala cheia de mercadorias nas costas, trazendo notícias da capital, levando novidades ao interior. Eles estavam formando uma rede de cooperação que se projetava acima de qualquer diferença econômica, pertencimento étnico, colocação social ou convicções políticas.

A historiografia da imigração sírio e libanesa no Rio Grande do Sul conta com um verbete no volume V da Enciclopédia Rio-grandense (1958) cujo organizador, Klaus Becker, destaca algumas famílias árabes que se estabeleceram no sul Estado do Rio Grande em fins do século XIX, especialmente em Rio Grande, Pelotas e Bagé. Essas informações encontram apoio no trabalho de Cecília Kamel (2000) que indica que “a entrada desses primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul deu-se pelo porto de Rio Grande, por via terrestre a partir do porto de Santos e, não raras vezes, também por vias terrestres a partir da Argentina e do Uruguai”.

Com acesso aos quatro cantos do Estado, não é estranho, portanto, que os sírios e os libaneses se encontrem disseminados por todo o Rio Grande do Sul, Embora algumas localidades se tenham tornado grandes redutos desses imigrantes entre elas, Pelotas, Alegrete, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Bagé, Passo Fundo, Rio Grande, Caxias, Erechim, São Gabriel e São Borja, além de Porto Alegre. Acrescente-se ainda, que além da cidade de Rio Grande no interior do Estado, especialmente no trecho que vai de Capão da Canoa, até São José do Norte, existem entre os moradores, um grande grupo de sírios e libaneses inteiramente integrados à vida rural gaúcha. (KEMEL, Cecília, 2000, p.34)

⁵ Se considerarmos o DF, e o Estado do Rio de Janeiro como uma só unidade federativa.



Não obstante a atual presença semita nas cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul há que se destacar que tal fenômeno é relativamente recente tendo pouco mais de meio século. No caso de Pelotas, encontramos a foto⁶ ao lado que testemunha a presença de comerciantes sírios na cidade durante as primeiras décadas do século XX.

Características importantes da imigração árabe no Brasil e no Rio Grande do Sul: em primeiro lugar: a dedicação ao comércio e, depois, a presença urbana. A mobilidade entre a metrópole e o interior foi uma marca desta imigração, quando estes imigrantes estabeleceram laços de cooperação, levando mercadorias, riqueza e notícias nos dois caminhos, mas, sobretudo, estabelecendo redes, independentemente da origem ou pertencimento étnico religioso.

⁶ Instituto Delfos PUC/RS Fundo Beno Mentz Foto sem data.

A presença sírio e libanesa em Porto Alegre.

No início do século XX, quando os primeiros imigrantes sírios e libaneses começaram a se estabelecer e circular pela cidade de Porto Alegre, seus núcleos residenciais e comerciais eram na Rua General Andrades Neves. Com o passar do tempo expandiram seus negócios para a Praça Parobé, e para a Rua Voluntários da Pátria, no Centro da Capital. Até hoje o local é conhecido por seu comércio de artigos populares e miudezas.

Viviam inicialmente em cortiços, moradias populares com cômodos para alugar onde se aglomeravam famílias inteiras em um reduzido espaço. Era peculiar o comércio praticado em longos trajetos percorridos como vendedor ambulante de sotaque tão característico (AMRIK, S/D)

Um viajante alemão, Wilhelm Lacman⁷ que visitou Porto Alegre em 1903 escreveu em suas memórias as impressões sobre a cidade. Assim ele descreve um passeio pelo Centro da cidade:

Agora estamos dobrando a esquina da Rua dos Andradas. Alguns soldados trajando belos uniformes, mas sem arma na cintura, encontram-se conosco, eles fazem continência a um superior que passa no outro lado. A Rua dos Andradas é a principal via de circulação de Porto Alegre, repleta de vida colorida. Negros e mestiços com negros de todos os matizes, luso-brasileiros, italianos e alemães, misturam-se aqui, uns com os outros. Aqui e ali, também encontramos rostos orientais. Isto, porque Porto Alegre possui uma boa quantidade de lojistas sírios, o qual dispõe até de um jornal próprio, redigido em idioma árabe. (NOAL Fl. 2004, p.96)

Outro viajante que faz referência à presença árabe na Capital é o padre belga Thomas A. Schoenaers⁸, que em 1903, se hospedou no “hotel

⁷ Nasceu em Niederbronn (Alemanha), em 1880. O extenso roteiro percorrido por Lacmann resultou na publicação de um livro *Ritte und Rastage in Sudbrasilien* (A cavalo e nas pousadas do sul do Brasil). O autor morreu em 1918, com 38 anos, em consequência da I Guerra Mundial. (2004, p.93).

árabe, *Abdallah-Ben-Alli*, com intuito de permanecer neste local por um mês” (NOAL Fl. 2004, p.103)

Ainda nas primeiras décadas do século XX, os irmãos Selaimen, imigrantes libaneses, exploravam uma pedreira num trecho do bairro São João (entre as ruas Benjamin Constant e Sertório, na Zona Norte da Capital), onde fixaram residência, sendo que, mais tarde, com o fim da pedreira, lotearam o terreno atraindo muitos outros patrícios e fazendo daquela ponta do bairro um reduto dos libaneses da cidade. (Schilling, 2007). É curioso que o bairro São João, em Porto Alegre, sempre foi reduto de alemães e seus descendentes, inclusive abrigando o tradicional Clube Sociedade Atlética, atual SOGIPA. Por coincidência, o primeiro clube libanês se instalou, na década de 1930, na rua de fundos do Clube Alemão, sendo que, depois que a Sociedade Libanesa adquiriu sua nova sede no bairro da Boa Vista, a antiga sede foi comprada pela SOGIPA.

Em Porto Alegre, desde o início do século XX várias associações foram criadas num clima de dissensões, incorporações e cismas entre os grupos de sírios e de libaneses. A primeira foi a Sociedade Síria fundada em 1922, na Rua Riachuelo, Centro histórico de Porto Alegre e, dois anos depois era fundada a União dos Jovens Libaneses e a Juventude Maronita. Em 1925 criou-se o Clube Sírio e Libanês (Schilling, 2007) “que funcionava primeiramente, dentro do Clube Caixeral, na Rua da Praia, e, após, passou para a Rua Voluntários da Pátria”.(p.27)

Pela impossibilidade em participar de sociedades brasileiras tradicionais, quer seja pela dificuldade com a língua, pelos costumes ou mesmo pela condição social, os sírios e os libaneses formalizaram as associações que já existiam informalmente em bares, restaurantes, lugares para conversar, beber, tomar café, ler jornais ou praticar gamão e xadrez, seu jogos típicos. (SCHILLING, 2007 p.28)

Na década de 1930, “por desentendimentos entre a diretoria e alguns sócios” foi criado o Clube da Juventude Sírio-Libanesa.

⁸ Nasceu no povoado de Helchteren (Bélgica Flamenga). Ordenou-se padre em 1897. Foi enviado a Jaguarão/RS em 1901, como missionário. Escreveu o relato *Drie Jaren in Brazilie* (Três anos no Brasil) (2004, p.100).

“Passaram a existir, então, dois clubes distintos, em 9 de Setembro de 1934 foi fundada a Sociedade Sírio-Libanesa” (p.34) Ainda de acordo com Schilling, (2007) mais adiante novos desentendimentos “e a partir de 1936 foi fundada a Sociedade Libanesa, no bairro São João, criada pelos dissidentes dos outros clubes, e pela Juventude Maronita” (p.35).Em 1954 o clube é ampliado e, em 1982 muda-se para a sede atual no bairro Boa Vista. Em 1995, após negociações iniciadas em 1960, a Sociedade Libanesa incorpora o Clube Sociedade Síria, absorvendo seus sócios e a sede localizada no Centro, que é vendida.Em troca, os sócios da Sociedade Clube Sírio ficaram isentos por dois anos de pagar as mensalidades de manutenção,e um salão da sede social da Sociedade Libanesa ganhou o nome de “Sala Síria” em homenagem ao país vizinho.

Atualmente a capital dos gaúchos conta com um importante contingente de descendentes de imigrantes sírios e libaneses, da mesma forma, as cidades vizinhas e periféricas da Capital como Viamão, Guaíba, Canoas, Osório, Sapucaia, Santa Rita entre outras, possuem presença árabe e herança local tão antiga quanto às da capital. O mesmo ocorreu por todo interior do Estado do Rio Grande do Sul. Com presença mais acanhada, porém, mesmo nas áreas povoadas por colonos alemães e italianos, se podem encontrar algumas famílias árabes.Quase todas essas cidades possuem nomes de ruas dadas em homenagem a comerciantes sírios e libaneses já falecidos.



(Ao Centro- sentado, o imigrante Libanês Abílio de Nequete – Dulles, 1988)

Desde o início da imigração dos sírios em Porto Alegre, podemos citar alguns nomes emblemáticos. O primeiro deles é o imigrante e barbeiro libanês Abílio Nequete⁹, que, de forma surpreendente, ajudou a fundar e foi o primeiro Secretário Geral, do Partido Comunista do Brasil, em Niterói no ano de 1922. Outros nomes de destaque entre os descendentes de sírios e libaneses de Porto Alegre são o do desembargador Elias Mansur, membro da mais alta corte federal, e o cirurgião Ivo Nasralla, o primeiro médico a realizar transplantes de coração no Estado. Ambos têm em comum serem filhos ou netos de mascates árabes estabelecidos em Porto Alegre.

Na política a comunidade síria e libanesa de Porto Alegre já teve a representação de vereadores e deputados estaduais. Ambos os clubes de futebol mais tradicionais da capital, Grêmio e Internacional, já possuíram presidentes de ascendência síria ou libanesa, como é o caso das famílias Zaquer, Azmuz e Koif.

Entrevistamos um filho de imigrante libanês, o senhor Muhamad Baccar. Nascido em 1932. Filho de Ahmed Baccar, libanês muçulmano, estabelecido desde 1910, em Vera Cruz, na época, distrito de Santa Cruz do Sul, município com forte presença alemã no estado. Muhamed, conforme nos relata, foi capaz de estudar na capital no início da década de 1950, devido a uma rede de apoio formada por imigrantes e seus descendentes. Formado Engenheiro Químico pela UFRGS, fez uma ascendente carreira, que coincidiu com a criação dos cursos de geologia e a fundação da Petrobrás.

Tirei o científico lá em Porto Alegre. Depois eu fiz o vestibular e passei para engenharia química na UFRGS. Em Porto Alegre eu conhecia os amigos de meu pai, que era gente de muito dinheiro e de muita importância lá. Eles eram árabes mesmo, da comunidade. Eram atacadistas de tecidos muito fortes. Eu tirei o curso muito

⁹ Chegou ao Brasil aos 14 anos, no início do século XX em busca do pai, também imigrante libanês. Aos 18 anos mudou-se para Porto Alegre onde iniciou carreira como barbeiro. Para saber mais sobre o assunto ver BARTZ, 2008.

novo. E quando eu me formei, tinha 21 anos. Engenheiro Químico.¹⁰ (FRANCISCO, 2005)

Estas redes se estendem da capital para as periferias, e do Oriente Médio até o Rio Grande do Sul. As redes de conexões árabes, embora modificadas e resignificadas, estão bem visíveis, ainda hoje, inclusive na área metropolitana e da Grande Porto Alegre, conforme relatamos no próximo tópico.

As festas e as formas de rememoração da comunidade

Povos muito emotivos os sírios e libaneses, e são muito parecidos com os brasileiros neste aspecto. É claro que o sentimento de família também é muito profundo, sendo a Grande Família uma instituição consagrada no mundo árabe do Oriente Médio colonial. Este sentido patriarcal de família foi transportado, enquanto *Ethos* comportamental¹¹, para as gerações seguintes, inclusive aquelas que vieram ao Brasil.

Na origem, a grande casa patriarcal era uma tradição passada por gerações, onde a família estendida, composta por netos, genros, filhos e noras, tios e primos viviam juntos, numa mesma grande propriedade, a qual pertencia ao patriarca, que, em geral, era o parente varão mais antigo. Ele é o proprietário e herdeiro de todos os bens e rebanhos. Normalmente seu prestígio se traduz em propriedade de terra e número de agregados, o que poderia render-lhe algum poder junto às autoridades otomanas que ocupam os países árabes do Levante no fim do século XIX. Casamentos dentro da mesma família, entre primos, ou fechados no âmbito de duas ou três famílias aparentadas entre si é um padrão recorrente em todos os grupos pesquisados. Tal padrão foi transplantado à terra da imigração, pelo menos, entre nós, se encontrou presente nas duas primeiras gerações.

¹⁰ Entrevistas com Muhamad Baccar (1932-2011) realizada em 04/04/2004.

¹¹ Refiro-me aqui a maneira patriarcal de ordenar valores e comportamentos, onde o filho varão jamais deixa a casa quando casa-se com mulher árabe, já a filha dedica-se a família do marido.

Neste contexto, as festas, quase sempre acontecem no ambiente da família ou da aldeia, normalmente em meio a grande família. Essas celebrações sempre estiveram presentes em acontecimentos como matrimônio ou datas familiares. Na mesma igreja étnica, em casamentos, batizados e bodas. A fartura e a variedade de alimentos a mesa, as manifestações de alegria, comemorados com dança e música são as principais características das festas árabes, comuns na páscoa dos cristãos e no Ramadan dos muçulmanos. Há ainda as festividades femininas como a festa da henna¹² ou as festas dentro da família onde irmãos e primos dançam para seus pais e tios ou ainda todos juntos.

Casamento não remete apenas à festa, mas também ao sacrifício, significa negociar aspectos fundamentais que nortearão a vida das pessoas. Todas as histórias falam do peso da tradição, da importância dos pais na escolha do cônjuge e do papel dos sujeitos ao transitar por esse código. O modelo aparece nesse contexto como algo que rege a rede de relações sociais, garante a coerência do grupo e as narrativas um significado. “A coerência do grupo não implica, de modo algum, que os habitantes vivam em harmonia nem que todos partilhem dos mesmos valores”. (PETERS, 2006 apud Fonseca, 2000, p.34).

Recriação da identidade étnica em Porto Alegre

Hoje, passados mais de cem anos do início da presença dos sírios e libaneses no Rio Grande do Sul, verificamos entre poucos nomes árabes na lista de sócios da Sociedade Libanesa, muitos outros sobrenomes: luso-brasileiros, alemães, italianos e poloneses. Quase não há mais

¹² Tradicionalmente, a cerimônia de henna era restrita apenas às mulheres, cujo objetivo era homenagear a noiva e desejar-lhe saúde e riqueza enquanto se preparava para deixar a casa de seus pais e começar uma nova vida ao lado de seu marido. O vestido da noiva é de veludo, em cores fortes e vivas, para evitar o mau-olhado. Pedras e lantejoulas douradas e prateadas simbolizam a felicidade. O noivo veste a tradicional "djalabia", também com enfeites brilhantes que representam a luz que iluminará suas vidas. Na cabeça, usa um turbante vermelho. Sua nova casa é então enfeitada com veludo e com os tradicionais vasos e jarras de cobre.

casamentos endogâmicos entre os descendentes dos pioneiros. Atualmente na quarta geração em linha direta desde os primeiros imigrantes, o que foi uma comunidade étnica síria e/ou libanesa fechada, no início da imigração, é hoje uma vasta mescla de pessoas de diversas procedências e costumes, que têm suas fronteiras étnicas árabes bastante fluidas e flexíveis, entre os gaúchos e brasileiros de diversas origens.

A amplitude da memória do tempo passado terá um efeito direto sobre as representações de identidade. A memória individual se desenvolve em um tempo privado, íntimo. Mas que converge para o coletivo quando encontra apoio em acontecimentos vividos pelo grupo. (CANDAL, 2014, p.100)

A recriação da identidade étnica dos sírios e libaneses em Porto Alegre se dá de três formas principais: A primeira pela comunidade étnica e de sua socialização através do clube Sociedade Libanesa. Nessa dinâmica, a família assume um papel central nas celebrações e na preservação da memória árabe. A segunda através da Igreja Maronita Nossa Senhora do Líbano, inaugurada em 1964, no esforço da própria comunidade libanesa de confissão maronita¹³. A Igreja maronita tem uma missa aos sábados, às 18h30m, cuja parte da homilia é rezada em aramaico, língua da qual o árabe moderno se originou. A igreja reúne alguns imigrantes e seus descendentes, mas também brasileiros, vizinhos do local, (Rua Jerônimo Dornellas) sendo que alguns padres e freiras são libaneses maronitas. Por fim, a identidade árabe também é rememorada nos diversos restaurantes de comida árabe da cidade, mas também nas academias de dança oriental¹⁴ de Porto Alegre.

¹³ Igreja fundada com o apoio da comunidade maronita portalegrense. A origem da Igreja Maronita remonta o século IV, e se deu em torno de São João Marun, que viveu nas montanhas do Líbano.

¹⁴ Evitamos chamar de ‘dança do ventre’. Alguns estudiosos da cultura árabe consideram esta uma terminologia inventada no ocidente, criada pela indústria do entretenimento.

O Clube Sociedade Libanesa¹⁵ realiza duas festas étnicas por ano. Uma em Setembro, quando se comemora a independência do Líbano, e a outra em Novembro, para festejar o aniversário do Clube¹⁶. Em ambas as ocasiões há um jantar com comidas típicas e um show de dança árabe com bailarinas vestidas a caráter, música e espetáculo de folclore árabe com som e luzes. Nesta ocasião, depois de terminado o show, todos que quiserem podem dançar o Dabiq, que é uma dança realizada em grupo, onde todos juntos, de mãos dadas, ensaiam passos como numa ciranda, perfazendo uma coreografia em harmonia com a batida dos pés e a dobra do joelho, ao som da percussão.

Já os restaurantes árabes de Porto Alegre são cinco, sendo o mais tradicional o Baalbek, localizado na Rua Dr. Timóteo, bairro Floresta. O restaurante que pertence a uma família de descendentes de imigrantes libaneses tem uma tradição culinária de 25 anos ininterruptos de serviços na Capital. Os demais restaurantes são: Lubnannn, na Cristovão Colombo, bairro Floresta, o Damash, localizado na Cidade Baixa, o Al Nur, na Rua Protásio Alves em Petrópolis, e o restaurante da Sociedade Libanesa, chamado de Monte Líbano.

Alem do Clube Sociedade Libanesa, dos restaurantes árabes de Porto Alegre, o que mais chama atenção sobre a referência árabe na capital é o elevado número de escolas de danças orientais. Entre as diversas academias especializadas em danças árabes, com aulas particulares ou em grupo, existem aquelas que também oferecem show com bailarinas, música e *buffet* de comidas árabes, a domicílio, em clubes ou restaurantes. Essas iniciativas se caracterizam por serem verdadeiras produções de espetáculo, onde o imaginário árabe aparece pronto para o consumo.

¹⁵ O Clube, fundado em 1936, teve sua primeira sede na Rua Leopoldina, antiga Rua Ipiranga, bairro São João. Em 1954 passou por reformas de ampliação e, em 1982, foi construída uma nova sede no bairro Boa Vista, Zona Norte da Capital e, localização atual.

¹⁶ A festa denominada “comenda do sheik” é uma tradição desde 1972. Os convidados comparecem ao jantar usando trajes típicos. Bailarinas contratadas, geralmente vêm de São Paulo para se apresentar especialmente no evento que é ansiosamente esperado por grande parte dos sócios todos os anos.

A bailarina e coreógrafa Nurah Said, libanesa de nascimento, mas radicada em Porto Alegre, fundou o Centro Cultural árabe *Maktub* e foi nossa colaboradora nesta parte do texto. Segundo Nurah, o objetivo do Centro é promover o mundo oriental através de palestras que mostrem a contribuição da cultura árabe ao ocidente, mas também permita exibir a arte contemporânea, a dança moderna e folclórica, além do teatro árabe, estrelando peças que são inspirados em contos folclóricos e adaptados para o gosto do público brasileiro. De acordo com nossa informante, as danças árabes são divididas em quatro grupos principais: As danças folclóricas, como por exemplo: *Tah-tib* que é praticada por dançarina com um bastão¹⁷, a dança do Said, que é uma dança tradicional do Norte do Egito, em que a bailarina dança com bastão ou espada, o Khaleege¹⁸, cujo ritmo é o Soudi (folclórico) e o Dabiq que é uma dança coletiva do tipo ciranda que é praticada por todos¹⁹. Ainda há a dança clássica árabe, onde detalhes como movimentos das mãos e quadris são cuidadosamente observados, a dança Takssim, que se desenvolve ao som de instrumentos de sopro e cordas, e os solos de Derback, tambor árabe cuja diversidade de toques já catalogou mais de duzentas diferentes batidas e ritmos.

Conclusão

A atividade de memória que não se inscreve em um projeto de presente, não tem carga identitária, e com mais frequência equivale a nada recordar. (Joel Candal)

¹⁷ Alguns em formato de cajado, outros com gancho na ponta. A dança simula uma arte marcial popular entre os pastores que usam o cajado como instrumento de puxar e bater no adversário, na dança, ao final da apresentação, o gancho serve para que a dançarina puxe os convidados para a pista de dança.

¹⁸ É dançada com um vestido (túnica) de tecido fino, todo bordado. A túnica é chamada de Galabya.

¹⁹ A origem da dança sugere algum tipo de mutirão quando aldeões se reúnem para pisar uvas, pisotear o piso de alguma casa ou cobertura de telhado que era feito de estuque.

O orgulho da raça²⁰ é algo comparável a uma alta estima coletiva. É a mesma que, neste sentido, gozam alguns descendentes de italianos e alemães²¹, que buscam nos consulados e embaixadas a cidadania desses países, na esteira do prestígio que têm no cenário internacional, mas também os filhos e netos de imigrantes japoneses, açorianos e poloneses e até, em muitos casos, os afrodescendentes²². Observa-se, porém, no caso dos descendentes de imigrantes sírios e libaneses em Porto Alegre, características únicas e peculiares de um grupo de descendentes de imigrantes que se nega e se afirma, ao mesmo tempo, tão claramente em relação ao seu pertencimento e orientalismo²³.

Seus pais e avós chegaram jovens e pobres, na condição de apátridas, sendo que suas identidades estavam ligadas a religião e a aldeia de origem. Aqui aprenderam a se vestir, comer e falar de modo ocidental. Conduziram carreiras empreendedoras, atividades dinâmicas que, embora oferecessem riscos, souberam ser contidos suficientes para não perdernas crises, embora muitos tenham falido a maioria manteve seus negócios e até cresceu lentamente com o tempo. O resultado disso foi terem proporcionado à segunda geração a entrada definitiva num outro patamar econômico, aonde até bem pouco tempo, apenas os luso-brasileiros e outros descendentes de imigrantes chegados ao país sob outras condições, em um tempo anterior, poderiam alcançar.

²⁰ A categoria ‘raça’ é usada para definir o racismo. Esta palavra deve ser compreendida nas Ciências Sociais como limitada, todavia pode auxiliar quando se trabalhar com identidade étnica e todas as suas implicações.

²¹ Segundo a resposta dos entrevistados no Projeto de Pesquisa ‘Identidade Gaúcha’ (2000, p.43) os descendentes de italianos 66%, alemães 56%, e portugueses 51%, são “povos importantes na formação dos gaúchos”; (índios 37%, negros 31% e castelhanos e platinos 16%)

²² A baixa estima e a pobreza andam muito próximas e se constitui como uma chaga nacional, porém, muitos são os grupos e pessoas que afirmam sua condição de negros, se empoderando, inclusive esteticamente frente a uma sociedade capitalista cuja lógica é anglo-saxão.

²³ O orientalismo moderno, de acordo com Edward Said é a maneira culta que os ocidentais veem e explicam o oriente.

Na história da Sociedade Libanesa observa-se que a memória é um campo em disputas. Em Porto Alegre faltou regularidade e iniciativa a comunidade síria em manter sua memória separadamente. Se assim tivesse ela feito, poderia negociar com a Sociedade Libanesa o nome ‘síria’ no nome do Clube, e não apenas um salão nobre no espaço social do Clube Sociedade Libanesa. O que triunfou em Porto Alegre foi a comunidade maronita cristã, de origem libanesa. Em torno dela outros grupos árabes se juntaram numa tácita aceitação de ‘libanizarem-se’, em outras palavras, fazer concessões identitárias. Ao que se deve este fator? Talvez a forte presença de alemães e italianos tenha dirigido as escolhas de muitos sírios a se converterem em ‘libaneses’, mais próximos e mais parecidos com os ocidentais. Este ponto de inflexão ficou claro durante os anos de 1920 e 1930, duas décadas de forte movimentação associativa para os imigrantes e descendentes de sírios e libaneses em Porto Alegre, quando o mandato Francês no Líbano e na Síria, como vimos, prevaleceu, sobre uma visão de mundo “pan-árabe” como queriam muitos sírios. O estabelecimento da Igreja maronita, algumas décadas mais tarde, consolidou o ‘território conquistado’.

Por outro viés podemos estudar a etnicidade através de outros símbolos, como, por exemplo: a alimentação. Nas palavras de Woortmann, (1978), “o comer não satisfaz apenas as necessidades biológicas, mas preenche também funções simbólicas e sociais”. Os alimentos da culinária sírio e libanesa unem tanto sírios quanto libaneses assim como a língua, a arte e a dança árabe. Os alimentos árabes são preparados de forma ritual e demandam grande habilidade manual como moer, pillar, sovar e bater. Utiliza-se de elementos frescos de uma cozinha tipicamente mediterrânea. Ingredientes como o trigo, arroz e o grão de bico, juntamente com o azeite de oliva e hortaliças (quase todas têm nomes árabes) além dos legumes que acompanham os pratos principais. Podem ser servidos recheados, cozidos, crus ou assados. A carne preferida é a de carneiro e o leite usado para coalhadas e iogurtes.

Os restaurantes árabes espalhados pela cidade propõe uma rememoração síria e libanesa através de cheiros e sabores. Da suave pimenta síria, do pão árabe, da cebola e da pasta de grão de bico. É através da cultura material, mas também de sua forma intangível e imaterial, usando os sentidos, que se torna possível acessar um imaginário ancestral disponível no dia-a-dia da cidade.

Estes produtos, ações e pessoas, agenciam os desejos de pertencimento, movimentando uma fronteira étnica tanto de descendentes quanto de brasileiros, já familiarizados com o imaginário oriental do quibi e da esfirra, como alimentos nacionais, invertendo a lógica orientalista e arabizando um pouco mais o Brasil.

Referências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Projeto de Pesquisa *Identidade Gaúcha*, Assembleia Legislativa do RS, Porto Alegre, 2000.

ALMEIDA, Ludmila Savri. “Sírios e libaneses: redes familiares e negócios”. In: Célia Maria Borges (org.). *Solidariedades e conflitos*. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

AMRIK. *Presença árabe na América do Sul*. Exposição/Livro Ministério das Relações Exteriores, Brasília S/D

BARTZ, Frederico Abílio de Nequete. (1888-1960): Os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social*. Campinas, número 14/15, 2008 p.157-175.

BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-grandense*: Volume V Porto Alegre, 1958.

CAPELLO, Ernesto. Carrying the past: the Syrio-Lebanese Emigration to Brazil. *Journal*, No.IV, acesso em 20/01/2002. <<http://www.la.utexas.edu>>.

CARVALHO, D. DE. *Chorographia do Districto Federal*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

CAZENEUVE, Jean. *Sociologia do Rito*, Porto S/D

CORTES, Geraldo Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros, n. 95, 1958.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*: comentário sobre a sociedade do espetáculo Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DULLES, Foster. *Anarquistas e Comunistas do Brasil*. Nova Fronteira, São Paulo, 1977.

FRANCISCO, Julio. *Memória da Imigração*. Vol II Sírios e Libaneses. Arquivos do Departamento de Pesquisa Universidade Estácio de Sá: Rio de Janeiro, 2005

LESSER, Jeffrey. *Negotiating the national identity*. Immigrations, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil. Durham, Duke Uni. Press, 1999.

KEMEL, Cecília L.A. No resgate das raízes. In: *Rio Grande do Sul: continente múltiplo* Porto Alegre: Riocell, 1993. p. 126-137.

KNOWLTON, Clark. *Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial*. São Paulo: Anhembi, 1961.

NUNES, H. *A imigração árabe em Goiás: 1880 – 1970*. Dissertação de Mestrado.

LOPES, José Rogério Festas e Religiosidade Popular: *Estudos antropológicos sobre agenciamentos reflexividades e fluxos identitários*. Porto Alegre, Ed. Circula, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os italianos e os modernistas paulistas. Texto apresentado no XXVI *Encontro Anual da ANPOCS* (GT Pensamento Social no Brasil), 2002. (mimeo.)

PEREIRA, Lenora S. *A discreta presença dos muçulmanos em Porto Alegre: uma análise antropológica das articulações de significados e da inserção do islamismo no pluralismo religioso local*. Dissertação UFRGS PPG em Antropologia Social, Porto Alegre, 2001.

PETERS, Roberta. *Imigrantes Palestinos, Famílias Árabes: Um estudo antropológico das tradições através das festas e rituais de casamento*. Dissertação de Mestrado PPG Antropologia Social, UFRGS, 2006

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHILLING, Suzana. *Uma História a ser lembrada*. Sociedade Libanesa de Porto Alegre, Porto Alegre, 2007.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores*. Editora Sumaré, São Paulo, 1992.

_____. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos: um enfoque comparativo. *Journal of American Ethnic History*, v. 16, n. 2, 1997.

WOORTMANN, Klaus. *Hábitos e ideologias alimentares em grupo social de baixa renda*. Fundação Universidade de Brasília. 1978. Série Antropologia 20.

CAPÍTULO IX – POLÍTICAS E POLÍTICOS

DIALOGANDO COM POLÍTICOS: ARSÈNE ISABELLE E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARA O SUL DA AMÉRICA – SÉCULO XIX

Marcos Antônio Witt*

Arsène Isabelle, ao elaborar e propor um projeto de colonização para o Sul da América, dialogou com políticos dos atuais territórios do Rio Grande do Sul (Brasil), Argentina e Uruguai. Propostas de reforma agrária, colonização, ocupação e dinamização do espaço sulino estiveram na pauta das proposições de Isabelle¹. O presente texto tem como objetivo mapear e analisar os diálogos estabelecidos entre o viajante europeu e os

* Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado a esta mesma universidade; doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo e à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras; coordenador da área de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES, desenvolvido no curso de graduação em História da UNISINOS; pesquisa os temas política, imigração, Brasil império. É autor do livro *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008 e organizador da obra *Fontes litorâneas: escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

¹ Versão em língua espanhola e ampliada do presente texto encontra-se publicada em: WITT, Marcos Antônio. *“Emigración y colonización” en América del sur*. La provincia brasileña de Rio Grande do Sul, la República Oriental del Uruguay y la Cuenca del Plata en las consideraciones de Arsène Isabelle. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann y REGUERA, Andrea (Orgs.). *Variaciones en la comparación: procesos, instituciones y memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina*, s. XVIII-XXI. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2014, p. 143-176.

governantes com os quais manteve contato. A leitura de “Emigração e colonização” revelou os esforços empreendidos pelo autor no sentido de tentar convencer os governantes americanos a aderir ao projeto de colonização. Nesse sentido, o discurso ganhou ares de diagnóstico mas, também, de tentativa de convencimento.

Louis-Frédéric Arsène Isabelle chegou a Montevidéu, no dia 28 de fevereiro de 1830, com 34 anos de idade; sua vida compreende o período de 1807 a 13 de janeiro de 1888, tendo nascido e falecido em Havre, na França. Como comerciante, fundou uma indústria têxtil, de seda, em Buenos Aires, em sociedade com Edouard Nouel. Com o insucesso do empreendimento fabril, Isabelle decidiu incursionar pela própria capital uruguaia, por Buenos Aires e pelo Rio Grande do Sul, financiando suas próprias despesas. A excursão iniciou em 9 de novembro de 1833 em direção à província do Rio Grande do Sul, estendendo-se até junho de 1834, permitindo que ele coletasse espécimes botânicos, geológicos e zoológicos; nesses momentos, aflorou sua veia naturalista.

Por outro lado, os dados biográficos de Isabelle também apontam para um certo pragmatismo: como comerciante, vislumbrou que os empreendimentos de colonização alavancariam o desenvolvimento dos territórios, os quais percorreu com nítido interesse empresarial. Segundo Dante de Laytano, “um dos sonhos constantes de sua vida era a instituição de uma grande empresa colonizadora” (De Laytano Apud Isabelle, 1983, p. 6). As lutas políticas no Uruguai e outras dificuldades impediram-no de concretizar o empreendimento colonizador. Porém, em 1845, lançou as bases de suas ideias na obra “Projet de colonisation du littoral de la République Orientale de l’Uruguay”. Mais tarde, em posse do relatório de Andréia, Isabelle traduziu, comentou e acrescentou as observações do presidente da província, dando origem à obra “Émigration et colonisation dans la province brésilienne de Rio-Grande-du-Sud, la République Orientale de L’Uruguay et tout le Bassin de la Plata”.

Os estudos e o desejo de se dedicar à colonização no Sul da América tiveram como empecilho as dificuldades pessoais que Isabelle enfrentou em solo americano. Dificuldades econômicas, a perda dos dois filhos, o que o levou a viver como professor de francês e contabilidade e

funcionário do consulado da França, e o atropelamento por um bonde, abalaram a saúde do homem que fez de si um viajante dedicado à ciência e ao comércio. Desde 1845, Isabelle redigia “o periódico ‘Le Patriote Français’, órgão partidário de Rivera, em oposição a Oribe, e que foi publicado de 2.2.1843 a 15.12.1850” (De Laytano, 1983, p. 6), no qual publicava notícias sobre sua experiência em solo sul-americano. Temas como a navegação no rio Paraná, o comércio francês no porto de Montevideú, a imigração e a colonização e o pauperismo e seus efeitos foram explorados em diversos artigos publicados no jornal uruguaio. No fim da vida, voltou ao Havre para exercer o cargo de cônsul, suicidando-se já octogenário. Morales complementa da seguinte forma a biografia de Isabelle:

Es nombrado cónsul francés, funda una familia, intenta negocios em gran escala, ocupa un puesto de funcionario en la Aduana y en la educación pública de Montevideo; viaja, conoce el Paraguay, Brasil y la Patagonia; escribe como redactor en jefe de “Le Patriote Français” contra la tiranía de Rosas; palpita con la existencia peligrosa de los amenazados por el ejército de Oribe, tanto que su hijo mayor, oficial de la Legión Francesa, pierde la vida en el combate del Cerrito. El emigrado francés ya está definitivamente ligado a la vida del Plata; su pensamiento, su acción y su sangre le han fecundado” (Morales Apud De Laytano, 1983, p. 102).

“Emigração e colonização”, de Arsène Isabelle, foi publicado pela primeira vez em 1850, em Montevideú, Uruguai. Cem anos depois, o mesmo livro ganhou nova edição, com tradução de Belfort de Oliveira e prefácio de Augusto Meyer, sendo impresso pela Gráfica Editora Souza, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Instituto Nacional do Livro. De acordo com Augusto Meyer, o relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, Brasil, Francisco José de Souza Soares de Andréia²,

² O “Relatorio do Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Tenente General Francisco Joze de Souza Soares de Andrea, na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no 1º. de Junho de 1849, acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o Anno de 1849-1850”, em sua íntegra, encontra-se disponível em <<http://www.crl.edu>>, acessado em 2 de abril de 2014. Os relatórios dos presidentes das províncias do Brasil foram digitalizados

enviado a Isabelle pelo amigo Aimé Bonpland, teve forte influência sobre o autor de “Emigração e colonização”, uma vez que “continha, no capítulo referente à agricultura, um projeto de colonização progressiva de grandes extensões latifundiárias”. (Meyer Apud Isabelle, 1950, p. 7).

Desse modo, o relatório do presidente da província, apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1º. de junho de 1849, renovou o ânimo do viajante, naturalista e comerciante, que tinha a colonização de “vastas regiões inaproveitadas da América” (Meyer Apud Isabelle, 1950, p. 9) como uma das suas grandes preocupações. Tal foi o impacto do relatório de Andréia sobre Isabelle, que o autor reproduziu um fragmento do seu conteúdo:

Um dos maiores obstáculos que se opõem, nesta Província [do Rio Grande do Sul], ao progresso da agricultura e, mesmo, ao desenvolvimento da população, é a existência de grandes estâncias (grandes fazendas), ou enormes desertos, cujos possuidores, dedicando unicamente – e mal – à criação de gado, gozam do direito de expulsar de seus campos famílias infelizes que não têm onde se acolher. (Andréia Apud Isabelle, 1950, p. 35).

Segundo Isabelle, Andréia não apenas apresentou o “mal”, mas propôs a solução para tal impasse: a colonização dessas vastas regiões por famílias que estivessem dispostas a ocupá-las e torná-las rentáveis.

O livro ora analisado, “Emigração e colonização”, aborda a questão da ocupação e rentabilidade da terra na primeira metade do século XIX, em três regiões do Sul da América: a província brasileira do Rio Grande do Sul, a República Oriental do Uruguai e a Bacia do Prata. Ao unir as suas ideias às descritas e disponibilizadas no relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, Isabelle criou um “corpus discursivo” (Foucault, 1986, p. 6-9), fundamental para defender seu projeto de colonização. O texto metodologicamente construído foi

por *Center for Research Libraries* e estão disponíveis no site <<http://www.crl.edu>>, acessado em 12/5/2014. Em relação ao nome de Andréia, percebem-se diferenças entre a grafia constante no relatório e a adotada no livro de Isabelle. Para o presente texto, com exceção das citações, optamos pela grafia apresentada no livro de Isabelle: Francisco José de Souza Soares de Andréia.

dirigido a determinadas autoridades com objetivos muito bem definidos, isto é, convencê-las de que a imigração de estrangeiros europeus significaria um avanço em termos de desenvolvimento econômico-social no cenário sul-americano.

O modelo descrito e adotado por Isabelle foi a Colônia alemã de São Leopoldo, fundada em 1824, próxima a Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. Tendo São Leopoldo como parâmetro, Isabelle passou a analisar que porções do território sul-americano poderiam receber imigrantes para desenvolver essas áreas. Ao fazer isso, chamou a atenção das autoridades brasileiras, mas também das europeias, sobretudo das francesas, sobre a importância e os excelentes resultados que a colonização poderia proporcionar aos trabalhadores europeus e à nação receptora. Teodemiro Tostes analisa da seguinte forma a dedicação de Isabelle ao tema colonização:

Integrado na vida desta parte da América, Isabelle não se descuidava dos seus problemas nacionais e os discute com assiduidade nas colunas do seu jornal e também em monografias. Um tema que o apaixona e absorve é o da colonização destas vastas regiões da América por elementos europeus selecionados, à base das observações que recolhera em sua viagem à Província do Rio Grande. Não pode compreender que países tão propícios ao desenvolvimento de uma colonização daquele gênero preferiram conservar inaproveitados milhões de hectares de terras, a abrir suas portas à imigração, por meio de tratados inteligentes. Sofre ao pensar na multidão de proletários franceses que vegetam no desconforto e na miséria, enquanto, neste lado do Atlântico, há um solo virgem que só espera braços. (Tostes Apud Isabelle, 2006, p. 15).

No texto introdutório da primeira edição de “Emigração e colonização”, o qual é dedicado ao “Sr. John Lelong, cônsul geral da República Oriental do Uruguai, delegado da colônia francesa no Prata” (Isabelle, 1950, p. 15), Isabelle dedicou algumas linhas à Colônia francesa instalada no Prata e, sobretudo, chamou a atenção para a necessidade de se incentivar a emigração e a colonização no Sul da América. A partir dessas primeiras considerações, percebe-se nitidamente que o livro publicado em 1850 e reeditado em 1950 – “Emigração e colonização” –, é um tratado sobre os benefícios que a colonização

estrangeira poderia proporcionar aos rincões sulinos da América. Não se trata de formulações inéditas; as novas informações dizem respeito aos projetos de colonização discutidos principalmente na província do Rio Grande do Sul e que já estavam na pauta da reflexão, escrita e publicação de Isabelle. Segundo o autor, o planejamento elaborado para a colonização do “litoral do Uruguai” seria perfeitamente viável e daria um “impulso extraordinário ao comércio e à indústria dessas regiões” (Isabelle, 1950, p. 37), principalmente porque o Rio Grande do Sul implantaria Colônias “nas margens do Uruguai, em frente ao Paraguai” (Isabelle, 1950, p. 37).

No que tange a esse aspecto – a criação de Colônias no Rio Grande do Sul e no Uruguai –, Isabelle estabeleceu intenso diálogo com Andréia. Nos subcapítulos sobre colonização e agricultura, o presidente da província ocupou-se de levantar e localizar os locais que seriam mais propícios à criação de novas Colônias estrangeiras no Rio Grande do Sul. De acordo com o governante, os projetos seriam destinados às seguintes localidades:

Tendo-me habilitado o Governo Imperial a principiar a abertura de uma Estrada desde o Municipio de Missões, seguindo e subindo a margem esquerda do Uruguay: nesta estrada, e á medida que ella avançar, se poderão demarcar muitas Colonias, e pol-as promptas á receberem moradores. He esta uma das despezas, que no sentido – Colonias – póde esta Assembléa authorisar. Do lado do Passo do Pontão, ou do dos Lageanos no Rio Pelotas, póde descer outra Estrada a encontrar aquella, com as mesmas disposições e fins. (...) Na Estrada que se está abrindo da Cidade do Rio Pardo, pelo Rincão do Rey á Cruz Alta de cima da Serra; há terras devolutas, e muitas pessoas se tem apresentado querendo povoal-as; eu tenho authorisado a medição de quartos de legoa contados sobre a Estrada, e com as obrigações de dobrarem á sua custa a largura em que vai feita a dita estrada, e de edificarem as casas à vista della; por este mesmo modo podem ser admittidos colonos estrangeiros quando assim o queirão; e cheguem a tempo. O Doutor Antonio Ladislao de Figueredo Rocha, Juiz de Direito de Piratiny, propôz-me neste sentido a sua Comarca como uma das que mais facilmente se prestará ao estabelecimento de colonias, designando especialmente o Passo do Acampamento, e as margens do Camaquam como dispostas pelas suas abundantes águas. (...) O Rincão formado pelos Rios Inhanundá, Jaguary Mirin, e Rio

Ibicuihy, offerece bons lugares para uma colonia que terá facil a navegação do Ibicuihy, e por elle se poderá communicar pelo Rio de Santa Maria até ao Passo do Rozario, e pelo Uruguay até Uruguayana, Itaqui, São Borja, &; e ficando a 12 leguas de Alegrete, terá uma bôa sahida aos seus effeitos. “O Povo de São Nicolau também fica em bom lugar para colônias, e muitos outros lugares da província, uma vez que a divizão de terras em datas ou colônias possa e esteja feita” (Andréia, 1849, p. 8).

Como entusiasta da emigração e da colonização, Isabelle soube captar o que cada espaço tinha de valioso para a realização do empreendimento colonizador. Portanto, seu olhar foi dirigido e pragmático. Aspectos outros, que naquele momento não integravam seu rol de interesse, foram descartados para que os objetivos de tal escrita pudessem ser alcançados. Aspectos geográficos e administrativos, clima, recursos naturais e industriais foram detalhados por Isabelle em três capítulos distintos. A leitura e a análise dos referidos capítulos possibilitam uma visão comparativa entre os espaços sobre os quais o autor se debruçou. O primeiro espaço contemplado foi a província do Rio Grande do Sul. Isabelle destacou os limites geográficos, os aspectos administrativos, como a capital com mais ou menos “15 mil almas” (Isabelle, 1950, p. 41), as comarcas e seus respectivos territórios, a população da província avaliada em torno de uns “250 mil habitantes, entre os quais 20 mil alemães” (Isabelle, 1950, p. 45). No “Capítulo Terceiro”, Isabelle dedicou grande interesse aos rios e à navegação. O seu interesse pelas vias navegáveis foi tamanho que enumerou os rios mais importantes: Rio Grande, São Gonçalo, Jaguarão, Camaquã, Guaíba, Jacuí, Rio dos Sinos, Caí, Taquari, Vacacaí, Santa Maria, Ibicuí-guaçu e Uruguai.

A quantidade de rios e lagoas e a capacidade de se transportar mercadorias e pessoas por suas águas mereceram especial atenção tanto de Isabelle quanto de Andréia. A partir de suas excursões, mas também da leitura atenta do relatório chegado a suas mãos, Isabelle aproximou-se do que Andréia havia observado em relação ao potencial fluvial da província do Rio Grande do Sul. O que há de original, ao se contemplar as duas escritas – do viajante e do governante –, é a ideia de se aproveitarem os recursos hídricos para pontuar Colônias estrangeiras de tal modo que Rio Grande do Sul e Uruguai ficassem conectados por essas

novas áreas de investimento agrícola. Nos subcapítulos intitulados “Limpeza dos Rios” e “Navegação não interrompida entre esta Capital e as partes mais remotas da província”, Andréia demonstrou todo o zelo em permitir o uso das águas como veículo de locomoção. Afora a necessidade de se limpar os rios com certa regularidade, o governante sugeriu alguns estudos que viabilizassem a melhor navegação desde Porto Alegre até as partes mais distantes da província. A interligação de rios e lagoas foi pautada como um dos meios de se agilizar a comunicação e o incremento dos negócios. Para o presidente da província, o sucesso dos projetos de colonização dependeria do uso eficaz dos meios navegáveis que o Rio Grande do Sul dispunha. (Andrea, 1849, p. 22-23).

Quanto à República Oriental (Uruguai), formada em 1828, Isabelle deu ênfase a sua formação como território independente, à forma de governo – república representativa –, à divisão em departamentos. De acordo com os números apresentados pelo autor, o Uruguai teria, em 1843, por volta de “230 mil almas” (Isabelle, 1950, p. 115). Nesse caso, o aumento populacional estaria vinculado à entrada de imigrantes:

Mas, a partir de 1835 até 1842, a afluência de estrangeiros de todas as nações e, particularmente, dos bascos franceses e espanhóis, tinha aumentado consideravelmente essa população. Sòmente pelo pôrto de Montevidéu, a imigração européia conduziu, nesse curto espaço de tempo, 48 mil pessoas; mas temos razões para acreditar que foi maior ainda, através as (sic) fronteiras do Brasil e das repúblicas argentinas (...) (Isabelle, 1950, p. 115).

Do mesmo modo como procedeu em relação à província do Rio Grande do Sul, Isabelle destacou os rios e a possibilidade de comunicação pelas suas águas. No entanto, o porto de Montevidéu recebeu atenção especial do autor, pois as condições favoráveis do local possibilitariam o agigantamento dos negócios. Em razão da presença francesa no Uruguai, os negócios envolvendo os franceses e/ou a França ganharam evidência nos relatos de Isabelle. Sua origem fez com que sua capacidade de observação e registro privilegiasse as iniciativas econômicas dos patrícios. Segundo o autor, “a colônia francesa que, em fins de 1840, era avaliada em cinco almas, pode, hoje, ser calculada, no mínimo, em 15 mil (...)” (Isabelle, 1950, p. 126).

No que tange à Bacia do Prata, a terceira parte do livro inicia com uma exortação em defesa da imigração. A partir do “Capítulo Décimo Quarto”, Isabelle promoveu um discurso severo e ao mesmo tempo entusiasmado dirigido àqueles que discordavam das iniciativas referentes à imigração e colonização e empenhou-se em mostrar os benefícios que os países europeus e os sul-americanos ganhariam com a saída de trabalhadores da Europa e a posterior fixação em território americano. Conforme as informações obtidas por Andréia, “de Hamburgo diz-se, que muitas famílias Allemans, se tivessem a certeza de que suas passagens lhes seriam pagas, virião procurar abrigo nesta Província” (Andrea, 1849, p. 8). A título de exemplo, e para dar destaque aos bônus que a imigração poderia proporcionar, Isabelle questionou se Montevideu, a colônia alemã [de São Leopoldo] e os Estados Unidos não estariam em posição vantajosa graças à efetivação dos projetos imigratórios. Sobretudo em relação aos Estados Unidos, o autor dedicou muitas linhas para evidenciar os enormes ganhos obtidos pelos norte-americanos desde que a imigração se consolidou (Isabelle, 1849, p. 160-161). Enfatizadamente, destacou:

E não esquecer, ainda, o que eram os Estados Unidos da América do Norte, não quando da descoberta, nem da época de sua independência, mas há vinte e cinco anos, apenas, e o passo de gigante que deram, daí para o presente, com o auxílio da grande emigração suíça, alemã, alsaciana e irlandesa, com seu espírito empreendedor e especulativo de comerciantes! Não foi depois da afluência de estrangeiros, de tôdas as nações civilizadas, que se formaram e se povoaram êsses vastos Estados do Noroeste, de Michigan, do Ohio, de Illionois, de Indiana, de Missouri e de Arkansas? Que êsse magnífico cenário das maravilhas da indústria humana e do gênio comercial quase dobrou sua população? Que êsse território de um milhão e meio de milhas quadradas se cobriu de usinas, fábricas, gados de tôda espécie, campos cultivados, desde as fronteiras do Canadá até o golfo do México? (...) o que fez com que o geógrafo Adrien Balbi declarasse que nenhum outro país do globo terrestre empreendeu, em tão pouco tempo, mais obras grandiosas no gênero que os Estados Unidos? (Isabelle, 1950, p. 160-161).

No “Capítulo Décimo Quinto”, o autor recorreu ao relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, Francisco José de Souza Soares de Andréia, para abordar a questão das culturas que poderiam ser

plantadas na Bacia do Prata. O autor encerrou o capítulo chamando a atenção do caso argentino, onde ainda haveria empecilhos maiores para a concretização dos propósitos relativos à imigração e colonização.

A partir do “Capítulo Décimo Sétimo”, Isabelle dedicou-se com afinco a apresentar seu projeto de colonização para a Bacia do Prata. O esboço idealizado pelo autor foi gestado a partir de intenso diálogo com seu amigo Bonpland e da leitura e estudo sistemático do relatório de Andréia. Segundo Isabelle, seu desejo foi o de

provar a excelência do plano de colonização traçado pela administração brasileira, e que gostaríamos de ver adotado, em toda a extensão da bacia do Prata, ou seja, nas duas margens do Prata, Uruguai, Paraná, Paraguai, Bermejo e Pilcomayo” (Isabelle, 1950, p. 186).

A ideia de assentar colonos às margens dos rios explica a dedicação de Isabelle em apresentar e descrever o potencial fluvial da região compreendida pelo Brasil, Banda Oriental, Paraguai, Bolívia, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. De acordo com o autor, “por que não apelaremos para nossos infelizes irmãos da França, da Itália, da Espanha, da Inglaterra e da Alemanha, a fim de que venham povoar estes desertos?” (Isabelle, 1950, p. 186).

Ao fazer o seguinte questionamento – “de que precisa a América do Sul para emparelhar, senão ultrapassar sua irmã mais velha do Norte?” (Isabelle, 1950, p. 187) – Isabelle enumerou uma série de medidas que os governantes deveriam adotar para o crescimento do continente sul-americano. Imediatamente, as revoluções, lutas civis e disputas internas entre os militares deveriam cessar; no que tange à população, ela deveria ser ensinada a usar as ferramentas do artesão, as habilidades do comerciante, do economista, do sábio e do filósofo prático; ainda, os falsos preconceitos, decorrentes da colonização portuguesa e espanhola, deveriam ser destruídos de tal modo que os americanos conseguissem confraternizar com outros estrangeiros; criar leis sábias, inteligíveis, liberais e protetores; mas, sobretudo,

apelar, como fizeram os Estados Unidos, o Chile, o Brasil, a América Central, para os homens laboriosos, ativos, inteligentes, que moralizam e estimulam, pelo poder do bom exemplo, pelos

laços de família e pela propriedade territorial, o caráter apático, desconfiado, manhoso, dissimulado, vingativo, ciumento e insubordinado do gaúcho (Isabelle, 1950, p. 187).

Com isso, dividir as grandes estâncias conforme o modelo que a província do Rio Grande do Sul adotaria com o objetivo de fundar Colônias e novos centros de população nas proximidades dos rios navegáveis; por último, utilizar as terras, as matas, as florestas, as minas, as pedreiras e todos os produtos naturais para o “bem-estar da Humanidade inteira” (Isabelle, 1950, p. 187).

O “Capítulo Décimo Oitavo” complementa as ideias defendidas nos capítulos anteriores. Em termos práticos, Isabelle argumentou que não se deveria dar preferência a nenhuma das nações europeias no que tange aos acordos sobre imigração. Sobre isso, afirmou o autor:

Assim como sempre pensamos que Montevidéu e Buenos Aires não podiam prosperar sem se prestarem auxílio mútuo, isto é, permitirem e facilitarem a livre navegação duma à outra margem, ao invés de procurarem assegurar o monopólio do comércio estrangeiro, somos, igualmente, de opinião que nenhuma preferência deve ser concedida a uma nação, em relação a outra, na distribuição de terras e meios de trabalho. Seria conveniente seguir, a esse respeito, o sistema adotado pelo governo brasileiro, mas numa escala muito maior, contrariando o menos possível os intentos e inclinações dos colonos (ISABELLE, 1950, p. 192).

O contato e o país escolhido se dariam pelas circunstâncias do momento e não por determinismos e/ou acordos já estabelecidos. Da mesma forma, os colonos teriam a opção de escolher o país ou a região onde gostariam de morar e trabalhar. Ainda, no princípio, o ideal seria agrupá-los por nacionalidade e/ou grupos étnicos. A Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, formada por agricultores e artesãos de fala alemã, seria um exemplo perfeito de como núcleos homogêneos responderiam satisfatoriamente no início do processo. Mais tarde, esses espaços seriam complexificados e dinamizados com a entrada de estrangeiros de outras nacionalidades. Para o autor, a coerção e as proibições em demasia afetariam o caráter industrioso dos imigrantes; por isso, seria importante permitir que escolhessem o local mais aprazível, de preferência próximo dos pares, para se fixar. Em termos de organização,

Isabelle considerava fundamental a criação de uma “agência geral de colonização” em Buenos Aires e Montevidéu. A agência deveria ter conhecimento exato das terras disponíveis, bem como da sua situação e recursos; ter em seus arquivos cartas topográficas de cada um dos estados interessados nos negócios da colonização, assim como plantas particulares dos terrenos destinados à fundação de Colônias e outros espaços. Desse modo, governo e demais entidades destinadas em promover a colonização estariam envolvidas no processo de seleção, deslocamento e fixação dos imigrantes através desta agência.

De fundamental importância para Isabelle foi a orientação que deveria ser proporcionada tanto aos governos europeus quanto aos americanos sobre o modo de proceder em relação à execução dos inúmeros projetos de imigração. Neste caso, as indagações de Jean Marcel Carvalho França em relação à literatura de viagem são pertinentes para se pensar a produção escrita de Isabelle: “Quem eram os homens que as escreviam [as narrativas]? A que público em geral se destinavam? de que estatuto de verdade gozavam? que alcance tinham na sociedade de então?” (FRANÇA, 2012, p. 11). Desse modo, o autor colocou-se como uma espécie de agente – não aliciador –, como o Major von Schäffer, responsável pela vinda dos primeiros agricultores, artesãos e soldados alemães enviados ao Brasil, mas defensor e disposto a colaborar com os governos sul-americanos caso assim o desejassem. Em determinada passagem do livro, afirmou: “eis o que tínhamos a pedir aos venturosos da terra americana. Quanto aos do Velho Mundo, o que temos, ainda, a lhes dizer é bem simples e bem fácil de compreender” (Isabelle, 1950, p. 199). Isto é, suas palavras foram dirigidas aos agentes que tinham condições de implementar os projetos de imigração que havia idealizado. O último parágrafo do “Capítulo Décimo Oitavo” sintetiza suas ideias:

Demonstramos as vantagens imensas que dai adviriam para estas belas e férteis regiões. Agora, faremos um apelo formal a todos os homens cultos, a todos os corações generosos deste vasto Continente – e o fazemos em nome da Humanidade e da Civilização – para que empreguem toda a sua influência em convencer os governos e, sobretudo, os povos americanos, da necessidade, melhor direi, da oportunidade de adotar um sistema de completa liberalidade para com os estrangeiros, sem distinção de bandeira (Isabelle, 1950, p. 202).

Apesar de didaticamente dividir o espaço percorrido e estudado em três partes, o autor o vê como uma única região. Ao abordar os diversos aspectos da província do Rio Grande do Sul, da República Oriental do Uruguai e da Bacia do Prata, Isabelle os comenta separadamente, em inúmeros capítulos, mas os compara sempre que percebe a necessidade de conectar os espaços que deveriam ser destinados à imigração e colonização. O autor não deixa dúvida de que se trata de uma região com características muito próximas e que o fluxo contínuo de trabalhadores a partir da colonização é destinado ao conjunto e não a espaços diferentes, muito embora os governos fossem distintos. Ao analisar características geográficas e climáticas, fauna e flora, aspectos administrativos e burocráticos, Isabelle lançou um olhar holístico sobre a região que se dispôs a estudar. Afinal, o que havia nesses três grandes espaços, vistos como únicos por Isabelle, que despertou sua atenção?

Diferente de outros viajantes que se estabeleceram momentaneamente no Sul da América, Isabelle é um viajante, um naturalista e um comerciante que se fixou e morou muitos anos no Uruguai. Então, suas observações e registros foram construídos a partir da visão de um homem que se tornou sedentário, mas, ao mesmo tempo, circulou e pesquisou em uma região que, hoje, compreende o Estado mais sulino do Brasil – Rio Grande do Sul –, o Uruguai e parte da Argentina. Portanto, além de coletar espécies da fauna e flora e exemplares de minerais, o que seria próprio de um naturalista, Isabelle idealizou e tentou efetivar um projeto de colonização para esta vasta região. Por certo, as diversas atividades às quais se dedicou, como professor e funcionário burocrático do governo uruguaio, o capacitaram para conhecer não somente os homens do poder, mas, também, o jogo político que imperava entre os brasileiros, uriguaio e argentinos.

Mais do que exortar dirigentes europeus e sul-americanos em favor da imigração, o autor de “Emigração e colonização” viu nos conflitos armados, de todos os tipos e de intensidade diferentes, um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do Sul da América. Portanto, os planos relativos à colonização só poderiam ser executados em um território que estivesse sob os auspícios da paz. A energia e os recursos gastos com guerra e lutas civis deveriam ser canalizados para empreendimentos que visassem ao crescimento e ao desenvolvimento.

Para a mente visionária de Isabelle, nenhum outro projeto deveria merecer maior crédito do que a fixação de trabalhadores europeus em solo americano.

Referências

ANDREA, Francisco Joze de Souza Soares de. *Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typog. do Porto Alegrense, 1849.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 28, n. 55, jan-jun. 2008, p. 133-152.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII*. São Paulo: José Olympio; UNESP, 2012.

FREIXA, Consol. *Los ingleses y el arte de viajar*. Uma visión de las ciudades españolas en el siglo XVIII. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. [Tradução de Jacyntho Lins Brandão].

ISABELE, Arsène. *Emigração e colonização na província brasileira do Rio Grande do Sul, na República Oriental do Uruguai e em toda a Bacia do Prata*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950. [Tradução de Belfort de Oliveira].

_____. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. [Tradução de Dante de Laytano].

_____. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2006. [Tradução e nota sobre o autor de Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer].

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. [Tradução de Selena Benevides].

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. n. 3. Tomo II. 1º. vol. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. (p. 119-131).

PÊCHEAX, Michel. *Hacia el analisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1975.

QUINTANEIRO, Tânia. “Sobre viagens e viajeros” In: *Retratos de mulher: a Brasileira vista por viajeros ingleses e norte-americanos durante o século XIX*. Pertópolis, RJ: Vozes, 1995.

Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH / Humanitas Publicações, v. 22, n. 44, 2002. [Dossiê Viagens e Viajantes].

ROSCIO, Francisco João. *Compêndio noticioso do Rio Grande de São Pedro até o distrito de Santa Catarina*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. v. 22, n. 3-4, 1942.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 4.ed. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 2002.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

VASCONCELOS, Sandra. Independência e dependência. As viagens de Maria Graham no Brasil. In: AGUIAR, Flávio.(org.) *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008

_____. Metamorfose paisagística: o visto e o não visto nos relatos de Saint-Hilaire e de Seidler (Rio Grande do Sul – século XIX). In: *Revista Confluenze*. Vol. 4, No. 1, 2012b, ISSN 2036-0967, Departamento di

Lingue e Letterature Straniere Moderne, Università di Bologna, p. 92-101.

_____. Visões litorâneas: o Litoral Norte do Rio Grande do Sul sob o olhar de Saint-Hilaire, Seidler e Roquette-Pinto. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. V.38, número suplementar, novembro 2012a, p. 269-280. [Dossiê História, literatura e mito: viajantes europeus na América do Sul].

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE GASPAR SILVEIRA MARTINS: A IMIGRAÇÃO COMO UM PROJETO POLÍTICO AO BRASIL

Monica Rossato*

Maria Medianeira Padoin**

O presente artigo traz alguns apontamentos desenvolvidos no trabalho de dissertação intitulado “Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins”, do Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e que contou com auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES¹.

A pesquisa buscou investigar como a trajetória política de Gaspar Silveira Martins foi construída no Império brasileiro, entre 1862 a 1889, período em que o mesmo ocupou altos cargos políticos, como os de Deputado Provincial e Geral, Ministro, Senador e Presidente de Província.

Para isso, investigamos a organização das famílias Silveira e Martins na região fronteira platina, demonstrando como essa família se notabilizou como elite a partir das propriedades, matrimônios, heranças, cargos políticos e de sua inserção na localidade. Observamos que a origem familiar e os vínculos sociais de Gaspar Silveira Martins e de sua

* Professora Substituta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFSM.

** Doutora Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutora em História pela UFRGS.

¹ A defesa de dissertação de mestrado foi realizada em janeiro de 2014.

família possibilitaram que ele migrasse da região fronteira platina em direção à sede da Corte imperial. Nesse sentido, os estudos realizados em Pelotas (Província do Rio Grande do Sul), Rio de Janeiro e em Academias de Direito de Olinda e São Paulo, assim como o matrimônio e apadrinhamentos, a participação na maçonaria e atuação política no Partido Liberal foram analisados como indícios para entender como sua trajetória política foi construída.

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva da história política utilizando-nos de fontes como inventários, testamentos, registros de batismo e matrimônio, correspondências, processos judiciais, periódicos, entre outros, para observar a participação e inserção de Silveira Martins e sua família na região fronteira platina e no centro do poder Imperial. Dessa forma, percebeu-se o quão dinâmica foram as relações sociais na trajetória política de Gaspar Silveira Martins, permitindo à ele ascender à espaços sociais mais amplos e se tornar um representante local/regional junto à Corte. Assim, observamos que sua história pessoal, vinculada à região fronteira platina, foi utilizada como instrumento de discurso sobre o que é ser nacional ou estrangeiro.

Inserido no objetivo geral da dissertação, para este artigo, elencamos a atuação de Gaspar Silveira Martins em relação ao projeto de imigração para o Brasil, e especialmente sua relação com os grupos imigrantes estabelecidos na Província do Rio Grande do Sul, durante seu período de atuação política no Império (1862-1889).

Inicialmente, apresentamos um rápido perfil biográfico do personagem central da investigação. Gaspar Silveira Martins foi batizado em 1835 na Catedral Nossa Senhora del Pillar e San Rafael, “Serro Largo”, Uruguai². A Constituição do Estado Oriental do Uruguai de 1830 dizia que são cidadãos naturais todos os homens livres, nascidos em qualquer parte do território do Estado³. Assim, conforme a constituição

² Certidão de Batismo de Gaspar Silveira Martins. Documento encontrado na Câmara de Vereadores do Município de Silveira Martins, RS, Brasil.

³ URUGUAY. Constitución de la Republica Oriental del Uruguay, 1830, Sesión II, Capítulo I, Artículo 8º. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy>>. Acesso em 9 ago 2013.

uruguaia do período, Silveira Martins foi considerado cidadão uruguaio, pois o mesmo nasceu nesse território, em zona de fronteira com territórios brasileiros.

Ao mesmo tempo, a fronteira possibilitou que Gaspar Silveira Martins também fosse brasileiro. Segundo a Carta Constitucional do Império de 1824, consideravam-se cidadãos brasileiros “Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem a estabelecer domicilio no Império”⁴. Assim, a zona de fronteira permitiu que Gaspar Silveira Martins, nascido em região formada por territórios dos Estados uruguaio e brasileiro, que o mesmo se tornasse brasileiro a partir das questões legais, sociais e econômicas. Dessa forma, a Constituição do Uruguai garantiu a cidadania uruguaia pelo local de nascimento e a Constituição brasileira pela descendência, por ser filho de pais brasileiros com residência no Brasil.

Gaspar Silveira Martins realizou seus estudos secundários em Pelotas, Rio Grande do Sul e cursos preparatórios para as Academias do Império, no Colégio Victório, Rio de Janeiro. Em 1851 matriculou-se no Curso Jurídico de Olinda (Pernambuco), transferindo o curso para a Academia Jurídica de São Paulo, onde formou-se Bacharel em Direito em 1856. Nesse mesmo ano, casou-se com Adelaide Augusta de Freitas Coutinho, filha de um reconhecido advogado do Rio de Janeiro. Em seguida, exerceu advocacia no Rio de Janeiro, no escritório de seu sogro, o Dr. José Julio de Freitas Coutinho. Entre 1860 a 1864 atuou como Juiz Municipal no Rio de Janeiro. Nas eleições para a Assembléia do Rio Grande do Sul foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Liberal Histórico assumindo o cargo em 1862. Em 1872 ele assumiu como Deputado Geral na Câmara dos Deputados, e permaneceu até 1879. Foi Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1889 atuou como Senador. Em 1889 foi empossado à Presidência da Província do Rio Grande do Sul.

Com a proclamação da Republica e o fim do Império em 1889, por um decreto do governo republicano, Silveira Martins foi exilado na

⁴ Constituição do Império de 1824, art. 6, parag. II. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 25 set 2011.

Europa, onde permaneceu até 1891. Em 1892, com o seu retorno ao Rio Grande do Sul, ex-liberais e dissidentes republicanos organizaram o Partido Federalista (PF), em Congresso reunido em Bagé, Rio Grande do Sul. As divergências de idéias, projetos e interesses entre o Partido Federalista e o Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que estava no poder do estado do Rio Grande do Sul, levaram à Revolução Federalista, entre 1892 a 1895. Silveira Martins participou como um dos chefes do conflito, contra o grupo dos republicanos que tinham por líder Julio de Castilhos. Após o conflito, em 1896 foi organizado um novo Congresso Federalista onde foi defendido a continuidade do Partido Federalista e a oposição a Constituição Federal da Republica. E, em 1901, Silveira Martins faleceu em Montevidéu, e dezenove anos depois, seus restos mortais foram trazidos ao Rio Grande do Sul e depositados na Igreja Matriz de Bagé⁵.

Alguns aspectos da trajetória de Gaspar Silveira Martins, por apresentar uma duplicidade dos vínculos sociais que o integravam ao Uruguai e ao Brasil foi, muitas vezes, silenciada por trabalhos preocupados em reconstruir sua história e memória como representativa da integração do Rio Grande do Sul ao Brasil. Da mesma forma, no Império, “a associação do nome de Gaspar Silveira Martins com os farroupilhas de 1835 é nota constante nos discursos políticos e especialmente na imprensa” (FÉLIX, 1995, p. 14) vinculando-o ao movimento republicano e federalista da Revolução. No pós 1889, seu nome, muitas vezes, foi associado à monarquia, pois Silveira Martins foi um liberal e defensor do parlamentarismo. Sendo assim, sua trajetória política carece de outros estudos aprofundados, pois algumas mitificações a seu respeito permanecem na historiografia.

Para Sandra Pesavento (1993, p. 385) “resgatando a memória, inventando o passado e atribuindo-lhe um significado, historiadores

⁵ Após sua morte, o corpo permaneceu em Montevidéu retornando ao Rio Grande do Sul por meio de um decreto presidencial que abria crédito para repatriação dos seus restos mortais (GASPAR Silveira Martins. *Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, 28 de junho de 1920, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria).

podem se constituir em artífices da construção de uma identidade, nacional ou regional”. Nesse sentido, as biografias escritas sobre a vida de Silveira Martins são exemplos do processo de construção de uma identidade brasileira a partir da década de 1930, que procuravam resgatar uma memória de Silveira Martins imbuído em uma identidade nacional brasileira.

Ao escreverem sobre a vida de Silveira Martins algumas biografias silenciam seus vínculos com a região platina ou com o Uruguai, enquanto outras destacam sua aproximação com a região. Isso fica evidente, principalmente na divergência em relação ao local de nascimento de Silveira Martins. Paulino Jacques (s/d) destacou que Silveira Martins nasceu na Serra do Aceguá, município de Bagé, Província do RS, silenciado a fronteira e o Uruguai na história de Silveira Martins. João Neves (1938, p. 14) colocou que “Silveira Martins nasceu na estância riograndense, em plena serra do Aceguá, a dois passos do território uruguaio”. Nesse mesmo sentido, Contreira Rodrigues (1945, p. 7 e 8) evidenciou que “Bagé a terra dos Martins é também a terra de Gaspar, no qual era bageense e de Bagé, olhando o Norte, se fez grande brasileiro”. Assim como o registro do seu sobrenome materno “Martins” depois do sobrenome paterno “Silveira” não teria tido influência uruguaia, sendo registrado assim por uma pretensão estética (RODRIGUES, 1945). Já Newton Alvim (1985) ao se referir ao nascimento de Silveira Martins atribuiu a proximidade com o Uruguai no que se refere as terras de sua família, ao local onde foi batizado e o próprio registro de seu sobrenome.

Assim, a partir da investigação da trajetória das famílias Silveira e Martins na região fronteira platina, constatamos que Gaspar Silveira Martins foi um a cidadão uruguaio e brasileiro estando ele e sua família articulados à região fronteira platina⁶. Percebemos que as propriedades

⁶ Ao trabalharmos com a presença familiar e especificamente de Silveira Martins em territórios uruguaio e brasileiros, utilizamos o termo *zona de fronteira* para nos referir aos territórios próximos ao limite político entre o Uruguai e Rio Grande do Sul, onde as famílias Silveira e Martins tinham propriedades. Ao mesmo tempo, utilizamos *região fronteira platina* ao nos referirmos a uma região maior que inclui o sul do Brasil (Rio Grande do Sul), Uruguai e as

em forma de estâncias, gado, escravos, bens urbanos foram elementos que compuseram o poder econômico e político familiar, tornando-os uma família de elite na região fronteira platina. No caso de Gaspar Silveira Martins, o mesmo atuou como político no Império brasileiro e como estancieiro na zona de fronteira, circulando entre os espaços sociais da Corte, da Província e da região fronteira platina.

No contexto do Segundo Reinado, Gaspar Silveira Martins foi um político do Partido Liberal da Província do Rio Grande do Sul que ascendeu à representatividade provincial e nacional como Deputado Provincial, Deputado Geral, Ministro da Fazenda, Senador e Presidente de Província.

Na sua trajetória política em cargos políticos do Império (1862-1889), Gaspar Silveira Martins defendeu projetos e idéias liberais como o Estado laico, as liberdades civis e religiosas, a imigração, direitos políticos aos imigrantes, especialmente acatólicos, entre outros. Tais defesas fazem parte de seu projeto político de organizar um Estado Liberal Moderno que levasse em conta também a descentralização administrativa do Império, o sistema parlamentarista de governo, o fortalecimento dos municípios, a autonomia das Províncias e a criação de leis e tarifas regionais, o Estado laico, entre outros.

Observamos que Gaspar Silveira Martins defendeu a construção de um Estado liberal para o Brasil, expresso em suas defesas e discursos em favor da imigração e colonização em substituição do trabalho escravo, assim como, de direitos políticos aos imigrantes, especialmente acatólicos que não tinham direitos reconhecidos pelo Estado. Nesse contexto da Modernidade, defensor do progresso e do desenvolvimento econômico da Província do Rio Grande do Sul, propunha o estabelecimento de imigrantes europeus, a criação e expansão das estradas de ferro e a tarifa especial do comércio de importação da Província do Rio Grande do Sul.

Membro do Partido Liberal, sempre se demonstrou partidário do liberalismo. Na década de 1860, sua atuação política esteve ligada ao

Províncias do Litoral argentino, para tratar das relações sociais de Silveira Martins e sua família construídas além de uma *zona de fronteira*.

Clube Radical, ala mais radical do Partido Liberal da Corte, Clube que se tornou o Partido Republicano. Assim, Gaspar Silveira Martins foi considerado um republicano devido às idéias radicais que proferia, idéias consideradas adiantadas para sua época, como a defesa do Ato Adicional de 1831, o Estado laico, imigração, o fim do Senado vitalício, eleição direta⁷. Especialmente sobre a imigração e o Estado laico, Silveira Martins defendeu:

quem diz senhores substituição do trabalho escravo pelo livre diz imigração (muito bem!) quem diz imigração diz liberdade de cultos, (muito bem!) emancipação de consciência, (muito bem muito bem!); na nossa Constituição ainda que esteja escripta liberdade de consciência, ella não existe de facto, porque não há liberdade consciência na lei onde por motivos religiosos se cerceão direitos; aquelle que não for cathólico não pode sentar-se nos conselhos da coroa!⁸

A defesa do Estado laico beneficiaria os imigrantes acatólicos da Província do Rio Grande do Sul, pois a Carta Constitucional de 1824 estabeleceu que apenas os estrangeiros naturalizados teriam voto nas eleições primarias e os que não professam a religião oficial do Estado não podiam ser eleitores⁹.

Nesse sentido, Silveira Martins foi atuante por direitos políticos aos imigrantes acatólicos, que não professavam a religião oficial do Estado, a Igreja Católica. Ele defendeu o Estado laico, como a prerrogativa das liberdades religiosas, da liberdade de culto, do registro civil e da elegibilidade dos acatólicos. Em discurso na Assembleia Legislativa Provincial de 1874, Gaspar Silveira Martins ao se referir às

⁷ MARTINS, Gaspar Silveira. *Conferência Radical*, oitava sessão, 1869. Discurso proferido pelo Sr. Dr. Gaspar Silveira Martins sobre o Radicalismo. Rio de Janeiro: Typografia e Lithographia Esperança, 1869. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

⁸ Ibid., p. 26.

⁹ BRAZIL, Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de Março de 1824) Capitulo VI. Das eleições. Artigos 91 e 95. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 03 dez 2013.

discussões que estavam acontecendo na Câmara dos Deputados acerca da “Questão Religiosa”, mencionou que:

ouvi de alguns de nossos chefes, mais prudentes ou mais tímidos do que lógicos, que a grande idéia liberal, que sustentei – da igreja livre no estado livre – era por demais adiantada para a actualidade do nosso paiz, que não está preparado para tão radical reforma. Esta idéia pode não fazer parte de um programma de governo, mas ninguém jamais se atreverá a dizer, que não é um principio da escola liberal¹⁰

Diante da visibilidade que adquiriu Silveira Martins na década de 1870 como representante da Província do Rio Grande do Sul no Parlamento, ele foi convidado por Visconde de Sinimbu a compor o novo Gabinete do Império, agora sob comando do Partido Liberal, em 5 de janeiro de 1878. Cansação de Sinimbu que já havia experienciado a política de imigração do Império, quando Presidente da Província do Rio Grande do Sul, nomeou Silveira Martins para o Ministério da Fazenda. Lafayette Rodrigues Pereira foi indicado por seu cunhado Silveira Martins, para o Ministério da Justiça, nesse mesmo Gabinete.

O Gabinete Liberal organizado em 1878 planejou organizar uma reforma eleitoral do Império. Na representação do direito dos acatólicos, Silveira Martins propôs a “elegibilidade dos acatólicos” como um item a ser incluído na reforma eleitoral. Outros itens defendidos foram a eleição direta, a naturalização dos estrangeiros e a “igualdade política de todos os cidadãos brasileiros qualquer que seja seu culto”¹¹. A defesa da elegibilidade dos acatólicos trouxe vantagens à afirmação de sua liderança no Partido Liberal e base de apoio entre o meio imigrante da Província.

A reforma eleitoral não incluiu o item “elegibilidade dos acatólicos” defendido por Silveira Martins. Diante disso, sua atitude foi a

¹⁰ MARTINS, Gaspar Silveira. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial*. Sessão de 21 abr. 1874, p. 58. Memorial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

¹¹ MARTINS, Gaspar Silveira. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 10 fev. 1879, p. 418.

de se retirar do Gabinete Sinimbu. No Parlamento Nacional, após sua saída do Ministério, Silveira Martins discursou a respeito da reforma eleitoral:

Não é somente do corpo eleitoral da província do Rio Grande do Sul que recebo constantemente manifestações de applauso pelo procedimento que tive; é também desses descendentes da raça germânica, cujos direitos defendo, e, o que é mais ainda, dos descendentes da raça germânica que professam o culto catholico, e que não querem para si um odioso privilegio em prejuízo de seus irmãos¹².

Nesse mesmo discurso, um telegrama enviado pela comissão dos brasileiros descentes de alemães do Rio Grande do Sul foi lido por Silveira Martins:

Os rio-grandenses descendentes de allemaes, católicos e acatholicos, repreentados pela commissão infra-escripta, vem saudar e felicitar a V. Ex. pela gloriosa acção que acaba de praticar aos olhos das nações do mundo civilisado, sacrificando o poder a manutenção do principio fundamental da civilização moderna, ao mais sagrado direito do homem: a liberdade de consciência.

Por mais de meio século tem nossos pais e nos, pelo trabalho intelligente e honrado adquirido direito indisputável ao solo de nossa bella pátria regando-a com o suor do rosto, transformando-lhe as matas virgens e campinas em florescentes jardins, defendendo-a nos campos de batalha e confiando-lhe as nossas cinzas, e não obstante isso tudo, ainda uma grande parte de nossos irmãos vivem despojados de seus direitos civis e políticos, somente porque adoram a Deus por outra forma, que não a prescripta pela Constituição do Estado.

Este facto importa por certo em clamorosa injustiça! anachronica e incomprehensivel anomalia em um paiz livre, que, para supprir a falta de braços necessários a cultura de seu solo e ao desenvolvimento de suas riquezas naturaes e de sua industria, continua a despender milhões de para attrahir emigrantes, os quais em compensação condemna bem como seus descendentes, ao

¹² Idem. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 27 fev. 1879, p. 107.

Estado de parias, pela única razão de se conservarem fieis a religião de seus pais.

(...)

*Dr. Frederico Bier. – Germano Hasslocher. – João Birnfeld. – Luiz Kraemer Walter. – João Bastian. – Frederico Schneider*¹³.

Esse telegrama demonstra a insatisfação de alguns imigrantes e descendentes protestantes da Província do Rio Grande do Sul em relação à reforma constitucional que não incluiu o item referente a “elegibilidade dos acatólicos”. Passamos a observar uma publicação do ano de 1879 que reuniu artigos de Gaspar Silveira Martins referente aos acatólicos, publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Essa publicação foi realizada após a saída de Silveira Martins do cargo de Ministro da Fazenda. Em um dos artigos, destacou-se a atitude de Silveira Martins em sair do Ministério:

No entanto o Sr. Silveira Martins abandona este alto posto de combate e de renome, ao cabo de um anno, pela razão que parece fútil, de que, na reforma capital da eleição directa que o partido deve realizar não se concede a elegibilidade de deputado aos 50;000 colonos da sua província, que na grande maioria não fallam portuguez, que vivem presos a cultura das suas pequenas terras, preocupados das variações metereologicas que lhes dêem o sol ou a chuva, mas de nenhum modo interessados nas evoluções políticas do paiz¹⁴.

Ou seja, o artigo considerou fútil o motivo da retirada de Gaspar Silveira Martins do Ministério, considerando que os imigrantes eram indiferentes à situação política do Império. Em outros artigos, a contagem de Silveira Martins de que a Província teria cinqüenta mil imigrantes foi criticada, acusado de aumentar o numero em favor de sua causa. E ainda, a respeito da elegibilidade dos acatólicos, “se a sua ideia fosse aceita,

¹³ Ibid., p. 107 e 108.

¹⁴ MARTINS, Gaspar Silveira. *Os acathólicos, o Sr. Gaspar Martins*. Artigos publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro por um rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879, p. 7 e 8. Documento pesquisado no Acervo do Arquivo Nacional, RJ, RJ, Brasil.

surgiriam, pelo menos, dous obstáculos, que a priori podem ser assinalados: a resistência do senado, a resistência do Clero catholico”¹⁵.

A saída de Silveira Martins de um alto cargo político da Corte, como o de Ministro da Fazenda merece questionamentos mais aprofundados, pois outras questões poderiam estar envolvidas para que o mesmo tomasse a decisão de se retirar do cargo. Não objetivamos investigar tais fatos, mas de trazer apontamentos que permitem compreender de que forma essa situação contribuiu na sua trajetória como representante provincial ao governo central.

O companheiro de Partido e de Gabinete, General Osório não apoiou a atitude de Silveira Martins de se retirar do Ministério, o que levou a uma divisão interna do Partido Liberal entre “gasparistas” e “osoristas” (PICCOLO, 1992). Entretanto, um escrito de Fernando Luis Osório, filho do general Osório, demonstra outra versão ao fato. Fernando Luis Osório argumentou que a retirada de Silveira Martins do cargo de Ministro foi uma atitude dele para evitar a queda desastrosa, e assim, sair bem do Gabinete: “astuto como é, o Dr. Silveira Martins, sabendo que a idéia da elegibilidade dos acatholicos não tinha n’esse anno o apoio do parlamento e da maioria dos seus collegas de Gabinete, justamente fez questao da incluzão d’essa idéia no projecto da reforma eleitoral”¹⁶. Essa explicação de Fernando Luis Osório deve ser analisada com cuidado, devidos as intrigas políticas ocasionadas pela saída de Silveira Martins.

A atitude de Gaspar Silveira Martins e o Gabinete Liberal de Visconde de Sinimbu foram criticados por Joaquim Nabuco em correspondência à Saraiva, dizendo que: “O Partido Liberal está profundamente desmoralizado tendo sido sacrificado pelo Gabinete

¹⁵ Ibid., p. 11.

¹⁶ OSÓRIO, Fernando Luis. Pelotas, RS, Brasil, 01 fev. 1883. Arquivo General Osório. Série Fernando Osório. Documento do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ/RJ, Brasil.

Sinimbu e pelo seu ministro da Fazenda de modo a não poder mais readquirir força e prestígio n' esta situação”¹⁷.

A saída de Silveira Martins gerou ainda, manifestações de apoio na Província do Rio Grande do Sul. Sobretudo, o Jornal *A Reforma* foi responsável em construir um discurso por meio dos jornais, de que Silveira Martins era digno das idéias que defendia, transformando o acontecimento em instrumento de propaganda a Gaspar Silveira Martins. Sendo assim, a saída de Silveira Martins do cargo de Ministro e a sua defesa em favor da elegibilidade dos acatólicos foi revertida em propaganda à ele e ao Partido Liberal, demonstrando que a “aliança gasparista” foi a base política em torno de Gaspar Silveira Martins articulando os diferentes grupos sociais da Província à representatividade nacional.

Devido a atuação política de Gaspar Silveira Martins na Câmara dos Deputados e no Ministério a favor dos acatólicos, a Assembléia Provincial se pronunciou a respeito da retirada de Silveira Martins do Ministério da Fazenda devido a elegibilidade dos acatólicos não ser incluída. Assim como, representantes imigrantes acatólicos apoiaram Silveira Martins. As manifestações de apoio demonstram essa articulação de Silveira Martins com as colônias de imigrantes da Província do Rio Grande do Sul. Isso pode ser demonstrado na chegada de Silveira Martins à colônia de imigrantes protestantes de São Leopoldo em 1879, logo após sua saída do Ministério da Fazenda.

Essa ocasião da visita de Silveira Martins a São Leopoldo foi trabalhada na tese de doutorado de Heloisa Capovilla (2000), quando a autora analisou os espaços de sociabilidades das elites de São Leopoldo. Segundo a autora, a festa de recepção a Silveira Martins foi organizada pela Loja maçônica Estrela do Oriente e contou com apoio de autoridades do município. A relação entre maçonaria, imigração alemã e Gaspar

¹⁷ NABUCO, Joaquim. Correspondência enviada por Joaquim Nabuco ao Conselheiro Saraiva. Londres, 04 out. 1883. In: CAMARA dos Deputados. *Joaquim Nabuco*. Brasília: Fundação Armando Alvares Penteado; Câmara dos Deputados. Acervo do Memorial da Assembléia Legislativa do Estado do RS, Porto Alegre, RS.

Silveira Martins vai ao encontro do que Helga Piccolo (1993) constatou, de que indícios demonstram que a maçonaria penetrou em comunidades de origem alemã no período Imperial, na Província do Rio Grande do Sul.

Apesar dos esforços de Silveira Martins antes de 1881, os acatólicos passaram a exercer sua cidadania brasileira com a Lei Saraiva de 1881, que permitiu aos estrangeiros naturalizados e alfabetizados a possibilidade de atuarem em cargos políticos. Mesmo assim, depois da Lei Saraiva de 1881, Gaspar Silveira Martins continuou representando e defendendo os acatólicos da sua Província, já que estes passaram a ter participação política, podendo ser eleitores do Partido Liberal.

Dessa forma, “somente na década de 80, pela primeira vez alemães naturalizados tomaram assento na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul” (PICCOLO, 1993, p. 59). Karl Von Koseritz, Hansel, Bartolomay e Von Kalden, na década de 1880, foram eleitos Deputados Provinciais pelo Partido Liberal.

Outro indicio da atuação de Silveira Martins junto à comunidade protestante da Província, principalmente após a lei Saraiva de 1881, foi quando da aprovação dos Estatutos da Comunidade Evangélica de São Leopoldo em 1882, no Senado Federal¹⁸. Silveira Martins foi eleito para o cargo de Senador, assumindo-o em 1880. Sobre a aprovação dos Estatutos, o jornal católico *O Apóstolo* criticou a participação de Silveira Martins na aprovação desses Estatutos da comunidade protestante:

Foi para isto que, contra a expectativa geral, passou o tal regulamento a esforços do pretendido Gambeta, o Sr. Silveira Martins, que sedento de um nome e celebridade, não se importa com os meios para conseguir o fim. Ele não se importa com os

¹⁸ “Deve ser sancionado o Decreto n. 1145 da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul de 4 de Maio de 1877, que approva os estatutos da Communidade Evangelica de S. Leopoldo”. In: BRAZIL. Decreto n. 3041 – de 25 de fevereiro de 1882. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2013.

protestantes do Rio Grande do Sul, nem estes com elle, mas deseja destruir a religião catholica”¹⁹.

Esse jornal atacava com hostilidade a política de Silveira Martins de defender direitos àqueles que não professavam a Religião Católica, vendo-o assim, como inimigo da Religião Católica.

Ao mesmo tempo, observamos a vinculação e o reconhecimento de Silveira Martins para com os imigrantes provenientes da Península Itálica, majoritariamente católicos. Nesse contexto de imigração européia à Província do Rio Grande do Sul, trazemos aqui o caso da colônia de imigrantes italianos localizada no município de Santa Maria da Boca do Monte, criada em 1878²⁰. Para a criação de um núcleo colonial junto ao município de Santa Maria da Boca do Monte, o município recebeu terras do governo Imperial, contando para isso com a ajuda dos Deputados Liberais no Parlamento Nacional. Conforme a ata de 13 de janeiro de 1876, de uma Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores do município:

¹⁹ COLLABORAÇÃO. O regulamento da Igreja Evangélica de S. Leopoldo e o Sr. Silveira Martins. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1882, p. 3. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

²⁰ A investigação sobre a atuação de Gaspar Silveira Martins em relação a imigração e a criação da Quarta Colônia de Imigração Imperial foi desenvolvida em projeto de pesquisa intitulado “Gaspar Silveira Martins, a imigração e seu projeto político para o Brasil” com auxílio de bolsa BIC/FAPERGS, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010. Participaram desse projeto, como pesquisadores: Naiani Machado da Silva Fenalti e Monica Rossato, sob orientação da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin, coordenadora do projeto. Mencionamos algumas publicações referentes ao projeto: FENALTI, Naiani Machado da Silva; ROSSATO, Monica. Gaspar Silveira Martins: do político a símbolo da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana. In: II Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas: Sistema de poder, pluriculturalidade, integração, 2010, Rio de Janeiro. *CD dos Anais do II Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas: Sistema de poder, pluriculturalidade, integração*, 2010, vol. 1, p. 1-10; PADOIN, Maria Medianeira; FENALTI, Naiani M.; ROSSATO, Monica. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul e a atuação política de Gaspar Silveira Martins. *Latinidade* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 135-154, 2011.

(...) foi resolvido que se dirigisse um voto de agradecimento aos Exmos senhores Dr. Gaspar Silveira Martins, Dr. José d' Araújo Brusque, Dr. Florencio de Abreu e Silva, pelo empenho com que, na qualidade de dignos (...) desta província apoiaram o pedido desta câmara a Assembléia Geral para que lhe fosse concedido terras para seu patrimônio, tanto mais quando a (...), conforme comunicou-lhe a Vosso Presidente desta Província em data de 19 de novembro do findo ano.²¹

Assim, percebemos que o processo de criação da Quarta Colônia Imperial de imigração italiana do Rio Grande do Sul teve a atuação imediata do Deputado Geral Gaspar Silveira Martins, em relação à criação do núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte. Esse núcleo colonial recebeu, inicialmente, russos-alemães que não se adaptaram, vindo, logo em seguida, imigrantes oriundos da Península Itálica. Em 1878, foi autorizada a elevação deste núcleo colonial a “colônia de Silveira Martins”, conforme o jornal *A Reforma* de Porto Alegre:

Sob proposta do engenheiro José Thomé Salgado, encarregado pelo governo geral de examinar as colônias do Estado, à presidência da Província, a 19 do corrente mez foi o núcleo colonial de Santa Maria da Bocca do Monte elevado à cathegoria de colônia, com a denominação de “Silveira Martins”.²²

Nesse sentido, o caso da Quarta Colônia de Imigração Imperial criada em 1878, junto ao município de Santa Maria da Bocca do Monte é emblemática no sentido de demonstrar o reconhecimento que Gaspar Silveira Martins obteve perante os imigrantes da Província, seja por sua atuação a favor dos direitos políticos aos imigrantes e também por sua participação na maçonaria.

²¹ SANTA MARIA da Boca do Monte. Ata da Sessão da Câmara de Vereadores, 1876, p.060. Arquivo da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria, Santa Maria, RS.

²² COLÔNIA Silveira Martins. *A Reforma*, Porto Alegre, 29 de set. 1878, p. 1. Documento do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

A escolha do nome “Silveira Martins” para a colônia de imigrantes de Santa Maria da Bocca do Monte pode ter sido motivada também pela maçonaria, pois o nome Silveira Martins à colônia “foi dos comerciantes, em geral maçons, embora o topônimo fosse submetido à apreciação popular” (MARIN, 2007, p. 168). Entretanto, Jérri Marin (2007, p. 178) identificou que “a homenagem ao tribuno do Império e ao líder da oposição, Gaspar Silveira Martins, não só inviabilizou a emancipação como também o não atendimento das demandas locais pelo governo estadual”, já que “Silveira Martins” era o nome do principal opositor ao regime republicano no Estado do Rio Grande do Sul.

Fica evidente que a designação de Silveira Martins à colônia foi em homenagem a Gaspar Silveira Martins, no momento em que este era Ministro da Fazenda do Império, e pelo reconhecimento de sua atuação política em favor da imigração. Assim, sua popularidade junto à Província foi reforçada pelos jornais da época, especialmente pelo jornal *A Reforma*. Vale lembrar que, outros benefícios à Província do Rio Grande do Sul estavam por serem decretados nesse mesmo ano, entre eles, a tarifa especial e as estradas de ferro do sul do Brasil.

Após o auxílio prestado por Silveira Martins na Câmara dos Deputados ao município de Santa Maria, em 1886 a cidade recebeu a visita do líder do Partido Liberal e do Coronel Joaquim Pedro Salgado, vindos à cidade pela estrada de ferro, no primeiro dia de fevereiro de 1886²³. Mais tarde, em 1920, quando os restos mortais de Silveira Martins foram trasladados de Montevidéu para o Rio Grande do Sul, Santa Maria foi uma das cidades que receberam os despojos do tribuno, em celebração realizada na Catedral da cidade²⁴. Nessa ocasião, o jornal publicou ainda:

²³ UM ESPECTADOR. Silveira Martins e Salgado. *A Reforma*, Porto Alegre, 10 fev. 1886. Documento do Acervo do Museu de Comunicação Hipólito Jose da Costa, Porto Alegre, RS.

²⁴ CONSELHEIRO Gaspar Silveira Martins. Convite. *Gaspar Martins*, Santa Maria, 28 jun. 1920, p. 2. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

É possível que muita gente de hoje não conheça o caso do primitivo traçado da Estrada de Ferro da Margem à Uruguayana, que não passava por esta cidade, que desenvolveu, cresceu, tornou-se o que é porque é o centro, o entrocamento das Estradas de Ferro, que não seria si a poderosa voz do glorioso filho do Rio Grande não se erguesse contra esse primitivo traçado, exigindo novos estudos em direcção â esta cidade²⁵.

Sendo assim, é interessante de perceber que um político fronteiriço, Liberal e maçom teve seus restos mortais cultuados em celebrações no interior da Igreja Católica, instituição que Silveira Martins combateu, por estar ligada ao Estado. Da mesma forma, seus restos mortais foram depositados na Igreja Matriz de Bagé.

Por fim, ao finalizar este presente capítulo trouxemos uma fala do jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*, publicada na *A Reforma* sobre a atuação política de Gaspar Silveira Martins:

(...) este eminente homem de estado e do foro, não só nunca deixou de reconhecer a grande utilidade da immigração allema n'esta provincia, em particular, e no sul do império em geral, como também empenhou o seu talento, afim de por meio da legislação, apressar-lhe os passos.

Terá o novo elemento, criado entre nos pela immigração, muitos apreciadores entre os habitantes da nossa pátria adoptiva, mas duvidamos que tenha um *único*, que como Silveira Martins, soubesse traduzir tão claramente, a grande questão da mudança de antiquados costumes e da realisação de reformas necessárias, motivadas pela colonisação; comprehendeu logo os fins a que visa e recebeu de braços abertos os novos collaboradores da grandeza da pátria comum.

Quem entre nos não traz em lembrança a grande commoção havida, na occasião de ser festejada a aquisição da tarifa especial? O nosso commercio andava em um verdadeiro delírio e o champagne, como sempre nessas occasiões, celebrava o grande triumpho; Silveira Martins era o grande Messias e todo mundo

²⁵ GASPAR Silveira Martins. *Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, 28 jun. 1920, p. 2. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

curvava-se perante o seu talento e a sua energia. (do Koseritz *Deutsche Zeitung*)²⁶

Referencias

ALVIN, Newton. *Silveira Martins*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

FELIX, Loiva Otelo. Monarquia e República. Gaspar e Julio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos...ou...contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. FELIX, L. O. (org). In: *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

JACQUES, Paulino. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, S/d.

MARIN, Jéri Roberto. *A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins*. São Paulo: Imaginário, USP, jun. 2007. vol. 13, nº 14, p. 167-197.

MARTINS, José Julio Silveira. *Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1929.

NEVES, João. *Dois perfis: Silveira Martins e Coelho Neto*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

OSÓRIO, Fernando Luis. *Historia do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. 1º vol.,

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica. *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembléia*

²⁶ TRANSCRIÇÃO Silveira Martins. *A Reforma*, Porto Alegre, 26 de nov. 1886. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Provincial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2013. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br>>. Acesso em 22 dez 2013.

PICCOLO, Helga Iracema. L. *Vida Política no século XIX: da descolonização ao movimento Republicano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

_____. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, Luis Roberto P. (org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: Univates, 1998.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo 1858-1930*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RODRIGUES, Contreira. *Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins* (Conferencia). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

O CÍRCULO DE BISMARCK EM PORTO ALEGRE: DA FESTA PRIVADA À FESTA PATRIÓTICA

Thomas Keil*

Introdução

Este trabalho trata de uma festa patriótica organizada por imigrantes alemães na primeira metade do século XX em Porto Alegre. Todos os anos, no dia 1º de abril, reunia-se nessa cidade um grupo de homens fortemente vinculados à sua pátria, à Alemanha, com o objetivo de homenagear o antigo chanceler imperial Otto von Bismarck e festejar seu aniversário. Nascido de forma ocasional em 1909, esse assim chamado “Círculo de Bismarck” (Bismarckrunde) desenvolveu-se sob a condução do pai da ginástica rio-grandense, J. Aloys Friederichs, e tomou a forma de um evento cultural do qual participavam grandes nomes da vida pública dessa cidade. Em ambiente festivo no “Aloys-Keller” (“Porão de Aloys”, uma cantina conhecida e ponto de encontro do “Círculo de Bismarck”), eram recitados poemas especialmente escritos para essa ocasião e que tinham papel de destaque nos festejos. Seu autor, Otto Meyer, Diretor da Escola da Associação Beneficente e Educacional (Hilfsvereinsschule atual Colégio Farroupilha) em Porto Alegre, comemorava neles o mito do fundador do Império Alemão. Essas comemorações de cunho patriótico ocorreram durante 30 anos e, após, o grupo se desfez aos poucos.

Festejos de cunho patriótico eram normais na época. Como forma de expressar do amor pela pátria e a posição política, eram principalmente os dias nacionais de comemoração que eram festejado publicamente. No Império Alemão, festejavam-se, entre outros, a

* Dr. Stuttgart/Alemanha.

proclamação do Império, que ocorrera com a proclamação do Imperador no Salão dos Espelhos em Versailles a 18 de janeiro de 1871, com eventos organizados de forma centralizada. Essas assim denominadas “Dia da Proclamação do Império” (“Reichsgründungstag”) eram estruturadas em torno de discursos de cunho patriótico e com o hino nacional alemão. Outro dia em que se organizavam festejos era o dia da batalha de Sedan. Para lembrar da capitulação do exército francês após a batalha de 2 de setembro de 1870, batalha em que as tropas alemãs alcançaram a vitória decisiva na Guerra Germano-Francesa e fizeram prisioneiro o Imperador Francês Napoleão III. Em torno desse evento, eram erigidos, em toda a Alemanha, monumentos à vitória, inaugurados festivamente. Comemorações vinculadas a indivíduos eram organizadas para o Imperador Alemão, cujo aniversário (“Kaisers Geburtstag”) era festejado com desfiles militares, discursos públicos e banquetes festivos.

Todas essas festas serviam para elevar a própria nação, mas também para fortificar o jovem estado-nação que ainda procurava por sua identidade. A experiência de uma festa que fosse comemorada por todos apresentava aos cidadãos o sentimento de pertencimento de todos a uma nação e afirmava a união da sociedade que, na verdade, era marcada pela desigualdade social.

Otto von Bismarck: do estadista ao mito

Otto von Bismarck (1815-1898) foi uma personalidade popular, um dos políticos mais influentes de sua época. Após ter finalizado a formação de diplomata, atuou como representante prussiano em Frankfurt ao Meno, São Petersburgo e Paris; em 1862, assumiu o cargo de primeiro ministro da Prússia e, em 1867, o de Chanceler da Confederação da Alemanha do Norte; por fim, primeiro chanceler do novo Império Alemão cuja fundação fomentou de forma decisiva. Nessa função, se engajou de modo destacado tanto na política interna como externa alemã e estruturou a política de união europeia lutando pela igualdade de forças.

Ainda em vida, Bismarck já tinha se tornado uma lenda e era, para os contemporâneos, uma figura simbólica de peso. As homenagens públicas eram inúmeras. 312 cidades o elegeram cidadão honorário, muitos produtos de empresas alemãs adicionaram seu nome ao do produto em questão, entre eles, bolos, bicicletas, casacos, chapéus,

cigarros e harenques, além de novos tipos de morangos e de carvalhos. O engenheiro florestal do chanceler não conseguia satisfazer a todos que desejavam mudas dessa árvore. Friedrichsrüh, sua última moradia, tornou-se local de peregrinação para admiradores alemães e estrangeiros, jornalistas e historiadores o descreviam como o fundador do Império e como um diplomata de proporções sobre humanas. Sua popularidade tomou contornos monumentais. As cidades alemãs competiam entre si na construção de “Torres de Bismarck” e de monumentos em sua homenagem. Seu 80º aniversário, em 1895, pode ser comparado a uma orgia de homenagens. 6.000 representantes do movimento estudantil e reitores se dirigiram a Friedrichsrüh para lhe apresentar os cumprimentos. Mais de meio milhão de telegramas de congratulação, cartas e cartões postais foram registrados por seus secretários. Cada vez mais, o culto a sua pessoa se distanciava da verdadeira natureza do antigo chanceler. Transformado totalmente em personagem de uma lenda, com elmo, armadura e espada, se parecia como “Rolando do Império”. No panteão dos heróis da história, estava ao lado de Armínio, o Querusco; Carlos Magno; Frederico Barbarossa e Frederico, o Grande. Logo, superava em termos de monumentos o rei da Prússia, mas também Goethe e Schiller, e se tornou o símbolo mais profundo do “ser alemão”.

Assim, não espanta que, também entre os alemães nas colônias e entre os emigrantes, fosse figura relevante, embora sua posição perante o espírito colonialista e a emigração fosse de distanciamento, até mesmo de oposição. Os emigrantes eram vistos por ele como desertores para os quais só tinha desprezo: “Um alemão que se desfaz da pátria como se fosse um casaco velho não é mais um alemão para mim”, anunciou Bismarck em discurso perante o congresso imperial (KOHL, 1894, p. 208). Apesar de tudo, também em Porto Alegre foi erigido monumento em homenagem a Bismarck. No ano de 1902, ele foi erguido no terreno da antiga Sociedade de Atiradores. Durante a Segunda Guerra Mundial, o busto desapareceu, ficando o pé esculpido em arenito abandonado no terreno do atual Clube dos Caixeiros Viajantes. Poucos que por ele passam têm noção de sua função e significado.

J. Aloys Friederichs: o iniciador do círculo de Bismarck

O fundador e presidente do Círculo de Bismarck era pessoa de destaque na vida social de Porto Alegre à época. J. Aloys Friederichs, também conhecido como pai da ginástica riograndense, desempenhava diversas funções influentes, entre outros, era o presidente da Federação de Clubes Alemães (“Verband deutscher Vereine”).

Nascido a 3 de abril de 1869 em Merl às margens do Rio Mosela, Friederichs emigrou em setembro de 1884, na idade de 16 anos, rumo ao Brasil onde seu irmão mais velho, Michel Friederichs (1849-1903), já se estabelecera. Junto ao irmão, mestre marmorarista, o jovem Aloys fez sua formação e acompanhou as aulas da Escola Superior de Ofícios, até que alcançasse o nível de aprendiz, e, em 1891, o nível de mestre. Em 1901, assumiu a firma do irmão que, à época, não se destacava, mas que, com o passar dos anos, se desenvolveu, tornando-se a “Casa Aloys”, marmoraria e cantaria de renome. Inúmeras obras, sobretudo jazigos que ainda podem ser vistos no Cemitério Evangélico de Porto Alegre, saíram dessa marmoraria.

Friederichs ainda construiu uma segunda carreira, essa na função de apoiador dos esportes. Em 1888, associou-se ao recém fundado Clube Ginástica (“Turn-Club”) em Porto Alegre onde logo pode assumir um posto na diretoria. Na função de tesoureiro desse clube, deu início, em 1892, ao pedido que vinculava o Clube Ginástica à Associação Alemã de Ginástica (“Deutscher Turnverein”) fundada em 1876, formando a Associação Ginástica (“Turner-Bund”), para cuja presidência foi eleito na idade de somente 25 anos. Em 1895, foi possível reunir todas as associações e clubes de ginástica do Estado sob a Federação de Ginástica do Rio Grande do Sul (“Turnerschaft von Rio Grande do Sul”). Dessa Federação, Friederichs também foi o primeiro presidente. Após 30 anos nessa função, foi escolhido como presidente de honra da Associação de Ginástica a 1º de dezembro de 1923, forma de reconhecimento de seus esforços. Para o movimento de ginástica, Friederichs também teve papel de destaque publicando uma revista do Clube na função de redator chefe, as “Folhas alemãs de ginástica” (“Deutsche Turnblätter”), bem como um livro de canções, uma coletânea de canções alemãs (“Liederbuch. Eine Sammlung deutscher Lieder”), no ano de 1922, cujo lucro era destinado à formação de professores de ginástica. Como opositor ao nazismo,

afastou-se cada vez mais da vida pública. Faleceu, aos 82 anos, a 14 de julho de 1950 em Porto Alegre. Era “um dos maiores representantes da germanidade no sul do Brasil”, como consta em seu necrológio (FISCHER, 1951, p. 166).

Otto Meyer: o poeta do círculo de Bismarck

A segunda grande figura do Círculo de Bismarck era o diretor de escola e poeta Otto Meyer, a alma de cada reunião. Como “poeta de Bismarck”, ele propiciava aos participantes “as mais abençoadas, inesquecíveis, patrióticas horas dos encontros”, como o afirmou Friederichs (FRIEDERICHS, 1929, p. 7).

Otto Meyer nasceu a 10 de setembro de 1869 em Gieboldehausen próximo de Hildesheim, na então Província Prussiana de Hannover, hoje no estado da Baixa Saxônia. Estudou teologia e história em Berlim, Erlangen e Göttingen e foi enviado pela Missão Renana em Barmen ao Brasil, nomeado diretor da Escola Alemã de Santa Cruz do Sul. Após férias na Alemanha em 1907, foi Diretor da Escola da Associação Beneficente em Porto Alegre de 1908 a 1924 até que, em 1925, mudou-se novamente para Santa Cruz do Sul, onde voltou a desempenhar a função de Diretor da Escola Superior Evangélica de 1928 a 1934. Na região, viveu seus anos de aposentado e faleceu a 5 de fevereiro de 1947. Suas obras principais são os dois épicos “Walafried. Ein Sachsensang aus dem Jahre 1000” – Walafried, uma canção saxônia de ano 1000 (1906) e “Hans Hansen. Lockendes Land über See” – Hans Hansen, terra atraente além mar (1921). A eles se somam inúmeros poemas que publicou em anuários e revistas. Como orador, também fez fama: “Era como se a magia pairava no ar quando o Diretor Meyer fazia o discurso. A um pequeno grupo, ao Círculo de Bismarck de Porto Alegre, que se encontrava a cada 1º de abril de 1909 a 1939 para honrar o Chanceler no Porão de Aloys, ele presenteava com um poema que dava conteúdo e benção às festividades”, diz Friederichs (ERLFRIED, 1949, p. 7).

A origem do círculo de Bismarck

O Círculo de Bismarck surgiu informalmente. Certa tarde, era o 1º de abril de 1909 e Aloys Friederichs trabalhava, quando dois de seus amigos, Carlos Brenner e Alfredo Strunck, vieram a sua marmoraria e

perguntaram se ele sabia que dia era. “Claro”, foi a resposta imediata, “hoje é 1º de abril, aniversário de Bismarck”. E os três imediatamente se puseram de acordo de que deveriam se dirigir à sala em que se provava o vinho no “Porão de Aloys” onde tomariam uma garrafa de vinho em homenagem ao “Chanceler de ferro”. “Aquele momento patriótico transcorreu maravilhosamente”, lembrava-se Friederichs mais tarde, e eles acordaram que, no futuro, sempre às 17 horas do dia 1º de abril, se encontrariam no “Porão de Aloys” para comemorar o aniversário e a obra de Bismarck com um brinde. Assim foi e, por trinta anos, mantiveram essa tradição sem abandoná-la em tempos bons nem em tempos ruins.

O desenvolvimento do círculo de Bismarck

Se no início eram os festejos que se destacavam, o segundo encontro do Círculo em Porto Alegre no ano seguinte deu-se em ambiente sério e solene. Ao grupo, pertenciam agora, ao lado de J. Aloys Friederichs e Carlos Brenner, o Cônsul Alemão em Porto Alegre, Karl Walter, o secretário do Consulado, Arno Wolff, também conhecido como “Reichswolff” (“Lobo do Império”), bem como Otto Meyer, Diretor da Escola da Associação Beneficente e Educacional de Porto Alegre, que, mais tarde, assumiu o papel de poeta do Círculo de Bismarck e que acompanhava os encontros anuais com seus versos.

Com o quarto encontro, em 1º de abril de 1912, o Círculo de Bismarck tinha encontrado sua forma definitiva. No centro dos festejos se encontrava a declamação do poema por Otto Meyer que sempre lançava mão de um importante fato histórico e o tematizava em seu poema. Nesse ano de 1912, o tema foi o envio do cruzador alemão “Panther” (“Pantera”) à costa marroquina, o assim chamado “Pulo da pantera a Agadir” em julho de 1911, uma ameaça com a qual o Império Alemão queria mostrar força e fazer valer suas intenções de colonização em ultramar.

Também o quinto encontro, a 1º de abril de 1913, atçou os sentimentos nacionalistas: na Alemanha, rememorou-se a Batalha das Nações próxima a Leipzig ocorrida em 1813 em comemoração oficial. De 16 a 19 de outubro de 1813, às portas da cidade, tinha tido lugar a até então maior batalha da história. Napoleão, contra quem os alemães se tinham unido em seu movimento de libertação, sofreu aí uma

considerável derrota contra as tropas unidas da Áustria, Prússia, Rússia e Suécia, que deu início ao fim de seu domínio sobre a Europa. Para os alemães patrióticos, rememorar essa vitória sobre a dominação napoleônica era um grande prazer que os enchia de orgulho. Com as guerras de liberação, pela primeira vez surgiu, na Alemanha, um sentimento de pertencimento a uma nação. J. Aloys Friederichs viajou por isso à antiga terra natal para participar da inauguração do Monumento à Batalha das Nações, bem como para participar da 13ª Festa dos Clubes de Ginástica Alemães que ocorreu paralelamente em Leipzig. Ele o fez em sua função de presidente da Liga dos Clubes de Ginástica do Rio Grande do Sul.

O sétimo encontro, a 1º de abril de 1915, novamente ocorreu sob o signo de um centenário, desta vez os 100 anos do nascimento de Bismarck que foram festejados suntuosamente. Os festejos, entretanto, ganharam destaque negativo devido ao início da Primeira Guerra Mundial. Nos anos que se seguiram, os encontros do Círculo de Bismarck ganharam caráter de reunião de alemães patriotas e o número de participantes cresceu significativamente. Lá, podia-se encontrar outros que comungavam das mesmas ideias, conversar sobre o desenrolar da guerra na Europa, mas também deliciar-se com os sentimentos nacionalistas. Friederichs escreveu sobre tal: “Os encontros do Círculo de Bismarck durante os anos de guerra tinham significado bem maior do que os anteriores, tornarem-se horas patróticas abençoadas de sentimentos profundos e bons, tornaram-se experiências que atingiam nossas almas” (FRIEDERICHS, 1929, p. 13).

Mas não terminava por aí. Os acontecimentos na Europa também ecoavam no Brasil o que levava a uma piora da situação dos alemães nesse último. A 16 de abril teve início movimento de perseguição aos alemães que levou a ataques a empresas alemãs, um hotel, uma casa particular, bem como a Sociedade Germânia em Porto Alegre que foram incendiados. Tais eventos não podiam deixar de atingir o Círculo de Bismarck. Em abril de 1917, ocorreu o, pelo momento, último encontro, uma vez que, após o rompimento das relações entre o Brasil e a Alemanha, não havia mais condições de organizar outros encontros. Quando, em outubro de 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha oficialmente, a situação se tornou ainda mais delicada de modo que não houve encontro no ano de 1918 – o mesmo se deu em 1919. Chocados

com a queda do Império Alemão, ninguém queria festejar: “Pois o mais difícil para nós, o mais temido, o mais terrível e aniquilador, o inacreditável: a queda da Alemanha, do Império Alemão, da obra de Bismarck, era a horrível verdade! – Tínhamos de acreditar primeiro, nos aproximar no horror desse destino alemão”, escreveu Friederichs (FRIEDERICHS, 1929, p. 23).

Foi somente em 1920 que novo encontro ocorreu. Mas nos encontros após a guerra não eram mais tão alegres nem despreocupados como dantes. Raiva e revolta quanto aos acontecimentos na Europa, quanto à destruição da obra de Bismarck se misturavam às críticas relacionadas à nova situação política na Alemanha. O Círculo de Bismarck se tornava cada vez mais um clube de cunho patriótico que se agarrava a um mundo do passado que já não existia mais. “Era uma vez...” (“Es war einmal ...”), assim terminava o poema desse ano, como se o Império Alemão, a fundação do Estado Alemão por Bismarck não passassem de uma lenda (FRIEDERICHS, 1929, p. 25). Os poemas dos anos posteriores eram cada vez mais extravagantes, a glorificação de Bismarck tão exagerada, que finalizou por elevá-lo ao grau de um “deus alemão” em sua apoteose (FRIEDERICHS, 1929, p. 46). No poema relativo à Páscoa de 1923, chegou a ser comparado com os eventos cristãos desse período, com a ascensão, rodeados por acontecimentos mágicos (FRIEDERICHS, 1929, p. 30-35). Na noite anterior à Páscoa, o coelho da Páscoa punha um ovo na frente do monumento a Bismarck em Berlim. Na manhã seguinte, 1º de abril, esse ovo é encontrado por um poeta que faz seu passeio de Páscoa bem cedo e leva-o consigo. Como agradecimento, esse deixa um bilhete aos pés de Bismarck que, conduzido pelo vento, sobe aos céus. O que ele dizia permanece um segredo. Mas o anúncio que segue é o juramento de vingança do exército alemão que derrotará seus antigos inimigos. Os soldados são acompanhados pelo espírito de Bismarck que desce dos céus. Assim era o poema, a realidade era bem outra.

O ano de 1924 propiciou, novamente, motivos alegres para o encontro: o centenário da imigração alemã trouxe de volta o orgulho e entusiasmo nacional aos participantes. No encontro do Círculo desse ano, participou como convidado de honra um membro da representação alemã junto ao Rio de Janeiro, Senhor Rudolf Graf Waldbott von Bassenheim, que agradeceu cordialmente pela calorosa recepção. Esse ano trouxe

consigo uma outra alteração importante: Otto Meyer, o apreciado poeta de Bismarck, deixou a cidade de Porto Alegre para grande tristeza dos participantes e mudou-se para Santa Cruz do Sul. O Círculo perdeu um de seus membros mais importantes, mas permaneceu até o ano de 1939.

Os participantes do círculo de Bismarck

O Círculo de Bismarck não era uma sociedade fechada. Como o mostra a lista de participantes, ele também estava aberto a visitantes vindos de longe, e sempre havia novos membros (FRIEDERICH, 1929, p. 55-56). Contudo, permaneceu um grupo exclusivo cujos membros eram principalmente imigrantes ainda nascidos na Alemanha imperial e pertencentes à burguesia urbana de Porto Alegre. A maioria desse grupo elitista tinha formação acadêmica; ao lado de comerciantes, havia professores, sacerdotes, banqueiros, médicos e engenheiros que, orgulhosos, viam-se como representantes da Alemanha no Brasil. Entendiam-se como fontes e protetores da cultura o que se expressava também nas inúmeras funções públicas que exerciam em clubes e sociedades. Ocasionalmente, havia a participação de funcionários do Consulado Alemão, outro indício da identificação do Círculo de Bismarck com o Império que, à época, se encontrava no auge de seu poder.

Era um grupo ilustre de que faziam parte personalidades reconhecidas da vida pública. Ao lado do industrial e político Alberto Bins, mais tarde, prefeito de Porto Alegre, pertenciam ao grupo os comerciantes Arthur Bromberg, Alfredo Strunck, J. F. Krahe, Carlos Trein Filho, Luiz Voelcker, Ernst Häußler, bem como Carlos Brenner, comerciante, tesoureiro e vice-presidente da Associação Beneficente e Educacional. Ainda, o industrial F. G. Bier, o Pastor Karl Gottschald, o Preposto Martin Braunschweig, o Dr. Josef Steidle, médico e presidente da Federação de Associações Alemãs, mais tarde, diretor do Hospital Alemão de Porto Alegre, o arquiteto Dr. Rudolf Ahrons, o Diretor da escola em São Leopoldo Paul Fräger, Herman Soyaux, pesquisador e grande conhecedor da África e igualmente presidente da Federação de Associações Alemãs, bem como Dr. Heinz von Ortenberg, médico em Santa Cruz do Sul, para citar alguns dentre eles.

A fama do Círculo de Bismarck se expandiu para além de Porto Alegre, sempre vinham visitas de fora. A lista de participantes aponta para visitantes de Hamburgo, Berlim, Mannheim e Rio de Janeiro. Evento especial foi a visita de Elisabeth Reimer em 1922 que tinha visto Bismarck pessoalmente. Quando criança, tivera a oportunidade de entregar um ramo de violetas ao nobre e olhar em seus “maravilhosos olhos” como descrito por Friederichs (FRIEDERICHS, 1929, p. 29). Em 1924 sucedeu a visita do Pastor Giesecke, oriundo de Aumühle-Friedrichsruh onde Bismarck tinha passado seus últimos anos de vida, chamado de “Pastor de Bismarck” em palavras carinhosas de Friederichs (FRIEDERICHS, 1929, p. 35). Giesecke realizava uma viagem de palestras pelo Brasil e fora convidado a participar do encontro do Círculo quando de sua estada em Porto Alegre. Otto Meyer o homenageou com um poema especialmente composto para esse dia sobre a Igreja de Memória a Bismarck planejada em Aumühle (FRIEDERICHS, 1929, p. 35).

Por fim, em 1925, somaram-se ao grupo na condiação de visitantes o Admiral Paul Behnke e o Capitão de Corveta Friedrich Goetting. Ao término de sua participação, Behnke assinalou no livro de visitantes: “Tivemos aqui um momento rico, pleno de ganhos em pensamentos fieis pela nossa pátria, bem como dos melhores desejos por essa e também pelo país que, para tantos alemães, se tornou uma nova pátria” (FRIEDERICHS, 1929, p. 47).

Os poemas a Bismarck

Após Arno Wolff e Otto Meyer terem registrado no livro de hóspedes do porão (“Kellergästebuch”) os primeiros versos simples de conteúdo patriótico quando do segundo encontro do Círculo, Otto Meyer tomou como missão, a partir do quarto encontro, a cada ano preparar um novo poema que viria a apresentar quando da reunião com os outros participantes. A recitação do poema, de qualquer modo, sempre era o ponto alto da reunião. Logo depois, o poema era inscrito no livro de hóspedes do porão.

Como a inspiração de Meyer sempre era de cunho patriótico, seus versos giravam em torno da glorificação do chanceler. Com o passar dos anos, a figura de Bismarck era elevada a esferas cada vez mais altas. Se,

no início, era denominado de “presente divino”, logo tornou-se um “santo” e a “consciência alemã”, até que, ao final, era interpelado como “deus alemão”. Paralelamente, Meyer criticava duramente a situação política contemporânea. Sempre voltava a criticar a fraqueza do “Michel alemão” (“Deutscher Michel”). A personificação do povo alemão apontava para um sonhador, que, sempre meio adormecido, observava o mundo e tudo aceitava passivamente. Como adereço, o Michel, portanto, usa uma toca de dormir ou um barrete como símbolo de sua passividade. Em oposição a essa figura, Meyer desenhava um Bismarck cheio de energia que colocava seus inimigos no devido lugar, aquele que determinava e conduzia a política, uma figura enérgica e com incrível capacidade de fazer valer sua vontade.

Meyer se inspirava na lírica patriótica com seu marcado vocabulário de guerra. Luta-se, perde-se sangue e se vence nos seus poemas, e sempre se preza o ferro. Esse é o material a partir do qual armas são fabricadas, mas ele também sempre simboliza a natureza de Bismarck, chamado por alguns de chanceler de ferro. O ferro é o leitmotiv que mais se repete e destaca nos poemas de Meyer. Esse topos é tomado emprestado da lírica de Ernst Moritz Arndt, o poeta das guerras de libertação da dominação napoleônica e que sempre aludia ao ferro como o caminho para a liberdade: “o deus que fez crescer o ferro não admitia escravos”, assim o diz o primeiro verso da “Canção da pátria” (“Vaterlandslied”) de Arndt, composta no ano de 1812 (ARNDT, 1860, p. 212-213). O ferro, no contexto da época, representava não somente a luta, mas também a independência política, a possibilidade de livrar-se da soberania napoleônica com violência. O poema “Canção da pátria” de Arndt fazia, desse modo, parte do cânone de cânticos de luta das associações de estudantes alemães e das sociedades de canto masculinas. Ao apropriar-se desses elementos poéticos, Meyer podia trazer à baila determinados conteúdos sempre presentes nas mentes de seus ouvintes e, paralelamente, inserir seus poemas em uma tradição nacional, bem como indicar a perspectiva a partir da qual se colocava.

Assim, encontram-se também inúmeras alusões a motivos da mitologia alemã que fazem parte da memória coletiva da Alemanha. A lenda do “Kyffhäuser”, a promessa de um futuro glorioso, faz parte disso (FRIEDERICH, 1929, p. 25). De acordo com essa lenda, o Imperador Frederico Barbarossa não teria se afogado ao se deslocar à Terra Santa

por ocasião de uma cruzada, mas sim se transferido de forma misteriosa à montanha “Kyffhäuser”, na Turíngia. Lá, ele estaria sentado a uma mesa de pedra esperando pelo momento de seu retorno ao mundo dos homens. Assim que o Império estivesse em situação de perigo, ele deixaria a montanha para conduzir a Alemanha à nova grandeza e reconstruir a magnificiência do império. Uma promessa sagrada semelhante faz referencia à volta do Rei Artur, refugiado na Ilha de Avalon.

Essa simbologia se amplia se o leitor contemporâneo, ao deparar-se com a lenda do “Kyffhäuser”, se lembra do Monumento de Kyffhäuser. Em 1896, foi erigido um monumento nacional junto a esse local embebido em lendas. Ao lado de Barbarossa, que repousa na caverna, também mostra estátua equestre de Guilherme I, o primeiro imperador do Império dos Hohenzollern, apresentado aqui como herdeiro do imperador Staufer. Tais monumentos tinham inúmeras funções no ainda recente Império Alemão: serviam como legitimação de anseios de dominação, no caso, da dinastia dos Hohenzollern, mas também como elementos de identificação junto à população ao apontarem para antigas tradições e se aliarem a elas. Da parte do estado, o culto em torno de locais de rememoração nacional era usado conscientemente como forma de implementar programas políticos. O objetivo era de ter influência positiva sobre o admirador e propagar uma ideia de nação poderosa e forte.

O lado oposto desse movimento de grandeza é o medo da perda que se apresenta em muitos dos poemas de Meyer. No poema alusivo à Batalha das Nações em Leipzig, composto no ano de 1913, esse receio se faz presente na evocação: “Mas por uma coisa a grande maioria de nós roga; pelo piedoso domínio de Deus: que ele queira, em nosso lar, manter o espírito de Bismarck e a espada de Scharnhorst” (FRIEDERICH, 1929, p. 11). Apesar de tudo, permanece o medo de voltar a perder o que tinha sido alcançado.

Já o poema “O riso de pedra – uma história noturna” (1916) caracteriza-se por apresentar traços humorísticos. Na forma de balada, liga o Monumento a Bismarck em Hamburg com uma narrativa típica de contos-de-fada. Na noite de 30 de março a 1º de abril, dois bêbados passam pelo gigantesco monumento de pedra. Um deles, visivelmente alcoolizado, começa a falar com a estátua: “Tu, senhor de ferro de

Friedrichsruh, Tu, alemão responsável pela reviravolta do destino, Tu, poderoso, sagrado, Tu, em todo o calendário alemão. O que olhas tão firmemente na noite silenciosa?” Se a Alemanha, em meio à guerra, alcançará a vitória, quer saber o bêbado e indaga o gigante. Nesse momento, percebe-se um tremor em volta à boca e ambos escutam um estalar e crepitar como se a pedra poderosa tivesse vida. Quando fogem em pânico, escutam atrás de si uma risada de pedra alegre. O poema finaliza de modo conciliador: recuperados da bebedeira pelo susto, ambos seguem cantando e rebolando.

O fim do círculo de Bismarck

O Círculo de Bismarck perdurou até 1939, ou seja, por um período considerável de mais de trinta anos. O que tinha nascido de uma brincadeira se transformara, com o tempo, em uma tradição e era festejado, apesar de toda a alegria, com a seriedade necessária, embora seu encontro, após a queda do Império Alemão em 1918, se tornasse um anacronismo. Perante os eventos de ordem política na Europa após a Primeira Guerra Mundial, o Círculo de Bismarck tinha perdido seus conteúdos. Os questionamentos políticos tinham se tornado outros. O Imperador tinha abdicado e partido rumo à Holanda em exílio. A Alemanha, república desde 1919, se defrontava com conflitos políticos. Em 1929, a crise financeira mundial levou o país a uma grave crise. Quando Adolf Hitler, em 1933, assumiu o poder na Alemanha, o Círculo de Bismarck e sua proposta de um Império representavam nada além de uma utopia saudosista. No mais tardar com o início da Segunda Guerra e a invasão da Polônia pela Alemanha, um culto a Bismarck não podia mais ser sustentado seriamente. O desenrolar dos eventos tinha atropelado os admiradores de Bismarck em Porto Alegre.

Outros motivos, bem mais graves, se somaram a esses. Na Federação de Ginastas do Rio Grande do Sul, presidida por J. Aloys Friederichs, havia agitações. Conflitos quanto a uma aproximação à Alemanha nazista explodiram. Friederichs, opositor ferrenho do Nazismo, um brasileiro de fé que há muito tinha se naturalizado, tornava-se cada vez mais alvo de animosidades por parte dos federados. Para minimizar os ataques em parte violentos que atingiam sua pessoa, ele se afastava sempre mais da vida pública.

Também a morte levou ao fim do Círculo de Bismarck. Muitos de seus participantes faleceram com o decorrer dos anos, entre eles Carlos Brenner, um dos três fundadores e promotor do primeiro encontro em 1909, pouco depois Erich Häussler. Luiz Voelcker falecera quando, durante a revolução em São Paulo, fora atingido por uma bala perdida em um hotel. Em 1928, vieram a falecer Hermann Soyaux, conhecido explorador da África e presidente da Federação de Associações Alemãs, e Theo Möller, que por muitos anos tinha presidido a Sociedade Germânia em Porto Alegre, bem como outros. Mais participantes se uniam ao grupo substituindo os que tinham falecido, mas somente esporadicamente, pois as perdas geradas pela morte não podiam ser sanadas.

De forte impacto foi a perda de Otto Meyer, o poeta de Bismarck. Ao final do ano de 1924, ele pediu desligamento de sua função junto à Escola da Associação Beneficente em Porto Alegre e se mudou para Santa Cruz do Sul, onde assumiu a direção da escola local. Nos anos de 1925 e 1926, ainda veio em visita a Porto Alegre, mas, em 1927 e 1928, não pode mais participar dos encontros. Ficou claro nesse momento o quanto Meyer era importante para a união do grupo. Embora tivesse enviado os tradicionais poemas e esses fossem lidos em voz alta, o carisma do poeta fazia falta. “Agora sabemos”, assim o escreveu Friederichs em sua crônica do Círculo de Bismarck, “o que esse homem alemão, poeta e admirador de Bismarck significava para nosso grupo: a alma, o líder do nosso Círculo! Sem ele, nosso poeta em pessoa, sem a recitação dos poemas por ele, faltava a união mais íntima, assim como o ganho mais pessoal desses momentos abençoados dedicados a Bismarck, faltavam a alma verdadeira, a meditação e o entusiasmo – faltava a argamassa que nos unia em torno do 1º de abril e além dele” (FRIEDERICHs, 1929, p. 47).

Assim se desfez o Círculo de Bismarck, mas não sem antes homenagear Otto Meyer. No 70º aniversário de seu poeta, a 10 de setembro de 1939, o Círculo de Bismarck ofereceu a ele uma placa de bronze. Ela o mostra de perfil, em relevo. Com ramos de carvalho ao redor e, em três pequenos relevos, episódios de suas obras: à esquerda, o veleiro “Heimat” no porto do Rio de Janeiro do épico “Hans Hansen”; no meio, o canto à espada do épico “Walafried” e, à direita, o monumento a Bismarck em Hamburg que Meyer tantas vezes tematizara. Uma faixa ao

centro traz os primeiros versos da segunda estrofe de seu premiado “Cântico dos teuto-brasileiros” (“Lied der Deutsch-Brasilianer”):

<i>Fülle liegt auf deinen Fluren, Gottgesegnet Vaterland. Leuchtend zeigst Du noch die Spuren, Von des Schöpfers Meisterhand.</i>	A riqueza se encontra em teus campos, pátria abençoada por Deus. Radiante ainda mostras os traços, da mão abençoada do mestre criador.

O que, por fim, ficara era a lembrança: já em fevereiro de 1929, no vigésimo ano de sua existência, J. Aloys Friederichs escrevera, nos dias frescos do verão em Gramado, uma crônica que resumia a história do Círculo de Bismarck. A ela acrescentara os poemas de Meyer. Esse texto, dedicado a Otto Meyer por ocasião de seu 60º aniversário, foi publicado sob o título “Die Bismarckrunde in Porto Alegre. Ihre Entstehung und Entwicklung, geschildert, erzählt und wiederbelebt von J. Aloys Friederichs” (O Círculo de Bismarck em Porto Alegre, sua origem e desenvolvimento, narrados e revividos por J. Aloys Friederichs) na Typographia Mercantil – Irmãos Siegmann em Porto Alegre (FRIEDERICHS, 1929). Ele é a fonte mais importante para sua história. Nele se baseia o artigo de Leandro Telles, “A Bismarckrunde em Porto Alegre”, do ano de 1974 (TELLES, 1974). Fontes secundárias são diversos textos biográficos sobre J. Aloys Friederichs e Otto Meyer, os protagonistas dos encontros, publicadas em anuários, bem como uma resumida apresentação em “Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul” (Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul) do ano de 1924, juntamente com uma seleção de poemas a Bismarck de Otto Meyer. A crônica de Friederichs finaliza com os primeiros versos inscritos no livro de hóspedes do porão (FRIEDERICHS, 1929, p. 53):

<i>Auf daß Ihr es nun alle wißt, Hoch! Flagge schwarz-weiß-rot, Wenn Bismarck auch gestorben ist, So ist er doch nicht tot!</i>	Para o alto, que todos o saibam, Para cima, bandeira preta, branca e vermelha, Mesmo que Bismarck tenha falecido, Ele não morreu!

Referências

AMSTAD, S.J., Theodor. *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

ARNDT, Ernst Moritz. *Gedichte*. Vollständige Sammlung. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1860.

ER. (i. e. Ernst Rotermund). J. Aloys Friederichs. In: *Rotermund-Kalender*, São Leopoldo, ano 42, p. 36 – 39, 1923.

ERLFRIED (i. e. J. Aloys Friederichs): Dem deutschen Schulmann und Dichter zum Gedächtnis. In: MEYER, Otto. *Der Fall Eickhoff*. Ein Kriminalfall aus vergangenen Tagen. Porto Alegre: Tipografia do Centro, p. 5 – 7, 1949.

FISCHER, Martin. J. Aloys Friederich zum Gedächtnis. In: *Serra-Post Kalender*, Ijuí, ano 30, p. 165 – 170, 1951.

FRÄGER, Paul. Unser Landsmann Otto Meyer als deutscher Dichter. In: *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, São Leopoldo, ano 10, v. 4, p. 39 – 48, abr. 1928.

FRIEDERICH, J. Aloys. *Liederbuch*. Eine Sammlung deutscher Lieder. Porto Alegre: Typographia Mercantil, 1922.

_____. *Die Bismarckrunde in Porto Alegre*. Ihre Entstehung und Entwicklung, geschildert, erzählt und wiedererlebt von J. Aloys Friederichs. Porto Alegre: Typographia Mercantil, 1929.

GERWARTH, Robert. *Der Bismarck-Mythos*. Die Deutschen und der Eiserne Kanzler, München: Siedler Verlag, 2007.

KLEBER DA SILVA, Haïke Roselane. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. A história de uma liderança étnica: Jacob Aloys Friederichs (1868 – 1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.

KOHL, Horst (Org.). *Die politischen Reden des Fürsten Bismarck*. Historisch-kritische Gesamtausgabe. Zehnter Band: 1884-1885. Stuttgart: Cotta, 1894.

OTTO Meyer. In: *Allgemeine Lehrerzeitung*, Porto Alegre, ano 32, n. 2/3, p. 1, fev-mar. 1935.

_____. Der Sänger Bismarcks und Dichter des Liedes der Deutschbrasilianer. In: *Kalender (Jahrweiser) für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*, São Leopoldo, ano 10, p. 99, 1931.

OTTO Meyer. Dem deutschen Schulmann und Dichter zum Gedächtnis. In: *Jahrweiser für die Evangelischen Gemeinden in Brasilien*, São Leopoldo, ano 33, p. 106, 1961.

SPALDING, Walter. Jacob Aloys Friederich. In: SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Bd. 1. Porto Alegre: Sulina, p. 273-277, 1969.

TELLES, Leandro. A Bismarckrunde em Porto Alegre. In: *Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização alemã*. São Leopoldo, p. 191-219, 1974.

CAPÍTULO X – IMIGRAÇÕES E SUAS MULTIPLAS ABORDAGENS I

A PRISÃO DE FRANZ SCHMECHEL: UMA HISTÓRIA SOBRE O TRABALHO NAS OBRAS PÚBLICAS DA COLÔNIA BLUMENAU (1867-1872)

Mariana Luiza de Oliveira Deschamps*

Considerações iniciais

Neste artigo procuro compartilhar os caminhos que estão sendo trilhados na pesquisa de mestrado, cuja proposta é pensar as vivências cotidianas da população da Colônia Blumenau, em meados do século XIX, a partir do enfoque da história social.

A Colônia Blumenau teve início como núcleo particular no ano de 1850, sendo administrada pelo empreendedor Hermann Bruno Otto Blumenau¹ nesta condição até 1860. A partir dali, a colônia perdeu seu status de particular, pois o empreendimento foi encampado pelo Governo Imperial. Porém a transação ocorreu sem que isto afetasse a administração de Hermann Blumenau, que se manteve no cargo público de diretor colonial por mais duas décadas.

A administração colonial foi responsável pela maior parte das fontes que temos acesso, tal documentação atualmente encontram-se salvaguardada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, na cidade de

* Mestranda da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Hermann Bruno Otto Blumenau (1818-1899), nasceu em Hasselfelde, no Ducado de Brunswick. Desde 1846 esteve no Brasil, como agente da Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães de Hamburgo, e a partir de 1848 começou seu empreendimento particular em Santa Catarina, onde em 1850 deu início a um projeto de colonização, que receberia seu nome. Durante mais de 30 anos esteve na direção da Colônia Blumenau.

Blumenau. Nesta documentação oficial é possível encontrar desde correspondências da direção da colônia, como também relatórios anuais de desenvolvimento, dados estatísticos, ofícios, editais, entre outros. Assim, a pesquisa partiu inicialmente de uma análise sobre esta vasta documentação oficial enunciada, porém, com o olhar voltado para a possibilidade de ler nestes documentos evidências e indicações que pudessem conduzir a construção de outras histórias ainda pouco conhecidas sobre o passado colonial de Blumenau.

Neste sentido, um segundo grupo de fontes está igualmente em análise na pesquisa. Ali se reúnem os documentos produzidos pela própria mão do imigrante, que vão desde cartas, diários e memórias, como também, processos jurídicos, que não necessariamente foram escritos pelos próprios imigrantes, mas são um recurso pelo qual é possível encontrar “testemunhos involuntários” (BLOCH, 2001, p.76-77) dos agentes históricos que compõe a sociedade estudada. A busca por este segundo grupo de fontes ocorreu tanto no Arquivo de Blumenau, como também no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, e no Centro de Documentação e Memória Histórica, em Itajaí.

Cada vez mais a historiografia vem utilizando o recurso metodológico de perseguir indivíduos e suas histórias de vida. Neste artigo, a escolha de contar a história de um indivíduo, não tem fins biográficos, mas sim um instrumento que permite a análise do social na comunidade pesquisada.

A personagem aqui escolhida foi Franz Schmechel. Em 1869, ele e sua família deixaram a Prússia, com destino a Colônia Blumenau, onde adquiriram o lote nº35 na margem esquerda do ribeirão da Mulde, um dos distritos da colônia. Schmechel se declarava como lavrador, isto é, dedicava-se na produção agrícola em seu próprio lote de terra, mas, como forma de renda extra, ocupava-se ocasionalmente em obras públicas.

Não apenas Schmechel faz parte desta história, mas muitos outros, pois na Colônia Blumenau havia uma constante demanda por obras públicas, era por meio delas eram construídas casas de recepção de imigrantes, cadeias, casas de oração evangélica, igreja

católica, edifícios escolares, como também, as vias de comunicação. Para a realização deste tipo de trabalho contava-se com a mão de obra daqueles que ocupavam o espaço colonial, os imigrantes, os quais eram chamados a complementar sua renda por meio de trabalhos ofertados pela administração local conforme estabelecia o Regulamento para as Colônias do Estado, baixado pelo Governo Imperial em 1867.

Em uma segunda-feira, no dia 13 de fevereiro de 1871, uma discussão entre Schmechel e seu vizinho produziu uma documentação que nos permite acesso a questões cotidianas entre vizinhos e trabalhadores temporários de obras públicas em uma colônia do Estado.

A história (e a prisão) de Franz Schmechel

Era apenas mais um início de semana na Colônia Imperial Blumenau. Naquela segunda-feira, dia 13 de fevereiro de 1871, Guilhermina Schmechel notou que o fogo que mantinha acesso em sua cozinha tinha se extinguido, assim, pediu ao seu marido que fosse até a casa do vizinho pedir um tição. Francisco Schmechel saiu de sua casa no lote nº 35 no distrito do ribeirão da Mulde, e seguiu para a casa de Francisco Koehler, na margem direita do mesmo distrito. Foi nesta ocasião que começou o desentendimento entre eles, a rixa tinha como motivo uma pequena dívida no valor de mil réis, sobre a qual Schmechel afirmava que Koehler era devedor, por outro lado, Koehler protestava já ter pago².

Pelo processo instaurado, sabemos que Francisco Schmechel – que assinava, com uma caligrafia bem elaborada, apenas Franz Schmechel – estava com 32 anos, sabia ler e escrever em alemão, era casado, natural de Nattmannsdorf, Prússia, mas há três anos residia na margem esquerda do ribeirão da Mulde. Pela listagem de moradores da

² O relato que segue foi baseado no processo crime em que foi réu Francisco Schmechel. Fundo: Judiciário. Auto nº 179. Caixa 2A. 1871. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

colônia, elaborada pela administração colonial em 1869, constata-se que a família Schmechel era composta por Francisco, sua esposa Guilhermina e apenas um filho, na época com idade entre 1 e 10 anos, sendo todos evangélicos.

Com relação ao dia 13 de fevereiro, ficamos sem saber se Schmechel retornou a sua casa com o tição, mas o que fica evidente é que os vizinhos não entraram em acordo com relação aos mil réis. Segundo o testemunho do inspetor de quarteirão, Augusto Busch, de quarenta e seis anos de idade, morador da margem esquerda do rio Itajaí-açu, ao interrogar a mulher de Koehler, ela assegurava que ouviu seu marido dizer “tão verdadeiro que o sol está no céu, já te paguei um mil réis!”.

Em função do desentendimento, Schmechel retirou-se para sua casa. Então, a esposa do Koehler pediu “em vista das boas relações até lá existentes entre ambas as famílias”, que ele fosse à casa do vizinho, onde “lhe representasse tudo, com que pudesse restituir a unidade e boa harmonia entre eles havida”. Koehler e seu filho Roberto, de apenas doze anos de idade, se dirigiram a casa de Schmechel. O pai entrou na residência dos Schmechel, enquanto o filho aguardava do lado de fora, conforme o próprio menino relatou em depoimento.

Depois de Schmechel ter tomado café e almoçado, preparava-se para ir à roça, quando Koehler entrou em sua casa, e quis continuar a conversa anterior. Koehler perguntava ao vizinho se ele não lembrava que os mil réis já tinham sido pagos. Com a negativa de Schmechel e também de sua esposa Guilhermina, Koehler zangou-se e a discussão tornou-se acalorada. Guilhermina em seu depoimento afirmou que nesta hora “aumentou-se a paixão”. Schmechel então ordenou pela primeira vez que Koehler deixasse a sua casa. Na segunda vez, bateu com a mão na mesa, pediu que ele se retirasse. Após o terceiro pedido, Schmechel “irado” se dirigiu até a cozinha e tomou a espingarda de parede que lá estava. Ele relatou que sua intenção era apenas usá-la para dar uma pancada no ombro esquerdo de Koehler. Entretanto após o golpe dado, Schmechel sustentava “que no retirar a arma esta disparou”, fazendo Koehler cair ferido.

Após o disparo, o ferido retirou-se da residência de Schmechel e foi ao encontro de sua família, onde pôde dar sua versão dos fatos a eles, e também aos demais que lá foram chegando, dentre eles Carlos

Hafemann, Christiano Hennig, Carlos Samuel André, Theophilo Bergold. O depoimento de Henning, de 46 anos, morador da margem esquerda do ribeirão da Mulde, confirmava – assim como os demais – que deitado em sua cama Koehler afirmava que era mentira a história que Schmechel lhe deu golpe e então a arma disparou. Conforme o exame de corpo e delito, notava-se uma ferida redonda e penetrante mais ou menos três polegadas acima do umbigo de Francisco Koehler.

O acusado, por sua vez, declarava que “não foi a minha intenção de fazer mal a Francisco Koehler com o tiro que se achava na espingarda”, que por um descuido a arma descarregou. Ainda assim, após o ocorrido, Schmechel pediu um cavalo emprestado a outro vizinho, e foi ao encontro do inspetor de quarteirão, para comunicá-lo do incidente e entregar-se a prisão. Concluídos os procedimentos de praxe, o subdelegado de polícia de Blumenau, Carlos Guilherme Friedenreich, instaurou um processo pelo delito do homicídio (artigo 193 do Código Criminal de 1830) contra Francisco Schmechel, no dia 15 de fevereiro, tendo em vista que, na noite anterior, Koehler havia falecido.

A origem da desavença, tanto na versão do acusado quanto das testemunhas, confirmavam que o mau entendido era pela quantia de mil réis. Schmechel contava, ao ser interrogado, que esta dívida vinha do ano anterior, e que Koehler devia mil réis não a ele, mas a uma turma de trabalhadores. Naquela ocasião ele, e seus vizinhos Koehler, Kohls, Hafemann, Beckelberg e mais cinco homens, trabalharam juntos em “um caminho da Colônia Blumenau perto do ribeirão da Mulde”. E antes da festa de Natal o chefe da turma distribuiu o pagamento pelos serviços realizados aos “vários camaradas”, porém a “distribuição não foi bem feita, em vista que alguns receberam mais do que outros”.

Inferimos que o chefe de turma era Francisco Koehler, pois ao longo do processo encontramos uma referência de que a distribuição do referido dinheiro havia sido feito pelo próprio Koehler. Algumas das responsabilidades que cabiam aos chefes de turmas de operários nas obras públicas era a supervisão das tarefas demandadas e do horário de trabalho, sendo este último alterado conforme as estações climáticas. O trabalho geralmente era iniciado “ao romper do dia” e só era interrompido para o almoço, já no período vespertino começava às 13 horas durante o inverno, e às 14 horas no verão, porém em dias de muito calor, o

descanso do meio dia poderia ser “até a 1 e meia e até 3 horas”, mas era necessário compensar as horas até o escurecer. A jornada de trabalho deveria ser registrada pelo chefe de turma com um relato exato dos trabalhos executados e do material utilizado. Além disto, os chefes eram instruídos para evitar que os trabalhadores não caíssem em “longas conversas particulares”, “discussões” ou até mesmo “agressões”, em tais casos caberia demissão imediata³. Nota-se que o emprego do trabalhador era acompanhado pela disciplinarização de sua conduta e pela administração eficiente do tempo.

Contudo, cabe salientar que não necessariamente cabia ao chefe o pagamento dos jornais, pois as instruções dos chefes de turmas que temos acesso nada despacham a esse respeito. O procedimento da distribuição do pagamento das turmas ficava a cargo da diretoria colonial, tanto é que quando os pagamentos atrasavam era a diretoria que recebia as reclamações e queixas. Em algumas observações registradas por Hermann Blumenau, tomamos conhecimento que os próprios trabalhadores deveriam se dirigir a administração da colônia nos dias estipulados de pagamento para cobrar seus jornais. Em fevereiro de 1872, Hermann Blumenau registrou que os dias definidos para pagamento eram toda segunda-feira e sábado de cada semana⁴.

Quanto a remuneração da turma de operários do ribeirão da Mulde, sabemos que Schmechel, Koehler e Beckelberg receberam cada um a quantia de 20\$000, já os outros quatro camaradas receberam 10\$000 cada, e por fim, três trabalhadores receberam 14\$000 cada. Porém “não chegando o dinheiro recebido para o total deste pagamento” Schmechel afirmou que forneceu “dez tostões do seu para completar a quantia necessária” e Koehler se comprometera “a dar para o mesmo fim dez tostões”. Cabe ressaltar, que o valor da desavença ao longo do

³ As instruções dadas ao chefes de turmas de obras públicas na Colônia Blumenau podem ser encontradas no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, fundo Colonização, pasta 2.50.

⁴ Observações de Hermann Blumenau sobre a execução de obras públicas. 10 de fevereiro de 1872. Fundo: Colonização. Pasta 2.42, Doc. 424. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

processo passou a ser referido como dez tostões quando os procedimentos do julgamento passaram para a Comarca de Itajaí. Cada tostão equivalia a \$100, portanto, o valor do impasse não sofreu alteração. Talvez a mudança na terminologia utilizada nesta parte do inquérito ocorreu devido a figura do intérprete – Guilherme Asseburg – nomeado para realizar a tradução do alemão para o português dos depoimentos do réu e das testemunhas, assegurando que estes se fizessem entender pelo júri.

Mas retornando ao acerto de contas dos trabalhadores. Ficou combinado que somente depois do Natal, seria pago o restante do dinheiro referente aos serviços prestados. “A divisa deste resto” entre os trabalhadores estava marcada para domingo, dia 12 de fevereiro de 1871, na casa de um deles, Carlos Kohls, cuja residência ficava na margem esquerda no ribeirão da Mulde.

Dos dez trabalhadores da turma, apenas oito compareceram no dia programado. Carlos Hafemam não conseguiu atravessar o ribeirão da Mulde, que se achava “muito enchido por águas caídas”. Já Francisco Koehler decidiu não se reunir com os demais. O grupo reunido na casa do Kohls ao perceber a demora do chefe da turma, decidiu mandar o filho do dono casa – Germano Kohls – para chamá-lo, e foi primeiramente a ele que Koehler declarou que não iria comparecer. Então Schmechel tomou a iniciativa e também foi chamá-lo para “arranjoamento da conta”, recebendo outra negativa como resposta. Schmechel narrou os acontecimentos do último acerto realizado entre os trabalhadores da turma e a sua tentativa de reunir Koehler com os demais da seguinte forma:

Nessa reunião tratando-se de dividir o dinheiro recebido para o último pagamento, verificou-se que faltava dinheiro, e então ele respondente perguntou a seus companheiros se o assassinado [Koehler] já tinha feito entrega dos dez tostões com que se comprometera entrar para cobrir a diferença e sendo-lhe declarado que esta entrega ainda não tinha sido feita, ele fez ver que disto provinha a falta encontrada no dinheiro; em seguida resolveu ele respondente ir a casa do assassinado convidá-lo para vir ajustar as contas, e que com efetivo fez, mas que este se negou a ceder o seu desejo dizendo que quem tinha que ajustar contas com ele podia vir a sua casa. Em consequência desta declaração definitiva resolveram os outros trabalhadores reunidos levar o dinheiro ao

escritório da direção da Colônia, para ali ser repartido, e separar-se todos em paz.

Mesmo que a desavença tenha se dado entre Schmechel e Koehler, o desentendimento entre eles se estendia a uma turma de trabalhadores. Porém não compete à história descobrir se a dívida dos mil réis havia sido quitada por Koehler ou não, ou ainda, se Schmechel atirou com intenção de ferir seu vizinho ou se a arma disparou acidentalmente. Cabe a justiça o papel de julgar, pois “a justiça tenta ser conclusiva. A história não o é.” (GRAHAM, 2005, p.221). Mas como diria Sidney Chalhoub “devagar com o ceticismo” também “há certezas” (CHALHOUB, 2012, p.39) quando refletimos sobre a utilização de processos jurídicos como fonte para a pesquisa histórica.

O processo de Franz Schmechel pode amparar a produção do conhecimento histórico sobre a sociedade colonial de Blumenau. Ele nos envereda para algumas certezas. Não há dúvidas que este grupo de trabalhadores ocasionais de obras públicas e, ao mesmo tempo, vizinhos uns dos outros em seus lotes rurais, tinham relações construídas na vida cotidiana ligados por vínculos de residência, vizinhança e trabalho. Tanto é que duas vezes o grupo se propõe a chamar Koehler para que viesse se reunir com os demais, para que fosse feito o ajuste de contas, e também, em todo o processo, as testemunhas frisaram que Schmechel e Koehler, assim como suas famílias, mantinham ótimas relações. Longe de haver inimizades, Guilhermina Schmechel inclusive contava que seu marido havia “matado um porco a pedido de Koehler, e que trouxe chouriço feito deste porco no dia doze do mês corrente que lhe foi feito de presente da parte de Francisco Koehler”. Não apenas as relações de trabalho, como as vicinais, os aproximavam, fazendo compartilhar maneiras coletivas de ver e entender determinadas situações que vivenciavam. Neste sentido, esses homens igualmente compartilhavam o entendimento que a autoridade da administração colonial era a melhor opção para o acerto de contas entre eles e, assim, o escritório da direção foi o escolhido para ser o lugar do desfecho daquela história.

Também por meio do processo criminal torna-se evidente que muitos moradores da Colônia Blumenau se dedicavam temporariamente nas obras públicas do espaço em que residiam. Embora a colônia adotasse o sistema de pequena propriedade trabalhada

pela unidade familiar – o que nos remete a condição camponesa – alguns pais de família e solteiros buscavam empregar-se em serviços provisórios disponibilizados pela administração colonial ou por particulares⁵. Neste sentido, o colono não abandonava seu lote de terra e sua produção, porém complementava sua renda com o prestação de tais serviços ocasionais. Para Machado (1999, p.84) “o trabalho em obras públicas era uma das formas mais eficientes que os colonos possuíam para fazer poupança e enfrentar os gastos iniciais de estabelecimento”.

A família Schmechel ilustra a precariedade enfrentada pelo núcleo familiar quando sua renda doméstica foi comprometida com a prisão de Franz Schmechel. Antes da prisão, a família ocupava-se no lote colonial na margem direita do ribeirão da Mulde, produzindo para o seu próprio sustento e talvez para o pequeno comércio em caso de excedente. Somavam-se as econômicas da família, alguma receita extra devido aos trabalhos em obras públicas prestados por Schmechel.

Mas desde o dia 13 de fevereiro de 1871 Schmechel foi conduzido a casa de detenção da Colônia Blumenau, onde devia aguardar o seguimento do seu caso. O carcereiro da casa de detenção, Henrique Friscke, registrou em seus apontamentos as despesas com os presos no ano financeiro de 1870-1871, sendo que despendeu o valor de 31\$640 com Schmechel durante 36 dias que lá esteve. A conta encerrou-se no dia 21 de março, quando o preso foi conduzido a cadeia pública do Termo e Comarca de Itajaí⁶.

Lá ficou aguardando o julgamento, que somente aconteceu no mês de junho de 1871. E embora o júri tenha absolvido o réu da acusação, o juiz de direito Joaquim da S. Ramalho considerou que “as decisões do Júri sobre a parte principal da causa era contrária a evidência

⁵ Mas como dificilmente – senão inexistente – são os dados referentes aos trabalhos particulares e os acertos realizados entre contratantes e contratados, o foco da pesquisa voltou-se para o trabalho prestado nas obras públicas da colônia.

⁶ Correspondência de Hermann Blumenau (anexos de Henrique Friscke) para o presidente da província. 31 de janeiro de 1873. Fundo: Colonização. Encadernação Avulsa Vol.2. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

resultante dos debates, depoimentos e provados autos”, o que o levou a apelar para o Tribunal da Relação⁷.

A última vez que nos deparamos com os Schmechel após a decisão do juiz Ramalho é por meio de um auto de perguntas realizado, em 1872, com Victor Gaertner, sobrinho de Hermann Blumenau e um dos jurados do processo instaurado contra Schmechel. Por meio deste terceiro, somos informados o que se passava com a família e com o acusado após o julgamento. Devido a apelação do juiz de direito, Schmechel continuaria preso na Comarca de Itajaí aguardando o prosseguimento de seu processo. No entanto, o preso apresentou ao juiz Ramalho uma petição onde alegou “moléstia e pobreza completa de sua família” e teve como despacho a autorização do juiz permitindo que o acusado fosse removido para a Colônia Blumenau, ficando sob a guarda do subdelegado da colônia até a resolução final do Tribunal da Relação⁸. A petição alegando miséria pode ter sido apenas um meio pelo qual Schmechel conseguiu retornar a colônia e lá aguardar o desfecho do processo, no entanto, não nos parece difícil de acreditar que o episódio no dia 13 de fevereiro resultou numa mudança drástica para a família Schmechel levando-os a “pobreza completa”, conforme ele mesmo alegava. O pai de família e jornalista não mais poderia prover a economia familiar.

A história de vida de Schmechel permite ajustar as lentes e por em foco algo cotidiano das famílias camponesas de Blumenau: a prestação de serviços temporários nas obras públicas. Cabe a pesquisa histórica buscar compreender qual a importância e a necessidade de tais serviços tanto para os colonos quanto para a administração colonial.

⁷ Processo crime em que foi réu Francisco Schmechel. Fundo: Judiciário. Auto nº 179. Caixa 2A. 1871. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

⁸ Auto de perguntas feito a Victor Gaertner. Fundo: Judiciário. Auto nº 215. Caixa 4B. 1872. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

Para além da história de Schmechel e seus camaradas

Na Colônia Blumenau os trabalhos públicos se estendiam desde o transporte de correspondência da colônia para a Vila de Itajaí onde geralmente empregava-se apenas um colono, como também, empregavam-se turmas de trabalhadores que atuavam em obras de maior porte, como a demarcação dos lotes de terra, a derrubada de madeiras para serem utilizadas em construções diversas, a construções de prédios públicos, ou ainda, a abertura e manutenção das vias de comunicação – como é o caso da turma de operários da qual faziam parte Koehler e Schmechel. Os empregados neste serviço tratavam da abertura de picadas ou na transformação destas picadas em estradas, além de estarem envolvidos em toda a instalação das vias públicas, que dependiam da abertura de valetas de esgoto, aterramentos, escavações e construções de pontes provisórias e sólidas.

Na época em que a turma de trabalhadores do ribeirão da Mulde prestou seus serviços já estava em vigor, desde 19 de janeiro de 1867, o Regulamento para as Colônias do Estado (Decreto 3.784). Este documento tinha como objetivo regular a vida nas colônias, assim como, ser peça de propaganda no exterior na tentativa de atrair novos imigrantes. Era composto por 45 artigos, que vigoraram de 1867 até 1879, dos quais são especialmente interessantes os artigos 32, 33 e 34, que seguem na íntegra.

Art. 32. Havendo trabalho na colônia, serão nele empregados os colonos, que o quiseram nos primeiros seis meses.

Art. 33. O Diretor fará a distribuição dos serviços de maneira que a cada adulto de uma família correspondam, pelo menos, 15 dias de salário por mês, ou 90 dias no semestre.

Para esta disposição computam-se dois menores por um adulto.

Art.34. Tanto quanto for possível, o serviço para os colonos recém chegados constituirá na preparação da estrada em continuação de suas frentes, nas derrubadas e construção de casas provisórias, de forma que haja sempre 20 a 50 lotes prontos para neles se estabelecer novos colonos.

O regulamento indicava que a distribuição do trabalho por dia (à jornal) era realizada pelo administrador da colônia, como também ficava a seu cargo a seleção dos trabalhadores e a opção de quantos dias de

trabalho cada um recebia, sendo pelo menos 15 dias ao mês ou 90 dias no semestre. Do outro lado, os jornaleiros contavam (ou disputavam) os serviços temporários, que complementavam sua renda, embora muitas vezes o trabalho avulso não era garantia de estabilidade e segurança, por estar sujeito a inúmeras flutuações, como o corte de verbas públicas, por exemplo.

Formava-se uma rede de dependência entre colonos e direção da colônia, onde os primeiros esperavam complementar seus ganhos e diminuir a insegurança de sua vida inicial na colônia; e o segundo, que era responsável pela contratação desta mão de obra avulsa, mas, ao mesmo tempo, era dependente da força de trabalho do colono para a construção da infraestrutura colonial.

Entretanto, tendo em vista o “reconhecimento de que disciplinas ou modos de vida não foram simplesmente ‘impostos’ aos trabalhadores pobres, mas objeto de lutas intensas e constantes” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p.42), é de se supor que, apesar das delimitações do Regulamento para as Colônias do Estado, a vida colonial dos homens e mulheres de Blumenau era permeada por escolhas, lutas e negociações. Um exemplo disto pode ser observado pelo abaixo assinado de 156 moradores da Colônia Blumenau, datado de julho de 1870⁹.

O abaixo assinado chega até nós por uma tradução encontrada entre os ofícios recebidos pelo presidente da província naquele ano. O documento é bem redigido, articulado e dividido por parágrafos numerados. Nas primeiras linhas, como numa breve introdução, os assinantes manifestavam que aquela não era a primeira vez que expunham seus pedidos e queixas, pois “por repetidas vezes e com toda a instância” foram ouvidos pelo diretor da colônia, a quem chamavam de “autoridade próxima”, inclusive confirmavam que, de fato, foram ouvidos, mas apenas isto não bastava. Então recorriam às autoridades para além do poder local, escrevendo ao presidente da província e

⁹ Correspondência dos correspondentes diversos para o Governador da Capitania/Presidente da Província. 1748-1889. Pasta Janeiro-Dezembro de 1870. Julho de 1870. Folha 95-97v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

inclusive pedindo a ele que levasse “também ao conhecimento do Governo Imperial”.

Os parágrafos enumerados apresentavam separadamente as questões que eles estavam descontentes, mas no geral diziam respeito à irregularidade das verbas e dos trabalhos públicos nos últimos tempos.

Em virtude das promessas que se nos fizeram na Alemanha e do regulamento para as colônias do estado, que ali também foi publicado, temos direito a certos adiantamentos e donativos; estes porém, na cerca de dois anos, não; e muitos de nós até agora ainda não foram pagos por inteiro sob pretexto de que as quantias que a presidência mandara pagar à direção, não tivessem chegado, nem atualmente chegaram para imediatamente ocorrer a todas as exigências e despesas. Como porém nos é impossível supormos que o Governo tencionasse faltar tão abertamente à fé e às suas promessas solenes, que o Governo mesmo não soubesse calcular quais as quantias relativamente grandes (...), temos de acusar o diretor da colônia d'essas irregularidades e de pedir respeitosamente, que ele seja obrigado a pagar prontamente aos imigrantes o que se lhes prometeu e a que tem direito em virtude do regulamento.¹⁰

Os 156 assinantes do abaixo assinado se valiam do Regulamento das Colônias do Estado e lembravam também as promessas que lhes foram feitas por agentes do governo brasileiro na Europa, e assinalavam que há dois anos os compromissos estavam sendo desrespeitados. Conhecedores de seus direitos, indicavam no parágrafo seguinte que era determinado “que a cada pessoa adulta de uma família de imigrantes se dê ao menos 15 dias de trabalho por mês ou 90 dias por semestre”, o que remete ao artigo 33 do regulamento, mas declaravam que “este direito tem sido recusado a muitos dentre nós”.

De acordo com o Regulamento de 1867 ficava determinado pelo artigo 32, que os recém chegados que quisessem trabalhar nos serviços públicos poderiam assim fazer nos primeiros seis meses. No entanto, se observarmos a imigração para Blumenau no ano de 1870 notamos que

¹⁰ Idem.

apenas 28 imigrantes vindos diretamente do estrangeiro deram entrada na colônia, além de 41 luso-brasileiro e mais um família alemã que vieram de outras partes da província. Esta insignificante imigração europeia torna difícil acreditar que faltava trabalho público para um grupo tão pequeno de recém chegados. Isto evidencia que o prazo de dar trabalho nas obras públicas apenas nos primeiros seis meses após a chegada do imigrante era geralmente estendido. O que corrobora para entendermos as reclamações dos 156 assinantes do abaixo assinado daquele ano.

No jornal *A regeneração*, de Desterro, em uma matéria publicada no dia 15 de maio de 1873 sobre as vias de comunicação das colônias, encontramos uma referência ao direito dos recém chegados ao tempo de trabalho prestado para a administração colonial, onde os seis meses “se prolongam extraordinariamente em consequência dos muitos concertos e novas obras que se estão sempre fazendo”.

O jornal indicava que era a necessidade, por parte da administração colonial, de obras constantes o que fazia com que o tempo nos trabalhos públicos fosse prolongado. No entanto, a condição camponesa dos homens e mulheres que se instalavam na colônia também tornava indispensável um maior tempo na prestação de serviços à administração colonial. Porque mesmo se considerarmos uma família de condição remediada, que ao chegar na colônia logo tenha adquirido uma sorte de terras, essa mesma família precisava dedicar-se a construir uma moradia e dar início a produção da lavoura até conseguir produzir suas primeiras safras. E como Giralda Seyferth acertadamente aponta “o tempo necessário para tornar o lote colonial produtivo não era inferior a um ano”(SEYFERTH, 1999, p.291-292), o que tornava a economia familiar dependente de outros rendimentos, como as atividades nas obras públicas. Os 156 assinantes da petição relatavam que “mormente nos dois primeiros anos depois da sua imigração e estabelecimento” o bem estar das famílias dependia de auxílios financeiros do governo, especialmente da oferta de trabalhos à jornal.

O processo em que Franz Schmechel era réu também elucida a questão. A turma de trabalhadores na estrada do ribeirão da Mulde era composta por dez homens, apesar de sabermos somente quem eram cinco deles: Franz Schmechel, Francisco Koehler, Carlos Kohls, Carlos

Hafemann, Carlos Beckelberg. Pelo inquérito, sabemos que o réu já residia há 3 anos na Colônia Blumenau, e ao consultarmos a listagem de imigrantes que se estabeleceram na colônia em 1869 encontramos a família Kohls, que deu entrada em Blumenau em janeiro daquele ano, vindos da Prússia. Já os demais não conseguimos localizar o exato tempo de residência na colônia, porém, todos já constavam na lista nominal dos habitantes da colônia elaborada em 1869, o que permite sugerir que Koehler, Hafemann e Beckelberg possam ter imigrando anteriormente. Tendo isto em vista e sabendo que os trabalhos à jornal por eles prestados se deram antes da festa de natal de 1870, podemos concluir que esses cinco trabalhadores não eram recém chegados que estavam recebendo trabalho nos primeiros seis meses de estada na colônia. Mas já residiam em seus lotes nas margens direita e esquerda do ribeirão da Mulde no mínimo desde 1869, e ainda assim a direção colonial, que tinha um considerável poder de decidir quem deveria trabalhar, por quanto tempo e em que condições, lhes empregou como jornaleiros.

Os trabalhos públicos temporários ofertados poderiam fazer a diferença na vida colonial de uma família camponesa, ou mesmo, para os indivíduos solteiros. Desta forma, o prolongamento do tempo, que era estipulado em seis meses pelo Regulamento das Colônias do Estado, demonstra uma prática aceita no cotidiano daqueles homens e mulheres, e que era igualmente admitida pela própria administração da Colônia Blumenau, a quem cabia a distribuição dos serviços. Quando esta prática lhes foi restringida, podemos observar trabalhadores e famílias a reivindicar por um direito costumeiro¹¹ aceito naquela comunidade.

Famílias camponesas proprietárias de pequenas propriedades na Colônia Blumenau dependiam da terra, dela retiravam seu sustento, dela sobreviviam. No entanto, muitos chefes de famílias buscavam prestar serviços à administração colonial, por meio dos quais poderiam trazer

¹¹ Inspirada na obra *Costumes em comum*, de Edward P. Thomspson, que estudou como o costume se manifestou na cultura dos trabalhadores ingleses no século XVIII e parte do XIX, compreendemos que o costume poderia vigorar dentro de uma sociedade com força de lei.

mais segurança para suas vidas. Independente do que determinava o Regulamento para as Colônias do Estado, empregar colonos estabelecidos a mais de seis meses da colônia era uma realidade costumeira na vida colonial. Nos parece que tanto a administração da colônia como seus moradores compreendiam que esta era uma maneira pela qual era possível diminuir as incertezas e inseguranças ao qual estavam sujeitos os colonos camponeses ao longo dos primeiros anos de estabelecimento.

Algumas considerações finais

Por meio do documento gerado por um episódio que parecia ser apenas uma desavença entre vizinhos, tomamos conhecimento de uma turma de trabalhadores de uma estrada na Colônia Blumenau, acessamos parte da história de vida de Schmechel, e assim nossa atenção voltou-se para como o trabalho em obras públicas prestado por colonos se tornava parte do cotidiano dessas personagens, o que desencadeava novas relações sociais entre eles.

Indo para além da contenda e seu infeliz desenlace no dia 13 de fevereiro de 1871, foi possível elaborar novas perguntas sobre o passado colonial de Blumenau. Pois, embora muitas vezes nos deparemos com escolas e ruas fazendo referência a nomes de imigrantes do século XIX, pouco ainda sabemos sobre a vida colonial deste espaço, especialmente sobre as pessoas comuns que habitavam este lugar, as dificuldades enfrentadas, as alternativas e escolhas que fizeram, as condições de trabalho que vivenciavam, enfim, sobre seus modos de (sobre)viver. É neste sentido que este artigo e, conseqüentemente, a pesquisa caminham.

Trajetórias como a de Franz Schmechel não condicionam a pesquisa histórica sobre a Colônia Blumenau a se afastar da sociedade, mas permitem, por meio de outras lentes, que seja possível enxergar as vicissitudes de uma colônia regida pela política de imigração e colonização do Governo Imperial, onde relações de conflito e dependência, práticas costumeiras e lutas por melhores condições de vida, eram inerentes e davam movimento e dinâmica ao dia a dia na colônia.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p.31. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 26 jun. 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3º Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____; SILVA, Fernando Texeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, p. 11-50, n.26, 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

_____. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violências no tempo da globalização*. São Paulo (SP): Hucitec, 1999.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GETÚLIO VARGAS E A IDENTIDADE NACIONAL

Andrea Helena Petry Rahmeier*

O período do primeiro governo de Getúlio Vargas, 1930 a 1945, apresenta traços fundamentais para a definição das estratégias para a consolidação da Identidade Nacional. Neste momento histórico, em diversos países, havia a preocupação em “construir” a nação, Vargas não fugiu a esta regra, adotou uma linha eminentemente nacionalista, marcada por uma forte propaganda e pela Campanha de Nacionalização, tendo como alvo todos os setores considerados desnacionalizados, em particular, as zonas de colonização. Este assunto foi discutido por muitos intelectuais no decorrer das primeiras décadas do século XX, todavia, a Identidade Nacional foi imposta pelo governo de Getúlio Vargas.

Neste período, também assistia-se a implantação e afirmação de regimes fascistas na Europa, e, posteriormente, o início da II Guerra Mundial. O Brasil viveu por 15 anos sob o governo de Vargas, sendo que, sete anos foram conhecidos como Estado Novo, que é compreendido como um regime autoritário e nacionalista. Este porque havia o intuito de acelerar a consolidação da “nação brasileira”, una, coesa e nacional, sendo um dos meios a chamada Campanha de Nacionalização.

Os idealizadores do Estado Novo e os pensadores desta nacionalidade brasileira viam na pluralidade étnica uma ameaça para a formação da brasilidade, devendo esta ser eliminada. Um artigo transcrito no Jornal do Estado, publicado em Porto Alegre, em 1942, deixa bem claro essa posição, ao afirmar

Dentro do Brasil só há brasileiros ou estrangeiros. Estrangeiros, aqueles que nasceram sob outro céu, que falam outra língua, que

* Doutora em História da PUC/RS, professora da FACCAT.

cantam outros hinos. Brasileiros, aqueles que aqui receberam a vida, que estão sujeitos às nossas leis, obrigados a vestir a farda do nosso Exército, que tem de prestar culto à nossa bandeira. Não existem outras categorias. *Não reconhecemos prefixos* (sem itálico no original).¹

Todavia, o problema girava em torno de definir quem era o brasileiro pois, de modo mais amplo, essa denominação englobava tanto o estrangeiro residente como os brasileiros naturalizados e os brasileiros de nascimento. A partir de então, em nome da proteção dos valores nacionais, todo estrangeiro passou a ser tratado como um infrator em potencial (REIS, 1999), o qual deveria ser “abrasileirado”, ou via educação ou repressão.

A nacionalização via educação

Durante o primeiro governo de Vargas ocorreu a estruturação da educação no país. A nível federal, em 1930 criou-se o Ministério da Educação, a nível Estadual em 1935 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Estas e outras mudanças educacionais atingiram diretamente os núcleos de descendentes de imigrantes, pois estes por falta de escolas haviam criado uma estrutura própria. A população brasileira, de 1930 a 1945 teve que se adaptar às alterações na ordem educativa vigente.

No Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930 a 1937), houve inicialmente a perpetuação da ordem administrativa escolar estabelecida desde a Primeira República. Isto é, uma rede de influência constante que se constituiu numa relação de favores, na qual o Estado detinha o poder de barganha a seu favor. Era uma relação do Município com o Estado e deste com o Governo Federal, seguindo uma ordem hierárquica.

No transcurso do governo de Vargas, a Presidência da República foi criando laços de contato direto, em diversas áreas, com as prefeituras e afastando o poder de troca do Governo Estadual. Entre os órgãos

¹ Transcrito do ‘Jornal do Estado’, Correio Serrano 28/jan./1942, p. 2.

criados na área educativa, que serviram para esse objetivo, estava a Cruzada Nacional de Educação², cuja organização também envolvia os estados na Campanha da Cruzada³. O intuito da Cruzada era promover a mobilização das prefeituras para criarem e inaugurarem escolas⁴, e os discursos de divulgação da importância da Campanha foram marcantes. As cartas encontradas demonstram a tentativa de envolver e engajar a todos, como se pode observar no trecho a seguir:

Como preparar a geração que desponta? Só com a escola!
Demos ao nosso sertanejo, ao nosso caboclo, ao nosso pescador, ao nosso operário, ao nosso camponês, a todas as crianças brasileiras, o mestre e o livro! Coloquemos nas mãos pequeninas de brasileiros pequeninos o material necessário a fim de que elas – crianças brasileiras – sintam que a grandeza da pátria depende delas! Veremos, então, estes brasileiros pequeninos hoje, se transformarem em grandes patriotas. Todos unidos em trabalhar pelo Brasil!
Senhor prefeito: 13 de maio tem sido comemorado como a data da abolição da escravidão negra. Comemoremo-lo como o dia em que o sol da instrução há de brilhar nos cérebros, penetrando com a sua luz bem fundo na consciência de nossos patrícios!

² A Cruzada Nacional de Educação existia desde 1932. Conforme correspondência recebida pelo prefeito de Santo Antônio da Patrulha, foi criada com o intuito de combater o analfabetismo no Brasil. O presidente da Instituição foi o Dr. Gustavo Armbrust, ao menos entre 1937 a 1945, período sobre o qual foram encontradas cartas da Cruzada Nacional de Educação com a sua assinatura. Estas cartas estão no AHSAP (Arquivo Histórico de Santo Antônio da Patrulha) e no AIPSAP (Arquivo Intermediário da Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha).

³ Em 1937 foi Minas Gerais que ganhou uma bandeira de seda por ter sido o estado que mais aulas inaugurou em 1936. AHSAP – *Pacote 4D* – nº 752 (correspondência) – ofícios recebidos – desde junho de 1936 até 31 de dezembro de 1937, carta de 17 de fevereiro de 1937 ao General José Antonio Flores da Cunha, de Gustavo Armbrust e Herbert Moses.

⁴ A Cruzada Nacional de Educação, entre 1936 e 1940, incentivou as prefeituras a inaugurarem escolas na data comemorativa do dia da abolição dos escravos. Entre 1941 e 1945 foram instigados a criarem escolas no dia do aniversário do Presidente da República, isto é, 19 de abril (PETRY, 2003).

Abrir uma escola, por pequena que seja, significa abrir um estrada larga em que o viajante caminhará desembaraçado para o futuro, na conquista de novas glórias para a terra que lhe servir de berço.⁵

Embora seja evidente a preocupação do Governo Federal em criar escolas, não se percebe o aprofundamento da discussão de como deveria ser cada uma delas. O discurso teórico sobre a educação nacional, durante o Governo Vargas, estava impregnado dos ideais da Escola Nova. Essa teoria defendia “*a escola pública, universal e gratuita*” e acreditava no aprender-fazendo, cujo projeto foi entendido como liberal-democrático (SCWARTZMAN, 2002).

Entre os anos 1930 a 1937, observa-se a intenção de criar uma estrutura administrativa no Governo, tanto Estadual como Federal, para possibilitar, intencionalmente ou não, uma futura cobrança de posicionamento a favor de uma “*cultura brasileira*”. A Educação Primária era a que atendia o maior número de estudantes e era de competência do município e, em alguns casos, do Estado.

Neste período houve alterações significativas no plano teórico e legal, mas se perpetuava o antigo modelo no plano prático. Na Constituição Federal de 1934 consta que “*o ensino nos estabelecimentos particulares seria ministrado em idioma pátrio, salvo o de língua estrangeira*”(art. 150, d). Isto é, desejava-se que todo o ensino fosse em português. A Constituição Estadual de 1935 (art. 107, § único) e a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Patrulha⁶ de 1936 também traziam esta mesma redação. Observa-se que, nas três instâncias governamentais, as leis tinham um caráter nacionalizador, que estabelecia critérios para o funcionamento das unidades escolares que não estavam sob a supervisão imediata do poder público, ou seja, determinava o uso da língua portuguesa para o ato de ensinar. Em muitos municípios do Rio

⁵ AHSAP – *Pacote 4D* – nº 752 (correspondência) – ofícios recebidos – desde junho de 1936 até 31 de dezembro de 1937, carta de 14 de janeiro de 1937 ao prefeito municipal de Santo Antônio da Patrulha, de Gustavo Armbrust.

⁶ AHSAP – *Livro Ad* – 20 (Administração) – Atos Municipais – Livro 2 de 1932 a 1938, página 29 a 47, Ato nº 252 de 27 de fevereiro de 1936, que Promulga a lei orgânica do Município de Santo Antonio da Patrulha.

Grande do Sul, o ensino no vernáculo não ocorreu efetivamente. O artigo, provavelmente, foi incluído porque as legislações estaduais e municipais não poderiam ser contrárias à federal.

O Estado Novo propiciou ações de cobrança da unificação da educação brasileira e, com isso, o diferente passou a não ser mais aceito, a máquina administrativa, estruturada até o momento, foi utilizada para homogeneizar a “cultura nacional” através de inúmeras atitudes repressivas e educativas, envoltas da áurea do civismo e do patriotismo. No que se refere a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, a constituição de 1937 repetia a mesma redação de 1934, todavia, surgiram outras leis com o intuito de criar os traços de uma identidade nacional entre os descendentes de estrangeiros. Entre as leis, no Rio Grande do Sul, em 8 de abril de 1938, o Interventor, Cordeiro de Farias, e seu Secretário de Educação, Coelho de Souza, regulamentaram o primeiro decreto ligado à educação estadual, com caráter nacionalizador. Os grupos étnicos que não utilizavam regularmente o português para comunicar-se e que cultuavam heróis estrangeiros foram criticados publicamente. Nas considerações do decreto constava a crítica ao governo antecessor, que não havia tentado integrar os descendentes de imigrantes: *“Considerando que os governos anteriores permitiram a fundação no Estado de centenas de escolas em que se desconhece o idioma do País e que, servindo a núcleos de população estrangeira, constituem sério embaraço à integração nacional das novas gerações”*. O decreto determinava as ações que deveriam ser seguidas para o efetivo cumprimento da lei:

Art. 2º – Em lei especial serão fixadas as condições de cumprimento dessa disposição e as respectivas sanções.

(...)

Art. 7º – Nas escolas primárias particulares em que se lecionar língua estrangeira, haverá sempre um ou mais professores do Estado, designados pela Secretaria de Educação para o ensino do Português, da História e da Geografia Pátria e para ministrar a educação cívica.

Art. 8º – Quando essas escolas funcionarem nas proximidades de colégios públicos, os professores do Estado serão pagos por quem mantiver os estabelecimentos particulares, e os seus vencimentos corresponderão aos da sua entrância.

Art. 9º – As disciplinas lecionadas pelo professor público terão preferência no horário da escola.

Art. 10º- Serão fechadas as escolas que não puderem satisfazer a exigência do art. 8º e aquelas em que se dificultar ou hostilizar a ação do professor do Estado.

(...)

Art. 13º- Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá ser subvencionado por governo estrangeiro, ou instituição com sede no estrangeiro.

Art. 14º – Nos edifícios em que funcionem escolas primárias, não haverá inscrições em língua viva estrangeira nem homenagens a chefes ou membros de governo estrangeiro.

Art. 15º – Nas escolas primárias particulares praticar-se-ão os mesmos atos de culto cívico prescritos para as escolas públicas.

Art. 16º – Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar sem estar registrado na Diretoria Geral da Instrução Pública.⁷

Foram contratados fiscais com o intuito de supervisionar o cumprimento da lei. Mas a aceitação e o cumprimento do decreto tiveram alguns complicadores; por exemplo, na escola comunitária católica Sagrada Família de Rolante, distrito de Santo Antônio da Patrulha, da ordem religiosa das irmãs de Notre Dame, onde, desde 1935, uma das irmãs dava aula de Português, mas não em português⁸, aos alunos do terceiro e quarto anos, houve algumas complicações. Em setembro de 1938, veio de Porto Alegre o aviso de que D. Aurora Plath Miranda, diretora do grupo escolar, havia sido nomeada inspetora e fiscal da nacionalização para aquele colégio⁹, conforme determinava o decreto nº 7212. Em 27 de setembro, D. Aurora assumiu seu cargo, dando aulas de Português, História e Geografia. A escola teve que alterar seu turno de

⁷ Decreto-lei nº 7212 de 8 de abril de 1938.

⁸ Anais da Escola Sagrada Família de Rolante, folha 11 e 13.

⁹ O decreto de nomeação de Aurora Plath Miranda é nº 590 de 10/09/42, pertencendo a 11ª região escolar e tinha o cargo de Orientadora 4. Dados obtidos APERS – *Secretaria de Educação* – 1945 – Delegados Regionais e Orientadores de Ensino/ Est. 1-A – Registro de folhas de pagamento, p. 37. Ver também Anais da Escola Sagrada Família de Rolante, folha 16v, ano 1938.

aula para a tarde, porque pela manhã a inspetora tinha que estar no grupo escolar. Os pais, conforme os anais da escola, não gostaram da alteração de turnos, porque assim os filhos não poderiam ajudá-los na lavoura da mesma forma como faziam antes. Por causa desses protestos, a escola solicitou a mudança no horário. O padre de Rolante, Jorge Anneken, intercedeu junto ao Secretário de Educação¹⁰, e a permissão para a escola funcionar pela manhã veio em 22 de novembro¹¹.

Em um relatório de Ney de Brito (diretor da seção administrativa, encarregado dos serviços pertinentes à nacionalização do ensino) ao Secretário de Educação¹², apresentado em 10/2/1939, consta sobre a região de Rolante e sobre o colégio Sagrada Família o seguinte:

A diretoria do Grupo Escolar de Rolante, município de Santo Antônio da Patrulha, fiscalizando o Colégio Sagrada Família, foi por três vezes vaiada, pelo corpo discente, em presença de seus professores.

Diga-se de passagem, que nessa localidade, como em inúmeras outras tanto italianas quanto alemãs, na igreja o sermão é feito em língua estrangeira e até para a primeira comunhão, os alunos que a falam tem preferência realizando-se cerimônia à parte. (p. 10)

(...)declaração do professor Germano Hegemeier¹³ de que sua aula era alemã e de que só receberia ordens da Pátria – Santo Antônio da Patrulha; (p. 11)

Percebe-se que houve resistência às medidas nacionalizadoras impostas na região, demonstrando que em Rolante se pensava diferente do que o governo considerava o ideal.

¹⁰ Livro Tombo da Igreja Católica de Rolante, p. 37v a 38.

¹¹ Anais da Escola Sagrada Família de Rolante, folha 17, ano 1938

¹² AHRS (Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul) , Instrução Pública, lata 524, caixa 8, maço 17.

¹³ AIPSAP, Portarias, nº 230 de maio de 1933 o professor foi nomeado e em fevereiro de 1938, portaria 677 foi exonerado. Mas em 28/11/1941, na carta, de Maria José de Souza e Cunha, que consta na documentação do Departamento de Educação da IECLB, na pasta “Cx 3 – Escolas e professores evangélicos registrados na SEC” aparece a escola Evangélica de Campinas sob a regência do professor Germano Hegermeyer, com o nº de registro 1596d.

Num processo acumulativo de decretar medidas restritivas, o Governo Estadual editou, em 12 de dezembro de 1938¹⁴, um Decreto-Lei similar ao de 8 de abril, com alguns novos artigos, que tinha por objetivo a nacionalização das escolas e a intenção de que o ensino fosse efetivamente em português. As considerações eram idênticas ao Decreto nº 7212, com acréscimo de alguns novos argumentos, os quais reafirmavam a importância do português, todavia, neste momento, acrescenta-se penalidades. O alvo desse Decreto estadual era o ensino primário e, por ser esse nível de ensino de sua competência, consequentemente desenvolveu-se em relação a ele uma constante vigilância. Por outro lado, percebe-se que as mantenedoras¹⁵ das escolas comunitárias não desejavam que os professores ensinassem em português, conforme a carta de março de 1939¹⁶:

Alto Rolante, 18 de março de 1939

Exmo. Sr. Coronel Paulo Maciel de Moraes

Digno Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Venho apresentar a V.S. muitas saudações e pedir se digne dispensar-me alguns minutos de atenção.

Com a reforma das leis escolares, visando à nacionalização do ensino, o qual pode ser ministrado somente no idioma vernáculo, eu, – observando e cumprindo rigorosamente essas leis que, a meu ver, guardam em si uma acertada iniciativa tão genial quão necessária para generalizar o uso e o entendimento da língua do país – vejo-me abandonado pelas organizações mantenedoras que até agora têm coadjuvado para completar o convencionado salário fixo, sem o qual não posso subsistir.

Em virtude dessas circunstâncias, venho pedir a V.S. que me ceda um aumento de salário que me livre desse inconveniente pecuniário. Não desejarei que V.S. – dignando-se atender ao meu pedido – proceda apressuradamente, pelo contrário, desejo que

¹⁴ Decreto nº 7614.

¹⁵ Porém, permanece uma pergunta: A quem o professor se refere como mantenedora, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil ou a comunidade local?

¹⁶ AISAP – Pasta: Ofícios e cartas de professores 1938 a 1940 (recebidas).

mande inspecionar a minha aula, que V.S. se informe, que se convença se serei digno da sua benevolência neste caso.

Aproveitando o ensejo para apresentar a V.S. os meus protestos da minha estima e consideração

Saúde e fraternidade

Theodoro Guilherme Schneider

Professor Municipal¹⁷

Nesse documento, o professor acusa a mantenedora de não apoiar as medidas nacionalizadoras. Em outros termos, as medidas foram elaboradas, mas tentava-se de formas variadas burlá-las ou pelo menos dificultar sua ação. Outra provável demonstração de descontentamento da comunidade, com o processo de nacionalização nas escolas, foi o fato de 27 alunos do colégio católico deixarem de frequentá-lo, no ano de 1939. Esse fato pode tanto ter sido em atitude de protesto por ter deixado de ser uma escola que valorizava as expressões étnicas, ou ainda, como opção pela aula pública que era de graça. Muitas aulas comunitárias chamaram ou foram fechadas pelo Estado. Neste mesmo ano, a escola particular católica de Rolante mudou o corpo docente para poder atender à exigência do Decreto de dezembro, artigo 8º, isto é, o fato de a diretora e de uma professora terem que ser diplomadas e brasileiras natas¹⁸. D. Aurora frequentou diariamente o colégio católico até março de 1940, e, provavelmente por considerarem que passou a existir um espírito de

¹⁷ Professor municipal nomeado interinamente pela portaria 754, p. 74, de 9/05/38, sendo que no livro *ED 7, AHSAP*, consta em 1939, que o professor havia feito concurso em 1938. Porém, na documentação do Departamento de Educação da IECLB, na pasta “Cx 3 – Escolas e professores evangélicos registrados na SEC” consta numa carta enviada pela Chefe do Serviço de Fiscalização do Ensino Particular, Maria José de Souza e Cunha, em 28/11/1941, que a escola Evangélica de Alto Rolante tinha o registro nº 1595d e o seu professor era Theodor Schneider. Observa-se uma mistura de competências na organização da estrutura educativa.

¹⁸ Livro Tombo da Igreja Católica de Rolante, p. 41v a 42.

brasilidade na escola¹⁹, não foi mais necessária a sua presença diária no local.

Neste contexto de regularização das atividades das escolas, os desfiles e hora cívica tornaram-se marcantes. Na Constituição Federal de 1937, o ensino cívico, a educação física e os trabalhos manuais tornaram-se obrigatórios para todas as escolas (art. 131). Uma das primeiras atividades do Estado Novo envolvendo o civismo dos alunos e da comunidade foi a manifestação do Dia da Bandeira, isto é, uma manifestação cívica. No dia 19 de novembro de 1937, a data foi festejada com desfiles na capital gaúcha e atividades cívicas nos municípios (GERTZ, 1987). Em um telegrama, Arlindo de Moura, prefeito de Santo Antônio da Patrulha informa o Interventor Federal, Daltro Filho, as atividades do município, afirmando que havia feito tudo “*consoante me foi determinado*”, convidando o funcionalismo, as escolas, associações e o povo em geral. Declarou também que “*reina calma no município*”²⁰. Observa-se que a atividade foi determinação do Governo Estadual e o Prefeito também ordenou a execução de atividades similares no 4º distrito do município²¹. Contudo o aviso foi emitido com antecedência de apenas um dia, dessa forma nota-se não haver uma preocupação com a organização, mas sim em executar uma demonstração de civismo com a presença dos alunos em atividade extra-escolar.

Na região com descendência alemã, distrito de Rolante, Rolantinho, Riozinho e outros municípios, até o ano de 1937, o “Dia do

¹⁹ Enquadrando-se no artigo 10º, parágrafo único do Decreto Estadual nº 7614, de 12 de dezembro de 1938, o qual determinava “§ único – *Esses professores serão retirados quando, a critério da fiscalização, já existir na escola um perfeito espírito de brasilidade*”.

²⁰ AHSAP – Pacote 6F – nº 789 (correspondência) – telegramas expedidos e fonogramas – desde outubro de 1936 até 31 de dezembro de 1937, telegrama de 19/11/1937 do Prefeito Municipal ao Interventor Federal, Daltro Filho.

²¹ AHSAP – Pacote 6F – nº 789 (correspondência) – telegramas expedidos e fonogramas – desde outubro de 1936 até 31 de dezembro de 1937, telegrama de 18/11/1937 do Prefeito Municipal ao subprefeito do 4º distrito, Sr. José Hommerding.

Colono”²², na data de 25 de julho, era festejado. A partir de 1938, ocorreu a suspensão desta comemoração no Rio Grande do Sul²³, pois era uma exaltação a um grupo de imigrantes (estrangeiros), e as datas cívicas nacionais passaram a ser as únicas que deveriam ser exaltadas. O 7 de Setembro e o 15 de Novembro tornaram-se momentos festivos e de exaltação à pátria. No ano de 1938, nas comemorações do Dia 15 de Novembro, o Colégio Sagrada Família e o Grupo Escolar de Rolante realizaram uma passeata pela vila²⁴.

Já em 1939, na Semana da Pátria, estiveram presentes, na vila de Rolante, dez (10) escolas da redondeza. Também foram enviados a Porto Alegre oito alunos da região, em consonância às comemorações da Independência do Brasil. As crianças foram acompanhadas por D. Aurora Plath Miranda, fiscal de nacionalização da Escola Sagrada Família²⁵. Os jovens de Rolante e de outras localidades do interior do Estado foram chamados de “coloninhos” e depois de “gauchinhos”. Esta denominação foi usada inicialmente porque todos eram filhos de descendentes de imigrantes e depois como deveriam estar integrados ou em vias de integração.

No ano de 1940, os preparativos para os festejos da Independência, no distrito de Rolante, foram iniciados a partir de 25 de junho. A Escola Sagrada Família e o Grupo Escolar de Rolante passaram a fazer duas horas de ensaios por semana para a referida comemoração. As festividades de Rolante envolveram 20 escolas do distrito e novamente dois alunos do colégio católico foram a Porto Alegre assistir

²² Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 14, ano 1937.

²³ Sobre esse tema, ver o estudo de Roswithia Weber (2000).

²⁴ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 17, ano 1938. Até 1937, as datas cívicas eram organizadas pelos oficiais do Exército e pelos membros dos Tiros de Guerra.

²⁵ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 18, ano 1939.

às solenidades de comemoração da Independência do Brasil²⁶. Nesse ano, o Ministro da Educação encaminhou para os estados um telegrama pedindo que no Dia 7 de Setembro, a Bandeira Nacional fosse hasteada no maior número possível de prédios²⁷. Também foi publicado o livro “Semana da Pátria”, no qual consta os discursos proferidos durante a semana, enfocando os “coloninhos” em Porto Alegre (LENZI, 1940). Referindo-se a essas festividades, o Secretário da Educação do Estado, Coelho de Souza, afirmara na imprensa:

Um trabalho cívico intensíssimo (...) tem sido realizado nessas escolas.

Na Semana da Pátria, há quase um excesso de verde-amarelo e de alegorias patrióticas e de homenagens aos nossos vultos históricos, quer nos estabelecimentos, quer nas grandes paradas.

Nos desfiles de setembro, em que alcançamos o primeiro lugar no Brasil, e no dia 15 de novembro, em homenagem ao Presidente da República, nessas duas grandes apresentações da Juventude Brasileira do Rio Grande, as escolas particulares porfiaram em vencer as públicas, no entusiasmo cívico, no espírito de disciplina, na afirmação de brasilidade – provocando os melhores juízos dos ilustres viajantes nacionais e estrangeiros, que se encontravam na Capital do Estado, naquelas datas.²⁸

Quer dizer, o Estado se empenhava em demonstrar e em cobrar o civismo.

As atividades da Semana da Pátria, no ano de 1941, foram similares ao do ano anterior. Não foram encontrados dados da ida de “coloninhos” da região de Rolante à capital. As festividades do Dia da Bandeira, no distrito de Rolante, contaram com a presença do Prefeito de Santo Antônio da Patrulha, do grupo escolar de Rolante e o colégio

²⁶ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 19v e 20, ano 1940.

²⁷ AHRs – *Fundo: Correspondência dos Governadores* – CG Maço 136 Telegramas Recebidos 1940 – 21-8-1940.

²⁸ *Correio do Povo*, 10/dezembro/1940, n. 288, p. 3.

católico²⁹. Na ocasião foram declamados poemas, lidas redações e executados exercícios físicos.

A partir de janeiro de 1942, quando houve a Conferência do Rio de Janeiro e o Brasil cortou relações diplomáticas com os países do Eixo, as reportagens ganharam novos adjetivos e rumos, pois não era necessário cuidar das palavras, a campanha de nacionalização podia ser valorizada sem problemas diplomáticos. Neste contexto, a Semana da Pátria, na região colonial do município de Santo Antônio da Patrulha, foi diferente dos anos anteriores. Naquele ano, o fogo simbólico foi trazido de Taquara, no dia 31 de agosto, e deveria ter chegado às 14 horas, mas chegou às 20 horas. Mesmo assim, foram proferidos um discurso, uma oração e um canto. À meia-noite foram realizadas orações pedindo bênçãos para o Brasil³⁰, pois o país recém havia declarado guerra contra a Alemanha e a Itália, em função do torpedeamento de navios brasileiros na sua costa, ação que causou a morte de mais de 600 pessoas. O Altar da Pátria foi guardado por dois soldados e todas as manhãs os alunos da Sagrada Família assistiam ao hasteamento da Bandeira. No dia 7 de setembro, as escolas vizinhas à vila de Rolante vieram participar das atividades do Dia da Pátria³¹. O Boletim Informativo de Santo Antônio, datado de 1º de outubro daquele ano³², sob o título “Semana da Pátria”, menciona que “*Foi além do que prevíamos o desenrolar das festividades celebradas no 6º distrito deste município (Rolante).*”, pois demonstraram o sentimento de brasilidade.

A ação educativa estadual foi mais direta que a federal. Coelho de Souza, secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, em 1940, caracterizou a ação da Secretaria da seguinte forma: “(...)criação

²⁹ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 21, ano 1941.

³⁰ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 22v, ano 1942.

³¹ Escola Sagrada Família de Rolante, *Anais da Escola Sagrada Família*, folha 23, ano 1942.

³² Boletim Informativo de Santo Antônio, ano II, nº 3, p. 1. Informativo oficial da prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, distribuição gratuita e mensal.

do maior numero possível de novas unidades escolares na região colonial; aperfeiçoamento do aparelho escolar estadual daquela região; nacionalização dos estabelecimentos de ensino particular.”³³ Como decorrência, houve grandes alterações nas escolas frequentadas pelos grupos étnicos. No grupo teuto, percebe-se uma maior interferência na educação dos filhos, haja vista que davam muito valor ao ensino. Mas, por outro lado, entre os camponeses deste grupo não existiu uma dedicação ativa e consciente na preservação da língua e da cultura, pois muitos autores afirmam que, quando uma escola do Estado era construída, os camponeses mandavam seus filhos para ela, porque não estavam dispostos a realizarem sacrifícios financeiros, e isso, evidentemente, causava o enfraquecimento do discurso germanista (GERTZ, 1987, p. 101).

Em todos os níveis governamentais houve uma clara intenção de estruturar um ensino nacionalizador, que integrasse homogeneamente os gaúchos à cultura brasileira idealizada, onde todos falassem o português e amassem apenas o Brasil. Para isso, primeiro o Governo Federal se estruturou e depois passou a exigir algumas mudanças nas outras instâncias. Com o Estado Novo, os estados sulinos tiveram que reorganizar-se o para iniciar o processo de nacionalização de sua população via educação ou repressão, além de aumentar as exigências de inserção dos municípios nesses esforços. Como resultado, surgiram regras educativas e um aumento considerável no número de escolas³⁴.

Então, o ensino foi utilizado com propósito de integrar as populações “enquistadas” ao ideal de Nação. Mas, a nacionalização do ensino nem sempre foi recebida como algo positivo pelos membros do

³³ AHRS – *Fundo Secretaria de Educação e Cultura*. SES-3-001 – Relatório apresentado ao Exmo Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Saúde Pública. 1940 (21/10/37 a 31/12/39), p. 91.

³⁴ Os estabelecimentos de ensino primário, foram caracterizados em quatro tipos: a) escola isolada (uma única turma); b) escolas reunidas (duas a quatro turmas); e) grupo escolar (cinco turmas ou mais); e d) escola supletiva (qualquer que fosse o número de turmas).(...) (CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981, p. 136).

grupo teuto, tanto que houve vaías públicas e outros tipos de resistência. Consequentemente diversas escolas comunitárias fecharam. Por outro lado, podemos dizer, que o governo teve que criar escolas públicas nas áreas de descendentes de imigrantes, tanto grupos escolares como aulas isoladas para conseguir atingir os objetivos de integrar estas populações via a educação.

A nacionalização via repressão

O Estado Novo jamais deixou de ver os imigrantes de todas as nacionalidades e os alemães em particular, mesmo nacionalizados, como estrangeiros e perigosos à ordem nacional. Medidas extremas vinham sendo adotadas, mesmo antes de sua normatização legal. Baixavam-se, a cada momento, novos decretos-lei, tanto federais e estaduais, quanto instruções policiais, além das medidas secretas. Entre a lei incorporada pelo discurso oficial e a prática cotidiana dos delegados e subdelegados de polícia locais, abria-se uma lacuna, preenchida pela sua auto-interpretação.

Esses caminhos abriam possibilidades para os mandos e desmandos, quando as vítimas não sabiam a quem recorrer e não visualizavam mais os limites entre a legalidade e a arbitrariedade. A situação ficava mais crítica quando envolvia o DOPS³⁵, ou seja, a polícia política, orientada pelo serviço secreto e sigiloso. Na perseguição aos suspeitos, valiam todas as estratégias. Uma das mais empregadas e que surtia efeitos mais imediatos era a delação ou denúncia.

Com a entrada oficial do Brasil na guerra ampliou-se as ações de repressão, tanto a nível policial como vinculados na imprensa. Por exemplo, a Revista Vida Policial, a partir de 1942, estimulava a população a denunciar a infiltração nazista ou atitudes suspeitas: “Juventude do Brasil! Saiba repelir as explorações grosseiras tentadas

³⁵ DOPS- Delegacia de Ordem Política e Social, “foi instituído com o objetivo de articular e sustentar um sistemático esquema de segurança contra-revolucionária, registrando todos os atos considerados suspeitos”. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Inventário Deops: Alemanha*. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997b.

pelos Filo-Fascistas em nossa terra em proveito das aspirações do “EIXO”, que significam conquista e escravidão! Entregue-os, seja qual for a nacionalidade, à Polícia!”³⁶ No exemplar subsequente, reforçava o alerta: “Brasileiro! Seja um vigilante da Pátria! Observa e escuta os movimentos e as palestras daqueles que são os inimigos da nossa raça, da nossa família, das nossas instituições. Denuncie-os à Polícia!”³⁷ A veracidade da denúncia não interessava.

Pode-se concluir o governo utilizou-se da censura e do medo como poderosos instrumentos de controle social. Tudo que foi apresentado auxiliava a sustentação do sistema autoritário, porque, com a imposição do medo – da tortura, da polícia, da morte, do desemprego, da difamação – tornava-se possível “sufocar as tradições de luta e as vozes de contestação” (CARNEIRO, 1999, p. 335). Deste modo, este período da história nacional foi marcado pela construção da ideia de que era necessária a ordem, para isto a população passou a ser controlada, tanto com a censura nas informações que passou a ter acesso, quanto na repressão de suas ações, pois era permitido prender indivíduos sem ter uma acusação formal.

O processo de nacionalização teve que ser aceito, em virtude de toda a conjuntura da guerra, e esses foram tempos de intolerância, em que se tentou criar a “*cultura brasileira*” e, para isso, era necessário, ao menos, o abandono dos traços culturais étnicos, principalmente da língua. O contexto histórico possibilitou que os membros dos grupos étnicos assimilassem traços da cultura brasileira, mesmo que fosse através da imposição educativa ou repressiva. Para o Secretário de Educação era condição básica para a sobrevivência da nação que fosse imposta a cultura brasileira, como se observa nas suas palavras:

Mas, perguntar-se-á – tem o Estado direito de impor uma cultura fundamental no seu território, com exclusão das adventícias que pretendam instalar-se no país ?

³⁶ Vida Policial mar./1942, nº 44, p. 3)

³⁷ Vida Policial mai./1942, nº 46, p. 64; Vida Policial mar./1943, nº 56, p. 10.

Indiscutivelmente tem, porque o Estado que, no seu território, admitir a oposição de outra cultura está comprometendo a sua sobrevivência e negando a sua soberania.

Essa proposição encerra um axioma evidente e não uma petição de princípio.

Mesmo para aqueles que não admitem senão o Estado jurídico, soberania «é a qualidade do Estado de não ser obrigado ou determinado senão pela sua própria vontade, nos limites do princípio superior do Direito, e de acordo com o fim coletivo que se propõe a realizar (COELHO DE SOUZA, 1969, p. 69).

Por outro lado, todo sentimento que é imposto não tem condições de ser consistente. Hoje vivemos em tempos totalmente diversos, em que incentivamos a preservação das diferenças étnicas, por isto, muitas vezes, torna-se complicada a compreensão das atitudes do primeiro Governo de Vargas. Não podemos supervalorizar aquelas medidas impositivas sem considerar os elementos contextuais, como a guerra, o regime autoritário, a proliferação de escolas públicas, dentre outros.

Referências

BETHLEM, Hugo. *Vale Do Itajai: Jornadas De Civismo*. Rio De Janeiro: Jose Olympio, 1939.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo: Esquerda e Direita No Banco Dos Réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In.: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 327 a 339.

_____. *Inventário Deops: Alemanha*. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

COELHO DE SOUZA, J. *Caminhada*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HILTON, Stanley Eon. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. (Retratos do Brasil; 105)

LENZI, Branca Regina (org.). *Semana da Pátria 1940*. Porto Alegre: s.ed., 1940.

PENNA, Rejane. Polícia e poder no Estado Novo. Diálogos. Canoas: La Salle, 2001, nº 2, p. 13 a 33

PERRAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. (Coleção Teses e monografias; n. 1).

PETRY, Andrea Helena. *É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!* Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalidade e Políticas de Imigração na França. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, fev. de 1999.

SCHWARTZMAN, Simon & BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos Capanema*. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora Paz e Terra, 2000. [on line] Disponível na Internet. URL: <<http://www.airbrasil.org.br>>. Acesso em 15/06/2002.

SEYFERTH- Giralda. Resenha: NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de Marca. As relações Raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp. In: *Mana: estudos de antropologia social*. v. 5. n. 1. Rio de Janeiro, abr. 1999.

TANNO, Janete Leiko. Repressão e controle social no governo Vargas (1930-1945). *Pós-história*. Assis: UNESP, vol 4, , anual 1996 p. 139-154.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: O “25 de Julho” em São Leopoldo. 1924-1949*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 2000.

A EMPRESA COLONIZADORA SCHMITT & CIA. E SEU COMPLEXO COLONIAL 1897-1923

Bárbara Tereza Massmann*

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar de forma sintetizada a importância dos movimentos migratórios tanto globais, nacionais e regionais assim como o fluxo de pessoas e o desenvolvimento pelo local de destino destes migrantes. Inicialmente será demonstrado os movimentos de imigrações mundiais a partir do século XIX (Europa – América), posteriormente será abordada a questão migratória tratando da entrada e permanência dos “colonos alemães” no Estado do Rio Grande do Sul nas chamadas “velhas colônias” por fim será exposto a migração interna dos colonos no final do século rumo a colônia Alto Jacuhy no norte do Estado Rio-Grandense pela companhia colonizadora Schmitt e Cia.

Imigração e os Processos Migratórios

Migrar faz parte da vida da humanidade. Trata-se de um fenômeno complexo, podendo incluir tanto um movimento de população dentro de uma comunidade e uma curta distância, quanto um movimento transatlântico que pode vir a durar dias ou uma vida inteira. Portanto pode-se dizer que o termo migração é ambíguo e indefinido.

Raison (1986, p. 488) entende a migração como “qualquer deslocação individual ou coletiva de um ponto a outro”. Para o autor, trata-se de um fenômeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos

* Licenciada em História, Mestranda do PPGH/UPF, Bolsista Capes.

homens como ponto em comum. Em contextos diversos, tem por finalidade a busca de melhores condições de sobrevivência.

No século XIX, a Europa experimentava um grande crescimento econômico e demográfico, refletido numa rápida industrialização e urbanização. Essa transição implicou profundas mudanças no sistema produtivo, como o encarecimento das terras e a consequente expulsão do campesinato; a substituição gradativa do trabalhador pela máquina, etc. Ao contrário, a América necessitava de mão de obra, abundando em terras férteis e baratas.

Cada experiência migratória, apesar de seus aspectos em comuns, tem um recorte estrutural e ao mesmo tempo conjuntural que permite compreender historicamente os movimentos das populações que foram obrigadas a migrar em busca de espaços novos de sobrevivência. Os movimentos migratórios levam a pensar sobre as crises ocupacionais de cada sociedade e impõem análise de seus resultados (HERÉDIA, 2005, p. 233).

No início do século XIX, o Brasil representava um dos principais destinos dos excedentes populacionais europeus. O governo imperial durante o período investiu maciçamente em propaganda para atrair trabalhadores estrangeiros, com o intuito de povoar os espaços geográficos, assegurar fronteiras, desenvolver a agricultura e obter soldados (cf. DREHER, 2007). Essa política atendia a interesses e reivindicações de setores específicos: São Paulo queria mão de obra barata para as lavouras de café, o Rio Grande do Sul buscava trabalhadores dispostos a se estabelecer de forma definitiva, em pequenas propriedades agrícolas, valendo-se do trabalho familiar.

Os imigrantes alemães e o movimento migratório no Rio Grande do Sul

A vinda dos imigrantes, principalmente alemães, durante a segunda metade século XIX para o Brasil e, especialmente, para o estado do Rio Grande do Sul, foi impulsionada, conforme Zarth (202, p. 182) como uma “alternativa para suprir a falta da mão de obra decorrente do fim do tráfico de escravos africanos, numa época em que os cafezais do Sudeste estavam em rápida expansão.” Ainda, segundo o mesmo autor, a

“imigração europeia teria sido estimulada com o objetivo de desequilibrar a relação entre negros e brancos, em favor destes últimos”.

No período republicano, os governantes também vislumbravam nos estrangeiros uma possibilidade de oposição ao poder e hegemonia dos pecuaristas latifundiários, com a formação de uma classe de pequenos proprietários, dedicados à produção agrícola diversificada e familiar, barrando a expansão da campanha e neutralizando seu poder de decisão.

Não foi difícil encontrar europeus dispostos a emigrar para a América. Na Alemanha e na Itália, milhões de pequenos camponeses e artesãos se encontravam desempregados em consequência das transformações na agricultura, do aumento populacional e do processo de industrialização, estes encontraram na emigração uma alternativa para escapar da fome e da miséria no qual estavam vivendo. Os emigrantes viram no Brasil a oportunidade e as condições de encontrar uma vida melhor¹.

No Brasil, os imigrantes tinham duas alternativas básicas: trabalhar nas fazendas de café no Sudeste ou tornarem-se agricultores independentes no extremo Sul. O projeto de colonização no Rio Grande do Sul foi fundado sob o regime de pequena propriedade, essa característica influiu no êxito da colonização que foi permitida aos imigrantes. A marca dessa ocupação foi o um regime de mão-de-obra familiar, facilitada pela política de terra (HERÉDIA, 2005, p. 238).

A primeira leva de colonos alemães composto por 38 imigrantes, chegou ao Rio Grande do Sul em 25 de julho de 1824 e instalou-se em

¹ Com relação ao fluxo de entradas de imigrantes analisadas no Brasil, destaca-se que o movimento migratório foi muito pequeno entre 1830 e 1850, com predomínio da etnia germânica (cerca de 4.600 indivíduos). A imigração em massa só ocorreu na República especialmente no período entre 1887 e 1914 quando apontaram no Brasil quase três milhões de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, ainda em menor número austríacos, russos, sírio-libaneses e japoneses (WOORTMANN, 2000, p. 2). Na prática, a implementação de um modelo de colonização baseado na pequena propriedade familiar concedida ao imigrante (privilegiando a família e não indivíduos) tem como ponto de partida a fundação da colônia se São Leopoldo (RS), em 1824.

São Leopoldo na antiga Real Feitoria de Linho Cânhamo. Estes primeiros imigrantes foram os fundadores das *Alte Kolonien*, também chamadas “colônias mães”, a partir das quais foram sendo gradativamente constituídas as *Neue Kolonien* ou “colônias filhas” que, junto com as primeiras, demarcaram a grande região de influência cultural teuto-brasileira (WOORTMANN, 2000).

Conforme dados pesquisados, entre 1890 e 1914 calcula-se que 17 mil alemães teriam chegado ao estado, estima-se que até o ano de 1900 aproximadamente 45 mil colonos alemães teriam se fixado no Rio Grande do Sul sendo criadas durante este período 142 colônias alemãs (cf. CEM ANOS DE GERMANIDADE, 1999; ROCHE, 1969). O mais importante, efetivamente, não foi a chegada de algumas dezenas de milhares de homens, mas sim sua implantação em terras virgens que exploravam, e a conquista, por seus descendentes de extensões cada vez maior.

A partir de São Leopoldo as colônias alemãs se espalharam primeiro pelas áreas mais próximas, atingindo posteriormente zonas mais distantes, geralmente as colônias, principalmente as primeiras, situavam-se à beira dos rios. Isso tinha uma grande importância estratégica: em uma época em que os caminhos eram muito precários, os rios serviam como “estruturas fluviais” para recebimento de equipamentos e escoamento da produção. No começo a atividade econômica nas colônias era a cultura de subsistência, destaca-se o milho e a criação de porcos, o cultivo do fumo, cana de açúcar, feno, amendoim, arroz. Após esta primeira fase, inicia-se a expansão agrícola, a exportação do excedente e numa última fase a especialização agrícola com vista à comercialização.

Com a criação da Lei de Terras, em 1850 foi cessando o regime de apropriação de áreas de terra via apossamento e instituiu-se a comercialização da terra. Os imigrantes, a partir de então, passaram a pagar pela mesma, com isto limitou-se o acesso, onde abriu-se o mercado de terras para projetos de colonização. “A Lei foi fruto de longos debates dos homens no parlamento e acabou obedecendo uma tese muito em moda na época, segundo o qual deveria-se dificultar o acesso a terra como de obrigar os lavradores, os sem terra e os próprios imigrantes a trabalhar para os grandes proprietários” (ZARTH, 2002, p. 76). É válido destacar ainda que a emigração no Rio Grande do Sul enfrentou diversas

orientações administrativas que divergiram conforme a período e a legislação correspondente.

Nas chamadas “colônias velhas” a área colonizada por imigrantes alemães e italianos durante o século XIX, tendo como centro São Leopoldo e Caxias, começa a conviver com um problema muito sério que obrigava providências importantes, tratava-se do excedente populacional, aliado ao esgotamento do solo e a elevação dos preços das terras. Para resolver esse problema foram fundadas diversas colônias no norte e oeste do estado. Na década de 1890, começou um novo movimento migratório rumo às novas colônias.

A migração dos colonos pelas terras do estado era comum, já que eles deixavam para trás seus lotes desgastados pelo uso excessivo e insustentável, em busca de novas terras, este comportamento migratório dos imigrantes é chamado de enxamagem². Incentivados por propagandas de companhias colonizadoras privadas os colonos migram internamente no RS em busca de novas oportunidades para si e para suas famílias.

O novo modelo de colonização, o projeto do Governo Republicano do Rio Grande do Sul, de cunho positivista, consistia na fundação de colônias mistas³ e imigração espontânea, também se destaca a atuação de empreendimentos de colonização particulares e empresas. Define-se aqui como colônia a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola em pequena propriedade. Todavia, nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram

² Conforme Roche, a enxamagem humana implicava uma degradação ambiental que comprometeria o sustento das gerações futuras quando não houvesse mais terras para colonizar” (1969, p. 378). O autor ainda divide os processos de enxamagem no Rio Grande do Sul em quatro fases: 1ª fase até 1850 denominada a periferia de São Leopoldo; 2ª fase entre 1850 e 1890: intitulada A marcha para o oeste; 3ª fase a partir de 1890: denominada O salto para o Planalto; 4ª fase desde 1914: intitulada Êxodo do Rio Grande do Sul.

³ A colonização mista tinha por propósito estabelecer diferentes grupos étnicos em uma mesma colônia. Na contramão, vários empreendimentos de colonização particular, de capital nacional ou estrangeiro, fundaram colônias étnicas ou confessionais e em raros casos, de caráter político.

colonos. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. Paulatinamente, os imigrantes passaram a se identificar e a se reconhecer como colonos, e a seus espaços como colônias (cf. GIRON, 1997; SEYFERTH, 2000a; WEBER, 2002).

Nesse contexto, formaram-se no Planalto Rio-grandense os empreendimentos de colonização particulares/empresas as colônias como Selbach, Alto Jacuí, Nova Württemberg, Serro Azul dentre muitas outras. Iniciava-se assim a marcha para o norte e para o oeste, fazendo com que a colonização avançasse até o rio Uruguai. Destaca-se nesta região a colonização por companhias colonizadoras privadas, ou seja, empresas de capital próprio que apresentavam a vantagem de ter seus projetos executados relativamente rápidos, custos adicionais significativos e em alguns casos, adotarem a separação étnica e confessional. Observa-se no Quadro 1 as principais companhias colonizadoras fundadas durante o final do século XIX e início do XX no Norte do Estado.

Quadro 1: Colonização do Rio Grande do Sul – Colônias de Empresas

<i>Colônia</i>	<i>Município</i>	<i>Empresa</i>	<i>Ano</i>
Não-Me-Toque	Passo Fundo	Schmitt, Opitz	1987
Barra do Colorado	Passo Fundo	Colonizadora	1899
General Osório	Cruz Alta	Colonizadora	1899
Xingu	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1899
Neu Württemberg	Palmeiras – Cruz Alta	Hermann Meyer & Cia	1899
Boi Preto	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1899
São Paulo	Soledade	Comp. Predial e Agrícola	1899
Sobradinho	Soledade	Comp. Predial e Agrícola	1899
São Domingos	Guaporé	Doerken & Cia	1899
Rio do Peixe	Erexim	Colonizadora	1911
Guarita	Palmeiras	Hermann Meyer & Cia	1912
Barro	Erexim	Luce, Rosa & Cia	1916
Sarandi	Palmeiras	Kreiser & Cia	1919

Fonte: CEM ANOS DE GERMANIDADES no Rio Grande do Sul 1824-1924, 1999, p. 609-610.

A partir do Quadro 1 é possível observar que a colônia Não-Me-Toque, fundada em 1896, foi o primeiro empreendimento colonial formado na região do Planalto Rio-Grandense. Esta empresa corresponde oficialmente à Colônia Alto Jacuhy (Não-Me-Toque/Tapera) colonizada inicialmente pelos então sócios Albert Schmitt e Fernando Opitz. A produção historiográfica sobre a imigração e colonização alemã no estado

é numerosa e variada, contudo, os estudos sobre colonizadores e colônias particulares no Planalto Rio-Grandense ainda são bastante modestos, dificultando análises comparativas ou generalizações. Neste âmbito destacam-se as pesquisas de Isléia Rossler Streit (2003) sobre a colônia particular de Saldanha Marinho, fundada por Evaristo Affonso de Castro⁴; e Gladis Helena Wolff (2005), sobre a colônia Barro (Gaurama), fundada pela empresa Luce e Rosa & Cia⁵ e Rosane Márcia Neumann (2009) sobre a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que fundou a colônia Neu-Württemberg⁶ cada qual com as suas especificidades.

⁴ Uma colônia de caráter político fundada no município de Passo Fundo, região norte do estado, em 1899, foi Saldanha Marinho. Conforme Isléia Rossler Streit (2003), era seu fundador Evaristo Affonso de Castro, um luso-brasileiro, federalista, abolicionista e maçom, que juntamente com seu sócio Francisco Claro Silva, formou a companhia de terras Sociedade Norte Industrial Castro, Silva e Cia. Como jornalista, escritor, político e líder federalista da República Velha, Castro, ao fundar Saldanha Marinho, pretendia recuperar o poder político na região, com a possibilidade de formar um grupo de resistência ao republicanismo do Planalto, representado pelos coronéis da região.

⁵ Um exemplo de colonização mista, tanto no modelo de colonização quanto nos elementos sociais que ocuparam a área, foi a colônia Barro, hoje município de Gaurama, fundada em 1910, no então município de Erechim. Tratava-se, em parte, de uma colônia pública, colonizada pela Comissão de Terras, predominando na ocupação poloneses e outras etnias eslavas; e a outra parte, pelo sistema privado, por meio da Gesellschaft Luce Rosa & Cia. Ltda – empresa criada em 1883, com sede em Porto Alegre –, cujos compradores, na sua maioria, eram de origem italiana, alemã e alguns espanhóis.

⁶ Caracteriza-se como um empreendimento privado de empresa e capital estrangeiro, sem receber qualquer auxílio governamental, dentro do modelo de imigração espontânea e realocação do excedente populacional da antiga zona colonial, com autonomia suficiente para gerenciar seus negócios a seu modo, dentro dos parâmetros legais – nesse caso, as leis brasileiras e alemãs tendo o consulado dos dois países como intermediários na resolução de problemas. A empresa atuou formalmente entre 1897 e 1932, respectivamente, a compra da primeira gleba de terras com a fundação da colônia e o falecimento de seu idealizador e proprietário Herrmann Meyer, encerrando oficialmente as atividades.

Quadro 2: Colônias organizadas no Rio Grande do Sul (1824 – 1920)

<i>Tipo de Colônia</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
União	23	12,25
Estado	15	8,02
Particular	187	79,73
Total	225	100,00

Fonte: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano 19, nº 17, jan. a dez. 1974, p.20-23.

A partir do Quadro 2 observamos que em praticamente um século de colonização quase 80% do território gaúcho, a maior parte do Rio Grande do Sul foi colonizada por empresas particulares. Sendo essa a forma de colonização predominante e por partir da iniciativa privada, há que se considerar o foco principal das companhias colonizadoras: o lucro. Waibel (1979, p. 236) reitera que para a companhia colonizadora, enquanto empreendimento particular interessava a venda de “terra de boa qualidade” a “gente de boa qualidade”. No conceito de “gente de boa qualidade”, enquadra-se o imigrante, o estrangeiro, mas não está incluso o caboclo.

A Companhia Colonizadora Alto Jacuí: Schmitt & Cia

O Alto Jacuí, localizado no Planalto Rio-grandense, fez parte do território missionário espanhol. As reduções jesuíticas de São Joaquim, fundada em 1633, a de Santa Tereza, fundada em 1632 e a de Natividade, fundada em 1633 localizavam-se nessa região.

Nas primeiras décadas do século XIX na região do Alto Jacuí viviam “lavradores pobres e coletores de erva-mate (caboclos) que se encontravam dispersos pelas zonas florestais” (RÜCKERT, 1996, p. 28). Na região também se encontravam os luso-brasileiros, grandes proprietários de terras, que viviam da exploração do gado e da erva-mate.

Em 1833, as terras de Passo Fundo (então pertencente ao município de Cruz Alta) “continha em torno de 104 fogões (moradias), sendo a maior parte composta por paulistas da Comarca de Curytiba. Em 1847, o distrito (ou freguesia, como denominado na época) detinha uma população de 1.159 almas” (OLIVEIRA, 1908, p. 12-15). Percebe-se que em torna da metade do século XIX, a população do então distrito de

Passo Fundo é bastante diminuta, deduzindo-se que os campos e matas do Alto Jacuí estavam praticamente todos por serem ainda ocupados.

Battistella (1972, p.15) afirma que o Coronel Gervásio Lucas Annes, político renomado de Passo Fundo, teria adquirido da Fazenda Nacional ampla área de terras de mato onde foi implantada, posteriormente a Colônia Alto Jacuhy. No entanto, o documento do Cartório de Registros de Imóveis de Passo Fundo indica que Annes, adquiriu terras entre os rios Colorado, Jacuí e arroio do Herval a Lázaro Oliveira Vargas. Diz o documento:

“Nº DE ORDEM: 507 – DATA: 12 de novembro de 1885. – CIRCUNSCRIÇÃO: Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Passo Fundo. – DENOMINAÇÃO: Uma fazenda de criar denominada “Não Me Toque”. – CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Uma fazenda de criar, com campo, casa, matos e mais benfeitorias, situadas no quarto Distrito deste terreno, confrontando: ao Norte, com terrenos de Antonio Ribeiro de Sant’Anna Vargas e Geremias José Guimarães; ao Leste com terras de José Fidellis Martins e terras devolutas, pelo Arroio denominado Herval e parte com o rio Jacuy; ao Sul, com rio Jacuy; ao Oeste com o Arroio denominado “Colorados”, também com terras dos já ditos Geremias José Guimarães e Antonio Ribeiro de Sant’Anna Vargas. – O Oficial Interino: F. Prestes. – ADQUIRINTE: GERVÁSIO LUCAS ANNES e sua mulher, moradores desta vila. – TRANSMITENTES: Lasaro de Oliveira Vargas e sua mulher Dona Amelia de Quadros Vargas, moradores do quarto Distrito deste Município. – TÍTULO: Cessão de Direitos e Ações passada aos 20 dias do mês de Junho de 1885, pelo Escrivão de paz do quarto Distrito deste Têrmo Antonio Umbelino de Oliveira, – VALOR: 8.000\$, digo 8:000:000. – CONDIÇÕES: Não se obrigam os cedentes a despesas alguma que possa provir da reivindicação do dito imóvel que esta em poder de terceiros. AVERBAÇÕES: Nada consta.”⁷

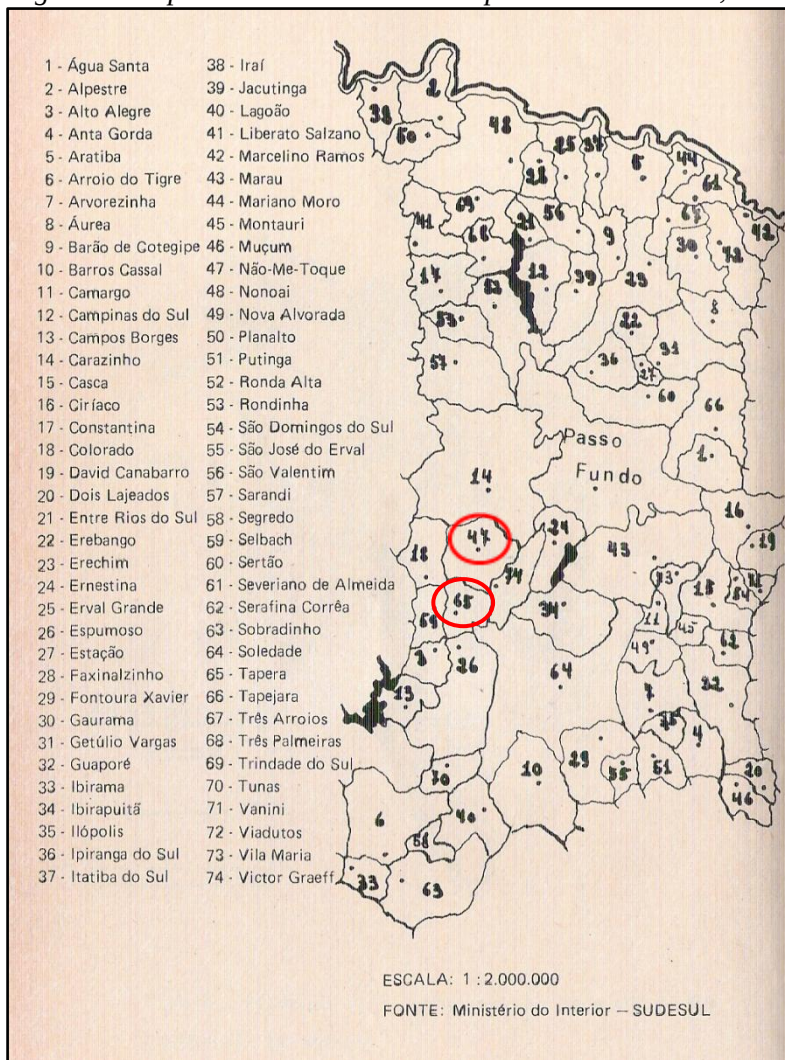
⁷ Fonte: Cartório de registros de Imóveis de Passo Fundo. Registro de poses de imóveis.

A primeira colônia privada instalada no município de Passo Fundo, no 1º distrito, próxima a sede municipal, foi a Colônia Canfild, fundada por Tomás Canfild, em 1889. Esta, no entanto, não prosperou. A segunda foi a “Colônia Alto Jacuhy”, no 8º distrito, em 1897, pela empresa Colonizadora “Schmitt & Oppitz”, uma das principais companhias colonizadoras que atuou no planalto rio-grandense.

A primeira colônia privada instalada no município de Passo Fundo, no 1º distrito, próxima a sede municipal, foi a Colônia Canfild, fundada por Tomás Canfild, em 1889. Esta, no entanto, não prosperou. A segunda foi a “Colônia Alto Jacuhy”, no 8º distrito, em 1897, pela empresa Colonizadora “Schmitt & Oppitz”, uma das principais companhias colonizadoras que atuou no planalto rio-grandense.

As terras onde foi estabelecida parte da “Colônia Alto Jacuhy” passaram a pertencer ao Cel Gervásio Lucas Annes por compra a Lasaro Oliveira Vargas. Afirma-se que com a da República no Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense, com apoio dos fazendeiros e chefes políticos na região, constroem a ferrovia “São Paulo – Rio Grande”, realizando assim caminhos para a abertura do mercado de terras no norte do Rio Grande do Sul. Conforme Oliveira (1908, p. 170), com a ascensão do partido Liberal ao poder em junho de 1889, ainda no Império “os Conservadores, tendo por chefe o aludido Gervásio, abraçaram o Partido Republicano, fundando-o no município”. Emerge, pois, o Cel. Gervásio Lucas Annes como chefe político do Partido Republicano Rio-grandense no antigo município de Passo Fundo.

Figura 1: Mapa Área Territorial Município de Passo Fundo, 1857



Fonte: olivera, francisco antonio xavier, annaes de passo fundo. v. 1. PASSO FUNDO. EdUPF, 1990. p.48.

A partir da Figura 1 pode-se observar que no 8º Distrito pertencente à Passo Fundo, localizava-se a Colônia Alto Jacuhy composta pelas áreas territoriais de Não-Me-Toque (47) e Tapera (65) sendo que

nestas as áreas estabeleceu-se no ano de 1897 a principal colônia particular da região no período.

No panorama das novas colônias no Rio grande do Sul, surgiu a *Colônia do Alto Jacuhy*, fundada no ano de 1897. Essa colônia recebeu grande número de imigrantes e descendentes de alemães, e em menor número, de italianos, chegados no final desse mesmo ano. A imigração partia de projetos organizados por empresas particulares; que demarcavam as terras, para posteriormente organizar a ocupação. Os colonos e imigrantes que se dirigiram ao Alto Jacuhy tinham como primeiro objetivo a aquisição de um lotes de terra. No total, a colonizadora dispunha de uma área de 329.654.399 metros quadrados.

Conforme especificado na planta da medição foram demarcados 647 lotes coloniais, destinados para venda. A colonização da colônia do Alto Jacuí, desde o princípio, foi mista, recebendo colonos de ascendência alemã e italiana. Enquanto o topografo Albert Schmitt era a referência para os colonos alemães durante o processo migratório, José Baggio incorporou-se ao trabalho de colonização, promovendo a vinda de imigrantes italianos saídos das colônias da região de Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves que chegaram ao local no ano de 1897, fixando-se nas terras onde hoje está localizado o município de Tapera.

Através de anúncios em jornais e anuários a empresa Schmitt e Cia procurava atrair, prender e absorver a atenção dos leitores com objetivo de conquistar e seduzir novos compradores. Alberto Schmitt responsável do projeto da colonização do Alto Jacuhy, ficou encarregado inicialmente da demarcação dos lotes de terra e posteriormente passou a encarregar-se da fase de propaganda ao qual atraía migrantes para a nova colônia. Começou Schmitt a escrever cartas aos conhecidos nas antigas colônias e escrever anúncios no jornal *Deutsche Post*. “Viajando várias vezes a São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Garibaldi e logo não tardaram a chegar os primeiros colonos como Germano Krössin e seu filho Guilherme ao qual passaram a possui uma pequena venda” (VARGAS, 1980, p. 75). Nos anos seguintes sucederam-se muitos outros imigrantes que se juntariam aqueles que já formavam uma nova geração de moradores.

Figura 2: Colônia Alto Jacuhy 1987



Fonte: Arquivo Casa da Cultura Dr. Otto Stahl – Não-Me-Toque

A Figura 2 registra a presença os dois principais fundadores da colônia Alto Jacuhy, o político Gervásio Luccas Annes a esquerda e topografo Albert Schmitt a direita junto aos primeiros colonos advindos para a sede da colonial em Não-Me-Toque

Os novos colonos interessados nas terras do Alto Jacuhy fizeram com que a região prosperasse. O espírito empreendedor de seus colonizadores que se dedicaram principalmente a cultura de milho, mandioca, batatas, erva-mate, cevada, cana-de-açúcar, fumo, trigo, e principalmente a exportação da madeira, abundante nas matas ricas em espécies nobres e mais tarde disponibilizadas para exportação. O período de migrarem perdurou até aproximadamente meados dos anos 1920 quando Albert Schmitt expandiu posteriormente sua colonização para o estado de Santa Catarina mais especificamente para a região do Contestado.

Conclusão

O artigo teve com pressuposto apresentar de forma sucinta a importância dos movimentos migratórios quer sejam eles globais, nacionais e regionais, tendo como plano central a Colônia Alto Jacuhy assim como seu complexo colonial organizado, realocado e estruturado pelo político Gervásio Luccas Annes e o topógrafo Albert Schmitt responsáveis pelo projeto de colonização da região do Alto Jacuí no Estado do Rio Grande do Sul.

Observa-se que a chegada destes i/migrantes foram de fundamental importância para a região, que obteve seu desenvolvimento impulsionado pela estrada de ferro para escoamento de produção e, principalmente, de madeira produto abundante para o comércio que movimentou a economia local.

Referências

- BATTISTELLA, V. *A história de Tapera*, s/n/t, 1972.
- CEM ANOS DE GERMANIDADES no Rio Grande do Sul 1824-1924. São Leopoldo: Ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.
- CUNHA, Sandra Virgílio Pedroso. *Não-Me-Toque no Rastro da História*: Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque, 2004.
- DIEGUES JR., Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, 1964.
- DREHER, Martin N. *O fenômeno imigratório alemão para o Brasil*. Estudos Leopoldenses, v. 31, n. 142.
- GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A, (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- HERÉDIA, Vânia B. M. *O mito do imigrante no imaginário da cultura*. Méis (UCS), v. 4, p. 233-244, 2005.
- _____. Leituras e interpretações da imigração italiana no Brasil. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. *Leituras e*

interpretações da imigração na América Latina: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2007.

IOTTI, Luiza Horn (org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915.* Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional n História das Américas. FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina.* São Paulo: EDUSP, 1999.

MACHADO, Ironita A. P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890-1930.* Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo.* Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932).* Porto Alegre, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. *Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras.* Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, n. 10, p. 29-51, 2002.

OLIVEIRA, Francisco Antonio Xavier. *Annes do município de Passo Fundo.* Porto Alegre: Carlos Echenique 1908.

_____. *Annaes de Passo Fundo.* V. 1. PASSO FUNDO. EdiUPF, 1990.

RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). *Enciclopédia Einaudi.* Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do Alto-Jacuí, prefeitura (org).* Tapera: A caminhada de um povo. Tapera: Sedigraf, 1996.

_____. *Tapera: a caminhada de um povo.* Tapera: Prefeitura Municipal de Tapera, 1996.

SEYFERTH, Giralda. *Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar.* In.: SEYFERTH, Giralda [et al.]. *Mundos*

em movimento: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. P. 15-44.

STREIT, Isléia Rossler. *Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço: Saldanha Marinho (1899 a 1930)*. 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS. v. XXVI, n. 1, jul. 2000.

_____. *A organização social os imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VARGAS, Álvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: notas sobre trezentos anos de história: 1631 – 1931*. Carazinho: Carazinhense, 1980.

WAIBEL, Leo. *Capítulos da geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOLFF, Gladis Helena. *Ferrovia e colonização: a estação colônia Barro: norte do RS – 1910-1954*. 2005.

WOORTMANN, Ellen F. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 14, p. 177-204.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.

A BIOGRAFIA DE UM IMIGRANTE: BARÃO VON KAHLDEN, HOMEM DE SEU TEMPO

Carlos Eduardo Piassini*

Maria Medianeira Padoin**

Chegou o Barão von Kahlden, o jovem e vigoroso diretor da colônia, ex-oficial da última Legião alemã. Surpreendeu-o também a minha visita inteiramente inesperada. Eu passara pela sua casa e vira-a sem considerá-la residência do diretor. Era uma modesta casa de taipa, coberta de palha e, no entanto, pela cordialidade do seu morador, ofereceu-me um amável asilo. (...) Inteiramente solitária, profundamente solitária a casa: nenhuma estrada passa por ela; atrás, a mata, na frente, uma clareira. As cinzentas paredes de barro e sem caiadura, as janelas sem vidraça, o tecto de palha – tudo isso, levava a supor que para aqui tivesse vindo um ermitão, um misantropo, desiludido da humanidade e suas atividades e ocupações. E a casa é habitada por louçã juventude; um jovem casal construiu o seu ninho aqui na floresta, não por alguns dias, não para as breves semanas de lua-de-mel, não; a coisa é séria, para sempre moram eles aqui, para muitos anos, para o melhor tempo de sua vida. Que assim seja! Para um homem lutador é muito tentadora a situação em que pode tornar-se o criador de um pequeno mundo.¹

* Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista PROBIC/FAPERGS/UFSM.

** Orientadora deste Trabalho. Doutora, professora da Universidade Federal de Santa Maria; Doutora em História, CNPq e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM.

¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul, 1858. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

A passagem acima, um relato do viajante Avé-Lallemant, descreve o encontro com o Barão von Kahlden em seu primeiro ano como Diretor da Colônia de Imigrantes alemães Santo Ângelo. Ainda jovem, com pujantes 27 anos de idade, ele vivencia os anos iniciais de casamento, transformando a casa “inteiramente solitária” em lar. Sem dúvida, aquela era uma valorosa etapa de sua vida, na qual estava agregando conquistas e galgando importantes degraus. Pois, o homem residente naquela modesta casa, que poderia ser um ermitão ou um misantropo, era, na verdade, Diretor de uma colônia de imigrantes, de natureza oficial, ou seja, sob os auspícios do governo provincial. O título o acompanhou durante grande parte da vida, desde fins de 1857 até idos de 1882, quando já não era mais jovem, nem mesmo habitava no meio do mato em residência de taipa. O homem soube aproveitar as oportunidades. Ele foi agrimensor, comerciante de escravos, especulador imobiliário, delegado de polícia, construtor de pontes, vereador de Cachoeira do Sul e, por fim, Deputado Provincial. A enumeração dos cargos que ocupou demonstra uma carreira política de relativo sucesso, que mesmo não sendo extraordinária também não foi desprezível. Consideramos o Barão von Kahlden como “homem de seu tempo”, uma vez que agiu de acordo com a mentalidade dos homens do séc. XIX, pelo menos daqueles do Império do Brasil. De fato, não podemos falar de mentalidade no singular, pois diversas são as formas dos indivíduos de pensar e viver a realidade nos diferentes tempos históricos, entretanto, há padrões sociais que predominam, que habitam na maioria dos indivíduos. Assim, caracterizo o Barão von Kahlden como monarquista, escravocrata, político e homem de negócios. Identificaremos essas características ao longo da breve biografia que segue.

Abordamos nossa temática a partir da Nova História Política, circunscrita num movimento historiográfico de retornos. Esse campo de estudos trouxe de volta a valorização do sujeito, do acontecido e da narrativa na história. O político passou a ser percebido como um espaço de articulação do social e sua representação. A Nova História Política procura dar voz ao indivíduo na história através da valorização da ação e dos atores. Com isso, houve o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico (LEVILLAIN, 2003). O gênero biográfico também ganhou nova concepção. Agoratem por objetivo analisar o homem comum, incoerente e conflituoso, e não mais

os grandes vultos, para entender os sujeitos históricos em sociedade, perceber sua autonomia, mesmo que culturalmente e socialmentedeterminada, limitada, dentro do sistema social e político (LORIGA, 1998).

Imigrante e mercenário

Karl Hermann Johann Adam von Kahllden, conhecido como Barão von Kahllden, nasceu em Ludwigslust, no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em vinte de maio de 1831. Sobre sua infância e juventude não obtivemos muitas informações, apenas dados gerais da família Kahllden, apresentados por William Werlang (2009).

A localidade denominada Maltzien, situada ao sul da ilha de Rügen, na região de Zudar (Pomerânia Ocidental, Alemanha) passou a ser propriedade da família von Kahllden em meados do século XVI. O nome Maltzien deriva da palavra eslava “Malesin” e significa “localidade dos artistas” (“Ort des Males”). A residência era a sede de um latifúndio e que foi administrado por membros da família von Kahllden até o final de 1900. No início do século XX a propriedade foi vendida para um rico burguês e que permaneceu sob sua administração até 1945. Desde então o prédio passou a ser utilizado como escola, residência e para atividades comerciais. Karl Hermann Johann Adam Woldmar (...) Era filho do Hofmarschall (marechal da corte ou mordomo-mor) do Grão Ducado de Mecklenburg, Gustav Theodor Hans Woldmar (também chamado Barão von Kahllden) e de Wilhelmine Freiin von Massenbach. Gustav trabalhou no Castelo de Ludwigslust, antiga residência dos Duques de Mecklenburgo (Alemanha) e construído entre os anos de 1735 e 1772. Karl von Kahllden era o sexto filho de Gustav e Wilhelmine von Kahllden. O casal teve ainda os seguintes filhos: Pauline Friederike von Kahllden; Friedrich Karl Hans Ferdinand von Kahllden (oficial no Reino de Württemberg); Paul August von Kahllden (major); Alexandrine Helene Marie von Kahllden; Friederike Marie Elisabeth von Kahllden. Os membros desta família de nobres conviveram nas cortes da aristocracia alemã no século XIX. Auguste Freiin von Brandenstein esposa de Paul August von Kahllden, serviu como Hofdame (dama de honor) da Duquesa de Mecklenburg-Schwerin. As outras irmãs do nosso Barão von Kahllden também conviveram e residiram em propriedades senhoriais da aristocracia germânica. Karl von

Kahlden, ainda jovem e sem ter completado seus vinte anos de idade decidiu seguir para o Brasil. Assinou contrato como alferes de infantaria no dia 15.3.1851.

Podemos aferir que a família Kahlden gravitava em torno da aristocracia de Mecklenburg-Schwerin, origem de seu status de nobreza. O contato com tal círculo social certamente facilitou a introdução dos filhos nesse mundo, no qual os homens seguiram carreira militar e as mulheres obtiveram bons casamentos. Enquanto sexto e último filho, o Barão von Kahlden talvez tenha encontrado maiores dificuldades para obter ascensão naquele meio, o que o teria incentivado a vir para o Brasil, onde chegou no ano de 1851, como alferes de infantaria², juntamente com os legionários Brummer³. Ele veio no veleiro Heinrich, saído de Hamburgo em 22 de junho de 1851, para lutar na Guerra contra Rosas e Oribe na Região Platina (FLORES, 1997). Assim como os demais Brummers e outras levadas de imigrantes antes desses, o Barão von Kahlden veio ao Brasil para engrossar as fileiras de soldados do Império, portanto, não emigrou como pretendente à vida de colono e produtor agrícola. A prioridade não era essa. Havia, sim, a possibilidade de seguir este caminho, porém esta era secundária.

A Guerra Grande (1839-1852), como ficou conhecido o conflito que envolveu o Brasil, o Uruguai e a Argentina, esteve relacionada a propostas de unitarismo e federalismo no Rio da Prata. Juan Manuel de Rosas, ao chegar ao posto de governador de Buenos Aires procurou influenciar as demais províncias apostando em uma política centralizadora. Ele passou a questionar os tratados políticos que marcaram a independência uruguaia, aspirando, assim, anexar Montevidéu com o objetivo de reconstruir o Vice-Reino do Prata. A Grande Guerra

² De acordo com o Dicionário Michaelis, Alferes é o Porta-Bandeira, patente de oficial inferior a tenente. No caso em questão, seria o porta-bandeira da Infantaria.

³ Há várias versões para o significado do termo, a mais recorrente é a de que os mercenários alemães tenham recebido esse nome por conta das grandes moedas de cobre de 40 rs, conhecidas como “Brummer”, que usavam em seus pagamentos. Brummer pode ser entendido, também, como sinônimo de rezingão, ranzinza (FLORES, 1997).

foi, pois, uma longa disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata. Rosas desejava ter o Uruguai e o Paraguai em sua esfera de influência, e posteriormente recriar o antigo Vice-reinado do Prata. Por isso, Rosas apoiou Manoel Oribe em sua tentativa de assumir o comando do Uruguai (NAHUM, 2009).

Enquanto adversário de Rosas, o governo brasileiro em sua atuação no conflito contratou legionários alemães para lutarem na campanha contra Rosas e Oribe. O alistamento na Europa, em 1851, esteve sob responsabilidade do General Sebastião Rego e Barros. Cerca de 1800 homens foram contratados, porém grande parcela deles ficou como força de reserva. Apenas 80 artilheiros⁴ sob comando prussiano e uma centena de sapadores⁵ incorporados ao exército nacional lutaram em Monte Caseros, local da derrota de Rosas. A situação deles não foi das melhores, segundo Flores (1997, p. 8),

Desarmados e carentes de treino militar, mal alimentados, com veste rota e sem calçados, numa flagrante falta de planejamento por parte de quem os contratou, segundo Lenz, a metade desertou – com a conivência das autoridades brasileiras, que assim se desobrigavam do pagamento de cláusula contratual; a quarta parte morreu de frio, subnutrição e doenças decorrentes de carência alimentar ou cardápio inadequado e apenas cerca de 450 aguardaram engajados o término do prazo contratual. Aos que permaneceram no Brasil, somou-se um número incerto de legionários desertados no Uruguai e que retornaram para o Rio Grande do Sul no pós-guerra.

A “Legião Alemã”, como foi denominada, era formada por um batalhão de Infantaria, composto de seis Companhias com 157 homens cada uma, comandada pelo Tenente cel. von der Heyde e pelo segundo

⁴ De acordo com o Dicionário Michaelis, são os soldados encarregados da Artilharia, ou seja, do manuseio de peças, canhões e mais bocas-de-fogo para atirar projéteis a grande distância.

⁵ De acordo com o Dicionário Michaelis, são os soldados encarregados da abertura de fossos, trincheiras e galerias subterrâneas, de minar o ambiente para derrotar um inimigo.

comandante Major von Lemmers (cada companhia tinha como superior um major e dois tenentes); uma seção de Artilharia com quatro baterias, com oito canhões cada, contando com cerca de 400 a 500 homens, sob o comando do Tenente cel. von Held e seus auxiliares Major Hennig, Capitão Brinkann e outros; e uma seção de Sapadores com duas baterias, somando 240 homens. (FLORES, 1997). Três veleiros trouxeram a Infantaria, quatro a Artilharia e dois os Sapadores, em viagens que duravam de oito a dez semanas. Os soldados alemães eram procedentes das mais variadas partes da Europa, principalmente da Prússia e da Áustria. Um número significativo de legionários alemães foi recrutado da força dissolvida de Schleswig-Holstein. O rei da Dinamarca decidiu incorporar, em 1848, o ducado de Schleswig a seu Reino, o que acarretou em um conflito. Alguns principados e grão-ducados germânicos apoiaram o pequeno exército de Schleswig-Holstein. Porém, a Inglaterra, Rússia e Suécia aliaram-se à Dinamarca. Em 1850 foi assinada a paz em Berlim e Schleswig-Holstein ficou sozinho. Áustria e Prússia exigiram o fim do conflito em nome da Confederação Alemã. Frente a isso, a força de Schleswig-Holstein foi dissolvida. A atitude deixou revoltados muitos dos soldados e oficiais que lutaram pelo pequeno ducado. Parte deles acabou indo para o Brasil como legendários alemães (STUHR, 1997).

Ao ingressar no batalhão, o soldado recebia 25 táleres de moeda pátria. O deslocamento para o Brasil era por conta do contratante. Ao término de quatro anos de serviço militar (período de validade do contrato) cada soldado poderia receber 22.500 braças quadradas de terras coloniais ou viagem de retorno gratuita a qualquer porto europeu em caso de optar pelo regresso. Outra forma de pagamento seria receber 80\$000 em ouro (FLORES, 1997).

A respeito da participação do Barão von Kahllden na Guerra Grande, sabemos apenas que ele assinou um contrato mais longo do que o habitual, oito anos e não quatro anos, além disso veio como Alferes do 14.º Batalhão de Infantaria e depois foi elevado a 2.º Tenente da Cia. de Sapadores, então reorganizada. O fim dos contratos e as baixas na legião alemã se deram em sua maioria no ano de 1853, quando ela foi dissolvida. A maioria dos Brummer, após os desdobramentos dos eventos

no Prata, se espalharam pela América. Muitos encontraram contrerrôneos em São Leopoldo e em outras regiões em que chegavam imigrantes, incorporando-se a estes⁶. Desvinculado do ofício militar, o Barão von Kahlden ficou no Rio Grande do Sul. De acordo com o legionário Júlio Jorge Schnack (1997, p. 97) o “Ten. von Kahlden mais tarde criou uma Cia. de Engenharia, para a construção de pontes na campanha”. Não sabemos qual o teor do contrato firmado por von Kahlden quando recrutado como alferes, visto que ao contrário da grande maioria assinou vínculo de oito anos, portanto não há como dizer quais os benefícios adquiridos por ele quando de sua baixa da legião. Parece, entretanto, que foi um bom soldo, pois não só ele abriu empresa própria, como também conseguiu contrair casamento com uma jovem de posses. Segundo o legionário Cristóvão Lenz (1997, p. 47) “Ele casou com uma brasileira rica e através da família da esposa obteve influência; tornou-se Diretor de Colônia e nesse cargo mostrou ser bom administrador”. O casamento⁷ ocorreu em 1855, em Porto Alegre.

A escolhida, Carolina Cândida Gomes da Silva, segundo William Werlang (2002) era filha do Comissário-Geral, Vereador e latifundiário de Cachoeira do Sul, Antônio Cândido Gomes da Silva. O enlace revela o meio no qual o Barão estava se inserindo, uma vez que estabeleceu relações importantes com membros da elite da Capital da Província, tais como o Marechal Gaspar Mena Barreto e o Marechal Thomas José da Silva, indivíduos que possivelmente ocupavam lugar de destaque na sociedade daquele período. Afere-se, pois, que o casamento fez muito bem ao Barão, pois se estabeleceu em Cachoeira e lá galeou degraus.

Antes, porém, do casamento, o Barão von Kahlden dedicou-se a sua Cia. de Engenharia. Em 1854 ele foi nomeado pelo Presidente da Província, Sinimbu, para dirigir os concertos da Ponte do Salso. O trabalho realizado por ele, concluído em fevereiro de 1855, rendeu-lhe a nomeação para construir a ponte sobre o Arroio Santa Barbara, em

⁶ Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Documento Avulso, 19/10/1857. Caixa “Agudo”.

⁷ Livro nº.2 de Matrimônios, p.17v, Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Porto Alegre, data 16/09/1855.

Cachoeira, um projeto de Heydtmann. Com 47 comandados partiu para a empreitada em abril daquele ano. A obra de construção da Ponte durou quase dois anos. Relatórios mensais sobre os avanços do empreendimento revelam relações tensas entre o Barão e seus comandados. Houve cerca de 15 deserções e alguns trabalhadores acabaram enfermos, internados na Santa Casa em Porto Alegre, o que aponta para condições de trabalho forçado. Algumas atitudes do Barão exemplificam a tensão existente. O Barão, de revólver em punho, perseguiu o desertor Wilhel Schubert, que recém-casado havia pedido baixa duas vezes sem sucesso. A perseguição durou um dia inteiro e teve fim com a prisão de Schubert pela polícia de Rio Pardo, que o castigou por sua audácia. Houve o caso do carpinteiro Luiz Zimmerman, internado na Santa Casa para tratamento de saúde. O Barão von Kahlden solicitara ao Presidente da Província, Sinimbu, severo castigo ao carpinteiro porque não retornara do tratamento após o período combinado. Também Wilhelm Pallas esteve na mira do Barão, acusado de ter alta da Santa Casa e não retornar para viver na boemia. Em uma carta de Kahlden endereçada à Sinimbu há o pedido de aumento do valor pago aos trabalhadores da obra, visto que “recebiam uma remuneração baixíssima para a duríssima vida que são forçados a levar na mata”, entretanto tal atitude foi, na verdade, um pretexto do Barão para pedir aumento para a sua pessoa⁸.

Kahlden, porém, não chegou a concluir a obra, pois foi dispensado de sua função de construtor e, então, teve sua trajetória de vida perpassada pela Colônia Santo Ângelo ao ser nomeado Diretor da mesma pelo Presidente da Província, Ângelo Muniz Ferraz. É provável que a inserção social do Barão de Kahlden tenha o favorecido na nomeação para Diretor da Colônia Santo Ângelo, visto que foi escolhido pelo Presidente da Província apesar dos pedidos dos colonos de Santo Ângelo para a nomeação do agrimensor Frederico Guilherme de Wedlestaedt. Por sua vez, o trabalho de Construtor de Pontes o colocou em contato com autoridades do setor público, uma vez que sua Cia. de Engenharia realizou obras públicas e, talvez, lhe possibilitou o encontro

⁸ WERLANG, W. 1995. *Barão von Kahlden*. Gazeta do Jacuí. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Caixa da Colônia Santo Ângelo. Agudo, març/abr/mai.

com sua esposa, Carolina Cândida Gomes da Silva, em Cachoeira do Sul. Assim, percebe-se que o Barão von Kahlden inseriu-se na sociedade sul-rio-grandense através de dois caminhos: a prestação de serviços por meio de empresa particular, possivelmente custeada com o soldo conquistado pela participação na Guerra Grande contra Rosas; e o casamento com uma mulher abastada que possibilitou contatos com indivíduos de elevado status social.

Após esses primeiros anos no Rio Grande do Sul, nos quais ampliou sua rede de contatos, casou e atuou na construção de pontes, o Barão von Kahlden assumiu a direção da Colônia Santo Ângelo e tornou-se uma personalidade de destaque na história desta, como administrador e político. O Diretor, nos empreendimentos colonizadores oficiais do Rio Grande do Sul, tinha ao seu encargo não só supervisionar o loteamento, a distribuição dos lotes, a abertura das picadas, a construção das pontes, etc., mas ainda, constantemente, exercer o poder policial e judicial (NOGUEIRA & HUTTER, 1975). A Colônia Santo Ângelo teve apenas dois diretores até sua emancipação em 1882. Floriano Zurowski e o Barão von Kahlden. O primeiro ficou poucos meses no cargo, portanto o Barão esteve a frente da administração colonial durante praticamente todo o período de existência da colônia. Assim, é possível pensar a trajetória dele emaranhada à da Colônia Santo Ângelo. Através do cargo de Diretor e de Agrimensor ele ascendeu socialmente em Cachoeira, vindo a ser, posteriormente, Vereador e Deputado Provincial. Aliás, vários foram os cargos públicos exercidos pelo Barão von Kahlden: construtor de pontes; Delegado do quinto distrito policial de Cachoeira; Administrador de um dos distritos de Cachoeira a partir de 1882, quando a Colônia perdeu sua autonomia administrativa; Agrimensor; Diretor da Colônia; Vereador e Deputado Provincial. Além disso, ele exercia atividades comerciais, como a venda e compra de escravos e lotes coloniais, tendo participação em empresas de colonização da região, como a empresa von Kahlden e Müller, responsável pela colonização particular do que viria a ser o município de Cerro Branco (WERLANG, 1995).

De acordo com Roche (1969), a Colônia Santo Ângelo foi oficialmente fundada em 1855 através de Lei Provincial de 30 de novembro daquele ano. Tal lei é referida, segundo Knob (1990) por Koseritz em relatório de 1867 e, mais tarde, em 1877 pelo Barão von Kahlden. Ambos atribuíam à referida lei a fundação da Colônia Santo

Ângelo. Entretanto, Knob (1990) contesta tal responsabilidade ao afirmar não ter encontrado essa lei na documentação por ele consultada. A conclusão dele é que houve uma confusão, e que a lei correta seria a de n.º 304 de 30 de novembro de 1854. De qualquer forma, a Colônia Santo Ângelo foi efetivamente fundada apenas em 1857, quando chegaram os primeiros colonos, 46 imigrantes que vieram no vapor *Irene* (WERLANG, 1995).

Já nos primeiros tempos, ou melhor, na segunda semana após a chegada dos primeiros colonos, houve um desentendimento. Os imigrantes não aceitaram o Diretor Floriano Zurowski, e requereram à Câmara Municipal de Cachoeira a substituição dele. Pediram Frederico Guilherme de Wedelstaedt como novo diretor e agrimensor, pois já o conheciam, visto que eram oriundos da mesma Província germânica, a Prússia. O diretor era o responsável pela administração e distribuição dos lotes coloniais, e fora justamente por não estar cumprindo devidamente com esses deveres que Zurowski ganhou a antipatia dos recém-chegados. A Câmara Municipal, porém, decidiu levar a questão para o Presidente da Província. Os pedidos por Wedelstaedt como substituto preferido não foram atendidos. O Presidente da Província nomeou outro alemão, Karl Hermann Johann Adam von Kahlden, o Barão von Kahlden, que chegou à colônia no dia 11 de dezembro de 1857, acompanhado de um grupo de Brummers (KNOB, 1990).

O governo provincial, desde a criação da Colônia Santo Ângelo em 1857, determinou que o Diretor da Colônia fosse o responsável pela medição dos lotes coloniais. Nesse sentido, o Barão von Kahlden ocupou-se da tarefa. Como agrimensor, mediu primeiramente as áreas devolutas. Em seu primeiro relatório, enviou ao governo um detalhado relatório acompanhado de um croqui, onde indicava as áreas que poderiam ser ocupadas para colonização. Kahlden encarregou-se da medição de uma área de aproximadamente 55 mil hectares e chegou a contar com cerca de uma centena de trabalhadores. O chamado “loteamento oficial” prolongou-se até 1882, quando um Ato Provincial emancipou as colônias de Nova Petrópolis, Monte Alverne e Santo Ângelo, suspendendo qualquer auxílio econômico. Kahlden mostrou-se alarmado com a emancipação da Colônia Santo Ângelo e o fim do auxílio oficial. Entretanto, permaneceu como administrador e encarregado dos negócios

da ex-Colônia Santo Ângelo, ao mesmo tempo em que ocupava o cargo de Vereador de Cachoeira, de 1883 a 1887 (WERLANG, 2002).

O alarde de Kahlden talvez possa ser explicado por conta do comércio de terras no qual estava envolvido existente na região de Cachoeira do Sul. Segundo Alejandro J. F. Gimeno (2014), havia uma rede de comércio de terras facilitada pelo Tabelião de Cachoeira. Compradas a preços menores, eram vendidas para a colonização ou outros interessados a preços maiores, beneficiando os envolvidos. É possível reiterar isso em um trecho das pesquisas de Werlang (1995) sobre João Gerdau;

O governo provincial financiou o desenvolvimento e a administração da Colônia Santo Ângelo, entre 1857 e 1882. Durante o período da autonomia da colônia, não existiram empresas imobiliárias particulares. O Barão von Kahlden, além de diretor da colônia, era delegado e tinha como norma não permitir que forasteiros invadissem as áreas devolutas da região colonial. Apenas alguns proprietários locais puderam vender lotes de terra para os imigrantes. Não é de se admirar que a Sociedade Imobiliária de João Gerdau tenha surgido justamente em 1883, logo após a liquidação oficial da autonomia da Colônia Santo Ângelo. (WERLANG, 2002, p.178).

O Barão, pode-se dizer, detinha o monopólio da distribuição das terras na região colonial e, pensa-se, tirou proveito disso aliando-se ao Tabelião de Cachoeira. Ele fazia transações comerciais ligadas à propriedade da terra, atuando como especulador imobiliário. Segundo as Escrituras Públicas de Compra e Venda de Terras, ele comprava e vendia terras de posseiros e proprietários, ora sozinho, outrora como sócio de membros da elite cachoeirense do período, por exemplo, o Tabelião da cidade e comerciantes locais. Dentre essas atividades comerciais o Barão comprava e vendia imóveis no núcleo urbano de Cachoeira e também escravos (GIMENO, 2014). A atividade de agrimensor rendeu suculentos frutos ao Barão von Kahlden. O governo provincial pagou a ele 5% sobre o valor arrecadado em cada lote colonial medido e vendido na Colônia

Santo Ângelo (WERLANG, 2002). Em ofício de 08/08/1881, Kahlden afirmou⁹ receber 45 réis por metro linear medido e vendido.

Além de investir no comércio de escravos, enquanto “homem de seu tempo”, o Barão possuía os próprios escravos. Há registros de compra e venda de escravos¹⁰ que mostram algumas movimentações do Barão von Kahlden. Em 1865 ele comprou, por 1:200\$, Eva, de 16 anos; em 1867, por 900\$, Manoel, de 27 anos; em 1875, por 1:200\$, Rafael, de 21 anos; em 1876, por 700\$, Maria, de 16 anos e, em 1877, por 880\$, Eva, de 35 anos. Eram, em sua maioria, escravos de serviços domésticos. Em 1875, o Barão vendeu, por 1:000\$, a escrava Maria Sofia, de 21 anos, acompanhada de dois filhos livres de nomes Amancio, com 2 anos, e Julia, de 8 meses. Com a aproximação da República e a intensificação do movimento abolicionista, nos anos 1880 o Barão passou a conceder a liberdade para alguns de seus escravos. Há o registro¹¹ de cinco cartas concedidas na data de 29 de agosto de 1884. Para Manoel, de 46 anos, impôs a condição de servi-lo, ou a quem lhe conviesse, pelo prazo de dois anos contados a partir do registro da carta de liberdade ou o pagamento de 400\$; para Maria, de 20 anos, impôs a condição de servi-lo ou a quem lhe conviesse, pelo prazo de 4 anos contados a partir do registro da carta de liberdade ou o pagamento de 600\$, tendo esta dois filhos, Álvaro de 5 anos e Antonia; para Delfina, de 29 anos, impôs a condição de servi-lo, ou a quem lhe conviesse, pelo prazo de dois anos contados a partir do registro da carta de liberdade ou o pagamento de 400\$; para Eva, de 42 anos, impôs a condição de servi-lo ou a quem lhe conviesse pelo prazo de

⁹ AHRS, Colonização, Maço 66, Lata 296.

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : CORAG, 2006.p. 147, 162 e 216.

¹¹ RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: compra e venda de escravos : acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Coordenação de Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.p. 354, 382-384, 388 e 558.

2 anos contados a partir do registro da carta de liberdade ou o pagamento de 500\$; para Rafael, de 30 anos, impôs a condição de servi-lo, ou a quem lhe conviesse, pelo prazo de três anos contados a partir do registro da carta de liberdade ou o pagamento de 500\$. Por sua vez, há o registro da carta de liberdade da escrava Rosa, de 1879, recompensada com a liberdade por conta dos bons serviços por ela prestados.

O Barão von Kahlden era, pois, dono de vários escravos domésticos. Não sabemos se ele possuía escravos de outras categorias. Dono de extensas áreas de terras, é provável que o Barão as utilizasse de alguma maneira, não só as vendendo, talvez arrendando ou mesmo produzindo, e para essa última possibilidade é razoável pensar no uso de mão-de-obra cativa. Porém, são apenas conjecturas, nada mais.

Em setembro de 1885, a Câmara Municipal de Cachoeira dividiu a Colônia Santo Ângelo em 6 grandes complexos de acordo com a Lei nº 1.433, de janeiro de 1884, para arrecadação do imposto colonial. Neste momento, foi extinta a unidade e autonomia dela. A partir de 1883/1885, Santo Ângelo deixou de existir, surgindo em seu lugar vários distritos. Com o passar dos anos os distritos de Agudo (1959), Dona Francisca (1965) e Paraíso (1988) se emanciparam de Cachoeira do Sul e se tornaram municípios (WERLANG, 2002, p. 47). A guinada da vida política do Barão von Kahlden ocorreu justamente nesse período, quando tornou-se Vereador de Cachoeira do Sul (1883-1887) e posteriormente Deputado Provincial (1889). Ainda, exerceu o cargo de administrador de um dos distritos oriundos da divisão da Colônia Santo Ângelo durante os anos de 1883 a 1885. É provável que tenha procurado investir nesse nicho ao perder o posto de Diretor de toda a extensão de Santo Ângelo, que aos poucos deixou de existir enquanto colônia. Não só isso. A partir de 1881, com a Lei Saraiva, uma mudança na legislação eleitoral, ocorreu a inserção de imigrantes no universo dos votantes, o que se configurava como uma considerável base eleitoral para von Kahlden.

Participante ativo do Partido Liberal, o Barão von Kahlden era o líder político deste partido na região da Colônia Santo Ângelo. Em 1888 ele foi eleito Deputado Provincial pelo sexto distrito eleitoral da época com expressivos 1329 votos, o que demonstra ter ele recebido votos de

outras regiões além da Colônia Santo Ângelo, que dispunha apenas de 400 eleitores habilitados¹². O Barão foi eleito no mesmo pleito que algumas figuras destacadas, como Gaspar Silveira Martins, e Carlos vonKoseritz. Há poucas informações a respeito da atuação parlamentar de Kahlden. Em um de seus discursos, ele cobra agilidade na construção de uma ponte sobre o arroio São Sepé, cujo projeto já existiria desde o começo dos anos 1850 e desde então nada concreto havia sido realizado. Em 1889, com o advento da República, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) tomou o poder no Rio Grande do Sul após eleição indireta de Júlio de Castilhos (TARGA, 2007). Os trabalhos da Assembleia Legislativa foram interrompidos com tais acontecimentos. Kahlden perdeu o cargo de Deputado e passou a enfrentar uma violenta repressão aos federalistas (antigos liberais). Dessa forma, na região de Cachoeira do Sul, assumiram o poder grupos políticos ligados à Júlio de Castilhos e ao PRR. A Intendência de Agudo passou a ser exercida por Paulo Magnus Helberg (1890-1896), Roberto Homrich (1896-1904) e o Coronel Dionísio da Fonseca Reis, que ficou no cargo durante mais de 20 anos, de 1904 a 1927 (WERLANG, 1995). O Barão de Kahlden havia, pois, perdido seu prestígio político e não tinha mais como manter seu status através da rede de relações vantajosas com partidários liberais e outros indivíduos alocados em cargos públicos de destaque. Os tempos eram outros. Residindo em Porto Alegre, o Barão passou a ter problemas de saúde e foi buscar tratamento no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1910. Foi enterrado no jazigo 6278, aléia8, no cemitério São João Batista (WERLANG, 1995).

Analisando a trajetória deste personagem, percebemos que sua atuação ligada a administração da Colônia Santo Ângelo foi além do cargo para o qual veio designado, pois devido a seus conhecimentos técnicos atuou como agrimensor, mas não apenas medindo terras devolutas, como era de sua responsabilidade, como também mediu terras para particulares auxiliando no processo de criação de colônias particulares. Através da Lei Provincial número 1.234, de 31.3.1875 foi

¹² WERLANG, W. 1995. *A Participação do Barão von Kahlden no Processo Eleitoral do Império*. Gazeta do Jacuí. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Caixa da Colônia Santo Ângelo. Agudo, jun/jul/ago/set.

criado na Colônia Santo Ângelo o quinto distrito policial de Cachoeira, cujo delegado nomeado foi o Barão von Kahlden (WERLANG, 1995). Além disso, ele teria participado do Coral Esperança (*Gesangverein Hoffnung*), fundado na Colônia Santo Ângelo em 1875. O grupo se reunia para cantar e discutir os problemas da colônia (WERLANG, 2002). Tal perspectiva traz uma dimensão diferente do Barão em relação aquela existente na historiografia local, que supervaloriza sua trajetória enquanto Diretor da Colônia Santo Ângelo e relega a segundo plano as outras facetas dele. Nesse sentido, buscamos trabalhar com este personagem de acordo com a Nova História Política, analisando-o como um homem comum, incoerente e conflituoso, e não um grande vulto, regado de pompa e superioridade exemplar. Portanto, apontamos as diversas facetas do Barão von Kahlden: o Diretor colonial, o agrimensor, o escravocrata, o especulador imobiliário, o homem de negócios, o político, o mercenário, o imigrante, o construtor de pontes. Todas as facetas de um mesmo personagem, interligadas, conflitantes. Por fim, identificamos na inserção social através de um bom casamento e contatos com figuras proeminentes a escada de acesso do Barão a cargos de importância na administração pública do período imperial.

Referências

- GIMENO, A. J. F. *Apropriações e comércio de terras na cidade da Cachoeira no contexto da imigração europeia (1850-1889)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- KNOB, Frei Pedro. *Paróquia de São Bonifácio, Agudo, 1889-1989*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990. 241p.
- LENZ, Cristóvão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Júlio Jorge. *Memórias de Brummer*. Tradução, introdução e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: R. RÉMOND, René (org), Tradução de Dora Rocha. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.141-176.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia del Uruguay Tomo I: 1830-1903*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul Durante o Império (1824-1889)*. Porto Alegre: Gratuita/Instituto Estadual do Livro, 1975. 162 p. (Série Biênio da Colonização e Imigração, v. 4).

TARGA, Luiz Roberto P. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Riograndense (1889-1930). In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul*, v. 3. T. I República. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WERLANG, William. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil*. Agudo: Werlang, 2002.

_____. *História da Colônia Santo Ângelo*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

_____. *Família von Kahlden*. v.50. Agudo: Editora Werlang, 2009.

“ACHANDO-SE RECOLHIDO À CADEIA DE JUSTIÇA DESTA VILA...”: O SUSTENTO DOS PRESOS POBRES

Caroline von Mühlen*

Depois de recolhidos à Cadeia da Vila de São Leopoldo, o que fazer com os presos pobres? Na documentação existente no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo encontramos inúmeros ofícios acerca da solicitação de “ração diária” para os presos pobres da Cadeia de São Leopoldo. Em Pelotas, os presos pobres passaram a ser sustentados, desde 1832, quando ocorreu a criação da Câmara Municipal. Não sabemos dizer exatamente a partir de quando tal gasto passou a constar nos cofres municipais, mas partimos do pressuposto que desde o ano de 1846, quando se instituiu um aparato político, administrativo e judicial na Vila, pois foram vários os ofícios enviados ao Governo Provincial solicitando a devida indenização pelos gastos efetuados com a alimentação dos presos pobres. Além de solicitar alimentação, a Câmara Municipal de São Leopoldo solicitava ao Governo Provincial objetos para a cadeia, como por exemplo: velas, lampiões, vassouras, fechaduras, canecos para beber água, urinol para a prisão das mulheres, barril para despejo do xadrez. Desde o ano de 1846, discutia-se sobre a construção da cadeia e do prédio da Câmara Municipal, na qual “a lei da criação dessa Vila está declarado que as casas para sessões da Câmara e cadeia serão construídas à custa do município, por tanto devem V. S. providenciar por conta do respectivo cofre acerca do concerto da cadeia”¹. Em 1849, Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, também falou

* Doutoranda em História/PUCRS, Bolsista CNPq.

¹ MHVSL, Documento 54, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 18/09/1847.

sobre a falta de espaços adequados para o estabelecimento da Câmara Municipal e da cadeia nos municípios e vilas do Rio Grande do Sul.

“Depois que as vilas se criam sem preceder, como em outro tempo, à custa dos Povos (ou de algum homem rico, que aspirava o posto de Capitão Mor) a construção de uma boa casa de Câmara com cadeia, que então lhe era anexa, não vemos geralmente senão Cidades, e Vilas, tendo por único lugar para as suas sessões alguma má casa alugada, e para prisões pardieiros ridículos, vendidos por alto preço, que só servem de meio seguro à impunidade dos grandes crimes”.²

A solicitação de dinheiro para realizar consertos no prédio que servia de cadeia, materiais para fazer uma breve reforma, auxílio para alugar um novo espaço ou comprar um terreno para a construção da cadeia eram assuntos discutidos frequentemente entre a Câmara Municipal de São Leopoldo e o Governo Provincial. “Achando-se o edifício da Cadeia de Justiça em estado de deterioração que ameaça a sua total ruína”³ e devido a falta de segurança das novas casa alugadas, a solução em 1859 foi “conservar somente alguns presos de pequenas faltas enviando-se para a Cadeia desta Capital os de crimes graves, que tenham que esperar pelo julgamento no Júri ou que seus processos se tornem morosos”⁴.

Os gastos com a compra de diversos materiais para a manutenção e conserto dos prédios públicos, bem como o pagamento dos vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal e Cadeia eram da alçada da

² Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm.o Vice-presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Illm.o e Exm.o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembleia. Porto Alegre, Typ. do Comércio, 1848, p. 11.

³ MHVSL, Documento 26, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 18/08/1853.

⁴ MHVSL, Documento 405, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 21/07/1859.

Província. Muitas vezes a Câmara Municipal providenciava o necessário, e posteriormente, a Província indenizava os cofres municipais. Entretanto, não havia regularidade nas indenizações. Na documentação analisada encontramos valores sendo pagos trimestralmente, anualmente e até dois ou mais anos após a quantia ter sido gasta pela municipalidade. Competia também ao Governo Provincial sustentar os presos pobres. “Os presos pobres eram aqueles que viviam à custa dos cofres provinciais, ou seja, a grande maioria, senão todos, pois todos buscavam um meio de fazer parte dessa lista, mesmo os que, supostamente, não precisavam” (TRINDADE, 2012:55). Além de ter direito à alimentação e a vestimenta, o preso pobre não precisava pagar pela transferência da mesma para outra cadeia municipal e pelos selos em documentos oficiais que porventura viesse emitir.

Em outubro de 1851 foi solicitado alimentação para o preso pobre Hoffmeister que se achava recolhido na Cadeia de Justiça enquanto aguardava responder as perguntas ao Tribunal do Júri. Três anos antes, em 1849, instaurou-se um sumário *ex-offício* contra o réu, pois

no dia seis do corrente mês, com os mais oficiais nele relacionados a avisar os cidadãos moradores no Campo Bom, para no dia oito do mesmo comparecerem na Câmara desta Vila, a fim de serem qualificados na forma da lei, e chegando a casa de (...) Hoffmeister, aí foram (...) insultados pelo mesmo Hoffmeister o qual completamente armado, se opôs a execução das ordens de que foram incumbidos.⁵

Comumente, os capitães das companhias visitavam os distritos dos municípios com vastos territórios com o propósito de avisar os indivíduos alistados a comparecer no Batalhão de Guardas Nacionais para serem qualificados. A cada janeiro ou junho, os indivíduos deviam ir à Câmara Municipal do município participar do Conselho de Qualificação,

⁵ APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851
Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 5.

cujos objetivos eram tornar-se um “cidadão ativo”. Todavia, nem todos os indivíduos do município eram alistados, e posteriormente, qualificados⁶.

Na época, para tornar-se um guarda nacional, o indivíduo devia ter mais de 21 anos e possuir uma renda anual de 100 mil réis. “Quem determinava se um homem podia ser qualificado eram outros três, nomeados pelo Presidente da Província, liderados pelo sujeito que detinha o mais alto posto da localidade, comumente um Coronel”⁷. Hoffmeister, com 22 anos de idade, portanto, podia ser qualificado!

No processo envolvendo o réu Hoffmeister, o médico Sr. Dr. Coronel Comandante da Legião João Daniel Hillebrand, o Capitão da 2ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria da Legião de São Leopoldo Christiano Fischer, Capitão Humberto de Schlabrendorff, Tenente Alexandre Herzog e o Guarda Antônio Almeida ficaram responsáveis por “avisar as pessoas nas circunstâncias para servirem como Guarda Nacional no Batalhão”, no dia seis de maio de 1849, em Campo Bom, 4º Distrito de São Leopoldo, às 4 horas da tarde.

Quando chegaram à casa de Hoffmeister, o mesmo ameaçou os oficiais para que não se atrevessem a chegar à sua casa. “Com outras palavras atacantes”, o réu injuriou e ameaçou com pancadas os oficiais, que mesmo sob ameaça conseguiram avisar Hoffmeister “para se apresentar no dia da qualificação”, porém respondeu “que não venha, e se alguém o fosse buscar, que lhe quebraria a cabeça”. E de fato no dia da qualificação, não só Hoffmeister como nenhum morador daquele distrito se fez presente, mostrando “o criminoso proceder deste homem, que nenhum dos avisados veio se apresentar no dia da qualificação”, entendido pelas autoridades com um “ato de combinação”⁸.

⁶ Acerca do cotidiano urbano e rural da atuação da Guarda Nacional em São Leopoldo ver: MUGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

⁷ MUGGE, 2012:19.

⁸ APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 5 (frente e verso).

O que teria motivado o réu e a população daquele distrito assumir tal postura diante da qualificação para a Guarda Nacional? No mesmo distrito em que residia o réu, em 1850, alguns representantes da comunidade escreveram alguns documentos, no qual “suplicavam ao governante máximo da nação que a colônia sofria com as chamadas de seus filhos para o serviço ativo no Exército e para a Guarda Nacional”⁹. Pelas informações que constam no processo criminal, sabemos que Hoffmeister era casado com Anna Margarida. O casamento foi realizado na Paróquia de Santa Maria da Picada de Campo Bom, no dia 11 de maio de 1851. Provavelmente, o que motivou a atitude do réu foi à desconfiança em relação às autoridades da vila, a necessidade de continuar ajudando a sua família na agricultura e casar-se com Anna Margarida dois anos depois.

De 1849, quando iniciou o processo crime contra o réu Hoffmeister até a sua absolvição em setembro de 1852, passaram-se três anos. Não sabemos de fato quanto tempo o réu permaneceu preso, contudo, poucos dias antes da 1ª sessão do Tribunal do Júri que o condenou já se encontrava na cadeia aguardando o julgamento, haja vista que o pedido de alimentação ocorreu em 21 de outubro de 1851, informando “que lhe sejam administrados os necessários alimentos enquanto não tiver outro destino”¹⁰. Para que recebesse o auxílio, provavelmente o réu teve que atestar a sua pobreza, comprovando que não podia ou não tinha quem pudesse arcar com suas despesas. Em 1851, o Presidente da Província reforça esta preocupação, informando a Câmara Municipal de que esta “só deve prestar serviço aos presos que forem muito pobres, e por isso não se devem nessa conta compreender as

⁹ MUGGE, 2012: 93. Em 22 de fevereiro de 1850 foi aprovado o Decreto 670 que regulamentava como deveria ser feita a qualificação, a organização e o serviço da Guarda Nacional. As famílias de São Leopoldo eram contrárias à qualificação de seus filhos para servirem na Guarda Nacional e no Exército. Após dez anos da Guerra Civil Farroupilha, com a morte de muitos jovens e o aumento da desconfiança nas autoridades permitiu que a comunidade local reagisse negativamente às mudanças.

¹⁰ MHVSL, Documento 09, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 21/10/1851.

pessoas que sejam por qualquer motivo recolhidas a Cadeia, e que tenham com que se sustentar”¹¹. “Nem todos os presos eram realmente sustentados pela província”, pois pela lei “deveria ser analisado se o preso ou seus familiares teriam condições de pagar a sua alimentação no período em que estivesse recluso”, constata Fernanda Amaral de Oliveira, ao estudar a cadeia de Juiz de Fora¹².

O cuidado em remeter os nomes dos presos pobres que necessitavam de alimentação fica evidente num ofício de 1851, na qual o governo provincial avisa “que pelo futuro não prestarão socorro de ração diária a preso algum, sem que seja oficialmente requisitado”, nem pagarão as “contas das despesas feitas com os presos recolhidos a Cadeia Civil desta Vila”, sem remeter a conta das despesas. Em Pelotas, no ano de 1850, por exemplo, o pagamento do ordenado do carcereiro somente seria efetivado se a Câmara “apresentasse os recibos documentando os gastos diretamente ao Governo Imperial”¹³.

Nas correspondências analisadas, observamos que havia preocupação com a alimentação dos presos pobres, com o estado e manutenção da Cadeia por parte da Câmara Municipal de São Leopoldo, responsável por expedir as solicitações ao Governo Provincial, entretanto, esta preocupação esbarrava na demora do repasse da verba por parte da Presidência da Província, através da Contadoria Provincial a quem cabia

¹¹ MHVSL, Documento 157B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 2, São Leopoldo, 07/05/1851. Quanto aos recrutas, o Presidente da Província informa que “deve formar-se conta em separado para ser essa despesa satisfeita pela Pagadoria Militar”.

¹² OLIVEIRA, 2005: 10. Jefferson Almeida Pinto (2005: 4) aponta para as dificuldades no universo prisional em Juiz de Fora. Havia problemas ligados à higiene, alimentação, manutenção do prédio e dos presos. Quanto ao preso pobre, as correspondências mostram a cautela que os administradores locais deveriam ter em relação aos gastos com as diárias que “não resolviam os problemas alimentares dos presos”, devido “à irregularidade no fornecimento da comida, além de sua má qualidade”.

¹³ AL-ALAM, 2008: 126

indenizar os gastos do município de São Leopoldo com a cadeia¹⁴. Dessa forma, o valor gasto trimestralmente com a Cadeia provinha dos recursos próprios da Câmara, que depois passava meses ou anos requerendo a restituição dos valores por parte da Província. Além da demora, em Juiz de Fora, foi necessário à criação de um mecanismo que evitasse a fraude com a super-faturação das diárias¹⁵. Em Recife, além da verba empregada no custeio dos presos ser pouco, a maior parte do dinheiro ficava na Província, à desorganização burocrática do sistema prisional, contribuía para dificultar ainda mais a distribuição dos recursos destinados a este setor¹⁶. A falta de organização e de materiais também foi pauta em dois ofícios remetidos ao Governo Provincial. O Delegado suplente, José Joaquim de Paula informa que “não se tem procedido a visita mensal da Cadeia por falta de um livro para lançar os termos dessas visitas”¹⁷. No ano seguinte, o mesmo Delegado de Polícia informa que “não se tem feito a visita mensal da Cadeia por falta do livro, que por muitas vezes esta delegacia tem requisitado da Câmara Municipal, que o deve fornecer”¹⁸. O Delegado apela o apoio da Câmara Municipal para fornecer o material necessário até o dia 07 de janeiro de 1860, data da visita às dependências da Cadeia, bem como enviar o relatório acerca das condições da cadeia,

¹⁴ Ao estudar a Casa de Prisão com Trabalho, Cláudia Moraes Trindade (2012: 57 e 58) não nega que faltavam recursos para manter os presos pobres, mas o cuidado com a alimentação e saúde foi uma das características do novo sistema prisional implantado na Bahia. “Fernando Picó observa essa mudança apontando o quanto os regulamentos das prisões demonstram preocupação com a qualidade da comida, a saúde, o exercício e a segurança pessoal do preso”.

¹⁵ Para evitar a cobrança indevida, Oliveira aponta que a Província exigiu que o município enviasse trimestralmente uma tabela com as informações dos presos pobres sustentados pela mesma. Na tabela “deveria constar os nomes dos presos, os crimes cometidos, a data de entrada de cada um e a data de saída dos mesmos, a condição do réu (livre ou escravo), as diárias marcadas, os dias do vencimento e ainda algum tipo de observação se fosse necessário”. OLIVEIRA, 2005: 8

¹⁶ SILVA, 2007:5.

¹⁷ MHVSL, Documento 27F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 20/11/1859.

¹⁸ MHVSL, Documento 27G, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 05/01/1860.

conforme prevê o artigo 151 e artigo 144 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Percebemos que a preocupação ficava muitas vezes somente no papel. Na prática, o carcereiro João Machado de Medeiros tinha que administrar a Cadeia de São Leopoldo com aquilo que lhe estava disponível. Concordamos com Caiuá (2008: 125) quando diz que “a Província muitas vezes remetia ofícios exigindo da Câmara a fiscalização das atividades de sustento. As autoridades pareciam empurrar uma para a outra a responsabilidade referente à cadeia”.

Não havia somente problemas na fiscalização das cadeias, mas também quanto ao pagamento dos licitantes. O carcereiro, através da Câmara Municipal, solicitava auxílio para o sustento dos presos pobres que se encontravam na cadeia aguardando julgamento ou já sentenciados. O Governo Provincial repassava os valores gastos à Câmara Municipal, isto é, não era esta que fornecia os alimentos, visto que tal tarefa era incumbência de um licitante, que por meio de uma licitação apresentava a sua proposta. Definida a proposta mais rentável para os cofres públicos, o arrematante ficava responsável por fornecer os alimentos. Entretanto, além do atraso ou da falta de pagamento do arrematador que fornecia o alimento para o sustento dos presos pobres, “junta-se a isto a corrupção que estes arrematadores estavam envolvidos usando do erário público em benefício próprio” (SILVA, 1997: 113-114) prejudicando assim, o desenvolvimento deste mecanismo. Em Pelotas, por exemplo, a Câmara Municipal reclamava ao Presidente da Província, em 1846, acerca da falta de licitantes. “Os comerciantes, cansados de os pagamentos referentes aos seus produtos usados na alimentação dos presos chegarem sempre atrasados, parassem de participar dos leilões” (AL-ALAM, 2008: 126). Pela documentação analisada e a bibliografia pesquisada sabemos que a Província era responsável por prover a sustentação alimentar dos presos pobres¹⁹. Para que a Câmara Municipal fosse indenizada pelos gastos

¹⁹ Em 1850, o Presidente da Província enviou um ofício à Câmara Municipal de São Leopoldo informando que ordenou a Contadoria Provincial “satisfazer a quantia de dezessete mil, cento e vinte réis, em que imposta a sustentação dos presos pobres da cadeia daquela vila desde 1 de julho de 1840 até o fim de dezembro de 1849, como consta das contas que a referida Câmara remeteu a este Governo”. MHVSL, Documento 138C, Fundo Câmara Municipal de São

realizados com o sustento dos presos pobres era competência do carcereiro listar o nome dos presos que seriam agraciados com este benefício. No dia 17 de maio de 1854, solicitou-se auxílio para três presos cativos (Manoel Cabinda, cativo de J. Joaquim da Rocha, sentenciado a dois anos de prisão, entrada em 26/03/1852; João Congo, cativo de Manoel Ignácio, condenado a seis meses de prisão; e Theodoro Maciel, cativo de Cláudio da Silva, entrou no dia cinco e saiu no dia vinte e cinco) e três presos pobres livres (José Cariolano, entrou na cadeia em 1853, foi sentenciado a quatro anos de prisão em 06/09/1853; Abrão José Monteiro, entrou no dia sete e ficou até no último mês; e Francisco Domingues dos Santos, entrou dia cinco e saiu dia vinte e cinco). Sobre a administração das diárias é interessante observar que “fica estabelecido não se tirar diária para alimento do preso senão no dia de sua entrada, embora seja ela ao anoitecer, ficando assim compensada a despesa, quando a saída for de tarde, em cujo dia nada vencerá: tirar diária no dia da entrada e no dia da saída e supor que todo preso entre de manhã e saia de tarde”²⁰

Quanto à alimentação, na documentação disponível para São Leopoldo, não encontramos nenhuma informação ou regulamento²¹

Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, 11/09/1850. No ano seguinte, foi enviado um ofício acerca do pagamento das despesas feitas em 1850, no valor de vinte e três mil e duzentos e quarenta réis. MHVSL, Documento 170, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 31/10/1851.

²⁰ MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.

²¹ Não encontramos o regulamento da cadeia da Capital, nem de São Leopoldo, mas na relação dos presos pobres remetidos pelo carcereiro para a Província, em 1854, com o objetivo de solicitar o sustento, algumas informações dão indicação do funcionamento da cadeia de São Leopoldo. “Para haver regularidade nestas relações e facilidades nas conferências de umas com as outras, convém que em 1º lugar se descrevam os presos que se conservam todo o mês; em 2º lugar os que entrarem em qualquer dia do mês e ficarem até o fim; e 3º lugar os que entraram e saíram dentro do mês. Também convém conservar a ordem dos nomes em todas as relações, colocando-se em último lugar aqueles presos que entrarem de novo” (MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de

acerca dos alimentos que eram fornecidos aos presos pobres, apenas podemos afirmar que a comida era fornecida pela “viúva Sperb, até agora encarregada de tal serviço, porém recusando-se a mesma viúva a continuar”²². Sabemos que a diária dos presos que cumpriam pena na cadeia de Porto Alegre, no século XIX, era composta por carne, farinha e grãos. Pelo fato de São Leopoldo ser distrito de Porto Alegre até 1875, partimos do pressuposto de que os alimentos fornecidos aos presos pobres não se diferenciavam muito de uma região para a outra. Dessa forma, o réu Hoffmeister possivelmente teve que se contentar com duas refeições diárias de carne, feijão e grãos, até 1852.

Os presos pobres de Juiz de Fora também recebiam duas refeições ao dia, almoço e janta. Esta era constituída de feijão, farinha, toucinho, ervas e carne. Quando um preso adoecia, o médico prescrevia uma alimentação composta por leite, galinha, pão e arroz. De acordo com o regulamento da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, o preso tinha direito a duas refeições diárias. Conforme o artigo 45, “o almoço das 7 horas para as 8 horas da manhã, será servido por empregados do estabelecimento, a cada preso, em uma caneca de folha com colher e garfo de dentes curvos de pau de chifre. O jantar será às 2 horas da tarde” (TRINDADE, 2012: 228). A cadeia de São Paulo, conforme regulamento de 1842, também fornecia duas refeições diárias. O carcereiro da mesma era responsável por fazer uma lista mensal com o nome dos presos pobres que era entregue ao encarregado para distribuir as “rações aos presos, chamado por seu nome”. O almoço era servido “às 8 horas da manhã”, composto por “um prato ordinário de arroz cozido, regulando-se uma quarta de arroz para cinquenta pessoas”. A janta, por sua vez, era servida “à uma hora da tarde” e cada preso recebia “uma porção razoável de feijão cozido temperado com manteiga de porco, e outra porção de farinha”. Aos domingos “se dará mais ao jantar a cada preso meia libra de

São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.). Todos os presos pobres tinham direito à ração diária, com exceção no dia da entrada e saída.

²² MHVSL, Documento 39, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa3, São Leopoldo, 10/01/1887.

carne cozida verde ou seca” (GONÇALVES, 2010: 181-182, Artigos 14,15, 16 e 17).

Qual era o valor que a Província destinava mensalmente ao sustento dos presos pobres? O valor gasto era calculado através de diárias. É importante destacar que o valor variava de um ano para outro e de um lugar para outro. Possivelmente, a Província encarregava alguém para verificar o preço dos alimentos que compunham a diária em cada município que possuía uma cadeia e, a partir, destas informações se estipulava o limite. “Em alguns municípios tem regulado de 360 réis a 300 réis a diária; em outros de 240 réis; e só no de Rio Pardo não excede de 120 réis”²³. São Leopoldo, nesta época, provavelmente recebia 160 réis por diária. O Presidente da Província, em 1848, mesmo não estando convencido da necessidade, aceitou o pedido do Chefe de Polícia da Capital, aumentando para 200 réis o valor da diária do sustento dos presos pobres da Capital²⁴, em decorrência da alta do preço dos gêneros alimentícios em alguns municípios²⁵. Em ofício de 1859, remetido ao Delegado de Polícia de São Leopoldo, se comunicou que a diária de 200 réis foi elevada para 250 réis para alimentar os presos pobres²⁶.

O valor das diárias também podia ser aumentado quando o carcereiro reclamava dos altos preços dos alimentos que compunham a “ração dos presos”. Foi dessa forma que em 1858, o carcereiro da Cadeia

²³ Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847, p. 9

²⁴ Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm.o Vice-Presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Illm.o e Exm.o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembleia. Porto Alegre, Typ. do Comércio, 1848, p. 9.

²⁵ RELATORIO 1856, p. 52.

²⁶ MHVSL, Documento 426F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 17/10/1859.

de São Leopoldo “solicitou providências sobre a insuficiente quantia de 160 réis para o custo da comida cotidiana a cada preso. Atualmente os preços excedido triplicamente o valor comparada a época em que se fixou essa quantia pela Câmara, sendo esta digna de remover ou minerar a pena desses infelizes que assim passam fome”²⁷. Sobre este assunto, o Presidente da Província diz que 160 réis diários parece ser o suficiente, um “luxo de filantropia”, visto que em alguns lugares excede o vencimento de um soldado²⁸. Na relação dos gastos do Governo Provincial no ano de 1856, 2:335\$740 réis foram gastos com o sustento dos presos pobres; 424\$274 réis com a cura e dietas dos presos pobres e condução dos mesmos de um para outros lugares e 892\$250 réis num espaço na Santa Casa da Capital para o tratamento dos presos pobres adoentados, somando assim 3:652\$264 réis²⁹.

Em Recife, diante da falta de recursos e alimentos, além da má qualidade dos produtos oferecidos, uma alternativa encontrada foi empregar os presos pobres nas obras públicas (construção de estradas, conservação de edifícios públicos, conserto de pontes e etc.). Durante o período que o preso estivesse prestando o serviço, o contratante devia responsabilizar-se pela alimentação do contratado³⁰. As autoridades de Juiz de Fora, por sua vez, permitiam além de doações de Irmandades que o preso esmolasse nos arredores da cadeia, isto é, importunavam “as pessoas que passavam pelas ruas pedindo alguma contribuição para suas diárias” e para que após cumprir a pena “tivessem como saldar sua dívida na cadeia” (PINTO, 2005: 4 e 19). Tanto na cadeia municipal, quanto na

²⁷ MHVSL, Documento 25D, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 10/04/1858.

²⁸ Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847, p. 9.

²⁹ Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, Mapa SN.

³⁰ SILVA, 2007: 4.

Casa de Correção de São Paulo, os presos trabalhavam para o seu sustento. Esta ajuda provinha dos pentes de chifre ou chapéus de palhas que eram produzidos pelos próprios presos e vendidos às grades. Havia problemas de saúde ou morte, em decorrência do ambiente insalubre e da má alimentação, mas em 1852, o Presidente da Província de São Paulo “declarava com entusiasmo que o rendimento das oficinas era quase suficiente para o sustento dos sentenciados ali existentes e que, em breve, com a chegada de mais presos, a casa poderia vir a manter-se sem o dispêndio dos cofres públicos” (GONÇALVES, 2010: 63-64).

Além do trabalho em obras públicas, produzir utensílios para vender fora da cadeia, esmolar, outra forma de apoio aos presos pobres provinha da caridade das Misericórdias³¹, haja vista que o sustento fornecido pelo Estado não era suficiente. Devido à ineficiência do Estado, os presos pobres da Cadeia de Ponte de Lima, em Portugal, dependiam da ajuda “concedida pelas Misericórdias, algumas Confrarias e outras instituições de caridade, como hospitais. Também os particulares que passavam junto à Cadeia e a quem era estendido o cesto, contribuíam, por vezes, com sua esmola para minorar a penúria dos encarcerados” (ESTEVES, 2008: 224). Sendo assim, a função da Misericórdia era dar apoio espiritual e material, cuidando da alimentação, do vestuário, custeando processos judiciais, ajudando na limpeza da cadeia e tratando os doentes³².

A esmola concedida semanalmente pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima variava conforme o número de presos

³¹ Sobre este assunto ver: OLIVEIRA, M. (1998). “As Misericórdias e assistência aos presos”. *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e poder em Portugal no período moderno*. P. 65-82. LOPES, M. (2000) *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, Vol I, Viseu: Palimage Editores, p. 157-163.

³² Acerca da assistência das Misericórdias aos presos pobres, ver também LOPES, Maria Antónia. *Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)*. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura & ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, [Porto], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 101-125.

pobres detidos. “Em 1830, o valor da escola concedida aos presos pobres daquela cadeia foi de 2\$064 réis”. Apesar do amplo apoio da Misericórdia, a cadeia no século XIX apresentava problemas a respeito das condições de segurança e habitabilidade. Também eram frequentes as queixas acerca da insuficiência e má qualidade dos alimentos fornecidos. No ano de 1848, o alimento doado pela Misericórdia era composto apenas “duma refeição diária, que consistia unicamente numa tigela de caldo”. Em 1856, “a alimentação diária passou a ser constituída por ‘um vintém de pão e duas tigelas de caldo todos os dias’” (ESTEVES, 2008: 227 e 229) sendo servido no jantar e na ceia. Na cadeia não havia abastecimento interno de água, dessa forma cabia à Misericórdia fornecer água através de uma aguadeira que recebia entre 240 a 300 réis por mês. Em São Leopoldo, a cadeia também carecia deste recurso. Nos diversos ofícios enviados à Província solicitando materiais, constantemente se solicitava barris de água³³. Sem apoio de alguma Casa de Misericórdia, cabia ao carcereiro João Machado de Medeiros solicitar indenização pelos gastos com a água e limpeza da cadeia. De acordo com o regulamento de 1841, era permitido ao carcereiro de São Leopoldo, “aplicarem aos presos cada um por sua vez, na limpeza do recinto das prisões, e tendo esta Câmara feito até hoje esta despesa, pagando ao carcereiro mensalmente quando há presos, porque ele a manda fazer por pretos que aluga”³⁴.

Não sabemos se o réu Hoffmeister foi empregado na limpeza da cadeia durante o período que permaneceu preso, visto que declarou ser pobre. O mesmo foi condenado no dia 24 de outubro de 1851, após o

³³ Acerca das despesas da cadeia com limpeza e água para os presos, em 1857, o carcereiro recebeu de Manoel Bento Alves Filho o valor de 6 mil, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro (MHVSL, Documento 7, Fundo Fazenda, Tipo recibo referente as velas para luzes da guarda e da cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857). Referente aos meses de 1856 recebeu o valor de 22 mil e 80 réis por velas para iluminar a cadeia. (MHVSL, Documento 1, Fundo Fazenda, Tipo recibo proveniente da limpeza feita na cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857).

³⁴ MHVSL, Documento 161A, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Procuradoria/Fazenda, caixa 2, São Leopoldo, 08/07/1859.

Conselho de Jurados, composto por doze pessoas da comunidade local a “dois anos e quatro meses de prisão simples, como incurso no grau máximo do artigo 116 do Código Criminal”, e mais “sete meses por ter incorrido no grau máximo do artigo 3º da Lei 26 de outubro de 1831”, tendo por fim que “passar dois anos e onze meses de prisão simples” e pagar à custa do processo³⁵. Após ser proferida a sentença, através do advogado Antônio Ângelo Christiano, encaminhou-se um ofício aos Superiores do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro³⁶, com intuito de “apelar da mesma sentença”, visto que o réu dizia-se “condenado injustamente”, sendo “revoltante a injustiça de se lhe acumular este último crime”³⁷. Enfim, no dia 21 de setembro de 1852, o réu foi absolvido do crime de que foi acusado, podendo assim, retornar ao seu lar!

³⁵ APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 31 (frente e verso).

³⁶ Sobre o Tribunal de relação ver: SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “Mando vir (...)debaixo de vara, as testemunhas residentes nessa comarca (...)”: história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-1889. *Dissertação*. (PPG – História / PUC-RS), 2002. _____. O poder judiciário nos confins do Império: um relato do historiador em busca de fontes. In: ROCHA Márcia Medeiros (org). *IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2006, 99-110. _____. Crimes Semelhantes, Réus e Penas Diferentes: Uma Análise Sobre a Justiça Brasileira a partir de Processos Crimes Julgados no Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-1889. In: ÁVILA Vladimir Ferreira (org). *V Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2007, 271-283. _____. A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administração Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). *Tese*. (PPG – História / PUCRS), 2009. _____. Os primeiros tempos da justiça de segunda instância no Rio Grande do Sul: os desembargadores da Relação de Porto Alegre (1874-1889). In: PESSI Bruno Stelmach (org). *VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2009, 117-139.

³⁷ APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 33.

Fontes

Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS

APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL

MHVSL, Documento 54, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 18/09/1847.

MHVSL, Documento 26, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 18/08/1853.

MHVSL, Documento 405, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa

MHVSL, Documento 09, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 21/10/1851.

MHVSL, Documento 157B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 2, São Leopoldo, 07/05/1851.

MHVSL, Documento 27F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 20/11/1859.

MHVSL, Documento 27G, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 05/01/1860.

MHVSL, Documento 170, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 31/10/1851.

MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.

MHVSL, Documento 39, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa3, São Leopoldo, 10/01/1887.

MHVSL, Documento 426F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 17/10/1859.

MHVSL, Documento 25D, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 10/04/1858.

MHVSL, Documento 7, Fundo Fazenda, Tipo recibo referente as velas para luzes da guarda e da cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857).

MHVSL, Documento 1, Fundo Fazenda, Tipo recibo proveniente da limpeza feita na cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857.

MHVSL, Documento 161A, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Procuradoria/Fazenda, caixa 2, São Leopoldo, 08/07/1859.

Relatórios provinciais

Relatórios da província de São Pedro do Rio Grande, de 1846 a 1875. Acervo digitalizado: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>.

Referências

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária, 2008.

ESTEVES, Alexandra. Da caridade à filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima no século XIX. *Estudos Humanísticos*. Historia. Nº 7, 2008, p. 221-236.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. *Cadeia e correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LOPES, Maria Antónia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura & ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, [Porto], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 101-125.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. A cadeia pública e o sustento dos presos pobres em Juiz de Fora, 1855-1889. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005, p. 1-11.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Cárcere e punição: modernidade e tradição na organização da cadeia pública da cidade de Juiz de Fora*. Anais ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

_____. Novas instituições, velhos problemas e práticas: polícia, cadeia e organização do espaço público (1876-1922). *Justiça & História*. v.5, n.10, p.01-23, 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do Império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a masmorra e o panóptico: considerações sobre o sistema prisional do Recife no século XIX (1830-1850)*. Anais ANPUH – XXIVSIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA –São Leopoldo, 2007.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E FÉ: REPRESENTAÇÃO NA HISTÓRIA E NA IDENTIDADE POMERANA NO ESPÍRITO SANTO

Cione Marta Raasch Manske*

A diversidade cultural permeia a constituição da sociedade brasileira e protagoniza uma das mais significativas composições. As características culturais ali observadas são vislumbradas pelos indivíduos que aprofundam os laços de reconhecimento e identidade num contexto em que distinguir ou delinear os limites entre as culturas apresenta-se tarefa árdua por envolver um arcabouço de significados, simbolismos e adaptações que se instituíram a partir da localização dos indivíduos no contexto histórico, social e local. Partindo desse pressuposto, nos chamou a atenção os descendentes de pomeranos estabelecidos em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo. Esse grupo apresenta elementos da cultura pomerana de forma a instituir a etnia como referência na localidade.

Os descendentes de pomeranos que imigraram no séc. XIX conduzem o dia a dia num contexto comum e instituem a representação identitária que os distingue dos demais grupos que descendem dos imigrantes de origem germânica, num processo de reivindicação de uma tradição apátrida, fundamentado pela inexistência do território pomerano na Europa atual. A manutenção da língua, das crenças, simbolismos e rituais remete à constatação de que a ausência desse referencial pátrio não destituiu a permanência dos traços originários da Pomerânia dos descendentes de pomeranos na contemporaneidade, característica que nos impulsiona a apreciar a condução da preservação cultural entre estes.

* Mestre em Ciências – PUC-SP/UVV-ES, professora da rede pública estadual – ES, pedagoga do município de Vila Velha – ES.

A família e a educação pomerana

A tradição observável nas atividades cotidianas dos descendentes de pomeranos no Espírito Santo assegura a manutenção da cultura e institui relevância ao grupo. Entre essas ações a educação fundamentada na família apresenta-se primordial para essa constituição por reafirmar os laços linguísticos, religiosos e culturais. Cada membro tem sua função no cultivo desses elos, o que impõe um sistema particular de relacionamento intrafamiliar que impulsiona a apropriação da cultura pomerana e estabelece à família uma característica reservada, contexto expresso inclusive em uma intensa endogamia na formação desses núcleos. Essa menção se justifica pelo fato de que “o casamento exogâmico, é motivo de crítica e de severo controle social emitido pelos pomeranos, através de ditados, provérbios e estereótipos” (BAHIA, 2011, p. 69). Além da endogamia, é a união das pessoas em torno da família o que determina as relações sociais no interior do grupo. Cabe referir, no entanto, que em Santa Maria de Jetibá, a família da cidade sede e a família do interior apresentam diferenças, mas de forma geral, prevalece como o núcleo primário responsável por transmitir a tradição.

Os grupos familiares que residem na sede do município, mesmo com uma intensa motivação a sociabilidade, justificado pela diversidade de atividades ali representadas, como bancos, comércios, cooperativas, sindicatos, repartições públicas, e também, por ter o único hospital da região, se limitam ao trabalho, as atividades que envolvem a família e ao lazer. As famílias do interior, em sua maioria, se apresentam mais limitadas a esse núcleo, tendo no cotidiano laboral essa representação. A maioria das famílias sobrevive da produção familiar. Pai, mãe e filhos trabalham na lavoura desde o amanhecer, não cessando, muitas vezes, ao término da presença do dia, chegando a concluir suas atividades à noite.

A autoridade paterna é uma referência para a família pomerana de Santa Maria de Jetibá por entender que “a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social dos indivíduos numa unidade de sobrevivência aumenta à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho” (ELIAS, 1994, p. 173). Por assim mencionar, acrescenta-se a justificativa da manutenção do domínio familiar ao homem à tradição instituída por meio da “patrilocalidade para os herdeiros e a neolocalidade para os

demais filhos” (BAHIA, 2011, p. 81), processo que estabelece o filho mais novo como herdeiro primordial. Além do domínio da terra, o pai institui o controle sobre a economia e os demais membros da família.

Mesmo que o pai tenha assumido essa importância na ordem familiar, cabe à mãe organizar a família de forma que os preceitos culturais sejam formalizados junto a todos os componentes desse núcleo local. Sob essa ótica, a mãe assume o importante papel de educar e transmitir aos filhos a tradição estabelecendo a primazia do reconhecimento e da valorização da cultura pomerana. A figura materna se encarrega de ensinar a língua e os valores à criança recém-chegada ao grupo, direcionando seu aprendizado e desenvolvimento, conduzindo-a a compreensão e a absorção do que se ensina. Num ritual diário, a língua e demais atributos vão se constituindo na formação da criança e do indivíduo, fato que justifica que “o crescimento e o desenvolvimento das crianças são uma grande preocupação para as mães pomeranas” (RÖLKE, 1996, p.49). Entendemos, a partir dessa consideração, que é na infância que a manifestação da tradição se torna determinante ao estabelecimento de pertencimento. Nesse sentido, ostensivamente são introduzidos ao cotidiano infantil condições sociais ao reconhecimento individual à família e ao grupo, circunstância que se estabelece inicialmente na residência, na casa da família pomerana, local que assume importância na instituição das relações familiares. Esse espaço privado é onde “a criança cresce e acumula na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 205-206). Essa perspectiva assume um referencial ativo entre o que foi aprendido e a configuração que é dada pelo indivíduo num contexto atual.

Tenho de minha vivência uma memória ativa que se exerce no nível de valores do objeto e do sentido pré-dado, e não no nível de seu conteúdo atual, tomado isoladamente, ou seja, no nível daquilo que havia pensado sua emergência em mim; com isso renovo indefinidamente o que era pré-dado a cada uma das minhas vivências, junto-as todas, junto todo o meu eu no futuro perpetuamente por-vir e não no passado. (BAKHTIN, 2000, p.139)

Acrescenta-se a esse preceito que as relações familiares “por variáveis que sejam em seus detalhes, são determinadas, em sua estrutura

básica, pela estrutura da sociedade em que a criança nasce e que existia antes dela. São diferentes em sociedades com estruturas diferentes” (ELIAS, 1994, p. 28). Por assim dizer, a dinâmica que se estabelece no crescimento e desenvolvimento do indivíduo permeia a sua inserção e incorporação de “mecanismos institucionais, normas e atividades cotidianas que servem para manter e transmitir o capital humano e social das gerações formadoras do grupo doméstico” (BAHIA, 2011, p. 135). A partir desta constatação, compreende-se que a família pomerana representa o grupo que estabelece as configurações sociais, reproduzindo cotidianamente os valores estabelecidos pelas gerações iniciais, garantindo por meio desse procedimento a transmissão dessa cultura às gerações futuras.

Contudo, além da manutenção da tradição entre os descendentes de pomeranos, outro fator se acrescenta à educação da criança no seio familiar: a assimilação do posicionamento do pomerano junto à tradição maior. Esse posicionamento permeia a identificação, de forma individual ou na coletividade, dos descendentes de pomeranos perante outras culturas, atitude que estabelece as diferenças entre eles e as outras tradições, evidenciando a distintividade cultural. Essa apreciação é traduzida nas formas mais singulares de contato ou designações, como a utilização dos termos *vocês são de origem, os brasileiros, os sward (afro-brasileiro)*.

De todas as possibilidades de imigração, interessou-me a dos pomeranos. Por um lado, esse interesse imediato se deveu, inicialmente, ao modo como sua identificação era construída de forma negativa e estigmatizada quando comparada a outros grupos. Quanto mais “caipiras” eram as designações atribuídas a estes, mais negativas eram as imagens. Por outro lado, chamaram-me a atenção aspectos positivos das mesmas imagens, produzidos nas situações em que enfatizavam a manutenção da língua, cultura e valores camponeses em detrimento de outros grupos que nada preservaram. Então, quanto mais “caipiras”, mais “autênticos”, mais eles se representavam como “sendo mais camponeses” do que os outros, logo, “pomeranos puros”. (BAHIA, 2011, p.18)

Outra forma de identificação dos descendentes de pomeranos perante a outra cultura é a utilização da língua pomerana. Num processo bilíngue com o português, a língua pomerana agrega, por vezes, um novo

traçado à língua portuguesa em virtude de ser o pomerano a língua mais falada pelos moradores, em especial do interior do município. A preservação da língua entre as gerações de pomeranos e descendentes, e sua ampla utilização, revelam o importante indicativo de que a manutenção da língua e sua atual condição, de língua quase extinta por ser apenas falada até pouco tempo e sua grafia estar sendo constituída somente na atualidade por um pesquisador residente em Santa Maria de Jetibá, permeiam um processo de preservação não apenas da cultura, mas do próprio pomerano nas relações sociais com a outra cultura, mantendo restrita ao grupo a identificação e a comunicação por meio da língua. Esse apontamento nos impulsiona a ampliar a análise da preservação da cultura e da língua para além do grupo familiar, considerando outra forma de educação presente entre os descendentes de pomeranos que os aproxima da cultura mais ampla e, na atualidade apresenta a cultura e a língua pomerana como parte do currículo local, que é a educação escolar.

A representação da educação escolar pomerana

A relevância que a educação escolar assume entre os pomeranos e seus descendentes em Santa Maria de Jetibá permeia um contexto que envolve história, resistência e atitude. A justificativa por essa consideração se encontra no fato da educação escolar considerar a cultura local, o bilinguismo e a presença de crianças que chegam à escola sem falar a língua portuguesa somente a partir do ano de 2005. Esse indicativo nos remete compreender como era a relação entre a escola, os pomeranos e seus descendentes antes deste período, e quais as motivações dessa mudança, considerando que esta instituição na atualidade apresenta um currículo onde à valorização da cultura e da língua pomerana constituem seu arcabouço. Partindo dessa premissa devemos retomar contextos históricos que justifiquem essa primazia, para tanto, resgatamos a educação escolar instituída por Getúlio Vargas, período em que a educação se torna referência nas políticas públicas brasileiras.

Em relação à educação, Vargas introduziu reformas de cunho nacional que almejavam a integração educacional em todo o território. Contudo, a funcionalidade de sua proposta dependia da adesão dos estados à política educacional. Vargas, objetivando estas e outras mudanças, instituiu a ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945,

neutralizando oposições à política do governo federal. A intervenção de Vargas teve sua máxima com a nomeação de interventores para os estados da federação e a padronização das ações instituídas nas escolas primárias, secundárias, técnicas e universidades, através de uma organização homogênea e nacional, que atendia a necessidade de centralização do controle da população por meio do poder político nacional estabelecido na educação. Houve a obrigatoriedade de currículos unificados em todos os cursos, a utilização de livros didáticos padronizados, a exigência do uso da língua portuguesa nas escolas e a imposição destes critérios às culturas alheias.

No Espírito Santo, foi indicado como Interventor Federal o Capitão João Punaro Bley, que por meio da obrigatoriedade do Decreto de nº 9.255, de 13 de abril de 1938, baixado pela Secretaria da Educação e Saúde, instituiu a nacionalização de todas as instituições educacionais, públicas ou privadas, presentes em todo o estado. “O Espírito Santo foi o segundo estado a “nacionalizar” as escolas de imigrantes, que transmitiam conhecimentos em idioma estrangeiro, apenas três meses após o Paraná ter começado o processo, no início de 1938” (SOARES, 1997, p.17). Essa imposição se devia a urgência em nacionalizar as escolas de imigrantes administradas pela igreja luterana neste estado, justificado por ser o terceiro em números de escolas e alunos, além do agravante de ter as aulas ministradas na língua alemã. As ações que visavam à nacionalização das escolas e de outras instituições que mantivessem a língua alemã foram mais severas, com escolas e igrejas fechadas.

A atividade religiosa também serviu aos propósitos de distinção étnica – embasada em critérios subjetivos de fé e religiosidade supostamente mais intensos entre os colonos – principalmente quando articulada com a escola alemã, sendo destacado, no caso da Igreja católica, o grande número de vocações e a atuação das ordens religiosas com vinculações alemãs; a Igreja evangélica luterana é, em si mesma, uma característica étnica para os brasileiros. No discurso étnico aparece uma relação causal entre igreja, escola e lar e a preservação da língua alemã – portanto, com a germanidade no seu aspecto mais comunitário. (SEYFERTH, 2000, p. 297)

Apesar da realidade apresentada, a imposição à educação escolar aos pomeranos, justificada pela frequência em escolas nacionalizadas que utilizariam a língua portuguesa, não atingiu seu objetivo de forma plena. A pretensão da instituição de escolas nacionalizadas atendeu aos grupos localizados próximos às cidades. Já no interior dos municípios, muitos tiveram como opção a clandestinidade educacional e étnica. Entretanto, o funcionamento ilegal de algumas escolas comunitárias pomeranas não atingiu o contingente de alunos, e a obrigação de uma educação nos moldes nacionais impulsionou a intensificação do analfabetismo entre os pomeranos, uma vez que os pais que se encontravam no interior dos municípios, não compreendendo o fato, e muitas vezes, não aceitando a imposição, passaram a não enviar seus filhos às escolas.

Entre 1964 e a década de 1980 o Brasil foi abarcado por uma ditadura militar que durou duas décadas. Os considerados “anos de chumbo” foi um período conturbado, que teve por primazia o impedimento aos direitos civis respaldado nas Constituições de 1967 e 1969, e por 17 Atos Institucionais. Perseguições políticas, inspeção educacional, exílio, prisões e torturas foram algumas das atividades que permeavam o convívio social no Brasil. Os militares almejavam a supressão da cidadania política, da representação política, além da repressão severa a subversão. No Espírito Santo, o militarismo acompanhou as características nacionais, e em função desta realidade, a sociedade capixaba sofreu um processo de intensificação das ações do Estado por meio do cerceamento da participação política do cidadão. Esse movimento também atingiu os estrangeiros e seus descendentes, e entre estes, os descendentes de pomeranos, pois eles traziam consigo a representação alemã, configuração que representava ameaça à segurança nacional. Na educação, em especial, a condição nacional, já estabelecida, foi aprimorada a partir da proposta militar. Aprendia-se nas escolas das cidades ou do interior dos municípios os ideais propostos no projeto político militar. A língua pomerana continuava muito presente entre os alunos, contudo o que prevalecia era a proibição, e a língua portuguesa juntamente com demais propostas nacionais de educação escolar era ensinada aos alunos da região.

No ano de 1988, a aprovação da Constituição representou uma conquista social responsável por romper com mais de 20 anos de repressão e supressão dos direitos políticos e sociais apregoados pelo

militarismo. A Constituição legitimou o movimento estabelecido por grupos de diversos setores sociais que reivindicavam incluir suas aspirações no projeto constitucional. Representações empresariais, religiosas, educacionais, culturais, e outras, se fizeram representar. Motivado por essa representação diversificada, foi garantido em lei o reconhecimento à diversidade cultural e a valorização destas manifestações. A referência dada à cultura pela lei permitiu às diversas culturas existentes no território nacional a garantia da valorização das características identitárias de cada uma delas de forma singular. Entre os descendentes de pomeranos no Espírito Santo foi possível ter a valorização e a manutenção de sua cultura garantida em lei, contexto até então acompanhado de omissão e supressão do Estado.

Outro ponto a ser analisado na Constituição é a descentralização das políticas públicas, que “abriu oportunidades para maior participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais” (ABRUCIO, 2007, p. 69). O texto constitucional criou dispositivos que asseguram o desenho de uma política compartilhada, atribuindo competências e controle sobre as diferentes esferas governamentais. A constituição dessa política em Santa Maria de Jetibá se institui num cenário relevante de envolvimento e de participação em prol da valorização da cultura pomerana. Entre 2003 e 2005, em parceria com outros quatro municípios capixabas colonizados por pomeranos – Laranja da Terra, Pancas, Domingos Martins e Vila Pavão – idealizou-se uma política de atendimento à cultura pomerana nessas localidades. Por meio de uma importante representação e de um significativo envolvimento das comunidades foi possível o estabelecimento dessa política, que tinha como proposta a valorização da cultura pomerana embasada na educação escolar. Nesta perspectiva, em 2005 se institucionalizava, por meio de apoio dos órgãos públicos municipais, o Proepo, Programa de educação escolar pomerana. Neste mesmo ano, em Santa Maria de Jetibá, a Secretaria Municipal de Educação elaborou o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Ensino Fundamental, que estabeleceu dados relevantes sobre o número de falantes pomerano por meio de entrevistas com a comunidade escolar, justificando sua necessidade.

Em 2007, a proposta educacional do Proepo foi reconhecida como programa, o que garantiu a continuidade de suas ações. E

finalmente, em 2009, ano da comemoração dos 150 anos de imigração pomerana em solo espírito-santense, foi estabelecido o compromisso das prefeituras de manter e fortalecer as ações do Proepo por meio de decreto. Em Santa Maria de Jetibá, o Proepo se consolidou através da lei nº 1136/2009, que dispõe sobre a co-oficialização da língua pomerana no município. Esta lei reconhece a língua portuguesa como oficial, mas institui a co-oficialização da língua pomerana. O que a lei prevê, reafirma a valorização do bilinguismo existente em Santa Maria de Jetibá. A manutenção das duas línguas institui a importância que se remete a cultura maior e o valor que a cultura pomerana representa à população local. Em relação à educação escolar, a lei reconhece a importância do aprendizado da língua pomerana e estabelece o seu uso nas escolas. Sob a ótica da lei, o bilinguismo educacional, que já existia por meio das crianças, passa a se estabelecer através do professor, do material a ser utilizado na aprendizagem e das ações educacionais. As considerações acerca da co-oficialização da língua pomerana que a lei institui remete e intensifica a manutenção do Proepo, uma vez que se trata de um programa político pedagógico bilíngue que tem como proposta a promoção de ações que visam à valorização da cultura por meio da instituição da língua pomerana no contexto educacional.

Atualmente, se faz necessário compreender que a importância que a educação escolar alcança como forma de manutenção da tradição entre os descendentes de pomeranos não pode ser destituída da busca por preservar a tradição nos anos que se seguiram à imigração, o que atribui uma característica própria de resistência, agregando valor a essa permanência cultural contemporânea. O que a história desse processo nos aponta é que juntamente com a educação, a língua e a tradição, a religiosidade, por vezes representada pela igreja luterana, nos fornecem subsídios para agregar esse tema como referência da preservação da cultura entre os descendentes de pomeranos no Espírito Santo.

Religião e fé entre os pomeranos e seus descendentes

Em Santa Maria de Jetibá, os descendentes de pomeranos tem na religiosidade, nas rezas e benzeduras, na crença em magia um misto de significados e representatividade baseados na tradição pomerana. Entretanto, essa constituição não destitui a cultura mais ampla de um

entrelaçamento com a cultura pomerana influenciando o estabelecimento e a permanência de sua manifestação no grupo. Essa relação se estabelece pelas manifestações da crença por meio de uma intensa mobilização de recursos simbólicos que instituem importância aos ritos e aos rituais de forma a potencializar a crença no cotidiano. É notável, no entanto, que para os descendentes de pomeranos, no processo de mobilização desse simbolismo, dessa crença, a cultura pomerana é amplamente reconhecida e reverenciada. Essa menção se justifica pelo fato dos ritos que acompanham o dia a dia do pomerano remontarem a crença na localidade por meio da identificação instituída à tradição.

Embora seja comum que grupos minoritários percam suas marcas culturais ao longo do tempo, devido à influência da cultura majoritária, que muitas vezes, assimila as minoritárias, percebemos entre os pomeranos uma forte manutenção cultural e linguística. (BENINCÁ, 2008, p. 39)

No que diz respeito, contudo, a manutenção da crença, se adiciona o fato de que este processo é observado de forma consistente juntamente com aos afazeres cotidianos do indivíduo, da família e do grupo local, o que denota a crença intensa mediação e representação na vida prática dos descendentes de pomeranos. A par disso, observa-se que além da presença, o que tem destaque é a permanência desses ritos desde a Pomerânia. A continuidade dessas manifestações na localidade dá à tradição e a crença pomerana significado, o que permite identificar o acionamento desses ritos estabelecidos do nascimento, permeando, o casamento, desde o convite a comemoração em três dias com o quebra-louças e a cerimônia matrimonial, e a morte. Esse contexto reafirma a importância e o significado da preservação do conjunto dos ritos, cultivados e incentivados por seus membros de forma a preservar as crenças e os rituais.

O imbricamento dessas identidades é compreendido na seleção de imagens e símbolos culturais pelos pomeranos e reflete-se na análise da inter-relação entre religião luterana, religiosidade popular e o uso distinto das línguas alemã e pomerana – especialmente no universo mágico das fórmulas de benzeção, das acusações de bruxaria, das cartas sagradas, dos provérbios e expressões orais, acompanhadas de gestos utilizados nos ritos de

passagens –, revelando padrões de moralidade e valores fundamentais para a manutenção do seu modo de vida. (BAHIA, 2011, p. 374)

Vinculado à linguagem, a oralidade e a língua, as lembranças evocadas pelos indivíduos, pela família ou pelo grupo, desempenham igual importância na constituição da crença, pois demarcam os acontecimentos e dão sentido as experiências no presente. Nessa relação, cabe destacar que a memória configura essas lembranças por meio de ações cotidianas, dando-lhe alcance em diferentes espaços sociais. Lembramos que a evidência desse contexto tem origem na Pomerânia, onde além do alemão, a escrita e a fala faziam parte do arcabouço simbólico da crença. Essa consideração é apresentada ao associar a língua alemã à crença pomerana indicando que “todo o linguajar religioso dos pomeranos acontece sempre na língua alemã e não na língua pomerana.” (RÖLKE, 1996, p. 52). Esse posicionamento entre os pomeranos indica que a língua, religião e etnicidade são elementos de identificação do grupo e da concepção de que a língua está atrelada à “alma e ao espírito de nacionalidade” (BENINCÁ, 2008, p.69). Na medida em que se entende que o pomerano ao consagrar a língua alemã durante a realização das cerimônias religiosas vivencia essa experiência como produto da religião é possível estabelecer a disposição ritualista que assume a língua na tradição, instituindo nos ritos de passagem ações simbolicamente estruturadas na religião Cristã.

Dentre as igrejas “a representatividade da IECLB é uma das maiores na região estudada. A Igreja Missouri possui bastante fiéis na região, mas não possuiu tanta expressão no âmbito público” (BAHIA, 2011, p. 119). Essa relação, no entanto, cria o preceito, estabelecido pela tradição e pela religiosidade, do envolvimento da igreja, representada pela figura do pastor, nas etapas representativas da vida do descendente de pomerano na localidade. O batismo religioso é um desses momentos que assume relevância para os pais por ser a etapa de ingresso da criança ao cristianismo e à comunidade pomerana. Outro momento de mudança e representação social é o casamento, evento que mobiliza toda a localidade e é acompanhado de um simbolismo próprio estabelecido na cultura pomerana. O casamento é um rito que contextualiza o sagrado e o popular, numa complementaridade de rituais que norteiam a constituição da nova família que irá unir-se ao grupo, resguardando os valores e a

tradição pomerana. O conjunto de símbolos e significados disponibilizados pela cultura popular e pela igreja norteia a disposição de cada elemento de forma a produzir uma dinâmica que determina práticas limítrofes entre o religioso e o que é próprio do popular no casamento pomerano, prática respeitada pela igreja, por compreender que a manutenção da tradição popular se apresenta arraigada na cultura pomerana.

O casamento pomerano ao longo dos anos teve mudanças a partir da influência da cultura externa, contudo a tradição fixada no grupo não permitiu que essas transformações determinassem seu fim, ou, uma mudança que descaracterizasse alguns traços que permeiam o casamento tradicional. O convite do casamento, que movimenta toda a comunidade local, é um desses rituais. O convite, em geral, “função de um irmão solteiro da noiva” (RÖLKE, 1996, p. 67), responsável por visitar as casas convidando para o casamento, vestia o “melhor terno, enfeitando o seu chapéu com um pequeno buquê de flores com fitas coloridas e vistosas” (RÖLKE, 1996, p. 67).

Quando vinha o “Hochtiedsbiererr”, toda a família o esperava em frente à entrada principal da casa ou na ante-sala. Ali ele recitava, em pé ou caminhando em círculo, o convite para o casamento, em forma de versos. Alguns recitavam estes convites na língua alemã ou pomerana ... Quando terminava de recitar o convite, o “Hochtiedsbiererr” recebia um presente da família que acabara de convidar. Este consistia em dinheiro, frutas secas e um trago de aguardente. Em algumas ocasiões o “Hochtiedsbiererr” conseguia visitar apenas algumas poucas famílias por dia, pois os tragos de aguardente o deixavam incapacitado de recitar os versos decorados. (RÖLKE, 1996, p. 67-68)

Atualmente, o convite ainda é feito por meio de visitas dos próprios noivos ou de um ente da família. Os enfeites e as fitas ainda permanecem. O convite por meio da recitação na língua pomerana é observado. Mas o transporte do convidador é geralmente realizado em moto, o que antes era a cavalo ou a pé. A aguardente enfeitada e a oferta do trago são realizadas pelo convidador que acompanha o convidado no trago. O que se percebe no convite tradicional é um rearranjo no qual se inclui, por parte do convidador, a entrega de um convite escrito, contexto que justifica a influência da cultura externa.

No casamento de três dias, a tradição institui que o primeiro dia de festa, geralmente realizado na noite de sexta-feira que antecede o dia da cerimônia religiosa, ocorre o quebra-louças com muita festa, comida e dança, que *é para espantar os maus espíritos do casamento daquele casal*. A janta é regrada de uma sopa com miúdos de galinha. Por ser animal que cisca para trás, a galinha representa afastamento dos males que venham a prejudicar o novo casal. Após a janta, no ritmo da concertina e da sanfona começa a dança com os participantes, que num dado momento recebem louças e dançam com elas na mão. A música cessa e forma-se um círculo com a presença de todos os participantes da festa com louças na mão. No centro, uma mulher da comunidade, vestida com um avental, recita palavras em oração na língua pomerana e entrega a noiva uma colher de pau e ao noivo um cachimbo, que simbolizam a atuação social da mulher e do homem no grupo, e conclui sua participação quebrando as louças em suas mãos jogando-as no chão. Após, todos jogam as louças no chão, quebrando-as em cacos. Sobre esses, inicia-se uma dança onde os convidados e a família multiplica-os, o que representa a multiplicação da felicidade dos noivos. Os noivos recebem vassouras e varrem os cacos, acumulando-os num canto. Após a retirada dos cacos a dança continua até o encerramento da festa.

No sábado, cozinheiras, copeiros, tocadores, padrinhos e demais ajudantes, identificados com fitinhas de cores diferentes nas roupas, se mobilizam para viabilizar a festa. No local da festa, identificado com um arco de bambu enfeitado com fitas na entrada e com um mastro bem alto com uma bandeira na ponta contendo as iniciais dos noivos, os convidados são recebidos com mesa farta. Durante todo o dia a mesa fica servida de café, brot, pão muito apreciado entre os pomeranos, bolos e doces, e é também servido um almoço para os visitantes. No fim da tarde todos se encaminham à igreja para a realização da cerimônia religiosa. Os carros enfeitados, as bandeiras e os fogos de artifício anunciam a realização do casamento. A benção da igreja ao casamento se torna indispensável no momento em que os rituais de cunho popular que envolve o casamento, até então aqui mencionados, não dispõem da importância, do significado e da crença que a religiosidade ligada à igreja remete aos pomeranos. Após a benção matrimonial, noivos e todos os participantes do casamento dirigem-se ao local da festa onde registram o evento por meio de fotografias e filmagens, ocorrendo também o café, o

jantar e a dança dos noivos, onde os homens presentes dançam com a noiva e as mulheres dançam com o noivo. Após, a dança continua, mesmo sem a presença dos noivos, até no dia seguinte, momento final desse importante ritual pomerano.

A igreja, o pomerano e o casamento permeiam uma relação que remete respeito e relevância à tradição, motivado pelas permanências e por contextos presentes apenas na memória ou em elementos raros que buscam rememorar casamentos na Pomerânia. A noiva vestida de preto com uma fita verde na cintura e murta como enfeite de cabeça até 1900 é um desses componentes que abarca variadas interpretações sobre o casamento religioso pomerano. A cor preta do vestido da noiva assume a consideração de representar “o respeito que se tem diante da celebração na igreja” (HÖLKE, 1996, p.71), ou, “recorda o sofrimento da noiva quando ela era violentada pelo senhor feudal” (JACOB; FOERSTE, 1997), ou ainda, “o preto simboliza morte social, a separação da noiva de sua família, pois, diante da regra de residência patrilocal, quem se desloca de sua rede de parentesco é a mulher” (BAHIA, 2011, p. 245).

O encerramento do evento do casamento na vida do casal pomerano introduz novas atribuições relacionadas à convivência em sociedade. A participação e o envolvimento em atividades da família e do grupo se apresentam como novos encargos do casal. Entre esses preceitos sociais incumbidos ao casal também se menciona a participação na igreja observada já nas primeiras décadas após a imigração.

O primeiro sinal de que essas famílias estabelecidas em Santa Maria de Jetibá estavam se organizando como comunidade luterana ocorreu no ano de 1889. Naquele ano, foi organizado o primeiro cemitério luterano em Santa Maria de Jetibá. Essa era a primeira providência que um grupo de colonos tomava quando migrava para uma localidade. (GAEDE, 2012, p. 107)

Esta noção remete-nos a compreensão de que para o pomerano a vida religiosa e em grupo é delimitada por uma preocupação primordial, a morte. Na tradição pomerana, a constituição da cerimônia mortuária tem início após a confirmação da morte. Os familiares informam à comunidade que é convidada a participar da solenidade. Na igreja, o anúncio da morte se faz por meio de três badaladas do sino. A participação no enterro é tida como um compromisso que se apresenta

recíproco entre as famílias pomeranas. Por assim dizer, a morte representa um evento que envolve grande parte da comunidade local e é acompanhada de superstição.

É crença pomerana, que o reino da morte é capaz de interferir e se manifestar na natureza e na vida dos homens. Por isso era necessário tomar alguns cuidados. O gritar da coruja era visto como prenúncio de uma morte eminente. Sonhar com roupa branca, esvoaçando no varal, significa morte. Cachorros uivando à noite, prenunciam a morte. Quando um relógio pára inexplicavelmente, a morte pode estar se anunciando. (RÖLKE, 1996, p.82)

Importa referendar que a crença pomerana, parte constituinte da herança cultural inserida às questões cotidianas, complementa a representação que a cultura pomerana alcança entre os descendentes de pomeranos de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo. Essa configuração singular vincula-os às suas raízes permeando o que é nacional, sem destituir-lhes, por assim dizer, a fonte. O entrelaçamento da tradição é o procedimento que cada grupo, de forma peculiar, encontra para instituir sua identidade, revigorando, ampliando e estruturando as particularidades da diversidade cultural brasileira.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Trajetória recente da administração pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas*. RAP, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa 67-86, 1967-2007.

BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENINCÁ, Ludimilla Rupf. *Dificuldade no domínio de fonemas do português por crianças bilíngües de português e pomerano*. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*, 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ, Vozes, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GAEDE, Valdemar. *Presença luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

JACOB, Jorge Kuster; FOERSTE, Erineu. *Pommerhochtied: um casamento pomerano no Espírito Santo*. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 1997.

RÖLKE, Helmar Reinhard. *Descobrimos raízes*. Aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito*. In BORIS, Fausto (org.), *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Renato. *Spini nei Fiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo, na Era Vargas*. Vitória: Darwin, 1997.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM COMUNIDADE: A COLÔNIA JAPONESA DE IVOTI (RS) E A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE ÉTNICA

Gabriela Dilly*

Daniel Luciano Gevehr**

Introdução

O estudo analisa o processo de desenvolvimento de um projeto que envolveu a criação de um produto cultural e turístico, em uma comunidade conhecida como Colônia Japonesa de Ivoti (RS), localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, bastante próximo da serra gaúcha. O projeto envolveu um grupo de 45 famílias de origem japonesa, que, em geral, vive da agricultura familiar, e que sempre despertou interesse cultural de quem visitava a cidade – conhecida principalmente pela presença da cultura herdada dos imigrantes alemães que colonizaram a região no século XIX. Foi percebendo o interesse dos visitantes, que os moradores da Colônia Japonesa consideraram que seria importante preservar sua cultura, ou ainda mais, colocá-la “na vitrine” para que pudesse estar em interlocução com outras pessoas e culturas.

Além disso, o grupo encontrava-se em situação de “abandono cultural”, não acreditando que numa cidade onde há forte identidade cultural germânica estabelecida, pudessem também ser valorizados pela sua trajetória, bem como, perceber o valor de sua própria história,

* Graduada em História e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

** Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

associada aos imigrantes japoneses. Essa situação indicava a rápida perda que acontecia em relação à memória oral do grupo, aos objetos de representação coletiva para o trabalho, a vida doméstica e os costumes diferenciados que o grupo sempre apresentou.

Dentro deste contexto de marginalidade cultural, foi estabelecido um projeto de educação patrimonial, na tentativa de manter viva a memória e as tradições do grupo, ao mesmo tempo em que se procurou promover o desenvolvimento econômico para a comunidade, que passou a ser alvo das atenções dos visitantes nos finais de semana, que para lá se dirigem em busca das comidas típicas, das festividades e das tradições da comunidade.

O cenário da Colônia Japonesa

Ivoti é um município situado no Vale do Sinos, no início da Serra – próximo de Nova Petrópolis, Gramado e Canela – que inicialmente era povoado por indígenas e a partir do século XVIII por colonizadores lusos. Em 1826 se estabelecem ali as primeiras famílias de imigrantes alemães, inseridas dentro do projeto da Antiga Colônia. Em 1964 Ivoti passaria a tornar-se município e a partir de 1966 receberia 26 famílias de imigrantes japoneses, vindos principalmente de Gravataí e Viamão.

Esses imigrantes buscavam um local no qual pudessem viver de forma associada, em cooperativa agrícola. Esta possibilidade surgiu em Ivoti, onde puderam adquirir 37 lotes de terras em unidade, formando a Colônia Japonesa de Ivoti. Para isso contaram com a ajuda da *JAMIC – Japan Agency Immigration Cooperation*, instituição criada no Japão justamente em função da demanda populacional que emigrava após a 2ª Guerra Mundial. A JAMIC auxiliava com linhas de crédito para compra de terras a juros baixos, além de oferecer um programa de medicina preventiva, com vacinas e visitas às casas. Também orientavam os emigrantes através de publicações como dicionários português/japonês, além de orientações sobre a fauna e a flora brasileiras. Através da JAMIC emigraram moradores de várias regiões do Japão, como das províncias de *Kagoshima-Ken*, *Kumamoto-Ken* (ilhas ao sul do Japão), *Hokkaido* (ilha mais ao norte). A viagem de navio entre o Japão e o Brasil levava aproximadamente cinquenta e dois dias e a partida acontecia no porto de Kobe.

Inicialmente, tornou-se necessário organizar o espaço para a instalação das famílias e para o começo da produção agrícola. Cada família obteve em média cinco hectares de terra e foram construídas casas de madeira que serviram de moradia nos primeiros anos. Assim que foi possível, cada família construiu sua casa de alvenaria. Logo os japoneses constataram que o solo da área comprada era extremamente pobre e não oferecia mais, por si só, condições de render boas safras. Decidiram então iniciar seu trabalho colaborativo abrindo um aviário, do qual poderiam comercializar as aves e também usar os dejetos como fertilizante das terras, recuperando-as. O grupo já tinha o propósito de cultivar uvas, do tipo Itália.

A produção de uvas se tornou economicamente rentável nos anos de 1970, período que foi de grande crescimento econômico na Colônia Japonesa. Época em que construíram casas melhores, galpões para armazenar e distribuir a produção, caminhões para o transporte da mercadoria. Também foi a época que os próprios membros da comunidade lembram como a “mais importante”, quando em 20 de fevereiro de 1969 foi constituída a *Cooperativa Hortigranjeira Mista Ivoti Ltda*, que tinha como finalidade fortalecer todos os produtores.

Ainda no início da década de 1970 aconteceram safras recorde de produção de uvas de mesa tipo Itália, que inclusive em Ivoti são chamadas de “uvas japonesas”. No início dos anos 80, a produção de uvas passou a enfrentar concorrência e seu preço caiu, assim como os lucros obtidos. A cooperativa que havia sido instituída teve problemas administrativos e não pôde sustentar o momento de crise. Para alguns a solução foi mudar para a produção de hortaliças, mudas de hortaliças, flores de corte, kiwi e bergamotas tipo *pokan*. Infelizmente, para vários, a solução foi voltar para o Japão, principalmente os filhos homens dos imigrantes, que enviavam dinheiro para sustentar a parte da família que havia ficado no Brasil.

No que se refere aos seus aspectos culturais e sociais, vale ressaltar que a comunidade cultiva – e procura manter viva – com grande cuidado suas tradições, fazendo até hoje comemorações milenares como o *Undou-kai* (gincana esportiva) e o *Enguei-kai* (festival cultural). Há no grupo, praticantes de *Gateball* (esporte semelhante ao cricket) e *Softball* (similar ao beisebol, mas numa versão mais “leve”). Há ainda a

preocupação em preservar a técnica do origami, dobradura com papel. A festa de ano novo – *shogatsu* – também é um importante evento de integração de todos os moradores da Colônia, na qual é tradicionalmente feito o “*mochitsuki*” (bolinho de arroz em pasta). Na Colônia Japonesa de Ivoti há ainda a prática de sumô e judô, além de uma escola de língua japonesa. Quem organiza este calendário de eventos é a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ivoti.

Hoje se percebe na Colônia Japonesa um movimento de retorno para a comunidade, principalmente após o período de crise no Japão. Com isso os jovens estão voltando para a comunidade e diversificando os negócios da família.

A memória, o patrimônio e as (re)invenções da Colônia Japonesa

Com o propósito de compreender o processo que envolveu a construção dos lugares de memória (NORA, 1993) sobre a imigração japonesa – e de forma especial o processo que envolveu o trabalho de educação patrimonial na Colônia Japonesa de Ivoti – atentamos para aquilo que Halbwachs (2004, p. 150) nos diz sobre os lugares de memória. De acordo com o autor, os lugares pelos quais percorremos cotidianamente nos fazem lembrar fatos do passado e, assim, contribuem para a construção da *memória coletiva*. Nesse contexto, a criação de museus, de monumentos e de lugares está diretamente associada a uma memória coletiva.

Nesse sentido, podemos lembrar aquilo que Stuart Hall (2014, p.104) afirma, quando se refere às questões identitárias, para quem essas são produzidas pelos diferentes grupos sociais interessados. Para ele “a identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem ser pensadas.” Seguindo essa interpretação, observamos que no caso da Colônia Japonesa de Ivoti, operou-se a construção de uma *identidade* (étnica) para o lugar, na medida em que o passado dos primeiros imigrantes chegados na localidade na década de 1960 foi transformado no mito fundante da comunidade.

Destacamos em nossa análise os mecanismos envolvidos no processo de manipulação da memória (LE GOFF, 2003) e dos sentimentos

coletivos dessa comunidade descendente de imigrantes japoneses, evidenciado a eleição dos símbolos e dos lugares de memória – materializados num lugar de memória que passa a ser visitado por aqueles “que vem de fora”. Observamos que é através dessa construção que se deu a materialização “das representações e dos sentimentos coletivos” (BRESCIANI; NAXARA, 2004) de seus primeiros imigrantes. O imaginário presente nesse complexo processo de (re)elaboração do passado da comunidade, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os *lugares de memória*, na expressão de Pierre Nora (1993, p.25), para quem “a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos.”

A partir da criação de um lugar específico para celebrar a memória da imigração japonesa em Ivoti e que procura legitimar uma versão oficial sobre seu passado atentamos para a análise feita por Françoise Choay (2001), para quem o patrimônio cultural produzido por uma comunidade serve também para advertir ou lembrar, evocando com isso as emoções. Dessa forma, a cultura material e imaterial presente nesse lugar (oficial) de memória da comunidade procura respaldar determinadas visões e manter viva na memória da comunidade e também de seus visitantes o legado cultural dos primeiros japoneses que ali chegaram.

Ainda de acordo com a pesquisadora, a manutenção do patrimônio está alicerçada na ideia de conservação e recuperação da memória (CHOAY, 2001), fator que permite aos grupos sociais, a manutenção da sua identidade individual ou coletiva. Assim, o “resguardo” de algum tipo de identidade ou de elementos simbólicos que estabelecem relações com esta identidade significa a manutenção de laços com os antepassados a um local, costumes e hábitos que demonstram *quem são e de onde* seus antepassados vieram.

Podemos conceituar o Patrimônio Cultural como um conjunto de bens de natureza material e imaterial que, por sua vez, são considerados coletivos e preservados durante o tempo. O Patrimônio cultural comporta, ainda, os diferentes costumes de viver de um povo, transmitidos de geração a geração e recebidos por tradição. Esses, para se tornarem um Patrimônio, precisam ser reconhecidos e compartilhados pela comunidade que os produz. Como já afirmamos, o Patrimônio Cultural é

dividido em duas categorias: os bens materiais e os bens imateriais. Segundo Feitosa e Silva (2011), os bens imateriais, são todos aqueles relacionados à memória e as identidades e heranças de um povo ou nação e o patrimônio cultural material é todo aquele que pode ser visto e tocado.

De acordo com a UNESCO, os bens imateriais são definidos como práticas, expressões, técnicas e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração e são constantemente recriados pelas comunidades, que os reconhecem como parte integrante de seu grupo. Já para Rodrigues (2006) o patrimônio cultural é um conjunto de bens, materiais e imateriais, que são de interesse do coletivo perpetuados durante o tempo. Estes têm a função de relembrar acontecimentos tidos como importantes na memória social. Já para Tomaz e Mackenzie (2010) o patrimônio deve ir além de mera concepção de bens materiais e imateriais, deve ser entendido como um processo social, formado através da dinâmica das experiências coletivas, no qual a coletividade preserva e transforma com tempo.

Desta forma, podemos considerar o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, como fruto da identidade de um povo. Este representa tudo o que deve ser preservado, ou seja, tudo o que não deve ser esquecido, ainda que, na maioria das vezes, atendendo aos interesses de determinados grupos que o manipula.

Associado a questão patrimonial apresentada por Choay (2001), percebemos que a *identidade* de um grupo, pode ser compreendida como aquilo que diferencia o homem a partir de suas ações e produções materiais e marca de modo mais especial o passado. No caso do Brasil, com a Constituição Federal de 1988 foi possível dar visibilidade ao patrimônio, dando reconhecimento a bens culturais e naturais, assim como deu legitimidade a preservação.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN define que os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, bem como em celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e ainda em lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. O Patrimônio Cultural Imaterial, de acordo com o IPHAN, é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos

em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Neste sentido, a criação de memoriais – como é o caso da Colônia Japonesa de Ivoti – deve ser compreendida como uma categoria pertencente ao campo do patrimônio cultural material e imaterial, na medida em que incorpora em seus espaços saberes, modos de fazer, língua, tradições, religiosidade e também diferentes materialidades produzidas pelo grupo e transmitidos de geração em geração. Com isso, percebemos que os hábitos e as tradições de um povo nos dizem e revelam parte da sua cultura. Ainda, para Veloso (2006), o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado.

Nesse contexto de discussão sobre o processo que envolve a atualização das memórias da comunidade nipônica de Ivoti, entendemos que os eventos promovidos por uma comunidade – como as festas promovidas para receber os turistas – podem ser de caráter popular, étnico, religioso, cultural e social, geralmente retratam recortes do cotidiano e trajetórias históricas dos grupos que os produzem.

Esses recortes, como uma exposição em um memorial que faz referência ao passado dos imigrantes japoneses, podem ser compreendidos como um esforço coletivo que busca retratar aspectos da vida cotidiana da comunidade e que, a partir da criação desse lugar de memória, passa a representar elementos simbólicos da coletividade. Com isso se tornam evidentes os propósitos presentes nesse processo de constituição dos lugares de memória, que também procuram criar algo único, que se torna particular, singular e reconhecível por aqueles que “olham de fora”.

A constituição da identidade dessa comunidade não está ligada somente à sua origem étnica, mas também a outras práticas sociais, costumes, hábitos familiares e o próprio fazer das tradições, que por sua vez, são preservadas, atualizadas e (re)passadas (CANDAU, 2012) de geração em geração, com diferentes elementos e que assim constituem o processo de construção das suas memórias e de suas identidades.

Com isso, a preocupação dos moradores da Colônia Japonesa, de manter viva uma memória dos antepassados que colonizaram a localidade e que foi a principal responsável pela fundação dos pilares que deram origem a vida comunitária, passa, obrigatoriamente por um processo de atualização da memória (CATROGA, 2011) na qual a herança deixada pelos antepassados é ressignificada pelas atuais gerações.

A atualização dessa memória opera de tal forma que os ritos do passado se mantêm, mas são “atualizados” dentro de um novo contexto, no qual as tradições locais são mantidas, mas ressignificadas através das influências externas e das mudanças de comportamento do próprio grupo que as conduz. Sobre essa questão, acreditamos ser importante considerar Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.61) quando esses afirmam que “a primeira ingenuidade é acreditar que se pode definir uma unidade étnica (quaisquer que sejam os critérios utilizados para defini-la) por uma lista de traços.” Em seguida os autores, valendo-se dos estudos clássicos de Frederik Barth, afirmam que “Barth e seus colaboradores demonstram ser impossível encontrar um conjunto total de traços culturais que permitam a distinção entre um grupo e outro, e que a variação cultural não permite por si própria abranger o traçado dos limites étnicos.” (Ibidem, p.61) Assim, é evidente que no caso da Colônia Japonesa de Ivoti, essas memórias e tradições também sofram transformações.

O projeto propulsor: “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar”

Em 2009 iniciou-se o diálogo entre a administração pública municipal de Ivoti, através do Departamento de Cultura e os representantes da diretoria da Associação da Colônia Japonesa de Ivoti, que resultaria no projeto denominado “Colônia Japonesa de Ivoti: Um lugar para lembrar.” A primeira questão a definir era se a comunidade realmente queria um espaço de memória, um memorial e, em caso de retorno afirmativo, onde instalá-lo e quem faria o projeto. Diante da resposta positiva, a comunidade apoiou a ideia e decidiu que o local escolhido para construção do memorial seria um prédio da antiga escola desativada na comunidade. De acordo com os representantes da comunidade, o responsável pela execução do projeto de reforma

arquitetônica deveria ter vinculação étnica com a comunidade, decidindo-se assim pela arquiteta de origem nipônica, Madalena Fuke.

O projeto foi levado duas vezes para aprovação da Associação e acolheu as contribuições dos moradores. Realizado o primeiro passo do projeto, criava-se então a proposta educativa que objetivava fazer com que a comunidade percebesse seu potencial histórico, uma vez que ficou claro, pelo diagnóstico inicial, que os moradores não percebiam a si mesmos como sujeitos históricos. Ficou decidido que as estratégias de execução do projeto iriam primar pela participação dos moradores da Colônia Japonesa em todas as etapas. Existia assim a delicada tarefa de fazer com que o grupo realmente visse a si e a sua memória na exposição final em conjunto com o espaço arquitetônico.

Foram combinados então encontros com os moradores da colônia, que aconteciam na sede da Associação. O primeiro encontro discutiu o que seria este lugar de memória, como seria sua dinâmica de representação da história através dos objetos, a necessidade de ser seletivo, uma vez que não seria possível mostrar ali toda a trajetória daquelas famílias. Foi um encontro entre os conceitos de museu/memória/história, numa perspectiva acadêmica.

Os questionamentos iniciais foram sobre “o que queremos lembrar?”, “como vamos contar nossa história?”, “que acervo temos para mostrar?” Essa conversa inicial foi feita em etapas, para que aos poucos eles pudessem ir recompondo o quebra-cabeças de suas memórias. Também ficou estabelecido nesse encontro que o memorial deveria guardar, expor e comunicar elementos da memória coletiva e não vaidades individuais. Ficou como “tarefa de casa” nesse encontro revirar os sótãos, porões e galpões em busca de elementos significativos e representativos dessa coletividade.

No segundo encontro se procurou levantar mais detalhes, através das memórias dos participantes. Questionou-se sobre quais objetos, documentos, fotografias poderiam talvez possuir em casa e que se relacionassem com a emigração do Japão, a aquisição das terras, os primeiros plantios, a construção das casas, as dificuldades iniciais, a organização das famílias, a criação da cooperativa. Também se buscou saber sobre os aspectos culturais, a alimentação, o esporte, o lazer, os festejos, a religião, entre outros elementos que foram surgindo.

Na sequência, se buscou trabalhar com imagens, uma vez que a comunidade possuía quantidade expressiva de fotografias – elemento já conhecido como expressão dessa cultura. Foram projetadas mais de duzentas imagens que já haviam sido digitalizadas anteriormente. A proposta era sensibilizar, despertar memórias e selecionar o que era mais significativo, e que posteriormente, iria ilustrar os painéis autoexplicativos da exposição.

O encontro mais polêmico foi aquele em que se definiu qual seria a história a ser contada, ou seja, aprovar um texto que falaria “sobre eles.” Na ocasião, aconteceram diversas conversas em japonês, trazendo diferentes opiniões sobre o assunto. Um ponto era unânime: o destaque na exposição e na história do grupo seria a Cooperativa – que para eles era um símbolo do período mais próspero da Colônia Japonesa e do objetivo comum alcançado. Devido a isso o único espaço de ambiência no Memorial reproduz uma sala de trabalho desse período. Decidiu-se ainda que o ideograma referente ao termo “união” seria exposto na entrada do memorial, complementando a mesma ideia central da exposição.

Posteriormente, os moradores da Colônia foram convidados a trazer objetos que considerassem pertencentes e representativos para a história da comunidade. Vieram muitas famílias com os mais diversos objetos que hoje fazem parte do acervo do memorial.

Em novembro de 2011 o Memorial da Colônia Japonesa foi inaugurado, com a presença do Cônsul do Japão e do governador da província de *Shiga*, província japonesa coirmã do Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 2012 o memorial incorporou o acervo presenteado pelas autoridades de *Shiga* ao governo do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

Ao planejar as ações educativas para a Colônia Japonesa de Ivoti, teria que se levar em conta o diagnóstico inicial: uma comunidade de adultos, em sua maioria idosos, desacreditados de seu valor histórico/cultural e em situação econômica vulnerável.

Seria necessário provocar o debate, mexer na dinâmica do grupo, desestabilizar, mudar a perspectiva que aquelas pessoas tinham de si

mesmas e de sua história. Além disso, como característica cultural, a comunidade nipônica demonstrava grande timidez, muito respeito aos mais velhos e reservas quanto a expor suas intimidades, sentimentos e histórias – muitas vezes de sofrimento – de suas famílias. O patrimônio cultural suporte do trabalho educativo precisava primeiro ser redescoberto, reapropriado pelos seus pertencentes.

A Colônia Japonesa de Ivoti apropriou-se de sua história em um processo participativo, delicado, no qual cada morador pôde contribuir com suas vivências e o grupo lidou com suas memórias, dando-lhes forma, cor, volume, aroma – através dos objetos de representação que se estabeleceram.

Esse processo experimentado pelos moradores da Colônia Japonesa de Ivoti possa – talvez – ser traduzido nas palavras de Candau (2012, p.159), para quem “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, aquela dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais.”

Referências

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memórias e esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo, Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. *Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local*. Salvador: UFBA, 2011. pp. 193-208.

FLORES, Moacyr. *Japoneses no Rio Grande do Sul*. Pesquisa realizada na JAMIC – Imigração e Colonização – no Consulado do Japão e colônia japonesa, 1974.

GEVEHR, Daniel Luciano. Memórias de uma Colônia no sul do Brasil: o caso da Colônia Japonesa de Ivoti – RS. In: GERBER, Doris H. S.; et al. (org). *Imigração: do particular ao geral*. Ivoti/Porto Alegre: ISEI/CORAG, 2009. pp.99-104.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 103-133.

HOBBSBAWN, Eric. “Introdução: a invenção das tradições”. In: _____. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 11 de maio 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Educação Patrimonial: Uma análise conceitual. In: ZANON, Elisa Roberta; ET AL. (org). *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país*. Londrina: EdUnifil, 2009. pp. 65-77.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, nº 10, dez. 1993. pp. 07-28.

POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. *Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

RONNING, Anne Holden. Some Reflections on Myth, History and Memory. As Determinants of Narrative. *Coolabah*, Observatório: Centro de Estudos Australianos, Universidade de Barcelona, Barcelona, Vol.3, 2009. pp. 143-151.

SUTTON, John. "Memory". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edição do Inverno de 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

VELOSO, Mariza. O Fetiche do Patrimônio. *Revista Habitus*. Goiânia, v.4, n.1, jan./jun. 2006. pp.437-454.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA COLÔNIA NEU- WÜRTTEMBERG

EdianeValentini*
Vanucia Gnoatto**

O presente artigo tem por objetivo analisar os movimentos migratórios dos colonos no interior da colônia particular de Neu-Württemberg (atual Panambi), no período de 1898 a 1932, de propriedade da empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Parte-se do pressuposto de que a maioria dos colonos não permaneceu no seu lote inicial e que as migrações eram frequentes. Como estudo de caso, acompanha-se a trajetória migratória de cinco colonos que migraram dentro dos lotes urbanos e rurais da colônia Neu-Württemberg, e também de alguns colonos que migram desta para a colônia Erval Seco. Em termos, teórico-metodológicos, estudou-se essa questão em escala reduzida a partir da análise da documentação da Colonizadora Meyer e dos contratos de terras. A pesquisa é parte do projeto *Mobilidade social e espacial no complexo colonial da Colonizadora Meyer- Planalto Rio-Grandense, 1890-1950*, desenvolvido junto ao PPGH/UPF¹.

A história da humanidade é a história da migração, nas palavras de Dreher (1995, p. 60). Os processos migratórios são motivados por inúmeras questões, tanto políticas, econômicas, sociais, religiosas, culturais e climáticas. Os movimentos migratórios estão na essência de

* Graduanda em História, bolsista PIBIC/UPF, Universidade de Passo Fundo.

** Graduanda em História, bolsista PIVIC/UPF, Universidade de Passo Fundo.

¹ O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa: *Migração: Mobilidade social e espacial no complexo colonial da Colonizadora Meyer, Planalto Rio-grandense (1890 -1950)*. Professora orientadora: Dra. Rosane Marcia Neumann.

todos os povos. A pessoa comum percebe-se como protagonista de sua história quando ela tem a possibilidade, mas sobretudo, a coragem de atuar numa mobilidade espacial (Lotman, 1975). Esta mobilidade espacial é percebida como a capacidade de modificar o curso dos acontecimentos.

Os apelos aos êxodos levam as pessoas a tomar literalmente um passo no escuro, sem certeza nenhuma, pois se colocam entre o dilema de “migrar ou roubar”. Partem movidos por um espírito aventureiro deixando sua pátria para trás para “fazer a América”, como diziam alguns migrantes italianos. Ao saírem se sentem divididos entre a terra natal e a nova pátria de acolhida. Assim sendo, se propõem a construir, por meio do trabalho, uma nova pátria aos moldes da sua.

O imigrante tem a oferecer a sua força de trabalho em troca de um salário, que proverá a sua ascensão da condição indigna em que vivia. E o trabalho como nos aponta Sayad, foi o que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta a sua negação ou que empurra para o não-ser (SAYAD, 1998, p.56). Pois é ele que torna o homem e a mulher sujeitos de sua própria história. Quando ele se torna escasso ou é pouco valorizado leva ao surgimento do emigrante e logo depois no local de destino do imigrante. Por intermédio dele a pessoa consegue a sua subsistência e sua ascensão social.

Para Sayad, toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento que não tenha começado como uma imigração de trabalho.(SAYAD, 1998 p.68). Porém, para as nações acolhedoras de migrantes os mesmos são úteis quando tem a sua força de trabalho para oferecer, quando esse começa a disputar espaço com o nacional e reivindicar direitos básicos como moradia, saúde e educação esse é rejeitado pela mesma sociedade que lhe abriu as portas, dificultando assim, a permanência do mesmo nesse local.

Por isso como bem coloca Sayad(1998, p.47), existe uma dupla contradição: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Porém, como o mesmo aponta, “insiste-se

com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes”.

Quando falamos sobre a emigração europeia do século XIX e começo do século XX, a questão econômica também se torna um motivo da emigração para as Américas. Segundo Viales Hurtado,

Para el caso europeo, parece haber consenso al atribuir a las primeras fases de la industrialización y su impacto sobre el mundo rural y la manufactura tradicional, un papel preponderante en los orígenes de las migraciones contemporáneas -del siglo XIX y principios del siglo XX- de ahí el énfasis puesto en el estudio del siglo XIX dado el influjo del capitalismo (HURTADO, 2000, p.2).

No caso mais específico dos imigrantes alemães no período, objetivo dessa pesquisa, motivados por questões múltiplas, sentem-se forçados a sair de seu país, pois esse não lhes garantia mais trabalho e pão. Um número expressivo de aproximadamente 5 milhões de pessoas, entre 1840 a 1900, emigraram atravessando o Atlântico, rumo a América (DREHER, 1995, p. 61). Viajando em situações precárias, sem as mínimas condições de higiene.

O Império brasileiro buscava imigrantes brancos atendendo à demanda da elite brasileira, em clara política de branqueamento da população. Além disso, era necessária uma grande mão de obra para os cafezais e povoamento da região sul do país.

No Rio Grande do Sul, em específico, podemos perceber um primeiro processo de imigração e colonização alemã no século XIX, localizado nas regiões próximas a capital, onde predominaram os núcleos fundados pelo poder público. Já no final daquele século e início do século XX, percebe-se um processo de remigração rumo à região do Planalto.

O processo de imigração e colonização alemã no Brasil foi acompanhado por um movimento interno paralelo: a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia, além do retorno dos (i) migrantes. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino cada vez maior. Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, insere-se a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste

catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes, atraídos pela possibilidade de adquirirem (mais) terras para si e seus filhos, por preços reduzidos, na perspectiva de permanecer/tornarem-se proprietários (NEUMANN, 2009, p.5).

A migração de descendentes de imigrantes alemães para a região do Planalto Médio deu-se por um conjunto de situações, como o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã, aliado à escassez de terras para venda; a rotação de terras, acompanhada do uso intensivo e das queimadas, provocavam o rápido esgotamento do solo, com a queda da produção; a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade foi a responsável pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, diferente do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha. (NEUMANN, 2012, p. 7).

Como aponta Roche, para continuarem agricultores, esses colonos deixaram o seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixaram o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários(ROCHE, 1969, p.319). Essas novas colônias como o autor ainda aponta receberam mais descendentes de antigos colonos que imigrantes: desde o advento da república o governo do Rio Grande do Sul pouco favorável a grande imigração, desejava antes absorver os excedentes da população colonial que existiam (ROCHE, 1969,p.344).

No caso específico da colônia particular Neu-Württemberg, fundada em 1898, de propriedade da Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, situada no município de Cruz Alta, região Noroeste do Estado, o objetivo da criação foi à acolhida de imigrantes alemães. Mas muitos que ali vieram não se adaptaram em virtude da falta de infraestrutura e acabaram saindo da mesma, assim indo para outras colônias ou voltaram para a Alemanha. Os que permaneceram, os colonos foram desbravando o caminho para os imigrantes que tinham alguma qualificação profissional. Os primeiros colonos que vieram já sabiam trabalhar com a terra, pois provinham das primeiras colônias alemãs do RS. Enquanto isso os imigrantes provinham das cidades exercendo outras profissões.

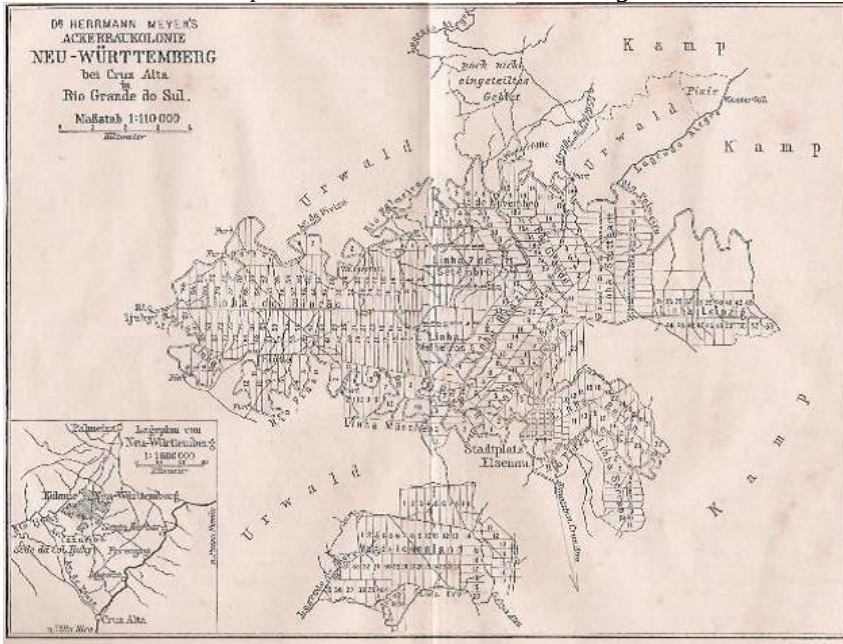
Além disso, os migrantes enfrentaram situações em que se defrontaram com os intrusos, ou seja, aqueles que aqui já residiam conhecidos como nacionais. Pois a política do governo pretendia um povoamento e branqueamento da região menosprezando os antigos moradores que gradualmente deveriam desocupar as terras, em benefício ao migrante.

Entre os migrantes do complexo colonial da Colonizadora Meyer,

percebe-se pelo menos dois tipos de indivíduos: o primeiro, aquele que tinha como interesse ampliar a sua propriedade, adquirindo ou permutando novas áreas de terras nas imediações do lote original; o segundo tipo, mais comum, era o *colono errante*, ou talvez justamente o empreendedor, que aproveitava as ofertas de terras, transferindo com muita frequência o contrato para terceiros. Outros, ainda, adquiriram sucessivamente vários lotes e terrenos urbanos, em diferentes linhas coloniais e na sede, devolvendo ou transferindo-os em seguida, por vezes pagaram o preço total no ato da compra, outras, parcelaram, até permanecerem definitivamente com uma ou mais propriedades. Percebe-se ainda, um grupo minoritário de imigrantes/colonos mais remediados, que tratavam a compra de terras como aplicação de capital ou, simplesmente, especulação – é fato que a *Colonizadora* procurava coibir a especulação, mas em momentos de dificuldades financeiras, esse ideal era suplantado pela necessidade de manter a engrenagem da empresa em funcionamento, injetando mais capital (NEUMANN, 2012, p.10).

Para acompanhar esse processo migratório interno, optou-se, de forma aleatória, pautada nas sucessivas migrações, por acompanhar a trajetória de cinco compradores de lotes coloniais na colônia Neu-Württemberg: Peter Hentges, Bernardo Fischer, Karl Dose, Rodolfo Prager e Manuel Malheiros, os quais, ao longo desse processo, compraram e devolveram áreas de terras. A partir desses indivíduos e suas trajetórias, é possível perceber a mobilidade existente em um espaço pequeno de tempo e um dado território. Estudamos o caso de quatro colonos e de um luso-brasileiro para percebermos como se dá a questão da compra de terras entre os migrantes e os conhecidos como nacionais, que já habitavam essas terras.

Mapa da colônia Neu-Württemberg.



Fonte: MAHP.

No primeiro caso, Peter Hentges² comprou o lote nº 49 da linha Rincão, com área de 25 hectares, pelo preço de R\$ 600\$000, que pagou a vista, no dia 2 de novembro de 1910. E no dia 24 de outubro de 1913 ele cedeu o referido lote a Heinrich Hentges. Logo em seguida, em 2 de novembro de 1910, comprou o lote nº 3, da linha Fiuza I, com área de 25 hectares, pelo preço de R\$ 492\$000, o mesmo pagou a vista. Em 8 de abril de 1911 comprou na linha Rincão o lote nº 53, de 25 hectares, pelo valor a vista de R\$ 520\$000. O mesmo devolveu para a Colonizadora, que cedeu a Valentin Carlos Hentges, em 24 de outubro de 1911. Em 12 de junho de 1913, comprou 3,950m², pelo valor de R\$ 8\$600. E em 11 de junho de 1914 cedeu a Heinrich Schnee. Devolveu em 1 de outubro de 1919, o lote na linha Rincão. Comprou também no lote urbano nº 8,

² Peter Hentges, Contratos nº 367, 369, 412, Caixa: 3-4; Contratos nº 574, 640, Caixa 5-6; Contrato nº 64, Caixa 1-2; Contrato nº 1773, Caixa 13-14. MAHP.

situado na rua Schiller da sede Elsenau, com área 0,13m², e pagou a vista o valor de R\$137\$500, nadata de 16 de maio de 1914. E devolveu em 7 de novembro de 1914. Os lotes tinham um prazo para a construção das casas, nesse a data estipulada era 1 de outubro de 1914 a 16 de maio de 1915, exatamente até um ano após a compra. Porém, o mesmo devolveu para a Colonizadora em 7 de novembro de 1914. No contexto da colonização, a fixação efetiva no lote colonial ou no terreno urbano era condição para o povoamento da colônia. Nesse caso, percebe-se que essa fixação não aconteceu. Em 16 de abril de 1914, comprou do lote urbano nº 8, na rua Schiller, da sede Elsenau, a área era de 0,14m². Pagou o valor de R\$137\$5000. E acabou devolvendo o mesmo em 3 de março de 1924. Por fim em 14 de novembro 1925, comprou a parte norte do lote urbano nº 7, da rua Schiller na sede Elsenau, cuja a área corresponde a 0,10m². Pago a vista o valor de R\$ 134\$000 e devolvido em 23 de janeiro de 1933. O mesmo comprou e devolveu três lotes urbanos. Investindo na compra dos mesmo R\$ 490\$000. Residindo por fim na linha Fiuza.

No segundo caso, Bernardo Fischer³ comprou em 12 de maio de 1915 os lotes urbanos 1 e 2 a área de 0,63m², situado na rua Wilhelm, o lote nº 9 e 10, na rua Koseritz no valor de R\$ 1:000\$000 (um conto de reis). No ato da compra quitou a importância de R\$ 50\$000 e o restante R\$ 950\$000 até o dia 12 de junho de 1915. O mesmo devolveu em 9 de julho de 1919. Em 2 de junho de 1913 comprou os lotes urbanos nº 22, 23 e 24, na rua Bismark, o equivalente a 0,73m² cada, que foram pagos a vista pelo valor de R\$ 412\$200. O mesmo devolveu em 9 de julho de 1919. Em 2 de agosto de 1915 juntamente com August Ziller comprou os lotes urbanos nº 2, 4, 6, 8 e 10 da quadra 21 na sede Elsenau o total de 0,75m² cada. Pagos a vista no valor de R\$ 282\$000 cada. No dia 7 de agosto comprou no lote urbano nº 6, situado na rua Wilhelm e no nº 14 situado na rua Koseritz o total de 1,08m², no valor de R\$ 1:300\$000, quitando no ato R\$600\$000 e em outra parcela de R\$ 700\$000. O mesmo devolveu em 9 de julho de 1919 o lote 6 da rua Koseritz. Em 10 de junho de 1916, comprou a área total de 1,7 m² no lote colonial 4. O mesmo

³ Bernardo Fischer, Contratos nº 711, 721, 753, 758, Caixa 5-6; Contratos nº 832, 835, Caixa:7-8; Contratos nº 1309, 1355, Caixa9-10; Contratos nº 1678, Caixa 13-14. MAHP.

pagou a vista R\$ 64\$000, na linha Italiana. Em 27 de junho representado pelo seu procurador Frederico Forbrig, adquiriu do lote colonial nº 36 a área de 29 hectares da linha Weddigen, situada na parte nova da colônia Neu-Württemberg (atual Condor). De valor R\$ 2000\$000, em duas parcelas, uma de R\$325\$000 e o restante até 15 de julho de 1916, de R\$ 1:675\$00. Em 21 de maio de 1920 comprou no lote urbano nº9, quadra 11, sede Elsenau, equivalente a 0,09m², a vista por R\$ 61\$500. Em 6 de dezembro de 1920, comprou juntamente com Adolfo Henrique Franke, a área de 20.9m² dos lotes nº 6, 7,8 e 9 da linha Raiz. Pagou a vista o valor de R\$475\$000. E em 20 de agosto de 1924, comprou 0,32m², na rua Chacarweg nº6 pelo valor a vista de R\$ 643\$600.

O terceiro caso é de um luso-brasileiro, Manuel Malheiros⁴ pertencente a uma família de latifundiários, que comprou a área de 0,58m², do terreno nº 18, na rua Blücher, sede Elsenau, na data de 21 de outubro de 1914, pelo valor de R\$281\$700 em duas parcelas. A primeira de R\$100,000 e a segunda de \$181,700, com juros de 7%, sujeitos a reajustes semestrais até a data de 21 de outubro de 1915. E no dia 15 de outubro de 1919, o mesmo devolveu o terreno à Colonizadora. Em 31 de julho de 1915 comprou a área de 0,59m² no terreno nº 19, quadra 20, rua Blücher, da sede de Elsenau, no valor de R\$600\$000, pagando no ato R\$150\$000, e o restante até o dia 31 de julho de 1916, no valor de R\$450\$000. Devolveu à Colonizadora na data de 15 de outubro de 1919. Na data de 27 de agosto de 1919 comprou 29,3 hectares, na linha Serrana C. No valor de R\$4:102\$000. No ato o valor de R\$100\$000, a segunda parcela R\$925\$000 até 31 de dezembro de 1919 e o restante de R\$3:077\$000 com juros de 7% até o dia 27 de agosto.

O quarto caso é do colono Carlos Dose⁵, que no dia 21 de junho de 1905 comprou 0,12m² na sede de Elsenau, quadra 23. O mesmo acabou devolvendo o terreno em 8 de janeiro de 1910. Já em 20 de junho de 1906, comprou 4,5 hectares na linha Berlim, chácara nº6/ lote nº 7. Em

⁴ Manuel Malheiros. Contratos nº 667, 752, Caixa 5-6; Contrato nº 1237, Caixa 9-10. MAHP.

⁵ Karl Dose. Contratos nº 163, 197, Caixa 1-2; Contratos nº 284, 293, 448, 449, Caixa 3-4; Contrato nº 1230, Caixa 9-10. MAHP.

24 de novembro de 1910 comprou a área de 0,37m² da sede Elsenau, quadra 22, nº22, 24 e 26. Em 18 de outubro de 1911 cedeu a Julius Kich. Em 19 de maio de 1915 cedeu a Karl Heinrich. Em 5 de janeiro de 1910 comprou a área de 0,25m². Em 18 de outubro de 1911 cedeu a Julius Kich. Em 19 de maio de 1915 cedeu a Karl Heinrich. Em 12 de julho de 1911 comprou a área de 0,86m² da sede Elsenau, pelo valor de R\$129\$750. Em 18 de outubro de 1911 cedeu a Julius Kich. Na mesma data, comprou a área 0,86m², na sede Elsenau e cedeu em 18 de outubro de 1911 para Julius Luis Kich. Em 15 de agosto de 1919 comprou 25 hectares da linha Berlim, lote 30, pelo equivalente a R\$560\$000. Em 30 de abril de 1927 devolveu 15 hectares a colonizadora.

O quinto e último colono estudado foi Rodolfo Prager⁶, que em 11 de janeiro de 1908 comprou a área de 0,12m² em Elsenau 23-27. Na data de 6 de junho de 1908 comprou 2 hectares, na linha Berlim/chácara 6, no lote chácara 6. Em 27 de julho de 1910 comprou a área de 2,6m² na chácara ½ chácara 11, pelo valor de R\$ 135\$000. Em 3 de junho de 1911 Karl Blum trocou com ele. E em 25 de agosto de 1916 ele devolveu.

Na data de 29 de setembro de 1910 comprou o lote colonial nº 26, equivalente a 25 hectares da linha Berlim, pelo valor de R\$492\$600. Em 25 de setembro de 1912 ele cedeu a Heinrich Gass. No dia 17 de maio de 1911 comprou 25 hectares do lote nº 30, pelo valor de R\$560\$000 a vista. Em 16 de junho de 1916 ele cedeu a Antônio Schütz. No dia 25 de julho de 1911 comprou 25 hectares em linha Berlim do lote nº31 pelo preço a vista de R\$31.560\$000. E em 25 de setembro de 1912 ele cedeu a Richard Schmidt. Em 20 de fevereiro de 1913 ele comprou 12,5 hectares, em linha Leipzig nº44^a, pelo preço de R\$500\$000 e cedeu a Karl Balke em 4 setembro de 1916.

Em 11 de fevereiro de 1918, Prager comprou 17,2 hectares do lote nº 17, da linha Alfred, pelo preço R\$484\$000. No ato pagou R\$184\$000 e restante com juros de 7% ao ano até 1918. No contrato está estipulado que o mesmo ou um representante deveriam cultivar o terreno

⁶ Rodolfo Prager contratos nº: 205, 232, Caixa: 3-4 nº: 325, 345, 422, 459, Caixa: 5-6 nº: 563, 1018, 1038, 1045, 1052, Caixa: 9-10 nº: 1196, 1249, 1311, 1502, 1539, Caixa: 11-12 nº: 1545, 1582 e Caixa: 13-14 nº: 1815. MAHP.

até a data de 1 de junho de 1918 julho de 1917. Em 22 de abril de 1918 ele cedeu a Reinhard Emig. Em 22 de abril de 1918 comprou 24,4 hectares, da linha Raiz nº6 pelo preço de R\$560\$000 pagos a vista. O mesmo cedeu a Friedrich Toebe a área de 350m², em 11 de abril de 1921. Este acabou devolvendo em 20 de junho de 1923.

Em 22 de maio de 1918 comprou 15,05 hectares dos lotes nº 8ª e 8b da linha Weddigen, pelo valor pago a vista de R\$1.155\$000. Em 15 de junho 1918 ele cedeu a Emig Reinhard. Em 15 de junho de 1918 comprou 17,2 hectares da linha Alfred nº17 no valor pago a vista de R\$484\$000. E em 4 de março de 1920 devolveu a Colonizadora.

Em 25 de junho de 1919 comprou 5,1 hectares da secção 1ª lotes nº 232 pelo valor a vista de R\$510\$000. Em 6 de outubro de 1919 comprou 6,5 hectares da secção 232 e em 4 de abril de 1920 devolveu a colonizadora. Em 25 de maio de 1920 comprou 19 hectares da linha Zeppelin nº 2, pelo valor de R\$513\$000 (papel timbrado da fabrica de caramelos). E em 23 de abril de 1923 comprou 19,5 hectares da linha Raiz nº4 parte sudeste, pelo valor de R\$620\$000. Em 23 de julho de 1923 devolveu à colonizadora.

Em 23 de julho de 1923 comprou 13,30 hectares, da linha Weddigeno lote nº31, pelo valor pago a vista de R\$1.900\$000. Em 1 de agosto de 1923 comprou 5,64 hectares da linha Raiz 5ª, no valor a ser pago até a data de 1 de novembro de 1923, de R\$1:424\$300. Em 31 de agosto de 1928 devolveu à colonizadora.

Em 3 de dezembro de 1923 comprou da linha Raiz o lote nº 4 o equivalente a 1 hectar. Devolveu em 12 de julho devolveu 1924 pelo valor de R\$100\$000 a vista. Em 12 de janeiro de 1929 comprou 5 hectares da linha Clara B, pelo valor a vista de R\$200\$000. Em 1 de julho de 1929 devolveu a colonizadora.

Nos cinco casos evidenciam a trajetória migratória desses colonos, no sentido de que se deslocaram no espaço, por sucessivas vezes, em um curto espaço de tempo. Percebe-se que a migração se dava entre as linhas coloniais, e na área urbana. Em alguns casos, como de Hentges, podemos pressupor que o mesmo comprou os lotes e cedeu para seus filhos. Já no caso de Fischer, seus investimentos deram-se principalmente na área urbana, tratando-se, possivelmente, de

investimento imobiliário. Em ambos os casos, fica evidente a disponibilidade de capital para aplicar nas compras, bem como a venda de lotes mais caros, e a aquisição de lotes de menor valor.

No caso do senhor Manuel Malheiros, o mesmo empreendeu o capital de R\$ 4.983.700. Comprou um lote no interior e dois na zona urbana. Esse migrou três vezes vindo a residir por fim em um lote na zona rural. No caso do senhor Carlos Dose o mesmo comprou sete vezes, pelo o que os contratos nos apontam esse veio a se estabelecer no lote da linha Berlim. Não podemos precisar o valor que o mesmo disponibilizou para a compra desses lotes, por não conseguirmos localizar alguns contratos. No último caso senhor Rodolfo Prager comprou 19 vezes, não podemos afirmar onde por fim ele veio a residir, pois nos contratos não aparece esse dado. Quanto ao valor disponibilizado também não podemos afirmar o mesmo, pois dois contratos não foram encontrados.

Nos cinco casos não podemos precisar para onde e o que faziam quando devolviam o lote, pois o levantamento de dados só se deu sobre os contratos de terras o que nos limita a dizer que esses colonos em um curto espaço de tempo e território foram por muitos motivos adquirindo e devolvendo terras para a sua sobrevivência.

Compras e vendas de terras entre Panambi e Erval Seco

Muitos colonos que se estabeleceram na colônia Neu-Württemberg, na década de 1920 foram adquirindo terras em Erval Seco. Porém temos casos que são o inverso onde a migração se deu de Erval Seco a Panambi. Dentre os nomes pesquisados estudamos os casos do August Kuhn e do Pedro Schmidt⁷.

No caso do Pedro Schmidt, no período de um ano comprou primeiro um lote em Erval Seco, e três meses depois, um lote em Panambi, se mantendo assim por cerca de três anos quando devolveu parte de seus lotes nas duas colônias. No caso do August Kuhn, este chegou na colônia em 1923, no mesmo ano adquiriu um lote colonial em Neu-Württemberg, mais especificamente no dia 4 de setembro daquele

⁷ Contratos de compra e venda de terras. MAHP.

ano, detêm a posse desse lote colonial por quase três anos até devolver em 1926. Após isso em abril de 1929 adquiriu lotes em Erval Seco, do qual se desfaz em novembro de 1936, além dessa aquisição mais duas são feitas em Erval Seco, respectivamente em dezembro de 1929 e em março de 1930, dessas duas últimas aquisições não temos registros de vendas ou devoluções.

Ao analisar o caso específico da compra e venda de terras que se dá entre Panambi e Erval Seco podemos perceber que os imigrantes que aqui chegaram no início do século XX nem sempre se apossaram das terras como apenas um novo mundo para se viver, ou seja, em alguns casos o que predominava não era apenas o espírito de cultivo da terra e a fixação de toda uma vida na mesma localidade, muitos imigrantes optavam também por um negócio que por vezes era lucrativo, deixando transparecer o seu espírito empreendedor diante dos negócios das colônias. Provando assim que muitos desses que aqui chegaram não apenas trabalharam nas terras, mas também tiveram uma visão além do trabalho, uma visão de negócios, de compras, vendas e devoluções visando o lucro e o crescimento através do empreendedorismo e não apenas na produção e colonização.

Proponho então que diante desses dados e de algumas constatações posso se rever e repensar alguns conceitos formados sobre a migração alemã para as colônias do Rio Grande do Sul, dessa forma podemos problematizar e questionar os casos de imigrações e migrações que ocorreram na virada dos séculos XIX e XX, para elucidar uma ideia de um imigrante empreendedor e um pouco menos de apenas um imigrante trabalhador.

Portanto podemos concluir que a mobilidade também pode se dar nesse processo de colonização. Em que se imaginaria que o migrante já proprietário de terras se estabeleceria somente ali. Pelo contrário o seu espírito de pioneirismo sempre prevalece, impulsionando a tomar outros caminhos. Tornando muito flexível essas devoluções e compras de terras. Claro que muitos fatores condicionam a que esse compra e venda de terras seja constante, como por questões econômicas, tanto como a as condições geográficas desfavoráveis, ou também por questões familiares. Sabemos que isso são suposições que fazer olhando para esses casos. Mas a partir de documentos jurídicos e formais podemos supor e imaginar a

vida desses colonos que tanto fizeram por Panambi, pela região e pelos outros estados e países em que esses, os seus filhos e netos desbravaram.

Referências

DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. In: *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1995. p. 60-61.

HURTAGO, Viales Ronny. Las migraciones internacionales teóricas y algunas perspectivas de análisis desde la história. *Cuadernos Digitales*. Disponível em: <<http://www.br:historia.fcs.ucr.ac.cr>>. Acesso em 24 jun. 2014.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: O projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1887- 1932)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I*. Porto Alegre: Globo, 1929.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: _____. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 45-72.

ESCOLAS ELEMENTARES NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX: O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Eliane Mimesse Prado*

Introdução

Foram amplas as dificuldades ao ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do século XX. A cidade de São Paulo estava repleta de habitantes estrangeiros, que se sobrepunham a população local. Os imigrantes fixaram suas residências em bairros específicos, onde poderiam recriar seus antigos cotidianos, aproximando-se dos habitantes com a mesma procedência. De modo a instituírem bairros que representavam suas respectivas localidades. As escolas foram criadas a partir dessa distribuição geográfica na cidade. Sendo assim, existiam dois tipos de escolas elementares, as públicas que aceitavam alunos de todo tipo de procedência, e as escolas privadas que recebiam subsídios do governo italiano e priorizavam os alunos com origem peninsular.

Nesse ponto se estabeleceu um conflito entre as escolas elementares públicas e privadas italianas. As escolas públicas ensinavam seus alunos a lerem e escrevem em Língua Portuguesa e as escolas subsidiadas italianas ensinavam em Língua Italiana. Existia uma lei que obrigava todas as escolas elementares da cidade a ministrarem aulas da matéria Língua Portuguesa à seus alunos, mas essa lei não era realmente cumprida.

* Doutora, professora do Centro Universitário Internacional/UNINTER. Efetua estágio de Pós-Doutorado em Educação na USP.

Nos programas de ensino das escolas elementares públicas sempre constou o ensino da Língua Portuguesa, especificando a leitura, a escrita e a gramática. Em algumas situações eram considerados também o ensino da História e de Geografia do Brasil, para que os professores dessas matérias nas escolas com grande número de alunos estrangeiros, pudessem ensinar sobre as peculiaridades locais.

Para compor as informações descritas nesse artigo serão utilizadas fontes primárias documentais que possibilitaram a descoberta de novas luzes à História e agregaram valor a narrativa desenvolvida. Deve-se sempre lembrar a importância na releitura e revisão de documentos conhecidos e que podem ser entendidos sob outros aspectos.

Foram utilizados os *Annuarios de Ensino do Estado de São Paulo*, e alguns dos periódicos em Língua Italiana que circulavam na cidade de São Paulo na época. Os *Annuarios do Ensino* foram criados no ano de 1907 e passaram a circular no ano de 1908. Foram organizados em volumes encadernados e separados por anos. Sua criação teve como objetivos demonstrar a estatística escolar; apresentar e discutir novas metodologias e processos didáticos destinados ao aprimoramento da formação dos professores e abordar assuntos diversos que poderiam colaborar com a educação popular.

A cidade de São Paulo e as escolas dos imigrantes

O Estado de São Paulo recebeu imigrantes das mais diferentes etnias, principalmente durante os anos da segunda metade do século XIX e início do XX. Esses imigrantes desembarcavam na cidade portuária de Santos e, rumavam de trem para a Capital – a cidade de São Paulo. Todos os imigrantes recém-chegados, entre eles italianos, portugueses, espanhóis, sírios, libaneses, húngaros, armênios, japoneses, entre outros, dirigiam-se para a *Hospedaria dos Imigrantes*, local de recepção e encaminhamento dos trabalhadores às localidades agrícolas no interior do Estado.

A cidade de São Paulo obteve um grande crescimento populacional, porque muitas famílias saíram das fazendas com plantações de café – pelos mais diversos motivos, no interior do Estado e se

dirigiram para a Capital em busca de novas possibilidades de trabalho nas indústrias e no comércio.

Deve-se considerar também que a superprodução da safra de café no Estado de São Paulo, ocorrida entre os anos de 1906 e 1907, colaborou com o deslocamento da população do interior para a cidade. A demasiada produção extrapolou a demanda mundial no consumo do produto, inviabilizando a criação de novos cafezais, e em decorrência dispensou-se um bom número dos trabalhadores contribuindo sobremaneira com a oferta de mão de obra. Entre os anos de 1900 e 1915, expandiu-se na cidade de São Paulo o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas.

Somente na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes no ano de 1874, passou para cerca de 240 mil em 1900 e, atingiu o total de 477.992 em 1914.

A cidade de São Paulo se inseriu em um contexto singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho”. (BIONDI, 2010, p. 24)

Para a cidade de São Paulo foram várias as pessoas vindas das mais diversas localidades do Estado, com esse crescimento da população urbana, era necessário que os próprios estrangeiros se organizassem, na tentativa de suprirem as lacunas que o governo local não conseguia preencher. Essa é um dos motivos para a existência das inúmeras escolas privadas italianas na cidade de São Paulo, nesse período. As escolas subsidiadas nessa cidade chegaram a atender sete mil alunos nos primeiros anos do século XX, segundo dados dos *Annuarios de Ensino*.

Os alunos que frequentavam as escolas elementares públicas, certamente eram moradores dos bairros aos quais estavam localizadas as escolas. Seguramente, muitas dessas crianças eram provenientes de outros países, ou eram filhas de estrangeiros, nascidas no Brasil. Não se pode deixar de crer, que foram vários os peninsulares que enviaram seus filhos para as escolas públicas na cidade de São Paulo, como foi

constatado nas listas de chamada de algumas dessas escolas, apesar da existência concomitante de muitas escolas elementares privadas italianas.

Mas, com a chegada dos imigrantes na cidade de São Paulo, acompanhados de seus filhos em idade escolar, as vagas nas escolas públicas não comportavam tamanho contingente. Uma das soluções encontradas pelas famílias imigrantes mais abastadas foi a procura de escolas particulares brasileiras, que do mesmo modo não ofereciam vagas suficientes para seus filhos, o que deu margem à criação de muitas novas escolas italianas elementares privadas, mantidas pelo governo italiano ou por iniciativa da coletividade, como ocorria com as escolas das sociedades de mútuo socorro.

A abertura de estabelecimentos de ensino particulares pelos próprios conterrâneos, nos moldes das escolas italianas, foi uma solução muito bem aceita pelos peninsulares. Sendo que essas escolas visavam a alfabetização das crianças na língua pátria de seu país de origem. As escolas mantinham um “curso elementar completo, uma ou duas com curso complementar e uma tentativa de ensino clássico inicial, a maior parte eram compostas por apenas uma sala”. (FANFULLA, 1906, p. 797)

As escolas elementares privadas italianas na cidade de São Paulo seguiam preceitos similares aos existentes na terra natal dos professores peninsulares. Era necessário apenas apresentar um documento, que atestasse a moralidade do diretor e dos professores, além desses criarem um ambiente saudável para a escolarização das crianças. (MORANDINI, 2003, p. 343)

Os inspetores escolares que visitavam as escolas elementares da Capital descreviam em seus relatórios as dificuldades de o governo brasileiro lidar com o número excessivo de escolas estrangeiras. O ponto crucial dos textos dos inspetores escolares era o da precariedade das escolas públicas de ensino elementar, contribuindo sobremaneira com o crescimento das escolas privadas. A criação das escolas privadas italianas supria a defasagem de escolas elementares e ainda reforçava a difusão do idioma oficial.

Mas, essas escolas, de acordo com os relatórios dos inspetores, representavam um risco à nação brasileira, porque formavam crianças brasileiras natas em cidadãos italianos, sendo que seus alunos frequentes

eram todos italianos ou filhos de italianos. Essas escolas ainda contavam com professores e diretores peninsulares, conforme dados do *Annuario de Ensino* de 1910.

As soluções apontadas pelos inspetores escolares para reduzir a ameaça dessas escolas na cidade de São Paulo era a possibilidade de o governo brasileiro tornar todas as escolas estrangeiras italianas “em auxiliares na instrução do ensino, sujeitando-as, porém, a um regime uniforme de organização, e fiscalizando-as assiduamente em seu funcionamento”. (SÃO PAULO, 1907, p. 396).

A periculosidade das muitas escolas italianas residia no fato de que ensinavam as crianças a amarem outro país, de modo que o baixo número de inspetores escolares impossibilitava a efetiva fiscalização. O recurso encontrado por um dos inspetores era de que o governo paulista fizesse a doação de materiais para o ensino, como livros de História e de Geografia do Brasil, e deste modo, instituisse que essas escolas contratassem professores brasileiros para o ensino de Língua Portuguesa, de História do Brasil e de Geografia do Brasil. Cogitando-se a possibilidade desse governo encerrar as atividades das escolas italianas subsidiadas de ensino primário, que não cumprissem com essas determinações.

Só na Capital funcionam presentemente cerca de cem estabelecimentos dessa natureza, com matricula superior a seis mil crianças. Resta saber si tais estabelecimentos, em que o português não é língua oficial, podem oferecer ao Estado reais vantagens como auxiliares do Governo na ministração do ensino. (SÃO PAULO, 1907, p. 396).

O argumento apresentado por um dos inspetores, sugerindo o encerramento das atividades dessas escolas, não condizia com a realidade escolar de São Paulo naquele momento. O governo do Estado não possuía verbas suficientes para criar novas escolas, em um número suficiente que pudessem suprir a demanda das crianças italianas e filhas de italianos. O ponto central da questão ainda permanecia o mesmo desde o início das discussões dos inspetores escolares, nos anos finais do século XIX, a baixa verba pública disponível ao ensino. Portanto, os estrangeiros – tendo em vista esse quadro desolador da instrução pública do Estado e da cidade de São Paulo, passaram a abrir escolas elementares privadas. E, na

medida em que essas iniciativas foram bem recebidas pela comunidade, abriram-se escolas maiores e mais organizadas.

Obrigatoriedade no ensino da Língua Portuguesa para consolidação da Nação

O ensino da Língua Portuguesa nos estabelecimentos primários, públicos ou privados no Estado de São Paulo – salvo os estabelecimentos exclusivamente de idiomas, era obrigatório desde a promulgação de uma lei no ano de 1896. Essa lei visava principalmente as escolas estrangeiras, criadas e frequentadas pela população imigrante. Mas, ela não foi prontamente cumprida, facilitando a manutenção do ensino no idioma no qual o professor tivesse maior conhecimento.

O embate educacional existente no Brasil, nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, levou os legisladores e educadores a preocupavam-se com a organização das escolas elementares, em decorrência dos altos índices de analfabetismo. Tem-se de considerar, que nessa época, a população brasileira era constituída principalmente por imigrantes das mais variadas etnias, ex-escravos, índios e brasileiros. Levando-se em conta a população como um todo, poucos eram os sujeitos alfabetizados na Língua Portuguesa. Nesse momento, iniciou-se um conflito tácito na cidade de São Paulo, entre as escolas italianas privadas e as escolas públicas brasileiras. De um lado as escolas italianas que recebiam subsídios do Governo Italiano para manterem o ensino em Língua Italiana e o sentimento de amor à nação; de outro lado as escolas brasileiras que deveriam educar suas crianças em Língua Portuguesa, esse país por sua vez, ainda buscava uma identidade, em função do grande número de imigrantes que o habitavam.

Nesse ínterim, a legislação brasileira tornou obrigatório o ensino da matéria de Língua Portuguesa, mas a lei que a regulamentava não era plenamente cumprida, de modo que, as escolas subsidiadas italianas tinham a possibilidade de ensinarem todos os seus conteúdos em Língua Italiana, seguindo os programas de ensino das escolas italianas e, deste modo, ensinarem – quando possível – a Língua Portuguesa como um idioma estrangeiro.

Segundo um dos inspetores escolares da cidade de São Paulo, a lei que tratava da obrigatoriedade do ensino da matéria de Língua Portuguesa, no ano de 1907 ainda não estava regulamentada, impedia a ação pontual dos inspetores em requerer a obrigatoriedade de tal ensino. Deste modo, este inspetor escolar defendia a necessidade de se regulamentar essa lei o mais breve possível, para garantir a implantação do ideal de nacionalização, porque nestas condições as quais esses estabelecimentos se encontravam: “(...) o inspetor escolar só pode averiguar se nessas escolas é ou não feito tal ensino. É claro que isso é insuficiente, o inspetor precisa conhecer se essas escolas estão nacionalizadas”. (SÃO PAULO, 1907, p. 43).

Após uma inspeção feita no Instituto pelo inspetor escolar, ele reconheceu que o ensino da Língua Portuguesa era ensinado no Instituto italiano, conforme o programa vigente no Estado de São Paulo, o Governo concedeu ao Instituto *Dante Alighieri* um subsídio, deixando ao mesmo tempo ao professor-diretor um atestado oficial. (FANFULLA, 1906, p. 805).

O argumento apresentado por um dos inspetores escolares, sugerindo o encerramento das atividades das escolas privadas italianas que não ensinavam seus conteúdos em Língua Portuguesa, não se adaptava a realidade escolar da cidade de São Paulo. O governo não possuía verbas suficientes para criar novas escolas, em um número suficiente que pudessem suprir a demanda das crianças italianas e filhas de italianos. Esse inspetor ainda retomou a discussão sobre a ação dos imigrantes em procurarem as escolas estrangeiras, pelo motivo de que nelas se ensinava a Língua Italiana. Simultaneamente a esse quadro, esse inspetor reconheceu em seu texto, a defasagem de o governo em oferecer vagas para todas as crianças, brasileiras ou estrangeiras. Escreveu, além disso, sobre o aprendizado da História italiana e da Geografia da Itália, e a consequência neste tipo de ensino em que as crianças aprendiam a *amar a Itália*. (SÃO PAULO, 1907, p. 43).

Por outro lado, o governo italiano pretendia contribuir com a instrução da criança italiana, ou filha de italianos, que vivia fora da Itália. Com o despacho de subsídios aos materiais didáticos e a manutenção das escolas privadas italianas. Esse incentivo era enviado a partir da *Società Dante Alighieri*, que em seus congressos debatia sobre a necessidade da

manutenção da italianidade. Os relatórios dos inspetores escolares da Capital apontavam para o crescimento das escolas subsidiadas italianas nos bairros operários existentes na cidade de São Paulo.

Não esqueçam os senhores representantes do município de que só no Braz (bairro operário da cidade de São Paulo) – a estatística aí está para afirmar com a clareza de seus algarismos – muito mais de 2 mil crianças, nascidas aqui, frequentam por falta de lugar nos estabelecimentos do governo, escolas que recebem subvenção do estrangeiro, escolas onde o nome do Brasil, da sua terra, é vagamente ouvido de quando em vez. (SÃO PAULO, 1907, p. 43).

O Diretor da Instrução Pública no ano de 1913 escreveu um documento no qual reiterou e retomou a discussão sobre as escolas estrangeiras, e a ausência no ensino das matérias de História brasileira, Geografia do Brasil e Língua Portuguesa. Alertou aos educadores sobre quais as medidas que deveriam ser tomadas, rapidamente para que a *italianização* das escolas elementares da Capital não se expandisse e se enraizasse definitivamente na sociedade.

(...) imagine-se tal sistema de escolas, alastrada por todos os Estados do país, e em futuro não muito remoto e fatal a obliteração do sentimento patriótico, que mina e promove a grandeza das nações. Não se compreende uma lacuna dessas em escolas, cujos alunos, não obstante serem, na sua quase totalidade, filhos de estrangeiros, consideram-se, entretanto, como brasileiros natos. (SÃO PAULO, 1913, p. XXIII)

O documento do Diretor da Instrução Pública reforçou a necessidade de um ensino que aprofundasse os assuntos sobre o Brasil. A História e a Geografia brasileiras que deveriam ser envaidecidas pelos professores, principalmente os das escolas elementares, por conviverem com as crianças, que por várias razões não tendiam a continuar a frequentar a escola após a conclusão do curso elementar. Sendo assim, o professor teria o dever cívico de ensinar aos seus alunos – estrangeiros ou filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, sobre as grandezas do território brasileiro e seus ilustres personagens, para assim poderem ser nacionalizados.

Atendendo-se que os homens são a feitura de sua educação, que esperar de futuros cidadãos aos quais é um mistério o

conhecimento dos nossos grandes homens, das nossas tradições, da nossa língua, da grandeza e pujança de nosso território, das nossas instituições, de todos esses fatos, enfim, que caracterizam a nossa nacionalidade?.. (SÃO PAULO, 1913, p. XXIII).

Ainda, segundo esse mesmo documento, escrito pelo Diretor da Instrução Pública era imprescindível a instituição de um regulamento que obrigasse o ensino das matérias de História brasileira, Geografia do Brasil e Língua Portuguesa nas escolas estrangeiras, principalmente as italianas. Porque era dever do governo “amparar e proteger a infância contra os males que lhe podem advir da ausência de um ensino a que ela tem direito” (SÃO PAULO, 1913, p. XXIII). Na opinião deste Diretor o ensino teria de se relacionar ao meio social em que a criança vivia, para que ela fosse formada com os conhecimentos acerca de sua localidade, de sua cidade e consequentemente de seu país de nascimento. Esse Diretor da Instrução Pública culpava os pais imigrantes que optavam pelas escolas subsidiadas italianas, e os professores, em sua grande maioria de origem peninsular, que trabalhavam nas escolas italianas por “imporem uma educação estrangeira às crianças, privando-as do conhecimento sobre o seu país de nascimento”. Desta forma, essas crianças acabariam por receber uma “instrução alheia a tudo quanto se relaciona com o seu país, lhe apagam do coração todo o sentimento patriótico, lhe roubam o sacrossanto direito de amar a Pátria, porque ela não poderá amar o que lhe é totalmente desconhecido”. (SÃO PAULO, 1913, p. XXIII).

No ano de 1914 os documentos retomaram as discussões sobre a obrigatoriedade do ensino das matérias de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil nas escolas subsidiadas privadas estrangeiras. Os comentários versavam sobre os professores estrangeiros que lecionavam as aulas nas escolas, e exatamente por sua condição de estrangeiros, não dominavam os conteúdos específicos dessas matérias para ensiná-los. Um dos documentos trazia novamente a defesa da regulamentação da lei que tornou obrigatório o ensino dessas matérias, mas como ainda não havia sido colocada em prática, as omissões continuavam a ocorrer.

Ministrado, no geral, por estrangeiros desconhecedores da nossa língua, é esta adulterada, deturpada em sua terminologia e sintaxe, de modo que pode ser tudo, menos português. Ha aqui na Capital, muitas, inúmeras escolas, onde não se fala uma palavra de português na transmissão do ensino, e não se trata de escolas de

línguas, mas de escolas primárias, destinadas ao ensino da infância, parte integrante de nossa nacionalidade, pelo nascimento ou pela nacionalização, e que amanhã vai influir nos nossos destinos como cidadãos brasileiros. (SÃO PAULO, 1914, p. 20).

Os programas de ensino nas precárias escolas elementares na cidade de São Paulo

As escolas elementares públicas da cidade de São Paulo eram mantidas pelo governo do Estado de São Paulo, as escolas que existiam na Capital no início do século XX, apresentavam deficiências no seu funcionamento. Podem-se listar os problemas por elas encontrados no seu desenvolvimento, quanto ao espaço físico, aos materiais didáticos, a formação dos professores e a diversidade de métodos de ensino aplicados. Muitas foram as críticas recebidas por estes profissionais emanadas dos inspetores escolares. Normalmente, o espaço físico destinado à escola era indevido, por ocupar um cômodo qualquer ou uma das salas de uma residência de família, neste caso, a família do professor. Um dos inspetores escolares apresentou uma solução para a situação:

(...) a primeira providencia que reclama a escola e se impõe, exigindo pronta execução, é a construção de casas escolares, de acordo com os preceitos da higiene pedagógica. (...) O ônus que pesa sobre os modestos vencimentos do professor com o estipendio dos alugueis do aposento escolar, o obriga naturalmente a reduzir ao mínimo tal despesa, procurando pequenas salas, imprestáveis sob todos os aspectos, com flagrante sacrifício dos preceitos higiênicos e menosprezo pelas regras pedagógicas. (SÃO PAULO, 1910, p. 50).

Outra apreciação era quanto à inexistência de móveis destinados especialmente às estas escolas, usavam-se bancos, caixotes de madeira, mesas improvisadas e cadeiras dos mais diversos tipos, muitas vezes cedidos pelos pais dos alunos. Em pesquisa desenvolvida em um núcleo colonial vêneto, no final do século XIX nos arredores da Capital da cidade de São Paulo, demonstrou-se que as escolas elementares femininas e masculinas eram muito precárias (MIMESSE, 2010).

No ano de 1907 os documentos dos inspetores escolares apresentaram algumas considerações sobre as escolas elementares da

cidade de São Paulo, criticando sua desagregação, porque “não formam partes integrantes de um todo harmônico, não podem ser consideradas como órgãos conexos de um aparelho, tendo uma função geral que seja como que a integração final de muitas funções especializadas” (SÃO PAULO, 1907, p. 15). Ainda no mesmo documento um dos inspetores escolares discorreu sobre a falta de materiais para essas escolas, explicando o modo desigual como era distribuído e, acrescentou que na grande maioria, as escolas funcionavam somente com os livros de chamada. Seria necessária a distribuição uniforme em todas as escolas dos materiais para o ensino. A fim de que a opção dos pais em matricularem seus filhos nas escolas privadas italianas fosse paulatinamente reduzida, este quadro persistia em função do contraponto com as escolas públicas, o inspetor explicou que “(...), sobretudo as escolas italianas, são preferidas pelos pais. O governo italiano protege e auxilia as escolas que a colônia aqui mantém, ao passo que o Estado as abandona completamente”. (SÃO PAULO, 1907, p. 396).

A discussão sobre a precariedade das escolas elementares e as censuras por elas acarretadas, começou a tomar maior espaço nos debates após a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, no início do século XIX. Desde a criação desta modalidade de escola muitas falhas foram constatadas e poucas delas sanadas. Um dos inspetores escolares registrou em seu texto considerações sobre a instabilidade dos professores das escolas elementares, porque esses professores assumiam as cadeiras nessas escolas para iniciarem a carreira mais do que:

(...) cuidar de sua única e especial missão de ensinar e educar. Os pais não mandam os filhos a escola, porque já sabem que, durante o ano letivo, haverá na localidade dois ou três professores, no intervalo de cujas nomeações haverá férias forçadas de três, quatro ou mais meses, não se contando as licenças ocasionadas pelo desanimo dos professores. (SÃO PAULO, 1910, p. 107)

Deste modo, as escolas elementares públicas não poderiam suprir a demanda de alunos em idade escolar na cidade de São Paulo. Proporcionando que as escolas privadas italianas se expandissem nos bairros operários da cidade. Mas, as escolas italianas, apesar de manterem o caráter de escolas privadas, recebiam subsídios e não apresentavam

muitas diferenças quanto a estrutura física ou a organização escolar das escolas públicas.

As escolas privadas italianas eram criadas nas residências dos professores, que na maioria das vezes também eram seus diretores. As casas em que funcionavam as escolas subsidiadas, a princípio, eram alugadas. Essas casas-escolas tinham alguns cômodos separados para acomodar a família do professor e para acomodar as salas de aulas. Os quartos maiores com fácil acesso, tornavam-se parte das escolas masculinas e femininas. Cada escola ocupava apenas uma sala agregando alunos de idades e níveis de conhecimento diferentes, exatamente como ocorria nas escolas elementares públicas da Capital. Alguns modelos de casas eram preferidos para a convivência comum, entre os familiares do professor e o funcionamento das escolas, eram as casas com mais dois andares, que contivessem um local aberto ao fundo para abrigar as crianças nas atividades físicas e recreativas. As casas assobradadas eram ideais para a instalação das escolas, de modo que os sexos ficavam separados, segundo os andares do edifício. Em alguns documentos pesquisados constatou-se que a escola feminina ocupava o andar superior e a masculina o andar inferior.

Geralmente, nas escolas italianas subsidiadas e nas públicas, o professor regia a escola masculina e sua esposa ou filhas regiam a escola feminina. Mas, com o passar dos tempos, essas escolas passaram a receber um maior número de alunos, fazendo com que seu proprietário buscasse outros edifícios para abrigar as escolas – masculina e feminina – e contratasse novos professores, além de seus familiares próximos. Todos os funcionários dessas escolas, como foi constatado na documentação pesquisada até o momento, eram de origem peninsular, ou eram filhos de peninsulares que tinham fluência no idioma da região de origem de sua família.

Nesse sentido, a imposição no ensino da Língua Portuguesa era a cada dia mais necessária. Apesar de todos os peninsulares moradores na cidade de São Paulo serem reconhecidos como italianos, eles viviam em bairros em que se identificavam regionalmente com os outros moradores, dando margem para o uso no cotidiano de outros idiomas. A população peninsular predominante nos bairros da cidade de São Paulo eram no

bairro do Bexiga os provenientes da Calábria, no bairro do Bom Retiro os do Vêneto e no bairro do Brás, os napolitanos. (TRENTO, 2002, p. 23)

Nos anos iniciais do século XX existiam na cidade de São Paulo mais de 80 escolas privadas subsidiadas pelo Governo Italiano. Essas escolas deveriam seguir o programa de ensino instituído e praticado na Itália naquele momento. Além de manterem em seus programas o ensino da matéria de Língua Portuguesa. Todas essas escolas ofereciam o curso de instrução primária elementar e algumas delas também mantinham cursos noturnos, aulas de exercícios ginásticos, cursos preparatórios para o ingresso no superior, cursos de trabalhos manuais, de línguas, entre outros.

As matérias que ensinavam deveriam prever o ensino da Língua Italiana, a necessidade de promover a consciência do idioma italiano a partir da experiência linguística, visando uma aprendizagem correta da utilização do idioma, e ainda desenvolver e manter o sentimento nacional. O programa de algumas das escolas subsidiadas italianas da cidade de São Paulo era composto por: Leitura, Escrita, Religião, Caligrafia, Gramática, Geografia Física, História Nacional, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Aritmética e Noções do Sistema Métrico Decimal. (SÃO PAULO, 1907).

Em nenhuma das escolas subsidiadas estudadas identificou-se o ensino das matérias de Língua Portuguesa, História ou de Geografia do Brasil. Mesmo que, a partir do ano de 1904, existisse a imposição de novas regras ao ensino nas escolas estrangeiras, acompanhadas de ameaças de supervisão por parte dos inspetores escolares. (SALVETTI, 1995).

Em todos os programas de ensino, em vigor nas escolas da cidade de São Paulo, destinados às escolas elementares públicas ou privadas, sempre existiu a preocupação com a ênfase no ensino da Língua Portuguesa. O programa de ensino debatido nos relatórios dos inspetores de ensino no ano de 1907 apontavam para as matérias que deveriam servir de padrão as escolas elementares públicas, apresentava as seguintes matérias: Leitura, Linguagem, Números, Caligrafia, Geografia, História Pátria, Animais, Plantas, Lições gerais, Desenho, Música, Trabalho manual e Ginástica. (SÃO PAULO, 1907, p. 122)

Esse programa de ensino das escolas da Capital era similar ao programa adotado pelas escolas subsidiadas italianas, com poucas diferenças, entre elas identificou-se a omissão nas escolas subsidiadas do ensino da matéria de Língua Portuguesa.

Alguns dos inspetores escolares, defendiam em seus relatórios, a necessidade de redução dos conteúdos existentes nos programas de ensino das escolas elementares. Esses inspetores acreditavam que o acúmulo de matérias ofertadas interferia na frequência dos alunos, que desistiam de frequentar a escola, logo após aprenderem a leitura e a escrita, não indo além dos três anos de permanência nos bancos escolares. A defesa desses inspetores era no sentido de se manterem nos programas de ensino apenas as “disciplinas de maior utilidade, como Leitura, Linguagem Oral, Escrita e Cálculo”. (SÃO PAULO, 1908, p. 14).

O relatório de um dos inspetores escolares ainda aponta para que a preocupação das escolas elementares deveria ser o predomínio na linguagem. Essa deveria ser considerada o centro de todos os programas de ensino, em todos os níveis. Os exercícios deveriam ser dirigidos a aprendizagem das palavras e da escrita, e contribuírem com a expressão das ideias, com ordem, segurança e clareza. Em verdade, a defesa é para que se deveria evitar o excesso nas regras de gramática da Língua Portuguesa e o uso mais frequente do livro de leitura, que poderia ser usado como grande auxiliar na aprendizagem da linguagem, porque, segundo o inspetor escolar, somente lendo e interpretando é que as crianças aprenderiam a falar bem e a elaborar composições. (SÃO PAULO, 1908)

A Instrução Pública do Estado de São Paulo passou por reformas após a proclamação da República, no ano de 1889. Foi implantada uma Reforma da Instrução Pública a partir da Lei 88 de 08 de setembro de 1892, no programa de ensino dessa Lei constavam: Moral Prática e Educação Cívica; Leitura e Princípios de Gramática, Escrita e Caligrafia; Noções de Geografia Geral e Cosmografia; Geografia do Brasil especialmente de São Paulo; História do Brasil e Leitura sobre a vida dos grandes homens da História; Cálculo Aritmético sobre números inteiros e frações, Sistema Métrico Decimal, Noções de Geometria especialmente nas suas aplicações a medição de superfície e volumes; Noções de Ciências Físicas, Químicas e Naturais nas suas mais simples aplicações

especialmente a higiene; Desenho a mão livre; Canto e Leitura de Música; Exercícios Ginásticos, Manuais e Militares, apropriados a idade e ao sexo. A inserção de Moral Prática, Cosmografia, História do Brasil e Exercícios Manuais e Militares era uma das formas de consolidar a formação do caráter e dos valores nos alunos das escolas elementares.

Para as escolas primárias esse conjunto de matérias revelava o sentido da educação popular propugnada pelos republicanos paulistas. Educar, mais que instruir, constituía a finalidade fundamental do ensino primário. Essa diferenciação sublinhada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino – educar supunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de informações fornecidas pela instrução, implicava, essencialmente, a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, das virtudes morais e dos valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito da nacionalidade. (SOUZA, 2009, p. 83)

Os inspetores escolares fizeram várias críticas em seus relatórios sobre a amplitude do programa de ensino de 1892, e as dificuldades dos professores em cumprirem todos os itens propostos nos conteúdos. Sendo assim, esse programa foi modificado no ano de 1904. O programa de ensino sofreu alterações ligeiras, podendo-se identificar pequenas reduções nos conteúdos a serem ensinados. O novo programa de ensino passou a priorizar: Moral e Educação Cívica; Leitura, Escrita; Cálculo; Noções de Ciências Físicas, Químicas e Naturais; Desenho; Canto e Música. Na prática, verificando os relatórios enviados pelos professores ao Diretor da Instrução Pública, eles priorizavam o ensino de Leitura, Escrita, Caligrafia e Aritmética, que eram consideradas as matérias fundamentais ao aprendizado das crianças. Algumas matérias enriqueceram o programa de ensino do final do século XIX, mas no século XX nem todas as matérias permaneceram nas salas de aulas. Quando a sala de aula era composta por alunos de diferentes etnias, filhos de imigrantes, ou mesmo estrangeiros, a prioridade dos professores era o ensino da Língua Portuguesa, Leitura, Escrita e Caligrafia. Os estudos da gramática da Língua Portuguesa somente eram ministrados aos alunos com maior conhecimento dos conteúdos.

O programa de ensino foi novamente revisto no ano de 1911, previa o ensino das mesmas matérias, apenas era diferenciado pela profundidade e abrangência nos conteúdos: Leitura, Linguagem, Aritmética, História do Brasil, Geografia, Ciências Naturais (animais, plantas, lições gerais), Caligrafia, Desenho, Canto, Trabalho Manual e Ginástica. Os programas tendiam a enfatizar o ensino da Caligrafia, porque essa matéria era entendida como auxiliar ao ensino da Linguagem.

Na escola primária, a caligrafia constituiu atividade educativa que moldou comportamentos. Escrever com correção e letra legível (preferencialmente cursiva e com traçados elegantes) era demonstrar a posse de uma cultura erudita. (...) Grande ênfase foi dada à caligrafia concebida no mesmo sentido de escrita ou como arte de escrever bem. (SOUZA, 2009, p.83)

Considerações finais

Os programas de ensino aprovados e colocados em prática no Estado de São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX priorizavam o ensino de algumas matérias como a Língua Portuguesa, a História, a Geografia, a Instrução Moral e Cívica e os Exercícios físicos. Essas matérias sempre visaram o desenvolvimento do sentimento de nacionalismo e de patriotismo nos alunos das escolas elementares, contribuiriam deste modo, para a formação moral da população do Estado de São Paulo, e ainda com a construção da identidade nacional.

Apesar da existência das muitas escolas elementares públicas e privadas subsidiadas no Estado de São Paulo, não se pode afirmar que a maioria das crianças em idade escolar, estrangeiras ou filhas de estrangeiros, tenham frequentado os bancos escolares nesses anos estudados. Constatou-se, entretanto, que muitos peninsulares e filhos de peninsulares estiveram presentes nas salas de aulas das escolas elementares públicas da Capital, a partir da análise das listas de chamadas dessas escolas. De modo que, não se pode afirmar que a existia a plena aprendizagem da Língua Portuguesa, apesar da existência de uma lei que a impunha e da insistência no discurso dos inspetores escolares.

Referências

BIONDI, L. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico (a cura di) CARNEIRO, M. L. T., CROCI, F., FRANZINA, E. *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010, p. 23-48.

FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

MIMESSE, E. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed., São Paulo: Iglu, 2010.

MORANDINI, M. C. *Scuola e nazione: Maestri e istruzione popolare nella costruzione dello stato unitario (1848-1861)*. Milano: Vita e Pensiero, 2003.

SALVETTI, P. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società “Dante Alighieri”*. Roma: Bonacci, 1995.

SÃO PAULO. *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1907 a 1914.

SOUZA, R. S. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2009.

TRENTO, A. Brasile (a cura di) BEVILACQUA, P.; CLEMENTI, A. de; FRANZINA, E. *Storia dell' emigrazione italiana: arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 3-23.

O GOVERNO BRIZOLA E A QUESTÃO INDÍGENA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (1958-1962)

Gean Zimmermann da Silva*

Considerações iniciais

O planalto-norte do estado do Rio Grande do Sul foi uma região de grande movimentação migratória, principalmente de descendentes de imigrantes oriundos das Colônias Velhas, deste mesmo estado. A partir da proclamação da república do Brasil em 1889, várias colônias se formaram nessa territorialidade longínqua que é da sede de Passo Fundo em direção ao norte até a barranca do rio Uruguai. Antes da colonização de origem europeia, através da imigração, essa região constava com um número expressivo de indígenas (Kaingang e Guaranis) e também de caboclos.

Esse artigo irá discutir de forma sucinta, alguns aspectos sobre a colonização pós 1889, e como o governo positivista gaúcho desse período agiu para tentar manter todos os sujeitos (colonos de origem europeia, indígenas, caboclos, latifundiários, comerciantes, etc.) em plena “harmonia” de convívio. Também ressaltaremos aspectos sobre a demarcação de toldos indígenas entre 1910 a 1918 na região norte do estado.

Esse apanhado breve de informações se torna necessário para podermos compreender o processo de intrusão de colonos sem-terras nas áreas indígenas demarcadas; as reduções e até mesmo extinções desses toldos durante as décadas de 1940, 1950 e 1960. Elencaremos aspectos

* Graduado e mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo; Bolsista CAPES.

sobre o governo Brizola, referente à questão indígena e a reforma agrária introduzida sobre esses toldos.

Dividimos o nosso artigo em três subtítulos, mais considerações iniciais e finais. Os subtítulos são os seguintes: A colonização e os aldeamentos indígenas na região norte do Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX; Reforma agrária: reduções de áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul; A “coroação” do processo de reforma agrária durante o governo Brizola.

O recorte temporal, embora em nosso título elencamos os anos de 1958-1962 que é período do governo Brizola no Rio Grande do Sul, esse artigo aborda também, aspectos referentes ao início da república brasileira, ou seja, de 1889. Portanto, a temporalidade composta no título, é em virtude da “coroação” do processo de redução e extinção das áreas indígenas do norte do Rio Grande do Sul, justamente durante o governo Brizola.

A colonização e os aldeamentos indígenas na região norte do Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX

Durante a República Velha ou Primeira República (1889 – 1930), o estado do Rio Grande do Sul, cujos governadores eram primeiramente Júlio de Castilhos e posteriormente Borges de Medeiros, foram os que impulsionaram as “políticas de imigração” e migração para/no Rio Grande do Sul.

Essas políticas foram expostas pelo fato de que, as Colônias Velhas¹ do Rio Grande do Sul estavam super-povoadas nesse período e não existiam mais lotes disponíveis a novos imigrantes que desembarcavam em solo brasileiro e rio-grandense. Portanto, os imigrantes e os descendentes, acabaram adotando essa política e conseqüentemente migrando para região do planalto-norte rio-grandense.

¹ Regiões de São Leopoldo (com predomínio alemão) e Caxias do Sul (com predomínio italiano).

Com a vinda dos colonos (imigrantes), a região do Alto Uruguai deixou de ser concebida como um território de sobrevivência autônoma e com liberdade aos índios e caboclos, passando a ser organizada conforme os interesses mercantilistas. Assim, construíram-se ferrovias ligando a região com os principais centros do país (...). O Alto Uruguai integrou os municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo. A colonização foi pensada com objetivos claros e critérios bem definidos, que eram a diversificação das atividades, tendo como base econômica a produção de alimentos para os núcleos urbanos, e a formação de “viveiros” de força de trabalho para outros setores da economia, ocupando espaços vazios que não eram de grande interesse do latifúndio. (GIARETTA, 2008, p. 25).

Logo no início do período republicano brasileiro (pós 1889), houve várias discussões referentes à maneira de como seria tratado às terras devolutas e a própria colonização, pela alta cúpula do exército brasileiro. A Assembleia Constituinte de 1891 no Rio de Janeiro, com base nesses temas, discutia sobre:

(...) as demandas federalistas ao patrimônio territorial. Trata-se de questão que já vinha sido debatida desde a Independência [em 1822]. De um lado estão, então, os defensores da posição de que povoar o solo seria tarefa do governo central. De outro, estão os defensores das posições descentralizastes, a de que caberia às províncias – e agora os estados – a tarefa das demarcações das terras públicas e da imigração. (RÜCKERT; KUJAWA, 2010, p. 109).

A tese da descentralização acaba sendo a vencedora desse embate. A descentralização do governo central, referente a questões relacionadas às terras públicas, imigração e colonização, passa a ser de ordem dos estados da União. Podemos classificar como uma vitória dos Partidos Republicanos, pois, esses assuntos estariam sob sua tutela, ou seja, dando uma maior autonomia aos – recém – estados brasileiros.

Aliás, em todo esse período compreendido como Primeira República (1889-1930), a questão da autonomia dos estados, sempre esteve em vigor, numa espécie de federalismo, ou seja, todos os estados fazem parte do Brasil, mas há suas peculiaridades distintas, por exemplo, cada estado tinha a sua própria Constituição que muitas divergiam em

relação a da União. Tendo uma autonomia muito grande em relação à entidade Brasil.

No planalto e no norte do Rio Grande do Sul, nesse período, foram chamadas de Colônias Novas, ou seja, as colônias próximas aos municípios de Passo Fundo e Erechim. Mas, durante o período que estamos tratando, Passo Fundo já era um município e a cidade de Erechim, era de fato uma Colônia Nova, já que a mesma foi conseguir a sua emancipação no ano de 1918, ou seja, era distrito ou colônia do município de Passo Fundo. “A colonização do solo a partir do período republicano – especialmente do Planalto Norte Rio-Grandense – se faria de forma a explicitar as teses de desenvolvimento centrados no binômio indústria-pequena propriedade rural.” (RÜCKERT; KUJAWA, 2010, p. 110).

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) agia de forma diferente em relação às outras unidades federativas brasileiras. O governo Rio-Grandense nesses primórdios de república tinha um projeto de forma essencial que era a colonização de áreas consideradas desocupadas². O governo adotava a teoria do Positivismo, como uma concepção filosófica de política e também uma concepção religiosa.

O governo do estado do Rio Grande do Sul, nesse período em que estamos tratando, foi um governo governado principalmente por Júlio de Castilhos (1893 – 1898) e por Borges de Medeiros (1898 – 1908 / 1913 – 1928), também Carlos Barbosa (1908 – 1913) e Getúlio Vargas (1928 – 1930), ambos os quatro eram do PRR que seguiam os moldes do Positivismo de August Comte³, na qual este foi o “criador” desse chamado positivismo. “Na Europa, o positivismo era considerado por alguns autores como sinônimo de conservadorismo, mas no Brasil, no final do século XIX, teve um cunho progressista, em razão das ideias

² Nós referimos, a região norte, noroeste, nordeste do Rio Grande do Sul. Sabemos que nessas regiões havia certo predomínio de indígenas e caboclos.

³ Teorizando pós-Revolução Francesa a cargo da burguesia da época, pai do positivismo, na qual influenciou muito no estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, com Júlio de Castilho e Borges de Medeiros seguindo as suas índoles de pensamento colocando em prática na política.

sobre a abolição da escravidão, a industrialização e o federalismo.” (GIARETTA, 2008, p. 24).

Conforme Rückert e Kujawa,

Além do projeto de colonização no norte do Estado, o problema das posses das terras públicas passa a estar no centro das atenções dos governos Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Com a edição da Lei Estadual de Terras, nº 28, de 05 de outubro de 1899, pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antonio Borges de Medeiros, os pedidos de legitimação de posses de terras públicas aumentam consideravelmente em número. Isso se dá em vista: a) do aumento populacional de uma forma geral; b) do aumento da busca de terras do norte por imigrantes também através das posses; c) das fraudes constantes do apossamento das terras públicas; d) das tentativas dos pequenos posseiros caboclos de legitimarem suas posses que remontavam ao período do Império. (RÜCKERT; KUJAWA, 2010, p. 110).

Os pequenos posseiros caboclos, referido por Rückert e Kujawa, está relacionado aos nacionais de todo Alto Uruguai. Uma vez essas terras, não habitadas de forma regular pelo governo provincial – agora estadual – passa a ter um problema administrativo para resolver. A região está repleta de pessoas consideradas intrusas, por exemplo, indígenas e principalmente caboclos. Coube ao governo estadual à medida de procurar soluções necessárias para esses casos. Como foi realizado em 1910 com o programa nacional SPILTN (Serviço de Proteção ao Indígena e Localização do Trabalhador Nacional), e no Rio Grande do Sul em 1908 com o DTC (Departamento de Terras e Colonização).

“Com o advento da República, sob a égide do positivismo (...), a colonização se impôs de uma forma civilizadora sobre a barbárie indígena e sobre o ‘atraso’ e a indolência’ dos ‘nacionais’.” (CARINI, 2005, p. 140). Portanto, “As matas localizadas no alto Uruguai eram, então uma fronteira a ser transposta e assimilada a esse novo perfil que se desenhava para o estado do Rio Grande do Sul.” (TEDESCO; CARON, 2013, p. 151). O novo perfil que Tedesco e Caron estão enfatizando, acreditamos que diz respeito à demanda dos “novos colonos” oriundos das Colônias Velhas pela terra no Alto Uruguai, essa seria a fronteira a ser transposta. E para ser assimilada com as ideias positivistas, neste

caso, por Torres Gonçalves, que estava à frente da Diretoria de Terras e Colonização (DTC).

O Serviço de Proteção ao Indígena (SPI) é criado em 1910, pelo decreto nº 8.072 com o objetivo, entre outros de buscar entendimento com os estados membros, na discriminação das terras ocupadas pelos índios (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

O governo positivista gaúcho, através de Carlos Alberto Torres Gonçalves demarca 11 toldos (áreas) indígenas no norte do Rio Grande do Sul. Consideramos que o PRR não tinha como intuito principal a preservação da cultura indígena e até da sobrevivência dessas comunidades. Foram demarcadas essas áreas, em nossa interpretação, unicamente e exclusivamente para que não houvesse atrito entre os nativos e os “colonizadores legais” oriundos das Colônias Velhas. Uma vez o indígena aldeado e “pacificado” iria abrir espaço para a colonização em massa.

Os toldos demarcados foram: Faxinal – Cacique Doble – (1910); Carreteiro (1911); Monte Caseiros (1911); Inhacorá (1911); Ligeiro (1911); Nonohay (1911); Serrinha (1911); Ventarra (1911); Guarita (1917); Votouro Kaingang (1918); Votouro Guarani (1918). (RIO GRANDE DO SUL, 1997; CARINI, 2005, p. 136).

Tabela 01: Referente às demarcações de áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1910 e 1918, totalizando 11 toldos indígenas.

<i>Área indígena</i>	<i>Ano de Demarcação</i>	<i>Área demarcada em hectares (ha)</i>	<i>Atual município (2014).</i>
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,74 ha	Ibiraíaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto

Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventarra	1911	753, 25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
Votouro Kaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guarani	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

A maior de todas as áreas, ou seja, a área indígena de Nonoai deixa de ser um aldeamento em 1911 para se tornar uma área indígena com 34.908 hectares (RIO GRANDE DO SUL, 1997). Ela sofreu uma redução de territorialidade, em 1949, com a criação de uma Floresta Protetora Nacional⁴ e a área permanecendo com 14.910 hectares (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

Reforma agrária: reduções de áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul

A questão agrária do Rio Grande do Sul, sempre esteve vinculada com a questão indígena, com suas demarcações e expropriações de terras. No tocante às expropriações, as mesmas ocorreram basicamente na metade do século XX, no período correspondido de 1949 – 1963, com os governadores Walter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel de Moura Brizola.

Para Tedesco e Carini (2007), o momento mais crítico, referente às comunidades indígenas (Kaingangs e Guaranis), foi entre 1940 e 1960, pois, nesse período ocorreu uma “nova colonização”. A nova

⁴ O ex-governador Walter Jobim desapropria 19.998 hectares para área indígena Nonoai, para a criação de um Parque de Floresta Nacional.

colonização, é o momento onde as terras devolutas do estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai, haviam escasseado.

A região do centro-norte gaúcho, ou seja, em todo Médio e Alto Uruguai, em suas dimensões históricas/sociais, sempre colocou frente a frente colonos, caboclos pobres, negros (descendentes de escravos) e indígenas, também tendo resquícios de uma oligarquia, os latifundiários⁵, mas em menor número. Conforme, Tedesco e Carini,

Num primeiro momento, o avanço da colonização promoveu a extinção de pequenas posses situadas em terras de matas, ou campos adjacentes e forçou a demarcação de reservas indígenas [no início do século XX], numa tentativa de resguardar, ainda que parcialmente, os territórios indígenas. Num segundo momento, nem as reservas são respeitadas, ocorrendo a ocupação das mesmas [no processo de “nova colonização”], com a conivência do Estado. (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 33-34).

Das 11 áreas demarcadas no início do século XX, entre os anos de 1910 e 1918, apenas três não sofreram alterações – essas alterações eram a redução das áreas indígenas em prol de uma política estadual de criação de florestas nacionais e assentamento de sem-terras – entre elas estão: Ligeiro, Carreteiro e Guarita. As demais se tornaram um caso emblemático, de uma constatare redução das terras indígenas. Conforme Carini (2005), a área de Cacique Doble teve 22% de área reduzida; Inhacorá 82%; Votouro Kaingang 33%; Votouro Guarani 62%; e Nonoai 57%. As áreas de Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra foram extintas. Esse processo ocorreu entre 1949-1963⁶. Vejamos a tabela a seguir:

⁵ Conflitos na antiga Fazenda Sarandi. Posteriormente nas fazendas Annoni, Macali, Coqueiros, Brilhante, entre outras.

⁶ É válido ressaltar, que esse processo de redução de territorialidades indígenas, em alguns casos não foi algo estanque e instantâneo. A demanda pela terra ocorreu de forma que de ano em ano, a territorialidade ia diminuindo através de leis e decretos estaduais. Outro elemento que contribuiu, era o fato dessas reservas indígenas já estarem intrusas desde a década de 1940, na qual, a territorialidade do estado do Rio Grande do Sul, estava toda ocupada.

Tabela 02: Referente à quantidade em hectares que as áreas indígenas tiveram de redução.

<i>Área indígena</i>	<i>Área primitiva em hectares – demarcada entre 1910-1918</i>	<i>Área destinada aos índios – (com as reduções de 1949-1963)</i>
Carreteiro	600,72 ha	600,72 ha
Ligeiro	4.517,86 ha	4.517,86 ha
Guarita	23.183,00 ha	23.183,00 ha
Nonoai	34.908,00 ha	14.910,00 ha
Votouro Guarani	741,00 ha	280,00 ha
Votouro	3.104,00 ha	1.440,00 ha
Kaingang		
Faxinal – Cacique Doble	5.576,33 ha	4.349,53 ha ⁷
Inhacorá	5.859,00 ha	1.054,62 ha
Ventarra	753,00 ha	0,00 ha
Monte Caseiros	1.003,74 ha	0,00 ha
Serrinha	11.950,00 ha	0,00 ha
Total	92.196,65 ha	50.335,73 ha

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

Segundo Tedesco e Carini, o SPI “(...) por falta de força para se impor [aos intrusos], seja por convivência com os interesses dos invasores e do Estado Gaúcho, não conseguiam impedir as expropriações e nem organizar a comunidade indígena para a resistência.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 115), assim, tornava-se fácil a entrada de sem-terra nas áreas indígenas, a partir do final da década de 1940.

Como enfatizamos a intrusão de colonos em áreas indígenas já vinha acontecendo pelo menos desde a década de 1940 de uma forma

⁷ A área destinada aos índios dentro desse processo de desapropriação e intrusão das áreas de Cacique Doble e Inhacorá não constava no Relatório das terras indígenas de 1997, logo, adaptamos e realizamos um cálculo aproximado, tendo como alicerce a territorialidade demarcada e a redução em porcentagem, logo, chagamos em um número aproximado – assim como nas outras territorialidades também estão com uma quantidade aproximada.

“não legal”, com isso, no toldo de Nonoai, ocorreu em 1967 uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre essa questão da intrusão nas áreas indígenas, que deu ganho de causa para os nativos em 1968, assim, os colonos sem-terra ou posseiros tiveram que se retirar da área, detalhe que a desintrusão dessa área indígena aconteceu de uma forma total em 1978. Essa CPI tinha como objetivo terminar com um conflito existente de indígenas com colonos intrusos.

Outro evento que ocorreu desapropriação de terras foi numa área cuja ocupação também era de índios Kaingang, conhecida como “Caseiros”, próximo ao município de Passo Fundo. Nesse espaço foi sofrida uma intrusão de não indígenas, tomando posse da terra, os índios acabaram permanecendo com 1.003 ha, sendo que o toldo foi demarcado em 1911, e em 1940 o toldo já não existia para a comunidade indígena Kaingang, ou seja, teve pouco tempo de duração. Salientamos conforme Simonian que, “os governadores Ildo Meneghetti e Leonel de Moura Brizola tiveram papel de destaque quanto à expropriação dos toldos indígenas do Rio Grande do Sul.” (SIMONIAN, 2009, p. 479).

A “coroação” do processo durante o governo Brizola

É interessante mencionarmos que Brizola governou o Rio Grande do Sul de 1958 a 1962 e tinha como um elemento importante para seu governo à reforma agrária. Para Simonian, Brizola “(...) camuflava a expropriação de toldos indígenas antes identificados e demarcados pelo estado do Rio Grande do Sul [usando] a denominação ‘terras do estado’.” (SIMONIAN, 2009, p. 481). Também, é nesse período que Brizola cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), assim, podendo ter um órgão governamental para esse fim.

Em nossa concepção, o ex-governador Brizola, intensificou e legitimou a intrusão nas terras indígenas, na qual, já vinha ocorrendo pelo menos desde 1949, quando o governador do estado era Walter Jobim. Ildo Meneghetti, também entrou nesse processo. A argumentação central do governador é que havia muita terra para pouco indígena, principalmente em Nonoai.

Brizola não estava sozinho na onda da expropriação de terras, havia todo um correligionário a favor desta causa, aliás, muitos eram das

regiões onde concentrava-se maior parte dos toldos indígenas, como por exemplo, na região de Nonoai e Serrinha. Dentre os correligionários podemos citar: Antônio Bresolin, Alberto Hoffmann, João Caruso e José de Moura Calixto (SIMONIAN, 2009), este último primo materno de Leonel Brizola, também vereadores apoiavam a causa, por exemplo, os do município de Tenente Portela. Segundo Simonian,

(...) nos anos iniciados em 1940 que expropriou os indígenas quanto às áreas propostas como reservas florestais. Precisamente, no início desta década, muitos dos toldos demarcados a partir de 1911 no Rio Grande do Sul já se encontravam com áreas invadidas, sendo que o governo estadual regularizou algumas delas para invasores não – índios. Exemplar nesta direção foi o que ocorreu em Serrinha em 1942, quando o governo validou a expropriação de uma gleba de 622 ha. No mais, este processo seria retomado e disseminado com força no governo Brizola. (SIMONIAN, 2009, p. 486).

Podemos levar em conta, as documentações, ou seja, decretos e leis estaduais de dois governadores em períodos diferentes. Por exemplo: *O decreto nº 658 de 10 de março de 1949*⁸, na qual o governador Walter Jobim, destina 19.998 hectares para a criação de reservas florestais dos toldos Nonoai e Serrinha. Mostraremos um fragmento desse decreto:

“Art. 1º – São declaradas de utilidade pública, para fim especial de constituírem reservas florestais as terras abaixo discriminadas ainda do domínio do Estado: (...)”

“- uma área de 19.998 Ha (dezenove mil novecentos e noventa e oito mil hectares), junto ao Toldo Nonoai, no distrito de Nonoai, município de Sarandi, com as seguintes confrontações/ Norte – terras devolutas e Toldo Nonoai; Leste – Toldo Nonoai; Sul – terras devolutas, 1ª e 2ª Secções Pinhalzinho e rio da Várzea; a Oeste, terras devolutas, lajeado Demétrio e rio da Várzea;”

“- uma área de 6.624 Ha (seis mil seiscentos e vinte e quatro hectares), junto ao Toldo Serrinha, distrito de Constantina, no

⁸ Conseguimos ter acesso a essa documentação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os intrusos na área indígena de Nonoai de 1968 na página 280.

município de Sarandi, confrontando ao Norte com a 1ª Secção Baitaca e o lajeado Baitaca; a Leste, com o lajeado Baitaca, terras de Rufino de Almeida Melo e Toldo Serrinha; ao Sul, com Toldo Serrinha, lajeado Grande, por linhas secas, com a 1ª Secção Baitaca. (...).”

A lei estadual 3.381 de 06 de janeiro de 1958⁹, na qual o governador Ildo Meneghetti, por meio de suas atribuições:

No *artigo 1º* dessa lei, diz que “O Estado [está] autorizado a alienar uma gleba de terras de sua propriedade [terras da união, terras devolutas] situadas no município de Sarandi, lugar denominado Serrinha (...)”. Então, logo, constatamos que as terras de “sua propriedade”, nada mais é que as terras da união, nesse caso em posse dos indígenas, também é com essa lei que a área é reduzida de 11.950 hectares para 6.624 hectares. Percebemos que essa redução do toldo Serrinha, já estava previsto no decreto de 1949, Ildo Meneghetti, apenas a reforçou em 1958.

Ainda, essa lei, permitia em seu *artigo 2º* que “(...) aos posseiros e intrusos, desde que os interessados apresentem provas que são erradicadas na gleba há mais de dois anos e que não sejam proprietários em outras zonas do Estado (...)”, poderia permanecer em terra considerada devoluta, anteriormente indígena, mas pós 1958 terras do estado.

E o *artigo 6º*, diz que “Aos intrusos e posseiros que sejam possuidores de imóveis em outras partes do Estado, será igualmente permitida à compra de 25 ha, desde que eles façam provas reais de que mantém ali suas residências a mais de seis anos interruptos.”.

Logo, podemos contatar que a demanda por terras, estava altíssima no estado, para os governantes tomarem tal atitude, e pelo controle pífio das áreas indígenas. Os colonos, posseiros, intrusos que ali se encontravam há muito tempo, teriam o direito assegurado pelo estado, de 25 hectares, no sentido de uso e culto a terra, numa espécie de “usucapião”.

⁹ Também conseguimos ter acesso à documentação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os intrusos na área indígena de Nonoai de 1968 na página 281.

Na referida CPI é estabelecida uma visão de lideranças políticas locais no município de Nonoai, como por exemplo, o ex-prefeito José Calixto, que era “brizolista” e um defensor da reforma agrária. Calixto era muito importante para os agricultores sem-terra que ali encontravam-se na década de 1960, o ex-prefeito era o líder do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) na região. “O MASTER foi um movimento que teve desde o seu nascedouro, a marca do populismo, do paternalismo e do caudilhismo.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 81).

O governo de Leonel Brizola foi marcado pela reforma agrária, pois tentou implantar algo que nenhum governador tentou antes, ceder terras aos colonos que precisavam de terras. O governador ganhou fama de revolucionário por suas ações de política, como o fato que acabamos de elencar. Brizola era casado com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, que na qual doou cerca de 1.060 ha (45%) de terra da fazenda Pangaré (herança deixada a Neusa, por sua família, na cidade de Osório) para a reforma agrária, pensando que com esse ato iria atrair mais latifundiários para a sua “causa”, mas não teve êxito. “E com a ascensão de Ildo Meneghetti ao governo gaúcho em 1963 – ele um defensor do latifúndio –, destruiu-se tal projeto de reforma agrária.” (SIMONIAN, 2009, p. 481).

No período em que Brizola governou o estado do Rio Grande do Sul (1958 – 1962) ocorreu a “legitimação” da posse dos colonos, ou seja, a reforma agrária almejada pelo MASTER – criado nesse período – e pelo próprio governador, assim, conseguindo seu êxito, pelo menos naquele momento. Em 1962, o ex-governador Ildo Meneghetti, estava concorrendo novamente ao governo do estado do Rio Grande do Sul. O seu partido, o PSD (Partido Social Democrático), que havia todo um histórico de ideias a classe ruralista, “(...) criticava as iniciativas de Brizola de apoio às articulações do Master e as ocupações. (...) na sua campanha eleitoral, em meados de 1962, Meneghetti esboçava essa tendência contrária às ações do Master.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 89).

Brizola em sua tentativa de reforma agrária, pelo mesmo meio em que seu cunhado João Goulart (1961-1964) tentava implantar no Brasil, nesse mesmo período, ou seja, fazendo reformas no capitalismo, acabou não dando certo. Como Brizola a partir de 1961, declarou apoio ao

MASTER¹⁰, estava sem saída para o seu projeto de reforma agrária, logo, continuou realizando “aquilo que já vinha acontecendo” através de ações de outros ex-governadores, ou seja, reduzir as territorialidades indígenas.

A coroação dessa prática aconteceu pelo fato de que Brizola intensificou e “terminou” o processo que estava em curso desde 1949, no governo de Walter Jobim¹¹, entretanto, a ocupação ilegal das áreas indígenas é anterior a esta data. A intensificação de Brizola aconteceu pelas pressões que ele vinha sofrendo para assentar comunidades sem-terra e ao mesmo tempo legitimar a posse dos posseiros.

É válido mencionarmos que os atos de reforma agrária de Leonel Brizola não foram unicamente e exclusivamente destinados às áreas indígenas, mas também ao grande latifúndio – este governador apenas “volta-se” para os toldos indígenas, porque estava sofrendo pressão popular; porque a redução das terras indígenas já vinham acontecendo; e um outro fator, é que havia “muita terra para pouco indígena” (esse era o pensamento da época) – como, por exemplo, a desapropriação da antiga Fazenda Sarandi¹² que neste momento em 1962, constava com aproximadamente 25.000 hectares. (TEDESCO; CARINI, 2007).

Por meio, de um pagamento aos proprietários uruguaios de aproximadamente 63 milhões de cruzeiros, essa fazenda foi dividida em 17.000 hectares para loteamento colonial; 5.000 foram destinados em duas glebas, para os antigos proprietários, sendo que 1.450 hectares para a Fazenda Brilhante; e 1.600 hectares para Fazenda Macali, que já vinham sendo arrendadas pelos uruguaios Mailhos S.A. para o cultivo de trigo. (TEDESCO; CARINI, 2007).

¹⁰ Declarou apoio, porque precisava de contingente populacional ao seu lado. Lembramos que esse é um momento crucial, porque é exatamente em 1961 que ocorreu a Campanha da Legalidade em favor da posse de João Goulart, que era considerado comunista pela elite e pela alta cúpula do exército brasileiro.

¹¹ Ver decreto acima.

¹² Fazenda constituída no século XIX, com aproximadamente 70.000 hectares no norte do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A região do planalto-norte do Rio Grande do Sul foi e continua sendo um palco de reivindicações, movimentos sociais e luta pela terra¹³. O presente artigo tentou demonstrar essas práticas no período que antecedeu o governo do governador Brizola nesse mesmo estado. Elencaremos algumas considerações sobre esse recorte que enfatizamos no decorrer desse artigo.

Portanto, podemos considerar que o ex-governador Leonel Brizola, estava “encurralado” e por isso adere à prática de redução das terras indígenas, por pressões populares advindas do MASTER. Outro elemento, é que houve um equívoco histórico na “onda” das reduções e extinções de áreas indígenas, já que estas haviam sido demarcadas no início do século XX (1910-1918).

Também podemos considerar que a intrusão dos colonos sem-terra, de uma forma ilegal já vinha ocorrendo desde pelo menos a década de 1940, sendo, que nesse período as terras disponíveis no estado estavam praticamente escasseadas, logo, restando os latifúndios e as territorialidades indígenas. Brizola, assim, como outros ex-governadores, apenas legitimaram essa entrada dos posseiros nos toldos indígenas, criando reservas florestais que com o tempo, eram loteadas e destinadas para a colonização, assim, como os antigos toldos indígenas passaram por esse processo.

¹³ No início do século XXI – e atualmente –, vários focos de conflitos, envolvendo agricultores, indígenas e negros então ocorrendo por demandas de territorialidades, principalmente na região norte do estado do Rio Grande do Sul. A questão envolvendo indígenas e agricultores é muito semelhante a esse tipo de conflito que elencamos nesse artigo, entretanto, essas comunidades indígenas enfatizadas nesse artigo conseguiram a recuperação de suas terras após a Constituição Federal de 1988 em seu art. 231, algo que não resolve os conflitos atuais. Sobre os conflitos atuais, podemos ter maiores informações em: TEDESCO, João C. (Org.). *Conflitos Agrários no norte gaúcho: indígenas e agricultores*. V. 7. Porto Alegre/Passo Fundo: Editora Suliani Letra & Vida/IMED, 2014.

Outro elemento que podemos enfatizar, é que era mais “vantajoso” tentar “segurar” esses agricultores sem-terra de alguma forma no estado do Rio Grande do Sul, do que eles migrarem para outra região do país, por exemplo, o oeste catarinense. Pois, o que se pretendia com esses colonos sem-terra, é composta numa famosa frase, que já caiu em desuso, que é a seguinte: “Rio Grande do Sul, o celeiro do país”¹⁴. Em nossa, interpretação, esses ex-governadores de alguma forma, entre outros elementos, queriam assegurar esse “título” simbólico para o povo rio-grandense, ou seja, um status social.

Referências

BECKER, Ítala I. B. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995.

CARINI, Joel J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva Serrinha/norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

GIARETTA, Jane G. S. *O Grande e Velho Erechim: Ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*. Getúlio Vargas: Gráfica Alternativa, 2008.

LAROQUE, Luís F. História dos Kaingang em seus tradicionais territórios entre os rios Inhacorá. Uruguai e Sinos. In: ____ *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889 – 1930)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – Unisinos, 2007.

PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de Auguste Comte. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.) et al. *História Geral do Rio*

¹⁴ No final da década de 1960, esse “título” foi ruindo, em virtude da queda da produção do trigo, principalmente na região norte do Rio Grande do Sul, e ao passar das décadas esse estado foi perdendo esse posto para outras unidades federativas da União (Brasil). Ver: TEDESCO, João C; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF Editora/EST Edições, 2005.

Grande do Sul: República. V. 3, Tomo 2. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, p. 29-99.

RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre os intrusos na área indígena de Nonoai*, 1968.

_____. *Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”*, 1997.

RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique A. *A questão territorial Votouro/Kandóia no município de Faxinalzinho/RS*. Relatório de Perícia Fundiária. V. 1. Porto Alegre/Passo Fundo: 2010

SILVA, Marcio B. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida na região de matas do Rio Grande do Sul*. Guarapuava/Niterói: Editora Unicentro/Editora da UFF, 2011

SIMONIAN, Lúcia T. L; Política/ação anti-indígena de Leonel de Moura Brizola. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. v 5. Passo Fundo: Méritos Editora, 2009, p. 469-496.

TEDESCO, João C; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF Editora/EST Edições, 2005.

_____; CARINI, Joel J. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980: O Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST edições, 2007.

_____; CARON, Márcia dos S. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações interétnicas na Colônia Erechim, norte do RS – 1908-1915. In: TEDESCO, João C.; NEUMANN, Rosane M. (Orgs.) et al. *Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. V. 3. Porto Alegre: Editora Suliani, Letra e Vida, 2013, p. 144-169.

_____. (Org.). *Conflitos Agrários no norte gaúcho: indígenas e agricultores*. V. 7. Porto Alegre/Passo Fundo: Editora Suliani Letra & Vida/IMED, 2014.

A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO DE VARGAS E SEUS EFEITOS NO INTERIOR DO PARANÁ: O CASO DOS LUTERANOS DE IMBITUVA (1941-1945)

Janaína Helfenstein*

Sergio Odilon Nadalin**

Os anos finais da década de trinta do século XX foram fortemente marcados pelos acontecimentos que culminaram em grandes transformações tanto no cenário nacional, como principalmente mundial. A eclosão da Segunda Mundial que colocou em lados opostos os países Aliados e os países do Eixo¹ influenciou a política e, sobretudo, o cotidiano de vários outros países. No Brasil, Getúlio Vargas assumia pela segunda vez, no dia 10 de novembro de 1937, o cargo máximo da nação através de um golpe de Estado. Inicialmente, demonstrou um posicionamento de neutralidade em relação aos conflitos que estavam sendo travados na Europa. Contudo, a partir de 1942, se posiciona ao lado do grupo dos Aliados na guerra. Neste seu segundo mandato como presidente da nação brasileira, Vargas instaura então o Estado Novo, e com ele impõe a chamada Campanha de Nacionalização, que tinha,

(...) a premissa de erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados do sul, e incutir nas populações de origem europeia (especialmente alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade. Esse programa, portanto, pretendia a assimilação compulsória ou forçada das minorias acima mencionadas, através de uma legislação específica, que colocou à

* Mestranda em História pela UFPR.

** Professor doutor da UFPR (Orientador).

¹ Os Aliados eram formados por Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética, França e Polônia e o Eixo por Alemanha, Itália e Japão.

margem da lei a maior parte das instituições (sociedades assistenciais, imprensa, escola, etc.) consideradas “estrangeiras” – e que atingiu principalmente as comunidades teuto-brasileiras. (SEYFERTH, 1982, p. 175)

Desta maneira, para que fosse possível a extinção dessas influências estrangeiras, principalmente germânicas, as ações tomadas pela Campanha de Nacionalização, nas décadas de 1930 e 1940, se deram, sobretudo, na proibição – a partir do Decreto – Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939² – do uso da língua alemã nas associações culturais e recreativas e também nas igrejas, e do ensino desta nas escolas particulares. Além disso, foi proibida a veiculação de jornais e periódicos em língua germânica.

Houve um grande trabalho – já iniciado anos antes – de reforma na educação e a partir disso, de transformação das escolas estrangeiras em escolas nacionais, que tivessem como princípio o desenvolvimento do patriotismo brasileiro. Dessa forma, as escolas eram incentivadas a desenvolver atividades e festejos cívicos nas datas consideradas mais importantes como o Dia da Bandeira, por exemplo. (RENK, 2009, p. 148-150)

No final dos anos 30, o Estado centralizou o controle do ensino, proibiu o ensino domiciliar e o uso da língua estrangeira nas aulas, fiscalizando rigorosamente as práticas escolares através dos inspetores e superintendentes. Posteriormente, os Serviços de Inspeção dos Estabelecimentos de Ensino ficaram subordinados ao Departamento Nacional de Ensino. (CAMPOS, 2006, p. 108)

O Estado compreendia que todas as formas de cultivo ao germanismo³ ou sentimento de identidade étnica eram perigosos à

² Decreto este que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>.

³ Uma vez que “de todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e a maior preocupação das autoridades governamentais. Reconhecido como o núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães acusados sistematicamente de

integridade da nação brasileira. Não seria permitido, portanto, dois nacionalismos em território brasileiro. O alemão teria que se “abrasileirar”. “Os militares pretendiam infundir a compreensão do *jus soli*⁴ como fundamento da nacionalidade, em substituição à noção de *jus sanguinis*⁵, desqualificada como exótica, estranha, evocadora de pátrias que não podem ser visualizadas.” (SEYFERTH, 1999, p. 220) A partir de então o que,

(...) se viu no período do Estado Novo, por parte do Estado Brasileiro, foi uma ação massiva de fomentação de uma identidade brasileira para com todos os grupos étnicos aqui residentes, ação esta que passava por uma formação lingüística e educacional que motivasse o apego à pátria brasileira, e que, se necessário fosse, seria repressora para aqueles que possuíssem outros pensamentos e ideologias que, no entender do Estado, fossem perigosos para o seu projeto de “identidade” brasileira. (MARLOW, 2006, p. 46)

Com todas as proibições vigentes e com a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa⁶, as Igrejas Luteranas em que a celebração de seus cultos era toda realizada em língua alemã foram – além das escolas e associações – os órgãos mais prejudicados. Sergio Odilon Nadalin destaca que, entre os anos de 1939 e 1940, em Curitiba, capital do Estado do Paraná, os posicionamentos das autoridades em relação ao uso da língua alemã nos cultos mudavam constantemente.

impedir o processo de nacionalização pela insistência com que mantinham suas próprias características étnicas.” (BOMENY, 1999, p. 152).

⁴ Atribuição de Nacionalidade em que é considerado por princípio o território onde a pessoa nasce.

⁵ Atribuição de Nacionalidade em que é considerado, por outro lado, o vínculo consanguíneo com os ascendentes.

⁶ “[...] a marcha do nazismo na Alemanha, seu crescimento, e a simples presença de elementos destes sendo identificados em diversos círculos no Brasil, era motivo suficiente para o surgimento de suspeitas e cautelas entre os nacionalistas e as autoridades brasileiras. Estes elementos escolhiam especialmente as associações, clubes e escolas, onde o alemão era o idioma oficial, para lá se infiltrarem e propagarem seus ideais. A igreja evangélica alemã era também um destes fóruns.” (PETRY, 2002, p.37).

Se, em abril de 1939, as autoridades policiais haviam ordenado que, até segunda ordem, os cultos fossem realizados em português, em setembro do mesmo ano permitiu-se que a liturgia fosse feita na língua da Igreja, mas a prédica no vernáculo. Quase um ano depois, em julho de 1940, comentava-se acerca de uma contra-ordem das autoridades, especificando que o culto fosse todo ele realizado em idioma nacional. (NADALIN, 2006, p. 6)

Todas essas imposições foram sentidas também na pequena cidade de Imbituva. Neste período, a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição era filiada, como vimos anteriormente, a *Gotteskasten Synod* (Caixa de Deus) e por sua vez, estava sendo atendida pelo pastor alemão Adolph Bachimont, que no ano de 1942, posicionando-se contrário à proibição do uso da língua alemã em seus cultos acabou sendo preso e encaminhado para Curitiba.

Adolfo Bachimont:

Está prontuariado nesta D.O.P.S. desde janeiro de 1939. A Delegacia de Imbituva teve que interferir, severamente, no sentido de que Adolf Bachimont deixasse de fazer pregações, na igreja e no cemitério, em idioma alemão, – transgressão que Bachimont vinha praticando com arrogância, declarando a própria autoridade que pregava em alemão porque sua igreja era alemã e que ele “não era nacionalizado brasileiro, nem queria se nacionalizar por ser alemão.” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 780b, p. 173).

Com a prisão do pastor Bachimont a Igreja Luterana de Imbituva foi obrigada a fechar suas portas, e com isso teve que suspender completamente suas atividades, uma vez que havia a suspeita de que tanto o pastor, como também os membros da comunidade fossem simpatizantes do nazismo. Dessa maneira, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Paraná emitiu o seguinte comunicado:

A igreja referida não está em funcionamento, a fim de evitar se reúnam súditos dos países do “eixo” e por haver sido preso o referido pastor, Adolfo Jorge Bachmont, que exercia, ali, propaganda nazista, e que se encontra, desde 15-9-42, recolhido à casa de detenção desta capital. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p 186).

Além do fechamento da igreja, outras sanções legais foram impostas à população de imigrantes e seus descendentes de Imbituva como o confisco de aparelhos de rádio e armas de fogo e a permissão para se ausentar da cidade somente com salvo-conduto expedido pela Delegacia de Ordem Pública e Social do Estado. Havia também uma grande preocupação com a bibliografia que circulava na cidade, sobretudo a respeito de livros relacionados à guerra⁷. No entanto, os membros da comunidade luterana sofreram também as sanções impostas pela própria vizinhança, uma vez que haviam seguidas denúncias de que os “alemães” residentes no município estavam desobedecendo às leis, tendo em vista que um casamento havia sido realizado na congregação luterana, após o fechamento da mesma, como poderemos ver no trecho da seguinte carta enviada em dezembro de 1942 ao Interventor do Estado, Manoel Ribas:

(...) Aqui nesta cidade de Imbituva, no dia 12 do corrente (sábado) realizou-se na Igreja protestante alemã o casamento de uma filha de Alberto Diedrichs, e no mesmo dia e na mesma Igreja realizaram-se muitos batizados, sendo que a dita Igreja fora “lacrada” por autoridade competente, por ela pertencer à 5ª coluna. E como agora, senhor Presidente, *fora aberto o mencionado templo protestante, que pertence aos ínfimos, aos sórdidos, aos traidores eixistas, que tanto tem flagelado o mundo, como causado também ao nosso caríssimo Brasil tantos prejuízos com suas traições e guerras*, para realizar-se o casamento da filha de um forte capitalista desta cidade, cujo nome é Alberto Diedrichs? No meu coração de brasileiro, que ama esta mui estremecida Terra Brasileira, que recebeu outrora tão carinhosa, quão hospitaleira, imigrações de muitas nacionalidades, inclusive alemã, suponho ser impatriotismo de algumas autoridades brasileiras consentirem que se realizasse num templo “eixista” o matrimônio que acima me referi. Isso, senhor Interventor, não só é um afronta aos brasileiros desta cidade, como também o é a V. Excma e aos Decretos do nosso

⁷ “Pelo presente, solicito de v.s. providências no sentido de que sejam procedidas observações discretas, juntamente com o Agente Postal dessa cidade, afim de que fique constatado se prossegue as distribuições dos livros “Inglaterra ou Alemanha” e “Os antecedentes da Guerra Soviética.” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p.70).

Grandioso senhor Getulio Vargas e, enfim, a todos que são brasileiros de coração. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p 147-148)

Além dessa carta, um abaixo-assinado organizado por alguns moradores da cidade foi encaminhado para a Delegacia de Ordem Pública e Social do Estado exigindo providências para que a ordem fosse mantida no município, uma vez que de acordo com o grupo o senhor Alberto Diedrichs era “alemão de origem e elemento suspeito de partidário do nazismo” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 187) sobretudo, por ser acusado de organizar encontros em horários inoportunos para ouvir programas radiofônicos em língua alemã. A partir desse episódio, um inquérito policial foi instaurado e mesmo sem ter acusações conclusivas contra o senhor Alberto Diedrichs – como poderemos ver no trecho abaixo – ainda assim, suas atitudes eram suspeitas e mereciam ser acompanhadas mais de perto.

Pela conclusão das averiguações policiais a que mandei proceder verifica-se que o *fato apurado não constitui crime nem transgressão disciplinar*; entretanto ha fortes indícios de atividades suspeitas, contrarias as atividades nacionais brasileiras, por parte de um grupo de civis – estrangeiros ou nacionais descendentes de alemães – que se reunião, pela madrugada, na casa de um amigo e compadre do pastor luterano já preso por nocivo aos interesses brasileiros. Tais reuniões são tanto mais suspeitas porque, realizadas, além da hora por demais matinal, em uma casa situada dentro de um terreno defendida por cães (apesar de ser Imbituva uma pequena e pacata cidade, onde não há notícia de qualquer assalto a transeunte ou propriedade) são negadas pelo proprietário da casa, embora testemunhadas até por pessoas estranhas ao meio local, insuspeitas, portanto, e confessadas pelos que a elas compareciam. Há ainda a aumentar as suspeitas de qualquer ação contraria aos interesses nacionais, em tais reuniões, a circunstância de serem realizadas em casa de um ex membro da sociedade de atiradores fechada por suas atitudes nazistas, homem descendente de alemães e apontado como um dos chefes nazistas de Imbituva, a ponto de causar revolta a uma parte da população da cidade a abertura da Igreja Luterana para a cerimônia de realização de casamento de sua filha. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 187)

Da mesma forma, o responsável pela delegacia de Imbituva Capitão Oziel Cavalcante de Gusmão também foi investigado, por suspeita de ter amizade com pessoas ligadas às ideias nazi-fascistas, dentre elas, o próprio senhor Alberto Diedrichs.

(...) Que o cap. Oziel mantém relações amistosas com o snr. Alberto Didrichs e família não porque sua senhora seja descendente de alemães, como é na verdade, mas porque é vizinho de genros e filhos do snr. Alberto Driedrichs, mora em casa e terreno de propriedade de parentes do mesmo Alberto Diedrichs, casa essa ocupada anteriormente pelo seu antecessor, cap. Naihms Restum, seu médico e de sua família é o dr. Diedrichs, o seu fornecedor de gêneros é o seu vizinho, snr. Godofredo Grolmann, genro do snr. Alberto Diedrichs ou em outras de sua família (do snr. Diedrichs) atos ou idéias que os tornem suspeitos de atividades nazi-fascistas (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 12-13).

O inquérito contra o Capitão Oziel também foi inconclusivo. Todavia, demonstra tamanha a desconfiança por parte da população do município, bem como das autoridades policiais em relação aos membros da Comunidade Luterana de Imbituva. Toda e qualquer manifestação dita contrária aos preceitos estabelecidos pela política varguista era vista com maus olhos. Durante o inquérito, o Capitão Oziel tentou demonstrar que tanto ele e, sobretudo, Alberto Diedrichs estavam sofrendo uma perseguição motivada por inveja, ou até mesmo vingança, como podemos ver no relato encaminhado pelo Capitão à Delegacia da capital:

Cumpre-me informar a Va. Exa. que o Snr Alberto Diedrichs é brasileiro nato, grande industrial de madeira. É membro da Legião Brasileira de Assistência a cuja instituição tem feito relevante auxílio material; nunca tive conhecimento de qualquer fato que o indicasse como elemento do Eixo, e nunca o mesmo se manifestou sobre assuntos de Guerra. Os signatários da representação são, ao contrário, modestos operários de construção de estradas de rodagem, e agem insuflados por inimigos encobertos do Snr. Alberto. Pretenderam desacatar a polícia e provocar desordens. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 189)

Podemos perceber que a tensão do período, a constante repressão e as duras leis impostas ocasionaram uma polarização da sociedade de

Imbituva afastando e, portanto, colocando em lados opostos “brasileiros” e “alemães”, também constantemente chamados de “nazistas” e “quinta colunas”⁸.

Alguns meses após a denúncia efetuada por conta da realização do matrimônio, a Diretoria da comunidade luterana de Imbituva entra em contato com a DOPS pedindo permissão para que o pastor da comunidade luterana de Ponta Grossa, Wilhelm Fugmann pudesse atender às necessidades da congregação, uma vez que todas as atividades da igreja haviam sido suspensas:

Em 02/06/1943

Por deliberação da Diretoria da Congregação religiosa, é que venho mui respeitosamente a presença de V. Excia., na qualidade de seu secretário, levar ao vosso conhecimento que, em virtude de estarmos sem pastor durante 9 meses que se prolongou a prisão do pastor Adolfo Bachimont, tendo com isso acumulado os serviços e ofícios cristãos dessa Igreja. E como este pastor não vira mais para esta cidade, embora já esteja em liberdade, e sobre este assunto, a Congregação, agradece sinceramente a V. Excia. o que foi feito em favor do mesmo, para que voltasse ao convívio de sua família.

Quanto a nossa situação em vista disso, como disse acima acumulou os serviços e assim estamos por realizar mais de trinta Batizados e temos grande número de “creanças” preparadas para receberem a Primeira Comunhão e a graça sacramental de acordo com o rito luterano. E como se torna necessário levarmos a efeito esses Ofícios de Consagração religiosa para preservar a fé de nossos Congregados e para levar-se a efeito essas finalidades e normas Cristãs, precisamos da vinda de um ministro de nossa seita até esta cidade, por não contarmos ainda com a assistência de um ministro.

⁸ Em várias localidades, em especial nos Estados do Sul do Brasil, se verificou esse mesmo fenômeno. Em Brusque/SC Giralda Seyferth destaca que “(...)qualquer teuto-brasileiro cujo comportamento fugisse às regras estabelecidas pela nacionalização – por exemplo, falar a língua alemã – podia ser chamado de alemão nazista ou simplesmente nazista. As pessoas não eram simplesmente chamadas de nazistas, eram *acusadas* de sê-lo.” SEYFERTH, 1981, op. cit, p. 194. (grifo no original)

E lembramo-nos então do pastor Guilherme Fuchmann, da Igreja Luterana de Ponta Grossa, por ser da cidade mais próxima à nossa e assim pedimos encarecidamente a V. Excia. que concedesse ao mesmo uma autorização especial para que este pastor pudesse vir até Imbituva para os dias 19 a 21 de junho corrente, para aqui proceder as cerimônias acima expostas.

Pedimos a V. Excia. a fineza de comunicar a autoridade de Ponta Grossa, sobre a licença especial a ser fornecida ao pastor Guilherme Fuchmann, para se locomover até esta cidade e bem assim o grande favor de nos comunicar também por ofício, sobre a concessão da licença pedida, para que avisemos com tempo os interessados nos Batizados e Comunhão, para estarem presentes nesses atos de construção do Bem.

Esperando merecer a acolhida de V. Excia. a nossa solicitação, e se necessário a apreciação do S. Excia. o Sr. Cap. Secretario, renovamos os nossos agradecimentos sinceros, e firmo-me com elevada estima e toda consideração. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 70)

Podemos verificar que a comunidade estava preocupada com o andamento de suas atividades, uma vez que fazia quase um ano que seu antigo pastor havia sido preso e as atividades religiosas da comunidade ainda não estavam sendo realizadas. Além disso, a mencionada congregação tencionava ser atendida por um pastor de sua vertente religiosa. A esta solicitação a DOPS respondeu da seguinte maneira:

Em 9/06/1943

Acusando o recebimento do memorando, datado de 2 do corrente, dessa congregação, informo *não ser permitida* a ida do padre Guilherme Fuchmann, a essa localidade, devendo providenciar a ida de um *pastor de nacionalidade brasileira*. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 72)

A recusa da solicitação da Comunidade de Imbituva se deu, sobretudo, pelo fato do referido pastor, ter escrito e publicado na década de 1920 um livro a respeito da presença alemã no Estado do Paraná⁹,

⁹ O livro citado foi traduzido no ano de 2010 e foi publicado pela editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). FUGMANN, Wilhelm. *Os alemães no Paraná: livro do centenário*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

como podemos ver neste informe da DOPS enviado à Comunidade de Imbituva:

Wilhelm Fugmann, esta fichado nesta DOPS desde 27-12-1938, por ser considerado nocivo ao regime e por ser partidário de Hitler, de acordo com o comprovante fornecido pelo Serviço de Nacionalização da 5a R.M. Editou, em Ponta Grossa, um livro “Die Deutschen in Paraná” – “ Os alemães no Paraná” Curitiba 4 de Junho de 1943. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 69)

Seguindo a recomendação da DOPS a solução encontrada pela comunidade para dar continuidade aos trabalhos da congregação foi à filiação a outra vertente do luteranismo presente no Brasil, no caso, ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, a atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), pois este “tinha seminário próprio e pastores nascidos e formados no Brasil.” (STADLER, 2003, p. 92) Dessa forma, a comunidade envia um pedido a IELB e ainda no ano de 1943 recebeu a visita do então presidente da organização que firmou a filiação ao Sínodo¹⁰.

Podemos perceber que a busca por uma nova vertente do luteranismo, se deu principalmente em função da formação de pastores brasileiros, tendo em vista, que possivelmente a comunidade temia que a vinda de outro pastor de origem alemã, dadas as circunstâncias da época pudessem resultar em um novo fechamento da Igreja. Mesmo após a filiação a outra vertente do luteranismo e a vinda de um novo pastor, as desconfianças em relação aos membros da comunidade luterana persistiram até os anos finais da Segunda Guerra, como podemos ver a partir de dois documentos de janeiro de 1944 em que a comunidade é acusada de usar o idioma alemão em seus cultos:

Ofício 16/44 – Ilmo. Sr. Sub-delegado de Polícia – Imbituva
Tendo chegado ao conhecimento desta DOPS, que na igreja protestante, desta localidade, as prédicas são feitas em idioma

¹⁰ Conforme ata n. 07 da Assembleia Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1943. Livro Ata n.01 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva.

alemão, deveis proceder uma sindicância a respeito, comunicando a esta DOPS. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 50)

A resposta encaminhada pelo delegado de Imbituva foi a seguinte:

Em cumprimento ao seu ofício de número 16/44, data de 5 do corrente, passo a informar a V.S. que fiz diversas averiguações na referida igreja, e em diversos logares, nada tendo apurado a respeito, mas fico de prontidão para qualquer cousa que aja de anormal a esse respeito, o qual tomarei as providências que o caso exige e vos comunicarei imediatamente. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 39)

É possível que as desconfianças que recaíram sobre os membros dessa comunidade nunca foram desfeitas completamente, considerando que, neste período, as relações entre parentes, amigos e vizinhos devem ter ficado um tanto estremecidas. O fato é que a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição teve que recomeçar seus trabalhos e iniciar uma reorganização da vida comunitária, que havia sido tumultuada em decorrência dos últimos acontecimentos.

Sabemos, portanto, que se tratava de um grupo formado por teuto-brasileiros¹¹, ou pelo menos por descendentes de teuto-brasileiros que sofreram com as imposições do governo varguista e que para continuar professando sua religião tiveram que se adaptar a uma nova vertente religiosa. Não é possível afirmar categoricamente – a partir das poucas fontes que nos restam¹² – se o grupo em questão possuía algum

¹¹ “Teuto-brasileiro é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul.” (VOIGT, 2008, p. 75).

¹² No período em que a Igreja ficou sem atendimento pastoral, a maior parte dos documentos da comunidade escritos em língua alemã se perdeu. Não há livros de atas e muito menos livros de registros de batismos, casamentos e óbitos. Não se sabe o que foi feito dessa documentação, provavelmente os próprios membros tenham se desfeito do material, temerosos com a proibição da língua alemã nas comunidades.

sentimento germanista. Todavia, a partir da vinculação institucional da congregação antes da prisão do pastor, podemos levantar a hipótese de que estes dois elementos, a língua mãe e a religião luterana poderiam ser considerados como aglutinadores em torno do *Deutschtum* (germanismo).

A palavra *Deutschtum* tem dois sentidos que convergem para compor a etnicidade teuto-brasileira: expressa o sentimento de superioridade do “trabalho alemão” — e, neste caso, remete ao progresso trazido pelos pioneiros à “selva” brasileira — e define o pertencimento à etnia alemã, estabelecendo seus critérios — língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães. (SEYFERTH, 1999, p. 74)

Dessa maneira, devemos nos perguntar a respeito dos motivos que levaram essa comunidade a optar por uma mudança de sínodo religioso, sendo que casos próximos aos ocorridos em Imbituva foram comuns em outros municípios e até onde se sabe não houve mudança de confissão religiosa¹³. Além do mais, a mudança foi justamente, para uma vertente do luteranismo, que pelo menos em seus discursos oficiais, pregava justamente um afastamento da igreja de questões políticas e também étnicas, como podemos ver a partir do texto “Posição do Sínodo sobre Etnia e a Associação 25 de Julho”, publicado em março de 1937 no Periódico Luterano “*Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt für Süd-Amerika*” (em tradução livre “Folha da Igreja Evangélica Luterana da América do Sul):

Nossa Igreja reconhece a existência de etnia e o cultivo de coisas pertinentes ao povo, manutenção do idioma e costumes. Tais são assuntos da vida dos cidadãos e, portanto, atribuição do arranjo da vida em sociedade (governo, partido, associação, etc.).

A Igreja como tal não tem o direito nem incumbência de praticar etnicidade. Em vista disso, nossa igreja desaprova toda forma de etnicidade, como sendo missão sua, deixando-a entregue aos

¹³ Podemos verificar o exemplo da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, que sofreu várias sanções nesse período, contudo, apenas manifestou um silêncio perante a situação e após a guerra continuou suas atividades sem a necessidade de uma mudança de sínodo religioso. Conforme (NADALIN, 2006, p. 7).

arranjos que o exercício da cidadania venha a criar. (...) Nossa igreja concede liberdade aos seus congregados, professores e pastores quanto à sua vida como cidadãos na questão do cultivo das coisas do povo, enquanto se mantiverem afastados do espírito mundano. (...) De seus pastores e professores nossa igreja espera evidentemente, que se abstenham de atividades políticas.¹⁴

A partir disso algumas perguntas nos vêm à mente. Com a mudança de Sínodo religioso, o grupo abandona completamente o sentimento germanista ao optar por uma igreja que não partilha desse discurso? Ou este grupo opta pelo Sínodo brasileiro por demonstrar uma identidade luterana mais arraigada que uma identidade teuto-brasileira? O presente texto refere-se a uma parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os questionamentos acima apresentados nortearam a pesquisa em questão, e tinham por objetivo compreender essa peculiar comunidade luterana que tanto foi afetada pelas políticas de nacionalismo de Vargas. É imprescindível demarcar, que este trabalho não esgota as possibilidades de análise acerca do tema da imigração, ou até mesmo das políticas varguistas. Todavia, buscamos, nesse texto, demonstrar algumas das sanções sofridas por esse grupo de descendentes de imigrantes e quais suas estratégias de organização para que os trabalhos da igreja fossem retomados e principalmente para que suas vidas pudessem voltar ao normal.

Referências

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 152.

CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 108.

¹⁴ Título original: “*Unsere Synode zu Volkstum und 25 Juli*”. *Kirchenblatt*, 15 de março de 1937, p. 44-45. Tradução de Edgar Rudi Muller. Instituto Histórico da IELB, In: (MARLOW, 2006, p. 90).

FUGMANN, Wilhelm. *Os alemães no Paraná*: livro do centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MARLOW, Sergio Luiz. *Nacionalismo e Igreja*: A Igreja Luterana, Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2006, p. 46.

NADALIN, Sergio Odilon. *A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais*. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu-MG, 2006, p. 6.

PETRY, Rui. *Da Gemeinde à Comunidade*: uma análise das mudanças de paradigma geradas pelas crises dos anos 30 e 40, entre os imigrantes alemães luteranos e seus descendentes em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Curitiba: UFPR, 2002, p.37.

RENK, Valquiria Elita. *Aprendi falar português na escola!* O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2009, p. 148-150.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: *Mana*, n. 5, 1999, p. 74.

_____. *Nacionalismo e identidade étnica*. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, FCC edições, 1982, p. 175.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: In: PANDOLFI, Dulce (org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 220.

STADLER, Cleusi Bobato. *Imbituva*: uma cidade dos Campos Gerais. Imbituva, s/Ed., 2003.

VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. In: *Espaço Plural*, Ano IX, Nº 19, 2008, p. 75.

PADRE LUIZ SPONCHIADO E O CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANO NA QUARTA COLÔNIA

Juliana Maria Manfio*

Vitor Otávio Fernandes Biasoli**

Resumo: A Quarta Colônia localiza-se na região central do Rio Grande do Sul e foi colonizada por imigrantes italianos no final do século XIX. Com a proximidade dos 100 anos da colonização, a Igreja Católica encarregou-se de organizar as festividades das comemorações do Centenário na Quarta Colônia. Para isso, o bispo Dom Ivo Lorscheiter criou a Comissão Diocesana do Centenário da Imigração Italiana, no qual elegeu como presidente Padre Luiz Sponchiado. O pároco já estava realizando um levantamento sobre a história de sua família e, com o convite do bispo, acabou estendendo suas pesquisas para toda a Quarta Colônia. Os estudos realizados pelo Padre Luiz Sponchiado o levaram a reunir inúmeras informações e documentos que resultaram na construção de um importante acervo que tem reconhecimento internacional: o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG). O acervo foi inaugurado ao público em 1984, ano do centenário da colonização italiana no município de Nova Palma, onde está instalado o CPG. O Centro possui uma diversidade de material, contendo fotografias, recortes de jornais, certidões, passaportes, documentos de concessão de terras, manuscritos do pároco, entre outros, que foram colhidas durante anos em casas de famílias, paróquias e arquivos. Dessa forma, pretende-se apresentar como se deu as comemorações do Centenário da imigração italiana na Quarta Colônia e entender a atuação de Padre Luiz Sponchiado e da Igreja Católica nessas festividades.

Palavras-chave: Imigração Italiana, 100 anos, Quarta Colônia, comemorações.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria e bolsista CAPES.

** Professor do PPGH/UFSM e orientador.

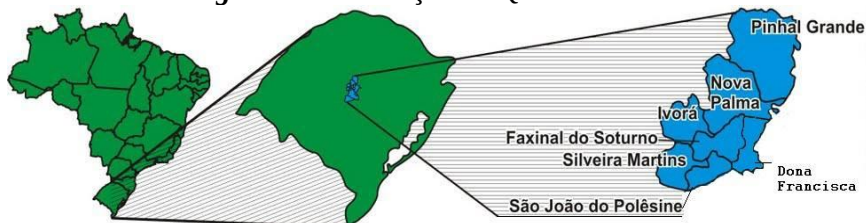
Introdução

Eu sinto saudade dos meus velhos avós – que me contaram as velhas histórias da colonização. Eu sonho às vezes com eles¹.

O presente artigo faz parte das atividades desempenhadas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), com financiamento de bolsa CAPES. Esse trabalho tem como objetivo investigar a participação de Padre Luiz Sponchiado nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana na região da Quarta Colônia que culminaram com a fundação do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) em Nova Palma²- RS.

A região da Quarta Colônia, atualmente assim denominada, foi o quarto estabelecimento de imigrantes italiano no Rio Grande do Sul, inicialmente chamada colônia Silveira Martins. A colônia foi criada em 1877. Foi emancipada em 1882 e, ficou sobre administração de três cidades: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. O mapa abaixo situa a Quarta Colônia no RS.

Figura 1: Localização da Quarta Colônia



Padre Luiz Sponchiado foi o sacerdote responsável pelas comemorações do Centenário na Quarta Colônia e, principalmente no município de Nova Palma. Ele foi neto de imigrantes italianos que chegaram à região. O religioso conviveu parte da infância com os avós e deles ouviu as histórias sobre a imigração e a colonização dos italianos.

¹ Entrevista realizada com Padre Luiz Sponchiado. In: Jornal Integração, Restinga Seca-RS, de 24 de março a 1º de abril de 2005.

² Cidade localizada no centro do RS.

Quando tornar-se padre³, foi encaminhado para ser pároco de Nova Palma. Nesse local, tornou-se uma forte liderança que incentivou as emancipações na região da Quarta Colônia – no qual deram origem a sete municípios: Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, São João do Polêsine e Pinhal Grande. Sob responsabilidade da paróquia de Nova Palma, com o município emancipado, o sacerdote promoveu a criação de instituições, como a Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma e o Sindicato dos Trabalhadores rurais. Além dos trabalhos religiosos, envolveu-se na pesquisa histórica, ao investigar a história de sua família e, algum tempo depois, ao pesquisar sobre as famílias de imigrantes e descendentes de italianos na região da Quarta Colônia.

Para um melhor entendimento de como aconteceu às comemorações dos 100 anos da Colonização da Quarta Colônia e a participação de Padre Luiz Sponchiado nesse evento, o texto foi dividido em dois capítulos: 1) *A busca pelas origens: as histórias de famílias* – trata do interesse inicial de padre Luiz Sponchiado com a história de sua família. Os diálogos que teve na infância com os avós – imigrantes italianos – é o ponto de partida para entender o interesse do sacerdote pela história da imigração & colonização; 2) *Centro de Pesquisas Genealógicas: a história das famílias da Quarta Colônia* aborda a composição do acervo e como ele foi construído e organizado pelo sacerdote. Através do acervo foi possível construir e propagar a identidade italiana entre a população.

A busca pelas origens: as histórias de famílias

A imigração italiana ocorrida no final do século XIX trouxe a família Sponchiado para a Colônia Silveira Martins, no Rio Grande do Sul. Através da história da imigração e colonização da Quarta Colônia e da família Sponchiado, pretende-se entender a busca de Padre Luiz Sponchiado as suas origens.

³ Antes de trabalhar em Nova Palma, foi pároco na cidade de Iraí-RS e foi capelão do Hospital de Caridade em Santa Maria-RS.

Suas pesquisas culminaram em um importante levantamento sobre a história de sua família, bem como, sobre a história da imigração no Sul do Brasil. Contudo, será através de um convite que, as pesquisas acabaram se estendendo a todas as famílias de imigrantes que circularam na região da Quarta Colônia.

O convite refere-se à provisão recebida do Bispo de Santa Maria-RS, Dom Ivo Lorscheiter para que o Padre Luiz Sponchiado presidisse a Comissão organizadora dos 100 anos da colonização italiana na Quarta Colônia. Sobre o histórico da região colonial será esboçado no subcapítulo a seguir.

A Colônia Silveira Martins

No final do século XIX, o Brasil incentivou a vinda de imigrantes para o Sul com o intuito de colonização da região através da criação de colônias. Assim, formaram-se inicialmente quatro núcleos de colonização que abrigariam os imigrantes: Conde d'Eu, Dona Isabel, Campos dos Bugres e Silveira Martins, atualmente os municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Silveira Martins. Segundo Franzina (2010), o Estado implantou uma política de povoamento e colonização agrícola com base na imigração.

Um dos maiores incentivadores da criação das colônias provinciais no RS foi o Senador Gaspar Silveira Martins. Defendia a vinda de imigrantes ao país, pois tinha interesses que estavam ligados à “visão de construir um país moderno liberal”. Nesse sentido, estimulou a criação da Colônia Silveira Martins⁴, localizada aos arredores do município de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul (PADOIN; ROSSATO, 2013, p.238).

⁴ “A Quarta Colônia Imperial de Imigração que levou o nome de Silveira Martins, foi símbolo da incorporação do Fronteiriço Gaspar Silveira Martins como representante dos anseios do setor imigrante” (PADOIN; ROSSATO, 2013, p. 239).

Dessa forma, no final do século XIX a região passou a receber imigrantes. Primeiramente recebeu os russos-alemães⁵ em 1877. Contudo, as condições climáticas, a falta de alimentos e a proliferação de doenças acabaram incentivando a saída desse grupo étnico da colônia. Tal acontecimento acabou reforçando a ideia de uma imigração fracassada dos primeiros imigrantes – os russos-alemães – e uma imigração de sucesso empreendida pelos italianos, pois eles estabeleceram-se no mesmo local, enfrentaram as mesmas dificuldades e obtiveram sucesso (MANFIO, 2013).

Enfim, em 1878, chegaram os primeiros imigrantes italianos na região colonial. Inicialmente eram estabelecidos em um barracão⁶ até o recebimento dos lotes de terra. Além do lote de terra, os imigrantes recebiam casa provisória, sementes e ferramentas (MANFIO, 2013). Dessa forma, os imigrantes iam se estabelecendo nos lotes e formando inúmeros núcleos coloniais que na segunda metade do século XX, tornaram-se os 7 municípios da Quarta Colônia.

O próximo subcapítulo abordará o interesse de padre Luiz Sponchiado em estudar a história de sua família.

Padre Luiz Sponchiado e a busca pelas origens

Padre Luiz Sponchiado é neto dos imigrantes italianos Luigi e Elisabetha Sponchiado que chegaram a Quarta Colônia no final do século XIX e que, se estabeleceram no núcleo de Novo Treviso⁷. Contudo, é provável que o lote de terra fosse pequeno para o sustento da família e o núcleo familiar decidiu-se imigrar para a região de Taquaruçu do Sul, na década de 20. O sacerdote nasceu em 22 de fevereiro de 1922, no núcleo de Novo Treviso, onde morou com os pais, avós e tios.

⁵ Não há ainda uma pesquisa mais aprofundada sobre esse grupo de imigrantes na Colônia Silveira Martins.

⁶ Estalagem precária que acomodava os imigrantes até o recebimento dos lotes de terra.

⁷ Atualmente é uma localidade do município de Faxinal do Soturno.

Figura 2: Padre Luiz Sponchiado



Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas – Nova Palma.

O sacerdote conviveu, desde pequeno com os avós, pois moravam todos na mesma casa. Dos avós escutava as histórias da imigração italiana, da saída do Itália, da travessia de navio em alto mar e da chegada ao Brasil e na Colônia Silveira Martins. Foi através de seus antepassados que o padre escutou pela primeira vez as histórias da colonização & imigração. O interesse por esse movimento ocorrido na região da Colônia Silveira Martins e eu, seus avós estavam inserido, foram os elementos motivadores que o “levou a pesquisar a genealogia dos mesmos, procurando documentar o que ouvira dos meus avós, que muito e tantas vezes falavam dos fatos e feitos da Aventura Imigratória”⁸.

Contudo, suas pesquisas não se restringiram apenas aos depoimentos orais e as memórias. Fez viagens a localidade onde nasceu e viveu os primeiros anos da infância, na localidade de Novo Treviso; buscou informações nas paróquias locais e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Contudo, foi no Rio de Janeiro que encontrou importantes dados e informações sobre a família – pesquisando no Arquivo do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores.

⁸ Manuscrito de Padre Luiz Sponchiado. Acervo digital da autora.

Figura 3: Casa dos Sponchiados em Novo Treviso, em 1946.



Fonte: CPG Nova Palma

Entretanto, com a proximidade dos 100 anos da colonização italiana, o sacerdote teria sido convidado a fazer parte da comissão organizadora do evento,

cuja a incumbência era dar aos festejos do Centenário, já decretados pelo governo gaúcho, ‘aquele caráter religioso, que as comemorações precisariam para serem autênticas, visto que a Igreja exerceu influencia insubstituível na vitória do empreendimento migratório italiano’. (SPONCHIADO, 1996, p.234).

Todavia, vale salientar que, o Centenário da Imigração e Colonização italiana foram comemorações de exaltação da figura do imigrante italiano, no qual como é percebido na citação acima, precisa da incumbência da Igreja Católica para mostrar um colono trabalhador, zeloso e religioso. Contudo, já existem estudos que apresentam a presença da maçonaria e de conflitos entre padres e seus fieis⁹ na região da Quarta Colônia.

⁹ Esses conflitos são apresentados nas seguintes obras: VENDRAME, Máira Ines. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da

O historiador Eugênio Vécio (2001), a relação da Igreja Católica com a maçonaria na pequena localidade colonizada por imigrantes italianos. Assim, apresentou os conflitos existentes na ex-colônia Silveira Martins com o padre italiano Antônio Sório e os membros da maçonaria existente no local. A historiadora Máira Inês Vendrame (2008; 2013) nos retrata os conflitos existentes entre padre Antônio Sório e a sociedade local. Porém, a autora procurou investigar as redes estabelecidas pelo padre e alguns indivíduos do local para compreender o espaço relacional do religioso. Dessa forma, é possível perceber que, apesar do catolicismo marcar a imigração italiana, havia conflitos entre membros da Igreja e seus seguidores.

Em 1975, Padre Luiz recebeu a provisão de Dom Ivo Lorscheiter no qual relata que o Bispado criou uma comissão para o Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia, sendo o Padre Sponchiado o presidente da comissão. A provisão de Dom Ivo ainda retrata as seguintes colocações:

Considerando que nos anos de 1975, assinalará o 1º centenário da Imigração italiana no RS, considerando que Nossa Diocese muito deve aos imigrantes italianos, fixados inicialmente em Silveira Martins e daí emigrados para outras, hoje florescentes localidades. Considerando que estes pioneiros nos legaram egrégias lições de fé e operosidade, o que recomenda uma celebração também religiosa e pastoral desse Centenário, sobre coordenação do Bispado.

Ao receber a provisão do Bispado de Santa Maria, Padre Luiz Sponchiado começou a organizar as comemorações do Centenário da colonização italiana. Para isso, estendeu as pesquisas que já estava realizando sobre sua família, para todos os grupos familiares que circularam na Quarta Colônia. Em manuscrito, o sacerdote deixa o relato sobre a pesquisa:

UFSM, 2008.; _____. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. (Tese de Doutorado). PUC-RS, 2013 e VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Osório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

A pesquisa da Colônia, esforçada e perseverante, ocupando todos os espaços que sobravam do Ministério Sacerdotal Paroquial, se estendeu desde as valiosas ‘ANÁGRAFES’, deixadas pelos sacerdotes anteriores, umas mais outra menos completas, centenas de entrevistas com alguns sobreviventes da Imigração e seus próximos descendentes; completos levantamento dos registros das freguesias, desde o livro tombo, batizados, casamentos e óbitos; os registros cíveis da região; colhendo-se concomitantemente todos os documentos escritos, fotográficos, particulares que sobreviveram às vicissitudes dum século.

Tal documento deixa explícito o envolvimento do sacerdote com as pesquisas, bem como a sua preocupação em buscar as mais diversas fontes que pudessem colaborar com a história da Quarta Colônia. Contudo, é válido ressaltar que, essas informações foram colhidas durante 50 anos de vida de Padre Luiz Sponchiado. E os inúmeros dados colhidos resultaram na criação do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, um importante acervo que foi inaugurado em 1984, em alusão ao Centenário da Imigração e Colonização no município de Nova Palma. E é sobre esse acervo que iremos tratar no próximo capítulo.

Centro de pesquisas genealógicas: a história das famílias da Quarta Colônia

Em virtude das comemorações do Centenário da Imigração e Colonização Italiana no município de Nova Palma e na Quarta Colônia, Padre Luiz Sponchiado estendeu suas pesquisas, ampliando o foco inicial que era sobre a história de sua família, para as famílias de imigrantes e descendentes de italianos que circularam na região da Quarta Colônia.

Dessa forma, suas investigações iniciaram-se primeiramente na região da Quarta Colônia, no qual buscou informações nas paróquias dos municípios, através do *anágrafes* – livros que os padres registravam as informações sobre as pessoas da comunidade. Visitou as residências de algumas pessoas mais idosas das comunidades, com o intuito de colher depoimentos que remetessem às histórias da imigração, bem como adquirir documentos e fotografias. Buscou nas visitas aos cemitérios recolher dados sobre as pessoas que faleceram e que pertenciam à região.

Contudo, suas pesquisas de campo não se restringiam na região da Quarta Colônia. Padre Luiz Sponchiado buscou informações e dados no Arquivo Histórico do RS e no Arquivo Público do RS, cujos acervos lhe possibilitaram o encontro de inúmeras fontes a respeito da formação da Colônia Silveira Martins.

Entretanto, na ânsia de buscar informações que ajudassem a contar a história da Quarta Colônia e das pessoas que circularam na região, Padre Luiz Sponchiado vai pesquisar no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro sobre as *Relações de Vapores*. De acordo com Manfio & Jardim (2009),

As grandes listas de desembarque mostravam quem vinha, quantas pessoas traziam-se junto, de que província vinha, e aonde iriam se estabelecer. Essa pesquisa contou com a ajuda de um gravador, assim as listas eram lidas em voz alta para serem gravadas, e ao retornar eram transcritas.

Ao retornar a paróquia de Nova Palma, o sacerdote contava com a ajuda de seu sobrinho Belvoir Sponchiado e de Odila Piovesan, que auxiliavam na transcrição as fitas gravadas e na organização e seleção dos documentos colhidos nas pesquisas. Além do material histórico recolhido pelo Padre Sponchiado, o acervo é enriquecido com a ajuda da comunidade local, através da doação de documentos de toda a espécie. Padre Luiz Sponchiado, em muitas vezes, propunha ao visitante a troca de informações – o religioso oferecia as informações do passado em troca de informações do presente. Dessa forma, percebemos a efetivação do CPG através da interação da comunidade local com o acervo e com o sacerdote.

Enfim, em 1984, ano do Centenário da Imigração e Colonização Italiana no município de Nova Palma, o Centro de Pesquisas Genealógicas foi inaugurado e contou com a presença de autoridades municipais e o conselho da paróquia. O CPG está localizado no andar superior da Casa Paroquial.

Figura 4: Inauguração do Centro de Pesquisas Genealógicas



Fonte: CPG- Nova Palma

A obsessão pelo registro fez com que o sacerdote reunisse uma grande quantidade de documentos, bem como realizou anotações sobre as informações coletadas. Enfim, dos documentos que juntou encontramos fotografias, registros de óbitos, casamentos, nascimentos, correspondências, títulos de terras, passaportes, recortes de jornais. Catalogou cerca de 50 mil famílias e registrou 1634 sobrenomes italianos, contabilizados em 2005.

A documentação do Centro de Pesquisas Genealógicas foi classificada da seguinte forma:

- *Relações de Vapores*: são listas de desembarque mostravam quem vinha, quantas pessoas traziam junto, província italiana de origem, e aonde iriam se estabelecer;

- *Anágrafes*: eram os registros que os padres faziam sobre as famílias italianas, que informam: quando chegaram; com quem casavam; quantos filhos tinham; quando e como morriam;

- *Livros Genealógicos*: cadastro de famílias, no qual formam árvores genealógicas;

- *Cronologias*: são blocos no qual possuem anotações do religioso referentes aos anos;

- *Biblioteca*: possui um pequeno acervo de livros do mais diversos assuntos, contendo principalmente obras sobre a imigração italiana;

- *Fitas de vídeo (VHS)*: com filmagens sobre casamentos, festas, inaugurações, construções, encontros de famílias, missas, enterros;

- *Fitas K7*: de cantos italianos e gravações dos cantos que as famílias cantavam nas festas;

- *Caixas de Família*: dentro delas encontram-se documentos, certidões, fotos; recortes de jornais, fotografias, depoimentos, entre outros, referentes às famílias da região;

A dedicação de Padre Luiz Sponchiado com os estudos da imigração e colonização da Quarta Colônia renderam o reconhecimento nacional e internacional do acervo. A partir desse prestígio, o sacerdote recebeu o prêmio de “*Ordem do Mérito Cultural*”, em 07 de novembro de 2000, em Brasília, do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Cultura Francisco Welfort. De ordem internacional, recebeu o prêmio *Capo Dell’ordine al mérito della repubblica italiana*, entregue em Porto Alegre pelo Consulado Italiano.

Constata-se que, a criação do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma é resultado das comemorações dos 100 anos da imigração e colonização da região da Quarta Colônia. Impulsionado pelas pesquisas realizadas sobre a história de sua família, bem como através da provisão recebida de Dom Ivo Lorscheiter, o sacerdote ampliou os estudos para todas as famílias de descendentes e imigrantes italianos que circularam na Quarta Colônia, criando um importante acervo sobre a imigração italiana na região.

Considerações finais

A Quarta Colônia recebeu imigrantes italianos no final do século XIX, que colonizaram a região. Cem anos depois da vinda dos imigrantes, a Igreja católica resolveu organizar festividades para comemorar o Centenário da Colonização Italiana, acreditando que essas comemorações deveriam ter caráter religioso, devido à presença da Igreja na vida da comunidade. Dessa forma, o Bispo de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter organizou uma comissão que cuidar das festividades da região. Afinal,

Padre Luiz Sponchiado foi o eleito para presidir essa comissão referente às comemorações do Centenário da Imigração na Quarta Colônia.

O sacerdote que era neto de imigrantes italianos que chegaram à região no final do século XIX. Dos avós paternos Luigi e Elisabetha, o padre conheceu as histórias sobre a imigração e colonização italiano no RS. Encantado com que ouvira, resolveu pesquisar sobre a história de sua família. Com o convite recebido do Bispo, estendeu as pesquisas, ampliando para toda as famílias de imigrantes e descendentes que circularam na Quarta Colônia.

O resultado das pesquisas e das comemorações dos 100 anos da Imigração e Colonização italiana foi à construção do Centro de Pesquisas Genealógicas em Nova Palma, inaugurado em 1984, em alusão ao Centenário da Colonização no município. O sacerdote reuniu considerável documentação e informações que contribuíram para formar um importante acervo sobre imigração italiana no RS.

Outro ponto importante de ser destacado é a efetivação do projeto de criação do CPG. Além de procura dos dados e informações, existe uma interação do acervo com a comunidade, através de doações de documentos e material, bem como a troca de informações da comunidade com o acervo: a comunidade busca saber do passado e o acervo coleta dados do presente. Constata-se dessa forma, o CPG como resultado das comemorações do Centenário da Imigração e Colonização Italiana na Quarta Colônia e a interação do acervo com a população local, que compreende a sua importância para a comunidade.

Referências

FRANZINA, Emílio. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: memórias de Júlio Lorenzoni (1877-1928). In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina (org). *Migrantes ao Sul do Brasil*. Santa Maria: EdUFSM, 2010. (63-84p.)

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Mônica. *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuações na Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

MANFIO, Juliana Maria. *De crimes e de narrativas: imigração e construção da memória* (Nova Palma, final do século XIX). 2013. 58f.

Monografia. (trabalho final de graduação em História). Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2013.

VENDRAME, Máira Ines. 2007. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

_____. *Ares de vingança*: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). (Tese de Doutorado). PUC-RS, 2013.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório*: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925). Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

SPONCHIADO, Breno. Antônio. *Imigração e 4º colônia*: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Ed.UFSM, 1996.

Referências documentais

Entrevista realizada com Padre Luiz Sponchiado. In: *Jornal Integração*, Restinga Seca-RS, de 24 de março a 1º de abril de 2005

MANFIO, Juliana Maria; JARDIM, Paula Simone Bolzan. *Parceria da UNIFRA com o Centro de Pesquisas Genealógicas*; Preservação de fontes históricas para o estudo da imigração. Relatório de Projeto de extensão (PROBEX), 2009. Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2009.

Manuscritos de Padre Luiz Sponchiado. Caixa imigração e colonização. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

Manuscritos de Padre Luiz Sponchiado. Caixas referentes ao Padre Luiz Sponchiado e sua família. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

Provisão de 07 de outubro de 1975. Caixa do Centro de Pesquisas Genealógicas. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

O INTEGRALISMO E AS FRONTEIRAS ÉTNICAS EM TEIXEIRA SOARES/PR, 1935-1938

Luiz Gustavo de Oliveira*

Em diferentes momentos a historiografia sobre a Ação Integralista Brasileira utilizou certos argumentos para explicar o fenômeno da adesão ao movimento integralista. Lembramos a questão étnica, o discurso católico e as condições político-econômicas adversas com o fracasso do modelo liberal democrático e o temor da ameaça comunista.

A questão étnica é um dos fatores explicativos mais complexos para compreender a expansão do movimento, considerando os limites das fontes disponíveis para pesquisa. Por vezes, o tema é utilizado para afirmar ou negar o “sucesso” do movimento integralista em áreas de colonização italiana e alemã. No caso de Teixeira Soares-PR¹ destacamos a impossibilidade de mapear e mensurar a inserção étnica de todos os integralistas em função da limitação das fontes e a escassez estatística sobre a imigração no município. Consideramos, no entanto, que breve debate acerca do fator étnico ajuda-nos a compreender como um movimento que pregava a integração e a valorização da “brasileidade” foi aceito e recebido em uma sociedade plural, econômica e etnicamente, além de marcadamente rural. A análise baseada em uma “amostra”

* Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Bolsista da Capes.

¹ A cidade de Teixeira Soares, antiga vila de Boa Vista, foi elevada a categoria de município com a denominação de Teixeira Soares pela lei estadual n.º 1696, de 26 de março de 1917, desmembrada de Ponta Grossa. O município possuía dois distritos: Diamantina (atual distrito de Angaí) e Fernandes Pinheiro (atual município homônimo) (IBGE, 2010).

possibilita comparações com outros núcleos paranaenses, como o núcleo vizinho de Ponta Grossa-PR.

Para Gertz, pesquisador dos Fascismos e do Integralismo no Brasil:

naquilo que tange à expansão do Integralismo no sul do Brasil, minha posição é a de que ele pode ser explicado, muito satisfatoriamente, através de variáveis universais, sem necessidade de recorrer à variável específica, a étnico-cultural, a qual muito mais atrapalha que explica. (GERTZ, 2012, p. 7).

Gertz estudou o Integralismo em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Estados de significativa imigração alemã. Concluiu que a adesão ao movimento integralista nessas áreas não ocorreu de forma “automática” ou “natural” devido à presença de alemães e descendentes, contrariando o senso comum e alguns historiadores que consideravam o Integralismo como possível disfarce às atividades fascistas no país. Nesse aspecto, seus estudos ensinaram aos pesquisadores a olharem para outros vieses interpretativos, sem o automatismo do quesito étnico.

Concordamos com Gertz que não devemos reduzir a análise a variáveis tão específicas para compreender a expansão integralista. Porém, consideramos que a variável étnica, aliada a outras análises, pode contribuir para desvendarmos, senão o “sucesso” integralista em determinadas localidades, ao menos, as lutas e rupturas dentro dos próprios grupos étnicos. Isso permitirá sustentar argumentos posteriores no trabalho e refutar definições generalizantes sobre o movimento, como a de que a inserção nas fileiras do Sigma teria sido maior entre descendentes de italianos e alemães.

Um dos que contestam a inserção de italianos e alemães nas fileiras integralistas é Josênio Parente (1986). Em seu estudo, o historiador estendeu a discussão do integralismo para o Nordeste onde a presença dos imigrantes era restrita. A peculiaridade de seu estudo está centrada na relação do Sigma com o movimento operário e a Igreja Católica, ali caracterizada pela Legião Cearense do Trabalho (LEC). Esse é outro argumento a reforçar a ideia de que o Integralismo não se atrelava a certos grupos étnicos, ou que isso seria mais evidente nos Estados do Sul e Sudeste. Mesmo distante do Sul e do “centro” de difusão do Sigma, São

Paulo e Rio de Janeiro, o Ceará “vestiu” a camisa-verde e abraçou os ideais do integralismo.

Em seu estudo sobre a Ação Integralista Brasileira no Paraná, Athaides chegou a algumas conclusões:

a presença de descendentes de imigrantes na Província do Paraná foi de fato importante, muito embora os números não nos permitam afirmar que o grupo politicamente ativo da AIB seja de maioria imigrante ou descendente. Os dados do DOPS apresentam um percentual um pouco maior de sobrenomes alemães, mas são de pouca confiabilidade para o período estudado, uma vez que foram produzidos no contexto da Segunda Guerra, auge da caça aos “alemães 5ª colunas”. Ademais, muitos nomes e sobrenomes estrangeiros não significam muita coisa, quando gerações da família já se encontravam perfeitamente ‘abrasileiradas’ (apenas um estudo concreto das origens familiares dos militantes com nomes estrangeiros poderia ser revelador nesse sentido). Ainda assim, não é desprezível o fato de que, assim como nos outros Estados do Sul, a porcentagem de ‘alemães’ ingressos na Província da AIB seja superior em cerca de 13% a da proporção de ‘alemães’ na sociedade paranaense (aproximadamente 12,1%). (ATHAIDES, 2012, p. 170-171).

Athaides verificou que na Província² do Paraná a maioria étnica predominante entre os “militantes ativos” do Sigma eram de origem luso-brasileira, com os alemães em segundo lugar e os italianos em terceiro³. Reconhecendo os limites das fontes para a análise étnica o autor observa que *“a despeito desses resultados, estudos localizados seriam extremamente profícuos e poderiam contrariar essa tendência geral, em que os luso-brasileiros predominam na Província”* (ATHAIDES, 2012, p. 172).

² As províncias eram subdivisões nacionais feitas pelos integralistas, eram correspondentes aos Estados.

³ Mais informações sobre a adesão dos integralistas paranaenses e a questão étnico-cultural, ver, especialmente o subitem 3.3 intitulado: “Adesão e feição social” de: ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo Sigma: afetividades políticas e fascismos*, 2012. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

Teixeira Soares, terra “enfeitada de pinheirais”, “pedacinho do Brasil” com muitas “glórias no passado”⁴, revela em sua história que além do verde de ervais e pinheirais, sua paisagem foi matizada por outro tom de verde na década de 1930: o verde da camisa integralista. Sob as lentes vigilantes do Estado, aquele pedacinho do Brasil não viveu exatamente tempos gloriosos. A chegada dos integralistas com suas falas, gestos e símbolos, dividiu opiniões e acirrou tensões no município. Foram tempos turbulentos.

Como não existem estatísticas confiáveis sobre a difusão do Integralismo nos diversos municípios do Paraná elaboramos uma tabela com nomes de integralistas de Teixeira Soares e sua respectiva descendência. A tabela foi elaborada a partir de fontes distintas como jornais, telegramas, fichas individuais do DOPS, fotografias, atas da câmara municipal de Teixeira Soares e depoimentos orais. Essa documentação informa os nomes da “cúpula” integralista municipal e de militantes que se candidataram aos cargos de vereador e Juiz de Paz pela legenda do “Partido Integralista”.

Apresentamos na tabela 1 o perfil profissional e étnico dos camisas-verdes teixeira-soarenses que participaram em algum momento do movimento no município:

Tabela 1 – Integralistas de Teixeira Soares – Classificação profissional e origem étnica⁵

<i>NOME</i>	<i>PROFISSÃO</i>	<i>ETNIA⁶</i>
João Molinari Sobrinho	Industrial do mate e madeira	Italiano
Pedro Rodrigues Martins	Engenheiro técnico	Luso-brasileiro

⁴ Trechos do hino de Teixeira Soares. Fonte: musicas.com.br/hinosdascidades Disponível em: <<http://musica.com.br>>.

⁵ Tabela elaborada pelo autor. Fontes: artigos da imprensa integralista, Ata da Câmara Municipal de 21 de março de 1936 a 11 de novembro de 1937, telegramas, fotografias e entrevistas.

⁶ Neste trabalho a classificação étnica se refere aos sobrenomes segundo sua descendência, em nenhum caso se leva em conta a percepção subjetiva destes atores.

	da prefeitura	
Adélio Ramiro de Assis	Contador	Luso-brasileiro
Osmar Ramiro de Assis	Contador	Luso-brasileiro
Ercílio Ramiro de Assis	Juiz Distrital	Luso-brasileiro
João Negrão Junior	Industrial da madeira e mate / Comerciante de armazém	Luso-brasileiro
João Baptista Gubert	Industrial da madeira e mate / Comerciante de armazém	Italiano
João Nicoletti Daros	Funcionário público – Secretário da Prefeitura	Italiano
Jesuíno Alves de Brito ⁷	Coletor Estadual	Luso-brasileiro
João Ribeiro dos Reis	Exportador de mate	Luso-brasileiro
Waldemar Pabis	?	Polonês
Aloisius Baumel	Alfaiate	Alemão
João Baptista Daldin	Contador	Italiano
Aristeu Santos Andrade	Dono de armazém em Diamantina	Luso-brasileiro
Antonio Fogaça	?	Luso-brasileiro
Afonso Tomás	Fabricante de Café	Luso-brasileiro
Ricardo Marquardt	Padeiro em Diamantina	Alemão
Antônio Honório dos Santos	?	Luso-brasileiro
Emílio Gonçalves de Freitas	?	Luso-brasileiro
Luiz Clevés de Bonfim	?	Luso-brasileiro
Augusto Daros	Comerciante de tecidos em Fernandes Pinheiro	Italiano
João Baptista Turra	?	Italiano
Joaquim Pires	?	Luso-brasileiro
Joaquim Ferreira Neves	Dono de armazém	Luso-brasileiro

⁷ Jesuíno Alves de Brito foi candidato a vereador pelo PSD nas eleições municipais de 1935. Porém, em 1936 seu nome apareceu como candidato a Juiz de Paz pela Ação Integralista Brasileira e em alguns telegramas informados no jornal *A Offensiva* do Rio de Janeiro. Após a vitória integralista nas urnas houve uma grande adesão à AIB na cidade. Essa “esverdeada” em Teixeira Soares pode ter inspirado alguns políticos locais a embarcarem no vagão do Sigma.

NolvidorProhmann	?	Alemão
Albino Blitzkow	?	Alemão

Pelas informações expostas na tabela 1 verificamos que em Teixeira Soares predominavam luso-brasileiros entre camisas-verdes. Nada mal para um movimento nacionalista brasileiro. Do total, os luso-brasileiros eram 57,5%, italianos 27,5% e alemães 15%. Aqui enfatizamos que eram descendentes de alemães e italianos na maioria. Mesmo que falassem a língua dos pais ou avós eram brasileiros natos de maneira que muitos não se viam como italianos e alemães. Visto dessa maneira, a porcentagem dos brasileiros no movimento era ainda mais confortável. A constatação de Athaides não é equivocada.

Apesar da ausência de estatísticas sobre a difusão do Integralismo em Teixeira Soares e demais municípios paranaenses esta breve reflexão corrobora a predominância luso-brasileira entre os integralistas paranaenses. Ainda assim, isso não esgota a questão. Os documentos que forneceriam informações precisas sobre quais grupos étnicos tiveram maior inserção no movimento e em que proporção, eram as fichas individuais de registro dos filiados aos núcleos locais. Alguns materiais de propaganda e de inscrição no núcleo local foram destruídos pelos próprios integralistas por medo da perseguição policial⁸ e a ficha foi confiscada pela polícia varguista quando da repressão ordenada pelo interventor Manoel Ribas. Algumas podem habitar porões, sótãos e caixas empoeiradas⁹.

⁸ Segundo Nice OlizaWalenga, seu pai Lourenço Serenato era integralista. Assim como muitos de seus familiares e amigos, Serenato por medo da repressão em 1938 queimou seus materiais integralistas, entre eles a camisa-verde, jornais e carteirinha de filiação ao núcleo local. Devo essa informação a meu amigo Fabiano Geros.

⁹ Sobre a repressão aos integralistas no Paraná, Pereira afirma: “o primeiro período de repressão desenfreada aos integralistas teve início no Paraná, após os eventos que circundam as malogradas ‘intentionas’ integralistas em âmbito local”. “O segundo período se estabeleceu juntamente com a ‘caça aos nazistas’, quando alguns integralistas, descendentes de alemães, foram ‘convidados’ a se apresentarem à DOPS após o rompimento do Brasil com os países do Eixo (janeiro de 1942)”. (PEREIRA, 2013, p. 6).

Sobre as relações étnicas em Teixeira Soares, vejamos o que diz Rosy Gubert:

Visitavam e convidavam meus pais para entrar no Integralismo. Até meu pai era bastante hostilizado por causa disso, minha mãe era descendente de italianos: eram Perreto, Borgo, então minha mãe sempre dizia que “*era italiana nascida no Brasil*”. E eles [os integralistas] achavam estranho que ela por ser italiana não aderir. Meu pai nunca gostou desses extremismos, desses fanatismos. Ele dizia: “não gosto desses fanatismos, nem em religião, política ou ideologia”. (Entrevista com Rosy Gubert 03/01/2014, 5:40 m).

De acordo com Rosy Gubert, sua mãe, mesmo italiana, não aderiu ao movimento. Isso revela que muitos descendentes de italianos se consideravam inseridos na nação brasileira não havendo motivações “naturais”, portanto, para aderir a um movimento com influência estrangeira¹⁰. Entre outros aspectos, o que chama mais atenção nessa fala é o estranhamento por parte dos integralistas pelo fato de uma italiana não ser integralista. O que isto pode significar? Que os integralistas tinham certa afeição pelo Fascismo italiano e consideravam que a adesão dos italianos ao Integralismo deveria ser “natural”?

Temos indícios que a presença integralista no município criou desconfortos e até mesmo limites dentro de um mesmo grupo étnico, no caso, os italianos. Sobre as fronteiras entre os grupos étnicos, Barth ressalta:

Em primeiro lugar, é evidente que os limites persistem apesar do trânsito pessoal através deles. Em outras palavras, as distinções étnicas categóricas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato ou informação, ao contrário, envolvem processos sociais de exclusão e de incorporação em que categorias discretas são

¹⁰ Em seu estudo sobre o *Fascismo no Sul do Brasil* (1987) Rene Gertz aborda temas como germanismo, nazismo e integralismo, questionando a historiografia que avaliava apenas a questão étnica para explicar os fatores de adesão ao movimento integralista. Gertz destaca que as relações entre alemães e integralistas não foram cordiais nos Estados do Sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

mantidas, apesar de alterar a participação e adesão no decorrer das histórias individuais. Em segundo lugar, demonstra-se que certas relações estáveis, persistentes, e muitas vezes importantes, sociais são mantidas acima dos limites e muitas vezes são baseados precisamente no estado étnico, na dicotomia. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma falta de interação social e aceitação, pelo contrário, é geralmente a base sobre a qual os sistemas sociais são construídos que eles contêm. Em um sistema social, a interação não leva à sua liquidação, como resultado da mudança e aculturação, as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência. (BARTH, 1976, p. 9-10).

De acordo com as reflexões de Barth, vemos que em Teixeira Soares as relações e interações sociais foram mantidas, porém entre os italianos foram estabelecidos alguns limites. Ambos os grupos buscaram representar o seu “outro”, ou seja, o grupo estava dividido em italianos com camisa-verde e italianos sem camisa-verde. Essas fronteiras não obstruíram a interação entre as famílias, mas interpuseram distinções dentro do grupo que poderiam ser transpostas a qualquer momento. Bastava vestir a camisa do Sigma ou deixar de usá-la.

Para estabelecer a diferença entre “nós” e “eles” os integralistas usavam sua parafernália simbólica: camisa-verde e gravata preta, braçadeira com o sigma, a saudação anauê, entre outras insígnias. A disciplina, o discurso anticomunista e o respeito à hierarquia eram outros elementos distintivos.

Por outro lado, apelidos e estereótipos marcavam as diferenças. Os integralistas eram chamados de sigmáticos, fascistas e fanáticos. Assim, as fronteiras étnicas que separavam os de origem italiana, polonesa, alemã e luso-brasileira, se redefiniam em fronteiras ideológicas entre os próprios italianos e demais grupos. Se o Integralismo atraiu italianos e reuniu descendentes de diferentes etnias, não foi unanimidade

entre os italianos. Entre os italianos que não aderiram ao Integralismo estavam José Brustolin, Gavert N. Branco e Flodoaldo Branco¹¹.

Antes da chegada do Integralismo a Teixeira Soares, a comunidade era marcada pela diversidade cultural e política. Contudo, podemos afirmar que o advento do Integralismo delineou novas fronteiras na localidade. O distrito de Diamantina, marcado pela presença de luso-brasileiros também sofreu cisões entre famílias e entre o grupo étnico, a exemplo da sede, a população ficou dividida em getulistas e integralistas. Através dos depoimentos e mapeamento dos nomes de integralistas e não integralistas notamos que entre 1935 e 1938 ocorreram cisões no município. Étnicas e políticas, amalgamando repulsas entre famílias e pessoas.

Se compararmos a inserção étnica do integralismo no município de Teixeira Soares com o núcleo de Ponta Grossa, corroboramos a presença majoritária dos luso-brasileiros na Província do Paraná. Vejamos na tabela a seguir:

Tabela 2 – Integralistas de Ponta Grossa – Origem étnica

ETNIAS	FILIADOS
Luso-brasileiros	59,88%
Italianos	17,26%
Alemães	11,66%
Poloneses	5,47%
Turcos	1,78%
Franceses	1,66%
Inglêses	0,83%
Ucranianos	1,19%
Espanhóis	0,1%

Fonte: Museu dos Campos Gerais – Acervo Cândido de Mello Neto.¹²

¹¹ Estes nomes foram encontrados na Ata da Câmara Municipal de 1936. Pertenciam ao Partido Social Democrático (PSD), partido opositor da Ação Integralista Brasileira e partido situacionista em Teixeira Soares e diversos municípios do Paraná nos anos 30. Um dos seus líderes era o político Líbero Nunes (interventor municipal em 1935).

¹² Tabela elaborada a partir de fichas de contribuições e canhotos de pagamento de filiados do núcleo integralista de Ponta Grossa. Nesses documentos constam

Segundo NiltonciChaves:

Ponta Grossa constituiu-se numa das cidades onde o Integralismo melhor se estruturou no Paraná. Com uma população predominantemente católica e majoritariamente urbana, a cidade também contava com numeroso contingente de *italianos e alemães*. De certa maneira, contribuiu também para o rápido avanço do Integralismo na cidade, a postura do Bispo local D. Antonio Mazzarotto. Ultramontano, D. Antonio não emitiu nenhum posicionamento contrário ao Integralismo. (CHAVES, 1999, p. 64). Grifo nosso

A suposta contribuição do contingente de imigração italiana e alemã em Ponta Grossa, em relação ao sucesso do integralismo local não encontra respaldo nos números, uma vez que não encontramos indícios concretos que afirmem a relação entre ser italiano ou alemão “facilitasse” a adesão ideológica ao integralismo. Os números de italianos e alemães no movimento são significativos, mas não devemos reduzir a expansão do integralismo no município a esta parcela, uma vez que seus descendentes já se encontravam inseridos socialmente, especialmente na economia local, com casas comerciais. O fato de italianos e alemães já se considerarem brasileiros e estabelecidos não impede a simpatia pelos movimentos fascistas europeus, assim como não era impedimento outras etnias terem afeição por Hitler ou Mussolini. O fato é que assim como Teixeira Soares, Ponta Grossa também acolheu de “braços abertos” o movimento do Sigma e teve como maioria em suas fileiras os luso-brasileiros, indício que revela certo conforto para um movimento que exaltava a brasilidade.

Com esse contingente de descendentes de italianos e alemães no movimento, podemos pressupor que esses números incomodavam e contribuíam para o discurso do varguista e anti-integralista José Hoffmann (diretor do *Diário dos Campos*) que ao criticar o movimento integralista utilizava-se da livre associação entre integralismo/fascismo/

nomes completos, alguns possuem endereço e data da contribuição. Ressaltamos que em nenhum caso foi considerada a subjetividade de nenhum integralista, apenas sua origem étnica a partir da análise dos sobrenomes.

nazismo para depreciar o movimento e a Plínio Salgado, seus principais alvos. Contudo, a assertiva de Chaves não se confirmou, pois, no máximo pelas fontes analisadas, 243 ítalos e alemães ingressaram no partido num total de 840, aproximadamente.

O fato de Ponta Grossa ter uma população majoritariamente urbana não deixa explícita a rápida difusão do Sigma, uma vez que visualizamos em espaços marcadamente rurais como os municípios de Teixeira Soares e Rebouças, um sucesso distinto de núcleos de cidades urbanizadas como Ponta Grossa e Curitiba. Considerando que aqueles dois municípios elegeram os únicos prefeitos pelo Sigma no Paraná, sendo que em Teixeira Soares também foi eleita a maioria da câmara de vereadores pelo Sigma. Notamos que o aspecto rural das cidades não impedia o acesso aos lugares mais distantes, uma vez que o trem, o telégrafo e a paixão e disposição integralista relativizavam esses fatores, e por outro lado até motivou ainda mais os integralistas a levarem suas palavras aos recantos mais recônditos do país. Devemos lembrar que nesses espaços marcadamente rurais, despontavam as pessoas de prestígio social, tais como os “chefões” locais, proprietários de fazendas e serrarias.

Certamente, um dos fatores apontados por Chaves que contribuiu para o avanço do Sigma, foi a não contrariedade ao sigma pelo Bispo local Dom Antônio Mazzarotto. Além de uma população majoritariamente católica, assim como a realidade nacional, diariamente José Hoffmann destilava em suas linhas todo seu conservadorismo e defesa dos valores católicos. Apesar de contrário ao Sigma, Hoffmann contribuiu para a criação de um imaginário católico-conservador na população de Ponta Grossa, fato que mesmo contrariando suas convicções em relação ao integralismo, pode ter favorecido a “aterriçagem” do Sigma em solo pontagrossense e da região dos Campos Gerais. Alinhando essa hipótese do catolicismo à das estruturas de poder local nas quais alguns mandões detinham o poder político-econômico e prestígio social, podemos compreender a inserção do Integralismo em alguns municípios do Estado do Paraná, sem utilizarmos do automatismo do quesito étnico para sua compreensão.

Últimas palavras

O Fascismo italiano e o Integralismo não mediram esforços para tentar atrair os italianos e seus descendentes para suas fileiras, apesar de disputarem o mesmo público alvo, ambos os movimentos mantiveram uma relação de solidariedade ideológica, como apontou o historiador João Fábio Bertonha em seu artigo “Entre Mussolini e Plínio Salgado o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil” (2001). Bertonha afirma que:

Os descendentes de italianos, influenciados por esse contexto político nacional, por seus próprios e específicos problemas de aceitação na sociedade brasileira como filhos de imigrantes e pelo clima geral de apoio às idéias de extrema direita suscitado pela propaganda italiana, poderiam ter sido cooptados pelos fascios, mas acabaram, dada a sua aculturação e desejo de serem vistos como brasileiros e de participar efetivamente da política brasileira, por aderir à Ação Integralista. (BERTONHA, 2001, p. 95).

Porém, apenas com um olhar microscópico, vemos que os descendentes de italianos que já se consideravam inseridos na sociedade brasileira também não eram unanimidade no Sigma. Este pode ser apenas o caso da família Gubert, citado no trabalho, mas nos reforça o argumento de que a variável étnica não deve ser colocada em primeiro plano ao se analisar a adesão ideológica ao integralismo.

Em Teixeira Soares, é perceptível que o integralismo devido a suas características fascistas não se vinculou apenas a determinados grupos étnicos considerados “alvos”, mas abarcou no movimento luso-brasileiros, italianos, alemães e poloneses. Notamos também que a presença da Ação Integralista Brasileira na cidade delineou novos limites, as antigas características que definiam os grupos pelos aspectos culturais e étnicos ganharam novos significados com a política integralista, estabelecendo novas identidades: getulistas e integralistas. Para transpassar essas fronteiras era preciso vestir uma camisa-verde ou deixar de usá-la.

Outro intuito do trabalho foi apontar a majoritária presença de luso-brasileiros entre os integralistas do Paraná, a análise em forma de amostra permitiu-nos contrapor algumas informações que atrelavam a expansão do integralismo aos contingentes de imigração italiana e alemã.

Mesmo assim, os caminhos trilhados nesse trabalho não esgotam a complexa questão étnica e sua relação com o integralismo, mas nos permitem refutar e corroborar afirmações de historiadores do tema.

Devemos reconhecer a influência de caracteres externos na formação da ideologia integralista e que os movimentos de direita europeus atraíram a simpatia de parcela da população brasileira e mundial, fator que pode ter contribuído para a inserção de muitos italianos, alemães e também brasileiros na Ação Integralista Brasileira. A assertiva de Gertz se confirma nesse trabalho, concordamos com o historiador que o integralismo não deve ser analisado apenas pelo quesito étnico, mas, sua investigação deve estar aliada a variáveis como a estrutura política e econômica dos municípios e o poder de alguns “mandões” locais, a relação do integralismo com representantes da Igreja Católica e as estratégias peculiares dos integralistas em determinadas localidades.

Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 15-36.

ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Paraná.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Fondo de Cultura Económica: México, 1976.

BERTONHA, João Fabio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105 2001

CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. *Revista de História Regional, Ponta Grossa*, v. 4, n. 1, p. 57-80, 1999.

GERTZ, René E. Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no sul do Brasil. In: *Ciclo de Conferências e Seminários sobre o Fascismo e seus Impactos no Brasil e no Mundo*, 90 anos após a Marcha sobre Roma. Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012.

_____. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Fascismo, Integralismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

PARENTE, Josênio. *Os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

PEREIRA ATHAIDES, Luciana Agostinho. A Ação Integralista Brasileira e os governos de Manoel Ribas no Paraná: repressão em tempos de democracia e interventoria. In: ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA – UEM. Maringá-PR, 2011.

Fontes jornalísticas

Jornal A Offensiva, números 1 a 748, Rio de Janeiro, 1934-1938 – Complexo de Centrais de

Apoio à Pesquisa/Central de Documentação – Universidade Estadual de Maringá,

Maringá/PR (fotografia digital).

Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa, 1935-1938 – Museu dos Campos Gerais – Ponta Grossa-PR (fotografia digital).

Documentos manuscritos

Livro de Atas da Câmara Municipal de Teixeira Soares. Período (1936-1937).

Notas fiscais e telegramas (fotografia digital). Acervo Cândido de Mello Neto – Museu dos Campos Gerais.

Fontes orais

NEVES, Rosy Gubert. Entrevista concedida a Luiz Gustavo de Oliveira em 03/01/2014.

Arquivos consultados

Museu dos Campos Gerais – Acervo Cândido de Mello Neto.

Câmara Municipal de Teixeira Soares.

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro-SP.

UHE ITÁ: O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, OS ATINGIDOS PERMANENTES E RIBEIRINHOS (1979-2012)

Maico Rodrigo Cesco*

A tentativa em suprir a falta de energia elétrica através de projetos de usinas hidrelétricas, foi iniciada pelos governos de características militares, com a industrialização nacional e o consequente aumento gradativo do consumo elétrico, quando se exigiam maiores disponibilidades de eletricidade.

O comitê de Estudos Energético (ENERSUL) é formado entre os anos de 1966-1969, com o objetivo de caracterizar os recursos hidroenergéticos da bacia do rio Uruguai e montar um programa de construção de usinas hidrelétricas no trecho brasileiro.

Neste sentido, a região diretamente atingida pela Usina Hidrelétrica Itá (UHE-Itá), foi o local onde as águas do rio Uruguai ficaram represadas pela barragem, na altura de um trecho entre o município de Itá/SC e Aratiba/RS, conhecido popularmente como “Volta do Uvá”. O espelho d’água formado pelo lago atingiu uma área de onze municípios, sendo quatro localizados no Rio Grande do Sul e sete em Santa Catarina.

As cidades apresentadas (tabela 1) formam a região que em menor ou maior grau foram atingidas, principalmente de acordo com as áreas alagadas, os moradores afetados diretamente nestes locais e as porções percentuais das terras alagadas no processo de idealização, projeção, construção e pós-construção da UHE-Itá, até a contemporaneidade.

* Mestrando da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES. Professor da rede pública do Estado de Santa Catarina.

Tabela 1: Municípios atingidos pela UHE-Itá, Área Total/Alagada e Compensação.

<i>Municípios</i>	<i>Área Total (km²)</i>	<i>Área Alagada (km²)</i>	<i>Compensação Financeira (%)</i>
Alto Bela Vista (SC)	103.592	15.87	12,56
Arabutã (SC)	132.232	0.12	0,09
Aratiba (RS)	341.1	26.69	21,13
Concórdia (SC)	797.26	36.46	28,89
Ipira (SC)	150.304	0.05	0,04
Itá (SC)	165.463	14.07	11,14
Marcelino Ramos (RS)	229.6	11.94	9,45
Mariano Moro (RS)	99.1	16.33	12,93
Peritiba (SC)	96.407	0.1	0,02
Piratuba (SC)	145.701	12.24	13,7
Severiano de Almeida (RS)	167.6	4.75	3,76

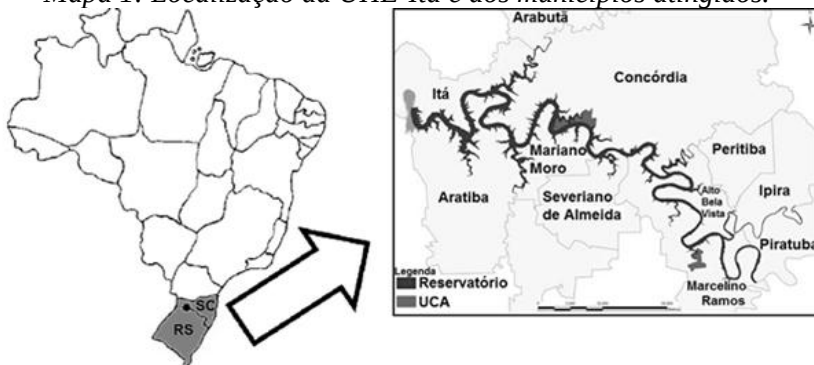
Fonte: Adaptado pelo autor de IBGE, 2013; ANEEL, 2013 e CONSÓRCIO ITÁ, 2013.

Esta região do caso Itá foi e é palco de diversas transformações sociais, estabeleceu paradigmas na luta dos atingidos em busca de seus direitos sobre a terra, foi uma das fontes da criação dos movimentos sociais de contestação/indenização das barragens e de reflexões/análises do(s) modelo(s) hierarquicamente adotado(s) pela força central (nacional, e mais tarde, privada).

UHE-Itá: o movimento social e as definições do ser/estar atingido

Os estudos iniciais dos anos 60 foram revisados (década de 70), com o intuito de indicar quais eram os locais na bacia do rio Uruguai, que seriam os aproveitamentos econômicos de maior valia. Com a publicação (CNEC; ELETROSUL, 1981), são apontadas as usinas de Itá e Machadinho como prioritárias para investimentos.

Mapa 1: Localização da UHE-Itá e dos municípios atingidos.



Fonte: Adaptado pelo autor de AMAUC (2013) e CONSÓRCIO ITÁ (2013).

Logo quando da divulgação sobre os possíveis empreendimentos hidrelétricos planejados pelo sistema central de poder, se iniciaram os movimentos contestatórios de construção das barragens no rio Uruguai pelos atores sociais que seriam atingidos. O descaso com as questões sociais e ambientais desta força central, aliadas a publicações dos meios de comunicação como: “o dilúvio do rio Uruguai” (CRAB, 1985, p.1); contribuíram para a criação de movimentos de resistência, que logo passaram a se organizar e publicamente se posicionarem contra a construção de hidrelétricas “(...) a possibilidade da implantação de 22 usinas hidroelétricas, o anúncio foi feito de maneira sensacionalista e a reação foi a pior possível. (...)”. (CÉSAR ANTONIO DIAS apud, BOAMAR, 2002, p.37).

As demonstrações públicas de apoio e protestos no que tange as UHEs de Itá e Machadinho pelas forças sócias antagônicas em choque, alteraram a ordem das construções, e Itá foi construída anteriormente: “Acreditamos que o apoio declarado das autoridades político-administrativas dos municípios atingidos, em especial da prefeitura de Itá-SC, foram fundamentais para tal inversão (PICOLI, 2012, p. 100).

A fronteira entre o sistema central de poder e a força periférica é representada pela ação dos agentes mediadores locais: de um lado,

lideranças apoiaram a CRAB¹ e contribuíram para com as mobilizações, manifestos e a organização dos mais diversos subgrupos, suas necessidades e perspectivas; de outro, pontuamos os sujeitos cativados pelo discurso ufanista de progresso, que legitimaram o discurso fatalista, negando as conquistas que os atingidos obtiveram ao longo do tempo, graças à luta e à organização popular. Tal discurso é de “(...) impotência diante de uma situação irreversível e de um poder contra o qual os moradores não tinham como lutar” (SARTORETTO, 2005, p. 163).

Assim, pode-se definir a existência de um centro de poder, dividido em duas formas diferentes: em primeiro lugar, o poder central público (atuações das empresas estatais), e/ou privado (empresas privadas), que foram responsáveis pela idealização e levantamento das áreas afetadas, desde os projetos iniciais de viabilidade, da construção e do funcionamento da usina, resultando em uma série de implicações sobre as periferias (atingidos). Em segundo, um centro de poder adjunto, caracterizado pela atuação das elites locais, políticas e econômicas, em movimento assim que foram anunciados os projetos hidrelétricos, construções, e etc., buscaram aproximar-se do poder central para barganhar vantagens no intuito de manterem seus interesses (prefeitos, vereadores, empresários, etc.).

As raízes históricas do movimento dos atingidos por barragens do sul do Brasil têm duas matrizes principais que buscaram protagonismos sociais frente sua condição de periferia do poder. A primeira foi estabelecida, na espontaneidade dos moradores atingidos periféricos, que ao receberem as notícias da construção de barragens, seja através das mídias, seja pelos técnicos da ELETROSUL² que passam mapeando topograficamente as propriedades lindeiras, ou ainda de pessoas que afirmam terem visto aviões³ sobrevoando a região e visualizando as encostas do rio ou etc., passaram a buscar informações sobre sua situação. Os sujeitos atingidos que iniciaram o autorreconhecimento da própria condição de afetados por uma obra da qual não se sabe o que vem

¹ Comissão dos Atingidos por Barragens.

² Centrais Elétricas do Sul do Brasil.

³ Interlocução com Justino Picini (28/02/2013).

a ser, mas que se buscam explicações, em face de dúvida ao futuro incerto e quem sabe indigno.

A segunda matriz é o movimento surgido das lideranças rurais, comunitárias, sindicais, politizadas, como no exemplo de professores universitários, religiosos, que passaram a enxergar na construção de barragens no rio uma ameaça aos direitos historicamente adquiridos pelos moradores. Principalmente preocupados no horizonte de um modelo possivelmente não democrático entre as partes envolvidas, quando os valores das indenizações, dos projetos de relocações para assentamentos coletivos, entre outros, poderiam ser definidos sem o devido debate.

Neste contexto, se produz o momento da formação dos movimentos dos atingidos por barragens e o desenvolvimento de todo um processo contestatório contra usinas hidrelétricas, que tratou de abrir vias de caminhos progressistas para acordos entre o centro e a periferia. Marca-se em torno de 1979, como ano da formação dos primeiros grupos de representantes do movimento: “(...) a origem da Crab, quando a Eletrosul divulgou o inventário do aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Uruguai. (...) incentivou a organização (...), professores, sindicalistas, padres, pastores, (...) e mobilização da população rural”⁴ (ALMEIDA, 2004, p. 109).

A Crab posteriormente MAB⁵ (em 1991), surge do choque de projetos a princípio antagônicos. A Eletrosul esforçou-se em desenvolver estudos, projetos, indenizações e iniciar as obras o mais breve possível, enfrentando as dificuldades financeiras, preocupada em oferecer a demanda de energia necessária ao país, enquanto que, os indivíduos que estão no caminho do represamento das águas, buscam pautas de reivindicações, indenizações justas, projetos de relocações e etc., estão inseridos no contexto de atingidos por barragens sem escolha, e a partir de fins da década de 1970 na UHE-Itá, passaram a lutar coletivamente contra a força central de poder.

4 Acrescento que a população urbana também é mobilizada diante do empreendimento da UHE-Itá.

⁵ Movimento dos Atingidos por Barragens.

O atingido da UHE-Itaé o ator social que adquire identidade a partir de ver-se na situação de ser pago para sair de sua terra, que será indenizado de acordo com critérios incertos, ou que receberá de maneira compensatória outra porção de terra, em outro local que também prevalece diversas incertezas. A nova formação social embora esteja ligada a história da formação étnica do oeste catarinense e noroeste rio-grandense, adquire nova identidade ante a face de ser/reconhecer-se atingido por barragem.

Ser ou deixar de ser atingido não é algo simples, de um local específico às margens de uma represa, é uma condição transitória de tempo em diversas margens de hidrelétricas. Portanto, transtemporaliza as fases de estudos, revisões, indenizações, construções e pós-construções, vai para além do início e fim de uma obra de UHE. Ser um atingido:

(...) não significa dizer que alguém passa a ser atingido a partir dos primeiros movimentos de instalação da obra e deixa de ser quando esta é concluída, automaticamente. (...), não é possível homogeneizar tampouco estabelecer o começo e fim desta condição, mas, sim, sua transitoriedade. (ROCHA, 2013, p.62).

A condição de atingido inserida desta forma, permite a flexibilização interpretativa e analítica do conceito para além da obra, do momento da construção de uma usina hidrelétrica e permite discutir se o morador ribeirinho, mesmo não indenizado, mas sobrevivente das redondezas do lago de uma barragem também assume a identidade de atingido.

A condição periférica atingida esta distante do poder central, demarca com rigor a marginalidade das hierarquias de poder, entre os condutores dos projetos de hidrelétricas, para com os moradores por ela afetados. Daí a necessidade e possibilidade democrática de participação dos rumos do empreendimento, de organização e luta pelos direitos sobre os rumos protagonistas da própria vida em comunidades lindeiras, quando reconhecidos como atingidos permanentemente por hidrelétricas.

Outra forma de definição para o sentido de atingido por barragem é de “refugiados ambientais”, expulsos de suas terras por forças políticas centrais, quando a:(...) construção de barragens geralmente são obscuros e

não respeitam o princípio da informação, tendo em conta o baixo nível de proteção e assistência fornecido aos deslocados (SOUZA, 2012, p. 26).

O sistema central de poder da construção da UHE-Itá usava de estratégias para desorganizar o movimento contrário a usina, impondo-lhes dificuldades de atuação. Para Uczai (1991, p. 99), são exemplos: o não se pronunciar oficialmente sobre as obras, não divulgar os projetos, não informar a população do alagamento à sede de municípios e o só negociava as indenizações individualmente.

A ideia de ser forçado a sair de onde ficará o futuro progresso, de onde se construirá um lugar melhor e se é expulso, contribuiu para as noções de perdas para com as populações deslocadas. Esses indivíduos perdem a princípio, a possibilidade de acesso aos benefícios futuros que uma UHE poderia ofertar. “Os atingidos por barragem fazem parte do grupo crescente dos ‘refugiados do desenvolvimento’, termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras”. (NÓBREGA, 2011, p. 126).

Enfim, definiu-se em linhas gerais, o conceito de atingido para além de teorias deterministas que afirmam que o atingido é, ou deixa de ser, devido ao surgimento de barragens, e sua condição desaparece quando findam as obras, ou então, que os deslocados são aqueles que perderam o progresso econômico oferecido pelas grandes UHEs.

A ideia inicial de atingido é como “(...) um coletivo social que compartilha objetivos comuns e constrói um sentido de identidade, que dispõe de uma estrutura organizacional com certa flexibilidade, e que possui um grupo dirigente organizado, (...)”. (NAVARRO, 1996, p. 65). Ampliamos este horizonte do conceito de atingido, além das fronteiras iniciais do conceito tradicional, quando nos debruçamos a outro grupo social: os moradores ribeirinhos.

Este grupo não tem sido alvo na historiografia sobre o movimento de atingidos por barragens, vive e produz sua história a uma situação de total subordinação permanente a força central das barragens, permanecendo sobre o progresso mal nascido ou que jamais chegou.

As populações remanescentes e ribeirinhas permanecem nas proximidades das áreas alagadas mesmo após o término das construções, diferentemente dos deslocados, que graças às mobilizações e conquistas,

recebem outro espaço a ser resignificado. Inclusive, durante os processos de indenizações e relocações, se tinha a noção que o morador que permanecesse nas áreas afetadas, seria o atingido com os maiores benefícios, graças ao futuro progresso que seria trazido pelo lago da UHE-Itá.

Nas interlocuções realizadas, uma das lideranças do movimento na região pesquisada, afirmou que: “Aqueles que ficaram na beira do rio, na época parecia até melhor, hoje são passados anos (...), aquele pessoal ficou ali desprotegido, pouca gente, (...) conservação de estradas e deslocamento. (...) Enfim, trouxe prejuízo pra quem ficou.” (GOLF, 04/06/2014).

A Partir da constatação que a historiografia regional ainda não tem abordado a temática dos atingidos ribeirinhos remanescentes e dos moradores ribeirinhos permanentes, e das interlocuções realizadas na região sudoeste do município de Concórdia/SC, mencionarem estes indivíduos como “os verdadeiros atingidos” (PICINI, 28/02/2013; DALPOSSO, 19/06/2014), pontuamos a necessidade de discussão da existência de um novo grupo social, que se reconhece enquanto verdadeiros em relação ao *outro*, o relocado e que está supostamente bem estruturado.

Os atingidos de forma permanente, afetados pelos projetos hidrelétricos do período pós-construção constroem a noção do *outro* e se demonstram verdadeiros atingidos por quantificar e qualificarem sua condição de forma inferiorizada, na ausência dos investimentos necessário a sua realidade:

O *outro* configura essa dimensão numa forma de fronteira, ou seja, identificada, delimitada pela noção de pertencimento; é uma dimensão mais racional da memória, das circunstâncias temporais da lembrança, (...). É uma memória construída em correlação com o *outro* que se funda num “nós”, (...) (TEDESCO, 2011, p. 170).

De forma irredutível, todas as sociedades são formadas por necessidades de pensamentos, são verdades permanentes aos valores do centro estruturante da sociedade e comungados pelas periferias. No caso Itá, estas verdades têm duas matrizes fundamentais: em primeiro lugar, a ideia de inevitabilidade do empreendimento, ou seja, o Brasil precisa de

energia e o rio Uruguai é a alternativa determinada pela força central; em segundo, o possível progresso que uma UHE pode trazer e assim, levanta-se a bandeira ufanista do progresso.

Essas concepções foram engendradas e enxertadas na região atingida, para que as populações ribeirinhas aceitassem o empreendimento sem resistência ou para desarticular a Crab/Mab: “(...) predominava um tom fatalista sobre a construção da obra. (...) era preciso por parte do Estado, (...), criar um clima de inevitabilidade, de fato dado e, mesmo antes de o ser em si, consumado, (...)”. (PICOLI, 2012, p. 103).

O autor demonstra que discursos foram utilizados com o intuito de enfraquecer o movimento dos atingidos por barragens, ao passo que, as lideranças buscavam organizar a população, objetivos comuns e alcançar suas reivindicações com um movimento mais ou menos homogêneo, enquanto que as forças centrais trabalhavam na esfera de valores que o desestruturassem.

Um dos primeiros passos para o movimento consistiu em buscar legitimidade frente aos atingidos e as autoridades, de representatividade, assim, a década de 80 é marcada por este contexto. As mobilizações realizadas visavam que a Eletrosul aceitasse receber o Crab e discutir uma pauta: a forma com a qual seriam realizadas as indenizações. Caso o movimento não fosse reconhecido, os atingidos continuariam a negociar individualmente e a mercê do poder central. Assim: “Cinco mil agricultores fizeram passeata nas ruas principais de Erechim, Rio Grande do Sul. Caminharam arrastando suas foices no chão gerando um barulho enorme e criando um ambiente ameaçador” (ROTHMAN 1996, p. 106).

O cenário erra de luta acirrada entre os interesses centrais e as populações periféricas: “Os marcos topográficos foram arrancados, os funcionários proibidos de entrar nas propriedades atingidas (...). Estava estabelecido o conflito social nas barrancas do rio Uruguai (ALSELIO MOSMANN, apud BOAMAR, 2002, p.35)”.

As manifestações públicas organizadas pelo movimento dos atingidos e as condutas assumidas espontaneamente no interior das comunidades atingidas, reforçam a identidade do atingido e cumprem papel primordial, afinal:

(...) é na “ação direta” que os atingidos exercem seu verdadeiro poder de decisão. É esse tipo de envolvimento que dá a dimensão do poder de resistência, traz a descoberta da desobediência civil, fortalece a identidade do atingido, e o sentimento de pertencer (...). (MORAES, 1994, p. 268).

Vale destacar o papel da igreja católica na organização do movimento de luta pela terra e, principalmente, suas contribuições para a legitimidade da comissão dos atingidos frente à Eletrosul, como nos sermões em missas, nas romarias realizadas em diversas cidades atingidas, da ajuda em um grande abaixo-assinado entregue às autoridades ainda na década de 1980: “A Crab, com o apoio da Igreja, em março de 1984, lançou um abaixo-assinado recolhendo mais de um milhão de assinaturas. O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, em sua diocese, colheu mais de 150 mil assinaturas (...)”. (ALMEIDA, 2004, p. 122).

O próprio símbolo dos atingidos por barragens, sua bandeira carregada em manifestações e atos públicos, demonstra que o caráter religioso esteve impresso no movimento. O atingido, ao centro, aparece crucificado em uma torre de transmissão de energia elétrica, aponta o calvário que é estar no caminho de um empreendimento de UHE.

O choque entre os projetos antagônicos é notável e, para o movimento, este é um momento de conquista, de ganhar força, visibilidade, afinal, esse é o momento de reconhecimento (hoje nacional), frente sua atuação naquele período, em que as comissões regionais de atingidos conseguem sua legitimidade (caso UHE-Itá).

As atividades cumpriram seu papel, o poder central cedeu sua postura intransigente, negociou, reconheceu a Crab, assinou um acordo em meados de 1987: “a) terra por terra (...); b) indenização por dinheiro (...); c) garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, (...)”. (ELETROSUL; CRAB, 1987, p. 1).

O movimento tem em seu horizonte algumas conquistas como esse acordo, graças ao apoio da sociedade atingida e não atingida diretamente, reuniões em comunidades ribeirinhas ou sedes municipais com amplos debates, nos quais, cada família atingida podia escolher qual

das alternativas lhe era vantajosa, que em partes, fora um dos principais anseios da maioria dos atingidos.

Diante da assinatura do acordo, sob o ponto de vista dos atingidos, houve a garantia do respeito a sua dignidade, a construção de um modelo de produção de energia perpassando por vias democráticas, estabelecidas e assinadas pelas partes envolvidas em choque. Não apenas isto, mas significou o aceite das populações atingidas pelas usinas hidrelétricas, frutos de diversas manifestações.

Como se isto não fosse o suficiente, para problematizar/polemizar a situação, a empresa responsável pelas obras, e por todo o processo de “solução social”, não cumpriu com sua parte no acordo e iniciou as construções antes de finalizar os processos indenizatórios, com já destacamos anteriormente. Portanto, a alternativa das populações atingidas foi voltar com as mobilizações, dizer o “não às barragens de Itá e Machadinho”, e uma vez mais, lutar para que o acordo de 1987 fosse cumprido pela Eletrosul, e que a mesma situação de descumprimento de tratados não se repetisse. Se a empresa não cumpre o que assinou frente às lideranças do movimento, a Crab poderia perder a confiança quanto a sua representatividade frente ao poder central.

A radicalização do movimento foi inevitável. A soma de promessas não cumpridas pela Eletrosul, o arrastar e a demora no processo de indenizações, os técnicos entrando nas propriedades e colocando marcos da altura do represamento das águas, o descumprimento do acordo de 1987, e por último, a início das obras para a construção da nova cidade de Itá, acirraram os ânimos entre os atingidos e a Eletrosul.

A Crab continua sua organização no caminho das romarias, manifestações públicas, reuniões nas comunidades e parte para as disputas políticas eleitorais. Com o crescimento dos atingidos e sua visibilidade, a comissão de atingidos apoia (1986), um candidato a deputado estadual, o quem partes, desestimulou parte dos atingidos de partidos opostos a opção do movimento:

(...) enfraquecer a luta social no Alto Uruguai, pelo simples fato de que a associação CRAB/PT não encontrou apoio amplo (ou mesmo majoritário, na maior parte dos municípios onde a CRAB atua) entre as populações atingidas e, também, permitiu que os

objetivos do movimento pudessem ser subordinados às disputas eleitorais. (...). (NAVARRO, 1996, p. 81).

Quando o movimento e a força central pareciam polarizar radicalmente, a Eletrosul apoiando o Partido da Frente Liberal (PFL) e a CRAB o Partido dos Trabalhadores (PT), alguns acontecimentos levam a uma paradoxal aproximação. Os cortes no orçamento da estatal, a moratória do governo Sarney (1985-1989), a perspectiva de privatização da Gerasul na desnacionalização das obras de UHEs, a paralisação nos canteiros de obras, entre outros, levou o movimento a apoiar a manutenção das usinas sob o controle público. Outro medo era como ficariam as negociações, é possível que a empresa privada recebesse e negociasse com o movimento da mesma forma com que era anteriormente? A iniciativa privada assumiria os acordos feitos entre Eletrosul e Mab?

O movimento via-se em uma nova fase, não apenas ser contra a construção das barragens de Itá e Machadinho (a não ser que fossem cumpridas as cláusulas do acordo de 1987), mas a possibilidade de privatização da Eletrosul era real e vinha dentro do projeto neoliberal dos governos brasileiros pós-Sarney (Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente). Assim, a estatal não fora privatizada totalmente, em muito, devido às pressões sociais do Mab, mas também, por uma manobra política, criou-se um órgão interdepartamental responsável pela geração de energia (Gerasul) e esta é privatizada passando ao controle do consórcio Itá.

Nesse período, no início dos anos 90, mais precisamente em “(...) (março de 1991), em Brasília, aconteceu o primeiro congresso dos atingidos, com a criação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens. Hoje o movimento tem atuação em 19 estados brasileiros. (...)”. (BENINCÁ, 2006, p. 48). A Crab tem seu nome oficialmente alterado, deixa de se chamar Comissão dos Atingidos por Barragens e torna-se MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. A mudança na palavra recebe a conotação de movimento, antes a ideia de comissão passava a intenção de algo provisório, temporal ou até frágil. Com a nova sigla transmite a ideia de permanência, perenidade e integra um quadro de encontros estaduais e nacionais para trocas de experiências entre as

dificuldades e avanços nos confrontos entre as periferias e os centros de poder no que envolve UHEs.

Ao final dos anos 90 tem-se o final das negociações entre o Mab e a Gerasul, foi concluída as obras da “nova Itá” e a população é relocada, outros atingidos foram indenizados e relocados, classificados e atendidos (tabela 2 e 3).

A tabela 2 foi resultante de um longo processo de cadastro socioeconômico das famílias atingidas diretamente durante a década de 1980/90, quando foram classificadas de acordo com as negociações entre a Eletrosul e o Mab, reconhecendo os vínculos descritos e o número de famílias compensadas pelas perdas territoriais do enchimento do reservatório.

Uma vez mais é possível perceber as conquistas da Crab/Mab, que ampliou a noção de atingido direto para além das famílias proprietárias de terras e afetadas diretamente pelas águas da usina. As categorias de arrendatários, posseiros, assalariados, agregados e outros (tabela 2), também, foi possível a inclusão dos filhos de proprietários que constituíam famílias mesmo que moradores das terras de familiares, assim, foram reconhecidos como atingidos diretos de barragem, as categorias apresentadas foram aceitas e a concepção de ser um atingido tomou novas proporções, das quais, anteriormente ao Mab, seriam fatalmente desconsideradas.

Tabela 2: Número total de atingidos Tabela 3: Modalidade de indenização aos atendidos pela UHE-Itá.

Vínculo	Descrição	Total	Modalidade	Área (ha)	Famílias
1.	Proprietários	2.248	Indenizações	14.768,00	3.260
2.	Arrendatários	513	Carta de Crédito	6.215,36	438
3.	Posseiros	166	Remanescentes	473,22	72
4.	Assalariados	84	Reassentamentos Rurais		
5.	Agregado	45	1. Chopinzinho	1.845,00	74
6.	Outros	498	2. Mangueirinha	2.252,001.	81
Total de Beneficiários		3.554	3. Honório Serpa	807,83	38
Sem Cadastro	Proprietários não cadastrados	288	4. Marmeleiro	840,61	32
Filhos	Novas Famílias	292	5. Campo Erê	1.108,29	50
Outros	Parentes com vínculos	5	6. Chiapetta	1.200,00	66
Total de Novos Beneficiários		585	7. Campos Novos	911,00	28
Total Geral		4.139	TOTAL	30.421,31	4.139

Fonte: Adaptado pelo autor de Tractebel Energia Suez, 2003, p. 113.

A tabela 3 demonstra as modalidades de atendimentos descritos, as áreas em hectares e as famílias, respeitado finalmente o acordo assinado em 1987 entre as partes envolvidas. Evidencia também uma das principais pautas do movimento, os reassentamentos coletivos mantendo os vínculos históricos de reciprocidades entre as famílias vizinhas.

Com o fim dos debates entre os atingidos diretos, resultante das lutas sociais entre o centro de poder e as periferias, construíramo novo modelo democrático e menos hierarquizado, com a participação histórica no que tange os projetos hidrelétricos, indenizações, de reassentamentos, se deu, para Benincá (2011) “(...) no conjunto de suas proposições, consta a democratização dos processos de planejamento, organização da produção e distribuição da energia, envolvendo a participação ativa e efetiva da população brasileira”. (BENINCÁ, 2011, p. 291).

Ao passo que os atingidos diretamente ganham o encaminhamento apresentado (tabela 3), abriu-se caminho para o debate aos atingidos permanentes, o reconhecimento da identidade dos atingidos por barragens ampliando sua concepção, para tanto, atingidos ribeirinhos e remanescentes pulsam em busca da nova realidade diante as barragens. O remanescer destes indivíduos ao longo dos lagos formado pelas usinas, mantém populações que buscam sobreviver da produção agrícola: produção leiteira, suinocultura e avicultura (caso da UHE-Itá), o que contrasta com o novo grupo de moradores que buscam as aquisições de propriedades destinadas ao lazer.

Considerações finais

O tema norteador deste artigo foi de identificar em como as esferas público/privadas (centros de poder) e os atingidos (periferias), dentro do contexto da usina hidrelétrica de Itá, construíram relações antagônicas. Demonstramos os projetos que cada qual definiu e passou a defender como bandeira(s) enquanto sua atuação era transformada em prática social protagonista.

Analisamos o discurso elitista que tenta impor as posições de progresso e desenvolvimento, graças aos ganhos proporcionados por empreendimentos hidrelétricos e no caso Itá. Também demonstrados que tal postura nega, os conflitos entre os atores sociais, ou desmerece o papel

fundamental desenvolvido pela Crab/Mab. Destarte, “As relações entre a população e a Eletrosul [mais tarde, Consórcio Itasa], entretanto, não foram amistosas quanto este discurso quer afirmar. Muitos conflitos de interesses se desenham entre estes grupos. (...)”. (PICOLI, 2012, p. 108).

Propusemos uma discussão que pode ser em muito ampliada dada a complexidade do processo de instalação de uma usina e da dimensão de tempo/espaço que ela abrange, sem negar os conflitos sociais, a partir do centro e dos atingidos por barragens que impetram uma luta repleta de conquistas/limitações nas regiões, neste caso, no alto Uruguai catarinense e noroeste riograndense.

O texto propôs debater, como as periferias organizadas e atuantes puderam e podem conquistar papel central nas relações de poder das usinas hidrelétricas, em defesa dos atingidos no que tange indenizações, relocações e etc. Assim, podemos constatar através das pesquisas realizadas no caso Itá, que além da legitimidade de atuação das periferias, os atingidos por barragens em movimento, embora que a priori sejam periféricos quanto às esferas de poder, conquistam possibilidades de ganhos econômicos e sociais, frente sua atuação protagonista na luta pelos direitos sobre a terra e projetos de futuro.

Analisar especificamente a UHE-Itá, possibilita problematizar o evidente grupo de atingidos permanentes: moradores ribeirinhos e indenizados remanescentes. Esses são outros atores sociais omitidos pelas forças centrais nos casos de barragens, que envolvem outras problematizações, como estes indivíduos ficam distantes da possível qualidade de vida proporcionada pela UHEs. Portanto, o movimento social dos atingidos por barragens não só é legítimo como necessário na busca por um equilíbrio entre o que se quer construir e lucrar, ampliando a complexa condição de atingido e daquilo que se deve respeitar diante das populações atingidas.

Referências

ALMEIDA, Antônio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Mestrado em História, UPF: Passo Fundo, 2004.

BENINCÁ, Dirceu. *Energia & Cidadania – a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Reciclando a (des)ordem do progresso: ARCAN – uma alternativa sócio-ambiental*. Mestrado em Ciências Sociais. PUC: São Paulo, 2006.

BOAMAR, Paulo Fernando de Azambuja. *A história e as estratégias empresariais dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai*. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002.

CNEC; ELETROSUL. *Estudo do Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai*. Eletrosul: Florianópolis, 1981.

CRAB. Comissão Regional dos Atingidos por Barragens. *A enchente do Uruguai*. Erechim, n. 12, set. 1985.

ELETROSUL; CRAB. *Documento de acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. – ELETROSUL e Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, em relação às usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho*. Acervo do MAB: Erechim, 1987.

MORAES, Maria Stela Marcondes. *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Doutorado em educação. PUC: Rio de Janeiro, 1994.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 62-105.

NÓBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. *Revista Internacional Mobilizações Humanas*, Brasília, DF, ano 29, n. 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.

PICOLLI, Bruno A. *Sob os desígnios do progresso*. Xanxerê: News Print, 2012.

ROCHA, Humberto José da. *Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai*. Campinas, SP: Tese de Doutorado, 2012.

ROHTMAN, Franklin Danie. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p.106-136.

SARTORETTO, Salete Munarini. *Lembranças submersas*: O caso da cidade de Itá em Santa Catarina. Passo Fundo: UPF, 2005.

SOUZA, José Fernando Vidal de. *Direito Ambiental I*. Organização CONPED/UFF. Florianópolis: FUNJAB, 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br>>.

TRACTEBEL ENERGIA SUEZ. *Atividades ambientais e sócio-patrimoniais*. Batistello Consultoria Ltda. Florianópolis, 2003.

UCZAI, Pedro F. *O movimento dos atingidos por barragens*: o caso Itá e Machadinho na bacia do rio Uruguai – 1979-1991. Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1991.

Sites consultados

ANEEL. *Agência Nacional de Energia Elétrica*. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 2013.

CONSÓRCIO ITÁ. *Consórcio Itasa*. Disponível em: <<http://www.consorcioita.com.br>>. Acesso em: 2013.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2013.

Interlocuções

Décio Dalposso. *Agricultor ribeirinho*. Concórdia/SC, 19/06/2014.

Justino Picini. *Líder da Comissão do Atingidos por Barragens (CRAB)*. Líder do Movimento dos Atingidos por Barragens. Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia. Concórdia/SC, 28/02/2013.

Retelvino Golf. *Líder da Comissão do Atingidos por Barragens (CRAB)*. Líder do Movimento dos Atingidos por Barragens. Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia. Concórdia/SC, 04/06/2014.

BRASILEIROS FALSIFICADOS: UM OLHAR SOBRE OS IMIGRANTES ITALIANOS NA CRISE POLÍTICA ENCANTADENSE NA DÉCADA DE 1920

Marcos César Cadore*

A Revolução de 1923 foi um marco divisor para o sistema borgista. O resultado final do conflito armado entre borgianos e assisistas com a reforma da constituição castilhistas de 1891 e o consequente fim das reeleições de Borges de Medeiros e de seus intendentos trouxeram o término de uma hegemonia borgista. Tendo o domínio do Rio Grande do Sul desde o golpe republicano de 1889, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), através de Júlio de Castilhos, montou um aparelho estatal estruturado nas práticas coronelistas vigentes durante a República Velha, do qual Borges de Medeiros herdou e conseguiu perpetuar-se no poder.

Levando em conta a Região Colonial Italiana (RCI), na qual o município de Encantado está inserido, Borges de Medeiros teve que ajustar e reajustar constantemente sua rede de compromisso com a atuação direta do Coronel Virgílio Antônio da Silva, pois estes lutavam com as dissidências partidárias e com as facções contrárias formadas por italianos e seus descendentes com o intuito de participar na estrutura das relações de poder montadas pelo Presidente do Estado.

Na RCI os longos períodos de administração dos coronéis burocratas trouxeram forte desagradado às populações coloniais que, fora do poder, não se agradavam somente com os cargos periféricos da rede de compromisso borgista e passaram então a solicitar e a formar frentes para

* Mestrando de História da Unisinos e bolsista do CNPq.

obter o poder intendencial, graças à conjuntura do começo do ano de 1920.

A rede de compromisso castilhista-borgista, que dominou o Rio Grande do Sul durante quase toda a República Velha, estava alicerçada no coronelismo vinculado ao estabelecimento de uma hierarquia de manutenção no poder, ou seja, através de uma relação de poder com a distribuição de cargos públicos aos correligionários; o detentor do poder mantinha-se na chefia política local, hipotecando seu apoio ao governo estadual, que por sua vez, apoiava o poder federal e ambos mantinham o chefe local para que não houvesse quebra desse sistema.

As características mais sensíveis do coronelismo regional estavam interligadas nas concessões de benefícios de caráter público, em que “consistiam em um conjunto de práticas político-eleitorais baseadas por compromissos de dominação e dependência pessoal.” (BIAVASCHI, 2012) O processo de aglutinação dos eleitores das regiões coloniais, o empreguismo e a submissão de seus correligionários era o que legitimava a existência dos coronéis burocratas, que “sempre foram inteiramente submissos ao chefe unipessoal do partido” (FRANCO, 2002, p. 132) no caso Borges de Medeiros.

A existência de facções dissidentes dentro do PRR fazia com que Borges de Medeiros articulasse com essas forças locais a cooptação e a coerção política, devido ao encaminhamento autoritário e unipessoal do poder do Presidente do Estado. (FÉLIX, 1987, p. 149) Esses reajustes nas relações de poder formados por uma rede de compromisso entre Borges de Medeiros e as lideranças locais traziam à tona a “tensão estruturalmente inerente, que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto” (AXT, 2011, p. 108) demonstrada, nitidamente, no período de crise do sistema borgista, já que

como o PRR controlou rigidamente o poder após a Revolução Federalista, alijando do governo a fração da classe dominante derrotada e concentrando todos os poderes num mesmo chefe, as maiores desavenças foram de ordem política. Não havendo rodízio no aparelho estatal, em torno de um regime ditatorial ou liberalizante giraram as lutas políticas, inclusive dentro do PRR, levando muitos para a oposição. (ANTONACCI, 1981, p. 23)

Foi durante a construção da hegemonia borgiana (AXT, 2007) que ocorreu o pedido de criação de Encantado, com a instalação da nova comuna (1914-15) conforme as intenções políticas de Borges de Medeiros, em que buscava consolidar sua chefia unipessoal na região do Alto Taquari. Por isso, a presença dos coronéis burocratas, José Benévolo de Souza e do Coronel Virgílio da Silva, indicados por Borges de Medeiros, foi a forma de manter afastada do poder administrativo local qualquer facção ou liderança que não fosse palaciana com a intensão da consolidação das relações de poder.

Contextualizando o Rio Grande do Sul, o final da década de 1910 transformou-se numa visível tormenta para Borges de Medeiros. Devido às encampações realizadas, os gastos do seu governo deixaram o Estado numa situação precária. O pagamento das indenizações, a repreensão da economia européia resultante do pós-1ª Guerra Mundial de 1914-1918 suscitou em uma grave crise financeira. O entusiasmo da exportação de carne para o Velho Continente pelas indústrias frigoríficas estrangeiras durante a Grande Guerra viu desfazer-se com o término do conflito e com a recessão econômica mundial. A conjuntura econômica trouxe grandes problemas a Borges de Medeiros para manter os interesses políticos em vigor, já que as especulações da moeda estrangeira inflacionaram o mercado interno, resultando na alta de juros e na queda do crédito, além de manter a ideia da diversidade econômica do Estado e de não apoiar financeiramente o segmento estancieiro, que via suas exportações diminuir e seus lucros despencarem. Não somente a oligarquia latifundiária que almejava apoio do governo borgiano, mas também um proletariado urbano organizado passou a reivindicar melhores condições de vida e fez com que Borges de Medeiros tivesse que negociar constantemente com diversos grupos com características e intenções diversas.

A tempestade parecia não ter fim. O lema positivista “nada há que inovar ou reformar, mas somente conservar e aperfeiçoar” (PESAVENTO, 1996, p. 88) proferida por Borges de Medeiros não estava sendo mais aceita no começo da década de 1920. A “continuidade administrativa” borgiana, com as práticas de “eternização dos mandatários dos cargos públicos eletivos no poder” (AXT, 2007, p. 97) passaram a ser contestadas na RCI em virtude das conjunturas diversas apresentadas no pós-1ª Guerra Mundial de 1914-1918. Com tamanhas

contestações, o sistema borgista entrou em crise de hegemonia, já que “a fórmula adotada para viabilizar as encampações de 1919 e 20 suscitou uma grave crise financeira entre 1921 e 23, que levou água ao moinho da oposição e desaguou nas contestações da campanha assistida de 22.” (AXT, 2007, p. 100)

Na RCI os anos 1920 ficaram marcados pelo cenário de significativas mudanças políticas. Como a crise e as constantes contestações do modelo borgista forçavam numa retirada de mando, “a nova situação produzia embaraços que as tradicionais práticas não mais podiam resolver.” (VALDUGA, 2012, p. 265) E essa mudança fez com que as expectativas dos imigrantes e descendentes de italianos adquirissem novas articulações políticas. Se antes o empecilho para o desenvolvimento das regiões coloniais era a presença dos coronéis burocratas e de suas formas em que jogava o poder com as demais lideranças locais, “os desejos de intendentess ‘italianos’ eram quase um consenso entre as elites coloniais, era o passo que faltava à afirmação social e às aspirações de autonomia frente às ingerências dos intendentess luso-brasileiros”. (idem, p. 266)

A complexidade das relações de poder, identificados com os mecanismos de cooptação, barganha e oposição envolvendo os intendentess, as lideranças políticas e econômicas e, acima de tudo, o colonato comprovaram a desmistificação de mitos políticos e historiográficos, criados pela falta de uma pesquisa mais aprofundada, que consistia na “existência de um colono uniforme e passivo, invariavelmente sujeito às ações dos poderosos, a não ocorrência de coronelismo na região (ou uma tênue ou tranquila experiência) e a permanência do PRR como um bloco monolítico e fiel, obediente a Borges ou aos líderes locais nomeados por aquele.” (BIAVASCHI, 2011, p. 346)

Na RCI os longos períodos de administração dos coronéis burocratas trouxeram forte desgosto às populações coloniais que, fora do poder, não se agradavam somente com os cargos periféricos da rede de compromisso borgista e passaram então a solicitar e a formar frentes para obter o poder intendencial, graças à conjuntura do começo do ano de 1920.

Encantado já havia passado por uma crise política no primeiro ano de sua emancipação. O intendente provisório José Benévolo de Souza não conseguiu cooptar uma facção dissidente dentro do partido no município e acabou sendo exonerado por Borges de Medeiros com somente um ano de administração. Então, o Presidente do Estado resolveu indicar o Coronel Virgílio para o cargo intencional, com o objetivo de amenizar as constantes reclamações do colonato local através da barganha política e distribuição de cargos públicos. Inclusive, nesse período, o novo chefe político local resolveu criar novos distritos, e consequentemente, fez crescer o funcionalismo municipal com a colocação de seus correligionários.

Apesar disso e já percebendo que sua administração iria sofrer com novas dissidências internas, mesmo sendo reeleito em chapa única, o Coronel Virgílio buscou difamar a imagem de algumas lideranças políticas com vínculo aos imigrantes e descendentes italianos que tentavam ascensão a rede de compromisso borgista. Não por menos, com certo intolerância na questão da transferência das tradições italianas, como a questão da linguagem, passadas dos imigrantes aos seus descendentes, o Intendente afirma categoricamente em um relatório apresentado para o Conselho Municipal constituído de italianos que:

Múltiplas são as dificuldades emergentes em consequência do meio e compreensão errônea da juventude atual, que ligadas por laços de sangue a estrangeiros insiste no manejo e conservação do idioma destes, menosprezando a língua de sua Pátria.

Não imune de culpa se acham os velhos colonos que aportaram a estas plagas de hospitalidade requintada, onde ergueram suas tendas de trabalho, dada a uberdade do solo colhem o prêmio farto a abundante do seu labor quotidiano, e no entanto descaram do dever contraído para com sua terra adotiva, estiolando o civismo que se gera no espírito ainda vacilante de seus pósteros, esquecendo criminosamente que ‘a Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos

filhos e túmulos dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.¹

Com a realização da cooptação de certas lideranças distritais durante seu primeiro mandato, assegurando sua reeleição como chefe político local, Virgílio da Silva passou a constituir novos cargos públicos nomeando correligionários com ligação familiar, o que começou a trazer certo desgosto entre as elites possuidoras de alguma força política de descendência italiana, pois viam cada vez mais longe uma possível ascensão dentro da rede de compromisso local.

Em uma das inúmeras longas cartas localizadas no Arquivo Borges de Medeiros, o intendente começou sua missiva, a qual contém outras sete em anexo, “relatando ter cessado a exploração dos *pescadores de águas turvas* contra a minha chefia e administração”, mas “segundo presenciei em minha recente excursão pelo município, apenas houve uma interrupção nas perseguições, nos ataques e na perfídia de meus inimigos”². Segue ainda dizendo que:

existe o propósito de conseguirem eles a minha destituição dos cargos que ocupo atualmente, por meio de um apelo a V. Exa. manifestado em lista subscritas por *tutti quanti*. Se espalha em Anta Gorda que grande número de eleitores se absterão das urnas na eleição presidencial próxima se V. Exa. não desprovemento ao pedido da destituição referida. Esta espécie de ameaça, é muito comum em aquele povoado, onde a autoridade constituída só é respeitada pelo emprego da força, da qual jamais usei.³

A jogada da insubordinação eleitoral era algo detestado pelos republicanos, pois as eleições serviam como indicador do tamanho da relação de poder que o intendente possuía junto às comunidades interioranas e a forma mais garantida da consolidação do ideal de chefe

¹ Relatório da Intendência Municipal apresentado ao Conselho Municipal em 15/11/1920, p. 19-20.

² Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

³ Ibid.

político. Não só Virgílio da Silva acabou sofrendo com os atos contrários determinados pela população daquele distrito, como narrou a Borges de Medeiros que “ao assumir o cargo, o nosso amigo Coronel Mello [intendente de Lajeado] me preveniu: ‘cuidado com Anta Gorda, pois aquele povo é traiçoeiro e mau. Para bem de meio endireitá-lo foi preciso ali colocar Jacob Gottlieb’”⁴.

O Capitão Gottlieb, que ocupava o cargo de subintendente e subdelegado no segundo distrito desde a época em que o povoado pertencia ao município de Lajeado, foi acusado por moradores de uso excessivo da força em seus atos, sendo eles políticos ou policiais, tendo sido retirado do referido cargo por pressão popular, mesmo contrário às indicações de permanência do Coronel Virgílio. O processo de cooptação das lideranças do povoado sempre trouxe problemas para o chefe do executivo municipal por demandar grandes articulações para contentar tamanha imposição aos atos intencionais.

Na continuação da missiva, o Coronel Virgílio deixou claro que havia em seu discurso uma “conotação de atritos étnicos como resquícios das rivalidades sempre presentes entre luso-brasileiros e italianos nas lutas políticas envolvendo o poder local” (VALDUGA, 2012, p. 17). Essa cisma contra os moradores de Anta Gorda não possuía somente traços políticos, pois comentou com Borges de Medeiros sobre as manifestações de agrado pela população encantadense nas destituições de alguns de seus correligionários por pressão popular. Para Virgílio da Silva, assim como o Capitão Gottlieb:

Benévolo de Souza, intendente provisório, ao retirar-se daqui, também recebeu igual manifestação de desagrado. (...) O Delegado de Polícia, Joaquim Pinto, quando daqui saiu, idêntica manifestação lhe estava preparada, não sendo levada a efeito, atento a decisiva resolução que então tomei. Já vê, o prezado Chefe que acontecimentos desta ordem, ocorrem unicamente quando se trata de autoridades brasileiras.⁵

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

Sabendo do abaixo-assinado solicitando sua destituição do cargo de intendente, Coronel Virgílio comenta que “espalham pelo município, em profusão, listas colhendo assinaturas com o fim de conseguirem minha queda”, que segundo ele, teriam sido feitas pelos drs. Oreste Barroni, Michele De Patta, Guilherme Krummel com ciência e auxílio do Delegado Geraldo Caetano da Costa, a quem o chamou de traidor infame e o líder da facção dissidente. Em seguida, como apresentação de sua defesa contra essa manifestação para Borges de Medeiros, passa a descrever os objetivos e interesses de cada integrante mencionado da facção oposicionista a fim de desqualifica-lo diante do chefe republicano.

O intendente acreditava que a retirada de Geraldo Caetano da Costa no município traria o fim da facção dissidente do PRR local e sua liderança política seria restabelecida. Mas Virgílio da Silva não acreditava que dentro da própria facção de oposição pudesse surgir uma outra liderança local pelas cartas até aqui analisadas. Para ele, a indicação para o seu cargo por um cidadão não luso-brasileiro estaria totalmente fora de cogitação.

A fim de demonstrar a Borges de Medeiros que possuía ainda uma rede de compromisso forte e bem articulada aos seus ideais políticos em todo o município de Encantado, o Coronel Virgílio aproveitou sua boa relação com algumas lideranças locais dos distritos interioranos para solicitarem suas opiniões favoráveis a sua administração. Para isso, junto com a longa missiva analisada anteriormente, encontram-se mais sete cartas em anexo, todas afirmando solidariedade ao chefe do executivo e líder republicano local, além de assegurar as afirmações de indisciplina partidária realizada pela facção oposicionista.

Em carta direcionada a Virgílio da Silva, o doutor Vicente de Modena, que clinicava em Anta Gorda e era seu correligionário começa comentando que “a monotonia que se reina nos lugares como o nosso foi desde algum tempo quebrada por acontecimentos que, a meu ver, se reverteu de suma gravidade, por representarem uma conspiração frissante contra a vossa ilustre administração”⁶. As calúnias e consequentes

⁶ Carta do Dr. Vicente de Modena a Virgílio da Silva de 26/09/1922 (Anexo 1 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

revoltas dos moradores do 2º distrito contra o intendente estavam ligadas a uma reunião realizada na sede da localidade onde, de forma plenária, compareceram Geraldo Caetano da Costa, Carlos Moro e Celeste Zarpelon, delegado de polícia, escrivão distrital e auxiliar escritório da Comissão de Terra e Colonização, respectivamente, além de outros comerciantes, que, segundo Modena, eram indivíduos sem representação.

Vicente descreve a facção dissidente como jacobinos que buscam com tumultos, ameaças e queixas a desestabilizar o atual governo municipal, dizendo que “o nosso pároco [Pe. Hermínio Catteli], pelo simples fato de comungar conosco e de declarar em público que o chefe do município seria sempre aquele que o Dr. Borges rubricasse, foi ameaçado de expulsão”⁷. Em relação à lista com o pedido de destituição de Virgílio a ser enviada a Borges de Medeiros, Modena fala que a exigência dos opositores em votar no Presidente do Estado na eleição que se aproximava passava pela saída do intendente, chamando isso de absurda traição ao partido e principalmente ao chefe republicano.

Demonstrando uma visão intolerante em relação ao imigrante e descendente de italianos, Guimarães Júnior, encarregado da Estação dos Correios em Encantado, remete uma carta ao administrador dos Correios em Porto Alegre na qual comenta ter sofrido ameaça por parte de João Filter Filho, estafeta da repartição. Na oportunidade, depositando sua solidariedade no governo do Coronel Virgílio pede providências no sentido de evitar possíveis represálias, pois o referido estafeta faria parte da facção oposicionista, mesmo sendo indicação do próprio intendente. Essa atitude do estafeta estaria associada a sua condição de italiano, que sendo Guimarães:

Como o homem acostumado à embriaguez e ligado à gente suspeita por serem todos de origem estrangeira são capaz de tudo. Dei parte ao Cel. Intendente que foi quem o indicou para o cargo de estafeta do Encantado para Lageado e o Cel. mandou o subintendente informar-se este!! Infelizmente é estrangeiro e contra nós brasileiros! E tudo ficou no mesmo! (...) Testemunhas que ouviram os insultos são estrangeiras todos! (Isto é brasileiros

⁷ Ibid.

falsificados!) e tudo negaram! Aqui nem o próprio Intendente respeitam!⁸

O encarregado da estação ainda faz referência aos imigrantes como perseguidores políticos dos intendentes Benévolo de Souza e Virgílio da Silva com a nítida impressão de criarem empecilhos e incompatibilizarem suas administrações.

Esse desejo oposicionista foi criado devido ao bom resultado obtido na eleição presidencial por parte dos dissidentes, pois dos 1.090 votos dados para Borges de Medeiros, 616 confirmavam as ideias da facção liderada por Geraldo Caetano da Costa, enquanto 474 eram favoráveis ao Coronel Virgílio, que saiu derrotado com uma diferença de 142 votos. Para o chefe intendencial, essa pequena diferença não acentuava seu desprestígio junto aos encantadenses, pois:

Não é possível que assim seja, porquanto ao ter eu conhecimento do fim visado, compreendo desde logo o embaraço e indecisão em que iríamos colocar os colonos, dada a sua timidez e o nenhum amor pela política, e aconselhei-os francamente não deverem fazer questão de cores, contando que sufragassem o nome de V. Exa. Foi devido, em grande parte, este meu desprendimento que a abstenção não foi maior.⁹

Esse trecho da missiva foi abordado pela historiografia por demonstrar certo desinteresse por parte dos eleitores italianos na participação política. A não contextualização de tal carta fez engrandecer o discurso e a própria produção historiográfica na construção da “imagem de uma sociedade desinteressada pela política ou mesmo de sua condição submissa no jogo de poder regional.”(VALGUDA, 2012, p. 28)¹⁰ Mas a

⁸ Carta de Guimarães Júnior ao Administrador dos Correios em Porto Alegre de 06/09/1922 (Anexo 2 da carta n. 1768, 08/10/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁹ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1769, 02/12/1922, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

¹⁰ Essa passagem foi discutida em um relatório de pesquisa realizado pelo CNPq no ano de 1992 por Loiva Otero Félix, Benito Bisso Schmidt e Haike Roselena Kleber intitulado de Relações de poder x poder estadual nas áreas de colonização

intensão de Virgílio da Silva era de desqualificar o eleitorado encantadense como justificativa para sua amarga derrota já que a participação dos munícipes, mesmo que alguns tivessem medo de possíveis represálias por correligionários de ambas facções, demonstrou estar interessado na eleição de novembro, bem provável pela disputa do poder local, quando totalizaram-se 1.141 eleitores.

Comprovou-se que a relação de poder constituído pelo Coronel Virgílio em sua rede de compromisso estava totalmente despedaçada. A ideia de poder unipessoal, algo pretendido por qualquer intendente na região colonial e até conquistado em alguns municípios, foi mais uma vez comprovada a inexistência em Encantado. Não é um dos objetivos deste trabalho entender o motivo por que o coronel burocrata, vinculado hierarquicamente ao poder borgiano, no papel de José Benévolo de Souza, intendente provisório exonerado, e do Coronel Virgílio da Silva, viria a ser destituído, não conseguira permanecer tanto tempo na frente da intendência municipal. Uma hipótese importante para não ter acontecido essa afirmação da figura de chefe unipessoal seria pelo fato do município ser criado em um momento crítico de organização das relações de poder borgiano em todo território gaúcho e, comparado com os demais municípios coloniais, Encantado possuía poucos anos de emancipação política. Outra hipótese é a própria forma de colonização encantadense, da qual os imigrantes e descendentes de italianos eram oriundos das demais colônias italianas da região serrana do Estado, onde já haviam passado por situações semelhantes às que estavam vivendo.

Apesar de todo o ano de 1922 apresentar-se conturbado politicamente, o Coronel Virgílio não acreditava estar impopular com os encantadenses simplesmente pelo fato da existência de uma facção dissidente oposicionista ao seu governo. O intendente via nos dissidentes uns oportunistas pelas circunstâncias em que o Rio Grande do Sul também atravessava, até porque “os atritos e as disputas pelo poder não eram recentes, porém, agora ganhavam novas dimensões na medida em

alemã e italiana do Rio Grande do Sul. Este relatório também trabalha com o Arquivo Borges de Medeiros e cartas das regiões coloniais, dando ênfase no que a historiografia já abordava em relação ao desinteresse sobre a política local.

que a distribuição do poder teria de ser feita entre forças locais mais articuladas internamente e já com certo poder de barganha em relação às forças políticas mais tradicionais.” (VALDUGA, 2011, p. 84)

É nesse jogo de poder que a permanência do Coronel Virgílio na frente da chefia municipal tornava-se cada vez menos sustentável. Nesse panorama favorável às oposições borgianas que o delegado Geraldo Caetano da Costa envia uma carta a Borges de Medeiros quinze dias antes da eclosão da Revolução de 1923 falando sobre as atitudes arbitrárias e violentas em que Virgílio da Silva e seus filhos estavam realizando a alguns cidadãos de Encantado.

Inicia delatando João Carlos da Silva, coletor estadual no município e filho do intendente, que havia agredido um reservista na ocasião da eleição do Tiro de Guerra nº 375, aparentemente, segundo Geraldo, sem motivos para tal agressão. Comenta que da mesma forma pretendia proceder com David De Nes, oficial de justiça do termo de Encantado, quando chamado na coletoria. A acusação mais grave aconteceu em julho do ano anterior nas comemorações de São Pedro, padroeiro local, que causou bastante desagrado em toda colônia. O delegado e líder da facção dissidente republicana destacou que

por ocasião de realizar-se os festejos do Padroeiro desta vila, enfeitaram um coreto com bandeiras Nacionais e uma faixas representando a bandeira Italiana; o referido coletor avançando furiosamente no coreto, que se achava repleto de pessoas, arrancou as tais faixas que representavam a bandeira Italiana, e as que não pode arrancar, cortou a faca, e isto, simplesmente por ato de bravura.¹¹

A permanente questão étnica sempre esteve presente nos municípios coloniais, onde o prenoção às tradições italianas por parte dos luso-brasileiros fora notório em algumas cartas trabalhadas, com discursos contra os hábitos e costumes dos imigrantes e seus descendentes. Outro agravante para esse possível vandalismo por parte de

¹¹ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

João Carlos era a situação política do Coronel Virgílio, seu pai, que estaria sendo perseguido politicamente. Uma observação interessante é a forma que Geraldo Caetano da Costa, assim como Virgílio da Silva e outra grande parte do funcionalismo público local, era de origem luso-brasileira também, mas soube muito bem utilizar essa briga a favor de sua facção, a fim de agregar o colonato local.

Esse desagrado por parte dos munícipes chegou a ser abordado pela imprensa colonial que, em italiano, destacou essa situação. Os recortes de jornais não possuíam identificação de data ou periódico e faziam parte dos anexos da referida carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros. É provável que seja do jornal *Il Corriere d'Italia*, de Bento Gonçalves, possuidor de uma boa circulação nos municípios coloniais italianos. As reportagens destacaram o seguinte:

É desiderio, quasi universale, di sapere in nome, il cognome, la paternità di colli che, in pieno meriggio e in mezzo ad un popolo festante il proprio patrono, ebbe il megalomane ardire di strappare cio che da tutti i popoli, anche barbari, è considerata, come cosa intangibile e sacra. Di questo desiderio ognuno si soddisfa.

Chi ebbe il megalomane ardimento di strappare, non una, ma sette bandiere, fuil signor João Carlos Silva, collettore statuale e figlio dell'illustre Coronel Virgílio Silva, Intendente del município d'Encantado.

É poi opinione generale che, l'autorità competente, mandante un simigliante atto, si debba trovare nel di lui illustre genitore. Se questa opinione poggia nel vero l'intendente d'Encantado há nel comandare, una genialità veramente peregrina.¹²

¹² Anexo 1 da Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS). Segue tradução: [É desejo, quase universal, saber o nome, o sobrenome, a paternidade de quem, em pleno dia e junto a um povo festejando seu próprio líder, teve a ousadia de tirar o que, de todos os povos, inclusive os bárbaros, é considerada intocável e sagrada. Cada um se satisfaz com este desejo. Quem teve a ousadia em retirar não apenas uma mas sete bandeiras foi o senhor João Carlos Silva, cobrador estadual e filho do ilustre Coronel Virgílio Silva, intendente do município de Encantado. É, então, opinião geral que, a autoridade competente, mediante um ato correspondente, deva encontrar nele o seu ilustre genitor. Se esta opinião é

Il popolo di Encantado ebbe sempre ottima fama, sai presso l'autorità religiosa, sai presso l'autorità civile del paese. Esso intende di conservarsela intatta e pura.

Quindi fa sapere a tutti i cristiani cattolici e a tutti i cittadini della stato di Rio Grande do Sul che, nei disordini religiosi e civili avvenuti nella villa il 17 luglio possimo passato, egli non ebbe parte alcuna, anzi energicamente protestò, e, di nuovo, energicamente profesta.

Sua volontà sarebbe di recarsi in peso allà capitale per manifestare direttamente all'amato Arcevescovo la propria fedeltà, e confermare presso l'illustre Presidente dello stato il proprio attaccamento ma ciò e sendo impossibile, il popolo, tra breve, sceglierà una commissione, perché questa, in sua vece, vada a esprimere all'una e all'altra autorità i di lui sinceri e veraci sentimenti: chiedendo la rimozione delle cause o delle persone che disonorano un popolo e che turbano l'ordine e la pace.¹³

O delegado comenta que os colonos passaram a ter receio de ir à coletoria estadual efetuarem seus depósitos em virtude da forma grosseira e estúpida que João Carlos estava tratando alguns municípios, chegando ao ponto de agredir a bofetadas o industrialista José Bozzetto, sendo ele uma das lideranças opositoras de Virgílio da Silva na localidade de Ilópolis. Pelo fato do intendente defender o filho, Geraldo aponta um

verdadeira, o intendente de Encantado tem no seu comando uma rara genialidade].

¹³ Anexo 2 Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS). Segue tradução: [O povo de Encantado sempre teve uma boa imagem, tanto com as autoridades religiosas como com as autoridades civis da cidade, devendo, assim, conservá-la intacta e pura. Portanto faz saber a todos os cristãos católicos e a todos os cidadãos do estado do Rio Grande do Sul que nos tumultos religiosos e civis ocorridos em 17 de Julho, próximo passado, ele não teve nenhuma participação, ao contrário, protestou e novamente protesta. Sua vontade seria de dirigir-se para a capital para manifestar diretamente ao Arcebispo a sua fidelidade e confirmar junto ao ilustre Presidente do Estado a sua dedicação mas como sendo impossível, o povo em breve escolherá uma comissão para que esta, em condições favoráveis, vá expressar às autoridades os seus sinceros e reais sentimentos, solicitando a remoção das causas ou das pessoas que desonram um povo e que perturbam a ordem e a paz].

possível insucesso republicano nas eleições senatoriais que se aproximavam. No final da missiva, é dada atenção a José Garibaldi da Silva, outro filho do Coronel, que segundo da Costa “veio para esta vila com pretexto de assumir o cartório de civil e crime, júri e execuções criminais, porém abriu banca de advocacia e (...), quer que os juízes lhe de em todos os despachos favoráveis, mesmo contra as disposições da lei e, se assim não proceder o juiz, logo torna-se desafeto do filho e pai”¹⁴.

Com o fim da Revolução de 1923, e com as resoluções acordadas entre borgistas e assististas pelo Pacto de Pedras Altas, Virgílio da Silva demonstra estar pessimista quanto ao futuro do Partido Republicano e às políticas borgianas nas regiões coloniais na ratificação das candidaturas de imigrantes e descendentes italianos para assumirem as intendências locais afirmando que:

É forçoso convir que o elemento colonial, especialmente o italiano, hoje muito desorientado pela indébita intervenção dos padres na política do Estado, dará muita preocupação e trabalho de ora avante e seu proveito para os dirigentes, além de múltiplas contrariedades ao governo e à chefia de V. Exa. Não procede a argumentação de Augusto Pretto, Bortolo Secchi e outros que, desejando mascaras perante V. Exa. a traição cometida na eleição finda, espalham de modo e que V. Exa. saiba, que sua oposição foi feita à minha pessoa e não ao Partido Republicano, no qual se dizem filiados.¹⁵

Para alertar sobre as atitudes da facção dissidente e o insucesso nas eleições senatoriais de 1924, o Coronel Virgílio justificou dizendo sempre “ter mantido as melhores relações pessoais com numerosos colonos, chefetes políticos, que, na antevéspera do pleito vieram receber instruções e cédulas para distribuírem pelos nossos correligionários”¹⁶. E com tom discriminatório, o chefe político local comenta que a caminho

¹⁴ Carta de Geraldo Caetano da Costa a Borges de Medeiros (n. 1770, 10/01/1923, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

¹⁵ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1776, 31/05/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

¹⁶ Ibid.

das urnas, quando um grande número de células distribuídas pelos seus signatários foram bem aceitas por parte dos munícipes, os fiscais dissidentes trocaram por outras que já levavam consigo. Atitude essa que Virgílio chamou de traição de “italianos sem vergonha” foi mais uma manobra para forçar a sua saída imediata da governança do município. Por isso, alerta Borges de Medeiros a tomar atitudes junto com o emissário Érico Ribeiro da Luz no sentido de não dar o aval às resoluções preestabelecidas pela Comissão Executiva, chamada de comitê assisista pelo Coronel Virgílio, e que confirmava co-procerres italianos no poder de cidades coloniais.

Finalizando a missiva, Virgílio da Silva comunica seu pedido de exoneração do cargo de intendente municipal e chefe político republicano de Encantado cinco meses antes do término de seu mandato argumentando que:

Passando o exercício do cargo, ao meu substituto legal, Antônio Pretto, italiano nato, porém, como exceção de regra, brasileiro de coração, republicano ardoroso, amigo leal e grande admirador da pessoa de V. Exa., nutre a esperança de que, meu Ilustre Chefe não entregará as posições de diretor político e de intendente municipal ao verdadeiro nulidade, instrumentos pérfido de ódio, das calúnias e da protermia, sem possuírem sequer, ao menos sombra de entusiasmo ou amor partidário.¹⁷

Ainda sobre a derrota ocorrida no pleito parlamentar, os membros da comissão anunciaram terem buscado manter “a necessária disciplina partidária no memorável pleito de três p.p. Assim não tendo acontecido, infelizmente, por motivos vários de ordem puramente local”, mas reafirmam “o indeclinável dever de honra de um novo compromisso de fé republicana para que se arrede do espírito de nosso eminente Chefe a possibilidade de pôr em dúvida a nossa lealdade de republicanos”¹⁸. Com a iminente saída do Coronel Virgílio do município, os membros dissidentes republicanos admitiram que a prolongada crise política

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Carta da Comissão Executiva a Borges de Medeiros (n. 1777, 15/06/1924, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

resultou como um ponto negativo para a pujança do Partido Republicano local e para as resoluções do próprio Medeiros confirmando

fazer conscientes e convictos na persuasão de que o nosso próprio erro seja o nosso maior castigo a servir de exemplo da nossa conduta futura. Iniciou-se já, a contento, uma nova e primorosa fase na vida da política local, com a constituição da Comissão Executiva composta de homens bem quistos em todos os recantos do município e tirada do seio da colônia. Amanhã teremos a testa dos negócios do município administradores de nossa livre escolha. São estas incontestavelmente as maiores prerrogativas demonstradas de um povo, governar-se por si mesmo.¹⁹

Era visível que os membros da Comissão Executiva representavam o desejo dos munícipes encantadenses em terem um intendente escolhido por eles, formando “quase um consenso entre as elites coloniais, era o passo que faltava à afirmação social e às aspirações de autonomia frente às ingerências dos intendentess luso-brasileiros.” (VALDUGA, 2012, p. 266)

Na oportunidade Oscar Palma, outro emissário palaciano, ainda elogiou o dr. Érico Ribeiro da Luz pela condução dos esforços de congregar os companheiros políticos de Encantado e “apresento a V. Exa. mais uma vez meus parabéns pela solução feliz que teve o *irritante caso do Encantado* (como diria o Dr. Borges)”²⁰.

A frase destacada pelo próprio emissário demonstrou o contexto conflituoso em que Borges de Medeiros teve que administrar para se manter à frente do governo gaúcho. Não foi somente o município de Encantado que trouxe irritação pelas constantes crises encontradas diante das relações de poder constituídas pelo próprio sistema borgiano. Na onda da Revolução de 1923 e do Pacto de Pedras Altas levaram à perda da hegemonia palaciana e também uma visão de calma criada pelos intendentess na região colonial italiana. O período aqui analisado [1920-1924] comprovou que por muitos anos a historiografia abordou de forma

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid. O sublinhado é do próprio autor da carta.

simplista uma homogeneidade republicana nos municípios de colonização italiana. Ao abordar o contexto político de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, o caso de Encantado não foi muito diferente em sua formatação na busca dos imigrantes italianos governarem-se. Gustavo Valduga (2012, p. 116) destacou que

Seja por oposições internas ou externas, pelo manejo de aliados ou adversários declarados, a política tinha diversos caminhos, atalhos, desvios. Sem dúvidas, a área colonial italiana contava mais com a fragmentação interna do que com qualquer outro tipo de dificuldade. Divididos em facções republicanas locais, os métodos políticos para contornar crises pareciam ser mais delicados do que simplesmente calar as oposições pela força ou por meio de qualquer outra maneira extraordinária. As acomodações eram sempre temporárias e a sujeira de casa era varrida para baixo do tapete republicano.

O discurso difamador que o Cel. Virgílio aqui exposto requer uma análise. A forma que o intendente via o imigrante e descendente de italiano foi considerado de cunho negativo pelo contexto político do qual estava sendo estabelecido. A forte dissidência do partido e a ideia de divisão das relações de poder na sua rede de compromisso fizeram com que o Cel. Virgílio tratasse essa facção oposicionista como pessoas contrárias as suas políticas.

Para passar uma imagem positiva de sua administração ao chefe palaciano, Virgílio remetia a Porto Alegre forte críticas as lideranças oposicionistas, e como eram italianas, tratou de criar um discurso maculado aos que não se alinhassem ao situacionismo. Ora, sabemos que para se manter no poder o intendente possuía no seu lado elementos de etnia italiana, como o vice-intendente Antônio Pretto, sendo que a real intensão de Virgílio era demonstrar a Borges de Medeiros que os dissidentes não mereciam suas considerações e por isso buscou difamar seus adversários.

Não temos a intensão de demonstrar com esse trabalho o que por muitos anos a historiografia vinculada a imigração italiana buscou, ao referir, o italiano como meras vítimas do processo político vigente. Até por que, o município de Encantado foi um caso extremamente complexo que Borges de Medeiros teve que tratar. As pesquisas comprovaram a

grande cooptação, barganha e (re)ajustes na rede de compromisso local, não sendo fácil de administrar por Virgílio e tendo sempre a interferência do Presidente do Estado. Por isso, vale ressaltar que, as:

análises sobre o coronelismo em municípios da RCI prestar-se-ão para comprovar as peculiaridades que apresentava o modelo de cooptação utilizado pelo PRR, durante o período borgista, conforme o contexto regional. Há que se esclarecer que a análise recusa a noção de que os imigrantes e seus descendentes foram marionetes nas mãos dos coronéis, mas sim elementos atuantes e, muitas vezes, contestadores do modelo político de Borges de Medeiros. Disso decorre a imposição de coronéis nomeados por Borges nestas localidades, elementos não pertencentes àquele contexto social, líderes políticos ‘importados’ de outras regiões do Estado. (BIAVASCHI, 2011, p. 73)

As cartas relacionadas a Encantado e analisadas demonstraram a desmistificação da população colonial italiana ser homogênea e como simples colonos ordeiros, desinteressados pela política local ou como cural eleitoral do PRR e de Borges de Medeiros. Análises essas criadas pela historiografia e absorvida por parte de historiadores durante muitos anos. Os estudos demonstraram um contexto totalmente contrário, tendo Borges de Medeiros que administrar crescentes e constantes resistências conflituosas dentro da sua própria rede de compromisso pela falta de autonomia municipal por parte dos moradores locais devido aos mandatos de José Benévolo de Souza e do Coronel Virgílio da Silva.

Essas resistências conflituosas e os questionamentos das políticas intencionais do Coronel Virgílio demonstraram a inexistência de passividade por parte dos moradores de Encantado. Além de reivindicações da ordem econômica, em relação a impostos e taxas, havia um grande interesse do colonato local no atendimento às construções e melhorias das vias de escoamento da produção colonial aos demais mercados do Estado.

Referências biográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

_____. Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007

BIAVASCHI, Márcio A. Cordeiro. *A Relação de poder coronelista na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. 2011. 380 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. A Atuação de Coronéis Burocratas no Rio Grande do Sul da Primeira República. *Espaço Acadêmico*. <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em 22 out. 2012.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERRI, Gino. *Encantado, sua História, sua Gente*. Encantado, RS: BG, 1985.

FRANCO, Sérgio Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. 295 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE: DEMARCAÇÃO SIMBÓLICA DAS REGIÕES DE ETNICIDADE NO SUL DO BRASIL

Nathan Ferrari Patre*

Introdução

O presente trabalho é resultado das discussões da disciplina História e Região, acerca do conceito de região como unidade de análise. Dentro dos estados nacionais, as regiões são consideradas áreas político-administrativas e têm maior ou menor influência, dependendo do país e da própria região. Porém, a divisão regional não é tão simples, pois o que realmente marca uma região são as características identitárias e a auto-identificação de seus habitantes.

Este artigo propõe discutir a delimitação da região de colonização europeia do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da identidade de seus habitantes na formação da *comunidade imaginada*, bem como as características que embasam esta construção. Além disso, observar-se-á a expansão desta região para o oeste catarinense e paranaense, formando assim uma grande região de identidade comum. Ainda serão analisadas, através do estudo das tradições inventadas, marcadamente da “tradição gaúcha”, as características que sustentam a inclusão dos três estados do sul brasileiro como uma comunidade imaginada, ideologicamente constituída, com identidade própria e marcante.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH-UPF. Bolsista Capes, 2014/02.

A Região – identidade de grupo

A ideia de pertencimento está muito vinculada ao lugar de origem. Na verdade, este lugar de origem se forma através das de uma identidade grupal, que é influenciada, em alguma medida, pelos meios geográficos. Porém, a constituição de uma região tem muito mais influência da identidade do que da geografia do lugar.

Benedict Anderson (2008, p. 12) cunha um importante conceito nesta questão da identidade. Para ele, as nações são *comunidades imaginadas*, no sentido antropológico, quase grupos de parentesco ou religião. São limitadas pelos sentimentos de grupo e pelas fronteiras, uma vez que não se pensa uma nação *universalista*, porém, são soberanas. Por fim, são imaginadas, que pese sua desigualdade hierárquica, são pensadas em uma camaradagem horizontal. As nações têm suas próprias temporalidades pensadas, mitificando o passado e o momento da fundação.

Se as nações constituem a própria imaginação de si mesmas, as regiões também, enquanto grupo constituído e auto-identificável, constituem-se como comunidades imaginadas, ou seja, comunidades que se entendem enquanto tais e fazem entender isto aos outros grupos.

Edmundo Heredia (1996) explica que as ciências sociais têm termos comuns, mas não uma linguagem comum. É, portanto, necessário que os conceitos fiquem bem claros para os leitores. Um destes conceitos é o conceito de “região”, que originalmente foi usado pela geografia para localizar uma territorialidade, mas aparece (com significados distintos), em diversas outras ciências sociais. A região deve ser vista historicamente como um espaço dinâmico e mutável, tal como as relações humanas, não como um espaço estático que respeita os ciclos lentos da natureza geográfica.

Ou seja, ao invés de se compreender o homem incorporado ao solo (circunscrito em um espaço geográfico), é preciso compreender o “solo humanizado”. Ou então, considerar a região como um espaço criado pelo homem, onde esta convivência homem-natureza cria uma diversidade, tanto natural como cultural, que faz frente às forças que tentam uniformizar a vida social (*Idem*, p. 294).

Sobre esta questão, Ana Frega (2003) desenvolve estudos acerca da região de Maldonado, zona fronteira no que hoje é o Uruguai. Existiam diferentes grupos habitando a região de Maldonado, entre os quais estrangeiros, ingleses e franceses que viviam do comércio, um grupo pequeno, mas poderoso que se aproveitava de sua condição de “independência” do governo de turno para ampliar os negócios durante as Guerras de Independência. Também havia espanhóis peninsulares, que não eram simpáticos nem aos portugueses, nem aos artiguistas, e tinham esperanças, em sua maioria, de voltar ao domínio espanhol. Portugueses e brasileiros também haviam se estabelecido ali, alguns naturais de Rio Grande colaboraram com as tropas artiguistas, pelos laços que se estabeleceram com o lugar de moradia. Por fim, os americanos, que, ao que parece, colaboravam com o exército mais por interesses “imediatos” ou familiares do que por posicionamentos políticos ou patrióticos.

A região de Maldonado sofreu os efeitos da guerra entre espanhóis e portugueses e os enfrentamentos entre as diversas correntes da revolução. Por ser uma zona fronteira, a questão identitária estava muito mais ligada a laços locais do que a lugares de origem ou a noções abstratas (de pátria ou de partido). A tomada de partido estava vinculada à manutenção das condições sociais, porém, com o prolongamento da guerra e a exaustão dos recursos, alguns proprietários acabam aderindo às propostas de independência da revolução. A cultura cívica, a memória coletiva dos atuais estados nacionais é uma construção idealizada dos “tempos revolucionários”:

os medos se entrelaçaram com atos heroicos, os interesses pessoais com “as necessidades da pátria”. No rechaço aos vários outros e no ensaio de diversos pertencimentos, foi tecendo-se a trama de uma identidade comum que tardaria várias décadas a consolidar-se (*Idem*, p. 142).

Desta forma, a autora defende que a região é demarcada pela identidade dual da fronteira, muito mais do que por pontos geográficos ou por sentimentos nacionais. Esta é a ideia principal deste artigo, a identidade como uma superposição de diferentes sentimentos de pertença, selecionados individual e coletivamente, conforme as necessidades de autoafirmação dos indivíduos e grupos.

O imaginário social é uma categoria importante a ser analisada nesta perspectiva. Voltando a Heredia, ele aponta que este imaginário, cultural ou histórico era uma nova forma de desenhar representações ideais da realidade. É um produto “da sensibilidade, da emotividade e dos valores culturais reconhecidos pelos grupos humanos como autoidentificatórios”. A história das mentalidades contribui para a compreensão do imaginário social, por este ser uma criação comunitária, mesmo que seja de difícil inteligibilidade. Essas abordagens apontam cada vez mais para a relação entre as pessoas e as “gentes”, não entre indivíduo e sociedade, uma vez que “gentes” alude a um conjunto de indivíduos que se identificam como pertencentes a este conjunto, sem, porém, perder sua personalidade e identidade individual. Esta ideia de “gentes” está vinculada a uma reação à massificação ou à cultura de massas (HEREDIA, 1996, p. 295).

O imaginário também parece ser útil para recriar o meio natural e convertê-lo em uma ideia, um conceito. O espaço é algo como uma imagem interior que o homem forma do meio ou do ambiente que o cerca. “De tal modo que, o homem introduz na mente e incorpora a sua personalidade uma imagem que é sua própria recriação daquela paisagem – natural e cultural ao mesmo tempo – que lhe é própria e familiar.” Com o aporte do imaginário, que cria a imagem do espaço, o conceito de região se transforma, tornando-se mais complexo apresentando-se como “um produto criado idealmente pelo homem. Esta criação se conforma, por sua vez, com uma ampla variedade de elementos que provêm da concepção de mundo, em termos culturais, sociais, religiosos, econômicos, etc.” Sendo assim, o conceito de região passa a amalgamar os elementos naturais e o “substrato ideológico”, num processo que se dá em cada indivíduo e na interação com os demais indivíduos, multiplicando-se até conformar o imaginário social. A região é, pois, uma criação do homem através do olhar contemplativo do meio circundante, o qual reconhece ser-lhe próprio e cuja extensão física e concreta compreende (*Idem*, p. 296).

Regionalismo, tradição inventada e etnicidade: o “turismo étnico” na demarcação da fronteira sul-brasileira

O Rio Grande do Sul é um estado de magnífica variedade cultural, decorrente de sua constituição histórica que colocou em contato (e muitas vezes em confronto) populações indígenas, luso-brasileiras, afrodescendentes, espanholas, germânicas, italianas, polonesas, ucranianas, entre outras. Porém, neste processo constitutivo, algumas identidades foram selecionadas e prevaleceram três grupos principais na geração da identidade no estado: os “gaúchos” (considerados luso-brasileiros), além de teuto e ítalo-descendentes, como será visto mais adiante.

E, para além do estado, com o processo de ocupação do oeste catarinense e paranaense, este grupo acabou levando influências para tais localidades, demarcando estas identidades nas novas localidades.

Este grupo multiétnico, mas com uma restrição étnica predominante, não foi constituído ao acaso. É resultado de um processo de construção de identidades regionais. Nesta discussão, Bourdieu (1998, p. 116–120) contribui significativamente. Segundo ele, o discurso regionalista é um discurso performativo que pretende legitimar a região, fazer conhecê-la e fazer reconhecê-la. Evidentemente a recepção desse discurso é fundamental no reconhecimento da identidade coletiva. O poder sobre o grupo é o poder de “fazer o grupo”, impondo-lhe “uma visão única de sua unidade e uma visão idêntica de sua unidade”. A oficialização de um grupo implica que ele seja conhecido e reconhecido por outros grupos e por ele próprio. “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto”. A inculcação da identidade legítima tende a gerar a unidade real.

Grande responsável por esta criação ideológica é o MTG (Movimento tradicionalista gaúcho), fundado oficialmente em 1966. Caracteriza-se como “uma sociedade civil sem fins lucrativos, dedica-se à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha, por entender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica” (MTG/RS, 2014). Essa “cultura gaúcha” é parte de um processo de seleção das identidades presentes no estado.

O site da instituição (*Idem*) destaca quatro contribuições na colonização: a dos “espanhóis jesuítas e exército”, referência aos embates luso-espanhóis nas missões, dos açorianos e as duas imigrações europeias dos alemães e dos italianos. Os indígenas não são citados, a não ser menção relacionada aos jesuítas. Também não são mencionados ucranianos, poloneses, ou outros grupos étnicos componentes da identidade do estado. Os indígenas são vinculados tão somente às missões jesuíticas. “O negro” é citado em um tópico à parte (MOURA. *In* MTG/RS, 2014), tal como “A mulher”, o que leva a crer que estes tópicos tenham sido concebidos mais tardiamente, como um resultado das pressões sociais da atualidade, representando uma conquista deveras significativa¹.

A *Carta de Princípios da entidade* (MTG/RS, 2014) traz 29 itens que são a base da filosofia do movimento. Nestes itens pode-se perceber alguns pressupostos que “regulamentam” a constituição do “tipo gaúcho”. Salientam-se os seguintes:

V – Criar barreiras aos fatores e ideias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.

VIII – Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.

XXIX – Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação (*sic*) histórica em nossa Pátria.

Claramente, os objetivos da entidade são de aculturação e de oficialidade, por meio da “conquista” dos poderes públicos. O interessante é que o movimento têm tido sucesso nesta empreitada. Em Santa Catarina, O MTG foi oficialmente fundado em 1985

¹ Resta saber se “O indígena”, “O homossexual” e outras minorias étnicas também conquistarão espaço privilegiado na listagem oficial do MTG.

(MTG/SC, 2014) e no Paraná, ainda antes, em 1975 (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ, 2014). Está presente em vários estados da federação e até em outros países, como a Espanha, os Estados Unidos e a China (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA, 2014). O que o movimento faz é, para usar um termo de Hobsbaw, a *invenção de tradições*. Segundo o autor, as tradições remetem a um passado imemorial, porém várias tradições consideradas muito antigas são recentes, ou mesmo inventadas:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 09).

A continuidade com o passado é, porém, bastante artificial. Ou por serem reação a situações novas, ou por estabelecerem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. Costume e tradição não são o mesmo. Enquanto o costume vai mudando conforme a sociedade muda, a tradição tem de ser mantida pela repetição (*Idem*, p. 10). Assim, as festas e datas comemorativas do MTG são a repetição necessária de uma tradição recente e com um vínculo artificial ao passado (isto considerando-se uma parte do estado, em outras partes do estado ou fora dele este vínculo inexistente).

Este “processo aculturativo do elemento imigrante” parece ser bem sucedido, pois a maioria das cidades da região colonial do Rio Grande do Sul e do oeste catarinense e mesmo paranaense possuem pelo menos um CTG², o que comprova que o “gauchismo” tem conseguido incorporar adeptos entre os descendentes de imigrantes, o que acaba, de maneira direta ou indireta, contribuindo para a perda de certas tradições culturais de origem imigrante. Este amálgama de reconhecimento identitário do elemento imigrante e do elemento gauchesco delimitam a

² Isto para não dizer todas, pois não conferi a lista de municípios dos estados em comparação com a lista dos CTGs. Mas uma olhada breve nestes dados revela grande quantidade destes centros na região.

região uma região auto-identificável bastante ampla, englobando os três estados da região sul, como se verá mais a seguir.

Não são só os “gaúchos” que inventam tradições, os imigrantes também o fazem e, com respaldo nos poderes públicos, os dois grupos mais reconhecidos (italos e teutos) praticam tradições recentes, e, neste caso, são especialmente vinculadas ao turismo. Stratern e Stewart (1999) fazem uma interessante análise da formação das identidades nacionais em países que ainda não as têm definidas, a Papua Nova-Guiné e a Escócia. Segundo os autores, a identidade é móvel, não possui uma territorialidade necessariamente definida. Sendo assim, “a produção de localidade traça paralelo com a produção de etnicidade, ou a produção de nacionalidade, se olharmos para ela em termos de apropriação de significado e de processos de poder que tornam tais significados aceitáveis” (*Idem*, p. 41).

Na Escócia, o fenômeno global do turismo tem contribuído para alçar a multiplicidade de identidades locais à condição de identidade nacional. O filme “Braveheart” [Coração Valente] contribuiu para o turismo na Escócia, uma vez que a “indústria da herança”, ou seja, exploradora da tradição, da história e dos heróis, é a principal atividade do turismo do país. “O turismo é uma das principais formas de representação de uma nação para o mundo externo como um todo”. Na Escócia, portanto, o turismo “contribui como representação da cultura escocesa como artefato nacional, manufaturado localmente para o consumo internacional” (*Idem*, p. 56–57).

Aqui não é diferente. Para melhor compreender esta questão, pode-se analisar a proposta turística dos três estados. No *site* dos destinos turísticos do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2014), entre outros atrativos, estão presentes o *Pampa*, com destaque para o turismo rural (e o cultivo das tradições gaúchas), a *Serra*, salientando a colonização alemã e italiana, com destaque para a gastronomia e os *Vales*, destacando-se aspectos da colonização açoriana, alemã e italiana, como a gastronomia, cultura e natureza.

O *site* de turismo de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014) parece ser, por assim dizer, mais eclético. Além das belas praias, traz anúncios de diversos tipos de turismo étnico, entre eles cultura e gastronomia alemã, italiana, açoriana, turismo rural e até mesmo reservas

indígenas. Mas não há maior destaque a outras etnias, a não ser a austríaca de Treze Tilhas.

A Secretaria de Esporte e Turismo do Paraná (2014) ressalta, além das belezas naturais do estado, a diversidade cultural, especialmente que “na arquitetura e na gastronomia nota-se grande influência européia, herança dos imigrantes portugueses, italianos, alemães, poloneses, ucranianos e de outros povos que formam o mosaico étnico-cultural do Paraná”. Note-se que não são citados aqui os povos afrodescendentes, nem os indígenas. No *hiperlink* etnias, o *site* cita que foram 28 etnias que colonizaram o estado, das quais descreve onze, entre elas, agora sim, “índios” e “negros”.

Nos três sites o destaque é para as etnias italiana e alemã e os três também tem em comum o turismo rural, nos moldes do MTG (algo análogo a estâncias e cavalos). Essas características turísticas contribuem na imaginação da comunidade regional em todos os estados. Esse turismo contribui para a delimitação da região de etnicidade no sul do Brasil, que tem como padrão, mais ou menos, o modelo *gaúcho-italo-alemão* do Rio Grande do Sul, que se consolidou e se expandiu para os outros estados.

Para uma análise mais consistente, destaca-se seis municípios, dois em cada estado, que têm em comum uma festa típica alemã, a *Oktoberfest*, uma “festa da cerveja”, que costuma reunir grande número de pessoas. Além desta, serão observados outros atrativos turísticos que os municípios apresentem.

A primeira festa do gênero surgiu em Itapiranga, Santa Catarina, por iniciativa de um grupo de amigos que, em 1978, queria celebrar a “*Oktoberfest* como uma festa cultural, como em Munique” (36ª OKTOBERFEST – CIDADE DE ITAPIRANGA, 2014). O pequeno histórico da festa segue:

Na Oktoberfest em Linha Presidente Becker, desde a primeira festa, acontece o tradicional desfile de carros alegóricos, mostrando a cultura dos pioneiros ainda preservada, a evolução histórica da comunidade de Linha Presidente Becker e do município de Itapiranga, bem como a apresentação de shows, dos grupos Folclóricos Infanto-Juvenil e Adulto, com danças típicas, concurso de Tiro ao Alvo, Schafkopft, muita música de bandinhas, shows do Clube de Patinação e outras atrações.

A gastronomia servida ao meio dia e a noite, durante os dias da Oktoberfest de Linha Presidente Becker é variada e irresistível, entre os pratos principais destaca-se: Eisbein(joelho de suíno); Sauerkraut (chucrute); SpritzWurst (lingüiça); e no café alemão: Frankfurter Kranz; Sahne-Quarktorte (torta de requeijão) Nusstorte (torta de amendoim); Obstkuchen (cucas de frutas); Buttercremetorte (torta de manteiga); Käse Kuchen (cuca de requeijão) (sic)...

Destaca-se uma série de tradições vinculadas à cultura alemã, incluindo a festa em si, mesmo que ela não tenha uma vinculação efetiva com a Alemanha, uma vez que passou a ser celebrada muitos anos depois da imigração alemã para o Brasil. Entre os atrativos turísticos de Itapiranga, destacam-se, além dos atrativos naturais, a arquitetura alemã, referência à colonização, que ocorreu desde 1826, feita por descendentes de alemães vindos do Rio Grande do Sul (MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, 2014).No município há também um CTG (MTG – SC). Note-se que a semelhança na constituição histórica de Itapiranga com a da zona de colonização europeia do Rio Grande do Sul é grande. Aliá, a colonização da cidade foi feita por migrantes rio-grandenses.

No Rio Grande do Sul, a festa ocorre em Igrejinha e em Santa Cruz do Sul (OKTOBERFEST – IGREJINHA, 2014; OCTOBERFEST – SANTA CRUZ DO SUL, 2014). Ambas evocam no histórico da festa a homenagem aos antepassados e à tradição cultural alemã. A festa é realizada em pavilhões próprios e as festividades ocorrem em vários dias e envolvem várias atividades, como jogos, comida típica, dança e, principalmente, cerveja. Ambos os municípios colonizados por imigrantes alemães (MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL, 2014; PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAJINHA, 2014), Igrejinha a partir de 1847 e Santa Cruz a partir de 1848. Os destinos turísticos dos dois municípios também destacam a cultura alemã, além de outros atrativos naturais, principalmente a *Oktoberfest*. Além disso, é inegável a influência do MTG e da cultura gauchesca: Igrejinha tem três CTGs e Santa Cruz do Sul tem onze (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO: RIO GRANDE DO SUL – BRASIL, 2014). Não há grande presença italiana nestes dois municípios, porém a presença da cultura italiana no turismo da região da Serra é bem marcante.

Os municípios escolhidos para análise no Oeste do Paraná são Marechal Cândido Rondon e São Jorge d'Oeste. Marechal Cândido Rondon destaca na página de turismo que é uma “cidade típica germânica onde os traços do povo e as construções enxaimel preservam a cultura europeia” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2014). Além disso, cita a colonização de rio-grandenses e catarinenses, e destaca atrativos turísticos relacionados à cultura alemã, em especial a *Oktoberfest*, porém, dá mais atenção aos atrativos naturais. A cidade também tem um CTG e mantém, portanto, tradições gauchescas.

São Jorge d'Oeste inicia sua colonização em 1953/54. “No ano de 1958 ocorreu uma grande migração de colonos oriundos do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães, que adquiriram colônias a preços baixos e a longo prazo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, 2014). Este caso sintetiza bem a questão da formação de identidades no sul. Entre os principais eventos, destacam-se a *Oktoberfest*, a *Festa da Uva* e o *Rodeio Crioulo Interestadual*. Ou seja, respectivamente elementos culturais teutos, itálicos e gauchescos. Na questão da gastronomia, aparecem três gêneros: a *Culinária Italiana*, com suas massas, carnes, embutidos e vinhos; a *Culinária Gaúcha*, com as carnes preparadas tipicamente; e a *Culinária Local*, com destaque para a dobradinha ou buchada.

Por fim, em se tratando de *Oktoberfest*, não se pode deixar de mencionar a festa de Blumenau, considerada a maior festa do gênero nas Américas (OKTOBERFEST, 2014) e a segunda maior do mundo (PREFEITURA DE BLUMENAU, 2014). Blumenau teve um processo de ocupação recente diferente do oeste catarinense, uma vez que foi colônia alemã, fundada ainda no período imperial, em 1850 (*Idem*). Posta esta diferença, à primeira vista pode parecer que a cidade escape da constituição dessa comunidade imaginada. Afinal, foi uma ocupação alemã própria, não feita por descendentes que migraram do Rio Grande do Sul, como é predominante no oeste catarinense e paranaense, este último ocupado também por migrantes catarinenses da referida região. Porém, em termos de produção simbólica, alguns elementos de análise são importantes.

Primeiramente, é importante ressaltar que a cidade tem três CTGs (MTG/SC, 2014), apesar de não ter sido fundada por migrantes rio-grandenses. Curiosamente, em um estado diferente, em um lugar que aparentemente não apresenta relações radiculares com o estado vizinho, tem-se presença significativa destes centros culturais, que entre as características principais apresentam, como já visto anteriormente, a fundação, formação e disseminação de uma identidade de pertencimento ao grupo, sendo assim, construtores de comunidades imaginadas.

Em segundo lugar, destaca-se o calendário de eventos de Blumenau(PREFEITURA DE BLUMENAU, 2014), que, entre outras atrações, apresenta a *Festitália*, conceituada como a “maior festa italiana do estado [que] vem resgatar, manter e incentivar a cultura e o amor pela Itália. [...] é um festival gastronômico e cultural, cujas maiores atrações são os pratos típicos, apresentações de grupos folclóricos e bandas típicas...” Ou seja, a presença simbólica italiana também ocorre na cidade, assim como ocorre na região de análise do Rio Grande do Sul. Por fim, além da *Festitália* e da *Oktoberfest*, entre os 10 eventos constantes no site da Prefeitura de Blumenau, estão o *Festival Brasileiro da Cerveja*, a *Osterdorff*(festa da páscoa) e a *Sommerfest*(versão de verão da “*Oktober*”), totalizando seis eventos com maior ou menor relação à etnicidade, talvez mais³.

A própria história do município traz algumas esclarecimentos quanto à questão da formação étnica: “Colonizada no início por alemães, seguidos de italianos e poloneses, também recebeu habitantes do Vale do Rio Tijucas, descendentes de portugueses. Mesmo assim, as cidades da microrregião incorporaram principalmente a cultura alemã e italiana” (PREFEITURA DE BLUMENAU, 2014). Como no Rio Grande do Sul, as duas imigrações mais “influentes” são a italiana e a alemã. Construída

³ Considerando que a festa da páscoa lembra a cultura germânica, a *Magia de Natal* não é diferente, até porque a *Vila de Natal* se chama *Weinachtsdorfe* é sediada na *Vila Germânica*, parque de arquitetura típica onde ocorre a *Oktoberfest*, que ganha toda uma decoração natalina, evidentemente. Ainda há o *Festival de Botecos*, com a apresentação de cervejas e cachaças dos botecos da região. Ao todo, poderiam ser considerados sete ou oito dos dez eventos relacionados à etnicidade.

ou não, essa ideia acaba por gerar semelhanças identitárias entre os dois lugares, assim como apresenta semelhanças simbólicas.

Por fim, considerando o turismo como formador de “nacionalidades”, vale apresentar os roteiros turísticos de Blumenau (*Ibidem*). Dos sete apresentados no site, cinco guardam relação com a etnicidade, desta vez, marcadamente alemã: *Roteiro Arquitetônico Vila Itoupava*, *Roteiro das Cervejarias Artesanais*, *Roteiro das Igrejas*, *Roteiro de Museus*, *Roteiro Histórico Cultural*. Sendo assim, a identidade blumenauense continua sendo reforçada através deste turismo como uma identidade europeia e marcadamente germânica.

E por falar em turismo, torna-se a analisar o maior evento turístico da cidade, a *Oktoberfest*. Na descrição histórica do evento (OKTOBERFEST, 2014), lê-se o seguinte:

O evento acabou fazendo de Blumenau o principal destino turístico de Santa Catarina no mês de outubro, mas, para quem não sabe, a Oktoberfest não é só cerveja. É folclore, memória e tradição. Durante 19 dias de festa os blumenauenses mostram para todo o Brasil a sua riqueza cultural, revelada pelo amor à música, à dança e à gastronomia típica, que preservam os costumes dos antepassados vindos da Alemanha para formar colônias na região Sul. A cultura germânica o turista confere pela qualidade da festa, dos serviços oferecidos, através de sociedades esportivas, recreativas e culturais, dos clubes de caça e tiro e dos grupos de danças folclóricas. Todos eles dão um colorido especial ao evento, nas apresentações, nos desfiles pelo centro da cidade e nos pavilhões da festa por onde circulam, animando os turistas e ostentando, orgulhosos, os seus trajes típicos. É por essa característica que a festa blumenauense, versão consagrada da Oktoberfest de Munique, transformou-se, a partir de 1988, numa promoção que reúne mais de 600 mil pessoas por ano.

Como se pode notar, o evento traz como atrativos as comidas típicas, danças, músicas e folclore, ou seja, traços essenciais das identidades grupais. E ainda, trata de estabelecer uma relação com as raízes primordiais, relacionando-a com a *Oktoberde* Munique. Na verdade, as duas festas têm pouca relação efetiva, no que diz respeito às “raízes culturais”, uma vez que a *Oktoberfest* de Blumenau passou a ser organizada a partir de 1983, bem depois do período de imigração alemã,

ou seja, passou a ser organizada pelos descendentes dos imigrantes que nunca haviam vivenciado a festa lá, na Alemanha, como já foi visto em casos anteriores.

Continuando a discussão acerca da formação de identidades, observe-se o seguinte cartaz de divulgação da festa:

Figura 1: Cartaz de divulgação da Oktoberfest 2011.



Fonte: OKTOBERFEST. *Galeria*. Cartazes. Disponível em: <http://www.oktoberfestblumenau.com.br>. Acesso em 29/08/2014.

É interessante analisar como é feita a representação deste cartaz. A figura central é um afrodescendente, cercado por duas mulheres, nenhuma delas apresenta ter a tradicional feição e cabelos louros das “alemãs” da *Oktober*. A moça da esquerda aparenta ter traços de ítalo-descendente e a da direita, de pele morena clara, parece representar o “tipo” brasileiro. Nenhum deles traja indumentária típica, exceto o chapéu do homem ao centro. E, o mais interessante, o lema do cartaz: “aqui todo mundo *vira alemão*”. A identidade da festa e, por extensão, a identidade blumenauense aparece bem marcada: teuto-brasileira. Porém, num país multiétnico e diverso, com legislação que pune crimes raciais, as identidades que apontam neste início de século parecem ser as identidades da miscigenação. Ou, se não desta, da multiplicidade. E assim, cada um teria o mérito de escolher sua própria identidade cultural. Evidentemente não é tão simples, quando pode representar um cartaz. A cor da pele e o nome da família são levados em consideração para

estabelecer quem “é alemão”. Ainda assim é uma medida positiva. Se por um lado é uma “aculturação” nos padrões do MTG, estabelecendo uma “cultura ideal” para o grupo, por outro é uma expressão das medidas positivas que o governo brasileiro vem tomando nos últimos anos para combater os preconceitos étnico-raciais.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar alguns elementos que justifiquem a demarcação simbólica de uma região de colonização europeia que se estenderia da região dos Vales (Jacuí, Taquari, Pardo e Caí) do Rio Grande do Sul, passando pela Serra Gaúcha, até o oeste catarinense e paranaense, fazendo com que a região colonial do Rio Grande do Sul se estendesse pelo oeste dos outros dois estados. Essa era a região etnicamente delimitada pensada inicialmente neste trabalho. Todavia, através de reinterpretações étnicas (por exemplo a inclusão das colônias “originais” de alemães e italianos dos outros dois estados) e da ação do MTG, esta região facilmente pode ser estendida, efetivamente, ao longo dos três estados que compõem a região sul do Brasil, compondo um sentimento identitário comum bastante efetivo e identificável.

De qualquer forma, as colaborações deste pequeno esboço são deveras limitadas. Muitas pesquisas ainda precisam ser feitas, tais como as correlações identitárias entre, por exemplo, Blumenau e São Leopoldo, só para citar duas colônias alemãs em estados diferentes, o alcance efetivo do MTG nos três estados do Sul, a influência das culturas euro-descendentes no MTG e vice-versa, a importância do turismo na formação das identidades e a aceitação destas, entre outros aspectos. Desta forma, as questões identitárias nesta parte do Brasil teriam um grande esclarecimento e a compreensão seria potencializada. Mas isto é obra a ser pensada para trabalhos de maior fôlego. Por enquanto, basta saber que, apesar do oficialismo dos casos estudados, os três estados são culturalmente bastante plurais e guardam semelhanças identitárias muito próximas entre si.

Referências

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma representação crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FREGA, Ana. Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución e la invasión lusitana (1816 – 1820). In HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo. *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HEREDIA, Edmundo A. La región en la globalización y en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. In JORNADAS DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES: Globalización e Historia, 4, 1996, Tandil, Buenos Aires. Buenos Aires, Imprenta del Congreso de la Nación, 1996.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

STRATERN, Andrew; STEWART, Pamela J. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In BARROSO, João R. (org.). *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999.

Websites

36ª OKTOBERFEST – CIDADE DE ITAPIRANGA. *Nossa Festa*. História. Disponível em: <<http://www.oktoberfestitapiranga.com.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA TRADIÇÃO GAÚCHA. *CTGs no exterior*. Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

MAGIA DE NATAL. *Programação*. Disponível em: <<http://www.magiadenatal.com.br>>. Acesso em 29 ago 2014.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – MTG/RS. *MTG*. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br>>. Acesso em 29 ago 2014.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DO PARANÁ. *Lista de Regiões e CTGs*. Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br>>. Acesso em 29 ago 2014.

MTG/SC. *CTGs*. Disponível em: <<http://www.mtgsc.com.br/ctg.php>>. Acesso em 29 ago. 2014.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. *Município*. Histórico. Disponível em: <<http://www.itapiranga.sc.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

OCTOBERFEST IGREJINHA. Disponível em: <<http://www.oktoberfest.org.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

OKTOBERFEST BLUMENAU. *Oktoberfest*. Disponível em: <<http://www.oktoberfestblumenau.com.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

PREFEITURA DE BLUMENAU. *Blumenau*. História do Município. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

PREFEITURA DE ITAPIRANGA. *Turismo*. Disponível em: <<http://www.itapiranga.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em 29 ago. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAJINHA. Disponível em: <<http://www.igreja.rs.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Disponível em: <<http://www.mcr.pr.gov.br>> Acesso em 29 ago. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE. Disponível em: <<http://www.pmsjorge.pr.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Destinos*. Disponível em: <<http://www.umgrandedestinors.rs.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

SANTA CATARINA. *Venha descobrir*. O que fazer. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br>>. Acesso em 29 ago. 2014.

SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO DO PARANÁ. *Bem vindo ao Paraná*. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br>> Acesso em 29 ago. 2014.

AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DO NACIONALISMO TEUTO-BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho*

No ano de 1824, iniciou, no Rio Grande do Sul, o processo de imigração alemã. Considera-se a vinda desses imigrantes um marco na história do Rio Grande do Sul. Esse processo migratório propiciou, a partir da metade do século XIX e idos do século XX, uma divisão no Estado sul-rio-grandense em duas grandes regiões: região Norte e região Sul. A Norte, tendo especialmente a imigração teuta e ítala, passou a apresentar uma maior dinâmica e diversificação em sua economia em contrapartida à região Sul, que era formada por grandes estâncias, cuja economia, de cunho basicamente pecuária, iniciava um processo de estagnação econômica.

A vinda desses imigrantes teutos pode ser compreendida a partir de uma expectativa de que na América houvesse a possibilidade de ascensão social muito mais rápida do que na Europa, devido a estrutura social da América ser menos rígida do que a européia (DREHER, 1995)¹.

* Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS – Bolsista da Capes.

¹ Destaca-se que um dos fatores determinantes para que estes imigrantes alemães atravessassem o Atlântico não estava ligado somente ao aspecto financeiro, na condição de miserabilidade e desprestígio social que motivaram o deslocamento destes para o Rio Grande do Sul. Os imigrantes buscavam construir uma nova vida, uma nova sociedade, inclusive Dreher (1995) nos apresenta o simbolismo do Éden nesta “nova” terra selvagem, onde o homem está em harmonia com Deus. Evidentemente, que o “Éden” não era o mesmo paraíso prometido ou sonhado. Não se chegou a entrar na discussão das promessas cumpridas, pois o autor julgou não ser o foco deste trabalho. Contudo, há de se relatar as dificuldades de estabelecimento para estes imigrantes alemães. Isso com certeza

Com essa premissa e a já relatada no parágrafo anterior, foi evidenciada, no decorrer do século XIX, a influência dos teutos na composição da sociedade sul-rio-grandense.

Ao retratar a presença, a participação dos teutos ou dos também conhecidos como *Deutsch-Brasilianer* na sociedade sul-rio-grandense, muito se produziu em diversos eventos e seminários sobre a importância dessa etnia na constituição de aspectos culturais (folclóricos – com aspectos extravagantes ou exagerados), aspectos de valorização no desenvolvimento econômico – tanto num sentido de desbravador da mata que urbanizou, quanto aquele que ajudou no processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Inclusive, ocorre uma perigosa construção historiográfica, que apresenta uma imagem extremamente positiva do teuto-brasileiro, atribuindo-lhe muitas virtudes e poucos, ou até mesmo nenhum ato invirtuoso. Além de estabelecer, ainda, uma insolente imagem homogênea, como se o cotidiano, o comportamento de todos os colonos teutos das diversas colônias existentes no Rio Grande do Sul tivessem a mesma conduta. No que tange à participação dos teuto-brasileiros nas questões políticas, atribui-se uma imagem de indivíduos apolíticos².

A partir dessa premissa, pretende-se abordar nesse artigo como esses teuto-brasileiros, outrora identificados como “apolíticos”, firmaram uma nova identidade político-social através das atividades de intelectuais de origem alemã. A construção identitária nacionalista possibilitou o

justifica a ideia do associativismo que foi tão forte entre os teutos. Era necessária a união para combater as dificuldades, quer fossem elas financeiras, por saudades da terra mãe, ou até mesmo pela dificuldade em se estabelecer num país tão diferente em língua e costume.

² “Várias são as tentativas na historiografia de dar inteligibilidade a indícios de participação política além da representação política tradicional, no intuito de desvendar o processo de construção da cidadania entre os teuto-brasileiros, seja na prática ou no campo do discurso. Essas novas leituras sobre a colonização alemã atentam para o envolvimento político dos teuto-brasileiros, ao contrário de estudos orientados por um viés fundado na ideia de vitimização dos colonos/imigrantes diante do que seria uma “legislação excludente” e no conceito de isolamento”. (OLIVEIRA, 2008, p. 80)

engajamento desse povo europeu com características tão díspares em relação à sociedade brasileira, gestada por portugueses, indígenas e africanos desde os idos do século XV.

Ao referir que a construção identitária nacionalista foi de fundamental importância para o engajamento dos alemães e seus descendentes na sociedade brasileira, traz-se como pano de fundo uma questão de vasta relevância: *Como o nacionalismo alemão influenciou a esses intelectuais que constituíram a concepção da importância dos teuto-brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul, durante o séc. XIX?*

O nacionalismo alemão

Para compreender ou definir o nacionalismo alemão, buscou-se resposta nas obras de dois filósofos alemães: Johann Gottfried von Herder e Johann Gottlieb Fichte. Ambos, do final do século XVIII e início do século XIX, serviram de base para o nacionalismo alemão no decorrer do século XIX.

Johann Gottfried von Herder³

Johann Gottfried von Herder destacou-se como precursor do Romantismo, que misturou o sentimento nacionalista alemão com o desejo de conhecimento universal, próprio do século XVIII. Dentre as principais ideias defendidas por Herder, que permearam as concepções do nacionalismo teuto-brasileiro do século XIX, destacam-se as ligadas à língua, à conduta humana e à valorização das tradições.

O principal instrumento intelectual é a língua, sendo a linguagem é um presente de Deus que diferencia os homens dos animais. A linguagem também promove e diferencia as culturas humanas – superiores e inferiores – fato esse que se evidencia pela capacidade de observar os signos, o que representa a complexidade das linguagens.

³ Obra de referência consultada para o artigo: HERDER, Johann Gottfried von. *Ideas para una filosofía de la historia de la humanidad*. Editorial Losada, Buenos Aires/Argentina, 1959.

Desse modo, a arte se originou da união do prazer com a observação e transformação dos signos.

A conduta humana é outra questão central na obra de Herder. Na sua concepção, o homem é uma máquina que precisa ser ensinada. Há, assim, a valorização da educação tecnicista; contudo, sem deixar de lado aspectos religiosos, pois em seus preceitos a religião em terra de selvagens leva ao povo a evolução científica e cultural. Dessa maneira, o homem é visto como um ser social e necessita estabelecer uma conduta social harmônica – há valorização da educação moral, em que o mais astuto pode superar o mais forte.

Outro aspecto salientado por Herder está na valorização da tradição, que é de fundamental importância para a sociedade. Ela serve como instrumento de ensinar o povo o seu modo de agir e compreender a mentalidade. Nesses ensinamentos, se estabelece como base a valorização da história do povo, representada através dos antepassados. Desse modo, fica em destaque o caráter nacional que está impregnado num povo, assim como o caráter natural, que originam a máxima nacionalista: *A mãe nação não abandona seus filhos.*

***Johann Gottlieb Fichte*⁴**

Johann Gottlieb Fichte é um dos principais filósofos idealistas de maior destaque na Alemanha, no primeiro quarto do século XIX. Procurou, em seus trabalhos, em oposição a Herder, discutir não o aspecto universal em suas concepções, mas os pontos que diferenciavam os alemães dos demais povos.

Para Fichte, a valorização do povo alemão possui características únicas, apesar de ser mais um entre outros tantos povos de origens germânicas, pois os alemães mantiveram a língua vernácula e, por conseguinte, mantiveram a cultura original. Os demais povos germânicos migram por grande parte da Europa (especialmente o Norte) e parte da

⁴ Obra de referência consultada para o artigo: FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos à nação alemã*. Circulo de Leitores – Temas e Debates, Lisboa/Portugal, 2010.

Ásia. Assim, além de perderem o vínculo com a terra natal, perderam, por consequência, sua cultura, já que se aculturaram deixando de ser dominantes, passando a ser dominados. Contudo, Fichte admite a influência de línguas estrangeiras no alemão, mas segundo o que afirma os termos estrangeiros não interferiram na essência da linguagem.

Além disso, Fichte afirma que a língua representa um fator significativo para o estabelecimento e autonomia de uma nação, sendo de grande valia para a elaboração de leis e normas (o entendimento social). Somente com a língua vernácula é possível manter as origens do povo, a cultura e, essencialmente, suas virtudes – caracterizando, assim, um povo com sentimentos coletivos, em que não há segregação entre cultos e incultos; algo diferente em relação aos demais germânicos, que fazem uma separação dos cultos que manipulam e o povo que é manipulado. *O povo é a causa e razão de toda nação*. Assim, evidenciam-se as virtudes natas do povo alemão, como a fidelidade, sinceridade, honra e simplicidade.

Fichte e sua obra estão inseridos, historicamente, num contexto de invasões napoleônicas e a grande preocupação do referido filósofo estava em alertar ao povo alemão sobre a importância da preservação de sua língua como elemento fundamental para preservação do caráter nacionalista em uma sociedade que não estava constituída como pátria unificada até aquele momento⁵. Desse modo, são constantes as críticas às tentativas de domínios estrangeiros. Estrangeiros seriam “ignorantes”, de “mau gosto” e “má educação”. E em contrapartida, os alemães se caracterizavam como homens das nações cultas e superiores, que não têm a obrigação de ajudar às nações incultas.

A educação seria outro fator nevrálgico para o fortalecimento da nação – a fé deveria ser instrutiva em todos os segmentos – remete à influência da escolástica na doutrina de Lutero – que é outro fator que diferencia o povo alemão dos demais, justamente por possuírem uma religião mais adequada à nova realidade da época. As demais religiões

⁵ A unificação dos 39 reinos de origem alemã como uma única pátria só ocorreu o ano de 1871.

(especialmente a Católica) estavam corroídas estruturalmente e moralmente.

As origens do pensamento teuto-brasileiro

A partir da breve apresentação das selecionadas⁶ ideias de Herder e Fichte, almeja-se compreender a formação do pensamento nacionalista teuto-brasileiro. Constata-se que tal pensamento foi fruto de um movimento intelectual conhecido como *germanismo*:

O germanismo é um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil, tendo como preocupação central a defesa da identidade étnico-nacional da população imigrante. Foi encabeçado por figuras da elite teuta – jornalistas, professores, pastores, comerciantes, industriais – que forjaram uma identidade específica para esta população com base na distinção étnica – propriamente etnocêntrica – em que são tomadas características culturais e biológicas como elementos diferenciadores. Como o próprio nome revela, o germanismo não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX. (SILVA, 2005, p. 311)

Encontram-se impregnados na concepção do germanismo vários elementos de influências do pensamento de Herder e Fichte. Essas características evidenciam-se através de alguns preceitos.

⁶ Destaca-se que foram selecionadas somente ideias que, de acordo com a ótica do autor do artigo, estavam mais evidenciadas no incipiente nacionalismo alemão que influenciou na formação do nacionalismo teuto-brasileiro, sendo as obras de Herder e Fichte de uma abrangência bem mais complexa, destacando, sobretudo estudos da filosofia e da semântica, do que os poucos pontos levantados.

Pode-se citar, por exemplo, o Romantismo alemão⁷, tendo Herder como seu grande expoente. Acreditava-se na valorização do “heróico” passado alemão, além do papel fundamental que o idioma alemão representava para a preservação da memória/identitária do povo, a questão da preservação do idioma é um dos pontos chave tanto para Herder como para Fichte.

Ainda se pode referir a reação ao domínio Francês, iniciado na Europa com as conquistas napoleônicas. Esse domínio francês está no caso do Brasil muito relacionado com o “modo de ser francês” como padrão de elegância e comportamento na sociedade. Inclusive, o jornalista e político alemão Karl Von Koseritz (que será exposto mais adiante nesse artigo) criticou muito em sua viagem ao Rio de Janeiro no final do século XIX a postura afrancesada da população.

Pode-se destacar, ainda, a “superioridade das raças”, evolucionismo e anti-semitismo (momento posterior). A partir dessa ideia, o alemão foi considerado, ou considerou-se um ser superior ao povo brasileiro⁸, por ser mais capacitado para atividades econômicas mais complexas e apresentar uma cultura mais elaborada. Apesar de contrariar Fichte, que dizia que não existia obrigação da cultura superior ajudar na inferior, os germanistas pregavam que a função dos alemães no Brasil seria “humanitária”, ajudando o jovem país americano a se desenvolver economicamente.

Deve-se referir, também, a ideia de separação de “Nação” e “Pátria”. Essa é a questão nevrálgica para o nacionalismo teuto-brasileiro.

⁷ As idéias que compõem o germanismo advêm, de um modo geral, do romantismo alemão, que serviu de alicerce para a formação de um sentimento nacional, um desejo de unidade como nação, a base do nacionalismo alemão do século XIX. Os românticos buscaram na língua o elo de ligação do povo germânico, traço comum aos indivíduos da nação alemã, uma idéia de nação cultural que não previa a unificação política. (SILVA, 2005, p. 312)

⁸ O pioneirismo dos colonos, a eficiência do colonizador teuto são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial. (SEYFERTH, 1993, p.23).

Baseados principalmente na concepção de Fichte, a partir do qual a questão étnica é fundamental para a formação da nação e não necessariamente a questão da formação de uma pátria, os germanistas estabeleceram a concepção que a nova pátria seria o Brasil (questão político territorial, mas a nação continuaria a ser a alemã, pois bastava aos descendentes seguirem o “*Volkstum*, entendido como a essência do povo, o caráter, também etnicidade (tomada como identidade primordial de um grupo), e *Deutschtum* (germanidade) como a essência do povo alemão.” (SILVA, 2005, p. 299, grifo nosso).

A partir da ideia da preservação do *Volkstum* e do *Deutschtum*, concebeu-se o âmago do nacionalismo teuto-brasileiro, em que:

A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo/etnia) alemão. O pertencimento sugerido por tal categoria remete, por um lado, a uma entidade supraterritorial -. a nação alemã, concebida como entidade cultural e lingüística que une um povo de mesma origem – e, por outro lado, à cidadania e a um território considerado como Heimat ou Vaterland – o Estado brasileiro. (SEYFERTH, 1993, paginação irregular, grifo nosso).

Nessa amálgama de cidadania (relacionada à pátria) e etnia (ligada à nação), formataram-se as bases do perfil do teuto-brasileiro, também chamado de *Deutsch-Brasilianer*. Com os alemães e seus descendentes sendo uma nação pertencente a uma pátria (que englobava outras nações), era necessário que essa nação alemã tivesse direitos políticos ante a essa pátria. Essas lutas foram intensificadas pela exclusão política de grande parte dos teuto-brasileiros, que não tinham direito a participação política, por não possuírem, de fato, a cidadania brasileira.

Assim, evidencia-se, inicialmente, a participação dos teutos nas questões políticas, mas não pelo viés político-partidário e sim pelo viés da participação política através da conquista do direito à cidadania. Cidadania, essa, que teve seus horizontes ampliados a partir do artigo número V do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também

alcunhada de Lei Saraiva, que possibilitou a participação dos teutos acatólicos nos meios político-partidários⁹. Esse decreto possibilitou a luta pela cidadania plena, ou seja, pelo direito de participação política não só em votar, mas também em ser eleito.

Com esse novo decreto, Gaspar Silveira Martins cooptou muitos teuto-brasileiros ao Partido Liberal. Contudo, Dreher (2001, p.8) aponta que, mesmo com uma presença significativa dos teuto-brasileiros no partido liberal, três diferenças político-filosóficas foram engendradas entre os germanistas: os Liberais – liderados por Karl von Koseritz; os luteranos – com evidente liderança dos pastores Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms; e os católicos – sacerdotes jesuítas que assumiram o papel de mentores do grupo teuto, com maior destaque para Theodor Amstad e Max Von Lassberg – com grande influência entre os colonos do interior.

A partir dessas três diferenciações, determinou-se a tendência para a participação política partidária desses grupos, consubstanciando principalmente os liberais, que tiveram a tendência de participarem do partido Liberal e, posteriormente, Federalista; os luteranos tenderam ao partido Colonial; e os Católicos, ao Partido Católico (GERTZ, 2010).

Salienta-se que havia, inclusive, um forte processo de rivalidade entre esses grupos. Destaca-se a intensa briga nos jornais entre o pastor Rotermund, que propunha a atrelagem entre a Igreja Luterana e germanidade como algo intrínseco aos dois elementos. Essa amálgama: fé luterana e tradição alemã, já estava expressa em Fichte, que via na religião luterana uma idiossincrasia que diferenciava os povos alemães

⁹ Numa tentativa de ampliar sua atuação política, o líder Gaspar Silveira Martins, senador do império, bateu-se pela concessão do direito de voto aos acatólicos e estrangeiros naturalizados, o que concretizou com a aprovação da lei Saraiva, em 1881. Através desta lei, os pecuaristas liberais estabeleceram uma aliança política com a ala mais representativa da comunidade alemã colonial: os comerciantes e a elite intelectualizada, que forneceram deputados que realizaram a mediação entre o mundo colonial e a política dos senhores rurais. Em troca de favores à sociedade colonial, arregimentavam-se votos para os liberais. (PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre/RS Ed. Mercado Aberto, 1997, p. 53).

dos demais. Segundo Rotermund, os membros da comunidade religiosa luterana que negassem sua germanidade, estariam perdidos para a Igreja. Esse aspecto de atrelamento da igreja alemã (luterana) que requisitou para a germanidade, ou o *Deutschtum*, era uma velada crítica ao principal articulador do teuto-brasileirismo Karl Von Koseritz, que era considerado ateu, apesar de sua ligação com a maçonaria.

Koseritz merece um enfoque especial nessa análise, pois ele foi considerado o pai do nacionalismo teuto-brasileiro. Sua atuação é de relevância tão destacada a ponto de se atribuir a “era Koseritz”¹⁰ no processo de consolidação da imagem do teuto-brasileiro.

Karl Von Koseritz

Karl Julius Christian Von Koseritz, nasceu em 3 de fevereiro de 1830 em Dessau. Veio para o Brasil no ano de 1851 com os Brummers (tropas de alemães mercenários contratados para combater na guerra contra Rosas). Assim como muitos outros Brummers, desertou um ano após a chegada ao Brasil, fixando-se junto à cidade de Pelotas, local onde sua tropa estava estabelecida. Numa precária situação, Koseritz trabalhou como cozinheiro e jornaleiro, até que por volta de 1855 começou a trabalhar como professor nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Em 1858, iniciou sua carreira de jornalista no Brasil trabalhando junto ao jornal “O Brado do Sul” no ano de 1858.

Apesar de um relativo destaque na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, Koseritz alcançaria maior relevância ante à sociedade sul-rio-grandense ao mudar-se para Porto Alegre no ano de 1864. Na cidade,

¹⁰ Ainda no que tange à história das ideias, Koseritz é considerado pela historiografia como um dos primeiros intelectuais de origem alemã que problematizou e construiu uma identidade étnico-nacional alemã para os imigrantes e seus descendentes no Brasil por meio da imprensa e refletiu acerca da posição desse grupo no contexto brasileiro. A historiografia atribui também a Koseritz a iniciativa pioneira de lutar pelos direitos civis dos imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil. (GRÜTZMANN, 2007, p. 130)

editou vários jornais e periódicos, recebeu a alcunha de “porta-voz” dos imigrantes germânicos radicados no estado¹¹.

Com uma visível ascensão social, Koseritz passou a ter seu reconhecido papel de intelectual, sendo um dos membros da seleta agremiação do Partenon Literário¹². Entretanto, é no campo da política que este artigo busca enfocar em maior evidência a atuação de Koseritz. A sua atuação está atrelada ao Partido Liberal, que sob forte influência do líder Gaspar Silveira Martins conseguiu a aprovação da lei que possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política:

Koseritz acreditava que os teutos no Brasil estavam incumbidos da missão histórico-cultural de disseminar a cultura alemã no país, naturalmente para ele superior. Este posicionamento político que visava, ainda que pela perspectiva de cima, a integração dos teuto-brasileiros com o resto do país não era um consenso entre seus membros, sobretudo nas duas últimas décadas do século com a política pangermanista exercida pelo Estado alemão. Koseritz, por sua vez, defendia que a cultura alemã seria propagada pelo país

¹¹ Karl von Koseritz foi o primeiro que compreendeu a situação peculiar do elemento alemão imigrado no Sul do Brasil e pode, por isso, ser denominado o pai do teuto-brasileirismo. Isso significa, em termos negativos, uma delimitação em relação aos alemães do Império Alemão, também em relação a outros brasileiros; em termos positivos significa a aceitação do estado a nova pátria brasileira, bem como o reconhecimento da velha pátria alemã, com a qual o teuto-brasileiro continua a sentir-se ligado pela etnia. (GERTZ, René. Org. *Karl Von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 07).

¹² Quando se refere à agremiação do Partenon Literário, está se referindo à história do primeiro movimento de intelectuais que de fato estabeleceram uma agremiação no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 18 de junho de 1868, o Partenon Literário era um movimento de ideias, sendo essas as mais diversas e abrangentes possíveis na época. Essas ideias iam de concepções literárias até discussões de aspectos políticos e sociais. O idealismo estabelecido pelos membros do Partenon Literário iniciou, ou incitou, ainda mais no Rio Grande do Sul o questionamento e defesa da concretização de uma nova ordem social, onde temas como a República, abolição da escravidão, o direito a manifestação feminina, além do estabelecimento de aulas noturnas para aqueles que não tinham condições de estudar durante o dia eram defendidos através de artigos, saraus ou poesias.

com maior eficiência através do estabelecimento de rincões culturais, que possibilitassem a manutenção de uma identidade cultural homogênea capaz de, só assim, trazer frutos para o país. (ARAUJO, 2012, p. 75).

Com a possibilidade de inserção na vida política, Koseritz se candidatou a uma cadeira na Assembleia provincial no ano de 1883, sendo eleito com a maioria dos votos. Destaca-se que a participação dos imigrantes teutos nestas eleições propiciou a Koseritz a sua eleição. Após sua eleição, foi residir no Rio de Janeiro, onde foi recebido pelo Imperador Dom Pedro II. Descreveu sua viagem para a capital do Império, Rio de Janeiro, e constatou uma fundamental diferença entre o alemão residente no Rio Grande do Sul com o alemão residente na capital do Império:

Para Koseritz, os alemães estabelecidos no Rio de Janeiro eram apenas “simples estrangeiros”, por conseguinte, aqueles estabelecidos no sul do país eram estrangeiros diferenciados, que pretendiam se integrar na sociedade brasileira. Ainda que não do ponto de vista cultural, uma vez que Koseritz era fiel defensor da superioridade germânica, mas sim, do ponto de vista político se defendia a plena participação nos negócios políticos do Brasil, como legítimos cidadãos (ARAUJO, 2012, p. 81).

Como se pode observar, de acordo com as ideias de Koseritz os alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul eram mais engajados, faziam parte da sociedade gaúcha/brasileira. Em contrapartida, os que estavam no Rio de Janeiro eram “simplesmente” estrangeiros, não eram integrados à sociedade brasileira.

Koseritz veio a falecer no ano de 1890¹³, ao que tudo indica vitimado por um processo de perseguição política intensa, que passou a sofrer após o advento da república no Brasil, em 1889.

¹³ GERTZ, René(Org). *Karl Von Koseritz*: seleção de textos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 07.

Os jornais como meios de cooptação

O jornal foi um aporte para a luta pelo poder¹⁴, através de aspectos simbólicos engendrados, tanto pelos liberais/federalistas – especialmente a partir do jornal A Reforma – quanto pelos republicanos (com destaque para o jornal A Federação), na busca de justificar suas reivindicações e alcançar uma abrangência maior perante a sociedade. O jornalismo expresso era, essencialmente, de teor partidário e opinativo, não apresentando muito espaço para questões informativas. Através de áspers editoriais, visava-se a cooptar adeptos partidários. Conforme Rudiger (2003, p. 36): “O fortalecimento da vida partidária permitiu aos políticos transformar o jornalismo numa militância objetiva, que se tornava meio de formação doutrinária da opinião pública”.

Contudo, segundo retratam Holfeldt e Rausch (2006), apesar do apelo político-partidário, os diversos jornais existentes no Rio Grande do Sul¹⁵ realizavam um processo de cooptação de leitores; ou no caso da imprensa partidária, conforme já se referiu a Bourdieu (1998), há busca por novos clientes:

O que se observa, portanto, é um deslocamento de acentuação, do emissor – um determinado tipógrafo resolve editar um jornal; ou um determinado partido político – para o receptor: mesmo os jornais partidários devem atender a determinadas demandas de seu

¹⁴ Sobre o estudo da influência partidária nos jornais no Rio Grande do Sul, sugere-se a leitura de: RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*, Porto Alegre:EDUFRGS, 1993. – HOLFELDT, Antônio; RAUSCH, Fábio Flores. *A Imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização*. Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, entre 6 e 9 de setembro, na Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2006 disponível em site: <<http://www.essenciaeditora.com.br>> Acesso em 10/08/2014.

¹⁵ Existia uma diversidade de jornais no interior, Holfeldt e Rausch (2004, p. 7) destacam que mais de 60 municípios do Rio Grande do Sul, a partir de 1850, já possuíam jornais. Isso representava, praticamente, um veículo de comunicação por município no Rio Grande do Sul no século XIX. Mas, de um modo geral, eles seguiam a tendência político-partidária dos influentes jornais de nível estadual.

público, além de divulgarem seus princípios ideológicos. Os jornais vinculados às novas comunidades étnicas – alemães e italianos, principalmente – e aqueles dirigidos ao leitor mais segmentado, seja o intelectual ou a jovem senhora de família, além dos jornais operários, nada mais fazem que enfatizar essa nova perspectiva. É *para* e *com* o receptor que os novos editores e proprietários de publicações se dirigem e se preocupam (HOHLFELDT e RAUSCH, 2006, p. 05).

No que tange à imprensa nas áreas de imigração alemã no estado, muitos desses editores/intelectuais que se estabeleceram no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, a partir de meados do século XIX, ficaram conhecidos como a geração de 48, pois muitos foram oriundos da fracassada tentativa de unificação alemã do citado ano, inclusive, o já referido Karl von Koseritz.

Foi através do uso de jornais e do kalender¹⁶ que se buscou cativar/cooptar os teuto-brasileiros para a participação das questões políticas, atingindo principalmente a população dos núcleos rurais (maior parte da população de imigrantes alemães vivia em núcleos interioranos rurais). Nos jornais se encontrava uma apologia da necessidade do imigrante se engajar na cidadania plena brasileira e ter direito a participação política. Os jornais também propunham a necessidade de se constituir uma identidade genuinamente teuto-brasileira, em que frisava a amálgama de cidadania brasileira (por isso, a luta pela participação na política). A pátria é o Brasil, mas a luta seria para a preservação da nacionalidade alemã. Koseritz exemplifica esse pensamento através do seguinte pronunciamento:

¹⁶ (...) O princípio das diversas lições, ou seja, de tudo um pouco para alcançar os diferentes tipos de leitores e suas preferências de leitura, repertório esse variável, conforme a época de circulação dos almanaques, que inclui, basicamente, as seguintes formas: contos, contos de fada, lendas, novelas, poemas, aforismos, epigramas, anedotas: artigos de cunho histórico, cultural e geográfico, principalmente os aspectos regionais; relatos sobre as descobertas, sobre os progressos na técnica e na ciência, sobre artes e literatura; biografias de vultos significativos do passado e do presente; retrospectivas e prospectivas no âmbito da política internacional; exposições de cunho religioso (GRUZZTMANN, 2004, p. 23).

Entre nós, no Rio Grande, a bandeira brasileira não falta nunca ao lado da alemã, pois a grande maioria dos homens de língua alemã de lá já é nascida no Brasil e uma grande porcentagem dos imigrantes é naturalizada. O centro de nossos interesses está no Brasil, nós devemos participar da vida pública do país, no qual não vivemos temporariamente, mas onde nos estabelecemos e fundamos as nossas famílias, que ao Brasil dão o nome de pátria. (...) Mas nem por isto deixamos de guardar no coração um fiel amor pela velha terra, e sempre a ajudamos, quando ela atravessa horas penosas. A língua e os costumes alemães, o amor alemão ao trabalho e a fidelidade alemã são praticados por nós como talvez por ninguém mais no exterior, e nós mantemos os laços espirituais com a Alemanha tão firmemente quanto aderimos decididamente ao Brasil pelos laços políticos (KOSERITZ, 1980, p. 178, apud ARAUJO, 2012, p. 82).

Pode-se entender, a partir do discurso de Koseritz, que são retomados os preceitos básicos inspirados no pensamento de Herder e Fichte, que são a percepção do *Volkstum*, a etnicidade e o *Deutschtum* – a preservação da cultura, da língua, do passado comum. Essa amálgama é a questão máxima do nacionalismo teuto-brasileiro.

Os meios de comunicação serviram, então, como base não só da propagação do nacionalismo teuto-brasileiro, mas também como instrumento de cooptação político/filosófica por parte dos jornais. Apesar das divergências, havia pontos convergentes entre as lideranças:

É possível verificar alguns pontos de convergência entre as diferentes lideranças citadas. Um deles é a atividade intelectual na redação ou edição de jornais voltados ao público de língua alemã. A partir deles, aqueles conseguiam divulgar suas ideias, fazer ouvir seus discursos, influenciar leitores, angariar aliados e opositores. Demonstravam um intenso empenho pela demarcação dos limites do grupo teuto ou teuto-brasileiro, pela caracterização desta identidade, pela definição dos aspectos a serem preservados e dos aspectos a serem assimilados. (SILVA, 2005, p. 306).

Destacam-se como jornais de grande relevância, associados aos três grupos político-filosóficos, os jornais: *Koseritz Deutsche Zeitung* e do *Koseritz Deutschen Volkskalender für Brasilien* (SEYFERTH, 1993, p. 24), auspiciados pelos liberais liderados por Koseritz; o almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* e do jornal *Deutsche Post*

(SILVA, 2005, p.304) articulado pelo pastor luterano Rotermund; e o *Deutsches Volksblatt*, jornal que era editado desde 1871 pelos jesuítas (GERTZ, 2010, p. 42). Muitos desses jornais, ou almanaques possuíam uma alta tiragem, com números superiores a dez mil exemplares, o que para padrões da época representava um forte instrumento de divulgação e doutrinação.

Não é propósito desse artigo aprofundar o mérito de cada jornal ou almanaque desses, e sim demonstrar o modo como os referidos jornais e almanaques serviram como instrumento para a propagação da nacionalidade teuto-brasileira. Constata-se, em praticamente todos eles, a preocupação com a perda da identidade nacional alemã, havia um processo de aculturação por parte dos imigrantes e seus descendentes. Era necessário preservar, acima de tudo, o *Volkstum* e o *Deutschtum*. Curiosamente, Fichte também possuía essa preocupação, mas num cenário totalmente diferenciado, pois no início do século XIX era o território alemão que estava sendo invadido por estrangeiros (no caso franceses). Agora, a situação seria o oposto, quem “invadiu” o território estrangeiro foram os alemães. Mesmo assim, o preservar da cultura alemã era considerado imprescindível, a ponto de Koseritz pregar a formação de rincões culturais alemães para evitar, principalmente, a perda da essência da cultura alemã: a sua língua.

Considerações finais

A partir da análise das propostas filosóficas e nacionalistas de Herder e Fichte, com o germanismo em suas múltiplas faces realizado no Brasil no decorrer do século XIX, pode-se constatar que muitos aspectos apresentados pelos filósofos germânicos constituíram-se em práticas políticas e sociais, por parte dos descendentes alemães no Brasil.

Aspectos como a valorização da língua, da cultura e tradições, além do Romantismo, estão presentes em praticamente todos (se não todos) os intelectuais germanistas situados no Brasil, no século XIX, evidenciados através do *Deutschtum*. Além da etnicidade e da crença da superioridade da raça alemã, justificavam a importância da preservação da identidade alemã estabelecidas pela concepção do *Volkstum*. Essas são marcas indelévels e impregnadas pelos germanistas.

Esses aspectos foram intensamente frisados pelos intelectuais de origem alemã, conhecidos como germanistas, que tiveram em Koseritz seu expoente máximo – apesar de existirem várias ramificações filosóficas, inclusive rivais – sendo o nacionalismo teuto-brasileiro embasado na luta pela cidadania plena e propagada através de jornais e almanaques.

Observa-se que essa busca identitária, conseguiu sobrepor-se a diferenças religiosas e regionais estabelecidas nas colônias no Rio Grande do Sul e no Brasil, contidas dessas muitas vezes advinda das próprias origens distintas dos alemães que migraram de várias regiões dos reinos germânicos. Além de moldar um teuto-sul-riograndense sob um modelo de perfeição, questão essa que ainda permeia no imaginário popular.

Como a base fundamental para o embasamento axiomático do nacionalismo teuto-brasileiro foi a separação entre nação e pátria, essa é uma das mais fortes comprovações das influências de Herder e Fichte. Apesar de suas diferenças de concepções filosóficas, os filósofos vincularam os laços de uma nação ao pertencimento étnico e não pátrio. Ou seja, poder-se-ia ser alemão em qualquer parte do mundo, bastava seguir sua língua, suas tradições e possuir o sangue germânico circulando nas veias. Comprova-se, assim, a importância da língua e da conservação das tradições para que se dê continuidade às identidades. Esses elementos preservados são traços identitários que, se mantidos mesmo modificados, são uma forma de preservação, de continuidade identitária – muitas vezes ainda presente e perceptível mesmo na sociedade atual.

Referências

ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Laços e traços de identidade numa leitura de Karl von Koseritz. *Rev. Hist. UEG*. Goiânia, v.1, n.1, p.65-85, jan./jun. 2012.

DREHER, Martin. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. In: *Estudos Leopoldenses*. Vol. 31, n. 142, p. 59 – 82, mai./jun.1995.

_____. (Org.). *Hermann Gottlieb Dohms; textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos à nação alemã*. Circulo de Leitores – Temas e Debates, Lisboa/Portugal, 2010.

GERTZ, René. Org. *Karl Von Koseritz*: seleção de textos. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

_____. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. *Espaço Plural*, Ano IX, n. 19, 2º Semestre de 2008.

_____. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. *História Unisinos* 14(1), p. 38-48, Janeiro/Abril 2010.

GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin, RAMBO, TRAMONTINI, Marcos. (Orgs). *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História Unisinos*, 11(1), p. 123-133, Janeiro/Abril 2007.

HERDER, Johann Gottfried Von. *Ideas para una filosofía de la historia de la humanidad*. Editorial Losada, Buenos Aires/Argentina, 1959.

HOLFELDT, Antônio; RAUSCH, Fábio Flores. *A Imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937*: Discussão sobre critérios para uma periodização. Disponível em: <<http://www.essenciaeditora.com.br>>. Acesso em 10/08/2014.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. Colonização alemã e cidadania: a participação política dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul (século XIX). *Textos de história*, vol. 16, nº 2, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1997.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1993.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania*: a imigração alemã e o Estado brasileiro Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs*. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE MAÇÔNICA DA “UNIONE ITALIAN DI MUTUO SOCORRO BENSO DI CAVOUR”

Rafael de Souza Bertante*

Introdução

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a cidade de Juiz de Fora¹ viveu um contexto de modernização e se constituiu como um dos principais núcleos urbano e industrial de Minas Gerais (PIRES, 2009, p. 20). Essas mudanças ocorreram junto ao desenvolvimento de diversas obras de infraestruturas e uma intensificação cada vez maior do comércio e da indústria local. Circunstâncias que funcionaram como atração para diversos imigrante a Juiz de Fora, sobretudo, os de origem italiana que não se interessavam pela agricultura ou que já trazia consigo, alguma formação profissional (CHRISTO, 2000, p.136).

O movimento imigratório na cidade impulsionou a formação de várias associações filantrópicas e de ajuda mútua. A formação desses grupos foi um importante recurso para os estrangeiros, pois os auxiliavam em uma melhor forma de adaptar à nova realidade e também buscavam preencher lacunas deixadas pela ausência de políticas de previdências promovidas pelo Estado (VISCARDI, 1995, p. 99 e 100).

Entre a formação de diversas associações em Juiz de Fora, destacamos a fundação, no ano de 1902, de um grupo de italianos que

* Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientação do Prof. Dr. Marcos Olender.

¹ A cidade de Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata de Mineira.

além de prezar pelas características étnicas, filantrópicas e ajuda mútua, se caracterizava por ser composto apenas por maçons. O grupo constituiu a loja maçônica *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*.

O motivo que levou a pesquisa destacar esse grupo é que grande parte dos seus membros tiveram significativa importância para a cidade. O recorte temporal para este trabalho compreenderá a ocasião de criação da loja, até o ano de 1925, momento em que ela deixa de ter exclusividade italiana. Dessa forma, busca-se notar o quanto este meio pode ter influenciado ou não para que, alguns desses membros tivessem algum renome perante a cidade.

Juiz de Fora: a manchester mineira

Foi, sobretudo, durante a década de 1880 que Juiz de Fora se firmou como capitalista e passou a ser caracterizada como a “Manchester Mineira”. As consequências que provocaram tais mudanças na cidade e a destacou dentro de Minas Gerais estavam relacionadas com os investimentos em serviços públicos e atividades urbanas (PIERES, 2009 p.78-80). Investimentos que foram resultado de uma rápida expansão das lavouras de café pela Zona da Mata até o final do século XIX (OLIVEIRA, 1991, p.34), e a ligação do capital agrário aos setores mais próximos da modernização capitalista. A presença desse capital logo foi compreendida por empreendimentos como, estrada de ferro, bancos, energia elétrica, transportes urbanos e industrialização². (PIRES, 2009, p. 20-21).

A forma como a modernização decorreu em Juiz de Fora também era perceptível em outras cidades brasileiras, principalmente as que estavam ligadas à indústria ou ao café. Pois essas mudanças muitas vezes eram resultado da concentração de renda na região, da presença de rede ferroviária e a existência de mão de obra especializada. Juiz de Fora, contou com esses três quesitos, além de uma importante estrada de

² É importante ressaltar que a economia juizforana, neste contexto, era secundária se comparada a grandes regiões do país como Rio de Janeiro ou São Paulo, o que não exclui sua importância para a região e para a época em estudo (PIRES, 2009, p. 20-21).

rodagem – responsável por aproximar o interior de Minas à Capital Rio de Janeiro (CHRISTO, 2000, p. 143) – é possível destacar ainda a construção, no ano de 1889, da primeira Usina Hidroelétrica da América do Sul, concedida por Bernardo Mascarenhas (OLENDER, 2011. p. 55).

A chegada do imigrante

Do outro lado do Atlântico³, um forte movimento imigratório se desenvolveu por parte da Europa, durante o século XIX e início do século XX. Entre os motivos que levaram esses europeus se arriscarem a vida em outras terras estava, a impossibilidade de sustentar a si e à sua família, devido a um excedente da mão de obra no campo⁴ ou ainda, casos de perseguições étnico-religiosas, que se desenvolviam em meio a uma Europa de afirmação de Estados Nacionais. As possíveis saídas para muitas dessas pessoas seriam o êxodo rural ou a emigração para a América (FEREZINI, 2003 p. 74).

No Brasil a presença de imigrantes se intensificou durante a segunda metade do século XIX, quando o Governo Imperial promoveu a Política Imigratória, que entre seus objetivos pretendia trazer pequenos proprietários para a Região Sul e trazer mão de obra para os grandes fazendeiros (FEREZINI, 2003 p. 74).

Em Juiz de Fora, as medidas iniciais para receber imigrantes buscavam criar núcleos coloniais próximos ao “Caminho Novo”⁵ com o intuito de garantir mão de obra, ao mesmo tempo em que se ocupava e povoava regiões antes não exploradas. Mas o primeiro impacto

³ Invertendo o sentido apontado por Trento (1989) que escreveu seu livro pensando no território europeu e contando sobre os italianos em terras brasileiras. Aqui, pensando do Brasil, apontaremos alguns motivos que levaram os europeus a saírem de suas terras e desembarcarem na América.

⁴ O excedente da mão de obra na Europa pode ser explicado pelo aumento significativo na taxa de natalidade e o desenvolvimento da mecanização agrícola, que ocorreu em fins do século XVIII. (FEREZINI, 2003,p. 78).

⁵ A Estrada citada foi elaborada com o intuito de facilitar o acesso ao centro de Minas Gerais para comerciantes vindos da província do Rio de Janeiro, além de melhorar a vazão e a fiscalização do fluxo do ouro (MIRANDA, 1990, p.85).

significativo da imigração na região aconteceu durante a construção da Estrada União Indústria, em meados do século XIX, com a chegada de imigrantes da Alemanha. Essa via cumpria o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a província de Minas Gerais para o escoamento do café (OLIVEIRA, 1991, p. 46 e 52). Miranda (1990) mostra que, nos anos de 1860, a colônia montada para esses imigrantes alemães chegou a abrigar 1114 pessoas, das quais 42% se dedicavam a atividades remuneradas, não relacionadas com a agricultura (MIRANDA, 1990, p. 68). Com o término das obras da estrada, a presença desses imigrantes qualificados teve importantes repercussões no que diz respeito à oferta de mão de obra para a economia local. Eles recebiam melhores salários e possuíam habilidades especializadas e logo tiveram condições e instrumentos para aproveitar as oportunidades geradas na economia local, de forma que muitos abriram firmas comerciais, oficinas e manufaturas que, com o próprio desenvolvimento da cidade, viriam a constituir ali importantes indústrias (MIRANDA, 1990, p. 68-69).

Mas, o movimento migratório se intensificou, sobretudo, no final do século XIX com a criação da Hospedaria Horto Barbosa⁶ e dessa vez marcado por uma vasta presença de imigrantes vindos da Itália. A hospedaria foi criada em 1888 e tinha como função, sediar e registrar um significativo número de europeus desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Assim durante um curto período de tempo, esses imigrantes permaneciam em Juiz de Fora até que pudesse estabelecer contratos de trabalho no país. Após isso, os imigrantes saíam para trabalhos em lavouras de café, em indústrias ou em construções civis. Portanto, após os imigrantes serem registrados e firmarem contratos de trabalho, eles eram direcionados, para São Paulo, de volta ao Rio de Janeiro ou para o interior de Minas Gerais. A cidade a princípio, não necessitava tanto de mão de obra para as lavouras de café, pois encontrava-se em uma região escravista. Porém, ainda assim é possível perceber a permanência de alguns grupos de imigrantes na cidade (CHRISTO, 2000, p. 131).

⁶ Segundo Biondi, a Hospedaria Horto Barbosa foi durante muito tempo a principal hospedaria, com essas características, dentro de Minas Gerais. Hospedarias desse tipo existiam, também em outras cidades, como por exemplo, São Paulo (BIONDI, 2009, p.42).

Segundo estudos de Oliveira entre o período de 1896 a 1906, a Hospedaria Horto Barbosa, chegou a registrar 24.572 imigrantes. Desse total, 2.804 pessoas permaneceram em Juiz de Fora, se direcionando para trabalhos em zona rural e zona urbana. Vale ressaltar que o número mencionado não contabilizou todos os imigrantes que vieram para a cidade, pois muitos vinham para ficar com amigos ou familiares que já haviam se estabelecido no local. Os registros da Hospedaria mostram que 1551 pessoas, se fixaram em zona urbana e que desse total 88% permaneceram de forma espontânea, enquanto os outros 12% ficaram, pois haviam sido chamados para trabalhos. Uma possível explicação para tal permanência espontânea poderia estar embasada no nível de urbanização da cidade e as oportunidades de empregos oferecidas, principalmente para os que tinham uma qualificação profissional (OLIVEIRA, 1991, p. 109 a 111).

O associativismo entre os italianos

Algo que nos intriga é como esses imigrantes faziam para se estabelecer em uma terra de clima, cultura e idiomas tão diferentes dos seus. Somado a essas diversidades, a Itália, por exemplo, era um país recém-unificado e essas pessoas – que vinham para o Brasil em busca de melhores condições de vida – traziam consigo, costumes e dialetos próprios de sua terra, além das rivalidades existentes com outras regiões. Porém, apesar de todas essas das singularidades apontadas, ao desembarcar em terras brasileiras, esses estrangeiros eram rotulados, simplesmente como italianos. Portanto, quais recursos poderiam ser utilizados por essas pessoas para se adaptarem e estabilizarem no novo contexto? A procura por respostas a essa questões começaram a aparecer junto a leituras sobre a imigração italiana na cidade de Juiz de Fora⁷. Tais

⁷ O tema deste trabalho surgiu do estudo desenvolvido no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), cujo título é “A Contribuição da Imigração Italiana para a Produção Arquitetônica de Juiz de Fora”. Ao iniciar a pesquisa, entramos em contato com algumas leituras, que apresentavam a história de Juiz de Fora e contextualizavam a imigração italiana junto à urbanização da mesma. Dentre as leituras podemos destacar o livro “Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri”, de Olender (2011), o

leituras mostraram que muitos desses imigrantes buscavam se associar em grupos filantrópicos ou de ajuda mútua, em busca de uma estabilidade e uma melhor adaptação à nova realidade.

A prática associativa entre imigrantes italianos foi muito constante no Brasil, principalmente nos fins do século XIX – quando há um maior volume de pessoas – mostrando a necessidade de se reunirem em círculos com finalidades de mútuo socorro (TRENTO, 1989, p. 170). A prática do associativismo era uma resposta à ausência de um Estado promotor de políticas de previdências (VISCARDI, 1995, p. 99 e 107).

Mas as propostas dessas associações ultrapassavam a assistência aos menos favorecidos. Segundo Ianni o imigrante se via marcado por constantes sensações de deslocamento, de modo que não se via pertencente a nenhum dos dois países, pois sua terra natal havia ficado para trás e no novo país ele não conhecia ninguém (IANNI, 1992 apud FERREZINI, 2003, p.70). Assim, as associações também funcionavam como um meio de preservar a memória das origens dos imigrantes, ao mesmo tempo em que promoviam a integração e valorização do novo ambiente (FERREZINI, 2003, p.70).

Em Juiz de Fora, houve o predomínio de dois tipos de associações, as mútuas e as filantrópicas. As mútuas⁸ se caracterizavam por prestar socorro aos seus membros e tinham como sustento contribuições dos próprios integrantes. Enquanto as filantrópicas⁹, em sua maioria, eram religiosas ou criadas por setores sociais privilegiados e tinham como finalidade prestar socorro a quem necessitasse e a prática de ações de caridade (VISCARDI, 1995, p. 100).

texto “Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão” de Christo (2000) e a dissertação de Oliveira “Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)” (1991).

⁸ Viscardi aponta que o mutualismo também poderia ser uma estratégia para se atingir determinados fins genéricos, e que na verdade, pouco tinha de coletivos. (VISCARDI, 1995 p. 103).

⁹ Segundo estudos de Viscardi não se pode descartar a hipótese de que as associações filantrópicas estivessem preocupadas também com a construção e manutenção do poder local (VISCARDI, 1995, p. 105).

As associações italianas, tanto em Juiz de Fora, quanto no restante do país, geralmente duravam pouco tempo e contavam com um número de sócio relativamente pequeno. Apesar disso, foi significativa a quantidade de associações criadas. A proliferação das associações italianas pode ser justificada pelas rivalidades de ordem pessoais e regionais, devendo se atentar que essas diferenças vão além de um sentido preconceituoso, mas muitas vezes aconteciam pela própria dificuldade de compreensão linguística (TRENTO, 1989, p.161 e 162). Em Juiz de Fora, por exemplo, entre os anos de 1876 e 1920, há registro de dezesseis associações de caráter étnico, sendo que dez delas eram de origem italiana (VISCARDI, 1995, p. 108 a 110).

Entre os grupos filantrópicos, também se estabeleceu na cidade a Maçonaria. Esta instituição se diferenciava das demais devido sua rígida hierarquia e os rituais baseados no esoterismo (BARATA, 1999, p.36).

Segundo Barata, a

Maçonaria é uma instituição essencialmente filantrópica, filosófica e progressista, tem como objetivo a pesquisa da verdade; o estudo da moral universal, os das ciências e artes e o exercício da beneficência. Tem por princípios a liberdade absoluta de consciência e a solidariedade humana. Não exclui ninguém por suas crenças. Tem por divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade (BARATA, 1999, p.41).

O caráter secreto que a Maçonaria proporciona, permitiu por diversas vezes a construção de um local para discussões políticas sem o controle e a vigência do estado, assim como criou um espaço de sociabilidade em que se fortalece as relações de amizade. Contudo, “apesar do clima de mistério, sabemos que *as maçonarias* não existem isoladas da sociedade e podem ser melhor compreendidas no conjunto do movimento associativo do qual fazem parte em cada época” (MOREL & SOUZA, 2008 p. 44, 88 e 132, grifo nosso).

Em Minas Gerais os núcleos com maior concentração Maçônica estavam nas regiões Sul e Zona da Mata, locais que se caracterizaram pela atividade cafeeira e desenvolvimento urbano. Castro explica que talvez o caráter urbano permitisse um maior interesse pela adoção de novas ideias, valores e modelos de sociabilidade (CASTRO, 2008, p. 18).

A loja Benso di Cavour

A *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* surgiu em um momento que diversas associações se constituíam em Juiz de Fora, porém se caracterizou por ter como membros, apenas maçons italianos. A formação se deu a partir de vinte e cinco homens, antes pertencentes às lojas, Fidelidade Mineira e Caridade e Firmeza. A justificativa para a fundação da mesma era a dificuldade em entender o idioma local durante as reuniões e dificuldade de relacionamento. Dessa forma, sabemos que o idioma utilizado nas discussões e atas era o italiano, o que, também a tornava singular entre as demais lojas maçônicas da cidade¹⁰ (GABURRI, s/d).

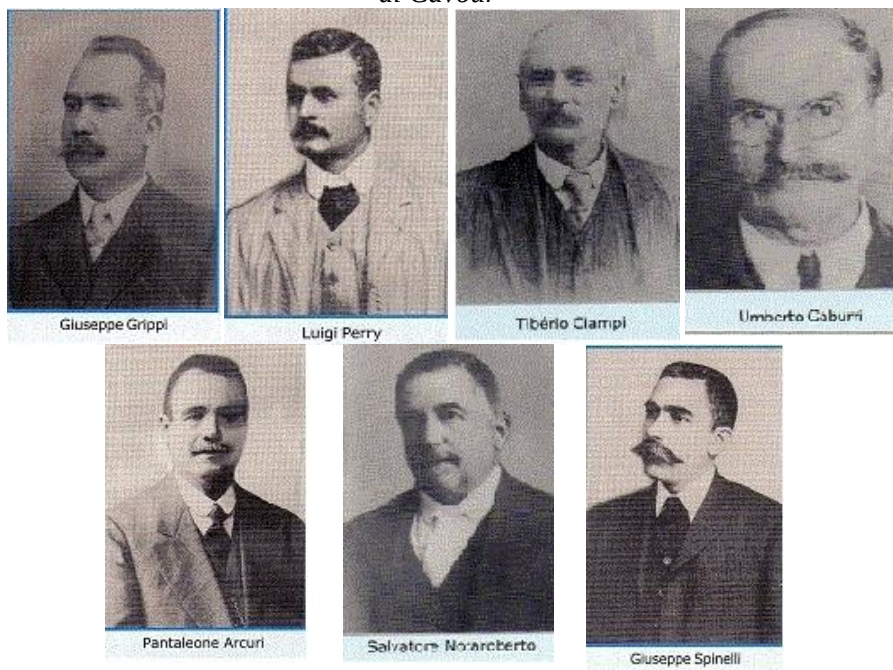
O recorte temporal para a essa pesquisa busca focar o período de exclusividade do imigrante italiano dentro da loja. Por isso compreenderá o momento de sua criação, em 1902, até o ano de 1925, quando os descendentes de italianos e membros de outras nacionalidades também passam a compor o grupo (GABURRI, s/d). A partir da década de 1920 o número de imigrantes italianos chegados à cidade era menor, se comparado às décadas passadas (OLIVEIRA, 1991, p. 11), essa pode ser uma explicação para a aceitação de homens não nascidos na Itália em seu meio.

Entre os membros fundadores da *Benso di Cavour*, destacamos os nomes de Giuseppe Grippe, Luigi Perry, Tibério Ciampi, Umberto Gaburri, Pantaleone Arcuri, Salvatore Notaroberto e Giuseppe Spinelli (GABURRI, s/d). Homens, que de alguma forma estiveram envolvidos com o comércio e/ou com o crescimento urbano de Juiz de Fora (FILHO, 1979). A partir deste contexto e recorte temporal, buscaremos, então, analisar como se desenvolveu a sociabilidade entre esses homens, como formavam suas redes de amizade e notar se, a loja foi um canal para que esses imigrantes pudessem desenvolver seus negócios se destacando em

¹⁰ A formação de lojas maçônicas composta por imigrantes italianos no Brasil acontecia desde o ano de 1888, sendo a *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* a única com essas características em Minas Gerais até meados de 1920 (TRENTO, 1989, p. 174).

ações que contribuíram para desenvolvimento urbano e industrial de Juiz de Fora.

Figura 1: Fundadores citados da Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour



Fonte: <<http://www.bensodicavour.org.br>>. Acesso em 28/04/12.

O caráter de auxílio filantrópico da Maçonaria forma um espaço de sociabilidade que fortalece relações sociais circunscritas não apenas em seu interior, mas também externo à ordem. Essa foi uma forma de expansão da civilização ocidental, ao mesmo tempo em que também foi uma forma de se criar redes de poder e laços de clientela. Desta maneira os maçons auxiliavam os que recebiam algo e fortaleciam o poder de quem os dava (MOREL & SOUZA, 2008, p. 48 e 88). Segundo Barata, a maneira como se faz a prática do auxílio mútuo e da filantropia dentro da Maçonaria – própria da cultura ilustrada – fazia com que ela fosse destituída de conteúdos relacionados à prática cristã, sendo vista de forma bem mais pragmática, objetivando também, ganhos financeiros e/ou facilidades nas atividades comerciais (BARATA, 2006, p.98).

As relações entre os membros da loja *Benso di Cavour* são notadas em alguns trabalhos como, no livro de Olender, onde percebemos negociações entre dois fundadores da loja e importantes figuras para o contexto juizforano. De um lado temos o calabrês Pantaleone Arcuri, que montou em Juiz de Fora a Companhia Pantaleone Arcuri. Uma grande firma que se destacou por vender materiais para obras, elaborar projetos modernos e executar construções. Devido à proximidade com a Companhia Mineira de Energia, a construtora ainda montou uma fábrica de ladrilhos hidráulicos e foi a pioneira na inserção e fabricação da “telha do futuro”, ou ardósia artificial no Brasil (OLENDER, 2011). A construtora foi responsável pela realização de diversos prédios na cidade, inclusive prédios públicos, como as Repartições Municipais, que constituem parte do patrimônio tombado de Juiz de Fora. Do outro lado temos Tiberio Ciampi. Grande comerciante na cidade, responsável por prestar manutenções em bicicletas “Haley” e pela venda de peças e acessórios para veículos. Além disso, vendia automóveis da “General Motors do Brasil” e era representante da “Moto Indian” e “Haley Davidson” (OLENDER, 2011, p 254 e 255).

Após um incêndio ter afetado os negócios de Tiberio Ciampi, ele e seus filhos resolveram construir um edifício em um terreno próprio. O prédio seria por anos, o primeiro e único “arranha-céu” de Juiz de Fora. A construção do mesmo aconteceu no início dos anos de 1930 pela Companhia Pantaleone Arcuri, para a família Ciampi. O projeto contou ainda com a ajuda da prefeitura, que isentou de impostos durante cinco anos, o proprietário do prédio, que seria o mais alto da cidade.

O edifício foi projetado por Raphael Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri e responsável pela elaboração de diversos projetos da construtora. O prédio em estilo *art-nouveau*, contava com quatro andares e uma torre anexa. Sendo distribuído da seguinte forma, na frente do primeiro pavimento havia uma loja e nos fundos, funcionava uma oficina e a garagem; no segundo pavimento, ficava o escritório da empresa; no terceiro pavimento uma residência; e os demais pavimentos, suportavam cômodos que eram alugados para residências ou negócios comerciais. (OLENDER, 2011, p 252 a 255).

Figura 2: A esquerda o “Edifício Ciampi”



Fonte: <<http://www.mariadoresguardo.com.br>>. Acesso em 08/09/2014

A relação entre esses dois membros fundadores da *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*, ilustra um pouco do que buscamos estudar sobre a sociabilidade desenvolvida entre esses vinte e cinco italianos e de como o meio o qual estavam inseridos poderia beneficia-los ou não para a execução de seus negócios e consequentemente obterem renome junto à sociedade, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de Juiz de Fora. Castro mostra que a sociabilidade maçônica assumiu um papel importante para diversos setores da cidade, principalmente para aqueles que precisavam se afirmar numa sociedade em constante evolução e muitas vezes não possuíam um local para falar abertamente sobre questões políticas, religiosas e econômicas. Logo, as lojas se constituíam como espaço de socialização e passavam a fazer parte de uma vasta relação de trocas, que abarca desde o ponto de vista cultural até os privilégios oriundos da própria fraternidade maçônica (CASTRO, 2007, p. 238).

Portanto, o conceito de sociabilidade será de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. Segundo Sirinelli,

“a palavra sociabilidade reveste-se (...) de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e microclima que caracteriza

um microcosmo intelectual particular” ou seja, o espaço de sociabilidade é, ao mesmo tempo, “geográfico” e “afetivo”, pois ao estabelecer relações de adesão e/ou de rejeição, acaba por criar certa “sensibilidade ideológica”. (SIRINELLI, 1996 apud BARATA, 2006, p.23)

Então, tomando como base o conceito de sociabilidade, procuraremos entender o quanto, ou não, o meio maçônico possibilitou que seus membros tivessem uma inserção no espaço público e privado. Para tanto, os primeiros passos da pesquisa, para tentar entender como se deu a sociabilidade entre esses italianos serão voltados para as leituras de periódicos da época buscando notar o quanto esses nomes apareciam relacionados entre si perante feitos para a sociedade juizforana. E o quanto à ligação entre os membros do grupo possibilitaram o desenvolvimento de seus próprios negócios, dentro da cidade.

Considerações finais

Este trabalho faz parte de um projeto de mestrado que começa a dar seus primeiros passos. E já de início, se depara com alguns desafios, como, por exemplo, as poucas referências a respeito da loja *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*. Mas é justamente esse o motivo que nos impulsionou a tentar trabalhar, ampliar e resgatar um pouco dessa passagem do imigrante italiano na cidade de Juiz de Fora. Ao longo das leituras realizadas para pesquisa, encontramos trabalhos¹¹ que citam a existência da loja ou mostram relações existentes entre membros da mesma. Porém muito pouco se sabe sobre sua história.

¹¹ CASTRO. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008.; CHRISTO. *Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão*. In: BORGES (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000. FEREZINI. *A “Questão São Roque”: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. OLENDER. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

O intuito da pesquisa, portanto, será analisar a constituição e a sociabilidade desenvolvida dentro desse grupo, na tentativa de mostrar o legado que esses italianos deixaram à cidade de Juiz de Fora. O trabalho pretende, também, dar contribuições à historiografia local, tratando do associativismo e da imigração italiana, além de mostrar as singularidades dessa loja dentro da cidade e mesmo dentro do estado de Minas Gerais, durante as duas primeiras décadas do século passado. Por fim, espera-se que a pesquisa possa contribuir para a ampliação dos estudos sobre a imigração italiana no país, pois notamos que grande parte dos trabalhos a respeito deste tema estão concentrados no estado de São Paulo e na região Sul do Brasil.

Referências

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009.

CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008.

_____. No compasso da Sociabilidade: a utilização do conceito de sociabilidade em um estudo sobre a maçonaria. In: BARBOSA, S. M.; BARATA, A. M.; CANO, J. *Anais do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império*. PPGHis UFJF: Juiz de Fora, 2007.

CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

FEREZINI, Valéria Leão. A “*Questão São Roque*”: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em Historia). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FILHO, J. Procópio. *Salvo Erros ou Omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: 1979.

GABURRI, José, A. D. *História da Loja Maçônica Benso di Cavour*. Disponível em <<http://www.bensodicavour.org.br>>. Acesso em 28/04/12.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990.

MOREL, M. & SOUZA, F. J. O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLENDER, Marcos. Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro – *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Lócus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995.

O PÓS-GUERRA NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ DO RIO GRANDE DO SUL (1945-1955)

René E. Gertz*

Sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, correntes nacionalistas ganharam espaço na discussão pública brasileira (Oliveira, 1990)¹. Movimentos como o Modernismo, na década de 1920, ampliaram o debate em torno da necessidade de configurar e traçar um destino claro para a nacionalidade. Na década de 1930, apareceram agremiações políticas nacionalistas radicais, como a Ação Integralista Brasileira. E, mesmo não seguindo uma linha tão radical quanto a da AIB, no governo federal instaurado após a revolução de 1930, tendências nacionalistas exerceram influência crescente, com ampliação muito significativa durante o período do Estado Novo (1937-1945), desembocando na “campanha de nacionalização”.

No contexto desse avanço nacionalista, ocorreram debates crescentes sobre os “estrangeiros” no país, debates que se travaram dentro de um leque temático que abrangia polêmicas sobre a necessidade de redefinição do Brasil como grande receptor de imigrantes, até então; sobre quais imigrantes poderiam continuar a entrar e quais seriam indesejados (Koifman, 2012, p. 67-84); sobre como lidar com aqueles que já estavam estabelecidos. Em relação a estes últimos, estava muito

* Doutor em Ciência Política, Professor de História na PUCRS.

¹ O título deste texto é bastante genérico, quando, na verdade, o leitor verá que se trata de um tema mais específico. A explicação está no fato de que havia necessidade de realizar a inscrição para o evento com antecedência, momento em que estava definida a temática geral que seria abordada, mas não estava definido o enfoque mais restrito. Para não criar problemas burocráticos aos organizadores do evento, manteve-se o título original.

difundida a ideia de que alguns deles se encontravam plenamente assimilados, isto é, “abrasileirados”, mas outros ainda careciam dessa condição. Abstraindo de grupos numericamente menores, nesta última condição – como os judeus –, a preocupação se concentrava, em especial, nas “colônias” japonesas e alemãs (provavelmente nesta ordem). As primeiras com significativa densidade em São Paulo e em alguns outros estados, as segundas localizadas, sobretudo, nos três estados sulinos.

A tendência geral na avaliação da questão obviamente experimentava variações geográficas. No Rio Grande do Sul, a Primeira Guerra tinha gerado profundos conflitos entre a população considerada tradicional, por um lado, e alemães e descendentes, por outro lado. Mesmo assim, durante a década de 1920, estes últimos conseguiram reverter a situação, marcando sua presença, seja através das intensas festividades em torno do centenário da imigração alemã, em 1924 (Weber, 2004), seja através da ascensão de brasileiros de descendência alemã a cargos nas administrações municipais, como a de vice-intendente (vice-prefeito) de Porto Alegre, com a eleição de Alberto Bins, em 1926 (passando a exercer o cargo de intendente, em 1928, com a morte do titular), ou a de chefes de muitos executivos municipais, nas regiões típicas de colonização alemã, nas eleições de 1928 (Gertz, 2002, p. 51-88; 177-205).

Se em Santa Catarina a situação sofreu mudança radical logo após 1930, com o desencadeamento imediato de medidas contra as “colônias” alemãs (Gertz, 1987, 66-67)², no Rio Grande do Sul o governo

² Luiz Felipe Falcão, aparentemente, defende um ponto de vista diferente. Ele escreveu: “O período que se abre nos anos vinte, mesmo englobando o início da década seguinte, transcorreu em Santa Catarina sem maiores atropelos no que tange a tensões ou conflitos interétnicos. Governado por republicanos que tinham como forte base de apoio eleitoral as zonas coloniais, o estado não sofreu muitos sobressaltos quanto a isso, ainda que seus mandatários tivessem relutado em abdicar de suas produções, após a mobilização militar que levou Getúlio Vargas à presidência da República, em 1930. Desta maneira, a preocupação em nacionalizar, a todo custo, as populações de outras origens que não ibéricas, ou mais propriamente portuguesas, ficou um tanto esquecida, assim como o tema do

de Flores da Cunha continuou mantendo e aprofundando boas relações com todas as “colônias” aqui estabelecidas, constituindo a decretação, em 1934, do dia 25 de julho como “Dia do Colono” uma deferência especial aos “alemães”, já que os primeiros de seus antepassados haviam chegado ao estado nessa data (Gertz, 2014, p. 24-26).

A queda e a fuga de Flores da Cunha, em 1937, seguidas da implantação do regime ditatorial denominado Estado Novo, tiveram como consequência a irrupção abrupta de uma política de “nacionalização” no Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, ela se concentrou no sistema de escolas privadas amplamente difundido nas assim chamadas “regiões de colonização” do estado, mas gradativamente se ampliou para uma repressão a outras práticas culturais, para, no final, desembocar numa repressão policial generalizada, muitas vezes, brutal, depois que o Brasil declarou guerra ao “Eixo”, em 1942 (Gertz, 2005, p. 144-177).³ Se durante a Primeira Guerra os ataques à população de origem alemã tinham sido praticados por funcionários públicos subalternos, no interior do estado, e por “populares” – enquanto a cúpula do poder público estadual pretextou neutralidade, e até tomou algumas medidas contra os excessos –, na Segunda Guerra os ataques vieram não só de pessoas físicas, mas também, e em especial, de agentes de Estado. Além disso, o período crítico no primeiro episódio foi relativamente breve (1916-1918), enquanto ele se estendeu por mais de sete anos, no segundo caso (1938-1945).

Com isso, criou-se um profundo abismo na sociedade gaúcha, pois, mesmo não havendo estatísticas confiáveis, os descendentes de alemães e de italianos – os dois grupos mais atingidos pela repressão aos “súditos do Eixo”, já que o número de japoneses e descendentes aqui era insignificante –, muito provavelmente, perfaziam quase 40% da população sul-rio-grandense. Os efeitos dos confrontos acontecidos durante o período não desapareceram de todo, até hoje. Mas é

perigo que elas poderiam representar à unidade territorial do país foi relegado a um temporário ostracismo” (Falcão, 2000, p. 123).

³ Sobre a violência contra “etnias” no Brasil em geral, cf. Cancelli, 1993, p. 121-159.

compreensível que se tenham feito notar com mais intensidade nos anos imediatamente posteriores à guerra.

Mesmo que uma mudança mais profunda só tenha sido registrada cerca de 30 anos após o final do conflito – quando o governo do estado, em 1974/1975, promoveu o “biênio da imigração e colonização”, em comemoração aos 150 anos de início da imigração alemã e aos 100 anos do início da imigração italiana (Roehe, 2005) –, não há dúvida de que a primeira década posterior a ele registrou o maior número de acontecimentos em que ainda transpareciam os efeitos dos confrontos anteriores. E esses efeitos foram de vários tipos, como: continuidade de acusações contra a população de origem alemã de ser pouco brasileira, de ter tramado contra o Brasil durante a guerra; tentativas de parte dessa população em modificar seus modos de vida, com o abandono de comportamentos “típicos” (como a utilização da língua alemã), para tentar neutralizar as acusações que lhe eram formuladas, por um lado; mas reorganização de instituições culturais, religiosas e educacionais com conotação étnica, por outro lado; intensificação de articulações políticas para eleger políticos representativos da “colônia”, para defender seus interesses; etc. (Gertz, 2013b, c, d).

Mas os acontecimentos da guerra também tiveram desdobramentos no campo jurídico. Um exemplo ainda pouco estudado são as ações contra o estado do Rio Grande do Sul demandando indenizações pelas depredações contra o patrimônio ocorridas, principalmente, nas grandes manifestações de 18 e 19 de agosto de 1942. No início da década de 1950, demandas desse tipo foram declaradas procedentes pelo Poder Judiciário, resultando em pagamentos a prejudicados por parte do governo estadual (Vianna, 2013, p. 327).

Em certa medida, uma primeira tentativa para diminuir os efeitos das perseguições etnicamente motivadas ocorreu em 1943, quando o interventor Osvaldo Cordeiro de Farias foi substituído por Ernesto Dornelles. Na oportunidade, também o famigerado chefe de polícia, Aurélio da Silva Py, foi substituído por Darcy Vignoli. Essa troca não estancou as perseguições por completo, mas ao menos as amainou. Aparentemente, Vignoli não tinha um posicionamento tão antialemão quanto Py, entre outros motivos, talvez porque fosse colega de pessoas de sobrenome alemão no seu esporte preferido, o remo. Uma mudança mais

ampla, porém, só ocorreu com a queda de Vargas, em outubro de 1945, e o estabelecimento de um governo liderado por integrantes do Poder Judiciário, tanto em nível federal quanto em nível estadual. A própria Chefia de Polícia do Rio Grande do Sul foi entregue a um integrante do Judiciário, o qual abriu investigações a respeito dos excessos praticados por policiais durante o período anterior.

As investigações se estenderam por muitos meses, e um extenso processo a respeito só foi apresentado em setembro de 1947, quando já havia um governador eleito, Walter Jobim, sendo seu procurador-geral João Bonumá. No processo apresentado por este último, 52 policiais – encabeçados por Py – foram denunciados por graves crimes cometidos no exercício de suas funções, contra “súditos do Eixo”, em especial contra alemães e descendentes. O volume dos crimes seria tamanho que os autos eram constituídos de 11 volumes, que, juntos, pesavam 12 quilos. O arrolamento dos delitos ocupava 74 páginas.

A julgar pelo noticiário da imprensa, o encaminhamento do processo ao Tribunal de Justiça teve grande repercussão no estado, durante todo o mês de setembro. Mas no dia 1º de outubro os jornais noticiaram que o juiz-relator da matéria, desembargador João Soares, apresentara, no dia anterior, seu posicionamento, no qual se absteve de entrar no mérito das acusações, “limitando-se a apreciar a competência do Tribunal para o julgamento do processo, e concluindo por declarar incompetente a justiça estadual, motivo pelo qual deixa de receber a denúncia”, segundo noticiou o *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em 1º de outubro, na página 12. Os atos policiais em questão teriam sido praticados como parte das “medidas relacionadas com o estado de beligerância, os quais, pela sua qualificação, escapam à configuração penal comum, enquadrando-se nas definições dos crimes militares”, motivo pelo qual a justiça militar deveria ser acionada.

O procurador João Bonumá rebateu esse parecer, com o argumento de que os atos criminosos atribuídos aos policiais não tinham nada a ver com ações destinadas a cumprir as medidas decorrentes do estado de beligerância, mas eram crimes comuns, de caráter doloso e culposos, recorrendo, por isso, ao pleno do tribunal, porque “crimes da magnitude dos que a denúncia relata não podem ficar impunes por não haver no país juízes competentes para seu processo e julgamento. Se a lei

os capitula como infrações penais, alguém há de ter competência para julgá-los” (*Diário de Notícias*, 5 de outubro de 1947, p. 18). O pleno do tribunal reuniu-se em 13 de outubro, quando dois dos onze desembargadores que o compunham se declararam impedidos, por razões pessoais. Dos nove restantes, três votaram pelo acolhimento da denúncia, mas a maioria acompanhou o relator, declarando que a instância que representavam não era competente para o caso (*Diário de Notícias*, 14 de outubro de 1947, p. 14; *Correio do Povo*, 14 de outubro de 1947, p. 16).

Com essa decisão, o processo foi arquivado, indo para o depósito do Palácio da Justiça. Misteriosamente, algum tempo depois, o prédio foi destruído por um incêndio. O mistério em torno desse incêndio aumentou, quando o próprio Palácio da Polícia, onde se encontrava a maioria dos documentos comprobatórios que tinham servido para o procurador montar sua acusação, também foi consumido por um incêndio. Com isso, tornou-se praticamente impossível levar os policiais acusados a um julgamento perante qualquer outra instância. O episódio mostra a força que as autoridades policiais acusadas de praticar desmandos contra as populações de origem alemã e italiana durante a guerra continuavam a ter, e as dificuldades para que estas recebessem alguma satisfação em relação às agressões de que haviam sido vítimas (Gertz, 2013d, p. 7-8).

Não há como saber se o destino desta tentativa de responsabilizar autoridades policiais tem a ver com outro processo judicial que tramitou alguns anos depois, no início da década de 1950, mas ele mostra claramente que os efeitos da guerra se prolongaram por bastante tempo, seja do ponto de vista estritamente jurídico, com a continuidade da vigências de legislação estabelecida no tempo de guerra (como a do confisco de bens), seja do ponto de vista das animosidades que se haviam acumulado durante a guerra.

Este segundo processo envolve, especificamente, um policial que constou no processo do procurador João Bonumá, ainda que com uma acusação relativamente branda. Trata-se de Ernani Baumann. No processo de Bonumá, em 1947, consta o seguinte a seu respeito: “Acusado por Wilhelmine Bohlmann, alemã, viúva, (...), de que, no dia 22 de fevereiro de 1942, estiveram em sua casa, (...), três funcionários da polícia, parecendo-lhe um deles ter sido o inspetor Ernani Baumann, e aí

apreenderam mais ou menos 20 discos para vitrola, um broche de madrepérola, e uma revista de modas, sem lavrar auto de apreensão, e ameaçando revolver [sic] a declarante e seu marido. Na informação n. 260, do delegado Petersen, declara ele nada constar na seção respectiva quanto a essa apreensão” (*Diário de Notícias*, 13 de setembro de 1947, p. 10).

De fato, porém, há indícios de que esse policial apresentava problemas de conduta mesmo antes de ingressar na polícia civil gaúcha. Em 3 de maio de 1927, o *Diário Oficial da União* (p. 6) registrou sua nomeação como “escrivão da coletoria das rendas federais no município de Guaíba” (RS). Mas em 23 de dezembro de 1937, o mesmo D. O. U. registrou que, em 1931, acontecera uma malversação de verba na citada coletoria, na qual Baumann esteve envolvido (p. 43). Permaneceu neste emprego até 1932, data em que foi nomeado amanuense da delegacia de polícia do 4º distrito (fl. 546), tendo ingressado, em definitivo, como concursado, na polícia civil gaúcha em 1938, os registros a seu respeito são muito ambivalentes. O jornalista Manoel Braga Gastal escreveu a seu respeito que, na opinião pública, teria constado como policial muito influente e acima de qualquer suspeita, motivo pelo qual lhe teria sido atribuída a guarda dos bens dos súditos do “Eixo”. Inversamente, eram amplamente conhecidas referências absolutamente negativas contra ele, como corrupção, perversões sexuais etc. (Gastal, 1997, p. 52-54).

Na memória, das populações de origem alemã, seu nome é, invariavelmente, associado à repressão durante a guerra. As acusações contra ele que motivaram o processo de que se passa a tratar a partir daqui, porém, referem-se a atos praticados cerca de cinco anos após seu término. Além disso, o episódio, de fato, não envolve a “colônia” alemã, mas sim a italiana. Mesmo assim, o caso é aqui apresentado no contexto de uma referência aos efeitos do pós-guerra sobre a população de origem alemã. Dois fatos justificam essa opção. Um deles é a presença não desprezível de pessoas oriundas da “colônia” alemã entre os repressores do tempo da guerra. O outro mostra que a estrutura repressiva instaurada contra os “súditos do Eixo” – entre os quais os “alemães” foram os mais

visados –, no início da década de 1940, ainda sobreviviam, inclusive formalmente, dez anos depois.⁴

Começamos pela presença de “representantes da colônia alemã” entre os policiais que participaram da repressão. Entre os 52 nomes constantes na lista do processo apresentado pelo procurador-geral João Bonumá, nada menos que 14, isto é, 27%, são clara e exclusivamente alemães. Ainda não há estudos biográficos sobre esses policiais, de forma que não há como definir suas trajetórias de vida, suas vivências, enfim, suas ligações com a “colônia”. O processo, no entanto, fornece alguns dados significativos naquilo que diz respeito a Ernani Baumann.

Nascido na “colônia” alemã de Venâncio Aires, filho único do imigrante Johann Heinrich Hugo Baumann, residiu, na infância, nas igualmente “colônias” alemãs de Taquara e Lajeado, onde o pai foi oficial de registro civil. Em 1916, foi à Alemanha, com os pais, para tratamento de saúde da mãe, tendo frequentado escola em Düsseldorf, fato que sugere que os pais mantinham algum vínculo com a Alemanha, e certamente falavam alemão. Na volta, durante a Primeira Guerra, estabeleceram-se, inicialmente, em São Leopoldo. Depois de concluir o Colégio Marista em Lajeado, o filho Ernani foi para Porto Alegre, para preparar-se ao vestibular em farmácia. Mas, nesse momento, o pai, que então era dono de uma farmácia na “colônia” alemã de Caí, faleceu, e ele teve de assumir a empresa familiar (fl. 544).

Em depoimento, Egídio Michaelsen, político de destaque originário de Caí, então deputado, informou “que conheceu o indiciado na adolescência, na cidade de Caí, onde seu pai era farmacêutico, e gozava de grande conceito público e privado. Falecendo, deixou o indiciado, acredita o depoente, com dezoito anos de idade e na qualidade de filho único, herdeiro da farmácia e de regular fortuna, que, se

⁴ A fonte para as informações que seguem, a partir deste ponto, é um processo-crime aberto contra Ernani Baumann, em 17 de janeiro de 1952. Os originais do processo encontram-se no Arquivo Centralizado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, arquivado sob n. A13485309. A não ser que haja indicação adicional de outra(s) fonte(s), dados e citações provêm desse processo, com a indicação do(s) número(s) da(s) folha(s) [“fl.”] em que a informação está.

conservada, teria feito o indiciado homem de grandes recursos financeiros” (fl. 528).

Nos documentos do processo, há pequenas divergências quanto à idade de Baumann, mas certamente ele não nasceu depois de 1905. Nesta hipótese, ele teria 22 anos quando, em 1927, assumiu um cargo público na coletoria federal em Guaíba, uma localidade que não pode ser considerada “colônia” alemã. Significa, porém, que, até então, isto é da infância à vida adulta sempre vivera em típicas “colônias” alemãs, incluindo uma temporada na Alemanha. Em seu depoimento, Egídio Michaelsen afirmou que sua mulher era filha de uma família de prestígio, em Caí. Seu nome de solteira era Esther Círio. Não foi possível obter informações sobre quem eram seus pais, mas a historiografia sobre o município registra o nome de Carlos Berto Círio como figura de destaque, tendo sido vereador a partir de 1883 (Martiny, 2010, p. 132, 164-165). Mesmo tratando-se de uma família de sobrenome não alemão, sua inserção na comunidade local era histórica, e o casamento não pode ter significado, por si só, uma ruptura com a “colônia”.

Apesar de ter sido filho da “colônia” alemã, Baumann muito cedo se destacou como policial envolvido no controle dos “súditos do Eixo”, durante a Segunda Guerra Mundial. Como policial, deve ter chamado a atenção de seus superiores, pois, em 1942, “foi requisitado pelo então coronel Alcides Etchegoyen para dirigir a Divisão de Ordem Social do Serviço Federal de Segurança Pública. Permaneceu no Rio de Janeiro até o fim da gestão do cel. Etchegoyen” (fl. 546). O coronel foi o substituto de ninguém menos que o famigerado Felinto Müller, na chefia de polícia do então Distrito Federal, cargo que exerceu de julho de 1942 a agosto de 1943. Segundo depoimento do próprio então já general (1952), que teria exercido também a chefia de polícia do Departamento Federal do Segurança Pública, Baumann trabalhou em seu gabinete, “tendo suposto o depoente que se tratasse de um dos funcionários *especializados* que pedira ao Senhor Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Coronel Aurélio Py” (fl. 536). Mesmo que o general, na distância temporal de dez anos, e, possivelmente, diante das acusações que agora pesavam contra Baumann, tenha tentado diminuir sua importância e o tempo de permanência em seu gabinete, não pode haver dúvida de que ele fora requisitado como “especialista” para agir em relação a

“estrangeiros”. Isso fica claro através de informações oriundas de outras fontes.

“Em agosto de 1943, o delegado da Dops carioca [sic], Ernani Baumann, escreveu a seu colega gaúcho Theobaldo Neumann solicitando informações sobre o estranho pedido dirigido à sua delegacia por Willy Keller, líder do movimento de *alemães livres* no Rio de Janeiro, que demandou ‘certas prerrogativas que seus compatriotas antinazistas gozam, atualmente, por parte da organização policial, desse estado sulino’. Neumann responde prontamente, confirmando que ‘as autoridades policiais no Rio Grande do Sul reconheceram o direito a um tratamento diferente, permitindo, portanto, na forma de uma tolerância benevolente, a reunião de todos os alemães antinazistas’” (Fortes e Negro, 2004, p. 16).⁵

Sua atuação na repressão a supostos ou efetivos nazifascistas está tematizada no processo. No contexto em que vários policiais, em depoimentos anexos, referiram conduta sexual depravada do acusado, este os classificou como inimigos, “os [quais o acusado] tem em grande número devido à atuação por ele desenvolvida na vigilância e repressão durante largo tempo, dos elementos nazifascistas no período chamado de Estado Novo” (fl. 126).

Apesar de ter granjeado fama como perseguidor, principalmente, de “alemães” e de “italianos”, no contexto da Segunda Guerra Mundial, outros grupos também foram atingidos por ele. Assim, há notícias de que antes do conflito mundial perseguiu espanhóis que haviam fugido da guerra civil em seu país. Conta-se que os obrigava a apresentar-se a ele, para verificar se eram antifranquistas. À informação de um deles de que teria nascido em Barcelona, teria respondido: “Então você é comunista, porque Barcelona está nas mãos dos comunistas” (*Brasil-Post*, São Paulo, 13 de julho de 1951, p. 16). Mesmo depois da guerra, teria continuado a agir de forma ilegal para com estrangeiros. Assim, o médico de nacionalidade alemã Walter Buscher acusou Baumann de ter cobrado dele taxa de selos a serem apostos ao seu pedido de naturalização, sem que isso tenha ocorrido (fl. 115-116).

⁵ Cf. também Iokoi, 2004, p. 183, 250.

Mas não só “estrangeiros” sofreram com seu zelo policial. O citado jornalista Manoel Braga Gastal relata que em 1938 realizou-se, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, um concurso de oratória, no qual alguns estudantes foram presos pelo “inspetor Ernani Baumann, mandachuva da Delegacia de Ordem Política e Social” (Gastal, 1997, p. 25). E em sua passagem pela polícia do Rio de Janeiro teria se caracterizado pela tentativa de “limpá-la”, acusando e prendendo colegas, a ponto de se tornar conhecido, por lá, como o “pequeno soberano” (*Brasil-Post*, 20 de julho de 1951, p. 6).

Não se sabe se essa pessoa teve seus supostos ou efetivos pendores à transgressão atizados com a decisão, em 1947, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em não apreciar o mérito do processo contra 52 policiais (entre eles, Baumann) acusados de atos ilícitos durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo os incêndios dos prédios do próprio tribunal e do Palácio da Polícia, onde estavam o processo e grande parte da documentação comprobatória que o fundamentava. Fato é que, na sequência cronológica, ele acabou praticando atos que resultaram no processo de que estamos tratando.

Como já foi destacado, esses atos não envolveram a “colônia” alemã, mas sim a italiana. Por essa razão, serão relatados sem detalhes, para, depois, passar-se à algumas considerações finais a respeito de fatos e dados constantes nos autos do processo que iluminam o quadro de consequências da guerra sobre as populações de origem italiana e alemã, e que sobreviveram por muitos anos após seu término. Uma das atribuições de Baumann como policial era a “administração dos bens dos súditos do Eixo” (se voltará a esse ponto). Nessa qualidade, a partir de 24 de setembro de 1945, passou a receber alugueis referentes ao prédio da Società Italiana Vitorio Emanuele II di Mutuo Soccorso, que fora encampada pelo estado durante a guerra, e se encontrava alugada à tipografia e papelaria de Alexandre Thurmann.

Em 4 de junho de 1947, assinou novo contrato de locação com os ocupantes do prédio, continuando a receber os respectivos alugueis, até 1950. Neste ano, mediante documentos supostamente forjados e obtidos de má-fé, vendeu o prédio aos até então locatários. Entrementes, Brasil e Itália haviam assinado um tratado de paz, em 10 de fevereiro de 1947, e um acordo posterior entre o Brasil e a Itália, de 8 de outubro de 1949,

tinha definido o compromisso brasileiro de restituir todos os bens de pessoas físicas e jurídicas italianas. Em virtude, autoridades italianas reclamaram a devolução do citado imóvel, quando se constatou que fora vendido (fl. 564). Objeto de uma investigação administrativa pelo Poder Executivo do Rio Grande do Sul, acabou sendo aberto um processo judicial contra Baumann, o qual resultou em sua condenação, em 1953. Veio a falecer algumas semanas depois.

Não cabe aqui detalhar e seguir o desenrolar do caso, mas, na aparência, nem a condenação de Baumann – que representou o reconhecimento pelo próprio Poder Judiciário de que o imóvel fora alienado de forma fraudulenta – representou uma solução definitiva para o caso, pois após a fl. 677 do processo (um documento datado de 15 de janeiro de 1954) há uma folha não numerada, datada de 4 de julho de 1984, em que o advogado Urbano Ferreira de Souza, “pede vênias para dizer a V. Ex.^a [Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais] o seguinte, nos autos do processo execução-crime, em que é a[utor] a Justiça Pública e r[eu] Ernani Baumann (Processo n. 10.396): O signatário é procurador do Governo da Itália, na ação de usucapião em que é requerente o sr. Ernesto Finkler, atualmente em tramitação no 2º Juízo da 5ª Vara da Justiça Federal, sob o n. 5.458.714, da qual é objeto o prédio sito à rua Sete de Setembro, n. 723, o mesmo que foi de propriedade da Società Vittorio Emanuele II di Mutuo Soccorso, e que foi fraudulentamente alienado por Ernani Baumann, segundo a denúncia de fls. 1/7. Como na audiência de justificação prévia da ação de usucapião testemunhas ouvidas afirmaram que o transmitente do imóvel ao Sr. Finkler, a Sociedade Centro Ítalo-Brasileiro, tinha a posse do imóvel por mais de 40 (quarenta) anos⁶, sem interrupção, nem oposição de terceiros, melhor dito, como na escritura pública de transmissão da posse, lavrada

⁶ Esse espaço temporal é impreciso, pois 40 anos antes de 1984 seria 1944, que poderia ser arredondado para 1942, quando ocorreram as encampações dos bens dos “súditos do Eixo”, mas, como está provado, em 1945 o imóvel estava alugado a outras pessoas. Se a indicação fosse uma posse “por mais de 30 anos”, poderia pensar-se que o fato tivesse acontecido em 1953, resultando em 31 anos. A confusão cronológica só aumenta a sensação de indefinição em relação ao bem.

em 07-10-81, consta tal afirmação, o Governo da Itália, que tem o aforamento do imóvel, pretende provar o contrário, e, por isso, requer a V. Ex^a se digne autorizar o Sr. escrivão a lhe fornecer fotocópias autenticadas das seguintes peças do processo...”.

O processo mostra que os efeitos da guerra sobre alguns setores da população continuaram a se fazer sentir ainda por muito tempo depois de ela ter terminado. E, certamente, não se tratou de um caso isolado, decorrente das supostas ou efetivas maldades típicas de Ernani Baumann. O processo foi movido exclusivamente contra ele, mas contém, no mínimo, indícios de que outros integrantes da polícia gaúcha estiveram envolvidos no caso.

Submetido a uma avaliação psicológica, o laudo diz que “o paciente não reconhece a natureza delituosa dos atos que lhe são imputados, alegando reiteradamente que agiu naquelas ocasiões por ordem e com consentimento de seus superiores hierárquicos”. “... a culpa não lhe cabe, pois seus superiores subscreveram oficialmente seus atos, tendo agido sempre por ordem deles”. No final do parecer, os médicos atestaram: “Assim sendo, com base em elementos objetivos fornecidos pela observação psiquiátrica do paciente, nada foi observado que permita enquadrá-lo fora da normalidade psíquica” (fl. 548-552). De fato, alguns dos documentos que Baumann utilizou em seus negócios fraudulentos estiveram visados por superiores hierárquicos, ainda que eles alegassem terem sido ludibriados em sua boa fé, no momento em que apuseram sua assinatura (fl. 5, 219, 225, 231, 233, 259).

Informação assinada pelo delegado Henrique Henkin, em 22 de junho de 1951, confirmou que Baumann foi “nomeado administrador dos bens das sociedades estrangeiras, desta Capital, por portaria ministerial expedida no período da guerra”, documentação que, com o incêndio do Palácio da Polícia, teria sido destruída, motivo pelo qual não seria possível determinar a data. Mas essa nomeação ainda não teria sido revogada (fl. 122).

E as encampações, mais a utilização de bens, parecem não ter-se restringido aos “súditos do Eixo”. Assim, Emile Curtenaz, 83 anos, contou que foi tesoureiro de uma Société Française de Bienfaisance, que em 1942 ou 1943 um delegado de polícia foi à sua residência e apreendeu os arquivos dessa sociedade, junto com a caderneta da conta no Banco da

Província; dois ou três anos depois, os documentos foram devolvidos, mas o bloqueio da conta continuava (fl. 277-278). Em janeiro de 1949, oficiou-se ao chefe de polícia denunciando que a conta no Banco da Província e os bens continuavam bloqueados. A resposta foi que “somente estão sob controle e congelados os bens de italianos, alemães e japoneses – pessoas físicas e jurídicas –, e não os de franceses ou quaisquer outros satélites do ‘Eixo’ (decreto-lei n. 4.166, e legislação correlata)”. O ofício que, por essa razão, se pronunciou pela liberação dos bens da referida sociedade francesa está assinado por Ernani Baumann, com data de 23 de abril de 1950 (fl. 88-89).

No processo, é relatado outro ato de devolução de bens – neste caso uma associação típica da “colônia” alemã, a Sociedade Ginástica de Porto Alegre – SOGIPA. Em depoimento, Hélio Carlomagno afirmou que “o único ato praticado pelo depoente, quando Diretor da Segurança Social [entre maio de 1947 e agosto de 1950], foi ter representado o Governo, na entrega à SOGIPA do prédio situado a rua Senhor dos Passos e pertencente à então ‘Comadre Guimarães’; que praticou esse ato por designação expressa do Senhor Chefe de Polícia, e por ordem direta do governador do estado, a fim de que se cumprisse uma decisão do Supremo Tribunal Federal; que na ata que deu posse dos imóveis à Sociedade donatária, ainda o depoente teve a precaução de ressaltar direitos de terceiros, por isso teve notícia de que os antigos membros da sociedade ‘Comadre Guimarães’ iriam intentar uma ação de anulação de doação; que essa doação foi feita pelo Governo Federal, à SOGIPA; que nenhum ato imobiliário foi praticado com bens de súditos do Eixo, durante o tempo em que o depoente foi autoridade policial” (fl. 259-260). Esta informação mostra que, por essa época, isto é, cerca de cinco anos após o término da guerra, a devolução espontânea de bens confiscados não estava em cogitação – exigindo, no mínimo, pressão administrativa, em outros casos até o recurso ao STF, como referido para o caso da SOGIPA.

O processo contra Baumann, portanto, mostra que, tanto do ponto de vista formal quanto de fato, medidas tomadas contra “alemães”, “italianos”, e até cidadãos de outras origens nacionais, durante a guerra, continuaram a surtir efeitos negativos sobre a referida população. Para elas, a guerra não terminou em 1945 – ela se estenderia, ainda, por muito tempo.

Referências

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Edunb, 1993.

FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História Social. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul: UCS, v. 3, n. 5, p. 11-29, 2004.

GASTAL, Manoel Braga. *Flashes de uma vida*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

_____. De Otto von Bismarck a Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil. *História: questões e debates*, Curitiba: UFPR, v. 58, n. 1, p. 89-112, 2013a.

_____. Luteranos gaúchos e política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. V, Edição especial, p. 213-228, 2013b.

_____. Imigração alemã: a trajetória do nazismo ao neonazismo. In: MARTÍNEZ, Elda Evangelina González et al. (orgs.). *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: OIKOS/Editora Unisinos, 2013c, p. 313-333.

_____. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013d (sem paginação).

_____. Etnias e nacionalização no sul do Brasil. In: QUADROS, Claudemir de (org.). *Uma gota amarga*: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014, p. 13-41.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Intolerância e resistência*: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, Palestina e o Brasil (1935-1975). Itajaí/São Paulo: Editora da UNIVALI/Associação Editorial Humanitas, 2004.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal*: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1914-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARTINY, Carina. “*Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município*”: constituindo redes e consolidando o poder – uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil Alemanha*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do Parquet*: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964). Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça/Memorial do Ministério Público, 2013.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul*: o “25 de Julho!” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

TEORIAS DO CAMPESINATO E IMIGRAÇÃO: O CASO DOS COLONOS POLONESES

Rhuan Targino Zaleski Trindade*

A expressão do idioma polonês *Gospodarka* numa tradução literal significa “economia”, no Brasil, muitas vezes será reconstruída como sinônimo de colônia, no sentido da propriedade do colono polonês, propriedade esta capaz de garantir a sua reprodução, prover-lhe a si e a sua família o sustento, “local para morar, trabalhar e criar os filhos” (POLANCZYK, 2010: 259), não apenas uma unidade econômica de produção.

A imigração e colonização europeia no Brasil faz parte do processo de ocupação do território brasileiro, da formação da sua população e da paisagem rural, em especial, dos estados sulinos, os quais mais fortemente foram atingidos por este fenômeno. A imigração de poloneses integra este processo mais amplo, sendo importante no Paraná e Rio Grande do Sul. Neste sentido, se considerarmos, a partir de Wachowicz (1974) que 95% dos imigrantes poloneses eram camponeses em busca de terras, podemos definir esta imigração como essencialmente rural. A estrutura das colônias constituídas por poloneses no Brasil, em geral, segue o padrão da ocupação agrícola, voltada à distribuição de terras para o estabelecimento de agricultores que habitassem em seus lotes e produzissem alimentos.

Nosso objetivo fundamental é partindo da bibliografia clássica sobre a imigração polonesa no Brasil (WACHOWICZ, 1974, GLUCHOWSKI, 2005), mais especificamente no Rio Grande do Sul (GARDOLINSKI, 1958, STAWINSKI, 1976) e Guarani das Missões

* Mestrando-UFRGS.

(WENDLING, 1967, MARMILICZ, 1996, POLANCZYK, 2010), delinear a *condição camponesa* dos colonos poloneses que chegaram e se instalaram no Brasil, pensando a constituição de uma *sociedade camponesa* baseada em aspectos definidoras desta sua demarcação categorial, formulados a partir da economia, sociologia e antropologia. Para tanto, partimos de algumas *teorias do campesinato* capazes de fornecer subsídios para identificar a constituição daquela comunidade enquanto uma comunidade camponesa, com comportamento cultural e econômico específico. A escolha delimitadora espacial é a colônia de Guarani das Missões, quando era parte da colônia Guarany, no noroeste do Rio Grande do Sul, em razão da região ter sido ocupada basicamente por poloneses, talvez a maior colônia gaúcha desta etnia, sendo exemplo do processo maior da imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A especificação temporal se dá dos primórdios da imigração, locação inicial dos imigrantes e seu estabelecimento e depois, o início da década de 1960, em razão de naquele momento a imigração já ter entrado num processo de declínio corrente a partir de 1930 e, em Guarani das Missões, especificamente, e na região do Planalto Gaúcho de maneira geral, por ter se iniciado o *boom* da soja e a modernização da agricultura (BRUM, 1988), que modifica as estruturas internas e externas dos colonos descaracterizando-os enquanto camponeses.

Não é nosso objetivo reificar a categoria camponês ou reformulá-la para atender às nossas exigências metodológicas, mas pensar o termo enquanto nomeação de um determinado fenômeno clarificando o que se quer dizer quando se utiliza esta expressão e compreendendo a necessidade de aproximar os estudos históricos, em especial os ligados a questão da imigração e colonização europeia, da discussão acerca da noção de camponês e sociedades camponesas, algo que pouco foi explorado pelos trabalhos (ZANINI, 2008) da área de História até então, na qual vem se resumindo à ocupação de pequeno agricultor, automaticamente, a palavra camponês.

A imigração polonesa no Brasil: o avanço do capitalismo em dois sentidos

Para entender os componentes e a estruturação da sociedade camponesa em Guarani das Missões, cabe pensar os elementos dela, quais sejam, os imigrantes estrangeiros no Brasil. A imigração polonesa está inserida no contexto das ondas imigratórias providas da Europa rumo a América, principalmente do último quarto do século XIX até 1930. Como aponta Wachowicz (1974), na Polônia do século XIX, a situação era extremamente particular, uma vez que, oficialmente, o país não existia, estando seu antigo território dividido entre os Impérios Prussiano, Austríaco e Russo, cada qual com diferentes maneiras de administrar a situação dos poloneses. Somado a isto, o fim da servidão e a instalação do modo de produção capitalista na região criaram uma série de dificuldades para o camponês polonês, a principal delas, a questão da falta de terra e da proletarianização da mão de obra rural. As propriedades dos camponeses tornavam-se cada vez menores e/ou acabavam nas mãos dos grandes latifundiários que as compravam e, por conseguinte, contratavam a mão de obra do campesinato. Ou seja, ao serem jogados na concorrência capitalista, os pequenos proprietários não tinham chance e acabavam por proletarianizar-se.

Segundo Wachowicz, “O camponês polonês, tanto sob domínio prussiano como sob os outros domínios, vivia um sistema social altamente hierarquizado. Numa aldeia, as classes sociais eram nítidas e sua mobilidade muito reduzida” (1974: 86). Podemos definir, segundo o autor paranaense, alguns grupos sociais distintos: o dos *magnatas* ou grandes latifundiários do campo polonês e os grupos menores: a) o *Kmiec*: não chegava a ser um grande latifundiário, mas tinha até 50 ha de terra, estes pouco emigraram; b) *chalupniki*, também conhecido como *zagrodinik*: tinham até 10 ha, mas o grosso tinha cerca de 2 ha, sendo a grande maioria dos migrantes; c) *komorniki*: eram arrendatários sem terra, em boa parte constituíram a massa migrante; e d) *parobki*: os trabalhadores dos latifúndios, os quais, por falta de condições, pouco emigraram.

A partir desta situação, uma das alternativas para evitar a proletarianização e conseguir o ganho da propriedade (WACHOWICZ, 1974: 135) foi a emigração. Adiantamos que a terra é condição

fundamental para a reprodução do camponês e seu modo de vida, por isso a emigração está ligada a desagregação do sistema interno camponês, tanto da pressão demográfica como aos modelos de organização familiar, corrente na Europa e a tentativa da manutenção desta condição na América (WOORTMANN, 1995: 115-118). Para Woortmann, “a migração é a solução mais coerente com o que se poderia chamar uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem”, sendo importante o parentesco como fator de expulsão e a migração de grupos de parentes (1995: 116).

O Brasil ofereceu lotes coloniais nos estados sulinos para famílias de camponeses ansiosos por melhorar sua condição de vida, ainda que permanecendo no campo. Neste contexto, o Rio Grande do Sul foi um dos estados que recebeu estes imigrantes, os quais ocuparam os últimos lotes de colonização disponíveis. Uma das regiões que recebeu levas de imigrantes desta etnia foi o atual município de Guarani das Missões no noroeste do estado.

Teorias do campesinato: Que(m) são os camponeses?

Van Young expressa bem a noção de camponês a partir de uma frase: “los campesinos son como el amor, uno no los puede definir cabalmente pero se los reconoce cuando se los ve” (VAN YOUNG *apud* MATEO, 2001: 48). Nesse sentido, faremos uma breve especificação da condição camponesa segundo a bibliografia, a fim de especificar esta categoria tão controversa.

Em primeiro lugar, Cardoso afirma que o termo camponês e campesinato “não é, em sua origem, um conceito cientificamente construído mas, sim, uma generalização oriunda do sentido comum que, a *posteriori*, os que pesquisam as sociedades humanas tentam transformar em conceito”, para o autor “é preciso sempre recordar que aquilo que é aparentemente dado ou evidente na noção de campesinato pode ser altamente ilusório.” (CARDOSO, 2002: 31). Além disso, Cardoso aponta para a utilização, pelo menos na História, do conceito para diferentes espaços e tempos, quais sejam, realidades históricas heterogêneas e, assim, necessitariam de um esclarecimento. Portanto, é o “‘Campesinato’

(...) noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos; concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida desde muito antes do advento das ciências sociais.” (2002: 35).

Marx, assim como boa parte dos seguidores de sua teoria, aponta que os camponeses seriam parte da primeira forma de divisão social do trabalho (MARX, 1969), mas do ponto de vista da inserção política, o camponês é conservador, um “saco de batatas” (MARX, 1969) incapaz de se representar. As sociedades camponesas, segundo ele, estariam na lógica do capitalismo, mas o modo de vida camponês seria uma contradição, a qual com o desenvolvimento capitalista iria desaparecer. A perspectiva marxista será seguida por muitos autores, principalmente no Brasil, por volta da década de 1970 (WANDERLEY, 2003), ela pode ser útil para explicar os camponeses numa sociedade em transição para o capitalismo, como era o Brasil no período dos grandes fluxos migratórios, contudo, podemos pensar o campesinato a partir de algumas perspectivas que denotam a completude maior da noção, uma vez que elementos como autonomia, comunidade, cultura [etnia e religião], família somados ao acesso a terra, são dados constituintes fundamentais desta categoria.

Chayanov (1981) tenta refletir o modo de vida camponês sob uma lógica própria, diferente do capitalismo, baseada num equilíbrio da satisfação das exigências da demanda familiar e a penosidade das tarefas (autoexploração do trabalho familiar), de maneira que o trabalho “a mais” ou acima da necessidade da sobrevivência, não teria sentido. Para Chayanov o objetivo do camponês é a satisfação das suas necessidades e não o lucro¹, sendo portanto, o limite da produção de bens a superexploração da força de trabalho familiar, ou seja, “uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, valor decrescente” (ABRAMOWAY, 1998, p. 73).

Alguns autores partem do pressuposto da existência de uma sociedade camponesa, relativamente autônoma. Wolf, por exemplo,

¹ Não que o camponês seja conservador ao ponto de não “querer ganhar dinheiro”, mas a sua reprodução não necessariamente pressupõe a espiral do modo de produção capitalista.

(1976) com uma perspectiva mais antropológica, identifica as relações da sociedade camponesa com a sociedade envolvente e as cidades, relações estas de subordinação, as quais implicam na conformação de estratégias de sobrevivência diferentes. Apresenta estas interações como possíveis relações de compra e venda conformando comunidades corporadas abertas, enquanto as com relações menores com o entorno, seriam fechadas. Dentro deste contexto, a cultura parece ser importante, uma vez que não há um resumo da produção às necessidades físicas da família, mas a constituição de fundos (de manutenção e cerimoniais), que dizem respeito à uma sociedade camponesa mais complexa, ainda que com uma lógica de trabalho, que envolve apenas o limite da satisfação do consumo familiar. Estas aceções permite-nos pensar os colonos poloneses sob o viés cultural, o qual se mescla com o caráter étnico-religioso.

Mendras (1978) destaca o conceito de sociedades camponesas e a importância da relação destas com a sociedade englobante, fator importante na definição do ser camponês. O autor francês atenta para cinco traços que definem a sociedade camponesa: a autonomia relativa das coletividades camponesas; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa, que não diferencia consumo e produção e tem relações com a economia envolvente; uma coletividade baseada no interconhecimento; relações com a sociedade envolvente mediadas por notáveis, permitindo uma autonomia relativa da comunidade camponesa (1978: 14-15). Tais traços serão visíveis nos nossos exemplos adiante, somado ao parentesco (WOORTMANN, 1995), elemento preponderante para analisar a categoria “camponês”.

Confirmadas estas posições, cabe pensar, portanto algum “limite” analítico, posto que como Cardoso (2002) apontou, campesinato nomeia um processo cambiante ao longo do tempo. Os mercados são um bom argumento para se compreender o que(m) são os camponeses. Segundo Abramoway, a relação da sociedade camponesa com a sociedade englobante pode ser identificada de duas maneiras: uma pela venda de mercadorias, daí a importância dos mercados, e/ou por códigos da sociedade englobante incorrendo na vida cultural camponesa. Segundo Schneider (2010) são a vinculação com o mercado e a intensificação e complexificação da divisão social do trabalho capazes de definir, por exemplo, a separação de *camponês* do *agricultor familiar*, este último

aparece quando há “o maior envolvimento social, econômico, e mercantil que torna (...) mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que o engloba” (SCHNEIDER, 2010: 40). Ellis alerta, que os camponeses são “apenas parcialmente integrados a mercados imperfeitos” (1988: 4), tendo algum grau de mercantilização, entretanto, Schneider deixa claro, que esta mercantilização não deve ser o índice primeiro da reprodução social do camponês, posto que se é este o caso, *agricultor familiar* seria o termo corrente. Ploeg (2009: 5) também assevera que o modo de produção camponês é mais autônomo e historicamente garantido, assim, o mercado é um bom índice definidor², por esta razão, ao longo da exposição tentaremos deixar claro qual a medida da vinculação a mercados que os colonos poloneses possuem de acordo com a bibliografia, identificando os graus de autonomia relativa deles. No entanto, Max Weber (1974) já afirmara que na América, ao contrário da Europa, o mercado foi anterior ao campesinato. Isso significa reconhecer que, mesmo através de uma economia de excedentes, o colono sempre produziu para o mercado, ao contrário do camponês europeu, cuja característica é a produção para o autoconsumo. Não obstante, adiantamos, segundo Woortmann, que “o envolvimento com o mercado, que caracterizou os colonos do Brasil meridional, só muito recentemente afetou sua orientação holística” (1995: 58), não sendo fundamental para destituí-lo de sua característica camponesa na fase inicial da colonização.

Entendendo estes elementos centrais de acordo com a bibliografia, partimos para a especificação, pensando uma expressão regional, o *colono*. O termo colono no Brasil refere-se a uma situação específica “no seu significado mais geral a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico da colonização” (SEYFERTH, 2000: 38), além da condição camponesa, há um elemento étnico irredutível, portanto, é também uma categoria étnica.

² “o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.” (FERNANDES, 2001: 29-30).

Wolf ao tratar dos *tipos de campesinato*, aponta a importância das mudanças tecnológicas introduzidas e a vinculação paulatina aos mercados, tema que veremos recorrentemente, um dos tipos que identifica é “representado pelos colonos estrangeiros que introduziram mudanças tecnológicas no sul do Brasil e do Chile”. Áreas que teriam certas semelhanças, pois em ambas, os colonos escolheram a floresta para se estabelecerem; a colonização foi promovida pelos governos centrais para criar amortecedores contra pressões militares de fora e movimentos locais de autonomia; os colonos viram-se instalados numa fronteira ecológica cultural; houve um período inicial de cultura e aculturação, que seguiu uma integração crescente no mercado nacional por meio da venda do produtor para o mercado” (WOLF, 2003: 138).

Tendo tais assertivas claras, passamos a compreensão mais ampla que leva a constituição dos colonos³. Segundo Moure (1996), é com a imigração alemã que surgiu “a formação social agrícola, também chamada de colonial, que desenvolveu características próprias e diferenciadas da pecuária rio-grandense” (95), quais sejam economia de subsistência; agricultura familiar⁴; e venda de excedente. Para Lagemann (1996: 118), o colono imigrante cumpriu o papel do “desempenho de atividades agrícolas, com base na pequena propriedade, em regime de trabalho livre e por conta própria, sem acesso à escravatura.”. Já Santos (1978) considera na colonização o objetivo de colocar “homens livres, proprietários e brancos para fornecer gêneros alimentícios e ocupar as terras não utilizadas pelo setor ganadeiro” (20). Dentro deste esquema, o imigrante com acesso à terra, seria o colono, de acordo com Woortmann (2004) (no caso dela, teuto-brasileiros) uma variante da categoria mais

³ Destarte saber que esta categoria tem estas especificidades, devemos tratar de outra implicação que torna ainda mais intrincado a análise dos “colonos”, posto que, estamos diante de uma nomeação identitária, a qual pressupõe um trabalho de (re)criação de representações sobre o mundo. Não podemos deixar de lado a importância da atribuição categorial interna dos camponeses poloneses enquanto colonos, autoafirmando-se desta maneira, ao mesmo tempo criando um “nós”, os colonos, e os “outros”, estabelecendo, portanto, fronteiras identitárias, as quais são somadas os elementos étnicos que constituem relações de etnicidade.

⁴ Aqui não está afirmada enquanto categoria analítica.

ampla de camponês, mas neste sentido, adaptado às características econômicas e naturais do país receptor⁵.

O camponês polonês no Brasil: os colonos em Guarani das Missões

Grande parte dos imigrantes poloneses eram pessoas que trabalhavam no campo, pequenos proprietários e/ou o que chamaríamos de proletários rurais. Em geral, estes colonos receberam lotes de matas virgens, onde praticaram a atividade que trouxeram consigo da Europa, ser camponês, mas adaptada à situação da sua nova realidade nos estados sulinos.

Quanto à propriedade e produção, a terra recebida era em torno de 25 ha, onde os poloneses resolveram praticar o cultivo de uma série de produtos com o trabalho familiar. Segundo cônsul polonês em Curitiba que escreveu em 1928 no bojo dos assentamentos dos imigrantes, Gluchowski (2005), inicialmente, houve tentativas dos colonos de manter as técnicas europeias, como a utilização do arado e os produtos “europeus”⁶, por exemplo, centeio, trigo e batata inglesa, contudo, segundo o autor, apareceu a necessidade de adaptação, pois tal tipo de produção exigia um grande dispêndio de trabalho para poucos rendimentos, dado que, diferentemente das planícies polonesas com séculos de cultivos, as matas brasileiras eram virgens, com araucárias e outra árvores centenárias com troncos grossos e raízes profundas. A partir

⁵ Lando e Barros (1996) destacam que o Brasil passava por uma crise de produção de alimentos, sem condições de sustentar o mercado interno, em razão da monocultura e da escravidão. A agricultura para produção alimentícia teria sido o foco dos processos migratórios, para além de garantir as fronteiras, produzir para sua subsistência e para o mercado interno. Apesar desta preocupação, a colonização europeia no Brasil meridional não foi acompanhada por uma infraestrutura de transporte e comercialização que garantisse a distribuição e abastecimento interno, mesmo assim “a produção agrícola dos colonos deu origem a um mercado de gêneros agrícolas, contribuindo para abastecer as estâncias e estabelecer relações comerciais entre colonos e criadores de gado” (1997: 150).

⁶ A batata tem origem nas Américas, mas era cultivada na Europa desde o século XVI.

daí, a técnica da queimada, dos caboclos, foi desenvolvida pelos poloneses, que cortavam parte da mata, deixavam secar e, então, queimavam, restando apenas os tocos mais grossos, em torno dos quais se fazia os cultivos. Além disso, plantaram batata doce, feijão e mandioca, produtos os quais desconheciam e que aprenderam com os caboclos a cultivar. Ainda agricultaram uma série de produtos tropicais, tais como arroz, fumo, cana-de-açúcar, etc. (GLUCHOWSKI, 2005: 289). No exemplo acima, Gluchowski trata de colonos e agricultores no Paraná, apontando alguns aspectos interessantes do modo de vida daquelas pessoas, assim como Roche aponta para o caso dos alemães no Rio Grande do Sul (1969), os quais passaram por um período inicial de experimentação de produtos, e tiveram de adaptar cultivos e técnicas. Destacamos assim, as questões levantadas por Chayanov, para quem a autoexploração tem um limite em razão das necessidades ou segundo Ploeg (2009: 24), em que o modo de produção camponês tem necessidade de eficiência técnica, com uma mudança não material sendo fundamental, daí a escolha de novos produtos e métodos, além do fato de na América, os colonos não terem uma estação sem atividade direta no campo, como no inverno europeu, dado complicador e que diminui o tempo de reprodução de outras tarefas.

Com a maior utilização do solo, os poloneses conseguiram, posteriormente, usar o arado e reproduzir suas culturas tradicionais, contudo, a exemplo do caso dos alemães explicitado por Roche (1969), a queimada prejudicaria as colheitas, o desenvolvimento e a reprodução dos colonos poloneses, como destaca Cybulski, secretário da *Liga Morska i Kolonialna* (Liga Marítima e Colonial) em 1931 (1980, p. 200),

as propriedades que cultivam (...) produtos tais como o milho, a mandioca, arroz, cereais europeus, etc, (...) todos eles utilizam o velho sistema de queima das roças, sistema esse que era eficiente quando se tratava de florestas virgens – no início da colonização – quando a utilização do arado era impossível por causa dos troncos de árvores e destroços que encontravam-se na terra. Este método no entanto, deixa de ser eficiente quando a terra já está desgastada pelas sucessivas queimas e os agentes atmosféricos. Para dar uma imagem completa do estado atual nas propriedades agrárias desejo por em relevo o fato de que em muitas colônias, que existem há mais de vinte anos, o arado continua a não ser utilizado, mas a foice para cortar os matos, que em seguida são queimados – e o

ancinho para limpar o milho. Por isto, nessas regiões é necessário fazer a propaganda da mecanização do cultivo (o arado e a grade), porque sem ela as colônias não se desenvolveram adequadamente.

Quanto aos mercados inicialmente verificamos que existiam ténues relações comerciais, fato que tornava as comunidades coloniais polonesas relativamente autônomas. Em geral a subsistência era o foco principal, com a comercialização dos excedentes sendo algo comum, desde que, com um mínimo acesso a meios de transporte (estradas carroçáveis e/ou ferrovias). No Rio Grande do Sul, as estâncias e as cidades como Porto Alegre, eram os mercados consumidores mais importantes de gêneros alimentícios, assim vale também para o Paraná, sendo Curitiba, um centro abastecido basicamente pelas colônias polonesas de seu entorno (GLUCHOWSKI, 2010). Por isso, identificamos a importância dos transportes, quando na metade do século XX a necessidade de estradas era constante e um pedido dos poloneses, como no caso paranaense explicitado por Cybulski (1980, p. 202) com relação ao escoamento de derivados da avicultura: “Se existisse um sistema de transporte rápido, uma standardização e uma garantia de qualidade, seria possível desenvolver a produção de ovos, pois como nos ensina a experiência européia, a racionalização da produção e da comercialização permite exportar os ovos a grandes distancias”, somando que, “Esta exposição demonstra-nos que o principal problema relativo à comercialização dos produtos agrícolas é a falta de contato direto entre o colono e os grandes centros comerciais”. Um exemplo de adaptação aos mercados é a dos colonos poloneses ervateiros do Paraná, que trocaram a agricultura por esta prática, segundo Gluchowski, mais rendosa, pois permitia a venda, contudo, com a caída do preço e a exploração por parte dos vendeiros, a produção diminuiu.

Guarani das Missões

A colônia de Guarani das Missões foi formada com a entrega de aproximadamente 2 mil lotes rurais, ocupados a partir de reimigrados da colônia Ijuí; de reimigrantes provindos dos vales pedregosos de rios da serra gaúcha (chamadas colônias velhas); e de imigrantes oriundos da Europa, diretamente instalados na colônia, a partir de 1913. Alguns autores que se dedicam ao estudo de Guarani das Missões como Paulo

Marmilicz (1996), define que, quem se instala na cidade é o camponês, termo que o autor conhece a discussão teórica, mas que simplesmente define como “pequeno proprietário rural que utilizando-se basicamente da mão de obra familiar produz para o mercado” (1996: 77), tal assertiva está baseada na análise do período mais recente da cidade, mas contém um problema claro, que é definir o camponês na medida de seu vínculo com o mercado, sendo que o termo mais corrente deveria ser de agricultor familiar. Como coloca Jurach (1978), ao estudar os colonos poloneses da região de Santa Rosa, na fase inicial de colonização o sistema produtivo e as relações de produção eram *camponesas*, sendo importante a produção como um modo de vida e não a comercialização. A partir disto, pensamos em indicar alguns apontamentos que proponham uma definição mais clara, tendo nossa hipótese de que estes colonos poloneses são camponeses desde sua vinda e instalação, até pelo menos meados dos anos 1950.

Em primeiro lugar, destacamos a mão de obra. De acordo com as teorias supramencionadas, em especial Chayanov, a família deve ser central para camponês, sua unidade social básica (SCHNEIDER, 1994). O regime de trabalho em Guarani, como Wendling (1970) deixa claro, é justamente o familiar, igualmente como destaca Polanczyk (2010: 259), ao apontar que “a estrutura agrícola de Guarani das Missões é a pequena propriedade explorada por seus próprios donos”, ou seja, “o trabalho é realizado exclusivamente pela família, inclusive crianças, e com auxílio de animais de tração (2010: 260)”, situação que perdura por um bom tempo em Guarani.

Em segundo lugar, quanto à vinculação com mercados, consideramos que até, possivelmente 1960, não havia grande interação pois, “não se buscava de forma agressiva a produção de bens para a venda. Distantes dos mercados aos quais estavam ligados por precários meios de transporte, contentaram-se [os poloneses] em satisfazer suas necessidades básicas” (POLANCZYK, 2010: 262). Segundo Wendling, “entre os grandes problemas (...) encontrados, merece menção a falta de estradas e meios de comunicação”. Primeiro caminho para venda e abastecimento era Cruz Alta, depois com o crescimento das cidades coloniais de Santo Ângelo e Ijuí, as distâncias decresceram. A partir de um relato de um colono, no início da colonização da região, produziam 90 sacos de trigo, “porém para isso não havia comércio” (WENDLING,

1971: 10), a viagem para o moinho em São Borja demorava cerca de 30 dias, ficando claro que o problema da falta de transporte indicava a prioridade de subsistência, sendo a venda, de caráter subsidiário e existindo uma autonomia da sociedade camponesa em relação ao entorno. Mais tarde, com a melhoria do transporte na colônia, os camponeses poloneses começaram a ter mais acesso aos mercados, seja através do transporte fluvial (pelo rio Uruguai), seja pela ferrovia de 1911, a qual chega à cidade próxima, de Ijuí, ligando a Porto Alegre e Rio Grande, além dos núcleos urbanos coloniais (POLANCZYK, 2010: 153).

A fim de complementar a identificação da constituição de uma sociedade formada por camponeses, pretendemos abordar alguns aspectos os quais ajudam a conformar tal assertiva, dentre eles, os referenciais culturais poloneses, em especial o religioso, a importância das relações pessoais (parentesco em especial) e a atuação dos notáveis. Primeiramente, existia um grande número de pessoas na colônia, por volta de 12 mil no início do século XX, certamente formando diferentes redes de negócios, parentais, de amizade, reciprocidade, etc., visto que a economia campesina presume diversos vínculos sociais, a exemplo, Ploeg (2009) coloca que o processo de trabalho camponês é regido por relações de parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade.

Um modelo das relações sociais entre os camponeses é visível na análise da chegada da soja na colônia no início da década de 1930, através do agrônomo polonês, Ceslau Biezanko, quem a partir dos vínculos com os padres, como Jan Wróbel e lideranças laicas como Miguel Wastowski e Clemente Warpechowski, conseguiu distribuir sementes do produto em meio a um grande número de famílias camponesas, mesmo que a introdução de um novo produto trouxesse um trabalho “a mais”, condição a qual deveria levar à refração camponesa (CHAYANOV, 1974). Dessa forma, o interconhecimento das autoridades religiosas e laicas para com os colonos, permitiu que um membro da sociedade englobante fosse introduzido em redes de sociabilidade pré-existent e conseguisse não apenas difundir como estimular o novo cultivo. Desta forma, o parentesco, a solidariedade e a reciprocidade estão presentes na medida em que a família é o elemento fundamental, instaurando o interconhecimento, fator preponderante da definição da sociedade camponesa.

Por último os notáveis, na constituição da sociedade camponesa, são figuras importantes que fazem a mediação com a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978: 107), uma delas é a figura do padre (1978: 120), que é reforçada no grupo étnico polonês. Segundo Wachowicz, “A igreja, a paróquia e o padre serão, em muitas colônias do Brasil, por muito tempo o único “cimento” que unirá os colonos.” (1974: 152). Alberto Satawinski (1976: 51) sobre o núcleo colonial Comandahy, a colônia de Guarani das Missões aponta que “Um dos fatores de decisiva influência na formação dessa grande comunidade polonesa foi o elevado grau de religiosidade desses imigrantes poloneses”. Por isso, padre Wróbel, no exemplo, acima é fundamental para entender a introdução da soja.

Estas descrições do estabelecimento dos colonos polacos no Brasil, em especial, Paraná e Rio Grande do Sul, e especificamente, Guarani das Missões, pareceram úteis para destrinchar as condições para a definição de camponês e sociedade camponesa para aquele grupo de pessoas, naquele determinado período conformando-os como parte de uma categoria mais ampla. A partir de todos estes pressupostos, identificamos até meados do século XX, uma sociedade baseada na pequena propriedade com mão de obra familiar, autônoma e com pouca ou nenhuma vinculação aos mercados. Além disso, a base do trabalho é para suprir a demanda de necessidades das unidades de consumo da família, portanto, numa racionalidade que não visava o lucro. Estas definições permite abalizarmos que tratamos até 1960 de camponeses e não agricultores familiares. Nas décadas de 1960/70, com o início do plantio em larga escala e a modernização da agricultura na região, distendem em boa medida, os laços dos colonos com a sociedade englobante, pois sua produção se volta quase que exclusivamente para o mercado com produtos de exportação, soja e trigo (MARMILICZ, 1996)⁷,

⁷ Brum (1988) concordam com um processo amplo de modernização da agricultura que leva ao enfraquecimento da agricultura tradicional e o início de uma produção racional e mecanizada, com a cobertura estatal, voltada para a exportação de produtos agrícolas, em especial trigo e soja. Muitos camponeses perdem suas terras por não se adaptarem ao novo contexto, há concentração das terras na mão de alguns poucos, levando ao êxodo rural rumo às grandes cidades.

o que ocorre a partir de então é uma desarticulação da sociedade camponesa, que vai passar a se tornar basicamente mercantil, ainda baseada no trabalho familiar, mas incorrendo em uma intensa mecanização. Como assevera Jurach (1978: 42) para o caso de Santa Rosa, “a partir dos novos conhecimentos adquiridos (terraceamento, destocamento, uso de insumos e corretivos, utilização correta de implementos) [o agricultor] abandona o sistema agrícola campesiano para tornar-se produtor”, em suma, um agricultor familiar.

Considerações finais

Não é difícil perceber que a proposição do exercício de pensar a categorização “camponês” para uma realidade empírica não é tarefa fácil, em primeiro lugar por ter de levar em conta inúmeros aspectos, culturais, econômicos, sociais e, inclusive, políticos, os quais se destringem em elementos religiosos, étnicos, etc. Além disso, tal exercício para este número restrito de páginas é algo que demanda muito esforço e termina com uma sensação de incompletude. Apesar das dificuldades, a vinculação das diferentes questões que permeiam o termo camponês ao analisarmos a questão dos colonos, especificamente, os poloneses de Guarani das Missões, demonstra a necessidade de se delinear bem o que tratamos por camponês, e se entendemos o colono como parte desta categoria, também o que(m) é este colono. Pesando sempre, enquanto dentro de uma sociedade camponesa e permeado de diferentes pressupostos.

É patente que depois dos anos 1960 e do processo de modernização agrícola, as vinculações com os mercados se tornam extremamente fortes em Guarani. A criação da *Rota da Produção* liga a cidade aos centros distribuidores e o foco na dupla, soja e trigo, faz com que muitos camponeses tornem-se agricultores familiares, mudando práticas e as relações de trabalho, mecanizando-se, inserindo-se em políticas públicas, promovendo intensas relações com a sociedade

Além disso, os agricultores que ficam acabam se adaptando e transformando suas relações de produção e constituindo novos meios de manutenção da terra e aumento da produção. Tal processo se disseminou pelo Brasil.

englobante, dependendo dela para sua reprodução social. Mesmo assim, o termo colono não perde sua força enquanto afirmação identitária, a qual permanece em boa medida no meio rural do Rio Grande do Sul, mas enquanto categoria constituinte daquilo que entendemos como camponês, perde sua validade. Até mesmo para momentos posteriores, há quem defenda, em detrimento de agricultor familiar, o uso do termo camponês, propondo outras definições⁸, não é o nosso caso, em que propusemos a categorização condicionada no tempo e no espaço, de acordo com os diferentes contextos pesquisados. Em suma, não foi nossa intenção esgotar o tema e concluí-lo definitivamente, por sinal, deixamos diversas lacunas, as quais podem ser preenchidas em estudos mais completos, no entanto, ao refletir para o interior da constituição de uma comunidade de imigrantes europeus no noroeste do Rio Grande do Sul em diferentes temporalidades, verificamos a necessidade de deixar claro do que tratamos, categorizando com base teórica o fenômeno camponês dos colonos poloneses de Guarani das Missões.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. *Estudos Avançados*, n. 12, 1998.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura*. Trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CEVA, Mariela. Los tarbajadores religiosos em la inmigración de trabajadores friulianos a Villa Flandria en la segunda posguerra. In:

⁸ “Em primeiro lugar, o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social.” (WANDERLEY, 1996).

BERNASCONI, Alicia, FRID, Carina. *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1860-1960)*. Buenos Aires: Biblos, 2006.

CHAYANOV, Aleksander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CYBULSKI, Teodor. O futuro, as possibilidades e os métodos da colonização polonesa no Brasil. *Estudios Latinoamericanos* 7, 1980.

DEVOTO, Fernando. Prólogo. In: BERNASCONI, Alicia, FRID, Carina. *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1860-1960)*. Buenos Aires: Biblos, 2006.

ELLIS, F. *Peasant economics: Farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FERNANDES, B. M. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. Mimeo.

GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (org.) *Enciclopédia Rio-grandense*. v. 5. Canoas: Regional, 1956.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

JURACH, Clecí Maria. *Poloneses Agricultores em Santa Rosa (RS): assimilação e integração*. Trabalho de Graduação, Departamento de Geografia- UFRGS, 1978.

LAGGEMAN, Eugenio. Imigração e Industrialização. In LANDO, Aldair Marli [org.], DACANAL, José H. Gonzaga, Sérgio et. al. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

LANDO, Aldair Marli [org.], DACANAL, José H. Gonzaga, Sérgio et. al. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. *A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais*. Reflexão em torno do camponês guaraniense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios- 1891-1996. Ijuí: Policromia, 1996.

MARX, Karl. O 18 brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social em la frontera*. Lobos (província de Buenos Aires) em el siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair Marli [org.], DACANAL, José H. Gonzaga, Sérgio et. al. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org.). *A diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

POLANCZYK, Antonio José. *O Imigrante polonês e a colônia Guarany*. Porto Alegre: Renascença, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista RURIS*, Campinas/UNICAMP/SP, Vol. 4; Nº 01, Março, 2010, pg. 85-131.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 14, novembro, 2000. pp. 143-176.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*: raízes medievais da mentalidade emergente. Tese à Docência Livre, Curitiba, 1974.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2003, nº 21, p. 42-62.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In. *Anais do XX Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, MG, 1996.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia: e outros escritos*. São Paulo : Abril Cultural, 1974.

WENDLING, Libia Maria Martins. O imigrante polonês no RS. In: *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, 1971, n. 17.

WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976

_____. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar In: *Antropologia e Poder*. Brasília, Editora da Unb, Editora da UNICAMP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, pg.117-144.

WOORTMANN, Ellen. Entre la Antropologia y la Historia: colonos, campesinos y memoria familiar em Brasil. In: BJERG, María, BAIXADÓS, Roxana (Eds.) *La Familia: campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004.

_____. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo, Hucitec, 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo; Brasília: UNESP; NEAD, 2008, v. 2, p. 89-108.

A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA PELOS (I)MIGRANTES EM PASSO FUNDO

Rosane Marcia Neumann*

A instalação de imigrantes e seus descendentes em Passo Fundo, ao longo dos séculos XIX e XX, limitou-se aos núcleos coloniais fundados em seu território. Contudo, um número significativo desse contingente populacional instalou-se na sede do município, tanto rural quanto urbana, desempenhando importante papel no comércio, indústria, serviços, atividades de ofício e profissionais liberais. Em meados do século XX, percebe-se um movimento de revitalização e reconstrução das identidades étnicas e de pertencimento desses grupos, materializada pela demarcação de espaços e a construção de locais de memória, como monumentos, marcando a sua presença no município. O presente artigo procura localizar essa discussão mapeando a presença de imigrantes e seus descendentes em Passo Fundo, a construção de monumentos como locais de memória, e a incorporação destes ao patrimônio histórico-cultural local.

Passo Fundo e suas colônias

No transcorrer do século XIX, estabeleceram-se nas áreas de campo do Planalto Rio-Grandense tropeiros, na maioria paulistas e paranaenses, com suas fazendas voltadas para a criação de gado. Essa ocupação deu origem a Passo Fundo, município desmembrado de Cruz

* Doutora em História, professora na Universidade de Passo Fundo. Esse artigo foi publicado originalmente e na íntegra no livro: NEUMANN, Rosane Marcia. Lugares de memória dos (i)migrantes em Passo Fundo. In: Gizele Zanotto; Ironita Policarpo Machado. (Org.). *Momento Patrimônio*: volume II. 1ed. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013, v. 2, p. 27-43.

Alta em 1857. Paralelamente, os *lavradoresnacionais* cultivavam suas roças de subsistência, outros se dedicavam ao extrativismo da erva-mate e o comércio de muares (cf. BATISTELLA, 2007).

As áreas de mata foram relegadas em segundo plano, fracionadas e colonizadas pela iniciativa pública e privada na virada do século XIX para o XX. Para isso, foi fundamental o prolongamento da via férrea de Santa Maria até Cruz Alta, em 1894, e a posterior bifurcação em direção a Passo Fundo – Santa Catarina e Santo Ângelo, interligando a região Planalto com o restante do Estado, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias. Em 1897 foi inaugurado o percurso da ferrovia de Cruz Alta até Carazinho, e em janeiro de 1898, até Passo Fundo. Analisando a expansão da via férrea para a região Norte do estado, Wolff (2005) e Heinsfeld (2007) salientam que a chegada do trem trouxe a reboque os colonos, pois em cada estação de trem formou-se um núcleo colonial, o qual evoluiu para um pequeno centro urbano.

A colonização da região caracterizou-se pela atuação da iniciativa privada, seja individual ou de empresas; e iniciativa pública, no caso estadual ou municipal. Atendendo aos propósitos oficiais, ou seja, à rápida nacionalização dos elementos estrangeiros, as colônias deveriam ser etnicamente mistas. Contudo, no que se refere à iniciativa privada, esse quesito nem sempre foi regra, e o governo não dispunha de mecanismos eficientes para interferir, permitindo assim a formação de colônias étnicas.

As colônias privadas ocuparam, geralmente, uma pequena extensão de terras adquiridas de particulares ou ao Estado, com um número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e seus preços de terras. Sob esse viés, cada colônia particular é um micro espaço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro históricas. Esses empreendimentos de colonização ocuparam o espaço deixado pelo Estado, cuja política consistia em reduzir os investimentos em imigração e colonização. Aproveitaram-se também da situação favorável do mercado, motivado pelo crescimento da demanda por lotes coloniais por parte dos colonos. Soma-se a isso a

existência de extensas áreas de terras devolutas, que poderiam ser adquiridas ao governo (NEUMANN, 2009).

A presença de imigrantes isolados em Passo Fundo data das primeiras décadas do século XIX. Todavia, as primeiras colônias foram fundadas somente no final daquele século. Trata-se de colônias predominantemente colonizadas por imigrantes e descendentes de colonos alemães – Santa Clara (1896), Alto Jacuí (1897), Não-Me-Toque (1897), General Osório (1898), Dona Ernestina (1900), Selbach (1906) –, italianos – Guaporé (1892) –, poloneses e judeus – Erechim (1908) –, seguindo o perfil de colônias mistas. Ao longo do século XX, muitas destas colônias foram desmembradas, dando origem a novos municípios, mantendo estes sim uma identidade étnica mais definida. Todavia, Passo Fundo atual caracteriza-se pela diversidade étnica. Para Barth (1998, p. 195; 214), a pertença étnica seria, ao mesmo tempo, uma questão de origem bem como de identidade corrente. Acresce que o grupo étnico seleciona, dentro das suas características, as que são relevantes para a sua identificação e diferenciação em relação ao outro. “Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”. Para Candau (2012), a identidade é uma construção social, que se dá em uma relação dialógica com o *outro*.

Os espaços de memória

Em Passo Fundo, no início do século XXI, percebe-se como tendência a construção de monumentos vinculados à migração, demarcando a presença de determinados grupos étnicos, em detrimento a outros, erguidos em parceria entre entidades organizadas, o poder público e a iniciativa privada. Os monumentos “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1984, p. 95). Regra geral, o poder vale-se dos monumentos para sua perpetuação. O valor da lembrança antecede a sua instauração/construção como um *locus* da memória pública. Para Nora (1993), os monumentos só se transformam em um lugar de memória se a imaginação os investe de uma aura simbólica, de um significado, do contrário, não adquirem

sentido nenhum. Para Le Goff (1984), é mais uma forma de integrar a memória pública e tornar-se monumento histórico, pois “a razão fundamental de ser um lugar de memória, é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. Nora (1993) acresce que há (criam-se) locais de memória porque não existem mais meios de memória.

A construção de monumentos ligados aos grupos étnicos tem por objetivo demarcar espaços de memória no município, ao dar visibilidade a sua presença. Nota-se, ao mesmo tempo, um processo de revalorização da diversidade étnica e do pertencimento a determinado grupo. Para Candau (2012, p. 24), a memória é a identidade em ação, perpassada pela seleção e o esquecimento. A memória coletiva é uma representação, ou seja, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”, ou seja, existe no plano do discurso, mas não no concreto. Sendo assim,

os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. (...). Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças (CANDAU, 2012, p. 35; 47).

Os monumentos que remetem diretamente a grupos imigrantes em Passo Fundo são aqueles construídos por/em homenagem aos judeus, alemães e italianos.

Monumento judeu

Os judeus são lembrados no espaço urbano do município por dois monumentos, um de acesso restrito, junto ao cemitério judaico, e outro público.

Os primeiros imigrantes/descendentes de judeus se estabeleceram na sede do município de Passo Fundo em 1912, fortemente vinculados ao distrito de Quatro Irmãos (Erechim). Organizaram-se étnica e socialmente com a fundação da *União Israelita Passofundense*, em 1922, reunindo cerca de 50 famílias, todos de origem *Askenazi*, vindos da Europa Central. No ano seguinte, em prédio alugado, instalaram a sinagoga,

biblioteca e a sede social. Posteriormente, em 1924, formaram sua própria escola, empenhada na alfabetização e o ensino judaico, predominando o *Idish*. Construíram a *Sinagoga Abrahão Melnick* e mantém seu cemitério junto ao Cemitério da Vera Cruz. Por fatores os mais diversos, especialmente a migração e a diminuição da natalidade, o número de judeus em Passo Fundo não ultrapassa 20 famílias em 2013 (cf. <<http://www.sinagogapf.com.br/historico>>. Acesso em 10 jul. 2013).

Os locais de memória, representados pelos monumentos, podem remeter a aspectos privados ou públicos. No primeiro caso, podemos considerar os monumentos fúnebres, presentes no Cemitério Israelita, construídos pelas famílias para homenagear seus mortos. O primeiro túmulo data de 1925. Em geral, apresentam inscrições em hebraico (ou *Idish*), ornamentados com a estrela de Davi e detalhes de ramos de folhas, entalhadas na pedra branca.

No espaço público urbano de Passo Fundo, esse grupo étnico se mantém representado por meio de dois monumentos. O primeiro monumento, erguido em 1998, localiza-se na rua General Canabarro, representa Chanukiá, um candelabro adaptado com nove braços, símbolo da Festa de Chanucá ou Festa das Luzes. Esse monumento marca a presença dos judeus em Passo Fundo, enquanto grupo étnico imigrante, sinalizando claramente para essa condição de estrangeiros, ao agradecer a “acolhida”, e salientar sua identidade étnica e cultural, representada por meio de suas tradições e costumes, como a festa de Chanucá. A integração e contribuição à essa terra de acolhida se dá por meio do trabalho, contribuindo assim para o “progresso” de Passo Fundo.

O segundo monumento, em termos de repercussão e representatividade, é mais conhecido e lembrado. Trata-se de um monumento em memória às vítimas do Holocausto – o primeiro com esse caráter no interior do Estado –, inaugurado em 23 de abril de 2010, junto a entrada do Cemitério Israelita, no bairro Vera Cruz, projeto assinado pela arquiteta Fernanda Baibich Melnick (*Figura 1*). O monumento é formado por um muro de blocos de cimento cinza com arame farpado na parte superior, e tem seis pilares representando os seis milhões de judeus mortos durante o Holocausto nazista, e uma parede ao centro simbolizando as paredes dos campos de concentração (cf. <<http://www>.

sinagogapf.com.br>. Acesso em 10 jul. 2013.). Uma placa de granito traz uma mensagem do escritor Moacyr Scliar.

Figura 1 – Monumento em memória às vítimas do Holocausto.



Fonte: <<http://www.sinagogapf.com.br/holocausto>>. Acesso em 10 jul. 2013.

A iniciativa pela construção desse local de memória partiu da própria Sociedade União Israelita, com o objetivo de chamar atenção à intolerância, o preconceito e o fanatismo, não como coisas só do passado, mas para que não se repitam no presente ou no futuro, prestando-se para a educação das novas gerações (cf. <<http://www.sinagogapf.com.br/historico>>. Acesso em 10 jul. 2013).

O monumento, nesse sentido, se autodenomina como testemunha de um período histórico, ao mesmo tempo em que presta uma homenagem às suas vítimas. Nas entrelinhas, elege os judeus como “sentinelas do mundo”, sempre alertas para denunciar e combater situações de intolerância étnico-racial.

O espaço italiano em Passo Fundo

Os descendentes de italianos são o grupo étnico majoritário em Passo Fundo, e mais preocupado em se fazer representar, via construção de monumentos. O exemplo mais concreto dessa demanda foi a criação da Praça Itália e a Praça Romana.

A organização dos imigrantes italianos e seus descendentes, por intermédio de associações e representações oficiais, é uma das explicações para essa monumentalização. Passo Fundo é sede no norte do Estado do agente consular da Itália, além de contar com mais de 1.500 italianos com dupla cidadania. Há associações voltadas para a preservação e reatualização da cultura italiana, como a *Associação Italiana de Cultura do Rio Grande do Sul*, que tem parceria com a Universidade de Passo Fundo para o estudo da cultura e língua italiana; o *Comitato Piazza Itália*¹, o *Centro Italiano di Beneficenza e Assistenza Leonardo Da Vinci*, que mantém o *Museu do Imigrante Leonardo Da Vinci*, e o *Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Anita Garibaldi*.

Em 1999, a agência consular da Itália, com o apoio das entidades ítalo-brasileiras e da iniciativa privada, construiu a Praça Itália, situada na esquina da Rua Teixeira Soares com a Avenida Sete de Setembro. A praça, para além de um marco étnico italiano, pretende-se um espaço democrático e interétnico, abrigando monumentos de outros grupos étnicos, em um total de oito monumentos. Para além desses, construiu mais dois monumentos em outros pontos da cidade. São monumentos vinculados a história da Itália, verificando-se a ausência nos mesmos dos colonos italianos, protagonistas e personagens anônimos do processo de colonização do norte do Estado.

A pedra fundamental da Praça Itália presta uma “homenagem a Dom Filippo Isnardi, italiano de Savona-Liguria que em 1852 foi Pároco em Passo Fundo”. O projeto da obra é assinado pela acadêmica de Arquitetura Marielen Colpani, e as arquitetas Marisabel Scortegagna e Kátia Cañellas, e foi doada por Antônio e Neclito Colpani, “em homenagem aos imigrantes e à coletividade ítalo-brasileira”. Data de 1º de janeiro de 2000, marcando a passagem dos 125 anos da imigração italiana. A pedra fundamental é dotada de uma urna, que “será aberta em 2025, ano este do 169º aniversário do município de Passo Fundo, 79º aniversário da República Italiana e 150 anos da Imigração Italiana no Brasil. Passo Fundo, 2 de junho de 2000”. Constam na placa o nome do

¹ O Comitato Piazza Itália atuou como entidade civil por mais de 20 anos. Em 2012, constituiu-se como entidade jurídica.

Prefeito Municipal Júlio C. Canfield Teixeira; o Agente Consular da Itália Aldo Alessandri, o Comitato Piazza Itália e Società Italiana Leonardo da Vinci.

Ainda no decurso das comemorações dos 125 anos da imigração italiana, foi inaugurado o monumento Piazza Itália, que traz, de um lado, as cores da bandeira da Itália, e do outro, o mapa da Itália em alto relevo branco, com o fundo azul, obra idealizada pelo *Comitato Piazza Itália* e o Consulado Italiano de Passo Fundo, para identificar a praça. Percebe-se a tentativa de construir uma identidade múltipla para a praça, presente nas placas de identificação: Praça Itália, Praça das Nações e Praça Personagens Ilustres. As três denominações sintetizam seu propósito: um espaço de lazer, que abriga monumentos, vinculados a etnia italiana, mas que ao mesmo tempo procura a integração étnica, cedendo espaço para outras nações, e para personagens considerados ilustres. Por outro lado, permite pensar que a praça não tem uma identidade definida, pois há quem fale em Praça dos Imigrantes. No rol dos personagens ilustres da Itália, há os monumentos em homenagem a Leonardo da Vinci, Anita Garibaldi, Giuseppe Garibaldi e Dante Alighieri. Esse último, uma homenagem do Consulado da Itália, com uma réplica do Palazzo Vecchio.

A imponência desses monumentos contrasta com a simplicidade do marco erguido em Passo Fundo pela passagem do centenário da imigração italiana, comemorado em 1975 em todo Estado. Na ocasião, uma placa de mármore, afixada em uma pedra, alicerçada em um quadrado de piso ao rés do chão, foi colocada no canteiro central da Avenida Presidente Vargas, esquina com a Rua Olavo Hann. A inscrição traz intrínseca a imagem construída dos/pelos italianos nas expressões *contribuição* e *laboriosos*, remetendo a ideia de progresso e trabalho, tanto por parte dos imigrantes quanto seus descendentes, ressaltando a importância desse enxerto populacional na região e sua contribuição para o seu desenvolvimento. Esse monumento foi restaurado e elevado em 1999, iniciando as comemorações dos 125 anos da imigração e a construção de novos monumentos.

Simultâneo aos monumentos em homenagem aos italianos no Brasil, encontram-se outros com referência direta a Itália, como o monumento Mapa da Itália, idealizado pelos imigrantes italianos,

inaugurado em 2 de junho de 1999, em homenagem aos 53 anos da República Italiana. A iniciativa partiu da Agência Consular da Itália, com o apoio da empresa Semeato. A obra está localizada no centro, no canteiro central da Rua General Neto, em frente ao Edifício Bertoldo, nº 183.

Demarcados os espaços destinados aos eventos mais marcantes da história italiana, o agente do Consulado, junto ao Comitato Piazza Itália e a iniciativa privada buscaram espaços para construir monumentos que reunissem em si elementos dos diferentes grupos de imigrantes que se instalaram em Passo Fundo.

O monumento mais representativo e proeminente, com esse perfil, localiza-se na Avenida Presidente Vargas, esquina com a rua Olavo Hann, paralelo ao monumento do centenário. Trata-se do Monumento da Loba, construído pela passagem dos 130 anos da imigração italiana no Brasil². O canteiro central recebeu o nome de Praça Romana, uma alusão direta a Roma e seus fundadores. Já o Monumento da Lobattem por pretensão ser uma homenagem simbólica a todas as etnias de Passo Fundo. A simbologia presente no mesmo é intrincada e pouco inteligível ao transeunte comum. Sua estrutura arquitetônica representa uma coluna romana, encimada pela escultura de uma loba, construída em metais, remetendo à lenda da fundação de Roma. Na parte inferior da construção, as placas comemorativas além de explicativas, procuram arrolar os envolvidos na execução da obra (*Figura 2*).

Chama atenção no Monumento da Loba a colocação de grades de proteção, que podem ser atribuídas ao fato de estar localizado no canteiro

² O espaço para a localização da obra foi autorizado pelo Prefeito Municipal Aírton Lângaro Dipp, que sancionou e promulgou a Lei nº 4.266, de 4 de novembro de 2005, autorizando “o Executivo a conceder espaço físico à SEMEATO S/A Indústria e Comércio, para a construção do monumento em homenagem aos italianos, localizado no canteiro da Av. Presidente Vargas esquina com a rua Olavo Hann”. Em parágrafo único, consta que “o projeto do monumento em homenagem aos italianos deverá ser aprovado pelo Poder Executivo Municipal”. Lei Nº 4266, de 04 de Novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2013.

central de uma avenida com intenso tráfego de veículos, e qualquer tipo de acidente naquele local poderia danificá-la. Consequentemente, a grade limita o contato das pessoas com o monumento, indicando para a sua contemplação. Esse é outro aspecto que merece ser destacado, pois em razão de sua monumentalidade e forma, só é possível ter a dimensão do conjunto observando-o a distância, e de diferentes ângulos.

Figura 2 – Monumento da Loba ou Monumento 130 anos da Imigração Italiana(1875 – 2005).



Fonte: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2013.

Como símbolos oficiais constam o brasão de Passo Fundo e de Roma. A placa comemorativa apresenta os dizeres:

1875-2005

Este monumento, comemorativo aos 130 anos da imigração italiana foi projetado e incentivado pela Família Roberto Otaviano Rossato e Família do Cavaliere Aldo Alessandri e demais colaboradores voluntários para que na posteridade seja lembrado o sacrifício, o trabalho e a fé trazida pelos imigrantes à esta mãe terra brasileira que os acolheu de braços abertos. Este marco histórico é o símbolo da integração de todas as etnias e aos nossos nativos. A Loba Romana com Rômulo e Remo que representa os

italianos no mundo, foi obra do artista Paulo Câmera Bonora passo-fundense filho de imigrantes italianos.

A mesma placa nomeia as autoridades do executivo municipal de Passo Fundo e de Roma, os representantes do Consulado da Itália em todas as instâncias no Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, a rainha das festividades e o arquiteto responsável pela obra, Milton Wobeto. Outra referência temporal também chama atenção: o “59º Ano da República Italiana – 130 da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e no Brasil – 148 Ano do Município de Passo Fundo – 40 Anos da Semeação”. Elementos simbólicos também estão presentes na escolha da data de inauguração: dia 21 de abril, em referência ao dia da Fundação de Roma em 753 a.C., a Tiradentes e também à Fundação de Brasília (1960).

Outras duas placas, datadas de 2005, registram o nome das instituições – Agência Consular, Comitato Piazza Itália, Centro Italiano de Beneficência Leonardo da Vinci, Comitê dos Italianos de Passo Fundo; Cavaleiros do Mercosul–e famílias que colaboraram para a construção do monumento. Dentre as 50 famílias, predominam as de sobrenome italiano, mas há também algumas de outra etnia – vale ressaltar a ideia de família italiana presente no monumento. Quanto ao local de residência desses indivíduos/famílias, constam: Boscoreale, Itália (1); Roma, Itália (6); Carazinho (2); Paraí (3); Tio Hugo (1); Victor Graeff (1); e Passo Fundo (36).

No ano seguinte, o *Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul* acrescentou mais uma placa como homenagem à inauguração do monumento à loba.

Aqui, neste local, foi o portal por onde adentraram os imigrantes italianos, dando início a instalação da Vila VIA VÊNETO, mais tarde Exposição, hoje Presidente Vargas.

Com o suor de seu rosto e os calos de suas mãos, forjaram uma raça completamente atípica, diferenciada pela perseverança e crença nos seus limites, nas buscas de seus objetivos, cujo sucesso foi enxergar além do horizonte, a fim de auxiliar na construção de Passo Fundo e de sua gente, alavancando o progresso e a esperança nessa nova pátria.

A trilogia da LOBA, RÔMULO E REMO, símbolo de ROMA, aqui representado nesta réplica, são uma HOMENAGEM aos ITALIANOS e descendentes, que no milagre da miscigenação

fizeram renascer o novo homem e a nova mulher, sem distinção de cor e de raça, com fé no criador, moldaram uma nova etnia. Essa mistura de negros, índios e europeus romperam preconceitos na formação de nossa brasilidade. Nesses 130 anos de emigração os italianos edificaram para si e para os seus uma nova nação, uma pátria onde todos nós somos irmãos!

Passo Fundo, 21 de abril de 2006.

Foram nomeados na placa 18 Cavaleiros do Mercosul e suas respectivas senhoras, os coordenadores da entidade, além da Agente Consular da Itália e seu Cavaliere.

O monumento por si só é complexo, e as placas nele afixadas permitem várias leituras e interpretações. Tem por objetivo ser um marco para a posteridade; homenagear os imigrantes italianos e seus descendentes que se estabeleceram/passaram por Passo Fundo, lembrando seu “sacrifício, o trabalho e a fé”, e o acolhimento dispensado a eles na nova pátria, a “mãe” que os acolheu. Simultaneamente, se auto define como “símbolo da integração de todas as etnias e aos nossos nativos”, extrapolando a vinculação a um único grupo étnico, reforçando a ideia da integração étnica em Passo Fundo, sinalizando para uma pretensa inexistência de conflitos étnicos.

Nesse aspecto, as ideias presentes no monumento são contraditórias, pois por um lado, evoca claramente os italianos como um grupo étnico diferenciado, com uma identidade bem definida, que envolve a construção e afirmação de um *nós* diante de um *outro*; e por outro lado, apresenta esse mesmo grupo como perfeitamente assimilado e integrado à cultura local.

A questão étnica e racial se confunde no discurso explicitado no monumento. Sugere que os imigrantes italianos forjaram localmente “uma raça completamente atípica”, uma nova etnia fruto da miscigenação, distinguindo-se pela persistência e definição de objetivos, contribuindo para a construção de Passo Fundo como progressista, recobrando a sua credibilidade, e em consonância com os ideais da brasilidade. Indiretamente menospreza os elementos nacionais, retomando o discurso da colonização do Império, que via no imigrante o desenvolvimento, em

detrimento ao atraso e ao sistema arcaico empregado pelos nacionais, pouco interessados pela agricultura e a indústria.

A simbologia da Loba Romana com Rômulo e Remo, presente no imaginário de Roma desde 753 a.C., completam a obra, ao buscar na antiguidade elementos para reforçar a presença/contribuição dos italianos no mundo. Extrapola, desse modo, Passo Fundo, representando-se como um monumento sem fronteiras, pertencente a todos, simbolizando a integração, a confraternização, a solidariedade e a união pela paz de todas as etnias. Justificando a construção desse local de memória, o Comitato Piazza Itália procurou estabelecer uma analogia entre a Loba e o processo de imigração e colonização italiana no Estado e na região³. O discurso oscila entre a posição central ocupada pela etnia italiana, berço da civilização latina, e o reconhecimento dos demais grupos étnicos, ao levar adiante o projeto de construção de monumentos em sua homenagem, consolidando a ideia da democracia étnica em Passo Fundo, da qual a Praça Itália deveria ser o exemplo concreto. Atende a essa tendência, por exemplo, o Monumento a Etnia Africana (2000), localizado na Praça Itália, e o Monumento Nativo – um pedestal em mármore sobre bloco de granito, encimada por uma escultura em aço do artista Paulo Câmara Bonora, e projeto de Ricardo Lângaro –, localizado em frente ao prédio da Câmara Municipal, como uma homenagem ao Sesquicentenário de Passo Fundo e a todas as etnias, construído em 2007, uma promoção e doação do Centro Italiano Leonardo da Vinci e Comitato Piazza Itália.

A proximidade cultural com a Itália foi reforçada com a criação de um vínculo oficial, por intermédio do Decreto Nº 50/2010, declarando Passo Fundo cidade irmã do município de Ostia – Roma XIII, ou seja, o 13º distrito de Roma⁴.

³ Comitato Piazza Itália. A Loba e os 134 Anos de Imigração Italiana. Disponível em: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2013.

⁴ Decreto Nº 50/2010, de 24/03/2010. Declara a cidade de Ostia – Roma XIII, Cidade-Irmã de Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>; <<http://www.pmpf.rs.gov.br>>. Acesso em 10 jul. 2013.

Monumento à imigração alemã

Os primeiros imigrantes alemães a se instalarem em Passo Fundosão frutos da migração interna daqueles que se desviaram dos projetos de colonização oficiais do Império, datando da década de 1830, como foi o caso da família Schell e das que se seguiram. Somente no final do século XIX o fluxo de migrantes de origem alemã aumentou, com a fundação de núcleos de colonização no município, como Alto Jacuí, Selbach, Colorado, Tapera, Não-Me-Toque, Victor Graeff, Ernestina e Tio Hugo. Na sede do município, dedicaram-se ao comércio e a indústria e se organizaram em entidades sociais, como o Clube Juvenil (cf. LECH, 2007).

As comemorações dos 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-2004) motivaram a construção de um monumento à imigração alemã na Praça Itália, inaugurado em 25 de outubro de 2003 (*Figura 3*). A iniciativa para a construção da obra partiu da comunidade ítalo-brasileira, a agência Consular da Itália, o Comitato Piazza Itália, a Câmara do Comércio Itália, a Societá Italiana Leonardo da Vinci, em parceria com a Prefeitura de Passo Fundo e a Sociedade Cultural Alemã Brasileira. O monumento, na ótica de seus idealizadores, “é mais um símbolo da amizade e fraternidade entre as etnias italianas e alemãs, das quais nós descendemos com muita honra, Itália e Alemanha, membros da União Europeia, são países irmãos, que acompanham com ternura seus filhos que da Europa migraram para o Brasil”⁵.

A construção de pedra, em formato de uma torre, traz no centro o Brasão de Armas da Alemanha. Seis placas afixadas na obra, em diferentes momentos, orientam uma possível leitura da mesma. A placa menor localizada na parte inferior identifica o monumento e nomeia as autoridades presentes no ato da inauguração: “Sociedade Cultural da Etnia Alemã de Passo Fundo. Este monumento representa um marco histórico e cultural da imigração alemã no RS – Brasil.”. Logo acima, a placa maior arrola o nome dos 56 colaboradores, em sua quase totalidade,

⁵ Comitato Piazza Itália. <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2013.

de famílias de origem alemã. Identifica também o arquiteto responsável pela obra, Ronaldo Silva.

Figura 3– Monumento a etnia alemã. Fonte: A autora, 2013.



Na placa central, abaixo do Brasão, em escrito bilíngue português-alemão, a etnia alemã de Passo Fundo manifestou-se em relação ao monumento:

Sociedade Cultural Brasileira-Alemã Goethe de Passo Fundo
Para nós, descendentes de imigrantes alemães, este monumento é um marco histórico da imigração alemã no Brasil. A etnia alemã contribuiu para o desenvolvimento de várias regiões da nossa nação brasileira. A essa Pátria que recebeu de braços abertos as mais variadas etnias, a comunidade teuto-brasileira presta sua homenagem, integrada à Praça Itália, símbolo de um dos países parceiros da União Europeia. Comitê Etnia Alemã de Passo Fundo.

Seguindo o discurso da Praça Itália, reforça a ideia da integração interétnica, expressa inclusive pela parceria dos dois países na União Europeia, e como um marco que não se restringe só ao local, pois se pretende uma homenagem aos imigrantes alemães no Brasil.

Os monumentos fazem sentido para uma coletividade quando esta se identifica com eles, estabelecendo um vínculo de pertencimento, reatualizado pela memória, permeado pela seleção e o esquecimento. Talvez pelo seu significado, ou pela tentativa de torná-lo significativo, o mesmo recebeu mais duas placas em anos posteriores. A primeira, em 2005, com os dizeres: “1875-2005. O município de Tio Hugo, homenageia os 130 anos da imigração italiana e a comunidade ítalo-brasileira de Passo Fundo, através deste marco histórico à Praça Itália, que simboliza preito ao legado desta etnia, junto à comunidade regional. Tio Hugo – RS 2005”. Constam os nomes dos representantes da Agência Consular da Itália, Comitato Piazza Itália, Prefeito de Tio Hugo e Prefeito de Passo Fundo. Nesse caso, mais uma vez, o monumento extrapola o sentido do local, e se pretende regional, pois é o município de Tio Hugo, de colonização alemã, que usa o seu monumento étnico para prestar uma homenagem aos 130 anos da imigração italiana.

Em 24 de novembro de 2012, foi acrescentada uma segunda placa pela Associação Sócio Cultural Alemã de Passo Fundo, como uma homenagem ao seu sócio fundador Augusto Werner Goellner, transcrevendo nela parte de seu discurso por ocasião da fundação da entidade. O autor reforça a imagem do imigrante que trouxe consigo “a coragem, muita força e a esperança de cultivar esta abençoada terra, ajudando a transformá-la numa grande Nação. Nunca desanimaram, e as dificuldades encontradas jamais conseguiram destruir aquela inesgotável força. E a certeza de que venceriam”. Retoma a imagem do herói que venceu na nova terra, graças ao seu trabalho e sua persistência, pois a palavra de ordem era “Avante”. Nesse discurso, de acordo com Sant’ana (1993-94, p. 21-22), a colonização tornara e via-se como o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria dos pioneiros transformara-se em heroísmo e as suas raízes brasileiras firmavam-se na epopeia pioneira, onde o colono, abandonado à própria sorte, mas objetivo, decidido e corajoso, vencera no novo mundo. “Engana-se, porém, aquele que pensar que existem sujeitos históricos de nomes-próprios bem definidos em tal discurso, [pois] o sujeito da narrativa é o colono, símbolo da comunidade, o herói é anônimo e define-se na relação de qualquer colono com sua ‘nova’ *Heimat*...” (SANT’ANA, 1993-94, p. 19).

O aspecto cultural também é mencionado, pois para superar a saudade da terra natal, “sempre praticaram seus hábitos e costumes, alegrando a todos com suas canções, danças e festas tradicionais de suas origens”. Retoma o discurso da contribuição do imigrante para o desenvolvimento do Brasil, pois por meio do trabalho, venceram nessa terra, e cultivaram nos seus descendentes “o amor pelo nosso Brasil, favorecendo às futuras gerações a possibilidade de profissionalizarem-se médicos, advogados, arquitetos, artesãos e demais profissões que ajudaram no progresso deste país”. Para o grupo étnico, o “monumento é o marco inicial da caminhada pelo resgate de nossas raízes”. Sinaliza para a revitalização de um sentimento de pertencimento a esse grupo étnico, criando o seu primeiro espaço de memória.

Considerações finais

Portanto, conforme apontado, Passo Fundo não possui um perfil étnico definido, caracterizando-se pela diversidade, resultado do processo histórico de sua formação. Os grupos étnicos presentes no município acabam sendo diluídos. A construção de monumentos e demarcação de espaços étnicos é uma forma de torná-los visíveis, de reconstruir laços entre seus membros, mesmo que artificiais. Segundo Candau (2012, p. 16), a memória alimenta a identidade.

Se identidade, memória e patrimônio são ‘as três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.

Reproduz-se localmente uma tendência, que consiste na construção e inauguração das obras pela passagem de datas simbólicas da imigração, como comemorações do centenário, 125 anos, 130 anos, 150 anos, 180 anos. Para a sua materialização, a parceria entre a iniciativa privada e o poder público foram fundamentais, motivada também pela possibilidade de um turismo histórico-cultural.

Os monumentos vinculados ao processo de imigração e colonização italiana, alemã e judaica fazem parte do cenário da cidade de

Passo Fundo, de seu patrimônio histórico e cultural, ocupando e demarcando espaços de memória.

Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-303.

LECH, Osvandré (Coord.) *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 95-106.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre, 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, PPG em História da PUCSP, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

SANT'ANA, Sérgio Bairon Blanco. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. *Revista História*, São Paulo, n. 129-131, p. 19-30, ago-dez/1993 a ago-dez/94.

WOLFF, Gladis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

“OUTRA PESSOA A QUEM DEVO MUITO, FOI O MEU SAUDOSO CONCUNHADO FREDERICO MENTZ”: RELAÇÕES DE AMIZADE E PARENTESCO COMO POSSIBILIDADES DE EMPREENDEDORISMO PARA ALGUNS TEUTO-BRASILEIROS DO RIO GRANDE DO SUL

Rosângela Cristina Ribeiro Ramos*

Resumo: Ao longo da pesquisa de mestrado, da qual, um objetivo secundário é compreender a biografia de Benno Mentz (1896-1954) se tornou evidente a estratégia familiar e a rede de solidariedade como elementos basilares para o progresso econômico e a mobilidade social de alguns empreendedores teuto-brasileiros, no Rio Grande do Sul, entre os séculos XIX e XX. Para Bjerg (2010) os laços de parentesco e amizade aparecem como estruturas fundamentais para o progresso econômico e a mobilidade social dos imigrantes e seus descendentes. A partir da apresentação de alguns membros das famílias Mentz, Renner, Ritter e Trein este trabalho se propõe a uma análise de caráter mais familiar, partindo de informações obtidas na documentação levantada ou na bibliografia, onde se constata exemplos de como as relações familiares permitiram o estabelecimento de atividades comerciais para membros que estavam ainda se integrando ao núcleo socioeconômico.

O presente texto é derivado de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo central é identificar e analisar da trajetória do Acervo BennoMentz¹, e, para tanto se verificou a necessidades de compreender elementos da biografia de Benno Mentz (1896-1954), uma vez que ele foi o principal responsável pela obtenção e manutenção da extensa documentação que forma o acervo. Sabe-se que ele era o segundo filho de

* Mestranda PPGH-UNISINOS, bolsista FAPERGS.

¹ O Acervo Benno Mentz (ABM) se encontra sob regime de comodato com o DELFOS/PUCRS. Grande parcela de materiais já esta acessível aos pesquisadores.

Frederico Mentz e Catharina Trein, nascido em 12 de fevereiro de 1896, em São Sebastião do Caí, e falecido em 31 de julho de 1954, em Essen, na Alemanha. Iniciou seus estudos no Ginásio Farroupilha de Porto Alegre. Em 1919, partiu em viagem de estudos pelos Estados Unidos – na Academia de Comércio de Poughkeepsie, em Nova York, estudou Propaganda e Organização – retornando em 1921, quando assumiu a chefia do escritório da firma Frederico Mentz & Cia, tornando-se procurador geral dos negócios do pai.

O fragmento acima demonstra que BennoMentz possuía condições de subsidiar viagens de estudos, no exterior, porém é importante compreender por quais meios esta possibilidade surgiu para um então rapaz, nascido no interior do Rio Grande do Sul. Para isto é preciso fazer uma retrospectiva familiar, de modo a perceber como este núcleo alicerçou não somente a carreira de BennoMentz, enquanto futuro empresário, mas também a de outros membros, como A.J. Renner², por exemplo. Como já relatado por Bjerg (2010, p. 40) os “lazos de parentesco e amistad” aparecem como estruturas fundamentais para o progresso econômico e a mobilidade social dos imigrantes e seus descendentes.

No que concerne à história da imigração e colonização alemã, desde que começaram a chegar no Brasil, e, principalmente, a partir de meados do século XIX os contingentes alemães formaram um grupo diferenciado, pelo idioma, o fenótipo (quando comparados com os nativos do Brasil), a crença religiosa (grande parcela era protestante) e suas formas de conceber a família e o trabalho. Com o tempo, passaram a surgir líderes, de diferentes áreas de atuação, em geral políticos ou religiosos, que em determinados períodos divergiram entre si, porém sempre atentos com o destino da população teuto-brasileira.

Dreher (2001) aponta que existiam divergências entre esta população, a começar pelas posições filosófico-religiosas. Isto se reflete

² Antônio Jacob Renner, mais conhecido como A. J. Renner foi um empresário e político brasileiro e o fundador da Lojas Renner, uma das maiores redes varejistas gaúchas de vestuário. Foi um dos maiores empresários do Rio Grande do Sul.

nas personalidades que se destacam. Para os liberais, Karl von Koseritz se tornará um ícone; os luteranos terão como destaque os pastores Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms, enquanto sacerdotes jesuítas se tornam os orientadores dos católicos, sobressaindo Theodor Amstad. Eles pertenciam a uma geração que provinha da Alemanha, mas, ao contrário dos primeiros contingentes, pertenciam a outro nível social e cultural, e tinham mais discernimento sobre as necessidades da população teuto, em especial sua falta de representação política.

A elite teuto era representativa na conjuntura regional, pois foi através dessa liderança, que a classe empresarial se organizou, a fim de defender seus interesses. Pesavento (1988) analisa a formação empresarial dentro de outras associações, principalmente as alemãs. Foi o caso da Verband Deutscher Vereine (Liga das Sociedades Germânicas) que em suas bases estatutárias, não almejava servir para organização do empresariado como classe, porém o foi devido às relações étnicas entre os componentes. Pode-se falar que os interesses em comum deste grupo se aliaram à identificação cultural presente nestas formações teuto.

É recorrente na historiografia que trata da colonização alemã referência ao costume do grupo étnico alemão em organizar associações recreativas e culturais. No Rio Grande do Sul, mesmo que as primeiras levadas de imigrantes tenham chegado a partir de 1824, somente após a segunda metade do século são estruturadas as primeiras associações. Isto seria explicado pela pobreza dos pioneiros, que aqui aportaram focados em ter melhores condições de sobrevivência e progresso, esforçando-se ao máximo em angariar capital. Roche (1969), tendo pesquisado os relatos de viajantes que estiveram aqui por volta de 1850, reproduziu a impressão de Hörmeyer, que afirmou que os imigrantes “teriam lutado só para assegurar sua sobrevivência biológica” e “se teriam reunido mais ou menos regularmente, num café ou numa loja de um deles, senão para se ocuparem dos negócios”.

Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, proliferaram entre os teutos associações culturais, recreativas, profissionais e de ajuda mútua, em especial no Sul do Brasil. Essa tendência associativa seria uma característica própria da etnia alemã, pois aparece no discurso dos teuto-brasileiros e se reproduziu, inclusive em estudos acadêmicos, tanto que Seyferth (1999) afirma que o conhecido

“espírito associativo” dos alemães, seria a força motriz na sociabilidade (e solidariedade) étnica dos teuto-brasileiros.

Uma vez explanados alguns pontos comuns na historiografia que trata desta temática é possível avançar na análise proposta inicialmente, ao verificar como se estabelecia uma rede de “cumplicidade” entre pessoas aparentadas via relação consanguínea ou através das alianças matrimoniais. Entre meados do século XIX e início do século XX, grandes empresários iniciaram seus empreendimentos no Vale do Caí, como os Trein, Ritter, Mentz e Renner. Eles atuavam no comércio, na navegação e na indústria. Conforme progrediram houve uma transferência e expansão dos negócios para Porto Alegre. Em busca de uma abordagem metodológica para analisar o grupo, utilizou-se a prosopografia, que nas palavras de Stone (1971p. 46)

(...) é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.

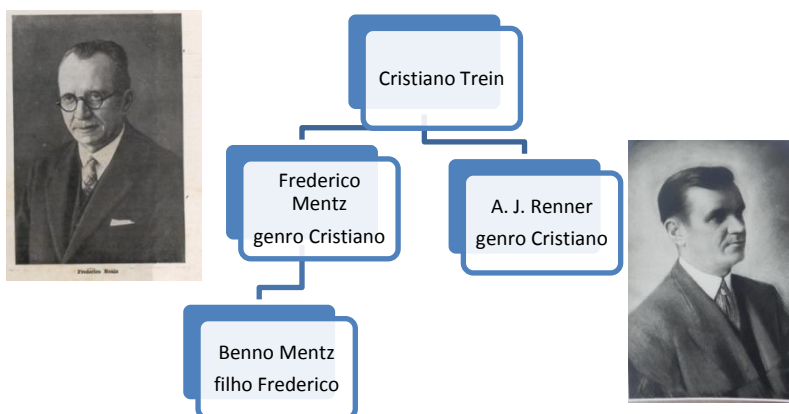
A partir de informações obtidas na documentação levantada ou na bibliografia se constata exemplos de como as relações familiares permitiram o estabelecimento de atividades comerciais para membros que estavam ainda se integrando àquele núcleo. Parece mais didático começar pelos Trein, uma vez que aparentemente alicerçaram os empreendimentos que futuramente se tornaram grandes fortunas. A família Trein foi bastante rica e conhecida. Iniciou seus negócios no Vale do Caí, e também prosperou em Porto Alegre.

O imigrante Franz Peter Trein nasceu na em Leisel, Alemanha, no ano de 1816, filho de Johann Franz Trein e Marie Jakobine Moog. Em 1825, imigrou para o Brasil, juntamente com alguns integrantes de sua

família. Participou da Guerra dos Farrapos e ao voltar para casa tentou implantar um negócio para exportar pedras preciosas, porém não teve êxito. Depois se estabeleceu como comerciante, mas também se dedicava à agricultura. Em casou-se com Katharina Kessler. Tiveram oito filhos: Philipp Carl, Christian Jakob, Wilhelm (1859-1905), Julius Franz, Jakob, Fritz, Mathilde e Amalie.

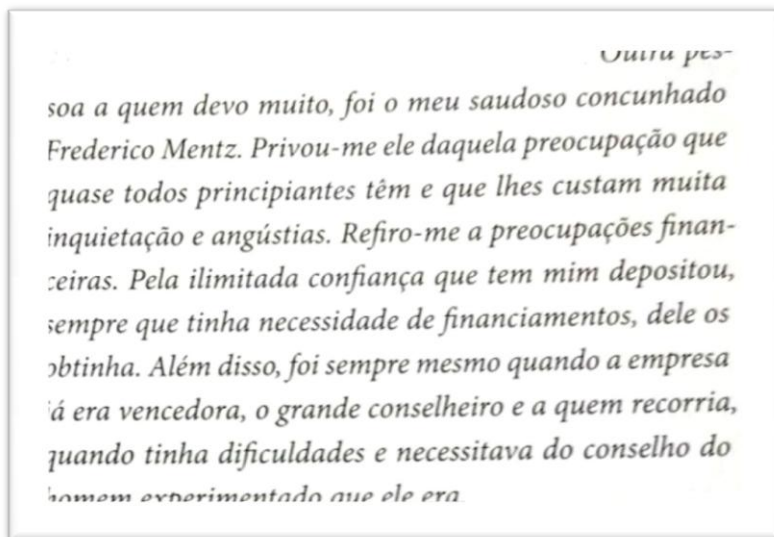
Christian J. Trein foi um destacado comerciante, explorou a navegação e o comércio de banha. Posteriormente, duas de suas filhas se casaram com homens que se tornaram empresários proeminentes. Catharina com Frederico Mentz e Mathilde com A.J. Renner. Seu irmão mais velho, Phillip foi comerciante e industrial, explorou a atividade de conservação de carne e ajudou a fomentar a imigração italiana. Tanto Christian como Phillip casaram-se com moças da família Ritter, responsáveis pela fabricação e instalação de importantes cervejarias no Rio Grande do Sul.

Quanto à trajetória de Frederico Mentz, se sabe que nasceu em Hamburgo Velho, no ano de 1867. Aos 21 anos, mudou-se para o Caí e inicialmente trabalhava como balconista para os Trein. Em 1893 casou-se com Catarina Ritter Trein. No ano de 1894 fundou a empresa Trein & Mentz com o auxílio do sogro. Em 1907, juntamente com seu cunhado Frederico Trein e seu concunhado A. J. Renner², transferiu os negócios para Porto Alegre, próximo à margem do Guaíba, onde se desenvolviam diversas atividades, das quais se destacava a fábrica de banha Phenix. (BUENO;TAITELBAUM,2009)



Organograma elaborado pela autora

Em *A.J. Renner – capitão da Indústria*, publicação recente de Gunter Axt, aparecem trechos dos Boletins Renner, e, dentre eles, A. J. Renner agradece ao concunhado Frederico Mentz pelo apoio inicial em sua fábrica de tecidos, assim como, em outros empreendimentos.



Fonte: AXT, Gunter. *A.J. Renner 1884-1966 – Capitão de Indústrias*, p. 148

Os Mentz destacaram-se, tanto que é possível localizar dentre as correspondências de Frederico Mentz, a solicitação do então intendente de Porto Alegre, Otávio da Rocha para que ele integrasse a comissão responsável pelo Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Capital (1924). Outro fato que comprova seu destaque às autoridades é a visita de Washington Luiz e Borges de Medeiros, respectivamente, o Presidente do Brasil e o Governador do Estado, conforme a fotografia abaixo (MIRANDA, 2013).

Visita a empresa dos Mentz, em 1926.



Fonte: Acervo Benno Mentz (DELFO/PUCRS)

Conforme Singer (1977) os Mentz, Marquadt e Trein foram famílias teuto-brasileiras bastante importantes no circuito econômico sul-rio-grandense. À guisa de exemplificação: uma sociedade³ formada por Frederico Mentz, Germano Marquadt, Frederico Trein, Henrique Augusto Koch, Curt Mentz e Benno Mentz, demonstra a imbricação familiar em meio aos negócios. Benno Mentz era filho de Frederico Mentz, irmão de Curt, genro de Henrique Koch, sobrinho de Frederico Trein e cunhado de Germano Marquadt, uma vez que ele era casado com Elly, também filha de Frederico Mentz.

³ Grupo que adquiriu a Fazenda Gravatahy, em 1928, na zona norte de Porto Alegre.

Reunião familiar. s.d.



Fonte: Acervo Benno Mentz (DELFO/PUCRS)

Outro exemplo no qual aparecem os nomes de vários sócios, sendo, eles, aparentados.

FINANÇAS DE NOSSOS SÓCIOS									
EM NOSSA FIRMA									
Saldo 31/12/1933					Saldo 30/6/1934				
Creditor	Devedor	Creditor	Devedor		Credito	Debito	Ju		
Fred. Trein 629:427\$420		531:369\$250							
G. A. Marqdt 530:192\$900		564:485\$000			27:492\$040	98:058\$170	40		
A. J. Renner 101:402\$800		12:130\$300				89:272\$500	10		
G. A. Albrecht 414:095\$000		415:768\$900			1:073\$400	29:471\$200	11		
S. F. Mentz 169:436\$880		139:965\$680			9:308\$900	98:661\$450	21		
A. Antonitz 34:451\$400		43:700\$300				14:758\$ 486 92	330:221\$800	42	
Curt Mentz 15:651\$940					37:873\$980	37:873\$980	92		
Arnold M.	123:433\$230	83:009\$510				292:347\$820	132		
	123:433\$230	123:433\$230	1707:479\$430						
1902:059\$260		221:201\$220	221:201\$220						
1778:626\$030		1486:278\$210							
1486:278\$210									
232:947\$820									
Juros.....132:120\$1									
RETIRADA... 424:550\$420	18 Semestre 1934								
RET. 1933 .. 212:847\$160	28 " 1933								
RETIRADA... 637:1397\$980	ANNO COMMERCIAL								
DEPOSITOS ESPOSA E FILHOS DE NOSSOS SÓCIOS EM NOSSA FIRMA									
Lydia Trein... 863\$100	Erika Mentz 21:378\$200	Elly Marquardt 50:109\$300							
Harry Trein... 25:783\$800	Alice Mentz 21:455\$930	Iria Marquardt 31:156\$830							
Leonia Trein... 24:755\$100	Fritz Mentz 20:484\$980	Lygia Marquardt 30:979\$210							
Edgar Trein... 24:470\$000	Lauro Mentz 20:102\$330								
Gust. Trein... 24:100\$000									
Lory Trein... 23:450\$700	William Mentz 829\$000								
Elisor Trein... 20:101\$700	ito mentz... 1:798\$500	Elvira Albrecht 17:431\$100							
	Marga Mentz... 302\$800	Rolf Albrecht... 491\$200							
Frederico rr... 143:593\$000	Liska Mentz... 443\$500	Theodor Albrecht 479\$600							
Benno A. Mentz 83:343\$940		Ingeborg Albrecht 162\$400							
Arnold Mentz 3:431\$800	Julia Irma mentz 1:24\$500	Gust. Albrecht 114\$800							
Curt Mentz... 102\$500									
G. A. Marquardt 112:240\$040									
Gust. Albrecht 18:672\$100									
361:396\$190	30/6/1934.								

Fonte: Acervo Benno Mentz (DELFO/PUCRS)

Portanto, a partir do estudo da biografia de Benno Mentz aos poucos se delineia uma complexa rede que se estende até à família extensa. Os estudos biográficos possibilitam novas formas de abordar a temática da imigração e colonização. Segundo Dornell e Pereira (2013, p.63):

Dos puntos nos parecen merecer un particular desarrollo cuestionar la relación entre biografía y migración consiste, em primer lugar, em interrogarse sobre las fuentes de las que disponen los historiadores de las migraciones, y en interesarse por la experiencia individual (...) No obstante, para zafar de lo anecdótico (que siempre amenaza lo biográfico) y ser verdaderamente significativas, stas experiencias migratorias individuales han de ser analizadas desde un punto de vista global: la aprehension de los emigrantes y de las redes que los integran ofrece así la posibilidad de articular lo singular y lo múltiple, lo individual y lo colectivo, para captar la migración em sus múltiples significaciones.

Ao trazer e relembrar o papel de determinados personagens novos fatos se apresentam e permitem um avanço na compreensão dos processos históricos de uma comunidade e na construção de identidades, “especialmente atribuindo a eventos históricos um grau de complexidade que vai além do evento histórico em si mesmo e o redimensiona com novos significados”. (BAHIA, 2010, p.167)

Referências

AXT, Gunter. *A.J. Renner 1884-1966 – Capitão de Indústrias*. Porto Alegre: Ed. Paiol, 2013.

BAHIA, Joana. Imigração judaica e ativismo político nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. In: *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. FERREIRA, Ademir P. (org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.163-182.

BJERG, María. *Historias de la inmigración em la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2010.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. *Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FIERGS, 2009.

DREHER, Martin N.(org.) *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DORNEL, Laurent; PEREIRA, Victor. Pensar la migración através la biografía: el ejemplo de las migraciones de élites francesas em la Argentina del siglo XIX. In: ARCE, Alejandra de; MATEO, Graciela. *Migraciones e identidades en el mundo rural*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013. p. 61-80.

MIRANDA, Adriana E. *Planos e projetos de expansão urbana: industriais e operários em Porto Alegre (1935-1961)*.2013. 371 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha*. Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERT, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil: Kultur e etnicidade. *Travessia. Revista do Imigrante*. Publicação do Centro de Estudos Migratórios, p.24-28, XVII, n.34, mai.-ago.1999.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

STONE, Laurence. Prosopography. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

Fontes consultadas

Acervo Benno Mentz, DELFOS/PUCRS. Site: <<http://www.pucrs.br/delfos>>.

Anexos

Respectivamente, as fotografias de Cristiano J.Trein, A. J. Renner, a versão “xerocada” da foto de família, na qual é possível

visualizar vários dos nomes mencionados neste texto e, por último, uma foto, na qual, aparecem Washington Luís, Borges de Medeiros e BennoMentz.



A PRESENÇA TEUTO-BRASILEIRA NA ECONOMIA CURITIBANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Solange de Lima*

As primeiras comunidades alemãs fundadas no Brasil datam ainda da década de 1820, como é o caso de Nova Friburgo no Rio de Janeiro e São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Nesta mesma década, o município da Lapa no Paraná recebeu as primeiras levas de imigrantes alemães. E em 1829 foi fundada a primeira colônia alemã no Paraná, na região do atual município de Rio Negro, que recebeu imigrantes vindos da região de Trier na Alemanha. Em Curitiba, o registro de imigrantes teutos se deu entre os anos de 1830 e 1840 (MÜLLER, 2012).

Além dos alemães da região de Trier, Rio Negro também recebeu imigrantes bucovinos, de etnia alemã, mas oriundos do Império Austro-Húngaro. Estes imigrantes entraram no Brasil através do Rio de Janeiro e apesar de passarem por Curitiba antes de atingirem a região do município de Rio Negro, mas não se estabeleceram na região da capital paranaense. Os primeiros imigrantes que chegaram à região de Rio Negro eram católicos e foram absorvidos rapidamente pela igreja local, inclusive adotaram o português. Os imigrantes que vieram na sequência eram, em sua maioria, evangélicos, e fundaram sua própria comunidade religiosa (FUGMANN, 2008, p. 32).

O ferreiro Michel Müller, natural de Detzen na Alemanha e vindo de Rio Negro, seria o primeiro alemão a se instalar em Curitiba, outros profissionais como o farmacêutico Augusto Stellfeld também chegaram na cidade nesta mesma época. Ainda no final do século XIX Curitiba recebeu os primeiros padres franciscanos vindos da Alemanha, os

* Graduada UFPR.

franciscanos foram responsáveis pela edição do periódico *Der Kompass*, que vigorou até o início da década de 1940, quando foi fechado por conta da Segunda Guerra Mundial (MÜLLER, 2012, p. 38). As famílias mais antigas que se estabeleceram no Paraná vieram de um processo migratório, sobretudo, da região da Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundada pela Sociedade de Colonização Hamburguesa.

Desde o início da colonização alemã em Curitiba, os imigrantes possuíam lugar de destaque na economia da capital paranaense. Os alemães ocuparam diversas funções, atuaram como professores, deputados, médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos, proprietários de estabelecimentos comerciais de naturezas diversas e até mesmo era possível encontrar sobrenomes de origem germânica em pastas do governo estadual, como é o caso do Secretário de Estado da Educação, tenente Pedro Scherrer. Curitiba ainda sediou uma filial do Banco Alemão, o Banco Alemão Transatlântico, que era o maior banco privado da Alemanha.

Um simples passeio pela região central da capital paranaense, nas primeiras décadas do século XX, era o suficiente para entender a importância econômica da população de origem germânica. Os nomes e sobrenomes alemães estavam por toda a parte, comércios, empresas, prestadores de serviços e diversos profissionais não só detinham uma parcela significativa das atividades econômicas em Curitiba, como também deixavam marcados os traços da cultura germânica pela cidade.

Além dos inúmeros estabelecimentos comerciais e indústrias, os teutos possuíam muitas sociedades e associações, sediadas em prédios amplos, situados em áreas importantes da cidade. A primeira sociedade alemã inaugurada em Curitiba foi a Germânia, dedicada ao canto, mas que possuía biblioteca e diversas atividades recreativas, inclusive prestava assistência aos doentes. Em 1874 foi fundado o Clube Concórdia, que possuía características semelhantes ao Germânia, mas voltado para o público mais jovem. Da união destas duas sociedades surgiu o *Deutscher Saengerbund*. Ainda foram fundados na capital o Clube Thalia, que em sua origem aceitava somente sócios que falassem alemão, o *Handwerker-Unterstützung-Verein* que tinha como objetivo auxiliar os associados em caso de doenças e falecimento. Estes são alguns

exemplos entre tantas outras associações teutas que existam em Curitiba antes da Segunda Guerra Mundial (FUGMANN, 2008).

A vida intensa dos teutos em Curitiba não se refletia somente no grande número de clubes e associações, havia várias publicações em língua alemã que circulavam na cidade. Entre as publicações que foram editadas por mais tempo em Curitiba estava *Der Kompass*, que durante a guerra teve sua sede danificada por populares e somente voltou a circular em 1919. *Der Pionier*, *Der Beobachter*, *Die Zeit* e o *Volkzeitung* (edição alemã da Gazeta do Povo) são exemplos de jornais voltados para os imigrantes. O *Kompass* teve ampla divulgação e manteve uma linha conciliadora, e a respeito das demais publicações teutas possuíam um espaço reduzido voltado para as questões nacionais, o que afastava os teuto-brasileiros das discussões econômicas e políticas do Brasil. E ao mesmo tempo, protegia o imigrante, uma vez que, todo e qualquer interesse ou envolvimento do imigrante com a política nacional era considerado perigoso. Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial o Consulado Alemão mantinha um salão com exemplares de periódicos disponíveis para a leitura, e também era responsável por enviar as publicações em idioma alemão para as diversas regiões que possuíam colônias, inclusive as mais afastadas (FUGMANN, 2008).

Regiões próximas a Ponta Grossa e a Palmeira também receberam imigrantes ainda no final do século XIX. Na primeira década do século XX, houve muita propaganda brasileira no sentido de atrair os europeus para o Paraná, neste momento o estado tornou-se o centro do empreendimento migratório do Brasil. Porém, não foram somente alemães que entraram no estado neste período, grupos de holandeses, poloneses e austríacos também passaram a formar colônias no Paraná. O que contribuiu para que as colônias, em sua grande parte, não fossem totalmente homogêneas. Porém, esta tentativa do governo de evitar o “enquistamento” não surtiu efeito em todas as colônias, muitas comunidades mistas foram palco de atritos entre as diversas etnias que as formavam. Data deste período a fundação da Colônia Afonso Pena na região de Curitiba, formada por imigrantes alemães, poloneses e suíços.

Mesmo com todas as discussões a respeito do perigo que a etnia germânica representava à sociedade brasileira, motivadas pelos enquistamentos étnicos, promovidos em grande parte das colônias no sul

do Brasil, e também por conta da política expansionista que a Alemanha colocava em prática na Europa, podemos perceber uma relativa harmonia na área urbana de Curitiba antes da Primeira Guerra Mundial. Até este período ocorreu um grande crescimento dos estabelecimentos pertencentes a alemães, fundações e ampliações de escolas e igrejas, e a proliferações de associações recreativas e de periódicos no idioma germânico. As preocupações das autoridades nacionais e de autores que se ocupavam em escrever sobre o perigo que a não assimilação do alemão representava não pareciam se estender até a população.

Essa situação mudou completamente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e consequente declaração de guerra do Brasil em 1917. A partir deste momento algumas sanções foram impostas ao imigrante pelo Estado, e a população brasileira começou a demonstrar sua insatisfação com a presença dos alemães na cidade. As escolas alemãs tiveram suas atividades suspensas e atos de vandalismo contra instituições alemãs ocorreram. Porém, nada comparado ao que ocorreria mais tarde com o início da Segunda Guerra Mundial.

Durante a Primeira Guerra Mundial os imigrantes foram hostilizados. As regiões do estado do Paraná que haviam recebido alemães sofreram com perseguições, como a proibição do uso do idioma alemão em alguns municípios. Em contrapartida com o final do conflito, o Brasil, em especial o Paraná, recebeu grande leva de imigrantes que haviam passado pelos horrores da guerra, perdido entes queridos e que trouxeram na bagagem ressentimentos com relação às humilhações sofridas com a derrota no conflito.

A vida das comunidades alemãs curitibanas no período entre guerras foi marcado por perseguições e ameaças. Ataques à imprensa, à Igreja, proibições e apreensões fizeram parte da vida do imigrante em Curitiba, casos extremos como o apedrejamento da Escola da Comunidade Alemã Luterana pela população, e o incêndio no Colégio Bom Jesus são exemplos da conjuntura vivida em Curitiba e em locais onde havia imigrantes residindo (MÜLLER, 2012, p.229).

Nesta conjuntura, a América do Sul representou um bom negócio, sobretudo, pelas facilidades concedidas aos imigrantes pelo governo. Estes imigrantes foram levados a colônias nas regiões de Cruz Machado, Castro e Porto União, porém grande parte dos europeus que entraram no

país neste período não estava acostumada com o trabalho na lavoura, e acabaram migrando para regiões urbanas.

O norte do Paraná recebeu imigrantes alemães a partir de 1930, a região próxima à cidade de Londrina foi batizada pelos imigrantes de Rolândia. Podemos perceber um perfil diferenciado desses imigrantes, chegaram ao Brasil durante o período de ascensão do Partido Nazista na Alemanha, possivelmente refugiados da perseguição nazista a opositores ou àqueles que não eram simpatizantes do regime nacional socialista. Este grupo era composto por intelectuais, religiosos, judeus e demais grupos que não estavam habituados ao trabalho agrícola, o que causou um movimento migratório voltado para áreas urbanas.

Na década de 1930, Curitiba recebeu os migrantes menonitas, vindos da região de Santa Catarina, e que se instalaram em regiões bem afastadas do centro da cidade de Curitiba, como nos bairros do Boqueirão, do Xaxim e da Vila Guáira. Esta região era pouco habitada e os menonitas criaram uma tradição agrícola, que passou a abastecer Curitiba com alguns gêneros alimentícios. Fugidos da Rússia por conta da truculência do governo de Stálin, parte do grupo acabou se dirigindo ao Paraguai.

Nessas regiões onde havia colônias alemãs, escolas foram fundadas pelos próprios imigrantes, como é o caso da Escola Alemã Protestante, fundada na Lapa no ano de 1892, pelo pastor David Wiedmer, que teve sua residência saqueada durante o cerco da Lapa. Em locais como Ponta Grossa e Castro também surgiram escolas ligadas às igrejas protestantes alemãs e católicas (MÜLLER, 2012).

Os alemães davam grande importância à educação, organizaram e mantiveram escolas para os seus filhos. Mesmo entre os colonos das regiões mais afastadas havia um índice muito baixo de analfabetos entre os imigrantes. Até mesmo nas famílias com renda mais baixa era possível encontrar a presença de livros em casa, situação bem diferente da protagonizada pelo brasileiro. *Segundo estatísticas da União dos Professores Teuto-Brasileiros do Paraná de 1928, cerca de 2.000 alunos frequentavam escolas construídas e mantidas pelos alemães no estado* (FUGMANN, 2008, p.110).

Em Curitiba foi fundada em 1869, pela comunidade evangélica, a Escola Alemã, que mais tarde mudou seu nome para Colégio Progresso por conta da declaração de guerra do Brasil em 1917. Mesmo com a mudança de nome, as atividades da escola foram suspensas e somente retornaram em 1918. Ainda em 1917, a escola foi invadida pela população e depredada. No ano de 1884 foi criada a União Escolar e muitas outras escolas particulares. Em 1896 foram fundadas duas escolas católicas alemãs, o Colégio Bom Jesus para meninos e o Colégio Divina Providência para meninas, com o ensino baseado nos fundamentos religiosos cristãos. Ao contrário do que ocorreu com as escolas evangélicas, as católicas puderam manter suas atividades durante a guerra (FUGMANN, 2008).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, muitos alemães foram detidos, instalou-se uma grande repressão contra os estrangeiros, outros idiomas que não o português foram proibidos, tanto nas escolas quanto em locais públicos. Periódicos em língua estrangeira deixaram de ser publicados, associações e clubes estrangeiros foram fechados, juntamente com escolas. Considerados perigosos à soberania nacional, os imigrantes oriundos de países do Eixo foram retirados de áreas consideradas estratégicas, como o litoral do Paraná.

Muitos lavradores foram expulsos de suas terras, as empresas e indústrias alemãs tiveram grande dificuldade, casas comerciais de estrangeiros foram fechadas e muitas depredadas pela população, que foi às ruas manifestar seu sentimento xenofóbico. Várias foram as manifestações contra o estrangeiro, muitas baseadas em calúnias e difamações sem nenhum fundamento. Esse clima de perseguição acelerou o processo de assimilação do estrangeiro, a cultura alemã, que já estava sofrendo alterações desde o início do processo de colonização sofreu o seu mais duro golpe.

Com o aumento das tensões internacionais e o acirramento das medidas nacionalizantes de Vargas, o Estado brasileiro apelou para que a população assumisse seu lugar na vigilância contra o inimigo e na preservação da ordem nacional. Parcela da população trabalhou em

conjunto com a DOPS¹, vigiando e denunciando atividades consideradas suspeitas. A DOPS teve um papel determinante na criação da figura do inimigo, estigmatizando aqueles que possuíam ideologias contrárias ao governo. Utilizando preconceitos anteriores, transformou em inimigos e potenciais ameaças àqueles que possuíam fenótipos, idiomas e culturas diferentes. O Estado transformou os inassimiláveis alienígenas em ameaças à ordem política e social brasileira.

Desde o início de sua campanha nacionalizadora, em 1938, Vargas adotou uma série de medidas que buscaram neutralizar a influência estrangeira nas áreas de colonização europeia. O presidente buscou regulamentar quase todas as atividades que os imigrantes estavam envolvidos, como as atividades escolares e associativas, a utilização de idioma estrangeiro, o serviço militar obrigatório para filhos de imigrantes, proibição de periódicos e programas de rádio em outro idioma que não o português e a ocupação das sociedades estrangeiras (SHIZUNO, 2010, p.92).

No decreto-lei n.431, de 18 de maio de 1938, que define os crimes contra a personalidade internacional, contra a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social, encontramos, entre outros, os seguintes crimes: submeter o território da nação à soberania de Estado estrangeiro; atentar contra a unidade da nação procurando desmembrar o território brasileiro; atentar contra a nação através de guerra civil e mudança do governo. Estes crimes eram penalizados com a morte. Outros crimes penas com a prisão, eram promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie cuja atividade se exerça no sentido de atentar contra a segurança do Estado ou modificar, por meios não permitidos, a ordem política ou social. Era considerado crime participar nestas sociedades, divulgar por escrito, ou em público, notícias falsas, sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor (SHIZUNO, 2010, p.89).

¹ Delegacia de Ordem Política e Social responsável pela investigação e captura de inimigos do Estado Novo.

O alinhamento do Brasil com os aliados aumentou a repressão ao “quinta-coluna”². No intuito de criar um ideal de brasilidade, fundamentado na figura do caboclo, o Estado brasileiro promoveu a exaltação do que se considerava genuinamente nacional. Músicas, valores, esportes e literatura foram difundidos na tentativa de eliminar as diferenças regionais do Brasil e de criar uma população homogênea e nacionalista.

Além dos esforços no sentido de criar uma brasilidade, o Estado também promoveu medidas extremas para promover a assimilação de estrangeiros e manter o controle sobre os mesmos durante a guerra. Além das medidas citadas anteriormente, os imigrantes também sofreram com a proibição de possuírem objetos como radiotransmissores, armamentos, livros em idioma estrangeiro, não podiam ter acesso a produtos químicos, e não poderiam frequentar determinadas regiões da cidade, como as proximidades do terminal ferroviário. Para se deslocarem dentro do país era necessário requerer um salvo conduto, suas correspondências foram censuradas e as estradas que davam acesso aos estados de Santa Catarina e São Paulo foram alvo de uma intensa vigilância.

Várias foram as portarias publicadas pela chefatura de polícia do Paraná, a fim de evitar um possível levante de imigrantes de países do Eixo no estado. Esses documentos recomendavam a vigilância dos alemães, italianos e japoneses pela DOPS, para evitar atividades consideradas nocivas ao país, como podemos perceber na portaria 519:

À delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japoneses, alemães, e italianos devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta chefia as providências aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que, possam praticar tais súditos estrangeiros. (Pasta “Documentos Antigos – Pasta 1”, p.77, aud. SHIZUNO, 2010, p.96)

² Expressão que remonta a Guerra Civil Espanhola (1936-39) onde o General Francisco Mola utilizou o termo para designar os elementos simpatizantes que agiam secretamente em Madri e que seriam fundamentais para a conquista da cidade, o quinto elemento do seu exército composto por quatro colunas.

Considerados um entrave aos interesses nacionais, os imigrantes foram vigiados e mapeados, o Estado visava manter o controle de todas as atividades deles, inclusive as da esfera pessoal. As proibições, como da utilização do uso do idioma alemão, ultrapassaram o âmbito público, reuniões e encontros familiares foram proibidos, aqueles que utilizassem idiomas estrangeiros dentro de suas casas eram denunciados e presos. Esse grande número de inquéritos abertos pela DOPS teve a importante contribuição do elemento nacional, que esteve ativo na defesa da soberania nacional, denunciando atividades suspeitas.

Antes mesmo da declaração de guerra do Brasil contra o Eixo a Portaria n. 30 foi publicada, nela o interventor Manoel Ribas determinava que os súditos do eixo ficavam proibidos de

mudar de residência sem comunicar à DOPS e o serviço de registro de estrangeiros; portar, comercializar e transportar armas, munições e materiais explosivos; viajar sem o salvo-conduto expedido pela polícia; “Reunirem-se ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.)”; “Discutir ou trocar ideias em lugar público, sobre a situação internacional”; “além de viajar por via aérea sem licença especial. A portaria também determinava que os elementos oriundos do Eixo entregassem as armas que possuísem no prazo máximo de 15 dias. (SHIZUNO, 2010, p.97).

Além da proibição da utilização dos idiomas dos países do Eixo, manifestações características dos seus partidos políticos, como a saudação, utilizar uniformes, bandeiras e até mesmo retratos dos seus governantes foram proibidos. Alguns clubes foram ocupados, como é o caso do Clube Concórdia que foi entregue à Cruz Vermelha e seus móveis ao Clube Atlético Paranaense, o Clube Rio Branco foi entregue ao Tiro de Guerra n.19, e tantas outras associações de etnias que formavam o Eixo foram ocupados. Antes dessa intervenção muitos clubes foram alvo de ataques populares, como o Clube Italiano Garibaldi. Essas ações violentas da população curitibana, como reação ao torpedeamento de navios mercantes brasileiros pela Alemanha, foram utilizadas para legitimar a ação do Estado nesses clubes. A portaria da nº 230 da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública, de 23 de junho de 1945 determinava:

I – Entregar ao Clube Atlético Paranaense, com sede nesta Capital, em caráter provisório, os bens da Sociedade Concórdia, ex-Deutscher Saengerbund, compreendendo todo o seu patrimônio em moveis e imóveis.

II – A realização da entrega será feita por uma comissão designada por essa Secretaria, mediante lavratura do respectivo termo, do qual constarão o inventário dos bens e as obrigações assumidas pelo Clube Atlético Paranaense. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. DOPS – Dossiê: Clube Concórdia – pagina 08).

Com a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, em 28 de agosto de 1942, a repressão aos alemães, italianos e japoneses chegou a seu momento mais extremo. Imigrantes e naturalizados não poderiam sair do país, exceto se tivessem em caráter temporário e retornassem ao seu país de origem. A entrada desses imigrantes no Brasil foi proibida, não podiam possuir embarcações, rádios transmissores e seus salvo-condutos passaram por uma intensa fiscalização. Aqueles que possuíam aparelhos de rádio receptores deveriam se apresentar à DOPS e entregar os aparelhos, caso a entrega não fosse realizada, o indivíduo poderia ser acusado de espionagem e ser preso pela DOPS. Muitas das denúncias que verificamos nos inquéritos da DOPS são justamente de vizinhos que indicavam que imigrantes “eixistas” estariam ouvindo pronunciamentos de Berlim em casa. Informação suficiente para a prisão e a abertura de um inquérito (SHIZUNO, 2010).

O grande número de inquéritos abertos na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Curitiba não reflete o número de adeptos ao nacional socialismo no Paraná, não justificando a enorme cautela do Estado e da população em relação aos imigrantes e aos teuto-brasileiros. O Paraná teve 185 filiados ao Partido Nazista (MORAES, apud. ATHAIDES, 2011, p.41), o que representava somente 1,5% da população germânica no estado. Entre eles estavam muitos comerciantes, empresários e prestadores de serviços que possuíam certo prestígio na sociedade paranaense, o que se refletia no grande número de escolas, associações e clubes de origem germânica na região central da capital paranaense.

Para o autor Rafael Athaides, o partido conseguiu levar a doutrina nazista para os locais de interesse do NSDAP. O nazismo esteve presente

nos clubes urbanos e nas comunidades rurais, no caso específico do Paraná, a concentração dos esforços aconteceu na capital, sobretudo, pelo auxílio do Consulado da Alemanha na divulgação do nacional-socialismo, e pela marcante presença de teuto-brasileiros na cidade. Athaides caracteriza o filiado à seção nacional como *alemães, imigrantes de classe média/alta* (ATHAIDES, 2011, p.208). Estes indivíduos, que vivenciaram a Primeira Grande Guerra, tendiam a não se desligar de seu país de origem, e além deste perfil, era possível encontrar participantes ativos do NSDAP/PR³, que já estavam fixados no Brasil há anos e que possuíam uma posição de destaque na economia, inclusive financiando o partido no Paraná (ATHAIDES, 2011, p.208).

Claro que não podemos deixar de levar em consideração aqueles que não eram filiados, mas simpatizavam com o nazismo, como alguns empresários teuto-brasileiros que financiaram as seções estadual e nacional do partido. Comportamento que poderia não refletir somente um entusiasmo com o nacional socialismo, mas também uma maneira de evitar retaliações e manter investimentos concedidos pela Alemanha.

Grande parte da população de origem germânica em Curitiba era composta por teuto-brasileiros oriundos de locais de colonização anteriores e mais afastados das áreas urbanas. Portanto, não estavam dentro do perfil dos defensores do nazismo, mais jovens e nascidos na Alemanha. Outra questão importante que delimitou a adesão ao nacional socialismo foi a própria questão racial, o nazismo era somente para alemães, o que excluía os teuto-brasileiros de comporem as fileiras do partido. Para solucionar o problema a A.O⁴. propôs uma a criação de uma associação de teuto-brasileiros pró- nazismo. Além da questão racial, houve resistência dos teuto-brasileiros em aceitar os comandos dos jovens partidários fervorosos (DIETRICH, 2007, p.163).

³ Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nazionalsocialistische Deutsche Arbeiterpartei) – seção do Paraná.

⁴ Departamento destinado a cuidar das questões dos alemães no exterior – Auslandsorganisation der NSDAP (Organização do Partido Nazista para o Exterior) – AO (ATHAIDES, 2011).

Tudo isso não impediu que grande parte do financiamento que o partido recebia viesse de grandes industriais, os cidadãos comuns pouco contribuíam financeiramente com o nazismo. O que torna nítida a relação entre economia e direcionamento político por parte dos imigrantes. Essa certa obrigatoriedade na adesão ao partido também pode ser percebida por parte do Consulado, que por ser um órgão ligado ao Estado alemão deveria representar o nazismo. Uma vez que, neste período o Partido Nazista representava o próprio Estado alemão. O cônsul alemão, Ludwig Aeldert, chegou a ser substituído, na década de 1930, por não colaborar com o nazismo de maneira satisfatória.

Porém, essa adesão ao nazismo não significava uma aceitação total do nazismo na vida do imigrante. Muitos conflitos ocorreram em Curitiba entre militantes e a comunidade teuta, como os casos de disputa pela liderança da comunidade alemã entre associações e partido. Os não adeptos sofriam represálias do partido, ao mesmo tempo aderir ao nazismo significaria represália de empresas americanas e inglesas, e até mesmo perseguições do governo brasileiro. O imigrante ficou imerso em uma situação limite, ao mesmo tempo em que, era pressionado pelo Partido Nazista, era acuado e perseguido pelo governo de Getúlio Vargas. A vigilância e as manifestações violentas contra os imigrantes por parte dos populares também fizeram parte da conjuntura vivenciada pelos teutos durante a Segunda Guerra Mundial.

Com relação à adesão ao NSDAP, podemos dividir os imigrantes em três grupos. O primeiro representado por àqueles que aderiram ao Nacional Socialismo, formado por nazistas fervorosos. O segundo, que acreditava no NSDAP, sobretudo, como uma maneira de manter o *Deutschtum*⁵ e não compactuavam com as ações do partido no Paraná. E o último que não demonstrou simpatia ao nazismo e nem às ações do

⁵ Ideologia formulada a partir de alguns princípios do nacionalismo alemão do início do século XIX, que valorizava a cidadania brasileira e a ligação com o Estado, porém em primeiro lugar estava a etnia alemã e suas formas de preservação. Baseada no direito de sangue, valorizava a endogamia e o uso do idioma alemão.

partido no Paraná, esse era formado, principalmente, por teuto-brasileiros.

Maior parte dos inquéritos das DOPS foi registrada contra teuto-brasileiros e imigrantes que não possuíam uma ligação de fato com o partido e nem possuíam influência econômica na capital paranaense. Portanto, mesmo com a perseguição do Estado e as manifestações populares, que protagonizaram cenas violentas contra casas comerciais de origem germânica, podemos perceber que a influência econômica foi determinante para a ação da DOPS em Curitiba.

Segundo Marion Magalhães (1998), a adesão ao nazismo, representou antes de tudo uma proteção mútua entre os teutos, que se aproximaram ainda mais de seu país de origem em virtude da Campanha de Nacionalização. As ações do Estado contra os “súditos do Eixo” continuaram durante o período da Segunda Guerra Mundial, somente com o final da guerra os inúmeros documentos de orientação contra as atividades suspeitas dos “quinta-colunas”, foram revogados. A perseguição aos imigrantes chegara ao fim.

Referências

ATHAIDES, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: Eduem, 2011.

DIETRICH, A. M. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: FFLCH / NEHO/ USP, 2007 (Tese de Doutorado em História Social).

FUGMANN, Wilhelm. *Os alemães no Paraná*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

MÜLLER, Estêvão. *Documentário da imigração alemã nos estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Champagnat, 2012.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes no oriente ou perigo amarelo no Brasil*. Londrina: EDUEL, 2010.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Clube Concórdia.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfredo Andersen.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Consulado da Alemanha.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no país.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Censura postal.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Colégios alemães.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Diligências.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – documentos antigos

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – patas – 1942.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1943.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1945.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – relatórios – 1944.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Jornal Semana Policial – 1945.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Nazismo – informes de delegacia e fotografias.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Relatório de embarque e desembarque

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: União Beneficente Educativa Alemã.

LEI PARA TODOS: IMIGRANTES E A EMPRESA THE RIOGRANDENSE LIGHT AND POWER DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Tamires Xavier Soares*

A luta dos trabalhadores livres em busca de direitos não inicia, como de costume acreditamos, no fim da República Velha. Muito antes de 1930, os trabalhadores brasileiros já vinham lutando pelos direitos. Ao remetermos a esses movimentos na região de nossa pesquisa, a cidade de Pelotas, temos exemplo dessas mobilizações trabalhistas, antes da década de 1930, na tese de doutorado de Beatriz Loner, a qual deu origem ao livro *Construções de Classe: operários de Pelotas e Riogrande-1888/1930* (Loner, 2001). Nessa obra, podemos constatar que já em 1890 houve uma greve na cidade de Pelotas, a greve dos tipógrafos, que lutavam por aumento salarial, porém, a greve não se estendeu muito, durando menos que uma semana, e tendo como resultado um sucesso parcial.

Segundo Beatriz Loner (2001), durante toda a década de 1890 houve na cidade de Pelotas um total de oito greves; já na primeira década do século XX, ocorreram três, sendo que, destas três, uma nos chamou a atenção em especial. Sucedia em 1907, os operários navais do Estaleiro Lima iniciam uma greve em solidariedade à greve dos portuários que estava ocorrendo em Rio Grande, cidade vizinha. Entre 1911 e 1930, houve 36 greves na cidade de Pelotas, fazendo parte desse total a greve geral de 1917.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUC/RS – Bolsista CNPq.

Da greve geral de 1917 fizeram parte os motorneiros, estivadores, verdureiros, cozinheiros, pedreiros, pintores, carpinteiros, marceneiros, serralheiros, *chauffeurs*, alfaiates, sapateiros, funcionários da Bromberg, operários da fábrica de sabão, adubo, tecelagem, vidros, Sieburger, Hadler, Lang, Augusto Lopes de Figueiredo, Aguiar, Gomes e Silva e Curtumes, sendo as reivindicações o pedido de aumento salarial e oito horas de trabalho semanal. Por fim, segundo Beatriz Lonner, o desfecho foi a:

Vitória, concessões parciais por categoria tecelagem: fracasso e demissão. O movimento ocorreu juntamente com ampla mobilização contra carestia de vida e diminuição de impostos, que resultou em tabelamento de preços, repressão policial severa, invasão e tiroteio na Liga por parte da polícia, um morto, vários feridos (LONER, 2001, p. 465).

Além da greve de 1917, há outro episódio que nos chamou atenção em particular, segundo Beatriz Lonner (2001), em 1919 os carpinteiros do frigorífico Riograndense demitiram-se devido aos maus tratos e às humilhações sofridas em serviço.

Portanto, através de leitura de algumas obras de autores como Angela de Gomes (2005), John French (1995), Beatriz Lonner (2001), João José Reis (2004), percebemos que a luta dos trabalhadores não teve início no pós-trinta, e sim teve uma continuidade, uma vez que trabalhos como o de João José Reis intitulado *A greve negra de 1857 na Bahia* nos mostra que durante a escravidão também havia luta por parte dos trabalhadores escravizados. Angela de Castro Gomes resume a ideia de continuidade de luta dos trabalhadores por direiros e melhores condições, da seguinte forma:

(...) trata-se de ponderar que os “trabalhadores do Brasil”, desde o século XIX, foram sujeitos de sua história, estando longe das figuras de passividade/inconsciência ou de rebeldia radical, mesmo nas mais duras condições de violência (2004, p. 182).

Portanto, é em meio a essas resistências e contínuas lutas dos trabalhadores por direitos que a Justiça do Trabalho foi criada. Prevista na Constituição de 1934, porém regulamentada apenas em 1941, e tendo poder de execução somente em 1946, a Justiça do Trabalho e as leis do

trabalho, conforme Angela de Castro Gomes (2004), são fruto da luta dos trabalhadores, e não uma “dadia” do governo getulista.

No presente trabalho nos propomos a analisar o processo trabalhista número 213-B, que originou um Agravo de número 213-A e um Protesto número 213-C, todos fazendo parte do acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, que atualmente se encontra salvaguardado no Núcleo de Documentação História da UFPel. O processo trabalhista 213-B e suas ramificações 213-A e 213-C encontram-se, atualmente, em exposição no Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, e também podemos encontrá-los de forma digitalizada, em um CD-ROOM distribuído pelo próprio Memorial da Justiça do Trabalho.

O processo trabalhista 213-B diz respeito a uma reclamação movida por oito funcionários alemães, Otto Dai, Germano Schmill, Ernesto Otto Heyne, Fritz Poepping¹, Carlos Jeismann, Henrique Guilherme Ernest, Henrique Neimann, Max Stauffert² e o italiano Domingos Bassini, contra a empresa-norte americana The Riograndense Light and Power.

No decorrer do processo, uma lei em especial é citada por diversas vezes por ambas as partes, é a Lei Nº 62, de 5 de junho de 1935, composta por 18 artigos, como bem explica Elton Decker:

Lei 62/35 – a “Lei da Despedida” – vigeu com grande destaque, assegurando aos trabalhadores da indústria e do comércio o direito ao emprego – estabilidade – após dez anos de serviços prestados na mesma empresa e instituindo a indenização por despedida injusta àqueles que não haviam cumprido esses dez anos (2005, p. 1).

Porém, antes de analisarmos de que forma essa lei foi utilizada pelos reclamantes e reclamados no decorrer do processo, acreditamos que seja importante fazer algumas considerações sobre a empresa The Riograndense Light and Power, mais conhecida apenas por Light.

¹ No decorrer do processo, também chamado de Frederico Poepping.

² No decorrer do processo, Max assina Max João Stauffert.

A Light, quando se instalou na cidade, em 1914, era de capital inglês, porém em 1929 foi adquirida pelo grupo norte-americano AMFORP³. À empresa norte-americana competia o abastecimento de energia elétrica da cidade de Pelotas, e também o transporte público, feito pelos bondes elétricos. O quadro de funcionários contava com várias profissões, tais como: secretárias, engenheiros, mecânicos, motorneiros, fiscais, entregadores de conta, carvonistas, e assim por diante.

Os nove funcionários da Light que moveram o processo trabalhista que iremos analisar eram todos empregados estáveis, ou seja, não poderiam ser demitidos sem abertura de um inquérito administrativo, porém em 1941 os nove funcionários estrangeiros foram demitidos abruptamente. A empresa alegou como razão das demissões motivo de força maior, devido à nacionalidades dos empregados, tendo em vista o cenário mundial⁴.

Na cidade de Pelotas, havia colônias alemãs e italianas desde o século XIX, porém segundo informações contidas no processo trabalhista analisado, os imigrantes a que estamos nos referindo chegaram ao Brasil entre 1900 a 1930, passando a integrar os grupos étnicos já estabelecidos na região.

Segundo Fredrik Barth (1998, p. 193), os grupos étnicos têm uma função organizacional. “Na medida em que os atores usam identidades étnicas⁵ para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. Deste modo, os grupos étnicos desempenham um papel importante na sociedade que os circunda, pois possibilita a identificação dos seus e dos outros, e, a partir disto, auxilia no estabelecimento das relações, tanto internas quanto externas ao grupo.

³ American & Foreign Power Company.

⁴ No ano em que os funcionários foram demitidos, o mundo estava em plena II Guerra Mundial.

⁵ Segundo Regina Weber (2006), as identidades étnicas são produtos de uma construção; algo mutável e não fixo, sólido, o que nos auxilia a compreender melhor nosso objeto.

Os grupos étnicos de que se trata aqui, em vários períodos da história, foram vistos como nocivos, como explica René Gertz (2005, p. 155):

A existência de uma ideologia e de um discurso do “perigo alemão” estava difundida entre uma parte muito significativa da população rio-grandense (e brasileira) praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, em 1824. Mas um primeiro ponto alto que na tentativa de combater esse “perigo” foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades.

Posterior à Primeira Guerra Mundial, as violências diminuíram, tendo em vista a situação de miséria que a Alemanha enfrentava após ter sido derrotada no conflito colocava em xeque a credibilidade de uma ação imperialista alemã no Brasil – um dos motivos da existência dos preconceitos. A década de vinte, segundo pesquisas demográficas, é um período de grande imigração alemã para o Brasil: “(...) os autores registram para a década de 1920 – e não para a de 1890 – um contingente três vezes superior a qualquer década anterior ou posterior” (GERTZ, 2008, p. 136).

Esses imigrantes, também chamados de “alemães-novos”, vinham em busca de novas oportunidades, muitos tinham cursos técnicos, e serviram de mão-de-obra qualificada nas empresas rio-grandenses. Giralda Seyferth (1981), em sua pesquisa sobre imigrantes do vale do Itajaí, localizou conflitos entre os chefes “alemães-novos”⁶ e os operários teuto-brasileiros. Porém, diferente da região do Vale do Itajaí, estudada pela autora, até o presente momento, não encontramos indícios de tais conflitos entre os ditos “alemães-novos” e os “teuto-brasileiros” na cidade de Pelotas.

Com a análise do processo trabalhista, percebemos que os nove imigrantes que trabalhavam na empresa Light provavelmente eram

⁶ Como frisamos anteriormente, os “alemães-novos” muitas vezes eram profissionalmente qualificados, e portanto em algumas empresas exerciam a função de chefe, assim como veremos no processo que analisaremos a seguir.

qualificados. Não temos dados concretos, como certificados de cursos técnicos ou superior, mas as funções que exerciam na empresa indicam para uma qualificação, tendo em vista que todos eram chefes de setores, como mecânica, elétrica, distribuição, funções que não poderiam ser exercidas por pessoas sem experiência nas áreas de mecânica ou elétrica.

No entanto, aos olhos do governo, tanto os alemães recentemente chegados quanto os descendentes de alemães representavam de alguma forma uma ameaça nacional, segundo Endrica Geraldo:

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, políticos e intelectuais promoveram críticas severas às políticas de imigração e colonização mobilizadas tanto durante o Império quanto nas primeiras décadas da República, acusadas de serem demasiadamente liberais para com os imigrantes (GERALDO, 2002, p. 174).

As medidas contra imigrantes são intensificadas, no decorrer da década de quarenta, chegando ao auge em 1942, com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo. “No contexto do conflito mundial e da política do Estado Novo, alemães, italianos e japoneses foram levados aos campos de concentração brasileiros como prisioneiros de guerra” (PERAZZO, 2009, p. 44).

Na cidade de Pelotas, a violência direcionada a essas etnias não foi diferente, a população foi às ruas, quebrou casas, lojas e feriram pessoas de origem alemã. José Plínio Fachel, em sua tese (2002), analisa esses acontecimentos violentos na cidade de Pelotas e São Lourenço. No mês de agosto de 1942, seis navios de bandeiras brasileiras foram atacados, e, segundo as notícias, seriam submarinos do Eixo que teriam cometido tais atos. Em Pelotas, as notícias dos naufrágios deixaram a população em alerta, e no dia 18 de agosto a população saiu às ruas:

(...) como podemos ver no jornal do dia 18 de agosto, onde apedrejamento de dois hotéis é visto como um ato patriótico. As manifestações seguiram na manhã do dia 19 de agosto, quando os estudantes do Colégio Gonzaga saíram em passeata, tendo na Igreja São João um alvo para ser apedrejado, pois esta era uma comunidade luterana (ROCHA, 2002, p. 18).

Para a população pelotense, após os episódios de ataques citados, ser germânico era sinônimo de ser nazista. Muitas famílias que até então eram bem vistas pela sociedade pelotense, algumas com certo poder aquisitivo, sofreram violências. Segundo Fachel (2002), as perseguições violentas aos imigrantes na cidade começaram no dia 19 de agosto, e tiveram apoio militar.

No entanto, antes mesmo dos episódios violentos de agosto de 1942, no ambiente fabril pelotense já estavam ocorrendo violências étnicas contra os funcionários alemães e italianos. No dia dezoito de dezembro de 1941, os nove funcionários da empresa Light, citados anteriormente, foram demitidos, porém, por estarem amparados pela lei 62/35, recorreram à Justiça do Trabalho, requerendo que fossem readmitidos em suas funções originais, e também que fosse pagos os salários atrasados, uma vez que deixaram de receber ao serem afastados da empresa em função das demissões injustas, conforme afirmavam os reclamantes.

Como já frisado, com a leitura do processo, percebemos que a lei 62/35 foi utilizada tanto pela defesa quanto pela acusação, e é nessa discussão que iremos nos deter neste momento. Segundo os advogados⁷ dos reclamantes:

(...) sidos despedidos sem justa causa e tendo todos mais de dez (10) anos de serviço contínuo e ininterruptos na referida empresa, não se conformam com esta medida em face das garantias, que a Lei 62 de 5 de dezembro de 1935, publicada no “Diário Oficial” do mesmo mês e ano lhes concede em seus Arts°. 10⁸ combinado

⁷ O reclamante Max Stauffert teve como advogado Paulo. H. Tagnin, os outros reclamantes foram representados pelo advogado Henrique Biasino.

⁸ Art. 10. Os empregados que ainda não gozarem da estabilidade que as leis sobre institutos de aposentadorias e pensões têm criado, desde que contem 10 anos de serviço efetivo no mesmo estabelecimento, nos termos desta Lei, só poderão ser demitidos por motivos devidamente comprovados de falta grave, desobediência, indisciplina ou causa de força maior, nos termos do art. 5°.

com o Artº 5º⁹, cujo teor é o seguinte: que os empregados, “desde que contem 10 anos de serviço e efetivo no mesmo estabelecimento, nos termos desta lei, só poderão ser demitidos por motivos devidamente comprovados de falta grave, desobediência, indisciplina ou causa de força maior (PROCESSO 213-B, 1942, p. 2).

O advogado da empresa norte-americana, Bruno de Mendonça Lima, argumentou que o governo brasileiro havia declarado solidariedade aos Estados Unidos, ressaltando que aproximadamente um mês após as demissões, em janeiro de 1942, o Brasil rompeu oficialmente as relações diplomáticas e comerciais com os países que compunham o Eixo. Portanto, tais demissões seriam pertinentes. Além disso, o advogado da reclamada alegou que a lei 62/35 não especificava que é caracterizado como “força maior”.

Entende a Suplicante que tal circunstância importa em força maior, que justifica a rotura do contrato de trabalho, como motivo justo para a despedida. A lei não define a força maior, limitando-se a aportar casos exemplificativos e não taxativos. Refere-se, porém, a força maior que impossibilite o empregado de manter o contrato de trabalho (lei nº 62, art. 5º letra j) (PROCESSO 213-B, 1942, p. 20-21).

⁹ Art. 5º: São causas justas para despedida: j) força maior que impossibilite o empregador de manter o contrato de trabalho. § 1º Considera-se também causa de força maior, para o efeito de dispensa do empregado, a supressão do emprego ou cargo, por motivo de economia aconselhada pelas condições econômicas e financeiras do empregador e determinada pela diminuição de negócios ou restrição da atividade comercial. § 2º Considera-se provada a força maior, quando se tratar de uma providência de ordem geral que atinja a todos os empregados e na mesma proporção dos vencimentos de cada um, ou se caracterize pelo fechamento de um estabelecimento, ou filial, em relação aos empregados destes, ou supressão de um determinado ramo de negócio. § 3º No caso de ser a paralisação do trabalho motivada por promulgação de leis ou medidas governamentais que tornem prejudicial a continuação da respectiva atividade ou negócios, prevalecerá o pagamento da indenização de que trata a presente Lei, a qual, entretanto, ficará a cargo do Governo que tiver a iniciativa do ato que originou a cessação do trabalho.

A impossibilidade referida na citação acima, segundo a reclamada, se devia à natureza da empresa. Por ser prestadora de serviços públicos, seria arriscado manter trabalhadores “súditos do Eixo” em seu quadro de funcionários, uma vez que eles poderiam sabotar a empresa, deixando a cidade às escuras e sem transporte. Deste modo, as demissões estariam de acordo com a lei, pois tratava-se de força maior.

Contudo, os advogados dos reclamantes ponderaram que devido às demissões terem ocorrido antes do rompimento das relações diplomáticas brasileira com os países do Eixo, e obviamente, antes da declaração de guerra aos mesmos, as demissões não se enquadravam como força maior. Bruno de Mendonça Lima, advogado da reclamada, replicou dizendo que: “É certo que, quando foi efetuada a despedida dos Reclamantes, o Brasil ainda não havia cortado relações com as potências do ‘Eixo’”. Mas já havia dado sua solidariedade aos Estados Unidos, o que praticamente é a mesma coisa”. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 22-23).

No decorrer da audiência, a empresa norte-americana, por voz de seu advogado, apresentou um discurso em que se mostrou convicta de que as demissões configuravam imperativo de força maior, e para isso apelou para argumentos patrióticos, onde os reclamantes foram vistos como ameaça nacional, mesmo o Brasil ainda permanecendo neutro. Contudo, havia outro tipo de argumento utilizado pela empresa, o argumento étnico, no qual são atribuídas características pejorativas à etnia dos reclamantes, como podemos perceber na citação abaixo:

Os suplicantes são súditos daquelas nações agressoras e estas, por suas vezes, têm caracterizado a sua atuação hostil por métodos de infiltração, agindo sub-repticiamente, num verdadeiro trabalho de sapa, exercido, como tal, com sutileza e a socapa, dentro de todas as fronteiras que não constituam o seu habitat próprio da raça germânica, dita ariana pura, métodos esses, em certo sentido, inéditos e contra os quais nenhuma das nações estava preparada, porque a sua mentalidade não é afim a essa de insidia e de traição, sem entranhas e sem escrúpulos. (PROCESSO 213-B, 1942, p. 28).

Os argumentos apresentados pela empresa Light foram proferidos de forma que ficasse claro que as demissões se enquadravam na Lei 62, Artigo 5, Alínea J. Por outro lado, os reclamantes, pela voz de seus advogados, argumentaram que a reclamada passou por cima da lei, uma

vez que não abriu Inquérito Administrativo para apurar as acusações. Além disso, os reclamantes, no decorrer do processo, reforçaram a informação de que eram casados com brasileiras e tinham filhos nascidos no Brasil, o que demonstraria uma forte relação interétnica.

O processo foi julgado improcedente pelo Juiz de Direito Alcina Lemos¹⁰. Tendo em vista o resultado improcedente, os imigrantes recorreram, levando a reclamação ao Conselho Regional do Trabalho¹¹, onde novamente os advogados dos reclamantes utilizaram a lei 62/35 como argumento: “(...) os direitos são líquidos e certos dentro da lei; que a Empresa, não abriu o indispensável ‘INQUERITO’ para apurar qualquer falta grave, que por ventura tivessem os reclamantes cometido; que se acham amparados pela Lei 62- de 5 de dezembro de 1935” (PROCESSO 213-B, 1942, p. 31).

Porém, notamos um novo argumento utilizado pelos reclamantes, e é deste argumento que retiramos o título desse trabalho. Neste argumento, os advogados dos reclamantes chamam atenção dos integrantes do Conselho Regional do Trabalho para o discurso que o Ministério do Trabalho fazia nos meios de comunicação, garantindo que os direitos trabalhistas não valiam apenas para os nacionais, mas para os estrangeiros também:

M.S. Ministério do Trabalho, que por diversas vezes veio a público em nome do Governo, afirmar o seu ponto de vista em não modificar a atual Legislação Trabalhista, de vez que a mesma satisfaz plenamente e *garante não só a tranquilidade do Brasil como o direito dos estrangeiros*, mas se assim não procedêsemos não estaríamos pugnando pelos direitos dos nossos constituintes, e eis porque não nos podemos furtar (PROCESSO 213-B, 1942, p. 34).

¹⁰ Durante o período em que foi ajuizado a reclamação trabalhista pelos imigrantes, em Pelotas não havia ainda uma Junta de Conciliação e Julgamento, portanto as reclamações eram julgadas pelo Juiz de Direito da cidade, na época José Alcina Lemos.

¹¹ Atualmente é denominada Tribunal Regional do Trabalho.

Ademais, os advogados dos requerentes fizeram referência às demissões dos funcionários italianos e alemães realizadas pela Companhia Carris de Porto Alegre, sendo esta igualmente da Light, subsidiária do grupo norte-americano AMFORP. As demissões dos funcionários da empresa Carris ocorreram durante o mesmo período dos funcionários da Light, e também foi utilizado pela empresa o argumento de força maior.

Em defesa, a empresa Light alegou que, segundo a lei 62/35, o inquérito administrativo era necessário somente quando um funcionário cometesse uma falta, e esta tivesse que ser apurada. No caso analisado, tratava-se de força maior, na qual a prova é direta, não necessitando de apuração. Segundo a reclamada, não haveria prova maior do que as nacionalidades dos reclamantes, sendo inútil a abertura de um inquérito administrativo para um caso tão evidente.

Após leitura de tais argumentos, a discussão dos membros do Conselho Regional do Trabalho-CRJ não foi sobre a possibilidade dos imigrantes demitidos representarem uma ameaça à sociedade, conforme o argumento da reclamada. Mas, sim, sobre o mau uso da legislação que a empresa fez, uma vez que demitiu os funcionários sem abrir um processo administrativo, assim como previa a lei 62/35:

No presente caso houve visível subversão no rito processual, por isso que em se tratando de empregados estabilizados, consoante não somente prova nos autos a juntada das carteiras profissionais dos reclamantes, como, ainda, tanto a reclamada como o Dr. Juiz “a que” não contestam o tempo de serviço dos mesmos. Que foram os reclamantes sob meras alegações da reclamada, sem nenhuma prova que justifique tais. A brilhante sentença do Dr. Juiz “a que” não pode ser confirmada por este Tribunal, uma vez que ela versa sobre matéria que deveria ser decidida por este Conselho, em primeira instância, levando em conta a estabilidade comprovada nos autos, dos empregados demitidos. Daí, ter de ser, consoante e judicioso. (PROCEOSSO 213-B, 1942, p. 46-47).

Desta forma, o CRJ deu provimento ao recurso movido pelos reclamantes, condenando a reclamada ao pagamento dos salários atrasados e à reintegração dos funcionários em suas funções de origem.

Conclusão

Como se pode perceber no início do texto, acreditamos que a legislação trabalhista brasileira não foi uma dádiva de Getúlio Vargas ao povo, mas sim reflexo de anos de luta dos trabalhadores por direitos. Porém, a lei suscitou várias discussões sobre sua real utilidade.

Para John French, havia uma grande diferença entre aquilo que previa a letra da lei e aquilo que na realidade ocorria no chão das indústrias e comércios brasileiros:“(...) o abismo entre aparência e realidade era tão grande que parecia intransponível. Direitos garantidos categoricamente por lei eram rotineiramente desrespeitados na prática daqueles que gerenciavam a expansão a expansão do setor industrial” (2001, p. 16). Desta forma, John French entende a legislação trabalhista brasileira como algo utópico, que na prática não era cumprida.

Angela de Castro Gomes (2001), diferente de French, entende a lei como um meio de luta dos trabalhadores. Segundo a autora, o mais importante não é saber se a legislação era corretamente aplicada, mas sim aquilo que ela representava, ou seja, uma brecha na qual os trabalhadores reivindicavam seus direitos, portanto as leis trabalhistas são compreendidas como um espaço de luta dos trabalhadores.

Nessa mesma linha de pensamento, está Edward Thompson, segundo o autor:

É verdade que, na história, pode-se ver a lei a mediar e legitimar as relações de classes existentes. Suas formas e seus procedimentos podem cristalizar essas relações e mascarar injustiças inconfessas. Mas essa mediação, através da lei, é totalmente diferente do exercício da força sem mediações. As formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder (THOMPSON, 1984, p. 358).

Deste modo, quando acima analisamos o uso da Lei 62 de 1935, tanto pela empresa quanto pelos reclamantes, percebemos que a lei é ambígua, podendo ser interpretada de várias formas pelos trabalhadores, empresários/comerciários, e também pelos juízes, como podemos perceber com a recorrência das decisões.

Para o Juiz de Direito Alcina Lemos, as demissões se enquadravam corretamente como motivo de força maior, mas com a recorrência da decisão por parte dos empregados, notamos que a interpretação dos integrantes do Conselho Regional do Trabalho-CRT foi diferente da interpretação do Juiz de Direito José Alcina Lemos.

Os membros do CRT acabaram interpretando as demissões como um descumprimento da lei 62/35, a qual previa que funcionários estáveis não poderiam ser demitidos pelas empresas sem abertura de um processo administrativo para apuração das faltas. Com base nessa interpretação, os membros do CRT condenaram a reclamada a pagar os salários atrasados e a readmitir os reclamantes. Sendo assim, concluímos que as leis do trabalho podiam até ser para todos, conforme pronunciamento do Ministério do Trabalho, mas seu cumprimento variava conforme a interpretação de cada juiz.

Referências

DECKER, Elton. *A importância da Lei 62/35*. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br>>. Acessado 9 de agosto de 2013.

FACHEL, José P. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul*. 2002. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre, 2002.

FREDRIK, Barth. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

FRENCH, John. *Afogados em Lis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 a 1950*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2005.

_____. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. *Revista Textos de História*, Brasília: UnB, v. 16, n. 2, p. 119-149, 2008.

GOMES, Angela C. Questão Social e Historiográfica no Brasil no pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dezembro, p. 157-186, 2004.

_____. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEI 62 de junho de 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acessado dia 4 de setembro de 2014.

LONER, Beatriz. *Construção da Classe Operária: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Gráfica Universitária –UFPel, 2001.

PERAZZO, Priscila F. Prisioneiros, Direitos e Guerra no Brasil de Vargas (1942-1945). *Revista Esboço*, v. 16, n. 22, p.41-53, 2009.

REIS, João José. *A Greve Negra de 1857 na Bahia*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acessado dia 10 de maio de 2014.

ROCHA, Sabrina Santos da. *Inversão do papel dos alemães e descendentes na sociedade pelotense em agosto de 1924*. 2002. Trabalho de conclusão de curso (História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2002.

SEYFERTH. Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, n. 18, p. 236-255, 2006.

Fontes

Processo da Justiça do Trabalho de Pelotas, n. 213-B, 1942. Disponível em CD-Room: <*Processos Trabalhistas de Pelotas/RS (1935-1957)*>.

A CORTE IMPERIAL EM PORTO ALEGRE E O DEBATE ENTRE KARL VON KOSERITZ E JÚLIO DE CASTILHOS

Tiago Weizenmann*

A década de 1880

O cenário político dos anos de 1880 da província do Rio Grande do Sul acompanhava os grandes debates que se fizeram presentes em todo o Império. Entre eles, podemos destacar, por exemplo, o engajamento social pelo fim da escravidão e a mobilização de setores políticos pela implementação no país dos ideais republicanos, que poderiam colocar em xeque as expectativas quanto ao Terceiro Reinado.

Nesse contexto, em 1885, alimentava-se uma polêmica entre o jornal *A Reforma* e *A Federação*, colocando em lados opostos Carlos vonKoseritz e Júlio de Castilhos. O fato que passou a motivar exaltadas manifestações de ambos os lados originara-se com a visita oficial da Corte Brasileira em Porto Alegre, incluindo o Conde d'Eu e da Princesa Isabel, acompanhados pelos seus filhos. O propósito deste trabalho é, enfim, analisar parte das repercussões da presença imperial no Rio Grande do Sul, o debate em torno da monarquia no Brasil e as questões políticas levantadas pelos redatores dos jornais *A Reforma* e *A Federação*¹.

* Doutorando PPGH – PUCRS, UNIVATES.

¹ O presente trabalho integra a pesquisa e o estudo histórico de produção da tese de doutoramento. Os escritos compõem parte da produção até então construída, que trata sobre a importância intelectual de Carlos vonKoseritz no século XIX.

Carlos von Koseritz e Júlio de Castilhos

Personagem ligado à imprensa, às letras, à ciência e à política, o *brummer*² Carlos von Koseritz chegara a Porto Alegre em 1864, com passagem, desde 1851, nas cidades de Pelotas e Rio Grande³. Na capital da província, demonstrou-se ligado a diferentes frentes de mobilização, tais como a maçonaria, os quadros políticos da província, especialmente como porta-voz na Assembleia Provincial em defesa dos interesses e das necessidades das colônias alemãs, redator e colaborador na imprensa local, o Centro Abolicionista, o Parthenon Literário, entre outros. Mesmo que sua trajetória política também tenha encontrado espaço entre os conservadores, na década de 1880, Koseritz tornou-se novamente membro do Partido Liberal, bem como redator e colaborador do periódico *A Reforma*⁴.

No panorama desse período, polêmicas estabeleceram-se entre Koseritz e membros do Partido Republicano. As questões envolviam disputas políticas, pautando debates a respeito dos cenários do país, em relação às mudanças ou permanências necessárias, e alimentavam uma crescente oposição entre os seus principais personagens.

Dentre os principais oponentes de Koseritz, encontrava-se o redator do jornal *A Federação*, Júlio de Castilhos, que seria um dos personagens centrais do movimento republicano na província, bem como

² *Brummer*, em alemão, significa “zumbidor”, “rezingão”, “murmurador”, descontente com a sua sorte, mas também o que está na cadeia. Um dos *brummeres* crevera que chamavam assim as moedas graúdas de cobre que receberam como soldo, passando a denominação aos próprios mercenários (OBERACKER, 1961, p. 17). *Brummer* de destaque: Barão Von Kahllden, além de Karl von Koseritz, Wilhelm Von Ter Brüggen e Frederico Hänsel que foram membros da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul; Herrmann Rudolf Wendroth, pintor que registrou em aquarelas a vida da província naqueles tempos; Franz Lothar de la Rue, primeiro diretor da colônia de Teutônia; Carl Otto Brinckmann, jornalista em Santa Maria; Carlos Jansen, jornalista em Porto Alegre.

³ Questões biográficas fazem parte da pesquisa de doutorado. Além disso, sugerem-se os escritos de Oberacker (1961) e Carneiro (1959).

⁴ Era o órgão oficial do Partido Liberal.

do novo regime implantado no Brasil em 1889, ocupando a presidência do Rio Grande do Sul. Era advogado, mas antes da Proclamação da República, ocupou o cargo de redator do jornal republicano, entre os anos de 1884 e 1889.

Em grande parte, a pesquisa histórica permite recuperar algumas polêmicas que se constituíram entre Koseritz e Castilhos, incluindo a análise de artigos e textos que foram publicados nos jornais de representação partidária. Dentre as disputas, passamos a destacar aquela que ocorrera em 1885, tento como motivação a presença da Casa Imperial na capital da província.

A Corte em Porto Alegre – rixa política entre Koseritz e Castilhos

Como destacado, em 1885, alimentava-se uma interessante polêmica entre o jornal *A Reforma* e *A Federação*, colocando em lados opostos Koseritz e Júlio de Castilhos. O fato que motivou exaltadas manifestações de ambos os lados originara-se com a visita oficial da Corte Brasileira em Porto Alegre, representada pela presença do Conde d’Eu e da Princesa Isabel, acompanhados pelos filhos⁵. Antes mesmo de trazer este debate para análise, voltaremos à data de 02 de janeiro daquele ano, data de desembarque no Cais da cidade e considerar algumas repercussões da presença imperial no Rio Grande do Sul.

Nos meses de janeiro a março de 1885, encontravam-se as Altezas na província, hospedadas na sede do governo imperial, enquanto permaneceram em Porto Alegre⁶. O episódio passou a ter uma grande

⁵ Em publicação de artigo, Francine Castoldi Medeiros (2008) faz uma análise desse episódio, destacando a questão de gênero na imprensa da época, bem como a representação feita pela princesa Isabel sobre o gaúcho.

⁶ A princesa Isabel fez-se presente em diferentes locais na capital da província, como a antiga Catedral, a Santa Casa, o Teatro São Pedro, o Mercado Público, a Escola Militar e o Hospital de Alienados São Pedro. Ainda, fez excursões a fábricas e a cidades próximas de Porto Alegre. Após Porto Alegre, seguiu a Pelotas, de onde retornou à Corte no início de março. Como destaca Medeiros (2008, p. 41), de sua viagem à região sul do Brasil também resultou um diário escrito por Dona Isabel, baseado em cartas endereçadas aos seus pais.

cobertura jornalística, destacando-se o *Jornal do Comércio*, que tratava o fato de maneira honrosa, e *A Federação*, cujo discurso centrava-se na direta oposição ideológica aos representantes da monarquia⁷.

(...) as coberturas das festas feitas para homenagear os príncipes são relatadas de três modos diferentes. As mesmas manifestações que foram organizadas pelas sociedades de imigrantes alemães e italianos, realizadas na praça em frente ao palácio do governo nos dias 05 e 06 de janeiro, são descritas no *Jornal do Comércio* como um grande sucesso, com uma verdadeira multidão recepcionando os visitantes ilustres (JORNAL DO COMMERCIO, 07/01/1885). N' *A Federação*, ocorreu o relato da notícia das manifestações (bem mais sucinto), mas também há um artigo sobre o fracasso das mesmas, com poucas pessoas, praticamente nenhum entusiasmo e ainda com manifestantes dando “vivas” à república (A FEDERAÇÃO, 07/01/1885). Já em seu diário, a Princesa Isabel descreveu a impressionante quantidade de pessoas seu entusiasmo com a Monarquia, com a figura do Imperador e a linda festa organizada. Até comentou um pequeno “vivinha” à república que, segundo ela, logo foi abafado pela multidão.⁸

Seguindo as honras às autoridades, na noite do dia 05 de janeiro ocorreu uma manifestação das sociedades germânicas, com a intenção de reunir alemães e seus descendentes brasileiros e prestar as devidas homenagens ao casal imperial. Tomaram parte daquele momento as sociedades de Atiradores Alemães, de canto Frohsinn, Eintracht, Deutsche Verein, Orpheus, Porto-Alegrense e Leopoldina, bem como membros das entidades Germânia, Concórdia e a sociedade italiana de Porto Alegre. A comitiva que se formara era conduzida por duas bandas pela rua dos Andradas, passando pela Silva Tavares e a Duque de Caxias, chegando à praça do Palácio, enquanto as pessoas carregavam fogos de bengala, lampiões coloridos, bandeiras, faixas coloridas e os distintivos

⁷ Em 03 de janeiro de 1885, o jornal *A Federação* publicava um artigo questionando os reais motivos da visita do Conde D'Eu e da princesa Isabel e a pouca adesão à causa imperial.

⁸ MEDEIROS, 2008, p. 45.

das sociedades. Diante da morada provincial, a população foi recebida publicamente pelo Conde d'Eu e a princesa Isabel. Mais tarde, para um encontro particular no grande Salão do Palácio com os membros imperiais, formou-se uma comissão de honra, composta por Carlos von Koseritz como orador, A. H. Gundlach, Frederico Molz⁹ e João Poisl. Diante dos membros da realeza, Koseritz faria uma alocução, a qual seria relatada no jornal *A Reforma* (08/01/1885) com as seguintes palavras:

As 8 sociedades alemãs e brasileiras-alemãs, aqui representadas por sua comissão de honra, incumbiram-me de apresentar à VV. AA. II. As seguranças do seu profundo respeito e do sincero amor que votam à Imperial casa brasileira, por cuja prosperidade formulam ardentes votos.

É com verdadeiro e imenso júbilo que a leal população de origem germânica, existente nesta província, vê em seio a Excelsa Herdeira do Trono Brasileiro, o seu Augusto Esposo e os seus gentis príncipes, preciosos penhores da monarquia no Brasil.

Excelsa princesa! Augusto príncipe!

Não podem ser postos em dúvida o amor que a grande maioria dos alemães e seus descendentes neste império dedicam à S. M. o Imperador e à sua Augusta casa, a fidelidade com que aderem ao princípio monárquico na qual enxergam a melhor garantia de um grandioso e brilhante futuro para este vasto e abençoado país.

(...)

Os manifestantes julgam-se neste momento fiéis interpretes da grande, da imensa maioria desses 100.000 alemães e descendentes de alemães que vivem em terras do Rio Grande e amam o império como uma verdadeira pátria.

Recebei, pois, em nome dessa grande população de origem germânica, que pensa como nós, os mais ardentes votos por vossa felicidade, que é ao mesmo tempo o futuro deste grande império.

Ao findar o encontro, segundo a descrição, a comissão voltou ao préstito. Em seu retorno, Koseritz teria levantado vivas à “nação brasileira, à S. M. o Imperador e à sua Casa Augusta, à Sereníssima Princesa Imperial e à S. A. o Príncipe Conde d'Eu, que foram

⁹ Era presidente da Sociedade de Atiradores Alemães de Porto Alegre.

entusiasticamente correspondidos pela imensa multidão ai reunida”¹⁰. Em seguida, pronunciando-se em língua alemã¹¹, o Conde agradeceria a manifestação recebida e ressaltaria a importância da imigração germânica para o Brasil, saudando também vivas à nação e à colônia alemãs, bem como aos teuto-brasileiros e à província. Koseritz daria vivas novamente à Corte, enquanto aplausos e cantorias finalizavam a grande cena. O jornal *A Reforma* ainda faria menção especial à manifestação, felicitando “os nossos hospedes e compatriotas de origem germânica pelo brilhante êxito de sua manifestação e, sobretudo, como já dissemos, pela ordem e seriedade com que correu sua brilhante manifestação”¹².

Como se percebe, houve um engajamento étnico por parte de alguns setores da sociedade gaúcha em prol à monarquia, vistas à presença da Casa Imperial na província. Nas manifestações que acabaram sendo organizadas, encontram-se sociedades germânicas, assim como demonstrado anteriormente, confirmando a intenção de corroborar laços de fidelidade com o Império, impulsionadas pelo papel de lideranças teuto-brasileiras, como aquela exercida por Koseritz. A constatação pode ser reforçada pelos movimentos que ocorreram posteriormente, como a visita dos príncipes à Sociedade de Ginástica e a Sociedade de Atiradores Alemães, no dia 06 de janeiro, com a participação de Frederico Molz e Koseritz¹³. Mais uma vez, no dia 07 de janeiro, em torno das 20h, reuniu-se um considerável público na Praça da Alfândega, incluindo, novamente, diferentes sociedades teutas da capital (Germânia, Leopoldina, Orpheus, Atiradores, Concórdia, Gymnástica, Frohsinn, Gemeinnütziger, Deutscher Verein, Emancipadora Rio Branco e Eintracht), especialmente convidadas para a “manifestação puramente popular”, como anunciava no dia seguinte o jornal *A Reforma* (08/01/1885). A elas ainda somava-se a presença da sociedade italiana Mutuo Socorro. As representações oficiais

¹⁰ *A Reforma* (08/01/1885).

¹¹ Conde d’Eu era filho de Viktoria Franziska Antonia Juliane Luise von Sachsen-Coburg und Gotha, o que lhe propiciou contato com a língua alemã.

¹² *A Reforma* (08/01/1885).

¹³ A realza também teria visitado a casa de João Carlos Dreher, para conhecer a sua coleção de ágatas e outras raridades.

traziam consigo as respectivas bandeiras e seguiram em comitiva, conduzidas por uma banda de música e pela bandeira do Brasil, ao lado de representantes, incluindo oficiais militares, funcionários públicos, homens do comércio, deputados gerais e provinciais e vereadores da Câmara. A procissão chegava diante da sede do governo, recepcionada mais uma vez pelo Conde e pela Princesa, que dirigiram à multidão palavras de exaltação à província.

O redator de *A Federação* não perdeu tempo em dirigir suas considerações, não poupando críticas sobre a presença dos príncipes do Império, nem mesmo a Koseritz. Uma sessão permanente foi criada para noticiar a visita imperial durante as semanas seguintes, o que resultou na publicação, na primeira página do jornal, de artigos sob o título *Aos príncipes*. Nesse espaço seria travado um grande embate, com acusações, defesas e respostas entre Júlio de Castilhos e Koseritz.

Dessa forma, a disputa teve início com o protesto do redator de *A Federação*, em 09 de janeiro de 1885. Castilhos, ao afirmar que Koseritz havia afirmado o seu entusiasmo ao princípio monárquico e a um Terceiro Reinado, denunciava que seu posicionamento demonstrava-se contraditório. Para tanto, lembrava-se do texto publicado por Koseritz em 1883¹⁴, no qual avaliava a Exposição Pedagógica no Rio de Janeiro, reproduzindo o trecho.

“Dizem que foi s. m. quem concebeu o projeto da Exposição Pedagógica, e eu piamente o creio; s. m. pensou bem que facilitar ao professor brasileiro o estudo dos métodos didáticos estrangeiros seria adiantar a causa da instrução.

Mas o sr. Conde d’Eu, ao qual foi confiada a direção da Exposição, tem *interesses muito diversos*, ele representa o futuro terceiro reinado (*quod Deus bene avertat*) e trata desde já de preparar a sua aliança com a *Companhia de Jesus*.

¹⁴ Tratava-se de uma sessão chamada de *Cartas da Corte*, espaço no qual Koseritz registrava as suas impressões sobre a visita à região sudeste, especialmente ao Rio de Janeiro. As cartas foram, mais tarde, reunidas e deram origem ao livro *BilderausBrasilien*.

(...) Estamos ameaçados de uma invasão jesuítica, mas o povo não a suportará, e há soberana imprudência na ostensiva que o 3º reinado concede àquela perigosa gente.

Enfim, *quos Deus vult perdere, prius dementat...*”

(A Federação, 09/02/1885)

Essas palavras de Koseritz seriam ironizadas por Júlio de Castilhos, pondo em dúvida a fidelidade que dias antes havia publicamente pronunciado aos príncipes. Dizia Castilhos que estes não deveriam iludir-se por palavras que saíam da boca de muitos todos os dias, mas que estivessem atentos a quem “*fala a verdade*”, ao revelar “*que a província do Rio Grande não é e não será uma convertida!*”(A Federação, 09/02/1885).

As reações que se fizeram logo a seguir evidenciam o tom das disputas entre esses personagens políticos. Além disso, inúmeras questões afloraram como forma de ataque. Para tanto, é possível vislumbrar a discussão que se arrastara durante um mês na imprensa de Porto Alegre. De imediato, a reação de Koseritz foi publicar uma autodefesa, primeiramente no *Koseritz' Deutsche Zeitung* (10/01/1885), cujo editorial foi traduzido para o português e publicado, a pedido de seu autor, no jornal *A Reforma* (11/01/1885). Ao dar a primeira de muitas respostas ao seu opositor republicano, Koseritz acusava o jornal de acentuar a guerra à monarquia, o que em sua concepção aumentaria igualmente a energia em defesa das instituições e da dinastia imperial. Fazia questão de argumentar sobre os seus escritos de 1883, dizendo que não existia embaraço algum quanto aos seus pronunciamentos anteriores, não renegando a opinião anteriormente emitida, explicando ao público a sua atual atitude.

Tenho hábito de responder por minhas opiniões, e se em 1883, na Corte, julgava mais desabridamente os fatos e usava de frase mais rude, acentuando menos as minhas convicções monárquicas, foi porque então a propaganda republicana não passava na província para o terreno da agitação prática.

(A Reforma, 11/01/1885)

A troca de acusações renderia uma sessão ao longo das semanas seguintes. Koseritz, no jornal *A Reforma*, chegou a publicar suas opiniões, acusações e respostas sob o título *Convicções Monárquicas*, que

se estenderia do dia 11 de janeiro a 06 de fevereiro de 1885¹⁵. O mesmo título seria utilizado por Júlio de Castilhos, em sua tentativa de apontar as “*grandes contradições e pasmosas incoerências*” do representante liberal, que feriam os princípios da lógica e da moral, bem como de sua suposta habilidade em justificar aos seus olhos as suas contínuas mudanças, falando da sua postura republicana no jornal *Brado do Sul*, do seu rompimento com Silveira Martins, em 1870¹⁶, e posterior reaproximação e das suas críticas ao Partido Liberal por meio do jornal conservador *Rio-Grandense*.

Em contrapartida, Kosertiz valia-se de uma postura pragmática para justificar as incoerências delatadas pelos olhos de seus opositores. Reconhecia, enfim, a posição de adversário, mas na condição vigente diria: “*Eu o sou e com orgulho e confesso, porque ser hoje apologista de Silveira Martins, é ser patriota no Rio Grande. Hostilidade é hoje trair a província*”(A Reforma, 11/01/1885). Rebatia igualmente a denúncia sobre o sentido republicano em sua trajetória política, afirmando que sua bandeira, em alguns momentos, esteve ligada à defesa das franquias provinciais ou até mesmo na defesa das exigências dos ex-republicanos em face do Tratado de Poncho Verde, cujas estipulações não eram cumpridas. Além disso, quando se referiu a um sistema federativo, que privilegiasse uma descentralização que garantiria mais autonomia aos municípios e à província, insistia sempre na federação monárquica: “*desejo que as províncias sejam verdadeiros estados pela sua autonomia, mas ao mesmo tempo sustento a necessidade de ser mantido um poder central forte e homogêneo, cuja chave deve ser o Monarca, não dependendo da eleição popular*”(A Reforma, 20/01/1885). Finalmente, em seus textos acentuava-se seu posicionamento monarquista, considerando D. Pedro II a melhor garantia de paz e de progresso para o

¹⁵ Kosertiz chegou a publicar Convicções Monárquicas do I ao XIX, o que corresponde de maneira semelhante à quantidade de artigos produzidos por Júlio de Castilhos.

¹⁶ Em 1870, Gaspar Silveira Martins e Koseritz romperam as relações, diante das guerras franco-prussianas. Silveira Martins declarava-se favorável à França, o que constituiu motivo para a desavença.

Brasil, incluindo votos de que a sua vida fosse longa e que um Terceiro Reinado fosse acontecer.

Considero e sempre considerarei a monarquia como única forma de governo compatível com o estado do país, haja ou não haja propaganda republicana.

Somente, quando não há esta propaganda ou melhor, quando ela não passa para o terreno da agitação prática, não há necessidade de acentuar a atitude monárquica e é lícito usar-se de crítica mais severa para com o governo e para a própria coroa.

(*A Reforma*, 16/01/1885)

As farpas partiam de ambos os lados. Para defender-se, Koseritz afirmava que o seu opositor valia-se de recursos enganosos, o que incluía a exclusão de palavras em citações apresentadas na *AFederação*, o que determinava a construção de outro sentido¹⁷. Por outro, Júlio de Castilhos insistia na versatilidade de Koseritz, retomando diferentes excertos de alguns periódicos, em diferentes tempos, nos quais se poderiam identificar antigas críticas dirigidas a Gaspar Silveira Martins¹⁸.

(...) a nossa insistência resulta do propósito de deixarmos bem patente que o partido liberal na província, para rebater a nossa crítica e arremeter contra nós, serve-se da pena do mesmo homem que foi, não há muito tempo, o seu mais injusto e violento adversário (*A Federação*, 20/01/1885).

Mas o meu talentoso contendor não indaga do sentido dos argumentos, não abraça simpaticamente a questão, mas sujeita-a a

¹⁷ Em uma de outras tantas discussões em *Convicções Monárquicas*, Júlio de Castilhos destacava a expressão pejorativa *planta exótica na América* utilizada por Koseritz em um de seus textos, para apontar uma de suas contradições, diante da defesa casa imperial brasileira. Em resposta, Koseritz atribuía a expressão a outro contexto e significado, ao contrário das insinuações de Castilhos, dizendo que somente à sombra de uma planta dessas é que se poderia o país conservar-se unido e forte, poderia progredir e desenvolver-se o vasto império que forma os domínios do povo brasileiro (*A Reforma*, 17/01/1885).

¹⁸ Aos escritos de Koseritz sobre Silveira Martins, cita-se o jornal *Rio Grandense*, de 14 de janeiro de 1873, no qual se encontrariam as críticas proferidas ao chefe do Partido Liberal.

uma análise casuística, procurando contradições da confrontação de palavras destacadas. (*A Reforma*, 20/01/1885)

Estou realmente em dúvida se não será conveniente mudar a epígrafe destes artigos para outra, como por exemplo – incidente pessoal –, porque o meu ilustrado contendor, levado quiçá por alguma oculta simpatia, não obstante nossa divergência de crenças, parece exclusivamente empenhado em por em relevo a minha pequena e insignificante individualidade, discutindo-a de preferência a ideias, princípios e convicções. (*A Reforma*, 23/01/1885)

Quem não sabe que para ele [Koseritz] regula o princípio – passado... passado, o presente é tudo?

Os seus leitores bem estão vendo diariamente como ele explica, de modo cabal aos seus olhos, a sua versatilidade política, as pasmosas contradições e as fenomenais incongruências do seu passado jornalístico. (*A Federação*, 29/01/1885)

Em certo ponto, Koseritz chegou a reconhecer as mudanças pelas quais ele havia passado, buscando relativizar a rispidez da palavra versatilidade. Para tanto, diria que a “*mocidade tem disso*”, uma vez que aos “*24 anos nos julgamos uns Catões, chamados a sentenciar os outros com toda a ferocidade da intolerância juvenil*”(A *Reforma*, 22/01/1885). Da mesma forma, refutando os argumentos do seu oponente republicano, que estaria limitado a discutir somente questões de sua individualidade, registrava uma leitura sobre a personalidade Júlio de Castilhos, que considera ser de conhecimento de todos, dizendo que ele “*é bom moço, caráter honesto, espírito culto, talento apreciável e advogado que muito promete para o futuro por sua realmente extraordinária habilidade em fazer meadas e desfiá-las depois*”(A *Reforma*, 23/01/1883). Essa apreciação tornar-se-ia, mais adiante, refutável, tendo em vista o tom hostil que o debate e as agressões públicas alcançariam.

Ainda, durante a longa polêmica, Koseritz chegou a reconhecer as suas hostilidades dirigidas ao Partido Liberal e ao próprio jornal *A Reforma*, como membro do Partido Conservador, o que reconhecia como sendo um direito seu. Além disso, argumentava dizendo que, desde 1874, algumas coisas haviam se alterado, reconhecendo que a política da Coroa Imperial tornara-se constitucional e o Partido Liberal, chamado ao governo em 1878, apresentava-se igualmente constitucional. Tudo isso, na visão de Koseritz, constituía um jogo normal dos poderes públicos que

não havia mais causa para reação, dizendo, enfim, que “as reformas têm sido decretadas ou estão em elaboração; a eventualidade da revolução desapareceu e o partido liberal histórico é hoje francamente constitucional” (A Reforma, 28/01/1885). Para defender-se, o redator de A Reforma acusava Castilhos de fazer uso de um sistema de discussão miúda, pela qual, não achando outra base para as suas contestações, se apegava à questão de palavras¹⁹. Em torno do tema principal, em defesa dos príncipes imperiais, fazia menção à visita que o casal realizara em São Leopoldo, em especial à Igreja Católica, o que, conforme Koseritz, teria despertado, posteriormente, o interesse em conhecer o templo protestante. Diria, concluindo, que fatos como esse “são próprios para fazer conceber as melhores esperanças e confesso francamente, que a visita de SS. AA. II. à província, fez desvanecer a maior parte dos preconceitos que, individualmente, conservava contra SS. AA. (...)” (A Reforma, 27/01/1885).

Júlio de Castilhos, diante das declarações do oponente, considerava-as deploráveis, pois um escritor não deveria ser “forçado a abandonar a cada passo os seus princípios, ostentar volubilidade de opiniões, tornar-se versátil” (A Federação, 23/01/1885). Insistia, entre outras questões, em demonstrar as lutas que Koseritz havia sustentado na província a favor da República e contra a monarquia. Concluía que a presença dos príncipes na província encontrava-se sintonizada com o posicionamento oportuno do redator teuto-brasileiro, justamente para redimir-se das inúmeras referências hostis que dirigira no passado à Casa Imperial. Quando se encerraram as discussões, ainda teríamos a seguinte reclamação por parte do representante republicano:

Ele começou sustentando certas ideias que foi negando no decurso da polêmica; em cada artigo que escreveu sempre teve uma retificação para o artigo anterior; nunca chegou a afirmar uma opinião definitiva; finalmente, revelou mais uma vez a habilidade e a astúcia de que tem dado tantas provas, mas não revelou, nem

¹⁹ Koseritz faria uso da palavra em alemão *Splittervichter*, em referência à estratégia de Júlio de Castilhos de reproduzir palavras e fragmentos de textos presentes em escritos antigos, como nos jornais *Brado do Sul*, *Gazeta de Porto Alegre* e *Rio Grandense*. (A Reforma, 29/01/1885)

lógica, sem segurança de objetivo, nem orientação mental. (A Federação, 07/02/1885)

A última declaração de Koseritz encontra-se no jornal *A Reforma* do dia 06 de fevereiro de 1885, um dia depois da despedida da princesa Isabel da visita que fizera a Porto Alegre. Era o primeiro a retirar-se da polêmica que se arrastara por quase um mês. Entre os motivos apresentados, mostrava-se ofendido por uma publicação do jornal oponente, deixando a um colaborador do periódico a tarefa de agredi-lo, “*em estilo chulo e chocarreiro, em outra sessão da folha*”(A Reforma, 06/02/1885), assinada pelo pseudônimo *Hallevan*. O teor do texto apresentava um tom jocoso e satírico e, embora não citasse nome algum, é possível identificar que se tratava de Koseritz. A escrita gira em torno de uma manifestação de defesa às alusões ofensivas à individualidade de alguém, versando sobre incoerência e versatilidade²⁰. Pelo que já escrevemos até aqui, é possível afirmar que o tema, em muito, relaciona-se à polêmica apresentada. Dias depois, *A Federação* também faria seus últimos apontamentos, em uma espécie de “resumo da controvérsia”, exposta no exemplar de 09 de fevereiro daquele ano.

Como se pode constatar, a presença dos príncipes imperiais em Porto Alegre rendeu um dos mais emblemáticos confrontos entre o representante liberal e o representante republicano. Júlio de Castilhos procurou apontar as contradições presentes em Koseritz, que no passado

²⁰ O texto é escrito em primeira pessoa e sua retórica versa em defesa de alguém ofendido por “*sujeitinhos de ontem, que nada valem, sem um passado, sujeitinhos que não pesam mais de 60 a 70 kilos, quando eu peso 95 antes do almoço.*” É possível compreender que a defesa feita por Koseritz é posta de forma irônica, como trazem os trechos: “*De um homem como eu não se tem o direito de exigir que seja coerente ao sabor de toda a gente; pode-se unicamente exigir que tenha bom peito, e, neste ponto, apesar de reconhecida modéstia...*”; “*Um homem, que, como eu, tem por si o latim, Büchner, São Vicente de Paula, Littré, todos os sábios desde os católicos até Renan e Strauss, todos os grandes vultos da ciência naquilo que eles têm de bom, não precisa da justiça de meia dúzia de invejosos obscuros e ineptos.*” E “*Eu sou um homem necessário, indispensável, vejo-me hoje festejado, procurado, abraçado, por aqueles mesmos que, ainda ontem, diziam de mim as mais feias coisas.*” (A Federação, 04/02/1885).

teria condenado o ultramontanismo da princesa e do conde, criticando a monarquia, que se encontrava vacilante, não inspirando entusiasmo, muito menos provocando adesões, ameaçada, portanto, de ruína, ora em defesa da instituição imperial, representada pela figura de D. Pedro II e de seus princípios de hereditariedade; contrário ao movimento liberal e ao seu representante Gaspar Silveira Martins, ora engajado em exaltar as proeminentes qualidades dessa figura política, bem como membro ativo do partido que outrora condenava; defensor de princípios do sistema republicano, ora afirmando ser a monarquia a forma de governo mais adequada para o país. Sem renegar o seu posicionamento do passado, Kosertiz defendia-se ao afirmar que as suas mudanças correspondiam aos seus diferentes momentos como homem da imprensa, além de destacar que o seu pensamento liberal nunca estivera distante de qualquer atuação sua, mesmo como integrante do Partido Conservador. Reconhecia ainda, num quadro evolutivo, o advento da república, mas naquele momento, mostrava-se a monarquia a forma de governo mais adequada para o Brasil.

A polêmica gerada com a visita da Corte não se encerrava naquele momento. Na Assembleia da província, o assunto tornar-se-ia pauta de discussão, a pedido do jovem deputado republicano, Assis Brasil²¹. Na sessão de 10 de novembro de 1885, questionava-se o presidente da província sobre os gastos gerados pela permanência dos príncipes imperiais na capital da província, o que incluía questionamento sobre a soma e o pagamento dos gastos, se o governo imperial havia indenizado a província. “*Gastou-se uma avultada quantia da província em consertar o palácio do governo, mobiliá-lo, embelezá-lo com o fim expresso de receber Suas Altezas*”²². Tratava-se, para Assis Brasil, de uma calamidade

²¹ Conforme FRANCO (2004, p. 75), na qualidade de único representante do partido republicano, “*aliada à sólida cultura, à juventude e a uma certa arrogância que sempre o acompanhou, faziam do novel deputado uma figura destacada nos debates do plenário*”.

²² Anais da Assembleia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1885, p. 79-82.

pública. Koseritz e outros deputados da Assembleia saíram em defesa.

O que demonstramos até aqui faz parte das disputas que o político teuto-brasileiro travou com a ala republicana da província. Embora Koseritz não defendesse a instalação imediata do modelo republicano, porque ainda enxergava na organização monárquica a mais eficiente forma de governo para o Brasil, prontamente passou a respeitar o advento da República no Brasil, depois do dia 15 de novembro de 1889. Estava, contudo, errada a sua previsão, em 1885, quando desejou que os seus opositores republicanos de *A Federação* não fossem protagonistas deste momento.

Quanto ao futuro, não posso provar que a maioria agente jamais será republicana; é possível que algum dia o seja, porque já disse e repito, que a evolução dos tempos conduzirá a este resultado, não só no Brasil, como em todo o universo; estou, porém, convencido, que quando realizar-se esta nova fase da evolução política, a maioria agente não será da república da *Federação*.
(A Reforma, 21/01/1885)

À época da proclamação da República, Koseritz era membro do partido Liberal. Não se tornou, todavia, republicano, mantendo o seu apoio à organização monárquica, embora, como dissemos, respeitasse o novo regime institucional.

Entre outras questões, há que se ressaltar que a percepção do redator do periódico oficial do Partido Liberal não pode ser entendida como uma categoria para indicar o posicionamento de toda a “colônia alemã” no Rio Grande do Sul. Como bem lembra Gertz (2010, 42), cabe lembrar que existiam grande diferenças entre as elites e as “bases” dentro das “colônias”. Assim, Koseritz pertence a uma elite política, ligada a uma comunidade teuta com contexto específico, que pode diferenciar-se de outros espaços que compartilham uma mesma origem étnica. Nesse sentido, como lembra o historiador citado, os editoriais refletiam as posições de uma elite, o que não revela igualmente os setores mais amplos da população.

Se olharmos para aquilo que disseram os principais jornais logo depois da proclamação da República, vamos ver que o jornal da

mais destacada liderança “colonial” do momento, Koseritz, manifestou sua contrariedade à nova forma de governo. Já o jornal do conservador ter Brügger escreveu que “como qualquer outra forma de Estado, também a republicana necessita de um partido sustentador, isto é, conservador, pelo simples fato de que, no decorrer do tempo, necessariamente surgirá alguma tendência radical”.(GERTZ, 2010, 42)

As rixas partidárias entre ambos consumaram o isolamento de Koseritz, logo após a Proclamação da República. A isso se soma a própria situação do falecimento repentino, no final de maio de 1890, depois de permanecer confinado em Pedras Brancas, na chácara de José da Silva Teles. Seria o preço das disputas que se pontuaram durante a década de 1880 e a sentença final, dada pelos seus oponentes.

Referências

- CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)*: crônica histórica. Porto Alegre : CORAG, 2004.
- GERTZ, René E. *A República no Rio Grande do Sul*: política, etnia e religião. *História Unisinos*, 14(1): 38-48, Janeiro/Abril, 2010.
- MEDEIROS, Francine Castoldi. *A viagem da Princesa Isabel a Porto Alegre em 1885*: a questão de gênero na imprensa escrita e a representação do gaúcho sob o olhar da princesa. Canoas: Revista Textura, 2008, n. 18, p. 40-55.
- OBERACKER JR, Carlos H. *Carlos von Kosertiz*. São Paulo: Anhambi, 1961.

Fontes

- A Reforma*, 1885 – Museu Hipólito José da Costa – Porto Alegre
- A Federação*, 1885 – Hemeroteca Digital Brasileira – <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>.
- Anais da Assembleia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, 1885 – Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

A IGREJA METODISTA NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Vicente Martins Dalla Chiesa*

Introdução

A presente comunicação versa sobre assunto relativamente desconhecido da história regional: a presença da Igreja Metodista na região de colonização italiana da encosta superior do nordeste gaúcho. Quando se pensa em Serra Gaúcha, a associação com o catolicismo é quase imediata, e não apenas no imaginário comum. A marca da Igreja Católica Romana foi e é muito evidente na região, seja pela presença física de inúmeras igrejas e capelas e de várias ordens do clero regular, seja pela abundante bibliografia produzida tratando da presença de sacerdotes e da organização e desenvolvimento do catolicismo na referida zona. No entanto, em que pese o evidente predomínio católico, a Igreja Metodista está presente na região desde a época da colonização, nos anos 1880. O metodismo foi a única denominação evangélica no Rio Grande do Sul, ao menos até a primeira metade do século passado, a ter conseguido organizar comunidades onde parte significativa dos membros era composta por imigrantes italianos e seus descendentes. É esse registro que, resumidamente, se pretende fazer no presente trabalho.

Das poucas menções que existem a respeito desse grupo de italianos evangélicos estabelecidos na Serra Gaúcha, boa parte provém da própria literatura escrita por metodistas que aborda a história da denominação no Estado e no país. As informações encontradas são

* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Aluno especial do PPGH da PUC-RS.

sucintas, e até certo ponto se repetem, mas servem para demonstrar a diversidade dos elementos postos em análise:

Na mesma época, em 1887, dava-se início à obra na região colonial do Estado. (...) residia um grupo de valdenses vindo da Itália, terra da arte e da música. Seus nomes eram Dionisio Baccin, Francisco Busnello, Michele Marcon e Francisco Goron. Com esses irmãos o Sr. Dionisio Baccin efetuava reuniões religiosas em casa do irmão Giovanni Ferrari, que logo se converteu, juntamente com José Cabrillo, Angelo Delagua e Antonio Premaor. Este último, não resistindo à emoção, com os olhos rasos de lágrimas, pedia que lhe ensinassem a cantar os mesmos hinos, tão belos e tão suaves para eles. (JAIME, 1963, p. 25)

Na época acima descrita, ou mais precisamente, em março de 1887, o Dr. Correia dava início à obra metodista na próspera região colonial. Aí residia um grupo de laboriosos valdenses italianos firmes na fé, mas sem a devida assistência espiritual. Eram eles: Dionízio Braccin, Francisco Brunsello, Michele Marcon e Francisco Goron. Com esses irmãos o Sr. Dionízio efetuava reuniões religiosas em casa de Giovanni Ferrari, que logo se converteu juntamente com José Cabrillo, Angelo Delagua e Antonio Primaor. Conta-se que um destes, movido pela experiência, rogava com lágrimas nos olhos que lhe ensinassem a cantar os hinos, caso repetido dezenas de vezes entre muitos dos convertidos ao Evangelho. Pois bem, sabendo os filhos da heróica igreja Valdense que o Dr. Correia residia em Porto Alegre, escreveram-lhe pedindo que os viesse visitar. A resposta não se fez esperar. Em breve estava ele na Colônia D. Isabel, pregando e realizando outros atos, e daí resultou a organização da 2ª igreja fundada na província pela Missão da Igreja Metodista Episcopal. Tão promissor se mostrava o trabalho que o Dr. Correia pediu, em seguida, um obreiro para essa região. (SALVADOR, 1983, p. 130)

Da leitura desses trechos, constata-se que é sempre mencionada a presença de imigrantes italianos valdenses, que praticavam sua religião em seus lares, tendo em conta a ausência de uma igreja institucionalizada, e que solicitaram assistência a pastores metodistas. Isso posto, faz-se necessário, neste primeiro momento, apresentar alguns elementos a respeito da história dos valdenses, da Igreja Metodista e da colonização italiana no Rio Grande do Sul para, na segunda parte, verificar como

esses fatores convergiram na região nordeste do estado no último quartel do século XIX.

Valdenses

Os valdenses são uma denominação cristã com raízes na Idade Média, e têm origem entre os seguidores de Pedro Valdo, comerciante francês da cidade de Lyon, que por volta de 1174 iniciou um movimento religioso com características dos grupos mendicantes que proliferaram pela Europa no século XII. Valdo abandonou sua atividade e doou seus bens aos pobres, afastou-se da família e passou a pregar de forma itinerante. Entre outros pontos, defendia a pregação do evangelho pelos leigos, inclusive mulheres, e a leitura individual da Bíblia (CONSTANTINO, 2006, p.181-183; ZILLES, 1997, p. 99-100).

Com a difusão do movimento, houve reação da estrutura eclesiástica, e, em 1184, o papa Lúcio III, através da bula *Ad Abolendam*, excomungou vários movimentos considerados heréticos, entre os quais o dos valdenses. Inobstante a condenação, o grupo ainda se manteve ativo, em especial na Itália, atuando na clandestinidade, e chegou ao século XVI, aderindo às teses básicas da Reforma no Sínodo de Chanforan em 1532 (CONSTANTINO, op. cit., p.184-186).

Contudo, se o século XVI foi uma época fundamental na organização religiosa valdense, foi igualmente um momento turbulento para suas comunidades, que se viram envolvidas nos conflitos religiosos daquela época e perseguidas em várias frentes. Obtiveram, entretanto, uma concessão parcial no Piemonte, noroeste da Itália, onde a presença valdense era particularmente forte, em razão da existência de famílias de língua francesa que, ainda no século XIII, ali haviam procurado refúgio (ZILLES, op. cit., 100-101).

No decorrer dos séculos seguintes, a presença valdense concentrou-se em determinados vales piemonteses a sudoeste da cidade de Turim (Val Pellice, Val Chisone e Valle Germanasca), onde lhes era permitido o exercício de sua religião e a construção de templos. No entanto, somente em 1848, no reinado de Carlos Alberto, os valdenses obtiveram o reconhecimento da plenitude de seus direitos civis, o que permitiu seu livre estabelecimento em outras cidades da Itália. Pouco

após, em meados da década de 1850, inicia um movimento de emigração dos vales, especialmente em direção ao Uruguai, onde surgiu a comunidade de Colônia Valdense (1856), seguida por outras, tanto no próprio Uruguai como no leste da Argentina (CONSTANTINO, op. cit., p. 185-186). No entanto, também há registros de comunidades evangélicas nos Estados Unidos onde a presença de italianos valdenses foi significativa (PILONE, 1993, p. 1-4).

Igreja metodista

O metodismo é um movimento herdeiro da Reforma iniciado em solo inglês, em meados do século XVIII, no seio da Igreja Anglicana, liderado por John Wesley, clérigo dessa igreja, com grande ênfase na conversão pessoal e na relação íntima entre o indivíduo e Deus (WESLEY, s/d, p. 2-6). Ainda no século XVIII, adeptos do movimento migraram para as colônias inglesas da América do Norte, onde o metodismo teve grande difusão, ainda mais ampla do que na Inglaterra, subdividindo-se em vários ramos, entre os quais o principal foi a Igreja Metodista Episcopal na América, oficialmente estabelecida em 1784. (REILY, 1993, p. 93-94). As dissensões que levaram à Guerra Civil Americana também tiveram seus efeitos na Igreja Metodista, uma vez que, em 1845, as congregações dos estados escravagistas se separaram, criando a Igreja Metodista Episcopal do Sul. Os dois ramos somente voltaram a se unir em 1939, formando a Igreja Metodista Unida (REILY, op. cit., p. 95-96).

No Brasil, a Igreja Metodista promoveu uma primeira tentativa de estabelecimento entre os anos de 1835 e 1841, encerrada por diversas dificuldades, entre as quais a falta de recursos. Contudo, logo após o encerramento da Guerra de Secessão, ocorreu a emigração de americanos sulistas para o Brasil, em especial para o interior do Estado de São Paulo (Santa Bárbara e Americana), o que serviu de núcleo para o envio de missionários metodistas a vários pontos do país (SALVADOR, op. cit., p. 28-33).

No Rio Grande do Sul, a atividade metodista inicia a partir de 1875, quando João da Costa Corrêa, médico natural da cidade de Jaguarão e residente em Montevideu, vinculado à Missão Metodista Americana para a América do Sul, faz uma viagem de colportagem¹ pela então província. Dez anos depois, em 1885, ele estabelece residência em Porto Alegre, cumprindo determinação de seus superiores hierárquicos, iniciando, com seis membros, a primeira comunidade metodista gaúcha (JAIME, op. cit., p. 21-24).

Imigração italiana no Rio Grande do Sul

O processo de povoamento do território gaúcho com colonos de língua italiana inicia de forma sistemática a partir de 1875, quando chegam os primeiros grupos às colônias Fundos de Nova Palmira (após, colônia Caxias), Conde D'Eu e Dona Isabel – estas, respectivamente, correspondentes aos atuais municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves e os que deles se emanciparam (BERGAMASCHI, 2007, p. 18). A colonização com elementos germânicos não foi interrompida, mas, a partir desse ano, o número de imigrantes de língua italiana oriundos do Reino da Itália e da província do Tirol, então pertencente ao Império Austro-Húngaro, passou a ser mais significativo numericamente, até os primeiros anos do século XX (GIRON e HERÉDIA, 2007, p. 33-37).

Isso se deveu especialmente ao fato de que a região atualmente correspondente ao nordeste da Itália passava por um período de severa crise econômica, em especial no campo. Sobravam braços na lavoura, e o rendimento da terra não era suficiente para fornecer sustento adequado às famílias camponesas, que viram na emigração para o continente americano uma solução viável para a melhora de suas condições de vida (AZEVEDO, 1975, p. 43-55).

O sistema de colonização seguiu, em linhas gerais, um modelo específico: uma determinada área de terras devolutas era dividida em linhas ou travessões, e estes em lotes, traçados, na maior parte das vezes, tendo como referência os pontos cardeais. Os lotes de terra eram

¹ Atividade de venda ambulante de Bíblias e literatura religiosa.

financiados, podendo ser pagos a longo prazo, e os imigrantes recebiam outras formas de auxílio, como ferramentas e insumos, conforme a legislação vigente à época de seu estabelecimento (GIRON e HERÉDIA, op. cit., p. 44-47). A maior parte dos imigrantes de língua italiana veio das áreas rurais do Vêneto, Lombardia, Trentino e Friuli, sendo constituída, em grande maioria, por católicos romanos (AZEVEDO, op. cit., pp. 90-93). No entanto, entre os grupos imigrados, houve elementos isolados ou famílias que tinham origem em outras regiões da Itália, e alguns que não aderiam à confissão religiosa majoritária.

Valdenses e metodistas na colônia italiana

Conforme os elementos de pesquisa disponíveis até o momento, um grupo de imigrantes italianos evangélicos residentes nas colônias Dona Isabel e Alfredo Chaves, no ano de 1887, dirigiu-se ao pastor João Corrêa, então já residente em Porto Alegre, solicitando atendimento religioso. Há registro (DREHER, 2007, p. 201), de que tal grupo de imigrantes procurou inicialmente a autoridade religiosa protestante mais próxima, o pastor luterano August Ernst Kunert, residente na localidade de Forromeco, na antiga Colônia Santa Maria da Soledade, próxima à atual São Vendelino. Kunert, tendo em conta as dificuldades lingüísticas, os teria encaminhado aos metodistas.

A origem valdense de parte dos imigrantes italianos que aderiram ao metodismo, encontrada reiteradas vezes nas obras existentes sobre a história da denominação em solo gaúcho, está presente também na tradição oral das comunidades metodistas serranas. Contudo, até o presente momento, não há evidência documental de que esse grupo inicial de famílias (Baccin, Goron, Marcon e Busnello) fosse efetivamente constituído por valdenses. Essas quatro famílias são oriundas da província vêneta de Treviso (COSTA et al., 1992, p. 202 e 211), região que fica bem mais ao leste dos vales valdenses, situados quase na fronteira com a França, na província do Piemonte. Não se exclui a possibilidade de que possa ter havido um núcleo valdense nessa área trevisana, especialmente levando em conta o fato de que as quatro famílias são oriundas da mesma região (municipalidade de Pederobba e

adjacências). Além disso, no documento que constitui e organiza formalmente a comunidade² há menção expressa de que uma parte dos membros fundadores já pertencia “à Igreja Evangélica na Itália”. Não obstante, como já dito, não foram ainda encontrados elementos que permitam afirmar isso com segurança. Os próprios descendentes dos imigrantes que iniciaram a Igreja Metodista em Bento Gonçalves³ afirmam não ter conhecimento da filiação religiosa de seus antepassados na Itália.

Em que pesem tais dúvidas, certo é que o Reverendo Corrêa esteve em Dona Isabel em abril de 1887, onde efetuou o batismo de quatro crianças das famílias Marcon e Baccin, registrados no livro respectivo da Igreja Metodista Central de Porto Alegre. Tal visita marcou o início da atividade religiosa metodista entre os italianos. Os superiores americanos de Corrêa no Uruguai também demonstraram preocupação em relação à questão lingüística, e agiram enviando ao Rio Grande do Sul o colportor Carlos Lazzaré, italiano imigrado para o Uruguai, onde se convertera à Igreja Metodista. Lazzaré, embora não possuísse formação específica de pastor, foi destacado para atender a comunidade nascente de Dona Isabel, onde chegou com a família em dezembro de 1888 (JAIME, op. cit., p. 25-26), participando da fundação, em 27/03/1889.

Compulsando o primeiro rol de membros⁴, composto por 43 pessoas, alguns elementos ficam evidentes. Primeiramente, salta aos olhos o fato de que o único sobrenome não italiano é o do próprio redator da ata, o pastor Corrêa. Todos os demais, sem exceção, são italianos ou filhos de italianos, o que confere um caráter étnico particular a essa igreja nascente. Até onde foi possível apurar, houve apenas outra igreja evangélica no Brasil com essa característica italiana, a Congregação Cristã do Brasil, de marcado cunho calvinista, fundada no bairro paulistano do Brás pelo italiano Luigi Francescon, que se converteu ao protestantismo após sua imigração aos Estados Unidos (BOBSIN, 1998,

² Ata de fundação, lavrada pelo pastor João Corrêa, datada de 27/03/1889.

³ Informações prestadas por Wanda Baccin Reschke e Wadis Baccin, netos do fundador Dionísio Baccin, em agosto de 2014.

⁴ Rol de membros da Igreja Metodista de Bento Gonçalves (1889-1901).

p. 334). No caso em estudo, as fontes documentais encontradas⁵ permitem verificar que o idioma italiano foi utilizado nos livros de registro, no culto e na escola dominical de forma efetiva até aproximadamente 1920.

Outro aspecto digno de nota é o local de moradia dos membros, dado que é, na maioria das vezes, mencionado no rol ao lado do nome da pessoa. A comunidade abrangeu pessoas e famílias residentes não apenas em Dona Isabel, mas também em Conde D'Eu (Garibaldi) e Alfredo Chaves (Veranópolis), localidades que, apenas após 1900, teriam igrejas metodistas próprias. A maioria dos adeptos tem domicílio indicado na zona rural, tanto que, no momento da fundação, há apenas três famílias residentes na sede de Dona Isabel, as de Dionisio Baccin, Giacomo Ferrari e Giuseppe Michele Cabrillo, sendo que todas elas moravam nas proximidades do local onde a igreja foi erigida, na atual Praça Vico Barbieri (LORENZONI, 1975, p. 122; CAPRARA e LUCHESE, 2005, p. 104-105).

Boa parte das famílias fundadoras já tinha ligações prévias de parentesco e compadrio, algumas desde a Itália, como é o caso dos Baccin, Marcon e Fiorentin⁶, até porque, como já mencionado, muitas delas tinham origem comum na região de Pederobba, localidade que forneceu inúmeros imigrantes para a região colonial italiana do Rio Grande do Sul (COSTA et al., op. cit.). Mas, no caso, o estabelecimento de vínculos é múltiplo, uma vez que boa parte dessas famílias chegou ao Brasil no mesmo navio, o Vapor América, de bandeira britânica, que ancorou no porto do Rio de Janeiro em 27/05/1879⁷, e se estabeleceu na mesma área da colônia Dona Isabel, na Linha Palmeiro, entre os lotes de número 30 e 50, região que estava sendo povoada quando da chegada

⁵ Livros de atas e de registro de batizados e casamentos da Igreja Metodista de Bento Gonçalves.

⁶ As mães dos irmãos Dionisio e Giacomo Baccin e Silvio e Angelo Fiorentin pertenciam ambas à família Marcon.

⁷ Disponível em <<http://imagem.arquivonacional.gov.br>>.

desses imigrantes à colônia, em meados de 1879⁸. Aliás, o fator residência parece ter influenciado no desenvolvimento imediatamente subsequente da igreja, pois vários dos membros admitidos nos anos seguintes à fundação, como, por exemplo, as famílias Dal Ri, Dall'Acqua e De Zorzi, eram vizinhas dos fundadores na Linha Palmeiro.

Cabe mencionar ainda que, tanto no rol de membros quanto no primeiro livro de batismos da Igreja Metodista, são mencionados nomes de maçons de Bento Gonçalves e região, arrolados no livro *Primeiras Pedras* (POLETTTO, 2004, p. 32-33), que historia a gênese da Maçonaria na cidade, cuja primeira loja, denominada Concórdia, foi inaugurada em 1894, pouco depois da organização da comunidade metodista. Entre os membros iniciais da igreja, há apenas dois que também são fundadores da loja, Dionisio Baccin e Giuseppe Cabrillo, mas é importante notar que ambos tiveram destaque na vida cultural e política de Bento Gonçalves a partir da década de 1890, em especial pelo exercício de cargos públicos e pela atuação como dirigentes e membros da Sociedade Italiana Regina Margherita e da Sociedade Filarmônica Italiana, entidades que existiram naquele município (LORENZONI, op. cit., p. 123 e 143-145). Além deles, entretanto, são constantes as referências a nomes de maçons fundadores da Loja Concórdia, especialmente como padrinhos de batismo dos filhos de metodistas⁹. O próprio Carlos Lazzaré, primeiro eclesiástico a atender a comunidade, também foi membro da Maçonaria, pois seu nome consta de um documento da loja local, datado do ano de 1900 (POLETTTO, op., cit., p. 41).

Em uma análise inicial, parece haver elementos que indicam, senão uma colaboração, ao menos uma comunhão significativa de idéias entre a Igreja Metodista e a Maçonaria na região, na linha do que descreveu David Gueiros Vieira em sua obra *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. No livro de registro de matrimônios, por exemplo, iniciado no período em que se instaura o

⁸ Conforme dados constantes do Códice C309 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁹ Livro de registro de batismos da Igreja Metodista de Bento Gonçalves (1889-1914).

regime republicano no Brasil, com a consequente separação entre Igreja e Estado, é sempre utilizada, em cada registro, a seguinte fórmula: “Após o prévio ato público civil realizado perante o escrivão, uniram-se em matrimônio ...”. Trata-se de um dado significativo, considerando o contexto da época, de transição, nem sempre pacífica, do regime até então existente, que concedia plenos efeitos civis aos atos religiosos celebrados pela Igreja Católica, para a sistemática de registro público civil (VIEIRA, op. cit., p. 285 e 370).

Embora tenha havido o estabelecimento de uma comunidade metodista estável em Bento Gonçalves, os dados coletados até o presente indicam que, em números relativos, ao menos no período situado entre a fundação da comunidade e 1925, o grupo nunca ultrapassou 1% (um por cento) da população desse município¹⁰. Um dos fatores que se prestam a explicar essa situação é a circunstância já mencionada do fator familiar e de vizinhança que ligava a grande maioria dos membros da Igreja de Bento Gonçalves. Tais liames, que auxiliaram a difusão do metodismo em seu início, podem ter constituído um limitador ao longo do tempo, o que é atestado pela constante repetição de sobrenomes nos livros de registro.

Além dos membros residentes em Bento Gonçalves, a Igreja Metodista lá fundada em 1889 teve, desde o início, participação de famílias e indivíduos residentes nos municípios vizinhos de Garibaldi e Alfredo Chaves (atual Veranópolis). Ambos pertenceram ao circuito¹¹ de Bento Gonçalves, sendo atendidas pelo mesmo pastor. No entanto, somente tiveram igrejas próprias no século XX, Alfredo Chaves na primeira década de século¹², e Garibaldi em 1923¹³. A primeira delas parece ter sido prejudicada pelo deslocamento dos membros para outras

¹⁰ Cálculo efetuado pelo autor com base nos dados constantes do rol de membros da Igreja Metodista de Bento Gonçalves e nas estatísticas da população municipal apresentadas em CAPRARA e LUCHESE, 2005.

¹¹ Circunscrição eclesial atendida por um pastor que, com base em uma sede, atuava de forma itinerante.

¹² Rol de membros da Igreja Metodista de Alfredo Chaves (1906-1913).

¹³ Livro de registros da Igreja Metodista de Garibaldi.

localidades, uma vez que, embora tenha construído prédio próprio, a comunidade local deixou de existir no final da década de 1940¹⁴, e o próprio templo não sobreviveu à passagem do tempo.

Quanto a Garibaldi, o surgimento relativamente tardio da comunidade se deve ao pequeno número de famílias metodistas que lá residiam, apenas cinco em meados da década de 1920¹⁵. No entanto, ao longo do século XX, a Igreja Metodista manteve seu funcionamento, apresentando, ali, um aspecto interessante: Garibaldi foi a sede da única iniciativa educacional metodista mais duradoura na região, o Colégio Rio Grande¹⁶. Um dos pilares da presença do metodismo no Rio Grande do Sul foi a ênfase no setor educacional, com o estabelecimento de educandários em quase todas as cidades de maior porte onde a Igreja Metodista se estabeleceu (JAIME, op. cit., p. 59, 65, 105, 107). No entanto, na região serrana, tais iniciativas não prosperaram, pois, além do mencionado colégio, inaugurado em 1929 e existente até meados da década seguinte (CLEMENTE e UNGARETTI, 1993, p. 34), houve apenas uma iniciativa efêmera de escola metodista em Caxias do Sul (PINZETTA, 1996, p. 539). Uma hipótese plausível é que as iniciativas de organização de estabelecimentos escolares metodistas tenham sido combatidas de forma tenaz pela Igreja Católica, através da criação de escolas confessionais católicas, em geral dirigidas por membros de congregações religiosas (PINZETTA, op. cit., p. 540).

Cabe aqui mencionar também a Igreja Metodista de Guaporé, formada em 1906 por famílias oriundas de Bento Gonçalves, em especial os Fiorentin, Meneghetti e Rostirolla¹⁷, e que também pertenceu ao Circuito de Bento Gonçalves. Essa comunidade também não existe mais, sendo que, nos relatos dos pastores metodistas enviados ao jornal *O*

¹⁴ Rol de membros atual da Igreja Metodista de Bento Gonçalves, onde constam os nomes das pessoas transferidas de Alfredo Chaves.

¹⁵ Livro de registros da Igreja Metodista de Garibaldi. As famílias são as seguintes: Covolo, Canini, Girondi, Motti e Almeida.

¹⁶ Livro Caixa referente às despesas dos alunos do Colégio Rio Grande, de Garibaldi.

¹⁷ Rol de membros da Igreja de Guaporé (1913-1920).

*Testemunho*¹⁸, que circulou em Porto Alegre de 1904 a 1917, é quase sempre mencionada a dificuldade logística de atuar na região de Guaporé, devido à distância que a separava das demais comunidades, e às péssimas estradas então existentes.

Até agora foi descrita basicamente a atuação metodista nas áreas inicialmente vinculadas à comunidade de Bento Gonçalves, a pioneira da região. No entanto, a atividade da Igreja Metodista, nas primeiras décadas de sua atuação, teve outro ponto irradiador, a comunidade de Forqueta do Caí, pequeno povoado situado próximo do rio de mesmo nome, pertencente a Caxias do Sul. Também é conhecida pelo nome de Forqueta Baixa, de forma a diferenciá-la de outra localidade próxima que leva o nome de Forqueta, situada entre Farroupilha e Caxias do Sul. O povoamento teve início ainda nos primeiros anos da década de 1870, com o estabelecimento de imigrantes de língua alemã, vindos em boa parte da Boêmia, então pertencente ao Império Austro-Húngaro. A eles se seguiram, a partir de 1875, imigrantes de língua italiana, sendo a região anexada à Colônia Caxias como sua XVII Léngua (GARDELIN e COSTA, 2002, p. 411 e 423). A área é marcada pela interpenetração entre a colonização italiana, ao norte, e alemã, ao sul, mas também se radicaram ali elementos de outras origens étnicas, em particular duas famílias inglesas (Fulcher e Webster), e três famílias italianas valdenses oriundas dos vales históricos no Piemonte, de sobrenomes Beux, Chaulet e Peyrot¹⁹. Essas famílias, que imigraram em anos diferentes para a região – respectivamente, 1879, 1876 e 1875 – (GARDELIN e COSTA, op. cit., p. 427), foram contatadas por um colportor francês chamado Victor Pingret (LONG, 1968, p.71), e integradas na estrutura da Igreja Metodista na região, pois, em 1891, constam do rol de membros da comunidade de Bento Gonçalves.

Conforme indicado no mesmo livro de registros, já em 1892 esse grupo forma uma igreja própria, a quarta comunidade metodista do Estado, atendida eclesiasticamente por outro imigrante italiano radicado

¹⁸ *O Testemunho*, 15 de abril de 1906 e 1º de julho de 1906.

¹⁹ Livros de registro de batismos (1889-1913) e casamentos (1889-1928) da Igreja Metodista de Bento Gonçalves.

no Uruguai e enviado pela Missão Metodista para a América do Sul, Matteo Donatti²⁰. Dela, fizeram parte as três famílias valdenses mencionadas, as duas inglesas, e várias outras de sobrenome italiano. Quanto a isso, é interessante notar que, apesar da proximidade geográfica com a Forqueta, a área de colonização alemã não foi campo de atuação efetiva dos missionários metodistas no século XIX e princípios do século XX. Os sobrenomes alemães que constam dos livros de registro das igrejas metodistas serranas pertencem a teutos que viviam nos núcleos urbanos das áreas de colonização italiana, os quais, sendo evangélicos, aderiam às comunidades locais ou se utilizavam dos serviços pastorais devido à ausência de representantes eclesiais de sua denominação original.

A comunidade da Forqueta é mencionada mais de uma vez nas páginas do jornal *O Testemunho*, como sendo um grupo modelar, que se organizara para promover a compra do prédio da igreja, cultivava um terreno próximo ao templo para auxiliar no sustento do pastor e mantinha um alto grau de coesão e fervor religioso²¹. No entanto, tendo permanecido ao longo do tempo área puramente rural, o êxodo promovido pela impossibilidade de prover sustento a famílias numerosas nos lotes inicialmente traçados em área tão montanhosa também atingiu o grupo metodista. Se, por um lado, essa migração ocasionou o desaparecimento da comunidade²², contribuiu para o surgimento a duas novas igrejas, a de Linha Bonita, interior de Gramado, e a da sede urbana de Caxias do Sul, inicialmente reunidas no Circuito da Forqueta.

A região da Linha Bonita, como boa parte da área rural do atual município de Gramado, foi povoada por colonos de origem italiana, em grande medida oriundos da antiga Colônia Caxias. O pastor da Forqueta inicia o trabalho ali nos primeiros anos do século XX, a chamado de algumas famílias, entre as quais Benetti e Bertolucci, aos quais se juntam outras reemigradas da Forqueta (Beux, Chalet)²³. Posteriormente, em

²⁰ *O Testemunho*, 15 de abril de 1905.

²¹ *O Testemunho*, 1º de novembro de 1905 e 15 de novembro de 1905.

²² Livro de atas da conferência distrital colonial (1923-1936).

²³ *O Testemunho*, 1º de maio de 1907.

1954, a igreja é transferida para o centro do núcleo urbano de Gramado, onde permanece até hoje (TRINDADE, 1995, p. 120-122).

Quanto à cidade de Caxias do Sul, a documentação da Igreja Metodista de Bento Gonçalves indica que pastores fizeram visitas eventuais à cidade desde meados da década de 1890, mas somente em 1916 (PINZETTA, op. cit., p. 539) uma comunidade é organizada, contando com participação significativa de famílias e indivíduos que haviam residido na Forqueta²⁴. Em 1922, o templo é inaugurado na Rua Júlio de Castilhos, e, nos anos subsequentes, a igreja de Caxias do Sul assume a primazia no cenário metodista regional, terminando a divisão tradicional em dois circuitos (Bento Gonçalves e Forqueta), sendo toda a área unificada em um distrito, com sede em Caxias (JAIME, op. cit., p. 106-107).

A presente pesquisa está ainda em seu estágio inicial, utilizando preferencialmente as fontes até agora disponíveis, referentes, em sua maioria, à Igreja Metodista de Bento Gonçalves. Há muitos aspectos que podem ser abordados e que demandam análise, como, por exemplo, a perda do caráter italiano que o metodismo regional apresentou em seu início, devido ao abandono do uso do idioma nas atividades eclesiais e pela presença cada vez maior de pessoas de outras origens étnicas. Outro ponto que merece atenção é a circunstância de que as comunidades metodistas, a toda evidência, atuaram como um elemento congregador de pessoas que podiam ser consideradas heterodoxas numa moldura sociocultural que era marcada pela origem italiana e pelo catolicismo.

Contudo, já neste momento, é lícito concluir que, nas primeiras décadas de atividade, o metodismo gaúcho teve, a partir de Porto Alegre, duas linhas geográficas básicas de atuação, uma que abrangeu as maiores cidades do interior do Rio Grande do Sul, privilegiando os locais que eram servidos por linhas férreas (Santa Maria, Passo Fundo, Cruz Alta, Uruguaiana), e outra que atuou na região de colonização italiana do nordeste do Estado, a partir de comunidades de imigrantes italianos evangélicos ali estabelecidos, sendo que esta última teve menor expansão e, conseqüentemente, o registro de sua história foi menos destacado.

²⁴ Livro de atas da conferência distrital colonial (1923-1936).

Investigar porque essas comunidades não tiveram um crescimento mais expressivo é um dos objetos da pesquisa, embora algumas hipóteses já possam ser apontadas, como o absoluto predomínio de casamentos mistos do ponto de vista religioso – um cônjuge metodista e outro católico, o que, num contexto regional de forte presença da Igreja Católica, levou muitos filhos e netos de metodistas à conversão²⁵ –, o deslocamento de famílias para novas áreas de colonização onde não havia igrejas evangélicas próximas e, também, o fato de que o início da atividade metodista entre os italianos coincide com a chegada ao Rio Grande de Sul de numerosas ordens religiosas, dentro do projeto de Restauração Católica (RAMBO, 1998, p. 147-162). Esse último ponto, em particular, é uma linha de investigação promissora, uma vez que a Igreja Metodista na região parece sofrer um processo de perda de dinamização a partir da década de 1930, momento em que a Igreja Católica está em plena campanha de ‘recristianização’ do Estado e da sociedade brasileiros (GERTZ, 2002, p. 89-123) e, em nível regional, passa a acentuar sua presença no jogo político (VALDUGA, 2012).

Referências

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1975.

BERGAMASCHI, Heloísa D. Eberle. Propriedade: identidade e cultura regional. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (org.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 17-38.

BOBSIN, Oneide. Os rostos do pentecostalismo gaúcho. In: DREHER, Martin N. (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST Edições, 1998. p. 326-338.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930: História*. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2005.

²⁵ Dados constantes do rol de membros atual da Igreja Metodista de Bento Gonçalves.

CLEMENTE, Ir. Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que aconteceu com os valdenses? Italianos e italianos no Brasil meridional. IN: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente. (org.). *Cultura, Imigração e Memória: percursos e horizontes. Projeto ECIRS 25 anos*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 178-188.

COSTA, Rovílio et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre: EST Edições/Fondazione Giovanni Agnelli, 1992.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro – Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vânia B. M. *História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna, 1963.

LONG, Eula Kennedy. *Do meu velho baú metodista*. São Paulo: Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista do Brasil, 1968.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina, 1975.

PILONE, Lucca. *L'emigrazione Valdese nel Nord America*. Disponível em <<http://www.fondazionevaldese.org>>. Acesso em 28/08/2014.

PINZETTA, Álvaro Luiz. A criação da Diocese de Caxias do Sul. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A Presença Italiana no Brasil*, Volume III. Porto Alegre: EST Edições/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 534-554.

POLETTI, Darci. *Primeiras Pedras*. Bento Gonçalves: Arte Impressora, 2004.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil meridional. In: DREHER, Martin N. (org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/EST Edições, 1998. p. 147-162.

REILY, Duncan Alexander. *A História da Igreja*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1993.

SALVADOR, José Gonçalves. *História do Metodismo no Brasil – Volume I, Dos primórdios à Proclamação da República (1835 a 1890)*. Rio de Janeiro: Centro Editorial Metodista de Vila Isabel, 1982.

TRINDADE, Roberval Lopes. Rev. Mateus Donatti e o Metodismo local. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST Edições, 1995.

VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

WESLEY, João. *As marcas de um metodista*. São Paulo: Departamento de editoração da Imprensa Metodista, s/d.

ZILLES, Urbano. *Religião – crenças e credenciais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

CAPÍTULO XI – IMIGRAÇÕES E SUAS MULTIPLAS ABORDAGENS II

REDES SOCIAIS E POLÍTICAS NO ESPAÇO DO VALE DO SINOS

Doris Rejane Fernandes*

Este artigo é uma continuidade dos trabalhos realizados até o momento, na área de pesquisa em História agrária, fundiária, de poder e seus conflitos decorrentes. Iniciamos com o estudo da ocupação da fronteira com a colônia de São Leopoldo, mapeando sua direção, forma de avanço, ocupação e conflitos decorrentes da posse da terra. Com essa etapa em andamento, surgiram novos questionamentos que nos conduzem a outras pesquisas, envolvendo o poder local e regional através da prática econômica e social. Esta questão enfoca o poder local e regional. O poder normalmente está vinculado ao Estado, entretanto, como isso ocorria no Brasil se o Estado não cumpria com seu papel? E, conseqüentemente, houve espaço para exercício da autonomia dos agentes locais e regionais?

A forma de tratamento das fontes objetiva observar a documentação, procurando compreender e recompor os passos deste exercício de poder que estruturou os espaços sulinos. E neste aspecto está seu diferencial, isto é, a abrangência e a comparação com outros espaços e indivíduos que interagem em suas comunidades.

Encaminhar o olhar para um determinado local para descrever e compreender o funcionamento deste espaço econômico, social e político remete a história regional. Suas peculiaridades e particularidades servem ao historiador para que possa dar os devidos encaminhamentos e sentidos à macro-história.

* Doutora em História, Professoras das Faculdades Integradas de Taquara, FACCAT e associada do Instituto Histórico de São Leopoldo.

Olhar a documentação sobre determinado período com um olhar de como o poder se estruturou adquire relevância. Porque não estamos nos referindo ao poder vinculado apenas ao Estado ou a política. Pretendemos olhar como no Rio Grande do Sul, grupos sociais estruturaram seu espaço e vivenciaram o poder a partir das atividades realizadas e/ou das relações existentes e vinculadas com o econômico, estruturando a sociedade local.

Na área colonial sulina durante o século XIX alguns colonos se destacaram em seus espaços como lideranças econômicas, sociais e políticas. Nomes como Tristão Jose Monteiro, João Pedro Schmidt ou Francisco Alves dos Santos representam essas lideranças que exerceram o poder local e regional, mantendo contato com autoridades imperiais, provinciais, municipais e locais. Como construíram suas lideranças, quais os vínculos que permitiram espaço em todos os níveis de poder?

Muitos funcionários públicos detinham informações sobre os negócios locais, como, por exemplo, nos serviços notariais. Eles se encontram citados em processos como funcionários, testemunhas e solicitantes. Qual ou quais as funções desses indivíduos nas variadas esferas de poder?

A construção do poder nas mais variadas formas foi construído com que mecanismos? Nossas hipóteses sobre a construção do poder na área colonial sulina estão embasadas no princípio de que foram estabelecidas redes. Essas redes eram múltiplas formando redes de amizade, de compadrio, de alianças, de confiança, de endividamento e que estavam apoiadas em relações de reciprocidade, de dependência e de familiaridade. Essas redes eram as estratégias de poder.

Tanto o Tenente Manoel José de Leão quanto Tristão Monteiro, quanto João Pedro Schmidt ou Francisco Alves dos Santos, exemplos que nos amparamos para apresentar nossas hipóteses, construíram essas redes.

As redes estavam organizadas em âmbito local, regional e imperial permitindo uma movimentação nos três níveis e resultados políticos, econômicos e sociais resultantes dessa estrutura montada e vivenciada por estes indivíduos que se transformaram em referências locais, políticas e econômicas, grandes empresários.

Os funcionários públicos sejam eles juizes, escrivães ou técnicos fazem uso destas estratégias de organização para receberem não só os seus proventos mensais como os emolumentos que representam extras mensais no orçamento pessoal. Contribuem para o andamento da realização dos interesses dos líderes locais na organização das suas redes políticas, econômicas e sociais, consequentemente no exercício do poder.

Decorre desta reflexão as seguintes hipóteses:

a) Donos de terras e comerciantes constroem redes para exercer o poder local e regional, garantindo seus domínios.

b) O poder foi exercido através de estratégias de dominação expressas nas redes de alianças, de endividamento, de subordinação e de grupos/famílias.

c) O poder é exercido a nível local e regional através do domínio social e econômico.

d) A representatividade política expressa a defesa da economia do bem comum.

e) As famílias detentoras de poder local/regional articulam-se para manutenção do capital necessário para seus negócios, domínio e padrão de vida.

f) A elite decorrente desta organização local amplia seus negócios com outras regiões a nível nacional e internacional.

h) O poder é exercido nos níveis econômico, social e político.

i) Imbuídos do poder político, econômico e social, estes grupos agem de forma autônoma, apoiando ou não as ações governamentais, segundo seus interesses.

Compreender o exercício do poder nas áreas de colonização durante o século XIX no espaço platino e no Rio Grande do Sul, organizado a partir das redes e relações nos diversos segmentos, demonstrando as estratégias de poder utilizadas pelos indivíduos que compõem as lideranças políticas, econômicas e sociais é nosso objetivo.

Investigar as formas concretas que assume a luta pelo poder e seu exercício nas instituições envolve narrativa, história política, social e

econômica, geo-história e história regional. Cotejamos ainda com a antropologia, a economia, a sociologia e a prosopografia.

Marc Bloc e Fernand Braudel indicaram caminhos ao produzirem trabalhos sobre a Europa e demonstrando que o estudo do espaço, onde agentes históricos operam, revela aspectos inovadores até então não percebidos. A história agrária e fundiária encontrou amplo espaço para ser desenvolvida. Foi desta forma, com pesquisas em história agrária e fundiária que iniciamos nosso trabalho onde detectamos formas de exercício do poder através de redes no Rio Grande do Sul durante o século XIX.

A história regional aqui estabelece um parâmetro novo, pois ao abordar uma “história em migalhas”, bem localizada espacial e temporalmente, não está afastada da macro-história. Considerada uma decorrência da globalização, como um de seus fenômenos, a história regional¹ apresenta as várias estratégias de poder estabelecidas por redes embasadas em relações variadas.

Para Dosse

A estrutura (...) pertence à ordem do observável e alia-se aos limites do possível, à existência de condicionamentos dos quais o homem permanece prisioneiro, do qual o tempo apenas corrói lentamente os contornos...” (DOSSE, 1992, p. 137)

Este posicionamento é observável no espaço delimitado onde através de fontes variáveis podemos observar a estrutura organizada para exercício do poder.

Entendemos poder como uma prática social constituída historicamente e de uma multiplicidade de formas. A própria definição de poder, em dicionários de língua portuguesa, possui uma relação variada de explicações para o termo. Compreenderemos nesta pesquisa poder na acepção de Michel Foucault.

¹ MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135-152.

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. (FOUCAULT, 1979, p. 5)

Fazer uma genealogia do período e local em foco para apresentar as redes estabelecidas nos distintos níveis é viável no século XIX no Rio Grande do Sul. Propomo-nos a “captar o poder na extremidade”².

Trata-se, (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material.... (FOUCAULT, 1979, p. 182)

E diante dessa posição do autor que a considera como uma precaução metodológica, nos apoiamos para buscar nos âmbitos local e regional a genealogia³ deste poder exercido e organizado que estrutura a sociedade, a economia e a política. Neste ponto, a história regional tem sua contribuição a dar, bem como a micro-história.

Compreendemos que ao olharmos para a multiplicidade de práticas de poder constatamos “... relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos.” (FOUCAULT, 1979, p. 176.) Estratégias são organizadas para que o domínio se estabeleça e as intenções se realizem. Quando os conflitos se estabelecem as formas de defesa e de sobrevivência não seguem as leis, mesmo que isto signifique morte, assassinato, bem como articular a rede de amizade e de compadrio para a defesa e a acusação. O importante neste caso é efetivar relações de força, ativas e desdobradas como exercício de poder, mantendo posição social e econômica. Advém daí que

² FOUCAULT, 1979, p. 182.

³ Compreendemos genealogia neste contexto como o acoplamento do conhecimento com as memórias locais que permitem a constituição de um saber histórico. Ver a respeito FOUCAULT (1979) no capítulo denominado Genealogia e Poder.

De modo geral, em um caso temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual. (FOUCAULT, 1979, p 175.)

A contribuição de FOUCAULT para nossa pesquisa é inegável, pois encontramos nele apoio para explicarmos as redes políticas, sociais e econômicas que se formam e assim apresentarmos a dinâmica existente e exercida no espaço delimitado. O poder submete e reprime os indivíduos, organizando a sociedade local e regional. Esta discursividade está expressa nas fontes e, na sua compreensão, apresentando o projeto executado regionalmente. Há uma ressalva de que este poder não é algo homogêneo e único porque

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede, Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1979, p. 183.)

Neste caso os indivíduos que iremos destacar, entre eles, o Tenente Manoel José de Leão, o Coronel Francisco Alves dos Santos, Tristão Joze Monteiro, João Pedro Schmidt e o Cel. João Schmitt servirão de base para apresentarmos o exercício das redes. Através e por eles o poder circula e se transmite. As técnicas detectadas, a partir das relações estabelecidas por estes indivíduos, permite identificar quais os mecanismos que efetivamente fazem parte deste conjunto. Segundo FOUCAULT, seriam “mecanismos sutis” que não estariam baseados em ideologias políticas e econômicas⁴.

As redes criadas como estratégias de poder são entendidas como entrelaçamento de relações que se interligam formando uma espécie de tecido de ações; uma tela, um conjunto de relações difundidas e seus

⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.186-187

entrelaçamentos. Essas redes são responsáveis pela execução das estratégias de poder com resultados expressos na política, na economia e nas relações sociais.

Entendemos, no recorte feito, como componentes desta rede um sistema de mercês, uma rede de endividamento/adiantamento, de reciprocidades, de bem comum, de compadrio, de alianças, de confiança, baseadas em relações de dependência e familiares. Explicando esta rede iniciamos pelo sistema de mercês. Há uma tradição advinda do período português em retribuir pelos serviços prestados ao Estado na figura do Imperador. É desta forma que João Pedro Schmidt⁵ defendeu a área colonial dos farroupilhas e em consequência deste investimento/perdas/dedicação, o Imperador Pedro II concedeu uma indenização ao colono, que investe na compra da Fazenda Padre Eterno e organiza um loteamento para onde se estabelecem os colonos e suas famílias que não possuem condições de ficar em São Leopoldo. Desta situação criada, resultou o avanço da colonização com mão de obra livre, baseada na pequena propriedade e policultura para o leste e nordeste de São Leopoldo avançando pelo Vale do Sinos. FRAGOSO afirma que os postos no Império e suas possibilidades permitiram a formação de fortunas⁶. O autor estava se referindo ao Império Português no Rio de Janeiro e guardando as devidas proporções e marcos temporais, o mesmo pode ter ocorrido no Rio Grande do Sul. A abertura de um novo loteamento possibilitando a colocação de colonos e suas famílias em outras áreas que não as superlotadas de São Leopoldo permitiu ao empresário Schmidt receber, não só os oito contos investidos, como mais

⁵ MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 1998, p. 147-188.

⁶ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.29- 71.

trinta e três contos e quinhentos e sete mil réis⁷ e, isto resultante da comercialização de parte do latifúndio adquirido. O mesmo João Pedro era comerciante na Costa da Serra e Estância Velha demonstrando um conhecimento do comércio interno sendo fornecedor de produtos necessários à subsistência da colônia. Este negociante formava um sistema com pequenos comerciantes denominados de vendeiros, estabelecidos nas picadas, no interior da colônia. Estes comerciantes passavam adiante as mercadorias, geralmente a terceiros, que ficavam responsáveis por sua comercialização direta.⁸ ROCHE⁹, CASTRO¹⁰ e SEYFERTH¹¹ descrevem estes estabelecimentos denominados de venda e predominantes no centro-sul do Brasil. Jucá de Sampaio¹² encontrou o mesmo no Rio de Janeiro no século XVIII. PIÑEIRO fez semelhante levantamento e estudo concluindo que os negociantes envolvem-se não apenas com o capital, mas também com setores de circulação, abastecimento, financiamento e fornecimento de mão de obra. A multiplicidade e diversidade das atividades de um negociante lhe confere

⁷ MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Sapiranag: 50 anos de município mais de 200 de história*. Porto Alegre: Alcance. P.61.

⁸ Sobre esses vendeiros ver: MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos. Tese de Doutorado, 2003, p.153-259.

⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

¹⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹¹ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

¹² SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. (1701-1750). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.73- 105.

uma posição privilegiada na sociedade e um importante papel político, na organização e direção dos setores econômicos urbanos¹³.

Estes mesmos indivíduos são responsáveis pelo crédito nestes locais do interior. Adiantam mercadorias em troca da futura produção ou emprestam capital para a próxima safra estabelecendo uma dependência e, gerando uma hierarquia no interior desta cadeia mercantil colonial sulina e imperial. SAMPAIO¹⁴ afirma que a produção obedece a um ritmo cíclico, ligado às épocas de colheita e entressafra. A disponibilidade de crédito era um mecanismo essencial para se compatibilizar as necessidades cotidianas com o calendário agrícola. Criada a dependência, esta forma de subordinação do devedor ao credor, criando laços duradouros entre as duas partes era fundamental, sobretudo no que se refere às relações mercantis duradouras. Consequentemente todo negociante produz a partir de si, uma cadeia de endividamento que coincide, em grande parte, com sua rede de relações mercantis. O empréstimo de dinheiro era também uma importante fonte de acumulação de capital para estes indivíduos. A concessão de crédito era um importante instrumento de estabelecimento ou consolidação de relações sociais. Verificamos o mesmo com Tristão Monteiro e o Cel João Schmitt.

Tanto João Pedro como Tristão Monteiro, fazia parte de sociedades em seus negócios. Para SAMPAIO¹⁵ as sociedades representavam a divisão do capital necessário ao investimento entre diversos sócios, reduzindo a parcela a que cada um estava obrigado a responder e reduzia-se igualmente o risco individual. Este

¹³ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negócios e Política no Brasil Império. IN: VALENCIA, Marta et MENDONÇA, Sônia Regina de (orgs.). *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Universidad Nacional de La Plata, 2001, p. 117-139.

¹⁴ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. (1701-1750). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.104.

¹⁵ Idem, p. 84-90.

posicionamento demonstra um caráter conservador para reduzir ao máximo os riscos de prejuízos.

Os negócios eram registrados nos cartórios onde encontramos outro segmento deste conjunto. Estes indivíduos são partes desta cadeia, onde o posto exercido permite o recebimento de várias possibilidades:

Cabe sublinhar que, para as benesses na forma de ofícios, o que estava em jogo não eram tanto os salários pagos (...), mas sim, e principalmente, os emolumentos que deles, entre outras possibilidades, podiam-se auferir.” (FRAGOSO, 2001, p.45.)

A rede de reciprocidades construída permite o andamento dos negócios sem muitos entraves, sendo uma estratégia deste poder. As benesses permitem a construção de situações sem questionamentos ou entraves para sua realização.

Complementando este quadro das redes de poder, os casamentos são considerados como negócios de família. FRAGOSO, ao estudar a formação da elite carioca, afirma que nos finais do século XVIII já se encontram casamentos como negócio:

Nas últimas décadas do século, elas [famílias] “optaram” por matrimônios com seus pares sociais, o que facilitava as alianças políticas, ou melhor, a formação de “bandos” no interior da nobreza da terra. (FRAGOSO, 2001, p. 55.)

Era comum estas famílias unirem-se para conservar seu patrimônio e posição social, política e econômica. Problemas familiares econômicos poderiam ser resolvidos com um casamento e o recebimento de um dote. Isto significa transferência de riquezas, prática comum entre as famílias mais abastadas. Para exemplificar, o Tenente Manoel Jose de Leão casa com a filha do Capitão João Ferreira da Silva de Rio Grande, e possuidor de terras no Padre Eterno, interesse do casadouro em unificar as terras já suas como fazenda abastecedora das suas Charqueadas¹⁶.

¹⁶ MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 1998, p. 122-130.

Outro aspecto das redes de reciprocidade são as relações de compadrio¹⁷ que permitem o fornecimento de serventias que formam outro braço desta rede, a de alianças. Estar vinculado a estas famílias que eram reconhecidas como “nobres” era como receber uma espécie de proteção enquanto a mesma significava subordinação em alguns momentos ou reciprocidade em outros. Forma-se um grupo de apoiadores, de amigos, de aliados que recebem benesses e em troca devolvem com subordinação¹⁸. Este quadro teórico é encontrado no século XIX na região colonial do Rio Grande do Sul.

Estas redes construídas geram espaço político vivenciado por estes indivíduos, líderes nas estratégias de poder como gestores. Possuem espaço social e econômico e são vistos como representantes capazes de gerir o bem público.

Da situação de privilégios decorria a possibilidade de aqueles eleitos se apropriarem em regime de exclusividade ou com menor concorrência, dos rendimentos de segmentos da produção social. (FRAGOSO, 2001, p. 48.).

Quanto à administração pública, a população livre deposita nas mãos dos privilegiados ou seus representantes parte de seus rendimentos, confiando na ação e gestão destes. Estabelece-se uma rede de confiança que existe tanto nas atividades comerciais, sociais como nas políticas.

João Pedro Schmidt, o Cel. João Schmitt e o Cel. Francisco Alves do Santos exerceram atividades nas Câmaras Municipais, sendo que o último ocupou cadeiras em dois municípios. Formam uma grande rede que expressa as estratégias de poder.

¹⁷ Sobre as relações de compadrio ver: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. WOORTMNN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/EdUNB, 1995. OLIVEIRA, Flávia Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9. n. 17, set88/fev89, p. 65-85.

¹⁸ FRAGOSO, 2001, p. 50.

O mesmo sistema baseado em redes de poder pode ser encontrado na região platina. Estudos enfocando abordagens políticas e econômicas foram realizadas por GELMAN¹⁹, FRADKIN²⁰, SANTILLI²¹. Estes estudos permitem uma análise a partir da visão de poder e suas redes.

Entre os trabalhos sobre poder no Rio Grande do Sul destacamos a publicação de Marcos Witt que apresenta as estratégias políticas dos colonos alemães (exponenciais) no “mega-espço” e que não se limitam ao local, estabelecendo ligações com outras localidades. Este mega-espço seria o lócus privilegiado e que permitiria o estabelecimento com outras áreas e pessoas/grupos.

COSTA E MUGGE²² teceram as alianças entre os envolvidos nas disputas fundiárias no Padre Eterno no século XIX. CRISTILINO²³ apresenta a situação das disputas por terras no Vale do Taquari, onde

¹⁹ GELMAN, Jorge y SANTILLI, Daniel. *Crecimiento económico, divergencia regional y distribución de la riqueza*: Córdoba y Buenos Aires después de la independencia. *Latin American Research Review*, v.45, n.1, 2010, p. 121-147.

²⁰ FRADKIN, Raúl. Bandolerismo y politización de la población rural de Buenos Aires tras la crisis de la independencia (1815-1830). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2005. _____. *La acción colectiva popular en los siglos XVIII y XIX*: modalidades, experiencias, traliciones. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2010.

²¹ GELMAN, Jorge y SANTILLI, Daniel. *Las elites economicas de Buenos Aires em tiempos de cambio*. <<http://pt.scribd.com>>. Acesso em 30/05/2011.

²² COSTA, Miguel Ângelo da Silva et MUGGE, Miquéias Henrique. Tecendo alianças, transacionando interesses: disputas fundiárias na antiga fazenda do Padre Eterno – São Leopoldo (1851-1864). IN: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N.; CRAVALHO, Enildo de M. (orgs.). *Explorando Possibilidades. Experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 198-226.

²³ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão*: o processo de apropriação e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). Dissertação de mestrado, orientador Dr. Marcos Justo Tramontini, UNISINOS, 2004.

constatamos alianças e redes de poder construídas para defesa da terra. FERREIRA²⁴ apresenta as relações de amizade e compadrio nos municípios dos Campos de Cima da Serra (RS) durante o século XIX, através das atividades nas Câmaras Municipais e os respectivos conflitos e formas de exercício do poder. MOTTA²⁵ apresenta as estratégias que os senhores de terra e os homens livres empregaram para sua defesa no judiciário nas áreas do Rio de Janeiro no século XIX. OSÓRIO apresenta como estancieiros, lavradores e comerciantes estabeleceram suas redes de influência e estratégias inserindo o Rio Grande do Sul no império português²⁶, comparando-os com as estratégias da elite mercantil carioca.

No trabalho organizado por SILVA e HARRES²⁷, os autores apresentam a Câmara Municipal de São Leopoldo, onde tanto Francisco Alves dos Santos, João Pedro Schmidt como o Cel. João Schmitt utilizam de estratégias políticas para manutenção de seu poder.

As obras acima contribuem para elaboração das pesquisas, buscando mapear e compreender a organização do poder e suas estratégias de ação num período em que o Estado não assume suas incumbências e terceiriza atividades nos setores econômico, gerando ações no social e política local/regional.

Nossa pesquisa apresenta um caso descrito e ocorrido em São Leopoldo, na divisa do 1º distrito, no lugar denominado Passo da Cruz/Santa Maria, ao lado do banhado do Botiá, na margem esquerda do rio dos Sinos. Nossa fonte é o processo de despejo com recurso ao

²⁴ FERREIRA, Marlucci Melo. *Tramas de poder: disputas políticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado, orientadora Drª Ana Luiza S. Reckziegel, UPF, 2002.

²⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese doutorado, orientação Drª Sílvia H. Lara, UNICAMP, 1996.

²⁶ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de doutorado, orientador Dr. João Fragoso, UFF, 1999.

²⁷ SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques (orgs.) *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: OIKOS, 2006.

Presidente da Província, diante da medição e expulsão realizadas pelo Capitão Antonio Francisco da Costa.

No histórico do processo, Manoel Alves de Siqueira, um octogenário, solicita ao Juiz Comissário a medição e demarcação das terras para fins de legitimação, em maio de 1861. Segundo Manoel, o Juiz lhe respondeu: *...disposto aquelle Juiz a fazer aquella medição logo que se desembaraçasse de outras medições em q seachava envolvido nas Picadas das Collonias...*²⁸.

Enquanto isso, o Coronel Antonio Francisco, vizinho e enteado de Siqueira requereu e realizou a medição de um título adquirido por compra, onde considerou como suas as terras onde reside o recorrente. A medição foi julgada e, logo a seguir, os Siqueira são expulsos de suas terras e casa. Siqueira pede perdão de multa, pelo atraso no registro e legitimação de sua posse por ser ancião octogenário e pobre. Seu advogado é Lúcio Schreiner. Anexo ao requerimento, há um abaixo assinado dos moradores, vizinhos de Manoel Alves:

Abaixo assinado dos moradores vizinhos a Manoel Alves da Siqueira certificando moradia a mais de 50 anos, posse mansa e pacífica e nunca perturbada, com morada com casa coberta de capim, poteiro, laranjal e lavouras, criando algumas vacas mansas e animais cavaleares...²⁹

O abaixo-assinado³⁰ compõe-se de 39 assinaturas. Entre elas, há nomes de possuidores/proprietários de terras como Pedro Schmitt, David Pereira Dias, João Pires Cerveira, Francisco Alves dos Santos, todos com influência ou possuindo cargos em nível local e municipal. Além de reconhecerem a posse antiga, constroem uma rede de relações tanto de dependência, quanto de uma suposta gratidão, por auxílio na defesa da

²⁸ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 4.

²⁹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p.6.

³⁰ Ver no anexo nº 14, "Relação de nomes do abaixo-assinado de Manoel Alves de Siqueira".

posse da terra. Pedro Schmitt, Pereira Dias e Francisco Alves dos Santos possuem patente na Guarda Nacional e Cerveira foi inspetor de quartelão, próximo às terras de Siqueira.

No processo consta o requerimento de solicitação da medição:

Diz Manoel Alz de Cequeira que sendo senhor e possuidor de uma posse com cultura efectiva e morada habitual no lugar denominado = Passo da Cruz = 1º Distrº desta Villa, o qual divide-se pelo Oeste com Joaquim Glz, pelo Leste com Pedro José da Silva Vargas, pelo o Sul com o Cap^m Antonio Fran^{co}. da Costa e pelo Norte com o Rio dos Sinos, e querendo proceder a respectiva Medição para obter titulo legal...³¹

Dos confrontantes um, Pedro Joze da Silva (Vargas) assinou o documento datado em 22 de outubro de 1862. O capitão Antonio é autor do ato de libelo para expulsão. Manoel, neste requerimento, não só se intitula como se denomina *senhor e possuidor*, amparado pela cultura efetiva e morada habitual e pelo tempo de ocupação anterior a 1850. Denominando-se assim, coloca-se como proprietário efetivo e não legal, acima, porém, de um simples posseiro. Coloca-se como possuidor com domínio sobre a área e suposto reconhecimento dos vizinhos, amparado no abaixo-assinado. Com isso, procura desconstruir os argumentos de seu enteado, o Cel. Antonio Francisco da Costa. Consta ainda uma procuração declarando que o mesmo Manoel Rodrigues Alves é conhecido como Manoel Alves de Siqueira, sem especificar o motivo dos dois nomes³². O advogado Lúcio Schreiner encaminha registro no Vigário Bonifacio Klüber, recebendo multa por atraso. Ao apresentar o Registro Paroquial, busca um reconhecimento e legitimação da posse e uma declaração da não identificação do coronel como confrontante, nem dos declarados ocupantes anteriores.

³¹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 2.

³² AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 3.

Assinam como verificadores Manoel Pereira da Silva Lima, Pedro Joze da Silva Vargas e Alexandre Cardozo da Silva. Desses nomes, apenas o primeiro não possui envolvimento no caso: os dois últimos constam no abaixo-assinado e o segundo é confrontante leste da posse.

Na medição e demarcação das terras participam o escrivão Silva Lima, Rodolfo Schimmelfennig von der Oye, Manoel Gonçalves Netto, Pedro Joze da Silva Vargas, Alexandre Cardozo da Siva e Guilherme Engelke³³. Os três últimos constam no abaixo-assinado, em favor de Manoel Alves Siqueira, sendo que Pedro Joze é o vizinho a leste da posse medida. Durante a medição, o Capitão Antonio Francisco da Costa e s/m D^a Maria Antonia da Conceição entram com um pedido de embargo, pois a área, alvo da medição, não pertencia ao medinte e estava arrendada ao seu cunhado, José da Silva, genro de Siqueira que se encontrava sob uma ação de despejo. Solicita a suspensão dos trabalhos de medição³⁴. Há um vínculo familiar entre os citados no embargo: Capitão Antonio é enteado de Siqueira e cunhado de José da Silva e este genro de Manoel. Portanto, o conflito é resultado de uma disputa em família, por mais terras. Os interesses do Capitão são de ampliação do patrimônio familiar, retirando-o da família da esposa.

Em anexo, o capitão apresenta um contrato (29 de julho de 1826), e uma certidão de arrendamento (13 de setembro de 1858). Ambos os documentos³⁵ possuíam assinaturas a rogo, pois tanto Manoel, quanto José eram analfabetos. Levantamos assim a hipótese dos documentos terem sido forjados. Analisando o pedido de embargo, julgamos a possibilidade de a falsificação dos documentos ser a versão mais próxima do ocorrido.

Na certidão, o Capitão declara:

³³ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 11-24.

³⁴ Ver no anexo nº 15, a íntegra do pedido do Capitão Antonio Francisco da Costa.

³⁵ Cópia desses documentos estão no Anexo nº 15 e 16.

...Eu Antonio Francisco da Costa, como proprietario e senhor que sou da Fazenda do Passo da Cruz entre Santa Maria e a Fazenda do Butiá, as quaes ate hoje tenho tido e gosado como minhas que são, adquiridas por umTitulo que comprei a José Francisco Pacheco me tenho convencionado e concertado com o Senhor José da Silva a arrendar-lhe um pedaço dessas terras, acima do Passo da Cruz com cultivados...³⁶

O capitão não reconhece Siqueira como confinante do outro lado do rio, ignora-os e estabelece limites claros: entre as Fazendas.

MOTTA, ao analisar as “bandas d'Além”³⁷, afirma que o parcelamento de terras era um negócio vantajoso para alguns fazendeiros, pois o aluguel obtido representava uma forma lucrativa de garantir a obtenção de uma renda anual que não implicava em dispêndio de capital. *“Financiando a produção dos arrendatários, os proprietários criavam um vínculo de subordinação monetária dos “sem terra” que lhes era muito vantajosa. Subordinava esta que se consolidava ainda mais com as práticas de “favor” e compadrio”*³⁸. Outros fazendeiros consideravam que o arrendamento não era um “bom negócio”, porque os contratos, eram verbais entre as partes e

Havia a possibilidade de apossamento da terra arrendada como, por exemplo, no caso de morte do proprietário, o que se traduziria em conflitos entre os “legítimos herdeiros” e o “intruso”. E por último os arrendatários eram homens livres, ao menos em tese, com direitos garantidos pela lei. Para esses fazendeiros, a massa de homens livres era, antes de tudo uma ameaça.³⁹

Nesse caso, o capitão desejou a ocupação com cultura da margem norte de sua suposta Fazenda, arrendando a área, envolvendo familiares

³⁶ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 28-30.

³⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas 'Bandas D'Além' (Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora – 1808-1888)*. Niterói, dissertação de mestrado, UFF, 1989, p. 134-135.

³⁸ Ibid, p. 134-135.

³⁹ Ibid, p. 135.

(cunhado, padrasto, irmã). No entanto, o arrendamento gerou uma disputa e não foi diante da dúvida, reconhecido pelas autoridades que julgaram o caso.

O capitão Antonio Francisco da Costa também usa o mesmo recurso de denominação como senhor e possuidor. A troca de nome da localidade é outra forma de comprovação. Santa Maria é a localidade, onde se encontra o restante de suas posses, que pelo avanço, amplia⁴⁰ por sobre a outra localidade, a do Passo da Cruz⁴¹.

Quanto à documentação, é importante observar que Francisco apresenta a origem de sua propriedade em Carta de Sesmaria, afirmando compra da mesma, transformando, assim, os acusados em intrusos, única forma que, segundo a Lei de 1850, não gerava direito de reivindicar e legalizar a posse. Alega a existência, supostamente comprovada, de um contrato de arrendamento, mostrando a dependência que os acusados sempre tiveram em relação ao capitão. Reivindica seu direito, porque recorreu à Justiça para retirar os ocupantes de suas terras. O arrendamento em família destoa, no contexto do Vale do Sinos, porém era comum que senhores de terra colocassem seus parentes menos favorecidos, ocupando as áreas mais distantes, para evitar que outros as ocupassem ou até mesmo que o vizinho avançasse sobre a área, considerada, em muitas situações, como devoluta. MOTTA nos lembra que, para o arrendatário, os trabalhadores estariam procurando garantir sua autonomia em relação ao senhor de terras e que, para o fazendeiro,

⁴⁰ Interessante ressaltar que essa localidade marcava uma passagem e porto no rio dos Sinos. Seu nome originou-se pela morte de um morador e seu sepultamento no local. É também, na margem direita, o porto da Fazenda Padre Eterno, depois caminho fluvial dos colonos, que nela se estabeleceram. Portanto, o lugar era estratégico, economicamente falando. (MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio Grande de São Pedro*. São Leopoldo, UNISINOS, dissertação de mestrado, 1998).

⁴¹ Ocorrência semelhante aconteceu no Campo Bom, quando sob o aval do inspetor da Colônia de São Leopoldo, mudaram o nome de arroios e ampliou-se o espaço desta localidade. (Ver MAGALHÃES, 1998).

isso era o contrário. Ao reconhecer os arrendatários como agregados, estaria enfatizando a sua relação de dependência⁴².

Ao afirmar que as terras já foram medidas, demarcadas com sentença passada em julgado, com citação dos dois supostos arrendatários, deseja a desconsideração da medição da área do Passo da Cruz, pois área já medida não pode ser alvo de outra medição. Ampara-se, assim, no Regulamento de 1854. No entanto, o não comparecimento a essa primeira medição dos acusados/embargados é “uma faca de dois gumes”: pode ser que os mesmos não tinham recebido comunicação ou que não reconhecem a medição a ser realizada. MOTTA escreve que

... os pequenos arrendatários tinham poucos poderes, mas quando necessário sabiam dar trabalho aos fazendeiros e aos representantes da justiça. Com seus pequenos poderes estes arrendatários agiam da mesma forma que os grandes fazendeiros (arrendatários ou não) e, aproveitando-se das imprecisões dos limites territoriais, ousavam assegurar sua posses sobre um pequeno quinhão de terra.⁴³

O caso em estudo envolve um problema familiar, em que ambos usam de estratégias semelhantes. Siqueira contrabalança “a força” do capitão com os nomes constantes no abaixo-assinado, que demonstram o reconhecimento à sua posse. O capitão faz uso dos recursos que conhece, recorrendo aos caminhos cartoriais e judiciais, porém há dúvidas sobre a veracidade dos documentos, uma vez que ambos os acusados não sabem ler nem escrever.

A situação de arrendamento possibilita o direito à defesa da posse da terra e demonstra autonomia dos arrendatários. Esses, como tais, são homens livres, ocupantes de terras, posseiros e de comprovada cultura efetiva e morada habitual. Suas terras ocupam as duas margens do rio dos Sinos, onde moram o titular e seus filhos. Há duas casas de moradia ocupadas pelas famílias de Siqueira e de José da Silva. Possuem testemunhas sobre o tempo que ocupam a terra com morada, cultura e

⁴² MOTTA, 1996, p. 86.

⁴³ MOTTA, 1996, p. 112.

criação. Há nomes de descendência lusa e alemã; há alguns com postos de liderança comunitária e na Guarda Nacional, dando aos documentos legitimidade indiscutível.

A documentação revela que o capitão Antonio Francisco da Costa apropriou-se da área, tentando expulsar os moradores livres, ali residentes. No entanto, seu intento foi frustrado. Apesar do pedido de embargo e de anulação da medição e demarcação das terras, a medição foi confirmada e considerada boa, julgada firme e valiosa. Essa sentença está baseada na comprovação de Siqueira, quanto à posse⁴⁴, desconsiderando o processo de arrendamento. A 10 de novembro de 1871, foi confirmado e concedido título da posse, transformando Siqueira em proprietário. A concessão do título foi assinada por Fontoura Palmeira⁴⁵, presidente da Província. A decisão do Presidente da Província confirma as intenções do capitão em avançar sobre as terras de terceiros e que por causa das relações de Siqueira, não puderam ser concretizadas.

Os processos judiciais são uma das fontes para reconstruirmos este quebra-cabeça da história. As relações de vizinhança, de amizade, de negócios e de família estão neles descritos, demonstrando a rede tecida para exercício do poder e manutenção dos interesses individuais e de grupos como vimos no caso do Siqueira X Costa. Não foi apenas um caso de defesa da propriedade. Foi um exercício do poder.

Referências

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.) PICCOLO, Helga Irtacema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. (Dirs.) . *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2.

⁴⁴ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 36.

⁴⁵ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 41.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriação e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação de mestrado, orientador Dr. Marcos Justo Tramontini, UNISINOS, 2004.

COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N.; CRAVALHO, Enildo de M. (orgs.). *Explorando Possibilidades: Experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Dos Annales à nova história. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *História e Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Marluci Melo. *Tramas de poder: disputas políticas nos Campos de Cima da Serra/RS (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado, orientadora Drª Ana Luiza S. Reckziegel, UPF, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRADKIN, Raúl. *Bandolerismo y politización de la población rural de Buenos Aires tras la crisis de la independencia (1815-1830)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2005.

_____. *La acción colectiva popular en los siglos XVIII y XIX: modalidades, experiencias, traliciones*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2010.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.73- 105.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). IN: FRAGOSO, João;

BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. *Crecimiento económico, divergencia regional y distribución de la riqueza: Córdoba y Buenos Aires después de la independencia*. Latin American Research Review, v.45, n.1, 2010, p. 121-147.

_____. *Las elites economicas de Buenos Aires em tiempos de cambio*. <<http://pt.scribd.com>>. Acesso em 30/05/2011.

GERBER, Doris Helena Schaun; DILLY, Gabriela; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio. *Imigração: do particular ao geral*. Porto Alegre/Ivoti: CORAG/Instituto Superior de Educação Ivoti, 2009.

GRIJÓ, Luiz Albert; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos; [et al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. IN: GRIJÓ, Luiz Albert; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos; [et al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. *Elites Regionais*. IN: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio Grande de São Pedro*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 1998, p. 122-130.

_____. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado, 2003, p.153-259.

_____. *Sapiranga, 50 anos de município, mais de 200 de história*. Porto Alegre: Alcance, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135-152.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2010)*. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese doutorado, orientação Dr^a Silvia H. Lara, UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Flávia Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9. n. 17, set88/fev89, p. 65-85.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de doutorado, orientador Dr. João Fragoso, UFF, 1999.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negócios e Política no Brasil Império. IN: VALENCIA, Marta et MENDONÇA, Sônia Regina de (orgs.). *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Universidad Nacional de La Plata, 2001, p. 117-139.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

REICHEL, Heloisa Jochims. *A mulher rio-platense na visão dos viajantes: um sujeito histórico*. <<http://www.anphlac.org>>. Acesso em 28/04/2011.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. (1701-1750). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial*

portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.73- 105

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí- Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques (orgs.) *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: OIKOS, 2006.

SOUZA, Susana Blein de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. IN: GRIJÓ, Luiz Albert; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos; [et al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VALENCIA, Marta et MENDONÇA, Sônia Regina de (orgs.). *Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Universidad Nacional de La Plata, 2001.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã. Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: OIKOS, 2008.

WOORTMNN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/EdUNB, 1995.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Tese de Doutorado, orientador Dr. Luís Carlos Soares, Rio de Janeiro, UFF, 1994.

A COLÔNIA DO PINHAL – UMA COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM ITAARA-RS

Adriano Sequeira Avello*

Marta Rosa Borin*

Introdução

No presente artigo apresentamos resultados parciais de nossa pesquisa sobre a colônia Pinhal, localizada em Itaara, Rio Grande do Sul, distante a 10 Km da cidade de Santa Maria. Nossa investigação está centrada nas querelas em relação a toponímia, no núcleo de povoamento da colônia para posteriormente investigarmos a convivência na região entre alemães protestantes, católicos e russos judeus.

De acordo com a historiografia a formação do que constitui territorialmente o município de Itaara remonta ao período colonial da

* Acadêmico do Curso de História, UFSM, Bolsista FAPERGS de Iniciação Científica, Projeto “O protestantismo em Santa Maria”, vinculado ao Projeto Religião, política e imigração, UFSM, coordenado pela professora Marta Rosa Borin, Linha de Pesquisa do PPGH História/UFSM: Migrações e Trabalho.

* Professora do Departamento de Metodologia do Ensino/Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS/Brasil); Doutora em História pela UNISINOS; Membro do Grupo de Pesquisa História Platina: sociedade, poder e instituições, UFSM/CNPq/Brasil; Membro do Grupo de Pesquisa História: Religiosidade e Cultura, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC/CNPq/Brasil; Membro do Grupo de Pesquisa Memória, Ensino e Patrimônio Cultural, do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH), Universidade de Passo Fundo, UPF/CNPq/, Membro do Grupo de Trabalho História das Religiões e Religiosidades, Seção Rio Grande do Sul, Associação Nacional de História (GTHRR/RS/ANPUH/Brasil).

história do Rio Grande do Sul, século XVII-VIII, e está relacionada ao “povoamento inicial do continente” (KÜHN, 2011, p. 45-57), haja vista que a região foi local de intensa migração de pessoas como: indígenas, espanhóis e portugueses (lusu-brasileiros).

No que tange as populações indígenas a historiografia aponta que foram os primeiros a ocupar o espaço de Itaara, sendo que os Guaranis e Tapes, que habitavam o planalto central e noroeste do Rio Grande do Sul, foram confinados às reduções jesuíticas nas proximidades do território:

A região de Santa Maria, São Martinho da Serra e Itaara era chamada de Ibitimiri (Ibicuí-mirim) pelos índios. Nessa região em 24 de janeiro de 1634 o jesuíta Adriano Formoso fundou a Redução de São Cosme e São Damião. Mas também existiu outra Redução nas proximidades do atual município de São Martinho da Serra, denominada São Miguel (MARTINS, 2012, p. 17).

Se “Itaara foi inicialmente terra indígena”, como sugere Martins (2008, p.10), onde teriam vivido quase três milhões de índios disputando entre si as melhores condições naturais do terreno (SILVA, 2000, p. 33-35). Nesta constante, na época que os europeus chegaram, onde é o Rio Grande do Sul, habitavam três grupos indígenas principais *guaranis* conhecidos também por tapes, arachanes e carijós; juntamente com outros indígenas oriundos do tronco lingüístico jê, denominados de caingangueses, ainda, o grupo étnico dos pampeanos (KÜHN, 2007, p. 9-54). A transição destes povos pelo território ocorreu de acordo com as características étnicas de cada grupo, logo, a maioria senão todos os municípios do Rio Grande do Sul têm como marco inicial a “ocupação” por índios, todavia seria necessária uma verificação mais minuciosa quanto ao local exato dos aldeamentos em Itaara.

Com relação a colonização europeia em Itaara, segundo Martins (2008, p. 14), representou a conquista e manutenção do território, um processo característico da situação de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, a cultura do imigrante e a forma de ocupação do território (colônias) não representam o marco inicial do povoamento do município.

Entende-se por “povoamento” o ato do ser humano fixar-se em lugar desabitado tornando-o habitado. Aqui precisa ficar esclarecido que lugar desabitado não é lugar nunca habitado. Pois, a ocupação da terra

pelos imigrantes europeus no modelo de colônias foi mais sistematizada promovendo uma continuidade do assentamento no local. Ainda, não se desconsidera os muitos casos de invisibilidade e exclusão social em que foram submetidas às populações indígenas através da expulsão das áreas em que ocupavam para favorecimento do imigrante luso ou não-luso.

Se por um lado acolonização é o ato de ocupar a terra e torná-la produtiva, a partir de Neumann (2009, p. 17 apud GIRON, 1997; Seyferth, 2000a; Weber, 2002) quando nos referirmos a colônia estaremos falando da terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola em pequena propriedade. É importante destacar que, neste caso, nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. E ainda, que o termo “Colônia”, escrita com inicial maiúscula, designa um empreendimento onde colonos fixaram assentamento na terra e com escrita inicial em minúsculo, o termo “colônia” significará a propriedade territorial que o imigrante recebeu para subsistência, assim uma Colônia divide-se em muitas colônias (WITT, 2013, p. 41). A partir disso, determina-se como marco inicial para a formação territorial do município de Itaara o povoamento dos imigrantes alemães.

De qualquer forma apesar de serem sumárias as considerações de Martins (2008; 2012) sobre a história de Itaara seus estudos instigam a buscar novas fontes de investigação para assegurar maior exatidão quanto ao povoamento indígena ter relevância na conformação territorial além do nome atual da cidade. A toponímia de Itaara é explicada por Beltrão (1979, p. 312):

Em nossos dias, foi recriado o distrito, com o nome de Itaara (do tupi-guarani *ita*, pedra e *ara*, dia, donde pedra do dia? Outros querem que signifique árvore petrificada, de *ybirá* ou *yvirá*, madeira petrificada.) (...) O nome Itaara foi dado em lugar de Pinhal para não fazer confusão com Pinhal Grande, no município de Júlio de Castilhos. Hoje está arrolada como simples capela, a S.[São] José do Pinhal.

No registro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (2008, p. 28) não consta o porquê da escolha do nome indígena para a localidade de Itaara, emancipada de Santa Maria em 1995, pela Lei Estadual n.º 10.643 de 28.12.1995. Para Brenner (2007, p. 2) “O nome

‘Pinhal’ foi mudado, certamente, durante a campanha de nacionalização de Vargas, no Estado Novo, como aconteceu com muitos outros topônimos ligados a imigrantes”. Pois, no Estado Novo (1937-1945) as colônias estrangeiras do Brasil, sobretudo no sul, representavam uma ameaça à consolidação desse Estado porque aquelas seguiam no núcleo colonial um resgate e resguardo da cultura vinda da pátria-mãe ficando exclusiva a brasileira.

Assim, a campanha de Nacionalização do Ensino foi à obrigatoriedade de ensino da língua portuguesa forçando o estrangeiro ao idioma nacional. Para tal as bases regionais eram apropriadas para construção de uma única identidade nacional (brasileira) sendo preciso “destruir diferenças”. A política nacionalista usada para perseguições era de suma importância para construção da “identidade nacional” (DALMOLIN, 1999, p. 29-30 apud SCHUVARTZMAN, 1984, p. 150). Esse elemento estrangeiro dentro do Brasil cultivando sua cultura no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1944) o fazia um potencial inimigo interno, espião e conspirador, pronto para um ataque imediato ao Estado Novo brasileiro, portanto estava caracterizado o Quintacolonismo (NUNES, 1998). Isto fez com que acirrasse a perseguição ao elemento estrangeiro para surgir em Santa Maria uma determinação no Jornal *A Razão – Serão Abolidos Os Nomes Estrangeiros De Todas As localidades Brasileiras* (1943, p. 6) determina no vigor da legislação “que os novos nomes não sejam estrangeiros” (...) “e que se prefiram nomes como propriedade local, sobretudo os indígenas” (...) “pelo objetivo patriótico de nacionalização (sic) da nomenclatura geográfica”.

Sobre as toponímias alemãs no Rio Grande do Sul o que corrobora para isto é que, não havia uma preocupação em saber se os nomes dados nos lugares eram germânicos ou brasileiros. Sendo que a maioria dos lugares nem tinha um nome propriamente brasileiro. Contudo, durante a República, o governo se valerá da autoridade para pressionar o uso dos nomes brasileiros. No decorrer e após a Primeira Guerra Mundial, haverá lugares que receberão novos nomes, de forma, imposta verticalmente pelo governo, pois, no cotidiano eram usados comumente os nomes alemães ficando os nomes oficiais (brasileiros) apenas nos registros documentais (FISHER, 2005).

As nomenclaturas na região de Itaaraserão além de “Ibitimiri”, século XVII-XVIII, “Pinhal”, a partir do século XIX, devido à abundância de vegetação de floresta de araucárias – o pinheiro brasileiro. Então, os imigrantes alemães ali assentados chamavam de “Fichtelgebirge”, alusão a uma montanha alemã, na Francônia, Baviera (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 217).

Não bastasse essa ressignificação do ambiente que provavelmente usava o nome alemão no cotidiano a própria toponímia não-oficial da Colônia ficava “(...) conhecida também pelo nome de Colônia Kroeff” (AMSTAD, 1924, p. 586) “Kroeff (Kolonie Kroeff) – nome em português, Boca do Monte” (FISCHER, 2005, p. 173 apud KADLETZ, 1937, p. 423-447). Refere-se à Boca do Monte porque a “Colônia (de) Kroeff”, nome de um dos imigrantes considerado como fundador, Miguel Kroeff, localizava-se nas terras que pertenceram ao distrito de Santa Maria da Boca do Monte. Logo, entende-se que a toponímia permanecerá ainda, no mínimo, até 1937, data do estudo de Kadletz com outra denominação que não “Itaara”¹.

Salienta-se, em suma, que os indícios são muito plausíveis de que a toponímia atual do município – Itaara – tem caráter relacionado ao que é nacional, tenha servido para tentar abrigar e/ou expulsar o elemento germânico da sociedade, no caso, a Colônia alemã do Pinhal, a partir das diretrizes políticas de nacionalização do Estado Novo². Tanto é que se consegue suprimir a memória daquela enquanto primeiro núcleo de povoamento e colonização no município. Sendo assim esse caso referente à Itaara reflete a abrangência, e a intensidade, das políticas sociais da ditadura do Estado Novo e pode ter atingido outras toponímias estrangeiras no Rio Grande do Sul.

¹ Itaara foi distrito de Santa Maria até 1995, ano da emancipação política, então verificamos as Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria, dos anos 1929 a 1937, a procura da troca da toponímia “Itaara” e nada foi encontrado sobre modificação do nome.

² A querela que se inicia agora sobre a procedência da toponímia do município de Itaara carece de mais pesquisas sobre a temática.

A colônia do Pinhal: “Os anos” de fundação

Acolônia do Pinhal ou colônia Kroeff (KolonieKroeff) é apresentada pela historiografia de forma divergente no que tange ao ano, pois para alguns autores a colônia teria sido fundada entre 1843 e 1857: Amstad (1999)-1843, Ruppenthal (2000) – 1853 a 1855 e Belém (2000), Beltrão (1979), Brenner (2007), Martins (2008, 2012) – 1857.

No entanto, há certo consenso que diz respeito quanto ao processo de assentamento na terra. Pois, de acordo com os aqueles escritores três principais (i)migrantes³, Miguel (Michael) Kroeff, Jacob (Jacó) Albrecht e Jacob (Jacó) Adamy⁴, em forma de empresa particular, compraram na Serra Geral as terras do Pinhal, região do 3º distrito, de Santa Maria. As terras pertenciam ao Cirurgião-Mor Manuel Alves da Costa, e faziam limite com a freguesia de São Martinho; foram divididas em lotes para arrendamento, venda ou uso da própria parceria.

Todos os indícios revelam que, igualmente pela quantidade de pessoas envolvidas no empreendimento, houve um planejamento anterior à ocupação. Esta visão se for considerada a época, a natureza do empreendimento e também a *forma de aquisição das terras destinadas aos assentamentos, apontam a interferência da formação de uma espécie de “sociedade” cuja ideia, originou-se de perspicaz observação, conforme consta e pode ser interpretado do “Relatório de Felipe de Normann” (1858)*. Como tal relatório encontra-se datado de 1858 e a ocupação deu-se por volta de 1853, a data anteriormente citada nas fontes, 1843, parece estar incorreta. O próprio Normann em seu relatório (1858), afirma em cerca de dois anos anteriores, a tal ocupação (RUPPENTHAL, 2000, p. 10, grifo nosso).

³ A grafia sinalizada (i)migrante tem o intuito de alertar que os alemães que iniciaram a colonização em Pinhal não são oriundos das imigrações europeias diretamente para este assentamento colonial. Pois, foram alemães que migraram de outras colônias para constituir esta. Porém, se utilizará a palavra imigrante a propósito de padronização.

⁴ A grafia dos nomes e sobrenomes será usada conforme a preponderância nos documentos e bibliografias.

Esta menção ao ano de 1843 como ocupação é referida também por Theodor Amstad (1999, p. 586; p. 615) e como afirma Ruppenthal (2000) deve estar incorreta, pois a chegada de Miguel Kroeff, juntamente com seu irmão mais jovem Lourenço Kroeff, ao Brasil foi em 15 de novembro de 1846 (AHRSLivro Códice 333 – 1824/1853, p. 188; LUZ, 2000, p. 33).

O que se sobressai para nossa pesquisa na referência de Ruppenthal (2000) é o *Relatório de Felipe Normann*—datado de 1858—relacionado à Colônia do Pinhal porque o relatório é analisado em outros estudos (KÜLZER, 2009; NICOLOSO, 2013), porém não está ligado a colonização alemã em Itaara. Tal relatório de Felipe Normann diz respeito a “tentativa frustrada de implantação da colônia alemã na Serra de São Matinho” na qual foi tentada uma “investida particular” do mesmo como agente de colonização para implementar “uma colônia alemã nos arredores do núcleo central de Santa Maria”. A proposta feita ao governo da província era a compra de terras devolutas, na Serra Geral, distrito de São Martinho, para colonizá-las fixando, ao menos, cento e vinte famílias, de quatro pessoas, ficando a decisão de aumentar o número de famílias colonas pelo proponente (NICOLOSO, 2013). A hipótese que pretendemos levantar é que foi a implantação da colônia alemã de São Martinho que deu início a colônia do Pinhal, mesmo que estas terras pertencessem a Santa Maria, à época, pois como nos ensina Ginzburg (1989, p. 157) “(...) o conhecimento histórico é, indiciário, conjectural”. Ademais, o “(...) passado não é um dado posto, um fato definido, mas algo reconstruído a partir de interrogações e questões postas. Recusando evidências, trabalhando com detalhes e traços secundários (...) para a preocupação de atingir, no micro, a dinâmica da vida” (PESAVENTO, 2008, p. 72).

Sobre as dificuldades em manter o desenvolvimento da colônia do Pinhal, Nicoloso (2013, p. 45, grifo nosso) destaca que:

Pelo fato de a colônia ter sido fruto da iniciativa particular, acabou padecendo pela própria falta de investimentos. À época, Felipe Normann assumiu a frente nos negócios de uma sociedade por ele estabelecida, no objetivo de dirigir-se ao governo imperial demonstrando que tinha recursos para a realização de tal empreitada. O projeto de Normann esbarrou na política da Coroa, que não deferiu a petição por ele encaminhada e, com isso, não

vendeu à sociedade as terras devolutas que esta havia pedido para compra.

Contudo, na expectativa de demonstrar que tinha recursos para a empreitada, antes mesmo do governo da província deferir a proposta o agenciador Normann comenta:

*Antes disso porém tínhamos sempre conseguido de introduzir nas terras que tínhamos comprado, algumas famílias quase todas de São Leopoldo, que perfazem com as que desde há muitos annos, já ali estarão estabelecidas, o numero de 26 (o mapa 1º) que compõem-se de 139 indivíduos, dos quaes são, como se vê do mappa nº 2. Homens – 77; Mulheres – 62; Catholicos – 63; Evangelicos – 76; Casados 44; Solteiros – 92; Viúvos – 3; Brasileiros – 97; Estrangeiros – 42.*⁵

É uma quantidade elevada de imigrantes nacionais, estabelecidos na colônia alemã da Boca do Monte para que possamos cogitar que são pertencentes à colonização do Pinhal. A seguir vamos identificar quem são os imigrantes e não somente a quantidade. No momento, destacamos algo intrigante na discriminação destes colonos. O número de evangélicos – 76, provavelmente luteranos, é superior ao de estrangeiros – 42. O que nos causa certo estranhamento, pois o restante dos evangélicos – 34, seriam nacionais. No Rio Grande do Sul, no século XIX, podemos nos referir a “brasileiros evangélicos”? Ficamos sem explicação para tal questão.

Antes de ser indeferida a petição de Felipe Normann lhe foi pedido um relatório que descrevesse a situação da colônia, outrossim, que atestasse a implementação da colonização ainda que esta tenha fracassado. Este destaque é de suma importância para verificarmos quem são os imigrantes.

Através da leitura do segundo relatório enviado por Felipe Normann ao Presidente Patrício José Correia da Câmara, fica

⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Cx. 35, maço 65, 1858-Colônia de Santa Maria da Boca do Monte. Relatório de Felipe de Normann, (grifo nosso).

implícito que sua primeira proposta havia sido aceita, pois em correspondência remetida pelo Presidente ao agente, o primeiro pedia que lhe fosse enviado até a data de 06 de agosto de 1858, *um relatório descrevendo o estado da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, acompanhado de dados estatísticos*(NICOLOSO, 2013, p. 44, grifo nosso).

Continuamos em busca dos três primeiros imigrantes: Miguel Kroeff, Jacob Albrecht e Jacob Admy, apontados pela bibliografia como sendo os fundadores da Colônia do Pinhal. Para tal seguimos o fio de Ariana ou o fio condutor que guia o investigador no labirinto documental o qual diferencia os indivíduos em todas as sociedades: o nome (GINZBURG; PONI, 1989, p. 169-178).

No *Mappastatistico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte*(AHRS, caixa 35, maço 65, Relatório de Felipe Norman, de 1º de maio de 1858), o qual contém várias categorias, dos “26 nomes de proprietários”destacamos,o número de identificação seguido do nome do proprietário indicado no documento, principalmente:16. Jacó Albrecht, 18. Miguel Kroeff, 19. Jacó Adami filho, 20. Daniel Gehm, 21. Jacó Adami, 22.Martinho Zimmermann e 26. Pedro Schreiner.

Aqui indagamos: Por que os imigrantes alemães da Colônia do Pinhal⁶ estão relacionados à Colônia alemã da serra de São Martinho?

No entanto, a categoria “Município a que pertence a propriedade” indica que a propriedade daqueles colonos pertencia a cidade de Cruz Alta. Ora,no período a região onde foi formada a colônia do Pinhal pertencia à região do 3º distrito de Santa Maria.Talvez abrangência da propriedade se estendesse até Cruz Alta. Apesar dos indícios de que a Colônia do Pinhal está relacionada, contida e/ou desmembrada, a partir da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte são apenas possibilidades

⁶ Imigrantes da Colônia do Pinhal, e suas respectivas famílias, são citados por Belém (2000) e Brenner (2007): Miguel Kroeff, (Johann) Jacob Albrecht, Jacob Adamy, (Peter) Daniel Gehm, Martin Zimmermann, Peter Schreiner, Jorge Bopp, Albino Bopp, Estevão Bopp, HenrichStreccius, Luiz Ilges, Ernesto Schwan, João Henrique Kurtz, Pedro Beckman e Frederico Veinz.

de afirmação. Para nos aproximarmos de uma data do assentamento da colônia do Pinhal nos orientaremos pelo conhecimento dos viajantes, uma vez que “o relato dos viajantes é uma importante fonte primária, pois é uma narrativa acerca dos imigrantes, da família e do cotidiano, do espaço geográfico, além de ser uma propaganda ao europeu”. É a aproximação do relato “de alguém que viu e sentiu e não ouviu dizer” (MÜHLEN, 2013, p. 46).

Assim, conforme Brenner (2007) a indicação do ano de 1857, como ano de fundação da colônia do Pinhal pode ser percebida nas palavras do médico alemão Robert Avé-Lallemant que na *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)* visitou a colônia:

Ao mesmo tempo eu prometera fazer uma visita a um alemão, Miguel Kröff, que possuía uma terra perto de Santa Maria e ali fundara uma pequena colônia alemã. (...) Acompanhado do distinto alemão Jäger, parti de Santa Maria às 8 horas da manhã de domingo de Ramos (28 de março). Trotamos colina abaixo e, em pouco tempo, estávamos na entrada da serra. (...) Saindo de lá, chegamos à casa do alemão Kröef, que me pedira, em Santa Maria, que o visitasse. O asseio da casa e do pequeno estabelecimento comercial era verdadeiramente surpreendente, mas inteiramente em harmonia com os moradores. Lá passei o dia, e, sem dúvida, com isso não perdi meu tempo. Como já disse, a região onde achava chama-se Pinhal. O alemão acima referido comprara uma bela faixa de terra e mandara dividi-la em colônias. Onze famílias já se mudaram para ali e lançaram os fundamentos de uma colônia alemã, cuja prosperidade parecia garantida, não fosse a má vontade de vários proprietários vizinhos. Pois levantou-se até a opinião de que Kröef incluía em sua medição terras pertencentes ao governo. Removida essa insegurança, a laboriosidade dos colonos e a fertilidade do solo conduzirão a um melhor futuro. Depois de seis meses de trabalho, diversas famílias já tiveram uma boa colheita e venderam seus produtos a muito bom preço. Já foram montados, perto, dois curtiúmes e uma serraria, estando ambas as indústrias em plena atividade. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 217-219)

Portanto, fica declarado houve a colheita depois de seis meses, março de 1858, logo o assentamento das onze famílias teria acontecido em setembro de 1857 (BRENNER, 2007, p. 3). Este como ano inicial da colonização é corroborado por Belém (2000, p. 188), todavia discordado

por Ruppenthal (2000) que retrocede a data devido às fontes primárias dos Autos de Legitimação de Posse e Cultura Efetiva ou de Moradia (AHRs) apontando os primeiros colonos que chegaram a Pinhal para a medição de terras declarando que se encontravam no local antes de 1853. Portanto, analisa o “Mappa da População Colonizadora da Vila de Santa Maria da Boca do Monte (estrangeiros) do ano de 1858”⁷ percebendo que os outros colonos vieram nas primeiras leva de imigração, já Miguel Kroeff chegará ao Brasil em 1846. O que não permite que a colônia seja fundada antes deste ano. “Então por tudo que vê, igualmente a Colônia não poderia ter sido fundada no ano de 1857, pois já existia há, no mínimo, cerca de dois anos, conforme a citação do próprio Normann. A data mais provável seria entre os anos de 1853 a 1855” (RUPPENTHAL, 2000, p. 11).

Não encontramos em nossa pesquisa “a citação de Normann”, informando os dois anos de existência da colônia, contudo “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios- que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Nessa esteira compreendemos que Ruppenthal (2000) leva em consideração alguma relação de Felipe Normann com a Colônia do Pinhal, porque o mapa estatístico foi produzido para informar “a situação” do projeto de implantação colônia da Santa Maria da Boca do Monte, na serra de São Martinho. No momento iremos nos servir deste instrumental como balizamento temporal da fundação da Colônia do Pinhal entre 1853 e 1857, na falta de um dado mais expressivo para referência.

A colônia do Pinhal: do florescimento a decadência

No *Mappastatistico da população da colonia de Santa Maria da Bocca do Monte*⁸ apresenta uma descrição dos colonos alemães, que integram a Colônia do Pinhal, por nomes das famílias, com outros membros, idade, estado (civil), religião, ano em que chegaram,

⁷ O mapa em questão é *Mappastatistico da população da colonia de Santa Maria da Bocca do Monte* (AHRs, caixa 35, maço 65, Relatório de Felipe Norman, de 1º de maio de 1858).

⁸ Ibidem.

naturalidade, grau de instrução (educação), profissão (ofício que desempenhavam): Jacó Albrecht– 49 anos, casado, protestante, chegou em 1828, proveniente da Prússia, regular, engenheiro de serras de madeira; Miguel Kroeff– 40 anos, casado, católico, chegou em 1846, proveniente da Prússia, maior, negociante; Jacó Adami Filho – 22 anos, casado, protestante, não consta, brasileiro, nenhuma, lavrador; Daniel Gehm– 32 anos, casado, protestante, chegou em 1846, proveniente da Baviera, regular, lavrador; Jacó Adami – 60 anos, casado, protestante, chegou em 1829, ilegível, regular, lavrador; Martinho Zimmermann – 28 anos, casado, protestante, não consta, brasileiro, regular, curtidor e Pedro Schreiner– 38 anos, casado, protestante, chegou em 1825, proveniente da Baviera, regular, lavrador. Estando aqueles imigrantes nas terras da colônia do Pinhal, que é cortada pela Picada⁹ do Pinhal e, posteriormente, Estrada Geral, hoje Avenida Guilherme Kurtz (BRENNER, 2007), tão logo começaram o cultivo da terra.

A Estrada Geral aberta a trânsito fazia a ligação entre o norte da província com a região central, sendo a colônia do Pinhal um entreposto importante entre a região serrana, Santa Maria e Porto Alegre. O desenvolvimento não tardou a acontecer, pois a colônia não só se tornou um lugar de comércio dos produtos dos colonos como também um centro agrícola (BELÉM, 2000). Tanto é que o Presidente da Província dirigiu-se a Câmara Municipal de Santa Maria, em 22 de julho de 1861, para a criação de um Distrito de Paz:

Constando a essa presidência que a colônia particular, estabelecida, em 1857, por Miguel Kroef em terras de sua propriedade nos limites desse município com o de São Martinho tem hoje 60 prazos medidos com 60 casais e 54 fogos, perfazendo o total de sua população 286 almas, convém Vmcês. Informem se julguem conveniente que ali se crie um Distrito de Paz, indicando quais devem ser os limites. (BELÉM apud PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1861).

⁹ Explica Dreher (2005, p. 15) que a Picada tinha designação alemã de *Scheise* ou alemanizada pelo colono *Pikade* sendo uma via, caminho, aberta para penetração na floresta subtropical na qual iam se localizando os lotes dos colonos.

Segundo Belém (2000) a Câmara Municipal de Santa Maria não criou o Distrito de Paz porque traria maiores despesas às receitas do município. Mas, isso não inviabilizou o desenvolvimento econômico de Pinhal que terá casas de negócio e indústrias derivadas do plantio do milho, da mandioca, da cana-de-açúcar, do arroz e também indústrias de lombilharia¹⁰ e sapatarias (tamancaria). Como também armazém de produtos coloniais (secos, molhados e ferragens), curtume, oficina de marcenaria e fábrica de cachaça (BELÉM, 2000, p.188-189). Podia se encontrar uma fábrica de vinhos porque “semelhante a Feliz também Pinhal, perto de Santa Maria, numa localização parecida, dedicara-se, desde cedo, à produção de vinho. O *Koseritz-Kalender*, de 1875, registra os seguintes colonos como donos de vinhas: Jakob Adamy, Jakob Albrecht, HenrichStreccius e Martin Zimmermann” (AMSTAD, 1999, p. 222).A partir disso verifica-se um patrimônio econômico bem expressivo em se tratando da colônia particular do Pinhal que “não teve sucesso em função de diversos problemas, como a falta de organização dos empresários, falta de pessoal qualificado para os trabalhos iniciais que era preciso para a abertura de uma Colônia rural”(NICOLOSO, 2012, p. 325).

Tabela 3 – Patrimônio dos teuto-alemães de Santa Maria.

Nome	Ano	Monte-mor em libras esterlinas	% escravos	% bens rurais e benfeitorias	% bens urbanos	% animais	% equipamentos	% outros	% mercadoreias	% dividas ativas	% dividas passivas
Henrique Rese	1859	23,35	-	62%	-	27%	-	11%	-	-	-
Maria Eva Albrecht	1873	1.626,14	1%	58%	-	7%	2%	20%	-	12%	51%
Margarida Schreiner	1883	390,96	-	84%	-	14%	2%	-	-	-	-
Jacob Albrecht	1885	2.206,67	-	46%	14%	2%	1%	-	-	37%	-
Miguel Kroeff	1888	843,96	-	5%	56%	0,5%	0,5%	2%	29%	7%	8%

Fonte: (KÜLZER, 2009, p. 53).

A partir da seleção dos inventários *post-mortem* dos membros da Colônia do Pinhal (de Maria Eva Albrecht, Margarida Schreiner, Jacob Albrecht e Miguel Kroeff) realizado por Külzer (2009) podemos inferir um patrimônio contido – sobretudo – em libras esterlinas, bens rurais e

¹⁰ Lombilharia é local onde se produz lombilhos, espécie de sela de montaria em cavalo (arreio).

benfeitoria. Não obstante alertamos para a porcentagem de escravos ainda que inexpressiva, porém existente, na Colônia do Pinhal. Esta prosperidade econômica possibilitou a Colônia do Pinhal a construção de dois templos religiosos. Sendo a comunidade de maioria alemã com religião protestante de confissão luterana¹¹, seguida da religião católica apostólica romana. Entre 1869-70, os colonos alemães luteranos constroem uma igreja para dar vazão a sua fé, que conterà sinos, fundidos na Alemanha em 1885¹², há também em frente à igreja um “cemitério luterano”¹³, no qual não consta data de construção. Os colonos alemães católicos, e demais moradores da região, também constroem, entre 1872-78, um templo religioso católico ao lado daquele, a igreja de São José do Pinhal.

Nessa época, dado o florescimento econômico da colonização alemã, o Pinhal foi elevado à categoria de Freguesia, pela lei 21 de maio de 1882: “marchava, desassombradamente, para um futuro magnífico a próspera povoação, rivalizando em comércio, vida social e movimento com a sede do município [Santa Maria]” (BELÉM, 2000, p. 189). Todavia, em 1872, foi submetido ao governo imperial, um projeto ferroviário para o Rio Grande do Sul, considerado embrião da malha ferroviária que cortaria o Estado em várias direções com objetivo de satisfazer “as necessidades estratégicas, políticas e econômicas da parte sul do Império. As fronteiras meridionais eram consideradas inseguras e

¹¹ Sobre a atual Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB), em Itaara, temos poucas informações, pois seus estatutos foram perdidos, eles estavam sob a guarda da Igreja Luterana de Santa Maria a qual foi invadida e saqueada durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1944).

¹² A Constituição do Império do Brasil de 1824 “Art. 5.ª Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”. Por isso os sinos só foram colocados mais tardiamente, em 1886 (BRENNER, 2007, p. 3).

¹³ A única referência sobre o Cemitério Evangélico de Itaara, que encontramos até o momento, é o blog de José Antonio Brenner, Arquiteto, pesquisador, escritor e professor da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM (1960-90), dedica-se a pesquisa histórica da imigração alemã.

vulneráveis, tanto ao contrabando como a possíveis agressões bélicas dos países platinos” (HEINSFELD, 2007, p. 274 Apud CÂMARA, 1874, p. 39).

Nessa constante, iniciaram as obras da construção da linha Porto Alegre-Uruguaiana com inauguração do primeiro trecho com 147 km, em 1883, chegando à Cachoeirado Sul alcançando Santa Maria, em 1885 (HEINSFELD, 2007, p. 276). Esta é uma situação desfavorável ao desenvolvimento do Pinhal em relação à ferrovia porque os colonos locais trocam a residência para o município de Santa Maria para que os produtos pudessem ser comercializados com a capital da província. E, ainda, quem transitava na região serrana para Santa Maria não deixava mais as mercadorias na colônia para serem negociadas. Logo, rompe-se o eixo/ponte comercial existente, serra-Pinhal-centro da província. Entretanto, havia “(...) a esperança de que a linha da Serra em breve partindo de Santa Maria em direção ao Norte, passaria pelo centro da povoação, dando-lhe nova seiva e animando-lhe a indústria adormecida” (BELÉM, 2000, p. 190).

Essa linha da serra é o trecho férreo chamado “tronco norte”, Santa Maria-Passo Fundo, elaborado no projeto de Ewbank da Câmara em 1872. Em 1894 quando foi terminada a parte da construção do “tronco norte” do trecho Santa Maria-Cruz Alta, cerca de 160 km, pela *Compagnie de Chemins de fer Sud-Ouest Brésilien* (HEINSFELD, 2007, p. 285-289). Só que o traçado desta linha passou longe do desejado não contemplava o núcleo de povoação da Freguesia do Pinhal, pois achava-se distante ficando a estação ferroviária do Pinhal a mais de uma légua. A colônia, como entreposto comercial, não era mais viável sendo atrativo levar os produtos diretamente a estação ferroviária de Santa Maria (BELÉM, 2000, p. 190). Assim, abandona-se a antiga estrada de rodagem, a Estrada Geral, e obrigava os próprios colonos alemães a mudarem-se para Santa Maria em busca de condições mais prósperas ou enfrentar a decadência na colônia.

Considerações finais

A Colônia do Pinhal, fundada entre 1853 a 1857, em Itaara-RS, é exemplo de como foi organizada a colonização alemã no Rio Grande do Sul, na sua segunda fase (1844-1889) de imigração, após a Lei de Terras

de 1850. A forma como, ora o agenciador, ora o colono orientavam seus interesses no espaço político é uma tentativa de disputar o poder em busca da terra. O início de uma povoação em Itaara apenas foi possível a partir da colonização em torno do assentamento na terra. Tendo em vista que oportunizou as bases da configuração territorial atual município.

Ainda carece de mais pesquisas tanto a toponímia do município, em relação às políticas de nacionalização do período varguista, bem como a possível relação entre o agenciador, Felipe Normann, e a colonização particular em Pinhal. O que se conseguiu apurar até o momento, frente aos dados da pesquisa, é que houve na colônia alemã do Pinhal um desenvolvimento econômico efêmero, porém pujante em termos de patrimônios e heranças para os colonos, além do patrimônio religioso. Até a rápida decadência da colônia frente à ferrovia que era baluarte de progresso no Rio Grande do Sul do século XIX, mas que em Pinhal levou ao regresso.

Referências

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1999. Tradução de Arthur Blásio Rambo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Rio Grande do Sul seus municípios e suas leis de criação*. Comissão de Assuntos Municipais. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2008.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 216-223.

BELÉM, João. Da comarca e dos distritos municipais. In: BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797/1933*. 3.ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000, p. 181-208.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martino 1787-1930*. 2.ed. Canoas: La Salle, 1979, p. 312.

BRENNER, José Antonio. *Pinhal – 150 anos – Itaara*. Folheto 4f. Santa Maria: s/n, 2007.

DALMOLIN, Cátia. *A política nacionalista do Estado Novo em Santa Maria e na Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul*. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2001.

FISHER, Jacy Waldyr. Toponímia alemã no Rio Grande do Sul. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo; Oikos, 2005, p. 166-181.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

_____; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual no mercado historiográfico. In: _____. PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias – na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. *República Velha (1889-1930)*. História Geral do Rio Grande do Sul. v. 3. t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-303.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. Dissertação (mestrado). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009, p. 46-55.

LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Netto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica – RS, 2010.

MARTINS, Tiago Costa. Desenvolvimento e cultura em Itaara – RS: por uma nova interpretação histórica. In: MARTINS, Tiago Costa (org.). *(Re) Pensar o desenvolvimento de Itaara: discussões acadêmicas em prol do município quatro estudos sobre história, geografia, economia e turismo*. Itaara: Câmara Municipal de Vereadores, 2008, p. 7-16.

_____. A formação de Itaara: mais território do que município. In: MARTINS, Tiago Costa; GUIMARÃES E SILVA, Marcela (orgs). *Breve História da Colônia Philippson, Itaara, RS*. São Borja: Conceito, 2012, p. 15-31.

MÜHLEN, Caroline von. Sob olhar dos viajantes: colônia e imigrante alemão no Rio Grande do Sul. In: MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p. 46-53.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica – RS, 2009, p. 17-18.

NICOLOSO, Fabricio Rigo. Os imigrantes alemães em Santa Maria: estratégias familiares e escândalos políticos no final do século 19. XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. *Anais eletrônicos ANPUHS*, Universidade Federal de Rio Grande (FURG), p. 324-334, jul. 2012.

_____. A tentativa frustrada da implantação da colônia alemã na serra de São Martinho. In: NICOLOSO, Fabricio Rigo. *Fazer-se Elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013, p. 43-46.

NUNES, Nádia Silvana. *Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo*. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 72.

RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX: origens, formação e desenvolvimento*. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 33-35.

WITT, Marcos Antônio. Os registros Paroquiais da Lei de Terras como fonte de pesquisa para a história da imigração. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Coleção do Núcleo de Estudos da História da Imigração – NEHI/PPGH; Coleção Memória e Cultura – NEMEC/PPGH, Vol. III. Porto Alegre: Letra & Vida, p. 41.

Fontes documentais

Arquivo Municipal de Santa Maria – AMSM:

Serão abolidos os nomes estrangeiros de todas as localidades brasileiras. *Jornal A Razão*, Santa Maria, 28 de outubro de 1943, p. 6.

RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria (1929-1935)*. Atos – Decretos e Leis Orçamentárias. Volume VII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1939.

_____. *Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria (1935-1937)*. Atos – Decretos e Leis Orçamentárias. Volume VIII. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1940.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs:

Livro Códice 333 – 1824/1853. Registro geral dos colonos chegados – São Leopoldo.

Caixa 35, maço – 65. Colonização: Diretoria, Diversos e Relatório. Colônia de Santa Maria da Boca do Monte – 1858/1878.

_____. 1858 – Colônia de Santa Maria da Boca do Monte. Relatório de Felipe de Normann.

_____. Mapa estatístico, territorial e agrícola da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte de 1º de maio de 1858. Relatório de Felipe Norman.

_____. Mapa estatístico da população da colônia de Santa Maria da Boca do Monte de 1º de maio de 1858. Relatório de Felipe Norman.

Fontes eletrônicas

BRASIL. *Constituição política do império do Brasil (De 25 de março de 1824)*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 de novembro de 2012.

BRENNER, José Antonio. *Cemitério Evangélico de Itaara*. Disponível em: <<http://brennerdesantamaria.blogspot.com>>. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

A QUESTÃO IMIGRATÓRIA EM ESCRITOS DO FINAL DO SÉCULO XIX – O CASO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO

Angela Bernadete Lima*

Resumo: A partir da tentativa de apoiar e intensificar o fluxo imigratório para o Brasil e da mesma forma fornecer a ajuda necessária quando da chegada dos imigrantes, a Sociedade Central de Imigração buscou expandir sua área de ação. Com matriz no Rio de Janeiro, necessitava ampliar o alcance de suas propostas e levar suas ações para as províncias que estavam recebendo imigrantes naquele período, e do mesmo modo promover a divulgação de seus projetos e ações nos países onde desejavam atrair imigrantes. Desde seu início a Sociedade Central de Imigração utilizou como estratégia a propaganda, interna e externa, os seus escritos. No conjunto de publicações do grupo o jornal *A Imigração* e os *Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração* são os mais destacados. O jornal *A Imigração*, produzido mensalmente entre os anos de 1883 a 1891, possui importantes informações acerca das políticas e projetos vinculados a causa imigratória. E os *Livros de Propaganda* foram publicados com vistas a detalhar melhor algumas questões que necessitavam de solução urgente. A partir deste conjunto de escritos, buscaremos conhecer com mais detalhes o conteúdo das propostas do grupo e os meios pelos quais sugeriam que estas se concretizassem.

Palavras-chave: Imigração, escritos, Império, propaganda imigratória.

Idealizada e fundada no final do século XIX, a Sociedade Central de Imigração apresentava como objetivo principal organizar e promover o aumento da imigração de europeus para desenvolver atividades agrícolas em pequenas propriedades rurais no Brasil. Inseria-se em seus objetivos, ao mesmo tempo, garantir boas condições de deslocamento

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina na Linha de Pesquisa Migrações, Construções Socioculturais e Meio Ambiente. Orientanda do Professor Dr. João Klug.

desse imigrantes Europa para o Brasil, sua instalação nos núcleos coloniais e trabalho. No entanto, ainda que a ênfase no trabalho fosse sempre importante, a finalidade não estava exclusivamente em angariar mão de obra para a lavoura, mas incentivar uma mudança na forma de ocupação das terras no Brasil. Suas propostas configuravam-se em torno de estruturas que podem ser consideradas como componentes de um projeto modernizador e reformador da sociedade brasileira.

Congregando entre seus membros alguns dos nomes mais importantes do cenário político e intelectual do período, a Sociedade Central de Imigração expressava suas prerrogativas para as alterações que julgava necessárias no quadro social do Brasil no final do século XIX através de escritos e mesmo em discursos proferidos no Parlamento, visto que alguns de seus membros atuavam no quadro político nacional como deputados ou em outros cargos.

Portanto, os escritos constituíram-se no meio propaganda e divulgação utilizado pelo grupo, neles os ideais e propostas relacionados à imigração eram veementemente defendidos. No jornal *A Imigração*, publicado mensalmente pela Sociedade Central, é possível encontrar diferentes informações relacionadas às temáticas defendidas pelo grupo, inclusive as atas das reuniões realizadas regularmente entre seus membros e associados. Na ata da primeira reunião do distinto grupo, publicada na seção “*Estatutos da Sociedade*”, estão manifestos nos artigos do capítulo I quais eram, inicialmente, os fundamentais objetivos a que se propunha a Sociedade Central de Imigração:

1º. De influir, quer pelo uso do direito de petição, quer pela imprensa, quer finalmente pelas relações e posição de seus membros, a fim de serem decretadas todas as reformas necessárias para que o estrangeiro ache uma verdadeira pátria no Brasil, sendo tomadas todas as medidas precisas para a recepção e collocação de imigrantes, medindo-se terras em extensão sufficiente, etc.

2º. De manter correspondência permanente com as sociedades estrangeiras que advogam a immigração para o Brasil, afim de com ellas combinar os melhores meios de ação.

3º. De crear, logo que for possível, um grande órgão de propaganda nestacorte para formar opinião no paiz e exercer conveniente influencia sobre a marcha das cousas públicas em relação a immigração europeia. (A IMMIGRAÇÃO, nº1, 1883, p.1.)

Desde a sua fundação, e durante quase uma década de existência, a Sociedade Central buscou elaborar estratégias para atrair imigrantes através de uma intensa propaganda em duas frentes: uma interna, visando convencer os nacionais sobre as vantagens da imigração, e externa, direcionando propagandas aos governos e populações dos países alvos. As propagandas eram feitas por meio de discursos, artigos, periódicos, cartas etc. Todo este material foi publicado no jornal *A Imigração*, que circulou de dezembro de 1883 a abril de 1891.

A coleção de exemplares do jornal *A Imigração* configura-se como principal fonte histórica sobre o grupo, uma vez que possibilita o estudo das formas e maneiras pelas quais seus membros concebiam as questões relacionadas à imigração, escravidão, agricultura, propriedades de terra e a legislação em vigor acerca destes assuntos. No jornal ainda podemos perceber de que maneira eram vistos os nacionais (mestiços e negros oriundos da escravidão), concebidos como inferiores na justificativa da necessidade de intensificar a importação de trabalhadores europeus. O grupo buscava promover a imigração para todo o Império, embora acreditassem que nem todas as províncias apresentassem as características de atração.

A preocupação fundamental com a atração de imigrantes dialogava com a intenção de modificar a legislação brasileira com vistas a, senão igualar, tornar mais equitativos com relação aos nacionais os direitos dos estrangeiros que se dirigissem ao Império do Brasil. De tal modo, os discursos acerca da necessidade de discutir e avaliar questões como a naturalização e o casamento civil dos imigrantes surgem na pauta de prioridades do grupo desde suas primeiras atividades. Na *Acta da 1ª sessão preparatória*, publicada no primeiro boletim do jornal *A Imigração*, enfatiza-se a necessidade de o governo Imperial tomar as rédeas dos negócios da imigração, garantindo direitos mínimos, pois:

Deixa-se tudo á iniciativa particular; mas é necessário, é imprescindível que ella se firme em base solida, nas medidas propostas no parlamento e apresentadas há tantos anos com patriótica solicitude e energia pelo benemérito deputado Dr. Escagnolle Taunay. Sem isso, a iniciativa particular será improdutiva, ou então ficará muito e muito cercada, ao passo que ao conseguimento daquelas medidas largas e generosas dever-se-há o inicio de uma nova era para o Brazil. Emquanto não

decretarem as leis de grande naturalização, casamento civil e outras providências complementares, nada se conseguirá em larga escala e com proporções promissoras. (A IMMIGRAÇÃO, 1883, p. 3)

Em sua estratégia de ação, a Sociedade Central primava pelo esclarecimento público da realidade brasileira nas questões imigratórias e de trabalho na terra. É justamente nesse sentido que, ao tratarmos historicamente do período final do século XIX e de todas as questões que estavam nele colocadas, não podemos fazê-lo sem pensar na ação da elite intelectual. E por elite intelectual entendemos aqui os indivíduos de certa condição material, intelectual ou aqueles envolvidos com as esferas de poder público. De modo geral estes faziam parte do cenário público em diferentes posições: políticos, estudiosos, jornalistas, engenheiros, advogados, militares, escritores, entre outras.

Capa do primeiro número do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital – FBN

Não se configura como novidade que nesse momento foram estes indivíduos que conduziram boa parte das discussões políticas na tentativa de, especialmente por meio de discursos e escritos, chamar a atenção da sociedade do período para os problemas que o Brasil estava enfrentando. Entre as questões que suscitavam as mais elevadas discussões figuravam os problemas que o regime escravista vinha apresentando, a necessidade de braços para trabalhar as imensas terras pertencentes ao latifúndio, o atraso nas técnicas de cultivo, o discurso em prol da divisão de terras em pequenas propriedades e a imigração.

Alguns dos diretores da Sociedade Central possuíam ligação ou algum tipo participação em jornais, o que pode ter facilitado a amplitude das primeiras ações do grupo na imprensa. Michael Hall destacou alguns nomes que atuavam neste setor e que “emprestaram” suas folhas para o início das publicações da Sociedade, como José Américo dos Santos, amigo de André Rebouças e membro do grupo, era também diretor da Revista de Engenharia (HALL, 1976, p.149). Um dos diretores da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo também foi um dos diretores da Sociedade. Era médico e jornalista e realizava muitas viagens à Europa, de onde sempre trazia notícias e buscava estabelecer parcerias para o grupo. Além disso, no grupo fundador da Sociedade Central temos, Carl von Koseritz que era jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul e dirigia o jornal *Deutsche Zeitung*, e Hugo Grüber era diretor do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung*, do Rio de Janeiro. (LIMA, 2013, p.29)

A maneira encontrada para tanto se baseou fortemente na divulgação de informações recebidas de colaboradores de diversas localidades do Império e do Europa. Através da publicação de números referentes ao fluxo imigratório e das medidas de trabalho que eram delineadas a cada nova informação recebida e estudada, o grupo da Sociedade Central buscava fortalecer seu programa. A construção de seus discursos e a própria linguagem possuíam uma ligação direta com o público que se pretendia alcançar, ou seja, homens influentes e interessados em aderir ao seu programa de mudanças. Assim, o importante era adquirir a simpatia daqueles que poderiam ser convencidos das vantagens da ampliação do fluxo imigratório e de todo o malefício gerado pela continuidade do sistema escravista e do sistema produtivo da grande lavoura.

O intuito principal era, em um primeiro momento, chamar a atenção para os entraves que uma nação que se encontrava em progresso, caso do Brasil segundo estes indivíduos, deveria resolver caso desejasse entrar para o rol das nações civilizadas e desenvolvidas. No cenário histórico do século XIX nos é permitido observar, pois, que em muitos momentos as noções de cultura e de progresso caminham juntas. Esta análise é feita por Nicolau Sevcenko, quando observa que foi no século XIX que a elite intelectual percebe-se como “mosqueteiro” do desenvolvimento. É nesta conjuntura é que o seu exercício intelectual evidencia-se e acaba por confundir-se com suas atitudes políticas (SEVCENKO, 1998, pp. 78-188).

Alguns inflamados discursos davam conta de que a ordem identificada com o progresso era o cerne das propostas colocadas por diferentes setores. Acerca disso, a historiadora Margarida de Souza Neves afirma que os indivíduos que imprimiam direção ao Estado Imperial, naquele fim de século, concebiam o Brasil como realidade inserida em uma temporalidade governada por uma noção de história contínua e linear, que pressupunha que os povos de todas as partes do mundo deveriam seguir os passos das nações “civilizadas e progressistas”, saindo do atraso e identificando-se cada vez mais com as “luzes da ciência” (NEVES *apud* KRIMBERG; SALLES, 2009, p. 127). O que parece certo é que, muitos acreditavam que seria apenas de uma questão de tempo.

Portanto, o uso dos jornais como forma de denuncia dos problemas sociais era amplo. Um dos mais importantes membros da Sociedade Central de Imigração, o engenheiro André Rebouças, fez extenso uso dos periódicos como campo de luta, principalmente no que tange a abolição do regime escravista e a democratização das terras no Brasil, afirmou: “A imprensa não pode faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da instrução, de seu engrandecimento e da sua prosperidade” (REBOUÇAS, 1885, p.359)

O jornal *A Imigração* constituiu-se uma ferramenta mais utilizada pelo grupo para produzir visibilidade a situação imigratória no Império do Brasil como um todo. Para tanto, as informações recebidas dos núcleos coloniais por meio das *Sociedades Filiais*, que se espalhavam por todo o país, eram muito importantes. Por meio destas informações o grupo

consequia elaborar gráficos estatísticos das terras disponíveis, destacar a produção agrícola de cada núcleo colonial, além de acompanhar os desdobramentos das questões relativas à naturalização, ao casamento civil e a preparação dos imigrantes e seus filhos para o melhor aproveitamento da terra. Estas prerrogativas foram sendo cada vez mais motivo de discussão. O que levou o grupo a elaborar escritos mais explicativos e que chamassem a atenção dos políticos e da sociedade para a urgência em resolvê-los.

Os livros de propaganda

No Segundo Reinado, período em que a questão imigratória ganha maior destaque nos discursos e nas políticas, o próprio governo lança mão de várias técnicas de propaganda com vistas a levar aos países europeus imagens positivas e favoráveis do Brasil. Para tanto são elaborados impressos, folhetos em várias línguas, guias ao que pretendessem imigrar, entre outros. Estes eram encaminhados para os países que, em sua opinião, oferecessem as melhores ofertas de imigração. Todo este material buscava oferecer, por meio de ilustrações e linguagem clara, as informações sobre as vantagens que o Brasil apresentava nos setores da agricultura, pecuária e indústria. Acentuam as facilidades existentes para aquisição de terras para formação de novos núcleos coloniais.

A propaganda realizada por agentes particulares, em alguns casos homens que recebiam verba do governo para que atuassem, sob o controle das embaixadas e consulados, em diversos países. A função destes indivíduos era garantir que as informações sobre o Brasil chegassem aos interessados em imigrar. A melhor ferramenta, em muitos casos, era apontar dados positivos sobre o número de imigrantes já estabelecidos nas diversas províncias e mostrar que haviam conseguido prosperar e obter autonomia financeira através de seu trabalho.

Com a propósito de diversificar seus meios de propaganda e chamar a atenção pública aos problemas que prejudicavam o avanço da corrente imigratória, a Sociedade Central de Imigração inclui em seu programa a publicação de uma série de opúsculos. Trata-se de uma forte propaganda interna a ser realizada com a divulgação de obras específicas que tratariam dos seguintes assuntos: uma nova legislação relativa ao

casamento civil, a grande naturalização, a questão da educação daqueles que lidavam com a terra, através da implantação do ensino técnico. A publicação dos livros, em conjunto com os artigos do jornal *A Imigração*, adquire importância no programada Sociedade Central por ajudar os futuros imigrantes ao apresentarem propostas e medidas em estudo que interessavam a todos.

Deste modo, a publicação de *Casamento Civil*, de autoria de Alfredo Taunay, como *I Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração*, em 1886, vincula-se ao projeto maior do grupo em criar as condições necessárias para atrair a imigração para o Império do Brasil. Neste primeiro livro, Taunay buscou mostrar os entraves de uma legislação restrita e a cronologia das diversas tentativas ocorridas ao longo do século XIX para instituir no Brasil o casamento civil.

Neste *I Livro*, Taunay destaca que a Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 5º, estabelecia que “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império”. Isto é, ao mesmo tempo em que se instituiu um simulacro de liberdade religiosa, que algumas disposições posteriores tornaram ainda mais limitadas, concedia-se à religião católica o privilégio de religião oficial, a ser obrigatoriamente respeitada por todos, conforme dispunha o § 5º do artigo 179 da Constituição: “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não “ofende a moral pública”. (TAUNAY, 1886, p. 12)

Nos assuntos referentes à validade dos casamentos protestantes e mistos, a legislação aprovada pela Igreja Católica, religião oficial do Império, mostrou-se ambígua e intolerante. A liberdade de culto, aprovada e confirmada na Constituição do Império, conviera às necessidades espirituais e morais básicas dos protestantes. Entretanto a questão matrimonial e os problemas que surgiram pela sua invalidade, segundo as leis do direito canônico, levaram a vários debates e reivindicações dos protestantes.

O anseio de aumentar a imigração para o Brasil, somado à existência de algumas minorias protestantes já estabelecidas em território nacional, serviram de pretexto para que alguns políticos apresentassem propostas de instituição do casamento civil em diferentes períodos do século XIX. Tudo isso, obviamente, utilizando a argumentação de que era

necessário dar garantias legais às famílias não católicas ou mistas. Esta opinião começou a ser defendida ainda em 1829, pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, que ressaltou a ausência de leis que legitimassem os casamentos entre os imigrantes de outras religiões, já que pelo decreto de 3 de novembro de 1827, a celebração das núpcias restringia-se somente aos que tinham condições de cumprir as formalidades exigidas pela Igreja Católica (SANTIROCCHI, 2012, p.21).

Por meio de uma minuciosa cronologia de tentativas e projetos anteriores, Taunay buscou evidenciar a urgência do problema. A insuficiência de regulação sobre os casamentos civis levou homens e mulheres a contraírem união por escritura pública sem nenhuma validade legal. Quanto à legislação sobre o casamento civil, aprovada em 1861, perpetuou-se até o advento da República, quando o Estado deixou de ser confessional para ser laico. No Brasil, o casamento civil foi instituído em 1890, após a proclamação da República, como a declaração máxima da separação entre Igreja e Estado.

Além do casamento civil, Alfredo Taunay lutou em prol da naturalização dos imigrantes. Em sua opinião esta necessitava ir além da naturalização simples, que excluía a elegibilidade dos naturalizados. A nacionalização, ou naturalização tácita, consistia em proporcionar a todo o estrangeiro que possuísse residência efetiva no Império por um determinado período em cidadão brasileiro – caso este não se manifestasse explicitamente contra a sua naturalização – e salvo exceções muito específicas de indivíduos que não poderiam contar com tal prerrogativa, como bandidos, assassinos, fraudadores etc.

Com a intenção de retomar discussões que já vinham tomando lugar nos debates do parlamento e da câmara, a publicação do livro *A nacionalização ou grande nacionalização e naturalização tácita*, também de autoria de Taunay adquire importância. Neste, os argumentos colocados pelo autor baseiam-se na proposta de um nacionalismo de cidadania, presumindo que a incorporação dos estrangeiros ao recém-constituído Estado-nação seria uma opção a ser dada, para que os nacionalizados pudessem contribuir com o desenvolvimento do Brasil, especialmente naquele momento de mudanças.

Acreditava-se que se os imigrantes e demais estrangeiros fossem nacionalizados, seguramente passariam a sentir-se como parte ativa na

construção do Brasil e poderiam, a partir deste fortalecimento dos laços com a comunidade nacional, mobilizar-se com maior motivação para dar lugar a empreendimentos mais duradouros e enraizados. Porém, Taunay buscou deixar claro a que tipo de estrangeiros se dirige a sua argumentação, e em que termos.

O argumento de Alfredo Taunay, neste sentido, defende a integração de imigrantes europeus. Ele acredita que, para que estes se entreguem verdadeiramente a sua nova pátria, seria necessário conceder-lhes a nacionalização, do contrário não teriam motivos suficientes para colaborar com seu trabalho para que o Império do Brasil superasse as dificuldades, e estariam neste solo apenas de passagem. Como um local de passagem, o Brasil poderia ser por eles abandonado, e:

A consequência é que os povos que mantêm o exagerado e inconveniente espírito de nativismo, vêem-se isolados no seu trabalho econômico e social, sendo explorados pelos estrangeiros que nelles buscam tão somente alcançar fortuna, deixando-os sem saudades nem ligações, uma vez satisfeitos os desejos que nutriam e conseguido o único objetivo que visavam.” (TAUNAY, 1886, p.25)

O grande empenho de Alfredo Taunay em concretizar a naturalização está relacionado, também, em uma herança paterna. Tomou como missão continuar a luta iniciada pelo pai, o Barão de Taunay. Registra que “afim de fundamentar os principaes argumentos em favor da grande naturalização, reunira o Barão de Taunay variados e interessantíssimos dados que ficaram perdidos”, sem apoio. Apelou também para a imprensa, embora soubesse do indiferentismo geral nesse assunto. Segundo o filho, o Barão de Taunay teria sido “o primeiro e incansável propugnador da grande naturalização no Brazil.” (TAUNAY, 1886, p,78)

A resolução do problema de naturalização influenciava vários setores da vida pública e, segundo Taunay, um dos grandes problemas dizia respeito aos direitos políticos. Restringia-se o acesso de estrangeiros à política por meio dos dispositivos da legislação. A solução, para Alfredo Taunay, de toda a questão colocada estaria no seu projeto da *Grande Naturalização*. Mas que, infelizmente, esse projeto ainda não havia obtido a merecida consideração não apenas pela Câmara dos

Deputados do Império, como das comissões. Taunay exemplifica todo o transtorno gerado pelo descaso com as questões de naturalização. Durante uma viagem eleitoral ele impressiona-se com a grande quantidade de estrangeiros que em cidades como Joinville, Gaspar e Desterro, na província de Santa Catarina, desejavam ser considerados brasileiros, contudo sentiam-se “acanhados pela obrigatoriedade de enviar ao governo geral requerimentos e petições” (TAUNAY, 1886, p.108).

O que podemos concluir, mesmo que superficialmente, é que a questão da naturalização, além de gerar expressiva discussão nas câmaras e na imprensa, causava certa confusão tanto nas posições de apoio como nas de oposição. Contudo, a leitura que podemos tirar desse fato, é que com o decreto de 15 de dezembro, o governo provisório estava tão somente buscando regularizar uma situação que já vinha sendo levantada e apresentada como projeto desde a década de 1870.

De modo geral, a Sociedade Central de Imigração sempre esteve à frente de projetos que procuravam proporcionar garantias de boa vivência aos imigrantes que escolhessem o Império do Brasil como espaço de reterritorialização. Portanto, creio que as questões de elegibilidade ou do aumento no número de eleitores configuraram-se tão somente como uma consequência natural da legislação posta em prática em 1889, assim como outras.

As ideias e projetos de modernização aparecem com força já no período pós independência. Sob a influência das ideias liberais há muito atuantes no Brasil, a esfera da educação passa a ser compreendida como um direito do cidadão e como aliada na modernização do país, portanto um dever do Estado. Desde então,

Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império. (CARVALHO, 1972, p.2)

Décadas mais tarde, o problema ainda necessitava de solução, apesar de algumas vozes terem se manifestado insistentemente para isso. Nesse sentido, não são raros os exemplos de iniciativas que visavam organizar e melhorar a situação do ensino no Brasil. As iniciativas surgiram com diferentes configurações: projetos apresentados por representantes da Câmara ou do Senado, artigos de jornais, legislações, estudos publicados, entre outros.

Entre as diversas obras que foram publicadas no período abordando o tema nos interessa mais especificamente as que buscaram tratar e propor soluções para o ensino técnico, ou ensino profissional, e sua expansão em um país que vinha procurando modernizar-se. Sendo assim, o grupo da Sociedade Central também lançou-se neste debate, e o seu *III Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração*, redigido por Tarquínio de Souza Filho, diretor da Sociedade Central e que colaborou com valiosos trabalhos na série de propagandas em que se empenhava o grupo, insere-se neste debate.

Neste terceiro livro, intitulado *O Ensino Technico no Brasil*, publicado em 1887 pela Imprensa Nacional, Tarquínio de Souza desenvolve interessante reflexão ao fazer uma conexão dos tipos de governos existentes e a forma como estes organizam a educação, conforme suas necessidades e interesses. Tarquínio fala acerca da educação inserindo-a nos debates sobre a abolição da escravidão no Brasil, nas questões imigratórias e especialmente sobre os tipos de ensino que acreditava serem ideais para que uma mudança social se operasse em todas as províncias do Império.

Um dos grandes problemas apontados no terceiro capítulo, *Reforma do Ensino Secundário*, é a adoção de um modelo único de ensino em todas as províncias. Não se tratava de excluir dos programas de ensino, por exemplo, o ensino de línguas e todo o cabedal literário, mas de inserir ao lado deste ensino clássico e literário o ensino científico prático, que futuramente produziria resultados benéficos para a educação e a mentalidade brasileira.

É partindo desta reflexão que o autor enumera os motivos da Necessidade de organização do *Ensino Technico no Brasil*, seu quarto capítulo. Sendo, pois, grandes as lacunas em nosso sistema de ensino naquele momento, nenhuma, porém, semelhava maior do que a falta

quase que absoluta de escolas técnicas e profissionais, incompatíveis com as urgências que vinham se esboçando. Especialmente no tange a agricultura, a necessidades de conhecimentos técnicos era agravada pela falta de acesso ao ensino de seus procedimentos.

Nos dois últimos capítulos da obra ficam bastante claras as propostas que o grupo da Sociedade Central desejava operar no Brasil. Em *Organização do Ensino Technico Nacional e Ação do Estado* e iniciativa privada, temos bem detalhado o programa proposto, que era amplamente baseado na junção entre interesses públicos e iniciativa particular. Ao apontar meios para as mudanças que julgava necessárias, Tarquínio de Souza reconhece igualmente que a situação econômica da monarquia não era das mais prósperas, e que portanto não comportaria ainda uma organização completa do ensino técnico “desde de seu grau mais elementar até o superior” (SOUZA FILHO, 1887, p.176).

A reforma do ensino técnico não pressupunha uma simples cópia dos países mais adiantados, mas antes uma adaptação de métodos e teorias à realidades e as necessidades do Império como um todo. Para tanto, a defesa aqui é de que as escolas técnicas em especial precisavam servir aos interesses locais, que consultem as exigências das classes a que serão destinadas nas diferentes regiões do país. Fugir do engessamento estava no horizonte de reorganização, a exemplo do que ocorria em algumas escolas da França, a proposta era criar um currículo que permitisse com que seus estudantes tivessem, além de algumas disciplinas obrigatórias, liberdade em selecionar algumas disciplinas que se parecessem mais úteis ao seu futuro ofício. A eficaz organização do ensino técnico consistiria igualmente, segundo Tarquínio, em aliar os interesses dos aprendizes e os das indústrias e comércios, através da criação de oficinas de prática.

Portanto, em linhas gerais, é possível observar que as transformações necessárias à agricultura nacional, segundo alguns membros elite intelectual liberal e a Sociedade Central de Imigração, deveriam ser precedidas, primeiramente, pela superação do trabalho servil, que cederia lugar ao trabalho dos pequenos agricultores imigrantes, e pela substituição da estrutura agrária baseada no latifúndio monocultor por pequenas propriedades, policulturas. Uma aposta histórica que, salvo as diferenças de contexto, não perdeu inteiramente a

sua atualidade, permanecendo ainda hoje como desafio indispensável para a democratização da sociedade brasileira.

Por fim, destacamos que muitos são os aspectos que necessitam de esclarecimento pois, como foi possível perceber, o papel da Sociedade Central de Imigração e sua inserção nos debates e no próprio pensamento que permeava o final do XIX necessita ser melhor explorado. Do mesmo modo, torna-se imprescindível compreender de que maneira estes sujeitos estavam lendo e interpretando a época em que atuaram, levando em consideração que se tratava de por em prática ações que não convergiam com os ideais de parte influente dos latifundiários, de alguns políticos e de setores da imprensa, o que caracteriza suas ações como altamente ousadas e criticamente propositivas para o período, e em certo sentido e por muitas vezes, utópicas. A visão de tal proposta como impregnada de utopia pode ser caracterizada principalmente pela tentativa do grupo de pôr fim a economia agrícola baseada nas extensas propriedades rurais. Foi justamente por conta dessa premissa que Sociedade Central de Imigração declarou, desde sua fundação, guerra ao latifúndio e a produção agrícola baseada na monocultura.

As propostas feitas pelo grupo ao longo de sua efêmera existência evidenciam, entre outros aspectos, que para que a imigração obtivesse sucesso de fato fazia-se necessária uma ampla modificação legislativa e educacional. A tentativa de organizar uma ação nacional de melhoria nas condições gerais dos imigrantes demonstra principalmente que, embora houvessem entraves causados pela ausência de um programa imigratório que objetivasse unicamente a ocupação e o cultivo da terra e não somente o suprimento de mão de obra para grande lavoura, um número expressivo dos homens da elite política e intelectual engajaram-se em alterar essa lógica.

A Sociedade Central de Imigração merece destaque nos estudos da imigração por haver procurado, de muitas maneiras, tornar a vinda de estrangeiros para as terras do Império do Brasil um fator de modernização geral. Sua atuação não ficou restrita a escritos ou discursos, diversas de suas ações e propostas tiveram grandes consequências e obtiveram resultados que há muito vinham sido buscados. As questões da naturalização, do casamento civil, do ensino técnico voltado para a melhoria da agricultura são apenas alguns exemplos. Muitas das

melhorias que foram sendo implantadas no processo imigratório só surgiram como consequência do trabalho deste grupo.

Bibliografia

A IMMIGRAÇÃO. *Órgão da Sociedade Central de Imigração*. Anno I, Boletim nº1, mar/abr. 1884.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro, Vícios de Leitura, 2000.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização*. São Paulo, 1972. (Mimeografado)

LIMA, Angela B. A Sociedade Central e Imigração e o incentivo à colonização baseada na pequena propriedade rural. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados*. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional – Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquin Nabuco – Editora Massangana, 1988.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, nº 12, Janeiro 2012.

SOUZA FILHO, Tarquínio de. *O Ensino Technico no Brasil*. III Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A Nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*. Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

_____. *O Casamento Civil*. Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

“RELAÇÃO DAS TERRAS QUE POSSUÍMOS NÓS ESCRAVOS QUE FOMOS DE QUITÉRIA PEREIRA DO NASCIMENTO”: EXPERIÊNCIAS DE LIBERTOS EM SÃO JOSÉ DO NORTE/RS NO SÉCULO XIX

Claudia Daiane Garcia Molet*

Nesta comunicação tenho o objetivo de analisar algumas experiências de libertos, articuladas com as vivências do cativo, em São José do Norte, no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, especialmente pretendo refletir sobre as possibilidades de conquistas de terras e as estratégias para mantê-las. Quitéria Pereira do Nascimento deixou registrado em seu testamento terras e liberdade para a maioria de seus escravos, na primeira metade do século XIX, porém alguns anos após os herdeiros não haviam entregue o imóvel, talvez por isso, os ex-escravos foram até o pároco para registrar sua propriedade conforme determinava a Lei de Terras de 1850. Estes libertos são ancestrais da atual Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca¹, localizada no município de Mostardas, outrora, freguesia de São José do Norte.

A localidade de São José do Norte está atrelada a disputa pelo território entre espanhóis e portugueses, pois conforme os tratados assinados entre ambos, as terras do Rio Grande do Sul pertenciam aos espanhóis, porém os portugueses desrespeitaram os acordos e avançaram a linha do império luso brasileiro. Rio Grande foi o primeiro núcleo populacional oficialmente criado no Rio Grande do Sul pelos

* Doutoranda em História UFRGS bolsista CAPES. Sob a orientação da Professora Doutora Regina Weber.

¹ A Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca foi a primeira comunidade, no Rio Grande do Sul, a conquistar a titulação definitiva de suas terras, no ano de 2010.

portugueses. Para povoar a localidade inúmeros casais açorianos chegaram na região, entre eles estavam os pais de Quitéria Pereira do Nascimento: Ana Pereira de Souza e Francisco Gonçalves Retorta. Quitéria casou com o Capitão Francisco Lopes de Mattos, depois do matrimônio, embora possuindo terras em São José do Norte, provavelmente, o casal continuou em Rio Grande até a invasão dos espanhóis em 1763. Após a invasão, Francisco e sua mulher fugiram de barco juntamente com seu cunhado, Manuel Jorge da Silva casado com Mônica Pereira de Souza, irmã de Quitéria, atravessou o canal e seguiu pela estrada da praia até chegar na sesmaria do Retovado, enquanto Manoel e Mônica rumaram para a sesmaria da Charqueada que fazia limite com a propriedade de Francisco e Quitéria. (DOS ANJOS, et al.,2009)

O território de São José do Norte era composto por uma faixa de terras litorâneas entre a laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, situação territorial que somente foi modificada na década de 1960, quando começaram a ocorrer as emancipações de suas freguesias. Por este litoral passou o “Caminho da Praia”, também denominado de “Caminho das Tropas”, aberto pelos portugueses na segunda metade do século XVIII para a condução das tropas de gado. Marta Hamaister, (2002) em sua dissertação de mestrado em História, afirma que este caminho além de unir geograficamente os pontos de atividades de pouso, internada e comércio de animais, que se situavam ao longo do seu trajeto, também propiciou a aproximação das pessoas que habitavam os povoados que por isso começaram a ter um fluxo sazonal de peões, condutores, comerciantes, tratadores e amestradores de animais. Pela importância estratégica do litoral foi criada em 1738, a Fazenda Real do Bujuru para a criação de gado. A historiadora Helen Osório (2007, p. 133) ao analisar o regulamento para criação de animais em fazendas e estâncias do império e de particulares afirma que na fazenda deveria ocorrer o amansamento de potros de acordo com a necessidade do serviço de tropas.

Desse modo, se durante o século XVIII, a faixa de terras entre a laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, foi um ponto estratégico para o avanço da fronteira meridional do império português, situação corroborada pela fundação de Rio Grande, pela abertura do “Caminho da Praia” e pela instalação da Fazenda Real do Bujuru, durante o século XIX, a localidade parece que perdeu tal importância sendo uma região de

pouco desenvolvimento populacional e econômico. Porém, no século XIX, há uma série de conquista de alforrias e de liberdade, o que proporcionou vários núcleos de libertos. Desse modo, o local é um importante recorte espacial para análise de territórios negros marcado pelos laços de parentescos e solidariedades.

A Fazenda dos Barros Vermelhos

A Fazenda dos Barros Vermelhos localizava-se em Mostardas, em São José do Norte, originariamente era uma propriedade de Francisco Lopes de Mattos e de Quitéria Pereira do Nascimento. O Capitão Francisco Lopes de Mattos foi um importante militar que participou das lutas na Colônia do Sacramento, de onde se deslocou, posteriormente para Rio Grande onde casou com Quitéria. Talvez pela sua influência com a coroa portuguesa, Francisco recebeu a incumbência de demarcar e distribuir as sesmarias em Mostardas, nesta ocasião, demarcou a sesmaria do Retovado como sua propriedade.

Algumas informações sobre a Fazenda dos Barros Vermelhos podem ser retiradas dos testamentos e dos inventários de Francisco e de Quitéria. Segundo consta no testamento de Francisco, de 1794, ele e Quitéria não tiveram filhos, na lista dos herdeiros aparecem três sobrinhos: Ana Joaquina de Souza, Bartolomeu Bento Marques e Perpétua Francisca Pereira, além do afilhado Francisco Gonçalves e da viúva Quitéria. No testamento Francisco deixou em liberdade os escravos José e Teodora não mencionando outros cativos. (Apud: Leite, 2004, p. 144-145) Porém, no inventário de Francisco, datado de 1814, constam 15 escravos, sendo oito do sexo masculino e sete do sexo feminino, posteriormente analisarei estes cativos². Segundo Leite (2004) com a morte do marido, Quitéria foi morar em Porto Alegre, portanto na fazenda possivelmente ficaram os sobrinhos, o afilhado, os escravos libertos além dos demais cativos.

² APERS. Porto Alegre, Subfundo: II Vara Cível e Crime. Processo nº 93, ano, 1814. Inventário do Capitão Francisco Lopes de Mattos.

Segundo o testamento de Quitéria, de 1824, a Fazenda dos Barros Vermelhos continha “casas de vivenda de morada”, e demais benfeitorias além de animais vacuns e cavalares. No documento foram arrolados onze escravos, seis homens e cinco mulheres: Pedro, José, Joaquim, Felizardo, Vicente, Antônio, Rosa, Mariana, Maria, Teodora e Bibiana, nota-se que entre estes estavam José e Teodora que conquistaram a liberdade com a morte de Francisco, inclusive esta informação foi reiterada por Quitéria no documento. Além desses escravos havia quatro “mulatinhas”: Cezária, Ismelinda, Maria e Sebastiana; sete “crias” libertas na pia batismal, cinco meninos e duas meninas: Francisco, José, Anicleto, Rafael, Venâncio, Frutuosa e Raquel. Entre os escravos, as mulatinhas e a crias, Quitéria deixou todos libertos com exceção do escravo Antônio que deveria ser cativo das “mulatinhas” para ajudar nas despesas das mesmas. Além disso, somente os escravos que conquistaram a liberdade receberam um pedaço de campo na fazenda, além de outros bens, conforme abordarei no decorrer do texto³. Desse modo, somente o escravo Antônio não ficou livre nem entrou na partilha dos bens.

Antes de analisar as terras que os escravos conquistaram, acredito que é importante refletir sobre uma possível hierarquia entre os escravos da fazenda, visto que dois deles foram libertos com a morte de Francisco, embora possivelmente tenham seguido residindo na fazenda já que foram arrolados com os demais escravos. Entre os dezessete escravos existentes na fazenda, Francisco registrou a sua vontade de alforriar dois deles, deixando os demais na condição de cativos. Com a morte de Quitéria, somente o escravo Antônio não conquistou a liberdade, embora tenha mudado de propriedade, ficando com as mulatinhas: Cezária, Ismelinda, Maria e Sebastiana. Antônio, na época do inventário, tinha 25 anos de idade e era da nação da Costa, infelizmente não consta a origem dos demais escravos de Quitéria, sendo que provavelmente as “mulatinhas” e as “crias” eram nascidas na dita fazenda.

O inventário de Francisco traz as informações referentes origem dos escravos, oito eram do sexo masculino, quatro eram crioulos, dois

³ APERS. Inventário de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

africanos sendo um rebolo e um benguela, havia um cabra e um mulato, já entre aquelas do sexo feminino, aparecem sete, cinco crioulas, um africana benguela e uma mulata. Desse modo, nas senzalas da fazenda havia o convívio entre aqueles nascidos do Brasil e aqueles que chegaram na localidade a partir do tráfico transatlântico. Portanto, as senzalas eram ocupadas principalmente por escravos nascidos no Brasil, somando os crioulos, os cabras e mulatas, o percentual é de 80% do plantel. Embora, em minoria numérica não posso deixar de destacar a presença dos africanos na fazenda: Domingos, o mais novo dos africanos, tinha na época 45 anos de idade, Pedro tinha 60 anos de idade e Rosa 80 anos de idade. No testamento de Quitéria aparecem Pedro e Rosa, ambos benguelas com idade avançada para o período, depois de anos árduos de trabalho finalmente a liberdade foi conquistada.

Comparando o plantel que consta no inventário de Francisco com o que aparece no de Quitéria, nota-se que dos dezessete escravos que fazem parte do documento do capitão, dez conquistaram a liberdade com a morte de Quitéria, sendo que cinco escravos que aparecem no documento de Francisco não estão no plantel de Quitéria. Daqueles dez escravos que Quitéria registrou a liberdade, oito são crioulos e dois são benguelas. Para concluir, Quitéria libertou todos os escravos que foram arrolados no inventário de Francisco que continuaram na fazenda, como o escravo Antônio não consta nem no plantel de Francisco nem da viúva, Quitéria optou por não registrar a liberdade de Antônio possivelmente por que ele estava há menos tempo na fazenda e provavelmente ainda não tinha laços de parentesco com o restante da senzala nem uma maior proximidade com Quitéria já que ela foi para Porto Alegre depois da morte do marido.

Na senzala, havia uma hierarquia entre homens e mulheres, o que pode ser investigado a partir da aproximação das escravas com o interior da residência da senhora, não pretendo amenizar a experiência da escravidão para as mulheres e excluir dela a violência inerente a este sistema, mas afirmar que os escravos e principalmente as mulheres poderiam saber as regras do jogo e perceber que era possível ter maiores benefícios a partir de algumas articulações. Sendo Francisco um importante militar, possivelmente as viagens eram constantes, e por isso trabalhar no interior da residência, poderia trazer uma proximidade maior com Quitéria que sem filhos tinha somente os sobrinhos e afilhados.

Além de liberdade e de terras, para as escravas ficaram ainda as roupas de uso de Quitéria e todos os “trastes da casa”, menos o faqueiro. E, entre as mulheres, as “mulatinhas” ainda receberam o escravo Antônio para ajudá-las no seu sustento. Desse modo, Quitéria na hora de dividir os bens entre os escravos, teve um cuidado maior para determinar a herança para as mulheres.

A partir dos bens móveis de Quitéria é possível visualizar o interior de sua casa de moradas, não citarei aqui todos os bens arrolados no testamento, mas destaco alguns que possibilitam a compreensão do espaço. Havia duas camas sendo uma de jacarandá e outra de vinhático, três cadeiras de sola, um armário grande, um estrado, três colchões de lã, uma mesa grande e duas mesas de campanha. Dentro deste ambiente trabalhavam as escravas responsáveis pelas lides domésticas que para isso usavam as panelas de ferro, as bacias de pão, as bacia de cobre para doce, tachos, chocolateira, queijeira, leiteira e bule. Além desses, ainda constam uma caixa de costura, um ferro de engomar e duas rodas de fiar⁴. Cabe salientar que a roda de fiar foi um importante instrumento na região de Mostardas especialmente pela produção de lã de carneiro e pela confecção de ponchos deste material conforme apontou o viajante Saint-Hilaire (2002, p. 82) em passagem pela localidade, na década de 1820.

Ao que se refere ao trabalho possivelmente dos homens, constam no inventário as seguintes ferramentas: quatro enxadas, quatro machados, um enxó, uma serra, um escopro, dois arados além de duas carretas. A partir destes instrumentos é possível perceber quais atividades agrícolas poderiam ser realizadas na fazenda. O uso de arado indica o preparo da terra para a plantação e as carretas poderiam ser utilizadas para o transporte de produtos bem como para o deslocamento na região. Outros meios de produção como o enxó e o escopro poderiam ser utilizados para trabalhos com madeiras. Desse modo, Pedro, José, Joaquim, Felizardo, Vicente e Antônio poderiam trabalhar nas lides do campo, plantando, colhendo alimentos, além de cuidar dos animais, o quadro 1, a seguir traz os animais existentes na fazenda na época do inventário de Quitéria.

⁴ APERS. Inventário de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

Quadro 1. Animais arrolados no inventário de Quitéria Pereira do Nascimento

<i>Animais</i>	<i>Quantidade</i>
Reses mansas	275
Reses xucras de rodeio	119
Novilhos mansos	19
Éguas xucras	70
Bois mansos	49
Novilhos xucros	46
Reses de gado alçado ⁵	30
Cavalos de primeira sorte	30
Cavalos macetes	30
Éguas mansas	9
Potros	9
Cavalos redomões	7

Fonte: APERS. Inventário de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria

Conforme aponta Helen Osório (2007, p. 168-169) os médios estancieiros possuíam de 101 a 1000 cabeças de gado e uma média de 7,2 escravos, logo Quitéria pode ser caracterizada como uma média estancieira. Pelos animais arrolados nota-se que havia reses xucras de rodeio, reses de gado alçado e éguas xucras que pode indicar o uso de mão de obra qualificada para domá-los, desse modo, entre os escravos talvez a ocupação de domador fosse necessária. Infelizmente não é possível saber as ocupações de cada um dos escravos pois não consta no documento. Além de animais que necessitavam ser domados havia aqueles que já estavam mansos: reses, novilhos, bois e éguas. Para cuidar destes animais existiam na fazenda, segundo o inventário seis escravos,

⁵ Segundo Osório (2007, p. 130) a base para criação de gado vacum nas estâncias do Rio Grande do Sul foi o gado apesado dos rebanhos selvagens que vagavam pelos campos, este gado era chamado de “xucro”, “bravo”, “indoméstico”, “alçado”.

contando com José que deveria ter conquistado a liberdade com a morte de Francisco, mas continuava na fazenda. Desse modo, na fazenda havia uma média escrava um pouco abaixo do que Osório apontou.

Outra questão importante de ser analisada é a existência da família escrava na Fazenda dos Barros Vermelhos. Slenes (2011) ao analisar a família cativa no sudeste, afirma que a mesma era um projeto de vida, ou seja, não configurava uma “brecha camponesa” mas sim um campo de batalha onde brigavam senhores e escravos. Para o autor:

A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentescos. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor era apenas *uma* das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por grande parte dos cativos. (...) (SLENES, 2011, p.59)

Para Slenes, portanto a família escrava contribuiu para a formação duma identidade nas senzalas, no caso dos escravos de Quitéria esta identidade pode também ter existido, embora logicamente houvesse poucos escravos africanos nas senzalas de Quitéria e com isso talvez as tradições africanas que marcaram a identidade das senzalas do sudeste fossem menos influentes em Mostardas. No testamento de Quitéria aparecem onze escravos, quatro “mulatinhas” e sete “crias”, ou seja, dezessete pessoas que possivelmente poderiam manter laços de parentescos e amizades. Leite (2004) apontou alguns parentescos entre os ex-escravos de Quitéria: a escrava Rosa era mãe da “cria” José; a escrava Maria era mãe da “mulatinha” Sebastiana. Além desses, é bem provável que existissem outros parentescos, o que talvez tenha motivado alguns dos libertos permanecerem na localidade. Segundo consta no testamento de Quitéria, as “crias” eram filhas de suas escravas. O equilíbrio entre homens e mulheres, a existência de laços de parentescos apontados por Leite, bem como a presença de “crias” na fazenda são indicativos da existência de famílias escravas na fazenda. No inventário aparece duas casas pequenas que eram dos escravos, possivelmente eram as senzalas ou as casas que já possuíam antes da oficialização no testamento. Além destas famílias dentro das senzalas da fazenda, Leite (2004) aponta a

existência de outros arranjos familiares entre os escravos de Quitéria e de fazendas ao redor.

Ao analisar as vantagens do casamento para os escravos Slenes (2009) pontua que haveria no parceiro uma mão amiga quando era necessário enfrentar privações e punições. Entre outros benefícios do casamento o autor destaca a conquista de ganhar maior controle sobre o espaço da moradia; controle do preparo da comida; possibilidade de criar animais, caçar e plantar alimentos. Desse modo, haveria “mais controle sobre sua economia doméstica”. Este “projeto de vida”, marcado por laços de parentescos mas não exclusivamente, possibilitava uma mudança na vida do escravo, porém conforme pontua o autor, a família era um “campo de batalha”, local onde senhores e escravos lutavam. Afinal, a qualquer momento o escravo poderia ver sua família vendida para outros senhores, por isso se de um lado poderia ser uma tentativa do senhor manter o escravo na fazenda ao não proibir a formação de família, para o escravo poderia ser a possibilidade de controlar sua “economia doméstica”. E, nesse ponto, destaco os escravos de Quitéria que antes do testamento já possuíam terras e animais na fazenda, além de laços de parentescos antes da oficialização da doação das terras pela ex-senhora.

Quitéria, em seu testamento, reitera as heranças que o marido Francisco deixou afirmando que já haviam empossado as porções de terras na fazenda os sobrinhos Bartolomeu Bento Marques e Perpétua. Quanto aos herdeiros de Quitéria, além dos escravos ainda havia a irmã Perpétua e com o falecimento da mesma ficaria com a sobrinha Joaquina Dias da Costa, seis doblas. Ainda para a órfã filha da sobrinha Feliciano, vinte e cinco mil e seiscentos réis. Ao afilhado Cândido deixou 30 rezes. Por fim, declarou como sua herdeira universal, depois de cumpridas todas as disposições a sobrinha Ana Joaquina. Para seus escravos, segundo consta no testamento de Quitéria:

Declaro que por meu falecimento deixo na mencionada Fazenda dos Barros Vermelhos a todos os meus escravos, que deixo libertos a extensão de terreno, que parte do capão do Retovado até a lagoa que divide o capão denominado Casca, de costa a costa com declaração de que nenhum deles poderá vender, nem dispor só um palmo de tal terreno; antes irá passando de um a outro como herança para trabalharem e terem de que sobreviver; assim como também lhes deixo para todos quarenta vacas mansas do gado

tambeiro, para aproveitarem as suas provisões em utilidade própria para poderem sobreviver; e uma carreta com sua competente boiada; mais uma manada de éguas para criarem; bem como a competente ferramenta para trabalharem, a qual meu testamenteiro comprará e entregará a cada um (...).⁶

Conforme aponta Leite (p. 112-113) a delimitação das terras é reconhecível até hoje, pelos acidentes geográficos, desse modo, as terras formam uma faixa de “costa a costa”, ou seja, da costa do Oceano Atlântico até a costa da laguna dos Patos, tendo no seu interior a lagoa da Casca, tendo como limites, ao sul Laurentino Dias Costa, ao norte, a ponta da lagoa. Além das terras, os escravos também deveriam receber 40 vacas mansas do gado tambeiro⁷, uma carreta com boiada, uma manada de éguas além de ferramentas para trabalharem que deveriam ser compradas e entregues pelo testamenteiro. Além disso, conforme já foi discorrido, para as escravas foram doadas as roupas de uso, os “trates da casa”, menos o faqueiro, além de algumas imagens, estas para todos os libertos, para que rezassem o terço “a forma do costume”. E para as “mulatinhas” deixou escravo Antônio.

Terras, animais, ferramentas e no caso das escravas outros bens, foram conquistadas pelos libertos, se de um lado Quitéria deixou registrada a sua vontade, por outros os escravos poderiam ter influenciado a tomada de decisão da viúva. A conquista de terras possivelmente dependia de uma série de fatores interligados, no caso dos proprietários da Fazenda dos Barros Vermelhos, eles não possuíam filhos, apenas sobrinhos e um afilhado, logo haveria uma possibilidade de pelo menos alguns escravos entrar na partilha dos bens dos senhores, já que esta situação também ocorreu em outras localidades. Nas proximidades da Fazenda dos Barros Vermelhos, outros escravos também passaram por experiências semelhantes. Três irmãos solteiros que herdaram as terras dos pais, deixaram cada um em seu testamento terras para seus escravos,

⁶ APERS. Inventário de Quitéria Pereira do Nascimento (1826). Rio Grande. Subfundo: Vara de Família, Sucessão e Provedoria.

⁷ Segundo Osório (2007, p. 137) o termo tambeiro tem origem em “tambo” que significa “pouso, albergue” tanto no espanhol platino quanto no espanhol peruano.

além de liberdade, sendo reconhecidos pela vizinhança como os “negros forros de Manoel Teixeira”.

Voltando à questão das terras, Quitéria mencionou que “nenhum deles poderá vender, nem dispor só um palmo de tal terreno; antes irá passando de um a outro como herança para trabalharem e terem de que sobreviver”. Esta inalienabilidade também aparece na doação realizada para os ancestrais da Comunidade do Morro Alto, localizada no Rio Grande do Sul. (BARCELLOS, *et al*, 2004) A existência de famílias escravas Nos Barros Vermelhos poderia ser uma forte motivação para que os mesmos continuassem naquelas terras, soma-se a isso o fato de que os escravos de Quitéria criavam animais o que demonstra que eles haviam conquistado importantes concessões. Segundo Leite (2004) o testamento e o inventário apenas oficializaram um direito costumeiro que eles conquistaram, esta afirmação é baseada nos referidos documentos que informam que havia na fazenda alguns animais que Quitéria havia dado e permitido o uso que inclusive possuíam as marcas dos proprietários, bem como ao anotar os imóveis que possuía há a anotação de terras dos escravos.

Estas estratégias de conquista de terra podem ser compreendidas a luz das reflexões de Mattos e Rios (2007, p.60) ao argumentar que nos últimos anos de escravidão, alguns escravos optaram por permanecer nos antigos cativeiros, porém esta decisão não significou que tenham aceitado manter as mesmas condições de trabalho. Ressalvadas as peculiaridades dos períodos diferentes abordados pela autora e pela reflexão que proponho acredito que ficar na fazenda era uma opção que levou em consideração os laços já existentes, porém no caso dos libertos de Casca, parece que alguns não permaneceram na localidade, Leite (2004, p. 118) ao apresentar as árvores genealógicas dos herdeiros de Quitéria, informa que é a partir de Bibiana, uma das herdeiras, que a maioria dos moradores atuais da Comunidade de Casca descendem, situação que possivelmente indique que pelo menos alguns dos legatários podem ter ido embora da fazenda.

Para além dos escravos de Quitéria, encontrei nos registros paroquiais de terras de São José do Norte, na década de 1850, outros núcleos de libertos: os “pretos da Figueira”; os negros forros de Manoel Teixeira; os negros forros de Inácio José de Souza; os negros forros de

José Carneiro Geraldês que é citado nos apontamentos de Leite (2004) como um possível pioneiro no registro de terras e de liberdade aos escravos em São José do Norte e por último os forros de Quitéria Pereira do Nascimento. Para além desses, é bem provável que existissem outros libertos na região.

Ter um pedaço de terras poderia render uma produção de alimentos para a família, mas também vender o que excedia, conquistando assim, alguma renda para parentes e amigos. Segundo Gomes (2006, p. 53) em diversas áreas do Brasil, cativos, quilombos e comunidades de senzalas realizavam práticas econômicas, vendendo produtos excedentes nas feiras e mercados aos sábados e domingos. Gomes (2006, p. 25-45) aponta a existência de um “campo negro”, composto por diversos quilombos, ao investigar os quilombos no Rio de Janeiro, durante o século XIX, assinala para a existência de uma “hidra⁸ no recôncavo da Guanabara”, quase indestrutível que, mantinha relações econômicas e pessoais com outros mocambos, comunidades de senzalas, taberneiros e até com as autoridades locais. Para o autor, o “campo negro” era uma complexa rede social, constituída por lutas e solidariedades entre quilombolas, cativos, libertos e outros trabalhadores das localidades próximas. Baseado em Gomes, penso que na região de São José do Norte composta de vários núcleos de libertos, conforme demonstrei, na década de 1850, possivelmente havia articulações não somente entre os libertos, mas com outras comunidades de senzalas vizinhas, comerciantes e escravos em fuga que viam na localidade um local para esconderijo.

“Relação das terras que possuímos, nós escravos que fomos de Quitéria Pereira do Nascimento”

Os escravos de Quitéria conquistaram terras, antes da liberdade, e na fazenda criavam também o seu gado, com o testamento da proprietária

⁸ O termo hidra tem sua origem na Grécia e dava nome a um dragão que tinha inúmeras cabeças e que era invencível. Quando o ministro da justiça, Gama Cerqueira, foi relatar sobre as comunidades negras da região da Guanabara, mencionou que eram como uma hidra. (GOMES, 2006)

dos Barros Vermelhos o que era um direito costumeiro foi oficializado. Porém, mais tarde, quando houve a exigência do registro de terras, a partir da Lei de Terras de 1850, os libertos foram realizar o registro do imóvel afirmando que não sabiam a medida exata do terreno e que os herdeiros não haviam entregue até aquele momento.

Paulo Afonso Zarth (2002, p. 74-76) afirma que a apropriação das terras no Brasil sempre seguiu uma legislação, embora pudessem haver desvios. Se durante o governo português, foi o regime de sesmarias que regulou o acesso a terra, após a Independência houve sua extinção e em seu lugar instituiu-se o sistema de posses, onde qualquer morador poderia ocupar de “forma mansa e pacífica”. Esta situação foi modificada com a aprovação da Lei de Terras de 1850. O autor destaca que a historiografia sobre este assunto argumenta que tal lei foi criada para impedir ou dificultar o acesso a terra da população pobre e também dos imigrantes que estavam para chegar ao Brasil. Antes da Lei de Terras já eram frequentes as notícias de homens pobres e sem-terra nos campos do Rio Grande do Sul, durante século XIX, porém tal lei dificultou ainda mais a vida dos lavradores pobres, pois foi comum proprietários apropriarem-se de grandes extensões de terras sem pagar nada ao governo, desse modo, as fraudes eram recorrentes, mas não eram permitidas para todos que registravam, já que os lavradores pobres e os ex-escravos não possuíam recursos para tentar subornar as autoridades e pagar as despesas judiciais.

Zarth (2002, p. 63) argumenta que os registros paroquiais de terras realizados na década de 1850, podem ser considerados como o primeiro censo geral referente à propriedade rural do Brasil, sendo por isso uma importante fonte de pesquisa para os estudos agrários. Contudo, destaca que tal fonte é problemática, como exemplo cita que a maioria dos registros que pesquisou não apresenta a área registrada, havendo apenas informações vagas como “um rincão de campos”, “parte de um campo”, “uma chácara”. No caso dos registros da freguesia de Mostardas, em São José do Norte, há também situações semelhantes a que o autor pontua, entre os registros estão aqueles “pedaços de campo”, “pedaços de campo e banhado”, “quinhões de terras”, entre outras designações imprecisas. Helen Ortiz (2009) afirma que as lacunas nos registros ao que se refere à proveniência e localização das terras pode ter sido um resultado da ignorância ou desinteresse dos declarantes visando expandir

seus domínios ou ainda livrarem-se de possíveis contestações. Quanto à proveniência das terras, nos registros de Mostardas, apenas uma minoria registrou a forma de aquisição das terras. Entre os registros de terras de Mostardas, um especialmente merece a atenção, nesta comunicação:

Relação das terras que possuímos nós escravos que fomos da falecida Dona Quitéria Pereira do Nascimento, na Freguesia de Mostardas. Um pedaço de campo, no lugar denominado Barros, que duvidamos a conta das braças, porque ainda não nos foram entregue, dividindo-se ao norte com *João Cardoso Vieira*, pelo sul com os *herdeiros do falecido Laurentino Dias da Costa*, pelo leste com o Mar Grosso e pelo oeste Com *Matias José Velho*. A rogo de Antônio Silveira Medina e demais herdeiros.⁹ (Grifo nosso)

Por este registro, nota-se uma estratégia dos libertos de registrarem suas terras, mesmo sem saber a quantidade exata delas, já que ainda não tinham sido entregues para eles mesmo depois de mais de 25 anos. Ao se observar o limite das terras percebe-se que elas parecem ser menores do que aquela deixada por Quitéria, pois elas eram de “costa a costa” e neste registro aparecem outras fronteiras, pois há uma vizinhança ao redor. O registro dos ex-escravos de Quitéria Pereira do Nascimento demonstra, portanto alguns obstáculos que os libertos enfrentaram para manter as terras que tinham direito. Possivelmente eles não liam nem escreviam, e mesmo que soubessem que haviam herdado uma porção de terras, tudo indica que desconheciam os limites dela, mas ao ignorar os limites exatos talvez eles estariam afirmando não saber a quantidade de léguas, mas apontaram os vizinhos da propriedade, desse modo, souberam reconhecer a vizinhança limítrofe. Porém, entre os limites apresentados no registro dos libertos e aqueles que Quitéria deixou anotado em seu testamento, há uma discrepância pois o imóvel que os libertos declararam é menor do que aquele que a ex-senhora apontou como herança. Sendo assim, parece ser este um indicativo de que possivelmente os demais herdeiros de Francisco e de Quitéria avançaram

⁹ APERS. Livro de Registro Paroquial de Terras de São José do Norte, freguesia de São Luís de Mostardas.

os limites de suas terras herdadas em direção daquela propriedade dos libertos.

Mesmo depois de mais de 25 anos, portanto os libertos afirmaram que não tinham recebido as terras prometidas no testamento e no inventário de Quitéria Pereira do Nascimento, mas eles continuaram na Fazenda dos Barros Vermelhos, após a morte de Quitéria, prova disso é que seus descendentes encontram-se até hoje na localidade. Lembrem-se que antes de conquistar a liberdade, os escravos já possuíam algum pedaço de terra para que pudessem ter suas roças e criar seus animais, porém para além das terras que os escravos já utilizavam, Quitéria pode ter deixado uma maior quantidade e talvez o problema na entrega estivesse neste ponto, afinal que eles continuassem com as terras em que viviam talvez fosse uma situação mais aceitável do que se eles recebessem mais terras e com isso diminuísse o legado ou afrontassem os interesses dos demais herdeiros.

Nos registros de terras de Mostardas, há proprietários que ao delimitar seus terrenos apontam como limite as terras dos escravos que foram de Quitéria, o que demonstra o reconhecimento por parte da vizinhança da condição de proprietários daqueles libertos, de certo modo, ou a notícia da herança espalhou-se pelos arredores ou como os cativos estavam naquela porção de terras há alguns anos antes do doação oficial, a vizinhança reconhecia os moradores como proprietários contíguos antes do testamento. Desse modo, além de um documento oficial havia ainda o reconhecimento de outros senhores da região, situação que deve ter dificultado a não entrega por parte do herdeiros daquelas terras que eles tinham direito.

No registro de terras dos ex-escravos de Quitéria consta que o registro foi assinado a rogo de Antônio Francisco da Silva e demais herdeiros. Helen Ortiz (2009) comenta que os registros eram cobrados de acordo com o número de letras, desse modo, os ex-escravos precisaram de recursos econômicos para efetuar-lo, além de saber que era necessário aquela ação para provar legalmente suas condições de proprietários. O nome de Antônio Silveira Medina despertou a necessidade de pensar quem era este homem, pois o único escravo com esta denominação era aquele que não foi liberto nem era um dos herdeiros das terras, permanecendo como escravo das “mulatinhas”. Supondo que fosse o

mesmo Antônio, por que justamente aquele que não era herdeiro foi registrar em nome daqueles que de fato eram? Antônio aparece com o sobrenome “Silveira Medina”, talvez naquele momento já não fosse escravo e sim liberto e o grupo de herdeiros do testamento tenha considerado que ele também deveria entrar na lista dos legatários do pedaço de terra e na luta pela conquista e manutenção das terras que tinham direito obtiveram a ajuda de Antônio. Porém, Antônio poderia ser um filho de um dos herdeiros, desse modo, pode-se pensar numa continuação das famílias existentes na fazenda. De qualquer modo, independente de quem fosse Antônio, ele juntamente com os demais herdeiros souberam da necessidade de registrar o pedaço de terras, juntaram uma determinada economia e fizeram questão de afirmar que não tinham recebido a herança até aquele momento.

Mas por que, a herança ainda não havia sido entregue, vinte e cinco anos depois da abertura do inventário, teriam os demais herdeiros, parentes de Quitéria, dificultado esta entrega? Se a resposta for sim, uma das alternativas é pensar que as terras mesmo localizadas num local de difícil acesso¹⁰ e numa localidade de pouco desenvolvimento populacional e econômico, tinham um certo valor e os demais herdeiros não estavam interessados em repassá-las para os ex-escravos de sua tia. Segundo o inventário de Quitéria, as terras do “Campo da Casca” que os escravos herdaram foram inventariadas em dois contos de réis, o valor é menos da metade da outra porção de terras, deixada para sua sobrinha, que valia cinco contos e seiscentos e vinte cinco mil réis. Outra alternativa a pensar é que os demais herdeiros não quisessem ter como vizinhos os libertos, afinal, é possível pensar que sendo um espaço de terras de propriedade de libertos poderia ser um ponto estratégico de fugas para outros escravos da região conforme argumenta Leite (2004). Talvez as duas possibilidades tenham ocorrido, tanto o interesse

¹⁰ Do “Caminho da Praia” surgiu o traçado da “Estrada do Inferno” que ligava Palmares do Sul a São José do Norte, esta estrada tinha este nome em decorrência da grande quantidade de areia e, em dias de chuva, de barro. Somente na década de 1990, começaram as obras da BR 101, e ainda no ano de 2008, existia um trecho a ser finalizado. Desse modo, as viagens eram muito demoradas, pois havia uma grande dificuldade de deslocamento terrestre.

econômico pelo lote de terras quanto o desinteresse em ter libertos como vizinhos, desse modo ambas motivaram a não entrega total das terras aos libertos. Desse modo, entre a vontade de Quitéria expressa em seu testamento e a sua realização, havia os demais herdeiros que viviam também na Fazenda dos Barros Vermelhos e tudo indica que estes dificultaram a manutenção das terras dos libertos.

Considerações finais

As terras foram doadas por Quitéria ou conquistadas pelos escravos? Defendo que as duas alternativas podem ser pensadas concomitantemente, pois Quitéria era viúva e não tinha filhos, ou seja, poucos eram os herdeiros, desse modo esta situação não dependia da ação dos escravos. Além disso, estar na fazenda por um período que possibilitasse a formação de uma família era um fator que dependia tanto do senhor que comprava o escravo quanto do cativo em se articular com a senzala da fazenda. O ato de doar não englobava necessariamente todo o plantel, afinal Quitéria não alforriou Antônio nem lhe deu um pedaço de terra. Desse modo, mesmo que houvesse algumas condições que não dependessem dos escravos, haviam outras que eles poderiam manejar. Ter uma família, conforme foi percorrido possibilitava uma mudança na economia doméstica, além de uma amenização da dor do cativo, embora a possibilidade de ver um membro vendido poderia ser usado pelos senhores para fazer com que os escravos fizessem suas vontades. Saber as regras do jogo, era uma oportunidade de conquistar terras e liberdade, mas não quer dizer que era uma certeza, por isso senhores e escravos precisavam lutar em busca de seus interesses, um jogo desleal, tendencioso, mas dentro dos limites de suas ações os escravos buscaram articulações que amenizassem o sofrimento do cativo.

Referências

BARCELLOS, Daisy Macedo de et. All. *Comunidade Negra de Morro Alto*. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

DOS ANJOS, José Carlos Gomes; et al. *Relatório sócio, histórico e antropológico da Comunidade Quilombola Limoeiro – Palmares do Sul/RS*. Porto Alegre, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. *História dos quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAMAISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. (Dissertação de mestrado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www1.capes.gov.br>>. Acesso em 13 de junho de 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Revista Etnográfica*. Volume IV (2), 2000, p. 333-354.

ORTIZ, Scorsatto Helen. Ocupação, valorização e comércio de terras no norte do Rio Grande do Sul- século 19 e 20. *Trabajos e Comunicaciones*, nº 35, 2009, p. 207-232.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

A RELAÇÃO DA NAVEGAÇÃO FLUVIAL COM AS COLÔNIAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA ÁREA DO RIO CAÍ (1900-1930)

Dalva Reinheimer*

A importância da navegação fluvial no processo histórico do Rio Grande do Sul é citada tanto na historiografia como no discurso leigo. É de reconhecimento que essa atividade permaneceu intensa por mais de um século e foi pelo menos na segunda metade do século XIX o principal meio de transporte interior. No longo período em que existiu, até 1930, a navegação fluvial participou expressivamente da economia do Rio Grande do Sul. Nesse estudo apresentaremos um recorte da atividade, verificando a navegação fluvial no rio Caí no século XIX. Verificaremos a relação da navegação fluvial na área do rio Caí com a forma de ocupação das terras. O aspecto de importância desta via fluvial se refere à ligação da área com Porto Alegre, o que proporcionou a ocupação e o desenvolvimento das colônias de imigração alemã na segunda metade do século XIX. Também será perceptível a atuação dos governantes do estado no que se refere à navegabilidade do rio.

A bacia do rio Caí abrange uma extensão de 285 km. As águas do rio Caí desagüam na margem esquerda do rio Jacuí no local em que se inicia a formação do lago Guaíba junto a cidade de Porto Alegre. Nessa ligação com o Guaíba e por sua navegabilidade no seu trecho inferior, desde São Sebastião do Caí até Porto Alegre, residiu a importância desse curso de água no século XIX até meados do século XX.

A área banhada pelo rio Caí e seus afluentes é contígua a dos Sinos¹. Foi a segunda área a constituir colônias de imigração no Rio

* Professora Doutora em História, FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara.

Grande do Sul, o que ocorreu a partir de 1846, com a criação da colônia Bom Princípio por imigrantes alemães ou descendentes. São originários da colonização alemã nesse espaço, além do município de São Sebastião do Caí, os municípios de São José do Hortêncio, Montenegro, Maratá, Brochier e Feliz. A transformação na paisagem na área do Caí foi notável desde a chegada dos imigrantes².

Os núcleos coloniais estabelecidos junto ao rio Caí foram os que mais cedo prosperaram, formando as vilas com apelo comercial. Também é certo que todas as colônias do rio Caí progrediram em função do intenso movimento em seus portos fluviais, como no porto de São Sebastião do Caí e no de Montenegro. Isso ocorreu desde o início da colonização alemã e se intensificou após a fundação das colônias italianas na serra (na região da atual cidade de Caxias do Sul) em 1874. O escoamento da produção das colônias italianas também era feito pelos portos de Montenegro e São Sebastião do Caí, apesar das dificuldades das estradas até esses dois entrepostos, e daí para Porto Alegre, pelo rio Caí, que possuía condições de navegação entre essas cidades e a capital.

Estudos apresentados em 1862³ pela Secretaria das Obras Públicas do Estado apontavam a importância dos portos no rio Caí. Menos de 20 anos após a colonização, já era mencionada a necessidade de estabelecer outros portos nos percursos navegáveis do rio. O documento citava a posição do porto Guimarães (atual município de São Sebastião do Caí) que servia como via de comunicação com as colônias de São Leopoldo e recebia os produtos das colônias estabelecidas na margem esquerda ao longo de seu afluente, o rio Cadeia, através de uma

¹ Na área do rio dos Sinos, a partir da cidade de São Leopoldo fixou-se em 1824 o primeiro núcleo colonial com imigrantes alemães. Ver Roche, 1969.

² ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

³ Exploração de Rios. Lagos e Bahias da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Enviado ao Presidente da Província, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, pelo Tenente-coronel Jose Maria Pereira de Campos. Alto Uruguay, 26 de maio de 1862. Anexo ao Relatório / Fala do Vice-Presidente da Província de 1867. A.L.E.-S.C.

estrada pela Picada Feliz. Esse desvio pela estrada era usado nas estações de águas mínimas do rio, quando a navegação não podia ser efetuada pelos vapores e lanchões⁴ até as colônias de Nova Petrópolis.

A imigração efetuada na área do rio Caí ocorreu geográfica e legalmente em continuidade à do rio dos Sinos, pois as áreas são limites e os princípios legais que embasavam a imigração eram os mesmos. Mas a forma de ocupação foi diferente. Alguns colonos vindos de Bom Jardim, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Dois Irmãos, Santa Maria do Herval e São José do Hortêncio adquiriram terras e iniciaram a colonização de São Pedro do Maratá a partir de 1858. Nesse local, junto ao arroio do mesmo nome, já havia uma serraria desde 1837 que aproveitava a extração de pinheiros e exportava a madeira pela via fluvial até a capital⁵.

Com a vinda de outros colonos alemães, diversos núcleos se instalaram ao longo das margens do arroio Maratá⁶. Na época, esse arroio era navegável, nas estações de águas médias, desde a sua foz à margem direita do Caí até junto à Fazenda Paricy⁷. Pelo arroio, além do transporte de “taboados”⁸, escoava também a produção agrícola, pois realmente diversas colônias surgiram e prosperaram.

A terra fértil foi um dos fatores relevantes para a prosperidade, mas possuir condições favoráveis para o escoamento da produção era fundamental para o êxito de uma colônia e até o final do século XIX, “(...) havia correlação entre o sucesso da colonização e a existência de bons meios de comunicação, a saber, então a via fluvial (...)”⁹(ROCHE,

⁴ Lanchões eram embarcações rústicas, semelhantes a uma jangada que servia para transpor trechos do rio com baixo nível de água ou encalhoierados, normalmente transportava as mercadorias mas também passageiros.

⁵ KAUTZMANN, Maria Eunice Müller. Maratá, 1979. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Muller (org.). *Montenegro de ontem e de hoje*. São Leopoldo: Rotermond,. 1986, p. 273-283, v. 3.

⁶ Idem, p. 282.

⁷ Exploração de Rios, Lagos e Bahias, op. cit., p. 7.

⁸ Ocorria a extração de madeiras e a área contava com serrarias de beneficiamento de madeira.

⁹ ROCHE, op. cit., 1969, p. 97-9.

1969, p. 90). Mesmo diante de obstáculos, as colônias prosperavam se fossem abastecidas por uma “estrada líquida” e pudessem exportar os excedentes de suas colheitas¹⁰. O destino dessa produção era a capital do estado.

Dentre as colônias estabelecidas na área do rio Caí, as que primeiro se destacaram foram Montenegro e São Sebastião do Caí, colônias que evidenciaram a simbiose entre agricultura e o comércio. Desde o início de sua formação essas duas localidades possuíam portos naturais, confirmando a atuação da navegação fluvial desde o desenvolvimento inicial daquela área.

A partir da simbiose entre agricultura e comércio ocorreu uma polarização de Porto Alegre sobre as áreas produtoras, vejamos nesse aspecto a condição da área do rio Caí através das empresas que praticavam a navegação.

O precursor da navegação no rio Caí foi o descendente de imigrantes alemães Jacó Schilling¹¹. Filho de agricultores, natural de São João de Montenegro, trabalhou em Porto Alegre em uma oficina de barcos e navios. Influenciado pela profissão e com dinheiro do trabalho construiu seu próprio barco a vapor, o “Salvador”. Logo compraria outro barco, o Horizonte, fazendo viagens entre Porto Alegre e o porto de Caí, transportando frutas, mantimentos e passageiros.

Os negócios de Jacó Schilling tiveram seu ápice no final do século XIX, quando possuía três barcos à vapor e, em sociedade, um armazém com depósito na margem esquerda do rio Caí, local onde se situava a sede da vila de São Sebastião do Caí. Havia ainda no local um porto, desde 1872, denominado Porto dos Guimarães. Deste lugar se originou a cidade de São Sebastião do Caí. A vila compreendia as

¹⁰ Trata-se da análise de Roche, 1969, ao tratar da instalação de colônias, no capítulo “Uma Colonização Dirigida”, onde critica o assentamento dos colonos em Torres. A referida colônia não desfrutava de vias de ligação fluvial com outras áreas, especialmente com Porto Alegre.

¹¹ PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais de São Sebastião do Caí. *Revista Agrônômica*, separata, n. 46, Porto Alegre: [s. ed.], out. 1940, p. 46. Typographia Gundlach.

freguesias de São José do Hortêncio e de Sant'ana do Rio dos Sinos, que passaram a integrar São Sebastião do Caí após se desligarem de São Leopoldo¹². Essa área era atendida, para fins de abastecimento comercial, pela navegação fluvial operada no rio Caí, que através da ligação pelo Delta do Jacuí-Guaíba, comunicava-se com a cidade de Porto Alegre.

A empresa de Jacó Schilling adquiria a safra de feijão, milho e laranjas dos agricultores e as estocava em seu armazém junto ao cais municipal. Posteriormente, nos vapores, transportava a Porto Alegre, de onde trazia os bens manufaturados e importados. Esses bens correspondiam às encomendas dos comerciantes do interior, e vinham com as notas discriminatórias e faturas de pagamento. Assim, a empresa transportadora também realizava a transação em Porto Alegre. Além disso, como o transportador adquiria a safra e a guardava no seu depósito, determinava o preço de compra e procurava melhores preços em Porto Alegre, com o que adquiria lucros favoráveis ao seu investimento no transporte. Mas a venda em Porto Alegre dependia da safra que, com o aumento das áreas produtoras e barcos empregados na navegação, já apresentava concorrência, por isso cada área ou empresa procurava especializar-se em um determinado produto. A empresa de Schilling, no Caí, adequou-se, principalmente, para o transporte de laranjas, cuja produção, na área, começou a aumentar no início do século XX.

Um exemplo que evidencia a forma de polarização da economia da capital sobre o interior é a firma Frederico Mentz & Cia. Originária de São Leopoldo a referida empresa expandiu-se com uma filial em “Porto dos Guimarães”. Nesse ponto, era um entreposto, armazém e depósito que recebia os produtos das colônias alemãs da área do Caí e das italianas na Serra. Pelo rio Caí, enviava os produtos coloniais para Porto Alegre. No ano em que a linha férrea alcançou as colônias italianas, 1911, a casa Mentz já possuía uma filial em Caxias do Sul e nesse mesmo ano, transferiu sua sede para Porto Alegre, permanecendo a casa do Caí como filial¹³. A trajetória dessa firma demonstra sua evolução, acompanhando a própria evolução da colonização. Da colônia de São Leopoldo se

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ ROCHE, op.cit., 1969, p. 435/6.

expandiu para a área do Caí, atendendo as colônias que aí cresciam e prosperavam e, mais tarde, as colônias italianas da Serra que dependiam do rio Caí para exportar seus produtos pelo transporte hidroviário praticado pelos imigrantes alemães. Do Caí, a referida empresa já fazia a ligação comercial com Porto Alegre, pois possuía três embarcações para navegação a vapor. No início do século XX, a expansão da firma impôs a transferência da sede para Porto Alegre.

Para exemplificar as viagens e a evolução das embarcações tomemos a Companhia Navegação do Caí, essa empresa tinha como seu melhor “navio” o vapor *Garibaldi*. (Anexo fig. A), o qual ficava atracado no cais do mercado em Porto Alegre. Meia hora antes da partida os passageiros instalavam-se a bordo, sendo que os da primeira classe dispunham de “belíssimas” cadeiras de vime para se acomodar. A capacidade era para aproximadamente cinquenta passageiros. Em geral, predominavam os alemães, seguidos dos italianos. Esse vapor possuía rodas de 40 metros de comprimento, com força que variava de 9 a 10 milhas por hora, conforme a força da correnteza. Partindo às 8 horas do mercado de Porto Alegre, chegava às 12 horas no porto de Montenegro. Em geral o desembarque de mercadorias levava 1 hora, empregando grande número de carregadores¹⁴.

Tomando como outro exemplo, a Companhia de Navegação Cahy, constituída em 4 de outubro de 1892, com sede em Porto Alegre, procurou dentro deste quadro de atuação, destinar-se ao serviço de navegação nos rios do Rio Grande do Sul para o transporte de passageiros e de mercadorias. Entre seus acionistas também figuram empresários do ramo da navegação e do comércio. Embora, em seus fins estatutários estivesse prevista a navegação nos rios de todo o território do estado, atuava no trajeto entre São Sebastião do Caí e Porto Alegre, pois essa era uma forma de não restringir legalmente sua atuação, mas na prática cada empresa se mantinha em uma determinada linha. Isso ocorria, também, em parte, porque os práticos da navegação e os comandantes das

¹⁴ BUCCELI, Vittorio. *Un Viggio a Rio Grande del Sud*. Milano: L.F. Pallestrini & C., 1906. p. 282.

embarcações deveriam conhecer bem o percurso, dadas às dificuldades de navegabilidade.

No rio Caí, apesar de um percurso menor desde Porto Alegre, por volta de 1880 uma viagem desde o porto do Caí até a capital podia despendar um dia entre ida e volta¹⁵. Nos primeiros anos do século XX os barcos já dispunham de alguma tecnologia que lhes permitia certa velocidade, mas o regime dos rios dificultava a navegação e, além disso, era necessário ancorar em vários trapiches ao longo desse trajeto.

O curso do rio Caí entre Porto Alegre e o porto de Feliz é de 154 km. Esse percurso só podia ser feito em época de enchente. Em outros períodos, a navegação era interrompida, indo pouco além de São Sebastião do Caí¹⁶. Até o porto de Caí o curso de 130 km se tornou navegável em todas as épocas do ano após a construção da barragem Rio Branco (fig. B)¹⁷, para barcos de calado superior a 1 metro, pois, até então, era navegado por barcos menores.

Partindo de São Sebastião do Caí, as embarcações faziam paradas no porto da Manteiga, do Veiga e do Maratá, na localidade de mesmo nome. Seguiam até o porto dos Pereiras, paravam no porto de Segredo e chegavam ao porto de São João de Montenegro, junto à vila. Alguns barcos, como os de propriedade da Navegação Koller, partiam desse último porto; os que pertenciam à Navegação Schilling e de Sauer vinham desde São Sebastião do Caí. Do porto de Montenegro faziam escala no porto dos Hiates, no Pacote, passavam pelo Pesqueiro (ou Waldemar Silva), porto do Anacleto, escalonavam também junto ao porto do Chimarrão, no Estaleiro, no porto João Ely, onde ficava a olaria Ely, todos em Montenegro, seguindo até Porto Alegre.

¹⁵ Conforme relatos da família Schüler, Montenegro. Depoimento de descendentes de antigos proprietários de embarcações.

¹⁶ SAMPAIO, Mário de Oliveira. *Capitão de Corveta*. Roteiro Lacustre e Fluvial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912, p.63-66. (O volume consultado encontra-se no I.H.G.R.S., foi ampliado e alterado por Luis Lacé Brandão, Capitão de Corveta, em 1927).

¹⁷ Barragem Rio Branco – Trataremos mais adiante.

Essas escalas tinham o objetivo de arrecadar os produtos que seriam comercializados em Porto Alegre. Esse comércio, como vimos anteriormente, já contava com prestígio.

Encontramos uma passagem ilustrativa dos vários aspectos dessas viagens que envolvia navegação e comércio entre o interior e a capital.

Mal apontava um tal de vapor Caí bem carregado em Porto Alegre, corriam para o local, os comerciantes portugueses, que tinham por alcunha “pés de chumbo”, e então começavam o negociar e a regatear acerca do preço, enquanto o comandante do navio ou o seu substituto fazia as vezes de vendedor. Na viagem de volta a Montenegro ou São Sebastião do Caí, o comerciante, que mandara mercadorias para Porto Alegre, recebia então juntamente com os sacos vazios o dinheiro e as notas, e o negócio estava concluído (...).(s/a)¹⁸

“Na viagem de volta” o percurso tinha as mesmas paradas, quando desembarcavam os passageiros e também eram entregues as mercadorias encomendadas de Porto Alegre. Isso também justifica, em parte, o tempo despendido na viagem.

A outra forma de entender a duração do percurso dos rios através da navegação fluvial é pela maneira como os barcos tinham de ser conduzidos. Na época das cheias, que correspondia aos meses de inverno, a navegação era contínua. Já, em épocas das estações secas, correspondentes ao verão, o leito dos rios apresentavam “baixios” e, nesse caso, faziam baldeações em diferentes tipos de embarcações; de vapores para balsas ou caíques, embarcações menores que permitiam a passagem por águas baixas e corredeiras.

O rio Caí apresentava diversos desses “baixios” exigindo habilidades dos condutores. Possuía também inúmeras “voltas”, que eram as curvas, com as quais os navegadores estavam tão familiarizados que lhes davam denominações. No Caí, as que exigiam mais atenção ao

¹⁸ HUNDERT JAHRE DEUTSCHTUM IN RIO GRANDE DO SUL. 1824-1924. Herausgegeben vom Verband Deutscher Vereine”. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924, p. 273.

navegar, eram as da “Vendinha”, da “Pistola”, do “Sobradinho”, dos “Árabes” e da “Candinha”, entre outras. Os “passos”, que permitiam a travessia de uma margem para outra do rio por balsa ou barca, representavam outro obstáculo à navegação, deixando apenas o meio do rio como via navegável¹⁹.

Ainda entre as empresas que se constituíram no final do século XIX, podemos citar a Companhia Melhoramentos do Cahy. Constituída em 5 de julho de 1895 descrevia em seu artigo 2º do Capítulo I que “O objeto da Companhia é adquirir por compra ao engenheiro civil José da Costa Gama, pela quantia de 40 contos de reis a concessão feita [...] e todos os demais serviços referentes a mencionada concessão e estabelecer e explorar o sistema de barragens automóveis no rio Caí (...)” A formação dessa companhia, estava relacionada diretamente com os interesses das companhias de navegação. Entre os acionistas novamente estão empresários do ramo. Costa Gama, engenheiro responsável pela barragem Rio Branco, além de acionista, passou a responder pela companhia juntamente com o conselho fiscal²⁰.

Para os empresários, a participação nessa empresa era a possibilidade de atuar em um empreendimento que dava controle a uma das vias de maior movimentação na época para o transporte da produção colonial, o rio Caí. Nesta área, neste período, já havia planos do governo de estabelecer ligação com as colônias italianas na serra através de uma estrada. Como a empresa estipulava em seus estatutos a duração de 30 anos, podendo ser prorrogada por mais vinte para a exploração, os empresários previam a possibilidade de ganhos com o movimento na barragem, mesmo com os investimentos e manutenção nas obras e o percentual destinado ao fundo de reserva da empresa.

A partir de 1890, as empresas de navegação originárias das colônias na área do rio Caí tendem a estabelecer suas sedes em Porto Alegre ou as transferem para a capital. Este aspecto coincide com o

¹⁹ SAMPAIO, op. cit., 1912, p. 63-66.

²⁰ COMPANHIA MELHORAMENTOS DO CAHY. *Estatutos*, 20 de agosto de 1895, arquivo n. 1451, arquivo do Palácio do Comércio – Junta Comercial de Porto Alegre, arq. n. 1377. Refere-se a Barragem móvel no rio Caí.

momento de reorganização da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, cuja sede ficava em Porto Alegre. A reorganização da Junta fazia parte de uma campanha do governo do Estado para a regularização das empresas. Pode-se deduzir que o objetivo dessa campanha era manter a inspetoria que era exercida pela junta para que o Estado tivesse um maior controle sobre as atividades das empresas e, assim, pudesse realizar uma fiscalização com o intuito de arrecadar os impostos.

Também devemos observar como uma causa para a transferência das sedes das empresas de navegação para a capital, o fato de que de 1892 a 1895, mesmo com o andamento da Revolução Federalista, se desenvolviam pelo município os projetos para a construção do cais do porto de Porto Alegre. Em 1896 o Estado se responsabilizou pelos projetos, incluindo, em seus planos, a ligação do cais com a estação da via férrea. Nessa época, Porto Alegre era o centro irradiador da região centro-norte e das linhas férreas que se encontravam estabelecidas para o interior. Por sua vez, as empresas de navegação vinham estabelecendo seus escritórios e depósitos ao longo da orla do Guaíba desde a década de 1870.

Também se pode entender a instalação das empresas de navegação em Porto Alegre através das características do governo republicano instalado no Rio Grande do Sul. Nossa análise particulariza as medidas para a área do rio Caí.

Durante o governo Provisório do Rio Grande do Sul, em 1892²¹, mesmo com toda a instabilidade política e social, seguiam-se as medidas administrativas. Referente ao setor de navegação fluvial foi aprovada a melhoria da navegabilidade do rio Caí, através da construção de duas barragens; estas obras foram concedidas pelo Estado a um particular, que

²¹ O Governo Provisório refere-se ao período de instabilidade política ocorrida entre 1891 e 1893, no Rio Grande do Sul com sucessivos golpes ao poder. FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 2003. Sobre a instabilidade política e social trata-se do período da Revolução Federalista.

já tratava dos estudos desse rio desde 1889. Logo depois, a concessão foi transferida para uma companhia particular²².

Ao final dos anos 90, foram suspensas as construções de estradas de ferro do governo federal no Rio Grande do Sul. Uma das primeiras manifestações de críticas ao sistema de transporte mais favorecido no período imperial – o ferroviário – partiu do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Entendia o secretário que, devido ao tipo de produção e à forma como a população ocupava a zona produtora no Rio Grande do Sul, o transporte mais viável era o fluvial e não o transporte ferroviário, pois esse se prestaria às zonas fabris e densamente povoadas²³. As discussões a respeito da utilização de uma ou outra via se cristalizavam cada vez mais dentro da própria administração, muitas vezes como uma crítica ao regime político anterior, a Monarquia.

O governo republicano chamava a si a responsabilidade de melhorar uma das vias que, até então, era uma das mais importantes no estado, a fluvial, que, na relação capital-interior ainda representava uma das vias principais no escoamento da produção agrícola de gêneros alimentícios *in natura* e manufaturados. Agindo dessa forma, o Estado seria coerente com os seus princípios que “consiste em assegurar a ordem material e a liberdade para permitir o espontâneo desenvolvimento”²⁴. (FRANCO, 2003, p. 25). Ao propiciar a melhoria da navegação fluvial o Governo estaria praticando sua função no sentido de “remover os obstáculos que impossibilitavam o setor privado de obter mais lucratividade”, ou seja, visava o escoamento da produção para incentivar o comércio. Estava em vista, em suma, o incentivo à economia do estado.

A obra do porto de Porto Alegre se desenvolvia sob a inspeção da Diretoria de Viação. Para o ano de 1897, os engenheiros nomeados pelo governo, Candido José de Godoy e Joaquim José Felizardo Junior, acompanharam uma comissão de comandantes de vapores que

²² A concessão da obra da barragem no rio Caí criou discussões dentro da própria pasta da secretaria de obras públicas.

²³ Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1898. (S. N.O.P.-D.V.1897/98). B.P.E. (RS.351.71981650R573).

²⁴ Franco, 2003.

navegavam entre Porto Alegre e a “vila” de São Sebastião do Caí. Os comandantes haviam formulado reclamações ao governo de que as obras, no estágio em que se encontravam, não alcançariam o objetivo, sendo insuficientes os efeitos da barragem Rio Branco para embarcações com mais de 1 m de calado. Os comandantes dos vapores “Lajeado, Garibaldi, Harmonia, Gaúcho e União”, foram designados pelo Estado a participar do relatório de fiscalização. Concluíram que a barragem necessitava de modificações para alcançar plenamente os objetivos propostos, ou seja, manter uma navegação contínua. Mas, também atestaram que as condições de navegabilidade do rio Caí havia melhorado e que o número de dias possíveis de navegar na época de estiagem havia aumentado.

A barragem Rio Branco pode ser apontada como a principal obra hidrográfica realizada no Rio Grande do Sul na Primeira República. Desde seu projeto até sua instalação, teve a participação da iniciativa privada, inicialmente de um particular e, posteriormente, de uma empresa. Representou um pioneirismo no Brasil neste tipo de empreendimento. A navegabilidade do rio Caí melhorou significativamente após sua realização, embora tecnicamente apresentasse constantes contratemplos. A encampação da barragem em 31 de dezembro de 1910 foi o primeiro caso de interferência do Estado em uma obra e serviço concessionado a particulares. Nesse processo, a diretoria de viação, através do diretor Faria Santos, atuou de forma explícita, reivindicando a participação direta do Estado no setor. A encampação da obra foi considerada uma medida de socialização dos serviços públicos.

Podemos constatar também a participação das empresas de navegação fluvial na dinâmica do crescimento da economia do estado através dos dados relativos ao movimento da barragem Rio Branco no rio Caí.

A barragem Rio Branco foi o único projeto que teve seu término no período da Primeira República. Também, o movimento de embarcações continuou aumentando ano a ano após a encampação pelo Estado, tanto para as embarcações que realizavam o transporte de passageiros como para o transporte de cargas. O que não se manteve estável foi a arrecadação de valores tanto para as empresas de navegação quanto a arrecadação fiscal na barragem.

Outra questão abordada nos reclames dos empresários da navegação dizia respeito às taxas cobradas na barragem Rio Branco. Como as empresas foram se adaptando com diferentes embarcações para diferentes tipos de cargas, as cobranças diferenciadas na barragem influíram sobre elas. As embarcações que realizavam o transporte de carga comum – gêneros da agricultura – eram os vapores, os quais transportavam também passageiros. As reclamações de seus proprietários eram constantes em função das taxas e impostos que pagavam. O transporte de material terroso – areia, tijolos, telhas – era feito pelas chamadas chatas, embarcações que se assemelhavam a uma balsa com depósito, ou compartimento de carga fechado. Essas embarcações eram rebocadas pelos vapores. Normalmente as empresas de navegação possuíam os dois tipos de embarcação. Ao longo dos anos 20, a tendência foi aumentar as cargas de material terroso que não tiveram redução nas taxas, mas já pagavam um valor inferior aos vapores de cargas comuns e de passageiros. Portanto, diminuía a arrecadação na barragem enquanto, da mesma forma, os proprietários de embarcações continuavam insatisfeitos²⁵.

Ao longo da década de 1920, os problemas pertinentes à atividade de navegação interior aumentaram. Em razão da própria diminuição de cargas, as empresas não investiram nas embarcações que a essa altura estavam obsoletas. Ao se encerrar a Primeira República, estavam expostas as falhas e a responsabilidade de cada um dos setores, sejam eles públicos ou privados, no declínio dessa atividade. A crise se evidenciou ao longo dos anos 20, a qual, no setor de navegação fluvial, só tendeu a se agravar, pois a atividade perdia cada vez mais em competitividade com os outros tipos de transportes.

Através desse estudo procuramos demonstrar que a atividade de navegação fluvial foi significativa na ocupação e no desenvolvimento da área do rio Caí especialmente a partir do estabelecimento das colônias de imigração alemã. A atividade em si, desde seu início até a formação das

²⁵ Sobre as alegações dos empresários; constam em um Memorial de 1930, onde além das taxas reclamam das condições da barragem em 1929, mas esta obra sofreu uma reforma em 1930.

empresas foi organizada e desenvolvida por particulares e, a partir da importância econômica o governo do estado tomou algumas providências para a melhoria da navegabilidade. Tanto a iniciativa privada como o setor público não fizeram investimentos suficientes para a manutenção da navegação fluvial para mercadorias e de passageiros. Podemos considerar que a navegação fluvial na forma empresarial e integrada à economia do Estado alcançou seu auge no início dos anos 20 vindo a ocorrer uma estagnação ao longo daquela década.

Fontes das referências

BUCCELLI, Vittorio. *Un Viggio a Rio Grande del Sud*. Milano: L.F. Pallesstrini & C., 1906. p. 282.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO CAHY. Estatutos, 20 de agosto de 1895, arquivo n. 1451, arquivo do Palácio do Comércio – Junta Comercial de Porto Alegre, arq. n. 1377. Refere-se a Barragem móvel no rio Caí.

Exploração de Rios. Lagos e Bahias da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Enviado ao Presidente da Província, Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, pelo Tenente-coronel Jose Maria Pereira de Campos. Alto Uruguay, 26 de maio de 1862. Anexo ao Relatório / Fala do Vice-Presidente da Província de 1867. A.L.E.-S.C.

FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 2003.

HUNDERT JAHRE DEUTSCHTUM IN RIO GRANDE DO SUL. 1824-1924. Herausgegeben vom “Berband Deutscher Bereine”. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924, p. 273. (O exemplar encontra-se em Língua Alemã. A tradução do texto citado é de responsabilidade da autora deste trabalho).

KAUTZMANN, Maria Eunice Müller. Maratá, 1979. In: _____. (org.). *Montenegro de ontem e de hoje*. São Leopoldo: Rotermund,. 1986, p. 273-283, v. 3. Porto Alegre: [s. ed.], out. 1940, p. 46. Typographia Gundlach.

REINHEIMER, Dalva. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

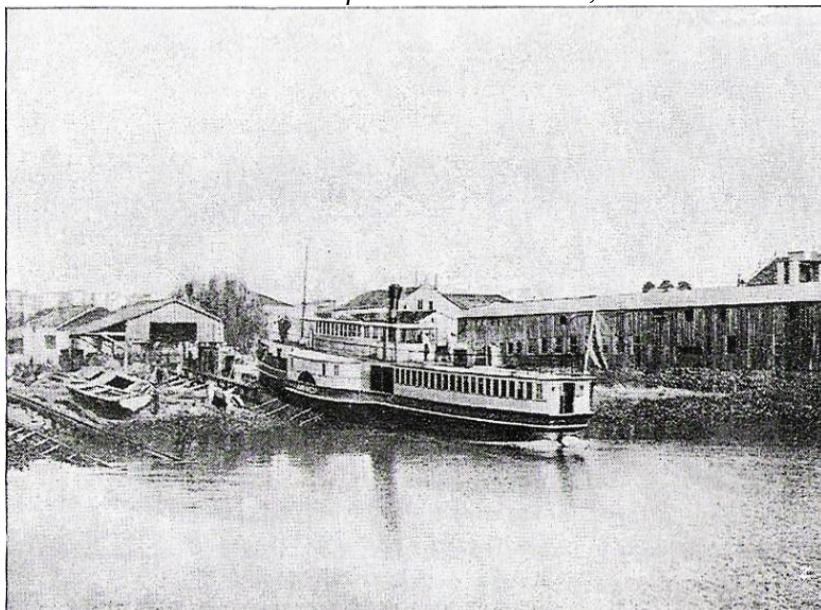
Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1898. (S. N.O.P.-D.V.1897/98). B.P.E. (RS.351.71981650R573).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAMPAIO, Mário de Oliveira. Capitão de Corveta. *Roteiro Lacustre e Fluvial do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912, p.63-66. (O volume consultado encontra-se no I.H.G.R.S., foi ampliado e alterado por Luis Lacé Brandão, Capitão de Corveta, em 1927).

Anexos

Fig. A – Vapor Garibaldi. Companhia Navegação do Cahy. Foto de 1901. Ancorado na Oficina L. E. Mabilde, no Guaíba.



Fonte: Buccelli, 1906. p. 100

Fig. B – Barragem Rio Branco no rio Caí. 1916. Praticagem de vapor, passagem de São Sebastião do Caí para Porto Alegre.



Fonte: Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – 1916.

A POLÍTICA DE TERRAS COMO FATOR DE FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE NO LITORAL NORDESTE DE SANTA CATARINA

Eleide Abril Gordon Findlay*

O presente estudo analisa o processo de povoamento da região da baía da Babitonga, no litoral nordeste de Santa Catarina, a partir do século XVIII, e possibilita a constatação de que a dinâmica do processo fundiário dos atuais municípios de São Francisco do Sul, Joinville e Araquari, esteve submetida aos mesmos institutos legais que configurou a história da política de terras nacionais.

A criação da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, através da Carta Régia de 1656, e posteriormente, pelo Alvará Régio de 1662, elevada à categoria de Vila simboliza os estímulos da Coroa Portuguesa aos bandeirantes paulistas da Capitania de São Vicente, diante da necessidade de proteção do território frente às constantes expedições espanholas. Além dos paulistas, portugueses, espanhóis, franceses, negros e índios compunham o conjunto de atores sociais que compartilhavam e disputavam o território.

A construção histórica da formação da propriedade na região nordeste catarinense a partir do século XVII, para além da defesa dos domínios da Coroa, tem como um dos condicionantes do processo social o papel da legislação agrária brasileira que deve ser entendida como a própria evolução das relações entre os sem terra e os latifundiários e entre eles e o poder público.

A história da política de terras brasileira em realidade se originou no momento em que Portugal, no século XIV, visando solucionar o grave

* Mestre em Educação, Univille- SC.

problema da produção de gêneros alimentícios e de mão-de-obra no campo em seu território, instituiu em 1375 a Lei de Sesmarias, que condicionava a doação de terras ao cultivo da mesma. E implicava, ainda, na medição e demarcação da área pelo sesmeiro para usufruto pleno do direito de posse. Como a Coroa distribuía as datas de terras sob o regime de concessão, caso a terra não fosse devidamente aproveitada, a Coroa tinha o direito de retomá-la. Falava-se, nesse caso, em terra devoluta.

A implantação da legislação sesmarial em Portugal, como indicam Carmem Alveal e Marcia Motta, produziu inúmeros problemas em decorrência da posse da terra, da denúncia da improdutividade da terra, do controle social da mão-de-obra e da nomeação e do exercício de cargos. Porém, destacam “Em varias situações, a função social da lei, relativa ao objetivo de povoamento de campo, foi cumprida. Nas regiões arrasadas por guerras, D.João I, distribuiu varias sesmarias, para repovoá-las, sendo feito exatamente como a legislação ordenava” (ALVEAL, MOTTA, 2005, p.428). E ainda ressaltam,

(...) primeiro foram divulgados éditos para que os proprietários retornassem e cultivassem as terras. Como não apareceram após o prazo, as terras foram doadas aos lavradores. O objetivo do povoamento foi atingido, já que a região foi-se repovoando paulatinamente, verificando-se que o processo resultou eficaz. (ID. IDIB, p.429).

Na colônia brasileira o sistema sesmarial foi introduzido com o objetivo diverso da Metrópole, já que o empreendimento português objetivava com o cultivo das terras a efetiva ocupação do território. No entanto, “Aqui, diferentemente do que aconteceu em Portugal, o regime das sesmarias não foi utilizado para revolver a inércia dos campos; serviu ele como instrumento de ocupação primária do território”. (LEITE, 2004, p 11)

Para Marcia Motta (2009), em estudo em que busca compreender a relação do sistema sesmarial como mecanismo da Coroa para regular sua relação com a colônia, o alvará de 1795, ordenamento legal que se constituiu em uma resposta a consulta ao Conselho Ultramarino devido às irregularidades e desordens na aplicação da Lei de Sesmaria na colônia brasileira, sinaliza em seus dispositivos muitas das intenções da Coroa em relação à normatização do acesso à terra na colônia brasileira.

Para a autora, a noção de igualdade na concessão de terras está expressa no item VI: “mais que meia légua em quadra, a fim de que haja entre todos os ditos moradores a igualdade que merece” (MOTTA, 2009, p 87). E precisamente no item VII deste instrumento legal pode residir a explicação para a dimensão das terras requeridas e doadas na região do núcleo de São Francisco do Sul durante o período colonial.

(...) se não facultarão daqui em diante mais de meia légua de frente, dando-se a outra meia, que até agora se lhes permitia, no fundo das mesmas terras, a fim de que pelo meio desta providência resulte o maior número de habitantes, que povoem estes desertos caminhos; o maior argumento da cultura, em que tanto interessa o público; o maior número de sesmeiros, que façam mais vantajosos os efeitos, e fins da mesma cultura. (ALVARÁ, *web*)

Uma das características da região meridional da colônia e diferenciadora da racionalidade que permeou a concessão de terras geradora de uma estrutura fundiária marcada pelo signo da grande propriedade, e concentrada nas mãos de poucos proprietários, os mais ricos, reside justamente a dimensão das datas de terras concedidas aos solicitantes. Na região da baía da Babitonga as terras doadas em sesmaria e, também às requeridas mediam no mínimo 70 braças e no máximo 1.500 braças, com exceção daquelas cujos requerentes já ocupavam a terra desde o século XVIII. (FINDLAY, 2012, p 145).

Ao se quantificar as cartas de doações concedidas no período colonial pode-se afirmar que Santa Catarina teve um perfil menos concentrador de terras, contudo, na região da baía da Babitonga existiam sesmarias que poderiam ser definidas como grandes propriedades tendo como parâmetro as demais concedidas pela Coroa na região. E ainda, o indicativo de que aqueles denominados “homens bons” da vila, conforme Ricardo Costa Oliveira (2007), os grandes proprietários de terras e de escravos, diante da restrição de nova concessão de terras a uma mesma pessoa, esses proprietários obtinham novas datas de terras em nome de filhos e, ou, parentes.

Outro importante instituto legal para a conformação da história fundiária catarinense, e, também da região do litoral nordeste, foi a Provisão Régia de 09 de agosto 1747, que dava providências para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil. Muitos

estudiosos consideram tal instrumento legal o responsável pelo início da imigração estrangeira no Brasil.

No entanto, Oliveira e Salomon, em obra que tinham como propósito responder a uma indagação relativa à emergência e a constituição em Santa Catarina da imigração como dispositivo político no século XIX, discordam dessa interpretação. Entendem os autores que dois aspectos conjunturais explicariam a política imigratória, em primeiro lugar foi preciso que o território deixasse de ser pensado a partir do problema de sua defesa e conservação,

No final da década de 1730, a ascensão da Ilha de Santa Catarina à condição de Capitania faz-se em torno da reinscrição de sua posição no espaço Atlântico meridional, no interior de uma rede de pontos que sustentam e configuram nesse espaço um sistema de defesa. Era preciso que a agrimensura rompesse com os pontos fechados a serem defendidos, definidos pelos engenheiros militares, para que o território se transformasse em extensão que configura o espaço político e uma capitania ou província. (OLIVEIRA, SALOMON, 2010, p7).

E afirmam,

Sem esta primeira transformação, seria impossível que o deslocamento de súditos deixasse de ser pensado como transferência de peças de um ponto seguro do tabuleiro soberano para outro que necessitava de corpos para compor seu sistema de defesa, tal como veremos de meados do século XVIII ao início do século XIX. (ID.IDID)

Para que a política de imigração se efetivasse no território catarinense, seria primordial, a modificação da noção jurídica da sesmária, instituto jurídico que ordenava o acesso a terra no período colonial, e adotado, desde o século XVIII pelas autoridades da Capitania de Santa Catarina. “Para que a imigração possa emergir, ela terá que inventar uma nova noção jurídico-topológica, a de pequena propriedade. Essa noção permitirá que essa relação se transforme”. (ID.IDID, p 8).

A imigração no Brasil meridional, no século XVIII, caracterizou-se essencialmente pelo enfrentamento de problemas que envolviam Portugal e Espanha. Em primeiro lugar, no século XVIII, tem-se o

interesse da Coroa pela conservação de seus domínios, que resultará na construção de fortificações. Posteriormente, o fato de que os domínios meridionais deixaram de se constituir em locais de degredo para se tornarem entrepostos comerciais. Para os objetivos desse trabalho destacarei somente a necessidade de que para a manutenção das fortalezas era necessário dispor de um contingente populacional que possibilitasse a preservação das regiões de fronteira, bem com o cultivo das terras para a produção de alimentos para o sustento das forças militares que iria proceder à defesa da região.

No processo de introdução de súditos na Capitania de Santa Catarina, amparado na Provisão de 09 de agosto de 1747, o ordenamento legal determinava que “se mandasse transportar ate quatro mil casais para as partes do Brasil, que fosse mais preciso, e conveniente povoarem-se logo.”, e ordenava que,

(...) ao governador e capitão general da ilha da Madeira, e aos Ministros de Justiça e Fazenda daquela ilha, e da dos Açores, fizessem afixar pelas habitações delas o dito Edital, e alistassem toda a gente, que se oferecesse para se transportar à ilha de Santa Catarina, por onde pareceu conveniente começar a introdução dos casais, para se estabelecerem, assim nela, como na terra firme do seu contorno. (IOTTI, 2001,p 38)

Dentro da perspectiva do fortalecimento defensivo dos territórios soberanos, Oliveira e Salomon consideram que o estabelecimento “de famílias que habitem e cultivem as povoações para que delas se possa tirar ‘soldados para a defesa e guarnição das fortalezas’” (ID.IBID, p.15) não deve ser considerado como imigração.

Os referidos autores propõem uma discussão conceitual relativa à imigração ao afirmarem que a vinda dos casais açorianos para a Ilha de Santa Catarina e continente, diversos casais foram acomodados em São Francisco do Sul, não pode e não deve ser definida como imigração, tratou-se de deslocamento posto que, pelo fato de serem súditos portugueses, não poderiam ser considerados imigrantes. Ressaltam que, “o deslocamento de casais no século XVIII se insere numa racionalidade totalmente distinta daquela que a partir do século XIX se designará por imigração”. (ID IBID p 99).

Imigração tem uma significação ampla, porém, em seu sentido mais usual indica a entrada de estrangeiros em um país. Para Natalia Cruz, as políticas imigratórias visavam, ao atrair imigrantes, o processo civilizatório. Nesse sentido, compartilha da posição de Seyferth, ao afirmar “Os imigrantes deveriam promover a civilização no reino do Brasil. Assim, colonizar era não somente uma questão de ocupação territorial, mas também de diversificação econômica, com a implantação da agricultura para o abastecimento e o desenvolvimento industrial” (SEYFERTH apud CRUZ, 2005, p 248).

Entre os estudiosos é consenso que a imigração no Brasil teve seu início em 1808, com a vinda da família real, a partir do Decreto de 25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil, que visava “aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado” (IOTTI, 2001, p 42). Para Luiz Demoro este foi “o primeiro ato regular de colonização de estrangeiros, embora eles já estivessem vivendo no País, porém assumiam a atitude e o compromisso de colonizadores”. (apud IOTTI, 2001, p 20). Importante observar que no Decreto fica estabelecida a “igualdade” no acesso à terra entre estrangeiros e os súditos.

Quanto à legislação régia direcionada especificamente à distribuição de terras e colonização que contribuíram para a formação da estrutura fundiária da região nordeste catarinense, tem-se, ainda, o Decreto de 16 de maio de 1818 no qual o governo aprovou as condições para o estabelecimento de uma colônia de suíços no Brasil, e autorizou que fossem despendidas verbas para custear o transporte, doação de lote de terra, animais, instrumentos de trabalho, sementes, ajuda em dinheiro para os primeiros anos, assistência médica, religiosa. As disposições contidas no documento relativas às determinações de financiamento, forma de ocupação, recursos humanos e materiais exigidos dos colonos serviram de parâmetro para as colonizações posteriormente autorizadas.

De acordo com o decreto entre os colonos deveriam existir muitos artistas essenciais como carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros, moleiros, sapateiros, tecelões, oleiros e oficiais para fazer telhas, os quais se incumbiriam, também, de ensinar aos nacionais, que quisessem aprender. Além de um bom cirurgião médico, e um bom boticário. E, também, dois ou quatro eclesiásticos.” (FINDLAY, 2008, s.p).

O sistema sesmarial adotado no Brasil persistiu até 17 de julho 1822, quando através da Resolução nº 76, o Príncipe Regente D. Pedro, veio a extinguir o sistema de sesmarias. No entanto, somente com a decisão nº. 154 de 22 de outubro de 1822 ficaram proibidas as concessões de sesmarias, até que Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa regulasse a matéria.

O vácuo legislativo acerca da questão fundiária no Império, após a proibição e concessão de sesmarias, foi contornado pelas autoridades provinciais catarinenses, através da inclusão da temática da distribuição de terras e da colonização custeada pelo governo, nos atos legais que fixavam a receita e despesas do Governo. Em uma decisão nº 50 do Império, em resposta a uma solicitação do Governo Provisório de Santa Catarina, o Imperador determinou que se concedessem as sesmarias solicitadas, com a dimensão de quarto de légua, aos colonos residentes e as demais pessoas que estivessem em condições de fazer estabelecimentos rurais.

Na região de São Francisco do Sul, além da obtenção de carta de sesmarias pelos homens brancos livres, a posse se constituiu em uma prática utilizada pelos lavradores a fim de conquistar um pedaço de terra. Tal procedimento não destoava da realidade nacional frente aos problemas fundiários herdados da colônia. Como enfatiza Ruy Cirne Lima, em obra sobre a história territorial brasileira,

Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tomou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com correr dos anos, vir ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias. (LIMA, 1990, p 51)

Para James Holston a prática da posse de terra sem o requerimento legal não pode ser atribuída somente ao período conhecido como o regime de posse, já que,

Desde os primórdios da colonização, as invasões de terras da Coroa constituíam práticas comuns de colonos que, se por um lado não tinham os recursos exigidos para pleitear sesmarias, por outro conseguiam sobreviver com culturas de subsistência e em terra não cultivadas e em disputa no interior das áreas reservadas às

plantações, as invasões eram uma alternativa sempre presente, tolerada, e até ignorada- a não ser quando alguém conseguia uma concessão que incluía a terra invadida. As posses, assim, tornavam possível a condição de colonos livres àqueles que não podiam participar da economia comercial, e ainda serviam de trunfo para os imigrantes mais pobres- os habitantes das fronteiras, os meeiros e os pequenos agricultores- contra o regime dos latifundiários. (HOLSTON, 1991, p 18).

Marcia Motta (2001) destaca que o processo de ocupação de terras devolutas, desde tempos imemoriais, se constituiu em prática dos senhores de terras ao se apropriarem de terras devolutas limítrofes com suas propriedades, e que, tal prática, possibilitou a outros agentes sociais o reconhecimento ao seu direito ao apossamento. A autora esclarece,

Nos avanços e retrocessos, na dinâmica da luta pela posse da terra no Brasil, há uma tradição cultural que explica quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso à terra ou de outrem. Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas, a incorporação das mesmas como parte de seus domínios, faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi – la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros; para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela de terra. (MOTTA, 2001, p122).

Como a região de São Francisco do Sul, no período colonial e imperial, pode ser considerada de fronteira aberta as posses eram, por vezes, ignoradas pelas autoridades que entendiam que tal prática possibilitava, além do povoamento, uma expansão da ocupação territorial.

Na província de Santa Catarina no período que antecedeu a promulgação da Lei de Terras, de 1850, prevaleceu no enfrentamento das questões fundiárias a política de distribuição de terras a todos os que as solicitassem. Em 1840, o presidente da província, em seu discurso perante a Assembleia Legislativa, discorreu sobre a importância da existência de terras medidas e demarcadas para que fossem dadas aos colonos que se apresentassem e sendo condição expressa em tais concessões a exclusão de escravos, e mesmo aos filhos da Província pequenas porções de terras poderiam ser dadas desde que os homens

tivessem determinada idade, fossem casados e sem escravos, e que o solicitante não poderia ser para solteiro.

Para além do povoamento territorial, da necessidade de impulso à indústria agrícola, a concessão de terras era concebida, ainda, como instrumento de pacificação e manutenção da ordem, “a distribuição e cultura desse imenso sertão devoluto tem sido de uma vantagem para esta Província, tem dado lugar a muitos casamentos e a formarem-se novos estabelecimentos ocupando braços que estariam ociosos, e disponíveis a atentados”. (BRITO, 1848, p 12). E ainda ressaltava o fato de que “as concessões tem sido feitas com a condição bem expressa e clara de ficarem os concessionários sujeitos a qualquer ônus que lhe seja imposto por Lei Geral ou Provincial” (*ID IBID*).

A região de São Francisco do Sul, desde o início de seu povoamento no século XVII, caracteriza-se por uma formação fundiária de minifúndio e de pequenas propriedades, seja em decorrência das sesmarias concedidas pela Coroa, ou as distribuídas pelas autoridades provinciais. Depreende-se que essa conformação de pequenas porções de terras estava assentada na própria legislação sesmarial que continuou a prevalecer mesmo após o poder imperial proibir novas concessões.

O Decreto 537 de 15 de maio de 1850 desempenhou papel fundamental na história fundiária do nordeste catarinense, ao reconhecer e aprovar o contrato celebrado entre a Sociedade Colonizadora, estabelecida na cidade de Hamburgo, e o governo Imperial, para a fundação de uma Colônia agrícola em terras pertencentes ao dote da Princesa Dona Francisca, na Província de Santa Catarina¹.

As colônias, ou núcleos coloniais, como são designados quando se está discutindo a questão fundiária, introduziu na história da região um

¹ A Lei 166 de 20 de setembro de 1840 estabelecia o dote das princesas brasileiras e em seu Art. 4 determinava a fundação de um patrimônio em terras pertencentes à Nação que, no dote da princesa no § 3º. 25 léguas quadradas, de três mil braças, de terras devolutas, que podiam ser escolhidas nas melhores localidades em um, ou mais lugares, na Província de Santa Catarina. (FICKER, 2008). As terras escolhidas situavam-se em São Francisco do Sul e, foram medidas e demarcadas em 1845.

novo ator social, o colono de origem alemã, suíça, norueguesa. Colono é a pessoa comumente reconhecida como sendo “membro de uma colônia, pequeno proprietário, trabalhador agrícola, principalmente imigrante ou descendente deste” (GREGORY, 2005:102). Para o autor as colônias também são um “espaço social e cultural decorrente das ações e das políticas relacionadas com o projeto nacional brasileiro de manutenção das fronteiras e de integração territorial em que as ideias de permissão, de direcionamento e de controle devem ser contempladas”. (GREGORY, 2002, p 17).

E em relação à formação de núcleos coloniais no sul do Brasil, o autor observa que foram instaladas em áreas em que não haviam sido contempladas pela colonização portuguesa e açoriana. Ressalta, ainda, que para os colonos europeus a possibilidade da posse da terra representava a sobrevivência familiar, posto que “Ter terra representava e, ainda representa o espaço vital que cada ‘chefe familiar’ teria que conquistar para pertencer à comunidade, nela ser um produtor dos seus alimentos e nela conseguir reproduzir a unidade camponesa”. (ID *IBID*)

Como destaca Carlos H. Oberacker, (1985) o propósito inicial do governo com as colônias não se restringia a importar braços para a lavoura, mas contemplava outros objetivos: demográficos (povoamento), morais (dignificação do trabalho manual), sociais (formação de uma camada média), militares (defesa das fronteiras) e, naturalmente, econômicas (abastecimento das cidades e do exército).

O decreto 537, de maneira geral, estabelecia a concessão de 8 léguas quadradas de terras, a título de alienação perpétua, a razão de 1600 hectares por légua, para o estabelecimento da colônia. À Sociedade Colonizadora competia à introdução na colônia de um número determinado de imigrantes, bem como alojamento e casas de recepção para os colonos, o fornecimento nos dois primeiros anos todos os objetos de primeira necessidade, como ferramentas, sementes e alimentos a preços módicos. Abertura de crédito para os colonos pobres que poderiam restituir a importância recebida em forma de mão-de-obra. Conforme a necessidade a construção de hospitais, igrejas e escolas, e enviar médicos, sacerdotes e professores.

Os colonos da Colônia Dona Francisca adquiriram seus lotes de terras, que mediam em média de 10 a 20 morgos², da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Contudo, aqueles que tiveram condições financeiras compraram mais de um lote, ou os lotes maiores. Nesse sentido a dimensão espacial das propriedades coloniais não se diferenciava, de maneira significativa, dos lotes de terras recebidos em sesmaria, ou por doação dos governantes provinciais. O que definitivamente distingue os colonos europeus dos lavradores nacionais que já se encontravam na localidade, ou que posteriormente se deslocaram para a região, é a possibilidade de financiamento para a aquisição de terra, e dos instrumentos de trabalho.

Entre a edição do Decreto 537 e a instalação efetiva da colônia, em 1851, a política de terras do Brasil passou a ser regulamentada pela Lei 601 de 1850, conhecida como a Lei de Terras. Com o objetivo de regularizar a propriedade de terras, notadamente frente às necessidades econômicas, políticas e sociais e ao conceito de terra e trabalhos, e o papel dos imigrantes nesse contexto, os legisladores debateram-se frente a posições antagônicas. Emilia Viotti esclarece,

Os fazendeiros das áreas novas, preocupados com a iminência da abolição do tráfico de escravos e esperando encontrar na imigração a solução para o problema da força de trabalho, propuseram uma legislação com o objetivo de impedir o acesso fácil à terra e de forçar os imigrantes ao trabalho nas fazendas. Os setores mais tradicionais, apoiados por alguns intelectuais europeizados que se identificavam com o pensamento ilustrado, defendiam uma política colonizadora baseada na distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, aos quais encaravam não como substitutos dos escravos, mas como agentes civilizados. (VIOTTI, 1999, p 14).

A Lei de Terras de 1850 possibilitou a transformação da terra em propriedade fundiária moderna, ao determinou em seu artigo 1º a proibição à aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse compra. Definiu terras devolutas como sendo aquelas que não se achassem aplicadas a algum uso público em geral, as que não se

² 1 morgo = 2500 metros quadrados.

estivessem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem fossem obtidas por sesmaria, não incursas em comisso. Contudo, em seu art. 5º estabeleceu as condições para a legitimação das posses mansas e pacíficas, e obtidas por ocupação primária, ou do primeiro ocupante, que estivessem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual de respectivo posseiro.

Como o texto legal determinou o acesso às terras publicas, ou devolutas, somente por compra e indicando que as receitas oriundas dessa transação comercial deveriam ser empregadas no estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras, na prática prevaleceu a criação de núcleos estrangeiros particulares, como foi caso do núcleo colonial Dona Francisca.

Como destaca Giralda Seyferth,

Na verdade, essa forma de colonização foi regulada por contratos celebrados entre empresas criadas com essa finalidade e o governo brasileiro, tornados públicos por decreto e sujeitos a fiscalização. A arregimentação de imigrantes na Europa, ou de colonos em outras regiões coloniais, nesse caso, cabia às empresas, assim como as despesas com a demarcação e localização em lotes coloniais. (SEYFERTH, 2009,42)

A vinda de estrangeiros para a área da região de São Francisco do Sul, na colônia Dona Francisca, de diferentes nacionalidades, apesar de ser considerada uma colônia alemã, era vista por algumas autoridades provinciais como benéfica frente às dificuldades interpostas por alguns contingentes de imigrantes que somente aceitavam se dirigirem a empreendimentos de sua nacionalidade. Nesse sentido, o Presidente da Província obteve, em 1886, a permissão do governo imperial para efetuar a distribuição dos lotes em cada núcleo com famílias de nacionalidades diversas e ressaltava que os nacionais não deveriam ser excluídos do processo, posto que, o objetivo não era o de “estrangeirar os que nasceram no país” (ROCHA, 1886, p 199). E enfatizava que, “não pode haver vantagem em excluir o nacional dos favores que se facultam aos estrangeiros, nem pode resultar o mínimo inconveniente de dar-se ao nacional laborioso, e nas mesmas que se liberaliza ao estranho que chega, e sem indagar-se de suas aptidões e moralidade” (IDEM).

Os ordenamentos jurídicos que delinearam a política de terra a partir do período colonial e que influenciaram toda a constituição do Direito Agrário nacional foram o instituto da Sesmaria e a Lei de Terras. Esses instrumentos jurídicos conformaram a história fundiária da região estudada, principalmente, se considerarmos que diferentemente da prática do restante do país, as determinações legais quanto à dimensão das terras concedidas, ou subvencionadas, estavam de conformidade com a jurídica. Mesmo quando da criação de um núcleo colonial estrangeiro particular, a colônia Dona Francisca, as imposições legais estabelecidas pelo contrato firmado entre a empresa particular e o governo geral, bem como as disposições contidas na Lei de Terras foram obedecidas.

Convém ressaltar que no processo de construção dos fundamentos históricos da propriedade da terra na região da baía da Babitonga, se observou a existência de disputas pela terra. Em trabalho anterior analisei os conflitos e disputas de terras entre proprietários, posseiros, herdeiros e confrontantes que se utilizaram do aparato jurídico para fazer valer seus direitos frente à ameaça sofrida³.

O aspecto fundante da história do povoamento da região refere-se à própria história da percepção política, econômica, jurídica e social da terra. A historiadora Emília Viotti, descreve como este processo submetido à expansão dos mercados e do capitalismo provocou uma reformulação das políticas de terras e do trabalho. A autora descreve a concepção de terra ao longo do período colonial e imperial,

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. (...) Por volta do século XIX, o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio da nação. De acordo com a Lei de Terras de 1850, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. (VIOTTI, 1999, p 172)

³ FINDLAY, Eleide. A.G. *As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville*. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org>>.

E prossegue ressaltando as consequências da mudança,

Em vez de ser uma dádiva pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a terra era uma doação real, o rei tinha o direito de impor certas condições, regulamentando seu uso e sua ocupação e limitando o tamanho do lote e o número de doações recebidas por pessoa. Quando a terra tornou-se uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes à sua utilização passaram a ser tomadas por esses mesmos indivíduos. (Id. Idib)

E resume de forma incisiva,

Na primeira fase, a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico. No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico. (Id. Idib)

Depreende-se, portanto, que ao se constituir em objeto de compra e venda e, portanto, em uma mercadoria à disposição da economia de mercado, transforma-se em propriedade privada. Para Polanyi, por óbvio, uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado. E, nessa perspectiva, “Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro”. E, prossegue, “cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço” (POLANYI, 2012, p77).

Contudo, Polanyi adverte em relação ao trabalho, a terra e ao dinheiro:

Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. (...) Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana a própria vida que, por sua vez não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo

homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (*Id Ibid*, p 78, grifo do autor).

Para além do mecanismo de ficção da mercadoria, a propriedade da terra obteve no direito moderno e liberal a plenitude do direito de propriedade. No Brasil, desde a Constituição de 1824, a inviolabilidade dos direitos civis e políticos garantiram o direito de propriedade em toda a sua plenitude. O direito sagrado e inviolável da propriedade foi incorporado às constituições nacionais a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, oriunda da Revolução Francesa. Ao lado da liberdade e igualdade os direitos individuais sustentarão a concepção individualista de propriedade.

Essa submissão do ordenamento constitucional à concepção individual, exclusiva e plena, própria dos princípios liberais destaca-se na análise realizada por Carlos Frederico Marés, “O direito foi se construindo sobre a ideia da propriedade privada capaz de ser patrimoniada, isto é ser um bem, uma coisa que pudesse ser usada, fruída, gozada, com absoluta disponibilidade do proprietário e acumulável, indefinidamente. (MARÉS, 2003:34). Destaca, ainda que em relação à terra, principalmente por sua característica de produtora natural de bens e matéria prima, a ideia de propriedade patrimoniada resultará na concepção de que toda a terra do país estaria destinada a ser privada e produtiva.

A história do povoamento, da construção da propriedade territorial, da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, desde o século XVII até o final do período imperial, produziu a redução de sua dimensão espacial, pois no século XIX outras freguesias foram surgindo, a freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy, Bom Jesus de Parati, Nossa Senhora da Glória do Itahy e a freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, esta última em decorrência da criação da Colônia Dona Francisca nas terras dotais da Princesa. Com a emancipação da freguesia de São Francisco Xavier de Joinville (1866) e da freguesia de Parati (1876), a Vila de São Francisco do Sul diminuiu em termos espaciais e demográficos.

Aliada a transformação do espaço social tem-se a caracterização da estrutura fundiária da região, como se demonstrou, assentada na pequena propriedade em decorrência da dimensão das sesmarias, posses, doações de terras devolutas que percorreram todo o período colonial e imperial. E como figuras atuantes nesse processo, além dos proprietários de terra que compunham a elite senhorial, lavradores, posseiros que legitimaram suas posses através do ordenamento legal, da Lei de Terras, além dos colonos estrangeiros que adquiriram seus lotes de terras de empresas particulares, as empresas colonizadoras.

Ao final do governo imperial a região da baía da Babitonga, assim como o restante do país, viu predominar a concepção e a prática identificada com a modernidade capitalista que transformou a terra em mercadoria e, portanto, em uma propriedade privada individual, de acordo com a concepção econômica, jurídica, política e social próprio do fundamento liberal. A baía da Babitonga rendeu-se a realidade de que a terra passou a ser uma mercadoria como outra qualquer, e que, trazia consigo uma reserva de valor, sujeita a especulação do capital.

Referências

Alvará de 1795. Disponível em <<http://www.arisp.wordpress.com>>. Acesso em: 10 nov.2010.

ALVEAL, Carmem, MOTTA, Marcia. Sesmaria. In MOTTA, Marcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRITO Antero Jozé Ferreira de. *Discurso à Assembleia*, em 01 de março de 1845. Cidade do Desterro. Disponível em: <<http://crl.edu/content/brazil/scat.htm>>. Acesso em: 01 nov.2010.

CRUZ, Natalia. Imigração. In MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICKER, Carlos. *História de Joinville*: crônica da colônia Dona Francisca. 3ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon. Considerações acerca da distribuição de terras na região da Baía da Babitonga. *Fronteiras*: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.20, p.141-161, 2012.

_____. *As disputas de terras no Termo de São Francisco Xavier de Joinville*. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org>>.

GREGORY, Valdir. Colonização. In MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HOSLTON, James. *Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS-CaXIAS DO Sul: EDUCS, 2001.

LEITE, José Luis Marasco C. *A apropriação das terras brasileiras: anotações preliminares*. Disponível em <<http://egov.ufsc.br>>. Acesso em. 22 ago.. 2014.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1990.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MOTTA, Marcia. *Movimentos rurais nos Oitocentos: uma história em (re)construção*. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 113-128. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br>>. Acesso em: 10 set 2014.

_____. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

OBERACKER Jr., Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira – tomo II, O Brasil Monárquico, Reações e Transações*, 3º. volume. São Paulo: Difel, 1985.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira, SALOMON, Marlon. *A decadência de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. “Homens bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco: uma “elite senhorial” do Brasil

Meridional nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Arquivo Histórico de Joinville*, Joinville, v.1, n.1, 2007.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROCHA, Francisco da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina*, em 21 de julho de 1886. . Cidade do Desterro. Disponível em: <<http://crl.edu/content/brazil/scat.htm>>. Acesso em: 01 nov.2010

SEYFERTH Giralda. Imigrantes Colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. Ind. NEVES, Delma Pessanha (org). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

VIOTTI, Emilia da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GUILHERME GAEIZER NETTO: TRAJETÓRIA DE UMA LIDERANÇA IMIGRANTISTA NA REPÚBLICA DE WEIMAR

Evandro Fernandes*

Introdução

Este artigo analisa a trajetória de Guilherme Gaelzer Netto, ex-intendente municipal de São Leopoldo (1902-1916) na República de Weimar. Ao encerrar sua carreira política no Partido Republicano Rio-Grandense, Gaelzer Netto dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde foi nomeado para o cargo de comissário de imigração junto à Diretoria de Serviço de Povoamento, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Neste cargo foi enviado à Europa pelo Presidente Epitácio Pessoa, onde recrutou imigrantes alemães para o Brasil junto aos governos da Alemanha e Áustria. Da mesma forma, fomentou as relações econômico-comerciais e culturais entre o Brasil e a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial.

A trajetória de Gaelzer Netto na República de Weimar é significativa para entendermos o movimento de reaproximação política e econômica do Brasil com a Alemanha. A atuação de Gaelzer Netto no campo das relações internacionais merece destaque porque ocorreu num período politicamente delicado, no qual as relações diplomáticas germano-brasileiras estavam muito abaladas por causa da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Aliados, e devido às restrições à imigração de alemães para o Brasil. A criação de um Comissariado do Brasil por Gaelzer Netto para recrutar imigrantes e

* Evandro Fernandes é bacharel em Teologia Luterana (EST), licenciado em História (UNISINOS), Mestre em História (UFSC) e doutorando em História na UFSC.

representar produtos brasileiros na Europa equadra-se no movimento de reaproximação do Brasil com a Alemanha, sendo o seu papel fundamental para a reaproximação germano-brasileira. Ele aponta para um movimento efetivo de restabelecimento das relações bilaterais Brasil-Alemanha no pós-guerra.

O Brasil e a República de Weimar

A Primeira Guerra Mundial mudou o cenário político, social, econômico e cultural da Europa e, em especial, da Alemanha. A guerra mobilizou cerca de 60 milhões de soldados europeus, provocou a morte de cerca de 8 milhões de militares, incapacitou 7 milhões de forma permanente, e 15 milhões ficaram gravemente feridos. A Alemanha perdeu 15,1% de sua população masculina. As mortes de civis chegaram a 9 milhões, além de 6 milhões da Gripe Espanhola. *A Belle Époque dava lugar a um continente com milhões de mutilados e desempregados, num clima sombrio e pessimista, que se expressaria artisticamente no surrealismo e no dadaísmo, mas também nas versões políticas de extrema direita, como o fascismo* (VISENTINI, 2014, p.10). A guerra provocou a morte de cerca de 1.773.000 alemães, muitos morreram de desnutrição pela falta de alimentos (FRIEDRICH, 1997, p.31). A assinatura do armistício coincidiu com o fim do reinado dos Hohenzollern e, por consequência, de Guilherme II. A Alemanha entrou numa nova era no qual deveria nascer um novo estado, cujo passado dificilmente seria apagado.

O Tratado de Versalhes deixou a economia alemã em frangalhos. A Alemanha teve de aceitar todas as responsabilidades pela guerra, assumindo as reparações aos países da Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia). O país abriu mão de uma parte de seu território para as nações fronteiriças, além das colônias localizadas na África e nos oceanos. A perda de áreas na Prússia Oriental para a Polônia e a entrega da região da Alsácia-Lorena à França reduziram o território alemão. Também houve restrições à formação de um exército de, no máximo, 100.000 homens, sendo que o país teve de entregar grande parte de suas armas, submarinos, tanques, aviões de caça, navios mercantes e de guerra.

O Brasil manteve-se neutro no início da Primeira Guerra Mundial porque não tinha interesses estratégicos na Europa. O distanciamento geográfico, as crises políticas, financeiras e econômicas internas, seu atraso tecnológico e industrial, a fragilidade de suas instituições militares, levaram-no a restringir-se à política interna e ao contexto regional sul-americano. O vínculo mantido com as potências européias era de interesses comerciais devido à exportação de café e importação de produtos manufaturados (MENDONÇA, 2008, p.29). Toda sua economia dependia do café. Os principais parceiros comerciais do Brasil eram Inglaterra, França e Alemanha. O Brasil tinha um comércio muito equilibrado com a Alemanha, pois grande parte de seu maquinário industrial, ferramentas e produtos químicos eram importados e pagos através das exportações de café. A Alemanha vinha ampliando sua participação no comércio brasileiro em detrimento da Inglaterra e França (VINHOSA, 1990, p.39-40).

O fato do café não ser considerado um produto essencial fez com que, durante a guerra, suas exportações diminuíssem, prejudicando as rendas nacionais, principalmente após o bloqueio inglês e a proibição de exportação de café brasileiro aos países escandinavos pela Inglaterra sob alegação de se destinava às tropas inimigas (FERRO, 1990, p.166). A Inglaterra também considerou necessário o espaço de carga dos navios para produtos considerados mais vitais que o café para o esforço de guerra. Também houve perdas nos rendimentos do café para o Brasil por causa do afundamento de navios mercantes brasileiros pelos alemães, e pela redução dos preços dos produtos primários no mercado internacional (MENDONÇA, 2008, p. 37).

Colaborou para a mudança de postura do Brasil em relação à guerra a influência cultural francesa nos centros urbanos brasileiros, que levou a opinião pública e a imprensa brasileira a simpatizar com a causa aliada. As elites imperiais e republicanas sempre foram educadas segundo o modelo educacional francês, sendo seu idioma muito praticado nas famílias e amplamente disseminado nas escolas do país. Desde 1915, com a fundação da Liga Brasileira pelos Aliados, a opinião pública e imprensa brasileiras já vinham promovendo manifestações públicas a favor dos Aliados, o que fez com que todos os críticos da política francesa e inglesa fossem acusados de germanófilos. Dentre eles destacam-se Lauro Müller (ministro de estado), Assis Chateaubriand (jornalista), Dunshee de

Abrantes (político), Capistrano de Abreu (escritor), Oliveira Lima (diplomata), entre tantos outros (MENDONÇA, 2008, p.30).

As relações do Brasil com a Alemanha sofreram abalos mais sérios a partir do afundamento de navios brasileiros que entraram na zona de bloqueio. Em abril de 1917 o navio Paraná foi afundado por submarinos alemães na costa européia, no Cabo Barfleur, junto à França. Este fato causou enorme comoção nacional, levando a opinião pública brasileira a posicionar-se contra a Alemanha e a exigir do governo brasileiro uma atitude de retaliação. Lauro Müller, político de descendência alemã, então Ministro das Relações Exteriores, renunciou ao cargo em 03/05/1917. A nomeação de Nilo Peçanha para Ministro das Relações Exteriores do Brasil levou o país a uma mudança radical em relação à guerra, pois aproximou o Brasil dos Estados Unidos, através da quebra da neutralidade e na obtenção de garantias de compensações em troca do apoio aos Aliados (BUENO, 2003, p.460).

No sul do Brasil, em Porto Alegre, o afundamento do navio brasileiro levou milhares de pessoas a atacar estabelecimentos alemães como o Hotel Schmidt, a Sociedade Germânia, o Clube Turnerbund e o jornal *Deutsche Zeitung*, que foram invadidos, pilhados e queimados. Estes distúrbios vieram a se repetir em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em novembro de 1917, e em outras capitais nacionais. Também Gaelzer Netto enfrentou distúrbios em São Leopoldo, ao defender o jornal *Deutsche Post* de um espastelamento (ROTERMUND, 1986, p.112).

A comoção interna, as pressões diplomáticas e ingerências econômicas dos Aliados e a aproximação econômico-comercial com os Estados Unidos, levaram o Brasil a tomar uma postura mais dura em relação ao conflito. Em 11/04/1917 o Presidente Wesnecsláu Brás rompeu relações diplomáticas com a Alemanha. O afundamento de vários navios brasileiros no transcorrer dos meses levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha em 26/10/1917. Importante destacar que a ideologia pan-americana alicerçada na Doutrina Monroe, que defendia a *solidariedade continental* na soberania das nações americanas, e fundamentada na *tradicional amizade* reinante entre o Brasil e os Estados Unidos, também foram decisivos na declaração de guerra à Alemanha (DUROSELLE, 2000, p.224-233).

Limitado por condições técnicas e conjunturais, a participação do Brasil ocorreu nos últimos meses do conflito através da abertura dos portos às nações aliadas, patrulhamento do Atlântico Sul pela esquadra brasileira, no envio de uma missão médica de cirurgiões civis e militares para a Europa, e na guerra anti-submarina (SCARRONE, 2014, p.36-37). Também houve a apreensão de 46 navios mercantes alemães que se localizavam nos portos brasileiros. Alguns foram incorporados pelo Lloyd Brasileiro e outros deslocados para a marinha de guerra. No plano interno houve o fechamento temporário de escolas nas colônias alemãs e a proibição da língua alemã. Em Santa Catarina todas as escolas foram fechadas. No Rio Grande do Sul fecharam-se, primeiramente, as escolas que não utilizavam a língua portuguesa, enquanto o uso da língua alemã era permitido como língua estrangeira. No entanto, até janeiro de 1918, a maioria das escolas alemãs estava fechada. Também houve a censura dos jornais alemães no Brasil (WACHHOLZ, 2013).

Ao final da guerra o Brasil enviou uma comitiva à Conferência de Paz de Paris, realizada em 18/01/1919. Esta comitiva foi chefiada por Eptácio Pessoa e garantiu a indenização das sacas de café perdidas com os navios brasileiros naufragados, além da incorporação dos navios apreendidos à sua frota. O Brasil também participou da fundação da Liga das Nações, em abril de 1919, iniciando-se, assim, a prática do multilateralismo político e universal. Era uma oportunidade única para o Brasil *ampliar sua esfera universal de participação saindo dos parâmetros do americanismo, para lançar-se num empreendimento extra-continental* (SANTOS, 2014).

O fim da Primeira Guerra Mundial resultou na implantação da Primeira República Alemã a partir de 1919, a República de Weimar, que durou até o início do regime nazista em 1933. O sistema de governo era a democracia representativa semi-presidencial, no qual o presidente nomeava um chanceler responsável pelo poder executivo. Enquanto isso, o legislativo era representado pelo parlamento alemão (*Reichstag*) e parlamentos estaduais (*Landtag*). A Alemanha passou a ter uma conjuntura política muito específica. De um lado havia uma oposição extremamente conservadora e, de outro, condições históricas bastante favoráveis para uma situação revolucionária. A perda da guerra e a redução do exército foram um pesado golpe para os conservadores e o

Tratado de Versalhes significou, para muitos, uma humilhação da qual era preciso se restabelecer (COSTA, 2014).

Berlim era, na década de 1920, a capital cultural mundial. A República de Weimar permitiu o surgimento de uma cultura específica, de um pensamento de esquerda e de uma estrutura político administrativa muito paradoxal. Era, portanto, um cenário marcado pela criação cultural e pela contestação social. A Alemanha era uma *república sem republicanos* (RICHARD, 1988, p.271). Gaelzer Netto estabeleceu-se na Alemanha *in die goldenen zwanziger Jahre*, nos dourados anos 20. Entretanto, a *década não foi tão dourada assim, ou não foi para todos, posto que marcada por enorme inflação, greves e revoltas, desempregos e falências, encontros entre nazistas e comunistas* (FRIEDRICH, 1987, p.23). Nestes anos a Alemanha era, ao mesmo tempo, *tão decadente quanto possível e bastante democrática. Dava a impressão de estar se movimentando em direção ao socialismo, o que teria sido ideal – socialismo e auto- satisfação, ao mesmo tempo* (FRIEDRICH, 1987, p.28).

Na Berlim da República de Weimar a vida das pessoas era muito difícil para a maior parte das famílias. Cada desvalorização do marco alemão repercutia no preço dos comerciantes, tornando a vida na cidade muito cara. A inflação causou uma mudança nos costumes com o recrudescimento dos roubos. A maior parte das pessoas lutava pelo pão de cada dia. Centenas de pessoas permaneciam durante horas nas filas das padarias, mercearias, leiterias para garantir sua alimentação. O Exército da Salvação distribuía sopa aos famintos, pessoas lutavam para obter um abono-desemprego, operários, empregados e desempregados amontoavam-se em frente aos jornais fixados nas paredes para inteirar-se das novidades da vida política e social, pois seu custo era muito alto para adquiri-los (RICHARD, 1988, p.97-100).

A inflação gerou diferentes situações de acordo com os grupos sociais aos quais os indivíduos pertenciam. Se, por um lado, havia uma relativa prosperidade, por outro, havia muita fome, miséria e desemprego. Tal cenário também mudava de região para região, cidade para cidade. Luxo e desperdício conviviam com a fome, miséria e indigência. Apesar da inflação, grandes grupos econômicos como os Krupp, Thyssen e Klöckner não passavam por dificuldades. Suas perdas econômicas neste

cenário de crise econômica e social foram inferiores aos seus lucros (RICHARD, 1988, p.105). Para as famílias famintas, agricultores empobrecidos expulsos das áreas orientais, trabalhadores urbanos desempregados sem perspectivas de empregabilidade, restava a alternativa da mendicância nas grandes cidades ou a emigração. Milhares de alemães empobrecidos deixaram-se cativar pela propaganda imigratória para a América.

A atuação de Gaelzer Netto na Europa deu-se em função, principalmente, do recrutamento de imigrantes alemães para o Brasil, num período no qual o fluxo imigratório para o país se intensificou, e que precedeu a Primeira Guerra Mundial, representando 1/3 do total desde 1808 (SEYFERTH, 1999, p.275). O Brasil, durante a República de Weimar, com mais de 58.000 alemães, tornou-se o principal alvo da imigração alemã para a América Latina, perdendo apenas para os Estados Unidos da América. O interesse brasileiro manifestava-se no recrutamento de trabalhadores braçais para as lavouras de café do interior paulista e trabalhadores especializados para sua incipiente indústria. Esta imigração foi avaliada negativamente pelas autoridades alemãs, pois era considerada uma perda para a economia alemã (RINKE, 2014, p.40).

Houve uma instrumentalização da imigração alemã para o Brasil por diversos grupos de interesse. Entre eles havia não só as autoridades governamentais alemãs e brasileiras, mas agenciadores e empresas privadas de colonização e transporte. As autoridades alemãs estavam interessadas em garantir condições imigratórias adequadas aos grupos que abandonavam a Alemanha em busca de uma nova existência. Viam a emigração como uma oportunidade de restaurar a reputação da Alemanha no além mar. Também queriam garantir a manutenção da germanidade dos imigrantes no exterior, que era vista como mola propulsora do comércio exterior e substituição das colônias perdidas durante a Primeira Guerra Mundial (RINKE, 2014, p.41).

O governo brasileiro queria mão-de-obra para sua lavoura e trabalhadores especializados. Também buscava colonizar áreas férteis desocupadas como o Alto Paraná, importante centro de colonização alemã na América Latina (RINKE, 2014, p.42). Os agenciadores, entre eles Gaelzer Netto, e as companhias de colonização e transporte, queriam lucrar com as levas de imigrantes alemães através da venda de passagens,

auxílio aos emigrantes por meio da organização das sociedades de alemães no exterior, e da venda de terras em colônias brasileiras. Empresas de colonização, transporte e autoridades ligadas às cidades hanseáticas lutavam pela revogação dos obstáculos à imigração (RINKE, 2014, p.41). Consequentemente, a imigração foi, além das relações econômico-comerciais, elemento de reproximação do Brasil e Alemanha.

Fato é que as relações germano-brasileiras tiveram de sofrer uma readequação dada às especificidades dos cenários culturais, político, econômico e social europeu e brasileiro, e dos interesses envolvidos. Gaelzer Netto transitou em meio às novas conjunturas nacionais e internacionais colaborando com a reproximação Brasil-Alemanha. Defendeu não só seus interesses privados, mas os interesses alemães e brasileiros. As especificidades de sua atuação na República de Weimar podem ser analisadas através da documentação burocrática encontrada no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Estas fontes, além de nos revelarem suas estratégias de atuação, identificam as problemáticas enfrentadas e os interesses dos diversos grupos envolvidos no processo imigratório e nas relações econômico-comerciais Brasil-Alemanha.

Gaelzer Netto e a propaganda imigratória brasileira na Europa

A propaganda imigratória de Gaelzer Netto era feita através de palestras com projeções luminosas na Áustria e Alemanha, nas quais expunha as normas de imigração do governo brasileiro e transmitia uma imagem favorável do Brasil¹. Tais palestras atraíram o interesse de alemães desesperados em busca de um novo “eldorado” para sua existência. Este recrutamento de imigrantes não foi visto com tranquilidade pelas autoridades alemãs, e causou preocupação nos Ministérios do Interior e das Relações Exteriores da Alemanha, que acompanharam de perto sua instalação na Bélgica².

¹ Carta da Embaixada Alemã do Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 10/04/1922. AMT.

² Carta do Ministro do Interior Alemão ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 17/06/1920. AMT.

Gaelzer Netto também se dirigiu à Europa porque pretendia estabelecer um escritório de propaganda de produtos brasileiros e, a partir dele, fazer propaganda de imigração para os estados de São Paulo, Paraíba do Norte e Pernambuco. Como as autoridades alemãs não consideravam os estados do nordeste do Brasil adequados aos imigrantes alemães, devido às suas condições climáticas, sua chegada e atuação foram acompanhadas de perto pela Embaixada Alemã da Bélgica. Na Alemanha o acompanhamento coube ao Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações), que também mantinha o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha informado a respeito de sua atuação³.

Como estratégia para legitimar sua ida à Alemanha, Gaelzer Netto dirigiu-se a Berlim levando uma ajuda humanitária em nome do governo brasileiro para “amenizar a miséria alemã” e negociar o envio de imigrantes de Essen. A doação da ajuda humanitária foi feita à filial do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) em Hamburgo no final de outubro e início de novembro de 1920. Consistia em 3.000 Kg de arroz e 240 latas de conserva de carne. O arroz foi distribuído a 271 famílias necessitadas com crianças. O pequeno número de conservas foi distribuído aos muito necessitados⁴.

Gaelzer Netto pretendia envolver órgãos oficiais alemães no recrutamento de imigrantes e, portanto, dirigiu-se, primeiramente, à filial do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) em Hamburgo⁵. A propaganda

³ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 31/05/1920. AMT.

⁴ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 18/05/1922. AMT.

⁵ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 18/05/1922. AMT.

imigratória de Gaelzer Netto atraiu à Hamburgo milhares de candidatos à imigração que despenderam grande parte de seus recursos à espera da autorização brasileira para migrar. A demora do embarque deu-se em função das leis imigratórias brasileiras. Muitos caíram na miséria absoluta enquanto aguardavam o transporte e a autorização, ficando sem casa, sem posses e sem pátria (LEHNHOFF, 1922, p.01).

Gaelzer Netto representava não só os interesses do Brasil, mas do Presidente Epitácio Pessoa. Este pretendia implantar uma colônia alemã em sua terra natal. Apesar de haver restrições iniciais à atuação de Gaelzer Netto na Europa, suas simpatias pela Alemanha e pelos alemães foram consideradas, pelas autoridades alemãs, aspectos positivos de sua personalidade, pois percebiam nele um forte empenho em *fazer tudo de útil para o futuro dos imigrantes*. Entretanto, as autoridades alemãs também perceberam as limitações de sua atuação. Sabiam que governo brasileiro impunha restrições ao envio de imigrantes para o estado de Santa Catarina, e consideravam que o mesmo não poderia fazer nada a respeito. A existência de terras disponíveis na Paraíba do Norte levou Gaelzer Netto a empenhar-se em tomar todas as medidas necessárias em preparar o local para receber os imigrantes. Gaelzer Netto pretendia dirigir os trabalhos a partir da Alemanha, sendo recomendado pelo Dr. Burchard⁶.

O fato de Gaelzer Netto descender de alemães, e falar fluentemente alemão, levou as autoridades alemãs a emitirem, preliminarmente, um parecer otimista a seu respeito, considerando-o como *absolutamente confiável*⁷. A missão confiada pelo Presidente Epitácio Pessoa à sua terra natal, Paraíba do Norte, e o fato de buscar um acordo com o estado de São Paulo relativo à imigração de trabalhadores assalariados para as fazendas de café, causaram boa impressão, capitalizando-o simbolicamente. Gaelzer Netto pretendia convencer o governo paulista a fornecer aos imigrantes alemães passagens gratuitas

⁶ Carta do Ministério do Interior em Berlim, 01/07/1920. AMT.

⁷ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 20/08/1920. AMT.

para o Brasil, e a criar condições uniformes para seu trabalho nas propriedades rurais. Sua estada em Berlim antes da guerra também deixara boa impressão nos círculos da Associação Comercial Brasil-Alemanha⁸.

Gaelzer Netto estabeleceu inicialmente o seu escritório de Berlim na *Steglitzerstrasse*, n.º 66. Entretanto, sua chegada à Alemanha não o colocou imediatamente em contato com as autoridades alemãs, pois o Encarregado de Negócios Brasileiro não o apresentou ao Ministério das Relações Exteriores⁹. Gaelzer Netto tinha um especial interesse pela imigração de trabalhadores alemães, e estabeleceu contatos com associações de imigração de trabalhadores do norte e leste de Berlim. Na Sociedade Sul-Americana e Alemã (*Deutsch Südamerikanischen Gesellschaft*) fez uma palestra sobre a imigração para o Brasil que teria, segundo informações do Conselho Consultivo do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações), tido uma assistência sem precedentes. O informante do conselho era da opinião de que os interesses pessoais de Gaelzer Netto o teriam motivado mais a viajar para a Alemanha do que sua missão oficial e, o contexto político de sua terra, no qual tinha muitos opositores, o levaram a fazer a viagem, que foi então coberta com um *manto oficial*. A viagem para a Europa foi precedida de uma viagem ao interior do Brasil para negociar com os governos estaduais três aspectos: acordos comerciais, a posição dos governos estaduais em relação à imigração alemã, e para mobilizá-los a fazer algo pela miséria da Alemanha, como ocorrera nos Estados Unidos. A missão à Paraíba do Norte confiada pelo

⁸ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 03/08/1920. AMT.

⁹ O documento não informa o nome do encarregado dos negócios brasileiros em Berlim. Cópia do Ministério das Relações Exteriores, 12/08/1920. AMT.

Presidente Epitácio Pessoa teria sido empreendida a partir de uma proposta de Gaelzer Netto e às suas próprias custas¹⁰.

A preocupação das autoridades alemãs levou o Conselheiro da Legação Alemã a convidar Gaelzer Netto para uma conversa a fim de interrogá-lo e apresentá-lo a várias pessoas responsáveis pela questão imigratória. O conselheiro dispôs-se, inclusive, a visitá-lo pessoalmente em seu escritório localizado, a partir de setembro, em Nollendorfplatz. A preocupação do conselheiro com a arregimentação de imigrantes para o Brasil já se manifestara em outras representações alemãs no norte da Europa, como na Dinamarca. As intenções do governo brasileiro em instalar uma colônia de alemães na Paraíba do Norte e no Pernambuco colocaram o Consulado de Copenhague em alerta. O cônsul alemão, que já havia atuado no Brasil, advertiu o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para o não cumprimento das promessas brasileiras aos imigrantes. Para o Cônsul Alemão da Dinamarca, as experiências imigratórias anteriores haviam mostrado que, no que diz respeito aos preparativos para o acolhimento dos imigrantes, as promessas das autoridades públicas brasileiras *deveriam ser apreciadas com todo o cuidado e com ceticismo*¹¹.

A visão das autoridades alemãs, que consideravam os estados do norte do Brasil inapropriados à imigração de colonos alemães devido às suas condições climáticas, também era compartilhada na Dinamarca, assim como as objeções ao emprego de alemães nas plantações de café. Cidadãos alemães, entre eles um certo Prof. Weiser, se apresentaram no Brasil para tratar das questões imigratórias alemãs e eram conhecidos na Dinamarca. Prof. Weiser era um teuto-americano que, a serviço da Associação para os Alemães no Exterior (*Verein für Deutschum im Auslande*), fez uma viagem pela América do sul e enviou uma série de relatórios à associação, nos quais manifestava sua dedicação às questões

¹⁰ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 20/08/1920. AMT.

¹¹ Carta do Consulado Alemão em Copenhague ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 23/08/1920. AMT.

imigratórias para o Brasil. Um destes relatórios apontou a possibilidade de enviar alguns artesãos alemães para Pernambuco, em especial Olinda e Recife, além de monges para atender estas famílias¹². O fato destes interessados se apresentarem como representantes oficiais da Alemanha não era aceito pelas autoridades alemãs e não correspondia aos fatos, pois os mesmos apresentaram-se ao governo brasileiro de forma privada¹³. Estes representantes privados competiam com Gaelzer Netto, que era comissionado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e estava legitimado para regulamentar o movimento migratório para o Brasil¹⁴.

As áreas montanhosas propostas por Gaelzer Netto ao Presidente Epitácio Pessoa na Paraíba do Norte, haviam, outrora, sido ocupadas por marinheiros de um vapor alemão apreendido pelo Brasil durante a Primeira Guerra Mundial¹⁵. A instalação de colonos nesta área, em pleno sertão, causava preocupação nas autoridades alemãs não só pelas questões climáticas, mas por *localizar-se distante de qualquer cultura*. A vida nesta região era considerada muito monótona, de forma que os alemães não se sentiram bem, ainda mais em meio a pessoas com as quais não teriam *pontos de contato espirituais e cuja língua desconheciam*. Mesmo em se tratando de terras férteis, a venda da produção também seria difícil¹⁶. Como se tratava da terra natal do

¹² Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 07/09/1920. AMT.

¹³ Carta do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha ao Consulado Alemão em Copenhague, 31/08/1920. AMT.

¹⁴ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 24/09/1920. AMT.

¹⁵ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 24/09/1920. AMT.

¹⁶ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 08/09/1920. AMT.

Presidente Epitácio Pessoa, as autoridades alemãs preocupavam-se de que, ao selecionar os colonos, Gaelzer Netto deveria ter o cuidado de que a população local não fosse prejudicada. Um perito de terras que viajara pelo estado da Paraíba do Norte era do ponto de vista de que uma colônia alemã nesta região não deveria ser estimulada. Apesar do clima nas partes altas ser muito quente, mas considerado saudável, as condições de água não eram favoráveis nos estados do nordeste. O estabelecimento de imigrantes na Paraíba do Norte era considerado uma exceção pelas autoridades alemãs¹⁷.

Gaelzer Netto visitou a região da Paraíba do Norte e Pernambuco em Janeiro de 1920 e redigiu um relatório de 04 capítulos. No primeiro capítulo descreveu as condições geográficas e climáticas da cidade de Moreno. No segundo deu informações sobre o estado da Paraíba do Norte, população, indústrias, clima, comércio, agricultura para, posteriormente, falar sobre a colonização de Moreno por colonos alemães. Gaelzer Netto descreveu as necessidades de infraestrutura necessárias na região para recebê-los: necessidade de cavar poços, construir estradas, ferrovias, alojamentos para receber imigrantes, comerciantes e professores que falassem alemão, atendimento da colônia por artesãos provenientes de Espírito Santo (Colônia São Leopoldo), fornecimento de implementos agrícolas, preparação do solo, introdução de cultivos, fornecimento de lenha de eucalipto e construção de estradas para ligar a região a Bananeiras. Nesta viagem percorreu as cidades de Borborema, Moreno, Serraria, Areias, Alagoa Nova (onde visitou fazendas), foi para o Recife, Brejão, Garanhuns e, por fim, para o Espírito Santo, onde o governo pretendia estabelecer imigrantes no norte do estado¹⁸.

O relatório emitido por Gaelzer Netto resultou num livro. Dr. Voss, um conhecedor do Brasil, manifestou-se sobre o mesmo, pois conhecia os estados do nordeste. Seu parecer não foi favorável. Dr. Voss

¹⁷ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 24/09/1920. AMT.

¹⁸ Aufzeichnung – Nota. AMT.

considerava o livro superficial e, em sua opinião, não refletia a impressão de um técnico. O seu valor estaria *no mesmo nível da outrora propaganda do governo brasileiro, que não deveria ser levada a sério*. Os orçamentos apresentados por Gaelzer Netto para a prospecção dos poços eram superficiais e não deveriam ser considerados numa decisão favorável à imigração para o Brasil, mas precisavam ser confirmados¹⁹.

Estas dúvidas relativas às informações fornecidas por Gaelzer Netto às autoridades alemãs levaram o Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) a questionar se ele de fato representava os interesses do governo brasileiro, ou se era um agente dos grandes produtores de café. Para defender a imigração para o Brasil, Gaelzer Netto esclareceu aos membros da Associação para Assentamento Colonial em Bremen (*Vereins für koloniale Ansiedlung in Bremen*) que o custo de transporte dos imigrantes seria pago pelo governo do estado de São Paulo, e não pelo governo federal. No entanto, isso somente ocorreria se os colonos se comprometessem em permanecer durante cinco anos nas plantações de café para reembolsar os custos da viagem. Os imigrantes poderiam escolher a área na qual pretendiam se estabelecer. Estabelecer-se em outro estado, ou exercer outra atividade que não o trabalho nas plantações de café, não seria levado em consideração²⁰. Gaelzer Netto também se esforçou em levar imigrantes da Áustria para o Brasil. Segundo notícias do Centro de Informação Austríaco (*Österreichischer Auskunftsstelle*), o mesmo planejou com a Associação de Imigrantes Alemães-Austríacos (*Verein Deutsche Österreicher Auswanderer*) em estabelecer imigrantes em terras a cerca de 10 Km de Garanhuns, em Pernambuco. Estas terras

¹⁹ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 07/10/1920. AMT.

²⁰ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 10/11/1920. AMT.

pertenceriam a Gaelzer Netto e se localizariam a cerca de 700 e 800m de altura²¹.

O recrutamento de imigrantes por Gaelzer Netto causou preocupações em insituições imigratórias alemãs, que solicitaram audiência junto ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha a fim de se informarem sobre a situação. Membros da Sociedade Colonizadora do Sul do Brasil (*Südbrasilianischen Kolonistenvereins*) procuraram o ministério a fim de serem ouvidos na questão da imigração de 2.500 colonos alemães ao Brasil. Sua situação de miséria social exigia uma solução urgente por parte do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha a fim emigrarem o mais rápido possível. O ministério colocou-os a par da situação e garantiu que estava fazendo todo o possível para solucionar a questão. Entretanto, primeiramente, a situação das 20 famílias destinadas à Paraíba do Norte e ao Pernambuco deveria ser garantida²².

Gaelzer Netto dispôs-se a contactar o governo brasileiro sobre a situação dos colonos, e o Conselheiro da Legação Alemã von Hahn pediu esclarecimentos sobre a imigração dos mesmos. Em carta ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, von Hahn salientou que se deveria deixar claro a Gaelzer Netto que o ministério era contra as condições estabelecidas pelos contratos propostos, e de que o governo alemão não pretendia entregar os imigrantes para trabalhar sob as condições estipuladas²³. Para agilizar o embarque dos imigrantes, Gaelzer Netto entrou em contato com a companhia de navegação responsável pelo transporte marítimo. Contatou o Lloyd de Paris, mas os navios *Curvello* e *Caxias* ainda aguardavam instruções nos portos de Lisboa. Garantiu às

²¹ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 10/11/1920. AMT.

²² Nota do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 16/10/1920. AMT.

²³ Carta do Conselheiro de Legação von Hahn a Gaelzer Netto, 09/12/1920. AMT.

autoridades alemãs que, enquanto não tivesse uma posição do governo brasileiro, não pretendia chamar os imigrantes à Hamburgo²⁴.

Questões burocráticas e contratuais retardaram a partida dos imigrantes e deram trabalho a Gaelzer Netto. O governo brasileiro queria um parecer a respeito da vida pregressa dos imigrantes, se eram pessoas idôneas, ou seja, se não possuíam envolvimento em ações revolucionárias nos últimos cinco anos, ou se pertenciam a alguma associação que promovia a *derrubada de ideias*²⁵. O contrato proposto pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio apresentado por Gaelzer Netto determinava aos imigrantes o ressarcimento da passagem gratuita em oito anos, e que se dirigissem à lavoura particular indicada pela Diretoria do Serviço de Povoamento. Se tomassem outro destino, a dívida com a Fazenda Pública deveria ser quitada na chegada ao Brasil. Se abandonassem a agricultura, o restante da dívida deveria ser quitado à vista²⁶.

Equívocos na propaganda imigratória brasileira na Alemanha também prejudicaram o embarque dos imigrantes. Gaelzer Netto comunicou ao Conselheiro de Legação von Hahn que houve um mal entendido na redação da nota sobre a imigração para o Brasil, que *não seriam 2.500 famílias, mas 2.500 pessoas*. O destino dos imigrantes também não seriam *os estados do sul do Brasil, mas o Brasil*. Os estados do sul não estavam interessados na imigração de alemães²⁷. Por outro lado, como as condições dos imigrantes alemães nas fazendas de café de São Paulo não eram boas, o Ministério das Relações Exteriores da

²⁴ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 09/01/1921. AMT.

²⁵ Carta do Escritório Imperial de Imigração, Remigração e Emigração Alemã (Escritório Imperial de Migrações) ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 13/01/1921. AMT.

²⁶ Contrato do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria de Serviço de Povoamento, Serviço de Imigração no Exterior. AMT.

²⁷ Carta de Gaelzer Netto ao Conselheiro de Legação von Hahn, 15/03/1921. AMT.

Alemanha procurou Gaelzer Netto para obter uma solução para o problema da nova leva de imigrantes e estabelecer algumas condições à imigração para o Brasil. O ministério, em acordo com o Ministério do Interior, recomendava a Gaelzer Netto que, enquanto não houvesse um acordo definitivo com o governo brasileiro, os imigrantes de Hamburgo deveriam ser acolhidos em colônias específicas como ocorrera em Harmonia e Blumenau. Deveria ficar claro que, enquanto não houvesse um transporte decente, e um local de acolhida seguro fosse garantido pelo governo brasileiro, as autoridades alemãs não estimulariam a imigração²⁸.

Após meses de tratativas com as autoridades alemãs, a posição de Gaelzer Netto como comissário do governo brasileiro ainda era posta em dúvida pelo governo alemão. Os departamentos ligados ao Ministério das Relações Exteriores trocavam informações entre si para confirmar seu envio à Alemanha a fim de distribuir ajuda humanitária e comprar máquinas e produtos para o governo brasileiro, e para regulamentar a imigração para o Brasil. O próprio Gaelzer Netto esclareceu que não pertencia à embaixada brasileira e ao corpo diplomático do Brasil. Entretanto, as autoridades alemãs concluíram que, depois de dedicar-se durante tanto tempo às questões migratórias, *era difícil colocar em dúvida a sua qualidade de comissário do governo brasileiro*²⁹.

Considerações finais

O Comissariado do Brasil na República de Weimar chefiado por Gaelzer Netto destacou-se por conta da variedade de áreas de atuação, seja no fomento da imigração para o Brasil, quanto na representação e busca de mercado para os produtos brasileiros na Europa, em especial, na Alemanha. Foi, portanto, elemento de aproximação entre ambos os países. Fato é que a larga experiência adquirida por Gaelzer Netto no ramo dos negócios comerciais, quando atuou como caixeiro viajante no Rio Grande do Sul junto às associações econômico-comerciais rio-grandenses e brasileiras, e suas ligações com os círculos do poder, tanto

²⁸ Carta do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha a Gaelzer Netto, 14/05/1921. AMT.

²⁹ Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 30/05/1921. AMT.

no Brasil como na Alemanha, através dos contatos estabelecidos por meio de sua atuação política e administrativa em São Leopoldo, quanto à experiência técnica adquirida no cargo de comissário de imigração, foram extremamente relevantes para transitar com desenvoltura na Europa e no Brasil durante a República de Weimar e, posteriormente, na *Alemanha de Hitler*.

Gaelzer Netto mobilizou estes conhecimentos estratégicos para manter-se atuando entre os dois mundos, a Europa e a América Latina. Estas estratégias mobilizadas em contextos marcados por características culturais, econômicas, políticas e sociais muito distintas, permitiram que estruturasse um universo de perspectivas profissionais que o mantinham num percurso bastante incerto e singular, que necessitava de constantes reavaliações e readaptações, dado às mudanças conjunturais às quais estava sujeito.

Referências

BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República*. Os anos de apogeu: 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003

COSTA, Rodrigo de Freitas. Incerteza, paradoxo e criatividade na República de Weimar. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia: UFU, outubro, novembro, dezembro de 2005. Vol. II, Ano 2, Nº 4, p.13 Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em 10/08/2014

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo o império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000

FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990

FRIEDRICH, Otto. *Antes do Dilúvio*. Um retrato de Berlim nos anos 20. Rio de Janeiro: Record, 1997

LEHNHOFF, Franz. Brasilien und die deutsche Einwanderung. Berliner Tageblatt. *Wochen=Ausgabe für Ausland und Übersee*. Berlim: Ano 11, N.º 11, 15/03/1922, p.01. AMT

MENDONÇA, Valterian Braga. *A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1988

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. Espaço Rural. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, Ano IX, Nº.19, 2º Semestre 2008, p.40.

ROTERMUND, Guilherme. Pastor Dr. Wilhelm Rotermund. In: *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Rotermund/Sinodal, 1986, p.101-122

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10/08/2014

SCARRONE, Marcello. Brasileiros no front. In: LIMA, Vivi Fernandes (Ed. Interina). *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 09, Nº.106, julho de 2014, p.36-37

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Brasil*. Etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.275

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990

VISENTINI, Paulo Fagundes. Há cem anos, a Primeira Guerra Mundial. In: *Jornal da Universidade*. Porto Alegre: UFRGS, Ano XVII, Nº. 172, agosto de 2014, p.10

WACHHOLZ, Wilhelm; HOFFMANN, Patricia; SCHMIDT, Jefferson. Escola e Igreja Teuto-Brasileira: Germanidade entre preservação e revitalização. In: Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. ANPUH – Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá: nº 15, jan/2013, p.10. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br>>. Acesso em: 10/08/2014

INDÍGENAS E AGRICULTORES NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: DIMENSÕES HISTÓRICAS DE UM CONFLITO TERRITORIAL

Henrique Kujawa*

João Carlos Tedesco**

Resumo: O texto analisa aspectos do conflito pela terra entre indígenas e pequenos agricultores no Norte do Rio Grande do Sul; busca evidenciar elementos históricos ligados às políticas públicas de regularização e ocupação da terra bem como as que buscavam definir territórios específicos para os índios. O texto evidencia os grandes argumentos que embasam a luta de ambos os grupos envolvidos, bem como localiza algumas de suas grandes polêmicas, defende a necessidade da compreensão das raízes históricas do conflito, a premência de uma ampla discussão sobre os inúmeros elementos ligados à “questão indígena” na sociedade atual e a efetiva ação do estado na resolução do problema.

Palavras-chave: luta pela terra, indígenas, pequenos agricultores, políticas públicas.

Introdução

O Rio Grande do Sul, principalmente na região norte, vem presenciando, nas últimas duas décadas, a intensificação dos conflitos territoriais fruto das demandas por demarcação de terras indígenas. Num raio de duzentos quilômetros, na região de Passo Fundo, existem quinze acampamentos indígenas nas áreas demandadas ou proximidades, que estão em estágios diferenciados no processo administrativo de

* Mestre em História, Doutorando em Ciências Sociais/UNISINOS, professor da UNOCHAPECÓ e da IMED.

** Professor do Mestrado e Doutorado em História da UPF.

identificação, delimitação e demarcação de área indígena desenvolvido pela FUNAI e/ou Ministério da Justiça¹.

Estes conflitos, por um lado, de uma forma mais geral, possuem semelhanças com os demais vivenciados em outras regiões do Brasil, motivados pela conquistas indígenas na Constituição de 1988, principalmente nos artigos 231 e 232, que garante direito as terras que tradicionalmente ocupam e atribuem ao Estado a tarefa de demarcar e garantir o usufruto exclusivo sobre ela. Além desses elementos mais institucionais, há a ampliação da consciência coletiva indígena, fato esse que fez com que, de uma forma mais enfática, vários grupos indígenas estejam lutando para a garantia jurídica sobre os seus territórios.

Por outro lado, os conflitos no norte do Rio Grande do Sul, possuem duas especificidades relevantes, a primeira delas refere-se ao fato do estado rio-grandense ter, durante o século XX, desenvolvido uma política contraditória de definição, em momentos diferentes, das mesmas áreas, ora para indígenas e ora para agricultores provocando processos de (des)territorialização e reterritorialização forçada, tanto de indígenas, quanto de agricultores; a segunda especificidade é que os atuais conflitos ocorrem em locais densamente povoados por agricultores familiares, que chegaram nesta região motivados por uma política de colonização nas primeiras décadas do século XX, portanto são proprietários e vivem nelas centenariamente. Na prática, o conflito coloca, de um lado, indígenas demandando a recuperação de terras consideradas por eles de ocupação tradicional (imemorial) e, de outro, agricultores familiares que por diversas gerações vivem e construíram seu *modus vivendi* neste território.

¹ As áreas reivindicadas e/ou com acampamento são: Votouro/Kandóia (municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant), Mato Preto (municípios de Getúlio Vargas, Erebangó e Erechim), Passo Grande do Forquilha (municípios de Sananduva e Cacique Doble), Cacique Doble (município de Cacique Doble), Campo do Meio (municípios de Gentil, Marau e Cirfaco), Mato Castelhana (município de Mato Castelhana), Carreteiro (município de Água Santa), Pontão (município de Pontão), Novo Xingu (municípios de Constantina e Novo Xingú), Inhacorá (município de São Valério), Rio do Índios (município de Vicente Dutra), Nonoai (município de Nonoai).

Partindo do pressuposto de que os conflitos atuais possuem raízes históricas, objetivamos com este artigo fazer uma breve reconstituição histórica de políticas territoriais que resultaram, simultaneamente, no processo de colonização da região norte do Rio Grande do Sul, na criação, redução/extinção e restabelecimento de áreas indígenas e, na última década, na reivindicação da criação de novas áreas indígenas, com a intenção de compreender os diferentes contextos bem como as motivações que impulsionaram a atuação dos sujeitos (Estado, agricultores e indígenas) envolvidos.

Em termos empíricos e de recursos de pesquisa utilizamos entrevistas que fizemos com lideranças indígenas e de agricultores em alguns acampamentos na região Norte do Rio Grande do Sul²; buscamos centralizar temas e/ou eixos tais como “elementos históricos” (colonização/ocupação/migração, narrativas e memórias materiais da presença no local), “argumentos que justificam as demandas”, “ações e estratégias de luta”, “a situação atual e as mediações políticas e de representação coletiva”. As leituras dos laudos antropológicos de identificação e delimitação de Terras Indígenas de todos os grupos que demandam terras na região, bem como os laudos técnicos de defesa dos agricultores. Fizemos também uma revisão de literatura sobre políticas indigenistas no estado, processos de colonização; buscamos também documentações sobre ambas em arquivos históricos em Porto Alegre; fizemos revisões diárias em jornais locais e do estado para analisar o que foi produzido sobre o tema, participamos também de várias manifestações, principalmente de agricultores, bem como entrevistamos lideranças de instituições de representação de ambos os grupos (sindicatos rurais, Funai, CIMI); enfim, buscamos nos acerrar ao máximo das informações e ações em torno dos referidos conflitos³.

² Em particular os acampamentos nos municípios de Sananduva, Getúlio Vargas, Faxinalzinho, Vicente Dutra, Muliterno, Mato Castelhano, Gentil e Pontão.

³ Um estudo maior que condensa essas práticas todas em sua análise está em fase de publicação com o título de “Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores”.

Dividimos o texto, para além da introdução e considerações finais, em três partes. Na primeira, faremos uma recuperação do processo de ocupação da região durante o século XX e abordaremos três momentos de territorialização e reterritorialização de agricultores e indígenas. Na segunda parte, buscaremos caracterizar os movimentos indígenas da última década e sistematizar os principais argumentos dos dois sujeitos coletivos em disputas e, por fim, pontuaremos alguns elementos que demonstram a complexidade do contexto vivido no presente.

Territorialização e reterritorialização de índios e agricultores no norte do Rio Grande do Sul no século XX

O processo de ocupação territorial, na lógica colonial, do Sul do Brasil, ocorre de forma tardia se comparado com a faixa litorânea; somente no século XVIII com o desenvolvimento da atividade pecuária é que o Rio Grande do Sul se integra, embora subsidiariamente, à economia colonial e, com as disputas na região Platina, ganha importância geopolítica. No século XIX, a ocupação se intensifica com as políticas de motivação e atração de imigrantes açorianos, alemães e italianos que ocupam a região do Vale do rio dos Sinos e da Serra.

A região norte do estado, especificamente as da Encosta da Serra e do Alto Uruguai, tem a colonização intensificada após a Proclamação da República, nas primeiras décadas do século XX, fruto de um movimento de migração dos descendentes dos primeiros imigrantes italianos e da política de colonização desenvolvida pelo governo do referido estado.

Obviamente que a tardia colonização não significa a existência de um vazio populacional, uma vez que a região em tela tinha uma intensa ocupação indígena, principalmente kaingang, que vivia nestas matas e estendia o seu habitat para o oeste de Santa Catarina, Paraná atingindo o atual estado de São Paulo. Neste sentido, a expansão da colonização representou uma reconfiguração do território definindo, com isso, formalmente e na prática, os espaços a serem ocupados por indígenas e por colonos.

É possível, didaticamente, identificarmos, durante o século XX, três momentos onde o processo de reconfiguração territorial ganha

contornos formais induzindo, ou consolidando reterritorializações forçadas de agricultores e indígenas: nas primeiras décadas do século XX, quando se consolida a políticas de aldeamento e se desenvolve o projeto de colonização; a segunda, entre as décadas de 1940-60, quando se reduz as áreas indígenas demarcadas destinando-as para a criação de reservas florestais e para loteamento vendido para agricultores e, por fim, após a Constituição de 1988 e a reconfiguração do direito indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas, quando, nessa última ocorre a retomada das terras indígenas historicamente demarcadas no início do século XX. Passaremos a abordar, rapidamente, cada um destes contextos.

Ocupação indígena, processo de colonização e a consolidação de toldos

A presença indígena na região norte do Rio Grande do Sul é apontada como sendo de longa data pelos Guainas⁴, sendo os kiangang, encontrados com o processo de intensificação do contato com o branco nos séculos XVIII e XIX, descendentes destes. Os kaingang ocupavam um território que se estendia de São Paulo ao norte do Estado Gaúcho passando pelo Oeste do Paraná, Santa Catarina, território este conquistado a partir de disputa com outros grupos indígenas, principalmente com os Botocudos⁵. A relação da Coroa Portuguesa ganha contornos distintos com a vinda da Família Real ao Brasil e a publicação das Cartas Regias de 1808 e 1809 que reestabeleciam a 'guerra justa' contra esses povos que resistiam às frentes demográficas e econômicas que avançavam para o sul de São Paulo, com isso fragilizando os interesses portugueses nas disputas geopolíticas na região Platina. O estabelecimento, através da 'guerra justa', do direito de perseguir, matar e

⁴ A denominação de Guainá se estendia a várias tribos de índios que tinham relação entre si e cujos costumes e língua se diferenciavam dos Guaranis. Bastante numerosos, esses índios viviam nas bandas do Rio Paraná (proximidade do Grande Salto) até perto do Rio Uruguai, estendendo-se pelos rios Iguaçu, Santo Antônio e outros (BECKER, 1995, p. 13).

⁵ Becker (1995, p.128) relata que Mabilde, juntamente com o Cacique Braga, teriam visitado um cemitério indígena nas proximidades do Mato Castelhano onde estavam enterrados diversos índios kaingang, inclusive o pai de Braga, mortos num ataque dos botocudos entre 1803-1806.

escravizar os indígenas que resistissem à política da Coroa Portuguesa demonstra o nível de resistência e a capacidade guerreira, bastante conhecida dos Kaingang.

Na região de nossa análise (norte do RS), os Kaingang tornam-se bastante conhecidos na medida em que se tornam um obstáculo para a passagem das tropas no Mato Castelhano que era caminho obrigatório para atingir São Paulo através de Lages. A força da resistência kaingang é apontada inclusive como um dificultador para a constituição de povoados na região, como bem ilustra o historiador Oliveira, “Passo Fundo, apesar de atravessado em todo comprimento por essa estrada, não pode ser povoado senão com demora de alguns anos, devido aos terríveis coroados, cuja cólera seria fatal ao branco audacioso que nele fosse domiciliar-se” (OLIVEIRA, 1990: 74, V.II).

Em meados do século XIX, a política do governo imperial, estava decidida em garantir o controle dos kaingang, para tanto desenvolve ações coordenadas no intuito de, com ajuda dos missionários jesuítas⁶, promover o aldeamento dos referidos indígenas e, simultaneamente, sob a coordenação do Engenheiro Agrimensor Mabilde, construir estradas e retirar os indígenas das regiões de mata induzindo-os a aceitar a política do aldeamento. Mabilde (1983: 165), assim relata o seu trabalho na região: “entre os campos de Passo Fundo e os de Vacaria – matas essas que abrangem o Mato Castelhano, foi aqui o ponto em que se concentravam os Coroados – existia uma grande tribo da Nação Coroada, da qual era cacique principal o Coroado Braga”⁷.

Os mecanismos utilizados para atingir o objetivo do aldeamento são muito parecidos aos de outras regiões e momentos da história brasileira. Junto com o trabalho missionário, foi muito utilizado as

⁶ Teschauer (1929) relata que em 1850, os missionários jesuítas, Solanelas, Vilarubia e Parês fundaram três aldeamentos para os kaingang do Alto Uruguai: Nonoai, Campo do Meio e Guarita. Os índios de Nonoai totalizavam 400, os do Campo do Meio 90.

⁷ A intensa presença kaingang na região nordeste é relatada, inclusive a partir de documentos oficiais, por diversos autores, entre eles: Hensel (1928); Laroque (2000; 2007), Oliveira (1990); Cafruni (1966), Teschauer (1929).

disputas internas entre caciques e lideranças indígenas, atraindo com parques benefícios aos que aceitassem o aldeamento pacificamente, muitas vezes o acirramento dos conflitos entre grupos indígenas tornava o aldeamento a única possibilidade de sobrevivência dos líderes fragilizados. Exemplo típico foram os conflitos entre os grupos dos Caciques Braga e Doble⁸, levando este último a aceitar o processo de aldeamento desde que distante do primeiro (MABILDE, 1883: 130). A aceitação do aldeamento e até a cooperação como a política imperial não significava necessariamente uma lógica de subordinação, mas, na maioria das vezes, uma estratégia de sobrevivência frente às disputas internas e, principalmente, à modificação de seu habitat que tornava-os dependentes das 'benesses' do Estado (LAROQUE 2000: 2007). Concretamente, o Império conseguiu, gradativamente, atingir o objetivo de retirar os kaingang da mata, através da violência e/ou da fragilização das suas condições de vida constituindo diversas aldeias, entre elas destacam-se Nonoai, Pontão, Campo do Meio, Caseros (Santa Isabel), Cacique Doble, Água Santa (Carreteiro) e Ligeiro.

Com a Proclamação da República, o governo gaúcho, intensifica a política de garantia das áreas indígenas motivado pelos ideais positivistas de constituir uma proteção fraternal aos “silvícolas” e, simultaneamente, para viabilizar o projeto de colonização das regiões florestais através fragmentação de propriedades privadas e da venda das terras devolutas consideradas propriedade do Estado. É neste contexto que as antigas aldeias foram demarcadas como os toldos Cacique Doble (1911), Caseiros (1911), Nonoai (1911), Serrinha (1911), Ventarra (1911), Inhacorá (1911), Guarita (1917), Votouro (1918), com exceção de Pontão e Campo do Meio que, pelos indícios levantados, tinham se

⁸ Laroque (2000 e 2007) estuda as relações de poder dos kaingang destacando o papel cumprido pelos pay-bang (caciques gerais) que agregavam em torno de si um conjunto pays (cacique subordinados). O autor demonstra que eram comuns as disputas entre estas lideranças pelo poder político e pelo domínio de territórios. Tudo indica que o ocorrido entre o pay-bang Braga e o pay-Dobel tenha sido uma insubordinação de Doble em busca de maior poder político.

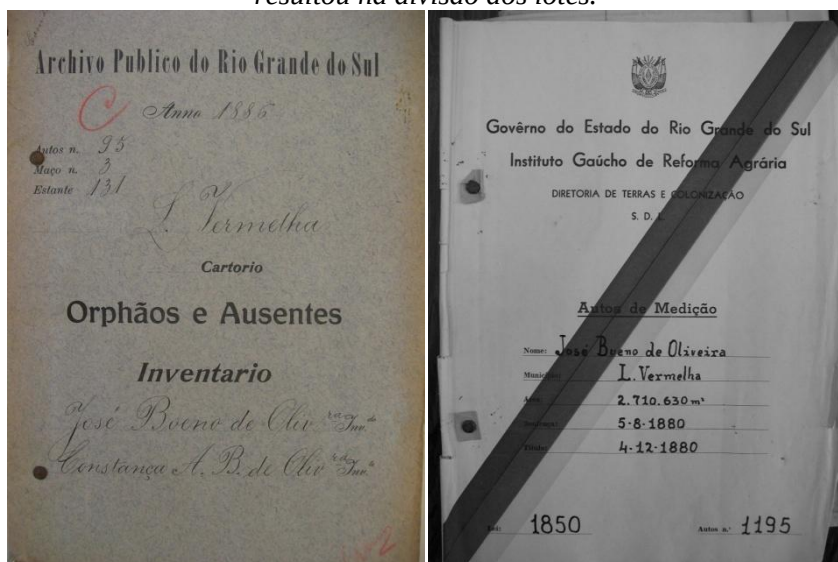
destituído⁹ ainda antes do advento da República. Para além das aldeias existentes, constituiu-se o Toldo de Carreteiro (1911), no então município de Tapejara, hoje Água Santa, não muito distante do Ligeiro (1911). A existência de diversos aldeamentos e, posteriormente, toldos indígenas, está vinculada à característica cultural kaingang de rivalidades internas, fruto das disputas de poder que multiplicava o conflito interno e não permitia a junção de grupos inimigos no mesmo espaço. Com os indígenas aldeados, com os toldos constituídos e administrados pelo Estado, intensifica-se a ocupação através do processo de colonização, tema que passaremos a tratar na sequência.

A ocupação não indígena na região norte do RS insere-se, de forma mais ampla, em dois contextos. O primeiro, com a inserção dos campos de Lagoa Vermelha e de Vacaria na rota do tropeirismo (XVIII e XIX) e, o segundo, no final do século XIX e início do século XX com o processo de ocupação minifundiária através da colonização pública e privada. O primeiro vincula-se ao crescimento da mineração no século XVIII, que promoveu uma ampliação da demanda por muares e bovinos criando a necessidade de dinamizar o acesso (com a criação de novas rotas principalmente o caminho das tropas que ligava a Colônia de Sacramento à Sorocaba pelo planalto gaúcho e Lages) à região sul da colônia onde se encontravam estes animais com certa abundância. O aumento da circulação das tropas resultou no estabelecimento de curais, pousos e, com o passar do tempo, estâncias de criação, ampliando, com isso, o interesse econômico por estas terras que passam a ser reivindicadas por particulares e doadas em forma de sesmarias pela Coroa

⁹ A hipótese mais provável para o abandono destas aldeias seja o não agrado dos indígenas em relação ao local. Em relação ao Pontão são vários os relatos que os indígenas não gostavam do local, inclusive a constituição de Caseiros e de Campo do Meio está relacionado à migração do grupo de Doble e Braga, respectivamente. Em relação a Campo do Meio, parece evidente que foi uma iniciativa do Império de colocar os indígenas em áreas de mais fácil controle, contudo regiões de campo não se constituíam preferência dos indígenas kaingang.

Portuguesa e posteriormente pelo Império Brasileiro¹⁰. Um exemplo foi a sesmaria recebida pro Francisco Alves Ribeiro do Amaral no então município de Lagoa Vermelha, que, após a sua morte, fora adquirida por José Bueno de Oliveira (1852) e, no início do século XX, destinada ao projeto de colonização, que resultou no atual município de Sananduva, conforme auto de medição 1195 ilustrado abaixo.

Testamento que comprova a compra dos lotes. Autos de medição que resultou na divisão dos lotes.



Fonte: Cartório de Registro de Lagoa Vermelha

O segundo contexto refere-se ao início do período Republicano e ao processo de intensificação da colonização através da subdivisão das propriedades legitimadas através do direito de posse ou oriundas de sesmarias (como foi da fazenda Sananduva) ou da apropriação das terras que passaram a ser consideradas devolutas e, portanto, de propriedade do

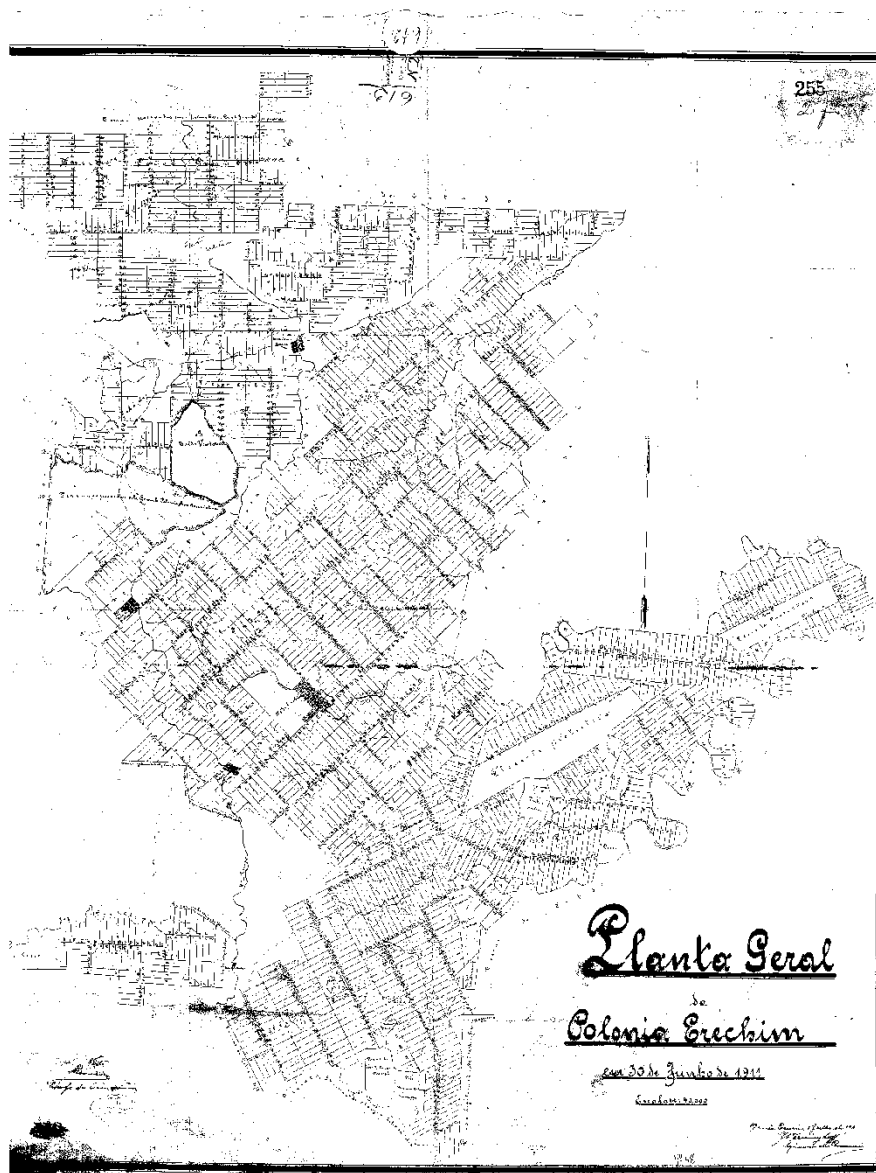
¹⁰ A doação de terras através das sesmarias perdurou até 1850 quando o Império Brasileiro, através da Lei de Terras, regulamentou uma nova forma de legitimação de posse e distribuição privada das terras.

Estado, o qual loteou e vendeu para os colonos (como foi o caso da Colônia Erechim no extremo norte do estado a partir de 1910).

Cabe aqui destacar dois aspectos: a motivação do processo de colonização e a responsabilidade e legitimidade do estado do Rio Grande do Sul em fazer a venda das terras. Quanto às motivações cabe lembrar que as teses do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), hegemônico no estado após a Proclamação da República, advogava a necessidade da implantação de pequenas propriedades com capacidade de diversificar a produção da economia, principalmente de alimentos necessários para possibilitar a ampliação da urbanização e industrialização e, em acordo com os ideais positivistas, entendia-se que o Estado tinha um papel decisivo na indução e na condução deste processo. Uma segunda motivação importante foi o grande contingente de famílias descendentes de imigrantes, principalmente italianos, que tinha se instalado na região da serra a partir de 1870 e que precisavam buscar novas terras, com preços mais acessíveis, constituindo, desta forma, uma pressão sobre a fronteira agrícola de colonização atingindo propriedades particulares e públicas. A colônia Erechim, ilustrada com o mapa abaixo, iniciou a medição dos lotes em 1910 e gradativamente foi abarcando toda a região do Alto Uruguai onde, conforme informado anteriormente, ocorre também, no mesmo período, a demarcação de vários toldos indígenas.

A política de aldeamento e demarcação dos toldos indígenas e a demarcação, loteamento e venda das terras consideradas devolutas, portanto, do Estado, constitui a formalização do espaço a ser ocupado por colonos e índios promovendo a territorialização dos primeiros e a reterritorialização dos segundos na medida em que demarca os Toldos; esse processo, ainda que possa ter servido de garantia de preservação de uma determinada área, também representou a redução do espaço ocupado, a seu modo, anteriormente.

Mapa da planta Geral de Erechim, 1911.



Fonte: Arquivo da Divisão de Terras Publicas do Rio Grande do Sul.

A colonização em terras indígenas demarcadas

O processo de demarcação das terras indígenas, em nível de Brasil pelo SPI e no Rio Grande do Sul, pelo governo estadual, não significou o fim da pressão territorial provocada pela expansão agrícola, pela exploração da madeira e pela expansão demográfica. O processo de intrusão em terras ainda consideradas devolutas, principalmente nas chamadas áreas de floresta protetora (RÜCKERT; KUJAWA, 2010) e em áreas indígenas era intenso. A intrusão em terras demarcadas como sendo indígenas ocorreu, na maioria das vezes, com relativo consentimento de lideranças indígenas que, em alguma medida, obtinham pequenas vantagens, como, por exemplo, valores, mesmo que irrisórios, de arrendamento ou venda do direito de se “arranchar” e fazer roçados (CARINI, 2005). Há fortes indícios de que o SPI, que deveria ser o órgão protetor dos territórios indígenas, desenvolvia políticas que estimulavam e praticavam diretamente a exploração das riquezas existentes nestas áreas. A título de ilustração vamos mencionar dois exemplos: o primeiro nos é dado por Carini (2005) que, ao analisar o processo de intrusão no Aldeamento de Serrinha, demonstra uma efetiva participação dos representantes do Estado

Os acertos com os guardas florestais, responsáveis pelo posto de fiscalização, ou com os próprios diretores de terras públicas, visando à abertura de roças, a retirada de madeira e arranhamento definitivo, eram freqüentes e envolviam o pagamento de propinas, promessas, parcerias e arrendamentos (CARINI, 2005:152).

Outro exemplo vem da Nonoai, onde a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, instalada em 1967, relata a prática do SPI vender, através de leilões, os pinheiros (árvore de maior valor comercial no período) existentes naquela área e ser tolerante com a retirada de um número de árvores bem maior do que o oficialmente vendido, inclusive com a prática criminosa de

provocar a queima das florestas para depois justificar a retiradas das árvores¹¹.

A necessidade de novas áreas para assentar os descendentes de imigrantes, a intrusão (que significava a efetiva ocupação das áreas indígenas por não índios) e o interesse pelas riquezas lá existentes, a mudança na esfera jurídica e administrativa que deixava claro a responsabilidade da União nestas áreas, também contribuiu para justificar a sua redução. Cabe lembrar que a criação dos toldos indígenas no Rio Grande do Sul (1910-18) foi efetivada por iniciativa do Estado e não do SPI e a sua administração, com exceção do Toldo do Ligeiro, também ficou sob sua administração. A Constituição de 1934 trouxe uma mudança formal (mantida nas constituições de 1937 e 1945), atribuindo à União a responsabilidade sobre as áreas indígenas e, desta forma, retirando, no caso específico, do Rio Grande do Sul, a tarefa de administrar e, ao mesmo tempo, o poder sobre as áreas indígenas. Este processo gerou um desconforto para membros do Governo de estado exemplificado pelo ofício de 11 de março de 1841 enviado por Goldofim T. Ramos, então Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, ao Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, manifestando preocupação com a possibilidade dos administradores federais explorarem e comercializarem a madeira dos toldos indígenas. Fruto desta preocupação, o governo, justificou o interesse em reduzir as terras indígenas, destinando parcela para constituição de reservas de matas e outras para a colonização (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

¹¹ ACPI menciona, no caso específico da TI de Nonoai, que, durante muitos anos, estes contratos foram com a empresa Hermínio Tissiani e Sartorreto e Cia. Ltda e, na década de 1960, houve uma nova licitação onde a empresa Julio Gasparotto comprou o direito de retirar três mil pinheiros e, simultaneamente, reproduz matéria da imprensa que denuncia a derrubada e o roubo generalizado da madeira: "tendo em vista os roubos de madeira que se sucedem no Toldo de Nonoai, área do Estado sob administração do Serviço de Proteção ao Índio, o sr. Fernando Gonçalves, diretor geral do IGRA, telegrafou ontem, ao seu Anísio de Carvalho, chefe daquele órgão, solicitando providências urgentes para eliminação das irregularidades. (...). Informo ainda que recebi comunicação de incêndio possivelmente criminoso que danificou aproximadamente 1.200 pinheiros" (*O Dia*, Porto Alegre, 11/08/1965, p.2 apud Relatório da CPI fols 13).

Motivado pelas razões acima expostas e, influenciado pela lógica integracionista, a qual entendia que o número de indígenas estava gradativamente diminuindo e que em mais ou menos tempo a população indígena iria ser completamente absorvida e integrada a sociedade nacional¹², o estado do Rio Grande do Sul adotou várias medidas administrativas¹³, as quais resultaram na redução e/ou extinção das áreas indígenas, realocando-os e criando no, até então, seu território, reservas florestais e áreas de colonização, loteadas e vendidas para as famílias de agricultores. Com esta política, a grande maioria das áreas indígenas é reduzida ou até extinta, como foi o caso de Serrinha, Caseiro e Ventara, ambas no Norte do estado.

Este ato do Governo de estado provoca uma nova reestruturação das terras indígenas e, assim como no ato de demarcação no período de 1910-18, estabelece quais são as terras destinadas para indígenas e para agricultores, neste momento, de forma explícita, favorecendo os interesses destes últimos.

¹² A compreensão integracionista fica muito clara na máxima na afirmação de que “há muita terra para pouco índio”; a mesma, muitas vezes, oficialmente, serviu de justificativa para a redução das terras indígenas.

¹³ Diversos atos administrativos e jurídicos constituíram o processo de redução das áreas indígenas, dentre os quais se destacam: a) Despacho do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, de 28/03/1941, promove a redução das terras indígenas Guarita, Nonoai e Serrinha e criação de reservas florestais; b) Decreto número 658 do Governador Walter Jobim, de 10 /03/1949, declara um conjunto de reservas florestais, incluindo em terras indígenas de Serrinha, Nonoai e Cacique Doble; c) Lei 3381 da Assembleia Legislativa do RS, de 06/01/1958, Autoriza o governo estadual lotear e vender a área florestal de 6.623 ha oriunda da TI de Serrinha; d) O Decreto do governador do Estadual nº 13.795, de 10/07/ 1962, restabelece os limites da reserva Florestal de Nonoai, oriunda da TI de Nonoai, criado a secção Planalto para colonização; e) Despacho do Governador, de 16/02/1962, restabelece os limites das terras indígenas administradas pelo estado destinadas parcelas para o processo de loteamento e venda para os agricultores; f) Processo 15.703/61 Secretaria da Agricultura, redução da TI de Inhaorá.

A Constituição de 1988 e a retomada das terras indígenas historicamente demarcadas

A Constituição de 1988, num contexto de redemocratização, de fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo, garante um capítulo específico, nos artigos 231 e 232, para o direito indígena. Embora este tema não seja o objeto específico de análise neste artigo, cabe ressaltar que esta Carta Política abandona, em sua concepção, a lógica integracionista reconhecendo os direitos culturais dos povos indígenas e, como forma de garantia destes direitos, o reconhecimento, demarcação e usufruto exclusivo sobre os seus territórios tradicionalmente ocupados. Cabe destacar que esta conquista constitucional é fruto de décadas de debates acadêmicos e mobilização indígena com apoio de diferentes organizações indigenistas.

Em relação ao debate acadêmico destaca-se o envolvimento de intelectuais e instituições de pesquisa que constituem e reforçam a perspectiva teórica da fricção interétnica¹⁴ e do etnodesenvolvimento¹⁵ apontando, por um lado, que as mudanças que estavam ocorrendo na cultura indígena não representavam a assimilação e extinção e, por outro, que os modelos de desenvolvimento que estavam sendo pensados e efetivados pelos estados nacionais na América Latina deveriam partir do pressuposto de que as diferentes culturas e etnias deveriam ser contempladas¹⁶.

Somado ao debate acadêmico, surgem organizações, ainda no bojo da Ditadura Militar, principalmente ligadas à Igreja Católica¹⁷ com o

¹⁴ Para aprofundar o debate sobre fricção interétnica, ver Cardoso de Oliveira (1978; 2000).

¹⁵ Ver Stavenhagen (1984) e Verdum (2006).

¹⁶ Merecem destaques as declarações de Barbados I (1971) e Barbados II (1977), frutos de congressos que reuniram intelectuais da América Latina, os quais criticaram as políticas assimilacionistas e estabeleceram as principais bases para o debate do etnodesenvolvimento (BITTENCOURT, 2007).

¹⁷ O Conselho Indigenista Missionário – CIMI – teve um papel de destaque na organização indígena na década de 1970 e, principalmente, no processo da Constituinte (BITTENCOURT, 2007; LACERDA, 2008).

objetivo de contribuir na organização e mobilização indígena na conquista e preservação dos seus direitos. Com o processo de redemocratização, estes movimentos ganham força de consciência dos indígenas, no que Bittencourt (2007) denomina de pan-indigenismo, de mobilização social que associa os direitos indígenas ao conjunto dos direitos dos demais setores sociais brasileiros, resultando na grande mobilização em defesa de direitos na Assembleia Constituinte de 1988.

Os direitos conquistados na Carta Magna serviram de grande impulso para que os indígenas no Rio Grande do Sul retomassem o debate e o questionamento sobre a ilegitimidade e ilegalidade dos atos que reduziram suas áreas historicamente demarcadas (1910-18). É importante destacar que este questionamento já havia sido feito pelo já mencionado relatório da CPI de 1968, por diversas ações indígenas, principalmente a de 1978 na qual os indígenas de Nonoai expulsaram, com suas próprias forças, milhares de agricultores que estavam intrusados em suas terras e, a própria Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul (1989) reconheceu que a colonização em terras indígenas demarcadas tinha sido ilegal e estabelece, no seu artigo 32, o dever de devolver aquelas terras para os indígenas e indenizar e/ou reassentar os agricultores.

Em 1991, a União realiza a redemarcação das Terras Indígenas no Rio Grande do Sul e inicia, através da FUNAI, ajuizar, junto ao Supremo Tribunal Federal, ações de inconstitucionalidade buscando anular todos os atos que, entre as décadas de 1940-60 efetivaram a redução das terras indígenas demarcadas. O Estado, por sua vez, constitui pelo Decreto 37.118 de 30/12/1996, um Grupo de Trabalho para fazer levantamento das terras indígenas que tinham sido colonizadas irregularmente e apontar a situação específica de cada uma e possíveis soluções. Após longo período de debates e tensões sociais foram restituídos os limites originários das 11¹⁸ áreas demarcadas no início do

¹⁸ Das terras indígenas historicamente demarcadas e vendidas para agricultores nas décadas de 1950-60, apenas a de Inhacorá os agricultores não foram retirados e a área restituída aos indígenas. Neste caso específico, só foi restituída aos

século XX, restando um imenso problema econômico para o Estado para indenizar o conjunto de agricultores e, obviamente, um custo muito grande para as famílias que compraram as terras do Estado e, após algumas décadas, viram-se obrigadas a se retirarem.

Os conflitos recentes: polêmicas e ambiguidades

O Rio Grande do Sul é um dos estados que mais possui conflitos entre indígenas e agricultores; o norte do estado é o espaço que se concentra o maior número e os que mais produzem conflitualidades sociais; a etnia kaingang é a que mais está presente no Norte do estado e também da maior presença nos conflitos.

Vimos anteriormente que em espaços de reservas que foram extintas, principalmente pelo governo Brizola no início dos anos 60, houve a desterritorialização dos agricultores e a reterritorialização indígena; nesses espaços houve o reconhecimento da esfera pública, pós anos 90, do equívoco do passado (“vício de origem”) e foi aplicado o artigo 231 da CF/88. Com isso, houve a indenização da terra e das benfeitorias aos agricultores e o retorno de coletividades indígenas que comprovaram terem tido ou serem de descendentes dos que antes da extinção das reservas haviam habitado nos locais.

Pois bem, esse processo, não obstante sua conflitualidade (econômica, jurídica, cultural e social), foi resolvida, ou, ainda, em alguns casos, há pendengas judiciais e indenizatórias. A grande problemática evidenciada a partir dos anos 2000 se expressa pela constituição de dezenas de acampamentos indígenas, fora das atuais reservas, localizados em espaços que, segundos os mesmos, houve num período histórico, em geral, entre meados do século XIX e meados do XX, a constituição de comunidades indígenas. Esses conflitos, somados aos que de dentro das atuais reservas demandam ampliação de área (em geral, de áreas reduzidas e/ou extintas por governos entre os anos de 1940 até o início dos anos 60), dão o tom dos conflitos agrários entre

indígenas a área de 1.737 hectares que estava destinada a uma estação experimental agrícola.

agricultores e indígenas por várias partes do Brasil, em particular no Norte do Rio Grande do Sul¹⁹.

Os conflitos que mais estão produzindo visibilidade pública, acirramentos e confrontos, múltiplas estratégias de ambos os lados e que estão tensionando as relações sociais e a vida cotidiana dos grupos envolvidos, em particular de agricultores, são os constituídos por acampamentos e espaços variados (terras públicas e privadas) no Norte do estado, pois todos eles buscam configurar o local do acampamento e uma delimitação de seu entorno como área de ocupação tradicional.

Para efeito de síntese, elencaremos alguns dos argumentos que embasam a luta e as demandas de ambos os grupos.

Os argumentos dos indígenas

Os argumentos centrais que embasam a luta indígena giram em torno das ações que, segundo eles, produziram o esbulho (expulsão pela força) e expropriação, em alguns períodos históricos, em geral, por ações do estado, através de suas políticas de terra e de colonização, ou por sujeitos sociais ligados à economia pastoril, à colonização privada e à indústria extrativista.

Os índios kaingang, em maior número nos conflitos, defendem a sua existência imemorial no Norte do estado. Desse modo, os mesmos entendem serem contemplados pelo direito à tradicionalidade de ocupação, defendem e justificam a necessidade do reequilíbrio ecossistêmico através da agricultura tradicional, sementes tradicionais, mananciais de água, florestas etc.

Nos seus horizontes argumentativos está presente a necessidade da diversidade étnica em condições de igualdade no país, da propriedade da terra como condição fundamental para a reprodução de sua cultura, a

¹⁹ Em razão de falta de espaço, não teremos condições de avançar na análise específica de cada conflito. Remetemos para nossos dois últimos livros que organizamos sobre o tema: “Conflitos agrários no Norte do Rio Grande do Sul”, de 2012 e 2014, ambos pelas editoras Letra & Vida de Porto Alegre e Ed. IMED de Passo Fundo.

compensação e ajuste de contas do estado para com os índios em múltiplos horizontes sociais, culturais, econômicos, jurídicos e ambientais. Os índios enfatizam a existência de registros da memória material e imaterial (marcos territoriais) presente nos territórios demandados, expressos principalmente no horizonte cemiterial, habitativo (ocas), árvores centenárias, passagem pelos rios e matas (ligando uma aldeia a outra), nas narrativas de ancestrais, nos agrupamentos parentais oriundos de antigos líderes indígenas que teriam vivido nos espaços demandados.

Além dos aspectos ligados ao passado, aos horizontes culturais, há também a forte pressão sobre a terra do grande contingente de população indígena nas reservas antigas (alto crescimento demográfico), na redefinição da terra para a cultura e reprodução social e econômica dos mesmos. Os indígenas argumentam que, na questão da terra, historicamente, houve favorecimento aos agricultores, a uma agricultura considerada moderna em detrimento dos indígenas e, portanto, estaria na hora do mesmo promover ações em prol desses, os quais, segundo eles, eram os “verdadeiros donos da terra”, de “retornar a terra nas mãos dos índios para conservá-la”, dentre outros elementos mais secundários.

Os argumentos dos agricultores:

Como a situação dos agricultores encontra-se na defensiva, ou seja, como agrupamento que luta para defender o que na atualidade (para muitos, mais do que centenária) é seu e está sendo colocado em xeque, os argumentos centrais giram em torno da temporalidade longa, legal e legítima na aquisição da terra e da necessidade da mesma para a reprodução cultural, econômica e social. Os mesmos também dão ênfase ao fato de serem sujeitos de direitos, pois houve a legitimação, em ambientes legais, para a aquisição da terra.

Os agricultores atestam a não presença indígena no período da colonização ou em fases posteriores quando da aquisição das terras; defendem que os índios que, em algum período histórico, tenha vivido na região, foram aldeados através da normatização da esfera pública. Os agricultores batem na tecla de que não há nenhuma prova e/ou evidência histórica, nem documentação, nem relatos orais, nem escritos históricos

que dão ciência a algum tipo de relação de esbulho indígena na região; os processos de colonização foram efetuados sem conflitos.

Os agricultores argumentam que grande parte dos acampamentos indígenas na região constituiu-se a partir de conflitos por poder no interior de reservas indígenas, de grupos dissidentes que, não encontrando mais espaços no interior das mesmas, organizam-se em pequenos agrupamentos, os quais, aos poucos, vão ganhando grande adesão de outros grupos de aldeias variadas, produzindo um grande grupo. Portanto, os agricultores enfatizam que no cerne dessa luta social empreendida pelos indígenas, há outras causas e situações que poderiam muito bem serem resolvidas pela esfera pública, sem produzir injustiças e intensa instabilidade sócio-econômica e cultural.

Um dos argumentos que está presente em todos os conflitos gira em torno do fato de que, na sua maioria, são agricultores familiares, produtores de alimentos e que não promovem desequilíbrios ambientais. Os mesmos enfatizam que a produção de alimentos proveniente desse estrato produtivo é de fundamental importância para o país, que os indígenas não o fazem e, se o farão, será na forma de arrendamento para não índios conforme o evidenciado e documentado em várias das atuais reservas indígenas do Rio Grande do Sul.

Os agricultores insistem em demonstrar que a realidade do Sul do Brasil é diversa na histórica relação com os índios e na legalização dos títulos de propriedade em relação a outras regiões do país, principalmente o Centro-oeste e Norte. Os mesmos insistem no fato de que não adianta transferir a terra da mão dos agricultores e passar para os índios sem uma política pública de desenvolvimento (etnodesenvolvimento). Advertem para a necessidade de uma ampla discussão nacional sobre o que se considera “territorialidade tradicional” e “cultura indígena”, bem como que sejam revisados os processos e ritos de identificação, demarcação, delimitação e julgamento nas questões que envolvem a demanda indígena pela terra e, principalmente, nas questões administrativas envolvendo a centralidade da Funai no processo; que se discutam melhor as noções de produção e produtividade para ambos os grupos.

Nesse sentido, os agricultores entendem que não se resolvem problemas históricos de um sujeito, produzindo outros para outro sujeito e criando um culpado histórico e com a pecha de intruso e de

expropriador, no caso, recaindo sobre os agricultores. Os mesmos apontam soluções para o problema, sem desapropriar os que já estão legitimamente na terra, principalmente na criação de novas reservas com aquisição pelo estado de grandes propriedades, sem causar danos, tensões sociais, culturais e econômicas entre os grupos que estão em conflito, inclusive, com isso, viabilizando ações da premente e histórica reforma agrária no país, dentre outras questões mais secundárias.

Percebe-se que os argumentos são múltiplos para ambos os envolvidos e, somados a esses, estão também as suas polêmicas em torno do conflito, fato esse que revela a complexidade do tema, principalmente em suas justificativas jurídicas, administrativas, econômicas e culturais. De uma forma panorâmica, sintetizaremos algumas delas a seguir como item conclusivo.

Enfim..., um cenário complexo e enviesado por múltiplas determinações

Vimos que, em termos históricos, as políticas territoriais indígenas no Rio Grande do Sul tiveram três momentos distintos: no início do século XX, quando o governo do Estado delimita 11 áreas, frutos de aldeamento iniciados no século XIX, o mesmo promove o loteamento e a colonização das demais terras devolutas; o segundo se processa entre as décadas de 1940/60 quando, por decisões dos governos estaduais, há um processo de redução das áreas demarcadas para constituição de reservas florestais e para o loteamento e venda para agricultores sem terra e, um terceiro, que se concretiza na década de 1990, que resultou na recuperação dos limites das áreas historicamente demarcadas.

No entanto, novas demandas indígenas, a partir de agrupamentos constituídos em espaços fora das reservas, começaram a aparecer a partir dos anos 2000, defendendo o argumento como sendo área de ocupação territorial e, passando a ser demandadas pelos índios e acolhidas pela Funai. Esse horizonte estratégico de indígenas é que está produzindo intensa tensão social em várias regiões do país, em particular no norte do Rio Grande do Sul.

Esse processo vem produzindo inúmeras situações de tensão social, ambigüidades jurídicas, ausência de uma séria vontade política de solução, divisões sociais (entre os que são a favor dos agricultores e os que defendem a “causa indígena”), estratégias múltiplas de ambos os lados, perspectivas variadas e instáveis para os dois grupos, mas principalmente para os agricultores que temem perder suas terras e sem indenização, mediações políticas e jurídicas de ambos os lados, dentre uma série de outras questões. Na realidade, em grande parte dos casos na região referida (e em algumas outras partes do país), são colocados frente a frente, em luta social, dois sujeitos coletivos subalternizados social e economicamente por políticas públicas, principalmente em suas propostas modernizadoras.

Os atuais conflitos sociais entre indígenas e agricultores estão inseridos num contexto de crise e indefinição de políticas indigenistas pela esfera pública, de grande tensão e conflito no interior das reservas indígenas, de alto valor e importância social, cultural e econômica da terra para os dois grupos, da forte densidade demográfica tanto no interior das reservas, quanto da na ocupação e apropriação da terra, em geral, por agricultores familiares (os quais, em alguns casos, não passam da média fundiária de 16 ha), de presença também histórica da constituição das famílias, comunidades e sociabilidades entre os agricultores, do fato de que a União não assume, numa eventual desapropriação, a indenização das terras para os agricultores; somam-se a isso os inúmeros decretos e portarias na esfera federal, os quais se revelam, até então, pouco eficazes e que acabam colaborando ainda mais para o alongamento dos processos administrativos, disputas judiciais, aumentando, com isso, ainda mais as tensões sociais.

Enfatizamos também que os referenciais de memória são fundamentais para ambos os grupos. Ou seja, através de memórias de usos, dos objetos de referência cultural, busca-se identificar a presença de sociabilidades constituídas em espaços que denotam territorialidade, processos migratórios, espaços simbólicos (cemitérios, sedes de comunidades, ocas etc.) de pertencimentos grupais. Desse modo, argumentos de um lado servem também para o outro; ou seja, territorialidade, memória, tradição de vida na terra, ancestralidade, legitimidade de demanda, cultura de pertencimento, sociabilidades comunitárias, cemitérios etc., são horizontes que contemplam os dois

lados; a grande polêmica está na definição do que um elemento desses é para um grupo e o que é para o outro, por isso a existência de múltiplas ações, discussões, judicialização, politização, revisão de legislação, posições de grupos sociais, conflitos e estratégias variadas. Nesse sentido, juntamente com os estudos técnicos e aos processos administrativos de ambos os lados, há a organização social e movimentação política e midiática (jornais e televisão) em torno do tema.

Há pressão política de um lado para mudar legislação, de outro para agilizar o processo demarcatório da terra; há uma ampla organização e presença institucional em torno da “questão indígena” no Brasil, realidade essa que ampliou os canais de participação indígena na esfera política e social, principalmente no horizonte da consciência e da diversidade étnica e cultural, no campo dos direitos e da cidadania. A terra torna-se um elemento central na reprodução social de ambos os grupos, a mesma possui significados para além de sua dimensão econômica.

O que está em jogo também é o fato de que não se pode conceber a realidade indígena do país de uma forma monolítica e nem as ações do estado em relação aos mesmos de uma forma genérica; há especificidades em cenários distintos; fato esse que demandaria cuidados nos tratamentos e metodologias dos ritos administrativos (os quais continuam sendo homogêneos) por parte da FUNAI e do Governo Federal. Entendemos que os impactos sociais e culturais da demarcação de uma terra indígena em regiões de latifúndio e daquelas em regiões de pequenas propriedades de cunho familiar são diferenciados, também não se pode tratar todos os agricultores como intrusos ou ilegítimos no processo de aquisição da propriedade.

Um elemento também central no debate diz respeito ao marco regulatório²⁰, principalmente quanto à interpretação do Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 no que tange ao significado de “os direitos originários sobre as terras que *tradicionalmente* ocupam” (grifo nosso), juntamente com o rito administrativo desenvolvido pela FUNAI para

²⁰ Uma análise sobre os impactos da diversidade de interpretação do atual marco regulatório do direito territorial indígena pode ser visto em Kujawa (2013).

identificação, delimitação e demarcação das áreas indígenas. Em relação à interpretação do artigo 231 da Constituição a grande questão de considerar ou não o marco temporal da promulgação da Carta Magna para o direito territorial é a de que: se, para que haja direito sobre os territórios, os índios deveriam estar ocupando-os em 1988 e só assim se constituiria o direito originário sobre as mesmas cabendo, neste caso, a demarcação. Por outro lado, outra interpretação mais elástica (adotada atualmente pela FUNAI) é de que a Constituição Federal não estabelece o marco temporal e que a ocupação tradicional indígena, refere-se não apenas a aspectos físicos, mas também aos imemoriais.

Somados a essas questões ambíguas, há o fato de que pouco se discute e se houve também pouco os indígenas (muito mais as suas instituições mediadoras) em torno da definição da cultura indígena e de suas necessidades no século XXI, qual o papel da terra para os mesmos, qual é o seu papel na sociedade de consumo, que tipo de políticas seriam eficazes e desejadas pelos indígenas na atualidade, de cunho integracionista, isolacionista, uma terceira ligada ao etnodesenvolvimento ou alguma outra?

Enfim, a referida luta social coloca em discussão um conjunto de processos que dimensionam horizontes políticos, jurídicos e sociais; a mesma requer soluções não parciais e/ou paliativas; que seja expressiva de um grande problema social que necessita ser enfrentado em suas raízes históricas, mas tendo presente os referenciais da sociedade atual, não polarizando os dois sujeitos mais diretamente envolvidos (indígenas e agricultores).

Referências

BECKER, Itala. *O índio kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil*. Goiania: UFG, 2007.

CAFRUNI, Jorge. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo, 1966.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, São Paulo. v.14 n.40, p. 213-230, set./dez. 2000.

_____. *Sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UNB, 1978.

HENSEL, Reinald. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 20, p. 65-79, 1928.

KUJAWA, Henrique. Parâmetros para um novo Marco Regulatório na delimitação territorial indígena e uma nova política indigenista. In. BOFF, Salete; FORTES, Vinicius Borges; MORAIS, Fauto Santos de. *Sustentabilidade e Direitos Fundamentais*. Passo Fundo: IMED, 2013, p.101-116.

LACERDA, Rosana. *Os povos indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI, 2008

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Col. *Antropologia*, n. 56, Pesquisas/Instituto Anchieta, 2000.

_____. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1939). Col. *Antropologia*, n. 64, Pesquisas/Instituto Anchieta, 2007.

MABILDE, Alphonse. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/INL, 1983.

OLIVEIRA, Francisco, Xavier. *Anaes do município de Passo Fundo. Aspectos Históricos*. Passo Fundo: UPF Editora, 1990 (1908), v. 2.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório e conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo decreto n 37118/96 para analisar questões indígenas no Rio Grande do Sul, 1997. (mimeografado).

RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique. *A questão territorial Mato Preto nos municípios de Getúlio Vargas, Erebang e Erechim/RS*.

Porto Alegre: UFRGS; Passo Fundo: IMED, 2010. (Relatório de Pesquisa).

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: *Anuário Antropológico*, 84, p. 11-44, 1984.

TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique (Org.). *Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: negros, índios e colonos*. Porto Alegre/Passo Fundo: Letra & Vida/Ed. IMED, 2013.

TESCHAUER, Carlos S. J. Os caingangs ou coroados no Rio Grande do Sul. *Boletim do Museu Nacional*, vol III, n. 3, Rio de Janeiro, 1929.

VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. Tese de Doutorado apresentada no CCPAC, Universidade de Brasília, fevereiro de 2006.

A LEITURA DA FORMAÇÃO DA COLÔNIA CAXIAS POR MEIO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Marcus Comandulli*

Vania Beatriz Merlotti Herédia**

Introdução

O objetivo do presente estudo é trazer dados acerca da Colônia Caxias por meio de documentos oficiais registrados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul entre os colonos italianos e a Diretoria de Terras. Esses documentos relatam a posição dos colonos na ocupação das terras e as dificuldades que os mesmos passaram para construir o núcleo colonial ainda no período imperial. O período de estudo compreende as três fases iniciais da colônia, ou seja, a colonial, a distrital e a municipal (1876-1890). O método é descritivo e as fontes utilizadas são a correspondência dos colonos ao Diretor de Terras e mais tarde ao Diretor da Colônia.

O Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes da ex-Colônia Caxias compreende documentos relativos aos órgãos que, entre 1876 a 1906, foram responsáveis pelo planejamento e execução da colonização da área compreendida atualmente pelos municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Antônio Prado, São Marcos e Alfredo Chaves.

* Aluno do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade de Caxias do Sul.

** Doutora em História pela Università degli Studi di Genova. Professora Titular da Universidade de Caxias do Sul.

A importância dessa fonte está no papel da Diretoria da Colônia Caxias que era o órgão responsável pela administração direta dos núcleos de colonização e localizada nas sedes destes núcleos – cabiam os trabalhos de demarcação das áreas destinadas ao assentamento dos imigrantes, distribuição e aquisição de lotes rurais e urbanos, recepção dos imigrantes e atendimento de suas necessidades. A administração dos serviços na Colônia Caxias manteve-se até 1884 ao encargo da Diretoria. Naquele ano sua denominação foi alterada para Comissão de Terras e Medição dos Lotes da ex-Colônia Caxias e como tal permaneceu até 1906. O acervo disponível no Arquivo Histórico de Caxias do Sul permite a identificação da estrutura administrativa a qual pertencia a Diretoria da Colônia – Comissão de Terras e Medição dos Lotes. Enquanto órgão do governo seja no Império e na Primeira República, ficava subordinada a Inspetoria Especial de Terras e Colonização com sede em Porto Alegre, na capital do estado e esta, por sua vez, subordinada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, departamento do Ministério da Agricultura. Em 1890, a Inspetoria Especial de Terras e Colonização passa a denominar-se Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização.

Os registros evidenciam que havia um interesse da Diretoria de Terras em resolver os problemas que os colonos enfrentaram na fase inicial da ocupação. O estudo traz dados sobre a organização dos núcleos coloniais no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, os mecanismos de repasse de recursos para realizarem as obras de instalação na colônia, construindo uma estrutura que atendesse aos propósitos do Governo Imperial.

A Formação das colônias agrícolas: a Colônia Caxias

O processo imigratório ocorrido no Rio Grande do Sul teve como objetivo a formação de colônias agrícolas, produtoras de gêneros necessários ao consumo interno, dando origem assim, a uma protoindustrialização. Sendo a questão da terra o eixo central desse processo, criam-se órgãos responsáveis para efetuar as ações necessárias. A Diretoria da Colônia tinha como função a administração direta dos núcleos de colonização, ficando localizada nas sedes destes núcleos, e a ela cabiam os trabalhos de demarcação de áreas destinadas ao

assentamento dos imigrantes, distribuição e aquisição de lotes rurais e urbanos, recepção dos imigrantes e atendimento de suas necessidades. O Engenheiro-Chefe da Diretoria da Colônia era o responsável pela coordenação de uma equipe formada por engenheiros, agrimensores, escriturários, desenhistas e auxiliares, entre eles, médico e professor.

A colônia “aos fundos de Nova Palmira” foi denominada Colônia Caxias no ano de 1877, conforme demonstra documento recebido pela Diretoria da Colônia, em 11 de abril de 1877, da Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O documento informa a nomeação do Diretor efetivo Eudoro Carvalho de Castello Branco, cargo que ocupa até 15 de janeiro de 1883, quando a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, por meio do Presidente Paulino Ignácio Teixeira, reconhece a nomeação do Dr. Manoel Barata Goés como Diretor da Colônia Caxias. O telegrama que a Inspetoria Especial de Terras recebe da corte avisa a nomeação do Diretor da Colônia. É importante lembrar que no Rio Grande do Sul, das quatro colônias oficiais iniciais, três localizavam-se no Nordeste do Estado e formaram uma “microrregião histórica” (Sabattini, 1975, p. XXXI), constituindo a antiga região de colonização italiana no Rio Grande do Sul¹.

O Diretor da Colônia tinha o encargo de promover a distribuição dos lotes à medida que os colonos chegavam ao local prometido. Para controle dos lotes, os mesmos eram numerados em linhas, denominados de ‘travessões’ e cada qual tinha um nome que o diferenciava dos demais. O Registro Territorial era uma forma de assegurar as informações sobre os lotes, o nome dos concessionários, o preço da terra, a dívida e o prazo de pagamento até o recebimento do título de propriedade.

¹ No Brasil, as colônias podiam ser públicas, privadas ou mistas, dependendo do período histórico. O que define é a relação com a propriedade da terra, a forma de como a mesma é administrada, a forma de loteamento e a concessão dos lotes. Por isso, essa documentação pública, que está disponível no Arquivo Histórico João Spadari Adami em Caxias do Sul, utilizada nesse estudo ajuda a entender as dificuldades que os colonos passaram para se instalarem nas colônias.

A busca da emancipação colonial

A Colônia Caxias foi administrada pela “Comissão de Terras do Império até o momento em que foi desmembrada para ser anexada ao Município de São Sebastião do Caí, passando a constituir o 5º Distrito de Paz.” (HERÉDIA, 1997, p.41). Além da Colônia Caxias, “foram emancipadas do regime colonial Conde D’Eu e Dona Isabel em 12 de abril de 1884”. (HERÉDIA, 1997, p.41).

Um ano antes, diversos trabalhos foram sendo executados pela Diretoria da Colônia visando a emancipação da Colônia, principalmente no que diz respeito aos meios de transporte e comunicação. Em documento enviado pelo Palácio do Governo, em 24 de julho de 1883, há uma solicitação de informações sobre o andamento dos trabalhos executados, suas condições de contrato ou empreitada, pessoal empregado, despesas e providências necessárias à sua conclusão, visando facilitar o desenvolvimento e progresso das colônias.

Em correspondência recebida pela Diretoria da Colônia Caxias, em 11 de setembro de 1883, do Palácio do Governo em Porto Alegre, o Ministério da Agricultura declara que sejam emancipadas as colônias Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel. Essa correspondência já é uma prova de que a primeira fase da colônia começa a se despedir para anunciar a fase distrital. A emancipação da colônia é uma luta dos colonos para que possam ter mais autonomia em busca da construção de uma vila autônoma. Em 1884 é comunicado a criação e instituição canônica da freguesia da colônia de Caxias (Freguesia de Santa Tereza) com a nomeação do padre Augusto Finotti para vigário.

A partir de 1883 começam a surgir pequenas fábricas na Colônia Caxias, como no caso do negociante Felice Laner que compra um terreno com 29.040 metros quadrados para fundar uma olaria. João Baptista Curzel fica comprometido a estabelecer até junho do mesmo ano, uma fábrica de sabão e velas de sebo. Na mesma época, em 23 de janeiro de 1884, João Muratori recebe concessão de dois lotes urbanos com a condição de estabelecer um moinho e serraria. Percebe-se que a colônia está se desenvolvendo e há uma troca contínua de correspondência entre os encarregados da terra e os colonos.

A emancipação ocorre em 12 de abril de 1884 quando expira o prazo para a emancipação colonial. O governo Provincial já havia solicitado a emancipação, e, a colônia passa a se constituir o 5º Distrito de São Sebastião do Caí. Nesse ano, é criada a freguesia de Santa Teresa da colônia de Caxias, com a nomeação do padre Augusto Finotti para vigário. Esse ato, desvincula a colônia da Paróquia de São José do Hortêncio da Feliz.

Em correspondência recebida pela Comissão de Medição dos Lotes de Caxias de Órgãos do Governo Estadual em 24 de fevereiro de 1885, recomenda-se que sejam providenciados aos imigrantes que forem chegando a essa colônia emancipada, sem a menor demora, os lotes em que tenham de estabelecer-se, destinando ao mesmo tempo os trabalhos da medição de novos lotes, afim de que, porventura haja por aí, não se veja essa comissão embaraçada no cumprimento de mencionada recomendação.

Sobre a vinda de familiares e amigos dos imigrantes para o Brasil encontra-se na correspondência recebida pela Comissão de Medição dos Lotes de Caxias de Órgãos do Governo Estadual em 05 de novembro de 1884, instruções sobre como proceder nessa situação, onde o Governo Imperial, segundo declara o Ministério da Agricultura, proporcionará meios que facilitem a vinda de seus parentes, amigos e patrícios que desejem imigrar para o Brasil, desde que lhe sejam ministradas as mais completas informações acerca do nome, estado e residência desses indivíduos, e de tudo mais que julgarem conveniente declarar. Por esta e outras providencias do referido governo compreende-se que é seu empenho atrair a imigração espontânea, que considera a mais útil.

Após a emancipação colonial, as solicitações dos colonos continuam. Sobre o trabalho de recepção e atendimento às necessidades dos imigrantes, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, publicou uma circular em 12 de outubro de 1886, especificando alguns favores que o Governo Imperial ficou encarregado de conceder aos imigrantes: “agasalho por oito dias e transporte gratuito do porto do desembarque até as localidades a que se dirigirem; pagamento integral da passagem da Europa para o Império, aos que se destinarem às fazendas agrícolas como trabalhadores, com ou sem contrato de locação de serviços; pagamento reduzido, logo que nesse

sentido sejam celebrados contratos com as Companhias Transatlânticas, aos que resolverem colocar-se por conta própria em terras devolutas de propriedade do Estado, sendo estas vendidas já medidas e demarcadas, a dinheiro à vista ou a prazo, por preço razoável; finalmente, construção de caminhos, escolas e igrejas, além da concessão supra, aos que preferirem fixar-se nos estabelecimentos coloniais atualmente existentes, bem como qualquer outro auxílio que for julgado necessário a prosperidade e desenvolvimento dos novos núcleos que forem fundados”.

Durante o processo de recebimento dos imigrantes, a Comissão de Terras e Medição dos Lotes da Inspetoria Especial de Terras e Colonização e Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização de Porto Alegre, comunica que o Ministério dos Negócios da Agricultura recomenda que se intercalem os lotes com várias nacionalidades para não se formar núcleos coloniais de uma só nacionalidade, diante dos “graves inconvenientes que se tem observado na formação de núcleos coloniais com imigrantes de uma só nacionalidade”.

Essa orientação dada pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Giralda Seyfert (1990, p. 13) salienta em seus estudos que os imigrantes que chegam no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, no século XIX são distintos dos que se instalam em São Paulo, uma vez que:

foram enviados para regiões despovoadas, quase sempre vales de rios como o Sinos, o Jacuí e o Taquari (Rio Grande do Sul), o Itajaí (Santa Catarina e o Jucu e parte do rio Doce (Espírito Santo), onde adquiriram, com financiamento do governo ou de companhias particulares de colonização(conforme a natureza das colônias), lotes de terras, cuja superfície oscilava entre 20 e 50 hectares. A característica principal do sistema de colonização, pelo menos até o final do século XIX, foi seu isolamento e sua homogeneidade étnica. (SEYFERTH, 1990, p.14).

Essa autora chama a atenção de que “políticos e intelectuais alertavam para os perigos da colonização em grupos homogêneos no Sul do país, preocupados com o que chamavam de ‘enquistamento étnico’ das colônias alemãs.” (SEYFERTH, 1990, p.15). Não se pode menosprezar essa percepção de que os imigrantes, aqueles que se constituíam em grupos homogêneos devessem ficar distantes, separados por outras

nacionalidades a fim de evitar a força do agrupamento. Evidencia ainda na sua análise que na primeira década de 1900-1909, a legislação acerca da imigração foi alterada e foram criadas as colônias mistas.

A questão do estabelecimento de pessoas nascidas no Brasil nos núcleos coloniais é tratada na circular expedida pela Inspetoria Geral de Terras e Colonização no Rio de Janeiro, onde são passadas instruções para o estabelecimento de “nacionais” nos núcleos coloniais, onde deve os mesmos dirigir-se ao Governo Imperial, por intermédio dos Engenheiros Chefes das Comissões, suspendendo o regulamento de 19 de janeiro de 1867 e não considerando em vigor o aviso deste Ministério nº 8, de 17 de janeiro de 1877, que mandou que as Diretorias de Colônias distribuíssem lotes aos nacionais que se quisessem estabelecer sob as condições dos referidos regulamento, sendo eles chefes de família.

Quando estabelecidos, os imigrantes recebem por parte do Governo trabalhos para realizarem nos núcleos coloniais, porém esses trabalhos ficam restritos aos chefes de família e não podem ultrapassar 10 dias no mês, como demonstra documento na data de 26 de janeiro de 1883. Chama a atenção que na documentação, os colonos recebem adiantamentos por conta de trabalhos na abertura de estradas. É interessante observar nesse documento que o serviço oferecido pela Comissão é apenas aos “colonos recém-chegados ou que não tenham feito à primeira colheita.” Essa medida tem como finalidade auxiliar os colonos a se instalarem nas colônias por meio de recursos pelo trabalho executado.

Em 21 de novembro de 1889, há um requerimento encaminhado ao Presidente da Província e ao Inspetor Especial de Terras e Colonização, onde os colonos achando-se gravemente comprometidos em seus interesses pela falta de pagamento justificam que trabalharam nas estradas do governo há mais de seis meses, e que não haviam sido pagos os trabalhos realizados, o que acarreta graves transtornos ao comércio.

A partir de 1890, com a colônia Caxias sendo elevada a condição de município pelo Ato n.257², e o Império ter-se tornado República, muitos dos problemas enfrentados pelos imigrantes adquirem novos formatos. Em relação à normativa do Império que antes exigia núcleos coloniais intercalados com imigrantes de diferentes nacionalidades, agora se percebe algumas mudanças relacionadas a essa política.

Em documento recebido em 22 de outubro de 1890 é comunicado o estabelecimento de um núcleo colonial privativo para a imigração sueca. Fato esse que gerou desdobramentos como demonstra documento de 03 de novembro de 1890 que comunica apresentação de queixa dos imigrantes contra a Comissão de Caxias, alegando não receberem os favores a que tem direito, e que são concedidos aos suecos.

Em 12 de junho de 1890, o Governo Central solicita esclarecimentos sobre a informação de que não foram concedidos transporte e alimentos aos imigrantes alemães enviados à Comissão Caxias, falecendo algumas crianças. Em documento de 19 de julho de 1890 é relatada uma acusação publicada no jornal alemão “Deutsche Zeitung”, sobre a forma de tratamento dispensado aos imigrantes alemães.

A questão dos “chefes de família”, como referência para o estabelecimento das famílias, permanece ao longo do processo imigratório, como demonstra documento de 27 de setembro de 1890, onde o Governo solicita informações sobre os mesmos, pois a maioria por se estabelecer são mulheres e crianças.

Algumas considerações

O estudo permite alinhar algumas considerações que podem ajudar a compreensão do período inicial de ocupação da colônia Caxias. Identificou que os colonos passaram inúmeras dificuldades desde sua

² Cópia do Ato nº 257 de 20 de junho de 1890 que eleva a Categoria de Vila a Freguesia de Santa Tereza de Caxias – Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, General de Divisão Cândido Costa. Porto Alegre. 20 de junho de 1890.

chegada, o que envolveu a locomoção até os locais onde fixariam residência e posteriormente a luta pelas condições mínimas de viver junto com suas famílias.

Na correspondência estudada, os documentos envolvem os atos legislativos que informam as mudanças políticas ocorridas na Colônia até configurar sua situação de município, e as providências devidas pelas autoridades locais para sistematizar as mudanças estabelecidas.

Fica evidente o objetivo de criar mecanismos que fortalecessem a economia local em um período de tempo relativamente curto e por isso o empenho do Governo em atender as demandas locais. Os registros evidenciam que havia um interesse da Diretoria de Terras em resolver os problemas que os colonos enfrentaram na fase inicial da ocupação. Registram ainda de que forma eram organizados os núcleos coloniais, como se dava o repasse de recursos para realizarem as obras e construir uma estrutura que rendesse aos propósitos do Governo Central.

Percebe-se que a intenção do Governo em resolver os problemas dos colonos é por um objetivo econômico e não social/humanitário, onde o “bem-estar” dos colonos serviria para gerar mais produção e consequentemente fortalecer a economia local.

Durante o processo imigratório o Governo Central exerce grande pressão sobre o Governo da Província e esse por sua vez pressiona diretamente a Diretoria da Colônia, cobrando rendimentos e melhoras nas estruturas socioeconômicas. Essa “pressão hierárquica” desemboca no trabalho realizado pelos colonos diariamente e na qual são exigidos incessantemente, sem muitas vezes obter a contrapartida do Governo para atender as suas necessidades mínimas.

Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. 2. ed. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1970. t. 1.

ATOS LEGISLATIVOS acerca da colônia Caxias. Fundo 01.00 Gabinete do Executivo. Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BRAGA, Márcio. Índios de nossa terra. In: HENRICHES, Liliana Alberti (Org.). *Histórias de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura/Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012.

CARTAS expedidas pela Comissão de Terras em Caxias – 1893 a 1895 In: Fundo Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

CORRESPONDÊNCIA entre o Diretor da Colônia e os colonos. In: Fundo Diretoria da Colônia Caxias e Comissão de Terras e Medição dos Lotes em Caxias. Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira de. (Org.) *Terras e colonização*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1882.

GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

_____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens: colonos e colônias no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

HERÉDIA, Vania B. Merlotti. *O Processo de Industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

IOTTI, Luiza H. (Org.) *Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, Caxias do Sul: Educs., 2001.

ONZI, Geni; CAVAGNOLLI, Anelise; REIS, Eduardo. *Palavra e poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: São Miguel, 2012.

SABBATINI, Mario. Il significato dela colonizzazione. In: *La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul*. Gli insediamenti nelle aree rural. Firenze: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1975.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura*. Brasília: UNB, 1990.

FAMÍLIAS NEGRAS NO PLANALTO MÉDIO DO RIO GRANDE DO SUL (1940-1960): TERRA, MIGRAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Maria do Carmo Moreira Aguilar*

Introdução

Este texto tem como objetivo central analisar as relações de trabalho, tecidas no período de itinerância, de um grupo familiar descendente de escravos e residente no quilombo Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuízinho, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. O período de migrações do grupo inicia-se em meados de 1940 com a perda de parte do território anteriormente ocupado, inaugurando uma fase de extrema mobilidade, um deslocamento contínuo pela região em busca de postos de trabalho para recuperação da estabilidade perdida. Estas experiências de trabalho foram reconstituídas através de fontes orais, e, foram realizadas 30 entrevistas. A delimitação temporal focaliza-se em meados de 1940, momento da perda de parte do território do Sítio Novo/Linha Fão e 1960 quando a família fixou-se na área do quilombo Rincão dos Caixões. Esta coletividade tem sua origem em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado no município de Arroio do Tigre. Ao fim do cativeiro, algumas famílias de libertos decidiram permanecer na fazenda onde foram escravos e continuaram a trabalhar para o proprietário na condição de agregados, desenvolvendo atividades ligadas à agricultura.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Apresentando a família

O grupo familiar pesquisado reside atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, situado no município de Jacuízinho/RS. A área deste quilombo foi doada em meados de 1960 por Régis Fiúza (um jovem proprietário da região) à Erocilda dos Santos Fernandes, matriarca do grupo familiar e fundadora desta comunidade. Após desterritorialização do primeiro território ocupado e alguns anos de itinerância pelas propriedades da região, Erocilda se territorializou pela segunda vez nesta área, hoje denominada quilombo Rincão dos Caixões. Este grupo familiar tem suas origens em outro território negro, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado em Arroio do Tigre/RS. Neste local residiam, e ainda residem, várias famílias, em sua maioria, ligadas por laços de parentesco consanguíneo ou fictício.

É neste território de ocupação anterior que está a gênese do período de itinerância de vários grupos familiares. Há ramificações desta primeira família no quilombo de Júlio Borges, localizado em Salto do Jacuí/RS, e na comunidade de Rincão dos Caixões (foco de nossa pesquisa). Assim, os quilombolas de Rincão dos Caixões e de Júlio Borges, são em sua maioria, oriundos de famílias que perderam suas terras no Sítio Novo/Linha Fão. Configurando, a partir de ramificações, três núcleos familiares.

O quilombo Rincão dos Caixões está situado a 12 km do centro de Jacuízinho. Para chegar, leva-se cerca de 20 minutos de carro por uma estrada de terra, que em dias de chuva fica intransitável. Em meio a extensas plantações de soja, tem-se uma paisagem estante e interminável. Neste local, uma área íngreme e pedregosa, uma “borda”¹ de terra comprimida entre a lavoura de soja de Idalino Vendrusculo e o rio Caixões, que há pelo menos cinco décadas estabeleceu-se a

¹ “Borda” e “recheio”; esses são os termos utilizados pelos quilombolas para caracterizar a terra, na qual “borda” seria a terra pouco fértil, ou de segunda mão e o “recheio” da terra às áreas mais produtivas.

comunidade. Convivem atualmente cerca de 20 famílias² em uma área de aproximadamente 28 hectares.

A matriarca Erocilda Xavier dos Santos tem 73 anos e é neta do casal João Leocádio e Josefina, um dos casais fundadores do quilombo Sítio Novo/Linha Fão. Erocilda viveu nesta coletividade até se casar com Altidor José dos Reis, aos 17 anos. Altidor também é originário do Sítio Novo/Linha Fão. Após o casamento, o casal se mudou desta comunidade e, na companhia de Altidor, Erocilda migrou pelas propriedades da região oferecendo mão de obra até fixar-se na terra doada por Régis Fiúza em meados de 1960.

Erocilda se casou novamente, como ela afirma “de papel passado”, com Jorge Fernandes, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão. Ele é neto de Filomena Fernandes e, assim como os avós de Erocilda, também constituíram família no Sítio Novo/Linha Fão. A comunidade é formada por um grupo de parentesco cognático distribuído em vinte famílias, de dezesseis filhos de Erocilda (onze vivos, quatro falecidos e um desaparecido). Cinco filhos são do casamento com Altidor José dos Reis, e onze filhos do segundo casamento, com Jorge Fernandes. A família conta, ainda, com cinquenta e nove netos e vinte nove bisnetos³. Neste território residem ainda: Valentin da Silva de 65 anos, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão, filho do casal Ana Pantaleão e João Oscar, casado com Almeri dos Santos de 60 anos, uma das filhas do 1º casamento de Erocilda; e Etuíno Fernandes de 50 anos, também oriundo do Sítio Novo/Linha Fão, irmão de Jorge Fernandes, 2º marido de Erocilda, e casado com uma das netas do casal.

No quilombo Rincão dos Caixões as plantações de milho, mandioca e amendoim se espalham pela área que não possui cercamento. O sistema de produção interno se constitui de maneira coletiva. Tanto o plantio quanto a colheita nas roças são realizados por meio de “puxirões”

² Este número de famílias foi verificado em 12 de novembro de 2011.

³ Informação colhida em 2008, e retirada do Relatório sócio-histórico e antropológico da comunidade. Disponível em: Coordenação de Projetos Especiais da 11ª Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

(trabalho conjunto). Estes “puxirões” são tidos como uma prática comum de auxílio mútuo entre membros do quilombo Rincão dos Caixões. Assim, a prosperidade das roças baseia-se, sobretudo, na união e coletividade do grupo.

É importante lembrar que estamos lidando com um modelo peculiar de apropriação do espaço: o “não-cercamento”. De acordo com Ellen Wood, o cercamento dos campos foi o símbolo da privatização de propriedades, outrora coletivas, no início da Idade Moderna, (WOOD, 2001, p. 77). E essas comunidades negras rurais, com práticas coletivas, seguem um tanto na contramão da visão capitalista. Os moradores do quilombo possuem como um dos elementos agregadores de sua cultura o cultivo de ervas e as hortas. As ervas cultivadas pelas famílias, os chás com propriedades curativas e o fato de Erocilda ter sido uma requisitada parteira, são algumas das inúmeras práticas culturais cotidianas desenvolvidas pelo grupo.

As casas distribuídas pelo território seguem um ordenamento instituído pela matriarca, que também decide quem pode morar na comunidade. A casa desta, por sua vez, está situada no ponto central do território. A residência é mista e possui alguns cômodos de madeira e outros de tijolos. Na sala, um sofá e a sua cadeira predileta, estrategicamente colocada em um local que lhe permite a visão, ainda que parcial, da área de plantio da comunidade. De sua varanda Erocilda observa os passos de todos e aciona os netos para darem instruções quando necessário. Ela institui, ainda, os códigos que regem o convívio em família, o trabalho, os casamentos e as relações do grupo com o entorno. Erocilda é a imagem de referência moral, afetiva, política e territorial, e nestas referências atribuídas à fundadora manifesta-se a matricentralidade⁴ existente nas relações de parentesco da comunidade.

⁴ Andréa Lobo, em sua Tese de Doutorado, afirma que amatricentralidade pode ser caracterizada pela centralidade feminina e ausência relativa do homem, priorização dos laços consanguíneos dentre outros. LOBO, 2006.

A expropriação do território anteriormente ocupado

A região do planalto Médio do Rio Grande do Sul foi palco de conflitos e expropriações fundiárias ainda no século XIX. Nos anos finais deste século as melhorias nas redes de transporte e a construção da ferrovia ligando São Paulo a Rio Grande impulsionaram o início do processo de imigração para região, contribuindo para o comércio e valorização das terras. Esta imigração para região desencadeou um processo de desapropriação dos antigos ocupantes, gerando diversos conflitos.

Já no século XX e ao longo da Primeira República, estes conflitos fundiários se proliferaram e, entre as décadas de 1950 e 1960, houve o redimensionamento da distribuição das terras no campo devido, sobretudo à ampliação dos empreendimentos capitalistas no cultivo do trigo e também à crise vivida pela pequena propriedade. Neste período a compra e venda de imóveis já era uma realidade, assim como a especulação imobiliária, fazendo com que pequenas e médias propriedades se tornassem objeto de negócios para pequenos proprietários e/ou capitalistas da agricultura. No decorrer deste processo dá-se a expropriação de parcelas de terras dos pequenos proprietários e a expulsão das áreas de terceiros, dos camponeses que nela encontraram um local para plantio. Essas áreas expropriadas, pouco produtivas aos olhos dos empreendedores capitalistas, são transformadas em áreas de cultivo de grãos destinados ao mercado internacional.

Em meio a estes conflitos fundiários, estava a comunidade do Sítio Novo/Linha Fão, um grupo negro descendente de escravos que reside em área doada informalmente nos anos iniciais do século XX por Pedro Simão. Pedro Simão era padrinho de Nair, outra neta de Josefina e Leocádio, e, antes de se mudar para o Paraná teria doado informalmente a terra onde parte do grupo reside. Não sabemos qual a intenção de Pedro Simão ao doar a terra para esse grupo negro, porém cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem “postos” foi recorrente durante a escravidão como também em períodos posteriores.

Para Zarth (1997, p.169) essa prática consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda, e no fornecimento de mão-de-obra barata e alimentos. Neste sentido, Castro afirma que doações de

terras ou sua venda a preços irrisórios para os libertos foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista (CASTRO, 1995). Para os negros, o que estava em jogo, era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação, possuir ligações com os influentes proprietários poderia ser um importante passo para a estabilidade do acesso a terra, proteção e ascensão social, confluindo na busca de autonomia e reconhecimento.

Voltando aos conflitos fundiários, ressaltamos que estamos lidando com dois estilos de vida, com grupos de indivíduos com interesses distintos, evidenciados na narrativa de Erocilda; “Aqui eu plantava o que comer. Pra comer, eles... A planta deles era o trigo e a soja, mas eu não, eu nem plantei trigo, nem trigo, não plantei, eu plantava milho, mandioca, batata-doce”⁵. E, quando estes dois modos de vida e cultura se encontram, a posse do território enquanto meio de sobrevivência entra em conflito com a posse com vistas ao mercado. Entre os anos de 1940 e 1960, o grupo negro teve a área habitada drasticamente diminuída, devido ao avanço da fronteira agrícola.

De acordo com Woortmanna migração é parte da prática de reprodução dos camponeses e não apenas uma recorrência do esgotamento de terras disponíveis (WOORTMANN, 2009, P. 217). Porém, a saída de algumas famílias deste primeiro território ocupado não foi espontânea. As famílias foram submetidas a um processo de expulsão e levadas à itinerância, que ocorreu de duas formas: expulsão direta através de manobras fraudulentas em cartório (no momento das medições e cadastramento territoriais), atos de violência física e invasões armadas às propriedades; ou indireta, devido ao esgotamento da área da comunidade.

Esta diminuição da terra, um dos elementos centrais para a reprodução deste campesinato negro, aliada ao bloqueio pela cerca para o

⁵ Entrevista realizada com Erocilda dos Santos em 19/04/2008, por Cristian Salaini e Vinícius Pereira de Oliveira.

acesso as áreas de mato, que eram utilizadas para retirada de lenha, madeira e ervas, inviabilizou a manutenção do modo de vida deste grupo negro. Devido às expulsões, diretas ou indiretas, algumas famílias transformaram-se em itinerantes e em um período indeterminado de tempo migraram pelas propriedades da região oferecendo mão de obra.

O número de famílias que se deslocaram do Sítio Novo/Linha Fão é incerto. Porém, as comunidades de Rincão dos Caixões e Júlio Borges são constituídas, fundamentalmente, por famílias expropriadas do Sítio Novo/Linha Fão. Concentramos nossos esforços para reconstituir as relações de trabalho de apenas três núcleos que residem atualmente no quilombo Rincão dos Caixões, cujos principais protagonistas são: Valentin, Erocilda (fundadora e matriarca do referido quilombo) e Etuíno.

Erocilda saiu do Sítio Novo/Linha Fão após seu casamento, devido à falta de espaço para constituir a nova família. Os pais de Etuíno foram expulsos de sua casa pelos funcionários armados de um proprietário do entorno, que estava expandindo sua área para o plantio de trigo. Valentin, por sua vez, protagonizou os dois tipos de saída. Em um primeiro momento sua família saiu devido à ausência de infraestrutura para manutenção do modo de vida do grupo, retornando anos mais tarde. Porém, os membros da família não ficaram muito tempo, pois a área que habitavam foi posta em nome de um proprietário do entorno, através de uma manobra fraudulenta no ato da medição, em que a família foi impelida a entregá-la. Mediante a esses mecanismos de pressão econômica e/ou social, muitas famílias foram forçadas a se desfazerem de suas terras, por valores irrisórios tais como tecidos, banha e outros víveres.

A perda do território teve um triplo impacto para esta comunidade, eles não só tiveram que se submeter a instáveis relações de trabalho do campo, como também perderam uma fonte de gêneros alimentícios de subsistência e comprometeram a transmissão de herança dessas pequenas propriedades para os seus descendentes. Com essa desterritorialização inicia-se um período de extrema mobilidade, um deslocar-se contínuo dessas famílias pela região em questão. Um período de extrema mobilidade e de dificuldades de se fixar no território como “parceiros” ou posseiros estáveis como veremos a seguir.

Trabalho e itinerância

No grupo de famílias pesquisadas, as relações de trabalho estabelecidas no período de andarilhagens não são homogêneas. Algumas famílias tiveram no deslocamento contínuo em busca de uma colocação, a única alternativa para sobrevivência, e, estas andarilhagens transformaram-se no traço mais marcante de suas trajetórias. Outras famílias desconhecem estas sucessivas migrações, ao contrário da massa de trabalhadores itinerantes, eles conseguiram se fixar por longos períodos nas fazendas da região como parceiros através dos contratos informais, mantendo áreas de cultivo próprio de onde poderia sair boa parte do sustento da família.

No período balizado pela memória do grupo, meados de 1940 e 1960, vigorava no Brasil, a partir de 1943, a legislação trabalhista. Entretanto, a consolidação das Leis de Trabalho, em função da relutância dos proprietários rurais, não se estendeu ao campo, excluindo com isso uma imensa massa de trabalhadores do campo espalhados pelo Brasil (GOMES, 2007). Assim, a intervenção do Estado não alcançou boa parte desta camada da população. Com o afastamento do poder público da normatização e fiscalização dos contratos rurais, ficou a cargo dos proprietários elaborar a política que passaria a administrar a redefinição das relações de trabalho no campo. Assim, a memória das jornadas de trabalho como demasiadamente longas, remunerações insuficientes e abusos por parte dos patrões, são traços que unem os depoimentos desses “itinerantes”.

Torna-se importante mencionar que para essas famílias itinerantes um contrato de trabalho, ainda que informal, poderia ser sinônimo de estabilidade. Em suas expectativas, ter uma casa, um pedaço de terra para poder plantar, significava a realização do que Mattos e Rios(2005, p.182.) chamaram de “um projeto camponês de estabilidade e roça”. Desta forma, ao se fixarem como parceiros estáveis se encerraria o período de andarilhagens. Assim, torna-se importante fazer as seguintes perguntas: como eram as relações de trabalho estabelecidas em períodos de itinerância? As famílias conseguiram se fixar via contratos de trabalho? Os contratos atingiram as expectativas e realmente foram sinônimos de estabilidade para os descendentes de escravos de Rincão dos Caixões? Até que ponto as famílias que se fixavam via contratos

informais de trabalho se diferenciavam da massa de trabalhadores itinerantes?

O trabalho em parceria perpassa a memória de algumas famílias. Desta forma torna-se necessário, ainda que correndo o risco de cometer alguns equívocos, tentar, a partir destas memórias, definir os termos deste tipo de trabalho. A parceria ou “sociedade” é uma relação de exploração da terra que, em princípio, parece estável, um acordo entre proprietários de terra e trabalhadores despossuídos de terra, tornando-os respectivamente parceiro-proprietário e parceiro-trabalhador. A partir de um contrato informal “de boca”, como eles dizem, o parceiro-proprietário cede uma área para o parceiro-trabalhador se instalar e cultivar uma roça familiar. Em alguns casos, como o de Valentin, ficava acordado que o proprietário também daria as sementes que seriam utilizadas nessa roça, que geralmente era uma “borda” de terra, área menos produtiva da propriedade. O trabalho nesta roça familiar deveria ser feito apenas nas horas de folga e, de tudo que se colhesse neste território, metade seria do parceiro-proprietário. Dever-se-ia, como eles falam, ser retirada a “meia”.

Ao parceiro-trabalhador cabia o trabalho na lavoura da fazenda, nas terras do parceiro-proprietário, em horários determinados que poderiam aumentar ou diminuir conforme a época. Esse trabalho deveria ser remunerado pelo parceiro-proprietário. Desta forma, ser um parceiro-trabalhador poderia significar a combinação entre o valor que receberia pelo trabalho na lavoura e a produção de alimentos nas pequenas áreas de plantio familiar. Esta produção, depois de retirada a “meia” do proprietário, poderia ser consumida, vendida ou trocada por bens materiais. Assim, o sustento e a prosperidade da família viriam desta combinação entre moradia, dinheiro e alimento. Podemos conjectura que para o proprietário a “sociedade” ou “parceria” poderia ter outros significados. De um modo geral, o sócio-proprietário já explora a área mais produtiva da fazenda através do trabalho de “parceiros” ou “peões”, conseguindo extrair o máximo de cada palmo produtivo da terra. Desta forma, a “meia” retirada das “bordas” de terra é uma renda excedente. Há, assim, uma dupla geração de renda: um lucro que é resultado da exploração do trabalho de outro na parte mais produtiva da fazenda e outro na área familiar. Assim, não importava o dia ou horário (23h ou domingo), o parceiro-trabalhador, se estivesse lidando com a terra, sempre geraria lucro ao parceiro-proprietário.

Assim, ter uma roça, plantar, alimentar a família, negociar o excedente, adquirir bens materiais e prosperar, foram os objetivos perseguidos pela família pesquisada. Mas no meio do caminho para concretização deste projeto havia uma trama de negociações, acordos e conflitos. É esta trama de acontecimentos que tentaremos, ao menos, parcialmente desvendar. A partir da narrativa de Valentin⁶ e de sua esposa Almeri, tentaremos evidenciar como esses contratos funcionavam no dia a dia, para assim responder as perguntas que norteiam este texto. Começaremos com as lembranças de Valentin, recordações acerca das experiências de seus pais como “parceiros” ou “sócios” na localidade de Tabajara, após a primeira saída do Sítio Novo Linha/Fão, na qual eles ficaram 15 anos trabalhando para um mesmo proprietário, chamado João Carvalho. Inicialmente são descritas as formas de remuneração:

Maria do Carmo: E os seus pais trabalharam 15 anos para ele? E como é que era a remuneração, Sr. Valentin, o dinheiro?

Valentin: Há não! Esse aí, naquela época, eu já digo, a gente trabalhava quase a troco da comida. Trabalhava um dia por um quilo de banha é. Almeri: Começava antes do sol sair e largava no escurecer para ganhar um quilo de banha.

Na sequência, é relatado o tipo de trabalho realizado pela família.

Valentin: Bueno! Isso aí era roçar, carpir, lavrar, boi né, não tinha escolha de serviço é (...) ficava minha irmã mais nova, ficava em casa, mas os mais, já digo, que dava pra trabalhar ia tudo.[a mãe] Ia junto, e ela fazia o mesmo serviço, carpir, colher o produto né, fazia o mesmo serviço (...). O dono da fazenda plantava separado né, então ele dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse Maria do Carmo: Daí vocês plantavam colhiam?

Valentin: Dava a metade, por exemplo, colhia duas carroçadas de milho uma a gente ficava e a outra dava pra ele.

⁶ Entrevista concedida por Valentin da S. e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar. Valentin tem 65 anos é casado com Almeri, filha de Erocilda. Ele é oriundo do Sítio Novo/ Linha Fão, aos 14 anos ele na companhia de seus pais saem do Sítio para irem morar de “sócio” nas terras de João Carvalho no município de Tabajara.

Desta forma, o que lhes sobravam, depois de retirada a parte do proprietário e somado o que recebiam com o trabalho por jornadas, era o suficiente apenas para a sobrevivência da família. Nos 15 anos em que perseguiram o “projeto” de estabilidade e autonomia, eles trabalharam durante a semana para João Carvalho e nas horas de folga em roça própria, sendo que em tempo de colheita estas horas de folga desapareciam. Os “parceiros”/“peões” trabalhavam na lavoura até o término da colheita, comprometendo as horas de folga. Remuneração insuficiente e dificuldades em obter o sustento da família, são evidenciados no relato abaixo:

Valentin: Olha! [pausa na fala] Era sacrificado viu, às vezes quando colhia um ano bom de planta dava, agora quando dava um ano ruim que não dava planta, não sobrava nem pra comprar uma muda de roupa, não sobrava nem pra comprar, um calçado, uma muda de roupa no final da safra, daí tinha que segurar o que deu pra esse aqui né [gesto de alimentação com as mãos] e assim mesmo não chegava (...) os véio trabalhava diário, trabalhava a moda das formigas, trabalhavam de dia pra trazer legumes pra criar nós.

À medida que Valentin relatava a experiência de sua família como parceiros estáveis na propriedade de João Carvalho, se revelava um passado, cujo ritmo de trabalho era fatigante, com infundáveis jornadas e de pouco retorno. A família de Valentin tinha um preço muito alto a pagar por esta relativa autonomia. O sonho de realização do “projeto camponês” custou caro, logo eles descobriram que ser “parceiros” não garantiria o sustento da família. Como relembra Valentin, “ele [referindo-se ao parceiro-proprietário] dava um pedaço pra plantar e lá a gente que se virasse né”. A família “tinha” um pedaço de terra, sementes e braços para fazer o plantio. Deveria cuidar da plantação e, após o devido tempo, fazer a colheita, mas, faltavam-lhes recursos que garantiriam a subsistência da família durante o tempo de espera, período em que a semente plantada se transformaria em alimento. Ter uma roça, em princípio, garantia o sustento e, quem sabe, a prosperidade em médio e longo prazo. Mas como alimentar a família de imediato?

Ceder a terra sem nenhum tipo de auxílio ou de infraestrutura para plantá-la, parece-nos uma estratégia de João Carvalho. Ao negar apoio às famílias, ele frustra qualquer possibilidade de produção

autônoma na terra. Diante desta inviabilidade de obter a subsistência e a relativa autonomia por meio da roça, a família se vê obrigada a oferecer sua força de trabalho ao proprietário. Assim, João Carvalho determinou que a família prestasse serviços na área principal da propriedade durante a semana, e que trabalhasse na “roça própria” apenas aos finais de semana, sendo que a metade de tudo que a família produzisse, deveria ser entregue a ele.

Toda renda adquirida por meio do trabalho por jornada ou, como eles dizem, de “peão”, seria destinada ao sustento da família. E podemos conjecturar que eles pensaram em deixar o trabalho por jornadas quando a roça começasse a dar frutos e se dedicarem exclusivamente ao trabalho em “suas” terras. Porém, os alimentos extraídos da roça nunca foram em abundância suficiente para que eles entregassem a “meia” do proprietário e negociassem o excedente, ou ainda, investissem no próximo plantio, para com isso prosperar e deixar de trabalhar como “peões”.

De acordo com relatos, a família trabalhava durante a semana para o proprietário e aos finais de semana plantavam para si. Se levarmos em conta que o plantio na roça própria também era oneroso, que a família ficava apenas com parte dos alimentos colhidos, podemos afirmar tratar-se quase de um prolongamento do trabalho exercido no decorrer da semana. Mas, esta situação, dependendo da época, poderia piorar, como veremos a seguir. Desta forma, se até mesmo aos finais de semana a família trabalhava, quando seus membros descansavam?

Valentin: Era só quando chovia, né! [pausa na fala] Quando chovia, e assim mesmo quando era época de plantar fumo, quando chovia tinha que plantar fumo, e no inverno daí quando chovia invés de tá descansando tinha que tá atando fumo né. A pessoa nunca, já digo, nunca descansava, nunca aliviava o serviço, compreende.⁷

Neste ínterim, descansar apenas nos dias de chuva se conforma como uma situação penosa que se agravava em épocas do plantio de

⁷ Entrevista concedida por Valentin da S. e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

fumo, uma vez que nem todas as etapas desta cultura dependem do clima. A tarefa de amarrar as folhas de fumo é realizada nos galpões. Com isso, na propriedade de João Carvalho, os dias de chuva eram utilizados para amarrar o fumo produzido, e assim, em épocas de colheita, a família de Valentin tinha suas horas de descanso comprometidas.

Desta forma, quando nos aprofundamos na narrativa dos quilombolas de Rincão dos Caixões que trabalharam como “parceiros”, se descortinam a nossa frente às lembranças de um período de muito trabalho e de pouquíssimo retorno. Podemos conjecturar, ainda, que no momento da divisão entre os parceiros, a “meia” do fazendeiro seria a melhor parte da colheita. À família, restava a parte menos interessante, de acordo com a vontade do dono da terra. Erocilda, recordando os momentos passados em sua trajetória “itinerante”, deixa transparecer a ocorrência de divisões desiguais da colheita, pautadas, sobretudo, em uma relação vertical de poder e exploração de obra, na qual o proprietário, por algumas vezes, ficava com tudo o que foi produzido.

Eu sei o que foi o sacrifício na minha vida e viver pelo mundo trabalhando para os outros e dando lucro para os outros, trabalhando de porcentagem e agregado dos outros, enquanto... (...) eu trabalhava direto para os outros, pra dá renda para os outros, não pra mim, *colhia três sacos de feijão e tinha que dá dois para o patrão e ficar com um e às vezes passavam e mão e me davam, naquele tempo usavam muito vestido, me davam um vestido e o resto ficavam.*⁸

Assim, a categoria plantar em “sócio” ou em “sociedade”, recorrente na memória das relações de trabalho do grupo, é percebida por eles como tentativas de aprisionamento do trabalho quase aos moldes do cativeiro, traduzidas em frases como “era o tempo, bem dizer, dos escravos”⁹. Atentando para as memórias acima transcritas, podemos vislumbrar, ainda que parcialmente, como se estabeleciam as

⁸ Entrevista realizada com Erocilda dos Santos, em 19/04/2008, por Cristian Salaini e Vinicius P de Oliveira.

⁹ Entrevista realizada com Gino, em 26/04/2008, por Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

remunerações pelos trabalhos prestados. No relato de Erocilda, por uma colheita inteira, poderia receber apenas um vestido. Gino¹⁰ é uma voz contundente quando exclama que seu pai “trabalhava um dia por um quilo de banha, um quilo de banha... Um quilo de banha, o que dá um quilo de banha aí... Pros outros, pra tratar 5, 6”.

A produção da “banha” no Estado esteve presente desde a colonização. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a suinocultura sempre foi uma atividade integrada à agropecuária no Planalto Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul¹¹. A banha estava presente em grande parte das propriedades rurais, utilizada para o consumo e comercialização do excedente. E o aumento e a proliferação da produção impactaram diretamente na concretização dos projetos das famílias em suas trajetórias itinerantes.

Outros víveres alimentícios produzidos nas propriedades também foram utilizados como forma de pagamento. As narrativas do grupo pesquisado deixam clara a grande defasagem existente entre o que era lucrado pelo proprietário e o que era recebido pelos trabalhadores. Para os itinerantes e “parceiros” receber em víveres, sobretudo em pequenas porções, inviabilizava qualquer pretensão de guardar recursos para aquisição de terra, objetivo perseguido por todas as famílias. O destino desses víveres alimentícios era o consumo próprio, entretanto, ainda que não os consumissem, onde eles venderiam 1 kg de feijão, de farinha ou um litro de banha, em uma região onde a produção destes víveres é generalizada?

Voltando a família de Valentin, Em meados de 1975, com a morte de João Oscar, a “parceria” se desfaz e eles saem da propriedade de João Carvalho. Esta família não conseguiu prosperar com o trabalho em “sua” roça, pois o que retirava era suficiente apenas para a subsistência. Um ritmo de trabalho fatigante, com extensas jornadas, uma remuneração

¹⁰ Entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Salaini.

¹¹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Produção de suínos*.

insuficiente e, em muitas vezes, não monetária, vivendo nos limites da sobrevivência. Essas definições, utilizadas por nós para caracterizar os “parceiros”, também poderiam indicar as experiências da massa itinerante. Então o que diferenciava os “parceiros” dos itinerantes?

Ter um lugar fixo, uma “casa”, e não precisar “andar vagando no mundo”, é a única característica que distingue esses atores sociais. Porém, no decorrer do texto nos deparamos com situações em que essa distinção também desaparece. Deixemos agora a trajetória dos “parceiros” e passamos a adentrar na memória daqueles que trabalhavam de “agregado”.

Altidor, primeiro marido de Erocilda, trabalhava por jornadas, empreitadas, e inicialmente foi “contratado” por Alexandre (proprietário da região, vizinho de João Carvalho) para o serviço de derrubada de matas, limpeza da área e plantio de novas roças. Com o tempo, Altidor passaria a ser seu agregado. Como já mencionado, há diferenças entre as categorias de trabalho em que essa massa de trabalhadores negros rurais estava exposta. Assim, a situação de Altidor se diferencia das famílias de Valentin e Etuíno. Agregar-se numa propriedade poderia significar ter um lugar fixo, ter uma morada, como eles dizem, para criar os filhos ou até enquanto durasse o acordo. A família de Valentin também tinha uma moradia fixa, porém eles eram “parceiros”, categoria de trabalho diferente de “agregado”.

Altidor, enquanto agregado, poderia morar na propriedade em área determinada. Alexandre cedeu uma área nas margens do rio Caixões, onde Altidor construiu um “acampamento”, um “beira chão” para ele e seus quatro filhos. O agregado também poderia, dependendo do acordo, ter uma área para plantio próprio. Nas pegadas da memória de sua filha Almeri (60 anos), não fica claro se Altidor poderia plantar para si em alguma área da propriedade, mas sabemos que ele não plantava. Podemos pensar que ele não teve tal permissão, uma vez que o plantio, ainda que apenas para subsistência, significaria mais alimentos. Por outro lado, também podemos imaginar que ele teve permissão de plantar em alguma “borda” de terra, porém não conseguia o tempo necessário para o plantio, os cuidados necessários e a colheita, uma vez que seu tempo era, em boa parte, tomado pelas jornadas de trabalho.

O aspecto fundamental, que diferenciava os agregados dos “parceiros” era a forma de trabalho desenvolvida pelos agregados, que poderia ser por tarefa. Quando terminada ou, em período que não estavam desenvolvendo nenhuma atividade para o proprietário, poderiam trabalhar para outros fazendeiros. Altidor trabalhava por dia e sempre trabalhou para mais de um fazendeiro: quando não estava desenvolvendo alguma tarefa para Alexandre, saía pela região oferecendo mão de obra. Desta forma, ser agregado possibilitaria uma “relativa liberdade” de buscar trabalhos mais rentáveis, sem que para isso tivessem que abandonar a propriedade onde haviam se fixado.

O tipo de trabalho desenvolvido pela família de Altidor era parecido com a de Valentin. A diferença estava no tipo de contrato estabelecido entre os proprietários e as famílias. Altidor também trabalhava na terra, “lavrava, pegava empreitada de lavrar, trabalhava por dia” e, a remuneração, como recorda Almeri: “Era mixaria, trabalhava por dia, a base de um dia por um quilo de feijão, de banha”. Além de trabalhar para Alexandre, ele ainda trabalhava de “peão” nas fazendas da região. Almeri relata que seu pai vagava pelas fazendas em busca de ocupação.

Após quatro anos de trabalho na propriedade de Alexandre, a família decide migrar em busca por melhores condições de trabalho e de vida. O tratamento a eles dispensado havia extrapolado o que Altidor tinha traçado como aceitável. Assim, Almeri justifica a saída dizendo que: “Não dava mais [para ficar], queriam fazer a gente de escravo, queriam que a gente trabalhasse de graça. No tempo que trabalhavam, tempo dos escravos, por que isso aí era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros”¹².

Apartir das experiências vividas por Altidor, percebemos que ter uma casa e, talvez uma área para plantar, não garantiu a realização da almejada estabilidade. Assim, se abre outra via para pensar as trajetórias dessa família negra. Ela tem características da massa de trabalhadores itinerantes, uma vez que Altidor andava pela região oferecendo mão de

¹² Entrevista concedida por Valentin da S. e Almeri Fernandes em 12/11/2011 a Maria do Carmo M. Aguiar.

obra. Mas, Altidor residia no interior de uma fazenda e prestava serviços ao proprietário, o que o distancia dos itinerantes, e o configura como membro de uma família de agregados.

Quebras de acordos

Os acordos verbais eram frágeis e poderiam ser rompidos pelas famílias e pelos proprietários. Para as famílias o acordo era quebrado e os laços de trabalho eram rompidos quando não recebiam um tratamento adequado ou quando o patrão passava dos limites de convivência tidos como aceitáveis pelo grupo. Neste caso, desfazer o acordo é um ato de recusa ao tratamento dispensado pelos patrões a essa parcela errante da população negra. As famílias tinham delimitado os limites acerca do que seria suportável no tratamento a eles dispensado. Não aceitar os excessos dos patrões, remunerações insuficientes ou quase inexistentes, foram os motivos mais citados para justificar as quebras dos contratos de parceria pelas famílias pesquisadas. Qualquer tratamento, que nas suas percepções se aproximasse das experiências do tempo do cativo, ainda que eles não as tenham vivenciado e que as mesmas tenham sido relatadas por seus avós, era motivo para a recusa ao trabalho.

Cabe ressaltar a capacidade destas famílias em transformar as constantes migrações em mecanismo de resistência. Se num primeiro momento a itinerância foi uma obrigação, em decorrência da expropriação territorial, ao longo da trajetória as famílias reapropriaram e a transformaram em forma de resistência. Em alguns casos o deslocamento das propriedades foi uma forma de resistir às tentativas de aprisionamento do trabalho negro, como relatam as próprias famílias, quase aos moldes do cativo. A itinerância de obrigação passa a ser sinônimo de resistência.

Os contratos também poderiam ser desfeitos pelos fazendeiros por vários motivos. Erocilda nos relata uma quebra de contrato ocorrida em meados da década de 1960 que revela a ganância do proprietário, pois o mesmo não dividiu o que foi cultivado em parceria na lavoura, nem ao menos permitiu que a família colhesse o que haviam plantado na “roça própria”. Os episódios relatados pela família revelam a fragilidade dos contratos verbais e as inúmeras situações de violência a que este grupo negro estava exposto.

É importante mencionar que as memórias de episódios de violência, arbitrariedades e privações pela qual essas famílias negras passaram, estão sendo aqui utilizadas não para reforçar uma continuidade entre a escravidão e a liberdade, mas sim, para retratar as fazendas no Planalto médio do Rio Grande do Sul como arena de disputas, onde os descendentes de escravos lutavam por contratos de trabalho, ainda que informais, que garantissem o sustento da família: conquistar certa autonomia por meio da roça e assim se estabelecer frente à sociedade.

Algumas considerações

As entrevistas revelam um aspecto bastante óbvio: as famílias que tiveram os piores contratos de trabalho, foram exatamente aquelas que viveram as situações mais dramáticas e as condições de vida mais precárias. Frases como “era uma escravidão, por que tinha que trabalhar bem dizer, de graça pros outros”, “queria fazer a gente de escravo”, “bem dizer, era o tempo dos escravos”, recorrentes nas narrativas do grupo, chamam a nossa atenção. Assim, essa camada da população negra, a partir de arbitrariedades e de um ritmo fatigante de trabalho, associam sua trajetória itinerante com um modo de vida que se assemelha ao experimentado por seus ancestrais no cativeiro, ainda que o período vivenciado por este campesinato fosse posterior à abolição da escravidão. Com base no que vivenciaram ou a partir dos relatos de seus pais ou avós, os integrantes deste campesinato negro caracterizam o trabalho decorrente da situação itinerante ainda como “escravo”. Desta forma, a impossibilidade ou dificuldade de acesso a terra, somadas com o predomínio de relações de trabalho instáveis, precárias e no mais das vezes violentas, faz com que a condição de “escravo”, na memória desta comunidade, não se restrinja ao período em que a escravidão vigorou institucionalmente. Para os entrevistados “ser escravo” perpassa o cativeiro e acompanha essa camada da população negra, modificando-se, segundo as narrativas, somente após territorialização do grupo.

Nestes períodos de trabalhos sazonais as relações que se estabeleciam no campo eram relações de poder procedentes de um tecido social assentado em bases hierárquicas, em detrimento de outro segmento social despossuído de terras e direitos. Para essa camada itinerante da população rural, que vivia “nos limites da sobrevivência”, o que estava

em jogo era a conquista de estabilidade através da posse da terra. E nesta busca por um novo território, emergem trajetórias permeadas por situações de conflitos e uma lógica contratual verbal instável e sempre mais vantajosa para os proprietários que, aproveitando-se da situação de vulnerabilidade em que famílias ficavam expostas ao terem suas terras ocupadas, pagavam quase sempre em víveres alimentícios. As remunerações monetárias eram raras e os valores irrisórios, quase abaixo do nível de subsistência. Apesar da possibilidade de estabilidade, os acordos verbais eram frágeis e poderiam ser rompidos por ambas as partes.

Apesar da subordinação à terra, à casa principal, ao fazendeiro, da relação desigual que resultava em contratos sempre mais vantajosos para os proprietários, eram as famílias negras que decidiam seu próprio destino. Todas as lembranças e rastros de memória nos conduzem ao protagonismo dos agentes estudados. Nas narrativas de Almeri e Valentin, observa-se que seus pais não permitiam que os proprietários os fizessem de “escravos”, ou seja, que utilizassem de sua mão de obra sem tipo algum de remuneração.

É bem verdade que o obtido com o trabalho não fora suficiente e que estas famílias passaram por duras privações, mas Valentin se orgulha do esforço feito por seus pais para não deixar faltar o essencial à sobrevivência dos filhos. Almeri relembra que em momentos finais do acordo, Altidor não trabalhava mais na propriedade de Alexandre. Jogando com a sua condição de agregado, ele entrava em negociação com os proprietários da região e trabalhava onde era mais bem remunerado. Sem perder de vista os variados graus de coação a que estavam expostas, estas famílias trabalhadoras foram “sujeitos ativos” nos processos vivenciados, construindo suas visões de mundo e agindo com engenhosidade. Desta forma, as saídas sempre são rememoradas por como iniciativa dos pais, tidas como uma ruptura com as precárias condições de trabalho e remunerações insuficientes, tornando-se um exercício de liberdade e o reinício de uma nova caminhada em busca do território.

Referências

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). *Produção de suínos*. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 12 de julho de 2011.

GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho*. Uma história contada e vivida. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. acesso em 15 de março 2011.

LOBO, Andréa Souza de. *Tão longe, tão perto, Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- Universidade de Brasília, 2006. (Tese de Doutorado) disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br>>. Acesso em 10 de julho de 2011.

MATTOS, Hebe Maria, Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós- abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

“O DESTINO JÁ SE TRAZ DE BERÇO”: OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES ÉTNICAS DE UM MÉDICO (DR. NICOLAU ARAÚJO VERGUEIRO – 1882-1956)

Marinês Dors*

Apresentação do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro

A tradição da família Vergueiro deve-se principalmente à figura do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que a sua época, procurou encontrar uma solução para a falta de trabalhadores na lavoura cafeeira, em expansão quando o tráfico de escravos escasseava-se. Assim, o Senador, propôs o sistema de parcerias, que associava na fazenda Ibicaba, o trabalho livre (dos imigrantes) ao escravo. A Vergueiro e Cia. importou colonos em escala crescente entre 1852 e 1854, no entanto, por reduzir os colonos a um estado de semi-escravidão, o sistema perdeu prestígio. Todavia, esse sistema de endividamento do homem do campo pelo empresário continuou “sendo regra geral em vários tipos de explorações econômicas no Brasil imperial e republicano” (COSTA, 1987, p. 184).

Luis Pereira de Campos Vergueiro, segundo filho do Senador, casou-se com Balbina da Silva Machado, filha do Barão de Antonina e tiveram um filho chamado João de Vergueiro (FORJAZ, 1924, p. 19). Este, paulista, mudou-se para Passo Fundo em meados do século XIX e casou-se com Carolina Vergueiro. Ambos tiveram um filho chamado Nicolau Araújo Vergueiro (D’AVILA, 1996, p. 77)¹.

* Doutoranda/bolsista em História, UNISINOS/Capes.

¹ Conforme D’AVILA (1996, p.78): “No final do século XIX, a família Vergueiro acumulava em torno de cem mil hectares de terras de campo, faxinais

Na região do Planalto médio, onde o Nicolau Araújo Vergueiro viveu, exerceu a profissão de médico (o primeiro passo-fundense com tal formação) e, de liderança do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, recebeu algumas homenagens, sendo que há uma escola estadual da qual é patrono e uma vila assim chamada. Lembramos que há também um município que recebeu seu nome.

Inicialmente, Nicolau Vergueiro estudou em Passo Fundo, durante o primário, na classe do professor Eduardo de Brito. Após o falecimento do pai, em 1892, a continuidade dos estudos ocorreu no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, como interno em 1893. No ano de 1895 passou a estudar no curso preparatório na Escola Brasileira, sob a direção de Ignácio Montanha e André Leão Puente. Terminou seus estudos preparatórios no Colégio de Afonso Emílio Meyer.

Em 1900 ingressou na Faculdade de Farmácia e Medicina, em Porto Alegre. Poucos dias após faleceu sua mãe. Formou-se nos respectivos cursos em 1903 e 1905. E, após seus estudos o retornou a cidade natal, instalando sua clínica. A partir de sua origem familiar, posição econômica e de sua profissão, bastante prestigiada naquela época, Nicolau se interessou pela esfera política, ingressando no quadro do PRR, ainda durante a faculdade. Em 1908 tornou-se presidente do Conselho Municipal. Depois foi eleito por vários mandatos como deputado estadual, deputado federal e intendente municipal.

De acordo com a pesquisa de Prates (2001, p. 7), a figura de Nicolau Araújo Vergueiro foi fundamental no processo histórico-social do município de Passo Fundo e região, bem como nas articulações com o governo estadual e federal. Embora Vergueiro fosse o elo entre as diferentes esferas de governo, algumas vezes suas posições receberam oposição, sendo incompreendidas e criticadas, como no caso e em que defendeu a emancipação de Erechim, opondo-se a de Carazinho (PRATES, 2001, p. 15-16).

e matas, compreendendo áreas dos atuais municípios de Sarandi, Rondinha, Ronda Alta, Constantina e Pontão”.

Por apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932, foi preso duas vezes e rumou para o exílio na Argentina. Mas, seu retorno a Passo Fundo ocorreu em 1934, após a promulgação da Constituição. A partir de seu retorno, encontramos poucos dados que tenham sido reunidos e/ ou analisados sobre o personagem. A dissertação de Prates constitui o único olhar acadêmico para esse personagem. Embora não aborde a biografia deste, trás elementos e informações, conforme detalhamento acima, que permitem compreender em parte, sua figura e suas redes de sociabilidade, as rivalidades e, a própria sociedade passo-fundense até 1935.

A partir da breve trajetória exposta, julga-se oportuno, tratando conteúdo da escrita de si deste indivíduo, todavia sem expressar julgamentos sobre ele, mas buscando compreendê-lo como um ser humano, com anseios, projetos, medos, realizações e frustrações, uma visão de mundo, uma formação intelectual e moral, que de certo modo podem retratar os costumes de sua época e sociedade, pois:

(...) da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um (GINZBURG 2005, p.25).

A compreensão da trajetória e da cosmovisão de um indivíduo está vinculada ao contexto no qual estava inserido e ao seu tempo. Portanto, cabe enfatizar a inserção de Vergueiro nas elites². Isso se explica, em parte, porque nas décadas iniciais do século XX, “a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e

² Para fins deste estudo, o emprego da palavra elites, no plural, relaciona-se aqueles que “compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura, ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade” (BUSINO apud HEINZ, 2006, p. 7). O estudo das elites apresenta-se como elemento para determinar espaços e mecanismos de poder em diferentes sociedades ou meios de acesso às posições dominantes, na perspectiva apontada por Heinz (2006, p. 8).

intelectuais”, quadro que se alterou lentamente trazendo certo grau de democratização a sociedade brasileira ao disponibilizar-se o acesso a cargos públicos para indivíduos da classe média (CONIFF, 2006, p. 100)³.

Nicolau Vergueiro recomendou aos familiares que esperassem cerca de 50 anos, após sua morte, antes de tornar públicos seus escritos, sob a justificativa de que nos relatos mencionava nomes de pessoas da elite, que ainda viviam. Transcorridos esses anos e outros, a família efetuou a doação do arquivo e permitiu a publicação desses relatos que foram transcritos. Incluindo temáticas variadas essas memórias trazem dados relevantes para compreender a vida no município até o final dos anos 1930, relatando com minúcias a atuação médica na região (a relação médico-paciente, os diagnósticos e prescrições, etc.), as disputas políticas e os pleitos eleitorais, o processo de urbanização, etc.

As Notas íntimas – algumas reminiscências clínicas

As notas íntimas do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, que ora abordamos, foram originalmente redigidas entre 1935 e 1937, nas cidades do Rio de Janeiro e de Passo Fundo – em oito cadernos manuscritos, organizados em volumes pelo próprio autor. Cada volume possui 200 (duzentas) páginas e, ao final, um índice do volume que indica o número de registro do texto, seu respectivo título e a página inicial.

Tais reminiscências foram redigidas diariamente, mas o autor não adota o estilo narrativo de acontecimentos sucessivos, ora evocando lembranças de um passado longínquo, ora de um passado recente. O objetivo inicial da escrita só é revelado no “centésimo” caso, assim denominado. Ali o autor, que conta com cinquenta e três anos, está disposto a concluir a tarefa de registro de cem casos clínicos. Entretanto, no dia seguinte explica melhor: essa foi a maneira que escolheu para comemorar seus trinta anos de profissão. Provavelmente, ele refletiu

³ O artigo de Coniff analisa como os políticos chegavam ao poder antes e após 1930, identificando estratégias utilizadas por eles para manterem-se no poder, explicando como a elite regional transformou-se em elite nacional. Ressalta, no entanto, que também existiam maneiras de excluir os indivíduos dessa elite.

sobre a continuidade da escrita e, também se definiu pela continuidade da mesma, atestando a veracidade dos casos. Entretanto, aos poucos, a escrita de si adentra na seara da atuação política ao inserir: discursos, casos sobre agentes políticos, artigos de sua autoria ou homenagens publicadas por jornais, dados dos processos eleitorais, etc.

Assim, dadas às características verificadas neste conjunto de escritas de si, bem como as informações prestadas por Maria Canfield Malheiros, que era a guardiã do arquivo, calcula-se que o número total de manuscritos fosse superior aos oito volumes do conjunto preservado. A maneira como o volume oito é encerrado não indica finalização da escrita de si. E, segundo a senhora foram manuscritos entre treze e quinze cadernos, faltando portando de cinco a sete volumes para completar a coleção⁴.

Observamos o registro de trezentos e vinte e quatro (324) textos ou casos, dentre os quais apenas a nota intitulada “127 Gato preto”, do terceiro volume foi suprimida, isto é, recortada. Considerando esse total, entre os assuntos que recebem maior ênfase estão, obviamente, as questões da medicina e da política. Ao procedermos a uma análise por volume obtivemos os seguintes resultados: 1º) O assunto medicina é abordado em sete dentre os oito volumes, só não consta no volume quatro. Os dois primeiros manuscritos são, predominantemente, narrações ligadas a memória profissional de Vergueiro. Quanto ao volume sete, ele corresponde, basicamente, as publicações em jornais e na Câmara de Deputados voltados a área médico-científica, constituindo-se como registro contemporâneo de sua produção. 2º) Quanto a política, sua abordagem passa a ser significativa a partir do volume três, pois, a partir daí, cabe explicitar, Vergueiro inseriu discursos pronunciados em diversos eventos de cunho político, regional e estadual, repetindo a prática no volume quatro. Do mesmo modo, no volume cinco localizamos alguns discursos, mas em menor número. Todavia, há referências ao governo Vargas ou ao período de exílio que correspondem a redações de

⁴ Os demais volumes conforme nos informou a senhora, foram distribuídos entre familiares como recordação ou descartados por descuido nas mudanças realizadas após a morte do titular.

1934. Quanto aos volumes seis e oito localizamos inúmeras transcrições da imprensa sobre a situação política local, abrangendo vasto período. E, o volume sete engloba igualmente, a questão política, pois, trata da defesa do projeto sobre a obrigatoriedade do exame pré-nupcial.

As memórias surgem como janelas para observarmos a cosmovisão de seu autor, mas também, para desvelarmos a cultura, os costumes, os hábitos e a religiosidade dessa sociedade do século XX, sempre pelo olhar de Nicolau Vergueiro. A marca da personalidade do autor, na escrita autobiográfica em questão, revela que sua identidade, conforme Pollak (1992) é sempre elaborada em função dos outros, de acordo com critérios como aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade, o que se processa através da negociação.

Analisando os registros: observações e impressões do Dr. Vergueiro

O autor inicia narrando o primeiro atendimento médico por ele efetuado, no ano de 1906 logo após formar-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre e retornar a sua terra natal, Passo Fundo.

001 O PRIMEIRO DOENTE

Logo depois de formado, em 24 de dezembro de 1905, fui para Passo Fundo.

Ali chegado a 25 de janeiro de 1906, abri meu consultório na Farmácia dos Pobres, de Oscar Pinto de Moraes, anunciando-me então pelo único jornal da terra, o semanário “O Gaúcho”. Decorreu-se exatamente um mês, sem que eu tivesse uma consulta sequer. O meu desapontamento era imenso, e já estava resolvido voltar a Porto Alegre.

Na cidade trabalhavam dois médicos licenciados: Roberto Cunha e Silva e Gezerino Lucas Annes. Este tinha cerca de 80% da clínica, e era homeopata; aquele que fora estudante de medicina na Bahia, e que tomara parte saliente na revolução de 1893, no Rio Grande do Sul, nas forças de Gomercindo Saraiva, dedicava-se também à advocacia, principalmente Juiz. Ambos, mormente o homeopata, moviam-me uma guerra surda e lenta. Em 25 de fevereiro, fui chamado para atender a uma menina, filha do Sr. João Jacob Muller. Gezerino era o médico assistente. Tratava-se de um caso grave de angina diftérica, e até aquela época doente acometido de tal enfermidade era “defunto fresco”, pois ali não se conhecia o soro de Roux.

Parece incrível, mas é a pura expressão da verdade, que em Passo Fundo ainda não se fizera uma injeção de medicamento algum: o método de tratamento por meio de injeção era completamente desconhecido.

Atendi ao chamado, com a condição de não fazer conferência, não só porque o assistente não era formado (única vez que, por tal motivo, assim procedi na vida) como também pela campanha e descrédito que me era movida.

Além disso, soube que Gezerino dissera: “pois aí está um caso para esse menino; vamos a ver o seu preparo; sair agora da Academia; é doutor; vamos experimentá-lo”.

Clara era a intenção de me fazer estrear mal.

Na minha pequena ambulância, levava algumas ampolas daquele soro, que até então vinha de Paris. Aconselhei a aplicação. A família opôs-se porque “seria judiar da doentinha, furando-lhe a pele”. Insisti com tenacidade, lendo-lhe livros, revistas e a descrição que acompanhava o vidro. Depois de uma luta tremenda, venci e fiz a primeira aplicação; doze horas depois a segunda e após 48 horas a enferma estava restabelecida.

Foi um sucesso. Na pequena cidade só se falava nesse assunto.

Desde então tomei conta de clínica, quase por completo.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1935. (VERGUEIRO, V.1. p. 1-4)

Tal como este, inúmeros são os casos contidos no conjunto evidenciando um médico bem sucedido nos diagnósticos, nos tratamentos prescritos e, ainda, no modo de se relacionar tanto com pacientes, quanto com os familiares dos mesmos. Ele conta que por vezes contrariou o diagnóstico ou o tratamento prescrito por outros médicos. Em tais momentos, pelo visto, fez uso de fala em tom firme, indicando sua autoridade. A adoção deste comportamento evitou, segundo sua interpretação, desfechos trágicos e, o conduziu, na maioria das vezes, ao domínio da situação⁵.

No caso “001 O primeiro doente” Vergueiro comenta a necessidade de divulgação através de periódico da sua clínica,

⁵ Sobre a postura que Vergueiro afirma adotar nas situações ver as notas: 013 Tentativa de agressão, 047 Reichmann, 078 O caso do Mundica, 110 De como se prende um médico.

fornecendo-nos o quadro da “guerra surda e lenta” entre os médicos licenciados. O recém-formado aludia à disputa pela clientela e confiança da comunidade, da qual ele só pode participar após demonstrar conhecimento científico, traduzido em tratamento eficiente⁶.

Para assistir aos pacientes do espaço rural, os médicos realizavam viagens longas, nas quais levavam algum acompanhante e, pernoitavam quando necessário. Nas cidades, faziam visitas domiciliares, mas também estabeleciam consultório junto a alguma farmácia, onde eram realizadas as cirurgias antes da criação dos hospitais⁷. Na sequência há o caso de uma visita realizada pelo médico, podemos verificar suas observações e anotações:

116 ESPERTALHÃO

Rosso Lago é um agricultor italiano, que, há muito, vive em Passo Fundo, no lugar denominado Paiol das Telhas, distante 6 quilômetros da cidade, e chefe de numerosa família. Uma vez, veio me chamar para atender a uma sua filha.

Tratava-se de um caso de febre tifoide, que, em um mês, já lhe matara 2 filhos.

A moça agonizava: vitimou-a uma hemorragia intestinal.

Procedi a um exame geral na casa e vizinhanças. Havia ali uma imensa falta de higiene: nos porões altos da casa, aliás hábito muito comum dos colonos italianos, dormiam galinhas, vacas e cachorros; a água, de que se serviam para beber, era de um riacho, que tinha bem perto, poucos metros, uma latrina de fossa fixa e, um imundo chiqueiro de porcos, e, a respeito, fiz-lhes ver do constante perigo que os ameaçava. O agricultor italiano é grande trabalhador, mas nas suas casas e até mesmo no seu modo de

⁶ Weber (1999) esclarece que a partir do decreto lei de 30 de dezembro de 1981 houve a autonomização dos estados quanto à organização das ações sanitárias terrestres. No Rio Grande do Sul, por sua vez, o governo adotou a liberdade profissional e também religiosa, permitindo assim a implantação de variadas práticas de cura combatidas e proibidas nas demais regiões.

⁷ Vergueiro foi sócio benemérito das duas instituições hospitalares criadas em Passo Fundo na década de 1910, conforme notas 283 e 284. O Hospital de Caridade foi fundado em 1914, atualmente se chama Hospital da Cidade – HC. E o Hospital São Vicente de Paulo – HSVP – foi fundado em 1918.

vestir, é grande descuidado, o que contrasta flagrantemente com o alemão, que é, em geral, muito asseado e tem o prazer de morar em bom prédio, bem caiado e todo de janelas envidraçadas: na habitação do alemão ou seu descendente a limpeza é uma verdade. Existem, não nego, exceção de lado a lado, mas a regra geral é aquela. Tive oportunidade de, em Não Me Toque, almoçar com o meu dileto amigo Coronel Antonio Augusto Graeff, a convite especial, na casa de XenophonteViccari, e toda a comida nos foi servida em... bacias.

Fechado em pequeno parênteses, e voltando ao caso em referência, aconselhei que só tomassem água fervida, assim como verduras. Receitei antissépticos para desinfecção, e vacinei todos os da casa e vizinhos e determinei outras providências, no sentido de serem removidas aquelas imundícies.

Por tudo isso, algum tempo depois, mandei-lhe uma módica conta de 100\$000.

Uma semana mais tarde, apareceu-me o Rosso Lago; vinha me pagar, e deu-me uma nota de 10\$000, com o que não estive de acordo, chamando sua atenção para o engano. Mostrou-me então a conta: lá estava, de fato, 10\$000, mas o zero do lado esquerdo do cifrão fora escandalosamente raspado, e tão grosseiro era o truque, que quase chegaram a rasgar o papel.

Num misto de indignação, nojo e revolta, energicamente assim lhe falei:

- Olha, seu gringo, você é um porcalhão; meta já esse dinheiro no bolso e vá embora; você não me deve nada, mas raspe-se da minha presença...

Rápido, rodou nos calcanhares.

- Então, muito obrigado, Dr., ... e contente, esfregando as mãos, lá se foi o sujo espertalhão.

Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1935.(VERGUEIRO, V.2, p.183-187)

Nessa nota temos um médico que frequenta a casa do paciente, sua intimidade, determinando as atitudes e os comportamentos que devem ser seguidos. Ou seja, Vergueiro orienta a família quanto à higiene: construção da habitação própria para pessoas e para animais domésticos, o cuidado com a água e com a disposição da fossa sanitária, importância da vacinação e de medidas de prevenção.

Igualmente, o doutor tem a liberdade de estabelecer o valor dos seus honorários. Encerrado o caso pondera-se que, o familiar não

concordou com a cobrança que lhe foi apresentada ou não possuía valor necessário para quitar sua dívida, procurando outra solução. Do ponto de vista do prático, entretanto, aquele não reconheceu o seu trabalho e, ainda tentou logró-lo ao modificar o valor apresentado na conta.

É sabido que na profissão m dica a escuta e olhar atento em busca de compreensão do outro com o intuito de ajudá-lo são competências a ser desenvolvidas a fim de prescrever medicações e cuidados necessários para a reabilitação. Entretanto, no começo do século XX até a contemporaneidade, ao realizar esta tarefa o profissional desfruta de prestígio e, ainda, de um status como autoridade por possuir formação superior técnico-científica e ser detentor de conhecimentos sobre saúde pública que a maior parte da população não dispõe, como podemos observar no caso:

090 CONSULTA DE JUDEU

No Rio Grande do Sul, como em toda parte, os judeus v o, dia a dia, e pouco a pouco, tomando conta dos negócios, e minha cidade natal não poderia escapar dessa regra geral, tanto mais quanto, em Erechim, nas proximidades da estação Erebang, a poderosa Jewish possui a enorme fazenda, denominada “Quatro Irmãos”, que procura colonizá-la com o braço israelita. O judeu, porém, que nunca foi agricultor, abandona logo aquela propriedade, saindo, pelos municípios vizinhos, principalmente em Passo Fundo, onde sua ação se pode desenvolver melhor, a estabelecer os conhecidos Bric-a-brac, ou pequenas casas de negócio. Vendedores ambulantes em prestações, percorrem as ruas em todas as direções. Naquela cidade, já são em grande número: Schubsky, Sirotsky, Birmann, Milmann, Kamergorodsky, Kapelchnik são os principais.

São trabalhadores, e excessivamente econômicos, base do seu progresso, e conseqüente fortuna.

Contam já com sociedade própria, com cemitério especial e muitíssimos são os seus estabelecimentos comerciais; os mais importantes estão em seu poder.

Da colônia judaica, ali domiciliada, só tenho recebido provas de consideração, de respeito e de amizade.

Como clientes, não são maus, e têm o hábito invariável de pagarem,   vista, as visitas e as consultas, mas revelam-se, de comum, muito cautos.

Consultam, por exemplo, e isso tem acontecido comigo, sobre uma lesão de garganta. Examinada e receitada, pagam mas reclamam “o Dr. não me examinou o pulmão” e coisas semelhantes.

São, em geral, honestos, mas há que deles se cuidar, pois, podendo passar um logro, o fazem.

Tratava um desses clientes que, a cada visita, entregava os vinte mil reis, em moedinhas de um; pois bem, vim a verificar que, entre elas, sempre haviam duas ou três falsas. Um outro pagava também pontualmente, pondo o dinheiro dentro do meu chapéu: sempre uma nota de 20\$000; na última visita, dando alta ao doente, colocou apenas uma de 10\$000.

Um terceiro consultou-me sobre uma enfermidade de fígado. Por escrito, a seu pedido, dei-lhe minuciosamente a relação do que podia, ou não podia, comer. Esperava-me na rua, quase todos os dias, hora perguntando uma coisa, hora outra, o que, por sua insistência, já me ia aborrecendo. À ultima, pois não mais me procurou, inquiriu se podia comer carne de ovelha.

– Escute, meu amigo, você pode comer carne até de bode, mas não se esqueça de fazer sopa do cavanhaque, que é muito suculenta, e, de noite, quando tiver insônia, chupe meia hora em cada chifre... e não me apareça mais.

Quando não pagam, por esquecimento do dinheiro como dizem, a última consulta, já sei que não voltam mais, procurando outro médico.

Eles é que julgam da necessidade, maior ou menor, do número de visitas, por pior que seja o estado do doente; ao contrário de nós, brasileiros, não querem que o facultativo venha diariamente, e só quando é chamado. Tive, entre eles, um caso grave de febre tifoide, que deixei de tratar por não querer, pela minha formação mental, me submeter a esse processo. Possuo, em meu escritório e guardo-o com carinho, um lindo relógio de mesa, que me foi oferecido pelos judeus de Passo Fundo, em 1924, quando por terminação de mandato, deixei, o que lhe empresta maior valor de estima, o cargo de intendente, com a seguinte interessante dedicatória, em placa de prata: “Ao ilustre Dr. Vergueiro, alvitre da Colônia Israelita. 15-11-1924”.

O meu amigo Dr. Francisco de Paula Lacerda de Almeida Júnior – o Lacerdinha, ilustre advogado que ali residiu, foi quem mais graça achou do... alvitre.

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1935.(VERGUEIRO, V.2, p.38-43)

Conta-nos o doutor Vergueiro que cada um de seus pacientes judeus, de algum modo, procurava economizar até mesmo nas consultas. Aqui, procura fazer um comparativo entre as duas culturas, brasileira e judaica, não alcançando a compreensão da diferença pois o faz baseando-se nas próprias experiências e comportamentos. Registra que recebeu uma homenagem da respectiva comunidade, no ano de 1924, ao encerrar o seu primeiro mandato como intendente, na qual se lia que eles o consideravam seu conselheiro. Vergueiro e seu amigo Lacerdinha tornaram-se incapazes de compreender, exatamente, o sentido da homenagem, pois já haviam efetuado um juízo provisório e moral da mesma e não conseguiram corrigi-lo (HELLER, 2008, p. 81). Contudo, entendemos que os judeus reconheciam sua liderança e autoridade, seja como político ou como médico, visto que costumava atuar tanto na perspectiva de assistência médica, quanto na de prevenção e profilaxia.

É, pois, a partir da sua cultura e conhecimento que o Dr. Vergueiro escreve as impressões sobre as mais diversas etnias: os italianos, os alemães, os portugueses, os negros e as mulatas, os caboclos, os gaúchos, os ciganos, os judeus, os russos, os árabes, etc. E, a afirmação de sua identidade advém, também, desse olhar para ou sobre o outro. As descrições que faz sobre esses indivíduos, nesse sentido, revelam características estereotipadas sobre tais grupos étnicos e até mesmo uma visão preconceituosa e elitista. Os dois casos sobre imigrantes revelam essa perspectiva do imigrante capaz de lograr.

Assim, temos a descrição do judeu como detentor de ganhos materiais, lucrando indevidamente, por astúcia. A prosperidade nos seus negócios adviria da excessiva economia. Para o doutor, eles eram inexperientes como agricultores, e tendiam ao abandono da colônia para praticar atividades comerciais nas cidades. No entanto, segundo Lia (2011, p. 4) cabe destacar que não foi apenas a falta de preparo para a agricultura que definiu o abandono de colônias como explicou Vergueiro, mas ainda “a incompatibilidade com todo o modo de viver desses indivíduos. A falta de espaços de sociabilidade, como instituições culturais e/ou religiosas, ausência de atividades comerciais, vão reforçar o clima hostil apresentado pela colônia (...)”. A dificuldade de adaptação deve-se, portanto, grandemente, a especificidade da cultura judaica.

Da mesma maneira, os grupos citados são apresentados como prósperos economicamente. O trabalhador italiano e dos alemães, aptos e experientes agricultores é reconhecido e citado, embora os mesmos nem sempre, sejam capazes de adotar os hábitos de higiene necessários à manutenção de sua saúde. Mas, dizer que são bons trabalhadores só que descuidados ou sujos, significa falta de percepção sobre o modo como os outros organizam o ambiente e os costumes da família: os cômodos, as refeições, o modo de vestir, o que não deixa de estar atrelado à questão cultural.

Sob outro ângulo são descritos diálogos travados por aqueles identificados como caboclos, normalmente adjetivados como atrasados, incultos. O distrito onde residem e sua situação financeira normalmente são incluídos nos casos de onde depreende-se que a prosperidade econômica, de modo algum, altera a origem social. Para contar histórias sobre as consultas destas pessoas o doutor utiliza expressões de estranhamento quanto às comparações e metáforas utilizadas, assinalando que achou engraçado, riu muito, etc. Seleccionamos três casos ilustrativos:

224 AFOGAR O PALHAÇO

Esteve, hoje, em meu consultório, um *caboclo residente na serra do Pontão*, 6º distrito desse município, e o qual veio me consultar sobre um seu irmão, casado, e que se acha enfermo.

Disse-me o *velho gaúcho* que o seu irmão estivera, no mister de carreteiro, há dias, nesta cidade, e que “*por ter afogado o palhaço*” ficara enfermo.

Confesso que, de momento, *fiquei um tanto confuso* com aquela *esquisita declaração*, e, por isso, solicitei mais amplos esclarecimentos, chegando a conclusão de que o rapaz contraíra aqui um corrimento blenorragico.

Segundo relata o velho, a mulher do enfermo, desconfiando da origem do mal, deu em grito, e houve, em casa, um tremendo sururu. Afogar o palhaço!

É boa!... esses caboclos tem cada uma!...

Passo Fundo, 19 de Dezembro de 1935. (grifo nosso) (VERGUEIRO, V. 2, p.38-39)

225 PEIXE PODRE

Ao escrever a última “Nota”, veio-me a memória um outro caso não menos interessante.

Residiu, durante muitos anos, *no 3º distrito, nas proximidades do desvio Araujo*, o Sr. Gabriel José dos Santos, *cidadão trabalhador, honesto e muito pacato*, sendo sempre um correligionário dedicado, tanto que, muitas vezes, foi nomeado mesário, em eleições.

Certa vez, mais ou menos em 1928, apareceu-me no consultório e, desde logo, muito descansadamente, conforme é seu modo de falar, foi me dizendo:

- *Dr., estive, há dias, em Marcelino Ramos e, por ter comido um peixe podre adoeci.*

Naquele povoado, à margem esquerda do rio Uruguai, é abundante o peixe fresco, e, por isso, estranhei que tivesse comido deteriorado, perguntando-lhe:

- Mas tu não sentiste o gosto, o cheiro? Não vomitaste?

A resposta, com um leve sorriso e um menear de cabeça, foi a seguinte:

- É verdade comi um peixe bem podre e não vomitei.

- *Mas tu tens então um estômago de avestruz e um estranho paladar.*

Depois de muito custo, entre boas gargalhadas minhas, é que vim a saber do que, em verdade, se tratava.

O tal “peixe podre” não era mais do que uma mulher doente, com quem tivera relações sexuais, e que o contaminara de blenorragia...

(...)

Passo Fundo, 20 de Dezembro de 1935.(grifo nosso)
(VERGUEIRO, V.2, p.39-41)

258 CAIXA DE TROCA

Veio, hoje, ao meu consultório, um fazendeiro *residente no 6º distrito* deste município.

Homem rico, de cerca de 60 anos, mas profundamente atrasado, dirige um velho automóvel Ford que, em geral, mais vive nas oficinas, recebendo composturas.

Em sua companhia, veio a sua esposa, mulherzinha magra, desdentada e feia.

Depois do habitual cumprimento, foi, desde logo, o *caboclo*, assim se expressando:

- *Dr., trouxe aí essa mulher para o Sr. Examinar; ela anda muito doente e está com a “caixa de troca” estragada, e eu, Dr., também quero um remedinho, porque já não pego mais de arranque, só a “manivela”.*

Depois de muito me rir, acompanhado pelo marido, que dava boas gargalhadas, examinei a ambos: a mulher estava no período da menopausa e, para tal lhe receitei alguns medicamentos.

Quanto ao homem, ou melhor meio homem, receitei comprimidos de androsten Ciba, contando-lhe a seguinte anedota:

- Olhe, meu amigo, esse remédio é muito bom, e você, com ele, vai ter excelente resultado: certa vez, um cozinheiro, que estava preparando uma macarronada, deixou, por descuido, cair um desses comprimidos na panela, e, daí há meia hora, todos os macarrões ficaram tão duros, que chegaram a tirar a tampa da panela para fora...

O velhote, todo sorridente, foi à farmácia, onde comprou, de uma vez, dois vidros...

Passo Fundo, 2 de Março de 1936.(grifo nosso) (VERGUEIRO, V.2, p. 174-176)

Embora o tom usado nas memórias de Vergueiro seja humorístico, daí depreende-se que as doenças venéreas, como sífilis e gonorreia, atingiam um número significativo de homens, mas também de mulheres. Além disso, em seu texto é possível identificar um caráter moralizante e ligado a hereditariedade, aspectos da teoria eugenista a época em voga.

083 NÃO QUERIA CASAR

O destino já se traz do berço, e, por mais que se o queira torcer ou desviar, segue impávido o seu caminho, e as influências da hereditariedade são de valor preponderante: filho de peixe sabe nadar, ou filho de tigre sai pintado, sentenciam os velhos brocados populares.

É o caso de Laura, filha mais moça de uma mulata que, sem sua mocidade, entregara-se à prostituição.

Era, no gênero, de uma beleza impressionante; sua mãe, por justificado temor íntimo, afastara-a de si desde pequenina, entregando-a aos cuidados de honrada família que se esforçara por lhe dar uma regular educação, mas a travessa mulatinha, sempre endiabrada, tinha, no cérebro, a gritar-lhe, em reclamação permanente, a voz do sangue, que dia a dia, se vinha alvorotando até que, aos 18 anos, foi raptada por um soldado da polícia, de nome Propício.

Estalou o escândalo, e ambos foram presos.

Propicio não negava o defloramento e Laura o confirmava. Aquele queria reparar o mau com o casamento, ao que esta, de modo peremptório, se opunha.

- Eu consinto, dizia ela ao delegado, que me examine, fui deflorada ontem; não nego, mas eu não me caso; digo e repito isso para o senhor, para o juiz e para o padre: não me caso porque não quero; não há quem me obrigue a isso... quero ser puta...

Não houve o que a convencesse, e explicava, à todas as ponderações que, casada, iria servir de criada ao marido, lavar lhe a roupa e cozinhar, uma escrava enfim, ao passo que amigada com o seu homem, no dia em que ele procedesse mau, meteria lhe os pés, caindo na farra.

E, agora, diante da sua imensa teimosia, tantas vezes repetida, como obrigá-la?

Não foi possível.

O defloramento recente foi, por mim, constatado.

Viveu com o seu primeiro amante alguns meses, largou-o em menos de ano, recolhendo-se para uma baixa pensão de meretrizes, onde entregou-se, de corpo e alma, ao seu grande “ideal” na satisfação do seu insaciável instinto.

Bebia e era desordeira; os registros policiais marcaram, diversas vezes, a sua presença.

Não foi, porém, muito longe. Vi-a, a última vez, num mísero leito de hospital: estava tuberculosa, e a terrível peste branca agrediu, de modo violento e agudo, aquele depauperado e gasto organismo, já minado pelo álcool e corroído pela sífilis, levando-o, dentro em pouco ao túmulo. O Rabi, de Nazareth, perdoou à Madalena, por que foi uma sincera arrependida... não sei se Laura, alguma vez, se arrependeu... creio que não... mas o meigo filho de Maria, o sublime Jesus, se é infinito em sua sabedoria, não o é menos em sua misericórdia.

Rio de Janeiro, 8 de Agosto de 1935. (VERGUEIRO, V.2, p. 12-15)

Evocando ditos populares, o doutor passa a narrar à trajetória da mulata aqui citada como uma mulher de pouca moral que leva uma vida desregrada e não quer compromissos. Assim, na moça Laura, por herança genética, a perversão de seu sangue inferior ou mestiço teria determinado a sua degenerescência. Em outras palavras, a hereditariedade é capaz de determinar o destino do indivíduo. Para os pressupostos eugênicos “as condições de sua vida já estariam dadas de antemão” (MACIEL, 1999, p. 121).

O termo eugenia, formulado por Francis Galton, designa um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana, fundamentado no estudo da hereditariedade. A eugenia começou a ser difundida no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e encontrou adeptos inclusive entre os intelectuais que se dedicavam a refletir sobre a realidade nacional e propor sua “salvação”.

Vergueiro foi um dos admiradores desta teoria, tanto que, quando integrou a Comissão de Saúde Pública, em 1936, apresentou o Projeto de lei regulando artigo 145 da Constituição Federal que estabelecia o exame médico pré-nupcial. Depois, publicou uma série de artigos na imprensa local procurando convencer a população de que essa seria uma prática importante para garantir a geração de filhos saudáveis. Nestes artigos versou sobre doenças contagiosas (sífilis, tuberculose, alcoolismo, lepra), definiu a eugenia, traçou um perfil de Renato Kehl e defendeu a educação eugênica para ressaltar a importância do exame pré-nupcial.

No caso de Laura temos, inclusive, uma preocupação com a degeneração pois ela escolhe uma vida na qual não predominam os valores morais da sociedade em que está inserida, não aceita a religião, o casamento, torna-se prostituta, é contaminada por doença venérea, torna-se alcoólatra. Nenhum dos bons exemplos ou conselhos que ela recebeu a fizeram mudar de ideia e pelo visto restaram dúvidas no doutor se houve arrependimento pela trajetória percorrida.

A sua atuação parlamentar promovia o constante trânsito deste indivíduo, ausentando-se do município em urbanização para as capitais do Estado ou da República, em Porto Alegre e, no Rio de Janeiro, respectivamente. ODr. Vergueiro desejava que houvesse receptividade por parte dos pacientes e familiares quanto ao seu julgamento profissional, independente e experiente, bem como a adoção das medidas e remédios prescritos integralmente.

Incontestavelmente, sendo médico, Vergueiro era também membro do PRR, o que não significa que concordasse com a liberdade profissional adotada no Estado. Nas memórias deu vazão à hostilidade aos licenciados, enquanto, por certo sua indignação não era externada, pela posição de liderança ocupada no partido.

O grupo de médicos diplomados apresentava coesão quando se tratava de desqualificar aqueles identificados por eles como seus concorrentes, os licenciados – a saber, curandeiros, homeopatas e parteiras. Segundo Candau (2011, p. 118) todos os grupos profissionais agem dessa maneira, valorizando comportamentos apropriados e reprimindo os demais “a fim de produzir uma memória adequada de saberes e fazeres e a manutenção de uma identidade profissional”.

Estas são constatações embasadas nas denúncias formuladas pelo Dr. sobre a falta de preparo e ética de alguns médicos licenciados conforme vemos na história que segue⁸, iniciada por um prólogo bastante significativo:

018 UM PARTO

Alguns homens passam pela vida deixando atrás de si um rastro luminoso; outros, a imensa maioria, cruzam apagados, medíocres, obscuros, na sombra, dentro da indiferença e do esquecimento, sem brilho, mas sem manchas; mas existem ainda outros que se notabilizam por um sulco profundo de ignorância, alardeando, o que é mais ridículo, conhecimentos que nunca, nem de leve possuíram. Coloco-me a gosto, na segunda série, mas o “herói” que, veladamente, procuro focar está na terceira. Velho médico licenciado, exercendo a clínica há cerca de 40 anos, dando-se um pouco ao abuso do álcool, tinha para todos os casos, receitas especiais, exercendo toda sua atividade terapêutica dentro de 8 a 10 fórmulas, invariavelmente escritas.

De chegada a Passo Fundo, pelo muito reclame feito, conseguiu alguma clínica, mas, pouco a pouco, foi ficando à margem. A sua especialidade era a cura do crupp e da hidropisia, por processo seu. Como homem não era mau, mas como médico era péssimo. Vou contar dele, para começar, um caso: uma madrugada fui chamado para atender a uma principiará nas proximidades do Mato Castelhano. Lá encontrei o “colega”, que passara a noite. Havia urgente necessidade de uma aplicação de fórceps.

Durante a assepsia, perguntou-me:

- Que vai fazer, doutor?

⁸ Ver casos 18 Um parto; 19 O Rochinha; 20 Santomina; 21 Pneumonia dupla; 22 Aposta sobre a morte; 29 A pomada do titio; 40 Tio Luiz; 54 Entendida.

- É muito simples: meto as mãos na cavidade vaginal, trago o útero para o exterior, viro-o de dentro para fora, tiro o filho e a placenta, reviro-o e coloco-o em seguida em sua posição normal.

- Eu não tinha me lembrado disso, disse-me então, se não eu já o teria feito, mas eu lhe garanto, doutor, que na primeira oportunidade eu aplico esse processo.

Dei uma boa risada, que ele não compreendeu, e fui assistir a parturiente.

Eu mesmo a anestesiiei, clorofórmio à la reine, e fiz a aplicação do Tarnier, extraindo, com facilidade e com felicidade, um feto do sexo masculino.

A família ficou danada com o outro “doutor”, e chegou até a ofendê-lo muito, e tive de intervir para cessar essa cena desagradável, e até luta, porque o “colega” estava disposto a pelear, revidando as grosserias com outras piores.

Quando do regresso, no meu carro, para a cidade, chamei-lhe a atenção para a caçoada que eu fizera, que era um brinquito meu e que quem assim procedesse, seria um criminoso.

Prometeu-me não aplicar o método, mas garantiu-me que iria comprar um fórceps.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1935. (grifo nosso) (VERGUEIRO, V. 1, p. 39-42)

A memória profissional justifica aqui a autobiografia: trata-se de afirmar sua competência, a relevância de sua atuação, mas o Dr. Vergueiro não o faz. Espera o reconhecimento do leitor, reserva-se uma posição humilde, de quem apenas cumpre as tarefas impostas de modo satisfatório. Isso é estabelecido pelo próprio autor em outra nota inscrita no volume sete, em plena contradição com a que está inscrita acima. Vejamos:

262 CINQUENTA E QUATRO ANOS

Completo, hoje, 54 anos de idade. No seu decorrer, não me acode, em severo exame, à consciência, acusando-a mesmo de leve, um só ato meu indigno.

Posso ter, muitas vezes, errado, mas sempre de boa fé, e com a vontade de acertar.

Nunca fiz mal a ninguém; tenho, na medida das minhas forças, procurado fazer sempre o bem, e, assim, no amor de Deus, morrerei tranquilamente.

Não passarei pela rocha da vida como a serpente sem deixar vestígio, nem como a lesma, e sua baba viscosa; deixarei algo de

maior, como a corrente elétrica que não se vê, mas sente-se: os benefícios que, como cidadão e como médico, hei distribuindo as mancheias, entre ricos e, principalmente, pobres, sem cogitar da menor recompensa.

Pela manhã desse lindo e luminoso sol de 7 de março de 1936, fui, no cumprimento de um grato dever, ao cemitério, em visita ao túmulo, que encerra os despojos de meus Pais e de minha irmã Emilia, e ali, na maior concentração espiritual, na cristalização de uma saudade imensa, pedi por Eles a Deus, a quem, com fervor agradeci ter-me dado um caráter firme, inamolgável e sem jaça, de homem honrado, trabalhador e digno.

O Dr. Gustave Le Bon, no seu livro “Enseignementspsychologiques de leguerreeuropéenne”, escreve: “ha valeur de lavie ne dépendpasdunombredesjours, mais de l’ouvreaccomplie pendant cesjours”... e alguma obra boa e de utilidade eu a realizei...e é o “quantum satis”.

Passo Fundo, 7 de março de 1936. (grifo nosso) (VERGUEIRO, V. 7, p. 1-3)

Gomes (2004, p. 11-12) reconhece nesse fenômeno um “processo de mudança pelo qual uma lógica coletiva, (...) deixa de se sobrepor ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distintivo e constitutivo desse mesmo todo”.

Ou seja, a elaboração da memória nesse sentido tem a intenção, (ainda que não esteja racionalmente ordenado o discurso), de formular a síntese do passado e do presente visando o futuro, a fim de contrair os momentos passados e deles se servir e para que isso se manifeste em ações interessadas. “A memória carregaria, assim, um atributo fortemente ético, incidindo sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais” (SEIXAS, 2004, p.53). Dito de outra forma, essas escritas sinalizam o exercício profissional de Vergueiro no sentido de atuar como um modelo de ética ou de indutor de condutas, capaz de interferir nas possibilidades de ações dos outros indivíduos.

Fontes

VERGUEIRO, Nicolau Araujo. *Notas íntimas* – Algumas reminiscências clínicas. Manuscrito. Volume 1: iniciado em 11/07/1935, encerrado em 6/8/1935, no Rio de Janeiro. Volume 2: iniciado em 07/08/1935,

encerrado em 04/09/1935, no Rio de Janeiro. Volume 7: iniciado em 07/03/1936, encerrado em 20/11/1936, em Passo Fundo.

Referências

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. 224 p.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (Org.) *Por outra História das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 99-121.

COSTA, Emília Viottida. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Passo Fundo terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

FORJAZ, Djalma. *O senador Vergueiro sua vida e sua época (1778-1859)*. São Paulo: Diário Oficial, 1924.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *Por outra História das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-15.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 124 p.

LIA, Cristine Fortes. Os imigrantes judeus no Rio Grande do Sul e as identidades religiosas. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n. 9, jan/2011. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html> Acesso em 25 set. 2014.

MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. In: *Anos 90*. n. 11, Porto Alegre: UFRGS. p. 121-143.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. v. 5, n.10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p. 200-212

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo- RS (1930-1932)*. (dissertação de mestrado) Passo Fundo: UPF, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. (org.) *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 37-58

WEBER, B. T. *As artes de curar*: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. UFSM. Bauru: EDUSC, 1999. 250 p.

O ESCUDO E O RAMO DE CAFÉ: MIGRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE NA COLONIZAÇÃO DE MATELÂNDIA – PR

Maurício Dezordi*

Migração e colonização de Matelândia

A colonização do município de Matelândia na região oeste do Paraná está relacionada à negociação e compra de títulos de imóveis hipotecados ao início da década de 40 por sócios-acionistas. Esses sócios organizaram uma companhia colonizadora denominada “MARIPÁ”, com intuito de inicial de explorar os recursos naturais como a madeira abundante no Oeste do Estado. Porém a consequente saturação de terras agricultáveis nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina abriu a possibilidade de revender essas terras a novos colonizadores. Efetivando a posse e a produção de gêneros alimentícios voltados inicialmente à subsistência local e posteriormente ao desenvolvimento de agroindústrias.

Segundo Colodel em *Matelândia História e Contexto*, Alberto Dalcanale um dos acionistas da “MARIPÁ”, descobriu essas terras hipotecadas e junto com outros acionistas do mesmo grupo como Alfredo Paschoal Ruaro, compraram esses imóveis, em nome da colonizadora. Estes por sua vez dividiram e revenderam a colonizadoras menores, controladas por acionistas e diretores administrativos que detinham cotas de terras menores. Boa parte dos investidores eram detentores de um capital para investimento, sendo que a sociedade organizada e instituída enquanto firma colonizadora estava dividida em um sistema de cotas

* Mestrando (UNIOESTE).

entre os sócios investidores, que arcavam com os lucros e dividendos do investimento.

Foi assim que o patrimônio total adquirido inicialmente pela “*Pinho e Terras*” foi dividido entre as seguintes empresas de colonização. A “*Colonizadora Gaúcha*” ficou responsável por São Miguel do Iguaçu; a “*Industrial Agrícola Bento Gonçalves*” por Medianeira; a “*Pinho e Terras*” por Céu Azul; e “*Colonizadora Matelândia*” ficou com Matelândia propriamente dita. (COLODEL, 1990, p. 175)

Conforme mencionado acima, a Colonizadora *Pinho e Terras*, vendeu lotes de sua gleba a colonizadoras menores, por exemplo, para *Colonizadora Matelândia*, “desmembrada” da *Pinho e terras*. De modo que os corretores de imóveis da colonizadora, e seus sócios acionistas, se encarregaram de vender os terrenos e buscar os primeiros moradores, que iniciaram o povoamento dos primeiros núcleos urbanos. Ainda de acordo com Colodel, os corretores de imóveis se tratavam de funcionários das colonizadoras ou a serviço delas encarregados da venda dos terrenos das colonizadoras no Paraná. Eles tiveram um papel fundamental na propaganda e venda de terrenos das companhias colonizadoras, nesse caso terrenos da *Colonizadora Matelândia*. A missão desses corretores basicamente era abordar os moradores, agricultores e colonos que estivessem dispostos a comprar e colonizar terrenos das companhias colonizadoras.

Nos panfletos que eram distribuídos, fazia-se menção a um “*paraíso verde*” repleto de madeiras de excelente qualidade e com fácil aproveitamento futuro. As possibilidades para um plantio intensivo do café também eram constantemente divulgadas. (COLODEL, 1990, p. 206)

O sistema de colonização voltado à venda de terrenos teve relativo sucesso, considerando as condições climáticas e falta de infraestrutura no contexto da época, do início da colonização de vários municípios no início das décadas de 50 e 60. O projeto adaptava-se as condições econômicas, dos migrantes que vieram a se instalar nesses novos núcleos urbanos, embora as terras fossem relativamente mais baratas que atualmente, devem-se levar em consideração as condições de vida dessas famílias nos seus Estados de origem. Muitas dessas famílias

estavam instaladas em pequenas propriedades também, voltadas à economia de subsistência, inseridas no modo de produção capitalista que exigia um volume de produção maior, e consequente especialização dos meios de produção, visando atender as necessidades do mercado, dificultando a manutenção das pequenas e médias propriedades, voltados à produção diversificada de gêneros alimentícios. Provavelmente por conta desses fatores, várias famílias se convenceram a arriscar e partir em busca de melhores oportunidades, ainda que ao custo de muito trabalho, esforço e “sorte”.

De modo geral foram os sócios acionistas das colonizadoras que realmente os que mais obtiveram lucros com os empreendimentos colonizadores no Oeste do Paraná. Considerando que se aproveitaram da mão de obra excedente de trabalhadores rurais e urbanos principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, e o interesse desses colonos por melhores oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal. Os sócios majoritários das companhias colonizadoras viram nesses colonos a possibilidade de implantar um modelo de colonização e sistema produtivo voltado ao desenvolvimento produtivo de gêneros agrícolas diversos. Posteriormente com o estabelecimento do núcleo urbano com a chegada dos primeiros moradores e o gradativo crescimento do comércio local, novas frentes migratórias são atraídas a região em busca de oportunidades. O oeste do Paraná compreendido também enquanto região de fronteira do ponto de vista político institucional é também uma região marcada por contradições e relações de alteridade e poder entre os diferentes sujeitos que povoaram essa região desde meados do final do século XIX, e início do século XX, até a consolidação das companhias colonizadoras no início da década de 50.

De acordo com Colodel em seu livro *Matelândia História e Contexto*, o primeiro grupo de colonos com destino as terras da colonizadora Matelândia no Oeste do Paraná, saiu no dia 26 maio de 1950, do município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, com destino a Matelândia no oeste do Paraná; local o qual somente chegariam 15 dias depois no dia 11 de junho de 1950. Deve-se ressaltar que as viagens do Rio Grande do Sul no início de 1950 levavam vários dias, devido principalmente a fatores como às péssimas condições das poucas estradas existentes na época. Outros fatores climáticos como a chuva também prejudicavam a viagem visto que transformavam as

estradas em verdadeiros “atoleiros”, praticamente intrafegáveis, obrigando os viajantes a interromper a viagem. Os primeiros anos de colonização foram marcados por muitas dificuldades, privações e persistência dos primeiros colonizadores, devido ao fato de que até a madeira para construção de casas até o tinha de vir da cidade de Cascavel, até que se instalou a primeira serraria de propriedade da Colonizadora Matelândia no ano de 1952.

A falta de mercados consumidores, durante todo o transcorrer da década de 1950, determinou um processo de depredação, muitas vezes involuntária, da paisagem vegetal. A necessidade da derrubada da mata para a limpeza dos terrenos onde seriam feitas as primeiras plantações provocaria o desperdício de grandes quantidades de madeira. (COLODEL, 1992, p.266)

Nesse contexto, compreende-se a exploração madeireira na região embora já estivesse presente em finais do século XIX, com o avanço da colonização a partir da década de 50 iniciou-se o período de exploração em larga escala da madeira nativa da região que perdurou desde o início da colonização de Matelândia em 1950 até meados de 1980, quando a madeira começou a se tornar escassa. Outro elemento que contribuiu para a rápida degradação e extinção da mata nativa foi à mecanização das lavouras no início da década de 70, e a derrubada do mato para plantio e pastagem. Sobretudo além da comercialização em larga escala da madeira proveniente das matas nativas da região. O que de certa forma acarretou o rápido desaparecimento das reservas nativas, e declínio econômico da comercialização da madeira na região.

A cafeicultura no Paraná nas décadas de 1950 e 60 estava geograficamente concentrada nas regiões norte e noroeste do Estado, e também no interior do Estado de São Paulo e vale do Paraíba, onde o clima e o solo favoreciam o desenvolvimento do cultivo de café nessas regiões. O que chama a atenção, entretanto é o fato que essa cultura também esteve presente de forma bastante expressiva em algumas localidades recém-estabelecidas nesse período, dentre esses locais centro a minha discussão mais especificamente no distrito de Agro Cafeeira, pertencente à Matelândia.



Fonte: www.google.com.br/maps

O distrito de Agro Cafeeira está localizado na região oeste do Paraná, distante aproximadamente a cinco quilômetros ao norte da sede do município de Matelândia sentido norte em direção ao município de Cascavel, às margens BR 277, onde segundo Colodel o nome do local faz menção à atividade cafeicultora na região até a ocorrência da geada negra no de 1975.

O início do cultivo do café em Matelândia teve origem com “as primeiras sementes de café que vieram de Maringá, trazidas por Elizeu Biazus, por volta de 1952.” (COLODEL, 1992, p. 268) Nesse período até meados do início da década de 60, o cultivo foi iniciado exclusivamente pelos colonos “sulistas”, interessados no plantio do café, e animados pelo bom preço do produto no mercado e pelo clima que até então se acreditava ser “favorável” para o desenvolvimento do cultivo em questão.

Considerando as características da colonização de Matelândia, baseado em um sistema de colonização planejada centrada na pequena propriedade policultora, é provável que os primeiros cafezais tenham sido

plantados em conjunto com outros cultivos voltados a subsistência e abastecimento de um mercado local, nas pequenas propriedades de agricultores sulistas.

Os cafeeiros eram plantados nos lugares mais altos, menos sujeitos a geadas, próximo a um córrego ou mina d'água situava-se a residência. Perto localizava-se pequeno pasto, mangueirões para a criação de porcos, pomar, horta e lavouras temporárias: milho, arroz, feijão, algodão, de acordo com as necessidades familiares e do pequeno mercado local, das cidades nascentes, ao qual abastecia. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização APUD. CANCIAN, 1981, p. 95)

A topografia e relevo possivelmente podem ter sido levados em consideração em relação à escolha dos melhores locais para o plantio do café no município de Matelândia, considerando a altitude média local do município e do próprio distrito de Agro Cafeeira em relação aos demais municípios situados mais a oeste em direção a Foz do Iguaçu, como Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Missal entre outros. Porém o fator migratório a chegada da frente migratória nortista ocupando terras mais distantes da sede municipal, e o surgimento de núcleos populacionais próximo dos limites territoriais do município, onde possivelmente havia uma oferta maior de terrenos disponíveis as vendas ainda possivelmente também influenciaram na concentração do plantio de café nesses locais, onde havia predominância maior de migrantes de origem “nortista”, e que já lidavam com café nos seus locais de origem.

E importante salientar com base em Colodel, o surgimento nesse período de sociedades ligadas ao plantio e comercialização de café, no município de Matelândia, o que de certo forma remete a uma herança das antigas sociedades coloniais presente em várias cidades e colônias de imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul. Porém essa primeira fase do cultivo de café em Matelândia logo também entrou em declínio, devido à falta de conhecimento técnico dos agricultores sulistas, e a falta de mão de obra especializada, fator que afetava a produtividade e qualidade final do produto que não garantia um preço bom final no mercado consumidor. “A partir do final dos anos 60, ela passaria a ser controlada por grupos predominantemente “nortistas” e localizar-se-ia principalmente em Ramilândia e Diamante D'Oeste”. (COLODEL, 1992, p. 270) Segundo a discussão de Colodel o plantio de café ao final da década de 60 passou

para o controle de agricultores “nortistas”, concentrados na região dos atuais municípios de Ramilândia e diamante do Oeste, na época pertencentes à Matelândia essas localidades estão localizadas a noroeste da sede municipal.

Bandeiras, simbologia e representação

Atribui-se aos símbolos a capacidade de representação, ou de identificação de valores e identidades que podem estar relacionados a determinados grupos, ou a ideologias os quais representam. A imagem que determinados símbolos remetem, ou a ideologia à qual eles estão ligados via de acordo com o contexto em que estão inseridos, ou representaram. “Por essa razão é que a interpretação do símbolo deve inspirar-se não apenas na figura, mas em seu movimento, em seu meio cultural e em seu papel particular aqui e agora”. (TEMPSKI-SILKA, 2003, p. 7)

Os brasões, bandeiras e hinos, desde os primórdios da civilização e da formação dos primeiros reinos, já eram usados como uma forma de identificação de determinado grupo, ou sociedade. Com base nas considerações de Hobsbawm, em *As invenções das tradições*, reitera-se que os brasões e bandeiras, além da representação da soberania de Estados e governos, trazem valores, identificações, expressos nas suas cores desenhos e características que expressam a identidade de determinado grupo, governo ou “nação”. Brasões, bandeiras entre outros símbolos, também podem ser entendidos enquanto forma de representação, de identidade, ou possíveis valores, ideias ligados a de determinado grupo, pertencente a essa sociedade. Ou ainda, pode estar expresso de forma que os sujeitos, que convivam em determinado espaço governado, se identifiquem, enquanto pertencentes a um governo ou nação, pelas cores ou valores expressos nesses símbolos. É possível que a bandeira, e o brasão de determinado governo, tenha um viés de representação político-ideológica, se não pela figura do político, possivelmente no lema, e na representação de valores expressos.

Tomando por base as discussões de Bourdieu, em *O poder simbólico*, esses símbolos podem estar caracterizados por um “capital simbólico”, ou representar um “poder simbólico”, expressos nesses símbolos de representação. Para Bourdieu, os sistemas simbólicos, “tem o

mérito de designar explicitamente a *Função social*” (BOURDIEU, 2007, p. 10) Por um lado, é possível que a bandeira e o brasão, em determinado contexto histórico, cumpram sua função social, ao representar valores, identidades, dos sujeitos. Ou de forma que haja uma identificação da maioria dos grupos que convivem naquele determinado território, delimitado por fronteiras que compõem o município. Com os elementos, ou a forma como está expressa à simbologia da representação do governo municipal é pertinente destacar:

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 2007, p. 10)

Partindo desse pressuposto, é possível que alguns símbolos utilizados nos brasões e bandeiras, podem destacar valores morais de bem comum. Mas por outro lado, podem representar a reprodução de valores culturais, e econômicos dos grupos dominantes, ou políticos locais. Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, descreve a relação existente entre os *túmulos de soldados desconhecidos*, e o fato desses túmulos serem considerados um importante símbolo nacionalista. O significado cultural, e ideológico de alguns símbolos ou cores presentes nas bandeiras, podem estar relacionados à identificação de grupos locais com a região, que a bandeira ou hino estão representando.

Outro elemento importante refere-se à representação geográfica, ou de elementos que representem as “riquezas naturais” locais, ou remetam a determinados grupos elementos homogêneos, mas que indiretamente possam representar a ideologia do “progresso”, e “desenvolvimento econômico”. O discurso pautado no desenvolvimento, na representação era direcionado a quase “totalidade” populacional. Mas em uma sociedade estratificada e estruturada em um modo de produção capitalista, a representação do desenvolvimento voltado a todos os segmentos sociais, dificilmente iria além da representação simbólica. Por outro lado a bandeira e o brasão possui um cunho político ideológico importante, considerando a bandeira e o brasão, enquanto símbolos de soberania local, e de representação política. Jurt em *Brasil: Um Estado-*

Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do império a república, discute a importância dos símbolos nacionais e da simbologia no processo de construção e legitimação do governo imperial, e posteriormente da República no Brasil. Para Jurt, “aos símbolos nacionais cabe uma função central, uma vez que visualizam de modo marcante os valores conteúdos da auto definição política de uma comunidade, através, dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política”. (JURT, 2012, p. 471)

O movimento Paranista

Um exemplo interessante do uso da simbologia para representação, ou na tentativa de construção de uma identidade local ou regional, é o movimento artístico e cultural conhecido como “paranismo”. Esse movimento teve ampla repercussão no Estado do Paraná, sobretudo na década de 20, enquanto movimento artístico, cultural, e ideológico, na busca de um símbolo, ou características que representassem a identidade do cidadão Paranaense.

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível do total, ou seja: a identidade pretendida para o Estado do Paraná adequava-se a sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes europeus, próximos à região de Curitiba e, de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná. (BAHLS, 2007, p. 68)

Considerando a pluralidade étnica do Paraná, tendo em vista a grande quantidade de imigrantes de diferentes nacionalidades, e suas colônias instaladas em diferentes municípios no Estado, mostrou-se necessária a criação de símbolos que representassem as diferentes “etnias e sistemas culturais”, que compunham a identidade do paranaense. “Na visão dos intelectuais da época era preciso construir uma noção identificante para o território, e criar tradições que possibilitassem estabelecer uma relação entre espaço e sociedade”. (SZESZ, 1997, p. 143) Era necessário “forjar” uma identidade do “ser paranaense”, ainda que na figura do imigrante, mas tendo como base, ideais ligados ao “trabalho”, “progresso”, “desenvolvimento”. “Através da arte, portanto, esses

homens tentarão construir esta identidade cultural do Paraná, onde até mesmo um tipo ideal será forjado apesar de toda a heterogeneidade da região, que através da mistura de raças dificultava tal construção”. (PEREIRA, 1996, p. 161) O movimento Paranista, mobilizou escritores, artistas, entre outros intelectuais ligados à cultura, na tentativa de construção de símbolos, ou uma representação do Paranaense. Embora no caso da bandeira e do brasão municipal de Matelândia, não tenha ocorrido tamanha mobilização, esse movimento nos fornece elementos importantes para a discussão da representação e simbologia expressa na bandeira municipal.

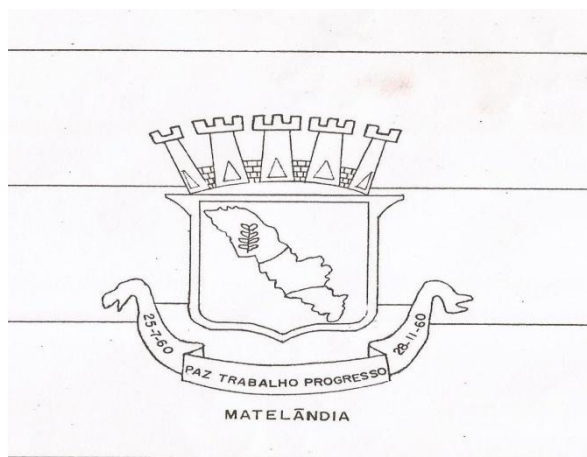
O brasão do município de Matelândia. Simbologia e representação

O cultivo do café tem uma conotação histórica muito interessante no município de Matelândia, e estava representado inclusive no primeiro brasão da bandeira do município criado após a sua emancipação em 25 de julho de 1960 do município de Foz do Iguaçu. A priori é preciso ressaltar que a emancipação do município de Matelândia, não surgiu de uma mobilização política, nem popular para a criação do município. Tendo em vista que segundo Colodel no seu livro, *Matelândia: História e Contexto*, não há nenhuma menção a um possível clamor popular, ou defesa de valores identitários, que favorecessem a emancipação do município.

Pelo que pudemos constatar junto aos entrevistados, fica claro que a criação do município de Matelândia pouco teve a ver com os anseios da sua comunidade, chegando até a pegar de surpresa os seus moradores. O próprio município de Foz do Iguaçu não se posicionava contrário à criação de novas unidades municipais em seu território, de grande extensão e praticamente administrável, dados os poucos recursos com os quais contava a prefeitura naquela época. (COLODEL, 1992, p. 340)

A partir da interpretação de Colodel, ao entrevistar os pioneiros e outros antigos moradores do município, conota-se que provavelmente não tenha ocorrido, nenhum apelo popular, favorável ou contrário à escolha da imagem da bandeira e do brasão do município. Tendo em vista também, que pela argumentação de Colodel, e também em relação aos sujeitos entrevistados, não é perceptível nenhum anseio popular. Ou ainda

uma possível disputa político ideológica, em relação à representação simbólica do recém-criado município.



Fonte: Arquivo do museu municipal de Matelândia, Paraná.

A imagem acima é uma cópia da imagem da antiga bandeira do município de Matelândia. Onde temos um mapa que significa a representação geográfica e a delimitação territorial do município, no contexto da década de 1960 em forma de escudo. Segundo um arquivo com a descrição do significado dos símbolos e cores presentes na bandeira, sem identificação de data, encontrados nos arquivos municipais. O escudo é o “símbolo municipal, que significa nobreza, amparo, defesa”. A Parte azul abaixo do escudo, “representa as águas, os rios existentes no município”. Características próximas são encontradas no movimento “Paranista”, em que há exaltação das matas, dos rios e até do “ar” do Estado do Paraná. As torres presentes na parte superior do escudo simbolizam a “união da cidade, cercada com muralhas que garante uma fortaleza”, estas muralhas possivelmente foram inspiradas com base nos castelos medievais Europeus. Em relação ao mapa presente no escudo, são perceptíveis claramente três divisões “territoriais e simbólicas”, no mapa dentro do escudo, subdivido por três cores diferentes.

Há parte norte superior do mapa do município está representado na cor amarela, que segundo a descrição, representa cereais diversos produzidos no município. Geograficamente essa área corresponde atualmente ao distrito de Agro Cafeeira, e Vila Esmeralda pertencentes à

Matelândia, e aos atuais municípios de Ramilândia e Diamante do Oeste. E que na época da criação da bandeira municipal, eram apenas vilas pertencentes à Matelândia. Outro elemento interessante é a presença de um ramo de café, na parte superior amarela do mapa do município. Ramo de café, que segundo a descrição, está representando a “principal riqueza do município”. Esse elemento fornece um indício interessante, relacionado ao cultivo de café na região de Matelândia, até meados de 1975, quando o cultivo de café entrou em franco declínio, devido principalmente à ocorrência de fortes geadas, que inviabilizavam o cultivo do café.

Outro elemento interessante nessa representação é a relação entre as correntes migratórias, e o plantio de café no município. Considerando que uma grande leva de trabalhadores rurais, deslocou-se a região do município atraída pela oferta de mão de obra nas lavouras de café, e posteriormente de Ramí. Destacando-se nesse contexto a frente migratória “nortista”, composta de migrantes originários do norte do Paraná, e de Estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, entre outros. Também pode ter relação com o fato de que as lavouras de café e Rami concentravam-se nessa região mais ao norte, representada no mapa no brasão da bandeira municipal. Embora “a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta”. (BOURDIEU, 2007, p. 115)

A região central do mapa no centro do escudo está representada pela cor verde claro, e que segundo a descrição do arquivo, “representa as pastagens, e qual a região em que está localizada no município”. Mais ao sul e a leste no mapa, temos uma área do mapa representado na cor verde escuro. Segundo a descrição do arquivo “representa a mata virgem”, a área territorial do município que está dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Segundo dados estatísticos do IBGE e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social IPARDES de 2010, a superfície total da área do municio de Matelândia atualmente é de 642 km², sendo que 56,49 por cento da área total do município se encontra dentro do Parque Nacional do Iguaçu, e 19,87 por cento da área total do parque se encontra dentro da área pertencente ao município. (IBGE/IPARDES, 2010. APUD. SILVA, 2011, p. 75)

Por último abaixo do escudo, há uma faixa branca com a inscrição dos ideais de Paz, Trabalho e Progresso ali representados. De acordo com a descrição Paz, “Quer dizer tranquilidade pública, concórdia do povo”. Trabalho, “Serviço, esforço em comum de um povo unido”. Progresso, “Desenvolvimento, marcha em frente do povo, transformação social”. Os dizeres simbolizados, na faixa abaixo do escudo, e representados no brasão do município, tem origem positivista, e também está presente na bandeira do Brasil. A palavra progresso remete a desenvolvimento, que possivelmente remete a lógica do discurso do progresso pelo trabalho, muito presente na retórica, e no discurso do trabalhador rural “sulista”. Esse discurso é reforçado pelo discurso de “valorização” do trabalhador sulistas, por parte das companhias colonizadoras. Ao mesmo tempo não destacava a importância das outras frentes migratórias, na colonização regional. Quando não a imagem, e a representação do poder dessas companhias não eram construídas pela ação do imaginário popular da figura do Jagunço, e do posseiro, os “forasteiros”. E dos problemas relegados à ação desses elementos, ou simplesmente a sua presença, possa estar relacionada a essas outras frentes migratórias, nas décadas de 60 e 70. Assim, com base na discussão de Woodward e Hall em *Identidade e Diferença*, a classificação simbólica pode estar relacionada a um sistema de controle social.

Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre “locais” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem e são relegados ao *status* de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. (WOODWARD, 2003, p. 46)

O termo “progresso”, também é questionado se considerarmos que a perspectiva de desenvolvimento, e transformação social, nem sempre são sinônimos de melhoria de qualidade de vida. O desenvolvimento não é homogêneo a todos as classes sociais, considerando a lógica de acúmulo de capital, e a perspectiva de desenvolvimento idealizado pelas companhias colonizadoras, voltado ao desenvolvimento da agroindústria.

As relações de alteridade, presentes nas décadas de 60 e 70, são baseadas principalmente no amparo cultural de determinado grupo que me permite classificar, um grupo e diferencia-lo do outro. Analisando o processo migratório para a região de Matelândia, as divisões geográficas do território municipal em três áreas distintas, é perceptível a possível presença de fronteiras simbólicas, ou ainda étnicas. Considerando a perspectiva de pluralidade étnica do município de Matelândia, e a grande quantidade de mão obra que se deslocou para a região em virtude da demanda por trabalhadores nas lavouras de café da região do município. No caso do município de Matelândia, a colonização iniciou-se no início de 1950, com a vinda dos primeiros migrantes “sulistas”, que fixaram residência na região. Contudo entende-se que essa diferenciação se estabeleceu com a migração “nortista”, de trabalhadores e famílias. Principalmente em virtude da “febre” do plantio de café e hortelã em Matelândia até meados do ano de 1975, esse período eufórico chegou ao fim com a dizimação das lavouras de café e hortelã, em virtude, sobretudo da ocorrência de fortes geadas, no caso do café, e do uso intensivo e indiscriminado do solo, no caso da hortelã.

Ainda em relação ao café é preciso enfatizar a questão da imagem do ramo de café, simbolizado na região superior ou norte do mapa do território do município de Matelândia. A representação do ramo de café na bandeira do município, e a descrição de sua representação, enquanto principal riqueza do município reflete a importância do cultivo do café, na perspectiva econômica, e também simbólica, por estar representado na bandeira municipal. Ao analisar as leis e decretos municipais, foi constatado que o timbre municipal, com a representação do brasão, o mesmo está presente na bandeira do município, começou a aparecer nos documentos oficiais, somente em meados de 1968. Período em que o cultivo de café, já era relativamente amplo no município, o que justificaria a simbologia, e o emprego do ramo de café no brasão presente na bandeira municipal, e sua representação, como principal riqueza do município. Em relação ao cultivo de café, e a simbologia do ramo de café expressa na bandeira, embora por um lado procure expressar a importância econômica do café para o município de Matelândia.

Por outro lado, a representação dos cereais diversos, e do café expressos no ramo e na cor amarela, no mapa, possam estar relacionados a identidade do migrante, “sulista” e “nortista”. Onde possivelmente os

sujeitos inseridos naquele espaço, se identifiquem com os símbolos municipais, e os valores ali representados. “Assim a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social”. (WOODWARD, 2003, p. 10) Compreendendo o espaço do município e suas frentes migratórias, há partir da perspectiva de heterogeneidade, considerando as diferentes identidades e culturas presentes no mesmo espaço. Há uma tentativa por parte do município de “homogeneizar” as diferentes identidades e perspectivas dos migrantes. Com o uso dos termos “trabalho” e “progresso”, enquanto símbolos de representação, e “desenvolvimento social” para transmitir valores, ideais, aos diferentes grupos, e sujeitos, estabelecidos na região do município, delimitado por suas fronteiras naturais e simbólicas.

É notável a presença, não somente de diferentes grupos migrantes, mas de formas culturais, compreendido com base na discussão de Giménez, em *Cultura, Identidade y Memória*, em que há uma relação dialética indissociável entre as diferentes culturas, à partir da perspectiva de *hibridização cultural*. “Desde essa perspectiva podemos decir que no existe cultura sin sujeto ni sujeto sin cultura”. (GIMÉNEZ, 2009, p. 9) Todavia essa divisão territorial ou simbólica presente no mapa, e no escudo na bandeira do município, em uma primeira análise não vai além da representação das “riquezas e valores” do município e sua população. A representação do mapa do “território”, do município, teria por base a questão da autonomia e soberania locais. Considerando a bandeira municipal enquanto símbolo da representação do município e sua existência perante as demais cidades e Estados. Porém segundo Woodward, a “territorialidade” não é “essencializada”, não é possível homogeneizar os diferentes grupos sociais inseridos no mesmo território. De modo geral não há uma identidade única, as representações propostas na bandeira evocam identidades híbridas. Elas se constroem e se reconstroem, com base no contexto e no espaço que se inserem. Como no caso do café no município de Matelândia, que até 1975, era importante para a economia local, e as pessoas se identificavam com o cultivo. Mas que após a destruição dos pés de café em todo o Estado do Paraná, por conta principalmente do fenômeno climático conhecido como “geada negra”, ocorrida no ano de 1975. O café deixou de existir e ser replantado em muitas regiões do município. Embora continuasse presente em sua forma simbólica na bandeira municipal até o ano de 1995, quando ela foi

reformulada. Embora o hino municipal, ainda faça menção em sua letra ao café e o Rami, que estão presentes até a atualidade.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: A memória histórica paranaense*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda. 2007.

CANCIAN, Nadir A. *Cafecultura Paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

COLODEL, José Augusto. *Matelândia: História e Contexto*. Cascavel: Assoeste, 1992.

GIMÉNEZ, Gilberto. *Cultura, Identidad Y memoria. Materiales para una sociología de los procesos culturales em las franjas fronterizas*. Frontera Norte. Vol. 21, Nº 41, Enero-Junio de 2009.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. (Org.) *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1984.

JURT, Joseph. *O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído. O Papel dos Símbolos Nacionais, do Império à República*. MANA, 18(3). 471-509, 2012.

PEREIRA, Luiz Fernando, Lopes. *Paranismo: Cultura e Imaginário do Paraná na I República*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1996.

SILVA, Janice C. D. *Uso da terra nas propriedades rurais de São Miguel do Iguazu localizadas no entorno do Parque Nacional do Iguazu – PR*. Francisco Beltrão: Unioeste dissertação de mestrado 2011.

SZESZ, Christiane, Marques. *A INVENÇÃO DO PARANÁ: O discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1997

TEMPSKI-SILKA, Valton, Sérgio von. *Histórico dos Brasões e Bandeiras do Estado do Paraná*. 21ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. D. (Org.) *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes 2003.

PRÁTICAS DE NOMINAÇÃO LUSO-BRASILEIRAS: ESTUDO DE UMA LOCALIDADE DO EXTREMO SUL DO BRASIL ENTRE O FINAL DO SÉCULO XVIII E O INÍCIO DO SÉCULO XIX

Nathan Camilo*

Introdução

“Que há num simples nome?”¹ Voltando a citar William Shakespeare, num simples nome “há muita coisa mais (...) do que sonha nossa pobre filosofia”². Atribuir um nome a alguém é um ato

* Mestrando em História (UNISINOS-RS). Este trabalho está sendo realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Parte integrante do projeto de mestrado em andamento denominado: “*É preferível bom nome a muitas riquezas*”: *dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX*, o qual integra o projeto de pesquisa *Família e Sociedade no Brasil Meridional (1772-1835)*, coordenado pela Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott e financiado pelo CNPq.

¹ Frase retirada de *Romeu e Julieta* (Ato II, Cena II). Julieta, ao saber que Romeu é um Montecchio, disse a ele: “Meu inimigo é apenas o teu nome. Continuarias sendo o que és, se acaso Montecchio tu não fosses. Que é Montecchio? Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. *Que há num simples nome? O que chamamos rosa, sob uma outra designação teria igual perfume.* Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservaria a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca o teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira” (SHAKESPEARE, 2008, p. 39, grifo nosso).

² Frase retirada de *Hamlet* (Ato I, Cena V). Hamlet fala para Horácio: “Recebamo-lo, então, como estrangeiro. *Há muita coisa mais no céu e na terra,*

aparentemente corriqueiro, mas está longe de decorrer de uma escolha feita ao acaso. Envolve fatores complexos e nem sempre perceptíveis, como comportamentos, costumes, tradições, parentesco, moda, etc.

Além disso, uma reflexão sobre o nome também se faz presente por uma questão metodológica. Norberta Amorim (1983, p. 213), ao referir-se a estudos de caráter demográfico, assinalou que os mesmos trabalham obrigatoriamente sobre nomes³, pois “nenhum estudo de comportamentos demográficos terá validade, se não conseguirmos identificar de forma correcta cada indivíduo nos vários actos registados da sua vida (...). Tal identificação parte basicamente do nome”.

No entanto, no devir da produção de trabalhos referentes a populações luso-brasileiras anteriores ao século XX, constatou-se uma série de dificuldades em tal identificação e cruzamento devido a certas particularidades que as práticas de nominação vigentes para estes grupos à época apresentam, o que já foi tratado por diversos autores, como Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013). Em primeiro lugar, os sobrenomes eram transmitidos sem regras definidas. Isso quando eram transmitidos, visto que era comum a troca, abandono, inversão ou mesmo a ausência de cognomes. Quanto aos prenomes, o costume era de serem atribuídos escolhendo-os de forma majoritária a partir de um conjunto bastante reduzido, apesar de um estoque relativamente grande de opções disponíveis, o que trazia como consequência um alto índice de homônimos.

Horácio, do que sonha a nossa pobre filosofia. Vide novamente. Jurai de novo, assim Deus vos ajude, por mais que eu me apresente sob aspecto extravagante, tal como em futuro é possível que eu venha a comportar-me, que jamais – se me virdes alguma hora cruzar assim os braços, ou a cabeça sacudir desse jeito, ou dizer frases sem nexos: ‘Muito bem’ ou ‘Poderíamos se o quiséssemos’, ou ‘Vontade tenho de falar’, ou discursos desse gênero – mostrareis saber algo. Que a divina Graça e a Misericórdia vos amparem” (SHAKESPEARE, 2008, p. 562, grifo nosso).

³ Tal afirmação é válida também para qualquer estudo que faça uso de cruzamento nominativo de fontes.

Tal “problema” trouxe novas possibilidades de investigação no que se refere às práticas de denominação. Estas foram definidas por Rodrigo Weimer (2012, p. 182) como:

As maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes, e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los.

Em suma, o estudo das práticas nominativas vai muito além de uma simples listagem de nomes. Com efeito, Marc Bloch (1932, p. 67, tradução nossa) já apontava que os nomes usados por uma sociedade têm relação com questões sociais, ao afirmar que “a escolha dos nomes de batismo, sua natureza, sua frequência relativa (...) revelam correntes de pensamento ou de sentimento aos quais o historiador não pode permanecer indiferente”. Sérgio Nadalin (2004) trouxe ainda que os nomes constituem-se indicadores para constatar componentes das relações sociais e reveladores de comportamentos coletivos e do imaginário de uma sociedade.

Levando isso em consideração, e com o fim de contribuir para a expansão dos ainda incipientes estudos referentes à onomástica e antroponímia, este trabalho tem como proposta trazer os primeiros resultados e apontar possibilidades de uma análise das práticas de denominação adotadas por populações luso-brasileiras, estudando o caso de uma paróquia. A localidade em questão é a freguesia (vila a partir de 1809, cidade a partir de 1822) de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, localizada na capitania (província a partir de 1822) do Rio Grande de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil. O período de análise vai de 1772 (ano de fundação da paróquia) a 1835.

São levados em conta aqui os processos de atribuição, incorporação, variação e transmissão de prenomes e cognomes pela população livre e forra, considerando as variáveis sexo e condição social,

bem como as motivações, estratégias e implicações envolvidas em tais atos.

Nomes e práticas de nomeação luso-brasileiras: algumas considerações

Claude Lévi-Strauss (2012) apontou três funções básicas exercidas pelo nome em uma sociedade: identificar, significar e classificar.

Identificar, função, segundo Robert Rowland (2008), de caráter denotativo, individualiza o portador de um nome, distinguindo-o dos membros de uma população em referência. Está presente em todas as culturas, apresentando, de acordo com Martha Hameister (2006), variações no tocante à estrutura e às formas de atribuição e transmissão. O peso que esta função tem em uma determinada sociedade também varia de caso para caso. Por exemplo, a época estudada, ainda inserida em um contexto de Antigo Regime, possui características do chamado “padrão clássico de nomeação”. Assim, dar-se-ia menor relevância à identificação no sentido de individualização; em seu lugar, haveria uma intenção de, como traz Jean Boutier (1988 *apud* HAMEISTER, 2006), pertença ou mimetização.

O papel do nome, já trouxe Lévi-Strauss (2012, p. 201), não se resume apenas à identificação, já que “os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações”. Isso leva a outra função do nome: *significar*, que, conforme Rowland (2008), possui caráter conotativo e faz com que o nome ganhe significados, os quais estabelecem a identidade pessoal e social da pessoa nominada. Identidade construída a partir da relação com os demais sujeitos e suas identidades, a qual, segundo Françoise Zonabend (1984 *apud* NADALIN, 2012, p. 57) “constitui a percepção que cada um tem de outrem, identidade que estabelece, portanto, a ‘diferença’”.

Por sua vez, a função de *classificar* inclui ou exclui indivíduos em um grupo usando-se como critério o nome. Com efeito, Hameister (2006) apontou que os nomes carregam uma série de atributos, inspirando diversas reações em uma sociedade: temor, respeito, desprezo, malícia,

entre outras. Assim, pode-se classificar tanto com o intuito de desqualificação quanto com o intuito de qualificação.

O primeiro pode ser exercido, de acordo com João de Pina Cabral (2008), por atribuição discricionária de antropônimo a outra pessoa, por interdição de nomes que possuam algum tipo de rejeição ou proibição (formal ou social), ou por discriminação a formas alternativas de nominação que não o nome oficial. O segundo leva em conta, conforme Hameister (2006), que atributos positivos podem ser incorporados ao nome próprio do sujeito mediante suas ações ao longo da vida. Mas também tais qualidades podem ser legadas a quem recebe um nome que tenha esses atributos incorporados. Ações que ocorrem simultaneamente e se complementam de forma mútua.

Isso faz com que se chegue à ideia trabalhada por Hameister (2006) do nome como um patrimônio imaterial familiar. Em outras palavras, um bem simbólico transmissível aos sucessores, em cuja transmissão eram legados também os atributos do portador original. Ou seja, dava-se e recebia-se uma herança imaterial, no sentido trabalhado por Giovanni Levi (2000).

Considerando esses fatores, a escolha de um nome, citando José Luiz da Veiga Mercer e Sérgio Nadalin (2008) está longe de ser um ato de liberdade absoluta, sendo regulada pelas normas do grupo social. Em outras palavras, o que Levi (2000, p. 46) chama de racionalidade limitada, ou seja, uma ação “fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”. Assim, escolher um nome “do estoque usual exprime a adesão ao grupo; é um ato de pertencimento. Já a escolha que ignorar o acervo tradicional poderá significar afastamento em relação à comunidade de origem e busca de uma nova identidade social” (MERCER; NADALIN, 2008, p. 12).

Passemos para o uso dos nomes pelas populações luso-brasileiras. Levando em conta a produção historiográfica já realizada referente ao tema, encontram-se alguns elementos comuns às práticas nominativas das diversas paróquias de Portugal e Brasil, o que, para Rowland (2008, p. 18), reforça a ideia de que os nomes possuem um significado para a sociedade, visto que:

Se os nomes próprios fossem, de facto, marcas sem significado, seria de esperar que a sua distribuição no interior de uma determinada população fosse aleatória e que a sua variedade fosse suficiente para eliminar, no interior de um mesmo espaço de interacção ou universo de interconhecimento, os riscos de confusão entre pessoas. E, mesmo admitindo que houvesse subpopulações espacial ou temporalmente específicas, facto esse que se poderia traduzir na existência de conjuntos regional e / ou cronologicamente específicos de nomes, a distribuição desses nomes no interior de cada uma dessas subpopulações deveria mesmo assim ser aleatória. Nestes termos (...) a existência de uma distribuição regular dos nomes próprios em qualquer população, ou a persistência dessa distribuição ao longo do tempo, constitui um indício seguro do carácter socialmente significativo das práticas de nomeação.

No período de análise em questão, como visto anteriormente, as características encontradas são as do “padrão clássico de nominação”: uma variedade de nomes menor que a encontrada atualmente, com tendência à concentração de uso nas opções mais tradicionais (BOUTIER, 1988 *apud* HAMEISTER, 2006).

A atribuição do nome era distinta da forma atual. No batismo, o neófito recebia apenas o prenome, simples ou composto, o qual, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, não poderia ser permitido pelo pároco se não houvesse pertencido a algum indivíduo beatificado ou canonizado pela Igreja Católica (VIDE, 2007). Amorim (1983, p. 213, grifos nossos) destaca que:

O nome próprio recebido no baptismo podia ter relação com os nomes próprios dos pais, avós ou outros familiares, com os nomes dos padrinhos, com os oragos das paróquias, com pontos altos do culto de determinados santos, mas tinha muito a ver com *modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias*, mesmo as mais isoladas.

O cognome só aparecia no casamento ou depois que o sujeito atingisse independência econômica (AMORIM, 1983). Por sua vez, enquanto a maior parte dos países europeus consolidou o modelo de nominação baseado na transmissão de sobrenomes de origem paterna por volta do século XVII (ROWLAND, 2008), Portugal e suas colônias não

possuíam regras específicas para transmissão do nome de família. Uma pessoa podia receber o(s) sobrenome(s) de seu pai, de sua mãe, de ambos, ou mesmo de avós ou parentes mais distantes, consanguíneos ou espirituais. Era comum irmãos receberem cognomes diferentes um do outro. Outra prática comum era o uso de sobrenomes de invocação religiosa (por exemplo, Maria da Conceição ou Ana de Jesus) ou mesmo o não-uso de sobrenomes, adotando-se apenas um segundo (ou mesmo terceiro) prenome. Ainda que não estejam sendo abordados neste momento, vale destacar que os escravos, em geral, possuíam apenas o prenome, pois costumavam ser identificados nos documentos junto ao nome de seus proprietários.

Tal contexto antroponímico era o qual os habitantes de Porto Alegre estavam inseridos. Uma análise quantitativa e qualitativa dos dados contidos nos registros paroquiais permite traçar o comportamento adotado pela população da referida localidade, o qual deve ser considerado levando em conta resultados apresentados por estudos feitos sobre outras paróquias em período semelhante. Alguns dos primeiros resultados e possibilidades que podem ser apontadas a partir do que os dados nos apresentam são encontrados a seguir.

O uso dos nomes em Porto Alegre: primeiros resultados e possibilidades

Esta pesquisa utiliza de dados provenientes dos assentos paroquiais de batismo e casamento da paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Ainda que, segundo Scott e Scott (2013), as fontes eclesiásticas não tenham sido originalmente idealizadas para fins demográficos ou estatísticos, as mesmas possuem uma série de informações pertinentes, que podem ser exploradas mediante procedimentos metodológicos específicos.

Para o período em questão, tais fontes, de acordo com Maria Luiza Marcilio (2004), são os documentos que mais se aproximavam de cobrir a universalidade da população. Isso porque englobavam pessoas de diversas condições social, jurídica e de legitimidade, cores e sexos, com uma grande riqueza de informações “para a reconstituição da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de

explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções” (MARCÍLIO, 2004, p. 15).

Assim, considerando que uma das variáveis de análise é a condição social, são levados em conta os atributos encontrados nos registros paroquiais. Atributos que podiam ter tanto o fim de “qualificação” quanto o fim de “desqualificação”. Tal classificação deve levar em conta que a sociedade da época ainda estava inserida num contexto de Antigo Regime, ou seja, segundo Ronaldo Vainfas e Guilherme Pereira das Neves (2000, p. 44), “a sociedade aparecia estruturada por uma complexa hierarquia de status, em que nem sempre a riqueza exercia papel determinante, e na qual a busca de distinção que comandava as aspirações de ascensão social”. Assim, a “qualidade” das pessoas era uma noção importante a ser considerada.

Eram considerados “qualificados” os indivíduos que fossem tratados nos registros com algum atributo “qualificador”, como patente militar, indicativo de cargo ou ofício ou título de “dona”. Por “desqualificados”, entende-se os sujeitos que tinham identificada sua cor (nação Guarani, pardo, crioulo, preto)⁴, sua condição jurídica (forro, escravo) ou seu estatuto de nascido fora de casamento socialmente reconhecido (filho natural ou exposto).

O cruzamento nominativo dos indivíduos nos vários atos é possibilitado por um banco de dados informatizado, gerado pelo Nacaob, programa especialmente desenvolvido para inserção e cruzamento das diversas informações contidas nos assentos paroquiais de nascimento/batismo, casamento e óbito.

Devido à já citada questão de o nome à época ser constituído em etapas diferentes ao longo da vida, serão feitas duas análises: uma dos prenomes, utilizando-se dos assentos de batismo, e uma dos sobrenomes, mediante o uso dos registros de casamento.

⁴ É importante frisar que, no período em questão, o indicativo de cor nos documentos poderia não necessariamente apontar com exatidão o fenótipo do sujeito, e sim ser utilizado mais como expressão da posição que o indivíduo tinha na sociedade.

No período de 1772 a 1835, encontra-se um total de 13.037 indivíduos livres e forros batizados, dos quais 6.624 eram do sexo masculino e 6.413 do sexo feminino. Destes, 3.933 (1.996 masculino e 1.937 feminino) possuíam algum atributo “desqualificador” ou algum dos pais o tinham. Enquanto isso, 1.056 (511 do sexo masculino e 545 do sexo feminino) eram filhos/as de pai e/ou mãe com atributo “qualificador”.

Nos diversos estratos sociais, Porto Alegre seguia a tendência antroponímica luso-brasileira de concentrar as escolhas de nomes entre um número reduzido de opções em relação ao estoque disponível, como podemos ver nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1: Frequência dos cinco prenomes mais usados em batismos na Matriz de Porto Alegre por sexo (1772-1835)

Masculino			Feminino		
Nomes	NA	%	Nomes	NA	%
1. José	899	13,6	1. Maria	1278	19,9
2. João	726	11,0	2. Ana	452	7,0
3. Manuel	717	10,8	3. Francisca	265	4,1
4. Antônio	706	10,7	4. Joaquina	258	4,0
5. Francisco	435	6,6	5. Rita	221	3,4
Subtotal	3483	52,6	Subtotal	2474	38,6
Outros 392 nomes	3141	47,4	Outros 381 nomes	3939	61,4
Total geral	6624	100,0	Total geral	6413	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia

Tabela 2: Frequência dos cinco prenomes mais usados por famílias “desqualificadas” em batismos na Matriz de Porto Alegre por sexo (1772-1835)

Masculino			Feminino		
Nomes	NA	%	Nomes	NA	%
1. José	247	12,4	1. Maria	375	19,4
2. Manuel	246	12,3	2. Ana	114	5,9
3. João	196	9,8	3. Francisca	80	4,1
4. Antônio	191	9,6	4. Joaquina	77	4,0
5. Francisco	129	6,5	5. Rita	57	2,9
Subtotal	1009	50,6	Subtotal	703	36,3
Outros 271 nomes	986	49,4	Outros 255 nomes	1234	63,7
Total geral	1996	100,0	Total geral	1937	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia.

Tabela 3: Frequência dos cinco prenomes mais usados por famílias “qualificadas” em batismos na Matriz de Porto Alegre por sexo (1772-1835)

Masculino			Feminino		
Nomes	NA	%	Nomes	NA	%
1. José	84	16,4	1. Maria	137	25,1
2. Antônio	65	12,7	2. Rita	45	8,3
2. João	65	12,7	3. Ana	43	7,9
4. Francisco	38	7,4	4. Francisca	24	4,4
5. Manuel	34	6,7	5. Joaquina	15	2,8
			5. Teresa	15	2,8
Subtotal	286	56,0	Subtotal*	279	51,2
Outros 98nomes	225	44,0	Outros 105nomes	266	48,8
Total geral	511	100,0	Total geral	545	100,0

* – inclusive Joaquina e Teresa⁵

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia

Entre os nascidos do sexo masculino, verifica-se que a tendência de se escolher um dos cinco prenomes mais utilizados é semelhante em todos os setores da sociedade, com percentuais superiores à media geral dentro dos estratos “qualificados” e pouco inferiores à média geral dentro dos setores “desqualificados”. Quanto aos nomes, são os mesmos, variando apenas as posições. Vale destacar que José era o antenome mais utilizado em todos os setores sociais, enquanto que Manuel tinha uma popularidade maior dentro da população “desqualificada” e era bem menos utilizado pelas famílias “qualificadas”. No comparativo com algumas paróquias luso-brasileiras, percebe-se que os cinco prenomes mais populares, variando-se algumas posições, são os mesmos. Já os percentuais de uso desses antenomes são semelhantes apenas entre as paróquias brasileiras, sendo apresentados índices muito superiores na localidade açoriana⁶.

⁵ Se excluir uma das quintas colocadas da contagem dos cinco primeiros nomes, os números ficam dessa forma: Subtotal: 264 (48,4%). Outros 106 nomes: 281 (51,6%).

⁶ Nas paróquias brasileiras, o percentual encontrado variou de 51,3 a 53,8%, enquanto na açoriana, o índice ultrapassa os 90%. As localidades que foram

Os índices de uso dos cinco prenomes femininos mais populares foram sempre inferiores aos apresentados pelo sexo masculino. Levando-se em conta a situação social, as batizadas pertencentes a famílias “desqualificadas” tinham a possibilidade de portar um dos cinco antenomes mais populares um pouco inferior à média geral; já os percentuais de uso entre as filhas de pais “qualificados” eram bem superiores à média geral, com uma diferença menor em relação aos neófitos do sexo masculino. Assim como entre os meninos, os cinco prenomes femininos mais populares são os mesmos nos três recortes de análise. Maria foi indistintamente o campeão de preferência; Rita teve uma popularidade maior dentro dos setores “qualificados”. Comparando-se com a situação das localidades luso-brasileiras anteriormente referidas, o percentual de uso dos cinco nomes mais populares em Porto Alegre, com exceção das filhas de famílias “qualificadas”, é inferior ao das paróquias brasileiras e muito inferior ao da localidade açoriana⁷. A lista dos cinco nomes mais utilizados também apresenta variações um pouco maiores que as apresentadas dentro do sexo masculino, ainda que Maria seja o nome mais utilizado em todas as localidades.

Com tal panorama, é esperado que se encontre um alto índice de homônimos e que haja uma grande possibilidade de um neófito receber o mesmo antenome de um ascendente consanguíneo ou espiritual. Considerando os casos de filhos que recebem o mesmo prenome de um dos pais e de afilhados aos quais é atribuído um prenome idêntico ao de um dos padrinhos, incluindo na contagem os casos de prenome com gênero flexionado (por exemplo, uma Josefa filha de um José ou um Antônio afilhado de uma Antônia), tem-se um quadro onde mais de 45% dos recém-batizados de Porto Alegre recebiam o mesmo prenome dos pais e/ou padrinhos, índice superior ao encontrado por Hameister (2003)

referenciadas são: Santo Antônio (Florianópolis/SC), analisada por Sérgio Luiz Ferreira (2006), São José (Tiradentes/MG), por Douglas C. Libby, a quem o autor agradece pelos dados cedidos, e São João (Ilha do Pico/Açores), estudada por Maria Norberta Amorim (2003). Conferir CAMILO et al. (2013).

⁷ Aqui, o percentual das demais paróquias brasileiras ficou em torno de 45%, enquanto a localidade açoriana apresentou índices de aproximadamente 66%.

para Rio Grande (42,9%). As tabelas 4 e 5 apresentam com mais detalhes a distribuição dos homônimos.

Tabela 4: Índice de homônimos na Matriz de Porto Alegre do sexo masculino por “qualificação” dos pais (1772-1835)

Origem do prenome	Geral		“Desqualificados		“Qualificados	
	NA	%	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1364	20,6	160	8,0	204	39,9
Só pai/só mãe	867	13,1	104	5,2	145	28,4
Padrinho/madrinha	2570	38,8	692	34,7	167	32,7
Só padrinho/Só madrinha	2073	31,3	636	31,9	108	21,1
Pais+padrinhos	497	7,5	56	2,8	59	11,5
Subtotal	3437	51,9	796	39,9	312	61,1
Outras origens	3187	48,1	1200	60,1	199	38,9
Total Geral	6624	100,0	1996	100,0	511	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia

Tabela 5: Índice de homônimos na Matriz de Porto Alegre do sexo feminino por “qualificação” dos pais (1772-1835)

Origem do prenome	Geral		“Desqualificados		“Qualificados	
	NA	%	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1073	16,7	220	11,4	142	26,1
Só pai/só mãe	710	11,1	136	7,0	103	18,9
Padrinho/madrinha	1886	29,4	484	25,0	157	28,8
Só padrinho/Só madrinha	1523	23,7	400	20,7	118	21,7
Pais+padrinhos	363	5,7	84	4,3	39	7,2
Subtotal	2596	40,5	620	32,0	260	47,7
Outras origens	3817	59,5	1317	68,0	285	52,3
Total Geral	6413	100,0	1937	100,0	545	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia

Os números trazem que essa prática era mais comum de ser adotada para rebentos do sexo masculino. Já no que se refere à condição social, percebe-se que tal prática era menos recorrente que a média entre os setores “desqualificados” e mais difundida dentro das famílias “qualificadas”. Com exceção dos rebentos do sexo masculino pertencentes aos estratos superiores da sociedade, entre os quais era maior a possibilidade de portar o antenome de um dos pais do que de um

dos padrinhos, nos demais casos era mais comum receber o prenome de um dos padrinhos do que de um dos pais.

Este panorama leva a abrir uma série de questões respeitadas motivações e estratégias que levariam à escolha e transmissão de determinados nomes em detrimento de outros. Considerando a historiografia referente às práticas nominativas luso-brasileiras, entre as possibilidades de motivações, podemos citar, desde uma homenagem ao portador “original” do nome, um intuito de transferir os atributos deste para o neófito, até chegar a questões mais complexas, como a hipótese de Hameister (2006), que defende que transmitir o nome do pai para o filho – inclusive sobrenome(s) poderia ter como intenção de (con)fundir ambos em uma só pessoa, onde o segundo deveria dar seguimento à história de vida do primeiro. Também se deve levar em conta outra possibilidade apontada por Hameister (2003), referente à transmissão de nome de padrinhos para afilhados, que teria como pano de fundo aconsolidação de relações estabelecidas no compadrio.

Considerando essas possibilidades e levando em conta que, como já apontara Rowland (2008), o prenome por si só não bastava para identificar o estatuto social de uma pessoa, é preciso fazer uma análise também dos sobrenomes, os quais aqui serão analisados fazendo uso dos registros de casamento.

Entre 1772 e 1835, temos um total de 2.928 casamentos na paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, sendo que em 646 deles pelo menos um dos nubentes era “desqualificado”, enquanto que 133 matrimônios tinham ao menos um dos noivos “qualificado”. Neste momento, temos contabilizadas apenas as origens dos sobrenomes dos noivos dos 779 casos anteriormente referidos, assim que a análise contemplará apenas estes casos aqui. A tabela 6 traz a distribuição da origem dos sobrenomes desses nubentes.

Tabela 6: Origem dos sobrenomes dos/das noivos/as em casamentos por “qualificação social” na Matriz de Porto Alegre (1772-1835)

	Noivos				Noivas			
	“Qualif.”		“Desqualif.”		“Qualif.”		“Desqualif.”	
Origem do sobrenome	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Um	55	41,4	326	50,5	91	68,4	413	63,9

sobrenome								
do pai	33	24,8	104	16,1	36	27,1	38	5,9
da mãe	1	0,8	16	2,5	12	9,0	64	9,9
Indefinida	21	15,8	206	31,9	43	32,3	311	48,1
Dois ou mais sobrenomes	76	57,1	181	28,0	34	25,6	42	6,5
ambosdo pai	26	19,5	57	8,8	13	9,8	7	1,1
ambosda mãe	1	0,8	3	0,5	1	0,8	5	0,8
pai e mãe	10	7,5	7	1,1	8	6,0	2	0,3
pai e indefinida	21	15,8	24	3,7	7	5,3	4	0,6
mãe e indefinida	5	3,8	7	1,1	0	0,0	3	0,4
ambos indefinida	13	9,8	83	12,8	5	3,8	21	3,2
Nenhum sobrenome	2	1,5	139	21,5	8	6,0	191	29,6
Total	133	100,0	646	100,0	133	100,0	646	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados da freguesia

Uma comparação preliminar entre os estratos “qualificados” e os “desqualificados” permite tecer algumas primeiras considerações e apontar possibilidades futuras. Em primeiro lugar, o quadro apresentado fortalece a noção de que não havia uma regra geral para transmissão de cognomes. Sem embargo, os números confirmam um menor uso de sobrenomes entre o sexo feminino e também entre os setores “desqualificados”, indo ao encontro do trazido por Sérgio Luiz Ferreira (2006). Em ambos os casos, quando portavam sobrenome, era mais comum ter apenas um, bem como adotar um apelido que não pertencia nem ao pai, tampouco à mãe, ou ainda adotar um cognome de inspiração religiosa. Esse quadro, contudo, deve ser relativizado pelo fato de que, entre os noivos “desqualificados”, era recorrente não ter os pais citados nos registros, o que dificulta a busca pela origem dos cognomes.

Para a população “desqualificada”, podemos citar como exemplos dois casos, um onde os noivos têm sobrenome e um onde os nubentes não o possuem: Para o primeiro, temos o caso da crioula Teodósia Maria Santos, que recebeu o mesmo sobrenome do pai, André Costa Santos, negro forro. Ela casou-se em 1833 com Antônio Leopoldino Santos Pereira, pardo forro, filho natural de Maria Candias,

cuja origem dos sobrenomes é desconhecida. Para o segundo, que era comum de ocorrer especialmente se os pais não eram citados (outro indício de “desqualificação”), citemos o caso do preto forro Adão Inácio, que se casou com a crioula forra Genoveva Jesus Maria em 1835.

Quanto ao caso específico de famílias que adotaram a estratégia de transmitir o nome completo a algum/ns de seus descendentes, que leva em conta a hipótese de “(con)fusão” elaborada por Hameister (2006), encontramos 11 casos entre as famílias “qualificadas” (8,3% do total) e 15 casos entre as famílias “desqualificadas” (2,3% do total) onde o noivo tinha o nome completo idêntico ao do pai. No segundo caso, entretanto, em todas as ocasiões a “desqualificação” era da parte da noiva.

Dependendo da estratégia familiar, um nome completo poderia ser legado para várias gerações, o que tem maiores chances de ser localizado em famílias “qualificadas”. Em Porto Alegre, encontramos, mediante o cruzamento nominativo entre os registros de batismo e de casamento, pelo menos um potencial caso em que pode ter acontecido isso, a ser confirmado (ou refutado) em estudos futuros. Trata-se da família de Francisco Barreto Pereira Pinto, cujo nome foi utilizado em pelo menos três gerações.

O sargento-mor (título constante no registro de 1821) Francisco Barreto Pereira Pinto, natural de Rio Pardo, filho do miliciano Francisco Barreto Pereira Pinto e de Francisca Velosa da Fontoura, casou-se com Eulália Joaquina Oliveira em Porto Alegre no ano de 1778. Até 1821, não foram encontrados registros referentes a esta família, até que no referido ano há um registro do nascimento do neto, também chamado Francisco, cujo pai, intitulado tenente-coronel e nascido em Rio Pardo, tinha o nome completo idêntico ao de seu progenitor e de seu avô. A mãe do quarto Francisco chamava-se Francisca Urbana da Fontoura. Ainda não temos a informação se o neófito, caso tenha sobrevivido, ao crescer, adotou o mesmo sobrenome utilizado pelo pai, avô e bisavô, mas esta, considerando o contexto e caso não tenha havido alteração da estratégia familiar, é uma possibilidade plausível.

A partir de tal panorama, pode-se conjecturar que a população da época, especialmente a pertencente aos setores “qualificados”, considerava de suma importância o papel que o nome tinha naquela

sociedade, o que os levaria à adoção de estratégias as quais julgariam as mais adequadas para manutenção e valorização desse bem.

Uma delas seria a transmissão de prenomes e cognomes, prática que, de acordo com Rachel dos Santos Marques (2012, f. 128), além de aproximar a pessoa que recebe o nome da que o lega, favorecia “o reconhecimento do pertencimento familiar dessas pessoas por parte da sociedade. Esse era um fator essencial em uma sociedade que não apenas se organizava em termos de pertencimento, também valorizava imensamente o papel do prestígio dos autores”. Estratégia que, contudo, demandava grande responsabilidade, pois havia o risco de se fazer “mau uso” do nome, razão pela qual Hameister (2006, f. 115) concluiu que o nome era “um bem um bem a ser legado e, às vezes, negado”.

Ainda que não fosse uma regra rígida, tanto a maior possibilidade de os membros do sexo masculino serem os receptores e transmissores de nomes e sobrenomes em uma família quanto o uso mais irregular de cognomes pelos setores “desqualificados” em relação ao estratos “qualificados” seria mais um indício do nome como uma herança imaterial cuja possibilidade de acesso indicaria o reforço tanto das posições sociais preponderantes dos setores socialmente “qualificados” e dos membros do sexo masculino quanto do papel subalterno dos membros do sexo feminino e dos setores socialmente “desqualificados”, o que demanda futuras análises mais aprofundadas.

Considerações finais

À guisa de conclusão, este breve trabalho demonstrou que problemas encontrados durante o andamento das pesquisas podem apontar novas possibilidades de estudos. No caso, a dificuldade de identificar corretamente os indivíduos em populações luso-brasileiras possibilitou a entrada no tema das práticas de nomeação.

Os primeiros indícios encontrados e possibilidades apontadas trazem à tona que as práticas de nomeação adotadas pela sociedade porto-alegrense do final do século XVIII e início do século XIX estão inseridas em um contexto antroponímico luso-brasileiro, com características comuns apontadas em estudos anteriores sobre outras localidades. Ademais, deve-se destacar a importância que o nome tinha

na referida sociedade, que tenderia a adotar um comportamento de atribuir e transmitir nomes já presentes em seu universo familiar e social, estratégia mais difundida para os membros do sexo masculino e para os sujeitos pertencentes a estratos sociais mais privilegiados. Isso teria como possíveis motivações uma intenção de demonstrar pertencimento e a busca de manutenção e aumento de seu prestígio, o que reforça a hipótese de o nome ser considerado um patrimônio imaterial familiar com acesso desigual entre os diversos setores. Por fim, para se legar um “bom nome”, seria necessário o uso de estratégias familiares adequadas para que tal bem pudesse ser transmitido com a agregação de ainda mais predicados.

Referências

AMORIM, Maria Norberta. Falando de demografia histórica... *NEPS*: boletim informativo, Guimarães, v. 33-34, p. 4-8, set.-nov. 2003.

_____. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

BLOCH, Marc. Noms de personne et histoire sociale. *Annales d'histoire économique et sociale*, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67-69, 1932.

CAMILO, Nathan; SCOTT, Ana Silvia Volpi; SILVA, Eliane Rosa da; CRUZ, Edmilson Pereira. “Feliz el hombre que deja un buen nombre”: prácticas de nombramiento en la feligresía de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1829). In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, X, 2013, Albacete. *Anais eletrônicos...* Madrid, ADEH, 2013. Disponível em: <<https://www.adeh.org>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

FERREIRA, Sérgio Luiz. “Nós não somos de origem”: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. *Anais*

eletrônicos... Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia Historia*, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Por cima da carne seca*: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul.-dez. 2008.

NADALIN, Sérgio Odilon. A constituição das identidades nacionais nos territórios da imigração: os imigrantes germânicos e seus descendentes em Curitiba (Brasil) na virada do século XX. *Revista del CESLA*, Varsóvia, n. 15, p. 55-79, 2012.

_____. *História e demografia*: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

PINA CABRAL, João de. Recorrências antroponímicas lusófonas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 237-262, maio 2008.

ROWLAND, R. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Etnográfica*, v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para

sociedades do Antigo Regime. *Mediações*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jul. 2013.

SHAKESPEARE, William. *Tragédias: teatro completo*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Guilherme Pereira das. Antigo Regime. In: VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 43-46.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Edição fac-similar da de 1853.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2012. p. 181-214.

REPERCUSSÕES DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA ECONOMIA E NO ESPAÇO SOCIAL-TERRITORIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NOS SÉCULOS XX E XXI

Roberto Rodolfo Georg Uebel*

Introdução

A imigração sempre foi um tema analisado sob diversos ângulos, sendo objeto de estudo de vários campos do saber. A ciência econômica mostrou-se receptiva ao estudo das migrações em proporções menores, realizando majoritariamente estudos acerca de determinantes microeconômicos das imigrações e uma pequena abordagem na literatura econômica clássica, mas sempre com escopo ligado às questões matemáticas, afastando-se de interpretações que partissem da historiografia econômica e de aspectos sociológicos, territoriais e ambientais que envolvem o estudo das migrações. Vislumbra-se, portanto, uma lacuna a ser preenchida pela ciência econômica em sua contribuição ao desenvolvimento do pensamento universal: a especificidade dos impactos econômicos territoriais decorrentes dos movimentos migratórios.

Os espanhóis constituíram um dos mais importantes grupos imigratórios do século XX, com motivações tanto econômicas, como a o desejo de melhoria de vida, quanto políticas, como a fuga ao alistamento militar obrigatório, particularmente em períodos em que a Espanha

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-graduando em Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria (Polo de Picada Café). Pesquisa financiada com recursos Pró-Defesa/CAPES.

travava luta com suas colônias africanas, formando o que Weber (2010) denomina hispanidade além-mar. Território fronteiro, destinado por vários séculos a marcar os limites entre a América portuguesa e a espanhola, tendo recebido muitas levas de imigrantes nos séculos XIX e XX e crescentes contingentes de imigrantes no final do século XX e início do século XXI, o Rio Grande do Sul, na visão dessa autora, poderia ser um ambiente para a representação de hispanidade.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo a investigação, descrição e explicitação das principais consequências do processo migratório espanhol no estado do Rio Grande do Sul durante o século XX e primeira década do século XXI e seu impacto econômico e territorial no desenvolvimento dessa unidade da federação para o referido período em análise.

A imigração espanhola no Estado do Rio Grande do Sul

Ao abordar a imigração espanhola, não só em território sul-rio-grandense, mas também em toda América Latina, os pesquisadores encontram dificuldades para parametrizar e catalogar, de forma historiográfica ou antropológica, os grupos de imigrantes espanhóis que aportaram por essas terras desde o século XVI. Tal dificuldade é decorrente, segundo Weber et al. (s/d), do fato de que os espanhóis, assim como os portugueses, tiveram menos necessidade de criar instituições para defender seus interesses ou de construir comunidades relativamente fechadas ou colônias, por serem os antigos ocupantes do território e se sentirem à vontade na sociedade regional. Por esse motivo, não formaram grupos ou comunidades da mesma forma que alemães e italianos – em sua maioria – o fizeram em todos os territórios brasileiros em que se alocaram, com exceção da cidade paulista de Sorocaba, onde comunidade espanhola encontrava-se unida e consolidada em associações e aglomerações habitacionais, conforme aponta Oliveira (2002). Prochnow (2009) interpreta esse não surgimento de comunidades específicas de imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul como uma alusão ao típico anarquismo espanhol:

Compreendendo-se a organização social através do uso das coletivizações e das cooperativas, de comitês e de sindicatos, os anarquistas sempre abdicaram de concorrer ao poder uma vez que

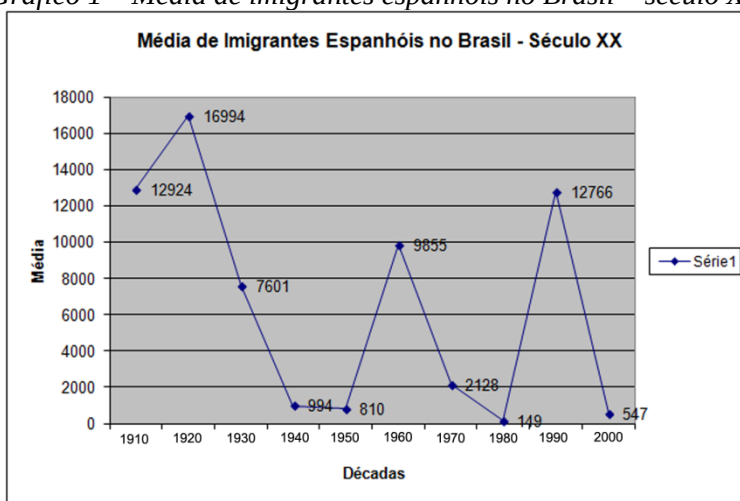
a autoridade que emana das estruturas do Estado são viciadas: o Estado é a obra da própria sociedade que se aliena. (PROCHNOW, 2009, p. 37).

A imigração espanhola na contemporaneidade, entre o século XIX e XX, segundo Arroyo (1958), não se deu por grandes levas de cidadãos espanhóis, como ocorrera em São Paulo desde 1885, mas de indivíduo em indivíduo:

(...) desciam da Bahia, Rio ou São Paulo. Mesmo os que vinham diretamente da Península, pelo porto do Rio Grande, penetravam sem maiores exigências, quase não deixando traços documentais da chegada. Tanto pelas fronteiras secas como pela marítima, coavam-se de indivíduo em indivíduo: era o espanhol radicado no Rio Grande que após trabalhar e prosperar, mandava vir, por carta, um irmão mais moço ou um sobrinho; ou era aquele que, rico, voltava à terra natal em visita, e, a rogo de parentes ou vizinhos, consentia em trazer para o Brasil um ou mais adolescentes do lugar. (ARROYO, 1958, p. 240).

Numericamente falando, é patente notar que a média de imigrantes espanhóis no Brasil oscilou ao longo dos decênios do século XX, conforme se observa no gráfico a seguir (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Média de imigrantes espanhóis no Brasil – século XX



Pode-se observar uma redução significativa no número de imigrantes espanhóis nas décadas de 1940 e 1950, o que talvez possa ser em parte explicado pelo caráter relativamente hostil à imigração apresentado pelo regime ditatorial que se implantou na Espanha na década de 1940. Essa situação que só vem a se alterar a partir dos anos 1950, com a criação do Instituto Espanhol de Imigração, num contexto de modernização do Estado espanhol, quando uma visão tradicionalmente negativa do fenômeno migratório cede lugar a uma visão positiva (KLEIN, 1994), e de institutos de cultura hispânica, como o que surgiu no Rio Grande do Sul e que, desde o seu primórdio, atuou em instituições educacionais e culturais do estado, dentre elas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O gráfico acima, em conjunto com a análise de outros estudos como o de Weber (2010), demonstra que a importância da imigração espanhola no *ranking* dos maiores contingentes migratórios para o Brasil variou, não apenas em números absolutos, mas principalmente devido ao ingresso crescente de outros grupos da chamada “imigração contemporânea”. Em um levantamento dos imigrantes que ingressaram na Província do Rio Grande do Sul em 1891 e 1892 – menos de dez anos depois do início da imigração espanhola ao Brasil –, os espanhóis estão em terceiro lugar, seguindo os alemães e italianos, cuja porcentagem é maior que 60% (WEBER, 2010). Todavia, pelos dados dos Censos de 1920-1960, eles ocupam a oitava posição dentre os estrangeiros, sendo superados por italianos, alemães, poloneses, russos, portugueses, uruguaios e argentinos (em posições variadas). Diante desses números, a historiografia rio-grandense argumenta que os espanhóis possuem uma visibilidade compatível com sua expressão numérica no estado.

As circunstâncias apontadas oferecem dificuldades específicas à formação de lideranças étnicas interessadas em exercer poder sobre a comunidade, formulando um discurso que “anuncia ao grupo a sua identidade socioeconômica”, impondo-lhe uma visão única da sua identidade. O velho republicanismo que animara as lideranças espanholas mais expressivas das primeiras décadas do século foi adquirindo vieses anarquistas a partir da década de 1940 e não poderia mais servir de elo identitário à comunidade, agora ideologicamente polarizada, inclusive em aspectos econômicos e comerciais.

Além disso, é oportuno retomar alguns aspectos das antigas teorias de “assimilação” para se analisar o caso dos imigrantes espanhóis. Mesmo que alguns costumes e culturas distintivos se percam, os grupos étnicos são continuamente recriados, garantindo a sobrevivência das identidades étnicas, fenômeno que não é visto como um problema socioeconômico, exceto em algumas situações. Portanto, deixando de lado a visão normativa de que a completa absorção na nova sociedade devia ser o caminho ideal a ser seguido por qualquer grupo de imigrantes e um objetivo das sociedades receptoras, e de que a insistência em manter identidades diferenciais dificultaria esse processo e abriria espaço para tensões, pode-se ponderar que, comparativamente, a maior absorção dos imigrantes espanhóis contribuiu para o menor desenvolvimento de estratégias sociais de afirmação étnica.

A inserção da população imigrante espanhola no território gaúcho

Vargas (1979) e posteriormente Prochnow (2009) realizaram a descrição das atividades sociolaborais desses imigrantes espanhóis que se encaminharam ao Rio Grande do Sul, sendo esses registros necessários para configurarmos nosso padrão de análise. Suas profissões, mesmo que modestas, deram grande impulso ao desenvolvimento do estado, nas mais diversificadas áreas.

Na pecuária, a zona de fronteira – Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana – conserva, até os dias de hoje, numerosas famílias espanholas com seus descendentes. Na agricultura, muitos foram os que, nas encostas de Bento Gonçalves, se estabeleceram e prosperaram (VARGAS, 1979). À zona carbonífera de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos, a colônia espanhola levou o progresso, lançando as bases da prosperidade econômica e cultural da contemporaneidade. Vargas (1979) faz o registro de que essa colônia foi a responsável pela grande empresa mineral existente na região até hoje, levando consigo uma conclusão: “foi nas cidades gaúchas que a presença do espanhol se fez sentir com maior intensidade” (VARGAS, 1979, p. 28-29).

Nos registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, consta que todos os imigrantes espanhóis tinham um trabalho especializado: alfaiates, carpinteiros, ourives, mamoeiros, ferreiros, barbeiros, jornalistas, gráficos

comerciantes, artistas, professores, pedreiros; logo, observa-se que todos encontraram no estado um campo fértil para dar vazão à sua ânsia de prosperar.

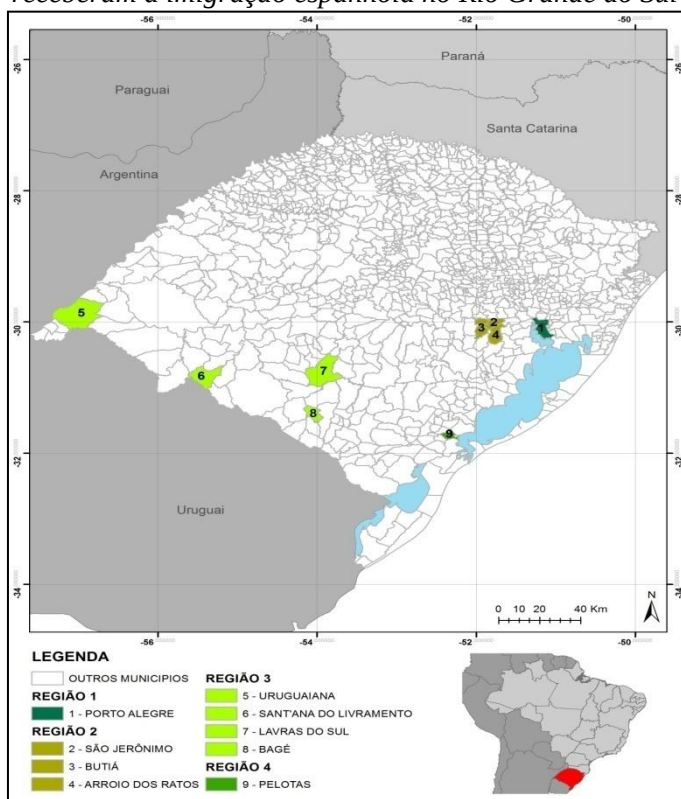
Eles vinham da Europa marcados por muitas diferenças sociais, econômicas e ideológicas. Por terem uma qualificação profissional, manifestam as suas ideologias e lutam pela igualdade social. Suas ideias têm grande receptividade junto à classe operária assalariada, conforme já foi abordado por Klein (1994).

Sua participação foi ativa dentro dos sindicatos nacionais brasileiros, pela experiência da atuação que traziam dos sindicatos de sua terra de origem, independentemente da região autônoma de que provinham, e mesmo pela forte ideologia do anarquismo, que contribuía inclusive para suas especificidades econômicas, que muitos traziam dentro de si, sempre contrários às desigualdades existentes na sociedade:

Seus primeiros passos foram marcados pelo trabalho duro, de sol a sol, ganhando pouco e enfrentando muitas privações. Construindo inicialmente uma pequena casa, e à medida que financeiramente prosperavam iam aumentando, criaram raízes profundas no solo gaúcho. Muitos vieram casados, outros, casaram-se aqui e tiveram muitos filhos e nesse afã, de levar adiante sua família, deram ao Estado tudo o que tinham: seu trabalho e seu esforço sem limites. (VARGAS, 1979, p. 30).

Observa-se nessa citação a hipótese que guia toda a pesquisa do presente trabalho: as contribuições essenciais e indispensáveis do grupo imigrante espanhol no Rio Grande do Sul, sendo importante esquematizar cartograficamente a localização das maiores colônias espanholas *lato sensu* no estado:

Mapa 1 – Mapa de localização geográfica das quatro regiões que receberam a imigração espanhola no Rio Grande do Sul



Elaborado por Roberto Rodolfo Georg Uebel

Observando o mapa acima, tem-se que a imigração espanhola concentrou-se no estado em forma de “L” invertido, tendo suas grandes colônias na região e fronteira sul e na região metropolitana na parte do Delta do Jacuí próxima à região carbonífera, incluindo a capital Porto Alegre. É importante ressaltar que esse grupo migratório orientara-se para as regiões onde alemães e italianos não se inseriram, bem como outros grupos de imigrantes, ocupando uma área que, segundo Dacanal (1980), era o território com maior vazio demográfico da Região Sul do Brasil, indo ao encontro do que Prado Júnior escrevera sobre a imigração diferenciada no Rio Grande do Sul, com grandes fins militares e econômico-desenvolvimentistas.

Especificamente quanto ao município de Porto Alegre, pode-se dizer que este acompanhava a situação desenvolvimentista vivida pelo país na década de 50, com o surgimento de indústrias (metalúrgica, química, têxtil, moveleira, do vestuário, etc.) e com a diversificação da atividade econômica, representada pela ampliação da rede comercial através de grandes estabelecimentos e por pequenas lojas varejistas que atendiam à demanda da população local.

Esse cenário vai possibilitar investimentos em mão de obra na cidade, particularmente no período do último fluxo imigratório para a Capital gaúcha. Igualmente, a industrialização gerava e fortalecia o setor de serviços e de comércio, setores onde os depoentes da pesquisa de Prochnow (2009), assim como os imigrantes em geral, encontrarão trabalho. Além disso, tal contexto facilitava a abertura de negócios próprios, fato relatado com orgulho por alguns dos imigrantes à época. Consoante apontara Diégues Júnior (1964), não faltou a participação do imigrante no desenvolvimento econômico e social de Porto Alegre, e de outras cidades brasileiras, contribuindo para a diversidade cultural da vida urbana.

Além disso, em Porto Alegre, conforme aponta Daniel Etcheverry (2011), o fenômeno migratório espanhol, enquanto fenômeno social, se caracterizou por sua invisibilidade. Parte-se da ideia de que problema de imigrante é do imigrante. Seja de trabalhadores dos países vizinhos, seja de estudantes, a imigração à cidade não aparece como um tema que mereça ser discutido nos âmbitos governamentais, apesar do número significativo de estrangeiros residentes temporária ou permanentemente na cidade, do tamanho da população e da sua situação geográfica. Somente os refugiados contemporâneos – afegãos e colombianos principalmente – têm alguma visibilidade enquanto categoria, mas a partir de uma experiência de acolhimento muito singular envolvendo instituições brasileiras que têm uma repercussão internacional na ajuda humanitária, não enquanto uma vivência direta da população. Há, em Porto Alegre, poucas organizações mediadoras, e a literatura sobre as migrações contemporâneas na cidade é ainda escassa, o mesmo ocorrendo à época da imigração espanhola em massa à cidade.

É importante salientar que as impressões gerais iniciais entre os imigrantes que vieram ao Rio Grande do Sul, inclusive de outras

nacionalidades, basicamente recaem nos seguintes aspectos: a penosa viagem de barco agravada pela dor da partida, a visão, pela primeira vez, de escravos negros tão logo o navio atracava no Rio de Janeiro ou em Santos, a abundância de comida, a tragicômica viagem de trem de cinco dias até a cidade de Porto Alegre, as condições higiênicas nos açougues e a falta de azeite de oliva.

Formas de inserção da atividade do imigrante espanhol na economia regional

O Rio Grande do Sul atual é resultado de um processo histórico intimamente relacionado aos interesses e necessidades do mercado interno brasileiro, conforme já escrevera Prado Júnior (1994). Em função deste, evoluiu, sofreu transformações e adaptações sem perder essa linha mestra que caracterizou a colonização da região a partir do período colonial português (MOURE, 1980). Com a mineração, no século XVIII, as estâncias passaram a ocupar a campanha sul-rio-grandense, fornecendo gado em pé como força de tração para o transporte dos metais preciosos do interior das Minas Gerais aos portos marítimos de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a decadência da mineração, o Brasil, em processo de independentização política, redefine sua função agroexportadora com base na lavoura cafeeira, onde mais tarde a mão de obra do imigrante espanhol seria requisitada em São Paulo. Nesse período, o Rio Grande do Sul teve duas alternativas, explicitadas por Moure (1980): (a) a charqueada como preparação da carne a fim de atender a alimentação da escravidão do centro do país; e (b) a produção tritícola açoriana, cuja colonização, próxima de Porto Alegre, com base na produção para subsistência de médios proprietários, começou a oferecer um excedente de produção comercializável.

Além do que, esse jogo de interesses e subdivisões produtivas de cunho político-econômico-sociais não estava desligado de um processo maior, conforme aponta Moure (1980). Ao longo do século XIX e no início do século XX, países europeus, que apresentavam alta densidade demográfica e consequente número de desempregados e se encontravam em processo de concentração de capital, a fim de viabilizar a industrialização, utilizaram a emigração como um dos meios de aliviar tensões sociais internas.

Associadas aos interesses nacionais e internacionais havia, então, claras definições no âmbito do Rio Grande do Sul, visto que a classe dominante pecuarista admitia somente a ocupação de terras improdutivas para a criação de gado. Esse foi um elemento básico que separou as duas atividades econômicas propostas, impondo obstáculos a uma integração entre ambas.

No entanto, foi com a imigração alemã, e posteriormente a italiana e espanhola, que a formação social agrícola, também chamada de colonial, desenvolveu características próprias e diferenciadas da pecuária rio-grandense. Em 1875, inicia-se a grande corrente de imigração italiana, ao norte das colônias alemãs, e dez anos mais tarde, a corrente de imigração espanhola ao sul das colônias alemãs; essas correntes italianas e, em menor proporção, as espanholas, tiveram três etapas básicas em seu processo de desenvolvimento, conforme escrevera Moure (1980): 1) o estabelecimento dos imigrantes nos moldes de uma agricultura de subsistência (1880-1910); 2) o desenvolvimento de atividades agrícolas e vitivinícolas para os italianos (1910-1950), no qual a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização ítalo-espanhola; e 3) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local, gerando, a exemplo da zona colonial alemã, redefinições ao nível de mercado e nas relações de produção da pequena propriedade.

A imigração, desde seus primórdios de produção para a subsistência, desenvolveu também um artesanato rural. O ofício manual do artesão, ajudado por um ou dois companheiros, produzia tecidos de linho e algodão; surgiam alfaiates, sapateiros, seleiros, e alguns proprietários construía moinhos de cereais e lagares de azeite, conforme descreve Moure (1980), corroborando novamente a abordagem de Arroyo (1958).

O artesanato conseguiu reduzir a produção familiar necessária à sua sobrevivência no início da imigração e colonização. Até então, era a família que fiava e tecia o linho e o algodão, fabricava a farinha de arroz e mandioca e demais produtos alimentícios, isso em todos os grupos de colonização, à exceção dos açorianos, no Rio Grande do Sul. Além de fornecer os artigos necessários à vida local, o artesão imigrante realizava a transformação dos produtos agrícolas para torná-los exportáveis.

Antes de continuar, é egrégio apontar que essa transformação dos produtos agrícolas e oriundos do artesanato segue a mesma linha de evolução que começara a ocorrer na Europa quase dois séculos antes, conforme comumente estuda-se em História Econômica Geral, seja em Leo Huberman (2008) ou em Maurice Dobb (1986), sobre a evolução do capitalismo. Ou seja, a imigração espanhola e italiana no Rio Grande do Sul começa a dar pistas de que seguiu os mesmos moldes da evolução capitalista, do artesanato até a indústria, que ocorrera no velho continente na pré-Revolução Industrial, reproduzindo o mesmo sistema.

Continuando, Moure (1980) destaca ainda que, com os meios de transportes e a figura do comerciante, o artesão imigrante tendeu a desaparecer. Entretanto, esses mesmos meios de transportes fazem crescer o artesanato voltado à exportação, como farinhas, alambiques, vinhos, fumo e banha e outros produtos apontados por Singer (1977). Contudo, o artesanato imigrante estava fadado a morrer diante do desenvolvimento da agricultura comercial, cujos recursos monetários capacitavam o agricultor na aquisição de produtos necessários em troca de seu excedente comercializado.

Entretanto, procurar-se-á demonstrar que não existiu um mecanismo com base na morte do artesanato pelo comércio, com este último determinando, exclusivamente, o processo de industrialização. O binômio comércio-indústria foi responsável pela redução das capacidades de subsistência artesanal, face às limitações internas de expansão da produção desta. Contudo, algumas formas de artesanato levaram à indústria, em especial as voltadas à exportação, vistas anteriormente.

Roche (1969), ao analisar a estrutura de produção do artesanato imigrante no Rio Grande do Sul, enfatiza a inexistência de capital e consequente atrofiamento na acumulação. As ferramentas eram simples e a mão de obra executada por um ou dois ajudantes, também do mesmo grupo migratório. Apesar de receberem salário, normalmente eram filhos ou parentes próximos do artesão. Muitos artesãos, segundo os registros de Arroyo (1958), dividiam sua produção com a agricultura em sua pequena propriedade. A separação dos meios de produção dos trabalhadores inexistia, uma vez que filhos e/ou parentes tornavam-se coproprietários da oficina artesanal.

Singer, criticando diretamente Limeira Tejo, demonstra que “a constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria estava preconizada à liquidação do artesanato” (SINGER, 1977, p. 168). Não foi a indústria rio-grandense que a liquidou, pois ela só surge bem mais tarde após o início da imigração espanhola e italiana. O aniquilamento se deve, então, diretamente aos bens importados, ou seja, à concorrência da indústria estrangeira, cuja inserção se torna possível graças à ligação da economia “colonial” ao mercado nacional, o que Uebel (2011) aponta em seu artigo sobre as influências da Espanha e Holanda na formação econômica brasileira.

Entretanto, Roche (1969), não descaracterizando a importância do comércio dos imigrantes para o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul, acredita que não foi aquele que gerou esta, mesmo porque algumas fábricas surgiram do artesanato urbano. Para o autor, os reais impulsionadores da industrialização seriam as tarifas alfandegárias protecionistas vigentes após a proclamação republicana, a abolição da escravatura, o reinício da imigração suprimindo deficiências de especialização ao trabalho, e os progressos da navegação de cabotagem.

A grande dúvida é de onde surge o capital necessário para a industrialização do Rio Grande do Sul através da mão de obra imigrante. Até mesmo Roche (1969) demonstrou a inexistência de capital e a impossibilidade de acumulá-lo no artesanato imigrante. Singer (1977) enfatiza como fatores externos provocadores da industrialização o encarecimento dos produtos importados pelos imigrantes também via aumento de taxas cambiais e alfandegárias característico do governo republicano. Por outro lado, a substituição das importações por industrialização no Rio Grande do Sul não foi somente em decorrência desses fatores externos, mas também pressupõe a existência de fatores internos ao sistema produtivo imigrante: acumulação de capital comercial, demanda crescente no mercado interno consumidor, matérias-primas na fonte, energia elétrica e mão de obra especializada oferecida pelos imigrantes espanhóis e seus descendentes, corroborando a tese deste trabalho com base em Arroyo (1958).

A formação de um mercado interno gaúcho tem sua dinâmica, assim, calcada no caráter específico da imigração alemã, italiana e espanhola, confirmando-se assim a tese de Moure (1980). A produção

agrícola da zona colonial, com base na pequena propriedade, marcou profundamente a formação e a potencialidade do mercado gaúcho, dotando-o de uma parcela maior de população com médio poder aquisitivo. O imigrante possuía um poder de compra bem maior do que o daqueles que, radicados em outras regiões do Brasil, se integraram à massa assalariada do campo e da cidade.

Logo, o mercado para os produtos coloniais, além do nacional, restringia-se ao norte e centro do Rio Grande do Sul ocupado pelo imigrante, sendo este originário da Polônia e Leste Europeu. Aqui surge um elemento novo para o processo de industrialização, ou seja, a pré-condição de um mercado consumidor na própria zona colonial, que fomentou a capitalização de recursos e de padrões de consumo alteráveis pela dinâmica de mercado. Nota-se assim que havia *a priori* um mercado entre os grupos imigrantes no estado, similar ao próprio mercado entre nações do continente europeu. Seria essa uma reprodução do mercado interno europeu com suas especificidades?

Moure (1980) e Reichel (1979) apontam que o capital necessário para a instalação de indústrias foi gerado não só pelas trocas realizadas dentro do próprio estado como também pelas trocas ligadas ao mercado interno brasileiro. Em um segundo plano, é importante ponderar e destacar os capitais acumulados pelos produtores da zona colonial – os colonos. Estes entregavam o capital para os comerciantes e, dessa maneira, participavam dos empreendimentos da zona urbana, ou constituíam pequenas fábricas que atendiam especificamente a sua zona de produção.

Diante do processo industrial visto acima, a economia imigrante sofreu, consoante já se abordara, grandes transformações. A mão de obra familiar e a pequena propriedade passaram a relacionar-se intimamente com o modo de produção capitalista, e as consequências deixaram pouco a desejar para o camponês inserido em uma nova sociedade, onde a capacidade de subsistência e expansão limitam-se a partir de condições não igualitárias entre ambos.

Já foi visto que a região colonial do Rio Grande do Sul, além de área inexplorada economicamente, atendia aos interesses da classe dominante pecuarista de não interferência em seus negócios. Essa delimitação espacial não só satisfaz aos pecuaristas, mas tornava os

imigrantes independentes em relação ao grande proprietário. Além de isolado, o imigrante isolava-se de possível influência.

A condição básica a ser resgatável desse processo reside na subordinação indireta do trabalho do colono ao capital comercial e industrial. Surgem atividades industriais garantindo uma demanda mínima estável dos produtos agrícolas e de subsistência desses imigrantes. Nessas regiões especializadas, o minifúndio passa a se constituir em forma de penetração do capitalismo no campo, haja vista que sua produção passa a ser controlada pela indústria. A indústria controla inteiramente a produção, adianta o capital sob forma de crédito, fornece insumos, supervisiona o processo de trabalho e fixa preços do produto oriundo das mãos do imigrante espanhol.

Da mesma forma, sindicatos de produtores ou cooperativas monopolizam a produção e preços do mercado, subordinando igualmente ao produtor. Santos (1993) concorda com a subordinação do processo de trabalho camponês (imigrante), como este o define, ao modo de produção capitalista, sem admitir a proletarianização a domicílio do minifundiário, mas afirma que a formação capitalista provoca é a ampliação das contradições sociais, na medida em que reproduz o personagem não especificamente capitalista do camponês.

Identificadamente paralelas, contudo isoladas, a economia colonial imigrante e economia pecuarista da campanha só conheceram a unidade com a industrialização no Rio Grande do Sul, sendo esta inclusive incentivada pelos grupos migratórios espanhóis e italianos. Nesse processo, a unidade produtiva, o minifúndio, era expropriado. Seja pelo esgotamento do solo, ou pela utilização de técnicas rudimentares de cultivo, ou, ainda, pela proliferação de pequenas propriedades cada vez menores, as condições de subsistência interna do minifúndio eram minimizadas, levando o pequeno proprietário imigrante e sua família a oferecer um trabalho assalariado, quando as condições possibilitavam, ou migrar para outras áreas do estado (SANTOS, 1993). Isso se verificou inclusive na imigração espanhola interna, conforme apontou Arroyo (1958).

Em outras palavras, a transformação industrial das matérias-primas produzida pelo minifundiário imigrante espanhol construiu mecanismos de subordinação da pequena propriedade ao capital.

Destarte, o processo histórico da economia imigrante apropriou-se do mercado regional, através de acumulação de capitais que viabilizaram a industrialização, mas expropriou sua unidade de produção originária (o minifúndio), configurando-se assim as especificidades econômicas do território gaúcho onde a imigração espanhola estivera presente e também as questões de impacto territorial.

Conclusão

A análise dos fatores externos e internos que determinaram a imigração espanhola no estado do Rio Grande do Sul corroboram a hipótese de Prado Junior (1994) de que a imigração no Rio Grande do Sul tivera um caráter não só econômico e político, mas principalmente territorial, de caráter ocupacional.

Após a investigação acurada das atividades econômicas específicas de atração dos espanhóis no território gaúcho, inferindo-se que a imigração espanhola, conforme Moure (1980) já apontava, foi determinante para a industrialização do Rio Grande do Sul, passando da mão de obra artesanal até a indústria estadual, tendo como região de concentração a região carbonífera do estado.

O estabelecimento dos parâmetros do impacto da imigração espanhola na comunidade sul-rio-grandense, a partir de suas especificidades territoriais, econômicas e sociolaborais, e a mensuração da intensidade desses indicadores de impactos migratórios no RS, permitiu concluir que a imigração espanhola tivera um caráter excepcionalmente contributivo e indispensável para a amalgamação do que hoje é a especificidade socioeconômica gaúcha, além de contribuir para a cultura e tradições regionais.

Além disso, configurou características territoriais exclusivas, dentre elas, de cunho territorial-econômico, com a clara divisão das regiões que acolheram a imigração espanhola no Rio Grande do Sul quanto as suas finalidades: Região 1 – região menos impactada territorialmente pela imigração espanhola no século XX e início do século XXI, porém, expressivamente representada na questão econômica –; Região 2 – região de transição, provisória e intermediária da imigração espanhola no estado, sendo a região destaque no que concerne também ao

período de evolução da economia gaúcha artesanal para a industrialização do estado ; Região 3 – região que mais sofreu os impactos territoriais dessa imigração, mas que cumpriu com a hipótese deste autor e de Prado Júnior acerca do caráter diferenciado da imigração no Rio Grande do Sul; e Região 4 – onde a imigração espanhola encerrara-se e concentrara-se no seu *ultimo locus*, e onde as condições sociolaborais também foram expressadas sensivelmente.

Em alusão à hipótese acerca da reprodução das especificidades laborais e de ocupação do território por parte dos espanhóis, pode-se tomar como uma inferência prévia, porém sem a plenitude de sua certeza – visto que não foram encontradas explicações convincentes na literatura de referência –, que esses imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul reproduziram fielmente as condições de vida (em todas suas esferas sociais) que tinham em seu local de origem na Espanha, situação esta ensaiada por Oliveira (2002) e Klein (1994). Neste caso, essa hipótese ainda carece de uma comprovação retórica confiável, mas os indícios que apontam para ela podem e serão necessários para um estudo futuro restrito a esse questionamento.

Referências

ARROYO, Angel Antônio Gómez del. Os espanhóis na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Regional, 1958. cap. 4, p. 207-252.

DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p. (Série Documenta, 4).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. 373 p. (Sociedade e Educação).

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção Os Economistas).

ETCHEVERRY, Daniel. “Vivo en un mundo y quiero otro”: um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre. 2011. 484 f. Tese

(Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KLEIN, Herbert S. *A imigração espanhola no Brasil*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Sumaré, 1994. 112 p. (Série Imigração).

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando et al. *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. cap. 4, p. 91-113. (Série Documenta, 4).

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002. 176 p.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.

PROCHNOW, Lucas Neves. *Memórias, narrativas e história: a imigração espanhola recente em Porto Alegre*. 2009. 328 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

REICHEL, Heloísa J. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 409. (Série Documenta, 2).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Ricardo Evaristo dos. La evolución cuantitativa del proceso migratorio español a iberoamérica (1890-1950) con especial referencia a Brasil. *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*. Madrid, n. 19, p. 138-154. mar. 1993.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. As Influências da Espanha e Holanda na formação econômica do Brasil. *Cadernos Camilliani*, Cachoeiro do Itapemirim, v. 12, n. 1, p. 11-22, 2011.

VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da sociedade espanhola de socorros mútuos de Porto Alegre*. 1979. 448 f. Dissertação (Mestrado em História da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

WEBER, Regina. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, jul. 2010.

_____; et al. *Pesquisas sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul*. s/d. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

GIBRALTAR: PUERTA ABIERTA DA EMIGRAÇÃO ESPAÑHOLA PARA O BRASIL

Silvia Elena Alegre*

Em outubro de 1913, uma carta remetida ao Embaixador do Brasil em Madri por um Ministro do governo espanhol revelava preocupação com o êxodo ilegal de camponeses para o trabalho nas fazendas de café do Estado de São Paulo:

La opinión pública española se halla hondamente impresionada por las proporciones que toma la salida de España por Gibraltar para el Brasil y especialmente para el Estado de San Pablo, de emigrantes ‘subsidiados’.

El Consejo Superior de Emigración ha estudiado y el Ministerio de Fomento competente en la materia va a tomar medidas relacionadas con este asunto: pero salta a la vista que la principal causa de aquel éxodo son los trabajos que para atraer a los emigrantes hacen los agentes del Estado de San Pablo.¹

A Espanha tinha exercido, desde o começo da emigração em massa, pouco controle sobre as condições em que era realizado o êxodo de seus trabalhadores. Até 1907, não existia uma legislação que determinasse regras para garantir a segurança e limitar os abusos e maus tratos cometidos contra os espanhóis que saíam do país para se engajar no trabalho em novos destinos. Nos primeiros anos as leis eram insuficientes e imprecisas. Somente em dezembro de 1907, a Lei de Emigração estabeleceu parâmetros e criou alguns mecanismos de fiscalização sobre

* Doutoranda/FFLCH-USP.

¹ Carta de Antonio López Munhoz, Ministro de Estado espanhol para o Ministro Plenipotenciário do Brasil. 19 de outubro de 1913. *Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.*

as atividades das companhias de navegação que embarcavam os emigrantes pelos portos espanhóis.

Com esta legislação o Estado espanhol se dispunha a colocar em prática o controle, não somente das atividades de recrutamento, como também das condições que as companhias de navegação disponibilizavam para o transporte dos emigrantes. O objetivo era pôr um freio nos abusos que tinham sido, durante longo período, denunciados pela imprensa e por algumas autoridades locais. Evidentemente que este controle seria possível dentro de seu território nacional, em Vigo, Málaga, Cádiz ou Barcelona. Para fugir do controle sobre suas atividades, a alternativa encontrada pelas agências e companhias de navegação foi o embarque por portos não espanhóis.

O porto de Gibraltar, enclave britânico na costa espanhola, adquiriu, neste momento, uma importância maior e aumentou gradativamente seu fluxo de embarque de emigrantes. O que tinha sido uma alternativa para a saída de quem tinha problemas com a justiça ou com o recrutamento militar transformou-se na possibilidade de manter o tráfico de trabalhadores sem sofrer a pressão das autoridades encarregadas de seu controle.

A questão Gibraltar

Devido a sua localização estratégica na porta de saída do mediterrâneo, a sua proximidade com a costa africana e as possibilidades que oferecia como base militar, mas também como entreposto comercial, Gibraltar foi alvo de sucessivas disputas ao longo da sua história. Situada no extremo sul da península ibérica, última região a ser conquistada dos ocupantes do Islã no século XV, passou diversas vezes de mãos mouras a mãos cristãs.

Uma vez conquistada pelos espanhóis (1462) a sua importância real e simbólica foi explicitada no testamento da rainha Isabel, a católica (1451-1504), quem dedicou um paragrafo especial à cidade, encarregando os reis que fossem sucedê-la *que siempre conserven la inalienabilidad de la corona y del patrimonio real, la ciudad de Gibraltar y todo lo que le pertenezca: que nunca la cedan o la enajenen o permitan que sea cedida o enajenada (...)* (HILLS, 1974,p.116).

O último desejo da rainha não foi cumprido e em 1713, no marco do Tratado de Utrecht que resultou no fim da Guerra de sucessão espanhola (1701-1714), Gibraltar foi cedida à Grã Bretanha. Para dar seu apoio ao rei espanhol Felipe V, os ingleses exigiram em troca diversos territórios espanhóis e franceses na Europa e na América, entre eles, Gibraltar².

A península de Gibraltar está unida ao território espanhol por uma estreita faixa de terreno arenoso conhecida como istmo de Gibraltar. A Grã Bretanha estendeu seus domínios sobre esse território, que não estava compreendido na área outorgada pelo tratado original. Em 1908, os ingleses construíram uma divisória, conhecida como a *verja* (grade em português) que passou a funcionar como fronteira internacional. A partir da instalação da grade, pelos três portões que se fechavam todo dia ao cair da tarde passavam diariamente os trabalhadores espanhóis, que se dirigiam a Gibraltar e misturados com eles, os candidatos a um lugar nos navios que saíam deste porto com destino à América.

A proximidade de Gibraltar com a Andaluzia e o fato de que neste porto, que gozava da condição de porto livre e consequentemente de uma maior liberalidade na fiscalização, as leis da Espanha não tivessem vigência, foi vital para a realização do tráfico de emigrantes andaluzes para São Paulo. Ao maior controle nos portos espanhóis correspondia uma importância crescente do movimento de migrantes por Gibraltar: “a presença deste porto (...) resultou estratégica para as agências americanas (especialmente de Brasil) e para as companhias de navegação que operavam com América desde o Mediterrâneo”. (CONTRERAS-PÉREZ, 2000, p.168. Tradução nossa).

² Foi resultado desse tratado também a possibilidade da Inglaterra manter relações comerciais com as colônias americanas da Espanha, entre elas o direito a realizar tráfico de escravos com essa região.

As cifras “aterradoras” de famílias camponesas que saem por Gibraltar

Os números apresentados pelos boletins do *Consejo Superior de Emigración de España* mostram que Gibraltar era um porto de parada da linha Málaga-Cádiz-América desde finais do século XIX por motivos comerciais de embarque de passageiros. O grande movimento de navios deste porto, somado às facilidades oferecidas pelo fato de ser um porto livre, o tornavam atrativo às companhias de navegação europeias³.

De forma geral, é grande a dificuldade para trabalhar com as estatísticas que registram o movimento de entrada e saída de i/emigrantes, e no caso de Gibraltar essa dificuldade é ainda maior, já que não existiu nenhum tipo de registro sistemático do fluxo de embarques. Assim, uma das formas de estimar o grande número de andaluzes que saíram por este porto e o movimento ascendente desta emigração verificado a partir de 1907, é por meio dos registros que constam dos boletins das autoridades espanholas de emigração, que são resultado do confronto das estatísticas de saída de emigrantes coletadas na Espanha com as suas correspondentes americanas de entrada nos países de destino.

O *Consejo Superior de Emigración* registrava que, em 1910, ano em que o governo espanhol inspirado na legislação de outros países, como a Itália, proibiu a emigração com passagem gratuita para o Brasil, *habian sido 14.514 los connacionales que embarcando en nuestros puertos oficialmente habilitados para ello se expatriaron para tal destino* (ESPANHA, *Consejo Superior de Emigración*, 1916, p.108. O destaque é nosso). As estatísticas oficiais, reconhecidas pela Espanha para o ano seguinte indicam, um número significativamente menor de emigrantes

³ Devido a sua condição de porto franco, a maior parte das mercadorias entrava em Gibraltar sem pagar direitos. Isto atraía um grande número de navios de diversas bandeiras e também uma importante atividade de contrabando. Alguns controles foram sendo estabelecidos, ao longo do tempo, mas o argumento da diminuição do atrativo do porto em caso de restrição de sua liberdade de comércio foi frequentemente utilizado pelos interessados em mantê-la. (STEWART, 1968. pp. 160 a 182).

para o Brasil, o que poderia comprovar o efeito desejado ao colocar em prática a proibição⁴. Porém era o próprio *Consejo* quem reconhecia que:

Nada, sin embargo, más lejos de la realidad. Nuestras estadísticas, reflejo exacto, meticoloso, de la cuantía del movimiento registrado en los puertos españoles, eran, no obstante, substancialmente erróneas, y quien guiado por ellas hubiese pretendido sacar consecuencias lógicas, habría llegado a las deducciones más equivocadas, puesto que a nuestra fiscalización se habían substraído sumandos que algún año equivalieron casi al triple del éxodo consignado para el Brasil en el recuento oficial de la emigración española (IDEM, IBIDEM. O destaque é nosso).

Os registros oficiais espanhóis eram, efetivamente, contestados pelas estatísticas brasileiras de entrada de imigrantes. No ano de 1912, seguindo a tendência dos anos anteriores, enquanto pelos números espanhóis teriam saído dos portos nacionais com destino ao Brasil, 9.641 emigrantes, as estatísticas brasileiras indicavam, que nesse ano, pelo porto de Santos, teriam entrado provenientes de portos europeus, 22.834 espanhóis⁵. E isso somente para o porto paulista. Se somados àqueles que se destinavam aos portos do Rio de Janeiro e de Belém, onde também desembarcava importante número de imigrantes, a quantidade de espanhóis entrados no Brasil, e conseqüentemente também a diferença com relação à contagem espanhola, poderia ser ainda maior. Mesmo com relação ao registro de ingresso de espanhóis pelo porto de Santos, existe certa variação, dependendo da fonte consultada, o que também pode aumentar as diferenças apontadas pelas autoridades espanholas⁶.

⁴ As estatísticas oficiais espanholas de partida de emigrantes para o Brasil registraram, em 1911, a saída de 6.831 indivíduos. (ESPANHA, Consejo Superior de Emigración, 1916, p.108).

⁵ A especificação, presente nos registros portuários, de tratar-se de portos europeus, devia-se à necessidade de diferenciar aqueles que chegavam de portos americanos, ou seja, da região do Prata ou de outras regiões brasileiras.

⁶ Dados do Departamento Estadual do Trabalho em 1912 registram 25.184 espanhóis embarcados na Europa e desembarcados em Santos. (ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. Número 4. 3º Trimestre de 1912). Já o

Outro dado que chama a atenção para as diferenças entre o número de espanhóis contabilizados na saída de seu país e o registro das entradas em São Paulo é a proporção de mulheres na população de emigrantes. As estatísticas espanholas registravam na saída por portos oficiais uma proporção de 24% de mulheres, o que indicaria uma porcentagem importante de homens sozinhos na composição desta emigração. Já os dados brasileiros mostravam que a proporção de mulheres na população de emigrantes espanhóis era muito superior ficando em torno dos 40% (56% de homens e 44% de mulheres, em 1912). A explicação para essa diferença é que a emigração desde Gibraltar, sendo fundamentalmente aquela que era realizada por meio de passagens subsidiadas era em sua maioria composta por famílias, como veremos adiante, o que aumentava sensivelmente a participação feminina. De qualquer forma, a conclusão do *Consejo* era que:

[a emigração] de españoles al Brasil alcanzó cifras elevadísimas, muy superiores en todo caso a las consignadas en nuestras estadísticas llegando a figurar España en el segundo puesto entre las naciones europeas cuyos ciudadanos beneficiaron con su sudor y enriquecieron con su esfuerzo los aniquilantes campos de las facendas brasileñas (ESPANHA, Consejo Superior de Emigración, 1916, p.109).

Em 1913, de acordo com a documentação pesquisada, embora os números da emigração geral na Espanha fossem declinantes, *mantuvo sus cifras aterradoras la [emigração] de familias campesinas que se expatriaron por Gibraltar con propósito de contratarse en los cafetales de San Pablo* (IDEM, op. cit. p.118).

O incremento do número de emigrantes embarcado em Gibraltar, observado a partir das diferenças entre os dados de saída por portos espanhóis confrontados com os de entrada no porto de Santos, podem ser melhor percebidos na tabela a seguir:

balanço publicado em 1916 registra 28.987. “Dados para a História da Imigração e da Colonização em S.Paulo”. (ESTADO DE SÃO PAULO, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo, ano V, Nº 19, 1916).

Relação entre o número de imigrantes ingressados no Estado de São Paulo e os emigrantes embarcados nos portos espanhóis com destino ao Brasil – 1910 a 1915

ANOS	<i>Imigrantes espanhóis ingressados no Estado de São Paulo</i>	<i>Emigrantes espanhóis embarcados em portos da Espanha com destino ao Brasil</i>	<i>Diferença</i>
1910	13.336	14.514	+ 1.178
1911	17.862	6.831	-11.031
1912	28.987	9.611	-19.376
1913	33.066	9.075	-23.991
1914	14.903	4.070	-10.833
1915	4.369	1.899	- 2.470

Fonte: Para as informações sobre o Estado de São Paulo: “Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, n. 19, 1916, pp. 183 a 185. Para os dados da Espanha: *La Emigración Española Transoceánica*. Publicaciones del Consejo Superior de Emigración. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Rios, 1916, p. 95.

Da leitura da tabela depreende-se que em 1910, ao contrário do que passou a ocorrer a partir do ano seguinte, o número de espanhóis contabilizados na saída para o Brasil foi maior que o número de espanhóis ingressados em Santos. Esta diferença era esperada já que espanhóis se dirigiam para outras localidades dentro do Brasil e não exclusivamente para São Paulo. A tabela mostra como a partir de 1911, o número de ingressos no Estado de São Paulo foi superior ao número de espanhóis embarcados nos portos de seu país devido a que uma parte importante dos espanhóis ingressados pelo porto de Santos não tinha embarcado nos portos da Espanha. Utilizando o mesmo raciocínio aplicado para o ano de 1910, os dados indicam que a diferença poderia ser ainda maior, já que uma parte dos espanhóis que ingressava no Brasil não se destinava ao Estado de São Paulo⁷.

⁷ Deve ser considerado que uma parte destes imigrantes se dirigiu para outros destinos dentro do Brasil. O Censo de 1920 registra a presença de 219.142 espanhóis em território brasileiro. Destes 78,2% (171.289) estavam no Estado de São Paulo. Os restantes 21,8% residiam em outros estados. (BRASIL, Direção

Os dados da tabela fornecem também outras informações. Ao contrário do que mostravam as estatísticas oficiais espanholas, durante os anos da proibição da emigração subsidiada para o Brasil (1910-1912), os ingressos pelo porto de Santos, e também a diferença com relação aos números espanhóis, tem um sentido crescente, indicando o aumento da saída de emigrantes por portos não espanhóis⁸.

Para o *Consejo Superior de Emigración de España*, Gibraltar era considerado *una puerta de la emigración española para el Brasil de muy difícil cierre* (ESPANHA, Boletín de la Dirección General de Emigración, 1925, p. 111). Pelo cálculo de Contreras-Pérez (2000, p. 154), Gibraltar “pode ter sido (...) o ponto de embarque de 17% da emigração exterior por portos da Andaluzia e, especificamente, de 30% dos andaluzes que saíram para o Brasil, sobretudo entre 1890 a 1920”.

Desde Gibraltar uma extensa rede de *ganchos* e agências procurava no interior da Andaluzia os emigrantes para serem embarcados de forma ilegal para diversos destinos. As passagens subsidiadas pelo Estado de São Paulo, que dependiam estreitamente do trabalho desses *ganchos* e agentes, tiveram relação direta com o porto de Gibraltar.

A rede de agências e concessionárias que atuava em Gibraltar

O primeiro elo da cadeia de recrutamento era a campanha que desde Gibraltar conduziam os consignatários. A propaganda consistia em anúncios sugestivos, frequentemente recorrendo a falsas afirmações sobre as condições dos navios que asseguravam estar de acordo com a legislação espanhola, ou ainda com a promessa de que para emigrar por Gibraltar não seria necessária a apresentação de documentos. O passo seguinte era a ação dos *ganchos*, dirigida diretamente a um público já sensibilizado por esta comunicação anterior: os camponeses pobres das

Geral de Estatísticas. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1920).

⁸ Os números apresentados na tabela indicam que, entre os anos de 1910 e 1912, houve um incremento do número de espanhóis ingressados em São Paulo que não tinham registrado a sua saída por portos espanhóis. Este foi o período em que a Espanha proibiu a emigração com passagem subsidiada para o Brasil.

regiões mais míseras da Espanha, particularmente da Andaluzia. A historiadora Elda González Martínez menciona um documento revelador da preocupação que causava na administração espanhola a propaganda realizada desde Gibraltar pelos captadores de imigrantes para São Paulo:

(...) la propaganda [é] dirigida por la legación en Madrid y por los consulados de carrera. Desde el sacerdote pueblerino en el púlpito hasta las casas de billetes para ultramar, no se ha escatimado el medio. El contrato se ha efectuado con entidades directamente interesadas en esos negocios establecidas en Lisboa, Gibraltar y en el propio San Pablo(...) y con las compañías de navegación (MARTÍNEZ; OROVIO, 1987, pp.245 a 267)

Mesmo que as passagens oferecidas fossem gratuitas, em muitas ocasiões outros pagamentos eram exigidos dos candidatos à emigração por conta da garantia de conseguir lugar a bordo ou da possibilidade de antecipar o embarque. Tratando-se de operação ilegal, toda a manobra de transporte até o porto de Gibraltar estava rodeada de circunstâncias que permitiam tirar proveito dos camponeses. Até no caminho escolhido para chegar ao porto, que era realizado em grupos ou caravanas, era frequente enganar os emigrantes levando-os por rotas mais difíceis, longas e sujeitas à presença de exploradores e malandros. A expedição só era finalizada quando se conseguia reunir às portas de Gibraltar um grande número de famílias. Neste momento, os candidatos á emigração eram forçados a apressar a marcha, mesmo que depois tivessem que aguardar, durante semanas, a chegada do navio que finalmente os conduziria para o Brasil (ESPANHA, Consejo Superior de Emigración. 1916, pp. 321 a 324).

O *Consejo Superior de Emigración* denunciava a atividade dos *ganchos* que trabalhavam para as agências paulistas em Gibraltar, revelando a fascinação das palavras *tentadoras (...)* *que de las riquezas del Brasil hacían los emissários desparramados en toda España por las agencias de Gibraltar* (IDEM, op. cot. p. 119). Para o *Consejo* uma vez

(...) montado este negocio de la emigración gratuita en forma que solo después de haber dado la recluta los frutos apetecidos, cuando se tenía plena certeza de ser abundante la redada, en cantidad que asegurase un viaje de abarrote, se pedían a la agencia central de Lisboa o a las casas armadoras de Londres los buques que

hubieran de conducir a las víctimas de este inicuo comercio (...) (IDEM, op. cit. p. 317)

A principal agência que trabalhava em Gibraltar para atrair emigrantes para as fazendas paulistas era a Antunes dos Santos & Cia. As informações sobre a rede de agências e *ganchos* que agia em Gibraltar e se espalhava por outros locais da Espanha são difíceis de obter. Mas notícias publicadas no Diário Oficial revelavam a presença da empresa Antunes dos Santos no porto inglês. Em abril de 1910, o Diário Oficial do Estado de São Paulo dava conta de uma reclamação registrada pela agência Antunes contra o cônsul brasileiro em Gibraltar devido à recusa deste funcionário a outorgar, de forma gratuita, os documentos necessários aos emigrantes subvencionados que se dirigiam para São Paulo (Diário Oficial de São Paulo – DOSP, 1910). Já em dezembro de 1912, a Antunes era alvo de denúncia realizada pelo médico encarregado da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, por causa das más condições em que eram transportados os emigrantes a bordo dos navios administrados por essa agência e pedia especial atenção para os embarques realizados no porto de Gibraltar (IDEM, 1912). Outras notícias simplesmente comunicavam o embarque de emigrantes espanhóis em Gibraltar, realizados a cargo da empresa.

Além da atividade de recrutamento, a Antunes dos Santos recebia os candidatos à emigração no porto de Gibraltar e os embarcava para o Brasil, nas companhias de navegação contratadas para esse fim. A principal companhia utilizada pela agência paulista para o transporte de emigrantes era *La France Amérique*, de bandeira francesa, da qual era representante no porto de Santos. Outras companhias de navegação que atuavam em Gibraltar para fazer o transporte de emigrantes para América eram a Norddeutscher Lloyd, de Bremen, e a italiana Ligure Brasiliana (CONTRERAS-PÉREZ, 2000, p. 169).

Os que emigravam por Gibraltar

O esquema do embarque por Gibraltar tinha por base, fundamentalmente, as passagens subsidiadas. Eram elas que tornavam possível a emigração dos camponeses pobres do interior da Andaluzia, pois não teriam podido empreender a viagem de outra maneira. Os escritórios montados pelos paulistas se ocupavam de controlar o trabalho

das companhias recrutadoras e de seus agentes para garantir que fossem atendidos os requisitos reclamados pelos cafeicultores do Estado de São Paulo em termos da demanda dos trabalhadores desejados: que fossem camponeses com prática no trabalho agrícola e transferidos em grupo familiar. A possibilidade de obter uma passagem subsidiada dependia de comprovar estas condições.

Além da possibilidade de embarque daqueles que saíam com a passagem gratuita, outro argumento utilizado para convencer os emigrantes a se dirigir para este porto era a falta de controle que os eximiria da inspeção burocrática e das taxas exigidas para visas e permissões de viagem. Na prática não era sempre assim.

Como vimos o trajeto dos emigrantes das suas vilas até o porto de Gibraltar era realizado em condições penosas. Finalizado esse percurso, uma vez arribados às portas de Gibraltar, as penúrias continuavam.

(...) os antigos imigrantes caminhavam dias e semanas para chegar a Gibraltar para o embarque. Aliás, andar bastante sempre foi hábito dos espanhóis, a cada safra ou colheita. (...) Andar não era problema, problema era a pobreza, a necessidade de “ganar dinero” e dar uma vida melhor aos filhos (OLIVEIRA, 2002, p. 18).

Um documento, produzido pelo *Consejo Superior de Emigración* (1916), fornece diversas informações sobre os procedimentos das agências e companhias de navegação que atuavam em Gibraltar. De acordo com estes dados, o acesso dos candidatos à emigração ao porto inglês se realizava por diversas vias: em barcos de cabotagem pelo mar Mediterrâneo, por trem e, dependendo da distância, até em longas caminhadas. No primeiro caso, os emigrantes saíam de portos espanhóis, como Málaga ou Almería, em embarcações precárias e mais adequadas ao transporte de mercadorias que de passageiros. Chegavam à localidade de Puente Mayorga, na baía de Algeciras, desde onde partiam a pé até La Línea de la Concepción, última localidade espanhola antes da fronteira com Gibraltar. Os que eram conduzidos por via terrestre chegavam de trem a San Roque, que possuía uma estação ferroviária cujo prédio, construído em 1905, funcionava como um local de albergue para os emigrantes. Desde San Roque se encaminhavam também para La Línea de la Concepción. O trajeto, um percurso de 7 a 8 quilômetros, era

realizado a pé, sendo uma caminhada que costumava durar em torno de 3 horas e que era efetuada, com frequência, durante a noite. O período diurno era aproveitado para fazer os arranjos necessários para facilitar a travessia da fronteira inglesa. Aqueles que conseguiam demonstrar ter residência em alguma das vilas vizinhas a Gibraltar, tinham maior facilidade para superar os controles. Para isso, e isto era motivo para extrair mais dinheiro dos candidatos a emigrar, existia disponibilidade de precárias e insalubres habitações compartilhadas por várias famílias, nas quais não era incomum terem que ficar durante um certo tempo, aguardando o momento propício para realizar a passagem para o porto.

Uma vez em Gibraltar, o tempo de espera antes do embarque, que podia ser prolongado, não era feito dentro da cidade inglesa, mas em um local conhecido como o “curral”, que ficava na parte externa das muralhas, com vista *para España y para el mar*. Neste lugar era verificada a aptidão dos candidatos à emigração e a adequação às exigências do país de recepção. A condição camponesa dos candidatos a receber a passagem devia ser provada pela demonstração de prática na utilização de ferramentas agrícolas e aquele chefe de família que não conseguisse passar pelo teste corria o risco de ver seu grupo eliminado da lista de embarque. Era também no “curral” onde as famílias eram frequentemente informadas de que o barco chegaria com atraso, o que implicava em ter que permanecer vários dias, e até semanas, aguardando sem local apropriado para se proteger nem garantias de alimentação. Não era incomum os emigrantes que aguardavam ter que recorrer á caridade pública.

Em carta ao Ministro de Estado de Fomento da Espanha, o Cônsul espanhol em Gibraltar contava que tinha sido procurado por um grupo de emigrantes que aguardavam para embarcar no navio *Provence* da companhia *La France Amérique*. Estas pessoas pediam ajuda ao cônsul para providenciar um local onde ficar e alimentação durante os dias que faltavam até o seu embarque:

En su mayoría son emigrantes que gratuitamente embarcan para el Brasil y al no tener que abonar nada por el billete, los obligan a que cumplan las condiciones impuestas por la Compañía, quien les exige estar en esta colonia en los primeros días del mes, no zarpando el vapor hasta el 20 o 23 siendo la estancia de estos

desgraciados bien triste por carecer de medios, lo que a veces los obliga a implorar la caridad.⁹

O requisito da condição camponesa assim como a existência do grupo familiar eram exigências para a obtenção da passagem subsidiada para São Paulo. O *Consejo Superior de Emigración* denunciava ser frequente que *em Gibraltar se falseavam familias, 'se amontonaba gente' (...) al solo efecto de simular vínculos justificativos de la concesión del pasaje gratuito*(ESPANHA, *Consejo Superior de Emigración*, 1916, p. 317).

De acordo com o Conselho Superior, a emigração para o Brasil não trazia nenhum benefício à Espanha. Ela se compunha, na sua quase totalidade, de núcleos familiares que acabavam cortando todo vínculo com a pátria e ela se fazia quase sempre por portos estrangeiros, de forma clandestina, fora da lei e do ambiente de proteção que as autoridades poderiam dar ao emigrante. Além disso, era levada a cabo por companhias de navegação não autorizadas e, portanto, sem fiscalização e em más condições:

Gentes infelices arrastradas por la falacia de reclutadores inhumanos a un puerto extranjero donde, faltos de calor, de la ayuda, del consejo que pudieran prestarles los organismos oficiales embarcaban en buques cuya divisa era casi siempre llegar al abarrote de carne humana aunque para ello hubieran de omitir el mínimo de condiciones de capacidad, higiene, seguridad y trato que puedan exigirse a las naves (IDEM, op. cit. p. 118).

Ressaltava-se o fato de que, se por um lado, não se requeria nenhum documento que garantisse o cumprimento das leis espanholas e não se levava em consideração a conveniência da Espanha com relação àqueles emigrantes, por outro se investia no atendimento às exigências do país de destino, chegando-se ao ponto de falsear informações para atingir o montante de famílias exigidas.

⁹ *Despachos del cónsul de España en Gibraltar*. 1909. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

La cita de unas cuantas expediciones de las que sin interrupción se hicieron por Gibraltar en 1913 para conducir emigrantes clandestinos a Santos, bastará para que pueda formarse una idea de las aterradoras proporciones que el éxodo de familias campesinas de las provincias andaluzas y de las de Murcia, Cáceres y Salamanca, alcanzó en dicho año. Véase: vapor Provence en Julio, con 796 emigrantes; Espagne, en Septiembre, (...) con 1207 individuos; Provence en octubre (...) con 1193 emigrantes en total; Italie (...) en Noviembre, transportando grupos familiares que sumaban 1586 individuos, Aquitaine, en el mismo mes (...) con 1346 (...). Y así, análogamente durante todo el año; desalojando a cada viaje un pueblo. (...) sólo se han aportado los sumando correspondientes a aquellos buques que, por los horrores ocurridos a bordo durante la navegación o por las protestas formuladas al llegar al país de destino, dejaron rastro de los emigrantes conducidos. (IDEM, op. cit. p. 119. O destaque é nosso).

Admitiam assim, as autoridades de emigração a falta de controle espanhol sobre o êxodo que acontecia por Gibraltar. E não era a condição de clandestinidade ou de fuga de obrigações com o Estado espanhol a sua principal preocupação:

Esta horripilante emigración, salvo una parte – aunque numerosa mínima de ella – integrada por prófugos, desertores, procesados y rebeldes a los llamamientos de la justicia (...) tuvo características singulares e inconfundibles: ser gratuita, exclusiva para agricultores que se expatriaran en núcleo familiar, tener al Brasil como país predominante de destino y estar deslindadas con claridad las zonas que preferentemente la nutrieron (IDEM, op. cit. p. 316).

Os que ganhavam com Gibraltar: os ingleses, o capital cafeeiro e as companhias de navegação

Algumas cartas trocadas entre o cônsul espanhol em Gibraltar e o *Ministério de la Gobernación* em Madri, são testemunho da preocupação que o grande volume de emigrantes que saía pelo porto de Gibraltar provocava nas autoridades. Em outubro de 1909, o cônsul declarava a sua inquietação com o embarque de espanhóis nos navios de *La France Amérique* e da companhia *Ligure Brasileira* com destino a São Paulo. O

representante da Espanha em Gibraltar se declarava impotente para exercer qualquer tipo de controle sobre os candidatos a emigrar que chegavam por via marítima ou por terra desde locais onde não se exercia nenhuma fiscalização por parte das autoridades espanholas.

Nos dois anos seguintes, outras cartas mostravam a preocupação crescente conforme aumentava também o êxodo de espanhóis pelo porto inglês. Em outubro de 1911, escrevia o cônsul com relação aos súditos espanhóis que se embarcavam em navios de *La France Amérique*:

(...) que son los que más número de emigrantes conducen, según informes directos, no reúnen las condiciones necesarias de salubridad, requisito exigido para embarque de los mismos, y es tan crecido el número de emigrantes españoles que embarcan en este puerto, que según mis datos aproximados, se puede calcular en unos quince mil los salidos desde primero de año; pues en esta colonia no existe estadística oficial de emigración.¹⁰

A crescente preocupação do representante espanhol em Gibraltar levou o governo central em Madri a ordenar a intervenção de seu embaixador em Londres junto às autoridades inglesas, pedindo para aumentar o controle exercido pelos seus funcionários no porto. O embaixador devia dirigir uma solicitação oficial ao Ministério de Negócios Estrangeiros e, extraoficialmente, estabelecer uma comunicação com o Secretário de Assuntos para as Colônias com a sugestão de fazer com o governo inglês um acordo bilateral, como o já existente com Portugal, desde 1891, sobre emigração clandestina. Na sua demanda ao Embaixador, o Ministro espanhol sugeria sensibilizar o governo inglês mencionando a comoção causada na opinião pública pelas proporções que assumia o êxodo por Gibraltar e apelar para os sentimentos de boa amizade dos britânicos com a Espanha.

As negociações com os ingleses não deram nenhum resultado. O funcionário encarregado da resposta do *Foreign Office* declarou que, assessorado pelo Secretário de Colônias, teria concluído que um acordo

¹⁰ *Despachos del cónsul de España en Gibraltar*. 1909-1911. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

entre a Inglaterra e a Espanha, nos moldes do acordo existente entre Portugal e este país, não seria possível já que *tenderia a limitar indebidamente las condiciones generales de embarque en dicho puerto*.

A tentativa de conseguir a colaboração dos ingleses no controle à emigração irregular por Gibraltar não surtiu efeito dado que os interesses britânicos em manter o negocio representado por esta emigração eram poderosos. Nas palavras do governador militar da comarca espanhola vizinha ao porto britânico *para Gibraltar constituye la emigración un negocio importante*¹¹.

Manter Gibraltar na qualidade de porto franco interessava não somente aos comerciantes deste porto, mas também a mais poderosos interesses ligados às grandes casas comerciais e as companhias de navegação inglesas.

(...) el embarque de emigrantes por este puerto es de vida ó muerte para el comercio de Gibraltar, así es, que han estudiado los comerciantes la manera de eludir la Ley de Emigración española (...) y a este fin se han puesto de acuerdo con las compañías de navegación que no tienen sacada patente en España para embarcar emigrantes, ni suelen tocar en puerto alguno español (...).¹²

No auge da saída de emigrantes por Gibraltar outros interesses se juntaram aos britânicos, tais como os dos países latino-americanos, especialmente o Brasil, e os das companhias de navegação de outros países de Europa. A qualidade de porto franco, tornava possível em Gibraltar a realização do tráfico em massa de emigrantes. Em resumo, a Espanha não conseguiu nenhuma colaboração inglesa devido a que:

O comércio de Gibraltar logo começou a se beneficiar do potencial emigratório andaluz, graças a sua organização em oficinas de emigração e à progressiva extensão da sua rede de “ganchos” para

¹¹ Carta do governador em Campo de Gibraltar para o Ministro em Madrid. AGA. 1910. Caja 1700.

¹² Carta do Cônsul de Espanha em Gibraltar dirigida ao Ministro de Estado em Madri. 14 de maio de 1909. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores. Caja 1700.

o leste e para o interior da Andaluzia. Em momento em que o comércio de contrabando se encontrava em recessão, a estrutura comercial de Gibraltar mostrou flexibilidade para se adaptar a novos mercados e estratégias de negócio (flexibilidade materializada nas casas consignatárias transformadas em agências de emigração). Neste negócio, as companhias de navegação europeias que operavam no tráfico de emigrantes (sobretudo para Brasil) contribuíram igualmente para desviar este tráfico para Gibraltar, eludindo as crescentes exigências da lei espanhola sobre os responsáveis pelo transporte. (CONTRERAS-PÉREZ, 1996, p. 77. Tradução nossa).

Do ponto de vista dos interesses da cafeicultura paulista e das agências de recrutamento de imigrantes atuantes no Brasil, as vantagens envolvidas no tráfico de trabalhadores desde Gibraltar estavam associadas à constante demanda de “braços para a lavoura”. Em 1910, quando a Espanha proibiu a emigração subsidiada para o Brasil, a atividade de embarque de emigrantes por Gibraltar estava já ativa e a partir desse momento acelerou-se em um movimento ascendente ultrapassando inclusive a data de suspensão da interdição. Os documentos do *Consejo Superior de Emigración* faziam a denúncia de que a importante e contínua demanda de mão de obra para o cultivo de café:

(...) reclamaba de continuo braceros agrícolas; de ahí las cuantiosas sumas que el Gobierno de la República y el del Estado [São Paulo] emplearon en atraer la emigración; de ahí las fuertes subvenciones concedidas a Compañías de navegación (...) y de ahí el sostenimiento de Agencias en los puertos de Europa, especialmente en Gibraltar, encargadas de reclutar emigrantes, a los que se pagaba el viaje (...) (ESPAÑA, Consejo Superior de Emigración, 1916, p. 112).

O movimento de embarque irregular por este porto cresceu durante a primeira década do século XX até atingir o seu auge nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A partir da eclosão deste conflito, as difíceis condições de navegabilidade do oceano Atlântico e as mudanças nos movimentos populacionais provocaram uma diminuição do trânsito de migrantes.

Referências

Boletines del Consejo Superior de Emigración. Madrid. 1910, 1911, 1925.

CONSEJO SUPERIOR DE EMIGRACIÓN. *La Emigración Española Transoceánica. 1911-1915*. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos, 1916.

CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. “El Río Revuelto de la Emigración: El papel de las agencias gilbaltareñas a principios de siglo”. *Almoraima. Revista de estudios campogilbaltareños*. Algeciras, Nº 16, 1996, pp. 63-73.

_____. *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 05/04/1910 e 01/12/1912.

DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1920.

HILLS, George. *El peñon de la discordia. Historia de Gibraltar*. Madrid: Editorial San Martin, 1974.

MARTÍNEZ, Elda E. González; OROVIO, Consuelo Naranjo. “Aproximaciones cuantitativas y aspectos cualitativos de la emigración andaluza a Brasil y Cuba (1880-1940)”. *Andalucía y América en el siglo XX*. Actas de las VI Jornadas de Andalucía y América (Universidad de Santa Maria de la Rábida). Palos de la Frontera, 1986. Vol. 2, 1987.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Os Espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002.

STEWART, John D. *Gibraltar, piedra clave*. Madrid: Aguilar, 1968.

